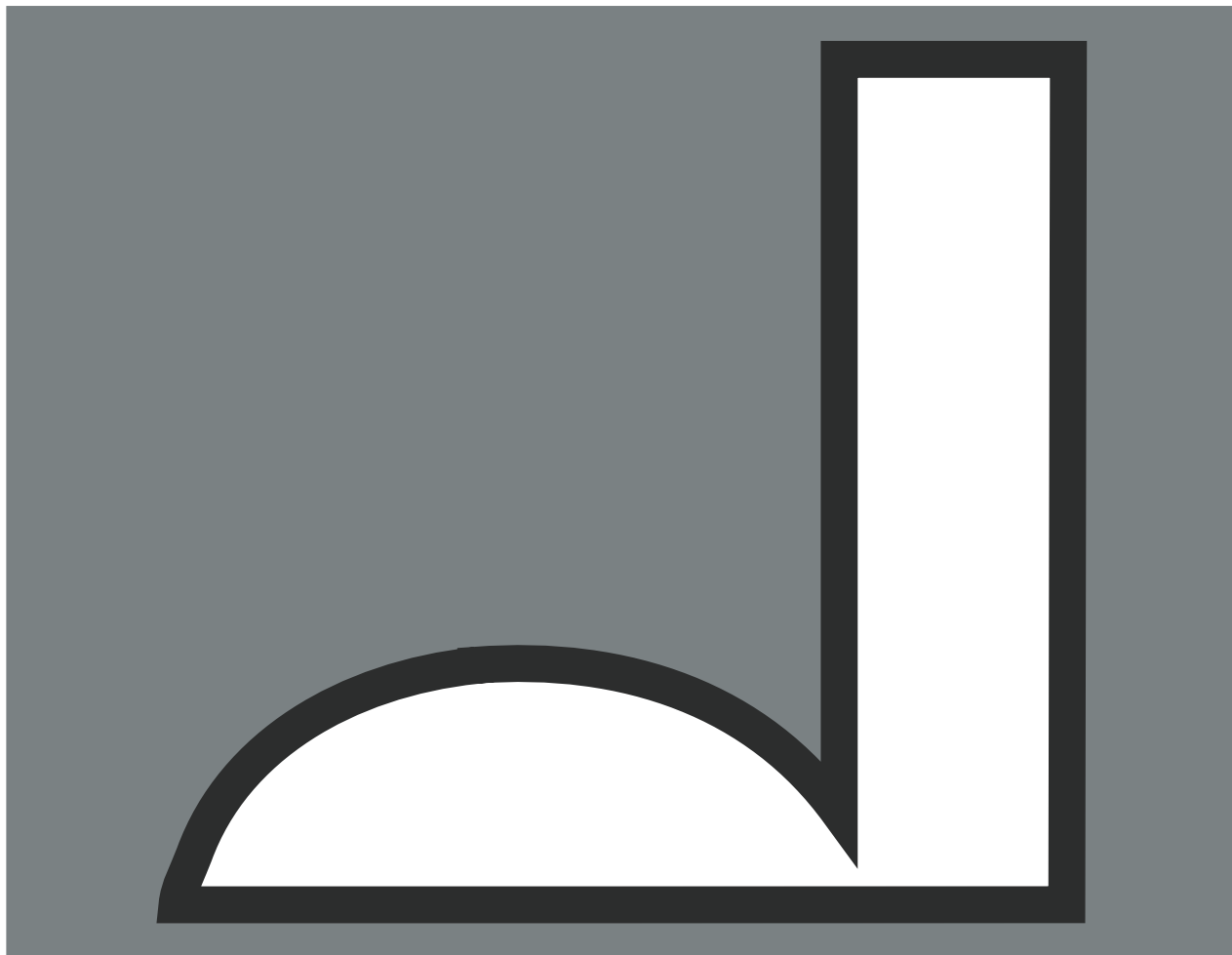




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVI – SUP. AO Nº 174 – TERÇA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾ Líder do DEM - 6 Demóstenes Torres ^(3,4) Líder em exercício do DEM - 6 José Agripino ^(2,12) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL	
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2011.....	5
Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de setembro de 2011.....	30
1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de setembro de 2011.....	55
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2011.....	75
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2011	91
1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de setembro de 2011.....	112
Ata da 47ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de setembro de 2011.....	129
1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de setembro de 2011.....	152
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2011.....	178
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de setembro de 2011.....	179
Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de setembro de 2011.....	211
1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2011.....	235
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2011.....	267
Ata da 56ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de agosto de 2011.....	315
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de agosto de 2011.....	348
Ata da 58ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de agosto de 2011.....	360
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2011.....	383
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2011	397
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2011.....	460
1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2011.....	481
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 1 de setembro de 2011.....	520
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2011.....	551
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011.....	580
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2011.....	614
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011.....	639
1.2.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2011.....	670
1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2011.....	695
1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 34ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de setembro de 2011.....	702
Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de setembro de 2011.....	749
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2011.....	792
Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de setembro de 2011.....	808

**1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática – CCT**

Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de setembro de 2011.....	841	Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2011.....	873
		Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2011.....	889

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Wellington Dias, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Jayme Campos, Armando Monteiro e João Vicente Claudino, e, ainda, do Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 39ª, 40ª, 41ª, 42ª e 43ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 74 de 2011, de 29 de agosto de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de julho de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 75 de 2011, de 29 de agosto de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de julho de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 302 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “altera a Lei Complementar nº 101,

de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para permitir o refinanciamento de débitos de Estados e Municípios nas situações que especifica”, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 2– Projeto de Resolução do Senado nº 70 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer que o Presidente do Banco Central do Brasil comparecerá anualmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor sobre a concorrência no sistema financeiro nacional”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão Diretora do Senado Federal. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 531 de 2009, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural, e derivados, sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa pública Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), a destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Serviços de Infraestrutura. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Casildo Maldaner Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 4– Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942,

8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE, apresentando as Emendas nºs 4 a 15 e rejeitando as Emendas nºs 2 e 3-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE e pela rejeição da Emenda apresentada pelo Senador Roberto Cavalcanti na CAS. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Constituição, Justiça e Cidadania. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Ricardo Ferraço e Wellington Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CE-CAE e nºs 4 a 15-CAE, rejeitando as Emendas nºs 2 e 3-CE. Item 5— Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Armando Monteiro, que “acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal”, tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 6— Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria da Presidenta da República, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. Em 13/9/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 14/9/2011, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias. Em 16/9/2011, foram apresentadas as Emendas nºs 4 e 5, de autoria do Senador Armando Monteiro. Em 19/9/2011, foram apresentadas as Emendas nº 6, de autoria do Senador Gim Argello, e nºs 7 a 10, de autoria do Senador Armado Monteiro. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Cyro Miranda, Ricardo Ferraço, Roberto Requião e

José Pimentel, Relator da Matéria. É solicitada vista pelos Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 7— Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Senadores, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”, tendo como Relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório favorável ao Projeto, acatando integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente as Emendas nºs 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 24/2/2011, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Delcídio do Amaral. Em 26/4/2011, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria, com a presença do Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; do Exmo. Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, representando o Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; do Exmo. Sr. Maurício César Duque, Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo; do Exmo. Sr. Andrea Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; do Sr. Flávio Castelo Branco, Gerente-Executivo da Unidade de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria, representando o Sr. Robson de Andrade, Presidente da CNI; e, ainda, do Exmo. Sr. Almir Gorges, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, em atendimento ao Requerimento nº 15/2011-CAE. Em 27/4/2011, foram apresentadas as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Em 25/5/2011, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria, com a presença do Sr. Luis Paulo Rosenberg, Economista, e, ainda, do Sr. Michal Gartenkraut, Professor, em atendimento ao Requerimento nº 18/2011-CAE. A Comissão aprovou, ainda, os Requerimentos nº 17/2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Cyro Miranda e Vanessa Grazziottin, e nº 22/2011-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requerendo a realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir a Matéria. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Demóstenes Torres, Vanessa Grazziottin, Casildo Maldaner, Cyro Miranda e Walter Piniheiro. O Senador Delcídio do Amaral passa a Presidência para o Senador Francisco Dornelles. Em seguida, a Comissão aprova o Requerimento nº 66/2011-

CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel, dispensando a realização da audiência pública aprovada por meio dos Requerimentos nºs 17 e 22/2011-CAE. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Delcídio do Amaral, a apreciação da Matéria é adiada. Item 8— Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dez votos contrários, nenhum favorável e quatro abstenções. Item 9— Projeto de Lei do Senado nº 526 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários”, tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Em 30/08/2011, foi concedida Vista ao Senador Cyro Miranda. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10— Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves”, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 325 de 2008 e nº 356 de 2008. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008 e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item

11— Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12— Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que “altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 13— Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNM-PO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam”, tendo como Relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A apreciação da Matéria é adiada. Item 14— Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 9/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 16/8/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 15— Projeto de Lei do Senado nº 2 de 2008, termina-

tivo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País”, tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Em 01/07/2009, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. A apreciação da Matéria é adiada. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “estabelece que a taxa de juros cobrada no cheque especial não pode superar a taxa cobrada em operações de crédito pessoal sem garantia”, tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 18– Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural”, tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, autora da Matéria. É solicitada vista pelos Senadores Lindbergh Farias e Ricardo Ferraço. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 19– Requerimento nº 65 de 2011, de iniciativa do Senador Benedito de Lira, que “requer a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 23 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que ‘altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes’”. Em 30/08/2011,

foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Usa da palavra o Senador Benedito de Lira. A Comissão aprova o Requerimento nº 65 de 2011-CAE. É apreciado, ainda, como extrapauta, o Requerimento nº 66 de 2011, de iniciativa do Senador José Pimentel, que “requer a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio dos Requerimentos nº 17 e 22 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que ‘estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior’”. Usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias e José Pimentel. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 66 de 2011-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 39ª, 40ª, 41ª, 42ª e 43ª Reuniões.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O texto já propõe a dispensa da leitura, meu caro Senador Pimentel.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Aviso nº 74, de 29 de agosto de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41, da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de julho de 2011; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Aviso nº 75, de 29 de agosto de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9069/95, o demonstrativo das emis-

sões do real referentes ao mês de julho de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular, o aviso do Ministério da Fazenda e o aviso do Banco Central.

Queria registrar aqui, Srs. e Sr^{as} Senadoras, que hoje teremos duas reuniões. Uma que é uma pauta administrativa e, depois, a partir das 11 horas, teremos aqui a Ministra do Desenvolvimento Social, atendendo a um requerimento apresentado por vários Senadores, liderados pelo Senador Eduardo Suplicy. Portanto, gostaria de pedir aos Srs. e às Sr^{as} Senadoras que façamos um esforço para rapidamente limpar essa pauta que hoje iremos apreciar.

O Item 1 da pauta...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, peço a inversão de pauta, para que possamos apreciar o Item 6, que é o PLC nº 77, de 2011, que trata da micro e da pequena empresa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Item 6, então. Se todos os Senadores e Senadoras concordarem, começaremos pelo Item 6, Senador Requião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, desculpe, não estou...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Pimentel está solicitando uma inversão de pauta. O Item 6 da pauta, sobre pequena empresa. Altera dispositivo da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Portanto, começamos pelo Item 6.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex^a, se possível, a retirada do Item 2 de pauta, projeto que relato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 2. Projeto de Resolução do Senado nº 70, de 2009. A relatoria é da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita a retirada de pauta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a será atendida, Senadora.

Com a palavra, o Relator da matéria, o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2011, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso parecer ao PLC nº 77, de 2011, é nos termos do que foi aprovado na Câmara dos Deputados, ou seja, sem nenhuma alteração; e a Câmara dos Deputados também aprovou o projeto de lei de iniciativa do Executivo Federal sem nenhuma alteração.

Por que estamos fazendo isso? Para que possa, imediatamente, ir à sanção presidencial, após passar pelo Plenário do Senado Federal, e entrar em vigor essa matéria, que vou abordar daqui a pouco, e um conjunto de emendas apresentadas pelos nossos pares, muito justas – e vou falar sobre cada uma, em seguida.

A nossa intenção, no acordo político com as lideranças e os pares do Senado Federal, é construir uma emenda substitutiva a um outro projeto que já está na Ordem do Dia do Senado Federal, que é o nº 467, de 2008; portanto, a rejeição das emendas aqui apresentadas na sua globalidade tem como objetivo evitar que o PLC nº 77 volte à Câmara.

E o que faz o PLC nº 77? De imediato, autoriza o parcelamento das dívidas que as micro e pequenas empresas têm para com o Fisco, seja o ISS municipal, o ICMS estadual e os seis impostos federais, nas mesmas condições que os demais contribuintes hoje já parcelam, em até 60 meses.

Lá em 2006, quando aprovamos o Simples Nacional, a Lei Complementar nº 123, de 2006, impedimos o parcelamento. E o que está acontecendo? Quando essas pequenas empresas ultrapassam dois meses de recolhimento de um desses impostos, ela é excluída, e aí vai para a tabela de lucro presumido ou de lucro real. Com isso, ela nem consegue pagar o que devia no simples parcelado, nem sobrevive, porque essa tabela do lucro presumido é muito alta, e a consequência é que essas empresas vão à falência, e é um dos motivos da mortalidade desse setor.

Pelas informações que temos da Receita Federal e do Comitê Gestor do Simples Nacional, temos em torno de 560 mil micro e pequenas empresas com dívida superior a dois meses, ao longo da sua existência, e eles estão retardando a sua exclusão, até porque ela acontece no primeiro mês do ano subsequente, que seria agora, em janeiro de 2012.

Portanto, esse texto tem o acordo de todas as entidades que trabalham com o Simples Nacional, tem o acordo do Comitê Gestor do Simples Nacional, e tem o acordo do Governo Federal. Foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e estamos também mantendo-o aqui.

O segundo item diz respeito à atualização da tabela de enquadramento da micro e da pequena empresa. A proposta encaminhada pelo Executivo nacional reajusta em 50% essa tabela. Ou seja, a primeira faixa, que é de R\$120 mil, hoje, vai para R\$180 mil; e a última faixa, que é de R\$2,4 milhões, vai para R\$3,6 milhões; e também determina que, até dezembro de 2014, não tenha atualização nas faixas de tabela do Simples Nacional.

Qual o objetivo aqui? Evitar que as empresas que hoje estão chegando ao teto, aos R\$2,4 milhões, e estão se planejando para não mais crescer, porque, ao saírem da tabela do Simples Nacional, vão para o lucro presumido, e isso traria muita dificuldade... Portanto, essa atualização última tinha se dado lá em 2006, e estamos acolhendo a posição aprovada por unanimidade pela Câmara dos Deputados, que são os exatos termos do projeto encaminhado pelo Executivo.

Esse projeto também cria um teto para as micro e pequenas empresas que queiram exportar, ou seja, as micro e pequenas empresas terão um teto de até R\$3,6 milhões para o mercado nacional, e também igual valor, mais R\$3,6 milhões, para o setor de exportação. Por que está se fazendo isso? Porque a presença da micro e da pequena empresa na pauta de exportação é mínima, não chega a 2% da pauta de exportação nacional e, com isso, pretende-se estimular esse setor.

Esse projeto de lei também atualiza o teto do empreendedor individual, que são aqueles pequenos empreendedores que hoje têm receita bruta de até R\$36 mil: o pipoqueiro, o borracheiro, a manicure, a *pédicure*, os pequenos negócios, essa receita está sendo elevada para R\$60 mil.

Portanto, o projeto de lei é nesse sentido.

Foram apresentadas, Sr. Presidente, um total de dez emendas até este momento.

A Emenda nº 1 permite que o empreendedor individual possa ter o que chamamos de menor aprendiz, um garoto, sem vínculo empregatício formal. É uma emenda muito justa e necessária, mas estou rejeitando, porque, se acolhesse, teria de voltar para a Câmara. Contudo, me comprometo a, na construção que a Frente Parlamentar Mista está fazendo neste texto de emenda substitutiva, acolher, até porque há acordo tanto do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, quanto das entidades que atuam no setor, para que o empreendedor individual possa ter o que chamamos de menor aprendiz.

A Emenda nº 2 pede a incorporação do setor de fisioterapia, ampliando o Simples. Essa matéria também já está no PLS nº 467, de 2008, na Ordem do Dia do Senado, quando pretendemos apresentar a emenda global substitutiva a este projeto. Portanto, é

uma matéria que o Senado já aprovou e que está na Ordem do Dia, no PLS nº 467, de 2008. Por isso, nós também estamos rejeitando para que ele não volte à Câmara. Mas com o compromisso de analisar a matéria e construir um entendimento para que seja aprovado ao lado de uma série de outras categorias que estão no PLS nº 467.

A Emenda nº 3 é da autoria deste Relator. Trata-se de uma emenda de redação. Por que isso? Onde tinha “Comitê Gestor do Sistema Nacional”, à frente, a sigla apresentada está errada. A sigla apresentada é da Rede Sim. Portanto, estamos simplesmente corrigindo a sigla do Comitê Gestor do Simples Nacional nos vários artigos ali existentes, sem alterar o mérito.

A Emenda nº 4 trata da substituição tributária. É uma matéria polêmica, mas necessária. O que está acontecendo? Alguns Estados estão aplicando a substituição tributária e, com isso, neutralizando os efeitos do Simples Nacional junto à micro e pequena empresa. Mas essa matéria precisa ser melhor trabalhada, porque, particularmente, o Confaz tem sérias resistências a ela. Mas nós precisamos construir um sistema que preserve os efeitos do Simples e evite a sua neutralidade por parte da substituição tributária. O autor dessa emenda é o Senador Armando Monteiro, profundo conhecedor dessa matéria. Estamos aqui rejeitando-a para que possamos discutir também no substitutivo.

A Emenda nº 5 inclui, no Simples Nacional, os setores de álcool, exceto aguardentes. Também está no PLS nº 467, onde queremos discutir. Estou rejeitando por isso.

A Emenda nº 6 traz os corretores de bens imóveis, a corretagem de um modo geral, para o Simples Nacional. Estou rejeitando aqui e irá para o PLS nº 467.

A Emenda nº 7 propõe a supressão do art. 2º do PLC nº 77. Se acolhermos essa supressão, o PLC teria de voltar para a Câmara. Por isso, estou rejeitando-a e quero discuti-la na emenda substitutiva.

A Emenda nº 8 trata para que entre em vigor em 2012 o § 2º do art. 3º do PLC nº 17. Proponho discuti-la na emenda paralela. Por isso, estou rejeitando-a.

A Emenda nº 9 também joga para 1º de janeiro parte das matérias do PLC nº 77. Também quero discuti-la na emenda paralela, por isso estou rejeitando-a.

A Emenda nº 10 incorpora: “As empresas inscritas no Simples Nacional poderão optar pelo Sistema de Comunicação Eletrônica, destinado, entre outras finalidades...” E aí disciplina o setor de serviços. Também estou rejeitando, para que não volte à Câmara, mas me proponho, juntamente com a Frente Parlamentar e o Relator que o Senado indicar, a ser favorável a essa matéria.

Por isso, estamos rejeitando as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, para que a matéria não volte à Câmara; e a Emenda nº 3, por tratar de matéria meramente de redação, eu estou acolhendo.

É este, Sr. Presidente, nosso parecer, nos termos do PLC nº 77, apresentado ao Senado Federal.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Romero e, depois, Senador Cyro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar... Primeiro, parabenizar o Senador Pimentel pela presteza e pela competência do relatório. Mas quero dizer que fomos procurados por vários Senadores e Senadoras querendo discutir essa matéria. Eu combinei, então, que faria um pedido de vista coletiva para essa matéria e também para o Item 7, que diz respeito ao relatório da Resolução nº 72.

Então, eu solicito vista a V. Ex^a e sei que outros Senadores vão pedir vista também. Seria dada vista coletiva também para que, na próxima semana, a gente pudesse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Item 6 ou Item 7?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 7.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nós estamos no Item 6.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Nós estamos no Item 6, por enquanto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos discutir o Item 7 na hora dele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.
Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acho que estamos aqui diante de uma matéria da maior relevância.

Conversei muito com o Senador Pimentel e, ao retirar a possibilidade de ficar excluído da contribuição tributária, como contribuinte substituto, o Simples e a microempresa estariam fora desse regime. Isto é, anularia todos os benefícios. E também com a exclusão de alguns prestadores de serviços.

Mas o Senador Pimentel se comprometeu a fazer um projeto em paralelo, que ele anunciou aqui. Só que tem que haver uma modificação nessa redação, e ele tem que ter esse compromisso, porque, se continuar passando pelo Confaz a decisão, todos os Governadores são contrários. Na verdade, nós sentimos que os governos estaduais querem retirar o Simples,

não só esse aumento que está sendo dado, de 50%, como também não interessa a eles que o Simples tenha esse vigor.

Na maioria dos Estados, já passaram para contribuinte substituto, perdendo, então... Mais de 570 mil empresas estão fora desse sistema.

Então, precisamos ter do Senador esse compromisso. Se não houver, nós vamos ter que ter esse pedido de vista mesmo.

Eu não peço vista desse projeto com...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço vista coletiva. Está feito, vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto...

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu quero, Presidente, louvar o relatório do Senador Pimentel.

Esse processo de isenção de microempresa começou no Paraná. O Simples Nacional se suportou nas medidas que nós havíamos tomado. E o sucesso dessa desoneração foi absoluto. No começo, muita oposição, inclusive da Federação das Indústrias, mas, posteriormente, se verificou um aumento da arrecadação, porque a capitalização da pequena empresa migra para o setor formal. O Paraná aumentou a arrecadação, simplificou a estrutura de arrecadação, o número de funcionários. E essa medida, sugerida pelo Senador Pimentel, de aprovar sem emenda, dá sentido à urgência do aumento dos valores sobre os quais estão resguardadas as pequenas e microempresas.

O compromisso do novo projeto de lei é extremamente razoável e necessário. Acredito que até o pedido de vista protela desnecessariamente o encaminhamento desse projeto ao Plenário. É um projeto urgente, necessário e importantíssimo para o País, principalmente num momento de crise.

Essa preocupação com a arrecadação é uma preocupação sem objeto, porque a desoneração dos pequenos aumenta a arrecadação do Estado através da capitalização das pequenas e microempresas, como ocorreu no Estado do Paraná.

Quero louvar o relatório do Senador Pimentel e só lastimar o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, Item 6, vista coletiva. Nós iremos apreciar esse projeto na próxima terça-feira. É esse o entendimento. *(Pausa.)*

É esse o entendimento?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, não é por entendimento. É regimental o direito de pedir vista, é claro! Mas não é por entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas é regimental.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Só para registrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Mas, pelo que eu entendi aqui, alguns Senadores se manifestaram pelo pedido de vista.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro! Até porque o projeto é de iniciativa do Executivo federal, e não há nenhuma alteração. A dúvida que há é sobre a substituição tributária, que é necessário discutir. Não está aqui. A justa emenda foi apresentada pelo ilustre Senador Armando Monteiro. Estou rejeitando para aprofundar o debate e construindo, no PLS nº 467, de 2008, essa redação.

Portanto, o pedido de vista é regimental e nós não temos alternativa.

Quero registrar que o projeto é do Executivo federal, sem nenhuma alteração, já aprovado na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Vista coletiva, então, ao Item 6.

Nós voltamos para o Item 1.

Item 1.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, já que há uma previsão de pedido de vista coletiva também para o Item 7,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...não seria possível apresentar o Item 7 e já dar uma vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Se todos os Senadores e as Senadoras estiverem de acordo, nós, então,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Lindbergh e Senador Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu tenho sempre, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, defendido as posições do Governo, mas devo anunciar que vou ficar contra a votação desse requerimento.

Para mim, está ficando claro que a tal da reforma tributária fatiada nada mais é do que uma recentralização de receitas nas mãos da União. A reforma tributária fatiada, estão querendo fazer para ir para cima dos Estados de forma separada. Eu acho um absurdo a forma como estão discutindo, sem construir um

acordo com Santa Catarina, sem construir um acordo com Goiás, sem construir um acordo com o Espírito Santo, com Mato Grosso do Sul. Não pode o Governo querer colocar isso para votar assim. Não pode ser dessa forma. Estou convencido.

Quero trazer alguns dados aqui, Sr. Presidente, que mostram a concentração de arrecadação cada vez maior por parte da União.

Em 2008, a União foi responsável por 68% das receitas arrecadadas; Estados, 27%; Municípios, 5%. Depois das transferências, a União ficou com 54%; Estados, 27%; Municípios, 19%.

Senador Demóstenes, Sr. Presidente, de 2007 a 2010, a arrecadação da União cresceu, em termos reais, 25,9%, enquanto as transferências da União para os Estados cresceram apenas 15,3%. No ano de 2010, a arrecadação federal cresceu 8,9%, enquanto as transferências para Estados e Municípios, 2,1%.

Devo falar também que as transferências aos Estados e Municípios, entre 2003 e 2008, estavam entre 3,4% e 3,7% do PIB. Em 2009, caíram para 3%. Em 2010, foram de apenas 2,6%. Para não falar na Lei Kandir, para não falar na Cide. Então, a gente está tendo uma concentração extraordinária de arrecadação nas mãos da União.

Eu faço um apelo aqui aos senhores na discussão dos *royalties*. Eu tenho acompanhado, Senador Dornelles. Há muita incompreensão em relação aos *royalties*, Senador Delcídio. Os *royalties* surgiram no contexto da Constituinte. O Rio de Janeiro perdeu o ICMS na origem sobre o petróleo. Eu só queria dizer aos senhores o seguinte: se você pegar a arrecadação do Rio de Janeiro sobre o PIB, verificará que é a terceira menor do País por causa do FPE e porque não recebemos ICMS na origem.

Na discussão de *royalties*, nós também estamos querendo colocar a discussão com a União e com a Petrobras. Elas têm que ser chamadas a pagar.

Então, Srs. Senadores, eu acabo aqui a minha fala dizendo o seguinte: o que proponho é que nós, Senadores, que temos a função de representar os Estados brasileiros, a Federação, digamos em alto e bom som que não aceitamos nenhum projeto para Estado perder recurso, nenhum projeto em que Município perca recurso. Acho que é hora de a gente se sentar e discutir, em todos esses temas, a participação da União e a descentralização dessa arrecadação.

Por isso, quero dizer ao Estado de Santa Catarina, ao Estado do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul e de Goiás que nós estaremos juntos nessa discussão. Não pode haver uma imposição de cima para baixo. É essa a reflexão que eu quero chamar todos os Senadores a fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...Romero Jucá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu entendo a preocupação do Senador Lindbergh, mas quero fazer dois registros que considero importantes.

Primeiro, esse tema de que estamos tratando nessa resolução não trata de arrecadação da União. Nós estamos discutindo aqui a questão de crédito tributário de produtos importados através do ICMS, de Estado para Estado.

O que ocorre hoje? Hoje ocorre que, em algumas situações, o produto importado, recebendo crédito de ICMS, está mais barato do que o produto nacional. Nós estamos dando incentivos para a importação de produtos da China e de outros países, gerando desindustrialização no Brasil e gerando empregos fora do Brasil. Essa é uma questão que preocupa muito a todos os Estados brasileiros e ao Governo Federal.

O que eu quero registrar aqui? E já falei com o Senador Ricardo Ferraço ontem. A proposta é exatamente dar vista do relatório para que a União, que já está conversando com os Estados, principalmente com os Estados que serão mais afetados porque têm mecanismos de incentivo à importação, como Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás... O Paraná não...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – *(Intervenção fora do microfone)* – Eu fui obrigado a baixar o imposto porque não conseguia mais importar por Paranaguá. Santa Catarina reduziu e eu tive que reduzir em Paranaguá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, nós estávamos tendo uma guerra fiscal às avessas.

É importante. O Governo vai conversar com os governadores, está conversando com os governadores. Nós não vamos votar aqui essa matéria sem uma rodada de entendimentos do Ministério da Fazenda, do Governo Federal com os Estados que são, em tese, mais prejudicados.

Portanto, o que nós estamos fazendo aqui é lançando o texto do relatório, dando vista coletiva e levando ao debate que vai permear não só o debate interno aqui, no Senado, mas também entre o Executivo e os governos estaduais, Sr. Presidente.

Eu queria fazer esse esclarecimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu fui citado, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só queria corrigir e dizer o seguinte: eu não sou contra o projeto de mérito; sou contra a forma como o Governo está fazendo, interrompendo, com esse requerimento, as discussões e os debates, sem uma proposta consensual com os governadores e com os Estados para discutir compensações. Quero só registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Ferraço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Vanessa, Senador Casildo, Senador Cyro e Senador Demóstenes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, nós estamos discutindo o requerimento que solicita a inversão de pauta. É isso? É isso que o Senador Romero Jucá requereu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não.

A discussão, Senador Ferraço, é um requerimento retirado pelo Senador Lindbergh, apresentado pelo Senador Pimentel...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas isso não foi posto, me perdoe. Não foi posto, não se verbalizou aqui, nesta Comissão, a retirada de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, Senador Ferraço.

O problema é que o Senador Romero foi muito claro: ele pediu que nós discutíssemos o Item 7.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É inversão de pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas não tem vários requerimentos de audiência pública aprovados? É isso que me preocupa. A minha questão de ordem é na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pois é, Senador Demóstenes, deixe-me explicar. O Senador Ferraço entendeu o que aconteceu. O Senador Romero pediu para que nós discutíssemos o Item 7. O Senador Lindbergh, antes que nós definíssemos se íamos discutir o Item 7 ou não, o Senador Lindbergh já entrou no requerimento, quando, na verdade, nós estávamos discutindo primeiro se íamos tratar do Item 7...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...depois é que nós íamos discutir as outras coisas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso. Então, o que estamos discutindo é se vamos ter alteração de pauta ou não. E eu aí faço uma questão de ordem, Sr. Presidente, porque protocolei nesta Casa, em 12/04, na Mesa Diretora, uma solicitação para que a Comissão de Constituição e Justiça fosse ouvida. Porque tenho elementos os mais robustos para a conclusão de que esse projeto de resolução é absolutamente inconstitucional... Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex^a. Porque tenho um conjunto de sustentações que me leva à conclusão de que esse projeto é absolutamente inconstitucional. Nós fizemos um requerimento, em 12/04, para que a Comissão de Constituição e Justiça fosse ouvida. Em 18/04, há um expediente do Presidente do Senado a V. Ex^a:

“Comunico a V. Ex^a que foi protocolizado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento do Senador Ricardo Ferraço, solicitando que o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Nesses termos, solicito a V. Ex^a a remessa do referido projeto que tramita nessa Comissão à Secretaria-Geral da Mesa para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com os processados sobre a Mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece,ipsis verbis:

Art. 266. O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário.”

Ou seja, a Comissão está meio que não observando, meio que ignorando o requerimento feito por mim e a solicitação do Presidente do Senado para que nós pudéssemos votar esse projeto ouvindo a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – No caso, é determinação. As comissões são auxiliares do Plenário. Se há uma determinação, o processo tem que ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só gostaria de registrar, Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que eu quero é um esclarecimento de S. Ex^a do porquê...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O esclarecimento é votar o mérito e mandar depois para a CCJ, conforme orientação da Mesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu vou concluir, Presidente. Eu vou concluir.

Nós estamos ignorando, como bem assevera o Senador Demóstenes, uma determinação da Mesa

Diretora, que é órgão superior a esta Comissão. Portanto, não podemos votar esse requerimento. Não podemos votar sequer o projeto e muito menos a inversão de pauta, como solicita o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

Faço a V. Ex^a este requerimento. Faço esta manifestação para que nós não estejamos eivando esse processo de vícios ainda adicionais de inconstitucionalidade.

É o que requeiro a V. Ex^a, obediência a esse requerimento e à determinação da Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero fazer uma proposição ao Senador Ricardo Ferraço, ao Senador Lindbergh, ao Senador Demóstenes, enfim, ao Senador Casildo.

A ideia do Governo não é criar um tumulto nesta discussão. Pelo contrário. É criar um processo em que possa se resolver um desafio que é um desafio do País. Nós não estamos discutindo aqui questões menores, são questões nacionais.

Qual é a proposta que eu gostaria de fazer? O relatório de V. Ex^a está pronto, seria dada vista hoje. Quero fazer a seguinte proposição: nós daríamos vista ao relatório hoje...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vista ao relatório, de forma alguma! De forma alguma!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Um momento, um momento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Está com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nós daríamos vista ao relatório e, ao mesmo tempo, dada vista ao relatório, portanto sendo conhecido o relatório e tendo um relatório como base para que o Executivo possa conversar com os governadores, nós remeteríamos, depois da vista, sem votar a matéria aqui, à CCJ, para que a CCJ pudesse se manifestar sobre a constitucionalidade. Enquanto a constitucionalidade é discutida na CCJ, o Ministério da Fazenda, com o relatório inicial lançado, tem condição de sentar com os Estados e começar a conversar sobre esses entendimentos para fechar o mérito.

Nós estamos querendo criar uma base de discussão, porque hoje não tem base de discussão. O projeto, que é de alíquota zero, todos nós sabemos que não será alíquota zero. Todos nós sabemos que terá que ser uma gradação. Todos nós sabemos que tem excepcionalidades.

Então, a ideia era ter um texto para discutir entre os Estados e a União, enquanto se discutia a questão da constitucionalidade. Não estou querendo votar

aqui a toque de caixa essa matéria na CAE. Eu estou querendo lançar um tema para discussão.

Então, fica esta sugestão: nós daremos vista, não votaríamos na próxima semana...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Não, não foi nem apresentado o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para contraditar. Para contraditar. É uma questão de ordem. Para contraditar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não foi apresentado o relatório, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, acho que se deve deixar claro que ninguém aqui está analisando nenhum projeto para retirar recursos. O que estamos votando aqui é um projeto de lei que deverá evitar exatamente essa guerra que está estabelecida entre os Estados. O Senador Requião deu um depoimento aqui que não precisa dizer mais nada, Senador Ferraço. Ele foi obrigado, enquanto Governador do Estado do Paraná, a rebaixar o nível do seu imposto para poder concorrer com Santa Catarina.

Então, é com essa guerra fiscal que ninguém concorda. Agora, temos que ver o outro lado da moeda, que é a situação financeira dos Estados brasileiros. É que isso tem proporcionado, efetivamente, o desenvolvimento de alguns Estados mais periféricos, Sr. Presidente. Então, acho que temos que levar isso em consideração. Mas, diante desse impasse que está aqui... Eu procurei o relatório na nossa pauta, e não está. Ele estava anexado. O Senador Cyro me informou: “Ele está solto aqui”. Li o relatório. O relatório apresenta mudanças ao projeto original, o relatório que V. Ex^a apresenta hoje – no dia de hoje, somente, acabo de ler o relatório –, em que V. Ex^a começa uma gradação da diminuição do tributo, que vai de 10%...

(Manifestação fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu que peço desculpas. Acho que estou atrapalhando algum importante diálogo que está havendo aqui do lado, Sr. Presidente.

Então, V. Ex^a sugere que, no ano que vem, fique em 10%, até que chegue a 2% no ano de 2015. Isso é uma novidade.

Então, acho que o que o Senador Jucá propõe não cabe. Acho que precisamos de um tempo maior do que isso. Não sou contrária ao projeto. Não sou contrária. Sou favorável, porque, se tem um Estado que perde, e perde muito, com isso, eu creio que seja

o Estado do Amazonas, que tem a Zona Franca de Manaus. Não tenho dúvida nenhuma.

Mas nós não podemos votar assim. Eu, tomando conhecimento do relatório hoje, vista coletiva e se vota na semana que vem. Não dá! Temos que voltar, porque também não adianta. Se houver vista coletiva, ele vai ficar pronto...

(Manifestação fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tudo bem que não será na próxima. Será na outra.

Mas acho que não, Sr. Presidente. Acho que nós não podemos. Precisamos fazer novas audiências públicas, o que a gente pode fazer rapidamente. A gente faz audiência pública aqui na véspera da votação de matérias. Então, não seria demais, no meu entendimento, fazer novas audiências. Não precisam vir os governadores, como já vieram alguns governadores para tratar. Vieram secretários.

Mas devemos fazer, porque essa é uma matéria muito importante, que mexe com a Federação, com os Estados federativos. Então, vamos debater.

Não sou contra o projeto. Agora, para que ele seja aprovado mais lá adiante, tem-se que esgotar o debate, porque, se começar por caminhos tortos, dificilmente votaremos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o que estamos agora discutindo é uma questão prejudicial à votação.

O que aconteceu? Todas as comissões são auxiliares do Plenário da Casa e da Mesa Diretora. Tanto é que, mesmo nas decisões terminativas, há possibilidade de um grupo de Senadores, com número mínimo, recorrer da decisão das comissões, e o Plenário fazer essa apreciação.

No caso que estamos vivenciando, Sr. Presidente, nós não temos apenas um requerimento formulado pelo Senador Ricardo Ferraço. Na realidade, no dia 18 de abril, o Presidente da Casa, Senador José Sarney, determinou a V. Ex^a, num comunicado do Ofício nº 471, que os autos teriam de ser remetidos à Mesa para que o requerimento do Senador Ricardo Ferraço fosse apreciado. Tanto é verdade que não podemos aqui deliberar que, em seguida, vai o projeto para a Comissão de Constituição e Justiça. Essa é uma deliberação que pode ser tomada única e exclusivamente pelo Plenário da Casa.

Então, Sr. Presidente, o que estou solicitando a V. Ex^a e o que já foi requerido pelo Senador Ferraço,

numa questão de ordem que V. Ex^a ainda não respondeu? Ou seja, que os autos sejam remetidos à Mesa para votação. Até porque, se colocarmos em pauta e votarmos, se concedermos vista coletiva e remetermos os autos em seguida para o Plenário da Casa, isso não terá validade alguma, porque o que valerá será o despacho que, possivelmente, vai determinar que a CCJ seja ouvida primeiro, porque aí há uma outra questão prejudicial, que é a inconstitucionalidade, e, em seguida, a Comissão dará opinião sobre o mérito.

Então, o que solicito a V. Ex^a é, reforçando o entendimento do Senador Ferraço, que V. Ex^a cumpra a determinação do Presidente da Casa, porque nós somos meros auxiliares do Plenário. Então, peço a V. Ex^a que cumpra o ofício do Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em aditivo à tese levantada pelo Senador Ferraço, complementada agora pelo Senador Demóstenes Torres e, de início, pelo Senador Lindbergh Farias, eu acho que nós temos que ser inteligentes – e até conversar com o Senador Jucá. Nós temos algumas questões que estão aí prementes. Quanto ao caso do veto, já há o entendimento de que até o dia 5 de outubro ele será votado, em não havendo consenso. Há uma predisposição de haver o consenso em relação aos *royalties*. Essa é uma questão que vai envolver os Estados e os Municípios do Brasil inteiro. Essa questão envolve os Estados diretamente. Se nós começarmos a fatar esse caso agora...

Nós temos que buscar o conjunto das questões, Sr. Presidente. Eu estava conversando com o nosso Líder, o Jucá: vamos buscar construir agora; os prazos estão chegando. Então, isso envolve esse conjunto. E vai haver esse consenso, que envolve tudo junto, Sr. Presidente.

É a melhor saída que tem. Acho que temos de partir para isso. Temos que ser inteligentes, responsáveis, para buscarmos as essências, porque são algumas questões, três ou quatro no máximo, que resolvem tudo isso.

Acho que essa é a grande inteligência que temos que botar em prática, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu acho que já foi dito tudo. Essa votação está realmente impedida pelo arrazoado do Senador Ferraço. Isso é assunto que diz respeito exclusivamente aos Estados. Há requerimento nosso, subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin, de ouvirmos ainda alguns governadores que estão implicados. Isso passa

por uma discussão ainda muito maior do que a que está acontecendo agora. E nós estamos, como o senhor já prestou atenção, atropelando. Eu acho que temos de voltar atrás, esperar que vá ao Plenário esse requerimento do Senador Ferraço...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – CCJ, perdão! Senão vamos começar do lado inverso... Aliás, nós nem começamos pedindo inversão de pauta. Nós já formos aos requerimentos; nós já atropelamos.

Então, eu acho que devemos ordenar novamente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PSB – ES) – Vamos pegar como precedente uma outra proposta, um outro projeto da maior relevância que estamos aqui discutindo, no Congresso, que é o Código Florestal. Por onde está começando o debate sobre o Código Florestal? Na Comissão de Constituição e Justiça, para que os marcos legais possam ser observados. Se nós não estamos observando os marcos legais, não podemos começar pelo mérito. Por isso, requeri que a Comissão de Constituição e Justiça fosse ouvida; por isso, o Senador José Sarney, tempestivamente, determinou que esta Comissão remetesse os autos à Mesa, e esta Comissão está ignorando a determinação da Mesa Diretora. É nesse sentido que entendo que até mesmo o requerimento que pede a inversão da pauta está prejudicado.

É esta a questão de ordem que faço a V. Ex^a, à qual adiciono esses argumentos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que nós não estamos contra ouvir a CCJ, e poderemos fazer um requerimento aqui direto à CCJ. Não precisava passar no Plenário...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas há uma determinação do Presidente da Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sim. Estou apenas dizendo que é possível se requerer direto daqui, da Comissão, para a CCJ direto, sem precisar passar no Plenário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Claro, mas há a determinação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de propor a V. Ex^{as} o seguinte: nós apreciaríamos agora o Item 7, com o requerimento

apresentado pelo Senador José Pimentel. Nós faríamos a leitura – se é que é necessário fazer a leitura do relatório, porque praticamente ele já foi discutido aqui – e, aí, fruto disso, dentro da sugestão apresentada pelo Senador Romero Jucá, esse assunto fica sobrestado aqui, na CAE...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...fica sobrestado aqui, na CAE, em função dos encaminhamentos apresentados, e nós encaminharíamos também para a CCJ analisar a juridicidade do projeto.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu quero ler, Sr. Presidente, o que diz o art. 101, que trata da seguinte matéria, que não necessariamente temos de mandar para a Mesa; esse requerimento pode ir direto para a Comissão de Constituição e Justiça, baseado na seguinte questão: o art. 101, em seu inciso I, diz o seguinte, competência da Comissão de Constituição e Justiça:

Art. 101. [...]

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão [então, a nossa Comissão] ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão...

Portanto, esta Comissão, Senador Ferraço, pode, antes de discutir o mérito da matéria...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, eu estou dizendo o seguinte: quando houver decisão terminativa, aí, sim, vai para o Plenário. É o que diz o art. 101: quando houver terminativa. Não é terminativa. Então, esta Comissão pode, de imediato, fazer o recurso para que a matéria seja apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, sem apreciação do seu mérito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. São coisas absolutamente diferentes. O que diz é que se faz uma consulta à CCJ.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Remeter à CCJ!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Consulta, está aí no Regimento! E o que requer o Senador Ferraço é a tramitação, o que é uma coisa diferente, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas, Senador Demóstenes, o que estou propondo? Estou propondo que a gente faça a leitura aqui e remeta à CCJ. Está sob vista. Inclusive, com o Líder do Governo assumindo o compromisso de não colocar em votação enquanto não houver acordo da Fazenda com os Secretários de Fazenda.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nós queremos uma decisão de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas não há como ser lido! Não há como ser lido se o processo está sobrestado!

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois não, Senadora...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Demóstenes permitiu que eu fizesse um aparte ao pronunciamento dele.

Presidente, que V. Ex^a explique para todos nós o porquê do não cumprimento do despacho do Presidente Sarney...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...que data do dia 18 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa, muito pelo contrário. É exatamente pautado pelo que o Senador Walter Pinheiro acabou de citar. Com o despacho da Mesa Diretora, nós seguramente poderíamos votar aqui e mandar para lá. Não há nenhuma dificuldade. Nós estamos exagerando.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, o ofício do Presidente Sarney data do dia 18 de abril!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E manda V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque esse projeto não tinha sido votado, porque havia audiências públicas aqui, Senadora.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E manda V. Ex^a devolver à Secretaria-Geral da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que a senhora talvez não se lembre.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanhei todas as audiências públicas,

mas pergunto por que da dificuldade de encaminhar para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero construir um entendimento aqui. Nós só vamos votar essa matéria, o Governo tem consciência de que só vai votar essa matéria havendo um entendimento entre os Senadores e Senadoras de todos os Estados. Nós não queremos impor nada. Nós queremos iniciar um processo de discussão. O que estamos pedindo, só? Que seja distribuído o relatório e seja mandado para a CCJ. É só isso que a gente quer, para que se tenha um ponto inicial para debate com os Estados, com o Ministério da Fazenda. É essa a proposta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, aqui temos o art. 279, que fala:

“Art. 279. A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência e o disposto no art. 349, poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, para os seguintes fins:

[...]

II – reexame por uma ou mais comissões por motivo justificado;”

Em cima disso, o Presidente José Sarney fala:

“Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a que foi protocolizado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço solicitando que o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania”.

Isso significa dizer que temos de parar esta discussão. E continua:

“Nesses termos, solicito a V. Ex^a a remessa do referido projeto [isso é o Presidente da Casa, que está pedindo a remessa do referido projeto] que tramita nessa Comissão à Secretaria-Geral da Mesa para que possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com os processados sobre a Mesa nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal.”

É isso, Sr. Presidente, está claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de sugerir a V. Ex^{as}, eu gostaria de manter aqui a sugestão apresentada pelo Líder Romero: nós leríamos o relatório, vista coletiva, e encaminharíamos à CCJ, o que não muda em absolutamente nada a orientação do Presidente Sarney.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem.

Nós fizemos uma questão de ordem, com base no art. 266, com base numa determinação do Presidente da Casa, está certo? Diz aqui o Presidente José Sarney: “Solicito a V. Ex^a, Senador Delcídio do Amaral, a remessa do referido projeto que tramita nesta Comissão para que se possa dar seguimento à tramitação”. Isso em 18 de abril! E nós não o fizemos. Nós estamos nos insurgindo contra uma determinação da Mesa Diretora. Nós estamos anarquizando o processamento, a deliberação e o debate de um tema a maior relevância como este, que desorganiza a vida dos Estados federados...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não é possível votar esse requerimento porque ele está sobrestado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Se a questão é a vista coletiva...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não é a vista coletiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, estou dizendo: se a questão é a vista coletiva, a gente não precisa dar vista coletiva. V. Ex^a apresenta e manda para o Plenário. É só para ir como relatório. Eu quero que vá com o relatório. Só isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Há uma questão de ordem que precisa ser...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Na realidade, nem na pauta pode estar esse projeto, Sr. Presidente. Esse projeto não pode estar na pauta. Fere o Regimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O senhor tem que resolver a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Decida a questão de ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, tem que decidir a questão de ordem em cima do art. 266.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agora, resolve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A nossa proposta é de se ler o relatório aqui e se encaminhar à CCJ.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas V. Ex^a não pode!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É essa a decisão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sem vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem vista.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, recorro da decisão.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, não pode ser lido esse relatório hoje. Por favor!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos recorrer da decisão de V. Ex^a ao Plenário desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, recorremos ao Plenário desta Comissão. Votação nominal.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quem vota com a decisão da Mesa vota “sim”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quem quer que vá ao Plenário vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “não”.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para encaminhamento.

Quem vota “sim”, no meu entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concorda com a Mesa da CAE.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...concorda com a Mesa para ir à CCJ.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para ler agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para ler e mandar para a CCJ.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Lê, suspende e vai para a CCJ, sem vista coletiva. Sem vista.

É uma decisão, me parece, inteligente. Aí a gente atende à solicitação da Mesa e vai para a CCJ. Aí é inteligente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto “sim”, voto com a Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Voto com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto contra, voto com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. *Fora do microfone.*) – Com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para cumprir o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim” ou “não”?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o Regimento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Regimento, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – “Sim”, com a Mesa.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “sim”.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Não”, pela legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES ((Bloco/DEM – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “sim”.

Senador Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quantos votos?

Onze votos a oito.

Portanto, nós leremos...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a não colheu o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão! É que V. Ex^a não está registrado aqui, Senador Luiz Henrique, é que não foi registrado aqui. Perdoe-me, Senador.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “não”.

São 11 votos a 9. Portanto, prevalece a decisão da Mesa. Leremos o relatório rapidamente e encaminharemos para a CCJ.

Quero passar a Presidência para o Senador Dornelles, que é o nosso decano, para que eu possa ler o relatório rapidamente.

Senador Dornelles. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sr^{as} e Srs. Senadores, coloco em votação o requerimento do Senador José Pimentel, suspendendo as audiências públicas sobre o assunto.

É isso, Senador?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É isso mesmo, Sr. Presidente. Nós estamos requerendo ao Plenário da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aqueles que estiverem de acordo com o requerimento do Senador José Pimentel permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra ao Relator, para a leitura do relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles, o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, estabelece alíquotas de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas Operações Interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Quero me adiantar, até porque muitos até já discutiram o relatório aqui. Portanto, já vou partir para o voto.

Pelas razões apresentadas, votamos pela aprovação do PRS nº 72, de 2010, acatando, em sua integralidade, a Emenda de nº 1 e, parcialmente, as Emendas de nºs 2 e 3, na forma da seguinte emenda substitutiva: em anexo o Projeto de Resolução do Senado, com o seu art. 1º, com os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, com o parágrafo único, também com parágrafos 1º e 2º; o art. 2º também, considerando a questão do conteúdo local mínimo...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio, pela ordem. Há uma emenda minha que eu gostaria que fosse lida também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...o parágrafo único, relativo ao Confaz, que baixará as normas para fins de enquadramento de bens e mercadorias. Também no que se refere às normas, até que o Confaz baixe as normas, vale a presente resolução.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Tenho uma emenda que eu gostaria que fosse lida, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, eu entendo que a decisão do Plenário foi que este relatório vá direto para a Comissão de Constituição e Justiça.

De modo que acho que não tem sentido agora apreciar a emenda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Só para registrar que a emenda vai junto com o relatório. Não estamos discutindo e votando nada agora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É só para ler. Se ela vai junto com o relatório, tudo bem. É só isso que peço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A decisão foi que não haveria a discussão da matéria e que iria para a Comissão de Justiça.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Está perfeito, mas que esteja inclusa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Que seja enviado, pois, o relatório de V. Ex^a à Comissão de Justiça.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, depois desse embate, voltamos à Resolução nº 1.

Projeto de lei do Senado nº 302...

O Senador Humberto Costa pede a retirada do Item 1, de que é Relator, e do Item 10 também. Portanto, itens 1 e 10 retirados de pauta.

Passamos ao Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531 DE 2009

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural, e derivados, sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa pública Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), a destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, e dá outras providências.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF).

A relatoria é do Senador Lobão Filho, mas S. Ex^a não se encontra. Portanto, passo a relatoria para o Senador Casildo Maldaner.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu queria sugerir à Mesa, Sr. Presidente, considerando que há quórum alto, que pudéssemos, depois dessa matéria, começar a apreciar as matérias terminativas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para aproveitar o quórum. Obrigado.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a também a retirada de pauta do Item 16, porque desejo fazer o reexame da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Benedito de Lira solicita a retirada do Item 16 para reexame da matéria.

Senador Casildo Maldaner, eu solicitaria um relatório bastante objetivo, em função do tempo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, lembro a V. Ex^a que o Item 18, de que sou Relator, é matéria que vem há meses. Já estive em pauta uma vez, depois retiramos. É de autoria da ilustre Senadora Ana Amélia e ela está presente. Se fosse depois, se possível, após fazermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o Projeto de Lei nº 531, de 2009, que dispõe sobre a política energética nacional e dá outras providências. O Relator é o Senador Lobão Filho.

II – Análise

Cabe a esta Comissão a análise do mérito.

De início, deve-se ressaltar que a descoberta dos campos gigantes do pré-sal ensejou a apresentação, por iniciativa do Poder Executivo, de um novo marco legal para a indústria do petróleo e do gás do Brasil. Na hipótese de o projeto sob análise ser aprovado, haveria graves consequências para a União. Destaco as seguintes: vultosas indenizações, por quebra de contrato; recursos fiscais escassos teriam que ser destinados às atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos; a participação de novos investidores seria virtualmente descartada, em face de quebra de contrato e estatização; perda de receita de Estados e Municípios, a título de *royalties*; redução da geração de emprego e renda, pelo arrefecimento da atividade da indústria do petróleo, decorrente do eventual retorno ao monopólio estatal.

Diante do exposto, nossa opinião é de que a proposição sob análise não deva prosperar nesta Casa.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, sintetizando o apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado pela objetividade, Senador Casildo Maldaner.

A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora para discutir, em votação o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Casildo Maldaner.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao contrário do que muitos aqui duvidavam, eis um exemplo claro: a vida imita a arte. É um exemplo claro de um projeto que está aqui sendo discutido e vai para a CCJ agora. Portanto, nós estávamos aqui a eternidade da maçã.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134 DE 2009

– Não Terminativo –

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regula a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE, apresentando as Emendas nºs 4 a 15 e rejeitando as Emendas nºs 2 e 3-CE.

Observações:

– A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto e pela rejeição da emenda de autoria do Senador Roberto Cavalcanti;

– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE e pela rejeição da Emenda apresentada pelo Senador Roberto Cavalcanti na CAS;

– A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e, mais uma vez, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mais um exemplo para deixar muito clara a decisão que este Plenário tomou, legitimamente, com relação ao Item 7.

Com a palavra, o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

Quero registrar aqui: projeto de extrema relevância e importância para o País.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, submetesse ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 134, de 2009, do Poder Executivo, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, com o objetivo de implantar em ações coordenadas nas três esferas de governo medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

A proposição altera dispositivo de leis e decretos, entre esses o Estatuto da Criança e do Adolescente, e envolve um conjunto de ações com o objetivo de uniformizar os conceitos, regras e critérios a serem observados por todos os entes da federação, tanto no processo de apuração de atos infracionais como na aplicação de medidas socioeducativas, prevê a garantia de direitos de adolescentes infratores, disciplina o processo referente a cada medida socioeducativa aplicável e institui regras atinentes aos programas de atendimento. Procura também individualizar ao máximo o plano de execução da medida socioeducativa, contemplando condições tais como doenças, deficiências ou dependências químicas do tutelado. Para a sua implementação, inclui etapas de avaliação do atendimento a diferentes níveis de sanções aos gestores e agentes.

A análise da proposta na Câmara foi efetuada por comissão especial instituída para esse fim, que buscou a colaboração de diversas entidades da sociedade, incluindo agentes públicos e privados, educadores e especialistas envolvidos com o tema do adolescente infrator.

Está dividido em três títulos: o primeiro, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, definindo as competências dos entes federativos, os planos de atendimento nas respectivas esferas de governo, os programas e os diferentes regimes, acompanhamento e avaliação das medidas, as responsabilidades e o financiamento.

O título dois trata da execução das medidas socioeducativas, abrangendo os procedimentos gerais, os atendimentos individuais, a atenção integral à saúde do adolescente e atendimento.

O título três refere-se às disposições finais e transitórias.

As fontes de recursos para financiamentos contidas no PLC estão previstas nos arts. 30, 31, 32, 33, 34, 76, 80 e 87.

No que diz respeito à análise, Sr. Presidente, quero ressaltar que, conforme mencionado nos pareceres das diversas comissões, tanto na Câmara como nesta Casa, a implantação do Sinase nos moldes previstos no projeto em exame destina-se essencialmente a suprir a lacuna normativa e estabelecer padrões e critérios a serem observados na execução das medidas socioeducativas, as quais já foram estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990. Houve, portanto, diversos aperfeiçoamentos, inclusive de redação.

Sr. Presidente, já há um entendimento consensual. O parecer está distribuído e tendo em conta a necessidade de cumprirmos o horário da audiência pública, Sr. Presidente, vou sintetizar o voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 134, de 2009, com a emenda de redação nº 1-CE, a rejeição das emendas de redação nº 2-CE e nº 3-CE, e as emendas de redação que oferecemos.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, para debater.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A matéria está em discussão.

Tem a palavra a Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, serei breve em função do nosso tempo.

Gostaria de dizer da importância do projeto que neste momento o Senador Suplicy relata. Como não se trata de um projeto terminativo nesta Comissão, nós teremos oportunidade de debatê-lo nas próximas comissões. Ele faz parte da luta dos segmentos em defesa da criança e do adolescente em nosso País. Já passou pela Câmara dos Deputados com um processo de debate muito intenso na sociedade civil e, agora, no nosso Senado também, nós voltamos a esse contato.

Quero parabenizar o Senador por seu relatório. Muito obrigada por sua aprovação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Meu caro Senador Ferraço, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Rapidamente, na mesma linha, quero cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pelo relatório competente e detalhado acerca da matéria, que seguramente será debatido em outras comissões no seu conteúdo e no

seu mérito. Considero importante que possamos aprovar o parecer do eminente Senador Eduardo Suplicy, pelo alcance social, pela abrangência social da matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Tem a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Penso da mesma forma: o conjunto de regras colocadas contribuem para um alinhamento nesse desafio em que o Brasil já está perdendo muito, que é a área da ressocialização especialmente, como relatado aqui pelo Senador Suplicy. Parabéns a S. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o assunto, passaremos à votação.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas de nº 1-CE e CAE, e nºs 4 a 15-CAE. Rejeitadas as emendas de nºs 2 e 3-CE.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já encerrada a votação dessa importante matéria, queria renovar a solicitação do Senador Casildo Maldaner, aproveitando o quórum, para a inversão da pauta para a matéria de nº 18, que é terminativa e precisa desse quórum. Renovo, portanto, o pedido feito pelo Senador Casildo Maldaner, que é o Relator dessa matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela importância do projeto, queria pedir urgência, para que vá direto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Qual projeto?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Do Sinase. Relatado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah, perdão!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu ia falar, mas a Senadora Ana Amélia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, se todos os Senadores e Senadoras concordam, encaminharemos... Aliás, não. O projeto ainda passa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Não há como mandá-lo diretamente ao plenário.

Eu queria só registrar o seguinte. Nós temos uma audiência pública com a Ministra do Desenvolvimento Social, mas, ao mesmo tempo, nós temos quórum aqui para deliberar sobre as terminativas. Então, queria solicitar aos Srs. Senadores e Senadoras: se pudermos ter agilidade, poderemos limpar essa pauta rapidamente. Vamos procurar ser objetivos na apresentação dos relatórios, porque aí nós apreciamos esses projetos, que são terminativos.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Começo pelo item nº 18, por sugestão do próprio Senador Casildo e, depois, nós olharemos os outros rapidamente.

É o seguinte o item a ser apreciado:

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e nobres colegas, vou tentar sintetizar, ser bem objetivo nessa proposta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A proposta da Senadora Ana Amélia, que passou na Comissão de Assuntos Sociais e agora está nesta Comissão, é que os bancos cooperativos de crédito possam acessar, dentro do possível, quando há disponibilidade, recursos do FAT para atender os trabalhadores rurais. Essa é a proposta da Senadora Ana Amélia.

Aí chegou à Comissão de Assuntos Sociais, na época da Senadora Marisa Serrano, e ela propôs uma emenda que, além das cooperativas de crédito e os bancos de crédito cooperativo, pudessem os bancos oficiais, porque, hoje, para acessar recursos do FAT, são os bancos oficiais federais, a Caixa Econômica,

o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco do Nordeste, o Basa etc. Então, a Senadora Marisa Serrano acrescentou que os bancos oficiais estaduais, agências de fomento e bancos oficiais de crédito pudessem também acessar, com o intuito de poder criar capilaridade e atender essas entidades no Brasil inteiro. É para ajudar.

Então, foi essa a emenda da Senadora Marisa Serrano. Depois, também, quando recebi esse relatório nesta Comissão aqui, nós acrescentamos que, além do meio rural, nós pudéssemos contemplar, além dos bancos cooperativos, pudéssemos contemplar essas instituições federais estaduais e essas agências; pudéssemos, além do setor rural, também micro e pequenas empresas, Sr. Presidente. Esse é o objetivo.

Além disso, conversando com o Senador Dornelles, ele acrescentou: “olha, esse negócio tem que ter muitas garantia”s. Aí nós nos reunimos e acrescentamos que as garantias para se acessar recursos do FAT, garantias extras, que fossem oferecidas Letras do Tesouro Nacional. Se houver disponibilidade de recursos do FAT, têm que ser oferecidas Letras do Tesouro Nacional, para que haja garantia, Letras do Tesouro Nacional ou equivalência. Aí o órgão gestor dos recursos do FAT vai colocar a exigências: ou Letras do Tesouro Nacional, quando houver disponibilidade, se aprovar um programa desses, ou sua equivalência.

Então, em síntese, esse é o objetivo da proposta da eminente Senadora Ana Amélia, para criarmos uma capilaridade, para democratizarmos os recursos, dentro dos objetivos do Governo Federal, que na essência é isso, para tentarmos acessar.

Essa é a essência da proposta, Sr. Presidente, e do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero dizer aos Srs. Senadores e às Senadoras que, sem dúvida nenhuma, este é um projeto que tem um alcance muito grande, sobretudo ao agricultor familiar, ao pequeno agricultor. Por quê, Sr. Presidente? Porque as cooperativas de crédito chegam lá na ponta, a que dificilmente esses chamados agricultores familiares têm acesso. É muito difícil isso.

Então, ao permitir que esses recursos sejam operados também pelas cooperativas de crédito, faz-se com que o acesso desse pequeno agricultor seja muito facilitado. Eu tenho comigo que é uma iniciativa muito boa e muito prática, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir, sinceramente, o apoio dos Senadores, porque é relevante o projeto da Senadora Ana Amélia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Olha, eu sou um admirador da Senadora Ana Amélia, eu sou um admirador do Senador Casildo Maldaner, mas eu vou pedir vista, porque nós estamos falando de recursos do FAT. De antemão, em primeira análise, aqui, eu sou contra, mas quero pedir vista, para examinar com calma, com cautela.

Recurso do FAT, na minha visão, tem que estar centralizado no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. As cooperativas têm que acessar esses bancos. Nós temos 1,4 mil cooperativas de crédito.

Então, quero pedir vista e vou dizer aos senhores que vou conversar detalhadamente com os senhores para tentar apresentar esse pedido a partir de conversas com os Srs. Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço vista coletiva, Presidente. Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva.

A Sr^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, embora tenha sido concedido vista coletiva, eu queria só esclarecer, devido à preocupação do Senador Lindbergh e, imagino, do Senador Ferraço, e até já foi manifestada a mim pelo nosso Líder Francisco Dornelles. Esse aspecto, que foi uma emenda inteligente e prudentemente apresentada pelo Senador Casildo, de dar a garantia de letras, de títulos do Tesouro, para não haver risco ao recurso que o FAT vai utilizar. Acessar via bancos oficiais mantém o mesmo problema do preço desse dinheiro. O próprio Banco Central reconhece que as cooperativas de crédito no Brasil, hoje, têm a fiscalização do Banco Central, há um rigor administrativo muito sério para garantir a seriedade e a responsabilidade de tais operações.

Era esse o registro que eu queria fazer sobre o aspecto da garantia que os títulos públicos vão oferecer nessas operações.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já está concedida vista coletiva, mas quero reforçar a tese da Senadora Ana Amélia, até porque nós temos precedentes. O cooperativismo no Brasil evoluiu, ele está maduro, ele é uma locomotiva que vem gerando,

com enorme capilaridade, desenvolvimento, prosperidade e acesso ao crédito em todo o País.

Até muito recentemente os recursos do Funcafé, que financiam a lavoura do café, eram gerenciados especificamente, exclusivamente pelo Banco do Brasil. Conseguiu-se que também as cooperativas pudessem acessar esses recursos, por sua capilaridade, até porque quem é associado a uma cooperativa é associado, não é cliente. Com base nisso, nós conseguimos enorme dinamização do Funcafé.

Voltaremos a debater o tema, mas não poderia perder a oportunidade de manifestar o meu apoio à iniciativa da eminente Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB — SC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a retirada de pauta do Item 17, atendendo uma ponderação do Ministro Francisco Dornelles de que, eventualmente, pode se tratar de matéria restrita a projeto de lei complementar.

Então, peço a V. Ex^a a retirada para o reexame da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, do Item 18 foi pedida vista coletiva. O Item 17 foi retirado de pauta pelo senador Luiz Henrique, para reexame. O Item 8...

Eu pediria aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que objetivassem os relatórios, porque a Ministra já se encontra na sala da Secretaria. Já são 11h20. Foi uma reunião muito conturbada, apesar de projetos muito importantes terem sido aqui votados.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15 DE 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com palavra, o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetido ao

exame desta Comissão, em decisão terminativa, o PLS nº 15, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que pretende alterar a Lei nº 9496, de 1997, que estabelece os critérios e condições para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

O projeto em tela pretende alterar os encargos estabelecidos no art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, sob as quais esses contratos foram negociados, reduzindo e postergando os valores mensais a serem pagos, para atenuar os impactos da crise econômica internacional, que atingiu mais fortemente o Brasil no final de 2008 e no ano de 2009.

Com efeito, os juros passariam do mínimo de 6%, para o máximo de 3% ao ano. A atualização monetária, hoje efetuada pelo IGP-DI, passaria a utilizar o menor índice entre o IPC e o IGP-DI.

Em face da mudança proposta, há que se imaginar que ela pode incorrer em vício de inconstitucionalidade. Do mesmo modo, ela confronta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não fossem esses obstáculos, por ora insanáveis no âmbito do Legislativo, caberia também questionar se, do ponto de vista do mérito, pretenderia o Executivo flexibilizar qualquer disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De qualquer modo, o projeto foi apresentado, embora meritório, num contexto distinto. É bom que se registre que a questão das dívidas assume um caráter mais estrutural e, que, portanto, deve ser negociada no âmbito de uma agenda ampla de reformas fiscais, já sinalizada pelos governadores dos Estados e que está em negociação com o Governo.

Assim, considerando os óbices constitucionais e jurídicos e considerando, ainda, que há um projeto que tramita nesta Casa – e, mais especificamente, nesta Comissão –, o PLS nº 334/2011, que propõe ampla renegociação das dívidas estaduais e municipais e que tem como signatários os companheiros do PMDB, sendo o primeiro o Senador Eduardo Braga, e propõe, inclusive, alterar o indexador pra o IPCA, reduzindo a taxa de juro real...

De modo que, considerando a superveniência desse outro projeto, que nos parece mais adequado ao contexto atual, e os óbices constitucionais e jurídicos que já foram aqui referidos, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2009.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, primeiro, o Senador Luiz Henrique e, depois, os Senadores Wellington Dias e Lindbergh Farias.

O SR. LUIZ HERIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de lei sob exame, de autoria do ilustre Governador do Estado de Santa Catarina, quando Senador, reflete uma angústia coletiva com o desequilíbrio da Federação. Nós temos hoje uma divisão dos tributos auferidos pelo governo da nossa população absolutamente inadequada, que centraliza de forma demasiada as ações nas mãos do Governo Federal.

Os países desenvolvidos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, têm uma característica descentralizada. Recentemente, li um trabalho sobre a China, e, diferentemente do que se pensava de um estado de planejamento central, de um estado de organização política autoritária, também a China é altamente descentralizada. O que lhe garante todo esse processo de crescimento rápido é exatamente a descentralização.

No Brasil, infelizmente, a União fica com 63% dos recursos arrecadados; os Estados, com 22%; e os Municípios, onde vivemos, onde exercemos o direito às demandas sociais, com apenas míseros 13%.

O que aconteceu, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Depois que a Constituição cidadã entrou em vigor, por atos diversos, a União tratou de desequilibrar extraordinariamente a divisão tributária. Quando a Constituição foi aprovada por nós, Constituintes, os Estados participavam com 73% dos recursos arrecadados pela União. Hoje, os Estados participam com apenas 45% dos recursos arrecadados pela União.

O Governo Federal entendeu por bem, por meio deste Congresso, isentar as exportações do ICMS. Em seguida estabeleceu-se o mecanismo da Lei Kandir, pelo qual os Estados obtinham de compensação 50% da isenção concedida. Pois bem, nos últimos oito anos os Estados receberam apenas 10%, não mais do que isso, de compensação das exportações. Por outro lado, os Estados estão afogados por uma dívida consolidada, pela qual a União pratica juros usurários, transformando-se numa grande especuladora, em detrimento dos Estados.

Temos aí, Sr. Presidente, a questão da divisão dos *royalties* do petróleo e os Estados também não têm tido a atenção devida nas suas reivindicações.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto é absolutamente meritório, como é aquele que o Senador Eduardo Braga e eu elaboramos e propusemos nesta Casa. Em razão desse fato, e reconhecendo a inconstitucionalidade do projeto, o acerto e a competente elaboração do parecer, não acompanharei o Relator. Também não votarei contra, porque seria não

reconhecer a sua inconstitucionalidade, mas declararei minha abstenção nessa matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concederei a palavra ao Senador Wellington; depois, ao Senador Lindbergh, Senador Dornelles e Senador Ferraço.

Quero só deixar claro que, em função do adiantado da hora, não vamos ter mais condições de continuar com a pauta. Só vou terminar com o relatório do Senador Benedito de Lira, se é que a gente tem quórum ainda, porque a Ministra do Desenvolvimento Social já se encontra aqui, Ministra Tereza Campello. Portanto, vamos iniciar a próxima audiência pública.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que existe hoje na... Já seria o próximo item da pauta, não terminativo. Se V. Ex^a puder terminar com ele? É um projeto de autoria do Senador Armando Monteiro, relatado pelo Senador Luiz Henrique, da maior importância para o momento atual. Como é não terminativo, acho que terá o apoio integral de todos os Senadores da Casa. Que V. Ex^a pudesse terminar com o Item 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero só, reconhecendo a inconstitucionalidade, votar com o Relator. Mas não poderia deixar de, no momento da votação, fazer um apelo à Comissão. Acho que é a situação mais constrangedora a que vive o Brasil na política da cobrança de juros que pratica o poder central em relação a Estados e Municípios. Acho que isso é simplesmente inaceitável. Vou usar um termo que o meu e o partido de V. Ex^a sempre usou: acho que hoje temos o poder central, o Tesouro Nacional, funcionando como funcionava o FMI lá atrás. Ou seja, com uma política de juros que todos nós contestávamos no Brasil.

Por essa razão, acompanho o Relator apenas pelo lado da inconstitucionalidade, mas compreendo que a Comissão de Assuntos Econômicos precisa se somar a esse esforço que existe hoje do fórum dos governadores das várias regiões no sentido de uma solução por parte do Governo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Sr. Presidente, bem rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Obrigado, Senador Wellington.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Sr. Presidente, bem rapidamente, eu acho sinceramente que, simbolicamente, é muito ruim nós aprovarmos o relatório, Senador Armando Monteiro. Por isso, quero pedir vista. Sabe por quê? Porque o que está havendo com os Estados em relação às dívidas é uma grande covardia. Nós estamos tendo juros de 6% a 9%, mais IGPD! O IGPD em 2010 foi 11,3%. Os Estados estão pagando entre 17,3% a 20,3%. O Tesouro está lucrando. Vocês sabem que nós aprovamos aqui os empréstimos para o BNDES a 6%.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – Senador Lindbergh, não há nenhuma dúvida de que essa questão reclama uma solução ampla, estrutural. Mas é que o projeto que estamos examinando, do Senador Raimundo Colombo, ainda que meritório, foi formulado num outro contexto e diz respeito à reestruturação em apenas dois anos: 2009 e 2010. Como supervenientemente há um projeto que foi concebido, quer dizer, de iniciativa de toda a Bancada do PMDB, que é o PLS nº 334, que propõe algo muito mais amplo, de caráter estruturante, e que eu também terei a honra de relatar, por designação do Senador Delcídio, eu acho então que nós temos de considerar essa limitação do projeto que nós relatamos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Tudo bem!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – O que não significa insensibilidade do Relator com essa grave questão que tem produzido um desequilíbrio importante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Então, acolho a posição de V. Ex^a e mudo. Não vou pedir mais vista. Mas quero registrar a minha posição contra isso que considero um escândalo. E o Governo Federal tem de se posicionar, têm de avançar essas negociações. É um escândalo: de 17% a 20%, cobrando das dívidas dos Estados.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Só nessa linha, só nessa linha...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – O Senador Moka primeiro. Depois, o Senador Casildo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Eu estou inscrito, Sr. Presidente, mas posso abrir mão se V. Ex^a solicitar. Vou abrir mão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – É apenas para dizer que vou acatar e votar o parecer do Senador Armando, mas exatamente com esta garantia, de que vamos examinar o projeto da Bancada do PMDB. Tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, que esta Comissão vai, sem dúvida nenhuma, aprová-lo. É só isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES)

– Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – Inclusive, Presidente, lembrar que nós estamos requerendo audiências públicas, dado o caráter do Projeto nº 334, para ouvir os governadores, o Tesouro, e construir uma solução responsável para essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu também, assim como o Senador Lindbergh, tenho muito a falar com relação a esse tema, que é um tema central para a Federação brasileira. Mas estamos recebendo a Ministra Tereza Campello. Então, vou abrir mão da minha palavra e vou sugerir a V. Ex^a que pudéssemos votar essa matéria, que pudéssemos encerrar a fase da sessão ordinária, e pudéssemos acolher a nossa Ministra, que vai seguramente discutir um tema da maior relevância para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço, pela compreensão.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Há o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – É apenas também nessa linha de entender que a Ministra Campello está aí, não sem antes dizer que hipoteca solidariedade à ideia de buscar o consenso nessa tese. Está na hora... Até pensei que, regimentalmente, poderia anexar o parecer do Senador Armando Monteiro à proposta que tramita. Mas isso não pode. Então, vamos buscar o entendimento em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

É votação nominal.

Em votação o projeto.

Senador Suplicy. *(Pausa.)*

Quem vota com o Relator vota “não”.

Senador Suplicy. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Pimentel. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Sr. Presidente, vou me abster.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Abstenção.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Pela rejeição. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Wellington.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Abstenção do Senador Casildo.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Pelas razões expostas, me abstenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Abstenção.

Senador Dornelles.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Abstenção do Senador Dornelles.

Senador Moka. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP - AL) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Ricardo Ferraço.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Com o Relator? Com o Relator.

Senador Agripino.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Com o Relator, Senador Agripino.

Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

Não vota. É suplente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM - MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Com o Relator, Senador Jayme Campos. Quantos votos? *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro é o Relator. Voto conhecido. Voto previsível. *(Pausa.)*

Quatro abstenções e dez “não”. Portanto, o item 8 está aprovado.

Só vou entrar aqui no item 9, rapidamente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, queria, considerando...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, a Comissão rejeita o projeto. Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, considerando que o senhor está com a pauta muito apertada e está com a Ministra aí, como o projeto de que sou Relator não é de muita relevância, pediria a V. Ex^a que retirasse de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas o projeto de V. Ex^a já foi lido. É simplesmente uma votação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Já foi lido? Então, ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A não ser que V. Ex^a queira acrescentar alguma coisa. *(Pausa.)*

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526 DE 2009

– Terminativo –

Dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários.

O relatório foi lido na 39ª Reunião, realizada em 30 de agosto. Foi concedida vista coletiva.

Como o Relator, Senador Benedito de Lira, não deseja fazer uso da palavra, porque já leu o relatório e não havendo ninguém para discutir, coloco em votação.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não há quórum. Vocês deixaram escapar um Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O item 5, Sr. Presidente, de autoria do nobre Senador Armando Monteiro, é matéria que considero não polêmica e altamente meritória. Se V. Ex^a permitir, farei uma leitura sintética do relatório para que possamos votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o item 9, Senador Benedito de Lira, tinha pedido para que a gente... Fica para a próxima. Não temos quórum.

Passo, então, para o item 5, que é o último item da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244 DE 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Com a palavra, o Relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já o disse, é matéria de alta relevância. Quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro por tê-la proposto.

O projeto visa possibilitar ao contribuinte, antes de eventual ação de execução fiscal, oferecer garantia idônea para o pagamento de débitos apontados pelo fisco, para fins de obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa.

O projeto é constitucional, legal e jurídico.

Por isso, Sr. Presidente, voto pela aprovação do referido projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador e nenhuma Senadora para discutir, em votação o relatório do Senador Luiz Henrique, de extrema relevância. É pena que, hoje, o PRS nº 72 bagunçou o coreto aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Portanto...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Peço a palavra a V. Ex^a pela ordem, porque eu tenho um requerimento, que já está pautado nesta Comissão há algum tempo e que eu gostaria de que, se fosse possível, V. Ex^a colocasse para discussão e votação dos Srs. Senadores. É o Requerimento, que está na pauta, de nº 19. Eu agradeço a V. Ex^a, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por solicitação do Senador Benedito de Lira, Requerimento de nº 65, de 2011.

ITEM 19 REQUERIMENTO Nº 65 DE 2011

Requer a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 23 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes”.

Iniciativa: Senador Benedito de Lira

Observações: Em 30/8/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

Com a palavra, o autor do requerimento.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, nós apresentamos o projeto de lei, que estabelece critérios com relação aos Municípios brasileiros com população de até 50 mil habitantes, para que eles não fiquem na obrigação de ter o prejuízo que têm tido no decorrer da transferência de recursos federais do Orçamento Geral da União ou de convênios previamente estabelecidos pelo Governo.

Então, apresentamos esse projeto de lei, que isenta, para esse tipo de procedimento... Não é que esteja dando calote na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas é que vai facilitar, por exemplo, a situação dos Municípios que, num dia, estão fora do CAUC e, no dia seguinte, estão no CAUC, por uma razão qualquer, e o Governo, evidentemente, não assina os contratos nem faz as transferências constitucionais para os Municípios com população de até 50 mil habitantes.

Daí por que peço a V. Ex^a e aos demais pares a apreciação desse requerimento para que a gente possa apreciar o projeto de lei em pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento de nº 65, de 2011, da CAE, de autoria do Senador Benedito de Lira.

Peço desculpas pelo Item 9, Senador Benedito de Lira, porque nós vacilamos aqui e faltou um Senador...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O esforço de V. Ex^a é muito grande, mas não controla a presença do Senador, quando ele tem outra Comissão, muitas vezes, que está à procura dele.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 02 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e, em seguida, do Senador Benedito de Lira, Presidente Eventual, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Ana Rita, Angela Portela, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, João Ribeiro, João Durval, José Agripino, José Pimentel, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Marta Suplicy, Reditario Cassol, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Clésio Andrade, Valdir Raupp, Roberto Requião, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositora, da Excelentíssima Senhora Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a finalidade de discutir “a diretriz principal de governo da Presidenta Dilma Rousseff de ‘erradicar a pobreza absoluta’, ‘promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade’, e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos”, em atendimento aos Requerimentos nº 3 de 2011-CAE

e nº 1 de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores. A Audiência Pública é realizada com a presença da Exma. Sra. Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e, ainda, da Sra. Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Wellington Dias, Eduardo Braga, Inácio Arruda, Lindbergh Farias, Angela Portela, Ana Rita e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a reunião conjunta, 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, presidida com muita competência pelo Senador Jayme Campos.

Pauta: audiência pública com a presença, como expositora, da Ex^{ma} Sr^a Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a fim de discutir a principal diretriz de governo da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos, em atendimento aos Requerimentos nºs 3, de 2011, da CAE, e de nº 1, de 2011, da CAS, de iniciativa do Senador Suplicy e de outros Senadores.

S. Ex^a a Ministra Tereza Campello já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço ao Senador Suplicy que conduza a Ministra ao plenário desta Comissão, assim como a Secretária Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza, do MDS, que também participará desta audiência pública. *(Pausa.)*

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a a Sr^a Tereza Campello terá 30 minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Comunico que, a partir desta reunião, a Presidência, com base nos arts. 89, inciso I, e 243, do Regimento Interno do Senado, irá considerar apenas

o primeiro signatário do requerimento como orador automaticamente inscrito. É importante registrar isso.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo-se à Ministra o mesmo tempo para tréplica.

Antes disso, eu queria apenas pedir desculpas à Ministra Tereza Campello e à Secretária Ana Fonseca pelo atraso desta audiência pública, porque hoje foi discutido um projeto aqui que criou grande polêmica na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós ficamos quase uma hora debatendo o projeto aqui. Enfim, pelo menos foi lido o relatório e será encaminhado também esse projeto para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, atendendo, inclusive, a uma determinação da Mesa, do Presidente Sarney.

Portanto, passo agora a palavra à Ex^{ma} Ministra Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para fazer sua exposição.

Passo ao Senador Jayme Campos... Continuo na Presidência.

Passo a palavra para a Ministra Tereza Campello, mais uma vez registrando nossas desculpas pelo acontecido hoje, mas, infelizmente, a vida aqui no Parlamento é dura.

A SR^a MINISTRA TEREZA CAMPELLO – Obrigada, Senador Delcídio. Eu queria, antes de mais nada, agradecer a oportunidade. Estamos há tempos para fazer essa discussão, esse diálogo. Eu queria me colocar à disposição desta Casa, da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu queria agradecer ao Senador Suplicy e aos demais Senadores pelo convite.

Tentarei ser breve, inclusive para dar tempo de trocarmos impressões e de receber contribuições das Comissões.

Na verdade, vou usar uma parte importante do tempo, porque o plano é bastante complexo, que busca dar conta das várias dimensões da extrema pobreza. Portanto, é um plano que enfrenta a agenda de renda, mas enfrenta também a agenda de serviços públicos e de inclusão produtiva, que é uma agenda muito atual no Brasil de hoje, no Brasil que cresce, no Brasil que se desenvolve, no Brasil que gera emprego, que gera oportunidade para todos; e nós queremos que também gere oportunidade para essa população extremamente pobre. Mas é um plano para quatro anos. Portanto, mais uma vez, gostaríamos de nos colocar à disposição para receber contribuições. É um plano que queremos que tenha ajustes ao longo do próximo período, que receba contribuições e que amplie seu escopo.

A ideia central do Brasil Sem Miséria, a ideia que organiza o conjunto do plano é que nós estamos num momento, como eu disse, num País que cresce, num

País que se desenvolve, mas que não é natural para essa população de 16 milhões de brasileiros, que se encontram em situação de extrema pobreza. Que eles possam estar se aproximando deste Brasil cheio de oportunidades.

É fundamental que o Estado brasileiro possa apoiar, ajudar e garantir que essa população extremamente pobre possa acessar este Brasil cheio de oportunidades de serviços, em que a rede de serviços públicos cresce. O Estado brasileiro tem conseguido ampliar suas ações, e, ao mesmo tempo, a economia se desenvolve.

Qual é a ideia central, então, como eu estava dizendo? Como aproximar este Brasil rico, que cresce, cheio de oportunidade, com este Brasil ainda com 16 milhões de miseráveis? Isso não acontecerá naturalmente. Essa população precisa de renda, precisa de informações, precisa acessar os serviços públicos, e o Brasil Sem Miséria é a mão do Estado chegando a essa população, que precisa de apoio.

Então, a primeira ideia central do Brasil Sem Miséria é a Busca Ativa. Não é mais o pobre correndo atrás da ajuda do Estado; é o Estado chegando onde a pobreza está. Nossa preocupação é garantir que esses 16 milhões de brasileiros não sejam mais uma estatística, que eles passem a integrar o Cadastro Único. Muita gente acha que o Cadastro Único viabiliza apenas o acesso ao Bolsa Família. Não é verdade. É muito importante que o Cadastro Único possa ser mobilizado pelo conjunto dos Municípios, para que a gente tenha acesso às informações a respeito dessas famílias, ao que elas precisam, saber quantos membros são, se há pessoas com deficiências ou não, se há idosos, quantos estão em sala de aula, quais os serviços públicos que estão na suas proximidades, para que a gente possa atuar sobre esses 16 milhões nessas várias dimensões, envolvendo renda, envolvendo bem-estar e envolvendo inclusão produtiva.

Aqui temos algumas imagens da Busca Ativa, que já começou. Ontem, inclusive, nós já divulgamos alguns dos dados do Brasil Sem Miséria. Aqui nós temos vários exemplos, tanto indo à casa das pessoas, buscando informações e fazendo cadastro, quanto alguns exemplos de experiências, como a de Manaus. As prefeituras estão usando os recursos do IGD para comprar veículos e organizar a Busca Ativa. Então, a ideia é que a gente, de fato, garanta que o Estado brasileiro chegue onde essa população está.

Nós temos dados, já do mês de setembro, do Busca Ativa. Nossa preocupação é garantir que as 800 mil famílias que nós avaliamos e que estão fora ainda do Bolsa Família até dezembro de 2013 sejam integradas ao Bolsa Família e ao Cadastro Único. Nesses

dois meses e meio de trabalho, nós já conseguimos incluir novas 180 mil famílias. A Busca Ativa envolve diferentes estratégias. Por exemplo, estamos fazendo um levantamento nas cidades onde temos um subcadastro, em especial no Sudeste. Estamos trabalhando com as empresas concessionárias de energia elétrica, estamos trabalhando com o Incra, com o Instituto Chico Mendes, buscando a população extrativista.

Então, estamos organizando um conjunto de ações para encontrar essas 800 mil famílias e atualizar o cadastro. Essa é uma primeira informação. É uma novidade que anunciamos ontem, Senador Delcídio.

A outra informação importante que nós também já divulgamos foi um compromisso da Presidenta Dilma, no dia 02 de junho, já implementado – e as famílias já estão recebendo –, que foi a ampliação do benefício de três para cinco filhos. Com essa medida, que é uma medida provisória publicada no dia 03 e que se encontra em avaliação aqui, no Senado, 1,2 milhão de crianças foram incorporadas ao Bolsa Família. Portanto, ampliou-se o conjunto dos benefícios e atingiram-se, fundamentalmente, as crianças, que é o público mais vulnerável da população extremamente pobre. A nossa avaliação é a de que 40% desses 16 milhões são crianças, e esta Medida Provisória nº 535 implicará 500 milhões, quando estivermos pagando o ano cheio, já a partir do ano que vem.

Outra medida que anunciamos ontem e que também faz parte do escopo do redesenho do Bolsa Família dentro do Brasil Sem Miséria é garantir o que estamos chamando de retorno garantido, que viabiliza às famílias que consigam melhorar sua situação de renda reduzir sua situação de vulnerabilidade, melhorando ou seu emprego, ou sua renda, ou seu negócio; que possam pedir um desligamento do Bolsa Família e retornar, de forma praticamente automática, facilitada, ao Bolsa Família – porque a gente tem informação atualizada –, ao mesmo tempo, criando uma espécie de seguro dentro do Bolsa Família. Muita gente acaba não devolvendo... A gente fala em devolver o cartão, mas, na verdade, não há nem devolução do cartão. É um pedido de desligamento. As pessoas ficam com o cartão para evitar esse custo a mais e garantir que também haja essa facilidade.

Essas medidas já estão sendo operadas a partir de ontem, tanto a ampliação do número de crianças quanto o retorno garantido.

Uma terceira ação importante de registrar neste momento, também aproveitando para fazer uma prestação de contas, é que muitos dos Estados brasileiros têm pactuado com o Governo Federal, garantindo uma complementação de renda ao programa Bolsa Família. Com isso, nós estamos conseguindo, na maior parte

dos casos, que a gente cubra exatamente essa situação de pobreza e que essa complementação de renda garanta que as famílias, do ponto de vista da renda, já saiam da situação de extrema pobreza.

Então, nós temos aqui o Estado de São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, o GDF, o Rio Grande do Sul, o Espírito Santo, o Acre em negociação, Amapá e Rondônia já com uma pactuação bastante avançada, e estamos negociando também com outros Estados. Essa é uma medida importante, prevista e anunciada pela Presidenta no dia 02 e que já está em operação nesses 08 Estados.

Entrando agora na agenda de inclusão produtiva.

É importante ressaltar que o compromisso que nós anunciamos, de 1,7 milhão de vagas para qualificação e capacitação, tem duas grandes novidades na nossa avaliação. O primeiro deles é que, fora o próprio número... 1,7 milhão de vagas para esse público é uma novidade. Os cursos de capacitação e qualificação que eram ofertados no Brasil era para um público já com carteira de trabalho, um público já com experiência no mercado de trabalho, o que não é o caso do nosso público do Bolsa Família e do Cadastro Único, que são famílias em que a situação de empregabilidade é muito mais vulnerável. São pessoas que fazem bico, que não têm carteira assinada, que tem seu pequeno negócio ainda informalmente. Então, garantir vagas para a capacitação de 1,7 milhão é um anúncio inédito.

Segundo, nós estamos reestruturando esses cursos para que eles sejam adequados a essa população. E o terceiro ponto importante é que esses cursos estarão casados com a agenda de intermediação. A nossa ideia é a de que não haja mais qualificação e capacitação sem que haja uma aderência com o que existe de oferta de emprego e sem que se garanta condições de empregabilidade para essa população.

Então, a ideia não é somente ofertar curso de qualificação e capacitação, mas garantir intermediação e garantir a colocação dessas famílias.

Também temos uma meta de formalização de 120 mil novos empreendedores, organizados com o Sebrae. O Programa de Microcrédito já foi lançado pela Presidenta, há poucas semanas, e toda a agenda de economia popular e solidária.

Então, como eu havia dito, o nosso compromisso é a qualificação nesses quatro anos de 1,7 milhão de pessoas. Algumas dessas ações já estão nas ruas, como é o caso dos editais que foram lançados em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego para qualificação e intermediação de oferta de 50 mil vagas.

Também em relação ao Pronatec, já estamos atuando, aguardando a aprovação do projeto de lei que se encontra no Senado, mas toda a operação já está

montada. Então, à medida que a gente tem o Pronatec aprovado, nosso esforço é garantir que essas vagas ainda sejam aproveitadas no ano de 2012. Portanto, é fundamental conseguir aprovar isso ainda em tempo de ofertar os cursos em novembro e dezembro, até porque parcela dessa população acaba trabalhando no mês de dezembro, aproveitando a ampliação de oferta das compras de Natal e da dinâmica de final de ano. Então, nossa ideia é poder ainda trabalhar com oferta de vagas e abertura de cursos ainda em 2011.

Uma das ações que já estão na rua é o que a gente chama de Mulheres Mil, uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos e MEC, com oferta de 100 mil vagas ao longo desses quatro anos. Dez mil vagas já estão sendo ofertadas em 2011.

Aqui nós vemos algumas beneficiárias em curso, que é um curso que já está acontecendo; e aqui são professoras em processo de treinamento para a oferta dessas 10 mil vagas ao longo deste ano.

Então, como eu tinha dito, o Brasil Sem Miséria está em franca operação. Temos várias ações em desenvolvimento, e a perspectiva hoje é não só apresentar o plano, mas dar conta dessas ações que já estão em curso.

Outra ação também em curso é a de editais para economia popular e solidária, com oferta de ações para empreendimentos em vários Estados e Municípios. Estamos com editais abertos para Estados e Municípios e editais abertos para cooperativas de catadores, que estão sendo lançados ainda este mês, já dando conta também, fazendo uma prestação de contas das ações que estão em operação.

Com relação ao microcrédito e ao microempreendedor, uma das ações com as quais a gente tinha se comprometido no dia 2 de junho era lançar um programa de microcrédito que atendesse esse público, com linhas específicas para a população do Cadastro Único e para a população do Bolsa Família. Então, esse programa, na verdade, além das taxas de juros, que tiveram uma redução muito importante, ele tem duas grandes diferenças, ou seja, ser microcrédito para a produção – isso não é oferta de microcrédito para consumo, é um microcrédito orientado para a produção – e a grande diferença: ser um microcrédito com orientação. Então, os bancos orientam o tomador de crédito, para que a gente evite que essa população acabe se endividando, para que a gente possa ter uma orientação para um crédito que tenha retorno e para um crédito que seja bem utilizado.

Casados com essas ações, temos uma parceria com o Sebrae, articulada também com as ações de microcrédito, em que já identificamos 102 mil benefici-

ários do Bolsa Família, que também são microempreendedores e que recentemente se formalizaram. Esse público será priorizado pelo Sebrae, para que a gente possa dar orientações não só na agenda de crédito, mas na agenda de empreendedorismo. Informações sobre gestão, informações sobre estoque, como melhorar o negócio, como garantir uma qualificação do ponto de vista de otimizar as receitas e as despesas etc.. Então, estamos nos voltando para a qualificação também desse público de microempreendedores com uma ação casada com o Sebrae, recentemente aprovada – semana passada, não é, Dr^a Ana?

Com relação à agenda urbana, vocês viram que, na verdade, mesmo sendo no final do ano, estamos tentando aproveitar os meses de outubro, novembro e dezembro. Para nós é fundamental garantir a aprovação. Parte desses recursos está em aprovação aqui pelos projetos de lei, de crédito extraordinário, crédito suplementar e parte, no caso do Pronatec, também em aprovação no Senado. Mas estamos já com as ações em desenvolvimento para garantir que a gente possa aproveitar o ano de 2011.

Com relação à agenda de inclusão produtiva rural, é fundamental destacar: essa agenda, assim como a agenda de inclusão produtiva urbana, busca garantir o aumento da capacidade dessa nossa população extremamente pobre.

No caso da população urbana, nós queremos aumentar a capacidade com curso de qualificação, com orientação e, no caso da população rural, nós queremos ampliar suas capacidades e ampliar as oportunidades com assistência técnica. Então, a ação chave nas agendas de inclusão produtiva rural é a assistência técnica. Nós estamos ofertando assistência técnica para todas as famílias de agricultores familiares, começando com o Nordeste, que é onde se concentra a grande parte da população extremamente pobre no campo, e, junto com a assistência técnica, estamos entrando com recursos de fomento – R\$2.400,00 – com sementes, muda, tecnologia, água para quem precisa – Água para Todos – e luz nas localidades onde o Luz para Todos ainda não chegou. Então, a agenda central que eu queria destacar é a agenda de assistência técnica.

Neste ano, nós já temos identificadas 53 mil famílias. Então, essa agenda já começou. Nós estamos com os técnicos sendo treinados, nós já fizemos os editais que vão atender às famílias no Nordeste. Nós já temos 53 mil famílias identificadas que começam a ser atendidas. Esses técnicos hoje estão participando dos nossos cursos de capacitação, porque não nos interessa somente contratar os técnicos; nós queremos que esses técnicos sejam da região, conheçam a produção naquele pequeno território, naquela micror-

região, possam estar capacitados para atender esse público, que é um público especial, um público que tem muita dificuldade, um público que muitas vezes não sabe ler um documento da Embrapa, não sabe ler um documento da Conab, muitos não sabem ler e escrever. Portanto, você precisa de uma assistência técnica que tenha um olhar diferenciado para essa população.

Aqui, é uma foto também de um curso de capacitação que os nossos técnicos estão fazendo. Aqui, já a foto de sementes que estão sendo distribuídas. Então, estamos com início de atividades em campo agora, no final de setembro, com distribuição de sementes. E o pagamento da primeira parcela de fomento... Só lembrando, esse fomento será pago em quatro parcelas. São R\$2.400,00, pagos em quatro parcelas, a fundo perdido, e essas medidas também já iniciaram, mas dependem da aprovação da Medida Provisória nº 535, que está em tramitação aqui no Senado.

Então, o fomento, que começa a ser pago em novembro, depende também da aprovação dessas medidas, mas, nesse caso, estamos com as ações na rua, os técnicos sendo treinados, deixando tudo pronto para, imediatamente após a aprovação, já termos condições de ter essas ações sendo executadas em 2011, portanto, não precisando aguardar a aprovação para que a gente inicie o trabalho. O trabalho já está na rua, e as ações do Brasil Sem Miséria no campo também já estão sendo executadas.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do Microfone*.) – Essas ações são liberadas pelo Ministério ou em parceria?

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Essas ações, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. As ações do Brasil Sem Miséria são todas em parceria: Ministério da Integração, MDA. Nesse caso, a contratação dos técnicos está sendo feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o pagamento do fomento será feito pelo MDS. Estamos dividindo mesmo as ações. E as sementes pela Embrapa, nós contratamos a Embrapa. As sementes deste ano já estão todas compradas. Nós já estamos começando a produzir as sementes do ano que vem.

Então, vamos seguir em frente.

O caso do Água para Todos, também com foco no Nordeste, mas é uma ação nacional, como todas as outras. Nosso compromisso é executar 750.000 cisternas, atender 750.000 famílias ao longo desses quatro anos. Dessas, 367 mil – portanto, mais da metade – já estão em processo de licitação. Algumas dessas licitações dependem da aprovação do projeto de lei, mas nós lançamos o edital condicionado à aprovação. Portanto, aqui também não estamos esperando que o projeto seja aprovado. Nós iniciamos os editais, e o

edital deixa claro que a gente só pode concluir, fazer o contrato, à medida que os recursos sejam suplementados. Mas a ideia era antecipar, garantindo que as licitações pudessem estar sendo executadas e que a gente ganhasse esses três meses de tempo. Então, imediatamente depois do anúncio do Brasil Sem Miséria, a gente começou a executar as ações.

Nossa perspectiva é, neste ano, já dar início à construção de 367 mil cisternas, lembrando que parte dessas cisternas nós vamos fazer pelo modo tradicional, como já vinha sendo executado pelo MDS. Uma parcela está sendo executada em parceria com o BNB; outra, com o Banco do Brasil.

Temos uma novidade: a licitação, pelo Ministério da Integração, para a compra de cisternas prontas, coisa que a gente não tinha feito ainda no Brasil, que vai garantir que tenhamos mais agilidade no processo de execução sem abandonar nosso modelo de contratação de cisternas, que o MDS vinha fazendo, mas garantindo que a gente possa experimentar essa nova modalidade. Se der certo, conseguiremos ampliar e garantir essa execução nos próximos anos. É um modelo com compras de cisternas prontas, que vem sendo executado por outros países com um bom desempenho. Portanto, também temos uma expectativa muito grande de atender essas metas, exatamente porque estamos com quatro frentes diferenciadas, lembrando que, em relação a mais da metade da nossa meta, já estamos com editais na rua para garantir que essa meta seja atendida antes de 2014.

Outra agenda importante, no caso do rural, das ações de inclusão produtiva rural, é o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos. Esse programa tem sido uma das ações mais estratégicas para a agricultura familiar em todo o Brasil, garantindo não só que essas famílias tenham uma fonte de renda, vendendo para o setor público, mas também que tenham todo um processo de aprendizagem de como vender, como tirar nota, como se organizar e como se cooperativar.

O compromisso da Presidenta Dilma é ampliar o PAA dos atuais 600 milhões para dois bilhões, em 2014. Nessa rota de ampliação do PAA, nós pretendemos ampliar, fundamentalmente, as ações para a agricultura familiar extremamente pobre, que passará de 66 mil para 255 mil, em 2014, garantindo que a produção que nós estamos fortalecendo com a medida que anunciei anteriormente – assistência técnica, distribuição de sementes, fomento – possa ser executada. No caso do meio rural, estamos completando toda a rota de mercado, garantindo ampliação do conhecimento, recursos de fomento, sementes e, agora, entrando também com compras, garantindo que esse aumento da produção possa ser executado e finalizado.

Então, aqui destaco, mais uma vez, o compromisso de campanha da Presidenta Dilma, que estamos executando dentro do programa Brasil Sem Miséria.

Para além das compras públicas, o Brasil Sem Miséria está conseguindo construir uma agenda de compras bastante inovadora, que é uma articulação com o setor privado. Nós já conseguimos concluir negociação com várias redes de supermercado. No caso do lançamento do Brasil Sem Miséria no Nordeste, em Alagoas, com os nossos governadores, nós conseguimos realizar a venda, pela agricultura familiar, para a rede de supermercados da região, de farinha de mandioca, suco de laranja, polpa, geleias, em Alagoas, Sergipe, e agora, na agenda do Norte, vamos executar também no Acre.

Além do Programa de Aquisição de Alimentos, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que fortaleceu muito a rede de agricultura familiar no Brasil, estamos entrando agora numa rota de fortalecimento via rede privada. Então, várias redes regionais têm comprado agricultura familiar. Nós fizemos contrato com duas grandes redes nacionais, e vários outros acordos estão sendo firmados. Hoje, inclusive, temos uma agenda à noite, em Campinas, com toda a rede varejista no Brasil, para fortalecer esse casamento de venda direta da agricultura familiar extremamente pobre para a rede varejista dos supermercados em todo o território nacional.

Então, essa é uma ação que começa agora, começa pequena, mas nós temos uma grande expectativa de que vá ser uma rota inclusive de continuidade do PAA. Então, a agricultura familiar começa vendendo para o PAA, aprende a vender, cooperativa-se e passa a vender para a grande rede de supermercados do Brasil. Isso também é uma novidade, e nós temos uma expectativa muito grande de que ela vá se ampliar e atingir todas as regiões.

Outra novidade importante do Brasil Sem Miséria é o Bolsa Verde, também presente nessa medida provisória já em operação e aguardando a votação da MP nº 535. O Bolsa Verde, nesse primeiro momento, está voltado para florestas nacionais, para reservas extrativistas, para assentamentos especiais extrativistas, atingindo a população extremamente pobre – isso é um detalhe importante –, portanto, ele está casando a agenda ambiental com a agenda da extrema pobreza; não é remuneração por serviços ambientais. Digamos que seja um primo dessa agenda de pagamentos por serviços ambientais, porque ele é voltado para a população extremamente pobre e acaba sendo um adicional à família em extrema pobreza, extrativistas, ribeirinhos que a gente localizou em florestas nacionais, em reservas extrativistas federais e em assentamentos fede-

rais. Eles têm direito ao Bolsa Família e, além do Bolsa Família, recebem o Bolsa Verde. É um pagamento de R\$100 por mês, pagos trimestralmente. Nós já fizemos o Busca Ativa e conseguimos localizar 18 mil famílias que têm direito e que passarão receber este ano. Na semana que vem, a Presidenta vai lançar o Brasil Sem Miséria no Norte, e nós já pretendemos entregar um novo cartão para quatro mil famílias; portanto, também com plano em execução. Nossa meta mínima são essas 18 mil famílias, mas nossa expectativa é chegar... Além disso, nós pretendemos fazer o cadastramento de 50 mil famílias este ano. Portanto, a nossa idéia, até março do ano que vem, é chegar às 73 mil famílias, atingindo uma meta para 2011/2012 e poder, a partir dessa aprendizagem, rediscutir o Bolsa Verde e ver como podemos ampliá-lo para outras ações.

Por fim, já finalizando a apresentação, chegamos ao nosso terceiro eixo, que é a ampliação dos serviços públicos. Como eu havia dito, o Brasil Sem Miséria não busca somente ampliar renda dessas famílias e garantir inclusão produtiva; busca também viabilizar o acesso dessas famílias ao serviço público. Parcela dessas famílias não tem hoje acesso à educação, não tem acesso à alfabetização de adultos, não tem acesso a um conjunto de serviços públicos que, hoje, são universais no Brasil.

A nossa avaliação é a de que, para se chegar a essas famílias, primeiro, o Busca Ativa vai ter que funcionar, mas nós temos que aumentar a oferta de serviços. Então, vou passar alguns exemplos de expansão e aprimoramento de serviços públicos hoje ofertados pelo Governo Federal e discutidos pelos Estados e Municípios, garantindo que esses serviços sejam revisitados e que possam ter como foco essa população extremamente pobre. E, ao mesmo tempo, nós estamos qualificando a oferta de serviços, mobilizando, fazendo cursos especiais.

Recentemente, fizemos uma videoconferência com servidores do Brasil todo para discutir o Brasil Sem Miséria e discutir com Estados e Municípios como garantir que essa população, que é a população mais vulnerável, a que mais precisa, possa ter acesso aos serviços públicos.

Então, vou passar, rapidamente, alguns exemplos, a lista de serviços com a qual a gente já havia se comprometido no lançamento do Brasil Sem Miséria, mostrando que ele tem esse foco de chegar, de levar os vários serviços públicos a essa população. Vou passar alguns exemplos.

No caso da educação, nós estamos priorizando no Brasil Alfabetizado as famílias do Cadastro Único do Bolsa Família. Portanto, está havendo uma busca ativa dessas famílias para que a gente redirecione o

Brasil Alfabetizado. No Mais Educação, nós, junto com o MEC, fizemos um levantamento das regiões onde temos um mapa concentrado de população extremamente pobre. Estamos viabilizando para que a escola em dois turnos se dê exatamente onde a gente...

(Interrupção do som.)

A SR^a TEREZA CAMPELLO – ...com densidade de crianças com esse perfil, e casados também com regiões onde há maior violência.

Fizemos um estudo bem interessante: a expansão da rede de ensino técnico, em que um dos critérios passou a ser o mapa da extrema pobreza. Também estamos com um recorte especial para as ações do PAC, que foram lançadas recentemente no PAC 2, nas áreas de saneamento, habitação, UBS, creche, praças do PAC, em que um dos critérios passou a ser o mapa da extrema pobreza. Portanto, regiões onde há concentração de população extremamente pobre.

E, na área de serviços públicos, a saúde está usando o mapa da pobreza, ou seja, os territórios onde existe concentração da população extremamente pobre para redirecionar o conjunto dos seus serviços, seja construção ou reforma de UBS, seja ampliação da cobertura das equipes de saúde da família, que estão sendo direcionadas para essas regiões, inclusive com o setor censitário. Não só Municípios mais pobres, mas olhando regiões dentro de cada uma das cidades onde se concentra a população extremamente pobre. As novas unidades do Farmácia Popular.

Nós fizemos uma revisão do piso de atenção básica, o famoso PAB, atendendo também e tentando estimular que haja fortalecimento das ações de saúde, onde há Municípios que concentram a extrema pobreza.

A respeito do Brasil Sorridente e do Olhar Brasil, em especial, nós estamos com uma estratégia muito importante, casadas com aquelas ações de qualificação profissional.

Então, nós estamos ofertando os cursos de qualificação profissional e de capacitação, nós estamos pegando essa população e viabilizando que eles tenham acesso ao Olhar Brasil e ao Brasil Sorridente, porque muitas vezes o processo de capacitação não é só um processo de aprendizagem, também é um processo de garantia do próprio aprendizado, no caso do Olhar Brasil; garantia de saúde bucal, viabilizando, portanto, o acesso à intermediação de forma mais qualificada.

E os consultórios de rua atendendo não só a nossa população em situação de rua, no caso da população extremamente pobre, mas também vai ser uma ação estratégica dentro da nossa agenda de combate a drogas.

Então, aqui, com vários anúncios de consultório de rua, no caso, com agenda de assistência social.

No caso da assistência social, tem uma questão fundamental que é na rede de assistência social que nós vamos fazer a referência e a contrarreferência. Nós construímos, inclusive, um acesso facilitado para nossa rede de assistência social e para os servidores públicos que estiverem trabalhando com o Brasil Sem Miséria, para que a gente possa localizar a família e os equipamentos públicos perto dessas famílias. Vai ser um Google BSM, Google Brasil Sem Miséria, em que o servidor público pode conseguir identificar onde há um equipamento de educação, um equipamento de saúde, um Cras ou um Creas funcionando, um curso de qualificação profissional. Portanto, facilitando o acesso a essa nossa população e garantindo o que a gente chama de referência e contrarreferência para o conjunto das nossas agendas, não só de renda, mas de inclusão produtiva.

Toda expansão do serviço de assistência social é voltada, assim como no caso de outros serviços, em especial o da assistência social, para o mapa da pobreza; e tudo isso, obviamente, nós estamos pactuando com Estados e Municípios para que os critérios sejam negociados.

E, aqui, nós temos uma novidade, que são as equipes volantes de assistência para grandes Municípios, em especial com área rural, que não tenham acesso às redes de assistência social, viabilizando, inclusive, no caso do BPC, as pessoas com deficiência no meio rural que não têm acesso à informação, inclusive. E a população rural sem acesso aos Cras e Creas, e, no caso do Norte, nós vamos comprar 70 embarcações, garantindo Cras itinerantes.

Isso é um grande resumo para mostrar um pouco do que nós já fizemos de pactuação. Como os senhores sabem, nós fizemos dois grandes pactos regionais: no Sudeste, com todos os nossos governadores; e no Nordeste, também com todos os governadores. Vamos agora, na semana que vem, para o Norte; depois, Sul e Centro-Oeste.

Estamos negociando com todos os Estados – aqui algumas fotos, muito rapidamente –, com Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo. As pactuações já foram realizadas. Com os demais Estados, elas estão bem avançadas.

Estamos construindo também uma agenda de negociação com um conjunto de parceiros, desde o MST à CNA, passando pela rede varejista, grandes empreiteiras, Correios, Petrobras, Sebrae, Foneas – aqui presente a nossa Presidente do Foneas. Não deu para colocar a foto de todo mundo, mas estamos

com uma agenda bastante intensa, construindo, porque o Brasil Sem Miséria não é uma agenda somente do Governo Federal; é dos Estados, dos Municípios, parceiros privados.

Certamente, eu queria aproveitar, finalizando, para agradecer de pronto não só o apoio como a parceria que também temos construído nesta Casa do Senado.

Obrigada, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministra Tereza Campello. Parabéns pelo Brasil Sem Miséria! É um programa extraordinário. Pena que ele foi lançado num momento em que enfrentávamos uma crise, e o Brasil Sem Miséria foi encoberto pela crise.

Trata-se de um programa extremamente inteligente, muito competente. Eu não podia deixar de registrar isso, aproveitando a presença da senhora, Ministra. E agora divulgarmos, nesses encontros regionais, uma vez que é um trabalho amplo também com os Estados e Municípios, o quanto este Brasil Sem Miséria representa um tremendo avanço na área social.

Vou abrir, dentro daquilo que combinamos, as inscrições. O primeiro inscrito é o Senador Suplicy.

Vamos cumprir aqui o Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Ana queria fazer uma exposição?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A secretária Ana Fonseca gostaria de se manifestar?

A SR^a ANA FONSECA – Não, obrigada, Senador. A Ministra se expressou com muita eloquência e precisão o sentido do plano.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vamos utilizar cinco minutos, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O autor de requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o autor de requerimento, a gente vai ser um pouco mais flexível, mas seguir, efetivamente, aquilo que determina o Regimento: cinco minutos para o interpellante; para a resposta do interpellado, mais cinco minutos; dois minutos para a réplica e, ao mesmo tempo, os mesmos dois minutos para a tréplica. Portanto, vou procurar seguir isso, relativamente, se é possível.

A Ministra está sugerindo se é possível fazermos uma rodada completa, ouvi-los, e aí ela responderia de uma vez só. Ok?

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, peço a gentileza de ser o último a arguir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O último a arguir?

Como V. Ex^a manda e não pede aqui, e é o autor do requerimento, vamos ao segundo inscrito, Senador Benedito de Lira.

A SR^a LÚCIA VANIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos inscrevê-la, Senadora.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

Senadora Vanessa Grazziotin chegou, e eu já havia passado a palavra ao Senador Benedito de Lira. Mas V. Ex^a será a próxima. A Senadora Marta Suplicy é a terceira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^a Ministra, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Ministra Tereza Campello, ao tempo em que cumprimento a Presidenta Dilma, pelo grande programa, o maior programa – ao longo da minha vida pública – que se tem notícia no Brasil para atender os pobres.

A minha região – sou do Nordeste – é onde tem a maior concentração dos pobres deste País, porque ao longo da história do Brasil se acumulou essa desatenção para com esse segmento da sociedade brasileira, que é uma sociedade muito centralista, que concentra grandes fortunas na mão de poucos e um sem-número de miséria na mão de milhões.

Então, quero cumprimentar a senhora e a Presidenta porque esse programa, realmente, terá que ter a atenção de todos os segmentos da sociedade, dos que vão utilizar-se dele e daqueles que poderão ser parceiros e serão parceiros.

Tem uma coisa, Ministra, que eu gostaria de referendar, que é a qualificação. É um item da melhor qualidade e necessário, até porque, com essa providência, o programa Brasil Sem Miséria estará motivando aqueles que hoje estão na dependência de uma Bolsa Família ou de uma ajuda qualquer que o Governo possa oferecer, para que amanhã ele possa, realmente, com a qualificação, ter a oportunidade de disputar o mercado de trabalho.

Ontem, antes de viajar, Presidente, para Brasília, fiz uma reunião com um setor industrial do meu Estado, e eu esperava até que eles fizessem uma sequência de reivindicações, mas a reivindicação principal, a número um, foi qualificação. O que me disseram alguns dos empresários de empresas de porte médio e grande? Que estavam importando de São Paulo, por exemplo, soldador. Então, esse programa, numa ação conjunta com o Ministério do Trabalho...

Agora, é interessante, Ministra, porque eu sei que, sob a tutela de V. Ex^a e com a responsabilidade

da Presidenta Dilma, não vamos partidizar esse tipo de ação, que o Brasil Sem Miséria irá levar a sério, porque em alguns Estados, por exemplo, Presidente, há a partidização no que diz respeito a recursos do Ministério do Trabalho para fazer qualificação de mão de obra. Isso é uma coisa fantástica que estamos vendo no Brasil – no passado não se via isto: nós temos as obras, como o PAC, por exemplo, há um sem-número de empregos, e as pessoas sem qualificação. Isso é de fundamental importância.

No item 2, eu gostaria até de uma informação de V. Ex^a quanto às casas que serão dadas no Programa Minha Casa, Minha Vida. As pessoas que serão beneficiadas, aqueles que faziam parte do Brasil Sem Miséria, eles vão pagar? Como vão pagar? Porque Minha Casa, Minha Vida exige um pagamento máximo ou mínimo. Então, seria interessante que nós pudéssemos fazer essa observação.

Eu tenho um caso no meu Estado. Houve uma enchente que arrasou diversos Municípios, mais de 30.000 residências foram destruídas. Há pessoas que, na verdade, perderam tudo. Agora há um programa de reconstrução, o Presidente Lula alocou todos os recursos para reconstrução das residências, mas está um problema lá, os Prefeitos preocupados, por quê? Porque o programa é o Minha Casa, Minha Vida, e ele só terá direito àquela casa na hora em que fizer o cadastro junto à Caixa Econômica. Está havendo uma dificuldade que... Estou fazendo...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... a V. Ex^a por conta do programa que também atinge essa faixa.

E o último é o Água para Todos. Não poderia, Presidente, o programa Brasil Sem Miséria não ter o item Água para Todos, principalmente no semiárido brasileiro. Nós temos dificuldades enormes. O programa de cisternas é um programa, na minha observação, que talvez não tenha a solução definitiva do processo. Por quê? Porque, em alguns Municípios, em algumas regiões, no meu Estado, por exemplo – estava aqui conversando com o Senador Wellington – e no Estado do Piauí, em algumas regiões, Ministra, a precipitação pluviométrica não é capaz sequer de encher um pote, imagine uma cisterna, que deverá ter no mínimo 20.000 litros para atender a uma família de quatro a cinco pessoas.

Então, seria interessante, por exemplo, que pudesse haver também pequenos sistemas de abastecimento com chafariz em determinados lugares, onde houver um certo distanciamento para se puxar uma rede de adutoras.

Essas as observações que eu gostaria de fazer.

Ao encerrar, Sr. Presidente, minha participação, quero mais uma vez cumprimentar a Ministra. Que Deus lhe dê muita sabedoria para tocar esse programa, porque ele é da maior importância para o Brasil e para os brasileiros que precisam dessa ação, principalmente os Estados mais pobres da nossa República Federativa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, pelas pertinentes palavras.

Agora, a próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin. Depois, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Delcídio. Gostaria de cumprimentar a Srª Ana Fonseca e a Ministra Tereza pela exposição. Na realidade, a gente tem visto a publicação dessas novas medidas com muito destaque na imprensa. Isso é muito importante.

Não sei se foi no jornal de hoje ou no jornal de ontem, Senadora Marta, que saiu uma matéria dando conta de uma pesquisa realizada que aponta que quando a mulher é inserida no mercado de trabalho aumenta a produtividade e, obviamente, cai muito a pobreza.

Então, eu gostaria de perguntar a V. Exª, Ministra, em relação ao novo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2012 a 2015, primeiro, como se dará o monitoramento e a avaliação desse plano e, segundo, como esse plano está estruturado para enfrentar essas questões étnicas e de gênero, porque está claro que os mais pobres são os negros e os mais pobres ainda são mulheres negras? Então, como se dá esse recorte, que tenho a convicção de que é muito forte nesse plano, mas como ocorrerá, como ele está montado para enfrentar esse grande desafio?

Também quero fazer um comentário muito rápido a respeito desse item do Plano Brasil Sem Miséria que diz respeito à atuação, a um trabalho direto entre o Governo Federal e os produtores rurais, as produtoras rurais, porque aí a mulher também tem uma presença fortíssima na agricultura, sobretudo na agricultura familiar.

A senhora deve estar indo à minha cidade de Manaus, ao Estado do Amazonas, acompanhando a Presidenta Dilma, entre os dias 27 ou 28, e uma das ações a serem feitas lá é exatamente a assinatura de um convênio com o Governo do Estado para a compra de alimentos. O Estado do Amazonas já faz isso; claro, não atingindo toda a população necessária. Os resultados, Ministra, são fantásticos. Fantástico porque aumenta a produtividade, o Estado do Amazonas não

tem a tradição de produção agrícola, e o que cresceu a produção nesses últimos anos é algo assim fenomenal, e o nosso grande desafio é produzir preservando o meio ambiente ao mesmo tempo. Isso é possível, porque a área de várzeas na nossa região é algo fantástico, que, se utilizada corretamente, vai fazer com que a gente amplie a produção de alimentos, gere renda para a população que vive no interior, ajude no desenvolvimento nacional, e preservando o meio ambiente, Senador Delcídio, o que é mais importante ainda.

Faço este registro, dizendo que para nós é uma alegria muito grande ver mais um convênio do Governo Federal sendo assinado com o Estado do Amazonas.

Por fim, já para concluir, foi publicado no *Diário Oficial* da última sexta-feira, dia 16 deste mês de setembro, um decreto do Governo Federal que trata do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Porque a gente ouve falar muito em combate à corrupção. Muito. Agora, nós temos que separar aqueles que verdadeiramente querem combater a corrupção daqueles que querem fazer disso uma bandeira momentânea para obter frutos políticos. Então, concordo com a Presidenta quando ela disse: “Faxineira, não”. Porque a faxina é aquela que começa de manhã cedo e, logo no final da tarde, já acabou. A faxineira recebe pelo que fez e vai embora, não é isso? O combate à corrupção é algo cotidiano.

Também repilo, Senador – estou concluindo –, aquela ideia de que alguns – ainda bem que são poucos – tentam passar de que a Presidenta Dilma está se livrando de uma herança maldita do governo anterior. Não. Ela está aperfeiçoando uma herança muito positiva do governo anterior. Esse decreto é exatamente isto: Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Brasil e Estados Unidos copresidem – e esta é uma das pautas da 66ª Assembleia das Nações Unidas – uma ação internacional, Senador Delcídio, para fazer com que os governos sejam abertos e transparentes.

No Ministério de V. Exª – não li com muito cuidado e aqui tem princípios gerais –, uma das ações importantes é a seguinte: Bolsa Família. Milhares de brasileiras e brasileiros recebem Bolsa Família. Aqui e acolá, uma denúncia – e isso é descentralizado para as prefeituras – de que quem não merece não precisa estar recebendo. Então, essas ações do Ministério de V. Exª fazem parte deste Plano Brasil Aberto.

Então, quero cumprimentar V. Exª não apenas pelo fato de estar à frente de um Ministério tão importante, mas também porque desenvolve um trabalho com extrema competência, o que orgulha as mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Graziottin pelo respeito ao tempo.

Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar a Ministra Tereza Campello pela excelente apresentação e também Ana Fonseca, Secretária Extraordinária na superação da extrema pobreza, com quem trabalhei em São Paulo num projeto pioneiro de eliminação da pobreza com renda mínima.

Eu diria que o projeto Bolsa Família é, em si, extraordinário. Agora, o que me surpreendeu, Ministra, não só nesta apresentação, eu já havia escutado no Palácio, quando foi apresentado à sociedade em geral, foi o aperfeiçoamento do plano. Os grandes críticos do Bolsa Família – parece difícil, mas existem ainda – dizem que não há porta de saída, que essas pessoas vão ficar lá o resto da vida, que essas pessoas não vão trabalhar, que vão dormir em cima. Essa crítica a gente escuta muito.

Então, me deu muita alegria quando percebi, na demonstração, a costura que foi feita entre todos os Ministérios. E dou os parabéns particularmente por isso, porque sei que é muito difícil para essas pessoas conseguirem se profissionalizar, capacitar-se e poder sair do Bolsa Família, porque tão importante quanto entrar – e é muito importante, porque isso significa comer – é poder sair, porque isso significa que você virou cidadão.

Então, esses são os primeiro parabéns. O outro é pelo Busca Ativa. Já tendo sido aplicado o Renda Mínima em São Paulo, para uma população tão grande, é muito difícil chegar àquele mais miserável dos miseráveis, porque ele não tem ainda noção de cidadania, dos seus direitos.

Então, o Governo se dar conta do problema e ter buscado soluções para ir ao encontro dessa pessoa, é a única forma, parece-me, de conseguir realmente acabar com a miséria no Brasil. Se ficássemos esperando, sentados, que essas pessoas buscassem o auxílio, elas não iriam.

Minha pergunta é também em relação ao idoso. Como o Bolsa Família está tratando a questão? Porque o idoso mais miserável não sabe nem que existe o Loas, não sabe nem do direito básico que tem. Por acaso, existe uma conversa em relação a isso?

Quando fui Ministra do Turismo, um dos projetos que mais me deram prazer e orgulho de ter implementado – o piloto foi em Fortaleza – foi o combate à prostituição infantil. Nós cadastrávamos os jovens, meninos e meninas da prostituição infantil, no Bolsa Família e, ao mesmo tempo, tentávamos qualificar os pais e os jovens a escolherem uma profissão relacionada ao tu-

rismo. Então, era uma parceria muito interessante com os hotéis da região, com os restaurantes, porque eles diziam exatamente que faltava mão de obra qualificada, e que esses jovens – e família também – eram capacitados. Já havia tido conversas com esses restaurantes e hotéis para eles poderem trabalhar. Não sei se ainda estão fazendo isso no Ministério, porque já se passaram dois ministros, mas o Bolsa Família poderia ter...

Em relação ao jovem e à jovem prostituída, deu muito certo, e agora temos que lembrar que vamos ter as Olimpíadas, a Copa, e esse problema, realmente, é uma chaga. A solução não é reprimir ou colocar placa na porta do hotel dizendo que não pode entrar com menor, porque não vai solucionar. A solução é qualificar essa família, que é muito miserável; e a criança está na rua.

A outra questão que também pensei em colocar... V. Ex^a mencionou a busca dos serviços públicos, que ficarão muito mais próximos. Como que é visto isso, o jovem está no Bolsa Família e a relação com o serviço de saúde? Se isso tem ajudado essas pessoas a perceberem seus direitos e a terem acesso a coisas que elas pensavam que não poderiam nem pleitear. Essa relação que V. Ex^a mencionou só *en passant*.

A questão dos idosos já mencionei.

Há um problema que é muito específico em relação à minha cidade de São Paulo, ao meu Estado. O Estado de São Paulo tem 995 mil famílias que poderiam estar no Bolsa Família e não estão. Mas, mais particularmente minha cidade de São Paulo, capital, poderia ter 292 mil, que são potenciais beneficiários.

V. Ex^a contou – e nós todos aqui até ficamos empolgados – que vai de barco buscar pessoas. Não importa. E vejo que as pessoas que fazem esse trabalho são muito animadas. Agora, quando você tem prefeituras que não são animadas e que não cadastram, qual a posição, até mais drástica, que o Ministério pode vir a tomar? Porque considero que esse abandono significa o desperdício, na verdade, de vidas, e nós devemos ser, talvez, mais incisivos.

Depois, uma pergunta de curiosidade, pode haver até algum trabalho por trás. Achei muito importante essa percepção de que muitos querem ficar no Bolsa Família porque têm medo de se desligar, ser mandado embora e ficar na mão. Então, essa ideia de possibilitar a volta até três anos me pareceu extremamente produtiva. Agora, eu queria saber por que três, e não dois, e não cinco. Foi feito um estudo ou estamos experimentando? Não acho ruim, porque ninguém nasce sabendo. Veja que o que nós temos hoje já está muito acima e além do que foi o primeiro Bolsa Família.

Com isso, encerro meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Senadora Lúcia Vânia. Depois, o próximo é o Senador Wellington Dias.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente; Tereza Campello, foi um prazer ouvi-la. Parabéns pela exposição! Quero também cumprimentar a Ana e dizer da nossa satisfação em recebê-la aqui.

Eu gostei muito da proposta, mas gostaria de fazer algumas perguntas.

Pelo que ouvi da sua exposição, nós temos quatro itens muito importantes. O primeiro é o Cadastro Único, que é um instrumento que você teria para coordenar essas ações; segundo, aumento da oferta de serviços; o terceiro não foi colocado aí, mas é uma coisa importante: é o Orçamento da União direcionado para essas ações; e quarto, a pactuação de Estados e Municípios.

Considero esses quatro pontos vitais para o sucesso do programa. O Cadastro Único por ser o instrumento que vai fornecer as informações necessárias para buscar essas pessoas que são realmente muito difíceis de serem encontradas. Hoje, vocês já têm 180 mil encontrados, e a proposta é atingir 800 mil. Eu perguntaria: quem está encarregado de buscar esse cadastro? Seria de forma descentralizada através de Estados e Municípios ou seria pelo próprio Ministério?

Oferta de serviço. Eu acho que a única forma de a gente entender os serviços da área de saúde, educação, trabalho, capacitação, Pronaf, agricultura familiar, assentamentos etc., a gente poderia avaliá-los se tivessem identificados nos orçamentos através do PPA quanto e um cronograma de desembolso de recursos durante quatro anos para atingir a meta. Sem essa referência nos orçamentos, torna-se extremamente difícil acompanhar e analisar se realmente se atingiram as metas.

Pactuação com Estados e Municípios. Eu acho que é de fundamental importância. Não se atinge esse objetivo se não houver parceria com Estados e Municípios. Então, eu perguntaria se há uma orientação técnica, se existe uma forma para que esse plano tenha sido absorvido por Estados e Municípios.

Como todas essas ações envolvem muitas parcerias, e como não temos uma cultura de trabalhar em parceria, com cobrança de resultados, eu perguntaria se não seria necessária uma lei de responsabilidade social em que tivéssemos um índice nacional de desenvolvimento com índices regionais, metas estabelecidas por ano e articulação entre os orçamentos. Para isso, os orçamentos teriam que estar identificados.

Então, vejo que o programa é muito bom. Porém, acho que se não tivermos esses instrumentos de acompanhamento via orçamento, cadastro, aumento da

oferta de serviços, fica muito difícil a gente fazer uma avaliação e inclusive uma reavaliação do programa.

Portanto, deixo aqui essas observações e quero, por fim, cumprimentá-la pelo trabalho, cumprimentar o Ministério do Desenvolvimento Social, que hoje tem feito um trabalho de consolidação da assistência social, que era a nossa meta desde a criação da lei orgânica da assistência social.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro quero saudar aqui esta audiência, saudando toda a equipe, na pessoa da Ministra Tereza Campello, da nossa Secretária Executiva, Ana Fonseca – uma dupla de primeira linha.

Em algumas coisas eu me senti contemplado, mas eu queria tratar novamente, minha querida Ministra, de alguns temas que considero importantes.

Tive o privilégio de visitá-la e estive também com a nossa Secretária, ainda na elaboração. Eu chamava a atenção para alguns pontos. Um deles a Senadora Marta aqui levanta, que é a relação com os mais pobres, pessoas que às vezes a gente só acredita vendo, muito distantes da realidade. Às vezes você pensa que divulgou na televisão, em editais. São pessoas que estão longe dessa realidade.

Eu gostei muito da ideia do Busca Ativa e quero começar por aí. Nós organizamos aqui, pela Comissão dos Direitos Humanos, uma subcomissão que está trabalhando focada no Brasil Sem Miséria. E estamos estimulando que, além de os Municípios terem os conselhos, nas Câmaras Municipais, nos legislativos municipais e estaduais, que possa haver também uma frente parlamentar, uma comissão especial, de acordo com o Regimento de cada Parlamento, para que possa fazer esse acompanhamento.

Gostaríamos inclusive de convidá-lo para visitar algumas dessas reuniões que estamos fazendo. O Senador Paulo Paim tem nos ajudado. Aliás, como não podia ser diferente, já foi criado no meu Estado, Piauí, e em vários Municípios. Há um convite, e pediram-me para externá-lo, sabendo da audiência hoje aqui – se não vou apanhar quando chegar lá! O Governador Wilson Martins já esteve no Ministério, já fez a pactuação do Estado; as entidades dos Municípios também já fizeram o seu plano, e a ideia é que a gente possa ter uma apresentação com a sociedade, já que, além do Poder Público, há essa interface; além da Assembleia Legislativa.

Quero aqui novamente chamar a atenção para um ponto, que é delicado: penso que precisa ser encontrada

uma forma especial de se trabalhar os índios. Estamos trabalhando bem o foco de regiões da Amazônia, de regiões do semiárido, comunidades quilombolas, mas sinto necessidade inclusive de a equipe do Ministério fazer um diálogo. Eles vão ter um evento agora, no Tocantins, no Município de Porto Nacional; um evento que, na verdade, é uma olimpíada, mas, paralelamente, eles terão um fórum de discussão. Vou estar lá, pela Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos. Estou vendo se o Ministro do Esporte... Acho que seria interessante se pudesse ou a Ministra, ou alguém da equipe fazer um diálogo. Lá estarão presentes 32 etnias de todas as regiões do Brasil, e eles têm um momento de discussão da sua problemática. Por que isso me chama a atenção?

O IBGE e o Ipea demonstram claramente onde existe a maior fatia de um segmento populacional na miséria e na pobreza. Ou seja, é inaceitável que o Brasil não olhe diferentemente para isso. Temos aí muito acima. No Brasil, a gente está chorando com os 9%; o Nordeste, com os 18%; agora estamos falando de 80%, 90% de pessoas na miséria. É preciso dar a eles um tratamento todo especial. Aliás, o tratamento que já vem sendo dado às comunidades quilombolas demonstra que é possível ter um efeito, quando tem algo direcionado.

Segundo, acho que é preciso dar uma olhada no foco da parte agrária, no Programa de Crédito Fundiário. Ele é um programa que, por ser mais flexível do que o tradicional da reforma agrária, permite casar com todos esses programas que foram elencados aqui, ou seja, de empreendedorismo, enfim, você foca naquele assentamento, que normalmente são pequenos. Nessa área, vale a pena um diálogo com o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, para se ter um forte casamento nessa direção.

Nessa ida ao Piauí, eu queria lhe convidar para conhecer uma experiência que estamos espalhando no Estado, feita em parceria com o Governo Federal, que é a experiência das centrais de cooperativas. É um modelo avançado de empreendimento que consegue competir no mercado nacional e internacional.

Vi aqui o esforço do Compra Direta pelos supermercados. Ele é um caminho. Nesse caso, os donos do supermercado são os próprios produtores, ou seja, você tem um modelo em que um conjunto de pequenos... Temos lá uma experiência com a apicultura, uma experiência que envolve, para se ter uma ideia, algo em torno de 20 mil pessoas; com a cajucultura, que envolve 70 mil pessoas, e que hoje vende para a América do Norte, para a Europa, para o mercado nacional, que é a Casa Apis e a Cocajupi, e agora

está-se trabalhando dentro do mesmo programa, nos arranjos produtivos locais.

Para se fazer uma experiência na piscicultura, inclusive já formalizei uma proposta, para que haja acompanhamento nessa fase de implantação do Ministério, porque é algo que realmente vale a pena. Você consegue, em grande escala, dar conta, com base na vocação de uma sub-região, dentro do Estado, dentro de um território, como a gente chama.

Ainda quero aqui acrescentar, para finalizar, algo em relação à qualificação. O modelo tradicional de qualificação também tem dificuldade de chegar a esse público. Uma experiência que a gente fez, que deu certo, foi o do caminhão da profissionalização. Aliás, hoje, o próprio Presidente Lula, dentro do PAC, está usando isso no Luz para Todos, na Transnordestina, para dar um exemplo, que é a descentralização da qualificação. Qual é a proposta? Você pega uma escola técnica existente na região, ou instituto federal, ou uma escola estadual que seja técnica, e ela vira âncora para uma qualificação dentro dessa linha do Pronatec. Aliás, essa é uma ideia que se casa bem com o Pronatec.

Então, é um caminhão que vai qualificar. Aquela região precisa de pedreiros, de carpinteiros, de assentadores de piso; precisa de pessoas para agricultura, de piscicultores, de criadores de aves. Você faz a qualificação naquela comunidade. É um caminhão, é uma sala de aula/laboratório, que vai com a equipe técnica e garante a condição da qualificação. Também é uma experiência que eu acho que vale a pena. Ela é barata, o custo/aluno sai muito baixo, vale a pena.

Então, reafirmo aqui a nossa convicção desse caminho. Aliás, na qualificação, é importante ter a forma da pesquisa anterior dos cursos que são necessários e, ao mesmo tempo, abrir as inscrições para ver onde há maior demanda.

Eu queria aqui, com essas palavras, manifestar total apoio e entusiasmo. Não é uma missão fácil. Repito sempre: todas as vezes, ainda durante a campanha, que eu ouvia a Presidente Dilma falar em erradicar a miséria até 2014 me dava um frio muito grande na barriga porque eu sei o que isso significa; vivenciei isso no meu Estado. Meu Estado tinha 1,5 milhão de pessoas na miséria. Segundo o último relatório, tem 665 mil. Proporcionalmente, foi o que mais reduziu; cerca de um milhão de pessoas saíram da miséria.

Mas não é fácil, porque chega-se num determinado limite, como estamos, em que ficam faltando os problemas mais difíceis de se resolver. Essa é a situação. É que nem alfabetização: alfabetizar um jovem de 18, 19, 20, 30 anos é mais fácil. Pense em alfabetizar, botar na sala de aula alguém com 80, 90, 100 anos, como ocorre muitas vezes quando a gente atua.

Então, quero aqui dizer que é uma missão que precisa mesmo ser um a um, ou seja, o Estado tem que chegar onde as pessoas estão. Qual é o lado bom, que eu acho? É o banco de dados do Bolsa Família. Ou seja, se a gente consegue, com a Busca Ativa, trazer para dentro os que faltam, eu acho que a gente aí tem um instrumento espetacular. E pode contar com o nosso apoio e entusiasmo nesse trabalho.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, querida Ministra Tereza Campello, Dr^a Ana Fonseca, nossa Secretária Executiva, primeiro quero saudá-las e cumprimentá-las pela importância do projeto. Acho que o Governo da Presidenta Dilma foi muito feliz quando colocou essa meta, esse plano e esse desafio à Nação brasileira, de um Brasil sem miséria. E um País que se pretende a quarta ou a quinta economia no horizonte dos próximos anos precisa ter também esse olhar social extremamente importante para diminuir as desigualdades econômicas, diminuir as desigualdades interregionais, que são extremamente fundamentais na redução, no combate dessa desigualdade, nesse enfrentamento.

Portanto, eu queria começar registrando efetivamente a importância e a pertinência de um projeto e de um plano como esse.

Segundo, quero dizer que a sensibilidade da Presidenta ao colocar duas grandes mulheres junto com ela para tratar desse assunto demonstra exatamente esse olhar diferenciado, cuidadoso com relação às políticas sociais do Governo. Isso me anima muito. E eu, que conheço o trabalho da Ministra Tereza Campello da época em que fui Governador posso dizer aqui do entusiasmo que todos nós temos de poder ver essa questão avançando sob a batuta e gestão de V. Ex^a.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas que realmente nos preocupam.

Como a Sr^a Ministra sabe, nós implementamos um programa no Amazonas chamado Bolsa Floresta, que foi um projeto pioneiro, que visa exatamente o não crescimento do desmatamento em unidades de conservação. Eu costumo dizer que fazer unidade de conservação no Brasil é muito fácil. Basta que você ganhe uma eleição e tenha caneta, papel e tinta. Agora, entre tirar essa unidade de conservação de um decreto publicado no *Diário Oficial da União* ou de um decreto publicado nos diários estaduais ou municipais e transformar isso numa unidade de conservação efetiva no campo há uma distância gigantesca. Até mes-

mo porque os programas de cidadania nessas regiões mais isoladas são um dos grandes desafios. O Bolsa Floresta, Ministra e Secretária Executiva, já está, neste momento, beneficiando quase oito mil famílias dentro das unidades de conservação do Estado do Amazonas. E, nesses quase quatro anos em que esse programa existe, uma das maiores dificuldades foi exatamente a documentação do cidadão: certidão de nascimento, CPF, Carteira de Identidade, para que esse cidadão possa ter a base do direito à cidadania assegurada para que, a partir daí, possamos ter programas sociais de inclusão para esse cidadão.

Imagino que o Governo Federal terá as mesmas dificuldades porque usará os mecanismos bancários para fazer o pagamento do Bolsa Verde. E ao fazer o mecanismo bancário, obviamente cada cidadão terá de ter CPF, sem o qual não poderá ter uma conta, mesmo que seja do Bolsa Verde ou do Bolsa Família, para recebimento.

Nós acreditávamos que com o programa Bolsa Família essa questão da cidadania tinha sido mais ou menos equacionada, porque muitos dos que vão se beneficiar com o Bolsa Verde ou estão num programa, ou estão em outro.

Minha pergunta é: quais os recursos, qual a estratégia que o Governo Federal pretende para realizar essa questão de cidadania dentro das unidades de conservação do Governo Federal, para que possa habilitar os cidadãos a ter acesso ao Bolsa Verde?

A segunda pergunta é: creio ser extremamente relevante o Governo Federal analisar a possibilidade de incluir as unidades de conservação dos Estados e dos Municípios dentro do programa Bolsa Verde. Por quê? Porque se não incluir o programa Bolsa Verde às unidades de conservação dos Estados e dos Municípios, nós teremos um desestímulo dentro das unidades municipais e dentro das unidades estaduais. No caso do Estado do Amazonas, das unidades estaduais, existe o Bolsa Floresta. Só que o nosso Bolsa Floresta paga, remunera a metade do que está previsto no Bolsa Verde. Nós remuneramos R\$600 por ano, e o Bolsa Verde vai remunerar R\$1.200 por ano. Além da questão da desigualdade entre o valor de uma bolsa e outra, há aquilo que mencionei: há uma experiência e um *know-how* extremamente já absorvido, no caso do Bolsa Floresta; e o Bolsa Floresta é um programa que, além da renda mínima para a família não aumentar o desmatamento, tem programas de inclusão comunitária, tem programas de renda, que vêm a partir de financiamentos não onerosos para as populações, seja em caráter comunitário, seja em caráter de microempreendedor na área de sustentabilidade, e tem, finalmente, investimentos na área de políticas públicas,

seja de educação, seja de saúde, que também são destinados pelo programa Bolsa Floresta.

Eu queria ouvir, portanto, um comentário, porque louvo, parabenizo; acho que reconhecer o papel e a importância desse brasileiro que cuida da biodiversidade, que cuida da natureza e que, via de regra, está excluído de quase todos os programas de inclusão, seja de cidadania, seja de políticas sociais, foi um avanço inexorável, que deve ser pontuado e reconhecido pelo Senado da República, por esta Comissão, porque isso é de uma ousadia que merece nosso respeito.

Finalmente, eu gostaria de fazer uma última ponderação com relação a uma questão que vi, recentemente, o Governo Federal inaugurar com o Estado de São Paulo: a criação de um sistema de unificação dos programas de transferência de renda entre União e Estados. Ora, isso significa dizer potencializar e turbinar os programas sem que possamos fragmentar e dividir os esforços, fazer paralelismos de ações e de programas que acabam trazendo grandes prejuízos. Trata-se, portanto, de iniciativa de grande relevância, cujo produto, certamente, será o melhor atendimento das populações carentes, com uma redução da burocracia e com uma mais eficaz aplicação dos recursos públicos, e não importa qual é a origem desses recursos, se é o Governo Federal, se são os Estados, se são os Municípios. Isso vem, inclusive, em reforço àquela ideia de juntarmos, por exemplo, o Bolsa Verde com o Bolsa Floresta. E, nos outros Estados onde não há o Bolsa Floresta, podem-se trazer os Estados e os Municípios para dentro desse programa, para que possamos alcançar os objetivos de cidadania, com documentação, com regularização e com programas complementares, que são fundamentais para essa questão.

Seriam essas três ponderações que eu gostaria de fazer. No mais, quero registrar minha alegria e satisfação de ver esse programa sendo conduzido com esse olhar diferenciado. Parabéns à Ministra! Parabéns à Secretária! E parabéns também à Presidenta Dilma! Esperamos contar com a presença da Presidenta, no final deste mês, no Amazonas, para lançar esse programa de forma muito atenciosa e carinhosa com os brasileiros que cuidam e guardam esse grande patrimônio, que é a floresta brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Cumprindo o que estabelece o Regimento, concedo a palavra, agora, ao Senador Inácio Arruda.

O eminente Senador Lindbergh Farias falaria agora, mas fui chamado a atenção aqui pela Secretaria da Comissão.

Tem a palavra o Senador Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Por quê? O senhor foi retirado da fila? O Senado não pode passar por cima da Paraíba assim, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Paraíba?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É do Rio de Janeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o Senador não é paraibano?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Represento o Rio, mas nasci na Paraíba.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Esse cidadão já arrumou uma certidão da Paraíba?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O senhor vê que ele puxa dos dois lados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Precisamos comunicar isso à Presidenta. Esse cidadão está mal intencionado, com dupla naturalidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor sabe, Senador, que há um milhão de cearenses no Rio de Janeiro? O Senador Arruda sabe disso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma diáspora terrível.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Um milhão de cearenses no Rio de Janeiro!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Por favor, o senhor trate bem lá os cearenses.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – E tem mais nordestinos do que qualquer outra capital do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não tenha dúvida!

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Aqui mesmo, nesta Mesa, há uma cearense.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há mais uma cearense lá.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Arruda, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; nossa Ministra Tereza Campello; nossa Secretária Extraordinária Ana Fonseca, cearense, grande lutadora pelo povo brasileiro, estou na sintonia com o passo adiante que estamos buscando dar e que é muito, muito positivo. Vi sua exposição com a Presidenta Dilma e com os Líderes. É um passo que vamos aprofundando. Temos de erradicar esse negócio. Às vezes, ficamos meio assustados com o tempo, que é curto. Mas é assim mesmo: temos de colocar metas. Não há meta de inflação e meta de superávit? Então, é preciso haver essa meta também. Temos condições de alcançar isso.

Destaco duas questões que considero muito importantes: essa relação, essa ligação do programa com os vários Ministérios; e a área do Pronatec, que, talvez, seja a área em que está a maior ousadia nossa. Até oferecemos como sugestão – o Renato Rabelo propôs ali – que incluamos a meta de erradicar o analfabetismo junto. Acho que é muito significativo. Ele disse: “Vamos botar aqui, vamos acabar com esse negócio”. Entendeu? E nós acabamos com os analfabetos é assim. Quer dizer, tem o médico do Saúde da Família e tem o agente que vai ver quem está doente ou não. Que olhe se tem analfabeto! Nós sabemos onde é que está. Então, faz essa busca lá, pega o sujeito e diz: “Vai aprender a ler e escrever, vai dominar uma parte do conhecimento, o que é muito significativo”.

No Pronatec é o quê? É a velocidade da preparação do povo para uma situação de manter o ritmo de crescimento e, quem sabe, elevar o ritmo de crescimento. Se nós conseguirmos manter esse passo ousado na meta, vamos liquidar com a miséria. E o passo ousado do outro lado, que é a outra meta, eu acho que, talvez, a mãe dessas outras metas nossas, que é liquidar com essa...

Eu nunca vi uma CPI para juros. Já deveria ter tido. Porque tem uma turma que adora esse negócio de juros. Tem uma turma de mercado que ama juros. Quer dizer, tem que ter uma meta aqui. Se andamos com essas duas metas, esse objetivo nosso nós matamos, em 2014. Reduz aqui e reduz aqui. Nós temos que reduzir essas duas. Reduz os juros, reduz a pobreza, reduz a miséria. Com a ousadia do programa. Agora, garantiu a bolsa? Garantiu a comida? Garantiu aprender a ler e escrever? Vem a questão da preparação.

O Mangabeira desembarcou lá em Limoeiro do Norte, no Ceará, onde existe uma escola de formação técnica profissional, uma escola técnica federal. E ele ficou olhando... Também a área está irrigada hoje. Tem um caminho de água que irrigou ali e que mantém o Jaguaribe como rio perene, porque era o maior rio seco do mundo. Agora já não é mais, porque está perenizado.

Então, aquele filete d'água, 365 dias no ano, aquela aguinha ali dá uma espécie de explosão de produção na região. Montou-se uma escola técnica federal. E tem do técnico agrícola, com formação primária, até o engenheiro agrônomo. Dentro de uma mesma escola. E tem do soldador ao mestre em mecatrônica na mesma escola. Isso é o Pronatec. O soldador que está sendo formado lá estava sendo catado pelas empresas. Segundo, terceiro, quarto ano primário, o cara já não tinha mais condições de concluir um curso de ensino fundamental, mas podia ter uma profissão, conseguia uma profissão. O cara vai buscar ele lá dentro da escola técnica, que é hoje o Instituto Federal de Educa-

ção em Ciência e Tecnologia. Então, nesse negócio do Pronatec, nós temos que tocar velocidade. Velocidade, por favor. Isso aqui é um esforço extraordinário para resolver nossa meta.

E o outro é o problema do crédito, esse negócio do dinheiro. Um vietnamita chegou lá no Ceará querendo fazer negócio com o pessoal nosso do caju. O pessoal do caju ficou muito desconfiado do vietnamita: “Esse vietnamita veio para cá fazer o que, amigo?” Aí perguntaram ao vietnamita: “Vem cá, e desde quando tem caju no Vietnam?” Ele disse: “Olha, a gente veio ao Brasil, e tinha um tal de cajueiro anão precoce. Nós nunca tínhamos visto esse bicho, mas levamos para o Vietnam”. Levou da Embrapa. Levou a tecnologia, porque não é só o cara ficar achando que agronegócio é só agronegócio. É pura tecnologia. Pois levou a pura tecnologia para lá. Trinta anos atrás. É o maior produtor de castanha de caju do mundo. Aí o cearense olhou e disse: “Esse cara quer me engolir, poxa! Se ele levou esse cajueiro daqui há trinta anos, quem nunca tinha visto um pé de caju, que é originário dali, levou para lá e virou o maior produtor! Meu amigo, é o seguinte: que diabo vocês fizeram? Porque cajueiro anão precoce está espalhado aqui no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco. Nós temos esse negócio aqui”. Ele disse: “Cem dólares. Cem dólares e os pés de caju. Foi assim que nós nos transformamos no maior produtor de castanha de caju do mundo. Com cem dólares e as mudas. Eu entregava as mudas e cem dólares. E dali o cara ia embora. O cara virou um grande produtor de caju. Hoje ele é o maior produtor de caju do mundo. Com uma mixaria. Mas essa mixaria, amigo, é a chave para o negócio dele, que é esse tal de microcrédito. É a outra pilastra que eu fico olhando: “Puxa vida, se a gente conseguir fazer!” Isso exige um esforço concentrado. A gente já trabalha tanto e a gente ainda tem de concentrar esforços, não é?

Mas eu acho, Tereza e Ana, que esse dois negócios aqui, Pronatec, com o dinheirinho na mão do povo... Solta o dinheirinho na mão do povo. Tem gente que vai reclamar. A turma dos juros reclama, porque está tirando um negócio dele para dar para a produção, para aumentar ali a capacidade do indivíduo.

Então, eu destaco esses dois instrumentos e os considero extraordinários; e incluir a meta de erradicar o analfabetismo, porque esse analfabetismo grosso ainda é da turma que perdeu a passada. Nós temos de puxar o pé dele de volta e botar aqui.

Quero destacar esse aspecto e manter o ritmo, porque nós estamos ligados. Fica parecendo que os juros são coisas só do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Não é, não. No estalo, essa turma

aqui tem de descobrir o que é esse negócio de juros. Quando descobrir, a gente ganha uma montanha de apoio significativo, para não ficar uma coisa assim de um comunista, de um paraibano, e mais uns quatro ou cinco que ficam gritando negócio de juros por aí, e o cara achando que a gente está ficando doido. “Rapaz, diminuí os juros, e você e ainda está gritando?!” Mas é porque ainda precisa diminuir mais. Só isso. Os caras ganham fortunas. Isso é uma imoralidade grande, porque não teve CPI e não teve o diabo ainda para tratar desse assunto no Brasil.

Sem querer colocar outras coisas, como a nossa famosa privatização, que, ao privatizar serviços e entregar serviços para negociantes do exterior, culminaram a negociação com o financiamento do BNDES. Então, você juntou. Podia ter me chamado que eu ficava com a Telemar, com a Tim, com esse negócio todo, se o BNDES me financiasse. E estou mandando montanhas de dinheiro, porque dizem que capital não tem pátria, mas estou vendo que os caras adoram mandar dinheiro para a pátria deles, tirando da nossa. Então, a remessa está lá em cima.

Nós remetemos mais de R\$30 bi, amigo! Não é mole, não! É uma banca boa. Boa! Mas eu fico pensando: é Pronatec e o negocinho aqui do crédito. Graninha na mão do povo, do povo simples. Bota esse dinheiro na mão dele que ele vai embora.

Saúdo o esforço, a concentração das mulheres em enxergar onde está o problema e ir atrás para resolvê-lo.

O SR. PRESIDENTE BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Senador Inácio Arruda. Mas eu queria pedir uma gentileza. Sei que o tema é palpitante, o programa é extraordinário, traz uma inspiração fantástica aos Senadores, mas seria bom que cada um resumisse a sua interlocução, porque cada um está usando cerca de 10, 12 minutos. Há ainda quatro Senadores inscritos e o autor do requerimento; e ainda tem a Ministra, que vai responder a todas as indagações.

Então, concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Secretária Ana Fonseca, Ministra Tereza Campello, primeiro, quero dizer que peço desculpas, porque está havendo agora um debate sobre Código Florestal. Começou às 13 horas. Vou sair daqui não para almoçar, mas para ir para esse debate.

Fiz questão de ficar aqui para parabenizar o plano e dizer que, como esta audiência pública está acontecendo na Comissão de Assuntos Econômicos, quero puxar esse debate um pouco para a economia, porque existe a visão de alguns deste País que é como se a economia estivesse distante da vida do povo, como

se as políticas públicas não interferissem no nosso desenvolvimento.

Vejam a crise econômica de 2008. Ontem, estive com o Presidente Lula, no Rio de Janeiro, e tenho muito orgulho do que foi feito nos oito anos do Presidente Lula e do que vai ser feito no Governo da Presidenta Dilma. A saída deles, na Europa, foi fazer o quê? Salvar bancos, diminuir impostos dos ricos e só desonerar grandes empresas. O nosso caminho aqui é o da transferência de renda, da recuperação do salário mínimo, que teve um papel fantástico. Vi o estudo do Ipea sobre o papel da Previdência, o peso do salário mínimo recuperado na Previdência, na criação desse grande mercado de consumo de massa, crédito para o povo. Nós tínhamos 22% em 2002. Fomos a 46%. Ouvi uma vez um depoimento do Presidente Lula, que chegou a falar que teve reuniões com técnicos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Eles diziam: “Nós não podemos emprestar abaixo de três salários mínimos por isso, isso, isso”. E o Presidente disse: “Vocês entendem de pobre?” Porque pobre paga as suas contas.” E a gente viu o efeito de tudo isso.

Esta é a nossa galinha dos ovos de ouro: este grande mercado de consumo de massas que nós criamos. Segundo a FGV, 39 milhões de brasileiros foram para a classe média. É disso que estamos falando.

Eu queria saber, porque isso deve ser muito difícil, Ministra. Minha assessoria vai estar aqui. Se tem como medir isso. Qual o impacto da política de transferência de renda nessa geração de emprego, no crescimento econômico do período anterior; e também em relação ao futuro, porque volto a falar no novo momento de crise econômica, desaceleração econômica.

O Inácio Arruda foi muito feliz. O que sinto que me dá mais prazer em relação à nossa Presidenta Dilma é que nós temos uma estratégia de país. Este País será a quarta economia do mundo em 2023 com inclusão social.

Então, sobre a tese da inclusão social, é essa a pergunta que faço nesse momento de desaceleração da economia. O Inácio está corretíssimo. Fala em taxa de juros. Nós todos vibramos aqui com a nova postura do Banco Central, que baixou a taxa de juros. Devo dizer que isso vai trazer folga fiscal também no próximo ano.

Nós pagamos 119 bi de juros só num semestre. Uma coisa ajuda a outra, mas eu queria saber concretamente se há como ter números em relação ao Brasil Sem Miséria, quantos empregos serão gerados, se cada real gasto no Plano Brasil Sem Miséria tem impacto no crescimento do PIB – sei que não deve ser fácil ter isso –, o custo fiscal do programa.

Eu, sinceramente, penso que, no momento em que a gente discute desaceleração econômica no mun-

do inteiro, essa é a boa política pública, com resultados anticíclicos neste momento.

Então, era esta a minha intervenção, por estarmos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque acho que, volto a dizer, é isso que nos dá muito orgulho de ter sido feito nos oito anos e que vamos fazer nesses próximos quatro anos no Governo da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra a Senadora Ana Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Presidente, Senador Benedito de Lira. Corrigindo: é Angela Portela.

Quero cumprimentar a Ministra Tereza Campello.

Senador Inácio Arruda, quase me levanto, quase fico em pé, como a Secretária Ana Fonseca, para demonstrar que também sou cearense! Mas já moro em Roraima há muitos anos. É minha terra querida.

Bem, eu gostaria de parabenizar a Presidenta Dilma por esse programa de tanta importância para o nosso País. Sem dúvida nenhuma, o Bolsa Família é um programa que já demonstrou, de forma inequívoca, sua capacidade de contribuir para a redução da pobreza extrema, para a desigualdade social e regional.

Mas eu queria aqui destacar também a importância do Ministério da coordenação do programa Brasil Sem Miséria, num apoio maior aos Municípios, principalmente aos pequenos Municípios, Ministra.

Eu tive a oportunidade e a satisfação de realizar reuniões lá no Estado de Roraima com todos os Municípios, com os quinze Municípios do Estado, com os Secretários de Educação, com os Secretários de Assistência Social. E obviamente essa reunião foi realizada com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o apoio da Secretária Executiva Ana Fonseca.

Lá, nós tivemos a certeza da absoluta necessidade de termos um apoio maior da equipe do Ministério, porque, nesses Municípios, a equipe técnica das prefeituras teve extrema dificuldade de compreender a complexidade do programa Brasil Sem Miséria, por envolver ações coordenadas de diversos Ministérios: da Saúde, da área de Educação, da área do combate à pobreza, enfim, de diversas áreas.

Então, eu gostaria de parabenizar por esse projeto arrojado de combate à pobreza. Nós temos 16 milhões de famílias que precisam ser resgatadas.

Aqui, eu queria destacar também a importância do “busca ativa”; e os Municípios menores que não têm uma equipe técnica preparada para fazer esse trabalho vão precisar necessariamente de uma orientação de capacitação do Ministério coordenador do projeto, para que possa fazer, com eficiência, essa busca ativa, para

que ela tenha resultado positivo e para que a gente possa resgatar esses 16 milhões de brasileiros, que correspondem a 8,5% da população brasileira. E, no meu Estado de Roraima, o percentual de famílias abaixo da linha de pobreza é de 16%, é o dobro da média nacional, infelizmente. Por isso, gostaria de destacar a importância de o Ministério definir uma estratégia para apoio técnico às prefeituras dos Municípios mais pobres, dos Municípios da região Norte do nosso País.

Eram essas as colocações que eu gostaria de fazer.

Destaco ainda, Ministra, que essa reunião realizada com as prefeituras para discutir o projeto foi antes da assinatura do pacto regional com o Estado de Roraima. Daí a importância de termos colhido o sentimento dessas prefeituras, desse pessoal que não tem preparo técnico para executar, para implementar esse projeto abrangente e de tanta importância para a população mais pobre do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado à Senadora – agora vou corrigir – Angela Portela.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pretendo ser breve.

Inicialmente, quero aqui cumprimentar nossa Ministra Tereza Campello e também a Secretária, a Sr^a Ana Fonseca.

O Plano Brasil Sem Miséria é muito ousado, é um plano corajoso e, diria até, revolucionário – é revolucionário, não é “até”, não; é revolucionário mesmo. Por que entendo dessa forma? Primeiro, porque ele leva todo o Governo, todos os ministérios a terem um olhar preferencial para as famílias, para as pessoas que mais precisam deste País. Segundo, porque ele envolve os Estados e os Municípios para que se comprometam também com a meta de tirar essas famílias da miséria.

Não é um programa fácil de ser gerenciado, porque é integrado. Então, ele fortalece, de fato, o pacto federativo, ele fortalece a integração entre os ministérios. É um programa bastante corajoso e revolucionário.

Quero fazer um destaque: ele também tem a preocupação de fazer o recorte de gênero. Nós sabemos que cerca de 35% de nossas famílias são chefiadas por mulheres, e cuidar da autonomia econômica das mulheres é essencialmente importante.

Eu me inscrevi, na verdade, para fazer uma pergunta, além de fazer esse destaque inicial.

Ministra, tenho a informação aqui de que hoje vivem no Brasil 4.101 refugiados de 77 nacionalidades. São refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados, que é o Conare.

Eu tenho alguns dados aqui.

Desses refugiados, a grande maioria, 64%, são da África; 22% são da América Latina; 10% são da Ásia; 2% são da Europa. O país de origem do maior número de refugiados é Angola, na África, com 38%; em seguida vem a Colômbia, com 14%, e há outros países com percentuais um pouco menores.

Qual é a minha pergunta? Quero saber qual é a possibilidade de incluir os idosos e as pessoas com deficiência que fazem parte desse grupo de refugiados no programa Benefício de Prestação Continuada. Nós sabemos que essas famílias de refugiados já estão incluídas no Bolsa Família, mas nós queríamos saber se é possível incluir essas pessoas também no BPC, no programa Benefício de Prestação Continuada. Por que estou fazendo essa pergunta? Essa é uma demanda que nos chegou através do Instituto Migrações e Direitos Humanos, dirigido pela Irmã Rosita Milesi, da Pastoral de Mobilidade Humana da CNBB. Então, é uma demanda que temos em mãos e, aproveitando a presença da senhora aqui, gostaríamos de saber se é possível incluir esses refugiados no BPC.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerradas as inscrições dos Senadores, passarei agora a palavra ao Senador Suplicy, autor do requerimento.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT– SP) – Senador Benedito de Lira, querida Ministra Tereza Campello, meus cumprimentos pelo seu extraordinário desempenho.

Eu quero lhe dizer que é comovente, até do ponto de vista pessoal, de quem acompanhou a sua trajetória, sobretudo pelo fato de uma maneira até que guarda relação com o que aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff, que, também acometida por um problema de saúde, V. Ex^a o enfrentou com uma energia tão significativa e positiva, causando a admiração de todos.

Eu também quero muito lhe cumprimentar por ter, juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff, mas certamente só pode ter sido pela sua anuência e convocação de ter chamado para trabalhar com V. Ex^a a querida Ana Fonseca, porque esta eu conheci desde o começo desta década, quando ela me chamou para estar acompanhando sua tese. Participei ali do exame, e ela me convidou para escrever o prefácio. Nós nos tornamos pessoas com enorme afinidade sobre o propósito que hoje traz as duas aqui.

Uma primeira questão: eu acho muito importante que o Governo brasileiro, os empresários, os trabalhadores tenham consciência dos instrumentos de transferência de renda que existem hoje nos países desenvolvidos e que têm um efeito muito significativo

sobre a preocupação do Governo, dos empresários sobre o grau de competitividade da economia brasileira. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, desde 1975, nós temos o crédito fiscal por remuneração recebida. Às vezes as autoridades brasileiras têm dito que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda que existe. Nos Estados Unidos da América, o Earned Income Tax Credit, o crédito fiscal por remuneração recebida no ano passado, pagou a 26 milhões e pouco de famílias US\$56 bilhões. Por exemplo, uma família com marido, mulher e duas crianças, se a sua remuneração hoje nos Estados Unidos é da ordem de US\$18 mil, esse casal tem o direito de receber US\$5.160 a mais, e sua remuneração passa para além de US\$23 mil e poucos, que é a linha de pobreza para um casal com duas crianças nos Estados Unidos. Esse casal, portanto, torna-se mais satisfeito, provavelmente mais produtivo. Agora, quem paga esse complemento não é a empresa, é o conjunto da sociedade que hoje concorda com isso. Os Presidentes Bill Clinton e, depois, Barack Obama, em 2009, no início, ambos aumentaram significativamente o valor. Inclusive Bill Clinton aumentou para os casais sem filhos, e Barack Obama para os que têm três crianças ou até mais.

No meu entendimento, esse procedimento torna sua economia, a dos Estados Unidos e a de outros que adotaram sistemas semelhantes, mais competitiva em relação à nossa, se não adotarmos um sistema semelhante ou melhor.

O Programa Bolsa Família é um instrumento de transferência de renda que tem tido excelentes resultados. Contribuiu para erradicar a pobreza, contribuiu para diminuir o coeficiente ano a ano, desde 2003 para cá, e os seus antecedentes também. Mas ele tem um desenho que não leva tanto em consideração esse aspecto. Nós precisaríamos até examinar com maior profundidade, e eu me disponho. Vou entregar a V. Ex^a um estudo sobre isso.

Mas eu gostaria de lhe perguntar se de alguma maneira o Governo da Presidenta Dilma Rousseff tem a perspectiva de considerar, em algum momento no horizonte futuro, tal como prevê a Lei nº 10.835, a renda básica de cidadania. E, da mesma maneira que os primeiros programas daquilo que hoje se constitui o Bolsa Família se iniciaram localmente no Distrito Federal, em Campinas, Ribeirão Preto e em tantos outros Municípios, até em São Paulo, quando Ana Fonseca foi a coordenadora do Programa Renda Mínima e assim por diante, e daí se tornaram o que hoje é o Bolsa Família, nós poderemos também realizar experiências pioneiras do programa renda básica cidadã localmente. Nesse propósito, V. Ex^a está a par, eu, inclusive,

fui recebido no Ministério do Desenvolvimento Social, juntamente com o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, que aprovou lei nesse sentido na presença da Secretária Extraordinária Ana Fonseca e de seu Secretário Executivo Rômulo Paes de Sousa. Tivemos um diálogo muito produtivo e fomos muito bem recebidos – lá estavam quatro vereadores. Rômulo Paes e Ana Fonseca explicaram que a primeira etapa, no sentido de caminharmos em direção à Renda Básica de Cidadania, poderá ser como que uma atenção muito especial para a Busca Ativa e para a implementação de todos esses programas, cujas parcerias com os governos estaduais e municipais, com as entidades, conforme V. Ex^a explicou aqui tão bem, possam se realizar como etapa.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, porque tenho feito, tenho estimulado os Municípios e os Estados a caminharem na direção da Renda Básica de Cidadania. Tenho proposto aos cinco pré-candidatos, eu sou um deles – Marta Suplicy, Fernando Haddad, Jilmar Tatto e Carlos Zarattini –, que coloquem como objetivo fazer de São Paulo, que tem 11 milhões e 300 mil habitantes, um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania.

Gostaria até de pedir a sua reflexão, porque, notem: quando V. Ex^a e a Presidenta Dilma assinaram o convênio com o Governador Geraldo Alckimin e os demais, mencionaram que agora haverá um entendimento. Em São Paulo, por exemplo, onde há o Renda Cidadã e agora o Bolsa Família, os dois coordenados, toda família que porventura tiver o direito ao Bolsa Família, aquelas que não recebem R\$140 *per capita* e, em especial, aquelas que não chegam a R\$70, passarão a ter o direito de receber pelo menos – foi o que eu entendi do convênio assinado – R\$70 por pessoa no Estado de São Paulo. Essa é a meta. E acho isso muito positivo. Mas, permita-me, Senador Presidente Benedito de Lira, aqui uma reflexão que vai demandar uma explicação com detalhes.

Vamos supor o caso da família com pai, mãe e sete crianças; cinco crianças e dois adolescentes. Se a renda familiar *per capita* não atingir o limite estabelecido de R\$70 *per capita* por mês, essa família passa a ter o direito de receber R\$32 – cinco vezes trinta e dois dá cento e 160; mais R\$38 por adolescente, que dá R\$76. Como a renda familiar *per capita* não chega a R\$70, então terá o direito a mais R\$70 do benefício básico e, portanto, terá R\$306. Suponhamos que a renda familiar desse casal é de apenas R\$100 para o marido e R\$100 para mulher, R\$200 reais, ou seja, com os R\$306, essa família terá R\$506, mas não chega, portanto aos sete vezes setenta, R\$630. Faltarão R\$134. Pelo convênio, então – pelo que entendi –, o governo estadual vai entrar com mais R\$134.

Ora, Senador Benedito de Lira, V. Ex^a há de convir: veja só o trabalho que deu para eu explicar! Imagine à administradora do programa, imagine às famílias, cada uma com esse detalhamento; imagine a condição daquelas famílias que recebem, provavelmente no mercado informal, uma remuneração muito variada, mês a mês, que ora é R\$200, ora é R\$100, ora é R\$500 e assim por diante.

Entre outros, são esses os fatores que me levaram, depois de ser um proponente aqui da garantia de uma renda mínima através de um imposto de renda negativo, a ter ficado persuadido...

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Já estou na reta final, Sr. Presidente.

...no sentido de que o melhor será caminharmos na direção da renda básica incondicional.

Permita-me só, Presidente Benedito de Lira, transmitir assim, olho no olho, porque eu quero ouvir a sua avaliação. E por que razão? Até a Ministra Tereza Campello, a Presidenta Dilma Rousseff, o Senador Suplicy, o Pelé, a Xuxa, o Antônio Ermírio de Moraes: “Vamos receber o Presidente Benedito de Lira?” “Sim.” Mas nós não precisamos disso. Temos o suficiente para a nossa sobrevivência, mas nós, obviamente, colaboraremos para que nós próprios e todos os demais venhamos a receber. Que vantagens há nisso? Eliminamos inteiramente a burocracia envolvida de ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal, todo esse detalhamento de contas. Eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha de a pessoa precisar dizer: “Eu só recebo tanto, por isso mereço tal complemento”. Eliminamos o fenômeno da dependência que tipicamente acontece.

O Senador Benedito de Lira sabe que, em Alagoas e em muitos Estados, em São Paulo mesmo, às vezes a pessoa está por decidir: “Vou ou não receber, fazer esse trabalho, que vai dar esse tanto? Mas se eu realizar esse trabalho, recebesse tanto, e daí vem o Governo e me tira o que eu estava recebendo naquele programa, eu talvez prefira não fazê-lo. Entro na armadilha do desemprego ou da pobreza”.

Se todos iniciarmos da Renda Básica em diante, sempre haverá estímulo ao progresso. Mas é do ponto de vista... E aí é que entra o argumento fundamental, prezada querida Ministra Tereza Campello, que me levou à convicção disso para apoiar e querer que o Congresso Nacional... E felizmente o Congresso Nacional aprovou, mas com a perspectiva de que será instituída por etapas.

Mas o grande argumento é o de que, do ponto de vista daquela jovem que às vezes não tem outra

alternativa, se não o de vender o seu corpo para conseguir dar de comer em casa; ou do jovem, como do filme Cidade de Deus, que não tem outra alternativa senão se tornar o aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes; ou daquele trabalhador... Um dia, fomos eu e diversos Parlamentares ao sul de Rio Maria, no Pará; e o Padre Ricardo Rezende pediu que ouvíssemos os trabalhadores que ali estavam. Eis que eles disseram: “Olha, a gente vem aqui, na porta do hotel, do restaurante ou da rodoviária, e vem o fazendeiro, o capataz ou o gerente da fazenda e nos diz: ‘Quem quiser entra aí no caminhão ou no ônibus; vamos lá para a fazenda, a uns 500 quilômetros daqui, e lá vão receber tanto depois de cortar a floresta, plantar e semear a terra etc.’ E para lá a gente vai. Passadas quatro semanas, a gente diz para o gerente: ‘Está na hora de receber. Eu preciso mandar dinheiro para a família.’” “Mas, como assim? O senhor, por enquanto, comprou na venda mais do que o que tem direito de receber.” V. Ex^a sabe que, às vezes, ainda acontece esse tipo de coisa no Brasil. “Pois bem, se for assim, eu vou embora!” “Se quiser ir embora, vai levar um tiro!” E muitos levaram tiro. Foi o depoimento que ouvimos.

Ou seja, o dia que houver uma renda básica de cidadania suficiente para cada uma dessas pessoas poder dar sustento para si e para os seus, essas pessoas vão passar a ter o direito de dizer: “Não. Agora eu não vou precisar aceitar.”

Do ponto de vista, portanto, do que nos fala o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, que desenvolvimento, se for par valer, deve significar maior grau de liberdade para todos, a renda básica de cidadania significará maior grau de liberdade para todos.

Estou perfeitamente consciente, Presidente Benedito de Lira, de que não dá para fazer isso de um dia para o outro. E foi muito significativo quando o Senador Francelino Pereira me disse: “Eduardo, que tal aceitar que seu projeto seja instituído por etapas?” E eu aceitei. Graças àquilo, foi aprovado por consenso, no Senado e na Câmara. E o Ministro da Fazenda Antonio Palocci disse ao Presidente Lula, quando o estava examinando: “Presidente, como é para ser instituído por etapas, é factível. Pode sancionar.” E foi sancionado. O projeto foi aprovado por consenso no Senado e na Câmara. V. Ex^a sabe que não é tão fácil. Mas a minha pergunta é simples: vamos ter, um dia, a perspectiva de instituí-lo?

Assim, concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está vendo, Ministra, como é palpitante o tema que a senhora traz à Casa? Já estamos praticamente há três horas – vai para quatro horas – nesta audiência pública.

Mas quero cumprimentá-la, e V. Ex^a tem a palavra para responder às indagações que foram formuladas pelos Srs. Senadores.

Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy pela narrativa que fez como autor do requerimento. Se lhe desse mais corda, o senhor amanhecia o dia!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com certeza!

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Eu queria agradecer de novo a oportunidade, agradecer ao nosso Senador Suplicy o convite.

Começarei respondendo às suas questões, Senador Benedito de Lira, com relação, obviamente, a critérios republicanos que estão presentes em todas as nossas ações, especialmente no caso da qualificação profissional, que vi que é uma das suas principais preocupações.

Como as ações não conseguirão ser iniciadas em todos os Municípios do Brasil de uma vez só, e é objetivo da Presidenta que a gente tenha ações em todo o País simultaneamente, para o ano de 2011 e, provavelmente, para o primeiro semestre de 2012, estamos propondo um recorte. Municípios acima de 100 mil habitantes, todos, e Municípios que tenham rede Sine instalada. Por quê? Porque, como eu tinha colocado, nossa principal preocupação é garantir que haja uma agenda casada de qualificação profissional com intermediação de mão de obra. Então, como a gente não daria conta de pegar todo o universo do País, a nossa opção foi começar por Municípios que tenham esses dois critérios.

Então, estamos convidando os nossos prefeitos para uma audiência agora, no começo do mês de outubro. Já estamos conversando com as entidades representativas dos prefeitos, e como as vagas, no caso do Pronatec, estabelecida... Para o Brasil Sem Miséria, nós temos um milhão de vagas ao longo de quatro anos.

Portanto, acho que nossa grande dificuldade não será ser republicano, mas garantir que a gente consiga, de fato, levar esses custos para essa população, que não é fácil. É muito difícil mobilizar essa população, garantir que as prefeituras consigam se engajar nesse movimento, identificar quais são as vagas, quais são os cursos e montar os cursos. Então, temos uma tarefa enorme pela frente. Esse o critério que a gente vai usar nesse primeiro momento e, a partir daí, a nossa ideia é poder ampliar os custos também para os demais territórios. Nós já estamos com as vagas do Sistema S levantadas e as da rede federal de ensino técnico profissional e profissionalizante para iniciar, ofertando para esses Municípios com esse recorte.

Segunda questão.

Sempre que a gente faz uma apresentação é com relação ao acesso à água. Todas às vezes que fazemos uma apresentação, acabamos falando de água para beber e acabamos falando muito de cisternas, mas, de fato, temos não só previstos os sistemas simplificados, ofertados pelo Ministério da Integração e pela Agência Nacional de Água, pela Funasa, mas também temos uma oferta de água, para a produção, para 600 mil famílias, que a gente acaba não detalhando, porque parte dessa água para a produção tem interseção com a água para beber. Então, temos previstos os sistemas simplificados, temos previstos pequenos açudes, pequenas barragens, e está em discussão, na Pasta do nosso Ministro Fernando Bezerra, também o fornecimento de água para as regiões em que a gente vai construir cisternas, mas que não tem água regular de chuvas. Portanto, a ideia é de que a cisterna não sirva apenas para captação de água de chuva, mas que a gente possa ofertar de alguma forma, eventualmente até.

Vou tentar ser um pouco mais rápida para garantir... Eu sei que as assessorias estão atentas; por isso, vou responder às perguntas, mesmo sabendo que a maior parte dos Senadores que fez as perguntas não pode ficar.

A Senadora Vanessa havia levantado as questões envolvendo o PAA. Quero lembrar que as ações em que estamos trabalhando, envolvendo o Programa de Aquisição de Alimentos, são complementadas também pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No caso das populações extrativistas, fizemos um trabalho enorme, envolvendo a PGPM, que é também uma ação do Estado, garantindo políticas de preços mínimos que permitem que a gente amplie a compra para a agricultura familiar, em especial a produtores de produtos da sociobiodiversidade.

Na próxima semana, iremos à região Norte, onde faremos um esforço para fortalecer a agenda que envolve pescado. Não só a agricultura de grãos e de verduras, mas também a compra de produtos da sociobiodiversidade. Então, acho que vamos ter uma agenda grande envolvendo PAA, envolvendo compra de pescado – no caso do Acre, a gente ainda vai comprar frango também –, mas envolvendo os supermercados nessa rede que vai fortalecer a agricultura familiar.

Partilho da mesma opinião de que esse é um dos programas fundamentais para organizar a agricultura familiar no Brasil.

Com relação ao Plano Nacional de Segurança Alimentar, como a gente montou um plano dentro do PPA – a senhora já o recebeu, Senadora? Podia anotar, para a gente enviar. Conseguimos montar o plano em cima do PPA. Então, nós fizemos de forma casa-

da: o próprio PPA já reflete o plano, e o plano reflete o PPA. Então, temos a marcação das ações que são do Plano Nacional de segurança Alimentar dentro do PPA, do Governo Federal, não só integrando as ações; portanto, a gente consegue enxergar as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Seppir, como do MDA, do conjunto dos Ministérios, do Ministério do Meio Ambiente, integradas. Ficou muito bacana. É a primeira vez que a gente conseguiu fazer isso e vai servir para outras ações, porque elas aparecem independentemente do Ministério. Se a gente quiser fazer um recorte puxando tudo o que é da área de segurança alimentar e nutricional, a gente consegue puxar. Isso vai viabilizar para que a gente tenha um monitoramento não só físico, mas também financeiro, porque a gente estabeleceu, no plano, metas físicas também. Vou pedir para o pessoal lhe enviar uma cópia. Ficou muito bem feito. Obviamente, ele tem de ser aperfeiçoado. Estabelecemos oito macrodiretrizes, com metas específicas, que envolvem a questão da obesidade, várias pautas modernas, como a agenda da segurança alimentar, além da questão da fome. Portanto, abrange a questão da alimentação saudável.

Por fim, quero dizer – penso que isto seja do seu conhecimento também – que, em grande parte, a gente avançou no programa Bolsa Família ao longo desses anos, não é, Ana? E isso se deu exatamente porque o Bolsa Família é um programa em que as famílias que recebem os recursos são conhecidas. Então, a fiscalização já vinha acontecendo no Ministério, independentemente dessa nova medida da nossa Presidenta. É uma das coisas que garantiram que a gente tivesse avançado nas agendas de transferência de renda. Inclusive, isso deixou de ser pauta. Aqui, está o nosso Secretário Tiago Falcão, responsável pelo Bolsa Família, pela Agenda Cidadã e pelo nosso Cadastro Único. Logo que começou, o programa era objeto de muita crítica, mas, hoje, é reduzidíssimo o nível de denúncia. Vamos atrás de toda denúncia. Mas, praticamente, não se vê mais denúncia alguma envolvendo o Bolsa Família, exatamente porque ele é fiscalizado pela própria sociedade.

Com relação às questões levantadas pela nossa Senadora Marta Suplicy, quero fortalecer a ideia de que a população atendida pelo Bolsa Família é uma população que já trabalha. Então, a agenda Brasil Sem Miséria busca incluir a população e, fundamentalmente, melhorar as condições de trabalho. A maioria das pessoas incluídas no Bolsa Família, hoje, já trabalha. Setenta e dois por cento dessas pessoas trabalham, mas em situação que não lhes permite ter uma renda que sustente sua família. Portanto, recebem menos de R\$70,00 *per capita*. Ou o trabalho é um bico, ou o

trabalho é informal, ou há pequenos negócios ainda não formalizados. Portanto, a agenda central do Brasil Sem Miséria busca viabilizar a melhoria das condições de trabalho dessas famílias.

A Senadora também nos perguntou sobre os idosos. A Busca Ativa não serve somente à população do Bolsa Família, mas também serve à população de idosos que teria direito ao BPC. O idoso pobre tem direito ao BPC. Temos como meta incluir 145 mil idosos que, na nossa avaliação, têm direito ao BPC, mas que não o recebem. Por meio da Busca Ativa, queremos alcançar esses idosos. E, em especial, no meio rural, há crianças e adolescentes com deficiência que também têm direito ao BPC, mas que não têm sequer acesso a essa informação. A Busca Ativa vai nos ajudar a localizá-los.

Foi feita uma pergunta pela nossa Senadora com relação à cidade de São Paulo. Há Estados em que há baixa cobertura cadastral, não é, Tiago? Estamos com um trabalho muito forte com as concessionárias de energia elétrica que têm interesse em nos apoiar no Cadastro, porque podem melhorar também suas informações para a tarifa social de energia elétrica. No caso da cidade de São Paulo, temos um acordo com a Eletropaulo e, com isso, acreditamos que vamos melhorar muito a situação de cobertura de São Paulo, que, realmente, ainda é muito baixa. É um dos Estados prioritários para se melhorar a cobertura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Inclusive, no Município de São Paulo, esse índice é dos mais baixos: 57%, aproximadamente.

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Em especial, no Município de São Paulo, é dos mais baixos.

A Ana pode falar, não é, Senador?

A SR^a ANA FONSECA (*Fora do microfone.*) – Não, não posso falar. Pela regra, não posso falar. Eu falo fora do microfone. Há 11 mil famílias no Renda Cidadã, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como não? Presidente, não há regra que diz que ela não possa falar. Imagine! Que regra é essa?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A senhora pode falar, sim. É bom que a senhora converse, porque descansa a Ministra. Não há regra que a impeça de falar, e, mesmo que houvesse essa regra, faríamos essa concessão.

A SR^a ANA FONSECA – Então, Senador Suplicy, o Renda Cidadã do Governo do Estado de São Paulo, hoje, no Estado, atinge 66 mil famílias, das quais 11 mil famílias são do Município de São Paulo.

...das quais onze mil famílias são do Município de São Paulo. A pactuação realizada com o Governo do Estado, com o Estado de São Paulo, por um lado,

puxando todo mundo para R\$70,00 – não é isso, Tiago Falcão? –, para todo o Estado, e isso inclui o Município de São Paulo, e o acordo entre a AES Eletropaulo e o Município de São Paulo. Naquele dia, na saída da Prefeitura, nós nos encontramos com a vice-Prefeita Alda Marco Antônio e o Sr. Kassab. Eu estava vindo realmente dessa pactuação para ampliar a cobertura no Município de São Paulo, que é um dos municípios com menor índice de cobertura. O que existe hoje são as onze mil famílias do Renda Cidadã e ainda as cem mil famílias, herança bendita da nossa Senadora e ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. É o que ainda existe do programa, mas entendemos que o Município de São Paulo vai realizar uma excelente cobertura.

E aproveito para dizer uma coisa em relação ao que o Senador por Alagoas nos falou sobre a partidização, não é, Senador? De não ter partidização. Creio, eu disse outra vez e tratei de dizê-lo também por escrito, que uma das coisas mais especiais que eu vi nos últimos anos na vida pública brasileira foi o pacto da região Sudeste. O pacto da região Sudeste é um pacto casado – perfeitamente casado – com o art. 1º da nossa Constituição no aspecto que diz respeito à indistinção partidária. E isso, Senador, quando vimos no pacto da região Sudeste – Governador Geraldo Alckmin, Governador Antonio Anastasia, Governador Renato Serragrande e Governador Sérgio Cabral...

O SR. – (*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ANA FONSECA – Renato Casagrande. É aquela serra é boa. E aí... É melhor do que a do Acre. Desculpe a piada. E ali temos aquela conformação partidária, mas, por cima dessa conformação partidária, a mais clara expressão, a mais clara corporificação daquilo que disse a Presidenta Dilma, que a erradicação da extrema pobreza é de todos, é um compromisso de todos, não é um compromisso partidário. Então, o Senador Benedito de Lira, das Alagoas, não pode ter nenhuma apreensão a esse respeito porque já demos – viu, Senador? – as melhores respostas. E fomos além disso. Fomos a Arapiraca, na grande Alagoas.

Eu não vou mais falar, Angela. Então, é um prazer enorme – só nos falamos por telefone – saber que você também engrossa a longa lista dos cearenses, muitos deles em Roraima.

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Só retomando aqui, eu estava combinando com o Senador de responder resumidamente, principalmente privilegiando os nossos Senadores que estão aqui, mas eu me comprometo, em relação a questões mais específicas, a nos colocar à disposição no Ministério. Mas seria importante alertá-los para uma questão que foi levantada pela Senadora Lúcia Vânia, com relação ao monitoramento. Nós no Brasil Sem Miséria conseguimos fazer a mes-

ma coisa que conseguimos fazer com o PAC. Todas as ações do Brasil Sem Miséria estão marcadas. Com relação ao monitoramento do Brasil Sem Miséria, do ponto de vista orçamentário, estão todas marcadas na AGU e no PPA. Então, nós temos como fazer esse acompanhamento. E estamos com dois sistemas de monitoramento. Um montado para garantir o acompanhamento das ações – quem coordena é a Dr^a Janine, que está aqui presente, também a nossa assessoria e a Sesep –, e estamos organizando, por isso o cadastro é tão importante, como monitorar também as famílias e a evolução das famílias. Só temos uma forma de fazer isso. Não queremos só saber quantas mil cisternas nós fizemos. Nós queremos saber: essa família que estava em situação de pobreza ganhou uma cisterna, teve acesso ao crédito, tem um idoso que está sendo acompanhado por médico das famílias. Então, queremos poder acompanhar o conjunto dessas ações, o que só conseguiremos fazer com o Cadastro Único. Por isso essa ação é tão importante.

Nós estamos com três processos de monitoramento. Um é o financeiro-orçamentário, com essas medidas recentemente aprovadas aqui pela Casa, com essa marcação na AGU. O segundo, com o monitoramento das ações; e o terceiro, que estamos tentando fazer evoluir, garantindo o monitoramento das famílias para sabermos de fato qual é a situação desses 16 milhões de brasileiros.

Com relação à pergunta do Senador Eduardo Braga acerca da Bolsa Verde. Nós, de fato, estamos começando com as áreas federais por dois grandes motivos. Um é que, como ele mesmo disse, isso nunca tinha sido feito no Brasil. Nós estamos fazendo uma experiência completamente nova, casando a agenda da pobreza com a agenda ambiental. Nós temos de ter uma curva de aprendizagem em relação a isso.

Nós estabelecemos a meta de iniciarmos nosso trabalho com relação às áreas federais, porque a preocupação não é só encontrar essas famílias, mas fazer um monitoramento do ativo ambiental envolvido. Não adianta só incluir essa família na transferência de renda e na transferência do Bolsa Verde, interessa-nos também fazer um monitoramento para garantir que esse ativo ambiental não seja destruído. Portanto, é importante que tenhamos um grande controle, neste caso específico sobre a situação ambiental de cada uma dessas áreas. Então, estamos começando com as áreas federais, queremos monitorar essas ações e, à medida que pudermos evoluir no programa, poderemos começar a discutir como ampliá-lo para outras comunidades e outras áreas.

Então, o programa não está fechado, mas nós temos uma preocupação muito grande em não abri-lo

totalmente e passarmos a não ter condições de fazer o controle dos ativos ambientais, que hoje representam a nossa maior preocupação. Quer dizer, a pior coisa que poderia acontecer como resultado, inclusive para que não tenhamos um retrocesso com relação a essa agenda, é transferir a Bolsa Verde e ter uma perda de floresta, uma perda de ativo ambiental, e acabarmos sendo acusados de não estar conseguindo atingir o objetivo, que é, além de erradicar a extrema pobreza, superar a pobreza dessas comunidades extrativistas e também garantir a preservação ambiental, a conservação do meio ambiente.

Com relação à pergunta do Senador Lindbergh, queria fazer uma sugestão. Nós temos alguns dados muito interessantes... Só lembrando que ele perguntou se temos como medir o impacto da transferência de renda e do Brasil sem Miséria na economia como um todo, considerando que estamos numa comissão que trata de assuntos econômicos.

Nós temos estudos do Ipea que mostram que, para cada real que transferimos no Bolsa Família retornamos R\$1,44 para a economia, o que é um dado muito importante, pois fortalece a ideia de que a transferência de renda é boa para o País, não só para a família que a recebe. Nós temos dados comprovando que essa família não perde a sua situação de trabalho ou não desiste de trabalhar por conta disso. Ao contrário: esse pessoal do Bolsa Família trabalha. Mas, além disso, é bom para a economia, é bom para os comerciantes, é bom para o mercado e é bom para fortalecer o mercado interno de massas.

Nós temos um estudo recente, feito pelo nosso Secretário Ricardo Paes de Barros, também um pesquisador do Ipea e que tem nos apoiado muito no Brasil sem Miséria. Ele fez um estudo recentemente, que também poderíamos passar para a Comissão – Flora, depois o Duncan nos ajuda a lembrar –, mostrando o que tivemos de melhoria em relação à situação de pobreza das famílias, mostrando quanto isso se deveu a aumento de salário mínimo, quanto se deveu a inclusão produtiva e quanto se deveu às transferências de renda; mostrando como isso se acentua do início do governo do Presidente Lula para cá, exatamente por conta do aumento do salário mínimo, das transferências de renda, mas também do aumento da condição de trabalho dessas famílias, mostrando que as famílias passaram a receber Bolsa Família e melhoraram a situação de trabalho, ou seja, começaram a trabalhar mais, comprovando, mais uma vez, que o Bolsa Família não leva as pessoas a desistirem de trabalhar. Estudo interessantíssimo sobre como as portas de saída, como a agenda de construção da inclusão produtiva se casa muito bem com as agendas de transferência de renda.

Eu queria sugerir e recomendar à Comissão que distribua para os nossos Senadores que integram as duas Comissões.

Por fim, nosso Senador Suplicy, eu acho que com o Brasil Sem Miséria e com o Bolsa Família estamos dando um primeiro grande passo. Eu acho que se a gente conseguir superar esse degrau, que é tirar 16,2 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza... Tem muita gente que fala que a linha de pobreza é baixa, mas temos 16 milhões nessa situação. Tem muita gente que diz que a linha é baixa e tem gente que diz que nós não vamos conseguir chegar aos 16 milhões. Então, vamos nos dedicar a esses 16 milhões e passar para uma segunda etapa; quem sabe chegaremos aos 140 e, a partir daí, conseguiremos evoluir numa agenda de construção de um programa nacional, levando renda para toda a população.

Para comentar, Senador, nós estamos discutindo Estado a Estado, porque cada Estado está fazendo uma opção diferenciada. No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, eles optaram por, de fato, preencher o hiato até R\$70, que não é uma coisa simples, mas eles estão usando os dados que já temos no Bolsa Família. Portanto, eles estão explodindo essa conta para os dados que a gente já tem dentro do cadastro único. Alguns Estados optaram por fazer uma transferência de renda fixa, como é o caso do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, que estão repassando um valor fixo por família exatamente para facilitar. Nós não estamos estabelecendo uma regra. Acho que nós vamos ter um aprendizado grande, não é Tiago? No próximo período, com essas diferentes experiências. inclusive, no caso do Rio de Janeiro, a conta, levando em consideração outros elementos que não só a renda declarada, no caso do Rio de Janeiro, chegando a até R\$100, não aos R\$70, que é recorte de renda nossa. Rondônia também. Então, temos oito Estados com experiências diferentes. O Amapá também se comprometendo a trabalhar com uma referência de renda maior.

Eu acho que nós, com o Brasil Sem Miséria, vamos ter um mosaico de experiências diferenciadas, até porque as realidades são muito diferentes. Estivemos com o nosso Governador de Roraima. Eu acho que há uma equação envolvendo a população indígena que, de fato, foi levantada pelo nosso Senador Wellington. Foi uma das questões que discutimos também com o Estado de Roraima, que nos preocupa, porque acho que é uma das ações para as quais não temos todas as respostas colocadas ainda.

Eu acho que essa é uma agenda que a gente tem de evoluir, mas eu acho que este debate aqui, finalizando, em que a gente considera que a agenda do Brasil Sem Miséria não é uma agenda social, mas é uma

agenda em que a inclusão tem sido um dos elementos que chama a atenção do resto do mundo... Hoje, o grande diferencial do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil é exatamente isto: um País que inclui. À medida que inclui, melhora a sua produção interna, aumenta o seu mercado interno de massas, cresce e, porque cresce, consegue incluir mais. Portanto, esse modelo em que o desenvolvimento econômico é casado e é aliado a uma agenda de distribuição de renda, eu acho que é o grande exemplo que nós temos para dar ao mundo. O Brasil Sem Miséria vai ser mais um passo fundamental para que a gente avance nessa estratégia.

Muito obrigada a todos.

Estamos às ordens. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Meus parabéns!

Muito obrigado. Foi excelente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ministra Campello, quero, ao encerrar esta reunião, agradecer à senhora e à Dr^a Ana Fonseca, que aqui vieram trazendo uma agenda diferente do dia a dia desta Casa, uma agenda tão diferente que chamou a atenção de todos nós e chama a atenção do Brasil.

Este País já tem mais de 500 anos de existência. Este País, na verdade, é um País rico, maravilhoso, mas que ainda tem um percentual de pobreza muito grande. Com a presença do Presidente Lula...

Lembro-me de um episódio: na eleição do Presidente Lula, em 1989, quando havia um candidato do meu Estado à Presidência da República, fiz a opção – naquela oportunidade, eu era o Presidente da Assembleia – de votar no Presidente Lula. E as pessoas me perguntavam: “Como é que você vai deixar de votar num conterrâneo, em pessoas que têm visão, para votar em um homem semianalfabeto?” Eu dizia: “É que já votei em diversos cientistas e, agora, preciso votar num trabalhador, para ver o que vai acontecer”. E foi a melhor coisa que eu já fiz, Ministra, sinceramente. Em todas as eleições que o Presidente disputou, votei nele, porque eu acreditava nele. E, graças a Deus, ele fez um belo governo, melhorando a vida de muitos brasileiros, e a Presidenta Dilma está dando continuidade àquele governo.

A Presidenta foi muito feliz em levá-la para o Ministério que V. Ex^a, hoje, dirige. Todos nós conhecemos a sua história. Eu lhe queria dizer que meu Estado é um Estado pobre, encravado na região Nordeste – é o Estado mais pobre do Brasil –, mas tenha a certeza de que, brevemente, os olhos das pessoas de muitos segmentos da nossa sociedade, das pessoas pobres, vão brilhar. As pessoas que não têm esperança vão

voltar a ter esperança com o Governo da Presidente Dilma, com a equipe que ela montou na área social.

As pessoas me diziam, e eu era Deputado: "Como é difícil trabalhar para pobre!". Essa é uma grande verdade, Ministra. Por isso, eu lhe fiz aquela indagação. Durante todo o meu mandato, direcionei minhas ações para o segmento mais carente do meu Estado. Considero o Estado de Alagoas, sem demérito, Senador Suplicy, dos demais Estados da Federação, o melhor pedaço de terra do Nordeste, que, sem dúvida alguma, brevemente, será um grande Estado.

Eu queria cumprimentá-la, Ministra, e toda a sua equipe. Foi uma alegria muito grande contar com sua presença aqui. A senhora trouxe um oxigênio diferente a esta Comissão, na manhã e na tarde de hoje. Muito obrigado. Que Deus a proteja, para continuar assim! Um abraço! (*Palmas.*)

Convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião da Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Humberto Costa, Luiz Henrique, Lobão Filho, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Renan Calheiros e Roberto Requião. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da

Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011** Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador José Sarney e outros **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007** Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos e outros. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável à PEC nº 40, de 2011, pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007, e contrário às Emendas nº 2 e nº 3. Em 24/08/2011, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. Em 30/08/2011, foram recebidas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que receberam Parecer contrário. Em 31/08/2011, foi recebido o Voto em Separado do Senador Inácio Arruda, com voto contrário às PEC nºs 40, de 2011 e 29, de 2007. **Resultado: Adiado.** **ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2007** Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2003** Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia. **Autoria:** Deputado Euler Moraes. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria ad hoc:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Contrário aos Projetos. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado: Aprovado o Parecer, contrário ao PLS nº 232, de 2007 e ao PLC nº 62, de 2003.** **ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2010** Altera o art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a recusa de fornecimento de dados sobre a própria identidade ou qualificação. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta.** **ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011.** Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil. **Autoria:** Senador Inácio Arruda e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** **ITEM 5) Não Terminativo EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008.** Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de

2009 do Senado Federal (PLS nº 372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências. **Autoria das Emendas:** Câmara dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria ad hoc:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável às Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008. **Resultado: Concedida vista aos Senadores José Pimentel e Francisco Dornelles, nos termos regimentais. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2009.** Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. **Autoria:** Deputado Augusto Nardes. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Vital do Rêgo, nos termos regimentais. ITEM 7) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2010.** Acresce o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal para definir requisitos de investidura em cargo público efetivo ou comissionado. **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti e outros. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta. **Resultado: Concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 1 A 4 AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 593 DE 2010.** Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. **Autoria da Emenda nº 1:** Senador Paulo Paim. **Autoria da Emenda nº 2:** Senador Acir Gurgacz. **Autoria das Emendas nºs 3 e 4:** Senador Inácio Arruda. **Autoria do Projeto:** Senadora Níura Demarchi. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4. **Resultado: Aprovado o Parecer, contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4. ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010.** Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Relator do Vencido:** Senador Pedro Taques. Em 18/05/2011 foi concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres e Lindbergh Farias, nos termos

regimentais; A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador Gim Argello. A Presidência designa Relator do Vencido, o Senador Pedro Taques. Aprovado o Parecer contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade. Votam vencidos os Senadores Gim Argello, Sérgio Petecão, Armando Monteiro e Luiz Henrique. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 88, DE 2011-CCJ** “Em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2011-CCJ, de audiência pública destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que “Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias”, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos seguintes convidados: Ministro Ayres Britto, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal; Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal; Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal; Ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal; Ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal; Ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal; Ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal; Ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal; Ministro Ari Pargendler, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Ministra Fátima Nancy Andrichi do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Felix Fischer, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Gilson Langaro Dipp do Superior Tribunal de Justiça; Ministra Eliana Calmon Alves do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin do Superior Tribunal de Justiça; Ministro João Otávio de Noronha do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Sidnei Agostinho Beneti do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Mauro Luiz Campbell Marques do Superior Tribunal de Justiça; Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Procurador regional da República Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.” **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 89, DE 2011-CCJ** Em aditamento ao Requerimento nº 19, de 2011-CCJ requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados, além da Ministra Eliana Calmon, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, senhor Ophir Cavalcante, para debater as competências e os avanços do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Autoria:** Senadores Pedro Taques e Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 90, DE 2011-CCJ “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados: Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Guilherme Ramalho, Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada; Athayde Ribeiro Costa, Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF); Orlando Silva, Ministro do Esporte.” **Autoria:** Senadores Randolfe Rodrigues e Aécio Neves. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e onze minutos, restando **adiado: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007.**, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício/PGR/GAB nº 1.190, da Procuradoria-Geral da República do Ministério Público Federal, por meio da Procuradora-Geral da República em exercício, Deborah Duprat, que, por necessidade de readequar a programação orçamentária do Minis-

tério Público Federal (MPF) para o exercício de 2011, solicita autorização para cancelamento parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 17.893.682,00 (dezessetes milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e dois Reais), decorrentes de emenda aditiva para a ação Modernização das Instalações do Ministério Público Federal, de autoria dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para Aquisição da Torre I do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santa Catarina.

Submeto ao Plenário desta Comissão de Constituição e Justiça o cancelamento de dotações orçamentárias, nos termos da solicitação da Procuradora-Geral da República. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação em contrário, declaro autorizado o cancelamento de dotação orçamentária, nos termos solicitados pela Procuradora-Geral da República em exercício.

Será comunicada a decisão, por ofício, à requerente.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 7.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável à PEC nº 40, de 2011, pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007, e contrário às Emendas nºs 2 e 3.

Observações: – Em 24/08/2011, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais.

– Em 30/08/2011, foram recebidas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que receberam parecer contrário.

– Em 31/08/2011, foi recebido o voto em separado do Senador Inácio Arruda, com voto contrário às PECs nºs 40, de 2011 e 29, de 2007.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir voto em separado. *(Pausa.)*

Ausente o Senador Inácio Arruda.

Ausente também o Senador Valdir Raupp, que se encontra hoje fora de Brasília, em missão oficial do PMDB.

Eu retiro a matéria de pauta tendo em vista a ausência dos dois: o do voto em separado e o do relatório.

ITEM 2

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2007

Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências

Autoria: Senadora Kátia Abreu

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2003**

**Cria a Área de Proteção Ambiental
Rio-Parque do Araguaia.**

Autoria: Deputado Euler Moraes

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Contrário aos Projetos.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Ausente o Senador Flexa Ribeiro.

Senador Dornelles, V. Ex^a poderia fazer o relatório *ad hoc* do Item 2 da pauta? *(Pausa.)*

Tem a palavra V. Ex^a para o relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, vêm ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de autoria do Deputado Euler Moraes, e o Projeto de Lei do Senado de autoria da Senadora Kátia Abreu.

As duas proposições visam a proteger o patrimônio dos recursos do Parque Araguaia mediante a criação de uma área de proteção ambiental.

Em termos gerais, o objetivo das duas proposições é transformar o rio Araguaia e Rio Parque Araguaia, com os seguintes fins: preservação da calha principal, preservação da valorização do patrimônio cultural, preservação e uso sustentável da biodiversidade, promoção do desenvolvimento do potencial turístico.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, cabe à Comissão de Justiça opinar sobre a constitucionalidade da matéria.

Quanto à competência legislativa, nada a opor às duas proposições. No entanto, há diversas questões de deficiência no PLC – estou lendo aqui o parecer do Senador Flexa Ribeiro – nº 62, de 2003, e no PLS nº 232, de 2007, e cabe comentar duas, por serem mais relevantes: o vício de iniciativa, com avanço sobre as competências exclusivas do Presidente da República, e o desconhecimento do aparato legal e institucional estabelecido para a administração do potencial de energia hidráulica.

Além do vício de iniciativa, as duas proposições desconhecem que o art. 84 da Lei Maior inclui a direção e a organização da administração federal entre as competências privativas do Presidente da República. No mérito, as duas proposições constituem iniciativa descolada do aparato legal do País e desconhecem o avanço político, institucional e democrático representado pela Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Assim, a principal crítica às iniciativas em análise consiste no patrocínio de uma intervenção na gestão das águas do rio Araguaia, pois a Lei das Águas estabelece a gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos disponíveis.

Em síntese, ainda que as proposições em análise sejam iniciativas de elevado mérito, ao concederem primazia a questões tão centrais, não há como acolhê-las no marco jurídico nacional em função das deficiências apontadas.

Pelo exposto, o Senador Flexa Ribeiro recomenda a rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas, Sr. Presidente, para concordar com o relatório. Em que pese a boa intenção dos autores, há inconstitucionalidade flagrante, já que invade prerrogativa exclusiva da Presidência da República.

Portanto, lamentavelmente, nosso voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais algum Senador para discutir a matéria?

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro, gentilmente aqui lido pelo Senador Francisco Dornelles, como Relator *ad hoc*, nesta Comissão.

Item 3 da pauta. Projeto terminativo. O Senador Valdir Raupp se encontra ausente.

Retiro de pauta o Item 3 da pauta, tendo em vista que o Senador Valdir Raupp encontra-se ausente nesta Comissão, em missão oficial pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Item 4 da pauta. O Senador Luiz Henrique está numa reunião do Código Florestal e pede para a Presidência, de ofício, alterar o seguimento da pauta em relação a esse item. Ele desejava estar presente, mas vai demorar um pouco e pediu que eu colocasse mais à frente essa matéria, para que ele mesmo fosse o Relator. Se ele não chegar a tempo, obviamente que vou designar um Relator *ad hoc* para darmos sequência à pauta de hoje.

Item 5 da pauta.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, o item 5 é um projeto que tenta trazer dignidade e justiça a milhares de brasileiros e suas famílias. Sabedor que o nosso querido Senador Flexa Ribeiro, com todo seu empenho, produziu seu relatório, mas faltou às duas últimas reuniões, pediria a V. Ex^a que, se fosse possível, pudesse indicar um Relator *ad hoc* para este caso, visto que, depois de 30 anos de espera, cada dia que passa é um dia de tormento e de angústia para todas essas famílias.

Assim, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que indique um novo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão Filho, quero registrar que, quando Ministro das Comunicações, tive a oportunidade de anistiar 86 pessoas daquele Ministério que, ainda na questão do Governo passado, bem atrás, haviam sido injustiçadas no meu entendimento.

Então, quero dizer a V. Ex^a, que é o autor desse projeto, que eu já o havia pautado na semana passada, mas o Senador Flexa Ribeiro, por diversos motivos políticos de compromisso de agenda, não pôde estar presente, hoje novamente não está presente. Mas ao término da reunião passada, várias pessoas, muito simples, estavam na porta, algumas senhoras inclusive chorando, porque a matéria não tinha sido pautada. A matéria estava em pauta, mas com a ausência do Senador tive que retirar de pauta.

Hoje, no entanto, como V. Ex^a veio à mesa e conversou com a Presidência, mesmo com a ausência do Senador Flexa Ribeiro, obviamente que por motivos políticos no seu Estado, vou pedir ao Senador Pedro Taques, e somente nesta reunião, que assumo como

Relator *ad hoc*. O próprio nome já diz: *ad hoc*. V. Ex^a está sendo nomeado Relator *ad hoc*.

Então, vou ler a matéria e, atendendo à solicitação de V. Ex^a, Senador Lobão Filho, por entendê-la extremamente justa, nomearei um Relator *ad hoc*.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Não poderia esperar menos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

– Não Terminativo –

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de quetrata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.

Autoria das Emendas: Câmara dos Deputados

Autoria do Projeto: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relator ad hoc: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável às Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para a leitura do relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 372, de 2008, na Casa de origem), do Senador Lobão Filho, cuja ementa é transcrita acima.

A Emenda nº 1, além de alguns outros pequenos ajuste no texto da proposição original, visa, essencialmente, a reduzir de 365 para 180 dias o prazo durante o qual será reaberta a possibilidade para apresentação de requerimento de retorno ao serviço dos servidores públicos civis e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como dos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, referidos no art. 1º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

Sr. Presidente, não estou conseguindo ouvir a minha voz, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

A alteração proposta pela Câmara dos Deputados, ademais, estabelece que esse prazo começará a fluir sessenta dias após o início da vigência da lei que se originar do projeto em discussão e exclui as normas previstas para a hipótese de a Comissão Especial de Anistia já ter sido extinta.

A Emenda nº 2, de sua parte, estende as normas da anistia prevista na referida Lei nº 8.878, de 1994, aos empregados demitidos, exonerados, despedidos ou dispensados, além do período estabelecido originalmente no diploma legal, desde que mantidos para desempenhar suas funções no processo de liquidação ou dissolução das empresas cuja extinção foi determinada no âmbito da reforma administrativa empreendida no Governo do Presidente Fernando Collor.

Análise.

Não há nenhum reparo a fazer sobre as Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao PLS nº 372, de 2008, no que diz respeito à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Igualmente, no mérito, manifestamo-nos favoravelmente às emendas.

Com relação à Emenda nº 1, efetivamente, os prazos previstos pela Câmara Baixa são adequados e permitem, inclusive, dar maior agilidade à conclusão dos processos de anistia, sem excluir período suficiente para que todos os interessados tomem conhecimento da possibilidade aberta e possam preparar os seus pedidos.

A exclusão das normas previstas para a hipótese de a Comissão Especial de Anistia já ter sido extinta é, igualmente, correta, uma vez que a Comissão Especial de Anistia, instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, está em pleno funcionamento.

No tocante à Emenda nº 2, trata-se de importante aperfeiçoamento à proposição original, assegurando tratamento isonômico aos servidores que, no intuito de colaborar com a Administração Pública, aceitaram emprestar a sua experiência ao processo de liquidação ou dissolução das empresas em que trabalhavam.

O equacionamento da situação desses empregados é providência exigida pela justiça e pela isonomia.

O acolhimento das emendas da Câmara dos Deputados, desta forma, além de aperfeiçoar a proposição, permite concluir o processo de sua apreciação, abrindo, para os servidores e empregados da Administração Pública Federal direta e indireta que, no período entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, foram exonerados, demitidos, despedidos ou dispensados com violação de dispositivo constitucio-

nal, legal, regulamentar ou de cláusula de acordo, convenção ou sentença normativa da Justiça do Trabalho, por motivação política ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimento grevista, uma nova oportunidade de ver corrigidas as injustiças contra eles praticadas por agentes públicos, fazendo justiça a esses brasileiros que buscam há tanto tempo a merecida reparação do Estado brasileiro.

Dessa feita, expresso o voto de S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao PLS nº 372, de 2008, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o relatório que faço, Sr. Presidente, na forma de Senador para este ato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias pede a palavra para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É evidente que somos favoráveis à proposta. Gostaríamos, se possível, não sei se o Senador Edison Lobão, que apresentou a emenda, teria condições de nos informar, de saber quantas pessoas seriam beneficiadas com essa medida. Creio que seria importante essa informação. De qualquer forma, se houve uma violência a direitos adquiridos, se houve uma afronta à Constituição, quando da demissão desses servidores públicos, nada mais justo do que se conferir a eles justiça. E me parece que esses servidores teriam direito, inclusive, a uma ação de reparação de danos, uma vez que durante todo esse período ficaram, obviamente, afastados da atividade profissional que exerciam, com prejuízos inegáveis.

Diante da concessão desta anistia, da aprovação desta lei e certamente de sua sanção pela Presidência da República, os servidores estarão autorizados a uma ação de indenização por danos durante todo esse período.

Nosso voto é favorável. Se o Senador Edison Lobão tiver a possibilidade de nos orientar sobre o número de pessoas que serão beneficiados com a aprovação dessa proposta, ficarei grato.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Alvaro Dias, com certeza são muito mais de 20

mil servidores injustiçados e que agora a gente busca fazer justiça através deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é verdade que lá no Governo Collor foram demitidos vários trabalhadores sem qualquer motivação mais justa. Já no governo do Presidente Itamar Franco foi aprovada a Lei nº 8.878 que trazia a anistia desses setores. Tivemos muitas dificuldades, ao longo desse período, para a implementação dos efeitos dessa lei. Já no governo Lula...

Pois não, Sr. Presidente...

Se o pessoal puder fazer um pouquinho de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado. Já no governo Lula foram criadas várias comissões, junto ao Ministério do Planejamento, para a viabilização da reintegração e do cumprimento da Lei 8.878. Muitos já foram reintegrados nos mais diferentes ministérios, nas autarquias, nas fundações, nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista. E temos, ainda, um número significativo de trabalhadores que, por algum motivo, não foram atendidos. Parte deles argumenta que não tomaram conhecimento dessas medidas; outros, que a Comissão constituída entre o Governo e as entidades sindicais não chegaram a uma composição sobre os motivos da reintegração e foram afastados. Como muito bem diz nosso Autor, Senador Lobão, é uma matéria justa. Não tenho dúvida de que ela vai ser aprovada com o apoio de todos nós. Como ainda não temos o exato número de pessoas, o Governo Federal está solicitando que, através de suas lideranças, peçam vistas para que o Ministério do Planejamento possa nos subsidiar com o número mais exato da quantidade de pessoas e que, na próxima reunião, a gente possa liberar.

Portanto, Presidente, como Líder do Governo no Congresso, estou pedindo vistas a pedido do Governo Federal.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – É importante que todos saibam que este projeto já foi deliberado, aprovado aqui nesta Casa. Daqui saiu para a Câmara. Já foi exaustivamente discutido na Câmara e agora retorna para que possamos avaliar suas emendas? Ou seja, nós já estamos discutindo este

assunto – eu já apresentei este projeto – há mais de um ano. Se o Governo até hoje, depois de mais de um ano, não conseguiu ainda levantar o número de funcionários... (*Palmas.*)

...eu vou dizer a V. Ex^a que passo a não acreditar em mais nada.

Eu pediria a meu colega que, se fosse possível, pudesse levar em consideração o sofrimento dessas 20 mil famílias que aqui estão representadas por centenas de trabalhadores e que a gente não pudesse mais protelar uma votação tão simples, que é apenas autorizativa, para que o governo possa fazer justiça àqueles que foram, sem motivo nenhum, inexplicadamente, demitidos há 20 anos através do governo que estava na época.

Então, eu pediria a V. Ex^a o favor especial a essas 20 mil famílias no sentido de não protelarmos ainda mais, depois de um ano de apresentado este projeto, para que a gente pudesse deliberar, ainda hoje, este projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimentel tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Se existe um Governo que reparou direitos de trabalhadores neste País chama-se Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que tem sua continuidade no Governo da Presidente Dilma. O nosso Governo, Senador Lobão, é acusado de estar enchendo a máquina pública exatamente por estar recompondo o Estado Nacional.

E mais, é verdade, quando V. Ex^a apresentou o projeto, era autorizativo. No entanto, a Emenda nº 1, da Câmara Federal, e a Emenda nº 2 tornaram-no impositivo, alterando profundamente o projeto inicial de V. Ex^a. Volto a registrar, se os dados estivessem tão consolidados, todos nós teríamos esses números aqui, a tempo e a hora, seja o Relator *ad hoc* seja o Relator da matéria, sejamos todos nós. E o senhor sabe a forma como o Governo Federal tem tratado essa matéria, o carinho que tem para com as famílias brasileiras, a preocupação que tem para reparação de direitos. E não seria em torno de um número até muito importante e que, até ontem, nós não conseguimos dar conta, que nós estaríamos protelando. A história deste Governo prova o contrário. Por isso, nobre Senador Lobão, estou pedindo aqui, a pedido do Governo, que ele possa levantar esses números e que, na próxima reunião, a gente possa deliberar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma. Eu não dei vista, ainda, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Desculpe-me.

Esse projeto apresentado pelo Senador Lobão tem o pedido de vista do Senador José Pimentel. É regimental.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A pedido do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas é V. Ex^a quem está pedindo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel, que é o Líder do Governo no Congresso, está pedindo vista do projeto. Como é regimental, peço a compreensão dos que vieram de longe para atender, obviamente, ao Regimento. Eu não tenho como ultrapassar o limite do Regimento.

Portanto, vou conceder vista ao Senador José Pimentel e, como o Senador Dornelles se antecipou e pediu vista coletiva, esse projeto, por ser pedido de vista coletiva, voltará, automaticamente, para a pauta na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, na próxima quarta-feira essa matéria estará na pauta. A matéria não vai mais entrar em discussão porque foi dado vista ao Líder do Governo, o Senador José Pimentel, e vista coletiva ao Senador Dornelles.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques quer falar, mas, antes, eu gostaria de fazer uma correção.

Na verdade, esse projeto tramita há três anos. Eu dei entrada nele em 2008. Portanto, há que se notar o sofrimento dessas famílias durante três anos. Entendo as razões do Senador Pimentel, acato-as e acolho-as. Tenho certeza de que ele, meu colega, meu companheiro e meu amigo, meu parceiro, será solidário a esse projeto. Fico triste apenas pela angústia e pela esperança que se vê em todos os olhos atrás desse plenário, mas tenho certeza, fiquem tranquilos, de que justiça será feita.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria estará em pauta na próxima quarta-feira.

O Senador Pedro Taques pediu a palavra pela ordem? *(Pausa.)*

Não? *(Pausa.)*

Desculpe-me. O Senador Lobão informou que V. Ex^a havia pedido a palavra pela ordem.

Então, a matéria está retirada de pauta e voltará na próxima quarta-feira, por pedido de vista coletivo.

O próximo item da pauta, tem votação nominal.

ITEM 6

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2009

Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Autoria: Deputado Augusto Nardes

Relatoria: Senador Gim Argello

Observação: Votação nominal.

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Está ausente o Senador Gim Argello. A matéria está retirada de pauta.

Próximo item da pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não seria o caso de nomear um relator *ad hoc*, Presidente? Este item, parece-me, é bastante importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Se V. Ex^a aceitar ser o relator *ad hoc*...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Eu gostaria, inclusive, de limpar a pauta da comissão no dia de hoje.

Então, concedo a palavra a V. Ex^a para fazer a leitura do relatório e, em seguida, colocarmos em discussão a matéria. Tem a palavra V. Ex^a para se pronunciar sobre o item nº 6 da pauta – está na página 105, Senador Demóstenes Torres.

ITEM 6

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2009

Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Autoria: Deputado Augusto Nardes

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *Votação nominal.*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, este é o projeto da Câmara dos Deputados que recebeu o nº 104, é o PLC nº 104 de 2009. A autoria é do então Deputado Augusto Nardes, que altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para dispor sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Eu concordo integralmente com o que foi dito aqui pelo Senador Gim Argello. O parecer, que li ontem à noite, diz o seguinte.

O que é o bem de família? Bem de família é aquele ao qual é garantida a impenhorabilidade por ser um bem único. Então, se um membro da família tem uma dívida e, em função disso, o bem é penhorado, a família toda pode vir a sofrer as agruras de não ter mais uma casa para morar. O então Deputado Augusto Nardes pretende estender a impenhorabilidade do bem de família ao único imóvel utilizado pelo solteiro, pelo separado judicialmente, pelo divorciado ou pelo viúvo. Para mim, é um grande calote, ou seja, a lei protege o único bem da família que eventualmente contraiu uma dívida, não permitindo que aquele bem seja penhorado.

Isso seria estendido praticamente para todas as situações. Quem tem uma casa resolve comprar um carro e, aí, não dá conta de pagar o carro – ou já compra até de má-fé. O que acontece? Aquela casa não pode ser penhorada, porque a pessoa é solteira e aquele é o seu único bem, ou porque ela é separada, divorciada ou viúva e aquele é o seu único bem.

Então, o parecer do Senador Gim Argello é pela rejeição, e eu concordo inteiramente com ele: não podemos aprovar esse projeto, senão vamos instituir o calote no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço vista.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu discordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – A matéria está em discussão. O Senador Vital do Rêgo pede vista, o que é regimental. Portanto, concedo vista do projeto ao Senador Vital do Rêgo.

ITEM 7

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2010

Acresce o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal para definir requisitos de investidura em cargo público efetivo ou comissionado.

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti e outros.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para apresentar o relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de dizer que esta é uma das pérolas da brilhante passagem do Senador Roberto Cavalcanti em nossa Casa – nisso há a concordância já de muitos, como o Senador Inácio Arruda.

S. Ex^a adéqua, em proposta de emenda constitucional, os requisitos gerais, juntamente com os específicos, referentes à investidura do cargo, ampliando a visão do art. 37 da Constituição Federal à luz da lei complementar nova, a Lei da Ficha Limpa, a Lei nº 135 de junho de 2010.

O relatório.

Vem à deliberação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por força do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a presente proposta de emenda à Constituição (PEC), que objetiva acrescentar o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal (CF), para definir requisitos gerais de investidura em cargo público efetivo ou comissionado.

Mencionado inciso propõe estabelecer requisitos gerais que, juntamente com os específicos referentes a cada cargo em particular, deverão ser preenchidos por aqueles que almejem ocupar cargos públicos efetivos ou comissionados.

São os seguintes os requisitos contidos no inciso XXIII que a PEC em comento propõe acrescentar ao art. 37 da CF: *certidões criminais negativas emitidas pela justiça comum e federal; cumprimento das obrigações eleitorais; cumprimento das obrigações militares, no caso dos homens; e não condenação em processo criminal transitado em julgado, ou por sentença proferida por órgão colegiado, pela prática dos crimes definidos em lei.*

Na justificação, o ex-Senador Roberto Cavalcanti, primeiro signatário, e os demais Senadores que subcreveram a proposição indicam a necessidade de serem estendidas aos servidores públicos, ocupantes de cargos efetivos ou comissionados, as novas e sadias exigências, que a chamada *Lei da Ficha Limpa* prevê. Análise.

De acordo com o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ oferecer parecer à proposta de emenda à Constituição (PEC) sob exame.

Inicialmente, registre-se, quanto aos aspectos formais, que a PEC é subscrita por trinta e oito Senhores e Senhores Senadores, número superior a um terço dos membros do Senado Federal, exigido pelo art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

No que concerne às exigências circunstanciais, constata-se que o país respira ares democráticos e, portanto, não se aplica a limitação contida no art. 60, § 1º, da Constituição Federal, que impede que a Carta

seja emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Da mesma forma, a matéria tratada na presente PEC não foi, nos termos do § 5º do art. 60 da Constituição Federal, objeto de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa.

Superados os aspectos formais e circunstanciais, passa-se à análise dos aspectos materiais.

Para que seja admitida sua regular tramitação no Congresso Nacional, é fundamental que a PEC não tenda a abolir, na dicção do art. 60, § 4º, da Constituição Federal, a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Como visto anteriormente, a PEC propõe estender ao conjunto dos servidores públicos, efetivos ou comissionados, requisitos que homenageiam a probidade e a moralidade pública, na esteira dos requisitos impostos aos candidatos a cargos eletivos pela *Lei da Ficha Limpa*.

Destaque-se, nesse sentido, a não-condenação criminal por sentença proferida por órgão colegiado como requisito à investidura em cargo público.

Sabe-se que investidura em cargo público é o fato administrativo que decorre da posse de servidor anteriormente nomeado para cargo efetivo ou para cargo em comissão.

Poderia surgir questionamento quanto à constitucionalidade da proposição que ora é analisada, pelo fato de ela supostamente usurpar a competência privativa do Chefe do Poder Executivo de dar início a processo legislativo que disponha sobre a relação de seus servidores com o Estado, à luz do art. 61, § 1º, II, c, da CF, que, pelo princípio da simetria, deve, também, ser replicado nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Esse questionamento deve ser afastado de plano, pois se trata de proposta de emenda à Constituição, e não de projeto de lei, que qualifica e detalha dimensões do princípio da moralidade, estampado no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, quando aplicado à investidura dos servidores públicos.

Na verdade, a presente proposta de emenda à Constituição, quando analisado seu mérito, parte de uma construção lógica fundada na seguinte premissa: se o candidato a cargo eletivo é obrigado a demonstrar o cumprimento de requisitos mais exigentes, aqueles que almejem ocupar cargos efetivos ou comissionados na administração pública também devem fazê-lo.

Trata-se, indubitavelmente, de mecanismo preventivo que confere maior segurança quanto à observância da moralidade e da probidade no manejo da coisa pública.

A extensão desses requisitos de investidura mais rigorosos a todos os servidores tem como grande beneficiária a população brasileira, pois terá a garantia constitucional que os servidores públicos, em todos os níveis da federação, somente serão investidos nos cargos públicos se passarem por filtros cada vez mais rigorosos.

Proponho, ao final, sob a forma de emendas, pequenos ajustes redacionais ao texto da PEC: *a)* para fundir os incisos I e IV, pois tratam de matérias conexas; *b)* para suprimir o inciso IV, após sua fusão com o inciso I; *c)* para substituir a expressão *cumprimentos* constante dos incisos II e III por *cumprimento*; e *d)* para substituir por alíneas os incisos que desmembram o inciso XXIII que se acrescenta ao art. 37.

São emendas meramente redacionais, Sr. Presidente.

Tem uma aqui que eu adéquo de pronto, verbalmente, a não condenação criminal. Aí coloco: “por crime doloso nos últimos oito anos”, atendendo ao preceito da Lei Complementar nº 135.

O voto final, Sr. Presidente.

Por todo e exposto, voto pela aprovação da PEC nº 30, de 2010, com as emendas redacionais que passei a ler.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vital, que discutiu a matéria.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida, regimentalmente, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, todos nós estamos acompanhando pela imprensa uma verdadeira batalha no Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda está entusiasmado! O Senador Pedro Taques está fazendo aqui um relato importante.

Antes de colocar a matéria em pauta, tem a palavra V. Ex^a.

Estamos pedindo silêncio para ouvirmos o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Estamos acompanhando pela imprensa, Sr. Presidente, uma verdadeira batalha no Conselho Nacional de Justiça a respeito da possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça ter competência subsidiária ou concorrente para atos ilegais praticados pelos magistrados.

Muito bem! Hoje, na parte da tarde, parece-me que o Supremo Tribunal Federal colocará em pauta uma ação direta de inconstitucionalidade que julgará esse tema. Como a Comissão de Constituição e Justiça é a comissão regimentalmente e constitucionalmente competente para apreciar as indicações dos membros do Conselho Nacional de Justiça, penso que esse debate não pode ficar fora desta Comissão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Senador Demóstenes, na data de ontem, apresentou uma proposta de emenda à Constituição muito importante para superar as dúvidas no tocante à competência do Conselho Nacional de Justiça, alterando o art. 103-B, § 4º, inciso III, da Constituição da República.

Assim, Sr. Presidente, penso, salvo melhor juízo de V. Ex^a ou do Plenário, que esta Comissão poderia fazer uma audiência pública para debater isso, porque, se nós esvaziarmos a competência do Conselho Nacional de Justiça, nós vamos transformar esse órgão importante da República em mero órgão de estatística a respeito do Poder Judiciário.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Primeiro, o Senador Pedro Taques ainda está com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não terminei!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem a palavra assegurada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pedro Taques foi tomar fôlego, e eu estava concordando com ele em número, gênero e grau...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Desculpe-me, Pedro! Continue seu fôlego. Faça sua oração, porque quero ficar ancorado no seu sentimento, até para aduzir mais. Perdoe-me! Foi um lapso de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques tem a palavra assegurada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vindo do Senador Vital do Rêgo, isso poderia ser equiparado a Eça de Queirós, que diz “que é um pecadilho de venial tomo”, Sr. Presidente.

Já vou encerrar e já passo a palavra ao Sr. Presidente.

Então, esse tema, que será debatido hoje, no Supremo Tribunal Federal, é muito importante para a magistratura brasileira, sobretudo para o cidadão brasileiro.

Com a criação do Conselho Nacional de Justiça, com a Emenda Constitucional nº 45, em 2004, os brasileiros tiveram a ideia, e os Constituintes derivados nesta Casa, de um controle que pudesse ser não externo ao Poder Judiciário, mas que pudesse, Sr. Presidente, trazer informações a respeito do que efetivamente ocorre no Poder Judiciário.

Nós, políticos – e tenho orgulho de ser político –, sempre somos lembrados, na maioria das vezes, Sr. Presidente, como corruptos. E nós temos mecanismos de controle da nossa atuação. Nós não podemos permitir que os mecanismos de controle estabelecidos pela Constituição possam sofrer enfraquecimento e retrocesso.

Desta feita, faço um requerimento para que nós, da Comissão de Constituição e Justiça, façamos uma audiência pública para debater esse tema, que é de suma importância para a República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No final desta reunião, depois das matérias deliberativas, se os celulares nos permitirem conversar, vou colocar o requerimento de V. Ex^a em votação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pediu a palavra o Senador Vital do Rêgo. Também pede a palavra o Senador Demóstenes. Quem mais?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – O Senador Armando.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, Senador Eunício, dou conhecimento aos senhores e à nossa Comissão, de que está ancorado, exigindo agendamento, por força de impossibilidade da nossa agenda, que, de forma clara, prestigiou o cumprimento de um dever que o Presidente Eunício assumiu com a Presidência do Senado para dar prioridade aos projetos que vieram da Comissão eleitoral, um requerimento de nossa autoria, ainda do mês de junho, solicitando a presença, nesta Comissão,

do Conselho Nacional de Justiça. Ouviu, Senador Pedro Taques? Há um requerimento de audiência pública de minha autoria, já aprovado, solicitando a presença aqui do Conselho Nacional de Justiça, para que este fale da importância e dos avanços que, depois do dispositivo constitucional, houve na Justiça brasileira.

Está se apontando para um retrocesso. Esta Casa poderia ter marcado essa audiência, mas não foi por falta de zelo e de interesse do Presidente que isso não ocorreu. É que não houve tempo. Conversei com ele por duas vezes e lhe disse que a Ministra Calmon estava querendo falar à Comissão.

Com o entendimento do Senador Pedro Taques, que comunga com o meu pensamento, já que não podemos retroceder nos avanços constitucionais que existiram com a criação do Conselho Nacional de Justiça, peço que, de forma urgente e prioritária, o nobre Senador Eunício marque essa audiência pública. Já há dispositivo para fazê-lo, por força de requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador.

Senador Vital, quero esclarecer, em respeito a V. Ex^a, que essa audiência pública solicitada por V. Ex^a era destinada a ouvir aqui, única e exclusivamente...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A Corregedora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Corregedora Eliana Calmon.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ontem, como disse o Senador Pedro Taques, apresentei uma emenda à Constituição, deixando claro que a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não é supletiva, é concorrente, ou seja, esse Conselho pode conhecer diretamente as infrações cometidas pelo juiz de Direito. Por que fiz dessa forma?

Aqui, tive a honra de participar da reforma do Poder Judiciário. Vejo aqui o Senador Pedro Simon, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Alvaro Dias, entre outros. E mesmo aqueles que não participaram dessa reforma sabem que foi criado o CNJ principalmente porque as instâncias inferiores da Justiça não estavam punindo juízes e promotores. Mas, se deixarmos que voltem para os Tribunais os processos disciplinares, exclusivamente, podendo o CNJ agir

apenas para revisão, primeiro, grande número desses processos estará prescrito.

Em segundo lugar, o corporativismo funciona mesmo. Sou de uma das instituições e sei que isso é grave. Eu relatava ao Senador Humberto Costa as coisas que conheço pessoalmente, e isso não é novidade para quem quer que seja. Dizem: “Ah! os juízes não são bandidos”. Não o são mesmo, não! “Os promotores não são bandidos.” Não o são, não! Mas o fato é: e se aparecer algum nessa condição? Só Deputado e Senador é que têm de ser ficha-limpa? O juiz não precisa ser ficha-limpa? O promotor não precisa ser ficha-limpa? Se ele cometer algum delito, ele não tem de ser punido? Aí vão dizer: “Olha, mas estamos dizendo que vai ser punido lá embaixo”. Mas a experiência, como bem relatou o Senador Pedro Taques, é que, anteriormente ao CNJ, os processos não chegavam a um termo que a sociedade aceitava. Não é porque não se condenavam juízes e promotores, mas é porque também só se absolvía, e a justiça consiste em absolver e condenar. Então, está errado quando só se absolve ou quando só se condena. Há alguma coisa errada quando isso acontece.

Então, o objetivo dessa audiência pública e desta proposta de emenda à Constituição é fazer, inclusive, com que o texto originário seja respeitado.

Eu me lembro muito bem aqui de que fui procurado pelo então Presidente do Supremo Nelson Jobim; a redação acolhida foi a redação dele, que, na minha opinião, deixa claro que pode haver a punição...

Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nós, inclusive, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu gostaria de pedir vênias aos Srs. Senadores porque eu vou colocar o requerimento no final da pauta e esta matéria vai entrar, obviamente, em discussão pelos Srs. Senadores. Então, pediria a permissão aos Srs. Senadores – já concluindo o Senador Demóstenes, darei a palavra ao Senador Armando e ao Senador Pedro Simon, que pediram –, para que terminemos a pauta. Em seguida, colocarei esse requerimento em votação e faremos a discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Encerro o meu raciocínio, então, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: o espírito originário era este mesmo, ou seja, que o CNJ pudesse, de alguma forma, abrir o procedimento independentemente dos tribunais de Justiça. E assim também o Conselho Nacional do Ministério Público, independentemente das procuradorias.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Demóstenes, V. Ex^a me permite um aparte só para ler o dispositivo constitucional?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O art. 103-B, § 4º, III, da Constituição diz o seguinte:

Art. 103-B

§4º Compete ao Conselho [Nacional de Justiça]...

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, [e aqui a parte que interessa] sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais...

É esse o ponto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

Veja bem, na minha opinião, como na do Senador Pedro Taques e do Ministro Nelson Jobim, que já veio defendendo o texto, que foi, afinal de contas, ele mesmo que inspirou, para dizer que é assim.

Agora, decisão do Supremo não se discute. Se o Supremo discutir que, infelizmente, nós não colocamos ali explicitamente esse poder de conhecer originariamente das infrações disciplinares cometidas pelos juízes, vamos fazer o texto e dizer “processar e julgar”, originariamente. Pronto! Esclarece-se, não se entra em confronto com o Supremo, mas, ao mesmo tempo, deixamos claro que a nossa intenção era esta: dizer que o CNJ poderia punir originariamente os juízes faltosos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k., Senador.

Senador Armando, que pediu a palavra pela ordem, e depois o Senador Pedro Simon.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria pedir que pudessem ser incluídas como extrapauta as emendas do PDL nº 593, que já foram apresentadas no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k., Senador Armando. Serão incluídas extrapauta assim que terminarmos a pauta ordinária.

Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, se me permite, são duas as questões que estamos discutindo: a questão referente ao Conselho e a questão referente ao Ficha Limpa.

A questão referente ao Ficha Limpa está para ser decidida agora, entre hoje e amanhã, no Supremo Tribunal. Se vale ou não vale para a próxima eleição.

Creio e estou totalmente de acordo que se faça uma reunião especial para debater esta matéria, mas acho que – eu me proporia –, nesta reunião, a Comissão de Justiça deveria tirar uma proposição dizendo que mantemos a posição que foi aprovada pela unanimidade da Comissão e pela unanimidade do Senado com relação ao Ficha Limpa. Acho que seria muito importante que nós tomássemos hoje essa decisão. Por que hoje? Porque, entre hoje e amanhã, o Supremo vai tomar uma decisão se o Ficha Limpa é constitucional ou não é constitucional.

Com relação à segunda matéria, apenas acrescentando ao que disse o nobre Senador Demóstenes, nós não só aprovamos a moção do Jobim, em que pedia o Ministro Presidente do Supremo, que inclusive esteve aqui conosco, na hora de se discutir a Constituição, que o Conselho fosse diferente, a tese era de se colocar gente estranha. E eles fizeram questão que fosse feita por gente deles, pessoas que integram o poder. Então, exatamente para não botar gente estranha, para não dizer que havia intromissão no poder, o Conselho é composto só por gente deles, como eles quiseram.

Então, eu creio que nessa altura eu voto com a emenda de V. Ex^a na Constituição. Acho que ela é importante. Mas é piada, porque ela é óbvia, está incluída, não sei de onde o Supremo tirou a interpretação que está tirando e V. Ex^a vai botar aquilo que já está exposto.

Era isso. Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para não deixar o meu Partido fora desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o quarto item da pauta, na verdade não tem debate.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Dizer do nosso apoio...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O pela ordem aqui está tendo aparte.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Dizer do nosso apoio a que se trate como prioridade a emenda proposta pelo Senador Demóstenes Torres, que certamente se agirmos com serenidade, poderá em tempo corrigir eventuais distorções que geram constrangimentos entre Poderes.

Certamente é essencial que a transparência se dê através do CNJ e que julgamentos ocorram, sim. O

Poder Judiciário é uma instituição essencial, onde estão fincados alicerces básicos do Estado democrático de direito. E evidentemente a tolerância em relação à má conduta de magistrados comprometem a instituição e ela tem que ser preservada a qualquer preço.

Por essa razão imagino que aqui há consenso em torno do mérito dessa questão. O importante é escolher o melhor caminho, mais célere e a emenda do Senador Demóstenes Torres nos permitirá isso, evitando que o Poder Judiciário, instituição essencial no Estado democrático de direito possa ser contaminado pela presença de integrantes seus que, atuando de forma indevida, acabem por comprometer uma instituição essencial. Essas pessoas, esses agentes, esses magistrados são passageiros, são transitórios, são substituíveis, a instituição é permanente, é definitiva, é insubstituível e tem que ser preservada.

A emenda do Senador Demóstenes Torres vem exatamente com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, já que todos os Senadores e Partidos se manifestaram, vou aproveitar e já vou pedindo a permissão dos senhores para colocar em votação.

Já existe um requerimento do Senador Vital do Rêgo... onde está o Senador? Já saiu? E complementarmente eu vou atender ao requerimento do Senador Pedro Taques e colocar em votação o acréscimo que ele solicita de convocar aqui o Presidente do CNJ.

Já houve a discussão da matéria. O Senador Demóstenes pega o microfone e consulto se quer complementar algum nome mais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sugiro o Presidente da Ordem dos Advogados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu vou colocar em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado o requerimento.

Nós temos uma audiência pública para amanhã, quinta-feira – vou pedir, inclusive, ao Senador José Pimentel para presidir porque eu vou viajar amanhã em uma missão partidária ao Tocantins – sobre o ato médico.

Na outra terça-feira, teremos a sabatina do CNMP. Na quarta-feira, reunião normal ordinária. Há uma solicitação do Senador Aloysio para fazermos, ou na quinta-feira ou na outra terça-feira – vamos dar duas opções – a audiência pública da PEC 15.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Na verdade, isso foi uma deliberação da Comissão sobre essa audiência pública a respeito da PEC 15, a que seriam convidados o Presidente da OAB e o Prof. Joaquim Falcão. A posição de ambos é absolutamente conhecida, de domínio público a respeito da PEC 15, mas, se a Comissão insiste em ouvi-los...

O que eu gostaria é que nós pudéssemos, ainda nesta sessão legislativa, deliberar a respeito da PEC, que me parece um assunto da maior relevância.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, nós temos audiência pública marcada, e, em seguida, eu coloco em discussão a PEC nº 15.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, estão marcadas as três audiências públicas, dando conhecimento aos Srs. Senadores.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011

Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para proferir seu breve relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, só para pedir um extrapauta ao senhor, enquanto o Luiz Henrique se prepara para fazer o relato dele, que já está pronto. A assessoria já me comunicou também, com a gentileza do senhor. É sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, sobre os despachantes.

O pessoal compareceu em peso. Peço ao senhor que coloque como extrapauta. Isso já está conversado com o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço retirada de pauta do projeto para melhor exame do parágrafo único do art. 1º do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como Relator, o Senador Luiz Henrique solicita retirada de pauta.

Está retirada de pauta a matéria do Item 4.

EXTRAPAUTA**ITEM 1****– Não Terminativo -****EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 1 A 4 AO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 593****DE 2010**

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Autoria da Emenda nº 1: Senador Paulo Paim

Autoria da Emenda nº 2: Senador Acir Gurgacz

Autoria das Emendas nºs 3 e 4: Senador Inácio Arruda

Autoria do Projeto: Senadora Níura Demarchi

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, se quiser proferir seu breve relatório em relação à rejeição das emendas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, como foi referido, no dia 24 de agosto, esta Comissão aprovou o PDS nº 593, que propõe a sustação da portaria que disciplina o ponto eletrônico.

Quanto às emendas apresentadas, rapidamente, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Paulo Paim, suprime o art. 1º do projeto, tornando-o sem eficácia.

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Acir Gurgacz, altera a redação do art. 1º do projeto para sustar os efeitos previstos pelo art. 14 da Portaria nº 1.510, que obriga o fabricante a apresentar certificado de conformidade do REP à legislação.

As Emendas nºs 3 e 4 com o mesmo teor, ambas de autoria do Senador Inácio Arruda, alteram a redação do art. 1º para sustar os efeitos previstos pelo art. 30, a, da portaria em tela.

A matéria foi distribuída para análise. Compete a esta Comissão, nos termos do disposto no artigo do Regimento, deliberar sobre a presente proposição em relação à juridicidade e constitucionalidade, aspectos que podem estar envolvidos nas emendas analisadas.

As Emendas nºs 1 e 4 não devem ser acolhidas, pois não suprem a inconstitucionalidade da referida portaria. A exorbitância do poder regulamentar do Ministério do Trabalho quão imposição de obrigação a terceiro não será solucionada com a aprovação das emendas apresentadas.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4, apresentadas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Armando Monteiro contrário às emendas.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão contrário às Emendas de plenário nºs 1 a 4.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O próximo item é extrapauta, e foi solicitada sua apreciação pelo Senador Gim Argello.

ITEM 2**– Não Terminativo -****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010**

Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: – *Em 18/05/2011 foi concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres e Lindbergh Farias, nos termos regimentais;*

– *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Já foi lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi lido o relatório. Pergunto a V. Exª, Senador Gim Argello, se quer fazer mais algum tipo de comentário. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação por parte do Relator...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria um esclarecimento por parte do Relator: o que altera em relação à lei? Não tive tempo de analisar essa matéria. Vou precisar pedir vista da matéria, porque não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi concedida vista no dia 18 de maio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual é alteração?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim Argello, por favor, explique isso ao Senador Aloysio. No dia 18 de maio, foi concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres e Lindbergh Farias, nos termos regimentais. Então, não pode mais haver pedido de vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Enquanto o Senador Gim Argello dá as explicações a V. Ex^a, Senador Aloysio, vou submeter os requerimentos complementares em votação.

REQUERIMENTO Nº 88, DE 2011

Em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2011, da CCJ, de audiência pública destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinários, em especial, em ações rescisórias, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos seguintes convidados: Ministro Ayres Britto, Ministro Celso de Mello, Ministro Marco Aurélio, Ministro Gilmar Mendes, Ministro Joaquim Barbosa, Ministro Ricardo Lewandowski, Ministra Cármen Lúcia, Ministro Dias Toffoli, Ministro Luiz Fux, Ministro Ari Pargendler, Ministra Fátima Nancy, Ministro Felix Fischer, Ministro Gilson Langaro Dipp, Ministra Eliana Calmon, Ministro Antonio Herman, Ministro Otávio Noronha, Ministro Sidnei Agostinho Beneti, Ministro Mauro Luiz Campbell, Dr. Ophir Cavalcante, Procurador Regional da República Alexandre Camanho de Assis e Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de inclusão dos convidados para audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, já que V. Ex^a está apresentando as matérias extrapauta, eu queria comunicar a esta Casa que protocolei um requerimento junto à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Dialogando aqui, penso que é por bem essa audiência que estou propondo à Comissão de Fiscalização e Controle ser realizada em conjunto com esta Comissão.

A audiência de que falo seria destinada ao debate da chamada Lei Geral da Copa, apresentada ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, na semana passada. No meu entender, essa chamada Lei Geral é o maior acinte de que tenho conhecimento à soberania brasileira, pois revoga pelo menos quatorze dispositivos do Estatuto do Torcedor. Entre outros dispositivos revogados, essa Lei proíbe que os brasileiros, na prática, em 2014, celebrem a Copa do Mundo, porque inclui uma absurda cláusula penal na legislação brasileira, responsabilizando penalmente o brasileiro que pintar muros com os dizeres “Mundial 2014, Copa do Mundo do Brasil”.

Não para por aí, Sr. Presidente. O conjunto das alterações ao Estatuto do Torcedor revoga, por exemplo, a responsabilidade civil das empresas, das patrocinadoras do evento. Tudo para beneficiar a Federação Internacional de Futebol.

Eu dialogava aqui com o Senador Alvaro Dias e com o Senador Demóstenes. Nos anos 60, circulava uma anedota que dizia o seguinte: “Chega de intermediários, Lincoln Gordon para presidente”, referindo-se, então ao embaixador dos Estados Unidos. Se aprovada essa lei geral, embora ela esteja na Câmara, podemos, Senador Aloysio, fazer uma adaptação: “Chega de intermediários, entreguemos o Governo brasileiro ao Sr. Joseph Blatter”.

Nesse sentido, estou apresentando um requerimento convocando aqui, ao Senado, o Sr. Ricardo Teixeira, que faz parte do comitê organizador da Copa do Mundo no Brasil, de 2014; o Sr. Guilherme Ramalho, responsável pela Câmara de Infraestrutura da Copa do Mundo; a Sr^a Raquel Rolnik, relatora especial das Nações Unidas para o direito à moradia; o Sr. Athayde Ribeiro Costa, Procurador da República e coordenador do grupo de trabalho da Copa do Mundo.

Como essa lei, Presidente, claramente é um acinte à legislação brasileira, é uma lei de exceção, não há outra definição para ela, eu queria adendar o requerimento que já apresentei à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, para que esta audiência que estou propondo fosse em conjunto com a nossa Comissão, com a Comissão de Constituição e Justiça, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou concluir a matéria e, em seguida, V. Ex^a formaliza o requerimento, e eu o submeterei à Comissão.

Senador Aloysio, V. Ex^a tinha dúvidas e eu dei a palavra ao Senador Randolfe enquanto V. Ex^a as esclarecia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, examinando o projeto

que veio da Câmara, com todo o respeito à opinião do nosso querido amigo relator, Senador Gim Argello, eu peço a V. Ex^a que registre, quando for o momento, o meu voto contrário. Porque entendo que o Conselho Federal de Despachantes é uma autarquia, assim foi reconhecido, a natureza jurídica dele é de uma autarquia. Portanto, essas modificações na sua competência só poderiam ser promovidas por lei de iniciativa do Presidente da República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Será registrado o voto de V. Ex^a, contrário à matéria, no momento em que a colocarmos em votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel pede a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, esta Comissão de Constituição e Justiça já enfrentou matéria idêntica nesta legislatura.

Aqui foi apresentado um projeto de lei que alterava a composição do Conselho de Contabilidade Federal, para resolver uma questão muito mais simples. Ou seja, o conselho de contabilistas tem hoje uma composição em que uma parte é de contabilistas e outra de técnicos em contabilidade, só que os candidatos que são apresentados para o Conselho de Contabilidade são quase todos eles contabilistas, há poucos técnicos. Aí foi apresentado um projeto de lei para que pudessem ser todos contabilistas ou não vincular cota para técnicos em contabilidade.

Esta Comissão, por unanimidade, deliberou que esta matéria é inconstitucional por conta de vício de iniciativa. Eu lembro muito bem que o Senador Pedro Taques, o Senador Demóstenes Torres trouxe, inclusive, uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, dizendo que é inconstitucional. Portanto, Sr. Presidente, nós estamos presentes a posições conflitantes da CCJ nesta legislatura.

Lembro-me muito bem do projeto dos contabilistas, mas já tinha havido outro, o de contabilistas foi o segundo. E agora vem o terceiro projeto com posição totalmente diferenciada.

Por isso, Sr. Presidente, acompanhando a coerência desta Comissão, vou votar pela inconstitucionalidade do projeto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio já registrou o voto, como também o Senador José Pimentel. No momento oportuno, esses votos serão contabilizados.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mérito da matéria é louvável. Agora, aí existe um vício de iniciativa.

O art. 61, § 1º, da Constituição estabelece que isso é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Nós vamos aprovar aqui e isso será, posteriormente, reconhecido como inconstitucional. Aí nós jogaremos a discussão para o Poder Judiciário.

Nós sempre estamos aqui a reclamar que o Poder Judiciário está se adonando das atribuições do Poder Legislativo. E nós estamos jogando a responsabilidade para o Poder Judiciário.

O mérito é fundamental, e nós debatemos aqui a questão dos taxistas, mas a questão dos taxistas foi uma regulamentação. É diferente. Aqui, eu concordo inteiramente com o Senador Pimentel, que esta matéria é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, portanto, ela padece do vício de inconstitucionalidade formal, orgânica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, a matéria foi a Plenário, está na pauta, e sou obrigado a colocar em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer favorável do Senador Gim Argello permaneçam como se acham. Os que não, votem contrariamente. *(Pausa.)*

Nove votos contrários.

A matéria foi rejeitada. Rejeitado o relatório, vou designar o relator do vencido.

Para que não tenhamos dúvidas depois em relação ao voto do vencido, vou designar o Senador Pedro Taques como relator do vencido.

V. Ex^a mantém o voto pela rejeição?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu mantenho o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria foi rejeitada, com parecer contrário. Designei o vencido.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa com a inconstitucionalidade declarada por esta comissão.

É regimental, Senador Pedro Taques.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, vou dar a palavra a V. Ex^a, porque, daqui a dois minutos, vamos hoje fazer um debate no plenário do Senado – há uma comissão extraordinária convocada para daqui a pouco –, com as propostas da reforma política, que serão debatidas e votadas no plenário do Senado Federal. Todas as

matérias que foram aprovadas aqui nesta comissão, oriundas da comissão que foi designada para fazer o debate da reforma política, as matérias aprovadas e as rejeitadas, estão sendo hoje apreciadas a partir do meio-dia, no plenário do Senado Federal.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, eu já queria aproveitar a oportunidade também e fazer um registro especial: ontem, o nosso PSD, o 55, foi homologado, e hoje já tivemos a primeira reunião. Eu queria dizer aos colegas senadores que o nosso partido está à disposição.

Presidente, eu também queria fazer um registro especial: aqui temos o prazer de receber a visita de um deputado federal boliviano, o Sr. Adrián Oliva, que está aqui na comissão, diante da situação por que passa a Bolívia, nosso país vizinho. Eu, que moro no Acre – e o meu Estado faz fronteira com a Bolívia –, tive conhecimento dessa situação muito difícil. Houve o episódio dessa carreteira, em que os indígenas protestaram, e o governo reprimiu com muita violência, o que tem gerado um estado de violência muito grande em território boliviano, e o deputado esteve presente hoje lá na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, até porque essa estrada que está sendo construída em território boliviano é uma estrada que tem dinheiro brasileiro, dinheiro do BNDES. A estrada está sendo financiada com recursos do povo brasileiro, e ele está nos trazendo informações que nos deixam também muito preocupados, inclusive estaremos, daqui a pouco, na Comissão de Direitos Humanos, fazendo um relato da situação por que hoje passa o povo boliviano.

Então, queria fazer aqui esse registro da presença do Sr. Adrián Oliva, deputado federal da Bolívia que está aqui a pedir socorro ao Parlamento brasileiro, por conta da instabilidade política por que passam os nossos irmãos bolivianos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Aécio Neves.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para esclarecimento de V. Ex^a, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou um requerimento que sugere a realização de uma audiência conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, se não me engano, para tratar do regime especial para a Copa. Eu quero ressaltar que esta é uma questão da maior relevância pelas suas implicações e, em especial, pelas repercussões que terá País, algo complexo e já polêmico

no seu nascedouro. Não ouvi a decisão de V. Ex^a e é para isso que busco um esclarecimento. V. Ex^a colocará esse requerimento, ainda hoje, em discussão?

Eu considero absolutamente essencial que esta Comissão, pela relevância e importância que tem, participe e até arbitre as decisões em relação ao projeto encaminhado pelo Governo e que já gerou, como sabemos, uma polêmica grande inicialmente e, certamente, outras maiores ainda virão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para em prestar apoio à necessidade dessa audiência, porque sendo aprovadas as exigências da FIFA, nós estaremos abrindo mão da sabedoria do Poder Legislativo. Doze artigos do Estatuto do Torcedor, artigos do Estatuto do Idoso, sem contar das legislações estaduais que tratam de meia-entrada para estudantes. Um país se faz com Copa, mas, sobretudo, um país se faz com soberania, com respeito as suas leis. A CBF e a FIFA não são exemplos no mundo e no Brasil de soberania, de seriedade no trato com a coisa pública e com a coisa que lhes pertence.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Me permita só um exemplo do que disse o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O texto que veio transforma em crime profanar o símbolo da FIFA, como por exemplo, pichar muro, com pena de um ano.

Agora, imagine o seguinte: homicídio culposo. Vamos supor que uma pessoa a pé resolva passar um *spray* lá na parede e um colega dele vai de carro, toma uma cachaça, atropela e mata alguém. Pena mínima: um ano! Então, alguém por pichar um muro com o símbolo da FIFA pode ser apenado exatamente com a mesma pena que alguém, bêbado, mata ao dirigir um carro. Aí não dá, é um desrespeito ao Brasil, é um desrespeito ao País.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, inclusive, as novas alterações na Lei Pelé, que se consubstanciaram em Lei do Desporto Nacional, recentemente, também esta legislação é afetada. Por exemplo: os cronistas esportivos que têm direito a acesso franqueado às praças de esporte no País, para o exercício da sua profissão, na Copa do Mundo estarão proibidos; só poderão frequentar as praças esportivas aqueles que integram as emissoras que compraram o direito à transmissão.

Portanto, há necessidade desse sim; nós não sabemos quais foram os compromissos secretos assumidos quando o Brasil conquistou o direito a sediar essa Copa do Mundo; quais foram os compromissos assumidos pelo nosso governo, pelo Presidente Lula e pela CBF.

No entanto, nós temos – como já disseram os colegas que me antecederam – que preservar a soberania nacional. Isso é mais importante que a Copa do Mundo. Copa do Mundo pode ser realizada no Brasil, na Alemanha, nos Estados Unidos, todos nós vamos assistir da mesma forma pela televisão. O povo brasileiro vai assistir da mesma forma, porque ele também está proibido de frequentar as praças esportivas pelo preço dos ingressos durante a Copa do Mundo.

Então, vamos preservar a soberania do País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou seja, trata-se de saber se somos uma república de bananas ou não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um momento, Senador Randolfe. O Senador Aloysio já se manifestou?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O dilema é esse: aceitamos ser transformados, pela FIFA, em uma república de bananas ou não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, só para um esclarecimento da Mesa. Essa audiência, V. Ex^a solicita audiência conjunta. Essa audiência foi aprovada na CMA?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ainda não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ainda não.

V. Ex^a vai aprovar na CNA...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nós podemos priorizar, inclusive, aqui na CCJ, Comissão em que tenho assento. Se nós aprovarmos agora este requerimento a gente já marca essa audiência.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão ao Senador Randolfe, sem prejuízo de outras ocorrências que poderão ocorrer. Sem ser em detrimento, obviamente, da responsabilidade das outras comissões, esta é a Comissão adequada para que esta discussão ocorra.

Sugiro que V. Ex^a transforme o requerimento em um requerimento de audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Aécio, sempre com a sua sabedoria, en-

tão posso “desvergir” de V. Ex^a. Já acatado, esse requerimento fica transformado em um requerimento à CCJ, para que possamos fazer uma audiência desta Comissão para debater.

Só um acréscimo, Sr. Presidente, ao que foi dito pelo Senador Demóstenes Torres. Veja: toda Copa do Mundo é da cultura do brasileiro celebrá-la; é da cultura pintar o muro com o ano da Copa, o país onde a Copa está sendo realizada. Pois bem, para a Copa no Brasil isso vai ser crime. O brasileiro que pintar o muro com “Mundial de Futebol 2014”, “Brasil 2014” pode ser detido. A Federação Internacional de Futebol está impondo uma cláusula penal na nossa legislação.

É mais do que absurdo, Presidente! Eu não conheço, na história brasileira, um acinte dessa natureza.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu não entendi. Quer dizer.... [fora do microfone]

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, a palavra está com o Senador Pimentel. V. Ex^a tem que pedir a palavra pela ordem.

O Senador Pimentel está com a palavra. Por favor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, penso que a apresentação do requerimento é oportuna. Vamos fazer a audiência pública. Mas, quero registrar que, no Senado Federal, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é a comissão de mérito desse tema, tem uma subcomissão presidida pela Senadora Lídice da Mata, que acompanha de perto esse debate, que está visitando os 12 Estados da Federação onde teremos subsede. E quero registrar que todas as tratativas que o Estado Nacional tem feito, desde a definição para que a Copa fosse sediada no Brasil, são transparentes, são republicanas, e nenhuma discussão deixa de passar por suas instâncias.

Esse projeto de lei que trata dessas prerrogativas foi encaminhado pelo Executivo com outro teor. Está na Câmara. Na Câmara está tendo, por parte da CBF, por parte das várias entidades, uma série de tentativas de mudança. Estamos acompanhando para ver quem vai ser o relator desta matéria na Câmara, para que ele preserve os interesses do Estado Nacional, e não os interesses daqueles que eventualmente se habituaram em grande parte do mundo a ter essa postura. E aqui no Brasil, o que da sociedade brasileira, das suas instituições, nós vamos preservar os interesses do Estado Nacional.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Eunício, só para dar um exemplo do ridículo que é essa lei. Tem um artigo que diz que o Brasil não poderá impedir a entrada de alguém aqui por questões raciais, políticas, ideológicas. Quando foi

que o Brasil impediu alguém de entrar aqui por essa razão? Dá a impressão de que o Brasil é um país de quinta categoria. É o País mais misturado. Até terrorista entra e fica aqui no País.

Tenha paciência!

Ora, é uma vergonha um negócio desse!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, quero deixar claro que essa posição... E nós temos que, Senador Pedro Taques, Senador Demóstenes, Senador Aloysio, Senador Pimentel, Senadores aqui presentes, não consegui ainda – já estou aqui há sete meses no Senado – já li e reli várias vezes, até por dever de ofício, o Regimento Interno do Senado e ainda não consegui compreender como matérias que são de mérito de outras comissões não passam ao final para se verificar a constitucionalidade ou não dessa Comissão de Constituição e Justiça.

É um tema extremamente preocupante, pelo menos para mim que presido esta Comissão. Vou criar aqui não uma subcomissão, mas temos a única subcomissão, que é a Comissão de Segurança, que deve ser instalada na próxima semana, que deve ser presidida pelo Senador Pedro Taques, com a contribuição de vários outros Senadores, mas vou criar um pequeno grupo de trabalho para que a gente verifique essa questão do Regimento Interno do Senado, que é completamente divergente do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ora, a matéria vem para cá, discute-se a constitucionalidade daquela matéria original; a matéria é emendada, é feito substitutivo em outras comissões de mérito e essa matéria não volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para saber se ela é constitucional ou não. E daí nós temos várias matérias aprovadas no plenário do Senado, que, depois, são submetidas ao exame da inconstitucionalidade – quero deixar bem claro -, sem a culpa desta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Como nós temos aqui quórum ainda para, se quisermos, aprovar até matéria nominativa, vou colocar em votação o convite feito aqui na CCJ. Nós temos uma praxe de distribuir os requerimentos e, na sequência, na outra reunião, fazer a votação. Mas como vejo que todos que se manifestaram aqui o fizeram a favor do requerimento, que isso não se torne uma praxe nem uma prerrogativa na Comissão, mas apenas uma deliberação extraordinária, como gosta de colocar o Senador Pedro Taques.

Em deferência à indignação do Senador Randolfe Rodrigues, que apresenta este requerimento, submeto aos Srs. Senadores o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, que foi, obviamente, subscrito por vários outros Senadores – se quiser, pode dizer, para que eu possa fazer a leitura:

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discussão das ações governamentais, em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol; Sr. Guilherme Ramalho, responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa coordenada pelo Ministério do Planejamento; Sr^a Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada; e o procurador da República Athayde Ribeiro Costa, coordenador de um grupo de trabalho sobre a Copa do Mundo 2014, da 5^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

E a justificativa abaixo.

Outro ponto que precisa de maior esclarecimento é o Projeto de lei Geral da Copa, que tramita na Câmara dos Deputados desde 19 de setembro de 2011, com o nº 2.330, de 2011. Tal projeto traz em seu texto medidas polêmicas como a não aplicabilidade de dispositivos do Estatuto do Torcedor, restrições à circulação nas vias de acesso aos locais de competição, punições pela utilização dos símbolos dos eventos esportivos, dentre outras

Esta audiência pública tem a finalidade de ouvir os principais atores envolvidos no acompanhamento das obras necessárias à realização da Copa do Mundo em nosso País.

*Sala das Comissões, Senador Randolfe Rodrigues.
Senador Aécio Neves.*

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, até por sugestão, em conversa com o Líder do Governo e, obviamente, buscando aquiescência do proponente, Senador Randolfe, acho natural que incluamos nesta lista o Sr. Ministro dos Esportes, Orlando Silva, que é quem, pelo Governo, tem tratado diretamente com a entidade maior do futebol, que é a Fifa. Eu deixaria até em aberto a possibilidade de incluir um representante direto da Fifa que esteja tratando dessas questões no Brasil. Mas fica a sugestão de que o Sr. Ministro Orlando Silva possa ser incluído nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O nome do Ministro Orlando Silva eu vou submeter. O outro nome da Fifa, se V. Ex^a nominar, eu posso colocar agora.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Convoca o Blatter e ele manda o Jerome, Sr. Presidente. Ele manda o Ricardo Teixeira, o representante dele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou submeter os nomes que foram colocados no requerimento, com o adendo ao Ministro

dos Esportes, feito pelo Senador Aécio Neves, com a concordância, inclusive, do Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, comunico a V. Ex^{as} que está convocada para amanhã, dia 29 de setembro, às dez horas, neste plenário, reunião extraordinária para realização de audiência pública, que se destina a instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS 268, de 2008, que dispõe sobre o exercício da Medicina, o chamado ato médico, com os seguintes convidados: Roberto Luiz D'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; José Roberto Borges dos Santos, coordenador da Comissão de Assuntos Parlamentares do Conselho Federal de Fisioterapia; Cleide Mazuela, Coordenadora da Câmara Técnica Legislativa; Walter da Silva Jorge João, Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia; Rosane Maria Nascimento da Silva, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; José Lião de Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde; Ivan Rogério Freitas, Presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas; Humberto Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia; José Luiz Gomes de Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira; Cid Célio Jayme Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, vou encerrar esta reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A audiência pública convocada por V. Ex^a para amanhã é de um requerimento de minha autoria. Como é do conhecimento de V. Ex^a, sou Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Ecad. Por essa razão, lamentavelmente, não será possível minha presença nessa audiência de amanhã. Eu queria apenas apresentar essas desculpas ao senhor e aos convidados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos os debates serão gravados e V. Ex^a receberá em vosso gabinete as notas taquigráficas.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e dois minutos, do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Aécio Neves, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Gim Argello e Randolfe Rodrigues e a Senadora Martha Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) passa a presidência ao Vice-Presidente (Senador José Pimentel). Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a debater o **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 268, DE 2002 (ATO MÉDICO)**. Dispõe sobre o exercício da Medicina. **Autoria:** CD – Câmara dos Deputados. **Relatoria na CCJ:** Senador Antonio Carlos Valadares. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Assuntos Sociais. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 6, 12 e 16 de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues e nº 76, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Inácio Arruda. **CONVIDADOS:** **ROBERTO LUIZ D'ÁVILA**, Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; **JOSÉ ROBERTO BORGES DOS SANTOS**, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO; **CLEIDE MAZUELA CANAVEZI**, Representante do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; **VALTER DA SILVA JORGE JOÃO**, Representante do Conselho Federal de Farmácia – CFF; **IVAN ROGÉRIO FREITAS SCIESSERE**, Presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas; **HUMBERTO VERONA**, Presidente do Conselho Federal de Psicologia; **FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO**,

Representante da Associação Médica Brasileira – AMB; **CID CÉLIO JAYME CARVALHAES**, Presidente da Federação Nacional dos Médicos; **RICARDO T. BRETAS**, Presidente em exercício do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria – CBOO. **JUSTIFICARAM AUSÊNCIA: ROSANE MARIA NASCIMENTO DA SILVA**, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; **JOSÉ LIÃO DE ALMEIDA**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 91, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Presidente em Exercício do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria – CBOO, doutor RICARDO T. BRETAS, como convidado para participar no dia 29 de setembro de 2011, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal da audiência pública destinada a instrução do PLS 268/2002 – Ato Médico.” **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às onze horas e trinta e três minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se a debater o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, chamado Ato Médico, conforme os Requerimentos de nºs 6, 12 e 16, de 2011, desta CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, e de nº 76, de 2011, CCJ, de iniciativa do Senador Inácio Arruda.

Eu vou permitir que todos os senhores sentem-se à bancada de Senadores, pedindo apenas que cedam os lugares aos Senadores à medida que forem chegando.

De iniciativa também do Senador Inácio Arruda.

Os convidados são: Sr. Roberto Luiz D’Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM –, que convido para compor a Mesa. Convido o Sr. José Roberto Borges dos Santos, representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Coffito –, para compor a Mesa; o Sr. Ivan Rogério Freitas Sciessere, Presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas; o Sr. Cid Célio Jayme Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos.

Consulto se se encontra presente a Sr^a Cleide Mazuela Canavezi, representante do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen. *(Pausa.)*

Então, eu a convido para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Não há substituição. A senhora pode abrir mão de participar ou não, mas não há substituição, porque esse convite de audiência pública é feito através de requerimento votado no plenário desta Comissão.

Sr. Walter da Silva Jorge João, representante do Conselho Federal de Farmácia.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Favor compor a Mesa.

Sr. Humberto Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia.

Sr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, representante da Associação Médica Brasileira – AMB. *(Pausa.)*

Está em trânsito. Quando chegar será convidado pelo Presidente que vai dar sequência a este trabalho, Senador José Pimentel.

Justificaram a ausência: a Sr^a Rosane Maria Nascimento da Silva, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, e o Sr. José Lião de Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

Composta a Mesa, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta aos interpelados, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Tendo em vista que tenho um compromisso partidário, ainda hoje, no Estado do Tocantins e, depois, tenho que ir ao Estado do Ceará para uma palestra – inclusive o Senador Pimentel está convidado para amanhã cedo também participar dessa audiência pública na cidade de Iguatu, no interior do Estado do Ceará –, solicito ao Senador José Pimentel, Vice-Presidente desta Comissão, para presidir os trabalhos, para que eu possa fazer esse deslocamento.

Peço desculpas aos senhores convidados e a todos que estão aqui no dia de hoje. Só pude vir para

abrir os trabalhos e, com isso, já me atraso, perco o horário; companheiros estão me aguardando.

Passo a presidência ao Senador José Pimentel. Muito obrigado e um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero dar um bom-dia a todos e a todas e dizer que a nossa Mesa está bastante concorrida e cheia. Portanto, deixaria à vontade os nossos Pares e os nossos convidados para, se quiserem, sentarem-se na primeira fila. Na hora dos questionamentos, proporíamos um certo rodízio, para melhor desempenho do trabalho de todos.

Queria também registrar que hoje, a partir das 12h, nós temos uma sessão do Senado Federal para discutir proposta de emenda constitucional. Então o nosso tempo é exatamente até às 12h. Em face disso, nós vamos priorizar a Mesa e, em seguida, o nosso Relator, nosso Senador Antonio Carlos Valadares. Vamos propor que as exposições de cada convidado sejam feitas em dez minutos. Sei que o tempo não é tão suficiente, mas como diz respeito a um único tema e, de certa forma, cada expositor deverá aprofundar um determinado item do tema, nós vamos fazer esse acordo de dez minutos, para que possamos ouvir a todos, ouvir o relator e desenvolvermos um bom trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, nós já tínhamos marcado um compromisso no Estado de Sergipe, o comparecimento a um Congresso Nacional de Farmacêuticos, e isso há mais de um mês. Foi quando, semana passada, o Presidente Eunício Oliveira marcou audiência pública, por coincidência, para o mesmo dia em que eu deveria estar presente no Estado de Sergipe. Então, tenho que pegar um avião ao meio-dia, inclusive vou fazer parte da Mesa do Congresso, fui convidado por antecipação, aceitei a marcação da data e, por coincidência, volto a dizer, ocorre esta audiência pública. Portanto tenho que sair daqui no máximo às 11h, 11h15 para pegar o avião. O avião sai exatamente meio-dia.

Vou passar para todos os convidados presentes uma série de indagações que ficam por conta daquilo que seria obrigado a fazer depois da apresentação de cada um dos convidados. Então, depois, vou distribuir este questionário e, ao longo do debate, os convidados poderão se debruçar sobre essas perguntas.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Então, vamos pedir a nossa assessoria para distribuir os quesitos deixados pelo nobre relator.

O Sr. Relator Aécio Neves está propondo que seja também feito um aditivo a esta reunião de hoje para ouvir o Dr. Ricardo Bretas, Presidente em exercício do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria, CBOO.

Indago aos Srs. Senadores se há alguma objeção. *(Pausa.)*

Não havendo nenhuma oposição, declaro aprovado o requerimento e convido o Dr. Ricardo Bretas para tomar assento na primeira fila, para que possamos, em seguida, dar continuidade.

Iniciando os nossos trabalhos, começamos pelo Dr. Roberto Luiz D'Avila, Presidente do Conselho Federal de Medicina, que disporá de 10 minutos.

O SR. ROBERTO LUIZ D'AVILA – Bom dia a todos e a todas presentes. Inicialmente, quero cumprimentar S. Ex^a, o Senador José Pimentel, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Presidente desta reunião. Cumprimento também os presidentes dos conselhos de ordens de fiscalização profissional, de outras entidades que estão aqui presentes, o Senador Relator da matéria, Antonio Carlos Valadares, e também os demais Senadores presentes.

A minha fala é muito simples, muito rápida, penso até que os dez minutos serão excessivos.

Este é um projeto que tem uma história desde 2002, e eu tenho a honra de ter participado, desde o início da sua tramitação nesta CCJ, quando era Relator o Senador Tião Viana, de todas as modificações, de todas as tratativas feitas. E tenho orgulho por esta mesma Casa que, em 2005, por unanimidade, aprovou este projeto. O projeto seguiu para a Câmara e, claro – nós já sabíamos –, na outra Casa, até pelo maior número de Deputados, ele tramitou dentro de um tempo de praticamente três anos; todas as tratativas, todas as possibilidades de acordo foram feitas também. Surgiram algumas modificações, então, volta a esta Casa para ser novamente discutido.

Esse é o processo democrático. Não importa que tenha durado nove, quase dez anos, o processo democrático é assim. É tão democrático que, quando as outras profissões regulamentadas fizeram as suas leis, as fizeram sozinhas e ninguém participou; foram feitas sozinhas.

A nossa lei, o nosso projeto de lei, porque somos a única profissão não regulamentada. E aí poderíamos dizer que há vários regulamentos, várias leis e decretos que citam o exercício profissional da medicina, mas não há nenhuma lei específica, como todas as outras profissões têm, o que é privativo e o que não é privativo. Nós não temos isso; temos jurisprudência. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou em várias sentenças, em várias decisões: o diagnóstico de doenças é privativo dos médicos. Todas as outras profissões, nos seus

núcleos privativos, têm os seus; algumas não falam em diagnóstico, mas algumas falam até em diagnóstico específico, a Psicologia fala em diagnóstico psicológico. As outras nem citam diagnóstico.

É do senso comum de todas as pessoas, quando os seus pais adoecem, quando os seus filhos adoecem, querer levar a um médico, procurar um médico para fazer o diagnóstico das suas doenças e que ele determine a instituição.

Portanto, esse projeto não inova, não cria, não inventa. Esse é um projeto que retrata a sociedade nos dias de hoje. O projeto não tira competência de nenhuma profissão. O projeto garante e respeita todas as leis das outras profissões.

Eu vou ser muito sincero. Quando vejo algumas aleivosias lançadas contra a tramitação, eu fico me perguntando se é ingenuidade ou se é algo proposital. Porque foi um projeto discutido ao longo desses quase 10 anos, foi acordado. Essa história de 2002 é longa, ela tem um passado. E, durante estes 10 anos, muitas profissões tiveram as mudanças do núcleo diretivo de suas corporações. E quem chega depois ou não conhece, ou até conquistou a eleição do seu grupo corporativo por ser contra ou por ser a favor, e alguns foram criticados, outros foram aplaudidos, mas não muda, ele é o mesmo projeto que nasceu em 2002. Ele tem três pontos importantes. Primeiro, que o nosso trabalho é mútuo e mútua colaboração, e nós compartilhamos prevenção de doenças, promoção da saúde, recuperação dos pacientes, reabilitação. Segundo ponto, que o núcleo, o que é privativo do médico é o diagnóstico de doenças e o seu tratamento. Terceiro, que respeita todas as profissões. Continua igual. E, aí, durante a tramitação, algumas coisas foram acrescentadas, por solicitação das próprias outras profissões, no acordo que se foi construindo, que teve a unanimidade desta Casa e ampla maioria da Câmara, com exceção de um ponto, embora a votação, lá na Câmara, tenha sido de duzentos e sessenta e dois a noventa e poucos votos. Mas se diz que nós reconhecemos todas as legislações e as respeitamos, e as respeitaremos, não há desrespeito nenhum e nada vai mudar. O que não é possível é aquele que tem um plano de saúde e tem condições de pagar uma consulta particular, que são raros neste País, vá a um médico, e aquele que é atendido em uma unidade de saúde e, geralmente na atenção básica, porque na atenção secundária e terciária praticamente não há conflito, na atenção básica, ele não seja atendido por médico. Trinta por cento das equipes de saúde da família neste País já funcionam sem médico, e as pessoas são atendidas pelos outros profissionais, causando um desequilíbrio, uma

desigualdade. Eu não defendo que seja só o médico; defendemos a equipe: cada um com a sua atribuição.

Portanto, quando esse projeto é atacado com palavras que dizem que ele atenta contra o SUS, é contra a integralidade do SUS, manietta e ata as outras profissões, quem está sendo ofendido não são os médicos. São dois os elementos, são duas as instituições ofendidas com isso. Não são nem os médicos nem o Conselho Federal de Medicina; quem é ofendido é o Congresso Nacional, que discutiu, ao longo de nove anos, que trabalhou pelos acordos que foram garantidos e que não estão sendo respeitados. Quem é agredido é a sociedade brasileira, que vai ter uma assistência diferenciada.

Portanto – e já caminho para o encerramento –, o que nós queremos é tranquilidade para trabalhar. Queremos uma regulamentação e vamos continuar trabalhando firmemente para isso porque precisamos dessa regulamentação, a sociedade brasileira precisa dessa regulamentação. Vamos continuar nesse caminho, não me importa quantas audiências públicas, não me preocupam as estratégias que estão sendo tramadas e mais audiências públicas, isso é do processo democrático e, portanto, coloco-me à disposição. Nós estaremos presentes em toda audiência pública que houver. A nossa fala continua coerente como a primeira fala em 2002, e todo o processo de discussão. Então, nós não tememos. Nós estamos muito confiantes em que a sociedade precisa disso agora. Queremos e vamos respeitar aquilo que foi colocado dentro desse projeto. Se não é o da Câmara, se é o do Senado, se volta e se o Senado vota, isso não é competência minha, e penso que nem dos senhores. A competência é dos Senadores. Eles vão decidir se vão votar o projeto do Senado inicial, o projeto que veio da Câmara, os dois em conjunto, o que é melhor de cada um. Isso não depende mais dos médicos. Isso está nas mãos do Senado e nós confiamos na sabedoria e na experiência do Senado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Sr. Roberto Luiz D'Ávila, esta audiência pública foi aprovada por unanimidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; iniciou por um requerimento de um Senador, legitimamente eleito, empossado e no exercício das suas prerrogativas constitucionais. Portanto, não se trata de tramadas audiências públicas. Por isso, peço a V. Ex^a que retire esse termo, porque esta é uma instituição do Estado democrático e é nessas condições que estou presidindo esta reunião. *(Palmas.)*

Não aceito esses termos. O senhor é nosso convidado. É bem-vindo, mas respeite a Comissão de Constituição e Justiça. *(Palmas.)*

Com a palavra o Sr. José Roberto Borges dos Santos, por 10 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO BORGES DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Pimentel, em nome do qual cumprimento os demais membros da Mesa, permita-me, Senador, já tinha anotado aqui, e fiz exatamente isso “estratégias tramadas”? Nós dialogamos. Interroguei: tramas? Trama é uma coisa meio esdrúxula e não cabe aqui – permita-me e desculpe-me também o presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina).

Já é passado o tempo em que os doentes eram tratados sem a habilitação de outros profissionais que não médicos, enfermeiros, farmacêuticos, os pioneiros; brilhantes e maravilhosos pioneiros na área da saúde.

Evoluímos? Claro que sim. Evoluímos sim. Surgiram tantas profissões, Srs. Senadores, Srs. Presentes, ao longo do século passado, e sem dúvida nenhuma, todas para o bem do homem, para o bem da humanidade, não era para o bem do fisioterapeuta, do psicólogo, do farmacêutico; é para o bem da humanidade. É isso que temos que ver aqui.

Estamos em constante evolução, conquistando mais e mais os conhecimentos científicos. Quem pode estar contra tudo isso? Por quê?

Decerto que o Senado brasileiro, não, não está contra. Tanto não está contra que está forçando, procurando, buscando o diálogo para procurar resolver o problema.

Hoje aqui estamos para uma discussão sobre o Projeto de Lei nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, exercício – é bom que se diga – necessário, maravilhoso e que, em hipótese alguma, somos contra. Não existe um membro da área da saúde que seja contra o exercício da Medicina. Eu não consigo encontrar. Não encontrei até hoje. Nem estamos, evidentemente, contra os médicos. São nossos amigos, irmãos, nossos pais, alguns avós, tios, sobrinhos – tenho sobrinhos, sobrinhas, netos. Como também os fisioterapeutas, os psicólogos, os demais profissionais de saúde. Por vezes, são esposas e maridos também. Muitos são casados com médicos. Somos todos amigos.

Eu, particularmente, Senador, trabalho em UTI, na minha cidade, Salvador, e somos amicíssimos da equipe médica; nós nos damos muito bem. Não há problema nenhum.

Eu não sei se os dirigentes sabem, mas é triste ver um médico com uma mochila nas costas, 24 horas, 48 horas, 72 horas, às vezes, sem dormir, trabalhando, um plantão atrás do outro. Os médicos sabem do que estou falando.

Não há clima de confronto ou briga por espaços do profissional. Não. Há, sim, uma preocupação muito grande com o futuro da saúde no Brasil.

A aprovação deste projeto de lei, Srs. Senadores, inviabilizará, com toda a certeza, o bom e necessário atendimento à população, principalmente a mais carente e aquela que está nos mais distantes locais.

Não entendemos que o médico exerce uma profissão que não está regulamentada. Não entendemos. Existe e está em pleno vigor uma lei federal da década de 50 que regula a Medicina. E, de lá para cá, o CFM já editou algo próximo a duas mil resoluções e os CRMs já usaram infinitas vezes o poder de polícia para punir o exercício ilegal da profissão, buscando sempre o respaldo da Justiça. E sempre foram atendidos. Pergunto: onde está a desregulamentação?

Nunca neste País um médico deixou de exercer a sua profissão, de emitir um diagnóstico, de realizar um procedimento cirúrgico, de emitir um atestado médico ou mesmo um atestado de óbito por falta de regulamentação da sua profissão. Alguém duvida?

Podemos afirmar, portanto, que a Medicina está, sim, regulamentada e há uns 60 anos. Estamos preocupados, Srs. Senadores, com a possível aprovação do atual projeto de lei em qualquer uma das formas ou mesmo com a combinação de ambas. E por quê?

Vamos aos fatos.

Ainda sem aprovação, já estamos sofrendo, e muito, com determinadas declarações de médicos que representam instituições da Medicina, comentários por vezes jocosos, desrespeitosos. Senão vejamos.

Entrevista concedida ao Jornal do Brasil, em 1º de janeiro de 2010 pelo Sr. Roberto D’Ávila, médico e atual Presidente do CFM. Uma pérola.

Diz lá o Sr. Roberto D’Ávila, médico:

A afirmação de que a regulamentação vai fazer com que os profissionais da saúde fiquem sob tutela dos médicos é intriga. Principalmente dos fisioterapeutas que querem diagnosticar. Os médicos têm abandonado o Programa de Saúde da Família [falou há poucos instantes e disse 30%] e os gestores estão colocando enfermeiras [eu quero citar que são enfermeiros] e até técnicos em enfermagem para ocupar as vagas. [Queremos provas.]

O que os fisioterapeutas querem? [Srs. Senadores, é a pergunta dele no Jornal do Brasil]. Não querem que a pessoa vá mais no médico. Querem que a pessoa vá neles, para que eles então determinem que tipo de fisioterapia fazer.

Isso não tem o menor sentido.

Façam-me o favor. Quer dizer que é o médico que vai determinar o que o fisioterapeuta vai fazer? E o que fizemos na faculdade?

Afirma na entrevista que basicamente os fisioterapeutas é que estão contra o ato médico.

Na crítica aos gestores do setor público, ele afirma em forma de denúncia que os médicos estão abandonando as equipes de saúde da família e que a população não sabe disso.

E a população não sabe disso? Olhe que pérola: “Porque agora tanto as enfermeiras quanto os fisioterapeutas estão usando no seu jaleco a palavra ‘doutor’. Estão prescrevendo, o que é pior.”

Doutor, eu não sabia, é prerrogativa única do médico? Eu não sabia. Fui buscar em dicionário e lá consta que é até uma licença que pode ser... Eu fui buscar mil definições e não é. Também não fazemos questão, não. Eu, por exemplo, não coloco no meu jaleco; lá só consta o meu nome: José Roberto Borges dos Santos, fisioterapeuta, com muito orgulho. É assim no meu jaleco. Não tenho vergonha. Eu tenho orgulho de mostrar a minha profissão.

Mais adiante afirma – outra pérola: “A fisioterapia evoluiu muito.” Então virou Medicina? Quer dizer que para evoluir neste País tem que ser Medicina? Fisioterapia não pode evoluir? O psicólogo não pode evoluir? O enfermeiro não pode evoluir?

Os Srs. Senadores não fazem ideia do que vamos sofrer com a aprovação desse projeto de lei; não há consenso. Não há consenso! Não existe acordo. Não houve acordo. O que houve é que nos chamavam, conversavam e mudavam. Foi um acinte a aprovação dos duzentos e noventa e poucos contra noventa e poucos votos. Eu sei o que eu passei e o que estamos passando.

Dr. Roberto D’Avila, eu respondo se evoluiu muito. Evoluiu muito, sim, mas continua e continuará a Fisioterapia evoluindo com muito orgulho para todos nós. Vamos, sim, sem dúvida nenhuma.

Eu tenho tanta coisa para falar, mas eu tenho que respeitar, e o Regimento tem que ser rígido realmente, porque o tempo urge.

Eu quero, por favor, encerrar a minha fala, falando para os Srs. Senadores que nós temos o Fentas, que nós temos o Conselho Nacional de Saúde, que nós temos os próprios Senadores aqui que são contra e que dizem abertamente o porquê. Conversamos, recentemente, com o Presidente do Senado, que disse para mim: “Não há consenso”. Se não há consenso, nós não vamos ainda levar para votação.

Proponho que sejamos convidados, sim, para conversar.

Quero agradecer o brilhante trabalho do Senador Valadares. O senhor teve um trabalho e tanto, e eu sei disso.

Para encerrar, Senador, agradecendo o convite, eu quero dizer aos senhores que ainda não tenho a necessidade de demandar dos colegas fonoaudiólogos – evidentemente, estou falando depois a aprovação da lei –, após a determinação médica, com o carimbo e CRM devidos, devidamente assinada e com a prescrição para o fonoaudiólogo, que ensinem os profissionais da saúde a expressão: “Amém, Doutor!”. Vamos dizer sempre “Amém, Doutor”? Não já chega? Será que para evoluir na profissão nós vamos ter que, a cada evolução, procurar o Senado e procurar a Câmara? Por favor, vamos criar mais uma lei, porque evoluímos.

Quero agradecer – desculpe a invasão de poucos segundos – a todos e pedir a Deus que ilumine este Senado, para que possamos, sim, ter um consenso. Aí haverá consenso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu vou pedir à assistência que evite a saudação, para que os trabalhos andem com mais rapidez. Ao término dos trabalhos, cada um se confraterniza e conduz da maneira que a cidadania nos ensinou a conduzir.

Com a palavra a Sr^a Cleide Mazuela Canavezi, por dez minutos.

A SR^a CLEIDE MAZUELA CANAVEZI – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar o Senador José Pimentel, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes e as autoridades.

O Dr. José Roberto Borges fez as suas colocações brilhantes, as quais eu endosso, o Conselho Federal de Enfermagem endossa.

Eu gostaria de fazer uma reflexão também com os senhores com relação ao papel do enfermeiro na sociedade e gostaria de falar, ainda, que todo esse projeto de lei fere frontalmente, aliás, ele vai na contramão da história da saúde pública no Brasil. Quando a gente diz isso, a gente o faz com muita clareza. E eu gostaria de citar alguns feitos da Enfermagem, que, até o presente momento, levou o programa de saúde de vacinação praticamente sozinha. Nunca houve a necessidade de qualquer prescrição para que se atentasse ao Programa de Vacinação, ao Programa de Imunização.

Outro dado que é muito importante e do qual a gente não pode deixar de falar é o que, hoje, nós temos vivenciado com a possibilidade de a mulher fazer uma opção pelo seu parto natural, e isso só é possível através das casas de parto. E vocês sabem muito bem que nenhuma instituição assegura à mulher o parto

normal. E as Casas de Parto têm feito um trabalho brilhante, e nós temos os índices para demonstrar isso.

Seguindo a mesma linha de raciocínio do Dr. José Roberto, quando vemos que o Dr. Roberto D'Ávila comenta a questão do parto, que ele só deve ser feito em instituição de saúde, ora, eu pergunto: e a Rede Cegonha que está por vir e os programas de saúde? Até a pouco tempo atrás, ainda estava se tentando resgatar a parteira tradicional, quer dizer, lá no fundo, a medicina de pobre para pobre pode ser feita por parteira tradicional, que é uma curiosa. Isso é interesse e é defendido inclusive na Rede Globo. Então nós gostaríamos de dizer que o pré-natal, sendo feito nos programas de saúde da família pelo enfermeiro em conjunto com os médicos, tem levado para essas Casas de Parto a possibilidade dessa mulher fazer a opção, e ela tem feito essa opção. Então não vemos como irresponsabilidade profissional. O enfermeiro é preparado, sim; o enfermeiro evoluiu, sim; o enfermeiro tem feito procedimentos invasivos, sim, porque ele foi buscar seu conhecimento técnico e ele o executa.

Mas, em momento algum, nós consideramos que a presença do médico seja substituível. Muito pelo contrário; não acatamos e não aceitamos, em lugar nenhum, que o profissional de enfermagem seja um substituto de médico, porque ele não é substituto do médico. Ele faz o seu próprio diagnóstico de enfermagem, e o faz com muita propriedade, e executa alguns tratamentos simples com muita propriedade. Então nós estamos vivendo uma evolução no mundo, observamos isso transitando em vários países, o papel de outros profissionais, ficando o médico com a sua competência muito clara, muito definida. É isso que nós queremos. O que não queremos é que haja uma invasão daquilo que também nos é próprio desde a regulamentação da nossa lei.

Gostaria de deixar também registrado que o programa Saúde da Família ainda hoje tem pouca cobertura, mas não por falta de recursos da enfermagem e, sim, de recursos médicos. Gostaríamos que isso tivesse sido cumprido. Temos o Serviço 192. O que seria do resgate, o que seria do Samu se não houvesse um enfermeiro nas ambulâncias? Nós temos uma cobertura muito pequena de médico nas urgências e emergências do Samu.

Então gostaríamos que não estivéssemos sendo já execrados com tentativa de processos por exercício ilegal por atos que executamos há muito tempo. Eu não gostaria de me alongar mais, mas gostaria de dizer que consideramos que o diálogo realmente não aconteceu da forma que deveria acontecer. Nenhuma categoria profissional que está aqui desmerece ou não quer que haja uma regulamentação. Nós queremos que

as regulamentações que já existem sejam garantidas. É isso que a gente deseja.

Essa é a minha palavra. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra Walter da Silva Jorge João, por até dez minutos.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO – Senador José Pimentel, neste momento no exercício da Presidência da CCJ, quero trazer ao senhor os cumprimentos e o forte abraço dos 142 mil farmacêuticos de todo o País. Quero também em seu nome, estender os meus cumprimentos aos demais colegas de Mesa, aos Srs. Senadores aqui presentes e a todos os convidados que muito nos honram com o prestígio de suas presenças nesta audiência pública.

Sr. Presidente, eu não sei quem nesta audiência pode ser ingênuo. Penso que ser ingênuo é querer aceitar que laudo possa ser diagnóstico. Nós, farmacêuticos, não entendemos dessa maneira.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que nós, do Conselho Federal de Farmácia, também somos favoráveis à regulamentação da profissão médica. O que nos causa profunda estranheza é a profissão médica ainda não ser reconhecida neste País.

Portanto, quero dizer que, de qualquer maneira, somos sim favoráveis à regulamentação de qualquer profissão no Brasil. O que nós não podemos, em hipótese alguma, admitir é que, sob algum pretexto se regulamentar a Medicina, pretenda-se também retirar das diferentes profissões direitos adquiridos ao longo de décadas de atuação profissional.

Sr. Presidente, no caso de Farmácia e Bioquímica, não vamos permitir que nos seja retirado o direito de exercer a citopatologia ou citologia clínica. Esse exercício profissional, desenvolvido por todos os farmacêuticos brasileiros, vem desde 1931, com o advento do Decreto-Lei nº 20.377, e que reconhece como atividade a atribuição do farmacêutico bioquímico e que hoje se estende também aos biomédicos.

Portanto, Sr. Presidente, é certo que historicamente o farmacêutico bioquímico realiza, e realiza sim, em todos os níveis, a citopatologia ou a citologia clínica. O exame citopatológico não pode estar no projeto como atividade privativa dos médicos. Eu diria para o senhor, e quero que todos entendam, vou utilizar um termo técnico e não pejorativo: é uma verdadeira usurpação.

Ademais, Sr. Presidente, tal pretensão contraria frontalmente as Portarias de nºs 162, de 1994, e 1.230, de 1999, ambas do Ministério da Saúde, que tratam da tabela de procedimentos do SIA/SUS e que reconhecem o farmacêutico bioquímico entre os profissionais habilitados ao exercício da citologia e da citopatologia.

Assim, Sr. Presidente, para não ficar apenas nesse aspecto, quero ressaltar aqui os reflexos que poderão advir, que poderão surgir com essa malfadada proposta.

Só para que V. Ex^a e os Srs. Senadores tenham uma ideia, os novos casos de câncer de colo uterino, só em 2009, foram 16,8 mil. Para se ter ainda uma ideia, a cada dia, ocorrem 22 óbitos por câncer de colo uterino no País.

Em abril de 2006, as mulheres brasileiras conseguiram, conquistaram, por meio da Lei nº 11.664, da Presidência da República, o acesso às ações de saúde que asseguram a prevenção, a detecção, o tratamento o seguimento do câncer de colo e de mama no âmbito do SUS

Portanto, Sr Presidente, a aprovação do projeto em questão, no atual formato, afastaria, indiscutivelmente, uma mão de obra qualificada de profissionais legalmente habilitados, inviabilizando o cumprimento da Lei nº 11.664, com sérios prejuízos para a saúde da mulher brasileira.

Sr. Presidente, se vigorar, se vingar essa pretensão do Conselho de Medicina, o prejuízo para a saúde da mulher brasileira será marcante. Só para o senhor ter uma ideia, quase 60% dos exames citopatológicos no Brasil são realizados por profissionais que não são médicos, entre os quais estão envolvidos farmacêuticos, bioquímicos e os biomédicos. Aí eu pergunto, Sr. Presidente: com todas essas campanhas editadas pelo Brasil como um todo, à semelhança do que aconteceu em 1998, quando o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, editou e lançou no Brasil a campanha de combate ao câncer cérvico-uterino, cuja demanda foi enorme. Hoje, com o programa, à semelhança do que aconteceu em 1998, as mulheres brasileiras, com certeza, seriam fortemente prejudicadas, Sr. Presidente. E aí eu apelo para os Srs. Senadores fazerem reflexões sobre esses aspectos.

De tal forma, Presidente, que nós queremos aqui declarar que, nesse sentido, nós concordamos com o projeto de regulamentação da Medicina – isso é indiscutível –, desde que, no art. 4º inciso VII, que trata da emissão de laudos, seja excetuada, Sr Presidente, das atividades privativas do médico, o seguinte: a realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos, a coleta de material biológico para a realização de análises clínico laboratoriais e os procedimentos realizados através de orifícios naturais em estruturas anatômicas visando à recuperação físico-funcional e não comprometendo a estrutura celular ou tecidual.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que nós não estamos envolvidos nessa luta por questões de política, ou de campanha eleitoral, ou de caráter cor-

porativista, Sr. Presidente. Eu pelo menos não estou aqui defendendo absolutamente nada que tenha esse alcance ou que estejamos aqui pretendendo fazer disso um embate, uma luta corporativista. O que nós estamos aqui defendendo é o direito da sociedade ter uma saúde integral, é o direito de a mulher brasileira ter como garantia as atenções que se voltem para a sua saúde, e jamais do ponto de vista corporativista. E se defender, Sr. Presidente, os interesses da sociedade for corporativista, nós, profissionais da saúde o somos sim.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Como a palavra o Sr. Ivan Rogério Freitas Scieessere, pelo prazo de até 10 minutos.

O SR. IVAN ROGÉRIO FREITAS SCIESSERE

– Ao saudar o Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania José Pimentel, eu saúdo os demais integrantes da Mesa e dou andamento a esse convite, e aqui represento o Sindicato Nacional dos Optometristas, o Instituto Brasileiro de Optometria, integrados também em um bloco contra essa questão da aprovação do PL do Ato Médico como está.

Bem, venho aqui hoje também, assim como os demais colegas profissionais da saúde, não dizer que nós somos contra a regulamentação da profissão da medicina, do médico, nós somos, sim, contrários à reserva ao retrocesso que o Ato Médico sugere. Em especial, o absurdo inciso X do art. 4º, que revela a única especialidade médica que está explícita no projeto de lei, que é a oftalmologia.

Aprovar o projeto de lei como está significa que mais da metade da população seguirá sem acesso à saúde visual no Brasil.

A indicação de lentes estava reservada à Oftalmologia desde 1932, por um antigo e desgastado decreto de 1932, e foi superada com a formatura das primeiras turmas de curso superior de optometria, à qual eu me incluo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), um dos organismos internacionais que reconhece a Optometria, sugere inclusive a proporção de três optometristas para cada um oftalmologista, considerando que 70% dos problemas visuais se resolvem com a simples indicação de lentes corretivas.

Pois bem, a oftalmologia brasileira não só ignora a Optometria, na contramão do mundo, como também a persegue. Existe também – eu posso atribuir – um chamado *bullying* profissional hoje, que nós sentimos, nós sofremos. Inclusive não somente restrito aos profissionais optometristas; profissionais, médicos, que são solidários à nossa causa e outros profissionais da saúde também estão sofrendo esse achaque, essa perseguição, coação, sendo perseguidos literalmente.

Aproveito ainda esta audiência pública, Senador José Pimentel, para retomar algumas questões, inclusive em desacordo ao Presidente Roberto D'Ávila, presidente do CFM, sobre as questões de que foram democráticas as discussões. Não foram democráticas. O nosso pedido, a nossa argumentação ao substitutivo, da supressão desse inciso X do art. 4º, não foi sequer cogitado, não foi aceito. E não tivemos a oportunidade também de discutir, como aqui, agora, o próprio Sr. Walter sugere, o próprio colega também, o José Roberto sugere. Não fomos chamados. Estamos abertos à discussão.

Não somos contrários à regulamentação da Medicina, mas o PL, do jeito que está, é um retrocesso, e o Brasil hoje vive um clima de progresso. Não podemos ir na contramão.

Aproveito ainda esta audiência pública para falar do nosso PLS 234. Estivemos aqui, 60 dias atrás, e fomos duramente bombardeados, covardemente, eu diria. Tínhamos inclusive representantes da América Latina e, sob o meu ponto de vista, isso foi constrangedor, uma falta de respeito, uma falta de ética com esse profissional da saúde.

Alguns esclarecimentos dessa audiência pública são necessários, como, por exemplo, a própria etimologia do que sugere, em grego, Optometria. Optometria significa medição da visão; Oftalmologia, estudo do olho. Portanto, uma mais voltada à saúde visual e a outra mais voltada à saúde ocular. Não se entendeu isso naquela audiência pública.

Bem, o optometrista também não realiza, ao contrário da Enfermagem, que a Drª Cleide colocou, não realizamos nenhuma técnica invasiva nem indicação de fármacos. Fazemos simplesmente a medição da visão, buscamos a reabilitação, o resgate através de exercícios, como, por exemplo, da Fisioterapia, que tem esse apelo também complementar.

Outra questão levantada naquela audiência pública foi como o MEC reconhece o curso de Optometria? Pois bem, a nossa profissão está prevista também por um decreto desde 32, só que estava tolhida de exercício porque não existiam cursos superiores, e hoje os cursos superiores, baseados no Direito Constitucional, nos garantem o exercício.

O STF inclusive, a mais alta Corte do nosso País, Senador José Pimentel, também já reconheceu a validade do diploma para fins de exercício.

Se formos ver também, o Ministério do Trabalho reconhece, desde 2002, incluindo a Optometria como uma das profissões reconhecidas. Pode não estar regulamentada, mas é reconhecida sim, inclusive pelo Ministério do Trabalho.

Agora pergunto: há pouco tempo, tivemos a regulamentação do taxista e do enólogo; era crime ser taxista até há pouco tempo? O enólogo era um bruxo, decerto? Era o alquimista? Duvido.

São pouco mais de cinquenta profissões regulamentadas.

Foi falado também, naquela audiência pública, sobre a venda casada. Ora, lentes de contato não são comercializadas em consultório, Presidente Roberto. A indicação de óticas para aviamento das suas receitas oftalmológicas não é um fato comum?

O conceito de Organização Mundial da Saúde é que é um completo estado de bem-estar físico, psíquico e social, e não apenas ausência de doença, que é o que prega.

Consultar um oftalmologista não é sinônimo de imunidade, pois o risco de ficarmos cegos um dia é inerente a todos.

Lamento que o Senador Cyro Miranda estivesse presente naquela audiência e fizesse a colocação de que a Optometria não existe em lugar algum.

Muito equivocado. Ela existe nos cinco continentes, exercida em mais de 130 países, inclusive no Chile, que reconheceu a profissão agora, em novembro de 2010. Portanto, a Optometria também é reconhecida pela OMS, OIT, Unesco, inclusive ONU, onde a nossa Presidente inaugurou a abertura com o seu discurso há poucos dias.

Invoco a todos os Senadores e aos presentes aqui também para que façam a experiência de ir ao exterior, visitar óticas e reconhecer optometristas, que é uma profissão que existe e está no Brasil com formação há mais de dez anos.

É verdade, não somos tão pretensiosos como a Odontologia, de prevenção a complexos procedimentos cirúrgicos, mas de um País de desdentados, em poucas décadas, estamos passando para um País de cegos, onde mais da metade da população não tem acesso a um profissional da saúde visual.

O problema é que muitos oftalmologistas se reservam à questão da prescrição de lentes, da indicação de lentes e não fazem o diagnóstico e o procedimento cirúrgico necessários para a população. Por isso é que a maior causa de cegueira no Brasil é a catarata por falta de procedimentos e o uso de óculos por falta de acesso a receitas.

Pois bem. Na Europa, a maior causa de cegueira das pessoas acima dos 50 anos nem sequer era diagnosticada antes de 2005 aqui no Brasil. São dez mil novos casos de degeneração macular relacionada à idade, e não há cura.

Então, Presidente, assim como ontem o Senador Randolfe fez uma colocação sobre a Copa, eu queria

dizer que esse projeto de lei do Ato Médico é um acinte à legislação, porque nós, optometristas, temos direito constitucional garantido, já julgado no STF.

Ao me despedir, sugiro a todos, se não leram ou não assistiram ao filme “Ensaio sobre a Cegueira”, do José Saramago, que foi Nobel da Paz, que o assistam e vejam o que é a realidade da impotência de um oftalmologista acometido pela cegueira.

A frase que deixo para todos é que, tão importante quanto o direito de ir e vir, é o direito de ver, porque não há maior prisão do que você em si mesmo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Humberto Verona, por até dez minutos.

O SR. HUMBERTO VERONA – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Senador José Pimentel e todos os Senadores. Cumprimento todos os colegas presidentes e representantes dos Conselhos profissionais.

Não vou repetir muitos argumentos dos colegas que me antecederam que já foram postos na Mesa. O que eu gostaria de acrescentar é o que para nós parece ser o cerne da preocupação e do debate em cima desse projeto que nós chamamos Projeto do Ato Médico.

É que ele traz na sua essência o vírus que mata, o que tem sido construído ao longo da história da saúde do Brasil: é a ação solidária compartilhada entre os profissionais da saúde. Quando ele pesa a mão em cima da autoridade de um profissional e desrespeita a autoridade dos demais, com isso, ele lança esse vírus que mata a ação solidária, a troca solidária que é tão necessária e que, a duras penas, a população brasileira e os profissionais da saúde vêm construindo e conseguiram conquistar em 88, na Constituição: o Sistema Único de Saúde e esse conceito de saúde que hoje norteia a nossa ação de saúde no Brasil.

Então, é preciso rever o projeto, é preciso que se sinta a Medicina com as profissões aqui nesta Casa para rever aqueles pontos do projeto, alguns citados especificamente, que atingiram essa autoridade de algumas profissões que aqui já foram citadas por alguns colegas. Mas ele, somando esse conjunto de invasões, pequenas invasões que vão sendo feitas na autoridade das profissões e vão construindo uma relação ruim entre os profissionais.

Como já foi dito aqui anteriormente, eu trabalho no SUS há vinte anos; sou um profissional do Sistema Único de Saúde – outro colega aqui também falou da sua experiência. O cotidiano do nosso trabalho é um cotidiano em que, arduamente, temos construído entre nós, todos os profissionais, essa ação solidária, essa troca, essa busca de entender as questões que

a população nos traz nos serviços, e os médicos participam disso conosco, de uma forma importante. E é muito difícil, nesse cotidiano, para todos nós, sustentarmos essa posição de abrimos mão, muitas vezes, da nossa vaidade e fazermos uma troca, efetivamente, em prol do cidadão, em prol daquele que nos procura.

Esse projeto, para nós, vem para ferir esse princípio, para trazer a discórdia entre os profissionais da saúde, para dizer que existe um profissional que é melhor do que os outros. A própria população já sabe que não é assim, pela demanda que a população faz do conjunto, reconhecendo hoje que não é possível fazer saúde no País sem essa ação solidária das profissões, dos conhecimentos, dessa troca de conhecimentos formulados e construídos pelas diversas ciências e pelas diversas profissões que, hoje, interagem na saúde. Então, para nós, esse é o cerne do problema.

Não estamos aqui discutindo... Ninguém aqui defendeu que Medicina não pode ser regulamentada ou qualquer outra coisa. O problema central que nos faz vir a esta Casa, que nos faz estar permanentemente nesta luta, unidos nesta luta contra esse projeto que vem tramitando, é que ele ainda não tirou do seu conteúdo os pontos que fazem com que a solidariedade, a ação solidária, em prol do usuário, em prol do paciente, em prol daquele que é atendido seja garantida nas ações de saúde no Brasil. Ao contrário, esse projeto coloca uma profissão numa posição de desrespeito a essa relação solidária e a essa troca solidária no cotidiano dos serviços de saúde. Isso já foi dito aqui também por outros colegas que me antecederam.

A gente tem assistido, em nome dessa campanha que tem sido feito em prol desse projeto, à maneira como muitos profissionais médicos têm sido instigados a fazer esse ato de isolamento, esse ato de desautorização das outras profissões. Já foi dito aqui que, quando um usuário, um cidadão precisar de um profissional e tiver que passar pela autorização de um único profissional para que as ações possam acontecer, para que o cuidado em saúde possa acontecer, isso será o fim de tudo que nós construímos e que, arduamente, temos construído na história da saúde neste País.

Então, pedimos aos Senadores, pedimos aos colegas da Medicina que parem. Vamos rever, juntos, esse processo. Não está certo! Da forma como está – está claro aqui pela fala de todos nós –, não há consenso. É um projeto que compromete essa ação integrada, solidária, que vai fazer com que a saúde realmente seja da forma como defendemos no SUS e defendemos nos conceitos mais modernos de saúde hoje no mundo inteiro. Então, não é possível. É um projeto conservador, atrasado nesse sentido, porque ele traz de volta essa questão que nós estamos tentando superar

a duras penas que é a de uma profissão acima das outras todas e com uma autoridade que desautoriza os outros profissionais e o próprio usuário.

Então, é nesse sentido que estamos chamando à continuidade do diálogo e do debate – somos pelo diálogo e pelo debate. Nenhum problema de termos outro projeto para a Medicina, mas que ele tire esses pontos que ferem essa ação solidária, essa possibilidade de troca no cotidiano do serviço, porque o reflexo, como também já foi dito, será lá no serviço, será diante do usuário, será diante das pessoas, dos cidadãos que vão receber os serviços de saúde, porque, quando essa inspiração de subordinação, de subalternização, de desautorização às outras profissões de saúde estiver presente na realidade dos profissionais, quem vai sentir serão as pessoas, serão os cidadãos, os usuários que receberão o serviço de saúde.

Então, é um apelo que nós fazemos – o conjunto de profissões da saúde aqui presentes – à Medicina e ao Senado: que possamos sentar e rediscutir esse projeto, tirando dele esses pontos que promovem a discórdia entre as equipes multifuncionais que são, a duras penas – repito –, conquistadas pela saúde pública no Brasil; pela saúde, de modo geral, no Brasil, nos planos privados também, nos planos de saúde. Que essa lógica da preponderância, da palavra do médico, do diagnóstico médico possa avançar. Esta é a evolução de que nós precisamos, inclusive nos planos de saúde: o cuidado e não o procedimento de cada profissional; o cuidado ao cidadão; o cuidado em saúde; a possibilidade de que, nessa troca entre as profissões, possamos ter um cuidado com o cidadão, integral, um cuidado que respeite as necessidades todas do cidadão, que contemple todas as profissões da saúde presentes nos planos de saúde, presentes no SUS e onde acontece o exercício da saúde, a necessidade de saúde da população.

Então, esse é o apelo que fazemos. Agradecemos a oportunidade de, nesse espaço público e democrático, poder trazer a nossa opinião e estar discutindo, antes que se possa conduzir qualquer tipo de aprovação a um projeto.

Vamos retomar esse diálogo e vamos tirar desse projeto esse vírus que pode matar a possibilidade de uma saúde pública de qualidade no País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado, Sr. Humberto Verona.

Vou pedir ao senhor também para retornar à primeira fila e convido o Sr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, pelo prazo de até dez minutos.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Muito bom dia a todos.

Eu queria saudar o Senador Pimentel, que tem dado muito orgulho ao meu Estado, o Ceará, com a sua atuação parlamentar, defendendo verdadeiramente os interesses coletivos; cumprimentar as demais pessoas da Mesa, a plateia e dizer-lhes que fico muito triste com algumas coisas que ouço aqui.

Penso que estamos do mesmo lado, nós todos profissionais de saúde. Nosso foco tem sido e será sempre o melhor para os nossos pacientes e, em momento algum, nós queremos cercear direito de quem quer que seja. O que nós desejamos é que tudo fique extremamente claro, que as pessoas possam fazer escolhas e que pobres e ricos tenham o mesmo direito. Nós não imaginamos profissional de saúde diferente no setor público ou no setor privado.

Eu faço uma especialidade que é cirurgia oncológica e trabalho com vários outros profissionais de saúde, e nós não temos nenhum problema de relacionamento. Nós nos respeitamos e focamos no que é melhor para os nossos pacientes. Nós não podemos dizer, por exemplo, que não se faz parto normal nas maternidades deste País. Neste momento, eu estou numa instituição federal em que o escopo da maternidade da nossa instituição é alto risco, e lá nós temos um alto percentual de partos normais, sim. O que nós não podemos é estar nos digladiando. Creio que nós devemos pensar no que é bom para a população.

Quem me conhece – aqui há alguns poucos que me conhecem –, sabe que costumo dizer isto – é extremamente verdadeiro, porque é o meu jeito de ser, sincero, olhos nos olhos –: eu quero o melhor para a população brasileira. Eu, pessoalmente, tenho muito mais do que eu imaginaria ter. Talvez Deus julgue até mais do que eu mereceria.

Então, conclamo todos a que nos desarmemos primeiro. Conclamo todos a que foquem não vocês mesmos, não seu grupo, mas foquem a população brasileira, que está desassistida em muitos lugares. E nós médicos, em muitas e talvez até na maioria das vezes, junto com outros profissionais de saúde, temos levantado bandeiras para defender a causa da população no que diz respeito à saúde. Fomos nós médicos que tentamos – e agora está bem no *front* – a regulamentação da Emenda nº 29, junto com outros profissionais certamente.

Eu não vejo inimigos na Fisioterapia, na Farmácia, na Odonto, em qualquer outra profissão. O que, neste momento, a classe médica brasileira busca é regulamentar a única profissão de saúde que não é regulamentada. O que nós queremos é levar a boa informação para a população. O que nós queremos é que, cada vez mais, a população brasileira seja bem

educada, seja bem instruída e escolha qual é o melhor profissional para cuidar dela.

Nós não nos incomodamos, em absoluto, se as pessoas forem procurar a, b ou c. Absolutamente! O que nós queremos é que a população brasileira, cada vez mais, saiba o que é melhor para ela quando depara com diferentes situações na área da saúde. Nós jamais, jamais, vamos brigar com a população se ela quiser escolher outro profissional para cuidar de determinado agravo da saúde. Absolutamente! O que nós fazemos, no cotidiano, é nos dedicar, de maneira ostensiva, de maneira diuturna, estudando, atualizando, reciclando e aprimorando para que possamos dar o melhor para os nossos pacientes, que são as pessoas mais importantes nesse cenário. Nada é mais importante, para um profissional de saúde, do que os seus pacientes. E o que nós queremos, verdadeiramente, é dar o melhor para os nossos pacientes.

Eu vou finalizar dizendo que, por ser um cirurgião oncológico, trabalhar com algumas áreas da saúde, reiteradamente tenho dito que respeito todos, mas tenho uma afeição enorme pelas auxiliares e técnicas de enfermagem. Sabem por quê? Porque é quem mais tempo passa com os nossos doentes. Às vezes, conhecem mais intimamente os nossos doentes do que nós mesmos.

Então, eu reitero a nossa posição de que nos desarmemos e que foquemos a população brasileira, o que é melhor para a saúde do nosso povo. E que Deus ilumine os Srs. Senadores para que decidam o que é melhor para a população brasileira!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Olha, com o mesmo carinho com que nós ouvimos os outros expositores, vamos tratar todos.

Ao término, não tenham dúvida, nós teremos um excelente Relator, que é o nosso Senador Antonio Carlos Valadares, que está anotando tudo e vai ter um bom encaminhamento. E não tenham dúvida de que, para essa matéria, nós vamos ter o melhor resultado ao término de todo este debate.

Por isso, vamos ouvir todos, pois todos têm pontos a contribuir. Há uma série de itens que, até ontem, não estavam tão claros e, nas exposições, nos debates, vamos superando e queremos construir uma boa proposta.

Com a palavra o Sr. Cid Célio Jayme Carvalhaes. V. S^a dispõe de 10 minutos para a sua exposição.

O SR. CID CÉLIO JAYME CARVALHAES – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar, com todo o respeito e homenagem, o Presidente desta reunião, o Senador José Pimentel; estender os cumprimentos

ao ilustre Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, cumprimentar os integrantes da Mesa, Srs e Senhores.

É preciso que tenhamos claro algumas diretrizes que são essenciais no debate e na discussão de qualquer assunto de interesse nacional.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Medicina propugna sempre pela composição de equipes multidisciplinares e poliprofissionais. Tanto é verdade que assim o faz desde os primórdios milenares da Medicina.

Outro aspecto importante: é preciso que se estabeleça a equidade. E quando se fala em equidade e justiça, evidentemente que não se pode entender como democrática a manifestação de que é um acinte que uma Casa do povo, aprovando um projeto, caia efetivamente numa postura de tamanha agressividade. Isto, efetivamente, é antidemocrático e merece toda repressão possível no berço da democracia, que é esta Casa. Não se admite uma agressão desta natureza ao Parlamento brasileiro.

Senador Antonio Carlos Valadares, vou me permitir responder algumas de seus questionamentos de trás para frente.

A sua décima questão, Senador, nos traz à reflexão o que esta Casa pode fazer para a regulamentação da Medicina: tudo! Aqui é a essência da decisão democrática do povo brasileiro; aqui representa efetivamente a sustentação federativa, e as Srs e Srs. Senadores têm a dimensão exata das necessidades do nosso povo, portanto, recebem o nosso respeito, o nosso carinho e, acima de tudo, a nossa confiança.

Na sua décima primeira questão, Senador, V. Ex^a nos questiona sobre o que os planos de saúde podem fazer. Lamentavelmente, a Agência Nacional de Saúde Suplementar, neste momento, tem cometido algumas omissões. Eu já fiz um acordo com o Sr. Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de dizer que falo mal da agência e bem dele, porque é um homem educado e nos recebe com muita gentileza e atenção. Mas não redime a omissão que a agência tem na regulamentação do setor. E, efetivamente, talvez até por falta de consistência maior, de posições corporativas legítimas dos demais profissionais de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar não as contempla, entre outras coisas, ferindo uma propositura da Medicina, da construção de equipe multidisciplinares e poliprofissionais. E queria cumprimentar, em meu nome, a figura do Deputado Valadares Filho, que propôs, há cerca de quinze dias, na Câmara dos Deputados, uma audiência pública com o propósito de discutir direitos do consumidor sobre a situação e a fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

E quando V. Ex^a nos questiona – questão – se existe uma reserva de mercado, o que aconteceu aqui é a resposta. Não há comentário adicional para dizer que se briga, que se luta por reserva de mercado, a ponto de uma profissão não regulamentada, que é a dos optometristas, que tem tramitando nesta Casa, um projeto de regulamentação específica, entre outras coisas, não teve o devido respaldo numa audiência pública que ocorreu aqui há cerca de um mês ou um pouco mais, e que a essência democrática desta Casa, entre outras coisas, traz para o debate, o que é muito bem-vindo.

Mas vamos tentar encarar algumas incoerências que são colocadas.

Todo mundo vem aqui e diz que é a favor da aprovação da regulamentação da atividade profissional e que todo mundo é igual. Não é. Isto é um grande equívoco. Se nós passarmos pela formação, a formação de um médico hoje implica cerca de oito mil horas na graduação e até cerca de dez mil horas em determinadas especialidades. Temos um profissional da Medicina formado em até 11 anos, para começar, apenas e tão somente, o início do começo do princípio da sua atividade profissional, e outras profissões que se jactam de grandes formações e dizem que têm apenas 2,8 mil horas de formação. Então, é nisso que reside a diferença. E é exatamente nessas diferenças que queremos ser tratados.

Entendemos que ninguém é melhor ou pior do que ninguém, que não se faz Medicina sem médicos e que também não se faz Medicina só com médicos.

Esta integração é fundamental para a consistência da saúde pública brasileira. E entendemos como uma grande dicotomia, uma grande incoerência a pregação de que para a saúde pública a doença tem de ser tratada de uma forma, e para a saúde privada tem de ser tratada de outra forma. Isso é de uma miopia em saúde que é absolutamente insustentável na grandeza desta Casa.

O que se tem, sim, é a saúde do ser humano garantida na sua plenitude independente da fonte pagadora. A fonte pagadora nada mais é do que uma mercantilização da saúde inconsistente pela segurança e a cidadania do povo brasileiro. E o que nós queremos, em termos de Medicina, em termos de saúde pública ou privada, individual ou coletiva, é que se tenha a integração multidisciplinar, que começa dentro da Medicina. Somos 53 especialidades e 54 áreas de atuação, o que mostra a diversidade do problema, a complexidade da ação, a complexidade das atuações e, acima de tudo, a definição de extensão de responsabilidades.

O que nós queremos é que os nossos pacientes, públicos ou privados, individuais ou coletivos, dentro

dos programas de saúde pública, na prevenção ou no tratamento, efetivamente tenham uma segurança necessária de serem atendidos por profissionais competentes. Lamentavelmente, existem vários profissionais incompetentes em todas as áreas. E não precisam invocar os programas da Rede Globo de televisão que trazem à mostra e à baila todas as incongruências que aí estão, e de que o nosso povo é vítima de uma forma a mais violenta e a mais assacada possível.

Então, nós esperamos desta Casa, sim! Esperamos desta Casa que nos deem exatamente as regras básicas necessárias para que nós tenhamos a tranquilidade e a segurança de oferecer aos nossos pacientes aquilo que eles necessariamente precisam.

E mais do que isso, Senador Pimentel, Senador Valadares, demais Senadores nesta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que isso: está vindo para esta Casa a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. E aqui se deposita a confiança do povo brasileiro, deposita-se a confiança dos médicos e dos demais profissionais de saúde – pressuponho. Espera-se uma solução consistente, para que não só a retórica nos traga uma saúde eficiente e sustentável, mas que a matéria nos faça executá-la na plenitude das nossas necessidades.

Esta audiência pública, indiscutivelmente, traz à baila uma série de questões. Traz à baila, sim, contradições severas em que se pode resumir que é um conjunto de argumentos frágeis, insustentáveis, que não repousa na mais tênue das provas. Os médicos querem isso ou querem aquilo, mas a maior prova que se tem é uma leitura fragmentada de uma entrevista que teria sido dada por alguém em algum dia. É uma prova que seguramente trafega no terreno pegajoso e pantanoso da insustentabilidade.

E nós não podemos entender que a grandeza democrática desta Casa se valha em pântanos. Ao contrário, entendemos sim que a solidez desta Casa, que tem demonstrado decisões históricas e importantes, que tem demonstrado consistências nas suas decisões, mais uma vez, traga à população brasileira aquilo que ela merece: uma saúde na exata dimensão das suas necessidades, exercida por profissionais competentes que saibam fazê-lo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Tem a palavra o nosso Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, conforme falei no início desta audiência pública, terei que me afastar, lamen-

tavelmente, em virtude de compromisso assumido há mais de um mês, antes da fixação da data desta audiência pública.

Vou ter que me retirar porque o avião, daqui a pouco, sai para Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – V. Ex^a, como relator, tem a palavra a qualquer momento da reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vou me retirar – a minha assessoria vai ficar –, mas vamos acompanhar o vídeo que o Senado grava todas as vezes em que há uma audiência pública. Vou ouvir todos os depoimentos novamente e aqueles que, por acaso, forem prestados após a minha saída, para tirar as minhas conclusões. Não somente os vídeos, mas também pessoas que aqui representam os diversos segmentos da saúde serão ouvidas. Que dizer, as lideranças serão ouvidas, assim como já foram muitas ouvidas. Estarei sempre aberto para o diálogo. Afinal de contas, buscamos um projeto que atenda aos interesses de todas as categorias.

O projeto, como veio da Câmara dos Deputados, é inaceitável. De pronto, já digo que não será o projeto da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Será um projeto em que buscaremos o que há de melhor entre aquele que foi aprovado no Senado e alguns dispositivos que podem ser aproveitados para o fortalecimento de todos os segmentos. Nós não apresentaremos nenhum parecer, nenhum relatório enquanto não conseguirmos convencer a todos qual a melhor saída. A integração, a harmonia é o que nós buscamos, afinal de contas, não queremos nenhum projeto que venha espalhar a cizânia entre segmentos da saúde que, divididos, prejudicarão, primeiramente, os cidadãos brasileiros e cidadãs brasileiras, que não merecem, de forma alguma, que um projeto, uma proposição venha desuni-los.

Não sou médico; sou advogado, sou químico industrial, mas fui relator da primeira proposta aqui na Comissão de Justiça. Na época, realmente, não houve grandes divergências. Fui presidente da Comissão de Assuntos Sociais e a relatora do projeto na CAS foi a Senadora Lúcia Vânia, hoje presidente da Comissão de Infraestrutura. E eu disse a ela: pode passar um ano, dois anos, o tempo que for necessário e, quando a senhora tiver uma proposta consensual, traga-a para mim que eu a coloco para votar. Então, quando ela achou que a proposta já estava condizente com aquele pensamento nosso, ela nos apresentou e colocamos em votação. Na época, realmente, não houve grandes divergências. Mas, quando a matéria passou na Câmara dos Deputados, houve certa radicalização, principalmente por parte dos médicos, ali representados

nas comissões e também no plenário. Isso destoou do espírito de harmonia que nós buscamos aqui no Senado Federal. E esse espírito continua atuante, continua afixado na minha memória, no meu pensamento, porque todas as profissões são importantes. Nenhuma pode sobrepujar outra e arvorar que é a melhor. Todas são boas para todos nós. Eu, como cidadão, preciso do médico, mas também preciso do enfermeiro, preciso do fisioterapeuta, preciso do psicólogo, preciso de todos, como cidadão que tem o direito de ser atendido, de ser assistido em qualquer setor de saúde.

Então, o meu pensamento é este: vamos buscar o máximo possível – acho que 100% é impossível –, mas vamos buscar o máximo para que trilhemos o caminho da integração, da harmonia entre todos vocês que são importantes para os brasileiros e as brasileiras que acompanham esse processo de regulamentação da profissão de Medicina.

Obrigado, Presidente.

Obrigado a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu registro que, no Senado, nós teríamos muitos bons relatores, mas eu diria que nenhum com a tranquilidade, com a experiência e com a dedicação à matéria como V. Ex^a. Portanto, as nossas profissões da saúde, os vários setores fiquem tranquilos, porque o Senado encontrou, na pessoa do Senador Antonio Carlos Valadares, um conhecedor do tema, um Relator que tem muita paciência para ouvir as diferenças, para construir pontes, construir consensos e, ao término, obter um projeto do tamanho do Brasil, um País cuja economia tem crescido muito e que tem resgatado a cidadania, com ascensões sociais significativas. E nós precisamos continuar com essas boas políticas. Quanto melhor a qualidade de vida da nossa população, quanto mais ela se organiza nas suas instituições, mais exigente dos seus direitos ela fica. E a saúde é um dos temas a que todos nós mais nos dedicamos.

Portanto, é com esse olhar que a Comissão de Constituição e Justiça está trabalhando; é com essa visão que o nosso Relator está trabalhando. E queremos chegar a um bom termo para que possamos votar, no Senado, uma proposta que, efetivamente, espelhe esse pensamento. Vamos trabalhar para haver consenso. Se não for possível, construir uma ampla maioria para que, no dia de amanhã, vocês cheguem aqui e digam: “O que foi feito avançou muito. Ainda há alguns pontos possíveis para continuar construindo, e vamos caminhar nesse sentido.”

Portanto, nosso Senador, eu sei da sua agenda – o senhor já havia nos pedido para começar até antes a reunião. Era para começar às 9 horas a seu pedido,

embora tenha sido deliberado para as 10 horas, inicialmente, mas eu tive que passar no Banco Central para um diálogo e, por isso, cheguei às 9h30. Além disso, estava aqui o Embaixador de Cuba, o Ministro de Cuba, fazendo uma visita aos vários Partidos. O seu Partido estava representado pela Senadora Lídice da Mata, que ali representou o PSB. Por isso, nós começamos às nove horas e pouquinho. E o nosso titular, o nosso Presidente da CCJ, o Senador Eunício Oliveira, queria também passar por aqui antes de viajar para Tocantins. Portanto, faça uma boa viagem e bom trabalho! (*Palmas.*)

Com a palavra o Sr. Ricardo Bretas, pelo prazo de até dez minutos.

O SR. RICARDO BRETAS – Agradeço ao Senador José Pimentel a deferência e, ao cumprimentá-lo, cumprimento os componentes da Mesa e os colegas das outras profissões da área de saúde.

Difícil entender um debate em que o contraditório fica presente. Alguém vem aqui à mesa e diz que é necessário consenso, bom senso, tranquilidade, para que as pessoas que necessitam do atendimento na área de saúde sejam o alvo principal de todo esse projeto, quando o próprio projeto é contraditório, quando o próprio projeto cerceia o direito de muita gente.

Acho até, meus colegas, que eles têm razão. São 305 mil médicos: 305 mil cardiologistas, 305 mil hepatologistas, 305 mil oftalmologistas, 305 mil neurologistas; enfim, são 305 mil de cada especialidade, porque o médico pode exercer qualquer uma delas. O que vai ser dos 3 milhões de outros profissionais da área de saúde? O que se nota é um jogo mais ou menos de cena para impor o que já vem acontecendo. Quantos dos meus pares aqui já não foram para a cadeia por exercício ilegal da profissão em que eu me formei, em que vocês se formaram? Quantos?

Onze mil horas de estudo, dentro da área específica, é importante para o médico. Dentro da minha área, na formação específica minha, chegamos, com especializações, a 7,2 mil horas. Será que eu não aprendi nada na escola, ou vocês? Acho que não! Aqui foi dito que o diagnóstico pertence ao médico e, em contraditório, há a Lei nº 6.965, de 1981, Decreto nº 87.218, de 1982, que prevê o diagnóstico para o fonoaudiólogo, que é combatido, sistematicamente, pelo otorrino, porque o otorrino se acha no direito de exercer o diagnóstico do fonoaudiólogo.

Trabalhar com a essência não é trabalhar com o fato em si. A doença existe, mas, antes da doença, existe o bem-estar, que não é visível. Essa situação não é visível! Quando se trabalha a essência, promove-se a saúde e evita-se a patologia, evita-se a doença. Ou será que eu estou enganado? Possivelmente, eu devesse estar esclerosado, porque a gente retorna ao campo medie-

val. Ou, vamos um pouquinho além, um pouquinho antes, quando a medicina era exercida dentro de templos egípcios: existia a casa da vida e a casa da morte, e ali só podiam entrar os que eram ungidos pela graça.

Os tempos são outros. A evolução científica ocorre em todos os níveis e no mundo inteiro. O diagnóstico precoce é inerente a todas as profissões. O tratamento da patologia, se houver – esta, sim, pertence ao médico –, nós nem discutimos. Eu não vou dizer aqui que sou a favor da lei do Ato Médico, porque com o médico eu não tenho nada a ver, eu não sou médico! Eu quero a liberdade do exercício da profissão para a qual eu fui preparado – e aqui foi dito que ela nem regulamentada é, mas a lei de 1932, no seu art. 3º, diz que ela é!

O avaliador primário é aquele que consegue evitar que os hospitais, os sistemas de saúde, em todos os níveis, fiquem abarrotados de gente para ser atendida, quando um avaliador primário pode eliminar esse processo e dar ao médico o direito do exercício da profissão dele: invadir, cortar e medicar, que é o que ele faz!

Eu não me arvo o direito do exercício de invadir, de cortar. Eu não posso nem usar droga diagnóstica para verificar fundo de olho! Enquanto que, nos ambulatórios, nos hospitais, quem faz isso – desculpem-me os enfermeiros – são pessoas despreparadas, nem o auxiliar de enfermagem! Quando se corre o risco de uma crise de glaucoma, está embutido ali que essa pressão deve subir absurdamente porque o diagnóstico tem que ser feito por meio de um processo de paralisação de toda a musculatura acomodativa do olho? O que dizer da terapia ocupacional, por que ela vai existir? Qual o sentido tem isso? Nenhum!

Se o médico já está aí, preparado, e a lei está dizendo que ele pode tudo e eu não posso nada, o que vamos discutir aqui? Nós vamos discutir o regresso à Idade Média, em um processo tecnológico extremamente evoluído, em que você, eu e os profissionais não médicos não temos o direito ao exercício, a não ser sob a batuta de quem não aprendeu aquilo que eu aprendi. Porque onze mil horas de ensino, dentro de uma universidade, com três especializações, não dão o direito ao conhecimento pleno; ele não é dono do saber total. Não é! E tampouco nós somos.

Entretanto, o Dr. Florentino foi feliz ao dizer que quem necessita do trabalho é quem procura. Vou dar um dado estatístico para vocês e acho que ele não pode ser desmentido, dentro da minha área, e eu acredito que na de vocês é a mesma coisa, porque estamos todos no mesmo barco. Aqui, o que a gente pede hoje aos Senadores é que pelo menos observem isso com um pouquinho mais de cuidado, porque senão vão acabar com a saúde pública no Brasil, porque vai ser dado a um único indivíduo o direito de diagnosticar, medicar

e remeter; e eu vou ser obrigado – porque a lei vai impor – a acatar a ordem, porque ela vem por meio de lei, de alguém que conhece minimamente aquilo para o qual eu me formei, para o qual vocês se formaram.

No Norte, no Nordeste do País, inclusive na terra do Dr. Florentino, existe um especialista em Oftalmologia para cada 260 mil habitantes. Mas nós temos 305 mil oftalmologistas! Como falta lá?

Outro dia, em debate no Conselho de Saúde, quando nós colocamos essa situação que deveria ser aceita pelo SUS, porque o nosso trabalho é contribuir, alguém do Conselho Federal de Medicina, que não o doutor aqui presente, disse que o nosso trabalho é de segunda categoria. E assim dizem os profissionais dos Estados Unidos, da Alemanha, da Austrália, do Japão, da China, da Índia, da Colômbia, do Chile, de 183 países do mundo.

Eu não quero tirar o direito ao exercício dele, até porque ele está garantido. No nosso País, isso é cultural. Qualquer indivíduo que se intitule ou que vista um jaleco é chamado de doutor. E o Dr. José Roberto falou que é muito importante a identificação. No meu jaleco, está escrito o meu nome, o que eu sou e a minha especialidade. Eu não me intitulo médico; eu não sou. Médico é ele. E é bom que seja, é bom que ele exista.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO BRETAS – Eu já vou concluir.

Então, parece-me que, pelas palavras do Senador Antonio Carlos Valadares, isso não tem mais alteração, não é possível ter mais alteração. Não sei a que consenso vamos chegar. Mas é importante que esta Casa saiba, porque ela dirige os destinos da Nação, e o que for aprovado aqui vai ser acatado como lei. Se este projeto de lei passar como está, ele vai trazer um retrocesso imenso a todo o processo de saúde.

Volto a afirmar: a saúde não é prerrogativa de nenhuma profissão. Eu promovo saúde quando peço a minha filha para ser asseada, quando dou boa educação, quando eu coloco os meus filhos dentro de um projeto de vida com conceito ético e moral, a que todos estamos apegados. Isso é promover saúde. A doença não me interessa. A doença pertence ao médico. Eu tenho de evitar que ela ocorra. Esse é o meu trabalho. Esse é o trabalho do profissional da área da saúde que não é médico: ajudar a evitar que a doença ocorra para auxiliar o médico e, quando essa doença ocorrer, ele saber aonde ele vai, porque não se pode negar o conhecimento das várias profissões. Foram para a escola fazer o quê? Brincar de cirandinha?

O SR. CID CÉLIO JAYME CARVALHAES *(Fora do microfone.)* – Tem de concluir.

O SR. RICARDO BRETAS – Vou concluir agora, doutor; o senhor não precisa me lembrar.

O SR. CID CÉLIO JAYME CARVALHAES – Precisa, porque o senhor não obedece.

O SR. RICARDO BRETAS – O senhor me dá licença! Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pela ordem.

Há Presidência para conduzir esta reunião e existe Regimento. *(Palmas)*

Portanto, o senhor fique tranquilo. Estou concedendo-lhe mais um minuto para o senhor concluir.

O SR. RICARDO BRETAS – Muito obrigado. Eu já vou concluir.

Então, quando nós fazemos o nosso trabalho adequadamente, decentemente, nós vamos ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem no Brasil, eu e todas as profissões da área de saúde, inclusive a médica. Ouviu, Dr. Cid?

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero registrar que nós, aqui na Mesa, temos o estilo de ouvir, de ser tolerante para que as coisas fluam bem. Exatamente por isso esta Casa, particularmente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem se caracterizado com o estilo de apaziguar, de compor e de ajudar.

Quero registrar, Senador Mozarildo, que o nosso Relator Antonio Carlos Valadares teve de sair um pouco antes em face de compromisso no Estado de Sergipe, e o objetivo nosso, quando aprovamos esta audiência pública por unanimidade, era ouvir os vários setores da saúde do Brasil e, em seguida, subsidiar o nosso relator, a fim de que ele pudesse voltar à CCJ com a sua posição. Então, é uma audiência pública muito mais de ouvir e não para tomar decisão. É com esse objetivo que nós a estamos conduzindo.

Com a palavra o Senador Mozarildo pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, como disse V. Ex^a, como cheguei atrasado e não ouvi as explicações, vou procurar me inteirar, através da minha assessoria, de tudo o que foi dito aqui. Mas, venho acompanhando este projeto desde o seu nascedouro. Acho que, realmente, ele precisa ser aprovado de forma equilibrada como, aliás, é a obrigação de quem trabalha com saúde: dar a dose certa para o problema. Então, entendo que precisamos, de fato, caminhar. Sei que o projeto substitutivo da Câmara é de 2003, Senador. Estamos há mais de uma década trabalhando neste projeto, que precisa realmente ser aprovado e, de uma vez por todas, trazer tranquilidade para todos os profissionais de saúde.

Não é possível, realmente, nós ficarmos em uma situação em que, seja qual for o profissional – seja o médico, seja o enfermeiro, seja o psicólogo, seja qualquer um que trabalhe nessa área de saúde –, fique nessa dúvida de que a lei vai prejudicar esse ou aquele setor.

Quero juntar-me àqueles que, de fato, querem produzir um projeto que seja sadio e bom para a nossa saúde pública.

O SR PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero registrar que o objetivo desta reunião, reafirmo, era exatamente ouvir as várias visões sobre esse projeto de lei, que já tem um acúmulo razoável, mas ainda falta uma série de complementos.

Nós, antes de iniciar a reunião, ainda ontem, conversávamos com o Sr. Relator, o Senador Antonio Carlos Valadares, de que nós precisamos do tempo necessário, sem extrapolar tanto, para que ele possa produzir um bom relatório. E trabalhar muito nesta Comissão, para que a posição fosse unânime. Isso não quer dizer que, no plenário do Senado, teremos a mesma posição, mas o espírito dos Pares, dos membros desta Comissão é assim trabalhar.

Portanto, o objetivo, quando nós definimos esta audiência pública, era exatamente ouvir as várias visões, registrar todas elas. Não desqualificamos nenhuma; todas elas têm a sua contribuição, têm a sua visão, e o papel nosso, aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a partir do parecer do nosso relator, é compor para que possamos chegar ao maior número possível de entendimento e possamos ter, nos próximos 100, 200 anos, uma saúde cada vez mais eficiente, qualificada, que nos permita ter uma vida de melhor qualidade e uma maior longevidade. Enquanto sei que aqueles que trabalham com a estatística da Previdência Social, quando se fala em longevidade, começam a fazer cálculo. É o papel do estatístico, a nossa função é exatamente aquela.

Por isso, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta minutos, do dia quatro de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aloy-

sio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Eduardo Braga, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. A Presidência registra a presença dos Senhores TITO SOUZA DO AMARAL, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); CÉSAR MATTAR JÚNIOR, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e BRUNO DANTAS, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **SABATINAS ITEM 1) Não Terminativo OFICIO “S” Nº 54, DE 2011.** Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** LIDERANÇA PARTIDÁRIA. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Votação secreta. Em 21/09/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado:** **Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, com 17 (dezessete) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. ITEM 2) Não Terminativo OFICIO “S” Nº 55, DE 2011.** Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor JOSÉ BARROSO FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** LIDERANÇA PARTIDÁRIA. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Votação secreta. Em 21/09/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado:** **Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor JOSÉ BARROSO FILHO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, com 8 (oito) votos favoráveis, 7 (sete) votos contrários, 2 (duas) abstenções e 1 (um) voto em branco.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e cinquenta e sete minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 e 2.

ITEM 1

– Não Terminativo -

OFÍCIO “S” Nº 54, DE 2011

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: LIDERANÇA PARTIDÁRIA

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Votação secreta.

Observações: Em 21/09/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

ITEM 2

– Não Terminativo -

OFÍCIO “S” Nº 55, DE 2011

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor JOSÉ BARROSO FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: LIDERANÇA PARTIDÁRIA

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Votação secreta.

Observações: Em 21/09/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Na presente reunião, procederemos às arguições dos indicados, em cumprimento à alínea b do

art. 2º do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta CCJ.

Convido os Srs. Fabiano Augusto Martins Silveira e José Barroso Filho para comporem a Mesa. *(Pausa.)*

De acordo com o Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira para sua exposição. V. S^a dispõe de 10 minutos para sua apresentação, podendo ser prorrogado a critério desta Presidência. Tem a palavra V. S^a.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Eunício Oliveira; Sr. Vice-Presidente, Senador José Pimentel; Sr^{as} e Srs. Senadores que me distinguem com a sua presença nesta sabatina. Eu gostaria de mencionar, ainda, a presença do Dr. César Mattar, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público, por meio de quem cumprimento os demais integrantes do Ministério Público aqui presentes.

Eu não poderia iniciar a minha exposição sem agradecer especialmente aos partidos que subscrevem a minha participação e, portanto, habilitaram formalmente o meu nome para concorrer à vaga do Senado ao Conselho Nacional do Ministério Público. Permitam-me, nesse sentido, mencionar, em sinal de gratidão, o PSDB, o PRB – o Senador Marcelo Crivella está aqui presente –, PP, PR, PSB, PTB, PMN, Democratas, PDT e PMDB. Também faço uma alusão especial à Bancada do Partido dos Trabalhadores pelo convite gentil que me fez para expor ideias, trocar opiniões sobre os problemas e aprofundar os temas relativos ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, sinto-me extremamente honrado por esta oportunidade de expor a minha trajetória, contar um pouco da minha trajetória pessoal e profissional e das razões que me levaram a colocar o meu nome à disposição do Senado Federal.

Sou Consultor Legislativo desta Casa há quase dez anos para as áreas de Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário. Ingressei no Senado por concurso público em 2002. Sou de Belo Horizonte, filho de professores. Tive o privilégio de concluir a graduação, o mestrado e o doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Estive, ainda, como pesquisador visitante na Universidade de Roma em 2006 e 2007. Julgo ter desempenhado as minhas atribuições no Senado com dignidade, com profissionalismo e, sobretudo, com respeito à Instituição e a seus integrantes.

Eu poderia, Sr. Presidente, citar aqui muitos trabalhos dos quais tive a imensa felicidade de participar, mas eu diria que talvez a tarefa mais desafiadora do

ponto de vista técnico-político tenha sido a reforma do Código de Processo Penal.

Fui designado pelo Senado para compor a comissão de juristas que redigiu o anteprojeto e ali travei, Sr. Presidente, contato íntimo com as instituições que compõem o sistema de Justiça, entre elas o Ministério Público. Foi uma oportunidade extraordinária para aprendizagem, para amadurecimento pessoal, e tenho, para mim, que concluímos o processo de forma exitosa, encontramos soluções tecnicamente sustentáveis, mas, principalmente, viáveis politicamente, que culminaram na aprovação do texto.

Eu coloco, rebobinando um pouco a fita, a seguinte questão: o que era o Ministério Público antes de 1988? Ora, tínhamos ali um órgão que era praticamente um apêndice do Poder Executivo e fazia as funções de advocacia pública. O Procurador-Geral da República era demissível a qualquer instante; não precisa compor os quadros da instituição. E a Constituição de 1988 inaugura um novo capítulo na engenharia da República que reinventa uma instituição que viria a desempenhar papel relevantíssimo na democracia brasileira.

Não tenho dúvida em afirmar que nós estamos falando de uma instituição poderosa, robusta, que conta, hoje, com mais de 15 mil membros integrantes, distribuídos nas mais diversas carreiras do Ministério Público, e uma instituição que se afirmou, sobretudo, na defesa dos interesses da sociedade brasileira. Trata-se, pois, de um patrimônio, um verdadeiro patrimônio da democracia brasileira.

Em 2004, com a reforma do Judiciário, surge um novo capítulo que é o Conselho Nacional do Ministério Público. Diria, de forma quase intuitiva e simples, que o papel do Conselho respondia a uma questão intuitiva, simples mesmo. Se o Ministério Público exerce fiscalização sobre os poderes instituídos, a pergunta é: quem fiscaliza o Ministério Público? Para suprir essa lacuna é que foi idealizado o Conselho Nacional, com uma composição eclética. Dos seus 14 membros, oito são oriundos da instituição, seis são quadros externos à instituição. E o Conselho está apenas na sua quarta composição. Isso não é muito no tempo histórico, mas creio que hoje ele já dispõe de todas as condições para decolar, para alçar voos mais ambiciosos, tendo em vista que já dispõe de quadro pessoal próprio e autonomia orçamentária, considerando a aprovação por esta Casa da Lei nº 12.412 neste ano.

Se estamos falando dos representantes do Conselho Nacional do Ministério Público, o que se espera de um membro, de um integrante desse órgão colegiado e, de modo particular, o que se espera desse representante que está lá para, digamos, trazer um ponto de externalidade, trazer um olhar diferenciado,

que não pertença, não guarde vínculo de corpo com a instituição?

Ora, em primeiro lugar, não poupe esforços no sentido de estreitar relações entre a instituição e a sociedade. Isso se faz, senhoras e senhores Senadores, sabendo ouvir, exercendo um olhar crítico sobre a instituição com espírito construtivo. Não permitir que a instituição incida nos vícios da auto-referência, tampouco da auto-suficiência.

É preciso lembrar que foi justamente essa abertura para a sociedade que permite... A Constituição permite que qualquer pessoa dirija uma reclamação ao Conselho Nacional do Ministério Público contra qualquer um de seus integrantes. É justamente essa abertura que representa o fundamento para a criação e para a própria existência do Conselho. Não podemos nos afastar desse pressuposto.

Portanto, cabe a esse representante afinar as ferramentas de interação entre a sociedade e o Ministério Público. Isso significa que a instituição deve continuar apostando em ferramentas como audiências públicas, reuniões com organizações não governamentais, encontros comunitários, atendimento especializado a populações carentes ou grupos socialmente vulneráveis, aprimorar o sistema de ouvidorias do Ministério Público. Ou seja, a atividade ministerial deve ser compreendida essencialmente como serviço público. E o serviço público – nós sabemos bem – é mais bem prestado, prestado com maior qualidade, com mais eficiência à medida que consegue ser descentralizado, chegar aos seus usuários de forma descentralizada, racionalmente planejada.

Mas uma segunda expectativa gira em torno desse representante, que é, a meu ver – eu digo isso, Sr. Presidente, com honestidade intelectual, sem meias-palavras, com todas as letras – a seguinte: cabe a esse representante evitar ou tentar evitar que predomine no Conselho e no Ministério Público de um modo geral uma lógica possivelmente corporativa.

Portanto, cabe aos conselheiros de um modo geral, mas especialmente a esses conselheiros que não guardam vínculo de corpo com a instituição, atuar firmemente na questão disciplinar. Isso significa, Sr^{as} e Srs. Senadores, confirmar a competência originária do Conselho para julgar e processar as reclamações que lhes sejam dirigidas.

Não pode o Conselho – com todo o respeito aos que pensam diferentemente, esta é a minha modesta opinião – ficar a reboque das corregedorias locais. Não pode o Conselho depender da manifestação prévia das corregedorias locais, como se estivesse sujeito a uma cláusula de dependência.

Deve o Conselho assumir as suas responsabilidades, afirmar a sua autoridade no que diz respeito à matéria disciplinar. Isso não exclui, evidentemente, o trabalho de cooperação, de coordenação entre o Conselho e as corregedorias locais. Deve o Conselho apoiá-las, dotá-las de instrumentos, cobrar celeridade, provocá-las, avocar processos disciplinares em curso quando necessário, rever as suas decisões, mas, repito, não pode em todo caso o Conselho subordinar-se ou condicionar-se à manifestação prévia dessas corregedorias.

Eu trouxe alguns números, Sr^{as} e Srs. Senadores. A atividade do Conselho é tão importante porque, a partir de 2009, quando houve um incremento do número de inspeções *in loco* e de correições, nós percebemos que as corregedorias aumentam significativamente o número de procedimentos disciplinares instaurados. De 1.000, em 2008, para 1.130 em 2009, para 6.000 procedimentos. O número de penalidades aplicadas sobe de 37 para 52, chegando a 2010 em 75. O Conselho aplica diretamente dez penalidades. Não estou ainda examinando a relação, a equação, entre número de procedimentos instaurados e penalidades. Em todo o caso, houve um incremento desses procedimentos, e me permitam aqui – aliás, sinto-me no dever – chamar a atenção para dois problemas que devem ser rapidamente equacionados cedo ou tarde, melhor que seja cedo, que são a previsão de prazos prescricionais muito exíguos e a falta de uniformidade no que diz respeito à legislação disciplinar, considerando que o Ministério Público não goza de um estatuto único, ao contrário da magistratura, por exemplo.

Eu enfatizei, sublinhei, a importância da matéria disciplinar na agenda do Conselho, mas não poderia deixar de dizer que há outros compromissos e horizontes ao alcance do Conselho, como por exemplo: o Conselho deve ser compreendido como um espaço de difusão, de fomento de boas práticas de gestão. A última composição fez um esforço considerável no sentido de conceber um plano estratégico nacional, com metas de produtividade para as áreas meio e para a área fim. E também o que eu sinto, Sr. Presidente, é que o Conselho precisa ainda caminhar com passos mais seguros, mais firmes no que diz respeito a um diagnóstico, a um mapa da produtividade, dados mais consistentes no que diz respeito à produtividade – número de denúncias, número de inquéritos, número de ações civis públicas apresentadas, para que possamos medir a produtividade dos Ministérios Públicos de todo o País.

No ano passado, já foi feito um primeiro levantamento, encaminhado inclusive à Senhora Presidenta da República, mas não há sequer ainda nomencla-

turas unificadas, ou agora é que se começam a criar nomenclaturas unificadas para conhecer as ações e manifestações do Ministério Público por todo o País.

Eu gostaria de chamar a atenção ainda para o fato de que o Conselho deve engajar-se ainda mais no que diz respeito à questão da morosidade da Justiça. Há um número impressionantemente alto de inquéritos policiais não concluídos que se referem à tentativa de homicídio e homicídio consumado sem identificação de autoria. É uma tragédia nacional. O mapa da violência diz que apenas 8% dos crimes contra a vida são resolvidos no Brasil. Desde maio deste ano, quando esse primeiro levantamento foi feito, até hoje, 15 mil inquéritos já foram encaminhados, e houve apresentação de denúncias com relação a aproximadamente 16% desses casos. Portanto, há um número alto ainda de arquivamentos, que é um dado preocupante, sobre o qual devemos ter um olhar bastante atento.

Sr. Presidente, eu colocaria ainda uma questão fundamental a ser enfrentada no médio e no longo prazo, e o Conselho pode despertar uma nova mentalidade no Ministério Público brasileiro. O Ministério Público brasileiro está voltado muito hoje para uma cultura, para uma mentalidade da litigância, da resolução judicial dos conflitos. Isso tem um custo, um custo de tempo, um custo às vezes de descontinuidade para os serviços prestados à população, paralisação de obras. Ora, e que leva, muitas vezes, ao acirramento das posições. E é esse acirramento do terreno fértil para, inclusive, em alguns casos, testemunharmos ações precipitadas, ações temerárias, ações mais voltadas para a mídia, para o espetáculo e menos para a realização da justiça.

Ora, o Conselho, como eu disse, pode despertar uma guinada paradigmática no Ministério Público para que tenhamos um Ministério Público mais conciliador. Eu digo isso porque acredito nisso. Acredito nisso porque estive na CPI da Pedofilia e vi que, quando chamamos o Ministério Público e as autoridades envolvidas, conseguimos resultados extraordinários para a resolução de problemas com a Google, com as teles, com operadoras de cartão de crédito.

Portanto, acredito que devemos plantar essa semente para ter um Ministério Público que trabalhe uma perspectiva mais negocial, que postule resultados mais duradouros, mais estáveis.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, o tempo é exíguo, as questões são muito abrangentes. Eu me coloco à inteira disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores para os aprofundamentos e questionamentos que entenderem oportunos e necessários.

Eu quero concluir, dizendo que me vejo, com humildade, em condições de desempenhar um trabalho decente no Conselho Nacional do Ministério Público,

à altura das tradições e das expectativas do Senado Federal. Não poderia deixar de concluir, portanto, sem pedir... Eu quero pedir o apoio a cada um das Sras e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Fabiano.

Concedo a palavra, também por dez minutos, ao Dr. José Barroso Filho. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Exm^o Sr. Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira, Srs. Senadores, Dr. Fabiano, meus cumprimentos.

As minhas primeiras palavras são de agradecimento aos líderes partidários, nominalmente à Senadora Marinor, do PSOL, ao Senador Eduardo Amorim, do PSC, e ao Senador Gim Argello, do PTB, que confiaram na minha proposta e subscreveram a minha indicação, que me permitiu estar perante V. Ex^{as}.

Não posso negar que é um momento de emoção. De todas as bancas a que me submeti na vida – isso vai desde meu primeiro emprego, como operador de computador na antiga Processa, uma empresa do Banco Econômico, passando por representante técnico da Itaotec, estagiário, advogado, promotor, juiz de Direito, juiz federal, a própria banca a que me submeti na ONU para o cargo de juiz internacional, este momento é muito especial, porque estou perante o Senado do meu País, pleiteando a honrosa indicação desta augusta Casa para um órgão tão importante como é o Ministério Público.

Embasando a minha proposição, trago, primeiramente, o meu histórico de vida. Já consta, no meu currículo, que comecei a minha atividade profissional como operador de computadores – fui representante técnico –, depois, advogado, promotor de justiça, juiz de direito no Estado de Pernambuco, onde exerci também a função de juiz eleitoral, por cinco anos, juiz de Direito no Estado de Minas Gerais, juiz auditor da Justiça Militar. E, nessas passagens todas, eu tive a aventura de experimentar as diversas realidades neste País continente. Já atuei nas cinco regiões do País.

Fora isso, eu trilhei um trajeto na vida acadêmica. Sou professor universitário. Tenho alguns cursos de especialização, tenho mestrado, já concluí créditos do doutorado em gestão pública, com tesina já aprovada. Na área associativa, faço parte da AMP, fui gestor da AMP na gestão passada, fiz parte da comissão de direitos humanos da associação, fui presidente da minha associação, e coordenei a Frentas, que é a frente associativa que congrega as associações de magistrados da União e Ministério Público.

O mais relevante de toda essa vivência é colocar essa experiência em prol do Ministério Público.

E, para tanto, sendo objetivo, dada a exiguidade do tempo, trago a V. Ex^{as} o objetivo geral de atuação no Ministério Público. Alcançar unidade, indivisibilidade, fortalecimento, eficácia e visibilidade necessários à modernização do Ministério Público por intermédio de ações planejadas e coordenadas. É fundamental que estejamos a perseguir objetivos em prol da cidadania, que nós tenhamos em meta planejamento estratégico e execução.

Basicamente, existe uma tríade para uma boa gestão: planejamento e gestão estratégica, reordenação no âmbito da própria organização, e o veio orçamentário para que tudo isso possa ser implementado.

Então, em termos objetivos. Objetivos gerais do plano de trabalho: fortalecimento dos mecanismos de efetivação de políticas públicas e modernização da gestão. Três linhas principais de ação: a instituição do código de ética do Ministério Público, a criação dos conselhos comunitários de desenvolvimento a exemplo, com a experiência que eu concebi, dos centros integrados de desenvolvimento regional, e aperfeiçoamento do planejamento de gestão estratégica.

Em termos específicos. No código de ética do Ministério Público basicamente deve ser traduzido um compromisso institucional com excelência na prestação do serviço público de distribuir justiça e fortalecer a legitimidade do Ministério Público. É fundamental para o Ministério Público cultivar princípios éticos, pois lhe cabe também função educativa e exemplar de cidadania em face dos demais grupos sociais.

Aqui não é estabelecer puramente um estatuto disciplinar; mas estabelecer, como diz a ética, uma linha de conduta voltada ao bem comum. Para isso, temos alguns princípios a serem seguidos: independência, imparcialidade, transparência, integridade pessoal e profissional, diligência e dedicação, cortesia, prudência, sigilo profissional, conhecimento, capacitação, dignidade, honra e decoro. Então indicar caminhos e sobretudo evitar abusos por parte dos membros do Ministério Público. Aproveitando dados expressos pelo Dr. Fabiano, posso dizer que 75 penalidades foram aplicadas a membros do Ministério Público. Estamos falando de um universo de 16 mil promotores e procuradores. Então a imensa maioria se porta com retidão. O que precisamos são de planos de ação para que, cada vez mais, o Ministério Público chegue perto da população e atinja seus objetivos.

Em linhas gerais, essa aproximação da população é, na visão que trago para os senhores, dos projetos dos conselhos comunitários se deve a uma abordagem, ou minha experiência que trago da região Norte.

Eu, apesar da vara de que sou titular ter sede em Manaus, eu, por dever ético, tenho que conhecer

a realidade do que vou julgar; então fiz questão de conhecer todo o interior não só do Amazonas, a minha região engloba a Amazônia ocidental, que é Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Então fui ao interior, conversava com o cidadão, perguntava sobre saúde, educação, planos de vida, para saber qual era o pano de fundo dos processos. Nisso surgiu a formatação de um projeto dos centros integrados que otimiza as políticas públicas em relação a saúde, educação, apoio agrícola e justiça também. Muito me motivou fazer esse projeto que foi encampado pela própria Presidência da República, pelo próprio Ministro Nelson Jobim, pelo Ministro Mangabeira Unger e pelo Ministro Patrus Ananias, que lançaram o projeto. Em depoimentos como esse que colhi no interior do Amazonas, vejam a sabedoria do caboclo amazonense.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

Foi pensado, esse projeto dos centros integrados, que, basicamente, visa a implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia Ocidental calcado na valorização de potencialidades locais nessas áreas de saúde, educação, inclusão digital, apoio técnico agrícola e acesso à Justiça, fortalecer a inclusão social e a cidadania e viabilizar a atividade de produção sustentável com inovação tecnológica, estimulando a geração de empregos e o aumento da segurança alimentar, melhorando a utilização de áreas já abertas e o uso múltiplo da floresta em bases sustentáveis.

Esse é o mapa estratégico do projeto. Os objetivos gerais já foram enunciados, os específicos tocam a área de saúde, inclusão digital, ensino, telemedicina, acesso à Justiça, apoio técnico agrícola e formação cívica.

Eu fiz esse adendo aí embaixo de fotos de crianças das comunidades que visitei e que eu denominei como objetivos especiais desse projeto.

Em linhas gerais, o projeto é concebido em três cadernos. Um caderno geral de princípios e valores, o Caderno 2, onde temos os desdobramentos estratégicos em cada área, e o terceiro, que é o desdobramento tático operacional.

Os princípios e valores são aqueles já enunciados. Nos desdobramentos estratégicos nós temos ações de combate à pobreza, desenvolvimento sustentável, agricultura, abordagem sobre a questão logística, regularização fundiária, infraestrutura em diversas áreas.

Basicamente, além de ações pontuais, nós temos a constituição de três grupos de trabalho: em relação à infraestrutura, comunicações e meio ambiente.

No Caderno 3, só para se ter um exemplo, dada a exiguidade de tempo, cada módulo desses gera um módulo operacional. Eu trago apenas um módulo para os senhores terem uma ideia de como é concebida a execução.

Nós temos uma descrição do modelo conceitual, onde estão todos os atores do sistema, a ambiência do projeto – na verdade, são oito Estados –, a arquitetura sistêmica, como são os processos dentro desse projeto, a tecnológica, que são os meios empregados, e isso tudo vai servir de base para a instituição dos conselhos comunitários de desenvolvimento, que, na minha visão, pode ser uma linha institucional do Ministério Público, por intermédio do seu órgão de gestão estratégica.

Essa criação dos conselhos segue a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que é uma política do Governo Federal e que delimita as áreas de atuação, dividindo em baixa renda, estagnadas, dinâmicas e alta renda.

Focando exatamente no eixo estratégico de atuação do Ministério Público brasileiro, temos como objetivos gerais defender interesses individuais indisponíveis e homogêneos, defender interesses difusos e coletivos, intensificar ações de combate à macrocriminalidade e controle da atividade policial, assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, assegurar políticas e práticas ambientais sustentáveis e defender o patrimônio público.

Ações a serem implementadas. Citando os tópicos, na área de planejamento: excelência na atuação administrativa do MP, otimizando procedimentos na área de licitação, contratos, logística, comunicação, essa parte de gestão administrativa; um padrão de excelência nas organizações, pois precisamos ter procedimentos padrões, afinal falamos de um sistema; programas de gestão documental, como tratar os documentos e, sobretudo, como tratar a informação dentro do sistema MP; uma central de atendimento ao cidadão, pois o Ministério Público tem que se aproximar mais, cada vez mais da cidadania, e, para que isso tenha possibilidade de efetivação, uma metodologia de captação de recursos extraorçamentários – atuação e apresentação de projetos existentes no PPA, atuação junto aos Parlamentares na LOA. É preciso criar situações, não ficar só reclamando da escassez de recursos. É preciso buscar apresentação de projetos a outros organismos nacionais e internacionais.

O Ministério Público tem que chegar mais próximo das comunidades, sobretudo das mais carentes. Esse é o objetivo desse item do Ministério Público nas comunidades.

Relacionamento institucional. Isso tem que ser apurado. Ainda vivemos com ilhas que não se comunicam como deveriam.

Integração com o Poder Legislativo. Aí trago um compromisso, se eu tiver a honra de ser o representante desta augusta Casa no Conselho, de estreitar essas relações com o Poder Legislativo. Basicamente,

nestes meses em que eu estive aqui conhecendo a Casa e tentando me fazer conhecido por esta, trago a experiência, por exemplo, de uma audiência pública na Comissão de Saúde, onde se discutia a terceirização do serviço de saúde, em um determinado hospital de certo Estado, onde fácil foi se vislumbrar a atuação do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, uma vez que envolvia verbas federais, e do Ministério Público estadual. Então me proponho a ter um acompanhamento diuturno das pautas do Congresso, afora esse canal aberto, afinal, estou pretendendo ser representante desta augusta Casa.

Na área de aperfeiçoamento institucional, plano de capacitação. Criação de um *data center*, de uma rede de comunicação, o que é um fator primordial para a autogestão e redução de custos. Sistema de acompanhamento processual também eletrônico – tentar evitar o papel. Sistema de gestão administrativa.

Na área de execução penal, atuar junto aos estabelecimentos penais fiscalizando e tentando fazer cumprir as normas nacionais e internacionais.

Infraestrutura dos órgãos de execução. Tentar padronizar por entrância, por Estado, por região as condições mínimas de atuação de cada promotoria, de cada procuradoria. Isso é instrumento de gestão do sistema.

Criação de Procons. Uma especial atenção ao direito do idoso, de pessoas com deficiência, direito à saúde, velar pela atuação proativa e consequente das fundações. Sistema de monitoramento em relação à Loas, assistência social, e também em relação à criança e ao adolescente.

Estou citando os tópicos, mas tive o cuidado de distribuir a V. Ex^{as} o detalhamento de todas essas ações.

Na área criminal, gestão integrada de inquéritos policiais. E aí vem um ponto nevrálgico em relação à atuação do sistema, não só MP, mas do sistema de persecução penal. Em relação a crimes de homicídio, vou tomar só este como exemplo, nós temos que apenas 8% dos inquéritos chegam efetivamente à autoria, ou seja, se nós tivermos um homicídio com confissão ou com testemunhas, há chance de que nós tenhamos a autoria cristalizada no inquérito. Sem testemunhas, sem exame técnico, estamos fadados ao arquivamento por falta de provas.

Só para dar um dado em relação à Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, os inquéritos instaurados até 2007 deveriam ser concluídos. Isso levou a uma recente estatística em relação, por exemplo, ao Estado do Rio de Janeiro. Lá 96% dos inquéritos de homicídio foram arquivados por falta de provas. Existe algum culpado em relação a isso? É o Ministério Público? É a polícia? É a falta de gestão, a

falta de estrutura do sistema, porque o inquérito vem vazio da polícia, o Ministério Público pede diligência, a polícia não tem condição de cumprir, volta vazio para cumprir a meta e o promotor arquiva.

Então a questão é sistêmica e não pontual de apontar para esta ou aquela instituição. É ter esse engrandecimento de construir uma sinergia para que o sistema realmente melhore. Então, temos uma série de providências em relação ao homicídio, como eliminar essa subnotificação. Muitas vezes o homicídio é tratado como resistência seguida de morte. Encontrou-se um corpo, temos que unificar essa denominação, estabelecer rotinas de acompanhamentos mensais. São 17 providências a serem tratadas que trago para a apreciação de V. Ex^a, muito baseadas na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, a chamada Enasp, na Encla, que é Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro

E temos, por exemplo, que efetivar ou incrementar para que os magistrados possam usar dos meios audiovisuais. O processo agora tem de ter um formato diferente para ser mais efetivo. Então, só cito esse item 24, que é a utilização de recursos audiovisuais e videoconferência. Para tanto eu trago rapidamente o exemplo de um processo eletrônico que é utilizado no âmbito da Justiça Militar da União.

Nós temos todas as peças do inquérito em meio digital. Podemos buscar a denúncia ou os termos aplicados no processo, mas sobretudo também gravar as audiências. Essa é a audiência de um processo de 2008. Isso faz parte do arquivo geral do processo eletrônico, que permite uma maior celeridade tanto na eliminação de redução a termo quanto na própria análise por parte do desembargador ou do ministro que venha a conhecer de um eventual recurso.

Seguindo, nós temos também o recurso da teleaudiência. Nesse caso específico, só para exemplificar a V. Ex^{as}, é uma teleaudiência num processo criminal. O juiz está em Manaus, o réu e uma testemunha estão em Porto Velho. Nós temos um link aberto com São Paulo e outro link aberto com Brasília. Isso reduziu enormemente o tempo do processo. Tem toda a gravação.

E, finalizando, Sr. Presidente, uma atuação firme na área do meio ambiente e urbanismo. O Ministério Público pode atuar muito na confecção e na elaboração dos planos diretores, porque muitas vezes o urbanismo pode ser um fator de pacificação, mas também pode ser um fator crimínogeno. Basta que se tenha, por exemplo, uma melhor iluminação pública, mais áreas de lazer, vias de acesso que permitam não só passar um camburão, mas que passe a ambulância, que passem serviços públicos. Isso é atuar em segu-

rança pública e só vai acontecer se nós tivermos um eficiente plano diretor.

Nós precisamos valorizar as ações coletivas. Temos milhares de ações que por vezes têm uma base única. E também na efetivação dos direitos, tentar reduzir essa multiplicidade de registros. Nós temos RG, CPF, título de eleitor, etc. E podemos propor, junto com o Congresso, uma unificação desses registros.

Senhores, eu finalizo com uma personalidade que faroliza todo esse projeto, que é o Senador Darcy Ribeiro. Diz ele:

Fracasei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui; tentei salvar os índios, não consegui; tentei fazer uma universidade séria, e fracasei; tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente, e fracasei. Mas os fracassos são as minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.

E esse ícone da cidadania, já no seu leito de morte, na sua última entrevista, me passou uma mensagem, e passou a todos os senhores, que nos dá força para seguir esse caminho em frente.

Já com a voz trêmula, disse o Professor Darcy Ribeiro: “Não desanimem. Este País tem jeito.”

Muito obrigado e fico à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. José Barroso Filho.

Registro aqui com prazer as presenças do Dr. Tito de Souza Amaral, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP; Dr. Cesar Mattar Junior, Presidente da Associação Nacional dos Membros do MP, Conamp; e Dr. Bruno Dantas, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, CNJ.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem para o Dr. Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado pelo doutor.

Sr. Presidente, cabe a questão de ordem com fundamento no art. 403, do Regimento Interno, combinado com o art. 101, inciso VII, § 1º, e art. 48, inciso III. Cabe a esta comissão analisar a constitucionalidade das indicações. Esta questão de ordem é levantada, mesmo tendo em conta a capacidade e a competência do Dr. José Barroso Filho, juiz auditor de Justiça Militar Federal, a quem rendo minhas homenagens. Mas cabe à Comissão de Constituição e Justiça, antes de decidir sobre o mérito da sabatina, cabe a esta comissão discutir, debater e decidir se a indicação do Dr. José Barroso Filho se apresenta como constitu-

cional. Penso que ela seja inconstitucional e passo a argumentar agora.

O artigo da Constituição que cria o Conselho Nacional do MP, aliás, como fez com o Conselho Nacional de Justiça, Emenda Constitucional 45, busca trazer uma pluralidade de pensamentos nesses conselhos. Muito bem. O Conselho Nacional do MP é composto por 14 membros, sendo 8 membros do MP, dois cidadãos indicados um pela Câmara e um pelo Senado, dois magistrados e dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Sua Excelência o Dr. José Barroso Filho, como está escrito em sua identificação, é juiz auditor da Justiça Militar Federal. Sua indicação poderia ser mais bem apresentada dentre os dois membros da magistratura, sob pena de nós retirarmos do CNMP a vontade que o legislador constituinte derivado expressou no artigo 130, ou seja, fazer com que cidadãos – não que o magistrado não seja cidadão – mas a ele estão reservadas duas vagas: uma por indicação do STF, outra por indicação do STJ. A ideia do CNMP é justamente trazer a pluralidade de pensamentos no momento de sua atuação. Dessa feita, penso que a indicação se apresenta como inconstitucional, e, a meu juízo, a indicação; não estamos discutindo ainda a sabatina porque, na sabatina e por vontade do legislador constituinte originário, se discute se se encontram presentes os requisitos para compor o conselho. Até entendo que o Dr. José Barroso Filho apresenta os requisitos constitucionais. No entanto, a indicação se encontra como inconstitucional. Dessa feita, esta questão de ordem se apresenta como prejudicial à própria votação. Assim, penso que esta comissão tenha que decidir a respeito da constitucionalidade ou inconstitucionalidade desta indicação.

Cito um único exemplo. Imaginem a seguinte situação: temos oito membros do MP no Conselho Nacional do MP, oito membros. Digamos que os membros do MP desejem aumentar a sua cota de participação no Conselho Nacional do MP. Um membro do MP é indicado pelo Senado, um membro do MP é indicado pela Câmara nessa escolha dos cidadãos. Nós já teremos 10 membros do Ministério Público no Conselho Nacional do MP. Isso é possível? Em tese é possível, se fizermos uma interpretação apenas gramatical no que está escrito no artigo 130 da Constituição. Dez. Agora vamos mais além. A Ordem dos Advogados poderia indicar membros do Ministério Público? Há uma interpretação desarmada: o artigo 130 afirma que a Ordem deve indicar advogados. Mas há membros do Ministério Público que são advogados por exceção expressa do artigo 18, § 6º, do Ato das Disposições Transitórias. Há membros do Ministério Público Federal que advogam, têm carteira da Ordem. Aí os membros do Ministério

Público não seriam mais oito; seriam 10. Não seriam mais 10, seriam 12 no Conselho Nacional do MP. Portanto, nós teríamos lá no Conselho Nacional do MP 12 membros do Ministério Público, o que, de alguma forma, retiraria este poder que a Constituição deu ao cidadão para controlar os atos dos membros do Ministério Público e também dos membros da magistratura.

Desta feita, penso que aqui nesta questão de ordem, temos de decidir, e a Comissão de Constituição e Justiça, penso, salvo juízo diferente de V. Ex^a, é o local apropriado para que isso seja feito, porque o art. 48 diz que temos de discutir as questões constitucionais, inclusive no tocante à indicação. A sabatina é feita no tocante aos requisitos constitucionais para que este cidadão possa exercer o cargo. Expresso mais uma vez o meu respeito ao Dr. José Barroso Filho, a S. Ex^a, José Barroso Filho, mas o nosso respeito maior deve ser à Constituição da República. Penso que a indicação de um magistrado para a vaga de cidadão ofende a Constituição da República.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores membros do Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. José Barroso Filho, Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, o Senador Pedro Taques levanta uma questão de ordem de uma matéria que já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal. No Supremo Tribunal Federal, o Mandado de Segurança nº 26.715 teve como Relator o Ministro Celso de Mello; quando o Partido Progressista, na Câmara dos Deputados, indicou um membro do Ministério Público para o cargo de cidadão, houve um mandado de segurança, e ele deu a liminar afirmando que a indicação de um membro do Ministério Público na vaga da Câmara destinada aos cidadãos, entre aspas, “*causaria ruptura da relação de proporcionalidade constitucional entre os membros componentes do Conselho Nacional do Ministério Público*”. Essa matéria não foi julgada – veio a liminar e depois foi julgada prejudicada – por uma razão simples: o membro indicado não foi escolhido pela causa, e o mandado de segurança perdeu o objeto.

Então, o que estamos decidindo aqui: que a Constituição já deixa claríssimo que não são três os membros da magistratura que compõem o Conselho Nacional do Ministério Público; são dois. Assim como não são nove os membros do Ministério Público; são oito, e assim por diante.

Quer dizer: é uma matéria das mais delicadas, porque o Dr. José Barroso Filho foi indicado regimen-

talmente por indicação de partidos políticos com representação na Casa. Então, não é nenhum desrespeito a esses partidos políticos, mas o fato é que é inconstitucional a indicação dele. No único caso decidido pelo Supremo, a única liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal, foi dito, lá em relação ao Ministério Público...aqui, embora do mesmo Conselho, em relação a um magistrado. Mas nem um magistrado, nem um membro do Ministério Público pode extrapolar esse limite reservado aos cidadãos.

“Ah, mas o magistrado não é um cidadão?”

É óbvio que é um cidadão, mas, se formos interpretar gramaticalmente, como disse o Senador Pedro Taques, dá a impressão de que qualquer pessoa que detenha notável saber e reputação ilibada possa ir para um desses conselhos. Mas, se fizermos uma interpretação mais sistemática, como chegou a fazer o Ministro Celso de Mello nesse mandado de segurança, fica óbvio que não podemos desequilibrar essa representação porque ela é cara. Senão, vamos ter alguém ali com um número maior de representados, que é evidentemente contrário à decisão do legislador que fez a reforma do Poder Judiciário e criou o Conselho Nacional de Justiça, bem como o Conselho Nacional do Ministério Público.

Portanto, Sr. Presidente, entendo, até para evitar maiores constrangimentos, porque essa questão pode novamente ser atacada no Supremo Tribunal Federal, que a Comissão de Constituição e Justiça devesse dar provimento – V. Ex^a com esse poder que tem, em face do art. 48, inciso VIII – e declarasse inconstitucional a indicação do Sr. José Barroso Filho, embora reconhecendo o seu notável saber jurídico e a reputação ilibada, porque isso desequilibraria, feriria a proporcionalidade estabelecida no art. 130-A da Constituição Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, Senador Demóstenes, eu fico numa dúvida terrível pelas argumentações de V. Ex^{as}, porque realmente a Constituição diz, no seu art. 130-A, que vou passar a ler para os demais membros desta Comissão:

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (EC nº 45, de 2004)

I – o Procurador-Geral da República, que o preside;

II – quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III – três membros do Ministério Público dos Estados;

IV – dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

A indicação aqui do Dr. José Barroso Filho é uma indicação do Senado Federal. Então, se a indicação viesse do Supremo Tribunal Federal, ele já haveria indicado, e não existiria mais a vaga para ser indicado.

O Senado Federal e os partidos políticos indicam o Dr. José Barroso Filho não como juiz auditor, mas indicam o Dr. José Barroso Filho como cidadão comum, cuja vaga cabe ao Senado Federal.

Portanto, eu não tenho, neste momento, condição, embora o art. 130-A seja claro ao estabelecer que a indicação é do Senado... E o questionamento feito por V. Ex^{as} é em relação a se o Senado, ao fazê-lo, cometeu uma inconstitucionalidade ou não. Eu entendi como sendo esta a questão: uma inconstitucionalidade ou não. O Senado pode indicar dois cidadãos de saber jurídico, e, obviamente, um juiz tem que ter saber jurídico. Agora, a controvérsia é em relação à questão de ele ser juiz, só que o Senado o está indicando, neste momento, como cidadão de ilibada conduta, pelo menos é o que o Senado está afirmando e os partidos políticos que o indicaram. Ele está na posição do item VI e não na condição do item IV, conforme determina o art. 130-A da Constituição Federal.

Portanto, eu não tenho condições aqui de deferir a questão de ordem de V. Ex^a em função de o próprio Senado ter absorvido a indicação como cidadão e não como juiz. Entendo até que há um vício de origem na indicação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a entende isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Entendo isso, sim. Entendo que o Senado deveria ter tido, ao indicá-lo, com todo o respeito ao Dr. José Barroso Filho, o cuidado de não indicar alguém que, pela composição do art. 130-A, pode efetivamente desequilibrar, mas eu não tenho condição nesse momento de deferir a questão de ordem de V. Ex^a. Esse questionamento poderia ter sido feito no dia da leitura, para que tivéssemos tempo de fazer uma análise de profundidade.

Eu vou dar sequência a esta reunião, obviamente recebendo a questão de ordem de V. Ex^a para análise em futuros casos. Neste caso já há uma indicação do Senado Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu respeito a decisão de V. Ex^a. É realmente uma decisão difícil. Veja que o Supremo só se manifestou uma vez numa questão liminar. Mas, ao mesmo tempo, recorro para o plenário da decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Obviamente será encaminhado...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, é para o plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ao plenário da Comissão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É, ao plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a recorre ao plenário da Comissão. Então eu vou submeter o recurso de V. Ex^a.

V. Ex^a é Líder, tem direito de fazer o recurso. E eu submeto o recurso de V. Ex^a. Obviamente, é regimental. Eu submeto democraticamente.

V. Ex^a há de convir que, embora esta Presidência concorde em parte com os argumentos de V. Ex^a, se há um erro de origem não é desta Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é desta Comissão nem desta Presidência. Não estamos ferindo aqui o art. 130, “a”, da Constituição Federal.

A indicação anterior... No dia da leitura poderia ter sido feito esse questionamento para termos prazo para essa análise e até para que o próprio Senado pudesse reanalisar a indicação, com todo respeito às qualificações do Dr. José Barroso.

Obviamente, ao se sentar no Conselho, ele vai se sentar, se foi indicado e escolhido, como representante do Senado e não como juiz. Por isso submeto, então, o pedido de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de submeter ao plenário, eu gostaria de ouvir o Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não sei por que eu quero chamar todo mundo de doutor hoje. Não sei se é porque eu tinha uma consulta médica, e terminei não indo.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente querido, eu não posso deixar de concordar com Demóstenes e Pedro Taques. Acho até que

me colocaria, como político, numa situação tranquila, porque são dois candidatos extraordinários, dois candidatos cujo currículo, cujo saber jurídico e cuja apresentação impressionaram.

Achava que, de repente, José Barroso poderia estar muito mais qualificado para o Conselho Nacional de Justiça e não seria obrigado a decidir entre um e outro.

Há uma decisão do Supremo. Nós não podemos contrariar. Mas há também uma decisão do Presidente da minha Comissão.

Como ele decidiu, o Presidente que eu elegi, eu também gostaria de prestigiar o Presidente da minha Comissão. Essa é a minha posição. Quer dizer, embora concorde plenamente com Demóstenes e Pedro Taques, acho que nós, o Senado Federal não pode quebrar o equilíbrio constitucional do Conselho Nacional de Justiça. Não pode quebrar. Nós devemos prestar atenção nisso nas próximas indicações, inclusive falar com os candidatos.

Eu vi a peregrinação de José Barroso Filho aqui. Foi comovente. Ele andava por este Senado para cima e para baixo, conversava com todos os Senadores, com partidos. Ele fez uma campanha extraordinária que nos comoveu a todos.

Eu gostaria de dizer que o Presidente da minha Comissão tomou uma decisão, eu senti que ele hesitou, que ele realmente achava também, como eu, que o processo, a indicação dos partidos foi desavisada, não devíamos tê-la feito. Agora, eu não gostaria de desprestigiar o Presidente da minha Comissão, mas agradeço muito a manifestação dos dois Senadores que nos deram uma aula. Aliás, nós aqui temos que agradecer muito ao Senador Demóstenes e ao Senador Pedro Taques, porque eles são guardiões, eles sempre nos alertam, nos orientam. Eu agradeço muito a Deus pela presença dos dois aqui.

Essa é a minha humilde posição, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, conversando com os membros, vejo que a maioria quer prestigiar a decisão de V. Ex^a porque é uma decisão, digamos, complicada. Então, vamos para a votação de mérito, sem qualquer problema...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ossos do ofício.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas, o que conforta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, interrompendo V. Ex^a, quero dizer o seguinte: obviamente, é legítimo, é democrático, não há nenhum tipo de constrangimento; gera dúvidas e por isso que disse que vou acolher, em parte, a questão de ordem de V. Ex^{as} para tomar uma decisão num processo de futuro. Concordo, em

parte, com os argumentos de V. Ex^{as}. Mas, se houver o recurso, o que é democrático e legítimo, eu apenas vou convocar os demais Senadores, porque não tomarei uma decisão de recurso à esta Presidência com o plenário sem o número... Embora, aqui, os Senadores entraram, saíram, estão em outras Comissões; ninguém está ausente do Senado. Eu não colocaria o recurso de V. Ex^a em votação, nesta Comissão, sem que nós tivéssemos aqui o número de metade mais um para a deliberação de recurso de V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, se V. Ex^a concorda na manutenção da questão de ordem acolhida, em parte, por esta Presidência, e não retira o recurso, pelo menos ao plenário desta Comissão, pode recorrer ao plenário do Senado, se assim o desejar, eu colocarei em frente a sabatina. Caso contrário, eu vou aguardar a chegada dos demais Senadores que estão em outras Comissões para deliberar sobre a matéria com maioria absoluta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos ao mérito, vamos respeitar a decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu consulto a V. Ex^a se mantém o pedido de recurso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a retira o recurso? Eu agradeço a V. Ex^a, que é um jurista e que já presidiu com tanta eficiência e capacidade esta Comissão, e sabe que esta não foi uma decisão fácil, porque ela é controversa, ela tem fundamento...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – M) – Eu concordo inteiramente com o Senador Demóstenes na retirada do recurso e me reservo o direito constitucional de, agora, na discussão do mérito, superada esta preliminar, levantar a inconstitucionalidade porque aí falta o requisito constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Ex^{as} até pelo zelo com esta Comissão, a compreensão de que não há nenhuma arbitrariedade por parte da Presidência, não há nenhum atropelo nem ao Regimento, nem à Constituição; concordando em parte de que haverá um desequilíbrio porque lá não sentará um cidadão comum, sentará

um cidadão que exerce... Por mais que queiramos, não é Senador José Pimentel, não nos desligamos de sermos Senadores em nenhum segundo das nossas vidas enquanto investidos no mandato, nós não podemos dizer: olha, agora eu sou Senador, mais tarde não sou Senador.

Então, tem fundamento a questão de ordem levantada por V. Ex^a e por isso acolho, em parte, para uma análise de profundidade em relação ao questionamento do futuro, encaminhando, inclusive, para que esse desequilíbrio não possa perdurar. Por que se não vai ficar como vocês disseram: posições, posições, posições; cada um assumindo, cada vez... eu entro como juiz e depois sou indicado também como cidadão; eu entro como Ministério Público e depois sou um outro indicado como cidadão; termina havendo um desequilíbrio, você colocando funções específicas. Mas, como não há na Constituição nenhum impedimento, por isso a decisão que tomei nesta manhã.

Agradecendo também ao Senador Crivella pela sua solidariedade...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para questionar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...e aos demais membros desta Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vai abrir a fase de sabatina agora?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou abrir a fase de sabatina.

A primeira inscrição é de V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, a quem dou a palavra. Em seguida, o Senador Pedro Taques, que está inscrito; depois o Senador Álvaro Dias, depois o Senador Crivella.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vou adiantar que votarei contra o Dr. José Barroso Filho, ressaltando que não tem nada a ver com a sua condição moral e intelectual. Tem notável saber jurídico, tem reputação ilibada, mas, em minha opinião, ele deveria usar de todo prestígio que tem – vejo aqui uma série de indicações de pessoas do mais alto relevo – para que tentasse a vaga junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça; e vejo como uma espécie de plano B a vaga no Senado.

Por essa razão apenas, ressaltando o respeito por um cidadão que foi Juiz de Direito em outros locais do Brasil, hoje é Juiz Auditor da Justiça Militar. É um homem de notável saber jurídico e de reputação ilibada. Então, em minha opinião, a indicação de V. Ex^a só desequilibraria essa condição de nós indicarmos um cidadão. Não que V. Ex^a não seja o cidadão, é um cidadão, mas, como bem apontou o Ministro Celso de Mello, isso desequilibraria a formação do Conselho

Nacional de Justiça. E tenho propriedade para dizer isso porque, no passado, já houve uma tentativa de alguém, indicado pelo Ministério Público Estadual, tentar ser indicado pelo Senado Federal. Posicionei-me contra, e vários Srs. Senadores e os líderes, naquela ocasião, se juntaram e decidiram que não iam mais indicar promotor ou juiz. Mas, foi outra legislatura. Quer dizer, os Senadores são outros e não têm obrigação alguma de saber do que aconteceu no passado.

Esse mesmo promotor, quando não logrou êxito na indicação pelo Senado, tentou a indicação pela Câmara; conseguiu que o PP o indicasse, o que foi objeto desse mandado de segurança em que o Ministro Relator Celso de Mello acabou o excluindo da lista. Mas que, ao final, também restou prejudicado, porque ele não foi efetivamente escolhido.

Deixo de fazer perguntas a V. Ex^a porque, por essa razão e somente por essa razão, não votarei em V. Ex^a.

Eu perguntaria ao Dr. Fabiano uma única questão, relativa ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público – essa questão do Conselho Nacional de Justiça vai bater também no Conselho Nacional do Ministério Público: V. Ex^a é a favor de que a Corregedoria Nacional, de que o Conselho Nacional tenha uma atuação concorrente e originária em relação às corregedorias estaduais ou entende que essa atuação deve ser supletiva, deve ser suplementar? É a única indagação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Dr. Fabiano, para responder ao questionamento do Senador Demóstenes Torres.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Agradeço, Senador Demóstenes Torres, pela indagação.

Eu me permitiria apenas reparar um lapso. É que não agradei ao relator da minha matéria, quando da minha primeira intervenção. Gostaria de fazê-lo publicamente.

Senador Marcelo Crivella, receba os meus agradecimentos pelo relatório proferido nesta Comissão, vazado talvez em termos demasiados generosos.

Senador, durante a minha exposição, afirmei categoricamente que o Conselho, os Conselhos – até podemos generalizar – não podem ficar a reboque das corregedorias. Os Conselhos devem afirmar a sua competência originariamente. Seria uma interpretação, com todo respeito aos que pensam diferentemente, seria uma interpretação que frustraria a finalidade constitucional do Conselho e uma interpretação que não tem respaldo nem na literalidade nem no espírito da Constituição da República.

Portanto, eu queria reiterar a minha posição. Comprometo-me a defendê-la, se vier a ser escolhido pelo Senado Federal, no sentido de que o Conselho Nacional do Ministério Público tem, sim, competência originária, concorrente. E, se pode mais, se pode evocar, se pode rever decisões, ora bolas, por que não poderia atuar, quando a Corregedoria estiver omissa, em casos em que evidentemente a atuação da Corregedoria levaria a um retardamento do caso, a uma eminência de prescrição?

Portanto, o Conselho, sim, pode atuar originariamente, na minha modesta opinião.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Demóstenes, satisfeito?

Senador Pedro Taques, por gentileza.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores indicados para o Conselho, quero expressar meus respeitos ao Dr. José Barroso Filho, mas eu me reservo o direito de não fazer perguntas também a ele, porque entendo que sua indicação é inconstitucional, apesar do belíssimo currículo de V. Ex^a, mas, como já foi levantado na questão de ordem, entendo que qualquer pergunta que eu faça a V. Ex^a extravasaria a questão de ordem. Portanto, eu me recuso a fazer perguntas a V. Ex^a.

No tocante ao indicado Fabiano Augusto Martins, ele disse que o Conselho Nacional poderia ter competência; concorrente, inclusive, originário, porque a Constituição expressamente fala na possibilidade de avocação.

De que maneira seria feita a avocação de sindicância, inquérito administrativo ou processo disciplinar, na posição de V. Ex^a? De que maneira isso se daria, quais seriam os critérios para que isso se desse.

A segunda pergunta é se V. Ex^a tem conhecimento e poderia explicar o plano nacional estratégico do Ministério Público, que vem sendo elaborado pelo Conselho Nacional do MP, e a posição de V. Ex^a a respeito desse plano nacional estratégico.

Por fim, eu gostaria de saber de V. Ex^a qual é sua ideia a respeito do chamado princípio do promotor natural. Como V. Ex^a sabe, existem posições diversas do Supremo Tribunal Federal e do Superior de Justiça.

São essas as indagações que eu gostaria de ouvir de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o nosso arguido Fabiano Augusto Martins Silveira.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Agradeço as indagações aqui feitas pelo Senador Pedro Taques, como o Senador Demóstenes Torres, que tem em relação ao Ministério Público não apenas uma relação afetiva, pelo fato de já terem sido integrantes

da carreira, mas têm compromisso de mandato com a instituição; uma responsabilidade dos seus mandatos para com a instituição.

Sr. Senador, Ex^a, parece-me que a avocação seria um recurso extremo, caso existissem indícios de que o curso do processo disciplinar administrativo não tivesse um bom andamento. Isso poderia acontecer em situações inúmeras; quer dizer, havendo um motivo que mostrasse que o curso do processo disciplinar no tribunal não ocorreria adequadamente ou que levaria a crer, inclusive, que haveria um direcionamento. Por exemplo, o Conselho poderia avocar...

Eu me recordo, se eu não estiver enganado, que, por exemplo, no caso do Distrito Federal, do ex-Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público exerceu justamente essa prerrogativa constitucional; concedeu prazo para que a Corregedoria local realizasse seu trabalho. Houve denúncias de promotoras de que o levantamento de provas estava sendo obstruído, havia uma dificuldade no levantamento de provas, e o Conselho, antes mesmo da conclusão do prazo inicialmente assinado, avoca o processo, fazendo valer a sua autoridade.

Agora, as situações podem ser inúmeras. “Faticamente” podem ser inúmeras as situações. Eu não me arriscaria aqui, de uma forma taxativa, a tentar enumerá-las.

Sim, é verdade, o Conselho tem feito um esforço sério no sentido da, primeiramente e o mais importante, concepção desse Plano Nacional Estratégico, que, parece-me, deve ser saudado. Não é um Plano Nacional Estratégico imposto de baixo para cima, mas sim um Plano Nacional Estratégico com previsão, que contemplará ainda metas de produtividade, indicadores de resultado. Concebido por todas as ramificações do Ministério Público, o Plano está sendo ultimado, ainda não foi concluído. Mas me parece que o processo de elaboração, ouvindo todas as instituições, foi um processo muito acertado, só que não foi ultimado. O que há hoje é um mapa estratégico com as pretensões, com as linhas estruturantes da atuação do Ministério Público e que, nesse sentido, tem boas chances de ser implementado.

O fato é que o conselheiro que vier ocupar a cadeira na vaga do Senado terá pela frente este enorme desafio: ultimar, e mais do que isso, implementar, pois é um plano modernizador, ousado, que prevê uma série de metas e introduz cultura de dados, cultura de gestão no Ministério Público.

Com relação ao Princípio do Promotor Natural, eu entendo que, uma vez tendo o promotor assumido a causa, não pode ser deslocado da causa. Acho que isso deve ser preservado, pois é uma garantia não só

para o promotor como para o Estado democrático de direito, para a democracia.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. José Barroso Filho, Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, Srs. Senadores, o nosso partido fez a indicação do Dr. Fabiano Augusto, mas, em respeito ao Dr. José Barroso Filho e pelo esforço que realiza e pela disposição que tem para integrar o Conselho e em respeito à sua presença aqui também, faço a ele duas indagações.

A primeira: V. Ex^a é presidente da Associação dos Juízes Militares da União, entidade filiada à Associação dos Magistrados Brasileiros. E, como V. Ex^a sabe, essa Associação entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF contra a Resolução nº 135 do CNJ. No último dia 30 de setembro, a Associação dos Magistrados divulgou nota de esclarecimento, da qual extraio os seguintes trechos:

Ao CNJ cabe fiscalizar a atuação das corregedorias dos tribunais estaduais e somente utilizar seu poder disciplinar quando elas não estiverem comprovadamente funcionando dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação. Esse, inclusive, era o entendimento apoiado pela AMB e aplicado pelo próprio Conselho em sua primeira composição.

A Resolução nº 135 autoriza o CNJ a processar os magistrados independentemente de que as corregedorias dos tribunais estaduais o façam. Entre as penas previstas estão advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade, aposentadoria compulsória e demissão.

A AMB ressalta ainda que o Conselho Nacional de Justiça não tem competência para alterar os critérios estabelecidos pela Constituição Federal."

V. Ex^a está de acordo com a posição da AMB nesse tema? Poderia informar se alguma entidade de classe de magistrados se posicionou publicamente contra o entendimento da AMB? V. Ex^a entende que o Conselho Nacional do Ministério Público poderia punir administrativamente membros do Ministério Público independentemente da manifestação da corregedoria local? Essas são as indagações ao auditor José Barroso Filho.

Eu indagaria do Dr. Fabiano se está de acordo com a atual composição do Conselho, que tem 14 membros, 8 pertencentes aos quadros do Ministério Público e apenas 6 integrantes escolhidos por órgãos externos. Se essa é a forma adequada de composição.

Pediria também a sua apreciação, além dessa polêmica surgida em torno da questão da atuação dos

Conselhos que o Senador Demóstenes já indagou de V. S^a, visto que o Conselho tem levantado dados sobre a atuação do Ministério Público em todo o País. Refiro-me aos dados que possam revelar a produtividade da instituição e indago qual é a sua opinião sobre a necessidade de avaliação constante dessas estatísticas.

São as questões que submeto a V. Ex^a. Além disso, gostaria, já que participou da comissão de juristas que elaborou o projeto do novo Código de Processo Penal, aprovado recentemente no Senado, de pedir que V. S^a apontasse os principais avanços com essa reforma.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. José Barroso Filho, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Agradeço ao Senador Alvaro Dias o seu questionamento.

Senador, há anos, eu fui juiz auxiliar da Presidência do CNJ, na gestão da Ministra Ellen Gracie. Não mudou a Constituição, não mudou a lei ordinária, e nós não tínhamos esse problema. O que acontecia? Quando existia uma representação disciplinar endereçada diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, era feito um registro, uma consulta se o procedimento já não havia sido instaurado no órgão de correição local. Se não havia sido instaurado, eram mandados os autos para a correição local, com prazo para que esse processo fosse iniciado. Então, não havia esse questionamento de hoje. O que está havendo é uma superposição de informações, que gera um constrangimento em termos da confiabilidade que o cidadão deva ter com o Poder Judiciário.

Em relação à Adin, a Adin estava prestes a julgamento na quarta-feira próxima passada. Houve uma sucessão de declarações, da qual destaco uma para comentar: a da ilustre Ministra Corregedora do CNJ, dizendo que o poder do CNJ estava sendo garroteado; que o CNJ seria minimizado a um órgão sem função. Chegou a citar que precisava dessa função disciplinar, porque havia bandidos infiltrados na toga.

Quem julga... Bandido comete crime. Magistrado que comete crime – e pode cometer – é julgado por Tribunal: ou STJ ou Tribunal Regional; jamais pelo CNJ. Então, essa defesa das competências do CNJ de que vai julgar bandido não corresponde ao nosso ordenamento constitucional e infraconstitucional. Se comete crime, o magistrado é julgado pelo Tribunal Regional ou pelo STJ. Já tivemos casos de magistrados, juízes, desembargadores presos, mas quem manda prender o magistrado é outro magistrado. Então, nós temos que confiar no Poder Judiciário.

A questão disciplinar me parece uma pseudo-questão de modo a abalar as estruturas da República.

Por quê? Pelo texto constitucional, cabe ao CNJ... O texto constitucional faz diferença: CNJ, competências; competências da Corregedoria. Cabe ao CNJ avocar processos disciplinares; rever, em nível recursal, processos disciplinares. Não toca exatamente em conhecer diretamente, mas, se é um órgão de gestão estratégica do sistema, com funções de planejamento estratégico e também disciplinares, quando a lei dá os fins também dá os meios. Então, é possível você... Não há como exercer a função disciplinar se, em algum momento, você não puder conhecer diretamente da questão.

A questão é: quais são os extremos? O CNJ conhecer, originariamente, em prejuízo das correições estaduais. Isso é um extremo. Qual é o outro extremo? As correições estaduais conhecerem em vez de o CNJ. Parece-me que a virtude está no meio-termo. O CNJ só vai conhecer se existir omissão. Ah, mas existe omissão e não há punição. Parece-me que os dados objetivos assim não indicam.

Nós temos um universo de 16.108 juízes. Nesses cinco anos, o CNJ aplicou 48 punições disciplinares, muitas de advertência até a aposentação compulsória, muitos desses em nível de revisão disciplinar.

Então, se nós formos ver um percentual, nós temos que 0,25% dos magistrados sofreu punição. Temos 98,9% de magistrados que cumprem o seu dever. Está mais do que claro que o sistema está bem postado. O CNJ pode conhecer se houver uma inação da correição estadual. Então não sou contrário. Acho que até a AMB não é contrária a isso. Esse é o ponto nodal.

O que existe na Resolução nº 135 é invasão de competência legal em relação... Por exemplo: existe o prazo legal de dez dias para a defesa do magistrado. Está se baixando para cinco.

Imaginem um magistrado que mora no interior do Amazonas ser notificado. Como ele vai voltar para Manaus – e às vezes demora três, quatro dias para pegar um barco e ir a Manaus – e se defender de forma eficaz? Isso é matéria reservada à lei.

O CNJ na resolução intitula-se tribunal e pode afastar magistrado sem processo. São esses os pontos mais graves, porque é invasão de competência legislativa.

Dizer que o CNJ, como órgão de gestão estratégica do sistema com funções disciplinares, pode conhecer diretamente, eu digo que sim, mas quando houver inação.

Ninguém aqui está estimulando impunidade. Nós estamos colocando a matéria no prisma constitucional. Então, da mesma forma, Senador Alvaro Dias, é a posição das correições no Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para concluir.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Finalizando, em momento algum – desbordando um pouco da resposta, mas eu preciso falar – eu me coloquei perante os Senadores do meu País como magistrado, em momento algum eu me vali de assessoria parlamentar nem de cartãozinho de indicação. Há dois meses estou aqui expondo um trabalho como cidadão e o que eu expus aqui demonstra um cidadão que quer ajudar, que quer que este País cresça.

Como disse anos atrás o nosso Presidente Tancredo Neves, se nós quisermos, vamos fazer deste País uma grande nação. Vamos fazê-lo. Essa é a minha única intenção. Não é causar constrangimento aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo inscrito, Senador Crivella.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o Dr. Fabiano ainda não respondeu a minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Senador. Eu havia saído e estava presidindo aqui o Senador José Pimentel.

Tem a palavra o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Eminentíssimo Senador Alvaro Dias, inicialmente quero dizer que a indicação do Partido da Social Democracia Brasileira significa para mim um grande estímulo e uma responsabilidade.

Sr. Senador, a composição do Conselho, como V. Ex^a disse, são 14 membros, oito pertencentes aos quadros do Ministério Público, seis oriundos da magistratura, da advocacia e da sociedade de uma maneira geral.

O que ocorre hoje?

Eu diria que dos mais ou menos 15 mil membros do Ministério Público 14 mil são dos Ministérios Públicos estaduais, que têm apenas três assentos no Conselho.

Então, fazendo um juízo ponderado, eu diria que há uma sub-representação dos Ministérios Públicos estaduais. A dificuldade é que acréscimos podem, digamos, tangenciar a simetria delicada já existente, ou melhor, já existe uma simetria entre representantes da sociedade, de outros órgãos e do Ministério Público. Então, ao mesmo tempo em que reconheço que há uma sub-representação no que se refere aos Ministérios Públicos Estaduais, ressalto que qualquer fórmula que venha a ser adotada para solucionar essa questão deve levar em conta, seriamente, a tentativa de buscar uma assimetria entre a sociedade e os representantes da instituição.

No que diz respeito à produtividade, eu trouxe aqui alguns dados – fui a campo buscar informações. O Ministério Público está apenas engatinhando no que diz respeito a esses dados. Por exemplo, no ano

de 2010, foram promovidos 119 mil inquéritos civis ou procedimentos preparatórios; 548 mil denúncias foram apresentadas pelo Ministério Público em todo o País; houve 2,3 milhões de processos civis em primeiro grau nos quais encontraremos algum tipo de manifestação do Ministério Público. De maneira que, no que se refere às denúncias por exemplo, ainda não há um dado de qualidade para dizer quantas denúncias se referem a crimes de homicídio. Isso é um processo que está em curso, e acho que o Conselho deve apostar e investir nessa direção.

Vou ser breve para concluir respeitando o tempo regimental.

Agradeço a pergunta sobre o Código de Processo Penal. Há uma série de inovações que vejo de forma muito alvissareira, entre elas, a previsão do Incidente de Celeridade, de modo que os juízes, em casos justificáveis, possam praticar atos processuais nos finais de semana e convocar servidores, justamente para dar andamento aos processos.

O novo Código de Processo Penal traz uma perspectiva muito agressiva no que se refere à recuperação do produto ou do proveito auferido pelo crime. Traz, por exemplo, a possibilidade de alienação cautelar antecipada de todos os bens. Isso hoje é previsto apenas em relação à Lei de Drogas. Inova-se extraordinariamente no universo cautelar, enxugam-se recursos, prevê-se um novo trâmite do inquérito policial – o atual modelo de trâmite triangular entre juiz, promotor e delegado é um modelo falido, todos sabemos disso. Inclusive, construímos um acordo com as polícias muito bom nesse sentido.

Enfim, há inúmeras questões que eu poderia abordar, mas, respeitando o prazo, agradeço mais uma vez a pergunta, a oportunidade de respondê-la.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Serei muito breve, mas gostaria de ressaltar aqui o aplauso que o PRB dá ao nosso Juiz-Auditor José Barroso Filho e dizer a V. Ex^a – não estou falando com o cidadão, mas com o Magistrado – que tenha certeza do respeito, da admiração e do carinho que V. Ex^a granjeou nesta Casa.

Não podemos tirar a razão dos Senadores Demóstenes e Pedro Taques. Acho até que poderíamos, se o senhor ponderar, verificar que o cidadão e o juiz são, de certa forma, inseparáveis, assim como o Senador e o cidadão. É uma coisa complicada pra nós. Mas V. Ex^a, como cidadão ou como juiz, tem todos os méritos, orgulha-nos como brasileiros ler o seu currículo, ver a sua campanha aqui. Tenha a certeza de que

o senhor tem o aplauso de nós todos, tenha certeza absoluta disso.

Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira: ele trabalhou comigo na CPI da Imigração Ilegal e fez um trabalho extraordinário. Hoje, no Ministério das Relações Exteriores, o nosso relatório final é considerado, por um setor que foi criado no Ministério inclusive por recomendação nossa, como a bíblia para tratar das comunidades da Diáspora. Eu queria saber de V. S^a o seguinte: o Ministério Público é da execução penal, ele acompanha a pena. Nós sabemos que os presídios brasileiros, de certa forma, são medievais. Muitos deles, os presos, vegetam, são barbarizados e ficam presos, muitas vezes, depois de cumprirem a pena. Qual a ideia de V. S^a para que a gente possa se redimir de uma situação tão indigna e que ocorre hoje nos presídios brasileiros?

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA

– Muito obrigado, Senador Crivella. V. Ex^a toca em um ponto sensível. Não há um país que seja digno de seu destino se não equacionar a violência, a brutalidade que ocorre os presídios brasileiros, a desumanidade que ocorre nos presídios brasileiros. O trabalho parlamentar, inclusive... Queria louvar um trabalho parlamentar da CPI, da Câmara dos Deputados, que produziu uma das fontes mais impressionantes de pesquisa sobre a situação de nosso sistema carcerário: com fotografias, pesquisa de campo, visitas constantes de Parlamentares – isso no ano de 2007. Hoje nós temos... A população carcerária brasileira aumentou, de forma impressionante, nos últimos 15 anos. E o que ocorre? Ocorre que, geralmente, o crime organizado tem seu fim, sua estação final no presídio, no cárcere, porque ali há o desbaratamento da atividade criminosa. No Brasil, Sr. Presidente, o que nós vimos foi o movimento contrário: as organizações criminosas nasceram todas elas no cárcere. Veja o custo que estamos pagando até hoje por conta disso.

O Ministério Público é um órgão da Execução Penal. Cumpre-lhe fiscalizar a execução da pena. Esse papel não é exercido (o de fiscalizador) com exclusividade pelo Ministério Público. Por quê? O próprio juiz da execução também é fiscal da execução, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária também o é, os Conselhos Penitenciários Locais... Então, há vários órgãos que devem exercer essa fiscalização. O Ministério Público... A Lei de Execução Penal diz, inclusive, que ele deve visitar, mensalmente, os presídios, os estabelecimentos penais.

O Conselho Nacional do Ministério Público editou uma resolução que tenta avançar, que tenta disciplinar procedimentos para que essas visitas sejam realizadas. Eu também acho que devemos saudar essa iniciativa.

Essa iniciativa de tentar... E digo mais, por um dado muito simples, porque nossa cultura de informação sobre... Nós dependemos do Ministério da Justiça que faz um trabalho louvável de reunião de dados, mas que depende – essa reunião – da notificação dos Estados. Então, é muito importante que uma instituição autônoma e independente tenha condições de fazer essa fiscalização e municiar a todos, o Parlamento, as instituições, de dados, digamos que provenientes de uma instituição independente: uma instituição autônoma.

Então, há uma resolução nesse sentido e, se eu tiver a honra de chegar ao Conselho Nacional do Ministério Público, esse é um tema que atrairá certamente meus esforços e minha dedicação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito, Senador Benedito de Lira.

Eu vou... Como têm vários oradores inscritos, eu vou pedir aos indicados que anotem os questionamentos porque eu vou fazer agora em bloco com os Srs. Senadores.

Senador Benedito de Lira tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Dr. José Barroso Filho e o Dr. Fabiano pelas exposições que fizeram.

Em primeiro lugar, queria, ao cumprimentá-los, falar da minha alegria em estar aqui nesta sabatina. Primeiro, porque os dois candidatos demonstraram muita capacidade nas dissertações que fizeram para que os Senadores tomassem conhecimento.

As preliminares levantadas pelos Senadores Demóstenes e Taques são oportunas, até porque nós chamamos a atenção da Comissão para eventos do futuro. É evidente que a decisão adotada pela Mesa, pelo Sr. Presidente, é muito racional. Mas eu gostaria de saber dos dois, a pergunta é única para os dois: Recentemente nós assistimos, por meio dos debates da imprensa, a esses questionamentos levantados pela Corregedora, a Ministra Calmon, CJN, no que diz respeito àquelas alegações que ela deu, dizendo que existiam pessoas incompatíveis com uma toga, bandidos com toga na Magistratura. Quando então eu tive oportunidade também de ler que S. Ex^a o Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, que é Presidente do Conselho Nacional da Magistratura, pelo que nós pudemos depreender, não se sentiu muito à vontade com essas declarações, inclusive, acrescenta que as investigações para magistrados – e acredito até que um paralelo para os promotores – fossem feitas por meio das corregedorias dos tribunais. Eu pergunto: Os senhores concordam com esse posicionamento do Presidente do Supremo Tribunal ou as corregedo-

rias não são órgãos, por exemplo, muito corporativos? Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito, Senador Waldemir Moka, que foi à Comissão de Agricultura.

Próximo orador inscrito, Senador Aloysio.

Próximo orador inscrito, Senador Suplicy. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, as observações dos Senadores Demóstenes Torres e Pedro Taques fizeram-me pensar um pouco. Olhei aqui a Constituição, mas, como está dito que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal indicarão dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, apesar de haver também a indicação de dois juízes indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, aqui a qualificação exigida é de que seja cidadão. Um juiz, na minha avaliação, é cidadão. Então, eu não vejo aí um impedimento, a questão permanece em aberto, conforme V. Ex^a assim por enquanto decidi.

Ao Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, que há pouco fez uma consideração relativamente ao aumento tão significativo de pessoas hoje presas no Brasil e, tem consciência de que esse aumento tão grande decorre principalmente da utilização de drogas, inclusive o *crack*.

Hoje há uma notícia interessante que eu li na *Folha de S. Paulo*, que o Tribunal de Justiça de São Paulo, até por recomendação do Sr. Antonio Carlos Malheiros, resolveu colocar postos volantes, por exemplo, na Cracolândia, em São Paulo, onde os próprios juízes, acompanhados possivelmente de médicos e psicólogos, poderão fazer uma avaliação relativamente àqueles menores que estejam ali envolvidos na utilização de drogas, eventualmente no tráfico, para examinar se será o caso de interná-los ou não.

Também gostaria de ouvir a opinião do Dr. José Barroso Filho sobre essa ação. Pareceu-me muito interessante. Acho uma iniciativa corajosa de ir lá e conhecer. Trata-se de uma situação de grande dificuldade.

Eu mesmo, recentemente, fiz uma visita a Cracolândia, tentei dialogar com aquelas pessoas que estão envolvidas, até para procurar compreender melhor a natureza do problema, e vi que se trata de uma situação de grande dificuldade. No dia em que fui para casa, vi ali o Caco Barcelos, do Profissão Repórter, também procurando dialogar com aquelas pessoas, mas percebi que, quando há qualquer câmera de televisão apontada para eles, eles simplesmente se dispersam. Agora, outra coisa, quem sabe o juiz, o médico ou o psicólogo consigam de alguma forma dialogar com

eles. Quando estive só, sem acompanhamento de jornalistas, até consegui conversar com eles.

Achei isso muito interessante.

Relacionada à própria questão de como diminuir o número de pessoas presas no Brasil, quem sabe uma atenção ativa, interessante, de cuidado, para pensar melhor como prevenir e evitar a utilização de drogas, que, no caso, por essa iniciativa, vai se fazer lá, pareceu-me interessante.

Agradeço se puderem me informar a respeito.

Queria assinalar e até agradecer ao Dr. José Barroso Filho, que, no documento tão extenso que nos enviou, ao falar das proposições para erradicação da pobreza, ao lado do microcrédito, das formas cooperativas de produção e outras, assinalou, também, a importância da renda básica de cidadania, que ele próprio estudou.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Último orador inscrito é o Senador Valadares e depois darei a palavra aos indicados para iniciarmos o processo de votação, inclusive tendo em vista que o Plenário do Senado vai realizar uma sessão daqui a pouco.

Senador Valadares, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, um dos candidatos para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, e também o Dr. José Barroso Filho, pela apresentação que fizeram, merecendo, portanto, de todos nós os devidos elogios pela competência que demonstraram ao expor para os senadores as suas ideias.

Sr. Presidente, atualmente a nossa Constituição prevê que o Conselho Nacional do Ministério Público e assim também o Conselho Nacional de Justiça possam adotar, no exercício de suas funções, no seu poder disciplinar, as ações de remoção, disponibilidade e aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço. Há um projeto de autoria da ex– Senadora Ideli Salvatti, que tem como relator o Senador Demóstenes Torres, que apresentou um substitutivo, que já foi aprovado. Esse projeto está na Câmara. Há quem afirme que a possibilidade de uma suspensão não remunerada dos vencimentos de um magistrado ou de um membro do Ministério Público, como também a possibilidade de uma demissão, em virtude de casos extremos ocorridos de desvio de conduta de juiz ou de membro do Ministério Público, que tal poder disciplinar seja inconstitucional.

Eu gostaria de saber a opinião de cada um de vez que no ordenamento jurídico existente no Brasil há o princípio da vitaliciedade, de tal modo uma punição,

ou seja, uma demissão sumária atingiria o princípio da vitaliciedade.

Eu gostaria de saber a opinião a respeito de cada um dos nossos prezados candidatos, tanto do Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira quanto do Dr. José Barroso Filho.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira inquirir os indicados, eu vou dar a palavra ao Dr. Barroso e, em seguida, ao Dr. Fabiano, para responder aos questionamentos.

Após a resposta dos questionamentos feitos pelos Srs. Senadores, eu vou dar início à votação.

A fichinha amarela é do Dr. Fabiano, e a fichinha azul é do Dr. José Barroso Filho.

Tem a palavra V. Ex^a. Tendo em vista que já estamos no processo de abertura do plenário do Senado.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Senador Benedito de Lira, em relação ao questionamento sobre o corporativismo, na minha visão, o texto constitucional é bem claro ao atribuir esse poder disciplinar ao CNJ. Um órgão de gestão do sistema administrativo não pode se furtar ao poder de corrigir desvios.

O que está sendo questionado é esse conhecimento direto. E eu dou um testemunho de viva voz de que quando atuei no CNJ, como juiz auxiliar, isso não ocorria. Quando chegava diretamente o questionamento, era atuado e dado prazo para a correição estadual tomar as providências.

Então, o meu entendimento é de que é inerente à própria função constitucional do CNJ o seu poder disciplinar. Em casos específicos de relevante interesse público, esse é o meu ponto, a Constituição fala em competência do CNJ e competência da Corregedoria do CNJ. Quando fala em conhecer do processo disciplinar, isso cabe ao plenário.

Então, a minha proposta de meio termo é que o CNJ poderia conhecer diretamente, desde que fosse uma decisão do plenário entendendo que há relevante interesse público que vá suplantar a competência da Corregedoria.

Isso seria o meio termo e poria fim a essa desgastante questão que expõe muito a confiança que o cidadão tem no Poder Judiciário.

Em relação ao Senador Suplicy.

Senador, eu já fiz isso. Eu, como juiz na Vara de Infância e Juventude de Belo Horizonte, ia até as pessoas. Nós tínhamos uma equipe que rondava, com uma ou duas kombis, Belo Horizonte, retirava os meninos de rua, levava para o juizado e tentava encaminhá-los da melhor forma possível. Essa é uma solução efetiva, de quem quer fazer a diferença, e não ficar no gabinete

ditando regras de conduta a uma realidade que desconhece. Essa é uma posição que eu também adoto, e aplaudo quem faz o mesmo.

Senador Valadares, a vitaliciedade está prevista constitucionalmente. Eu acho que o entendimento, que a dicção constitucional indica que a quebra da vitaliciedade vem com um provimento judicial. O Conselho pode tomar todas aquelas providências e encaminhar ao Ministério Público. E nós temos vários casos. Essa talvez seja a bruma que se coloca em relação à questão. Nós temos vários casos de juízes que foram demitidos por ação judicial. Que vários casos são esses? São poucos que eu conto no dedo, porque são poucos os juízes com desvio de conduta que merecem ser chamados de bandidos. Esses têm que ser expurgados.

Então, nós, juízes, juízes cidadãos, não posso diferenciar, nós, juízes, somos pessoas honestas e trabalhadoras. Dos 80 milhões de processos que tramitam, nós proferimos 25 milhões de sentenças. Nós somos superavitários em termos de receita.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então o senhor reconhece que – desculpe, Presidente – o CNJ, que o Conselho Nacional do Ministério Público não tem essa atribuição constitucional de demitir? Eles podem fazer essa proposição ao próprio Poder Judiciário...

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...no sentido de promover a demissão do faltoso.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Essa é a minha interpretação do Texto Constitucional, até porque é esse o encaminhamento que vem sendo dado e está funcionando.

A questão do Judiciário se aproximar do cidadão é muito mais complexa do que essa visão pontual, é só questão material, é só corrupção. Está faltando essa visão sistêmica. Essa visão sistêmica vem de órgãos como o CNJ, como o CNMP, mas em pessoas que têm a pele curtida pela experiência, para propor soluções. Lembro o Tom Jobim, o Brasil não é País para principiantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O Dr. Fabiano responde às indagações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, vou a dar a palavra ao Dr. Fabiano, e, em seguida, passaremos ao processo de votação.

Dr. Fabiano, tem a palavra.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA

– Agradeço aos Senadores Benedito de Lira, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares pelas intervenções. Atendendo ao apelo do Presidente desta Comissão que coordena os trabalhos, vou ser breve nas minhas respostas, com objetividade desejável, se assim os Srs. Senadores entenderem satisfatórias.

Senador Benedito de Lira, com a devida *venia* dos que pensam diferente, não acho que seja um pseudo-problema essa questão. Muito bom que ela tenha surgido, que ela tenha tomado as páginas dos noticiários para discutirmos o papel e a relevância dos Conselhos.

A afirmação segundo a qual os Conselhos devem agir apenas se houver omissão das corregedorias locais, poderia estrangular os Conselhos, poderia diminuir a autoridade dos Conselhos, ou seja, eles ficariam dependendo da manifestação prévia. Em determinados casos não é razoável, não é aceitável que seja assim.

Portanto, quero dizer que não faço juízo sobre declarações de a ou b, se houve excessos ou não. Não me cabe isso. Julgo ser um tema da maior relevância para o Conselho. O Conselho deve afirmar a sua autoridade. E, claro, deve haver uma relação de comunicação entre os órgãos até para evitar duplicidade.

Mas afirmo, no meu modesto conhecimento, o Conselho é sim competente para agir ainda que a Corregedoria local não tenha se manifestado sobre o caso.

Senador Eduardo Suplicy, já conversamos sobre a lei de drogas em outra oportunidade. Em minha avaliação é um instrumento normativo avançado. Em 2006, o Brasil produziu uma legislação à altura da complexidade do problema, separando claramente entre traficantes e usuários, admitindo ações de redução de danos, prevendo as possibilidades de internação, inclusive, no meu entendimento, casos de internação forçada.

Eu também, como não poderia ser diferente, acho contagiantes ações como essas descritas pelo senhor, que mostram o compromisso dos magistrados junto com o Conselho Tutelar para resolver efetivamente, aquelas são pessoas que estão em situação, estado psíquico, fisiológico deplorável, precisam, em nome da dignidade humana, precisam de uma ação do Estado e uma ação que venha em seu socorro.

Também em relação à intervenção do Senador Antonio Carlos Valadares, de fato, o Conselho não dispõe dessa competência para demitir. A demissão tanto de membros da Magistratura como de membros do Ministério Público depende de sentença transitada em julgado. Há uma PEC nesse sentido que recoloca o debate, para que o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça possam ser instâncias que apliquem essa penalidade.

O que ocorre hoje é que tanto as Corregedorias locais como o Conselho opinam pela demissão, remetendo o caso para a instância judicial.

Bem, aproveito esta última oportunidade para agradecer os Srs. Senadores pelas indagações, pela forma interessada como conduziram o debate, especialmente ao Presidente Eunício Oliveira. Cumprimentos ao candidato adversário, Dr. José Barroso.

Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O Senador Demóstenes tem a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Antes da conclusão fiz um pedido para que constasse, para que fosse registrada em plenário, a manifestação, ou melhor, duas reportagens do site QuidNovi, que fala de um sistema de grampos aqui em Brasília. Gostaria que V. Ex^a, se pudesse, as remetesse – e incumbo-me de mandar cópias a V. Ex^a – para investigação, se já não estiver sendo investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal porque envolve uma série de autoridades. São grampos de deputados, até envolvendo figuras de Governador e tudo o mais. Que V. Ex^a remeta esses documentos para investigação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – É regimental o requerimento de V. Ex^a. Esta Presidência, tão logo receba as informações que V. Ex^a encaminhará à mesa, fará a remessa à Polícia Federal, ao Ministério Público, pedindo as providências que reclama.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Antes de fazer a votação, quero comunicar a esta Comissão detalhes em relação a requerimento assinado pelos Senadores Vital do Rêgo, Pedro Taques e Demóstenes Torres. Tínhamos marcado uma audiência pública após nossa reunião ordinária de amanhã. Embora tenha recebido a confirmação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir, tenho um compromisso já assumido em Aracaju. Eu poderia faltar e mandar um representante, mas recebo a seguinte resposta do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Cezar Peluso.

A S. Ex^a Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Assunto: convite para audiência pública. Requerimento dos Senadores Vital do Rêgo, Pedro Taques e Demóstenes Torres.

Sr. Senador, em atenção ao Ofício nº156/2011 da CCJ, de 28.09.2011, comunico a V. Ex^a que, em virtude de compromissos institucionais, lamentavelmente, não poderei comparecer à audiência pública com o objetivo de debater as competências e os avanços do Conselho Nacional de Justiça, no dia 5 de outubro.

Cordialmente,

Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Recebi, também, a correspondência do Conselho Nacional de Justiça, Gabinete Nacional de Justiça, Gabinete da Corregedoria.

Brasília, 3 de outubro de 20110.

Ofício nº1135 – CNJ

Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, solicito a V. Ex^a o adiamento da sessão marcada para o dia 5 de outubro do corrente ano em decorrência de compromisso inadiável, postulando que seja agendada um outra data para a exposição das ações da Corregedoria Nacional de Justiça aos integrantes do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para encaminhar informações de parte do trabalho desenvolvido pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Antes de iniciar esta reunião, que tinha outro objetivo, consulto o Senador Pedro Taques e o Senador Demóstenes Torres se, feito o requerimento, e com a ausência do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e da Corregedoria Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, haverá sentido em fazermos essa audiência pública na data de amanhã, como está marcada. Consulto se V. Ex^{as} consentem o adiamento. Repito, o Presidente da OAB havia confirmado presença, inclusive desmarcando um compromisso em Sergipe para aqui comparecer, mas já que não há a presença do Presidente do CNJ, já que não há a presença da Corregedoria, consulto V. Ex^{as} se podemos adiar a audiência pública que teríamos amanhã com eles.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De acordo, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Inteiramente de acordo, ressaltando que esse tema precisa ser debatido pela Comissão de Constituição e Justiça. Aliás, somos nós que analisamos as indicações, inclusive para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço a compreensão de V. Ex^{as}.

Comunico aos Srs. Senadores desta Comissão o adiamento da oitiva, pelo requerimento dos Senadores, da Sr^a Ministra Eliana Calmon e do Ministro Cezar Peluso.

Não havendo mais quem queira debater, está iniciada a votação.

A fichinha amarela é do Dr Fabiano; a fichinha azul – os Senhores vão receber as duas fichas da Presidência – é do Dr. José Barroso.

Vou colocar aqui e vou fazer a chamada. É regimental; tenho de fazer a chamada.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Os Srs. Indicados permaneçam aqui até o resultado final.

Senadora Marta Suplicy, uma azul e uma amarela, por favor.

Senador Pedro Taques, uma azul e uma amarela, por favor.

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Presente.

Senador Marcelo Crivella, uma azul e uma amarela.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quem é azul e quem é amarela?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Amarela é Dr. Fabiano; azul, Dr. José Barroso.

Senador Inácio Arruda, uma de cada.

O Senador Marcelo Crivella já pegou.

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Saiu.

Senador Dornelles. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Petecão. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Aloysio. *(Pausa.)*

Presente. Senador Aloysio, uma azul e uma amarela.

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Presente.

Senador Demóstenes Torres. *(Pausa.)*

Presente sempre.

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Presente.

Senador Gim. *(Pausa.)*

Não está.

Senador Ranfolfe. *(Pausa.)*

Não está.

Senador Eduardo Suplicy, uma azul e uma amarela.

(Intervenção fora do microfone)

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Presente aqui? Presente, como sempre. Uma amarela e uma azul.

(Intervenção fora do microfone)

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Dornelles está aqui? *(Pausa.)*

Como sempre, está aqui.

Eduardo Braga, desculpe. Uma azul e uma amarela.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, querido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira, que também tem direito de votar nesta reunião. *(Pausa.)*

Todos os Srs. Senadores já votaram? *(Pausa)*

Está encerrada à votação.

Convido o Senador Demóstenes Torres e o Senador Benedito de Lira para escrutinar os votos.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Dezessete votos SIM e uma abstenção.

A escolha do nome do Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira foi aprovada pela Comissão com 17 votos SIM e apenas uma abstenção.

A matéria vai ao plenário.

Vamos aguardar o resultado do José Barroso. *(Pausa.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Oito SIM, sete NÃO, duas abstenções e um em branco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. José Barroso Filho, com 08 votos SIM, e 07 votos NÃO, 02 abstenções e 01 voto em branco.

A escolha do nome do Sr. José Barroso Filho foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos senhores e está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011.**

Às onze horas e oito minutos do dia vinte de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinho Brito, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e Demóstenes Torres, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 13, o que é aprovado. **Item 013: Requerimento nº 57/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "... nos termos do Art. 93, Inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite, às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, seja realizada Audiência Pública com o objetivo de discutir o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar: Ministro da Educação – Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad; Presidente da CNM – Confederação Nacional de Municípios, Sr. Paulo Ziulkoski; Presidente da UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Srª. Cleuza Rodrigues Repulho; Presidente do CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, Srª Maria Nilene Badeca da Costa". O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Demóstenes Torres requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 15, o que é aprovado. **Item 015: Requerimento nº 58/11-CE**, de caráter não terminativo, de

autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Paulo Bauer, que requerem "Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional, com a presença dos titulares das seguintes Instituições: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa; Conselho Federal de Medicina – CFM; Associação Médica Brasileira – AMB; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP; Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; e Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES". O Requerimento é aprovado. Logo após, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Senador Jayme Campos requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 2, o que é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Acrescenta Art. 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência". O relator designado é o Senador Jayme Campos e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a Subemenda nº 1-CE à Emenda nº 1-CCJ/CE e a Submenenda nº 2-CE à Emenda nº 2-CCJ/CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Castro, que "Dispõe sobre o adiamento dos feriados". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável, acatando a emenda oferecida pelo Senador Antônio Carlos Valadares. A matéria é retira-

da de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que “Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que cria a ‘Timemania’, para fixar novos percentuais de destinação de recursos às entidades de prática desportiva na modalidade futebol profissional e para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos das entidades que especifica”. A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Anibal Diniz requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 9, o que é aprovado. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer periodicidade anual na aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e prazo máximo de um ano para adoção de providências pactuadas em termo de compromisso”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “Acrescenta art. 288-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para definir o crime de torcida organizada voltada para a prática de violência”. O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Roberto Santiago, que “Denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 016: Comunicado da Presidência:** “A Presidência designa os Senadores Valter Pinheiro e Flexa Ribeiro para compor um grupo de trabalho com o in-

tuito de propor alterações no regimento interno do Senado Federal, por meio de Projeto de Resolução, visando agilizar o processo de deliberação das proposições de caráter terminativo nas Comissões Permanentes”. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2010; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2011; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2010; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 2009 e Item 014: Requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com base em que artigo do Regimento, Senador? *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No artigo que V. Exª escolher. Fica a critério de V. Exª. Aqui, V. Exª disse “os contrários que se manifestem”. Não há alguém contrário à orientação de V. Exª. V. Exª solicitou que não fosse feita a leitura da Ata, e nós todos concordamos. Nós somos liderados, e bem liderados, por V. Exª.

Eu pediria que, ouvido o Plenário, V. Exª pudesse fazer uma inversão de pauta, para que colocássemos em discussão um requerimento de minha autoria que está sobre a mesa há três sessões. Se V. Exª pudesse me conceder esse favor, eu lhe agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Diante da sua declaração de que não

tenho oposição na Comissão, eu nem submeto o seu pedido aos Srs. Senadores. *(Risos.)*

Vamos fazer a leitura do Requerimento.

Eu e o Senador Walter Pinheiro estávamos assistindo agora a uma confusão regimental na Comissão de Economia. Parece que lá o pessoal não é muito afeito a Regimento Interno.

Senador Flexa, por favor, tem V. Ex^a a palavra para ler seu requerimento e justificá-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a solicita, e eu atendo, com muito prazer.

ITEM 13

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011 – CE

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite, às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, seja realizada Audiência Pública com o objetivo de discutir o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar: Ministro da Educação, Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad; Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Sr. Paulo Ziulkoski; Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Sr^a Cleuza Rodrigues Repulho; e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Sr^a Maria Nilene Badeca da Costa.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, apresentei o requerimento que acabei de ler por uma questão da maior importância.

Acredito que isto acontece com todos os Senadores e as Senadoras: nas nossas andanças nos Municípios de nossos Estados, que representamos no Senado Federal, somos sempre instados pelos Prefeitos com relação ao gasto do Município e ao atendimento do transporte escolar e da merenda escolar.

Há um repasse, por parte do Governo Federal, que é insuficiente para atender à demanda do serviço que é atribuído ao Município. A relação é de um para quatro entre o que o Governo Federal transfere e o que o Município gasta. Isso acaba comprometendo a qualidade do serviço prestado e o equilíbrio financeiro dos Municípios, principalmente daqueles que não fazem parte da Opep brasileira, ou seja, que não têm os *royalties* do petróleo. Até o final deste mês, no início de outubro, vamos, com certeza absoluta, propiciar que a riqueza proveniente da exploração do petróleo brasileiro em águas territoriais brasileiras, não no Estado em que ele é explorado – basicamente, o petróleo

do pré-sal –, seja distribuída a todos os Municípios e Estados não produtores.

É este o objetivo do requerimento: que possamos debater com as autoridades que serão convidadas como é feito o cálculo desse valor *per capita*, tanto do transporte quanto da merenda, e de que forma os Municípios e os Estados brasileiros podem ser mais bem atendidos pela União.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Flexa. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os contrários se manifestem, e os favoráveis permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento vai para a nossa comissão de pauta, para que se verifique a possibilidade de encaiçar essa audiência pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É possível a inversão da pauta para votarmos o Item 15, que também trata de requerimento? É coisa simples.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Submeto a inversão de pauta à deliberação do Plenário.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Senador Demóstenes tem a palavra para expor o requerimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um requerimento simples, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 43, que altera a Lei nº 9.394, de 2006, que fixa as diretrizes e bases da educação. Qual é a proposta? A proposta é a de incluir novo parágrafo no art. 9º dessa Lei e incluir o art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos em instituições de ensino superior relacionados ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

O Conselho Federal de Medicina me procurou, pedindo para se debater melhor essa questão e apresentando algumas sugestões. Sugerí, então, que fossem ouvidos representantes do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira,

do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, do Conselho Federal de Enfermagem e da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior.

É um requerimento apresentado em co-autoria como Senador Paulo Bauer.

Em síntese, é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 15

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 58/2011 – CE

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional, com a presença dos titulares das seguintes Instituições: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa; Conselho Federal de Medicina (CFM); Associação Médica Brasileira (AMB); Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp); Conselho Federal de Enfermagem (Cofen); e Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Autoria: Senadores Demóstenes Torres e Paulo Bauer.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Senador, faço só uma observação: em vez de representantes do Ministério da Educação, não seria mais conveniente que o Ministro fosse convocado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Seria melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se chamamos representantes, o funcionário que estiver sem ocupação vai ser designado para debater isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se for o Ministro, será melhor ainda. Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E os presidentes das associações, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É preciso que haja aqui uma representação legitimada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeitamente. É melhor ainda. Concordo perfeitamente com V. Exª e aplaudo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, que sejam os titulares dos órgãos, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O requerimento vai para a comissão de pauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com base em que artigo do Regimento?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nem será preciso eu me basear em qualquer artigo nesse caso, particularmente, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu queria apenas indagar a V. Exª se é possível eu relatar a matéria constante do Item 2 da pauta, tendo em vista que vamos abrir uma reunião conjunta da CAE e da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Colocamos em segundo lugar o Item 2, porque o Senador Simon já foi preterido duas vezes, não é isso, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estou entendendo que há esse espírito com relação a mim. Estou no Item 1 da pauta há três meses.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem prioridade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Posso ser o primeiro, e V. Exª, o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Item 2 fica em segundo lugar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sabe por que pedi essa inversão, Sr. Presidente? Porque, agora, vamos abrir uma reunião conjunta da CAE e da CAS, em que a Ministra Tereza Campello vai estar presente. Vou presidir essa reunião. Este relatório é muito sucinto. Se isso fosse possível, com a

devida vênia do mestre, do nosso grande líder incontestado, Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Podemos fazer isso com a anuência do Senador Pedro Simon.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se me permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aliás, Senador, é exatamente o meu caso. Eu relato um projeto do Senador Collor na CAE. Mas tive de abrir a reunião da Comissão de Educação. Ficamos sem Relator, mas haverá um Relator *ad hoc*. Mas, antes disso, faço só uma observação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um projeto que muda um fundo para reforçar a dotação para o Exército Brasileiro.

Mas faço uma observação só, antes de lhe passar a palavra.

Eu conversava, num intervalo desses, com o Senador Walter Pinheiro, que me chamava a atenção para uma das peculiaridades do nosso Regimento Interno: no plenário do Senado, só há verificação de quórum, ou seja, só há quórum qualificado em diversas matérias por solicitação de pelo menos três Senadores; na Comissão, não há essa possibilidade. O quórum qualificado é regimental, e não podemos votar projetos terminativos sem que esse quórum esteja presente.

A sugestão que eu queria fazer, e a faço especialmente ao Senador Walter Pinheiro, é que se redigisse um projeto de resolução, que seria um projeto de resolução da nossa Comissão, estabelecendo o mesmo regime de aprovação para as votações terminativas nas Comissões do Senado da República. Ou seja, o quórum qualificado só seria exigido da mesma forma que é exigido no plenário do Senado: se requerido com a participação de pelo menos três Senadores. Se o Senador concordar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Peço a palavra, Sr. Presidente. Eu gostaria de falar, se V. Ex^a permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não? Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Fiz essa sugestão a V. Ex^a, até porque, em conjunto com o Senador Flexa Ribeiro, fiz um relatório. Fomos designados para isso depois dessa provocação que fiz na Comissão de Ciência e Tecnologia, em que fiz exatamente essa analogia. Por isso, conversei com V. Ex^a. Devo entregar, nessa próxima quinta-feira, o nosso relatório. Portanto, eu também queria sugerir a

V. Ex^a que agregasse, já que o Senador Flexa Ribeiro é membro desta Comissão, essa proposta. Peço que esta Comissão também possa subscrever essa proposta de mudança no Regimento, para que a apreciemos.

Quero insistir nisso, Sr. Presidente, para a gente entender bem. Um projeto de lei complementar e uma emenda constitucional, obrigatoriamente, são apreciados em plenário por meio do voto nominal. Um projeto de lei ordinário é apreciado de forma nominal quando partidos ou bancadas ou Senadores fazem a opção da solicitação pela verificação. Aqui, nas Comissões, estamos fazendo verificação de tudo, de projeto de lei ordinário e até do superordinário.

Na realidade, estamos convivendo com um processo nas Comissões, Senador Pedro Simon, que, com todo respeito, é esdrúxulo: os nossos servidores, os auxiliares das Comissões ficam numa verdadeira maratona para catar Senadores no corredor e para lhes pedir “assinem aqui”. E, depois de votada a matéria – este é outro absurdo –, ainda ficamos aqui, assinando um catatau de coisas, quando já assinamos a presença aqui, da mesma forma como a registramos em plenário.

Se houver verificação de quórum e se não houver Senadores em número suficiente em plenário na hora, a matéria cai. Paciência! Mas, se houver quórum no painel, e o nosso aqui é manual... Aliás, Senador Pedro Simon, é inadmissível que nossas Comissões não tenham ainda caminhado na linha do uso de ferramentas de tecnologia. É muito mais proveitoso permitir aqui o uso de equipamentos, plugar o equipamento na mesa, para termos acesso a isso. Com isso, diminuiria o número de papéis, para podermos acessar a pauta e também a minha verificação de presença.

Então, uma emenda constitucional é tratada numa Comissão especial. Um projeto de lei complementar que porventura venha a uma Comissão deve ser tratado como é tratado no plenário, portanto com quórum qualificado, com o quórum exigido. O quórum é a maioria. O quórum qualificado é quórum para emenda constitucional. Portanto, se assim procedermos, avançaremos em diversas etapas. Então, estamos providenciando isso.

Aceito, Senador Requião, a tarefa, para que a gente possa promover exatamente essa mudança, para dar agilidade na Comissão. Não estamos querendo fazer com que votem dois ou três Senadores. Mas dois ou três Senadores não podem pagar o pato, não podem ser responsáveis por um problema, inclusive, de desorganização dessa agenda. Acontecem reuniões de Comissões ao mesmo tempo. As Comissões vão criando Subcomissões. Aí vão fazer audiência no dia em que não é de comissões. Aí vão concorrendo com comissões temáticas nos dias da reunião ordinária. Vou

usar uma expressão muito pesada, mas verdadeira: essa bagunça no funcionamento das Comissões nos tira a eficácia, tira-nos a condição de, inclusive, apreciar as matérias de forma qualitativa e, obviamente, cria essa confusão.

Volto a insistir no que eu disse ao senhor lá dentro, Senador Requião, meu Presidente. Escolhi três Comissões, e uma delas funciona na terça-feira, que é esta; outra, na quarta-feira, que é a de Ciência e Tecnologia; e outra, na quinta-feira, que é a de Infraestrutura. Abri mão de participar da CAE, porque é concorrente da Comissão de Educação. Abri mão de participar da Comissão de Constituição e Justiça, porque é concorrente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que também se reúne na quarta-feira e que julgo ser mais importante, por ser a minha área de atuação. E escolhi ainda a Comissão de Infraestrutura, por ser outra área em que atuo. Mas fiz essa escolha, levando em consideração exatamente os dias diferentes. Não posso ser prejudicado à medida que cada Comissão vai criando Subcomissões.

Há outra coisa que precisamos acabar nas Comissões: em vez de Subcomissões, deveriam existir grupos de trabalho. Se há uma tarefa, um grupo de trabalho composto por dois ou três Senadores tem um prazo para apresentar um relatório, e o Plenário, Senador Simon, da Comissão avalia aquele trabalho. A gente passou a dar poderes à Subcomissão, que se reúne, faz viagem pelo Brasil, delibera, decide. Nem precisa de a Comissão se reunir mais! Isso atrapalha, isso desqualifica, isso cria problema.

Então, aceito o desafio proposto por V. Ex^a e quero agregar outros Senadores, aproveitando que o Senador Flexa está colocando à disposição o seu arco de conhecimento, para a gente, de uma vez por todas, flechar esse problema e fechar com uma solução que nos traga condição de trabalho perfeito neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito! Então, há aí um grupo especial composto pelo Senador Flexa e pelo Senador Walter Pinheiro. Estamos reduzindo de três Senadores para dois, por motivo de economia processual.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a terminou me deixando para terceiro lugar. Trouxe esse assunto, mas tudo bem!

Em primeiro lugar, Senador, vamos ser claros: a bagunça a que V. Ex^a fez referência só vai terminar se tivermos coragem de resolver. O problema todo é que nos reunimos somente às terças-feiras e às quartas-feiras. O Senado só funciona às terças-feiras e às quartas-feiras. V. Ex^a poderia participar de cinco Comissões: uma na segunda-feira, uma na terça-feira,

uma na quarta-feira, uma na quinta-feira e uma na sexta-feira. Mas tudo aqui é feito nas terças-feiras e nas quartas-feiras. Nos outros dias, a gente passa um terço no Senado...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estou aqui todos os dias, até na quinta-feira. Minha Comissão funciona na quinta-feira.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não estou cobrando isso de V. Ex^a. Estou cobrando isso de nós, a começar por mim, que estou aqui há muito tempo.

Ficamos um terço do tempo no Senado, um terço no nosso Estado e um terço no aeroporto, esperando avião.

Essa proposta está aí. É uma proposta que está aí para ser discutida.

No Senado, é brincadeira! Hoje é dia 20. Há uma reunião de plenário, e os líderes apresentam a proposta da pauta do mês de outubro: “No mês de outubro, essas matérias serão votadas”. E aí vamos votar. Aí vamos trabalhar não como hoje, que é ridículo: na segunda-feira, não há Ordem do Dia, e, na sexta-feira, não há Ordem do Dia. Não! Vai haver Ordem do Dia nas segundas, terças, quartas, quintas e sextas-feiras, e aí a gente vota. Se votou até o dia 20, você tem dez dias para ir para o seu Estado. Se votou até o dia 15, você tem 15 dias para ir ao seu Estado. Se você não votou até o fim do mês, você não vai ao seu Estado. É isso que se tem de fazer. É isso que se tem de fazer! E não temos a coragem de fazer isso. Vamos revolver.

E estamos aqui nesta situação ridícula: nas terças e quartas-feiras, ficamos correndo de Comissão em Comissão, o que é uma estupidez.

Sobre o assunto que V. Ex^a levanta, estou plenamente de acordo. Só há outro aspecto que vejo. Vejo com muita estranheza que, às vezes, a Mesa manda para votação, em caráter terminativo, projetos que não podiam estar em caráter terminativo e que tinham de obrigatoriamente ir ao plenário. Desculpem-me! Tínhamos de analisar o critério das matérias que têm caráter terminativo. Vejo algumas que são altamente polêmicas, altamente delicadas e altamente importantes e que não tinham como não irem para o plenário. Acho que deveria haver critério, Sr. Presidente, para se estabelecer o que é caráter terminativo. Não pode haver a liberdade absoluta de o Presidente dizer: “Este tem caráter terminativo, esse não tem caráter terminativo”. Às vezes, nem é o Presidente, é a Secretaria-Geral da Mesa que o diz. Já que V. Ex^a está designando uma comissão nesse sentido, seria preciso acrescentar mais este assunto: o que é que tem caráter terminativo.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sobre o assunto que o Senador Pedro Simon levantou, quero dizer que os projetos terminativos vão a plenário, não deixam de ir a plenário. Mas, para que haja discussão, é preciso solicitação por parte de um grupo de Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Mas há assuntos que são tão importantes que têm de obrigatoriamente ao plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É outra questão a ser discutida, porque ele vai a plenário e leva cinco dias para ser destacado lá.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa, V. Ex^a faz parte desse grupo de trabalho, do grupo de dois parlamentares. Acho que a discussão preliminar sobre o assunto seria feita entre V. Ex^a e o Senador Walter Pinheiro.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Jayme Campos, ao mesmo tempo em que peço um esforço da Secretaria da Comissão para viabilizar o quórum regimental, uma vez que o processo do Senador Jayme Campos é terminativo, como também o do Senador Pedro Simon.

ITEM 2

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2009

Acrescenta Art. 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Relatório: favorável, com as emendas 01-CCJ e 02-CCJ oferecendo, ainda, subemendas de sua autoria às emendas 01-CCJ e 02-CCJ.

Observações: 1– *Serão realizadas três votações nominais, uma para o projeto, uma para as emendas da CCJ e outra para as subemendas oferecidas.*

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, prezados e ilustres Senadores e Senadoras, cumprimento, especialmente, o nosso mestre Senador Pedro Simon, que, de forma gentil e educada, como sempre, cedeu-nos a vez, em termos de prioridade, porque fizemos o apelo ao Sr. Presidente.

Sr. Presidente, serei rápido neste meu relatório, por se tratar de um relatório sucinto e objetivo.

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 123, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que acrescenta art. 5º– A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor, conforme a ementa e o art. 1º, que, no caso de transferência de aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas “as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar a transferência, consoante comprovante fornecido à instituição de origem”.

A justificação registra o fato de que, sem essa norma, os alunos têm sido vítimas de duplo pagamento de mensalidades, tanto para a instituição de que saem quanto para a faculdade de destino.

O projeto, analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa (CCJ), foi aprovado em reunião de 8 de julho de 2009, com duas emendas, pelas quais se estendia seu objetivo a casos de transferências de alunos entre escolas privadas de qualquer nível de ensino, e não somente da educação superior.

II – Análise

Cabe à CE, de acordo com o inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as matérias que versem sobre questões gerais da educação, onde se enquadra o PLS nº 123, de 2009.

O projeto é meritório, tanto em suas intenções, quanto na materialidade da norma, por impedir qualquer tentativa de uma instituição gravar um estudante nela matriculado com cobrança de serviço educacional já fora de contrato, a partir da data de solicitação de transferência.

Fez muito bem a CCJ em aprovar emenda que alarga os efeitos do projeto, originalmente restrito à educação superior, para todos os níveis da educação escolar.

No mesmo sentido, e em virtude da multiplicação das oportunidades de ingresso em instituições públicas de ensino médio profissional e de educação superior, somos de parecer que o dispositivo de limitação do pagamento de mensalidade até a data da solicitação da transferência pode ser uma defesa do estudante também no caso de transferência para escolas ou universidades públicas. Para tanto, apresentamos duas subemendas às emendas aprovadas pela CCJ.

No que diz respeito à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices à aprovação da matéria.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009, e das Emendas nº 1 – CCJ e nº 2 – CCJ, com as subemendas a seguir indicadas.

SUBEMENDA Nº – CE

(à Emenda nº 1 – CCJ ao

Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outro estabelecimento de ensino, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que for solicitada a transferência.”

SUBEMENDA Nº – CE

(à Emenda nº 2 – CCJ ao

Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009)

Dê-se ao art. 5º-A, a ser acrescentado à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 5º-A. No caso de transferência para outro estabelecimento de ensino, o aluno fica obrigado ao pagamento das parcelas vencidas até o dia em que formalizar o pedido, consoante comprovante fornecido pelo estabelecimento de origem.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Eu queria só dar uma informação a V. Exª, com todo o respeito. Quando se pede a palavra pela ordem, não há artigo no Regimento que fale sobre isso. Quando se pede a palavra para uma questão de ordem, aí se invoca o art. 403 do Regimento, que rege, naturalmente, essa indagação que V. Exª fez à minha pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, fica sobrestada a votação, por falta de quórum presencial.

Embora no livro de presença o quórum esteja satisfeito, não há 14 Senadores em plenário.

Vamos votar quando houver quórum. Faltam três Senadores aqui. Podemos votar essa matéria ainda na reunião de hoje ou em uma próxima reunião.

Passamos ao Item 1 da pauta.

ITEM 1**– Terminativo –****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2009**

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Tem a palavra o Relator, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, o projeto é de uma clareza e de uma importância absoluta.

A Senadora Marisa Serrano apresenta o projeto para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (ProUni). É de uma lógica tão grande, que meu parecer é totalmente favorável.

O projeto diz o seguinte:

“Art. 1º Esta Lei inclui os estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em cooperativas educacionais em rol dos beneficiários de bolsas de estudos distribuídas no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni).”

Art. 2º (...)

“I – a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública, ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, ou, ainda, em cooperativas educacionais; (...).”

O parecer é a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Roberto Requião, eu dispensaria até comentário, como disse o Senador Pedro Simon, Relator dessa matéria, pelo significado social que a matéria representa.

Algumas áreas do Governo manifestaram-se em oposição, sob o argumento de que os estudantes pagam. Penso que é preciso avaliar a extensão dessa relação social, do aluno que estuda em escola de cooperativa educacional, porque, às vezes, um tio, um padrinho, um membro da família, uma pessoa que tem um pouco mais de posse faz esse pagamento diante da impossibilidade de a própria família sustentar esse aluno.

Então, penso que seria totalmente justo que, dada sua relevância, esse projeto, de autoria da Senadora Marisa Serrano, fosse aprovado, de acordo com o relatório muito bem feito do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Pedro Simon.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Ana Rita tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Embora não haja quórum aqui para votar, quero fazer um registro. Com certeza, a intenção do nosso Senador Pedro Simon e também da Senadora Marisa Serrano, autora

do projeto, foi a melhor possível. No entanto, eu queria levantar aqui uma preocupação. Por quê? Porque o projeto de lei permite o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (ProUni). As cooperativas equivalem a instituições privadas de ensino, e entendo que o programa Universidade para Todos é direcionado a alunos de escolas públicas. Então, penso que o projeto fica bastante prejudicado, porque vamos privilegiar ou atender determinado setor que vem de escolas privadas. Cooperativa, em minha opinião, equivale a escola privada. Então, eu queria que se avaliasse um pouco isso. Acho que a matéria fica bastante prejudicada.

O MEC, inclusive, Senadora, já se posicionou com relação a isso, dizendo que a matéria, na verdade, é inadequada, tendo em vista esse conceito, essa posição de que as cooperativas equivalem a escolas privadas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Requião...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Requião, acho que a gente está querendo colocar no mesmo conceito entidades que fazem – eu diria – um capitalismo moderno, solidário, como são as cooperativas, sejam elas de cunho educacional, de produção, de serviços ou financeiro. Há bancos cooperativos. Eu estava na Comissão de Assuntos Sociais e também na Comissão de Assuntos Econômicos tratando de um projeto meu que prevê que os bancos de crédito cooperativo tenham acesso a recursos do FAT, dentro desse conceito. Quer dizer, o próprio Governo deveria estimular as cooperativas – assim como as universidades comunitárias, no meu Estado, são relevantes para esse princípio social de que os estudantes têm, sim, acesso ao crédito, ao ProUni – e deveria também abrigá-las, dada a relevância social que têm. As cooperativas de produção, da mesma forma, poderiam ser consideradas.

Quando o Governo, na agricultura familiar, sugere a criação de cooperativas, esse é, então, um desvio de função, porque este é o princípio que norteia um capitalismo mais solidário: o da cooperativa, seja ela de educação ou de produção.

Por isso, a validade desse projeto, para dar acessibilidade ao jovem. E deveria ser visto o aspecto social do estudante, para ampliar o acesso dele a esse sistema de educação, não a uma educação mercantilista, que, em alguns casos – e V. Ex^a sabe que isto existe –, é paga a peso de ouro. Não é o caso das cooperativas,

cujas mensalidades são absolutamente aceitáveis dentro da necessidade social de se dar acesso aos estudantes.

Esse é o meu ponto de vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vou infringir, mais uma vez, como de costume, o Regimento Interno.

É evidente que a Senadora Ana Amélia tem razão. Mas eu me reporto à situação do Chile, por exemplo. Constitucionalmente, o ensino do Chile é público, não pode ser objeto de lucro; é o que diz a sua Constituição. Então, como o ensino se organizou? Organizam cooperativas, grupos de professores que, dessa forma, constituem uma instituição de ensino sem lucro, aparentemente, porque eles contratam professores, alugam o material, alugam o prédio e cobram dos alunos. E o resultado disso, em função do sistema de financiamento do ensino, que é igual ao dos Estados Unidos, é que um rapaz ou moça saem de uma universidade chilena e têm dez anos de dívida a pagar. Talvez, essa seja a natureza da preocupação da Senadora Ana Rita. E se, por exemplo, fosse uma cooperativa de ensino e se o ensino fosse gratuito? Realmente, eu me confundo nesse processo.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, continuando a discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Fazendo até uma brincadeira com aquela história, eu disse que V. Ex^a leu os nossos pensamentos. Eu estava comentando com a Senadora Ana Rita exatamente aquilo a que V. Ex^a se referiu.

Qual é a dúvida, Senador Pedro Simon? Quero dizer que, integralmente, a proposta é correta do ponto de vista levantado pela Senadora Ana Amélia.

Há várias cooperativas. Vamos lá! Não pegaremos o exemplo do Chile, mas o dos nossos assentamentos, o das cooperativas que, de certa forma, hoje, conseguem manter escolas. Há cooperativas da economia solidária, por exemplo, do povo que trabalha como catador de material reciclável. Em diversos locais na Bahia, por exemplo, há escolas mantidas por essas cooperativas para atenderem à demanda dos filhos dos trabalhadores dessas cooperativas. Então, podemos chamá-las de escolas cooperativadas, cuja fonte de receita vem da atividade do grupo da sua relação laboral. Portanto, são cooperativas que mereceriam mais até do que escolas públicas, porque a fonte de financiamento não é tão forte quanto a de um Município ou a de um Estado.

Há outra parcela de cooperativas. Vou dar um exemplo bem claro: um dos meus filhos, o mais velho, fez o 2º Grau em uma cooperativa constituída em Salvador por professores, e o valor da mensalidade era muito assemelhado ao das grandes escolas de

Salvador. Na realidade, constituíram uma cooperativa. Alguns professores renomados em Salvador, figuras conhecidas como de linha *top* na área de ensino, juntaram-se e constituíram uma cooperativa educacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se me permite, Senador, quero dizer que remuneraram os professores muito bem, não o capital. Isso é extraordinariamente positivo, mas, para o aluno, o pagamento é o mesmo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pronto!

Qual é meu questionamento aqui? Senador Pedro Simon, a gente fala muito aqui de um parafuso. Temos de ver de que forma podemos inserir algo na regulamentação... Não se pode detalhar em uma legislação a mensalidade que será cobrada de uma cooperativa. Não dá para a gente fazer isso na lei. Mas como poderíamos inserir nesse contexto algo que, de certa maneira, permitisse esse nível de separação, essa identificação por parte do MEC, na hora da concessão do benefício, para que o benefício fosse concedido sem essa possibilidade de nivelar essas duas situações?

Dei esse exemplo muito particular, mas, atualmente, em Salvador, há diversas instituições que se constituíram assim. Eu me lembro de que houve uma época, Senador Requião e Senador Simon, em que os petroleiros se juntaram em Salvador e estimularam o surgimento de uma cooperativa cujo nome terminava com Petro, relacionada exatamente à Petrobras. Essa cooperativa tinha alta qualidade de ensino, e a mensalidade era um pouco reduzida, porque eles não tinham lucro, que era da cooperativa. Essa cooperativa pertencia aos trabalhadores da Petrobras e remunerava muito bem professores de ponta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mais uma vez, quero tentar contribuir.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Unimed é uma cooperativa, mas o serviço que ela presta não barato nem público.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Concordo plenamente com isso, mas quero dizer ao Senador Pedro Simon que, de imediato, eu não saberia como ajustar uma emenda que permitisse isso. Então, a gente tinha de pensar como é que a gente poderia fazer isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que está muito correta a posição do Senador Walter Pinheiro. Então, poderíamos pedir vista coletiva dessa matéria, para não perdemos a oportunidade de dar um tratamento a isso, porque, se rejeitarmos essa proposi-

ta, anularemos a possibilidade de acesso à educação por parte de jovens que precisam estudar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Os jovens são os que mais precisam.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente isso. Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Ana Amélia, há cooperativas de vários modelos. Algumas cooperativas visam ao lucro; outras, não. Então, pedindo vista coletiva da matéria, uma sugestão que poderíamos trabalhar era que se especificasse no projeto o tipo de cooperativa, se são, por exemplo, cooperativas de caráter público sem fins lucrativos. Isso seria de bom tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Toda cooperativa acaba sendo sem fins lucrativos. É o caso da Unimed, que remunera diretamente e melhor o trabalho dos seus médicos.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas ela não é uma cooperativa sem fins lucrativos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas o fim não é lucrativo. E é caríssima para os usuários.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É sem fins lucrativos a Unimed, com o valor que ela cobra?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não dá para misturar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente, porque ela paga os médicos, não o capital.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, temos de ver qual o termo que podemos usar, como “caráter público”. Talvez, possam ser cooperativas com caráter público. Temos de pensar uma terminologia com que possamos identificar quais são essas cooperativas. Concordo plenamente com a reflexão feita pelo Senador Walter Pinheiro. Há as mais variadas cooperativas, que nascem da organização popular, em que há educação alternativa. Particularmente na educação no campo, há vários tipos de cooperativas, mas que não são de caráter privado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O pedido de vista nos dará tempo para a reflexão.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Temos de seguir no sentido de superar essa questão, não no de perder a oportunidade, Senador. Acho que esse é o compromisso geral.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não sei se, regimentalmente – consul-

to a Secretaria da Comissão –, haveria alguma forma de estabelecer um prazo maior do que os cinco dias de vista coletiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esse é o Regimento Interno. Vamos fazer o Regimento funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, está concedida a vista coletiva da matéria. Espero que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vejamos bem...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Espero que a Senadora Ana Amélia se dedique a encontrar uma solução.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Senadora lembrou o caso das cooperativas da área rural. Mas vivem de recursos públicos essas cooperativas a que a Senadora se referiu, as cooperativas que atuam no ensino da área rural. Elas não vivem de ar, mas, sim, de recursos públicos repassados pelo Governo, que são recursos da sociedade, para que elas possam prestar um bom serviço à comunidade. Então, recurso sempre tem de existir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Acredito que, dentro de alguns instantes, de alguns momentos, haverá quorum aqui, que a CAE está encerrando o seu trabalho e partindo para uma audiência pública.

Então, está concedida vista coletiva da matéria. Está sobrestada essa votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª que retirasse de pauta o Item 4, que é de minha relatoria. Eu estava conversando com o Senador Walter Pinheiro, que pediu que pudéssemos conversar, porque ele gostaria de apresentar uma emenda para aperfeiçoar o projeto. Como ele o fará durante a semana, peço que V. Exª retire esse projeto de pauta, para que ele volte na semana seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Item 4 fica postergado para a próxima reunião.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, que é a Relatora do Item 5.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, já encaminhei à Mesa da Comissão um pedido de retirada de pauta desse Projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Para a próxima terça-feira?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pode ser, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, vamos ao Item nº 6, não terminativo.

ITEM 6

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2010

Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do ProJovem e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Relatório: pela rejeição.

Observações: 1– *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.*

A Senadora Ana Rita tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 78, de 2010, autor Senador Raimundo Colombo.

Vazada em três artigos, a proposição altera, conforme seu art. 1º, o art. 2º da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. A alteração proposta tem a finalidade de reduzir, de 15 anos para 14 anos, a idade para participação no referido programa.

O art. 2º do projeto reduz, de 18 anos para 14 anos, a idade mínima para receber o auxílio financeiro de que trata o art. 6º da Lei nº 11.692, de 2008. Além de alterar, com essa finalidade, o *caput* do art. 17 da lei, o projeto acrescenta-lhe parágrafo único com dois incisos, estabelecendo que jovens a partir de 16 anos, se contratados na condição de aprendizes, conforme o art. 403 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, receberão o auxílio previsto na Lei nº 11.692, de 2008. Condições de manutenção do auxílio relacionadas ao desempenho e à frequência escolar são explicitadas nos incisos I e II do referido parágrafo único.

Assim, o ProJovem Trabalhador passará a atender jovens de idade entre 14 anos e 29 anos, em situação de desemprego e que sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo, nos termos do regulamento.

O art. 3º do projeto dispõe que a lei proposta deve entrar em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa do projeto, o autor lembra que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) procura regulamentar os diversos aspectos da atividade do menor

aprendiz, enfatizando a continuidade de seus estudos. Apesar de passados quase dez anos da publicação da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da CLT pertinentes à questão, não houve progressos relevantes na sua implementação.

O projeto será apreciado também pela Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Sr. Presidente, considero extremamente importante fazer, na íntegra, a leitura da análise.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais sobre educação e assuntos correlatos, o que legitima a apreciação do PLS nº 78, de 2010, por este Colegiado.

De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXXIII, está proibida a contratação de menores de 16 anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. No art. 227, § 3º, da Lei Maior, é reforçada a idade mínima de 14 anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, inciso XXXIII. O inciso III do § 3º do art. 227 também dá garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.

Assim, percebe-se que a antiga condição que permitia o trabalho de jovens a partir de 12 anos antes da Carta Magna de 1988 caiu por terra. Nosso Poder Constituinte originário superou a questão relativa à ratificação da Convenção nº 138, de 1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defende a idade mínima para o menor trabalhador no patamar de 16 anos. Entende-se hoje que essa disposição é inalterável por emenda à Constituição, a teor do art. 60, § 4º, inciso IV.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, também acompanha esses desenvolvimentos, do ponto de vista da interpretação jurídica sistêmica.

A redação proposta pelo art. 2º do PLS não nos parece adequada. Ele cumula dois dispositivos da CLT e um amálgama de pouco acerto. O art. 403 da CLT diz que “é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos”. Seu parágrafo único complementa: “O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”.

O Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010, estende para quinze anos o período de bolsa, dos 14 anos aos 29 anos. Vale salientar que essa bolsa não pode ser comparada com o contrato de aprendiza-

gem, definido no art. 428, da CLT, e válido de 14 anos aos 24 anos, confusão aparentemente suscitada pelo projeto ao citar o art. 403, da CLT, no seu parágrafo único, com incisos retirados de incisos do art. 433, do mesmo documento legal.

Nossa leitura desse dispositivo, em função do exposto, e pugnando pela proteção da infância e da adolescência, leva-nos a constatar que não há necessidade de reduzir a idade dos beneficiários das bolsas oferecidas pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, como proposto pelo projeto em análise. Além disso, por criar despesa para a União, viola regra constitucional, a teor do art. 61, I, “b”.

Pedagogicamente, o citado dispositivo é inadequado por mencionar “suspensão ou expulsão” de escola, o que pode ser interpretado como contradição ao direito que tem o estudante de não ser privado da frequência escolar.

Sr. Presidente, em vista do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se o Regimento Interno me desse esta capacidade, eu mandaria fechar as duas portas da Comissão agora, para evitar a evasão do quórum. Ficam proibidos de se retirarem daqui o Senador Flexa e o Senador Walter Pinheiro.

Em discussão o relatório da Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Quero deixar claro que o parecer da Senadora Ana Rita é pela rejeição do Projeto.

As Sras Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo com o relatório da Senadora Ana Rita permaneçam sentados; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos para o Item 2 da pauta, que já foi discutido.

O Senador Jayme Campos poderia usar um tempo curto para rememorar os Senadores e esclarecer os que não estavam presentes?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero apenas, Sr. Presidente, com a devida vênia, dizer que o projeto do Senador Expedito Júnior é meritório, na medida em que está buscando realmente fazer justiça. Quando se transferia um aluno de uma universidade para outra particular ou para uma faculdade, era cobrada a mensalidade tanto pela universidade onde ele estava quanto pela nova. Nesse caso, se um cidadão ou uma cidadã se transferir de uma faculdade

A para uma faculdade B, de imediato fica encerrado o pagamento da sua mensalidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na data do pedido de transferência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Positivo. Então, eu queria só refrescar a memória das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores presentes aqui.

É um projeto meritório. Quero cumprimentar aqui esse valeroso Senador, que, infelizmente, não se encontra mais conosco, mas que foi um grande Senador aqui, o Senador Expedito Júnior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A votação é nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Garibaldi Alves?

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marinor Brito?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O voto do Senador Jayme Campos é conhecido.

Aprovado.

Há alguma emenda? (*Pausa.*)

Coloco em votação as duas emendas da CCJ e a subemenda da Comissão de Educação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos para o Item 3 da pauta. O Relator não está presente.

ITEM 3

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.

Autoria: Deputado Ayrton Xerez.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando parcialmente a emenda oferecida pela Senadora Ana Rita, e pela rejeição da emenda de autoria do Senador Valter Pereira.

Observações: 1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2– Sendo aprovado o substitutivo, a emenda de autoria do Senador Valter Pereira fica prejudicada, segundo o que preceitua o art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

3— Na reunião de 05/07/2011, foi concedida vista à Senadora Ângela Portela que não apresentou manifestação por escrito.

Senadora Ana Rita, gostaria de esclarecer sua emenda?

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, Sr. Presidente, essa emenda estende isso também aos alunos que estudam à noite, mas, nesse caso, é optativo. Caso o professor falte à aula, esses alunos poderão permanecer na escola, se assim desejarem, e a escola terá de oferecer alguma atividade extracurricular para esses alunos.

O projeto de lei trata do horário vespertino. Se o professor faltar à aula, a escola não vai liberar esses alunos. A criança, se é liberada sem o conhecimento da família, vai embora sozinha, e a sua vida é colocada em risco. Então, o projeto é muito importante nesse sentido.

Nossa emenda estende também essa possibilidade para os alunos que estudam no turno noturno, desde que...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Torna isso obrigatório à tarde?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não é obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – No vespertino, isso é obrigatório, e, à noite, é opcional?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – À noite, é opcional. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É essa a emenda?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Votação nominal do Substitutivo do Senador Aloysio Nunes, acatando uma proposta da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou sendo informado, Senadora Ana Rita, de que o Senador Aloysio, em seu parecer, condiciona a permanência na escola aos alunos menores de idade, independentemente do turno de matrícula, no caso de falta de professores. Estou entendendo que todos estão incluídos.

Segundo o art. 12-A, os estabelecimentos de educação básica ficam obrigados a manter em suas dependências os alunos menores de idade, independentemente do turno de matrícula, no caso de falta de professores. Então, abrange todos os turnos. É o projeto substitutivo do Senador Aloysio Nunes, o parecer dele.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O erro foi da Mesa. Tínhamos avançado que não colocaríamos em votação matéria sem a presença do Relator. Como já tínhamos discutido na presença do Relator essa matéria, eu acabei colocando-a em votação agora. A experiência foi malsucedida, porque acabamos votando sem o entendimento perfeito.

Se o Plenário concordar, sobrestaremos essa votação e colocaremos a matéria em pauta, com a presença do Relator.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pequeno comentário: o Senador Flexa Ribeiro tem razão. O projeto diz que, independentemente do turno de matrícula, no caso de falta de professores, ficam obrigados os alunos menores de idade a permanecer na escola. Qual foi a nossa preocupação quando apresentamos a emenda? Isso pode ser debatido, com certeza. Tínhamos apenas o intuito de melhorar o projeto. Com certeza, no turno da noite, não estudam menores de idade, mas só maiores de idade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ou não.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas criança não estuda à noite.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas menor de idade é até 17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inclusive, sou o exemplo de que criança estuda à noite, porque estudei à noite.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está bem, mas qual é a nossa preocupação?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas V. Ex^a continua criança.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lá pelos idos de 1917, às vésperas da Revolução Russa.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Flexa, eu queria só dizer qual foi a minha preocupação. À noite, independentemente da idade, muitas vezes, o aluno, ao sair da escola, depende de outras companhias para ir para casa. Dependendo do lugar onde ele mora, dependendo de onde a escola está localizada, não é prudente, não é conveniente que uma pessoa saia na primeira aula, porque o professor faltou, e vá para casa. Muitas vezes, esse aluno depende, para ir para casa, da companhia de um vizinho ou de amigos. Qual a preocupação que tive ao propor a emenda? Que a escola desse uma atenção especial a esse aluno, independentemente da idade. Que se possa oferecer a esse aluno alguma alternativa para que ele possa continuar na escola até que alguém, algum colega possa acompanhá-lo até sua casa, possa lhe servir de companhia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, a votação foi sobrestada.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Entendi isso. Eu queria só contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A sua emenda não foi acatada dessa forma pelo Senador Aloysio.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O entendimento foi diferente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Voltaremos à votação com a presença do Senador.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Tudo bem! Obrigada.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Poderíamos aproveitar o quórum instalado para votar o Item 9, que é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Relator João Vicente Claudino está presente. Sim, poderíamos, pela ordem e pela regra da Comissão. O relator está presente.

Senador Flexa, feche a porta, por favor. O Senador Flexa, sub-repticiamente, ia negando quórum. Mas está restabelecido o quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tenho um compromisso. Desde as 11 horas, está sendo realizada uma reunião com a Executiva do PSDB. Eu não deixaria que V. Ex^a ficasse aqui sem quórum. Mesmo que eu me ausente, o quórum ele está mantido.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas, se V. Ex^a não compor esse quorum, V. Ex^a vai ser omissa. Então, V. Ex^a tem de ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E perderíamos a qualidade da votação sem a presença do Senador Flexa.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2008

Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer periodicidade anual na aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e prazo máximo de um ano para adoção de providências pactuadas em termo de compromisso.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pela rejeição.

O Senador Anibal Diniz tem a palavra, para relatar o Item 9 da pauta. Ainda há quorum aqui.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Farei aqui uma tentativa de leitura resumida.

O PLS nº 85, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, modifica o § 3º do art. 5º e o inciso III do art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o intuito de tornar anual a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), assim como fixar limite de um ano para os prazos estabelecidos para o cumprimento de ações definidas no protocolo de compromisso, firmado entre a instituição de ensino superior que apresentou resultados insatisfatórios no exame e o Ministério da Educação (MEC).

Compete à Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais de educação, de cultura, do ensino e dos desportos; instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação; diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas; formação e aperfeiçoamento de recursos humanos; e outros assuntos correlatos. A iniciativa em exame, portanto, inscreve-se no rol das matérias sujeitas à apreciação desta Comissão.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 2004, tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Enade tem aplicação, por amostragem, de prova e questionários aos alunos iniciantes e concluintes de todos os cursos de graduação. Nos termos da Lei nº 10.861, de 2004, o exame deve ser aplicado em intervalos que não ultrapassem três anos. As instituições que apresentarem resultados insatisfatórios terão que firmar protocolo de compromisso com o MEC, estabelecendo ações e prazos necessários para a superação dos problemas encontrados.

De acordo com o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que regulamentou a Lei nº 10.861, de 2004, o Sinaes é um referencial básico do sistema regulatório e de supervisão a cargo do MEC. O processo regulatório/avaliativo funciona integradamente, como também o de supervisão, aberto em face de denúncias recebidas pelo Ministério.

Ainda conforme essa norma, o Sinaes abrange os seguintes processos de avaliação institucional:

I – avaliação interna das instituições de educação superior;

II – avaliação externa das instituições de educação superior;

III – avaliação dos cursos de graduação; e

IV – avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.

No processo avaliativo das IES, são examinados suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, utilizando-se procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*.

A avaliação dos cursos de graduação, desenvolvida mediante visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, tem como objetivo levantar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, identificando o perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica.

A proposta contida no PLS em apreço consiste na diminuição desses prazos e do intervalo entre as aplicações do Enade – que seria pelo prazo de até três anos, passando a ser anualmente.

Dessa forma, com entendimento junto ao Ministério da Educação, consideramos que a proposição em apreço não deve ser aprovada.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A votação é nominal. Quem votar com o relatório votará pela rejeição do projeto.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Garibaldi Alves?

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Marinor Brito não está presente aqui.

É conhecido o voto do Senador Anibal Diniz, que é o Relator.

O Senador Flexa Ribeiro não está presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Projeto foi rejeitado por unanimidade. Há uma comunicação a fazer ao Plenário.

Solicitamos ao Ministério da Educação um levantamento dos projetos que tramitam no Congresso Nacional e que se referem a um plano básico de cargos e salários do ensino básico. O prazo avençado teria sido dia 20, hoje. O Ministério pede até sexta-feira para mandar todos os projetos levantados e uma minuta de anteprojeto para ser discutido pela Comissão. A ideia era que fizéssemos em parceria com o Ministério da Educação um projeto nacional de cargos e salários para o ensino básico. Então, até a próxima sexta-feira, receberemos por parte do Ministério da Educação esse trabalho.

O Senador Ferraço pede para retirar de pauta o Item 7, que fica para a próxima reunião de sexta-feira.

Vamos para o Item 11, que tem como Relator o Senador Inácio Arruda.

Senador Inácio Arruda, daqui para frente, vamos fazer valer aquela regra que estabelecemos no início dos trabalhos da nossa Comissão: sem Relator presente, não designaremos Relator *ad hoc*, a não ser em condições especialíssimas de urgência ou no caso de o Relator presidir outra Comissão no mesmo horário. A confusão que se estabeleceu há pouco aqui não foi uma situação desejada pela Comissão.

ITEM 11

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2010

Denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.

Autoria: Deputado Roberto Santiago.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: favorável.

Observações: 1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2011, 23/08/2011, 30/08/2011 e 13/09/2011.

2– Matéria a ser votada em bloco.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INACIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Deputado Roberto Santiago propõe que o viaduto no quilômetro 43/44 da BR-381, no Município de Atibaia, no Estado de São Paulo, seja denominado Viaduto Centenário da Imigração Japonesa.

Considero, Sr. Presidente, a iniciativa oportuna. A matéria foi aprovada por todas as Comissões por onde tramitou na Câmara dos Deputados e faz parte do sentimento de solidariedade, de bem receber e de irmandade, um sentimento efetivamente humano. Esse é o tratamento que os brasileiros têm dado a todos que vêm de outras nações para o nosso País.

A imigração japonesa é centenária. Os japoneses foram recebidos aqui de braços abertos. Há grandes colônias japonesas aqui. A maior colônia japonesa fora do Japão é a do Brasil, espalhada pelos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e, em sua maioria, de Estado de São Paulo. Mas há japoneses em Belém, no Ceará e por tudo quanto é canto do Brasil.

Considero que a iniciativa é muito oportuna. O meu relatório e o voto são pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O voto do Senador Inácio Arruda é conhecido.

Como vota o Senador Garibaldi Alves?

O SR. GRIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Maria do Carmo Alves?

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Aqui, há quórum ou não? *(Pausa.)*

Falta um Senador.

Por falta de quórum, fica sobrestada a votação.

Consulto a Senadora Maria do Carmo Alves: podíamos ler seu relatório agora, para votação em próxima sessão, ou o deixamos para a próxima? Qual a sua posição? *(Pausa.)*

Nós o deixamos para a próxima reunião.

Por falta de quórum, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE CONJUNTA COM A 66ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011. – AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo**

Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vital do Rego e Flexa Ribeiro, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Marta Suplicy, Magno Malta, Marcelo Crivella, Roberto Requião, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavacanti, Gim Argello e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 40/11-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, nº 53/11-CE e nº 102/11-CDH, de autoria do Senhor Cyro Miranda, destinados a debater o tema “**Educação Especial**”. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF); Senhora Emília Teresinha Borges, Presidente da Associação de Pais de Alunos Especiais (APAE) de Goiânia e Senhor Albanir Pereira Santana, Presidente da Federação das Associações de Pais de Alunos Especiais (APAE) do Estado de Goiás. Como expositores, comparecem à Audiência o **Senhor Sérgio Domingos, Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; Senhor Erivaldo Fernandes Neto, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Senhor Deputado Federal Eduardo Luiz Barbosa, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos Especiais – APAES; Senhor Joiran Medeiros da Silva, Coordenador Geral da Política Pedagógica da Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC; Senhor Candy Gifford, Psicóloga Especialista em Diagnóstico Infantil e Senhora Maria do Socorro Nery da Silva, Representante de Famílias de Alunos Especiais**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Amélia e Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora

Senadora Ana Amélia solicita a anexação do manifesto da Frente Parlamentar do Cooperativismo – Frencoop, ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009, que “Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)”. A solicitação é aprovada. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque propõe o agendamento de uma audiência com o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para discutir a inclusão e a socialização das pessoas com deficiência nas escolas, além da criação de escolas profissionalizantes voltadas a este público específico, com a presença dos Presidentes do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime. Neste momento, o Senhor Senador Cyro Miranda propõe a inclusão do nome do Senhor Deputado Federal Eduardo Barbosa na referida audiência. As propostas são aprovadas. Logo após, a Presidência sugere a expedição de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Marco Maia, no sentido de solicitar a inclusão em pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 347, de 2009, que altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal, de forma a garantir acesso à educação especializada para pessoas com deficiência sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino. A sugestão é aprovada. Agradecendo a presença de todos o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata das reuniões anteriores e sua respectiva aprovação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 40/11, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, e nº 53/11 e 102/CDH, de autoria do Senador Cyro Miranda, para a realização da audiência pública destinada a debater a educação especial.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Enquanto os convidados se dirigem à Mesa, agradeço ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pela deferência que me concede de presidir os trabalhos da presente reunião em audiência pública.

Vamos aguardar a chegada dos convidados. *(Pausa)*

Devo informar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, aos convidados presentes, aos participantes e também aos nossos convidados para apresentação das informações que os Requerimentos apresentados propuseram – são informações a serem prestadas à sociedade, através do Senado –, que esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e através de canal da Internet, ao vivo; que também está sendo gravada e, posteriormente, será reprisada em horários específicos, de acordo com a pauta de programação da TV Senado; que também é veiculada pela Rádio Senado; que é motivo de matérias jornalísticas que amanhã estarão no *Jornal do Senado*; e que também é transmitida pela Agência Senado. Portanto, é uma reunião pública, é uma audiência pública que, sem dúvida nenhuma, contribuirá, contribui muito para a melhoria das condições da educação especial e também para o funcionamento de todos os órgãos envolvidos com os direitos de pessoas deficientes, portadores de necessidades especiais etc.

Iniciando, portanto, os trabalhos, conforme é de regra nesta Comissão, já que hoje temos seis apresentações, é necessário que tenhamos muito critério na distribuição do tempo. Normalmente, em reuniões com quatro palestrantes, damos a cada um 15 minutos. Na data de hoje, consulto, se todos estiverem de acordo, se devemos nos restringir a dez minutos por apresentação. A partir do momento em que todos tiverem feito a sua apresentação, colocaremos o assunto em debate. Os Srs. Senadores que foram os proponentes dos re-

querimentos serão os primeiros a apresentar os seus questionamentos e suas opiniões; depois, os demais Senadores também o farão.

Dando início aos trabalhos, como sempre procedo nessas audiências públicas, adoto o critério de começar por um lado: da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita. Como da última vez nós começamos da esquerda para a direita, agora nós vamos começar da direita para a esquerda.

Então, com a palavra o Sr. Sérgio Domingos, Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, para usar da palavra por até dez minutos.

É bom lembrar que depois, na resposta aos Srs. Senadores, então eu adoto o critério do inverso. Aí, será da esquerda para a direita a manifestação dos palestrantes.

O SR. SÉRGIO DOMINGOS – Inicialmente, o meu bom-dia a todos; ao Senador Paulo Bauer, na pessoa de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa. Aos pais de alunos aqui, faço o cumprimento na pessoa da Eliane e da Maria do Socorro Nery da Silva.

Olha, na verdade a minha participação aqui teve e tem um propósito, na medida em que há demandados, na Defensoria Pública, pelo respeito à dignidade dos alunos com deficiência cognitiva. E nós encontramos um óbice jurídico, porque, a meu juízo, inicialmente, não tinha razão de ser a interpretação do art.208, inciso III, em que se fazia uma interpretação extremamente restritiva, delimitando que aos 18 anos, efetivamente, se cumpria ou se extinguia a possibilidade de as pessoas continuarem no ensino público.

Quanto a essa demanda, quando fiz a primeira proposta encontrei de imediato, Senador, o deferimento da inicial, sob alegação de impossibilidade jurídica do pedido. Isso, para quem milita na advocacia, é uma coisa nefasta. É quase que falar que quem está postulando tem incompetência ou não sabe fazer a leitura da legislação.

A partir de então, nós começamos a fazer a demanda junto à Deputada Rita Camata, que inicialmente não acreditava na indicação de que o Distrito Federal, como capital, estivesse restringindo o acesso pleno às pessoas com deficiência cognitiva.

Era uma quinta-feira. Numa sexta-feira ela viajou e quando voltou, na segunda-feira, ligou para nós e pediu que fôssemos ao seu gabinete. E lá chegando, ela informou que também no Espírito Santo vivenciava o mesmo problema: a restrição ou até mesmo o impedimento de essas pessoas terem acesso pleno à educação.

A partir daí, nós tivemos vários debates na Comissão de Educação da Câmara. O Deputado Eduardo

Barbosa esteve presente a todas trazendo suas contribuições, também como educador. E questionávamos, à época, que não era intenção do constituinte originário fazer essa restrição que nós fazíamos quando da leitura do dispositivo constitucional.

O também Deputado Paulo Delgado vinha na mesma linha de trabalho, sustentando que nós não deveríamos fazer essa restrição porque não era essa a interpretação dos constituintes. E pela primeira vez tive a oportunidade de ver uma interpretação histórica, feita pelos próprios constituintes da época.

O Paulo Delgado estava um tanto quanto cético da necessidade de se fazer essa alteração no texto constitucional. E para surpresa nossa, quando da elaboração do seu parecer, um parecer bem denso e bem formatado por argumentos, conseguiu entender que haveria, sim, a necessidade de se fazer alteração nesse texto constitucional.

O próprio Conselho Nacional de Educação, na sua Resolução nº02, já traz a malfadada terminalidade específica, na medida em que ao completar 18 anos, são colocadas de fora do sistema educacional essas pessoas.

Olha, parece algo abstrato falar nessa situação, mas a todo final de ano nós passamos pelas agruras das demandas, porque os pais começam a ser instigados a que os filhos não terão a renovação de suas matrículas no ano subsequente. E aqueles pais que se aventuram a discutir e a enfrentar as escolas são, de certa forma, repelidos, constrangidos, haja vista serem pessoas humildes, e colocados fora do sistema.

Na verdade, senhores, nós estamos enfrentando o problema do não respeito à dignidade humana, do não respeito aos direitos fundamentais a que todas as pessoas têm à educação. O que nós temos de passar a enxergar é que a idade não pode ser cronológica, ela tem de ser cognitiva. E também não posso conceber que, ao final, aos 18 anos, eu faça uma pseudoinclusão ao levar esses jovens para a EJA, que é a Educação para Jovens e Adultos, porque isso não é inclusão, isso é exclusão do sistema educacional. E àqueles que se insurgem, os filhos são até admitidos nas escolas, mas, às vezes, fazem o contraturno, se estudavam de manhã passam para a tarde, ou seja, altera todo o contexto em que eles estavam inseridos, e isso causa certa dificuldade tanto para a família quanto para os jovens.

Se nós observarmos a convenção internacional, se nós observarmos o próprio Texto constitucional não há qualquer restrição a que esses jovens continuem tendo pleno acesso à educação. Mas, lamentavelmente, lamentavelmente, aquelas pessoas que deveriam fazer, admitir e entender a necessidade dessa educa-

ção especial restringem sistematicamente a possibilidade desses jovens.

Eu não vou tomar muito tempo, Senador, como mineiro, sou econômico, né?

Se observarmos no Parecer do Deputado Paulo Delgado, ele traz uma pesquisa da FIPE que, ali, a gente fica perplexo. A grande discriminação feita em relação a esses alunos parte dos professores e dos diretores de escolas, porque eles não querem receber esses alunos, porque entendem eles que é mais um trabalho, é mais uma complexidade, existe a demanda de mais profissionais e, sob a alegação de que não contam com profissionais especializados, optam pela exclusão natural; convidam os pais, fazem reunião com os pais, indicam que o filho não está tendo nenhum ganho intelectual e, em razão disso, por que não deixá-lo em casa, por que não diminuir a vinda à escola. Ou seja, leva a que a família acabe desanimando em relação a essa possibilidade na educação.

São essas considerações que eu tenho a fazer no campo jurídico, para permitir que as pessoas que estão mais afetadas, que estão sofrendo com esse problema tenham a oportunidade de também fazer as suas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a manifestação do Sr. Sérgio Domingos, passamos, agora, a palavra ao Sr. Erivaldo Fernandes Neto, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), por até 10 minutos.

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar, em especial, aos componentes da Mesa, e parabenizar a Comissão pela convocação dessa audiência, de grande importância nesse momento de discussão do Plano Nacional de Educação.

No Conade, a educação especial está em pauta dentro da Comissão de Políticas Públicas, da qual eu e o Conselheiro Joiran, aqui presente representando o MEC, fazemos parte, e, ali, temos analisado vários documentos, pesquisas técnicas, propostas, posições contrapostas com o intuito de construir um parecer consensual entre os distintos posicionamentos.

O Conade, hoje, não tem uma posição firmada a respeito do papel da educação especial na política de educação do Brasil. Porém, aqui, eu gostaria de fazer algumas referências a pontos que eu tenho visto nas discussões que tenho participado.

Fazendo um breve histórico do que gerou esse debate no Brasil, o debate surge a partir da política de educação inclusiva do MEC 2008, em que “resignifica” o papel das escolas especiais como atendimento edu-

cacional especializado, em que a pessoa com deficiência é colocada no contraturno da escola regular por algumas horas e alguns dias, não sendo um atendimento integral especializado. Isso significa que as escolas especiais deixaram de ser escolas para prestarem um apoio especializado à pessoa com deficiência em alguns dias da semana em contraturno da escola. Isso fez com que gerassem duas posições antagônicas no Brasil: escolas especiais e escolas inclusivas. Antes da publicação desse debate não havia esses posicionamentos separados. A escola especial era tida como uma escola de proposta inclusiva, não de separação.

Aqui faço uma citação do Dr. Eduardo Chaves, que é Doutor em Filosofia da Educação, que faz um histórico da educação no século XX, dividido em duas megatendências: educação formal e educação não formal. A educação formal acontecendo nos espaços fechados, restritos, com currículos preestabelecidos, baseados em uma formação conceitual e “meritocrata”; a educação não formal é a que busca, além da formação curricular das disciplinas, uma formação com competências e habilidades no sujeito.

Hoje, a proposta de educação especial, isso não somente hoje, mas desde a década 1980, a educação especial vem sendo pensada dentro de um parâmetro de educação para a vida, não sendo uma educação fechada em espaços restritos, como salas de aulas, oficinas ou sinônimos, mas sendo uma educação pensada em todas as etapas da vida do aluno com deficiência. Sendo uma educação, nos primeiros estímulos, cognitiva, nos primeiros anos de vida, posteriormente, a educação fundamental, depois a educação para o trabalho, depois a educação para a atualização profissional, depois o apoio à educação na velhice, para a pessoa com deficiência aprender a lidar com as afetações que a deficiência causa na velhice.

Então, é também uma preocupação, nos fóruns de que tenho participado, de pais e de profissionais, que essa educação seja tida como a educação para a vida, ensinando ao aluno a ter uma autogestão e ser um autodefensor de si mesmo, que tenha conhecimento dos seus direitos como pessoas com deficiências, direitos esses que têm uma luta histórica, uma construção histórica. E tudo isso está relacionado ao campo da educação. Então, a educação não pode ser vista em nenhum fórum como um espaço limitado de passagem de conteúdo, mas tem de ser vista no sentido *latu*, olhando a pessoa com deficiência de uma forma holística em suas particularidades e suas peculiaridades.

Os posicionamentos, por parte da Secretaria de Educação, por parte do próprio Ministério da Educação partem do princípio de que a matrícula dupla, prevista

na política de educação inclusive 2008, é no sentido de acabar com a separação entre escola especial e escola inclusiva e garantir a presença da pessoa com deficiência nas duas instituições. Porém, o que temos visto, nos relatos dos pais e nos os relatos de famílias, é que não é isso que acontece, porque o atendimento especializado é feito em alguns dias da semana e não garante a integralidade dessas ações no atendimento da pessoa com deficiência.

Então, eu deixo uma questão para reflexão: qual o sentido de nós pensarmos no fim de uma escola especializada em detrimento de um ensino inclusivo somente, no ensino em educação regular? Qual é a ameaça que a escola especial traz à pessoa com deficiência estando nesse espaço, uma vez que a tendência educacional, a proposta educacional do fim do século XX e que estamos vivenciando agora dentro das academias, dentro das instituições que fazem esse tipo de atendimento em educação para a vida, em uma educação em todos os níveis e também dentro da escola regular, da escola pública.

Então, eu gostaria somente de deixar esses pontos firmados, para poder contribuir para as explanações, para os debates. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Sr. Erivaldo Fernandes Neto pela sua apresentação e pelas informações que prestou.

Passamos a palavra ao Deputado Federal Eduardo Barbosa, que com muito prazer eu reencontro aqui, depois de muitos mandatos nos quais convivemos na Câmara dos Deputados, na qualidade de Presidente da Federação Nacional das Apaes.

Aproveito para registrar a presença da Sr^a Emília Teresinha Borges, Presidente da Associação de Pais de Alunos Especiais de Goiânia, e também do Dr. Albanir Pereira Santana, Presidente da Federação das Associações de Pais de Alunos Especiais do Estado de Goiás.

Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa, por até 10 minutos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Bom dia a todos os presentes. Eu quero cumprimentar o nosso Presidente Paulo Bauer e toda a Comissão de Educação do Senado Federal e, sobretudo, a iniciativa do Senador Cyro Miranda de termos mais uma vez a possibilidade de promover, na Comissão do Senado, um debate sobre a educação especial.

Nós entendemos que esse debate precisa ter uma continuidade, precisa ter profundidade. E entendo que as Comissões de Educação do Senado e da Câmara têm esse papel de podermos, de fato, clarear algumas posições, mas, mais do que isso, entendermos de uma forma mais elucidada a questão da educação especial.

Eu confesso a vocês que nós militamos há 25 anos na educação especial e ainda deparamos com uma realidade cruel. Tanto os gestores, nas diversas esferas, quanto os próprios Conselhos Estaduais e até o Conselho Nacional conhecem muito pouco sobre a educação especial. Por isso mesmo, fica uma terra de ninguém. E, dentro dessa terra de ninguém, nós criamos um ambiente não salutar no País, em que, como diz o Professor Mazzotta, em vez do debate, promove-se um embate. Com isso, nós provocamos um prejuízo muito grande naquilo que devemos avançar e conquistar em relação à educação especial voltada para um segmento importante da população, que gira em torno de 14% da nossa população brasileira.

Rapidamente, o tempo é muito pequeno, mas eu gostaria de dizer para vocês que a educação especial, até antes da Constituição de 88 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, era organizada à luz de preceitos conceituais variados. Ou seja, o sistema educacional não assumia a educação especial para si. Por isso mesmo, as organizações sociais, por essa omissão do Estado, começaram a organizar serviços educacionais para o atendimento a esse segmento da população.

Nós temos, então, instituições que prestam e prestaram um serviço ao longo de décadas no País, com as Pestalozzis, as Apaes e outras organizações. No entanto, antes, essas escolas eram organizadas de acordo com uma visão conceitual dos profissionais que atuavam daquelas escolas. Havia, então, uma pluralidade de escolas especiais no nosso País. Quando nós tínhamos profissionais que eram, por exemplo, piagetianos, eles organizavam aquelas escolas dentro de turmas, pela lógica, que é uma classificação piagetiana, agrupando pessoas dentro da fase sensório-motora, simbólica, e assim por diante. Houve uma época em que também havia uma organização das escolas na forma comportamental, inclusive definindo as pessoas como aquelas educáveis, treináveis, e assim por diante.

A partir da Constituição, nós começamos a responsabilizar o Estado brasileiro para que assumisse a educação especial como um direito. Tanto é que os constituintes definiram que a educação especial deveria ser realizada preferencialmente no sistema regular de ensino. Com isso, comprometem os governos a assumirem esse atendimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz, com clareza, que nós não poderíamos mais ter no nosso País qualquer tipo de escola que não se organizasse em níveis de ensino. A partir disso, as próprias escolas especiais tiveram a necessidade de se organizar não nas diversas formas, mas através de um critério único de organização de escola, que são os níveis de ensino, começando com a educação infantil e pas-

sando pelo ensino fundamental até atingir o ensino superior. E traz o conceito claro de educação especial como modalidade de educação que perpassa os níveis de ensino. Modalidade de educação nada mais é do que os recursos e técnicas utilizados para garantir o aprendizado acadêmico daquele aluno dentro desses níveis de ensino.

Com isso, então, nós começamos a perceber o direito de acesso e percurso também para a pessoa com deficiência. De forma que, além de acesso e percurso, ele tem o direito à certificação daquilo que ele recebe como educação. Então, ele alcançou ali um direito, que não havia até então.

Assim, nós tivemos um avanço muito grande, porque começamos a perceber que o sistema tinha que se responsabilizar por esse aluno. Começamos, então, dentro de um movimento mundial, a trabalhar para que as escolas todas pudessem receber a todos sem distinção. E o grande avanço dessas duas últimas décadas foi justamente fazer com que os sistemas educacionais fossem inclusivos. Inclusive, é isso o que prevalece na convenção: nenhum sistema pode ser restritivo. Isso significa que não há nenhuma escola na esquina que possa simplesmente impedir uma matrícula de alguém que tenha uma deficiência pelo fato de ter uma deficiência. Isso a própria Convenção traz com muita clareza. Então, nós tivemos aí uma ampliação de direitos, o que, para nós, é muito positivo.

No entanto, começou, então, um processo de grande debate: dentro de um sistema educacional inclusivo, precisa-se excluir a possibilidade dos espaços educacionais especializados? E talvez esse seja o assunto hoje mais conflitante.

Aí, começamos a ter posições divergentes. O Ministério da Educação, hoje, por exemplo, defende o papel da escola especial como um papel complementar e suplementar, ou seja, não reconhece que a escola especial deveria ser mantida num aspecto substitutivo, ou seja, também oferecendo a escolaridade nos seus níveis de ensino.

Quando, então, esse tema vem à tona, nós que vivemos e militamos dentro dessa área há muitos anos e vários pesquisadores e estudiosos mostramos que isso não é convergente; existem divergências. Primeiro, porque as pessoas com deficiência têm peculiaridades para o seu aprendizado. E nós não conseguimos perceber que um sistema convencional, padronizado, possa de fato acolher o processo de educação de todos.

Nós sabemos que hoje nós temos um sistema educacional meritocrático. Inclusive as escolas são avaliadas por esse processo. E, mais uma vez, as pessoas com deficiência têm que se adequar àquilo que previamente está sendo estabelecido dentro de um sis-

tema comum. Por isso mesmo começam os impasses e inclusive as angústias das próprias famílias, que não percebem que seus filhos têm um aprendizado dentro do sistema convencional. E aí passou-se a ter um outro debate. O fato de termos a socialização dentro da escola comum já justifica as pessoas estarem dentro da escola comum. Isso também tem controvérsias. A escola é feita para a socialização ou é feita para a socialização e também a garantia do aprendizado? E aí essa questão também está em debate.

Quando falamos de um sistema educacional inclusivo, também temos que remeter que não há como avaliarmos essa discussão sem o recorte das deficiências. Então, uma coisa é você preparar um sistema educacional para o surdo, para o cego, para o deficiente intelectual, para o autista. Há peculiaridades distintas para nos organizarmos para receber esses alunos. Eles têm peculiaridades específicas. Então, surge a pergunta: o sistema educacional que temos está em condição de acolher a todos na sua diversidade?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Já acabou, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Um minuto.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Um minuto, está certo.

Então, isso é uma indagação que as famílias acreditam que os direitos delas não podem ser restritos. Que bom que conseguimos a ampliação dos direitos com as escolas assumindo esse papel, mas também temos que definir o que é melhor para a pessoa, onde ela se sente melhor. Inclusive, a convenção remete ao pensamento das ambientações educacionais para garantir o aprendizado.

Então, rapidamente, eu só quero passar um dado. Por favor, projete para mim.

Eu só quero mostrar isso para vocês porque a educação especial é muito mais séria do que esse debate que nós, às vezes, travamos.

De acordo com o censo do IBGE, nós temos, na população brasileira, 13 milhões e 749 mil pessoas na idade de zero a 24 anos.

Passe. Eu vou passar bem rápido para vocês entenderem.

Então, temos aqui...

Eu vou adiantar, porque isto é detalhe das matrículas da educação especial por faixa etária.

Vamos passando. Eu vou só ao gráfico final.

Eu quero só mostrar para vocês, já que o tempo se esgotou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Está bom. Temos ali as matrículas, de acordo com o Inep, de 2006 a 2009. Em 2006, temos as matrículas de classes especiais e de escolas especiais, que dão em torno de 370 mil matrículas; classes comuns com apoio especializado, em torno de 136 mil; e pessoas com deficiência em classes comuns sem apoio especializado, em torno de 188 mil. E aí nós estamos vendo a evolução das matrículas até o último censo escolar de 2009.

O fato interessante é que, se vocês somarem todas essas matrículas, percebemos que, mesmo com o movimento pela inclusão escolar, não tivemos acréscimo de matrículas para as pessoas com deficiência, Paim. Isso que é preocupante. Isso que é grave.

Quando é divulgado pelo próprio Inep que houve uma ampliação das matrículas das pessoas com deficiência dentro das escolas comuns, o que está em azul são as matrículas nas escolas especializadas, que saíram de 375 e foram para 252. Simultaneamente, tínhamos 325 mil matrículas de deficientes nas escolas comuns, que foram para 387. Então, o que aconteceu foi uma migração das escolas especializadas para as escolas comuns, sem ampliação de vagas significativas.

Inclusive, uma professora de Pernambuco apresentou, no congresso do Ines e da Feneis, na semana passada, no Rio, mostrando a redução do número das escolas especiais do Brasil. Inclusive, se você somar, aritmeticamente, esses números, nós tivemos até uma redução, em números absolutos, do número de vagas para as pessoas com deficiência. Então, a nossa discussão de inclusão é muito mais séria. Ela não pode se pautar só na migração. Inclusive, estamos sacrificando um sistema existente em prol de uma luta da inclusão escolar, mas não ampliamos o processo de acesso aos educandos. Isso significa – e nós temos aqui vários gráficos que não dá para mostrar – que a Região Sul do Brasil consegue atender em torno de 5 a 7% dessa população, que o Sudeste brasileiro, de 3% a 4% das pessoas com deficiência, e assim é o panorama no País como um todo. Ou seja, nós não conseguimos levar a educação para as pessoas com deficiência, e essa é que deveria ser a nossa grande discussão – não de contraposição, mas justamente de somar todos os esforços existentes para avançar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Deputado Eduardo Barbosa.

Nós concedemos agora a palavra, por até 10 minutos, ao Professor Joiran Medeiros da Silva, que é Coordenador-Geral da Política Pedagógica da Educação Especial da Secretaria de Educação Continu-

ada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi, do Ministério da Educação.

O SR. JOIRAN MEDEIROS DA SILVA – Bom-dia a todos e a todas. Quero parabenizar, em nome do Ministério da Educação, o Senador Cyro Miranda, o Senador Alvaro Dias e o Senador Paulo Bauer, Presidente desta Comissão, em nome de quem congratulo-me com toda a Mesa.

Inicialmente, estamos, hoje, no marco histórico no Brasil, que é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Essa conquista foi evidenciada no Brasil, em 2005, por todas as instituições em luta pelas pessoas com deficiência. Então, a importância de termos hoje uma audiência pública que trata da questão da educação especial se espelha nesse conjunto histórico que tivemos ao longo dos anos.

(Próximo, por favor.)

O tempo é muito curto, vou tentar cumprir esses 10 minutos, e, no debate, podemos voltar com alguns dados que trouxemos.

Estou começando com a Convenção. Nós tivemos a ratificação da Convenção, que tem força de emenda constitucional. Ela está na Constituição. É hoje, digamos assim, a lei maior, o decreto maior que foi instituído e que foi ratificado por vários países. O Brasil é um dos signatários. Ela muda, inclusive, o conceito de deficiência.

É daí que quero partir, porque esse conceito de deficiência vai ao encontro à política que foi instituída em 2008 pelo MEC. Ela muda o conceito que recaía na deficiência – seja ela sensorial –, segundo o qual a pessoa com deficiência era vista restritivamente por seus impedimentos.

E a Convenção muda esse conceito, quando coloca que a questão da deficiência está muito mais na obstrução das barreiras e que, se essas barreiras fossem eliminadas, a pessoa teria condições de igualdade – de viver, de aprender com as demais pessoas. A Convenção traz essa inovação, porque muda o foco da deficiência para as barreiras ou para a criação das acessibilidades, para que essas pessoas com deficiência possam chegar ao um sistema como o de ensino.

(Próximo, por favor.)

Visto isso, no art. 9º, que trata da questão da acessibilidade – aí entendida numa amplitude muito maior, porque historicamente a temos muito ligada às barreiras arquitetônicas. Mas aí o conceito se amplia: todos os Estados-parte têm a obrigação de possibilitar plenamente, nos aspectos da vida, às pessoas com deficiência a oportunidade de vencer essas barreiras – citamos aquelas no campo físico, do transporte, da informação e da comunicação. E aí se elegem alguns

compromissos. Há vários compromissos, e eu trouxe apenas quatro.

Um deles é que nenhuma criança seja excluída do Ensino Fundamental gratuito, compulsório, sob a alegação de sua deficiência. Era muito comum, historicamente, no Brasil, que a deficiência fosse o foco da não aprendizagem desse aluno. E toda a pedagogia hoje, nacional e internacional, vai de encontro a essa definição, porque a Convenção traz que ela não pode ser o foco na deficiência, e, sim, nos impedimentos de natureza física, emocional ou informacional.

Uma outra questão é que ela traz o acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Secundário, inclusive com qualidade, gratuito e com igualdade de condições com as demais pessoas. Aí, em seguida, vou dizer o que o Ministério da Educação tem feito para garantir essa igualdade de condições.

(Próximo, por favor.)

Uma outra questão é o apoio necessário ao sistema. Temos várias ações que são apoiadas, para que essa inclusão possa efetivar-se. É um processo. Por outro lado, as medidas individualizadas, que vou também citar, efetivas, para que esse ambiente escolar, de escolarização, acadêmico e social, possa ter como meta a inclusão plena. E inclusão, na leitura hoje pedagógica, seria que os alunos estivessem fazendo a sua escolarização nos espaços comuns de aprendizagem, pois toda a política pública hoje reflete os processos inclusivos. E “inclusivos” significa, no entendimento da Convenção, que eles estejam na convivência natural com os outros e não em espaços segregados.

(Próximo, por favor.)

Bem, nessa direção, a política do MEC lança em 2008 um novo conceito de educação especial, em que o foco não está mais na deficiência, mas na eliminação das barreiras. E aí vai tratar disso em todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o que se está chamando – e isto está na Constituição – de Atendimento Educacional Especializado, que são recursos e serviços prestados no contraturno – lá na frente, vou referir-me a isso –, em que o aluno tem garantido o suporte para uma aprendizagem que se dá lá, nos espaços comum, que seriam as salas de aula.

(Próximo, por favor.)

Nessa perspectiva ainda, lança-se, integra-se, dentro da escola – é uma orientação hoje ao sistema de ensino colocar no PPP, na proposta pedagógica da escola –, o atendimento ao universo, que hoje a política atende, de pessoas com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, nas classes comuns do ensino regular,

de forma articulada com a EE. Vocês vão observar que as instituições especializadas estão previstas, inclusive, no PNE, prestando esse serviço complementar àqueles que estão no sistema comum.

(Próximo, por favor.)

Bem, o objetivo é o acesso e a participação da aprendizagem de estudantes. Esta é a função da escola: não só incluir do ponto de vista da socialização, mas também garantir a aprendizagem. E temos diversos exemplos, diversas pessoas, inclusive com deficiências cognitivas, que tiveram avanço em sua escolarização, que chegaram, inclusive, à universidade, o que prova que o objetivo da política é também a aprendizagem.

(Próximo, por favor.)

Bem, aí vêm algumas estratégias, mas, diria, algumas garantias que o Ministério da Educação tem perseguido: primeiro, a transversalidade da educação. Ela está do Infantil ao Superior. Existem, lá na frente, ações, que vão mostrar que, em todas essas modalidades, existem propostas e programas para isso.

Vêm o Atendimento Educacional Especializado, a que já me referi, no contraturno; a continuidade da escolarização em níveis mais elevados, chegando-se à universidade; um programa de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, em que se muda o foco, que não é mais na deficiência, mas no serviço que é prestado no contraturno para a inclusão escolar; a interação com a família e a comunidade. E aí vem a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, e, para isso, também vamos falar das salas de recursos multifuncionais; do Programa Escola Acessível; do Programa Incluir na universidade e de outros.

E uma ação intersetorial na implementação de políticas públicas, que agora foi apresentada na ONU. Ela é o BPC na Escola, que envolve vários Ministérios. Isso foi criado em 2008, ainda no governo do Presidente Lula, em que as políticas e quatro Ministérios – Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Direitos Humanos – traçaram metas para serem alcançadas, saindo-se, em 2008, de um universo de beneficiários apenas de algo em torno de 21% para o censo de 2010, segundo o qual passamos a ter 53% desses beneficiários, hoje, na escola.

Estamos aguardando o pareamento de 2011, para ver o que esses índices vão refletir quanto à presença na escola desses beneficiários.

(Próximo, por favor.)

Bem, aí institui o Ministério da Educação, em 2008, o que chamamos de Decreto nº 6.571, que dispõe sobre o Atendimento Especializado.

Esse atendimento é que faz a garantia, o financiamento, a prestação do apoio técnico e financeiro para a oferta do atendimento educacional especializado.

O atendimento considera essas atividades e recursos no contra-turno, a que já me referi, de acessibilidade pedagógica à escola. Aí vêm as salas de recursos, instituídos no chão da escola, vem a Escola Acessível, que é um programa que, neste ano, propiciou que 12.166 escolas já estejam recebendo recursos do FNDE para fazer essa acessibilidade.

E nela admite-se, a partir de 2010, a dupla matrícula. É isso que o Ministro da Educação, em vários debates, tem colocado: a dupla matrícula significa escola comum, escola no contra-turno com a prestação do atendimento educacional especializado e escola comum e instituições especializadas prestando, pelo *know-how*, pelo conhecimento, o atendimento educacional em outros espaços. E aí há vários programas que já são financiados, hoje, pelo Ministério da Educação, inclusive as instituições parceiras.

Nelas também se prevê o duplo compito da matrícula. Então, os Fundeb's de cada Estado e cada Município têm o extrato, e desde que eles postem no Censo que têm aquela deficiência, o sistema de ensino recebe duplamente o valor para garantir essa inclusão.

Vem a resolução do Conselho Nacional e essa resolução também regulariza a questão do sistema educacional do atendimento nas salas de recursos multifuncionais da rede pública. E, ali, a própria resolução está clara: instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, sem fins lucrativos. Então, atende às instituições especializadas.

Eu vou dizer rapidamente, Senador, para concluir. Implantação das salas de recursos, que são equipamentos de acessibilidade, mobiliário, materiais pedagógicos. O Escola Acessível, que é outro programa que o MEC instituiu e que remete para as escolas recursos para acessibilidade do seu entorno.

Um programa de formação continuada pela UAB, à distância; e presencial, pela Renafor. Temos um amplo programa feito hoje por mais de 64 IEEs no Brasil inteiro, que postam cursos para os quais os professores são convidados a fazer.

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que, inclusive, neste momento, está reunido aqui em Brasília, é um programa que atende aos sistemas de ensino. Hoje, estamos em 168 Municípios brasileiros, que também fazem a formação presencial.

Vem o BPC, a que já me referi e que foi exemplo na ONU – os quatro Ministérios estiveram presentes – tanto para América Latina quanto para a Europa. Foi um exemplo de busca ativa daqueles que estão fora da escola. Esse programa colocou 53%, os be-

neficiários do BPC, na escola. Estamos aguardando o novo pareamento de 2011 para ver os apontamentos nesse sentido.

Vem o Programa Incluir, que é no âmbito das universidades brasileiras, cujos recursos são repassados via edital para que as instituições criem núcleos de acessibilidade. E já existem em torno de 45 núcleos.

Tem o Proesp, que é um programa de pós-graduação no campo da Capes, que visa estimular professores e alunos na pesquisa da educação inclusiva.

O Prolibras, que é a certificação de tradutor-intérprete. Ela passou da Universidade Santa Catarina para o Imes. É o Imes quem vai fazer a processo a partir deste ano.

O Livro Acessível que está na produção junto ao CAPS de cada Município, que é o centro de apoio às pessoas cegas, e estão produzindo livros didáticos e para-didáticos.

(Próximo, por favor.)

Os centros de formação, que são CAs, que tratam da formação e produção de materiais para os surdos.

(Próximo, por favor.)

Os NAPPBs, que são os Núcleos de Apoio e Produção Braille. Estamos em todos os Estados.

(Próximo, por favor.)

Os núcleos de atividades para os alunos com altas habilidades, superdotação. Temos hoje 27 núcleos, que atendem as escolas e dão suporte a elas.

(Próximo, por favor.)

Por fim, vem o indicador querendo sinalizar que tivemos um crescimento de 61,6%, tomando como base de 2000 a 2010, de 3.400 alunos postados no Educacenso para 5.497.

Matrícula de estudantes na educação especial em escolas públicas: 155%, um aumento de 208 mil alunos, para 532.620 matrículas.

Matrícula de estudantes, público-alvo no geral, aquele público que já foi divulgado, de 81 mil para 484.332, em 2010.

Na escola comum, com matrícula de alunos, passamos de 13.087, de 2000 a 2010, para, hoje, 85.090.

Professor com formação em educação especial, portanto, com esse viés de atendimento educacional especializado, em 2000, de 33.600 para, em 2010, 68 mil.

Escola pública com acessibilidade. Esse é o menor índice que temos hoje. Temos uma fragilidade, mas alcançou o índice, ainda, de 2010, para 28.650. Com a 12 mil hoje esse índice vai para quase 40%.

E aí vem um gráfico, onde temos, no Educacenso, um aumento da matrícula. Tínhamos 13%, em 1998, e

hoje temos 69% na escola comum. E em escolas especiais e classes especiais, temos hoje, postado pelo censo, em torno de 31%.

Estamos à disposição dos senhores para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, professor Joiran. Na verdade, o senhor ultrapassou em três ou quatro minutos o tempo que lhe havia sido destinado, mas tenho certeza de que suas informações enriqueceram essa audiência pública.

Consultei a Assessoria da Comissão sobre um procedimento que a Comissão adota ou não de informar previamente os convidados sobre o tempo, e fui informado de que esse critério não existe. Vamos consultar, na próxima reunião ordinária da Comissão, os Senadores e as Senadoras que integram a Comissão, para que se estabeleça, desde a aprovação da audiência pública, o tempo que haverá de ser destinado aos palestrantes e o tempo que cada um terá, para que não tenhamos essa situação de constrangimento, até por parte da Presidência, na hora da apresentação, de ter que acelerar ou limitar a apresentação a um determinado tempo. Entendo que, em muitos casos, dependendo de quem faz a apresentação e o foco que ela tem e utiliza para debater o assunto, pode precisar de menos ou mais tempo.

Mas, sem dúvida, o Ministério da Educação, que é o órgão que tem a responsabilidade de conduzir as políticas e a própria ação educacional no País, precisará sempre ter um tempo diferenciado para que possamos avaliar melhor se as coisas estão efetivamente bem encaminhadas ou se precisam ser reencaminhadas para alguma carência ou reivindicação da sociedade.

Dando prosseguimento, concedo a palavra a Dr^a Candy Gifford, psicóloga especialista em diagnóstico infantil, que nos alegra muito com sua presença e, com certeza, alegra mais o seu esposo, Senador Cyro Miranda, que aqui está muito atento para ouvi-la, como, aliás, também esteve para os demais palestrantes. V. S^a tem a palavra.

A SR^a CANDY GIFFORD – Muito obrigada. Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer ao Exm^o Senador Paulo Bauer o convite. Estou muito feliz de poder ser ouvida hoje, de poder dizer o que eu penso. Quero, também, fazer um agradecimento a toda a Mesa, por estarem me ouvindo, a Emília Terezinha, presidente da Apae, que, além de presidente, é minha amiga, é bom vê-la, a todos da Apae de Goiás, obrigada.

Queria acrescentar dois itens ao meu currículo. Sou psicóloga, psicopedagoga, mas também sou mãe e avó. São dois itens que faço bem também e queria

ter falado sobre isso. Sou uma trabalhadora da infância, e é por essas crianças que falar hoje.

Eu vou iniciar minha fala trazendo um paradoxo do meu pensar. Segundo Winnicott, um autor e psicanalista inglês já falecido, ele dizia que “o paradoxo é para não ser entendido.” Eu sou a favor da inclusão, na escola regular, de alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos invasivos do desenvolvimento, altas habilidades para aprender. Mas também sou a favor da existência das escolas especiais. Defendo esta minha posição porque entendo que o modelo de escola que temos hoje não atende a todos. Apoio também o projeto humanista do Exm^o Senador Cyro Miranda que propõe apoio continuado a crianças e jovens que apresentam grande incompatibilidade em seu desenvolvimento, quando comparado com pessoas de sua faixa etária. Jovens de 18 e 19 anos, de idade cronológica, mas de idade mental de 5-6 anos. O que o Senador propõe é que haja uma formação continuada para a vida, não se aceite a terminalidade da aprendizagem aos 18 anos: a gente aprende para a vida inteira.

Acredito em uma inclusão responsável que proponha um diagnóstico para cada caso para, em seguir, discutir a intervenção. Eu não acredito em uma inclusão perversa, onde se finge que se incluiu e o aluno finge que está incluído. Uma inclusão na qual a pessoa com deficiência apenas recebe o espaço físico para ali estar, uma cadeira na sala de aula. O que se deseja é uma escola que possa oferecer espaços de aprendizagem significativa para todos que a frequentam. Crianças e adolescentes com transtornos graves, com deficiências múltiplas têm direito a uma escola que atenda suas necessidades. Com o modelo de escola que temos hoje, pensar em uma inclusão escolar para todos me parece uma ideia quixotesca: eliminam-se as diferenças, colocando-os todos como iguais. Eu concebo as diferenças não como menos-valia, mas apenas como questões próprias da singularidade de cada criança e de cada jovem. Entendo que, para discutirmos a inclusão escolar e o término das escolas especiais, deveríamos ouvir quem trabalha no *front*, quem vive a sala de aula com alunos especiais, ouvir as famílias que sofrem e principalmente lutam por seus filhos. Penso que, de dentro de um gabinete, com apenas questões teóricas a sua volta, a única chance que se tem, diante do desconhecimento da prática, é cometer um grande equívoco. A coparticipação das partes interessadas nessa discussão nos dará a oportunidade de encontrar alternativas mais saudáveis em favor da pessoa com deficiência.

Consequências desastrosas poderão acontecer se fizermos uma incisão cirúrgica extirpando a escola

que realmente podem ensinar aqueles que apresentam severos comprometimentos em seu desenvolvimento e que não possuem lugar de aprendizagem na escola comum – pelo menos ainda hoje. Estou aqui falando de alunos com atraso importante no desenvolvimento. Estou falando de um aluno autista, de pessoas com deficiência intelectual grave, que necessitam de ensinantes especializados, de métodos específicos de aprendizagem.

Quando olhamos o pátio das escolas nos recreios ruidosos e quando olhamos das janelas das salas de aulas, algumas com 40 alunos ou mais, enxergamos, se tivermos os olhos sensíveis para ver, que, frequentemente, alunos com deficiências e inclusos se deparam com ambientes excludentes. Alguns alunos com deficiência poderão ser incluídos, sim (eu acredito nisso), a partir de um diagnóstico diferencial de suas possibilidades e dificuldades.

Se o aluno pode usufruir da escola comum, ele deve, sim, frequentá-la, mas que seja um lugar em que possa desenvolver sua autonomia e independência. Isso, sim, significa promover inclusão. Volto a repetir: uma inclusão responsável. Não deverão ser diretrizes que colocam goela abaixo um plano de inclusão escolar e a proposta de extinção da escola especial que devem ser aceitas prontamente. É preciso esgotarmos todas as discussões e ouvirmos todos os segmentos da sociedade, em especial aqueles que estão diretamente envolvidos na questão: professores e pais.

Diferentemente da Idade Média, as escolas especiais não deixam seus aprendizes ao relento até a morte, e também não fazem, como os hospitais psiquiátricos do séc. XV, que as confinavam, mas não as tratavam. Hoje, em nossa sociedade, não acontecem essas barbáries, mas ainda temos medo das diferenças: ou nos afastamos ou nos misturamos a elas para colocá-las iguais a nós. E não é isso que irá promover a inclusão. Negar a deficiência não é saudável.

As escolas especiais acolhem, cuidam, tratam e ensinam, respeitando seu ritmo, seu saber e seus desejos. Se tivermos uma sociedade inclusiva, uma sociedade que respeita a diversidade, não será a escola, que o aluno frequenta, que o colocará na condição de excluído. Estar em uma escola que ensina, conforme suas possibilidades, dará condições de que seja realmente incluído socialmente. Só assim se formará como pessoa autônoma e independente. Ao governo – pai tribal – que cuida de seus filhos, cabe a garantia ao direito da pessoa, com necessidades especiais, de receber uma escola adequada que possibilite seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social – e não colocá-la apenas dentro de uma sala de aula para garantir o que se diz hoje: politicamente correto.

O direito à escola, seja comum ou especial, é direito garantido pela Constituição nacional. Mas além do acesso é preciso defender o direito do aprendiz. Não podemos acabar com as alternativas reais de aprendizagem da pessoa com deficiência.

Eu vou, neste momento, fazer um recorte na minha fala e trazer uma voz que eu escuto todos os dias em meu consultório nestes 27 anos de trabalho, de trabalho com crianças que apenas aprendem diferente. Eu escrevi este texto para dividir com vocês hoje, por elas: por essas crianças que aprendem diferente. Eu convido a prestarem atenção a essas pessoas.

Eu estou com a boca seca... Vocês estão me olhando... Eu queria uma água, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Imediatamente, Senhora.

A SR^a CANDY GIFFORD – Obrigada. Posso ter um minuto mais? Só para eu ler o finalzinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pode, por favor. Até porque pediu água, tem direito a dois... (*Risos.*)

A SR^a CANDY GIFFORD – Pedi água... Pedi água! Senador, muito obrigada.

Eu acho, Senador, que a expectativa do Senador Cyro Miranda, me olhando, meu deixou de boca seca. (*Palmas.*) (*Risos.*)

Eu quero falar... Eu os convido a prestar atenção a estas pessoas:

“Eu sou diferente, mas também sou igual; não aprendo fácil, mas posso aprender muitas coisas: brinco, dou gargalhadas, faço coisas legais. Eu só aprendo quando alguém crê em mim. O meu saber precisa do seu olhar, pois ele, o meu saber, pode ser pequeno, médio ou grande, mas é meu saber. Eu me descubro no seu olhar. Eu penso em um espelho onde vejo a imagem de muitas possibilidades, mas também de muitas descrenças. Fico preso nesse olhar e cresço se o caminho for livre. Entretanto, esse olhar também paralisa, bloqueia e impede quando não acreditam em mim. A natureza nos mostra que, na terra árida, uma semente brota, mas ainda que todos achem impossível, ela vinga, porque alguém cuidou da terra e da semente. Eu preciso de alguém que siga meus passos, sonhe comigo, viva meus desejos e sempre me inclua em seus planos. Se o seu olhar vier acompanhado de palavras acolhedoras, muito melhor para o meu crescimento. Entretanto, se surgirem palavras amargas, como incapaz, lerdo, coitadinho e tantas outras que depreciam, desrespeitam e deixam marcas na alma, por favor, abandonem seus preconceitos, desconstruam rótulos, acolham essas crianças com suas diferenças e semelhanças.

Por favor, não as esqueçam nunca.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Depois de ouvir essa bela palestra da Dr. Candy Gifford, ouviremos agora a Sr^a Maria do Socorro Nery da Silva, representante das famílias de alunos especiais.

A senhora tem a palavra por até dez minutos.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA

– Antes de começar meu depoimento, eu vou fazer uma oração.

Nas horas mais difíceis, eu me arego a Deus e peço que Ele me sustente e me junte com os outros pais, para a gente conseguir vencer esta batalha que é garantir a educação para as pessoas especiais, sem limite de idade.

Então eu peço que oremos uma Oração ao Espírito Santo, um Pai Nosso e uma Ave Maria:

Vinde, Espírito Santo,

Enchei os corações de vossos fiéis

E acendei neles o fogo do Vosso amor.

Enviai o Vosso Espírito e tudo será criado, e renovareis a face da terra.

Oremos:

Ó Deus, que instruístes os corações dos vossos fiéis com a Luz do Espírito Santo,

Fazei que apreciemos retamente todas as coisas, segundo o mesmo Espírito,

E gozemos sempre de Sua consolação, em Cristo Senhor Nosso. Amém

Pai nosso, que estais nos céus, santificado seja o vosso nome.

Venha a nós o vosso Reino,

Seja feita a vossa vontade, assim na Terra como no Céu.

O pão nosso de cada dia nos daí hoje,

Perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoadamos a quem nos tem ofendido

E não nos deixei cair em tentação, mas livrai-nos do mal.

Amém

Ave Maria, cheia de graça,

o Senhor é convosco,

bendita sois Vós entre as mulheres,

bendito é o fruto em Vosso ventre, Jesus.

Santa Maria Mãe de Deus,

rogai por nós, pecadores,

agora e na hora da nossa morte.

Amém.

Eu sou tia e mãe do Alessandro Silva Cruz. Ele é aluno da Rede Oficial de Ensino. A gente sofre muito porque o começo da vidinha do Alessandro já foi muito complicado. Ele é filho do meu irmão e passou dezenove dias, depois dos nove meses. A mãe ia ao hospital e, quando chegava, mandavam de volta para

casa. Até que, em uma hora, a bolsa dela arrebentou, e eles tiveram que receber. Como ela tinha quatro filhos, todos de parto normal, deixaram ainda por duas horas para ganhar o neném em parto normal. Só que ela não teve passagem, e levaram para a sala de cirurgia. Lá, ele foi tirado com fórceps; o cérebro dele, do lado direito, foi atingido, o que danificou os movimentos do lado esquerdo. Fizeram a cirurgia nela, costuraram e tudo; levaram para a sala de recuperação. Lá, o abdômem dela começou a crescer. Eles a levaram para a sala de cirurgia e aplicaram sangue errado nela. Ela entrou em choque. Isso foi no dia 27 de outubro de 1977, e ela veio a falecer no dia 28 de outubro de 1977.

Eu sou de uma família de treze irmãos. Na época, o meu pai e a minha mãe abarcaram os pequeninhos que ficaram e mais o Alessandro. A filhinha mais nova dela, em outubro de 1977, tinha dois anos e iria fazer três anos em janeiro do ano seguinte; o mais velho tinha sete anos e iria fazer oito anos no ano seguinte. Então, meu pai e a minha abarcaram, cuidaram do Alessandro e do restante eles ajudaram a cuidar, a criar, com o meu irmão.

O Alessandro vinha frequentando a escola direitinho, mas, de uns cinco anos para cá, não sei por que, a Secretaria de Educação – vou falar em nível da Secretaria de Educação, porque a experiência que a gente vive é com a Secretaria de Educação do DF – mandou uma renovação de matrícula. O Alessandro frequenta a aula cinco dias por semana e, nessa renovação, vinha escrito que ele iria para a oficina. Oficina, perante a Secretaria de Educação do DF, é sinônimo de corte de dias letivos. Se o aluno frequenta cinco dias, quando vem a renovação de matrícula, é para ele frequentar um dia – e mal – e, se os pais brigarem muito, dois dias.

Então, fiquei desesperada e me agarrei a Deus, que iluminasse, porque a gente já tinha visto outras pessoas sofrendo também, outras famílias, que iluminasse, que desse uma solução. E Deus vai colocando os anjinhos na nossa frente. Veio o Dr. Sérgio, nos orientou a respeito de que tinha que mexer na Constituição. E foi o que deu na criação da PEC nº 347/2009, que está tramitando na Câmara dos Deputados, que, com muita fé em Deus, será promulgada logo, logo.

Aí, a gente está nessa luta. O que acontece? Todo final de ano e começo de ano é uma luta para nós mantermos os nossos filhos na escola, porque a Secretaria de Educação diz que eles não têm direito. Nós vamos ao Ministério Público, à Defensoria Pública, a todos os órgãos que lutam pelos direitos dos cidadãos, só que nós não temos respaldo legal.

O Ministério Público falou para a gente que não tem como, porque se dá a entrada, é formado um pro-

cesso, mas, na hora de o juiz dar o veredito, ele dá o ganho de causa à Secretaria de Educação porque não existe respaldo legal para manter nossos filhos maiores de dezoito anos na escola.

Na Constituição não está escrito nada a respeito de que eles não têm direito, mas, como há uma limitação para o ensino regular, o ensino normal, as pessoas que estão nos cargos de direção, ficam julgando a bel-prazer, assim: “Como lá não fala nada, então vou pegar essa parte da Constituição que rege o ensino regular e jogar no ensino especial.” Daí, vem a estipulação de que eles só podem estudar até dezoito anos.

Estou aqui hoje e peço a vocês e, inclusive, ao Senador Cristovam Buarque. Há três anos, ele nos ajudou, servindo de ponte entre nós, os pais, e o Secretário de Educação à época, o Valente. E, graças a essa atitude, o Alessandro está na escola, mas não que seja de direito. Ele está correndo o risco de não ter a renovação da matrícula dele para o ensino especial, porque, no final do ano passado, houve uma reunião com os pais da escola dele, que é no Centro de Ensino nº 1 do Guará I, e os pais, no final, foram unânimes ao assinar a ata dizendo que não autorizavam tirar os filhos deles daquela escola para fazer uma inclusão malfeita. Só que eles não levaram em consideração a vontade dos pais. Quando foi no começo deste ano, pegaram catorze alunos da escola e fizeram a inclusão. Hoje, se existem dois frequentando é muito.

O que acontece? A inclusão é mal feita por quê? Se ela fosse seguida ao pé da letra seria maravilhosa, mas eles tiram o aluno de uma escola, que está com profissionais capacitados, ambiente adaptado e tudo, e coloca numa escola de ensino regular, que não está adaptada a espaço físico, nem os profissionais foram treinados para lidar com esse aluno. De um modo geral, a comunidade escolar não foi treinada para lidar com o aluno. Resultado, dependendo do grau de dificuldade da pessoa especial, você sabe que um sorriso que ela esboce pode levar muito tempo. Pode levar anos para se conseguir que ela faça aquele sorriso. Com a inclusão mal feita, todo esse trabalho conseguido aqui é perdido lá.

Outra coisa, os alunos que vão para a inclusão e não se dão bem, não se adaptam, não voltam para a escola de origem. Eles ficam em casa sem ser em treinados.

Então, o meu pedido aqui é que V. Ex^{as}, Senadores, ajudem-me este ano e enquanto puder, enquanto essa PEC não garantir o direito à educação, que consigamos, não só eu como os outros pais que estão enfrentando esse mesmo problema, deixar os nossos filhos na escola em que ele está, no Centro de Ensino Especial. Nós estamos sofrendo, porque vai

chegar agora o mês de outubro, há a renovação de matrícula e não temos a garantia de manter os nossos filhos na escola.

Eu peço, encarecidamente, a V. Ex^{as} que nos ajudem. Não deixem tirar os nossos filhos da escola. Não deixem que as pessoas que estão no comando de direção façam inclusão mal feita. Eu peço muito a V. Ex^{as}, do fundo do meu coração. Olha, diariamente, essa reza por que a gente se sente só às vezes, principalmente quando vamos procurar um serviço de justiça, igual ao Ministério Público, que diz que não tem mais o que fazer por nós. E ficamos assim perdidos. E eu estou pedindo a V. Ex^{as}. Estou aproveitando. Para mim, esse é o momento de pedir a V. Ex^{as}: não deixem tirar os nossos filhos da escola.

Está chegando a renovação e já estamos vendo o horizonte deles que não é... Está um horizonte muito terrível. Por conta de quê? Pela falta do direito garantido deles à educação. Eu peço isso muito a V. Ex^{as}, aproveitando esse momento.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom, certamente que esta audiência pública é uma das audiências que mais marca a nossa atuação como Senadores – eu falo por mim e tenho certeza de que falo por todos –, porque ela trata de um tema que, efetivamente, precisa merecer nossa atenção, nosso apoio. E, mais do que isso, precisa merecer a nossa compreensão.

Aqueles que fazem educação conhecem o problema. Aqueles que representam a população também conhecem a questão, o assunto. Mas, certamente, os detalhes que dizem respeito à vida das pessoas portadoras de necessidades especiais ou que precisam de necessidades especiais, e o próprio mecanismo burocrático e legal vigente no País, que afeta, de alguma forma, o sistema, que ora produz resultados positivos, muito bem demonstrados em gráficos, ora traz problemas para algumas questões que não estão contempladas precisam ser mais bem compreendidas.

Eu tenho certeza de que essa audiência pública permitiu que os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras presentes e também os que vão depois tomar conhecimento desses relatos, possam interpretar melhor o assunto e oferecerem sua contribuição para avanços, que são importantes e indispensáveis.

Antes de ouvir os Srs. Senadores que já estão inscritos e também os proponentes desta audiência pública, eu posso aqui prestar dois depoimentos pessoais.

Fui Secretário de Educação de Santa Catarina por dois períodos (1991/1994). Mil novecentos e noventa e quatro foi o primeiro período. Justamente naquele ano de 91 foi quando se iniciou a matrícula de

alunos portadores de deficiência visual e auditiva na rede estadual catarinense. Eu, que não sou professor – infelizmente nunca pude me formar nessa área –, sou administrador, encontrei em muitas escolas – e devo dizer até com algum orgulho que Santa Catarina é um Estado muito avançado em termos de consciência, cidadania, cultura – alunos portadores de deficiência visual sentados em carteiras escolares, em salas sem iluminação, sem ventilação e sem espaço. Constatei que a direção daquela escola os colocou lá porque eles, afinal, não enxergavam. Essa foi a resposta que ouvi. Claro, disso nunca fiz notícia porque um fato como esse não deve ser nem noticiado, mas determinei, na época, que imediatamente fossem tomadas providências para eliminar o problema. Até porque naquele momento se colocavam os alunos portadores de deficiência visual e auditiva separados dos demais, o que já por si é uma providência, um procedimento, inadequado. Lá, naquela vez, se iniciou um processo de nova cultura, de nova compreensão, mesmo que tenha sido um pouco difícil para muitos aceitarem, o avanço se fez, se deu, de forma muito acentuada no meu Estado. Graça a Deus!

Quando voltei à Secretaria de Educação, dessa vez em 2007, depois de vários anos exercendo mandatos legislativos, o mandato de Vice-Governador do Estado, constatei um fato inédito. Na inauguração de um ginásio de esportes, com a presença do Governador, de deputados, de autoridades, com a presença de mais de 1.500 alunos da cidade de Curitiba, identifiquei, no lado apostado ao da mesa das autoridades, ou seja, junto da arquibancada, havia um menino de 9 anos sentado em uma cadeira, melhor dizendo, em um carrinho de neném, daqueles que a gente usa para transportá-los, com quatro rodinhas, as duas da frente móveis. Ele era a alegria da escola. A gente via a sua vibração, a sua felicidade, com aquele espaço que estava sendo inaugurado e que havia sido construído, mas que não ia ser utilizado por ele por sua condição de tetraplégico. Entretanto, ele estava sentado em uma cadeira que não era própria para ele. Lá tomei a providência e a decisão de que, em Santa Catarina, todos os alunos, sem exceção, que precisassem de cadeira de rodas para ir à escola, ganhariam uma cadeira de acordo com sua necessidade específica. Mandeí comprá-las.

Posso dizer as senhoras e aos senhores que foi um calvário. Encontrei mais de 30 pareceres técnicos contrariando a minha providência e proibindo a sua prática. Primeiro porque não se pode usar o dinheiro da educação para dar cadeira de rodas para aluno porque isso compete à assistência social. Os 25% da educação são para ensinar e não para comprar cadeira

de rodas. Pois estou esperando que alguém me traga o processo para condenar-me judicialmente pela providência, porque mandei fazer assim mesmo. Quero que me perguntem, os técnicos, os membros de tribunais, qual a diferença entre comprar com dinheiro público uma cadeira de rodas ou uma cadeira de quatro pernas? Afinal de contas, as duas servem para alguém sentar. Um dos técnicos chegou ao deslante de dizer-me, por escrito, que, se desse a cadeira de rodas, o aluno poderia levá-la para casa e não devolvê-las mais. Obviamente, estou esperando que alguém faça uso da cadeira e, evidentemente, quando ela é específica para aquela criança, para aquele portador de necessidades, não pode ser utilizada por outro, tampouco alguém ganharia uma coisa sequestrando aquele bom público para alguma outra atividade.

Imaginem como são as coisas na burocracia, no rito legal: é realmente muito difícil. E fiz mais: não só demos cadeiras de rodas para todos, como demos óculos de grau para todos aqueles que precisassem de óculos para melhor compreender e melhor aprender, fossem eles deficientes visuais leves ou graves. Os graves, obviamente, sempre receberam os óculos através da Fundação Catarinense de Educação Especial, a única que ainda resta no Brasil, a de Santa Catarina, e que presta relevantes serviços imprimindo livros, fazendo óculos específicos, cursos e qualificando os professores.

Aliás, eu dizia ao Deputado Eduardo Barbosa – só para que tenham ideia – que, no meu Estado, nós temos 87 Apaes funcionando perfeitamente. O Estado tem nessas 87 unidades 3.273 professores pagos com dinheiro do Estado para atuarem no atendimento de 17 mil alunos e ainda tem, na Fundação de Educação Especial, outros 1.085 funcionários efetivos trabalhando, e dos 17 mil alunos das Apaes 12 mil estão matriculados no ensino regular público, sem nenhuma restrição e sem nenhuma notícia de qualquer procedimento de restrição ou vedação.

Eu não diria que Santa Catarina está na melhor condição, mas é importante mostrarmos alguns fatos, alguns exemplos. E temos outros Estados do Brasil, com certeza, que estão bem adiantados, porque nós temos, efetivamente, que eliminar da história da educação brasileira e da história da vida brasileira essa discriminação, essa apresentação de dificuldades para atender a esses que, efetivamente, quando bem atendidos, quando bem incluídos, vão se transformar e vão se tornar cidadãos que vão contribuir muito com o País.

Eu concedo a palavra ao Sr. Senador Cyro Miranda, autor do requerimento, para suas observações, questionamentos e informações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente e amigo, Senador Paulo Bauer, essa reunião não poderia ser melhor conduzida porque V. Ex^a, por dois mandatos, exerceu o cargo de Secretário de Educação de Santa Catarina, e embora a distância Goiás e Santa Catarina, isso teve repercussão no Brasil.

Quero cumprimentar, nessa audiência conjunta, o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem trazido a esta Casa relevantes projetos nestas e noutras áreas de direitos humanos. Sou parceiro do Senador Paim em todos os projetos, porque são projetos de altíssima qualidade e de altíssima relevância.

Cumprimento e peço permissão para cumprimentar todos da mesa na pessoa da minha esposa Candy e da pessoa de Maria do Socorro, quem tive o prazer de receber em meu gabinete e cuja luta originou essa audiência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meus colegas, primeiramente, meu muito obrigado. Meu muito obrigado à Senadora Ana Amélia, tocada, como todos nós, pela fala dos senhores, de emoção.

Quis o destino que acontecesse no dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

O Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência foi instituído pelo movimento social, em encontro nacional, em 1982, com todas as entidades nacionais. Foi escolhido o dia 21 de setembro pela proximidade com a primavera e o Dia da Árvore, numa representação de nascimento de nossas reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições. Essa data é comemorada e lembrada todos os anos, desde então, em todos os Estados. Serve de momento para refletir a busca de novos caminhos em nossas lutas e também como forma de divulgar nossas lutas por inclusão social.

Quando recebi, através da assessora Ana Maria, Dona Maria do Socorro e uma equipe e que me trouxeram esse problema, senti que talvez eu vá fazer muitos projetos ainda nesta Casa – já fiz alguns – mas de significância tão singular e que me toca muito o coração vai ser esse projeto.

Espero que esse seja um ponto de partida para as Sr^{as} e os Srs. Senadores. Que S. Ex^{as} vejam, nesse aspecto, quanta coisa há para se fazer e em quanto nós podemos colaborar.

Eu tinha preparado aqui algumas coisas para falar, mas acho que todos os senhores cobriram esses aspectos. O que mais nos deixa tristes é o inequívoco por uma concepção instrumental da educação. Os sistemas de ensino têm sido violados sistematicamente e alguns inscritos na Constituição Federal. Estamos

burlando a Constituição Federal. Ela nos ampara em determinadas coisas e nos desampara em outras. Veja a força que o Ministério Público tem feito, mas lei é lei.

Diante disso, esbarrando nesse impasse, não garanto até outubro, mas vamos fazer junto com os Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, que também foi um dos ministros da educação que maior atenção deu a este setor, aliás deu a todos os setores, sou um fã do Ministro porque teve uma acuidade em todas as áreas. Mas estamos procurando com isso alterar então a educação especial, modalidade escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.

É dever constitucional do Estado regular o ensino para o educando, com faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil. Terá continuidade independente da idade, da etapa escolar do educando, acrescido dos incisos VI e VII do art. 59 da mencionada lei. Para prever que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais avaliação de suas necessidades em desenvolvimento por equipe multiprofissional da escola e, quando necessário, em parceria com profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS. Interação com a família em decisão sobre o tipo de atendimento a ser oferecido a esse ensino. Esse é o escopo da lei.

Em primeiro lugar, dirijo-me ao Dr. Sérgio Domingos. Qual o prognóstico que o senhor, como membro do Ministério Público, faz diante de tantos descasos, considerando que esses alunos estão sendo excluídos e não incluídos como determina a lei? Qual a orientação do Ministério Público para essas famílias que se sentem desamparadas e que recorrem ao Judiciário para obterem uma solução?

Pergunto também ao nobre amigo, Deputado Eduardo Barbosa, que se dedica a uma causa há tantos anos, justíssima, qual o déficit de vagas para as crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares brasileiras e qual a capacidade de atendimento das instituições especializadas em relação à oferta de escolaridade regular?

Pergunto à minha querida companheira de 42 anos, que me honra hoje nesta audiência pública, e que há quase 30 anos milita nesta área: como especialista em diagnóstico infantil, como vê a recorrência de novas patologias como o Déficit de Atenção e Hiperatividade e que medidas estas demandarão também a atenção das escolas para atender os alunos? De acordo com especialistas, é significativo o número de crianças e jovens que apresentam algum traço de autismo. Como você, Candy, avalia este problema no que tange à educação especial?

São essas as perguntas. Não sei como o Presidente gostaria de orientá-las. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Vou conceder a palavra também ao Senador Paulo Paim, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Depois, darei a palavra aos palestrantes para em seguida ouvirmos os questionamentos e observações, pela ordem de inscrição, da Senadora Ana Amélia Lemos e do Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a, Senador Paulo Paim, tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Senador Paulo Bauer, confesso que aqui ao lado está havendo neste momento a colocação, na galeria dos ex-Presidentes, da Senadora Rosalba Ciarlini, da qual fui Vice-Presidente.

Eu tinha que estar lá, mas o coração e a emoção diziam: você tem que ficar aqui. Eu corri lá, dei um abraço nela e naturalmente vou ficar aqui pela importância desse debate que com certeza mexe com as emoções de todos aqueles que estão assistindo à TV Senado.

Senador Cyro Miranda e nossos convidados, deixa-me dizer para vocês primeiro: eu só fui entender de fato a luta, a resistência, a coragem dos familiares e das pessoas com deficiência quando a minha irmã ficou totalmente cega com 30 anos. Rendo aqui as minhas homenagens nesse momento à Apadev, de Caxias do Sul. Tenho que dizer que era a vida dela a Apadev. Vocês não sabem, talvez ninguém saiba o que é uma pessoa com 30 anos ficar cega do dia para a noite – glaucoma com diabete. Eu já era Deputado e passei a conviver com ela. A Apadev, de Caxias, e talvez eles estejam assistindo a essa Audiência, eu só posso dizer que ela era mantida pela sociedade. O trabalho que eles fizeram é um trabalho que ninguém vai esquecer. Com o tempo, eu a trouxe para a cidade onde eu moro e ela veio a falecer depois de um período. Talvez nem todos saibam, mas tenho muito orgulho de dizer que é de minha autoria a lei que dispõe que o dia 21 de setembro, data de início da primavera, é o dia nacional da luta das pessoas com deficiência. Tenho muito orgulho de dizer isso, como tenho muito orgulho, Deputado Eduardo Barbosa, e talvez a sociedade não dê o valor devido, de dizer que, se não fosse o trabalho de V. Ex^a e do Deputado Silas Brasileiro, Presidente e Relator da Comissão Especial, não existira o Estatuto do Idoso. É de minha autoria, mas construímos o substitutivo.

Eu quero render aqui, com uma salva de palmas, uma homenagem a V. Ex^a e a Silas Brasileiro. (*Palmas.*)

Talvez nem todos saibam disto. O Estatuto não existiria se os senhores não viajassem o Brasil todo. Eu não fui a todas as viagens, inclusive fui a muito poucas.

Foram os dois que foram. Construímos o Estatuto do Idoso, que é uma lei e ninguém contesta hoje.

Tenho orgulho de dizer que apresentei, sim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Não invento leis. Quando apresentei, foi uma demanda da sociedade. Está em debate no Congresso, calculo eu, há 15 anos. Todos dizem que são a favor, mas não deixam aprovar. É difícil a pessoa dizer que é contra no conteúdo, pode dizer por um motivo ou outro: um diz que é tutela; o outro diz que é isso ou aquilo. Não são contra, mas não deixam aprovar. Mas o bom, para mim, é que o estatuto está em debate e um dia será aprovado. Espero que eu esteja vivo ainda para ver o estatuto do deficiente aprovado. Sonho com isso. Mas também não vou forçar ninguém a aprovar uma lei que os setores, a sociedade quer aprofundar cada vez mais o debate.

Deixe-me dizer que, claro, eu poderia aqui dar um elogio enorme a todos os painelistas pela qualidade do debate, mas não dá para dizer que não mexeu com todos nós e, com certeza, com aqueles que estão assistindo a esse debate, a fala das duas últimas: a Dr^a Candy, que lembra aqui Gandhi – não adianta, quando se fala Candy, lembra-se Gandhi – e a Dr^a Maria, que leva o nome de Maria, que é a mãe de Jesus. Foi pela forma de se expressarem e pela oração.

Quero aqui render a minha homenagem a todos e dizer que eu recebi aqui sete perguntas para fazer. Não vou fazê-las naturalmente. Só quero dizer que, pelo que percebo, nesta Mesa, não há de prevalecer uma posição inflexível. Não há de prevalecer! O Senador Cristovam chegou aqui e me perguntou: “E daí, Paim, como é que você viu?” Eu digo: “Olha, eu entendo que a maioria entende que as duas questões são importantes.” O MEC, no meu entendimento, não há também de ter uma posição inflexível, e o Dr. Joiran diz aqui nesse momento que não vai ter uma posição inflexível. Acompanho também o trabalho da Apaes e não dá para negar que é um trabalho histórico e bonito. Eu me lembro aqui do Senador Flávio Arns, que não está aqui neste momento, que tem como missão de vida, eu diria, a questão das pessoas com deficiência. Dialogamos muito com ele. Por isso ele foi o relator aqui no Senado do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está agora na Câmara dos Deputados. Só quero cumprimentar a todos.

Tenho certeza de que o apelo da D. Maria, da Dr^a Gandhi, e não Cândi... Quem está ouvindo lá diz: mas é Cândi, Paim. Por que tu insistes com Gandhi? Ao que respondo: porque a sua fala me lembrou Gandhi, não sei o porquê. E eu sou fã do Gandhi, como sou fã do Nelson Mandela.

Então, eu queria dizer que o meu amigo, parceiro de todas as horas, convidou-me informalmente para ser

o relator do Projeto. Se assim a Presidência entender, eu o farei com enorme carinho.

Enfim, quero só cumprimentar a todos. Sei que todos vocês têm compromisso, sei que o MEC tem compromisso, sei que ele está ouvindo esse apelo da sociedade. Tivemos outras audiências aqui, lotadas. Acho que o Eduardo estava, não tinha lugar para sentar, e os familiares diziam: nos deixem pelo menos a oportunidade, devido às dificuldades que o meu filho, que a minha filha com deficiência, estão enfrentando. Quero mantê-la na escola especial sem prejuízo de, quem sabe, no futuro, ela estar numa escola chamada de “normal”. Eles dizem que anormais somos nós, que não os entendemos, porque eles são normais. Então, temos algum tipo de anormalidade por não entendermos as pessoas com deficiência.

Enfim, meu amigo Paulo Bauer, eu quero concluir. Não vou fazer nenhuma pergunta. Entendi o espírito, essa energia positiva que está no ar. Tenho certeza de que lá no MEC vamos avançar e garantir essa flexibilidade, porque não consigo entender. Se o MEC pensasse diferente, como aquilo que foi dito, que vai colocar na marra, doa a quem doer, que todos terão de ir para o mesmo tipo de escola... Tenho certeza de que não é essa a posição do MEC.

A Doutora aqui foi muito feliz quando disse que o número, a estatística, não mede o mundo real, a situação em que aquela criança está, ou aquele adulto, enfim, não importa a idade. Isso está muito claro. A questão não é a idade, mas a situação de quem se encontra sofrendo aquele alto grau de discriminação por entender que ele não está podendo acompanhar minimamente aqueles que estão a avançar cada dia e que ele gostaria de avançar. Esse é o mundo real.

Baseado nisso, quero encerrar, dizer que nesta audiência, neste 21 de setembro, meu amigo Eduardo Barbosa, Deputado Federal comigo há muitos anos, tem uma aura. A alma do brasileiro está convivendo com a gente. Sairemos daqui, com certeza, vitoriosos, fortalecendo todas as pessoas com deficiência. Uma salva de palmas a todos vocês, não a mim, a esse nosso público, de lutadores e lutadoras, que são as famílias das pessoas com deficiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Tendo em vista que V. Ex^a não fez nenhum questionamento, fez uma brilhante manifestação, consulto V. Ex^a e o Senador Cyro Miranda sobre a possibilidade de já fazermos também a audiência da Senadora Ana Amélia e do Senador Cristovam. Eu pediria a ambos que contribuíssem no sentido de sermos um pouco sucintos na abordagem para que depois ouvíssemos os nossos convidados de uma forma coletiva sobre todas as

questões e perguntas, fatos levantados pelos Srs. Senadores. Concedo, portanto, pela ordem de inscrição, a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero, primeiro, cumprimentar os autores do requerimento para esta audiência pública, que me surpreendeu pela qualidade, pela profundidade de estarmos tratando aqui de questões humanistas, de direitos de crianças, adolescentes ou adultos portadores de necessidades especiais. Não podemos tratar desiguais igualmente. Deputado Eduardo, o Senhor fez uma referência sobre o índice maior de Apaes na Região Sul. Eu gostaria de saber o motivo, a justificativa para isso; gostaria de saber se a comunidade está mais envolvida com essa temática.

Quero cumprimentar o Presidente, Senador Paulo Bauer, pela iniciativa de bom-senso que tomou, quando determinou a compra de cadeiras de roda. É preciso quebrar paradigmas quando se trata de resolver os problemas das pessoas. As leis e as pessoas têm uma insensibilidade, às vezes, muito grande. Apenas a decisão política, inteligente, sensível, intuitiva e responsável é capaz de fazer isso que V. Ex^a fez, em Santa Catarina, na compra das cadeiras de roda.

O depoimento de uma psicóloga e de uma mãe foram devidamente fortes nessa cerimônia. Não sou mãe, mas entendo perfeitamente a questão desse trauma que as crianças vivem em nosso País.

Então, Maria, queria dizer que, embora esteja na Câmara dos Deputados, vou, da maneira que puder, conversar com os Líderes do meu Partido e de outros Partidos para poder apressar a PEC nº 347/2009, da Rita Camata. É essa a ação com mais urgência que podemos fazer.

Tenho certeza que todos os Senadores aqui irão trabalhar nisso e vão apoiar o Projeto nº 589/2011, do nosso colega Senador Cyro Miranda, que trata de alterar a lei do ensino especial. São essas ações que podemos fazer na prática.

Quero cumprimentar a todos e desejar que o Ministério da Educação entenda essa questão, porque já tivemos um problema grave com o internamento nos hospitais psiquiátricos. O que aconteceu? As pessoas portadoras de doenças mentais, e estamos diante de especialistas, são marginalizadas pela sociedade e acabam não tendo um hospital para internamento. São abandonadas, também, pelas próprias famílias. Vão do hospital para debaixo da ponte.

Para terminar, quero fazer uma homenagem a uma mãe do Rio Grande do Sul que teve 65% do corpo queimado, no final de semana que passou, para salvar o filho autista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado Senadora Ana Amélia.

Damos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a cada um, Sr. Presidente Bauer, cada um dos membros da Mesa.

Creio que hoje tivemos uma audiência carregada de mais emoção do que costumamos ter, obviamente isso se deve ao tema e à maneira como cada um tocou nos assuntos, pelo menos nos que eu pude atender, pois estava em outra Comissão.

A Senadora tocou em uma ideia de uma maneira, mas vou dizer de outra maneira. Senadora Ana Amélia, ninguém pode tratar especificidade com generalidade. Não existe como fazer isso. Na verdade, cada criança é única. Deveríamos ter um professor para cada criança, mas isso não é possível e traria uma desvantagem, que irei dizer qual é. A maneira de fazer é ter um professor, psicólogos, assistentes sociais que cuidem da especificidade de cada criança. Não tem como educar crianças como se fossem robôs padronizados. Ainda mais no caso da especificidade dos que são portadores de algum tipo de deficiência. Entretanto, se colocássemos cada criança com um professor, perderíamos uma coisa fundamental da educação: a sociabilidade. Tem que estar junto com outras crianças, tem que conviver. Por isso, temos que ter a generalidade e a especificidade para todas, no caso das que são portadoras de deficiência ainda mais.

É boa a ideia e a intenção de colocar crianças com algum tipo de deficiência junto com as outras crianças. Isso é bom para as duas, para conviver e criar um sentimento, mas, se não percebemos a especificidade, a educação da criança portadora de deficiência será deficiente. É isto que não podemos tolerar: que haja deficiência na formação de portadores de deficiência. A maneira é combinar as duas coisas. Primeiro, pelo grau de comprometimento da criança, algumas podem ficar quase que totalmente com crianças sem deficiência. É o caso, por exemplo, de crianças sem deficiência aparente ou com deficiência pequena, como usar óculos. Algumas podem, mas outras não devem ficar somente nisso, porque a educação será deficiente, sobretudo no que se refere à formação para o mercado de trabalho.

A escola nossa, a educação de base, já não forma para o mercado. As crianças saem sem a formação de um ofício, mas pelo saem com condições de adquirir um ofício. As portadoras de deficiência não terão ofício, se não houver programas dirigidos para elas.

Eu estive em uma escola de formação profissional para pessoas com síndrome de Down. Vi as crianças saírem dali empregadas: jardineiros, cozinheiros, atendentes de telefone e bem mais que isso. Tem

síndrome de Down tão ligeira que a criança pode ter uma vida praticamente normal. Isso vale para outras atividades também. Uma pessoa cadeirante pode ter uma formação profissional na área de arte, artesanato, muito simples. Temos que ter pelo menos escolas profissionais voltadas para portadores de deficiência.

Esse é o ponto de partida. Não adianta incluir o deficiente nas escolas técnicas, porque a profissão que ele iria adquirir é incompatível com o seu quadro. Em vez de levar a criança para se adaptar na escola, temos que adaptar a escola à criança. Não é apenas com a rampa que adaptamos uma escola ao cadeirante. Não basta apenas a rampa. É preciso que a formação permita que, depois, seja desenvolvida uma atividade profissional compatível com suas limitações. Portanto, acho que não existe dúvida que, em primeiro lugar, precisamos de escolas profissionais adaptadas para cada tipo de síndrome, deficiência; e que, em segundo lugar, precisamos que a escola que não ofereça um ofício combine muito bem, de maneira bem específica, qual é a inclusão boa para socializar, com algum tipo de atendimento especial para servir a especificidade.

Nesse sentido, Senador Paim, não vou fazer pergunta, mas uma proposta. Gostaria de sugerir que esta Comissão faça uma espécie de subcomissão permanente para cuidar desse assunto, talvez até com os que aqui estão ou com alguns deles, para que estejamos com o Ministro da Educação, Secretários de Educação dos Estados e Municípios e procuremos encontrar uma forma de casar a socialização, que é a inclusão que traz e que é específica da formação de cada um e cada uma que tenha uma deficiência. Vamos trabalhar isso.

Por que sugiro isso? Porque, se deixarmos na mão, com todo respeito que tenho, apenas do profissional da pedagogia, podemos ter problemas. Além disso, é uma tendência nossa – eu sou professor, não posso dizer pedagogo formado, mas me sinto assim – querer fazer experiência. De vez em quando surge uma teoria que parece maravilhosa, e começamos a aplicar essa teoria. Isso aconteceu com a alfabetização, e estamos pagando um preço, porque, em vez de combinar o construtivismo com a visão tradicional da alfabetização, radicalizamos o construtivismo e prejudicamos muito. Ele é bom para o adulto, mas para a criança não serve perfeitamente.

A experiência da inclusão foi boa. É uma bela ideia dizer “você não é diferente, você é igual à gente”. Essa é uma mensagem muito bonita, mas não é verdadeira totalmente. Para formar, trabalhar um cego, exige-se uma escola especial para quem não vê. Não adianta deixar na escola dos que vêm.

Então, Senador Bauer, sugiro que transforme isso num grupo que vá ao Ministro, que chame o Presidente do Conselho dos Secretários Estaduais e Municipais para discutirmos duas coisas: essa é uma e a outra, como criar as escolas profissionalizantes voltadas para portadores de deficiência. Disse que estive em uma. Não pensem que foi na Suécia. Foi na Jordânia, ou seja, um país pobre tem esse cuidado com as crianças. Cuba tem essa preocupação e investe dinheiro. É capaz de fazer verdadeiros milagres na inclusão pós-escola.

É para isso que queria chamar atenção. Falamos da inclusão na escola, mas estou mais interessado na inclusão pós-escola, que é a inclusão profissional, que é a capacidade de viver bem, feliz, eficiente com suas limitações e deficiências. Isso é possível, se quisermos fazer o trabalho necessário para isso. Fica aqui a minha proposta. Não ficaríamos nem prisioneiros da técnica pedagógica, embora precise ser levada em conta, nem da técnica psicológica. Usaríamos o nosso sentimento de políticos para ouvir e sentir o que dizem as pessoas que estão diretamente ligadas. A ideia de ouvir e sentir quem está diretamente ligado é fundamental, porque é pelo sentimento que encontramos a saída correta para um problema como esse.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Ouvidos os Srs. Senadores e a Sr^a Senadora Ana Amélia, irei conceder a palavra aos nossos convidados, mas temos um horário que devemos observar, já que essa audiência pública é transmitida pela TV Senado, rádio Senado. Sempre tenho dito que, nos tempos em que as partidas de futebol, ou melhor, as partidas de vôlei não tinham tempo para terminar, ninguém assistia a elas na televisão, porque não se tinha o vôlei como um grande evento desportivo, mas, a partir do momento em que começaram a estabelecer limite no horário, a plateia começou a assistir, e o resultado é que hoje é um desporto praticado e presente em todos os cenários do mundo. Não adianta a gente falar muito e fazer pouco. O importante é falar pouco e fazer muito. Por isso, temos uma dinâmica de outras reuniões que também seguiremos nessa reunião. Agora da esquerda para a direita, cada um dos convidados terá 3 minutos para suas observações finais e, se preciso for, concederei mais 1 minuto improrrogável de tempo adicional.

Com a palavra a Sr^a Maria do Socorro da Silva.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA – Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Cyro Miranda por essa audiência e pelo projeto de lei que está na luta para alterar a LDB.

Meu pedido é em nome dos pais que estão aqui.

Estamos também representando os pais que não podem estar aqui por alguma razão. Vocês sabem, uma pessoa deficiente requer muitos cuidados e tem toda aquela rotina. Muita das vezes, o pai não pode sair e deixar seu filho, pois depende da presença do pai.

Volto a pedir a vocês que nos ajudem a manter nossos filhos na escola. Outubro agora é a renovação. O Alessandro e os coleguinhas dele, que não foram no passado, nesse começo de ano, para a inclusão mal feita, correm o risco de ir. Como pais, como famílias não temos amparo. É incrível como somos totalmente desamparado. Não temos conseguir alguém, algum representante de lei para manter nossos filhos na escola, e isso é terrível. Então, na hora em que eu rezei, aquela oração é uma oração diária, pedindo a Deus, nos momentos em que nos sentimos tão só, que Ele nos ajude e coloque anjinhos no nosso caminho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dona Maria, antes de você terminar, a ideia é do Cyro. Apenas quero dar o mérito a quem fez a proposta. O Senador Cyro está propondo que peçamos urgentemente uma reunião com o Secretário de Educação para levar em mãos o seu pedido.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA – Eu lhe agradeço de todo coração.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeça ao Cyro. Apenas fui porta-voz.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA – Eu agradeço de todo o coração a todos. Agradeço à Deputada, que ela irá falar em nome dos nossos filhos e de nós, como família, para essa PEC ter o caminho dela sem parar em lugar nenhum, e chegar, porque essa é nossa única esperança, à promulgação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra, pelo mesmo tempo, a Dr^a Candy Gifford.

A SR^a CANDY GIFFORD – Acho que não tenho mais nada para falar. Quando os Srs Senadores disseram da emoção dessa audiência, lembrei-me que, quando o Senador Cyro me fez o convite para vir, fiquei com muito medo. Não sou técnica. Não entendo de leis. Precisei da parceria da minha amiga Emília, mas falei pra Emília: “Vou falar com a minha emoção”. Acredito que tratar de um assunto tão especial somente será conseguido com emoção.

Então, quero agradecer aos olhares, aos ouvidos, às pessoas que me escutaram. Estou muito sensibilizada. Estou feliz de estar aqui e ser ouvida no que eu penso, no que eu acredito.

Acho que é importante essa continuidade, sim. Acho que é importante que se façam grupos, comissões para continuar discutindo essas ideias. Daqui um

tempo meu marido disse que vamos nos encontrar e seu filho vai estar na escola.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Dr^a Candy.

Ouviremos agora o professor Joiran Medeiros da Silva.

O SR. JOIRAN MEDEIROS DA SILVA – Quero agradecer ao Presidente da Comissão pelo convite do Ministério da Educação e começar dizendo, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, Senador Cyro e Senadora Ana Amélia, que não há nenhuma, nunca existiu nenhuma inflexibilidade do MEC em relação às discussões do rumo da educação inclusiva. O que há são orientações políticas de um sistema. É natural que qualquer Governo tome para si as políticas públicas ligadas à orientação do sistema. O que se tem é uma orientação do sistema rumo à educação inclusiva, inclusive com a parceria e a previsão das instituições especializadas. O Ministro, que esteve recentemente na nossa organização, tem dito que as políticas públicas do MEC inclusive estão lá postadas em termos de financiamento e investimento ainda nas escolas especiais. Com os marcos legais, políticos e pedagógicos do mundo – o Brasil ratificou uma convenção, que tem, como os senhores sabem, força de Constituição – elas rumam para um processo de educação inclusiva que não tem, e conta com a boa-fé de vários profissionais, nenhum sentido de irresponsabilidade. Muito pelo contrário, existe uma responsabilidade muito grande para o sistema. Tentamos aqui várias ações. O Sr. Ministro Fernando Haddad continua aberto, atendendo as organizações, pensando com elas, mas instituiu no sistema público a dupla matrícula para incentivar esse processo de inclusão, que, como bem falou o Senador, não está apenas no pensamento que irá socializar. A função real da escola é aprender. O que está se defendendo e o que se tem de exemplo é a aprendizagem. Temos vários exemplos de inclusão que se dá na aprendizagem de acolhimento às mães também. Há exemplos colocados aqui que sabemos que é processual. Passamos séculos de exclusão e ainda encontra-se, por parte de educadores ou de sistema de ensino, ainda a exclusão, mas essa não é uma orientação política do sistema educacional brasileiro.

Portanto, quero ratificar a abertura de todos nós, parabenizar o Senador Cyro pela iniciativa e dizer que, Senador, lembro muito do senhor. Em 1982, eu estava no plenário quando se decidiu por esse dia. Sabemos o apoio que o Senador tem dado. O senhor tem uma leitura precisa sobre o estatuto. Tem algumas coisas no estatuto sobre denominação, conceitos que precisam ser reformulados. O nosso movimento no Cona-

de, Senador, está averiguando isso, realmente, à luz da convenção, que trouxe outros ditames, outra normatização. Mas quero parabenizar o senhor por essa iniciativa; e a todos que aqui estão presentes.

Quero parabenizar a Mesa, na pessoa do Deputado Eduardo Barbosa, que também tem lutado há anos pela questão da educação especial no Brasil.

Eu parabenizo o nosso companheiro Erivaldo, que está representando o Conade; bem como o Defensor Público, a Candy e a nossa mãe Maria do Socorro.

Parabéns a todos e aos ouvintes pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Deputado Federal Eduardo Barbosa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Bom, da mesma forma agradeço essa oportunidade. E como todos os Senadores colocaram tão bem, tanto a Candy, que já saiu daqui apelidada, como a Perpétua, que é uma mãe que todos nós congressistas conhecemos bem porque tem sido extremamente participativa, trouxeram para nós a condição – como Paim colocou – de uma aura da emoção que nos envolveu. Isso é fundamental.

Eu acredito que todos nós, vivenciando a questão da pessoa com deficiência no seu dia-a-dia, somos tomados e tocados por essa emoção e por isso mesmo somos movidos a buscar caminhos.

Mas concordo muito quando o Senador Cristovam Buarque coloca, com clareza, que precisamos agora fazer uma agenda de desdobramento, porque muitos outros assuntos terão que ser, sim, discutidos, debatidos e analisados também com emoção, mas com a busca de alternativas e soluções definitivas para que saíamos desse impasse que hoje vivenciamos, porque acho que não é do interesse de nenhum governo que se presta à população brasileira. Então, não podemos deixar que esse embate nos impeça de aprofundar temas específicos.

Existem, sim, divergências dos movimentos sociais em relação ao MEC. Isso é uma questão que precisamos debater. As pessoas com deficiência e as organizações defendem, sim, a escola especial substitutiva. Eles não defendem apenas a escola especial como a matrícula complementar e suplementar.

Os surdos querem a escola bilíngue e entendem que têm de viver entre si. Desenvolvem o seu aprendizado por meio da convivência entre si, sendo que 20 horas convivem com os ouvintes e querem 4 horas convivendo entre si, para um desenvolvimento essencial para que se apropriem inclusive da sua própria língua natural, que é a língua brasileira de sinais.

Então, acredito que poderemos ter que aprofundar sobre esse conceito que o MEC trouxe do atendimento educacional especializado, reduzindo o atendimento de educação especial ao atendimento contraturno. Com isso nós não concordamos. O atendimento educacional especializado é muito mais amplo do que as salas-recursos, a sala-apoio, as salas multifuncionais. Temos de entender o que é uma sala multifuncional e se temos os professores multifuncionais para atuar nessa sala. Então, o nosso debate tem que ser aprofundado.

Quanto às duas perguntas que me foram dirigidas. A Senadora Ana Amélia pergunta sobre o número das Apaes do Sul do Brasil. Eu, quando fiz a referência, disse que o maior número de matrículas, somando escolas especializadas e escolas comuns, é maior no Sul do País. O Sudeste e o Sul do País têm o maior número de Apaes, mas em função de uma cultura de mobilização da sociedade. São movimentos sociais de famílias.

Nós temos, às vezes, em outras regiões brasileiras também um número de Apaes importante, mas há uma dificuldade de mobilização. Então, isso acontece em função de uma cultura de mobilização que é diferente no nosso País. Foi historicamente e a gente tenta transpor isso.

Agora, em relação ao déficit de matrículas. Nós temos os dados oficiais do senso demográfico do IBGE mostrando que 14% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. Isso é aquele número a que eu me reporte, que significa em torno de 13 milhões de pessoas. Nós temos somente 700 mil pessoas matriculadas no sistema comum, mais escolas especializadas. Então, vamos dizer que desses 13 milhões, não tem necessidade de que todos sejam identificados como pessoas com deficiência dentro do senso escolar. Mas nós temos um número muito reduzido de matrículas para as pessoas com deficiência. Então, a gente considera que temos ainda, numa média brasileira, em torno de 3% a 4% de pessoas matriculadas dentro do sistema comum. E esse é o nosso grande desafio, como coloquei na minha fala. Então, nós precisamos aprofundar esses números.

Quero reforçar a ideia: não houve ampliação do número de vagas ao longo deste ano, e quando a gente analisa os números, observa-se que tivemos perdas de 60 mil vagas para as pessoas com deficiência, Paim. Essa é a realidade.

Então, precisamos nos esforçar para fazer esse dever de casa melhor, porque nós não o estamos fazendo. Isso não contrapõe o processo de um sistema que deve ser inclusivo, mas a gente acha que deve coexistir a escola especial como alternativa. Inclusive,

o projeto do Senador Ciro é muito importante, porque ele coloca um processo de avaliação. A avaliação multifuncional pela entrada do sistema é que vai identificar o que é bom para aquele indivíduo e quais os apoios necessários que ele necessita; e até a escola especial como indicação. É esse avanço que nós não tivemos no País.

Sim, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor falou em educação, e eu estava aqui enquanto ouvia. Comunicando: estou aqui ouvindo inclusive a omissão da lei a respeito dos direitos que impedem uma mãe de matricular, porque nem o próprio Ministério Público está em condições legais de tomar qualquer iniciativa.

Eu escrevi essas coisas, e, de lá, de Porto Alegre, enviou-me – deve ser uma professora – Mariana de Assis: “Temos escola estadual em Porto Alegre, fazendo esse atendimento sem qualquer preparação; atendimento para as crianças portadoras. Os professores fazem das tripas coração para educar”.

Trago também este relato, Senador Paulo Paim: eu estava numa romaria de Nossa Senhora de Caravaggio, em Farroupilha, e as professoras me procuraram, dizendo que estavam muito preocupadas, porque, no ano passado, já tinha havido um encargo adicional às professoras, que não haviam recebido a devida instrução e a devida preparação profissional para o acolhimento dessas crianças; e que era para elas uma preocupação adicional não poder atendê-las; e de estar até correndo risco uma criança que tenha deficiência na locomoção, porque ela poderia sofrer um acidente ou algo pelo qual a professora pudesse ser responsabilizada.

Então, tudo isso agrava a exigência da escola não preparada, do professor não preparado em relação ao ofício tão importante que é a educação. Eu queria apenas dizer isso, porque esta é uma comunicação direta de depoimentos que ouvimos.

Quero cumprimentar também as Apaes do meu Estado, do Rio Grande do Sul, do nosso Senador Paulo Paim, do Senador Simon, que têm feito um trabalho muito importante em relação a esse acolhimento.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Eu que agradeço, Senadora.

E, só para concluir, quero informar aos Senadores que a PEC pela qual a Perpétua tanto lutou com as pessoas que estão acompanhando, outros pais, já passou pela Comissão Especial e está pronta para ser pautada. Então, vocês conhecem bem o trâmite de pautar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vamos falar com o Presidente Marco Maia, que é lá do Rio

Grande do Sul, para ver se ele coloca na Ordem do Dia isso.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Isso mesmo.

Eu acho importante – agora findando mesmo, Senador – dizer o seguinte: nós, técnicos profissionais e políticos, todos nós, realmente, acredito, somos a esperança para as famílias, mas apesar dos pais que aqui estiveram, principalmente a mãe, que retrata sua vida no cotidiano, eles trazem para nós a realidade.

Então, digo que esse somatório de pais e profissionais é muito importante, porque, na hora em que, às vezes, nós estamos muito afoitos na esperança, eles nos puxam para trás e dizem: “A coisa não é bem assim”. Da mesma forma, quando eles estão sem esperança, nós, profissionais, dizemos: “Vamos tentar por aqui, porque existe um caminho novo”. É por isso que essa relação com as famílias nós respeitamos muito.

E, aqui, como Presidente da Federação Nacional das Apaes, eu retrato essa expectativa que as famílias têm para serem respeitadas no direito de escolha para seus próprios filhos.

Obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedemos a palavra ao Dr. Erivaldo Fernandes Neto.

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Pegando a fala de todos aqui, acredito que é de consenso que queremos uma escola para todos. Só que é importante pensar que a escola para todos não é um modelo de escola. Temos que pensar nas diferenças e na diversidade; e temos que reconhecer as diferenças de forma significativa dentro do ambiente escolar, para que consigamos extrair dos nossos alunos, a partir dessa diferença, o seu desempenho total e significativo, dentro das suas competências e dentro das suas capacidades. Isso não se faz com política isolada. A política pública para a educação – e faço um apelo aqui – tem que ser construída em conjunto com as famílias; com os profissionais que estão envolvidos, professores e especialistas da educação; e, principalmente com as entidades que, historicamente, desenvolvem um trabalho nessa área. Esses deveriam ser as referências, os primeiros a serem consultados na construção de políticas.

O Conselho que represento aqui, um conselho paritário – metade representantes ministeriais, metade representantes de associações da sociedade civil –, lá dentro, estamos tendo uma experiência muito significativa, que é dessa construção coletiva de buscar sempre o consenso, no debate aberto, franco, analisando posicionamentos e analisando também os posicionamentos da sociedade, da ponta.

Então, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no seu art. 26, os pais têm direito à escolha de instrução dos seus filhos. E essa Declaração, que influenciou várias constituições, inclusive a nossa Constituição Federal, que não seja esquecida e que os pais tenham a liberdade de orientar seus filhos conforme suas convicções religiosas, políticas ou culturais. É o direito da família, a liberdade da família que está em jogo.

Então, são essas as minhas palavras.

Agradeço a todos e, mais uma vez, parabens por este evento. Foi uma grande oportunidade de aprendizado.

Desta forma, encerro minha fala. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedemos a palavra ao Dr. Sérgio Domingos, Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

O SR. SÉRGIO DOMINGOS – Inicialmente, Senador Ciro, eu gostaria de fazer uma correção, aproveitando a Dr^a Candy. Só uma correção no currículo: eu sou Defensor Público por vocação e por devoção. Não sou do Ministério Público.

Só uma correção, porque há uma confusão com esse nome. E tenho a honra e a satisfação de dizer hoje que a minha posse para a Defensoria foi dada pelo Senador Cristovam Buarque quando Governador do Distrito Federal. *(Palmas.)*

Então, já estou junto à Infância há 13 anos. E com relação à pergunta que o senhor fez sobre providência para inclusão: quando estamos ainda com criança ou adolescente, não há problema nenhum. Nós conseguimos fazer a inclusão; nós conseguimos fazendo imposição junto aos conselhos tutelares ou mesmo por ações judiciais via Vara da Infância. O grande problema são aquelas situações em que o jovem já passou dos 18. Esse é o nosso problema.

Mas, desde já, assumo o compromisso público de que a Defensoria Pública vai encampar plenamente as demandas com relação àqueles jovens acima de 18 anos.

Tomara que não tenhamos que buscar o Judiciário para visualizar ou par concretizar um direito fundamental, mas, se assim for, nós estaremos encampando essa situação.

Hoje, fico muito feliz porque nós conseguimos ouvir propostas e projetos. Coisas concretas. O Deputado trouxe a informação de que já temos a PEC pronta para votação, o projeto de lei do Senador Ciro. Nós temos apenas que dizer que a Eliane não precisará mais procurar um delegado de polícia para fazer com que seu filho seja matriculado numa escola, para que seu direito seja respeitado.

Agradeço imensamente o convite. A Defensoria Pública do Distrito Federal está de portas abertas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a manifestação de todos os convidados, anotei aqui...

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só pediria... Antes de V. Exª encerrar, eu preciso fazer uma comunicação, então, só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Exª tem a palavra, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas... Ontem, foi votado, aqui na Comissão, um projeto sobre cooperativas educacionais. Eu queria que fosse apensado o manifesto da Frencoop, a Frente Parlamentar do Cooperativismo, a esse projeto votado ontem e ao Projeto de Lei do Senado 250, de 2009.

Essa é a solicitação para ser incluído. É um projeto da Senadora Marisa Serrano. Eu fui a Relatora desse projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok. Em atendimento à solicitação de V. Exª, eu determino à Secretaria da Comissão que tome a providência da anexação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu recolhi, das manifestações, duas propostas. A primeira, de que se crie um grupo efetivamente de Senadores, com participação, também, de outras instituições do setor de acompanhamento, de atendimento e de trabalho em favor dessa causa, proposto pelo Senador Cristovam Buarque. Com certeza, nós vamos encontrar um meio.

Quem sabe, já que a gente não deve mais chamar o portador de necessidades especiais de excepcional, como se chamava outrora, talvez a gente possa fazer uma boa relação, Senador Cristovam, e crie o grupo de Senadores excepcionais, que cuide desse assunto. Por que não, certo? Porque se precisa ser excepcional, no sentido literal da palavra, para poder encampar e abraçar uma causa como essa e levá-la em frente, adiante, sem que ela tenha nenhum retrocesso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Porque se chamar de Senador deficiente, pode parecer pleonismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – É verdade, é verdade.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o senhor me permite? Quando o termo “excepcional” foi utilizado pelas Apaes, há 56 anos, foi porque os pais procuraram um termo que jogasse para

cima os seus filhos, porque “excepcional”, na Língua Portuguesa, significa o que é bom demais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom demais, é verdade.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Não era o ruim. Olhem como a Língua nos trai.

Depois, ele foi tomando o significado de “retardado”, que eram o que os pais queriam contrapor naquele momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para ajudar, também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já que estamos no campo das palavras, às vezes, a gente é traído pelas palavras, não é? Nós todos. Já aconteceu comigo também e o termo “portador” foi retirado totalmente do debate das pessoas com deficiência. São pessoas com deficiência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria, também, se possível, que fosse incluído, entre os Senadores, o Deputado Eduardo Barbosa, nesse nosso grupo, e que pleiteássemos uma audiência com o Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Também acolho essa sugestão de V. Exª, Senador Cyro Miranda, e eu também proporia aos demais Senadores que nós elaborássemos um ofício em nome da Comissão, para o Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a agilização na inclusão da PEC aqui já mencionada na pauta de votações da Câmara dos Deputados, para depois podermos, também, apreciá-la aqui. Faríamos isso em nome da Comissão, se todos estiverem de acordo.

Aqui, não podemos recolher votos por ser uma audiência pública, mas, diante da manifestação de concordância de V. Exªs, a Mesa providencia, fala e encaminha o ofício em nome de todos.

Quero destacar que também tivemos, aqui, a presença da Deputada Federal Erika Kokay, que nos prestigiou com a sua presença, e é importante citar, para efeito de registro, que nós tivemos aqui, presentes, quer na audiência do começo ao fim, ou em parte dela, a Srª Senadora Angela Portela, o Senado Paulo Paim, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana

Amélia, o Senador Cyro Miranda, a Senadora Maria do Carmo e este Senador que vos fala.

Também estiveram presentes na sessão e na reunião, marcando presença, o Senador Walter Pinheiro, o Senador João Ribeiro, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Benedito de Lira, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Clésio Andrade, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Flexa Ribeiro.

Isso demonstra que o tema, efetivamente, chama a atenção e é considerado como um tema de alta importância para todos esses Senadores já citados.

Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só um informe. Aproveitando que nós estamos ao vivo, pela TV Senado, quero dizer que agora, às 13 horas, nós iniciaremos, na Comissão de Direitos Humanos, a continuação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, com uma audiência pública e com a presença, também, do Senador Lindbergh, para discutir a situação das pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem.

Como todos sabem, esta audiência pública se realizou por requerimento do Senador Cyro Miranda e também teve a coautoria do Senador Alvaro Dias. Ela foi uma reunião, sem dúvida, muito importante, esclarecedora e com grande valia para a ação e o trabalho que cada Senador vai desenvolver doravante.

O Senado Federal é a Casa que deve ser vista e entendida como a Casa que é guardiã das instituições e da democracia. É esta a função constitucional do Senado: assegurar que as instituições estejam sempre preservadas e atuantes, e garantir que a democracia, efetivamente, se consolide cada vez mais e cumpra o seu papel no contexto da Nação.

Foi muito bom podermos ter tido a oportunidade de realizar esta audiência e eu, pessoalmente, me sinto lisonjeado pela oportunidade de presidi-la no Dia Nacional de Luta pelos Direitos da Criança com Deficiência.

Eu acho que além dessa função do Senado de ser o guardião das instituições e da democracia, ele, a partir de hoje, graças à manifestação de todos, também se torna o padrinho da causa dos portadores de necessidades especiais.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

Convoco a próxima reunião para o horário regimental. (Palmas.)

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 43 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 9.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, REDTARIO CASSOL, KÁTIA ABREU, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA JOÃO ALBERTO SOUZA, CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS e RANDOLFE RODRIGUES**. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, comunica que estão disponíveis à consulta dos Membros da CMA os seguintes documentos: 1) DVD encaminhado pelo Deputado Federal Onofre Santo Agostini, que mostra a unidade de tratamento de dejetos humanos do município de Palma Sola, em Santa Catarina, que foi implementada em parceria com o Governo de SC, a um baixo custo; 2) Documentação produzida por diversas entidades capixabas sobre a reforma do Código Florestal, enviada pelo Deputado Estadual Atayde Armani, Presidente da Comissão de Agricultura, de Silvicultura, de Aquicultura e Pesca, de Abastecimento e de Reforma Agrária da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo; 3) Moção de Repúdio nº 022/2011, acerca da suspensão do licenciamento ambiental das obras de duplicação da rodovia Régis Bittencourt no trecho da “Serra do Cafezal”, em São Paulo, encaminhada pela Vereadora ANGELA MARIA BRESSALI, Presidente da Câmara Municipal de Juquitiba; 4) Manifestação de APOIO à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2011, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, encaminhada pela Presidente da Câmara Municipal

de Carazinho/ RS, Vereadora Sandra Citolin. Passa-se à **PAUTA**, destinada à deliberação de matérias. **Item 1) COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA SOBRE TURNO SUPLEMENTAR** – De acordo com o art. 282, § 2º combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência comunica que, até o final da discussão em turno suplementar na próxima reunião ordinária da Comissão, poderão ser apresentadas emendas ao Substitutivo oferecido, em 07 de julho do corrente, ao **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009**, que “Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat)”. O projeto é de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e teve como Relator o Senador Jorge Viana. Comunico ainda que, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, não sendo oferecidas emendas na discussão em turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação. **Item 2) COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA SOBRE AUTORIZAÇÃO DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – OFÍCIO/ MPU/ PGR/ SG nº 520, de 12 de setembro do corrente, do Secretário-Geral do Ministério Público da União, Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto, que solicita autorização para o remanejamento de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da dotação inserida na Lei Orçamentária de 2011, destinada à ação FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DA LEI, objeto de emenda aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Com a aprovação desta autorização pela CMA, o Procurador-Geral da República poderá encaminhar ao Congresso Nacional, por meio da Presidente da República, projeto de lei que remaneja a referida dotação. Colocado em votação, a comissão aprova a autorização, nos termos propostos pelo Ministério Público da União. **Item 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores MILTON ORTOLAN, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, OSCAR JUCÁ NETO, ex-diretor financeiro da Conab, e JÚLIO FRÓES, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matérias publicadas pela revista Veja, em suas edições de 3 e 10 de agosto do corrente, que tratam de corrupção, fraudes e pagamento de propinas no âmbito daquela Pasta”. Autoria: Senadores Alvaro Dias e Ro-

drigo Rollemberg. Usa da palavra o Senhor Senador Valdir Raupp. Colocado em votação, a comissão rejeita o requerimento. **Item 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 84, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que “Requer, nos termos do art. 58, §2, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater os aspectos da conservação e preservação do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões, Patrimônio Cultural do Brasil, objeto do Ato de Tombamento consumado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 04 de novembro de 2010, com a presença dos seguintes convidados: – Presidente do IPHAN, Senhor Luiz Fernando Almeida; – Representante do Governo do Estado do Amazonas; – Representantes do Movimento S.O.S Encontro das Águas do Amazonas, Senhores Thiago de Mello e Tenório Telles; e, – Representante da empresa Laje Logística S.A”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. **Item 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 87, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir as causas da elevação dos preços das vacinas de uso veterinário no País. Como sugestão, podem ser convidados a expor seus entendimentos sobre a questão as seguintes autoridades e representantes da sociedade civil: – Sr. Fernando de Magalhães Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; – Sr. Mendes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; – Sr. Francisco José Ferreira Jacintho, Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente; – Sr. Gustavo Andrade e Lopes, Presidente da Sociedade Rural do Paraná; – Representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN; – Representante da COOPERS do Brasil Ltda; – Representante da Merrial Brasil Ltda; – Representante da Bayer S.A.; – Representante da Valée S.A.; – e Representante da Pfizer Ltda”. Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. **Item 6) OFÍCIO “S” Nº 13, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que “Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras indígenas da-

quele Estado". Autoria: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Pela apresentação de dois requerimentos de informações aos Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente. Usa da palavra o Senhor Senador Waldemir Moka. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação dos requerimentos de informação nº 91 e 92, de 2011-CMA. **Item 7) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que "Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle e pela apresentação de três requerimentos. Retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 8) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "Propõe, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. (Volume X)". Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Vital do Rêgo. Relatório: Pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle. Retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 9) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que "Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003". Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria "ad hoc": Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do projeto. Usam da palavra os Senhores Senadores Pedro Taques, Kátia Abreu,

Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Blairo Maggi e Waldemir Moka. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. Votaram contrariamente os Senadores Waldemir Moka e Blairo Maggi. **Item 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO**, que "Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual". Autoria: Deputado Silvinho Peccioli. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. Retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a assistência devida aos passageiros em caso de atraso de voo". Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO**, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico". Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF). Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela rejeição do projeto. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **Item 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "Altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial". Autoria: Deputado Ricardo Izar. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1-CAS. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1-CAS. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que "Altera a Lei nº 1.521, de 26

de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular, para tipificar a exigência indevida de cheque-caução ou similar por prestador de serviço de saúde contratado”. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação do projeto. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2011 – TERMINATIVO**, que “Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO₂), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos”. Autoria: Senador Clésio Andrade. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do projeto e pela aprovação das duas emendas apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Voto em separado do Senador Blairo Maggi: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 670, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora”. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do projeto. Colocado em votação, a comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 670, de 2007, por dez votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências”. Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas nº 1 e 3-CCJ, subemenda nº 1 à emenda nº 2-CCJ e emendas nº 4 e 5 que apresenta. Retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “Determina a forma de realização de campanhas de chamamento dos consumidores (recall), relativas à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pelo sobresta-

mento do projeto, nos termos do Art. 335, I, do RISF, a fim de aguardar a deliberação em Plenário acerca do PLS nº 283, de 2010. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo sobrestamento do projeto por meio do Requerimento nº 94, de 2011-CMA, por dez votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória”. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2-CCT e com as duas subemendas que apresenta. Colocado em votação, a comissão aprova o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2009, com duas emendas, por nove votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2010 – TERMINATIVO**, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP a fornecer atendimento a usuários que estejam na condição de visitantes”. Autoria: Deputado Mário Heringer. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela rejeição do projeto. Colocado em votação, a comissão rejeita o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2010, por onze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2011 – TERMINATIVO**, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever a obrigatoriedade das empresas de comunicar ocorrências relativas à violação ou vulnerabilidade de seus sistemas de segurança que armazenam dados cadastrais dos consumidores”. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do projeto. Retirado de pauta, a pedido do relator. É aprovada a inclusão **EX-TRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 89, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, tendo como convidados representantes do Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores, além de representantes da Secretaria Ge-

ral da Presidência da República, da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI) e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Fernando Collor. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 90, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que “Nos termos regimentais requeiro que esta Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU as conclusões do relatório relativo as 6,5 milhões de doses da vacina contra a influenza (H1N1), a gripe suína, que perderam a validade. O prejuízo foi na ordem de R\$ 78 milhões de reais. Segundo o relatório do TCU o governo brasileiro encomendou as doses em 2010, para combater a pandemia da doença, mas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA reduziu a validade dos lotes de um ano para seis meses, a partir da data da fabricação, seguindo determinação da Agência Canadense de Saúde, sede da GlaxoSmithKline – GSK”. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. **3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 93, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que “Requeiro nos termos do art. 93, I, a realização de audiência pública para instrução do PLS 258, de 2009, que altera a categoria da Unidade de Conservação da Reserva Biológica Nascente da Serra do Cachimbo”. Autoria: Senador Pedro Taques. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Gostaria de comunicar aos Exm^{os} membros da Comissão de Meio Ambiente a mudança na sua secretaria. Em nome da Comissão, gostaria de deixar registrado ao ex-secretário José Francisco Bernardes de Carvalho o nosso agradecimento pelos 14 anos de serviços nela prestados com seriedade, zelo, dedicação, responsabilidade e alto espírito público. Quero agradecer de coração ao trabalho desempenhado pelo José Francisco. Servidores como o José Francisco merecem o respeito e o reconhecimento desta Instituição.

E, como nova secretária, gostaria de apresentar-lhes a Sr^a Leany Barreiro de Sousa Lemos, servidora da Casa há 18 anos, onde serviu como assessora dos Senadores Darcy Ribeiro e Cristovam Buarque e chefe de gabinete dos ex-Senadores Augusto Botelho e Roberto Freire. Ela acaba de retornar de seu pós-doutoramento em Ciências Políticas nas Universidades de Princeton e Oxford. Seja muito bem-vinda, Leany.

A SR^a LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

– Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Comunicados da Presidência:

Comunico que estão disponíveis à consulta dos membros da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos: DVD, encaminhado pelo Deputado Federal Onofre Santo Agostini, que mostra a Unidade de Tratamento de Dejetos Humanos do Município de Palma Sola, em Santa Catarina, que foi implementada em parceria com o Governo de Santa Catarina a um baixo custo; 2 – documentação produzida por diversas entidades capixabas sobre a reforma do Código Florestal, enviada pelo Deputado Estadual Atayde Armani, Presidente da Comissão de Agricultura, de Silvicultura, Aquicultura e Pesca, de Abastecimento e de Reforma Agrária da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo; 3 – Moção de Repúdio nº 22, de 2011, acerca da suspensão do licenciamento ambiental das obras de duplicação da rodovia Régis Bittencourt, no trecho da Serra do Cafezal, em São Paulo, encaminhada pela Vereadora Ângela Maria Bressali, Presidente da Câmara Municipal de Jucitibá; 4 – manifestação de apoio à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2011, que dispõe sobre a redução de emissões de poluentes por veículos automotores, encaminhada pela Presidente da Câmara Municipal de Carazinho, Rio Grande do Sul, Vereadora Sandra Citolin.

Submeto aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras a inclusão extrapauta de três requerimentos, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin e Pedro Taques.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos iniciar pelos requerimentos extrapautas, o primeiro deles, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Fernando Collor:

EXTRAPAUTA

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 89, DE 2011

Requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, tendo como convidados representantes do Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores, além de representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI) e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Fernando Collor

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 90, DE 2011

Nos termos regimentais requero que esta Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU as conclusões do relatório relativo as 6,5 milhões de doses da vacina contra a influenza (H1N1), a gripe suína, que perderam a validade. O prejuízo foi na ordem de R\$ 78 milhões de reais. Segundo o relatório do TCU o governo brasileiro encomendou as doses em 2010, para combater a pandemia da doença, mas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA reduziu a validade dos lotes de um ano para seis meses, a partir da data da fabricação, seguindo determinação da Agência Canadense de Saúde, sede da GlaxoSmithKline – GSK.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não Terminativo -

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 93, DE 2011

Requeiro nos termos do art. 93, I, a realização de audiência pública para instrução do PLS 258, de 2009, que altera a categoria da Unidade de Conservação da Reserva Biológica Nascente da Serra do Cachimbo.

Autoria: Senador Pedro Taques

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu só peço desculpas em razão da letra, porque nasci para médico. Peço desculpas porque vi o esforço de V. Ex^a na leitura e reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço e recebo o seu pedido de desculpas e quero registrar que, mesmo de óculos foi muito difícil entender a sua letra.

ITEM 1

(COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA SOBRE TURNO SUPLEMENTAR)

De acordo com o art. 282, § 2º combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência comunica que, até o final da discussão em turno suplementar na próxima reunião ordinária da Comissão, poderão ser apresentadas emendas ao Substitutivo oferecido, em 07 de julho do corrente, ao Projeto de Lei da Câmara nº 147, DE 2009, que “Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendidos devem ser libertados em seu habitat)”. O projeto é de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e teve como Relator o Senador Jorge Viana. Comunico ainda que, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, não sendo oferecidas emendas na discussão em turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

ITEM 2

(COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA SOBRE AUTORIZAÇÃO DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

OFÍCIO/ MPU/ PGR/ SG nº 520, de 12 de setembro do corrente, do Secretário-Geral do Ministério Público da União, Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto, que solicita autorização para o remanejamento de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da dotação inserida na Lei Orçamentária de 2011, destinada à ação

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DA LEI, objeto de emenda aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Com a aprovação desta autorização pela CMA, o Procurador-Geral da República poderá encaminhar ao Congresso Nacional, por meio da Presidente da República, projeto de lei que remaneja a referida dotação.

Submeto à deliberação do Colegiado a solicitação contida no Ofício/ MPU/ PGR/ SG nº520, de 12 de setembro.

Os Senadores que aprovam a solicitação permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 3

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, DE 2011

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores MILTON ORTOLAN, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, OSCAR JUCÁ NETO, ex-diretor financeiro da Conab, e JÚLIO FRÓES, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matérias publicadas pela revista Veja, em suas edições de 3 e 10 de agosto do corrente, que tratam de corrupção, fraudes e pagamento de propinas no âmbito daquela Pasta.

Autoria: Senadores Alvaro Dias e Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu acho que, no âmbito político, já é uma matéria vencida, porque as pessoas foram exoneradas e está no âmbito da justiça. Não vejo mais necessidade de convocação dessas pessoas. Então, peço aqui aos nobres pares que rejeitemos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O requerimento foi rejeitado.

Item nº4..

O Sr. (Intervenção fora do microfone.) – Não, não houve parecer. É um requerimento, um mero requerimento.

ITEM 4

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 84, DE 2011

Requer, nos termos do art. 58, §2, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater os aspectos da conservação e preservação do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões, Patrimônio Cultural do Brasil, objeto do Ato de Tombamento consumado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 04 de novembro de 2010, com a presença dos seguintes convidados: – Presidente do IPHAN, Senhor Luiz Fernando Almeida; – Representante do Governo do Estado do Amazonas; – Representantes do Movimento S.O.S Encontro das Águas do Amazonas, Senhores Thiago de Mello e Tenório Telles; e, – Representante da empresa Laje Logística S.A.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em votação. (Pausa)

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram.

Aprovado.

ITEM 5

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 87, DE 2011

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir as causas da elevação dos preços das vacinas de uso veterinário no País. Como sugestão, podem ser convidados a expor seus entendimentos sobre a questão as seguintes autoridades e representantes da sociedade civil: – Sr. Fernando de Magalhães Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; – Sr. Mendes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; – Sr. Francisco José Ferreira Jacintho, Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente; – Sr. Gustavo Andrade e Lopes, Presidente da Sociedade Rural do Paraná; – Representante do

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN; – Representante da COOPERS do Brasil Ltda; – Representante da Merial Brasil Ltda; – Representante da Bayer S.A.;

Representante da Valée S.A.; – e Representante da Pfizer Ltda.

Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Rodrigo Rollemberg

Em votação. (Pausa)

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 6

– Não Terminativo -

OFÍCIO “S” Nº 13, DE 2008

Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras indígenas daquele Estado.

Autoria: Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Eminentíssimo Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Procurador-Geral do Estado de Rondônia, Sr. Ronaldo Furtado, encaminhou a esta Casa o Ofício “S” nº 13, de 2008, no qual relata ter aquela Procuradoria tomado o conhecimento de indícios sobre fatos que, em seu julgamento, seriam de relevante gravidade: extração ilegal de madeira em terras indígenas, situadas em Rondônia, e um falso sequestro no mesmo Estado.

Em relação a esse tema (pág. 30), faz referência a reportagem apresentada pela revista *Veja*, em sua edição nº 2.057, de 23 de abril de 2008, que, em seu entendimento, indicava “(...) o cometimento de crime ambiental, bem como a simulação de sequestro”.

Com base em vídeos e documentos anexados ao supracitado ofício, o Procurador Geral relata que em 19 de agosto de 2005, em fórum realizado pelos índios Suruí, em Cacoal (RO), estavam presentes um Procurador da República, representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), bem como da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Ji-Paraná, e agentes da Funai de Cacoal (RO) que, junto com as lideranças suruí, teriam “(...) firmado um acordo no sentido de permitir a exploração e o comércio ilegal de madeira nas terras indígenas”.

Relata ainda que os participantes dessa reunião teriam concordado que, enquanto o Governo Federal não implementasse projetos de sustentação da comunidade indígena, o que nunca aconteceu, os órgãos

de fiscalização fariam vista grossa para a exploração ilegal de madeira nas terras referenciadas. Acrescenta que, após o inusitado acordo, a exploração de madeira nas terras dos índios Suruí cresceu assustadoramente e que informações por ele obtidas davam conta de que os índios Zorós, que vivem próximos aos índios Suruí, cientes do referido acordo, decidiram seguir o exemplo e passaram também a comercializar as madeiras de sua reserva.

Ressalta que o vídeo e os documentos supracitados

“correspondem à filmagem das reuniões ocorridas em agosto de 2005 e de declarações feitas em cartório por pessoas que participaram da reunião e confirmaram o acordo firmado entre os índios, o MPF, a Funai e o Ibama”. E que, além dessa reunião, realizada em 19 de agosto de 2005, ocorreu outra, em 1º de setembro de 2005, destinada a dar continuidade às negociações, também com a presença das autoridades acima referidas.

Nessa segunda reunião, segundo o Procurador Geral do Estado de Rondônia, Valmir Suruí, um dos líderes do povo Suruí, teria declarado sua decepção com o Procurador do Ministério Público Federal, “por ter pactuado com a continuidade da exploração ilegal de madeiras em suas terras” e teria afirmado a possibilidade de denunciar a decisão do Ministério Público.

Ressalta, ainda, que, segundo a supracitada reportagem e conforme os referidos vídeo e documentos, teria ocorrido um seqüestro envolvendo um membro do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o Procurador da República e outras pessoas, mas que tal seqüestro teria sido, na verdade, uma farsa. E que esse episódio teria atraído a atenção da própria Funai e da Polícia Federal.

O Procurador-Geral de Rondônia informa, finalmente, que documento de mesmo teor do enviado ao Senado Federal teria sido encaminhado, também, a diversas instâncias do Poder Público, entre as quais Presidência da República, Supremo Tribunal Federal (STF), Câmara dos Deputados, Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente, Procuradoria Geral da República, Ibama e Funai.

Posteriormente, por meio do Ofício nº 330/GAB/PGE/2008, anexado ao processado do Ofício “S” acima referido, o Procurador do Estado de Rondônia solicitou à Presidência do Senado “informações a respeito de medidas que eventualmente tenham sido adotadas em razão dos eventos reportados no mencionado expediente de abril do ano em curso” – o referido Ofício S.

A matéria, ora sob exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle (CMA), foi também distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Passo à análise, Sr. Presidente.

II – Análise

De longa data, têm sido recorrentes as denúncias de exploração ilegal de madeira, especialmente na Amazônia. Essas ações predatórias têm demandado permanente atuação dos órgãos ambientais da União e dos Estados, frequentemente com apoio da Polícia Federal.

Há o reconhecimento de que, em um país com dimensões continentais, com órgãos ambientais submetidos a severas limitações em termos de recursos materiais e humanos, a fiscalização sobre práticas predatórias ao meio ambiente não alcança a eficácia necessária.

A continuidade dos crimes ambientais, porém, decorre não apenas das limitações supracitadas, mas, também, do fato de que a legislação brasileira possibilita postergar por tempo demasiado, mediante repetidos recursos na esfera judicial, a aplicação efetiva das penalidades.

A despeito desses fatos, é consensual a percepção de que o IBAMA e os órgãos estaduais de meio ambiente, junto com instituições como a Polícia Federal e a Funai, têm feito esforço elogiável para coibir essas infrações.

Nesse contexto, merecem destaque as operações deflagradas pelo Ibama na região amazônica, nas quais tem ocorrido sempre elevado número de atuações.

Todavia, não há como ignorar a gravidade das denúncias apresentadas pelo Sr. Ronaldo Furtado contra as instituições supracitadas, que demandam averiguação quanto a sua consistência.

O Senado Federal não tem meios, evidentemente, para promover essa averiguação, nem tal atividade específica insere-se no âmbito de suas atribuições constitucionais. Esta Casa, todavia, dispõe da capacidade para acionar as instituições da República para trazerem uma resposta à sociedade com respeito a essas denúncias.

A Constituição Federal, em seu art. 49, inclui, na competência exclusiva do Congresso Nacional, “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Além disso, o art. 50, § 2º, da Carta Magna determina que “as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste artigo, importando em crime de responsabilidade

de a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”.

Assim, cabe a esta Comissão tomar ciência do Ofício S nº 13, de 2008, da gravidade das denúncias nele contidas e, no cumprimento de seu papel de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, encaminhar pedidos de informações aos órgãos competentes da União.

Ressalte-se, contudo, que o processado relativo ao Ofício “S” ora

analisado contém o Ofício PGR/GAB/Nº 1929, de 10 de novembro de 2008, enviado à então Senadora Fátima Cleide 10 de novembro de 2008, enviado a então Senadora Fátima Cleide, indicada relatora da matéria perante a CMA, mediante o qual o Sr. Procurador-Geral da República encaminhava cópia do Ofício PGR/GAB nº 1.619, de 16 de setembro de 2008, acompanhado de sua manifestação nos autos MPF/PGR nº 1.00.000.004305/2008-09, bem como cópia da Ata da 338ª Reunião da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão referente ao Procedimento Administrativo nº 1.00.000.004452/2008-71, fls. 73/74. Nesse ofício, o Procurador-Geral da República informa que a Câmara de oordenação e Revisão concluiu pela “(...) absoluta regularidade da atuação do Procurador da República Reginaldo Trindade (...)” e que, por isso, não haveria qualquer outra providência a ser adotada.

Sr. Presidente, eu fiz juntar à Comissão do Meio Ambiente o voto, que passo a ler o voto. Mas, posteriormente, eu mudei o voto, e se encontra aí sobre a mesa.

Faço a leitura do voto como se encontra no relatório de todos os Senadores e a mudança que foi efetuada. O voto que consta aqui, Sr. Presidente, é no seguinte sentido: com base no exposto, manifestamos-nos pela apresentação dos Requerimentos de Informações em anexo, a serem encaminhados aos Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente, e pela recomendação de que o processado seja arquivado. Só que nós mudamos isso e eu quero dar ciência aos Srs. Senadores que antes do arquivamento desse processado, em razão da importância da gravidade dos fatos relatados melhor colher as informações e ao depois, se a comissão assim entender, pelo arquivamento.

Portanto, por honestidade intelectual e lealdade aos Srs. Senadores aqui presentes e a todos os Senadores, antes do arquivamento nós modificamos isso para que as informações sejam colhidas. Este é o melhor caminho, antes do arquivamento desta representação, porque penso que os fatos aqui são muito graves.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Para discutir, Sr. Presidente.

Eu vou votar com o relator Pedro Taques, até pela credibilidade, pela experiência que o Senador tem, sobretudo numa questão como essa.

Mas eu indagaria do Senador Pedro Taques se não fosse o caso, também, de acompanharmos essa questão, pois essa é uma questão importante. Atribui-se tanto malfeito a produtores e tal, e às vezes você confunde. É comum confundir produtor rural com pessoas que não têm... Você vê que isso aqui é uma coisa tão grave, se for verdade a denúncia, as informações. Houve participação do Ministério Público Federal e de autoridade importante. Mas eu gostaria que um ou dois Senadores pudessem acompanhar, até que a gente pudesse fazer o juízo, para que a denúncia pudesse ser realmente analisada à exaustão. Ao enviar denúncia para o Senado, é importante que fique muito claro quem participou de um acordo como esse.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se me permite.

Concordo inteiramente, Sr. Presidente, com o Senador Moka.

Senador, quero dar conhecimento a V. Ex^a de que, amanhã, a Bancada do Estado de Mato Grosso se reúne. Nós vamos ouvir esse Procurador a respeito de temas relacionados à Reserva Indígena Cinta Larga, na divisa de Mato Grosso com Rondônia, na chamada Roosevelt. Está no ponto da pauta e convido V. Ex^a, se entender por bem, a participar. O tema é outro, mas é o mesmo membro do Ministério Público.

Mas essa providência de V. Ex^a eu acolho e entendo como absolutamente louvável, diante dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Waldemir Moka, lembro que, ao aprovar o relatório do Senador Pedro Taques, estamos aprovando também dois requerimentos de informações ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Justiça. Em seguida, ao chegar a resposta dos Ministérios, serão despachadas ao Senador Relator, Senador Pedro Taques, para que ele possa relatar as informações prestadas pelos dois requerimentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero, já com anuência do Senador Pedro Taques, Sr. Presidente, acompanhar, junto com o Senador Pedro Taques – não sei se algum outro Senador tem interesse – porque esse é um assunto que eu gostaria de ver

esclarecido, até porque é uma denúncia muito séria, e acho que devemos ir à exaustão.

Sr. Presidente, às vezes as pessoas me veem defendendo o setor da agricultura e tal, mas eu, absolutamente, quero concordar com qualquer tipo de questão que possa confundir agricultura com o que está acontecendo aí, pela denúncia do Procurador-Geral do Estado.

Então, são essas questões. Ao enviar aqui as informações, eu acho que esta Comissão poderia destacar dois ou três Senadores para que a gente pudesse fazer algum apanhamento disso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Minha sugestão, Senador Moka, este é o relatório preliminar. A partir das informações do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, o Senador Pedro Taques trará um novo relatório. Então, a comissão avaliará a possibilidade de fazer essa visita, dando o testemunho da atuação sempre responsável de V. Ex^a nesta comissão e aqui no Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB –SE) – Pedido de inversão de pauta. Tendo em vista que o Senador Blairo Maggi aqui se encontra e é o Relator do Projeto de Lei do Senado nº 38, da minha autoria, eu gostaria que concedesse prioridade.

Nós temos dois, agora não sabemos se já há número aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Vou deliberar logo em seguida, Senador Valadares. Só para concluir esta votação.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a apresentação dos dois requerimentos destinados ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Justiça.

Aqueles que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, quero fazer uma correção ao meu pedido. O Senador Blairo Maggi, na verdade, é autor de um voto em separado, e o Relator é o Senador Cristovam Buarque, que aqui não se encontra hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Esse item, Senador Valadares, foi retirada

do de pauta a pedido do Relator Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O pedido não foi outro não?

Foi o Senador Lobão, Relator, pedido de vista para melhorar a análise. É o Projeto de Lei nº 329, item 25.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Esse está em pauta, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – mas houve um pedido de vista para melhor análise, está aqui escrito.

Ainda não foi não.

Então, Presidente, esse primeiro que eu falei, o nº 17, o Senador Cristovam Buarque pediu para retirar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Pediu para retirar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então pronto. Vamos retirar e obedecer o relator, esperar outra oportunidade.

Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Muito obrigado.

Faço apelo aos nobres Senadores que permaneçam na reunião, pois temos algumas matérias terminativas. Como nós estamos fazendo muitas audiências públicas sobre o Código Florestal, é uma grande oportunidade para dar uma liberada nesta pauta.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, solicito de V. Ex^a a possibilidade de adiarmos o item 10, do qual sou Relator, para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A pedido do Relator, adiamos. Mas solicito a V. Ex^a permanecer no plenário, porque V. Ex^a é Relator de outros projetos importantes a serem apreciados.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pois é, e dos dois outros também, Sr. Presidente, porque tenho um compromisso fora do Senado, uma audiência já marcada há uma semana. Que eu possa relatar na sessão subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Tive que fazer um apelo aqui ao Senador Moka e ao Senador Vicentinho. Senador, como é difícil a gente ter o quórum para fazer deliberações terminativas. Sugiro fazer uma inversão de pauta, e V. Ex^a possa relatar os projetos de que é relator, antes de se ausentar, se houver concordância do Plenário. É possível?

Então vamos lá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só queria, da mesma forma, logo depois do Senador, de relatar o item 13, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Atendido, Senador Moka.

Item 21.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 70, de 2009 (PL nº 768, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Luiz Bittencourt.

Com essa iniciativa, as operadoras de telefonia fixa comutada ficam obrigadas a divulgar, nas listas telefônicas de distribuição compulsória, a legislação de defesa do consumidor, em especial a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Para tanto, a proposição acrescenta o § 3º ao art. 213 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

Na justificação da proposta, o autor pondera a respeito dos benefícios decorrentes de uma ampla divulgação da legislação de defesa do consumidor.

No Senado Federal, o PLC nº 70, de 2009, foi distribuído à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e a esta Comissão, em decisão terminativa, por força do disposto nos arts. 91, § 1º, inciso IV, e 49, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei, Sr. Presidente.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Na CCT, em 31 de março de 2010, foi aprovado o relatório do Senador Lobão Filho, favorável ao PLC nº 70, de 2009, com duas emendas ao projeto, oferecidas pelo relator, que restringem a exigência de publicação ao Código de Defesa do Consumidor – e não a toda a legislação sobre a matéria.

II – Análise

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de matérias pertinentes à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Submetida à apreciação desta CMA, em decisão terminativa, preliminarmente cabe-nos analisar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

A matéria objeto da proposição – divulgação da legislação sobre defesa do consumidor – insere-se, fundamentalmente, no âmbito da produção e do consumo.

Nesse contexto, o projeto em exame incorpora matéria objeto de lei e sua edição demarca espaço de regulação próprio à União.

Dessa forma, o projeto de lei não apresenta vício de inconstitucionalidade, nem quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada. Como estipulado no art. 48 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se inclui, certamente, a divulgação de normas de defesa do consumidor. Não há, nos termos dispostos no art. 61, § 1º, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da Constituição Federal, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República na matéria tratada no projeto.

Tampouco se verifica vício de juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, também não há reparo a fazer, já que o projeto acertadamente altera norma já existente sobre a matéria, no caso, a Lei Geral de Telecomunicações, e apresenta-se conforme o bom direito. Assim, o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No tocante ao mérito, recorde-se que o objetivo do PLC nº 70, de 2009, é inserir no texto da Lei Geral de Telecomunicações (art. 213) determinação para que as operadoras de telefonia fixa divulguem, nas listas telefônicas de distribuição obrigatória, o teor da legislação de defesa do consumidor, em especial a lei consumerista.

Cabe assinalar que são princípios basilares da política nacional das relações de consumo que se assenta no reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, a educação e o acesso à informação de fornecedores e consumidores quanto a seus direitos e deveres, conforme disposto no art. 4º, do Código de Defesa do Consumidor. Desse modo, o Projeto de Lei está harmonizado com essa política. Ademais, é louvável toda medida que contribui efetivamente para aperfeiçoamento da tutela do consumidor.

Portanto, é inquestionável o alcance social do projeto de lei em referência e, por conseguinte, o mérito da proposição.

No entanto, é mister minimizar o eventual impacto ambiental decorrente da proposta sob comento, que pode implicar aumento de até 100 milhões de páginas impressas na lista telefônica.

A nosso ver, o Projeto de Lei está em desacordo com as políticas de responsabilidade ambiental, em particular indo de encontro à ideia de consumo sustentável.

Ademais, a proposta gera custos adicionais às empresas telefônicas que poderão, por consequência, ser repassados aos consumidores.

Com o propósito de reduzir seu impacto ambiental, entendemos mais apropriado que a obrigatoriedade de divulgação, nas listas telefônicas de distribuição compulsória, seja limitada tão somente ao texto do Capítulo III (arts. 6º e 7º) do CDC e aos arts. 3º e 4º da LGT, que definem, respectivamente, os direitos básicos do consumidor e os direitos e deveres dos usuários de serviços de telecomunicações.

Nesse sentido, apresentamos subemendas às emendas da CCT ao PLC nº 70, de 2009, para que seja exigida apenas a publicação do Capítulo III (arts. 6º e 7º) do CDC e dos arts. 3º e 4º da LGT.

III – Voto

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2009, e pela aprovação das duas emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na forma das subemendas a seguir indicadas:

SUBEMENDA Nº À EMENDA Nº 1 DA CCT – CMA

Dê-se à ementa do PLC nº 70, de 2009, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT), para obrigar as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar os arts. 3º e 4º desta Lei e o Capítulo III (arts. 6º e 7º) da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”

A segunda subemenda, Sr. Presidente:

SUBEMENDA Nº À EMENDA Nº 2 DA CCT – CMA

Dê-se ao § 3º do art. 213 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 213.

.....

§ 3º É obrigatória a divulgação dos arts. 3º e 4º desta Lei e do Capítulo III (arts. 6º e 7º) da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nas listas telefônicas de que trata o § 2º.” Este é o voto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal porque é terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Vicentinho Alves? Vota “sim”, com o relatório.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Reditario Cassol.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovado o projeto, com nove votos favoráveis.

Vamos agora às emendas.

A primeira, Emenda nº 1.

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Pedro Taques?

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o Relator

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A emenda foi aprovada.

Consulto se, para apreciação da Emenda nº 2, posso repetir a mesma votação da Emenda nº 1. (*Pausa.*)

Aprovada, pelo mesmo número de votos.

Consulto se podemos continuar a inversão da pauta para apreciar o Item 24, de autoria do Senador Vicentinho.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes do Item 24, gostaria de pedir inversão para o Item 18, porque faço o relatório em dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item 18. Submeto a inversão.

Aprovado.

Passo a palavra a o Senador Valdir Raupp e solicito a presença de todos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS 670, de 2007, pretende obrigar os revendedores varejistas de combustíveis a integrar a operação do equipamento emissor de cupom fiscal de uso obrigatório, a bomba abastecedora utilizada nos postos.

A implementação da medida se daria na forma de convênio entre a União e os Estados, segundo dispõe o art. 63 da Lei nº 9.532, de 1997.

A CAE se manifestou pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação da proposição, analisando sob a ótica da obrigação tributária acessória que institui.

À vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do

Projeto de Lei do Senado 670, de 2007 e, no mérito, por sua aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – O item 9 da pauta é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, não é terminativo, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Desde maio, estou esperando essa votação e daqui a pouco não tem quorum e...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas ele não é terminativo, não precisa de ter esse quorum especial.

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Valdir Raupp, “sim”.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi aprovado.

Inversão de pauta para o Item 24.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

Em seguida, Senador Waldemir Moka.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, vou resumir aqui o nosso relatório para contribuir com os demais colegas.

Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Deputado Mário Heringer, que Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP a fornecer atendimento a usuários que estejam na condição de *visitantes*.

A proposição que passo a relatar é de iniciativa do Deputado Mário Heringer. O projeto propõe que toda prestadora de serviço móvel seja obrigada a oferecer conectividade a seus próprios assinantes, em qualquer lugar do País, estejam eles dentro ou fora da área de prestação de serviço que lhe foi outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

De acordo com a redação aprovada na Câmara dos Deputados, toda prestadora do serviço móvel pessoal, independentemente do porte, fica obrigada a atender seus assinantes em localidades em que não solicitou autorização para operar, mediante acordo de uso de rede de outra prestadora.

Embora possa ser eventualmente benéfico para uma parcela dos assinantes, isso representa custos adicionais, que pode não fazer sentido para o negócio da prestadora, especialmente para aquelas que, a partir da regulamentação do operador de rede móvel virtual, desejam operar localmente.

Analogamente, se a empresa é obrigada a oferecer o recurso de *roaming* em todos os pacotes, perde a capacidade de segmentar a oferta de acordo com os diferentes perfis de uso de seus assinantes, repassando o custo discriminadamente e desnecessariamente.

Se não estivessem disponíveis planos de serviço com tal funcionalidade, seria compreensível a medida legislativa. Mas eles existem em grande quantidade, em variados pacotes, oferecidos por todas as operadoras do SMP. O usuário que efetivamente precisa do recurso pode contratá-lo sem dificuldade, e ainda fazer uso da portabilidade numérica se não estiver satisfeito com a qualidade ou com o preço cobrado.

Conforme registrou o parecer aprovado na CCT, “a decisão de consumo deve ser inteiramente do próprio usuário, que escolhe o plano de serviço que lhe apresenta a melhor composição de preço, cobertura e

recursos adicionais. A diversidade de ofertas enriquece a competição e atende a um número maior de pessoas”.

É bom lembrar que as grandes operadoras do SMP atuam com redes próprias em todos os Estados da Federação, à exceção da Oi no Estado de São Paulo, onde já foram firmados os devidos acordos de interconexão. Assim, a medida não produz impacto para os usuários dessas empresas.

Por outro lado, como aponta o relatório da CCT, “o projeto impede a existência de operações regionais”, na contramão do que busca organizar o órgão regulador do setor. Como o SMP permite a transmissão de dados em banda larga, as empresas de menor porte seriam obrigadas a construir ou alugar, em todas as localidades, capacidade para a oferta de acesso à internet aos visitantes, o que seria ainda mais oneroso. Na medida em que cresce rapidamente a proporção de usuários de internet móvel, pode-se estimar o impacto financeiro que causaria aprovação do projeto em apreciação.

Ressalte-se que a Anatel já estabelece, através da Resolução nº 477, de 2007, atualmente em vigor, a obrigatoriedade da rede prestadora de serviço móvel pessoal possibilite também o atendimento ao usuário visitante.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara no 127, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A Favor, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Plenário se podemos inverter a pauta para o Item 20, do qual sou Relator.

É um projeto muito simples, que relatarei muito rapidamente.

Então, convido a Senadora Kátia Abreu para assumir a Presidência.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria que o próximo fosse o Item 9 da pauta. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O próximo será o Item 13, cujo Relator é o Senador Waldemir Moka, e, em seguida, o de V. Ex^a.

O Item 24 foi aprovado por unanimidade.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, como o Item 10 não é terminativo, nós podemos colocá-lo na reunião subsequente, na próxima semana. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pode ser.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Comunico que, em relação ao item nº 24, foi aprovado o parecer do Relator pela rejeição do projeto.

Com a Presidência, a Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008, do Senador Renato Casagrande, que determina a forma de realização de campanhas de chamamento dos consumidores (*recall*), relativas à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo.

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 190, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que trata das campanhas de chamamento dos consumidores no caso de problemas referentes a produtos ou serviços já colocados no mercado de consumo.

II – Análise

Inicialmente, cumpre observar que o PLS nº 190, de 2008, reproduz, na íntegra, o texto da Portaria nº 789, de 24 de agosto de 2001, do Ministério da Justiça, que regula a comunicação, no âmbito do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, relativa à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo.

Nessa área, ainda atua o Grupo de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo (Gepac), instituído de acordo com a Portaria nº 44, de 7 de maio de 2008, editada pela Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça. O Gepac é constituído por representantes do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual de São Paulo, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Fundação Procon, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público do Rio de Janeiro.

A despeito desses mecanismos de proteção, após audiências públicas em comemoração aos vinte anos de edição do Código de Defesa do Consumidor, esta Comissão apresentou algumas proposições. Dentre essas propostas, destaca-se o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2010, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre o aviso de risco aos consumidores relativo ao alto grau de nocividade ou periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo, e dá outras providências.

A nosso ver, o teor do PLS nº 283, de 2010, é o que melhor regula o instituto do *recall* (chamamento aos consumidores), fruto dos recentes esforços do grupo de trabalho criado por esta Comissão em 2010, por

ocasião do vigésimo aniversário da edição do Código de Defesa do Consumidor.

O PLS nº 190, de 2008, por sua vez, cuida de minudências referentes ao procedimento de chamamento aos consumidores, razão pela qual entendemos mais adequado o seu disciplinamento mediante regulamentação do que pela conversão em lei do PLS nº 190, de 2008.

Pelos motivos expostos, entendemos oportuno requerer o sobrestamento do PLS nº 190, de 2008, com fundamento no art. 335, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de aguardar a deliberação em Plenário acerca do PLS nº 283, de 2010.

III – Voto

Isso posto, somos pelo sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Em votação o sobrestamento ao Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008.

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Senador Vicente Alves.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sérgio Souza

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Vanessa Grazziotin.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Acompanho o Relator.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

A SR^a PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Senador Waldir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr^a Presidente, meu nome é Waldemir Moka. E voto o com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – E eu falei o quê?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Waldir.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Eu falei Waldemir. Seu nome eu jamais esqueceria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei que foi um equívoco de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Eu jamais... Eu posso ter falado muito rápido. Então, eu vou falar devagar: Waldemir Moka, como vota V. Exª?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Não mais cometerei o erro da pressa.

Como vota o Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/DEM – TO) – Encerrada a votação, está aprovado o sobreendimento ao Projeto de Lei nº 190.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço à Presidenta Kátia Abreu.

Vamos ao Item 13. Agora, a inversão da pauta para o Item 13, cujo Relator é o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se V. Exª me permitir, quem nasceu para ser Moka nunca virou... Vocês sabem que Moka é um apelido que eu incorporei. O nome é Waldemir Miranda de Brito. Embora médico, nunca consegui ser chamado de Waldemir, Sr. Presidente. Então, eu me conformo com o Senador Moka.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só uma questão de ordem: o que significa Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Moca é um tipo de café, é um grão, um dos grãos do café.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bom.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É muito comum, no meu Estado, falar “nós vamos tomar um moquinho”.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – No nosso Estado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E café do bom.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – com a palavra, o Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, se os colegas me permitirem, eu vou explicar o relatório, porque o voto é pela rejeição.

A matéria é importante. Ele trata, na verdade, de assegurar recursos para o saneamento básico. Só que o projeto quer retirar recurso do Ministério da Saúde para o saneamento básico. Então, é aquela história: não há jeito de se concordar com esse projeto, embora a gente precise colocar, de forma muito clara – daí porque estou explicando isso – que realmente saneamento básico é uma das coisas mais importantes do País. Aliás, para cada real investido no saneamento básico, economizam-se quatro reais em termos de saúde pública.

Como os recursos da saúde já são insuficientes, concordar em retirar recurso da saúde para alocar na Funasa, no item saneamento básico... Com todo mérito que possa ter o saneamento básico, eu optei por rejeitar o projeto, entendo que a intenção é meritória, mas seria tirar um cobertor que já está curto na saúde.

Então, Sr. Presidente, diante da explicação, vou apenas dizer que esse projeto também já foi rejeitado pelo eminente Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde, pelos mesmos motivos que acabei de explicar.

Então, por isso, o meu voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o Parecer do Relator pela rejeição ao projeto permaneçam como se encontra,

Aprovado o Relatório e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2010.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Peço também, na sequência, a inversão de pauta para o Item 16, que é da minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto a Senadora Kátia Abreu se podemos analisar o Item 16, antes de analisar o projeto de sua autoria, que é o Item 9 da pauta.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – E depois dele sou eu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Depois dele será a senhora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pacientemente esperarei.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, e depois dela sou eu? Está passando...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Antigamente as mulheres tinham prerrogativas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que a Senadora Kátia tem a preferência, até mesmo pela ordem da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, com a palavra o Senador Sérgio Souza, para fazer o Relatório do Item 16.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Primeiro, obrigado à Senadora Kátia Abreu; segundo, ao Senador Blairo e ao Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 327, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para tipificar como crime contra a economia popular a exigência indevida de cheque-caução ou similar por prestador de serviço de saúde contratado.

O art. 1º do PLS inclui o inciso XII ao art. 2º da Lei nº 1.521, de 1951, criando o tipo penal consistente em exigir cheque caução, nota promissória ou qualquer outra garantia financeira como condição para a prestação de procedimentos ou de serviços médico-hospitalares cobertos contratualmente por plano de assistência à saúde, incluindo hospitais e clínicas cooperadas, credenciadas ou referenciadas pela operadora do plano.

Na justificação, o autor aponta que o art. 1º da Resolução Normativa nº 44, de 24 de julho de 2003, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que proíbe a exigência indevida de cheque caução, tem sido frequentemente descumprida pelos prestadores de serviço contratados, credenciados, cooperados ou referenciados de operadoras de planos de saúde. Conclui, assim, pela necessidade de tipificação penal da referida conduta.

Não foram apresentadas emendas.

A análise, Sr. Presidente:

Nos termos do art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, como é o caso.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar sobre Direito do consumidor, a teor dos arts. 24, V e VII, da Constituição.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinário revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa da Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, de acordo com os arts. 49, 51 e 52 da CF.

No mérito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, somos favoráveis à proposta. Inclusive, entendemos que é o momento de o Congresso Nacional se manifestar nesse sentido.

Abreviando um pouco meu Relatório, Sr. Presidente, verificamos, na prática, que Resolução Normativa nº 44, de 2003, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que proíbe a exigência indevida de cheque caução, tem sido insuficiente para evitar a nociva prática, que se assemelha a uma verdadeira chantagem contra as pessoas que necessitam emergencialmente, Senador Moka, de serviços de assistência à saúde.

Assim, a edição de norma com força de lei penal para afastar a exigência indevida se mostra absolutamente necessária.

Assim votamos, Sr. Presidente:

Por essas razões, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam o Projeto permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito a todos que permaneçam no plenário, pois nós vamos apreciar agora o Item 9, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Em seguida, o item relatado pelo Senador Blairo Maggi, e ainda há um terminativo, que será relatado pelo Senador Aníbal Diniz.

ITEM 9

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2007

Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

É importante registrar que, na reunião de 9 de agosto de 2011, após a leitura do relatório pelo Relator

ad-hoc, Senador Anibal Diniz, foi concedida vista do projeto ao Senador Pedro Taques, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Como já foi lido, vamos à discussão.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, pedi vista desse projeto para melhor analisá-lo. Entendo o Decreto Legislativo apresentado por S. Ex^a a Senadora Kátia Abreu. O Decreto Legislativo, conceitualmente, não tem a função de sustar atos anteriores à lei que o decreto e a portaria tentam regulamentar.

Penso que o decreto legislativo um instrumento importantíssimo de que o Poder Legislativo deve se utilizar naqueles momentos em que o Executivo exorbita do seu poder de regulamentação. Agora, ele não se presta a sustar atos anteriores à lei que ele venha a regulamentar, no caso, a Lei nº 11.105, de 2005.

Desta feita, Sr. Presidente, concordo inteiramente com o parecer e o voto de S. Ex^a o Senador Eunício Oliveira.

Quero justificar a demora para que eu o apresentasse. Eu não dei causa à demora da apreciação desse Projeto de Decreto Legislativo, uma vez que todas as sessões, de lá para cá, foram para debater o Código Florestal. Assim, encerro, defendendo o voto de S. Ex^a o Senador Eunício Oliveira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu, autora do Projeto.

Em seguida, o Senador Valadares e a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de contestar o Senador do Mato Grosso, lendo uma frase de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: “Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal.”

Sr. Presidente, o próprio Senador Eunício Oliveira concorda com o mérito do meu decreto. Ele apenas entende que, posterior à publicação da Lei de Biossegurança, o Decreto perde o valor e que, aquele que for multado indevidamente, que entre na Justiça – é de corrigir uma falha do Governo, especialmente da Casa Civil, que já deveria ter providenciado a modificação desse decreto e não o fez.

As pessoas estão sendo multadas indevidamente. Então, é muito simples: “Vá para a Justiça, vá para a Justiça!”, como se isso não custasse nada, como se

isso não custasse dinheiro, como se isso não custasse desgaste

Então, se o Senado pode antecipar um fato irregular que nós estamos vivendo no momento, por que não fazê-lo?

Eu já tive notícias aqui de que o Governo não quer que vote. Esse projeto está aqui desde maio. Nós poderíamos ter conservado e feito acordo a respeito, mas não há acordo. Apenas estou propondo o que a Lei de Biossegurança determina.

O que a Lei de Biossegurança determina, com muita clareza? Ela determina que apenas deve ser rotulado o produto transgênico ou o seu derivado. O que significa? Cito um exemplo: o milho e o fubá de milho. Tudo bem, vamos marcar, vamos rotular.. Não há nenhum problema a respeito dessa situação. Agora, a Lei de Biossegurança não diz que se tem que rotular quem come o fubá e quem come milho, ou seja, o porco que comia o fubá ou o milho, que virou uma calabresa na pizzaria, vai ter que ser rotulado. É o mesmo que nós. Se comermos o milho transgênico, temos que ser rotulados também. Eu não virei transgênico por isso, não houve alteração e nem influência no DNA. Pelo amor de Deus, isso é primário! Nós estamos apenas retirando desse decreto esta incoerência, que é exatamente o art. 3º: “Os alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos...” Isso é um absurdo, Sr. Presidente, é vergonhoso para nós.

Não há nenhuma questão contra o Governo ou a favor dele, é uma questão de coerência desta Casa, de entendimento dos Senadores. Não há possibilidade de continuarmos com esse decreto, com este artigo. Lá no segundo está perfeito, na comercialização de alimentos, ingredientes alimentares destinados ao consumo humano, animal, ninguém está tirando a rotulagem do produto ou do seu derivado, apenas de quem consome. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que este decreto – e nós não o estamos anulando totalmente, apenas o art. 3º, por essa falta de cabimento – também determina que o Ministério da Justiça vai elaborar um símbolo para colocar na comida, no produto, ou no milho ou no fubá, dizendo à população que é transgênico. Não tem importância, está perfeito, a informação é sempre louvável. Agora, o símbolo que o Ministério da Justiça escolheu, Sr. Presidente, não tem cabimento. Nós temos que ser honestos com a população. Porque se colocamos um produto à venda que não merece cuidado, ele não pode ser vendido, ou isso aqui é pura e simplesmente um preconceito. Por que não colocam um círculo? Por que não colocam uma

estrela? Por que não colocam um quadrado? Por que tem que ser um triângulo?

Vejam só o que as ONGs estão fazendo nos supermercados. Estão panfletando os supermercados, colocando os produtos como se fossem perigosos, é um sinal de alerta. E isso traz custos. As pessoas, às vezes, querem brincar de “economágica”, como se esse custo aqui fosse da Abiove, da Bunge, da Cargill. Nempresa nenhuma engole custo. Quem engole o custo é o consumidor.

Então, de tudo isso, quem vai pagar a conta é quem vai ao supermercado comprar comida. Isso não é justo e não estamos tirando a prerrogativa do Ministério da Justiça de continuar fazendo o símbolo, estamos recusando este símbolo.

Quando foi colocado este símbolo para ser aprovado, foi feita uma consulta pública, e 150 entidades enviaram a sua manifestação. Das 157, 54 foram radicalmente contrárias – claro, aqueles que colocam produto à venda, que estão lá na concorrência e na competição do dia a dia – e 42 colocaram outras sugestões que não o triângulo. Portanto, não houve unanimidade. Aí, o relatório final do órgão de defesa do consumidor do Ministério da Justiça diz que é difícil verificar antecipadamente se esse triângulo vai causar prejuízo ou não.

Todos nós sabemos o que significa um triângulo com fundo amarelo no país, está na legislação de trânsito. Não é justo que isso possa continuar. Então a relatora escreve: se a imagem será negativa ou positiva, essa é uma externalidade futura, difícil de previsão. Para que complicar se pode facilitar, não é verdade?

Nós acabamos de aprovar, para alegria do Brasil, o feijão resistente ao vírus do mosaico dourado, que era uma tragédia na vida do agricultor, do produtor de feijão, que consumia e liquidava com 60% a 100% da produção de feijão, por conta dessa mosca. E nós produzimos agora, com excelência, pela Embrapa, um produto transgênico que vai combater essa mostra. Nós usávamos litros e litros de defensivos, de que todos são contra, e com razão, ninguém gosta de comer comida com defensivo, com agrotóxico. E quando se consegue produzir alguma coisa que não vai ter agrotóxico, é tratado com preconceito.

Então, eu quero informar que esse feijão resistente ao vírus do mosaico dourado é um ganho mundial, foi um acontecimento mundial, porque vai baratear enormemente o custo do feijão. Agora, vocês acham justo que esse ganho brasileiro com este feijão venha com uma marca dessa no seu pacote no supermercado?

Ora, Sr. Presidente, sinceramente o Governo pode dar as suas recomendações e votar contra, mas vou votar de acordo com a minha consciência, com a minha coerência e com a razoabilidade.

Eu queria pedir aos Senadores que pudessem ajudar a quem consome, a quem produz. Já são tantas as dificuldades que são tão polêmicas... Isso aqui não tem polêmica, ninguém quer tirar a marca do transgênico e muito menos esconder que é transgênico. Mas rotular quem come transgênico com um símbolo desses, sinceramente, é dizer não à transgenia no País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu, autora do projeto.

Com a palavra, para discutir, o Senador Antonio Carlos Valadares. Em seguida, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Blairo Maggi e Senador Waldeir Moka.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, nós todos conhecemos a forma sempre ativa com que age a Senadora Kátia Abreu, em defesa do segmento que ela representa com tanto brilho e competência, que é o setor agrícola, notadamente as grandes *commodities* deste país, que tanto ajudam à obtenção de divisas com a exportação de produtos agrícolas.

No que diz respeito ao projeto, ao PDL nº 90, de 2007, de fato a orientação do Governo é de que este PDL afronta a Constituição, em seu art. 5º, 32: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.”

E também o Código do Consumidor, em seu art. 16, inciso II, que diz: “são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços com especificação correta de quantidade característica, composição, qualidade, preço, bem como sobre os riscos que apresenta.”

Também afronta o art. 9º do Código do Consumidor, que estabelece que o *fornecedor* de produtos potencialmente nocivos ou perigosos à saúde deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito de sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas.

O projeto está na contramão da Lei de Biossegurança, que aqui foi referida pela eminente Senadora, cujo art. 40 diz: “Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou que sejam produzidos a partir de OGM ou derivados deverão conter informação neste sentido em seus rótulos, conforme o regulamento.” Então, tanto o Decreto 4.680 quanto a Portaria 2.658, que são atacados por este PDL, estão em plena sintonia com a Lei de Biossegurança.

O nobre Relator, o Senador Eunício Oliveira, é taxativo quanto às inconveniências do ponto de vista constitucional e legal de proteção do consumidor deste projeto. E conclui pela rejeição.

A rotulagem de transgênicos é um mecanismo utilizado em vários países, no mundo inteiro. Os americanos, por exemplo, inicialmente eram contra a rotulagem dos transgênicos, e os ingleses e os britânicos também. Depois eles adotaram a sistemática da rotulagem dos transgênicos, tanto que houve um encontro de cúpula do Codex Alimentarius, em Genebra, Suíça, e lá 100 países terminaram concluindo e reconhecendo a importância de oferecer informações claras aos consumidores quando se trata de algum produto transgênico.

Por isso, Senadora Kátia Abreu, sabemos a importância com que V. Ex^a defende o campo e nisso parabeno a sua atuação. Mas, no que diz respeito ao PDL nº 90, por um dever de proteger o consumidor quanto ao consumo de alimentos que contenham transgênicos, de vez que não há uma segurança total ainda sobre o consumo de produtos transgênicos, o fato de um símbolo ser colocado para advertir o consumidor de que aquilo ali se trata de um produto transgênico, a meu ver, não representa nenhum preconceito, de vez que de fato esta sinalização aqui é de trânsito, é de placa de advertência, porque o consumidor conhece muito bem o que é uma placa de advertência, principalmente se ele for motorista, e dificilmente alguém hoje neste País não dispõe de uma carteira de motorista. Este símbolo é extremamente popular, talvez por isso o Governo tenha sugerido esta sinalização que já é conhecida da população por demais.

Por isso, eu gostaria de encaminhar o voto contra, acompanhando inclusive a preocupação do Senador Pedro Taques, já revelada nesta reunião.

O nosso voto é pela rejeição, acompanhando o parecer do Senador Eunício Oliveira, que foi também confirmado pelo Senador Anibal Diniz, relator *ad hoc* na última reunião.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço, Senador Antonio Carlos Valadares.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu peço desculpas, mas estamos com a Ministra Tereza Campello e então tenho que ficar dividida entre as duas reuniões.

Quero dizer também que não vou votar aqui e nem vou manifestar a minha opinião de acordo só com a orientação que dá a bancada de apoio ao Governo, Senadores e Senadora Kátia, autora do projeto. Vou votar do ponto de vista do conhecimento que tenho.

Esta foi uma matéria muito debatida no Congresso Nacional há alguns anos, quando aprovamos a possibilidade da entrada no mercado dos transgê-

nicos e a possibilidade de o Brasil produzir alimentos transgênicos.

Quero dizer que concordo com o relatório do Senador Eunício, adotado integralmente pelo Senador Diniz. Concordo porque acho, Senadora Kátia, que se este não é o melhor modelo, ele deve ser mudado. Quero dar um exemplo paralelo ao que estamos debatendo hoje. Apresentei um projeto de lei que virou lei posteriormente que promove o rastreamento dos medicamentos no Brasil, porque gado é rastreado no Brasil, produtos veterinários são, mas os medicamentos que nós tomamos não são rastreados. Não há um controle de origem, de qualidade dos medicamentos. Depois, a Anvisa resolveu fazer um conjunto de audiências públicas e inventaram o tal de um selo que não estava previsto no projeto de lei. Claro que previa a forma como seria rastreado, o mecanismo seria definido.

Acho que há formas. Se os senhores acham que está exagerado, que não seria este o símbolo adequado, vamos buscar um diálogo com o Ministério da Justiça para encontrar outro símbolo. Agora, a derrubar um conjunto que normatiza uma lei aprovada, fartamente discutida, acho que há uma distância muito grande.

Diferentemente de V. Ex^a, tenho o entendimento de que, quando falam que o produto daquele animal que comeu o alimento transgênico precisa ser rotulado, precisa. Eu vou dar o exemplo: o frango de granja – o Senador Blairo Maggi sabe disso, são poucas as empresas no Brasil, a maior parte delas em Santa Catarina, que produzem e vendem o frango para o mundo inteiro – é alimentado de quê? Só de milho e mais nada. E quando o milho é transgênico? De soja, tudo bem, milho, mas tanto a soja como o milho são transgênicos e eles são alimentados só disso e nada mais, é diferente do frango caipira. Então, é óbvio, não estamos falando aqui de um alimento qualquer que vez ou outra o animal utiliza. O frango é alimentado ou por soja ou por milho.

O SR. – O frango é um bicho de asa e bico cheio de soja e milho.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É transgênica. E o que vai ser o frango?

Então eu acho que o debate, Senadora Kátia, é uma sugestão que dou e pode vir em outro sentido. Vamos enfrentar o seguinte diálogo: o percentual da alimentação. Estou falando aqui do animal que é vendido não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro e que só se alimenta disso. E esse animal não vai ser rotulado? Seria um equívoco. Aliás, o que é a rotulação? É um direito à informação. Todo produto informa a quantidade de nutrientes que contém. Essa é uma informação a mais, importante.

Então, eu quero manifestar aqui o meu voto favorável ao relator. Acho que a preocupação dos senhores que atuam nesse setor de produção de alimentos procede, mas não no sentido de desobrigar o rótulo para os derivados.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senadora Vanessa, a senhora me permite um aparte? É possível, Sr. Presidente, um aparte à fala dela?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aparte concedido, depende da Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Está concedido, o Presidente falou, quem sou eu para dizer que não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vejo que a discussão possa estar até um pouco desfocada. O decreto legislativo serve para sustar atos que exorbitem o poder de regulamentação. Esse é um ponto. Ele não serve para debater o mérito do ato que venha pretensamente e supostamente ofender a Constituição. Ele não serve para isso. Vejo que este tipo de símbolo, a sua expressão, o seu significado pode e deve ser debatido junto ao decreto e ao Ministério da Agricultura. O que estamos debatendo aqui, num primeiro momento, e o Relator e o relator *ad hoc* fizeram, é se o decreto legislativo é um instrumento hábil para isso. E o relator chega à conclusão de que não. Agora, se este símbolo é demasiado, se ele exorbita, é outra discussão. Eu não trouxe essa discussão quando eu pedi vista. Nós estamos discutindo se o veículo é apropriado. Temos que entender que a Constituição dá espécies normativas no art. 59, cada espécie normativa tem uma finalidade. Isso não foi escrito por nós, foi escrito pelos Constituintes em 88, ou vamos pegar a Constituição e rasgar e jogar fora. Estamos defendendo que o decreto legislativo não é o instrumento para isso, mas não significa que o mérito da portaria do Ministério e do decreto do Presidente da República esteja correto. O instrumento não é esse. Existe jurisprudência do Supremo Tribunal Federal de todas as sortes. O mérito, se esse símbolo exorbita ou não, é outro debate.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Concedi o aparte e concordo com o que V. Ex^a diz. Agora, é óbvio que temos que entrar no mérito, Senador, ou então não vamos chegar à conclusão se ultrapassa os limites permitidos por lei ou não. E também quero dizer que há uma discordância no âmbito do Ministério. Temos, sim, animais ou produtos que vêm quase que 100% geneticamente modificados. Então, nesses tem que ter a informação, sim. E já dei a sugestão. Acho que os Senadores podem abrir o diálogo com o Ministério da Justiça e o do Meio Ambiente, no sentido de, quem sabe, determinar um percentual, que

não seja absolutamente tudo. Se uma vez ou outra um animal utiliza um produto, um alimento geneticamente modificado, que efeito isso trará àquele animal? A ciência tem que dizer, não nós, os Senadores. A ciência tem que dizer, a técnica tem que dizer. Agora é óbvio, é natural que algum animal que só se alimente de produto geneticamente modificado sofra influência, não tenho dúvida nenhuma.

Portanto, quero dizer que voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para reforçar que o relatório do Senador Eunício de Oliveira, lido aqui por mim e defendido com bastante eloquência pelo Senador Pedro Taques e Senador Valadares, não deixa dúvida de que estamos em condição de votar, sim. Proponho que votemos exatamente como propõe o relatório: pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^a Vice-Presidente, Senadora Kátia, essa é uma discussão rica, importante para todo mundo, não só para o produtor rural, não só para o supermercado, mas para o consumidor também. Quando se pretende fazer a rotulagem que a Senadora Kátia, aqui, está debatendo, na realidade, vem uma outra pergunta: quem tem o direito de saber se é transgênico ou não? O comprador ou o consumidor? O comprador que digo é quem vai ao supermercado e compra um frango e traz para um restaurante e, na hora em que você pede um peito de frango ou qualquer outro tipo de coisa, ou um pernil suíno, enfim, qualquer coisa que você queira comer, não vem no seu prato um distintivozinho lá dizendo transgênico ou não transgênico. Quem tem o direito de saber? Só o comprador ou o consumidor? Se for o consumidor, teria que vir no prato a informação cada vez que se comesse um frango ou, por exemplo, um peixe – aqui no restaurante do nosso Senado, o pessoal come muito aquele peixe para fazer sashimi –, o salmão, por exemplo. A maior parte do salmão consumido hoje, no Brasil, vem do Chile e é alimentado com soja, proteína, vegetal e não vem ali dito se é transgênico ou não transgênico.

Então, está se discutindo aqui mais a questão legal se pode ou não pode, mas estou me apegando no mínimo de possibilidade que a Senadora Kátia está colocando de que é legal o decreto legislativo e acompanhá-la em seu voto. Porque não tem como você rastrear toda essa cadeia até chegar, como fiz a

referência, no prato, no restaurante em que você está almoçando.

E faço um desafio. Vamos sair daqui e almoçar no restaurante agora – são 13h15min –, vamos pedir um frango e ver se vem se é transgênico ou não. Não virá dito absolutamente nada. Para comprovar isso, eu pago o almoço. Mas, vejam bem, é só para os Senadores, viu? O pessoal da retaguarda num segundo momento, vai ser com suíno.

E outra coisa, Senadora Kátia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, colegas aqui, vamos ter que fazer uma discussão, porque essa lei que está vigente hoje é uma lei do início da discussão dos transgênicos. Se fazia mal, se não fazia, tínhamos muitas dúvidas. Já se passaram vinte anos que este assunto veio à tona. Este ano, Sr. Presidente, o milho produzido no Brasil, que vai alimentar 100% dos animais, será 100% de milho transgênico. Sou produtor de soja não transgênico, mas o faço porque tenho um nicho de mercado, e este nicho de mercado para a Europa está cada dia menor, porque está ficando cada dia mais caro fazer a segregação, transportar, beneficiar e entregar e para vender no supermercado.

Então, estamos chegando a um ponto em que essa discussão de não transgênico ou transgênico, essa discussão deste símbolo, o “T” grande, daqui a alguns dias, esse alerta, se ele permanecer, estará em todas as gôndolas de supermercado, em todas as sessões do supermercado, porque não vamos ter produto que não seja transgênico.

A própria Embrapa, esta semana, anunciou a criação de um novo feijão transgênico, livre de mosca branca, livre de mela e de um monte de coisa que vai aumentar a produtividade, vai reduzir o custo dos produtores e, portanto, vai diminuir o preço do feijão para o consumidor. A gente vai chegar ao supermercado e ter dois feijões, um transgênico, e outro não transgênico. O transgênico vai custar R\$0,50 o quilo, e o não transgênico vai custar R\$2,00 o quilo porque ele custa mais para produzir. Ora, o consumidor vai preferir o quê? Onde está o “T” grande? Então, com essa questão do símbolo, nós vamos é pintar os supermercados daqui para a frente porque vão estar os transgênicos em todo lugar.

Não discutindo a questão jurídica, mas me apegando ao mínimo de possibilidade de esse decreto legislativo ser legal e ter amparo na lei, como relatado pela Senadora Kátia Abreu, meu voto vai ser com a autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Serei muito breve. Quero dizer o seguinte: sinceramen-

te, chego a pensar que colocar um símbolo desses, na verdade, ha outros interesses comerciais por trás disso porque esse símbolo é para dizer: cuidado, perigo! Ora, gente, estamos falando de uma coisa que foi aprovada pelo Conselho de Biossegurança. É um absurdo essas coisas, o pessoal fica forçando essa situação

Eu sou médico. Este é um assunto que debati exaustivamente na Comissão de Agricultura, dei aula de química a minha vida inteira. Gente, é um absurdo você dizer que uma transformação genética vai prejudicar. Não existe um relato, um que seja, na medicina que comprove que algum produto transgênico tenha feito algum tipo de mal à saúde das pessoas. Não há um relato, nenhum. Então, isso aqui é um verdadeiro absurdo. Por mais que eu ache que o Senador Pedro Taques tem razão, quero votar com a Senadora Kátia Abreu no sentido de mostrar que nós aqui, de um Estado como o nosso, que depende da exportação das suas *commodities* e que gera emprego e renda, não podemos concordar com um absurdo desses. Isso aqui é um verdadeiro absurdo com aquelas pessoas que produzem, geram emprego e renda. Ora, não é possível que a gente tenha que enfrentar, a cada semana, uma luta, uma batalha com um pessoal que só faz aumentar o superávit da balança comercial, criar emprego e renda neste País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – V. Ex^a me permite só um pequeno comentáriozinho? Eu não vou discorrer aqui e pedir para falar para explicar por que temos essa complicação, hoje, de transgênico e não transgênico. Mas conheço bem essa história e, se um dia, os Senadores quiserem conhecer por que temos a discussão hoje, farei um relato com toda tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu, em seguida, vamos colocar em votação.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu gostaria de perder – não sei se é o caso de perder ou ganhar – a oportunidade de fazer um último esclarecimento, em que pese eu saiba que o Governo tem aqui maioria e que vai derrotar o projeto. Temos aqui dois assuntos: um, que foi colocado pelo Senador de Mato Grosso, o Senador Pedro Taques, que, neste caso específico, não caberia um decreto legislativo. Discordo completamente. Primeiro, como li, aqui, a jurisprudência do Supremo, continuando ela o exercício pelo Congresso Nacional da competência extra-

ordinária que lhe confere o art. 49 da Constituição da República, inciso V, e que lhe permite sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, nem antes, nem depois, atos normativos do Poder Executivo.

Onde o Poder Executivo exorbitou? Na Lei de Biossegurança, não está incluído. Parece que falei, e quero pedir desculpas ao Senador Valadares, devo ter falado, inclusive, noutra língua, porque falei exatamente uma coisa e ele compreendeu outra. Claro que o defeito é meu, não devo ter me explicado bem. Exatamente o que estamos colocando aqui é que o art. 3º exorbita da Lei de Biossegurança, que define a rotulagem apenas no produto e no seu derivado. E o decreto vai além, mandando rotular quem come derivado, quem come o produto.

Então, Senador Valadares, eu quero que fique registrado e gravado, e bem gravado, que não estou aqui defendendo a não rotulagem de produto transgênico e seus derivados, para que não haja confusão para V. Ex^a. Então, não estou contrariando a Lei de Biossegurança, estou defendendo-a, porque o decreto inclui nela, indevidamente, um artigo inexistente, que é para rotular um produto desnecessário, que não está na Lei de Biossegurança. Então, que fique muito claro isso.

E, ainda, discordando do Senador Pedro Taques, o Código de Defesa do Consumidor permite que o decreto legislativo seja feito porque também este decreto está contrariando essa portaria, a defesa do consumidor. Neste ponto, cabe observar que o Código de Defesa do Consumidor, no seu art. 4º, fundamenta-se nos princípios basilares da ordem econômica que exige a boa-fé, equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores. O que essa portaria faz? Trata de forma desigual produtos de fornecedores que foram tidos como o.k pelo Governo, pela Anvisa, pela CTNBio. Portanto, estou pedindo um tratamento diferenciado para uns que aprovei e para outro que também aprovei. Isso exorbita e influencia na livre concorrência e no equilíbrio da concorrência.

Para concluir, Senadora Vanessa Grazziotin, não estamos aqui, de forma alguma, querendo tirar o rótulo, mas falando sobre a forma do rótulo. E quero tranquilizar V. Ex^a. Embora eu não seja cientista, mas procuro estudar muito a matéria, porque diz respeito ao setor que represento com muito orgulho e alegria, uma parte do povo. Todos nós aqui representamos uma parte do povo. Então, representar os produtores, os trabalhadores, os metalúrgicos, não há nenhum perigo. Venho para esta Casa com voto popular de um setor e continuo com ele, defendendo-o, que é minha obrigação para com quem me elegeu. Então, Senadora, o fato de

eu comer a vida inteira 100% de produto transgênico, não há a menor hipótese de eu virar uma transgênico.

O SR. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – De virar um transgênico, não, mas de sofrer influência em relação aos transgênicos, não tenha dúvida. A senhora é fruto daquilo que come, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sim, mas influência no quê? Porque para a produção e para a alteração de um genoma de um determinado produto, animal ou vegetal, preciso de, no mínimo, 10 anos de estudo em laboratório. Agora, outra coisa, e finalizo, Sr. Presidente, Senadora Vanessa, uma coisa tem que ficar muito clara aqui: o que significa rotulagem? Está parecendo que quem define o que é perigoso ou não é o símbolo da rotulagem feito pelo Ministério da Justiça. E quem vai definir se é perigoso ou não, chama-se CTNBio, da qual fazem parte os cientistas. Os cientistas estão fazendo parte dela. Então, foi a CTNBio que disse tem perigo ou não, não a rotulagem, o triângulo ou o redondo ou uma estrela, pelo amor de Deus?

Então, o que estamos aqui debatendo não é o princípio da rotulagem em si, é apenas a aberração que está sendo aqui praticada.

Em que pese o Senador estar muito acelerado, não é matéria terminativa. Se V. Ex^a quiser ir embora, eu gostaria de discutir este assunto, que é da maior importância. Com a permissão do Presidente, agradeço esta oportunidade para que possamos esclarecer: comer produto transgênico não influencia, não mata, não prejudica. Não sou eu que estou dizendo, quem disse foi a CTNBio, que é composta por 18 cientistas deste Brasil, eleitos por uma Comissão privada de excelência e pelos Ministros de Estado. Então, não pode haver dúvida sobre a determinação da CTNBio.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, só um minuto para dizer o seguinte...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Também quero um minuto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Também quero um minuto, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Os países do mundo inteiro adotam sistemas de precaução de defesa do consumidor e também do comprador, porque, afinal de contas, o comprador também é um consumidor, só que, numa situação em que ele compra mais produtos do que o consumidor. Eu acho que, quanto mais informação tivermos nos rótulos dos nossos alimentos, estaremos fazendo aquilo que o Código do Consumidor aprova e prevê. Estamos de

acordo inteiramente que a Senadora deva apresentar o seu projeto, isso é um direito de todos os Senadores e Senadoras. Agora, não concordo com o fato de, existindo um art. 3º num decreto do Governo protegendo o consumidor, seja atacado esse decreto. Por isso, vou votar pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só faço um apelo aos nobres Senadores para serem breves, pois ainda temos matérias terminativas e nosso quórum está caindo. Gostaria que votássemos, pelo menos, mais uma matéria terminativa.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Serei rápida. Quero, Senadora Kátia, dizer o seguinte: tanto V. Exª, que vem do setor produtivo, como eu, que não vem deste setor, mas tem uma preocupação com esse segmento que trabalha tanto para alimentar a população como um todo, defendemos, independente de que setor venhamos, a população. Não podemos olhar sob um ponto de vista só, temos que olhar sob os mais diferentes pontos de vista, e estou olhando para a área da saúde, Senadora. V. Exª sabe que causa, sim. Eu não sei quem é esse cientista, depois a senhora me passe a bibliografia, que afirma que o alimento que ingerimos ou que o animal ingere não causa interferência nenhuma.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O que é isso? O que é isso? O que é isso? Se já estivesse tudo explicado a respeito dos efeitos colaterais ou dos efeitos que os transgênicos podem trazer à humanidade, e não só à humanidade, ao meio animal também, não precisaria disso. E precisa disso porque não há, cientificamente, nenhuma comprovação de quais as consequências de organismos geneticamente modificados.

Fui a favor da lei da precaução, por isso ele se enquadra na lei da precaução. Nós estamos precavendo uma futura possível situação. Ninguém, nenhum segmento da ciência no mundo inteiro, não só do Brasil, pode afirmar que traz ou não traz prejuízo. Por isso, está na precaução. Então, na precaução, Senadora, o efeito é o mesmo, não importa. Um derivado de leite é um pedaço de queijo, é um copo de iogurte, mas também passa a ser derivado aquele animal que passou a vida inteira se alimentando de determinado produto. É óbvio. Aliás, temos, Senadora Kátia, que enfrentar outro problema que está causando danos à população, que é o alimento dado para o frango. Citei o exemplo, aqui, do frango, mas não é só soja não, mas hormônios, antibióticos, que têm trazido e causado males à população que ainda estão invisíveis. Aliás, acho que a

CNA deveria se preocupar com isso também. Daqui a pouco, vamos perder o mercado internacional por conta disso, porque é muito grave os danos à saúde que estão invisíveis, ainda não perfeitamente explicados.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Isso é problema da Anvisa, Senadora, não da CNA.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Também é, organismo geneticamente modificado pode ser também, pode ser também, porque não temos explicação.

Mas, Senadora, coloquei minha sugestão aqui. É contra o símbolo, vamos mudar, até acho que está exagerado demais. Percentual de alimento pode até ser incluído, mas não aquilo com que é alimentado não tenha nenhum rótulo. Na minha opinião, tem que ter, a bem da saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mais uma vez ressalto, com todo o respeito a todos aqui, que a discussão foge ao que está no relatório. Isso é possível? É possível, eu só queria ressaltar isso. Se o transgênico ofende ou não a saúde, isso já tem decisão, concordo inteiramente nesse sentido da CTNBio, conheço decisão, mas não estamos discutindo isso aqui. O que estamos discutindo é se o decreto legislativo pode ou não pode, só isso. Conheço jurisprudência do Supremo que diz que o marido pode violentar sua esposa, porque é um direito fundamental do marido manter relações sexuais com a esposa. O Supremo é aquele que erra por último, nós, aqui, temos que votar de acordo com a nossa consciência e com a Constituição. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Relator pela rejeição do projeto permaneçam como se encontram.

O relatório foi aprovado pela rejeição do projeto, com três votos contrários e quatro votos favoráveis.

Peço ao Senador Aníbal Diniz, que é Relator de um projeto terminativo, se...

Três, parece que foram três. O Sérgio não votou? Faço a correção. Foram dois votos contrários ao projeto. Três votos. O Sérgio votou contra? Dois, porque o voto da Senadora Kátia Abreu, da autora, não conta.

Consulto se os Srs. Senadores podem permanecer mais um pouco, pois ainda temos um projeto terminativo, de relatoria do Senador Aníbal Diniz. (Pausa)

Então, vamos ao relatório do Senador Blairo, que é o Item 14 da pauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, este é o Projeto de Lei nº 612, de 2003, na sua origem que altera o art. 18 da Lei 5.991, de 17 de

dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

O Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008, altera o art. 18 da Lei 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Novamente, dispõe sobre o controle sanitário do comércio de medicamentos para permitir que farmácias e drogarias ofereçam o serviço de aferição de pressão arterial.

O projeto em apreciação amplia o atendimento ao público, já facultado às farmácias e drogarias pelo dispositivo que está sendo alterado, de aplicação de injeções a cargo de técnico habilitado, para permitir, também, a aferição da pressão arterial.

O projeto explicita, ademais, que esses atendimentos – aplicação de injeções e aferição da pressão arterial – devem ser desvinculados da aquisição de quaisquer produtos nas farmácias.

A proposição é justificada pela importância sanitária da hipertensão arterial em nosso País e pela contribuição que a medida traria para ampliar o acesso da população à aferição de sua pressão, sem necessidade de sobrecarregar outros serviços de saúde.

Na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti pela aprovação do projeto com uma emenda que apresentou, excluindo a expressa previsão da desvinculação da aquisição de produto e impondo a gratuidade.

Encaminhada à votação em Plenário e anunciada a matéria, foi aprovado requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que a matéria fosse apreciada, também, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

II – Análise

Compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor afetados pela matéria do projeto quais sejam a melhoria das relações de fornecedores e consumidores e as condições de concorrência (Regimento Interno do Senado Federal, art. 102-A, III, a e f).

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito do tema, a teor do art. 24, V e XII, da Constituição Federal (CF).

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

Não há ressalva a fazer no tocante à técnica legislativa empregada. Não há ressalva a fazer no tocante à técnica legislativa empregada.

No mérito, a possibilidade de oferta da aferição da pressão arterial como um serviço gratuito por parte de farmácias e drogarias favorece, a nosso ver, a qualificação das relações de consumo entre as farmácias e seus pacientes (consumidores) e não cria condições favorecedoras de concorrência desleal.

A proibição de condicionar a prestação do serviço à aquisição de produtos, por sinal, já faz parte de nosso ordenamento jurídico: trata-se do art. 39, I, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), que tipifica como prática abusiva a “venda casada”. O projeto, assim, não altera a forma sob a qual esses atendimentos podem ser fornecidos.

No que se refere à Emenda nº 1 – CAS, entendemos que deve ser mantida a expressa proibição da “venda casada”, mas não se pode impor a gratuidade do serviço de aferição da pressão arterial às farmácias e drogarias.

O objetivo do projeto é facilitar a prestação do serviço, que poderá ser gratuito, e não criar imposições.

Assim, a redação original do projeto, tal como aprovado pela Câmara, é mais adequada, devendo ser mantida.

III – Voto

Em vista do exposto, nosso parecer é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008, e pela **rejeição** da Emenda nº 1-CAS:

Esse é o relato, Sr. Presidente. Fiz questão de ler na integralidade porque na última reunião em que ele veio à tona, tivemos uma discussão muito grande sobre a gratuidade ou não da prestação de serviços. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. Quero tirar uma dúvida com o relator. Apenas para esclarecimento, de acordo com o parecer de V. Ex^a, passa a valer o Projeto original da Câmara? É isso?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas o aprovado na Câmara ou o original? Como é que ficaria, exatamente?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Ele é originário da Câmara. O Projeto amplia o atendimento, já que é permitido para a aplicação de injeções. Estamos incluindo também nesse mesmo item a aferição de pressão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só que V. Ex^a retira a obrigatoriedade de ser gratuito? Faculta o serviço sem obrigar a gratuidade?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente. Sem obrigar a gratuidade e sem a obrigação da venda casada. Foi o que os Senadores, na última reunião, reivindicaram que tirássemos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de colocar em votação, quero registrar com muita alegria que hoje é o aniversário do nosso relator, Senador Jorge Viana. Parabéns! (palmas). V. Ex^a está cada vez mais experiente.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório e o voto do Senador Blairo Maggi permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 08h30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 13.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, EDUARDO BRAGA, REDITÁRIO CASSOL, PAULO DAVIM, DELCIDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI e WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, KÁTIA ABREU e RANDOLFE RODRIGUES**. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à **PAUTA. Item Único) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 97, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do

Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM, e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Para tanto requeremos sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico”. Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 97, de 2011-CMA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item único da pauta:

ITEM ÚNICO

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 97, DE 2011

Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM, e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Para tanto requeremos sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico.

Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti e Rodrigo Rollemberg.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião da Comissão de Meio Ambiente.

(Iniciada às 08 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 08 horas e 34 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 13 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **ANA AMÉLIA, RODRIGO ROLLEMBERG e EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANA AMÉLIA, ANTONIO CARLOS VALADARES, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, WALDEMIR MOKA e WILSON SANTIAGO**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. Passa-se à **PAUTA. PRIMEIRA PARTE: DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO: ITEM ÚNICO: – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CRA, REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCT. ASSUNTO:** Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia e Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP). **Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga.** Colocado em votação, a CMA, CCT

e CRA aprovam o requerimento. **SEGUNDA PARTE: Audiência Pública conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nºs 62, de 2011-CRA; 98, de 2011-CMA; e 52, de 2011-CCT** e, aprovados em 27 de setembro do corrente, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)**, com a presença dos seguintes convidados: **Elíbio Leopoldo Rech Filho**, Membro da Academia Brasileira de Ciências – **ABC**; e **Ricardo Ribeiro Rodrigues**, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – **ESALQ-USP**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **RODRIGO ROLLEMBERG, ANA AMÉLIA, EDUARDO BRAGA, MOZARILDO CAVALCANTI, LUIZ HENRIQUE, JORGE VIANA, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA e PAULO DAVIM**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A primeira parte da reunião destina-se à apreciação dos seguintes requerimentos:

ITEM ÚNICO**– Não terminativo –****REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CMA****REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCT****REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CRA**

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Antes de passar à segunda parte da reunião, quero registrar com prazer, com alegria, que hoje está presidindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a Senadora Ana Amélia, muito presente, muito pontual e muito assídua, em todos os debates que as três Comissões vêm fazendo sobre o Código Florestal.

Neste momento, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg.

De fato, eu lhe agradeço muito as referências. Talvez seja a convivência com os produtores rurais, especialmente no caso dos leiteiros, que acordam muito cedo para a ordenha.

O setor e particularmente o capítulo do Código Florestal têm exigido de todos os Senadores, das Comissões envolvidas diretamente nesse debate, nessa discussão, como é o caso da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o caso da Comissão de Meio Ambiente, presidida por V. Ex^a, e da Comissão de Ciência e Tecnologia, e temos de destacar muito o esforço pessoal de cada um dos Relatores, Senador Luiz Henrique da Silveira e Senador Jorge Viana, estão fazendo.

O relatório foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Muitas emendas foram aprovadas. Houve acordo para o aproveitamento de algumas delas. O destaque é exatamente este: o esforço que os Senadores envolvidos no assunto estão fazendo para

que a gente conclua o trabalho e aprove esse projeto antes do início do recesso de 2011. É um compromisso que a Casa tem, particularmente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, que são as mais diretamente envolvidas com essa questão.

Hoje teremos mais uma audiência pública para tratar do assunto, trazendo representante da Academia Brasileira de Ciências e também da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, que tem se notabilizado também por um olhar e uma atenção maior, do ponto de vista da ciência, sobre essas questões não só do desenvolvimento da agropecuária brasileira, mas também, especialmente, da sustentabilidade, que é compatibilizar o crescimento da produção de alimentos com a preservação do meio ambiente, tão importante para o nosso País e para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Cumprimento V. Ex^a na condição de Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Registro a presença dos nossos convidados.

Convido para compor a Mesa o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências. (Pausa.)

Convido também o Sr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP). (Pausa.)

É uma alegria poder retomar, como estamos fazendo todas as terças-feiras, neste horário, o debate sobre o Código Florestal. Eu tenho dito, Senadora Ana Amélia, que esse é um tema, além de estratégico para o País, apaixonante. Se pudesse, eu gostaria de dedicar toda essa parte do meu mandato apenas à discussão do Código Florestal, tal a sua importância e a sua complexidade.

Todavia, entendo, e gosto sempre de ressaltar, Professor Elíbio e Professor Ricardo, que nós estamos conseguindo algo extremamente positivo aqui no Senado, que é debater, discutir esse tema num ambiente de equilíbrio, num ambiente de entendimento e num ambiente de cooperação entre a Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Acir Gurgacz, a Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Eduardo Braga, e a Comissão de Meio Ambiente, presidida por mim. E não poderia ser diferente.

Eu tenho dito que o primeiro grande desafio nosso, no debate sobre o Código, é eliminar uma falsa dicotomia entre o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento da agroenergia brasileira, com a questão ambiental. Eu diria até mais: que é um pressuposto fundamental para o sucesso da nossa agricultura, da

nossa pecuária e do crescimento agroenergético do Brasil saber fazê-lo de forma sustentável, e nada melhor do que usar o apoio da ciência e da tecnologia para isso.

Eu e a Senadora Ana Amélia, recorrentemente, usamos dados trazidos a este debate pela Embrapa, que é uma instituição que nos orgulha muito, que mostram que, nos últimos 35 anos, o Brasil cresceu, ampliou a sua área plantada em algo em torno de 48% e, no entanto, aumentou a sua produção em 268%.

Isso mostra que a solução para que possamos aumentar a nossa produção e a nossa produtividade está em investimentos em inovação tecnológica, e é claro que, ao fazer isso, nós reduziremos a pressão sobre novos biomas.

Exatamente por entender a importância da contribuição que a ciência pode dar a esse debate é que, pela terceira vez neste ano, o Senado Federal, através de audiências conjuntas com a Comissão de Agricultura e, agora, também com a Comissão de Ciência e Tecnologia, ouve os representantes da comunidade científica: Professor Elíbio, que já teve oportunidade de estar aqui e de trazer uma grande contribuição a este debate; e Professor Ricardo Rodrigues, que também já esteve aqui, participando deste debate.

A expectativa que temos hoje, com a presença de vocês, é de que possamos começar a avaliar, objetivamente, partes do texto que poderiam trazer, ainda, algum problema, ou partes do texto que mereciam ser aperfeiçoadas dentro dos objetivos de ter um Código Florestal moderno, que dê tranquilidade, dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que aponte para o futuro e que garanta que o Brasil também seja uma grande potência ambiental.

Esse debate tem sido muito proveitoso. Nós tivemos, aqui, o Relator na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, por duas vezes; tivemos a Ministra do Meio Ambiente, numa audiência que durou quase sete horas ininterruptas; tivemos, aqui, os ex-Ministros do Meio Ambiente, com contribuições importantes; os ex-Ministros da Agricultura; uma audiência pública só dedicada aos juristas, em que tivemos a presença do ex-Ministro Nelson Jobim, do Ministro Herman Benjamin, do Professor Paulo Affonso Leme Machado e dos Procuradores, Procurador Mário Guise e Procuradora Estadual Dr^a Cristina; e, na semana passada, uma audiência pública só para discutir pagamento por serviços ambientais e instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Eu quero registrar, Senadora Ana Amélia, que, ontem, num debate promovido pela OAB do Distrito Federal, com a minha presença e com a presença do Senador Jorge Viana e da ex-Ministra Marina Sil-

va, eu pude expressar a minha confiança de que, na construção desse processo gradual, vamos incorporar, gradualmente, em cada Comissão, os aperfeiçoamentos ao texto.

Quero registrar, aqui, a sensibilidade demonstrada pelo Senador Luiz Henrique, que se expressou dessa forma na reunião da Comissão de Constituição e Justiça se comprometendo a fazer determinadas alterações no texto do seu relatório nas comissões de mérito, e a próxima Comissão é a de Ciência e Tecnologia. E quero aqui também expressar a minha confiança em que saberemos aproveitar toda esta mobilização em torno das alterações do Código Florestal Brasileiro para produzir também melhorias pós-Código Florestal.

Numa primeira reunião que fiz na Embrapa, Elíbio, uma imersão que fiz durante um dia inteiro na Embrapa, com pesquisadores da Embrapa Floresta, da Embrapa Meio Ambiente, já naquela ocasião, o Gustavo Curcio alertava e lembrava que o ideal era que pudéssemos estar definindo o tamanho das nossas áreas de preservação permanente de acordo com a declividade do solo, da espessura, da textura do solo, da biodiversidade presente numa mata ciliar, por exemplo. Mas, infelizmente, há muitos anos que o Brasil não faz mapa de solo. E é importante que a área ambiental, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Ciência e Tecnologia garantam recursos, Senador Pedro Taques, para que o Brasil possa voltar a fazer mapa de solos, possa fazer os zoneamentos agrícolas em todo o País, como fez, com muito sucesso, o zoneamento da cana, e possam garantir recursos para instituições como a Embrapa e o Inpe, por exemplo, para realizarem o trabalho que realizaram recentemente, mostrando o que aconteceu, o que resultou das áreas que foram convertidas na Floresta Amazônica, que foram antropizadas, que uso está sendo dado a essas áreas.

Eu, inclusive, me comprometi, na ocasião, a garantir recursos, através de emenda parlamentar, para essas duas instituições para que elas possam realizar esse mesmo trabalho em relação ao bioma cerrado. É muito importante conhecer qual é o uso que está sendo dado às áreas convertidas, saber se esse é o melhor uso e como podemos, através do desenvolvimento científico e tecnológico, melhorar, otimizar a utilização dessas áreas, reduzindo, com isso, a pressão sobre novos biomas.

Agradecendo, mais uma vez a presença de todos, registrando aqui a presença do Senador Pedro Taques, assíduo e pontual frequentador desta Comissão, vamos iniciar ouvindo as palavras do Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho.

V. S^a dispõe de vinte minutos. Se precisar, a Mesa será tolerante, porque queremos muito ouvi-lo.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Rodrigo Rollemberg, Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelo convite, demais Senadores presentes, muito obrigado. Realmente, é um privilégio poder discutir um assunto de tamanha importância.

O Senador Rodrigo Rollemberg colocou com muita propriedade e até mesmo resumiu basicamente o que vou enfatizar na minha apresentação. Isso não só mostra que a Casa tem ouvido os cientistas, porque muitas das colocações feitas têm fundamento tecnológico... Agora, recentemente, eu li, antes de iniciar minha apresentação, que os termos “ruralista” e “ambientalista”, que esperamos, depois da votação do Código, que não ocorram mais, só para que haja discussões produtivas, mas, se as divergências entre os dois segmentos são apenas seis pontos frente ao Código Florestal, tenho absoluta certeza de que chegamos a um consenso. Apenas seis pontos divergentes dentro de um assunto de tamanha diversidade eu posso dizer que é muito pouco. E os pontos divergentes continuam sendo a questão da área, se vai ser de dez, de quinze ou de trinta metros.

O Senador colocou e eu gostaria de enfatizar: a questão do tempo. Sem dúvida – e foi por isso que a comunidade científica pediu mais tempo –, o tempo era exatamente para que sejam efetivados o mapeamento hídrico, o mapeamento do solo e outros mapeamentos, que são distintos para cada região e para cada bioma. Dentro do mesmo bioma, vão exigir números distintos.

Mas eu gostaria de iniciar a minha apresentação e, ao final, talvez nós possamos concluir com o que eu acredito que seja a forma de nós avançarmos nesse segmento tão importante.

O primeiro Código Florestal brasileiro foi de 1934 e o vigente é de 1965. De 1965 até hoje, ocorreram mudanças muito grandes em termos de conhecimentos tecnológicos. Muitos avanços ocorreram no mundo, que, sem dúvida, justificam que, hoje, nós façamos uma reflexão – principalmente sendo o Brasil um dos países de maior biodiversidade do Planeta –, que nós façamos uma revisão desse processo. Eu vou mostrar depois, na minha conclusão, por quê. Nós decidimos fazê-lo, mas isso é uma demanda, e os Senadores sabem muito bem, global.

A intensificação sustentável da produção de alimentos é o maior desafio deste século e não é uma discussão interna do Brasil, mas um consenso global, como eu mencionei.

Vou concluir, primeiramente, mostrando alguns pontos mais específicos que eu acredito que devam ser levados em consideração e vou trabalhar não no

aspecto filosófico, mas vejam bem: para que nós possamos estabelecer se são 10, 15 ou 30 metros, nós precisamos ter premissas que justifiquem a mudança do Código, que justifiquem o novo Código.

Elas certamente existem e eu mencionei algumas agora, mas é importante que nós tenhamos, em nosso País, um arcabouço que viabilize a legislação que está sendo criada, porque, nesse cenário, nenhuma lei vai conseguir, a contento, efetivar a operacionalização desse processo.

Nós precisamos, sim, que exista um certo pacto e um profundo entendimento das premissas de por que esse código está sendo mudado, e eu acredito que isso está acontecendo. Está, sim, se chegando a um consenso, uma vez que vejo seis pontos de divergência, que são poucos pontos se você considerar a complexidade de toda essa questão.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Eu vou ler algumas partes, só para enfatizar o que nós pensamos, como eu mencionei, em relação a premissas.

A pesquisa agropecuária brasileira, juntamente com a atividade empreendedora do País, fez com que o Brasil ocupasse um dos primeiros lugares em exportação de alimentos, não só de soja, mas com um grande rebanho e, também, sendo um grande produtor mundial de biocombustível, de uma forma economicamente viável.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

O contraponto desse sucesso econômico da agricultura tropical se manifesta no aumento das pressões sobre o meio ambiente – isso é um fato –, com o agravamento de processos erosivos, perda de biodiversidade, contaminação ambiental, desequilíbrios sociais devidos a outros fatores, também, notadamente onde a tecnologia ainda não chegou.

Eu enfatizo o ponto da tecnologia e os senhores vão poder entender mais à frente.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Para que nós possamos consolidar e perenizar essa agricultura tropical que foi desenvolvida ao longo dos, provavelmente, 30, 40 últimos anos. Torna-se indispensável aplicar inovações científicas e tecnológicas na sua otimização e lucrativa harmonização com o meio ambiente.

Próximo.

Defende-se, então, a implantação de políticas efetivas voltadas a garantir a todos os produtores, notadamente os menos tecnificados, que venham a se integrar efetivamente aos sistemas produtivos e tecnologicamente sustentáveis. Vou falar um pouco mais sobre esse ponto e enfatizar mais ainda o final, pois, para mim, esse é o ponto fundamental.

Existem algumas questões que falam que o pequeno produtor que vive daquela área não pode ter reserva legal, porque senão não terá o sustento para sua família. Veja bem, a proposta desse Código vai muito além de imaginarmos que queremos manter o pequeno agricultor em uma agricultura de subsistência, onde ele, necessariamente, precise de toda aquela área. Tenho, inclusive, uma proposta muito simples. Dê a ele condições mínimas de acesso a terra, de acesso, muitas vezes, a um arado, de acesso a uma boa semente, adubo é água, e ele pode produzir três ou quatro vezes o que estaria produzindo atualmente e poderia ter uma reserva. Os senhores entendem? A questão é dinâmica, não possui um ponto completamente estático, onde temos que compor e fornecer ao que existe hoje, para que seja mantido como existe hoje. Não. O que queremos é que o pequeno produtor, com a pujança enorme que tem – e vou mostrar os dados mais uma vez, já mostrei anteriormente, mas não canso de mostrar esses dados do censo agropecuário, porque são fundamentais e a mola mestra do novo Código Florestal, para que ele possa ser operativo.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Vou explicar melhor nos *slides* mais adiante.

Existem necessidades de medidas urgentes para reverter o estágio atual de degradação ambiental. Para estancar e reverter esse quadro, foram criadas as APPs e reservas legais, e devem ser consideradas como parte fundamental no uso agrícola conservacionista da propriedade.

A percepção dessas estruturas como oportunidade deve ser acompanhada de políticas de Estado de apoio ao agricultor, necessárias para que o processo de averbação, por exemplo, se torne simples e sem burocracia. Isso parece um ponto pequeno, mas, para o pequeno agricultor, é extremamente relevante. Ou seja, do ponto de vista operacional, podemos dizer que existe a possibilidade, mas, fazer isso no dia a dia, para o pequeno agricultor é muito difícil. Então – poderia ter mencionado isso no início –, uma palavra que acredito que devemos ter em mente quando pensamos em política pública e quando pensamos em todas essas ações... É porque os senhores podem dizer que tudo o que estou falando, já existem mecanismos que viabilizem, de uma forma ou de outra, a execução. Isso é verdade. Mas o desafio é a intensificação operacional desses processos, é que estamos lentos perante a demanda de agilidade que o mundo requer hoje.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

O que devemos fazer? Estruturar os órgãos responsáveis e promover o treinamento e capacitação de técnicos para que possam apoiar, de forma efetiva, a sua regularização. Isso é um ponto importante que de-

vemos considerar na lei. Aproveitar os espaços locais e regionais, para divulgar, esclarecer e captar apoio aos esforços de regularização. Isso é um fato muito importante e uma demanda urgente.

O próximo, por favor.

Utilizar o mapeamento de recursos hídricos – foi mencionado aqui na introdução do Senador Rodrigo Rollemberg –, em conformidade com a demanda por água, respeitando, assim, seu valor social.

Identificar matriz produtiva nos Municípios que integrem ações em rede de colaboração. Isso será fundamental, do ponto de vista operacional.

Incentivar, também, a pesquisa de espécies nativas e financiar a criação massiva de viveiros em diferentes regiões do nosso País.

O próximo.

No aspecto econômico, devemos estudar mecanismos para agregar às cadeias produtivas valores que identifiquem os esforços dos produtores na conservação. Por exemplo, selo do produto da Mata Atlântica. É uma ação, uma atividade e uma iniciativa bastante importante.

Estimular e premiar a demanda espontânea de proprietários que têm interesse em regularizar suas reservas legais e APPs.

Minimizar os custos de georreferenciamento, que são extremamente elevados para os pequenos produtores. Isso deve ser, necessariamente, reduzido, e deve ser feito a partir da articulação de órgãos responsáveis pela regularização fundiária, visando potencializar o esforço de regulamentação das RLs e das APPs.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Devemos adequar linhas de crédito ao zoneamento proposto e às necessidades identificadas, possibilitando, assim, agregar benefícios, como prazos e taxas diferenciadas, aos projetos de financiamento que contemplem a implantação das reservas legais e, eventualmente, corredores ecológicos.

O próximo, por favor.

Quanto à tributação, cobrar das autoridades, a partir das articulações políticas necessárias, a implantação de incentivos econômicos, mais uma vez para regularização das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, principalmente entre os pequenos produtores, aproveitando experiências de alguns Estados com o ICMS ecológico, por exemplo.

O próximo, por favor.

Foram estimadas em aproximadamente 60 milhões de hectares as terras degradadas por uso inadequado, que devem e podem ser recuperadas e utilizadas na produção agrícola. Isso é um fato muito importante que devemos considerar fortemente, como Estado. Nesse sentido, destaca-se a recente iniciativa

governamental, por meio do Programa Agricultura de Baixo Carbono. Como mencionei, a palavra é intensificar os nossos processos já existentes, colocá-los juntos, entender como permeiam e interagem uns com os outros e intensificar a produção, porque – enfato mais uma vez – temos vigentes em nosso País mecanismos para as diferentes demandas do funcionamento efetivo e integrado de um Código Florestal que vêm ao encontro da utilização racional da biodiversidade e intensificação da produção agrícola. Isso existe, já implantado pela Casa, em nosso País.

Próximo, por favor.

Código Florestal e a intensificação sustentável da produção de alimentos. Todos esses pontos que mencionei, como cientista não posso deixar de colocar por que e quais as premissas que sustentam essa questão, pois penso que isso é o mais importante. Ela não é emocional, é puramente tecnológica e baseada no conhecimento.

Próximo, por favor.

Como disse ao início, existe uma demanda global para intensificação da produção de alimentos e redução da emissão de CO₂ na atmosfera. Então, a revisão do nosso Código Florestal é muito oportuna e muito atual frente a essa demanda. E, como costume dizer, temos que ver o Código Florestal como uma oportunidade para o Brasil sair na frente e dar um exemplo ao mundo de produção sustentável de alimentos. Estamos com essa oportunidade nas mãos e acho que não devemos perdê-la. Devemos aproveitá-la em benefício da nossa Nação.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Como eu disse, quando falo em segurança alimentar, que é um dos principais desafios deste século, isso foi produto de um estudo global realizado em 2009, de que o Brasil participou. Praticamente todos os países envolvidos e relacionados à produção agrícola estiveram presentes nesse estudo. O consenso é que nós precisamos fazer isso e que esse é o principal desafio.

Próximo, por favor. Mais uma vez. Mais outra. E mais uma.

São as principais regiões do mundo responsáveis pela produção de alimentos para 2050, e o Brasil está entre essas regiões. Como eu disse, nós temos a oportunidade de mostrar ao mundo um exemplo de agricultura mais sustentável do que nós temos realizado no mundo até hoje.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

O que fundamenta essa afirmação e por que é tão importante a intensificação da produção de alimentos no nosso País? Esse gráfico da Fundação Getúlio Vargas mostra muito bem que nós hoje exportamos 0,8% de produtos manufaturados. Em 2030 nós vamos estar

com índice 0,9%. Isso é muito claro e nos indica que, pelo menos nos próximos 30 anos, a principal fonte de riqueza do nosso País vai ser a produção agrícola, a produção de matéria-prima vinda do setor agropecuário.

Próximo, por favor.

E o que sustenta essa produção? Nesse ponto, eu gostaria que prestássemos bastante atenção nos números e na pujança desse segmento. Nós temos uma estrutura da produção agropecuária, no Brasil, que nós podemos dizer que tem uma função social – muitos deles enquadráveis no Pronaf – e que engloba aproximadamente três milhões de estabelecimentos, o que corresponde a 64% do número total e tem um valor bruto da produção nacional de 22% aproximadamente.

Próximos.

Desses três milhões, aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos produzem 6% do valor bruto da produção, o maior número do Pronaf, aproximadamente 500 mil, 14%, que são os mais eficientes.

Próximo.

E trezentos e vinte e cinco mil assentados da reforma agrária produzem 1,4%. Quer dizer, esse modelo não demonstra sucesso. Ou seja, esse é um modelo que temos perseguido ao longo das últimas décadas. Ele não funciona. Não funciona por quê? Porque você não pode dar terra para quem não tem aptidão para trabalhar a terra. Você dá terra para quem tem aptidão. E também não adianta você dar terra se não existir todo o arcabouço de sustentação de produção sustentável da terra.

Então é uma comprovação de que esse modelo atual não obteve sucesso. Agora, existem outros modelos.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Mostra a estrutura da produção agropecuária do Brasil que tem uma função econômica e social, esses não enquadráveis no Pronaf – 1,5 milhão, apenas 30% do número total dos estabelecimentos. E têm 76%, aproximadamente, do valor bruto da produção, sendo aproximadamente 1,2 milhão de estabelecimentos com 26%. São pequenos agricultores com até quatro módulos fiscais. Você tem aproximadamente 240 mil que produzem 15% do valor bruto da produção, entre 4% e 15%.

Próximo, por favor.

E 91 mil estabelecimentos que produzem 33%.

Então, veja bem, se nós analisarmos os números anteriores, veremos que demonstram a pujança que esse segmento tem em nosso País. O simples em muitas regiões, a simples disponibilidade de água em um arado já poderia mudar esse cenário de uma forma muito grande para o Brasil; simplesmente utilizando-se as mesmas áreas, sem qualquer expansão de área.

Com o acesso à tecnologia e com um arcabouço que fundamente e viabilize a intensificação da produção pelo segmento anterior, você já pode mudar o cenário da agricultura nacional.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

E a biodiversidade, o que ela tem a ver com isso? Tudo, porque é a nossa biodiversidade e os ecossistemas, os recursos biológicos e os benefícios sociais que sustentam a estrutura agropecuária nacional. Então, é muito claro. Por que sustenta? Basicamente porque são os ecossistemas que protegem os nossos recursos aquíferos. Sem eles você não pode produzir alimentos.

Então, na ciência, nós não conseguimos ver qualquer dicotomia e qualquer antagonismo existente entre biodiversidade, ou conservação, ou uso sustentável de intensificação da produção agrícola. Isso é completamente harmônico. Desarmônico é eles não estarem em harmonia, mas eles são complementares.

Próximo, por favor.

E o que é a agricultura do futuro? Basicamente, a fusão operacional de diferentes tecnologias, que são tecnologias desenvolvidas ao longo das últimas décadas com tecnologias de fronteira. Vai do uso de organismos geneticamente modificados até a biologia sintética. Vou dar um exemplo de que o Estado já está atuando nesse segmento.

Ouvi, recentemente, uma entrevista em que disseram: “O agricultor pequeno não precisa de muita tecnologia, não. Nós precisamos só de dar semente para ele”.

Vocês imaginam quanta tecnologia tem dentro de um grão de soja? Quanto de recurso investido pelo Estado, ao longo das últimas décadas, para se produzir uma soja com tanta tecnologia?

O pequeno agricultor, ao receber essa semente, ele está recebendo décadas de pesquisa e muito recurso do Estado. Então, ele está recebendo tecnologia, mas ele precisa de mais. Isso não é suficiente.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Só um exemplo. Aqui, vocês podem ver um fio de náilon. É um polímero sintético. E vocês podem ver que isso aqui é uma fibra sintética da teia de aranha, produzida no laboratório. É uma fibra sintética. Nós fomos à biodiversidade, coletamos algumas aranhas, fizemos um genoma e produzimos, hoje, um fio sintético, utilizando a tecnologia de fronteira, que existe no mundo, que se chama biologia sintética. Isso é produzido em uma bactéria. Vocês perguntam: “Por que isso não está no mercado, se é um fio tão importante?” Nós ainda não temos escala de produção. O desafio é termos escala. E vejam bem como, provavelmente, isso vai ser viabilizado no futuro.

Estamos, então, colocando esse gene da teia de aranha, que vai produzir esse polímero, dentro de um grão de soja. Por quê? Porque esse é um dos sistemas de produção agrícola que produzem uma massa bastante barata; e você precisa da produção de massa de escala.

Então, não existe melhor casamento entre biodiversidade e produção agrícola do que uso de alta tecnologia.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

No futuro, o monitoramento dos sistemas agrícolas deverá incluir, de forma efetiva e irrestrita, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, saúde humana e bem-estar econômico-social. Essa vai ser uma nova métrica para a agricultura, com esse novo Código Florestal, que, esperamos, venha nessa direção.

O próximo, por favor, para terminar.

Nós temos ciência de que os sistemas agrícolas causam impacto ao meio ambiente. Isso vai continuar ao longo de sempre, entretanto, temos consciência da existência de tecnologias disponíveis nos sistemas e ações políticas operacionais capazes de minimizar esses impactos.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Eu sempre termino com esses três, mais duas vezes: que o fundamento de tudo isso é a educação das nossas crianças, que irá, sem dúvida, derivar na sustentabilidade e na melhoria de qualidade de vida em nosso Planeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências.

Convido o nobre Senador Eduardo Braga para compartilhar a Presidência desta Mesa.

Peço que seja colocada uma cadeira ao meu lado para o Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Neste momento, agradeço a presença do Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que é a próxima Comissão em que será apreciado o relatório do eminente Relator, Senador Luiz Henrique.

Registro também, com muita alegria, a presença dos nobres Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, que estão diante da imensa responsabilidade de apresentar relatório sobre o Código Florestal. Quero reiterar que não poderia estar em melhores mãos. São dois homens públicos experientes, ex-Governadores, que têm tudo para oferecer um trabalho competente e em benefício do País.

Passo a palavra ao Professor Dr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Muito obrigado.

Eu queria agradecer, antes de tudo, ao Senador Rollemberg e ao Senador Eduardo Braga pelo convite. Declaro publicamente, como o Senador Rollemberg já comentou, que nós sempre fomos recebidos com muito carinho nesta Casa para discutir ciência no Código Florestal. E, mais uma vez, estamos aqui dentro dessa perspectiva.

Vou pedir, solicitar ao Senador Rollemberg tempo, porque vou apresentar o documento que está chegando ao Senado nesta semana, com uma proposta de sustentação científica das alterações do PLC nº 30, que nos foi solicitada, assim como à SBPC e à ABC.

O próximo, por favor.

Esse documento é um documento de oito páginas. Ele tem um sumário executivo e vai por itens, que são os itens que são tratados, efetivamente, nessa proposta de discussão do PLC nº 30.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Para cada um desses itens, nós temos um anexo discutindo o conteúdo científico desse item e toda a bibliografia referente a cada um desses itens.

O próximo. *(Pausa.)*

Então, este documento está sendo encaminhado ao Senado. Estou aqui fazendo a apresentação pública deste documento.

O próximo.

Os itens que são tratados neste documento estão todos aqui. Vou tratar, na minha apresentação, da maioria deles, mas são os itens em que, efetivamente, a Ciência entende que o PLC nº 30 precisa de alterações ou precisa de revisão.

O próximo, por favor.

Um deles é que as APPs não podem ser definidas a partir do leito regular, contrariamente ao proposto no art. 4º do PLC nº 30.

Próximo.

Do que nós estamos falando? O Código atual trata da alocação da APP a partir do leito maior.

Próximo.

E o Substitutivo ao PLC nº 30 propõe a partir do leito regular. Então, tem-se, na verdade, uma redução das áreas de preservação permanente. Em muitas das situações, vai-se deixar sem proteção parte dessas áreas úmidas, parte dessas várzeas, que tem um grande papel ambiental.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Outro item é o conceito das áreas consolidadas em APP, que também entendemos que não podem

ser aceitas, principalmente considerando 2008 como referência para essas áreas consolidadas.

Próximo.

É disso que estamos falando. Áreas consolidadas de uso consolidado nessa imagem.

Próximo.

Ou em imagens como essa.

Próximo.

Ou em imagens como essa.

Próximo.

Logicamente, esse uso dessas APPs tem consequências. As consequências maiores são a erosão do leito do curso d'água.

Próximo, por favor.

E consequente assoreamento desses cursos d'água.

Próximo, por favor.

Uma das questões que são tratadas nesse documento são os serviços ambientais da vegetação ripária; a importância de sua preservação e de sua restauração, o que é muito pouco tratado no PLC nº 30.

Próximo.

Junto com esse item, nós vamos tratar a questão da restauração apenas de 15 metros das APPs restauradas, de rios até 10 metros de largura.

Próximo.

Hoje, isso que estamos falando: o código atual tem uma APP de 30 metros. Se tiver uso, existe a obrigação da restauração.

Próximo.

E, na proposta do PLC nº 30, a APP restaurada é só de 15 metros, mantendo o uso atual dos demais 15 metros, considerando-se a APP de 30 metros.

Próximo.

As APPs não devem ser computadas indistintamente no cálculo da Reserva Legal, tendo em vista serem áreas de formações de tintas e com funções distintas.

Próximo.

E disso tudo, então, nós resumimos a questão das APPs no papel dessa mata ciliar nesses serviços ecossistêmicos. Isso já está comprovadamente publicado em vários artigos, todo o papel de filtro que a mata ciliar faz não só para a questão dos sedimentos, mas para a questão de toda a poluição dos cursos d'água, em termos de nutrientes aplicados na área agrícola e tudo o mais.

Próximo, por favor.

Esse é só um dos dados. A presença de mata ciliar reduz em 97% o sedimento carregado; redução de 94% do fósforo e de 42% do fósforo dissolvido, que é impedido de chegar aos cursos d'água; e 99% do nitrato presente no deflúvio.

Ou seja, a ausência de mata ciliar não só tem todos os problemas de erosão e assoreamento, mas tem todo um problema de carreamento de particulado e de nutrientes para os cursos d'água.

Próximo.

Uma das questões de uma alteração que foi publicada muito recentemente – esse trabalho é de 2011: “As alterações do Código Florestal favorecerão espécies não nativas de peixe na água doce”. Ou seja, vai desde a questão de conservação de solo, água, nutrientes até a questão da fauna, da ictiofauna, fauna dos nossos rios, em que estamos favorecendo as espécies exóticas pela ausência da mata ciliar.

Próximo. (*Pausa.*)

Já está mais do que comprovado na literatura a questão do papel das APPs como corredores ecológicos, e esse papel de corredores é muito importante na conservação de mamíferos. Aqui, um exemplo, no entorno de unidades de conservação.

Próximo, por favor.

Isso aqui para onça pintada. Então, vejam que dentro de uma unidade de conservação toda a distribuição da onça pintada está diretamente relacionada às florestas ciliares.

Próximo.

Esse o registro de antes, no Parque Nacional das Emas, não só dentro da unidade de conservação como fora, nas áreas de particulares também, alocadas nessas áreas ciliares.

Próximo.

A questão do queixada, fundamentalmente fora das unidades de conservação e fundamentalmente ligado às matas ciliares.

Próximo.

O papel dos pequenos fragmentos, como trampolins ecológicos. Isso também está comprovadamente apresentado na ciência.

Próximo.

Qualquer pequeno fragmento tem papel importante. Esse é um exemplo com morcegos frugívoros, que dispersam frutos.

Próximo.

Toda a movimentação desses morcegos passa pelos pequenos fragmentos que existem na paisagem e, logicamente, pequenos fragmentos que estão na propriedade privada.

Próximo.

A mesma coisa para o cachorro-vinagre, que, inclusive, é ameaçado de extinção.

Próximo.

Isso num ambiente onde você tem 65% de plantações e 35% de APP e Reserva Legal – a distribuição deles.

Próximo.

Toda distribuição dele está associada com os cursos d'água, 95% ocorrem nessa condição de APP e reserva legal. Se não tivéssemos essas áreas certamente não teríamos esse animal nessa paisagem.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

A mesma coisa aqui para a anta. Isso, numa unidade de conservação, mostrando a importância dos fragmentos do entorno no deslocamento dessa anta na unidade de conservação.

Próximo.

Isso tudo está definitivamente publicado. Logicamente, não são dados que foram gerados de um ano para cá. É um conhecimento científico que vem sendo acumulado nas últimas décadas. Foi publicada uma edição especial do Código Florestal Brasileiro nessa revista, Biota Neotrópica, da Biota FAPESP, São Paulo.

Próximo.

São vários artigos disponíveis tratando da questão da produção agropecuária, fauna de peixes, anfíbios, répteis, vários grupos.

Próximo.

Estamos falando de autores, por exemplo, como Carlos Alfredo Joly, Carlos Nobre, que hoje estão no Ministério de Ciência e Tecnologia; José Caliston Dizzy, que foi presidente do CNPq, e Aziz Ab'Saber que eu dispensei destacar.

Próximo.

Além de todos os papéis relacionados com a biodiversidade, tem o papel dessas formações naturais na paisagem agrícola relacionado com polinização e produção agrícola. Isso também está bastante demonstrado. Esse é um exemplo de 107 culturas de importância agrícola mundial, onde a polinização por agentes polinizadores nativos – insetos etc. – é essencial em 13 dessas 107 culturas, é alto em 30 e é modesto em 27. Ou seja, a maioria das nossas culturas depende de polinizador que, logicamente, estão alocados nesses fragmentos remanescentes na paisagem agrícola.

Próximo.

Dando um exemplo direto disso, para a soja isso representa a contribuição da polinização em 50%; café, 40%; laranja, 35%; algodão, 43%; maracujá, 100%, que é todo de polinização cruzada, e assim por diante.

Próximo.

A compensação da reserva legal deverá ser na microbacia ou bacia, usando os remanescentes naturais e áreas de baixa aptidão agrícola. Caso isso seja insuficiente, permitir a compensação no bioma.

Essa é a proposta que é feita de você trabalhar na escala. Primeiro, a escala de microbacia, abrir para a escala de bacia e, caso isso seja comprovadamente impossível, abrir para o bioma.

Próximo.

Do que estamos falando? Se deixarmos direto do bioma, estamos falando de uma usina de cana ou de qualquer propriedade aqui do Sudeste, compensando a sua reserva legal em qualquer remanescente no Nordeste.

Próximo.

Apesar de estarem no mesmo bioma, são formações distintas, com espécies distintas e funcionamentos distintos. Isso, certamente, vai ter um grande problema de jurisdição.

Próximo.

Dispensa de averbação de reserva legal em propriedades de até quatro módulos.

Próximo.

Essa é uma questão que nós gostaríamos que ficasse mais explicitada nessa discussão do Código Florestal. Esse é um trabalho que foi publicado em 2010, fazendo todo um levantamento da situação agrícola brasileira.

E aqui mostra um dado interessante: quando fazemos a compensação da reserva legal no bioma, o déficit de reserva legal cai de 45 milhões para 13 milhões. E olha que interessante: os 13 milhões ficam somente na Amazônia; todos os outros Estados zeram o déficit de reserva legal. Então, toda proposta, efetivamente, é no sentido de reduzir o passivo ambiental das propriedades rurais na complementação da reserva legal. Então, várias das modificações da compensação do bioma, a dispensa até quatro módulos é no sentido, efetivamente, de tirar a figura da reserva legal como um passivo no cumprimento da legislação ambiental.

Próximo. (*Pausa.*)

Esse é o déficit do Código atual, de 42 milhões de hectares, pelo cumprimento do Código atual.

Próximo.

Esse é a redução desse déficit de reserva legal, considerando a isenção dos quatro módulos. Então, você sai de 45 e cai para 15 e para 13 milhões de déficit da reserva legal.

Próximo.

E a pergunta é: isso é real? É esse o raciocínio que devemos fazer? Temos efetivamente ausência de florestas para compensação da reserva legal?

Isto é um exemplo para a Mata Atlântica brasileira. Estamos falando de toda a área de mata atlântica brasileira, algo em torno de 131 milhões de hectares da Mata Atlântica brasileira, e o levantamento feito pelo Pacto da Mata Atlântica recente mostra que efetivamente temos um déficit. O déficit é de 2,7 milhões de hectares para cumprimento do Código Florestal em termos da reserva legal. Aqui foi excluída a APP e foram excluídas as unidades de conservação de pro-

teção integral. Então, o déficit existe, se considerarmos vegetação remanescente. Falta vegetação remanescente, principalmente nas regiões mais ocupadas, para cumprimento do Código Florestal atual, pensando na reserva legal.

Próximo.

Só que foi esquecido dessa discussão um aspecto que é importante: esse mesmo trabalho, o trabalho do Pacto da Mata Atlântica, tem dois anos, faz um levantamento de todas as áreas de mata atlântica brasileira e levanta um dado muito interessante.

Próximo.

Constatou que há falta de floresta para cumprimento da reserva legal, mas só que constatou que temos muitas áreas que foram historicamente degradadas para atividades de produção, mas que hoje, com o pacote tecnológico disponível, são áreas que estão ou abandonadas ou muito mal-utilizadas, exatamente dentro daquilo que o Elíbio comentou, de áreas que são de baixo rendimento econômico, geralmente com agricultura marginalizada, por produtores marginalizados do sistema de produção.

Na Mata Atlântica, considerando pastagens entre 15 e 45 graus de declividade – estamos falando de pastagens em morro –, temos 6,5 milhões de hectares, ou seja, isso certamente compensaria aquele déficit de floresta facilmente. Precisamos de 2,7 milhões de hectares para cumprimento da reserva legal, e temos 6,5 milhões de hectares de pastagens que hoje rendem em torno de R\$180,00/hectare/ano por agricultor. Ou seja, um pequeno agricultor de 30 hectares, vamos dizer, um médio agricultor, considerando que o módulo de assentamento rural nessa região é de 8 hectares, o agricultor de 30 hectares, considerando o que foi discutido no PLC 30, vai ter um rendimento em torno de R\$6 mil por ano, se ele usar 100% da área agrícola dele, pensando reserva legal e APP. Se dividirmos por 12, dá menos do que um salário mínimo por mês um agricultor no Brasil com 30 hectares.

Então, de novo, é a discussão que o Elíbio fez: é essa agricultura que nós queremos para 2011 para o Brasil?

Próximo.

É disto que estamos falando: para quem ainda não viu esta imagem, isto aqui é todo o vale do Paraíba.

Próximo.

Aqui é um detalhe de uma área que temos hoje classificada como pastagem no Brasil.

Próximo.

Ou esta.

Próximo.

Ou esta.

Próximo.

Ou esta. Logicamente, é neste ambiente que o eucalipto está entrando, para não competir com soja ou cana-de-açúcar em área de alta aptidão agrícola e porque são áreas de aptidão florestal, e não aptidão agrícola.

Próximo.

Este é um exemplo do cinturão verde do Rio de Janeiro. É nesse ambiente que se produz o cinturão verde do Rio de Janeiro, na região de Teresópolis, de Petrópolis, cuja história todos já conhecem.

Próximo.

Aqui é uma plantação de chuchu nesta região.

Próximo.

Isto tudo está publicado.

Próximo.

Um exemplo que temos disto é de reocupação dessas áreas de baixa aptidão agrícola com florestas nativas, dentro da perspectiva de cumprimento do Código Florestal.

Próximo.

Este é um exemplo que foi feito com 300 hectares, dentro da perspectiva de madeiras, medicinais, melíferas e frutíferas nativas, no sentido de restaurar essas áreas dentro da perspectiva de florestas de produção, no que cabe para reserva legal.

Próximo.

Este, na verdade, é um sistema de plantio de árvores e de exploração de árvores.

Próximo.

Aqui são pessoas plantando e colhendo. Aqui também. Se queremos continuar consumindo madeira, temos que plantar madeira.

Este é o exemplo, com dois anos e meio.

Próximo.

Esta é aquela área de pastagem com três anos.

Próximo.

Há uma tese de doutorado em cima disso, orientada por um professor da Unicamp, de 2011, com uma pesquisadora da Embrapa, com dados muito interessantes.

Próximo.

Ela compara esse sistema com milho e com laranja, com sete ciclos de produção. Laranja, R\$1.500,00/hectare/ano; milho de alta tecnologia, R\$563,00/hectare/ano, com todas as variações; e a reserva manejada sai de R\$188,00 e chega, no último ano, com R\$470,00/hectare/ano.

Próximo.

Este é efetivamente um dos rendimentos só com valores crescentes.

Próximo.

Esta propriedade fez isso dentro da reserva legal.

Próximo.

O projeto foi proposto com esse aproveitamento econômico, e ele vai poder retirar R\$470,00/hectare/ano.

Próximo.

Só que ele fez isso também na área agrícola dele, transformando o pasto dele da área agrícola, do que sobrou da área agrícola.

Próximo.

Quanto a estas áreas, temos o levantamento que mostra que, em cana-de-açúcar, considerando-se toda a paisagem da cana-de-açúcar como a área mais degradada, temos um déficit de reserva legal de 7,5%, que poderia ser compensado fora da matrícula, exatamente nessas áreas de menor aptidão agrícola na bacia ou até no bioma.

Próximo.

Esta é a área agrícola restaurada. Ele tem R\$470,00/hectare/ano de exploração dessa área, e recebe da compensação da reserva legal dessas áreas de alta aptidão agrícola um rendimento de R\$300,00/hectare/ano, por estar compensando a reserva legal daquela usina de cana de área de maior aptidão agrícola, ou seja, essa propriedade que tinha um rendimento de R\$180,00, R\$200,00/hectare/ano passa a receber R\$770,00/hectare/ano.

Esse é o mercado efetivo que está surgindo no Brasil, que infelizmente foi interrompido por essa discussão do Código Florestal, mas que tem grande potencial de acontecer, exatamente como uma forma inclusive de distribuição de renda. A usina de cana-de-açúcar está pagando R\$300,00 para esse pequeno agricultor fazer restauração das áreas agrícolas dele com floresta nativa, dentro da perspectiva de produção.

Próximo.

Não deverá ser aprovado o uso de espécies exóticas em APP, e a proposta é exatamente essa, porque as espécies nativas dão mais dinheiro do que as espécies exóticas.

Próximo.

Temos um projeto na Amazônia de enriquecimento da reserva legal. Então, as florestas que foram mantidas vão ser enriquecidas, dentro da perspectiva de madeiras, medicinais e frutíferas nativas também.

Próximo.

Esta é uma área de soja de um agricultor, que, além de ter a soja, está enriquecendo sua área de reserva legal com madeiras de lei, dentro da perspectiva de diversificação da cultura.

Próximo.

E há processos de enriquecimento só com nativas, misturando exóticas, inclusive com paricá e outras espécies, inclusive eucalipto, desde que uso temporário.

Próximo.

A cadeia produtiva da restauração é uma questão que tem de ser considerada nessa discussão do Código Florestal.

Próximo.

Há exemplos bastante interessantes de sucesso. Um deles é essa Coopantar, no sul do Bahia, que, em três anos, é a cooperativa que mais traz recursos para a região.

Próximo.

O Código Florestal é um excelente instrumento para efetivar a atividade de produção agrícola com sustentabilidade ambiental. Foi isso que discutimos e que foi discutido também pelo Elíbio.

Próximo.

Eu chamo a atenção para um aspecto daquele trabalho: temos 103 milhões de hectares de florestas não protegidas no Brasil, e o único instrumento que temos de proteção é o Código Florestal, por meio da reserva legal e por meio das Áreas de Preservação Permanente. Daí a importância desse instrumento para a conservação desses remanescentes naturais.

Próximo.

Esses remanescentes são importantíssimos para o cumprimento disso que foi comentado, de manter a nossa biodiversidade. O Brasil é o B1 entre os megadiversos, com valores absurdos de diversidade nos vários grupos, como no exemplo das plantas.

Próximo.

Este é um exemplo do Estado de São Paulo, que hoje tem em torno de 13% de remanescentes naturais. E vejam que interessante: do que sobrou de remanescentes naturais, 4,34 milhões de hectares de remanescentes naturais – isso corresponde a 17% da área do Estado, considerando-se todas as formações florestais –, só 20% desse valor está dentro de unidades de conservação.

Ou seja, a grande maioria dos remanescentes, a grande maioria da nossa biodiversidade remanescente está na mão da propriedade privada. E, logicamente, temos de ter instrumentos para fazer a conservação dessa biodiversidade junto com os proprietários, inclusive pagando por esses serviços que eles estão fazendo de conservação dessa biodiversidade. Então, trata-se do pagamento de serviços ambientais, exatamente dentro dessa perspectiva. E este é o instrumento: o Código Florestal, para efetivamente viabilizarmos o papel que a propriedade privada faz na conservação da biodiversidade.

Próximo.

Não há falta de terras. Essa é a grande justificativa usada para a alteração do Código Florestal, mas dados cientificamente publicados mostram que o principal argumento para alteração do Código Florestal,

que faltarão áreas de produção, não é verdadeiro. E vou mostrar alguns dados.

Próximo.

De 267 milhões de áreas agrícolas no Brasil, 211 estão ocupadas com pastagens; ou seja, dois terços da nossa atividade agrícola é com pecuária. No Censo de 2006, estamos falando de uma lotação de menos de uma unidade animal por hectare.

Próximo.

Este é um dado bastante interessante: esta unidade pode chegar a 0,5; vamos considerar que ela está aqui com 1,2, porque, com 0,5, ela é negativa, é uma atividade negativa, ela só vai dar prejuízo. Com 1,2 unidades animais por hectare, ela rende R\$113,00/hectare/ano.

Próximo.

E a resposta está no passado: saímos, de 1960, com 0,47 e estamos, em 2010, com 1,2. Só que esse é o nosso limite?

Próximo.

Se nós conseguirmos dobrar, passar de 1,2 para 2,4, nós livramos 85 milhões de hectares de pastagens que podem ser usados para atividades de produção agrícola. Então, certamente a nossa equação na agricultura está na tecnificação da pecuária.

Próximo.

Um dos exemplos é este projeto, Pecuária Verde, que está sendo desenvolvido em Paragominas, onde é feito um diagnóstico ambiental de cada propriedade, avaliando-se a área agrícola de cada propriedade, os limitantes de cada propriedade, as áreas limitantes e o que está sendo feito lá. Este é um modelo que está em campo em Paragominas.

Próximo.

Esta é uma propriedade pecuária. Esta área que tem menor aptidão para pecuária vai para complementação da reserva legal ou uso alternativo.

Próximo.

Esta área de maior aptidão, tecnificação de pecuária, em termos de se aplicar um pacote tecnológico de adensamento da pecuária.

Próximo.

A mesma coisa. Esta área foi desmatada há menos cinco anos, só que tem baixa aptidão para pecuária tecnificada. Será revertida, então, para complementação da reserva legal ou uso alternativo. E aqui a tecnificação.

Próximo.

A mesma coisa aqui. A mesma coisa neste ambiente.

Próximo.

E vejam que interessante: esta é a área que está sendo abandonada para complementação da reserva

legal ou outros usos, por exemplo, frutíferas nativas, se a propriedade já tiver reserva legal.

Próximo.

Então, é esta área.

Próximo.

A parte plana é de maior aptidão.

E aí envolve uma questão que tem sido bastante discutida na sustentação do PLC 30, que é o custo da restauração.

Próximo.

Para todas essas áreas na Amazônia, a metodologia de restauração é o isolamento, sem roçar e sem aplicar herbicida, ausência de cerca e condução da regeneração natural.

Próximo.

Vejam que exemplo: nenhuma cerca e nenhuma ação, a não ser expressão de regeneração natural nessas regiões, tanto da Amazônia, quanto do cerrado, que tem essa alta resiliência, e logicamente isso tem um baixo custo da restauração.

Próximo.

A mesma coisa aqui: é área em regeneração.

Próximo.

Aqui a cerca foi usada para a técnica do pasto, e não para restauração.

Próximo.

E aqui é o aproveitamento econômico dessas áreas de menor aptidão agrícola.

Próximo.

Complementação da reserva legal ou outro uso.

Próximo.

Este é um exemplo bastante interessante desta propriedade. Em uma das propriedades, ele tinha um déficit de reserva legal de 270 hectares.

Próximo.

O que fizemos com o proprietário? Ele reviu a área agrícola dele, ele andou de novo nas áreas agrícolas, e ele mesmo tirou das áreas agrícolas dele um monte de áreas que ele considerava de baixa aptidão agrícola, mas que, historicamente, tinham sido disponibilizadas para a agricultura.

Próximo.

Do que estamos falando? Deste pasto, por exemplo, que estava dentro da propriedade dele, que é de baixa aptidão agrícola e, por isso, foi reconduzido para reserva legal.

Próximo.

Com isso, ele zera a proposta de ausência de reserva legal nesta propriedade.

Próximo.

Este é um exemplo de Minas, que já fizemos. Esta é uma fazenda de pecuária em Minas.

Próximo.

É a mesma propriedade, e essa está no processo de adequação.

Próximo.

Complementação da reserva legal e técnica da pecuária.

Próximo.

O que queremos é esse ambiente para a pecuária, onde efetivamente temos uma técnica da pecuária, com aumento de produtividade, redução da área agrícola, foco nas áreas de maior aptidão, diversificação da produção, foco nas áreas de menor aptidão e, conseqüentemente, adequação ambiental dessa produção com certificação, abertura de mercados, créditos etc.

Próximo.

Ainda nesse documento, nós discutimos as exceções, que não podem ser regra, como o caso especial de produção de arroz da várzea, pecuária extensiva do Pantanal, agricultura de várzea do Amazonas, produção de café, maracujá e uva das encostas, que deve ter um tratamento diferenciado especial no Código Florestal e regulamentação específica.

No entanto, essas atividades representam menos de 10% da atividade agrícola brasileira e nós não podemos mudar os 90% em função dessas particularidades que os 10% necessitam. E, logicamente, a agricultura familiar deve ter um tratamento diferenciado especial, também no Código Florestal, em função de todas as particularidades que já comentamos, inclusive na questão da técnica da produção.

Próximo.

E aqui só uma brincadeira, mais uma das conseqüências do desmatamento. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Dr. Ricardo.

Muito rapidamente, quero agradecer.

Vou, neste momento, passar a palavra para a Senadora Ana Amélia; em seguida, para o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Eduardo Braga, Senadores; quero cumprimentar os nossos expositores, Dr. Elíbio, da ABC (Academia Brasileira de Ciências), e o Dr. Ricardo, da Esalq-USP.

Eu até fico muito animada que o senhor tenha falado que o produtor tem que receber pelo que ele está preservando. Já é um grande caminho. E também o senhor mostrou muito um cenário que identifica algumas áreas do Brasil: São Paulo e Minas Gerais. Sou do Rio Grande do Sul, onde a agricultura é de alta precisão, agricultura de baixo carbono, muita curva

de nível, para evitar a erosão que foi vista aqui, plantio direto na palha, uma agricultura de baixo carbono também; aplicação de alta tecnologia, ou agricultura de alta precisão, tudo isso para exatamente ter o índice de matas nativas, no meu Estado, Rio Grande do Sul, bastante elevado, Professor Ricardo.

Apenas para fazer essa abordagem para não parecer que o produtor gaúcho também faz aquele estrago.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – No Rio Grande do Sul não deu para apresentar aqueles detalhes, mas este Estado tem exatamente a equação fechada para remanescentes naturais.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, professor.

Então, tenho duas perguntas para o senhor. Tenho aqui uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente lá de São Paulo, de 2008, em que dá as bases de recomposição no Estado de São Paulo. Ali há uma referência de, no mínimo, 80 espécies que são utilizadas no reflorestamento, bem como uma fórmula que acaba por estabelecer algo em torno de 1.800 mudas por hectare.

Eu queria perguntar para o senhor: qual é o custo por hectare para atender essa exigência? Realmente chega a R\$14 mil por hectare?

O senhor trabalha nessa área? O senhor tem, digamos, envolvimento com isso? Essas mudas são nativas, são compartilhadas com mudas de exploração econômica? Porque o senhor falou na exploração econômica, e aí você tem pinus, tem a acácia e outras produções exóticas na concepção científica.

Outra questão. Tenho um projeto do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal, chamado LERF, denominado Laudo de Caracterização Vegetal de um Fragmento Florestal, feito em São Paulo, no interior, em 2006. Ali, nesse laudo emitido, o senhor disse que a vegetação analisada é de cerrado. Mas, a UNESP fez um laudo da mesma área indicando que a área é de Mata Atlântica. O senhor não refutou essa declaração contrária e, por isso, os produtores ali acabaram sendo punidos por terem ido, digamos, pela sua orientação. Então, eu queria um comentário seu a respeito disso.

Professor Elíbio, eu imagino que a Academia Brasileira de Ciência, embora muitas das bibliografias apresentadas sejam de especialistas estrangeiros, aja bastante com os nossos parceiros do Mercosul, por exemplo, que são mais próximos – temos uma vizinhança; o senhor também referiu que o Código brasileiro vai ser um parâmetro, uma referência mundial. É ótimo que nós tenhamos esse conceito internacional. Mas eu tenho uma curiosidade de saber se, nessa convivência, se é que há um compartilhamento de informações com a Argentina, sobretudo, – a Argentina e o Brasil são

os maiores protagonistas na produção agropecuária e com uma projeção internacional conhecida – se há e como há essa interlocução. Como os cientistas argentinos avaliam a questão ambiental, já que há não há reserva legal nem área de preservação permanente.

Como é a convivência desse quesito em relação à questão?

Tenho umas questões rápidas para o senhor. Até fico feliz que a primeira apresentação que o senhor fez aqui – lembro perfeitamente – me apavorou, era lá na terra do Blairo Maggi, porque era uma frota de tratores e eu disse que, no Rio Grande do Sul, não podia haver aquilo, não há áreas para aquela quantidade de máquinas.

O senhor falou muito no arado e a semente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senadora, há algum crime em ter bastante trator na agricultura?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, pelo contrário. Sou favorável. É que o Professor Elíbio falou muito na questão da sustentabilidade da tecnologia e falou o seguinte: arado. Eu queria lhe perguntar – fique curiosa – porque quando se fala “tecnologicamente sustentável”, a gente pensa naquilo que o senhor falou a respeito da semente da soja, quanto de tecnologia e de trabalho dos pesquisadores têm embutidos num simples grão de soja. Então, quando o senhor fala em arado, pergunto: que arado é esse, é um arado de extração animal, é um arado manual? Que arado é esse? Porque hoje não basta apenas ter a semente na mão se não tiver a informação, aquilo que o senhor também diz, que é preciso orientar, dar uma extensão rural ao pequeno agricultor, porque sem a informação sobre a questão climática, sobre a condição do solo, a própria condição da produção daquela região, muitas culturas não são adaptadas em uma ou outra região. Eu queria uma explicação, porque o senhor deu ênfase a esses aspectos.

Tenho aqui um trabalho feito pela própria ABC, *O Código Florestal e a Ciência*, que diz, lá pelas tantas, na página 34 precisamente, uma informação de que a redução de preços que beneficiou a sociedade, o setor que mais contribuiu para a redução de preço de alimentos foi a pecuária, com uma redução de 54% dos preços praticados. Dados do CPEA-USP demonstram que a pecuária está com um custo de produção acima do preço pago pelo produto há oito anos. Eu queria saber como a ABC sugere liberar 61 milhões de hectares da pecuária, se os ganhos do setor não equivalem sequer ao preço de custo. De onde virá o orçamento e qual o cronograma físico-financeiro para essa proposta?

Já na outra página, 36, o trabalho estabelece três medidas para liberação de 61 milhões de hectares:

recuperação de áreas degradadas, confinamento de gado e integração lavoura/pecuária. A ABC já fez uma planilha de custos para informar se haverá ou não aumento de preço da carne, no caso? Em caso positivo, de quanto seria isso?

Outra questão, professor, está nesse mesmo estudo. Leva em consideração a existência de terras utilizadas atualmente com pastagens e que são de alta e média aptidão agrícola. Fossem tais áreas liberadas para a agricultura, entre as áreas restantes, quais são as terras aptas às pastagens, ou isso não é relevante na visão dos senhores?

O estudo *O Código Florestal e a Ciência* preocupa-se com as APPs de vinculação hidrológica. Qual a razão de não propor a imediata cobrança de água utilizada pela população urbana pelos comitês de bacias hidrográficas e reversão desses valores para recomposição dessas áreas e a remuneração dos produtores rurais para a manutenção das mesmas, considerando que isso já é possível desde 1997 com a Lei 9.433, desse mesmo ano?

Por fim, o estudo menciona as áreas urbanas. Eu queria saber se a ABC concorda com a exclusão da obrigação da reserva legal na área urbana, como propõe o art. 20 do projeto, sem qualquer compensação. Não seria isso a aplicação de dois pesos e duas medidas para a questão da preservação ambiental?

Essas são as minhas questões.

Agradeço aos dois palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Registro agora a presença do Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srs. Presidentes, Srª Presidenta, senhores palestrantes, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, antes de adentrar o tema, eu queria aqui fazer o registro e lamentar profundamente o grande incêndio que está acontecendo nas florestas e nos parques de Minas Gerais.

Todos que estamos acompanhando essas cenas pela televisão, no momento em que discutimos e debatemos o Código Florestal brasileiro, com certeza estamos consternados com o que estamos vendo.

Recentemente, o Senador Jorge Viana, presidindo uma comissão temporária sobre defesa civil, caminhou por este País, e eu tive oportunidade de participar, ajudando a organizar a reunião na região Norte na cidade de Manaus. As cenas que estamos assistindo já por quase uma semana ininterrupta no

Estado de Minas mostram o quão é necessário para o Brasil reestruturar sua defesa civil.

É lamentável ver a perda de um patrimônio do tamanho do que nós estamos perdendo sem que a sétima ou a sexta economia do mundo não seja capaz de mobilizar, em poucos dias, um grande efetivo entre defesa civil nacional, estadual e municipal para debelar focos de incêndio como estes que estão acontecendo nos parques no Estado de Minas Gerais – alguns deles, inclusive, criminosos, segundo informações prestadas pelos meios de comunicação.

Fica aqui, portanto, a minha solidariedade ao povo mineiro e o meu protesto pelo incidente que está acontecendo, em que pesem todos os esforços daqueles que estão preparados.

Em segundo lugar, eu queria destacar aquilo que a Senadora Ana Amélia ainda há pouco colocou, embora ela tenha feito, evidentemente, em torno do Rio Grande do Sul.

O Brasil tem dimensão continental. Os dados apresentados aqui representam segmentos de determinadas regiões. Se, no Estado de São Paulo, 20% das unidades de conservação das áreas preservadas são áreas públicas, na Amazônia, 80% ou 85% das áreas preservadas são em áreas públicas. A equação se inverte por completo dependendo da região e dependendo do nível de ocupação de cada bioma. E o Brasil não é feito apenas pelo bioma da Mata Atlântica ou pelo bioma do Cerrado ou pelo bioma da Amazônia, e o Código Florestal não será feito exclusivamente para um bioma, será feito para diversos biomas. O Brasil tem seis biomas reconhecidos.

Portanto, uma das perguntas que gostaria de fazer é exatamente a necessidade de termos, nesse Código, respeitadas as características de cada bioma, regras que possam ser adaptáveis a cada um desses biomas.

Isso pode talvez merecer o reconhecimento do Senador Moka, para ver que a ciência e a tecnologia não precisam ser, como alguns pensam, obstáculo ou empecilho à agricultura, ao contrário. Acho que a ciência e a tecnologia, pelo que está sendo posto aqui... E o que é importante entender é que a colocação feita pelo Professor Ricardo, da Esalq, mostra que é possível desenvolver arranjos equilibrados de sustentabilidade.

Cada arranjo desses tem que respeitar as características de cada um dos biomas, mas o fundamento do pensamento é de que esse projeto, respeitadas as características de cada um dos biomas, pode representar um ganho efetivo de renda por hectare/ano, principalmente para aqueles que ocupam regiões onde a aptidão é baixa para agricultura.

Mas ele não está ali porque ele gosta de ter um rendimento baixo ou porque ele gosta de ter prejuízo,

ele está ali porque ele não tem alternativa. O que nós precisamos não é entender, Senador Moka, que porque ele não tem alternativa ele é prisioneiro daquele destino. O que nós precisamos compreender é que porque ele não tem alternativa, o Código Florestal poderia ser uma alavanca a dar para aquele cidadão brasileiro uma alternativa para que ele possa melhorar sua renda. E essa alternativa inteligente não é simplesmente legalizar ele desmatar mais. É dar a ele instrumentos, tecnologia, assistência técnica, crédito, infraestrutura, logística para que ele possa trabalhar. E não é reconhecendo e permitindo que o plantio vá até 45 graus em morro que nós vamos dar isso ao agricultor, ao contrário: é dando a ele políticas públicas que possam recompensar.

Creio que é essa a colocação que deveria ficar da apresentação que acabamos de assistir em relação à questão das áreas de baixo rendimento agrícola, com baixo rendimento econômico e a aplicação de novas técnicas que podem recuperar parte da reserva legal e, ao mesmo tempo, melhorar a renda do cidadão.

Quando fui Governador do Estado do Amazonas e quando fui Prefeito de Manaus enfrentei um desafio que é típico da nossa região, como o Senador Jorge Viana enfrentou no Estado do Acre quando foi Governador: a moradia nos leitos de Igarapés. Igarapés são pequenos rios da Amazônia. Ninguém mora ali, sujeito às alagações, sujeitos a perda de vida, a perdas materiais porque gosta. Mora ali porque não tem alternativa. No dia em que o Poder Público ou as políticas públicas lhe dão alternativa, é lógico que ele prefere viver com muito mais dignidade e com muito mais rentabilidade – desde que as políticas públicas e o Poder Público deem oportunidades a ele.

A mesma coisa com relação ao agricultor que está hoje prisioneiro de uma área de baixa aptidão agrícola e prisioneiro de uma baixa renda anual por hectare. Se V. Ex^{as} olharem o último relatório apresentado pelo IBGE, vão ver que, no interior da Amazônia, é onde está a menor renda *per capita* deste País, por quê? Porque a aptidão daquela região não é uma aptidão agrícola natural, convencional. É preciso darmos novas aptidões e novas atenções àquelas populações, e é isso que creio que tanto um palestrante quanto outro mostraram aqui, que é possível, sim, estabelecer um equilíbrio entre agricultura e preservação e desenvolvimento sustentável. É possível, sim, melhorar a renda de áreas de baixa aptidão agrícola aplicando novas tecnologias e novas práticas na agricultura olhando para uma agricultura com sustentabilidade.

A mesma coisa que falo sobre a região de floresta posso falar sobre a heterogeneidade dos próprios biomas dentro da Amazônia porque...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador Mozarildo, por favor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu queria até me permitir um aparte: justamente é esse o ponto. Quando se fala em bioma amazônico parece que é tudo igual, e não é. Roraima não tem nada a ver, por exemplo, com o Estado do Amazonas. Há os campos naturais de Roraima, que nós chamamos de lavrados; os rios não são navegáveis, não existem ribeirinhos, portanto, em Roraima. Então, nós temos que também pensar, se é que existe esse termo, nos sub-biomas, porque se pensarmos que a Amazônia é só floresta, como está cristalizado na mente dos brasileiros, aí também pode sair um Código Florestal meio trôpego para Roraima.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu agradeço ao Senador Mozarildo, mas apenas é para entender que o bioma é composto por vários ecossistemas. Os ecossistemas da Amazônia não são homogêneos, eles são heterogêneos. Assim é na região de Roraima, assim é na região dos campos naturais do Alto Madeira, no Amazonas, e do Alto Purus, no Amazonas, onde nós temos campos naturais que equivalem a dois milhões de hectares.

No entanto, o que quero destacar aqui é que é possível, baseado na lógica apresentada aqui, abrir uma nova ponte olhando para o futuro.

Eu queria também destacar uma questão que mostra claramente como o conhecimento tradicional não deve ser esquecido também neste momento. Se você falar com qualquer caboclo, qualquer ribeirinho, qualquer índio na nossa região, ele vai dizer que água é vida. E nós acabamos de ver um estudo apresentado pela Esalq onde, mapeada a fauna em determinadas regiões, ela se localiza exatamente ao longo das áreas ripárias e ao longo das áreas onde tem água, porque água é vida.

Portanto, se nós conseguirmos colocar essa questão como uma questão de corredores etc., eu gostaria muito de ouvir como a academia, como os senhores cientistas aqui presentes entendem essa compensação além dos biomas, além das fronteiras, tendo em vista que, respeitada a academia, respeitado o princípio dos corredores etc., creio ser possível... Não consegui até agora compreender onde estariam as grandes perdas para podermos fazer isso.

Finalmente, quero abordar aqui dois temas. Um é que, se queremos ter uma economia de biodiversidade no futuro, é preciso preservar o meio ambiente. Sem os mecanismos do laboratório natural, Senadora Ana Amélia, não será possível desenvolver a economia da

biodiversidade. É preciso, portanto, ter a consciência de que, se o Brasil é G1 ou é B1 na área de biodiversidade, nós precisamos ter a consciência de que manter nosso equilíbrio ambiental é absolutamente indispensável para que nós tenhamos condições de desenvolver essa economia da biodiversidade.

E, por fim, quero dizer que a colocação de que o Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem uma agricultura de baixo carbono reforça a tese das emendas que já apresentei na CCT. E quero aqui comunicar às comissões conjuntas que o Código Florestal chegou à CCT na sexta-feira. Hoje pretendo ter uma reunião com o Senador Luiz Henrique para oficializar a designação dele como nosso Relator e, ao mesmo tempo, conversar com o Senador Luiz Henrique sobre temas referentes ao Código Florestal na Comissão de Ciência e Tecnologia e estabelecer um calendário para tramitação.

Eu gostaria de dizer que, portanto, aqueles Estados e aqueles agricultores que estabeleceram economias agrícolas de baixo carbono precisam ser incentivados, e com incentivos econômicos e financeiros. Por que um agricultor que tem uma economia baseada em uma agricultura de baixo carbono não pode ter taxas de juros diferenciadas, por que não pode ter prazos de pagamentos diferenciados, por que não pode ter um tratamento tributário diferenciado e ele ser premiado pelo bom serviço que faz?

Enquanto isso, aquele outro agricultor que quer ter 0,5 cabeças de gado por hectare precisa ser estimulado a evoluir da sua posição. Volto a enfatizar uma questão que eu disse no começo: não é porque estou numa área de baixa aptidão que estou escravizado à miséria e à pobreza. Chega de o brasileiro viver sobre uma região rica e milionária ou bilionária e ter um povo miserável, como está acontecendo nas regiões mais isoladas da Amazônia.

Portanto, a ciência e a tecnologia no séc. XXI não podem ser apenas para enriquecer aqueles que já são ricos, e, sim, também para poder diminuir as desigualdades sociais e a pobreza no País, que é um dos maiores celeiros de alimentos do mundo.

Dito isso, devolvo a palavra à nossa querida Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Braga.

Eu estou aqui como Presidente interina da Comissão de Agricultura a pedido do nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz. Como houve a referência ao meu nome pelo Senador Eduardo Braga, fico muito feliz porque, a rigor, sua lógica é a mesma minha.

Eu, como Senadora do Rio Grande, tenho mais conhecimento e informação do meu Estado porque

recebi a delegação dos eleitores para isso. Tenho pouca informação a respeito de discutir as questões amazônicas, que V. Ex^a, com tanto brilho e competência, representa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero convidar V. Ex^a a conhecer a Amazônia. Será um enorme prazer recebê-la.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já conheço, mas não na profundidade que até as questões relacionadas à biodiversidade requerem do País, até como segurança nacional, Senador Eduardo Braga. Quando vemos registros internacionais de patrimônios que são brasileiros, há o descuido nosso em relação a esse patrimônio da biodiversidade amazônica.

Então, nesse aspecto, quando V. Ex^a diz que os diferentes biomas precisam ser resguardados, fico muito feliz porque concorda com a minha tese em relação ao meu Estado do Rio Grande do Sul, em homenagem até aos produtores preservacionistas.

O Senador Rodrigo Rollemberg já se manifestou, eu já me manifestei, o Senador Eduardo Braga também.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique Relator e requerente desta audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou ser bem breve e objetivo. Ouvi dos ilustres expositores – e ambos foram sintonizados nesta tese – que a compensação da reserva legal deveria obedecer a uma escala, priorizando a microbacia; não sendo possível, a bacia hidrográfica; e, não sendo possível, o mesmo bioma. Há, durante essas discussões, propostas no sentido de se fazer em outro bioma. Eu gostaria de ouvi-los a respeito dessa ideia e dessa proposição.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço.

Pela ordem de inscrição, o autor do requerimento, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente Ana Amélia, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, meu colega e companheiro de região, de luta e de causas, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos convidados, eu penso que, primeiro vale o registro. Por mais que, de alguma maneira, possa parecer uma insistência nossa, mas que fique registrado como persistência de nós, Senadores, procurarmos na ciência, no conhecimento, resposta para boa parte das perguntas que se fazem sobre o Código Florestal, sobre soluções para os problemas de passivo ambiental.

Daí vale até um registro. Já é a segunda ou terceira vez que alguns dos senhores estão aqui, mas ninguém que tenha compromisso com verdade vai dizer que o Senado, que nós, que temos a missão de tomar a elaboração dos devidos ajustes ao termo que

foi votado na Câmara, desprezamos ou desconsideramos a academia. Eu acho que é muito importante. Cada vez que ouço, eu particularmente aprendo mais, vejo que a dedicação dos pesquisadores, dos cientistas hoje no nosso País é algo fantástico.

Para simplificar, sem prejuízo da consideração com as universidades e os centros outros de pesquisa, mas a Embrapa é talvez o maior aliado deste País – e aí me refiro aos pesquisadores da Embrapa –, no sentido de aumentar a produtividade, aumentar a produção usando a mesma área, desenvolver tecnologia. De fato, não pode ter melhor aliado para quem quer produzir, criar, desenvolver um país de forma sustentável do que o conhecimento. E, se nós queremos deliberar sobre uma matéria tão complexa que envolve diretamente uso do solo, manejo dos recursos naturais e proteção desses recursos, ouvir quem trabalha a vida inteira na busca de conhecimento de como lidar com isso.

Eu venho da Amazônia. Na Amazônia, o Brasil deliberou fazer uso do solo sem conhecer nem o que tinha acima dele, nem o que tinha abaixo dele. Esse, talvez, seja o maior equívoco do nosso País. Ao longo de anos, décadas, fizemos isso e, para piorar um pouco mais, pegamos pessoas de uma região do País completamente diferente e levamos para lá. Foi política oficial que promoveu isso. O Estado brasileiro fez isso.

Eu ouvi um comentário muito bonito do Ministro Alysso Paulinelli: “Eu parei esse processo porque não conhecia ninguém que conhecesse a Amazônia. Então, eu disse: não, calma!” Ele foi um dos criadores da Embrapa. Então, ele falou: “Vamos trabalhar no conhecimento, vamos aprofundar os estudos para depois estabelecer políticas”. E foi muito bonito ouvir isso do Ministro. Eu ganhei aquela audiência quando eu o ouvi. Eu tentava entender como é que se vai fazer uma ação tão forte e no desconhecido? Com ousadia – e aí estou falando de políticas públicas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador, permita-me um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– V. Ex^a está abordando um tema extremamente oportuno. Na apresentação, ainda há pouco, nós vimos a questão, por exemplo, de déficit em setores de agricultura na Amazônia. Com segurança, as maiores áreas onde temos déficit em cima das reservas legais estão exatamente nas áreas de assentamentos que aconteceram. E as pessoas que lá vivem, vivem com uma renda extremamente baixa, porque foram colocadas lá sem nenhuma logística, nenhuma infraestrutura, nenhuma assistência técnica, nenhum crédito, nenhum modo de produzir de forma sustentável e duradoura naqueles assentamentos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, que é um profundo conhecedor dos nossos problemas e também é um dedicado na busca da solução para esses problemas.

Mas estou falando isso, Senadora Ana Amélia e meus colegas, porque no caso da Amazônia é muito complexa a situação. Os assentamentos eram feitos, na grande maioria deles com menos de um módulo da Amazônia, ou seja, menos de cem hectares, distantes dos centros urbanos, sem infraestrutura e com obrigatoriedade do assentado. Era quase um depósito de famílias. Era mais um depósito de famílias do que qualquer outra coisa, com toda sinceridade: dessa árvore até aquela outra árvore, em torno de quinhentos metros, é sua propriedade, o fundo é de tanto, e corra para tirar o que tem em cima do solo, sob pena de você estar considerado em área improdutivo e vai ter, talvez, de ter o custo de ser trocado por outro assentado.

Essa situação se reproduziu Amazônia afora durante décadas. Há hoje, com raríssimas exceções, nos conjuntos das centenas de projetos de assentamento oficiais na Amazônia uma insustentabilidade econômica, uma insustentabilidade social e uma gravíssima insustentabilidade ambiental, como era de se esperar.

Então, essa é uma parte do problema que nós temos e que envolve essas propriedades, todas elas sem nenhuma condição de se adequarem à legislação vigente. Nenhuma delas. O custo é alto. Passar a serem produtivas propriedades pequenas e longe dos centros consumidores é um agravante, diferente do que vi na bela região de Chapecó. A convite do Senador Luiz Henrique, pude ver uma relação estabelecida de homem/natureza bastante interessante. Mesmo em pequeníssimas propriedades para o padrão brasileiro, falando de áreas que têm em média de propriedade de quinze hectares, você tem uso intensivo de algumas áreas e é visível a proteção de parte, mesmo numa propriedade de quinze hectares, de um pouco de floresta e proteção de mata ciliar, mesmo numa região que tem um relevo desafiador. Porque o relevo é desafiador. O Brasil tem essas características.

Eu queria, aproveitando a presença de dois profundos conhecedores dos problemas – e já apontam também soluções, porque estamos nessa fase de encontrar soluções –, eu queria dizer que as tentativas que o Brasil tem feito de recuperação de reserva legal e APP fracassaram até. A primeira institucional delas começou em 91 com uma lei que era parecida com o Decreto de 2008, que estabelecia critérios para averbação de reserva legal, vinculada ao crédito. O acesso ao crédito só poderia ser dado caso você tivesse averbação ou fizesse o reconhecimento de que tinha reserva legal.

Vinte anos se passaram. Nada. O que temos é um passivo. As áreas de APP também não sofreram nenhuma recomposição importante nesse período todo que estamos vivendo. Diante disso, sabemos que os números são importantes. Estamos alando de mais de quarenta milhões de áreas de reserva legal no Brasil todo e mais de quarenta milhões de hectares de APPs. Estou falando de mais de 40 milhões, mas são esses números.

Agora, há um debate muito vivo, muito rico da sociedade falando que temos que recompor essas áreas. E aí eu entro pedindo a contribuição de cientistas, técnicos, pesquisadores. Primeiro, as observações a que eu assisti, Dr. Ricardo, foram muito importantes. Eu vi que as áreas que não têm aptidão para produção agrícola, normalmente identificadas naquelas propriedades, num entendimento entre proprietário e pesquisadores – não é ainda, infelizmente, uma política do País, mas pode vir a ser – são áreas muito vinculadas mais a APPs do que a reserva legal. Se nós vamos juntar, como já temos um caminho, tanto melhor. Mas eu tenho convicção de que há uma parcela enorme de passivo de reserva legal em áreas com aptidão para pecuária e agricultura. Ou seja, provavelmente, eu ousou dizer que a maior parte das áreas de reserva legal, do ponto de vista do passivo – reserva legal, porque o proprietário escolhe onde ele deixa, de certa forma. Então, quem avançou em cima da propriedade também escolheu ir para áreas que têm um pouco mais de aptidão para agricultura e pecuária. Diferente de APP. Alguns tentam fazer uso de APP para atividade agrícola e pecuária, e aí é óbvio que há o problema de não ter aptidão. Mas estou me referindo exclusivamente a área de reserva legal. Isso, certamente, tem um custo porque nós vamos ter de tirar uma atividade econômica, se isso que falei é fato, e diminuir a atividade econômica numa determinada propriedade.

Então, eu gostaria de um comentário sobre isso. Como os senhores veem esse custo – é um fato concreto – em boa parte delas? E mesmo nas áreas de APP também haverá um custo. Pequenos proprietários não têm condições nem mesmo de introduzir tecnologia. Eles não estão capitalizados para isso e vivem o que o Professor Elíbio colocou claramente: elas não são sustentáveis do ponto de vista econômico.

Então, rapidamente: esses custos, normalmente, eu entendo, se é fato que o Brasil estimulou a ocupação e o uso de áreas com cobertura florestal – é fato isso – durante décadas, fica para os proprietários? Ou os senhores entendem que tem que ter um grande programa nacional de financiamento, com juros subsidiados, com incentivos, para recuperação de APP e reserva legal? Ou os senhores acham que há alguma

possibilidade, só com regramento legal, estabelecer-se prazo para que haja recomposição?

Por que estou falando isso? Porque nós temos que encontrar a solução. Então, gostaria de ter um comentário da academia: se tem que haver um programa para financiar isso, ou se fica nas costas do proprietário, ou se fica só a partir da determinação legal. É um aspecto.

Este é o maior problema da revisão do Código Florestal: como trazer de volta parte do que foi suprimido. Esse é o centro do debate nosso.

O último aspecto, com a complacência da Presidência dos trabalhos, mas bem rápido. Eu e o Senador Luiz Henrique recebemos algumas sugestões, passamos para um Ministro do STJ. O Senador Luiz Henrique acolheu, mas entendeu que estava muito cedo ainda, precisava maturar, ele pretende apreciar nas próximas comissões, uma proposta que eu estou advogando junto com outras pessoas, que é o de dividirmos o Código Florestal em duas situações; para tratar de disposições transitórias o enfrentamento do que temos de passivo, ou seja, de passado, com tempo, com regra, com grau de exigência diferenciada, para recuperar o que foi perdido ou o que foi danificado. E outra que nos dê segurança de ter uma legislação firme, para a frente, para o futuro, nas disposições permanentes. Isso é um aspecto importante.

Nós ouvimos os juristas. Eu gostaria também de ouvir os que trabalham com a ciência e a tecnologia, os que trabalham com a academia: o que os senhores acham disso? Porque, no meu juízo, primeiro, para recuperar esse passado, nós não vamos fazer isso da noite para o dia; vai ter custo de dinheiro, de programas oficiais e de tempo. Precisamos de tempo. A primeira tentativa, em 1991, dava 1/30 anos, um trinta avos de ano para poder recuperar. Quer dizer, cada ano, você recuperava um trinta avos do que tinha sido danificado.

Eu gostaria de ver porque, nas disposições permanentes, há um regramento aprovado hoje, que vale a partir de hoje e nós dá segurança a partir de hoje, não precisa de tempo.

E eu queria, então, se fosse possível, ter esse comentário e se, para a academia, é necessário que o Código trate de maneira diferenciada a pequena produção, a pequena propriedade – estou incluindo produção familiar e pequena propriedade – das demais propriedades.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Jorge Viana, Relator, na Comissão de Meio Ambiente, do Código Florestal.

O critério adotado para inscrição é a ordem de chegada: Senador Blairo Maggi, depois Senador Wal-

demir Moka, Senador Reditario Cassol e Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia. Cumprimento a Sr^a Presidente, também o nosso Presidente da CCT, Eduardo Braga, o Prof. Ricardo e o Prof. Elíbio, que estão conosco.

Eu gostaria também aqui de fazer um comentário sobre a questão dos incêndios que vêm ocorrendo lá em Minas Gerais, só para lembrar o quanto nós do Amazonas, da Amazônia – do Amazonas é o Senador Eduardo – somos bombardeados, diariamente, na mídia com essa questão dos incêndios. Lá para a Amazônia, principalmente para o Mato Grosso, não é incêndio; lá é queimada. Quer dizer, quando dão a notícia, já fazem uma imputação de crime contra o produtor, contra aquele que vive no campo.

Agora, Minas já é mais desenvolvido, então, não é queimada, é incêndio, a exemplo do que acontece na Europa também, nos Estados Unidos. Em Brasília também há incêndios.

Então, que já seja registrado aqui que o produtor mato-grossense não gosta de fogo também: ele tem grandes prejuízos com fogo. Grandes prejuízos com fogo! Tanto quando entra nas pastagens e acaba tirando a alimentação do gado, mata o gado, queima cerca...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tudo é custo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Custo e, quando entra nas lavouras, nesse período em que tudo está preparado para o plantio direito, o plantio na palha, resteva de milho, resteva de milheto, ou a braquiária mesmo, que é feita para plantio, para reduzir as erosões, entra o fogo e é uma correria. Os produtores lá têm verdadeiros exércitos de bombeiros em todas as fazendas – e isso é em todo o Mato Grosso –, eles se comunicam por rádio e, quando acontece num lugar, saem correndo. Agora, quando entra num parque nacional o Governo tem que cuidar, e ele acaba não cuidando.

Então, só para deixar registrado essa diferença de tratamento...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito importante!

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) que a imprensa tem dado ao meu Estado e à Amazônia também.

Com respeito ao nosso tema, acho eu que os nossos presidentes das comissões – nós temos aqui três presidentes; o Rollemberg estava aqui e saiu – pelas apresentações de hoje, começamos a perceber que nós temos de começar a fechar o nosso pensamento, o que nós vamos colocar nesse Código Florestal.

Eu já tive oportunidade, aos apresentadores que estão aqui, de ouvi-los aqui também, nas comissões.

E outras comissões, outras audiências públicas que foram feitas também estão se repetindo. E eu, como tenho assistido a todas em tempo integral, já conheço um pouco de cada uma e seu pensamento.

Então, eu acho que as nossas comissões já têm o pensamento e nós já temos que começar a amarrar isso para ver se conseguimos, dentro do prazo previsto, fazer a votação inicialmente prevista para dia 20 de outubro, para que, até esse período de 20 de outubro, possamos fechar e fazer as votações.

Com respeito ao tema, eu só gostaria, a exemplo do Senador Luiz Henrique, de também conhecer um pouco da opinião da universidade e da academia com respeito a essa questão da compensação em outro bioma. Particularmente, eu sou contra. Agora, eu preciso ouvir a ciência também. Quer dizer, dentro do bioma, para mim não há problema nenhum porque o bioma não conhece a divisa de Estado que a gente faz.

Então, eu quero entender um pouco melhor isso. E também, dentro dessa pergunta, há outra pergunta, mais um comentário: a exemplo do que eu disse, os biomas não conhecem as fronteiras. E, na nossa legislação, estamos dando tratamento diferenciado para o mesmo bioma na questão da conservação, a exemplo do que acontece com os cerrados de Mato Grosso, com os lavrados de Roraima e outros cerrados que há, onde há exigência para o cerrado que está dentro do bioma amazônico – mas não o bioma físico, real; é um bioma político que foi feito. Então, nós temos, na divisa do rio Corrente, lá com o Senador Moka: passou a divisa do rio Corrente, você tem de ter 20% de reserva; do lado norte, você tem de ter 35%.

Então, eu também gostaria de um comentário sobre isso, para que a gente possa aqui, na Comissão, depois tomar uma decisão a respeito desse assunto.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de vocês. Como eu disse, já os ouvi aqui, em algumas outras oportunidades, e quero deixar aqui o meu apelo aos Presidentes Luiz Henrique, Jorge, Rodrigo, que não está aqui, e Eduardo, para que a gente comece a trabalhar e fechar os nossos relatórios, porque principalmente a comunidade produtora está muito aflita com tudo. Existe o promotor público que está no pé deles...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) e estamos prorrogando, prorrogando, prorrogando o decreto e não é isso que interessa! Nós criamos uma legislação específica, pronta, acabada...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que dê segurança jurídica, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) e que todo mundo sabe o que vai ter que fazer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidenta, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. expositores – Dr. Ricardo, Dr. Elíbio – eu começo dizendo o seguinte: ontem, nós estivemos, Senador Jorge Viana, Senador Luiz Henrique e o Presidente da Comissão, Acir Gurgacz – aliás, deve ser exatamente por isso que o Senador Acir não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não pôde estar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estivemos em São Paulo, num debate na Fiesp, e eu confesso que me surpreendi. Evidentemente que estava ali, em termos de agronegócio, a elite do agronegócio brasileiro. Mas estava também o ex-Presidente da Embrapa, departamento de meio ambiente, e lá nós conseguimos – pelo menos essa é a impressão – fazer um debate que mostra exatamente essa questão que hoje está se discutindo aqui.

Então, eu vejo, às vezes, o Senador Eduardo Braga, e hoje nós conversamos muito. E, é claro, “cachorro mordido por cobra tem medo de língua”: quando o cara começa, a gente... Porque, na verdade, há uma prática de querer penalizar o produtor. É uma coisa esquisita isso. E a gente que está ali, no dia a dia, acha estranho isso.

Vou começar falando, por exemplo, da pecuária, Dr. Ricardo: primeiro, não vai ser toda essa área da pecuária que vai servir para a agricultura, o senhor sabe disso. É evidente que nós não podemos colocar essa estatística simplesmente ali. Agora, Mato Grosso do Sul, por exemplo, hoje em dia, é natural: à medida que a agricultura avança, está entrando lá a cultura da cana, que não tinha. Você leva a pecuária para as terras menos produtivas. É natural isso. Agora, por exemplo, a pecuária é ruim, tal e tal.

Eu quero lembrar que o Brasil saltou de sexto produtor exportador de carne para o primeiro do mundo. Então, os grandes pecuaristas não têm esse problema de produtividade. Há muito tempo, o pessoal está fazendo confinamento. Quem é que tem essa baixa produtividade? Exatamente aquele pecuarista, e a maioria deles é conservadora, tem medo de banco – mais uma vez, “cachorro mordido por cobra tem medo de língua”. Então, eles são conservadores.

É evidente que isso é ruim. E por que é que o cara insiste nisso, meu caro Senador? Porque é o seguinte – e até essa é a minha pergunta: quanto custa a recuperação de uma pastagem degradada, ou seja, qual o valor para você recuperar uma passagem de-

gradada? Por incrível que pareça, é mais barato você abrir uma nova área do que recuperar uma pastagem degradada. Então, aí me parece estar o motivo disso. Quando eu vejo o Senador – e parece que esteve aqui –, eu fico feliz. Ora, o produtor, pela primeira vez, o cara que comprou 20 mil hectares e tem que deixar 20%, 200 hectares, imagine isso! Em outros países, é incompreensível isso. Como é que é? Você é dono de mil hectares, mas em duzentos você não pode tocar?

Eu sou um daqueles que defendem a reserva legal. Acho que nós temos isso, temos de manter. Essa é uma forma de o País se mostrar de maneira diferente. Agora, concordo com o que ouvi aqui: vamos que vamos estimular. Como é que se estimula isso? Porque aí, Senador Jorge Viana, pela primeira vez, o produtor que preserva vai ser valorizado. Então, ao invés de colocar no texto essa coisa de criminalizar o produtor, vamos estimulá-lo a cada vez mais preservar. E, aí, nesse momento nós estaremos aqui, Senador Eduardo Braga.

E acho que vi o Dr. Ricardo mostrando: “Olha, isso já aconteceu. A cana, o plantio da cana está recuperando, está ajudando. Vamos plantar floresta para recuperar.” Isso é ótimo, inclusive, na pecuária, fazer isso consorciado! É evidente que você pode plantar e ter uma fonte.

Imaginem o produtor plantando eucalipto, por exemplo, e tendo, daqui a cinco, dez anos, uma aposentadoria. Além do que a pastagem dele vai ser sombreada para o gado. Nós estamos falando de uma coisa que é o ideal. Agora, nós vamos esbarrar na fonte de financiamento.

Então, eu acho, Senador, que agora já ouvimos e eu estou mais do que convencido, embora nunca estivesse contra. Acho difícil porque a hora em que se fala em fonte de financiamento, aí, todo mundo... Mas eu acho que o Senado – isto eu confesso: na Câmara, ou não tivemos tempo, ou clima... Nós não discutimos essa questão. Essa questão, aqui no Senado, de como fazer para que a gente possa estimular que as florestas em pé tenham mais valor do que derrubadas. Isso eu acho fundamental mencionar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o maior prazer, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Moka, esses fundos... Apresentamos as emendas, que estarão agora sendo entregues ao Relator, em que nós estamos exatamente estabelecendo de onde vamos tratar de retirar recursos para que possamos criar um fundo de financiamento para essas situações.

Eu creio que esse é o grande desafio para o Senado. Se o Senado conseguir dar esse passo, nós estaremos dando uma grande contribuição para o pequeno agricultor. O grande agricultor, como V. Ex^a disse, esse já se arrumou, já se organizou!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Claro!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho que essa é a nova lógica da discussão desse projeto aqui. Essa é a nova lógica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – É isto, perfeito: essa é a nova lógica! Essa é exatamente a grande resposta que o setor e a floresta estão a esperar do Senado da República.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, Senador, às vezes, as pessoas reclamam do meu pragmatismo. Mas eu acho que está...

Então, eu acho que, ao afunilar essa discussão, agora vamos dizer: “Então, isso é importante”. Nós temos de, então, arrumar as fontes de financiamento, Senador Luiz Henrique. E como é que vamos fazer isso na prática? Insisto em dizer aos senhores, principalmente aos membros da academia: é importante, por exemplo, quando a gente fala da pecuária, que tem baixa produtividade, eu tenho que aqui fazer uma defesa, porque esse é um setor que cresceu muito. Agora, evidentemente que é minoria, mas é altamente eficiente a pecuária do Brasil, é altamente eficiente. Agora, nós estamos falando de pecuaristas médios e pequenos, esse sim, porque, quanto tempo eu já pedi aqui, quanto tempo, gente precisa de fonte de financiamento para recuperar a pastagem – que não é como a agricultura, você abre um crédito num ano o produtor planta, no outro ano ele colhe e paga o banco – a pecuária não é assim, a pecuária precisa de prazo você leva tempo para produzir um animal para ser abatido.

Então, na hora que tiver recursos para recuperação de pastagens degrada vocês verão, com juros evidentemente e tempo, nós vamos ver, aí sim, ao recuperar a pastagem nós vamos aumentar a produtividade de cabeça por hectare, de animal por hectare. Agora, eu acho que não é toda a área, acho que uma parte da área hoje da pecuária servirá para a agricultura, mas em grande parte... A não ser que você faça muita correção – ai tudo bem –, mas o custo disso eu não saberia dizer.

E, para finalizar, o que me parece que está acontecendo? Depois de todo esse debate na Câmara, eu insisto e, quero aqui dizer, por que o debate está mais ameno aqui? Vou fazer uma defesa, eu já fiz isso ontem, porque na Câmara começou, o debate era maior,

mais intenso. Isso aqui já chegou meio... A bola já não está tão quadrada. Então, por isso, e eu acho que nós temos que aproveitar esse momento rico nesse debate e dizer, para encerrar e para descontraí, a primeira vez Senador Blairo que eu vi uma foto com aquelas – acho que na sua propriedade lá, aquela quantidade de colheitadeira – na primeira vez que eu olhei aquilo eu achei que fosse uma quantidade de avestruz aquilo ali, depois é que eu percebi que era colheitadeira, mas achei que era avestruz.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Obrigado, Senador Moka.

Tive que me ausentar um pouquinho, mas vou fazer algumas rápidas observações.

Primeiro eu quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, Relator do Código em três Comissões, o Senador Jorge Viana, mas especialmente por essa declaração dada agora pelo Senador Luiz Henrique, de que essa é a nossa agenda, uma das agendas prioritárias desse momento do Código, que é a construção de instrumentos econômicos que permitam incentivar a preservação.

Eu tenho dito, ontem registrei aqui, participei de um debate na OAB com o Senador Jorge Viana, sempre brilhante, que eu entendo que nós uma contribuição a dar no Código Florestal. Mas eu também Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senador Blairo, Senadora Ana Amélia, Senador Mozarildo, entendo que nós precisamos já a começar construir uma unidade para ações pós Código Florestal. É que possamos efetivamente aqui continuar essa união, essa unidade que nós estamos hoje da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia para garantir recursos para a pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico que permitam o Brasil avançar e avançar cada vez mais rápido em direção de uma agricultura e de uma pecuária sustentável.

E é importante Senador Blairo, registrar a importância da tecnologia e dos instrumentos de políticas públicas do governo. Eu vou citar pela segunda vez uma frase, uma declaração de V. Ex^a aqui mostrando como foi importante o Banco do Brasil, a determinação do Banco do Brasil que determinou que só emprestasse dinheiro, só realizava o crédito se os agricultores utilizassem as curvas de nível. Seu pai resistiu como agricultor, a adotar, passou dois, três anos depois percebeu que não tinha jeito adotou as curvas de nível e percebeu o aumento da produtividade e não abandonou mais essa tecnologia moderna. Então isso mostra que os nossos bancos oficiais, os órgãos de fomento eles tem que trabalhar nesse sentido.

E eu quero registrar que a Sudeco está anunciando, aí o lançamento, ainda não conheço com detalhes, vou me aprofundar até para fazer um registro, as linhas de créditos do FCO para a agricultura de baixo carbono.

E aí, Blairo, eu queria até... V. Ex^a, como grande produtor rural que é, talvez possa esclarecer melhor do que eu, porque certamente tem um conhecimento mais profundo que eu.

Mas, quando se iniciou a ocupação do Cerrado brasileiro, do Centro-Oeste brasileiro pela agricultura – o que foi importante naquele momento, embora hoje o Cerrado seja uma região que é grande produtora de alimentos no Brasil –, havia linhas de crédito do Banco do Brasil, que financiavam a conversão do Cerrado em pastagens de forma bastante atrativas. Eram linhas de crédito que tinham carência de quatro anos e juros muito baixos.

Eu penso que hoje o nosso grande desafio – tanto o desafio para o Código Florestal e quanto o desafio pós Código Florestal – é construir instrumentos tecnológicos de difusão de tecnologias e instrumentos de crédito que possam garantir a recuperação das áreas degradadas do nosso País.

São 60 milhões de hectares – esse dado aqui foi repetido hoje pelo Dr. Elíbio, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências. E é óbvio que, ainda que seja um pouco mais caro recuperar essas áreas degradadas do que converter novas áreas para uso antrópico, do ponto de vista do futuro, quanto à relação custo-benefício, é muito melhor investir na recuperação dessas áreas degradadas.

Para isso, o Estado também tem de ter alguns movimentos indutores, primeiro no sentido de financiar, juntamente com a iniciativa privada, o desenvolvimento de tecnologias, cada vez mais modernas, mais eficazes, mais eficientes, de recuperação dessas áreas degradadas; depois, no sentido de adotar políticas de crédito, de grande carência e com juros baixos, que permitam aos produtores rurais, cada vez mais, fazer a recuperação dessas áreas degradadas.

Em segundo lugar, entra novamente a questão dessa união em torno de garantir recursos significativos – aí estou aqui defendendo o peixe da Comissão do Eduardo Braga – para investimentos em ciência, tecnologia e inovação. E é um absurdo – precisamos mudar isso, Senador Jorge Viana – que hoje a Comissão de Meio Ambiente não possa fazer emendas ao Orçamento para o Ministério da Agricultura, por exemplo. É um absurdo! Nós temos de superar essa dicotomia, que mostra uma visão atrasada, porque, dentro da perspectiva de construir uma agricultura verde, sustentável, é claro que nós deveríamos poder colocar recursos por exemplo, na Embrapa.

E por que estou dizendo isso? Nesse trabalho recente, apresentado pela Embrapa e pelo INPE, o que me chamou a atenção, Senador Eduardo Braga, Senador Jorge Viana, Senador Mozarildo – V. Ex^a que representa o Norte do País –, é que 62% das áreas convertidas do bioma amazônico – que é muito diverso, mas que aqui vou chamar de Floresta Amazônica –, dos 17% do total, estão sendo utilizados hoje para a pecuária – e pecuária com baixíssima produtividade.

É isso que queremos? Queremos desmatar a Amazônia para a criação de gado a essas taxas de produtividade perto de uma unidade animal por hectare ou menos? É óbvio que o País tem de fazer o movimento, que é estratégico, importante, de aumentar a produtividade do nosso rebanho. Com isso, se dobrarmos, vamos abrir metade do espaço territorial, que é o maior ocupado hoje pelas áreas antropizadas do Brasil, para a conversão para atividades mais produtivas como a agricultura e a agroenergia.

E, mais uma vez, vem a questão da necessidade de termos recursos significativos, permanentes, regulares, para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País.

Acho que, do ponto de vista estratégico e de médio e longo prazo, para mim, a questão mais importante é a de que garantamos recursos para a inovação tecnológica, porque, além de utilizar, de forma mais eficiente, mais produtiva, a terra, a água, os recursos naturais, saberemos aproveitar nossa biodiversidade ou desenvolver novas técnicas de biotecnologia e, aproveitando toda essa biodiversidade; e os recursos madeireiros e não madeireiros das nossas florestas. Mas o professor Ricardo colocou aqui que a média de rentabilidade de um hectare de uma área dessas de pastagens degrada, de baixa produtividade em torno de 180 hectares por ano, e a utilização da Reserva Legal aliada a questão da servidão ambiental, pode levar até um faturamento de 770 hectares/ano.

A questão aí, que vou colocar, é a questão do custo e de onde virão os recursos. Estou aqui envolvido com o Senador Eduardo Braga no sentido de buscar instrumentos econômicos que permitam isso. Mas a própria Embrapa já nos alertava de que hoje, para recuperar os 15 metros – até agora previsto no texto de recuperação de áreas de preservação permanente para rios de até 10 metros de largura – hoje Senador Moka nós não teríamos sementes e mudas suficientes para recuperar essas áreas. Então essa é outra questão, e que nisso, na recuperação dessas áreas de preservação permanente e na recuperação das áreas de reserva legal que precisam ser recuperadas poderá estar também uma grande oportunidade para o setor florestal brasileiro, na produção de sementes

e na produção de mudas. Agora, claro que isso tem que estar articulado com políticas públicas de desenvolvimento tecnológico, mais uma vez, e de crédito para que as pessoas possam produzir mudas, produzir sementes e tal. E ao mesmo tempo, de financiamento para o pequeno agricultor e para agricultor familiar ter condições de recuperar as suas áreas de preservação permanente. A Senadora Ana Amélia trouxe um número aqui: 14 mil reais para recuperar um hectare de área de preservação permanente. Professor Ricardo, não sei se é esse o valor. O fato é o seguinte: ele tem um custo. O grande desafio que nós temos é que aprovemos uma lei que tenha efetividade, que nós não estejamos aqui há 10, 15 anos para tentar regularizar situações de fato, porque as pessoas não conseguiram cumprir a lei, e temos que recuperar nossas áreas de preservação permanente, temos que recuperar nossas áreas de preservação permanente ripárias. Mas vamos ser realistas, se não houver instrumentos econômicos para isso, incentivos econômicos para isso o pequeno produtor brasileiro, o agricultor familiar brasileiro ele não conseguirá recuperar a sua área de preservação permanente. E essa é uma questão que deve ser de interesse de todos porque é uma questão estratégica para o país, porque é fundamental para preservar um bem precioso que é a água. Então este é o nosso grande desafio: como é que nós vamos a partir dos alertas trazidos aqui pela Academia Brasileira de Ciências, trazido aqui pelo Professor Ricardo, da Esalq, pelo SBPC como é que nós vamos transformar essas preocupações em instrumentos legais, efetivos, eficientes e duradouros.

Portanto, agradeço mais uma vez a contribuição de todos e passo a palavra para o nosso último inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu quero cumprimentar os Presidentes das diversas comissões que estão tratando desse tema, os Relatores e quero dizer que não ouvi a explanação dos dois representantes da Academia e tal. Mas acho que é muito importante o trabalho que vem sendo feito de audiência ampla, não só daqueles diretamente interessados e importante que nós estejamos saindo daquela dicotomia ou daquela bipolaridade entre ambientalista e ruralista. Então acho que nós temos que pensar, até mesmo perguntaria: será o nome adequado para esse código seria Código Florestal? Será que não seria Código do Uso do Solo? Porque nós não só temos floresta. Vou repetir, no meu Estado metade do Estado não é floresta, e mais de 80% da população vive nessa área que não é floresta. A parte que vive na parte de floresta foi fruto de assentamentos do INCRA e que terminaram sendo deturpados, os que estão ain-

da, as famílias assentadas pagam um preço altíssimo por viverem lá. E tiveram, como disse o Senador Jorge Viana, digamos assim, a imposição de desmatar para poder ficar no lote, para ter o título.

Então é preciso realmente que nós tenhamos e, fico feliz que estejamos nas mãos de dois Relatores muito bons, dois ex-governadores, parlamentares de outros mandatos e conhecedores do Brasil e da Amazônia. A Amazônia, afinal de contas, é 61% do Brasil e não é um ecossistema só como disse o Senador Eduardo Braga.

Eu quero frisar muito na questão do meu Estado porque esse Código não pode ser, como costumam ser as leis brasileira, informes, exige tantos por cento para tudo que é lugar. Eu percebo que está caminhando exatamente para que se tenha coisas diferenciadas e, sobretudo, a minha preocupação, até pela minha formação de médico, é com o ser humano que está lá, principalmente na Amazônia. Disse bem o Senador Jorge Viana, não só os nativos, mas também aqueles que foram levados para lá por uma política, por exemplo, o Estado do Acre, foram levados por uma política de extração da borracha e para o meu Estado foram por outras questões. Então é importante que nós tenhamos essa visão de corrigir e ajudar aqueles que foram vítimas até de uma política equivocada e ajudar essas pessoas a realmente poderem viver. Aliás, se queremos conservar florestas, cerrados, qualquer que seja o tipo de bioma precisamos ter o ser humano cuidando. Quem vai cuidar é o ser humano, e esse ser humano não vai cuidar, por exemplo, seja onde ele estiver, vamos dizer lá no meu Estado, lá no sul do Estado, apreciando uma árvore e morrendo de fome. Então é preciso, de fato, que nós possamos ter um Código que seja realista, humano e que possa ser um Código para várias décadas, não uma lei que tenha limitação curta e que possa, portanto, amanhã vir outro governo e querer fazer de repente um novo Código por causa do viés que possa ter.

Portanto, eu quero crer que o Senado está fazendo debate muito salutar e, tenho certeza que o relatório feito pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, será, com certeza um relatório positivo e nós construiremos um consenso. Lamento que, ao alterar coisas que vieram da Câmara que deviam ter sido feitas lá, possa ter que voltar para a Câmara. Mas é construir um consenso de forma que nós possamos ter ainda esse ano esse Código vigorando a partir, portanto, do ano que vem. Era só o que eu queria acrescentar, e dizer que só peço exatamente isso: Que olhemos as diversidades, mas, sobretudo, os seres humanos que estão lá, sejam índios, caboclos, ribeirinhos, homens do lavrado, todos eles precisam

de fato ter algum incentivo para viverem melhor e poder cuidar do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado Senador Mozarildo.

Passo a palavra agora para as suas considerações...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queria deixar uma pergunta que eu me esqueci de fazer no momento para o Professor Ricardo, na questão da regeneração automática ou do replantio nas APPs e nessas áreas de reserva legal. Parece-me que vocês têm estudos sobre esse assunto e que complementa mais ou menos o que a Senadora Ana Amélia colocou do custo.

E eu gostaria de dar um depoimento pessoal também, é que o estudo que está com vocês é a TNC, se não me engano? É TNC. Eu tenho um convênio com IPAM, e eles estão a alguns anos numa fazenda nossa lá na região de Querência, fazendo muitas experiências nessa questão de recuperação de APPs.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Conheço a iniciativa, e é muito interessante.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – O senhor conhece lá?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Conheço.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado.

Então a gente tem lá das coisas mais baratas às mais caras. De fato, as mais caras são impossíveis de serem feitas. Então, associada aquela experiência que tem do IPAM na fazenda Tanguro e as outras que você tem você tem da TNC, eu gostaria, se você pudesse deixar um depoimento para a Comissão.

Na minha avaliação e pelo que conheço, nós não teríamos que ter essa preocupação de fazer o replantio e correr atrás de sementes, atrás de mudas, gastar bilhões de reais para fazer toda essa recuperação se, ao que me parece, a ciência já está mostrando através desses estudos, que é possível se você simplesmente isolar as áreas por um determinado tempo e se chega ao mesmo local sem custos.

Então eu gostaria se o Sr. Ricardo pudesse deixar essa orientação para nós aqui.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone.*) – Só abandonando ela retorna com capoeira.

O SR. EDUARDO BRAGA Bloco/PMDB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*) Ela retorna com a capoeira ou retorna com...

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone.*) – Não, ela retorna...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos falar no microfone, porque...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Aí, Senador, é uma questão agrônômica: começa com uma capoeira, depois as árvores vêm, e lá, com o tempo – sei lá, 20, 30 anos –, há toda uma regeneração.

Eu vi isso, por exemplo, na região de Sapezal, que é só campo, mas há lá umas bolas de mato. Deixamos tudo isso na fazenda, não tiramos nada do que era uma mata maior. Certo ano, entrou um fogo lá e destruiu toda aquela bola de mato – ficaram 20 ou 30 hectares de mato. Passados mais de 20 anos, conseguimos ver que já há quase que uma mata secundária nessas regiões. Então, acho que, com as experiências que existem, se pudermos juntar isso aí, essa questão dos custos de recuperação, que tanto debatemos aqui, pode ser retirada do processo. Vamos ouvir a experiência do professor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Primeiro, vamos ouvir o Dr. Elíbio; em seguida, o Prof. Ricardo.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Obrigado.

Vamos começar pela Senadora Ana Amélia, que fez algumas questões sobre a Argentina, sobre aptidão. Acredito que o Código Florestal será um modelo não só para a América do Sul, mas para o mundo, e esse modelo vai ser seguido. Modelos que funcionam induzem os parceiros a utilizá-lo. Então, a questão da Argentina é peculiar, obviamente que ela tem questões sobre utilização ou não de reservas que estão, certamente, submetidas ao Governo da Argentina, mas existe, sim, do ponto de vista científico, uma interação muito forte do Brasil com todos os países da América do Sul. Com a Argentina, isso é muito forte, porque a Argentina é, provavelmente, depois do Brasil, o país que tem uma ciência, uma base científica bastante volumosa. Então, existe, sim, muita interação.

Do ponto de vista de a Argentina assumir, como eu disse, a questão – e como foi perguntado – relativa a áreas ambientais, certamente a Argentina tem uma postura diferente, mas nós esperamos que ela caminhe no sentido de considerar também seguir o exemplo do Brasil, de uma agricultura mais moderna.

Quanto à questão do arado, é claro que o Rio Grande do Sul é um modelo. Basta olhar o censo agropecuário. Ele é um modelo de desenvolvimento agrícola para o País. Agora, se formos para o Nordeste, lá,

sem dúvida, existem muitos agricultores que não têm sequer dinheiro para comprar um boi para puxar um arado. Isso é verdade. E não são poucos. Então, difere completamente do Rio Grande do Sul nesse cenário. Então, quando eu falo que não tem arado, obviamente que não me refiro ao modelo do Brasil, que é o Rio Grande do Sul. Mas há regiões com uma pujança muito grande... Porque, imagine, se ele não tem um boi para puxar o arado e ainda produz alguma coisa, isso significa que é um segmento que tem muita pujança. Se você der um arado, ele vai fazer bastante coisa.

Então, é nesse sentido que nós precisamos utilizar e olhar esses dados do Censo Agropecuário e da pujança que esse segmento pouco produtivo tem no Brasil, utilizando um modelo de sucesso que nós temos, que é o Rio Grande do Sul e vários outros Estados também.

O senhor fez várias perguntas, e muitas delas eu ainda não lembro exatamente quais foram, mas acho que, basicamente, foram essas as perguntas. Depois, posso voltar se houver alguma... Mas vou passar para...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*) – O senhor poderia mencionar sobre as áreas degradadas também...

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Quanto às áreas degradadas, vou fazer um comentário geral, porque foi, na verdade, uma demanda de praticamente todos vocês.

O Senador Luiz Henrique perguntou sobre a questão dos biomas, de diferentes... S. Ex^a não está mais presente. E concordo que é possível, sim, a questão de se avançar. Os biomas foram limites que nós colocamos; não necessariamente são limites que existem e impõem barreiras. Você poder, eventualmente, estimular em outros segmentos... Não podendo fazer na área existente, você entrar para outros biomas, isso é bastante, ao meu ver, simples de ser feito. Apenas por uma questão de definição.

Eu acho que o que está em bastante discussão e, concordo, vai ser um ponto que merece bastante reflexão é a questão da recuperação. Por quê? Eu costumo dizer que o Código tem que ser visto e tem que ser feito com uma premissa de desenvolvimento exatamente por isso. O grande desafio do Código vai ser depois da votação; vai ser a operacionalização do Código. E a operacionalização do Código, em poucas palavras, vai necessitar de políticas públicas, de programas de governo que sejam interativos – e muitos deles já existem.

A questão que eu coloco – isso é uma sugestão bastante pessoal e me foi colocada pelo Senador Jorge Viana – é como se poderia operacionalizar isso. A minha proposta é que tem de haver uma iniciativa e uma

indução do Governo, um programa de recuperação. Agora, quem vai financiar isso? É o Governo sozinho? Não. O setor privado vai ter que entrar, o proprietário também. O proprietário, talvez indiretamente, através do ganho, permitir que faça o setor privado com estímulo financeiro – não só financeiro, mas de redução de impostos e de vários mecanismos existentes.

A operacionalização desse Código, no meu entendimento, vai passar por uma forte ação público-privada. Vai haver a necessidade de uma ação muito mais forte, de uma questão que nós sabemos, de décadas atrás, da relação público-privada, tão preconizada e tão pouco operacionalizada do ponto de vista de incentivos.

Essa seria, Senador Jorge Viana – e o Senador Moka colocou também a questão da recuperação, bem como o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique – uma questão de envolver o setor privado. Um programa de governo... Eu não acredito como que necessariamente o Governo vá fazer isso através de um programa que seja operacional na velocidade... Uma questão que me preocupa muito é a da intensificação, da velocidade com que vamos conseguir operacionalizar o Código. Isso é um fator muito importante, e, para mim, a questão de acelerar o processo vai ao encontro de um programa que estimule e que tenha, sim, a participação do produtor, do proprietário agrícola e do setor privado.

Em poucas palavras é isso. E o Estado vai ter que estabelecer um arcabouço que sustenta a operacionalização. Este, no meu entendimento, o grande desafio pós-votação do Código Florestal: nós viabilizarmos um arcabouço que sustenta operacionalizar todas essas questões.

Eu vou passar a palavra ao Prof. Ricardo e, depois, eu posso retomar. Para não me alongar, posso fazer outros comentários mais específicos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PDT – DF) – Passo, então, a palavra ao Prof. Ricardo.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado pelos comentários, pelas perguntas. Espero conseguir responde-las satisfatoriamente. Se eu esquecer alguma, peço aos Senadores que me lembrem.

A primeira questão me foi colocada pela Senadora Ana Amélia, a quem agradeço por tocar na questão dessa resolução em São Paulo. É um ponto interessantíssimo. Imagino que a senhora tenha sido assessorada para isso. E agradeço a quem fez isso, porque a resolução de São Paulo é exatamente o reflexo disso tudo que nós estamos discutindo. A resolução de São Paulo é uma discussão dos pesquisadores junto com a sociedade que restaura, junto com as pessoas que estão restaurando, que tinham insucesso nas suas ações de restauração. O insucesso era de 60%

nas iniciativas de restauração. Aí, todo mundo parou e disse: o que nós podemos fazer? Como a ciência pode nos ajudar a, efetivamente, aumentarmos as iniciativas de sucesso com a recuperação?

Para a senhora ter uma ideia, a primeira resolução foi em 2001. O Estado de São Paulo produzia, à época, 5 milhões de mudas de 30 espécies nativas. Em 2011, quando estamos na quinta edição dessa resolução, o Estado de São Paulo produz 60 milhões de mudas de 100 espécies nativas. Aumentamos a taxa de sucesso das restaurações de 40% para 80%. Esse é exatamente um exemplo.

Nessa resolução está muito claro, no seu primeiro item – quem assessorou deve ter lido –, que aceitam-se como métodos de restauração a condução da regeneração natural, a nucleação e, por último, o plantio total. O plantio total só deve ser feito nas áreas que foram tão degradadas historicamente que não têm nenhuma resiliência. Isso, se falamos de Brasil, estamos falando de aproximadamente 10% das APPs do Brasil. O resto – 90% – é como o Senador Blairo disse: efetivamente, essas áreas têm resiliência na Amazônia, no Cerrado... Eu mostrei aqui áreas com dois anos de abandono que já viraram capoeiras e têm resiliência de recuperação. A qualidade dessa recuperação futura vai depender de ações consequentes.

Por exemplo, se nós temos uma capoeira formada, qual é o processo agora? Vamos enriquecer essa capoeira se temos a perspectiva de conservar a biodiversidade. Esse é um papel do Estado: um programa de conservação de biodiversidade em capoeiras, enriquecendo capoeiras na perspectiva de conservação. Friso: esse é um papel do Estado. Deixar a capoeira é um papel do proprietário. Esse é um aspecto muito importante.

Então, o custo de deixar a capoeira –estamos falando do custo de isolamento – é aquilo que eu mostrei, sem inclusive, nesse caso, como na Amazônia e grandes áreas de cerrado, inclusive sem a necessidade de cerca, de isolamento com cerca, porque são áreas de alta resiliência. Com soja, com divisão de soja, logicamente não precisa de cerca. Estou falando de cerca na situação de pecuária.

Então, eu agradeço a questão.

Quanto à questão do custo que foi colocada, nós estamos trabalhando desde 2001. E o dado que imagino que tenha vindo é de 2001, qual seja, de R\$14 mil por hectare, que logicamente é proibitivo. Nenhuma usina de cana – e nós estamos falando de trinta usinas de cana dentro de um programa de adequação ambiental que fazem restauração de mata ciliar – tem um custo desses. E por quê? Porque elas coletam as suas sementes, produzem as suas mudas e implan-

tam as suas áreas dentro de uma perspectiva de funcionamento agrícola e ambiental da propriedade. Se você pagar R\$14 mil o hectare, certamente você está falando de alguém que foi punido por um desmatamento e, logicamente, tem que contratar um terceiro para recuperar em um ano. Os programas de recuperação de matas ciliares, inclusive estabelecidos na resolução, chegam a até 18 anos. Nós temos de ter 80 espécies no final do processo de restauração, que pode ser inclusive os 18 anos.

Então, talvez uma leitura mais atenta dessa resolução seja bastante interessante.

Quanto à segunda pergunta de V. Ex^a, eu agradeço muito, não pela especificidade da questão, porque falou de um laudo, que eu achei relevante pela importância do debate que nós estamos tendo, mas porque é a minha área de atuação. Há trinta anos que eu trabalho com isso e muito feliz. Mata Atlântica é o nome político; isso não existe. Mata Atlântica engloba pelo menos oito ou nove tipos de formação. Estamos falando de floresta ombrófila densa, floresta estacional decidual e cerradão. Cerradão é uma das categorias que entra no conceito amplo de Mata Atlântica. Eu não sei nem qual é o laudo exatamente a que a senhora está se referindo, mas desafio quem falou, porque eu trabalho com isso há trinta anos. Inclusive, no Estado do Senador Blairo Maggi nós descrevemos uma unidade vegetacional que estava no IBGE como “de transição”, exatamente na região do Tanguro, que é hoje chamada de Floresta Estacional Perenifólia. Isso não estava nem descrito como unidade fitogeográfica brasileira. Então, certamente, se eu classifiquei como cerradão é por causa das espécies que ocupam e certamente é cerradão. Então, não tenho nenhuma dúvida disso. Agradeço o seu comentário, porque é exatamente com isso que eu trabalho.

Sobre a questão do pagamento dos serviços ambientais, todos comentaram e eu vou fazer um comentário geral. Agradeço muito ao Senador Eduardo Braga, pois acho que o comentário dele foi muito interessante, muito pertinente para a questão da adequação do Código Florestal aos vários biomas.

Essa foi uma discussão que nós trouxemos aqui da primeira vez. Nós temos clareza de que o Código vigente, o atual, não trata adequadamente da particularização do Código para os biomas e, certamente, o substitutivo, o PLC 30 também não.

A adequação para cada bioma – e ela é necessária – logicamente depende de um tempo muito maior do que esse que estamos discutindo, de dois ou três anos, porque você vai ter que estabelecer uma ação diferenciada para cada bioma, uma ação diferenciada

para cada um dos ecossistemas dentro do bioma, o que foi muito bem comentado.

Um dado científico que é muito interessante e que nos levou a ter a tranquilidade nesse momento de não reforçar a importância de trabalhar com bioma é o de que, quando nós trabalhamos com cobertura florestal da paisagem agrícola – e vários trabalhos mostram isso –, o número de 30% de cobertura florestal para as formações – isso são dados da Mata Atlântica – e de 50% a 60% para a Amazônia – esses dois dados existem – são efetivamente os números mínimos, a partir dos quais há uma grande queda da biodiversidade remanescente, há uma grande perda de espécies.

Então, é muito interessante: se nós pensarmos em 30% para a Mata Atlântica, que é exatamente o limiar, se você falar em 20% de reserva legal e mais algo em torno de 8% a 10% de área de preservação permanente, é exatamente o número de cobertura florestal que você tem. E é exatamente esse número. Quer dizer: para todas as formações florestais do bioma Mata Atlântica, esse número, o cumprimento do Código atual, estaria muito adequado. E, para a Amazônia, essa discussão entre os 50% e os 80%, também atende aos dados científicos, em função do que se conhece hoje, que seriam coberturas adequadas já que são áreas de menor aptidão agrícola.

Então, nessa questão, o que nós consideramos? Isso que foi muito bem comentado pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Eu acho que o Senado e a Câmara têm de ter essa responsabilidade de um aperfeiçoamento pós-Código, exatamente para continuarmos tendo tempo para fazer essas adequações que sejam necessárias e, logicamente, votar agora, desde que não comprometam essas adequações no futuro. Essa é uma questão que tem de ficar muito clara, ou seja, votar um código numa situação mais ampla que nos permita, no futuro, adequar para cada um dos biomas.

Uma das questões que foi colocada pelo Senador Eduardo Braga e também pelos Senadores Luiz Henrique e Blairo Maggi, a da compensação da reserva legal em outro bioma, é uma questão para a qual eu gostaria que vocês estivessem muito atentos, porque, se nós abrirmos a questão da compensação da reserva legal, como está sendo proposto, tirando dos quatro módulos e tirando a compensação no bioma, ficou muito claro, nos dados, que o nosso déficit de reserva legal de 45 milhões cai para 13 milhões – e esses 13 milhões na Amazônia. Todos os outros biomas não têm mais déficit de reserva legal. Com isso, nós acabamos com o mercado da compensação, acabamos com tudo isso que foi comentado, que o Senador Eduardo Braga comentou, que o Senador Rodrigo Rollemberg

comentou: se não houver demanda, logicamente não há compensação.

O pequeno agricultor vai ter apoio de ganhar aqueles R\$800,00/hectare/ano, fazendo restauração, se ele for induzido para essa compensação. Se não houver o mercado da compensação, nós vamos continuar com a pecuária rendendo R\$200,00/hectare/ano.

Então, esse mercado da compensação é um mercado interessantíssimo, inclusive do ponto de vista da distribuição de renda, que pode ser valorizado. E por isso nós abrimos essa perspectiva: você faz isso na microbacia... Tem na microbacia? Tem". O que você considera nessa compensação na bacia ou na microbacia? Tem fragmentos de floresta para compensar? Não; não tem. Tem áreas de baixa aptidão agrícola para compensar? (E para isso temos vários mecanismos para apontar essas áreas.) Tem. Então, a compensação é nessas áreas de baixa aptidão agrícola, distribuindo renda inclusive. Não, não tem isso. Abre para o bioma.

Por que eu nem discuto a questão de outro bioma? Porque não vai ser necessário isso. Esse mercado não chegará a esse outro bioma, a não ser que se queria facilitar mesmo, porque, assim, acaba-se com o mercado de uma vez. É lógico que, se eu sou usineiro em São Paulo ou em Pernambuco, vou compensar em uma área da Amazônia e, logicamente, não vou precisar compensar, porque não foi criado nenhum mercado de compensação.

Então, chamo atenção para isto: nós estamos em um belíssimo momento para estabelecer uma política agrícola e uma política ambiental, e o mercado da compensação da reserva legal é um excelente mecanismo para tanto, inclusive para distribuição de renda. Por isso não consideramos a possibilidade de um outro bioma.

Quanto à questão colocada pelo Senador Blairo relativa ao custo tanto da restauração da reserva legal como de custo de restauração da APP, isso precisa ficar muito claro. Precisamos quebrar esse paradigma definitivamente. Tem havido, inclusive no Senado, alguns números absurdos. Falou-se em três, quatro PIBs brasileiros para a adequação ambiental. Isso não existe. Se tivéssemos de plantar 100% das nossas APPs e 100% das nossas reservas legais, o Brasil teria, pelo menos, cinco ou dez vezes mais tempo de ocupação do que tem.

Então, felizmente – talvez até pelo Código de 1965 –, temos, em nossas áreas naturais, uma grande resiliência e muitas delas vão se recuperar só pelo seu isolamento. Foi comentado aqui, por pessoas que tiveram várias experiências – isso é real –, que, se pararmos de usar as APPs, pararmos de usar as áreas de baixa aptidão agrícola, para compensação da re-

serva legal, essas áreas, na maioria das vezes, vão se restaurar. Talvez com uma qualidade menor do que a que gostaríamos, mas a qualidade é estabelecida em um programa estadual, em um programa federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Professor, permita-me um aparte. Parece-me que, inclusive, já há uma resolução do Conama que reconhece o tratamento para regeneração como...

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – O termo real para isso, o termo é técnico, é “restauração passiva”. Por favor, lembrem-se desse termo. “Restauração passiva” é parar de perturbar a área para deixar que ela se regenere naturalmente. Quanto a enriquecer essa área no futuro, isso depende de conhecimento científico, de mudas. Só que estamos falando em plantar 1.800 mudas por hectare. Para plantar 50, 100 mudas por hectare, certamente, o custo é muito inferior, se a proposta for conservação da biodiversidade ou se a proposta for aproveitamento econômico. Podemos, inclusive, criar capoeiras e, no futuro, enriquecê-las dentro da perspectiva de aproveitamento econômico, como foi comentado, como estamos fazendo em Paragominas, no Pará.

Então, a perspectiva do custo da restauração precisa ser muito mais claramente discutida. Falo isso por quê? Não falo à toa. Acabou de acontecer, no México, o Congresso Mundial de Restauração Ecológica. Ele aconteceu em Mérida, há um mês. Eram mil participantes, as maiores autoridades do mundo. Havia 150 brasileiros. A comissão do Brasil foi reconhecida com a de melhor tecnologia de restauração do mundo.

Temos a melhor tecnologia de restauração do mundo porque temos o Código Florestal atuando desde 1965. Os países que não têm código florestal estão desesperados para aprender a fazer restauração, inclusive com o Brasil.

Esse é um aspecto para o qual peço pelo amor de Deus que não deixem de usar esses números de custo de restauração para impedir o cumprimento do Código Florestal. Isso realmente é ruim.

Dentro das colocações do Senador Jorge Viana – que foram muito interessantes – gostaria de ressaltar uma delas. Esta Casa sempre recebeu a ciência com muito carinho. Eu agradeço, em nome da SBPC e da ABC, o carinho com que fomos recebidos aqui em todas as comissões e também a oportunidade que nos tem sido dada.

V. Ex^a comentou uma questão muito forte quanto ao desconhecimento. Falar que a ciência hoje tem resposta para tudo é mentira, não é verdade. Mas temos vários caminhos para chegar a essa resposta. Inclusive caminhos que podem ser financiados.

Quanto à restauração, o Senador Blairo citou um fato interessantíssimo. Muito recentemente, em função dessa resolução de São Paulo, em função desses custos de restauração de São Paulo, alguns técnicos de São Paulo foram contratados pela empresa que trabalha dentro da reserva indígena, o ISA.

Hoje o ISA desenvolve uma metodologia de restauração de mata ciliar, que o senhor de conhecer, com plantio de sementes de nativas em plantadeira de soja. Colocam sementes dentro da plantadeira de soja e saem plantando sementes de nativas como se estivessem plantando soja.

Isso está mais do que divulgado. Há vários vídeos sobre isso. Vale a pena conhecer para mostrar os avanços que estamos fazendo em restauração e, logicamente, com redução de custos.

Então, essa questão que é colocada é real, assim como temos a questão da tecnificação na Amazônia. Há desconhecimento da tecnificação da pecuária na Amazônia, mas certamente temos de avançar nesse conceito.

A questão colocada do desconhecimento... O que não podemos é ter uma política agrícola sustentando esse desconhecimento e colocando assentados na fronteira agrícola exatamente na região onde não temos conhecimento. Se o assentado na Amazônia der certo é porque ele é um herói, porque tem tudo para não dar certo.

Essa é a perspectiva. Esse cara é irregular ambientalmente? Quem disser isso é um louco. Concorro plenamente. O proprietário rural não é o culpado de nossa irregularidade ambiental; a nossa irregularidade ambiental é falta de política agrícola e falta de cumprimento da política ambiental. O proprietário é só fruto de tudo isso. Então, logicamente, não podemos colocar o proprietário rural. Isto eu gostaria de deixar muito claro na posição da SBPC e ABC: ninguém na SBPC e na ABC propõe – uma colocação feita pelo Senador Jorge Viana – que nós restauremos com florestas nativas áreas altamente produtivas ou de alta aptidão agrícola. Ninguém propõe isso. A nossa proposta é muito clara: restaurar as APPs, as áreas de preservação permanente pelos papéis ecossistêmicos que ela tem, conservar as florestas que sobraram na paisagem agrícola, interligar essas duas coisas – você está falando de interligar com corredores ecológicos, a reserva legal que está fora da APP com a APP, o que a gente chama de corredor ecológico –, e se isso não chegar ao número do cumprimento, vem a proposta da compensação. Então compensação nessas áreas de menor aptidão agrícola.

Essa é uma questão muito clara para a gente. Essa compensação exatamente feita dentro dos moldes de que estamos falando.

A questão de custo. Tem custo? Essa compensação é para aproveitamento econômico? Então, quem estiver fazendo a compensação vai pagar parte desse custo porque vai fazer o aproveitamento econômico.

Essa equação hoje está praticamente resolvida. Se a agente pensar no custo da restauração e pensar nesses mecanismos de pagamento de serviços ambientais, nós vamos precisar de financiamento, como foi comentado, na verdade, para pequeno e médio agricultor, porque os grandes já estão se equacionando nessa perspectiva.

Essa é uma questão que devemos discutir muito fortemente. Estamos falando aqui de um recurso financeiro e técnico para pequeno e médio agricultor. Estamos falando de um recurso técnico para grandes produtores, porque esses se não resolveram o problema foi porque não tiveram acesso ao conhecimento para resolvê-lo, porque a grande maioria já está resolvendo através de programas de consultoria como acontece..

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – E os grandes estão sendo empurrados pelo mercado. O mercado está fazendo com que ele faça isso.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Exatamente. O mercado de certificação está fazendo isso. Nós temos de equacionar, na verdade, a sustentação para o pequeno, dentro da perspectiva de dar aproveitamento econômico a essas áreas, lógico que isso é financiado porque são todas sustentáveis economicamente, como mostrei para restauração de pasto, ou seja, se tivermos um financiamento do BNDES para restauração de reserva legal dentro de uma perspectiva de quinze a vinte anos de carência com trinta anos para pagar, isso é tranquilamente pagável. É uma equação econômica que fecha tranquilamente. Acho que isso é mais interessante do que, por exemplo, financiar estrada para Evo Morales.

Essa é uma perspectiva que eu acho bastante interessante de uma política.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cancelaram ontem. (Risos.)

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Dentro disso acho que essa equação está muito tranquila. Não tenho essa preocupação. Acho que o Senador Blairo colocou muito bem. Acho que nós não devemos nos firmar nessa questão da discussão do Código Florestal pela questão de custo. Eu acho que isso... Se nós adotarmos, se o Código Florestal adotar que todas as áreas de APPs vão ser abandonadas a partir de amanhã e que todas as áreas de baixa aptidão agrícola vão ser abandonadas a partir de amanhã, certamente,

daqui a 10 anos, o mundo vai agradecer a vocês por esse serviço.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Professor, V. S^a me permite?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Essa é uma questão que... Só retornando: as áreas, efetivamente, onde é preciso plantio de mudas são as áreas que foram extremamente degradadas. Nós estamos falando de situações muito específicas na Mata Atlântica, situações muito específicas em alguns ambientes, mas nessas, efetivamente, nós temos de aplicar o conhecimento que existe ou gerar novos conhecimentos que ainda não existem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para fazer um registro: o senhor deve ter acompanhado o programa MT Legal, não é? Com toda certeza, conhece-o de perto e, talvez, por dentro, não é?

O programa MT Legal, que foi desenvolvido no Mato Grosso, prevê, e já foi feito, que todos os produtores de soja, de pecuária e os de cana, que não é muita coisa o que temos no Estado, enfim, as atividades agrícolas... Os produtores assinaram com o Governo – na época, eu era o Governador – um termo pelo qual todas essas áreas seriam abandonadas, quer dizer, deixariam de lado, e já foram demarcadas e deixadas de lado.

Então, o processo já vem acontecendo na regeneração de quem entrou para o programa MT Legal, que é, basicamente, o programa que a gente está discutindo aqui, de recuperação através desse Código.

Então, nós temos um exemplo.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Esse programa MT Legal surgiu em quatro cursos. Nós fizemos esse laboratório, como a Senadora Ana Amélia citou, com o pessoal da Sema no Mato Grosso. Na verdade, o programa saiu como um dos produtos desse curso e foi muito interessante, porque é isto que o senhor falou: aqueles que já adotaram já têm quase a regularização de sua posse.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente, já estão dentro do sistema de regularização.

Então, só dar como exemplo, eu acho que se a Comissão, alguns membros da Comissão tivessem interesse ou se têm interesse em conhecer como isso funciona na prática, nós poderemos levá-los a Mato Grosso. Tem “n” propriedades que já têm o registro, já têm o seu certificado de regularização, estão em processo de regularidade, e dá para se conhecer como será no futuro. Nós temos, há praticamente três anos ou quatro anos, funcionando isso no Mato Grosso.

Agora, eu queria, se o senhor pudesse me dar uma ideia... Eu tenho defendido muito, na questão das APPs, que nós não mexamos com os pequenos pro-

dutores, que estão na sua agricultura familiar, enfim, que estão, ali, radicados há muito anos, na questão das APPs.

Eu acho que a gente está discutindo o Código Florestal, está discutindo a questão do meio ambiente e me parece, e eu disse isso na última reunião que nós tivemos, que nós estamos esquecendo um pouco o homem. Simplesmente chegar, hoje, e tirar todo mundo de lá – “Está errado, vai embora” – é criar um problema social muito maior que o problema ambiental.

Então, eu gostaria de entender um pouquinho o que a universidade, o que vocês pensam disso.

Eu defendo a ideia de que nós podemos deixá-los lá até os quatro módulos, ou qual for o número que a gente buscar, e, a partir disso, criar um programa com mecanismos financeiros ou fiscais para que, com o tempo, eles possam sair voluntariamente. Se eles não quiserem sair, que fiquem lá. Nós temos gente morando nas beiras dos rios, lá em Cuiabá – e, certamente, lá no Acre e em tantos outros lugares –, há 200 anos, 300 anos. E como é que a gente vai lá e tira esse cidadão, hoje, de lá?

Quer dizer, nós não podemos, simplesmente, em nome do meio ambiente, da questão ambiental, esquecer o homem, porque acho que em primeiro lugar, em tudo isso, está o homem. E nós estamos falando de agricultores, de ribeirinhos, de pessoas simples que não têm outro caminho a não ser ficar ali.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Concordo plenamente, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes, porque, aí, você poderia fazer uma fala final, eu tinha pedido também, e acho que vocês, nessa quantidade de solicitações, um comentário sobre a importância de fazermos, claramente, uma separação entre a produção familiar ou a pequena propriedade no trato das questões, principalmente vinculadas a passivo. Eu não estou falando de novo regramento – a exigência, daqui para frente, é uma coisa –, mas a situação que nós temos de passivo.

A última é em relação à separação, no próprio texto da lei: tratamento de disposições transitórias para tratar do passivo e das permanentes, para que a gente possa ter duas coisas: uma lei que esteja de fato valendo e não contaminada para trazer novos danos ao meio ambiente, como nós tivemos até aqui e também encontrar uma solução para que o meio ambiente comece a ganhar o que perdeu no passado. Esse é um comentário importante.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Sim, eu achei – se eu entendi bem essa colocação das transitórias e das permanentes – a ideia excelente porque, efetivamente, são duas questões. Uma história de po-

lítica agrícola mal feita, uma história de falta de cumprimento de política ambiental, é a realidade do Brasil.

Então, hoje, qualquer propriedade na Amazônia que for aberta hoje vai ser aberta irregularmente. Por desconhecimento? Lógico que não. O Código Florestal está aí, está sendo discutido, está na mídia. Se abriremos hoje uma propriedade vai ser por quê? Porque a política de financiamento de abertura até hoje, pelo BNDES, inclusive, é com fogo. E não tem como fazer planejamento agrícola nem ambiental com fogo na abertura. Você não tem como falar: “Para na mata ciliar ali 30 metros, pula 60 e não tem”. Então, áreas de baixa aptidão agrícola já são degradadas nessa perspectiva. Quer dizer, resolver esse passivo – acho interessante isso – é permanente para que nós tenhamos políticas para que as novas propriedades não sejam abertas de novo com irregularidade, gerando mais passivo no futuro. Então, isso é um exemplo típico do Xingu. O Xingu é um exemplo típico. Certamente, a abertura do Xingu nesses últimos 10 anos, se fosse pensada hoje com a certificação, com a questão das demandas de mercado, certamente seria diferente. Nós estamos hoje investindo na recuperação do Xingu o que a gente desmatou nos últimos 5 anos. Com certeza, não tem recurso no mundo que vá acabar com isso. Cinco anos depois você tem que recuperar o que você desmatou cinco anos atrás, nós vamos ficar nesse ciclo o resto da vida.

Então, isso eu acho interessantíssimo resolver, porque aí resolve o passivo e não deixa criar novos passivos dentro das permanentes. Acho a ideia maravilhosa e, certamente, vai dar um grande diferencial nessa proposta do Código Florestal.

Quanto à questão da agricultura familiar, que foi comentada, já há dados para isso. Há vários dados para isso e esse foi, inclusive, um dos nossos diferenciais de apresentação no México.

O que nós não podemos deixar acontecer e que está acontecendo é um pequeno agricultor como esse, da agricultura familiar, estar com pecuária ou estar produzindo cana. Se vocês forem hoje na Associação de Produtores de Cana de Pernambuco, 90% da Associação de Produtores de Cana de Pernambuco – e estou falando de 12 mil associados – são pequenos agricultores de assentamento rural, assentados. Assentado produzir cana? Isso não é econômico nunca. O cara tem um rendimento de R\$300, R\$200 por hectare, que não é econômico nunca. Por quê? Porque ele não tem outra alternativa. Ou ele produz cana ou ele morre de fome. Então, se a gente conseguir, numa política de diferenciar a produção desse agricultor como, por exemplo, sistemas agroflorestais na APP, que já é possível, inclusive, no Código Florestal atual, através de uma resolução Co-

nama, você vai dar o diferencial para aquele pequeno agricultor parar de produzir milho, parar de produzir... Isso, logicamente ele vai precisar de recursos para isso, ou de uma política para isso. Nós precisamos ter uma política agrícola e ambiental para isso.

Então, o pequeno agricultor pode certamente ocupar as áreas de preservação permanente com sistemas agroflorestais, trazendo a diversificação da produção. Não podemos deixar o pequeno agricultor produzindo milho, competindo com o grande produtor ou produzindo cana, competindo com usina de cana, ou produzindo pecuária em 10 hectares, o que, certamente, não dá nenhum retorno econômico.

Então, isso de novo não é problema ambiental, é problema de política agrícola. Então, certamente os pequenos agricultores – e foi isso que a gente comentou na SBPC e na ABC – os pequenos proprietários... E aqui, se tem que haver uma modificação da lei sobre agricultura familiar, talvez tenha que ter, mas a nossa tendência é de usar a Lei de Agricultura Familiar, a definição de agricultura familiar para diferenciar esses pequenos agricultores, que são esses que efetivamente dependem da propriedade. Porque, senão, vamos diferenciar um chacareiro em São Paulo, um médico em São Paulo que tem chácara em outros lugares.

Então, essa é uma questão que nós precisamos conseguir diferenciar. Mas esse, certamente, tem que ter um diferencial, não de política ambiental, mas de política agrícola e ambiental.

Essa é a proposta da SBPC.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Professor Ricardo, o senhor falou: “Nós estamos fazendo um trabalho de reposição em Paragominas”. Quando o senhor fala “nós”, é a Esalq, qual entidade?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Na verdade, é um projeto que vale a pena ser conhecido por vocês, tal como esse da Tanguro, que também vale a pena. É um projeto da Prefeitura Municipal de Paragominas, juntamente com o Sindicato Rural de Paragominas. Seria muito interessante vocês trazerem aqui o Prefeito Adnan e o Presidente do Sindicato, que é o Mauro Lúcio. São os dois da terra. O Mauro Lúcio é um produtor de pecuária de altíssima tecnologia, que viu a pecuária se acabar no Município. Eles propuseram o que se chama “pecuária verde” no Município, um programa que tem apoio da TNC, do Fundovale, do meu laboratório, na área ambiental, e do laboratório do Professor Moacyr Corsi, na área agrícola. Então, é um projeto institucional tocado pela Prefeitura e pelo Sindicato Rural.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com apoio técnico do laboratório que V. Sª preside.

Pedindo licença ao nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, nesta reunião que está se aproximando do en-

cerramento, agradeço a presença dos empresários que são líderes, Vice-Presidente da Fecomércio, do Rio Grande do Sul, o Itamar, o Nélson, o Ibrahim e também o Charles, que é da Assessoria Parlamentar. Apenas quero mostrar a eles o que é o dilema de todos os Senadores desta Casa. Aqui está se debatendo o Código Florestal, que é um tema vital não só para o Rio Grande. Os Presidentes das Comissões, Senador Rodrigo Rollemberg, do Meio Ambiente; Senador Eduardo Braga, da Ciência e Tecnologia; Senador Luiz Henrique, Blairo Maggi, Jorge Viana, Paulo Davim e todos que estiveram aqui, o dilema é que, aqui do lado, a Comissão de Assuntos Econômicos discute a Lei Geral do Simples, que é um tema crucial também para os empreendedores. Então, ficamos divididos, na escolha de Sofia entre a questão ambiental, que é crucial, e a questão do interesse dos empreendedores.

Cito a presença de vocês aqui para verem um pouco o drama que vivemos nesta Casa com o acúmulo de trabalho, não podendo atender a todos como gostaríamos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E também a mobilização pela emenda nº 29 em frente ao Palácio, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É outra coisa a que me comprometi estar presente. Obrigada, Senador Paulo Davim, médico, comprometido com as questões de saúde. Muito obrigada. Presidente Rodrigo Rollemberg por essa concessão desse aparte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Cumprimento V. Exª.

Agradeço, de forma muito especial, aos convidados, ao Dr. Elíbio, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências, Professor Doutor Ricardo, representando a ESALQ. Tivemos mais um debate de altíssimo nível e de contribuições importantíssimas aos nossos Relatores na proposta que vão encaminhar às diversas comissões temáticas em que o Código ainda vai tramitar: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Agricultura e, finalmente, a Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Muito obrigado pela presença de V. Sªs.

Antes de encerrar a reunião, quero colocar em apreciação a ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a ata conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Agricultura e Ciência e Tecnologia permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA E 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTE e RODRIGO ROLLEMBERG, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANTONIO RUSSO, ARMANDO MONTEIRO, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA, WILSON SANTIAGO e ZEZE PERRELLA. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CRA, CREPAFF, CDRAM e CMA, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 60, de 2011-CRA aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 4, de 2011-CREPAFF; Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença dos seguintes convidados: Deputado Mecias de Jesus – Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís Schafer – Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE; Deputado Freire Júnior – Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO; Deputado Ribamar Araújo – Representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO; Deputado Manoel Pioneiro – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; Deputado Hélio Soares – Representan-

do a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): RODRIGO ROLLEMBERG, BLAIRO MAGGI, ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, JAYME CAMPOS e REDITARIO CASSOL. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Alvaro Araújo Sousa, Secretário da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão Permanente da Amazônia e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Mozarildo Cavalcante**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 15ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 60, de 2011-CRA, aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 4, de 2011; Requerimento nº 17, de 2011; e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), com a presença de vários convidados, representantes do Parlamento Amazônico.

Senhoras e senhores, a importância da consulta popular é ouvir os diversos setores da sociedade nas audiências realizadas pela CRA.

Ao início dos debates com relação à reforma do Código Florestal Brasileiro, nós realizamos as audiências públicas somente na Comissão de Agricultura. Depois, nós convidamos a Comissão de Meio Ambiente, para que façamos as audiências sempre em conjunto, para que nós possamos ouvir toda a sociedade brasileira, ou todas aquelas pessoas que queiram dar a sua opinião, a sua sugestão e contribuir para que o nosso trabalho, o trabalho dos nossos relatores – Relator na Comissão de Agricultura, Luiz Henrique – possam ter a tranquilidade para fazer um trabalho positivo com relação à reforma do Código Florestal brasileiro.

Já foram realizadas audiências em Esteio, no Rio Grande do Sul; em Curitiba, no Paraná; em Chapecó, em Santa Catarina; e em Ji-Paraná e Vilhena, no Estado de Rondônia. Nesta semana, estivemos na Fiesp, em São Paulo, debatendo o Código Florestal.

Em Vilhena, diante de um auditório lotado, estivemos presentes com o Senador Reditario Cassol e apresentamos um depoimento gravado em vídeo pelo Senador Luiz Henrique. Encontramos uma plateia muito preocupada em obter mais informações sobre a tramitação do projeto de lei do Código Florestal brasileiro, em saber qual o impacto do mesmo em suas atividades produtivas e querendo manifestar a sua opinião.

A grande preocupação com relação à reforma do Código Florestal é, a nosso ver, a questão amazônica, a Região Amazônica. Nós todos sabemos que 60% da área territorial brasileira são constituídos pela Floresta Amazônica.

Nós entendemos que uma lei única para gerir ou para administrar toda a Floresta Amazônica é um contrassenso. Nós entendemos que temos de cuidar e tratar da Amazônia com as diferentes peculiaridades de cada região. Os Estados têm as suas diferenças de migração, de formação de floresta, as suas bacias hidrográficas têm uma diferença muito grande, ou seja, Rondônia é diferente de Mato Grosso, que é diferente de Roraima, que é diferente do Acre, que não é igual ao Amazonas, e que não é igual a Roraima também.

Portanto, nós temos de estudar todas as necessidades dessas regiões.

Essa foi a discussão que nós tivemos em Vilhena e essa também foi a discussão que nós tivemos na Fiesp, em São Paulo, porque muitas pessoas aqui da região Sul e da Centro-Oeste imaginam o seguinte: “Vamos resolver o nosso problema, vamos deixar como está aqui, na região Sul, e a Amazônia que fique em pé. A Amazônia pode ficar intocada.” Não é bem assim. Nós temos regiões da Amazônia que podem ser

exploradas sem ter que haver desmatamento. Temos regiões na Amazônia que não podem ser mexidas; são intocadas; são regiões que, se forem derrubadas, com certeza, vão virar um deserto. Temos regiões que são muito alagadas na época das chuvas. Essas regiões também não podem ser mexidas. Não poderá haver a transformação de reserva em áreas produtivas, porque jamais serão produtivas. Portanto, a nossa Amazônia é muito grande.

Eu dizia para colegas, nesta semana, que o Brasil ainda tem de conhecer a Amazônia. O Brasil não conhece o potencial e as diversidades que temos na Amazônia: potencial de produção agrícola, produção de produção do extrativismo e, o que é principal, o potencial do ecoturismo na Amazônia. O mundo inteiro fala da Amazônia, mas não conhece a Amazônia. O próprio brasileiro fala da Amazônia, mas não conhece. Não se conhece, porque não se tem infraestrutura turística para recepcionar as pessoas que querem conhecer a Amazônia. O mundo quer conhecer a nossa Amazônia. Portanto, precisamos conduzir a situação, nos próximos anos, para que a Amazônia tenha uma infraestrutura que possa recepcionar os turistas, como temos na Amazônia da Venezuela, na Amazônia do Peru, países vizinhos que já têm essa infraestrutura que recepciona turistas americanos e europeus que querem conhecer a Amazônia, sem destruir a floresta. Muito pelo contrário. Nós, amazônidas, sabemos muito bem a importância que a Amazônia tem para nós. É evidente que a Amazônia é importante para o Brasil e para o Planeta, mas ela é importante para nós, que moramos na Amazônia. Portanto, não queremos destruir a floresta amazônica. Pelo contrário. Queremos preservar as nossas florestas e, acima de tudo, queremos preservar as pessoas que moram lá, as pessoas que deixaram as suas áreas, as suas famílias nos anos 70, nos anos 80 e foram desbravar a Amazônia.

Tivemos um depoimento, Senador Blairo Maggi, de uma pessoa, em Vilhena, que contou a sua história. No final da década de 70, ele saiu do sul do País, foi para Vilhena e entrou mato adentro com cacaio nas costas – as pessoas não sabem o que é cacaio, mas cacaio é uma mochila – que, contando ele, pesava em torno de 40 quilos, com mantimentos mais a foice e tal. Ele entrou mato adentro, andando 40, 50, 60, 80 até 100 quilômetros a pé, para conseguir chegar ao seu lote e fazer aquele clarão, para construir o seu barraco e, posteriormente, a sua casa, levar a sua família e tornar aquela área produtiva, enfrentando malária, febre, as adversidades da região amazônica, chuva, sol e tudo mais. Hoje, ele não pode mais atuar, não pode mais produzir, porque a lei diz que ele pode pro-

duzir somente em 20% da sua área. É uma situação bastante complicada.

Precisamos e estamos debatendo esse assunto junto com os demais Senadores e os nossos relatores, para que possamos ajudar essas famílias. Essas famílias...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, e o Senador Jayme Campos, que está na bancada comigo.

O que V. Ex^a está colocando é a realidade do que nós vivíamos e vivemos na Amazônia. Quando falo vivíamos, refere-se à questão da ocupação. As pessoas, desde a época da borracha, foram incentivadas a ir para aquela região. Obviamente, na época, tinha-se permissão para se ocupar 50% dos terrenos naquela região...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, desculpe-me, Senador, mas a permissão era de 75%. Até 1973.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, vou corrigir aqui: 75%. Mas, quando a grande ocupação do Estado de Rondônia chegou, as pessoas foram para lá com uma designação de poderem abrir aquela região. A grande maioria dos brasileiros já ouviu isso. Quer dizer, tínhamos que integrar a Amazônia para não entregá-la aos interesses internacionais. Lembro-me de que, da região de onde eu vim, de onde V. Ex^a veio, da região oeste do Paraná, milhares e milhares de pessoas foram para aquela região. Para muitos deu certo, e muitos erraram na sua ida e acabaram voltando ou perdendo a sua vida ou a sua juventude no meio da floresta.

Então, na lei da ocupação da época e na lei de hoje, há uma diferença bastante grande. E o que temos debatido aqui, nesta Comissão, na questão do Código Florestal, é para que a sociedade brasileira entenda que não podemos retirar o direito adquirido daquelas pessoas que foram para lá na década de 70 e na década de 80.

Em nenhum momento, nesta Comissão, nenhum dos Senadores, nem da Amazônia, nem de outra região, trouxe qualquer notícia, qualquer comentário sobre a possibilidade de sairmos dos atuais 20% permitidos para voltarmos aos 50%. Pode ser que ainda apareça, agora, nas emendas que vão ser apresentadas, mas, nas discussões que fizemos aqui, nenhum dos Sena-

dores da Amazônia ou de outros Estados, pelo que vi até agora, qualquer manifestação nesse sentido.

Portanto, quando fizemos aqui a defesa de que temos que preservar o meio ambiente, também temos que preservar o homem no meio ambiente. Para mim, em primeiro lugar, está o homem. Então, quando tenho defendido que as coisas devem ser legalizadas a partir da lei em que ele foi estimulado para ocupar o seu terreno, quer seja em Rondônia, em Mato Grosso, no Amazonas, no Acre, no Amapá, no Pará, no Tocantins, em qualquer um dos Estados que estão aí colocados dentro da Amazônia, essa é a defesa, e a defesa dos pequenos agricultores, principalmente, daqueles que vivem nas margens dos rios, daqueles que estão ali há dezenas de anos vivendo em harmonia com o meio ambiente, porque não creio, não acredito e não vejo que uma pessoa que tem uma casa pequena ou, muitas vezes, um rancho, vive na beira do rio, vive da pesca, vive da agricultura de subsistência esteja fazendo qualquer agressão ao meio ambiente. Ela está em harmonia com o meio ambiente.

E essas coisas, às vezes, percebemos aqui, nas nossas comissões, não tanto dos Parlamentares, dos Senadores, mas muito mais daqueles que vêm a esta Comissão para falar, principalmente daqueles que vivem nas cidades, não têm o conhecimento da prática do que é viver na floresta, viver no campo, e conhecem pela teoria. Então, há uma diferença bastante grande.

Eu tenho feito essa defesa intransigente de que não podemos, pela lei que vamos votar, fazer uma mudança radical na vida de milhares e milhares de pessoas que vivem no interior deste Brasil. É isto que temos que respeitar, Sr. Presidente: dar a eles a oportunidade de lá permanecerem.

E faço uma analogia que já foi feita aqui, nestas comissões, e já a fazia antes de chegar ao Senado Federal. As cidades, Senador Rodrigo Rollemberg, também mudam as suas leis, também mudam o código de postura, também mudam e, em determinadas regiões das cidades, não se permite mais, a partir de um ano ou de uma data, conforme a lei municipal, construir prédios acima de seis ou 10 andares, por exemplo. Ou, às vezes, não pode nem construir prédio em determinada área. Agora, não vi ninguém, não vi um promotor público, não vi ninguém do Ministério Público ir lá e mandar derrubar um prédio que já havia sido construído no período antes da mudança da lei, quer seja ele de seis, 10, 12 andares. Não. Na cidade, é respeitado o direito adquirido do cidadão. Por que no campo não podemos também dar o direito adquirido com suor e trabalho da pessoa que vive lá?

Então, são esses pontos que estamos discutindo aqui, no Código Florestal. Estou fazendo aqui só um

preâmbulo das nossas discussões de hoje, já que não vamos receber aqui praticamente todos os Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil. Eles estarão aqui – já confirmaram as suas presenças –, e poderemos ouvi-los, eles que são aqueles que têm o direito e a obrigação da defesa do povo de cada Estado. Hoje vamos ouvir, tenho certeza, opiniões importantes sobre a questão ambiental.

Quero crer que as nossas discussões no Senado estão indo por um caminho tranquilo, correto; mas temos que diferenciar grande produtor de pequeno produtor; pequena propriedade de grande propriedade; cidades de interior; e, principalmente, como disse antes, o modo como as pessoas vivem, além de dar oportunidade àqueles que estão errados, que estão fora da legislação, de virem para dentro dela, obviamente atendendo a todos os quesitos e requisitos que a lei estabelecerá para que ele possa fazer isso.

Então, Sr. Presidente, quando o senhor traz o relato de Rondônia, eu digo que esse é o relato do Brasil, porque a Rondônia de 1970 é o Oeste do Paraná de 1950; é o Sul do Brasil; é o Rio Grande do Sul, Caxias do Sul da década de 30, de 20, quando da chegada dos italianos.

Então, não há condições de fazer o que muitos ambientalistas querem, ou seja, simplesmente fechar tudo isso e deixar, novamente, a vegetação, a natureza voltar a sua forma original. Para tanto, nós teríamos de ir embora daqui. Entregar o País. Chamar o Cabral e entregar o Brasil a ele, pra que ele possa entregá-lo para os índios, e buscarmos um novo lugar para ir. Como isso não é possível, temos de achar um jeito de conviver. E vamos encontrar, aqui no Senado, uma forma correta de fazer essa legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com relação às emendas, eu aproveito a oportunidade, Senador Blairo, Senador Jayme, Senador Moka, Senador Rodrigo, para pedir o apoio de V. Ex^{as}.

Nós estamos estudando uma emenda no sentido de que nos Estados, Senador Moka, que tenham reservas acima de 50%, o Governo possa fazer as alterações de acordo o zoneamento ecológico e econômico de seus Estados, e não fiquem engessado em 80 por 20 ou em contrário, mas que o Senado possa ter a liberdade de fazer o zoneamento e colocá-lo em prática. Em algumas regiões de nosso Estado, podem-se desmatar 80%; em outras, não se pode desmatar nada. Cientificamente, isso pode ser comprovado através do zoneamento.

Então, essa emenda está sendo preparada e eu, antecipadamente, peço apoio dos meus pares, principalmente, aos da região Amazônica.

Neste momento, passo a palavra ao nosso colega Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, que tem feito um trabalho muito importante à frente da Comissão de Meio Ambiente e a tem conduzido de uma forma muito exemplar, muito imparcial, com relação ao interesse da população brasileira.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão de Agricultura, cumprimentar o Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, que nos honra com sua presença, também o Deputado José Luis Schafer, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Gostaria de convidar V. Ex^a para compor também a nossa Mesa aqui. E cumprimentar, de forma muito especial, os nossos Senadores da Amazônia aqui presentes, Reditario Cassol, Jayme Campos, Blairo Maggi, Waldemir Moka.

Quero registrar aqui que, como representante do Distrito Federal, ou seja, o único Senador aqui presente que não é da região Amazônica, ...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma observação, Senador. Nosso sonho, o sonho de Mato Grosso do Sul é fazer parte da Amazônia, mas, lamentavelmente, não conseguimos. Mas me integro...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É verdade. Esse é o sonho de Mato Grosso. Desculpe-me.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu me integro aqui, em solidariedade ao Parlamento Amazônico.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero registrar aqui, Senador Moka, que nós, aqui, Senador Jayme Campos, como representantes do Distrito Federal, temos a representação de todos os Estados brasileiros, um pouco de toda a cultura brasileira, e temos muito orgulho disso, mas quero registrar, Senador Jayme, que a primeira militância política da minha vida foi no movimento de defesa da Amazônia. Enquanto o Senador Acir comentava aqui, eu me lembrava disso, lá pelos idos de 1979, ainda com o Professor Cafu, que era o coordenador, aqui, do movimento de defesa da Amazônia.

Quero registrar também a minha expectativa muito positiva da importância desse debate, de ouvir aqui os representantes da população dos Estados que compõem a região amazônica, que convivem com os problemas de perto, e manifestar, mais uma vez, a minha confiança num bom resultado desse trabalho

desenvolvido pelo Senado, pelo ambiente que está sendo construído. O Projeto já chegou à Comissão de Ciência e Tecnologia, há o compromisso do Relator, Senador Luiz Henrique, de adotar, de recepcionar, de agasalhar, como ele se referiu, algumas sugestões apresentadas pelo conjunto de Parlamentares no sentido de aperfeiçoar o nosso Código Florestal.

Entendo, Senador Blairo, acho que uma questão que já é consenso entre os Senadores, pelo menos não vi ninguém divergir desse entendimento, é que aquelas pessoas que ocuparam e que converteram parte das suas propriedades para o uso antrópico dentro da lei da época, essas pessoas têm o seu direito garantido. Ninguém está querendo questionar isso, até porque, no meu entendimento, isso seria absolutamente constitucional. A pessoa cumpriu a legislação vigente à época e, portanto, não pode ser considerada da mesma forma que pessoas que, diante de uma legislação, fizeram uma ocupação diferente.

Tenho convicção... O Senador Luiz Henrique acolheu uma sugestão importante, trazida aqui na contribuição dada pelos juristas que participaram desse debate, especialmente o Ministro Herman Benjamin, de procurar separar o que é transitório do que é definitivo. Ou seja, separar no texto da lei aquilo que se refere à regularização de atividades consolidadas ao longo dos anos dos instrumentos previstos daqui para frente. Isso já foi um grande avanço e, sem dúvida, facilitará o entendimento.

Quero registrar que o Senado adotou uma postura, que acho absolutamente correta, de buscar, gradualmente, construir o entendimento. E nós temos agora a oportunidade de três Comissões, estamos fazendo esses debates conjuntos – este é mais um debate conjunto da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura –, e a ideia é ir construindo os aperfeiçoamentos do texto para, no momento em que entendermos que ele está pronto, que possamos votar nas três Comissões, simultânea ou separadamente.

Quero registrar que devemos fazer todo o esforço para construir o melhor texto possível ainda em meados de novembro. Acho que uma visão realista é que tenhamos condições de, em meados de novembro, fazer uma apreciação do texto final dos dois Relatores para que possamos encerrar a matéria ainda este ano. É claro que nós não podemos correr e adotar uma pressa que comprometa a qualidade do texto, mas eu tenho convicção de que, em função de todos os debates que estão sendo realizados, praticamente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura têm dedicado mais de dois terços de seu tempo a esse debate.

Tenho muita confiança de que, neste período – o mês de outubro será fundamental para isso –, nós va-

mos conseguir avançar e produzir os aperfeiçoamentos necessários para entregar uma legislação moderna ao Brasil, que dê tranquilidade, que dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas também que aponte para o futuro do País, que não pode abrir mão da sua imensa biodiversidade, de toda a sua riqueza ambiental.

Considero – e vou reiterar o que já disse outras vezes – que temos tudo para sermos uma grande potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia e também uma grande potência ambiental.

Portanto, tenho uma expectativa muito positiva em relação a este debate, em que teremos a oportunidade de ouvir vários Presidentes de Assembleias Legislativas dos Estados que compõem a região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Rodrigo Rollemberg.

Nós iniciaremos os nossos debates.

Agradeço a presença do Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, e do Deputado José Luis Schafer, nosso companheiro Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores e também Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Sejam muito bem-vindos!

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus, que é Presidente do Parlamento Amazônico e que hoje está nos dando a honra da sua presença em nossa Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

V. Ex^a tem quinze minutos para fazer suas colocações.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Quero agradecer a todos pela oportunidade.

Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar também o Deputado Luis Tchê, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Unale. Cumprimento os Senadores presentes, Senador Jayme Campos, Senador Blairo Maggi, Senador Waldemir Moka, Senador Reditário Cassol e Senador Rodrigo Rollemberg, que acaba de deixar o plenário. Cumprimento os colegas que já se encontram aqui, o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e Deputado José Ribamar, de Rondônia.

Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar um equívoco. Na nossa agenda, estava marcada esta reunião para as 14 horas. Infelizmente, talvez alguns colegas não cheguem neste período da manhã, mas ainda estamos esperando alguns colegas do Tocantins e do Amazonas, que já confirmaram e que devem se fazer presentes aqui a qualquer momento.

Agradeço o Senador Mozarildo Cavalcanti, do meu Estado, por meio de quem, garantimos a participação do Parlamento Amazônico, representando as

Assembleias Legislativas da Amazônia e do Presidente Nacional da Unale, Deputado Luis Tchê.

Sr. Presidente, escrevi algumas palavras de que eu gostaria de fazer a leitura, para eu não me perder daquilo a que me propus a dizer.

Mais uma vez nos debruçamos sobre o tema Amazônia, sobre a Amazônia observada do ponto de vista de quem reside na Amazônia. Falamos de uma região com mais de 60% do território nacional, mais de 25 milhões de habitantes e mais de 805 Municípios.

Ações mirabolantes e reais, iniciativas mal-intencionadas e projetos apenas para sugar recursos públicos sempre existiram, mas iniciativas que visassem realmente o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de quem vive nela nunca foram colocadas em prática. Faltam iniciativas que busquem a integração regional e nacional, através do respeito com a biodiversidade e com as populações nativas, incluindo os indígenas e ribeirinhos.

Precisamos traduzir a Amazônia para os próprios brasileiros, definir as várias Amazonas existentes dentro da Amazônia, diferenciando legalmente os diversos biomas que compõem a região.

Lembro-me de que o Senador Waldemir Moka acaba de dizer que, antes, o Mato Grosso do Sul fazia parte da Amazônia legal. Agora, não sei, depois de...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, nunca fez. Na limitação, nós ficamos fora, mas é uma questão geográfica.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – É uma questão geográfica apenas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É geográfica mesmo.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Mato Grosso do Sul faz parte da Amazônia, sem dúvida nenhuma. Embora haja a limitação geográfica, eu sei que está no coração de todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sem dúvida! Nós, sul-matogrossenses, temos o maior carinho e admiração pelos amazônidas.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador.

A partir desse ponto, o Governo Federal poderá ser mais flexível, quando tiver de ser, e mais duro, na mesma proporção. Em Roraima, por exemplo, grande parte da cobertura vegetal não é floresta amazônica, mesmo assim a legislação trata genericamente o tema, e assim ficamos impedidos de promover a cultura de cana-de-açúcar, dentre outras, em um ambiente em que não seria necessário desmatar uma árvore sequer.

Problemas semelhantes são enfrentados por outros Estados, como no Pará. Existe uma proposta do governo local em ampliar as áreas pretendidas

pelo Governo Federal para preservação, desde que para outras áreas fossem aplicadas regras mais condizentes com a realidade, e, por incrível que pareça, essa proposta não prospera, devido à legislação e às dificuldades criadas por quem não conhece a região.

Precisamos de uma visão coletiva de desenvolvimento, focada no bem estar da população e na promoção da cidadania. Qualquer modelo econômico adotado pode minimizar os impactos sociais e ser capaz de contemplar várias Amazonas que existem na região, incorporando essas diversidades, desde que seja sugerido e discutido pela sua sociedade. Precisamos de uma presença maior, mais efetiva e mais produtora do poder público nas nossas fronteiras. O poder público tem que se integrar para prestar os serviços que a comunidade tem direito e para coibir crimes, como o contrabando e o tráfico de pessoas.

O cidadão da Amazônia, ao permanecer na condição de pobreza, tende a desgastar os recursos naturais para sobreviver, mas isso pode ser mudado com agregação de valor ao longo das cadeias de produção. Não se combate a pobreza na Amazônia sem desenvolvimento, mas, aqui, esse termo não é sinônimo de desenvolvimento, pois a Amazônia comporta outras modalidades de crescimento econômico. A sociedade amazônica clama por um conjunto de ações que podem ser resumidas de modo até simplificado, que a Amazônia não tenha apenas – apesar de também ser importante – uma função global, mas que seja vista como uma civilização diferenciada e que precisa se desenvolver de modo sustentável.

Precisamos de investimentos na educação, formação e capacitação do amazônida, para otimizar as potencialidades de seus recursos naturais, através de uma participação mais efetiva no desenvolvimento científico e tecnológico do País, buscando, por exemplo, metas defendidas pelas universidades da Amazônia de triplicar o número de doutores até 2020.

Precisamos manter e ampliar vias de transportes imprescindíveis para integração regional, seja na modalidade de transporte aéreo, rodoviário e, principalmente, o hidroviário. Essa última, que nunca foi explorada totalmente. O transporte por hidrovias geraria a criação de novas alternativas de escoamento da produção. Precisamos conciliar a construção de barragens e hidrelétricas com os cuidados necessários com a navegação interna. Não podemos empobrecer a vida aquática, reforçando apenas o modo rodoviário, multiplicando danos ambientais, mortes nas estradas e diminuindo a nossa capacidade de reter as riquezas, que criamos nos nossos vales. Isso será possível com a construção de hidrelétricas, com eclusas, para garantir a geração de energia e também o fluxo hidroviário.

Reiteramos aqui a necessidade de diminuir as desigualdades regionais, através de investimentos pesados do Governo Federal, e entendemos que o Fundo Especial oriundo dos recursos do pré-sal é uma boa alternativa, e não entendemos como parlamentares da Amazônia ainda se colocam contra essa ideia.

Clamamos pela conclusão de inicialmente essenciais para a região, como o projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, uma iniciativa do Governo Federal que ainda não deslanchou. Em Roraima, por exemplo, há três anos aprovamos, na Assembleia Legislativa, o nosso Zoneamento Econômico, e até hoje está engavetado no Conama.

Outro ponto que o Parlamento amazônico entende como crucial, para que a Amazônia possa, enfim, encontrar o caminho do desenvolvimento, é a aprovação do Código Florestal. Dias atrás, a CCJ do Senado aprovou o projeto de reforma do Código Florestal, foi acolhido o texto do Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, que já anunciou algumas alterações no texto aprovado na Câmara. Estamos ansiosos sobre qual texto será produzido por esta Casa. Teremos um Código razoável com a realidade amazônica, ou deixaremos escapar, talvez, a única oportunidade que nos está sendo oferecida para que tenhamos uma legislação justa com a Amazônia?

Encerro minhas palavras convidando os brasileiros a conhecerem a Amazônia, pois, quando se conhece, fica mais fácil amar e defender.

E aqui, Sr. Presidente, para encerrar, fico feliz em ouvir aqui as palavras do Senador Blairo Maggi. Tive oportunidade de encontrá-lo há poucos dias em Mato Grosso, no encontro na Assembleia Legislativa, e fico feliz de ouvi-lo, porque ele certamente encabeçará essa emenda de voltar os 50% para legalização das terras na Amazônia.

Roraima, por exemplo, já é totalmente preservada, Sr. Presidente, Srs. Senadores. 60% das terras são dos índios, já está preservada. Então, por que não transformar esses 20% do Estado? Esses 20% de preservação seja do Estado, e aí temos em Roraima apenas 8% das terras para produzir. Desses 8%, ainda temos que tirar 20% dessa terra. Ou seja, temos cerca de seis milhões de hectares e, disso aí, ainda tem áreas alagadiças, áreas de montanhas, ou seja, menos de 8% das terras do Estado são para nós, e 18% ainda temos que produzir, em apenas 20% delas. Na realidade, muita gente legisla sobre o Brasil, sobre a Amazônia, e nem conhece a Amazônia. A Amazônia tem que ser tratada de forma diferenciada.

Louvo e aplaudo aqui a ideia do Senador Blairo Maggi; que essa emenda possa prosperar, que V. Ex^a seja um dos autores dessa emenda. A Amazônia

vai aplaudir V. Ex^a, o Brasil certamente também, vai aplaudir o Congresso Nacional, porque precisamos, urgentemente, transformar o nosso País e fazer o Brasil produzir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias de Jesus. V. Ex^a tem toda razão. Esse é o momento único que temos para proteger nossa Amazônia, e o meio mais correto de protegê-la é proteger os amazônidas. São as pessoas que moram na Amazônia que irão cuidar das florestas da nossa Amazônia.

Saúdo o nosso Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia, que se faz presente junto conosco, seja bem-vindo a nossa audiência; Deputado Hélio Soares, do Maranhão, seja bem-vindo a nossa audiência; saúdo o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Passo a palavra a V. Ex^a para também fazer suas colocações com relação a nossa audiência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, inicialmente, quero pedir desculpas por ter chegado um pouquinho atrasado, porque, infelizmente, do Lago Norte para cá pegamos só três acidentes e, portanto, o engarrafamento foi muito grande.

Quero dizer da felicidade de se realizar esta reunião hoje, porque a Amazônia e a Faixa de Fronteira do Brasil, de norte a sul – Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia –, representa mais de 70% da área do território nacional e, coincidentemente, são áreas que têm mais dificuldades, mais limitações, até pela legislação federal, já que a Faixa de Fronteira é restritiva para uma série de atividades. É importante que encontremos, nessa votação do Código Florestal, uma forma que não seja como costumam ser as leis brasileiras, uniformes para todo o País, com tanta diversidade de localidades. A Amazônia mesmo não é um ecossistema só, o Deputado Mecias já disse. No nosso Estado, temos 60% de reservas indígenas e ecológicas; o resto, tirando as áreas alagadiças e as áreas institucionais do Exército e das Forças Armadas, para o Estado sobra alguma coisa em torno de 20% da área territorial, que é uma área boa. Inclusive, diferentemente do resto da Amazônia, grande parte do Estado é de lavrados, áreas que são um misto entre os pampas gaúchos e o cerrado do Centro-Oeste.

Então, nós temos de ter, realmente, uma legislação que seja realista, que leve em conta essas diversidades, até mesmo dentro da própria Amazônia.

Então, eu queria falar da minha satisfação por estarmos promovendo esta reunião, esta audiência, ouvindo o Presidente do Parlamento Amazônico, que, por coincidência é um Deputado Estadual do meu Estado.

Também vamos ouvir o Deputado José Luiz Scheffer, Presidente da Unale, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais, que, portanto, engloba todas as Assembleias, de todo o Brasil. É muito ruim que a gente legisle, aqui, sem ter, realmente, uma ausculta de quem está mais próximo do povo, lá, que são os Deputados Estaduais.

Então, eu quero registrar isso e deixar para o final que a gente possa acrescentar mais alguma coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Ana Amelia. Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu e o Senador Mozarildo somos os requerentes desta audiência pública e tivemos o mesmo problema. Como a gente costuma chegar sempre em primeiro lugar, quando chega um pouco atrasado, já um colega reclama. Meu querido Blairo Maggi.

Pelo mesmo problema do Senador Mozarildo... E a gente vê quantos problemas logísticos temos numa cidade como a Capital da República para chegar até o trabalho. Três ou quatro acidentes e a coisa fica muito perturbada.

Eu queria, primeiro, dizer que foi muito oportuna a iniciativa do Senador Mozarildo, que eu tive o prazer de subscrever, também, junto com ele, porque é preciso ter essa visão, que não é uma visão unânime dentro da própria Amazônia.

A oportunidade que esta audiência pública da CRA está promovendo mostra que, dentro da região, que tem uma área dedicada a parques nacionais, reservas indígenas, há outras áreas que são de preservação e que poderiam ter a aplicação de uma legislação de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, sem agredir o ambiente, perfeitamente compatível com os dados, certamente técnicos, que V. Exªs apresentaram aqui.

Eu queria dizer que, nesta bancada, não há nenhuma dúvida em relação aos pleitos que os representantes legislativos da Amazônia trouxeram. Também acho oportuno que vocês, e certamente já o fizeram, contatem o Senador Eduardo Braga, que é do Estado do Amazonas, e o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente, porque são matérias pertinentes, especificamente, à área.

O Senador Mozarildo disse uma coisa muito correta: o Brasil é muito grande, é um País continental, e não se pode aplicar uma regra geral para questões diferentes.

Eu tenho dito que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem mata nativa num percentual bastante significativo; há uma agricultura que faz curva de nível, que

faz plantio direto na palha, como faz o Blairo Maggi no Mato Grosso – no Mato Grosso do Sul, também, muitos produtores estão aplicando essa tecnologia preservacionista –, uso de biotecnologia, uso de agricultura de alta precisão. Então, tudo isso tem de ser reconhecido e não pode ser colocado numa vala comum, sem se ver o esforço que fazem – como também, certamente, na Amazônia – muitos produtores.

A inviabilização da produção de arroz em Roraima é a prova disso, quer dizer, foram levados para lá, estimulados a ir para lá e, de uma hora para outra, a segurança jurídica é rachada, quebrada, e o agricultor tem de sair com uma mão na frente e outra atrás, depois de ter acreditado e investido naquela área.

O que sobrou para Roraima depois da decisão em relação a Raposa Serra do Sol?

Então, esses dilemas, fazem bem os legisladores da região de trazer ao conhecimento público, para que a sociedade brasileira entenda que não podem ser tratadas de maneira igual situações completamente diversas.

Cumprimento V. Exªs e lamento profundamente não ficar até o final, porque sou, também, requerente de um ciclo de avaliação da Copa do Mundo e também requerente da presença do Ministro Celso Amorim na CRE, Comissão de Relações Exteriores, que tem questões de fronteira muito sérias. Como sou requerente da presença dele aqui nesta Casa, eu preciso estar presente.

Então, agradeço, Presidente Acir Gurgacz, cumprimentando-o pela condução dos trabalhos e também ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Também peço a V. Exª o apoio à nossa causa, à nossa emenda, que diz basicamente que os Estados que já têm uma preservação natural de 50% ou mais possam colocar em prática o zoneamento ecológico e econômico dos seus Estados. Temos regiões em que podemos desmatar ou fazer a transformação de floresta para plantio na sua totalidade, mas temos regiões que, em contrário, não podem ser mexidas na sua totalidade. Isso só pode mapeado com o zoneamento. Peço o apoio a V. Exª para essa justa causa. É o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como o conheço bem, Senador Acir, o senhor pede sempre questões que são de interesse local. O senhor defende muito o seu Estado de Rondônia. Certamente, estou junto nessa emenda. Conte com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Luis Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores, Deputado do Acre.

O SR. LUISTCHÊ (PDT – AC) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Acir, do meu partido, o PDT, e parabenizar pelo brilhante trabalho que vem realizando. Nós nos encontramos em Curitiba, numa audiência pública, pois tínhamos uma reunião lá também da Unale. Eu queria cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti. Cumprimento o Deputado Mecias de Jesus, o Presidente do Parlamento Amazônico; o Senador Blairo Maggi, que se encontra aqui; o Senador Jayme Campos; o Senador Moka, de Mato Grosso; o Senador Cassol, o Senador Antonio Russo. Eu gostaria também de cumprimentar o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e o Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Quero dizer da felicidade de estar aqui, nesta comissão, para discutirmos um assunto, que é extremamente importante. Conversando um pouco com Mozarildo, falamos que talvez o Código Florestal não devesse se chamar Código Florestal, mas, sim, o Código do Solo, enfim. Isso poderia ser mudado, porque parece que é só a Amazônia que estamos discutindo. O Senador Blairo Maggi, na sua fala anterior, coloca que o Acre – eu represento o Acre – é diferente do Rio Grande do Sul, como a Paraíba é diferente de Roraima. Então, nessa questão do Código Florestal, defendo que deveríamos ter uma legislação estadual. Ter a legislação federal, sim, com a aprovação do código federal, mas tínhamos de ter uma legislação estadual, porque o que estamos discutindo aqui vale para o Brasil todo.

Na realidade, quero fazer uma fala aqui direcionada muito ao meu Estado do Acre, com o qual convivo e no qual vivo, para demonstrar aos Srs. Senadores o preço da preservação que estamos pagando no Estado do Acre, haja vista que o Estado do Acre é um Estado novo da nossa federação, pois era um território, que precisa muito do apoio do Governo Federal.

No nosso Estado, 85% das nossas florestas são preservadas hoje. Temos praticamente 15% desmatados. Devido à falta de infraestrutura básica e à distância dos grandes centros de consumo, inviabilizou-se um processo de industrialização desse nosso Estado. Eu tenho aqui o Acre em Números, o último, o de 2011, uma edição feita pelo nosso Governo do Estado. Temos 45% do solo do nosso Estado propícios para produção agrícola, o que representam uma área hoje de 7,3 milhões de hectares. Eu vou comparar com o Estado de Mato Grosso, que atualmente tem 6,4 milhões de hectares com plantio de soja - eu vou fazer, Senador Blairo, a comparação com soja, pois vai ficar mais fácil; poderia ser eucalipto, poderia ser com mi-

lho, poderia ser com outro tipo de produção -, e também com o Estado do Paraná, que tem 4,6 milhões de hectares de plantio de soja. Aí, o Senador Blairo Maggi pode me auxiliar, porque, na realidade, estou fazendo uma comparação, Senador. O Acre tem 45% de área agricultável e, se comparar esses 45%, nós temos 7,3 milhões de hectares para produção agrícola. Comparando com Mato Grosso, que tem 6,4 milhões de hectares e o Paraná com 4,6 milhões de hectares. Se considerarmos apenas que 20% dessa área do Estado do Acre poderia ser agricultável, nós teríamos 1,4 milhão de hectares. Comparando com os Estados de Mato Grosso e Paraná, que produzem 3 toneladas de soja por hectare – se eu estou errado, o Senador pode me ajudar a corrigir –, nós teríamos hoje no Estado do Acre, 1,4 milhão com 3 toneladas por hectare, 4,380 milhões de toneladas de soja. Estou falando em soja porque é mais fácil, mas poderia falar de eucalipto ou outro tipo de produção. Pegando esse valor vezes a tonelada da soja de hoje, que é R\$900,00, nós temos R\$3.942.000,00/ano no Estado do Acre. Isso requer o nosso orçamento do Estado.

Eu trago esses números para nós analisarmos de que forma esses Estados mais pobres da região Norte – Roraima, Amapá, Acre – poderiam ser compensados por manter essa floresta em pé. Que tipo de compensação teriam esses Estados? Nós estamos discutindo e eu faço a comparação com o pré-sal, em que os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro estão discutindo a questão do pré-sal. Entendo e concordo com o Senador Blairo Maggi que não seria do Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, mas que seria sim da União. Mas a floresta é do Estado do Acre. E se a gente levar em consideração, pegando ainda os números do Acre, podemos constatar uma evolução da população do nosso Estado: em 1970, tínhamos 72% dessa população na área rural e 28% na área urbana, com 215 mil habitantes. Hoje, o Acre tem 750 mil habitantes e temos 27% na área rural e 73% na área urbana. Como é que vai viver esse povo? Como é que nós vamos viver preservando 85% das nossas florestas? Nós somos a salvação do mundo, somos o pulmão do mundo, mas como é que nós vivemos? Onde está a nossa economia? O que nós vamos fazer?

Sem contar que se esse 1,4 milhão de hectares fosse desmatado para produção, calculando rapidamente em valores, o metro cúbico da madeira daria na faixa de R\$70,00 o metro cúbico. Isso daria em torno hoje de R\$7,4 bilhões. Aí sim eu diria que o nosso Estado poderia começar a se desenvolver. Temos uma saída para o Pacífico inaugurada agora. O que aquela estrada vai fazer? Será que o Acre vai ser um corredor

de exportação só? Será que tudo vai passar por ali ou não vai passar?

A minha pergunta é esta: que tipo de compensação o Estado do Acre tem que está no nosso Código Florestal? Será que nós poderíamos ter uma compensação? Vamos trabalhar aqui talvez...aí poderiam me perguntar que tipo de compensação, Deputado, que nós poderíamos ter? Porque o Acre não pode ter uma zona franca, como foi feito em Manaus? Para compensar a floresta que nós preservamos, para gerar emprego e renda para o nosso povo tão sofrido daquele cantinho da Amazônia, do Brasil. Ah, mas a zona franca é difícil, não é problema. Nós somos vizinhos do Peru, Cusco fica a 300km. Talvez nós poderíamos pensar em incentivar o turismo para aquela região. Mas de que forma? Como foi feito em Lãs Vegas, naquela oportunidade, em que foram instalados os cassinos? E hoje todo mundo está visitando!

Talvez, naquele cantinho do Brasil, o Acre, Roraima, Amapá poderiam ter liberado o jogo de cassino para gerar emprego e renda. Por que não podemos pensar, se vamos discutir o fundo de participação dos Estados, em um pré-sal? Por que não temos uma pré-mata ou talvez um FPE Verde para quem compensou?

Com toda tranquilidade, o povo do Acre hoje está sensível a isso e sabe que precisa preservar, mas nós sabemos também que precisamos dar o que comer ao nosso povo. O nosso maior PIB é o nosso funcionário público e nós não podemos admitir discutir o Código Florestal sem existir uma compensação para um Estado como o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Estou falando aqui dos Estados mais pobres, porque o Estado de Rondônia é um Estado muito mais desenvolvido, como é o Estado do Mato Grosso. E aí fica essa minha fala.

Eu gostaria também, Senador, de deixar uma sugestão na questão do Código e pedir a esta Comissão para fazermos antes dessa votação uma reunião com todos os deputados estaduais do Brasil. A Unale se encarregaria de fazer o mais rápido, marcar uma data. Porque, na reunião que nós tivemos em Curitiba, na última reunião, foi deliberado que fizéssemos uma reunião com a Comissão, com pelo menos um deputado de cada Estado. Seriam 27 deputados estaduais participando. Mas tenho certeza de que aumenta o número, porque o interesse é muito grande para se discutir esse tema. Essa audiência, eu gostaria de, se fosse possível, antes de a gente ter essa votação... Também entendo que talvez ocorra que um pouco o quórum hoje depende muito. Nós estamos perto das eleições, os últimos dias das filiações partidárias. Isso tem movimentado muito também, inclusive lá no meu Estado.

Para encerrar, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Que os Senadores nos ajudassem nessa contribuição. Nós não queremos desmatar, a intenção nossa não é plantar soja, a intenção nossa não é plantar eucalipto, é realmente preservar, cuidar da nossa biodiversidade. Mas que os Senadores nos ajudem a encontrarmos uma saída para que o nosso Estado se desenvolva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos ao Luis Tchê, do Estado do Acre, Presidente da União Nacional dos Legisladores. E fica aceita a reunião da nossa parte com os Deputados. Assim que V. Ex^{as} quiserem fazer a reunião, é só marcar conosco. Nós estamos à disposição aqui em Brasília. Tenho certeza de que os demais Senadores também gostariam de participar, ouvir e dar suas opiniões e suas sugestões.

Antes de ouvir o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator, consulto o Deputado Ribamar Araújo, se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra para cumprimentar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para não aumentar a confusão, o Deputado Mecias fez referência aqui que vou apresentar uma emenda para voltar a 50%. Eu não vou fazer isso, Deputado. Eu estava fazendo um relato sobre a história da ocupação amazônica. Para daqui a pouco não tirar a emenda do Acir Gurgacz e não criar confusão, eu queria deixar clara minha posição a respeito desse assunto.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Senador Acir já me explicou, Senador Blairo Maggi. Nós contamos apenas com o apoio importante de V. Ex^a e dos demais Senadores para aprovação da emenda dele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, senador Blairo. Eu sei que V. Ex^a tem a preocupação grande no sentido de não querer a imagem de estar provocando o desmatamento da Amazônia, mas a nossa intenção também não é essa, provocar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para quem já ganhou motosserra de ouro, tem que tomar cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu entendo V. Ex^a. Mas, só para esclarecer também, a nossa intenção não é provocar o desmatamento da Amazônia, em hipótese alguma, é preservar as pessoas que lá estão.

Eu passo a palavra, então, ao Ribamar. Senador Moka, só o nosso Deputado Ribamar de Rondônia, da

Assembleia, que foi convidado. Só para fazer lhe um cumprimento.

Deputado Ribamar, V. Ex^a tem a palavra,
Obrigado, Senador Moka.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (PT – RO) – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente dos trabalhos, Senador pelo meu Estado, Senador Acir Gurgacz; da mesma forma, cumprimentar o Senador Mozarildo, de Roraima, fazendo parte da Mesa; cumprimentar o Tchê, Presidente da Unale; cumprimentar, da mesma forma, o Presidente do Parlamento Amazônico; colega, Deputado Mecias de Jesus; cumprimentar a imprensa e todos os presentes, os Senadores.

Eu queria, complementando a fala do Tchê, dizer que acredito, Tchê, que a maior compensação reivindicada pelo senhor neste momento para o Estado do Acre seria deixar o povo do Acre trabalhar. Acho que o Brasil é o único País do mundo que faz legislação impedindo o povo de trabalhar.

Sou do Estado de Rondônia, que, há 30 anos, era uma floresta intacta, não produzia nada, não representava nada para o PIB do Norte nem do Brasil, e hoje, somente 30 anos depois, encontra-se a agricultura e a pecuária, e não tem como produzir na terra sem alterar seu estado natural.

Somos, hoje, um dos Estados mais pujantes da Federação, contrariando tudo o que muitos ecologistas falam. O Estado de Rondônia, pelo seu desenvolvimento e, conseqüentemente, pelo bem-estar do seu povo, contraria muita teoria que, na prática, nunca deu certo.

Lamento profundamente não estar aqui, neste momento, o Senador Eduardo Braga. Quem ouve o discurso do Senador Eduardo Braga, principalmente quando ele era Governador, fica encantado. Só que a realidade é totalmente diferente do que ele fala. O Estado do Amazonas é um Estado rico, em termos de Norte – o maior PIB do Norte –, mas porque todos nós, brasileiros, contribuimos com a Zona Franca de Manaus. Eles podem se glorificar pelo fato de terem 98% do seu território preservado. Agora, tem 98%, mas o Estado do Amazonas é o maior Estado brasileiro, com mais de um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados. A maioria do seu povo vive na miséria. Só vive melhor o povo do centro de Manaus; o resto, o do interior, é todo na miséria. Todos sofrendo muito.

Ele fala e encanta as pessoas do mundo inteiro, mas a realidade é muito diferente. Quando ele dá uma declaração, como eu vi, dizendo que criou uma reserva para barrar o avanço da soja, ele prejudica, sem notar e sem querer, talvez, o Estado de Rondônia, que encontrou na agricultura e no desflorestamento, evidentemente, a base do seu desenvolvimento. Na teoria, existem muitas formas de se desenvolver, mas,

em Rondônia, a única forma que nós encontramos de desenvolver nosso Estado foi a floresta, substituída pela agricultura, pela pecuária e caminhando com certa celeridade agora para nossa industrialização.

Rondônia, repito, há 30 anos, era menor em termos de população, em termos de PIB, em termos de rebanho bovino; menor do que o Acre, menor do que Roraima e menor do que outros Estados. Hoje, Rondônia, 30 anos depois, supera esses Estados. O PIB de Rondônia é maior do que o PIB do Acre, de Roraima e do Amapá juntos – coincidentemente, talvez, os três Estados mais preservados.

Eu gostaria muito que o Senado Federal, nessa questão do Código Florestal, tivesse a mesma sensibilidade, a mesma sabedoria e o mesmo senso de brasilidade que teve a Câmara Federal.

Aqui, faço um cumprimento especial ao Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, o Deputado Aldo Rebelo, que foi de uma sabedoria imensa, sem ser ruralista e sem ser ambientalista, mas, acima de tudo, produzindo um código que atende, principalmente, os interesses do Brasil, e não os interesses de quem quer que seja lá fora ou os interesses de pequenos grupos aqui dentro do Brasil.

Esta é minha fala, Senador, apelando para que o Senado tenha sensibilidade e vote este Código Florestal, se possível, com pequenas modificações, para não atrasar mais e ter de voltar para a Câmara Federal.

A todos vocês, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Ribamar Araújo.

Consulto o Deputado Hélio Soares se gostaria de fazer os cumprimentos também, encerrando a participação dos nossos Deputados Estaduais e iniciando o debate com os demais Senadores presentes. *(Pausa.)*

Deputado Hélio Soares com a palavra.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Vou ser breve, mas tenho que fazer o registro, representando o nosso Presidente da Assembleia, Arnaldo Melo, sou o 1º Secretário daquela Casa, por várias vezes. Quero dividir a emoção com o meu companheiro. Não estou sentindo a mesma emoção dele ao falar com os Senadores do Estado dele, porque os nossos Senadores estão ausentes, mas eu tenho certeza de que, nas próximas reuniões, estarão aqui, até porque os Estados que compõem a Amazônia têm quase que as mesmas dificuldades com as características diferenciadas.

Vou resumir. Estamos em pleno século XXI e é inadmissível que nós, Parlamentares, nos preocupemos com as questões principais, mas esqueçamos de uma preocupação que temos que ter em primeiro lugar. Nós temos que cuidar, acima de tudo, do principal produto do meio, que é o homem. Se não nos preocuparmos

em mudar a mentalidade, aperfeiçoarmos o espírito de preservação que, creio eu, todos temos nas suas características e para o seu próprio desenvolvimento, em transformar a mentalidade de destruição para sustentabilidade, para criatividade; se não cuidarmos desse zoneamento econômico e ecológico, não prepararmos a sociedade para uma transformação verdadeira em nosso País, não chegaremos a lugar nenhum. Isso é importante.

Parabenizo o Presidente da nossa Federação, da Unale, nosso amigo Tchê, e meu Presidente. Dirijo-me dessa maneira porque faço parte do Parlamento Amazônico e precisamos envolver os Senadores e Deputados Federais, com quem só temos contato na época das campanhas. Somos todos irmãos. Quando terminam as campanhas, a gente só se lembra quando tem a oportunidade de ir a um aniversário, ao casamento de um filho ou em uma posse inesperada por algum incidente. Essa integralização, essa união dos Parlamentares é importante, para que possamos discutir esses problemas fundamentais para a transformação do nosso País.

A Amazônia é o pulmão do nosso Brasil. Considero que todos os brasileiros são amazônidas. Então é importante uma discussão como essa. Inclusive sugiro ao Presidente da Unale que possamos participar de outras discussões, um Deputado Estadual, o Presidente da Assembleia, sei que os afazeres são muitos e a disponibilidade de tempo é muito pequena, mas que possamos participar de outras discussões na área da saúde, na área da educação. É inadmissível hoje, meu Presidente Mecias, que Estados mais ricos em reservas minerais, como o Pará e o Maranhão, cujos corredores de exportação são os melhores, ainda concentrem a maioria da população abaixo da linha da pobreza. Há um contraste nesse aspecto que precisamos discutir com mais sentimento e mais responsabilidade.

Era a minha participação.

Parabenizo o Presidente da Comissão por dar a abertura para que essa discussão verdadeiramente seja feita no Brasil inteiro com a participação dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, por sua participação e por sua presença conosco.

Com a palavra o Senador Moka, enquanto o Relator conclui a sua ligação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente Acir Gurgacz, eu entendo a preocupação dos Deputados Estaduais quanto à ausência de alguns Senadores que representam os Estados.

Eu começo por aí. Na Câmara dos Deputados, essa discussão do Código Florestal é antiga e sempre

tem esta questão: é difícil defender essas posições, porque, do ponto de vista da opinião publicada, você, às vezes, é confundido e tomado por um grande devastador. Dizem que você quer acabar com a floresta, que você quer acabar com o meio ambiente. Mas será que há alguma coisa mais lógica do que se fazer, como propõe o Presidente da Comissão, um zoneamento econômico e ecológico de cada um dos Estados? Vale dizer: você vai analisar o tipo de solo, a questão ambiental, e o zoneamento vai indicar o que se deve colocar ali, onde colocar e o quanto colocar. Isso é, realmente, ciência. O Código Florestal, em qualquer um dos Estados, a meu juízo, pode propiciar isso.

O Governador André Puccinelli era candidato e, como candidato, já encomendou um zoneamento econômico e ecológico, que foi votado na Assembleia Legislativa. No Mato Grosso do Sul, há aquela grande discussão: “Ah, vai colocar usina no pantanal!”. Você vai dizer para um pantaneiro que se vai colocar usina lá? É claro que ninguém vai colocar usina lá. Mas há regiões que nada tem a ver com o pantanal em que a legislação proíbe isso do mesmo jeito. Essas coisas precisam ser mais bem discutidas.

Não sou da região, conheço muito pouco a região, mas acho que é exatamente isso. O que precisa aflorar – aí os Deputados Estaduais e as Câmaras Municipais têm um grande papel – é a mobilização da sociedade que lá vive, mostrando a realidade. Quando da discussão do Código, como Deputado Federal, nas audiências públicas, o Deputado Aldo e nós ouvimos muito sobre isso. Como é que se vai fazer? É bonito dizer que vamos preservar, que há 80% ou não sei quantos por cento. Mas há alguma compensação? Como é que fica a questão da população? Essa é uma questão importante.

Evidentemente, está aqui alguém que não tem profundidade para discutir esse assunto, nem quero fazê-lo. Mas acho que temos de ouvir as pessoas que lá moram, que lá vivem. Quero ouvi-las, quero aprender e conhecer aquela realidade.

Meu caro Presidente, a sua emenda, evidentemente, vai ser discutida. Mas, Senador Acir, temos de tomar cuidado, como disse o Senador Blairo, senão, daqui a pouco, vão pegar uma motosserra e entregá-la a V. Ex^a. Então, essa é a preocupação. Temos de dizer aqui que ninguém defende isso.

Uma coisa que me deixa revoltado é acusarem o produtor rural de ser o responsável por todas as mazelas ambientais do País. Isso não é verdade! Isso não corresponde à realidade. O pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, talvez, seja um dos biomas mais preservados do País. E lá, há mais de 250 anos,

produz-se a proteína vermelha, com a chamada pecuária extensiva.

Então, essa é uma questão para a gente discutir. Graças a Deus, no Senado, esse debate tem sido equilibrado, tranquilo. Ainda ontem, participamos de uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Vieram aqui representantes das cooperativas e da agricultura familiar. As cooperativas agropecuárias, em sua grande maioria, são formadas por pequenos produtores principalmente do sul do País e também do Centro-Oeste. Essas cooperativas que aglutinam pequenos produtores rurais mostraram a necessidade de um marco legal, de uma legislação juridicamente perfeita, que dê tranquilidade para que se possa produzir.

Quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti, por trazer esse debate aqui.

Finalizo, dizendo que o Acre conta aqui com duas forças poderosas: o Relator da Comissão de Meio Ambiente e o Líder do Governo no Senado. São duas forças políticas que, tenho certeza, vão ouvir aqui os Deputados Estaduais e os amazônidas. E está aqui um Senador que fez uma proposta e que está preocupado com a discussão que envolve mais a sua população, a sua gente, as pessoas que lá vivem.

Fico feliz porque, Presidente, aqui estamos ouvindo deputados estaduais, que vivem e convivem com a população desses Estados que formam a chamada Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Vice-Presidente desta Comissão Waldemir Moka.

Passo a palavra ao nosso relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz; Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira; senhores debatedores; Deputado Mecias, Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís, Presidente da Unale, que nos honram com sua presença; Presidente da Assembleia de Rondônia, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir desculpas pelo meu pequeno atraso em chegar a esta reunião, mas é porque, sendo relator do Código Ambiental em três comissões, sou requisitado por pessoas, por entidades, por corporações, e hoje pela manhã, concedi duas audiências que me retardaram para chegar a esta Comissão. Por outro lado, quero pedir desculpas também porque devo presidir, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores, a subcomissão que está tratando do inventário das Forças Armadas e a necessidade de seu reaparelhamento, com a presença do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Quero dizer a V. Ex^a, Presidente Mozarildo, que o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana e o Senador Romero Jucá, que gostariam muito de estar nesta reunião, mantiveram contato comigo pedindo que justificasse a ausência de S. Ex^{as} por compromissos inadiáveis que assumiram, inclusive em relação a este assunto de que estamos tratando aqui.

Eu quero dizer aos presentes, principalmente aos ilustres convidados que vêm da Amazônia, que nós, o Senador Jorge Viana e eu, estamos tratando da condução desse processo de forma a produzir um consenso. Por isso, as Comissões de Agricultura, de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e até mesmo a de Justiça têm realizado exaustivas audiências que somam já mais de duas dezenas, ouvindo todos os setores, as corporações, as entidades mais importantes deste País, técnicos, juristas, engenheiros florestais, porque o nosso objetivo é produzir uma lei que seja duradoura, que seja autoaplicável, que não transborde para o Judiciário e que garanta duas expressões que são tão íntimas que começam com a mesma letra: preservar e produzir. É preciso que uma não sufoque a outra, é preciso que uma não anule a outra, até por que a floresta e a lavoura são como irmãs siamesas, irmãs xifópagas, isquiópagas. São atividades que interdependem uma da outra. A questão da Amazônia está sendo tratada com todo cuidado, assim como a questão do Pantanal, a questão da Serra do Mar, a questão dos Campos gerais, a questão do Litoral. Os cinco biomas definidos na Constituição estão tendo um tratamento muito criterioso, muito cuidadoso. A primeira conclusão a que chegamos é que cada um, pelas suas especificidades, terá de ter sua lei específica, como já tem a Serra do mar.

Por outro lado, temos a consciência de que a lei que estamos elaborando deverá estar absolutamente alinhada com a Constituição. O nosso ordenamento jurídico é baseado no princípio da hierarquia das leis. A Constituição é chamada de Carta Magna porque é a lei maior à qual todas as demais devem se submeter.

Ora, o que diz nossa Constituição cidadã?

Ela diz duas coisas muito importantes. Ela diz que em matéria ambiental, em todos os aspectos da matéria ambiental, à União cabe, exclusivamente, estabelecer normas gerais.

Como o País é uma Federação, ele tem de ter o ordenamento geral que valha para todo o território, mas o parágrafo primeiro, conectado com o *caput*, traz outra definição, a de que os Estados têm competência concorrente para legislar em matéria ambiental.

Qual seria a interpretação mais correta, qual seria a exegese mais perfeita do *caput* e dos parágrafos? É a de que, traçando a União as normas gerais, caberá

a cada Estado estabelecer as normas complementares, as normas detalhadoras da sua realidade peculiar.

A Amazônia tem sido tratada ao longo dos anos como se fosse uma unidade territorial carregada de absoluta similaridade. Assim como nós temos em nosso País uma legislação, o ordenamento jurídico constitucional, que estabelece uma concentração de poderes na União como se o Brasil fosse um só Brasil e não tivesse suas peculiaridades, em relação a meio ambiente, nós constituintes, Senador Mozarildo, andamos bem porque caminhamos no sentido da descentralização.

Eu creio que essas especificidades amazônicas terão de ser definidas posteriormente em normas complementares, meu Presidente, pelas Assembleias Estaduais de cada Estado. Elas que estão próximas dos problemas têm melhores condições de defini-las.

Acho que assim, com uma lei geral nacional meio-ambiental, com uma lei geral nacional para o complexo amazônico e as normas complementares estatuídas por cada Assembleia, vamos obter um resultado extraordinário: uma política meio-ambiental que seja fiel a essa dicotomia, que não é dicotômica, que é integradora, de preservar e produzir.

Sr. Presidente, peço desculpas, mas temos de abrir a reunião aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Luiz Henrique, que é um dos relatores do Código Florestal. Foi muito importante a explanação de o que se busca, realmente, tanto com o Senador Luiz Henrique, como com o Senador Jorge Viana, com essas audiências sucessivas, é o que ele falou: um consenso que tenha legitimidade jurídica, mas que tenha também aplicabilidade.

Quero conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos e em seguida... *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por favor, antiguidade é posto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Estaduais, a quem recebo com atenção e respeito nesta Casa da Federação.

Nós estamos num momento de quase chegarmos à decisão a respeito desse novo Código Florestal.

O Relator, o Senador Luiz Henrique, vem fazendo um trabalho na busca de um consenso. Vejo que esse debate veio da Câmara dos Deputados de uma forma esgarçada e o Senado da República tem esta função, até em razão da quantidade de membros por Estado que representam a Federação aqui, de acabar com

essa distensão. Penso que está seja uma das funções do Senado da República.

Muito bem! O Senador Luiz Henrique fez referências à Constituição.

A nossa Constituição estabelece a preservação ambiental como direito fundamental do cidadão, o meio-ambiente ecologicamente equilibrado, como direito fundamental do cidadão. Agora, a mesma Constituição estabelece que vivemos numa sociedade que adota a iniciativa privada. A produção é importante não só para o produtor, mas para a República Federativa do Brasil, para a região, para o Estado e para aquela localidade, porque a produção faz desenvolver o homem e também faz desenvolver a sua região.

A nossa função nesta Casa será afastar o fundamentalismo de ambos os lados. A nossa função nesta Casa será encontrar esse ponto de ponderação de que a Constituição nos dá notícia. Nós não podemos nos esquecer, como bem disse o Relator, que o nosso sistema legal estabelece a Constituição como uma norma que esteja acima das demais normas.

Esse Código Florestal deve buscar a preservação e deve buscar também a produção. Para isso, temos de encontrar o que se denomina na ciência jurídica de segurança jurídica. Essa segurança jurídica significa nada mais, Senador Jayme Campos, do que a tranquilidade: conhecer as regras do jogo antes que jogo se inicie. A Constituição estabelece um mecanismo de divisão de competência legislativa entre os entes federados. No art. 24, como bem disse o Sr. Relator, ela prega que a União estabeleça normas gerais. Essas normas gerais não podem de forma alguma, em razão da característica da própria formação da nossa Federação, essas normas gerais não podem de forma alguma, repito, ser inviabilizadas, desrespeitadas e violadas pelas normas estaduais.

Senador Mozarildo, a história da nossa Federação, da formação da nossa Federação, é a causa da manutenção da unidade do nosso território. Não podemos comparar a nossa Federação com a Federação americana, pois, esta dá aos Estados membros, às unidades federadas maior poder no momento da criação legislativa, diferentemente do que ocorre aqui, na República Federativa do Brasil. Esse ponto do art. 24 da Constituição, penso, é o mais importante do debate que deva ser feito aqui, nesta Casa.

É lógico que um dos princípios do direito a brasileiro é a isonomia. Isso não significa, Senador Jayme Campos, que tenhamos que tratar todos de forma igualitária. Vamos trazer isso para a questão ambiental.

Vivemos num Estado continental, isso é quase um chavão falar, que possui vários biomas, vários ecossistemas. Como podemos tratar o cerrado igual

ao pantanal? Como podemos tratar o Pantanal igual ao Araguaia? Como podemos tratar o Pantanal, o Cerrado, o Araguaia igual à área de transição do Cerrado e a Floresta Amazônica? Percebam que só fiz referência aos biomas, aos ecossistemas do Estado de Mato Grosso, Estado que representamos com muito orgulho. Como podemos tratar esses biomas de forma diferente? O ideal seria que o Código Florestal estabelecesse normas gerais também para esses biomas que são diferentes.

Penso que, hoje, de acordo com a nossa Constituição, não caiba aos Estados membros legislar sobre esses aspectos, mesmo em se tratando de biomas que são específicos das unidades federadas.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido isso de forma reiterada, e a principal decisão, que ainda não ocorreu, trata do Código Florestal de Santa Catarina, porque existe uma ação direta de inconstitucionalidade decidindo a respeito da competência dos Estados membros para legislar sobre esse aspecto do que seria a legislação concorrente e legislação suplementar.

Portanto, esse debate deve ser feito aqui, e nós, lá, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos um acordo com o Sr. Relator, no sentido de que esses debates também seriam trazidos para as Comissões de mérito de Meio Ambiente e Agricultura.

Senador Jayme, não podemos desprezar o setor produtivo, que deve ser respeitado e orgulhar a sociedade brasileira. Isso é fato! Não podemos deixar de entender que a Constituição da República garante, no art. 170 da Ordem Econômica, a possibilidade de produzir para que possamos, inclusive, afastar a nossa dependência de outros Estados, aqui, Estados no sentido de países. Isso significa soberania alimentar, segurança alimentar. Isso é fato!

Então, neste debate, encerro a minha fala, dizendo que o Senado tem esta grande responsabilidade: afastar o fundamentalismo de ambos os lados e buscar um Código que seja bom para brasileiros. Esse Código só pode ser bom para brasileiros se respeitar a Constituição dos brasileiros, a não ser que tenhamos que rasgar a Constituição da República ou criar outra Constituição, como alguns já estão a defender. Defendo a manutenção desta Constituição. Defendo que esta Constituição deve ser respeitada. Defendo modificações nesta Constituição, se existir essa necessidade. Um Estado que não respeita a sua Constituição não pode ser chamado de Estado, é um agrupamento de pessoas que não pode ser tido como um Estado.

Parabenizo V. Ex^a, Senador Mozarildo, que é um entusiasta deste debate sobre o pacto federativo no Brasil. Aos Deputados Estaduais, quero expressar o meu respeito, porque conheço o trabalho desempe-

nhado por eles. Eles estão lá na base recebendo os anseios da sociedade; nós estamos aqui, em Brasília, voltamos só no final de semana. Parabéns pelo trabalho que V. Ex^{as} desenvolvem nos Estados! Os Senadores do Estado de Mato Grosso se fazem presentes nesta audiência, porque entendemos que é importante para o pacto federativo e, sobretudo, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

Quero dizer que o Senador Pedro Taques vai ser muito importante nesse trabalho. Ele é um constitucionalista e um homem que evidentemente tem, como ele disse, uma missão importante. Aliás, nós todos queremos isto: eliminar os fundamentalismos e realmente buscar uma lei que possa ser, como eu falo, duradoura, mas, sobretudo, humana. Que a gente possa, de fato, permitir que os seres humanos dessas regiões possam produzir, viver bem e contribuir para o desenvolvimento do País.

Quero registrar aqui a presença, neste momento, no plenário desta Comissão, do Deputado Freire Júnior, do Estado do Tocantins, que nos honra muito com a sua presença.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, que já está inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, meu caro e prezado amigo Senador Mozarildo Cavalcanti; meu caro Deputado Mecias de Jesus, que representa o Parlamento Amazônico; meu caro Deputado José Luís, que representa a Unale; prezado e valoroso Senador Pedro Taques; demais Deputados; representantes dos Estados; Senador Cassol; meus senhores e minhas senhoras, eu serei muito rápido e objetivo na minha fala aqui, na minha intervenção.

Já ouvi, naturalmente, não só o Mecias, mas também outros Senadores que por aqui passaram, alguns Deputados. Todavia, se me permitisse, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma pequena reflexão em relação às palavras que o Senador Blairo disse aqui anteriormente.

Na verdade, eu posso aqui dizer, em alto e bom som, porque eu sou da Região Amazônia do Brasil, que a sensação que eu tenho é de que se criou um dogma em relação a todos nós, dando a entender que somos menos importantes do que um pássaro selvagem. O Blairo defendia a tese de que as pessoas que foram para essa vasta região do Brasil, nas décadas de 70 e de 80, por indução do próprio Governo Federal, não estão tendo o tratamento que merecem.

Recordo muito bem que, no primeiro conflito, Senador Pedro Taques, que houve lá no Estado do Rio Grande do Sul, em Ronda Alta, o Governo Federal transferiu algumas centenas de famílias, implantando-

-as ao longo da abertura da BR-163, lá na cidade de Terra Nova do Norte. Trata-se de um projeto do Governo Federal que levou essas pessoas para lá. Não satisfeito, outras cidades foram criadas pelo Governo Federal, dentre elas a cidade de Lucas do Rio Verde, uma cidade promissora, que foi um assentamento do antigo Incra na década de 70.

Feito isso, o que ocorre hoje? Nós vivemos numa insegurança jurídica nunca vista na história republicana deste País. O Brasil, hoje, tem mais de trezentos e tantos decretos, resoluções, portarias em relação ao Código Florestal Brasileiro. Isso traz um transtorno sério não só para o grande nem para o médio, mas também para o pequeno produtor.

Ontem mesmo, aqui – fazendo uma observação –, foi aprovada uma medida provisória dizendo que o Governo quer criar a Bolsa Verde, para dar, de três em três meses, R\$300,00, ou seja, a cada três meses, R\$300,00. Eu, particularmente, como brasileiro, defendo este País, porque acredito nele e entendo que a sociedade, sobretudo o pequeno cidadão brasileiro, não está buscando Bolsa Família, não quer sacolão. Ele quer o quê? Direito de trabalhar, de produzir. É vergonhoso quando o Governo fala: “Olha, de três em três meses, nós vamos dar R\$300,00.” Quem quer ser mendigo neste País? Não acredito que nenhum cidadão de bem, um homem que tenha vergonha na cara, queira viver de R\$300,00 de três em três meses. O que, na verdade, nós queremos chama-se oportunidade.

Eu disse e reitero aqui que, por incrível que pareça – estou aqui há quatro anos e pouco; V. Ex^a chegou há pouco tempo, menos de um ano, nesta Casa, Senador Pedro Taques –, este é um dos projetos mais importantes que nós estamos discutindo. O que estamos discutindo não é para hoje, mas para as futuras gerações do Brasil. Nós estamos mexendo com milhões de vidas do homem da cidade e do homem do campo.

Por isso, quero crer que esta matéria – V. Ex^a disse aqui – não tem que ter fundamentalismo. Nós temos que ter uma clareza do que queremos em nosso País. Nós não podemos ficar, em hipótese alguma, à mercê, muitas vezes, de interferências internacionais. Nada mais é do que eu tenho acompanhado ao longo do tempo aqui: só interferência.

O Governo brasileiro – que me desculpe aqui – tem sido contra o povo brasileiro. Digo isso porque conheço alguns países e estudei, aprofundei-me no assunto da matéria.

Quando você vai à Alemanha, fala-se em Floresta Negra. Você sabe qual é o tamanho dela? São 35 hectares de terra. É comentada no mundo inteiro. Você vai aos países da Europa, não existe APP, não existe coisa nenhuma alguma. O cara nem sabe o que é APP.

Então, neste caso, o primeiro responsável tudo que está acontecendo é o próprio Governo Federal, que não dá segurança.

Concordo com V. Ex^a, Senador Pedro Taques, quando diz que nós temos que respeitar a Constituição. É obrigação de todos nós. Todavia a própria Constituição, muitas vezes, tem atropelado o cidadão brasileiro. É de se questionar. Nós temos que fazer uma revisão na própria Constituição Federal o mais urgentemente possível para sanear algumas dúvidas de interpretação jurídica que há na própria Constituição Federal.

Eu acho, Senador Mozarildo Cavalcanti, que este evento promovido por V. Ex^a, com a participação do Presidente do Parlamento Amazônico, ela tem que ter uma participação mais efetiva, sobretudo na medida em que essa vasta região do Brasil tem sido penalizada.

Há pouco tempo, nós aprovamos uma medida provisória, Senador Pedro Taques, dando a faculdade, a liberdade, a prerrogativa para o MDA e o Incra titularem 63 milhões de hectares de terras na Região Amazônica do Brasil. Até agora não andou coisíssima alguma. Deu recursos e instrumentos, mecanismos suficientes para buscar, porque um dos maiores e graves problemas daqui, Deputados, foi, na verdade, o próprio Governo que criou.

Mato Grosso tem 500 assentamentos. Dos 500 assentamentos, 490 não tiveram acesso ao documento da terra. Isso tem penalizado. E agora passaram a ser também tratados como bandidos. Na medida em que ele não tem LAU, não tem GEO, não tem acesso ao crédito do banco. A agricultura familiar não recebe lá o Pronaf, que está inviabilizado. Então passaram a ser bolsões de miséria. Estive visitando alguns assentamentos lá e me tocou profundamente o coração, Senador, ver essa gente vivendo lá em condições sub-humanas: sem estrada, sem escola, sem saúde, sem educação, sem coisa alguma.

Essa é a política do Governo Federal. Nós temos que mudar. E temos que ser donos do nosso nariz. É inconcebível que num país como este, Senador Mozarildo, ainda haja milhares, milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria diante da falta de políticas públicas que realmente satisfaçam para que possamos tirar essas pessoas e dar-lhes cidadania. Mas não é a visão que o Governo tem, muito pelo contrário.

O Governo agora vem, manda este Código Florestal, está protelando. Por sinal, eu faço uma crítica ao Presidente dessa Comissão. Já houve mais de 100 audiências públicas na Comissão Especial lá da Câmara, liderada pelo Deputado Aldo Rebelo, e aqui já foram mais de 30. Se correr da forma como está indo, a passos de cágado, nós não vamos aprovar o Código

Florestal este ano. Vai remeter para o ano que vem. E eu não sei aonde vai parar.

Dessa maneira, enquanto estamos discutindo aqui, já ouvimos as grandes academias, Embrapa, etc. Eu quero crer que nós temos que finalizar.

Há poucos dias, ouvi uma denúncia do Senador Acir Gurgacz em relação à política do Ibama praticada no seu Estado de Rondônia: cidadãos recebendo multas de três milhões, quatro milhões, e eles não têm 400 reais no bolso.

Então eu acho que chega o momento de nós darmos um basta. E o Senado Federal tem essa missão nobre. Nós temos que ter a coragem de fazer o enfrentamento e votar aquilo que é bom para o povo brasileiro.

É claro e evidente que ninguém aqui defende o marginal, aquele cidadão que não tem compromisso com a natureza. Nós queremos o quê? Nós queremos compatibilizar o desenvolvimento com a preservação, mas nunca perdendo o homem de vista. Ele é o produto do meio e é ele que tem de ser respeitado.

A sensação que eu tenho – às vezes eu fico até indignado – é a de impotência de um Senador quando pensa que as coisas poderiam ser realmente mais claras, sobretudo respeitando aqueles que produzem e constroem a grandeza brasileira.

O Brasil, Deputados, é o País que mais respeita os povos indígenas. Temos 120 milhões de hectares de terra à disposição dos povos indígenas. Temos, ainda, quase 60% do nosso território com cobertura vegetal.

Se o Brasil for exigir, de fato, de outros países o que nosso País já pratica do Código Florestal, não contrariamos nada deles, porque eles não têm condições de oferecer nada em contrapartida. Mentira! A Europa, os Estados Unidos já desmataram tudo. Agora, é inconcebível viver nessa insegurança jurídica.

Queremos que esse Código Florestal retrate, espelhe realmente o sentimento e, sobretudo, dê garantia ao cidadão brasileiro, ao trabalhador brasileiro, ao homem do campo.

A matéria que se discute aqui já foi debatida. Estamos chegando à reta final e temos que votá-la, mas acho, sobretudo, que o Parlamento Amazônico tem um papel preponderante.

Se não me engano, esta é a primeira vez que vocês estão aqui. Vocês têm de elencar, formalizar um documento. A nossa voz e a voz dos senhores, que são os legítimos representantes do povo dos seus Estados nas Assembleias Legislativas, têm de prevalecer. Tem de ocorrer alguma ressonância aqui, porque não é esse simples debate aqui nesta Comissão que deve prevalecer. Vocês devem fazer um grande movimento. Entendo que deva ser um movimento cívico

em defesa dos interesses da população de seus, de nossos Estados.

Falar que vocês são da região Amazônia, mas o Senador Jonas Pinheiro tinha um projeto aqui nesta Casa, meu caro Senador Pedro Taques, em que tentava retirar o Mato Grosso da região Amazônia. O que ganhamos até hoje? Nada! Na década de 70, ainda havia incentivos fiscais da Sudam. De lá para cá, ganhamos porrada, ou seja, todos os dias acontecem fatos que nos deixam estarrecidos pela nossa impotência.

Hoje, de fato e de direito, ninguém sabe a quem atendemos: se à Sema, que é a Secretaria, ou se ao Ibama. Muitas vezes, o próprio Ministério Público bate duro. Mas pergunto a V. Ex^a, que é homem de lá, mas é sensato, que segurança temos? A quem devemos nos dirigir? Hoje, não sabemos.

Desta feita, Senador Mozarildo, queremos cumprimentar V. Ex^a e pedir ao Mecias, que é o Presidente, para identificar e trazer para esta Casa. Este momento é ímpar e é imperativo que nos tragam realmente e formulem.

Eu, particularmente, acho que os Estados têm competência. Conversando com os Senador Eduardo Braga, ele acha que os Estados muitas vezes não têm pessoas competentes. Eu penso, Pedro Taques, que não há nada melhor que os próprios Estados façam sua política. O Brasil é um País de dimensão continental. Em Mato Grosso mesmo, lá temos a questão do Pantanal, que aqui não foi discutida. As macegas – V. Ex^a sabe disso –, na época da seca, entram em combustão e incendeiam tudo. Ninguém põe fogo. Muito pelo contrário, aquilo vira realmente, depois de 3, 4 anos. Antes o pantaneiro sempre queimava as suas macegas. Hoje é proibido. Entretanto, de vez em quando ocorre um incêndio e 200, 300 mil hectares são queimados, porque não foi definida uma política, e o pantaneiro fica empobrecido, porque ele está inviabilizado. Como ele fazia? Ele queimava a macega e, na época das águas, ele colocasse seu gado. Hoje, não. Mas esse setor, eu quero crer, não foi ouvido ainda aqui.

É muito fácil fazer política de gabinetes, aqui em Brasília, de ar refrigerado, de pessoas que não conhecem a região Centro-Oeste, não conhecem a nossa região Amazônica, e são essas as pessoas que querem ditar as nossas regras, penalizando.

Ninguém é a favor – é bom que se esclareça – de nenhum devastador. Criminosos? Prendam. Ponham na cadeia. O que queremos é uma política justa.

Fui governador do meu Estado de 1991 a 1995. Recordo muito bem que estive na Presidência da República, conversando com Eliezer Batista – naquela oportunidade ele era Secretário Estratégico da Presidência da República –, um homem de visão. Discutimos

quase uma geopolítica diante do enfrentamento de algo que ele via, já à frente, em relação, lamentavelmente, à questão das políticas sociais. Toda família brasileira hoje está vivendo um problema de ordem social muito grande. Há uma degradação do tecido social da família brasileira. Ele me dizia: “Governador Jayme Campos, resta-nos uma saída para a nossa grande concentração na Região Sudeste do Brasil.” São Paulo já havia avançado a sua população, o Rio de Janeiro etc. Ele já tinha uma preocupação. “Só existe uma possibilidade para desconcentrarmos, naturalmente, esse peso da carga social que virá no futuro, que é ocuparmos a Região Centro-Oeste e a região Amazônica, no Brasil, que têm terras em abundância, terras férteis, clima apropriado etc.” Eu falei: “Olha, não é fácil, depende do gerenciamento do governo federal.”

E eu quero crer, Senador Pedro Taques, que se, de fato, o Governo Federal tivesse ouvido a sua sugestão, desconcentrando essa população – porque a nossa população não era muito rarefeita, vamos ser honestos aqui – ocupando, talvez não teríamos hoje esse índice de violência tão grande, que está assustando do Brasil e toda a sociedade brasileira.

Concluindo a minha participação, eu quero, nesta oportunidade, dizer que, quando se discute o Código Florestal, nós temos que fazer com que seja respeitado em segurança jurídica, sobretudo quando o Bráulio disse aqui da relação de nós termos 50% garantidos através do próprio Código Florestal. Para se ter uma noção, Senador Pedro Taques, V. Ex^a sabe, há pessoas que têm averbado na sua escritura pública, quando comprou, que poderiam derrubar 50%. Feito isso, vem uma medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso – uma medida provisória – que proibiu, ou seja, o cidadão perdeu aquilo que tinha. Muitas vezes até tentou preservar, até mesmo por condições financeiras não tinha condições de fazer o seu desmatamento, mas hoje ele perdeu. Inviabilizou a sua propriedade diante do quê? De uma medida provisória que está há 14 anos no limbo na Câmara Federal, mas não tiveram a coragem de aprovar.

O que precisamos é, de fato, ter a consciência e, sobretudo, ter a coragem, o espírito democrático e de altivez para nós propiciarmos leis que realmente possam atender o cidadão brasileiro, não interesses internacionais.

O Brasil é muito competitivo, sabiam? Mato Grosso é um exemplo. Nós trazemos soja a 1.600 quilômetros do norte do Estado, ao longo da BR-163, vamos para o Porto de Paranaguá ou vamos para o Porto de Santos, exportamos e somos competitivos com os americanos lá fora.

E no Brasil há um contraditório grande. Para vocês terem noção, estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos. Somos, contudo, um país que hoje tem todas as condições de produzir para não só atender a nossa demanda, mas, sobretudo, para exportar.

Um exemplo só, Senador Pedro Taques, e V. Ex^a sabe. O Governo Federal, de forma desrespeitosa, baixou um decreto inviabilizando o plantio de cana na bacia do Alto Paraguai. Temos lá um potencial fantástico. Por incrível que pareça, nós tínhamos ali algo parecido, Mecias, já de três ou quatro usinas produzindo há 20, 30 anos. Todavia, agora, disseram que nós não podíamos mais plantar. Essas áreas foram inutilizadas há 200 anos, porque eram áreas no ciclo do diamante – V. Ex^a sabe disso perfeitamente – e agora foram inviabilizadas por um simples decreto do Governo Federal. São áreas abertas já. Não desmatamos um pé de mato. Muito pelo contrário, nós íamos produzir em cima de áreas degradadas, que iam nos possibilitar o quê? Produzir, gerar empregos e impostos para o governo.

Então, concluindo aqui, cumprimento os senhores e faço este apelo para que o Parlamento participe de forma mais efetiva. Não sei quais são os instrumentos, ferramentas que estão buscando, mas os senhores têm que ter uma participação efetiva nesse grande debate, que é um debate nacional, um debate também de soberania nacional.

Meu caro e valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a é um defensor intransigente, grande brasileiro. Tem peito, tem coragem, vem aqui e fala, porque há muitos que jogam para plateia. Ficam aqui só aparecendo em televisão. O Senador Mozarildo é um homem que tem suas convicções. É um homem a quem respeito e por quem tenho a maior, diante da sua coragem de falar aquilo que de fato representa o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Jayme Campos, tanto no que tange à questão que estamos aqui debatendo, o Código Florestal, mostrando realmente as incoerências existentes na legislação atual, como também as palavras dirigidas a minha pessoa.

Eu quero aqui também registrar a presença do Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Pará. Já registrei a presença do Deputado Freire Júnior, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins. Quero, assim como tiveram oportunidade de falar deputados de Rondônia e do Mato Grosso, ouvir o Deputado Freire Júnior, que chegou primeiro, e depois, o Deputado Manoel Pioneiro.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero, em

primeiro lugar, e devo, antes de qualquer outra palavra, pedir minhas escusas pelo atraso. Chegando ontem, ainda, de Palmas, agora, pela manhã, fui convocado pelo governador para outra reunião e acabei atrasando a minha chegada aqui, o que não era da minha intenção, muito menos da minha vontade.

Mas quero, Deputado Mecias, nobre Presidente, parabenizá-lo, não só por essa iniciativa, mas pelo trabalho que, paulatinamente, ao longo do tempo, vem sendo feito por V. Ex^a no sentido de fortalecer as instituições do Parlamento Amazônico e da região Amazônica, Presidente, Senador Mozarildo.

Nós vivemos uma realidade – e eu ouvi aqui a fala do Senador Pedro Taques e ouvi a fala do Senador Jayme Campos, ambos da região Amazônica, ambos profundos conhecedores da nossa dura, triste, inaceitável realidade – de insegurança jurídica, a ponto de um decreto proibir plantio de cana-de-açúcar já replantada. Há a insegurança ou a incerteza da aprovação, ou não, do Código Florestal. Há também um elenco de normas, de instruções, de portarias, enfim, normativas de toda natureza, a ponto de não se saber quem vai atuar: se a Secretaria do Meio Ambiente, no caso a Sema, no Estado do Mato Grosso, ou, no caso do Tocantins, o Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, órgãos que zelam do meio ambiente nos Estados, e penso que nos outros Estados também. Não sabemos se é o Ibama ou se é o Naturatins. Há uma superposição de funções e atribuições, que são nefastas não só pela falta ou pela impossibilidade de uma ação mais efetiva dos órgãos e pela insegurança jurídica, repito, que isso traz.

Portanto, é imprescindível e é necessário que nós possamos, com essas ações que estamos aqui desenvolvendo, avançar no sentido de forçar o Senado Federal a aprovar o Código Florestal na forma em que foi aprovado na Câmara e veio para esta Casa. Não é possível mais que não estejam sensibilizados os membros desta Casa, membros do Senado Federal, para essa realidade, que não só traz prejuízos para a Região Norte, a região Amazônica do País, mas para o Brasil de forma geral.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo, Deputado Mecias, por essas iniciativas e reiterar o nosso apoio, a nossa disposição de envidar todos os esforços para que nós possamos alcançar o sucesso nessa empreitada.

Parabéns a V. Ex^a! Parabéns, Senador Mozarildo do Cavalcanti!

E já registro a nossa gratidão, o nosso reconhecimento pelo apoio que V. Ex^a tem dado a esta causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao Senador Redita-

rio Cassol, eu queria só, Senador, se o senhor permitir, sugerir ouvir o deputado Presidente da Assembleia do Pará, até porque pode ser que ele diga alguma coisa que V. Ex^a queira complementar. Vamos ouvir, então, o Presidente da Assembleia do Pará e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. REDITARIO CASSOL (PP – RO) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, demais Senadores, autoridades que compõem a Mesa, deputados que estão aqui representando os Estados e todos os presentes.

Para mim é uma grande satisfação, sem dúvida nenhuma, encontrar aqui novamente nos debates que já tenho acompanhado o Presidente Acir Gurgacz.

O Código Florestal, aliado com a agricultura, porque um depende do outro, é importantíssimo nós apressarmos realmente para aprovação. Quanto mais urgente, melhor, para acabar com este abuso que nós temos aí em certos setores.

O Senador que falou recentemente, antes do ilustre, tratou sobre multas que o Ibama tem aplicado aos agricultores. Não é só o Ibama. Esta semana que passou houve reclamações em Rondônia da parte do Ministério Público.

Acho que isso não pode jamais continuar, porque, se houve erros anteriores, a maioria dos erros era dos próprios governantes. Tinha que derrubar para não perder o lote. Se não era derrubada determinada quantidade do lote, não liberava a escritura, o título, que era através do Incra. Não vamos dizer que não houve erros a mais, mas para tudo tem meios para recuperar aquela mata que foi destruída, sem dúvida nenhuma, fazendo reflorestamento ou com a própria natureza.

Se é para o Ministério Público e o Ibama continuarem com essas perseguições ao nosso agricultor, principalmente aos pequenos pecuaristas, a primeira notificação, a primeira multa que deveria ser aplicada, o ilustre deputado estadual que está aqui presente, como de outro Estado, como deputados com certeza também houve o mesmo regime. Quando estávamos morando em Santa Catarina, meu finado pai mexia com pequena madeireira, lá tínhamos que plantar ou pagar. Era o Instituto Nacional do Pinho. Em 1977 mudamos para Rondônia e em 1980 começamos com madeireira lá.

Lá, a história foi diferente. Foi extinto o Instituto Nacional do Pinho, entrou outro e depois criaram o Ibama. O Ibama cobrava a reposição florestal. Nós pagávamos e estamos pagando hoje a reposição florestal. Falei aqui nesta Casa anteriormente. O Ibama cobrava de todos os madeireiros a reposição florestal. Santa Catarina, que tinha que plantar ou pagar para plantar, há dois anos me surpreendeu. Quando fui visitar minha terra natal, duas grandes madeireiras naquele distrito, com imenso número de funcionários,

serrando madeira do reflorestamento. Vejam bem, em Rondônia, não tivemos esse prazer. Por que o Ibama não fez a reposição?

Volto a falar aquilo que falei, e é bom que o ilustre Deputado leve ao conhecimento da nossa população, principalmente à Assembleia Legislativa, da qual fez parte por quatro anos, tendo sido 1º Secretário, onde foi autor da criação de 17 municípios no Estado de Rondônia: Ilustre Deputado, se vocês, Deputados da Assembleia Legislativa, descobrirem onde é que o Ibama fez o reflorestamento daquilo que ele cobrava, que cobrou todo esse tempo, eu dou um jeito de pagar, por cada pé de árvore, uma Mercedes importada, porque houve um erro muito grande do Ibama, que não plantou, até hoje não descobri onde o Ibama plantou um pé de árvore. Está ali notificando esse ou aquele, perseguindo os madeireiros que tiram o pau já seco, derrubado. Tem madeira presa ao longo dessa rodovia. Não é, Deputado? Foi presa. Está na Polícia Federal a madeira apodrecendo, nas cidades, e assim afora.

Vejam bem como são as coisas, sendo o erro maior, em primeiro lugar, dos nossos governantes. Temos de apressar a aprovação disso. Como diz o ditado do gaúcho, “botar as cartas na mesa” e fazer, mas não somente nós, agricultores, de que faço parte. Criei-me na roça, também na pecuária, eu me incluo entre eles, como a maioria dos Senadores, que são pecuaristas ou agricultores. Vejam bem, é preciso passar a responsabilidade também aos nossos governantes para que eles a cumpram, porque o Governo anterior não cumpriu, o Ibama não cumpriu, de forma nenhuma. Eu não condeno esse que está aí, porque é coisa anterior a ele.

Então, está na hora de dizer um basta para essas notificações, que eles aguardem a aprovação, primeiro, do Senado e da Câmara, para a decisão definitiva sobre o Código Florestal, em acordo entre a agricultura e a parte ambiental, a pecuária, porque tudo faz parte. Sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, é importante a mata ciliar. É importantíssima!

Fiz um movimento há dez anos. Às custas da empresa Cassol, nós levantamos no Estado toda a situação dos rios, fizemos um projeto e entregamos para a Secretaria de Meio Ambiente. O Estado deu início ao trabalho na ocasião. Ao Ibama também, da mesma forma, entregamos e nem bola ele deu, não se importou em se aliar, se irmanar, fazer um trabalho pelo menos de conquistar os proprietários, pelo menos de afastar do leito do rio, das nascentes, afastar das lavouras, do leito dos riachos afora. E nada, eles nem quiseram falar, só pensam em notificar, esqueceram dos erros que eles cometeram.

Então, Sr. Presidente, nobres Senadores, companheiros desta Casa, vamos nos aliar, vamos apressar a aprovação, sempre pensando como os ilustres estão preocupados, principalmente o companheiro que andou em muitas caminhadas, o Senador Acir, de Rondônia. Vejam bem! Na preocupação, na defesa de nosso agricultor – principalmente ao pequeno pecuarista. É isso o que nós precisamos. É importantíssimo (é importantíssimo) mata! Claro que precisa! Mas em primeiro lugar é a água que nós temos de salvar. Isso é o que é mais importante. Agora, não adianta fazer o pequeno agricultor, que tem Estado em que o agricultor tem 10 hectares, ter que abandonar o eito de sua pequena laboria para fazer florestamento. Eu acho que não há necessidade disso com os pequenos, de forma nenhuma.

Então, isso é importantíssimo que nós, realmente irmanados, não nos apressarmos muito rapidamente. E puxar a orelha também dos governantes que não passam a cumprir com suas obrigações, como o caso do Ibama. Portanto, é o caso, ilustre Deputado, de nós pensarmos muito: aonde foi esse dinheiro que o Ibama arrecadou para a reposição florestal. Acho que esta Casa, ilustre Presidente, nós teríamos, principalmente por iniciativa de V. Ex^a, requerer a prestação de conta de onde eles fizeram esse reflorestamento, o que eles fizeram com esse dinheiro? Porque o que era destinado à reposição florestal deveria ter sido pelo menos uma parte de reposição florestal.

Portanto, eu agradeço de coração a mente para este amor que os ilustres estão tendo para realmente nós resolvermos o Código Florestal dentro daquilo que não venha a prejudicar principalmente os pequenos, de forma nenhuma. É claro que é necessário. Muito importante, sem dúvida nenhuma! Mas nós não podemos deixar prejudicar aqueles que trabalharam com sacrifício, estão produzindo e cometeram um erro porque era mandado pelos próprios governantes, pelo próprio Governo Federal.

Meu abraço, minha consideração, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Reditario Cassol, por suas colocações. V. Ex^a tem toda razão: nós precisamos buscar... Onde foi parar aquele dinheiro que o Ibama recolheu ao longo de muitos anos para o reflorestamento e tal...

Nós vamos, junto com V. Ex^a, fazer um requerimento ao Ibama, que ele venha aqui prestar conta do que foi feito. Me alio a V. Ex^a para que a gente faça um requerimento convidando o Ibama para das as explicações necessárias. De repente, ele até ganha essa Mercedes que o senhor está colocando. Vai que

a gente consegue essa Mercedes... Não sei, eu estou na fila aí da...

Brincadeiras à parte, para deixar nossa audiência mais tranquila, vamos, sim, junto com V. Ex^a fazer o requerimento. Peço que nossa assessoria faça o requerimento e convidemos o Ibama aqui para falar, especificamente, sobre o que foi feito com aquele dinheiro que foi arrecadado através dos madeireiros, dos produtores que fizeram o desmatamento, utilizaram as madeiras, recolheram aquelas taxas – e não sabemos aonde foi. Plantado não foi! Isso nós sabemos.

Muito obrigado, Senador Cassol, por sua colocação. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Passo a palavra agora ao Deputado Freire Júnior... Já falou? Ah, sim... Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Já tinha falado, mas V. Ex^a me chamou novamente e vou aproveitar a deixa, até para poder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O importante é o debate.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Um debate aberto e franco para poder colaborar com as colocações feitas pelo nobre Senador que me antecedeu. Eu entendo, Sr. Presidente, que essa questão de fazer um requerimento ao Ibama para ver onde... Acho que essa é uma questão acessória dentro do processo de urgência – e de que precisamos – para que se vote o Código Florestal. Essa pode ser uma ação – e até deve ser – uma ação paralela, mas com a prioridade, com o foco. Nós não podemos perder o foco sob pena de nossos esforços se diluírem nesse processo que, para nós, é fundamental. Eu não estou, nobre Senador, discordando de V. Ex^a. Eu entendo que é preciso. Mas pode e deve ser feito esse tipo de requerimento, volto a repetir, como uma questão secundária, acessória. Porque, se V. Ex^a puder juntar o esforço que vai despender para fazer o requerimento, junte esse esforço para fazer com que a Casa, o Senado Federal, se sensibilize para votar, para provocar o Presidente da Casa, os líderes partidários para colocar na pauta o que é que nós queremos de fato. Entende, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem... Obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Penso que se nós alcançarmos este objetivo: centrar o foco, envidar todos os esforços, juntar – não só os Parlamen-

tos – os Poderes Judiciários, os Ministérios Públicos Estaduais, os Governos Estaduais, sensibilizar toda a

sociedade, não só da região norte, da região amazônica, mas até mesmo das demais regiões, que isso é fundamental para todos, não é só para o Parlamento, não é só para a região amazônica – é para o Brasil!

Nós não podemos continuar desgastando e gastando ações na justiça... Enfim, essa insegurança jurídica não pode perdurar. O Deputado Aldo Rebelo fez um grande trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – É preciso... Apenas era essa colocação, Sr. Presidente, no sentido de nós, mais uma vez, focarmos a grande questão que é a votação do Código Florestal. Obrigado, por V. Ex^a ter me concedido esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deputado Freire, nós estamos concentrados na aprovação do Código Florestal – todos os Senadores.

Nós estivemos anteontem à noite em uma reunião com a Ministra Ideli, Ministra Izabella, Ministro da Agricultura, Ministro Afonso do MDA, os Presidentes das três Comissões, os dois relatores traçamos um cronograma para se aprovar o Código Florestal no menor tempo possível.

Nós aqui estamos fazendo todo esforço possível para aprovar, o mais rápido, o Código Florestal Brasileiro, a ponto de termos audiências públicas, somente em conjunto, entre as Comissões que estão discutindo este tema: Agricultura, Meio Ambiente, Constituição e Justiça. Vamos para a votação também em conjunto. Estamos vendo a parte legal de como fazê-lo. Se aprovarmos um requerimento, Senador Mozarildo, para votarmos em uma votação única, a equipe jurídica está analisando se é possível, se não vamos estar todos os Presidentes em uma mesma sala, com todos os Senadores relativos às Comissões, e fazer três votações simultâneas. Mas vamos fazê-la no mesmo dia... Tudo isso na concentração de aprovarmos o Código Florestal Brasileiro. Portanto, o requerimento que o Deputado Reditario sugere não anulará e não terá o menor atrapalho para a votação do Código Florestal Brasileiro. O que nós não podemos é parar o País, ou qualquer outra função, por causa do Código Florestal.

Nós estamos dando a celeridade que o Código Florestal exige, não só para nós amazônidas, mas para o Brasil inteiro. Esse esforço, eu não posso negar, está acontecendo aqui por parte, principalmente de nossos Relatores: Luiz Henrique e Jorge Viana. Estão se empenhando ao máximo! Fazem reuniões de manhã, de tarde, à noite, de madrugada. Já fizemos reuniões, quatro ou cinco reuniões por dia, buscando o entendimento. O que nós não queremos...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento de que V. Ex^a, por passar dias em reuniões e audiências públicas, ficaram sem almoçar para não perder a hora. Sem almoçar! Passaram naquele dia... Foi numa sexta-feira, não me recordo o dia, lá em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sexta-feira em Santa Catarina e depois em Vilhena também.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Justamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, o esforço é muito grande dos nossos relatores e dos demais presentes: Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga... Enfim, todos nós pensamos aqui Código Florestal 24 horas por dia, só para justificar.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Pioneiro, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

V. Ex^a tem cinco minutos para as suas colocações. Muito obrigado.

O SR. MANOEL PIONEIRO (PSDB – PA) – Eu consigo, Senador, porque sou muito prático e, às vezes, até breve.

Em primeiro lugar, cumprimentar aqui o nosso Senador Mozarildo, que estava presidindo até ainda há pouco, o Senador Acir, meu caro Deputado Mecias, Presidente do nosso Parlamento amazônico, meu caro Tchê, Presidente da Unale, a quem agradeço o convite de estarmos fazendo parte desse momento aqui.

Meus caros Senadores, meus caros Deputados, o problema da Amazônia é muito sério. Nós temos a Constituição Federal que nos permite e dá condições aos Estados, meus caros Senadores, para que também possam participar e decidir sobre os seus Municípios, sobre o seu território.

Nós, no Estado do Pará, temos 1 milhão 250 mil metros quadrados de terras e hoje estamos vendo o Estado do Pará na iminência de ser dividido em três Estados. Mas isso caberá à população, no dia 11 de dezembro. Isso não é só discurso, mas são problemas sérios que eu vou mostrar a diferenciação entre uma área, uma região e outra.

E quero dizer aqui que, enquanto nós não tivermos, como já foi feito no Estado do Pará, o código econômico ecológico por região, em cada Estado, nós vamos continuar pecando, brigando, lutando. A Amazônia ficará decidido que terá 80% da sua área de preservação territorial de mata.

Como é que nós vamos fazer numa região no Estado do Pará, por exemplo, chamada nordeste paraense que já tem mais de 200 anos? Essa região foi desmatada. Hoje é área antropizada, diferentemente

do sul do Pará, onde, desde 1970, foi convocado pelo Governo Federal, através da Voz do Brasil, que já não se ouve quase, todo o povo do Brasil para que fosse habitar aquela região, para que fosse para ali fazer as suas derrubadas, como foi o caso do meu pai, meus tios, várias pessoas que hoje já estão com seus 80, 85 anos de idade, que não sabem mais o que fazer, foram para cuidar de boi, por exemplo. Incentivados a derrubar 50% da terra, caso contrário não teriam a documentação dessas terras.

Hoje, essas mesmas terras, que podem estar com 50%, 60% de derrubada, serão obrigadas a serem reflorestadas. Enquanto nós temos, no nordeste paraense, como disse ainda há pouco, uma área que já tem mais de 200 anos que está antropizada.

Eu só vejo uma solução nisso tudo: é a Constituição Federal, continuando dando permissão a que seus governadores possam, em cada Estado, ter a decisão de fazer o seu próprio código econômico ecológico. Assim, nós passaremos a ter decisões tomadas, onde o Estado do Pará hoje, que tem de 64% a 74% de área preservada e é tido como um dos Estados mais devastadores. Por incrível que pareça, é o Estado que só aparece na imprensa por coisas ruins. Dificilmente, nós estamos ouvindo falar no Estado do Pará.

Há poucos dias, estive andando com o governador do Pará e com o governador do Mato Grosso, numa caravana, percorrendo a Santarém-Cuiabá. Andamos pela BR-163 e estávamos vendo a situação do Mato Grosso, que precisa exportar os seus grãos. Esses grãos poderão ser transportados, pura e simplesmente, pelos portos que temos em Santarém e também num Município chamado Itaituba, Municípios esses territorialmente grandes.

E nós não estamos vendo outra saída. Nós estamos vendo hoje Mato Grosso ter que transportar o seu produto, saindo de lá, chegando até Santos e voltando pela mesma região, fazendo o mesmo percurso. Isso tudo para demonstrar o que nós temos de desenvolvimento naquelas regiões.

O oeste do Pará nós já votamos na assembleia o código econômico ecológico, para que pudesse ter aquela região uma decisão, uma definição. Foi feito. Mas precisamos para as outras regiões. Não adiantou porque o Código Florestal, que deve ser votado nacionalmente, está emperrado. Enquanto não tivermos a decisão de que já passou na Câmara dos Deputados... Agora nós acreditamos, Senador Acir, que podemos ter o apoio de V. Ex^{as} para que possamos ter um mínimo de sensibilidade porque em cada região o caso é diferente. É diferente caso a caso. Não existem, hoje, Municípios... No Estado do Pará, por exemplo, temos Municípios que estão praticamente em zero, assim

como temos as regiões metropolitanas, onde também não estamos vendo a briga, a luta, para segurar a proteção do pouco verde que ainda existe. Vemos construções já saindo da zona rural e entrando na urbana. Vemos as poucas áreas verdes serem transformadas em condomínios.

Agora nos voltamos para o produtor. O produtor que coloca o feijão, o arroz, os grãos na nossa mesa, é tido como bandido, como desmatador. Outrora era herói, outrora era o homem que veio para salvar o País, para proteger a Amazônia, para proteger as áreas que nós temos de fronteiras. Hoje, essa mesma população, esses mesmos senhores que outrora eram desbravadores, virarem pura e simplesmente desmatadores e são perseguidos.

Tivemos no Pará, também, assim como em toda a Amazônia, aquela ação Arco de Fogo. Essa mesma ação Arco de Fogo, que tivemos no Pará, atingiu vários Municípios de outros Estados. Nós vimos um Município, no Estado do Pará, se soerguer. É um Município que colocou fogo no Incra, que colocou fogo em máquinas. A população se revoltou. Lá estiveram o Ibama, a Polícia Federal e vários órgãos do Governo Federal. Foi o Município de Paragominas. Esse Município, hoje, tem desmatamento zero. Esse Município, hoje, saiu de uma zona de desmatamento e é um exemplo de como se refloresta.

Hoje, quando se fala em reflorestamento, quando você quer fazer um reflorestamento para desmatar em seguida... Não é preciso tirar um pau novo – e vamos deixar bem claro, Mozarildo. Não é preciso desmatar nada. A mata virgem não precisa ser tocada. O que nós temos já serve. Mas, quando você quer tirar uma licença ambiental para fazer um reflorestamento para Paricá, para qualquer madeira no Estado do Pará, essa licença ambiental leva, no mínimo, quase dois anos. Como vamos resolver uma situação como essa?

Temos outros problemas que também devem ser resolvidos nesse novo Código Florestal. Temos áreas dominadas pelo Incra e outras que são dominadas pelo Iterpa – Instituto de Terras do Estado do Pará. Um não pode dar o título definitivo; o outro também não. Começamos a ter problemas. O produtor já está há 20, 30 anos, naquela área e passa a ser grileiro.

São coisas desse tipo que, acho, temos de estudar muito.

Esse nosso tempo é muito curto e cheguei atrasado. Dizem que quem chega atrasado não tem direito à mesa e nem à fala. Agradeço o tempo que me deram, mas o Pará já foi a terra da borracha, a terra da castanha, já foi um dos maiores exportadores de madeira. Hoje é o quinto na produção de gado, de boi. O Pará, hoje, é o segundo maior produtor de minério, também

produz muitos grãos. Está partindo para ser um dos maiores produtores de biodiesel do País. Então, não vejo como não termos a sensibilidade de estudarmos e de fazermos com que o Código Florestal deixe que os Estados decidam e garatam que não teremos, de maneira alguma, o avanço na floresta virgem.

Portanto, caro Senador, muito obrigado pelo aparte. Agradeço a oportunidade aos Senhores. Quero juntar-me a todos os deputados estaduais, federais e senadores para que possamos fazer um Código Florestal justo para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

Para as considerações finais, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador Acir, Senador Mozarildo, Senado Cassol, caros colegas, quero dizer da alegria de estar aqui e dizer muito obrigado pela oportunidade que os senhores nos concederam, concederam às Assembleias da Amazônia, ao Parlamento Amazônico, à Unale de falar aqui hoje sobre as nossas questões.

Nós estamos encaminhando – como já pediu o Senador Jayme Campos, a quem parabeno pelas palavras aqui e agradeço – a todos os senadores, ao gabinete de V. Ex^{as} as propostas do Parlamento Amazônico, das Assembleias da Amazônia para o Código Florestal. Estará em vossos gabinetes. De antemão, eu também o parabeno pela ideia, pela emenda que, certamente, resolverá todas essas questões, questões que o Pioneiro falou, que os deputados do Maranhão, de Rondônia, do Tocantins falaram. Sem dúvida nenhuma, sendo aprovada, Senador, essa emenda resolverá os nossos problemas.

Não adianta olhar o fundamentalismo, como disse o Senador Pedro Taques, e esquecer o homem, porque, em alguns momentos, um pássaro, sem dúvida, está valendo mais do que um homem, muito mais. Eu acho que os dois têm seus valores, valores diferentes, valores diferenciados. A vida humana tem que ser preservada. E nós agradecemos e reconhecemos a luta do Senado Federal através de V. Ex^{as} para a aprovação do Código Florestal.

O Deputado Aldo Rebelo visitou o Brasil. Conheceu, conversou com deputados estaduais, com vereadores, com produtores rurais em todos esses rincões do País para apresentar aquela proposta. E eu tenho certeza de que ela será melhorada ainda mais aqui, no Senado Federal, para o engrandecimento do Brasil e da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias.

Para as suas considerações, Deputado Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Presidente, na realidade, quero agradecer a oportunidade que a gente vem tendo. Quero já confirmar essa nossa nova reunião, nossa nova audiência com os deputados estaduais do Brasil todo. Faremos uma reunião e a gente entra em contato rapidamente, porque eu acho que é extremamente importante, antes de fechar essa questão do Código Florestal, nós ouvirmos deputados do Brasil todo. Tenho certeza absoluta de que a gente consegue mobilizar isso porque há interesse dos deputados estaduais. É um momento em que os deputados estaduais sempre pleiteiam que a gente acaba virando cabo eleitoral de deputado federal e de senador, mas essa é a grande oportunidade que temos de, juntos, fazer esse trabalho nessa questão do Código Florestal.

Na realidade, a compensação, de que tenho tanto falado, e falo muito do meu Estado, eu tenho certeza absoluta de que pode e deve ser levada em conta porque é um Estado da região Amazônica pobre. Precisamos que aquele nosso homem tenha um prato de comida na sua mesa. Precisamos trabalhar a questão de geração de emprego e renda. E, se o nosso maior patrimônio do Estado do Acre é a floresta, por que nós não temos essa compensação?

Então, fica aqui o meu agradecimento ao Senador Mozarildo, aos deputados estaduais, aos nossos senadores que se encontram aqui neste momento. Tenho certeza de que teremos outra oportunidade para a gente dar nossa contribuição. Quero dizer aos Senadores e Deputados que a Unale está sempre à disposição de todos para a gente enriquecer cada vez mais o nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luis Tchê pela sua presença e pelo seu pronunciamento.

Também cumprimento, mais uma vez, o Senador Mozarildo pela iniciativa de trazer a esta Casa e a nossa Comissão esse debate tão importante. Realmente estava faltando a participação dos Estados através dos nossos deputados estaduais, que hoje têm a oportunidade de trazer o pensamento, o sentimento de cada Estado, principalmente da nossa Amazônia, que é vista como uma beleza do mundo, o pulmão do mundo, mas, por outro lado, nós, amazônidas, somos vistos como intrusos na Amazônia e nós estamos lá para cuidar da Amazônia. Eu tinha colocado, Deputado Mecias, que, para cuidar da Amazônia, tem que cuidar das pessoas que vivem lá. Somos nós que cuidamos

da Amazônia, nós, que cuidamos da preservação da Amazônia. Tenho certeza de que este é o interesse de todos nós, amazônidas.

Portanto, cumprimento o Senador Mozarildo pela iniciativa e pelo belo trabalho que sempre faz em favor do seu Estado de Roraima na Comissão, no plenário, no dia a dia. S. Ex^a nos convoca sempre para estarmos juntos em defesa da nossa Amazônia.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Senador Acir, eu quero agradecer a V. Ex^a e também ao Senador Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente. S. Ex^a passou aqui, mas tinha outro compromisso. O Senador Rollemberg está inclusive inteirado da questão e vai receber esses documentos que serão produzidos pelo Parlamento Amazônico e, espero, também em conjunto, pela Unale.

Inicialmente pedimos uma reunião conjunta com o Ministério de Reforma Agrária e Agricultura, Meio Ambiente, a Subcomissão Permanente da Amazônia, que é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pela Senadora Vanessa. Por quê? Porque realmente o que nós estávamos vendo é que precisava estar mais presente aqui a voz dos deputados estaduais, notadamente da Amazônia e da faixa de fronteira, mas, como disse o nosso Presidente da Unale, de todo o País. Ouvimos a academia, os doutores, ouvimos as instituições científicas, ouvimos os ambientalistas e temos que ouvir, de fato, quem mora lá, quem vive a realidade.

Como disse muito bem o Senador Acir, nós que vivemos na Amazônia somos vistos como intrusos. Aliás, quando retiraram as 400 famílias da reserva Raposa Serra do Sol, o termo usado foi desintrusão das pessoas. Então, aquelas pessoas que foram para lá há mais de dois séculos eram intrusos no País.

De qualquer forma, sinto, Senador Acir, pelo esforço de V. Ex^a, do Senador Rollemberg e dos dois relatores, que estamos caminhando realmente para um consenso. Não é uma tarefa fácil. Vejam que na Câmara foi uma batalha dura, e foi ressaltado aqui o trabalho do Deputado Aldo Rebelo, que é um homem nacionalista, preocupado com as questões das pessoas. Aqui, no Senado, como Casa Revisora, temos que aperfeiçoar qualquer eventual falha. Não podemos ficar, como a história da música, como a “Geni”. Todo mundo atira pedra em quem vive na Amazônia. Acusam a Amazônia. Aliás, eu li um livro de um célebre escritor que disse que, na Amazônia, existe um conjunto de bandidos: quem

queima, quem derruba mata. E como disse o Senador Acir: como pensar em preservar, quando você vê uma pessoa morando na floresta ou tendo um terreno dado até pelo Incra contemplando a árvore e morrendo de fome, vendo a sua família morrer de fome? Então, não é só com essa política de bolsa verde que o Governo Federal vai efetivamente motivar as pessoas a terem consciência de que preserve, mas que também possam produzir. Não pode ter só uma coisa.

Fico muito feliz por ter – o Senador Acir inclusive foi quem liderou a possibilidade dessa reunião, já que as duas Comissões, tanto da Agricultura quanto do Meio Ambiente, estão assoberbadas de reunião, umas atrás das outras – tido a oportunidade de ouvir vocês. Tivemos seis Estados do Brasil representados aqui, coincidentemente todos da Amazônia, mas espero que de fato possamos ter essa contribuição de vocês e poder, portanto, fechar o relatório dos dois relatores e, como disse o Senador Acir, se possível, votar conjuntamente, senão, votar na mesma sala, no mesmo dia.

Muito obrigado a todos.

Fico muito feliz pela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Também agradeço ao Deputado do meu Estado Ribamar Araújo pela presença. Transmita o nosso abraço ao nosso Presidente Valter Araújo pela condução dos trabalhos à frente da Assembleia juntamente com os demais deputados estaduais do meu querido Estado de Rondônia.

Agradeço a presença do Luis Tchê, do Deputado Mecias de Jesus, do Deputado Eri Soares, Deputado Freire Junior, Deputado Manuel Pioneiro, Referências ao nobre Senador Reditário Cassol, que sempre tem nos acompanhado.

Quero dizer que hoje fiquei muito feliz, porque aquilo que vínhamos falando, Senador Mozarildo, não só aqui na Comissão, mas no plenário, todos os Senhores falaram também. Há pouco tempo eu era uma voz solitária com relação a esse assunto aqui, era um desafio falar a favor da Amazônia, Deputado, porque ninguém conhece a Amazônia, além da gente. Com certeza, o Senador Mozarildo sempre nos acompanhou quando falávamos da preocupação com os amazônidas. Não queremos derrubar a Amazônia, derrubar a floresta amazônica, queremos preservar a Amazônia, mas era difícil falar sobre esse assunto aqui no Congresso Nacional, era difícil falar na tribuna sobre esse assunto. Aos poucos nós fomos mostrando. Tenho andado em todo o País levando essa mensagem da Amazônia. Ou cada Estado pegue de volta os seus hoje amazônidas. Temos lá na Amazônia gaúchos, paranaenses, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, maranhenses, cearenses, paraibanos, enfim, o Brasil todo

mandou uma parcela de pessoas para ajudar a integrar a Amazônia. Então, hoje, tenho andado por todo o país levando as informações, buscando apoio para que a nossa Amazônia possa continuar recebendo a nós todos, produzindo naquela região.

Agradeço a todos pela presença aqui e pelo maravilhoso debate que tivemos hoje, junto com o Senador Mozarildo, demais Senadores, Senador Perrella, que acaba de chegar, o Senador Clésio Andrade, que também acaba de chegar. Muito obrigado pela presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 54ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e onze, na sala 02, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública realizada, nos termos do Requerimento nº 97, de 2011–CDH, aprovado em 07/07/11, de autoria do Senador Paulo Paim, para “para debater a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e os Direitos Humanos”. Convidados: Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Alexandre Agra Belmonte, Desembargador Federal do Trabalho; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA; João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; Pedro Luciano de Oliveira Dornelles, Advogado; André Luis dos Santos, Assessor Parlamentar; Rumiko Tanaka, Diretora de Finanças da CONTEC, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito; Warley Martins Gonçalves, Presidente da COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Francisco

Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Imobiliária; Idelmar Da Mota Lima, Segundo Secretário da CNTC; Moacyr Roberto, Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; José Calixto Ramos, Presidente da CNTI e NCST; Francisco Antonio Feijó, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL; José Leão De Almeida, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde no Brasil; Sérgio Luiz da Costa, Presidente do Sindicato dos Bancários do Goiás; Isaú Joaquim Chalon, Presidente da UGT-DF; Silas da Silva, Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Hamilton Dias, Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; e Chico Bezerra, Coordenador do Fórum Sindical. **EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento nº 111-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública debater com os aposentados e pensionistas a redução de encargos na folha de pagamento, o veto ao reajustes dos aposentados e pensionistas na LDO e o fim do fator previdenciário. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento nº 112-CDH, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para discutir 'A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e onze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom-dia a todos. Vamos iniciar nossos trabalhos.

Declaro aberta a 54ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 97, de 2011, da CDH, aprovado em 7 de julho de 2011, de autoria deste Senador e de outros. O objetivo desta audiência vai ser debater a CLT e os direitos humanos.

Queremos deixar claro ao Brasil, que nos assiste neste momento, que esta audiência pública foi uma provocação positiva, afirmativa do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Em conversa com este Sena-

dor, demonstraram sua preocupação em defesa dos direitos dos trabalhadores, da nossa CLT e da própria Constituição.

Por isto, é mais do que justo que a gente realize aqui, no Auditório Petrônio Portella, com a presença de centenas de sindicalistas, o debate de um tema que nos é tão caro. CLT e direitos dos trabalhadores têm tudo a ver com direitos humanos. Eu poderia até dizer que está hoje contemplado na nossa Constituição o que está contemplado em inúmeros projetos que avançamos além do texto original da CLT foi inspirado na própria CLT lá na época de Getúlio Vargas, como vi aqui nos cartazes e vejo aqui, à minha direita, colocado por vocês.

Parabéns, sindicalistas de todo o Brasil! Sejam bem-vindos ao Senado da República e que esta audiência pública proposta pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores seja uma mola que impulse a mobilização em todo o País para que, efetivamente, a gente consagre os direitos que já estão na CLT e que a gente possa avançar mais.

Por que não dizer já na abertura e posso me guiar nas próprias chamadas que vocês colocaram nesse quadro muito bem formulado: melhor distribuição de renda, redução da jornada de trabalho para 40 horas, fim do fator previdenciário – é uma luta que travo há mais de doze anos e espero que este ano se torne vitoriosa a derrubada do fator –, regulamentação da terceirização, manutenção da unicidade e da contribuição sindical, que vocês têm debatido comigo e nós estamos travando, de fato, esse debate, inclusive com a contribuição assistencial, que vem na mesma linha, que já aprovamos, fruto de um evento, aqui, e que está na Câmara dos Deputados e até hoje não foi votada.

Mas, para começarmos o nosso debate, depois desta rápida introdução, eu queria, primeiro, que vocês dessem uma grande salva de palmas ao movimento sindical brasileiro e ao Fórum Sindical, que provocou este momento, que nós estamos aqui num alerta ao Brasil, porque temos que defender os direitos dos trabalhadores.

Vamos, de imediato, compor a nossa Mesa.

Convido para a Mesa o Sr. Alexandre Agra Belmonte, Desembargador Federal do Trabalho. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, coordenador interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

Lourenço, estive com você no Rio Grande do Sul, num grande evento em Gramado, promovido pela tua entidade junto aos bancários e securitários.

Agradeço pela homenagem que lá recebi.

O Dr. Alexandre também ao nosso lado já.

Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, CNTA, que também esteve comigo no Rio Grande do Sul, no desenrolar da campanha ao Senado.

Permita-me que diga isto, que você foi lá me dar um abraço com outros tantos sindicalistas.

Convido também o Sr. João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, CNTS.

Já estivemos conversando e me comprometi a estar num evento marcado por essa entidade, que vai ser agora no mês de setembro.

Está aqui também o Dr. Pedro Luciano de Oliveira Dornelles. Não sei se está presente.

André Luiz dos Santos, jornalista do Diap e assessor de política parlamentar. Não sei se já chegou.

Dr. Feijó, Presidente da CNPL. Se já chegou, também venha à Mesa.

José Leão de Almeida, Presidente da CNTS, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. *(Palmas.)*

Se houver outro convidado que conste da lista e que já tenha chegado, o Lourenço e o João Rodrigues me informam e nós passamos, então, para completar a nossa Mesa.

Bom, seguindo o roteiro da nossa audiência pública de hoje, nós vamos, neste momento, ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

Então, todos de pé para ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Muito bem. Vamos lá que vai dar tudo certo.

Vamos iniciar o nosso debate. É claro que é um tema ao qual tenho dedicado eu diria 90% da minha vida. Meus pais, os dois também operários, ambos ganhavam o salário mínimo, os dois falecidos, e eu, já naquela época, menino ainda, sabia e acompanhava a importância da CLT.

Então, nós vamos passar a palavra aos debatedores e vamos interagindo, colocando, inclusive, as minhas preocupações. Depois, vamos ter o debate com o Plenário. Com certeza, quero destacar que considero esse evento um evento fundamental.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, atualmente no Congresso, os direitos dos trabalhadores estão em risco mesmo. Além de não avançarmos, poderemos ter retrocessos, como o que aconteceu com aquela emenda constitucional que foi aprovada e que reza que, até

mesmo para entrar na Justiça, os trabalhadores têm que pedir o aval para o empregador no ato do conflito.

Alguns dizem que o Supremo está se metendo muito nos temas do Legislativo. O Supremo, no meu entendimento, corretamente está tomando algumas posições pela morosidade do Legislativo, como é o caso que está em debate hoje no Brasil sobre o aviso prévio proporcional. O aviso prévio proporcional, eu apresentei o projeto como Deputado, como Senador, e não anda. Agora, depois que o Supremo disse que – e quero aqui cumprimentar os Ministros – poderiam até aprovar o projeto que eu apresente, aí começou um movimento, e os empresários já sinalizam que é necessário mesmo aprovar o aviso prévio proporcional.

Aí poderíamos falar de inúmeros outros temas, em que, ao longo dos debates aqui, haveremos de avançar.

Então eu começo aqui...

Já chegou também o Warley, que é o presidente da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Convido-o para vir para a Mesa. Ele está acompanhado do Moacir. *(Palmas.)*

Para fazer a abertura dos debates, chamo, pode falar da tribuna ou daqui, o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, coordenador interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores e presidente da Contec, para fazer a primeira fala a respeito deste, repito, tema tão importante para todos nós.

Só para dizer que já estão conosco todos os convidados. O Pedro Luciano de Oliveira Dornelles, advogado, está aqui conosco, advogado principalmente vinculado às questões da Previdência. Não quer dizer que não fale de outros temas.

O Alexandre Belmonte está aqui conosco, que é o desembargador, e chegou o nosso amigo Warley, que eu já anunciei.

Por favor, Lourenço.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom dia a todos. Eminentíssimo Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; eminentíssimo Desembargador do TRT da 1ª Região, eminentíssimo Dr. Alexandre Belmonte; companheiro João, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde e coordenador comigo do Fórum Sindical dos Trabalhadores, FST; companheiro Feijó, presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais; companheiro Artur Bueno Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; eminentíssimo Dr. Dornelles, que é um dos nossos conferencistas nesta manhã; meu caro companheiro João Leão de Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde; meu caro amigo e companheiro Warley, presidente da Cobap, Confederação Brasileira dos Apo-

sentados; companheiras, companheiros, delegações que aqui estão presentes de todo o País, devo dizer para vocês todos que é um prazer muito grande aqui estarmos participando deste ato histórico em defesa da CLT, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Entendemos que há uma perfeita consonância entre os direitos humanos e os direitos trabalhistas, porque os direitos humanos, que propugnam pela autodeterminação do ser humano, pela dignidade, pela honra, pelo trabalho, têm tudo a ver com os direitos trabalhistas e têm tudo a ver com a defesa da Consolidação das Leis do Trabalho.

Este é um evento, como já foi declarado em muitas oportunidades pelo eminente Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, é um evento do FST, do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Muito embora vocês possam notar pela esquerda e lá no fundo, muitos cartazes relativos a uma central apenas ou a uma confederação apenas ou mais de uma, o Fórum Sindical dos trabalhadores é o organizador e idealizador deste evento, que conta com 16 confederações de trabalhadores e quatro centrais sindicais. De forma que é um evento conjunto. Não há nenhuma entidade que tem uma *parti pris* ou que tenha uma parte maior e outras que tenham uma parte menor neste evento.

Defesa da CLT, podem perguntar: por quê? Está correndo risco a CLT? Está correndo risco tudo aquilo que está contido na Consolidação das Leis do Trabalho? E nós respondemos: entendemos que sim, está correndo risco a manutenção dos direitos dos trabalhadores escritos ali na Consolidação das Leis do Trabalho.

Para citar para vocês apenas um ponto, na semana passada, nós tivemos uma derrota acachapante na Comissão do Trabalho. Ali se discutia a aprovação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). E essa Convenção 158 foi aprovada em Genebra, na Suíça, com a participação do Governo brasileiro, e ali, na Comissão de Trabalho, um Deputado que faz parte da base de sustentação do Governo Federal aprovou, apoiou, relatou esse projeto de ratificação da Convenção 158, propondo a sua rejeição, e realmente foi rejeitado. Foi rejeitado, por 17 votos a 8 votos.

Então, os senhores e senhoras notem bem que, na verdade, não há clima para tramitação de qualquer projeto que procure olhar com o viés adequado para a área social do País, para o social, para os direitos coletivos, para o direito trabalhista.

Além disso, nós temos, tramitando na Câmara dos Deputados, dois projetos de Código do Trabalho, um deles mais antigo, de autoria do eminente Deputado Vaccarezza, do PT de São Paulo, que já ali tramita há alguns anos, não muito tempo, mas já há alguns anos.

E recentemente, agora, o eminente Deputado Silvano Costa, do PTB de Pernambuco, apresentou um projeto de Código de Trabalho em que, não resta dúvida nenhuma, retira direito dos trabalhadores e simplesmente estabelece um processo que nós entendemos que não é o mais adequado. Por que não dizer precarização?

Bem, mas então podem imaginar que o movimento sindical não é democrático porque não pretende debater essas matérias. Não, o movimento sindical é totalmente democrático, totalmente aberto e faz a sua discussão de forma coletiva. Mas, nesses dois projetos de lei, o movimento sindical não foi ouvido, não participou de debate, simplesmente esses eminentes Deputados entenderam necessário e adequado fazer essa apresentação e assim apresentaram esses dois projetos de lei, que nós entendemos que, na prática, simplesmente vão rasgar esse livrinho aqui, a CLT. Vão rasgar a CLT. Vão rasgar a CLT e destruir nossos direitos todos. Isso, nós entendemos que é inaceitável para os trabalhadores, é inaceitável para a sociedade brasileira.

Mas entendemos que essa CLT, apesar dos 68 anos, que considero que ainda é uma norma legislativa muito jovem, tem que ser preservada por uma série de fatores. Ela é o estatuto do trabalhador, do trabalhador da iniciativa privada, como também é para o trabalhador da iniciativa pública, do serviço público, a Lei 8.112. O serviço público tem a Lei 8.112, nós temos a CLT, o Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. Esse é o nosso código, esse é o nosso estatuto, essa é a nossa verdadeira constituição, que temos que preservar e defender.

O Brasil é um país jovem. Se compararmos o Brasil com países de outros continentes, especialmente do continente asiático e mesmo do continente europeu, a China tem mais de 6.500 anos de civilização. Nós temos 511 anos apenas que o País foi descoberto. A CLT, com 68 anos, ainda é muito jovem, é um livro muito jovem, uma instituição legislativa muito jovem ainda. Nós tivemos, até 1888, o trabalho escravo em nosso País, a escravatura em nosso País. E o que acontece? Só 55 anos depois é que vem esse livro, graças ao pensamento desse estadista, graças ao descortino de um grande brasileiro, de um grande estadista, de um grande nacionalista, da grande figura gaúcha, que é Getúlio Dornelles Vargas, que está representado aqui à nossa direita, para quem a gente pede uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Mas nessa oportunidade também, nós entendemos que devemos render homenagens, e a nossa saudação muito amiga e fraterna a pessoas que ainda estão em nosso meio, que foram muito importantes na redação da Consolidação das Leis do Trabalho. Eu

me refiro especialmente ao Ministro Arnaldo Lopes Sússekind, que foi um dos escribas da CLT, que muito colaborou, ainda muito jovem. Ainda muito jovem, ali estava, já trabalhando no Ministério do Trabalho, e contribuiu muito para que nós tivéssemos, hoje, a Consolidação das Leis do Trabalho.

Fazemos referência também, e ele posteriormente será homenageado aqui, a um dos palestrantes, que é o Dr. Alexandre Belmonte, eminente Desembargador do TRT da 1ª Região, no Rio de Janeiro, que fará, evidentemente, algumas considerações a respeito da própria CLT e também da vida do Ministro Sússekind – e no final também prestaremos homenagem a esse eminente brasileiro, esse eminente jurista, esse eminente cidadão, Arnaldo Lopes Sússekind.

E não podíamos deixar de falar aqui sobre a figura de Paulo Paim, a figura do nosso Senador da República pelo PT do Rio Grande do Sul. Mas nós sempre falamos, quando nos referimos ao Senador Paulo Paim, que esse é um Senador do Brasil, porque o Senador Paim é uma unanimidade nacional. Se você vai entre os trabalhadores da ativa, se você vai entre os trabalhadores aposentados, sempre a figura do Senador Paim está ali como paladino, o grande defensor dos direitos dos aposentados, de quem está na ativa, e sempre presente, com muita sabedoria, com muita combatividade, mas também com uma capacidade muito grande de negociação, sempre olhando em frente para defender os direitos daqueles que nem voz, muitas vezes, têm.

Nós entendemos, mais uma vez, que esse momento é histórico e entendemos que também aqui devíamos fazer isso, segundo discutimos, de forma muito democrática, no Fórum Sindical dos Trabalhadores, que aqui devíamos lançar oficialmente a campanha de defesa da CLT, porque ela corre risco, e, se ela corre risco, temos que estar defendendo-a, protegendo-a. Então, neste exato momento, eminente Senador Paulo Paim, companheiros da Mesa, companheiros e companheiras do plenário, eu pediria a todos que ficassem de pé para nós lançarmos oficialmente a campanha de defesa da CLT, da Consolidação das Leis do Trabalho, que continua muito atual, continua defendendo nossos direitos, e nós temos que preservá-los. Podem assentar, por gentileza.

E, a partir de hoje, a partir exatamente deste dia 22 de agosto, o Fórum Sindical dos Trabalhadores, integrado por quatro centrais sindicais e 16 confederações de trabalhadores, percorrerá o País de norte a sul, de leste a oeste, no Distrito Federal e em cada um dos Estados da Federação, nessa campanha, nessa cruzada, nessa luta em defesa da CLT, de forma que nós, trabalhadores e trabalhadoras do País, possamos

continuar com nossos direitos preservados, possamos continuar mantendo o trabalho, ganhando o nosso sustento próprio e dos nossos familiares com o nosso trabalho do dia a dia, e sabendo que está nesse livro aqui toda a garantia de que os direitos do trabalhador e da trabalhadora serão mantidos.

Muito obrigado a todos.

Era o que eu tinha a dizer nesta manhã. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É com enorme satisfação que quero convidar para a Mesa o nosso companheiro de longas jornadas – permita que eu diga de longas jornadas ao longo das nossas vidas – que é o Presidente da Nova Central e Presidente da CNTI, José Calixto Ramos.

Quero dizer, Calixto, enquanto você vem até a Mesa, que você também é um daqueles que esteve no Rio Grande, caminhando pelas ruas, pelas vielas, pelas palafitas, pelo centro da cidade, na caminhada que fizemos ano passado para continuar o trabalho aqui no Congresso. Quero, de público, também dizer: muito obrigado.

Também neste fim de semana, lá em Minas Gerais – não sei por quê, tenho carinho por todas as centrais, mas eu olhava para aquele plenário da Assembleia Legislativa, estava todo amarelo. Acho que é o Calixto que mandou o pessoal... E todo amarelo com a camiseta da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Lotaram a Assembleia Legislativa.

Calixto, meus parabéns! Seja bem-vindo.

De imediato, passo a palavra ao Alexandre Agra Belmonte, Desembargador Federal do Trabalho

O SR. ALEXANDRE AGRA BELMONTE – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, incansável defensor dos direitos trabalhistas, a quem parablenizo pela iniciativa de realização desta audiência pública em defesa da CLT e dos direitos dos trabalhadores, peço a liberdade para saudar os demais componentes da mesa na pessoa do Senador. Também quero saudar o Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores, Dr. Lourenço Ferreira do Prado, a quem agradeço o convite para homenagear o Ministro Arnaldo Lopes Sússekind.

Ilustres sindicalistas, senhoras e senhores, a CLT completa 68 anos de existência. Portanto, há quase 70 anos, ela regula as relações individuais e coletivas de trabalho, dando dignidade ao trabalhador e tornando a relação com os empregadores menos desiguais. A CLT é fruto do Estado social, mas, decorridos 23 anos de vigência da Constituição Cidadã de 1988, que inaugurou o Estado Democrático de Direito, a CLT permanece atual como instrumento regulatório das relações entre capital e trabalho.

Trata-se de um monumento legislativo, uma simples Consolidação das Leis do Trabalho, porque ela possui uma linguagem simples e mecanismos eficazes de distribuição de direitos. Já previa, desde 1943, por exemplo, o processo coletivo, que, somente com o Código de Defesa do Consumidor, veio a ser sistematizado para aplicações dos demais ramos do Direito. Inúmeras alterações feitas no Código de Processo Civil para dar a esse código simplicidade, celeridade e efetividade foram beber na fonte do processo trabalhista contido na CLT. Entre elas, a citação pelo correio e a extinção do processo de execução judicial, que se tornou mera fase em continuidade à fase de conhecimento, como já existia no processo de trabalho. Institutos sociais que já constavam da CLT desde 1943, somente em 2002, foram tratados pelo Código Civil, com a lesão de Direito, a fraude à lei, que está no art. 9º da Consolidação das Leis do Trabalho, a boa-fé objetiva, a função social do contrato e a teoria da imprevisão.

Essa é a CLT, a CLT que é vendida em bancas de jornais e conhecida por todos os trabalhadores; a CLT que, democraticamente, permite ao trabalhador se sentar junto com o empregador, pessoalmente ou por preposto, para discutir em audiência os seus direitos; a CLT que, a cada dia que passa, mais jovem torna-se, como elemento de transformação social.

Quem é o único representante vivo da comissão que cuidou da sua elaboração? O Ministro Arnaldo Lopes Sússekind, que tenho a honra de hoje homenagear e que, por problemas de saúde, não pôde estar presente para a cerimônia.

Cada um dos aspectos da vida do Ministro Arnaldo serviria para uma palestra. Nascido no Rio de Janeiro em 9 de julho de 1917, Arnaldo conta hoje com 94 anos, dois filhos, cinco netos e um bisneto. Torcedor do Fluminense, ele foi sucessivas vezes medalhado como velocista. Escapou, por outro lado, de também ser cantor de rádio. Arnaldo Lopes Sússekind venceu, com o pseudônimo de Patativa, centenas de candidatos ao interpretar, em português, a versão Que Linda És Tu da música It's Well Of You. A cerimônia de premiação ocorreu no Cine Odeon, já com identidade revelada, e lhe rendeu um contrato de três meses, mas ele não seguiu carreira, não. Ele não seguiu carreira, sensibilizado pela oferta do pai que lhe ofereceu o dobro do dinheiro para prosseguir no curso de Direito.

Ele veio a se formar bacharel em 1939 e, desde 21 de janeiro de 1938, já atuava na Procuradoria do Conselho Nacional do Trabalho, hoje Tribunal Superior do Trabalho, redigindo, como auxiliar de escrita do Conselho Nacional do Trabalho, projetos de pareceres. Ali, tomou o primeiro contato com as questões trabalhistas. Deu prosseguimento à vida profissional no Conselho

Nacional do Trabalho, como assistente jurídico, responsável pelos pareceres exarados nas advocatórias que subiam do CNT para o Ministro do Trabalho.

Por seu desempenho, em janeiro de 1941, foi indicado para assumir a Procuradoria Regional do Trabalho, em São Paulo. Ali, ele conheceu o advogado e político Alexandre Marcondes Filho, que, logo depois, foi nomeado Ministro do Trabalho e Previdência Social e convidou o jovem Arnaldo Sússekind para ser seu assessor principal no setor das relações de trabalho. No novo cargo, foi convidado, com apenas 24 anos de idade, a integrar a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Consolidação das Leis do Trabalho. Com exceção da legislação sindical e da que deu origem à Justiça do Trabalho, transplantadas sem qualquer modificação para a CLT, no mais, ela teve inspiração material nas teses do 1º Congresso de Direito Social na Encíclica *Rerum Novarum* e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho. Nesse congresso, Arnaldo Sússekind apresentou a tese "A fraude e a lei na Justiça do Trabalho" e uma das suas conclusões resultou num importante artigo, o art. 9º, da Consolidação das Leis do Trabalho, uma das normas basilares para concretização do princípio da proteção do trabalhador, juntamente com o art. 468 da CLT, que não permite alterações sem consentimento e, ainda assim, serão nulas, se, por acaso, houver prejuízo para o empregado.

Por indicação de Getúlio Vargas, como relator da Comissão Permanente de Direitos Sociais, Arnaldo participou de todas as assembleias gerais da OIT entre 1951 e 1954 e, de Juscelino Kubitschek, entre 1957 e 1959.

Em 1961, Sússekind foi nomeado pelo Presidente João Goulart Procurador-Geral da Justiça do Trabalho.

Em 1964, foi nomeado Ministro do Trabalho e Previdência Social e foi um dos melhores Ministros do Trabalho que o Brasil conheceu. Acabou com as comissões do imposto sindical e técnica de orientação sindical, buscando, por fim, as intervenções do Ministério nos sindicatos. Criou o Departamento Nacional de Mão de Obra e o Departamento Nacional do Salário, esse com a incumbência de fiscalizar as leis do trabalho, a higiene e a segurança nos locais do trabalho, o trabalho de mulheres e de menores, a organização e a assistência sindical. Em sua gestão, pela primeira vez, uma mulher assumiu a Diretoria-Geral do Departamento. À frente do Ministério do Trabalho, nenhum projeto de lei importante teve encaminhamento sem audiência dos sindicatos de empresários e trabalhadores. Empenhou-se na aprovação da lei sobre o reconhecimento do direito de greve que se encontrava, há anos, paralisada no Senado Federal. Como Minis-

tro do Trabalho, em 1964 e em 1965, participou como chefe da delegação das assembleias gerais da Organização Internacional do Trabalho. E, por sua atuação nas conferências da organização, foi nomeado para a Comissão de Peritos de Aplicação de Convenções.

Em 1965, foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde teve destacada atuação.

Em 1975, em atendimento ao convite do Presidente Geisel, em relação ao qual já havia recusado a indicação para ocupar novamente o cargo de Ministro do Trabalho, aceitou representar o Brasil no Conselho de Administração da OIT. Graças a seu desempenho e à sua habilidade, conseguiu transformar o Brasil em membro permanente do Conselho do OIT, no qual o Brasil permanece até hoje. Cinco anos depois, Arnaldo Sússekkind renunciou ao seu mandato, porque, para defender o Governo brasileiro nas intervenções feitas em sindicatos de metalúrgicos do Estado de São Paulo, teria de usar argumentos contrários aos de seus votos na Comissão de Peritos. Essa atitude teve tal repercussão no seio da OIT que, poucos meses depois, Sússekkind foi convidado a retornar à comissão de peritos.

O Ministro Arnaldo Sússekkind é titular da Cadeira nº 8 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, membro fundador e Presidente Honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho, do qual é titular da Cadeira nº 1. Ele é titular da Cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Previdência e Assistência Social, membro titular da Academia Iberoamericana do Derecho Del Trabajo y de La Seguridad Social e de mais dezoito associações culturais nacionais estrangeiras. É ainda Presidente do Conselho Editorial da Livraria e Editora Renovar e do Conselho Editorial da *Revista Direito Administrativo*, irmão e conselheiro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia no Rio de Janeiro, patrono dos advogados trabalhistas e portador de quarenta condecorações nacionais estrangeiras. Participou de 183 congressos ou seminários nacionais como conferencista ou autor de teses, 9 conferências interamericanas e 72 conferências ou reuniões internacionais.

Em 42, o jovem Arnaldo publicava o seu primeiro livro sobre a Justiça do Trabalho. É hoje autor e coautor de vinte livros jurídicos, totalizando 29 volumes, alguns com mais de vinte edições publicadas. Quarenta e um opúsculos, tendo participado de 26 obras coletivas, instituições de Direito do Trabalho, hoje com mais de vinte edições, por exemplo, é obra de consulta obrigatória nas universidades, concursos públicos e vida forense trabalhista.

O Ministro Arnaldo Lopes Sússekkind é constantemente chamado para abrilhantar eventos e tem seu nome associado desde turmas de universidades até fóruns. Aliás, o nome do prédio onde funciona o Tribunal

Regional do Trabalho da 1ª Região é Fórum Arnaldo Lopes Sússekkind.

A sua figura está indissoluvelmente ligada à CLT e à Justiça do Trabalho no Brasil, razão pela qual tem sido reverenciado em todas as homenagens comemorativas dos setenta anos da Justiça do Trabalho.

A CLT faz 68, a Justiça do Trabalho faz setenta anos e o Ministro Arnaldo Lopes Sússekkind fez 94 anos.

Esses são, em linhas gerais, apenas alguns aspectos da vida do Ministro Arnaldo Sússekkind, um homem que sempre lutou no Brasil e no exterior, onde é igualmente reverenciado, pela regulação das relações de trabalho como elemento de paz, inclusão social e desenvolvimento econômico.

Arnaldo é um ser extremamente empreendedor, generoso, vibrante, idealista, combativo, justo e extremamente ético. Um homem que trabalhou intensamente pelo Brasil, dono de um extenso currículo e de uma vida rica em realizações, tão bela quanto à vista que se descortina de seu apartamento na Avenida Atlântica, em Copacabana, onde vive cercado de carinho e atenção de sua Olga, segundo casamento, e de sua invejável biblioteca. Numa mesinha de centro, reluzem mais de quarenta condecorações nacionais e estrangeiras.

Certa feita, disse à jornalista Virgínia Santos de Oliveira o seguinte: “Se me dessem a oportunidade de escolher um superpoder, gostaria de trocar de lugar com o tempo por um dia ou por algumas horas que fossem, gostaria de poder inverter os papéis e ficar só de longe me divertindo com a correria dele”.

A respeito, acrescento que, se me dessem a oportunidade de escolher um superpoder, escolheria viver com a longevidade, a intensidade, a humildade e o brilho de Arnaldo Lopes Sússekkind.

Concluo, dizendo: viva a CLT e viva Arnaldo Lopes Sússekkind!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Desembargador Alexandre pela sua fala, numa homenagem justa a Sússekkind.

Quero aqui já aproveitar para chamar para a Mesa Rumiko Tanaka, Diretora da Contec, porque, se ela não vier, daqui a pouco alguém vai me dizer aquilo que eu sempre ouço: “Está faltando uma mulher nesta Mesa!”. E eu concordo. Se houver alguém representando-a... Senão esperamo-la chegar. Não, ela está vindo já.

Uma salva de palmas. Primeira mulher na Mesa, Rumiko Tanaka. (*Palmas.*)

Chamamos também o companheiro Mazinho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário.

Mazinho, por favor. Bem-vindo. (*Palmas.*)

E também o companheiro Ildemar, diretor representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, que é da CNTC.

Passamos, de imediato, a palavra para o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, CNTA, Arthur Bueno de Camargo. (*Palmas.*)

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Bom dia a todos, quero cumprimentar aqui a Mesa, cumprimentar o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento todos os componentes da Mesa, cumprimentar aqui aqueles que estão nos assistindo através da TV Senado.

Não vou aqui contar a história da CLT, porque eu acho que aqueles que me antecederam já fizeram um grande relato e, com certeza, outros que irão fazer uso da palavra também dirão.

Eu quero falar um pouco sobre o que significa na prática a nossa Consolidação das Leis do Trabalho. Todos nós sabemos muito bem da desigualdade que nós temos, em nosso País, em todos os aspectos, e principalmente na questão do aspecto dos direitos do trabalho. Nós sabemos que, em determinados Estados, em determinadas regiões, algumas entidades sindicais, muitas vezes, têm melhores condições de estar realmente buscando alguns avanços a mais para os seus representados. Em outros, muitas vezes não se consegue, por mais que o companheiro ou a companheira dirigente sindical se esforce, muitas vezes ele sofre pressão, Senador, da própria sociedade, do Prefeito da cidade que, muitas vezes, acaba realmente inibindo as ações regionais nos avanços das conquistas dos trabalhadores.

E aí eu quero fazer aqui uma consideração. Para aqueles que defendem o capitalismo, os detentores do capitalismo, querer tirar direito dos trabalhadores... Nós não concordamos, mas entendemos que esse é o papel realmente que eles exercem. Agora o que não dá para entender – e eu não consigo entender, não sei se eu tenho dificuldade, talvez alguém possa me ajudar – são dirigentes sindicais dizer que é preciso flexibilizar a CLT, é preciso fazer com que o negociado sobreponha ao legislado e dizer que isso favorece nas negociações, isso favorece nas conquistas. Ora eu não consigo entender isso. Como que você pode dizer que a CLT dificulta avanços nas negociações. Se você vai negociar, vamos dar um exemplo aqui, você já tem 50% da hora-extra na CLT, você vai negociar a partir daquele percentual... E aí dizer que é melhor partir do zero, do adicional da hora-extra? Ora, eu não consigo entender, Senador.

Então, é preciso também que nós que defendemos os direitos dos trabalhadores, nós que defende-

mos a Consolidação das Leis do Trabalho, fazermos esse debate com esses que defendem a flexibilização da CLT, com aqueles que defendem que o negociado tem de se sobrepor ao legislado.

Quero, aqui, fazer uma menção: que bom que nós temos aqui nesta Casa um parlamentar que é o Senador Paulo Paim, que sempre defendeu os trabalhadores indistintamente, os aposentados, os pensionistas. E eu sou testemunha de quantas e quantas noites passamos aqui no Senado – inclusive aqui está o companheiro Warley da Cobap, que esteve juntos com a gente nessa luta, fazendo frente –, para defender os interesses dos trabalhadores e dos aposentados.

Por isso, é preciso que esta mensagem seja levada diretamente aos trabalhadores da base: quem é quem na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez, Arthur, pela sua fala muito firme, muito clara da importância... não só a questão do Paim, não é Arthur? Você foi muito bem no encerramento. Nós temos de olhar e ver quem é quem. Cada Deputado, cada Senador, como vota e temos todo o direito de orientar as nossas bases, para que o Congresso não retroceda, porque a tendência, a continuar assim, é, cada vez mais, termos aqui um número menor daqueles que defendem, efetivamente, os trabalhadores. Para mim, o Arthur dá um alerta importantíssimo.

Vejam bem, eu digo sempre que isso não é contra ninguém, mas a favor da causa, a causa de todos nós e o motivo hoje desta audiência pública. Sem sombra de dúvida, não tenham nenhuma dúvida – repito novamente – de que aqui passa, sim – o termo que você usou –, a flexibilização da CLT, quando valerá o negociado acima do legislado.

Você foi muito feliz e a frase que usou quero repeti-la aqui: é inaceitável que alguém entenda que o que já está consagrado na CLT e na própria Constituição ainda tenha de ser negociado. Eu tenho de negociar aquilo que está acima da lei. O que está na lei está na lei.

Por isso, Arthur, meus cumprimentos. Fiz questão de enfatizar...

Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO RODRIGUES FILHO – Bom-dia a todos e a todas, em nome do Senador Paulo Paim, cumprimento a Mesa e agradeço por esta oportunidade, por nos ter proporcionado nos manifestar hoje, diante do País, em defesa da nossa CLT.

Defendendo a nossa CLT, estamos defendendo também a nossa Constituição, onde os direitos sociais e humanos se encontram a partir do arts 5º e 6º, e os direitos trabalhistas, a partir do 7º, complementando, assim, ampliando, assim, os direitos trabalhistas, mas ainda temos alguns, que constam na CLT, não regulamentados.

Por isso, a nossa inquietação é a de que o nosso Legislativo deveria se preocupar com a regulamentação do que está garantido na Constituição. Com isso, ninguém se preocupa nem procura melhorar as condições de vida do trabalhador.

É lamentável que, em 2011, depois de 123 anos da Lei 3358 – em 13 de maio de 1888, foi declarada a extinção da escravidão no Brasil –, ainda tenhamos, segundo Observatório Social do Brasil, mais de 20 mil trabalhadores ainda em trabalho escravo. E outros loteados, vendidos, isso nas condições de trabalho precárias. Quando eu falo precárias é porque nós vivemos isso na nossa saúde brasileira.

Nós temos condições, aonde chegam os nossos pacientes, aonde chegam os usuários ou a população brasileira, e a gente não pode dar a atenção básica necessária a esse cidadão brasileiro, por falta de estrutura física e muita dessas faltas ligadas aos desvios de verbas de muitos Estados e de muitos Municípios.

Vale ressaltar que ainda temos, neste País, mais de dois mil Municípios sem farmácia e sem assistência médica. Isso dependendo de projeto de lei que se encontra na mesa do Presidente da Câmara desde 1997, para ser votado e com relatório favorável, tornando as farmácias estabelecimentos de saúde. Para que isso? Qual a finalidade disso? Para que o Governo possa investir nesses estabelecimentos, que passem a ser públicos e que deem, pelo menos, a medicação básica, ou da farmácia popular, ou de uso contínuo totalmente gratuito.

Infelizmente, o capital só vai onde há lucro, ele só chega aonde há lucro. Onde não há lucro e que você visa o bem social, o bem da sociedade, ele lá não dá a cara nem como parceiro, mesmo com percentual de lucro ínfimo, mas ele não está lá.

E nós, como trabalhadores, estamos expostos a uma série de doenças e salários ínfimos também com esses salários e nós temos ainda dificuldades com legislação específica, porque a nossa norma regulamentadora de proteção ao trabalhador, porque proteger o trabalhador é proteger a vida, isso é o quê? Um princípio universal dos direitos humanos.

Isso já com o Rei Amenófis, do Egito, passando pelo Código de Hamurabi, passando pela França, Estados Unidos, dando um passeio pela Bíblia, em Eclesiastes 14,9, vocês vão ver os princípios dos direitos

humanos no Antigo Testamento. Em João 10,10, Cristo diz: “Eu vim para que todos tenham vida, e vida com abundância”. Isso você vai traduzir e vai concluir que é ter vida com respeito, dignidade e saúde.

E defender a nossa CLT, que se encontra conjugada com a Constituição, é defender a nossa vida, é defender os direitos sociais e é defender o nosso trabalhador e a família que dele depende.

Gente, eu ia me calar, mas não vou me calar com relação à unicidade sindical. Nós temos, no nosso País organizado, a sociedade produtiva, o aposentado organizado em sindicatos, federações e confederações. Hoje nós vemos esse princípio da unicidade totalmente ameaçado, ou seja, desestruturando a sociedade em benefício de quem? Que é óbvio, é claro que aí há o enfraquecimento da sociedade, para ser o quê? Massa de manobra a favor de quem e para quem?

Eu tenho aqui um edital publicado no *Diário Oficial da União*, na Seção 3, de 11 de agosto de 2011, página 168 – aqui estão as provas –, fundando uma federação dentro da base da federação do Nordeste. Lamentavelmente, eu vou dizer, eu gostaria que o Presidente da força sindical pudesse me receber em seu gabinete, porque nós somos filiados à força sindical e esse evento de quebra da unicidade que diz respeito às nossas leis está acontecendo na força sindical no Estado de Sergipe, no dia 16 de setembro, às 14 horas, em primeira convocação, e, às 16h30, em segunda convocação.

Para você ver: não é a entidade a que somos filiados. Nem o Sindicato da Federação do Nordeste está por aqui, cujos membros são quase os mesmos da CNTS. O meu presidente é fundador dessa Central. Então, isso nos indigna. Como se faz uma perversidade dessa!

Então, senhores, foi lançado já pelo nosso presidente interino a campanha em defesa da CLT. Vamos defender a CLT, porque estamos defendendo as nossas vidas, estamos defendendo os nossos trabalhadores e estamos defendendo o nosso Brasil.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos ao João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da CNTS, pela fala muito firme, dizendo que defender a CLT é defender as nossas vidas.

Foi combinado aqui com a Mesa e com os que estão colaborando com o evento que, neste momento, nós apresentaríamos um vídeo de, no máximo, cinco minutos que fala um pouco da história, da vida e dos compromissos de Arnaldo Lopes Sússekind, ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Peço, então, que o vídeo, se estiver tudo acertado, seja passado neste momento. (Pausa.)

Enquanto o vídeo está sendo... Não pensem que eu não consultei antes. Eu consultei dez aqui na Mesa para ver se já podia soltar o vídeo. “Pode soltar.” E eu soltei, não é?

Como diz aqui alguém: “Ao vivo é assim mesmo”. Mas só dizer que, depois do vídeo, vai falar: “CLT, uma ferramenta de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores”.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero cumprimentar quem produziu esse vídeo, lembrar que ele está com 94 anos e dizia aqui o Desembargador Alexandre que ele entra no Ministério, participando não como Ministro, mas entra, na época de Getúlio, e passou por todos os governos até 1965, quando ele vai para o TST. Acho que tem uma história importante. E dizia também o Desembargador que foi ele quem articulou para que o Brasil estivesse na OIT, como membro da comissão permanente. Fez também a revisão da CLT, onde foram ampliados os direitos dos trabalhadores.

Eu quero, neste momento, convidar para a Mesa o Sérgio Costa, que representa a UGT, representa o nosso amigo Patah. Então convido o Sérgio Costa para vir à Mesa, representando o Presidente Ricardo Patah.

Neste momento, convido o Lourenço Ferreira para entregar ao Desembargador, já que o Ministro, com 94 anos, não pode se deslocar até aqui, uma placa de homenagem.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Homenagem.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores, que congrega 16 confederações de trabalhadores e quatro centrais sindicais, com grande honra, homenageia o Ministro Arnaldo Lopes Sússekind pelos relevantíssimos serviços prestados aos trabalhadores e à sociedade brasileira.

Brasília, 22 de agosto de 2011.

Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Nacional do FST interino. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a todos.

De imediato, vamos passar a palavra ao Sr. Pedro Luciano de Oliveira Dornelles, advogado especialista em Direito do Trabalho e Previdência Social, já que um dos temas que está nesta bela construção feita aqui é o fator previdenciário.

O SR. PEDRO LUCIANO DE OLIVEIRA DORNELLES – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, agradecer o convite do Fórum Sindical dos Trabalhadores e do Senado da República para mais uma vez podermos participar de um debate de tamanha desenvoltura, principalmente

aqui, no Petrônio Portella, onde pouco tempo atrás tivemos o primeiro congresso mundial de aposentados e pensionistas. E não podemos falar em aposentado sem lembrar o nosso trabalhador. Então quero agradecer e, na pessoa do Senador Paulo Renato Paim, meu conterrâneo, gaúcho como Getúlio Dorneles Vargas, também conterrâneo e gaúcho, que representa não só os trabalhadores. O Senador Paim representa uma parcela da população, é uma liderança nacional. E quiçá a gente tivesse em cada Estado desta Nação um Senador da desenvoltura do Paulo Renato Paim.

Quero aqui, brevemente, aproveitando as palavras do Desembargador que me antecedeu, e aqui nós tivemos uma aula de história, Desembargador. O Ministro Arnaldo Sússekind faz parte da história do Direito do Trabalho e é muito importante sempre homenagear enquanto estamos aqui, no nosso convívio. E isso se faz com muita propriedade para que o Ministro Arnaldo Sússekind receba os nossos parabéns por mais essa atividade.

A CLT – e o Fórum está mantendo a defesa da CLT –, lá na época do Getúlio Dorneles Vargas, o Ministro do Trabalho, o Alexandre Marcondes Filho... E a CLT trouxe várias inovações, como o Ministro nos falou, mas dentre essas nós temos que compreender que nós tínhamos a relação de trabalho, relação individual de trabalho. Então nós tínhamos que normatizar essa relação. E essa relação foi normatizada, sim. Getúlio trouxe o salário mínimo, trouxe o Ministério do Trabalho, da Previdência, e a gente foi evoluindo. E a CLT também foi evoluindo, regulando o direito individual do trabalho, normas de direito processual e, posteriormente, a nossa Justiça do Trabalho. E, lá no Rio Grande, a segunda Justiça mais antiga do Trabalho. A primeira foi na capital, Porto Alegre; a segunda foi nos portuários, lá em Rio Grande, os estivadores, e a segunda do interior foi na minha região, a região carbonífera, onde tinha o carvão e os ferroviários, que é uma atividade muito penosa. Então tinha que ter. E está até hoje. O Ministro Barata Silva foi o primeiro juiz lá na nossa antiga Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo. E veio para regulamentar essa luta entre o capital e o trabalho.

E eu digo com muita tranquilidade, Senador, que a CLT foi o início da nossa legislação infraconstitucional. Depois disso vem a nossa Carta de 88, que também, depois de muito debate – e o Senador esteve presente em todos os debates do capítulo da nossa Constituição Federal que trata dos direitos sociais –, várias normas da CLT, de 68 anos atrás, foram recepcionadas pela Constituição Federal de 88.

E nesse caminho muitas coisas a gente viu. A gente evoluiu em algumas. A lei nos garante o míni-

mo. Nós podemos negociar acima do mínimo. Imaginemos se, num país como o nosso, não tivéssemos a tutela do Estado, através da norma, garantindo-nos o mínimo, como seria apenas se nós tivéssemos a livre negociação. Então, a gente consegue, através da CLT, a garantia do mínimo e conseguimos depois, com a Constituição Federal de 88, trazer, aí sim, em nível de Carta Magna, de Lei Maior, a manutenção dos direitos sociais.

Nesse interregno, Senador Paulo Paim, assim como o seu projeto de regulamentar o aviso prévio, dentre tantos outros, nós temos várias normas dos direitos sociais que não foram nem ao menos regulamentadas, de 88 até hoje.

E aí há duas correntes com relação ao Supremo, que, na omissão do Poder Legislativo, tem que regulamentar. E não é só no aviso prévio. O TST cria normas entre os empregados e os empregadores, através das súmulas, por quê? Por causa da CLT lá de 1943 e pela omissão, de novo, do Poder Legislativo. Por exemplo, indenização das horas extras. Até pouco tempo atrás, o trabalhador de mais dez anos, aquela hora extra habitual, aquela parcela das horas extras fazia parte do patrimônio salarial do trabalhador. Por uma súmula, criou-se uma indenização: se houver a supressão das horas extras, o trabalhador vai ter direito ao valor de um mês das horas extras por fração igual ou superior a seis meses. Legisla-se, mais uma vez, pela omissão do Poder Legislativo. E assim dentre tantos direitos que estão lá insculpidos na nossa Constituição Federal.

A atividade penosa não foi regulamentada, indenização contra despedida arbitrária, ou seja, justa causa, não foi regulamentada.

Por isso, filio-me àqueles que entendem que nós temos, sim, que preservar a nossa CLT pelo básico, lá da legislação infraconstitucional, buscando avançar. E nós já conseguimos avançar em matéria de legislação trabalhista. Nós conseguimos reduzir a jornada de 48 para 44. Conseguimos a jornada ininterrupta de revezamento, jornada de seis horas. Conseguimos alguns avanços, aumentamos o adicional das horas extras de 25% para 50%. Nas férias, acrescentamos 1/3, além dos 30 dias do gozo de férias. Conseguimos avançar e temos que avançar mais, mas sempre com base na garantia do trabalhador, como eu digo lá na universidade, que tem a Constituição e a CLT. É a única forma que temos.

Há também uma arma muito importante lá na CLT que os trabalhadores de hoje têm, os aposentados de amanhã, que serão vocês, não têm, que é a greve. Esse é o diferencial na luta pelos direitos. É por isso que o trabalhador avança e o aposentado, infelizmente, não consegue.

Mas trouxe também a CLT outra situação com relação ao direito coletivo. E aqui estamos no meio das centrais, que é outro avanço, a regulamentação das centrais. Nós tínhamos os sindicatos, as federações, as confederações e, agora, as centrais, devidamente normatizadas. E trouxe a unicidade sindical. No mínimo, naquele território da base, do Município, a gente não pode ter mais de dois sindicatos da mesma categoria.

O Ministro Arnaldo Sussekund é um dos que critica essa posição, há aqueles que entendem que deve permanecer, para o fortalecimento do movimento sindical. Imaginem as nossas relações de trabalho se não houvesse movimento sindical maduro e no estágio que está em nosso Brasil. E trouxe também, evidentemente, a contribuição confederativa e sindical, que está sendo debatida. E o Senador, mais uma vez, sempre, é o líder, é o expoente nesse tipo de matéria aqui e no Congresso Nacional, mas que, infelizmente, o Congresso não tem muita agilidade quando se trata de trazer benefícios para os trabalhadores.

Outra situação também importante de salientarmos é da Justiça do Trabalho. Vocês imaginem, no conflito não chegou a um acordo, na convenção, não tem outra forma senão buscar a Justiça. E vamos até a Justiça do Trabalho, ao poder normativo da Justiça do Trabalho, que evoluiu nesses últimos anos de forma célere. Aí imaginem que há pouco tempo, vocês haverão de se lembrar, um Senador da República desta Casa estava fazendo um projeto prevendo a extinção da Justiça do Trabalho. Parece que a gente esquece que foi tão pouco tempo atrás. Com aquilo, Desembargador, nós conseguimos reverter politicamente e, pelo contrário, aumentar. O art. 114 é competência da Justiça do Trabalho. E aí aumentamos a competência da Justiça do Trabalho, inclusive com as ações decorrentes do acidente do trabalho, que estava lá na Justiça comum e veio para a nossa Justiça do Trabalho.

Então, temos de estar atentos. O Senador e alguém que me antecedeu aqui falaram que as coisas não andam como a gente imagina. Temos de estar preparados para o que vem. São situações que temporariamente padecem, mas daqui a pouco ressurgem lá do fundo.

Para finalizar, eu queria dizer aos senhores que, além de manter a CLT, manter os direitos sociais, continuar avançando, temos que nos preocupar também – e a redução da jornada para 40 horas é uma das pautas –, com melhor distribuição de renda, regulamentação da terceirização. Se não fosse o inciso 331, do Tribunal Superior do Trabalho, como estariam os empregados terceirizados? Agora já foi modificado um pouco em relação ao serviço público, que nada mais é uma malversação da mão de obra. Mas, não só a terceirização,

como também, hoje, os estágios. Os estagiários não têm nem direito à contribuição previdenciária. Ficam o tempo todo na universidade, estagiando e sem contribuição previdenciária. Temos que avançar também, mas o TST avançou e muito coma relação à terceirização.

Entendemos necessária a manutenção da honestidade da contribuição sindical, para que a gente possa construir, cada vez mais, um movimento sindical sólido, porque toda vez que dividimos, evidentemente, vamos enfraquecer. Há muito interesse no enfraquecimento no enfraquecimento do movimento sindical.

Por último, o fim do fator previdenciário. Não falo aqui só no fator. Às vezes, a gente não se dá conta. Até 95, o trabalhador, dependendo da função – metalúrgico, motorista, mineiro, da área de saúde – tinha aposentadoria especial, depois de 15, 20 ou 25 anos, dependendo da atividade. De 95 para cá, alterou-se de tal forma a legislação que ousou aqui dizer que hoje, de cada mil aposentados, Senador, um se aposenta na especial. Criaram-se tantos empecilhos que o pequeno empregador não tem condições. É o laudo profissional. O empregador não coloca lá no laudo porque vai prejudicá-lo na Justiça do Trabalho. Hoje, as aposentadorias especiais só são concedidas via judicial. Estão terminando as aposentadorias especiais, e a gente não se dá conta.

Outra situação é proposta da aposentadoria por tempo de contribuição: os homens, de 35 para 42 anos de contribuição; as mulheres, de 30 anos para 37. Nós vamos nos aposentar, em média, aos 65 anos de idade.

De 99 para cá, o famigerado, injusto e desumano fator previdenciário, que é uma fórmula mirabolante. O trabalhador que vai se aposentar antes dos 60 anos de idade, tanto homem como mulher, perde até 50% no momento da concessão do benefício.

E aí eu não compreendo. Nós estamos, em matéria de Direito trabalhista, avançando e, em matéria de direito previdenciário, andando de marcha à ré. Todas as reformas, sem exceção, prejudicaram o segurado. Agora, as pensionistas até 35 anos de idade vão receber pensão apenas por dez anos, não vai ser mais vitalícia, só a partir dos 35. É o retrocesso em matéria de previdência. Isso é preocupante porque, amanhã ou depois, as gerações dos trabalhadores de hoje é que estarão nos sustentando lá na aposentadoria. Então temos que estar atentos, unidos, os trabalhadores e os aposentados, porque os trabalhadores de hoje serão os aposentados de amanhã, porque as mudanças estão vindo a conta-gotas. Quando elas vêm numa reforma inteira, fica fácil para a gente combater; mas, quando vêm em pequenas parcelas, ficam mais difícil de se combater. E aí, apenas para reflexão, finalizando. Se faz a reforma, Senador e todo movimento, Warley, Pre-

sidente da Cobap, a Seguridade Social é superavitária, ela tem um saldo positivo acima de 5 bilhões/ano. Basta tirar da Previdência social os benefícios assistenciais e, aí, a gente vê que, ao mesmo tempo em que é vetada a nossa emenda do Senador para dar além da inflação, agora em janeiro, o ganho real para os aposentados, como tem dado para o salário mínimo, ao mesmo tempo, desonera-se a contribuição da Previdência do poder econômico, do empregador. Não tem lógica. Se eu não tenho dinheiro, como eu vou desonerar? Aí, eu desonero de quem tem mais para tirar de quem tem menos. Então, fica apenas para reflexão. Volto a dizer, têm que estar unidos os sindicatos, as federações, as confederações, as centrais e os aposentados. Vai ser um ano de muita luta, de muita batalha.

Obrigado pela oportunidade.

Bom dia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos mais uma vez ao Dr. Pedro Luciano Dornelles por sua exposição.

Eu aproveito este momento, meus amigos que estão aqui representando quatro centrais e 16 confederações. Esta questão da Previdência está ligada diretamente ao interesse dos trabalhadores que estão na ativa. Quero mais uma vez enfatizar isso, porque o sonho do trabalhador que está em atividade é se aposentar de forma decente e com o princípio da integralidade no amanhã. Por isso esse movimento – depois o Warley vai falar – por que a Cobap força tanto e briga tanto não tem que ser um movimento somente das entidades dos aposentados. É fundamental que as centrais e as confederações façam esse movimento de forma conjunta, tanto para acabar com o fator, como também para assegurar o aumento real para os aposentados que ganham mais do que o mínimo. Escrevam o que eu estou dizendo.

Até muito pouco tempo atrás eram 12 milhões os que ganhavam o salário mínimo, os aposentados; hoje, nós somos 18 milhões. A cada ano o aposentado ganha um reajuste bem menor que o mínimo. Se nós não conseguirmos fazer uma grande mobilização nacional de pressão no Congresso, em janeiro o mínimo vai receber 13,5%, e o aposentado recebe menos que a metade, deve receber em torno, no máximo, de 6%. Ora, se isso continuar assim o futuro daqueles que estão na ativa e que vocês representam é se aposentar com um salário mínimo. Esse é o futuro porque todos vão se aproximando do valor do mínimo, embora tenham pagado dez salários, oito, nove ou seis. Essa é a tendência natural. Quando a gente fala isso, alguns pensam até que não é verdade, mas pode escrever que é verdade. E a previdência privada, ou seja, os grupos, os bancos que atuam nessa área fomentam

cada vez mais isso, porque, o cidadão sabendo que o futuro dele é se aposentar e vai receber somente um salário mínimo, vai ao banco, faz uma aposentadoria complementar, para ganhar algo mais no futuro. Embora tenha pagado e, em tese, devesse receber dez, nove, oito, não receberá.

Por isso que entendo que é fundamental que a gente faça esse movimento com os trabalhadores na ativa e os aposentados. Provavelmente, neste ano, vamos ter que fazer vigília aqui no Congresso de novo, se quisermos ter o mínimo de chance para que, no Orçamento, na Lei Orçamentária estejam contemplados recursos para assegurar, em janeiro, a valorização dos benefícios dos aposentados. Então, nós temos de estar preparados para isso, e eu espero que a gente consiga fazer.

O Dr. Dornelles colocou muito bem quão importante é essa mobilização. Repito: podem ter certeza absoluta de que é fundamental que as centrais e confederações se mobilizem, juntas, para acabar com o fator e garantir reajuste real para os aposentados. (*Palmas.*)

Eu convidaria para a Mesa, e já para fazer uso da palavra porque estava aqui na sequência, o Sr. André Luís dos Santos, jornalista do Diap e assessor parlamentar. O André vai vir para a Mesa e já vai fazer uso da palavra porque, em seguida, a gente vai chamar os outros convidados para falar.

André, pode dirigir-se lá para o microfone. Você, como chegou no horário, vai direto para a tribuna!

O SR. ANDRÉ LUÍS DOS SANTOS – Bom-dia.

Inicialmente, eu queria agradecer o convite, em nome do Diap, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aqui, do Senado Federal, na pessoa do Exmº Sr. Senador Paim, um parceiro na luta dos movimentos sociais e do movimento sindical em especial. E queria agradecer também ao Fórum Sindical dos Trabalhadores, que teve a iniciativa de realizar o evento em defesa da Consolidação das Leis do Trabalho. Eu acho que é extremamente oportuna essa iniciativa, tendo em vista algumas tentativas de retirar alguns direitos dos trabalhadores. Acho extremamente oportuno, e está de parabéns o FST pela iniciativa.

Vou só fazer uma breve fala aqui sobre o caráter da CLT e, depois, vou entrar um pouco mais nos projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional, em relação aos quais o movimento sindical acho vai ter que ter um trabalho mais efetivo no Congresso Nacional. Eu peguei o final da fala do Senador Paim em relação ao fator, mas há outros tantos projetos que nós temos em tramitação no Congresso Nacional e com os quais temos de tomar bastante cuidado, para que não retirem os nossos direitos. O objetivo é avançar nos nossos direitos e não acabar com os que nós já temos.

A CLT tem um caráter não protecionista, como julgam aqueles que querem com ela acabar. Ela tem um caráter social, sim. Nós temos uma questão que a CLT traz, que é dar garantias aos trabalhadores. Justamente por quê? Porque os trabalhadores são a parte mais fraca dentro da relação capital e trabalho. Então, você precisa ter essa garantia, que tem de ser o Estado que vai dar, para que você possa fazer suas lutas e suas reivindicações, tendo justamente a garantia de que uma norma jurídica venha para não deixar que um empresário, a seu bel-prazer, demita-o porque você está numa atividade sindical. Ou, como em outros casos que a gente já ouviu por aí, de que o Senador Paim deve recordar bem, de questões mais voltadas aos metalúrgicos, por exemplo, um dos quais, só pelo fato de ter um jornal do sindicato dentro da sua pasta, foi demitido.

Então, nessas coisas a gente não pode ter a CLT como uma questão protecionista. Ela vai muito além. Ela tem um caráter social, de cidadania. E a gente não pode deixar acabarem com a CLT nesse sentido. Ela tem um caráter social e de cidadania. Não é só uma questão protecionista, como aqueles que querem acabar com a CLT costumam dizer por aí.

Eu acho que, justamente com a CLT, os trabalhadores puderam protagonizar certos momentos da nossa história. Vou citar aqui dois mais recentes, como, por exemplo, a redemocratização do País. Os trabalhadores, já com as suas garantias efetivas, de direito ao trabalho, de direito à sindicalização, enfim, com uma série de garantias que os trabalhadores tiveram, puderam organizar-se e participar efetivamente, por exemplo, do processo de redemocratização do País, através das Diretas Já, organizada por seus sindicatos, federações, confederações. É época também as centrais sindicais ainda não eram regulamentadas juridicamente, mas algumas entidades já tinham atuação política e contribuíram muito para esse processo de redemocratização do País, que culminou com a Constituição de 88, quando os trabalhadores organizados, volto a dizer, por meio de seus sindicatos, das federações e confederações e de algumas centrais, puderam vir ao Congresso Nacional e mostrar uma plataforma do que a gente necessitava naquele momento que fosse para a Constituinte. Nesse grau de entendimento que tínhamos no Congresso Nacional foi possível avançar em alguns aspectos, mais especificamente os artigos 7º e 8º da Constituição, que são bem voltados para os trabalhadores de modo geral.

Nossa Constituição é uma das mais avançadas do ponto de vista do cidadão, e isso deve ser respeitado. Os trabalhadores foram protagonistas nessa ação; foi uma ação política desenvolvida em boa parte pelos

trabalhadores. Aqui está o Senador Paim, que, à época, como Deputado Constituinte, recebeu nota 10 do Diap por ter votado em todas as matérias a favor do trabalhador. Então ele sabe muito bem que, à época, a configuração do Congresso constituinte era talvez mais conservador do que o que temos hoje, e conseguimos avançar bastante em pontos de ampliação de nossos direitos à época. Por exemplo, a redução da jornada, que era de 48 horas, foi reduzida para 44 horas. Hoje nós brigamos por 40. Já brigávamos àquela época por 40 horas semanais, mas conseguimos uma redução de quatro horas, que foi o caso de 48 para 44 horas, durante a Assembleia Nacional Constituinte. E outras tantas conquistas graças à atuação dos trabalhadores unidos, de categorias diferentes, mas sempre unidos em prol do objetivo único que era defender o trabalhador, defender aquele que precisava ou precisa de norma jurídica que lhe dê amparo para poder seguir a sua luta, poder trabalhar de forma digna enfim. A Constituinte teve esse caráter, e os trabalhadores foram protagonistas nesse processo.

Agora vou falar um pouco dos projetos. Para ser um pouco mais rápido, vou pinçar alguns projetos que estamos trabalhando aqui no Congresso Nacional, uns já bem avançados, mais voltados para a Câmara dos Deputados. E eu acho importante ficar um pouco mais atentos a esses projetos, fazer ações mais efetivas com os Parlamentares porque temos perdido várias batalhas aqui no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados, por ter uma bancada em sua maioria de empresários. Mas retorno a essa bancada para falar mais no final. É só para os senhores terem uma ideia de como está nossa correlação de forças aqui no Congresso Nacional.

Entre os projetos, vou destacar um que eu acho que é importante porque está apensado a vários outros projetos e ele saiu desta Casa e foi para a Câmara dos Deputados. É o PL 6.706, de 2009; aqui no Senado era o PL 177, de 2007, de autoria do Senador Paim. Ele traz estabilidade para o dirigente sindical estendendo essa estabilidade também para os conselhos, os conselheiros dos sindicatos, enfim. Essa estabilidade é muito importante de ser conquistada porque você vai ter a ação sindical com mais efetividade do ponto de vista da segurança para aquele trabalhador que vai para o sindicato, que se candidata, que procura fazer essa batalha em prol daquela categoria que ele representa. Então é importante a gente estar com este projeto aprovado até o final deste ano, principalmente na Comissão do Trabalho, em que ele está atualmente. Só que temos um problema grave lá: a Comissão do Trabalho não tem pautado e quando pauta é para derrotar matérias de interesse dos trabalhadores. Então a gente tem que

ter uma atuação mais efetiva, mais incisiva na Comissão do Trabalho. Já presenciamos algumas derrotas lá, como a própria 158, matéria que vou abordar em seguida. Mas só terminando com relação ao projeto sobre estabilidade de dirigente sindical, a matéria está sob a relatoria do Deputado Sandro Mabel, um dos empresários que compõem a bancada empresarial da Câmara dos Deputados. Como todos sabem, ele é dono da Mabel, aquela empresa de biscoitos, e representa o interesse dos empresários. Então, fica complicado esperar dele um parecer favorável. Porém, isso não nos dá o direito de não procurá-lo; pelo contrário. Aqui há delegações de vários Estados, o pessoal de Goiás poderia se atentar para isso e procurar o Deputado para uma conversa mais estreita com ele, saber seu posicionamento, tentar defender e tentar convencê-lo da importância da estabilidade do dirigente sindical.

Com relação a outro projeto que, na realidade, é uma mensagem presidencial, Mensagem 59, de 2008, que adota a Convenção 158, sobre demissão imotivada, essa mensagem nós perdemos na Comissão de Relações Exteriores, por 20 votos contra e um a favor em 2009, foi a votação dessa mensagem na Comissão de Relações Exteriores. O relator à época, Deputado Julio Delgado, do PSB de Minas Gerais tentou ainda arquivar a mensagem. Numa ação dentro do próprio Congresso, a gente conseguiu evitar o arquivamento dessa mensagem, e ela passou para a Comissão do Trabalho. Na Comissão do Trabalho, ela chegou a ter parecer favorável do Deputado Sabino Castelo Branco, mas ele voltou atrás e apresentou novo parecer este ano contrário à Convenção 158. Foi um parecer repentino, ele pegou de volta para relatar a matéria nas vésperas do recesso parlamentar; e, assim que voltamos às atividades, ele apresentou parecer contrário e pautou a matéria. Lá na comissão também fomos derrotados: 17 a 8. Então, a nossa correlação de forças na comissão está bem complicada. Não é a primeira derrota na comissão, já era sabido de todos que poderíamos perder ali, e a tentativa era de não pautar a matéria. Mas por articulação do próprio presidente do colegiado, o Deputado Silvio Costa, do PTB de Pernambuco, colocou a matéria em votação e então nós perdemos. Apesar de todo o uso do Regimento na tentativa de postergar ainda mais essa matéria para não ser votada, não foi possível.

Outra matéria que foi votada na Comissão do Trabalho e matéria que não agrada aos trabalhadores foi o projeto de terceirização do próprio Deputado Sandro Mabel. O Deputado Sandro Mabel foi relator de um projeto que veio do Executivo na época do Fernando Henrique Cardoso. Quando ele viu que não havia possibilidade de aprovar o projeto do Fernando Henrique

Cardoso, ele sendo relator, ele apresentou outro projeto seguindo mais ou menos a mesma linha do projeto do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. O projeto do Fernando Henrique está na Comissão de Constituição e Justiça. Está parado, e, em princípio, não há muito o que caminhar com ele. Ele não agrada ao interesse dos trabalhadores. Uma das coisas que tem dentro do projeto é que a terceirização seja bem ampla e não restrita à atividade meio; ele permite que a terceirização abranja todas as atividades, atividade meio e atividade fim das empresas, o que para o movimento sindical não é interessante.

Outro dado sobre esse projeto é que tem uma mensagem presidencial. Assim que o Presidente Lula assumiu, ele enviou mensagem presidencial para retirada de tramitação desse projeto porque ele pretendia discutir com as entidades novo projeto para aí sim ser enviado ao Congresso Nacional para regulamentar a terceirização, tanto para favorecer trabalhadores, que devem ter uma norma jurídica que regulamente suas atividades, como para os empregadores, que também devem ter uma norma jurídica que regulamente a contratação entre os empresários para o processo de terceirização. Essa mensagem precisa ser votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, mas até hoje não o foi; ela chegou a ser pautada quatro vezes, se não me engano, na gestão do Presidente Arlindo Chinaglia, mas em nenhum momento ela foi votada. E precisa ser votada para que o projeto saia de tramitação.

Outra questão da terceirização vem no projeto do Deputado Sandro Mabel. O projeto foi aprovado na Comissão do Trabalho também este ano. Uma forma um pouco mais rápida do que o que gostaríamos. Nós queríamos negociar esse projeto e ele acabou sendo aprovado de uma forma meio sem consulta às entidades sindicais. Inclusive tem uma comissão especial tratando do tema, e o presidente ignorou, o presidente do colegiado, Deputado Silvio Costa, ignorou essa questão dessa comissão que vai tratar de um projeto, vai elaborar um projeto bem negociado com as entidades sindicais, empresariais e o próprio Governo para tentar regulamentar a terceirização. O presidente Sílvia Costa ignorou essa ação do colegiado, pautou o projeto, ele foi aprovado e agora vai para a CCJ em caráter terminativo; ou seja, aprovado na CCJ, ele pode vir para o Senado e esta Casa dar o seu veredicto.

Como se vê, a relação que nós temos na Comissão de Trabalho não está fácil, isso porque – agora eu vou voltar um pouquinho – nós temos dentro do Congresso Nacional uma maioria de empresários. Mais especificamente na Câmara nós temos 273 empresários, 273 empresários com mandato de Deputado, sendo que 91 Deputados, apenas 91 Deputados são

oriundos do movimento sindical, ou seja, são da bancada sindical. A nossa bancada cresceu em relação à Legislatura passada, cerca de 47 que nós tínhamos na Legislatura passada, passamos para 91; porém, ainda é muito pequeno em relação ao crescimento da bancada empresarial, que era cerca de 160, 180 Deputados na Legislatura passada e passou para 273 nesta Legislatura. Então isso é um complicador para o movimento sindical trabalhar esses projetos de seu interesse. A negociação tem que haver. Não podemos deixar de negociar com esses empresários. Essa é a única forma que nós temos de aprovar os projetos de nosso interesse. Agora tem que ter pressão dentro do Congresso Nacional. Esta Casa só funciona sob pressão. Não tem como aprovar nenhum projeto que venha beneficiar o trabalhador sem que os trabalhadores de forma unânime venham para o Congresso Nacional para pressionarem esses Parlamentares para votarem essas matérias de seu interesse.

Outra questão que o Senador já comentou é o Projeto, de autoria também do Senador Paim, 3.299, 2008. Esse é o número na Câmara. No Senado era 296, de 2003, que trata do fim do fator. Nós já vimos aí pela imprensa e também outros setores aqui dentro do próprio Parlamento falando sobre uma proposta nova, que seria o Fator 95105. Até lá do Diap nós fizemos um comentário que se for aprovada essa fórmula, o trabalhador nasce contribuindo e consegue aposentar sem o fator aos 52 anos, 53 anos de idade, se ele nascer contribuindo. Então já é bastante complicado isso aí. Ou seja, ele já nasce contribuindo para se aposentar sem o fator, com 52, 53 anos de idade. Então essa fórmula tem que ser melhor estudada, e o movimento sindical tem que pressionar o próprio Governo, que é quem está coordenando essa negociação, para evitar um maior atropelo disso aí.

Outra questão que agora é interessante tocar nisso é a PEC do trabalho escravo, PEC 438, de 2001. Segundo essa PEC, se for flagrado o trabalho escravo numa propriedade, o Governo toma essa propriedade para fins de reforma agrária. Então essa é mais voltada para a área do campo. Porém, nós vimos recentemente, na semana passada, um programa exibido na TV *Band* que mostra o trabalho escravo no setor urbano, mais especificamente na área do vestuário, onde algumas marcas famosas como Brookfield, Zara, Gregory, enfim, grandes marcas precarizam a relação dos trabalhadores, chegando a ser uma relação análoga de escravo. Ou seja, não existe só trabalho escravo no campo, como normalmente a gente consegue identificar com facilidade trabalhadores que estão numa fazenda, em determinado local rural, e aí a gente consegue identificar que aquele trabalho é degradante, é

uma forma de trabalho escravo. Isso também existe no meio urbano e precisa ser combatido. Talvez aprovar essa PEC já seria um avanço, com certeza um avanço. Apesar de ela ter um foco mais direcionado para o meio rural, isso vai sensibilizar, acredito, não só o Parlamento como a sociedade de um modo geral, para extinguir também o trabalho escravo no meio urbano, que, como foi colocado na própria matéria, a gente viu que acontece dentro do Estado de São Paulo, ou seja, bem no coração do País. No Estado de São Paulo existe trabalho escravo urbano.

A outra PEC em tramitação na Câmara dos Deputados trata da redução da jornada de trabalho. É uma PEC de autoria do Senador Paulo Paim, junto com o Senador Inácio Arruda. Á época em que apresentaram a proposta eram Deputados, mas já buscavam a redução da jornada para 40 horas semanais. Essa PEC está no plenário, pronta para votação. Na Legislatura passada nós conseguimos aprovar a matéria na comissão especial em que ela estava tramitando, com votos de partidos diversos, com orientações de partidos que a gente sabe que têm certo conservadorismo na sua orientação ideológica, mas conseguiram buscar um consenso e foi aprovada na comissão especial. Por isso é que não se deve deixar de procurar os Parlamentares para tentar convencê-los de algumas matérias de interesse dos trabalhadores. Sob pressão, nós conseguimos aprovar essa matéria na comissão especial.

Um outro projeto, e eu já estou quase finalizando, um outro projeto que a gente deve temer bastante é justamente o PL 1.63, de 2011. Esse projeto cria o Código do Trabalhador, o famoso projeto que em tese deu origem a esse evento. Ou seja, ao contrário do evento, o projeto que acabar com a CLT. Esse projeto foi elaborado pelo Deputado Sílvio Costa, presidente da Comissão de Trabalho. Não é a primeira vez que nós temos essa tentativa de acabar com a CLT e flexibilizar os direitos dos trabalhadores. Um outro Deputado que também foi presidente da Comissão de Trabalho, Deputado Nelson Markezelli, também do PTB, mas de São Paulo, fez uma proposta semelhante à época em que ele foi presidente da Comissão de Trabalho. Ou seja, essas tentativas de acabar com os direitos trabalhistas, de flexibilizar os direitos trabalhistas, de acabar com a CLT elas são recorrentes; elas não vêm de agora.

Então um evento como este, que traz um grupo grande em defesa da CLT é muito importante, dentro do Congresso Nacional, para que esses Deputados que procuram essa flexibilização junto aos direitos dos trabalhadores, possam rever os seus conceitos. Começam a julgar, dizem que temos uma legislação muito protecionista e que atrapalha o mercado de trabalho

e o desenvolvimento econômico. Isso não é verdade. Outros países que nós estamos vendo aí com crises econômicas grandes têm legislações flexíveis na área de trabalho e estão em crise. Então não são os direitos humanos que vão resolver a crise econômica do País. A questão da ganância dos empresários é que tem que ser revista e não a dos direitos que nós temos e que adquirimos com muito suor, com muita luta.

Gente, só finalizando, acho que são esses os aspectos com os quais temos que tomar cuidado dentro do Congresso Nacional. Avaliar com firmeza, com clareza esses projetos e começar a procurar os Parlamentares na Câmara e no Senado Federal.

Aqui nós temos um Senador que nos ajuda e que toda segunda-feira tem reunido entidades sindicais para debater temas do mundo do trabalho. Eu acho que a gente tem que começar a procurar esse mesmo Senador e também um Deputado lá na Câmara. Nós temos que buscar dentro da Câmara dos Deputados esse debate permanente sobre os nossos direitos.

Por enquanto é só, gente.

Fico à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, André Luiz, que representa aqui o Diap,

Você tem razão, porque inúmeros projetos nós aprovamos aqui. Esse, por exemplo, que proíbe a demissão de dirigente sindical, vejam bem o que eu tive que apresentar! Vocês todos sabem que demitir dirigente sindical é proibido. Eles têm estabilidade. Eu mesmo fui dirigente sindical a vinte e cinco anos atrás e tinha estabilidade. Pois bem, eu tive que apresentar um projeto dizendo que quem é do conselho fiscal e suplente, que no meu tempo não tinha empresário nenhum que tinha a ousadia de demitir, estão demitindo agora, eu me obriguei a apresentar dois projetos. Aprovei-os aqui no Senado, estão lá na Câmara dos Deputados, proibindo a demissão do suplente e também do dirigente, porque o suplente é um demitido em potencial. Calcule que, se um suplente dentro da máquina se mexa para defender os trabalhadores, fábrica no sentido de local de trabalho, acaba sendo demitido. E aí, ele não compõe mais aquela chapa que foi eleita? É um absurdo apresentarmos esses dois projetos para que os dirigentes sindicais não sejam demitidos.

O terceiro, que também apresentamos e aprovamos aqui, é da contribuição assistencial. Sempre digo que a decisão soberana da assembleia dos trabalhadores, no meu tempo era contribuição do dissídio, que é a mesma coisa, era uma decisão soberana da assembleia e ninguém questionava. Agora, o Ministério Público do Trabalho se dá no direito de intervir nos sindicatos, se apropriar, porque bota em leilão até prédios

de sindicato, confisca a verba do sindicato dizendo que a contribuição assistencial não é para toda a categoria.

Ora, pelo amor de Deus, quando faço um acordo, um dissídio coletivo não é só para o sócio do sindicato mas para toda a categoria e como é que contribuição sindical só o sócio que vai pagar, só o sócio que vai contribuir? É uma discriminação hedionda, porque parece que o bom é não ser sócio, porque o sócio paga a mensalidade e paga a contribuição assistencial, pelo menos essa é a tese. Aquela pequena contribuição, um pouquinho de cada um, fortalece a entidade sindical.

Também esse projeto eu aprovei, nós aprovamos, com auditório lotado, mais de mil dirigentes sindicais. Aprovamos aqui e encaminhei aqui no Senado, aprovamos por unanimidade, e na Câmara também não anda. Então, está correto o André Luiz quando fala o seguinte: essa é a grande verdade e quem fala a verdade não merece castigo. Ou a gente se mobiliza ou as questões dos trabalhadores não serão aprovadas e ficarão eternamente nas gavetas, inclusive essas bandeiras que estão aqui nos cartazes, as 40 horas, o fator, enfim, cada uma delas vai continuar eternamente aí nos cartazes e não avançaremos.

Por isso, é fundamental mobilizações como essa e quero repetir de novo pessoal. Não sei se é ousadia, mas a situação está tão grave em relação aos direitos dos trabalhadores e essa questão do fator e o reajuste dos aposentados que, para mim, teria uma simbologia muito grande se tivermos parceiros para passarmos a noite de Natal, se for preciso, em vigília, aqui dentro do Congresso Nacional, a noite de Natal para que a luz de Cristo ilumine a cabeça dos congressistas.

Passo a palavra à diretora da Contec, Rumiko Tanaka e, em seguida, falará o Sr. Warley.

A SR^a RUMIKO TANAKA – Senador Paulo Paim, primeiramente gostaria de cumprimentar todos os presentes em seu nome e agradecer por mais uma oportunidade que V. Ex^a nos dá para que a voz do trabalhador chegue a esta Casa. Muito obrigada Senador.

Fiquei de falar sobre a contribuição sindical. Não vou fazer nenhum discurso, não vou dar uma aula de contribuição sindical, porque todos nós sindicalistas conhecemos esse tema. Porém estamos passando por um período de insegurança não de agora, mas já há anos estamos enfrentando o problema daqueles que querem o fim da contribuição sindical e eles usam equivocadamente que houve a mudança do imposto sindical para contribuição sindical, mas para fazer a propaganda de que é um imposto eles argumentam que tem que acabar com o imposto que, na verdade, é a contribuição sindical

A contribuição sindical é compulsória e está disciplinada no art. 578 da CLT. A nossa luta para defesa da

CLT está claramente regulamentada esta contribuição. No passado, brigamos para que não tivéssemos o fim dessa contribuição. Agora, temos dirigentes sindicais que estão desanimados, jogaram a toalha e estão pensando que realmente vão acabar, porque vem aí uma outra proposta pelo fim da contribuição sindical. Acho que temos que levantar a cabeça e fazer como no passado, quando a mesma proposta foi feita e recusada.

Chegou a hora novamente de pegar essa bandeira e percorrer todos os Estados. A proposta do FST é sairmos daqui e ir de Estado em Estado conversar com os parlamentares. Chegou a hora também de mostrarmos para que serve essa contribuição sindical que está na CLT. O que diz o art. 592? Para os sindicatos dos empregados, essa verba é para assistência jurídica, assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, assistência maternidade, agência de locação, cooperativas, bibliotecas, creches, congressos e conferências, auxílio funeral, colônia de férias e centro de recreação, prevenção de acidentes do trabalho, finalidades desportivas e sociais, educação, formação profissional e bolsa de estudos.

No Brasil, nós entidades sindicais empregamos mais de 200 mil trabalhadores e isso nós não estamos falando para os parlamentares. Chegou a hora de mostrarmos para que serve isso, porque eles confundem com greve. Agora, para fazer greve, temos a outra contribuição, que é o desconto assistencial. Como disse V. Ex^a, esse dinheiro é para quê? Para luta sindical. Quando fazemos greve é porque o patronato está resistindo, está intransigente e não concede aquilo que pleiteamos.

Então, confunde-se a contribuição sindical com a contribuição assistencial e é um absurdo que o Ministério Público do Trabalho interfira inclusive em cláusulas acordadas, em cláusulas definidas em assembleias, em cláusulas que constam na convenção e em acordos coletivos de trabalho. Então, temos que falar com clareza para cada parlamentar dos nossos Estados por quê? Por não entender para que serve, o próprio Ministério Público do Trabalho, por influência de um Ministro do Trabalho, que infelizmente é do Partido dos Trabalhadores, eles receberam orientação para que chamassem os sindicatos, para que assinassem uma TAQ, que nunca mais colocassem o desconto assistencial. Alguns assinaram a TAQ, corremos atrás e pedimos para que os advogados fossem anular essas assinaturas e muitos estão aí acuados com medo do Ministério Público do Trabalho, o que é um absurdo.

Então, acho que tem que fazer uma seleção dentro de cada entidade sindical. Aquele que está pensando que vai acabar, que já é o fim, antes lute e peça aos parlamentares de seus Estados para que conheçam

primeiro para que é e mostre o seu sindicato, mostre o seu clube recreativo, porque o Governo não dá lazer, não dá assistência médica, não dá transporte, nós pagamos pedágio e um montão de coisas. Aí, o dinheiro que é dos trabalhadores....

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª RUMIKO TANAKA – Exatamente. Veja bem, tudo nós temos que pagar. Se você quer uma escola boa temos que recorrer à uma mensalidade absurda que os trabalhadores nem alcançam. Então, aqui, na verdade, eu só queria dizer: vamos deixar claro o que é contribuição sindical e o que é desconto assistencial e dizer “não” ao Ministério Público do Trabalho de vez, porque, se não dissermos “não”, eles vão se agigantando e interferindo nas nossas entidades sindicais. O Ministério Público do Trabalho tem muita coisa para fazer: o trabalho infantil, a exploração de mulheres, o trabalho escravo e muito trabalho para fazer. Não precisa ficar interferindo em coisas acordadas, tem que ficar muito claro. Aí, Senador, eu queria aqui dizer que temos certeza absoluta de que, se temos um Senador com quem podemos contar sempre, é o senhor. O senhor nos ouve e dá essa oportunidade. Vamos parar com esse medo. Se existem pessoas que já foram à Casa Civil, já foram ao TST, já convenceram inclusive ministros para o fim da contribuição sindical, vamos fazer o trabalho inverso, vamos a esses ministros, vamos mostrar a eles que o pouquinho que temos nós administramos bem. Se existem extravagâncias, se existem coisas erradas, nós mesmos vamos fiscalizar as nossas entidades coirmãs. É o momento de mostrar a importância dessa contribuição. Ou a gente a mantém na CLT, defendendo a própria CLT, ou, como diz aquele pessimista, aquele desanimado, aquele que já deveria estar fora do movimento sindical, acabamos mesmo, não temos o que fazer. Se ele não tem o que fazer, fique em casa, vá cuidar dos cachorrinhos, vá cuidar do que ele tiver, fora do movimento sindical, porque, se tivermos que morrer, vamos morrer em pé. Acho que o dirigente sindical que arrasta para o desânimo, esse tem que ser abolido. Veja tudo que eu li aqui que diz para que serve essa contribuição, vamos correr atrás, vamos fazer conferência, vamos fazer seminários, vamos nos preocupar com os nossos trabalhadores e entidades sindicais, vamos nos preocupar com a creche deles, vamos nos preocupar com a nossa formação, porque o governo não dá.

Então, que em todos os Estados façam uma reunião, um seminário ou as reuniões do FST estadual para a gente poder lutar e ter a contribuição sindical mantida por nós, porque, se não temos força nem para manter a contribuição sindical, que é a nossa sustentação para as lutas, acho que chegou a hora realmente

de acabar não só com o movimento sindical brasileiro, deveria acabar com o movimento sindical brasileiro, deveria acabar com o Congresso, deveria acabar com o TST e aí deveríamos voltar à época dos trogloditas. Acho que é responsabilidade de cada um aqui levar isso para os seus Estados.

Muito obrigada a todos que viajaram de longe, vieram aqui, vieram ouvir o Senador, os trabalhadores e vamos rumo à luta, porque, se não agarrarmos, já está correndo tudo isso, digamos assim, se a Casa Civil tem uma influência grande no Congresso, então já está meio caminho andado. Não podemos dormir no ponto. Vamos à luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Chegou, chegou lá devagarzinho e pegou pesado, como tem que pegar mesmo. Quero cumprimentar a sua fala e dizer que não tenho nenhuma dúvida. Alguns ainda não entenderam ou fazem de conta que não entenderam que o movimento sindical tem que ter estrutura para fazer a sua política sindical, para fazer o bom combate, o bom debate para melhorar a qualidade dos salários dos trabalhadores; e, como você colocou muito bem, as condições de vida dos trabalhadores. De fato, já tive uns dois debates com o Ministério Público do Trabalho e, se não me engano, São Paulo me convidou para outro debate com o Ministério Público do Trabalho e vou a São Paulo. É engraçado, por que o Ministério Público do Trabalho não entra com uma ação contra o Sindicato Patronal que também recebe a contribuição sindical. Por que não entra? É compulsório. E por que não entra contra o Sistema S, que também é compulsório? E são bilhões que são arrecadados, só entram contra os trabalhadores. É esse desequilíbrio que não aceito, e vamos fazer sim ao bom debate. E que respeitem a soberania da assembleia dos trabalhadores. Parabéns a V. Exª.

E falam tanto de compulsório. Para os partidos políticos também é compulsório. Aí pode. Se fôssemos aprofundar ainda mais, e eu sou de um partido político, mas falo isso porque tem que manter o mínimo de equilíbrio, o mínimo de isonomia. Mas passo a palavra neste momento ao Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap, que está nesta luta permanente pela valorização dos benefícios de todos os trabalhadores aposentados e pensionistas.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Em nome do Senador Paim, cumprimento a Mesa. Bom dia a todos e a todas presentes.

Eu queria falar primeiro sobre a CLT. Se temos uma CLT hoje no país e as leis nem são cumpridas, para que tirar a nossa CLT do nosso país? Acho que nós deveríamos fazer cumprir a lei que existe na CLT,

que hoje é a lei maior que temos dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas.

Quero fazer um apelo hoje aqui nesta plenária, que está cheia de presidentes de sindicatos, presidentes de federações e de centrais. Aliás, essas centrais que estão hoje aqui, as quatro centrais que participam do fórum junto com a Cobap defendem mesmo rigorosamente os aposentados e pensionistas. E onde que hoje... Eu também fui sindicalista e, na minha época, a gente saía na luta dos nossos trabalhadores e dos nossos aposentados. Hoje, os aposentados estão esquecidos. Os trabalhadores da ativa não sabem que amanhã vão ser aposentados. Vocês viram agora na semana passada tinha 70 mil mulheres aqui em Brasília fazendo um ato tão bonito, lindo, eu assisti ao ato delas, mas em nenhum momento defenderam a previdência, Senador. Em nenhum momento fizeram um pedido para Presidente Dilma não passar para 37 anos a aposentadoria delas. Em nenhum momento elas falaram do fator previdenciário. Em nenhum momento, deveriam aproveitar a Presidenta da República, que estava lá. Nós, aposentados e pensionistas, eles não nos recebem. As mulheres que estavam lá, a gente apoia o movimento delas, deveriam apresentar um projeto da aposentadoria delas para amanhã. A gente assiste agora na televisão a Rede Globo fazendo aquele grande movimento, arrecadando aquele dinheiro para as crianças. Nós somos favoráveis às crianças sim, mas eles falam que vão preparar um futuro para as crianças. Que futuro têm os aposentados? A criança de amanhã vai ser aposentada, mas nesse futuro que nós hoje não temos nem dinheiro para comprar remédio. Os aposentados passam por essa crise. Então faço esse apelo para vocês. Vocês são a salvação da nossa previdência. É o sindicalista. Vocês sabem por quê? Porque o sindicalista está na base. Não são só as centrais. As centrais têm que voltar a ouvir os presidentes de sindicatos, que não ouvem hoje. Sindicato está esquecido pelas centrais, não digo todas, mas as maiores não ouvem, hoje, a sua base, que é importante, porque os trabalhadores vão reclamar no sindicato.

Participei de várias reuniões aqui em que os presidentes de Centrais, volto a falar, não misturo, algumas são boas, mas as duas maiores que tem aí, falam assim: não, já decido, não precisa consultar ninguém não. É, são poder, vocês têm razão. Não consultam os sindicatos que é quem leva porrada, desculpa da palavra, é o sindicato na base, é com os presidentes que os caras vão reclamar. Então, peço para vocês: olhem para nós, aposentados e pensionistas, vamos nos unir, o Senador Paim faz de tudo, mas o Senador sozinho não resolve nada. Temos que nos unir, vocês, sindicalistas é que têm a força, não são as Centrais

não, quem tem que se mobilizar somos nós lá na base, são vocês que estão lá que têm que se mobilizar, se não, não vamos conseguir não. Tem um ditado que fala assim, vou até contar essa parábola para vocês: tinha um senhor que queria ganhar na loteria de tudo quanto é jeito. Ele ia à igreja, ao templo evangélico, a tudo e pedia para Deus ajudá-lo. De tanto que o anjo encheu lá, desceu e falou assim: meu amigo, compra o bilhete, pelo menos. Entendeu? Então, é igual nós, é igual, se ficarmos sentados, dependendo de que caia alguma coisa, não vai cair nada não, pessoal.

Então, temos que ir à luta, voltar aos sindicatos antigos, porque, hoje, temos até o Governo contra nós. Antigamente, tínhamos o PT completo que ajudava, hoje, não tem mais. Hoje, nas nossas palestras, falo assim: antigamente, a direita era direita, e a esquerda era esquerda. Agora mudou. A direita que era direita virou esquerda, e a esquerda virou direita. Vocês podem crer. Vocês podem ver o Ronaldo Caiado, Senador, apoiando os trabalhadores. É mole? Quem conhece o Ronaldo Caiado lá sabe que mandava matar os trabalhadores rurais, né? Então, hoje, está nos apoiando, está nos defendendo. Como é que pode?

Então, olha, faço esse apelo para vocês, o Senador está dando o maior apoio, mas volto a falar, o Senador sozinho é um Senador, precisa do apoio do movimento sindical, e nós, aposentados e pensionistas, não queremos mais asilo para nós, queremos centro de convivência, mudar a lei nossa, entendeu? Chega de asilo para os aposentados e sim centro de convivência de idoso.

Muito obrigado, fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Parabéns ao Warley pela sua posição clara.

Essa piada que vocês acabaram todos dando gargalhada, de fato, é profunda, já ouvi também, Warley, você contar. Ela diz mais ou menos o seguinte: o que eu estou fazendo para mudar esse quadro? Cada um de nós, e não só vocês que são líderes sindicais, mas aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, que estão contribuindo para a previdência e vai acabar recebendo só um salário mínimo, esse é o caminho, pode saber que o caminho é esse. O que estou fazendo para mudar esse quadro? Então, é preciso uma mobilização efetivamente nacional de quem está na ativa e de quem está aposentado, para que respondamos ao Congresso que não vamos aceitar que as aposentadorias dos brasileiros sejam reduzidas a um salário mínimo.

Esse movimento tem que ser, como disse muito bem o Warley, de todos, e não só dos aposentados, até porque o fator não pega quem está aposentado, mas quem vai se aposentar. Isso é que é importante

alguns lembrarem. E, se derrubarem o fator, não é, Dona Josefa? Peço, aqui, uma salva de palmas para a Dona Josefa, que está aqui, sempre acompanhando esta luta. *(Palmas.)*

Mas vamos passar a palavra para o Mazinho, Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Senador Paim, em seu nome, quero cumprimentar os membros da Mesa que dominam o ordenamento jurídico, e, em nome do Presidente José Calixto, quero cumprimentar a liderança sindical.

Realmente, hoje, estamos tratando de um assunto que, quando ainda nem vida tinha, já existia, CLT, e vem um projeto de lei criado por um Deputado sem discutir com a base interessada querer extinguir de uma vez por todas os direitos que nos foi conferido há 68 anos. Ora, dá para imaginar situações como esta, não tive leitura jurídica nenhuma desse projeto, não posso fazer análise jurídica do projeto, do conteúdo, mas dá para analisar que esse projeto, o único objetivo de forma maior, talvez seja interesse do capitalismo, alguma coisa que venha dentro desse conteúdo, desse instituto do código do trabalho para favorecer ainda mais o capitalismo hoje brasileiro.

No setor da construção, temos sofrido muito e questionado em todos os cantos, inclusive com os acidentes vitimando os companheiros dentro da construção. Lamento que, no painel, não esteja também o conteúdo que fale da segurança, do acidente de trabalho na construção. Constantemente, o Ministro do Trabalho vai à televisão dizer que coloca 200 mil mãos de obra no mercado de trabalho, mas não informa, sequer, um acidente de trabalho, para que os trabalhadores tenham consciência do que está acontecendo. E temos que dar um basta nisso. Este basta é justamente transigir as coisas que, realmente, o capitalismo acha que é fácil para ele. Senador, a sua voz dentro desta Casa, dentro do Senado e dentro do Congresso é que nos tem pautado de força e coragem para discutirmos esses pontos de vista.

E, aqui, quero afirmar, mais uma vez, em nome dos trabalhadores da construção, de todas as federações e segmentos dos trabalhadores, que não se esqueça da gente, que sempre estaremos lhe dando apoio e a todos aqueles que lutem em prol de um movimento sindical mais sólido, mais forte e um direito convincente a todos os trabalhadores.

Meu muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Mazinho. Com certeza, vamos

continuar caminhando juntos para garantir o direito dos trabalhadores e a aposentadoria integral.

Sempre digo e repito, e vou repetir aqui, porque quero que vocês levem essa mensagem: por que não aplicam o fator no Legislativo? Porque o Legislativo não é bobo. No Legislativo, não se aplica fator. Por que não aplicam o fator no Executivo? Porque o Executivo não é bobo, no Executivo, não se aplica fator. Por que não aplica no Judiciário o fator: Porque o Judiciário não é bobo. Só aplicam no trabalhador, que é o chamado primo pobre da previdência. Nós, que, na verdade, acabamos pagando para que os altos salários tenham direito de se aposentar com R\$27.000,00, enquanto o teto dos senhores é R\$3.650,00. Então, é inadmissível. Isso deixa, claro, a todos nós indignados e revoltados, quando eu, como Parlamentar digo isso aqui, digo e assumo a responsabilidade. Se o fator é tão ruim que ninguém quer, por que aplicam só para os mais pobres? É essa pergunta que eles têm que responder: por que temos esse fator até hoje? Agora vem com essa proposta aí, desculpa eu ter que dizer, de passar para 105,95. Isso aí é, no mínimo, piada de mau gosto, é querer brincar com a desgraça dos outros ou querer aumentar para 37 a aposentadoria da mulher e para 42 para o homem por tempo de contribuição. Significa o quê, como foi dito aqui? Vai se aposentar na hora de entrar no caixão e olha lá. Então, é inadmissível a gente concordar com isso. Para mim, tem de sair, no fim desta audiência pública, uma moção de apoio à CLT e uma moção de repúdio a essa proposta nova e ao próprio Fator Previdenciário, se vocês assim concordarem. *(Palmas.)*

Passo a palavra neste momento ao Idelmar da Mota Lima, Diretor Presidente da Fetracom, Federação dos Empregados do Comércio e Serviços do Estado do Mato Grosso, representando a CNTC. *(Palmas.)*

O SR. IDELMAR DA MOTA LIMA – Primeiramente, eu queria saudar a todas as delegações de trabalhadores do Brasil. Senador Paulo Paim, gostaria de pedir permissão para cumprimentar todos os componentes da Mesa. A minha fala é rápida. Gostaria de fazer minhas as palavras da minha amiga, que me antecedeu, de que precisamos nos unir cada vez mais para que alcancemos os nossos direitos já garantidos ao longo desses anos. A CLT, nós sabemos, é a nossa Bíblia. O trabalhador se protege nesse livro tão bem elaborado ao longo dos 69 anos. Sabemos que isso aí, meus companheiros, não é nada mais nada menos do que a intenção do capital internacional, que quer fazer do nosso Brasil uma China, transformando os nossos trabalhadores em escravos, voltando aos tempos idos. Então, queria fazer um apelo a todos, de coração, e dizer que temos o direito de nos indignar

com as atitudes que estão sendo tomadas neste Congresso, com algumas exceções, lamentavelmente, que nos representam e que querem fazer do nosso povo um povo feliz.

Meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RJ) – Parabéns ao Idelmar da Mota Lima pela sua fala, fortalecendo essa luta dos trabalhadores. Quero registrar a presença do Moacyr, Presidente da Contratuh, Secretário-Geral da Nova Central. Permita-me, Moacyr. O Moacyr teve um problema de doença, mas, para alegria nossa, recuperou-se e está com todo o pique. Acho que a tua doença é um pouco de stress, porque tu acampaste no Rio Grande do Sul na época da nossa caminhada no ano passado. Então, peço uma salva de palmas para o Moacyr. Peço que ele levante. *(Palmas.)*

Não sei se o Moacyr vai fazer uma saudação. *(Palmas.)*

Aqui, por favor, Moacyr.

O SR. MOACYR AUERSWALD – Bom dia, meu povo. *(Palmas.)*

Sabe aquela história do cara que chega por último, fala primeiro e ainda quer a janela? Assim estou parecendo eu. Mas peço desculpa, porque faço parte, através da nossa Federação, a Contratuh, do Conselho Gestor do Conselho Nacional do Turismo. Com essas questões de corrupção, com a confusão que está, fomos convocados de urgência e temos uma reunião hoje e amanhã, durante o dia todo, para resolver essa questão.

Gostaria, primeiramente, de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim. Por sinal, Senador, estive na sua terra neste final de semana, um frio intenso. Agradei ao povo gaúcho por ter mais uma vez reconduzido V. Ex^a a esta Casa, pois V. Ex^a é o esteio do trabalhador brasileiro.

Gostaria de cumprimentar o companheiro Lourenço, Presidente do FST, interino, por seu trabalho, por sua dedicação. Vou lhe contar uma coisa: ontem, às dez horas da noite, estava o Lourenço conversando comigo sobre a reunião de hoje. O homem não dorme nem sábado nem domingo. Gostaria de cumprimentar o José Augusto pelo trabalho que vem desenvolvendo. *(Palmas.)*

Gostaria de cumprimentar todos os presidentes das Federações, das Confederações, das Centrais, na pessoa do meu presidente, José Calixto Ramos. Na sua pessoa, cumprimento todos os presidentes das Confederações. As mulheres aqui presentes... Gostaria de cumprimentar a nossa companheira Vera Leda, companheira de luta, que sempre está presente no nosso meio.

Para começar a minha fala, gostaria que todos nós levantássemos e déssemos uma salva de palmas ao nosso Getúlio Vargas. *(Palmas.)*

Obrigado. Dia 24 é aniversário de seu falecimento.

Companheiros e companheiras, pode ser que alguma das questões que vou levantar já tenha sido levantada aqui em função de não poder estar presente. Mais uma vez, peço desculpas. Mas temos que – mais uma oportunidade – saber para que lado nós vamos, saber o que queremos efetivamente do movimento sindical. Na semana passada saiu, salvo engano, uma reportagem na *Istoé* a reportagem *A fábrica de sindicatos*. Entre a *Fábrica de Sindicatos* estávamos nós, a Contratuh. Pessoas que não sabem o que estão falando, pessoas que escrevem algumas coisas que podem ser verdade, mas que, de repente, colocam todo mundo no mesmo saco, como se todo mundo fosse desonesto, todo mundo fosse corrupto e todo mundo estivesse só olhando para o umbigo. Tenho absoluta certeza de que naquela figura da Contratuh algumas entidades sindicais se viram naquela posição. Entidades honestas, idôneas, que, de repente, foram colocadas como se fossem mais uma das criadas para interesses pessoais ou, então, de algum grupo político. O movimento sindical, parece, dia a dia, não cansar de bater na gente. E o curioso é que batem nas pessoas sérias, no movimento sindical sério. O Ministério Público tem feito horrores. Têm entidades sindicais que, se entregarem todo o patrimônio para o Ministério Público, ainda ficarão devendo. Falar que estão defendendo o trabalhador... É mentira! Como é que eles defendem o trabalhador esvaindo a parte financeira das entidades sindicais, tirando seu sangue de luta? Isso é defender trabalhador? Já tínhamos até, parece-me, passado, mas, de repente, uma central vem à tona, você sai do movimento sindical, sai da unidade das centrais. E agora vou fazer um caminho solo para, novamente, defender o fim da contribuição sindical, o fim da unicidade sindical, porque esse é o nosso caminho, esquecendo que a contribuição sindical que eles receberam esses dias atrás eles não devolveram. É muito fácil dizer que não quer, que vai lutar por outras bandeiras. Mas, então, por que já não mostrar o exemplo e devolver a contribuição sindical que veio para eles? *(Palmas.)*

É muito fácil muitas vezes e tem um ditado bem popular – e me perdoem todos – depois que o porco come vira o cocho. Depois que foram regulamentadas as centrais num movimento unitário das centrais, depois que nós conseguimos alterar a tabela de Imposto de Renda, depois que nós conseguimos instituir uma política do salário mínimo, depois que nós conseguimos “n” situações, dizer que o movimento sindical unido é

besteira. Dizer que o movimento unitário do movimento sindical unido não faz parte mais da sua história e que os certos são eles. Espero que essa repercussão, espero que eles façam a reflexão e eles vão verificar que ele não é aquele filhinho da mamãe que está marchando com o pé certo e toda tropa com o pé errado.

Muito movimento sindical, muito sindicalista, muitos sindicatos nos cobram, cobram das confederações, cobram das centrais sindicais. Por que não resolvem essas questões que são feitas lá dentro do TST? Porque eles não vão lá e cobram do Presidente do TST, por que não cobram do Ministério Público? Isso é feito. Nesses dias atrás, todas, a maioria das centrais esteve com o Presidente do TST pedindo a revogação do 119 e no outro dia os outros companheiros foram lá e firmaram sua posição contra a contribuição sindical, contra a assistencial, pelo fim da autonomia sindical e pelo fim da unicidade sindical.

De que jeito nós vamos trabalhar a unidade sindical dessa forma? Ministério do Trabalho trabalha às pressas, mas sempre contra a unidade sindical: zera-mento de código, criação de base de qualquer forma, criação de entidades vinculadas a uma determinada central sindical, coisa que a própria CLT, a Constituição Federal não contempla esse tipo de coisa.

Semana passada eu estive aqui com a presença do Senador Paim, nós estivemos discutindo as 40 horas, aliás, o aviso prévio. Naquela oportunidade, eu passava nossa preocupação ao Senador Paim e a preocupação com essas duas Casas, que é o Congresso Nacional, que nós, os trabalhadores, até onde nós temos o respaldo dessas duas Casas. A questão de 15 dias. Quando foi discutida a 158, nós levamos o maior baile na Comissão do Trabalho, foram 17 a 8. E aí, eu fico preocupado porque nós fazemos um trabalho enorme dentro da Casa vizinha e quando tudo tem que passar pela Comissão do Trabalho e, de todos os trabalhos, a expectativa que nós vamos ter é de que em todos os momentos na composição atual nós vamos nos “ferrar” lá dentro. Pedi aos companheiros do Diap, inclusive, que nos fizesse um levantamento aqui no Senado, como é que ficaria essa votação que aconteceria. Pedi também que, dentro da Comissão de Justiça, como é que ficaria dentro da Comissão de Justiça. E, dentro da Comissão de Justiça a expectativa, se hoje for a Convenção 158 e não tiver um empenho efetivo do Governo, nós vamos dançar novamente.

Eu levanto essas expectativas, companheiros, porque o medo com que estou hoje de dentro do Congresso Nacional, de levar as coisas aqui dentro nos arrepiam. E aqui sempre foi a ressonância dos trabalhadores. Nós não podemos mais contar com o Ministério do Trabalho, que era o único Ministério que é do

trabalhador, os outros são dos outros. Aqui dentro do Congresso nós temos pouca gente, gato pingado que está preocupado com o trabalhador. E aí a gente tem que agarrar com todas as nossas forças e defender pessoas iguais ao Senador Paulo Paim, uma pessoa para quem não teve governo, não teve momento e sempre está ao nosso lado, defendendo o que der e vier.

Há duas coisas só que unem o ser humano: a dor e a alegria. Lamentavelmente, estamos nos reunindo, periodicamente, inclusive nesta Casa, sempre pela dor. Sempre pela sensação de estar perdendo, sempre pela sensação de que estão nos levando alguns dos nossos direitos. O Presidente da Comissão de Trabalho agora traz um código de trabalho. Por quem é proposto esse código de trabalho? Pelos empresários? Eu tenho absoluta certeza de que a proposta desse código, que, daqui a alguns dias, vai estar em nossas mãos – e já está, como um balão de ensaio. Tenho absoluta certeza de que os nossos direitos estão sendo retirados de todos os jeitos, Senador.

Nós temos de pensar, e muito, qual é o modelo de sindicato, o modelo sindical que nós queremos. Não adianta nós ficarmos brigando pela redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário, regulamentação e coisa e tal, se não tivermos as nossas entidades fortes para lutar por essas bandeiras, porque a estratégica do poder econômico está exatamente correta. Eles nos acabam, nos aniquilam e deixam um gato pingado levantando a bandeira pela melhor distribuição de renda, pelas quarenta horas, pelo aumento do aviso prévio, pelo fim do fator previdenciário. Mas, se nós não estivermos unidos, se nós não estivermos agarrados um ao outro, com a preocupação de mudar esse sistema, para manter os nossos direitos, com certeza, nós estaremos aniquilados.

Nós vamos abaixar a nossa cabeça ou vamos mantê-la erguida, para falar para os nossos netos e nossos bisnetos que nós brigamos e mantivemos os direitos que Getúlio, há tantos anos, numa canetada, conseguiu? Dia a dia nós estamos perdendo o que ele conquistou, o que nossos antepassados conquistaram.

E, para finalizar, que já me deram o meu tempo – já falei até demais, acredito – penso e vou sintetizar, Senador Paulo Paim, numa historinha bem pequeninha que já contei nesta casa. Havia um chinês que sabia descobrir o futuro, e vieram dois meninos, dois garotos espertos com um passarinho na mão e chegaram ao chinês e disseram que iam derrubar o chinês. Eu vou chegar com esse passarinho, se ele disser que o passarinho está vivo, eu o mato; se disser que está morto, eu solto o passarinho. Ele colocou as duas mãos para trás com o passarinho e chegou para o chinês e perguntou: “Eu tenho um passarinho na minha mão. Ele

está vivo ou está morto?” E o chinês respondeu: “Está em suas mãos.” O futuro nosso, trabalhadores, o futuro das nossas conquistas está em nossas mãos. Se nós deixarmos o passarinho morrer, nós não vamos ter história nenhuma para contar para os nossos netos e bisnetos. Nós vamos ter muita vergonha de dizer que nós tínhamos tudo e que não deixamos nada para eles.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Moacir pela sua exposição muito firme, muito clara, defendendo o interesse da nossa gente, como sempre.

De imediato, eu passo a palavra ao Presidente da Nova Central e também da CNTI, José Calixto Ramos.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Eu queria, primeiramente, cumprimentar os companheiros e o faço através do Senador da República e companheiro Paulo Paim. Cumprimento todas as companheiras e companheiros que compõem este – posso afirmar – seletor plenário e quero fazê-lo também, em nome do companheiro Lourenço Ferreira do Prado e da minha Diretora Sônia Azerino, que está aqui no plenário.

Queria, primeiramente, pedir desculpas por ter chegado um pouco atrasado. Quando eu cheguei, a reunião já havia iniciado.

Este momento... E os companheiros que por aqui passaram já praticamente encerraram todas as manifestações em torno da CLT, das reivindicações gerais e do eminente Presidente Getúlio Vargas. Claro que me deixam um pouco mais tranquilo. É até mais fácil. Eu vou ter o cuidado para não repetir tantas coisas que vocês já ouviram dos oradores que me antecederam, mas entendo que, até pelo meu tempo de vida, este dia é um dia muito especial.

Claro que a figura principal desta solenidade é o saudoso Presidente Getúlio Vargas. A ele nós devemos as relações capital e trabalho que trabalhamos hoje, que temos hoje. Ele nos deixou um legado para toda vida. Tanto é verdade que já tentaram, de todas as formas, modificar a Consolidação das Leis do Trabalho e, alguns atos mais ousados, até extingui-la, extirpá-la das relações capital e trabalho.

Lembro-me de que, alguns anos atrás, reuniram-se vários eminentes juristas no sentido de criar o código do trabalho e o código de processo do trabalho. Iniciaram e terminaram rapidamente. Não prosperou tendo em vista a existência da lei ordinária, a Consolidação das Leis do Trabalho.

Na Constituição da República tentaram mexer de todas as formas. É evidente que ela, como Lei Maior, recepcionou alguns artigos da Consolidação, que ela continua em vigor, quase em toda a sua plenitude e é

considerada a legislação trabalhista mais perfeita do mundo e não apenas do Brasil.

Então, louco seria aquele dirigente sindical que não encampasse uma campanha dessa ordem. Ele estaria negando a existência da sua própria entidade. Esse é o legado e jamais nós poderemos desprezá-lo. Daí se faz justo lembrar aqui o esforço dos companheiros do Fórum Sindical dos Trabalhadores e deixar aqui a nossa gratidão por terem idealizado, tido a iniciativa brilhante e feliz de criar essa campanha em defesa da CLT neste Plenário, que pode não parecer tão grande, mas é um Plenário de qualidade, é um plenário em que se somam ideias de milhares de entidades sindicais, desde sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais à vontade de milhões de trabalhadores.

Então o momento é realmente muito significativo, mas, dentre todas as manifestações já feitas, eu queria reprisar dois ou três pontos para tentarmos, de alguma forma, incentivar permanentemente essa disposição que os dirigentes sindicais atuais têm, em que pese a discordância de alguns, mas são alguns poucos.

Eu queria lembrar que essa oportunidade também é importante para mostrarmos à Casa, ao Congresso, aos trabalhadores de um modo geral, à sociedade, ao Governo que a estrutura sindical brasileira que vem na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho está em pé, está vibrante. Os seus defensores jamais esmorecerão, em que pese, como eu disse, alguns poucos tentarem, de todas as formas, mudar o nosso regime sindical brasileiro.

Todos sabem que esse regime tem base num sistema sólido, que é o sistema confederativo, o sistema da representação sindical com base no sindicato como a entidade matriz da organização nas federações e nas confederações e agora nas centrais sindicais, com a prerrogativa de representar trabalhadores de forma genérica, porque, de forma específica, são as três entidades primeiras que representam. Então nós temos que fazer essa diferença – e vejam que eu sou Presidente também de uma central que abraçou esse regime desde a sua fundação, o regime da unicidade, o regime que envolve a contribuição compulsória, a representação por categoria profissional, a representação relativa aos trabalhadores diferenciados, de categorias diferenciadas, servidores públicos, trabalhadoras e trabalhadores domésticos, trabalhadores do lar, trabalhadores agrários, da agricultura familiar, autônomos, enfim, trabalhadores de um modo geral.

Esse regime, incito ainda na Consolidação das Leis do Trabalho e reforçado pela Constituição brasileira, é exatamente o que nos traz a esta Casa para defender essa consolidação. Mas eu queria lembrar

que, na verdade, nós não somos contra o capital; nós somos contra as ações predatórias e muitas vezes selvagens do capitalista. E há uma diferença. De capital nós precisamos, agora, essas ações de capitalistas selvagens claro que nós repudiamos. E aqui não é a minha palavra única e exclusivamente. Tenho certeza absoluta de que é o sentimento de cada uma das companheiras e de cada um dos companheiros que aqui estão.

Então mexer nesse regime, como deseja a Central Única dos Trabalhadores, é exatamente dismantelar um sistema que deu certo até hoje. Em nenhuma ação, em nenhum momento, nem na Constituinte, nem na Constituição, conseguiram romper, conseguiram dismantelar esse sistema que nós defendemos. Então nada mais justo, nada mais sábio do que um momento como este, em que se lança uma campanha em defesa de uma lei que até hoje, por mais que tentassem, não conseguiram extinguir como alguns querem.

Por isso, mais uma vez, as nossas congratulações, o nosso reconhecimento, a nossa gratidão aos companheiros do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Foram eles que tiveram a ideia. Não foi a Nova Central, como me parece que não foi uma central. Foi o Fórum Sindical. Por que não reconhecermos esse trabalho?

Eu queria lembrar mais duas situações que são imprescindíveis nesta hora: já falaram sobre isso e o Senador lembrou, a questão da estabilidade sindical dos dirigentes sindicais, projeto nascido nesta Casa, do Senador Paim, o Projeto nº 117, e o Projeto nº 248, da contribuição assistencial, também de autoria do Senador Paulo Paim, que passou nesta Casa, depois de os empresários tentarem dificultar a sua tramitação, mas ele passou tranquilamente. Na Câmara, quem está criando dificuldade para que ele também seja aprovado, exatamente, igualmente o que aconteceu nesta Casa, também são os empresários. Os Deputados, evidentemente, todos sabem, na sua grande maioria, são representantes da classe empresarial.

Mas uma coisa que nós, desde que assumimos a Presidência da CNTI, nunca tivemos nenhuma dificuldade de defender o sistema, de defender a contribuição compulsória. É preciso chamar essa atenção, porque tem outra entidade que vocês conhecem, exatamente a Central Única dos Trabalhadores, que está defendendo o contrário de nós. É a ratificação da Convenção 87, da OIT, e, evidentemente a extinção da contribuição compulsória, que passa às contribuições espontâneas.

Ora, isso é muito bonito para o público, mas na consciência, inclusive de uma grande parte da base daquela entidade, eles também não pensam igual à sua cúpula; ao contrário, pensam igual a nós, porque em algumas vezes, se vocês querem saber, eu fui cha-

mado por uma entidade nacional ligada à CUT para que eu intercedesse junto à Caixa Econômica, para antecipar o repasse da contribuição sindical.

Então, onde está a verdade? Na meia dúzia da cúpula, ou no grande número da base? É preciso que tenham desprendimento de ir a público dizer: "Nós precisamos da contribuição sindical". Nós podemos não ter uma formação maior, mas não somos loucos para rasgar dinheiro. Até mesmo, por que rasgar dinheiro? Você tem um recurso que ajuda a manter a sua entidade e de repente você rasga aquilo. E muitos contrários a essa contribuição chegam a dizer que esse dinheiro é para manter, na linguagem mais simples, que é mais fácil usar, a pelegada. Ao contrário. Esse dinheiro é pra manter a classe trabalhadora organizada, para em momentos como esse você poder sair lá, por exemplo, de Campo Maior, no interior do Piauí, para vir aqui pedir clemência à Casa do povo, ao Congresso Nacional.

Então, nós temos que ter esse desprendimento, sem nenhum receio. E quando me pedem exatamente a ratificação da Convenção 87, que é o pensamento do Presidente Lula desde que iniciou a sua atividade sindical... Ele foi o precursor dessa discussão. Tanto é que no seu Governo ele tentou fazê-lo por meio do Fórum Nacional do Trabalho. E nós, do outro lado, de forma organizada, combatemos e até hoje não mudaram. Mas isso é como uma bandeira para aquela organização, como a unicidade é bandeira nossa. Então, nós temos que estar vigilantes permanentemente, porque essa bandeira daqueles que defendem o sistema plural sindical não se desfralda enquanto não a atingirem. Aí nós temos que segurar também as nossas bandeiras.

Eu queria chamar atenção para esses poucos aspectos, entre todos os outros que já foram citados: o problema dos aposentados, do Fator Previdenciário, do reajustamento. Ontem, fomos surpreendidos com uma nota nos jornais falando já no Fator 95/105. É interessante. Poderíamos até trabalhar o Fator 80/85; sem que nós nos manifestássemos, o Governo já está trabalhando no Fator 95/105.

Mas é bom que saibam também que foi a Nova Central Sindical de Trabalhadores que levantou essa primeira questão, depois de uma pressão muito forte que nós levantamos, uma posição contrária ao Fator Previdenciário, a todas aquelas estratégias que estavam sendo criadas pelo Governo, à época, para que prevalecesse o Fator Previdenciário. Só depois, talvez até por pressão das bases respectivas, em uma reunião que eu diria até memorável, em São Paulo, das centrais sindicais, todas decidiram manter a mesma linha que tinha sido adotada pela Nova Central e em seguida pela CTB.

Então, aquele chapéu que o companheiro Presidente querido aqui da Cobap distribuiu não cabe na minha cabeça. Estou muito à vontade para defender exatamente aquilo que se refere aos aposentados, por meio da Cobap, é bom que se diga. Aí, nós estamos dispostos a acompanhar.

Eu quero terminar dizendo da minha maior satisfação; pedindo escusas por ter passado um pouco também do tempo. Cheguei atrasado e estou falando demais. E desejo a todos os companheiros e às companheiras que essa unidade que nós aprendemos a preservar seja permanente, em que pesem pequenas diferenças que nós temos, que podem ser um pouco ideológicas, um pouco partidárias. Mas, na essência, acho que todos nós queremos aqui a mesma coisa: relação de trabalho descente, bem-estar para a classe trabalhadora, aumento do capital, para que possa melhorar a distribuição de renda, enfim, um Brasil que possa aparecer perante o mundo como um País que respeita, acima de tudo, aqueles que ajudam, com o seu trabalho, o desenvolvimento desta Nação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Presidente Calixto, fortalecendo a caminhada do movimento na busca de ampliar os direitos dos trabalhadores e acabar com o fator previdenciário.

Quero passar a palavra para o nosso querido amigo, Senador Crivella, que está sempre conosco, em todos os momentos, firme nesta Comissão e que vota sempre, sempre do lado dos trabalhadores do campo e da cidade e também dos aposentados.

Uma salva de palmas para o Senador Crivella, a quem passo a tribuna.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Senador Paim, Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, estou sem a lista de todos os companheiros que estão à mesa, mas quero saudar a todos na pessoa do Calixto, Presidente da Nova Central Sindical, dizer a vocês que é uma honra para nós receber os trabalhadores no Senado federal.

Acho que – acho, não -, tenho certeza de que o Senador Paim tem sido muito lúcido e muito atuante, decisivamente, na luta contra as tensões do capital/trabalho que, em todas as matérias, se formos a fundo, é o que decide o voto de cada Senador. Ele enfrenta problemas até dentro do partido dele. Não é sempre que o Partido dos Trabalhadores consegue votar matérias que são do interesse dos trabalhadores. E muitas vezes com aquela desculpa de que não há recursos. Não há recursos; não há recursos.

Se entrarmos numa crise financeira e os bancos privados ameaçarem quebrar, nós vamos encontrar recursos de bilhões para socorrê-los. Vocês sabem

que a história do liberalismo é esta: eles querem um Estado mínimo; dizem que o Governo não pode gastar, que é perdulário, mas, na primeira crise do mercado financeiro, quem ajuda? O Governo, com os impostos, até se manda fabricar dinheiro, como nos Estados Unidos agora, aumentando a base monetário de 850 para 2 trilhões, afim de ajudar o mercado financeiro. Eles consideram vital.

Lembro de uma história, Senador Paim, muito interessante, da época em que eu servia o Exército em Barra Mansa. Eu era tenente e sonhávamos com a Ferrovia do Aço para trazer minério de Minas para a Siderúrgica Barra Mansa, para a Companhia Barbara e para a Companhia Siderúrgica Nacional. Era uma obra que iria trazer um desenvolvimento enorme para Sul do Rio de Janeiro. Ela acabou saindo, mas por vontade política, porque quando o Presidente Geisel se reuniu com os Ministros para verificar a viabilidade da obra, os Ministros dos Transportes, de Viação, todos eles estavam entusiasmados, mas o Simonsen disse o seguinte: Eu sou contra e por uma razão simples: não tem dinheiro. E o Presidente Geisel teve uma saída maravilhosa. Quem me contou foi um sujeito que estava na reunião e que é meu colega agora no Senado, ele era da Receita, e se chama Dornelles.

Eu conheço a obra porque vivi ali por 10 anos, ali servi o Exército, é uma obra fabulosa. O Geisel disse para ele o seguinte: Ministro Simonsen, o senhor diz que não tem dinheiro, agora imagine se a Argentina invadissem o Brasil, nós não teríamos dinheiro? Ah, Presidente, isso é diferente! Nós teríamos de mobilizar, uniformizar, alimentar, equipar um Exército. Aí é diferente. Então, o Geisel disse para ele: então, faço o seguinte, Simonsen, já que a Argentina não invadiu o Brasil, você pega esse dinheiro e vamos fazer a Ferrovia do Aço. *(Palmas.)*

Então, vejam, meus companheiros – serei breve, já vou terminar –, quando se quer, encontra-se o dinheiro. Quando a gente quer fazer, encontra-se o dinheiro.

Agora, nós somos... Quando eu ganhei a eleição, pela primeira vez, para o Senado, em 2003, encontrei um Senador e pedi a ele conselhos. Ele me disse: olha, Crivella, o trabalho nunca venceu o capital. Eleição é uma coisa, mandato é outra. E é verdade.

Agora, estamos discutindo a reforma política. De um lado, o interesse do capital com o distrito. Quem tiver mais voto, entra. Do outro lado, o interesse do povo, lista fechada e financiamento público de campanha, porque as chances de pessoas como eu e o Paim, que não faz projeto para dono de restaurante, mas para garçom, que não faz para construtoras e empreiteiras, mas para porteiros e operários, poder disputar uma eleição, porque... para os nossos adversários, na hora

da eleição, dois ou três dias antes, eles pegam R\$10, R\$20, R\$30 milhões e dividem em notas de R\$50,00 e pagam em boca de urna, a lei permite. Há duzentos metros da seção eleitoral se pode colocar um sujeito fazendo propaganda, dando voto, dando uma cédula, e, a R\$50,00, aquele sujeito ali pode não conquistar nenhum voto, mas ele vota. Ele pede à família. Ele tem uma alma caridosa e diz: nunca ninguém me deu nada; esse daqui pelo menos me deu o dinheiro da cerveja. *(Palmas.)*

Então, o sujeito pega R\$40 milhões e, no dia da eleição, ele aparece com um milhão de votos a mais, que nenhuma pesquisa deu antes por quê? Porque ele virá para cá passar oito anos dizendo não a qualquer proposta que tire um milímetro do lucro daqueles que querem explorar a mão de obra.

O meu primeiro projeto aqui, Paim, é simbólico, há nove anos tramita – você também tem uns –, sabe qual é? É tirar o peso das costas do trabalhador.

A capa da *Veja* desta semana traz que um dos problemas mais sérios no Brasil é o das dores crônicas. Entre as dores crônicas – não é a dor de dente – estão as dores nas costas, na coluna. Vocês sabem muito bem que esta CLT é antiga. Na época de nossos antepassados, poderíamos até conseguir carregar um saco de cimento de 50 quilos ou um saco de batata, de cebola, de feijão de 60 quilos, porque é isso que a CLT manda. A CLT diz que, individualmente, o trabalhador é obrigado a carregar até 60 quilos, individualmente, nas costas, na cabeça, e a mulher, 30 quilos. Nós não temos mais condições para isso, até porque nos aposentamos aos 65 anos. Como um operário de obra vai carregar um saco de 50 quilos?

Agora, a indústria não quer diminuir. Por quê? Porque a senhora, quando vai trocar um azulejo do seu banheiro, precisa de um quilo de cimento, dois quilos. Aí, eles querem vender 50. Gastam-se dois, três e o resto estraga mesmo. O importante é vender, não é o seu interesse.

Eu estava em meu gabinete ouvindo os discursos. Alguém falou do Caiado. Quero pedir a esse amigo do Caiado para que ele deixe passar o projeto que tira das costas do trabalhador uma carga que ele não consegue mais carregar. Esses meninos que ficam nas obras e param na beira de uma caminhão de cimentos, dois lá encima botando na cabeça deles, com uma camiseta enrolada na testa para carregar aquilo até o almoxarifado e jogar. Esses meninos, quando chegarem a nossa idade, quando tiverem o cabelo branco, quero ver onde eles vão conseguir remédios e tratamento para essa dor monstruosa, crônica, que fica nas nossas costas, nas nossas lordoses, etc. Quem vai tratar essa gente num sistema de saúde, que mal a gente consegue

tratar as pessoas que estão morrendo, imagine aquele com dores crônicas.

Quero terminar dizendo a vocês o seguinte: nós precisamos muito, eu, o Paim, de conscientizar, de mobilizar a classe trabalhadora. Acho que os evangélicos têm que entrar nessa luta. Tenho pedido aos meus colegas pastores. Lá, no Rio Grande do Sul, fiz questão de gravar, porque correio um boato de que o Senador Paim era contra os evangélicos. Então, pedi: Paim, deixa eu gravar para você. Por quê? Porque não podemos perder o Paim. *(Palmas.)*

Desgraçadamente a influência do capital nas televisões, nos jornais, em todo canto é tão poderosa que acaba influenciando trabalhador votar contra trabalhador, contra o seu próprio interesse.

Olha, meus amigos, se fizermos o distritão, não sei se eu e o Paim vamos votar, não, porque o distritão, quem tem mais vota entra, ou a bancada de Deputados. Isso vai ser o capital elegendo a bancada federal. Quem tem dinheiro compra o voto. Compra o voto como? Com boca de urna. Com 150 mil votos o sujeito se torna Deputado no Rio de Janeiro 150 mil votos são sete milhões. Isso não é nada. Junta quatro, cinco empresas que têm interesse com as obras do governo, cada uma dá dois milhões, elegeu o seu Deputado. E depois, vamos ficar anos para diminuir o peso que eles têm que carregar na cabeça esses meninos pobres.

Temos que vigiar essas coisas. Não podemos bancar o bobo.

Paim, desculpe-me tomar tanto tempo, mas quero dizer para vocês o seguinte: é um compromisso meu, da minha alma, da minha fé, de tudo que acredito na vida, estar ao lado desse grande Senador Paim, ao lado de vocês, nas suas lutas, nas suas conquistas. *(Palmas.)*

Podem ter certeza, vocês podem ter certeza, mesmo que vocês não visitem nosso gabinete, não mandem emenda e nem sequer nos convidem para as festas de 1º de maio, não tem problema, vocês sempre contarão com o apoio devotado, até porque está na Bíblia. Se vocês lerem o Livro de Tiago, não sei se vocês costumam ler a Bíblia, mas tem gente que vai falar: “Lá vem o Crivella com a Bíblia, ô meu Deus”. Mas eu vou falar, vou falar, olha aqui, vou falar, o Livro de Tiago diz o seguinte: “Ai de vós ricos, vossas riquezas estão apodrecidas e vossas almas estão enfermas. E dizei por que, por que o salário do trabalhador que foi retido por vós clama aos céus, clama também aos homens de boa vontade”. E quero estar entre esses homens de boa vontade para ouvir esse clamor e fazer justiça ao trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Crivella. E ninguém tenha dúvida do que ele disse ali na tribuna, é exatamente a conduta que ele tem aqui na Casa. E Crivella, sei que o momento não é esse, mas quero apenas reafirmar o que você falou. Eu estava em terceiro lugar na pesquisa. Quando Crivella ficou sabendo, ele e o Senador Cristovam, disse: “Nós vamos gravar, nem que tu não queiras”, em outras palavras. E gravaram, naturalmente tiveram ajuda do movimento. Mas a sua gravação foi ao ar dia e noite no Rio Grande, tanto a sua quanto a do Cristovam.

Então, muito obrigado pelo apoio que tem-nos dado.

Passo a palavra, neste momento, a Francisco Antônio Feijó, Presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL).

O SR. FRANCISCO ANTONIO FEIJÓ – Senador Paulo Paim, companheiros presidentes de Confederações, Centrais, diretores, trabalhadores, acredito que se Getúlio Vargas pudesse estar conosco hoje estaria preocupado, preocupado em não ver à mesa Arnaldo Süssekind, para poder defendê-lo com certeza, e lembrando de uma manhã, no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete, em que convidou ao seu gabinete ilustres juristas para discutir uma lei que deveria ser perpétua no Brasil, a defesa do trabalhador.

Estamos discutindo uma questão, como se diz em Direito, é preciso saber o que as partes querem que a lei execute. Estamos discutindo uma coisa que, na realidade, é mais fácil criticar do que fazer uma nova, igual ou melhor que essa, quem sabe seja impossível.

Nós, profissionais liberais, somos trabalhadores, alguns celetistas, alguns autônomos, estamos juntos com os companheiros trabalhadores. Até há pouco tempo, éramos desconhecidos, ninguém conhecia o liberal, sabia que existíamos, pensava que liberal era aquele cara bem liberal que faz algumas coisas que não deveria fazer, liberal nesse sentido.

Somos autônomos, trabalhamos sozinhos sem dependência econômica de um patrão e somos celetistas, não trabalhamos com carteira assinada. Estamos junto com vocês. Somos trabalhadores como vocês. Por isso a CNPL se engaja na defesa da CLT e invoca esse gaúcho ilustre, que tem um sotaque carregadíssimo, ouvi-o por rádio várias vezes, no sentido de não permitir que a CLT, que é um documento, a meu entender, pétreo, a constituição cidadã, possa-se assim dizer, seja agredido, vilipendiado e ultrajado.

Contem com a CNPL. Estamos juntos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a Antônio Feijó pelo seu

pronunciamento, representando aqui a CNPL, enaltecendo a importância da nossa CLT.

Passo a palavra, de imediato, a José Leão de Almeida, Presidente da CNTS, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde.

O SR. JOSÉ LEÃO DE ALMEIDA – Boa tarde para todos e para todas também. Quero cumprimentar a Mesa, o Senador da República Paulo Paim e, agora com o comparecimento do Senador Crivella, ao nosso seminário, ao nosso Congresso.

Quero dizer a todos e a todas da minha indignação neste momento pelo ato praticado pelo Governo sobre o nosso aumento salarial da aposentadoria e pensão deste País.

Será que foi esquecido os milhões de votos dos aposentados e pensionistas para eleger a Presidente da República?

Essa é a pergunta.

Também quero dizer que nós estamos, Senador Paulo Paim, Senador Crivella, com um movimento na Câmara Federal para aprovação das trinta horas semanais para os trabalhadores da saúde. É uma luta incessante que temos na Câmara Federal. (Palmas.)

E temos certeza de que a nossa luta será vencedora, porque nas audiências públicas havidas na Câmara Federal. O comparecimento dos Deputados foi maciço, 103 Deputados levantaram e falaram sobre a aprovação do nosso projeto. Sabemos que tem o lobby dos empresários, que é muito violento contra isso, querendo dizer que só dá trinta horas para enfermeiros com curso universitário. E a luta é para as enfermeiras de curso universitário, auxiliar e técnico de enfermagem deste País.

Quero dizer da Confederação Nacional da Saúde, neste momento, representa três milhões de trabalhadores da saúde. E a luta nossa vamos até o fim. Temos certeza de que a vitória é nossa, não tenham dúvida nenhuma.

Meus amigos e minha amigas, quero deixar meu abraço a todos aqueles que compareceram aqui para comparecer neste seminário para que possamos aprovar e lutar. O plenário está lotado, está cheio, graças à reverência que temos ao nosso ilustre anfitrião, que é Paulo Paim.

Em todos que me antecederam se observou justamente o desânimo, em quase praticamente todo mundo, com respeito à projeção do Governo em prejudicar todos os trabalhadores brasileiros. É a CLT, é o fator previdenciário, são as aposentadorias, são os aumentos, e tudo isso nós temos que lamentar profundamente, temos a nossa indignação, neste momento, com relação a essa matéria que está na Câmara Federal. Queremos pedir a todos apoio, os Deputados e os

Senadores também podem nos ajudar para conseguir a vitória, chegar naquele dia com a bandeira na mão.

Quero dizer que o trabalhador unido jamais será vencido neste País. Com coragem, fé, esperança, e bom retorno de todos a sua região.

Muito obrigado, uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao José Leão de Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

Passamos a palavra agora a Sergio Costa, representando o Presidente Ricardo Patah, da UGT.

O SR. SÉRGIO LUIZ DA COSTA – Boa tarde a todos e a todas, para nós é uma satisfação enorme participar deste evento. Quero cumprimentar a Mesa, nosso Senador Paulo Paim, que é um verdadeiro representante da classe trabalhadora neste País, nesta Casa, e cumprimentar o presidente do fórum interino, Lourenço, pelo tema.

O Brasil é feito pelos trabalhadores, e, com certeza, os trabalhadores, unidos dentro dos seus sindicatos, têm buscado um País melhor a cada dia a cada ano. Então, nós temos obrigação, e eu quero até conclamar os trabalhadores brasileiros, de norte a sul deste País, de defender a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, e a unidade sindical, para o bem dos trabalhadores brasileiros.

Marcelo Crivella, o nosso Senador, disse bem, quando há uma crise, o Governo arruma dinheiro para socorrer os banqueiros, os empresários. E quando há uma crise, os empresários, que dizem que o maior patrimônio da sua empresa são seus empregados, são seus colaboradores, quando há uma crise os primeiros a serem demitidos são esses trabalhadores, Senador.

Então, temos que botar firme essa questão dentro do nosso País, temos que regulamentar a Convenção 158, que já foi rejeitada por esse Governo que diz que é do trabalhador e não age em prol do trabalhador. Ele editou várias medidas provisórias e não teve coragem nem de editar medidas provisórias em benefício da classe trabalhadora.

Então, companheiros, vamos ficar atentos a tudo isso que está ocorrendo em nosso País e vamos nos mobilizar, como o Senador mesmo disse. Somente com mobilização é que nós iremos conseguir barrar essa investida contra os trabalhadores aqui em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sergio Costa, da UGT, que falou aqui representando o Presidente Ricardo Patah.

Chegou aqui o entendimento de que falarão três companheiros do plenário. Para que não haja nenhuma dúvida, o Chacon, o Chico Bezerra e o Hamilton

Dias falarão em nome do plenário. Foram os três que me chegaram aqui. *(Pausa.)*

Estão propondo que haja quatro. Por mim tudo bem. Então, venha o nome da Paraíba. *(Pausa.)*

É da Paraíba? *(Pausa.)*

Santos. Então, pegue o nome aqui.

O SR. – Brevemente, o seguinte: nós, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, como foi repetido aqui em várias oportunidades pelos diversos Senadores que nos antecederam, o Foro Sindical dos Trabalhadores – FST é integrado por dezesseis confederações e quatro centrais sindicais e temos, durante o tempo todo que esse foro existe, desde 2003, quando foi criado para combater aquele famoso foro chapa branca, o FNT, que era de composição tripartite, mas aprovava questões e teses contrárias aos trabalhadores.

Desde essa oportunidade, que a gente sempre contou com o apoio do Senador Paulo Paim. Muitas vezes, como foi falado aqui pelo Senador Crivella, pode haver algumas dificuldades dentro do seio do próprio partido, no entanto ele mantém essa coerência indestrutível de estar sempre ao lado dos trabalhadores e sempre apoiando o Foro Sindical dos Trabalhadores.

De forma que de, uma maneira muito modesta, mas muito sincera e muito autêntica, queríamos, aqui, entregar uma camisa do Foro Sindical dos Trabalhadores – FST para quem sempre vestiu essa camisa, justamente o Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Simbolicamente, fica para os dois.

Depois desse belo presente que recebi, ficou o compromisso deles trazerem outra para você, Crivella, porque esta é minha.

De imediato, passo a palavra para o Chalon, Presidente da UGT – DF. *(Palmas.)*

Ficou determinado aqui que serão três minutos para cada Companheiro.

O SR. ISAU JOAQUIM CHALON – Solicito ao Senador Paulo Paim que me permita cumprimentar à Mesa em seu nome, o Sr. Presidente da Contec e do Foro Sindical (interino), Lourenço Prado, a quem cumprimento todos os companheiros e colegas sindicais, sindicalistas, autoridades presentes e convidados.

Bom-dia a todos. Bom-dia, gente. É hora do almoço, mas não almoçamos ainda. Bom-dia.

Sr. Presidente, Sr. Senador, o seu projeto é um dos projetos que acompanhamos há muito tempo

(Interrupção do som.)

O SR. ISAU JOAQUIM CHALON – do seu trabalho e acho que a única luz que nós temos na defesa

dos trabalhadores, de fato, são os projetos dos Senador Paulo Paim.

Tenho ido a outras comissões e acompanhado e digo para vocês que uma das maiores, vamos chamar de “tragédia”, não é grega porque não é da época da Grécia, mas é do Brasil, é o que está acontecendo no movimento sindical, exatamente o desrespeito da sociedade organizada, através do movimento sindical porque, quando nasceu a Contraf, gente, ela nasceu nos corredores, nos gabinetes do Ministério do Trabalho, tomaram isso e fizeram festa e dividiram a base da Contec.

Ninguém disse que estava errado, que era crime e que era coisa ruim e é na CUT, meus amigos, que está fazendo divisão em Pernambuco, é na CUT que está fazendo divisão no Piauí, é na CUT que está nascendo uma avalanche de sindicatos na base do Goiás, em detrimento da Constituição de 88 que diz que quando eles querem, ela é auto-aplicável para o mal da sociedade.

Minha gente, vocês estão em um regime democrático e esse regime democrático passa necessariamente por uma coluna das mais fortes: o movimento sindical que é a organização da família, que é a organização do trabalhador que leva o pão para dentro de casa, ele que leva a cura dos seus filhos, mas queria dizer para o Senador Crivella, que falou agora há pouco, “Senador, aquele cidadão que carrega o saco de cimento, quando ele estiver com 60 anos vai ter uma triste resposta”. Hoje existe a alta programada da saúde, independentemente da patologia que o indivíduo tenha.

O administrador público do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência, corroborado com o Ministério da Saúde, disse no *Jornal da Globo* ou no *Fantástico*, salvo melhor juízo, há menos de um mês, e ele ainda sorriu porque eu o vi, perguntaram a ele se estava fazendo economia e ele disse que sim. A chamada alta programada, não interessa a sua patologia, se vai morrer ou não, ele vai ter alta porque é assim que o sistema quer. Quanto dinheiro, gente. Já ouviram falar em porta dos fundos? Chama-se FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Quem põe a mão nessa cifra altíssima? A CUT e a Força Sindical. É a porta dos fundos, são rios de dinheiro e eu não vejo ninguém prestando contas. O cara constrói três cadeiras e diz que formou milhares de pessoas. Assim como foi dito aqui, há pouco, que não devolveram o dinheiro do imposto sindical, que acabaram de receber. Para piorar, entregamos, recentemente, pedindo a reforma da Súmula 369, do TST. O TST passou a interpretação de 7 para 14, mas não mexeu na garantia do Conselho Fiscal, que está no projeto do Senador Paulo Paim. Certo? É outro ponto positivo.

O que temos de mazelas e coisas ruins vindo na esteira contra o trabalhador... Na reforma da CLT se não ficarmos vigilantes e provarmos que ela é ainda um dos melhores instrumentos que temos em prol da sociedade, em prol do trabalhador, em prol do bem estar, de fato estamos na lavoura.

Temos o Ministério Público do Trabalho, que se diz defensor do trabalhador. Quem defende o trabalhador, senhores, somos nós, sindicalistas, que optamos por ideologia sindical. Quantas pessoas tiveram a oportunidade de pegar outros caminhos e entregou a sua vida ao movimento sindical? Agora, chega o cara bonitinho, novinho, eu também, não tenho nada contra a beleza, eu tenho tudo contra a demagogia, a maldade humana, que está fazendo com o movimento sindical. É querer dizer que estão defendendo os trabalhadores, dizendo por causa do direito difuso e não deixando que o sangue que irriga, a água que irriga, o poder dos pequenos e médios sindicais, para um País pobre como o Brasil, logo nossos sindicatos são pobres, é o imposto sindical. Está ali defendendo, redução da jornada para 40 horas. Tinha um bocado de amarelinhos nesse dia, não eram os amarelinhos da CNTC, não, da nova central, não. É da Força. Os vermelhos ficam lá do outro lado, dizendo que defendem o trabalhador, mas estão todos do outro lado, defendendo as mazelas que o Governo está implantando.

Aí vem, para concluir, o fim do fator previdenciário, regulamentação da terceirização e manutenção da unidade sindical e da contribuição sindical.

Vou terminar, porque já pediram dez vezes para eu parar, já vi, o Gerson, Presidente. Gente, que pena! Mas tem muita coisa a ser dita e a ser feita. Se não fizermos e não nos organizarmos, vamos continuar na miséria e a nossa patologia sendo curada pelos administradores e não pela Medicina, pela saúde, pela alimentação e pelas nossas famílias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Chalon.

Passo a palavra de imediato ao Silas da Silva dos Santos, da CNTC.

Lembrando a todos que, conforme combinado, são três minutos para cada um dos companheiros usarem da palavra. Em seguida, fala o Hamilton Dias.

O SR. SILAS DA SILVA DOS SANTOS – Em primeiro lugar quero cumprimentar a plenária e dizer que eu sou privilegiado de ter três presidentes: o Calixto, o Leão e o Pimentel, do Sindicato de Santos. Privilegiado.

Quero aqui também dizer uma coisa ao Paulo Paim: torci muito pela tua eleição. Se pudesse o brasileiro votar tu não ficarias em terceiro, não, tu terias mais votos que a Presidente da República. Você é o

homem dos trabalhadores, o Senador dos trabalhadores. Então, fica aí para ter um retorno. Quero dizer o seguinte também: nós não podemos aceitar e permitir que os empresários intervenham na luta dos trabalhadores e, principalmente, colocando o dedo para querer mudar a CLT, que foi a coisa mais importante que Getúlio criou para poder minimizar um pouco a desgraça do operário na época. E hoje querer retirar, simplesmente, é querer matar mais uma vez e jogar os trabalhadores de novo no poço.

Outra coisa, não sei por que tanto poder o Poder Judiciário tem e que só está destruindo a classe trabalhadora.

Poucos falam do Poder Judiciário, é intocável.

O trabalhador vai fazer uma greve a primeira coisa que o Ministério Público faz é punir, é dar cacetada, é acabar com as entidades sindicais e colocando medo nos trabalhadores.

Acho que está na hora de todos nós, que temos responsabilidade, que estamos no movimento, estamos aqui defendendo quem está trabalhando. Começar a colocar no Poder Judiciário.

Tanto os trabalhistas como os civis estão agindo de má-fé, parece que estão levando dinheiro para fazer isso. Para destruir os trabalhadores.

Vou finalizar para ser rápido.

Outra coisa, Senador Paim, tem gente boa sim no Congresso Nacional, mas conta-se nos dedos. Mas tem também bandido.

Se hoje o povo fizer um plebiscito para acabar com o Congresso, ganha o povo.

Não ganhou as armas, mas ganha para acabar com o Congresso.

Na hora de votar com os trabalhadores é 10, é 12 e é 15 nos. Para dar aumento aos senadores e aos deputados é em meia hora, em 12 horas.

Então, isso está levando e deixando a população brasileira revoltada com isso.

Estamos brigando pelo fator previdenciário, pela regulamentação que é coisa muito grave. Preocupa-me a regulamentação, dependendo dos setores, porque jogar isso na saúde é uma desgraça. Já está ruim a saúde, agora colocar pessoas despreparadas para trabalhar nos hospitais é uma desgraça. Esse é o apelo que faço sobre isso. Pela regulamentação e pelo fator previdenciário.

Obrigado!

E às 30 horas para os trabalhadores da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Silas da Silva dos Santos, da CNTC, com o seu pronunciamento.

Agora, passo a palavra ao Sr. Hamilton Dias, da Nova Central. Tem 3 minutos, Hamilton.

Permita-me dizer, Hamilton, que você tem sido muito presente em todos os debates dos grandes temas dos trabalhadores.

Tirei 1 minuto, mas vou dar agora.

O SR. HAMILTON DIAS – Senador Paim, obrigado.

Só não tivemos lá em Minas, na sexta-feira, pois cheguei atrasado.

Nós queríamos cumprimentar aqui o Senador Paim e o Senador Crivella em nome de todos os parlamentares que estiveram presentes e que nos apóiam.

Queremos, em nome do companheiro Calisto, cumprimentar todos os sindicalistas presentes, das outras centrais, companheiros da Nova Central. Em nome do companheiro Lourenço, também cumprimentar mais uma vez o FST por essa mobilização.

Cumprimentar em nome da companheira todas as mulheres presentes, aliás, estão em massa aqui. Sempre que o país precisa se mobilizar as mulheres se fazem presentes.

Senador Paim, quero falar sobre algumas questões, o tempo é curto, quero tentar fazer umas colocações que não vão ser possível explicar, mas para deixar uma primeira compreensão para essa retomada da nossa luta.

Em primeiro lugar é importante dizer que esse discurso que algumas centrais têm feito, passou a ser um discurso retrógrado. Essa coisa de liberdade e autonomia sindical em que alguns setores do movimento sindical vêm defendendo e chamando aqueles que não defendem simplesmente a implantação sem um debate dessa convenção no Brasil. É uma contradição ao que aconteceu na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados na semana passada.

Quando tivemos que ouvir um Deputado Federal de Pernambuco, Sílvio Brito, dizer, diante de vários parlamentares, que ali tentavam defender a Convenção 158, a dispensa imotivada, dizer que naquela casa pode quantas vezes quiser proposta dos trabalhadores que não passa mais, porque eles têm maioria, que não adianta vir proposta do Senador Paim, porque todas que chegarem do Senador Paim vão derrotar, como se tivessem derrotando uma pessoa, um parlamentar, como se estivessem tentando derrotar o povo.

Eles hão de saber uma coisa. Senador Paim, com todo o respeito, o Desembargador colocou no início essa bonita história. Agora, é preciso saber que Getúlio só determinou que houvesse um conjunto de normas para estabelecer uma relação de trabalho, porque, desde 1935, os trabalhadores brasileiros se puseram, de pé, nas ruas, nos estádios, para exigir direitos.

Agora, o que nos envergonha é que dirigentes sindicais hoje, no Século XXI, defendem o fim da CLT,

de'fendem o negociado sobre o legislado, defendem banco de horas, defendem aumento de jornada de trabalho, escravização de jornada, como no setor de transporte, matando pessoas que não têm nada a ver com isso.

Em nome da modernidade, esses dirigentes sindicais que defendem essa postura, em nome da modernidade, querem dizer que a CLT é retrógrada, é atrasada; que a CLT é coisa de fascista, enquanto a própria Carta de Trabalho, sobre a qual dizem foi inspirada a CLT, tinha cinco páginas, trinta artigos. A nossa CLT, se não fosse ela, a escravidão no campo, de onde muitos parlamentares desta Casa são donos de fazenda, escravizam os trabalhadores. Agora, o problema não são os parlamentares, o problema não é do poder econômico, porque esse se constitui com a base democrática que eles criaram e que eles veneraram o tempo todo, como a da Inglaterra, a dos Estados Unidos, a da Europa, que está falida, onde, todos os dias, pela manhã, vemos multidão nas ruas.

O pior é que o movimento sindical, na sua fase de organização, só se aglutina quando a lança está no nosso pescoço. Em 2003, começamos a mobilização, com essa mesma discussão; e aí um pouco intimidados, por causa dos velhinhos das confederações, por causa dos velhos das confederações. Não nos derrotaram, e passaram a criar confederações e federações paralelas. Mas a serviço de quê? Da tal pluralidade na cúpula. Mas aí não derrotaram, porque as confederações conseguem chegar na base. As centrais querem fazer uma discussão de cúpula. E aí, quando nasceu a nova central, outras centrais nasceram.

É preciso que o movimento sindical se atenha a uma questão, companheiros e companheiras. Nós temos seis centrais legitimadas pela legislação que está colocada. Agora, é preciso saber se a central, na qual nós estamos militando e defendendo os nossos sindicatos de base, estão se colocando de pé nas ruas com autoridade da sua representação, sem medo de ser retrógrada, sem medo de ser atrasada, sem essa de querer ser moderninha, mas defender aquilo que tem de mais avançado para os trabalhadores, que é a consolidação de um conjunto de normas e de leis que garante a este país de duzentos milhões de habitantes que o movimento sindical produza um Presidente da República que começou a avançar e nós não apertamos o cerco; e, agora, a nossa Presidenta da República começa a estar nas mãos do poder econômico, vetando os nossos direitos, e nós, em nome de colocar uma gravata, um terno, uma lapela, de frequentar os gabinetes dos Ministérios, o Palácio do Planalto, de sair na fotografia, deixando de defender os interesses dos trabalhadores.

Ou botamos os pés nas ruas, ou mobilizamos este país, ou vamos perder de vez os poucos parlamentares que, dentro dessa democracia, dentro da legalidade, ainda têm coragem de se colocarem na frente para defender o movimento sindical. Não se iludam, companheiros e companheiras. Se o movimento sindical, neste país, não se mobilizar, não for para a rua, não testar a democracia deste país, as intervenções do Ministério Público, as intervenções do Judiciário e até as cadeias que são construídas para nós, os pobres, os pretos e os sindicalistas; se nós não testarmos isso, não adianta meter os ternos, não adianta meter as nossas gravatinhas e irmos para o plenário. Isso é muito bom e devemos fazer. É a democracia, mas essa democracia tem prazo: ou nós nos organizamos, trabalhadores, e determinamos que as nossas representações base retomem as ruas deste País ou nós vamos falecer aqui nos gabinetes, nos parlamentos sem representar os trabalhadores.

E é isso que eu queria dizer, Senador Paulo Paim. Queremos lutar não só para que o Senhor, mas o Senador Marcelo Crivella, e nós já tivemos oportunidade de várias vezes estarmos no seu gabinete conversando, e outros parlamentares que também estão intimidados com o denunciismo, com as falcaturas do poder econômico... Todo o dia tem renúncia fiscal. São perdoados. Não podem acabar com o fator previdenciário, não podem aumentar para os aposentados, mas podem pegar dinheiro do Tesouro para cobrir o desconto que vão dar para os empresários. Não pode ter contribuição compulsória para o sindicato, mas pode ter 15 bilhões de dinheiro da folha para o Sistema S para construir imensos gabinetes para se conspirar com os trabalhadores.

Não há outro caminho companheiros a não ser nos mobilizarmos, ganharmos as ruas, ganharmos os trabalhadores, fazermos mais parlamentares da qualidade desses que estão aqui. É só isso! E do movimento sindical, saber cobrar da central para que você trabalhe que ela bote a cara na rua, que defenda esse sistema constitucional, legítimo e que, dentro dessa lei, faça com que os trabalhadores se levantem, senão, de vez, vamos enterrar com a pá de cal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Hamilton Dias.

Passamos agora a Chico Bezerra, que é o Coordenador do FST de São Paulo.

O SR. CHICO BEZERRA – Boa tarde a todos e a todas.

Parabenizo os componentes da Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim. Em nome da Rumiko, que ali

está, representando as mulheres, parabeno a todas as companheiras que estão presentes neste Plenário.

Quero dizer o seguinte: essa audiência pública inicia brilhantemente, e já foi dito aqui, em homenagem ao grande estadista do século passado, Getúlio Vargas.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores, seção São Paulo, inicia dizendo o seguinte: proposta que colocamos aos presentes, porque aqui têm vários Estados... Senador Paulo Paim, vamos precisar da sua ajuda, como também da ajuda do José Augusto, em outros Estados, da ajuda da CNTC para que façamos, em cada Estado deste País, nas Assembleias Legislativas, audiências públicas em defesa da CLT.

Permita-me dizer a grande diferença que há entre CLT e código. A consolidação é diuturna. Está sempre se aprimorando, está recebendo, enquanto o código, muitos dos senhores e senhoras sabem, é estático, Senador Crivella, a ponto de nós termos um código que está aí há anos e não dá para ser reformado. Não vamos cair nesta armadilha. Vamos para a rua, se preciso for, mas, primeiro, vamos começar nas Assembleias.

Então, conclamo e desafio vários companheiros aqui, junto com o FST, hoje na liderança do Lourenço, a que possamos dar caminhos nos Estados, nas Assembleias. Para aqueles que forem mais afoitos, e eu sei que eles existem, faremos nas Assembleias Municipais, ou seja, nas Câmaras Municipais.

Aproveito aqui para pedir ao companheiro de Ourinhos se ele pode fazer com que a Câmara Municipal de Ourinhos abra uma audiência pública e discuta a questão da CLT. Sugiro também para Matão, Limeira, enfim, para tantos outros. O companheiro Jairo, que está ali sentadinho, que ele possa também, na sua Mogi Guaçu, fazer com que a Câmara Municipal de lá abra audiência.

Concluo dizendo o seguinte: Parabéns, Senador Paulo Paim, essa Comissão dos Direitos Humanos...

E eu aproveito para dizer a vocês que nós, do movimento sindical, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, no dia 15 de agosto próximo, começou a fazer e já vem fazendo em alguns lugares, assumindo o compromisso com a Comissão dos Direitos Humanos; assumindo compromisso com os aposentados em todos os sentidos... Vamos partir para a criação da Secretaria Nacional do Idoso. E o Fórum vai abraçar e já abraçou... *(Palmas.)*

O Fórum Sindical dos Trabalhadores tem atuado. E aqui está, trago lá de São Paulo uma homenagem que fizemos a um operário, que faria aniversário em 15 de agosto, na Câmara Municipal de São Paulo. O companheiro, camarada, Virgílio Gomes da Silva, um Químico, que deu sua vida, e vocês sabem disso. Esse Fórum também está trabalhando nessa linha.

Nós queremos resgatar, Senador Crivella, porque aqui se trata da Comissão de Direitos Humanos. Queremos resgatar e saber onde estão os corpos de sindicalistas como aquele da Contec, o Aloísio Mariano, e tantos outros que a ditadura civil militar massacrrou, assassinou, sumiu... e com Deputados também.

Concluo dizendo o seguinte: gente, vamos em frente, vamos para as assembleias legislativas em nossos Estados, nas câmaras municipais. Se nós tivermos vontade política... E vamos defender com unhas e dentes essa CLT. Chega!

E tem que dizer isso ao senhor Sílvio Costa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Perdão, eu tenho que entregar essa camiseta ao Senador Paulo Paim. É uma homenagem simbólica do trabalho que nós fizemos para aquele companheiro Virgílio Gomes da Silva, desaparecido até agora. Ele sabe bem! Vou até aí para entregar simbolicamente essa camiseta que representa a resistência da minha geração, que deu a vida para chegar aonde estamos chegando.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Chico Bezerra, pelo seu pronunciamento.

Eu convido o Marcelo Crivella para vir junto aqui. *(Pausa.)*

Marcelo Crivella conosco *(Pausa.)*

Nós vamos encerrar a nossa audiência pública, mas eu falei rapidamente com a Mesa, Chico Bezerra, que essa seria uma recomendação, segundo me disse o Lourenço, do Fórum Sindical, que envolve quatro centrais e dezesseis confederações, vai sair, Chico, a recomendação de que esse debate se faça em todas as Câmaras de Vereadores. Ou seja, em todos os municípios do País vamos ter esse debate em defesa da CLT, pelo fim do fator e em defesa das 40 horas.

Enfim, essas propostas que estão aqui, na linha dos Direitos Humanos, e provocar que seja na Comissão de Direitos Humanos de cada Câmara de Vereadores.

Nós combinamos aqui: daremos como aprovado, se assim concordarem, a aprovação de uma moção de apoio à CLT e uma moção de repúdio ao fator previdenciário.

Aqueles que concordam, levantem o braço. *(Pausa.)*

Então, uma moção de apoio à CLT e uma moção de apoio de repúdio ao fator previdenciário. Ok?

Estão aprovadas. *(Palmas.)*

E, se vocês me permitirem, o companheiro Marcelo Crivella também estará comigo.

O Senador Rodrigo Rollemberg vai realizar hoje, às 14 horas, uma sessão de homenagem à grande poetiza Cora Coralina, no plenário do Senado. Vocês sabem que ela era uma doceira, uma trabalhadora

humilde de Goiás. Ela começou a escrever, pelo que me disseram aqui, aos catorze anos, e o seu primeiro livro só foi publicado aos 76 anos. Ela já faleceu, mas teria hoje 122 anos.

Eu terminaria com uma poesia dela que acho muito linda e que tem tudo a ver com esse momento. Acho que todas as poesias dela caberiam em qualquer momento das nossas vidas.

Diz Cora Coralina:

Assim eu vejo a vida

A vida tem duas faces:

Positiva e negativa

O passado foi duro [viu, Warley?]

Mas deixou o seu legado

Saber viver é a grande sabedoria

Que eu possa dignificar

Minha condição de mulher

Aceitar suas limitações

E me fazer pedra de segurança

Dos valores que vão desmoronando

Nasci em tempos rudes

Aceitei contradições

Lutas, muitas lutas e pedras

Como lições de vida

E delas me sirvo

Para continuar a luta

Aprendi a viver. (Palmas.)

Só lutando é que a gente muda o destino e escreve outra história neste País.

Está encerrada a audiência pública.

Parabéns a todos vocês.

Obrigado.

ATA DA 55ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 23 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 2, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e vinte e nove minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e onze, na sala 02, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Pedro Simon, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Marinor Brito e Randolfe Rodrigues** e os não membros Senadores **Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg,**

Lindbergh Farias, Ana Amélia, Walter Pinheiro, Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Jarbas Vasconcelos e Pedro Taques. Comparecem ainda os **Deputados Federais Francisco Praciano e Chico Alencar.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA.** Audiência Pública realizada, nos termos do Requerimento nº 106, de 2011–CDH, aprovado em 18/08/11, de autoria do Senador Pedro Simon, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Marcelo Crivella e Casildo Maldaner, para debater “as Ações contra a Corrupção e Impunidade no País”. Convidados: Marlon Reis – Representante do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE; Juiz Luiz da Rocha Neto – Diretor da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB; José Geraldo de Sousa Júnior – Reitor da Universidade de Brasília – UNB; Bolívar Steinmetz – Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; Ophir Cavalcante – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Claudio Lamachia – Presidente da OAB-RS; Dom Guilherme Antônio Werlang – Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Claudio Weber Abramo – Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil; Maurício Azedo – Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Jovita José Rosa – Representantes do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE; Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – Presidente da Associação dos Juízes Federais -AJUFE; Fazem uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Cristovam Buarque, Ataídes Oliveira, Marinor Brito. E o Senhor Deputado Federal Francisco Praciano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 106, de 2011–CDH, aprovado em 18/08/11, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Marcelo Crivella e Casildo Maldaner. Objetivo: debater as ações contra a corrupção e impunidade no País”.

Foram convidados para esta audiência pública: Ophir Cavalcante – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; José Geraldo de Sousa Júnior – Reitor da Universidade de Brasília – UNB; Dom Guilherme Antônio Werlang, representante da Conferência Nacional dos ispos do Brasil – CNBB; Reverendo Luiz Alberto Barbosa, Secretário-Geral do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – Conic; Marlon Reis e Jovita José Rosa – Representantes do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE; Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – Presidente da Associação dos Juízes Federais – Ajufe; Juiz Luiz da Rocha Neto, Diretor da Associação dos Magistrados do Brasil; César Bechara Nader Mattar Júnior – Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp; Claudio Weber Abramo – Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil; Bolívar Steinmetz – Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; Maurício Azedo – Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; e Alexandre Camanho de Assis – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR.

Gostaria de convidar para a Mesa nossos convidados que já se encontram aqui no plenário. Vou começar a ler os convidados e, aos que estiverem já no plenário, a gente pede que se dirijam à mesa: Ophir Cavalcante, José Geraldo de Sousa Júnior, Dom Guilherme Antônio Werlang, Reverendo Luiz Alberto Barbosa, Marlon Reis e Jovita José Rosa, Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, Juiz Luiz da Rocha Neto, César Bechara Nader Mattar Júnior, Claudio Weber Abramo, Bolívar Steinmetz, Maurício Azedo e Alexandre Camanho de Assis.

Com a primeira Mesa já formatada e com a presença aqui do primeiro signatário, que é o Senador Pedro Simon, nós poderemos já iniciar os nossos trabalhos.

Senador Pedro Simon, eu apenas lerei aqui, na abertura, um pequeno texto que acho unifica todos nós, que é do filósofo, de quem sei que V. Ex^a é admirador, se não for, pode me corrigir, que é Leonardo Boff, sobre a corrupção. Começa dizendo: “O poder tem a tendên-

cia a se corromper e o absoluto poder a se corromper absolutamente”. Esta frase é de Lord John Emerich Edward Dalberg-Acton (1843-1902) e foi extraída do texto *Poder e Corrupção*, do filósofo Leonardo Boff. No texto, ele nos faz refletir que existe uma estreita ligação entre poder e corrupção. Diz Leonardo Boff:

Corrupção é usar do poder em benefício próprio. O benefício pode ser dinheiro, influência, projeção, tratamento especial. Fundamental é o segredo das transações porque são ou imorais ou ilegais. Usam-se passiva ou ativamente presentes, pressões, fraudes, subornos e nepotismo. Corrupto é quem suborna ou aceita ser subornado para garantir benefícios para si ou para um partido ou para o governo. O ponto central é o abuso da posição de poder.

Como superar a corrupção? De princípio, sempre confiar-desconfiando do ser humano porque nunca é imune de abusar do poder. Nada de dar cheques em branco. Depois, evitar a concentração de poder. A divisão dos poderes foi pensada para evitar a corrupção possível. Em seguida, o controle da sociedade usando especialmente a multimídia. Exigir sempre transparência em todos os procedimentos. Por fim, punir os corruptos políticos ou não com penas pesadas por terem cometido um delito especialmente grave, que é lesar a coletividade.

Essa pequena introdução, desse material que recebi do nosso querido Leonardo Boff, serve, no meu entendimento, como parâmetro ou como sinal para este debate. Esta audiência pública, por uma questão de justiça, foi provocada pelo Senador Pedro Simon.

Eu aqui, Senador Simon, li os nomes de todos os outros Senadores que assinaram o requerimento.

O Senador Simon é o primeiro signatário. Qual é o objetivo desta reunião? Porque, em seguida, vou passar a palavra ao primeiro signatário, para que ele faça a primeira fala, enquanto nossos convidados estão chegando.

É debater formas, aqui, no Senado da República, de combater a corrupção e a impunidade. Desde o primeiro momento em que esse grupo se forma, ele tem o objetivo, segundo aquilo que nós conversamos até o momento, fortalecer as medidas tomadas pela Presidenta Dilma no combate à corrupção. Enfim, o debate está aberto: combater a corrupção e a impunidade.

Eu já havia conversado com o Senador Pedro Simon e, a nosso pedido, antes mesmo de os nossos convidados usarem da palavra nesta primeira Mesa, faremos duas Mesas. Daremos a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Pedro Simon, como primeiro signatário do pedido desta audiência pública. Só peço a minha assessoria que, à medida que os convidados forem

chegando, eu gostaria que tivesse mais um à mesa, faríamos uma Mesa de quatro, depois mais quatro.

Então, já convidamos o Sr. José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília – UnB.

Senador Pedro Simon, já fiz aqui uma breve introdução, que não é minha, na verdade é do Leonardo Boff, e agora passo a V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Presidente Paim, da Comissão de Direitos Humanos, que, gentilmente, acolheu essa iniciativa de começarmos a tomar as providências com relação aos apelos que estão aparecendo de como devemos levar adiante essa caminhada.

São várias as entidades já de saída convidadas, o Sr. Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados; o representante também da OAB do Rio Grande do Sul já se encontra aqui; o nosso querido Reitor da Universidade de Brasília; o representante da CNBB deve estar chegando; o Reverendo Luiz Barbosa, Secretário-Geral do Conic; Marlon Reis, que nos honra com sua presença, representando o movimento de combate à corrupção.

E, assim, V. Ex^a está correto em sugerir que as pessoas falem à medida que as pessoas forem chegando.

Nosso objetivo é muito singelo. Há muito tempo, no Brasil, aliás, no mundo inteiro, se debatem as ilicitudes, a corrupção, os desmandos que se praticam em vários governos. No Brasil, então, isso tem sido uma lâstima permanente, em grau maior ou menor. Desde que o Brasil foi descoberto, essa questão tem-nos acompanhado.

Várias vezes, em várias oportunidades, foram feitos movimentos tentando recuperar o terreno perdido com relação ao combate à corrupção. Até mais de uma revolução já foi feita, mais de um movimento, mais de uma derrubada de governo foi feita nesse sentido.

Mas agora estamos vivendo um momento particular muito importante. Depois de alguns anos, dois governos que se sucederam como bons governos, mas, nesses dois governos, o combate à corrupção não teve uma melhor acolhida.

Lembro-me aqui que chegamos a trazer os célebres procuradores e juízes, os chamados mãos limpas, da Itália, que fizeram uma revolução no mundo com uma atuação realmente impressionante, quando eles fizeram uma mobilização total e geral e prenderam dezenas e dezenas de políticos, juízes e procuradores, empresários – o Presidente da Fiat, na época, foi parar na cadeia, o ex-primeiro-ministro foi parar na cadeia. Eles vieram aqui, analisaram, debateram conosco, e, infelizmente, não teve consequência.

Houve momento em que nós, durante dois anos, nos reuníamos. O Presidente do Supremo Federal, o Ministro da Justiça, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Tribunal de Contas, nós nos reuníamos uma vez por mês, durante dois anos, debatendo e analisando os projetos, as fórmulas daquilo que deveria ser feito no sentido de iniciar essa caminhada.

Apareceram algumas leis, algumas medidas foram tomadas, positivas, mas não foi adiante.

O fato novo que está acontecendo agora, que mobiliza esse movimento e que a sociedade brasileira está participando, é que, desta vez, a ilustre Presidente da República está tomando uma série de providências inéditas. Ao contrário das vezes anteriores, quando as denúncias eram apresentadas, apresentadas, e na acontecia nada, desta vez, em seis meses, quatro ministros foram afastados. Não só quatro ministros foram afastados. Diga-se de passagem, por questões outras, o Ministro da Defesa – nada a ver com questões mais graves – foi afastado. E ela está demonstrando um movimento no sentido de agir e de tomar providências em termos de seriedade no trato da coisa pública.

A imprensa publicou várias reações negativas, quer no Congresso, quer nos partidos políticos, quer na opinião pública, no sentido de reagir, inclusive até de boicotar a Presidente, que ela tinha que parar com esse movimento, que estava colocando em risco os partidos, que estava havendo um desgaste, que estava deixando mal a sociedade. Foi quando a reação apareceu. Foi quando vários movimentos, a OAB, a CNBB, a ABI, os magistrados, várias entidades se manifestaram no sentido de que esse movimento deve continuar.

E hoje há um fato novo que não pode deixar de ser analisado aqui e em qualquer lugar, que são as mídias populares da Internet.

Estamos vendo hoje uma revolução no mundo árabe, onde ditaduras que já duravam quarenta anos, que estavam firmes e consolidadas, de repente, em não mais de um mês, caíram, sem haver um partido de oposição, sem haver uma luta armada de oposição, sem movimento religioso ou coisa que o valha. Caíram porque havia Internet, onde viam movimentos sociais. Havia redes sociais e um começou a falar com o outro: Olha, as quatro horas na frente do palácio. Aquilo foi gerando uma mobilização de tal ordem grandiosa que derrubou uma ditadura que parecia invencível.

Isso está começando a acontecer no Brasil com relação a essa questão. O fato mais conhecido é o do Rio de Janeiro, onde uma frente popular, que tem à frente uma ilustre senhora, iniciou uma mobilização marcada para 20 de setembro, quando ela espera – a imprensa está publicando – que milhares e milhares

de pessoas estejam presentes nesse movimento pela ética, pela moral e pela seriedade.

É importante salientar que a imprensa, desta vez, está olhando a questão com muita seriedade, no sentido de entender que não é mais um movimento, porque, muitas vezes, esses movimentos que fazemos servem até de anteparo para algumas lideranças políticas, entre aspas, conseguirem mais emprego, mais vantagens, mais desejos satisfeitos.

Temos um problema, porque hoje, no Congresso, infelizmente, há uma espécie de ditadura das lideranças. Quer dizer, os movimentos se formam e, apesar de terem maioria de parlamentares, daqui a pouco, os líderes se reúnem e escolhem o Fulano para ministro, tomam tal decisão em nome dos partidos, em nome de não sei o quê, e só tomamos conhecimento disso pelos jornais.

Então, esse é um movimento espontâneo, não tem ninguém à frente. Ele envolve parlamentares de todos os partidos, do Governo, da oposição e não tem o objetivo de apoiar a Presidente, a oposição, mas de apoiar as medidas firmes que forem tomadas pela Presidente – que ela continua nessa posição.

Dentro dessa posição de firmeza, encaramos duas orientações que nos parecem importantes. A primeira é a de que ela leve adiante esse movimento, que ela leve adiante. Ela disse, quando assumiu, que fazia parte de uma composição política de vários partidos que estavam na base de seu governo e que a composição dos membros de seu governo seria feita por escolha política, mas que ela levaria em conta, nessas escolhas, a folha corrida, a biografia, a seriedade do indicado e a competência para o cargo que viria a ocupar. O que acho absolutamente correto. Os partidos podem indicar, mas o fato de os partidos poderem indicar não significa que eles não tenham que indicar alguém com uma biografia que seja absolutamente limpa e que ele tenha capacidade para o cargo que vai exercer.

Existem até projetos mostrando que os partidos deveriam fazer uma seleção interna e, antes de indicar um membro para um cargo para de governo, a direção nacional do partido deveria discutir, debater, dando chance ao partido de indicar uma dúvida que tivesse com relação àquele cidadão. Se houvesse dúvida, o indicado teria oportunidade de responder, de se defender e, se ganhasse, seria indicado. Não como acontece hoje, quando se lê no jornal que Fulano de tal, o partido tal indicou o Beltrano de tal por imposição de não sei de quem, e não se sabe de nada. A outra questão diz respeito à competência.

Então, esse movimento tem como grande objetivo de fazer com que a Presidente realmente continue

afastando os que cometam ilicitudes ou que não tenham competência e – o que é muito importante –, na escolha dos nomes que irão suceder, ela cumpra o que disse: que nomeie pessoas que tenham um passado limpo e que tenham competência.

Há uma segunda tese em discussão, em debate a ser analisada. Trata-se, além disso, de o que fazer em termos de combate à corrupção. Já se disse e se repete – e a gente sabe – essa história de que o Brasil é um País corrupto, que a Europa não é, que a Inglaterra não é, que a França não é, que a Itália não é. Não é coisa nenhuma! São tanto quanto nós somos. Não há diferença em termos de corrupção. A diferença é que lá não tem a impunidade. Nos Estados Unidos, o Presidente do Fundo Monetário Internacional se envolveu numa questão de segunda categoria e foi algemado e preso. Ele era candidato a Presidente da República, mas caiu fora e perdeu o cargo. Na Itália, mais de um primeiro-ministro foram parar na cadeia. No Japão, mais de um primeiro-ministro foram parar na cadeia. No Brasil, se é político importante, tem dinheiro, não existe cadeia.

Hoje, está o Presidente do Supremo defendendo uma tese que é igual à tese que o povo trouxe a esta Casa. Foi o povo, com um milhão e quinhentas mil assinaturas, que apresentou a proposta das mãos limpas. Eu mesmo e vários Parlamentares fizemos várias emendas, vários propostas nesse sentido, mas elas não conseguiam sair do chão. No momento em que o povo apareceu, em que o povo foi para a rua, em que CNBB, OAB, as entidades se movimentaram, mudou. A Câmara aprovou por ampla maioria e o Senado aprovou por unanimidade. Eu não tenho nenhuma dúvida de que aprovou por causa da pressão popular, porque a sociedade estava exigindo. Hoje, está o Presidente do Supremo Tribunal Federal apresentando uma proposta ao Congresso Nacional igual ao Ficha Limpa. A tese dele é a seguinte: todo problema da impunidade do Brasil é que, no Brasil, existem seis recursos. Se o cara é condenado no juiz, recorre para uma junta; se é condenado, recorre para o pleno; se é condenado, recorre para o tribunal superior... São seis. E essas seis decisões levam um tempo tal que prescreveu. Então, sabemos que tem gente importante que foi condenada cinquenta, sessenta vezes, mas nunca em caráter definitivo, porque todas prescreveram antes. O que defende o Presidente do Supremo? O que nós defendemos no Ficha Limpa. Continuam os seis – ninguém está tirando o direito de defesa. Os recursos são seis no Brasil, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália. Em todo lugar, são seis. Qual a diferença? Nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, nos outros países, se é condenado pelo juiz, vai para o primeiro tribunal pleno; se é

condenado no segundo, vai para o terceiro; mas, no terceiro, ele está na cadeia, ele responde preso. Se é político, no terceiro, ele é afastado do cargo e ele não pode ser candidato. Então, o que acontecerá? Se isso acontecer, se for como quer o Presidente do Supremo, em vez de pegar um advogado, que não precisa ser um bom advogado – e ninguém pega advogado para ser absolvido, pega advogado para empurrar com a barriga –, ele vai pegar um advogado para ser absolvido. Aí, muda; aí, inverte; aí, realmente, o cidadão vai lutar para ser absolvido. E ele vai ser absolvido ou condenado. Então, essa é uma das outras teses que vão ser discutidas.

Cada entidade que está aqui e algumas que virão estão sendo convidadas a participar conosco e a fazer o movimento por contra própria, ou seja, a participar junto conosco. O Reitor da Universidade de Brasília, por exemplo, já está com a ideia de fazer uma reunião na Universidade de Brasília. Ótimo. A Universidade de Brasília vai ser a primeira, em relação a estudantes universitários, que vai participar desse movimento. A OAB do Rio Grande do Sul – está aqui o seu presidente – está propondo fazer uma reunião no Rio Grande do Sul, envolvendo... Então, é uma entidade que está iniciando esse movimento. Eu falei com representantes da CNBB e eles me disseram que também tem uma série de movimentos nesse sentido. Amanhã, o Presidente da OAB nacional, aqui, em Brasília, está convidando a todos nós para, às dez horas, lançar o movimento muito importante da fiscalização e de dar conhecimento à opinião pública dos fatos da corrupção. É outro movimento. Eu falei desse movimento que está se fazendo no Rio de Janeiro, em que vai haver milhares de pessoas, no dia 20 de setembro, na Cinelândia, é mais um ato que está sendo feito.

Então, os procuradores, os delegados, os juízes, os advogados, a UNE, a OAB, a CNBB, todas as entidades estão convidando. Primeiro, nós nos reunimos, para ver o que vamos fazer em conjunto, quais as ideias que vamos fazer em conjunto; segundo, todos têm a oportunidade de dar ideias, propostas do que devemos fazer em conjunto e do que, por contra própria, podemos fazer.

Era isso, Sr. Presidente, apenas para iniciar. Agora, eu acho que cada entidade que V. Ex^a chamará dará as suas ideias e eu gostaria que V. Ex^a pedisse à secretaria da comissão que anotasse tudo para, depois, termos uma síntese das propostas que foram feitas aqui e que vamos levar adiante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim será feito, Senador Pedro Simon, com a secretaria aqui recebendo as propostas dos nossos convidados.

Para os Senadores que chegaram neste momento, quero destacar aqui a presença do Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Cassildo Maldaner, Senadora Ana Amélia, que já estava aqui no primeiro momento, Senador Pedro Simon, Senador Walter Pinheiro, Senador Luiz Henrique, Senador Eduardo Suplicy, Senador Lindbergh Farias e Senador Jarbas Vasconcelos. Eu acho que citei todos os Senadores presentes... O Senador Ricardo Ferraço também já chegou.

O Senador Pedro Simon foi o primeiro signatário desse requerimento que é assinado por cerca de uma dúzia de Senadores, mas que eu diria que representa a maioria da Casa. A intenção desta audiência pública é debater a corrupção e a impunidade e, desde o primeiro momento, fortalecer as medidas tomadas pela Presidenta Dilma no combate à corrupção.

Vamos iniciar agora com nossos convidados. Cada um vai colocar seu ponto de vista. Eu darei dez minutos para cada um. Teremos de fazer três mesas, para que todos os convidados possam expor seu ponto de vista. Dez minutos para cada um e uma tolerância de três a cinco minutos, se necessário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente. Serão três mesas. Os quatro que estão aqui falam e já estão no plenário os outros oito. Aí, voltam ao plenário os primeiro quatro e os outros vêm para a mesa.

De imediato – eu já combinei aqui, na mesa –, passo a palavra ao Sr. Marlon Reis, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Dr. Marlon, com a palavra por dez minutos.

O SR. MARLON REIS – Bom-dia a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Paulo Paim, Presidente da comissão, e agradecer o convite desta comissão para esta oportunidade de estarmos aqui discutindo esses assuntos tão importantes; o Senador Pedro Simon, que teve a iniciativa da proposta; e todos os componentes da mesa: Bolívar Steinmetz, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; Luiz da Rocha Neto, da Associação dos Magistrados Brasileiros – também sou Juiz de Direito, no Maranhão –; José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília. Saúdo todos os demais presentes e os representantes da sociedade civil que terão assento à mesa, daqui a pouco, na pessoa de Dom Guilherme Werlang, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Eu queria acentuar, inicialmente, a importância do momento para este debate. Nós também verifica-

mos que se trata de um momento da conjuntura que, de fato, precisa ser aproveitado ao máximo, para garantir conquistas efetivas, conquistas institucionais, conquistas mobilizacionais efetivas, para que se possa aproveitar a oportunidade para não se retornar ao degrau de onde estamos, há tanto tempo, tentando sair. É preciso dar passos e a oportunidade está dada. A oportunidade está dada por uma série de fatores que passam pelo fortalecimento da indignação no âmbito da sociedade, pelo fortalecimento das organizações da sociedade e da mobilização social nessa temática, pela abertura desse importante setor no Parlamento, que se representa, nesta oportunidade, pela realização desta reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e também por posturas, sim, elogiáveis adotadas, no âmbito da Presidência da República, que, obviamente, não são suficientes, mas demonstram a existência de um momento adequado para um debate que transcende esse ou aquele espaço da sociedade. São vários momentos, vários lugares em que se discute a mesma coisa, em que se quer a mesma coisa. Então, é importante aproveitar isso para a realização de uma unificação daquilo que é possível, daquilo que é absolutamente realizável.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral tem um foco. Esse foco é muito claro. Nós nos centramos na observação daquilo que se relaciona às eleições por razões simples. Não que não seja necessária uma luta geral contra a corrupção, mas o foco particular desse movimento, a escolha do seu escopo de atuação se deveu a observação de que pouco se fez, institucionalmente, e até mesmo em termos de mobilização da sociedade civil, pela observação da forma como as eleições são realizadas. E nós sabemos que se trata da porta de entrada. As pessoas que compraram votos, que praticaram atos deletérios no processo eleitoral, pessoas que já chegam ao processo eleitoral com seu passado carregado de condenações e rejeições de contas fatalmente exercerão seu mandato não de forma legítima, mas usurpada, inclusive porque não é verdade essa afirmação de que as eleições sejam absolutamente livres e que o eleitor decide absolutamente quem quer, quando sabemos que ainda temos a presença da coação econômica, a presença da ameaça. Muitas e muitas vezes isso foi reconhecido pela Justiça Eleitoral, atos de pessoas que ameaçaram grupos inteiros de eleitores, que corromperam os eleitores que estavam submetidos a situações de hipossuficiência extrema.

Então, achamos sempre necessário focar nesse aspecto. É a contribuição que o nosso movimento quer trazer para a sociedade brasileira. E dessa contribuição já surgiram duas leis de iniciativa popular: a

Lei nº 9.840, contra a compra de votos, que é, sem dúvida, a lei mais aplicada hoje pelos tribunais eleitorais, Senador Pedro Taques, a lei mais usual... Não há sessão de um tribunal eleitoral brasileiro em que não se discuta o art. 41-A das Lei das Eleições, que trata da compra de votos.

Essa foi uma contribuição – não temos dúvida – essencial para as nossas instituições políticas, para as nossas instituições eleitorais. Basta ver que até o ano 2000 contavam-se nos dedos os casos em que, por alguma questão mesmo, muitas vezes processual, se alcançou algum mandato com medidas restritivas mais severas por conta de abuso de poder econômico.

Eu até estou escrevendo uma tese de doutorado sobre o assunto. Nas pesquisas, nós encontramos números insignificantes antes de 2000 de vezes em que, por abuso de poder econômico, se fulminou o mandato, por conta da legislação, que não servia até o momento. E o art. 41-A propiciou, até 2009, ano em que a pesquisa foi feita pela última vez, a perda de 675 mandatos, imensa maioria de prefeitos e vereadores, mas alcançando cargos de todo grau, com situações, confirmadas pela Justiça, de casos graves mesmo de corrupção.

E depois, para concluir esta rápida apresentação do MCCE, a conhecidíssima Lei da Ficha Limpa, que praticamente acaba de ser aprovada nesta Casa, mas que ainda se encontra na pendência de algumas decisões importantes, sobre as quais, inclusive, nós gostaríamos de fazer um alerta e fazer um convite neste momento.

A Lei da Ficha Limpa, cujo aniversário de um ano ainda estamos comemorando, teve sua aplicação diferida para as eleições do ano que vem, mas ainda há questões pendentes de decisão pelo Supremo Tribunal Federal. E nós gostaríamos de trazer, como sugestão concreta, Senador Pedro Simon, que, dentro das diversas medidas que precisam ser adotadas no sentido de se consolidarem as instituições que permitem o combate à corrupção neste País, que nós façamos injunções cívicas, legítimas, pacíficas, mas injunções perante a Procuradoria Geral da República, onde se encontram agora duas ações declaratórias de inconstitucionalidade sobre a Lei da Ficha Limpa e, posteriormente, perante o Supremo Tribunal Federal para que ainda este ano, o quanto antes, se tenha o reconhecimento da constitucionalidade dessa lei em todos os seus aspectos, para que não pare dúvida, para o ano que vem, sobre a lei que nós teremos para as eleições. Isso é fundamental. Apesar de haver certa expectativa de que a lei está em vigor e que apenas teve a sua aplicação levada para 2012, na verdade, nós temos uma série de questões em aberto, penden-

tes de uma posição final do Supremo Tribunal Federal, posições essas que estão nas mãos do Procurador-Geral da República.

Diga-se de passagem, é preciso registrar que o Ministério Público Federal teve, em todos os momentos, particularmente na figura do Procurador-Geral da República Roberto Gurgel, uma postura extremamente coerente com aquilo que deseja a sociedade civil, e nós não temos dúvida de que virá de lá um parecer formidável sustentando essa constitucionalidade, mas acho que seria importante – fica a sugestão – um contato com a Procuradoria-Geral da República no sentido de se promover essa sensibilização para a importância da rápida emissão desse parecer. Depois, que o Supremo Tribunal Federal, finalmente, resolva ponto por ponto, afirmando aquilo que nós esperamos: a plena constitucionalidade da lei em todos os demais aspectos.

Isto é fundamental: as regras que definirão as eleições de 2012 de norte a sul do Brasil passam, necessariamente, pela plena eficácia da Lei da Ficha Limpa.

Por outro lado, esta Casa e esta Comissão, em particular, poderiam trabalhar, com certeza com o aplauso de toda a sociedade brasileira, trabalhar para que nós marchássemos para a realização, para a conquista de normas que fortalecessem a transparência nas eleições. Nós estamos aqui hoje com partidos políticos que podem receber dinheiro de empresas que não podem doar diretamente para candidatos, e, ao mesmo tempo, esses partidos podem doar para os candidatos, fazendo um círculo, dando curva sobre uma montanha que antes era intransponível. Encontrou-se um meio, infelizmente, na Lei nº 12.034, para se dar essa volta. Isso é um problema que não pode chegar às eleições de 2012.

Por outro lado, nós temos algo que incomoda cada vez mais a sociedade que é o fato de não se revelar o nome dos doadores durante a campanha. Qual a justificativa para isso? Qual a justificativa para a necessidade de se esconder o nome dos doadores das campanhas? A Lei nº 9.504 estabelece duas prestações de contas preliminares, em 6 de agosto e 6 de setembro, apenas com os valores arrecadados e gastos, mas sem que haja qualquer justificativa constitucional os nomes dos doadores não são revelados, quando deveriam ser. Tira-se dos eleitores uma oportunidade formidável para saber quem de fato são seus candidatos, porque um candidato é, essencialmente, aquela pessoa fruto das relações que mantém. Ninguém está fora de suas relações. Essas relações é que definem.

Estas são as contribuições iniciais dentro do foco daquilo que interessa especialmente ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral para este debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Palmas para dar uma agitada no plenário, porque minhas audiências públicas são todas agitadas.

Parabéns pela fala!

Meus cumprimentos ao Dr. Marlon Reis, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e, de imediato, passamos a palavra ao juiz Luiz da Rocha Neto, Diretor da Associação dos Magistrados do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... apenas dizer que a primeira proposta feita é no sentido de nós irmos, em conjunto, ao Procurador-Geral do Estado para analisar a questão referente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está tomado nota pela Secretaria-Geral da Mesa. Primeira proposta feita.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Essa já é a primeira proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Certo.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO – Sr. Presidente Paulo Paim, Senadores, Deputados, senhoras e senhores, a AMB, Associação dos Magistrados Brasileiros, cujo Presidente, Desembargador Nelson Calandras, pede desculpas pela ausência, por não poder estar aqui presente, vem participando de todas as iniciativas para as quais tem sido convidada no combate à corrupção. Particularmente, nas iniciativas que nos têm chegado, do Senado, da Câmara, do Congresso, nós temos firmado prontidão e estendido a mão para poder caminhar lado a lado contra essa questão e esse problema que não é um fenômeno particular nosso, mas é um fenômeno que avança no âmbito internacional. É um fenômeno globalizado. Sem dúvida, urgem soluções sobretudo nesse momento.

A corrupção caracteriza-se principalmente por ser um crime que não é cometido contra mim nem contra os senhores. É um crime cometido contra toda a sociedade, contra o próprio Estado.

Em 2007, a AMB participou ativamente de uma campanha instituída pela própria entidade sob o título “Juizes Contra a Corrupção”. Trata-se exatamente deste periódico que aqui está, deste documento. Após desenvolver trabalhos de pesquisa, levantamentos, ouvir sugestões, chegamos à conclusão, entre outros pontos apresentados, que haveria necessidade de implementação de certas diretrizes que apontassem

para a implantação de uma política judiciária nacional de combate à corrupção:

- delegação para desembargadores e juízes instruírem processos contra detentores do foro privilegiado que tramitam no STF e no STJ. Isso ajudaria a desafogar os inúmeros processos que lá se encontram e são apurados dentro da estrutura desses tribunais;

- aprovação dos projetos de lei que tornam prioritários o julgamento dos crimes contra o patrimônio público, corrupção e foro privilegiado. O Senador Pedro Simon muito bem lembrou a respeito da efetividade dos julgados. São milhares de processos que se arrastam e que se eternizam à base de recursos sucessivos na diversas instâncias, privilegiando aqueles que têm contas a ajustar com a sociedade;

- criação, estruturação e difusão de varas e câmaras especializadas para o julgamento de crimes relacionados à corrupção, foro privilegiado e defesa do patrimônio público. À época, acenávamos como exemplo o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Como visto, senhores, medidas e projetos existem já vários, sugestões, inúmeras. Um levantamento da Frente Popular Mista de Combate à Corrupção, no primeiro semestre deste ano, sob a coordenação do Deputado Federal Francisco Praciano, identificou que mais de 100 proposições tramitam no Congresso Nacional tratando do assunto “combate à corrupção”.

Quer parecer que há necessidade evidente de um esforço no sentido de se chegar ao alcance desses normativos. O Judiciário precisa dessas normas. O Judiciário precisa dessas leis para efetivamente aplicá-las.

Acompanho o Senador Pedro Simon, se o senhor me permite, muito do que o senhor tratou, inclusive com muita propriedade, sobre o Judiciário. Não é incomum. É até comum hoje o magistrado fazer um julgamento, o magistrado tomar uma decisão, inclusive no Tribunal do Júri, cuja decisão é dos jurados, atendendo a soberania popular, e, ao sair do fórum, encontra o réu condenado transitando livremente. Existem evidentemente fatores que permitem isso? Sim. Forças recurrasais que permitem isso? Sim. Mas isso também denota uma situação que se chama “falta de efetividade dos julgamentos”. Nós acreditamos que essa falta de efetividade e esses sucessivos recursos têm levado a implicações sérias do ponto de vista social e têm fortalecido aquela crença em algo chamado impunidade.

Acho que são duas irmãs que andam juntas: impunidade e corrupção. Caminham a passos lentos e devoradores. A magistratura tem acompanhado e festeja as posturas sérias e imediatas do atual governo. Sem dúvida, como o colega citou, o colega Marlon Reis, é elogiável a postura do Governo, que prontamente adotou medidas diante de quadros difíceis.

Senhores, nós aqui apresentamos, num primeiro momento, a proposta de que os projetos legislativos a cargo do Senado e da Câmara sejam efetivamente aprovados e nos sejam fornecidos. Muitos deles trazem textos interessantíssimos, trazem proposições muito interessantes, que servirão de ferramentas efetivas no combate à corrupção.

Aqui se falou também na seriedade oriental. Entendemos que esse combate não se faz sem seriedade, não se faz sem penas efetivas, não se faz sem um acompanhamento duro e rigoroso ao menor indício e existência da corrupção. Sabemos que existe muito disso que envolve a sociedade por meio do Estado. Sabemos que nascedouro de muito disso às vezes leva a proposta de risco ao Estado. A discussão sempre orbita justificativas. É preciso que tenhamos ferramentas efetivas.

O que o Judiciário hoje dispõe, senhores, e aplica parece ser pouco. Leis existem, mas é preciso que tenhamos atenção à PEC 15, popularmente conhecida como a PEC dos Recursos, para dar efetividade aos julgados. A lei que os senhores produzem nesta Casa, os textos legais que os senhores desenvolvem é a magistratura deste País que aplica. Nós somos aliados dos senhores, mas precisamos das ferramentas para poder fortalecer esse combate.

Apresentamos aqui também como sugestão o uso das redes sociais. O Senador Pedro Simon tocou aqui também na questão do uso das redes sociais: Facebook, Twitter, Orkut. É preciso que o nosso Governo e os senhores estejam atentos a esses fenômenos. A força que existe nessas redes sociais hoje, que já estão transpirando no ambiente internacional, pode nos servir aqui no País. Os números são assustadores a respeito de como eles repercutem na sociedade.

Então, nos gostaríamos de deixar, como uma segunda proposta, neste primeiro momento, exatamente o uso dessas redes sociais, utilizando os movimentos espontâneos.

Então, fica aqui, Srs. Senadores, senhora, senhores, exatamente a PEC 15, com a efetividade dos julgados. É o nosso pleito: o andamento dos processos legislativos e proposições que já estão na Casa e o uso das redes sociais, explorando os movimentos espontâneos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Uso das redes sociais. A segunda decisão.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para lembrar, Senadores: à Secretaria Geral da Mesa ele apresentou duas propostas. Estão sendo resumidas, e, ao final, nós faremos a leitura de todas. Se algum Senador entender que não está contemplado com as propostas apresentadas deve lembrar ou propor. *(Pausa.)*

São três propostas que a Mesa lembra e o Juiz também lembra.

Passo a palavra ao Senador Jarbas, pela ordem.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, as propostas, mas, sobretudo, a primeira proposta, de aglutinar, juntar todas as iniciativas – dentro do Senado e na Câmara, mas principalmente aqui dentro do Senado, onde a gente está discutindo –, os projetos, as PECs apresentadas para o combate à corrupção e à impunidade, parece-me que deve ser transformada na principal proposta, que deixa de ser apresentada... Eu ia apresentar essa proposta, mas ela tem muito mais dimensão e muito mais legitimidade apresentada pelo representante da Associação dos Magistrados do Brasil.

Eu acho que a fala, o discurso, a tentativa de ir à rua são iniciativas muito importantes, da maior valia, mas mais importante é aqui no Senado se juntar uma comissão – o Senador Demóstenes, por exemplo, que não está aqui, pode nos ajudar muito –, juntar todos esses processos e dar uma tramitação especial. Um Senador, dois Senadores pedindo isso à Presidência não resolve. A Presidência da Casa não quer fazer mudanças, e muito menos mudanças desse tipo.

Então, é importante que a gente possa contar com essa iniciativa, que não é nossa, não é dos parlamentares, é da Associação dos Magistrados do Brasil, muito bem colocada aqui pelo Dr. Luiz Rocha Neto. E que se transforme na principal proposta, a proposta que deva ser a de número um dessa reunião. E que a gente possa sair daqui sabendo que vai ter uma proposta objetiva, racional, uma proposta prática no sentido de que a gente possa, tanto no campo da impunidade como no do combate à corrupção, agilizar e aprovar as propostas aqui e levar à sanção.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Jarbas colocou pela ordem. Peço ao Thiago, que está secretariando a Mesa, que dê o destaque devido, como proposta número um, à formação dessa comissão.

Eu apenas informo, pessoal, qual o meu problema aqui. Sei que os Senadores vão nos ajudar. Tenho aqui oito Senadores inscritos e um Deputado Federal, que coordena a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção na Câmara, o Deputado Francisco Praciano, do PT do Amazonas. Apenas quero pedir a colaboração dos senhores. Minha preocupação: se entrarmos pela ordem nas propostas, a gente talvez prejudique os oradores inscritos, os Senadores também, e a Mesa não vai poder concluir a sua exposição. Mas me submeto à questão pela ordem, porque é regimental.

Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na mesma linha do que falava o Senador Jarbas Vasconcellos, acho que a raiz de todo o processo, principalmente da corrupção eleitoral, caixa dois, mensalão e tudo que tem nos entristecido, é o financiamento de campanha.

Acho que a grande forma de cortar esse mal pela raiz, a causa disso aí é o financiamento privado. Então, quero colocar como ponto fundamental no combate à corrupção o financiamento público, exclusivamente público, das campanhas eleitorais. E mais: propaganda eleitoral na tevê e no rádio ao vivo. Para mim, essas duas coisas são fundamentais para que o País tenha um novo rumo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para informar a todos que as propostas estarão sendo colocadas já no painel a partir do momento que estiverem entrando aqui na Mesa.

Quero de novo insistir, e alguns Senadores fizeram sinal, que talvez deixássemos esses quatro falar, daí abriríamos para alguns Senadores, mas sempre respeitando a questão pela ordem.

Senador Requião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida V. Ex^a, Senador Ferraço.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Minha questão é apenas a seguinte, Sr. Presidente... Requião, só um minutinho.

É que, nesta reunião em que estamos aqui, há mais de 10, 12 entidades. Teríamos que ver o pensamento delas, e depois vamos falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa é a intenção, Senador. V. Ex^a ajuda a Mesa. Senador Requião, pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Nós estamos nesta reunião, neste momento o Ministro Mantega está sendo ouvido, a Comissão de Infra-

estrutura está sabatinando os novos diretores do Dnit, o Ministro Florence está sendo ouvido na Comissão de Agricultura, e, em seguida, eu presido a Comissão de Educação. Mas quero aproveitar a oportunidade para ressaltar duas propostas que acho fundamentais e que, no meu entender, serão as fundamentais em todas essa reunião, do Dr. Luiz da Rocha Neto: prioridade para julgamento de crime contra o Erário e uso das redes sociais.

O problema da prioridade é fundamental. No Paraná, no início do meu governo, fiz algumas denúncias, que foram acolhidas pelo Ministério Público, seríssimas, de desvio de 370, 380 milhões de reais. Até hoje não foram nem citados os responsáveis, porque se discute a competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual. Então, tudo isso acaba sendo um exercício momentâneo de desgaste de uma ou outra personalidade, e não tem seguimento.

Mas, lamentavelmente, vou ter que me dirigir às outras reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

Em seguida, passo a palavra ao Dr. José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito rapidamente, entendendo a angústia de V. Ex^a, mas, na linha do que defendeu aqui o Senador Jarbas Vasconcelos, nós estamos na iminência do lançamento do Terceiro Pacto Republicano. O Terceiro Pacto Republicano é um esforço conjunto dos poderes constituídos para que as matérias que estão em tramitação no Congresso Nacional possam receber um tratamento de emergência, de urgência na sua tramitação e no seu debate.

Acho que nós poderíamos, em bom tempo, reunir um conjunto dessas matérias que pudessem fazer parte desse pacto republicano, porque nada mais importante para a República do que o combate intolerante à corrupção em qualquer tipo de descaminho no exercício da atividade pública.

É a contribuição que trago a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço.

A partir disso, passamos a palavra já ao Professor Diretor Reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Sousa Júnior.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Queria cumprimentar os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras presentes, especialmente o Senador Pedro Simon, que me fez diretamente o convite para

aqui estar, os demais presentes nesta reunião, os participantes do painel.

Quero agradecer a possibilidade de que a universidade esteja aqui presente e tentar situar o modo pelo qual, no contexto dos vários expositores, a expressão universitária possa ter um sentido positivo e analítico do tema que mobiliza este painel, esta reunião.

A universidade trabalha pelo menos em três dimensões a questão que está posta aqui para debate. De um lado, ela analisa, critica, constrói, elabora expressões teóricas de conceitos e sistemas que envolvem, por exemplo, do ponto de vista acadêmico, a questão ética.

O tema da ética é uma construção do sistema universitário. Não se trata apenas de pensar os problemas ligados às expressões cotidianas das moralidades, que são muitas e que são diversas em relação a suas expressões originárias, a uma moral de classe, a uma moral religiosa – falamos em moral burguesa, falamos em moral cristã, por exemplo –, mas a eticidade, como sistema, é uma dimensão construída a partir do pressuposto de que a sua elaboração é fruto de um consenso compreensivo explicativo. Assim, por exemplo, o filósofo Hegel aludia à passagem da moralidade subjetiva para a eticidade como sistema e dizia que a construção dessa possibilidade é a mediação das instituições: a família, a sociedade civil, o Estado.

Então, a universidade, aqui, ao se fazer presente, quer contribuir no sentido de que seu espaço, sua atividade deve ser um âmbito de disponibilidade para a iniciativa política, no sentido de aí construir referenciais importantes para pensarmos o tema que se propõe aqui – enfrentamento à corrupção, impunidade – dentro da construção dos elementos sistêmicos da ideia de eticidade. Mas a universidade também constrói, enquanto instituição em si, referências que podem ser exemplares do ponto de vista de colocar a questão ética como um horizonte para a sua própria atuação. Por exemplo, ela, seguindo referenciais da condição republicana, organiza também suas estruturas éticas; ela tem ouvidorias, ela tem corregedorias, ela tem uma comissão de ética, que se inspira no modelo orientado pela própria Comissão de Ética Pública Nacional, que baliza o agir dos agentes públicos inseridos no âmbito da universidade.

Não é fácil atribuir sentido a essa função institucional no âmbito da própria universidade, porque, quando se coloca a dimensão ética, isso gera, internamente e no diálogo entre os agentes públicos, tensões que, muitas vezes, a propósito de discutir as condições pelas quais abre uma pauta de avaliação das condutas, salvaguarda, às vezes, tentam atingir a própria estrutura ética que se constrói.

Há poucos dias, por exemplo, uma revista de circulação nacional fez uma crítica feroz à Comissão de Ética da Universidade de Brasília, alegando que seria uma criação de um tribunal de exceção. E, a propósito de discutir os fundamentos pelos quais se estruturam iniciativas éticas, leva-se à ética de roldão, banha-se a criança e se joga a criança na enxurrada do banho que tomou.

Mas a universidade também participa do processo de construção dos referenciais éticos porque ela agrega protagonismos. Não por acaso, o Senador Pedro Simon, na abertura, dizia que a universidade deveria ser convocada para não só atender aqui a convocação no sentido de refletir junto, mas também de se integrar a uma das expectativas desse encontro, que era caracterizar que as questões não são apenas institucionais, mas implicam chamada para movimentos. Quer dizer, a universidade também é um espaço de movimentação de protagonismos. Não por acaso, na minha própria universidade, como em outras, esses protagonismos estão sempre firmemente presentes quando as questões de enquadramento ético apelam à participação dessa comunidade.

Os estudantes da UnB, por exemplo, no ano de 2008, ocuparam a reitoria da Universidade para fazer o juízo crítico de uma gestão que acabou, por conta de seu próprio movimento, tendo que renunciar, sob a interpelação de desvios éticos. Os próprios estudantes da Universidade, no ano passado, mobilizaram-se no Distrito Federal, ocuparam a Câmara Legislativa e por um impulso de motivação ética, eu digo os estudantes acertam até quando erram, até quando encontram outras formas de expressão que, às vezes, num primeiro momento, causam impacto na produção dos resultados, acabam revelando que o seu horizonte ético avalize a sua conduta e, no caso do Distrito Federal, levaram à renúncia de um governo e à reconstrução ética, pelo menos no balizamento de sua ação, de nova estrutura de governança.

Então, a universidade também é movimento, participa em interlocução com muitos movimentos e, nesse processo, também se associa à possibilidade, ao apelo dessa convocação, no espaço dessa comissão que se abre à participação popular, no sentido de que, no espaço universitário, o protagonismo é essencial e é uma das expectativas deste encontro: abrir o diálogo entre o Parlamento, instituição, e a sociedade civil, enquanto protagonismo, para consertar ações que são aquelas que balizam a ideia de uma sociedade organizada que se expresse numa governança republicana, que tem, do ponto de vista constitucional, a moralidade como um dos seus fundamentos basilares,

quer dizer, a moralidade é erigida em sistema ético de orientação das condutas.

Então, o que eu queria, neste encontro, é dizer que a universidade dispõe de um acervo muito importante de estudos, de reflexões, de sistemas construídos, mas também de protagonismos. Não estou dizendo com isso que nós devamos abrir agora as comportas de uma ação que se lance como campanha ou como mobilização levada às portas de uma bastilha. Não é isso. O que estou dizendo é que esse espaço universitário pode ser um lugar adequado de encontro.

Eu acho importante, Sr. Presidente, assim como se fez durante o processo constituinte, em que a Assembleia se abriu ao encontro com a sociedade no seu próprio âmbito das audiências, ela também foi para a rua, ali onde a justiça se encontra com a cidadania e dialogou com a comunidade.

Eu acho que é importante – o Senador Pedro Simon dizia que a UnB se dispõe a fazer reuniões. Eu acho que um bom modo de começar reuniões que agreguem essa possibilidade de interlocução é estabelecer uma audiência pública como esta no espaço das universidades, ou nas universidades, uma agenda; como hoje, por exemplo, em vários aspectos relevantes da vida política, as caravanas de cidadania que mobilizam pela anistia, por exemplo, que tem um papel educador, transformador.

No espaço da universidade, constituir uma audiência que dialogue com esses segmentos, que agreguem, no âmbito da universidade, por exemplo, os grupos de estudo que têm como referência a ideia de transparência, que tem como referência a ideia de combate à corrupção e de proposições de diversas ordens.

Há poucos dias, realizamos, na UnB, uma audiência pública convocada pela Senadora Ana Rita, em que o eixo da audiência era discutir, Senador, as cotas. Foi muito importante porque para ali acudiram todos os segmentos mobilizados da universidade, tanto do ponto de vista crítico, os estudos, quanto do ponto de vista do engajamento, os protagonismos.

Então, como aqui, nesta Mesa, nas que se seguirão, muitas propostas de natureza legislativa, de natureza procedimental serão indicadas, eu gostaria de sugerir, para não perder o sentido da participação universitária aqui, que nós tivéssemos uma agenda de audiências públicas, a começar pela UnB, em que os Senadores pudessem dialogar com a universidade e aí construir referenciais importantes para essa atribuição que o Senado assumiu no contexto desse tema tão relevante para o nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Intervenção da Rádio Senado.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido o último painelista desta Mesa, o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Sr. Bolivar Steinmetz.

O SR. BOLIVAR STEINMETZ – Steinmetz: pedra de mentes, ou polidor de pedra, ou construtor de castelos, uma das três. Na Maçonaria, é construtor de castelos o Steinmetz.

Sr. Presidente desta Mesa, Senador Paulo Paim, com quem tivemos outros encontros no que diz respeito à parte dos aposentados – ele é nosso defensor, um defensor dos aposentados –; demais Senadores presentes; convidados para esta palestra; nós, da Associação dos Delegados da Polícia Federal, na minha pessoa, aqui estamos para parabenizar o Senador Pedro Simon e os demais Srs. Senadores que criaram a Frente de Combate à Corrupção e à Impunidade no País.

Nós elaboramos aqui algumas palavras para serem lidas aos senhores e esperamos que sirvam.

Nenhuma medida de combate à corrupção ou a qualquer outra modalidade criminosa surtirá os efeitos desejados se ela não for capaz de punir os criminosos e, ao mesmo tempo, fazer desaparecer a sensação de impunidade.

Um delito que permanece impune estimula a prática de outro. Por isso, a primeira e a mais importante providência é devolver ao povo a sensação de segurança e a certeza de que nenhum crime ficará impune e nenhum criminoso deixará de ser apresentado à Justiça.

Interessa-nos discutir, aqui, as medidas que devem ser adotadas no sentido de, pelo menos, inibir a prática da corrupção.

Corrupção é o ato ou o efeito de subornar uma pessoa para obtenção de vantagem indevida em proveito próprio ou de terceiros. No elenco das medidas que serão discutidas e que possivelmente serão implementadas, a primeira e a mais importante é uma radical mudança de atitude, de forma a deixar para corruptos e corruptores a certeza de que suas práticas não serão mais toleradas.

Fala-se muito em corrupção e em corruptos, mas poucas referências são feitas aos corruptores. Esses precisam ter suas responsabilidades apuradas com o mesmo rigor. A existência do crime de corrupção exige a participação, de um lado, do servidor público e, de outro, de um terceiro interessado. O primeiro é induzido ou convencido, mediante o pagamento de certa quantia, a praticar determinado ou omitir-se de sua prática ou, ainda, a fornecer informações privilegiadas. Nesse caso, exige-se, também, a atuação do segundo, que é aquela que suborna ou busca subornar o servidor público para a satisfação de interesse próprio ou

de outrem. Quando o servidor exige qualquer tipo de vantagem, configura-se o crime de concussão, que é uma modalidade de corrupção mais grave. O combate à corrupção inclui efetiva punição aos corruptos e, principalmente, aos corruptores.

Algumas medidas precisam ser implementadas com urgência: cumprimento integral da lei penal e administrativa, de modo a tornar efetivo o cumprimento às penas; tornar mais ágil o processo, tanto na área administrativa, como sob o aspecto penal e, principalmente, processual penal, eliminando a possibilidade de recursos protelatórios que levam, inevitavelmente, à prescrição do crime e à impunidade do criminoso.

Para os casos de corrupção deve-se adotar o rito sumário aos processos administrativos e penais. Que se adote medida cautelar de bloqueio dos bens dos envolvidos no crime de corrupção.

É imprescindível redefinir as responsabilidades legais de quem apura e de quem julga, para que não fique caracterizada a prática de condescendência criminosa.

Revisão, nesse particular, de legislação administrativa, penal e processual penal, mediante a criação de uma comissão composta por um juiz federal, um representante da Controladoria-Geral da União, um do Ministério Público, um do Tribunal de Contas, um do Departamento de Polícia Federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado Federal, do Conselho de Ética da República, da Ordem dos Advogados do Brasil, presidida pelo juiz federal, com prazo de sessenta dias para apresentar o resultado.

É imprescindível selecionar e limitar o número e a categoria de pessoas com direito a acesso a informações privilegiadas. Há uma máxima em segurança que ensina: “Nem tudo pode ser dito a todos, e nem todos podem saber de tudo”. O acesso a informações privilegiadas terá que se sujeitar a um rígido controle, com a criação de mecanismos que permitam a imediata identificação dos responsáveis por eventuais vazamentos. Uma vez identificado o autor ou os autores, deverão ser afastados até o final da apuração. Os mecanismos a que me referi deverão permitir, de igual modo, a rápida identificação do beneficiário da informação privilegiada.

Maior rigor no cumprimento das normas que regem os processos licitatórios. Necessário se faz também que se inclua um dispositivo na lei de Licitações que proíba a subcontratação, isto é, que uma empresa transfira a outra o objeto da licitação.

O trabalho policial não pode sofrer reingeração de qualquer espécie. Que se punam os excessos, mas que se evitem as interferências indevidas. A polícia

precisa de independência técnica para funcionar e executar suas missões.

Nas indicações para preenchimento de cargos na alta administração e para os de confiança, deve-se levar em conta, especialmente, a competência e os antecedentes do indicado, seja ele quem for. O exercício do mandato de altos cargos não exclui ninguém do dever de obedecer à lei.

Senhores, entendo que as propostas apresentadas precisam de um maior detalhamento, com um estudo mais aprofundado e outras sugestões.

Nós temos, nesta Casa, aqui no Senado, duas propostas que vêm de encontro ao que nós acabamos de falar e ao que está sendo discutido: corrupção e os corruptores.

Há, em andamento nesta Casa, duas PECs, projetos de importância pactual no âmbito da Enccla – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro –, que combate organizações criminosas, lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito.

A PEC 303, de 2004, cujo Relator era o saudoso Senador Romeu Tuma, foi arquivada. Aliás, o Relator era o nosso Senador Pedro Simon. Seria interessante que a PEC 303, de 2004, voltasse à discussão.

Nós dispomos também da videoconferência, que é uma maneira de facilitarmos a oitiva de pessoas em outras capitais. Geralmente, uma comissão para oitiva é composta por três membros, e há o deslocamento com passagens aéreas. Com a videoconferência, seria um trabalho mais econômico que teria as mesmas... Como eu diria?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os mesmos resultados.

O SR. BOLÍVAR STEINMETZ – ... os mesmos resultados da oitiva frente a frente. Inclusive esse trabalho da oitiva por videoconferência vem sendo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, que já utiliza essa ferramenta.

Então, são essas as palavras que nós gostaríamos de trazer aqui em nome dos Delegados da Polícia Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Delegado Bolívar.

Neste momento, eu vou desfazer esta Mesa e convidar a segunda Mesa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para não perder o fio da meada dessa discussão, porque aqui foram apresentados pontos separados, embora

já anotadas pela Secretaria as sugestões apresentadas, penso que seria conveniente, como os expositores estão à Mesa, que os Senadores inscritos para perguntar se manifestassem nessa primeira fase e subsequentemente, porque, senão, como vamos fazer as perguntas? Então, acho que seria uma forma mais prática de encaminhamento do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Na mesma linha, peço ao Senador Simon para dar o seu ponto de vista.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com todo o respeito à Senadora Ana Amélia, eu acho que o que V. Ex^a está apresentando é o normal. Nessa oportunidade, eu acho que nós devíamos ouvir todas as entidades, para ouvir o pensamento delas. Por exemplo: se nós entrarmos já no debate, quando elas falarem já não vão falar o que elas pensam, vão falar do fruto do debate. Seria muito importante que nós ouvíssemos agora, por exemplo, a OAB e a CNBB para que elas trouxessem o seu pensamento. Depois nós vamos discutir o conjunto. Seria mais importante saber o pensamento da entidade que veio aqui com o que está trazendo para nós. Depois nós vamos discutir o conjunto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, se nós formos muito rápidos nos questionamentos, poderemos agilizar os trabalhos. Penso que assim nós teremos maior interatividade, interação com os expositores. Se não vai desfazer a Mesa, voltar a Mesa, e a gente não terá oportunidade. Eu tenho algumas questões a apresentar aos expositores pertinentes ao que foi apresentado. É coisa simples, rápidas de ser respondidas.

Então, se me permitir, se eu puder fazer essas perguntas, eu gostaria de saber se os demais Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, dentre as inúmeras proposições muito positivas a do Sr. Marlon Reis não está ali assinalada, com respeito à proposição de tornar transparentes as contribuições de pessoas físicas, de pessoas jurídicas e de financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, alerta a Mesa...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero informar que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...para que coloque essa proposta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...apresentei, desde 2005, proposição nessa direção.

Na legislatura passada, na CCJ e no Plenário, foi objeto de três votações. Foi apertado, mas não foi aprovada.

Eu gostaria de reapresentá-la, à luz, inclusive, da sugestão e propor que todos os Senadores aqui, uma vez pronta, possam aperfeiçoá-la.

O Cláudio Weber Abramo, da Transparência Brasil, me deu uma sugestão de aperfeiçoamento e gostaria de depois reapresentar, com a anuência do trabalho desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós teremos duas Mesas ainda.

A Senadora Ana Amélia fala que tem questionamentos rápidos.

Ela poderia fazê-los, depois nós chamaríamos as outras duas Mesas e, num segundo momento, pessoal, os nossos convidados, embora no plenário, terão direito de responder às perguntas ao microfone do plenário.

Então, abrimos para a Senadora Ana Amélia, depois montamos a segunda Mesa e eles poderão responder a algum questionamento no final do próprio microfone do plenário.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Paulo Paim.

Dr. Marlon, prestei atenção no que o senhor falou.

Objetivamente o senhor, no movimento, defende o financiamento público de campanha como caminho para evitar a corrupção na área eleitoral?

Queria lhe dizer também que no Rio Grande do Sul o Tribunal Regional Eleitoral é muito cioso e presta informações, sim, das contribuições dadas aos partidos e aos candidatos. Então, durante a campanha, isso é aberto, pela eficiência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Portanto talvez a diferença esteja no trato que a autoridade responsável, no caso a Justiça Eleitoral, tenha sobre essa matéria.

São essas as questões para V. Exª.

Quanto às suas sugestões, nós aqui estaremos trabalhando intensamente para executá-las.

Ao Dr. Luiz da Rocha Neto, na percepção popular, está relacionada a impunidade à morosidade do Poder Judiciário. Então, nós aqui fazemos as leis e a execução, um processo fica às vezes nas mãos de um juiz por anos e anos sem julgamento. Isso não contribui também para a impunidade?

Também se fala muito da área política.

Hoje, vindo para cá para o Senado, às sete e meia da manhã, um comentarista famoso colocou na vala comum todo mundo corrupto. Todos os políticos são corruptos. Todos os prefeitos são corruptos. Todos os vereadores são corruptos, todos os deputados e senadores, todo mundo é corrupto.

Eu acho que a gente tem que ter um pouco de critério sobre esse aspecto. Cada um tem a sua responsabilidade consciente de fazer. Não é só na área política que existem problemas.

No próprio Poder Judiciário, o assassinato da Juíza Patrícia Acioli mostra a omissão do Estado, a omissão do próprio Poder Judiciário em relação à proteção a essa Juíza que corajosamente vinha trabalhando para combater o crime organizado, envolvendo inclusive agentes do Estado que deveriam ajudar na proteção da sociedade como autores desse crime bárbaro que aconteceu.

Então, para o senhor é essa questão da impunidade e da morosidade do Poder Judiciário.

Reitor, é muito importante que a academia se envolva nas questões éticas. O senhor tangenciou um pouco porque também na universidade houve um caso rumoroso. O senhor falou muito do que os alunos fizeram, os estudantes, em relação à Câmara Distrital e à própria derrubada de um Governador do Estado. Mas a própria Universidade de Brasília foi envolvida em um rumoroso processo de má gestão do recurso público envolvendo um antecessor seu, um reitor.

Então as instituições todas têm que fazer uma abertura de caixa preta, vamos dizer assim, para fazer isso. Eu queria que avaliassem isso, para não parecer que só existe corrupção na área política.

E ao Dr. Bolívar Steinmetz eu queria perguntar.

Há um debate hoje, Dr. Bolívar, em relação à questão das ações da Polícia Federal. O uso das algemas foi o setor mais comentado, mais falado. Houve até um comentário da Presidenta da República a respeito disso e a divulgação de fotos dos presos com o dorso nu, com a numeração do processo de prisão.

Eu queria um comentário do senhor a respeito disso e se não há risco, por conta disso, de aqui haver iniciativa de tolher e cercear a atividade não só da Polícia Federal, mas também do Ministério Público, o que seria um risco para a proteção da sociedade.

Muito obrigada.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, infelizmente, como outros Senadores, tenho outros compromissos em outras comissões importantes, inclusive presidir a reunião da Comissão de Meio Ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só peço aos nossos convidados, se as perguntas dos outros Senadores também forem feitas neste

momento, que tomem nota para responder em bloco no segundo momento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ...eu quero fazer alguns registros.

Primeiro, recebi um bilhete de um representante de instituições que representam os surdos protestando contra a falta de intérprete de Libras nesta reunião, porque existem milhares de surdos no Brasil que gostariam de acompanhar esta reunião.

Essa reivindicação vale não apenas para esta Comissão, mas para as demais comissões da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só quero dizer que não é por falta de pedidos desta Comissão. Nós pedimos que todas as reuniões da Comissão de Direitos Humanos tenham intérpretes de Libras. Nós temos que cobrar da Casa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Estou associado a V. Ex^a nessa reivindicação.

Quero cumprimentar a iniciativa desta Comissão, cumprimentar o Senador Pedro Simon e todos os convidados e registrar o apoio a algumas propostas. Várias propostas muito interessantes foram apresentadas aqui. E eu tenho dito que o Congresso teve que fazer um esforço de aperfeiçoamento do marco legal de combate à corrupção, mas quero aqui destacar a prioridade para julgamentos de crimes contra o patrimônio público, que me parece uma medida bastante correta, e a criação de varas especializadas contra a corrupção, como propôs aqui o Juiz Luiz da Rocha Neto.

Ao mesmo tempo, também considere interessante a proposta do Sr. Bolívar, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia, de medida cautelar de bloqueio de bens, porque nós temos também que recuperar, buscar meios para recuperar aquilo que foi desvio como recurso público.

Mas eu gostaria de deixar para a reflexão das diversas instituições e dos diversos Senadores que nós também não precisamos mexer na forma como é executado o orçamento da União.

Hoje os Ministérios, de uma forma geral, realizam milhares de convênios, precisam ter um corpo grande para analisar esses convênios, e o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União já se manifestaram várias vezes, dizendo que é impossível fazer o acompanhamento e a fiscalização desse número enorme de convênios.

Eu coloco em questionamento se não seria. E essa burocracia acaba também contribuindo para a corrupção. Se não era o caso das emendas parlamentares, por exemplo, que são importantes quando bem executadas, porque o Parlamentar conhece a realidade do seu Estado, do seu Município, a necessidade da população. Mas não seria melhor criar algo como

um fundo de participação dos Estados extraordinário ou um fundo de participação dos municípios extraordinário no qual o recurso fosse colocado e transferido diretamente para o Município ou para o Estado e que seria fiscalizado como são fiscalizados os recursos transferidos pelo FNDE, pelo SUS, mas enxugando a administração pública, sabendo que grande parte desses convênios, pelo seu volume, não são adequadamente examinados e fiscalizados?

Mas eu gostaria também de fazer aqui um registro em relação à impunidade. Não há dúvida de que a impunidade é o fermento para a corrupção. E quero aqui dar o caso de Brasília. Brasília sofreu enormemente, há pouco menos de dois anos, talvez com um dos maiores escândalos documentados da história deste País, o que fez com que naquele momento a Procuradoria Geral da República defendesse a intervenção federal no Distrito Federal.

Pois bem, Sr. Presidente. Nós estamos há praticamente dois anos desse episódio e até agora, ninguém, nenhuma pessoa foi denunciada por aquilo. Então, realmente, precisamos refletir sobre o que nós podemos fazer do ponto de vista de agilizar os meios de investigação, agilizar os meios de julgamento porque, sem dúvida alguma, a impunidade é um grande estímulo para o aprofundamento da corrupção.

Eu gostaria de deixar essas questões para reflexão do Plenário. Muito obrigado, Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Rollemberg. Meus cumprimentos pelas suas contribuições.

Foi aberta a possibilidade. Eu tentei encaminhar e não houve entendimento no Plenário. Nós abrimos para que os Senadores possam questionar os que estão na Mesa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Talvez eu possa até colaborar. Nós vamos fazer uma reflexão. Fomos convidados para estarmos aqui às oito e meia da manhã. E, queiramos ou não, somos reféns de alguma coisa que acontece na Casa. Por exemplo, eu sou relator de uma proposta agora, às nove e meia, na CAE, e assim há outros colegas. Há uma agenda proposta. Eu entendi que até as nove e meia, no máximo às dez, teríamos mais ou menos aqui um...

Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. convidados, Senador Pedro Simon e demais colegas, no fundo, isso tudo aqui é uma coisa emblemática. Nós estamos reunidos

hoje de manhã, nesta Comissão de Direitos Humanos. Eu acho que o intuito, o fito, em última tese, Senador Cristovam Buarque, é um só: é buscarmos um caminho, é buscarmos um entendimento, é buscarmos dar uma resposta a uma demanda que está muito periclitante hoje no Brasil. É alguma coisa que paira nos ares, se vai ou não vai, anda ou não anda.

Há uma pressão de alguns catarinenses: Maldaner, vai subscrever a CPI da corrupção no Brasil? Vai subscrever? Vai ou não vai?

Isso é uma coisa que está presente aqui, todo dia. Aí, vêm *e-mails*: vai assinar ou não vai assinar? Nos fins de semana, andando pelo interior do Estado, passando na fronteira com a Argentina, é isto que perguntam: vai subscrever ou não vai, Maldaner? E eu fico naquela. Por enquanto, não subscrevi. Mas aqueles que subscreveram são colegas. Como é que vamos fazer?

Há alguns que defendem a tese: será que nós não precisamos, primeiro, ouvir as instituições estabelecidas para que falem, para que procurem, quem sabe, nessa investigação, responder à sociedade? Será que a CGU, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, enfim, as entidades aí colocadas que têm as funções precípuas de responder à sociedade, quem sabe, dêem uma resposta a esses questionamentos que existem nos ares?

Até podemos transformar o senado Federal, o Congresso, numa grande CPI e deixarmos a nossa missão primeira, que é legislar, e trabalharmos em cima disso. Eu não sei se é o nosso dever neste instante.

Então, parece-me, Sr. Presidente, nobres colegas e Srs. Convidados, que a missão precípu, neste caso, é de ouvirmos os órgãos que estão com essa missão institucional e que eles trabalhem, em nome da sociedade brasileira, para tentar dar uma resposta a essa demanda. E até, se precisarem, nós oferecemos que se altere a legislação, ferramentas, como disse aqui o Juiz Luiz da Rocha Neto, como disse também o Marlon Reis; se nós precisarmos oferecer alguns instrumentos para que a legislação seja aperfeiçoada, para que se encurtem os caminhos que sejam melhores para a Nação. Quem sabe seja melhor isso.

Não é fazer comparação, mas eu lembro que até para Copa de 2014 ofereceram-se instrumentos para encurtar caminhos, com transparência, é claro. Se não vai dar tempo, 2014 ou coisa que o valha, o Congresso Nacional. Pediu-se e o Congresso Nacional ofereceu caminhos para encurtar essas distâncias.

Talvez, neste momento – ouvimos aqui várias sugestões e vamos ouvir ainda –, quem sabe, fosse o caso de uma legislação até um pouco diferente nesses casos, mais célere, para que as instituições estabelecidas possam responder à sociedade. E aí nós, em

última instância, se não houver condições, dizemos: não deu, não dá, então vamos construir esta grande CPI. É uma coisa que fica na dúvida: vamos subscrever ou não vamos?

O Senador Cristovam Buarque, ainda ontem, no plenário, disse assim: quem subscreveu, mantenha a assinatura. Mas não vamos botar em prática por enquanto. Vamos aguardar as entidades, os órgãos institucionais falarem. Então, estou nessa. Eu não subscrevi ainda. Eu gostaria de ouvir essas entidades estabelecidas, com essas missões. Se for preciso, oferecemos mais instrumentos, mais ferramentas, pela própria legislação do Congresso Nacional, se for o caso. Essa é a ideia. Eu tenho esse pensamento. Nós temos que agir.

Eu acho, Presidente Paim, que se ficarmos aqui até as dez, até as onze, até o meio-dia, no fundo, essa rodada de quatro Srs. Convidados, vêm agora mais quatro, depois vêm outros quatro – estão aqui representantes de todos os órgãos de todo Brasil –, a coisa é bem emblemática, Senador Pedro Simon. É de nós respondermos à sociedade, darmos uma caminhada nessa cruzada

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso é importante ouvi-los. Esse é o objetivo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É importante mesmo. No fundo é isso. São algumas considerações que eu queria deixar aqui neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner.

Eu gostaria, agora, de garantir aqui para a Mesa, se pudesse ser muito sucinto, no máximo cinco minutos para cada um, na resposta aos questionamentos que foram feitos. Começo com o Marlon, que foi o primeiro questionado.

O SR. MARLON REIS – Bom, respondendo imediatamente ao questionamento da Senadora Ana Amélia, primeiro, eu queria só ressaltar o fato de que não é uma mera questão de interpretação da lei. Hoje são feitas, sim, prestações de contas e são apresentadas, são publicadas. Inclusive a lei determina que seja feita a apresentação na Internet. Só que há um aspecto da prestação de contas que não é feito porque há uma vedação legal. No §9º do art. 28 da Lei 9.504, estabelecem-se duas prestações de contas antecipadas: uma em 6 de agosto, outra em 6 de setembro. Mas olha o que diz a lei: “exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e respectivos valores doados somente na prestação de contas final.”

Parece-me que essa norma é, inclusive, inconstitucional. A Justiça Eleitoral nem precisaria de uma mudança normativa porque ela confronta com o texto

da Constituição, porque ela fulmina a transparência à publicidade.

Eu queria apresentar uma sugestão, que não é uma sugestão do MCCE, porque nós não discutimos isso anteriormente, mas fica como uma contribuição apresentada agora. Quem sabe, considerando inclusive a legitimidade de V. Ex^{as} para a propositura de consultas ao Tribunal Superior Eleitoral, que uma fosse formulada nesse sentido, quanto à exata extensão do significado disso, já que a sociedade brasileira precisa conhecer antecipadamente o nome dos doadores. Não faz sentido que se omita, num momento tão importante que é o da campanha, quem doou.

Então, eu deixo como uma sugestão concreta também para a Comissão, deixando claro que não é do MCCE, mas minha sugestão, já que nós não debatemos antes, embora eu tenha certeza de que o MCCE concordaria com essa proposta.

A outra questão é sobre financiamento público. O MCCE tem, sim, uma posição clara em defesa do financiamento público. As entidades discutiram o assunto e concluíram que, por diversas razões, mas uma só, para resumir, eu apresentaria, não impede a corrupção, mas facilita o controle no sentido de que fica mais fácil identificar o que proveio ou não daquela doação, além de outras razões. Mas fica mais fácil saber, se esse recurso não veio da conta única, do Erário, de onde proveio o recurso.

Então, já se sabe, com muito mais facilidade do que hoje, onde é caótico o sistema. E é impossível para a Justiça Eleitoral – eu sou juiz de direito, já fui juiz eleitoral durante muitos anos, e sei que hoje é uma farsa, não há como fazer uma prestação de contas. E o financiamento público torna possível uma prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Agradeço ao Juiz Marlon, pela forma sucinta como respondeu.

Passo a palavra ao reitor da UNB, José Geraldo.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR – Apenas um registro de concordância, Senadora.

O início da minha exposição foi não só considerar a dimensão analítica, crítica que a universidade realiza, mas o quanto também, enquanto instituição, ela se organiza e se prepara para o agir ético segundo os fundamentos de seu próprio conceito e funcionalidade. E lembrei que uma das experiências que eu queria registrar era exatamente a da nossa própria instituição, que passou por essa experiência e que ainda hoje purga pelos mediadores institucionais, Ministério Público, a CGU, o TCU, mas que a iniciativa foi da própria universidade, dos seus movimentos, da sua pluralidade protagonista, que levantou a questão

e deu o exemplo da ocupação da reitoria pela mobilização estudantil exatamente como o capitalizador desse processo. Mas concordo com a senhora: assim como as demais instituições, inclusive as legislativas, todos têm esse papel e esse dever.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, pela forma rápida com que respondeu.

Juiz Luiz da Rocha Neto.

O SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO – Senadora, sem dúvida, o Judiciário e a Magistratura como um todo têm sua parcela de responsabilidade na impunidade e, a certo momento, em algumas questões pontuais, até contribuindo para a evolução, ou a permanência, ou essa força que a corrupção, hoje, tem instalado em nosso sistema. Eu não tenho dúvida disso, e nem estaria aqui para negar. A senhora está correta.

Mas também preciso dizer à senhora que essa retenção muitas vezes é involuntária, e ela resulta naturalmente de falta não só, Senadora, da questão de estrutura do sistema legal, do sistema recursal. Nossos juízes... Quando a gente olha para o sistema recursal, muitas vezes a gente vê duas linhas de recurso: uma vertical e outra horizontal, e ainda mais umas linhas acentuadas, porque é possível se fazer tanta coisa de um processo, que eterniza esse processo.

Mas eu gostaria que a senhora tivesse a oportunidade de ouvir que nós enfrentamos, sobretudo na Magistratura Estadual, dificuldades estruturais, físicas, funcionais e mesmo legislativas. Eu não gosto de particularizar, mas, talvez, sirva-lhe de exemplo: sou juiz em Pernambuco, em uma Vara da Fazenda Pública. Tenho alguns casos de improbidade também. Tenho, hoje, cerca de seis mil processos. Estou licenciado e tenho cerca de seis mil processos. Se eu tivesse condições de atender dez partes por dia, condições de examinar dez processos por dia, despachá-los, sentenciá-los, ao final do ano, eu teria examinado três mil, ainda faltariam três. Essa é a realidade que nós enfrentamos. Nós também buscamos soluções.

Vou lhe dar outro exemplo: nós temos uma colega em Pernambuco que se encontra ameaçada, na esteira do que aconteceu no Rio de Janeiro, e estava escoltada. Em dado momento, ela reconheceu, dentro da escolta dela, dois policiais que eram envolvidos no processo por tortura que ela estava julgando. Então, Judiciário e a Magistratura de um modo geral enfrentam dificuldades.

Era só esse registro que eu gostaria de fazer para V. Ex^a.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Luiz da Rocha Neto.

Passo a palavra ao delegado Bolívar.

O SR. BOLÍVAR STEINMETZ – Sr^a Senadora Ana Amélia, algemas e a dignidade da pessoa humana.

A Polícia Federal cumpre o que determina a Súmula nº 11 do Supremo Tribunal Federal quanto ao uso de algemas. O agente que entender da conveniência do uso de algemas tem que fundamentar por escrito, sob pena de responsabilidade. Ele não usa aleatoriamente algemas, ele tem que fundamentar o porquê do uso das algemas.

Eu acho que eu respondi essa indagação.

Eu não sei se surgiu aqui, não sei de parte de qual Senador, o problema da exposição daquele problema lá do Amapá, do uso, de pessoas fotografadas sem camisa. Aquilo ali o preso já não estava mais sob a responsabilidade da Polícia Federal e, sim, do Estado, da penitenciária.

Podemos afirmar aqui que os presos, quando estiveram sob a guarda da Polícia Federal, na Superintendência Regional, na locomoção dos mesmos até o hangar, eles estavam sem algemas – no ônibus, sem algemas – e só foram algemados por ocasião da retirada deles dos ônibus, no hangar, para a aeronave. O comandante de aeronave não permite o transporte de pessoas suspeitas sem algemas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Delegado Bolívar.

Agradecemos ao Delegado Bolívar e, de pronto, agradeço a todos que participaram desta Mesa, sem prejuízo de debate final.

Convido os senhores a se dirigirem ao plenário e convido o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Dr. Ophir Cavalcante, para que venha à Mesa.

Convido também o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Dom Guilherme Antonio Werlang.

Convido também Claudio Weber Abramo, Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil.

E convidamos também o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, Maurício Azedo.

Lembramos que teremos ainda uma terceira Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente Paim, só para fazer o registro da presen-

ça aqui na nossa comissão também dos Deputados Francisco Praciano e Chico Alencar, que também são nossos parceiros nesta luta de combate à corrupção. O Deputado Francisco Praciano é o coordenador da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. E destacar também e solicitar, Senador Paim, o seguinte: seria importante também abrir – e creio que a flexibilidade do nosso Regimento pode possibilitar – para as perguntas e considerações também dos caros Deputados Chico Alencar e Francisco Praciano na fase posterior às indagações e questionamentos dos Senadores – incluir os Deputados também para os questionamentos e os debates.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos isso após a fala dos Srs. Senadores.

Passamos a palavra, de imediato, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Dr. Ophir Cavalcante, pelo tempo de dez minutos, com mais três, se necessário.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Senador Paulo Paim, em sua pessoa, quero cumprimentar todos os demais Senadores e Deputados aqui presentes. É uma honra muito grande esse convite que foi feito à Ordem dos Advogados do Brasil para participar desta audiência pública, onde se vai debater esse tema que tanto incomoda e com o qual, infelizmente, temos que conviver e criar mecanismos cada vez mais firmes de combate.

Faço um registro especial também, a presença entre nós do Presidente da OAB do Rio Grande do Sul, o advogado Cláudio Lamachia, que tem sido um intransigente defensor das liberdades e, sobretudo, no combate à corrupção, desenvolvendo um trabalho profícuo lá no Rio Grande do Sul. E também do conselheiro Paulo Brêda, de Alagoas, que preside a Comissão Nacional de Combate à Corrupção da Ordem dos Advogados do Brasil.

Srs. Senadores, por uma questão de agenda, acabei chegando um pouco atrasado, mas tive oportunidade de ouvir todos aqueles que nos antecederam. E, efetivamente, muitas propostas se têm neste momento. Mas quero crer que, além das propostas ou para além delas, é necessário que se tenha ação, ação efetiva. É isso que a sociedade brasileira, hoje, espera de todos nós. Ação do Ministério Público, ação da polícia, ação da Justiça, ação do Parlamento. Chega de retórica. Chega de discussões.

O Parlamento, efetivamente, é a casa do povo, a Casa da cidadania, em que se devem fazer e desenvolver todas as discussões necessárias para o aperfeiçoamento das leis. Mas o Parlamento também tem o dever de fiscalizar; fiscalizar em âmbito municipal, fiscalizar em âmbito estadual e fiscalizar em âmbito federal os demais Poderes. É fundamental que

o Parlamento exerça esse papel; esse é um papel republicano; é um papel que a Constituição conferiu ao Parlamento. Por isso, para além da construção do arcabouço legislativo é necessário que o Parlamento cumpra este seu dever que é o dever constitucional de fiscalizar. Portanto, efetivamente, é isso que nesse momento queremos trazer em termos de uma colaboração inicial. Leis, temos muitas. O que se necessita é dar efetividade a essas leis; é necessário, como disse o juiz Luiz, que estava aqui, que é o Secretário Geral da OAB, que a estrutura do Poder Judiciário seja devidamente aparelhada para que ele possa responder a esta demanda das medidas judiciais em relação a corrupção. É necessário que haja no próprio Poder Judiciário um comprometimento; não há necessidade de se fazer isso ou aquilo, uma legislação para criação de varas específicas; basta uma resolução dos tribunais de Justiça nesse sentido.

Falta ao Judiciário também exercer o seu papel! É necessário! É fundamental! Não podemos conceber que um fique esperando pelo outro. É necessário que cada um de nós atuemos dentro das respectivas atividades e façamos um pouco. As instituições existem, funcionam bem, democraticamente bem neste País, é necessário que elas simplesmente funcionem bem para a sociedade de modo geral e não exerçam a sua autonomia a sua independência para si próprias. Isso, me parece, é republicano, isso é democrático.

A estruturação do Ministério Público: é muito importante que se confira ao Ministério Público condições para que ele possa... E aqui, meu caro César Mattar, da Conamp, referir nesse sentido é reconhecer o papel que o Ministério Público tem tido, mas que se dê mais estrutura ao Ministério Público, mais recursos humanos, enfim, condições para que ele possa exercer o seu papel.

Defesa do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público é algo fundamental também até porque há necessidade de correções internas dentro do Ministério Público, dentro da magistratura e isso passa pela defesa do CNJ. Precisamos avançar.

Ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil, e eu referi no conselho pleno que se reuniu, Presidente Paim, deu grande contribuição à cidadania deste Brasil. E aqui quero divulgar aos senhores Senadores que aprovamos à unanimidade de todas as bancadas da OAB o ajuizamento de uma ação direta de inconstitucionalidade em relação às Leis 9.096/95 e 9.504/97, leis eleitorais, às quais o Senador Luiz Henrique se referiu ainda há pouco, que estabelecem o financiamento de campanhas. A Ordem vai ingressar no Supremo Tribunal Federal contra dispositivos dessas legislações

que permitem o financiamento por parte de pessoas jurídicas. Tem sido este o grande discurso da situação, da oposição e de todos os partidos políticos: que o embrião da corrupção começa no financiamento público. Vamos atacar isso! Vamos provocar o Supremo Tribunal Federal para que diga efetivamente se esta legislação atende ao princípio da igualdade, ao princípio republicano de um homem, um voto; o da proporcionalidade; enfim, todos os princípios inerentes à Constituição Federal. Além disso, estamos questionando também nessa ação direta de inconstitucionalidade o percentual das doações das pessoas físicas. Dez por cento de um grande empresário não é 10% de um trabalhador humilde deste País. Portanto, há desproporção dentro dessa perspectiva, e cabe ao Parlamento fixar valores que sejam compatíveis para que se possa permitir o cumprimento do princípio um homem, um voto, que é um princípio republicano.

Além disso, também estamos atacando aquela possibilidade de o Parlamentar, com recursos próprios, contribuir de forma ampla, geral e irrestrita. Queremos a fixação mediante lei. O Parlamento será instigado neste sentido se o Supremo Tribunal Federal acolher a nossa ação: no sentido de, em dois anos, editar uma norma sob pena de o Judiciário fazer as vezes do Parlamento. Só assim, senhores, nós vamos começar a mudar um pouco a cara de tudo isso. Do contrário, vamos continuar discutindo em mesas como esta, qualificada, de gente de bem, que quer efetivamente mudar este Brasil. Mas precisamos de ações. É com esta perspectiva que estamos trabalhando cada vez mais.

E, vamos lançar amanhã, os senhores estão convidados a participar conosco, o observatório da corrupção. O que significa este observatório da corrupção?

Não se tem, meu caro Presidente Paim, Senador Pedro Taques, no Brasil, nenhum local em que o cidadão possa consultar a respeito dos processos que hoje tramitam no Supremo Tribunal Federal, nos tribunais de Justiça, etc., a respeito de questões ligadas a corrupção. Vimos inúmeras operações da Polícia Federal, do Ministério Público, mas isso continua apenas tramitando no Judiciário. É necessário, e sem interferir na atividade do magistrado, não é esse o propósito, que se faça legítima pressão para que esses processos caminhem efetivamente. Esse observatório também vai proporcionar à sociedade um canal de comunicação para denunciar questões relativas a corrupção no seu Estado, no seu Município, enfim, de onde tomar conhecimento. Isso vai passar por uma equipe presidida pelo Presidente da comissão Paulo Breda, que vai fazer essa triagem e adotar providências necessárias. Portanto, são contribuições efetivas que precisamos, e é neste sentido que a Ordem vem aqui hoje: para pedir

aos senhores Senadores e Deputados, ao Parlamento brasileiro que exerça esse papel.

Para encerrar, Presidente Paim, é necessário que se avance, cada vez mais, em discussões que me parecem muito importantes para a sociedade brasileira e que, de certa forma, pelo menos com relação aos últimos escândalos denunciados, tratam da questão das emendas parlamentares individuais. É algo que precisa efetivamente de um olhar; de um olhar da sociedade brasileira, do próprio Parlamento, para criar critérios. Ninguém está aqui para dizer que o Parlamentar não tem o direito de ajudar a sua base, de ajudar o cidadão brasileiro. Isso é óbvio que tem, mas é necessário que tenhamos critérios. Que critérios hoje, por exemplo, se teve para conceber aquela emenda, sem nenhum juízo de valor, para treinar pessoal no segmento do turismo no Estado do nosso querido Senador Randolfe, quando nem sequer haverá Copa do mundo naquele Estado? Não há critério técnico com que se possa analisar internamente no Parlamento a liberação dessas emendas. Fica a sugestão para que se debata essa questão internamente. A Ordem está disposta a participar aqui ou em todos os Estados de todos os debates nesse sentido e quer continuar efetivamente contribuindo com a sociedade brasileira, contribuindo com o Parlamento brasileiro para que se possa corrigir e defender a sociedade deste grande câncer que hoje está, de certa forma, tornando-se metástase na Administração Pública no que toca a corrupção. Esse dinheiro poderia ser muito bem empregado, Senador Paim, em educação, segurança, saúde, enfim. Hoje, infelizmente, há levantamentos da Fundação Getúlio Vargas que dão conta de que 10 bilhões saem por ano em corrupção neste Brasil. Da Transparência, são 47 bilhões que se desviam neste Brasil pelo ralo da corrupção por ano. Por isso, é necessário que criemos mecanismos, mas que cada um exerça o seu papel. Muito obrigado.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, a quem cumprimento pelas contribuições.

Permita-me, Presidente, que a assessoria me passou essa notícia neste momento. Esta Comissão de Direitos Humanos tem posição muito clara a respeito deste tema, diante de seus representantes, que é a posição da OAB a favor das cotas para pobres, negros e índios. (Palmas.)

Então, eu queria, em nome daqueles que são excluídos, dar uma salva de palmas para a OAB por essa decisão tomada (Palmas). E que fique nos Anais da Casa.

Passamos a palavra, de imediato, a Dom Guilherme Antônio Werlang, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Só registrar, rapidamente – me permitam –, que esta audiência pública conta com a presença do Senador Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Ana Amélia Lemos, Pedro Simon – autor do requerimento que provocou este debate –, Senador Walter Pinheiro, Senador Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Jarbas Vasconcelos, Ricardo Ferraço, Pedro Taques, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Marinor Brito que fez esforço para chegar aqui. Dom Guilherme, por favor.

O SR. GUILHERME ANTÔNIO WERLANG – Bom-dia a todos e a todas. É com alegria que, em nome da Presidência da CNBB, eu estou aqui. Sou Presidente da Comissão Episcopal de Pastoral pelo Serviço da Caridade, Justiça e da Paz – da CNBB nacional – e também bispo da Comissão que acompanha a reforma política.

Quero saudar, de uma forma especial, o Senador Paulo Paim, seu grande trabalho, há muito tempo no Senado, em favor da Nação brasileira; Senador Pedro Simon, que nos convidou para estarmos aqui presentes. E uma saudação pessoal, na pessoa a quem quero saudar os demais Senadores, meu amigo do oeste catarinense... Como dizia nosso bispo de Blumenau, da Bela e Santa Catarina, Senador Maldaner.

A CNBB se sente convidada e se sente honrada de estar presente nesta audiência pública pelos Senadores aqui na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, do Senado, presidida pelo nosso Senador Paim.

É uma honra continuar esse debate com a sociedade brasileira, com o Senado, com o Congresso Nacional em uma temática tão importante quanto à questão da corrupção e já incluo a impunidade. Temos de discutir essas questões. Como dizia o Dr. Ophir, à pouco, há necessidade não só de discutir mas, de fato, ir a ações concretas. E a CNBB quer ser parceira, como sempre o tem sido.

É conhecida a solicitude da CNBB no Brasil na promoção dos direitos humanos e no aperfeiçoamento das instituições democráticas. E podermos fazer estas duas questões: o da promoção dos direitos humanos e no aperfeiçoamento das instituições democráticas, só será possível se nós, definitivamente, eliminarmos a corrupção, a injustiça e a impunidade neste País. Sem isso não se firmam essas questões.

Se no período da Ditadura, dos anos 64 a 85, a CNBB já estava junto com outras forças vivas da sociedade, entre as quais citamos a própria OAB, a ABI também, na defesa dos presos políticos e no restabelecimento do estado democrático de direito. Após a

promulgação da Constituição Federal, nós da CNBB centramos nossa ação evangelizadora na necessária efetivação e universalização dos mínimos necessários a uma existência digna, conforme exige o capítulo primeiro de nossa Carta Magna. A partir daí é que nós sempre estamos alerta e participativos nessa construção de uma democracia autêntica no país.

Os recentes fatos noticiados pela mídia, de casos de corrupção, no início – praticamente – de um novo Governo, revelam um quadro que gera perplexidade, insegurança e indignação. Tal contexto exige exemplar apuração dos fatos, com a consequente punição dos culpados.

Já foram destacadas em falas anteriores e que-remos reforçar essas duas questões – a apuração, mas também a punição de todos. Ela tem que limpar o País, independente de que partido esteja ou em que esfera da sociedade esteja essa corrupção. Todos os fatos têm que ser apurados e punidos.

Para além dessas ações, o combate à corrupção torna-se mais efetivo quando ampliamos os mecanismos de transparência e controle social nas ações do Estado. Esses temas, infelizmente, ainda estão pouco enfatizados nas atuais discussões da reforma política. A reforma política deve ser feita profundamente, e não por pequenos remendos como se fosse uma colcha de retalhos. Tem que se fazer uma efetiva reforma política. E também já antecipo uma reforma do Estado.

Eu trouxe aqui também um documento da CNBB, lançado no ano passado, por uma reforma do Estado com participação democrática. Não basta nós fazermos pequenas reformas para cá ou para lá, nem tampouco pegarmos um ou dois casos de corrupção, que sempre se repetem.

Exemplos de processos dessa natureza foram a construção da recente Lei nº 98.040 e, mais recentemente, a Lei da Ficha Limpa, que hoje de manhã já foi várias vezes citada, mas sobre a qual ainda aguardamos o julgamento favorável do Supremo Tribunal Federal quanto à integralidade de todos os seus artigos. Porque senão estamos chegando perto do fim do ano, no ano que vem, de novo, vão dizer que não houve tempo hábil, e aí se volta a fazer o que foi feito agora: os que estavam impedidos de repente voltam a estar habilitados. Então, o Supremo Tribunal precisa, com urgência, fazer o julgamento e nos dizer da integralidade de todos os artigos que são legais e que devem efetivamente ser colocados em prática.

A luta contra a corrupção ensejou mobilizações importantes na história recente. O movimento pela ética na política, por exemplo. Sendo fiéis a essa tradição, esse processo atual deveria nos levar a uma ampliação do que seja a luta por ética nas instituições públicas

– todas as instituições públicas –, entendendo essa como balizadora das opções prioritárias de governos na construção de uma autêntica democracia.

Neste sentido, passados mais de vinte anos de sua publicação, continua necessário reafirmar o que foi proferido pela CNBB no documento Exigências Éticas da Ordem Democrática ao avaliar a Constituição de 88, quando mais de vinte anos atrás a CNBB já dizia: “A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juizes da vida democrática de uma nação.”

Eu ainda gostaria de aproveitar o tempo de que dispomos para pedir aqui, Senador Paulo Paim, demais Senadores, Deputados, demais convidados, a necessidade de um combate simultâneo e ininterrupto à corrupção e à impunidade – não dá para dar trégua a isso –; segundo, uma reforma política endossando e confirmando o que já foi dito por outros que falaram hoje de manhã. O financiamento público das campanhas é indispensável, se quisermos efetivamente superar a corrupção.

A CNBB, eu já apresentei, neste documento por uma reforma do Estado com participação democrática,... É necessário nós fazermos uma reforma do Estado brasileiro. Os Estados foram, a partir especialmente do Iluminismo e da Revolução Francesa, sendo criados, e, de repente, nós paramos no tempo. Há necessidade de um novo desenho de uma nova Constituição, de uma nova compreensão do que seja, de fato, o Estado, o Estado brasileiro.

É importante a efetiva participação dos órgãos de fiscalização e controle do Estado e da participação da sociedade organizada para podermos definitivamente, como eu já disse, superar a corrupção e a impunidade. E como foi muito bem dito pelo Dr. Ophir Cavalcante, leis nós temos muitas e boas, mas estamos esperando, como sociedade, nós como CNBB, a aplicação efetiva dessas leis que já existem. Se houver necessidade de criar novas leis, que elas sejam feitas, mas que sejam especialmente aplicadas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Meus cumprimentos ao Dom Guilherme Antônio Werlang, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O Ophir Cavalcante, Presidente da OAB, pediu só uma questão de ordem, para uma comunicação inadiável.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Desculpem-me, Srs. Senadores, nós temos um compromisso agora

na Ordem dos Advogados do Brasil, vamos nos reunir no Conselho Pleno hoje, está todo o Brasil aqui, e eu preciso retornar à Ordem. Eu pediria que o Presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Claudio Lamachia, me representasse aqui, a entidade nacional, tanto ele quanto o Dr. Paulo Brêda, que aqui está presente e que é o Presidente da Comissão Nacional de Combate à Corrupção.

Quero só fazer uma correção. Os números que dei, ainda há pouco, são estimativas e não são da ONG Transparência Brasil. Na verdade, os 47 bilhões, que se fez um cálculo, foram da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Perdoem-me, porque o Dr. Claudio Abramo, aqui ao meu lado, acabou de fornecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E vai falar em seguida, inclusive.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Exatamente. Então, peço desculpas aos Srs. Senadores, agradeço o convite do Senador Simon, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Paulo Paim, Marinor Brito, do meu Estado, do Senador Humberto, do Senador Maldaner, todos os colegas aqui presentes me perdoem por ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Convidamos...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, perdoe-me por chegar atrasado, porque eu estava em outras comissões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu pediria ao nosso digníssimo – tive a satisfação de pela primeira vez estar com V. Ex^a –, ao nosso Dr. Ophir... Minha formação acadêmica é Direito. Eu gostaria de falar uma palavrinha, Dr. Ophir. Eu gostaria que o senhor aguardasse um segundo.

A impunidade hoje...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, uma palavrinha do Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – A impunidade hoje no nosso Brasil é a mãe, é a razão de tudo que está ocorrendo hoje em nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas vamos dizer que a impunidade é o pai. Esse negócio de dizer que é mãe, coitadinha, não dá.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Então é o pai e a mãe. Então, meu nobre...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Senador, pela parte que nos toca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes, só peço a V. Ex^a... Porque o Senador Pedro Taques e outros, como estão inscritos

desde as oito e meia, eles estão preocupados. Porque, quando alguém pede pela ordem, eu acabo cedendo, aí atropela, e eles me fazem sinal: “Paim...”. Então, eu peço a V. Ex^a, se pudesse ser muito sucinto,...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Por quem tenho muito respeito também.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vou pedir pela ordem,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem toda razão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vários Senadores estão... Com todo respeito ao Senador Ataídes e a outros Senadores, mas, parafraseando o Senador Randolfe, a palavra convence e o exemplo arrasta. Nós estamos aqui desde as oito e meia. Eu estou inscrito para falar e outros Senadores inscritos, todos nós temos muito que fazer aqui, inclusive em outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E todos os Senadores pedem pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E eu não sei o que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está coberto de razão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu peço pela ordem também, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só peço a V. Ex^a que a gente dê esse minutinho para o Senador Ataídes, e depois nós vamos abrir a palavra aos Srs. Senadores, após os quatro oradores.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu nobre Senador, é só um minuto, é só um recado ao Presidente da Ordem. Eu disse, há poucos dias, que nós temos o quarto poder, de fato, neste País, que é a imprensa. Eu quero aproveitar para dizer que nós temos o quinto poder, de fato, neste País, que é a Ordem dos Advogados do Brasil. E o povo brasileiro espera muito da nossa Ordem dos Advogados do Brasil, em especial de V. Ex^a.

Eu tenho tanto a dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas terá oportunidade no segundo momento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu só queria fazer esta colocação: que a responsabilidade de V. Ex^a é muito grande hoje diante do quadro que se paira no nosso País.

Obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes.

Eu queria agradecer ao Presidente da Ordem, que vai ter que se retirar neste momento. E quem assume?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Cláudio, por favor. (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra... Falou, neste momento, Dom Guilherme Antônio Werlang, em nome da CNBB.

Agora, fala Claudio Weber Abramo, pela ONG Transparência Brasil.

O SR. CLAUDIO WEBER ABRAMO – Muito bem, Senador Paim. Muito obrigado pelo convite que foi estendido à minha entidade, Senador Pedro Simon, Senadores e Senadoras, senhoras e senhores.

A Transparência Brasil tem uma organização dedicada ao combate à corrupção, que tem uma orientação metodológica muito clara, que é a seguinte: nós buscamos as causas da corrupção. Nós achamos que a corrupção somente pode ser combatida quando se identificam as suas causas para que se possa, então, corrigi-las. O discurso moral contra a corrupção, que é tão comum no Brasil, é inútil. Todo mundo sabe que corrupção é uma coisa feia. Isso não serve para nada. Nós, então, estimulamos isso e procuramos, nós próprios, essas causas.

Essas causas podem ser institucionais ou gerenciais. O Presidente da OAB mencionou o fato de que existem muitas leis, mas não são aplicadas. Isso não é um problema jurídico, não é um problema para advogados, não é um problema para bacharéis. O problema da não aplicação das leis, que é um problema brasileiro, é administrativo. E, no Brasil, esquece-se muito de que administração é algo que tem que ser gerenciado no dia a dia. Isso é muito frágil no Brasil.

Agora, as causas da corrupção são muitíssimas. Eu não vou me estender em enumerá-las, mas vou mencionar algumas medidas que seriam necessárias, no nosso entender, para combater a corrupção a partir de causas já identificadas.

Antes de fazer isso, eu vou muito rapidamente mencionar que essa ideia de proibir financiamento privado, que é chamado de financiamento público – inclusive é uma designação equivocada, porque, no Brasil, o financiamento já é parcialmente público –, essa ideia é um tiro no pé, não vai funcionar. Vai, simplesmente, fazer com que o financiamento, que é hoje no caixa 1, passe para o caixa 2. É isso que vai conseguir fazer, porque os interesses dos candidatos e dos partidos em serem financiados e o interesse das empresas privadas em financiar existem independentemente de regulamentos. Então, o que hoje é conhecido, pelo menos em parte, no financiamento que é declarado pelos candidatos e pelos partidos à Justiça Eleitoral amanhã será totalmente desconhecido, porque migrará para o caixa 2.

E o argumento que foi aqui apresentado, não me lembro por quem, de que seria possível vigiar a diferença é completamente absurdo uma vez que hoje os candidatos são obrigados a dizer quanto vão gastar nas eleições e seria possível, em tese, fazer o confronto entre aquilo que eles, de fato, gastam e aquilo que declararam. E é impossível fazer isso num país do tamanho do Brasil.

Muito bem. Rapidamente passando... Sei que esse assunto é extremamente envolvido. Não estou pretendendo esgotá-lo aqui. Estou querendo firmar a posição em torno da questão de que, unanimemente, as pessoas acham que deve haver proibição de financiamentos privados. Não, isso não pode. Se proibirem, vai continuar acontecendo no caixa 2. Não é uma medida de combate à corrupção.

Medidas de combate à corrupção: uma, se eu tiver que ir para uma ilha deserta... Não, antes da ilha deserta.

Existem legislações que estão em tramitação aqui, no Senado Federal, que têm muito papel no combate à corrupção. A Lei de Acesso à informação está em discussão presentemente na Comissão de Relações Exteriores, com um negócio chamado “cravancamento”, causado pelo Presidente Sarney e pelo Presidente Collor, tentando alterar o texto. (*Incompreensível.*) Sr^{as} e os Srs. Deputados, votem sem modificação para que o projeto não retorne à Câmara dos Deputados. Esse projeto de lei nasceu na Transparência Brasil, nos é muito caro.

Outro projeto que tem aqui e está em discussão, dessa vez na Comissão de Constituição e Justiça, é o tal projeto que está sendo equivocadamente chamado de Projeto Peluso – não é dele –, de agilização, de fazer com que os indivíduos que sejam condenados, já em segunda instância no Tribunal de Justiça, já cumpram penas e não esperem em liberdade os recursos procedimentais eternos, que chegam até o STF depois de 25, 30 anos.

Existem em tramitação várias proposições regulamentando o *lobby*. Uma delas vai ter até uma audiência pública na Câmara dos Deputados semana que vem, um projeto do Zarattini.

Muito bem. Essas são coisas que estão caindo diretamente na responsabilidade dos senhores, estão aqui.

Se eu tivesse que ir a uma ilha deserta com uma causa de corrupção, se me dissessem “o senhor só pode levar uma causa para a ilha deserta”; eu levo uma, que é a liberdade que os governantes têm para nomear pessoas para ocupar cargos de confiança. Isso afeta os três poderes e, obviamente, as três esferas, mas ele é particularmente grave no Executivo porque este

Poder tem, naturalmente, muito mais gente e muito mais lugar para nomear.

Então, os senhores, Senadores, aqui, têm um monte de assessores em seus gabinetes; eles nomeiam porque tem um dispositivo constitucional que o permite, no art. 5º, perdão, no art. 37. O Presidente da República, o governador e o prefeito nomeiam, podem nomear muita gente. Então, o que faz o Presidente da República, quando eleito, ou o governador do Estado, ou o prefeito? Ele chama um grupo de partidos e diz para eles: “Partido fulano, partido sicrano, votem comigo, não me chateiem, não me fiscalizem e vocês, em troca, ficam com tais e tais cargos na administração”. Faz o loteamento da administração pública entre os partidos políticos. Isso é noticiado fartamente, não é nenhum segredo que o governante loteia – essa é a expressão – loteia e faz o quê? Compra os partidos. O verbo é exatamente esse; não estou usando o verbo de maneira descuidada, mas o Executivo adquire o partido por meio dos cargos, em troca do silêncio dos partidos.

Isso tem algumas consequências vastamente prejudiciais, vastamente, todas elas. Obviamente, é uma verdadeira usina de corrupção, porque o que raios um partido político quer fazer com uma subprefeitura de uma cidade, por favor, ou com um departamento de ministério?

Os senhores sabem o que acontece nesses ministérios, nas secretarias estaduais e nas secretarias municipais com o loteamento dos cargos. E no negócio está também uma, eu não diria propriamente a cumplicidade do Executivo com relação àquilo que esteja sendo executado pelos partidos políticos nos lugares que eles ocupam, mas pouco entusiasmo em alterar as coisas. E, obviamente, destrói a possibilidade de o Legislativo cumprir a sua principal função constitucional. A principal função constitucional do Legislativo não é legislar, é fiscalizar. Assim que o Parlamento nasceu. A instituição parlamentar não nasceu para legislar, nasceu para fiscalizar o soberano. O que o Parlamento brasileiro faz? Não fiscaliza o governante, porque o governante o comprou. Como é feita essa compra? A compra é feita pela distribuição dos cargos.

Isso aí tem solução, não é uma coisa que vem como um vírus que invade o ambiente, ou como uma bactéria. Não. Existe um dispositivo na Constituição que permite isso, esse que mencionei anteriormente, que permite aos senhores contratarem seus assessores. É o mesmo dispositivo.

Urgiria introduzir na Constituição brasileira uma limitação drástica: a nomeação de gente para ocupar cargo de confiança por todo mundo. Eu observo que não se trata meramente de trazer gente de fora do Estado

para dentro do Estado. Não é só o paraquedista que não entende nada. No Governo Federal, por exemplo, o número de pessoas que são de fora do Estado é muito pequeno e tem-se reduzido ao longo dos anos. No entanto, são agentes públicos? Não, não são. Esses indivíduos nomeados são agentes partidários. Eles não trabalham para o público; trabalham para o partido.

Muito bem. A Constituição brasileira permite isso. É descabido que o permita. Seria necessário reduzir muito esse número. Como? Estabeleçam-se patamares, e é preciso chegar a um certo percentual máximo de não sei quanto – um número que precisa ser discutido e não importa qual seja, 1%, 0,5%, a ser decidido – em “x” período de tempo. Essa prática brasileira também destrói a eficiência do funcionalismo público, porque o funcionário público sabe perfeitamente bem que ele não ascenderá na carreira, ele não vai ter promoções reais de carreira – pode ter por tempo, como é no Brasil – se ele não se associar a um partido político. Se ele for neutro, ele não tem chance de ascender na carreira. Ele tem de prestar serviços a um partido. Então, isso destrói a possibilidade de um partido público eficiente, obviamente.

Só como comparação, e terminando, na Grã-Bretanha, o primeiro-ministro nomeia direta ou indiretamente 300 pessoas; na Alemanha e na França, são cerca de 500. Os senhores poderiam dizer que são países parlamentaristas. Bom, nos Estados Unidos, que é um país de regime presidencialista e que tem um governo federal muito maior do que o brasileiro, são exatamente 9.051 pessoas nomeadas, metade das quais para cargo ritual – nem salário têm.

No Brasil, o Governo Federal nomeia – entre o Presidente da República, direta ou indiretamente... – entre 45 e 60 mil pessoas – mil! No Governo do Estado de São Paulo, o Governador nomeia 20 mil pessoas. No Governo do Distrito Federal, 20 mil pessoas.

Agora, os senhores me digam: é possível um Estado sobreviver com esse verdadeiro assalto que os partidos cometem contra – enfim, procede –, sobre a Administração Pública. A resposta só pode ser uma: não!

Muito bem. Então, espero que os senhores levem isso em consideração no pensamento sobre emendas constitucionais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Claudio Weber Abramo, diretor-executivo da ONG Transparência Brasil.

Passamos, de imediato, ao Dr. Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

O SR. MAURÍCIO AZEDO – Ilustre Senador Paulo Paim, ilustres Senadores, em especial o Senador Pe-

dro Simon, que teve a gentileza de convidar a ABI para participar desta importante manifestação de combate à corrupção; ilustre Deputado Chico Alencar, membro da representação do Estado do Rio de Janeiro no Congresso Nacional, que é um parlamentar que justifica a sempre altíssima e crescente votação que o eleitorado fluminense lhe tributa (*Palmas.*); Sr. Presidente, a ABI tem participado, assim como a Transparência Brasil, de uma série de eventos relacionados com o combate à corrupção e o oferecimento de medidas institucionais de contenção dessa doença que, infelizmente, grassa incontrolável na Administração Pública em todos os níveis da Federação.

A ABI tem acompanhado, por exemplo, a ação diligente da Controladoria-Geral da União, que tem à frente um profissional da mais alta competência e dedicação à coisa pública, que é o Ministro Jorge Hage, assim como as ações que, por todo o País, tanto no âmbito do Ministério Público Federal, como no dos ministérios públicos estaduais têm sido adotadas em defesa da moralidade e da defesa dos dinheiros públicos. A ABI participa do entendimento de que não se trata, em relação à corrupção e à impunidade, de falta de legislação. Ao contrário: o que nós sabemos é que há uma legislação aplicável a todos os casos de impunidade, mas há uma leniência, principalmente do Poder Judiciário, em relação às lesões que a coisa pública sofre em decorrência do acatamento de recursos que não têm sentido e que apenas procrastinam a responsabilização dos autores de delitos contra a Administração Pública.

Essa impunidade se dá, por exemplo, em campos em que a omissão do poder judicial é extremamente pernicioso. Nós, no campo da imprensa, temos há dois anos, “comemorados” em 1º de julho, a censura prévia imposta ao jornal *O Estado de São Paulo*, um dos principais do País, por um juiz de Brasília que agiu movido por ligações pessoais com o autor daquele que suscitou a sua intervenção.

Ora, a censura prévia é uma agressão inominável à Constituição da República, que a veda expressamente em mais de um dispositivo, inclusive com uma enunciação exemplificativa para não haver equívoco a respeito – diz que é vedada a censura política, artística e ideológica de qualquer natureza. Pois o Supremo Tribunal Federal, na pessoa de seu Presidente, o Ministro Cezar Peluso, que é também Presidente do Conselho Nacional de Justiça e deve ser o guardião da integridade da Constituição, até agora não chamou à correição o processo relativo a essa violência cometida contra o *Estado de São Paulo*, que se arrasta em meio a filigranas jurídicas e judiciais que caracterizam uma grande chicana com o aval da principal Corte de

Justiça do País. Esse é um exemplo clamoroso dessa impunidade, da leniência e da cumplicidade do Poder Judiciário, até em seu mais alto nível, com a impunidade.

De tal forma que, na crônica dos últimos anos, nós temos como responsabilizado pelo avanço nos dinheiros públicos apenas um caso – o juiz Nicolau de São Paulo, devidamente apostrofado como “Nicolau, o juiz lalau”. No mais, o noticiário jornalístico está repleto de casos clamorosos de avanço e de agressões à coisa pública que não resultam em processo e em condenação de ninguém. Podem condenar, talvez, o entregador de café de uma modesta repartição do interior de um estado remoto, mas os peixes grandes, esses estão protegidos por essa impunidade.

Então, ilustre Presidente Senador Paulo Paim, a ABI quer expor essas ideias, como também quer contestar algumas ideias que, independentemente de outros pontos comuns de identidade que nós temos com a Transparência Brasil e com o Cláudio Webber Abramo, S. Ex^a expôs, como essa de que os partidos não podem conduzir a Administração quando ganham as eleições aqueles seus quadros que têm a responsabilidade de executar os programas partidários. O partido que ganha, independente de quantitativo de Grã-Bretanha, Alemanha ou Estados Unidos, tem o direito – eles diretamente e as coligações que eles formam para o sucesso eleitoral – de trazer para a administração os quadros que estão afinados com o seu conjunto de políticas e que vão executá-las depois de assumir os encargos da administração.

Essa questão não tem essa simplicidade do idealismo do nosso Cláudio Weber Abramo. No que concerne à ABI, entendemos que os partidos têm de ser valorizados para se construir uma democracia forte entre nós. E o meio de fortalecer os partidos é levá-los à gestão das coisas públicas para que eles executem as propostas que apresentarem ao eleitorado.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

O Dr. Cláudio Weber Abramo pediu um minuto para expressar seu ponto de vista sobre esse tema. Eu, naturalmente, democraticamente, vou conceder-lhe esse um minuto, para que, a partir daí, possamos formatar a última Mesa.

O SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO – Azedo, é claro que o partido que ganha a eleição precisa... O partido que ganha a eleição, ganha a eleição para colocar, ou a coligação, como seja, para colocar em prática um programa, sem dúvida. Não há dúvida de que esses partidos devem ter seus representantes levados

a postos de responsabilidade na administração – não 60 mil pessoas. A quantidade é muito grande. Não precisam ser 60 mil pessoas. Mesmo porque, Maurício Azedo, esse negócio de programa partidário no Brasil não existe. O camarada vira sócio simplesmente para mamar um pouquinho.

O SR. MAURÍCIO AZEDO – No caso de alguns partidos que recebem a votação dominante do eleitorado há programas, e esses programas são respeitados.

O SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO – Mas não precisam ser 60 mil pessoas. É só isso. Pode ser muito menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Respeitando o contraditório, encerramos esta Mesa. Meus quatro convidados, por favor, voltem ao plenário. Dr. Cláudio fica, presidente da OAB, porque ele não pode usar da palavra e virão outros três agora. Será a última Mesa. Muito obrigado a todos os meus convidados. Retornem ao plenário, de onde participarão do debate final.

Para a última Mesa, convido o Dr. Alexandre Camanho de Assis, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; a Dr^a Jovita José Rosa, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; e, por fim, presente na última mesa, o Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, presidente da Associação de Juízes Federais – Ajufe. Os quatro últimos convidados estão à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, as perguntas serão feitas somente depois?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois, para ganharmos tempo, ou não conseguiremos que os senhores possam usar o tempo disponível. Foi até uma sugestão do Senador Simon.

De imediato, passo a palavra, a pedido dele, ao Dr. Alexandre Camanho de Assis, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, que dispõe de dez minutos, mais três, se necessário.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Obrigado, bom dia a todos. Quero cumprimentar todos os Parlamentares na figura do Senador Paulo Paim. A Associação Nacional dos Procuradores da República, evidentemente, precisa se congratular com este momento de discussão desse tema no Senado Federal e quer, destacadamente, lembrar que, para além daquilo que momentaneamente, mas com muito mérito, se fala agora no Senado, os Procuradores da República dedicam o seu cotidiano, dedicam o seu dia a dia ao combate à corrupção, e isso faz parte do nosso mais absoluto e inafastável cotidiano.

Portanto, é evidentemente com grande alegria que a Associação Nacional de Procuradores da República

vê o tema chegar ao Senado, porque é absolutamente necessário que se diga que é uma luta inglória. O cotidiano de um Procurador da República é de centenas, milhares de casos de corrupção, desviam-se milhões, bilhões de reais de dinheiro público. Este é um País que, certamente, se tem a pecha de desigual o é não por força das suas riquezas, não por força das suas arrecadações, não por força de mecanismos constitucionais de repartição de tributos, mas acima de tudo pelo quanto de dinheiro público se desvia neste País todo santo dia, a ponto de não haver máquina pública capaz de conter isso.

Discutiu-se aqui sobre a questão do Estado, que o Estado se aprimora. Evidentemente que a tripartição de poderes é uma percepção de 200 anos. É possível que nós estejamos caminhando, se as coisas se aprimorarem, para nós termos a aparição de um quarto poder, e esse quarto poder deveria ser um poder fiscal. Nós, evidentemente, temos muito claro, as pessoas públicas do País devem ter muito claro que não há um funcionamento eficaz de um Estado de Direito se não houver um permanente controle do dinheiro público. Por mais que hoje em dia nós tenhamos uma nova percepção de república, por mais que tenhamos uma percepção de república como algo que é um feixe de valores de tudo aquilo que nos diz respeito, de tudo aquilo que nos é comum, também a natureza, também o meio ambiente, as comunidades tradicionais, nosso patrimônio histórico, uma série de coisas que são o nosso bem comum, há de permanecer, evidentemente, a ideia seminal de república que é do controle do gasto público. Isso é feito com grande denodo, com grande galhardia, não só pelos Procuradores da República perante a Justiça Federal, ombreados com a Polícia Federal, com os órgãos de fiscalização e controle, mas também com uma série de carreiras fiscais, enfim, muitas vezes mal remuneradas, mal pagas, mal preparadas, mas que dedicam o seu cotidiano a isso.

Do ponto de vista específico de Associação Nacional dos Procuradores da República e tentando dizer algo também em prol de todo o Ministério Público deste País, o que quereríamos trazer, talvez um pouco menos do que uma sugestão, mas algo que nos diz respeito de uma forma bastante próxima, é o claro enigma que nós vivemos que é o de toda semana aparecer um projeto de lei, uma proposta de emenda à Constituição que busque retirar franquias do Ministério Público.

É preciso lembrar que essas franquias não são franquias pessoais. Membros do Ministério Público não frui de regalias. O Ministério Público é neste País, embora não se tenha a tradição de dizer, o Ministério Público neste País é uma Magistratura. Ela se viu, pelo Constituinte de 1988, coroada pelas garantias

da Magistratura. De forma que existem, hoje, no País, duas Magistraturas, uma se chama Judiciário, outra, Ministério Público.

Paradoxalmente, embora a sociedade queira ver cada vez mais expurgada da prática pública a corrupção, paradoxalmente, embora haja um clamor unânime em prol do combate efetivo a isso, misteriosamente, toda a semana, é preciso que a Associação Nacional de Procuradores da República apresente uma nota técnica para que não se tire uma franquía ministerial para que não se permita que o Procurador da República seja sumariamente demitido, para que não se tire o assento do membro do Ministério Público, para que o Ministério Público não possa investigar isso, não possa investigar aquilo; o Ministério Público não pode isso, não pode aquilo. É bastante diferente que o País quer daquilo que vem se tentando tirar dos membros do Ministério Público.

A contribuição que precisa ser dada, falou-se muito de práticas efetivas, evidentemente, o Ministério Público só pode concordar com isso. O combate não é um combate retórico, o combate é o front. No front, neste País, na corrupção, estão os juizes federais, os procuradores da República, a Polícia Federal, uma legião de abnegados que trabalha em silêncio em prol da manutenção e da destinação sadia do dinheiro público deste País. Trabalhamos em silêncio.

Excessos acontecem? Excessos acontecem, porque ninguém é santo, ninguém é perfeito. De vez em quando, algo acontece. Mas é incrível como o excesso pontual acende rapidamente a dignidade de uma vendeta pública.

Lá pelas tantas, aparece alguém e diz: "fui injustiçado". Mas eu tenho aqui uma PEC que resolverá este problema. Ao invés de terçar armas com um eventual membro do Ministério Público que se excedeu, que se excedeu e merece ser punido se se excedeu, ao invés disso, pune-se toda a administração na inteira abstração, na inteira abstração, muito pouco responsável. Na inteira abstração de que punir o Ministério Público e de que retirar as franquias constitucionais do Ministério Público é deixar uma sociedade órfã, é deixar uma sociedade párea, porque alguém, independentemente de cometer erros, porque os comete, está visceralmente preocupado em um País melhor, essa instituição se chama Ministério Público. Isso precisa ser reconhecido.

Ninguém quer o reconhecimento, ninguém quer glória. A gente tem um combate cotidiano. Hoje o momento, aqui, o momento do Senado aqui e agora é um momento excepcional, é o de nós falarmos sobre corrupção. Os Procuradores da República voltam para casa, eu tenho 18 anos de Ministério Público, todo

santo dia meu foi dedicado a isso, 18 anos da minha vida. E me impressiona como é que essas coisas que aconteceram e se o País hoje é um País melhor, este é um estuário do qual o Ministério Público teve grande responsabilidade. Teve grande responsabilidade, mas o Ministério Público não tira esses poderes de si mesmo. O Ministério Público recebeu esses poderes do Congresso Nacional. A fonte de todo poder neste País chama-se Congresso Nacional. Essa é a responsabilidade.

Ações efetivas são necessárias? São necessárias. Aumento de efetivos, dignidade remuneratória, segurança institucional, tudo isso precisa ser pensado firmemente em favor dos membros do Ministério Público e do Judiciário também.

Agora, discutir práticas efetivas no Senado, há pessoas protagonistas para isso que estão no front. Aqui, o que precisa se discutir é lei. E o que se precisa é pensar permanentemente que um País que quer acabar com a corrupção precisa fortalecer o seu Judiciário, fortalecer o seu Ministério Público. E o Congresso Nacional precisa dar aos agentes combatentes da corrupção mecanismos legais que aumentem a transparência, que dêem um processo penal, um processo civil absolutamente ágil e efetivo.

E, francamente, nós somos um País que passou por força de, a essa altura, um injustificado frenesi de liberdade, caminhando perigosamente para o afrouxamento de todo rigor. A legislação hoje é uma legislação muito mais indulgente do que há tempos. Pergunto-me se isso é necessariamente uma melhoria. Um País precisa se construir com liberdade, mas um País se precisa construir com rigor também. Rigor no combate às práticas erradas. Nós estamos passando já de um momento em que há uma consciência coletiva de que aquelas liberdades pontuais que a legislação e a jurisprudência concederam feriram o País. Precisamos retomar isso.

O Congresso Nacional precisa pensar que terá o aplauso dos membros do Ministério Público, que o crime, a impunidade, a corrupção, a improbidade administrativa se pune com rigor e não com indulgência.

Os procuradores da República têm se aproximado do Congresso Nacional estão participando de todas as Comissões e de todos os movimentos para os quais são chamados certos de que, depois que a lei feita, nós seremos aplicadores da lei. Estamos à disposição do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Enfim, a Associação Nacional dos Procuradores da República saúda este momento aqui evocado na presença do Senador Simon. E espero que o Congresso Nacional possa franca e abertamente ter um diálogo

com o Ministério Público em prol do aprimoramento da legislação, em prol do aprimoramento deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Alexandre Camanho de Assis.

Informamos que teremos mais dois painelistas e, em seguida, vamos abrir para os Senadores.

Quero registrar a presença conosco dos sempre presentes Mozarildo Cavalcanti, que está desde cedo, junto com outros, Marinor Brito, que chegou Ataídes Oliveira.

Passamos de imediato a palavra à Sr^a Jovita José Rosa, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, até porque já tinham me dito aqui: “Mas não vai falar nem uma mulher nesta Mesa?” Por favos, salve-nos desse machismo.

A SR^a JOVITA JOSÉ ROSA – Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar a Mesa. Eu e o Dr. Marlo estamos aqui representando o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, mas gostaria de falar em nome das mulheres.

Realmente a condição de gênero aqui ficou bastante prejudicada.

E, por falar nisso, gostaria de já iniciar, Senador, com uma proposta. Eu fiz, nestes últimos dias que fui convidada para estar aqui, fiz uma enquete, indo à feira, ao mercado, na fila do banco, porque está uma polêmica muito grande em torno da nossa Presidenta, enfim, uma mulher ocupou a Presidência da República, está tomando atitude que nenhum outro governo teve. E nós temos, eu fiz esta enquete. É o seguinte: A Presidenta Dilma deve continuar na faxina que ela está fazendo? Eu pesquisei 60 mulheres e 20 homens e, por unanimidade, é para continuar.

Então, a nossa primeira proposta é que saíamos daqui com uma moção, Dr. Pedro Simon, para apoio à Presidenta Dilma e nos coloquemos, todos, à disposição dela para essa faxina, sim. Nós precisamos, a corrupção está como um câncer dentro do organismo.

Eu trabalho na auditoria do SUS, no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, e sei o quanto a corrupção mata. A corrupção na saúde tem uma ligação direta com a vida e a morte das pessoas, e muita gente tem morrido sim. Então, a corrupção, como o câncer, a gente tem que ter tolerância com ela? Qual a tolerância que você tem com um nódulo no seu seio sabendo que é câncer? Eu não tenho tolerância nenhuma com um nódulo no meu seio com câncer, que foi diagnosticado como câncer. A gente não trata câncer com chás, a gente não trata câncer com benzedadeiras. A minha avó era benzedeira. A gente trata câncer com

quimioterapia, com radioterapia. É forte, cai o cabelo, mas é necessário para o combate.

Então, essa proposta a gente vem trazer aqui: uma moção para a Presidenta Dilma.

Eu também elenquei aqui alguns pontos. O representante da Transparência Brasil começou a falar, e não quero ser repetitiva, mas o Legislativo abdicou do seu papel de fiscalizador. Com isso, os três Poderes ficam prejudicados e não há independência entre os três Poderes. Poderia também se resgatar esse papel fiscalizador do Legislativo. Quem pauta o que o Legislativo tem que votar é o Executivo; quem nomeia no Executivo é o Legislativo. Isso não é privilégio deste Governo nem do anterior. Isso é de todos. Só entra para a base do governo se houver barganha. E o Judiciário, nessa independência, está muito omissos. Parece que não escuta, não fala, não vê.

Hoje eu fui fazer uma pesquisa para ver quantos o Supremo Tribunal Federal havia condenado por crime de corrupção: duas pessoas, mas, para uma delas, ele reconheceu que já estava prescrevendo o crime.

Então, a gente precisa, sim, de um Judiciário atuante, mas, infelizmente, o que ocorre aqui é reflexo das câmaras legislativas, nos Estados, das câmaras de vereadores, nos Municípios, e da nossa Câmara Distrital – sou moradora de Brasília. É essa, até, eu diria, promiscuidade entre os Poderes que gera essa corrupção e que agente tem que matar, sim, fazer uma quimioterapia nesses processos e reinventar.

Dentre os tribunais de contas, existem vários projetos de lei para aperfeiçoamento. Gostaria também de propor que esses projetos todos fossem reunidos, nesse aperfeiçoamento, mas que não fique igual ao que o Dr. Alexandre Camanho falou. A gente vê o TCU embargando uma obra, mas vem projeto de lei para diminuir o espaço do TCU. Isso é uma vergonha! Eu tenho vergonha quando isso acontece. Como auditora do SUS, quando eu faço um pedido de glosa, de ressarcimento, eu tenho papéis de trabalho que comprovam a efetividade, tenho o fato gerador e a data desse fato gerador. Do contrário, a gente cai no mesmo erro de ficar privilegiando quem desvia verba pública. A vergonha está em sair algemado. A vergonha não está em desviar recursos públicos. E isso nos envergonha. Envergonha-nos também o Tribunal de Contas do DF aprovar as contas dos últimos governadores que saíram presos por corrupção.

Então, é preciso aperfeiçoar esses mecanismos de controle. A gente sabe que esse aperfeiçoamento dos mecanismos de controle é passo fundamental nesse combate à corrupção. Nos países onde há índices menores de corrupção, investe-se mais no controle do que na administração em si.

Falo com conhecimento de causa. Trabalho no Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Foi criado, em 1993, um sistema nacional de auditoria, que até hoje não saiu do papel. O Sistema Único de Saúde, que tem o maior orçamento da União, não tem a carreira de auditor. Nós trabalhamos isso em todos os governos. Ninguém é contra, mas também ninguém faz. Hoje o Departamento está agonizando. Sessenta por cento da nossa força de trabalho tem tempo para aposentar, mas ninguém faz nada para criar um cargo, para fazer concurso, e é um Departamento que zela pela vida, que defende o SUS, que está sendo privatizado pelo mercado que financia as campanhas políticas. Aí o SUS não funciona, porque, se ele funcionar minimamente, muita gente vai falir, mas é esse povo que financia. É só olhar nos tribunais regionais quem está financiando essas campanhas. Tem gente da saúde lá, da saúde privada, que defende recursos para a saúde, sim, mas não defende controle.

Então, o fortalecimento dos órgãos de controle é outra proposta, em especial da saúde, porque tem ligação muito direta com a vida e a morte.

Também quero referendar o que o Cláudio Abramo falou com relação à ocupação de cargos. Às vezes, eu fico pensando na área da saúde, onde eu atuo. Na Polícia, o comandante da Polícia, ninguém vê uma pessoa que é estranha ao quadro ocupar cargo. Eu não vejo nenhum chefe, nenhum comandante da Polícia, que seja. Agora, na saúde, tem. A saúde é balcão de negócio de filiados. Tem gente lá, sim, defendendo o partido, não a política. Isso é fato. E tem gente morrendo por causa disso.

No meu Departamento, para você ter uma ideia, dos 26 cargos de comissão, dezenove estão na mão de terceirizados, 70%, e isso faz com que as pessoas fiquem desestimuladas e não progridam também. Essas pessoas que estão lá, efetivamente, não estão lá para defender a política. Quando a gente vê demissão de servidores, são de cargos nomeados. A gente poderia tirar, separar esse joio do trigo. Estão falando que os servidores estão sendo demitidos, mas, nesses casos de corrupção, não são efetivamente servidores concursados.

E tem outra coisa, há uma política de consultores dentro dos órgãos públicos. Há consultores que estão lá e que definem. Estão lá para fazer um projeto, estão lá para fazer um produto, mas eles trabalham efetivamente todos os dias lá e são eles que defendem, que definem as políticas públicas. São eles que definem para onde vai o dinheiro. Existem consultores lá colocados pelas próprias empresas que vão fazer as concorrências. Isso é fato. A gente tem que trabalhar

nessa visão de limitar ou, então, de dar mais clareza a todas essas consultorias.

Uma coisa que também poderia ser uma sugestão: os conselhos de classe. O que acontece com os conselhos de classe? Eu sou contadora, o meu Conselho está muito mais preocupado em saber se eu estou pagando a minha anuidade, se estou registrada, do que efetivamente com o que estou fazendo. Outro dia estava questionando o Presidente do Confea sobre se cassaram o registro de empresas e de pessoas envolvidas na corrupção. E o único que foi cassado foi o Sérgio Naya, e precisou cair dois prédios. Eu acho que os conselhos têm sim um papel fundamental na hora de registrar empresas e profissionais que estão envolvidos nessas práticas abomináveis.

E também a transparência das emendas parlamentares. Eu acho que o Parlamentar que propõe uma emenda tem que ser responsável, sim, pelo uso daquele recurso. A exemplo do que houve na Operação Sanguessuga, nós realizamos auditorias em 1,7 mil convênios. De 70% foi o prejuízo. E essa prática ainda existe. Basta ver o quantitativo de emendas que são disponibilizadas em véspera de eleição. Por que isso? Porque é fácil desviar.

No caso dos nossos Parlamentares do DF, 90% dos recursos de emendas parlamentares da Câmara Legislativa vão para eventos. Parece que Brasília é a cidade da cultura. Todo mundo quer fazer evento para a cultura.

Então eu acho que a gente tem que ter muita clareza. E os Parlamentares, de cada emenda que propuserem, devem trazer a público nos seus espaços a prestação de contas. Eles têm que ser co-responsabilizados, assim como os partidos. Esta é outra proposta: quando os partidos indicarem, por exemplo, um secretário de saúde e esse desviar recurso, o partido tem que ser co-responsabilizado, sim, assim como os conselhos de políticas públicas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Sr^a Jovita José Rosa, que representa aqui as mulheres e também, naturalmente, o combate à corrupção eleitoral.

O nosso último painelistas, combinei com o Dr. Claudio Lamachia, falará nas respostas aos Srs. Senadores.

Passo a palavra ao Presidente da Associação dos Juízes Federais – Ajufe, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Presidente, Senador Paulo Paim; Dr. Claudio Pacheco Lamachia, Presidente da nossa OAB do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Camanho, Presidente da ANPR;

Dr^a Jovita, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; Senador Pedro Simon, conterrâneo que convocou esta reunião; Senadores, entidades aqui presentes, quando se fala em impunidade no nosso País, fico a pensar que, como Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, assumi em junho do ano passado, recebi trinta pedidos de proteção para juizes federais ameaçados, juizes federais que processam, julgam e prendem pessoas envolvidas com o narcotráfico internacional, líderes do crime organizado.

Trouxe aqui a esta Comissão – porque muitas vezes até mesmo a cúpula do Judiciário não nos ouve, Senador Paim, e o senhor nos ouviu no mês de junho – oito magistrados federais ameaçados de morte. Depuseram aqui nesta Comissão e eu disse, daquela vez, que, se não tomassem providências, se o Governo não olhasse para o que está acontecendo, se a própria cúpula do Judiciário não observasse o que está acontecendo, um juiz ia acabar sendo assassinado. Não deu um mês e meio. Na última quinta-feira, a Dr^a Patrícia Acioli acabou cumprindo essa sinistra profecia, para não falar de outros colegas, como o Pedro Francisco, que condenou o narcotraficante Hidelbrando Pascoal, aquele da serra elétrica, que teve sua casa invadida e metralhada e que só não foi morto porque saiu quinze minutos antes; para não falar no Odilon de Oliveira, que prendeu mais de duzentos narcotraficantes, que vive, há oito anos, no Mato Grosso do Sul, em Ponta Porã, dentro de um quartel com a esposa e os filhos, que já teve o carro metralhado e que já escapou de quatro ou cinco atentados; para não falar na Dr^a Lisa Taubemblatt, que condenou um líder do narcotráfico internacional no último mês de janeiro e está ameaçada de morte – estava numa lista de dez juizes marcados para morrer. Fomos até o Ministro da Justiça, o Ministro Cardozo. Dei uma entrevista do lado dele para a TV Morena da Rede Globo, de Mato Grosso, e foi garantido que a Polícia Federal iria estar lá no outro dia para dar segurança. Passados quinze dias, a colega não tinha segurança alguma. A segurança estava sendo feita por agentes de segurança do Tribunal Regional Federal da 3^a Região.

O nosso PL nº 3, de 2010, cria o órgão colegiado de juizes, que deu certo na Itália, onde mil mafiosos foram postos na cadeia na operação mãos limpas, depois dos brutais assassinatos do juiz Borsellino e do juiz Falcone, aquele julgamento com base num órgão colegiado que desarticulou a Cosa Nostra na Itália, órgão, aliás, também utilizado com êxito na Colômbia. Esse projeto foi levado pela Ajufe para a Comissão de Legislação Participativa da Câmara e está, há seis anos, tramitando. Cria também a Polícia Judiciária de

agentes de segurança que já estão contratados e já recebem, há muitos anos, dos cofres públicos.

Esses agentes de segurança hoje estão desviados de função, uns trabalhando como motoristas, outros atuando, juntando processos nos autos, nas varas, assessorando juiz, outros alimentando computadores nas varas, desviados de função. Nós precisamos que esses agentes de segurança cumpram sua função e tenham porte de arma.

Esses dias, inclusive, ouvia a manifestação, parece-me, do Líder do Governo, dizendo que iriam criar uma polícia judiciária desarmada. Aí as coisas perdem a seriedade, porque o crime organizado hoje está mais bem armado do que o próprio Exército. E vão dizer que o agente que tem que fazer a segurança tem que andar desarmado para combater o narcotráfico, combater tiro de fuzil, de bazuca, de AR-15! Pelo amor de Deus, vamos falar a verdade!

Se esse projeto de lei já tivesse sido aprovado e os juizes estaduais estivessem incluídos, será que a colega Patrícia teria sido assassinada covardemente com 21 tiros de calibre 45 numa via pública do Rio de Janeiro? Eu acho que não. Eu acho que não.

Então esse PL nº 3 precisa ser aprovado, mas com a polícia judiciária e com o órgão colegiado.

Outras medidas que entendo importantes são a PEC dos recursos. Quando o juiz federal condena, isso foi apresentado pelo Ministro Peluso, seria interessante que o preso já começasse a cumprir a pena com uma sentença de segundo grau, porque, na instância superior, se discute direito, mas não o fato. O fato já está consumado, a autoria e a materialidade do crime já estão verificadas. Assim não ocorrerá de os acusados de corrupção se beneficiarem da prescrição, porque o que se vê, muitas vezes, é que o juiz condena no primeiro grau e lá no Supremo ele é absolvido. O juiz bota na cadeia e chega lá... Quem prendeu, por exemplo, o Rocha Mattos e quem prendeu o juiz Lallau foram juizes federais. Fomos nós que prendemos.

Agora, o sistema legislativo tem que auxiliar, permitir que esses bandidos que roubam patrimônio público não fiquem soltos. Talvez também devesse haver um rito célere para esses crimes de corrupção. Poderíamos pensar talvez, Senador Pedro Taques, na federalização dos crimes de corrupção com a estrutura do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Judiciário. É uma coisa a se pensar.

Outra questão que não contribui para o combate à corrupção é aquele projeto de cidadania fiscal, ou seja, o dinheiro da corrupção, do narcotráfico, da propina remetido para o exterior voltar em condições favoráveis, com alíquotas de 5% e 10% para ser repatriado em nosso País. Se esse projeto de cidadania

fiscal for aprovado, nós estaremos aprovando a maior lavanderia oficial de dinheiro roubado de nosso País. Desculpem a dureza das palavras, mas é a verdade. Chega uma hora que a gente tem que falar, chega uma hora que a gente precisa falar.

E o corrupto precisa de penas duras. Precisa de penas duras. Não venham me dizer que pode, que vai no bolso e não sei o quê, porque do bolso passa o dinheiro para um laranja, passa o dinheiro para não sei quem, tem que ter penas duras para o corrupto, como também tem que ter um rito célere para esse dinheiro. Por que trazer, desse dinheiro que vai para fora, só cinco? Por que não trazer todo?

Vamos nos aparelhar para pegar esse dinheiro da corrupção e buscá-lo com uma legislação acessível, com treinamento do aparato do Ministério Público, do Judiciário e da Polícia Federal para trazer esse dinheiro de novo para os cofres públicos, para a gente construir escolas, para construir hospitais, construir estradas e dar um basta nisso.

Acho fundamental também porque, muitas vezes, Parlamentares são até vítimas disso, que é uma lei eleitoral clara em nosso País no que tange ao financiamento de campanha que, em minha concepção, deve ser público. Deve ser público, transparente, seguindo os princípios constitucionais da moralidade, da legalidade. Que se faça um financiamento público de campanha transparente.

Vamos passar a régua, passar a limpo, vamos dar um exemplo nisso. Eu entendo, os juízes federais brasileiros entendem que o financiamento público de campanha é uma alternativa muito importante para o nosso País e vamos pensar no voto em lista, no voto distrital misto, pensar também na questão da fidelidade partidária. Isso é muito importante. Os partidos têm que ter um programa de Governo para que o cidadão e a população possam escolher um programa de Governo e os partidos não virem, em alguns casos, a ser utilizados para práticas não-recomendáveis.

Para encerrar, Senador, acho a fidelidade partidária muito importante e outras questões que poderíamos pensar, por exemplo, apenas na América Latina o juiz e o Procurador da República não podem fazer parte do Parlamento, ou seja, hoje, no Brasil, apenas o presidente porque está preso, o representante do Ministério Público e o magistrado não podem concorrer a cargo eletivo. ou seja, o juiz e o promotor só têm cidadania ativa e podem votar, não têm cidadania passiva e não podem receber o voto.

Enquanto catorze dos membros da Corte Constitucional Alemã têm ficha partidária. Está aqui o Senador Pedro Taques – representantes do Ministério Pú-

blico têm realizado um brilhante trabalho – no Senado da República é o representante do Ministério Público.

Teve que pedir exoneração como também o meu antecessor na Ajufe, Deputado Flávio Dino. Eu ocupo hoje o cargo que ele já ocupou na Ajufe. O Deputado Flávio Dino também teve que pedir exoneração do cargo para concorrer a cargo eletivo. Vão dizer que o juiz vai perder a independência, pode fazer proselitismo, ou política, ou populismo, mas, na realidade, não.

Cria-se simplesmente regar de impedimento para não julgar questões eleitorais em matérias atinentes à área de que um juiz pode, sim, dar contribuição como um cidadão do povo. Por que um juiz não é cidadão? Só o juiz e o representante do Ministério Público estão equiparados ao preso em nosso país. O juiz não é um cidadão do povo? Por que um cidadão na Europa e nos Estados Unidos se pode?

Eu queria fazer um debate sobre quais são os prós e os contras disso e, com regras de impedimento, seria bastante possível para elevar, qualificar o debate e trazer uma visão diferente para dentro desta Casa, uma visão crítica. Talvez seja importante até juízes e promotores dentro dos partidos políticos para que entendam melhor a engrenagem partidária será que não seria importante? É o pensamento que levanto.

Quero também dizer que fica impossível combater a impunidade, combater a corrupção em nosso País, enquanto nós não tivermos garantias constitucionais e elas sendo respeitadas como a irredutibilidade de vencimentos, a inamovibilidade e a vitaliciedade que são garantias que estão inscritas no texto constitucional e vêm escritas no texto constitucional desde a Constituição de 1891 e, a toda hora, temos que vir a esta Casa porque o Governo quer nos tirar ou é questionada alguma prerrogativa que são inerentes ao sistema constitucional.

Então, me irmano como Dr. Camanho para que façamos essa reflexão no sentido de que, não adianta nós pensarmos em combater a impunidade se tivermos um juiz fragilizado, sem segurança, com uma carreira fragilizada. Hoje, muitos juízes estão deixando a carreira, estão se evadindo da carreira para ir para a advocacia ou para outros setores e, muitas vezes, os melhores alunos das faculdades de direito deixam de realizar o concurso para juiz para entrarem para a advocacia ou outras carreiras do serviço público que são mais atraentes e que não são arriscadas, como temos observado nos últimos tempos.

Gostaria de agradecer a todos e dizer que a Ajuf parabeniza esta Comissão e o Senador Paim no sentido de sempre participar dos debates em benefício da sociedade brasileira. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, Presidente da Associação de Juízes Federais – Ajufe.

Vamos, de imediato, aos Srs. Senadores.

Pela ordem de inscrição e que está presente na sala, neste momento fala o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, convidados, estamos aqui há quatro horas debatendo isso e fico com temor, Sr. Presidente, de ocorrer com esta comissão, esta frente, seja qual for o nome que leva, o que ocorreu em 1453 com a queda de Bizâncio, quando Maomé II estava chegando aos muros de Bizâncio, a “casa estava caindo”, trocando em miúdos, Constantino estava discutindo com os sábios quantos anjos cabem numa cabeça de alfinete.

Muito bem, precisamos sair de debates acadêmicos, com todo o respeito à Academia. Temos que debater na Academia, mas nós temos que resolver aqui no Congresso Nacional, temos que resolver aqui no Congresso Nacional. Eu respeito debates acadêmicos, sou professor e estudante ao mesmo tempo, mas a culpa, a causa está aqui dentro do Congresso Nacional.

O competente Deputado Federal, S. Ex^a, Francisco Graziano, que preside com muita competência a Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, fez um levantamento de todas as proposições de combate à corrupção em trâmite no Congresso Nacional. Projetos, temos de todas as ordens, de todos os tipos. O que falta é vontade política dos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, há projeto de todo gosto. O que falta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer que o Deputado Federal vai usar da palavra num segundo momento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O que falta é vontade política do Senado e da Câmara dos Deputados para aprovar o projeto.

Vamos imaginar: o projeto do trem-bala, a medida provisória foi aprovada rapidamente, rapidamente. Foi aprovada assim como um trem-bala realmente. Agora, os projetos de combate à corrupção não andam nesta Casa e por que não andam nesta Casa? Falta vontade política para que eles sejam aprovados.

Muito bem, eu tenho receio, Senador Simon, que esse debate possa também enfraquecer a função Parlamentar em sua essência que é a fiscalização. respeito aqueles que não assinaram a CPI ou CPMI da corrupção. Eu assinei a CPMI da corrupção porque entendo que uma discussão não tem absolutamente nada a ver com a outra.

O Senado da República precisa cumprir a sua função. Muito bem diz o Sr. Presidente da transparência, os Parlamentos europeus não criavam leis até a Revolução Francesa. Eles apenas fiscalizavam e nós, aqui, estamos abrindo mão da nossa atribuição que é primária, que é típica, que é fiscalizar. Respeito aqueles que têm legitimidade para não assinar a CPMI, mas nós não podemos acobertar a assinatura da CPI, debatendo, debatendo, debatendo, discutindo quantos anjos cabem em uma cabeça de alfinete.

Aqui foram citadas várias propostas e todas essas propostas se encontram em andamento no Congresso Nacional há muito. Falta vontade política. confio na Presidente nessa chamada “faxina”. Confio na Presidente, sim. Agora, se o Poder Executivo que é um poder executivo imperial não determinar que a base aqui vote não será votado, esses projetos não serão votados. Serão paralisados porque o presidencialismo no Brasil manda no Legislativo e faz do Legislativo um satélite, um apêndice dele, Executivo. Falta vontade política.

Temos que tratar de alguns temas que são sérios. Hoje, o Ministro das Cidades, parece-me que é o Deputado Negromonte, mas, se perguntarmos a qualquer brasileiro ou até a Presidente da República, se se recorda o nome dos 39, 40 Ministros, não vai recordar, porque são tantos Ministros.

Parece-me que ele disse que a briga interna do seu Partido vai acabar em sangue. Deveria acabar em cadeia, deveria acabar em prisão, porque esse aparelhamento do Estado por partidos políticos é uma das causas da corrupção.

Aparelhamento do Estado! O partido político quer uma diretoria que fure poço, partido político quer uma diretoria financeira, partido político não serve para isso no mundo todo. Partido político precisa ter programa, para impor o seu programa, isso a partir da legitimidade nas urnas. Partido político não serve para administrar correios, partido político não serve para administrar ministérios, como temos aí.

Primeiro caso, primeira proposta: acabar com cargos comissionados ou diminuir o número de cargos comissionados ao que seja razoável. Partido político não é cine, não é cine. Partido político não serve para dar emprego para quem quer que seja.

Muito bem, essa é a primeira proposta que faço. Agora, isso será aprovado nesta Casa? Não será aprovado nesta Casa, porque falta vontade política. E por que o trem bala foi aprovado? Por que outras propostas menos nobres foram aprovadas aqui?

Segundo ponto: nós temos que debater as famigeradas emendas parlamentares individuais. Eu não fui eleito para ser despachando do orçamento da União. Não sou despachante do orçamento da União.

O Parlamentar que faz emenda deve se responsabilizar pelas emendas, ele tem que se responsabilizar pelas emendas. Orçamento é uma peça de ficção no Brasil. Quantos aditivos existem? Parlamentar discutindo turismo, parlamentar levando emendas para turismo, treinando 29 mil pessoas para trabalhar no turismo da Copa? Isso é uma brincadeira! Isso é desrespeitar os princípios republicanos! Causa e consequência da corrupção. Nós temos que quebrar esse círculo vicioso. Isso é uma tautologia. Aquela bolacha vende mais porque está sempre fresquinha, está sempre fresquinha porque vende mais. Isso é uma tautologia que temos que quebrar e nós só quebraremos a causa e a consequência da corrupção no momento em que o Congresso Nacional tiver vontade política. O Congresso precisa disso.

Os Senadores precisam encontrar, dentre as várias proposições, se analisarmos por cima temos proposições sobre tudo: por exemplo, a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, que trata de proibição do nepotismo, existe projeto aqui sobre isso; a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal que trata de algemas, existe aqui sobre isso. Projeto existe sobre tudo. Se nós não fizermos nada nos próximos cem anos, se não apresentarmos nenhum projeto, já existem projetos para os Deputados e Senadores debaterem isso durante cem anos aqui. Vontade política. E a causa da corrupção é a impunidade, impunidade. Falar em corrupção nós temos que debater a chamada prescrição. Falar em corrupção nós temos que debater a forma de indicação de Ministro do Supremo Tribunal Federal, porque alguns dizem que os Ministros estão sendo indicados e nós temos que ter aqui a liberdade de opinião, de acordo com o art. 53, estão sendo indicados tendo em conta o processo do Mensalão. Quem leu as alegações finais do Procurador-Geral da República a respeito do Mensalão fica envergonhado de morar nesta República, porque nós estamos privatizando a República e o motivo dessa privatização é partido político. Partido político é muito importante, muito importante. Agora, não podemos fazer com que o partido político se adone, tome conta da República.

Assim, eu gostaria de sugerir o seguinte: objetivamente um pacto contra a corrupção, um pacto de combate à corrupção, esse pacto precisa tratar de mudanças constitucionais, esse pacto precisa tratar de mudanças legislativas, esse pacto precisa tratar, dentre as mudanças legislativas, tratar da legislação eleitoral, da improbidade legislativa, do Código Penal. Aqui existe proposta para tudo. Quando aqui cheguei analisei as propostas. A corrupção no Brasil deve ser crime hediondo, porque nós somos muito pacientes com a corrupção. Precisa ser crime hediondo, apre-

sentei uma proposta nesse sentido, porque corrupção no Brasil mata e rouba o futuro das crianças, agora, o que falta é vontade política. Não adianta debatermos quantos anjos cabem numa cabeça de alfinete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Pedro Taques.

Passamos a palavra, de imediato, ao também inscrito Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senadores, Senhores aqui presentes, eu vou fazer outro adágio, não de conteúdo tão histórico, e olha que, entre mim e o Senador Pedro Taques, o historiador sou eu. Não será de conteúdo tão histórico quanto de Pedro.

No mesmo sentido, nós temos que descobrir o problema entre o carrapato e o gado, parece-me concretamente que o problema é o carrapato. Nós temos que discutir e eu acho que o central é encontrarmos as medidas de enfrentamento. Nós temos uma arquitetura institucional que é fundamental que ela funcione. Nós temos as instituições do Executivo, do estado democrático de direito, que tem que ter a manifestação do nosso apoio às ações da Polícia Federal, à Procuradoria-Geral da República, às ações da Procuradoria-Geral da República e dos Ministérios Públicos, tanto Federal quanto os estaduais, à Controladoria-Geral da União. Mas nós temos também, aqui no Parlamento as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Eu acho que é fundamental combinarmos o seguinte: esse fórum de que fazemos parte, e faço parte com muito orgulho, convocado inicialmente pelo Senador Simon, Cristovam e tantos outros, esse fórum em que foi inaugurado no nosso primeiro encontro, nossa reunião não deliberativa, da segunda-feira passada, reuni Senadores que assinaram a Comissão Parlamentar de Inquérito e que não assinaram a Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção. Não é incompatível o que estamos fazendo aqui, com a necessidade de uma CPI para investigar a corrupção.

Aliás, o Governo da Presidente Dilma, que é aplaudido por nós e será aplaudido tantas quantas vezes tomar medidas de demitir funcionários corruptos, envolvidos com a corrupção, não deve ter medo de Comissão Parlamentar de Inquérito nenhuma nem em especial uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar corrupção. Comissão Parlamentar de Inquérito com esse sentido vai ajudar a verdadeira intenção que se tem de fazermos a chamada faxina. Eu sei que quando falamos isso, não é, Pedros e outros Colegas, falamos na segunda-feira passada e alguns disseram: isso é termo udenista, isso é termo lacerdistista. Não, é um termo estreito, combater a corrupção, enfrentá-la é uma bandeira suprapartidária, estreito, estreito e atraso

é roubar dinheiro público e sequestrar sonho de gerações. É disso que se trata concretamente.

Então, a ideia desse encontro, parece-me que foi essa, quando a propusemos, é dialogar com as entidades que estão aqui: Igreja, OAB, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Associações Nacionais de Procuradores da República, delegados da Polícia Federal, enfim, dialogar com, a Associação Brasileira de Imprensa, dialogar com essas entidades, porque esse movimento não prosperará se ficar restrito ao azul tapete do Senado e aos verdes tapetes da Câmara. Não adianta um grupo de Parlamentares bem intencionado levantar, dizer que apoia à Presidenta nas medidas de combate à corrupção, assinarem Comissão Parlamentar de Inquérito se não formos às ruas. E se nós também não avançarmos além das nossas pautas corporativas. Aquele velho trecho: cada um de nós sozinho não vale nada, mas juntos podemos fazer uma revolução no sentido de mudar em comunhão.

Então, o fundamental é que essa pauta, a agenda aqui seja tomada pelas ruas. Foi assim que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral realizou a mais importante reforma política dos últimos vinte anos na história política brasileira, que foi a adoção da Lei Complementar nº 135, a Lei da Ficha Limpa. Aliás, as duas reformas políticas que tivemos no Brasil, nos últimos vinte anos, vieram da sociedade organizada, por meio do instituto legítimo de democracia direta, que temos no art. 14, Inc. III, da Constituição, da iniciativa popular de lei. Duas iniciativas, a Lei nº 9.840, que é a alteração da Lei nº 9.840, que é a Lei das Eleições, e Lei Complementar nº 135, de 2010: uma de captação ilícita por compra de votos e outra, concretamente, de impedir que aqueles que têm ficha suja possam concorrer nas eleições.

Enfim, vejamos, reforma política aqui só teve quando a sociedade se mobilizou, foi pras ruas e trouxe iniciativas populares que pressionaram os Parlamentares aqui. Então, mudanças.

E isso daqui, pra andar, quero reiterar o que Pedro aqui destacou. Nem consegui terminar de contar, Deputado Pracião, o número de projetos que tem. Vejam só, aqui tem um Projeto do Deputado Aldo Arantes, de nº334, de 1996, que proíbe o nepotismo na administração pública, conquista que já tivemos por meio de súmula do Supremo Tribunal Federal. Mas sabem desde quando isso estava na pauta pra ser votado na Câmara? Desde 14 de agosto de 2007. Foi necessário que o Supremo legislasse sobre isso no nosso lugar.

Então, tem que haver movimento concreto. Tem que passar – parodiando o outro poeta Chico Buarque – da intenção para o gesto. Esse movimento aqui tem que pautar essa agenda de projetos interessantíssi-

mos que tem aqui. E, repito, se depender dos tapetes azuis e dos tapetes verdes, não pautarão. Se depender da pressão de vocês, se o movimento de combate à corrupção eleitoral, se as associações que estão aqui forem às ruas e pressionarem pra isso aqui ser votado, será. E isso aqui, esse Parlamento só funciona com a pressão das ruas; com a pressão concreta do povo e com debate sobre algumas coisas.

Enfim, eu vi meu querido Presidente da minha instituição, a Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir, falando sobre um caso que diz respeito ao meu estado, não é? Aliás, do meu estado eu posso falar de cadeia. Foi o estado que teve, inclusive, o maior número de operações da Polícia Federal fundamentais para limpar a política no meu estado.

Mas ele falava: Bom, a emenda foi para um estado que não será sede da Copa. O problema não é esse. Eu tenho orgulho de viver num belo endereço: esquina do rio mais belo com a linha do Equador. Tem muita razão pra ter turismo. O problema foi que a emenda parlamentar foi pra uma ONG lá de São Paulo, para fazer investimentos no Amapá.

Se os 14 milhões de emendas parlamentares para o turismo tivessem chegado no investimento concreto, no turismo no Amapá, muitos dos que estão aqui já teriam ido lá ver as belezas que de fato temos.

A questão. Então, não vamos alterar o “X” da questão: emenda parlamentar deve se destinar. Aliás, o ideal era que não precisasse emenda parlamentar. O ideal seria isso: que não tivesse emenda parlamentar. O ideal seria que o Governo da República reduzisse o superávit primário, que consome 50% do orçamento da União, e tirasse pelo menos 20% disso para investimento público. O ideal seria isso.

Mas se tem a emenda parlamentar, a emenda é uma medida básica e elementar: tem que ser destinada para instituições públicas. E se tiver alguma instituição que não é instituição pública, mas que merece – por exemplo – a destinação, que haja uma espécie de indicação ao Poder Executivo para que de fato se faça.

A tarefa do Parlamento é legislar. A tarefa do Parlamento é fiscalizar. E é essa a tarefa central que o Parlamento deve cumprir, a que deve se dedicar. E as emendas parlamentares existindo, temos que construir meios de fiscalizá-las e acompanhá-las, acabando com essa história das emendas serem destinadas às entidades de sociedade civil que muitas vezes fazem esquemas como este que acabamos de ver concretamente no Turismo.

Por falar no turismo, está aí uma medida que a Presidente da República já deveria ter adotado. A mesma decisão que tomou nos Transportes, de demissão, já deveria ter ocorrido com o Ministro do Turismo. Vou

dizer isso pra ele, hoje, às 15 horas. É inadmissível um ministro não saber o que o seu Secretário-Executivo, na sala ao lado, estava concretamente fazendo.

Então, é isso. Na verdade, é no mesmo sentido de dizer que o que aqui foi discutido tem que ir pras ruas e mobilizar. E nós precisamos ter uma agenda pra pressionar, porque o que está aqui deve ser de fato votado. E é preciso essa decisão política de nós, Senadores e Deputados, para que o que está aqui levantado e engavetado passe de fato a ser votado e vá, de fato, à prática. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Cristovam Buarque; depois, ao Senador Ataídes Oliveira e no final ao Senador Pedro Simon.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, fazer duas constatações. A primeira é de que nós estamos indo a reboque da sociedade civil, que felizmente se mobiliza, o que é ótimo. *(Pausa.)*

Não, bom é que não fosse preciso isso. Mas, já que está sendo preciso, porque nós não fizemos o dever de casa, ainda bem que tem isso, como foi o caso da ficha limpa.

A própria Presidente está demitindo, em função de denúncias da imprensa, a qual saiu na frente. Eu imagino que todo o governo tenha um sistema de conhecimento do que acontece dentro do governo, mas ela não tomou a iniciativa. Mesmo assim, eu continuo insistindo que vale a pena dar um voto de confiança a ela antes de fazer CPI.

O Senador Randolfe disse que tem os que assinaram e os que não assinaram. Tem um terceiro grupo: os que não assinaram ainda, que dão esperança, têm esperança e dão a chance. Nós estamos indo atrás. Hoje mesmo, aqui em Brasília, haverá uma grande manifestação – espero que grande – de um movimento, liderada por um movimento; e eles sabem o que querem. Vão estar, de 16 horas às 20 horas, na Praça do Buriti, que é onde funciona o Governo local.

É totalmente popular. Eles dizem: primeiro, contra a impunidade; segundo, contra licitações fraudulentas; terceiro, contra não transparência no Executivo; quarto, contra deputados legislando em causa própria e ocupando cargos no Executivo e no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eles colocam decisões à revelia da população nas obras de grande vulto, em prejuízo da saúde e da educação. Legitimação de grilagem de terras públicas e mudanças de extensão de áreas; negociatas no preenchimento de cargo comissionado; cartel no transporte público; contratação de empresas de deputados e parentes.

A população está sabendo o que quer. A população não formula o projeto de lei porque é nossa responsabilidade, a não ser naqueles casos como foi o ficha limpa. Nós estamos indo atrás. Pior é se a gente não for atrás e ficar para trás. Nós temos que ir adiante.

Agora, a outra constatação está aqui dito, quando falam: decisões à revelia da população, de obras de grande vulto, em prejuízo da saúde e da educação. E nós temos que, para enfrentar a corrupção no Brasil, entender o que existe, culturalmente, veiculado à corrupção.

Não esqueçamos de que durante 350 anos os fazendeiros brasileiros roubavam gente na África e colocavam aqui como escravo. Isso ficou na cabeça de muita gente. A gente pensa que não, mas até hoje tem parlamentares acusados de trabalho escravo nas suas fazendas. Isso fica.

Nós, durante décadas já do desenvolvimento econômico, fizemos uma engenharia de concentração da renda pra vender os produtos de luxo. Ou vocês acham que um país com renda per capita brasileira, nos anos 60 e 70, compraria automóvel se não houvesse concentração de renda? Nós criamos uma corrupção nas prioridades que é tão grave quanto a corrupção no comportamento de políticos. E aqui o pessoal de Brasília está tomando consciência disso e defendendo o fim dessa corrupção.

Aqui mesmo, nessa cidade, vai-se fazer um estádio que custa mais de R\$1 bilhão para receber alguns turistas que virão assistir à Copa, porque a maioria da população não vai assistir à Copa. Isso é corrupção também, mesmo que ninguém roube; mesmo que ninguém tire um real dali para o bolso privado é uma corrupção. É a corrupção nas prioridades, que caracteriza as políticas brasileiras. Vejam os edifícios, inclusive esse onde nós estamos, construídos enquanto o povo não tem água, esgoto, prédio escolar decente? Essa é uma corrupção aceita, tolerada e, pior ainda, não percebida, que é a pior das corrupções.

Há causas culturais. Vejam o orgulho nosso do jeitinho brasileiro. Na verdade, o jeitinho é você tirar um para você entrar. Nós temos a cultura! Mas esse povo está se levantando, felizmente, e eu tenho a impressão que pode surgir um grande movimento nesse país contra a corrupção.

Eu estranho como o Brasil, e li um dia desses nos jornais, que é o país que mais usa internet, twitter, msm, não está usando esses veículos para mobilizar a população. A impressão que eu tenho é que muitos, e por isso a minha satisfação de ver o pessoal do Brasil se mobilizando, e tomei conhecimento aqui... Eu tenho a impressão que as pessoas hoje podem estar achando, no Brasil, que mandando umas mensagenzinhas pela

internet já fizeram o seu dever de casa, que não precisa ir para rua se manifestar. Nós temos que ir adiante.

Enquanto o povo se mobiliza, e nós temos que estar presentes, eu creio que é hora de pegar todos os projetos de lei que existem, e são muitos, muitos, e tentar usá-los para enfrentar a corrupção, mas não apenas, embora primeiro, acabando com a impunidade com os que comentem corrupção. Isso é pouco. Nós temos é que conseguir construir uma máquina de serviço público que resista à corrupção. Muitos se contentam em colocar na cadeia ladrões que roubem o dinheiro público. Temos que fazer isso, mas eu gostaria de ver um governo em que até o ladrão não conseguisse roubar nada. Esse é o desafio. O Ministério Público entra depois da coisa acontecida. Nós, legisladores, temos que entrar antes, definindo formas que blindem contra a corrupção. E vejam o que tem hoje: blindar os corruptores. A gente blindar os corruptores, em vez de blindar o Estado contra a possibilidade de corrupção. Precisa a imaginação? Precisa, mas a maior parte do que é preciso já está aí, já se sabe inclusive como tocar no Judiciário, como tocar no Legislativo, como tocar no Executivo, como tocar na cultura brasileira de tolerância com esses atos.

Eu me vejo, hoje, Senador Paulo Paim, embora devesse ser um dos líderes desse País, como qualquer político eleito, me vejo hoje como coadjuvante da opinião pública, como coadjuvante desse movimento que está surgindo. Claro, uma reunião como essa, graças ao Senador Pedro Simon, ajuda muito porque divulga e chama cada um de nós à responsabilidade.

Espero que não deixemos passar essa oportunidade histórica de rever toda essa tradição de diversas formas de corrupção que caracterizam a História do Brasil, tanto aquelas do comportamento, que é histórica, como aquelas nas prioridades, que é aceita. Eu espero que a gente não desperdice esse movimento histórico, Senador Paulo Paim. Não desperdiçando, o senhor vai ter um papel importante por ter presidido esta reunião, que espero que seja um marco. Queremos de fato agir e não apenas fazer uma efeméride aqui, fazer um evento qualquer num certo dia 23 de agosto. Espero que a gente vá adiante e, junto com população, consiga criar os mecanismos para que a História do Brasil dê uma virada no que se refere à tradicional aceitação da corrupção, que inclusive se manifesta em um sistema jurídico que faz quase impossível a corrupção de corruptos, em um sistema cultural que faz aceitação.

Concluo, para não perder o meu hábito, dizendo: não esqueçam de que um dos vetores fundamentais da corrupção é o fato de não investirmos corretamente na educação do povo brasileiro, não porque doutores

são menos corruptos, ao contrário, se formos olhar os doutores, todos eles têm diplomas universitários, mas é porque, no processo eleitoral, quem não teve educação tem necessidade de votar por um favor que recebe do candidato. Ele tem necessidade não por ser estúpido, não por ser ignorante, não por não saber das coisas, mas por não conseguir, junte-se a isso ter perdido a confiança no processo eleitoral. Um oferece uma camisa; o outro não oferece nada, mas ele não confia em nenhum deles e, então, pega a camisa.

Um processo de educação igual para todos... Talvez aí estejam as duas maiores corrupções do país hoje: o fato de que neste País estuda quem tem dinheiro e sobrevive quem tem dinheiro para pagar o médico. Essas duas corrupções estão sendo ignoradas. A gente até chama de desigualdade. Isso não é desigualdade. Isso é imoralidade. Uma roupa diferente da outra é desigualdade; uma casa diferente é desigualdade; um carro e andar de ônibus é desigualdade. Agora, morrer porque não pode pagar o hospital não é desigualdade, é imoralidade; estudar porque pode pagar a escola não é desigualdade com quem não pode, é imoralidade. São corrupção graves e são corrupções que produzem corrupção, porque, se, para uma pessoa que não pode ser atendida no Sistema Público de Saúde, chega um candidato e oferece o remédio para salvar o filho, ela aceita, e nenhum de nós pode criticar quem aceite por isso. Eu não critico! Depois de aceitar o remédio e votar na pessoa, “fecha os olhos” para o comportamento desse político. A corrupção está mais atrás ainda. E não temos resolvido as condições básicas de vida do nosso povo.

Então, vamos enfrentar as corrupções de todas as formas possíveis e vamos lutar com todos os meios possíveis. Um deles é a nossa fala, os nossos projetos de lei; a outra é nos envolvermos nesse grande movimento social que eu espero que cresça tanto que nenhum de nós consiga controlar e que nenhum de nós consiga abafar.

Essa é a esperança que tenho. Quando isso acontecer, essa reunião está mostrando que nós estamos presentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam. Brilhante com sempre!

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente Paim, quero a princípio parabenizá-lo, mais uma vez, por esta extraordinária audiência de iniciativa de V. Ex^a, do nosso nobre, desse ícone da nossa política brasileira, Senador Pedro Simon, do nosso Cristovam Buarque, Senador.

Sr. Presidente, convidados, gostaria de inicialmente dizer que sou um empresário e estou em uma missão. Eu gostaria de dizer que percebi, Senador, que este Parlamento é extremamente rico em sabedoria, extremamente rico, e mais rico ainda com a chegada desses dois nobres Senadores: Pedro Taques, esse doutor, e esse jovem Senador Randolfe Rodrigues, historiador. Quero dizer aos meus nobres senadores que eles vêm ainda somar mais. Porém este Parlamento é pobre, é miserável em querer, em fazer, em fiscalizar. Não tem iniciativas pró-ativas. Enfim, nós somos pobres. Eu disse, há poucos dias, na tribuna, que uma das maiores causas da impunidade hoje no nosso Brasil é a ineficiência deste Parlamento.

Tenho visto discursos extraordinários contras à corrupção, mas em busca de voto, Sr. Presidente. Na hora de assinar a CPI, os nossos Pares, os nossos nobres Senadores desaparecem, e isso foi dito ali pelos nossos dois sábios senadores.

Eu quero ser prático e rápido, porque, na verdade, o empresário é prático, ele é mais prático, mas eu não posso deixar de dizer aqui e fazer as minhas colocações.

Percebo que os pressupostos básicos que campeiam, que ensejam a corrupção no Brasil, que promovem a corrupção no Brasil, e assinalei aqui enquanto eu estava ouvindo o nosso ilustre representante do Ministério Público, Dr. Alexandre, e também o Dr. Gabriel, Presidente da Associação dos Magistrados Federais, são os seguintes... O que motiva essa corrupção, essa impunidade no Brasil, melhor dizendo? A falta de fiscalização. Falta de fiscalização. Se a sua esposa não fiscalizar você, logo, logo, você a está traindo. Isso aconteceu comigo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB –TO)

– Descobriu e eu estou solteiro até hoje

Falta de transparência. E eu estou buscando informações sobre o sistema S. Recebi, na sexta-feira, o relatório do TCU sobre o Sistema S. Não há transparência alguma, mas não é só no Sistema S não. Falta de transparência é outro pressuposto básico. Leis escorregadias – eu vim do Direito há anos – leis escorregadias ou ineficientes, povo tolerante à corrupção. O nosso povo está muito tolerante à corrupção. O nosso nobre Senador, por quem eu tenho admiração muito especial, disse que o povo tem que se manifestar. Tem que se manifestar, sim, Senador, de uma forma pacífica, evidentemente, mas tem que se manifestar. Então, o nosso povo, agora, passou a ser tolerante à corrupção. Todos são ladrões; um a mais não faz diferença. É outro pressuposto.

Foro privilegiado para os políticos. Olha que coisa mais bela do mundo, gente! Foro privilegiado! Eu sou um ser humano como qualquer outro. Por que eu tenho que ter foro privilegiado? Que barbaridade é essa, caramba? Eu fico indignado, Presidente, porque não tem que haver foro privilegiado. Se há foro privilegiado, pronto, acabou! Pode fazer! É um motivador.

Falou sobre o financiamento de campanha, essa reforma política, que é a mãe das reformas, no meu entendimento. Quanto a esse financiamento privado de campanha, não há dúvida nenhuma. Como empresário que sou, se você botar dinheiro para bancar uma campanha de um político, pode ter certeza de que ele quer rentabilidade acima de 100%, sendo que o próprio negócio dele não dá 5%. Eu nunca coloquei e nunca vou colocar. Então, sou contra esse financiamento privado de campanha, eu sou contra. Tem que ser público, porque, enquanto for privado, a corrupção vai campear por aí. Não há dúvida nenhuma.

Nas nossas escolas, não se fala mais em corrupção também, não é gente? Nossos alunos, os nossos professores, não é, Professor Cristovam? A coisa tem que começar lá do início de novo. Nós temos que mostrar para as nossas crianças, lá no primário, que a corrupção é danosa, é perigosa, que as nossas crianças não devem se coadunar com a corrupção. Esse é o outro pressuposto que eu queria colocar.

E quero dizer aqui, mais para o final, que acabamos de ver o tamanho da impunidade que há em o nosso País. Essa operação Voucher, Dr. Gabriel e Dr. Alexandre, como advogado que fui no passado e até mesmo como professor, a Polícia Federal faz um belíssimo trabalho, o Ministério Público, eu vou dizer daqui a pouco, faz um belíssimo trabalho, passa para um magistrado. O magistrado, nas atribuições que lhe conferem, dá uma liminar, manda prender os bandidos – isso com provas contundentes, conforme a imprensa demonstrou. De repente, o nosso Ministro da Defesa sai em defesa dos bandidos e contra o magistrado. Esse magistrado não pediu para se afastar. Eu não vou fazer essa pergunta ao senhor, mas até que me provem o contrário, ele não pediu o afastamento, porque, dificilmente, um magistrado pede o afastamento de um processo. Ele foi afastado, ele foi substituído. De repente, a nossa Presidente da República vai à televisão e mostra a sua indignação pelo ato da Polícia e pelo ato do magistrado.

Vocês querem impunidade, vocês querem incentivo maior à impunidade do que esse ato? Alguém quer? Eu não quero. Isso é um absurdo, isso desmoraliza. Eu queria saber onde está o nosso CNJ, nosso Conselho Nacional de Justiça. Eu quero saber onde está a nossa Suprema Corte, eu quero saber onde está o nosso

Poder Judiciário. Eu quero saber qual é o poder que confere a um magistrado dessa postura, a um doutor, como a V. Ex^a, Dr. Alexandre. Eu quero saber cadê a autonomia de V. Ex^{as}. Isso me deixa muito triste e isso prova a corrupção no nosso País. A impunidade, que eu disse há poucos minutos que é a mãe, o Pedro Simon disse que é o pai. Então, é a mãe e o pai da corrupção a impunidade no nosso País.

Interessante que os políticos brasileiros, japoneses e americanos são um pouquinho diferentes. O japonês, quando comete um crime, vai à tribuna e dá um tiro na cabeça. O americano paga caro na prisão, talvez até a morte. Aqui no Brasil não: pede demissão, é homenageado, reúne a família e vai fazer um *tour* pela Europa. Essa é a verdade! É a verdade que o povo, inclusive, sabe, que nós sabemos.

Meu Deus, onde nós vamos parar? Chego até a pensar e a pedir a Deus que ele não faça com o Brasil o que fez com Sodoma e Gomorra, meu Presidente. Espero, mas ele não vai fazer isso conosco.

Pois bem, esses quase trinta mil cargos comissionados neste País também é outro grande incentivo à corrupção. Não se precisa disso. Eu sou empresário. Os Estados Unidos têm cinco mil cargos de confiança e ainda é muito.

Comissionado, desculpe-me. Ainda é muito cinco mil. Aqui, nós temos 28 mil, quase 30 mil. Isso é só para beneficiar, como dizem os nossos Senadores, para beneficiar os partidos, para negociar com os partidos.

Pois bem, eu estou observando que nós temos menos de dez dias, salvo melhor juízo, para prescrever aquela ação dos mensaleiros, do mensalão. Estou certo? Parece-me que há menos de dez dias, parece-me que é isso.

Meu Senador Pedro Taques, estou correto? Menos de dez dias é o prazo para o Supremo Tribunal julgar, senão vai prescrever, é isso mesmo?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não tenho certeza dessa data, mas de um dos crimes eu penso que, sim, se avizinha a prescrição. Mas eu não tenho certeza dos demais crimes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Então, tem tudo para prescrever, gente, meus companheiros Senadores e nossos convidados, para prescrever esse crime de tamanha relevância, de tamanha monta e de tamanha barbaridade. E eu acredito que isso vai prescrever.

Pois bem, resultado dessa corrupção. Sempre digo que essa corrupção, gente, não é mais essa história de fazer faxina. Vamos fazer faxina na corrupção! Como se faz faxina? Faxina, para mim, é um ato repetitivo que se faz nas nossas residências. A corrupção no Brasil virou um câncer em estado de metástase, e

só há uma solução para o câncer: extirpá-lo. Não existe outra, não vamos fazer faxina. Perdoe-me quem gostar de usar esse termo, mas eu tenho pavor desse termo. Nós temos que extirpar esse câncer, esse câncer que mata, como já disse aqui, milhões de crianças, porque mais de R\$51 bilhões são desviados, a cada ano, só pela corrupção no Brasil. As nossas crianças estão morrendo na fila, porque não há dinheiro. As nossas crianças não têm oportunidades. O *crack* está matando as nossas crianças, porque não há dinheiro. A segurança está matando a cada segundo porque não há dinheiro, e não há dinheiro porque a corrupção não deixa. Então, eu digo que a corrupção no Brasil mata mais do que qualquer guerra no mundo e sou capaz de provar isso. É só buscar números.

Também quero colocar aqui que as nossas cadeias estão cheias de pobres e, em sua maioria, negros. Cadê os ricos, gente? Cadê os ricos? Aquele jornalista milionário que matou aquela moça, depois de quinze anos, foi condenado. Se esperassem um pouquinho mais, nem precisava, porque ele já iria embora para o caixão. Quinze anos! Olha, é uma vergonha para nós aqui e lá fora.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Estou terminando, Presidente.

Eu queria dizer ao Ministério Público que tenho uma admiração muito grande pelo Ministério Público, que tem feito um trabalho extraordinário neste País. Depois que o Ministério Público teve mais autonomia, as coisas melhoraram muito em nosso País. Mas eu percebo, Dr. Alexandre, que a nossa corrupção está muito dinâmica. O Ministério Público tem que ser mais ágil ainda, porque ela está muito rápida. O nosso CNJ, o Conselho Nacional, precisa atuar mais. Temos que ter rapidamente uma reforma no nosso Poder Judiciário, para combatê-la. Essa manifestação do povo – repito – tem que ocorrer; de uma forma pacífica, evidentemente.

Quero repetir aqui que a imprensa hoje, no Brasil, é o Quarto Poder, de fato, e que a nossa Ordem dos Advogados é o Quinto Poder, de fato, neste País.

Encerro, Presidente, dizendo que a maior culpa de toda essa história da corrupção no Brasil está aqui dentro desta Casa. E ninguém me tira isso da cabeça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes Oliveira.

Passamos a palavra, de imediato, à Senadora Marinor Brito. Depois falará o Deputado Federal Francisco Praciano, que é coordenador da Frente Parlamentar Contra a Corrupção. E, claro, o Senador Simon fará o encerramento.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de, na sua pessoa, Senador Paulo Paim, saudar a iniciativa dos nossos Parlamentares que assinaram esse requerimento. Acho que essa audiência vem em um momento bem importante na luta política deste País, principalmente no que diz respeito aos nossos anseios de combatermos a corrupção e a impunidade neste País.

Eu queria, nas pessoas do Marlon e da Jovita, saudar todos os representantes das entidades da sociedade civil que aceitaram o nosso convite e que vieram aqui colaborar. Eu queria pedir desculpas por não ter ficado todo o período da audiência. Eu cheguei correndo de Belém do Pará – sou Senadora do PSOL pelo Pará –, estava coordenando a CPI do Tráfico Humano, que foi para a região e que tem problemas gravíssimos.

Em outra oportunidade, nós vamos poder divulgar os resultados desse processo de investigação que estamos fazendo, também tomando providências para tentar resgatar pessoas, crianças, adolescentes, mulheres, travestis, transexuais que estão em cárcere dentro do Brasil, no tráfico interno, e fora do nosso País também. Então, desculpem-me a não permanência durante toda a reunião. Mas acho que ela é absolutamente relevante.

Eu quero saudar os nossos militantes da luta pelo combate à corrupção em nome do Reaja Brasília, que é um movimento que hoje ainda vai fazer um ato público na Praça do Buriti, às 16 horas, em Brasília, dizendo ao povo, à cidadania brasiliense, que já chega de corrupção e que esse movimento se espalhe por todo o País. É o nosso desejo, o nosso sentimento, e tem no nosso mandato o apoio para isso.

Eu estou aqui com um editorial de um dos jornais paraenses, que se utilizou de um texto escrito pelo Senador Pedro Taques e por outros Procuradores da República, do Ministério Público Federal, há mais ou menos 14 anos, numa das ações contra um dos políticos enquadrados na Lei da Ficha Limpa, que é o ex-Deputado Jader Barbalho. O trecho diz assim:

Jader Fontenelle Barbalho, líder da organização criminosa, estabeleceu um sistema de controle da direção da Sudam, com a finalidade de deixar fluir os recursos do Finam para seus comparsas de forma fraudulenta, depois tornar estes recursos “limpos”, dando-lhes circulação econômica regular meramente aparente e inexistente.

Eu estou me utilizando desse trecho de uma das muitas ações criminais, civis públicas, e tomando este caso que é emblemático na corrupção e na impunidade brasileira para dizer o quanto é difícil reagir a essa estrutura poderosa que se instalou Brasil afora, que

envolve o Estado brasileiro e que até hoje não julgou este e muitos outros casos relacionados a esse mesmo corrupto que ajudou a deixar no meu Estado sequelas graves. Um Estado com um dos maiores índices de morte no campo, campeão de trabalho escravo, campeão de violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes, um dos piores índices educacionais do Brasil, dentre outras mazelas que não nos orgulha relatar, como paraenses, como cidadãos de bem, como cidadãos brasileiros que somos. Então é muito importante esta audiência.

Um jornalista me perguntou há pouco, ali fora: “Para que esta audiência? Vai dar em quê?” Vai dar em muita coisa. Eu acho que os Senadores e as Senadoras que passaram por aqui, que ouviram as exposições, que ouviram as considerações e as reflexões, o acúmulo histórico das entidades que lutam contra a corrupção neste País, que lutam pela democratização dos meios de comunicação, que lutam pela liberdade de expressão, que lutam pela transparência das informações neste País, trazem uma contribuição fundamental não apenas pelo mar de lama recente dos anúncios cotidianos da derrubada de Ministros e Ministras por corrupção, mas pela necessidade histórica e fundamental que nos é imposta neste momento de debatermos uma reforma política no Congresso Nacional que reflita e que incida amplamente sobre o enfrentamento da impunidade e da corrupção neste País.

Nós não podemos ficar reféns dos interesses das elites, que mudam e alteram a legislação, sobretudo a legislação eleitoral, à luz dos interesses de grupos, de partidos ou de aglomerados vinculados aos interesses econômicos deste País.

O meu Estado, neste momento, está sendo submetido a uma consulta popular, porque é um direito do povo decidir sobre o seu próprio destino. Mas a campanha de divisão territorial do Pará, do esquiteamento do Estado do Pará, para atender aos interesses dos sojeiros, dos madeireiros, para atender aos interesses dos empresários vinculados às mineradoras, inicia com um patamar de R\$100 milhões. Isso para fazer a campanha pró-divisão do Pará, um Estado rico.

Todo mundo conhece o potencial hídrico, o potencial de florestas, da nossa biodiversidade mineral. Todo mundo sabe da importância estratégica que tem um Estado como o Pará, na Amazônia brasileira e no Brasil. No entanto, o povo está submetido a este tensionamento desses setores das elites, para que a concentração de poder aumente ainda mais.

Entendo que esta audiência tem, sim, muita relevância, porque pode nos ajudar com dados, com possibilidades de estreitarmos os laços com as instituições, para aprofundar a discussão do que é melhor, de fato,

ser feito para enfrentar esse processo de corrupção e de impunidade no nosso País.

Queria dizer aos senhores que não perco nenhuma oportunidade. O tempo é curto e não vou, no final da audiência, me alongar, mas quero colocar o nosso mandato, quero colocar o Partido Socialismo e Liberdade de portas abertas para receber essas contribuições, queremos debater e refletir sobre as propostas feitas aqui. Obviamente acumulamos algumas questões importantes, como a questão do caso da reforma eleitoral, de tratar com firmeza a necessidade do financiamento das campanhas eleitorais ser absolutamente público, mesmo que existam argumentos. Ouvi com muita atenção aqui o argumento do nosso companheiro Cláudio, estamos dispostos e abertos a discutir outras alternativas, mas, até então, o que nos tem sido convincentes é que, além dos projetos que precisam ser aprovados, vamos nos empenhar no apoio desses projetos aqui. Esta é uma questão fundamental, pelo menos para criar um patamar inicial de nivelamento da disputa eleitoral, porque meu partido é muito pequeno.

Cheguei aqui com o menor orçamento de todos os Senadores eleitos: R\$53.000,00, que não é uma campanha de vereador numa cidade do interior, de uma candidatura apoiada pelas elites desse País. Tenho muito orgulho de estar aqui representando os votos do meu Estado, de uma campanha vitoriosa que criou a Lei da Ficha Limpa neste País, e também estamos preocupados que não só voltem corruptos para cá, mas que, em 2012, esse acúmulo histórico, cultural, político, social e ético deste País seja mais uma vez derrotado na justiça brasileira.

Muito obrigada pela presença de cada um e cada uma de vocês, em nome do nosso mandato e do nosso partido, e podem contar com nosso apoio para ajudar nessa caminhada, que é dura e difícil, mas que é de todos nós.

Obrigada e bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor Brito.

O penúltimo orador inscrito é o Deputado Federal Francisco Praciano, Coordenador da Frente Parlamentar Contra a Corrupção e, em seguida, o Senador Simon.

O SR. FRANCISCO PRACIANO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de parabenizar os companheiros do Senado, na pessoa do Senador Pedro Simon, e certamente muitos, ou quase todos, subscreveram essa belíssima iniciativa. Gostaria também de parabenizar os convidados, as entidades que aqui estão.

Como Coordenador da Frente, vou fazer um pequeno registro: essa Frente é chamada de Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, é mais uma frente

de entidades de combate à corrupção, dada a pouca presença dos parlamentares. Mas a luta continua, independente disso, e ficamos felizes, como diz o Senador Cristovam, de ter a sociedade nos empurrando. Estamos, nesse aspecto também, atrás da sociedade. Estou falando da Associação dos Magistrados do Brasil, que está aqui presente; estou falando da OAB, do MCC, que está sempre presente; estou falando do Ministério Público Federal, Conamp, sempre presente nas nossas reuniões, em número bem maior que os Deputados Federais e alguns Senadores, que também participam. Talvez haja falha no processo de convite, mas que é pequena a participação, é.

Estou falando de cinco anos, já estou em meu segundo mandato. Em meu primeiro mandato, a média não chegava a cinco Deputados federais. Hoje, essa média não mudou quase nada, continua sendo três a quatro Deputados federais. Poderia até citá-los aqui, em homenagem, mas isso é só um pequeno registro. Não vou ousar aqui e dizer que posso acrescentar mais nada, sou o penúltimo a falar, as falas todas foram muito ricas. Também não quero citar nenhuma, dada a riqueza o suficiente para extrair, para tirar dessa belíssima reunião ações suficientes para considerarmos como matéria-prima no combate a essa corrupção.

Também não vou falar de corrupção, o estrago é grande e fico feliz que todos aqui estão conscientes do estrago financeiro – segundo a FIESP, pode chegar a 70 bilhões de reais –, do estrago moral, da credibilidade das instituições. Esta Casa, a justiça, o Ministério Público, todos estão hoje com baixa credibilidade, por conta ou da omissão, ou da cumplicidade, ou da falta de estrutura, mas, de qualquer forma, a corrupção está abalando a qualidade institucional deste País. Mãe, às vezes, na minha opinião, por conta do financiamento privado das nossas campanhas. Esse financiamento é mãe, realmente, da corrupção. Tem pai, tem tudo. A corrupção está do tamanho que queremos, geograficamente, de norte a sul, leste a oeste, é isso que vemos. Ela é sistêmica, está aí a Gautama mostrando a parte sistêmica da corrupção. Ela está em todos os lugares.

Como não tenho nada a ousar, quero fazer, quase a exemplo da Senadora Marinor, um pequeno depoimento – e não vou pedir votos, que aqui ninguém vota em mim.

Tenho quatro mandatos de Vereador. No primeiro, em 1988, dediquei-me totalmente à corrupção, já sou velho. Só à corrupção. Chegamos a derrubar um Presidente da Câmara, a caçar e tal. No segundo mandato, fui mais pragmático, botei estudantes e a corrupção, também. No terceiro mandato, coloquei estudantes, comecei a tratar de serviço público, principalmente água e transporte, e também corrupção. Cheguei aqui, traba-

lhei como membro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, no segundo mandato me elegeram como coordenador disso, ou seja, faz anos que eu, não por modismo, mas por convicção e por missão, trabalho com esse tema corrupção. Sabe por que estou dizendo isso? Obviamente não é para pedir votos. É porque não tenho uma história de sucesso nesses 23 anos, nesse combate à corrupção. Nenhuma para dizer: “Consegui isso”. Tentei até educar as pessoas, por meio de processos de CPIs, de representações, dezenas e dezenas, no Ministério Público do nosso Estado, algumas de ações diretas na justiça, tentando, inclusive, ver o lado educacional da coisa. Aí vejo, a exemplo do que a Senadora Marinor coloca aqui, cidadãos que, desde Vereadores, começaram a roubar, já fizeram todos os cargos e estão em Brasília hoje, crescendo sempre. Ou seja, parece que não educamos. O que conheço de corrupto no meu Estado, eleito e reeleito com sucesso... Então, nem nessa luta, nem nesse lado educacional conseguimos ter sucesso.

A arquitetura da administração pública, como disse o nosso Senador Randolfe, é boa. Para mim, é quase perfeita. Temos um Executivo eleito pelo povo e uma Casa Legislativa. O caso de Manaus: quando temos um problema de corrupção, graças a Deus temos uma Assembleia, como em todos os Estados dos senhores. Graças a Deus tem uma Assembleia fiscalizadora. Coisa nenhuma! Há 20 anos que vejo uma Assembleia acocorada, anexada ao Executivo. Hoje temos 24 Deputados, 22 anexados ao Governo incondicionalmente, perdendo a capacidade total de fiscalizar. Tomara que não aconteça nos outros Estados, mas tenho certeza de que acontece em quase todos os Estados, mas tomara que não aconteça. 22 de cócoras. Mas a arquitetura é boa. Sobra o Tribunal de Contas do Estado. Coisa nenhuma! Caríssimo e sem função fiscalizadora, no meu Estado. Quase todos os Estados brasileiros, dos 189 Conselheiros que temos no Brasil – são sete em cada Estado –, só 14 têm uma profissão correlata com a auditoria. O resto é ex-Vereador, ex-Deputado, ex-Senador, ex-político, político que perdeu o mandato, todos atrelados ao sistema. Ou seja, o Tribunal de Contas do Estado é uma vergonha nesse País, que também não fiscaliza. As Assembleias de cócoras ao Executivo, e nossos Tribunais de Contas também. Mas a arquitetura é boa.

Ministério Público. O Ministério Público a Conamp diz que é um projeto que poderíamos votar aqui e melhorar essa coisa – estou encerrando, Sr. Presidente. O Ministério Público hoje tem, infelizmente ainda, uma indicação do Governador. Essa indicação, queira ou não queira, tem uma forte influência em uma outra

instituição fiscalizadora chamada Ministério Público. Infelizmente, este é o fato.

Sobra aí o quê? Sobra a sociedade. Na minha opinião, na reforma política falamos muito em partidos, em leis, mas também temos que falar na reforma do eleitor. Temos o Senador Cristovam, que tem insistido nisso, em colocar a escola brasileira no longo prazo, como uma entidade que forma e reforma eleitores. Não só entidades, o sistema educacional somente para colocar os técnicos (philips?) da vida, técnicos no mercado, mas, principalmente, colocar cidadãos, bons eleitores no mercado, que é uma das formas de evitarmos esse tipo de reunião, as CPIs e ações como essa.

Para encerrar, e sendo mais pragmático, tenho a seguinte proposta. O momento é bom. Não assinei, sou daqueles que ainda não assinou a CPI. Que a gente trocasse o esforço da CPI, que tenho visto muito... Desculpe-me, respeito quem assinou. Sou do Governo, sou do PT, mas proponho que trocássemos essa energia que vamos perder em aprofundar escândalos – a CPI tem servido para isso, embora tenha um lado educativo – e fizéssemos um pacto, como o Senador Pedro Taques propôs. Um pacto. Eu diria até um PAC. Se a nossa companheira Dilma está nos ouvindo, um PAC da moralidade. Por quê? Porque precisamos melhorar com recursos. PAC que estou falando é de recursos, de dinheiro. Precisamos gastar dinheiro com o Ministério Público, que está desestruturado. No nosso Ministério Público, quase todos os Estados são especialistas em Direito, mas não têm um consultor em economia, não têm um engenheiro, nem no seu quadro nem orçamento para contratar. Trata de Direito, mas não tem essas especialidades e, às vezes, uma representação, como fiz dezenas em Manaus, como, por exemplo, reclamando de custo de transporte, tarifa de ônibus... Os nossos promotores não conhecem custo, não são especialistas nessa área, e passamos três, quatro anos com uma representação no Ministério Público, enquanto acontecem três, quatro aumentos de tarifa nesses intervalos.

Então, PAC, dinheiro para o Ministério Público, dinheiro para a justiça. Nossos juízes também são desestruturados. Tenho 60 mil reais para assessoria, juiz. Pelo menos nessa área de improbidade e corrupção seja também estruturado. É uma vergonha uma instituição como a CGU, que tem a função, em tese, de fiscalizar o orçamento da União. São dois trilhões de reais, 60 milhões de custeio. Menos que o orçamento da Câmara Municipal de Manaus, que é 80. Seis vezes menor que o orçamento da Assembleia do meu Estado. Então, esse PAC, do lado da Dilma, no momento correto, que os Senadores estão apontando, que o próprio FHC está dizendo: “Esquece a CPI e vamos

aí fazer um esforço de tratar estruturalmente a coisa”. Esse pacto da moralidade, do lado do Executivo, pagando e fazendo esse pacto com a gente, e do nosso lado o aperfeiçoamento da legislação.

Quanto ao aperfeiçoamento da legislação, está aqui um ofício que coloquei, em maio de 2007, na Presidência do Senado e na Presidência da Câmara. Nenhuma reação para cento e tantos processos que cobrem quase todas essas áreas que estamos falando aqui, estão dormitando nas gavetas do Senado e da Câmara.

Só para encerrar, Sr. Presidente, permita-me só um minutinho, para homenagear o Flávio Dino e o ex-Deputado Paulo Renato.

Paulo Renato quis criar um negócio bem monstruoso, mas bonita a ideia, parabenizo por isso, chamado Tribunal da Probidade. E o Flávio Dino, por meio de uma comissão especial da qual participamos, transformou, substituiu esse projeto do Paulo Renato em um projeto mais simples que um Tribunal de Probidade. Um projeto que aumenta, que cria um caminho bem veloz para a questão da justiça e, portanto, a impunidade, que é uma das mães que realimenta a corrupção. É criar, lá embaixo – aí é o nosso companheiro Luiz Couto –, varas especializadas para improbidade e corrupção. Aqui em cima, Câmaras especializadas – como acontece no Rio Grande do Sul, a chamada “câmara de gás” ou “câmara mortífera” – de desembargadores de Segunda Instância, especializados só em probidade e corrupção. E, nos tribunais superiores, turmas de Ministros. É um caminho a desenhar, para dizer que essa corrupção que nos mata e nos agride terá um caminho mais fácil para se matar, porque, segundo o Conselho Nacional de Justiça, vi uma declaração do Presidente, que disse: “Nosso grande problema em relação à corrupção da justiça brasileira só tem um pequenininho problema: não julga”. E a improbidade e a impunidade são alimentadas por essa falta de julgamento.

Encerro aqui dizendo, companheiros, que coloquem isso em nome da Frente Parlamentar de Corrupção, em uma das propostas, e que a companheira Dilma, junto conosco, faça um grande pacto com entidades legislativas e executivas, um PAC da moralidade, gastando o dinheiro, recursos, estruturando as instituições e aperfeiçoando a lei.

Muito obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Francisco Praciano, Coordenador da Frente Parlamentar Contra a Corrupção, que encaminhou uma série de propostas, como essa de reunir tudo o que está circulando na Casa, para um debate do tema em votação.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas para algumas questões que já estão em andamento.

Amanhã, às 10h, a OAB federal fará o lançamento do Observatório da Corrupção. É um evento que terá o maior significado e que abrirá à sociedade a fiscalização positiva e concreta. Está aqui o nosso reitor da Universidade de Brasília e, conversando, ele está propondo a data de 13 de setembro, às 9h, no Auditório da UnB, para fazer o primeiro ato onde iremos participar da sociedade, de um modo especial com os estudantes.

Está aqui, nos honra e está na Mesa, o companheiro Cláudio Lamachia, que está fazendo um trabalho emocionante no Rio Grande do Sul, reunindo várias entidades, não apenas a OAB, mas de todos os vários instrumentos da sociedade, e está propondo para o dia 7 de setembro, às 11h, na OAB, uma programação exatamente sobre a mobilização.

Então, repare que já temos três movimentos nesse sentido. E chamo a atenção para essa reunião marcada para a Praça do Buriti, exatamente baseada pela sociedade, dia 23, às 16h.

Está começando e acho que não para mais, Sr. Presidente. O primeiro foi marcado para a Cinelândia, dia 20 de setembro. Já são milhares de pessoas que estão nesse movimento. Usando a faixa popular de chamamento, está previsto um encontro realmente impressionante na Cinelândia. E no dia 7 de setembro, em São Paulo, pela Avenida Paulista, e no Rio Grande do Sul, no Parcão, grande movimento manifestado pelas redes populares, convocando a sociedade para essas manifestações.

Essa reunião foi feita exatamente com o objetivo de convidar os irmãos da CNBB, da OAB, da ABI, das várias entidades, principalmente para ouvir o que eles pensam e o que eles querem. A reunião foi importante, foi interessante, mas me parece que, até que começamos, no início, e eu até marquei algumas propostas que foram feitas, a começar pelo Sr. Márlon Reis, e acho que ele propôs nós irmos ao Procurador-Geral da República para a decisão que vai ter nos próximos dias com relação à Lei da Ficha Limpa o Juiz Luiz da Rocha Neto, chamando a atenção para este detalhe: há uma revolução que está acontecendo no mundo, que é o uso das redes sociais. Lá no Oriente Médio, derrubou ditaduras de trinta anos, sem igreja, sem líder, sem absolutamente nada. O povo, a sociedade fez isso. Isso eu acho que está se iniciando no Brasil, e creio que temos todas as condições de aproveitar isso.

Então, eu proporia, faria um apelo a essas entidades, para que, dentro do possível, os companheiros que estiveram aqui reunissem suas entidades, discu-

tissem, debatessem, levassem as ideias, as teses, as propostas que elas levarão adiante, e marcaríamos, posteriormente, uma reunião absolutamente de trabalho, onde cada uma dessas entidades, já agora ouvindo cada uma delas, traria para nós uma ação daquilo que acham que nós deveríamos fazer daqui para diante.

Eu creio que, desta vez, tudo que foi dito aqui, principalmente pelo nosso querido Senador que já saiu, de pessimismo, é verdade. Quer dizer, tudo que se fez com relação a corrupção e ética soa meio ridículo, porque o pensamento da sociedade e o pensamento que temos disso tudo é que nada resolveu até agora. Nós termos conseguido, por exemplo, barrar no Tribunal os aumentos exagerados dos funcionários do Senado, o Presidente do Senado entrou com recurso para terminar com isso. Nós temos visto, ao longo do dia, permanentemente, as coisas acontecerem sem nenhuma participação nossa. Quando vieram os juízes italianos e ficaram aqui durante quinze dias, parecia que nós íamos imitar aquela espetacular realização que eles fizeram na Itália. Realmente, não deu em nada. Então, como é que nós podemos avançar esse discurso de oba-oba, que não quer dizer nada, e temos medidas concretas?

Repito: estou participando desse movimento por causa de um fato concreto. Isso não deu no governo do Fernando Henrique e isso não deu no governo do Lula. Fizeram bons governos. E nós não estamos aqui para olhar para trás, eu acho que a pior coisa é fazer isso. Estou apenas lembrando isso para olhar o presente. De repente, não mais que de repente, a nova Presidente adota uma posição diametralmente oposta. Uma posição ousada, corajosa. Quando ela demite o Chefe da Casa Civil, que era o homem mais forte que tinha no seu Ministério, o homem da confiança absoluta dela, porque a representava em toda a composição do Ministério, em toda campanha, é porque foi uma atitude de coragem. Se nós lembrarmos que o Lula veio a Brasília para pedir que não se fizesse isso, foi uma medida de coragem. E quando ela continuou com esses atos que ela está fazendo, é uma atitude de coragem. Agora, o que a gente sente é que está havendo um movimento em sentido contrário. As lideranças, os partidos, a começar pelo meu, estão fazendo um movimento de boicote, de impedir que ela pare com isso, porque, se continuar com isso, a situação vai ficar muito ruim. Aí é que eu acho que nós temos que entrar. Entrar e começar a dizer que nossos líderes não falam por nós. Alguém do MDB que vai dizer para ela parar com isso não está falando em meu nome, e eu poderia dizer hoje que em nome da maioria da Bancada do MDB não está falando. Então, quando se falou

aqui no estímulo à Presidente para que ela continue, eu acho que isso é importante.

Eu não sou contrário a que se crie a CPI. Eu acho que o PSDB está no direito dele. É normal que crie a CPI. Agora, nós estamos num outro movimento, que é o movimento de tentar fazer com que, com o povo na rua, a gente consiga fazer isso. Uma é esta, de a Presidente, a partir de agora, cumprir aquilo que ela diz. Os partidos podem indicar politicamente, mas eu quero ver a biografia, a ficha de quem está sendo indicado e a capacidade para o cargo que ele vai exercer. Isso não aconteceu nesse Ministério que está aí. Eu acho que, dificilmente, olhando para trás, um ministério tenha sido feito de maneira tão irresponsável, diria eu. Eu não sei, o Lula agradando um, agradando outro, eu não sei. No MDB, o Ministério do Turismo saiu não sei de onde. De onde ele foi indicado? E assim em vários outros ministérios.

Daqui para diante, usar essas pessoas que sejam indicadas, a Dona Dilma é responsável. Se os partidos não cumprem a responsabilidade de olhar a biografia e ver a seriedade da pessoa indicada, que ela tenha a competência de vetar: "Esse não me serve", que é o que ela diz que vai fazer e deve fazer.

Então, essa é a primeira iniciativa importante sobre a qual estamos debatendo, que é diferente do que vem acontecendo até agora. E isso, ela, a Presidente, diz que vai fazer. E, segundo, é o problema da impunidade. Quando o próprio Presidente do Supremo envia para a Casa um projeto no sentido de debater essa tese da impunidade, porque a grande responsabilidade é esta, a eternidade, quer dizer, não se julga e ninguém é condenado. Não é absolvido, mas também não é condenado. Há casos sérios, não vamos citar. Dois ex-governadores de São Paulo foram condenados, durante trinta anos, quarenta vezes, mas nunca em caráter definitivo. Todas as condenações, apela, apela, apela, apela, prescreve. Então, quando nós aprovamos o Ficha Limpa, ninguém acreditava, eu não acreditava, não me passava pela cabeça. Eu tinha um projeto, vários tinham projetos iguais a esse, mas não andavam. Eu vi a força da sociedade. E quando a sociedade trouxe o projeto, um milhão e quinhentas mil assinaturas, depois mais dois milhões de assinaturas correlatas, anexas, de apoio, a Câmara votou, uma imensa maioria. Porque nunca se imaginou que passava. Aí veio para o Senado. E quando veio para o Senado era ali, estava no fim. E nós todos, a começar por mim, o projeto que nós aprovamos, eu era contrário. Eu tinha mil emendas a apresentar, porque ele tinha falhas. Mas nós os Senadores tomamos uma decisão: "Não vamos apresentar nenhuma emenda. Se emendar, volta para a Câmara, e morreu. Então vamos aprovar como veio". E ele foi aprovado. Se nós pudemos

fazer isso com o Ficha Limpa, que atinge diretamente o Parlamentar que estava ali, que está sendo processado, e ele votou um projeto como esse, nós podemos fazer uma análise com relação a terminar com a impunidade. Vamos ser claros com todo o objetivo, essa é a realidade. Eu digo, já disse mil vezes essa imagem de que o Brasil é um país corrupto e os outros não são não é verdadeira. Corrupção existe por aí a fora igual aqui. Mas lá a justiça funciona, o cara vai para a cadeia, lá o rico, o pobre, o empresário, o grande líder vai para a cadeia. O Clinton que foi um presidente espetacular, por pouco não vai para a cadeia se ele não inventa – para a cadeia é mentira – por pouco não perde o mandato se na hora ele não inventa uma forma para mostrar que ele não tinha mentido. O Nixon renunciou porque iria ser cassado porque mentiu, disse que não sabia de nada e apareceu uma fita dele dizendo que ele sabia. Essas coisas aqui não valem nada, fita e mais fita e não conduz a nada.

Terminar com a impunidade é fundamental, e isso nós temos a obrigação. Isso o povo pode fazer, e o povo tem muito mais autoridade do que nós. Porque na verdade nós não queremos, se nós olharmos para o Congresso isso aí depende... Queremos verba pública de campanha; mas se você falar para os líderes, a começar pelo presidente do meu partido, para que eles querem verba pública de campanha? Para gastar no programa de televisão, para montar o programa de televisão. Agora, o resto do dinheiro continua igual. Temos que ter fidelidade partidária. Como é que eles querem a fidelidade partidária? Durante três anos e meio. Termina a eleição tem seis meses para todo pular para onde quer, depois fica fidelidade partidária.

Então, lamentavelmente, a reforma se ficar aqui fechada dentro do Congresso não sai coisa nenhuma. Agora, a sociedade pode mudar, é para isso que as entidades são importantes, mais do que nós. E por isso, se nós quisermos fazer essa reunião com as entidades, e elas estando aqui, para não começar o movimento do Senado ou do Congresso Nacional, porque nós não temos credibilidade, nós não temos respeitabilidade, nós não confiabilidade disso. É aquilo que disse o Cristovam, logo ali e termina tudo. Agora, eu sinto que nesse momento no mundo inteiro essas redes sociais, é o que todo comenta, estão modificando as coisas. Até lá na Inglaterra, de repente, sem mais nem menos essas redes sociais estão fazendo que esta acontecendo movimento que nem entende o que é, ninguém entende o que é. De repente, sem mais nem menos começou a saber, começou a saber e está um quebra-quebra, queima de edifícios que parece até o mundo árabe. Vamos aproveitar isso, no bom sentido aqui, e elas estão surgindo ao natural, elas não estão

pedindo elas estão vindo ao natural. Vamos aproveitar isso no bom sentido.

Em vez de a Presidente estar sendo coagida, pressionada no sentido de que – está todo mundo na hora dizendo... É uma coisa que tem ser analisada. Olha, o Fernando Henrique, que atitude bacana, pedindo até para o partido dele: não é hora de CPI, é hora de dar força para a Presidente para esse movimento que ela está fazendo. Olha, a Marina, derrotada, veio e falou: nós temos que dar força à Presidente nesse momento que ela está passando.

Então, isso tudo mostra que nós estamos vivendo um momento, eu diria, que pode ser viável. Reparem vocês, e acho que devem ter reparado, os Russos convidados... Líder, apareceu um pouquinho do PT e saiu correndo, não apareceu ninguém, nem do MDB, nem ninguém, nem líder, nem Presidente do Senado aqui, tiveram mais vinte Senadores mas as lideranças são outras. As lideranças vão se reunir hoje, vão jantar com a Presidente para ver o cargo... Estão em outra, isso aqui não serve para eles. Então, nós estamos fazendo um movimento que é difícil, porque nos estamos até a revelia do comando do Congresso, porque eles estão em outra, lamentavelmente estão em outra. Por isso que é importante a presença do senhor, por isso que é importante a OAB, a CNBB, a ABI porque essas entidades fizeram num momento muito mais difícil. Eu fui o coordenador o MDB quando deram para mim, para coordenar o Movimento das Diretas Já, todo mundo ria da minha cara. Fizeram uma charge no Estadão que eu tenho guardada até hoje, estavam lá os Presidentes Militares, em cinco, estava lá o poder econômico, estava lá a grande imprensa, estava lá a igreja e do outro lado, eu, o Pedro Simon “Diretas Já”. Uma piada. Pois a piada deu certo, porque o povo veio para as ruas, porque o povo topou. Vocês acham que o colégio indo direto o Tancredo seria eleito Presidente da República, se a mocidade e o povo não tivessem ido – dois milhões – para as ruas? A sociedade fez e nós fomos atrás, nós fomos atrás. É isso que nós podemos fazer agora, que nessa vez, nessa questão há uma unanimidade. Não é nem o problema das Diretas Já, não, não é o problema, a unanimidade é terminar com a corrupção e terminar com a impunidade. Por isso eu agradeço a presença dos senhores, e essa é apenas uma das primeiras reuniões, acho que temos que ir lá adianta fazer uma outra, mais de trabalho e menos discurso. Por isso que eu faço esse apelo. Eu acho que cada entidade que esteve aqui irá se reunir na sua entidade, vai debater, analisar e acho que tem que tomar duas providências: a primeira, o que ela entidade vai fazer, a maneira que ela vai levar essa questão adiante por conta dela; e se-

gundo, o que ela vai trazer para nós como sugestão do que nós devemos fazer.

Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, pela grandeza que está fazendo um trabalho magnífico nessa Comissão, mais uma vez se prestou. Na verdade não era para nós estarmos aqui, era para nós estarmos lá na Comissão de Justiça. Mas, cá entre nós, nós temos que estar aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa Presidência só pode, mais uma vez, agradecer e cumprimentar o Senador Simon, que apresentou o requerimento e que, na verdade, está – sem ele saber – coordenando esse movimento aqui dentro do Senado. Ele nunca disse que é coordenador. Ele apenas apresentou... *(Pausa.)*

Mas eu estou falando agora. V. Ex^a coordena esse movimento.

No encerramento, agradecendo os nossos convidados, eu darei três minutos para cada um fazerem suas considerações finais.

Maurício Azêdo, Presidente da ABI. Por favor.

E quem quiser só agradecer também, é praxe aqui na Comissão três minutos para os convidados no encerramento.

O SR. MAURÍCIO AZÊDO – Ilustre Senador Paulo Paim, Presidente dessa Comissão, digno e zeloso Senador Pedro Simon,

A ABI agradece o convite que lhe foi formulado, e espera que realmente nós continuemos a avançar no estabelecimento de padrões éticos de gestão da coisa pública em nosso País.

Muito obrigado Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Maurício Azêdo.

Dom Guilherme, CNBB. Por favor.

O SR. DOM GUILHERME ANTONIO WERLANG – Da mesma forma Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, demais participantes desse dia de trabalho,

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil mais uma vez agradece o convite a participar, e como historicamente a CNBB tem participado de todo o processo brasileiro, especialmente a partir da criação da CNBB, estaremos sempre a disposição e queremos continuar levar à frente esse projeto junto com a ABI, junto com a OAB e outras “n” entidades. Fizemos essa campanha da ficha limpa, da outra lei anterior. De fato, as falas que foram colocadas me parece que fica claro que o poder está no povo e nós temos que, como sociedade organizada, irmanado com o Congresso Nacional mobilizar o povo e dar o apoio a Presidente Dilma. Nós como CNBB fizemos a poucos dias atrás uma nota explícita nesse sentido de apoio, e que nós queremos continuar porque sonhamos com um Brasil para todos os brasi-

leiros e não só para aqueles que tem mais condições econômicas ou aqueles que são os privilegiados. Muito obrigado pelo convite e conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito Dom Guilherme. Falou pela CNBB.

José Geraldo, reitor da UnB.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Senador Paim, Presidente, também foi uma honra poder participar dessa reunião. Queria cumprimentar os Senadores que subscreveram o requerimento, Senador Pedro Simon à frente e também o Senador Cristovam Buarque, que foi reitor da nossa universidade; cumprimentar todos painelistas participantes das três mesas,

E dizer que já nos integramos a esse calendário de mobilização, no duplo sentido de construir espaços para que o diálogo construtivo dessa ação que é civilizatória, republicana possa prosseguir e também para ampliar o esforço a partir da universidade, de mobilização da inteligência e do protagonismo.

Vou levar as impressões dessa reunião a Associação dos Reitores Federais, para que também ali haja um desdobramento do que aqui percebi e foi relevante. E dizer que no dia 13, espero poder, com o auxílio, inclusive, dos Anais dessa Audiência, recuperar os que participaram e ampliar essa participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Geraldo. Eu já estou com o resumo da Audiência Pública que a gente pode depois encaminhar.

Por favor, Dr. Bolívar, representando a Polícia Federal.

O SR. BOLIVAR STEINMETZ – Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon,

Nós da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal externamos nossos agradecimentos pelo convite a nós feitos. Nós estamos engajados nessa campanha, pode contar conosco, inclusive, nós estamos numa campanha que lançando “Brasil rico é um Brasil sem corrupção”, é um slogan de uma campanha nossa lá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Bolívar. Falou pelos Delegados Federais.

Dr. Gabriel, Presidente AJUFE.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Gostaria aqui, em breves palavras, agradecer mais uma iniciativa do Senador Paulo Paim, do Senador Pedro Simon, dois conterrâneos, agradecer bem a participação das entidades da ABI, CNBB, UnB, dos Delegados da OAB aqui presentes, da ANPR e dizer que nós estamos comprometidos nessa luta de combate a impunidade e combate a corrupção. A AJUFE, os Juizes Federais do nosso País estão engajados nessa luta, e

faz me lembrar aquela frase do Senador Ruy Barbosa, no início do século passado, quando ele colocava na oração aos moços “De tanto ver triunfar as nulidades, a corrupção, as falcatuas muito se riam da honra, e tinham até mesmo vergonha de serem honestos”, ele colocando. Saiu dessa Casa há 100 anos e nós ainda continuamos a lutar com que colocou o Senador Ruy Barbosa naquela célebre oração aos moços.

Então nós os Juízes Federais estamos engajados nessa luta de combate a impunidade, a corrupção em benefício da sociedade e do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Gabriel, Presidente da AJUFE.

Passamos a palavra agora ao Presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Dr. Cláudio, para que possa fazer as suas considerações finais, mas pode usar cinco, porque V. S^a. até agora não tinha falado ainda.

O SR. CLAUDIO LAMANCHIA – Senador Paulo Paim, na sua pessoa, quero saudar a todas as entidades que estão aqui e, seguramente reiterar uma impressão que já tive a oportunidade de passar a alguns amigos durante essa manhã. Este evento de hoje, Senador Pedro Simon, e na sua pessoa quero cumprimentar a todos os Senadores que estão aqui. É um evento memorável para a democracia brasileira. E a Ordem dos Advogados do Brasil tem sim uma história de lutas pelas liberdades nesse país, e jamais poderia deixar de estar presente num momento como esse. Desde o primeiro momento Senador Simon, quando recebi o chamado dos nossos Senadores para que participássemos desse movimento, que é um movimento para a sociedade e da sociedade, a Ordem cumpre sim o seu papel.

O nosso Presidente, Ophir Cavalcante, esteve aqui hoje, participou deste painel e desta abertura, e com muita alegria, me deixou aqui juntamente com o colega Paulo Breda, para que continuássemos nessa reunião representando a OAB, nesta reunião, sim, que busca um novo padrão ético neste País, neste movimento que nasce com essa força e com essa intensidade que foi aqui colocada pelo Senador Pedro Simon.

No passado, a Ordem dos Advogados teve um compromisso muito grande com a luta pela democracia, assim como a ABI, assim como a CNBB, assim como todas as entidades que representam a sociedade civil organizada.

Senador Pedro Simon, Senador Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, neste momento nós temos um outro compromisso, nós temos uma luta. A luta atual não é contra o totalitarismo de outrora, a luta atual é contra a corrupção que pode estar corroendo a nossa jovem democracia. Por isso a responsabilidade que cada um dos senhores tem a partir deste momento e

a partir desse chamamento, que ele já vem da sociedade civil organizada.

Falamos e evoluímos muito aqui. Perdoem-me, porque num determinado momento escutei, uma ou outra manifestação dizendo que nós tínhamos que sair um pouco dos discursos, mas eu acho que nós não ficamos apenas na retórica aqui. Falou-se hoje do que representa os CCs neste país, verdadeira usina de corrupção; falamos aqui, e muito, sobre emendas parlamentares que devem ser rediscutidas, outro câncer na democracia brasileira hoje e que tem alimentado sim a corrupção; falamos aqui de prioridade para julgamento em casos que envolvam desvios de recursos públicos com ideias extraordinárias que surgiram nessa reunião; falamos aqui de foro privilegiado, que tem que ser rediscutido no âmbito deste país.

E quero aqui Senador Paim, falar um pouquinho mais quando falo sobre foro privilegiado. Falo de uma proposta que está em curso nesta Casa e que pretende a extensão do foro privilegiado para ex-agentes políticos. Vejam o absurdo! No momento que nós vivemos uma crise ética sem precedentes neste país, no momento que vemos aonde chegamos: mensalões, mensalinhos, governadores presos, ministros demitidos descaradamente porque mexeram no erário público, juízes assassinados como foi o caso recentemente da Dr^a Patrícia Acioli. Se isso não é o bastante para acordarmos a sociedade civil organizada que está anestesiada, esta reunião aqui hoje memorável, seguramente é. Muito obrigado Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tinha mais três minutos depois da campanha.

Então, eu passo a palavra agora ao Sr. Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Obrigado Presidente, obrigado Senadores,

A Associação Nacional de Procuradores da República tem também um calendário de combate à corrupção, que é um calendário permanente, começa todo ano no dia 1 de janeiro e acaba todo ano no dia 31 de dezembro. Nós estamos permanentemente engajados no combate a corrupção, e é bom ver que, enfim, esse é um cenário que vai se ampliando e que outras entidades e a sociedade civil vão tomando posse daquilo que é seu, e que por justamente por força dessa dormência, dessa latência que sendo vilipendiado, vem sendo utilizado de forma clandestina e em detrimento do próprio país.

A Associação Nacional de Procuradores da República está a disposição permanentemente da sociedade, do Senado e das demais entidades que forem fazer as suas manifestações. Por favor, não hesitem em nos contatar, temos já alguma expertise em relação

ao combate a corrupção. De qualquer maneira agradecemos muito o convite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Dr. Alexandre.

De imediato, eu passo a palavra para o Dr. Marlon Reis, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

O SR. MARLON REIS – Mais uma vez agradecer pela oportunidade do convite e, dizer que estamos, a partir de agora, juntos para colaborar no que for preciso com os trabalhos dessa Comissão, e dizer aqui em rápidas palavras, Senador Pedro Simon, me dirigindo especialmente a V. Ex^a, que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral a partir da sua própria denominação, tem por experiência, por escopo a mobilização da sociedade brasileira. Não é a toa que ele é composto por organizações que tem uma capilaridade tão imensa como a própria Igreja Católica, aqui representada pelo Dom Guilherme Werlong.

Que, graças a esse conjunto de organizações que se uniram no MCCE, é que se conseguiu a energia necessária para fazer aquilo que se assistiu no ano passado. Conseguir convencer, como nós ouvimos, quando no dia da apresentação do projeto na Câmara dos Deputados, um Deputado se aproximou do grupo onde eu estava, para dizer que era mais fácil um boi voar do que a Lei da Ficha Limpa ser aprovada no Congresso. Ele disse para nós, no mesmo momento em que um líder partidário disse que iria exigir a contabilização de assinatura por assinatura para verificar a autenticidade de cada uma das um milhão e seiscentas mil assinaturas, para ver se o projeto podia tramitar como iniciativa popular. Então nós já sabíamos dos desafios que teríamos, tivemos, inclusive, que pedir para vários Deputados de diversos partidos – no número de 33 – assinar o projeto junto para evitar que isso acontecesse.

Então nós sabemos que é sim, o único caminho, é esse da mobilização, é por isso que existe o MCCE. E quero dizer que nós estamos trabalhando, pensando e refletindo para atuar imediatamente nessa questão, levar adiante, aproveitar esse momento da conjuntura que é importantíssimo, para fazer com que haja uma mobilização de rua, uma mobilização real, uma mobilização nas casas das pessoas. Uma vez, ainda lá no final da votação do Ficha Limpa lá Câmara, um Deputado mencionou assim – na verdade eu ouvi a conversa sem querer, eu estava do lado dos dois – e um virou e falou: “Ah, mas as galerias não estão cheias, então esse Projeto não tem essa mobilização toda”. Ai o outro Deputado disse: “Não, mas quem lota as galerias normalmente são as corporações. Esse projeto aqui é de todo mundo, é por isso que as galerias não estão cheias”. E ai o outro: “É realmente tem razão”.

Terminando, só tem uma coisa que eu queria frisar, pelo menos, eu acho que independentemente das futuras e importantes deliberações dessa Comissão, eu acho que os senhores, como Comissão, poderia nos dar a sociedade uma colaboração muito grande, que é aquela no sentido de colaborar para que haja uma agilização na tramitação das ADCs da Lei da Ficha Limpa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marlon.

Olha, eu tenho aqui um resumo que a assessoria fez, a pedido do Senador Simon, das principais propostas encaminhadas. Eu posso ler, se assim vocês entenderem, que termina com a mobilização que o Senador Simon já fez aqui um breve relato.

Bom, vamos lá rapidamente:

Fazer injunções cívicas e pacíficas perante a Procuradoria Geral da República para que, ainda este ano, tenhamos o reconhecimento da constitucionalidade da lei da Ficha Limpa;

Consulta ao TSE sobre a exata extensão do parágrafo 4º do artigo 28 da lei 9.504/1997 que suprime do eleitor o direito ao conhecimento do nome dos doadores durante as campanhas, o que colide com os princípios constitucionais da publicidade e da moralidade. Que o Tribunal afirme a inconstitucionalidade desse sigilo;

AÇÕES PARA COMBATER A FALTA DE EFETIVIDADE DOS JULGAMENTOS DOS ACUSADOS DE CORRUPÇÃO.

Implantação de uma política judiciária nacional contra corrupção;

Delegação para desembargadores e juízes instruírem os processos contra detentores de fórum privilegiado no STF e STJ;

Criação de varas e câmaras especializadas no julgamento de crimes relacionados à corrupção. Ex. TJRS;

Esforço efetivo do Congresso Nacional para aprovar as quase 100 proposições no Congresso Nacional sobre combate a corrupção. Criação de uma comissão temporária mista no Senado Federal para tratar de projetos que combatem a corrupção e a impunidade;

TRANSPARÊNCIA

Utilização – o Senador Simon bateu muito nisso – das redes sociais para garantir publicidade e dar efetiva transparência aos atos da administração pública;

Formação de uma comissão para aprovar as propostas de combate à corrupção que já listei;

Propaganda partidária ao vivo;

Financiamento Público de Campanha;

Prioridade para julgamento de crimes contra o erário;

Utilização de redes sociais;

Reunir o conjunto de matérias que combatam a corrupção e dar prioridade na tramitação;

Já tínhamos também destacado antes.

Agenda de audiências públicas em espaços universitários, iniciando pela UNB;

Fortalecimento da ética, usando as Ouvidorias, as Corregedorias, etc;

Acabar com os recursos protelatórios que levam inevitavelmente à prescrição do crime e a impunidade;

Adotar o rito sumário para os casos de corrupção;

Adotar medida cautelar de bloqueio dos bens dos envolvidos no crime de corrupção.

Definir a responsabilidade de quem apura e de quem julga os crimes de corrupção;

Revisão da Legislação Administrativa Penal dentre outras, com a criação de uma comissão de representantes do parlamento, de instituições como Tribunal de Contas, Controladoria Geral da União, dentre outras, para essa fiscalização;

Aprovação da PEC 303/2004.

O olhar para a proposta de Interrogatório por vídeo— conferência. Foi destacado muito a questão das vídeo-conferência.

Independência do trabalho policial;

Bloqueio de bens dos responsáveis acusados por corrupção;

Aprovar os projetos mais importantes que tramitam no Parlamento, que tratam do combate à corrupção e a impunidade;

Selecionar a categoria de pessoas com acesso a informações privilegiadas. Sujeita a identificação.

Rigor no cumprimento da norma dos processos licitatórios.

Verificar antecedentes e capacidade técnica na indicação dos cargos de confiança.

Transparência com relação a doações de dinheiro das campanhas políticas.

PLS 283/2005,

Em relação à corrupção é importante não jogar toda a estrutura dos poderes em uma vala comum.

Transparência nas doações de campanha (vide proposta Dr. Marlon).

Julgamento de crimes contra o patrimônio público e a criação de varas especializadas contra a corrupção.

Criar uma medida cautelar de bloqueio de bens.

Modificar a forma como executado o Orçamento da União.

Criar um fundo de participação de Estados e Municípios.

Ouvir as propostas das instituições e da sociedade civil e agir.

Participação dos Senadores no lançamento do observatório da corrupção proposto pela OAB, que se não me engano, será nesta quarta-feira de manhã.

Criar critérios para as emendas parlamentares individuais (foi muito debatido aqui).

Supremo Tribunal Federal julgar com urgência a integralidade da Ficha Limpa antes das eleições municipais.

APROVAR OS SEGUINTE PROJETO

PL de acesso à informação;

PL em que os condenados em segunda instância cumpram pena, sem esperar os recursos julgados pelo STF ou STJ.

PL que regulamenta o lobby.

Reduzir drasticamente o número de cargos em comissão, dando preferência aos concursos públicos ou outras formas de seleção.

Defesa dos trabalhos da Controladoria Geral da União.

Defesa dos trabalhos do Ministério Público na defesa da ética e na gestão da coisa pública.

Reconhecimento da ação do Ministério Público e do Judiciário.

Moção para a Presidenta Dilma em apoio a faxina contra a corrupção e a impunidade.

Aperfeiçoar os mecanismos de controle, passo fundamental de combate a corrupção.

Sistema Nacional de Auditoria, que até hoje não saiu do papel.

Fortalecimento dos órgãos de controle, em especial da saúde, porque tem uma ligação muito direta entre a vida e a morte.

Restrição a ocupação de cargo de confiança.

Há uma política de controle aos trabalhos realizados pelos consultores dentro dos órgãos públicos.

Conselhos de Classe: fiscalização da atuação do papel deles no momento do registro de empresas e profissionais.

Controle no uso das emendas parlamentares.

Responsabilidade solidária dos parlamentares na execução das verbas e das emendas.

Outras Propostas:

PEC dos recursos.

O preso já começasse a cumprir a pena com a condenação de segundo grau.

Rito célere para crime de corrupção.

Federalização dos crimes de corrupção.

Projeto de Cidadania Fiscal: se aprovado, estaremos aprovando a maior lavanderia de dinheiro roubado do país. O que foi dito aqui.

Penas duras aos corruptos.

Treinamento do Ministério Público do Judiciário e da Justiça Federal.

Financiamento público de campanha e a campanha transparente.

Voto em lista, voto distrital misto, fidelidade partidária, programas de governo.

Que os membros da magistratura e do MP pos-
sam concorrer a cargos eletivos, a exemplo da Europa
e dos Estados Unidos.

Fortalecimento das carreiras da magistratura e
do Ministério Público.

Acabar com cargos comissionados ou diminuir
esses cargos.

Debater as famigeradas emendas parlamentares
individuais, para mudar essas emendas e a forma que
hoje são distribuídas.

Debater a prescrição dos crimes de corrupção.

Debater a forma de indicação dos ministros do STF.

Pacto contra a corrupção.

De mudanças constitucionais, de legislação elei-
toral, administrativa e penal.

Dialogar com as entidades da sociedade civil.

Movimento concreto que paute agendas de pro-
jetos de combate à corrupção.

Membro da sociedade civil através de pressão
concreta do povo.

Fortalecendo o apoio e votação de projetos.

CPI não é incompatível com esse movimento.

Construir uma máquina de serviço público que
resista à corrupção.

Rever toda a tradição de histórico de corrupção
vista no Brasil, como exemplo, para evitar novos casos.

Investimento adequado na educação brasileira.

Transparência.

Redução do número de cargos comissionados.

*Debater e refletir sobre as propostas feitas na
audiência.*

Reforma eleitoral.

*Tratar com firmeza a necessidade de haver
clareza no financiamento público das campanhas
eleitorais.*

*Trocar a energia de uma CPI por um PAC da
moralidade.*

*Investir no Ministério Público, na CJU e no Ju-
diciário.*

*Criar varas especializadas e câmaras especiali-
zadas com turma de Ministros.*

O Senador Simon, no final, fez aquilo da mobili-
zação, de forma muito objetiva, que vou somente ler
aqui Senador Simon:

**ATOS DE MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Lançamento do Observatório de Corrupção**

Data: 24/08/2011

Horário: 10 horas

Local: OAB Federal– SAS, Q 5, BL M

Ato contra a corrupção e a impunidade– UnB

Data: 13/09/2011

Horário: 09h

Local: Auditório da UnB

**Ato contra a corrupção e a impunidade OAB–
RS**

Data: 07/09/2011

Horário: 11h

Local: Auditório da OAB– RS

**Ato contra a corrupção e a impunidade– São
Paulo**

Data: 07/09/2011

Horário: 09h

Local: Avenida Paulista

Ato contra a corrupção e a impunidade – RS

Data: 07/09/2011

Horário: 11h

Local: Parcão – RS

Ato contra a corrupção e a impunidade – RS

Data: 23/08/2011

Horário: 16h

Local: Distrito Federal, hoje, aqui às 16 horas.

Ato contra a corrupção e a impunidade – RJ

Data: 20/09/2011

Horário:

Local: Cinelândia – Rio de Janeiro

Que as entidades presentes na audiência públi-
ca debatam sobre o tema que foram aqui discutidos
e, com isso, contribuam para aprimorar essa questão
e avançar na mobilização.

Eu havia colocado na abertura quando fiz a intro-
dução, uma proposta de minha autoria, que é o PLS
nº 209/2005, que tornam inafiançáveis e insuscetíveis
de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa
e passiva. Esse projeto está desde 2005 e não anda
uma vírgula aqui na Casa.

Esse é um resumo, claro que a gente vai olhar,
vai detalhar e vamos remeter cópias para todos os
convidados.

Obrigado a todos, foi uma grande audiência pú-
blica. Os senhores todos estão de parabéns. Obrigado.

Está encerrada a audiência pública.

*(Iniciada às 8 horas e 29 minutos, a reu-
nião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.)*

**ATA DA 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CON-
JUNTA COM A 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO
DIA 24 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS
NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES,
PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO
II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e três minutos, do dia vinte e quatro
de agosto de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da
Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião

sob a Presidência do Senador (**Jayme Campos**), com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Registra presença o Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os demais membros. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema “Combate à Doença Falciforme no Brasil”, em atendimento aos Requerimentos nº 34, de 2011-CAS; nº 38, de 2011-CAS e nº 109, de 2011-CDH, de autoria dos Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, com a presença dos seguintes oradores: Joice Aragão de Jesus, Responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, Representante do Ministro de Estado da Saúde, Senhor Alexandre Padilha; Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas para Ações Afirmativas, Representante da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Senhora Luiza Bairros; Zezé Motta, Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – CIDAN; Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente Nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – CETRAB; Altair Lira, Coordenador-Geral da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes – FENAFAL; Roberto Schlindwein, Diretor-Geral da Fundação HEMOBA – Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia, Representante do Secretário de Saúde da Bahia, Senhor Jorge José Santos Pereira Solla. Justifica ausência o Senhor Eloi Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares – FCP. Às nove horas e vinte e três minutos assume a Presidência o Senador Paulo Paim. Às dez horas e quarenta e três minutos o Senador Paulo Paim passa a Presidência à Senadora Lídice da Mata. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro e a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro e Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes Senador Jayme Campos e Senador Paulo Paim e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta

a 27ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a 56ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destinar-se à realização de audiência pública para tratar do tema “combate à doença falciforme no Brasil”, em atendimento aos Requerimentos nº 34, de 2011, e nº 38, de 2011, da CAS, de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim, respectivamente, e ao Requerimento nº 109, de 2011, da CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues.

Antes de mais nada, quero fazer apenas um preâmbulo em relação à audiência pública de hoje e, antes, convidar o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, para participar conosco aqui, na mesa. Faço questão absoluta de que V. Exª fique conosco aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Acato a sugestão da V. Exª.

A anemia falciforme é uma doença hereditária que atinge milhões de pessoas em todo o mundo. Tem uma grande incidência no Brasil devido à forte presença da população africana, pois principalmente a população negra é atingida pela doença. Esperamos debater aqui, nesta reunião conjunta da CAS e da CDH, ações estratégicas de tratamento e diagnóstico da doença.

O requerimento para realização desta audiência pública, como disse, foi feito pela Senadora Lídice, pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Essa doença é herdada dos pais. É uma doença incurável, que altera os glóbulos vermelhos, que são as células do sangue que circulam pelo organismo.

Pelos dados a que esta comissão teve acesso, a prevalência média é de 1 entre 380 nascidos vivos entre os negros das Américas. É considerado pelo Ministério da Saúde um problema de saúde pública no Brasil devido ao País ter grande população negra e mestiça. Na Bahia, por exemplo, Estado com maior influência e descendência de africanos, a cada 650 crianças nascidas vivas, 1 é portadora do gene da doença. De acordo com o ex-Ministro da Saúde José Gomes Temporão, a anemia falciforme é uma das principais preocupações do Governo e está inserida na Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra. Pelo Manual de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde, o programa de atenção integral é uma reivindicação antiga do Movimento de Homens e Mulheres Negras.

A anemia falciforme não tem cura, é bom que se esclareça, mas existem tratamentos que dão ao

doente o direito a uma vida com qualidade, além de proporcionar à família maior segurança. A ciência avançou muito no conhecimento da doença e do seu tratamento adequado.

Por isso, reputo da maior importância esta audiência pública, para que possamos extrair daqui informações, dados e, sobretudo, aquilo que podemos fazer para amenizar e, como bem disse aqui, para dar um maior conforto e uma maior segurança aos familiares dessas pessoas portadoras.

Para tanto, quero convidar para participar da mesa as autoridades convidadas. Sei que nem todas ainda chegaram a esta comissão, mas, de qualquer forma, para que possamos cumprir o nosso horário, quero convidar, pois já está presente, Joice Aragão de Jesus, que é responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, representando aqui o ilustre Ministro da Saúde, Dr. Alexandre Padilha. V. S^a está convidada a participar conosco. Por favor, Dr^a Joice, a senhora pode se sentar.

Convido a Dr^a Ramona Silva de Brito – perguntei a ela como vamos pronunciar seu nome, porque não sei qual a pronúncia – Secretária de Políticas para Ações Afirmativas, representante da Sr^a Luiza Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por favor; convido Zezé Motta, Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, que, imagino, não está presente ainda; convido Marcelo Dos Santos Monteiro, Presidente Nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras, daqui a pouco estará presente; convido Altair Lira, Coordenador Geral da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes, está presente; e convido também o Dr. Roberto Schlindwein, Diretor Geral da Fundação Hemoba – Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia, que já se encontra presente. Dr. Roberto, por favor.

Daqui a pouco, Senador Paulo Paim, eu gostaria que estivesse aqui, nestes próximos vinte minutos, aí eu gostaria que V. Ex^a presidisse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Ex^a e todos os nossos convidados. Estou, neste momento, no plenário, como um dos autores do requerimento, junto com a Senadora Lídice da Mata, e eu pensei, mas V. Ex^a que orienta e manda aqui, e eu sigo, como bom discípulo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele é a nossa referência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No momento em que chegar outro Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E, neste período, V. Ex^a preside, representando-me e muito bem, sinto-me muito representado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a que preside esta importante Comissão, uma das Comissões que mais produzem, e com qualidade, que é a Comissão de Assuntos Sociais. Eu presido a Comissão de Direitos Humanos. É uma audiência conjunta, V. Ex^a está aí, eu me sinto representado e estarei aqui representando os Senadores, se V. Ex^a concordar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, até porque, na forma regimental, quando se faz uma reunião em conjunto, duas Comissões, três, o mais velho é o que preside. E o Paulo Paim é bem mais velho do que o Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu me considere agora elogiado por dizer que é o mais velho que preside.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É a forma regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É bom lembrar que eu tenho 61. V. Ex^a não deve ter 61.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não tenho. Estou chegando aos 60 no dia 13 de setembro.

Prosseguindo a nossa reunião, vamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está vendo, Senador. Devem ter dito que o Paim está louco para presidir, por isso que ele falou que tem 61; e o senhor tem 60...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas eu já antecipei aqui que V. Ex^a vai presidir daqui a pouco, não só, naturalmente, como autor do requerimento. Como é quase uma prática, uma praxe desta Comissão, todas as vezes em que o Senador ou Senadora requer uma audiência pública temos quase que um hábito, durante nossa passagem como Presidente da Comissão, de colocar o Senador ou Senadora para presidir. Acho que esse é um bom princípio da política brasileira.

Entretanto, quero, antes de mais nada, agradecer a presença de V. S^{as} aqui na Comissão e espero que tenhamos o maior proveito possível, diante da importância do que representa certamente essa política de saúde em nosso País.

Todavia, quero esclarecer que um período de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos, doze minutos será suficiente diante do que imagino que as Sr^{as} e os Srs. Senadores terão que fazer algumas indagações. Então, vamos estabelecer um prazo de

dez minutos, inicialmente, para que cada um faça a sua explanação e observações em relação a esta audiência pública.

(intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho o seguinte: cada um que for falar, se eventualmente tiver alguma coisa para apresentar, *data show*, eu acho que seria de bom alvitre já de imediato ir falando e apresentando também, se for possível fazer essa apresentação. Vamos colocar 15, porque são quatro, chegando mais dois são seis. Vamos imaginar que sejam 15, dará uma hora e meia. E nós temos aqui os Senadores que querem fazer indagação, aí tem réplica, tréplica. Vamos estabelecer 15, desde que seja bastante objetivo, bem pragmático. Eu imagino que todos gostariam de fazer alguma indagação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se possível darmos andamentos, porque os demais também gostariam, às vezes, de prolongar mais um pouquinho. Vamos coordenando aqui.

Agradeço a V. Ex^a, e como representante do Ministério da Saúde, do ilustre Ministro Alexandre Padilha, vamos passar a palavra para a nossa querida representante, Dr^a Joice Aragão, que é responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme.

V. Ex^a tem 15 minutos para fazer a sua exposição e, naturalmente, os demais esclarecimentos. Pode começar.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Eu vou apresentar aqui um compacto do nosso trabalho para que, em cima do que está sendo feito, a gente possa ter questionamentos e dar andamento ao trabalho.

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme começa a existir em 2004, quando a Coordenação de Sangue volta da Anvisa para a Secretaria de Atenção à Saúde, no Ministério. Então, ela está na Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados, dentro do Departamento de Atenção Especializada na Secretaria de Atenção à Saúde. Tem como Coordenador o Guilherme Genovez e uma equipe, composta de quatro pessoas, da qual a Coordenadora sou eu.

(Próximo, por favor.)

Como é de conhecimento, a atenção integral às pessoas com doença falciforme é uma atenção que comporta, dentro dos princípios do SUS, um compromisso com o direito da saúde de todos e todas.

(Próximo, por favor.)

Bem, um resumo feito por uma professora que trabalhou nos documentos referentes à saúde da população negra; e a gente tem aqui um texto que se reporta à questão da importância de ter uma política de saúde integral para a população negra. Uma política de saúde voltada para a população negra se assenta no perfil epidemiológico que é marcado por singularidades quer do ponto de vista genético, como das condições de vida que geram diferenças no processo de adoecimento, cura e morte.

A consolidação do SUS só será efetivamente realidade quando essa política for acessível a todos os brasileiros e as brasileiras, considerando a singularidade do povo.

Rapidamente, a doença falciforme é genética e hereditária, decorrente da alteração, ou mutação como queira, sofrida pelo código genético, o gene, responsável pela hemácia, fazendo com que as hemácias percam sua sustentabilidade, vivam menos e, com facilidade, percam a forma redonda e assumam a forma de foice, daí doença falciforme.

A pessoa que receber pelos espermatozoides do pai e pelo óvulo da mãe o gene alterado terá o par do seu código genético para hemácia alterado e terá a doença. Se só receber um gene, do pai ou da mãe alterado, terá apenas o traço falciforme e, portanto, não terá a doença.

Então, é importante frisar que o traço é uma condição genética que também tem de ser cuidada, mas de outra forma, porque o traço falciforme não é doença. Se duas pessoas com traço falciforme, portanto sem doença, procriarem, elas terão a chance de ter filhos com traço, com a doença ou sem nenhum gene alterado. Então, nós temos duas condições: a condição de doença e a condição de traço.

A incidência da doença falciforme no Brasil...

Tem como chegar para cá um pouquinho a... *(Pausa.)*

Tem? Para eu poder mostrar... *(Pausa.)*

Se ele der os dez segundos. *(Pausa.)*

Então, a gente sabe, hoje, estima que, por ano, no Brasil, há cerca de três mil crianças nascidas vivas com doença falciforme. Portanto, uma incidência de um para um mil entre os nascidos vivos.

Ali, nós podemos ver a incidência por Estado. Lá no cantinho está o Estado com a maior incidência da doença, que é a Bahia. Em seguida, vem o Rio de Janeiro; depois um bloco composto por Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão; e os Estados do Sul com as menores incidências. O Rio Grande do Sul... Embora a gente considere menor, ela foi surpreendente, porque não esperávamos que, no sul, a incidência, tanto da doença como do traço, estivesse tão presente.

Conseguiu? *(Pausa.)*

Só para mostrar a incidência da doença. *(Pausa.)*

É melhor.

Então, o resultado dessa... Antes, pesquisadores, cientistas, o Movimento Negro organizado do Brasil sempre falou da doença falciforme como uma doença que estaria muito presente no Brasil, como está presente em várias partes do mundo. Por conta dessa imigração forçada de povos africanos para o Brasil, ela veio junto com todas as características daquela população e, naturalmente, com a herança genética das condições ambientais.

(Próximo, por favor.)

Então, nós temos ali aquela sequência, começando na Bahia, indo para o Rio, depois Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais, como a gente falou, e uma menor incidência no sul – Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina –, mas bastante presente.

(Próximo, por favor.)

Aí a incidência do traço, que é diferente. Não é doença, mas há a possibilidade de a pessoa que tenha traço gerar crianças com a doença.

Então, temos hoje uma estimativa de 180 mil crianças nascendo vivas com traço falciforme no Brasil, e a sequência é a mesma: Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco. Quem é especialista nessa questão não esperava que, no sul, o traço fosse nessa incidência, certo? Mas é a realidade que temos através do Programa de Triagem Neonatal.

(Próximo, por favor.)

Aqui o mapa da África.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS)

– Desculpe, Joice, nossa convidada.

Quero registrar a presença conosco de dois ilustres Senadores da nossa querida Bahia: João Durval e Lídice de Mata. A Senadora Lídice da Mata, inclusive, é uma das autoras desse requerimento, que eu também tive a alegria de assinar, e o Senador João Durval fez questão de vir a esta audiência por se tratar de um tema tão importante. Vou, naturalmente, descontar do seu tempo agora. Fique tranquila.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Que bom! Estou aqui correndo.

Temos aqui a África, como eu falei. Uma mutação que aconteceu no continente africano e que, naturalmente, se espalhou por todo o mundo, intensivamente naqueles países que passaram pelo processo de escravidão. Então, a diáspora africana atinge muitos países da Europa, da Índia, da África, dos Estados Unidos, da América Latina, mas a origem foi uma mutação

acontecida no continente africano para a adaptação às questões ambientais.

(Próximo, por favor.)

Aqui, só para a gente poder ter a dimensão da presença na África e no nosso País, porque eu falei em três mil nascidos vivos por ano, só para a gente ter a noção do que é um país como a Nigéria, muito menor que o nosso, com uma população menor, nascem, por ano, 86 mil e por aqui vai: Congo, Serra Leoa.

(Próximo, por favor.)

Aqui, aproxima-se da nossa incidência só o Congo-Brazzaville, pequenininho, a República Centro-Africana, a Costa do Marfim. Os outros países têm uma incidência bastante alta.

É bom saber que o total de nascidos... Eu falei dos nossos nascidos no Brasil. Está em torno de três mil e a gente tem tal na África hoje, um total estimado, de 500 mil nascidos vivos.

É importante mostrar que a letalidade, a taxa de morte entre os que têm a doença, até cinco anos de idade é de 80% se não for cuidado. Então, a vida média das crianças é de oito anos nos locais onde não tem tratamento. Com cuidado e saúde, a vida média é de 1.8. A incidência hoje está caminhando para 50 anos, em face dos avanços alcançados com o conhecimento da doença. E essa média de oito, a gente ainda tem muito na África, essa vida média da criança.

Na questão da gestante, lembrando que agora o diagnóstico de ácido falciforme na Rede Cegonha foi implantado por conta justamente disso. Cinquenta por cento, se não for cuidada, é a taxa de mortalidade materna na doença falciforme. Com cuidado, essa taxa cai para 2%.

Aqui um dado importante.

Diante dessa realidade dos nossos números e da realidade da doença, o que o Ministério da Saúde propôs como trabalho?

É muito interessante isso, porque se trata de uma doença genética e pode haver, e há, uma tendência a se tratar doença genética não permitindo o nascimento das pessoas. Essa política tem sido aplicada em alguns países, mas o Brasil, por intermédio dos seus pesquisadores, dos seus profissionais da saúde, da sociedade civil organizada, define que o nosso objetivo com uma doença genética, com uma doença falciforme, é promover uma doença na história natural da doença falciforme no Brasil, reduzindo as taxas de letalidade e mortalidade, promovendo longevidade com qualidade de vida às pessoas com a doença, orientando aquelas com traço e informando à população em geral.

Nós trabalhamos no Ministério com aquela equipe inicial de que falei para vocês e com um grupo de as-

seccionamento técnico, para realizar estudos e protocolos para embasamento das decisões dos trabalhos da Câmara de Assessoramento Técnico à Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados, composta aqui com a presença do usuário, com dois representantes da Federação Nacional de Pessoas com Doença Falciforme, e os demais técnicos e nós da Coordenação.

Vou apresentar em resumo as ações desenvolvidas pelo programa.

Ele presta assessoria técnica para a organização da rede de assistência, capacita profissionais em todos os níveis, celebra convênios para a melhoria das ações previstas locais, produz manual, protocolos, rotinas e atualização de procedimentos para tratamento, promove eventos, oficinas, seminários e todo tipo de atividade para a divulgação do conhecimento.

Qual é a situação hoje da doença falciforme no Ministério?

Em 2004 foi quando pela primeira vez se fez um trabalho que seria para pensar a doença falciforme. Foi feito um projeto-piloto mal sucedido pela base em que ele foi pensado, não oficialmente pactuado e foi abandonado.

Em 2005 saiu um programa de doença falciforme que também, não tendo sido pactuado, carecendo de várias questões, foi abandonado. E em 2005 saiu essa portaria que cria no âmbito do SUS a política de doença falciforme. Ela contém nos seus artigos algumas questões, uma ou outra questão, que precisam ser resolvidas, porque ela estipula procedimentos que são incompatíveis com o SUS. E é uma portaria que se refere à doença falciforme e a hemoglobinopatias. Não se pode ter uma única política para todas as hemoglobinopatias baseada na doença falciforme, porque são doenças diferentes com epidemiologia diferente.

Essa portaria, mesmo assim, não foi modificada e foi incluída nessa portaria que regula o SUS, também não pactuada.

Então, na verdade, temos uma situação de não pactuação com o Conass, o que dificulta muito o trabalho, já que os gestores não pactuaram isso. E o trabalho fica na base do voluntarismo, da decisão de cada gestor, diante das suas dificuldades, de aderir ou não a essa ação.

(Próximo, por favor.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco agora.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Vamos lá.

Vou tentar, rapidamente, falar da situação dos programas.

Temos ações em todos os Estados, com exceção de Santa Catarina e Roraima. Desculpem, ali não

é Paraná, é Roraima. Nunca fomos convidados a desenvolver qualquer ação nesses Estados, mas, nos demais, em todos, temos trabalhado com maior ou menor intensidade.

Ressaltarei, porque a apresentação é muito rápida, a intensidade do trabalho na Bahia e em Alagoas. *(Pausa.)*

Tranquila e rápida é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estava dizendo para você para que fique tranquila, porque o tema, para mim, é de suma importância. Estamos falando para todo o Brasil.

Se eu tiver que lhe dar um tempo maior, como para os outros inscritos, darei – fique tranquila –, pela importância do tema.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Eu costumo ouvir a Rádio Senado, assistir à TV.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, quando presidido a reunião principal, alguns reclamam, porque eu sou muito tolerante.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Por isso estou um pouco mais tranquila.

A Bahia tem um trabalho intenso da Secretaria do Estado e dos Municípios. Alagoas tem desenvolvido um trabalho intenso; Pernambuco; em Sergipe, não tem, fomos chamados agora para trabalhar; a Paraíba começou o trabalho; o Rio Grande do Norte começou, mas não foi muito adiante; o Ceará está desenvolvendo um trabalho; o Maranhão é um problema; o Piauí é um problema. Então, existem trabalhos, mas são problemáticos – aí é especificidade de cada Estado. O Amazonas não tem nada ainda iniciado, mas também estamos conversando. O Amapá, com muitas conversas, atualmente; o Tocantins está trabalhando também. O Pará e o Acre estão em uma situação bem difícil, mas já foram encaminhadas. Roraima, nada, como falei; Rondônia também com problemas de trabalho. O Distrito Federal iniciou um trabalho agora; Mato Grosso do Sul e Mato Grosso também trabalhando e Goiás.

Eu assinalaria os bons trabalhos em termos de pacto, em que há possibilidade, com os do Rio Grande do Sul, que tem um programa estadual e um em Porto Alegre, mas ainda faltam algumas articulações para que ele seja melhor. Sinalizaria o trabalho de Minas Gerais como o de melhor triagem do Brasil – até ousar dizer -, do mundo, pelo grau de estruturação que tem em inserção no sistema. São Paulo tem uma política, mas ela não tem avançado muito e precisa, pela magnitude do Estado, de muita organização. O Rio de Janeiro tem a melhor coordenação de programa; tem uma política coordenada pelo hemocentro local; tem uma inserção na Secretaria Estadual e diria, em

termos de modelo, o Rio de Janeiro é o que está mais aperfeiçoado.

O Espírito Santo tem dificuldade na Secretaria do Estado; a Bahia tem dificuldade na estrutura do Estado, com um SUS totalmente esfacelado a ser reconstruído. A Bahia tem que ser a maior atenção. Temos investido muito no Estado, porque se faz necessário, por ser Nordeste e onde há a maior incidência.

Como temos que ser rápidos, há especificidades que poderemos detalhar depois.

(Próximo, por favor.)

Quanto aos recursos aplicados, estamos no PPA, portanto, estamos na coordenação de sangue. Este montante aqui, por ano, foi aplicado exclusivamente com a finalidade de capacitar e expansão do conhecimento, porque equipamento, reforma são outras rubricas, dentro do orçamento da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados. Esse dinheiro tem sido destinado a isso e tem sido totalmente executado. Com exceção do primeiro ano, quando não houve trabalho e, portanto, esse dinheiro não foi gasto totalmente. No ano seguinte, foi aumentando e, atualmente, estamos aqui por conta da necessidade de parar para repensar o sucesso ou não dos investimentos feitos em locais que carecem de outro tipo de trabalho.

Desenvolvemos muitas ações, mas as mais importantes: promovemos o I Encontro das Associações de Pessoas com Doença Falciforme, hoje temos em torno de quarenta associações, que participam ativamente de todo o nosso trabalho, têm assento em todas as nossas câmaras, oficinas e espaços. Não fazemos nenhum trabalho no qual o usuário do Estado, do Município não esteja presente.

Esse fórum, por conta das posturas que encontramos sobre o aconselhamento genético, detalhes que são muito sutis e requerem um processo democrático de respeito pelo ser humano, senão ela acaba sendo um extermínio de população... Começamos este trabalho em agosto de 2006. O consenso do traço falciforme, o desconhecimento dos nossos profissionais do que é o traço falciforme e nas Forças Armadas, principalmente no esporte. Nós temos esse documento e isso já foi elaborado.

(Próximo, por favor.)

Esse foi muito importante porque aqui se e discutiu com os ministérios. Foi um evento que o Ministério da Saúde promoveu para que os usuários elencassem as questões sociais para a inclusão e aí com outros ministérios – Educação, Trabalho, Previdência Social. São trabalhos que estão em curso.

(Próximo, por favor.)

Aqui é um simpósio que existia, feito por profissionais. Começou na Bahia, fizeram dois, e nós assumimos a responsabilidade de fazer bianualmente, porque esse é o grande espaço de conhecimento. Ele perdeu o caráter de ser só de médicos, passou a ser para trabalhadores do SUS, multidisciplinar e participação intensa dos usuários. Então, ele aconteceu sob a nossa gerência nesse ano.

(Próximo, por favor.)

Aqui, um concurso interno das associações, para a gente também divulgar o concurso de desenho pelas associações.

(Próximo, por favor.)

Aqui um dos quadros premiados.

(Próximo, por favor.)

Aqui, o simpósio de maior projeção. Já estávamos fazendo as cooperações com os países da África, com a presença de representantes do Continente africano muito intensa, mas também com especialistas de todo o mundo: Grécia, Índia, África e dos Estados Unidos. Diferentes conhecimentos vieram se agregar com esse perfil. É um fórum de que participam trabalhadores do SUS, médicos de todas as especialistas e os usuários. Foi em Minas Gerais.

(Próximo, por favor.)

Esse próximo vai ser em outubro, em Fortaleza. Estamos caminhando para incentivar os eventos no Nordeste, pela necessidade que nós temos no Nordeste. Será de 18 a 20.

(Próximo, por favor.)

Aqui, a cara do nosso material que temos que produzir para ter protocolos, rotinas, coisas que agregam ao conhecimento, manuais de orientação para tudo e os protocolos, que são de competência do Ministério da Saúde. Ele tem a carinha também pelos usuários que também decidiram que seria com a diáspora africana.

(Próximo, por favor.)

Aqui a gente tem trabalhos desenvolvidos com várias universidades. As universidades têm papeis importantes, porque elas têm outra forma de estrutura e estão agregadas ao SUS. Então, a gente tem convênios celebrados – estou falando de dinheiro – com a UFMG, com o Rio Grande do Sul, com a Unifesp, em São Paulo, com a UFRJ, com o Espírito Santo, Piauí, Goiás, onde é o nosso centro de referência, porque não tem unidade do SUS para atender.

A UFBA tem hoje um trabalho muito importante, que é o Centro de Referência para Terapia Celular e Óssea em Doença falciforme e que atende o Nordes-

te, capacita, atende pessoas que são levadas para lá para fazerem a recuperação das lesões ósseas com bastante sucesso.

E temos um trabalho com a Fiocruz da Bahia.

(Próximo, por favor.)

Esse centro que eu mostrei é uma experiência nossa com Minas Gerais. Ele faz um apoio, um suporte ao programa. Ele tem um *call center*, porque Minas Gerais é muito grande. É só para dar um exemplo de que cada Estado vai ter que organizar sua assistência de acordo com as especificidades locais.

(Próximo, por favor.)

Aqui a nossa cooperação. Temos cooperação com esses países, projetos que estão a caminho. Em Gana, estamos construindo um hemocentro nos moldes dos nossos hemocentros que fazem assistência completa – porque nem todos os hemocentros têm o mesmo perfil. É um projeto grande, de recursos grandes, do Ministério das Relações Exteriores, através da Agência Brasileira de Cooperação. Isso aqui não é do Ministério. A construção desse hemocentro fica em torno de US\$12 milhões e é um investimento pactuado e parcelado, à medida que cada etapa acaba. Dinheiro do Ministério das Relações Exteriores.

Então, temos cooperação acontecendo no Benin, no Senegal e em Angola. Todos esses aqui estão acontecendo.

Na Europa, temos esse da Bahia, que eu falei que foi muito importante, com a Universidade Federal da Bahia, e também as nossas relações com o centro de controle de doenças dos Estados Unidos, por ser um centro de referência capacitação e informação para a gente.

Obstáculos, que eu acho que é mais importante. Eu considero – e essa é uma avaliação da Coordenação de Sangue e da equipe – que inexistem instrumentos oficiais pactuados no SUS para doenças falciformes. Esses documentos que foram produzidos não tiveram o perfil SUS para que eles possam ser efetivamente trabalhados, e isso necessita ser visto. Eu adiantaria que, na atual gestão, o programa de triagem neonatal já está sendo reformulado, porque a triagem neonatal, o diagnóstico precoce, houve uma audiência na Câmara, em que o Secretário da Saúde foi, e isso já está encaminhado, já está existindo. Porque lá, no teste do pezinho, na triagem neonatal, fica a doença falciforme. E já está um grupo constituído – o que é uma reivindicação nossa, de rever esses instrumentos que não foram pactuados. Isso aqui é um grande obstáculo, e o Ministério tem que repensar uma forma de adesão e pactuação para trabalhar com os Estados. E isso implica, então, em uma decisão política dos gestores

estaduais, o que eles vão fazer. No momento, quem definiu trabalhar, definiu e recebe um suporte. Mas o instrumento não está na forma adequada para esse trabalho.

Os Estados com situações difíceis no SUS, isso dificulta muito o trabalho da implantação da política. E os diferentes níveis de desenvolvimento social dos Estados.

Então, esses obstáculos aqui necessitam muito ser reformulados pelo Ministério da Saúde para essa relação com os gestores nos Estados, e tentar superar as dificuldades que temos nos Estados. A rede, a linha de atendimento à doença falciforme ela está escrita, ela não implica... Por favor, prestem bem atenção. Não precisamos criar hospitais, não precisamos criar nada. No primeiro momento, o que o SUS dispõe: melhorar os centros de referência; adaptá-los para a manutenção de qualidade; criar redes, não necessariamente nesse momento; e colocar recursos. Colocar os recursos sem pactuações definidas é voltar dinheiro, como tem acontecido – a gente teve isso em alguns Estados do Nordeste. Não tem recursos humanos para dar conta dos projetos, e cabe então outra forma de atuação.

Então, rever, talvez, Estado por Estado e tomar definições. Mas o Ministério da Saúde precisa também reformular. Isso é uma conversa que já está acontecendo.

Acho que é o último agora. Pode passar.

Esses são os nossos contatos, e aí a gente fica à vontade para os principais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos – e uma salva de palmas pela exposição, gostei da exposição. *(Palmas.)*

São informações que eu não tinha. Olho esse tema com muito carinho.

Então, meus cumprimentos à Joice Aragão de Jesus, responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Falciformes, que representa aqui o Ministro, o nosso amigo Alexandre Padilha, Ministro da Saúde.

Nesse momento, eu queria convidar a nobre Senadora Lídice da Mata, que é a primeira signatária do requerimento e também Vice-Presidente da Comissão do Trabalho e Previdência desta Comissão, que tenho a alegria de dividir com ela, para que ela passe a presidir os trabalhos. Vou deixar que você inclusive chame o representante da Bahia – você, como baiana, por favor, assumo aqui. Só tem baiano aqui. *(Risos.)*

Então, venha Lídice da Mata, minha querida Senadora. A senhora vai chamar, então, o Secretário de Saúde da Bahia.

Alguém está dizendo baixinho aqui: “O Paim é esperto. Ele está dizendo isso porque esse sobrenome

aqui ele não quer dizer". (Risos.) É a pronúncia que é o problema, mas eu vou tentar dizer: Roberto Schlindwein – é mais ou menos isso? Então, tá, eu me saí bem. (Risos.) (Pausa.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Dando prosseguimento, eu quero agradecer a todos que estão aqui presentes. Tive um pequeno contratempo, não pude chegar para o início da reunião.

Quero agradecer de pronto ao nosso Senador Paulo Paim, sempre interessado em todos os assuntos da Casa, mas especialmente naqueles que dizem respeito aos direitos humanos e, dentre eles, a luta de combate à discriminação racial.

Passo a palavra ao Roberto Schlindwein.

O SR. ROBERTO SCHLINDWEIN – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, senhores presentes, bom dia. Estamos aqui falando em nome da Fundação Hemoba, Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia e também em nome da Secretaria de Saúde da Bahia.

Inicialmente – serei breve –, temos que considerar o que a Dr^a Joice já mencionou aqui, sobre as diferenças entre os Estados.

Com relação à Bahia, nós temos o Estado com maior incidência e prevalência. Portanto, o Estado mais necessitado em atenção a essa questão. É um Estado com grandes dimensões territoriais – temos 1.500 quilômetros de fronteira a fronteira. Temos problemas gravíssimos com mão de obra especializada. Só para os senhores terem uma ideia, recentemente tivemos um diretor da Fundação Hemoba pedindo exoneração do cargo para participar do programa Saúde da Família. E necessidade de atenção descentralizada nessa questão, pois a rede de hemoterapia e hematologia da Fundação Hemoba não tem estrutura para dar conta da dimensão do problema. Portanto, essa é uma ação que exige a participação de toda a rede assistencial de forma organizada.

Eu gostaria de apresentar aqui um texto: A Hemoba e a doença falciforme.

A Fundação Hemoba de Hematologia e Hemoterapia da Bahia é um órgão vinculado à Secretaria de Saúde do Estado, mas é uma fundação de direito público e tem permissão assegurada para a oferta de sangue e hemocomponentes com garantia de qualidade e de prestar atendimento hematológico ambulatorial aos pacientes portadores de doenças do sangue.

A Fundação Hemoba foi criada por lei em 1989 e previa atenção em todo o Estado da Bahia. Isso não ocorreu durante muitos anos, mas, recentemente, de 2007 para cá, está havendo expansão e abertura de novas unidades hemoterápicas no interior da Bahia. Incrementamos mais seis unidades, desde Barreiras até Paulo Afonso, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Teixeira

de Freitas, que não estavam incorporadas à Fundação Hemoba, na questão da hemoterapia com qualidade. Esse processo foi realizado e também a qualidade do plasma, permitindo a exportação do plasma para a indústria de hemoderivados, fortalecendo o programa da Hemobrás a partir de 2009. a Fundação Hemoba está em constante expansão, tanto territorial, quanto em qualidade e atenção a usuários na parte de hemoterapia. Na hematologia ainda está muito centralizada em Salvador. Portanto, temos um ambulatório em Salvador que presta atendimento multidisciplinar aos pacientes com patologias benignas do sangue.

A questão é que, num Estado com essas dimensões, se exige que o paciente se desloque grandes distâncias na busca de atendimento especializado. Então nós temos essa situação de fundo, esse panorama. Apesar disso, o ambulatório da Fundação Hemoba tem sido referência no atendimento hematológico a pacientes portadores de hemoglobinopatias. Temos na Fundação Hemoba o quantitativo de 3.774 pacientes com hemoglobinopatias, sendo a doença falciforme a patologia mais frequente no cadastro. Conta com um apoio multidisciplinar, como foi dito.

(Próximo, por favor.)

Aí está a distribuição dos tipos de doença. Então, é fácil de perceber que praticamente 30%, 33% são casos de homoglobinopatias.

(Próximo, por favor.)

As ações da Fundação Hemoba com relação a doença falciforme foram definidas pela Secretaria da Saúde, onde está localizada a política de atenção à doença falciforme na Bahia – e a participação da Fundação Hemoba é assistencial –, têm proporcionado consultorias e uma participação dos técnicos da área na proposição da política estadual, mas a política tem sido conduzida para uma direção dentro da Secretaria de Atenção à Saúde, envolvendo atenção básica também.

(Próximo, por favor.)

A Fundação Hemoba adquiriu equipamentos com convênios com o Ministério da Saúde e também proporcionou treinamentos no interior do Estado e em Salvador para os médicos da rede assistencial.

Então, a maioria dos recursos provenientes do Ministério da Saúde, como já foi dito pela Doutora Joice, são relacionados à capacitação de profissionais da rede. Além disso, a Hemoba tem executado convênios com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos como foi um eco-doppler transcraniano, que foi adquirido e está em operação na Fundação.

(Próximo, por favor.) (Pausa.)

(Anterior, por favor.)

As principais dificuldades enfrentadas pela Fundação Hemoba estão relacionadas a um atendimento ainda centralizado em Salvador; deficiência quantitativa de funcionários para um funcionamento adequado ao nosso serviço, área de recursos humanos com qualificações.

Para os senhores terem um ideia, a Fundação Hemoba, que data de 1989, ainda não realizou concurso público para seu quadro de funcionários por uma série de dificuldades. E a criação do quadro próprio ainda não se deu. Esse processo está em andamento. Esperamos que, para o próximo ano, consiga-se realizar um concurso público na Fundação, ampliando, então, o quantitativo de pessoal especializado.

Então, isso já foi abordado.

A área física do ambulatório também é insuficiente. Esse prédio onde funciona a sede da Fundação Hemoba data de 1993 e foi pensado em um atendimento localizado, não para o Estado inteiro. Então, necessita readequação, que isso já está sendo encaminhado também. Número insuficiente de leitos hospitalares da rede pública para atender pacientes com doenças hematológicas. Temos uma dificuldade muito grande com relação aos leitos. Apesar do aumento expressivo de leitos promovido nesta gestão e na anterior, pelo Dr. (), na Bahia, inteira, ainda são insuficientes. E nós temos muitas dificuldades, eventualmente, de transferir um paciente mais grave, atendido pela Fundação Hemoba, para rede assistencial.

Então, ausência de unidade de referência para pronto-atendimento a pacientes hematológicos também está sendo estudada pela Secretaria e de forma descentralizada. E desconhecimento, por parte dos profissionais da saúde da rede pública, da capital e do interior, sobre manejo clínico desses pacientes. No que acarreta recusa ou atendimento inadequado.

E aí o papel da capacitação desses profissionais nunca é suficiente.

E também a falta de um cadastro informatizado, um banco de dados. Esse contingente de pacientes, urge-se, que se organize, provavelmente por iniciativa do Ministério da Saúde para que esse cadastro possa ser uniforme em todo o País.

Então, atendimento odontológico, serviço social.

(Próximo, por favor.)

Psicológico, fisioterápico, farmácia e uma coordenação de homoglobinopatias.

Então, na realidade, o papel da Fundação Hemoba tem sido de execução, execução de uma atividade com muita dificuldade de recursos humanos e de localiza-

ção, descentralizada, em Salvador, e com uma enorme dificuldade para os pacientes para deslocamento.

Agora, eu queria, se houver tempo ainda, apresentar a parte da Secretaria da Saúde, o que tem sido feito.

(Próximo, por favor.)

Então, o objetivo é reduzir a mortalidade de pessoas portadoras da doença por meio de assistência de qualidade, organizar linha de produção de cuidados, para que a população... A organização de rede de serviço vem promovendo ações de capacitação dos trabalhadores de saúde, oferecendo orientação, informação genética às pessoas e famílias com doenças de traço falciforme em todo o Estado da Bahia. Isso está completamente alinhado com o programa federal.

Então, implantar um cadastro estadual de pessoas com doenças falciforme na Bahia, promover a Fundação Hemoba à condição de centro de referência de média e alta complexidade – já é, mas não tem capacidade para absorver todo o contingente; por isso, a necessidade de descentralização para a rede – estabelecer um fluxo de assistência, que achamos importantíssimo, organizando a rede para prestação de serviço de qualidade a pessoas com doenças falciforme em todo o Estado, e traçar o perfil epidemiológico da doença na Bahia, a partir dos dados do Programa Estadual de Triagem Neonatal e do serviço de atendimento, promover a capacitação e qualificação dos trabalhadores do SUS, para conhecer e cuidar de pessoas com doenças falciforme, e garantir o acesso aos medicamentos estabelecidos e pactuados no protocolo do Ministério da Saúde, completamente alinhado com a política federal.

E aí tem as estratégias de implementação. As diretrizes são as mesmas. Então, criou-se um grupo de trabalho destinado a coordenar as ações de implantação do programa estadual de atenção integral às pessoas com doença falciforme, fortalecer e ampliar a câmara técnica de estudos e alocar recursos próprios, estabelecer convênios e buscar apoio técnico no Ministério da Saúde para estruturação, organização da hemorrede ou hospitais de referência para atenção hematológica de média complexidade às pessoas com doença falciforme.

Então este é o grande problema que tem que ser enfrentado.

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. ROBERTO SCHLINDWEIN – Mais um minuto? *(Pausa.)*

Promover a formação de equipes para orientação e informação genética em doenças falciforme, seminários, encontros e conferências para intercâmbio técnico e científico, produzir material didático informativo para

divulgação e rotina dos protocolos e apoiar projetos da sociedade civil para fortalecer o controle social.

E definiram-se as responsabilidades das esferas de gestão. As ações do gestor estadual são as seguintes: coordenar a elaboração dessa linha de cuidados, para as pessoas com doenças falciforme, articulando todo o serviço do SUS, traçar o perfil epidemiológico da doença no Estado, garantir o atendimento, o apoio e o diagnóstico e o tratamento das pessoas com doenças falciforme, garantir a oferta de imunobiológicos especiais, garantir aos pais e irmãos dos recém-nascidos com doenças falciformes o acesso aos exames laboratoriais para investigação e diagnóstico da doença.

E a responsabilidade, não vou me alongar, abaixo, da esfera de gestão municipal.

(Próximo, por favor.)

Conhecer o perfil epidemiológico da doença falciforme em nível do município, estabelecer sua rede de atenção, tendo como base a atenção básica e definindo o sistema de referência para média e alta complexidade, garantir a disponibilização de medicamentos, promover processos de educação permanente aos trabalhadores do SUS, promover campanhas de informação e divulgação, garantir o acesso ao exame de eletroforese com quantitativo de hemoglobina no pré-natal a todas as gestantes, realizar busca ativa e garantir aos pais e irmãos diagnosticados com doenças falciforme o acesso aos exames e promover campanhas para estimular a população a fazer o teste do pezinho em todos os nascidos vivos.

Então, está definido o papel do gestor estadual e dos gestores municipais e apresentada aqui uma série de problemas que têm que ser enfrentados na Bahia, como já foi dito, as dimensões enormes de território, a atenção ainda centralizada em Salvador e a necessidade de descentralização, problemas gravíssimos com a disponibilização de recursos humanos, sendo o Estado com maior incidência e prevalência dessa doença.

Então, nós temos um problema enorme para resolver.

Obrigado.

Era isso que tinha a apresentar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigado, Dr. Roberto.

Quero passar a palavra agora à Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, representante da Srª Luiza Bairos, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Bom-dia a todas. Bom-dia a todos.

Saúdo, de forma especial, a Senadora Lídice da Mata, que preside os trabalhos desta Comissão, primeira Senadora eleita pelo meu Estado de origem, a Bahia. Pelo que percebi, temos um número significativo de representações do Estado da Bahia compondo esta Mesa. Gostaria de saudar também o Senador João Durval Carneiro, Senador pelo Estado da Bahia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Anhamona, vou ainda dizer que tenho o título de cidadão de Salvador.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Pronto. Temos maioria plena neste plenário. Também compõe a Mesa o Senador Paim, a quem externo também considerações. Trago minha estima à Mesa.

Saúdo a Senadora, pelo PT do Espírito Santo, Ana Rita, e o Senador Wellington Dias aqui presente...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Benedito de Lira.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – ...Benedito de Lira aqui presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tem mais um baiano aqui.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Já fiz os devidos cumprimentos ao Senador João Durval Carneiro.

Gostaria de falar, de forma inicial – até porque falo muito, vou tentar ser breve e cumprir os dois minutos –, que tratar de anemia falciforme é lidar com a doença genética mais comum do País, que atinge uma parcela significativa de cidadãos e cidadãs. É uma doença antiga, conhecida pelo Estado brasileiro desde 1910. Não é uma doença de hoje, é uma doença cujos efeitos o Estado brasileiro conhece e sabe da incidência contundente e fortalecida no País inteiro desde 1910.

Em que pese a anemia falciforme seja conhecida desde esse período, as ações adotadas pelo Estado brasileiro, sobretudo pelas esferas que pensam e estruturam políticas de saúde no nosso País para, no caso, garantir o conhecimento, garantir o diagnóstico, garantir a adoção de medidas que atendam aos interesses, anseios e necessidades das pessoas que vivem com anemia falciforme é muito recente. Como vocês viram na apresentação da Joice Aragão, responsável pela Política Nacional de Atenção à Saúde das Pessoas com Anemia Falciforme, apenas em 2005 foram estruturadas medidas mais coesas por parte do Ministério da Saúde, compondo um programa nacional de atenção a essas pessoas.

A gente não pode deixar de considerar, neste debate, que essas ações, no caso, foram desencadeadas a partir de pressões, de reivindicações, de questionamentos, da insistência permanente do movimento negro brasileiro, notadamente de ativistas e

especialistas que sabiam e conviviam com os efeitos da anemia falciforme sobre as pessoas negras, sobre a nossa população e, como a gente viu, nós temos uma incidência bastante alarmante. A cada ano nascem, em média, 3 mil crianças com essa doença genética e, se não for diagnosticada e, para além disso, cuidada da forma devida, nós teremos um número significativo de crianças que morrerão com, no máximo, cinco anos de idade.

Vivemos um problema de saúde pública que foi alertado pelas representações do movimento social negro no curso dos anos. E no ano de 2005, essa política, esse programa foi consolidado.

Acho muito oportuno o chamamento do Senado Federal, e aí parabeno mais uma vez a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim, ambos propositores desta audiência pública. Discutir a anemia falciforme é discutir as vias de proteger, de amparar os direitos à vida de uma fatia generosa da população.

Eu gostaria de externar isso, de colocar que a oportunidade desta audiência pública aqui no Senado e pontuar que a Câmara dos Deputados no mês de maio deste ano também fez uma audiência pública para tratar da questão e essas duas ocorrências no Congresso Nacional são mais do que oportunas porque, primeiro, este ano é o primeiro ano de gestão dessa nova administração federal, a qual componho e, sendo o primeiro ano de gestão, é ano de elaboração das peças políticas que nortearão os nossos fazeres no curso dos próximos quatro anos.

É importante que Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas fiquem atentos a essa necessidade de população negra brasileira que há de ver consolidado, no Plano Plurianual do Governo Federal, no caso do programa temático relativo ao SUS, as ações iniciativas que pontuem as necessidades das pessoas que vivem com anemia falciforme.

Para, além disso, este ano é ano de conferências, muitas conferências. Nós teremos, no final deste ano, a 14ª Conferência Nacional de Saúde em que as matrizes políticas compartilhadas com vários atores e atrizes, principalmente a sociedade civil, serão novamente discutidas. Nesse sentido, eu renovo a oportunidade do debate que aconteceu na Câmara ser, no caso, reiniciado aqui no Senado.

Gostaria de dizer ainda que na minha interpretação não é à toa, não é, por nada mais, nada menos, o racismo institucional, que existe no Estado brasileiro e também nas estruturas de saúde em todo o País, e quem diz isso não é Anhamona Brito, representante da Seppir, é o Ministério da Saúde quando aprovou e publicou a Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra e referendou textualmente que o racis-

mo, o racismo institucional e as desigualdades raciais, consequência do racismo e do racismo institucional, são determinantes sociais de saúde.

O Ministério da Saúde reconhece isso, reconhece isso e, para mim, não é nada mais, nada menos do que o racismo institucional que simplesmente fez com que, durante quase 95 anos, uma doença genética que incide sobre uma parcela significativa da população, não é uma doença infecto-contagiosa, mas é uma doença causada por uma mutação vivenciada pela população africana que não veio para cá na condição de imigrante e, sim, na condição de escravos e, é importante frisar isso, que essa doença genética que, na África, possibilitava, foi uma estratégia na natureza para diminuir os impactos da malária.

Vejam só: uma estratégia da natureza provocou uma mutação genética a fim de diminuir o impacto da malária sobre a população negra em África. Quando os negros africanos chegam aqui no Brasil, na condição de escravos, eles carregavam o traço falciforme e, sendo o Brasil um País de maioria negra, sendo o Brasil um País que tem uma parcela generosa da população, 96,7 milhões de pessoas que são negros e negras em nosso País, é mais do que justificável que essas pessoas possuam o traço e, como foi muito bem explicado pela Joice, no caso de incidência do traço, de termos o pai e a mãe de uma criança com anemia falciforme, a possibilidade da criança ter a doença. Essa é a questão que a gente precisa referenciar bem porque não é uma coisa de negro pura e simples. Não é uma coisa de negro pura e simples.

Gostaria de colocar ainda o seguinte: que os indicadores sociais que já foram externados pelo Ministério da Saúde, no caso, eles trazem, impõem para nós do Governo Federal, impõem aos Estados, impõem aos Municípios responsabilidades muito contundentes no que diz respeito à garantia do direito à vida dessa população. A responsabilidade está dada para a gente, e não dá para a gente também deixar ao lado – e eu quero resgatar a fala do então Ministro Temporão, que na abertura foi também trazida pelo Senador que presidia a princípio esta reunião –, que a anemia falciforme era concebida, e aí eu vou colocar é concebida, como uma doença importante e que deve ensejar ações emergenciais por parte do Governo Federal. E o que nos cabe aqui no Governo Federal? O que a SEPI tem feito, tem pensado, a fim de possibilitar que as políticas de saúde, em atenção aos interesses das pessoas que convivem com a anemia falciforme, sejam efetivamente realizadas e, para além de elaboradas, elas precisam ser cumpridas, precisam ser cumpridas?

No ano de 2011, quando dos trabalhos na esfera mais interna, mais administrativa, nos trabalhos pela

elaboração da proposta, pelos Ministérios, de programas temáticos a comporem o PPA 2012 a 2015, nós, da SEPI instamos o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, que foi criado também tendo como base a reivindicação do Movimento Social Negro e funciona no âmbito do Ministério da Saúde e conta com a participação da SEPI.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Vou concluir.

Nós conversamos com o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, para efetivar uma avaliação mais profunda do programa, das suas iniciativas e dos seus objetivos. Nesse trabalho, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, que é composto por especialistas e ativistas que trabalham na área de saúde e tem uma função importantíssima no que diz respeito a orientação do Ministério da Saúde para tessitura de políticas e também para elaboração de estratégias para o cumprimento delas, nós apontamos propostas a fim de fazer com que a atenção à saúde da pessoa com anemia falciforme fosse, no caso, priorizada pelo Governo brasileiro.

Gostaria de colocar ainda que no curso desses anos, de 2005 até 2009, porque a política nacional de atenção à saúde da população negra teve seus marcos legais publicados no ano de 2009, nós, no caso, compusemos, elaboramos o plano operativo na política nacional de atenção à saúde da população negra, porque sendo a anemia falciforme uma doença prevalente na população negra, obrigatoriamente o conteúdo de um plano operativo, para viabilizar essa política, precisaria constar elementos que tocassem nessa questão, na questão da anemia falciforme e da doença falciforme.

Nesse processo, no plano operativo, houve, no caso, estabelecimento de ações, de estratégias de operacionalização dessas ações, de recursos financeiros e de indicadores e metas para quatro anos a atender a necessidades da população negra em nosso País. E há obrigações para os Estados, obrigações para o Municípios e obrigações também para o Governo Federal.

Bom, no que diz respeito à anemia falciforme, uma das ações pontuadas como necessárias foi a implantação desse programa, do programa que foi apresentado aqui pelo Ministério da Saúde. Mas uma implantação que, no caso, atendesse às necessidades de um diagnóstico prévio – e a gente não pode, no caso, pensar que é difícil, dificultar -, fazer com que pelo teste do pezinho, fazer com que por um atendimento neonatal satisfatório a gente consiga perceber quantos são, quantas pessoas efetivamente possuem o traço da doença falciforme, para, além disso, a própria doen-

ça. Um diagnóstico satisfatório protege vidas e isso é importante alertar para as Sr^{as} e os Srs. Senadores, demais presentes nesta audiência pública.

Houve também referências a estratégias de viabilização dessa implantação. Foi pensado como necessária estruturação, a implementação de redes de atenção integral a pessoas com anemia falciforme. E não é qualquer rede. É importante que tenhamos uma rede capilarizada, descentralizada.

Eu estava aqui conversando com Altair Lira. Não adianta nada a gente pegar pinçando, no meu estado, ir pra Xorroxó, pra Iuiú e simplesmente fazer um teste do pezinho na criança, identificar que a mesma possui a doença falciforme, já que a incidência é grande, elevadíssima, e a rede municipal de saúde não conseguir, não ter elementos, não ter profissionais, não ter equipamentos públicos que possibilitem o atendimento dessa criança.

Não adianta nada também não possuir, na rede, em caráter regionalizado, num espaço regional para atender pólos, uma estrutura médico-hospitalar que cuide das demandas das consequências da anemia falciforme em média ou elevada complexidade. Não é disso que a população negra, que a população brasileira necessita. Essa questão precisa ser avaliada de forma mais apurada.

Eu vou concluir, Senadora, colocando o seguinte: a esse plano operativo, particularmente, vejo a importância da atenção das senhoras e dos senhores. Essa é uma grande contribuição que o Senado Federal pode dar. Ele precisa, no caso.

Estamos finalizando a etapa 2011 do plano operativo. Nós, da Seppir, dialogaremos com o Ministério da Saúde por meio – mas não somente – do comitê técnico de atenção à saúde da população negra, para, no caso, acompanhar e aferir a evolução, o cumprimento dessas metas e etapas.

Para a anemia falciforme foram previstos 18 milhões para 2008/2009, 18 milhões para no caso atender às necessidades em 2010/2011. Acompanhar o cumprimento dessas metas é algo importantíssimo. Discutir com as representações de saúde nos estados, nos municípios, é fundamental, porque as pessoas estão de fato morrendo.

E no País, nós temos, como já foi referenciado por Joyce, experiências positivas que demonstram que é possível fazer. Temos, no caso, marcos legais satisfatórios. E no que diz respeito à política nacional de atenção à saúde da população negra, nós estamos falando de uma simples portaria. Estamos falando de um conteúdo normativo que o Estatuto da Igualdade Racial incorporou e concedeu força de lei a um artigo especificamente – com incisos e alíneas – voltado

para o cumprimento da política nacional de atenção à saúde da população negra, no Estatuto da Igualdade Racial, na Lei 12.288, de 2010. E temos, no caso, possibilidades de fazer cumprir e atender aos interesses e necessidades das pessoas com anemia falciforme.

Tanto é assim que o Estado do Rio de Janeiro é modelo no que diz respeito à descentralização, atendimento em variadas complexidades e também diagnóstico da doença. Há manuais pra tudo, inclusive pra tratar dos impactos oculares, odontológicos, enfim, das pessoas que vivem com anemia falciforme.

Esse alerta, esse chamado a Seppir, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial gostaria de deixar aqui para os senhores e as senhoras. E também, particularmente, eu gostaria de mais uma vez externar o meu contentamento de poder contribuir com esse relevante debate, neste plenário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada à representante da Seppir, aqui no nosso trabalho, na nossa comissão. E quero registrar a presença dos Senadores que aqui chegaram.

Além dos Senadores Paulo Paim e João Durval, que já estavam presentes desde o início da reunião, temos aqui, agora, os Senador Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Ana Rita, Casildo Maldaner e Cristovam Buarque. Portanto, quero saudar a todos que aqui estão para debater essa importante situação da doença falciforme no Brasil e convidá-los a aqui permanecer, para participar e ouvir os outros representantes de entidades.

Vamos passar a palavra ao companheiro Altair Lira, Coordenador-Geral da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme.

O SR. ALTAIR LIRA – Bom-dia a todos e todas. Queria muito poder agradecer o convite à Federação Nacional das Associações para estar presente; e na pessoa da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim eu queria poder agradecer aos outros Senadores e Senadoras presentes.

É importante reafirmar dois tópicos pra gente. Atualmente, na televisão, são passadas muitas reportagens sobre as crianças que vivem nas ruas e não tem como lembrar o trabalho da Senadora Lídice na implantação do programa Cidade Mãe, lá em Salvador, programa referência com crianças que estavam nas ruas e crianças que estavam nos bairros. E ao Senador Paulo Paim, a lembrança da institucionalização do dia 27 de outubro, que também é o Dia Nacional da Saúde da População Negra, mas também o dia de fundação da nossa federação, como o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

Então, em nome desses dois Senadores eu queria parabenizar a presença de todos.

Meu nome é Altair Lira, estou como coordenador geral da Fenafal, também sou conselheiro da CNPIR, Conselho Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial, que é um conselho na instância da Seppir, também do Comitê Técnico de Saúde da População Negra e sou membro do Grupo de Assessoramento de Hemoglobinopatia do Ministério da Saúde. Essa referência desse lugar onde estou ocupando pela federação é para referendar um pouco aquela fala que a Joice trouxe de um elemento marcante de 2003 para cá. De 2003 para cá não só a entrada do governo Lula, mas um reforço, uma posição que é a participação da sociedade civil no controle social das instâncias de políticas públicas. Esse é o elemento que precisamos sempre reforçar. Então, não estou aqui simplesmente como um pai, eu tenho uma filha de 12 anos, Marília, que tem anemia falciforme; não estou aqui somente como um pai, mas como alguém fazendo parte de um processo de construção coletiva. Então, todos os programas, esse programa que a Joice demonstrou, nós participamos, opinamos; o programa da Bahia nós participamos, opinamos, estamos construindo todos os programas e participando com essa posição de transformar essa realidade.

Eu gostaria de iniciar essa nossa fala com esse texto que está na introdução do livro *A Doença das Células Falciformes*, do Dr. Paulo Cesar Naoum. É um bioquímico de São Paulo.

Ele diz:

Foi justamente o negro africano, que ao padecer de uma enfermidade crônica e dolorosa como a doença falciforme, que contribuiu com a sua dor, com o seu sangue e com a sua morte precoce para o conhecimento científico mais importante sobre a bioquímica, físico-química, genética e biologia molecular das proteínas.

Apesar de todo o progresso conseguido até o presente, os negros de todo o mundo, e em especial os brasileiros, não puderam se beneficiar das conquistas científicas e tecnológicas obtidas com o seu próprio sangue. Nossas políticas sociais, públicas e privadas, não conseguiram resgatá-los das condições sub-humanas para conduzi-los à cidadania plena.

Essa fala do Paulo Naoum é muito importante. Eu costumo falar que o Paulo Naoum não é do movimento negro, não é de nenhuma entidade. Ele é um médico, só que nesse livro ele conseguiu exatamente conceber essa ideia que é norteadora dessa discussão aqui no Senado, e que foi muito norteadora na discussão que fizemos na Câmara.

A Anhamona trouxe uma informação importante. O primeiro relato científico da doença falciforme foi em

1910. A doença falciforme é aquilo que nós falamos, é a base da genética clássica. Todos os estudos da genética, da hematologia têm a doença falciforme como base. Esse é o elemento fundamental que o Paulo Naoim coloca aí. Então, nós somos o quê? Objeto de pesquisa.

Durante um século se desenvolveram todos os estudos, mas, por outro lado, não se desenvolveram as políticas públicas de saúde. É impressionante. Vocês podem chegar e jogar na Internet a palavra “anemia falciforme”, em qualquer buscador, vão aparecer mais de duzentas mil páginas; vocês saberão sobre aloimunização, saberão sobre úlcera de perna, vocês saberão tudo, mas a pergunta é: onde essas pessoas são atendidas? Então, isso é importante a gente poder analisar. Se nós não analisarmos isso, nesse tempo/espaço, nós vamos ficar achando que é mais uma doença. Não, ela é uma doença que estruturou a base científica, mas ela não estruturou a assistência.

A criação da Seppir, em 2003 e a transparência do sangue da ANVISA para o Ministério da Saúde foram bases fundamentais para em 2005 termos esse programa. Então, se nós imaginarmos 1910/2005, um século praticamente.

Então, o que estamos falando – e naquele meu primeiro *slide* eu falei da questão da reparação – é conceber esse tempo/espaço.

E aí o importante do tempo da nossa federação, que foi criada em 2001, em 27 de outubro, é pensar que, quando nós surgimos, o foco, o debate se dava na doença, doença falciforme, a anemia falciforme. Só que nós aprendemos o seguinte. Todas as vezes em que se fala na doença, o interessante é combater a doença. Por isso é que sempre era: combate à anemia falciforme. Só que você não combate a doença genética. Esse é o elemento fundamental. Aí a Joice trouxe aquela informação sobre aquele evento que fizemos do Aconselhamento Genético. Toda vez em que você pensar em trabalhar a doença genética pelo âmbito do combate, você vai esquecer a dimensão da hereditariedade. Estamos falando de pessoas. Quando nós falamos em combate à dengue nós temos o mosquito fazendo a transmissão, na anemia falciforme como é que você combate, já que essa transmissão se daria por outros dois seres humanos. E aí nós temos exemplos, infelizmente, na nossa Bahia, de projetos que foram feitos que eram altamente de cunho eugênico. Em 2004, a eugenia, é altamente recente, ali presente. Então, qual foi o foco do nosso trabalho? Nesses 10 anos de federação vimos trabalhando na perspectiva de colocar a pessoa com doença falciforme no centro do cuidado. Porque também na nossa dimensão de saúde, toda vez em que se fala em pessoa pensamos

na ideia de promoção de saúde. Pensar na ideia de cuidar do outro. Então gostaria muito que ao final dessa reunião não levássemos a ideia de que falamos em anemia falciforme, mas sim que falamos de pessoas com anemia falciforme. Somos quantos? Não sabemos. O Estado brasileiro nem sabe quanto nós somos. Somos 10 mil, 20 mil, 50 mil, mas nós somos pessoas que necessitamos desde a triagem neonatal, desde o teste do pezinho, até a fase adulta, em todas as fases precisamos de cuidado.

(Próxima, por favor.)

Nessa ideia da promoção da saúde, eu queria falar a última definição do Kruegel ele diz: “a promoção da saúde é a redução de danos que já cometeram grupos específicos da população. Por isso a nossa dimensão de reparação. Temos que pensar que temos uma dívida histórica com esse grupo populacional e que precisamos promover ações para reduzir esses danos.

Então, a intervenção era urgente. Por isso não falamos na ideia de como é que faz – infelizmente, ouvimos pessoas perguntando. Como é que faz para não nascer? Eu sempre digo. A minha primeira pergunta é como que eu faço para cuidar de quem está aí. Esse é o nosso primeiro debate: cuidar de quem já está aí. Cuidar de quem está necessitando do Sistema Único de Saúde, cuidar de quem está necessitando de atendimento e que muitas vezes não o tem.

(Próxima, por favor.)

Esse muro, essa imagem é muito interessante porque vem marcar uma posição muito forte para a gente.

(Próxima, por favor.)

Nesse lado, nós temos anemia falciforme, do outro lado também tem anemia falciforme.

Como foi colocado, aqui, nós temos uma situação que está em toda a sociedade. Mas nós temos que pensar que saúde não é uma situação de você não ter doença. Saúde está relacionada as condições socioeconômicas, está relacionada ao acesso ao nosso saneamento, à educação, à nutrição, ao trabalho.

(Próxima, por favor.)

Esse mapa... alguns mapas vão aparecer, eu pedi a colaboração da Joice, peguei, vocês vão ver que são iguais. Mas aqui é muito importante. E a Joice trouxe uma informação, não sei se todos perceberam, mas a Fundação de Anemia Falciforme de Gana lançou um dado extremamente sério: 600 mil pessoas, por ano, nascem com a doença no mundo; 500 mil no Continente Africano.

Falo isso, porque uma vez dialogando com o gestor, eu disse que a anemia falciforme deveria ter prio-

ridade como a AIDS. Ele disse: Altair, a AIDS é mundial. Eu mostrei esse mapa a ele. Anemia falciforme está em todo o mundo. Este debate nós conseguimos fazer através do nosso trabalho junto ao Ministério da Saúde e com a Organização Mundial da Saúde, através da OPAS.

Conseguimos provocar para mostrar que nós não estamos nem mesmo na Organização Mundial de Saúde.

(Próxima, por favor.)

Esse é o dado que a Joice expôs, mostrando que o nosso diálogo, a nossa intervenção necessita, e aí a presença de todos os Senadores e Senadoras aqui é importante porque fica um questionamento: como é que está a atenção às pessoas com anemia falciforme no Estado de vocês? Como está acontecendo esse atendimento lá? Porque é uma doença que existe em todo o País. Então essa questão ela não fica encerrada aqui no Senado Federal.

Próximo, por favor.

Esse é um dado da Bahia que eu trouxe muito relevante. Já foi exposto aqui, mas de um outro modo. Pensar que nós temos casos da doença falciforme em toda a Bahia, é algo extremamente marcante. Temos casos dessa doença em 417 municípios. Então, quando penso uma política de saúde, tenho que pensar em uma política para todo o Estado. E aí vem um outra dimensão muito comum de se fazer à nossa população. As políticas de saúde são feitas dentro de uma dimensão do possível. “Eu faço o possível.” E fazer o possível é oferecer migalhas.

Nós temos uma dicotomia fundamental no sistema público, que é trabalhar entre o possível e o necessário. Essa é uma dicotomia que a gente precisa romper. Fazer o possível é pensar: eu faço um atendimento para dez pessoas e estou muito bem, vou para casa e durmo muito bem. Só que, quando nós temos cinco mil, dez mil pessoas, o que temos que fazer? Fazer o necessário para atender todas. Não podemos sair tranquilamente para casa achando que atender dez nos deixa confortáveis. Este número, por exemplo, da triagem neonatal, 1.721 crianças, foi o que eu estava conversando aqui, essas crianças são triadas, o Estado identifica se ela tem anemia falciforme, mas a segunda pergunta: elas são cuidadas onde? Elas vão receber medicamento onde?

Então temos uma discussão: o Estado brasileiro não pode se dar ao luxo de fazer o possível. Ele tem que fazer o que está na Constituição: é dever do Estado oferecer saúde à população. Esse é um debate fundamental. Se não estabelecermos isso, vamos estabelecer aquela primeira discussão que o Paulo

Naoum colocou, vamos ser objetos agora de saúde. Fomos objeto de pesquisa, agora queremos ser objetos de saúde. Não. Queremos ser sujeitos, cidadãos e cidadãos deste País.

(Próxima, por favor.)

Só mais cinco minutos ou menos.

É sempre bom mostrar a anemia falciforme. Falciforme porque a hemácia fica em forma de foice, ela toma o formato de meia-lua.

Este aqui é um gráfico que gostamos sempre de apresentar e que já foi dito aqui pela Mesa. E não vamos ficar muito repetitivos. A doença falciforme está inserida nestes quatro campos: doença genética, então temos uma preocupação muito forte com a forma que estabelecemos isso; hereditária, no sentido de que não trabalhamos só com a pessoa, temos que trabalhar também com a família; racismo institucional, esse é um fato, o Paulo Naoum colocou isso na fala dele; e a invisibilidade.

Não podemos considerar que hoje, em 2011, se este Senado, este plenário aqui não sabe o que é anemia falciforme, vamos falar uma coisa muito mais grave: profissionais de saúde estão saindo da universidade sem saber o que é anemia falciforme; profissionais de saúde estão à beira de macas, de leitos sem saber o que é anemia falciforme. Então essa invisibilidade histórica não pode ser considerada como uma coisa natural. Ela não é. Como eu disse, várias pessoas fizeram doutorado, mestrado em cima da anemia falciforme, viajaram para Cuba, Jamaica, Estados Unidos, fizeram suas pós, diversas pós, e por que hoje nós não sabemos? Então esta combinação entre racismo institucional e visibilidade histórica é um processo fundamental para a gente compreender: temos um desafio.

Lembro que, em 2001, quando fundamos a Fena-fal, estava lá a Abigail Páscoa, militante do movimento negro do Rio de Janeiro, e ela trouxe uma faixa com a seguinte frase: “Temos que banalizar a anemia falciforme”. Mas banalizar não é no sentido tradicional, não, mas no sentido de transformar como uma coisa comum do nosso dia a dia, falar dela o tempo todo, como falamos de dengue o tempo todo. Como é que podemos falar da doença genética de maior prevalência no Brasil e não tocar no assunto, não ter material? Então nós temos que falar na escola, temos que falar nos cursos, o tempo todo nós temos que trazer.

Fizemos, Senador Cristovam Buarque, em Salvador uma cartilha para professores: “Doença Falciforme: a importância da escola”, mostrando como o professor pode auxiliar o aluno portador dessa doença genética crônica. Conseguimos transformar muito essa realidade nas escolas de Salvador, onde havia aluno que

internava muito, que ficava muitas vezes dependente do sistema de saúde e não ia para a escola. Então nós conseguimos reverter isto, quer dizer, inserir em todos os espaços sociais.

(Próxima, por favor.)

Este aqui é para a gente mostrar, pelo fato de estarmos nesta Comissão, o impacto da doença falciforme na vida social dessas pessoas. Qual é a média de profissões, de ocupação dessas pessoas? Tanto as mães quanto as pessoas com a doença, ao não frequentarem a escola, ao terem uma baixa escolaridade, acabam sendo trabalhadores domésticos ou dona de casa ou aquele último gráfico, a última coluna, que é “não informou”. Esse “não informou” é extremamente grave pelo seguinte: o “não informou” é aquela mãe que hoje está vendendo, amanhã está lavando, aquela que não consegue ter a mesma profissão o tempo todo.

A escolaridade: segundo grau incompleto – a maioria do nosso grupo.

(Próximo, por favor..)

Este aqui é o processo de falcização no qual não quero entrar em detalhes. Mas o próximo *slide* é muito importante.

(Próximo, por favor..)

Eu apresentei este *slide* na Faculdade de Medicina da Bahia. Quando eu perguntei aos estudantes de medicina qual parte do corpo era afetada, um falou que era a cabeça, o outro falou que era o fígado, e nós percebemos que eles não sabiam. Eu mostrei esse gráfico.

Aquela imagem é do aparelho circulatório, e eu mostrei todo o corpo, da cabeça aos pés. Dez por cento dos portadores podem ter AVC, principalmente entre 12 e 16 anos, úlcera de perna, mas a maior taxa de mortalidade se dá pelo sequestro de sangue pelo baço. A segunda, pela síndrome torácica aguda. A minha filha já ficou no hospital durante sete dias, tomando morfina, que é um medicamento comum para quem tem a doença, pois as dores são extremamente fortes. Problemas renais, fígado, problemas oculares, nas articulações. E aí vem um outro desafio: quando vamos conversar com especialistas, ortopedistas, nefrologistas, eles também não conhecem. Nós estamos numa situação extremamente grave. Quando a Anhamona traz que é um problema de saúde pública é porque é um problema de saúde pública muito sério.

(Próximo, por favor.)

Essa é a nossa federação. Estamos em 20 Estados, com 40 associações. A nossa federação é um dos maiores movimentos do País. Essa capilaridade

se coloca aqui à disposição dos senhores e senhoras. Nos Estados de vocês, querendo dialogar com uma associação nossa, nós estaremos lá.

Para encerrar, eu gostaria de trazer algumas palavras que são muito polêmicas. Uma é combate. Nós vimos aqui, nos requerimentos em que foi pedida esta reunião, que se usa, no tema, combate. A gente pede muito para não usar essa palavra. Nós não trabalhamos a ideia de combate; nós não trabalhamos a ideia de prevenção nem de controle de forma solta. Quando nós falamos prevenção, nós falamos prevenção de agravo; quando nós falamos controle, falamos controle das intercorrências. É importante a gente colocar essas palavras, porque elas são muito poderosas. Foram essas palavras que nos excluíram.

(Próximo, por favor.)

E, por último, eu queria deixar este texto. Comecei com o texto de um médico e vou terminar com o texto de uma médica. Dessa vez eu não quis recorrer a Abdias Nascimento, eu não quis recorrer a Kabengele Munanga, eu não quis recorrer a nenhum militante, a nenhum estudioso da área da questão racial. Eu quis trabalhar no campo médico para vocês perceberem como os próprios médicos estão observando a doença falciforme.

A Dr^a Lauren Smith, dos Estados Unidos:

Apesar de a anemia falciforme ser quase três vezes mais prevalente do que a fibrose cística nos Estados Unidos, os gastos com os pacientes com fibrose cística, incluindo-se aqui verbas públicas e privadas para pesquisa e tratamento, são quase nove vezes maiores do que para os pacientes com anemia falciforme. Não há dúvida de que a raça faz diferença nos Estados Unidos. A questão da raça tem sido intrinsecamente ligada com a anemia falciforme desde a sua descrição, em 1910. Apesar de ser pouco confortável contemplar isso, precisamos considerar a possibilidade de que, consciente ou inconscientemente, a prevalência da doença falciforme na população negra afete os recursos disponíveis não apenas para pesquisa, mas também para o cuidado médico desses pacientes.

Essa é uma médica que percebeu isso. O Dr. Paulo Naoum e agora a Dr^a Lauren Smith.

Essa é uma questão fundamental. Se nós não compreendermos que essa prevalência da doença na população negra – e o Senador Paim, desde o Estatuto da Igualdade Racial, contemplou essa discussão –, nós só faremos maquiagem em cima de uma doença. E nós precisamos de novo falar da pessoa, enfrentar o problema olhando para o rosto dessa pessoa, dizendo: “nós nunca fizemos nada por vocês; precisamos fazer agora”.

Obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, quero registrar a presença de Nayt Junior, presidente do Movimento Negro Republicano do Partido da República.

Passo a palavra agora a Marcelo Monteiro, presidente nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – Cetrab.

Quero registrar também a presença entre nós da outra palestrante, a Sr^a Zezé Motta, presidente de honra do Cidan, Centro de Informação e Documentação do Artista Negro.

Com a palavra, o Marcelo Monteiro.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Bom-dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar inicialmente a Mesa e esta Plenária. Como eu tenho alguns agradecimentos a fazer, vou cumprimentar esta Mesa e esta Plenária na pessoa da Dr^a Joice Aragão, que aceitou este nosso convite, esta nossa proposta de estar aqui, apresentando este trabalho.

Quero agradecer também à Senador Lídice da Mata, ao Senador Jayme Campos, ao Senador Paulo Paim, que aprovaram o nosso pedido, o pedido do Cetrab, Centro de Tradições Afro-Brasileiras, para a realização desta audiência pública, porque entendemos que é fundamental neste momento, no Ano Internacional dos Afrodescendentes, no séc. XXI, no terceiro milênio, reconhecermos que a doença falciforme, como disse Altair Lira, precisa ser falada em todos os cantos deste país e, quiçá, em todos os cantos do mundo para onde a diáspora africana levou a doença falciforme. Por isso, quero agradecer, de pronto, a aprovação desta audiência pública.

O Cetrab vem falando sobre a doença, falando sobre todos esses trabalhos desde o Forafro, que foi o Fórum Permanente e Itinerante de Religiosidade de Matriz Africana no Brasil, que nós iniciamos em 2001, lá em Minas Gerais, e depois, em 2002, no Rio de Janeiro, e através das Comunidades Tradicionais de Terreiro.

O nosso trabalho sempre foi o de discutir políticas públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro, e a doença falciforme também foi trabalhada durante esses encontros do Fórum Itinerante, como membros do movimento negro, como membros do movimento afrorreligioso e também do movimento de mulheres, por intermédio do Comdedine (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro), por meio do Cedine (Conselho Estadual dos Direitos do Negro), por meio do Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher). Por várias vezes, discutimos e participamos lá, no Rio de Janeiro, com a Dr^a Joice, com o Dr. Paulo

Ivo, médico. Por várias vezes, trabalhamos e levamos a conscientização do tratamento da doença por meio das Comunidades Tradicionais de Terreiro.

Então, quero dizer que fico muito feliz, muito feliz mesmo, pelo fato de que os Senadores não só aceitaram o nosso pedido, como também acataram as nossas indicações: a indicação da Seppir, muito bem representada pela Anhamona de Brito; a indicação do Altair; a indicação da Dr^a Joice; a indicação do secretário da Bahia, que, na realidade, segundo a Dr^a Joice, é da Bahia, Minas e Rio de Janeiro, que faz hoje um excelente trabalho nessa área. Então, nós podemos aqui apresentar essa importância.

Eu quero dizer também que o nosso objetivo, o objetivo do Cetrab, que não entende dessas questões técnicas, nós não entendemos disso. O Altair, a Dr^a Joice, o Secretário de Saúde... Inclusive, nós temos aqui em Brasília um transplantado de medula, o Elvis, que é importantíssimo citar. Sinto por ele não estar presente.

Mas, o que dizer é que o nosso objetivo para a realização desta audiência pública, como instituição da sociedade civil, militante do movimento negro, afrorreligioso, movimento de mulheres que temos no departamento de saúde, atuante, o Cetrab está em 22 Estados, hoje, com associados, correspondentes que irão tomar conhecimento disso em seis países. Mas, o nosso objetivo sempre foi de envolver os Senadores, os parlamentares dos seus Estados na importância de parceria, de cobranças no processo de conscientização e as ações do tratamento dessas pessoas.

Hoje, como a Dr^a Joice mostrou, o maior problema que a gente vem conversando é a questão de gestão, de comprometimento políticos dos gestores. E nós entendemos que, neste momento, o Senado, as Assembleias Legislativas é que devem estar interferindo junto aos gestores para que haja um comprometimento político no tratamento dessas pessoas que estão espalhadas por todo o Brasil.

Portanto, eu digo que me sinto, em nome do Cetrab, em nome de toda a nossa assessoria que cavou isso, agradecer também à assessoria da Senadora Lídice da Mata, que foi bastante atuante, do Senador Paulo Paim também, para que nós conseguíssemos chegar até aqui e dizer que estamos ainda no começo. Nós temos um propósito de transformar o ano de 2012 no Ano da Conscientização da Doença Falciforme, com lançamento do material gráfico no dia 27 de outubro na Bahia, o Dia Nacional da Doença Falciforme. E que haja nesse dia a congregação dos 27 Estados, mais as secretarias de saúde, para falarmos sobre a doença, buscando não somente a conscientização como a realização das nossas ações.

A nossa vice-Presidente mandou uma intervenção. Não é possível que no Ano Internacional dos Afrodescendentes, instituído pela ONU, em 10 de dezembro de 2010, 101 anos do primeiro diagnóstico da anemia falciforme, que a falta de vontade política impeça, ainda, o avanço no tratamento das pessoas portadoras da doença falciforme.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passamos a palavra agora a nossa última palestrante, a Srª Zezé Motta, Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – CIDAN.

Depois abriremos o debate. Já estamos passando a lista de inscrição para os Senadores que quiserem se pronunciar.

A SRª ZEZE MOTTA – Quero agradecer o convite e dizer que é uma honra participar dessa Mesa e que participo com bastante emoção, porque tomei conhecimento da doença anemia falciforme, com mais intimidade, por incrível que pareça, apenas em 2008. Eu ouvia cantar o galo, mas não tinha intimidade. Sabia que era alguma coisa séria mas eu não sabia que era tão séria.

Em 2008, fui convidada pela então Secretária de Direitos Humanos, Benedita da Silva, a assumir o cargo de Superintendente da Igualdade Racial, no Estado do Rio de Janeiro.

A primeira preocupação foi verificar quais as demandas, enfim, qual era a função de uma superintendente da Igualdade Racial. Fiquei um pouco assustada porque era tanta coisa... Tinha que cuidar da questão da discriminação racial, com relação aos negros, a discriminação dos indígenas, dos ciganos; cuidar da carência dos quilombolas que são muitas, reuniões com a sociedade civil, cuidar dos assentados, dos pescadores, intolerância religiosa e, lá pelas tantas, me veio o tema saúde da população negra. Tomei um susto e na minha ignorância pensei: esse povo gosta de inventar história. Saúde é para todo mundo, pensei eu. Mas já que é para cuidar da saúde da população negra, vamos em frente.

Passei a buscar informações. Uma das primeiras pessoas que procurei foi a Drª Joice, procurei também o Dr. Paulo Ivo, e fiquei um pouco aliviada em saber que tinha gente capacitada já trabalhando nessa questão. Procurei também o Ministro da Saúde, na época, José Gomes Temporão, depois que me aprofundei sobre a gravidade dessa doença, pedindo a ele uma campanha nacional forte sobre o assunto. Uma campanha de conscientização para toda a população, porque realmente é necessário. O Ministro me tranquilizou dizendo que há havia dois seminários programados

que iniciaria no Rio de Janeiro. Voltei de Brasília para o Rio de Janeiro bem animada.

O que percebi nos seminários foi que as pessoas que frequentam os seminários, são médicos, pesquisadores, portadores de anemia falciforme, e familiares indignados com a lentidão que esse caso é tratado. Eu saía pior dos seminários, Drª Joice, porque percebia que o negócio era muito mais sério. Você ficava vendo aquelas mães sofrendo porque perderam seus filhos por falta de informação. Houve um momento em que fiquei chorando por uma semana, porque vi na internet uma senhora que perdeu um bebê de 9 meses e ela dizia que “se eu soubesse, meu filhinho estaria nos meus braços, nesse momento”.

Vi que o caso realmente era grave, e uma das providências foi aproveitar o espaço que eu tinha na mídia e pedir ajuda à mídia. Procurei o Fantástico, sem sucesso; Globo Repórter, indicou-me outro programa, dizendo que não era o caso. Procurei a produção da Ana Maria Braga, a resposta foi que esse assunto não tinha o perfil do seu programa. Agora eu pergunto: qual é o perfil do programa da Ana Maria Braga? Nada contra ela, mas é de ficar indignada esse tipo de resposta quando realmente não existe vontade, quando há falta de interesse pelo assunto.

O único programa que deu espaço, que conseguimos, no mês de novembro de 2010, foi o Sem Censura. Fizemos um pedido lembrando que estávamos, em 2010, a cem anos da descoberta do diagnóstico da anemia falciforme. A única porta que se abriu foi o Sem Censura. Foi impressionante a repercussão – é um programa que tem muita audiência – que tivemos lá na Suppir (Superintendência de Promoção da Igualdade Racial) por parte dos familiares e dos falcifórmicos; o quanto eles estavam gratos por se estar tocando nesse assunto.

Conseguimos também tocar no assunto em dois capítulos de uma novela que estava no ar, do Falabella. Encontrei-o em uma festa de São João, a gente tem que aproveitar todas as oportunidades, não é Drª Joice? A Alcione, a Marrom, é muito festeira e adora festejar São João. Eu nunca tinha ido e parece que eu fui levada, recebi uma iluminação. Pensei: Puxa, a Marrom me convida todos os anos para o aniversário, para o São João, para não sei o que e eu nunca vou. Este ano eu vou. Quem estava lá era o Falabella, que ia estreitar uma novela. Por acaso, nessa novela, tinha uma clínica, um hospital, alguma coisa do gênero. Eu chamei ele em um canto, e eu não sabia dessa clínica na novela, e disse: Falabella, você vai fazer uma novela. A gente precisa falar sobre anemia falciforme. Arranja uma desculpa lá, um pretexto, inventa uma história. Ele falou: “Não, não precisa inventar. Na minha novela

tem uma clínica, eu posso pôr essas palavras na boca da médica da clínica e tal". E, durante dois capítulos – e ficamos com pena de ser só em dois capítulos –, nós conseguimos que aparecesse um paciente que ninguém descobria qual era a doença que ele tinha e essa médica descobria e explicava. Se não me engano, ele fez questão que fosse uma médica negra. Essa médica, então, explicava para outro médico que a doença do paciente tratava-se de anemia falciforme e ficou-se discutindo o assunto em dois capítulos. A repercussão foi maravilhosa. Só que não está resolvido. Então a luta continua.

Quando eu penso que só tomei intimidade e só passei a me preocupar e sofrer por isso a partir de 2008, eu, que sou uma pessoa interessada, não é, Paim?, em todas essas questões, em todos os chamados...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me que eu diga: o primeiro debate do Estatuto da Igualdade Racial, ainda lá na Câmara, Zezé Motta estava presente.

A SRª ZEZE MOTTA – Nosso querido Paim sabe que eu atendo a todos. Ficamos tão íntimos na militância que, desculpe, eu esqueço do protocolo. (*Risos.*)

Eu fiquei muito preocupada, porque eu sou uma pessoa realmente preocupada com... As pessoas pensam que eu só penso na questão do negro, mas, na verdade, sou uma pessoa como todos nós aqui, preocupada com o ser humano, com a felicidade do ser humano, enfim, com a pobreza, com a doença, com a fome.

Então, fico pensando: se eu, que leio dois jornais, no mínimo, por dia, só tomei intimidade com essa doença em 2008, fico imaginando o resto da população.

Então, acho que essa coisa só dos seminários é muito pouco. Nos seminários, havia essas pessoas chorando, os pesquisadores e os médicos. E a grande população, vítima dessa doença, precisa ser conscientizada.

Foi isto que eu vim fazer, da primeira vez, em 2009: pedir ao Ministro Temporão uma campanha nacional, para conscientizar sobre os sintomas dessa doença. (*Palmas.*) As pessoas precisam saber que tem cura, que tem tratamento, que dá para conviver, que dá para sobreviver com anemia falciforme.

Para encerrar, eu queria lembrar que fico pensando que, se a população, de um modo geral, não sabe dessa doença... Já existe um percentual. A última pesquisa que fiz na Internet apontava 8% da população. Procede, Drª Joice?

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Sim. Da população toda com a doença?

A SRª ZEZE MOTTA – É.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – É uma resposta complicada porque ela dependeria de os Estados terem os cadastros nos seus centros de referência, e isso não se faz só para doença falciforme. Então, a gente estima, por conta dos pagamentos nos hemocentros, nas unidades, em torno de 40 a 50 mil pessoas com a doença.

Um dos problemas que a gente tem é que o Estado não se compromete a fazer um cadastro, porque isso seria comprometer-se a atender regularmente as pessoas.

Agora, a única coisa que me deixou não feliz, obviamente, foi saber que nenhum país tem, principalmente os Estados Unidos. Tem um número grande, mas eles não sabem também responder. Nesse processo de conhecimento da doença, a gente foi a vários países. A incidência a gente tem por conta do programa de triagem que pôde dar isso. A incidência dos nascidos. Agora, quantos vivos, a gente não sabe. Só sabemos que, depois que o trabalho do Rio de Janeiro começou a capacitar a rede, um quantitativo de pessoas diagnosticadas, adultas, acima de 40 anos, cresceu 300% no Hemório.

A SRª SRª ZEZE MOTTA – Nossa Senhora!

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Então, o que era um grupo de 40 anos, pequeno, hoje é um grupo que está só crescendo.

Então, Zezé, números ainda não temos.

A SRª SRª ZEZE MOTTA – Não temos.

Durante todo esse processo de angústia com relação a essa questão, fiz um comercial sobre doença de pele. E comentei com o diretor do programa sobre anemia falciforme. Era até um projeto interessante, porque era um programa sobre todo o tipo de doença de pele, e esse vídeo ia passar nas barcas de Niterói, nos metrô, enfim. Achei superinteressante e falei: "Vamos fazer um sobre anemia falciforme?" E ele disse assim: "O que é isso?" Tudo bem! Assim como eu não sabia até há pouco tempo... Falei: "Vou te passar cartilha sobre isso." "Vou perguntar para a minha esposa, porque ela é médica. Mas ela nunca me falou sobre isso." Depois eu estive com esse diretor, e ele disse: "A minha esposa não tem intimidade; ela não soube me responder, com intimidade, sendo médica, especialista em doença de pele, sobre anemia falciforme."

Então, para encerrar, fico me perguntando: se estamos nesse nível, imaginem quantos quilombolas, o que acontece nos quilombos com relação à anemia falciforme! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Bom, quero registrar a presença, efêmera, porque passou, mas para ser justificada, da Senadora Vanessa Grazziotin, que participa, neste momento, de

uma outra comissão, a Comissão de Meio Ambiente, onde se discute o Código Florestal, porque também é um debate muito intenso aqui nas duas Casas. Eu quero com isso justificar a ausência de alguns Srs. Senadores, e até possivelmente de alguns que aqui estão, porque nós temos diversas atividades que acontecem ao mesmo tempo.

Imediatamente, vou passar a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Eduardo Amorim, de Sergipe.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Bom-dia a todos! Bom-dia, Presidente Lídice da Mata, meus cumprimentos aos da Mesa, aos que estão ali na plateia, na audiência, Senadoras e Senadores.

Eu sou médico, fui Secretário de Saúde e dá para entender um pouco sobre a problemática do sofrimento e da indignação.

É impressionante como doenças, como a anemia falciforme e outras, conseguem atravessar os séculos, e a gente ainda vem nessa condição de audiência em audiência, de seminário em seminário, muitas vezes, na condição de pedinte ou de imploradores, para que coloquem no eixo, realmente, de prioridades ou que façam a lembrança dessa doença.

Falar que não se sabe quantos somos é realmente até perverso, eu diria, neste momento.

O objetivo dessas audiências, desses seminários é ouvir, compreender, levar a conscientização para aqueles que não têm; mostrar que o número é expressivo e, na minha opinião, o nosso país deve passar dos 100 mil casos. Porque o registro – como a Dr^a Joyce diz que tem – é de forma indireta: aqueles que não têm acesso, aqueles que não buscam o tratamento, ou aqueles que não têm como buscar o tratamento, padecem, falecem nas suas comunidades, nos seus Municípios, nos seus povoados. Então, com certeza, na minha opinião, esse número ultrapassa de longe a casa dos 100 mil. E não é um número qualquer; é um número expressivo, grande e que precisa da atenção.

Conhecemos tudo sobre a doença, fomos capazes de dominar o conhecimento, todo o envolvimento genético da doença, mas parece que o mais fácil somos incapazes, que é elaborar políticas mais eficazes, mais decisivas sobre isso. O mais fácil, quando estamos com o diagnóstico na mão, somos incapazes realmente de tratar e de cuidar como deveríamos.

Então, por isso, como a senhora disse, Zezé, fica a indignação em cada momento desse que se vai. Mas perder a esperança, nunca devemos. Aprendi isso tratando e cuidando de paciente com câncer – eu sou médico especialista em dor, algologista, e sou anestesista –, e aprendi com eles que nunca se deve perder a esperança.

Momentos com este deverão acontecer em outras coisas.

Mas eu acho que a proposta também destas audiências não é só conscientizar, não é só alarmar, chamar a atenção para o caso; é também mostrar toda indignação para uma doença que conseguiu atravessar os séculos, como eu já disse, de compreender tudo, mas não dá mais para ficar nessa condição.

Eu acho que existe um Exército que nós temos neste país e que é subutilizado, e que poderia trazer todo esse quantitativo, não só da questão da doença falciforme, mas de qualquer outra questão que envolva a saúde, que são os agentes de saúde. Os agentes de saúde têm que ir de lar em lar – é a missão deles –, de casa em casa, bater à porta de família em família, no mínimo uma vez por semana.

Por que não – e aí a Dr^a Joyce pode até nos explicar – incluir nos agentes de saúde mais essa tarefa, mais essa missão, quantificando, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, em todos os cantos, quantos são e, com certeza, ficará muito mais fácil abordar e não ficar naquela condição de pedinte, de que não sabemos... A Bahia, pelo que eu vejo, tem um diagnóstico aproximado, mas nós poderemos ter um diagnóstico aproximado em todo o País se utilizarmos esse exército que temos: os agentes de saúde. E eu dizia isso à Presidente da República esta semana. Se ela quiser, ela terá um censo, real e concreto, no mínimo a cada dois meses: quantos somos, qual a nossa condição econômica, social, de saúde, educacional, enfim, a cada dois meses. É só dar um *palm top* – que hoje nada mais é do que um celular – na mão de cada um, treinar para isso – e aí incluir também a doença falciforme – e a gente vai saber onde estão, se estão ou não usando medicamento, se precisam ou não... E, depois, referenciar. Nada é impossível num mundo tão moderno e tão informatizado, com toda essa tecnologia de informação que temos hoje.

Acho que, se ainda não temos, é porque talvez não seja uma prioridade. Mas, olhe, não dá mais para ficar nessa condição.

Faço aqui uma sugestão, Presidente Lídice: para que se coloque realmente a questão da anemia falciforme nesse contexto, que o Ministério da Saúde leve esse problema, que capacite, que treine os nossos agentes de saúde para que eles... Conhecendo família a família, saberemos quantos são, onde estão e como poderão ser abordados e poderemos dar a eles toda a condição necessária.

Acho que, se isso não acontecer, infelizmente é porque não queremos tratar e cuidar, porque os meios e os recursos existem. É verdade que os recursos não são como deveriam ser, porque investimos em saúde

muito menos do que investem o Paraguai, o Uruguai, a Argentina, falando do *per capita* e habitante. Não dá nem para comparar. Mas temos uma coisa que eu acho que poucos países do mundo têm, que é um exército que pode ser, com certeza, melhor utilizado se o treinarmos para isso, se o capacitarmos para isso. E nada disso é impossível no mundo de hoje, principalmente no mundo tecnológico, com toda essa rede que temos em todos os cantos.

Então, Dr^a Joice, fica aí esse chamamento e que os dados que a gente possa ter deixem de ser de forma indireta, através dos hemocentros, e sejam de forma direta, porque nós fomos buscar, queremos conhecer onde estão, quantos são e referenciá-los nos casos de necessidade. E conscientizar todas as famílias.

Fica aqui essa sugestão e me predisponho a me colocar e ser parte desse exército, sim.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom dia!

Primeiramente, quero agradecer e parabenizar a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paim por estarem realizando esta audiência pública, nos dando a oportunidade de conhecer melhor a doença.

Também quero aqui dizer que é muito bom ter uma Mesa tão qualificada como esta, que vem nos trazer informações importantes. E dizer, inclusive, para a Zezé Motta, como é bom ter uma pessoa como a Zezé, uma artista, que é muito conhecida, que tem a respeitabilidade do nosso povo, assumindo também essa luta. Isso é muito bom, porque ajuda na divulgação e ajuda também na mobilização do nosso povo e dos profissionais. Enfim, contribui muito. Então, parabéns para vocês e obrigada pela oportunidade!

Mas, na verdade, eu me inscrevi não só para parabenizar e agradecer a vocês, mas porque eu também tenho contato com pessoas que têm o problema da doença falciforme. Primeiro que sou do Estado do Espírito Santo, sou do Município de Vila Velha, e tenho companheiras de luta, professoras da área de educação, que têm se dedicado a divulgar a questão da doença falciforme.

Eu confesso que conheço pouco. Estou me apropriando de algumas informações a mais a partir dos materiais que tivemos para poder nos preparar para esta audiência. Mas como é importante ter pessoas que tenham interesse em divulgar! Infelizmente, nem todos conseguem assumir essa bandeira, fortalecendo essa luta de quem tem o problema da doença falciforme.

Então, eu me lembro de algumas companheiras de Vila Velha que, na verdade, têm se dedicado a isso.

Aqui, agora, uma colega de trabalho me passa algumas informações: “Minha família tem traços da

doença. Tenho um sobrinho e uma prima com padrão genético SS”. Pelo que sei, esse é um tipo de doença falciforme. Não é isso? Nesse caso, é preciso acompanhamento médico. “O problema foi detectado depois de alguns anos que as pessoas tinham nascido, porque elas tiveram outros problemas de saúde. Atualmente, sofrem dificuldade de atendimento por falta de especialistas na rede. O portador leva meses para conseguir uma consulta médica para fazer o controle da doença. Portanto, faz-se necessário um olhar especial das autoridades da área para o atendimento e acompanhamento desses casos.”

Diante disso, eu gostaria de fazer duas perguntas particularmente para a Dr^a Joice. Infelizmente, não pude ouvir sua fala, Dr^a Joice, porque eu estava numa atividade da Via Campesina. Quando cheguei aqui, a senhora já tinha falado. Pode ser até que a senhora tenha de repetir o que a senhora já disse. Mas eu gostaria de saber como, hoje, o Ministério está se preparando ou se organizando para isso. O que o Ministério está oferecendo para a sociedade em termos de ações e de programas que possam favorecer as pessoas que têm a doença falciforme?

Faço outra pergunta referente ao Estado do Espírito Santo. Pelo que me disseram, na sua apresentação aqui, a senhora fez referência ao Estado do Espírito Santo. Então, eu gostaria que a senhora me encaminhasse essas informações, dizendo se o grau da doença naquele Estado é alto e de que forma podemos colaborar para que o Estado do Espírito Santo possa também desenvolver políticas que venham a atender às necessidades dessa população que tem a doença falciforme.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Paulo Paim, antes de...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Peço-lhe somente um minuto, Senadora Lídice. Desculpe-me por interrompê-la. Eu gostaria de dizer outra coisa que considero fundamental. Desculpe-me por passar à sua frente.

Vejo também que é importante investir na formação dos profissionais de saúde. No tratamento de várias doenças, muitas vezes, há dificuldade, como é o caso, por exemplo, da doença celíaca, sobre a qual tivemos oportunidade de fazer um debate no Senado, e da doença falciforme. Muitos profissionais ainda não estão preparados suficientemente para diagnosticar a tempo esse tipo de doença.

Também quero dizer que, no Espírito Santo, as comunidades quilombolas estão muito presentes. Há uma população negra forte no Estado do Espírito Santo, particularmente na região metropolitana. E, nos Municípios próximos, há comunidades quilombolas

que também, possivelmente, devem sofrer desse tipo de doença.

Então, eu queria contextualizar um pouco a realidade que vivemos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Paulo Paim, vou sugerir, como um encaminhamento nosso, que, depois da fala dos Srs. Senadores, retornemos a discussão para a Mesa, que responde às questões e, ao mesmo tempo, encerra a discussão, a não ser que haja outro Senador que queira falar. Poderíamos proceder assim, em função do horário, para darmos uma dinâmica razoável aos trabalhos. Depois, podemos sistematizar algumas iniciativas que esta Comissão poderá tomar.

Com a palavra o Senador, autor do Estatuto da Igualdade Racial, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, meus cumprimentos à Senadora Lídice da Mata, que foi quem me procurou para que eu fosse o segundo signatário, o que fiz com muito orgulho. Parabéns pela iniciativa, Senadora Lídice da Mata! Segundo, pela forma como a Zezé se dirigiu a mim: Paim. Eu a chamo de Zezé também, e vou chamar vocês todos pelos nomes: Marcelo, Remona, Altair... Acho que essa informalidade é que nos dá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mona ficou melhor ainda. Acho que essa informalidade é que nos dá a oportunidade de falar para o Brasil sobre tema tão importante para o nosso povo e para toda a nossa gente.

Então, na mesma linha da Senadora Ana Rita, quero cumprimentar a qualidade dos expositores. Como é bom a gente ver os nossos líderes, aqui na mesa, falando com conhecimento profundo de um tema que a maioria do Brasil, de fato, não conhece, inclusive dando uma aula para nós, Senadores. Por isso, parabéns para o Roberto, parabéns para a Zezé, parabéns para a Joyce, parabéns para a Mona, parabéns Marcelo e parabéns Altair!

Tenho a alegria de dizer que fui o autor do projeto de lei que criou o Dia Nacional das Pessoas com Doenças Falciformes. Tenho aqui a época em que apresentei o projeto. Mas quando digo isso, como eu tenho muitos projetos, mais de mil na Casa, então, cada dia, no mínimo, é aprovado um projeto de minha autoria lá na Câmara ou aqui no Senado. Eu não sou o autor das ideias. Quero dizer que quem é o autor dessa proposta, como o de todas as outras, é o povo brasileiro. Foi o Movimento Negro que me procurou, à época, e me apresentou o projeto pronto. Eu só o registrei, o carimbei, e aí o Paim ficou como autor do

dia 27 de outubro. Parabéns pelo evento reunindo 27 Estados para debater o tema.

Mas, permita-me, Zezé, porque lembrei-me do nosso de um outro companheiro nosso – atriz global que nem você, global para mim é globo, é do planeta mesmo –, que foi o Norton Nascimento. Como foi bom estar com você e com ele no primeiro nos debates que fizemos na Câmara no primeiro momento em que estávamos debatendo o Estatuto da Igualdade Racial, política de quotas, enfim, ambos conseguiram espaço, conseguiram licença de suas emissoras e foram lá e fizeram um debate da mais alta qualidade.

Então, nesse momento, eu pediria uma salva de palmas para o Norton Nascimento, que perdemos, infelizmente faleceu. (*Palmas.*) Ele foi um lutador, porque sei que nem todos os negros, quando chegam num patamar, assumem a sua identidade e a sua negritude. Você e Norton são exemplos para que a nossa juventude siga com orgulho e, em todo lugar, dizer que é negro, como o outro diz que é branco, ou índio, enfim, quando fala de suas origens.

Lembro-me do Norton com muito carinho. Inclusive depois, saímos de lá e viemos almoçar no restaurante do Senado.

Quero dizer, Zezé, que quando fui candidato, em 2002, ao Senado, nós queríamos chamar a mídia de qualquer jeito para saber que o negro, operário e metalúrgico Paim era candidato ao Senado. Daí, nos disseram que a Zezé estava vindo para Porto Alegre. Fale com ela para que no *show* dela ela fale. Aí não sei como, nos fizemos, lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...uma atividade, sei que era do filho do Lupicínio Rodrigues, o bar tem o nome “Se acaso você chegasse”, a Zezé foi, porque era convidada – eu é que entrei de carona no seu *show*. Daí, falaram para ela que ela tinha de citar o meu nome. Daí foi o Paulo Santana, que é teu fã, um grande colunista, e ela citou o meu nome. “Queria dizer a vocês que o Deputado Federal, vinculado ao movimento negro é candidato ao Senado”. Foram palmas para todos dos lados. Estava tudo orquestrado.

Agradeço o apoio que você tem dado àqueles que você entende que merecem o apoio pela caminhada.

Sobre o tema – Estatuto da Igualdade Racial –, nos o construímos com um esforço enorme. Claro que não foi o ideal. Claro que, para muitos, ficou aquém daquilo que nós gostaríamos. Lembro-me de que, no Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado no Senado antes de ir para a Câmara, havia um capítulo quase que especial da doença falciforme, e foi retirado porque entenderam que não deveria. Mas, assim mes-

mo, no estatuto, tem um capítulo que trata da política que a Seppir e a Fundação Palmares estão olhando com muito carinho.

Recebi uma aula de vocês. Não quero nem fazer perguntas. Só o que acho que eu poderia aqui reforçar é que esta Comissão é uma Comissão muito importante. Aqui, na hora da discussão do Orçamento, passam as verbas para a saúde do povo negro. Então, que assumíssemos aqui um compromisso, tanto nesta Comissão quanto na de Direitos Humanos, da qual sou o Presidente, para alocarmos recursos. E aí faríamos uma parceria com a Seppir, de forma tal que uma parte desses recursos que nós podemos alocar no debate da peça orçamentária vá exatamente para – não é combate – darmos mais qualidade de vida a todas as pessoas que têm a doença falciforme.

Então, seria esta a minha contribuição, de falarmos com Jayme Campos – a outra Comissão eu presido – para que possamos contemplar, nas duas Comissões, em parceria com a Seppir e também com o Ministério da Saúde, verbas para investimentos, para que as pessoas com falciforme tenham mais qualidade de vida.

É esta a minha fala.

Muito, muito obrigado. Que bom ouvi-los! Foi mais uma aula para nós, Senadores, e para o Brasil. Vocês falaram para o Brasil.

Quero apenas dizer que nós todos temos esse compromisso; esse compromisso está no nosso sangue, na nossa alma, nos nossos corações. É a razão da nossa vida.

Obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Como não estava previsto pela lista de inscrição, o Senador Paulo Paim era o último inscrito dos Senadores. Vou, então, passar a palavra de volta à Mesa e, depois, sistematizaremos as contribuições de todos.

Então, com a palavra a Dr^a Joice Aragão de Jesus, que foi diretamente solicitada.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Bem, vou por Estado. Senador de Sergipe.

Sobre essa questão que você propõe e traz, nós temos já formalizada a linha de cuidado em doença falciforme, documento oficial nosso. E ela começa justamente na atenção básica. Ela é a base para o diagnóstico e para a entrada. Ela tem um trabalho desenvolvido com o agente comunitário de saúde. Acontece que, se o Estado não tiver estrutura para dar tratamento às pessoas diagnosticadas...

Sergipe não faz ainda a triagem do pezinho. Você pode diagnosticar uma pessoa, mas a responsabilidade social é que, ao fazer o diagnóstico, você faça o cuida-

do. Então, onde já existe o programa de triagem, em que todas as crianças nascidas, na primeira semana de vida, tenham que fazer o teste do pezinho, a triagem neonatal, já temos esse programa. E dar continuidade ao tratamento.

Então, o que acontece? Essa estrutura de sair diagnósticos, centro de referência e participar na atenção básica envolve o agente comunitário de saúde. É definido o papel dele. Qual é o obstáculo? É uma decisão política de abraçar esse trabalho.

Os agentes comunitários são a base do nosso cuidado. O agente comunitário vai à casa das pessoas; isso que você citou, de acompanhar, de saber se está indo às consultas regularmente. Agora, se não houver uma rede preparada para absorver isso, o trabalho não vai existir.

Vou dar um exemplo para vocês, porque, coordenei a implantação do programa no Rio de Janeiro, que é um Estado pequenininho, como o seu Estado, apenas a população é maior. Quando se começou, daí foram surgindo os diagnósticos, mas ele tem para onde mandar e para onde prosseguir. E criaram-se ambulatorios regionais. Se você busca uma demanda, faz diagnóstico e não tem como acolher, fica um problema maior ainda.

Então, no Estado de Sergipe, nós não temos nem triagem neonatal.

Fui chamada a um encontro que houve, na semana passada, na Bahia, da Hemorrede, pelo diretor do centro, para ir lá conversar, porque há problemas na implantação. O meu papel seria a não implantação da triagem para a fase de doença falciforme. Ele tem o teste do pezinho, mas não faz. Seria trabalhar com eles a estruturação da rede.

Esse é o meu papel como Ministério, entendeu?

Isso que você fala é perfeitamente trabalhado por nós. Nós temos a linha de cuidado que começa na atenção básica e termina nos centros de referência e nas necessidades da alta complexidade, senão é jogar dinheiro fora com o diagnóstico e deixar a pessoa desamparada.

Então, a contribuição e a participação do Senador em Sergipe poderia, e muito, nos ajudar nas pactuações para que o Estado pudesse prosseguir. Se não é um estado total de abandono.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Essa é uma coisa inadmissível, incompreensível, Dr^a Joice, não ter e não colocar isso como prioridade. Deveria ser uma imposição.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Ainda mais em Sergipe...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É tudo fácil.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – ...do lado da Bahia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – E tudo fácil. Tudo relativamente muito fácil.

Se em Sergipe é assim, imagine em outros Estados com complexidades enormes, demográfica, territorial, enfim.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Exatamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Quero chamar a atenção de que essa opção, eu acho que os entes federados não deviam nem ter. Deveria ser uma obrigatoriedade. Eles são obrigados, sim, a ter a rede, a ter assistência, porque não é nada tão complexo. E o que eu chamei a atenção é que a ferramenta dos agentes de saúde, com certeza, pode ser um diagnóstico para esse filtro, para essa coleta, para essa busca, porque é fácil, como a Senadora Ana Rita citou aqui, uma família que já sabe, e você começa a diagnosticar até pela proximidade. Até os parentes já sabem que têm.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Quando a gente faz a triagem, Senador, e é diagnosticada uma criança, faz parte do procedimento a família ser pesquisada. Se tem irmãozinho, faz do irmãozinho, do pai e da mãe, desde que eles consentam, porque há questões de paternidade, etc. É um processo. Tudo isso está escrito e equacionado. Tudo isso é proposto. Agora, a questão que eu trago aqui para vocês, Parlamentares, é esta: impor não adianta. Isso tem que ser pactuado. Se você chegar e disser: vai fazer, o gestor não está aí.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu acho que quando o gestor não tem o compromisso tem que impor. E a lei é uma imposição. Quando não se tem compromisso, não se busca... É por isso que nós estamos sofrendo, é por isso que vocês estão vindo aqui, porque muitos não têm o compromisso ou não dão a importância que deveria ter. E, na minha opinião, não são apenas 50 mil. Esse número é infinitamente maior do que isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Eduardo, eu acho que nós poderíamos propor como encaminhamento desta Comissão, depois a gente sistematizaria... Uma ideia seria que nós fizéssemos uma indicação ao Ministério da Saúde para que no Conass fossem pactuadas com os Municípios e os Estados ações e recursos para ter essa realidade, porque os dados estabelecidos aqui...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – A estratégia elaborada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Exatamente. Os dados que foram mostrados aqui são chocantes para todos. Eu, por exemplo, vim aqui esperando que a Bahia fosse uma referência nisso

e saia decepcionada em ver que a Bahia está muito atrás nessa questão que há muito tempo vem sendo discutida pelo movimento negro no meu Estado. Há muito tempo. Eu realmente não tenho um contato pela primeira vez com esse assunto, porque esse é um assunto cotidiano nas agendas populares da Bahia. Para mim, com o governo que temos e todos os compromissos que assumimos na área de saúde, foi um choque perceber que nós não temos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSB – SE) – Se na Bahia é assim, com todo esse trabalho, imagine onde não se tem...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Nos outros Estados.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSB – SE) – ...não se tem essa consciência, não se dá a importância merecida.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Espírito Santo.

Eu falei aqui, nós, do Ministério... A Senadora não estava aqui presente... Foi mostrar quais são as ações, como nós estamos organizados, o que estamos fazendo, quem avançou mais.

Eu só queria dizer que a maioria dos Estados... Eu conheço bastante a situação de cada Estado, com exceção de Santa Catarina, que eu falei, e Roraima. Quanto aos demais, além de conhecer o gestor, tenho uma intimidade. Com o Espírito Santo eu tenho muita, pelo seguinte: o Espírito Santo tem uma universidade, com a Drª Cecília Figueira, que comanda os processos para capacitar profissionais. Nós temos convênio com a universidade que é comandado pela Cecília Figueira. Então ela capacita. Nós já criamos; a universidade é o núcleo, para a discussão desse tamaninho: 72 Municípios. Agora, Vitória tem um programa. Onde está o problema do Espírito Santo? O gestor estadual, que espero agora mude. Porque a Secretaria... vou citar um fato que acho importante: algum tempo atrás – porque eu estou indo ao Espírito Santo trabalhar há muito tempo – a Fenafal provocou a ida do Ministério lá e eu não fui recebida. Só para se dar uma ideia.

Então, se eu não tenho um diálogo com a Secretaria, que é quem deve gerenciar todo o fato que você trouxe... O Espírito Santo tem uma coisa muito boa: na capital eu conheço oito hematologistas sensibilizados e trabalhando. No hospital Infantil, Drª Luciana, Drª Cecília Figueira, Dr. Marcos Daniel, Dr. Amin, e por aí vai.

São profissionais que estão ligados e vivendo. Tem uma associação de pessoas com doenças falciformes que me relata a todo momento. Então, nunca consegui um diálogo.

O Hemocentro do Espírito Santo – a gente avalia os hemocentros – está passando agora por um investimento em melhorias, para a gente não dizer que não tem o trabalho. Tem uma direção lá, um diretor técnico e tem que ter um rede em que as pessoas não fiquem sem ser tratadas. Eu recebo muito documento de usuário e eu encaminho. E acabo tendo resposta satisfatória. E encaminho para quem? Para os profissionais. Mas com a ausência da gestão estadual, fica difícil.

Nos dias 28 e 29 de setembro será promovido um seminário de doença falciforme no Espírito Santo, com recursos nossos do Ministério da Saúde, e profissionais capacitados. Em Vitória nós acabamos de fazer, pelo Ministério da Saúde, há dois meses, a capacitação da rede da capital. Ou seja, preconizado em assessorar, todo ele é feito. A presença da equipe e nós lá no Espírito Santo é muito frequente. Este ano é a segunda vez que nós vamos.

O que eu sinalizaria? Se o gestor estadual não assumir nenhum compromisso, aí fica inviável o trabalho. Como essa rede vai se falar?

O Rio de Janeiro, ali do lado, tem 92 Municípios e uma população muito maior. A incidência no Espírito Santo é de um para cada 1800 nascidos vivos. E o que me encanta lá é conhecer os profissionais hematologistas, na Santa Casa, no Hospital Infantil – o trabalho no hospital infantil, com a Luciana, é uma coisa organizada, cuidada. Agora, a população com doença falciforme é uma população mais vulnerável, mais pobre, com menor acesso, com menos educação. Não sou eu que estou falando, é o IBGE e a Secretaria de Vigilância da Saúde. Se eu tenho essa população no Espírito Santo, ela não tem facilidade de locomoção... eu trabalhei um pouco em Cariacica, já estive lá, fazendo seminário. Os acessos ali são bem mais tranquilos. No meu entendimento, o Espírito Santo era para estar pelo menos no passo do Rio de Janeiro, que tem muitos complicadores. Eu não estou falando que no Rio de Janeiro é perfeito, mas, em termos de estrutura e de estar cobrindo e atendendo, isso está acontecendo, porque já responsabilidade do gestor com relação a criar essa rede.

Se a Secretaria sequer recebe o Ministério, eu não posso... o meu papel é dizer: o Ministério está aqui, demandem e nós respondemos.

Aproveito esta oportunidade para dizer que devemos articular. Eu acho que agora talvez esteja até se pensando, mas está muito distante de ter uma preocupação necessária.

Em relação às comunidades quilombolas, que eu acho foi citado pelo Senador Paim ou por você, elas precisam ser respeitadas nas suas especificidades. A gente não pode entrar lá e tratar do mesmo jeito que

em outros locais. A gente precisa que a comunidade aceite. Na comunidade quilombola que pactuar com o Estado para fazer o teste do pezinho, o Programa Saúde da Família, que o outro Senador falou, entrará lá levando o teste do pezinho. Mas é preciso que haja a garantia do tratamento.

Muita gente estudou a doença falciforme nas comunidades quilombolas, e se deixou isso para lá. Hoje, não tenho dados sobre as comunidades quilombolas que estão sendo atendidas pelo teste do pezinho. A gente tem mapeado isso. Mas a dificuldade é a distância, a locomoção, o acesso para diagnosticar a doença e tratá-la. Existe doença falciforme nas comunidades quilombolas? Alguns trabalhos mostram que há a doença em algumas comunidades.

Esse trabalho requer um cuidado especial e um respeito à comunidade. Então, no momento em que o Estado do Espírito Santo assumir essa relação de respeito, vai ser preciso fazer o diagnóstico e entrar na comunidade. É diferente do que a gente faz para a população. A gente tem muita vontade de caminhar, mas precisa respeitar a diversidade das populações.

Acho que, basicamente, foram essas duas perguntas, não é? Está bom?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Obrigada por sua participação, Dr^a Joice. Agora, passo a palavra, de lá para cá...

A SR^a LUIZA BAIROS – Pode passar aqui, que tenho um compromisso...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Vou anotar como compromisso.

Eu lhe concedo a palavra, para que faça suas considerações finais.

A SR^a LUIZA BAIROS – Serei breve, Senadora.

Primeiro, gostaria de dizer que esta audiência foi bastante rica, produtiva, muito robusta e, inclusive, poética. Tivemos a oportunidade de ouvir o Senador Paulo Paim declamar alguns versinhos.

Eu gostaria de, neste pouco tempo, nestas considerações finais, fazer algumas referências à Dr^a Joice. Eu gostaria, inclusive, que a senhora aqui ficasse mais um pouco.

Para mim, esta audiência pública demonstra que o problema não está na decisão política dos gestores. A decisão foi tomada. Há um programa nacional. Existem políticas. Não estou falando de uma política, mas de políticas. Há legislação. A decisão foi tomada. O problema está na escolha que os gestores fazem em face das múltiplas decisões políticas que tomam. E aí a gente não pode, em qualquer hipótese, olvidar que os órgãos federais são efetivamente importantes, na medida em que servem como sinalizadores do que, na

esfera dos Estados e dos Municípios, deve ser feito. Se o órgão federal, ao assumir a responsabilidade pela implementação de uma política, atender aos interesses de determinados públicos – aqui, estamos falando de interesses de maioria, de uma maioria negra – e não demonstrar, de forma perfeita e direta, que aquela ação é para valer, é prioridade, e que a questão é de saúde pública, as coisas não vão funcionar de forma devida. Esse chamado também é feito para mim, porque sou governo. Componho a Seppir, que precisa, além de induzir, acompanhar o espraçamento das medidas que foram, no caso, pensadas para atender aos interesses da população negra.

Então, se o órgão federal não apontar – eu estava dizendo isto para a Senadora Lídice da Mata – para a constituição de um cadastro nacional, a ser alimentado pelos Estados e pelos Municípios com os dados das pessoas que vivem com anemia falciforme, e esperar que os hemocentros nos Estados façam sua parte, dentro da esfera do que lhe é facultado, da esfera do que é possível, nunca essas informações chegarão de forma perfeita e necessária para que o órgão federal remodele as ações.

Então, nós, da Seppir, o Ministério da Saúde e esta Casa temos responsabilidades. O Senado Federal é um importante indutor, é um agente também de fiscalização das ações da Administração Pública Federal.

A Senadora Lídice da Mata apontou para a importância de se confeccionar uma indicação, para se tratar de questões mais positivas, para fazer com que o Ministério da Saúde e a Seppir reflitam acerca de estratégias, a fim de que os direitos das pessoas com anemia falciforme sejam efetivados. Essa iniciativa é muito bem-vinda.

A constituição de um cadastro nacional é uma questão a ser apontada. O Senador Eduardo Amorim disse aqui que vivemos uma situação de saúde pública, mas que a busca ativa deve acontecer de forma muito mais constante. E isso é possível. Não há de se imaginar que o Estado do Rio de Janeiro tenha conseguido efetivar isso e que isso fique no espaço da facultatividade dos Estados. Não pode ser assim. E Sergipe, não. E que é responsabilidade de gestor. O problema está nas pessoas que ocupam determinados espaços. A Assessoria Técnica de Anemia Falciforme no Ministério da Saúde? Não. Não tem a ver com isso. Não está em vocês e também não está na população. O problema está justamente na escolha política que fazemos das várias decisões que tomamos.

Para concluir, eu gostaria de dizer o seguinte: vamos fazer uma reflexão: Por que os profissionais de saúde – pegando um pouquinho da fala da Zezé Motta, a quem saúdo, de maneira carinhosa, afetuosa – por

que os profissionais de saúde, muitos, pouco sabem sobre isso? Sim. Por que esse conteúdo não é tratado na faculdade de medicina? Não é tratado na faculdade de medicina. E por que não é tratado? Porque o Sistema Único de Saúde não trabalha... Não demonstrou, nós, da esfera federal, não demonstramos, de forma estratégica e direta, como essa questão é prioridade. Então, não está nos currículos. Os currículos não serão remodelados, assim, de entendimento de uma pessoa iluminada não. A nossa escolha define caminhos.

Para concluir, dizer que o dia 27 de outubro, que é alusivo aos interesses das pessoas com anemia falciforme, é também o dia nacional pró-mobilização da Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra. Penso que a Seppir já coloca a Secretaria de Políticas para Ações Afirmativas da Seppir, aqui, à disposição.

Penso que precisamos conversar em caminhos e estratégias para melhor visibilizar essa questão.

Nós temos, na Seppir, uma responsabilidade, que é a de provocar o Ministério da Saúde para fazer uma avaliação das políticas que forma implementadas em 2008, 2009, 2010, 2011, em atendimento aos interesses da população com anemia falciforme, nos compomos o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, compomos esse agrupamento e estamos aqui à disposição do Senado. Pediremos também contribuição do Senado, nos momentos necessário, para fomentar reflexões salutares como esta.

Mais uma vez, agradeço o convite da Senadora Lídice da Mata, do Senador Paulo Paim, e externo os meus agradecimentos a todas e todos.

Obrigada.

A SR^a JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Eu falei, aqui, sobre o cadastro do Rio de Janeiro, mas como a gente tinha um tempo... Eu queria dizer que Minas tem o cadastro de seis mil pessoas tratadas, muito bem organizado. Falei do Rio, por causa da minha ligação com o Rio. Mas tem outros Estados. Se eu tivesse de citar dois cadastros, hoje, benfeitos, com controle, inclusive onde estão as pessoas com o teste do pezinho, eu citaria...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Esse cadastro é estadual? Não existe interligação entre um e outro?

A SR^a JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Qual?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O Rio de Janeiro cadastra, e as informações ficam para ele? Não há uma junção?

A SR^a JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Há, porque nós fazemos essa junção.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Então, está na hora de criar um cadastro nacional.

A SR^a JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Isso já está sendo feito. O que a gente não tem – é outra coisa que ela está sinalizando. O nosso trabalho para a criação do portal está todo encaminhado. Onde está o obstáculo? Eu tenho o cadastro de Minas, do Rio de Janeiro, mas cadê o de Sergipe?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois é.

A SR^a JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Estou dando o exemplo porque você está aqui. Cadê Espírito Santo?

O Rio Grande do Sul – já que o Governador está aqui – tem dois focos de atendimento de anemia falciforme: HU, Hospital de Clínicas e Conceição. Esses dois não se falam. Entendeu? Não há aquela rede.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso não pode existir.

A SR^a JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Então, o que acontece. Eu tenho a informação do HU. E do outro? Quando a gente vai sentar para tentar equacionar essa questão... Para nós, hoje, um dos trabalhos mais importantes é o nosso banco de dados e o nosso cadastro, que são alimentados.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O SUS é um só. Existem partes de um todo. Não deve existir partes que não se comunicam...

A SR^a JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Não, não pode.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Nós não podemos entrar nessa burocracia, nesse formalismo prejudicial. Isso é um vírus que aumenta o sofrimento, por isso eu estou aqui, Dr^a Joyce. Conte comigo no que for possível. Agora, o que não dá é a gente, na era da informação... Se a Europa não faz isso, não é parâmetro pra gente. Que sejamos um bom exemplo. Eu não acredito que nenhum país europeu tenha o exército que nós temos, que são os agentes de saúde, que pode ser, realmente, um buscador ativo. Esse aqui tem todos os traços, como disse aqui a Senadora Ana Rita. E a gente sabe, é muito fácil. E o quantitativo, dentro do nosso universo, não é nada impossível, conhecermos família a família. Cinquenta, cem mil? É possível, sim, conhecer cada uma e buscar informação. É isso o que a gente deseja.

As coisas não podem estar interligadas, porque, vejam: se o gestor não quer, tem que ter obrigatoriedade. Ele tem que ter o compromisso de querer, sim; caso contrário, não serve para o sistema.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Continuando as despedidas – obrigada pela contribuição, Senador Eduardo –, vou pedir a gentileza aos senhores para dar, primeiro, a palavra às mulheres. A Zezé tinha pedido e vou passar para ela.

A SR^a ZEZÉ MOTTA – Obrigada, Senadora.

Eu queria mesmo falar antes que a nossa representante Mona, da Seppir, se retirasse.

Mona, bem lembrada essa coisa do dia 27 de outubro. Bom, minha sugestão é que a gente saia daqui, realmente, com metas objetivas, que incluam a campanha nacional da anemia falciforme. E, já que temos aí o dia 27 de outubro, por que não o dia 27 de outubro, logo, já, para a gente começar essa campanha?

O ano vai acabar muito rápido. Acho que, em 2012, a gente podia pensar no dia da doença falciforme; 2012 como o ano internacional da conscientização da doença. (*Palmas.*)

Eu não queria deixar de passar esse recado para a Seppir.

Dr. Roberto, com a palavra para as considerações finais.

O SR. ROBERTO SCHLINDWEIN – Queremos, em nome da Fundação Hemoba e da Secretaria Estadual da Bahia, agradecer o convite. A participação foi riquíssima, foi riquíssimo o debate.

Tivemos, na semana passada, no dia 18, um encontro da Hemorrede Pública do Brasil, que ocorreu em Salvador, quando esse assunto foi levado à pauta. E causou, então, um impacto. Percebemos o interesse do Ministério da Saúde, através da Coordenação de Sangue, para que houvesse uma participação mais forte das unidades da Hemorrede dos diversos Estados na questão do atendimento a esse problema. Levamos esse assunto ao Secretário de Saúde, Dr. Solla, que se mostrou preocupado e solicitou que houvesse um agendamento de algumas reuniões para a condução da política da doença falciforme na Bahia, para torná-la mais eficiente, e rever o papel da Fundação Hemoba nesse processo, que atualmente é só de executor de atendimentos, de forma centralizada, completamente inadequada para a dimensão do problema no Estado da Bahia.

Então, esse atendimento e essa atenção devem ser descentralizados. Sem essa ação de descentralização não vai ser possível atender esse contingente e se fazer essa revisão da política.

Concordo plenamente com Ramona, que esteve aqui e que expressou sua opinião. Acharmos importantíssima essa questão da informação para a gestão, que é o diagnóstico do problema. Que isso seja feito de uma forma centralizada; de preferência, um programa do Ministério da Saúde que permita uma conversa entre os Estados. É inconcebível que cada Estado tenha seu programa de informação. Há décadas temos os bancos que oferecem extratos nos locais mais remotos do País, e, no entanto, não se conseguiu estabelecer ainda o cartão SUS; ou um prontuário eletrônico, prin-

cialmente para essas doenças, que devem ser mais vigiadas através de todo o território nacional.

Além da informação para a gestão, uma rede assistencial que abrigue esse atendimento, que permita o estabelecimento de linhas de cuidado nas diversas complexidades. E, finalmente, informação à população. Uma população desinformada é uma população muito vulnerável.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu passo a palavra, agora, para as considerações finais, aos companheiros Marcelo e Altair. E, logo após, volto à Mesa para propor os encaminhamentos para aprová-los, ainda hoje aqui.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Eu só queria, mais uma vez, agradecer a esta Casa, ao Senador Paulo Paim e à Senadora Lídice, e agradecer, também, ao nosso Grande Criador e aos nossos ancestrais que nos guiaram até aqui. Quando eu ouvi o Senador Eduardo Amorim aí é que eu fui me preocupar de que Estado nós estávamos falando: era Sergipe. E aí eu fiquei mais ainda feliz, porque entendi que nós estávamos certos em propor isso. Na verdade, nós temos uma filial do Cetrab em Aracaju; estive lá há um mês num seminário e tive a preocupação de perguntar como é que estava a situação da doença falciforme em Sergipe. E aí o presidente colocou para nós assim: “Olha, aqui não se fala em doença falciforme”.

Eu falei com a Drª Joyce, e ela disse para mim que lá, em Aracaju, é um problema.

Então eu entendo... Veja, por favor, Senador, que o senhor entenda que quando eu digo que nós estávamos certos em propor... Quando eu disse na minha fala que a nossa intenção é fazer com que o Legislativo, que o Parlamentar possa intervir junto ao Executivo, para que existam, realmente, ações que sejam pontuais, que sejam fortalecedoras desse trabalho de conscientização, de capacitação, enfim, de todo esse projeto.

É nesse sentido que eu digo que estávamos certos quando pensamos em propor esta audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu passo a palavra, agora, para o Altair.

O SR. ALTAIR LIRA – Bom, eu quero novamente parabenizar a ocorrência da audiência.

Lá na Bahia, no trabalho que fazemos em nossa associação, nós cunhamos uma frase que repercutiu muito: Que a anemia falciforme tem nome e sobrenome. O caso que a Zezé trouxe tem um nome, que é Sofia. A Sofia foi uma garotinha, que nasceu no Rio de Janeiro, e foi feito o teste do pezinho. E o local em que foi feito o teste do pezinho mostrou, identificou que

ela tinha a doença e mandou um fax para o posto de saúde. O fax estava quebrado, o posto de saúde não recebeu. A mãe não recebeu o diagnóstico e, logo depois, a criança morreu.

Essa é a situação que a gente vai percebendo sobre a doença falciforme, que se trata de um grande descaso de compreender a seriedade do problema.

É por isso que nós queremos dar algumas sugestões aqui, Senadora Lídice. Uma delas é aproveitar a presença dos Senadores – o Senador Eduardo trouxe essa questão, a Senadora Ana – de fazer audiências nos próprios Estados. E nos colocamos à disposição, pela Fenafal, para colaborar – e acredito que a Joyce com o Ministério da Saúde também – para um debate interno. Porque há uma discussão da estrutura do Estado e da responsabilidade de cada Estado dentro dessa demanda.

Todos sabem que isso não é algo desconhecido. Essa é uma questão. E não tem nenhum gestor hoje, que esteja assumindo uma cadeira na Secretaria da Saúde, que não saiba que a anemia falciforme é um problema. E sabem os números dos seus Estados, porque a Joyce já esteve com essa apresentação aqui, dizendo de cada Estado o seu número.

Então um gestor que na Bahia, por exemplo, Senadora Lídice, sabe que lá tem a maior incidência do Brasil (1 caso para 650) e não diz: “Esse é um problema que eu vou sentar, agora, e vou resolver”. E não “vou ver, talvez”, e etc, etc. Vocês entendem? É uma situação muito séria.

Nós precisamos começar a pensar que as coisas têm que ter uma resolutividade maior, porque problemas acontecem. Nós vamos falar de falta de recurso, falta de pessoal, falta de capacitação, sim. Mas problema existe para ser resolvido. Problema não existe para ficar preenchendo relatório, para no final da gestão dizer: tive essas dificuldades. Se eu encontro a dificuldade, qual é a solução? A questão maior é que nós temos exemplos. Minas Gerais e Rio de Janeiro tinham dificuldade e resolveram. Então, há exemplos.

Uma das maiores coisas que acontecem nessa gestão do Ministério, no caso da coordenação de sangue, é possibilitar a troca de experiências, é possibilitar a ida de profissionais em vários Estados, trocando e mostrando como faz. Não é aquela situação. Não, ninguém sabe como faz. Sabemos sim, Podemos estruturar qualquer sistema dentro do sistema do SUS, como atender as pessoas com doença falciforme.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Só um minuto, Lídice. Está tão palpitante o tema e a gente não pode sair daqui de braços cruzados, de forma nenhuma. É com isso que não concordo. Não dá para ser da vontade do gestor. Tem de ser da obri-

gatoriedade dele. O Ministério da Saúde é a ponta, a reflexão. Nós temos que encontrar um mecanismo de impor. Se ele: “ah! no meu Estado não tem.” Pode ter certeza que, depois dessas mensagens todas, tem que ter. Não pode ser da vontade do gestor. Na minha opinião, não é tão sofisticado e tão complexo abordar, cuidar, tratar e diagnosticar como outras doenças. E muito menos uma doença milenar, sua história é muito anterior à história da civilização. Então, não dá para ficar esperando a boa vontade dele, termos que convencê-lo, ele ter de estar sensível. Não. Ao sentar na cadeira, ele já tem de estar sensível, sim, porque é obrigação. E não dá para estar nessa condição de pedinte. Por isso eu acho que o Ministério, Dr^a Joyce, com todo o respeito, tem que ter. Para aqueles que não aceitam, temos que encontrar mecanismos de posição. Isso é uma política nacional. O SUS é um só.

O SR. ALTAIR LIRA – Isso. Nós reforçamos a proposta da Senadora Lídice de construir essa indicação com o Ministério, dessa relação com o Conas, mas, principalmente, para pactuar indicadores. A gente precisa também saber trabalhar com os Estados sobre os indicadores. A informação sobre o teste do pezinho, tudo bem, a gente pode implantar a fase 2 do teste do pezinho. Mas qual é a cobertura? A cobertura da Bahia é de 80%. Então, 20% das crianças não fazem nem o teste do pezinho para saber se tem a doença. No Amapá, a cobertura é de 60% da fase 1. Não faz nem a fase 2 nem a fase 1.

Qual é a cobrança? Qual é a responsabilização do gestor? Não tem. Então, nós temos um debate muito sério a fazer.

Por último, a Zezé tinha colocado a ideia, Senador Paim, eu queria ver um projeto de lei, o dia 19 de junho já foi instituído pela Organização Mundial de Saúde o dia nacional de conscientização sobre a doença falciforme. Ano a ano, vem crescendo o número de países que vem aderindo a esta data, 19 de junho, como o dia mundial de conscientização. Então, a gente devia implantar esse dia aqui, como a Zezé propôs.

Agradeço a todos. Espero que a gente possa sair daqui com essa mensagem dessa responsabilidade sobre a questão das pessoas com doença falciforme, de forma coletiva. Perceber que cada um aqui, no seu lugar, tem um papel, uma possibilidade de fazer. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice Da Mata. Bloco/PSB – BA) – Então, uma última frase que a Dr^a Joyce pediu e vou sistematizar aqui como uma proposta para análise dos companheiros.

A SR^a JOICE ARAGÃO DE JESUS – Primeiro, quero agradecer pela oportunidade estar com vocês aqui falando de um trabalho que estou realizando há sete anos, enfrentando muitas tempestades, muitos

obstáculos. Sou funcionária aposentada do Ministério da Saúde, sou da universidade e sempre estive no SUS trabalhando. Nasci na Bahia e me formei pela UFRJ. Vivo lá, tenho minha família lá e no Rio de Janeiro. Estou neste trabalho aqui a partir da experiência de implantar o programa no Rio de Janeiro. Vim com o apoio de técnicos, de especialistas e, sobretudo e acima de tudo, da sociedade civil organizada, com quem eu sento e dialogo. Se vocês vêm aqui compor essa rede, nós temos hoje uma rede, no Brasil todo, de pessoas trabalhando pela doença falciforme, e trabalhadores do SUS. Nós agregamos tudo isso. Se vocês agregarem, acho que poderão nos ajudar em 50% dos nossos problemas, porque a falta de ação política nos locais faz com que a gente fique frágil. Vocês conhecem melhor os mecanismos de força política que acontecem e aí, tecnicamente, sobretudo honrando os princípios democráticos, que é ter igualdade e equidade no SUS, a gente precisa discutir todas essas questões pertinentes aqui.

Então, eu quero agradecer muito terem propiciado isso, o Senador Paim e a Senadora Lídice. Estou muito de estar aqui na Bahia, que é meu estado de nascença com Lídice e com o Roberto, que trabalha Hemoba, onde temos questões. Eu entendo que se deve dar, Lídice, um olhar especial, um processo de trabalho para a Bahia, mas para todos os outros estados também.

Quero agradecer e dizer assim: Olhem, simplesmente eu não posso prescindir do apoio dos parlamentares do Senado e da Câmara para a gente fazer o enfrentamento da doença falciforme e reforçar que saúde da população negra não é só doença falciforme, pelo amor de Deus. O Ministério da Saúde, a gente conseguiu, a equipe e o movimento social, trabalhar a doença falciforme. E não esqueça que os indicadores mostram que as demais doenças estão abandonadas neste processo de trabalho.

Muito obrigada, de coração. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu quero agradecer a todos, especialmente agradecimento meu e do Senador Paim ao Setrab, que nos propôs a organização desta audiência hoje, que creio muito rica. Acho que esse tipo de audiência permite com que aqui nós já possamos discutir a situação com pelo menos 4 estados que permaneceram na nossa Comissão, na nossa audiência. Propor que nós constituíssemos, a partir desse grupo de 4 Senadores, um grupo de trabalho, que poderia ser uma frente parlamentar ou não, que nós conversássemos depois, mas que constituíssemos ações coletivas em relação à necessidade de sensibilização do conjunto do Parlamento e dos governos em relação à questão da anemia falciforme, que fizéssemos essa indicação

ao Ministério da Saúde para que no Conas fosse feito um termo de pactuação entre estados e municípios com determinação das ações e dos recursos próprios para que nós tivéssemos este programa estabelecido em todos os estados brasileiros e pudéssemos constituir o cadastro nacional.

Perguntei aqui há pouco à Dr^a Joice se a única possibilidade de identificar a doença seria o teste do pezinho. Em, para aquelas populações que já estão na idade adulta, o que nós faríamos. Ela me informou, Senador Paim, que é um exame eletroforese de hemoglobina que na tabela SUS custa R\$5,10. Portanto, absolutamente possível.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Factível de ser feito, ser executado e nós realmente podermos ter a constituição desse cadastro nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Estamos sendo vencidos pela burocracia. Portanto, vamos trabalhar contra a burocracia.

Foi também sugerido aqui que os parlamentares possam acompanhar essas pactuações nos seus estados. Aí, cabe a nós também definir como fazê-lo.

E uma outra, que é esta campanha nacional que foi discutida aqui, proposta, que em 2012 nós tivéssemos, transformássemos – isso pode ser feito, inclusive, com uma decisão nossa, um projeto nosso, um projeto de lei assinado por todos esses Senadores – o Ano Internacional da Conscientização da Doença Falciforme, nós pudéssemos propor, chamar a atenção, um ano nacional e depois propondo às instituições, à ONU, à Organização Mundial de Saúde que pudéssemos adotá-lo como um ano internacional da conscientização da doença falciforme.

Depois, nós temos neste ano, 2011 é o ano mundial das populações afrodescendentes. Deve acontecer no final do ano um ato aqui no Brasil, talvez na Bahia, é possível que seja na Bahia. Seria interessante que pudéssemos participar e levar até aquele momento àquele fórum essa necessidade de no ano 2012 já termos essa campanha internacional de conscientização da doença falciforme.

E, finalmente, eu queria propor que nós aqui, na nossa Comissão, pudéssemos fazer um requerimento à Presidência desta Comissão para que pudéssemos garantir uma publicação desse painel que nós tivemos aqui hoje para que nós pudéssemos transformar isso também numa forma de divulgar e de conscientizar todos os Senadores e todo o Brasil quanto a esta questão da doença falciforme.

Vou passar a palavra aos nossos Senadores para dizerem da sua concordância ou não e acrescentarem outras sugestões a essa finalização de reunião. Acho que nós não devemos fazer a reunião só para tomar conhecimento, mas também para propor ações. Reafirmo que tenho muita confiança no compromisso político, tanto do Governador Jaques Wagner como, especialmente, sobretudo, do Dr. Sola, que é um homem comprometido com a defesa da saúde pública em nosso País e, especialmente, da anemia falciforme. Vou acompanhar. V. S^a já destacou aqui que em última reunião o Dr. Sola já tomou a decisão de dar seguimento a este trabalho.

Deputado Paim, quero registrar a presença do Senador Walter Pinheiro, que esteve acompanhando outras Comissões. 1,54

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele disse que também anunciou ontem em plenário o debate de hoje promovido por V. Ex^a.

Senadora, eu queria dar, se possível, duas contribuições. Que saísse desta audiência pública – eu acho, até, para criar uma ciúmeira nos outros estados. Por que não dizer que esta audiência pública deixou muito claro que se o Rio de Janeiro – e vejam bem, não é o meu estado – que se o Rio de Janeiro e Minas podem, porque os outros não podem? Que seja uma provocação positiva aos nossos governadores. Digo nossos governadores, naturalmente, independente de partido. Que esse exemplo seja seguido, um, e dois foi que na minha fala muito rápida de que é preciso que a peça orçamentária destine recursos para a saúde da população negra com ênfase – que a Dr^a Joyce falou muito bem – na questão da anemia falciforme. Chega na época de decidir as emendas do Orçamento nas Comissões, todos os setores nos preocupam e percebi que na última vez tive uma dificuldade enorme quando foi para destinar recursos exatamente para a saúde da população negra mas, assim mesmo, alguma coisa avançamos. Que ficassem essas duas recomendações, essa última como um compromisso da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos. Era só essas duas contribuições ao debate.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passo a palavra ao Senador Pinheiro para saudar essa reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lídice, eu quero dizer da nossa satisfação de participar deste debate aqui. Eu, inclusive, até havia já anunciado na outra Comissão que eu estava sobejamente bem representado...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... aqui por V. Ex^a e pelo nosso companheiro Paulo Paim que, em virtude, meu caro Altair, até tínhamos falado ontem pelo famoso torpedo, como nós estamos vivendo tudo aqui ao mesmo tempo agora, então, enquanto eu representava a Lídice ali na Infraestrutura, nas sabatinas e nas florestas...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ela aqui cobria a nossa parte nessa área. Nós estávamos com Marina aqui debatendo o Código Florestal. Depois, eu fui relator ali de um processo de sabatina. Mas eu quero dizer, Senadora Lídice, da importância dessa audiência e essa vinculação que o Senador Paim faz aqui em relação à questão orçamentária, deixando claro para todos os palestrantes que do ponto de vista da intervenção, Zezé, para que a peça orçamentária já venha – e deveria ser o mais correto, eu disse isso à Ministra do Planejamento, na reunião que fizemos ontem – que há uma distorção enorme nessas coisas. O Ministério manda a peça orçamentária, aí os Ministros vêm para o Congresso para tentar arrancar no Congresso aquilo que não conseguiram arrancar na equipe econômica ou na equipe de planejamento na esfera ministerial. É uma espécie de grau de recurso, que é basicamente a nossa tarefa. Eu, coincidentemente, sou o relator do PPA 2012/2015 e por isso é que estava nessa reunião ontem.

E a gente termina fazendo, e é fundamental, Dr^a Joyce, a gente termina fazendo uma espécie de tentativa de correção de orçamento de orçamento dos Ministérios. Eu ainda acho que isso é um equívoco, mas é uma coisa que nós temos que fazer, senão é complicado. Até porque nós temos direito a emendas e seria um absurdo se nós não adotássemos isso. Então nós não teremos mais tempo nenhum para discutir com o Governo mudanças no orçamento que deve chegar, a peça orçamentária chegará a esta Casa na semana que vem. Há inclusive uma entrevista marcada já da Sr^a Ministra Miriam Belchior anunciando o dia 1^o, na quarta-feira, e as duas peças devem ser entregues.

Então seria importante que a gente pudesse de certa maneira, a partir desta audiência, pontuar o que nos interessa, para que, enquanto Comissões, aqui na Casa, nós possamos trabalhar no sentido de ir ao encontro dessa peça orçamentária para mudá-la e do próprio PPA.

E aí eu quero chamar a atenção, Paulo Paim, não sei o motivo da sua referência ao Rio de Janeiro, mas eu quero salientar uma coisa que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu sei, eu estou brincando.

Mas eu quero salientar uma coisa positiva nisso. É óbvio que para nós, da Bahia, e aí, sim, a Bahia foi pioneira nisso, na medida do trabalho inclusive da sociedade civil. E aí é importante quando a associação vem aqui...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Mas nós estamos atrás aqui nos depoimentos, viu, Pinheiro? Nas ações de saúde nós estamos atrás.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas do ponto de vista da mobilização foi muito importante o papel. E aí eu estou vinculando o Rio de Janeiro, porque quem efetivamente abraçou isso com a gente foi a Fiocruz. A Fiocruz teve uma participação; o nosso companheiro Miter Maia (?) por diversas vezes até caminhou com a gente ali no dique, diversas vezes. Aproveitava para queimar umas gordurinhas localizadas e, ao mesmo tempo, dava apoio ao movimento. Mas deu sem nenhuma... Ele, o próprio Barralzinho (?), a estrutura da UFBA. Nós conseguimos... Agora é necessário ir além desse apoio da Fiocruz, porque eu acho que esse é que é o ponto. O Ministério modificou a sua forma de atuar nisso, mas isso tem que entrar na ordem do dia. Nós ainda temos experiências pontuais. Ali é o Dr. Gildásio quando identifica um processo na UFBA, vai alguém...

Eu vou colocar um negócio aqui, Senadora Lídice, que me chamou a atenção na época. O Gildásio uma vez, na própria identificação dessa doença -, ainda que na Bahia a gente tenha em muito mais intensidade por conta exatamente da nossa população -, ele me chamava a atenção para uma identificação a partir de um tipo de doença que todo mundo classificava como sendo só um problema, uma erisipela, um problema na perna, e que as pessoas sequer tratavam aquilo como anemia falciforme. E eu estou falando isso até por conta de uma pessoa da nossa convivência, do nosso círculo familiar, que procurei para dizer: mas isso aqui é anemia falciforme? Ele disse: é. Então o grau de desconhecimento, a forma como isso é tratado na rede pública... Não é irresponsabilidade, é falta de política pública, de você adotar isso enquanto uma política central.

Por isso é que eu acho que a gente pode fazer essa pressão aqui de completar... Eu várias vezes fiz emenda minha individual, várias vezes pressionado lá pelo Gilmar, o Gilmar Santiago, Vereador em Salvador, e que trabalha muito com a turma da associação. Sempre fiz minhas emendas, mas não dá para tratar isso, ainda que a emenda do Senador, do Deputado seja importante, ajude, mas é no varejo, é no varejo. A gente pode pegar essas emendas para complementar,

mas a gente tem que fazer a estruturação da nossa ação nessa área.

Foi isso que eu discuti ontem com a Ministra Miriam Belchior. E essa, Lídice, é a minha alegria com relação ao novo PPA. Não vamos pegar o PPA aqui e esquartejá-lo como varejo. É como se ele viesse enquanto espinha, estrutura central e fôssemos encaixando as devidas costelas nessa espinha dorsal para gente ter oportunidade de estruturar.

Essa é uma área que a gente pode fazer isso. Cheguei a conversar isso ontem com o Mozart, do Ministério da Saúde, que estava aqui ontem na Casa. Eu falei: Mozart, você precisa nos ajudar nisso. Isso não pode ser tratado como um apêndice no Ministério da Saúde. Ainda disse a ele que isso lembrava a luta com o negócio da LER, mas isso é bobagem e, nesse particular, muito pior, porque a estrutura vai se estabelecendo sem uma base de formação, de atendimento, de acompanhamento que nos assusta.

Por isso, ontem à noite fiz questão de saudar essa audiência, lamentavelmente por diversas frentes aqui na Casa, estava na Comissão de Ciência e Tecnologia e depois na Comissão de Infraestrutura e a gente vai trabalhando nisso. Um dos motivos que me liguei muito a esse projeto foi exatamente a minha relação na área de ciência e tecnologia com a Fiocruz que nós a vida inteira batalhamos para um processo cada vez maior de desenvolvimento, pesquisa e soluções para esse caso.

Quero dizer aqui para as senhoras e senhores que, de nossa parte, tem total apoio e V. Ex^a que é da Comissão de Orçamento e que vai participar com a gente do núcleo de definições já no mês de setembro agora, vamos fazer, Paulo Paim, dez audiências públicas pelo Brasil discutindo o PPA, uma delas deve ser no Rio de Janeiro e vamos espalhar duas audiências por regiões, nas cinco regiões do País e um dos pontos centrais será exatamente essa conversa prévia com cada comissão na Casa para que possamos entender e absorver como o resultado dessas audiências públicas pode ser transportado, tanto para a peça orçamentária quanto para o PPA para darmos consequência. A partir desse debate, a contribuição de vocês, a experiência de vocês, o que tem vivenciado, como materializamos isso nas duas principais peças que são para esse ano a LOA e nosso PPA até 2015.

Essa é a contribuição que gostaria de deixar aqui Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Contribuição muito bem vinda, Senador Walter Pinheiro e que nós ficamos felizes – e já ia me referir quando Pinheiro chegou – que justamente essa questão orçamentária poderia ser tratada com ele, que

além de ser Relator da PPA é também o coordenador pelo Governo da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, permita-me apenas explicar para o nosso querido Senador Walter Pinheiro que o caso do Rio de Janeiro e de Minas foram os mais elogiados e onde está efetivamente – essa é a impressão que nós Senadores tivemos – que está avançando e que nos outros Estados não está, foi o que ouvi dessa mesa todo.

Então, até para criar uma ciameira lá no meu Rio Grande – e lá somos governo – ela diz que tem dois hospitais que tratam do tema, mas não falam entre si no meu Estado. Então, que a gente saísse dessa audiência também falando a verdade e o que foi dito aqui que no Rio de Janeiro e em Minas as coisas estão funcionando...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Esse caso da Bahia que citei é isso. O Hospital das Clínicas trata isso mas não temos sintonia com a Cesab

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi só isso. Ciameira meio exagerada.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Exagerada não mas necessária para que possamos cobrar em cada Estado as medidas.

Agora me cabe na Presidência desta Mesa, encerrar a reunião...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr^a. Presidente, faltou fazer minhas considerações.

Queria apenas fazer uma sugestão e um pedido: vamos levar para o Ministro o que foi decidido aqui, até para ajudar a Dr^a Joyce, levar, Senador Paim, que vai se colocar sim, vai se priorizar nas duas comissões isso para que ele saiba que estamos sensibilizados. Acho que, fazendo isso, mostraríamos ao Ministro que estamos procurando fazer a nossa parte. Também queremos que o Ministério continue fazendo a parte dele, que continue realmente acabando com essa ciameira que existe no âmbito regional. Fui informado de que, no meu Estado, também existe uma briga entre entes federados por quem vai ficar com algum tipo de exame. Isso é lamentável, lastimável. E o doente paga por isso, o paciente paga por isso.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Eduardo, nós poderíamos, com base naquele documento proposto, marcar uma audiência com o Ministro para entregar...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Marcar com o Ministro e convidar as pessoas da Mesa para nos acompanhar, a fim de levar tudo isso e mostrar que estamos fazendo a nossa parte.

O pedido vai para o Senador Walter Pinheiro, já que ele está encarregado dessa missão. Esta semana eu disse à Presidente da República que, quando

nós apresentamos uma emenda, se eu destino para o Ministério da Agricultura, vai dinheiro novo para o Ministério da Agricultura, mas, se eu coloco para o Ministério da Saúde, não vai dinheiro novo, tira dinheiro do Ministério da Saúde, do próprio orçamento. Por que não engordar o orçamento da Saúde quando a gente colocar essas emendas? Por que o Ministério que mais precisa de recursos não poderá ter essa injeção nova? Então você, Walter, que está muito próximo da equipe econômica agora nessa sua nova missão, nos ajude. Se vai dinheiro novo para a Agricultura, para o MDA e para tantos outros Ministérios ao colocar uma emenda... Muitas vezes deixo de colocar uma emenda para o Ministério da Saúde porque sei que, ao fazê-lo, estarei retirando recursos de um lugar que talvez precise mais dele, já que os recursos estão bem aquém do que necessitamos.

Fica aí, Walter, a sugestão. Ajude-nos nessa missão.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Eduardo Amorim.

Ao encerrar esta reunião, convoco V. Ex^{as} para a 28^a Reunião Extraordinária da CAS, a realizar-se amanhã, quinta-feira, dia 25 de agosto de 2011, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ATA DA 57^a REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 25 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 3, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Lídice da Mata, Pedro Simon, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Paulo Davim e Mozarildo Cavalcanti**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA. DELIBERATIVA. Item 1. Requerimento Nº 103, de 2011**, que requer seja convidado o Dr. Paulo Abrão Pires Júnior, Presidente da Comissão Nacional de Anistia do Ministério da Justiça, para vir a esta Comissão de Direitos Humanos, a fim de prestar esclarecimentos sobre o anda-

mento dos processos requeridos pelos anistiados junto àquela Comissão. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: **retirado de pauta. Item 2. Requerimento Nº 113, de 2011**, que requer a realização de audiência pública desta Comissão, para tratar dos efeitos e consequências do Programa de Demissão Voluntária (PDV) dos Funcionários do Banco do Brasil, bem como dos dispositivos do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2007. Para análise e discussão do tema, a Comissão convidará os Representantes dos ex-funcionários do Banco do Brasil, optantes do PDV, abaixo relacionados: Anilda Maria Landivar Pique Barreira (Ex-funcionária do BB); José Onildo de Menezes Cruz (Médico Psiquiatra, aposentado como médico do BB. Hoje atua no tratamento da saúde dos demitidos pelo PDV); Rita Lima (Dirigente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo – Da área da saúde); Zilda Vieira de Souza Pfeilsticker (Doutora da UNB, com tese sobre o PDV no BB); e Antonio Carlos Victório (Ex-dirigente da Executiva Nacional dos Banc. Do BB, no período do PDV). Autoria: Senadora Marinor Brito e Senador Paulo Paim. Resultado: **retirado de pauta. Item 3. Requerimento Nº 114, de 2011**, que requer a realização de uma série de audiências públicas para debater os 50 anos da campanha da legalidade. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 4. Requerimento Nº 115, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater situação dos idosos que residem em instituições asilares. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 5. Requerimento Nº 116, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater o dia nacional de lutas das pessoas com deficiência, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 6. Requerimento Nº 117, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater o bicentenário de Bagé-RS. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 7. Requerimento nº 118, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater dia internacional da Juventude – comemorado em 12 de agosto. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 8. Requerimento nº 119, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 9. Requerimento nº 120, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater as denúncias de intolerância religiosa. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 10. Requerimento nº 121, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater a reforma

do Código Florestal na visão dos Direitos Humanos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 11. Requerimento Nº 122, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater a situação dos portadores do Mal de Alzheimer. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 12.** Não terminativo. **Sugestão nº 2, de 2011**, que dispõe sobre a autorização para desconto anual em folha de pagamento para entidades de aposentados e pensionistas e dá outras providências. Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação por falta de quorum. Item 13.** Não terminativo. **Sugestão nº 3, de 2011**, que regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Autoria: Universidade FEEVALE. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **adiado.** Fazem uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Paulo Davim e Mozarildo Cavalcante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com presença da nossa querida Senadora Ana Rita, que já está aqui conosco, declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária e da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Antes de entrarmos na nossa pauta, eu iria, no dia de ontem, fazer um pronunciamento em plenário, não foi possível porque estava no art. 17. Não é Senadora Ana Rita, o art. 17 é daqueles que falam todos os dias. Chega uma hora vai para o art. 17, ou seja, tem de ir para o último lugar da fila. Como eu era o último dos últimos não pude fazer lá, mas aproveitei neste momento para fazer esse rápido pronunciamento, porque não poderia deixar de falar sobre a morte de Getúlio Vargas, o suicídio de Getúlio Vargas que aconteceu em 24 de agosto de 1954.

Eu tinha na época 4 anos e já contei essa história. Lembro-me como se fosse hoje, ficou na minha memória quando na minha casa, os vizinhos, enfim, meu pai era getulista, não tenho como negar isso, ge-

tulista e brizolista ainda, quando os vizinhos vieram e entram na casa, meu pai estava lá, e todos em lágrimas diziam, esse era o termo da época, morreu o pai dos trabalhadores.

A dúvida que se tinha era se ele havia se suicidado ou tinham dado um tiro nele. E aí foi aquele desespero geral.

Lembro-me das manifestações nas ruas, por tudo que ele fez, Getúlio, queiramos ou não, como disse um senador em plenário ontem, podemos no longo da sua vida, tem algumas coisas que nos discordamos, lembro-me do caso da Olga Prestes que eu não concordo e tenho deixado claro a minha posição e o carinho que eu tinha pelo Prestes, que também encontrei diversas vezes na minha vida. Prestes por inúmeras vezes foi ao Rio Grande do Sul dialogar, conversar comigo e eu tinha um carinho muito grande pelos chamados prestistas, naturalmente lembro-me do que aconteceu com a Olga Prestes.

Mas, não deixo de render as minhas homenagens a Getúlio por tudo aquilo que ele fez de positivo, como, por exemplo, a CLT, a nossa própria Previdência e a Petrobrás. Enfim, os direitos dos trabalhadores consagrados hoje na CLT e na própria Constituição, eu diria, têm muito da época Vargas. Gaúcho lá de São Borja, não é Moacir? Está enterrado lá em São Borja? Ele, o Brizola e o João Goulart estão lá. Não poderia deixar de falar desse tema.

Lí, recentemente, num livro um texto que achei muito interessante, depois vocês vão saber quem falou isso, diz o seguinte, falando sobre o dia da morte de Getúlio:

Entreí no quarto, lá estava ele estendido. Muito pequeno, na plenitude de suas energias, com o peito varado. Não agüentei, sai por não poder agüentar. Fora a solução de um homem que desamparado, despojado de seus títulos, ao despertar no ambiente matinal, que é um convite a vida nova, via fugirem todas as suas razões de ser, ao impacto das últimas impressões que lhe eram ministradas. Então, só distinguiu o vácuo que o devorou com uma atração do abismo. Feriu-se, então, no coração, não tendo a quem enfrentar, enfrentou a morte, deu grandeza ao epílogo.

Essas palavras, meus amigos e minhas amigas, Senadores e Senadoras e convidados da Comissão de Direitos Humanos, foram palavras do ex-Ministro José Américo, em entrevista ao jornalista Iedo de Mendonça publicada na revista *O Cruzeiro*. Muito de nós, que somos da velha guarda, lemos por inúmeras vezes *O Cruzeiro*. Foi publicado na revista *O Cruzeiro*, logo após. Essa publicação foi em 1954. Claro que, em 1954, eu não lia as notícias, porque tinha 4 anos, mas eu acompanhei por muito tempo a revista *O Cruzeiro*.

Muitos de vocês devem ter lido *O Cruzeiro*. Hoje, 24 de agosto, lembramos 57 anos do suicídio do Presidente Getúlio Dorneles Vargas.

O Dorneles não tem nada haver com o Dr. Dorneles da Cobap.

Dorneles Vargas deu a sua vida pela República e pela democracia brasileira. Se hoje temos um país em franco desenvolvimento econômico, com direitos sociais garantidos aos trabalhadores e aposentados, podem crer que tudo isso iniciou com Vargas.

Lembro-me que quando assumi a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoa, Rio Grande do Sul, na noite da posse, faço a minha fala e na minha fala eu enalteci Getúlio Vargas. Naturalmente, lembrei de Leonel Brizola, pelo qual tinha enorme respeito.

Lembro-me que alguns companheiros, que não eram do PDT, questionaram a minha fala e eu reafirmei. Estou reconhecendo uma história de luta e de construção da CLT, queremos ou não tem a marca de Getúlio Vargas e de seus ministros.

No fim acabamos fazendo um entendimento devido às divergências ideológicas daquele momento da história, em relação à herança Vargas.

Sei que mantive a minha posição e fui reeleito por unanimidade num segundo momento pelo mesmo sindicato.

Enfim, quando Getúlio foi sepultado em São Borja, lembro-me que li, que fui visitar lá o túmulo, que o Ministro Osvaldo Aranha lançou ao templo uma frase, para mim profética, e que marca a história do povo gaúcho, a vinculação com Getúlio Vargas, com o trabalho e com o próprio Brizola. Estamos falando de Getúlio, essa é uma frase de impacto muito grande, diz ele, Moacir que sei que é do PDT, permita que diga isso, disse Osvaldo Aranha – frase dele dita no enterro, no seu discurso –: Getúlio, quando se quiser escrever a história do Brasil queiram ou não tem-se de molhar a pena no sangue do Rio Grande do Sul e ainda hoje, quem quiser escrever e descrever o futuro do Brasil terá de molhar a pena no sangue do teu coração.

Palavras de Osvaldo Aranha, numa homenagem a Getúlio e, naturalmente, a saga e a história do povo lá do meu estado, do Rio Grande do Sul.

Enfim senhores, faço esse pequeno registro, mas grande no meu entendimento, para falar de Getúlio Vargas e para que a história não se perca pelo anos e que a luta, tão bela por ele travada, fique sempre viva entre nós todos. Reconheço o legado de Getúlio Vargas. Tinha, repito, um carinho muito grande pelo, também falecido, Leonel Brizola e por João Goulart. Todos, homens que marcaram o tempo da minha adolescência, de uma forma ou de outra, 4 anos de Getúlio e depois Jango e depois o Brizola, são marcas.

Nós vamos fazer aqui, nesta comissão, peça auxílio da comissão, um debate sobre os 50 anos da legalidade. Já deve ter uma proposta neste sentido e gostaria que me passassem, enquanto estamos esperando os relatores dos projetos e os convidados dos 50 anos da legalidade.

Entendo que vai ser um momento importantíssimo para que retomemos a história.

Nós temos a lista de todos os convidados? (*Pausa.*)

Item três.

Eu aproveito já esse momento com a presença do Senador Paulo Davim. Em seguida, vamos passar a palavra para que V. Ex^a possa ler o relatório.

No momento estão aqui as lideranças que propuseram esse projeto, me permita que eu já fale. Foi apresentado por uma entidade nacional em matéria de uma legislação participativa.

Então, se vocês me permitirem, já que fiz essa introdução... (*Pausa.*)

Então, com a presença do Senador Paulo Davim... para aqueles que estão aqui assistindo a TV Senado neste momento... Senador Paulo Davim, Senadora Ana Rita, eu falei um pouco da história daqueles homens que marcaram o em seu tempo, eu diria as nossas vidas.

Falei que no dia de ontem é a data da morte de Getúlio Vargas, 24 de agosto. E eu não poderia deixar de falar nesse tema aqui no Plenário, pretendia falar ontem, acabei falando hoje. Mas assim mesmo eu aproveitaria, já que fiz essa introdução, para que aproveemos o requerimento que está na pauta de minha autoria eu pediria a assessoria que se pudesse ter a relação dos convidados, que está na Tiago, a relação de todos os convidados, que seria importante que no momento, até porque os Srs. Senadores podem propor mais alguns nomes, não é.

Então, é a minha intenção, a nossa intenção, não somente minha, se os senhores concordarem. Eu sei que na Câmara vai ter uma sessão de homenagem a 50 anos da legalidade e nós teremos também uma sessão de homenagem dos 50 anos da legalidade no Plenário do Senado.

Mas a nossa intenção do Plenário é mais uma sessão de homenagem. Nós queremos fazer um debate com os nossos convidados sobre o que foi a legalidade, enfim, qual é o nosso objetivo e chamaria as figuras que demarcaram naquela época.

Então, é a nossa intenção, e eu vou passar a ler o requerimento, com fundamento no disposto do art. 93, II:

Requeiro a realização de uma audiência pública para debater os 50 anos da legalidade.

E para tanto eu gostaria de convidar o Presidente do PDT nacional, o Presidente do PTB nacional, con-

vidaria o Presidente do PTB, do Rio Grande do Sul, e o Presidente também do PDT do Rio Grande do Sul, porque lá que foi o foco da legalidade, para que eles falem um pouco da história; e convidaria também o Presidente do PDT de Goiás porque aqui está repetido duas vezes o PDT de Goiás, deve ser o PDT e o PTB, quem Sab, porque Goiás foi o foco também do grande debate. A campanha da legalidade teve como dois grandes focos Goiás e rio Grande do Sul.

Chamaria os familiares do Governador Mauro Borges e Brizolla, lembramos aqui de Brizolla Neto, Juliana Brizolla, familiares do Jango, Tereza Goulart, João Vicente Goulart, e eu tomaria a liberdade de chamar também, se os senhores concordarem, o ex-Senador do Rio Grande do Sul, uma figura que sem sombra de dúvida marcou o tempo na vida política brasileira – hoje não é está mais na vida pública –, na minha avaliação, a não ser que eu esteja enganado, o primeiro governador negro eleito no Rio Grande do Sul, que foi Alceu Collares. Então, convidaria o Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, Alceu Collares foi Prefeito da Capital, foi Deputado Federal.

Até muitas vezes Alceu Collares diz que a marca do salário mínimo aqui no Congresso estava colado a ele e, naturalmente, a Getúlio e a Brizolla. Depois ele disse, nas falas que faz pelo Rio Grande, que passou o bastão para este Senador. E sempre esteve ao meu lado, em todas as minhas caminhadas. Rendo aqui as minhas homenagens a Alceu Collares, ex-Governador do Rio Grande do Sul.

Lembro-me aqui também do Juscelino Sérgio também, o Juremir Machado, que escreveu uma bela obra sobre a legalidade. Escreveu um livro muito bonito. Vou pedir que Juremir Machado, que hoje trabalha na Rádio Guaíba, se eu não me engano, esteja aqui também e que faça até aqui, quem sabe, o lançamento do seu livro, embora ele já tenha feito o lançamento e esteja à venda, mas, se não fez, que apresente aqui no Senado o livro. Chamaria também Carlos Bastos, assessor de imprensa do Brizolla, Alícia Pérez, socióloga lutadora das grandes causas do trabalhismo, e Terezinha Garay, que é Deputada Estadual, se eu não me engano.

São esses nomes ou tem mais algum nome? Esses nomes não caíram aqui de graça. Foram nomes pesquisados para falar um pouco do que foi a campanha da legalidade.

Então, se os senhores concordarem, eu aprovaria esse requerimento, com essa sugestão de nomes que poderá ser alterada, se os companheiros entenderem outros nomes para virem ao debate.

Claro que faríamos mais de uma mesa, porque eu acho que vai ser um dia importante. Tem um vídeo,

se eu não me engano, com imagens ao vivo, do que foi aquele momento da legalidade. Passaríamos em certo espaço de dez, 15 minutos o próprio vídeo da legalidade. Chamaríamos líderes sindicais dos trabalhadores.

Fizemos recentemente uma audiência pública no auditório Petrônio Portella, na segunda-feira, com a presença de 600 a 700 líderes de todo o Brasil, para discutir a defesa da CLT. Lá foi lembrada a figura, sem sombra de dúvida de Getúlio, como grande articulador. Embora eu tenha divergências quanto ao tema, fico tranquilo quanto a isso – não contra a CLT, mas por que surgiu a CLT, enfim, e algumas posições.

Acho importante que façamos esse debate recuperando a história e a importância do que foi aquela caminhada que resultou na legalidade. Hoje estamos aqui lembrando parte dos 50 anos da realidade.

Lembro-me aqui que há uma exposição na Câmara dos Deputados, dizem que muito bonita, eu não estive lá ainda. Quero cumprimentar aqui a Câmara dos Deputados, o Presidente Marco Maia, que está desenvolvendo uma exposição sobre os 50 anos da legalidade. É um belo de um documentário. Lá está passando inclusive este vídeo.

Enfim, os senhores e as senhoras que quiserem discutir esse tema, a palavra está em aberto. *(Pausa.)*

Se não quiserem discutir, porque vamos discutir naturalmente na data proposta... Eu não sei se já tem uma data indicativa. *(Pausa.)*

Podem dizer alto. Não tem problema.

Dia 5 de setembro, nós faremos aqui um grande debate. Tenho certeza que os companheiros do PDT, do PSB, do PV, do PT, do PMDB... É uma segunda-feira. Por que em uma segunda-feira? É que, às segundas-feiras, nós temos o espaço aqui ao vivo para todo o Brasil. Essa é a vantagem da segunda-feira pela manhã. Iniciaria às 9h e avançaríamos mais até as 14h, para que o Brasil conheça um pouco mais da história da legalidade, consequentemente passando, e não tem como não passar, por Getúlio, por João Goulart e o por Brizolla. Enfim, não sou eu quem vai falar aqui. Foram, digamos, o do grande debate da campanha da legalidade vários atores. Temos que lembrar de Miguel Arraes e de outros tantos que estavam, naquele momento, na mesma posição.

Enfim, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado, repito, sem prejuízo de que outros nomes venha a ser indicado.

Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador, eu gostaria de parabenizar o senhor pela iniciativa de con-

vocar uma audiência nesses termos, porque considero de fundamental importância, porque a audiência pública ela, para quem acompanha a TV Senado, é uma aula.

Resgatar essa história, recuperar essa história é realmente fundamental. E é importante que se dê divulgação à audiência pública com antecedência para que as pessoas que tenham interesse possam estar acompanhando. Para quem não pode estar aqui, com certeza, mas no Brasil como um todo.

Então, parabéns pela iniciativa. Eu acho que será uma audiência valiosíssima, de recuperação da nossa história, que muitos, principalmente da geração atual, não conhecem e nem sempre, no banco de escola, temos todas as informações e as realidades dos fatos.

Muitas vezes, a história é contada de uma maneira não tão realista assim. Muitos fatos, possivelmente, não são tão claros, não são colocados de maneira clara para os nossos estudantes e jovens.

Então, eu acredito que a audiência pública, sendo realizada por pessoas que vivenciaram diretamente esse processo todo, será de fundamental importância. Então, parabéns, Senador, pela sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, acatando a sua sugestão, vamos fazer o seguinte: vamos remeter para as universidades, por e-mail. A internet, hoje, tem essa vantagem, nós apertamos um botão e as Universidades do Brasil todo ficam sabendo o que a gente quis dizer ou alertar, para que eles assistam, principalmente, não só as turmas de Direito. Mas, enfim, que reúnam algum espaço na Universidade, liguem na TV Senado e assistam o debate.

Eu acho – e estava eu me lembrando aqui. Eu não falei com ele, mas o Senador Pedro Simon viveu muito aquele momento também. Eu vou insistir com o Senador Pedro Simon para que ele esteja aqui e que faça um depoimento daquele momento da história. E outras pessoas que lembrarmos que viveram aquele momento. Foi um momento duro, sabemos o que aconteceu.

A palavra estava com V. Ex^a, mas eu praticamente fiz um aparte a V. Ex^a, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Talvez a audiência possa até se desdobrar em duas audiências, porque há outras pessoas que foram anistiadas e que, com certeza, teriam o maior prazer de vir aqui relatar a sua história. Eu estou aqui me lembrando, por exemplo, do Ex-Secretário Nacional de Direitos Humanos Perly Cipriano, que é o meu Estado, uma pessoa que participou ativamente.

Há outras pessoas que participaram ativamente. Talvez, dependendo do andamento dessa audiência pública, fazermos um outro momento, com outras pes-

soas, para que possam relatar as suas experiências. Eu acho que vai ser muito interessante.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero também me somar às palavras da Senadora, parabenizá-la e dar uma sugestão. Eu acho que este momento é um momento que deve ser lembrado. Nós precisamos, para caminhar, conhecer bem o caminho que pisamos no passado, estamos pisando no presente e pisaremos no futuro.

Portanto, esse momento é um momento que deixou cicatrizes e indeléveis marcas. Mas também deixou muitas lições. Essas lições, tenho absoluta certeza, ajudam na consolidação da democracia que vivemos hoje.

O Brasil inteiro mergulhou naquela noite infindável, naquele período de chumbo, naquele momento de angústia, terror e desespero, quando quase não se percebia a chama da esperança, mas que bravos brasileiros, com posturas heróicas, pessoas que tinham um compromisso inquebrantável com a liberdade, eles sacrificaram... chegaram a sacrificar as próprias vidas para construir os dias de hoje.

Mas o Brasil inteiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, em todo o Estado tem uma história particular. Em todo Estado tem uma lição vivenciada por alguém. Então, eu sugeriria que pudéssemos dar uma dimensão nacional a esse evento. Que nós pudéssemos, além dos nomes elencados por V. Ex^a, que nós pudéssemos trazer a contribuição para reviver essa história ou para lembrar essa história de testemunhos do Brasil inteiro. De cada Estado a gente detectar alguém, levantar alguém que contribuiu para enfrentar esses dias difíceis, que ajudaram a construir a liberdade de que hoje desfrutamos, que passou por momentos difíceis em nome dessa causa nobre chamada democracia.

Então, que a gente trouxesse, de cada Estado brasileiro, um símbolo; alguém que esteve na vanguarda do movimento de resistência; alguém para dar a sua contribuição, para contar a sua história, contar, registrar os momentos em que os Estado, o seu povo, a sua cidade... Na época, eram jovens, acalentados e embalados por sonhos de liberdade, de vida, e muitos deles tiveram esses sonhos ceifados. Muitos deles não conseguiram levar a cabo o projeto de vida. Mas estiveram firmemente na luta.

Então, que pudéssemos encontrar pessoas que personifiquem aqueles momentos em cada Estado brasileiro e que os trouxessem para cá, entendeu? Para dar um depoimento. Em cada Estado, há alguém que pode contribuir, que tem um testemunho a dar, que tem algo para contribuir.

Feito isso, a gente transformasse esse evento em um registro, através de uma separata. Até mesmo

que pudéssemos registrar em vídeo, esse depoimento e pudéssemos disseminá-los pelo Brasil a fora, pelas universidades, para fazer um arquivo.

Daqui a pouco, essas pessoas já não poderão mais dar o testemunho dessa época, e a gente poderia registrar esse momento, um momento nacional, trazendo gente de toda parte do Brasil para dar essa contribuição. Para construir um documento histórico a partir da nossa comissão; essa data, os 50 anos.

Então, é uma sugestão que eu dou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu acatarei. Já peço à assessoria da Comissão que a gente altere o nosso requerimento e, tenho certeza de que com a assinatura conjunta da Senadora Ana Rita e Paulo Davim, para que a gente transforme os 50 Anos da Legalidade em um ciclo de debate sobre os 50 anos da legalidade.

Então, aprovado nesses termos, nós faríamos a primeira no dia 5 de setembro, mas poderemos, quem sabe, durante este ano, dos 50 anos da legalidade, ter no mínimo uma segunda-feira de cada mês... já que é ao vivo, nós fazemos aqui, previamente agendado e anunciado, no mínimo uma segunda-feira de cada mês, para nós termos um painel sobre os 50 anos da legalidade, até o fim do ano, com o objetivo de homenagear os lutadores.

Quando nós falamos dos 50 anos da legalidade, nós estamos falando de toda essa história que passou pelo golpe militar naturalmente em 64. Então, nós queremos discutir a situação de tanta gente que morreu – isso foi muito bem colocado – e outros que foram exilados e depois voltaram, e veio a Lei da Anistia, enfim.

Eu acho que os 50 anos da legalidade é um marco que vai nos permitir no debate refletir, para trás e para frente, com o objetivo de que a democracia tenha de estar sempre em primeiro lugar.

Em não sei se foi ontem ou anteontem alguém me fez um questionamento sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo, e eu apenas repeti isso: meu amigo saiba sempre que ninguém, e até o Plenário pode me contestar se eu estiver errado, inventou um sistema melhor do que a democracia. E que bom que a nossa democracia, embora jovem – eu diria jovem –, no período pós-ditadura, está cada vez mais firme. E ninguém conseguirá fazer com que haja um retrocesso.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Diante do encaminhamento que V. Exª está dando, Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero deixar bem registrado aqui, Senadora Ana Rita e o Senador Paulo Davim.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Diante do encaminhamento que V. Exª está dando, gostaria de ter

a oportunidade de sugerir alguns nomes para que viessem aqui em uma dessas audiências, não na do dia 5, mas em uma mais adiante, porque a do dia 5, de certa forma, já tem os nomes definidos. Então, gostaria de sugerir alguns nomes que penso que oferecerão para nós uma grande contribuição. Faço essa solicitação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica assegurado que os nomes serão indicados para cada segunda-feira por parte dos Senadores e do próprio movimento social, os que estão assistindo à TV Senado, porque agora temos esse avanço aqui na Casa: diversas comissões estão funcionando ao vivo para todo o Brasil, e o cidadão escolhe qual canal vai assistir.

Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, uma alegria recebê-lo. Eu dizia, Senador Mozarildo, se V. Exª me permitir, que nós pretendemos fazer um ciclo de debates sobre os cinquenta anos da Legalidade. Entre os convidados estariam os líderes do PTB que, com certeza, têm muito a falar, pois o Partido é um símbolo da democracia. Esse é o requerimento que estamos aprovando.

E aprovamos, aqui na Comissão de Direitos Humanos, que uma segunda-feira de cada mês, pelo menos – a primeira seria em 5 de setembro, e depois em outubro, novembro e dezembro –, teríamos um debate aqui sobre os cinquenta anos da Legalidade.

E falava do trabalhismo, da CLT, da vida e história do Getúlio. V. Exª falou da tribuna hoje. Se quiser, V. Exª pode até recordar, porque eu achei importante. Eu não tive espaço ontem. Eu li o meu pronunciamento sobre Getúlio. E V. Exª fez uma bela homenagem ontem. Eu estava no gabinete. Eu li a minha homenagem a esta data da morte de Getúlio, que foi ontem. Aproveitei o momento para aprovar o requerimento dos cinquenta anos da Legalidade. Quando eu lembro de Getúlio, não sei se é coisa de gaúcho, ligo a João Goulart, Brizola, Pasqualini, e não tem como não ligar ao PTB. Então, entre os convidados do primeiro ciclo, no dia 5 de setembro, estão as lideranças do PTB e do PDT, sem o prejuízo de outros nomes que possam ser indicados para falar um pouco sobre a Legalidade. Sabemos que houve divergência, mas é natural, onde não existe divergência? Mas a história ninguém vai negar. A história da Legalidade está aí, é fato e é real. Esse é o objetivo. Se V. Exª quiser fazer algum comentário, poderá fazê-lo; se não, nós aprovamos.

Então, com o entendimento feito, coloco em votação nosso requerimento, com alteração acordada entre todos os Senadores. Peço até que, depois de aprovado, seja rebatido o requerimento, que está aprovado nos moldes que foi acertado, que se tornou um ciclo de debates sobre os cinquenta anos da Legalidade. Assinam o requerimento os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Paulo Davim e Ana Rita, que

estão aqui presentes. Sobre os convidados, acertaremos entre nós, para que reflitam um pouco este período da resistência dos cinquenta anos da Legalidade, que lembramos este ano.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do ciclo de debates dos cinquenta anos da Legalidade.

Aproveitando a presença do relator da matéria, passo a palavra ao Senador Paulo Davim, para que leia o seu relatório. Deixo bem claro, Senador Paulo Davim, e aqui está a entidade que apresentou, que o seu relatório, reconhecendo o aspecto legal e constitucional desta Comissão no que compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ao receber um projeto da entidade, indicamos o relator, que dará o seu parecer para que o projeto tramite. O mérito do projeto será debatido depois nas respectivas comissões. Então, há uma iniciativa da Cobap, uma proposta que foi encaminhada, cumpriu todo o preceito legal e que, se V. Ex^a puder fazer a leitura, só colocaremos em votação, embora simbólica, porque não é terminativo, com o número de assinaturas necessárias no livro, cumprindo o nosso Regimento.

Senador Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 2, de 2011, da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, que dispõe sobre a autorização para desconto anual em folha de pagamento para entidades de aposentados e pensionistas e dá outras providências.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, I e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) compete a esta Comissão emitir parecer sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Quando acolhida a sugestão, ela deve ser transformada em projeto de lei de iniciativa deste colegiado. Já no caso de parecer contrário, a sugestão será arquivada.

Como se sabe, o objetivo das normas regimentais é a de estimular a participação de toda a sociedade civil no processo legislativo. Por isso, o exame a ser feito por esta Comissão não deve ter o mesmo rigor que caracteriza a atividade das comissões temáticas, quando da análise das proposições legislativas em geral. Com efeito, não é papel da CDH substituir as outras comissões na apreciação de matérias pertencentes aos seus campos temáticos.

Uma vez feitas essas observações, temos de reconhecer que a Sugestão nº 2, de 2011, formulada por

entidade de classe, representada pelo seu Presidente, Warlei Martins Gonçalves, não versa sobre matéria sujeita à reserva de iniciativa do Presidente da República e inova o ordenamento jurídico. Por outro lado, a finalidade que anima a sua formulação é meritória, eis que confere mecanismos de suporte às ações de entidades e associações que representam os interesses de aposentados e pensionistas.

Finalmente, em face da existência de pequenos lapsos no texto do projeto, no que concerne à técnica legislativa, é conveniente a apresentação de nova versão, a fim de adaptá-lo às exigências da boa técnica legislativa e da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Como destacado anteriormente, a esta Comissão cabe um papel facilitador da participação da sociedade civil no processo legislativo. Assim, e em respeito às intenções que animaram a proponente da sugestão, o texto que apresentamos limita-se a realizar as intervenções estritamente necessárias para adequar a proposição aos ditames da técnica legislativa.

Voto.

Ante o exposto, somos pelo acolhimento da Sugestão nº 2, de 2011, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado. Aí segue o projeto que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Como ainda não há assinatura suficiente em plenário, não vamos colocá-la em votação. Está feito o relatório, a matéria será deliberada após o preenchimento do número de assinaturas em plenário. Mas o relatório está lido, se os Senadores quiserem discutir no momento adequado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero fazer um adendo, quero dar minha posição pessoal. Uma coisa é fazer o relatório embasado em alguns parâmetros, em alguns balizadores legais. Quero dizer que realmente é necessário, é importante, sobretudo para nós que já militamos e trabalhamos em entidade de classe. Sabemos que é necessário a essas instituições disporem de alguns recursos para os enfrentamentos diários, cotidianos, que diuturnamente chegam às portas dessas instituições. Acho legítimo, acho que é uma forma de fortalecer a luta dos aposentados e pensionistas, é uma proposta simpática. Portanto, lido o relatório, acho que terá segmento sem nenhum atropelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Mozarildo, algum comentário? Não?

O relatório está feito. Aguardaremos o número de assinaturas para ver se poderemos votar. Temos aqui outro requerimento.

Os Itens 2 e 3 foram retirados. O Senador Vicentinho está se deslocando para cá. (Pausa.)

Não, o Item 2 é que foi retirado de pauta. O Item 1, o Relator não se encontra. Está certo. O autor não se encontra. O Item 3 já foi, que é o dos cinquenta anos da legalidade.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater situação dos idosos que residem em instituições asilares.

Autoria: Senador Paulo Paim, junto com outros Senadores.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir este requerimento, vamos colocar em votação, para discutir a situação dos idosos que residem em chamadas instituições asilares, que é uma situação delicada e foi um pedido que esta Comissão recebeu.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater o dia nacional de lutas das pessoas com deficiência (que é 21 de setembro), em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (que o Lindbergh Farias preside). A situação das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim.

E lá, se não me engano, é o Senador Lindbergh.

Aqueles que concordam com essa audiência pública no dia 21 de setembro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 117, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater o bicentenário de Bagé (RS).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Deixe-me falar um pouquinho sobre essa nossa iniciativa aqui na Comissão. Nossa intenção era fazer uma grande audiência no plenário, mas percebemos que a Câmara já fez. Bagé completa 200 anos, 117 mil habitantes, fica na região da fronteira do Rio Grande, é um dos mais tradicionais municípios do País, e lá temos toda a integração dos povos sul-americanos, que se reúnem em festivais e seminários para discutir a situação das fronteiras, que vamos aproveitar para

discutir aqui. E também vamos aproveitar, Senador Mozarildo Cavalcanti, eu que sou parceiro de V. Ex^a na questão do Mercosul, essa data simbólica, com a presença de prefeitos daquela região, para discutir os Direitos Humanos e o Mercosul. Eu fiquei muito feliz quando soube que seu partido o indicou, confesso, pela preocupação que V. Ex^a tem com o tema. Caminharemos juntos lá no fórum do Mercosul. E, se não me engano, nesta tarde ainda será instalada, às 14 horas,... Parece que vai ser hoje à tarde. Hoje à tarde ou quarta que vem. Bom, vamos conferir. Mas estaremos juntos debatendo o tema.

Então, os que concordam com este requerimento... Não havendo quem queira discutir, aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 118, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater dia internacional da Juventude, comemorado em 12 de agosto.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Então, aqueles que concordam que a Comissão de Direitos Humanos, aproveitando o dia, debata a questão da juventude e direitos humanos...

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 119, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 120, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater as denúncias de intolerância religiosa.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Todos nós aqui na Comissão de Direitos Humanos defendemos com muita convicção a liberdade religiosa. Cada um tem sua religião. E como existe ainda a dita intolerância religiosa, faremos uma audiência pública para debater o tema.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.
Os que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ITEM 10
REQUERIMENTO Nº 121, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a reforma do Código Florestal na visão dos Direitos Humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Por fim, a realização de uma audiência pública – Senador Mozarildo Cavalcanti, tenho certeza que V. Ex^a vai querer debater esse tema – para que possamos também debater aqui, em uma audiência agendada e acertada com os Senadores e quem serão os convidados – eu não coloquei aqui quem seriam os convidados, os Senadores indicariam –, para discutirmos, na visão da Comissão de Direitos Humanos, o Código Florestal. Por quê? Qual é a intenção? Não é que vamos chamar o Código para cá. Nem é esse o objetivo, as comissões estão definidas. Mas que possamos olhar, na visão dos direitos humanos, essa questão.

Eu sempre digo – o Senador Mozarildo sabe a minha posição – que não fique ninguém querendo achar que produtor rural, digamos, é o diabo – desculpe a expressão – ou é o inferno, ou que ambientalista é o inferno, não é? Eu acho que devemos construir um debate salutar e que vá na linha de aprovarmos o Código Florestal, com os ajustes necessários, o que eu percebo que os Relatores da matéria, nas respectivas comissões, estão fazendo. Quem sabe não conseguimos que cada um deles venha aqui. O Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana, se não me engano. Os dois Senadores. Que venham aqui e deem um pequeno depoimento de como é que está o debate do tema aqui na Casa. Nós estaríamos ajudando na discussão e aprovação do Código Florestal, na visão da Comissão de Direitos Humanos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ITEM 11
REQUERIMENTO Nº 122, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a situação dos portadores do Mal de Alzheimer.

Autoria: Senador Paulo Paim.

E eu me dirijo mais uma vez a V. Ex^a, Senador Mozarildo, porque V. Ex^a é médico, assim como ao Senador

Paulo Davim, que também é médico, para discutirmos aqui a situação dos portadores do Mal de Alzheimer. V. Ex^a, como ninguém, conhece essa realidade, e nós queremos discutir esse tema aqui na Comissão, porque sabemos que a situação dos portadores do Mal de Alzheimer aumenta a cada dia que passa.

Se não me engano, vai haver um encontro em Genebra. Estão inclusive solicitando que a Comissão de Direitos Humanos, se possível, participe desse encontro. Como o encontro é em Genebra, como diria o outro, é de bom alvitre, uma coisa quase protocolar de dizer, que se faça um debate sobre essa questão e se a Comissão poderá ir ou não ou se alguém poderá representar esta Comissão nesse evento, que será em Genebra, fruto de um debate já realizado aqui, como é que o Brasil está fazendo, na visão dos direitos humanos, a análise e como está atendendo, como está procedendo na discussão do Mal de Alzheimer, assim dito, não é? Os senhores que são médicos conhecem que é uma realidade. Eu tenho inúmeros amigos que estão nessa situação.

Vocês querem fazer algum comentário sobre este requerimento?

Ambos os Senadores presentes são médicos. O Senador Paulo Davim e o Senador Mozarildo concordam com o requerimento, faremos o debate na audiência pública agendada, com tempo, e convidando especialistas na área.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O relatório lido não poderá ser apreciado. O Senador Ataídes, que seria o Relator de outro projeto terminativo não está, mas faz questão de ser o Relator do projeto. Então, ficaremos só nos requerimentos, a não ser que tenhamos assinaturas suficientes para a votação.

Quinta-feira, nós sabemos que os Senadores se deslocam para os Estados.

Senador Mozarildo, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Senador Paim, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo dinamismo e pela eficiência na condução desta Comissão tão importante. Como V. Ex^a disse, qual é o tema nesta Casa que está em discussão e que não tem a ver com direitos humanos? Aliás, não é porque sou médico. Eu acho que todos nós temos que compreender que nenhuma outra questão, nem econômica, nem social, enfim, de qualquer tipo, terá sentido se não tiver a figura do ser humano como prioridade. A Comissão de Direitos Humanos é realmente a comissão que considero a mais importante. Se a CCJ é chamada a

mais importante porque analisa a constitucionalidade e a legalidade, tem que analisar em função do que é benéfico para o homem. O que eu lamento é o que V. Ex^a disse aí, na quinta-feira,... Mas não é só na quinta não, é na terça, é na quarta, é na quinta. Por exemplo, eu vim, primeiramente, de uma reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente, onde estão ex-ministros da Agricultura discutindo a questão do Código Florestal. Daqui, vou para a de Infraestrutura e para a de Relações Exteriores.

Então, gostaria de deixar aqui registrado um apelo, para que a gente possa aprovar um projeto de resolução que apresentei, em que, em uma semana, o Senado se dedique apenas a reuniões das comissões, de manhã e de tarde, sem prejuízo de haver sessões não deliberativas; isto é, ao mesmo tempo em que se dedica a reunir, de manhã e à tarde, as comissões, à sessão deliberativa aqueles Senadores que quiserem ir lá fazer seus pronunciamentos e debates terão esse direito. E, na outra semana, será a semana só de deliberação de Plenário, de manhã e à tarde também. Com isso, a gente deixa de ficar, digamos, numa bola dividida.

Por exemplo, eu tenho hoje cinco comissões para estar presente. Já assinei em três e estive presente em duas, e ainda tenho mais duas para ir. Então, é difícil sequer acompanhar a pauta das comissões. Eu queria deixar esse apelo registrado, para que a gente trabalhe no sentido ou desta proposta, ou de algo melhor. O que não pode é ficar... Eu tenho 12 anos de Senado e vejo que realmente a gente fica, ou se desdobrando e selecionando onde vai estar presente, ou – o que é pior – fazendo de conta que está presente às comissões.

Então, eu queria realmente que a gente pudesse pensar nisso; apelar a V. Ex^a como presidente da Comissão, para que a gente pudesse se entender com todos os presidentes de comissão e encontrar, ou este caminho da minha proposta ou outro melhor, mas que não continue essa sistemática que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, eu quero cumprimentar V. Ex^a pela proposta apresentada e pela defesa da mesma. Claro que a gente, como Presidente, fica meio constrangido, mas, uma vez provocado pelo Plenário, como V. Ex^a faz – e com muita sabedoria –, eu também vou expressar o meu ponto de vista. Acho fundamental que os presidentes das comissões – naturalmente sou presidente de uma comissão – se reúnam e tomem uma posição. O que não pode é a sociedade ficar na expectativa, muitas vezes, de inúmeros projetos, como nós temos aqui terminativos, inclusive de V. Ex^a, e que não são votados, porque não há presença dos Senadores. Nós teríamos de achar um caminho.

Tenho certeza de que o Senador Paulo Davim também concorda que a gente chegue a um entendimento. Eu mesmo... Por exemplo, Comissão de Educação é uma comissão de que eu gostaria de participar, e acabo não conseguindo. À Comissão de Assuntos eu vou quando posso; à Comissão de Economia... Quer dizer, nós temos de achar uma forma de dividir as comissões pelo número de Senadores... Isso que V. Ex^a está propondo eu acho interessante: naquela semana, é uma comissão de manhã; uma, de tarde. E vão se dividindo e dando quórum suficiente para o debate. E cada um vai escolher aquela com que tem mais afinidade. Mas como está, na quinta-feira, é muito difícil que uma comissão sequer da Casa dê quórum. Essa é a verdade; são os fatos. E a gente tem que dizer que é muito difícil que, na quinta-feira, se consiga votar um projeto terminativo. E é grave isso. Dá a impressão para a sociedade – dá a impressão – de que a gente só trabalha terça e quarta.

E não pode! Primeiro, quinta à tarde não tem votação deliberativa, não tem projetos polêmicos em Plenário – nós sabemos disso...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Mas nem terça e quarta, Presidente.

Ontem, por exemplo, quarta-feira, tinha um debate intenso na CCJ, a questão do financiamento público, entre outros assuntos, onde todo mundo tinha interesse em estar, ao mesmo tempo que havia reuniões de outras comissões importantes também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É possível.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Hoje, eu repito: estou em cinco comissões.

Então, o que eu vou fazer? Correr de uma para outra, assino, saio. Estou dando o meu exemplo, mas isso acontece com todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acontece com todos os Senadores Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Inclusive, Presidente, ontem, várias comissões estavam reunidas, debatendo assuntos importantes, e também havia uma audiência pública sobre o Código Florestal, com quatro ex-ministros na Comissão de Meio Ambiente.

E hoje, por exemplo, está havendo, na Comissão de Meio Ambiente, outra audiência pública – ontem foram quatro ex-ministros do Meio Ambiente – com quatro ex-ministros da Agricultura, para debater o tema. Então, um tema importante!

Essa matéria vai ser apreciada pelo Senado. É importante a gente embasar a nossa opinião, conhecer detalhadamente a matéria. Então, há coisas que acontecem dessa forma. É lamentável que fique nessa

correria, mas é isso mesmo. Eu acho que são necessários alguns ajustes, e acho que essa sugestão do Senador Mozarildo é plausível. Acho que o encaminhamento será esse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar, mais uma vez, ambos os Senadores. A gente fala tanto em moralizar a questão pública e passa também por alguns atos nossos. Do jeito que está, é impossível que a gente consiga que os projetos terminativos sejam votados.

E o Senador Mozarildo lembra, até me corrigindo e de forma adequada, que não é questão só da quinta; inclusive na terça e na quarta não se consegue quórum.

Vou dar um exemplo: digamos que essas comissões que estão se reunindo nas quintas, percebendo que na quinta não têm quórum, puxem tudo para as quartas. Aí, não vai dar quórum em nenhuma, porque vão tentar estar em todas, e não vão estar, no fundo, em nenhuma, nem discutindo com profundidade cada tema.

Por isso, a sua proposta me é muito simpática: de nós, de repente, construirmos esse entendimento de termos debates e votações, inclusive dos chamados terminativos, que exigem número de Senadores presentes no ato da votação, e votação nominal, um por um, para que a gente possa estipular algumas semanas – vamos ver qual é o critério – só de trabalho de comissões de manhã e pela tarde, esgotando todos os debates e projetos. E – por que não? – até eu diria: se acumular, uma comissão pode ir das 14 às 16h, outra de 16 às 18h, e – por que não? – até das 18 às 20h, num certo momento, se necessário.

A semana tem que deliberar...

E todos os Senadores seriam solidários às respectivas comissões – e vão lá e votam, a favor ou contra, mas votam. Eu sempre digo que o pior dos mundos é você não votar.

Há quanto tempo está esse seu projeto que vai nessa linha? Se não me engano, há um bom tempo, eu o ouvi falar em plenário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Apresentei exatamente no início desta Legislatura, de novo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De novo. Reapresentou.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Reapresentei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vem da Legislatura anterior. E me parece que não há uma disposição ainda – ainda, eu diria – de nós todos, porque não quero fazer crítica a nenhum Senador aqui, de a gente achar um caminho para resolver essa questão. Estamos no Parlamento há tantos anos, eu diria. O Paulo Davim há tantos anos no Estado e

também aqui. Nós estamos aqui juntos há, no mínimo, 10 ou 12 anos, aqui no Senado da República.

Enfim, mediante esses esclarecimentos, digo, à entidade que está presente, que o seu relatório já está lido, e o relatório é favorável. O relator, Senador Mozarildo, aqui também, não criou nenhum obstáculo para que a matéria tramite e seja feito o devido debate nas comissões. Já é, no meu entendimento, um avanço, pela posição do relator, e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa cumpre a sua parte.

A Cobap, que está aqui presente, vai realizar um grande congresso, se não me engano em Goiás, Caldas Novas. Eu pediria que, informalmente, mas quebrando o protocolo, daí mesmo, o presidente da Cobap, se quisesse anunciar quando vai ser o congresso e convidar todos os Senadores, que o faça neste momento.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – É, nós da Confederação Brasileira, convidamos – inclusive estamos mandando o convite agora para todos os Senadores e alguns Deputados Federais também – também para dia 1º, aqui na Comissão, onde vamos discutir com a Anfip e o Ipea, sobre a desoneração da folha, sobre o fator previdenciário e sobre o aumento que a Presidente da República vetou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É no dia 1º de setembro às 9 horas da manhã. Audiência pública.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Às 9h da manhã, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Estamos trazendo aí vários aposentados, todas as federações.

Queria passar um relato rápido da Cobap, que hoje tem 22 federações filiadas – quase todos os Estados. Estamos com mais de 750 associações no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daqui a pouco dá quórum. Marcelo Crivella, companheiro nosso, de toda a jornada, chegando para dar uma força.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – E nós vamos fazer um congresso nacional em Caldas Novas, onde estamos com mil delegados inscritos. Convidamos todos os Senadores a participar deste congresso conosco em Caldas Novas, Goiás, do dia 20 ao dia 23 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero informar ao Warley que estou adaptando a minha agenda e farei de tudo para estar lá, inclusive na abertura, no dia 20. Quero ver se consigo ficar nos dias 20 e 21, porque sei que, além de todo o debate que vai ser feito e da campanha de mobilização para aumentos reais...

O Mozarildo Cavalcanti fez vigília conosco aqui – quero dar esse destaque – no ano passado, quando conseguimos aquele reajuste de 80% do PIB.

Sei dessa luta dos aposentados de todo o Brasil, de querer somente que haja algum tipo de reajuste lá em janeiro, porque em janeiro o salário mínimo tem um reajuste – por política salarial aprovada e discutida por todos nós, de 13,5% –, e o aposentado não receberá nem a metade se nós não conseguirmos colocar isso na peça orçamentária e não abriremos um processo de discussão e de negociação.

Eu tenho dito – todo mundo sabe da minha posição em relação à Presidenta Dilma, sou da base, sou do Partido dos Trabalhadores – que eu lutarei até o final da minha vida – tenho certeza disso – para que os aposentados tenham reajustes reais e sei que essa é a posição do Senado Mozarildo, do Senador Paulo Davim e de tantos outros. Ninguém tenha dúvida de que nós vamos fazer esse bom combate, esse bom combate nós vamos travar este ano. Bom, a vida é assim, mas que nós faremos o combate, faremos.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – É muito preocupante, Senador: nós, aposentados e pensionistas que ganhamos acima do salário mínimo, Senador... De 91 até 2010, mais de 4,552 milhões de aposentados no País passaram a ganhar salário mínimo, e isso não é justo, porque nós não pagamos o salário mínimo, não é? Nós pagamos acima do salário... Então, é por isto que a gente quer ter um aumento acima da inflação: para a gente também não chegar, amanhã, no salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até porque – se me permitirem ainda um rápido comentário – está comprovado que a nossa Previdência é mais do que superavitária. Por isso é que o Governo se sente no direito até de ir desonerando a folha. É que ela é tão superavitária, que está sobrando dinheiro, dá para desonerar e não vai faltar. Agora, se dá para desonerar a folha e não vai faltar dinheiro, por que não dar o reajuste para quem pagou a Previdência durante toda a vida, que são os aposentados? Tem como! Não tem lógica! Se, por um lado, acho que posso desonerar diversos setores porque entendo que a Previdência está muito bem, obrigado, por que não dar o retorno mínimo para aqueles que pagaram a Previdência, que são os aposentados e pensionistas? Então, esse debate vai se dar...

Eu disse de público e repito de novo: se o movimento social quiser, nós faremos uma vigília dentro do Senado na noite de Natal, para que a luz do universo e Cristo nos auxiliem nesse caminho. Eu me sentirei muito melhor com a vigília aqui dentro do que em casa, ao lado dos meus filhos, como Senador, tomando um

champanha; me sentirei muito melhor, digo isso com a maior tranquilidade. E também, se o movimento social achar que não, também não. Não sou aquele que acha ser o dono da verdade e ser o único a ficar aqui dentro. Não! Se o movimento social concordar, nós faremos essa vigília nos espaços adequados – se entenderem ser melhor fazê-la nos Estados também, porque o Senador Mozarildo... Eu quero falar isso com muita tranquilidade. Falei simbolicamente no Natal, mas V. Ex^a pode dizer: “Vamos fazer antes do Natal para que vá na peça orçamentária”. Por que não? É para assegurar isso, porque é inadmissível que, num momento em que a gente fala que o Brasil está tão bem, perante o mundo inclusive, perante a Europa, a América Central, enfim, os Estados Unidos – todos falam que estão com dificuldades e nós estamos tão bem...

Todos os setores estão recebendo algum tipo de incentivo. E por que aquele setor, que é consumidor em potencial – e nós temos de apostar no mercado interno – não pode – não é nem incentivo – recuperar um pouquinho de suas perdas acumuladas? Se pegarmos as perdas, veremos que hoje vão a mais de 80% em relação ao que recebiam. E quando o Warley fala do número de pessoas que ganhavam o salário mínimo e que esse número está diminuindo, fala corretamente: está diminuindo o número de pessoas que ganhavam mais que o salário mínimo. Ou seja, a continuar esse quadro... Isso é real, é fato, não adianta porque ninguém vai dizer que eu estou errado, pelo menos ninguém conseguiu dizer: a continuar esse quadro, no futuro, todos estarão ganhando o salário mínimo. No passado, eram dez milhões, depois foi para doze milhões e, hoje, já está em dezoito milhões o número de pessoas que ganham um salário mínimo. Daqui a pouco – hoje são oito milhões que ganham mais que o mínimo – serão vinte milhões ganhando o mínimo, depois 22 milhões e, depois, vão ser os 30 milhões, à medida que mais aposentados vão pedindo o seu benefício.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Senador, o Governo podia, a Dilma, mandar um projeto de lei para a Câmara e para o Senado estabelecendo que, a partir de agora, todos os trabalhadores pagassem um salário mínimo. Já que querem que todos os trabalhadores ganhem um salário mínimo, por que não pagar só o salário mínimo? É melhor do que enganar o trabalhador que paga cinco, seis salários e, depois, volta a ganhar um salário mínimo. Então, que façam um projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Presidente Warley, que está usando o espaço aqui de forma muito rápida: é na quinta-feira. É na quinta-feira que o senhor deverá fazer essa proposta

lá! No momento, abri mais para o senhor falar sobre a importância do congresso.

Sei que esse é um debate que está dado também. Nos diversos fóruns em que estive, os trabalhadores e aposentados estão levantando essa tese, porque estão preocupados com a forma como o assunto vem sendo conduzido.

E há quem diga já – o que eu não acredito – que o salário mínimo não vai receber os 13,5%. Eu não quero acreditar, mas já corre esse boato. Da mesma forma, corre o boato de que querem passar a Previdência da mulher – hoje são trinta anos de contribuição – para 37, o que também acho que é mentira. Olhem, estou dizendo aqui da tribuna do Senado da República: acho que é mentira isso. Eu não quero acreditar que alguém esteja achando que nós aqui vamos aprovar uma PEC – só por PEC isso – nesse sentido, que aqui se tenha 3/5 dos votos para aprovar uma aberração como essa de querer que a mulher vá para 37 anos de contribuição, e o homem, para 42. Esse é o conteúdo de matérias que saíram nos jornais, mas eu diria que é um balão de ensaio ou alguém mal-intencionado querendo jogar um contra o outro.

Não acredito, não acredito. Foi uma conquista nossa, dos Constituintes, que elaboramos a Constituição: trinta anos de contribuição para a mulher e 35 anos o homem. Até porque há o seguinte: como é que vão fazer? Vão mandar isso para o Regime Geral? E o servidor público, como é que fica? Já está consagrada lá a fórmula 85/95 como uma transição para quem quiser e que o tempo é 30 e 35, e as idades, 55 e 60. Como é que vão fazer? Vão fazer uma reforma total, geral, irrestrita? Ou vão dizer que, para o trabalhador do Regime Geral, que chamo de primo pobre da Previdência – primo pobre em matéria de receber benefícios, porque é o que mais paga... Se é que alguém está pensando em fazer isso, como é que vamos fazer essa transformação? Acho que não é verídico, acho que alguém colocou isso só para complicar mais o debate da previdência pública.

Agora, quanto ao debate da DRU, a tendência é autorizar por mais anos a permanência da DRU, mas por que a gente não tira a Seguridade Social, que pegaria inclusive a Saúde? Os 20% que são retirados da Previdência, da Saúde e da Assistência não seriam retirados mais, ficariam nas pastas respectivas. Aumentaria, então, o orçamento da Seguridade e, conseqüentemente, também o da Saúde, Assistência e Previdência. Mas esse é um debate para a próxima quinta-feira.

Nós vamos encerrar a sessão agradecendo muito aos Senadores Paulo Davim, Mozarildo e Ana Rita. Hoje nós não deliberamos, e o Senador Mozarildo fez

um protesto legítimo, que eu endosse, no sentido de que temos de achar uma forma de termos Senadores – e não estamos aqui criticando os Senadores porque todo mundo está correndo para um lado, não é? –, de uma forma organizada, para a votação da matéria.

O projeto apresentado pelo movimento dos aposentados já foi lido, já está consagrado, a votação é simbólica, e eu tenho certeza de que, na próxima semana, ele poderá, mediante um número de assinaturas, ser remetido às outras comissões. Como vai ser o debate da questão dos aposentados, vou pedir para que seja colocado como item único da próxima quinta-feira. Teríamos primeiro a sessão deliberativa e depois teríamos a sessão destinada ao debate da Comissão. Votaríamos no início ou o fim.

Está encerrada a sessão. Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.)

ATA DA 58ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 12ª SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senhor Senador **Paulo Paim**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública Conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos dos Requerimentos nº 101, de 2011–CDH, aprovado em 01/08/11, e nº 01, de 2011–CASEMP, aprovado em 05/04/11, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater com o setor empresarial a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento.” Convidados: Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da CNI; Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do SENAI; Cristiano Zaranza, Chefe de Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e Cassius Marcellus Zomignani, Diretor do Departamento Sindical DESIN da Federação das Indústrias do São Paulo – FIESP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, numa audiência conjunta com a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta é uma audiência pública conjunta, nos termos do Requerimento nº 101, de 2011-CDH, aprovado em 01/08/2011, e do Requerimento nº 01, de 2011-Casemp, ambos de autoria deste Senador e de outros, para debater a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento.

Informamos que já realizamos uma audiência pública com este mesmo formato, ouvindo as centrais sindicais e as confederações dos trabalhadores. Foi de minha autoria aquele requerimento, como também este, que tem o objetivo de ouvir o setor empreendedor, os empresários, enfim, aqueles que atuam na área da contratação dos trabalhadores.

A pergunta que fica – e é o que prezo também – é a seguinte: ouviram os dois lados? Esse é o objetivo desta audiência pública, transmitida, ao vivo, pela TV Senado para todo o Brasil. Ouvimos os trabalhadores e, hoje, ouviremos os empresários. Se houver um entendimento entre o setor empregador, os representantes daqueles que empregam, e os que são empregados, poderemos, em certo momento, fazer uma audiência em que as duas partes estejam presentes.

Este é um tema que, no meu entendimento, é, de fato, emblemático e merece uma discussão profunda: a redução da jornada. Falo com tranquilidade, até porque sou um dos autores das PECs que circulam na Casa nesse sentido. Mas sempre, na minha visão, busca-se a conciliação, o entendimento, o que for melhor para todos, para o empregado, para o empregador e para

o País. O objetivo é o de ouvir todos e o de buscar um entendimento.

É bom lembrar que a redução do encargo sobre a folha de pagamento está na Ordem do Dia. Basta pegar os jornais de hoje para verificar que, embora tenha havido uma redução em relação à contribuição para a Previdência de 20% sobre a folha para 1,5% sobre faturamento, não há mesmo sobre esse tema entendimento, pelo que percebi hoje e nesse fim de semana, nem por parte dos empresários, nem por parte dos trabalhadores. Por isso, esta audiência ocorre num bom momento. Faremos a discussão sobre a redução de jornada, como também a discussão sobre a redução de encargos sobre a folha de pagamentos.

Eu chamaria para compor a Mesa os que já estão aqui presentes: o Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Sr. Emerson Casali Almeida; e o Sr. Cassius Marcellus Zomignani, Diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). (*Pausa.*)

Já me informam que o Dr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), está presente aqui. Incluíram o Senai aqui para sensibilizar este Senador, que é fã do Senai. E explico sempre o porquê: eu me formei no Senai, minha vida mudou depois que fiz o curso do Senai, até eu chegar ao Parlamento, já há 25 anos. São 25 anos de Parlamento; no Senai, trabalhei muitos anos atrás. Já estou com 61 anos.

Está aqui presente também o Sr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); e o Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o Sr. Laércio Oliveira, que é Deputado Federal.

Quero dizer ao Deputado Laércio que o Senador Ataídes Oliveira, que é empresário da construção civil, também faria parte da Mesa, mas S. Ex^a ainda não chegou aqui.

Antes de iniciar os trabalhos, eu queria fazer um rápido registro.

O Senado realiza, hoje, pela manhã, às 11 horas, uma sessão especial destinada a comemorar o aniversário de fundação do jornal *O Dia*. O requerimento de realização dessa sessão foi apresentado pelo Senador Marcelo Crivella. Faço, aqui, essa citação, porque não poderei lá estar. Portanto, rendo daqui minhas homenagens ao jornal *O Dia*.

De acordo com o Senador Crivella, o jornal *O Dia*, periódico popular carioca, foi fundado em 1951 por Chagas Freitas, que, posteriormente, em 1954, elegeu-se Deputado Federal e Governador do Rio de

Janeiro, em 1970. Em 1983, o jornal *O Dia* foi comprado pelo jornalista e empresário Ary Carvalho. Atualmente, a propriedade é da Empresa Jornalística Econômico S.A. (Enjesa), que publica o *Brasil Econômico*. A Editora *O Dia* engloba ainda o jornal *Meia Hora*, o esportivo *Marca Campeão!*, o portal *O Dia Online*, a TV *O Dia*, além de uma agência de notícias e do Instituto Ary Carvalho.

Então, meus cumprimentos aos diretores, a todos os funcionários e aos leitores do jornal *O Dia*. Essa sessão de homenagem, que será realizada hoje, pela manhã, é de iniciativa do nobre Senador Marcelo Crivella, do PRB do Rio de Janeiro.

Registro também que, seguidamente, o jornal *O Dia* me entrevista, para que eu fale sobre a previdência, que é uma luta histórica minha, para que fale sobre o fator previdenciário dos aposentados. O jornal *O Dia* tem ouvido todos. Agradeço pelo espaço que eles dão, para que a voz dos aposentados tenha também repercussão na mídia.

Não vou fazer nenhuma introdução maior sobre o tema, que os senhores conhecem como ninguém. Quero só dizer que a minha posição segue sempre a linha do entendimento, do debate, para que, no Congresso, façamos leis que sejam construídas no campo da razoabilidade e que deem preferência ao consenso entre aqueles que empregam e os que são empregados.

Como ouvimos, de forma muito tranquila, os representantes dos trabalhadores, hoje, ouviremos os representantes dos empregadores. Vou seguir a lista, a ordem que foi colocada pela assessoria desta Comissão, convidando, para que use da palavra, neste momento, por dez minutos, com mais cinco minutos, se necessário, o Sr. Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da CNI.

Está com a palavra o Dr. Emerson.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Cumprimento os membros da Mesa.

Sr. Presidente, agradeço o convite à CNI para vir tratar aqui de um tema, como disse o senhor, de muita relevância para o País. É uma discussão que temos de fazer de forma permanente, porque a redução da jornada diz respeito a questões ligadas a custo do trabalho, à qualidade de vida do trabalhador, a oportunidades de geração de emprego ou a dificuldades de geração de emprego. Enfim, é um tema de ampla repercussão.

Vou fazer uma rápida apresentação, Sr. Presidente, um pouco mais de cinco minutos, focando a questão da redução da jornada e como enxergamos os impactos que ela pode trazer.

(Próximo, por favor.)

Presidente, nosso foco inicial em qualquer discussão é que repercussão isso poderia trazer para os trabalhadores, para os empregos e para os investimentos, não é? E hoje nós fazemos duas discussões, que são muito importantes. Diferentemente de um momento em que só vivíamos com o mercado interno, hoje nós temos duas situações. Uma situação onde você tem setores que estão competindo dentro do mercado interno e setores que trabalham no mercado global.

Fazendo essa consideração, no mercado interno, o que percebemos é o seguinte: se você simplesmente reduz a jornada sem redução de salário, você está falando em um aumento de custo unitário, ou seja, você não está produzindo, digamos, nenhum tijolo a mais, você não está construindo nada a mais, simplesmente você está mantendo o custo e reduzindo a produção. Então, você tem um aumento de custo unitário, o que, logicamente, implica um mercado fechado e aumento de preços. Maior preço, menor consumo; menor consumo, menor produção; menor produção, menos oportunidade de emprego. Isso seria uma lógica econômica, no nosso ponto de vista. Essa é uma preocupação que nós temos.

Quando falamos do mercado global, aí nós temos um problema ainda maior. Ou seja, diferentemente de um mercado em que você tem o preço dado em cima de uma margem acima do custo, para o mercado global, você tem o preço já estabelecido por esse mercado. Então, se o seu custo está abaixo do preço estabelecido pelo mercado, você está dentro do mercado; se o seu custo está acima, você sai do mercado, e aí você tem perda de empregos ou o que chamaríamos hoje de exportação de empregos.

Temos visto muito fortemente no setor de manufatura. Mesmo com todo o crescimento que o País teve nos últimos oito anos, setores como os de calçados e confecções, que são muito intensivos em mão de obra, apresentaram um crescimento muito pequeno do emprego nesses últimos oito anos. A lógica é que nós não somos competitivos nisso. E logicamente o custo do trabalho é um dos fatores que compõem o custo global. Há a questão tributária, há as dificuldades sistêmicas relacionadas ao custo Brasil.

(Próximo, por favor.)

Falando em redução de jornada, existe uma coisa clara: há aumento de pelo menos 10% do custo. Se aquela lógica for correta, ou seja, se, de dez, eu preciso contratar mais um, tenho 10% de aumento. Às vezes, você só tem três trabalhadores e vai precisar contratar mais um, então, talvez o seu aumento de custo seja ainda maior. Nesse caso, esse aumento direto se reflete na empresa que está fazendo o produto final, ou

seja, 10% do custo do trabalho dela vai ser aumentado. E vai ser aumentado não somente o custo do salário, mas todos os custos derivados acessórios que vêm junto são aumentados. Esse aumento também ocorre em cadeia, ou seja, quando eu compro um eletrodoméstico, o aço que foi usado para produzir tem o fator trabalho na composição do seu custo.

Então, essa redução de jornada uniforme, sem ser por negociação coletiva, afeta o preço do aço. Mas ela também afeta o preço do minério. Ela afeta o preço dos sistemas de informação que são desenvolvidos. No fundo, você tem um efeito em cadeia que se reflete no custo do produto.

Também dentro de uma lógica macroeconômica, ou microeconômica, você tem um prejuízo real à sustentabilidade empresarial decorrente do aumento direto dos custos de 10% do trabalho no produto e na cadeia também. E, do outro lado, você tem um aumento de custo ao consumidor. Toda vez que se fala de aumento de custo ao consumidor, dos nossos 200 milhões de consumidores, você tem um processo de prejuízo à própria inclusão social. É lógico que um produto a um custo mais acessível, seja ele uma telefonia celular, seja ele uma geladeira, ou o que for, se ele está a um custo mais acessível, mais pessoas podem comprar, e isso está relacionado a um processo de inclusão social, o que o Brasil teve muito forte nesses últimos anos.

(Próximo, por favor.)

Pela nossa avaliação, além de a gente não ter uma geração direta de emprego, como se preconiza muito em algumas propostas, a gente percebe que 40% dos nossos contratos já são com menos de 40 horas semanais. Outro problema: as nossas micros e pequenas empresas, que respondem a algo em torno de 50% dos empregos formais, também não têm uma relação tão direta desse dez para um, ou seja, se você tem três funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa eu só... Meu papel é só presidir hoje. Mas esse dado que você coloca, só para destacar, nem eu tinha: 40% dos contratos são de 40 horas ou menos?

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para destacar. Achei interessante isso. Nem eu sabia.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – – Nesse segundo item, Presidente, o que a gente coloca é que dificilmente uma empresa, que não um setor de produção, tem três costureiras. Se você tiver uma redução de jornada de 44 para 40, ela vai contratar uma quarta costureira. Então, no caso das micros e pequenas empresas, você tem menos ainda esse efeito direto.

A gente acredita que particularmente nesses setores das microempresas, você acaba tendo um processo de indução à informalidade.

Sobre essa perda de competitividade, dissemos que ela implica perda de emprego. E o aumento do custo de trabalho sempre vai acelerar, dependendo da forma como ele venha.

O aumento do custo de trabalho associado ao aumento de produtividade com mais qualificação não estimula, digamos, a automação. Mas o aumento de custo de trabalho sem um ganho direto de produtividade vai cada vez mais competir com o capital e, às vezes, diante de um conjunto de fatores, fica mais interessante investir na automação. Ou seja, isso sempre está associado a um processo de indução de se acelerar ou não a automação.

Bom, a gente acha que a desvantagem dessa redução do topo da jornada legal de trabalho de 44 para 40 não reconhece algumas particularidades e necessidades de empresas e setores – ou seja, logicamente, estamos falando de algo geral, de algo nacional e coletivo – e tem pouca aderência justamente nas micros e pequenas empresas, que certamente vão ser as que mais vão sofrer com esse tipo de mudança.

(Próximo, por favor.)

A questão da hora extra é outra discussão importante. Temos uma visão de que ela viabiliza situações de gestão da empresa. E aqui, Presidente, não estamos negando que possam ocorrer até distorções no uso de hora extra, mas o fato é que a gente parte da premissa de que a maioria trabalha de forma correta. Então, a hora extra supre a ausência ocasional de funcionários; podem ocorrer picos de trabalho de curta duração. Você não contrata meio funcionário, então, particularmente nas pequenas empresas, isso faz diferença. Uma proposta com aumento do custo da hora extra atinge, então, todas as empresas, particularmente as micros e as pequenas. Essa hora extra mais cara não necessariamente também implica mais trabalhadores contratados.

Aqui uma situação com a qual o senhor deve se deparar. A gente, muitas vezes, vê a discussão de muitos trabalhadores que querem fazer mais horas extras. Um exemplo: a gente estava vivendo a situação das obras do PAC, e o que percebemos muito fortemente é que a intenção daqueles trabalhadores que estão indo para outro local é trabalhar doze, catorze horas por dia para justamente acumular um conjunto de recursos maior, até para poder voltar. Se isso é bom ou é ruim para o trabalhador, é lógico que existe uma discussão em torno disso, com os próprios sindicatos, sobre a política pública em torno disso. Mas o que eu gostaria

de destacar é que a hora extra tem um lado em que, às vezes, o trabalhador é forçado a fazer e tem outro lado, que às vezes, o trabalhador quer fazer.

Bom, por fim, as experiências internacionais nessa discussão.

Na nossa visão, avaliamos alguns estudos, e todos indicam que não se comprova a geração de emprego por redução da jornada legal de trabalho. E a tendência é a gente ver como na Europa, por exemplo, com as quarenta e oito horas, e, em alguns países, menos, o que acontece é que se busca um processo de negociação em que se tenha flexibilidade maior, chegando a 35 horas, a 40 horas, dependendo da situação. E a gente percebe isso de uma forma muito clara no caso da Alemanha. Lá, em função das possibilidades e necessidades, os acordos coletivos acabam variando as jornadas de segmentos muito importantes.

Na nossa visão, o que gera emprego é o crescimento econômico, investimento, estímulo ao empreendedorismo. Empregar não pode ser uma atividade de alto risco, porque se começa a desestimular o emprego. Regras mais flexíveis e seguras para quem contrata – aqui falo de uma visão empresarial, mas não de negar nada da proteção do trabalhador. É simplesmente dar mais segurança jurídica ao próprio processo de contratação.

Redução dos custos de encargos sobre a folha: é uma discussão que é feita, ou seja, o País vai se deparar com “n” custos que afetam o trabalho. Então, a gente está falando de salários, de encargos sobre a folha, de um conjunto muito grande de obrigações acessórias. Todas, de uma forma muito direta, oneram o trabalho – por exemplo, um processo de licença, mas todos os casos merecem ser bem avaliados.

Mas o que percebemos é que a burocracia, a insegurança jurídica, tudo isso tem um impacto. Então, hoje, a gente começa essa discussão dos encargos, como o senhor propõe. Hoje, essa discussão de encargos se concentra muito, em um primeiro momento, na previdência. Realmente, não é uma discussão para ser feita de forma açodada, mas é uma discussão muito importante.

Qualificação profissional e empregabilidade: acho que é uma estratégia em que o País vai ter sempre que investir muito. E aqui eu encerro, Sr. Presidente, a minha apresentação, que focou mais a questão do impacto da redução de jornada na visão da Confederação Nacional da Indústria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Emerson Casali Almeida, que falou pela CNI. Pelo que entendi, defende que a questão da redução de jornada deve ser fruto muito mais da livre negociação entre empregado e empregador, entre os

sindicatos respectivos da categoria econômica e profissional e levanta os seus argumentos.

Passamos de imediato ao Dr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Senai – o nosso Senai.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Senador Paim, de fato, é uma satisfação estar aqui. Estou aqui representando o nosso Rafael Lucchesi, que, por problemas familiares, não pôde estar presente aqui hoje.

Peço desculpas também porque estou vindo de uma gripe muito grande e estou um pouco afônico, mas vamos procurar cumprir. Já vi que a rigidez do horário é muito significativa aqui na Casa.

Cumprimento os demais companheiros presentes aqui na Mesa.

Cumpre-me aqui falar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Permita-me, Dr. Gustavo, já chegou o Sr. Cristiano? Então, eu queria convidá-lo a compor a Mesa o Dr. Cristiano Zaranza, chefe da assessoria jurídica da CNA.

A palavra segue com o senhor.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Cumpre-me, então, falar um pouco sobre Sesi/Senai e sua atuação. Aqui, na apresentação, há um certo diagnóstico da nossa situação atual, mas eu vou me concentrar – vou passar até com certa rapidez – no cenário futuro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Se precisar de alguma tolerância, a Mesa terá, como teve na outra audiência.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Ok.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui é a agenda: pretendemos falar um pouco do Sistema S, do Sistema Indústria, alguns números que atestam os resultados do Sesi e do Senai, a percepção que a sociedade tem das instituições, a forma de atendimento, a capilaridade, a imagem das organizações. Vou falar um pouquinho, no final, sobre o cenário do futuro. Nisso, sim, nós devemos demandar um pouco mais de tempo e atenção porque o cenário, felizmente, para o País, nunca foi tão favorável, no que diz respeito à possibilidade de um crescimento contínuo e sustentado. Isso exigirá das instituições que trabalham com educação um tipo de esforço redobrado em relação ao passado recente.

(*Próximo, por favor.*)

Bom, o Sistema “S” todos conhecem, sabem que é composto por uma série de entidades ligadas à agricultura, ao comércio, ao cooperativismo, transportes, indústrias, portos, reforma agrária, apoio à pequena e micro empresa, aeronáutica e tem como finalidade desenvolver ações na área de educação, saúde, lazer, promoção social direcionados ao bem-estar e à melhoria do padrão de vida do trabalhador. Vamos falar

um pouco de uma parte do Sistema “S”, aquele ligado à indústria. O Sesi e o Senai, que estão ligados ao sistema indústria, integram, portanto, o Sistema “S” e desenvolvem uma série de atividades de excelência que vamos procurar mostrar aqui.

(Próximo, por favor.)

Ali está missão do Sesi, que é promover a qualidade de vida dos trabalhadores e seus dependentes com foco em educação, saúde, lazer e da gestão responsável da empresa industrial. Então o Sesi tem um foco muito grande nos trabalhadores na indústria e também nas questões ligadas à responsabilidade social das empresas.

Bom, ao Senai a missão define o seguinte: promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria. Então, nesses setenta anos de idade – quase setenta anos de idade – o SENAI tem um enorme reconhecimento na área de educação profissional, formou mais de cinquenta brasileiros nesse período, tem mudado o seu foco, tem ampliado o seu foco de atuação para uma vertente cada vez mais tecnológica, porque essa é a demanda majoritária da indústria, e tem também iniciado um tipo de produto e serviço pelo qual não é ainda muito conhecido. Trata-se de ofertar serviços de natureza técnica e tecnológica para o parque industrial brasileiro. Há cerca de vinte anos isso vem se intensificando no Senai. E agora – e a gente vai falar um pouco disso no final – nós estamos nos voltando exatamente para a questão da inovação, porque esse tema tem ganhado uma enorme relevância para a competitividade do País.

(Próximo, por favor.)

Bom, estão aí alguns números: em 2007, o Sesi registrou 1.720.000 matrículas na suas unidades, atendendo 18 milhões de trabalhadores da indústria e seus dependentes no campo da saúde e da educação responsável.

O Senai apresenta 2.362.000 matrículas em suas 797 unidades, atuando desde os cursos básicos, da aprendizagem básica, de cursos mais básicos, que ainda são demandadas pelo setor industrial principalmente na construção civil, na área de calçados, mas avançando também, como eu falei, para ampliar cada vez mais o seu portfólio de ofertas de cursos técnicos, de cursos de graduação de nível superior principalmente os cursos superiores de tecnologia, já que essa é uma tendência irreversível na indústria, ou seja, cada vez mais a indústria vai exigir um perfil mais tecnológico dos seus empregados.

Bom, temos hoje a maior rede laboratorial certificada no País. São cerca de 200 laboratórios. Esses laboratórios são acreditados em diversas redes: no Inmetro, no Ministério da Agricultura, alguns também em fase de credenciamento, mas isso mostra o esforço que o Senai tem feito para termos aqui no Brasil condições de termos uma cultura metrológica sólida. A base da qualidade industrial é a metrologia. Então, hoje o Senai é o principal ofertante de serviços metrológicos acreditados, seja na parte de ensaios, seja na parte de calibração, e isso representa uma coisa muito relevante e importante para a qualidade industrial brasileira.

Bom, como se destinam os recursos arrecadados para Sesi e Senai? Noventa e dois por cento do orçamento de todo sistema Sesi/Senai – departamentos regionais e departamentos nacionais – foram alocados nas atividades fins das entidades – 92% ligados a atividades fim.

Em 2014 – e aí nós vamos falar um pouco da gratuidade. Todos se recordam de que, em 2008, tivemos acordos e negociações com o Governo Federal e, isso foi para o nosso Regimento. Temos, desde então, cumprido à risca tudo aquilo que foi acertado. Então, o Sesi tinha uma meta de dedicar 29% dos recursos à educação, e essa meta já estão em 58%. Por quê? Porque há um entendimento claro da CNI da importância da questão do papel da educação para o Brasil hoje, e isso tem carreado cada vez mais ações do Sesi. Esse é um movimento que ainda se intensificará mais para a área educacional. E, dessas ações, já ligadas à gratuidade, foram atingidos 12,9% contra uma meta de 7%.

E o Senai, que tinha uma meta de 53% da receita compulsória líquida, a receita líquida de contribuição, atingiu, no ano passado 60% dessa receita cobrindo custos da gratuidade.

(Próximo, por favor.)

Em relação à transparência, o Sesi e o Senai atendem à LDO. Disponibilizamos todas as nossas informações de forma atualizadas nos sites que estão ali: www.sesi.org.br e www.senai.br. Os indicadores dos recursos e os dados do desempenho financeiro da organização estão sempre lá disponíveis. E nós somos auditados sistematicamente e tempestivamente pela CGU, pelo TCU, e prestamos conta anualmente obedecendo rigorosamente modelo de relatório de gestão estabelecido pelo TCU e pela CGU.

Como é que o egresso do Senai nos enxerga? Setenta e dois por cento dos alunos fariam outro curso no Senai. Então, esse talvez seja um indicador muito interessante; 8,6 é a média de satisfação do aluno com

os cursos; 74% dos egressos dos cursos técnicos do Senai ingressam no mercado de trabalho. Isso mostra o nível de proximidade que o Senai tem com o mundo do trabalho. Não poderia ser diferente já que temos aí uma longa tradição e somos geridos e administrados pela indústria.

Como é que a empresa nos vê? Noventa por cento das empresas preferem contratar egressos dos cursos do Senai, e 8,5 é a média de satisfação das empresas com egressos do Senai.

(Próximo, por favor.)

Impacto da educação profissional do SENAI nos salários. Isso foi trabalho feito com a PUC em que se tentou avaliar isso. Então, a gente vê um egresso de um curso de qualificação do Senai. Ele tem um impacto de 19% no seu salário decorrente do fato de ter passado pelo Senai.

(Próximo, por favor.)

Aí há uma comparação com as outras redes, ali com um curso técnico. É 19. Falei errado – eu não estou enxergando direito – é 15 para qualificação e 19 para curso técnico.

Bom, o Senai e o Sesi atuam de forma muito flexível. Quer dizer, as demandas industriais estão espacialmente avançando novas fronteiras industriais, e nem toda região comporta uma unidade fixa. Então, a gente usa muito unidades móveis. Aí tem um barco no Amazonas, que é um barco-escola, utilizamos parcerias com prefeituras, ONGs, procurando sempre levar unidades móveis, escolas móveis, carretas, muito treinamento em *company*, muito treinamento em projetos novos, em projetos que se implantam em determinada região remota do País. A gente vai junto com a empresa e monta lá o canteiro para que seja formado o pessoal localmente para a implantação daquele projeto.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui já foi tratado, pode passar. Bom, imagem e reconhecimento: 75% é o índice de satisfação das empresas com o serviço do Sesi, dividido em micro, pequena e grande; 83% da sociedade se mostra satisfeita com a qualidade do serviço do Sesi; 43.8% da sociedade recomendariam a outras pessoas as empresas com nota 10. É o reconhecimento da imagem do Sesi, é o 1º lugar do premiado *Top of Mind* de proteção em 2010 na categoria “entidades prestadoras de serviço de segurança e saúde no trabalho.” O Sesi tem um trabalho exemplar de segurança, principalmente ligado à parte da construção civil em canteiros de obras.

(Próximo, por favor.)

Da mesma forma, para o Senai 95% das empresas conhecem o Senai conforme pesquisa de margem;

78% da sociedade também conhecem o Senai; 86% das empresas se declaram satisfeitas com o serviço do Senai; e 87% recomendariam o serviço do Senai a outras empresas.

Em termos internacionais, o Senai representa o Brasil no *WorldSkills*, que é uma olimpíada internacional de qualificação profissional e que tem competidores de vários países. Nas últimas olimpíadas, o Brasil ficou respectivamente em terceiro e segundo lugar – no Japão e no Canadá. E agora, em outubro, temos uma olimpíada em Londres, em que estaremos também competindo também junto com o Senac, representando o Brasil, e isso traz um enorme benefício de imagem para o país.

(Próximo, por favor.)

A OIT, que é a Organização Internacional do Trabalho, reconhece o Senai como modelo em educação profissional na América Latina. O Senai tem 50 parcerias internacionais com centros de excelência e desenvolve 27 projetos internacionais. Então, num primeiro momento, o Senai recebia muita cooperação – recebida, vinda, trazendo tecnologia para o Senai. Hoje a gente já presta um trabalho muito relevante para a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), que é também ajudar os países, principalmente os países africanos e na América Latina. Então, temos 27 projetos internacionais em países da África, em países da América Latina em que a gente leva tecnologia brasileira em auxílio e apoio ao desenvolvimento desses países.

(Próximo, por favor.)

Ali têm alguns: Paraguai, Timor Leste, Cabo Verde, Guatemala, Moçambique, Peru, Jamaica...

Acho que vou precisar, Sr. Presidente, do tempo que me ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode continuar, com uma tolerância de mais cinco minutos.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Demanda por capacitação profissional. Então, hoje, a realidade atual, nós estamos círculo virtuoso de crescimento e a indústria se recente de encontrar trabalhadores qualificados, não só porque o volume de emprego é maior, mas também porque o perfil desse emprego é mais qualificado.

(Próximo, por favor.)

E isso tem impactos. Os principais impactos disso são na produtividade e na qualidade do produto. Então, isso é uma coisa muito importante para a empresa e é a base do cenário que a gente tem hoje, e a gente vai falar do futuro.

A situação no Brasil hoje, se a gente olhar os dados do Fórum Econômico Mundial, é exatamente essa. O Brasil não está bem posicionado no que diz respeito à educação, no que diz respeito à inovação, mesmo se compararmos apenas com os BRICS. Então, dentro deste cenário, a instituição está se preparando para um verdadeiro salto, um salto necessário para futuro da indústria brasileira.

(Próximo, por favor.)

O primeiro diz respeito à educação, e aí a gente está firmemente, de forma voluntária, aderindo de maneira intensa às ações ligadas ao Pronatec. Entendemos que o Pronatec, de fato, nos ajuda a ampliar fortemente a nossa base de matrículas. O desafio é alcançar quatro milhões de matrículas em 2014. A gente está saindo de um patamar de dois milhões de matrículas, em 2010, para quatro milhões. No que o Senai levou setenta anos para chegar, a dois milhões de matrículas, nós estamos querendo dobrar em quatro. Isso é possível a partir de fontes externas de financiamento, porque é impossível dar um salto desses apenas com os recursos orçamentários que temos. Isso vai implicar expandir a rede física, intensificar as estratégias flexíveis de atendimento.

(Próximo, por favor.)

Estamos desenvolvendo agora, Sr. Presidente, 10 cursos técnicos a distância focados em áreas da indústria.

Eu quero dar destaque para isso, porque é comum a gente ter hoje oferta de educação a distância em áreas da administração, voltadas para um público graduado, cujo aluno geralmente está fazendo uma pós-graduação e tem uma capacidade maior de se gerir. Os cursos são mais ligados à parte teórica. O desafio de um curso técnico de manutenção, de um curso técnico de automação, de um curso técnico para operar uma plataforma de petróleo é que as pessoas precisam aprender a fazer. Então, tem toda uma parte prática. Como tratar isso na educação a distância? Por isso, o mercado não tem tantos *players* privados nessa área. É muito caro desenvolver simuladores, desenvolver kits didáticos que possam estar nos diversos polos para atender isso. Mas atuar em educação a distância permitirá fazer chegar às áreas mais distantes do país a oferta dos cursos do Senai. Um forte investimento em educação a distância tanto em cursos técnicos como em curso de qualificação, isso começará a ser disponibilizado a partir do próximo ano.

(Anterior, por favor.)

E uma coisa importantíssima: a intensificação da articulação da educação básica com a educação profissional. Estamos trabalhando muito próximo com

o Sesi, acho que como nunca antes. Sesi e Senai são instituições irmãs, mas em alguns momentos caminhavam com focos diferentes. Agora, não. Agora nós estamos trabalhando juntos a percepção da importância de que nós tenhamos efetivamente uma articulação do ensino básico com o ensino profissionalizante, criando um perfil de competências muito específico que permita a este egresso, de fato, responder à altura aos desafios da indústria do século XXI. Então, onde estivermos ampliando a rede física do Senai, vamos também ampliar a rede física do Sesi, com programas Ebep, que é educação básica articulada com educação profissional, construindo uma grande escola de ensino médio articulada com cursos técnicos do Senai.

Além disso, quando estivermos trabalhando em Treinamento In-Company, vamos dar educação profissional, mas baseada em reforço de matemática, reforço de português, porque esse tipo de demanda é muito importante hoje para o trabalhador brasileiro, e também expandir a oferta de educação profissional de nível superior, os cursos superiores de tecnologia. Todos falam do apagão dos cursos de engenharia. Então, a melhor forma de ter pessoal qualificado no país hoje é ampliando também a oferta dos cursos superiores de tecnologia. Cursos focados para demandas específicas da indústria, isso amplia a base da oferta, reduz a pressão sobre a indústria e vai criar efetivamente um espaço muito interessante para o trabalhador especializado no país.

A parte de certificação profissional é muito usada hoje na área de informática. Cada vez mais a indústria precisa o reconhecimento de que o conhecimento hoje é perene. Não dá para ter um diploma que valha para o resto da vida. É preciso periodicamente validar as competências do mundo do trabalho.

Por fim, Sr. Presidente, eu vou pedir mais um pouco de sua ajuda.

(Próximo, por favor.)

O Senai está buscando uma atuação significativa na questão da inovação. O Brasil é um país grande, de 200 milhões habitantes. Não podemos abdicar da atividade industrial. Não podemos ficar só exportando *commodities*. Não é que nós vamos parar de exportar *commodities*, mas é preciso ter capacidade de ampliar a nossa pauta de exportação com produtos manufaturados. O Brasil tem tudo para ser um grande polo manufatureiro do mundo, junto com a China. Então, o que é que falta? Há condicionantes macroeconômicos, que certamente serão equacionados, mas, quando isso acontecer, o que vai faltar? Está lá no Fórum Econômico Mundial: falta a capacidade da indústria brasileira de inovar. É enganoso pensar que tecnologia vai ser

comprada para isso. Não! Nós vamos ter que desenvolver a nossa capacidade de melhorar os nossos produtos, porque vamos competir com outros países por um mercado global. O Brasil hoje se recente de um tipo de instituição que faça o elo entre quem gera o conhecimento, que é a academia, e o setor produtivo.

O Senai está procurando desenvolver um projeto que visa exatamente adensar esse tipo de instituição aqui no Brasil. Trata-se então de quê? Da implantação de cerca de 20 centros de tecnologia de alta *performance*. Esses centros tecnológicos funcionarão, cada um deles, com o domínio de uma tecnologia transversal e relevante para o mundo industrial. Então, um CT, centro tecnológico, vai ter domínio na área de automação; outro vai ter domínio na área de fotônica; outro vai ter domínio em tratamento de superfície; outro vai ter domínio em biotecnologia e aí vai compondo um universo de 50 assentos, que, trabalhando em rede e de forma articulada, certamente poderão ter uma ação muito relevante na solução de gargalos tecnológicos de todos os setores industriais brasileiros, e trabalhando também de forma muito articulada com quem gera o conhecimento, que é a academia, mas trazendo do setor produtivo suas necessidades e seus projetos para que sejam desenvolvidos dentro dessa rede. Esse é o modelo da sociedade Fraunhofer, na Alemanha, com muito êxito e com muito resultado para o país.

Estamos empenhados nisso. A ampliação da rede física vai ser feita sem afetar em nada a atuação na educação profissional, muito pelo contrário, nós passamos de dois milhões para quatro milhões. Então, esse é o cenário que estamos vivendo hoje. Instituições como o Sesi e o Senai são, na nossa percepção, fundamentais para que o País encontre o caminho de uma sociedade desenvolvida e sustentável. Elas têm condição de fazer diferença na educação e elas têm condição de fazer a diferença na inovação.

Portanto, e concluímos, Sr. Presidente, essas instituições, nós acreditamos que elas devam ser preservadas, elas precisam ser fortalecidas. É essa a mensagem que nós deixamos aqui, finalizando a apresentação.

Obrigado pela paciência, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor do SENAI, nunca neguei o meu carinho pelo SENAI e pelo ensino técnico. Realizamos esse ano uma sessão de homenagem, aqui, no Senado, dos 102 anos de ensino técnico e vamos realizar uma sessão do Congresso, agora em setembro, Câmara e Senado, dos 102 anos.

Sou daqueles que sempre diz que o meu sonho é ver uma escola técnica em cada cidade deste País. Quem sabe um dia nós chegamos lá! Hoje temos a

distância, estamos ampliando. O Presidente Lula mais que dobrou no seu período. A Presidenta Dilma mais que dobrará, no meu entendimento também. É bom ver que o Senai já fala em ir de dois milhões para quatro milhões.

Dou esse depoimento com muita tranquilidade, até porque eu vendia frutas na feira livre em Porto Alegre. A minha sorte é que eu fiz um teste no Senai Nilo Peçanha de Caxias do Sul e passei. Eu, com 12 anos, ganhava na época um salário. Nunca me esqueço, era a Vinícola Riograndense. Pagava-me um salário e eu estudava no Senai. Fiz o meu curso técnico e gradualmente a vida mudou. Pertenço até hoje ao Grupo Tramontina. Sou funcionário da Tramontina. Se eu estivesse na empresa, ganharia em torno de 10 salários, mais ou menos a base do meu salário quando sai, depois de assumir a Presidência da CIPA. Depois fui para o Sindicato de Canoas e virei deputado federal. Faz 25 anos.

Se voltasse para a fábrica seria um problema, porque não estou preparado tecnicamente para a função que eu fazia. Não sei se vocês conhecem. Quem é da indústria talvez conheça, sou do tempo do modelista. Eu fazia aquela peça de madeira, de araldite, de alumínio, de ferro, tipo o motor de um automóvel, um desenho quase do tamanho desta sala. Colocava o desenho na parede e eu ia construindo. Depois de pronto, com todas aquelas tubulações, que tinha macho e fêmea, era uma obra de arte, eu diria até. Eu ganhava um bom salário. Hoje, acho que as máquinas fazem tudo. Trabalho artesanal já não tem o mesmo valor. Hoje é formação técnica.

Vou parar de elogiar o Senai, senão as pessoas vão falar que o Paim já está querendo se candidatar e iria ser, no mínimo, algum diretor do Senai ou representante do Senai aqui no Congresso. Não precisa disso. Digo sempre, aqui dentro, para todos, e já disse para um amigo meu que teve uma posição muito dura em relação a esse tema e eu o aconselhei: é diferente discutir o Sistema S para ser aperfeiçoado de entrar numa linha só de crítica ao Sistema S, o que acho que é um equívoco. Não soma, não ajuda e prejudica ainda. Sou daqueles que entende, já tenho dialogado com alguns Senadores, que devemos sempre pensar como avançar mais. Vejo com alegria o Senai dizendo que vai de dois milhões para quatro milhões. Há um carinho, eu diria, muito grande pelo Sistema aqui dentro do próprio Congresso.

Quando apresentei um projeto chamado Fundep, Fundo de Investimento no Ensino Técnico Profissionalizante, fizemos um bom debate com o Sistema S e chegamos à conclusão de que o Fundep, da forma como ficou na última redação – é uma PEC –, não traz

nenhum prejuízo para o Sistema S e vem se somar, como um fundo, que vai fortalecer todas as iniciativas daqueles que atuam no setor. Não traz nenhum prejuízo às fontes de recursos do Sistema S. A PEC avançou e está pronta para ser votada em plenário. É muito mais um entendimento agora com o Governo e o Ministério do Trabalho, porque trabalha com as verbas do FAT. Quanto menos o FAT for usado para o seguro desemprego – seria bom que não precisasse usar nada, porque não teríamos desempregados –, teríamos mais verbas para usar no sistema profissional para que o nosso povo esteja capacitado tecnicamente para atender às demandas da sociedade.

Passo a palavra, agora, ao Cristiano Zaranza, que já esteve conosco em outra oportunidade e que é chefe de assessoria jurídica da Confederação de Agricultura e Pecuária, a CNA.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Primeiramente, bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar meus colegas de Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem agradecemos novamente o convite para fala desse tema que entendemos ser muito importante para o País, principalmente para o setor da agricultura e pecuária no Brasil.

Como já dito aqui, temos uma previsão constitucional que, na nossa visão setorial, é bastante razoável. É o art. 7º, que estabelece o patamar de 44h semanais. Onde está o desdobramento dessa questão no nosso entendimento? Exatamente no art. 58, da CLT, porque se busca uma regulamentação de modo a alcançar uma linha de equilíbrio entre o interesse do empresário e dos trabalhadores. Esse é o nosso ponto que desejamos destacar aqui nessa breve apresentação.

No nosso entendimento, jornada legal não possui relação direta com o nível de emprego. Para isso, trazemos aqui alguns índices que, acho, podem ilustrar melhor esse nosso posicionamento. No período de 2003 a 2008, por exemplo, quando não se alterou significativamente a jornada legal, houve um aumento, em média, de 1,3 milhão de empregos. Nesse período não houve alteração desse quantitativo de horas trabalhadas.

Qual é o nosso posicionamento para fins dessa audiência pública? É deixar claro o que é jornada contratual e jornada legal.

Quando a gente estabelece alguns quadros comparativos, é muito bom, Sr. Presidente, assim como na audiência anterior, que estejamos falando do mesmo referencial. No nosso entendimento, o patamar legal de 44h não atrapalha, não impede, por exemplo, que, contratualmente, os sindicatos exerçam o seu papel finalístico, a negociação coletiva. Somos adeptos da corrente que o sindicato patronal e o sindicato laboral

são sólidos, têm conhecimentos técnicos suficientes para estabelecer esse canal de comunicação e chegar a bom termo.

Nos países, por exemplo, citados na nossa última audiência a título ilustrativo como referência para questão de aviso prévio, se formos observar a questão da Comunidade Europeia, por exemplo, temos jornadas legais superiores a nossa jornada constitucional, não impedindo, todavia, a adoção de jornadas inferiores à jornada legal, contratualmente falando.

Nesse sentido, gostaríamos de apresentar alguns outros dados para ilustrar a nossa colocação, destacando, por exemplo, que, nos últimos anos, de 1989 a 2004, na redução de 48h para 44h, não houve nenhuma alteração, na nossa visão, positiva, que nos motivaria a reduzir ainda mais, de 44h para 40h semanais a nossa jornada.

Como fonte de referência da nossa colocação, gostaríamos de comentar uma tabela divulgada pelo IBGE que aponta a média horária trabalhada e não a média legal. Embora tenhamos hoje no Brasil o patamar constitucional de 44 horas, observamos que, de 1992 a 2008, temos uma redução significativa na média de hora trabalhada.

Por que entendemos importante esse dado? Porque, pela média, estamos, inclusive, próximo dessa proposta, de 40 horas semanais. Agora, temos também dados de quem trabalha mais de 44 horas, e mais de 48 horas semanais. Nesses dois também, Sr. Presidente, notamos uma redução, na média horária trabalhada. Por que isso é importante? Porque a evolução da economia, o aspecto social de inclusão social – como a indústria bem colocou –, tudo milita em favor da melhoria desses índices, sem a necessidade da intervenção do Estado em definição de lei.

Por que defendemos essa ideia? Porque quando você fixa, você engessa essa questão por via legislativa e, futuramente, se houver uma inversão de ordem econômica, uma questão internacional como um momento de crise, tem que acionar novamente o Poder Legislativo para restabelecer uma ordem econômica, uma situação de desequilíbrio no mercado. Quando você tem, por exemplo, a flutuação do mercado, a liberdade de negociação entre sindicatos ou a liberdade contratual, esse tipo de intervenção do Estado não é necessário, porque o mercado por si só tem chegado a números razoáveis. Isso é o que aponta, por exemplo, esses dados públicos que atestam que, naturalmente, sem intervenção do Estado, o número de horas trabalhadas tem caído gradativamente. É nisso que nós acreditamos.

(Próximo, por favor.)

Aqui, mais alguns outros dados, desta vez tendo o PENAD como fonte, que vão ilustrar de uma forma um pouco mais profunda o que o meu colega Emerson Casali mostrou na sua apresentação. Um percentual significativo, hoje, Presidente, já trabalha menos de 40 horas semanais, e é nisso que nós acreditamos. Acho que temos condições de melhorar, significativamente, esses números, sem a necessidade, repito, de uma nova disposição legal. Acho que o patamar, hoje, estabelecido é razoável, e eu acho que o dinamismo do mercado está chegando a um nível muito próximo da proposta que ora se discute.

(Próximo, por favor.)

Ainda nesse sentido, agora dividindo por setores, gostaria de dar atenção para o setor agropecuário, por exemplo, em que a jornada superior a 40 horas semanais está em número relativamente pequeno, maior do que a média, mas ainda assim com apontamentos de redução nos últimos anos.

(Próximo, por favor.)

Aqui, temos uma evolução da jornada de trabalho que tem como fonte, Sr. Presidente, a OIT e que demonstra toda aquela nossa conversa, e o que sempre pedimos, para que seja considerado o patamar internacional. Quando a gente fala de determinado benefício de forma isolada, e aqui eu venho mais uma vez repetir, a gente tem que considerar, principalmente, o modelo econômico adotado naquele país.

(Próximo, por favor.)

Aqui, reconhecido pela própria OIT, gostaríamos ainda de destacar o que eu falei há poucos minutos: o percentual de diferença do Brasil com o cenário mundial, o Brasil não está fora desse contexto. Reconhecido internacionalmente, de 1995 a 1996, nesse estudo que foi preparado, o Brasil está na última referência, 41,4%. Então, está muito perto da proposta e, repito, sem a intervenção de nenhuma medida legislativa, respeitando o patamar constitucional. Acho que isso é o mais salutar. Tem se mantido uma questão de equilíbrio no cenário internacional.

Quando a gente fala de equilíbrio, por que a gente repete isso? Porque hoje, nesse mundo globalizado, e eu acho que tanto a indústria enxerga como o comércio também, isso reflete diretamente nos postos de trabalho. Se nós adotarmos uma medida que em determinado ponto traga algum desequilíbrio, alguma insegurança, isso, necessariamente, vai se refletir no número de postos de trabalho no Brasil, e é o que gostaríamos de evitar, principalmente no nosso setor, que tem tido um papel importante nos momentos de crise. Nós gostaríamos de cada dia mais estar exer-

cendo esse nosso papel e a cada dia mais com preços competitivos internacionalmente, garantindo alimento, condição de saúde, de alimentação a preço justo na mesa do trabalhador.

(Próximo, por favor.)

Aqui, eu trago uma notícia, Presidente, para mostrar em que ponto essa discussão, hoje, está no mundo.

Em 2008, por exemplo, e foi uma importante notícia veiculada no site O Globo, que está disponível hoje e, inclusive, quem tiver curiosidade pode acessar para melhor entender a nossa argumentação: “Os países da União Europeia aprovaram hoje (isso, em 2008), por maioria qualificada, a ampliação dos limites de jornada de trabalho para 65 horas semanais se o funcionário entrar em acordo com o empregador.”

O que é isso? Lá, há jornada legal? Há também. Há limitação, como, por exemplo, foi falado aqui: na Alemanha, 48 horas semanais. Agora, o que há no outro lado da moeda?

Assim como a indústria entende importante a questão da hora extra, a agricultura também. Agora, aqui tem um *plus*, por exemplo, em que nós poderíamos começar a pensar, que em situações excepcionais, principalmente onde houver esse acordo entre patrões e empregados, que possamos elastecer essa situação também, porque quando a gente apresenta o índice legal ou o índice contratual isoladamente, a gente não está considerando o que compõe esse conjunto normativo no cenário internacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, só para esclarecimento. Vou te dar o tempo necessário, pode ter certeza.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você está falando em 65 horas semanais entrando as horas extras?

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Sim. É um cenário de acordo, incluindo, incluindo. É uma notícia que foi aprovada, mas o que estou mostrando com isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um limite, no caso.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Um limite, um limitador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria de 44 ou 48 e poderia chegar a 65.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – A 65.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com hora extra.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Com hora extra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senão, alguém já vai dizer, depois, que nós defendemos aqui...

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu sei como funciona: “Pô, Paim, o cara quer passar para 65 horas por semana e tu não disseste nada?”

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Não, ele está dizendo que isso seria...

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Um referencial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – ... a carga máxima, mediante acordo,...

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Mediante acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – ...inclusive com hora extra.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Exatamente.

Nem estamos, aqui, defendendo a proposta, Presidente, de 65 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Sessenta e cinco horas semanais.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não é isso. Só estamos mostrando que, num conjunto normativo, temos outras variáveis a serem consideradas além de, meramente, um limitador. Serão 44, serão 48 ou somente 40.

Então, tem exceções para os dois lados. Aqui, nós estamos mostrando, nos *slides* anteriores principalmente, que em países, por exemplo, com jornada legal de 48, na prática, se pratica menos, como, por exemplo, na França, em que a jornada legal é menor, mas na prática é maior, por quê? Porque existe uma exceção à regra que permite a majoração e aqui é um exemplo que estamos dando nesse sentido, porque se, porventura, viermos a adotar algum modelo com jornada menor, que se pense também nas exceções, como a indústria bem colocou.

A hora extra não pode ser descartada, porque é um instrumento importante para a economia hoje.

Então, quando falamos em redução de jornada, no nosso entendimento, é importantíssimo fomentar a discussão coletiva. Nós entendemos que esse é o melhor instrumento de algo entre as partes, a composição tripartite, como ocorre, hoje, em vários fóruns, várias representações, e que há um amadurecimento, hoje, principalmente das representações laborais, representantes sindicalistas de muita competência, muito conhecimento técnico, que podem, com muita segurança, defender os interesses dos trabalhadores, assim como os representantes dos empregadores hoje.

Hoje, quando nós verificamos esse tipo de proposta de redução, como o colega da indústria já colocou, o Dr. Emerson, nós temos duas situações muito claras: num primeiro momento, fica nítido, para mim, que essa redução gera custo. Agora, de quanto estamos falando desse custo?

É como ele colocou: pode se partir de uma premissa de um patamar inicial de 10%. Agora, se a gente estiver falando do pequeno proprietário, que é o que muito nos preocupa – o pequeno empresário –, se ele tiver um funcionário, o aumento dele é de 100% no custo da sua folha. Ele vai dobrar ou, então, o que vai acontecer? Ele vai ter de adotar uma dessas duas posições: ou ele vai, assim como aconteceu na redução de 48 para 44, readaptar a sua produção, diminuindo a sua produção, ou ele vai pensar em alguma forma de automação e mecanização, principalmente no nosso setor.

Hoje, nós temos frentes de trabalho em que, dependendo da forma como você for diminuir essa questão, nós estamos falando, em regra, de dois dias a menos de trabalho. Então, não podemos descartar que, hoje, a mecanização e a automação são uma condição, uma alternativa, dependendo do custo de tecnologia, ou então, assimilar a diminuição de produção. E querendo ou não, seja por uma alternativa ou pela outra, estaremos falando de aumento de preços, perda de competitividade, como a indústria também colocou, e diminuição dos postos de trabalho, que é o que nós não gostaríamos que acontecesse.

No setor agropecuário, dados do Caged indicam que, em 2006, a jornada de trabalho era de 43,8 horas e que a média salarial mensal era de R\$434,00.

O que eu queria mostrar, falando especificamente do setor? Porque, por outro lado, em 2011, num curto espaço de tempo, para o mesmo referencial de 43,8 em média, houve um aumento salarial para 699,98.

O que quero dizer aqui? A negociação coletiva, o importante papel dos sindicatos, a melhoria econômica, o cenário internacional, exportações, tudo isso permitiu um aumento salarial – é claro, a adoção de políticas públicas sustentáveis por parte do Governo também. E nós gostaríamos que, nesse sentido, essa questão, essa discussão das horas extras também fosse trabalhada, de modo a não prejudicar a sustentabilidade da empresa no cenário nacional e no cenário internacional.

Então, finalizando, Presidente, a nossa visão, para a criação de emprego, defende fatores diversos: investimento na produção; aumento de consumo; crescimento sustentado; expansão da atividade econômica com o fortalecimento de mercado; redução da carga tributária e dos juros, que já foi um pedido nosso na última audiência; estímulo de exportações; investimentos; desoneração da folha de pagamento, que muito tem a ver com essa pauta de hoje; educação de qualidade com capacitação de mão de obra, que é onde entra o nosso Sistema S, tão querido, com um papel importan-

te na sociedade; desburocratização das contratações; e flexibilização das normas trabalhistas.

Por que deixei a flexibilização por último? Porque aquela notícia que eu citei, há pouco, é uma forma de flexibilização, entendendo o quê? Necessidade de mercado e situações excepcionais, como, por exemplo, a hora extra.

Então, essas seriam as nossas considerações, Presidente.

Agradecemos, mais uma vez, a oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Cristiano já tinha participado de um debate sobre aviso prévio para profissional e, lá, chegamos ao entendimento que tem de haver a regulamentação. Ou o Congresso decide, ou o Supremo decide. Para nós todos, que estávamos lá, o entendimento foi de que é melhor que o Congresso decida, e esperamos que isso aconteça.

Eu queria dizer, Cristiano, que numa coisa eu acho que nós combinamos na íntegra, ali na tua exposição: a taxa de juros. Temos batido, dia e noite, nesse tema e me parece, pelas falas que tenho ouvido do Ministro Mantega e também da Presidenta Dilma, que nós caminhamos para a redução da taxa de juros, que acho que é fundamental.

Passamos a palavra, depois do Cristiano, ao Sr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, que é Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Ex^a, bem como os meus colegas de mesa, os presentes nesta audiência pública, e agradeço mais uma vez, Presidente, o gentil convite para participar de mais esta audiência pública.

V. Ex^a tem-se notabilizado, entre outras coisas, pela realização de audiências equilibradas sobre temas de importância social muito grande, notadamente trabalhistas e previdenciários.

Hoje, V. Ex^a foi particularmente feliz ao juntar dois temas que têm sido tratados separadamente, apesar de serem obliquamente ligados: o tema da redução da jornada e o da desoneração da folha.

Na minha apresentação, Presidente, eu tratarei dos dois temas separadamente, apenas no final vou uni-los, dando um quadro geral do histórico desses dois temas, um voo muito rasante sobre o estado das questões no Senado e na Câmara dos Deputados, algumas peculiaridades do setor financeiro e, no final, conclusões, e enunciarei a posição da Confederação Nacional das Instituições Financeiras sobre esses dois temas.

Começando pela jornada de trabalho, é um tema quase centenário.

A questão da jornada começou a ser discutida já em 1919, pela recém criada Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, e, na ocasião, a OIT prescrevia oito horas diárias e 48 horas semanais para a indústria. Em 1930, isso foi estendido também ao setor de serviços e em 35, Presidente, a OIT aprovou a Convenção 47, que prescrevia a jornada de 40 horas, que é o que discutimos hoje, aqui. Contudo, apenas quatro países ratificaram essa Convenção.

No Brasil, a questão foi introduzida na Constituição de 34, regulamentada em 43 pela CLT e reduzida a jornada, em 88, de 48 para 44 horas, que é o que temos hoje e é objeto da nossa discussão.

No Brasil, Presidente, a jornada de 8 horas diárias, de 44 horas, pode ser acrescentada hora extra adicional, paga a 50% adicionais, quando prestados em dias úteis, e 100% em domingos e feriados.

Essa jornada pode ser reduzida a jornadas inferiores como, por exemplo, a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos, sem revezamento, e cinco modalidades especiais que são o acordo de prorrogação de jornada, o regime de compensação de jornada, a prorrogação em virtude de força maior, a prorrogação para a reposição de paralisações empresariais e a prorrogação em virtude de serviços inadiáveis.

Também existe no Brasil o dispositivo constitucional que prevê o banco de horas. O art. 7º, inciso III, da Constituição, acreditado dá muita flexibilidade ao manuseio dessa jornada.

Segundo a OIT, Presidente, e nós mencionamos alguns dados aqui anteriormente nesta mesa, no Brasil, a média de horas trabalhadas por trabalhadores de carteira assinada já é inferior a 44 horas, de 43,9 horas. Uma curiosidade: a categoria que tem a jornada mais longa é justamente a dos empregadores com 47,1 horas.

No Brasil, também a Pnad indica que havia, em 2002, sete milhões de empregados formais, que trabalhavam 40 horas, e, em 2008, esse número aumentou para 11 milhões. Um crescimento de 57%, puxado, sobretudo, pelo setor de serviços.

No Congresso Nacional há duas grandes propostas em tramitação. Há uma proposta, na Câmara dos Deputados, de autoria de V. Ex^a, então Deputado, a PEC nº 231, e uma proposta no Senado Federal, também de autoria de V. Ex^a, que é a PEC nº 75, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para lembrar, está em seu texto, porque senão dá uma briga de paternidade. O seu texto está corretíssimo: Inácio Arruda e Paulo Paim, ou seja, nós dois

a apresentamos. O senhor apenas leu o meu nome. Então, faço o destaque de que é uma co-autoria: Inácio Arruda e Paulo Paim e Paulo Paim e Inácio Arruda.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Uma PEC de 1995, que tramita hoje no Congresso Nacional.

Por favor.

Agora, Presidente, detendo-me um pouco mais, eu gostaria de lembrar algo que se comenta e que se lembra muito pouco, ou seja: convenção de trabalho tem força de lei. Quando se fala em flexibilização de jornada e de acordos coletivos falamos, na verdade, de um instrumento com força legal.

A Constituição reconhece as convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, inciso XXVI), e a Constituição obriga a participação dos sindicatos na associação e nas convenções coletivas (art. 8º, inciso VI).

Também a CLT, no art. 711, define a convenção coletiva de trabalho como acordo de caráter normativo.

A nosso ver, a convenção é a maneira que empregados e empregadores conjugam os vários elementos que estão em jogo na definição da jornada de trabalho. Não se fala apenas em custo da hora extra trabalhada, mas as questões todas, envolvendo produtividade, investimento, custo final do produto, são discutidas, colocadas na mesa e equacionadas justamente no momento da negociação da convenção coletiva.

A jornada de trabalho tem sido reduzida gradualmente por força de convenções coletivas, já foi dito aqui e eu não vou me aprofundar.

Presidente, como conclusão, e aqui vou me deter um pouco mais, eu gostaria de lembrar que, no setor financeiro, a jornada de trabalho já é igual ou inferior a 36 horas.

Com frequência sou perguntado por que, então, a confederação, por que, então, as várias associações que representam instituições financeiras se envolvem nessa discussão se a discussão não as afeta diretamente? Afeta indireta e profundamente, Presidente, porque acreditamos que não existe economia forte sem setor financeiro forte; não existe setor financeiro sólido sem economia sólida.

A discussão, a nosso ver, e contrariamente do que se ouve com frequência da parte dos sindicatos, ela não vem sendo conduzida pelas organizações patronais em termos de ameaça de desemprego caso ocorra redução na jornada de trabalho. Essa não é a perspectiva correta. O que nós devemos fazer, acredito, é dar um ou dois passos para trás e examinar a questão com um pouco mais de perspectiva e tirá-la dessa perspectiva simplista do confronto entre duas fórmulas matemáticas muito simples, muito fáceis. Uma, a fórmula matemática, é a fórmula simples, porém, cor-

reta. É inegável que a redução da jornada de trabalho com a manutenção do valor dos salários e aumento no valor das horas extras resultará no aumento do custo da hora trabalhada. Não como, matematicamente, se negar essa evidência, que é contraposta a uma outra fórmula matemática, também simples, porém errada, de que a redução da jornada de trabalho corresponderá o aumento proporcional imediato, direto do emprego formal. Ou seja, se nós reduzirmos, hoje, a jornada de 44 para 40 horas, é uma redução de 9,1%, nós aumentaríamos o emprego em 10%. Essa visão matemática simplista que não é correta. Não há como demonstrá-la matematicamente, e pior, Presidente, frequentemente isso é apresentado com erros grosseiros. Se uma empresa contrata 100 horas semanais e vê a sua carga horária reduzida para 80 horas, portanto, uma redução de 20%, para repor as 100 horas, ou seja, acrescentar as 20 horas perdidas, não terá que dar um aumento de 20% em horas trabalhadas, mas, sim, de 20 sobre 80, ou seja, 25%. Isso tem se dito, com frequência, que a redução de horas implica aumento de postos de emprego formal de 20%. Não. Na verdade, é uma curva exponencial. Ela aumenta quanto maior a redução que se dá.

(Próximo, por favor.)

Esses cálculos, foi muito dito pela CNI e pela CNA, negligenciam os vários outros fatores da equação da produção; o aumento do preço do produto final; a possibilidade de automação pela empresa; a possibilidade de uso intensivo dos empregados já existentes, por meio de treinamento mais efetivo e a possibilidade até de desinvestimento e reinvestimento em países ou em regiões onde o custo da hora trabalhada seja inferior.

Há outras maneiras mais eficazes de se gerar emprego que não a mera redução da jornada de trabalho.

A redução da jornada, claramente, ela não é um fator de crescimento no trabalho. Há vários fatores – uma equação muito complexa. Agora, o que se pode ver, a partir de dados recentes, é que esse não é o fator mais importante. Por exemplo, em 1986, antes, portanto, da Constituição, a taxa de desemprego era de 3,5%, depois da redução da jornada, em 1988, ela passou para 7,5%, em 1999. O que causou isso? Vários fatores. O que deixou de causar não foi a redução da jornada, que criou empregos.

Entre 2003 e 2007, a economia brasileira expandiu-se muito. O desemprego caiu de 11,7% para 8,3%, e não houve redução de jornada de trabalho.

O Professor José Pastore tem um trabalho muito interessante, com 20 pesquisas, que indica que, após a redução da jornada de trabalho, o que aconteceu foi: uso intensivo dos empregados, substituição de trabalhadores por máquinas, diminuição da produção para

se ajustar aos trabalhadores que restaram e repasse do aumento de custo para o preço final dos produtos.

O aumento do custo da folha é um elemento de pressão sobre a inflação. E, lembro, mais uma vez – o que disse muito apropriadamente a CNI –, que 70% dos empregos no Brasil são gerados pelas micros, pequenas e médias empresas; 60% apenas em micros e pequenas empresas. Estes é que são os empregadores no Brasil. Não há, em caso de redução – disse-o muito bem a CNI –, contratação de meio trabalhador, de um terço de costureira.

Por fim, Presidente, a nossa posição é esta: nós apoiamos, no Congresso Nacional, os projetos voltados para o fortalecimento das negociações coletivas, que sejam transparentes e que determinem os limites da redução da jornada de trabalho de forma equilibrada a beneficiar empregados e empregadores, sem vulnerabilizar empregadores, mantendo a competitividade e a produtividade que molde a assegurar a geração de novas vagas de emprego formal.

Nós não apoiamos projetos que elevem o percentual, elevem o custo da hora extra trabalhada.

Rapidamente, agora passando para a questão da desoneração, Presidente, o programa lançado recentemente pelo Governo, Brasil Maior, aumentou a tributação sobre o faturamento, com alíquotas de 2,5% sobre a indústria de tecnologia de informação, 1,5% sobre a indústria de confecções, calçados e imóveis, e as estimativas são de uma perda de R\$200 milhões para a Previdência neste ano, 2011 – por favor –, lembrando que cada redução de um ponto percentual na folha de pagamento implica impacto estimado de R\$4 bilhões no déficit da Previdência. Essa questão é absolutamente central. E o encargo patronal, relativo à contribuição de empresas, foi – no ano passado – de pouco mais de R\$69 bilhões. Várias propostas que tratam disso, desde 98 discute-se isso... E está no Congresso Nacional proposta de 2008, que é a PEC 233, do Executivo, que prevê a redução dos encargos, que hoje são 20%, gradualmente, até atingirem 14%.

Há também propostas sobre contribuição previdenciária patronal (não vou me deter), conhecemos todos aqui o projeto de lei do Senador Ataídes de Oliveira. Apenas destaco que o Senador argumenta, em seu projeto, sobre o excessivo peso da carga tributária brasileira.

Poderíamos passar aqui uma semana, Presidente, discutindo apenas a questão da distorção do Sistema Tributário Brasileiro. São muitas e eu menciono quatro apenas como ilustração: uma carga de apenas 35% do PIB não é compatível com um país em desenvolvimento; a existência de mais de 65 tributos é inadmissível, sobretudo para pequenas e médias empresas;

as alíquotas elevadas não são proporcionais às bases tributárias reduzidas, e a questão da regressividade dos impostos. A superposição de impostos não afeta, no Brasil, quem pode contribuir mais.

Há várias maneiras de se modernizar esse sistema. Está em discussão no Congresso há muito tempo, não vou me deter também, porque seria uma longa discussão. A título de ilustração – mais uma vez: a redução dos números de tributos tem de ser examinada; a unificação da legislação do ICMS; a desoneração dos investimentos; o recolhimento do ICMS no Estado de destino como forma de estimular as exportações; a eliminação da acumulação entre PIS e Cofins; a extinção da CID Combustíveis e do Salário Educação (?...), e a constitucionalização do ISS, de maneira a ter uma regra uniforme para todos os Municípios da União.

São vários os problemas, mas há um ponto que eu quero levantar, Sr. Presidente, que já apareceu na discussão da exoneração da folha e que é o das percepções equivocadas que permeiam reformas tributárias e que permeiam inovações tributárias. No caso do sistema financeiro – eu não vou me deter também me deter, mas é um exemplo bastante eloquente – existe a percepção de que o sistema financeiro extrai lucros exagerados dos demais setores da economia por imposição das taxas excessivas que são propiciadas por excessiva concentração bancária. É uma percepção que não se baseia nos fatos, mas o corolário dessa percepção é de que se deve tributar, adicionalmente, o setor financeiro. Não se baseia nos fatos – e não é objeto da audiência – e, portanto, vou passar muito rapidamente. Primeiro, em matéria de lucratividade, não se compara lucro nominal líquido de um grande banco com o lucro de uma pequena confecção ou o lucro de uma padaria. Não faz o menor sentido esse tipo de comparação. O que se compara é o lucro relativo, ou seja, é a lucratividade das diferentes empresas. Lucratividade é o lucro líquido pelo patrimônio líquido. Se for feita essa comparação, chegamos a resultados muito interessantes que negam fundamento à percepção da lucratividade excessiva do setor financeiro. São vários exemplos que eu não vou me deter. Um deles, que eu recomendo vivamente a leitura, é o levantamento anual do jornal *Valor Econômico*. O *Valor Econômico* toma, todos os anos, os balanços publicados de várias empresas de todos os setores e compara a lucratividade dessas empresas. O setor financeiro fica entre o 12º, 13º, 5º, 9º, 5º ou 10º setor nessa posição nesse *ranking* anual do *Valor*. Jamais foi o primeiro... O lucro, a rentabilidade dos cinco maiores bancos brasileiros está alinhada com o dos cinco maiores bancos de vários países como os da Espanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido, para citar apenas alguns exemplos.

Há um estudo do Ibmec, que eu recomendo também vivamente o Estudo, que compara 48 bancos brasileiros com 50 empresas industriais, de comércio, agrícolas e de serviços. E nessa comparação conclui que a rentabilidade de ativos dos bancos foi de 1,8%, na média, contra 5,9% das empresas dos demais setores. Há um estudo também muito interessante, da *Austing Rating*, que compara 672 empresas, de 28 setores, entre elas 148 bancos. O setor financeiro ficou na 14ª colocação em termos de rentabilidade. São vários estudos, de várias fontes, feitos com base em dados verificáveis, que são balanços publicados e auditados, e nenhum deles apontam o setor como “O Setor” mais lucrativo da economia brasileira. O lucro nominal, dos 10 maiores bancos brasileiros, somado, corresponde à metade do lucro somado da Vale e da Petrobras. São grandes empresas, são empresas com milhares de agências no Brasil, são empresas que contratam dezenas de milhares de empregados. Portanto, são empresas de lucros elevados: são grandes empresas. Outra percepção infundada é o da concentração bancária – não vou me deter –, mas há vários indicadores. Por exemplo, o indicador HHI que é utilizado pelo Departamento de Justiça americano. Esse indicador, aplicado ao Brasil, demonstra que não há no Brasil excessiva concentração bancária. A concentração bancária brasileira é inferior à americana. Há vários estudos sobre isso e eu recomendo, vivamente, esse estudo que está na transparência e publicado no site do Banco Central – porém há vários outros.

O fato é, Presidente, que essas percepções equivocadas – e eu cito o exemplo do setor financeiro – levam à discriminação tributária. A discriminação tributária é uma ameaça para todo o setor privado. Tributar um dado setor, não em função do seu resultado, não em função de seu patrimônio, mas o simples fato de ser “O Setor”, de uma percepção equivocada, pode se espalhar para outros setores.

Hoje, propõe-se o aumento ICSL no setor financeiro; amanhã propor-se-á um aumento de ICSL sobre qualquer setor que venha a ter um empenho favorável, por exemplo, em função da conjuntura internacional. A Constituição vincula a capacidade econômica ao patrimônio, rendimento e atividade econômica; não a setor. Não fala de setor... Ela sujeita o contribuinte apenas a impostos pessoais, ou seja, os que incidem sobre bens, receitas e operações. E a isonomia tributária busca a igualdade da lei e a igualdade perante a lei: aquele princípio aristotélico de dar tratamento desigual àqueles que são juridicamente desiguais.

Há exceções ao princípio da isonomia. A Constituição menciona, por exemplo, questões regionais: isenções a taxistas, isenções para deficientes. Mas

não há isenções ou... não há discriminações para setores específicos.

Para nós, Presidente – e eu retomo para discutir a questão da desoneração da folha –, o critério adequado para a tributação é o resultado, é o lucro o melhor critério para a tributação.

Dito isso, Sr. Presidente, há hoje, sobre a discussão da folha de pagamentos, três sugestões que estão sendo analisadas. Primeira sugestão é a de se cobrar uma contribuição sobre faturamento de empresas; a segunda, retornar com a CPMF, e a terceira é a de não se cobrar contribuição de espécie alguma e apostar que o próprio crescimento econômico gerará tributos tais – e em uma quantidade tal – que compensariam o déficit da Previdência.

Para evitar a questão do déficit da Previdência, há hoje várias fontes de contribuição. A Constituição de 88 diversificou várias fontes. E essa desoneração – e essa é minha conclusão, Presidente – não acontece no vácuo. O pano de fundo da discussão da desoneração da folha é a crise financeira. A crise financeira veio para ficar conosco vários anos. Na semana passada, uma discussão em Jackson Hole, no Wyoming, o Presidente do FED, Banco Central Americano, mencionou a questão fiscal americana. Esperava-se uma nova facilitação, uma nova emissão de dólares que estimulasse a economia americana. Não foi essa a natureza... O discurso do Presidente do FED foi a necessidade de ajuste fiscal americano.

A correção de um déficit fiscal americano daquela magnitude tomará vários anos. O Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, mencionou, em entrevista na semana passada, que aguarda uma crise internacional de duração de cinco anos. Ela veio por um bom período. Esse é nosso pano de fundo.

Senador Dornelles levantou um ponto muito importante que é: “A desoneração fiscal faz com que o benefício fique no País.” Lembrou que a redução do IPI, em 2009, na verdade, aumentou a produção interna, mas aumentou também as importações, ou seja, gerou empregos no exterior. A desoneração da folha é um elemento importante, é um instrumento importante para compensar a valorização do real, porém a transferência da base de incidência do lucro para o faturamento não caminha para essa direção de aumentar a competitividade da economia brasileira no momento de real valorizado – e real valorizado que veio para ficar.

Por fim, Presidente, nossa posição (em mais 30 segundos) é a de que a questão central é a compensação da perda de arrecadação. Como fazê-lo, nossa Confederação acredita que deve ser feito, primeiro, pela cobertura, pelo Tesouro Nacional, das perdas es-

timadas da receita previdenciária. Essa cobertura pode ser providenciada pelo corte, por parte do Governo, de outras despesas em valor igual à transferência feita para a Previdência. A proposta, que está sempre presente, da retirada da aposentadoria rural das contas previdenciárias e o tratamento como, na verdade é, um benefício social, da manutenção do fator previdenciário e da introdução da previdência complementar para servidores públicos, ou seja, uma série de medidas de longo prazo que levam ao equilíbrio fiscal e permitem a desoneração da folha de pagamentos sem grande impacto sobre a Previdência Social.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu não vou entrar no debate da Previdência porque daí saímos da folha, da redução de jornada e também da Previdência.

Mas tenho que dizer uma coisinha, que até falei, na sexta-feira – acho –, da tribuna. O empregador – para quem está assistindo acho que todas as informações aqui são importantes – paga 20% sobre o total da folha. O trabalhador paga de 8 a 11% sobre o teto de 3.650, mais ou menos. Eu sempre digo o seguinte – depois até vi a frase em um jornal: não tem Papai Noel. De onde vai sair, calculem, sobre o total da folha. Quem ganha de um salário mínimo até R\$30, 40 mil, o empregador paga 20%; e o trabalhador, digamos, em média, 9 ou 10%, 10% até 3.600. Então, o empregador paga três vezes mais – eu poderia dizer sem medo de errar – que o trabalhador. Se retirar esses 20%, daí sim nós vamos quebrar a Previdência. Nós vamos quebrar a Previdência!

Então, como não tem Papai Noel, e o Tesouro diz que, se der 1% de aumento para o trabalhador, para o aposentado, não pode dar porque não tem recurso, de onde ele vai tirar o correspondente a isso que estou aqui listando rapidamente, que são os 20% sobre o total da folha, para sustentar todas as aposentadorias? Eu estou só dizendo que é um debate, claro – e você levantou uma série de possibilidades –, que vamos ter que fazer. Não sou contra desonerar a folha, desde que me digam de onde vai sair o dinheiro para pagar a aposentadoria de todos nós. E é claro que defendo uma previdência universal, igual para todos. Ninguém tenha dúvida quanto ao meu ponto de vista. Ela devia ser universal, igual para todos.

Quando vejo – aí os trabalhadores dizem – como essa desoneração da folha está sendo feita, dá impressão de quem está, mais uma vez, respondendo à crise são os aposentados e os pensionistas, porque retiram da caixa da Previdência um montante que não se sabe de onde vai buscar para suprir.

Pelo que vi ultimamente – permitam-me que eu faça esse comentário rápido sobre a Previdência, até porque falei na tribuna do Senado na sexta –, setores dos empregadores acham que esse 1,5% é muito – foi o que eu ouvi – e poderia trazer problemas para eles, inclusive. Se 1,5 é muito, pelo que ouvi, o ideal seria zero. Se for zero, sair de 20 para 0%, vamos entrar, aí sim, num colapso na Previdência sem resposta, porque não tem de onde retirar um dinheiro que não tem uma fonte permanente que garanta. Mas é um debate que faremos no momento adequado. Vamos, naturalmente, convidar empresários e trabalhadores para debaterem a Previdência que queremos.

Agora, passo a palavra ao Laercio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que também é Deputado Federal. Por favor, Laercio.

O SR. LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Quero iniciar dando bom-dia a todas as mulheres aqui presentes e cumprimentar os homens de igual modo. Quero cumprimentar os colegas e amigos que formam esta Mesa de debate. Quero cumprimentar, por fim, o Presidente Paulo Paim pela sua iniciativa de reunir, nesta manhã, para discutir tema tão importante e, como o Ricardo falou, cumprimentá-lo porque os temas acabam se inter-relacionando. Os dois temas estão muito interligados. Isso é uma iniciativa que gostaria de lhe abraçar, Senador, neste momento, e também renovar a minha admiração, o meu carinho, o meu respeito pelo brilhante trabalho, pela história política que você constrói durante todos esses anos aqui, no Senado Federal, no Parlamento do Brasil.

Bom, quem vai ficando para o final quase sempre tem que mudar todas as anotações, porque os colegas vão falando, vão falando, e vamos riscando – esta não precisa mais, esta não precisa mais –, enfim, para não ser repetitivo aqui. Então, sobrou para mim e para Cássio esse papel de dar uma enxugada nesta pauta. Mas isso é importante, porque demonstra que estamos afinados com o tema, que nos preparamos para esse fim.

Queria começar, Presidente, falando exatamente da desoneração da folha de pagamento e dizer que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo apoia a desoneração da folha de pagamento, mas sem a transferência para o faturamento das empresas. Por quê? Porque o salário, Sr. Presidente, é a base de cálculo das contribuições previdenciárias. Já o faturamento é a base de cálculo para tributar a renda, a produção e as vendas. Portanto, existe uma distorção aí entre esses critérios. Por isso, a CNC apoia, mas desde que não parta para o faturamento das empresas.

Como todos aqui sabem, a nossa carga tributária está entre 34% ou algo mais. O que o Brasil precisa, de fato, é encarar esse desafio, é fazer uma reforma tributária, porque precisamos, urgentemente, desburocratizar as obrigações fiscais dos contribuintes. Precisamos, urgentemente, consolidar a legislação fiscal. Hoje são mais de 240 mil normas, como muitos dos senhores aqui sabem, e não é fácil conviver com um cenário como esse.

Portanto, entendemos assim: é importante que a desoneração aconteça nos investimentos que geram emprego e renda. Se desonerarmos esses investimentos, estaremos contribuindo para essa desoneração da folha de pagamento. Precisamos incentivar a competitividade dos produtos nacionais diante da guerra com os produtos internacionais, estrangeiros, com que vivemos, neste momento, no País.

É importante também, na opinião da Confederação, que ampliemos os limites, incentivemos a ampliação dos limites do Simples e do Microempreendedor Individual, como aconteceu recentemente. O Governo ampliou. Foi uma iniciativa que louvamos bastante porque está dentro do mesmo bojo da desoneração da folha de pagamento.

Nós somos radicalmente contra a nova CPMF. Existe um ensaio aí para que volte, seja com o mesmo nome ou com outro, mas isso não vai ajudar em nada. Já que existe uma intenção de se desonerar a folha, esse novo tributo não acrescenta em nada, não enriquece em nada, não ajuda em nada o desenvolvimento do País.

Mas também existem outros critérios que defendemos, como, por exemplo, extinguir o salário educação. É muito importante isso, porque o salário educação já tem uma vinculação constitucional. Então, não vemos problema algum em extinguir esse item da composição dos encargos trabalhistas.

Extinquir também a contribuição do PIS, porque, desde 1988, não forma mais patrimônio dos trabalhadores para financiar o seguro desemprego. Esse item pode ser facilmente suprido ou custeado pela Cofins.

Existe outro item, Sr. Presidente, com que os empregadores convivem já há alguns anos, que é reconhecido, uma unanimidade, uma injustiça tremenda que acontece com os empregadores do País de todos os segmentos, que é a famigerada multa de 10% do FGTS. Essa aplicação já cumpriu o seu papel há muitos anos. Então, precisamos centrar forças para que isso seja eliminado urgentemente. Já cumprimos o nosso papel. A conta foi passada para os empregadores, os quais cumpriram, pagaram, e ainda continua em vigor.

Com referência à redução da jornada de trabalho, muita coisa já foi dita pelos colegas aqui: que gera de-

semprego, que aumenta a informalidade, que faz com que as empresas brasileiras percam competitividade no cenário global, que existe uma tendência muito forte de que se isso acontecer podem se substituir homens por máquinas, enfim, uma série de fatores.

Mas, a análise do tema no mundo como um todo, demonstra que quanto mais há intervenção do governo, menor costuma ser o salário médio dos trabalhadores. Isso é histórico, Sr. Presidente. O Brasil já é um dos países com menos flexibilidade da CLT, além, como todos nós sabemos, de encargos absurdos que a gente acaba absorvendo.

A nossa Constituição reduziu, em 1988, a carga tributária de 48 horas para 44 horas. Em 1986, o nosso índice de desemprego era de 3,5%. Em 1999, esse índice de desemprego já era de 7,5%. Portanto, a redução da jornada de trabalho é inversamente proporcional à geração de desemprego.

Outra consideração que poderíamos fazer seria – e aí é muito importante esse tema – de que o melhor de tudo isso é um ambiente de trabalho competitivo. Se o propósito da redução da jornada de trabalho é atacar o desemprego, a forma mais eficiente é exatamente através da desoneração da folha de pagamento.

Portanto, Sr. Presidente, concluindo a minha participação, acho que cabe aqui um desafio para todos nós, cabe, a partir dessa discussão que estamos travando, com essas informações que estamos tendo a oportunidade de conhecer, é visível que não há nenhuma fronteira, não estamos colocando nenhuma fronteira. Estamos caminhando e pensando o Brasil como um todo, levando-se em conta as particularidades inerentes à atividade patronal e à atividade laboral. Elas são importantes porque elas se inter-relacionam e são importantes para que a gente alcance o nosso propósito.

Mas acho que o que a gente poderia extrair aqui e eu queria me valer exatamente da sua credibilidade, da sua dinâmica de atuação do parlamento do nosso País, acho que já está na hora, Presidente, de a gente empreender a cruzada nacional por uma nova CLT. Acho que se a gente começar a pensar, e dentro dessa nova cruzada em favor de uma nova CLT está incluída aí, Sr. Presidente, a questão da jornada de trabalho, a gente pode resolver essa questão; a desoneração da folha de pagamento é outra ação que também a gente pode empreender a partir daí; o aviso proporcional, essa guerra que se trava entre poderes – uma nova CLT resolve esse problema; um problema seriíssimo que chega para uma discussão que tem causado muito mal-estar entre todos, entre empregadores e empregados e todos os envolvidos no processo que é o registro eletrônico de ponto – uma nova CLT poderia resolver isso.

Portanto, Presidente, fica claro, pela fotografia tubal, que nós precisamos urgentemente, para dar dinâmica às relações do trabalho, para que a gente consiga fortalecer as relações de trabalho, exatamente de uma nova CLT. Precisamos definitivamente empreender uma cruzada, e ninguém melhor do que o senhor, pela sua experiência, por tudo que o senhor tem produzido neste País em favor de todos.

E aqui preciso dar um testemunho, Presidente, de que V. Ex^a tem sido justo nas considerações e nos projetos que tem apresentado. O senhor não se furtou, na sua história, ao diálogo, ao entendimento, porque o seu pensamento é o pensamento de todos nós que aqui estamos, é o pensamento de um Brasil melhor, é de um país crescente, de um país produtivo, um país que promova o bem-estar social, um país que promova crescimento para todos os seus filhos que vivem nesta terra.

Portanto, aceite os meus parabéns, os meus cumprimentos.

E gostaria também, finalizando – o senhor fala muito da CNI – que o senhor falasse do Senac também, Presidente. O Senac tem 573 unidades operativas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu falo muito do Senai, não é? É que eu tive uma experiência no Senai, para mim, marcante. Por isso que eu falo tanto. Mas, reconheço o Sistema S no seu conjunto.

O SR. LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Muito bom, Presidente! É uma brincadeira.

Muito obrigado. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Laércio José de Oliveira, pelas considerações, inclusive ponderando sobre o nosso trabalho. Eu te digo, Laércio, com a maior tranquilidade, que quando apresento um projeto – os senhores que são empresários, muitos participam de mesas de negociações – claro que apresento até aquilo que entendo que seria o mais forte para a negociação. É nessa linha.

Quando apresentei o estatuto do motorista, para os senhores terem uma ideia, os empresários do Brasil ficaram... “Mas, Paim...” Sentaram comigo. Lembro-me de que tive uma negociação em São Paulo. Todo o PIB do setor do transporte terrestre estava lá. Depois que fiz a minha fala, terminei e um dos líderes do movimento do setor empresarial disse: “Está vendo aqueles caminhões lá embaixo, estavam cheios de pedra para jogar em você; agora vou mandar encher de flores, porque eu vi que...” Então, é para o debate. Tenho claro isso. Mesmo as 40 horas são fruto de um debate. Bom, se vão ser 41 horas, 42 horas, se vão ficar nas 40 ou nas 44 horas, se prevalecer o entendimento de não ser um

caso ou o outro, que vai ser no campo do debate, do caminhar permanente, como aqui foi colocado, que quase a metade, eu diria, aqui, arredondando, já está em torno de 40 horas, pelo processo da discussão, da negociação. Quero dizer que não sou daqueles que se acham donos da verdade, estou sempre aberto ao diálogo, ao entendimento de construir o melhor para todos, e aí a fala que o Laércio fez.

Por isso, Laércio, agradeço as suas considerações em relação ao meu trabalho.

Passo de imediato agora, que foi agendado que ele seria o último a fazer uso da palavra, ao Dr. Cassius Marcellus Zomignani, Diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias de São Paulo, Fiesp.

O SR. CASSIUS MARCELLUS ZOMIGNANI – Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim e, na pessoa dele, estender os cumprimentos aos demais expositores e participantes dessa audiência pública.

Por falar por último, acredito que farei um resumo de tudo aquilo que já foi apresentado aos senhores, até porque a posição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo é convergente à dos demais expositores e confederações aqui representadas no sentido de que a redução da jornada não gerará empregos, aumentará custos do trabalho e, se imposta por lei, tratará os desiguais da mesma forma.

Em nossa opinião, para que medidas de redução de jornada tivessem o efeito desejado de reduzir o desemprego seria necessário que as horas trabalhadas estivessem positivamente correlacionadas com a taxa de desemprego, e não é essa a nossa percepção, até porque já ficou aqui pontuado, pela análise e dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que não há uma relação direta entre redução de jornada e geração de emprego.

No mercado de trabalho, há diversos tipos de emprego e de trabalhadores, que também se diferenciam pela extensão da sua jornada de trabalho. Há grandes contingentes de trabalhadores com jornadas inferiores à jornada máxima legalmente permitida, os quais não serão afetados ou beneficiados por eventual redução imposta pela PEC 231. A heterogeneidade dos regimes de trabalho é fator limitador do suposto impacto em relação ao nível de emprego.

A economia não é estática e o comportamento do mercado de trabalho não pode ser resumido a uma equação matemática que estimou geração de mais de dois milhões de novos empregos, apenas pela aprovação da PEC nº 231, como divulgou o Dieese em nota técnica de 2007. Não é possível entender o mercado de trabalho e o nível de emprego como resultado de uma mera equação matemática.

Experiência internacional e teoria econômica demonstram que geração de empregos depende de vários fatores, dentre os quais crescimento sustentado, investimentos na produção, empreendedorismo, capacidade instalada, educação de boa qualidade, qualificação profissional, redução de encargos sobre folha de pagamento e regras flexíveis para contratação. Geração de empregos também guarda relação com perspectivas futuras da economia e do mercado consumidor.

Faço minhas as palavras do Prof. José Pastore: leis isoladamente não criam empregos. Se fosse possível criar empregos e eliminar a pobreza por lei, não haveria desemprego e pobreza em país algum do mundo.

Em termos de custos, estudos indicam que a redução da jornada, além de não gerar novos empregos, como se propaga, também reduzirá a produtividade e comprometerá a competitividade da indústria e dos demais setores da economia. Como o Emerson Casali já destacou e os demais participantes da Mesa também o fizeram, uma redução de jornada para 40 horas, sem redução de salários, implicará aumento imediato de 10% na folha de pagamentos, sem considerar os encargos incidentes sobre a mesma. O aumento de custo será amplificado em cada etapa da cadeia produtiva, pressionando o preço final dos produtos. Redução de jornada não é indutor de investimentos, podendo representar obstáculo à expansão da produção e à competitividade internacional no momento em que as empresas precisam ser fortalecidas e crescer.

Falando do modelo brasileiro, não há comprovação de que a redução da carga semanal de trabalho de 48 para 44, em outubro de 88, tenha provocado aumento significativo no número de empregos. Podemos afirmar isso analisando dados da Rais. Logo após a promulgação da Constituição de 88, tivemos um pequeno incremento no nível de emprego e, na sequência, índices negativos, o que indica essa dificuldade de se relacionar redução de jornada com aumento no nível de emprego.

Ao longo dos anos, o Brasil reduziu a sua taxa de desemprego, mas isso se deu por meio do crescimento da economia, e não da redução da jornada. Pode-se afirmar que o emprego obedeceu às leis de mercado, tendo crescido ou decrescido de acordo com a evolução do PIB. Quanto maior a evolução do PIB menor o desemprego, e vice-versa.

A jornada de trabalho no Brasil está alinhada à maioria das nações, inclusive desenvolvidas. Nossa jornada média é inferior ao limite legal de 44 horas, ficando no patamar de 41 horas, segundo a OIT. Para fazer uma comparação com outros países, podemos citar África do Sul, com 44; México com 45; China com

45; Malásia com 47; Índia com 47, segundo dados da OIT, de 2008.

No Brasil, empresas com mais de 100 empregados praticam jornada média de 39,4 horas; empresas com menos de 100 empregados praticam jornada média de 42,6 horas, inferior, portanto, ao limite legal de 44. Empresas com até 10 empregados respondem por 16,5% dos postos de trabalho e por 23,4% das horas que excedem 40 semanais. Nesse importante grupo gerador de empregos, a redução da jornada legal irá causar efeito mais negativo.

Concluindo, Senador, em relação à jornada de trabalho, experiências de redução da jornada não mostraram resultados esperados. Podem reduzir oportunidades de trabalho ou aumentar renda daqueles que conseguem manter-se empregados. Substituição de horas de trabalho médio por empregos não é direta. Redução da jornada, em geral, impõe elevação no custo proporcionalmente superior. A extensão da jornada está relacionada às características das atividades e setores da economia, e de cada empresa também. Há setores mais intensivos em tecnologia e, por isso, podem trabalhar menos horas. Outros não podem. Os ajustes em cada caso ocorrem por meio da negociação coletiva.

A OIT não discute nem recomenda a redução da jornada como mecanismo de expansão de emprego. Para reduzir jornada, recomenda ajustes graduais por meio do diálogo social. A Federação das Indústrias de São Paulo defende a redução da jornada por meio da livre negociação entre as partes, de acordo com a realidade, características e potencial de cada setor e dentro das possibilidades reais de cada um. Redução de jornada pela via constitucional implicará, na nossa opinião, tratamento igual para realidades diferentes, motivo pelo qual a livre negociação é o caminho para tal redução, por meio de acordos equilibrados que estabeleçam objetivos comuns, compartilhem resultados e possam assegurar crescimento econômico e geração de empregos.

No que diz respeito à desoneração da folha de pagamento, rapidamente eu gostaria de colocar a posição da Federação das Indústrias de São Paulo. No Brasil, o nível dos encargos trabalhistas incidentes na folha de salário é muito elevado. Em comparação a vários outros países, na sua maioria desenvolvidos, o Brasil possui o mais alto nível de encargos, cuja consequência é o encarecimento da sua mão de obra. Os encargos são um dos fatores prejudiciais à competitividade da indústria de transformação brasileira, processo que é agravado em setores mais intensivos de mão de obra e nos que empregam mão de obra altamente especializada, onde as despesas com salários são significativas.

Em função disso, a desoneração dos encargos trabalhistas da indústria de transformação no Brasil é uma medida importante para redução do custo de mão de obra. Deve contribuir para melhorar a posição competitiva do País no mercado nacional e internacional de bens manufaturados, bem como para a elevação do nível de emprego e da renda na economia. Outro efeito positivo é a redução de incentivos à informalidade, com consequente diminuição de custos de monitoramento e da incerteza jurídica para as empresas.

Em razão do exposto, a desoneração dos encargos trabalhistas pode contribuir de modo fundamental no necessário processo de retomada da competitividade da produção industrial nacional, considerando os efeitos sobre o custo da mão de obra e a capacidade de investimento do setor.

Agradeço a atenção de todos e agradeço pelo convite, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós agradecemos ao Sr. Cassius Marcellus Zomigani, que é diretor do departamento sindical da Fiesp, pela sua exposição. Ele diz aqui – são dados que vão servir para reflexão – que as empresas – tomei nota e gostaria de confirmar – com mais de 100 empregados, em média, trabalham 39,5 horas. Achei um dado interessante. E defende a livre negociação, naturalmente. E lembra que as pequenas empresas seriam as mais prejudicadas, se for tomada uma medida brusca, digamos, sem que caminhe para essa área...

Agora, vamos aqui garantir a cada um dos nossos convidados – vou começar pelo último da lista e seguir a ordem – para que cada um use três minutos para suas considerações finais. E começo com você, Laércio. Desculpe-me, estou chamando-o de Laércio. Você pode me chamar de Paim. Para mim, não há problema nenhum. O Deputado Federal Laércio José de Oliveira, que é vice-presidente da CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

O SR. LAÉRCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Senador, eu gostaria de agradecer mais uma vez. Essa discussão que travamos aqui, nesta manhã, na verdade não foi uma discussão, mas uma exposição de motivos, cada um buscando sua linha de raciocínio, mas duas coisas precisamos extrair deste encontro nesta manhã aqui.

Primeiro, existe um consenso das federações, e aqui está a soma de forças da economia brasileira, por meio do emprego. As nossas opiniões são convergentes em busca de um propósito único. Isso é fundamental de ser apontado aqui. E mais ainda, fica claro, Senador, que existe uma boa vontade de todos que aqui estão de contribuir com projetos importantes para o Brasil, contribuir para que se amplie uma mesa de negociação, uma mesa de discussão desses temas fundamentais

para o crescimento do nosso País. Fica claro, e este é o ponto principal com o qual estamos preocupados, a segurança, a estabilidade dos cargos, dos empregos disponíveis, uma estabilidade sadia, uma estabilidade que preze pela competitividade, uma estabilidade que preze pelo crescimento de postos de trabalho em nosso País, uma estabilidade que preze pela justiça social e uma estabilidade, acima de tudo, que preze pela saúde de todos, de empresas e de trabalhadores.

É isso. Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Obrigado, Laércio, Deputado Federal.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, vice-presidente executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Muito obrigado, Senador Paim.

Fizemos, aqui, várias considerações hoje. Examinamos os aspectos objetivos ou materiais da questão. Gostaria, Senador, de fazer uma breve reflexão sobre o lado subjetivo da questão, que é o modo de pensar brasileiro.

A nossa maneira de pensar, talvez herança da nossa raiz africana, indígena ou mesmo portuguesa, nossos bisavós eram pessoas com escolaridade muito baixa, é permeada por um pouco apego à precisão e um elemento mítico muito forte, uma incorporação de mitos muito forte. Isso aparece em várias discussões e aparece nesta discussão da desoneração da folha e da redução da jornada de trabalho. Se alguém quiser poupar R\$1 mil, em seis meses, se não tiver como aumentar suas receitas, como aumentar seu salário, terá que examinar suas despesas, cortar despesas supérfluas tais que, somadas, cheguem a R\$1 mil, em seis meses. No Brasil, alguém dirá: não, você poupa R\$100 por mês, durante seis meses, e terá R\$1 mil. Mas dirão: você terá R\$600 – aplicado a uma taxa, um pouco mais de R\$600. E a resposta, no modo de pensar brasileiro, “você terá R\$1 mil”, se houver vontade política para isso. É um dos abracadabras de nosso tempo, a expressão “vontade política”. Se você reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, você gerará alguns milhões de postos de trabalho. Essa conta não fecha. “Mas com vontade política, ela fechará”.

E entra o segundo elemento, que é a imprecisão. Se essa conta não fechar, a culpa é deles. Quem são eles? Às vezes, são outros países, às vezes são as elites – sabe Deus quem são as elites em nosso País. Eles, no nosso caso, serão empresários, empregadores. Creio, Senador, que, para a discussão avançar, no interesse de todos nós, temos de evoluir para um modo de pensar lastreado na realidade e na precisão. Essa maneira de pensar brasileira, infelizmente, é um

dos grandes obstáculos ao nosso desenvolvimento, e não há oposição entre nós, eles, essas figuras difusas, etéreas. O que há é o interesse de empregados e empregadores em uma economia competitiva, com crescimento sustentado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me, mas vou ter de fazer uma consideração rápida, mas, eu diria, em sua defesa. Veja bem, em sua defesa. V. Ex^a, na última reunião em que debatemos o aviso prévio, deu uma bela contribuição, como deu hoje também. Mas quando V. Ex^a abre seus últimos três minutos, permita-me, pois falo de forma muito carinhosa e respeitosa, e diz que principalmente – fui isto que eu entendi, nós estamos ao vivo para o Brasil todo, e sei que não foi sua intenção – devido a nossas origens indígena, africana e portuguesa... Não pegou bem. Então, queria até dar-lhe um minuto a mais, acho que não foi essa a sua intenção.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Não foi de maneira alguma. Eu não disse principalmente, eu disse possivelmente em função de nossa origem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, para mim, principalmente ou possivelmente é a mesma coisa. Quero dar-lhe mais um minuto, se V. Ex^a quiser. Vou pegar o termo: possivelmente, o culpado dessa falta de precisão, ou seja, de uma análise mais profunda dos grandes temas, é devido a nossas origens indígena, africana e portuguesa. Eu entendo que não foi isso que o senhor quis dizer. Talvez tenha sido a força de expressão.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Nós somos formados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou saindo em sua defesa. Estou sendo muito sincero, senão eu faria outra análise, seguindo meu ponto de vista.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – É um tema que me fascina, que me apaixona, falamos por horas sobre ele.

Eu digo que somos formados por culturas de origem mítica, por culturas lastreadas em mito. A cultura indígena, a cultura africana e a cultura portuguesa tradicional, por exemplo, são culturas em que o mito tem um papel muito forte. Nós importamos esse lado da incorporação do mito na nossa forma de pensar, ao contrário de um pensamento mais racional, mais cartesiano, mais objetivo. É possível que essa incorporação do mito venha das nossas culturas tradicionais onde era muito forte na origem. É possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada a ver aqui que italianos, alemães, polacos

teriam outro ponto de vista e, por isso, seriam mais preparados para esse debate? Nada a ver, não é? Sei que não foi essa sua intenção. Muito bem, então não vamos entrar aqui nesse campo, pois entraria na linha do preconceito e não seria bom para ninguém.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Cassius Marcellus Zomignani, que é o diretor da Fiesp, que fez a sua exposição.

O SR. CASSIUS MARCELLUS ZOMIGNANI

– Complementando aquilo que já manifestei, posso apenas fazer algumas breves considerações sobre experiências de outros países que reduziram jornada e não obtiveram aumento de emprego, como Japão, Suécia, Canadá, Alemanha, França. Também posso fazer uma referência com relação à competitividade do Brasil frente ao aumento no custo da mão-de-obra, com essa redução imposta por lei. Existe uma preocupação muito grande com isso em comparação com outros países no cenário internacional. E reforçar nossa orientação ou opinião de que o melhor caminho é a negociação coletiva.

Olhando o que aconteceu depois de 1988, vamos constatar efetivamente que o melhor caminho é o da negociação coletiva, de acordo com a realidade característica de cada setor. Os setores sabem como tratar o assunto com os representantes dos trabalhadores e, com isso, conceder ou não uma redução de jornada adequada a suas características.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr. Cassius, que falou pela Fiesp, meus cumprimentos.

Passo a palavra, de imediato, ao diretor de operações do Senai, Dr. Gustavo Leal Sales Filho, para suas considerações finais.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Senador Paim, primeiro, quero agradecer pelo convite ao Senai para participar desta audiência. Nós nos sentimos muito honrados com isso. Quero só complementar o que já havia trazido à discussão.

Nesse esforço de ampliação do número de matrículas no Senai, de duplicação até 2014, temos nos debruçado na análise criteriosa das demandas de 500 mesorregiões do Brasil. A partir daí, constatamos a necessidade de uma forte expansão da rede física, que se dará por unidades novas, por centros de formação profissional novos e pela ampliação de muitos dos existentes, além, como falei, de centros tecnológicos de alta performance. Tudo isso nos levou a buscar recursos no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde estamos finalizando um grande empréstimo para podermos realizar esses investimentos e, com isso, atingirmos a meta de duplicar o

número de matrículas. Então, estamos confiantes na forma de financiamento dos integrantes do Sistema S e do SENAI, entendendo que é relevante e imprescindível para o Brasil, nos próximos anos, a manutenção desse esforço de ampliação de oferta de cursos técnicos, de cursos de qualificação e também de serviços ligados à inovação.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite para estarmos presentes aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Gustavo Leal Sales, Diretor de Operações do Senai.

Passamos a palavra para o Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da CNI.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Presidente, inicialmente, parabeno o senhor por esta iniciativa do diálogo. O senhor, às vezes, mesmo com visões diferentes da nossa, ouviu pacientemente. Espero que tudo isso, com certeza, ajude nesse processo de reflexão.

Eu queria apontar que a gente tem conversado muito com as centrais sindicais, iniciado um bom diálogo. A gente está começando a ver que a gente precisa pensar o que serão as relações de trabalho no Brasil daqui a vinte anos, daqui a dez anos, e que tem que discutir todas essas questões. Tudo isto é muito importante: jornadas, encargos; tudo isso está muito na mesa.

Então, existe uma discussão ampla que a gente quer fazer e existem discussões que são mais específicas da realidade. Essa questão da redução da jornada a gente acha que é mais um tema para discutir na realidade, valorizando o papel do sindicato na base, e menos uma solução que saia de uma decisão daqui e que todos tenham de seguir, dentro do que, hoje, já é um grande contrato nacional coletivo que a gente tem hoje na Constituição e na própria legislação. Então, no espaço que existe para os sindicatos atuarem, a redução de jornada é um tema bastante relevante.

A gente tem discutido que existem algumas premissas que a gente precisa alinhar. Ou seja, acho que a questão da proteção do trabalhador é um valor inquestionável; e aí temos uma preocupação: há 50% dos trabalhadores sem proteção nenhuma. A questão da competitividade empresarial é uma premissa que precisa estar na mesa; ou seja, a questão do custo do trabalho é algo importante: sem competitividade, sem rentabilidade, a empresa não cumpre suas obrigações e a questão da responsabilidade social fica dificultada. Outra premissa é que tudo que a gente puder fazer para ampliar o diálogo parece que é algo que a gente deseja. E, ainda, a segurança jurídica. Acho que é outro ponto, porque a gente percebe que

essa mudança do mundo do trabalho e a dificuldade das nossas leis em acompanhá-la têm gerado muita insegurança jurídica, sendo interesse de todo mundo que haja segurança jurídica.

Por fim, Presidente, acho que o senhor colocou uma discussão importante, a da desoneração da folha. Essa questão, hoje, são escolhas. A gente prefere ter dois milhões de emprego e, de repente, cobrando 20% de encargos sobre a folha patronal ou a gente prefere poder apostar na possibilidade de ter quatro milhões de empregos naquele setor ou três milhões de empregos, com a redução desse custo e de outros custos que irão gerar competitividade para as nossas empresas e irão permitir maior formalização? Então, essa discussão é bastante importante. Às vezes, não. Precisamos manter 20%, porque a gente precisa financiar a Previdência. Sim, mas a gente está tendo uma perda efetiva de postos de trabalho ou deixando de ter mais postos de trabalho. Enfim, é uma discussão complexa. Como o senhor colocou, é uma equação que precisa fechar.

Eu gostaria de finalizar, agradecendo o convite à CNI, o convite a esse diálogo tão importante para o País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Emerson Casali Almeida falou pela CNI, deixando claro, no final, o seu ponto de vista em relação à desoneração da folha. Que a gente construa caminhos. O que não podemos é deixar a Previdência sem um lastro para sua manutenção. E, ao mesmo tempo, mostrou a sua preocupação com a política de empregos.

Ficou para o encerramento o Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Mais uma vez, Presidente, registro que é uma satisfação grande estar aqui, especialmente porque senti que o recado principal é uníssono. Acho que todos os que falaram aqui se mostraram, de certa forma, favoráveis à desoneração da folha de pagamento, destacaram a importância da negociação coletiva na construção desse patamar, especialmente – falando-se de jornada de trabalho – de um patamar razoável, que seja satisfatório ao trabalhador, garantindo-lhe renda, estabilidade funcional, sustento digno à sua família. Acho que essa é a intenção de todos os trabalhadores brasileiros e, de certa forma, garantindo também a sustentabilidade do seu negócio, porque essa é a principal condição da empregabilidade hoje no País.

Presidente, também gostaria de estimular os interessados a estudar essa questão das quarenta horas, observando, principalmente, um fator que nos escapou

por um instante, mas cuja mensagem eu gostaria de deixar: falo dos dias efetivamente trabalhados, porque isso, sim, também importante.

nesta Casa, na Câmara inúmeros projetos de lei falando sobre a ausência em determinados dias por N motivos, que não cabe aqui dizer se são justos ou não. Mas acho que é um dado interessante para que analisemos a jornada de trabalho, porque, se nós somarmos esses N motivos com os feriados nacionais, municipais, estaduais, nós teremos um número ainda muito mais interessante para conhecer e mostrar que, no Brasil, a jornada efetivamente praticada é sustentável e não é dissonante da realidade internacional.

Outro ponto importante é manifestar aqui, de forma expressa, a nossa preocupação com o pequeno empregador, porque, se aqui todo mundo claramente mostrou que o patamar de oneração desse empregador é a partir de 10%, para o empregador esse percentual é muito mais gravoso, e nós não podemos desconsiderar os percentuais de empregabilidade, já mostrados aqui, que o pequeno e micro empresários representam no País. Temos, sim, que dar uma atenção toda especial a esse pequeno empregador.

Dessa forma, Presidente, finalizo nossa participação, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de apresentar nossas razões aqui.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Cristiano é da Confederação da Agricultura e de Pecuária do Brasil, a CNA. Mais uma vez colabora com o debate, já tendo estado conosco também no debate do aviso prévio.

Queria agradecer a todos os painelistas. Falamos das 9 horas a, praticamente, às 11 horas e meia, para o Brasil, pela TV Senado, para que todos pudessem ouvir e assistir a visão do setor empresarial em relação a dois temas que, queiramos ou não, estão em debate na sociedade: a redução de jornada e a redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

Eu queria agradecer muito mesmo a todas as entidades que se fizeram presentes aqui, porque eu entendo que somente assim nós poderemos caminhar para aquilo que eu dizia ontem – inclusive em um debate há uma semana em uma comissão – sobre o campo da razoabilidade. Estávamos discutindo a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Estavam lá representantes dos empresários e dos trabalhadores, e também foi um debate de altíssimo nível, qualificado, tranquilo. Nesse debate em que, claro, a maioria dos empresários presentes defendeu o campo da livre negociação, foi um debate em que quem ganhou foi quem o assistiu.

No dia de hoje, se vocês não se fizessem presentes nesta audiência pública, haveria só a versão dos trabalhadores, que têm a sua versão. Mas os senhores, legitimamente, têm seu ponto de vista que apresentaram aqui, inclusive junto com o nosso Deputado Federal Laércio. Laércio, permita-me que eu diga isso.

Quero dizer para o meu amigo José Ricardo que fique tranquilo, porque eu apenas provoquei, porque, como eu recebi, no momento em que você falou, poderia dar um mal-entendido. Não foi esse o seu objetivo. Eu só provoquei para que você falasse para garantir isso, porque eu me senti como aquele que fica do lado de lá da telinha ouvindo você dizer. Como eu sei que a sua intenção não foi discriminar ninguém, em hipótese nenhuma, porque conheço você e o teu ponto de vista, eu apenas o provoquei para que você explicasse, e você, naturalmente, fez a sua parte.

Então, eu agradeço a todos vocês. Vamos continuar dialogando. É a minha intenção, se houver entendimento, de fazermos outro debate, em outro momento, convidando os representantes dos empresários e dos trabalhadores para haver o contraditório aqui, no debate, porque, se não fazemos também o contraditório, para alguns que assistiram a uma audiência e não assistiram a outra, passaremos sempre uma versão. Então, é bom que se faça o contraditório. Nós não convidávamos muitos – tipo três numa posição e três noutra. Vocês decidiriam quem seriam, e faremos um bom debate. Quem ganha é o Brasil. Eu sempre digo que ninguém inventou, no mundo, um sistema melhor que a democracia. E democracia é isto: permitir que aqueles que pensam diferente exponham o seu ponto de vista, e a população, na verdade, vai tomar a sua posição e fará, digamos, a sua apreciação sobre o que foi dito.

Só posso agradecer muito, muito a todos os senhores. É uma alegria enorme presidir esta reunião, pelo nível do debate. Parabéns a vocês! *(Palmas.)* As palmas são para os senhores.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Paulo Davim, Ricardo Ferraço, Demóstenes Torres, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA. DELIBERATIVA. Item 1. Requerimento nº 123, de 2011**, que requer a realização de 3 audiências públicas (ciclo de debates) para discutir assuntos inerente à defesa dos direitos da população brasileira LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais). A primeira audiência realizar-se á no dia 29 de setembro de 2011, no Auditório Petrônio Portela, ficando as outras duas a serem agendadas posteriormente. Autoria: Senadora Marinor Brito. Resultado: **Aprovado. Item 2. Não Terminativo. Sugestão nº 3, de 2010**, que sugere a alteração da legislação tributária nacional no sentido de eliminar as distorções do Sistema Tributário Nacional. Autoria: Federação dos Contabilistas nos Estados do RJ, ES, BA e outros. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **aprovado. Item 3. Não Terminativo. Sugestão nº 2, de 2011**, que dispõe sobre a autorização para desconto anual em folha de pagamento para entidades de aposentados e pensionistas e dá outras providências. Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 4. Não Terminativo. Sugestão nº 3, de 2011**, que regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Autoria: Universidade FEEVALE. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: **retirado de pauta. Item 5. Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2009**, que obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Sandro Mabel. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: **Prejudicada a votação e retirado de pauta em função da aprovação do Item 05 da extrapauta. Item 6. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008**, que altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que

apresenta. Pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421/2008, bem como pela rejeição da Emenda nº 2 – Plenário. Resultado: **retirado de pauta para reexame. Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008**, que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. **Item 7. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2007**, que cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: **aprovado. Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2008**, que altera a Lei 11.196, de 18 de agosto de 2005, para elevar a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre cigarros. Autoria: Senador Tião Vianna. Tramita em conjunto com **Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2010**, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidente sobre as pessoas jurídicas industriais produtoras de cigarros, cigarrilhas e charutos de tabaco ou de seus sucedâneos. Autoria: Senador Jorge Yanai. **Item 8. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009**, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Prejudicada a votação e retirado de pauta em função da aprovação do Item 05 da extrapauta. Item 9. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2010**, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a publicidade de alimentos ao público infantil. Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF). Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Prejudicada a votação e retirado de pauta em função da aprovação do Item 05 da extrapauta. Item 10. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2011**, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fe-

vereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado.**

Item 11. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2011**, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado.** **Item 12.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 13.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandez. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CAE, suprimido o hífen do vocábulo infanto-juvenil nela contido. Resultado: **adiado.** **Item 14.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009**, Possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento feito pela CAS e com a Emenda nº 05, que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 15.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009**, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CE (Comissão de Educação, Cultura e Esporte). Resultado:

adiado. **Item 16.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 17.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2011**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da expressão pessoas portadoras de deficiência. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **adiado.** **Item 18.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 19.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, com a SubEmenda que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 20.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **adiado.** **Item 21.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*:

Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 22. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003**, que dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família). Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda substitutiva que apresenta. Resultado: **adiado. Item 23. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01 (Substitutiva), que apresenta. Resultado: **adiado. Item 24. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta e pelo acatamento da Emenda nº 01-CE, incorporada na primeira delas. Resultado: **adiado. Item 25. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009**, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 26. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, 02, 03 e 04, que apresenta. Resultado: **adiado. Item 27. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Se-

nador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº 01-CCJ, 02-CCJ e 03-CCJ (Comissão de Constituição Justiça e Cidadania). Resultado: **adiado. Item 28. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009**, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador João Pedro. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutiva) Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com as Subemendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 29. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009**, que estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **adiado. Item 30. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. E pela rejeição da Emenda nº 01-CI. Resultado: **adiado. Item 31. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, e com as Emendas nº 01-CCJ, nº 2-CCJ, nº 3-CCJ, nº 4-CCJ, nº 5-CCJ e nº 6-CCJ, aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **adiado. EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento nº 124-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater a Revolução Farroupilha. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento nº 125-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para intruir o PLS 191/2009 que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 3. Requerimento nº 126-CDH, de 2011**, que requer que

sejam CONVIDADOS para debater o PLS nº 282, de 2010, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em audiência pública, os representantes das seguintes instituições: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SIND; Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA; Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas – Abir; Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap; Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – Conar; Associação Brasileira de Anunciantes – ABA; e Instituto Palavra Aberta. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Resultado: **Aprovado. Item 4. Requerimento nº 127-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater com trabalhadores, empresários e aposentados a redução da jornada de trabalho e a redução nos encargos na folha de pagamento. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 5. Requerimento nº 128-CDH, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, destinada a discutir o PLC 173, de 2009 que estabelece a formação para o exercício do cargo público de Conselheiro Tutelar. A lista de convidados para debater o tema será publicada tão logo sejam definidos os nomes. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. Às onze horas e um minuto o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Às onze horas e sete minutos o Senador Mozarildo Cavalcanti devolve a presidência. O Senador Cristovam Buarque faz o encaminhamento no sentido de que seja realizada a instalação da Subcomissão Permanente de combate ao trabalho Escravo no dia 14 de setembro de 2011. O Senhor Presidente acata o encaminhamento. A Senadora Marinor Brito faz o encaminhamento no sentido de que seja realizada audiência pública referente ao Requerimento nº 119, de 2011, que requer a realização, no dia 22 de setembro de 2011, a realização de Audiência Pública para debater o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, aprovado no dia 25 de agosto de 2011. Solicita ainda, que seja reunião em conjunto com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. O Senhor Presidente acata o encaminhamento. Fazem uso da palavra os seguintes senhores senadores Paulo Paim, Marinor Brito, Edu-

ardo Amorim, Cristovam Buarque, Paulo Davim e Mozarildo Cavalcanti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e treze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Sr^{as} e Srs. Senadores, nossas reuniões deliberativas acontecem sempre às quintas-feiras, mas, na próxima semana, haverá um feriado. Conversei com alguns Senadores, que me perguntaram se não seria possível, na quarta-feira, votarmos pelo menos os projetos não terminativos e alguns requerimentos, com o que concordei. Hoje é quarta-feira.

Havia cinco projetos de minha autoria na Comissão de Assuntos Sociais, mas acabamos fazendo um acordo lá, e os projetos saíram de pauta. Dessa forma, vim para a nossa Comissão. Eu estava na expectativa do número de assinaturas. O número de assinaturas, pelo que me informaram, já chega a 14. Então, já estamos em condição de votar as matérias. Nós as votaremos.

Começaremos, então, a deliberar os requerimentos ou projetos de Senadores que estão aqui presentes.

Senadora Marinor Brito, vamos apreciar agora o seu requerimento.

ITEM 1 REQUERIMENTO Nº 123, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de 3 audiências públicas (ciclo de debates), para discutir assuntos inerentes à defesa dos direitos da população brasileira LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais). A primeira audiência realizar-se-á no dia 29 de setembro de 2011, no Auditório Petrônio Portela, ficando as outras duas a serem agendadas posteriormente.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Que bom que V. Ex^a assim indica, Senadora Marinor Brito! Poderíamos acordar com os outros Senadores as outras datas. Mas, já no dia de hoje, poderemos, se for aprovado o requerimento, passar a fazer entendimentos com a Diretoria da Casa, para fazer a reserva do auditório Petrônio Portela para o dia 29 de setembro.

V. Ex^a tem a palavra, Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia, Srs. Senadores!

Aqui, estou atendendo a um pedido da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, uma Frente que tem atuado na defesa da cidadania LGBT, na relação com os Ministros do Supremo, na relação com os Senadores e Deputados no Congresso Nacional, para buscar melhorar as condições políticas para que os direitos da cidadania LGBT sejam consolidados em leis e para que as políticas públicas respondam a essa cidadania.

Essa Frente vem atuando com bastante intensidade. Estamos à frente dessa discussão eu e a Senadora Marta Suplicy, cujo trabalho, que já é histórico, é reconhecido no País inteiro – também o Deputado Jean Wyllys, com outros Deputados, está à frente dessa discussão na Câmara –, para que possamos começar um ciclo de debates.

Na verdade, trata-se da realização de um seminário em três etapas, a iniciar-se no dia 29 de setembro. Haverá debates sobre o tema “As Famílias pela Igualdade”, em que a Frente deve convidar parlamentares da Argentina e do Uruguai que têm um acúmulo de conhecimento sobre essa questão; sobre o tema “Mães pela Igualdade”, que também vai incluir a organização americana que atua em todo o mundo na programação dos direitos homossexuais; e sobre o filme de longa metragem *Elvis e Madona*, de Guilherme Laffitte, que será lançado nacionalmente, que aborda a forma plural de constituição familiar da atualidade e que é parte da programação que será veiculada em espaço cultural aqui, em Brasília. As duas audiências abordarão o tema “Criminalização da Homofobia e a Família”.

Não abrimos mão de realizar esse trabalho no Senado Federal, visando a auxiliar os Srs. Senadores e os Srs. Deputados – esse ciclo de debates deverá ocorrer também na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal –, para que, em conjunto, a frente parlamentar de Deputados e de Senadores possa contribuir no sentido de enfrentar uma lacuna histórica existente nessas duas Casas em relação à cidadania LGBT.

Os questionamentos e as tensões que as diferentes posições têm causado podem ter uma abordagem menos preconceituosa, muito mais científica, muito mais pautada na realidade e na vida das pessoas, na concretude do dia a dia dessa população, que é digna e que merece ser respeitada pelas autoridades brasileiras e internacionais.

Então, essa busca de concentração de debates no espaço parlamentar serve também para dar uma oportunidade aos que ainda não têm consciência do seu papel em relação à cidadania LGBT, aos que ainda não têm informações sobre a vida dessas pessoas

e, sobretudo, sobre as dificuldades para enfrentar o preconceito que vive essa população.

Desse direito de ser uma parlamentar vinculada às lutas sociais e à defesa da dignidade humana não abro mão, Senador Paim. Por isso, estou sendo porta-voz dessa população, ao apresentar este requerimento aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras, para que possamos aprovar a realização nesta Casa desse ciclo de debates, desses seminários de formação política, buscando interação com outros setores, inclusive internacionais, que nos têm ajudado, que têm ajudado o mundo, que têm ajudado a população LGBT a ser muito mais respeitada. Não queremos menos respeito; queremos que haja mais respeito, mais consciência por parte da sociedade sobre a dignidade e a cidadania dessas pessoas.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão o requerimento da Senadora Marinor Brito. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que com ele concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o Item 10 da pauta.

ITEM 10

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2011

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

O Senador Eduardo Amorim tem a palavra, como Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, irei diretamente à análise.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2011, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal (CF), pois trata de isenção tributária. A análise da proposta, por-

tanto, não revela quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado Federal, tendo em vista que a proposição ora analisada trata de matéria afeta às isenções concedidas também às pessoas com deficiência, cabe à CDH deliberar sobre a matéria. De fato, conforme dispõe o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a este colegiado opinar sobre os aspectos relativos à proteção e à integração social da pessoa com deficiência. Estão atendidas, assim, as normas regimentais pertinentes.

Na essência, o PLS nº 299, de 2011, busca reduzir para um ano o prazo – que, hoje, é de dois anos – para alienação de veículo adquirido com redução de IPI e também para a aquisição de um novo, nas mesmas condições. Essa redução vale tanto para taxistas como para as pessoas com deficiência beneficiárias da referida isenção.

No mérito, avaliando os aspectos relativos à proteção e à integração social da pessoa com deficiência, nada há a obstar quanto à alteração proposta. E, sem avaliar os aspectos econômicos – missão que caberá posteriormente à CAE –, concordamos com o autor do projeto, Senador Eunício Oliveira, quando argumenta que a renovação da frota de táxi no País vai possibilitar a melhoria do atendimento ao enorme contingente de turistas que virá ao Brasil, sobretudo nos próximos anos.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2011.

É o nosso parecer e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como o projeto é não terminativo, aqueles que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

O projeto é aprovado por unanimidade.

Passamos ao Item 11.

ITEM 11

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2011

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) –

Sr. Presidente, também irei direto à análise.

De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, entre as matérias que estão sob a competência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, incluem-se aquelas que tratem da proteção e integração das pessoas com deficiência, como é o caso do PLS nº 361, de 2011, ora em exame.

O objetivo da proposição é desonerar a aquisição, fabricação e comercialização de máquinas impressoras de caracteres Braille, isentando-as da incidência do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

A medida vem em boa hora e, certamente, contribuirá para tornar mais efetiva a Lei nº 10.098, de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, que prevê, entre outras medidas, a adoção de mecanismos para a eliminação de barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência visual.

Além disso, concorre para facilitar a circulação de informações em Braille, cruciais para a boa qualidade de vida das pessoas com deficiência, como é o caso das bulas dos medicamentos e dos manuais de instrução de equipamentos eletroeletrônicos e mecânicos de uso doméstico. Frise-se que a oferta desse material pela indústria fabricante é obrigatória, de acordo com a mencionada lei.

Facilitar a produção de material impresso também é imprescindível para se garantir à pessoa com deficiência visual o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer. A enorme carência nessa área foi atestada em pesquisa realizada em 2010, pela Fundação Getúlio Vargas, encomendada pelo Ministério da Cultura, a qual revelou que apenas 9% das bibliotecas públicas municipais possuem seção de materiais em Braille. É lamentável! Essa carência de material em Braille acessível em nossas bibliotecas deixa ao desamparo um número significativo de brasileiros. Segundo o IBGE, nosso País contava, em 2000, com 16 milhões de pessoas com deficiência visual, 148 mil delas completamente cegas e 2,4 milhões com deficiência visual severa.

Observe-se, no entanto, que a excepcionalidade ora proposta para os equipamentos em Braille não trará, de imediato, mudanças significativas na área, pois as alíquotas sobre esses produtos encontram-se zeradas. Porém, a lei proposta dará mais segurança para as empresas que desejem atuar na área, pois terão a certeza de que não haverá majoração de impostos inesperada sobre as transações envolvendo esses equipamentos.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2011.

Essa foi a análise e o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor, tem V. Exª a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria parabenizar o relatório feito sobre o projeto e dizer que fica cada vez mais clara a necessidade de melhorar as condições de acessibilidade e de comunicação das pessoas portadoras de deficiência no nosso País.

Senador Paim, dei entrada a um projeto de lei que obriga toda a produção legislativa do Senado Federal a ter uma apresentação em Braille. Adianto aos Srs. Senadores que meus cartões de apresentação como Senadora da República já foram encomendados de forma a permitir a leitura por parte dos portadores de deficiência visual. Acho que esse é um avanço importante. Temos de criar mecanismos para isso. Isso envolve dinheiro público, e o Senado Federal e a Câmara Federal devem responder à cidadania brasileira. Então, por que o que é produzido aqui só é acessível a algumas pessoas da sociedade, excluindo um setor absolutamente importante, que tem um histórico de discriminação?

Temos de reduzir essa distância, ocupar esse vácuo deixado pelos legisladores insensíveis que não tiveram a preocupação, Senador, com a cidadania dos portadores de deficiência visual.

Era isso o que eu queria dizer, Senador Paim. Acompanho, com o meu voto declarado, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Amorim referente ao projeto de autoria do Senador Ciro Nogueira.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que com ele concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*
Aprovado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Paim, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem a palavra V. Exª.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Recebi uma informação, com muita alegria, a respeito de um requerimento que V. Exª aprovou nesta Casa para a realização de uma audiência pública para debater so-

bre o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.

V. Exª sabe do nosso empenho à frente da CPI que trata do tráfico de pessoas e sabe da nossa dedicação no enfrentamento dessa dramática situação que vive nosso País, com mais de 520 rotas de tráfico identificadas; são R\$32 bilhões ao ano que esse comércio arrecada.

Achei absolutamente oportuno o seu requerimento e queria sugerir a V. Exª que realizássemos essa audiência em parceria com a CPI e, inclusive, em parceria com os Ministérios. Recebi uma solicitação do Secretário Nacional de Justiça para que interagíssemos nessa questão, para que ajudássemos na relação interministerial com a Secretaria Nacional de Justiça, a fim de que esse tema fizesse parte, com mais intensidade, do debate entre os Ministérios que devem atuar no enfrentamento do tráfico de pessoas e, no caso específico, do tráfico de mulheres e crianças.

Então, peço a V. Exª que realizemos essa audiência, em parceria com a CPI, no dia 22 de setembro, quinta-feira, véspera do Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, que é o dia 23 de setembro. Então, peço que alteremos o nosso roteiro de agenda da Comissão de Direitos Humanos e que nos ajudemos mutuamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesse tema, sigo sua orientação.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Devo ter aprovado esse requerimento a pedido de alguém, mas eu me submeto exatamente à sua orientação. Só faremos audiência com o aval da CPI no dia em que a CPI assim entender, e aí V. Exª, inclusive, ajudará a conduzir os trabalhos nessa audiência.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A nossa solicitação é a de que a audiência seja realizada no dia 22 de setembro. Colocamos a equipe da CPI à disposição da Comissão de Direitos Humanos, para ajudar na mobilização e na organização dessa audiência, para fazermos um grande momento de reflexão no Senado Federal, a partir da iniciativa de V. Exª, com a qual me congratulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Essa audiência pública é de sua iniciativa. Eu apenas me somo a essa iniciativa.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agradeço a V. Exª pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª está fazendo um belíssimo trabalho. Inclusive, vi duas ou três páginas de jornal seguidas sobre o trabalho que V. Exª está fazendo, ao lado de outras

Senadoras. Falo, principalmente, do trabalho de V. Ex^a, sem demérito do de outros Senadores e Deputados que estão participando da CPI. Quero aqui render minhas homenagens a V. Ex^a.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É um esforço necessário. Apesar do esforço feito, a gente sofre muito, porque a gente está entrando em contato com uma realidade cruel: muitas mulheres, muitas meninas, muitos meninos travestis, muitos transexuais estão morrendo, estão sendo assassinados, estão tendo sua liberdade e seu direito de ir e vir cerceados, inclusive o seu direito de migrar. A migração é um direito, desde que seja feita a partir da intenção e da vontade de cada cidadão, de cada cidadã. Ninguém pode ser levado a fazer alguma coisa sem saber o que vai fazer, muito menos viver em cárcere, em situação de exploração, seja qualquer tipo de exploração.

Esse trabalho tem sido muito duro, Senador Paim. Por causa dele, tenho me ausentado um pouco das atividades das Comissões e do próprio plenário do Senado Federal, mas acho que a nossa CPI vai trazer uma contribuição significativa, vai ser um marco importante na história desta Casa e na história do enfrentamento do tráfico neste País.

Agradeço as palavras carinhosas a V. Ex^a. Muita coisa não seria possível se não houvesse a sensibilidade, o esforço e a compreensão de parlamentares como V. Ex^a, que dirige muito bem esta Comissão. Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para discutir esta mesma matéria, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que estou totalmente de acordo com isso. Peço que me considere um soldado na defesa de tudo isso.

Ao mesmo tempo, quero pedir que marquemos uma data, sem a qual não vamos fazer a formalização da Subcomissão contra o trabalho escravo. Quero marcar essa data. O senhor determine a data, que vou buscar compor a Comissão. Fazer o contrário não está dando certo: compor a Comissão antes de marcar a data. Creio que isso tem relação com o trabalho total. Não é isso?

Quero insistir que, quanto mais eu me debruço sobre esse assunto, vejo a importância dessa Subcomissão, não apenas na luta contra o trabalho escravo, mas até na conscientização da população. Não percebemos que há trabalho escravo muito perto de nós. Às vezes, num restaurante que a gente frequenta, em fazendas de pessoas conhecidas, dentro de algumas casas, há trabalho escravo, e as pessoas não percebem que aquilo é trabalho escravo. Não percebem! É

uma tragédia, a meu ver, o trabalho escravo, mas outra tragédia é a falta de consciência de que o trabalho escravo existe muito mais perto de cada um de nós do que pensamos.

Então, ao mesmo tempo em que estou totalmente solidário, gostaria de marcar essa reunião para a semana seguinte ao dia 7 de setembro, numa data que o senhor considerar. Vou, a partir daí, mobilizar os membros desta Comissão que queiram compor a comissão do trabalho escravo. Cada dia mais, está sendo urgente fazermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, já lhe respondendo diretamente, a reunião poderia ser realizada no dia 14, numa quarta-feira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quarta-feira, dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deste mês de setembro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica marcada a reunião. E já fica também acertada a data indicada pela Senadora: dia 21...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Dia 22, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dia 22.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria, Senador, se V. Ex^a me permite, dizer ao Senador Cristovam que estamos atrasados nessa tarefa de organizar a nossa Subcomissão, que é de responsabilidade do Senado Federal. Por mais que alguém tome a frente, que alguém assuma a condução e a Presidência dos trabalhos, se não houver um comprometimento dos parlamentares, não obteremos os resultados que estamos buscando ao organizar uma Subcomissão como esta.

O ex-Senador José Nery fez um trabalho muito importante. Ele deu uma colaboração muito grande ao País, ao declarar esse tema um tema nacional, ao conseguir colocar na mídia e na pauta do Governo Federal e do Senado essa questão.

Algumas lacunas existem, sob o ponto de vista das políticas públicas, dos governos, e eu queria, Senador Cristovam, que V. Ex^a pudesse designar algum integrante do seu mandato para acompanhar o trabalho da CPI, porque uma das modalidades do tráfico humano é o trabalho escravo. E não é pouca coisa:

encontramos trabalho escravo, como disse o Senador, em restaurantes e fábricas, em grandes centros e também nos canaviais, nas fazendas, nas carvoarias, no Brasil inteiro. O tráfico tanto é interno, quanto é externo. O tráfico tanto é nacional, quanto é internacional e transnacional. Então, há muitas interfaces do tráfico humano na vinculação com o trabalho escravo, e, de fato, urge a necessidade de esta Casa ser uma mão a socorrer esses milhares de trabalhadores e de trabalhadoras que têm sido submetidos a trabalho análogo ao escravo.

Então, as condições do Ministério do Trabalho são precárias. Há uma cobrança permanente nossa de que os concursados sejam chamados. Aqui, já houve a declaração de representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério do Planejamento, mesmo com a intervenção da Ministra Maria do Rosário, para que fossem chamados os concursados para ajudar nesse trabalho, mas, até agora, isso não foi concretizado.

Anteontem mesmo, no Rio de Janeiro, ouvimos pessoas que atuam no enfrentamento do trabalho escravo, Senador Paim, e que pediram socorro por conta da dificuldade, da deficiência de atuar nessa frente.

Então, estou junto com o senhor, Senador Cristovam. Pode contar comigo. No dia 14, vamos nos organizar para estar aqui, vamos ajudar na mobilização e vamos fazer essa parceria da Subcomissão com a CPI, porque acho que assim podemos ajudar mais nesse enfrentamento.

Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em todos esses anos em que estou aqui, nunca participei de CPI. Não tenho muito jeito para isso, mas quero ser a pessoa que vai estar nesse trabalho.

Quero insistir para a gente trazer um grupo de pessoas que nos ajude a fazer essa conscientização. Milhões de jovens brasileiros usam sapatos tênis fabricados com mão de obra escrava. Precisamos conscientizá-los disso. Precisamos começar a fazer boicotes contra o uso de produtos do trabalho escravo. Se se descobre que, num restaurante, há mão de obra escrava – e estes existem, sim! –, é preciso fazer um boicote a esse restaurante, porque sei que, rapidamente, ele para com essa prática. Cada um desses donos vai ser a própria Princesa Isabel, para não perder o lucro. Mas a gente precisa conscientizar.

Conte comigo na Subcomissão, como Presidente, e na sua Comissão, como simples soldado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria pedir licença ao Senador, porque vou precisar ir à CCJ. Já, já eu voltarei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não, até porque o Senador Eduardo Amorim também está inscrito para falar sobre esse tema.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Desculpe-me, Senador. Vocês sempre são muito gentis comigo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cristovam concluiu?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é impressionante o quanto o direito à liberdade, princípio de primeira geração, defendido e garantido há séculos, ainda é subtraído nas suas diversas formas. É inadmissível, em pleno século XXI, com toda modernidade, com a garantia constitucional dos diversos direitos – entre eles, esse direito de primeira geração –, que o direito de liberdade ainda seja usurpado, sobretudo, no trabalho. Digo isso, porque vejo, até em casa mesmo – minha esposa é procuradora do trabalho –, a defesa dos trabalhadores, o combate ao trabalho escravo.

Então, quero aqui me somar a essa luta, Senador Cristovam, e me prontificar também a participar do combate a esse absurdo que ainda persiste e existe, como o senhor bem disse aqui, não muito distante, muitas vezes à nossa frente. Em algumas oportunidades, aparece de forma dissimulada, mas existe, sim, não só no perímetro rural, não só distante dos grandes centros, mas também nos grandes centros. Isso é um absurdo! Quero aqui me prontificar a ser um soldado desse exército.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O tema, então, já foi votado e discutido, e já estamos marcando as duas audiências.

A matéria constante do Item 5 da pauta é de autoria do Deputado Sandro Mabel. A relatoria é do Senador Vicentinho, que pediu que esse item saísse de pauta.

A matéria constante do Item 6 da pauta é de autoria da Senadora Kátia Abreu. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres, que também pediu para que a matéria fosse retirada de pauta, para reexame; ao mesmo tempo, S. Exª apresenta um requerimento. O requerimento é do Senador Demóstenes Torres, que estava aqui e que assinou o livro. Então, vou poder votá-lo naturalmente.

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 126-CDH, DE 2011**

“Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com art. 93, do RISF, requeiro que sejam CONVIDADOS para debater o PLS nº 282, de 2010, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em audiência pública, os representantes das seguintes instituições: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SINDC; Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA; Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas – Abir; Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap; Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – Conar; Associação Brasileira de Anunciantes – ABA; e Instituto Palavra Aberta.”

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, à apreciação de requerimento extrapauta.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 125-CDH, DE 2011**

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para instruir o PLS 191/2009 que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas.”

Autoria: Senador Paulo Paim.

O requerimento é de autoria deste Senador e de outros Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 3**– Não Terminativo -
SUGESTÃO Nº 2, DE 2011**

Dispõe sobre a autorização para desconto anual em folha de pagamento para entidades de aposentados e pensionistas e dá outras providências.

Autoria: Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

O Senador Paulo Davim foi Relator de um projeto que trata dos benefícios dos aposentados e pensionistas e das suas entidades. Ele já havia feito o relatório. É um projeto de iniciativa da sociedade.

O parecer, que será apresentado pelo Senador Paulo Davim, é no sentido de que a matéria tramite. Quanto ao mérito de cada uma delas, o debate será feito em cada Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Passo a ler a análise da matéria.

Nos termos do art. 102-E, I e *parágrafo único*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão emitir parecer sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Quando acolhida a sugestão, ela deve ser transformada em projeto de lei de iniciativa deste colegiado. Já no caso de parecer contrário, a sugestão será arquivada.

Como se sabe, o objetivo das normas regimentais é estimular a participação de toda a sociedade civil no processo legislativo. Por isso, o exame a ser feito por esta Comissão não deve ter o mesmo rigor que caracteriza a atividade das comissões temáticas, quando da análise das proposições legislativas em geral. Com efeito, não é papel da CDH substituir as outras comissões na apreciação de matérias pertencentes aos seus campos temáticos.

Uma vez feitas essas observações, temos de reconhecer que a Sugestão nº 2, de 2011, formulada por entidade de classe, representada pelo seu Presidente, Warley Martins Gonçalves, não versa sobre matéria sujeita à reserva de iniciativa do Presidente da República e inova o ordenamento jurídico. Por outro lado, a finalidade que anima a sua formulação é meritória, eis que confere mecanismos de suporte às ações de entidades e associações que representam os interesses de aposentados e pensionistas.

Finalmente, em face da existência de pequenos lapsos no texto do projeto, no que concerne à técnica legislativa, é conveniente a apresentação de nova versão, a fim de adaptá-lo às exigências da boa técnica legislativa e da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Como destacado anteriormente, a esta Comissão cabe um papel facilitador da participação da sociedade civil no processo legislativo. Assim, e em respeito às intenções que animaram a proponente da sugestão, o texto que apresentamos limita-se a realizar as intervenções estritamente necessárias para adequar a proposição aos ditames da técnica legislativa.

Voto

Ante o exposto, somos pelo acolhimento da Sugestão nº 2, de 2011, na forma do Projeto de Lei do Senado.

Há apenas uma emenda modificativa no art. 3º, apresentado nova redação: onde está escrito “de sua destinação às entidades representativas, na forma do regulamento”, leia-se a expressão “entidades conferativas, na forma do regulamento”.

Era só o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a Sugestão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos à votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Paulo Davim permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com as emendas apresentadas permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Eduardo Amorim tem a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Por participarmos de várias Comissões, peço licença. Como não votaremos projeto terminativo – já relatei alguns –, vou me ausentar, porque tenho de relatar projetos em outras Comissões. Peço sua compreensão e a dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Exª pela permanência aqui. Todos os projetos que eram de sua relatoria já foram apresentados.

Há ainda duas propostas não terminativas, também são sugestões da sociedade, para que os projetos passem a tramitar na Casa.

Senador Cristovam Buarque, há um projeto apresentado pela Universidade Feevale – V. Exª é da Educação –, cujo Relator é o Senador Ataídes Oliveira, que teve de viajar e que perguntou se V. Exª poderia ler o relatório, como Relator *ad hoc*. É uma sugestão para que tramite na Casa, a partir desta Comissão, matéria que regulamenta o exercício da profissão de quiropraxista.

Indago se V. Exª pode relatar a matéria, que está à pág. 73.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, ler um relatório, como Relator *ad hoc*, compromete-nos totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É claro! Não tive tempo de ver a matéria antes. Eu poderia pedir vista da matéria por uma semana?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode. Ou posso passar a relatoria a outro Senador, se V. Exª não se sente tranquilo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, é isso. Não tive tempo de ler a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como o Senador Ataídes sairá daqui, provavelmente, na semana que vem, eu não gostaria que ele não fosse atendido. (*Pausa.*)

Convido o Senador Mozarildo Cavalcanti para fazer, como Relator *ad hoc*, a leitura de outro parecer do Senador Ataídes. O projeto consta do Item 2 da pauta.

ITEM 2**– Não Terminativo -****SUGESTÃO Nº 3, DE 2010**

Sugere a alteração da legislação tributária nacional no sentido de eliminar as distorções do Sistema Tributário Nacional.

Autoria: Federação dos Contabilistas nos Estados do RJ, ES, BA e outros.

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira.

O projeto é não terminativo e está à pág. 26, pelo que vejo aqui.

Repito: sugere a alteração da legislação tributária nacional, no sentido de eliminar as distorções do Sistema Tributário Nacional. A autoria é da Federação dos Contabilistas no Estado do Rio de Janeiro e em outros Estados.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, quero só tirar uma dúvida: trata-se da Sugestão nº 3, da Federação dos Contabilistas? É isso?

Sr. Presidente, estou querendo tirar uma dúvida, porque tive uma outra informação da assessoria. Quero saber se é o projeto que trata da Sugestão nº 3, da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, vou dispensar a leitura do relatório, já que foi distribuído para os Srs. Senadores, e partir para a conclusão e para o voto.

Em conclusão, no que respeita ao tema reforma tributária, a Sugestão nº 3, de 2010, sob exame, limita-se a elencar objetivos a serem alcançados, quase todos já contemplados na PEC nº 233, de 2008, em apreciação na Câmara dos Deputados. Entretanto, a dificuldade de se costurar um consenso entre os atores políticos (União, Estados, Municípios, Câmara, Senado,

partidos) e sociais (empresários, trabalhadores, aposentados, contribuintes) tem se afigurado tão grande quanto a complexidade da questão. A desoneração da contribuição previdenciária patronal das entidades sindicais, também objeto da Sugestão nº 3, de 2010, é, pelas razões expostas, desprovida de mérito.

Voto

Diante do exposto, o parecer é contrário à Sugestão nº 3, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator *ad hoc*, Senador Mozarildo Cavalcanti – o relatório principal é do Senador Ataídes Oliveira –, permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos deixar que o Senador Ataídes Oliveira faça a leitura do relatório de seu outro projeto na próxima semana. Então, essa matéria sai de pauta. Assim entendeu também o Senador Cristovam.

Eu pediria ao Senador Mozarildo Cavalcanti que pudesse assumir a Presidência dos trabalhos, porque sou Relator do próximo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) –

ITEM 7

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2007

Cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Este projeto é de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, também do seu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Senador Mozarildo Cavalcanti. É um projeto sobre o qual nos debruçamos, com debates e audiências públicas, desde 2007. Faz quatro anos que estamos de-

batendo a matéria. Depois de ouvir todos – ouvi também o Deputado Sérgio Moraes, do PTB, que tinha um projeto semelhante a este na Câmara dos Deputados –, acabei concluindo por um substitutivo que atendeu à demanda dos diversos setores envolvidos nessa matéria tão importante.

Vou direto à análise.

Nos termos do inciso III do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, este Colegiado tem competência para opinar sobre iniciativas que tratam da “promoção dos direitos humanos”.

As matérias ora em exame tratam de assuntos correlatos aos direitos humanos, em função de versarem sobre iniciativas do Estado voltadas para inibir a proliferação do uso de substâncias que comprovadamente viciam e prejudicam a saúde de seus usuários – caso do PLS nº 314, de 2008, e do PLS nº 233, de 2010 – e para prover proteção aos trabalhadores das indústrias desse setor, cuja atividade se pretende reduzir – caso do PLS nº 176, de 2007.

Ressalvamos que, na sequência da tramitação das matérias, caberá às demais Comissões arroladas na distribuição, notadamente CCJ e CAE, avaliar com mais propriedade as questões atinentes à constitucionalidade e aos demais aspectos legais e financeiros envolvidos nas disposições dos projetos.

Quanto ao mérito, tanto do PLS nº 314, de 2008, quanto do PLS nº 233, de 2010, concordamos com os autores quando afirmam que o aumento do preço dos produtos de tabaco é uma das medidas mais efetivas para a redução do consumo daqueles produtos e da prevalência do tabagismo, com efeitos sobre a diminuição da carga de doenças a ele atribuídas.

Reduzir o consumo do tabaco, aliás, constitui recomendação da Organização Mundial da Saúde e compõe o conjunto de medidas que o País comprometeu-se a adotar quando aprovou, em 2005, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco já mencionada.

Eu mesmo participei muito do debate da Convenção-Quadro, inclusive com audiências públicas nos Estados, e, só depois desse grande entendimento, aprovamos a chamada Convenção-Quadro.

Os estudos disponíveis sobre esse assunto corroboram as assertivas dos autores, presentes nas justificações de suas proposições, segundo as quais o aumento do preço do cigarro reduz a demanda por esses produtos em escala proporcional, efeito que é maior nos países de média e baixa renda, como é o nosso caso, e entre os segmentos mais pobres da população e os jovens.

Também é sabido que o preço do cigarro brasileiro é um dos mais baratos do mundo. Interferir na tributação a ele associada constitui a forma mais justa

de aumentar o preço do produto, pois permite carrear recursos para o Estado, que poderá direcioná-los para as ações de controle do tabagismo e de atenção aos doentes vitimados pelo hábito de fumar.

Enfim, Sr. Presidente, o projeto cria um fundo que tem o objetivo aqui já listado por parte deste Senador.

Por isso, em vista do exposto, sou pela aprovação do projeto mais antigo na forma do substitutivo e pela aprovação em parte dos Projetos de Lei do Senado nº 314, de 2008, e nº 233, de 2010.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco em votação a matéria.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à CCJ, à CRA, à CAS e à CAE. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou apresentar – indago se os senhores concordam – dois requerimentos extrapauta, assinados por mim e por outros Srs. Senadores.

Gostaríamos de realizar uma audiência pública, Senador Cristovam Buarque. Da mesma forma que vamos fazer aqui um ciclo de debates sobre os 50 anos da legalidade – já está confirmada a presença de familiares e de líderes do PDT e do PTB –, queremos também fazer aqui, no dia 20 de setembro, um debate sobre a Revolução Farroupilha. E é esse o objetivo que esta Comissão deverá, neste momento, definir, mediante o requerimento que ora apresentei, junto com outros Senadores.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 124-CDH, DE 2011

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a Revolução Farroupilha.”

Autoria: Senador Paulo Paim.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao teor do requerimento.

No mérito, visa a debater a Revolução Farroupilha, exatamente no dia 20 de setembro.

Aqueles que concordam com o mérito permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também consulto os Srs. Senadores se concordam com a realização de outro debate. Já fizemos

ciclos de debate aqui sobre a questão da redução da jornada e os encargos sobre a folha de pagamento. Reunimos empresários e trabalhadores e, amanhã, vamos ouvir também as entidades dos aposentados e pensionistas. Está aqui, inclusive, o Warley, que é Presidente da Cobap.

Então, estou apresentando esse requerimento para, em data que vamos agendar com os representantes dos empresários, dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas, fazermos aqui o debate sobre jornada e redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 127-CDH, DE 2011

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater com trabalhadores, empresários e aposentados a redução da jornada de trabalho e a redução nos encargos na folha de pagamento.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Esse é o mérito.

Aqueles que concordam com o mérito dessa audiência pública permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais há a votar. A palavra está aberta aos Srs. Senadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, quero saber se o projeto do Deputado Sandro Mabel que obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar foi votado. Ou não vai ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Item 25 da pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, é o Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Item 5. O Relator, o Senador Vicentinho Alves, pediu que fosse retirado de pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi retirado de pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queria dar uma sugestão sobre isso. Pode ser agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode. Deve.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, sou favorável, mas eu gostaria de sugerir que se debatessem duas coisas, e, talvez, fosse necessária uma audiência. Primeiro, qual é o conteúdo desse curso? É preciso mostrar algumas linhas do

conteúdo. Segundo, seria possível o curso ser feito antes da eleição do titular?

É o que proponho para professor: uma formação dos professores que têm vocação para dirigentes de escola. Aqueles que fizerem o curso se submetem à eleição de seus pares. Não sei se o Senador Mozarildo está entendendo. Como Governador, fiz a chamada democratização. O professor era eleito pelos seus pares. Foi um avanço, mas, hoje, temo que esse avanço traga algumas consequências negativas, embora ainda seja melhor do que deixar para o Governador e o Prefeito. O Governador Arruda fez um avanço: os eleitos se submeteriam a um curso. A minha proposta pede ainda mais: criar uma escola de gestão educacional para a qual só poderão ser candidatos os que tiverem o diploma da escola. Aí a gente casa democracia com mérito.

Para os que vão trabalhar nos Conselhos Tutelares, talvez, seja o caso não de dar um curso formal de seis meses ou de um ano, mas de dar algumas disciplinas, e, com aqueles que foram aprovados, faz-se a eleição.

Então, eu queria sugerir uma audiência, Sr. Presidente, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que é o melhor caminho, Senador. Eu estava aqui refletindo: se V. Ex^a puder entrar com um requerimento de uma audiência pública...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós poderemos aprová-lo ainda hoje, antes de encerrarmos a reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas deveria haver nomes, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os nomes serão indicados posteriormente, talvez na próxima semana. Como o Relator pediu para retirar de pauta, a matéria sai de pauta automaticamente. Mas tenho a certeza de que ele gostaria que houvesse essa audiência pública proposta por V. Ex^a. Se V. Ex^a quiser apresentar um requerimento, poderemos aprová-lo até no dia de hoje, como já fizemos. V. Ex^a faz o requerimento oral.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Assessoria o encaminha, por escrito, à Mesa, e nós o colocamos em votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E damos entrada depois. Perfeito. Nós o entregaremos hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Então, pergunto a todos se concordam com o requerimento do Senador Cristovam Buarque para instruir o PL nº 173, de 2009, mediante uma audiência pública.

O Projeto obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar. A autoria é do Deputado Sandro Mabel, e a relatoria, do Senador Vicentinho Alves.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Cristovam Buarque, para audiência pública, visando instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2009.

Os que concordam com o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com isso, damos por encerrada esta reunião. Hoje, a correria é grande. O Warley está me esperando, para me levar ao auditório Petrônio Portela, ao evento do Mosap. No auditório Petrônio Portela, há cerca de mil aposentados e pensionistas do serviço público, num grande evento para discutir a situação deles mediante as PECs apresentadas e as contribuições obrigatórias para a União.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 1º DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores: **Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 111, de 2011–CDH**, aprovado em 22/08/11, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater com os aposentados e pensionistas, a redução de encargos na folha de pagamento, o veto ao reajustes dos aposentados e pensionistas na LDO e o fim do fator previdenciário”. Convidados: André Luiz Marques, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE – Conse-

Iho Federal; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da NCST, em representação ao Sr. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NSCT; Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social, em representação ao Senhor Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social; Paulo José Zaneti, Diretor Institucional do Sindicato dos Aposentados do Estado de São Paulo; e Maria Antônia M. Rodrigues, Presidente da Subsecretaria do Sindicato dos Aposentados de Brasília, em representação ao Deputado Paulo Pereira da Silva; Presidente Força Sindical; Pedro Armengol, Diretor Executivo da CUT, em representação ao Sr. Artur Henrique da Silva – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Zélia Luiza Pierdoná, Membro do Ministério Público Federal e Notória Especialista em Previdência Social: Joilson Cardoso, Secretário de Relações Institucionais da CTB, em representação ao Sr. Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Mauri Vianna, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas da CGTB, em representação ao Sr. Antonio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Hélio Gustavo Alves, Presidente de Honra do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE – Conselho Federal; Oraldo Paiva – CSP Comlutas; Maria Antônia M. Rodrigues, Presidente da Subsecretaria do Sindicato dos Aposentados de Brasília; Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Fundação ANFIP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicitamos a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a colocamos em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública:

Nos termos do Requerimento nº 11, aprovado em 22 de agosto de 2011, de autoria deste Senador e de outros, esta audiência tem como objetivo debater

com os líderes, aposentados, pensionistas e entidades a questão da redução dos encargos sobre a folha de pagamento e a questão do reajuste real para os aposentados e pensionistas.

Até poderíamos falar do que houve na questão da LDO, mas acho que o mais importante é o que houve, agora, com o encaminhamento da peça orçamentária ao Congresso Nacional, tendo chegado no dia de ontem. Aqui, estão alguns dados que nos preocuparam ainda mais, além da não permissão, eu diria, de que na LDO constasse a emenda que nós construímos junto com a Cobap e outros Senadores e Deputados e que sinalizava que, a Lei de Diretrizes Orçamentárias apontaria no Orçamento da União, que terá de ser votado até o fim do ano, que teríamos um reajuste real negociado com as entidades representativas dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Esse era, mais ou menos, o texto.

Então, a audiência pública de hoje tem este objetivo: apontar para aonde vamos, que Previdência, no fundo, nós queremos e como ficará a situação daqueles que eu tenho dito que são os primos pobres da Previdência, que são os trabalhadores do Regime Geral da Previdência. São os primos pobres, porque são os que mais contribuem, que mais arrecadam na sua área. Ou seja, entre empregado e empregador e aquelas outras contribuições que nós, Constituintes, definimos na Carta Magna, são os que menos estão recebendo. É preciso aprofundar esse debate e nada melhor que a Comissão de Direitos Humanos.

A questão dos aposentados e pensionistas, na minha avaliação, é uma questão de direitos humanos, pela gravidade da situação dos aposentados. Claro que aqui nós vamos debater com nossos convidados para ver o que faremos, buscando construir alternativas que garantam que o salário mínimo continue crescendo. E que bom que está crescendo! É uma proposta que nós todos construímos juntos, mas os aposentados estão fora deste crescimento; só ficaram com o correspondente à inflação. E, ainda, olha lá! Às vezes ficam, em algumas projeções, abaixo; depois, remenda-se, resolve-se.

Enfim, se pegarmos o fato já consumado, mediante a Lei aprovada do salário mínimo, vocês verão que, em 1º de janeiro, se nada for modificado, o aposentado receberá bem menos do que a metade do reajuste que vai ser dado para o salário mínimo, que deve ficar em torno de 13,6%, enquanto o aposentado vai receber 5,7%. Ou seja, receberá 7,5% de aumento real quem ganha mais que o mínimo, e o aposentado não receberá nada de 7,5% e recebe 5,7%, que é a inflação. No fundo, esse é o centro do debate no dia de hoje.

Claro que nós vamos também enveredar, eu diria, de forma natural para o debate da questão do fator previdenciário. Não há como nós não vincularmos as duas questões. Nós queremos, de fato, acabar com essa injustiça, eu diria, que, de novo, atinge o primo pobre, que é o assalariado brasileiro, que sofre o fator. Dou, às vezes, como exemplo: o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e, inclusive, nós temos o teto de R\$ 27 mil, enquanto o do trabalhador é R\$3.650,00. e não pegamos fator. Agora, o primo pobre pega. Então, alguma coisa está errada. Este debate nós vamos continuar fazendo, se depender de mim, até o último dia da minha vida. Tomara que não precise. Que eu vá até o último dia da minha vida, e que isso se resolva este ano ainda. Eu tenho esperança de que a gente resolva isso este ano.

Mas muito mais eu vou acabar falando ao longo da nossa audiência. Como é um tema a que tenho dedicado grande parte do meu mandato, eu, de repente, viro palestrante aqui, e não é a minha intenção. A minha intenção é permitir que os senhores usem a palavra.

Então, convidamos, de imediato, para a Mesa o Sr. Warley Martins Gonçalves, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, a Cobap.

Convidamos, também, o Sr. André Luiz Marques, presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários, Iape – Conselho Federal.

Convidamos também Hélio Gustavo Alves, presidente de honra do Instituto dos Advogados Previdenciários.

Acho que vamos fazer o seguinte: bom seria – não sei como o pessoal montou a Mesa – fazermos Mesas diferentes.

Celso Amaral de Miranda Pimenta, diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central Sindical, em representação ao Sr. José Calixto Ramos.

Se me permitir um dos companheiros, porque noto que há dois companheiros da mesma entidade nesta Mesa, ficaria um companheiro da entidade, para que a gente possa chamar, neste momento, o Lourenço Ferreira do Prado, que é coordenador interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que envolve, se não me engano, dezessete confederações e quatro centrais sindicais. Depois, teremos outra Mesa com os outros convidados que estão aqui, e o senhor voltará para a Mesa, inclusive. Não há problema algum. Todos os convidados falarão. Nós faremos esta Mesa com quatro convidados. Em seguida, os quatro retornam ao plenário, e outros quatro assumem os trabalhos. O.k.?

Já está presente o Sr. Mauri Vianna, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas em

Cooperativas da CGTB, em representação ao Sr. Antonio Neto. Ele está lá atrás e estará na segunda Mesa.

Também está conosco o Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato dos Aposentados do Estado de São Paulo, representando Paulo Pereira da Silva.

A Dr^a Zélia Luiza Pierdoná também está presente.

Então, será a segunda Mesa. Depois, vamos ao debate.

Ao Leonardo, que representa aqui o Ministro Garibaldi, quero dizer que quero cumprimentar o Ministro Garibaldi. Estive ontem fazendo uma visita ao Ministro Garibaldi, falando do debate de hoje. Fui lá só convidá-lo, e ele me disse: “Paim, eu não vou, mas vou mandar um representante.” Então, eu o convidaria, Leonardo, inclusive para ficar nas duas Mesas. Peço que você venha para a Mesa e fique na primeira e na segunda Mesas, representando o Ministro Garibaldi.

Proponho que se coloque uma cadeira ao meu lado, para que o Leonardo, que representa o Ministério da Previdência, fique à mesa junto a esta Presidência, acompanhando todo o debate. O Leonardo vai ter de que ser nosso porta-voz para o Garibaldi depois, e o Garibaldi vai ser o porta-voz junto ao Executivo.

Seja bem-vindo, Leonardo.

Em conversa rápida aqui, nós vamos passar a palavra, de imediato, ao Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários – Conselho Federal, Dr. André Luiz Marques.

Serão dez minutos, com mais cinco, se necessário.

Repito, em seguida – já anunciei o representante do Ministério da Previdência – todos voltarão ao plenário, e os outros quatro assumirão aqui os seus postos.

Dr. André Luiz.

Está também aqui conosco o José Augusto, da CNTC, sempre presente nos eventos de interesse dos aposentados e dos trabalhadores.

Porque há uma delegação de aposentados de diversos Estados está chegando, peço ao pessoal da Segurança que, quando eles chegarem, eles tenham acesso direto ao plenário.

Dr. André, com a palavra.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Bom-dia a todos.

Quero agradecer o convite do Senador Paulo Paim de, nesta importante oportunidade, estar aqui discutindo essa questão relevante que é a Previdência Social.

Nós vamos, dado o tempo sumário, tentar, rapidamente, abordar as questões aqui em pauta, que são sobre a desoneração da folha, o fator previdenciário e as questões que realmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em relação ao aumento real dos aposentados.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Em relação ao aumento real dos aposentados, que foi vetado.

Eu acho sempre importante, como professor, contextualizar a situação presente historicamente. Acho que devemos nos perguntar por que, nos últimos vinte anos ou mais, todas as reformas previdenciárias foram feitas no sentido de reduzir benefícios. Então, é importante saber que, na verdade, essa é uma corrente que surgiu lá atrás, no Consenso de Washington, com Milton Friedman, professor de Chicago, que, trazendo o neoliberalismo, trouxe a corrente do privatismo da Previdência Social.

Isso aconteceu no Chile, na década de oitenta, e essa corrente foi migrando para os demais países sul-americanos, inclusive para Argentina, que tem a previdência complementar compulsória, junto com a Previdência Social. Todos os países sul-americanos, ao seu modo, foram, na última década de noventa, fazendo essas reformas pontuais ou estruturais, sempre seguindo essa corrente que veio dessa corrente neoliberal, de Milton Friedman, no Chile.

Na época, o Banco Mundial alardeou que o regime previdenciário do Chile seria o ideal dos mundos, que seria a desoneração da folha patronal. Na época, isso foi anunciado como a libertação dos empresários dos encargos pesados das folhas de pagamento. Na época, falava-se que se iria desonerar o Estado do peso da Previdência Social, que a Previdência Social era um peso, chegando a ser um cancro que deveria ser extirpado no seio do Estado. Essa é a corrente neoliberalista. Com isso, e um toque de espada, Pinochet privatizou a Previdência Social do Chile e outros países...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E desonerou a folha.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Desonerou a folha, porque era realmente a solução para todos os males desonerar a folha patronal sobre a Previdência.

Na época, falava-se que o tripé da Previdência seria uma Previdência social básica, mínima, compulsória e um regime de repartição, administrado governamentalmente, que cobrisse apenas o mínimo. Miseravelmente, não se deixaria o cidadão ir à miséria. O segundo pilar seria uma previdência compulsória complementar, de regime de capitalização, de contribuição definida, administrada pela iniciativa privada. E o terceiro pilar seria a poupança individual. Esses eram os mandamentos do Banco Mundial.

O Brasil, na época, tinha a intenção de assim fazê-lo e não o fez. Porque um país que, democraticamente, já estava discutindo suas questões previdenciárias, não o fez. No entanto, Senador Paim, na Emenda nº 20, de 1998, colocou-se toda essa carga privatista. A doutrina neoliberalista veio com a Emenda

nº 20, com aquela frase composta: que “a Previdência Social será pautada em contribuições e respeitará o equilíbrio financeiro e atuarial”. Dali, o legislador infra-constitucional teve a liberdade de passar a importar para a Previdência Social conceitos propriamente da previdência privada. Por isso é que surgiu o fator previdenciário. O fator previdenciário não foi criado para surtir efeito na Emenda 23. Ele já existia. O fator previdenciário é uma ferramenta própria da previdência complementar. O equilíbrio financeiro e atuarial é próprio da previdência privada. E, quando veio a Emenda 20, ele trouxe esse condão. A ideia foi essa. E já em 99 veio o fator previdenciário.

Eu digo o seguinte... E até, se tivesse como demonstrar, ali tem a fórmula do fator previdenciário, que ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou pedir à Secretaria da Mesa, se possível...

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Fator previdenciário, meus *slides*, imagens...

Ocorre o seguinte: esse fator surgiu para atender o mandamento constitucional do equilíbrio financeiro atuarial. Então contra o equilíbrio financeiro atuarial não podemos lutar; aliás, creio até que seja saudável, sim, o equilíbrio financeiro atuarial. Mas a Emenda 20 não tirou o princípio da solidariedade da seguridade social e da Previdência. Ela não teve esse condão. Tanto é que os arts. 195, 194 tratam do custeio direto, indireto, inclusive patronal da folha e das contribuições sociais. E não retirou esse princípio da solidariedade. E eu digo mais, que o equilíbrio financeiro atuarial não exclui necessariamente a solidariedade. Tanto é que o art. 40, quando trata do regime próprio, diz que a Previdência Social do regime próprio será de contribuição definida, com equilíbrio financeiro atuarial e solidário.

Ocorre que, quando veio a fórmula do fator previdenciário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero dizer que eu faço questão que o senhor explique para todos, porque eu tenho explicado. V. S^a, de forma bem didática, como especialista na área... Eu falo sobre Previdência. Eu vou descontar do seu tempo o tempo que estou aqui fazendo o aparte. Mas é importantíssimo, porque grande parte da população ainda não entendeu o quanto, desculpe a expressão, é maldito esse fator previdenciário.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Eu vou dizer uma coisa, Senador: o Supremo disse que é constitucional. Eu até digo, o.k., pode-se aplicar o fator, mas não com a fórmula que está aí. Essa fórmula, a meu ver, a fórmula em si é inconstitucional. Por quê? O atuário... Como todos sabem, nem todos, a fórmula é: tempo de contribuição (TC) x alíquota de contribuição, dividido pela expectativa de vida, x o resultado da ida-

de, + tempo de contribuição, x novamente a alíquota de contribuição, dividido por $100 + 1$, x esse resultado.

O que ocorre aqui? Quando se colocou este 0,31, que ninguém teve coragem de dizer exatamente o que é este 0,31, e não dá para se dizer que se tirou da manga, que isso foi aleatório. Na verdade, 0,31 é 20% da contribuição do empregador e 11% do empregado que recolhe pelo teto. Ele tinha que ter um número para fazer esse cálculo. É 0,31.

Ocorre que, ali, ele está usando apenas o custeio direto da Previdência, o empregado e o empregador, como se fosse uma previdência complementar privada que é custeada apenas pelo empregado e pelo empregador. Desprezou aqui o matemático que criou essa fórmula as contribuições indiretas, que são as contribuições sociais, que necessariamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós colocamos na Constituinte.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Sim, constitucional. que é a solidariedade no sistema, que necessariamente precisa entrar no custeio. Por quê? Por causa da solidariedade junto aos aposentados rurais. Então, não podemos desprezar. Se a despesa da folha urbana é R\$180 bilhões e a receita é um pouco mais do que isso, segundo os dados da Anfip, no relatório de 2010, precisamos de R\$40 bilhões que vêm das contribuições sociais para, solidariamente, cobrir esse custo da Previdência Social. Isso se chama solidariedade.

Ora, se você fizer a conta, R\$40 bilhões dariam cerca de 20% do custeio da folha total, 0,2. Eu entendo que, dada a solidariedade constitucional, este coeficiente, 0,31, na verdade seria 0,50. Por quê? Porque o equilíbrio financeiro atuarial do art. 201 não retirou a solidariedade do sistema. Ele não teve esse condão. Então, se você fizer esse mesmo cálculo pondo 0,50 aqui, o cidadão que se aposenta com 53 anos de idade e 35 anos de contribuição não vai sofrer redução alguma. Pelo contrário, dá até um acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Fora do microfone*) – Desculpe-me a expressão: a malandragem está aí, então.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Com certeza. Mas por que jamais disseram de onde surgiu este 0,31? Porque, se dissessem, outros estudiosos iriam dizer: “Não, está errado”. Aí se arguiria a inconstitucionalidade, uma vez que a nossa seguridade, a nossa Previdência, ainda, por enquanto, tem a solidariedade.

E mais: quanto à Medida Provisória 540, que provisoriamente desonerou a folha de alguns setores industriais, eu quero dizer que isso é simplesmente uma ponta do *iceberg* do que vem por aí. Isso é um laboratório na verdade da reforma tributária, da PEC 233, de 2008, que está lá guardadinha. Por quê? Por-

que falar em reforma previdenciária neste País derruba ministros, é um caos, porque se sabe o que vem pela frente. Mas falar em reforma tributária todo mundo quer. Eu quero uma reforma tributária; eu quero simplificar, sim, o sistema tributário nacional, desonerar a cesta básica, a indústria, acabar com a guerra fiscal dos Estados, a exportação. Isso é muito bom, no entanto, se você pegar a PEC 233, ela traz a desoneração da folha patronal, ela traz a extinção das contribuições sociais, contribuição social sobre o lucro. Agora vamos jogar no IVA, vamos jogar no faturamento.

Ora, a Previdência Social, como disse o Senador, diz respeito a direitos humanos, direito fundamental e não pode estar atrelada ao faturamento de uma empresa, que é o primeiro que cai, e aí vai faltar dinheiro. Faltando dinheiro, o governo vai falar assim: precisamos rever as contas da Previdência, porque ela é deficitária. Aí, sim Senador, terá razão de dizer: há déficit na Previdência. Hoje não há, porque o orçamento da seguridade social é superavitário. Hoje não há.

Ora, o que aconteceu no Chile quando se disse: vamos desonerar a indústria, vamos fazer... Depois de trinta anos, a Presidente Michelle Bachelet entrou lá na presidência e descobriu que 40% da população ativa estavam fora do sistema previdenciário, porque o custo era demais, não conseguiam pagar. As seguradoras transformaram aquilo num negócio. E ela teve que criar novamente uma previdência social quase que assistencial para incluir essas pessoas.

No México, que privatizou, também em 2010 estavam discutindo a crise novamente da Previdência que estava privatizada.

Então, o Brasil, com o tamanho continental que tem, não pode seguir a rabeira dessas reformas. Ele tem que ser líder. Na reforma pontual que fizeram os países que seguiram o Chile, quando eles criaram o sistema deles, todos eles, se é repartição simples, é benefício definido; se é capitalização, é contribuição definida. O Brasil criou um sistema híbrido, porque a nossa aposentadoria por tempo de contribuição hoje ela é de contribuição definida. Por quê? Porque você tem que fazer os cálculos da contribuição para depois definir um benefício. É similar a um plano de previdência privada.

Na Espanha a minha palestra chamava-se “A silenciosa privatização da Previdência Social brasileira.” Por quê? Paulatina e silenciosamente, estão privatizando a nossa Previdência Social. Quando você pega um elemento natural, como a água, por exemplo, e tira qualquer elemento dela, o princípio dela e coloca outro, ela é qualquer coisa, menos água. Você adulterou aquele elemento natural. E é isso que estão fazendo com a nossa Previdência. Estão adulterando

a nossa Previdência, que está deixando de ser social, infelizmente.

Eu gostaria que pusessem ali mais para frente o art. 3º da nossa Constituição.

Art. 3º *Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.*

A Previdência Social, como sabe o Senador, é distributiva de riquezas. No nosso País, no Norte, no Nordeste e mesmo aqui na Capital, é sabido hoje que os aposentados estão custeando os estudos dos seus netos, estão sustentando os seus netos, pagando ainda a faculdade de seus filhos, que não estão conseguindo emprego. Sabe por que, Senador? Porque os aposentados, em virtude do achatamento de seus benefícios previdenciários, estão tendo que voltar a trabalhar depois de aposentados.

A Previdência perdeu o seu objetivo, que era mandar o aposentado para os seus aposentos. E ele está trabalhando para... A aposentadoria virou um complemento de sua renda. Isso é um desequilíbrio do sistema e que os governos, sucessivamente, fizeram. Ninguém faz as contas de quanto representa para o PIB a receita dos aposentados. Se são R\$240 bilhões por mês, por ano que são pagos, 50% disso já são tributos diretamente, porque aposentado não poupa; 50% disso já são tributos, e o restante irriga a economia.

Foi o que seguiu na crise de 2008. Os capitalistas não querem dividir o lucro, mas, quando vêm as crises, eles querem socializar a crise. Em 2008, o Estado norte-americano teve que comprar ações da maior montadora do mundo, a General Motors, e da AIG, a maior seguradora do mundo, porque iria falir, iria trazer um risco sistêmico.

Senador, o maior credor da GM era o Fundo de Pensão dos Empregados da General Motors. Se falissem, esses trabalhadores iam ficar sem nada.

Então, eu entendo que a Previdência Social, sim, ela tem que ser sustentada não sobre faturamento, mas sobre algo que seja, como diz a Constituição, equânime, por toda a sociedade.

Para terminar, Senador, esta PEC 233 que está lá guardadinha, aguardando o resultado dessa desoneração, que é provisória, está atrelada, a pedido do Deputado Virgílio Guimarães, à PEC 31, que, consequentemente, fala de reforma tributária, mas traz ali de volta a CPMF. Há duas PECs ali atreladas à 233 que falam sobre a CPMF. Aí, sim, se se acabar com essas seguridades sociais, o Governo vai poder vir e falar assim: "Olha, precisamos de dinheiro para a Previdência". De onde? Voltamos à CPMF, e este "P" não será mais provisório, e, sim, permanente.

Enfim, terminando, eu tenho falado sempre nas minhas palestras, nos meus congressos que, quando maior a Previdência, menor será a assistência social; quanto menor a Previdência, maior será a assistência social.

Então, devemos trabalhar para que a nossa Previdência seja forte, saudável, equilibrada, sim, e não falar mal da nossa Previdência, porque quem fala mal do seu clube... Se ele está falando mal, ninguém vai querer entrar no seu clube. Ele tem que falar bem. Esse é o interesse.

Isso porque a quem interessa apequenar a Previdência Social? Eu fiz rapidamente um cálculo simulando que o cidadão que contribui por 35 anos, pagando individualmente pelo teto, R\$630, e se aposenta aos 53 anos, teria ali R\$3 mil de salário. Veio o fator previdenciário e corta, cai para R\$2 mil. E aí o cidadão, com essa propaganda maciça, na televisão, da previdência privada dos bancos, o PGBL, fala: "Eu não vou contribuir para esse sistema quebrado, falido, porque meu pai está lá, teve que vender bala no farol. Eu vou para a previdência complementar". Sabem os senhores qual é a seguradora – não vou citar nomes – que paga mais? Paga R\$1.080, se o cidadão ficar por 35 anos, contribuindo com R\$630. Há outras que pagam R\$980.

Então, a quem interessa falar mal da Previdência, apequenar a Previdência, senão o sistema financeiro nacional, que são os bancos, e sem auxílio doença, sem invalidez e sem pensão por morte?

Assim, era essa a mensagem que eu tinha a dizer para as autoridades presentes, para os senhores e senhoras.

Agradeço a oportunidade.

Bom dia a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. André Luiz Marques, presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários, Iape, Conselho Federal.

Olha, Dr. André Luiz Marques, eu, às vezes digo que o velhinho lá de cima conspira a favor das causas que nós aqui defendemos.

Na sexta-feira passada, sem esses detalhes importantíssimos que V. Sª colocou aqui, eu dizia, em síntese, o seguinte, na tribuna do Senado: a continuar como está – eu vou resumir, porque eu não sou palestrante –, nós caminhamos no futuro para termos um seguro social de um salário mínimo, e todos os outros terão que correr para a previdência privada, que é o que os bancos estão incentivando. Infelizmente, é o que se está demonstrando. E V. Sª, com riqueza de detalhes, confirma e dá exemplos do Chile, do México.

Quero cumprimentá-lo pela palestra e dizer que, se V. S^a tiver alguma consideração a mais, que o faça.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Muito obrigado. É só para dizer que o Prof. Wladimir Novaes Martinez diz sempre, e ele esteve num encontro no México, dos governos sul-americanos, e lá surgiu um consenso de que as previdências sociais de repartição simples, como essa ministrada pelo governo, devem cobrir no máximo, como teto, US\$400, pouco mais de R\$700, no máximo, que é a média que os trabalhadores hoje recebem. Então, existe um consenso.

Eu ouço dizer, Senador, parece-me que existe uma metagoverno, um governo transcendental que traz essas diretrizes econômicas que os nossos economistas chamados *Chicago Boys*, que estiveram fazendo pós-doutorado nos Estados Unidos, trouxeram isso assim como o consenso de Washington, que é para liberar o mercado, essa corrente neoliberalista de que a Previdência Social é um mal para a nação e que o Estado deve se livrar desse câncer, porque ele traz péssimos resultados.

Infelizmente, essa é a doutrina que está prevalecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É mais grave. O importante na sua palestra é que, ao mesmo tempo que V. S^a traz aqui detalhes e preocupações, reafirma que nós temos que defender a previdência pública, porque essa é nossa e é sustentável, desde que a gente fique vigilante, como é o objetivo desta audiência pública. É para que o Brasil, via *TV Senado*, saiba um pouco mais da situação da Previdência, a Previdência que queremos e os questionamentos que vamos fazer aqui, com as devidas mobilizações que estamos fazendo, não só aqui como também nos Estados. Estivemos em Minas recentemente; vamos estar lá em Goiânia no congresso da Cobap; vamos estar no Rio de Janeiro no dia 6.

O objetivo é um só: garantir a Previdência pública, que é nossa e que os bancos naturalmente têm todo o interesse em que a gente só fale mal – quero cumprimentar V. S^a por essa frase também -, que a gente só fale mal da Previdência, porque com isso vão garantir que as pessoas saiam correndo para a previdência privada.

Eu passo a palavra, neste momento, ao nosso convidado aqui, o Lourenço Ferreira do Prado, que falará como coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne quatro confederações e, se não me engano, dezesseis ou dezoito confederações.

Lourenço, com a palavra.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom-dia, eminente Senador Paulo Paim, presidente

desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É um prazer muito grande esta aqui nesta manhã. Depois que acaba de falar o presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários, que é o *suprassumo* da especialização na área previdenciária, a gente tem até alguma dificuldade de continuar falando. Mas eu vou falar aqui num tom assim de operário, de quem vê realmente a Previdência pelo lado do dia a dia e do sofrimento do aposentado e do pensionista, que tem que conviver com a baixa remuneração quando se aposenta.

O tema para falar nesta manhã é debater com os aposentados e pensionistas a redução de encargos na folha de pagamento, o veto ao reajuste dos aposentados e pensionistas na LDO e o fim do fator previdenciário.

Se lermos a lei que foi sancionada recentemente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me: queria informar aos nossos convidados que estão chegando que podem usar as outras duas fileiras de cadeiras que estão disponíveis aqui. Os senhores de idade, os aposentados podem usar as duas outras filas. Não fiquem de pé em hipótese alguma, senão, daqui a pouco, dou o meu lugar aqui para vocês sentarem aqui para presidir, mas de pé não vão ficar. Peço também, se chegarem mais algumas pessoas, que ocupem as cadeiras laterais, se necessário. Podem usar as filas onde os Senadores sentam. (*Pausa.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Prossigo, Senador? (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, o art. 48 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sancionada recentemente, no dia 12 de agosto... É a Lei nº 12.465, que evidentemente não é o orçamento. A Lei Orçamentária fixa apenas diretrizes e parâmetros que têm que ser seguidos pelo legislador quando for discutir e votar aqui o orçamento em 2011.

Art. 48. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2012 incluirão os recursos necessários ao atendimento:

I – do reajuste do salário mínimo (...)

II – da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional no 29, de 2000.

§ 1º Para os efeitos do inciso II deste artigo, consideram-se exclusivamente como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do órgão Ministério da Saúde (...)

§ 2º A distribuição regional dos recursos destinados a investimentos em saúde (...)

§ 3º (VETADO)

É esse que interessa. O que diz o § 3º? Dizia o que o Congresso Nacional aprovou aqui, com a participação da base aliada e, se tem a base aliada discutindo, votando e aprovando um projeto de lei, presume-se que tem orientação governamental nesse sentido, senão não teria sentido a base aliada votar algo que não está em consonância com a Casa do lado, o Palácio do Planalto. Então, o parágrafo vetado, o § 3º do art. 48, é bom a gente marcar bem isso, diz o seguinte:

§ 3º Serão assegurados os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicável às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime Geral de Previdência Social a ser definida em articulação com as centrais sindicais e com representantes das organizações dos aposentados.

É esse pessoal que está aqui na Mesa. Teria, então, que ser aprovado... Isso aqui foi aprovado no Congresso Nacional. Sinceramente, de forma respeitosa, mas também não concordando de forma nenhuma, vou ler aqui o que está escrito aqui nas razões do veto. São duas linhas. Se for apertar um pouco, falta um pouco para as duas linhas.

Razões do veto

Não há como dimensionar previamente o montante de recursos a serem incluídos no PLOA-2012, conforme determina o caput do art. 48, uma vez que, até o seu envio, a política em questão poderá ainda não ter sido definida.

PLOA-2012 deve ser Projeto de Lei de Orçamento Anual de 2012.

Essa é a razão do veto. Sinceramente, não encontrei conteúdo. Se espremer esse conteúdo, não sai nada. Simplesmente, não tem conteúdo. Não tem fundamento de natureza técnica, nem de natureza social. De natureza técnica, muitas vezes você encontra fundamento para negar, para indeferir, para não conceder, mas, quando você chega no aspecto social, simplesmente é muito pior, porque, na verdade, não tem conteúdo social nisso. Simplesmente fica bem clara, bem definida uma opção total, uma opção absoluta pelo financeiro, deixando em segundo, terceiro, quarto ou quinto plano o social. O social fica para depois, para o ano que vem, para o próximo decênio. Assim, entramos séculos e saímos de séculos com o social ficando sempre para depois.

O que é importante? Importante é o que os jornais dizem. Por exemplo, *O Globo*, do dia 30 de agosto, não é tão velho assim, diz o seguinte: guardando dinheiro. Está aqui: guardando dinheiro. A fotografia é do Ministro da Fazenda. Diz que foi realizado, até julho deste ano, 92 bilhões e a previsão é de que, na verdade, haja um superávit de 127.9 bilhões. São números. Para que superávit primário? Para pagar juros da dí-

vida externa, uma dívida que, simplesmente, cada vez mais escraviza a sociedade brasileira, cada vez mais escraviza os trabalhadores, cada vez mais coloca em segundo, terceiro e quarto plano os aposentados e pensionistas deste País.

Na verdade, relativamente ao que se refere a esse corte orçamentário, praticamente não temos muito que falar. Temos que agir. Agora, pergunto aos presentes e à sociedade brasileira como um todo: Como agir? Se há um veto, vem para o Congresso Nacional para ser apreciado. Como se derruba um veto? Sinceramente, não estou lembrado de algum veto que tenha sido derrubado nos últimos anos aqui porque, em primeiro lugar, a votação de vetos é uma votação secreta.

O eminente Senador Paim tem um ponto de vista totalmente justo, totalmente necessário, de que o voto aqui do Parlamentar, do Senador ou do Deputado fosse aberto para toda sociedade saber como está votando aquele Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há uma PEC circulando há anos – apresentei na Câmara e não andou, apresentei no Senado – chamada PEC nº 50. Não é votada. É justamente para acabar com a história do voto secreto.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Então, fica aquele desalento para a classe trabalhadora, para os aposentados, para a sociedade como um todo que é o seguinte: o País continua sendo um país das coisas feitas, quer dizer, aquilo que é vetado está derrubado, está definitivamente sacramentado, está sepultado, porque vem o veto para o Congresso Nacional e vai ser aprovado, o veto vai ser mantido e, consequentemente, a situação permanece a mesma. Então, o que está vetado está liquidado e acaba.

Relativamente a essa parte da visão social do governo, de qualquer governo, está sempre colocada em segundo plano, porque, na verdade, em primeiro lugar, está a parte técnica, a parte financeira, a parte do dinheiro, a parte econômica, esta, então, é prioritária. O social fica em caráter secundário. Se der certo, resolve; se não der certo, deixa para o ano que vem, para daqui mais um ano, mais dez anos, vinte anos e assim vai se passando.

Acho que o que tem que ser feito, na verdade, é um esforço grande no sentido de que esse veto seja derrubado. O governo vai sempre encontrar formas de resolver, encontrar formas de encontrar recursos. Quando há vontade, quando há interesse, quando há vontade política, os recursos aparecem. Agora, se não existe, então vai ser uma solução técnica de deixar para depois, com uma fundamentação de duas linhas para deixar milhões e milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas esperando para mais um governo

que virá, mais um período que virá, e sempre haverá dificuldades.

O governo não produz nada. O governo simplesmente arrecada da sociedade e distribui para a sociedade. Para arrecadar, a eficiência é muito grande; para distribuir, na verdade, é muito difícil e os parâmetros fundamentais de justiça social não são acatados de forma correta.

O ponto seguinte que teria que falar aqui é justamente o fator previdenciário, que, na verdade, o Dr. André Luiz Marques já esgotou com uma explanação, na tela, de forma didática e muito competente. Não me estenderia muito, mas diria somente que voltamos à mesma situação, ou seja, na questão do que é prioritário, do que é importante. Importante é a questão do dinheiro. Importante é a questão financeira. A questão social fica para outra etapa, fica para a parte seguinte. Por quê? Porque não é prioritária.

O sistema financeiro tem interesse na Previdência? Claro que tem interesse. Outros países do mundo já resolveram a questão previdenciária? Já resolveram. Resolveram como? Com complementação. Você contribui para um fundo e esse fundo vai depois complementar a sua pensão. É assim nos Estados Unidos. É assim que ocorre em muitos outros países do mundo.

Agora, basta fazer um cálculo matemático para passar a entender que nem os fundos de pensão estão ilesos, totalmente imunes a qualquer tipo de quebra. Um exemplo, na pátria do capitalismo, nos Estados Unidos, os fundos de pensão são credores das grandes empresas, são credores do país praticamente. Têm que colocar esses recursos para render nas ações das empresas, no setor imobiliário, nas incorporações imobiliárias para esse dinheiro, depois, retornar. Deve ter alguma segurança, mas será um capital de risco, um capital volátil nas bolsas de valores, nas ações, mas, depois, esse dinheiro tem que ter um retorno, um retorno consequente, um retorno firme, um retorno fundamental porque tem que pagar as aposentadorias e pensões de milhões e milhões de trabalhadores.

Uma conta rápida aqui, no Brasil. Vamos dizer que todos ganhassem, tivessem um teto salarial de três salários mínimos e que a pessoa que ganhasse dez salários mínimos tivesse a Previdência Social pagando três salários mínimos e os fundos de pensão pagando, então, os sete salários mínimos restantes. É só fazer conta. Três mais sete são dez. Então, você continuaria na aposentadoria recebendo o mesmo valor que receberia como se estivesse na atividade plena. Acontece que, se a aposentadoria continuar nessa marcha batida de redução e de não incorporação do ganho real nos seus proventos, em mais alguns anos, talvez dez

anos, talvez menos, esses três salários mínimos que é assegurado aos aposentados pela Previdência Social poderiam ser reduzidos, por exemplo, a um. Agora, sinceramente, desafio por contas, por números, por dados, por operações aritméticas – não precisa nem ser matemática com profundo nível de sofisticação, mas a aritmética de três mais três ou dois mais três –, simplesmente duvido que haja fundo de pensão que tenha condição de complementar três vezes mais do que complementava. Se estava complementando sete para três, passa completar nove para um. Simplesmente, acho que temos essa dificuldade toda.

Só resta à classe trabalhadora, aos aposentados, aos pensionistas fazer uma pressão grande nesta Casa, no Congresso Nacional, no Senado da República e também na Casa da representação popular, da representação do povo, na Câmara dos Deputados, no sentido de que esse veto seja derrubado. O governo certamente vai encontrar formas. Exemplo de como o governo encontra formas, quando caiu a CPMF, que era importante porque tinha uma destinação para a saúde, o governo quebrou? Não! Encontrou formas. Foi para o IOF. Foi para outros setores. O governo tem tranquilidade. O governo tem poderes. O governo pode alterar alíquotas tributárias e, consequentemente, fazer uma reposição dos valores que vai perdendo aqui ou acolá.

O que digo mais uma vez é que é, simplesmente, uma questão de vontade. Havendo vontade política, resolve-se. Não havendo vontade política, não se resolvem as coisas neste País.

Relativamente ao fator previdenciário, tem que haver uma solução, porque, na verdade, vai atingir quem está se aposentando. Quem se aposenta depois que foi estabelecido o fator previdenciário é atingido de forma muito dura por ele. Tem que haver uma forma global, porque, se não é adotada uma forma adequada, o Legislativo, depois, vai se queixar que o Supremo Tribunal Federal está legislando, está tomando o lugar de quem faz as leis, mas acontece que não vai haver outra solução. Estou vendo aqui que já existem juízes no País pedindo para extinguir o fator previdenciário, retirá-lo, consequentemente, como corte da aposentadoria dos trabalhadores. Estou com uma última notícia aqui, e não deve ser a última, deve haver outras notícias também nesse sentido, deve haver outras decisões também, da Vara Federal que cuida da parte previdenciária em São Paulo: simplesmente não existe fator previdenciário, que ele tem que fazer a folha de pagamento sem o fator previdenciário, recebendo o aposentado, o pensionista, aquilo que, na verdade, tem direito a receber sem esse corte, esse ajuste para equilibrar a Previdência Social como um todo. Enquanto isso, então, ficam decisões e mais de-

cisões. A Justiça vai entender o seguinte: Bom, a Justiça está com muito processo para resolver. Mas, na verdade, o próprio governo ajuda, contribui para que a Justiça seja lenta, para que o número de processos seja imenso. Consequentemente, uma justiça dada de forma tardia, é como se diz mesmo, é igual à injustiça. Estão muito próximas uma da outra.

Senador Paim, companheiros que integram a Mesa, e continuo falando que é uma Mesa machista, parece que é a segunda Mesa que vai ter um equilíbrio de gênero, o que a gente coloca, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui presente, é que temos que fazer um trabalho forte, uma luta no sentido de derrubar esse veto. Temos que fazer um esforço para derrubar esse veto, porque, derrubando o veto, aquilo que foi acertado nas duas Casas do Poder Legislativo, que discutiram e votaram, terá que ser mantido, isto é, ter o ganho que foi acertado para os aposentados e pensionistas do Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Temos quatro Centrais Sindicais e dezesseis Confederações.

Quero dizer, Lourenço, de forma muito rápida, que há uma concordância com a sua análise de que desonera a folha. Estão desonerando e vão desonerar mais. Percebi que os empreendedores reclamaram até do 1,5%. Querem 0%. Não querem nem 1,5% sobre o faturamento. Então, se você retira os 20% que o empregador pagava sobre o total da folha, e o empregado pagava de 8% a 11%, ou seja, o empresário pagava quase três vezes mais, porque é sobre o total da folha e é 20%; se isso vai para zero, cálculos preliminares mostram entre R\$95 bilhões a R\$100 bilhões a menos para a Previdência. Daí temos aquela tese que foi levantada: se os trabalhadores começarem a entender que o destino é ganhar um salário mínimo, já falei isso diversas vezes, e outros também já falaram, por que pagar sobre sete, sobre oito, sobre nove, sobre dez? Claro que não advogamos isso porque seria na contramão, e o Dr. André colocou muito bem que seria uma quebra. Queremos continuar pagando. Queremos a Previdência pública e queremos pagar sobre cinco, sobre seis, sobre sete, sobre oito, mas queremos o direito de aposentar com um mínimo de dignidade e com isonomia, como em outros países, sobre quem está na ativa ou, pelo menos, em relação ao valor do salário mínimo. Esse é um caminho natural. Por isso, Lourenço, há concordância da nossa parte.

Quero dizer, Lourenço, que ontem, no congresso do Mosap, casualmente, falei na mesma linha que você falou. Quero ver os fundos de pensão inclusive das estatais e de outros, quando... Porque hoje, queramos ou não, a Previdência paga para muitos que ga-

nam o fundo, três, quatro ou cinco salários mínimos, mas, quando todos pagarem só um, como vai ser? Se pararmos e olharmos a economia, quem está financiando os próprios fundos de pensão é a previdência dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência. A partir do momento em que você vai desonerando mais a folha, significa que o fundo de pensão que investiu em uma grande empresa está tendo retorno, só que mais lá na frente vai ser a contramão da história. Nesse momento, quando não houver mais retorno para os fundos de pensão, quero ver como ficará. Pela retirada que fizeram, os trabalhadores vão ter que pagar mais.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Sr. Senador, veja bem o que ocorre. Essa exoneração, por exemplo, de determinados setores, setor moveleiro, setor de calçados, a questão de informática...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São quatro setores. E tecelagem.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ...e tecelagem. Veja só, é importante a exoneração. Tudo bem, mas vai pagar sobre o faturamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um e meio.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Mas o faturamento é fixo? Não é! Em um mês, pode faturar bastante; no outro, pode não faturar ou pode faturar menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é um... Se me permitir, se você resolveu desonerar, é o setor que está faturando menos, o que significa que, quanto menos ele faturar...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Vai ser novamente prejuízo para a Previdência.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá.

Passamos a palavra agora ao Sr. Celso Amaral de Miranda Pimenta, que representa aqui a Nova Central Sindical, o Calixto.

Lembro aos nossos convidados que teremos mais três meses com outros representantes do movimento sindical e também dos aposentados e entidades representativas da sociedade que trabalham com o tema Previdência.

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Senhoras e senhores, membros da Mesa, Senador Paulo Paim, trago aqui a palavra do Calixto, de agradecimento, por estar sempre lembrando da Nova Central e nos convocando para estes momentos importantes.

Queria já, de antemão, dizer ao senhor, que tem sido uma das pedras principais desta Casa e timoneiro dos pleitos do trabalhador brasileiro, do aposentado e do pensionista brasileiro, que sempre conte com

a nossa presença, porque, quando chamada, a Nova Central responderá presente.

Serei breve, até porque achamos que nossa fala aqui deve ser mais curta para ficar mais registrada. Vou, Senador, pedir licença para inverter a ordem que foi colocada na pauta. Vou começar pelo fator previdenciário.

Ainda há pouco, no final do nosso governo anterior, vimos a proposta de extinção do fator previdenciário ser aprovada no Congresso. O Senado e a Câmara brindaram o trabalhador brasileiro com a extinção do fator previdenciário. Pois bem, o problema, Senador, é que muitas vezes há uma contradição até mesmo entre nós, e devemos dar a mão à palmatória. Quando a Câmara já tinha aprovado a extinção do fator previdenciário, até mesmo companheiros nossos duvidavam que o Senado da República viesse a aprovar a extinção do fator.

E logo o Governo, naquele momento, atravessava, no meio do nosso pleito, a ideia do fator 85/95, que foi até acolhida desavisadamente por muitos dos nossos. Então, pensamos: ora, o Senado vai aprovar a extinção do fator previdenciário se até muitos daqueles que tinham interesse direto na sua extinção estão hoje caminhando na direção de apoiar uma ideia, que partia do governo, de trocá-lo pelo fator 85/95? Aí vem o Senado e, unanimemente, extingue o fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Só para complementar: o Senado votou duas vezes: o Senado votou o projeto de minha autoria, por unanimidade; foi a primeira votação do Congresso, e uma Casa acaba com o fator. Nós acabamos. Foi para a Câmara, e não foi votado. Aí, numa emenda a uma medida provisória, volta uma outra proposta. O Senado, de novo, manteve a sua posição, porque quer o fim do fator.

Então, no Senado não há dúvida. O Senado, em dois projetos, um de minha autoria e uma emenda da Câmara a uma medida provisória, referendou o fim do fator previdenciário, por unanimidade, nas duas questões.

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Obrigado, Senador.

Sim. Agora vai o projeto para ser sancionado pelo Presidente, e vem o veto. Pois bem, neste momento, nós mesmos, aqueles que contraditoriamente já estávamos caminhando pelo fator 85, voltamos a dizer que queremos a extinção do fator. Queria deixar claro aqui que a Nova Central não tem dúvida quanto a isso. A extinção do fator previdenciário é uma questão vital para o trabalhador brasileiro na fase de transição para ser aposentado neste País. E por que somos a favor disso? Porque entendemos que o trabalhador brasileiro, que já tem uma jornada de trabalho pesada e teve um

salário ao longo de suas contribuições sempre pequeno, não pode ser penalizado no momento em que vai caminhar para sua aposentadoria.

Agora já vemos ventos por aí que sopram dizendo que o Governo vai encaminhar ao Congresso a proposta não mais do fator 85/95, como quis anteontem, no fim do governo anterior, mas agora do fator 95/105. Se for verdade isso, e parece ser mentira, mas verdade é, gostaria de deixar claro para os senhores: querem agora, de forma maquiavélica, trocar para legitimar o fator previdenciário do Fernando Henrique Cardoso, mudando apenas de nome. “Trabalhador, queremos 95/105, para que vocês, numa contrapartida, aceitem aquilo que sempre sonhamos, que são os 85/95”, Senador. Jogada de mestre? Não sei. Jogada? Sim.

Queria dizer mais. Se colocado entre fator 85/95, entre a existência de fator previdenciário, entre fator 95/105 e entre a permanência do fator previdenciário na forma em que está, estão colocando, senhores, para o trabalhador brasileiro e para nós da sociedade como um todo, uma espécie de escolha de Sofia. Sofia, como sabem, acuada por um soldado de Hitler, teve que escolher entre quem deveria morrer: o filho ou a filha. Foi colocado para ela. E, na escolha de Sofia, ela não tinha alternativa, tinha que escolher uma das opções.

Mas aqui, tendo ao nosso lado o Senado da República, como ouvimos o Senador dizer, tendo a Câmara dos Deputados, que não titubeou no mandato anterior de votar pela extinção do fator previdenciário, e sabendo do clamor social que tem sido neste caso, nós acreditamos, Senador, que a extinção do fator previdenciário virá, sem troca, sem legitimá-lo com outros nomes, com outros apelidos, como querem por aí.

Gostaria de dizer apenas uma coisa: se o fator previdenciário não restar extinto na forma desejada, na forma sonhada pelo trabalhador brasileiro, a Previdência Social caminhará para uma espécie de descrédito, para uma espécie de esmorecimento daquele que contribui para a Previdência Social. Porque é uma propaganda negativa, é uma forma negativa que tem contra a Previdência e que deveria ser, de alguma forma, resolvida com certa rapidez. Isso tem sido um calo no pé, uma pedra no sapato da Previdência Social, porque vende uma imagem negativa. Qualquer trabalhador da base hoje, Senador, diz assim: “Mas, com esse fator previdenciário, não tem como contribuir para a Previdência”.

Ora, vamos resolver essa situação de vez, precisamos disso. Agora, só resolveremos isso se nós próprios, os trabalhadores, acreditarmos que ele poderá ser extinto, sim. E, se não for, que paguem o preço aqueles que o mantiverem vivo, ainda que com outro nome.

Caminhando para o encerramento, Senador, eu queria dizer que, no que diz respeito à desoneração da folha, mesmo com os descontos nas folhas, muitas vezes o empresariado – estou tentando ser claro – deixa de fazer os recolhimentos para a Previdência Social, cuja aposentadoria hoje se faz por tempo de contribuição e não mais por tempo de serviço. E, não existindo a contribuição administrativamente, vemos que muitas vezes são negados muitos benefícios, e temos que buscar a justiça para deferi-los.

Então, o que entendemos é o seguinte: imaginem se há uma desoneração, se os descontos deixam de existir na folha. Vai ficar muito livre, muito solto para que alguém possa ousar fugir das suas responsabilidades sociais neste País, como já andam fugindo aqui e ali.

No que diz respeito ao veto do § 3º do art. 48 da LDO, que diz respeito ao reajuste dos aposentados, à garantia dos valores de ganho real dos aposentados, é uma decepção para nós, porque foi tudo muito bem negociado. Houve palavra empenhada. E, depois que empenham a palavra, que aprovam, vetam lá na frente. Entendemos isso, Senador, como um descumprimento, como um voltar atrás, com uma negativa daquilo que se prometeu. Essa era uma proposta não só do trabalhador, não só do aposentado, não só da Câmara e do Senado, mas do Governo também. E o veto nos pegou de surpresa a todos.

Queria dizer que a Nova Central continua, Senador, de braços dados com esta Casa e com todos aqueles que quiserem lutar pela extinção do fator previdenciário, lutar pelo ganho real do aposentado e do pensionista brasileiro, com todos que quiserem lutar por todos aqueles movimentos onde o interesse do trabalhador, do aposentado e do cidadão brasileiro concretamente for necessário e estiver gritando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Celso Pimenta falou em nome da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando o Calixto.

Eu diria, Celso, e não tenho nenhuma dúvida, que o movimento sindical teria que fazer uma cruzada nacional para acabar com a história do voto secreto aqui no Congresso. Isso teria que ser feito. Isso é tão importante quanto combater a corrupção, a impunidade, a medida provisória. Eu tenho que dizer isso para vocês, não é porque a PEC que acaba com essa história é de minha autoria. O que está acontecendo? Quando o voto é aberto, votam por unanimidade a favor do trabalhador, do aposentado, do micro, do pequeno, do médio, não há problema nenhum, é voto simbólico. Independentemente de quem for do governo – eu sou da base deste governo –, vetado, o veto é mantido. É

mantido, às vezes, até pelo dobro do necessário de votos para manter o veto. E você não sabe quem votou. E a pergunta que fica: bom, estou aqui há 25 anos, já apreciei mais de 5 mil vetos, não derrubamos um sem que houvesse já acordo com o Executivo. Quando houve acordo, até derrubamos. Se não, não derrubamos um. E a maioria dos projetos é aprovada por unanimidade. Não dá para entender.

Então, a gente fala tanto em combate à corrupção e impunidade. Para mim, a maior corrupção é voto secreto, porque desmoraliza o Parlamento. Como eu vou chegar lá fora e dizer: “Pessoal, aprovamos a lei tal, número tal, e a Presidência da República, legitimamente, é um instrumento, vetou. Mas agora tenho certeza de que o Congresso vai ser coerente e vai derrubar o veto”. Não vai. Por isso que foi dito aqui. Vetou, acabou. É como se a última palavra, que é do Congresso, não fosse do Congresso. É do Executivo, independentemente de quem seja o governo. Para mim, é da maior gravidade isso. É difícil, parece, para alguns entenderem.

A maioria das assembleias legislativas, eu diria – a do Rio Grande do Sul não tem –, não tem voto secreto. A maioria das câmaras de vereadores não tem voto secreto. O Judiciário não tem voto secreto, o voto é aberto e pela televisão. Cada juiz vota a favor ou contra e acabou. Por que no Congresso temos que apreciar vetos secretamente? Não dá para entender a Casa do povo.

Então, acho que um dos resultados, para mim, desta audiência pública seria promover uma campanha para acabar com essa história de voto secreto. Para mim, em todos os casos.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Desculpe, Senador, acho que deveria haver um compromisso assumido, de forma pública, para o País inteiro assistir, pelo movimento sindical para abraçar essa campanha de realmente termos aqui o voto aberto, para todo eleitor e eleitora saber como o seu parlamentar está votando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E é legítimo, é um direito dele. Eu sempre digo que o eleitor nos passa uma procuração. Os amigos do Rio Grande do Sul que estão aqui, o Oswaldo, o Moacir e outros, passaram uma procuração para o Paim representá-los. Dos 16.200.000 votos, eu recebi quase 4 milhões de votos. Como vocês vão saber como estou votando? Na apreciação de um veto de interesse, por exemplo, dos aposentados, vocês não vão ficar sabendo nem como eu votei, com todo o discurso que eu faço aqui. Vocês podem até se dar ao direito de dizer: o Paim falou, falou... Mas como ele votou? Vocês vão dizer: não sabemos, porque é secreto. Acreditamos que votou conosco, mas não sabemos.

Então, cria a dúvida inclusive naqueles que têm uma opção clara e definida a favor daqueles que não têm posição ou que têm posição, mas só votam favoravelmente quando o voto é aberto. Por isso que acho importante avançarmos neste debate. Eu sempre digo, quando faço uma audiência como esta, alguns dizem: ah, mais uma audiência, é contra o cicrano, contra o Executivo, contra o Judiciário ou contra o legislativo. Não é contra ninguém, mas com certeza há o lado contra e o a favor dos trabalhadores e dos aposentados. Disso não tenho dúvida. Ou alguém acha que estamos fazendo audiência sem ter lado. Nós temos lado sim, e é a favor dos trabalhadores e dos aposentados e não é contra ninguém. Somente isso.

Passo a palavra, neste momento, ao Warley, que é o presidente da Cobap, Confederação Brasileira dos Aposentados. Já suspendi outras agendas de suma importância que tinha, como tinha uma no Rio Grande do Sul hoje importante, mas suspendi, e vou estar no Congresso da Cobap, que vai ser em Caldas Novas, do dia 20 ao dia 23 de outubro. Estarei lá todo o período, para ajudar, se me permitirem, não tanto para falar, mas quero ajudar na mobilização para a pressão para que o Congresso vote as questões dos aposentados e pelo fim do voto secreto.

Warley está com a palavra.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Bom-dia a todos e a todas. Eu queria primeiramente agradecer a presença das nossas federações. Estamos em 12 federações que representam a Cobap. Eu gostaria também, Senador, se possível, depois abriremos a palavra para eles também. Vieram de longe prestigiar esse debate nosso. E também as centrais e os nossos amigos que estão presentes aqui, principalmente os advogados que abrilhantam este congresso nosso. Um congresso, porque temos diversas entidades aqui.

Quando falamos em Previdência, estamos falando na segunda maior arrecadação do País. A Previdência é a segunda. A primeira arrecadação nossa é o Tesouro, depois vem a Previdência. Como pode o Governo falar que a nossa Previdência está quebrada? É impossível fazer um debate falando que a Previdência está quebrada. Não acreditamos nisso. Inclusive vimos trabalhando há muito tempo com a Anfiop, com várias entidades que provam que a nossa Previdência não é deficitária. Além disso, como vai desonerar uma folha de onde não tem. Não é possível tirar dinheiro de onde não tem. Só não tem para nós aposentados e pensionistas. Aí eles acham um jeito de falar que vamos quebrar a Previdência. Desde criança, fico escutando na televisão que a Previdência vai quebrar, e até hoje não quebrou e está cada vez melhor a nossa Previdência. Estamos sempre debatendo com o nosso

companheiro Mauro, que é um funcionário de carreira, que está sempre aí com a gente, a gente agradece... Ah, é Leonardo. É Leonardo, que está quietinho aí, mas a gente sempre fala que hoje é o seguinte: a nossa Previdência mudou muito, principalmente, para o trabalhador. Sempre discutimos, vocês podem ver, que o trabalhador tem de tudo na Previdência, mas nós, aposentados, logo que aposentamos, caímos no fator previdenciário, logo. Olha só o que os aposentados têm da nossa Previdência. Depois, quando já saímos da ativa, já perdemos uma cesta básica, um plano médico, o vale transporte, e aí vai lá, vai perdendo. Aí chega todo ano, cai. Agora mesmo vamos ter 4,5% de aumento, se continuar assim, se não fizermos nada, e o salário vai ter 13,6%. Olha só que diferença que vai vir para nós que pagamos rigorosamente a nossa aposentadoria.

Sempre falo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – ...é 5,7.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – É 5,7.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas perde 7,5.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Então, mas perde 7,5, olha só. Entendeu? Então, fica difícil para nós. Agora, sempre falo o seguinte também, pessoal: nós, aposentados e pensionistas, temos uma grande culpa disso que está acontecendo, principalmente os trabalhadores da ativa. Vou falar, vou dar exemplo aqui para vocês. Semana retrasada, houve um ato maravilhoso das mulheres. Como é que é? As Margaridas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcha das Margaridas.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Marcha das Margaridas. Peguem as reivindicações delas, não tem uma coisa falando da Previdência, uma, e são as mais são prejudicadas, as mulheres, e não reivindicam nada, nada. Não está na pauta deles, o fator previdenciário não está na pauta, a pensão que estão querendo mexer não está na pauta, você está entendendo? Então, ficamos preocupados. Depois, vocês sabem quem vai defender? As entidades de aposentados, porque cai tudo nas nossas costas para a gente sair na luta, perdão, algumas centrais que estão juntas com a gente, que defende tudo aquilo, e temos mais três centrais aí que não concordam nunca com as outras centrais também, tem sempre três, está fora, nunca entra no movimento das outras. Então, se tiver dez, três estão com a razão, as outras sete não têm razão, de jeito nenhum. Então, é difícil para nós, aposentados, pensionistas, centrais, se os trabalhadores da ativa não acordarem, Senador, porque estes trabalhadores vão acordar quando estão para aposentar. Aí vão lá

puxar no INSS: “Nossa, vou perder – a mulher – 50%, porque vou cair no fator. Nossa, meu Deus, o que vou fazer?” E os homens, 40%. Aí, a água já rolou, aí não temos mais o que fazer.

Agora, o próprio presidente da República, o Lula, quando era presidente, dizia assim: “Olha, o feijão não cozinha sem pôr na panela, tem que ter pressão. E vocês façam pressão” – falando para todos nós. Está bom, a gente vem aqui, no Senado, junto com o Senador, fazemos pressão, passa; vai lá à Câmara, faz; e como é que vamos fazer pressão para a Dilma, que veta tudo? Precisamos arrumar um jeito de colocá-la na panela de pressão para cozinhá-la. Deve ser uma carne dura, hein, para cozinhar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas tem que falar para acabar com o voto secreto.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – É, e também o tal voto secreto que a gente tem que dar um jeito nele, cozinhá-lo.

Então, olha, pessoal, estamos aí num mato sem cachorro e vamos ter que caçar com gatinho mesmo, vamos ter que dar um jeito. Não é possível continuar assinando tudo o que está acontecendo aí, certo? Agora, temos uma grande vantagem ainda porque somos a maioria. O que falta é a nossa união, o que falta é nos unirmos, principalmente os aposentados. Sempre falo que ainda temos muita briga entre entidades nossas, os aposentados, uns com os outros. Enquanto não acabarmos com essa briguinha, todo mundo se unir e defender o que queremos mesmo, o que os aposentados querem e aceitarmos aquilo, não temos como passar na base para eles nos acompanharem.

Sempre repito esta historinha, que gosto de contar: havia um senhor que queria ganhar na loteria, ia à igreja e pedia para Jesus ajudá-lo. Desceu um anjo lá e falou assim: “Amigo, compra o bilhete pelo menos”. Como é que o cara vai ganhar na loteria sem comprar o bilhete? É a mesma coisa conosco. Temos técnica, sabemos tudo, mas chegamos em casa, cruzamos os braços e não fazemos nada. Se continuarmos assim, vamos continuar levando pau e vamos perder muitas coisas nossas, e amanhã vamos escutar o que estamos escutando hoje: passamos a vida inteira pagando rigorosamente a nossa aposentadoria, chega o Governo e diz assim: “Vocês estão sobrevivendo porque o trabalhador da ativa está mantendo vocês”. Isso machuca tanto a gente, porque trabalhamos 35 anos, 40 anos. Como é que o trabalhador está nos sustentando? E esse dinheiro que nos roubaram onde está? Como é que podem falar que alguém está sustentando os aposentados de hoje? De maneira alguma, trabalhamos também, e ainda há muitos aposentados que trabalham.

Então, não aceitamos essa fala. Se houver algum sindicalista que fica dizendo isso, pare de falar, porque está nos machucando. Pare, porque não dá para ficar aguentando essas coisas não de que estamos vivendo à custa do trabalhador de hoje! É mentira! É mentira isso daí. Não pode dizer isso não, porque têm que entender que esse pessoal trabalhou 30 anos, 40 anos. Se tivéssemos recebendo as coisas que são nossas mesmo, aí, sim, poderiam até falar alguma coisa; mas somos roubados, os aposentados são roubados neste País. Todo ano, eles tiram 7%, 8% da nossa aposentadoria, e depois vêm falar que nós, aposentados, vamos quebrar a Previdência.

Tirar como tiram da DRU de nós não vai quebrar a Previdência! Desonerar a folha não vai também quebrar a Previdência! Na hora que chega o nosso aumentinho de 10% – o que estamos pedindo aí não dá nem 10% –, vai quebrar a Previdência? “Ah! O que é isso? Vocês vão acabar com ela, e aí o que vai fazer com a Previdência?”

Então, faço um apelo aqui, porque temos representantes de centrais, do sindicato, tem um pessoal da força sindical aqui; da CUT não vi ninguém não; tem alguém aí? *(Pausa.)*

Tem, olhe lá: tem o companheiro da CUT.

O que temos que fazer, pessoal, é nos unirmos, os aposentados com o trabalhador da ativa, para ver se conseguimos. Falei com o nosso pessoal, estamos com as centrais sobre o fator previdenciário. Decidimos numa reunião lá com o Ministro da Dilma, Gilberto Carvalho, que as centrais iam cuidar do fator, e íamos cuidar da nossa parte dos aposentados, só que, até agora, também não chamaram as centrais para negociar, e ficou tudo enrolado, está tudo parado com o negócio do fator previdenciário. E, quando vamos negociar com os técnicos, eles dizem: “Não tem nada a ver o fator conosco, nem o aumento, por enquanto. Vamos esperar, vamos esperar mais um pouco”. E assim o ano vai passando, e vamos perder mais um ano aí. Mas acredito que não.

Vocês ficaram sabendo aí que a Dilma chamou as centrais, mas parece que foram só quatro; não chamou todas de novo, está vendo? Não chamou. Mas também saíram de lá sem ter nada também, virou nada o que eles foram fazer. Só ouviram da presidenta da República que vai diminuir o nosso salário; só, mais nada.

Ontem, estávamos lá no debate, Senador, e um jornal veio falar para mim se éramos contra o aumento dos servidores públicos aposentados. Falei que não, que a Cobap não é contra o aumento dos servidores públicos. “Ah! Mas eles ganham mais do que vocês”. É mentira! Somos nós que ganhamos pouco, não são eles que ganham mais do que nós. Somos nós, os

aposentados da Previdência, que ganhamos pouco, entendeu? Porque eles têm lá o salário deles porque estão lá lutando também. Então, se defendemos a categoria de aposentados que quer aumento, como é que vamos repudiar aqueles que ganham um pouco mais do que nós? Então, não podemos mesmo, temos que defender os servidores públicos aposentados. Aí, ela disse: “Ah! Mas não está certo. Quem que ganha bem? Eu disse: “O juizado – e você me perdoe, Senador –, senador ganha bem, o deputado ganha bem; os aposentados é que não ganham”. Não é verdade? É R\$27 mil, é não sei quanto que ganha mais. Tem ministro que ganha até mais, porque liberaram agora para ganhar quanto quer. É, liberou para ganhar.

Então, pessoal, estamos aqui para apoiar todas as centrais, todo o movimento dos aposentados que está aqui, e cumprimento também o Lourenço, que agora está assumindo o Fórum Sindical com um belíssimo trabalho, como interino; o José Augusto está licenciado, é um rolo; um está de um lado, outro está do outro, mas são duas pessoas muito boas, que estão fazendo um grande trabalho no Fórum Sindical e estão de parabéns.

Obrigado, Senador, que também é o nosso Senador. Todo mundo sabe que o Senador não é do Rio Grande do Sul, é o Senador do Brasil. E vou dizer uma coisa: vai ser o futuro presidente da República, apoiado por todos os aposentados do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Cumprimento o Warley Martins Gonçalves, presidente da Cobap. Quanto a essa última parte, deixemos fora, pois, todos vocês sabem que tenho uma atuação no Legislativo e pretendo cumprir o meu mandato religiosamente.

Neste momento, passo a palavra ao secretário de políticas da Previdência Social, representando o Secretário-Executivo Gabas e também o ministro da Previdência, com quem falei ontem e disse que você o representaria.

Quero dizer, Warley, que entendo que essa união que você prega é fundamental, de todas as entidades dos aposentados, das centrais sindicais. Não adianta, está comprovado, independentemente de quem é o governo, o movimento social cumpre um papel histórico, não só no Brasil, mas no mundo. E não será diferente.

Eu, aqui, claro, faço deste espaço na comissão, eu diria – permitam-me que eu diga, o Brasil todo assistindo –, uma trincheira de resistência do movimento social, e sou da base do Governo. Mas qual é o problema? O movimento social tem que ter um espaço dentro do Congresso Nacional para expressar seu ponto de vista sobre os mais variados temas, seja das 40 horas, seja

deste momento dos aposentados, seja o fim do fator, seja a questão do debate que temos que fazer cada vez maior da terceirização, seja a questão do relógio de ponto, que virou um debate até. Agora, o relógio de ponto virou um debate, e temos que enfrentá-lo aqui dentro da Casa, para o trabalhador ter o direito de ter o seu comprovante de que trabalhou.

Enfim, estamos aqui para isso, com a maior tranquilidade. Agora, a união, a unidade na ação, independentemente de cada organização é fundamental, porque, se não, as coisas não andam dentro desta Casa. Pelo contrário, se vocês analisarem friamente – eu disse isso ontem, num congresso dos professores e funcionários da rede privada de educação –, nos últimos vinte anos, houve retrocesso na questão dos trabalhadores chamados formais, pelo menos. Analisem friamente, faço este debate, pegaríamos uns 10 pontos, 15 pontos de retrocesso que vi, inclusive demissão dos dirigentes sindicais, coisa que não acontecia no passado. Não estou nem dizendo que o culpado é este ou aquele governo. Agora, deram para demitir dirigente sindical, e fica tudo por isso mesmo. Deram para dizer que decisões da assembleia não valem, só vale a decisão com que o Ministério Público do Trabalho concordar; se eles não concordarem, não vale. Tem isso também. Fiquei sabendo – fiquei sabendo, na; estou examinando há tempo, tanto que fiz um projeto e encaminhei. Falaram-me, hoje de manhã, que há um promotor no Rio Grande do Sul que diz o seguinte: “Com esta cláusula, concordo; com esta, não concordo; com esta, não concordo. E digo mais: se vocês botarem em vigor essas cláusulas no acordo coletivo, vou multar vocês. E tem que assinar um documento de que não vai botar em vigor”. É um tal de Tacchi. Nada a ver com o Senador Pedro Taques, que deve estar bravo com essa história de Tacchi; nem tem nada a ver com os motoristas de táxi.

Estão inventando cada uma que eu, sinceramente, estou preocupado. Nós, que estamos numa crise chamada mundial, chamam crise econômica, o que tenho dito é que estamos caminhando para uma crise social, se tudo continuar como está. Olha que todo cuidado é pouco, e ninguém quer o aprofundamento da crise econômica para o social, até porque todos aqueles movimentos que a gente faz, digo a gente como sociedade organizada, como Congresso, Executivo, em parte, também, o Judiciário, e bondades que são feitas para o setor empreendedor na época da crise, para resistir à crise, só que termina a crise, vem a chamada bonança ou céu de brigadeiro, e as bondades continuam. E aquilo que foi desonerado, por exemplo, de parte de contribuições que viriam para a

previdência, não volta. Claro que não volta e não vou pagar nunca mais.

Bom, mas não sou palestrante, olha aí a campanha me chamando atenção.

Passo a palavra, neste momento, ao Leonardo, então, que falará em nome do Ministério da Previdência.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

– Bom dia a todos. Obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade.

O Ministério da Previdência tem buscado sempre participar do debate, abrir os números, e isso tem sido uma orientação do Ministro Garibaldi, de sempre usarmos a transparência no debate em relação a todas as questões que envolvem a previdência social. Acho que é no debate, na discussão, apresentando as posições, os números é que se pode avançar e melhorar cada vez mais a previdência social no Brasil.

Inicialmente, antes de falar mais detalhadamente sobre os três temas, uma breve discordância do André, uma pessoa que admiro muito pela sua competência e conhecimento de previdência, acho que o debate da previdência na América Latina e no mundo inteiro avançou muito na última década. Essa discussão sobre privatização da previdência, consenso de Washington, acho que está defasado pelo menos uma década. Em todos os debates de que tenho participado, há um consenso, no sentido inverso, de fortalecer a previdência social no Brasil, na Argentina, Chile, enfim, em toda a América Latina, e a grande discussão que se tem no momento, sim, é em função do aumento da expectativa de vida e da redução da taxa de natalidade na sociedade. Então, é em função de uma mudança no perfil etário da população, que se precisa discutir a previdência do futuro.

No Brasil, a nossa previdência, hoje, está equilibrada, isso é algo que temos colocado sempre. O regime geral de previdência social é dividido sempre em urbano e rural porque são dois sistemas completamente diferentes: a previdência rural, sim, é deficitária, a Constituição deixou muito clara que seria assim e que a seguridade social via demais contribuições tem o papel de cobrir esse déficit da previdência rural, já a previdência urbana, sim, é um modelo no sentido amplo e pleno da palavra contributivo, contribuições que, inclusive, não incidem sobre DRU, são específicas para a previdência e, hoje, é superavitária. Fechamos o ano de 2010 com superávit de 7,8 bilhões, este ano, devemos fechar com o superávit maior, algo em torno de 11 bilhões aproximadamente, somando os dois modelos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, só para ajudar. Acho que esse dado que você coloca em nome do Ministério da Pre-

vidência é muito importante, reafirmando, aqui, que a nossa previdência é superavitária, porque houve um período em que o discurso era de que era deficitária, deficitária, deficitária. Quero apenas cumprimentá-lo, porque está reafirmando aquilo que já foi dito: a nossa previdência é superavitária.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

– Isso, sem considerar as renúncias previdenciárias, algo que nos preocupa, e que buscamos sempre dar transparência a esses números. Somando as renúncias urbanas e rurais, a estimativa é de que, em 2011, teremos uma renúncia de 21 bilhões. Eu queria até passar um pouco para mostrar os dados sobre a renúncia...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Importantes esses dados, pessoal, sobre a renúncia fiscal: a previdência precisa arrecadar 21 bilhões em 2011. Para o aposentado é 2,3 bilhões.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

– Esse quadro que gostamos de mostrar, nas transparências, são as renúncias previdenciárias, a evolução nos últimos anos. Nós aumentamos de 12,4 bilhões, em 2005, para 21,1 bilhões em 2011. Então, essas renúncias do Simples são muito importantes, são uma política de reduzir a tributação para que as micro e pequenas empresas se tornem contributivas, mas é uma política fiscal do país, é uma política econômica do país, não é uma política previdenciária. Da mesma forma, as filantrópicas, uma renúncia considerável, mais de 7 bilhões este ano. Na verdade, ao fazer a renúncia das filantrópicas, o Governo está fazendo política de saúde, de educação e de assistência social. São instituições que fornecem serviços gratuitamente à sociedade em troca da isenção previdenciária, mas, na verdade, não são políticas de saúde, educação e assistência social, são políticas previdenciárias. Temos, também, as exportações da produção rural, uma política importante na área agrícola, mas também não é uma política previdenciária. A estimativa para este ano é de 2,6 bilhões. Acho, inclusive, que essa estimativa está defasada. O número da exportação rural deve ficar talvez um pouco maior, os outros estão mais ou menos adequados.

Para o ano que vem, inclusive, em relação ao Simples, deve haver um aumento considerável, porque, com o acordo firmado para aumentar os limites das empresas optantes pelo Simples, deve haver um aumento de renúncia previdenciária de 1,5 bilhão. Isso deve aumentar consideravelmente.

Então, se consideramos que isso é recurso previdenciário e que são políticas fiscais do Governo e não políticas previdenciárias, na verdade, somando a urbana e a rural, somando a necessidade de financia-

mento da Previdência Rural, o superávit urbano mais as renúncias, teríamos uma diferença, para fechar a conta toda, este ano de algo em torno de 17 bilhões e não os 38 que estamos estimando. Repito, somando o urbano e o rural. O urbano, este ano, deve ter um superávit considerável.

Esse é um ponto que temos buscado avançar. Inclusive dentro de um grupo de trabalho que foi criado, com participação do Governo e das representações dos aposentados, acertamos um texto de uma alteração legal que iria garantir que essas renúncias previdenciárias seriam transferidas para a Previdência não como déficit, mas como receita previdenciária, que é o que elas de fato são. O Governo faz políticas em que em algumas áreas você vai arrecadar mais para compensar outras áreas. São políticas de incentivo a determinados setores e também para beneficiar setores mais frágeis da economia. Isso é muito importante, mas não é a Previdência que deve pagar a conta. Isso nós colocamos dentro do projeto da desoneração da folha. O projeto da desoneração da folha já vem com esse princípio que foi acertado no grupo de trabalho com os aposentados. Porém, está apenas para a desoneração da folha, para as outras renúncias não está garantido. Para a ATI também está o mesmo princípio. Esse é um valor pequeno. São apenas 77 milhões. Pequeno para efeito de Previdência, onde tudo é muito grande. Então, para as outras renúncias, no caso, a exportação rural, filantrópica e Simples, não está garantido esse mesmo princípio que colocamos para a desoneração da folha, até porque a discussão da desoneração da folha já foi posterior à nossa discussão no Ministério da Previdência com os aposentados e o texto que acertamos foi incorporado na medida provisória que fez a desoneração da folha. Ou seja, a Previdência Social não tem nenhum prejuízo com a desoneração da folha, é uma política fiscal do Governo. Como vai ser compensado? Via aumento da tributação, das aplicações financeiras, ou seja, cobrando de especulador, e via aumento de COFINS para o importador, ou seja, tributando mais o produto importado. Então, o Ministério da Fazenda faz uma compensação, reduz a tributação de setores da economia que empregam mais e que estão tendo dificuldade de competição com o importado e compensam isso arrecadando daqueles que estão se beneficiando da situação econômica positiva do país diante do cenário internacional negativo. A Previdência não tem nenhuma perda com isso.

Em função dessas premissas, fomos favoráveis ao projeto de desoneração porque entendemos que é bom para o País e não é ruim para a Previdência. Para a Previdência continua, para todos os efeitos, a arrecadação em cima dos 20%. Calculamos os 20%.

O que foi arrecadado via faturamento foi menor? A diferença vem como receita previdenciária e o Tesouro faz a compensação via esse aumento de tributação em outras áreas, conforme já citei. Portanto, não nos preocupa essa mudança.

Outro detalhe importante é que a desoneração não é total. No caso do adicional sobre trabalho especial, ou seja, aquelas atividades em que o trabalhador tem direito a uma aposentadoria com tempo de contribuição menor porque está exposto a agentes nocivos, esse adicional é individualizado por trabalhador. Então, isso continua sendo em cima da folha de pagamento. Da mesma forma, o risco, o acidente de trabalho e o fator acidentário de prevenção são individualizados por empresa: as empresas que têm mais acidentes de trabalho pagam mais; as que têm menos e trabalham pagam menos. Isso continua, normalmente, sobre a folha de pagamento também, porque é individualizado e, ao tirar da folha, seria perder esse incentivo à prevenção dos acidentes de trabalho. Também para o setor público e para as empresas sem fins lucrativos, em que o faturamento não faz sentido, continua sobre a folha de pagamento.

Então, todas as premissas que colocamos foram aceitas. Com base nisso, consideramos que a desoneração não trará prejuízos à Previdência. Vamos acompanhar esse processo, juntamente com trabalhadores e empregadores, durante um ano. Em tudo ocorrendo conforme as premissas que foram acertadas, podemos avançar para migrar outros setores ou talvez todos os setores para o faturamento.

Acreditamos que, com essa mudança para o faturamento, haverá incentivos ao aumento da produtividade e que isso vai trazer mais receita para a Previdência Social.

Em relação à questão do social, acho que é bom lembrar que o Governo, nos últimos nove anos, investiu muito no social. Os números são inquestionáveis. O Brasil tirou 38 milhões de pessoas da pobreza. Desses 38 milhões, 23 milhões foram em função da Previdência Social, ou seja, a Previdência Social tem um papel muito relevante no combate à pobreza, na redistribuição de renda. Todos os estudos mostram que a Previdência Social tem um papel progressivo: tributa mais quem ganha mais e transfere renda para as pessoas de menor renda. Então, não tem havido essa lógica de uma privatização da Previdência ou de uma Previdência que não tem foco no social. O Governo tem investido na área social e os números são inquestionáveis.

Sobre o Fator Previdenciário, nós também não concordamos com ele. Entendemos que o Fator Previdenciário não cumpre o papel para o qual foi criado.

Tecnicamente, é bem desenhado, mas, na prática, funciona de forma perversa. Por quê? O Fator Previdenciário tem o foco de evitar que o trabalhador se aposente muito jovem. Diz o seguinte: se você se aposentar muito jovem, vou cortar o seu benefício; se, ao contrário, postergar a sua aposentadoria, vai ganhar um adicional, mais do que você ganharia. Essa é a lógica dele. Do mesmo jeito que corta, também pode dar um adicional. Só que na prática, o que ocorre? Em função de a fórmula ser complicada, em função de, mudando a expectativa de vida, o próprio sistema se adequar a isso e alterar o valor, o trabalhador brasileiro não tem esperado para ter um benefício maior. O que ocorre na prática é que o trabalhador, ao atingir os requisitos para se aposentar, mesmo tendo um corte grande com o Fator Previdenciário, está se aposentando naquele momento. Então, hoje, na prática, o que acontece é que, em média, o trabalhador se aposenta, por tempo de serviço, aos 53 anos de idade – o homem aos 54 e a mulher aos 51,5 –, com um desconto em média de 30% do valor do benefício. Na minha visão, isso é o que leva à sensação de perda da sua renda quando ele vai viver da sua aposentadoria. Esse trabalhador que se aposenta aos 53 anos não pára de trabalhar, até porque ele não precisa deixar a sua empresa. Naquele momento, ele vê a aposentadoria como um adicional de renda. Ele vai continuar trabalhando e vai somar o seu salário à aposentadoria. Ele não vê que teve uma perda brutal na sua aposentadoria para quando realmente ele parar de trabalhar. Quando ele parar de trabalhar, vai ter de viver com aquele valor que teve um corte muito grande. No caso extremo de uma mulher – como o Senador bem falou, as mulheres são mais afetadas pelo Fator do que o homem – que se aposenta, vamos imaginar, aos 46 anos, o desconto do Fator é de 50%. Ela vai receber metade do que ela iria receber. Ela pode se aposentar e, na maioria dos casos, na prática, ela se aposenta, mas continua trabalhando. Naquele momento, ela não teve perda, mas, daqui a dez anos, quando ela parar de trabalhar de fato, quando não tiver mais capacidade de trabalhar, quando ela tiver de viver com aquilo, tiver que gastar mais com remédio, com plano de saúde, vai ter de viver com metade do que ela vivia antes, e a situação fica crítica.

Defendemos o fim do Fator, mas não o simples fim do Fator, porque o impacto para a Previdência Social seria muito grande. Também entendemos que não é adequado, diante da mudança do perfil demográfico, com o aumento da expectativa de vida e redução da taxa de natalidade, o brasileiro continuar se aposentando tão cedo. Em todos os países da América Latina, exceto o Equador, e não vamos para a Europa, que tem

uma realidade diferente, há uma idade mínima para se aposentar. Em praticamente todos esses países a idade mínima está entre 60 e 65 anos. Não digo que necessariamente tenhamos de criar uma idade mínima no Brasil, mas devemos aumentar a idade média de aposentadoria. Não é sustentável, levando-se em conta que cada vez temos menos pessoas contribuindo e cada vez mais pessoas aposentadas, o brasileiro se aposentar aos 53 anos de idade.

Precisamos desenvolver um modelo em que o trabalhador receba uma aposentadoria digna, sem o desconto do Fator Previdenciário, mas que também contribua por mais tempo. Precisamos negociar um caminho para que, o mais rápido possível, consigamos resolver esse problema. Não é justo com o trabalhador, no momento em que ele precisa viver da aposentadoria, depois de ter trabalhado anos para o País e ter contribuído, receber um benefício pequeno. Por outro lado, o sistema precisa ser sustentável. Esse é o grande desafio que precisamos encarar.

Com relação ao ganho real, queria passar rapidamente...

(Próximo, por favor.)

O que aconteceu nos últimos anos em relação ao aumento do salário mínimo e ao aumento dos benefícios? Verificamos que, de 1995 a 2011, o reajuste do salário mínimo, que é o piso da Previdência, foi de 678%, bem acima da inflação, com ganho real, dependendo do indicador, INPC, IPC-3i ou IPCA, em torno de 100% no período. O ganho do salário mínimo foi, realmente, considerável. Esse foi um dos fatores que levou a essa diminuição das desigualdades no Brasil, a tantas pessoas saírem da pobreza. Todos os indicadores nos últimos anos mostram que houve uma diminuição considerável da desigualdade no país: o decil mais alto ganhou menos; o decil mais baixo da população ganhou mais. Quanto mais pobre, maior o aumento de renda do brasileiro nos últimos anos. O salário mínimo teve um papel muito importante nisso. A Previdência, via salário mínimo, o mercado de trabalho, via salário mínimo, tiveram um papel muito importante para a redução das desigualdades e da pobreza no país.

(Próximo, por favor.)

Então, o reajuste dos benefícios acima do salário mínimo, nesse período, foi de 344%, portanto, acima da inflação por esses indicadores. De acordo como INPC, o indicador oficial, hoje, teve um aumento real de 15,77%. O que se questiona nisso? O INPC é o indicador mais adequado para medir o custo de vida do aposentado? Entendo que não. Isso já foi colocado por todas as representações de aposentados e nós concordamos. O padrão do consumidor aposentado

é diferente e precisamos construir um indicador que meça a inflação do aposentado. O fato de ter havido um ganho real por esses indicadores não quer dizer necessariamente que houve um ganho real em relação ao padrão de consumo do aposentado. Precisamos definir esse indicador e verificar se, em relação ao indicador que mede de fato o padrão de consumo do aposentado, houve ganho real ou não.

(Próximo, por favor.)

Em relação ao mercado formal de trabalho, vemos que o aumento dos aposentados, independentemente se houve ganho real ou não, com indicador de inflação adequado, foi maior do que o dos trabalhadores que estão no mercado de trabalho atualmente. Então, os trabalhadores que estão no mercado formal tiveram um aumento de 251%. Os servidores públicos tiveram um maior. Então, em relação a quem está no mercado de trabalho não houve perda dos aposentados. Por quê? O salário mínimo teve um aumento maior. O que houve foi uma diminuição das desigualdades. Quem ganhava no mercado de trabalho 10 salários mínimos passou a ganhar 6 ou 7 salários mínimos. Não houve perda entre aposentados e ativos no mercado de trabalho. Esse é um ponto que é importante colocar.

Outro ponto que considero importante é a diferença entre o piso e o teto. O Brasil, hoje, tem algo em torno de seis vezes e meia o teto em relação ao piso. Isso está dentro do padrão da maioria dos países do mundo, mas está fora do padrão que a gente teve, historicamente. Por quê? Tínhamos uma diferença salarial brutal no país. Então, ganhar 10 salários mínimos no Brasil era normal, ganhar 20 salários mínimos era normal, porque o salário mínimo era muito baixo, as pessoas que ganhavam salário mínimo ganhavam um salário de miséria. Hoje, ainda é baixo, embora tenha subido substancialmente. Então, essa comparação que fazemos com o salário mínimo do passado não tem muita base. Nós temos de comparar com o salário do trabalhador da ativa hoje e comparar com a realidade de outros países parecidos com o Brasil. Não vamos nos comparar com a Alemanha, com os Estados Unidos. Vamos nos comparar com a Argentina, com o Chile, com Portugal, com a Espanha, países com nível de desenvolvimento um pouco acima ou um pouco abaixo do Brasil, países com realidade mais parecida com a nossa. Comparando com esses países, nossos números não são ruins, não são inadequados, mas temos muito de avançar nessas áreas.

Outro ponto importante é que a nossa Previdência, sim, é solidária. Este é um princípio de que não abrimos mão: Previdência pública e solidária, em que as empresas com maior poder contributivo contribuam mais, os trabalhadores que ganham mais contribuam mais

para, com isso, podermos pagar um benefício melhor àqueles que têm menor capacidade contributiva. Esse é um diferencial da nossa Previdência que pretendemos manter. Hoje, a maioria dos países da América Latina busca algo parecido com o que já temos e de que não abrimos mão, pelo contrário, temos ampliado. As ações de inclusão previdenciária vão nessa linha. É o caso do empreendedor individual, é o caso da dona de casa, do simplificado. Então, todas as ações que temos feito de inclusão previdenciária têm sido na linha de reconhecer as diferenças de capacidade contributiva e incluir na Previdência de acordo com a capacidade que cada um tem. Devemos em breve fazer algo em relação ao empregado doméstico, que é um empregado muito sofrido, muito discriminado neste País e que tem um acesso à Previdência, infelizmente, muito pequeno hoje em dia. Então, sem querer me alongar mais, essas eram as considerações. Não temos tantas discordâncias, mas apenas algumas visões um pouco mais amplas e diferenciadas em relação aos temas.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Leonardo, que aqui falou em nome do Ministro Garibaldi, fazendo as suas ponderações.

Eu só queria dizer que nós vamos ter o momento do debate, mas agora nós vamos ter que fazer. Sei que a Mesa está se coçando para falar, já me cutucaram. O debate é bom, é isso mesmo. Eu acho que só contribui para a gente apontar caminhos.

Eu achei, permita-me, Dr. Leonardo, que representa o Ministro, duas questões que eu considero fundamentais. Primeiro, o Ministério reconhece que a Previdência, o Regime Geral da Previdência aqui – e vocês reparem bem, urbano – é superavitário. E também demonstrou que as renúncias fiscais aumentam cada vez mais. Quanto mais há renúncia, significa na verdade retirada de dinheiro da Previdência para sustentar, em tese, a crise. Muito menos do que os 21 bilhões daqui do Estado e mais 1,5 agora – que serão, então, creio eu, em torno de 22 bilhões – é necessário, para resolver o problema de acabar com o fator que V. Ex^a também entende que tem que mudar, o fator não pode continuar, tem que ter uma outra alternativa. Parece-me que há muita coisa aqui em sintonia, precisamos caminhar juntos. Primeiro, modificar o fator, que é uma alternativa, não estou dizendo nem extinguir definitivamente, porque sei que não é essa posição do Ministério, permita-me que diga isso, você também não disse nada contrário. Mas há uma outra possibilidade de o trabalhador se aposentar sem o fator e uma demonstração clara de que a Previdência é superavitária e, por isso, no nosso entendimento é justo o movimento que os trabalhadores fazem para ter

reajustes que acompanhem o crescimento do PIB ou, pelo menos em parte, como fez o Presidente Lula no último ano, deu 80% do PIB. Lembro-me que os ditos economistas diziam que se fosse dado esse reajuste faliria a Previdência. Deu 80% e não faliu coisa nenhuma, pelo contrário, parece que ficou melhor ainda, porque a partir deste ano a desoneração aumentou, significa que a Previdência é viável.

Vamos à nossa segunda Mesa. Eu convidaria todos que estão aqui que retornassem ao plenário, menos o Leonardo, que fica e vai falar, inclusive, de novo, depois de ouvir a segunda Mesa.

Então, para segunda Mesa... Depois teremos debates, nós temos todo tempo. Não há problema nenhum se ficarmos aqui até 2 ou 3 horas debatendo um tema tão importante como este. Eu sempre digo – Leonardo me permita – que na minha avaliação envolve a vida de todos brasileiros.

Convido à Mesa o colega Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato dos Aposentados de São Paulo, representando aqui a Força Sindical.

Convido também o Joilson Cardoso, secretário de Relações Institucionais da CTB, em representação ao Wagner Gomes, que é o Presidente da Central dos Trabalhadores.

Eu vou colocar na Mesa aqui, também neste momento, o Pedro Armengol. É assim mesmo, Pedro Armengol, já esteve aqui outras vezes, devagar eu vou aprendendo, tem que vir mais vezes. Pedro Armengol, Diretor Executivo da CUT, que representa aqui o Presidente Artur Henrique. E convido aqui, a pedido de todos, que é hora de termos uma mulher na Mesa, a Dr^a Zélia Luiza Pierdoná, que é gaúcha de Passo Fundo. Falei para ela quando chegou da música do Teixeira, mas não vou cantar agora, senão... Mas fala aqui que chegar em Passo Fundo no cantar do galo é um momento lindo. Dr^a Zélia Luiza Pierdoná, membro do Ministério Público Federal e especialista em Previdência social.

Então, de imediato, nesta segunda Mesa eu vou passar a palavra ao Paulo José Zanetti, pela ordem aqui, Diretor Institucional do Sindicato dos Aposentados do Estado de São Paulo.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Bom dia a todos. Eu estou aqui representando o nosso Presidente, Paulo Pereira da Silva, também o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, João Batista Inocentini.

Cumprimentar mais uma vez o Senador Paim pela iniciativa desta audiência pública, pois o tema requer uma preocupação muito grande da sociedade brasileira.

A questão da redução dos encargos da folha de pagamento realmente é preocupante, porque como vamos poder afirmar que esses setores que foram

beneficiados – confecções, calçados, móveis, *softwares* – se eles vão realmente pagar sobre aquilo que efetivamente vão estar recebendo. A gente sabe que os balanços podem ser facilmente manipulados.

Disse o companheiro Leonardo que as diferenças serão cobertas pelo Tesouro Nacional, mas isso tem que ser uma coisa bem clara, porque volta e meia a gente fala aqui muito de déficit na Previdência, que nós falamos em superávit da seguridade social.

Se todas as verbas que foram destinadas na Constituição à seguridade social fossem efetivamente repassadas, nós nunca estaríamos falando em Previdência Social deficitária neste País. Eu acho que os recursos efetivamente são muito grandes. A gente tem que ter propostas e a Força Sindical e o Sindicato Nacional dos Aposentados têm batido numa tecla de que poderá ser instituída neste País uma contribuição mista sobre parte do faturamento e parte da contribuição normal, como é hoje. Setores como o setor financeiro, vamos dizer, os bancos, que faturam muito e têm poucos empregados, poderiam, estes sim, pagar sobre o faturamento. As montadoras no setor metalúrgico também, outro exemplo que poderia com facilidade e aumentaríamos muito a arrecadação da nossa Previdência Social.

Então, esses setores que foram a nossa preocupação, sabemos dessa Proposta para um Brasil Melhor, da necessidade de manutenção de empregos também, que é uma coisa muito certa, porque esses setores realmente estão com problemas devido à importação dos outros países, trazendo de lá sua tecnologia muito mais barata do que a mão de obra do Brasil.

Então, nós da Força Sindical concordamos com isso, mas também sugerimos ao Governo e já estamos trazendo essa proposta em diversos debates, dessa contribuição mista.

Na questão do veto do reajuste dos aposentados, acho que nada cai do céu, nós temos que efetivamente ter uma atuação, uma pressão sobre o Congresso Nacional, para que nós possamos reverter essa situação. Volto a dizer que nada cai do céu. Nós, do Sindicato dos Aposentados, no próximo dia 6, estaremos fazendo uma manifestação nas grandes cidades deste País, culminando com o grande ato principal no Rio de Janeiro, no Cristo Redentor, porque nós temos até uma ironia, dizendo que só Cristo pode salvar os aposentados, que, a depender da Presidente Dilma, nada vai acontecer. Então, nós vamos fazer manifestações em todo território nacional e estaremos numa grande manifestação dia 6, a partir das 17h, no Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Convidamos todos aposentados, principalmente do Rio de Janeiro e aqueles que puderem até lá se deslocarem. Isso é muito importante, porque

o aumento real para os aposentados é de fundamental importância para todos da Previdência Social.

A persistir essa política que já foi aqui falada que salário mínimo vai ser aumentado para R\$620,00, isso dando 13,6% de reajuste para em torno... Agora não serão só 18 milhões. Quando esse índice for aplicado, possivelmente esse número chegará a 20 milhões de aposentados. A permanecer que os demais, 8 milhões hoje, só receberão em torno de 5,7%, nós não podemos permitir que este País se torne um País de salário mínimo. Do salário mínimo nós não temos nada a questionar, não é o ideal, mas é aquilo que foi acertado com as centrais sindicais e com a representação dos aposentados.

Até já foi feita uma sacanagem, porque quando nós negociamos seria até 2023 essa política. Daí, a dona Dilma pegou e alterou para 2014. Não foi esse o primeiro acordo. A política salarial de reajuste do salário mínimo, quando foi acertada com as centrais, volto a dizer, era até 2023. Mas, então, agora a dona Dilma falou que vai ser até 2014. Quanto a ele, não tem problema, PIB de dois anos anteriores, mais a inflação do período. O que nos preocupa muito – e a gente fala dos aposentados – é essa preocupação de não tornar o País um país de salário mínimo. Porque, persistindo essa sistemática de reajuste, vocês podem ter certeza de que dentro de 10 anos quase 90% dos aposentados do Brasil estarão ganhando salário mínimo. Eu acho que não é isso justo e não é isso que nós queremos.

A questão do fator previdenciário. Claro que ele é terrível e todas as centrais defendem sim. Foi citado e foi ironizado por algumas centrais, não vou entrar em polêmica, mas o fator previdenciário não cai pura e simplesmente não, tem que ser negociado. É isso que nós temos que negociar. Então, não pensem que o fator previdenciário vai ser extinto e o outro projeto pelos últimos 36 meses voltar à fábrica de aposentadorias milionárias. Isso aí não vai acontecer. Nós não podemos matar a galinhas dos ovos de ouro. Nós temos que ter uma preocupação sim com a nossa Previdência Social. Nós a queremos superavitária, que possa dar tranquilidade e que todos os aposentados deste País, os trabalhadores, após cumprirem sua jornada, possam ter uma aposentadoria digna.

Essa preocupação nós temos, Queremos discutir sim. Estamos participando de debates – o Senador também já esteve junto – há alguns anos nós estamos discutindo isso. Não sei o que será, mas nós não podemos falar que vai cair de graça. Não vai cair de graça o fim do fator previdenciário não. Então, nós temos que negociar, ver alternativas. Nós não podemos aqui ficar cegos e dizer que a expectativa de vida neste País não subiu. No passado, quem chegava a

50 anos, eram pouquíssimas pessoas. Hoje, muitas pessoas chegam a 100 anos. Então, isso tem que ser amplamente discutido. Às vezes pessoas aqui falaram: “Seria bom que eles viessem participar”. Aqui está o Leonardo do Conselho Nacional de Previdência Social para se ter uma clareza até dos números para saber de tudo isso que se coloca para toda esta instituição.

Então, nós temos propostas sim da Força Sindical. Queremos o fim do fator previdenciário. É impossível continuar o trabalhador, após cumprir 35 anos de jornada, perdendo em torno de 40% e a mulher até mais do que isso. Nós queremos então apresentar propostas, exigir o fim do fator previdenciário e dentro de uma fórmula que busque a sobrevivência da Previdência Social. Entendemos que isso para nós é de fundamental importância. Alguns que falaram aqui de algumas centrais, eu queria dizer o seguinte: seria importante também que o governo aplicasse aquilo que foi decidido por ocasião da criação das centrais sindicais, o que faria com que muitas delas talvez aqui não estivessem. Tem que ter representatividade, disso nós não vamos abrir mão.

Então, ano que vem a legislação das centrais deverá ser aplicada? Sim, esperamos e aí vai ter que haver uma fusão, que vai fortalecer ainda mais o movimento sindical. Acho que unidos nós seremos bem mais fortes.

Esse é o recado da Força Sindical. Depois, eu me colocarei à disposição para os outros questionamentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Paulo José Zanetti, diretor institucional do Sindicato dos Aposentados do Estado de São Paulo, representando aqui a Força Sindical, que reafirma sua posição de que temos que construir uma alternativa ao fator previdenciário e, ao mesmo tempo, defende também, naturalmente, que haja uma reposição nos benefícios dos aposentados e também pensionistas, enfatiza muito a questão de que temos que negociar. E a palavra de ordem também é essa, não adianta. Não existe Papai Noel, ninguém vai dar nada se não houver pressão e negociação. Esse é o caminho, é pressionar e dizer, meu amigo Paulo, que vou estar casualmente no Rio no dia 6 de janeiro, porque ganho o título de Cidadão da Cidade do Rio de Janeiro e, provavelmente, eu iria a Volta Redonda, num debate lá com os aposentados. Para mim não há problema nenhum dar uma fugida e ir ao Cristo... Até porque eu nunca fui ao Cristo, viu? Pode ser que eu vá pela primeira vez e o milagre funcione como você pediu aqui.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – E o pessoal de Volta Redonda vai estar presente também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai estar junto lá. Então, vamos tentar trazer tudo num único evento, 6 de outubro, exatamente, 6 de janeiro não, estou lá no dia 6 de outubro. No dia 6 de outubro eu estarei no Rio. Tenho que reafirmar porque senão o pessoal do Rio vai falar: “Mas você só vem em janeiro?” No dia 6 de outubro eu estarei lá no Rio de Janeiro, conforme combinado, tanto para receber o título e no debate com Volta Redonda. Agora vamos tentar encaixar também esse ato lá a favor dos aposentados e pensionistas.

Seguindo aqui a orientação combinada coma Mesa, passo a palavra neste momento, de pronto, ao Diretor Executivo da CUT, que representa aqui o presidente Artur Henrique da Silva, o Pedro Armengol. Dizendo que para minha alegria, pessoal, é importante poder registrar que todas centrais sindicais convidadas estiveram presentes. Não houve uma central sindical... Isso mostra que está havendo de parte de todos nós muita preocupação e mobilização para este tema, para esta causa.

Por favor, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia a todos e a todas, saudar aqui em nome do Senador Paim toda Mesa aqui presente, o Leonardo, do Ministério da Previdência, com o qual a gente tenta participar do debate muito construtivo do grupo de trabalho da Previdência para tratar de aposentadoria, aos companheiros aqui da CTB, da Força Sindical, que estão aqui neste importante debate, mais uma vez neste espaço aqui construído para que a gente traga situações importantes, principalmente neste momento conjuntural.

Evidentemente, o debate surge naturalmente de algumas visões diferenciadas. Eu diria que, mesmo com alguns avanços apresentados aqui pelo Leonardo do Ministério da Previdência do ponto de vista de ganhos que teve, isso a gente tem que reconhecer, mas, do ponto de vista político, quando ele inclusive afirmou até afirmou até... Eu estava ali com o Joílson comentando, quando ele afirmou o seguinte: que o debate na América Latina avançou muito em relação à Previdência.

Na nossa ótica, infelizmente, realmente o debate avançou, mas ele não avançou num viés social, ele avançou num viés da doutrina neoliberal, inclusive com o avanço dessas concepções e até criando alguns mitos, como o mito do déficit da Previdência, que se você pergunta a qualquer cidadão ou cidadã brasileira hoje comum na rua, ele vai dizer: “Sim, a Previdência brasileira é deficitária”, porque isso foi massificado ideologicamente, principalmente a partir de 95. Hoje mesmo a gente também fica feliz, a gente tem que participar desse debate lá junto do Ministério da Previdência, inclusive temos que desmistificar isso

perante a sociedade. Porque, para toda a sociedade hoje a Previdência é deficitária, isso foi massificado ideologicamente, tornou-se esse mito. Até em alguns momentos no debate do GT eu tenho dito. Todos os governos, infelizmente, sem exceção, dependendo da conveniência do momento do avanço das reformas, utiliza-se também desse argumento dos riscos do déficit da Previdência para se aplicarem reformas. Infelizmente, todas as reformas que foram feitas desde 98 até 2007 não foram reformas num viés social, mas, principalmente, num viés neoliberal, que tem como resumo desse processo de reforma o fator previdenciário. Eu acho que o fator previdenciário sintetiza o objetivo de todas as reformas, que é o de postergar a aposentadoria e de diminuir os benefícios. Acho que o fator previdenciário simboliza, sintetiza todo o viés em que foram construídas as reformas da Previdência do Brasil.

Evidentemente que na Central Única dos Trabalhadores, nós temos isso como bandeira histórica de luta nossa, o fim do fator previdenciário, que nós entendemos que é a partir do debate do fim do fator previdenciário que inclusive a gente pode dar um viés social nesse debate das reformas necessárias para a Previdência. Porque hoje ele impede, inclusive, o avanço do debate.

Comungamos com a discussão de que também nós temos, do ponto de vista tático e político, de discutir o seguinte: se nós acreditarmos que devemos debater, não é o que nós desejamos, só o fim do fator previdenciário hoje, pela disputa de correlação de forças, nós entendemos que é muito difícil conseguir resultados, olhando de um olhar prático da vida. Então o que nós devemos discutir são alternativas que substituam esse elemento de segurança colocado por alguns, para que não traga os prejuízos que trazem hoje para os trabalhadores.

Nós da Central Única dos Trabalhadores, aí a gente entra em alguns problemas que foram citados aqui em algum momento, colocamos que um dos patamares que a gente podia trabalhar seria o do 85, 95, mas com algumas propostas que acompanham esse debate, porque, até do ponto de vista da discussão e das alternativas que a gente tinha em termos de outras propostas, hoje o que está dado inclusive e é o lado mais perverso do fator previdenciário, pois, no momento em que aumenta a expectativa de vida, o que é uma coisa extremamente positiva, se aumentam os problemas com o fator previdenciário. Aí sempre o trabalhador está refém, pois, se ele tem hoje 100% de condição de se aposentar, com o aumento da expectativa de vida, sai dessa condição de 100% e já começa a ter a perspectiva de diminuição nos seus benefícios e tal.

Então acompanham esse debate de alternativa que a gente tem trabalhado, inclusive, em todos os debates de que temos participado, algumas outras questões como alternativa ao fator previdenciário e inclusão de novos mecanismos para facilitar a comprovação de tempo de contribuição. Hoje inclusive isso é algo que não tem uma definição muito clara, principalmente para aquelas pessoas que começam a trabalhar muito cedo. Com o congelamento da tábua de expectativa de vida assim que o trabalhador atingir o tempo de contribuição mínima, muda a base de cálculo do salário benefício para 70% das maiores contribuições desde 1994, que hoje é 80%. Seria algo que também deveria estar incluído nesse debate de alternativa.

O trabalhador que estiver recebendo seguro-desemprego deve contar o período como tempo de contribuição, repito, o período em que ele estiver recebendo seguro-desemprego. O período de aviso prévio ser considerado também como tempo de contribuição. A certeza de que todos os trabalhadores que estiverem a doze meses de se aposentar tenham garantia de emprego, inclusive, hoje isso já é representado em alguns acordos coletivos de trabalho. Metalúrgicos, bancários, químicos e outras categorias já preveem essa garantia. Também devem garantir, para efeito de contagem de idade, que depois que o trabalhador tiver atingido o tempo de contribuição possa valer o chamado fator 1,4, que é aquele que já é aplicado nas aposentadorias especiais, o que significa que se contabilizam cada dez anos como se fossem quatorze anos. Então são propostas que a gente tem construído por meio de um debate feito internamente.

Entendemos que tínhamos um ambiente para a gente construir uma alternativa ao fator previdenciário e não meramente a discussão do fim do fator previdenciário, que entendemos ser politicamente muito difícil. A correlação de forças que está dada hoje com os setores, inclusive os conservadores, é muito difícil. Então eu acho que precisa dessa unidade das representações dos trabalhadores, de todo o conjunto, no sentido de a gente ter esse ambiente para a construção de uma alternativa ao fator previdenciário que naturalmente elimine os prejuízos que essa política, que esse fator traz hoje para os trabalhadores e trabalhadoras.

Quero até colocar aqui, não de forma corporativa, até porque o Warley citou aqui que perguntaram ontem se ele era a favor ou contra o aumento que o pessoal do setor público está tendo e tal, que devo esclarecer que, em alguns momentos, há até uma política massificada de jogar o trabalhador do setor público contra o trabalhador do setor privado como se o trabalhador do setor público vivesse uma maravilha e o do setor privado vivesse uma miséria, principalmente o apo-

sentado, o que são meias verdades – viu, Warley? –, porque os aposentados do setor público não ficaram fora desse viés neoliberal.

Quero dizer que, de 95 para cá – inclusive, eu estou falando isso com muita propriedade, porque eu sou do setor público, minha confederação é do setor público e as políticas também lá apontam para essa perspectiva de postergar as aposentadorias e diminuir os benefícios, e de uma forma muito perversa –, as estruturas de remuneração que vem sendo trabalhadas para mais de 80% dos trabalhadores do setor público, da administração pública, e aí a gente pode falar de todos os níveis, são baseadas basicamente em gratificações produtivistas: os vencimentos básicos estão sendo rebaixados, as estruturas de vencimentos básicos, e a maioria dessas gratificações, de forma macro, não são levadas em sua totalidade para a aposentadoria. Em média, hoje, por exemplo, na Administração Pública Federal, só 50% é levado para aposentadoria, isso em média, porque tem setores em que é menos do que isso.

Então hoje o trabalhador do setor público, apesar de dizerem por aí o contrário, a maioria deles não tem aposentadoria integral. As estruturas da maioria, excetuam-se uma minoria que tem integralidade, são de remuneração através de gratificações produtivistas que, quando levam para a aposentadoria, são de, no máximo, 50% dessas gratificações.

A gente tinha uma situação aí, melhoramos isso a partir de processos de negociação na Administração Pública Federal, nós tínhamos remuneração em que o vencimento básico era de 10% e as gratificações representavam 90% de sua estrutura. E quando esse trabalhador se aposentada leva em torno de 50% e perdia, de imediato, em torno de 40%.

Nós temos hoje trabalhadores no setor público, conheço situações do dia a dia, que já estão perto de 70 anos, perto da aposentadoria compulsória e estão dizendo: “Não posso me aposentar, porque, se eu me aposentar, vou perder 40% remuneração que eu tenho hoje e não vou ter condições de sobreviver”. Tem pessoas, inclusive no Arquivo Nacional lá no Rio de Janeiro, que estão sem condições de se aposentar. Vão ter de se aposentar e dizer: “Eu vou morrer, porque hoje a minha renda, se reduzir 40%, não me dará condições de sobreviver por causa dos meus medicamentos...” e das demandas que até foram colocadas pelo Leonardo aqui.

Então essa política de revés neoliberal está sendo olhada para o setor público. Quero dizer que o maior acordo que foi feito agora com o Governo Federal, com a Administração Pública Federal, que envolve em torno de 500 mil trabalhadores, dentre os quais quase 270

mil são aposentados – queria lhe dizer os percentuais aqui, Darley –, estão há dois anos sem nenhum tipo de reajuste nessas aposentadoria. Dois anos com inflação acumulada em torno de 14%. Isso atinge o pessoal de nível superior, envolve o chamado PGPE, carreirão, PST e planos de carreira correlatos. O nível superior vai ter reajuste em torno de 12%, o que não cobre nem a inflação, isso para os aposentados, estou dizendo, repito: não cobre nem a inflação do período; o nível intermediário, que é a grande maioria, 80% deles, vai ter 3,5% numa inflação acumulada de 14%; e o nível auxiliar vai ter 1,75%, em dois anos, numa inflação acumulada de 14%. Então a vida dos trabalhadores do setor público também não está tão boa assim, não, viu, Warley? A vida lá também é difícil.

Naturalmente o referencial de remuneração é diferenciado, nós sabemos disso, mas concordo com você que nós não podemos entrar nessa lógica de que o trabalhador do setor público está ganhando muito. É o trabalhador do setor privado que está ganhando pouco. Eu acho que essa é a lógica que nós temos de estar trabalhando em qualquer espaço de debate.

Em relação à desoneração, evidentemente nós temos alguns consensos aqui que já foram colocados pelas entidades dos trabalhadores.

Esse é um debate que não pode ser feito de forma isolada da reforma tributária, que tem que estar embutido no debate da reforma tributária. Não tem como fazê-lo isoladamente, como está fazendo neste momento o Governo, infelizmente, de forma isolada da reforma tributária.

A gente vê também com sérios riscos esse debate da tributação sobre o faturamento. Os faturamentos são variáveis. E eu acho que é uma experiência de um ano que deve ser feita com muito cuidado, inclusive, olhando os aspectos positivos e negativos. A nossa posição política, a posição da maioria das organizações dos trabalhadores é a seguinte: nós não aceitamos que a Previdência corra nenhum risco do ponto de vista de receita, porque o que está-se falando aí, Senador Paim, é algo em torno de R\$100 bilhões de desoneração principalmente das contas da Previdência, o que vemos com muito risco. Quanto a essa discussão sobre o faturamento, há uma subjetividade muito grande envolvida nesse debate. Devemos construir mecanismos mais sólidos dentro no debate da própria reforma tributária para que a gente tenha uma tranquilidade com o sistema, pois não vamos aceitar que o trabalhador mais uma vez pague essa conta. Esse debate ainda está incipiente por parte do Governo e a gente está tensionando para que tenhamos uma qualidade maior, a fim de que os trabalhadores não tenham prejuízo.

Em relação ao veto, nós entendemos que não foi um veto politicamente correto a questão da LDO para o aumento das aposentadorias acima de três salários mínimos, aliás, acima de um salário mínimo. Entendemos que não podemos ficar com essa situação de condicionar tudo a uma vontade política do gestor. Nós temos que construir aqui, Senador Paim, no Parlamento, uma legislação permanente de política de estado de recuperação e aumento das aposentadorias acima de um salário mínimo para a gente não ficar dependendo de veto de Presidente da República, dependendo de cor ideológica.

Então temos que avançar nesse debate de construção de uma legislação permanente que garanta a recuperação das perdas inflacionárias mais ganho real das aposentadorias acima de um salário mínimo. E já temos algumas proposições aqui na Casa que garantem a inflação do período passado mais o aumento do crescimento do PIB, para que tenhamos uma legislação permanente e não fiquemos dependendo da vontade do Presidente A ou do Presidente B em relação à política de recuperação e de manutenção do poder de compra das aposentadorias acima de um salário mínimo, porque os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros aposentados e pensionistas não podem ficar reféns da vontade ou das circunstâncias políticas do momento para ter o que é socialmente justo, que é a garantia mínima de recuperação das perdas inflacionárias e da manutenção do seu poder de compra para que se tenha naturalmente o que está garantido na Constituição: que todos os trabalhadores, inclusive os aposentados e pensionistas, tenham uma vida digna e não sejam tratados de forma diferenciada dos trabalhadores na ativa.

Então são essas as posições, os elementos e as reflexões que a Central Única dos Trabalhadores traz para esse debate, sempre abertos e à disposição para estarmos construindo coletivamente políticas que realmente venham a fazer justiça aos aposentados e pensionistas neste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Pedro Armengol, Diretor-Executivo da CUT, que falou aqui representando o Artur Henrique da Silva.

Por uma questão apenas de correção, quero dizer que todas as centrais convidadas se fizeram presentes, assim como também todas as confederações o fizeram por meio de seus líderes.

Quero dizer também que há uma grande concordância, quero dizer, pelo menos de minha parte, com essa visão de que nós temos que ter, como fizemos com o salário mínimo, uma política permanente de valorização dos benefícios dos aposentados. Eu até dizia

outro dia que aqueles que foram contra essa política, nós fomos a favor, negociada com o Congresso e com as centrais com o Presidente Lula, estamos mostrando resultado. Já aqueles que não querem que esta se cumpra – já vi diversos articulistas editoriais dizendo que essa política de salário mínimo não deveria ser aplicada – foram até ao Supremo.

Então eu só posso cumprimentar as centrais e reafirmo que é fundamental que haja uma política de valorização permanente dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Foi bom também fazer um esclarecimento na área do servidor público, porque, se não, ocorre aquilo que também disse o Warley e o senhor, com os outros argumentos que sustentou aqui: ficam jogando um contra o outro. Todos são trabalhadores: os da área pública e os da privada.

Neste momento, vou passar a palavra para a Dr^a Zélia Luiza Perdoná, Membro do Ministério Público Federal e notória especialista em Previdência.

Por último falará o Joílson. Depois nós vamos à última Mesa.

Florian, você está na última mesa em nome da Anfp.

A SR^a ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Quero agradecer o convite que me foi formulado pelo Senador Paulo Paim e dizer que só um espírito democrático – já estive presente em algumas Mesas com o Senador e discordamos de algumas posições... Lembrei, não posso deixar de mencionar, o discurso que Péricles fez homenageando os atenienses que morreram na guerra do Peloponeso. Ele dizia o seguinte: “Em vez de considerar a discussão como uma pedra no caminho da ação, devemos considerá-la como uma preliminar indispensável de qualquer ação sábia.” Então, certamente, parte desse discurso proferido na Grécia Antiga é bastante oportuno. A minha posição muitas vezes é concomitante; outras vezes, não é a mesma que a de muitas pessoas aqui presentes. Vou, inclusive, trazer outro aspecto, mas essa discussão conduz o avançar.

Fiquei muito feliz aqui, porque mesmo os representantes dos trabalhadores estão dizendo: “Precisamos discutir. Não vai cair o fator previdenciário sem qualquer substituição.” Então, fiquei feliz. Estou aqui e estou feliz nessa perspectiva de que a discussão é a pedra angular aqui e a pedra angular desta Casa, que representa todos nós.

Quero trazer uma contribuição da Academia. Além de membro do Ministério Público, sou professora de Direito Previdenciário do Mackenzie. Costumo dizer – sou professora no mestrado e doutorado – para os meus orientados que a Academia tem que contribuir para a realidade. Então, quando um orientado chega e quer discutir os sexos dos anjos, eu digo que não. O

que nós podemos, nós, Academia, o que a Universidade pode contribuir para o avanço, no caso específico aqui, da proteção social brasileira? Então é nessa perspectiva mais acadêmica que vou colocar aqui as minhas manifestações, embora, como membro do Ministério Público, tenha sempre atuado nas questões previdenciárias.

Há quatorze anos, como Procuradora da República, atuo em questões previdenciárias. Já fui procuradora do INSS. Já fui fiscal do INSS. Então, tenho uma experiência Previdenciária também bastante longa. Quero contribuir. Como eu, tanto no Ministério Público, com a autonomia que a Constituição nos garantiu, como professora na Academia, não tenho a preocupação de defender esta ou aquela, apenas quero colocar a visão que tenho da proteção social.

Eu dizia, quando fui candidata à Presidência da Associação Nacional dos Procuradores da República – não fui eleita, fui só candidata –, que uma coisa seria falar representando os Procuradores e outra coisa seria falar em meu nome, em nome da professora Zélia de Direito Previdenciário. Quando dou um parecer ou entro com uma ação civil pública, falo como Membro do Ministério Público. Muitas vezes, como representante, a gente tem que defender posições diferentes, posições que representam a maioria.

Por que estou dizendo isso? Porque, mesma sendo servidora pública, eu fui uma das primeiras pessoas a defender a contribuição de inativo. Fiz contra os meus interesses pessoais, porque, quando eu me aposentar, vou pagar contribuição de inativo. E por que fiz isso? Eu fiz isso porque o art. 3º da Constituição diz que é um dos objetivos do Estado brasileiro reduzir as desigualdades sociais e regionais. E não são todos os servidores públicos que pagam contribuição de inativo. Quem paga contribuição de inativo é aquele servidor que ganha mais do que R\$ 3.689,00, que é o teto do regime geral. Quantas pessoas neste País ganham mais do que R\$ 3.689,00? Quantas pessoas? Nem 15% dos trabalhadores. Então, se nós, enquanto acadêmicos, enquanto membro da sociedade, queremos, efetivamente, ter uma sociedade menos desigual, acho que nós temos que inclusive cortar na nossa carne algumas questões.

É interessante porque se falou aqui, e logo em seguida eu passo ao tema, sobre servidores públicos. Recentemente, fiz um pós-doutorado em Madrid, na Espanha, e eu falava para um grande catedrático da Espanha sobre como era a proteção do servidor público. E ele dizia que não era proteção, era um grande negócio, antes das mudanças. Então aquilo que foi colocado aqui como mudanças neoliberais...

Eu tenho dúvida se esse é o termo adequado para nós tratarmos das mudanças que ocorreram em relação aos servidores públicos. Por quê? Porque o servidor público ficava dois anos... Eu tenho 30 anos de serviço público e eu poderia aqui dar exemplos de colegas que chegaram, fizeram concurso público – e aqui, em homenagem à Assunta, que está aqui, foi a primeira mulher presidente da Anfp...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou pedir para Assunta levantar. A Assunta é uma figura conhecidíssima de todos nós (*Palmas.*)

A SR^a ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Então, o acontece em relação a esta questão dos servidores públicos? Um exemplo que eu queria dar: uma fiscal do então INSS e hoje fiscal da Receita com a União entrou comigo, quando eu entrei como fiscal, ficou dois anos – antes ela era da iniciativa privada e recolhia, no máximo, R\$ 3.689,00 – e se aposentou como fiscal. Quem sustenta isso? Temos que parar e perguntar, quem sustenta isso? Quem sustenta isso é a sociedade brasileira. Então nós temos que discutir: será que é neoliberal alguém poder ganhar R\$16 mil ou R\$17 mil tendo contribuído sobre R\$16 mil ou R\$ 17 mil por dois anos? Será que isso é neoliberalismo? Tenho dúvidas. Então, quero trazer a minha contribuição nesse aspecto.

Agradeço o convite. Quero também agradecer o convite da Fundação Anfp, que foi quem me indicou para participar, mesmo tendo posições que se diferenciam. Muitas vezes tenho sido uma companheira, uma parceira. Eles me convidaram, sugeriu meu nome aos Senadores. Então, é nesse espírito da discussão e até para justificar a minha fala aqui, gostaria de lembrar Mahatma Gandhi: “O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”. E em matéria previdenciária é exatamente isso. O futuro depende das decisões que nós tivermos no presente, porque nós não podemos pensar a Previdência Social só em relação ao contexto atual.

Eu tenho uns *slides*, e, se der tempo, vou apresentar, sobre como é que vai ficar a pirâmide da população brasileira no ano de 2050. Como é que vai ficar? Então, nós temos que pensar nisso. Nós temos que pensar também que a Constituição de 1988 trouxe um sistema de proteção social diferente do mundo inteiro. Eu tenho estudado isso, e o que acontece? Seguridade social, na grande maioria dos países, ou é só previdência ou é previdência e assistência ou é previdência e parte da assistência. Agora, com a ideia de saúde embutida, a nossa Constituição inovou, embora a nossa Constituição seja o reflexo ou tenha aproveitado muito o estudo feito por William Beveridge.

Em 1941, o Parlamento da Grã-Bretanha formou uma comissão interministerial presidida por William

Beveridge. Um ano após, foi apresentado um relatório. A ideia desse relatório é a proteção de todos na situação geradora de necessidades. Isso ele chamou de seguridade social. Essa seguridade social tinha como base o que hoje chamamos de Previdência e que há época chamava de seguro social. Depois ele disse que aquelas pessoas não protegidas – e aqui o Dr. André falava que quanto maior é a Previdência menor é a assistência... Na verdade, o nosso sistema e o sistema de Beveridge têm como base, como objetivo maior a proteção pela Previdência Social e, subsidiariamente, a proteção pela assistência social. Alguns discutem e dizem que a saúde está dentro da seguridade, mas temos lido, em um grupo de pesquisa que eu coordeno em São Paulo, o próprio relatório Beveridge, que deixa claro que não tem como manter uma proteção adequada se não estender saúde para todos – que é o que a Constituição de 1988 fez, de forma inovadora. Também ele coloca alguns pressupostos, como a reabilitação – e vejo aqui o Dr. Leonardo, a Previdência está procurando discutir essa questão da reabilitação. Nós temos que urgentemente pensar isso, sob pena de estar violando um princípio da Constituição que é o valor social do trabalho. Então, ele dizia que a saúde e a reabilitação têm que andar juntas nesse sistema, e esse sistema foi adotado pela Constituição de 1988.

Quando, então, Senador Paim, V. Ex^a afirma, e eu vi também outros expositores falando sobre isso, o superávit da Previdência, temos que analisar se tem ou não superávit da seguridade social. Por quê? Porque a Constituição de 1988 pensou nesta ampliação da proteção social, pensou em dar saúde para toda a população, e não só para os trabalhadores. Muitos dos senhores, assim como eu, devem se lembrar que, antes da Constituição de 1988, usávamos a carteirinha do INPS para nos identificávamos como trabalhadores e como destinatários da saúde pública. A Constituição de 1988 disse “não, agora nós vamos ter saúde para todos”. E é até equivocado, Senador Paim, dizer que a saúde era para todos os trabalhadores, porque o Funrural dizia que só teria saúde se sobrasse recurso. A lei do Funrural dizia isso. Então, nem todos os trabalhadores tinham acesso à saúde pública: o trabalhador urbano, sim; o trabalhador rural, não. A Constituição de 1988 disse “não, saúde para todos”. Além disso, a Constituição de 1988, assim como Beveridge propôs, estabeleceu que aqueles excluídos da proteção da Previdência Social seriam incluídos pela assistência social. Então, temos o benefício da prestação continuada, temos o Bolsa Família. Esses benefícios estão dentro da seguridade social, estão dentro do sistema de proteção social que o constituinte desenhou. Para garantir esse sistema, o constituinte tinha, inicialmente,

seis contribuições; depois, tivemos sete; chegamos a ter oito, com a CPMF; e hoje temos sete contribuições. Esse conjunto de contribuições de seguridade social foi desenhado na Constituição de 1988 para sustentar saúde, previdência e assistência.

Então, quando falamos – e aqui tenho dados, não vou passar para não perder tempo – de superávit, e nem preciso apresentar esses dados, porque o próprio Leonardo aqui falou que é superavitário, não é a Previdência que é superavitária. É a Seguridade Social que é superavitária. Mas aí eu faço uma pergunta para cada um de nós aqui presente: será que é superavitária quando nós temos uma das piores saúdes do mundo? Será que é superavitária? Será que a Previdência é superavitária quando nós temos mais de 25 milhões trabalhadores fora do sistema?

Tenho aqui um dado, e tenho certeza de que o Ministério da Previdência tem esse dado, do que acontece aqui. O Brasil tem uma das melhores coberturas previdenciárias da América Latina, mas, observem senhores, ela tem 66,9% dos trabalhadores. Por que não podemos ser audaciosos e querermos incluir todos os trabalhadores brasileiros? O Dr. André dizia que, se nós tivermos uma amplitude da Previdência, vamos diminuir a Previdência Social. Nesse ponto, Senador Paim, tenho uma pequena discordância porque hoje a legislação ligada à Assistência Social tem, no meu entendimento, desestimulado a Previdência Social. Costumo dizer que, se eu fosse trabalhadora informal e se eu ganhasse – por exemplo, no Mackenzie, existem ambulantes que vendem doces – em torno de R\$500,00 ou R\$600,00 e se eu conhecesse o sistema como eu conheço, eu não iria recolher para a Previdência Social. Por que eu vou recolher, Senador, se eu... Eu, mulher, ainda teria uma vantagem, porque, com 60 anos, eu teria o benefício da prestação continuada. Mas, na minha posição, já tenho artigos que escrevi defendendo a igualdade entre homens e mulheres. Por isso, eu me coloco à disposição para discutir todos esses temas, talvez com regras de transição em relação à igualdade, mas, se sou um homem, eu vou ter o mesmo benefício.

O Beveridge dizia que a assistência social não pode ser tão atrativa a ponto de desestimular a Previdência Social. Como o nosso sistema tem muito no berço do Beveridge, talvez a gente tenha, como o Pedro dizia, como o Paulo dizia, de sentar e discutir. Entendo que temos de discutir a proteção social em conjunto, não posso só discutir o Fator Previdenciário. O Fator Previdenciário, o Leonardo dizia, não tem cumprido o seu papel. Não tem cumprido por quê? Porque, por exemplo, em alguns países, na grande maioria, quando a pessoa se aposenta não pode voltar a trabalhar.

Aqui, no Brasil, não tem essa proibição. Então, um Fator que era para desestimular aposentadorias precoces não cumpre mesmo. Talvez a gente tenha de mudar alguma coisa. Da forma como está eu entendo que há muitas inconstitucionalidades.

Eu, inclusive, já defendi numa audiência que teve em São Paulo, a Câmara dos Deputados estava presente, o porquê da vinda do Fator. O Fator veio porque na Emenda 20 não foi aprovada a idade mínima para o regime geral. Foi aprovado no serviço público e não foi aprovado no regime geral. Então, o que tinha de ter? Tinha de ter o fator neutro, com 55 e 60, que era a idade proposta e é a idade que tem no serviço público para a aposentadoria por tempo. Abaixo daquilo reduz; acima daquilo aumenta. Então, por exemplo, temos em Portugal exemplos de que se a pessoa fica mais tempo, ou mesmo na Espanha, ela melhora o seu benefício. Talvez seja alguma coisa, são ideias, mas temos de pensar em como vamos fazer essa questão de repensar o Fator Previdenciário.

Eu entendo, pela análise que tenho feito de alguns países, que não podemos reinventar a roda, que já existe há muito tempo. E o Brasil é um dos poucos países que tem aposentadoria por tempo. Se ele tem aposentadoria por tempo, e já vi o Senador em plenário defender, dizendo que ela é contributiva e que, portanto, se justifica, mas talvez repensar o desenho dela no sentido de que não seja assim tão desalentador para o trabalhador porque, efetivamente, se vou me aposentar e diminuir 50% do que ganho... Inclusive, não tenho tempo para aqui expor, mas quando pego o quadro da proteção social brasileira a Previdência Social tem um objetivo diferente da assistência social, a Previdência visa substituir rendimentos do trabalho. Então, a pessoa tem de ganhar com o benefício previdenciário mais ou menos o que ganhava no trabalho. Esse é o objetivo da Previdência. Então, temos de adequar todos os benefícios, não só a aposentadoria por tempo, Pedro. Temos, por exemplo, mais de 50% dos benefícios previdenciários por incapacidade no país em que a pessoa ganha mais doente do que trabalhando.

Eu tenho dois artigos, inclusive em eventos internacionais, dizendo que a legislação brasileira estimula a doença. Costumo dizer que só louco continua trabalhando, porque se ganho mais recebendo auxílio-doença, que pela população é conhecido como “estar encostado”, se ganho mais estando encostado, por que vou trabalhar? Principalmente quando fico encostado sem estar efetivamente trabalhando. E aí é um clamor justo dos médicos peritos, a dificuldade deles em fazer a perícia médica quando eles concluem pela não existência de incapacidade, porque o trabalhador vai ganhar mais doente do que trabalhando. Então, conclamo as

centrais sindicais a pensarem nisso, porque quando houve uma medida provisória, em 2004, as centrais foram contrárias à medida provisória que delimitava os benefícios por incapacidade. Quero dizer que em país nenhum do mundo a pessoa ganha mais de auxílio-doença do que trabalhando. País nenhum, Senador!

Então, nós temos de pensar nas alternativas, no conjunto da proteção, senão fica assim: vou remendar isso e aquilo e não vou ter o desenho da proteção. Sei que já ultrapassei o tempo, mas, em relação ao Fator Previdenciário, entendo que tem de ser repensado, mas que tem de ter um sistema alternativo. E eu me proponho, aqui. Estou à disposição do Senado.

O Leonardo falava, aí, dessa comissão, desse grupo de trabalho. Estou à disposição, como acadêmica e membro do Ministério Público, para fazer parte dessas comissões e pensarmos, juntos, qual a melhor proteção. Como vamos trazer os 30% dos trabalhadores que estão fora? Como vamos dar saúde para todo mundo e não só para quem vai ao Poder Judiciário? Eu sou contra juiz conceder medicamento em ação individual. Eu sou favorável a que toda população tenha uma saúde adequada.

Aqui, alguém hoje falou do juiz da Primeira Vara Previdenciária. Enquanto um juiz fica concedendo a, b ou c, ele desigual. E eu estou certa de que ninguém aqui quer desigualdade entre os trabalhadores. Eu não posso diferenciar duas pessoas com a mesma situação; e tenho feito críticas bastante acentuadas e escrito sobre o ativismo judicial, que em matéria de seguridade social só tem desigualdade em relação aos direitos sociais. Desigualdade em relação ao benefício da Loas, da aposentadoria, da desaposentação, essas coisas todas. Então, temos que trazer pro campo da política, Senador. Decidir nesta Casa e na Casa ao lado, para que todos os trabalhadores efetivamente tenham os mesmos direitos.

Até quanto a uma matéria que eu gosto muito, que é a questão de folha, do custeio da seguridade social, o Leonardo dizia aqui que não é previdenciário, mas uma política econômica de desoneração a ou b. Eu gostaria de dizer que há aquelas sete contribuições existentes. São sete! Então, não posso dizer que é só como nos outros países todos. É contribuição do trabalhador ou contribuição da empresa sobre a folha ou sobre o faturamento. Então, para sustentar o seguro social e a previdência social nos países, é isso. Essa é a forma. Ou como em alguns países, que concedem o mínimo para todos e daí saem os impostos.

Eu tenho dificuldades para explicar. Escrevi um artigo na Espanha, nesse período que estava fazendo pós-doutorado, e tive dificuldade para explicar como é o nosso custeio, porque eles não entendem. Então, a

pessoa que me acompanhou no estágio pós-doutoral dizia: “Olha, mas eu não entendo! Tu falas aqui em sete tributos?” E aí eu dizia: “Sim, mas acontece que esses sete tributos são para previdência, assistência e saúde”.

Então, não tem como a gente falar que vai fazer comparações entre a Espanha, o Equador, a Argentina. Não tem como fazer comparação. O nosso sistema é diferenciado. E o nosso sistema, Leonardo, tem princípios. Ele é diferente.

Aqui se falava que se deve pensar a desoneração da folha no conjunto da reforma tributária. Nós temos que pensar que o custeio da seguridade social, embora sendo tributo – foi reconhecido pelo Supremo e eu mesma defendo essa posição – tem princípios específicos. Ele tem, por exemplo, o princípio da equidade na forma de participação do custeio. No imposto é capacidade contributiva, ali é equidade na forma de participação do custeio.

Esse princípio de equidade na forma de participação do custeio tem viés que permite, por exemplo, que uma empresa que tenha mais acidente de trabalho pague mais do que uma empresa que tenha menos. Mas ele tem também o viés da empregabilidade. Então, se agora, no contexto se verificar que aquelas atividades... e uma delas é aquela que substitui por 2,5%, que são as empresas de tecnologia da informação, de prestação de serviços. Foi constatado que elas não têm empregados. Então, o que acontece? Havia uma falta de proteção muito grande quanto a isso.

Então, eu penso que tem, sim, relação; mas só é constitucional a desigualdade se tiver vinculação com a seguridade social. Se não tiver vinculação com a seguridade social, daí, sim, não pode haver desigualdade. Por isso, eu concordo com o Leonardo quando falava das entidades beneficentes de assistência social.

Eu tenho artigo, desde 1999, dizendo que entidade educacional não pode estar ali dentro, porque o que sustenta a educação é imposto. Agora, saúde e assistência podem estar ali. Por quê? Porque se trata de contribuições de seguridade social. Talvez não em relação à folha, porque esta é específica.

Eu estou terminando, Senador. Gaúcho é assim, não é, Senador? Gaúcho é assim.

Eu quero dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ter mais um tempo para falar depois. Todos terão. Todos! Eu vejo que alguns do plenário estão levantando o dedo já, porque querem. Mas tudo no momento adequado. Todos vão usar a palavra.

A SRª ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Eu quero dizer que não falei sobre os reajustes, mas queria que todos pensassem aqui e refletissem, para não sair...

Uma vez o Hélio Gustavo me convidou para dar uma palestra e me vaiaram.

Eu costumo dizer o seguinte, que tenho obrigatoriedade em defender aquilo que considero básico para o sistema. Eu tenho chamado isso de equidade intergeracional. Não posso pensar só nos aposentados de hoje. Esse pessoal que está trabalhando e contribuindo tem que ter direito a uma proteção adequada também. A isso eu chamo de equidade intergeracional.

Agora eu termino, Senador. Quando nós falamos em reajuste... e aqui o Leonardo apresentava os dados. Quando o aposentado tem um reajuste maior que o da atividade, está violado o princípio do valor social do trabalho, assim como o violamos com os benefícios por incapacidade.

Eu tenho pai e mãe aposentados. É injusto, porque pensam assim: quando me aposentei eu ganhava tantos salários mínimos e agora ganho menos salários mínimos. Então, se comparar o salário mínimo, realmente é injusto.

Por isso, Senador, direi uma coisa aqui que talvez choque todos: Talvez o que deixe o aposentado mais indignado é que ele, que contribuiu por 30 ou 40 anos, tenha reajuste menor do que aquele que não contribuiu nada em relação ao Loas. O Benefício de Prestação Continuada está atrelado ao salário mínimo. De acordo com o Relatório Beveridge isso está em desacordo, porque a ideia de assistência social é concessão do mínimo existencial.

Eu tenho chamado atenção dos juízes porque eles querem comparar duas coisas não comparáveis. Eu não posso comparar água e vinho. São coisas não comparáveis. E eles, quando concedem muito além do que esta Casa determinou que é a proteção ao miserável, quando estendem essa proteção, também estão desestimulando a previdência.

Senador, eu tenho muito a falar e até deveria reivindicar que sou a única mulher, então quero ter direito de igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah! Mas vai ter outra mulher que falará aqui. Não se preocupe que não é só você.

A SR^a ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – É verdade. Mas quero dizer que estou à disposição da comissão que V. Ex^a preside. Estou à disposição de V. Ex^a como pessoa que gosta muito da área. Eu também gosto muito. As pessoas dizem que sou apaixonada por direito previdenciário.

Eu estou à disposição das centrais para discutir isso e quero dizer que precisamos pensar uma proteção adequada para hoje, amanhã e todos, não só para aqueles que são hoje trabalhadores e estão recolhendo previdência.

Nós temos que fazer com que mais de 25 milhões de trabalhadores venham para a previdência. Têm sido adotadas algumas medidas, como o micro-empresendedor individual e outras questões, mas acho que precisamos nos aprofundar nessa questão da inclusão previdenciária.

Muito obrigada e quero dizer, mais uma vez, que estou feliz por estar aqui, mesmo com posições que possam não ter caído muito bem ao ouvido de todos, mas é a discussão.

Eu quero dizer que não estou aqui defendendo a, b ou c; estou defendendo aquilo que é fruto de toda uma experiência como professora e aplicadora do direito previdenciário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Zélia. (*Palmas.*)

Dr^a Zélia, fique tranquila que essa é a intenção desta comissão. Aqui, inclusive, no debate das 40 horas, por exemplo, fiz uma mesa, um dia, só de empresários. E sou o autor do projeto que reduz a jornada de 44 para 40 horas, juntamente com o Senador Inácio Arruda. Fizemos três mesas de empresários. Eu presidi religiosamente e ouvi todos eles; e, naturalmente, não era a minha posição. Mas ouvi.

Aqui você colocou o seu ponto de vista, como estudiosa do assunto. E nós temos outros tantos estudiosos que pensam diferente. Isso é bom e legítimo. Como exemplo, quando você fala que este é o único País do mundo onde alguém pode ganhar mais do que alguém que está na ativa. São algumas exceções. Mas é o único País do mundo onde o cidadão paga a vida toda, por 35 anos, e depois cortam pela metade o salário dele! Como eu vou concordar com isso? Com isso eu não posso concordar! (*Palmas.*)

E me provem o contrário, que isso é justo, segundo o princípio da solidariedade, da igualdade, de gerações futuras!

Todos nós, aqui, queremos o bem das gerações futuras. Ou alguém acha que nós, aqui, não queremos que as gerações futuras tenham direito? Agora, não dá, também, para o trabalhador... Aqui, no caso, o que está em debate é o fator, que só pega o primo pobre da previdência. Só pega o primo pobre, o que para mim é inconstitucional, sim, embora o Supremo não tenha reconhecido, porque trabalha com idade, tempo de contribuição e expectativa de vida.

Eu fui constituinte. Eu ajudei a colocar todos aqueles sete argumentos que estão ali. Nós tínhamos claro que a previdência, se não fosse a desoneração fiscal, teria como receita o dobro do que tem hoje, o que houve ao longo da história. E foi atendido quem? O grande capital. Foi! Ou não foi?

À medida que vai desonerando, o dinheiro sai de algum lugar e fica em outro lugar. E daí? E quem paga a conta? Paga a peãozada, que paga a previdência religiosamente, descontada no salário.

Esse sistema se é contributivo não é bom. Se não é contributivo, diga-me o seguinte: o sistema não é contributivo. Peão da construção civil, peão metalúrgico tem mais que contribuir, porque o sistema é solidário para que um dia, neste País, todos tenham direito a ganhar um, dois, três salários. Bom, aí é outra discussão. Agora, o que dizem para nós é que o sistema é contributivo, quando aqui vêm os representantes daqueles que estão no Regime Geral da Previdência Social, pegando como exemplo.

Eles contribuíram a vida toda! Como eu vou explicar? A senhora pode me ajudar, até com esses dados importantes que a senhora deu aqui. Eu vou voltar para fábrica. Eu quero um dia voltar pra fábrica e quero voltar. Ou pelo menos falar na porta de fábrica. Daí, o peão metalúrgico vai me dizer: “Legal, não é, Paim? Tu estavas aqui conosco, ganhavas 2 mil reais. Nós continuamos e tu foste pra lá”.

Hoje eu estou, em tese, com o direito de me aposentar com 27 mil, sem fator. E o peão vai dizer: “Legal. Tu te aposentaste com 27 mil e eu que te botei lá – e tantos outros – vamos nos aposentar com mil reais. Por que tu não permites que eu ganhe pelo menos os mesmos 2 mil que eu paguei?” Se tu pagaste sobre o total, que tu te aposentes com 27, 30, 40, 50 mil, como tem caso neste País! Agora, me dê pelo menos o direito de me aposentar com aquilo que eu paguei! Se isso não é justo, eu não entendo mais nada.

Por isso, quando vou à tribuna... Vou e continuarei indo. E Deus há de me ajudar, porque não quero morrer sem liquidar, enterrar e colocar no fogo esse tal de fator previdenciário. Que Deus me ajude! Estou invocando, aqui, Deus. *(Palmas.)*

Bom, desculpe. Eu não sou do painel, mas me meto. O Joilson está ali e outros estão. O debate vai continuar.

Claro que é legítimo ter posições diferentes. Eu não tenho problema nenhum quanto a isso. Mas eu pauto a minha vida... Desculpe, porque até fiquei emocionado num outro dia, aqui numa comissão, muito, pelo Estatuto do Homem, do meu amigo Thiago de Mello. Se um dia este País e o mundo se baseassem no Estatuto do Homem, do Thiago de Mello, claro que a vida seria totalmente diferente e a justiça aconteceria.

Pode ter certeza de que eu não estou indignado nem chateado. Acho que o debate é isso. Agora, eu quero sentar numa mesa com a maior tranquilidade, com números: quem paga e quem não paga.

Quem não paga tem uma responsabilidade do Estado, sim; e a seguridade social cumpre a sua parte. Agora, a previdência é contributiva. Não podem, em cada momento de crise, retirar de nós – daquele que contribuiu – porque acham que ele tem que pagar a crise e o momento que está aí.

Eu estivei olhando as contribuições do mundo. A maioria dos países do mundo não paga nem a metade do que nós pagamos para a nossa previdência. São dados. Eu tenho dados e posso mandá-los descer do gabinete. Não paga nem a metade! E eles, lá, acabam tendo uma aposentadoria e uma qualidade de vida muito melhor que a nossa. Mas eu não sou debatedor.

Joílson com a palavra. Eu já falei até demais.

Joílson Cardoso, Secretário de Política Sindical e Relações Institucionais do CTB representando o Presidente Wagner Gomes.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – Bom-dia a todos e a todas.

Quero agradecer ao Senador Paim pelo convite. O Wagner manda um abraço, Paim. Das causas que nós temos pautadas aqui no Congresso Nacional, reconhecemos que temos em V. Ex^a – posso chamar de você pela confiança, não é? – um dos resistentes da classe trabalhadora, em defesa do nosso País.

Eu prometo que não vou ficar deprimido depois do que ouvi aqui, está certo? Porque nós temos um passivo muito grande para o Ministério Público, que foi um instrumento da República que nós colocamos na Constituinte. Mas o Ministério Público, via de regra, não... São seres de outro planeta; eles não se representam. Quer dizer, o Ministério Público não é uma entidade que fale e formule uma opinião que seja coletiva, republicana. Então, a gente corre um risco.

Nós temos um passivo muito grande com o Ministério Público do Trabalho, que sabe o que é o bem e o que é o mal. Inclusive, ora quase oferece o céu e ora oferece o inferno para o movimento sindical. E sempre nos chama para fazer TAC – Termo de Ajuste de Conduta. E sempre produz interdito proibitório proibindo os sindicalistas de chegar a 100 metros da porta da fábrica. Tem que fazer sindicalismo por espiritualidade. Do banco é pior ainda. Por telepatia.

Quando nós vamos falar com o representante do Ministério Público, eles dizem: “Não, mas cada procurador tem a sua posição. Cada procurador é uma entidade em si mesma. É incontrolável isso”.

Então, não quero ficar deprimido depois do que ouvi da Dr^a Zélia. Eu respeito a opinião dela, mas discordo, inclusive no que podemos afirmar sobre o que é neoliberalismo. O mundo está pagando muito caro pelo que é neoliberalismo.

Inclusive, os exemplos do mundo não são muito utilizáveis na realidade mundial hoje não, viu? Em todos os aspectos. Via de regra, aqui no Congresso, quando se quer falar de alguma coisa... Reforma política. Vamos debater! Olha os Estados Unidos como são! Como se lá fosse uma sociedade avançadíssima. É avançadíssima para ter armas nucleares, para intervirem nos países, na democracia, usando como álibi a liberdade.

Eu cheguei, há três dias, da América Central. Estava na Nicarágua e vi o que os Estados Unidos e a CIA fizeram com um país chamado Nicarágua; com a possibilidade de emancipação daquele povo. E presenciei, tive contato com relatos do que é a Nicarágua hoje, com uma per capita de 4 mil dólares; PIB. No Brasil, nós temos uma per capita/PIB de 10 mil dólares.

Então, esses exemplos internacionais, essa argumentação da academia... Inclusive, foi uma acadêmica que ao apagar das luzes do Governo Fernando Henrique criou esse bicho, esse monstro; colocou o diabo na procissão, que foi o fator previdenciário. *(Palmas.)*

E esse diabo não vai se sentir confortável dentro da profissão, porque é um escândalo isso. Ali foi uma vingança. Fizeram a reforma da previdência e conseguiram colocar o diabo dentro da procissão, que é o fator previdenciário. É um escândalo!

É uma inovação brasileira. Não se buscou no mundo, não, viu? Porque no mundo – os exemplos que deram aqui do Chile, do México, da Argentina – foi projeto neoliberal mesmo! Foi pau. E está lá falido. Todos estão falidos.

Então, Paim, sobre a questão do fator previdenciário, a CTB participou de uma rodada de negociação presidida pelo Ministro Luiz Doasse, no mês de maio do ano passado, no Governo do Presidente Lula, para debater e trocar seis por meia dúzia. Era extinguir o fator previdenciário e colocar o 85/95.

Lógico que na proposta do 85/95, companheiro Pedro, da CUT, estão embutidas algumas medidas importantes, como, por exemplo, a média longa diante da média curta. Os espertos fazem o seguinte: pagam um salário mínimo a vida toda e quando chega nos últimos 36, pagam no teto e se aposentam no teto. Isso são coisas que dá pra consertar. A criança suja você limpa. Não vamos pegar a criança e jogar fora, com a água suja e tudo. É uma boa medida o congelamento da tábu, mas o 85/95...

Quando a gente fala aqui em previdência e em questões trabalhistas, as questões aqui são combinadas. É uma engrenagem; as coisas se encaixam. Com a rotatividade no Brasil e com a realidade no mercado de trabalho brasileiro, o trabalhador da construção civil não se aposentará com 85/95; o comércio não se

aposentará. As pessoas vão contribuir – o sistema é contributivo – e não vão aposentar-se. Vão morrer e não conseguirão aposentar-se!

Então, o que está em debate é o pacto social, porque, na bonança da economia, todo mundo fica rindo e se congela o direito dos trabalhadores. Na hora em que vem qualquer ameaça de crise – sendo marola ou tsunami –, cassa-se direito do trabalhador. E os dados do Brasil são positivos, porque se estancou – viu, Doutora? – a cartilha neoliberal em que a senhora não acredita. Ela existe mesmo e ela é nefasta! Ela está...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – Não. O fator previdenciário e as discussões de previdência, no período passado, estavam no bojo de uma lógica do Estado, do que é o Estado brasileiro. E o que presidia era a formulação de que o Estado era muito grande. O Estado, inclusive, era apresentado como um grande elefante. Vocês se lembram disto: um elefante ingovernável, que não conseguia fazer as coisas? Estão lembrados da campanha feita na televisão?

Isso vem de longe, foram décadas, quase duas décadas produzindo isso e que deu no estouro que deu no mundo todo. Não reconhecer isso e dizer que a questão da previdência não está no bojo dessa questão? Está, sim!

Então, o que eu quero dizer é que o debate já está aberto e as divergências já estão claras aqui. Nós da CTB discordamos de 85/95. Nós continuamos defendendo a extinção do fator previdenciário. E, como eu disse aqui, é o diabo no meio da procissão: não vai dar certo isso! Isso não combina, isso foi uma maldade feita ao apagar das luzes do governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, podemos trabalhar aspectos da discussão da previdência e os aspectos da sua sustentabilidade, como, por exemplo, foi colocado aqui pelo Leonardo. O índice que deve reajustar as aposentadorias não deve... Será que o índice que é utilizado para a inflação é adequado? Não é, porque o peso para os aposentados, o custo dos aposentados para o seu custo de vida não são aqueles pesos colocados pelo INPC. Na verdade, existem outros aspectos que pesam muito mais para a vida de um aposentado. E acho positivo a gente buscar índices que combinem para que as aposentadorias sejam reajustadas de forma realista.

A LDO, enviada ontem aqui para o Congresso Nacional, consagra uma política que, no nosso entender da CTB, é uma política muito positiva e é o maior acordo trabalhista ocorrido no mundo: o acordo do salário mínimo, que fortaleceu o mercado brasileiro. A academia dizia que ia quebrar: “A economia brasileira

vai explodir se aumentar o salário mínimo!”. Lembram disso? Não sustenta, as prefeituras vão falir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me por eu me meter, mas o que fui chamado de demagogo! Era dia e noite, porque eu defendia a tese de que era possível, sim, o salário mínimo ultrapassar US\$100.00: “Esse demagogo quer quebrar o País!” Eram todos os dias!

Desculpe-me por atropelá-lo.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – Os formuladores diziam que ia quebrar o País – e não quebrou o País – e esqueceram – porque eles não voltam, eles não fazem autocrítica, não; o pensamento único depois não volta para dizer: “Olha, isso aqui foi um... Os nossos estudos, na academia, não chegaram a essa conclusão; no entanto, não é ciência exata.” Ciência exata é outra coisa, mas não dizem assim, ó: “R\$612,21 é injeção na veia da economia do Brasil”, porque quem ganha R\$612,21 não vai especular, não vai guardar esse dinheiro embaixo do colchão, mas vai sustentar as famílias, os netos.

No caso dos aposentados, eles são um grande instrumento de segurança nacional, de justiça social e, inclusive, de combate à violência. Se não fosse o dinheiro desses aposentados mantendo as famílias, nós teríamos uma explosão muito maior da violência, pela falta de cuidado com as nossas crianças, com a nossa juventude. Via de regra, desse dinheiro dos aposentados ainda sobra um pouco para sustentar as crianças, mantê-las na escola, junto com as outras ações do Governo.

Portanto, Paim, nós não vemos como prejudicial o aumento do salário mínimo e a política do salário mínimo. Inclusive, esse aumento aumenta o superávit da Previdência Social porque a contribuição também aumenta.

A outra questão, enfim – porque acho que o debate vai ser melhor do que a exposição, porque muita coisa já foi dita aqui, coisas, inclusive, que necessitariam talvez de um seminário para a gente debater mais já que o tempo é muito curto –, é a questão da desoneração da folha de pagamento. Isso virou um mantra!

Nós estamos fazendo as conferências. Nós vamos realizar, este ano, conferências estaduais do chamado mundo do trabalho. Vai haver uma conferência nacional do trabalho, que a OIT coloca um princípio decente, “Trabalho Decente”. Em maio do ano que vem, nós estaremos realizando a conferência nacional, que é tripartite – Governo no centro, empresário à direita e trabalhadores à esquerda. E, aí, os empresários só falam de uma coisa: desonerar, renúncia fiscal. Virou um mantra, e os trabalhadores dizem: “Trabalho decente é

combater a rotatividade, é fazer mudanças estruturais e não emergenciais como se fazem nas crises.”

Na crise de 2008, só para dar um exemplo do que nós estamos vendo como questões estruturais e questões emergenciais, o Presidente Lula, em abril de 2008, dos compulsórios do banco liberou, para manter aquecido o crédito, R\$100 bilhões. Para manter o crédito funcionando e o mercado interno funcionando. Esses R\$100 bilhões não foram parar no crédito; foram parar na especulação.

Há desoneração da linha branca para manter os empregos. O investimento do BNDES em muitos setores, para manter a economia, com demissão de trabalhadores, com investimento do BNDES.

Portanto, eu estou dizendo isso para exemplificar que as questões são políticas. As questões são políticas e o debate que a gente está fazendo aqui sobre desoneração da folha já nos demonstrou – eu participei das reuniões com o Ministério da Fazenda e nós observamos uma insegurança muito grande, do próprio Governo, de que essa medida não irá trazer consequências ruins, prejudiciais à Previdência Social, porque ela realmente mexe exatamente nos 20% do custeio da Previdência Social.

Então, o debate que está posto aqui, na verdade, é o debate que nós temos de fazer. O Leonardo levantou aqui o aspecto de que o debate sobre a previdência no mundo avançou. No entendimento da CTB, o debate ocorreu, mas não avançou; ele retroagiu. O debate feito, nas últimas décadas, sobre os aspectos do papel do Estado é no sentido do que nós conceituamos como a diminuição da função social do Estado, da função reguladora do Estado, e o avanço do mercado. O mercado, por si só, irá regular-se. E nós vimos o que aconteceu em 2008, que está com reflexos até hoje, que não é a crise econômica coisa nenhuma, mas a crise sistêmica do sistema capitalista. Portanto, no meu entender, os debates não avançaram; eles foram feitos para retroagir.

Agora, concordamos – para não dizer que estou discordando de tudo em relação a você – sobre a questão da busca de índice que se soma para avaliar e se obter aumento para os aposentados.

O companheiro da CUT também, quando fez a defesa sobre 85/95, nós queremos dizer que discordamos. A CTB não concorda com essa propositura, apesar de reconhecer que, na hora em que foi apresentada e a CUT fez a defesa, junto com a Força, dessa medida, em substituição ao fator previdenciário, nós reconhecemos aspectos positivos, como a questão da média, a questão da tábua, a questão da contagem do tempo de aviso prévio para aposentadoria, que são aspectos importantes que iriam atenuar a absurda ro-

tatividade que existe no Brasil, um câncer que a gente precisa combater.

E, quanto ao companheiro da Força – talvez eu não tenha mais oportunidade de me reportar ao companheiro –, quero dizer que nós da CTB, juntamente com a Força e com a CUT, aqui representadas, e com outras centrais – são 6 legalizadas –, cumprimos todos os critérios de representação, não temos dúvida quanto a isso. Quem tem dúvida sobre os dados não somos nós: é o MTE, que está lá confuso de aferir, até porque os dados de aferição baseados na Rais são dados realmente muito inconsistentes.

Portanto, nós da CTB, Paim, colocamo-nos à disposição para o debate, que acho vai ser mais importante do que qualquer exposição, porque...

(Interrupção da gravação.)

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – ...de congruência, de divergência são muito grandes, são muito fortes e nós gostaríamos de participar do debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Joílson Cardoso, da CTB, representando o Presidente Wagner Gomes.

Eu também entendo que o debate vai ser mais produtivo até do que as nossas próprias falas aqui – eu, que estive na mesa um tempo.

Quero só dizer, Joílson, eu queria complementar que eu cheguei a apresentar uma proposta na seguinte linha, construindo uma alternativa ao fator, seja qual for, que entrasse também uma alternativa que diz o seguinte: quando o trabalhador completa 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher – quero dizer que só por cima do meu cadáver vão passar aqui 42 e 37; duvido quem tenha 3/5 aqui dentro para essa proposta que foi levantada, duvido e quero ver como é que vão fazer –, mas, voltando à minha fala, propus o seguinte, já que tenho 35 anos de contribuição e se quisesse me aposentaria pelo fator. Pelo fator, que está aí e que sou radicalmente contra e vocês, acho que todos somos contra, temos que ter alternativa.

Eu propus o seguinte: que o cidadão possa pelo menos retirar o seu Fundo de Garantia. Ele retira o Fundo dele e fica trabalhando um tempo mais para se aposentar com um salário, digamos, com um valor maior. Conversei isso muito com o Relator, o Pepe Vargas, conversei com as Centrais, e ele acha que há espaço para que essa proposta avance, naquele momento, para ele se manter no emprego em um período maior, para melhorar o seu cálculo – tem de haver cálculo, porque vai chegar um dia em que não vai haver cálculo.

Pelo que percebi – depois vai ficar mais claro para mim –, aqui é o princípio de um salário mínimo para todos e tudo bem! Não estou olhando para a esquerda, não. Depois, ela vai poder explicar. Se todos ganharem um salário mínimo está bom e o resto a gente resolve na área privada, nos bancos privados, mas tudo bem.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não. Eu sei que você vai ter tempo. Passou essa impressão, eu acho, para quem está assistindo à TV Senado, mas vai poder esclarecer, que é algo que, confesso, quando eu era Presidente da Comissão do Trabalho me levaram essa proposta. Eu disse: “Se vocês puderem me fazer a gentileza de sair da sala, eu ficaria muito feliz.” Você não propôs isso, mas ficou meio embolado aqui. Você vai ter oportunidade.

Mas, naquele momento em que eu presidia a comissão, disseram o seguinte: “Olha, Paim, tu tens que entender que nós vamos assegurar um salário mínimo para todo mundo, contribuinte ou não, por princípio da solidariedade, e quem quiser e quem tiver dinheiro vá para a previdência privada. Os bancos estão aí. Tu não achas que dá para fazer um acordo?” Eu só me levantei, abri a porta e pedi que eles saíssem. Eles saíram e nunca mais voltaram. Nunca mais voltaram, graças a Deus!

Bom, vamos lá.

Agora, vai falar o Leonardo, como havíamos combinado, e, em seguida, vem a outra mesa.

O Leonardo representa aqui o Ministro e, em cada mesa, ele faz as suas ponderações.

Vamos para a terceira mesa; depois é que vamos para o debate.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Então, algumas breves considerações.

O Pedro nos falou sobre a questão dos servidores públicos. É bom só colocar que, com a Emenda nº 41, a fórmula de cálculo do benefício do servidor público passou a ser a mesma do Regime Geral: 80% das maiores contribuições. Um outro dado importante de se levar em conta é que, além da contribuição ser em cima de um teto maior, não há mais a situação em que a aposentadoria é pelo último salário. A fórmula passou a ser a mesma, o teto é que é diferente. Esse é um outro ponto também importante a se colocar.

Outra coisa também em relação a servidores públicos e que é bom sempre lembrar é que a maior parte dos Estados e Municípios tem um sistema capitalizado solidário, mutualista, com a óptica de equilíbrio financeiro atuarial, mas com garantia de um benefício definido e não como a previdência privada, que é uma contribuição definida e o que você acumular, você se

vira. Ou seja, você garante o equilíbrio, mas garante o benefício previsto na lei. Esse é um sistema que tem crescido e que, infelizmente, é pouco conhecido. Quando se fala de previdência do servidor público, sempre se fala em rombo. Isso não é a realidade geral. Na União de fato há um déficit muito grande do regime próprio da União; alguns Estados também têm um déficit grande, mas a grande maioria dos Municípios e um número considerável de Estados têm o regime próprio de previdência equilibrado.

Sobre a questão do envelhecimento da população, nós temos estimativas que fazemos ao longo dos anos, pelo menos até 2050, e hoje apenas o regime geral, sem considerar os regimes próprios, nós temos uma despesa em torno de 7% do PIB. E ela deve crescer em função do envelhecimento da população brasileira para 12,5% do PIB em 2050. Não é um número alarmante, como algumas pessoas tentam considerar, mas é um aumento considerável. Nós vamos estar quase que dobrando em relação ao PIB o que gastamos com previdência hoje. Daí que nossa preocupação sempre é com a sustentabilidade futura da Previdência Social. Daí é que com o aumento da quantidade de aposentados não dá para ser sustentável com a idade média com que as pessoas se aposentam hoje no Brasil.

O ponto que foi muito colocado aqui é a questão da rotatividade. É um problema sério no Brasil a rotatividade. A rotatividade reduz a produtividade. Ela faz com que o trabalhador, principalmente o trabalhador de baixa renda, demore mais a alcançar o tempo de contribuição.

A gente fala muito aqui em aposentadoria por tempo de contribuição, mas uma parcela considerável dos trabalhadores se aposenta por idade, aos 65 anos o homem e 60 a mulher, porque eles não conseguem chegar aos 35 anos.

Quando a gente está falando aqui de fator, a gente está falando de apenas uma parcela dos aposentados. Uma grande parcela não chega sequer a ter o fator, porque eles não conseguem chegar aos 35 anos, em função da rotatividade elevada. A rotatividade é péssima para o trabalhador, é ruim para o País, porque explode não só o seguro desemprego, mas também a Previdência via auxílio-doença. O trabalhador desempregado tem direito à Previdência, é claro; a Previdência tem que protegê-lo. Até três anos, dependendo do tempo de contribuição, ele continua segurado. E ele quando adoece nesse período, com toda a razão e com toda a justiça, tem direito ao auxílio-doença. E, no entanto, nenhum empregador está pagando benefício. Hoje 1/4 dos trabalhadores que estão em auxílio-doença estão desempregados. Repito, é um direito que eles têm e têm que receber mesmo; porém não

está havendo um empregador contribuindo para esse benefício. Isso gera despesa para a Previdência além do seguro-desemprego; reduz a produtividade do País, porque, ao ter essa rotatividade, o trabalhador é menos produtivo; ele investe menos na empresa; a empresa investe menos nele.

Esse é um ponto em que temos que avançar, sim. À medida que se faz uma política de desoneração, temos também que ter contrapartidas. Uma é rotatividade, outra que eu acho muito importante é investimento em prevenção. No Brasil ainda temos números muito elevados de acidentes de trabalho, acidentes de trabalho no sentido amplo, não apenas do acidente em si, mas das doenças decorrentes do trabalho também. (*Palmas.*)

Então temos que avançar nisso. Temos muito que avançar.

Um ponto que nos preocupa é em relação às pequenas empresas. As pequenas empresas hoje não têm nenhum incentivo para investir em prevenção. Então é importante dar um tratamento diferenciado? É importante reduzir a tributação para as micro e pequenas empresas? Sem dúvida. Mas as pequenas empresas, eu não digo nem as micro por que quase nenhuma delas têm empregados, mas as pequenas empresas têm 30, 50, 100 ou mais empregados, elas também precisam, como contrapartida para os trabalhadores, investir em prevenção.

Então, esse é um ponto importante para nós trabalharmos sempre que buscarmos avançar em algumas políticas para beneficiar os empregadores, visando o bem do País como um todo, também exigir contrapartidas. E essas, eu vejo, são contrapartidas importantes.

Outra coisa que foi colocada aqui é a questão da reabilitação profissional. É algo que nós temos que investir muito. Hoje temos que fazer a *mea culpa*. O INSS não faz o trabalho que deveria fazer. Hoje a reabilitação profissional é pífia.

Temos uma experiência piloto que nós consideramos muito positiva no Estado de São Paulo e estamos querendo fazer uma outra agora no Rio de Janeiro. Mas precisamos, rapidamente, ampliar isso para o Brasil inteiro e fazer o que a legislação diz o que o INSS tem que fazer: reabilitar todos os trabalhadores. Isso vai fazer com que o trabalhador fique menos tempo com o auxílio-doença, vai reduzir a aposentadoria por invalidez, vai também aumentar a produtividade, consequentemente, o PIB do País. Mas, principalmente, vai trazer mais qualidade de vida para o trabalhador.

Então, isso é algo que nós temos que ver sempre, não apenas discutir a questão do fator, que é importantíssima. Mas discutir algo que nessas discussões acabam ficando em segundo plano, que é a questão da rotatividade, da reabilitação e dos acidentes de trabalho.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns Leonardo, que aqui falou em nome do Ministério da Previdência, que está tentando buscar caminhos para fortalecer a nossa previdência pelos argumentos que aqui coloca.

Bom, meus amigos, o debate ainda não começou, mas vai acontecer. Como havíamos combinado, agora nós teremos a terceira Mesa. Eu convidaria aqui os painelistas, que retornassem ao plenário. Depois dessa Mesa, vamos ter o debate.

Convido para a Mesa Mauri Viana, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas, CGTB, em representação ao Sr. Antonio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores.

Convido também para a última Mesa, Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Fundação Anfip. Convido também Maria Antônia Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Aposentados de Brasília. O Orlando Paiva, CSP– Conlutas. Está aí o Orlando Paiva? Chega aí Orlando Paiva. E o Hélio Gustavo Paiva, Presidente de Honra do Instituto de Advogados Previdenciários.

Se faltar uma cadeira vamos providenciar já. Doutora, por favor. Presidenta, passe mais para cá. Só venha mais para cá com a cadeira. Você também. Eles colocam mais uma cadeira aí.

Então vamos, de imediato, continuar o nosso painel, porque sinto que todos querem ver iniciar o debate.

Convido, neste momento, o Mauri Viana, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas e Cooperativas, CGTB, que representa aqui o Antonio Neto.

O SR. MAURI VIANNA – Senador Paulo Paim, o nosso Presidente Antonio Neto deseja que V. Ex^a continue firme na luta na defesa do operariado, do trabalhador e que continue nessa opção, por muitos e muitos anos, defendendo o Brasil, o Brasil que merece ser defendido – não é isso?

Mas, sobre a questão do debate hoje, que é o veto do reajuste dos aposentados na LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o fim do fator previdenciário e sobre o tema ainda dos encargos na folha de pagamento, noto que é uma situação muito... Muito já se falou aqui, mas há uma incoerência total. Quer dizer, para desonerar a folha de pagamento há permissão, o Dr. Leonardo fala que há permissão para isso, que há caminhos para isso, mas para aumentar a aposentadoria para os trabalhadores, para os aposentados, não há esse espaço, não tem essa condição. Quer dizer, é uma incoerência total. Para ajudar os empresários deste País, para ajudar o capital externo, inclusive, há facilidades no Governo. Há uma facilidade dos técnicos do Governo para encontrar meios e mecanismos

para isso, mas para ajudar os mais fracos e oprimidos sempre há grandes dificuldades.

Falando sobre encargos da folha de pagamento a CGTB é favorável à transferência dos encargos incidentes sobre a folha de pagamento para outras fontes de tributação como, por exemplo, para o faturamento, desde que essa transferência tenha contrapartidas sociais, claro, a exemplo da redução da jornada de trabalho e da aprovação da Convenção nº 158 da OIT. Como se dizia aqui na mesa anterior tem de haver negociação. Se querem isso, nos dêem isso outro. Correto? Se é para negociação, Senador, então temos de... Ah, mas também podemos exigir alguma coisa para ser, em contrapartida, negociada. Então, a CGTB é favorável nesse sentido.

O peso da folha de pagamento pesa sobre o custo final do produto e a indústria não está preparada ou preocupada com isso. Tanto é que alguns setores beneficiados pelo Programa Brasil Maior pediram que isso fosse excluído do decreto porque o peso da folha sobre o custo final do produto era irrisório, a exemplo da indústria de móveis metálicos. Contudo, é importante deixarmos claro que existem diferenças entre encargos e direitos. Direitos são o décimo terceiro salário, o fundo de garantia, as férias remuneradas e etc. E os encargos são o INSS e/ou o Sistema S. Aliás, quero fazer aspas aqui. O Sistema S foi oriundo das convenções da OIT das quais o Brasil é signatário – e inclusive é onde se fala do pleno emprego para a questão da formação profissional. O Governo criou, então, o Sistema S, que é 5,8% da remuneração paga pelos empresários na folha de pagamento. Recebem de 2,5%, 3%, as instituições patronais para poder fazer cursos de formação profissional. Pasmem, senhores, cobram e cobram caro para o trabalhador fazer. Basta perguntar para quem fez cursos do Senai, do Senac e tudo o mais. Eram para ser feitos gratuitamente, mas cobram e cobram caro. Querem tirar, desonerar a folha de pagamento? Comecem pelo Sistema S. Tirem o Sistema S da folha de pagamento. Seria uma contrapartida muito boa para os empresários. Não precisa tirar de outras fontes, sabe Senador, existe a própria fonte deles. Eles vão continuar cobrando. O Sistema S continuará sobrevivendo sem o dinheiro do INSS, que é repassado, já que cobra tão caro (R\$700,00, R\$800,00, R\$1.500,00 por um curso) que deveria oferecer gratuitamente – e o Ministério Público não percebe. Até hoje não vi o Ministério Público chamar ninguém do Sistema S para fazer um TAC, mas chama o Sindicato para poder fazer TAC, chama o sindicato para tirar isso, aquilo ou aquilo outro. Então, o Ministério Público é contra a que deveria ser, mas não contra a sua história porque o Ministério Público ajudou a ditadura contra o País.

Então, quer dizer, somos muito reticentes com relação ao Ministério Público.

Tem um grupo das centrais sindicais discutindo com a Conalis sobre a situação e sobre a tentativa de diminuir a condição de atuação dos sindicatos. Se você retirar a condição de contribuição dos sindicatos e o sindicato for proibido de fechar qualquer tipo de acordo, qualquer tipo de sistema, pergunte a qualquer trabalhador ou a qualquer empresário: se você não pagar tal coisa assine esse papel aqui. Qual é o que não vai assinar?

Nós temos de sobreviver com isso, Senador, Plenário. O Movimento Sindical tem de sobreviver com isso, com essa humilhação: cada convenção coletiva que é assinada tem que ser discutida a sua autossustentação.

Esperamos que aquele seu projeto dê sequência naquilo para que nós possamos ter o sindicalismo livre no Brasil e o Ministério Público sem estar nos atazando tanto quanto atazana.

Mas, voltando ao Sistema S, então o Sistema S, de que se cobra 5,8% seria uma desoneração na folha fantástica. Por que não fazem isso? Por que o exemplo não vem deles? Correto?

Então, essa proposta da CGTB era exatamente a desoneração em cima do Sistema S. Essa desoneração seria fantástica e um sinal de demonstração, de reconhecimento do que... e acharmos outra fórmula para nós darmos... – até porque o FAT e o Ministério do Trabalho já fazem programa de formação profissional e os sindicatos já vêm pactuando com o patronal um fundo de formação profissional. Aliás, no meu Estado, Paraná, de onde sou oriundo, nós temos lá pactuado um fundo de formação profissional – e com várias categorias instituímos isso – que dá curso de formação gratuita aos trabalhadores. Na minha categoria, de cooperativas, que não recebe dinheiro chapa-branca, formamos mais de setenta mil alunos no Estado do Paraná, Senador. Mas o Sistema S, que é do cooperativismo, só conseguiu formar 1,5 milhão de pessoas. Só que eles contam palestra como curso. Então, eles convidam alguém para dar uma palestra de quarenta, cinquenta minutos e eles dizem que é curso. Isso não é curso; jamais foi curso.

Mas não é só no meu Sistema S, não; no Sistema S dos outros companheiros também. Isso eu tenho procurado e sou um estudioso no assunto. Para o Sistema S a desoneração seria ideal.

Na questão da **recuperação** das aposentadorias, eu gostaria de dizer que a nossa central tem feito a discussão, CGTB, e nós defendemos que a previdência seja retirada da DRU, Desvinculação dos Recursos da União. Se isso acontecer, vai ter igual exemplo feito em 2009 para o Governo Lula, que fez na educação.

Ao fazê-lo na educação, isso chegou a 35% dos recursos. Até o final desse ano, serão extintos todos os desvios de recursos da educação. Então, devia fazer porque a dívida social vem segurada por ali. Então, se desvincular a DRU dela, já vamos ter isso, porque ela tem um superávit, como já foi dito aqui, de 11,4%. Se ela tem superávit, por que é que nós temos que estar sustentando dívida externa, dívida interna, por que ainda temos que estar sustentando o tesouro? Correto? Vai chegar o ponto, como o Ministério Público disse aqui na mesa, em que não vai ter caixa para bancar, para pagar a aposentadoria. Claro. Estão tirando há tantos e tantos anos o dinheiro da previdência e agora querem acusar os que estão trabalhando para bancar os que já saíram, jogar uns contra os outros. Que tipo de situação é essa?

Então, nós defendemos também, nesta questão, que seja criada a previdência pública complementar, porque todos os bancos que abriram situação para isso, conseguiram, segundo dados que tenho aqui... esse mercado, de acordo com a Fenaprevi, já possui uma carteira de investimentos que inclui reservas técnicas e reservas livres, o capital de seguradoras e outros valores de R\$139,3 bilhões. Somente no primeiro semestre de 2008 cresceu 19,5%. O mercado da previdência privada apresentou, no acumulado de janeiro a agosto de 2008, captação recorde de 20 bilhões, um crescimento de 18,5%, em relação aos 17 bilhões captados no mesmo período de 2007.

Então, quer dizer, se nós criarmos a previdência pública – pública e não privada, pois privada já existe – para a aposentadoria complementar, nós estaremos garantindo ao setor privado se aposentar com o que recebe na ativa. É a grande distorção que existe entre o setor privado e o setor público, que tentam nos distanciar na luta dos aposentados. Então, quer dizer, com essa situação...

Então, por que não discutir a política pública de uma previdência privada... pública, para o setor privado igualar ao setor público? Por que não criamos isso? Por que não buscamos esses mecanismos? Por que não avançamos socialmente nisso? Mas não discutir desoneração da folha para dizer que tem caixa para isso. Agora, não precisa ter caixa para aumentar o salário dos aposentados e vetar o que foi aprovado aqui pelo Congresso, pela Câmara, reconhecendo que, como o próprio Senador disse, quando se vota o veto, aprova-se o veto. É engraçado. E nós não sabíamos disso, aprendi isso hoje com a leitura do grande professor Senador Paulo Paim, que disse que agora nós temos que colocar nos nossos jornais dos sindicatos, das centrais, temos que começar a exigir o voto aberto. E acontece em qualquer segmento: estou votando con-

tra por esse motivo, estou votando a favor por aquele motivo. Seria muito mais fácil.

São essas as considerações que a CGTB queria passar aos companheiros no debate desta tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Mauri Viana, que falou em nome da CGTB e levanta aqui esse dado que é um dado interessante. Por que não se pode ter uma previdência pública complementar para o trabalhador da área privada? O teto é R\$3.650,00, por que não se pode ter uma previdência pública? Por que tem que ser privada? Nós sabemos, pelos exemplos do mundo, que a maioria faliu. Eu, metalúrgico, paguei sobre 3 mil, mas quero me aposentar com 10 mil, por que não posso pagar? Mas pagar para uma previdência pública, onde o Estado é o responsável. Teríamos mais dinheiro, mais poupança interna e mais investimento nessa área tão importante da própria seguridade social. Mas isso é para debate. Meus cumprimentos pela fala.

Passo a palavra ao Sr. Hélio Gustavo Alves, presidente de honra do Instituto dos Advogados Previdenciários.

O SR. HÉLIO GUSTAVO ALVES – Boa tarde a todos. Está um pouco apertada a mesa, mas é para ficar quente o debate.

Quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim pela maneira singela, no sentido não literal da palavra, de dar oportunidade a todos para que possam colocar seus pensamentos. Cumprimentar o Secretário Leonardo Rolim, representando o nosso Ministro Garibaldi, cumprimentar a Dr^a Vera Lacerda, nossa Diretora do Instituto dos Advogados Previdenciários, Dr. Anis Kfoury, que é Presidente da Comissão de Defesa de Cidadania da OAB de São Paulo, que fez questão de estar aqui presente para levar ao Presidente Durso o que tem decidido esta Mesa, cumprimentar todos os dirigentes sindicais e os aposentados e aposentadas que estão aqui presentes acompanhando o nosso debate, nossas exposições de motivos.

Primeiramente, quero traçar aqui uma linha não como advogado nem como militante de classe, mas como professor de direito previdenciário que o ideal da previdência social, com a unificação dos institutos, com a Lei 3.807, de 1960, era dar proteção do berço ao túmulo. E era tanto a proteção que a Lops – Lei Orgânica da Previdência Social deu essa proteção social. Tanto é que tínhamos o auxílio natalidade, o auxílio funeral, o abono de permanência e o pecúlio, que são benefícios que foram reduzidos do sistema previdenciário. Também tínhamos a idade de 55 anos, em 1960. Para você se aposentar em 1960, pasmem, era necessário atingir a idade de 55 anos. Eu estava aqui vendo a exposição do colega, quem vivia até 55

anos em 1960? Quase ninguém. Então a aposentadoria era pra ninguém. Tanto é que, quando foi lançada em 1960 a Lei Orgânica da Previdência Social e existia esse limite de idade de 55 anos, rapidamente os legisladores tiraram esse limite de idade, em 1962, pela Lei 4.130. E não houve, portanto, limite de idade para aposentadoria prêmio de contribuição desde 1960 até a Emenda à Constituição nº 20/98, que trouxe o limite de idade e o pedágio.

Falando, agora, da nova legislação, eu, Senador Paulo Paim, considero todas as reformas previdenciárias inconstitucionais, ilegais e imorais, todas, todas as reformas previdenciárias, considero inconstitucionais, ilegais ou imorais. Traço, aqui, uma teoria de que expectativa de direito é uma coisa e direito adquirido é outra. Direito adquirido, sei que é um instituto, e expectativa de direito é outro, só que, no direito previdenciário, sustento que a expectativa do direito é um direito adquirido pela norma. Quando o segurado ingressou no sistema, com a Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960, criou a expectativa de que, com aquela regra do jogo, ele iria se aposentar com 30 anos de tempo de contribuição e, no meio da regra do jogo, rasga-se essa norma e apresenta-se uma nova regra para o segurado.

Sofri muito com a mudança da Emenda Constitucional, em 98, quando, por um dia, o segurado que, em 15.12.98, quando veio a Emenda Constitucional, por um dia, não completou os 30 anos de contribuição, portanto, esse segurado tinha 29 anos, 11 meses e 29 dias de tempo de contribuição e, por causa de um dia, ele, com 50 anos de idade, me procurou no escritório, Senador Paulo Paim, e falou: Dr. Gustavo, quero me aposentar. E eu disse: não dá mais. Ele: por que? Porque a regra do jogo mudou. E, por causa de um dia, o senhor vai ter que esperar atingir os 53 anos de idade. O segurado, naquela oportunidade, taxava-me como um péssimo advogado, e alguns, meu escritório é no 10^a andar na Santa Efigênia, queriam me jogar pela janela, porque, por causa de um dia, ele teria que esperar três anos. E, aí, eu falava que não, mas que era para ele ficar calmo porque existia a regra de transição. E ele: que regra de transição é essa? Então, toda regra de transição que vem é para prejudicar sempre, com certeza, o segurado, nunca vi uma regra de transição tentando amenizar a reforma previdenciária. Tanto é que, quando houve a extinção do pecúlio – e o pecúlio, o que era? Quando você se aposentava e continuava a trabalhar, aquela contribuição que você vertia para o sistema voltava para o aposentado. Foi extinto o pecúlio, mas não houve uma regra de transição. Por exemplo, esse aposentado que ganha R\$1.000,00 e ganha de salário R\$2.000,00, e, amanhã, sofre um acidente de

trabalho, não é, Dr. Leonardo, porque, hoje, não temos um ambiente de trabalho tão seguro como deveríamos ter, esse segurado aposentado que ganha R\$1.000,00 de aposentadoria e R\$2.000,00 de salário, quando sofre um acidente, não recebe um auxílio-doença para complementar sua renda familiar. Não houve a regra de transição para modificar o art. 124 da cumulatividade de benefício, então, não se pensou nisso. Hoje, o aposentado contribui para o sistema previdenciário pelo princípio da solidariedade, só que o sistema não é solidário com ele e deveria sê-lo. Portanto, esse é um dos buracos que ficam na colcha de retalho.

Desde 1960 até hoje, Senador Paulo Paim, houve diversas reformas previdenciárias e vários buracos ficaram nessa colcha de retalho. E pergunto: passa um vento gelado nessa colcha de retalho? Passa. Hoje, o aposentado sofre um frio tremendo? Sofre. E, aí, hoje, vem a maior discussão, que é a questão do fator previdenciário, que foi elaborado por dois argumentos sofismáticos: o primeiro argumento, o déficit previdenciário que não existe. Está aqui um representante do Ministério da Previdência dizendo que não existe; e o segundo, que é o aumento da expectativa de vida. Pergunto para os senhores e para as senhoras que estão aqui presentes neste plenário, e para aqueles que estão nos assistindo pela TV: será que a expectativa de vida é um índice nacional? Será que o pessoal lá, no Sul, o povo do Sul vive o mesmo tanto quanto o pessoal do Nordeste? Será que o pessoal do Centro-Oeste vive tanto quanto o pessoal do oeste? Nosso Brasil é grande, é enorme, e a expectativa de vida não pode ser um índice nacional, nunca, porque, daí, não estamos atingindo o princípio da igualdade em hipótese alguma.

Portanto, sempre houve um retrocesso social. O fator previdenciário traz um prejuízo para o segurado? Não resta dúvida de que ele traz um prejuízo para o aposentado, mas muito se discutiu aqui que o Fator Previdenciário merece uma nova roupagem, que merece uma nova visão, porque a Previdência Social não vai aguentar pagar o dinheiro para o aposentado. Não é que ela não tem condições. Nada disso! Quando foi criado o sistema já estava previsto que iria pagar tanto para aquele aposentado. Acontece que o Governo deu uma mordida no dinheiro do aposentado e alega hoje que não tem condições para um dinheiro que já estava previsto. Agora, é deficitário? Não é. O que sustento, Senador Paulo Paim, e trago para esta Mesa? Se eu quero fazer uma reforma previdenciária, vamos fazer daqui para frente, não fazer daqui para trás, não vamos mudar a regra do jogo para aqueles que contribuíram com o país e contribuíram com o seu sistema previdenciário. O Senador Paulo Paim disse

muito bem aqui que o sistema é contributivo. Agora, aquele que contribuiu no passado vai ser prejudicado hoje com regras que vão surtir efeito no futuro. Nada disso, não vamos mudar o direito daqueles que já contribuíram para o sistema; vamos mudar o direito para aquele que vai ingressar daqui para frente. Aí, sim, é uma reforma justa e perfeita no sistema previdenciário brasileiro. Senão, ela é ilegal, inconstitucional, imoral. Agora, a sugestão que deixo para a Mesa é que façamos uma reforma previdenciária pensando na toara, na matemática, daqui para frente. O aposentado que está aqui, Senador Paulo Paim, nos assistindo, não vai viver 100 anos. Esse cidadão que está hoje com 60 anos não vai viver 100 anos. Agora, eu, com certeza, quero viver 120 anos, 140 anos. Eu vou viver mais. Vamos juntos nessa. Mas, esse aposentado que está aqui vai viver 100 anos? Garanto que não. Agora, estão trazendo uma regra como se esse segurado que hoje tem 50, 60 anos, fosse viver 100 anos. Não vai viver! Então, a regra do jogo que estão colocando é para aquele segurado que já está no sistema. Não, vamos fazer uma regra nova para aquele que vai se filiar agora. Reforma Previdenciária não pode ser feita a médio e pequeno prazo, tem de ser feita com prazo longo. Então, não vamos mudar a regra e prejudicar aqueles trabalhadores que tanto fizeram pelo nosso país e que hoje, na hora de receber, estão tendo até 50% de redução da sua aposentadoria pelo Fator Previdenciário. Vamos fazer uma regra daqui para frente. Por que não aceitarmos esse desafio de fazer uma Reforma Previdenciária daqui para frente e não modificar o sistema para aqueles que já contribuíram para o mesmo? Por que não voltar – terminando, finalizando, porque sei que a fome aumenta com o horário, o almoço está lá, a fome do debate aumenta -, por que não aceitarmos o desafio aqui nesta Casa do povo, Senador Paulo Paim, de pensarmos uma Reforma Previdenciária para o futuro? Por que pensarmos e só levantarmos hipóteses legislativas de mudarmos a aposentadoria daqueles que já contribuíram para o sistema? Aí não pode. Canotilho, um grande jurista do mundo velho, ressalta que é impossível existir um retrocesso social. Ou seja, imagine aqui eu chegar para o Senador Paulo Paim, que tem uma expectativa de se aposentar com R\$ 27.000,00, e dizer a ele que agora a aposentadoria não será mais de R\$ 27.000,00, vai ser de R\$ 7.000,00. Garanto que o Senado vai gritar, todos irão gritar. Garanto que o Deputado vai gritar. Eu faço um convite aos Senadores e Deputados deste Brasil: por que não pensarmos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar, não só Deputados e Senadores, mas também o Judiciário e o Executivo também têm

um teto de R\$ 27.000,00. Digam para eles todos, para o Ministério Público, que a aposentadoria deles passará a ser de R\$ 5.000,00. Cai a Casa, dá até golpe militar.

O SR. HÉLIO GUSTAVO ALVES – Senador, ressalto que já houve isso. Quando o Presidente Lula quis fazer a reforma da Previdência do Judiciário, na época, o Ministro Jobim disse: não, quer mudar a regra do jogo, mude para aqueles que vão ingressar na magistratura agora, não para aqueles que ingressaram na magistratura lá atrás, porque fui paquerado pela norma que me garantia uma série de benefícios, inclusive da aposentadoria integral. Então, se vale essa regra para ao magistrados, se vale essa regra para os senadores e para os deputados, também tem que – ressalto que tem que valer porque é um direito adquirido – também tem que valer essa regra para nós, o povo que contribui com este País. Então, a gente tem que fazer uma reforma previdenciária daqui para frente, não para trás.

Com relação ao ajuste dos aposentados. A Constituição diz que o poder de compra da aposentadoria não pode ser reduzido. E eu pergunto: o poder de compra é feito em cima do quê? Do salário mínimo. A cesta básica aumenta praticamente em cima do quê? Do aumento do salário mínimo. Por que o salário do aposentado tem que ser desvinculado do índice do salário mínimo? Por que tem que ser diferente, sendo que o salário de contribuição foi sempre em cima da contribuição do salário dele, que foi aumentado pelo índice do salário mínimo. Então, por que hoje o salário do aposentado tem que ser... Acho que a fórmula é simples, você vincular o salário do aposentado, o aumento da renda mensal do aposentado com o mesmo índice aplicado para o salário mínimo. Será que vai ser um desfalque muito alto? A Presidente Dilma vetou e eu pergunto: será que a assessoria da Previdência fez um índice atuário de qual seria o impacto desse aumento da vinculação desse aumento do aposentado? Estava nas mãos de quem deveria estar? Nas mãos das entidades sindicais do Governo e daqueles que representam o povo para discutir qual seria o índice e foi vetado. Então, é uma pena.

Quero falar aqui com relação à desoneração da folha. Assisti a uma palestra do professor Wagner Balera, que tem um trabalho, Senador Paulo Paim – nós deveríamos trazer aqui um parecer dele – fantástico, trazendo aqui um panorama dobre a desvinculação da folha. E aqui eu faço o último questionamento e deixo na mesa: quem será que vai fiscalizar o dinheiro arrecadado pela Previdência Social se uma vez estiver pela Super Receita? Hoje é tranquilo. A Anfip está aí atenta à fiscalização do dinheiro da Previdência Social, o que arrecada e o que paga. E se for isso para o bolo da Super Receita? Como vai ser a fiscalização disso?

Esse é o último argumento que eu gostaria de deixar aqui. Quero mais uma vez agradecer ao Senador Paulo Paim e ao Warley da Cobap, que proporcionaram essa oportunidade de falarmos aqui em nome dos advogados sobre Direito Previdenciário e agradecer a Deus por estarmos aqui falando sobre um tema tão árduo.

Quero deixar o último recado. Temos que ter fé, porque nós não temos o Paim, um painho dos aposentados defendendo a nossa bandeira. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Hélio Gustavo Alves, Presidente de Honra do Instituto dos

Advogados Previdenciários, que fortalece aqui que as reformas não deveriam atingir aqueles que estão já no sistema. Então, que se faça daqui para frente, as pessoas vão entrar sabendo as regras do jogo. Bom, daqui para frente eu vou entrar no serviço público ou na área privada e a minha previdência vou projetar. Pegando um gancho seu, aqueles que dizem que os trabalhadores do Regime Geral, enfim, deveriam ter reajustes, deveriam se aposentar com patamar mínimo, se vocês analisarem friamente, quase todos eles se aposentam com salários acima de 15 mil, 20 mil, para não dizer 30 mil. Então, é fácil olhar para aquele que ganha 2 salários mínimos e dizer que ele deveria se aposentar ganhando 2 e ainda ter o fator, porque aí ele vai para 1. Agora diz: Vamos aplicar o fator para vocês? Não passa aqui dentro, não passa aqui dentro. Então, essas coisas que... Esse princípio da Justiça é muito interessante. Por isso que me socorri do Tiago de Melo.

Oraldo – Oswaldo é um amigo meu lá, você também é meu amigo – Oraldo Paiva, CSP Conlutas.

O SR. ORALDO PAIVA – Vou cumprimentar a Mesa aqui cumprimentando o Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar os presentes aqui, senhores e senhoras.

Uma aspa. Eu estou representando o Zé Maria, que é o coordenador da CSP-Conlutas. E o Senador Paulo Paim... Eu sou metalúrgico também. O Zé Maria é metalúrgico e a categoria metalúrgica, em nível nacional, tem algumas figuras que nos orgulham de ser metalúrgico. Uma dessas figuras é o Senador Paulo Paim. Por quê? Porque foi um quadro surgido no final da década de 70 e 80 e veio do movimento sindical. É dos poucos que não mudou a sua postura de intransigência em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Portanto, nós nos orgulhamos muito disso.

Eu estava pensando, aqui, como fazer a minha fala sem ser repetitivo, porque há uma concordância geral do problema do significado nocivo dessas medidas para o conjunto da classe trabalhadora, seja

da ativa, seja dos aposentados. Tanto o fator quanto a desoneração, enfim, são medidas que estão sendo tomadas, bem como outras que estão em pauta para serem tomadas, que com certeza vão piorar a situação dos trabalhadores.

Aí, eu estava pensando, aqui, que o Senador, mais uma vez, na primeira mesa destacou uma coisa que é a preocupação dele com relação à crise social. Eu queria partir um pouco desse aspecto pra gente entender que não é todo momento que tem essa discussão de reforma da previdência, mudanças. Isso é em alguns momentos. E normalmente – não é por acaso – esses momentos são de crise.

Aí teve toda uma polêmica, aqui, sobre se essas medidas fazem parte da lógica neoliberal. Para nós, elas fazem parte da lógica neoliberal. É verdade que não é a mesma lógica e às vezes a mesma medida que se pensou no início da década de 90, mas têm um conteúdo que vai ao sentido da lógica neoliberal.

Por quê? Porque olha só, aqui se falou muito de outros países. Se a gente for pensar nesses últimos anos, de 2008 para cá, todos os países ditos da Europa e mesmo os Estados Unidos são países que estão tomando medidas no sentido de piorar a previdência. É aumento da idade de aposentar, como na França e na Espanha; são critérios para aposentar. Enfim, medidas estão sendo tomadas nesse sentido. Então, não é por acaso que volta novamente a discussão da reforma da previdência, aqui.

Para se ter uma ideia, existe uma estimativa de que na crise de 2008 foram retirados da sociedade recursos em torno de 23, 24 trilhões de dólares para salvar as empresas. Isso foi diferente da crise de 29. Naquela ocasião, os estados, principalmente imperialistas, disseram o seguinte: “Nós não vamos colocar dinheiro público aí”. E pensaram outras políticas no sentido de recuperar. Dessa vez, não. Investiu-se com tudo para salvar as empresas.

Isso abriu espaço para outro momento da crise, que é o que estamos vivendo. A crise que estamos vendo na Europa e todo o processo é parte, porque os estados retiraram esse dinheiro e agora têm que pagar a conta. É aquilo que se falou: não tem uma árvore que dá dinheiro. Tem que sair de algum lugar. Então, sai da sociedade novamente, dos trabalhadores. Aí vai cortar gasto.

Estima-se que aqui em nosso País foram R\$400 bilhões canalizados em termos de incentivos fiscais e vários outros mecanismos. Então, olha só, e nesse momento volta novamente essa discussão. Então ela tem uma lógica que é isso que acho que nós temos que discutir a fundo. Sabe por que é importante essa discussão, na nossa opinião, na opinião da CSP-Conlu-

tas? Porque se a gente entra nessa lógica para discutir saída dentro dela, o que vai acabar acontecendo? Nós vamos poder negociar melhorias ali, melhorias aqui, mas a lógica vai seguir. Ou seja, vai seguir retirando dinheiro da sociedade, dos trabalhadores para salvar as empresas.

Eu acho que essa é a primeira discussão que nós temos que fazer aqui. Porque olha só, está falando do problema de caixa, meu companheiro aqui falou muito bem, pela primeira vez eu ouço o representante do Governo, vou dizer a ele aqui, primeira vez que ouço o representante do Governo dizer que a Previdência é superavitária. Até hoje, sempre, a primeira cosia que dizem: deficitária, tal, nós temos que resolver. Porque essa é a lógica. A lógica de resolver, de tratar a questão, a forma de resolver o problema de caixa. E não pode ser essa discussão. Então é a primeira vez que vejo isso.

Agora, olha só, vamos discutir. O setor mineral. Setor mineral, vou citar só dois exemplos para não me alongar muito. O setor mineral está pagando hoje 2% de *royalty*, 2% do faturamento líquido da empresa, líquido. Se você for ver, vamos pegar alguns países aí como México, Canadá, Austrália, é tudo 30%, 20% sobre o faturamento bruto das empresas.

Eu sou de Minas Gerais, então, olha só, lá, a tonelada de minério custa para ser retirada e entregue lá no país US\$20.00, a tonelada. Sabe por quanto eles vendem? Cento e noventa dólares. Então, mas olha só, é um local que nós poderíamos resolver. Certo? Agora inclusive tem uma discussão, tem uma discussão, o Governo está propondo aumentar para 4%, olha só, 4% sobre o faturamento líquido. Então nós estamos fazendo todo o movimento lá para tentar ampliar, esses seriam, vamos dizer assim... E vamos discutir outras coisas.

Vocês viram a *Folha*, acho que da semana passada? Eu já tinha lido alguma coisa, mas não acreditei, mas agora com a denúncia da *Folha*, eu estava vendo. As empresas, os bancos, a inadimplência dos bancos, é descontado o imposto pago ao Governo. Sabia? Vocês sabiam disso? E qual é a justificativa para o aumento do juro no nosso País? Que não pode baixar muito o juro, que o índice da inadimplência é muito grande. Não é isso que falam. No entanto desconta dos impostos a inadimplência. E agora a *Folha* está denunciando que estão ... Pois é, eu também não sabia, eu tinha ouvido, mas não acreditei, não acreditei. Agora a *Folha* está denunciando inclusive porque os bancos estão inflando a inadimplência para poder pagar menos imposto.

Então, olha só, é nessa lógica, é nesse mundo que vivemos. Nós temos as entidades aqui, os Senadores, digamos, as instituições, o Poder Público que defende

os interesses dos trabalhadores, da população e do País têm que cerrar fileiras para mudar essa lógica. Então acho que aí essa é, para mim, a questão. Qual é a lógica? Porque se nós mudamos a lógica, nós podemos negociar tudo, nós não podemos é entrar numa negociação para melhorar aqui uma coisa que é ruim de qualquer jeito, não vai ser boa nunca.

Então reforma da Previdência. Eu sou favorável à reforma da Previdência porque a Previdência, não dá, nós precisamos melhorar a Previdência. Temos que mudar, então, essa lógica, e é essa a discussão que fazemos na CSP-Conlutas. Nós queremos mudar a lógica. E qual é a lógica? Esta é a sétima economia do mundo. Fala-se que, daqui há três, quatro anos, será a quinta. Agora, é possível a quinta economia do mundo ter o salário que tem? O salário mínimo cresceu muito? Cresceu, é verdade, mas esse é o salário mínimo da sétima economia do mundo? Não é. E o salário mínimo, gente – nós fizemos um estudo, um levantamento -, é o principal instrumento de distribuição de renda de nosso País, através das aposentadorias. Há cidades no norte de Minas – para que vocês tenham uma ideia – em que mais de 80% da renda advém de aposentadorias. Então, é um instrumento fortíssimo. Agora, qual é o problema? Inclusive, vai no sentido do que diz o Governo: um País justo é aquele sem misérrimos. Não é isso? Então, qual o problema de investir nesse processo de fortalecimento das aposentadorias e do próprio salário mínimo? Agora, estão falando que essa política só vai até 2014. Se estão querendo mudar essa política, com certeza, não é para melhor. Com certeza, não é.

Então, nós temos que cerrar fileiras – e aí o espaço desta Casa, o esforço do Senador Paim e das entidades aqui presentes, que se manifestaram aqui -, construir, buscar construir uma discussão mais global. Também a Previdência, porque a Previdência é o instrumento fundamental.

Os intelectuais falam muito que, no mundo, em países da Europa ou nos Estados Unidos, é assim, é assado. Mas nos Estados Unidos não há a rotatividade de mão de obra que há no Brasil. A maioria dos países da Europa tem a Convenção nº58, que impede as demissões desmotivadas, e o salário mínimo lá nem se compara. Acho que foi você que falou que é – dos países com valor mais ou menos igual ao do Brasil... Não comparando com a Europa, mas com os países daqui. Aqui não se compara, quando se trata do salário, mas quando se trata de coisas, é Europa, são os Estados Unidos. Não é assim que eles fazem? Então, queremos que eles comparem, também, o salário. Aí, vamos ver a saúde de lá, as garantias que os trabalhadores têm lá. Aí poderemos discutir. É diferente discutir

avanço nesse sentido. Então, adequar a nossa à lógica deles, tudo bem, mas a nossa lógica é totalmente distinta. Há uma desigualdade enorme.

Os empresários do nosso País têm uma lógica que é a seguinte: querem ficar cada vez mais ricos em curto espaço de tempo. Não é possível. O lucro das quatrocentas maiores empresas cresceu em média 30%. Agora, durante as campanhas salariais, vai-se discutir segurança de trabalho? É um absurdo, não querem, recusam.

Então, essa lógica está impregnada em nossa sociedade. Não é por acaso que o Brasil é assim, não fez reforma agrária, industrializou sem tocar na questão do campo, enfim, há vários elementos que caracterizam o nosso povo, o nosso desenvolvimento, que os intelectuais – cujos estudos são bem-vindos – têm que levar em conta.

Então, na minha opinião, nós temos que construir um processo de mobilização, buscar o apoio no poder público, como o desta Casa, que nos permita pressionar. Só ficar discutindo também não adianta, porque se fala e fala, o cara fala que você está certo, mas...

Então, acho que o principal desafio é buscarmos construir esse processo de mobilização nos apoiando aqui. Por exemplo, vários operadores do Direito têm dito: “Ah, é inconstitucional, inconstitucional!”

Então, vamos buscar caminhos na Justiça, também, de constitucionalidade. Já perdeu uma vez? Vamos ver outros mecanismos, vamos ver de que maneira, vamos ver como o Senador pode nos ajudar mais ainda, aqui, porque está em sintonia com o interesse dele, está com a prática do companheiro.

Então, de que maneira nós vamos ter de construir esse processo?

Agora, nós não podemos entrar no debate e na discussão de tentar melhorar o que está aí, ou buscar uma saída para o problema de caixa. Eu acho que a lógica não é essa. Nós temos de ver de que maneira aqueles que estão se apropriando da riqueza produzida do País vão contribuir para que a gente possa, de fato, garantir melhores condições de vida, de aposentadoria para os trabalhadores.

Olhem a lógica, só para encerrar, mesmo. Olhem a lógica. Estão dizendo o seguinte: “Não, nós vamos ter de aumentar o tempo de trabalho para o cara, ele não vai poder se aposentar aqui porque o cara está vivendo mais.”

Olha, é um negócio tão perverso, desumano! Tiham de dizer o seguinte: “Pô, que bom que o trabalhador está vivendo mais. Então, vamos garantir uma boa condição de aposentadoria, para que ele possa usufruir parte da riqueza do País que ele ajudou a cons-

truir.” Mas não é assim que funciona. Então, são essas coisas que nós temos de discutir, temos de mudar.

Então, o que nós queremos construir, a preocupação, a reflexão da CSP–Conlutas é essa e nós queremos contar, queremos estar junto com vocês nessa luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Oraldo Paiva, da CSP – Conlutas, que expressou o ponto de vista da Central com muita convicção, olhando o interesse do trabalhador e do aposentado.

Neste momento, passamos a palavra à Sr^a Maria Antônia Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Aposentados de Brasília, que já esteve aqui em outras oportunidades e é muito firme quanto aos seus pontos de vista.

A SR^a MARIA ANTÔNIA RODRIGUES – Boa-tarde. Eu inicio a minha fala em nome do meu Presidente, João Inocentini, que não pode estar aqui, mas mandou um abraço, com os cumprimentos pelo trabalho que o senhor realiza, Sr. Senador.

Quero cumprimentá-lo por esse belíssimo trabalho que o senhor vem desenvolvendo.

Plagiando o meu colega, o que seria de nós se não tivéssemos o painho? O painho é o Paim, aqui nesta Casa.

Cumprimento os membros da Mesa, cumprimentos as centrais sindicais, o auditório e meus amigos do Gama, os aposentados que estão aqui, sempre prestigiando esta Casa.

Quero dizer o seguinte, Senador: ontem, eu estive – eu quero tentar não ser repetitiva e nem trazer números – numa palestra em que a Presidência da República, o Conselho do Desenvolvimento levou a Sr^a Maria João para falar, para nos levar subsídios sobre a Rio+20.

Nessa palestra, ela frisou muito que um dos pontos globais, hoje, é o desenvolvimento econômico, é o desenvolvimento social; que ela não acredita em desenvolvimento econômico sem o desenvolvimento social.

Como podemos estar, hoje, numa condição privilegiada – estou, aqui, usando as palavras dela –, porque o Brasil está numa condição privilegiada, onde o nosso aposentado – sem apresentar números, porque já passaram números demais por aquele painel – assiste a uma desoneração da folha, a juros caindo e ao nosso salário sendo vetado, ou seja, o aumento do nosso salário de aposentado sendo vetado?

Imediatamente, coloca-se nos jornais que o salário mínimo vai ser de R\$619,00 no próximo ano.

Eu pergunto aos aposentados que estão ali atrás: será que esse salário de R\$619,00 vai resolver o problema dessas pessoas?

No Brasil, a Constituição diz que a saúde é para todos. Que saúde temos, hoje, no nosso Brasil?

Vamos falar de Brasília. Não precisamos ir longe, vamos ao Hospital de Base, para vocês sentirem o maior desrespeito com que é tratado o aposentado.

Como se não bastasse a saúde pública, estamos sendo, hoje, ceifados até da saúde privada, dos planos de saúde. Hoje, os planos de saúde não querem mais fechar contrato com aposentado, ou seja, com a pessoa idosa. Quando você vai fechar um contrato, eles perguntam: “Aposentado?” E fogem de você. Então, eu fico muito triste.

Tenho aqui o nosso jornal, até distribuí alguns, que traz a manchete: “Governo abre saco de maldades na Previdência. Dilma veta aumento real em 2012 para os aposentados que ganham acima do salário mínimo”.

Por quê?

Quando nós votamos na Dilma, quando nós colocamos a Presidente, nós achávamos e acreditávamos que ela daria continuidade em todos aqueles benefícios que o Governo Lula concedeu aos aposentados. E o que estamos vendo aí? Uma nova realidade.

Nós pensávamos, naquele momento, em uma mulher, mãe, humana, com sentimento de mulher, com essa mão caridosa e carinhosa, que nós, mulheres, não podemos perder. Eu luto pelo movimento feminista, mas luto para que nós, mulheres, continuemos com essa sensibilidade de mãe. E essa sensibilidade, a nossa Presidenta não está tendo para conosco. Quando ela não olha que nós contribuímos, nós fizemos o nosso papel, e, agora, no momento em que nós mais precisamos, que é o momento da velhice, quando eu preciso do remédio, eu preciso de plano de saúde. Estou hoje, como vários palestrantes aqui falaram, sustentando a faculdade do filho, do neto, e, nesse momento, o nosso aumento é vetado.

Então, quero, ao encerrar a minha fala, até pelo avançado da hora, parabenizar o Senador Paulo Paim pela qualidade dos palestrantes que por aqui passaram, quantas coisas foram esclarecidas, ou seja, o conhecimento que todos nós obtivemos e o Brasil está assistindo. Mais uma vez tietar o carinho, a admiração Senador, que nós temos pelo senhor. A gente sabe que nós temos oitenta e tantos Senadores, mas poucos se preocupam com o trabalhador. Poucos abraçam a bandeira dos aposentados. Poucos. Basta você assistir e tirar um pouquinho do seu tempo e ligar na TV Senado para você ver. Eu tenho a impressão de que esses Senadores não vão se aposentar, ou não têm pai, mãe, ou estão pensando no bom salário que eles vão levar; o contrário de nós, que nos aposentamos – um exemplo – com vinte salários e hoje estamos

ganhando dez. Eu sou este exemplo, fora o fator, mas eu não fui pega por esse fator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No seu tempo não tinha fator ainda.

A SR^a MARIA ANTÔNIA RODRIGUES – No meu tempo não tinha fator, eu saí sem o fator.

Mas quero encerrar minhas palavras parabenizando o senhor e também os palestrantes que me antecederam pela riqueza das palestras, pelo conteúdo, por isso não vou me alongar muito. Mas, ao encerrar, eu gostaria de dizer, além de parabenizar todos que estavam aqui, Senador, que eu gostaria muito de estar viva para participar do enterro do fator previdenciário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a Maria Antônia Rodrigues, que falou em nome do Sindicato dos Aposentados de Brasília.

De imediato, para abrir o debate, passo a palavra ao Presidente da Fundação Anfip, Floriano Martins de Sá. (Pausa.)

Eu estava fazendo confusão. O Presidente da Anfip é o Jorge, não é? (Pausa.)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Não é o Álvaro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi o Jorge antes, depois o Álvaro, e você é o Presidente da Fundação Anfip, está certo?

Então, Floriano Martins de Sá Neto.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Gostaria de saudar o Presidente Paulo Paim, por quem cumprimento a todos aqui na Mesa; queria saudar o Warley e cumprimentar todos os presentes daqui que, no adiantado da hora, ainda continuamos aqui neste debate democrático e importantíssimo para que trilhemos um caminho novo para a Previdência Social.

A Fundação Anfip é um órgão técnico. Nós temos a Anfip, famosa com seus 60 anos de idade, e a fundação prepara os documentos, os estudos. Todo ano nós divulgamos o livro que traz o superávit, o resultado da Seguridade Social e outras publicações. Para fazer essa diferença, nós preparamos a parte técnica para que a Anfip, a mantenedora, e também nossos parceiros, possam fazer uso da informação.

Como vocês sabem – não vou ser repetitivo – a Seguridade Social... Vou dizer para vocês: não tem nada de errado nesse Sistema de Seguridade Social que consta em nossa Constituição Federal. Vimos aqui, com muita alegria, Dr^a Zélia falar da diferença em relação ao mundo – na Europa, principalmente – e de que nosso sistema é apropriado ao Brasil; que os Constituintes não foram irresponsáveis quando pensaram o sistema, porque, na hora em que eles pensaram o

sistema, eles fizeram a previsão das arrecadações. Então, essa cesta de tributos... No Primeiro Mundo tem uma ou duas fontes, nós aqui temos várias. Eu acho que é absolutamente adequada nossa situação de poder colocar esses ovos conforme a necessidade, de podermos estar agora discutindo a questão da desoneração, porque é um mandamento constitucional e foi aprovado. Então, nós vamos discutir. Se está certo ou errado ou se tem de arrumar, vamos tratar desse assunto.

Eu tenho acompanhado essa luta dos aposentados. Há mais ou menos 20 anos estou nessa luta. Enquanto Auditor Fiscal da Previdência Social, agora da Receita Federal do Brasil; enquanto dirigente da Anfip – fui Presidente da Anfip; enquanto também, com muito orgulho, assessor político da Cobap. A gente vem, nos últimos seis anos, assessorando a Confederação e o movimento em geral dos aposentados e dos trabalhadores. E isso tem me enriquecido muito! Porque, na hora em que a gente se achega aos aposentados e começa a verificar a situação em que vivem os aposentados – de fato –, a real situação dos aposentados é uma situação que os números... A gente olha e vê as estatísticas, mas vamos lá ver o aposentado mesmo, vamos a casa dele! O que nós verificamos, no geral, é que o aposentado tem uma situação muito difícil, porque, na maioria dos lares, ele ajuda a família, pos tem lá o filho desempregado ou subempregado, o neto... Essa situação é verdadeira. Hoje o aposentado está endividado por conta desse malfadado empréstimo consignado.

O que está acontecendo de fato hoje é que o aposentado não vive mais com 100% dos seus parcos vencimentos. Ele já se acostumou hoje, infelizmente – os números mostram isso – a conviver com 70%, ou seja, o que a margem consignável permite hoje o aposentado está vivendo. Realmente foi um crime o que foi feito. A cada dois, três anos acaba de pagar um e ele já entra em outro – os aposentados. Então, a gente sente que essa questão que é muito imputada ao aposentado de que o aposentado só pensa na questão financeira, de lutar por reajuste, de querer um aumento real... Gente, o problema que nós vivemos é que o aposentado hoje tem de comprar o remédio e, na maioria dos lares, existe um ou outro cônjuge (quando é o casal) que vive com remédios que são caros. Tem a questão do plano de saúde que, quando é possível pagar, come a maior parte do orçamento.

Então, são várias e várias situações que não se resumem apenas e tão somente à questão do aumento salarial. O aumento salarial real é colocado na luta, e eu entendo... Às vezes é difícil a gente querer justificar porque deve haver a paridade com o salário

mínimo, mas é a maneira e a forma que o aposentado encontra de se defender. Já que ele não é defendido e é esse o caminho então vamos por aí. Mas o que falta na realidade ao aposentado, não é apenas o pão, não é apenas o reajuste ou o salário. Falta muito mais. Temos que dizer que a política Nacional do Idoso é muito fraca. Não só o Governo atual, mas os governos anteriores não vêm tratando o aposentado como essa questão global. Não adianta. Eu posso dobrar o salário do aposentado, mas ele continua com os problemas de saúde. Nós temos aquelas doenças que são incapacitantes. Então, são vários e vários problemas que essa secretaria que deveria cuidar disso não vem fazendo a contento. Então, essa discussão tem que entrar também, porque, de repente, estamos aí achando várias maneiras de resolver o problema, de dar qualidade de vida... Uma coisa boa que o aumento dessa expectativa de vida traz é justamente isto: nós estamos vivendo mais. Mas, desculpem-me, o que adianta viver mais para viver numa cama, para viver com dificuldade, para viver sofrendo? Não é para isso que, com certeza, temos essa expectativa de vida. É para viver plenamente, com cidadania. Há espaço para a participação mais ativa dos aposentados, dos idosos, porque é isso que as sociedades mais avançadas fazem. Elas abrem espaço de participação para os aposentados e idosos.

Bom, eu ouvi aqui a questão do neoliberalismo. Senador Paim, vou lembrar, até com certo saudosismo, que, na época do Governo FHC, esse assumido neoliberal, estávamos no mesmo lado. O movimento dos trabalhadores, grande parte aqui dos Deputados e Senadores que são comprometidos estávamos no mesmo lado. Isso foi importante porque conseguimos resistir ao neoliberalismo.

Por exemplo, a PEC nº 33, quando olhamos a emenda constitucional, vemos a diferença. O que se queria era a privatização da Previdência. E o movimento dos trabalhadores, dos aposentados, da sociedade civil conseguiu minimizar, não deixou que se privatizasse a Previdência Social, o que, ao longo dos anos, quase 20 anos depois, demonstrou-se um acerto, porque imagino a Previdência hoje privatizada e o caos social que teríamos no Brasil. Não estaríamos aqui hoje, provavelmente, na situação em que estamos.

Eu gostaria de chamar a atenção para essa questão do neoliberalismo. Pessoal, o neoliberalismo não acabou. No governo anterior e neste Governo, ele continua dando as cartas, continua existindo. Está lá. E há realmente uma disputa a ser travada, só que agora, gente, infelizmente, estamos divididos. Não conseguimos mais juntar. Foi dito aqui claramente, até pelo próprio Warley, as próprias centrais que representam

os trabalhadores. Desculpem-me estar puxando a orelha, mas puxo também a dos servidores públicos, que também deveriam dar a sua cota de participação. Isso, realmente, é uma coisa que... Pessoal, não nos é mais lícito continuar vivendo como meninos, como birutas de aeroporto, que vão ao vento, ao léu, conforme a situação, deixando os acontecimentos irem acontecendo, e vamos atrás: ah, vamos resolver aqui; ah, resolveu minha situação pessoal. Não dá mais para deixarmos as coisas acontecerem, já que estamos... Vamos esperar o quê? Vir novamente um governo de direita para nos unirmos novamente, resolver efetivamente, colocar a agenda social no trilho? Nós precisamos disso, gente.

Nós tivemos, no Governo do Presidente Lula, uma iniciativa meritória, que foi o Fórum Nacional da Previdência Social. A Cobap participou; eu participei como assessor da Cobap. Lá nós conseguimos alguns consensos, juntando trabalhador, juntando empresário, juntando governo, mesmo com o Ministério da Previdência Social tendo uma posição bastante diferente do que vemos hoje na do Leonardo. E saudamos o Ministério da Previdência Social por essa mudança, por essa abertura. O que travou um pouco o debate do Fórum é que não tínhamos confiança na questão dos números. Não havia transparência por parte do Ministério quando chegávamos à questão "Ah, vai explodir o déficit"; tinha lá uma conta que era um negócio que se ficava "Não, realmente, com esses números, não há o que se discutir". Mas a gente não conseguia avançar, não conseguia abrir. Não é que desconfiássemos dos números apresentados, mas aquilo era fechado, trancado.

Então, vemos com muita alegria que o Ministério da Previdência Social se abre, que forma um grupo de trabalho com a participação e que mesmo que a gente não consiga avançar muito, que se chegue ao ideal, que o ideal para mim é retornar ao que diz a Constituição Federal, é a questão da seguridade social plena, enquanto, se não possível o Ministério, mas acho que devíamos estar lutando pelo Ministério da Seguridade Social para resolver de vez essa questão da disputa pelos recursos que existem arrecadados em nome da seguridade social.

A gente poderia falar muito, mas não vou falar. Gostaria de chamar a atenção para a questão da desoneração que eu acho que está correta. Participei de uma reunião com a Cobap cerca de mais ou menos três meses atrás, quando houve uma reunião do Governo com as centrais sindicais, e a Cobap acabou entrando na reunião, não sei por que, mas a gente foi, eu fui junto com o Warley, onde foi anunciado, ou seja, a desoneração foi anunciada cerca de dois, três meses atrás, em linhas. Uma coisa que achei interessante é que o Ministério da Previdência Social não estava lá.

Estava lá o Ministério da Fazenda, a área econômica em peso, mas a Previdência não estava. E foi dito, com todas as letras, que haveria desoneração de 100% da folha, que isso era para resolver um problema de competitividade, mas não se fala nada do principal, ou seja, o que leva as empresas hoje a terem problemas para exportar? A questão da moeda, o real hoje supervalorizado, a questão dos juros, que é dogmático – hoje o mundo deve ter caído, ouvi pouco, hoje de manhã, mas pelo Banco Central ter tomado a iniciativa de reduzir, quando estava todo mundo esperando que fosse mantido, ou aumentasse mais ainda; porque, quando aumenta, por incrível que pareça, a bolsa aumenta, é um negócio meio surreal.

Chamar a atenção para que essa questão da desoneração seja muito bem acompanhada. Se antigamente o Ministério da Previdência Social tinha o controle da folha, hoje ele não tem mais. Hoje, o controle da folha está na Receita Federal do Brasil, está no Ministério da Fazenda. Então, o Ministério da Previdência Social depende das informações e ele não tem poder mais para determinar que a fiscalização acompanhe de perto o que está acontecendo com as empresas.

Então, eu gostaria de deixar, até como auditor fiscal, uma sugestão para que isso fosse mais bem explicado por parte do Governo, como vai ser feito esse acompanhamento. Isso porque eu já fiscalizei muita empresa e, não adiante, onde o fiscal entra, numa empresa, descobre alguma coisa. Acho que faz parte das relações, da cultura, de se procurar passar a perna no fisco, de não se querer efetivamente pagar aquilo que a lei manda. Não estamos querendo mais; a lei determinou que se pagasse aquilo.

Vejo, então, que deveremos olhar isso, para poder fazer uma avaliação correta, para que a Previdência Social não tenha nenhuma surpresa, para que a Previdência Social não continue levando essa pecha de que há um déficit e que esse déficit impede qualquer melhoria das condições de gerenciamento da Previdência Social.

Em linhas gerais, era isso. Com relação às demais falas, a gente entende que foi muito bem contemplado. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Floriano Martins de Sá Neto, presidente da Fundação ANFIP, que fez a sua exposição na linha da maioria dos convidados – tomei nota de duas questões – falando da importância de a gente verificar o mundo real dos idosos, dos aposentados. Falou também de plano de saúde – você tinha falado também, Maria – que grande parte deles no nosso País é uma vergonha. Você paga e não é atendido. O que eu recebo de denúncias aqui na Comissão de

Direitos Humanos... Não sei mais o que fazer. Paga, paga... Entra na fila, daqui a dois meses... Operação então, nem falar. Só sobre os planos de saúde da rede privada que é um caso seriíssimo.

Tenho certeza, doutora, que o Ministério Público vai nos ajudar muito neste debate sobre os planos de saúde.

A SRª ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Inclusive, estou trabalhando com consumidor e trabalho muito com saúde suplementar. E é muito interessante pensar em como todos os argumentos colocados aqui de que o idoso tem gastos com medicamentos. A experiência da Espanha. A grande maioria das pessoas contribui com uma parte em medicamentos; os aposentados, não. Portanto, não temos que pensar só em resolver o problema dando ganho real. Pode-se resolver também concedendo saúde para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro.

A SRª ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Isso que eu falava, Senador, é que temos que pensar o sistema como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive fiscalizando mais os planos de saúde.

A SRª ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Inclusive há um autor, Jorge Reis Novais, que diz que o Estado que não garante direitos fundamentais não é Estado de direito. E quero dizer que muitos cidadãos brasileiros não têm acesso nem à previdência e nem à saúde. Temos que transformar o nosso Estado em Estado de direito, nas palavras do autor português.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu iria mais além, pois os constituintes avançaram muito nesse sentido, quando criamos o Sistema Único de Saúde. A partir daquele momento, as coisas começaram a mudar neste País. E eu tive a alegria de ter sido constituinte. Embora não tenha lido esse autor citado por V. Exª, na prática consegui colaborar...

A SRª ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – E é bem isso. Por isso é que temos que concretizar esses direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que eu estava elogiando o Floriano. É importante... Eu tenho o maior respeito pela Academia, pode ter certeza disso...

A SRª ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Mas eu sou aplicadora do Direito também, Senador. Não sou só acadêmica. Trabalho há 20 anos com Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas o mundo real dos aposentados é colorido. É muito colorido. Mas vamos fazer o debate. Falta o Leonardo. Vamos abrir para a conversa de todos.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Alguns breves comentários. Quero esclarecer algu-

mas dúvidas. Não há aplicação da DRU sobre a Previdência Social, mas sobre as demais contribuições da seguridade social. Acaba tendo um impacto indireto sobre a Previdência na medida em que a Previdência Rural precisa das outras contribuições.

Em relação à política de salário mínimo, a lei garante até 2015 e tem que definir uma data. Mas não está garantido que vai ter uma nova política a partir de 2016. Terá que haver uma nova discussão, uma nova negociação. Acredito que essa política não deve ter um prazo tão alongado, um prazo de quatro anos já foi uma grande conquista. Não tínhamos na lei um prazo definido anteriormente.

Sobre a questão das negociações, dentro do grupo de trabalho, esse grupo surgiu, é bom esclarecer, a partir de uma reunião da Presidenta Dilma com os aposentados, onde os aposentados apresentaram uma pauta de 20 itens e a Presidenta Dilma delegou ao Ministro Garibaldi a negociação da maior parte deles. Nós já avançamos em alguns pontos, mas desejamos avançar em todos eles. E um dos pontos que está em discussão é justamente a questão do ganho real. Esse é um ponto que ainda está em discussão.

É bom deixar claro que em relação ao veto, a emenda que o Senador Paim fez é precisa em definir qual seria o índice para o ano que vem. É bom deixar claro que a LDO é uma lei que orienta a elaboração do orçamento de um ano só, ela tem vigência por um ano. Na medida em que o que saiu no final não era a proposta do Senador nem algo que quantificasse um valor exato, ela tinha apenas mensagem política do Congresso dizendo: este é um tema importante para o Congresso Nacional e o Governo deve tratar disso. E estamos tratando disso na negociação.

Em termos de efeitos práticos, o veto... E aí vou defender a parte técnica. Tecnicamente, o veto estava correto. Por quê? Qual o efeito prático com aquele texto que estava lá? Para a elaboração da Lei Orçamentária de 2012, que era para o que se destinava, não tinha um efeito prático, ou seja, não dizia qual era o valor que deveria ser colocado para o Orçamento de 2012. Ele tinha um efeito simbólico enorme, e teve. O Congresso aprovou. O mais relevante na discussão foi isto, o Congresso aprovou. A partir de uma provocação do Senador Paim, o Congresso colocou: esse é um tema importante para o Congresso Nacional.

Eu não considero que houve um erro técnico. Tecnicamente estava correto. Para 2012, precisa-se de um índice, e o texto aprovado no final tinha conteúdo político e não técnico, porque não definia um índice. A discussão continua. O Ministro Garibaldi continua em negociação com as representações dos aposentados. Não é um tema que está esgotado; pelo contrário, é

um tema cuja discussão está em fase inicial. Não vi nenhuma colocação seja do Ministro Garibaldi seja da Presidenta Dilma de que esse é um assunto encerrado.

Continuando, em relação a fator previdenciário. O fator previdenciário, na prática, é uma aposentadoria proporcional, só que de uma forma complicada de ser entendida pelas pessoas. Na prática, hoje, para se aposentar integral, tem que contribuir bem mais do que 35 anos ou ter uma idade bem acima dos 60 anos. Dependendo da combinação, terá mais ou menos. É um sistema complexo, difícil de ser entendido, de aposentadoria proporcional. Na prática, é isso que o fator previdenciário faz, coisa que a maioria dos países têm, porém de uma forma mais simples de ser entendida. Como aqui foi colocado, vários países têm. E a nossa regra é complicada. E é esse fator previdenciário que faz com que o aposentado tenha, de fato, uma perda em relação ao que ele recebia quando estava na atividade. Todas as comparações que fizemos, inclusive cesta básica, foi colocado aqui, também não ganhou do aumento dos aposentados. Os ativos ganharam menos do que os aposentados.

Então, nenhum indicador – não quer dizer que não houve perda –, repito, nenhum indicador utilizado até agora mede exatamente o perfil de consumo do aposentado. Ainda tem uma interrogação, pode ter havido perda sim. Mas todos os indicadores que temos disponíveis e que foram utilizados mostraram que não houve perda. Agora, que o fator dá uma perda grande, não tenha dúvida. A média do fator é de uma perda de 30%. Isso é muito significativo.

Então, a linha deve ir mais pela discussão do fator do que em relação ao ganho real, não que não deva haver essa discussão, não que não seja importante até compensar a perda que houve com o fator.

Outro ponto muito bem colocado pelo Floriano – aliás, nossas posições e as da Anfiop ou Fundação Anfiop são muito parecidas – é referente ao controle da desoneração da folha. Arrecadação hoje é pela receita, mas nós, Floriano, fazemos todo o acompanhamento disso. Temos as informações, acompanhamos tudo que é arrecadado, tudo que deveria ser arrecadado, temos todos os dados das folhas de pagamento. E estamos em discussão com o Ministério da Fazenda. Embora a medida provisória ainda não tenha sido aprovada, estamos discutindo como será a regulamentação, como vamos acompanhar a comparação da folha com o faturamento para garantir que a Previdência Social não tenha nenhuma perda.

Garanto que seremos os defensores, os guardiões da Previdência Social. Esta tem sido uma postura do Ministério, sempre – e o Ministro Garibaldi tem colocado isso muito claro –, de garantir que não vai

haver nenhuma perda para a Previdência com a exoneração. Vamos acompanhar sempre, inclusive estamos fazendo um convênio com a Receita Federal para termos acesso aos dados de faturamento. Precisamos ter os dados do faturamento para comparar o faturamento com a folha. Então, vamos fazer isso. Garantimos que, a depender do Ministério da Previdência, não haverá nenhuma perda para o Regime Geral da Previdência Social.

Por fim, outro ponto importante colocado pelo Floriano é o envelhecimento ativo. A expectativa de vida no Brasil tem aumentado muito, mas não está acompanhada de aumento da qualidade de vida do idoso. Se a gente olhar no mundo inteiro, na Europa e, principalmente, no Japão, país que tem maior envelhecimento com qualidade de vida, as pessoas estão vivendo mais, porém com mais qualidade de vida. Pegando os indicadores de saúde, de funcionalidade, esse aumento de expectativa de vida está acompanhado de qualidade de vida. No Brasil e na América Latina, como um todo, não tem sido no mesmo padrão. Tem aumentado um pouco a qualidade de vida, mas grande parte do aumento da expectativa de vida é com qualidade de vida baixa, graças aos medicamentos, aos avanços da Medicina. Então, precisamos avançar. Acho que tão importante quanto as questões de equilíbrio da Previdência, de remuneração é a discussão sobre envelhecimento ativo, é procurarmos trabalhar as políticas públicas, conjuntamente, para melhorar a qualidade de vida do idoso. E essa discussão não tem que ser apenas após a aposentadoria. Tem que começar antes, pré-aposentadoria.

Nessa linha, na última reunião que houve do grupo de trabalho, apresentamos o esboço de uma proposta. Já conversamos também com a Secretaria de Direitos Humanos. A partir da nossa próxima reunião, a Secretária de Direitos Humanos, que coordena a política para idosos no Governo, estará presente no nosso grupo. A ideia é construir uma política conjuntamente com os aposentados. Ao invés de o Governo se sentir o dono da verdade e apresentar um programa que, acha-se, o suprassumo da solução dos problemas, vamos construí-lo conjuntamente. E queremos construir isso com certa rapidez, porém discutindo com aqueles que são o objeto da política.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Leonardo, que fechou a última Mesa.

Para mim, Leonardo, é importante o esclarecimento que você fez aqui em matéria do veto na Lei de Diretrizes. Com aquela redação que foi construída, a

intenção foi esta: dar uma diretriz, ou seja, teria de ter aumento real. Qual foi a visão? E participei da reunião, assim como a Cobap e outras entidades também estavam lá. Se nós botássemos um percentual – e teríamos de botar aquilo em que nós acreditamos, que seria a inflação mais o PIB. Porque esse é o debate que o movimento social tem. – seria vetado. Não tenho dúvida nenhuma de que seria vetado. Então, entenderam os Deputados e os Senadores: vamos fazer uma redação que evite o veto; essa foi a intenção.

Então, vamos só dizer que será discutido entre as centrais – vai ser discutido entre as centrais! –, as confederações e as entidades dos aposentados um percentual. Foi essa a intenção. Mas, claro, você também colocou muito bem que foi uma demonstração de que o Congresso entende que tem que haver reajuste acima da inflação. Isso está claro. E você, aqui, foi muito feliz, no meu entendimento, ao dizer: “Em nenhum momento [e é verdade isso] a Presidenta disse, em nenhum momento o Ministério disse que não vai haver negociação e que não vai ter aumento real.” Se vai ter ou não vai ter, assim eu entendi, é outra discussão, mas ficou claro aqui que está aberta essa discussão para construirmos uma proposta de aumento real, com que vamos trabalhar para botar no Orçamento para assegurar que seja pago, já em 1º de janeiro, no momento em que for pago o adicional do salário mínimo.

Agora, vamos fazer o debate. Eu vou aqui, pessoal, abrir uma possibilidade. Só peço que sejam muito diretos. Vamos dar três minutos para que coloquem as suas posições, porque aqui há diversos representantes dos aposentados por Estado. Então, eu vou pedir que cada um use, no máximo, três minutos para colocar o seu ponto de vista sobre esse tema.

O Sr. Jurandir Pereira da Silva está presente? Falará pela Paraíba.

Jurandir, você tem três minutos. De forma bem direta, Jurandir, faça um esforço aqui, porque, depois, todos os painelistas terão tempo para se posicionar depois de ouvi-los.

O SR. JURANDIR PEREIRA DA SILVA – Já perdi um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostei.

O SR. JURANDIR PEREIRA DA SILVA – Paulo Paim, eu gostaria de sair daqui alegre, satisfeito e tal, mas volto para a Paraíba meio triste, porque eu vim aqui para ver, para descobrir as causas. A discussão aqui é sobre os efeitos: efeito disso, efeito daquilo, efeito daquilo outro. Nós precisamos descobrir as causas e consolidar, dentro de um estatuto próprio, toda a legislação esparsa e os princípios que existem na norma.

No direito constitucional, existem vários princípios. Existe, inclusive, o art. 250 da Constituição, que manda criar um fundo da seguridade social. Repito: um fundo da seguridade social, no art. 250 da Constituição. Está lá a letra morta, dentro da Constituição, precisando de regulamentação.

Nós temos vários princípios também sobre a questão de preservação do valor real, princípios da não redução dos proventos da aposentadoria, mas ninguém – ninguém – quer consolidar essas normas todas, como havia as consolidações lá no passado, como a própria Consolidação das Leis da Previdência.

Eu me lembro, muito bem, da questão dos trabalhadores: “Nós queremos estabilidade. Estabilidade! Somos contra o Fundo de Garantia, o sistema de Fundo de Garantia!” Hoje, qual é o trabalhador que quer estabilidade? Todo mundo optou pelo sistema do Fundo de Garantia porque foi sistematizado. Sistematizado.

Então, meu senhor, eu estou trazendo esses exemplos aqui de consolidação, sistematização, para não ficar aqui discutindo sexo dos anjos. Precisamos, sim, consolidar as normas preexistentes que estão aí, os princípios de direito que estão aí. Se não for feito isso, nós vamos ficar nesse blablablá eternamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Jurandir! (*Palmas.*)

Permita-me divergir, só discordar um pouco de você no Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia foi uma opção obrigatória. Eu me lembro porque eu era peão da fábrica. Era optativo, mas, se eu não assinasse, eu não era empregado!

Aí, há uma pequena discordância. O resto eu estou entendendo e tal, mas o Fundo de Garantia eu estava na fábrica: ou eu assinava a opção ou eu não tinha emprego! Então, era uma norma optativa obrigatória. E olha que eu não sou advogado! E se eu quisesse trabalhar – eu trabalhei em poucas empresas; em todo o período eu estive em duas ou três empresas –, mas sempre diziam: “Você é um grande profissional. Então, assine aqui a opção.” Eu dizia: “Eu não quero assinar a opção!”. “Então, você não vai ser empregado.”

O SR. JURANDIR PEREIRA DA SILVA – O Decreto nº 77.077/76 é que consolidou todas as normas esparsas da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. JURANDIR PEREIRA DA SILVA – Por que não é feita essa consolidação se as normas estão aí, na Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí não há nenhuma discordância.

O SR. JURANDIR PEREIRA DA SILVA – E nós queremos, inclusive, Senador, que se crie o sistema e que se crie o banco da Previdência Social para evitar sonegação, que existe aí, adoidadamente, no País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já complementando essa proposta, alguém aqui disse que vai apresentar aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – e as entidades, se assim entenderem, podem apresentar –, se não me engano, uma proposta do banco da Seguridade Social ou da Previdência? (*Pausa.*)

Da Seguridade Social. E, naturalmente, a Comissão, como dever de ofício, vamos receber a proposta, vamos indicar o relator e o relator, então, uma vez aprovada aqui, a proposta, se não houver nenhuma questão que a fira no aspecto legal e constitucional, passará a tramitar na Casa.

Agora, vou passar pela ordem, aqui, ao Oswaldo, Rio Grande do Sul.

Oswaldo, pode dizer o sobrenome, que eu não disse porque a pronúncia eu ia gaguejar e não ia sair. Oswaldo...

O SR. OSWALDO FAUERHARMEL – Fauerharmel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nem que eu quisesse não sairia!

O SR. OSWALDO FAUERHARMEL – Apesar de ter nascido lá em São Borges, eu carrego esse sobrenome, que, podem prestar atenção, é doce, tem o “mel” no fim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Oswaldo é Presidente da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul.

O SR. OSWALDO FAUERHARMEL – Boa-tarde a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paim, e vamos direto ao assunto.

Eu me criei na coerência; não gosto de incoerência. Nós fomos vetados pela Presidente na nossa expectativa de aumento. Não vetou um aumento, mas uma expectativa de aumento, porque estava na LDO. Isso, para mim, é uma incoerência.

Quando nós estivemos em Caxias do Sul, visitando, o Senador Paim nos apresentou a ela, quase todos que lá em Caxias estiveram, para entregar a petição dos aposentados. Eu acho que quase toda a comissão está presente aqui. Ela prometeu nos receber e estudar o nosso pleito e, se houvesse possibilidade de cumprir, não fomos recebidos até hoje.

Na votação do salário mínimo, chamou o Senador Paim, pediu que não apresentasse o projeto que ele tinha, que era a emenda que concedia o mesmo valor aos aposentados. Não chamou. Foi votado e não nos chamou. Incoerência.

O Senador, então, por sua vez, apresentou essa emenda na LDO, que foi aprovada pelo Congresso. Vetou a nossa expectativa. Além de vetar a nossa expectativa, desonera a folha, que é exatamente a fonte de renda.

Se não nos quer dar aumento porque aumenta a despesa e não tem verba, como desonera a folha? Onze bilhões, que foi o que falaram, e mais desoneração vai dar agora com as pequenas empresas que querem aumentar mais as isenções.

Outro ponto. Aqui, quero me referir à Dr^a Zélia, que foi muito feliz em dizer que os benefícios assistenciais não podem ser tão benéficos que desestimulem a procura de emprego. Nós temos o Bolsa Família. Sabem quanto – eu não sei o percentual certo –, sabem quantos estão no Bolsa Família que são empregados e não querem contribuir, não querem registro em carteira para não perder a bolsa família. Aí está. Isso existe, temos que fiscalizar.

O Leonardo nos falou que o fator previdenciário, que o aposentando não está usufruindo do fator previdenciário. Ele não aguarda o que o fator previdenciário promete: quanto mais ele trabalhar, mais ele vai ganhar. Agora, a pergunta que faço: quanto tempo de contribuição e com que idade ele será premiado com o fator previdenciário?

Parece-me que o cálculo, quando o resultado de toda a conta atinge um inteiro, ele está com cem por cento. Isso quando vai atingir.

Era isto que eu queria dizer.

Encerrei.

Um abraço para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Oswaldo.

Passo a palavra ao Iburici Fernandes, de Santa Catarina, representante...

O SR. IBURICI FERNANDES – Cumprimento o Senador Paulo Paim e todos os presentes.

Vim aqui a pedido da Cobap. O Warley sabe que eu não viria, mas, depois de ter assistido a um seminário em Itapema, onde esteve o Deputado Pepe Vargas, onde esteve um juiz de direito federal falando sobre a Previdência, ele nos chamou a atenção para uma coisa: a falta de proteção dos trabalhadores. Eu estou aqui porque trabalhei 33 anos em uma empresa e, quando saí dessa empresa, eu fui completamente abandonado, porque eu contribuí 33 anos para um sindicato e não tive amparo nenhum no momento em que saí. Simplesmente minha carteirinha foi pega de volta e eu fui me virar. Foi aí que fui, então, para a associação dos aposentados.

Mas não quero chegar aí. Quero chegar a um assunto sobre o fator previdenciário. Eu acho que as

centrais, que têm um papel tão importante – eu fui um trabalhador – na nossa vida, que elas têm que tomar uma decisão imediata sobre o fator previdenciário. Não adianta ficarmos aqui discutindo enquanto os trabalhadores estão perdendo. Cada trabalhador que se aposenta está perdendo hoje. Então, nós temos que achar uma regra. Eu acho que temos que acabar, hoje, nós, dirigentes que somos líderes nacionais e estaduais, nós temos que perder um pouquinho, deixar de lado nossas vaidades pessoais e pensar, sim, no trabalhador e no aposentado. É nele que nós temos que prestar atenção.

Outra coisa a que eu assisti aqui foi uma gama de pessoas com o conhecimento que têm... Ouvi o Gustavo falar em reforma da previdência. Olha, se esse pessoal em conjunto, junto com o Senador e os Deputados que nos ajudam, olha que bela reforma conseguiriam fazer. Eu acho que é nesses termos que temos, como líderes, que começar a trabalhar.

Eu queria parabenizar a Dr^a Zélia pela coragem. Temos que começar a ter coragem de falar as coisas. E tem muita gente que não gosta de ouvir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Iburici!

Vamos, agora, passar a palavra ao Antônio Alves, de São Paulo.

O SR. ANTÔNIO ALVES – Senador Paulo Paim, toda a Mesa, nossas saudações!

Vou falar com tranquilidade algumas coisas aqui, até porque São Paulo, os aposentados representados pela Fapesp tiveram a possibilidade de divergir do Paulo Paim em episódios específicos, mas, no geral, ele sabe que São Paulo apoia 99% as ações, as atitudes e a ideologia que é praticada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Antônio.

O SR. ANTÔNIO ALVES – Mas eu queria colocar o seguinte: a vaidade a que o Iburici se referiu. Como vamos nos unir se nós mesmos não nos indignamos com as coisas que estão acontecendo? Nós estamos aceitando as coisas. Isso vale para a Força, vale para a CUT, de onde sou originário, vale para todos os trabalhadores da ativa e também para os aposentados. Se nós não começarmos a nos indignar com essas coisas que estão acontecendo, nós não vamos resolver nada. Nós precisamos botar a cara para bater. É verdade que eu não gostaria de ter a Dr^a Zélia como minha defensora, mas, por outro lado, eu também a cumprimento pela sua coragem, porque nós precisamos começar a ter coragem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi, entendi.

O SR. ANTÔNIO ALVES – O Governo tem a coragem de vir aqui colocar os pontos dele, mas nós não temos a coragem de fazer a nossa defesa ou de manter um Ministro mais ou menos meu amigo... Ministro, Governo não tem amigos; ele tem que administrar a situação para que o povo viva melhor. Mas isso não está acontecendo; quem vive melhor são só os empresários neste País, porque têm o apoio do Governo, porque os empresários lutam, gente. Eles têm representantes nesta Casa, a Igreja tem, todos têm representantes, mas nós não temos. Temos quem? O Paulo Paim, o Arnaldo Faria de Sá do lado de lá e mais alguns gatos pingados aqui. Desculpem-me a expressão “gatos pingados”. É verdade. Nós não estamos fazendo pressão em cima dos nossos, daqueles que se dizem nossos representantes. Todos eles foram eleitos dizendo que iriam representar os mais pobres ou os mais... E ficamos sem ninguém.

Então, somos nós que temos que construir a nossa história, não só esperar, mas apoiar atitudes como as do Senador Paulo Paim. Nós temos que construir a nossa história. Se formos esperar... E precisamos derrubar as vaidades para termos unidade, porque, enquanto a vaidade imperar um pouquinho entre nós, jamais seremos unidos novamente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Robinson Bittencourt, de Minas Gerais.

O SR. ROBINSON BITTENCOURT – Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa, demais presentes, eu gostaria de, em primeiro plano, colocar aqui que, quando se fala de reforma, é para se retirar direitos. Toda vez que vem essa palavra “reforma”, algum direito vai ser extraído do trabalhador, do aposentado, do cidadão brasileiro de uma forma geral. Eu gostaria até que esse termo nem fosse mais utilizado como reforma. Acho que seria melhor dizer que vamos fazer estudos, porque já está arraigado na cabeça do trabalhador, está arraigado na cabeça do sindicalista, do dirigente de uma forma geral.

Com relação à questão do fator previdenciário. O segmento de aposentados e pensionistas brasileiro, hoje, foi o que mais trabalhou nesse aspecto para tentar fazer com que o projeto de lei, que tramitou, que foi votado, que foi aprovado por unanimidade e vetado. As centrais não atuaram como deveriam. A gente tem que ser franco. Acho que agora é o momento de as centrais assumirem de fato essa condição e levarem ao fim essa discussão, de maneira que não prejudique mais o trabalhador, que não prejudique mais o cidadão brasileiro no momento de sua aposentadoria.

Com relação à previdência social, eu entendo que falta gestão administrativa na Previdência Social.

Por que os fundos de pensão estão muito bem, obrigado? Por que os fundos de pensão estão aí com suas rendas cada vez mais multiplicadas ou triplicadas? A Previdência Social não investe. Simplesmente retira-se da Previdência Social ou da seguridade social. Acho que a criação do Banco da Seguridade Social, acho que a questão da volta do Conselho Nacional também da mesma forma quadripartite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com poder deliberativo.

O SR. ROBINSON BITTENCOURT – Com poderes deliberativos, muito bem lembrado. Eu acho que sim. Aí poderemos trabalhar de forma mais ampla para discutirmos as questões da Previdência Social, da seguridade social como um todo. Eu acho que várias pessoas aqui têm entendimentos, algumas mais, outras menos, mas acho que o conjunto de ideias, sim, pode levar a um consenso geral, tendo sempre em mente aquilo que é prioridade, que são os aposentados e os idosos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Robinson, de Minas Gerais. Passo a palavra agora ao representante de Alagoas que se encontra aqui, que é o Gildo Carvalho.

O SR. GILDO CARVALHO – Cumprimento a Mesa, em nome do Senador Paulo Paim.

Eu só queria endossar as palavras do meu amigo Robson com relação ao fator previdenciário, pois as centrais realmente não estavam somando com a gente, como deveriam. Espero que, agora, se juntem a nós para que cheguemos a um denominador comum sobre o fator previdenciário.

Somente isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Gildo, que falou por Alagoas.

O Alcides dos Santos Ribeiro, Mato Grosso do Sul.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de reafirmar a todos que achei que há quase um consenso de que o problema da Previdência Social não está nos aposentados e nem nos salários que são pagos no regime geral. O problema está mais na Administração Pública.

E eu tive a felicidade de já entregar ao Senador uma proposta para que se crie o Banco da Seguridade Social, levando em consideração que, nos últimos nove anos, foram retirados da seguridade social, via DRU e via transferência para o orçamento fiscal, R\$470 bilhões. Esse dinheiro já daria para se constituir um novo BNDES, se fosse realmente criado o Fundo da Seguridade Social, se fosse criado o Banco da Seguridade Social, para que a gente pudesse fazer com que o dinheiro do trabalhador realmente voltasse a trabalhar

para o trabalhador e não para, vamos dizer assim, os políticos, porque a gente não sabe realmente qual a finalidade desse dinheiro desviado da seguridade social.

Partindo desse caminho, eu acho que deveríamos, aqui nesta Comissão também, opinar para que se criminalize a corrupção dentro da seguridade social. Que se classifique como crime hediondo sem fórum privilegiado qualquer desvio de dinheiro público da área da seguridade social, porque é um absurdo a nossa legislação. Nós assistimos a um caso deplorável dessa Deputada de Brasília, inocentada, com todas as provas de que ela pegou dinheiro ilícito.

Eu acho que a legislação brasileira precisa ser mudada, e a gente precisa trabalhar em cima disso. Volto a reafirmar: o art. 194, inciso VII, da Constituição fala da administração quadripartite. Nós temos que fazer isso funcionar. O art. 250 fala na criação do fundo. Nós queremos isso. Os aposentados não querem mais que o dinheiro seja administrados por políticos que, de quatro em quatro anos, são trocados. Nós temos a vida inteiro contribuindo, acreditando nesse governo. Nós não podemos aceitar, Senador Paulo Paim, que pessoas que não têm compromisso com o trabalhador, que estão de passagem por um mandato parlamentar venham a ser nomeados presidente e administrador do segundo maior orçamento do Brasil. Deve ser administrado por técnicos, por é sério: na hora de arrecadar, se arrecada; na hora de pagar, não se tem recurso. É um absurdo isso. Nós temos que mudar isso.

Eu peço que a Comissão acate o ofício que nós já entregamos a V. Ex^a, Senador, e vamos criar uma comissão, nomear um redator de um projeto de lei criando esse fundo, criando esse banco, se possível. E a gente fica à disposição. E acho que a Cobap está a disposição também, as centrais sindicais também, porque eu acho que envolve o futuro do brasileiro, porque, se nós deixarmos como está hoje, não é o Governo Lula, não é o Governo Dilma, todos os governos que passaram, da Constituição até agora, transferiram recursos da seguridade social para outros fins. E isso não pode continuar no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passo a palavra ao Luiz Legnani.

O SR. LUIZ LEGNANI – Boa tarde a todos. Quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa desta audiência pública sobre veto, reajuste do veto, fator previdenciário e desoneração.

O Dr. Jurandir reclamou que se fala, só se reclama das consequências. Não se fala das causas.

A causa, Dr. Jurandir, é o sistema neoliberal que aí está. O sistema capitalista neoliberal é um sistema injusto, desigual, concentrador de riqueza nas mãos

de uma minoria privilegiada, sempre gerando crises atrás de crises e mais crises. E, nessas crises financeiras, os aposentados e pensionistas têm que pagar essas crises todas. Sempre foi assim em toda história do movimento operário. Os trabalhadores e aposentados conseguiram alguma coisa por meio de muita organização, muita mobilização, muita luta.

Eu acho que este é o momento para enfrentamento. Nós vamos ter agora, com a negociação de reajuste para os aposentados, aquele costumeiro argumento: olhem os países como estão – Irlanda Grécia, Alemanha, Espanha, Estados Unidos. Citam os Estados Unidos como a maior potência mundial, mas, no mês de maio, gerou menos emprego que o Estado do Rio de Janeiro, 18 mil empregos.

Então, esses argumentos vão vir com toda força para cima dos aposentados, dos trabalhadores agora reivindicando algum aumento, algum reajuste salarial.

Então, é o momento de nos organizarmos, de nos mobilizarmos, de nos unirmos. Todos os movimentos sociais, populares, sindicatos, aposentados, trabalhadores devemos nos mobilizar para pressionar para que a gente consiga alguma melhoria, algum reajuste salarial.

E todo ano é essa luta imensa que temos que travar, como em 2009, em 2010, para conseguir uma pequena porcentagem de aumento.

Então, é um momento de união, de erguer a cabeça e de mobilizar os aposentados e os trabalhadores.

Fala-se muito do fator previdenciário, trocando pelo 85 e pelo 95. Tudo bem. O Brasil esteve, na década de 90, com índice de 16% a 18% de desemprego. Mais de 50% da mão de obra, na informalidade. Hoje nós temos dados de 35% ainda na informalidade. E a situação da Previdência, desoneração de folha, tudo bem.

Agora, e os aposentados, e os trabalhadores, como ficam? Deve-se ver a situação dos aposentados, como foi falado muito aqui. Temos que ver a previdência, a consolidação da previdência, como do SUS também, como da assistência social; ter uma previdência forte, evitar a sonegação, as fraudes, os desvios, inclusão. Temos que pensar numa previdência com mais inclusão. Temos que pensar na inclusão na Previdência desses 35% que estão na informalidade. É nisso que temos que pensar. Desoneração de folha em nome da manutenção de emprego, tudo bem. Mas temos que ver também essas pessoas que estão na informalidade - esses 35% - e dos aposentados que aposentam e têm de continuar trabalhando.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. LUIZ LEGNANI – Hoje, temos um índice de mais ou menos 6% de desemprego no Brasil, um

dos menores do mundo, perdendo só para a China. Nos outros países, está aumentando o desemprego.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ LEIGNANI – Agora, tem período que tem muito desemprego. Qual é o futuro dessas pessoas desempregadas para se aposentarem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se puder concluir.

O SR. LUIZ LEIGNANI – Mesmo com o fator previdenciário ou a substituição do 8.595?

Então, eu acho que são questões que têm de ser muito debatidas e muito refletidas para se resolver. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos para o Sr. José Carlos Pinto Vieira, Rio de Janeiro.

Só faltam mais dois. Aí, a palavra volta para os convidados.

O SR. JOSÉ CARLOS PINTO VIEIRA – Eu queria saudar o Senador Paulo Paim e todos os presentes aqui, nesta Casa.

Eu queria aproveitar que estamos numa casa de direitos humanos e eu não queria falar em números, porque eu vejo aqueles números ali e praticamente não entendo nada, alguma coisinha. Eu gosto quando se fala da questão da saúde, que acho que é muito importante.

Eu queria dizer o seguinte. Tem a questão da idade, que é da expectativa de vida. Olha, o Governo vai resolver isso rapidamente. Os técnicos, aqueles que olham a gente lá de cima. Isso vai ser resolvido. Por quê? Já foi citado aqui: é só a gente olhar os hospitais que a gente vai ver que a maioria que morre lá é idoso aposentado. Então, não vai demorar muito e a gente vai ser extinto, porque, do jeito que está, a gente vai ser extinto. O Governo não precisa se preocupar com esse negócio de que a gente vai durar cem anos, não, porque, do jeito que está nossa saúde, a gente vai morrer e não vai ter esse problema mais para eles. Ele não vai precisar dar aumento, ganho real, essas coisas. Eu acho que estou falando uma coisa que muitos querem falar, que sentem. É o que eu sinto. Eu vi. Eu perdi companheiro no corredor de hospital. Um companheiro da federação do Rio de Janeiro, o Sr. Maia, uma pessoa maravilhosa, ficou lá, morreu no corredor do hospital. Então, o que o Governo quer é isso.

Os técnicos botam os números ali para enganar a gente. Normalmente, engana, porque a gente não entende nada de número mesmo. Alguns, sim, que têm mais sabedoria, mais conhecimento. Agora, esse negócio de número... A questão humana tem de ser

vista também. Não é só um número, não. Tem de ver a questão humana.

Então, sei lá, eu estou cansado de ouvir as pessoas... Outra coisa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS PINTO VIEIRA – O fator previdenciário só é defendido por pessoa que ganha muito bem, por pessoa que não vai passar por essa situação. Eu não vi nenhum trabalhador defender fator previdenciário. Nenhum deles. Eu estou aqui para ver. Não vi nenhum. Eu só vejo os tecnocratas, esse pessoal que não vai passar nunca por esse momento. Isso é um confisco, um roubo que o Governo está fazendo com a gente. Está roubando quem vai se aposentar.

É um desabafo, mas acho que tem de ser assim, porque é o que muitos querem falar e não conseguem ter acesso aqui para isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho, só um pouquinho.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Senador, é só um relato. Sobre o banco da seguridade social, conversamos, agora, há pouco, com o Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina, e ele aceitou ser o relator do projeto. É só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dão entrada com o projeto na comissão e eu o indico como relator.

O SR. ALCIDES DOS SANTOS RIBEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o José Pinto Vieira.

Vamos agora para o Gilberto Raimundo da Silva, do Rio Grande do Norte. Depois, se não me engano, é o Osvaldo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alealdo.

O SR. GILBERTO RAIMUNDO DA SILVA – Senador Paulo Paim, saudando a sua pessoa, saúdo todos os presentes.

Senador Paulo Paim, eu me lembro de que, alguns meses atrás, nesta Casa, na Comissão Mista do

Orçamento, houve um debate, em que tinha lá, num dos artigos, a situação dos aposentados que recebiam acima de um salário mínimo. Eu me lembro bem de que o relator era o Senador Tião Viana e o sub-relator era o Deputado Federal Gilmar Machado, do PT, de Minas Gerais. Nessa discussão, ficou acertado o seguinte: numa das emendas, na hora em que houvesse a discussão sobre o aumento dos aposentados que recebiam acima do salário mínimo, chamariam os representantes dos aposentados. Pois bem. O que ocorreu? Há vinte dias, mais de oito milhões de aposentados que recebem acima do salário mínimo e a Presidente simplesmente não quis saber de nada, vetou e disse que era isso mesmo. Acabou. Olha só: quase oito milhões e quatrocentos mil. A partir de janeiro do próximo ano, vai diminuir quase um milhão de aposentados nessa situação. E, aí, o que é? Não pode acontecer um negócio desses. Essas centrais têm de se unir e fazer alguma coisa.

Por isso, Senador, em nome da OAB do Rio Grande do Norte e da Presidente da Comissão de Seguridade Social, que se chama Doutora Francis... a Comissão de Seguridade Social da OAB irá fazer um seminário no mês de novembro e eu tenho aqui duas datas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILBERTO RAIMUNDO DA SILVA – Eu estou, em nome dessa comissão da OAB do Rio Grande do Norte, convidando não só o Senador como também a Anfip, que já foi convidada. Nesse seminário, Senador, o que vamos discutir lá? Justamente o fator previdenciário, essas perdas salariais, o superávit da Previdência Social. Não só a Cobap estará presente, como várias centrais já confirmaram presença. Então, têm aqui duas datas e, depois, eu gostaria que o Senador confirmasse.

Peço ao Senador e aos demais que estão aqui que essa discussão não seja agora só aqui, nesta Casa. Que ela saia daqui e que se comece a fazer essa mesma discussão desses assuntos que estão aqui em pauta em todos os Estados. Têm várias pessoas que não têm Internet e, então, não assistem à TV Senado, mas, na hora em que levar essa discussão para esses Estados, então, elas vão ficar cientes disso aí e vão saber o que estão perdendo com esse famigerado fator previdenciário.

Era só isso, Senador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem.

Passamos, de imediato, para o Alealdo dos Santos. Sergipe.

O SR. ALEALDO DOS SANTOS – Representando o João Valmir, Presidente da Faapise – Federação de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de Sergipe, onde existem 260 mil aposentados e pensionistas pela Previdência Social, que sofrem o mesmo processo de defasagem de seus benefícios a cada ano.

Falar por último é sempre difícil, e eu não quero ser repetitivo. Acho que, para que a gente galgue algum resultado positivo, não basta ter só a expressão do Senador Paulo Paim. Primeiro, a gente tem que fazer um processo de reorganização das nossas entidades sociais.

A gente vê que, quando se trata de outros grupos que buscam suas pautas de reivindicações, na data de alguma caminhada, de alguma concentração, aparecem milhões, milhares de pessoas nesse evento. Por que nós, aposentados, nós, trabalhadores,... A mola mestre, a mola fundamental da nossa sobrevivência é o trabalho. Será que ele tem o espírito de solidariedade maior do que o nosso ou será que a gente perdeu – nós, os 40 milhões de aposentados de todo o Brasil – o sentimento de credibilidade de nossas centrais sindicais? Aí, na Mesa, eu vi já uma discussão de duas centrais sindicais. “Eu não concordo com esse cabeamento.” Outra: “Eu não concordo com esse cabeamento”. Então, isso cansa os aposentados.

A gente precisa desse processo de reorganização para atingir as nossas metas. Eu acho que é fundamental nós, como pensadores, como representantes da grande massa de trabalhadores aposentados e pensionistas, termos esse papel que eu acho crucial para que atinjamos nosso objetivo.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Alealdo dos Santos, de Sergipe. Aqui pediu a palavra, embora não estivesse inscrita, a Vera Lacerda.

A SR^a VERA MARIA ALMEIDA LACERDA – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os mesmos três minutos.

A SR^a VERA MARIA ALMEIDA LACERDA – ...na pessoa do Senador.

Eu gostaria de falar aqui um pouco em nome do trabalhador brasileiro. Tenho muito orgulho de defender os direitos do trabalhador e gostaria de informar que o dia a dia desses trabalhadores está nefasto.

Hoje, aqui nesta tarde, nós discutimos os grandes pecados capitais do Direito Social. Isso é um grande avanço, Senador. Acredito que essa batalha foi vencida e que chegaremos à guerra, com certeza, com a vitória.

O trabalhador está doente. O trabalhador, Dr^a Zélia, nem sempre tem o direito ao auxílio-doença nem ao acidentário, muito menos quando acontece algum problema mais sério, porque é difícil passar numa perícia hoje. E como fica esse trabalhador? Ele fica sem o trabalho, ele fica sem a previdência social, embora contribuindo e com qualidade de segurado. E aí? Como é que fica esse trabalhador? A dignidade da pessoa humana, a dignidade do trabalhador? Qual é o trabalhador que quer ficar recebendo auxílio-doença ou ficar na caixa? Eu duvido! Eu duvido, porque vejo homem chorando na minha frente. Não é fácil! Não é fácil, porque aí se perde a dignidade.

Hoje, o trabalhador tem o fator previdenciário, que eu já... Eu vou falar aqui também de um ilustre brasileiro, o Sr. João da Silva Menezes, que eu aposentei. Ele estava com câncer. Sabe qual foi a proposta que ele me fez, Senador? "Eu vou morrer. Eu tenho um laudo que diz que eu tenho poucos dias de vida. Eu não posso trocar o fator previdenciário, porque eu não tenho expectativa de vida?" O que dizer a esse trabalhador? Como é que a gente fala – nós, operados do Direito; nós, que sabemos da Constituição Federal? O que a gente responde para uma pessoa dessa?

Nós precisamos olhar esses pecados capitais do Direito Social contra o trabalhador, na fábrica, que não tem nenhum tipo de proteção. Eu falo com propriedade, porque eu vou a fábricas, eu trabalho para trabalhador brasileiro e eu vejo os escalabros que existem nas empresas, a falta de respeito com o trabalhador. Ele chega ao escritório e quer saber: "Doutora, o que é melhor para mim? Eu me aposento, continuo trabalhando ou vou cuidar da minha saúde, porque eu tenho hérnia de disco, eu tenho tendinite?"

Então, senhores, eu creio que nós estamos no caminho certo, porque é aqui, nesta Casa, com os representantes que estão aqui, que nós poderemos chegar a algum lugar. Que a gente possa, amanhã, ter a resposta para esse trabalhador do que ele tem que fazer, porque o que o trabalhador quer e o idoso quer é dignidade, e nós temos isso na nossa Constituição Federal. Nós temos que respeitar isso para que sejamos amanhã respeitados.

Então, aqui, quero parabenizar o senhor. O senhor traz, na sua alma, essa defesa. Quero crer que o senhor vai estar vivo, sim, para juntos comemorarmos essa vitória da queda do fator previdenciário.

É o que eu tenho a dizer a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Vera. Muito bem!

Dr^a Vera, com muita convicção, fala do dia a dia do trabalhador, lá dentro das fábricas, do trabalho es-

cravo que existe até hoje no campo e na cidade – trabalho escravo no campo e na cidade.

Eu começarei agora... Farei o inverso. O José Augusto está desde cedo aqui.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – Um minuto para eu falar uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fale um minuto aí, José Augusto.

Nós começamos às nove horas. Sabe que horas são? Quase três da tarde. É sinal, ao contrário do que alguns imaginaram, de que esta reunião está rendendo e é importante, pessoal! Qual foi o dia em que, aqui no Senado da República, os trabalhadores tiveram espaço para realizar uma audiência pública, transmitida ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil, das nove da manhã às três da tarde? Tudo o que foi dito aqui foi ouvido. Isso faz parte de um processo – permitam-me alguns que eu diga isto – de mobilização. Nem todos entendem. "Não. Mas eu vim aqui e não resolveram." E nem podia resolver. Se resolvesse aqui, eu nem convidaria vocês. Eu pegava e resolvia. É preciso entender que este momento aqui é um momento de mobilização, como teremos no Rio, como teremos em São Paulo. Vamos voltar a Goiânia, a Caldas. Esse é o processo. Eu sei que é dolorido, é sofrido. Não pensem vocês que eu viajo pelo Brasil todo porque eu gosto – até nem gosto de avião. Por mim, eu ficava no Rio Grande. Hoje, a Dilma está lá no Rio Grande, e eu estou aqui. E não foi por falta de convite. Era para eu acompanhar a Presidenta, e eu estou aqui.

Então, eu quero, primeiro, dizer para vocês que isso faz parte da peleia, meus amigos. Não há vitória, como alguém disse, se você não se pinta para a guerra. No mínimo, você se pinta para a guerra para ver se intimida um pouco o inimigo, e, na hora H, como diz o gaúcho, se faltar a bala, vai na faca mesmo.

Mas, vamos lá, José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – Mas é interessante, Paulo Paim, que a gente está, como você disse, desde o início aqui e não se cansa. Interessante! Não sei se alguém aqui está se sentindo como eu. Acho que é o espírito de brasilidade, de civilidade, de amor pela causa por que nós lutamos que são os direitos sociais trabalhistas e dos aposentados da Previdência. Então, Warley, dá a impressão de que eu cheguei agora aqui. A impressão que me dá é de que eu não fiquei esse tempo todo. Já são 14 horas e 36 minutos.

Quero saudar o Senador Paulo Paim pela iniciativa de apresentar o requerimento para promover esta discussão, parabenizar todos os participantes pela brilhante apresentação – todos eles – e deixar alguns esclarecimentos.

O primeiro, Paulo Paim, é com relação às centrais sindicais. O Fórum Sindical dos Trabalhadores – o Lourenço teve que sair e até me pediu para eu dar um alô – é composto atualmente por 17 confederações nacionais de trabalhadores. Quer dizer, tem uma força, uma expressão muito grande. Na verdade, quem toca o movimento sindical é o sistema confederativo. Com todo o respeito às centrais – e as centrais reconhecem isso, não é, Paiva? –, o sindicato, a federação e a confederação é que fazem a liga de tudo. Alguns criticam o sistema confederativo, mas essa é outra discussão. É representativo, tem força e tem demonstrado isso tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. Além dessas confederações, nós temos a Copab, que é filiada também – o Warley inclusive faz parte da coordenação dentro da CCT – e nós contamos, Paiva, com quatro centrais sindicais e com a simpatia de mais umas duas também.

O que aconteceu e foi relatado aqui, Paulo Paim, pelos dirigentes da Cobap realmente foi um fato, viu, Dr. Leonardo? Por quê? Houve, num determinado momento do Governo Lula e do Governo Dilma, uma perda de identidade, no qual o dirigente sindical não sabia se ele era governo ou se era sindicalista. Nós votamos nesse Governo.

Eu tenho a maior honra de falar isso em tudo quanto é local que eu vou. Votei no Lula nas vezes em que perdeu e quando ganhou também, todas elas. E não me envergonho. Tenho uma honra e um orgulho muito grande por ter tido essa iniciativa e não me arrependo. Agora, nós temos que dividir as coisas, não é, Paiva? Uma coisa é você dirigente sindical, outra coisa é apoiar o governo ou ser filiado a um partido. Qual é a sua principal bandeira? Não são os trabalhadores? São os trabalhadores ou não são? Hein, Warley? Não são os aposentados? Então a minha bandeira prioritária não é o governo, é o trabalhador. Senão eu entrego o meu boné e vou embora, vou ser governo.

E um dia me puxaram a orelha, Dr. Leonardo, num desses ministérios da vida. Eu não vou citar o nome, até por questão ética. O cara me deu uma bronca, que já trabalhou comigo. Eu vim da Villares, de São Caetano do Sul, fui metalúrgico também, Paiva. Treze anos e meio como metalúrgico, Paulo Paim, em fundição, metalúrgica e tudo, no grande ABC. E, naquela época, a gente tinha uma relação boa com esse companheiro. Inclusive você tem alguns também, dentro da Previdência, que são sindicalistas. E não é deles que estou falando. São lá do ABC também. Esses da Previdência são meus amigos.

O cara confundiu, Paim, dizendo o seguinte: me respeite, porque eu não sou companheiro, eu sou autoridade. Que companheiro coisa nenhuma!

Isso é um exemplo do que estou dizendo agora, dessa perda de identidade. Foi no momento em que aconteceu isso aí, inclusive na discussão dos aposentados, que o cara não queria votar contra, porque não queria ir contra a Dilma, contra o Lula. Naquela época, o Lula, não é?

Então há uma divisão, Dr. Leonardo, dessa identidade, porque aos poucos as coisas estão mudando. A adesão hoje, Senador Paulo Paim, é maior. Hoje está vindo a CUT, a Força, a UGT, todo mundo junto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que bom! Que bom!

O SR. JOSÉ AUGUSTO – ...nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que bom que estejam todos juntos.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – Estão vindo mesmo, não é?

Então isso que aconteceu, Warley, foi no momento, foi no passado que aconteceu. Mas acredito, Paiva, que a CSP Conutas sempre foi solidária com a Cobap, com o Senador Paulo Paim, inclusive com o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

A outra, Paulo Paim, é interessante também. É parabenizar – também não posso só dar cacete, tenho que falar bem de quem merece, pelo destaque do trabalho – o Senador Garibaldi. E poucas vezes, nesta audiência, ouvi falar no nome dele.

O Senador Garibaldi, para quem o conhece como nós que conhecemos aqui na Casa, no Senado, é uma pessoa de um trânsito... Recebe todo mundo com aquela alegria, aquela descontração. Inteligentíssimo. O pessoal fala que ele é meio lento. Pode ser para falar, mas a velocidade de pensamento dele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De lento não tem nada.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – ...é muito grande.

Parabenizar o Garibaldi e toda a sua equipe da Previdência Social, principalmente a sua, Dr. Leonardo, porque vocês que estão fazendo a política nacional de segurança e saúde do trabalhador. Não é o Ministério do Trabalho. Quem deveria estar na frente dessa luta, na ponta, Paulo Paim, era o Ministério do Trabalho, mas a Previdência, juntamente conosco – faço parte da comissão tripartite junto com o Remígio e com o Lino –, criou a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. E essa Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador foi discutida aqui, mas de forma indireta, e está precisando ser sancionada. E as ações do fator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós já fizemos diversas audiências sobre esse tema.

O SR. JOSÉ AUGUSTO – ...do FAP, Fator Acidental de Prevenção, demoraram. Demoraram por

quê? Quem não faz prevenção, Paulo Paim, quem está matando, quem está adoecendo, quem está mutilando tem que pagar mais imposto, sim, do SAT.

E parece que houve uma confusão aqui, um mal-entendido dizendo assim: ah, o cara aposentado normal ganha tanto; o que está acidentado ganha mais.

Ganha mais porque existe um Seguro Acidente do Trabalho, e nós pagamos por isso, tanto o empregador como o empregado.

Então, Paulo Paim, parabenizar o Ministro Garibaldi e toda a sua equipe, por intermédio do Leonardo faço essa referência, pela brilhante atuação e por ter a coragem de investir e apostar numa política nacional de segurança e saúde que é incorporada por três Ministérios, do Trabalho, da Previdência e da Saúde.

Em nome da minha Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho, da qual sou Secretário-Geral, faço esse agradecimento público e agradeço pela oportunidade. Desculpe pelo tempo, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, vamos lá. Muito bem, José Augusto. *(Palmas)*

Agora nós vamos começar com a terceira mesa. O último que falou na terceira mesa foi o Floriano.

Floriano. *(Pausa)*

Floriano teve que sair?

Então passamos a palavra... Dizem que os últimos serão os primeiros. Os últimos agora estão sendo os primeiros.

A Maria Antonia Rodrigues teve que sair. Então está com a palavra o Eraldo Paiva, CSP Conlutas.

Nós vamos dar agora cinco minutos para cada um. Eu faço um apelo para que cada um fale pelos cinco minutos se possível. Esse é o apelo que eu faria, porque falarão ainda doze pessoas.

O SR. ORALDO PAIVA – Olha só, vou fazer um esforço para falar, inclusive, em menos de cinco minutos, porque está todo mundo aqui meio que verde, branco.

Deixe-me falar. Primeiro eu vou agradecer a oportunidade, agradecer ao Senador a oportunidade de estar aqui discutindo. Eu acho que esse é o caminho. Em que pese que possa haver diferenças políticas, possa haver diferenças de encaminhamento, eu acho que pelo menos as entidades que falaram aqui têm disposição de se sentar e construir um processo de discussão não só de propostas, mas fundamentalmente, gente, de mobilização.

Nós fizemos agora, dia 24, um ato aqui em Brasília, a CSP Conlutas junto com a Cobap e com federações de aposentados e trabalhadores, onde a gente pautou uma série de questões, a começar pelo fator previdenciário e o problema da... Ainda não estava colocado o veto lá, mas...

E, olha só, nós entendemos que esse é o caminho. Aqui, a estimativa era de que tinha algo entre 20 mil e 30 mil pessoas, o que é muito pouco aqui em Brasília, mas é preciso começar a construir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já é um bom número.

O SR. ORALDO PAIVA – Já é um bom começo, não é?

Se a gente juntar as entidades, as centrais sindicais e se dispuser a construir isso nos Estados, culminando aqui, com certeza o resultado vai ser outro, não vai ser de 30 mil. A CSP Conlutas é uma pequena central, agora as grandes centrais têm um poder de mobilização muito maior. Se a gente conseguir envolver, eu acho que esse é o caminho que nós temos para colocar o bloco na rua, pressionar e construir as propostas. Eu acho que este é o desafio que está colocado: construir as propostas. Mas tem um princípio e eu quero encerrar dizendo isso. E nós não podemos nos sentar para discutir saída dos problemas que estão colocados aí, que não são nossos. São problemas do sistema, como já disseram aqui. A crise econômica está aí, não fomos nós que criamos, ao contrário. Que a gente possa construir saídas para melhorar os sistemas de previdência, o problema da saúde, os salários. Os trabalhadores em conjunto têm uma série de questões para ser discutida. Tem o problema da luta contra a demissão imotivada, a redução da jornada, o reconhecimento do delegado sindical, que é um problema de organização local de trabalho.

Os acidentes de trabalho, como a companheira falou ali, estão se generalizando. Sabe por quê? Porque a crise não se dá só no governo. Os empresários se aproveitam desse momento para intensificar o ritmo de trabalho, produzir mais, reduzir custos, portanto a segurança no trabalho fica secundarizada e aumentam os acidentes de trabalho. Se você pegar a evolução dos acidentes de trabalho de 2008 para cá, aumentou significativamente

Temos que construir um processo de discussão dos problemas dos trabalhadores para que a gente possa enfrentar essa realidade que está colocada aí. E só vamos conseguir fazer isso se a gente unir todo mundo, discutir as diferenças, não tem problema, e aí colocar o bloco na rua. Vamos nos apoiar no poder público para que a gente possa avançar nesse sentido. Muito obrigado, mais uma vez. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Oraldo Paiva, da CSP – Conlutas.

Passo a palavra, pelos mesmos cinco minutos, a Hélio Gustavo Alves, Presidente de Honra do Instituto dos Advogados Previdenciários.

O SR. HÉLIO GUSTAVO ALVES – Eu acho que não vou utilizar os cinco minutos. Eu estava conversando com o Senador Paulo Paim que temos que dividir a nossa reunião em duas etapas. Primeiro, a queda do fator previdenciário. Muito se falou numa nova roupagem, numa nova visão do fator previdenciário. Fórmula 85/95? Não. Fator previdenciário tem que cair e aí, sim, começarmos uma nova história e, como aqui o colega falou, não usarmos mais a palavra reforma. Também concordo com ele. Acho que a palavra reforma sempre foi vista como redução de direitos. Não temos de falar mais em redução de direitos e, sim, resgatar os direitos que foram usurpados do sistema previdenciário com o estudo de uma nova previdência, atingindo aquele ideal de proteção social do berço ao túmulo. Esse é o ideal de previdência social. E pensarmos, sim, numa nova reforma com atuária, com matemática. Se a expectativa de vida está aumentando, vamos convidar também os atuários, não é, Leonardo? Vamos convidar também os matemáticos a participar dessa atuária para a gente pensar na questão matemática da coisa.

Em se tratando ainda de usurpação do sistema previdenciário, o art. 195 da Constituição Federal é claro: “Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.” Se criarmos um novo benefício previdenciário, tem que haver a fonte de custeio. E a recíproca é verdadeira. Se nenhum benefício pode ser criado, majorado ou estendido sem a fonte de custeio, nenhum benefício do cardápio que a Previdência Social oferece pode ser retirado ou reduzido sem a redução da fonte de custeio.

Eu pergunto para os senhores e às senhoras: quantos benefícios foram retirados do cardápio da Previdência Social? Uma série que citei aqui: abono permanência, pecúlio, auxílio-funeral, o auxílio-reclusão reduziu. E eu pergunto: a contribuição previdenciária foi reduzida? Não, em nenhum momento. Portanto, esses direitos foram retirados inconstitucionalmente.

Para finalizar – que pena que a Zélia não está aqui, mas ela volta –, eu garanto que nenhum segurado que hoje está afastado por auxílio-doença está feliz. Mesmo porque a perícia, hoje, é marcada para depois de quatro, seis meses. Nesse período, o segurado não recebe nem da Previdência Social nem o salário. Então, com certeza, ele não está feliz.

Para finalizar, quero convocar aqui a população brasileira a seguir as entidades sindicais e aquelas que representam aqui os aposentados. Quando a França quis alterar a idade da sua aposentadoria, de 60 anos para 62, o país parou, Senador Paim, para buscar aquela reivindicação. Portanto, faço um convite aqui à população brasileira: quando houver um chamado das

entidades sindicais ou representantes dos aposentados, que venham.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só tira o ou: com, porque estamos juntos.

O SR. HÉLIO GUSTAVO ALVES – Com. Exatamente, a convocação de todas essas entidades. Que a população venha a Brasília para que a gente possa resgatar os nossos direitos que foram usurpados ao longo da história. É isso.

Quero, mais uma vez, agradecer a Deus e dizer que estou saindo daqui realmente feliz. Feliz por estar desde as nove horas da manhã até as três horas, discutindo sobre um tema que faz parte da pauta nacional.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Que deus abençoe a sua vida de política de classe, que continue nesta batalha. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bom. Parabéns, Dr. Hélio Gustavo Alves, Presidente de Honra do Instituto dos Advogados Previdenciários.

Passamos a palavra, de imediato, a Mauri Vianna.

O Dr. Leonardo, que representa aqui o Ministro, tem que sair para outro compromisso já assumido. Eu, com muita gentileza e já de pronto, agradeço, porque tínhamos entendido que este evento terminaria mais ou menos até o meio-dia e, pelo que estou vendo, sem almoço, das nove vai até as 16 horas, para concluir.

Dr. Leonardo, com a palavra.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Obrigado, Senador Paim.

Para o Ministério da Previdência, é sempre importante participar desses debates, que são muito ricos. Há uma troca de experiências, de visões e sempre se sai de um debate desses com visões diferentes, com mais conhecimento e com melhor capacidade de debater e discutir as alternativas. Eu acho que este debate contribuiu muito para isso. O Senador Paulo Paim está de parabéns.

Apenas uma breve observação em relação ao que o Hélio colocou agora. A partir do momento que o segurado liga no 135 e marca a perícia, ele tem direito a receber o benefício. Isso é uma garantia, é um direito. O trabalhador não pode ser prejudicado se o INSS não tem condições de atendê-lo no exato momento em que ele precisa. Apenas essa observação.

Acho que temos muito que avançar. Eu diria que, hoje, a Previdência brasileira é uma das melhores do mundo, mas nem por isso ela é perfeita. Temos muitos problemas e desafios. A nossa ideia é trabalharmos juntos para enfrentar esses problemas e superar os desafios que temos pela frente. Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós é que agradecemos, Dr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social, que aqui, neste debate, representou o Ministro Garibaldi.

Passamos a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Fundação Anfip. Ele tinha se retirado para uma entrevista e voltou.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Não será por cinco minutos não, Senador.

A Fundação Anfip coloca à disposição das entidades do Senado e da Câmara os nossos técnicos para realizar os estudos necessários. Não é por falta de estudo, não é por falta de números que nós vamos conseguir subsidiar as decisões que venham a ser tomadas naquilo que diz respeito aos projetos de lei, às mudanças necessárias, às adequações – para não falarmos em reformas, vamos falar em adequações – que esses desafios presentes trazem e que nós, responsavelmente, ouvimos aqui de todos os dirigentes, unânimes.

Ninguém aqui quer nada de maneira irresponsável. Nós queremos o aperfeiçoamento, o direito. Os aposentados querem, participar, sim, da gestão, os trabalhadores, da mesma forma, querem que a gestão seja mais transparente, porque são eles os verdadeiros donos da Previdência Social pública brasileira. São eles que contribuem, são eles que usufruem. Então, nada mais justo que haja uma participação mais ativa, e isso se dá através dos conselhos. O Conselho Nacional de Previdência Social precisa ser revisto, tem que ter mais atribuições.

Indo mais longe ainda, o sonho. Eu acho que começa como um sonho, mas tem que ser realidade, porque é um mandamento constitucional, que é a volta do Conselho Nacional de Seguridade Social. É uma coisa simples, é um projeto de lei, é uma medida provisória que ainda está em vigor, seria uma demonstração muito grande de que o Governo quer, efetivamente, tratar esse segmento importante da vida nacional, os trabalhadores aposentados, nessa questão maior da seguridade social, de verdade, enfrentando os problemas, buscando as soluções junto com a sociedade. Não vejo nada a dividir, nada que seja impossível de se transpor, se houver verdadeiramente esse compromisso do Governo.

Então, a Fundação Anfip coloca o seu corpo técnico à disposição. Sempre que possível, estaremos aqui à disposição para contribuir com o debate. Vamos ao debate. Temos certeza de que os argumentos estão postos. Vamos decidir, vamos à luta porque o nosso País precisa e merece que haja esse efetivo encontro entre a cidadania e o Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Floriano Martins de Sá, Presidente da Fundação Anfip, fortalecendo a previdência pública viável e superavitária.

Mauri Viana, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas.

Está ainda aqui ou teve que sair? (*Pausa.*)

Teve que sair.

Então vamos de imediato a Zélia Luiza Pierdoná, Membro do Ministério Público Federal e notória especialista em Previdência Social.

A SR^a ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ – Bom, quero, mais uma vez, homologar minhas palavras iniciais de agradecimento pelo convite, dizer que discordo em relação à questão da reforma para reduzir. A minha proposta e toda a minha fala foi para incluir direitos, incluir 25 milhões de trabalhadores brasileiros que estão sem previdência social e dar saúde para todo mundo. Fico feliz que o Senador foi constituinte e alargou, permitiu que todo cidadão brasileiro tenha acesso – ao menos como direito – à saúde. Só que sabemos que na prática não é isso. Então o que temos que fazer para isso? Aqui há muitos representantes de associações de aposentados. O que podemos fazer para garantir, por exemplo, o acesso a saúde pública e gratuita para todos? Porque não é só pelo benefício previdenciário. Se o aposentado tem mais gastos com saúde, então como é que nós vamos...

Tem essa distinção em outros países? Eu disse há pouco que, na Espanha, os aposentados não pagam nada de medicamentos. Por que não trazemos isso? Então, essas questões.

Alguém falou aqui como representante do governo; eu estou aqui mais como professora, como membro do ministério público.. Inclusive, em relação a perícia médica comentada, sou autora de uma ação civil pública para garantir perícia médica em 15 dias, exatamente para que o trabalhador tenha a concessão do benefício substitutivo do rendimento do trabalho em seguida. Mas não podemos aqui, tenho certeza que todos os representantes de centrais sindicais, todos os representantes dos aposentados não são favoráveis a dar benefícios a quem não tem direito.

E, aqui, acho que tem a questão da gestão, nós temos muitas fraudes ligadas a benefícios por incapacidade, e todos nós conhecemos pessoalmente alguém que está encostado e não está incapaz. Isso quem paga é o trabalhador. Então temos que ter gestão nesse sentido. Assim, a minha ideia aqui é incluir, incluir todas as pessoas com acesso a saúde, incluir todos os trabalhadores.

Há um ano, fui convidada pela TV Globo para debater o fim do fator previdenciário. Eles queriam que eu

fosse defender o fator. Defender, não; defender contra o fator. Como eu não fui, acabei não indo. Eu disse para ela: eu só sou favorável à extinção total do fator por um aspecto: porque hoje só têm benefício no teto, Senador, os espertinhos. E ele falava aqui dos espertinhos. Eu quero auxiliá-lo em projetos de lei porque nós temos a figura do segurado facultativo hoje, e eu dou um exemplo a todos que nos ouvem. Se uma pessoa, se o marido meu não recolhe a previdência, está na UTI, últimos dias, doença terminal, se eu for lá e recolher uma contribuição, cujo salário de contribuição seja o teto, e eu recolho uma prestação, a minha pensão será o teto da previdência social. Então, tem que ter um bloqueio. Há muitas janelas abertas. Eu disse para a pessoa da TV Globo que eu aceitaria ir, aceito discutir isso. Eu falava que a gente tem que repensar; não sou favorável ou contra, mas repensar. Agora, com as janelas abertas, da forma como a legislação brasileira está se apresentando, o fator previdenciário é injusto.

Também queria dizer que na minha exposição eu dizia que o benefício previdenciário é para substituir rendimento do trabalho. E se o fator previdenciário reduz à metade, ele não está atendendo a um objetivo da previdência social que é substituir o rendimento do trabalho. Então tem que se pensar nisso.

É neste sentido, e aqui discordando um pouco, que a academia pode auxiliar. Como é que a academia pode auxiliar se a previdência social, academicamente, teoricamente, substitui rendimento do trabalho, e se o fator previdenciário hoje dá 50%, então nós temos que reavaliar o fator, reavaliá-lo. E aí conclamo, Senador, o senhor também, como um apaixonado pela previdência, assim como eu, conclamo nós a fecharmos as janelas abertas para os espertinhos.

Estou à disposição – nós como cidadãos, nós como representantes dos trabalhadores – para que a Previdência efetivamente fiscalize essas fraudes porque há muitas fraudes sim. Eu quero que todo trabalhador doente tenha proteção previdenciária, mas quero também que nenhum trabalhador não doente receba o auxílio doença se ele for indevido.

Eu como professora, como cidadã, como membro do Ministério Público, quero dizer que temos de defender a saúde pública de qualidade para todos. E temos recursos para isso. Esse superávit tem de ser usado para isso, porque dizia o autor português: “Estado de direito é aquele que concretiza direito”.

A Constituição garantiu o direito enquanto direito, e nós, como aplicadores do Direito, alguns, como representantes sindicais, como membros da sociedade brasileira, temos de garantir a concretude desse direito, senão, como diz o autor português, não é Estado de direito. Eu, como aplicadora do direito, quero

ver este País com o Estado de direito e a garantia do direito para todos.

Mais uma vez, muito obrigada.

Quero dizer que estou à disposição para todas essas discussões sobre as janelas abertas que a Previdência Social tem.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Zélia Luíza Pierdoná, não tenha nenhuma dúvida, porque tenho certeza de que todas as entidades que estão aqui sabem que a Previdência é nossa; não é deles. Não é o Governo que paga a Previdência; quem paga somos nós. Nós contribuimos. Consequentemente, nós queremos que não só os espertinhos,, mas também os ladrões...

Sabem quanto a Previdência teria de receber hoje? Mais de 400 bilhões daqueles que sonégam, não pagam. Os processos são iniciados e protelam para cá, protelam para lá, e não pagam.

Às vezes a gente olha para os trabalhadores...

Digamos que haja um ou outro que seja malandro, não digo que não haja. Há malandragem. Não uso o termo “malandro”... Alguns dizem: “Ah! mas eles...”

Há malandragem em todos os setores.

O Congresso é uma parte da sociedade. Não vamos dizer que aqui não há malandragem, como há na sua área de atuação. Sabe que existe, como em todos os setores. Eu me referi a aqui. Por isso, estou muito tranquilo. Pode ter certeza de que estaremos juntos para coibir qualquer apropriação indevida do dinheiro da Previdência, mas me permita aqui uma pequena discordância: quando fala sobre o superávit da Previdência, os últimos dados – do Regime Geral da Previdência – ficam entre 12 e 15 bilhões, e entendo que esse dinheiro tem de ser usado em benefício daqueles que pagaram a Previdência, tem de ser usado para combater o fator previdenciário, tem de ser usado para pagar o reajuste dos aposentados. A saúde do País é um compromisso do País e não só do aposentado do Regime Geral. Não pode tirar do aposentado do Regime Geral o superávit que ele tem, de 14 ou 15 ou 10 bilhões, para...

Não vai, em primeiro lugar, assegurar a saúde.

Sabe por que digo isso? Por que no debate da CPMF, embora desgastante, eu era candidato, fui à tribuna defendê-la, porque era um tributo que o País pagava e principalmente os mais ricos – os mais pobres não pagavam. Fomos derrotados.

O Presidente Lula encaminhou um projeto na última hora, e eu o levei, dizendo que ele diminuía a alíquota e ficava só para a saúde. Assim mesmo, fomos derrotados.

Então, há uma pequena discordância, que o superávit da Previdência – não é da Seguridade –, pegando especificamente a folha. Eu entendo que esse superávit garantiria o fim do fator e um reajuste decente para os aposentados.

Mas eu respeito muito a posição de V. Ex^a, que, de forma corajosa, expõe seu ponto de vista.

Isso é bom, porque frutifica o debate, e a gente vai junto construindo propostas para o bem do nosso País.

OK, gaúcha?

Uma salva de palmas para a gaúcha aí. *(Palmas.)*

Passamos a palavra neste momento...

Levaram a outra folha?

São tantas...

Querem passar logo para a outra mesa.

OK. Vai lá junto com a Sunta, grande Sunta.

Querem passar direto para eu encerrar, acho.

Sumiu daqui a folha da outra mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela força. Tá bom.

Peço que quem for falar diga o seu nome e da entidade.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Bem, vou falar em nome da Força.

Quero cumprimentar, mais uma vez, o Senador Paulo Paim por essa audiência pública e dizer que a nossa central está muito preocupada com essa questão da desoneração da folha. Ficamos um pouco mais tranquilos quando o representante do Ministério da Previdência falou da fiscalização efetiva.

Nós, do Conselho nacional de Previdência Social, estaremos atentos aos números. Peço que as centrais e sindicatos divulguem todos os números que lá recebemos. Nós temos reuniões mensais. É importante que toda a população saiba os números da Previdência Social.

Quanto à questão do fator previdenciário, é óbvio que há unanimidade; todo mundo aqui quer o fim do fator previdenciário. Nós queremos e vamos negociar para que isso aconteça. Nós não podemos – volto a repetir aquilo que disse no início – matar a galinha dos ovos de ouro. A Previdência Social é do povo. Ela tem de ser pública e tem de ser, como é, superavitária. Temos de acabar, como foi falado aqui, com o mito do déficit da Previdência. Temos de levar a população brasileira a dizer que a Previdência social está muito bem, sim, que ela está sendo muito bem administrada. Nós temos superávit principalmente no RGPS, na iniciativa privada. Os trabalhadores da iniciativa privada estão com um superávit muito acentuado. Aí, baseado nisso, podemos pensar, sim, em termos um reajuste igual ao

concedido ao salário mínimo. Com isso, estaríamos resgatando a cidadania e a dignidade de todos os aposentados brasileiros, mas nada disso vai cair do céu.

A nossa Central, já no dia 6 – conclamamos aqui toda a população brasileira – estará com um grande ato no Rio de Janeiro, no Cristo Redentor e em todos os Estados faremos manifestações porque do céu não cai nada, do céu não podemos esperar nada. Então, os aposentados, representados por nosso sindicato, saibam que estaremos no dia 6 fazendo essas grandes manifestações.

É importante, então, como se falou aqui, para pedir à Presidente Dilma que continue com essa faxina contra a corrupção. Todo mundo está pedindo que dê uma “calmada”. Não. Acho que ela tem que continuar porque este país quer seriedade.

Lembramos à Presidente que ela não é um governo novo; ela é a continuidade do governo dos trabalhadores. Nós lutamos para colocar o Presidente Lula lá – dois mandatos – e entendemos que ela é uma continuidade do governo dos trabalhadores e ela tem que pensar nisso. Continue, então nesse movimento anticorrupção neste País.

Muito obrigado.

Nós nos colocamos à disposição para todas as audiências que forem necessárias. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Falou Paulo José Zanetti, diretor institucional do Sindicato dos Aposentados de São Paulo, que representou aqui o Paulo Pereira.

Já falou a Zélia.

Agora passo a palavra ao Joílson Cardoso, secretário de relações internacionais da CTB, representando Wagner Gomes, seu presidente, nos cinco minutos finais.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – Sr. Presidente, Senador Paim, quero agradecer o convite.

Fiquei até agora porque entendo que esse tema merece um debate efetivo para esclarecer aqui as posições.

Nós da CTB...

Reafirmo aqui para esclarecer quem levantou dúvida: estive na reunião do ano passado com o Ministro Luiz Dulceie mais o Ministro Lupi, em que foi apresentada a proposta do fator 85/95, que em nosso entendimento, é impraticável porque ele não permitirá que alguns setores, principalmente trabalhadores elementares, aqueles que fazem um serviço mais pesado, se aposentem.

Nós da CTB, na reunião, fomos contra. Foram duas centrais que ficaram contra: a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que eu repre-

sentei junto com Wagner Gomes nessa reunião, e a Nova Central Sindical..

A bem da verdade, queremos dizer isso. Por isso que não saiu o acordo dos 85/95.

A outra questão é sobre os consensos que temos aqui e os dissensos. A Previdência Social brasileira é superavitária. A Previdência Social brasileira faz parte do pacto social, e esse pacto social está sendo quebrado, porque estão mexendo em direitos daqueles que já estão no sistema.

Se o mundo, ou se nós vamos aqui debater os exemplos do mundo para buscar outras alternativas de previdência não sabemos. O que não podemos é aceitar a quebra do pacto social. A quebra do pacto social na França gerou uma greve geral e paralisou a França.

Os exemplos que nós temos hoje de direito dos trabalhadores na Europa, no velho mundo, não são bons. Como está Portugal? Como está a Espanha?

Nós insistimos aqui em tentar transladar propostas mortas para a realidade brasileira, que é diferente.

A China tem dado o exemplo de como se deve fazer coisas diferentes. Tive oportunidade de ir à China, a convite do Partido Comunista chinês em comemoração aos noventa anos. Há vinte dias, participei de uma delegação, inclusive, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, do Partido Socialista Brasileiro, juntamente com representantes do PSB, do PT, do PDT e do PC DO B. Nós voltamos impactados em cima de um país que planeja para cinco anos, para dez anos e para vinte anos.

Aqui, as pessoas começam a fazer experiências e aí aparecem propostas como, por exemplo, a do fato previdenciário.

Para fechar a minha participação, Paim, gostaria de deixar claro o seguinte: a questão do Estado e bem-estar social tem de ser defendida. Nós não queremos um Estado desregulamentado, enfraquecido, porque nós já vimos o que acontece com o mercado, a barbárie que se estabelece no âmbito dos direitos sociais.

Nós acreditamos que mudar a regra do jogo durante o jogo é quebrar o pacto social, como é o caso do fator previdenciário

Por fim, nós acreditamos que nessas questões da Seguridade Social, as ações terão de ser combinadas. No mundo do trabalho, mais ainda porque de nada adianta a gente defender apenas uma mudança emergencial e não mexer nas reais estruturas da grande rotatividade, da perversa rotatividade no Brasil, da grande jornada de trabalho de 44 horas semanais, que precisa cair para 40 para gerar mais emprego, para somar com os cofres públicos. Nós vamos arrecadar, vamos incluir dois milhões e meio de trabalhadores, etc. etc.

Quanto à questão da Previdência, costuma se dizer na sabedoria popular que gato escaldado tem medo de água fria. A Previdência nesse confisco e na retirada de recursos da Presidência, já é vítima histórica. Foram retirados recursos para fazer Ponte Rio-Niterói, para fazer Brasília. E depois o Tesouro não devolve, fica para as calendas.

Portanto, eu gostaria de finalizar dizendo da nossa satisfação de estar aqui, de não dar nenhum passo atrás sobre nossas posições, José Augusto, no Fórum, no FST, junto aos aposentados.

Quero citar aqui, já que foram citados tantos estudiosos, um novo pensar para o Brasil, citar Celso Furtado, que desafiava a sociedade brasileira, academia brasileira a pensar um Brasil de forma diferente. Muitos brasileiros que ousaram dizer... A academia, em dado momento no Brasil, dizia que o Brasil não tinha petróleo. Estamos com o Pré-Sal. Na área da educação, cito Darcy Ribeiro. Na área, na visão global do que é a globalização no sistema capitalista, cito Milton Santos, grande brasileiro. Para falar de poesia, cito Antônio Gramsci. A colega Dr^a Zélia citou a militância judiciária. Antônio Gramsci, preso, em um de seus textos – *O Indiferente* –, afirma que “o indiferente, o não militante, é o fosso que circunda a velha cidade e o militante é a cidade nova que estamos a construir; o não militante é a bala de chumbo naquele que quer inovar e o militante é o anunciador de boas novas”.

Era o que dizia Antônio Gramsci, em quem me inspiro nesta hora para encerrar minha participação.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

Que bom que temos militantes no Judiciário brasileiro como temos em vários setores da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Jaílson, que falou em nome da CTB.

O Pedro Armengol já saiu. O Leonardo também. O Lourenço também já saiu.

Vou acelerar aqui.

O Celso Amaral de Miranda Pimenta também já saiu. Faltam o André Luiz Marques e o Warley.

André Luiz Marques, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários.

O SR. IBURICI FERNANDES – André, apenas um instante.

Você falou de vários homens e o Paim citou outros tantos. Mas nós não podemos esquecer, esses já foram todos ou quase todos, mas aquele vivo que está aqui escrevendo livros em defesa do deficiente físico, em defesa do aposentado, em defesa do negros, em defesa de tantos outros, que é o Senador Paulo Paim, que é um dos nomes que devem ser citados neste país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado!

André Luiz Marques com a palavra.

O SR. ANDRÉ LUIZ MARQUES – Senador Paulo Paim, em nome do Conselho Federal do Instituto dos Advogados Previdenciários, quero agradecer essa oportunidade de dar a nossa pequena contribuição para a evolução da Previdência Social Brasileira.

Quero dizer as seguintes considerações. Primeiro, estamos todos aqui na mesma bandeira, a queda do fator previdenciário. Nós precisamos tomar cuidado. Como aquela história do bode que se coloca no meio da sala e depois temos de retirar o bode, a questão não é mais a queda. O Governo já disse que não há mais interesse. Os R\$10 bilhões que disseram que economizaram em 10 anos não significam nada. Ele já viu que não é negócio. Ele vai tirar o fator. Isso é sabido. São vitórias contadas. Agora, o problema é o que ele vai colocar no lugar do fator.

Quanto à fórmula 85/95, tivemos oportunidade de, em um debate em São Paulo com o Deputado Pepe Vargas e com o Deputado Arnaldo Farias de Sá, demonstrarmos que também seria inconstitucional. Ela traz embutida, sim, o redutor, assim como o fator previdenciário, e a idade mínima, o que vai dificultar, como disse o companheiro ali, a aposentadoria do pessoal da renda baixa. Essa fórmula 85, na verdade, originariamente foi criada pelo professor Wladimir Novaes Martinez há 20 e tantos anos, quando ele tentava, através dessa fórmula que dividia por Z, um coeficiente Z em que a renda baixa tivesse uma presunção de contribuição para poder se aposentar. Essa é a original fórmula 85, que foi desprezada. Entendeu? Então, precisamos ver essa questão, porque poderá, sim, se aposentar aquele que não consegue comprovar renda, os operários da construção civil, sem ter que esperar a idade mínima. Então, temos que nos preocupar com o que vai substituir o fator previdenciário. Essa é a grande questão.

Bom, o secretário aqui presente disse que essa questão do déficit já é passado, que não estamos mais com essa preocupação e que agora a preocupação é a questão demográfica. Lógico, eles têm que sempre achar uma questão para discutir e fazer as reformas que eles pretendem.

A questão demográfica Thomas Malthus levantou no século XVII, dizendo que a população iria envelhecer – graças à tecnologia da medicina que iria avançar, iríamos falecer mais tardiamente –, que muitas pessoas iriam nascer e que iria acontecer uma superpopulação, que, com isso, não haveria produção de alimentos suficientes e viria o caos, a pobreza e a miséria. Essa é a teoria demográfica. A pirâmide demográfica foi ele

quem criou. Outros economistas encamparam. Quero crer que a Europa é hoje um continente de idosos, porque deixaram de ter filhos por egoísmo, pensando que iria faltar alimentos.

Ora, se, em 2050, o Brasil vai ser um país de idosos e o nosso regime não é um regime de capitalização, qualquer mudança será feita para aquela geração que irá se aposentar em 2050, não para esta geração. Nós não temos de capitalizar para 2050. Isso deve ser posto. Ou seja, as reformas são para quem entrar e para quem se filiar daqui para frente. Essa é a questão.

Por último, foi falado aqui sobre a possibilidade de uma previdência complementar pública. Apresentei um anteprojeto para o Berzoini, quando ele era Ministro da Previdência, que propunha um segundo pilar da previdência social básica compulsória, do regime geral, que seria de capitalização, mas sem onerar mais o trabalhador e sem onerar mais o empregador, porque, do contrário, todos vão chiar, porque vai ter de ter contribuição, é capitalização. Seria pegar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que está totalmente perdido na sua concepção e objetivo, porque nenhum trabalhador tem mais esse Fundo no final da sua carreira, e coloca regras, sim, de previdência complementar, com uma remuneração condigna para esses capitais que estão sendo vertidos para esse sistema. Com isso, todo trabalhador teria, além do regime geral, uma previdência complementar de sua renda. Se o nobre senador se interessar pelo assunto, eu posso encaminhar uma proposta neste sentido.

Enfim, eram essas as minhas considerações.

Obrigado e boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – André Luiz Marques, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários. Vamos aceitar a contribuição do projeto que o senhor vai encaminhar para nós.

O último a fazer uso da palavra é o Presidente da Cobap, que eu invertei do primeiro para o final, o Warley Martins Gonçalves.

Daí nós iremos encerrar a nossa audiência.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Eu só queria agradecer. Acho que o debate foi muito bom, apenas deveria ser o dia todo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daria para almoçar e voltar.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Ficar sem almoço não é fácil, ainda mais para nós, que tomamos algumas injeções. Podemos ficar doente, se não almoçarmos.

Só queria lembrar aos nossos companheiros que, quando eles falam que está dividido, que dividiu muito o movimento sindical, dividiu mesmo, mas foi o próprio governo quem dividiu. É o próprio governo que

está dividindo o movimento sindical levando algumas centrais para o lado dele e outras ficando de fora. Por isso, o movimento hoje está dividido e é uma coisa ruim. Talvez para se unir de novo, tenha de se trazer a ditadura, para ver se une todo mundo de novo. A coisa está difícil. Ninguém quer.

Então, está de parabéns o nosso Senador Paim. O nosso Senador sempre está fazendo essas maravilhas para nós, aposentados e trabalhadores. Só temos a agradecer, em nome de todas as federações nossas filiadas a Cobap. Agradeço ao Senador e também aos advogados que estão aqui, à Anfip, à Força Sindical, à CUT, às outras centrais que estavam aqui, ao companheiro da CSP-Conlutas – estamos juntos no movimento com eles. Estão colocando o pessoal na rua e podem contar com a Cobap. Pode avisar ao Zé Maria que estamos juntos para o que der e vier.

Muito obrigado, Senador! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só queria agradecer a todos que estiveram presentes – as entidades, as centrais, as confederações, os advogados, os militantes de cada Estado – e dizer que eu sou daqueles que nunca joga a toalha. Se eu jogasse a toalha, teria ficado em Caxias, na beira do rio Tega, como eu disse lá. Venho de uma família, só para sintetizar, de pai e mãe analfabetos, 10 irmãos. Ambos ganhavam o salário mínimo e trabalhavam, mas nós nunca jogamos a toalha. Hoje posso dizer que um é psiquiatra, diversos são advogados.

É isso, tem de insistir sempre. Acredito que nós vamos ser vitoriosos. Aqui o Dr. André falou muito bem. Nós vamos acabar com esse fator previdenciário. Vamos acabar por uma conquista nossa e não porque deram de graça. Vamos apontar outros caminhos, e oxalá se possa rapidamente dizer que os trabalhadores do regime geral da Previdência também terão o direito de se aposentar com salário integral e ter algum tipo de paridade, ou com quem está na ativa ou com o salário mínimo. Alguns dizem: mas já existe aumento real! Então, se já existe, por que não assegurá-lo na legislação? Então, vamos assegurar: dar paridade ao mínimo ou paridade com quem está na ativa.

Quero dizer a todos vocês que é um compromisso meu de vida essa batalha. Eu a farei sempre, doa a quem doer. E não tenho dúvidas de que, na hora de qualquer procedimento aqui no Congresso Nacional... Porque nós já acabamos aqui com o Fator; eu apresentei e nós aprovamos o projeto por unanimidade. O reajuste real para os aposentados, acompanhando o mínimo, eu apresentei e aprovei com unanimidade. A proteção para o trabalhador, ou melhor, para o dirigente sindical não poder ser demitido, eu apresentei e aprovei com unanimidade, mas está lá na Câmara trancada.

A contribuição assistencial eu apresentei e aprovei por unanimidade; está lá na Câmara trancada. A não demissão eu apresentei e aprovei; está lá na Câmara trancada. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é o último que falta, eu apresentei e aprovei; está lá na Câmara trancada.

Então, por que digo isso, Warley? Nós temos que ter claro: é somente a mobilização e a pressão. É aquilo que foi dito acho que por todos aqui: é preciso que esqueçamos algumas divergências do passado, entre nós mesmos; nós que somos do movimento social temos que estar juntos em um plano de ação e em uma ampla mobilização. É nisso que eu acredito. Ninguém pense que, se nos reunirmos aqui com alguns dirigentes e formularmos um belo projeto, ele vai a algum lugar. Não vai a lugar nenhum; vai para a lata do lixo. Só vai a algum lugar se houver mobilização. Pessoal, estou há 25 anos aqui dentro. Falo isso com a maior tranquilidade e sei que isso vai para todo o Brasil. Estou há 25 anos aqui dentro. Não adianta: se não mobilizar, não leva. Só há uma saída: a unificação dos movimentos sociais; uma grande pressão no Congresso, no Executivo e até no Judiciário.

Quem não lembra a luta dos 147%? E o pessoal de Santa Catarina, aquela histórica luta da ponte de Florianópolis; eu fui relator daquele projeto. Nós colocamos lá os 147. Fomos nós que colocamos. Daí, resolveram não pagar. Daí, o que fez o movimento sindical e social? Ao mesmo tempo em que entrou na Justiça, vinculou a luta nas ruas. Foi isso que fez com que fossem pagos os 147. E lembro como se fosse hoje: “pronto, quebraram o País; ganharam no Supremo”. Quebraram coisa nenhuma! A Previdência continua sendo superavitária, e o dinheiro dos trabalhadores, respondendo às crises. Porque, cada vez que há crise, onde aporta o dinheiro? Onde aporta? É só ver... Isso foi colocado aqui. Onde entra o dinheiro? São renúncias fiscais que se fazem na Previdência, e aporta para os setores do empresariado, banqueiros, enfim, tocarem a economia. Mas, enfim, quem está pagando a crise são os aposentados. E daí, quando isso entra no debate, não querem dar 1% para o aposentado.

Vocês perceberam: no projeto que veio ontem do Orçamento até 2015, está definido o salário mínimo, mas para o aposentado não está definido nada. Não é só 2011; é 2012, 2013, 2014. Nada! Nós podemos mudar isso. Mudaremos como? Fazendo uma grande pressão sobre todos os membros da Comissão de Orçamento, Senadores e Deputados para mudar. Porque, senão, nos próximos cinco anos, o aposentado terá zero de reajuste.

Isso, de fato, é real, e não há como não dizer isso; tenho os dados aqui. Mande fazer um levantamento do

que veio na peça orçamentária. Ali há, e corretamente, a política do salário mínimo. Está correta, e todos nós a defendemos. Agora, diga-se que, no nosso projeto original, quando apresentamos essa proposta, depois de viajar o Brasil todo para construir essa política do salário mínimo – e fizemos depois a parceria com as próprias centrais e com as confederações e entidades dos aposentados –, nós ali tínhamos colocado: essa política era para o mínimo, mas também para os aposentados. O projeto está lá na Câmara dos Deputados. E passamos aqui, só que, no fim, acabaram não entrando os aposentados.

Então, é uma luta que vamos travando, diariamente, até chegar lá. Acredito que vamos chegar. É inadmissível que aceitemos, em sã consciência, que os aposentados do regime geral da Previdência – porque é desses que estamos tratando nesse caso –, a longo prazo, todos ganhem o salário mínimo. Isso é gravíssimo. É gravíssimo! Então, não adianta falar depois: como comprar o remédio? Como pagar plano de saúde? Como pagar... Não digo nem pagar a universidade. Como comprar os livros para as crianças no ensino público mesmo? Porque ninguém vai dar livro, ninguém vai dar sapato, ninguém vai dar casaco – falei casaco por causa do frio do Sul –; ninguém vai dar roupa para os nossos filhos e netos irem para a aula. Pagar água, pagar luz, pagar gás com um salário mínimo! Esse é o mundo real, pessoal.

Por isso, quero dizer que sou fiel às minhas raízes. Sei de onde eu vim, sei por que estou aqui, e sempre digo que a energia do Universo conspira favoravelmente. Estou aqui por uma missão, como vocês estão aqui por uma missão. Vocês não ficaram das 9 horas até agora sem almoço só porque acham que têm que ficar aqui. Não; é uma missão! É uma missão que temos, de fé, e porque acreditamos na justiça social.

Que Deus ilumine a todos nós!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 5 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia cinco de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores: **Paulo Paim e Wellington Dias** e tem a participação do Deputado Federal Amauri Teixeira – PT/BA. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 114, de 2011–CDH, aprovado em 25/08/11, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater os 50 anos da campanha da legalidade.” Convidados: Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado da Representação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e João Vicente Goulart, Filho do Ex-Presidente João Goulart. Fazem uso da Palavra os seguintes senhores parlamentares Senador Paulo Paim e Wellington Dias e o Deputado Federal Amauri Teixeira – PT/BA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta é uma audiência pública, requerida por mim e outros Senadores, aprovada no dia 22/08/11, com o objetivo de debater os 50 anos da Legalidade. Temos aqui diversos convidados, alguns já estão presentes. Faremos aqui uma pequena introdução para o povo brasileiro, Srs. Telespectadores e ouvintes da Rádio, da TV e do Jornal do Senado, para lembrar este momento tão importante, como eu digo, da nossa jovem democracia.

Começo dizendo que é nosso dever referenciar e lembrar todos os acontecimentos da história brasileira que, de uma forma ou de outra, foram esteio à resistência. Resistência da manutenção dos princípios da nossa Constituição, buscando fortalecer a democracia em nosso País e oxalá no mundo, pois é a partir da análise e discussões de ontem e de tudo aquilo que navegou ao nosso redor é que nós podemos, com serenidade, ter condição de entender o que se passa agora e, assim, implantar o futuro. O futuro com liberdade, com democracia e com justiça, que é aquele que, eu tenho certeza, habita o sonho de todos brasileiros.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem a honra de iniciar,

neste momento, o primeiro encontro, de um total de quatro, do ciclo de debates sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade, esse que foi, no nosso entendimento, o mais importante movimento cívico popular do nosso País em defesa da Constituição e – por que não dizer? – e também militar, que evitou um golpe de Estado ao garantir que o Presidente João Goulart assumisse a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros.

Eu aprendi, lembro aqui, com meus pais, que a resistência, iniciada no dia 25 de agosto de 1961, comandada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, além de ter unido o povo gaúcho, também despertou os mais puros sentimentos de pátria do povo brasileiro.

De norte a sul, de leste a oeste, dos brasileiros das florestas, dos campos, do litoral, das praças, das avenidas, dos brasileiros dos mais diferentes torrões, de gente sofrida, com mãos calejadas, daqueles que não tinham voz, mas que jamais deixaram de acreditar em um país melhor para se viver, a voz de Leonel Brizola ecoava por uma rede de rádio. Dizia ele: “Correm rumores, surgem lá pelo círculo da República, ameaças que se propõem penetrar em golpe, que se propõem perpetrar em golpe as instituições. E isso é muito grave, meus patrícios.” Palavras de Brizola.

Saibam vocês que eu ainda guardo nos escaninhos da minha memória aqueles dias, quando eu andava de pandorga, andava tomando banho nos açudes lá de Caxias, minha terra, onde nasci e cresci, desenvolvi os meus primeiros embates. Ainda tenho batendo, junto ao meu coração, as noites de insônia e o olhar calado da D. Itália, minha mãe, já falecida, e de seu Ignácio, pai, já falecido.

Eu creio que a Campanha da Legalidade foi um momento sublime de plena consciência e espírito democrático do povo brasileiro, que exigiu o cumprimento da Constituição. Na minha avaliação – e aqui eu repito, pela terceira vez, nesta pequena introdução, as palavras são: resistência e resistência. Sim, uma resistência que cobriu de bronze as páginas da nossa história.

O querido escritor Érico Veríssimo, em manifesto à Nação, publicado nos jornais da época, assim declarou, com a ousadia, com a coragem e com a marca que marcava a sua caminhada,

Aos meus amigos e leitores de todo o Brasil: de Porto Alegre, onde vivo e trabalho; de Porto Alegre, de onde vos mando meus livros, nos quais sempre deixei bem claro meus desejos de justiça social e de respeito aos direitos humanos, eu vos dirijo um apelo e vos dou conhecimento de um protesto. O apelo aqui está. Ficai ao lado da legalidade nesta hora dramática da vida nacional exigindo que seja cumprida a Constitui-

ção. O protesto eu o lanço na face daqueles que, por meio do golpe de Estado ridículo e ao mesmo tempo sinistro, tentam interromper o processo democrático, ameaçando atirar o país numa guerra civil.

Meus amigos e minhas amigas, desde já agradeço a presença de todos vocês aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Sintam-se em casa. Antes de passar a palavra aos nossos convidados, depois dessa rápida introdução, eu me socorro aqui das palavras do Ministro Oswaldo Aranha, ditas no sepultamento do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, em 54, lá em São Borja, junto ao túmulo, no momento do enterro:

Getúlio, quando se quiser escrever a História do Brasil, queiram ou não, tem-se de molhar a pena no sangue do Rio Grande do Sul. E ainda hoje, quem quiser escrever e descrever o futuro do Brasil, terá de molhar a pena no sangue do teu coração.

Palavras ditas no enterro de Getúlio Vargas.

Respeitosamente, senhores e senhoras, meus amigos, minhas amigas, eu acrescento hoje: quando se quiser escrever a história do nosso povo, da nossa gente, da nossa democracia, queiram ou não, terão que se debruçar sobre a Campanha da Legalidade, sobre a biografia de João Belchior Marques Goulart, sobre os lenços maragatos desfaldados ao vento minuanos por Leonel de Moura Brizola.

Este é o objetivo desta audiência pública: resgatar um pouco a história da Legalidade.

Nós poderíamos começar passando um pequeno vídeo que foi feito quando fomos visitar, na Câmara dos Deputados, o Túnel do Tempo, eu diria, porque ali há um belo trabalho construído, falando o que foi aquele momento da vida nacional, a Legalidade:

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Presente aqui conosco João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart, e também de Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, que aqui representa o Governador Tarso Genro; a presença simbólica dos companheiros representando as tradições gaúchas. O termo é pilchados, de acordo com a nossa tradição.

Depois, vou pedir à assessoria que nos dê o nome dos dois, para que possamos aqui listar. Eu diria aqui, aos nossos convidados, enquanto vão chegando outros que vão ser parceiros nossos neste debate, que eu tomei a liberdade de passar agora, na abertura, antes que vocês falem, o Hino da Legalidade. Se vocês concordarem, eu pediria que fosse tocado, agora, o Hino da Legalidade.

(Procede-se à execução do Hino da Legalidade.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, com enorme satisfação, passo a palavra ao Sr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado do Rio do Sul, que representa, nessa atividade, o nosso amigo e Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

O Ronaldo com a palavra, pelo tempo que for necessário para sua exposição.

Reafirmo que está aqui conosco também, e agradecemos muito a ambos, o João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Primeiramente, quero cumprimentar todos os presentes, especialmente o pequeno Jango, filho do nosso Presidente, e cumprimentar muito calorosamente o Senador Paulo Paim. E, ao cumprimentá-lo, Paim, reforço a importância de iniciativas como esta do Senado Federal e, especialmente, do teu mandato, do teu mandato à frente da Comissão de Direitos Humanos, uma vez que, além de fazer política no cotidiano, precisamos ter memória. É fundamental que tenhamos memória para que possamos continuar avançando diante de um Brasil que cresce economicamente, que distribui renda, que se coloca hoje em um novo patamar entre as nações de todo o mundo, com soberania. E, para compreender que isso foi alcançado, sobretudo a partir do advento do Governo do Presidente Lula e, depois, do seu segundo mandato e, agora, com a chegada ao terceiro mandato do projeto político que em 2002 se instalou no País, tendo à frente a Presidente Dilma Rousseff, tudo isso só foi possível ou é possível a partir do amadurecimento das instituições, a partir do amadurecimento dos nossos políticos e a partir, é claro, da memória que todos carregam, ou seja, a partir de inúmeras batalhas travadas na história do nosso Brasil e, seguramente, uma delas é a legalidade.

Por isso, estamos aqui, e agradecemos, em nome do Governador Tarso Genro, a oportunidade de interagirmos nesse debate. Parece-me que mais que falar exaustivamente sobre um acontecimento histórico que em grande parte já é dominado por muitos de nós, mais do que isso é preciso avaliar cientificamente, do ponto de vista da ciência política, e politicamente, do ponto de vista da nossa história, a importância desse movimento desencadeado num período muito difícil da vida Brasileira.

Feito esses cumprimentos, eu não poderia deixar de dizer, em uma oportunidade dessas, que todos nós carregamos uma trajetória à luz dos nossos grandes líderes. Assim se faz a política.

Houve um tempo em que se buscou a desconstituição do sujeito, buscou-se simplesmente dizer que cada sujeito não tinha a sua importância e que, exclu-

sivamente, era fundamental o sujeito coletivo. Nós partilhemos da posição que defende a coletividade, mas julgamos que o sujeito como pessoa, como indivíduo é fundamental na trajetória de toda uma nação. Não se constrói uma nação exclusivamente com um movimento coletivo sem que, dentro deste, surja aquela liderança capaz de conduzir o processo e que sintetiza um determinado momento histórico.

Vou começar um pouquinho de trás para frente.

Em 1989, todos nós vamos nos lembrar da grande eleição vivida no nosso Brasil. Aqueles que são mais jovens, aqueles que já viram mais, que chegaram mais maduros em 1989, certamente têm em seu coração essa eleição. Eu começo um pouco com essa história até para ficarmos mais à vontade.

Eu era muito novo ainda, Senador Paim, em 1989, e foi o momento em que eu despertei para o mundo político – é um dado curioso este. Tinha uma pequena trajetória na vida estudantil, lá na militância estudantil, mas foi em 1989 que as preocupações cívicas se tornaram mais presentes. E, naquela oportunidade, nós tivemos, todos sabemos, a primeira eleição direta após o regime militar instalado em 1964. E, naquela data de 1989, tínhamos que entender que quem se apresentava para a nação brasileira era, de um lado, aquilo que foi cunhado por uma revista nacional de larga divulgação, de um lado havia o “monstro Brizula”, que era ou a hipótese do Leonel Brizola vir a se eleger, ou a hipótese de Luiz Inácio Lula da Silva vir a se eleger; de um lado, havia o “monstro Brizula” e, de outro lado, havia um conjunto de candidatos que representavam, na verdade, a continuidade da história brasileira recente. E aqui demarco esse momento para retroceder, exatamente para compreender o seguinte: em 1989, tivemos a primeira eleição presidencial e exclusiva – foi a eleição presidencial. Em 1982, nós tivemos as primeiras eleições para governadores, pós– ditadura, 1982. Então, percebam que, só entre 1982 e 1989, nós já temos aí sete anos. Por que essa demora em se instalar a democracia? Por que demoramos tanto a ter a possibilidade de dar o primeiro voto para escolher o nosso presidente? Isso se origina do processo, primeiro, de instalação da ditadura militar e, segundo, do processo de fazer uma abertura lenta, gradual e segura, nas palavras do regime militar – uma transição lenta, gradual e segura. Ou seja, o que se pretendia, então, era se demorar – essa é que é a verdade. E por que queria a então cúpula nacional demorar-se com a eleição presidencial? Porque nós tínhamos, no conjunto dessas lideranças, aquele que de alguma forma era o herdeiro da situação pré-64. O Jango já não estava mais entre nós, evidentemente, mas ainda existia com vigor a liderança do Brizola. En-

tão, demorar-se para ter uma eleição direta era contar com o tempo, inclusive físico. Por que o tempo físico? Porque o Brizola envelhecia, como todos envelhecem.

Então, quanto mais distanciar-se o vínculo entre a democracia, que definitivamente chegara, com aquele período democrático pré-64 mais interessaria para, diante do povo brasileiro, colocar-se uma alternativa do moderno, do novo, do diferente. De alguma forma se consagrou com êxito, então, essa perspectiva na própria eleição de 1989, quando a vitória não vem para o “monstro Brizola”, não vem para o Brizola. Algo de moderno e inovador venceu as eleições nessa oportunidade.

Então, esta primeira consideração que faço sobre a demora da chegada da eleição presidencial devia-se aos compromissos firmados naquele período do Governo Jango, no Comício da Central, para ser mais direto, a menos de 15, 20 dias do golpe, quando nós tivemos o grande Comício da Central, em que tanto Jango quanto Brizola apresentavam ao País as reformas de base, que era o compromisso inerente à história do Presidente Jango, antes do Vice-Presidente Jango, antes ainda do Ministro Jango, e porque não dizer desde a inspiração do mandato democrático de Getúlio Vargas.

Ora, nesse contexto, nós observamos que a legalidade em si também trazia no seu corpo um dado muito significativo. Se ali em 64 foi desferido o golpe, com sucesso, isso se deveu, vamos dizer assim, do ponto de vista simbólico, às reformas de base, antes disso, nós já vivíamos uma efervescência no País em busca de mais liberdade, em busca de mais igualdade num pano de fundo da guerra fria. Nós não podemos esquecer que muito próximo do ano de 1961, que se dá a legalidade, em 1959 nós temos o êxito da revolução cubana e, portanto, desenhava-se um novo debate à luz da guerra fria. Ou seja, qual a posição que o Brasil, o cidadão brasileiro iria tomar diante de alternativas que se consolidavam que se consolidavam no horizonte? Nós tínhamos de ter clareza se era necessário alinhar-se a uma visão do capitalismo pretensamente moderno e hegemônica norte-americana, ou se nós deveríamos nos alinhar a uma visão de perfil socialista instalada na União Soviética desde o outubro vermelho de 1917.

As nossas lideranças, nitidamente diferente do que a grande mídia à época já dizia, não tinham nem a visão imperialista hegemônica norte-americana como horizonte e tampouco as nossas lideranças à época tinham a visão do socialismo, que se degenerou, àquela altura, na União Soviética.

Então, esse é um dado fundamental, foi fundamental do golpe militar, mas que não se sustenta nem ideológica nem cientificamente do ponto de vista dos

estudos que possamos fazer. O Jango ou o Brizola – para referir as duas grandes lideranças à época, antes ainda do Presidente Lula evidentemente, na pré-64 – não tinham a visão de socializar o País, vamos dizer assim, para implementar aqui o comunismo. Não tinham. As reformas de base defendiam o princípio da igualdade formal constitucional, que é seguramente o princípio mais revolucionário da democracia moderna. E o que se buscava então, rigorosamente, era mais igualdade, mais oportunidade, terra. Agora, não havia um conteúdo, sequer na origem do Partido Trabalhista Brasileiro, de uma célula comunista, por exemplo; e, no entanto, a imprensa à época, já a grande mídia da época, vinculada à visão do regime militar, que era uma visão estreita, ideologicamente falando, uma visão subalterna aos interesses norte-americanos e a serviço do capitalismo, simplesmente criou como oposição um símbolo do comunismo. E tinha até nome. E aí a gente tem que lembrar do Alberto Pasqualini. Tinha até nome. A posição de Jango e Brizola era a posição dos trabalhadores; o que defendiam era o trabalho; o que produziam na política era orientado a partir dessa visão que tinha um princípio inequívoco que era o princípio da democracia. Inequívoco. O trabalhismo sempre foi essencialmente democrático. E se o trabalhismo sempre foi essencialmente democrático, não seria possível, naquela circunstância em que havia também hegemonia autoritária comandando o socialismo em todo o leste europeu, não se poderia dizer que Jango e Brizola iriam instalar um regime de exceção no Brasil. No entanto, repito, o símbolo que se criou pelo regime militar, pela visão conservadora, pela classe dominante era neste sentido, Jango e Brizola vêm para instalar o comunismo no Brasil.

Há um episódio de que todos se lembram, dois na verdade, em que Jango vai à China no momento em que se dá a renúncia do Jânio Quadros, que um pouquinho antes havia condecorado Che Guevara. Percebiam bem que o Jânio Quadros usou esses símbolos e, de alguma maneira, os entregou ao regime militar para que servissem de argumento para conter a ascensão natural e constitucional de Jango ao poder. Porque, no momento em que condecora o Che Guevara, ele sinaliza que o País está fazendo opção mais à esquerda. No momento em que manda o Jango à China representar o País, de alguma maneira, demonstra que quem tem capacidade de diálogo com a visão socialista é o próprio Jango. Essa produção serviu à ditadura, claro que aqui analisada até de forma simplificada. Mas serviu à ditadura. Isso foi ficando mais evidente na medida em que nós tínhamos sim as eleições diretas que se desenhavam em 1965, que viriam em 1965. Quem poderia ser presidente depois

do Juscelino? Quem poderia ser presidente? Jango, duas vezes vice? Digo Juscelino para recuperar porque o próprio Juscelino poderia ser. Não digo no período do Jânio, mas pós-Jânio, houvesse o Jânio cumprido o seu mandato. Quem poderia ser presidente? Voltaria o Juscelino? O Jango estaria totalmente amadurecido pela herança pública, duas vezes vice-presidente? Vice do Juscelino e ora, na oportunidade, era o vice do Jânio, que renunciara? Poderia ser o Jango? Poderia até surgir naquele cenário o próprio Brizola, que era governador de sucesso no Rio Grande? Ou seja, as lideranças que se desenhavam e se apresentavam eram desenvolvimentistas com acento forte numa visão de justiça social. Na verdade, nós tínhamos um homem de centro, se quiséssemos definir quem sabe o Juscelino no espectro político, dois homens de esquerda com potencial de vitória. E eu não tenho dúvida de que o Jango, com duas vice-presidências, eleito diretamente... Isso as pessoas desconhecem por vezes e, como aqui estamos falando para o País, é importante que os jovens que nos assistem, aqueles que se preparam para um concurso vestibular, aqueles que estudam, que fazem provas de história, saibam que a legitimidade do Jango nunca pode ser questionada. O Jango não era um homem que compunha uma chapa para presidente, como hoje ocorre. O Jango, nosso, Presidente João Goulart, antes foi vice eleito. À época, o eleitor tinha o direito, em separado, de votar no presidente e no vice-presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A maioria não sabe disso.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Não é mesmo, Senador? Porque isso empresta, mais do que empresta, avaliza a credibilidade do Jango para assumir naquela crise. Porque ele foi eleito! Ele foi eleito o segundo nome. Legitimamente, diante da impossibilidade do primeiro, ele está eleito; foi eleito vice para ser, numa eventual circunstância, porque assim diz a Constituição, presidente. Então, a legitimidade era inquestionável.

Muito bem. No momento agudo de 1961, em agosto de 1961, quando se dá a renúncia, é importante ainda, sempre voltando, é importante ainda dizer o seguinte: o Jango preparava as reformas de base; apresentou-as como plataforma para ser vice-presidente, as defendia como candidato a vice-presidente do Jânio. O Brizola era governador e, seguramente, um governo para inspirar a todos nós porque foi um governo que mexeu na estrutura, na infraestrutura do Rio Grande do Sul. Isso é muito significativo porque ali o Brizola trazia o conteúdo do trabalhismo, originário lá do Alberto Pasqualini, do ponto de vista executivo no período democrático, sobretudo do Getúlio com o

Jango como Ministro do Trabalho implementando as primeiras iniciativas que davam luz à ideologia trabalhista.

Mas o Brizola teve uma vitrine nacional a partir do governo do Estado que tem pontos bem definidos. O primeiro deles – até hoje talvez a gente possa dizer isso, Senador Paim, e João Goulart Filho –, o esforço que todos os governos têm feito pela educação, em defesa da educação, não se compara ao que o Leonel Brizola fez no Rio Grande do Sul e mesmo depois no Rio de Janeiro em seus mandatos. Não se compara.

Eu hoje sou um militante do Partido dos Trabalhadores, sou homem de posição política, portanto, orgulhoso de ter participado do Governo do Presidente Lula nos seus dois mandatos, primeiro no Ministério da Educação e depois no Ministério da Justiça. Mas não posso deixar de referir aqui com tudo o que fizemos e lutamos e estamos construindo agora, na continuidade da Presidenta Dilma, ainda não se compara a uma deliberação política tomada por um governador da estatura, da decisão política tomada pelo Governador Brizola, criando mais de cinco mil escolas no Rio Grande do Sul.

E hoje, quem desce no Rio de Janeiro, Senador, quem visita essa cidade que é verdadeiramente maravilhosa, já no primeiro aeroporto vislumbra um Ciep, muito rapidamente já vislumbra a educação popular. Imagine o Rio de Janeiro que luta contra a violência e as injustiças do processo de urbanização desenfreada, desarticulada e desordenada; imagine esse mesmo Rio de Janeiro sem a passagem de Leonel Brizola e, portanto, sem os quase 520 Cieps construídos nos seus dois mandatos. Ele passou, então, 520 Cieps nos seus dois mandatos. Quinhentos e vinte Cieps, numa conta redonda do professor aqui que é de língua portuguesa, mas um pouco de números todos entendemos, e mil estudantes, mil alunos, pequenas crianças lá das comunidades do Rio e dos seus morros, são 520 mil crianças são assistidas. Repito: 520 mil crianças são assistidas.

É possível imaginar hoje o Rio de Janeiro sem essa possibilidade? É possível imaginar o Rio Grande do Sul desenvolvido em um novo patamar e reconhecido no Brasil como, talvez, o Estado mais politizado da nação? É assim que nos orgulhamos de dizer, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Loco/PT – RS) – Dizem.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – O Estado mais politizado da Nação. Se é o mais politizado da Nação é porque teve educação e essa educação foi consolidada em 1958, quando foi eleito o Governador Leonel Brizola.

Nesse aspecto há uma sinalização, mais uma vez, em defesa da justiça social e na direção de uma postura mais à esquerda.

O segundo símbolo criado no Governo Brizola, com apoio do Jango na Vice-Presidência, apoio direto do Jango, foram as duas encampações. A Bond & Share, que era de energia, hoje a CE, mais recentemente boa parte foi privatizada mais uma vez. O Brizola, quando chega ao poder, se depara com o seguinte: não é possível pensar em desenvolvimento e crescimento econômico de nosso Estado sem que tenhamos energia. Isso é objeto de debate até hoje. Até hoje isso está colocado. Há o debate no Ministério das Minas e Energia, por onde passou brilhantemente a nossa Presidenta Dilma, a luta contra o apagão que ocorreu lá no governo anterior, de Fernando Henrique. Ainda está colocada hoje a questão da energia como questão de fundo para desenvolver o País.

Imaginem isso em 1959-1960! O Brizola delibera encampar – encampar significa estatizar – a energia no Rio Grande do Sul, mas com um traço extraordinário: fez isso com apoio formal da legalidade, dos princípios constitucionais. Diferentemente do que fora acusado não só naquela oportunidade, mas também na sequência da sua trajetória, Brizola nunca renunciou à legalidade dos seus atos, nunca descuidou da Constituição, nunca feriu a lei. No entanto, fora acusado de agir antes das estatizações que Fidel Castro Ruz começava a processar após a vitória revolucionária de 1959 em Cuba.

Aquilo gerou, obviamente, um símbolo de que o trabalhismo, de que Jango e de que Brizola eram comunistas. Agora, se esses grandes líderes populares tomarem o poder nacional, haverá de se instalar no Brasil um regime comunista.

Na época, após a decisão do Brizola de estatizar a Bond & Share, John Fitzgerald Kennedy, então presidente norte-americano, disse em um café da manhã à imprensa do seu país que havia um governador no Brasil que se chamava Leonel Brizola e que ele queria deixar claro a todos que o escutavam que não era dos mais amigos dos americanos.

Ora, uma liderança que toma essa dimensão, unida a outra que já era Vice-Presidente da República e defendia as causas da reforma de base e em um desenho sustentado por um partido que se pretendia um partido de massas e organizado como Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha identidade com o povo brasileiro, começavam a dar as condições mínimas para a pretensão de ascender ao poder e disputar a hegemonia nacional de fato.

O terceiro símbolo, ainda do Governo Brizola, com o apoio do Jango, vice, foi também a expropriação do

ITT. Aí era a telefonia. Não havia possibilidade de ter comunicação, e o Brizola desencadeia uma negociação com os empresários proprietários da ITT para aportar recursos à empresa para levar a telefonia e a comunicação para todos os rincões gaúchos e ITT começa a pedir mais uma reunião, mais duas, mais três, um estudo, levando mais um ano. O Brizola observava o seguinte: “Trabalham, com a hipótese do fim do mandato. Expira o meu mandato e aí negociam se for um Governador de outro perfil ideológico”.

Brizola, farejando essa possibilidade, expropria a ITT.

Ele é convidado pelo San Tiago Dantas a vir ao Itamaraty, à época. Quando ele vai entrar na sala, vê o Embaixador norte-americano Lincoln Gordon e os empresários. Brizola se nega a entrar na sala porque os empresários o ludibriavam e não queriam negociação e, sim, queriam tutelar o povo gaúcho, o povo brasileiro à luz dos interesses norte-americanos. Naquela oportunidade, quem faz a intervenção é Jango, que dá legalidade ao ato de Brizola, reforça a autoridade de Leonel Brizola, e a telefonia no Rio Grande é igualmente estatizada.

O último símbolo, para não me demorar, é o da primeira reforma agrária de que se tem notícia no Brasil, no banhado do colégio que fica Camaquã, no Rio Grande, que foi o primeiro esboço de divisão de terras na busca de igualdade pela terra que um Governador produziu em seu mandato. Mesmo a expropriação das terras deu-se no âmbito da Constituição.

O que vim aqui fazer, Senador, e talvez essa seja a melhor contribuição que eu possa dar, Jango Filho e todos que nos assistem, não foi trazer a toda a história da legalidade – nós tivemos o vídeo, nós temos os livros, nós temos memória –, mas dizer que Jango e Brizola, partir da legalidade, instituíram o Estado democrático de direito como referência para a ação política, não mais o autoritarismo gratuito, não mais a deliberação caudilhesca. Olha bem o quanto Brizola foi cunhado como caudilho, mas em momento algum Brizola e Jango se afastaram da Constituição brasileira, em momento algum, independentemente do movimento da legalidade, daquele momento popular, daquela adesão extraordinária do povo gaúcho, da cisão do Exército a partir da postura de Machado Lopes apoiando a Constituição e, portanto, a posse do Jango, independentemente de todo aquele movimento. Antes disso, em todas as suas ações de Governo, um na Vice-Presidência da República e o outro no Governo do Estado, ambos sempre se pautaram pela Constituição, pela lei e, portanto, pela legalidade.

Para encerrar essa intervenção, Senador, vou dizer aquilo que o Governador arso Genro lembrou nos

inúmeros eventos da legalidade que estamos produzindo, seja no Palácio Pirati, seja no Teatro São Pedro, com o musical, seja na Assembleia Legislativa, as nossas instituições, as nossas câmaras de vereadores estão atuando, os nossos prefeitos, o Prefeito de São Borja, Mariovani, que tem de ter um orgulho extraordinário porque temos simplesmente no Rio Grande do Sul, Túlio, de São Borja, Jango, de São Borja, Brizola queria ter nascido lá, mas nasceu em Carazinho, mas tem como referência histórica São Borja e o atual Governador do Estado é nascido em São Borja, que é o Dr. Tarso Fernando Herz Genro. Então os nossos municípios se engajaram nessa recuperação da memória da legalidade e lá em uma dessas oportunidades o Governador Tarso Genro disse claramente: “Não se valoriza e não dá o espaço na mídia e na grande imprensa sobre o verdadeiro legado deixado ao Brasil por Jango e Brizola”. Não se valoriza. Os grandes jornais de São Paulo recentemente, em agosto, produziram sobre a legalidade como matéria de três ou quatro páginas, como os bons jornais fazem sobre os fatos históricos, anunciava a renúncia de Jânio e analisava as razões da renúncia do Jânio, mas em momento algum colocava o protagonismo do Jango, o protagonismo do Brizola diante da luta pela democracia. Orgulha-me demais estar aqui, Senador Paim, e me emociona e comove porque não vou me furtar de dizer que meu primeiro mandato político deu-se na Câmara de Vereadores da cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Eu, em 1989, tocado pela eleição presidencial, pela história do trabalhismo, tive oportunidade de ler cerca de onze livros, de Alberto Pasqualini, da história do Jango, da história do Brizola. Em 1992, em me elegi como o mais jovem vereador trabalhista em São Leopoldo. Cumpri o meu mandato e depois recebi um convite para me filiar ao Partido dos Trabalhadores, feito pelo nosso comandante Tarso Genro. Na oportunidade em que me deparei pela primeira vez com o nosso Governador, eu lhe disse que trazia comigo dois aspectos de que eu devia primeiro dar-lhe conhecimento antes da decisão de ingressos no partido. Um é que eu sonhava ser, um dia, do tamanho de Tarso Genro, dizia eu, brincando, na juventude, mas obviamente, sonhando e outro, é que eu brizolista; não era trabalhista. O Governador, então Prefeito de Porto Alegre, me disse: “Primeiro, essa questão de tamanho se dá porque nós temos, mais ou menos, vinte anos de diferença; segundo, todos somos brizolistas.”

Fica aqui a minha homenagem a todos os brizolistas, a todos os janguistas, a todos os trabalhistas e, especialmente ao Jango Filho, que está presente, aos seus familiares e ao Senador Paulo Paim pela belíssima iniciativa.

Parabéns! Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pela sua exposição.

Achei interessante, Ronaldo, porque você busca o fato histórico. Eu digo que é bonito pela resistência do nosso povo, pela legalidade, que vem caminhando no tempo, após a resistência pela legalidade, pela democracia, lembrando, após cinquenta anos, a luta permanente do nosso povo pela liberdade sempre – é um dado importantíssimo – dentro dos parâmetros da Constituição. Eles é que foram golpistas e não admitiram que o Presidente João Goulart cumprisse o mandato dele.

Confesso a vocês no momento deste debate – vou passar a palavra a você, João Vicente – porque eu vejo que todo mundo fala – quando digo todo, estou me referindo a todos –, grande parte da população só fala no desenvolvimento tendo em vista o capital no grande debate nacional, inclusive aqui no Congresso, e pouca gente fala na questão dos trabalhadores. Aí está a marca do trabalhismo, a marca que vem de Getúlio, João Goulart e Brizola. Então, esses cinquenta anos da legalidade, na minha visão, têm também esse olhar para o conjunto dos trabalhadores, além – é claro – de valorizar os empreendedores. A marca do trabalho, a marca da CLT, foi construída por esse trio. Na minha opinião, esse trio foi fundamental para a CLT.

Nós fizemos, há poucos dias, um ato no Auditório Petrônio Portela – hoje é mais uma sessão de debate para falar para o Brasil via TV Senado – e colocamos lá mais de mil dirigentes. Qual foi o debate? Estava lá a foto do Getúlio, do João Goulart e do Brizola defendendo a CLT e o direito dos trabalhadores na sua amplitude. É claro que estamos num grande momento da nossa economia, como já foi dito e eu repito. Fomos o último país a entrar na crise e o primeiro a sair dela. Neste momento em que a Europa e os Estados Unidos estão vivenciando uma crise enorme, nós estamos indo bem, mas eu quero manter o olhar dos trabalhadores. Às vezes tenho a ousadia de dizer que devemos ter cuidado, embora estejamos enfrentando com muita capacidade, muita coragem uma crise econômica mundial, estou olhando também a crise social em âmbito internacional e as preocupações existentes aqui no Brasil. Debater os cinquenta anos da legalidade nessa visão da democracia, da liberdade e da resistência e da justiça, também tem o objetivo de dar um palco maior ao trabalhismo independentemente da concepção de cada um de nós.

Eu, a exemplo de você, Ronaldo, também sou filho de pai e mãe falecidos, ambos foram brizolistas eram defensores do Jango e do Brizola até morrerem. Ambos morreram, estão no céu. Estão lá cavalcando,

como eu disse, porque meu pai era domador. Meu pai era domador. Eu me lembro de que na época da resistência ele foi embora de Caxias para Porto Alegre. Ele disse: “Estão chamando lá, e eu estou indo para Porto Alegre”.

Enfim, vou deixar vocês falarem.

João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart, tem a palavra para fazer sua exposição pelo tempo que for adequado. Eu dei a você quarenta minutos e vou dar a ele também quarenta minutos, se forem necessários. Depois a gente pode dialogar um pouco os três aqui na mesa.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Antes de mais nada, eu queria agradecer ao Senador Paim esse convite. Quero agradecer ao Secretário Ronaldo, que aqui está representando o Governador Tarso Genro, a todos os presentes e também àqueles que estão hoje memorando, de certa forma, esse movimento da legalidade, que, sem dúvida alguma, representou, talvez, popularmente no século passado o maior movimento de resistência cívica e – por que não dizer? – cívico-militar, porque o III Exército também participou desse movimento quando os gaúchos prontamente, liderados por Leonel Brizola, se mobilizaram a favor da Constituição se mobilizaram a favor da mobilidade. Daí esse nome de tanta simbologia para nós, gaúchos e brasileiros.

Eu acredito, e revendo os debates todos da legalidade, que evidentemente o momento da legalidade se dá através do movimento do gaúcho. Temos que dizer também que se estendeu para Goiás. No próprio Rio de Janeiro, a imprensa foi fechada. Foi um movimento amplo, liderado por Leonel Brizola, em favor da Constituição.

Pela primeira vez, a cadeia da legalidade, que foi a requisição de 104 emissoras de rádio, conseguiu resistir, já naquele momento, ao golpe, que estava intrinsecamente constatado, uma vez que os três Ministros Militares de Jânio, Silvio Heck, Odílio Denys, Grüm Moss, prontamente, quando a renúncia de Jânio foi constatada... Até o primeiro momento, o Brizola achou que seria um golpe que estariam dando no Jango, quando ele se deu conta de que o Jânio realmente tinha renunciado, como ele disse, por forças ocultas, e realmente hoje imaginamos quais seriam. Jango estava na China, numa missão popular, numa missão de abrir mercados ao Brasil naquele momento, até para que a economia brasileira não dependesse tanto da economia americana, como era dependente naquele momento.

Hoje, todos esses anos depois, nosso comércio com a China é maior que o nosso comércio com os Estados Unidos. Então, Jango não estava tão errado

ao ir abrir esses mercados novos. E se torna Jango, nesta viagem à China, o primeiro líder ocidental a ir àquele país e o único a ser recebido diretamente pelo Presidente Mao Tse-tung. O Presidente Mao sai do seu palácio e vai receber Jango oficialmente.

O mais interessante de tudo isso é que os militares, os três ministros militares, golpistas, diziam: “Jango está na China. É comunista. Então, não pode assumir a presidência do Brasil”. Coisa que a Constituição definia como sendo o Jango o vice-presidente eleito, como falamos aqui, por duas vezes consecutivas. Foi eleito vice-presidente do Juscelino com mais votos do que o Presidente da República, na época, com mais votos que Juscelino. Juscelino fez 3,1 milhões de votos e Jango fez 3,6 milhões como vice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse dado é importante, com mais votos que o Presidente.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Com mais votos que o Presidente. É interessante também que aqueles que nos ouvem saibam que, no segundo mandato, o Jânio derrota o Senador Milton Campos, que era o vice de Jânio Quadros, naquele momento. Então, ele, legitimamente, a Constituição dizia que, pela legalidade, teria que ser o Jango o Presidente, com toda a legitimidade possível.

O mais interessante de tudo isso é que Jango, naquele momento, vai à China e Nixon, dez anos depois, pede, por favor, aos chineses para ser recebido e teve que romper com Taiwan para abrir o mercado chinês para os americanos. Que eu me lembre, nenhum militar americano quis derrubar Nixon por aquela viagem que ele fez dez anos depois de Jango.

Então, naquele momento, realmente, acho que o Ronaldo colocou muito bem, existia na política mundial a guerra fria. Evidentemente, Fidel havia ganhado, em 1959, uma ilha na frente dos americanos, e até hoje permanece. Realmente é a política na época trabalhista, mas uma política voltada ao nacionalismo, ou seja, ao que hoje até o Presidente Lula... É a política voltada ao mercado interno brasileiro, que era necessário desenvolver. Três anos depois, a proposta das reformas de base vem no bojo da reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária e a reforma bancária. Algumas delas até hoje necessárias, Secretário Ronaldo. Algumas necessárias, como a reforma bancária, por exemplo.

Hoje, o nosso País tem uma dívida interna de proporções gigantescas, que não permite ao Brasil ter capacidade de investimento, inclusive na área social. O serviço da nossa dívida interna hoje é um serviço que impede qualquer governante brasileiro a ter uma política de maior investimento dentro dos setores sociais brasileiros.

Mas, naquele momento, então, 1961, Jango recebe a renúncia de Jânio em Cingapura. Naquele momento, ele cumpre exercer o seu papel constitucional. Com a grande revolta militar que havia se colocado pelos três ministros militares de Jânio Quadros, ele tem que realmente voltar ao Brasil olhando as nuances que esse processo vinha desencadeando, inclusive até com riscos de uma guerra civil. Então, Jango espera a mobilização do Congresso Nacional, inclusive ele era Presidente do Congresso Nacional pela Constituição de 1946; ele espera uma determinação do Congresso. Naquele momento, Jango entende ser melhor assumir a Presidência da República, depois que o Congresso, vamos dizer assim, faz a Emenda Adicional nº 4, que é a emenda parlamentarista, inclusive de um gaúcho, Raul Pilla, que estava há anos tramitando no Congresso Nacional. O Congresso tira e, para pacificar a nação, coloca essa emenda em votação e faz a Emenda Constitucional. Muita gente, inclusive, questiona se Jango deveria ter aceitado ou não deveria ter aceitado, naquele momento, aquela emenda parlamentar.

Só história nos disse isso. E, na verdade, Jango sempre teve um temperamento de conciliador. Então, para evitar qualquer mobilização ou luta fratricida entre os brasileiros, Jango, já naquele momento, toma essa iniciativa de aceitar o parlamentarismo e, assim, assume a Presidência da República, que foi um parlamentarismo, na verdade, híbrido, porque não funcionou o parlamentarismo. Funcionou, o Tancredo escolheu alguns dos ministros, os outros foram escolhidos por Jango. Mas imediatamente o País não funcionava e Jango procurou posteriormente a isso o plebiscito que lhe devolve, em janeiro de 1963, todos os poderes presidenciais com 84% da votação. E, daí, parte então para as reformas. Ou seja, essa colocação legalista de Jango, porque ele espera a legalização. Foi o Congresso Nacional que votou essa Emenda Adicional nº 4. Ele assume para cumprir o papel constitucional que lhe era devido, mas, evidentemente, toda essa negociação se dá em torno da legalidade, liderada por Leonel Brizola, porque não seria fácil os ministros militares que, inclusive, já conheciam Jango e alguns deles já tinham até assinado o Manifesto dos Coronéis em 1953, quando Jango, apesar de sair do Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas, consegue outorgar 100% de aumento do salário mínimo, aumento esse que até hoje é refletido no salário atual.

E esses ministros militares muitas vezes já tinham marcado Jango na paleta, como dizemos nós lá no Rio Grande do Sul.

Então, esse movimento da legalidade é um movimento brilhante, é um movimento de que todos nós, gaúchos e brasileiros, devemos nos orgulhar. Eviden-

temente, após a vitória do movimento da legalidade, as forças reacionárias deste País e as forças internacionais... Falava o nosso Secretário Ronaldo sobre a posição do Presidente Kennedy, que falava que era um democrata, mas hoje nós temos já documentos liberados do Departamento de Estado Americano de conversas do Presidente Kennedy, antes de 1963, porque ele morreu em 63, 22 de novembro de 63, em que dizia sobre a ação norte-americana para derrubar o Governo brasileiro: Jango, nós sabemos que ele não é comunista, mas vai ser dado como tal para ser derrubado. Já existem documentos liberados nesse sentido.

Então, este é o meu depoimento. Muitas pessoas acreditam: "Ah, se nós não tivéssemos aceitado o parlamentarismo e chegado a Brasília com a força, talvez não tivesse acontecido o 64." Isso hoje é um erro histórico. Hoje nós sabemos que a política do departamento de estado americano era para derrubar todas as democracias latino-americanas. Em 1975, somente a Venezuela tinha o Andrés Pérez como símbolo democrático, e uma democracia já meio tocada à flauta na Venezuela. É um erro pensar que não haveria o golpe de 64, principalmente com as propostas das reformas de base que Jango veio tentar implantar.

Então, parabeno... Inclusive o Governador Tarso Genro tem sido brilhante nesse aspecto. Ele disse, exatamente no Palácio Piratini, que o manto da história tenta abafar esses atos de coragem não de Jango e de Brizola, mas do povo brasileiro, do exército de silenciosos que lá se perpetuaram na Praça Matriz, na frente do Palácio Piratini. Juntos, durante dias, ficaram a serviço da democracia, da liberdade e da Constituição brasileira.

Esse manto de silêncio, muitas vezes, não é colocado pela imprensa exatamente para desmerecer os movimentos realmente legalistas que foram impedidos de continuar as reformas em prol do povo brasileiro em 1964. Por quê? Porque nós tivemos em 64 uma série de reformas que tinham que ser colocadas à Nação brasileira e que naquele momento estruturariam a economia brasileira, tirando-a da dependência da economia americana. Naquele momento, em 64, todos sabem que, já final do governo, o personagem do governo brasileiro que menos acesso tinha à Casa Branca era o Presidente da República. Lacerda e o Governador de São Paulo estavam permanentemente na Casa Branca, já propalando o golpe de estado.

Evidentemente, 1964 se dá após a proposta das reformas de base e se dá com uma política externa americana do departamento de estado. Não tenhamos dúvida de que isso planejado. Houve ações encobertas do nosso País, que todos nós devemos saber. Inclusive temos o Instituto Presidente João Goulart. Houve

também uma CPI aqui no Congresso, Senador Paim, a CPI dos Ibad e Ipes. Essa CPI foi colocada em 1963 e mostra que 183 parlamentares do Congresso de 1962 foram financiados pela CIA americana. Evidentemente, para legalizar e sabendo que o Presidente da República estava em Porto Alegre tentando resistir, vendo quais seriam as possibilidades de resistir, o Congresso Nacional, através do Senador Mauro... *(Pausa.)*

Não, não era. Mauro Borges era o Governador. O Senador Auro Moura de Andrade declara vaga a presidência da república com o Presidente dentro do País.

Então, nós temos que conhecer. Por isso, são importantes essas ações feitas no Rio Grande do Sul e divulgadas à população brasileira de que houve lá, há 50 anos, um movimento pela liberdade, pela legalidade e pela defesa da Constituição brasileira. Esses homens lá estiveram e foram os protagonistas de construir, pelo menos por mais três anos, a liberdade e a democracia em nosso País.

Eu queria dizer também que, dentro desse contexto, a legalidade nos mostra o quanto é importante, como disse o Tarso, insistirmos em não deixar passar esse momento, mesmo que a grande imprensa do País não queira divulgar, porque nós temos uma grande responsabilidade inclusive daqui para frente. Teremos, em 2014, a Copa do Mundo, no Brasil, mas a Copa do Mundo no Brasil é a festa. É a Copa do Mundo. Antes disso, nós vamos ter, brasileiros, que fazer uma profunda reflexão, Senador Paim, porque, em 2014, completarão 50 anos do golpe de estado. Precisamos, antes da festa, fazer uma profunda reflexão sobre os tristes acontecimentos que levaram a ditadura militar, no nosso País, a tanta tragédia, a tanto obscurantismo, a um manto negro que levou tantos companheiros a tombarem pelo caminho por aquela reestruturação democrática, por esse longo período em que hoje vivemos. Houve companheiros que lutaram, que ficaram pelo caminho. O Paim, que dirige a Comissão de Direitos Humanos, sabe a quantidade de companheiros e de investigações ainda que devemos apurar antes de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para contribuir, veja a dificuldade só para instalar a Comissão da Verdade. É uma simples comissão da verdade que quer apenas trazer os fatos aos dias de hoje, o que aconteceu durante esse período.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Então, eu acho importante, e dei um grande abraço no Governador Tarso pela sua iniciativa.

Sem dúvida, Paim, essa Comissão da Verdade é um desafio de todos nós brasileiros. E uma comissão da verdade, nós vemos que ainda existem resistências 50 anos depois. Por quê? Porque existem documentos

que ainda estão sob a tutela de alguns arquivos que não foram abertos, e sabemos como agiram os ditadores do Brasil, inclusive derrubando ditaduras latino-americanas. Houve apoio logístico para derrubar o Presidente Torres, para derrubar o Presidente Allende. Cito inclusive a participação, da Operação Condor, que levou tantos companheiros nesse bojo da reinstauração da nossa democracia.

Foi, sem dúvida, com muito sacrifício, com muita luta que esses companheiros, alguns ficaram no caminho e outros continuaram, restauraram a democracia no nosso País.

Nós vemos ainda hoje, Senador Paim, a dificuldade que existe e as reações que existem para instalar uma comissão da verdade que nada mais propõe do que nós, brasileiros, conhecermos o que aconteceu em nosso País. Nós não podemos continuar avançando, avançar para o futuro, se não cicatrizarmos as feridas do passado, e cicatrizar as feridas do passado significa reconhecer o que aconteceu. Não podemos ser condenados pelo Tribunal Interamericano de Direitos Humanos sobre o desaparecimento dos corpos do Araguaia e o nosso STF fazer de conta que isso não aconteceu! Nós temos que ter a dignidade e a coragem de continuar lutando pela Comissão da Verdade, e uma comissão da verdade, Senador Paim, não apenas instalada. Temos que lutar para que ela tenha poderes suficientes para conseguir chamar um general, chamar um ex-agente da ditadura brasileira sob vara, para depor na Comissão, porque senão vamos depender da boa vontade novamente desse pessoal que ainda está intrinsecamente ligado aos setores conservadores de nosso País e a essas elites que ainda querem seus privilégios do Governo, ainda querem manter os seus privilégios em detrimento das classes sociais brasileiras.

Eu acho que aquilo que aconteceu em nosso País, a proposta das reformas de base, nós temos que reestruturá-las. Evidentemente, são 50 anos depois. Temos caminhado muito e avançado pouco na reforma agrária. Eu acho que nós deveríamos repensar a situação da reforma agrária, uma vez que hoje o próprio instrumento do Incra, se ele já não detecta mais fazendas improdutivas nas áreas de produção ou nas áreas de consumo... A reforma agrária de Jango era diferente, não era para colocar... Hoje as fazendas improdutivas estão no Pará, longe dos centros de consumo. A reforma agrária do Presidente João Goulart determinava que deveriam ser desapropriadas as fazendas produtivas que foram valorizadas com investimento público, ou seja, uma estrada federal, com asfalto, um açude público, uma ferrovia, para que os agricultores ali colocados pudessem ter o escoamento da produção e o mercado de consumo.

Nós temos que rever esses lucros milionários dos bancos brasileiros. São uma afronta os juros em nosso País. Hoje, temos que ver que não temos mais condições de investir nos projetos sociais em nosso País. Para dar um aumento para os aposentados, é uma dificuldade, Senador Paim. O senhor conhece bem essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Me incomoda 24 horas por dia.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Então, eu gostaria de dizer o seguinte: eu acho que o Brasil necessita conhecer o seu passado para conseguir avançar no futuro. Temos o desafio. Começamos agora com os 50 anos da legalidade, mas temos que continuar debatendo para, em 2014, antes da Copa do Mundo, fazermos uma profunda reflexão política dos 50 anos do golpe de estado e cicatrizarmos as feridas, através da comissão da verdade e de outros instrumentos, para que as nossas novas gerações consigam saber o que aconteceu e saber o destino dali para frente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

João Vicente Goulart, que dá um brilho a nossa audiência pública, é filho do ex-Presidente João Goulart e lembra aqui algumas questões. O Ronaldo havia lembrado de algumas, inclusive a questão da reforma agrária, a questão de que tínhamos a estabilidade do emprego, a questão do salário mínimo. Há quem diga que um dos motivos do golpe militar foi a questão da terra, a questão da estabilidade, da valorização do trabalho como vínhamos fazendo naquela época.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – E o 13º também foi também no Governo João Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E lembro que aqui na Casa o grande defensor foi o Florenciano, do PDT. Foi o grande defensor aqui na Casa. Foi no Governo João Goulart. São grandes momentos.

Eu vou dar a palavra, com satisfação, ao nosso querido amigo e Deputado Federal Amauri Teixeira, que é do PT da Bahia. Fez questão de vir aqui, como nosso convidado, para dialogarmos sobre os 50 anos da legalidade.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Em primeiro lugar, quero parabenizar pela iniciativa, Senador Paim, Senador amigo, com certeza, amigo por identidade pessoal e por identidade da luta que o senhor tem travado. Na Câmara, tivemos também uma audiência pública. Fiz questão de vir ao Senado hoje. Passo naquele corredor da Câmara todos os dias e era para eu fazer isto, mas não tenho feito: quero parabenizar os organizadores daquele resgate histórico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós chegamos a filmar lá e passamos aqui na abertura.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Ficou muito legal a apresentação deles. Todo dia é para eu expressar isso publicamente em Plenário, e estou fazendo aqui. Acho que o momento merecia, o evento merecia e eles capricharam no resgate, na caracterização do fato histórico.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa. Quero também saudar aqui, com muito prazer e honra, João Vicente Goulart, filho do nosso grande Presidente Jango, e Ronaldo Teixeira, Secretário do Estado do Rio Grande do Sul, os gaúchos estão orgulhosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aqui representando o Governador Tasso Genro, que está fazendo uma série de atividades dos 50 anos da legalidade, no Estado.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA) – Com certeza nosso Tasso Genro não só é Governador. Tasso tem inteira consciência do seu papel político e de formador de opinião. Acho que os gaúchos têm esse sentimento. Acho que, no Brasil, um dos Estados que mais valoriza suas origens, sua história são os gaúchos. Não é à toa que os gaúchos torcem pelo Grêmio e pelo Internacional. Lá na minha Bahia tem muita gente que torce ainda pelo Flamengo, pelo Vasco e não pelo Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu torço, não sei se todos. Meu único problema é quando o Inter ou o Grêmio joga contra o Caxias, porque eu sou Caxias.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA) – Mas torce pelo Caxias, que é gaúcho também.

Eu gosto desse traço da cultura gaúcha de valorizar o local sem esquecer o universal. Temos sempre que fazer isso.

É com enorme prazer que estou aqui. Quero dizer que 50 anos de legalidade é um marco em nossa vida. É uma frustração. Eu sou um frustrado porque não vivi a época das reformas. Era menino, evidentemente, mas vivemos parte da nossa adolescência, parte da minha idade adulta na ditadura militar, que fez esse corte histórico, brusco, que fez com que o País retrocedesse, que nos segurou por 21 anos sob a ditadura. Sem dúvida nenhuma, essa campanha não só retarda o golpe, mas ajuda, no futuro, a derrubar a ditadura. Sem dúvida nenhuma, a campanha para a legalidade é uma baliza para nós, que lutamos para derrubar e redemocratizar o País.

Coincidentemente, na hora em que o senhor estava falando, eu, que havia “twitado” de manhã e cometido um erro, estava corrigindo meu erro, porque eu saudei a marcha dos Trabalhadores Sem Terra, que

está chegando hoje a Brasília com 20 mil integrantes, reclamando pela ampliação da reforma agrária, reclamando por mais investimento em saúde, reclamando por mais investimento em educação, reclamando também pela mudança na política econômica. Está chegando a marcha e coloquei que era do MST. Tive que retificar e pedir desculpas, evidentemente, porque essa marcha é do MLST.

O senhor tem razão porque, na hora em que estava falando de reforma agrária, citou que são tão necessárias e tão atuais, mas que não foram completadas, e é verdade. No sistema financeiro brasileiro temos um débito. O Senador Paulo Paim é um dos arautos desta Casa pela democratização do sistema financeiro. Temos nesta Casa um projeto do Deputado Ricardo Berzoini. Temos uma luta para colocarmos o sistema financeiro à disposição da população e não a serviço dos poucos banqueiros que usufruem dos lucros. Vimos a queda de 5% dos juros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Zero cinco por cento. Quem dera se fosse 5%! É um sonho de todos nós.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – É também um desejo.

Zero cinco? Houve uma “grita”, uma “grita” por quem quem está perdendo com a queda dos juros são os especuladores financeiros. Vejam que foi, em uma tendência de alta que vínhamos tendo, uma pequena baixa, uma inflexão mais do que necessária, mas houve essa “grita” total. A elite brasileira continua sendo uma elite reacionária, uma elite contra a reforma.

Estamos vendo a questão da reforma agrária e o senhor tem razão. Nós não vamos mudar esse País sem mudar a estrutura agrária. Então, reputo uma das questões mais importantes do Presidente Jango, no que ele insistiu, a herança que ele deixou, a questão da reforma agrária. O senhor tem razão. Não dá para fazer reforma agrária...

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Hoje é muito mais difícil nós fazermos essa reforma agrária porque, em 64, precisávamos da reforma agrária, mas apenas 25% da população morava nas cidades. Hoje, inverteu-se e o contingente humano para fazer uma reforma agrária é muito mais difícil.

Obrigado.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Exatamente. Não dá também para fazer. Tivemos uma briga recente, briga nossa, digo nossa, nós, aliados do Governo, para ampliar e a Presidenta Dilma mostrou sensibilidade e alocou R\$400 milhões no Incra. É insuficiente. Vimos que de um crédito rural de R\$127 bilhões, se eu estiver errado o Paulo Paim pode me corrigir, R\$107 bilhões ou R\$113 bilhões eram para

grandes empreendimentos rurais e apenas R\$16 bilhões ou R\$17 bilhões para a agricultura familiar, o que é um avanço. Diante do que aportava Fernando Henrique Cardoso, o Governo Lula e a Presidente Dilma avançaram muito, mas nós temos ainda muito o que avançar. Para desenvolver este País, eu acho que o senhor tem razão, a principal herança, como eu disse, é mudar a estrutura agrária.

Então, o Jango continua atual, a sua luta continua atual, a luta pela legalidade continua atual no Brasil. Falo isso pela resistência que temos em democratizar o acesso à informação, o acesso à história. Eu acho que essa reunião aqui está resgatando aquilo que o Brasil resiste em fazer: resgatar a sua história com a implantação da Comissão da Verdade, trazer os fatos à lume e mostrar à sociedade brasileira o que aconteceu, para que a gente não repita um dos episódios mais negativos da nossa história, para não usar a palavra que não se deve. Usávamos “episódio negro”, mas não vamos mais usar esse termo. A ditadura foi um episódio da cor de chumbo. Foram os anos de chumbo, os anos de opressão, os anos da falta de democracia e da falta de liberdade de expressão. Isso ainda tem reflexo.

Outro dia me manifestei. Fiz um requerimento por escrito ao comandante da Marinha, que impediu uma advogada pública Federal, da Defensoria Pública, de adentrar num quartel para fazer visita a um cliente seu. Não era uma advogada particular. Era uma advogada da União, ou seja, da instituição e foi barrada num quartel. Quer dizer, nós temos uma cultura ainda em alguns setores militares, em alguns setores da sociedade fruto da herança dessa ditadura.

Essa campanha que resistiu tem que ser resgatada para nos mostrar que a liberdade tem que prevalecer sempre, que a liberdade e a vontade do povo têm que imperar.

Quero também saudar e manifestar meu carinho, minha admiração pela viúva, Maria Tereza, a todos os familiares, Denise Goulart, João Vicente Goulart. Eu realmente tenho essa frustração de não ter vivido Jango, vivido essa época. Foi um trauma na nossa história, um corte na nossa história o que a ditadura nos impôs. A minha geração é meio frustrada e meio realizada, porque, ao mesmo tempo em que a ditadura nos impôs 21 anos de ditadura, a minha geração também conseguiu participar da redemocratização do País. É frustrada por não ter vivido e acompanhado a reforma, por ter esse corte histórico, mas realizada por ter derrubado aqueles que violentamente derrubaram a legalidade deste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Às vezes a idade também ajuda. Como estou com 61, posso dizer que convivi. Lembro-me de quando o Getúlio morre. Se não me engano, tinha quatro anos. Sou de 1950 e foi em 1954. *(Pausa.)*

Exatamente. E me lembro e conto isso, mas pessoas acham que não. Eu tinha quatro anos. O meu pai tinha dez filhos. Éramos muito ligados eu e ele. Ele usou aquela frase: “Olha, morreu hoje o pai dos trabalhadores do Brasil.” Eu me lembro. Tenho aquela imagem. Tinha quatro anos, calcula. Eu tenho essa imagem comigo. Quando, depois, o Jango morre, eu lembro-me de que ele me disse: “Assassinaram o nosso presidente.” Para falar a verdade, nunca fiz essa pergunta a você, mas vou tomar a liberdade de fazer agora: na sua visão, foi ou não assassinato?

Depois eu vou passar a palavra ainda à Sr^a Lora Lopes Calderan, que representa aqui a Confederação Brasileira de Tradições Gaúchas, diretora dessa área, e que está acompanhada do Leonardo Valentim Gorgem, que representa a Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto Central.

Essa pergunta vou fazer aqui ao vivo, lembrando da minha história.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Inclusive quando começamos a fazer um filme aqui com a TV Senado, com o Deraldo Goulart, eu sabia de um depoimento que um ex-agente uruguaio tinha feito a esse respeito. Fui até como jornalista com eles para checar isso. Entramos em uma prisão de alta segurança e gravamos o depoimento dele. Quando ele soube que era eu que estava lá meio escondido de jornalista, apavorou-se, mas fez uma série de declarações de como era o monitoramento dele e de como teria sido essa eliminação de Jango. Gravamos esse depoimento. Existia uma série de indícios a esse respeito. Transcrevemos esse depoimento do agente, inclusive o Tarso era Ministro da Justiça na época, e encaminhamos uma...

Outra coisa em que temos que evoluir também é a reformulação da nossa Lei de Anistia. É impressionante! Tivemos que fazer um pedido, com a transcrição desse depoimento, ao Ministério Público. A quem nós fizemos esse pedido? Nós fizemos, na época, ao Procurador Geral da República Antônio Fernando de Souza, dizendo que se tratava de um ex-presidente, que se tratava de um bem cultural brasileiro e que caberia ao Ministério Público essa investigação, caberia a ele tratar dessa investigação, até por ter ele instrumentos mais fidedignos de chamar e tomar depoimentos, enfim. Para nossa surpresa, ele entendeu que não era competência dele conduzir e mandou ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, que realmente não tem condições de fazer uma investigação do tamanho que ela abrange. Nesse ínterim, a Assembleia do Rio Gran-

de do Sul, por meio de uma comissão de investigação montada na Assembleia, colheu vários depoimentos. Existem indícios suficientes para que nós investiguemos se existe legitimidade nesses depoimentos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que eu fiquei sabendo, lembro-me, na época, já como Deputado Federal, depois como Senador, que ele teria sido envenenado.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Exato. A versão é essa mesmo, inclusive, depois de muitas pesquisas, seria cianureto de potássio o elemento químico. Teria sido feita uma reunião em setembro de 1976, com o delegado Fleury, em Montevideu, com o Frederick Latrash, esse personagem que era o *chief of station*, da CIA, que operava lá. O veneno teria sido trazido do Chile, através do Michael Townley, que foi o agente americano que colocou a bomba no Letelier, em Washington, e que hoje vive sob proteção do Estado Americano. Quer dizer, 11 de setembro não foi o primeiro ato terrorista que a sociedade americana... Foi em Washington, quando mataram Letelier. Esse agente Michael Townley hoje vive sob a proteção dos Estados Unidos.

Nós não pedimos em nome da família e tivemos que provocar o Ministério Público, porque exatamente uma das falhas da nossa Lei de Anistia é não corrigir o Código Penal, que dispõe que o assassinato prescreve em vinte anos. A Lei de Anistia no Chile, no Uruguai e na Argentina já foi revista e já tem outros parâmetros para que se consiga ter uma investigação desse tipo.

Então, hoje como está? Tivemos uma audiência com a Ministra Maria do Rosário, porque realmente o Ministério Público do Rio Grande do Sul não tem condições de enfrentar o governo americano e mandar pedir a oitiva do Frederick Latrash. Acredito que tenhamos alguns juizes no Brasil que tenham essa força e essa coragem, que tenhamos o nosso Baltasar Garzón, mas o problema é que o Ministério Público não tem condições de encaminhar isso ao juiz. O juiz teria que pedir, como o Baltasar Garzón e o procurador italiano já pediram para ouvir alguns agentes norte-americanos. O governo americano leva o juiz em uma dependência americana, em uma base, traz a testemunha para falar e some com ele. Agora, estamos esperando.

Realmente, meu Senador, sinceramente, gostaria que nada tivesse acontecido. Para a família, seria uma tranquilidade que a morte de Jango fosse uma coisa extremamente natural, mas, lamentavelmente, as coisas e os indícios, cada vez, nos colocam mais em uma situação de por que não autorizam a exumação? Hoje existe esse cianureto de potássio, que envenena quimicamente quando entra em contato com os gases do estômago. Aí se forma a parte química e o único rastro

que ele deixaria seria o cloreto de potássio, que é o sal. Mas, hoje, já existe: estivemos procurando alguns governos amigos e existem técnicas hoje que poderiam ser resolvidas. Então, estamos tentando.

Aliás, outra informação de Jango é que estivemos com a Ministra Maria do Rosário fazendo uma denúncia formal ao Conselho da Pessoa Humana, criado no dia 15 de março de 1964, pelo Presidente João Goulart. E, nesse Conselho, tentaram pelo menos fazer, independentemente da exumação, para ver se existe as condições ou não de ter esse apoio direto do governo, já que o governo não pode influenciar o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou, neste momento, depois desse esclarecimento, mais uma vez, agradecer ao Deputado Federal Amauri Teixeira, pelo seu depoimento e pelos seus compromissos, por essas causas trabalhistas, que sei que unificam todos nós. Que bom hoje a gente perceber que essa questão do trabalhismo está no nosso sangue. Não é só falar o que aconteceu e sim como a gente traz para presente para continuar defendendo os interesses dos trabalhadores.

Está conosco também – ele chegou aqui e fiz sinal para ele, de pronto, porque lembro que uma época conversamos muito - o Deraldo Rodrigues, que fez um belo documentário sobre toda essa caminhada. Vou pedir depois para o Deraldo dar o depoimento também, porque esta audiência pública tem este objetivo: buscar a história, trazer para o presente, fazer com que a causa desses homens, que para mim foram brilhantes, esteja sempre viva entre nós, junto à geração presente.

Eu vou passar a palavra agora a Sr^a Loiva Lopes, que representa o nosso Centro de Tradições Gaúchas, mas que estão por todo o Brasil e, por que não dizer, em grande parte do mundo. Quando vamos ao exterior, vemos lá um centro de tradição.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Meu bom-dia a todos! Estou aqui representando o Presidente da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, o Sr. Dorvílio José Calderan, que, por compromissos de trabalho, não pôde estar presente. Estamos eu e o Leonardo que também tem os seus pais residentes na Bahia e está estudando em Brasília, e faz parte do nosso movimento tradicionalista, representando o Sr. Antonio Amaro da Silveira Neto, o nosso Presidente da Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto Central, que, por problemas de saúde, não pôde estar aqui presente. Então, agradecemos profundamente esse convite de estar aqui, num momento tão importante para a nossa história. Quero dizer aos Senhores que fiquei muito honrada em poder conhecer pessoalmente o Sr. João Vicente, o Senador Paulo Paim, com

quem já encontrei várias vezes nas nossas andanças tradicionalistas, e também o nosso Secretário do Rio Grande do Sul.

Eu queria retomar dois pontos tratados, tanto pelo Sr. João Vicente, quanto pelo nosso Secretário, que é a falta de destaque que a mídia dá às questões do Rio Grande do Sul. Talvez eu não tenha experiência nessas questões, mas, quando a gente procura um destaque na mídia, seja em fatos históricos, seja referente à nossa cultura, à nossa participação na economia, eu acredito, é um sentimento meu, que a gente não tem o devido reconhecimento. E nós, povo gaúcho, sempre tivemos, ao longo da sua história, fatos que nos levam à luta pelos nossos direitos, a começar pela Revolução Farroupilha, e dizem “Por que os gaúchos lutaram na Revolução Farroupilha, se não houve vencidos nem vencedores? Tudo o que nós queríamos era o reconhecimento daquele momento histórico pelos nossos direitos como povo.

Falando em Leonel Brizola, eu tive a oportunidade de estudar em uma escola, no interior – nasci em Pelotas –, no Monte Bonito, no Nono Distrito, em escolas construídas por Leonel Brizola. E vejam a importância que ela teve para a nossa comunidade rural. E hoje a nossa escola é uma escola de segundo grau, no município, no interior de Pelotas. Eu fico muito feliz, pois a nossa Escola Marechal Cândido Rondon foi destaque para nossa comunidade. Vejo também, no interior de Sananduva, que nem acesso tem, em uma comunidadezinha, uma escola dessa época.

Quando fui ao Rio de Janeiro, por outros motivos, conheci os Cieps, vejo um belo trabalho, mas que não obteve o verdadeiro reconhecimento. E sabemos, a história conta porque. Quando a gente olha a rota dos gaúchos para a agricultura, vemos que eles saíram do Rio Grande do Sul por problemas econômicos, pois precisavam de mais terras para plantar. Seguiram a rota Oeste: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, e hoje estão no Sul do Piauí, espalhados.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – E o Oeste da Bahia – é claro –, Goiás e Distrito Federal, na área do PAD/DF, uma área considerada totalmente improdutiva, para onde os gaúchos vieram e mostraram a sua presença. A gente sabe também qual é a importância que, na balança comercial, tem a agricultura. Mas não se dá o destaque que os gaúchos merecem nessa participação, nesse aspecto. Acho que precisa desse reconhecimento.

Quando a gente fala do Movimento Tradicionalista Gaúcho, como bem destacou o nosso Deputado,

o gaúcho vai para outro Estado; ele trabalha e leva a sua cultura, e não menospreza a cultura local. Muito pelo contrário, ele faz o seu papel de levar o seu chimarrão, o seu churrasco, as suas danças, para criar o seu centro de tradições gaúchas, que deveria ter um melhor reconhecimento pelo Ministério da Cultura, porque é um trabalho de inclusão social muito grande que se faz. Lá está a família, lá estão valores, está a nossa carta de princípios; lá é um momento de congregação da família e da sociedade.

E quantos projetos nós temos com o Centro de Tradições Gaúchas e as prefeituras. Nós temos projetos muito bem sucedidos, onde o nosso CTG cede o seu espaço, a sua estrutura física, e traz as crianças de comunidades para a sua inserção, para ter o seu momento de lazer e a sua música gaúcha. É claro que queremos defender a nossa cultura. Assim começou o movimento tradicionalista, defendendo aquilo que era nosso: a nossa música, as nossas danças, as nossas raízes.

Nós estivemos em Taquara, no dia 20 de agosto, o Acendimento Nacional da Chama Crioula. E por que nacional? Porque todos os CTGs do Brasil estavam lá representados. Então, tivemos uma festa bonita. E qual destaque a mídia deu, onde tínhamos mais de cinco mil cavaleiros, com todos os CTGs representados em uma festa belíssima? Quase nenhum; só a mídia do Rio Grande do Sul.

Hoje, o Rio Grande do Sul, na Semana Farroupilha de 2011, destaca nossas raízes em um resgate histórico do que foi o Rio Grande do Sul. Ou seja, o povo gaúcho se preocupa com tudo, preocupa-se com a economia, com a sua história e o seu resgate. E a cultura gaúcha é isso.

Nós temos mais de três mil entidades tradicionalistas, das quais metade está no Rio Grande do Sul, mas a outra metade está fora do Rio Grande do Sul. Inclusive, no dia 15 de junho, foi fundado um CTG, na Polônia, em Wrocław. Estivemos presentes. Foi uma iniciativa não de brasileiros, mas de um casal de poloneses em uma parceria, em um contato com um pessoal de Dom Feliciano, no Rio Grande do Sul. O casal aqui veio, encantou-se com a nossa cultura e quis levar para lá esse modelo de cultura, de movimento. Todos sabem que a Polônia é um país que preserva, que tem preocupação com a cultura.

Queria dizer que nós, do movimento tradicionalista, sempre estivemos junto às causas históricas do nosso país, na defesa. Não é uma questão puramente política, tanto que a nossa carta de princípio diz que não temos envolvimento nenhum com partidos políticos. Temos envolvimento com a causa social: auxiliar

o Estado, esse é o primeiro item da nossa carta de princípios, nessas questões.

Queria dizer da minha alegria de estar aqui, de poder conversar com os senhores. O nosso movimento, o Rio Grande do Sul é um Estado que sempre esteve à frente das lutas, que nem sempre foram bem entendidas e bem reconhecidas. O que queremos? Não queremos ser mais nem menos. Queremos apenas o reconhecimento de tudo isso que o Rio Grande do Sul faz pelo País, faz pela sua cultura, faz pelo seu povo.

Meu muito obrigado a vocês por essa grande oportunidade.

Que Deus abençoe a vocês, Senador Paulo Paim e todos nossos representantes! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No centro de tradição, lenços brancos e vermelhos se entrelaçam.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Não importa. Pode ser azul, pode ser verde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Maragatos e Chimangos ficaram no o passado. O presente caminha junto.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – A luta foi naquele momento para defender o nosso Rio Grande do Sul, os interesses de um povo. Hoje sempre somos igualdade, humanidade e fraternidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Igualdade, fraternidade e liberdade.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria, nesse momento, até que ele pudesse vir aqui dar esse depoimento aqui da Mesa. Se você me permitir, queria convidar meu amigo Deraldo Goulart, jornalista, que foi o diretor do filme *Jango em três atos*. Se você pudesse se deslocar daí para cá, seria importante para nós, porque sei que você, como diretor desse filme, viajou muito, conversou muito, dialogou com homens e mulheres do nosso País para construir esse belo documentário *Jango em três atos*. No final, se você me permitir, quanto tempo de filme leva *Jango em três atos*?

O SR. DERALDO GOULART – Tem duas versões: a longa, com duas horas e quatorze minutos, e um curta, em torno de sete minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sete é pouco. Vou querer fazer um ciclo de debate nas primeiras segundas-feiras até dezembro. Na primeira segunda-feira de dezembro queria que terminássemos passando para todo o Brasil o filme *Jango em três atos*. A gente faz uma pareceria com a TV Senado. Vou deixar você falar da importância, mas no último dia seria bonito se passássemos o filme aqui,

convidássemos as pessoas para assistir e, ao final, dialogássemos sobre ele.

Você está com a palavra. Se discordar da minha ideia também, sabe que...

O SR. DERALDO GOULART – A ideia é ótima. Acho que divulgar e difundir a história do Brasil é muito importante.

Queria saudar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, meu amigo João Vicente, parceiro do filme, Ronaldo. Estava escutando o depoimento e achei muito interessante aquela parte que você falou que, na legalidade, se instalou verdadeiramente o Estado de Direito no Brasil. Acho que realmente é um marco, uma luta vitoriosa. Cinquenta anos depois, é muito importante lembrar esse fato.

Também queria saudar a todos na plateia, inclusive minha colega Mariana Abreu, que está aqui fazendo a cobertura, e todos os demais que estão nos assistindo ou ouvindo pela Rádio Senado.

O filme começou, na verdade, por um desejo de mostrar uma faceta um pouquinho desconhecida ou bastante desconhecida do Presidente João Goulart: o exílio. Lógico que a gente também queria retratar a família, o governo e o exílio. Por esse motivo, tem o nome de *Jango em três atos*. Retrata justamente esses períodos: ele com a família; ele no governo e ele no exílio.

A TV Senado fez uma parceria com o Instituto Presidente João Goulart. Foi um convênio com o aval do Senado Federal, através do Presidente na época o Garibaldi Alves. Partimos, então, para fazer as filmagens em vários Estados do Brasil, Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, e no exterior, em Montevidéu, no Uruguai, em Tacuarembó, e em Mercedes, na Argentina.

O documentário ganhou o prêmio Direitos Humanos de jornalismo, no ano de 2009. Também faz um resgate de um pouco da história do Rio Grande do Sul.

Lembro-me de uma passagem muito interessante. Fala-se aqui do Brizola. Ele diz que, em 1923, quando eles já tinham feito as pazes e os dois lados já haviam redigido um acordo, o pai dele, voltando para casa, já com a tropa desmobilizada, voltando sozinho, foi atropelado e morto. Foi um episódio que marcou muito a vida dele. Parece-me – nunca conversei com o Brizola sobre isso, sobre exatamente esse aspecto, sobre esse fato – que esse fato de o pai dele ter sido morto, depois de ter sido feito um acordo de paz, o marcou profundamente. Por isso, acho que ele tinha esse desejo de que a lei fosse respeitada acima de tudo. Quando impediram a posse do Jango, ele tomou a frente para que, então, se respeitasse o que dizia e o que previa a Constituição. Então, a legalidade vem em função disso.

Saí um pouco do tema, mas acho importante porque o filme retrata exatamente esse aspecto onde ele fala que o trauma da vida dele foi a morte, a perda do pai naquelas circunstâncias.

Enfim, o filme tem duas horas e quatorze minutos. É um longa metragem. Situa a política brasileira no contexto mundial. A gente sabe que os fatos que ocorreram aqui não foram simplesmente gerados por brasileiros, mas também tiveram influência e ação estrangeira. Hoje se tem notícia da Operação Brother San. Tudo isso está documentado. Os documentos foram abertos nos Estados Unidos. Infelizmente, aqui, no Brasil, os documentos ainda estão sendo postergados. Talvez alguns nunca sejam revelados. O filme contextualiza o Brasil dentro do mundo, no tempo da guerra fria, da disputa entre esquerda e direita, da polarização entre Estados Unidos e União Soviética.

Há duas semanas, no *Estado*, no jornal *O Estado de S. Paulo*, saiu um artigo que mostra como também aqui, internamente, houve uma ação coordenada pré-eleição, porque o Jango... A chapa Jan-Jan, na verdade, foi feita, segundo esse jornalista de quem agora me esqueci o nome, já com um acordo para que a chapa vencedora fosse Jânio e Jango, dentro da chapa do Jânio, porque o vice do Jânio era o Milton Campos, um senhor muito reconhecido, respeitado. Então, a questão era eleger também o Jango, para que se pudesse dar o golpe, em seguida.

Segundo esse mesmo artigo, quem articulou a viagem para a Rússia e depois para a China foi o próprio Jânio e, quando estava tudo acertado, disseram para o Jânio que ele iria chefiar uma missão à Rússia e à China para que o País pudesse estreitar as relações e o Brasil então pudesse ter um enorme mercado. Realmente a China, até hoje, é o mercado mais cobiçado do mundo. Assim, vemos que as coisas já estavam muito encaminhadas e se investiu bastante na eleição, trabalhou-se muito na chapa Jan-Jan, que acabou vencendo, porque o Jango era vice do Marechal Lott e, na época, votava-se também no Presidente e no vice, eram chapas independentes. Poderia se votar nos dois nomes.

Creio que é um trabalho de história que traz muitas novidades, traz elementos novos, vem corroborar os trabalhos anteriores, como o Jango, do Sílvio Tandler, que abriu uma porta, e a intenção, junto com o Instituto Presidente João Goulart, era realmente mostrar mais coisas do Jango, como a espionagem funcionou no Uruguai... Conversamos com um presidiário que estava lá em Charqueadas, na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas – a Pasc –, Mario Neira Barreiro, que contou muitos episódios. É verdade que muitas coisas precisam se buscar provas e elementos

mais contundentes para que se avance nessa história, mas isso não é o papel do jornalista nem do documentarista. A nossa missão, o nosso trabalho, é levantar informações, mostrar que existiram, trazer documentos à tona, e depois esse trabalho é mais de investigação mesmo, de inquérito, de ação da Procuradoria, enfim, da Justiça como um todo.

Também víamos como havia agentes infiltrados dentro dos exilados no Uruguai, porque as fotos comprovam isso. Havia fotos de confraternização, de pessoas amigas de exilados que só poderiam ter sido feitas por alguém que estava dentro. Também no final ali, quando Jango percebeu – inclusive escreveu uma carta para o João Vicente, que estava em Londres – que a situação na Argentina estava muito difícil, ele estava se preparando para sair de lá. Queria ir para Paris, morar lá, porque não gostava muito de Londres, da Inglaterra, então queria ir para Paris, mas não teve tempo. Antes disso, em 1976, morreu em circunstâncias até hoje não muito bem explicadas.

O filme retrata todos esses episódios e levanta uma discussão também sobre a história recente do Brasil, é muito interessante e tomara que possamos passá-lo aqui na Comissão, Presidente e Senadores, e depois possamos discutir em cima do que veremos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Se me permitir, só para aproveitar, ficaria no dia 5 de dezembro, seria o encerramento, porque temos 5 de setembro, hoje; em 3 de outubro teremos outro debate; 7 de novembro e, em 5 de dezembro, seria o encerramento. O filme começaria às 9h, das 9 às 11, duas horas, e, das 11 às 13h, faríamos um período de debates sobre o filme, uma homenagem.

O SR. DERALDO GOULART – No dia 06...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O dia 06 é o dia que, segundo me dizia aqui o João Vicente, seria uma homenagem mais do que justa ao nosso ex-Presidente.

O SR. DERALDO GOULART – Eu acho que é perfeito. Eu agradeço.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Eu queria pedir licença a todos porque tenho um compromisso inadiável e terei de me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós já vamos encaminhar aqui para as considerações finais.

Registro a presença do Eurípedes Camargo, que é ex-Senador pelo PT, foi suplente do Senador Cristovam Buarque, que não está aqui hoje, mas justificou o motivo de sua ausência.

Então, vamos dar cinco minutos a cada um para que possam fazer as suas considerações finais.

Começamos com o senhor para que, então, possa sair.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Eu gostaria de agradecer a todos, em especial ao Senador Paulo Paim, por este momento, bem como a todos os presentes aqui e a todos os telespectadores da TV Senado por esta oportunidade tão importante e tão característica desse momento de comemoração dos 50 anos da Campanha da Legalidade, que foi um dos momentos mais brilhantes do século passado, quando a população, unida, conseguiu, liderada por Brizola, dar posse a Jango e conseguiu derrotar o golpismo que, já naquele momento, se fazia presente no Brasil.

Eu queria, Senador Paulo Paim, agradecer sinceramente a iniciativa desta Comissão e espero prontamente também poder o Instituto colaborar com essa Comissão da Verdade, tão necessária para a investigação de fatos históricos que ainda não estão devidamente contados em nosso País.

Agradeço a todos os presentes, agradeço ao Ronaldo, representante do nosso Governador Tarso, que brilhantemente fez vários eventos no Rio Grande do Sul.

E gostaria de encerrar, Senador Paim, dizendo que temos muito orgulho não só de participar desta Comissão como também de poder contar um pouco desse momento histórico em que o povo derrotou as armas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você me permitir, eu vou dar aqui um depoimento – e não pedi a sua autorização ainda para fazê-lo –, mas, como tenho uma relação muito forte com o trabalhismo, como tive a alegria de conhecer tanto Jango como Brizola.... O Brizola, quando eu fui Vice-Presidente do Senado, esteve por duas vezes aqui. Mas isso aqui eu acho que nem você sabe como é que foi que aconteceu, embora você tenha me ajudado muito lá.

Na última campanha, numa dificuldade enorme, havia uma indecisão de parte de muita gente – uma indecisão natural, devido ao embate político –, eu pedi ao João Vicente Goulart que desse um depoimento. E ele deu um depoimento belíssimo, que eu jamais vou esquecer, falando sobre o meu mandato e do porquê ele entendia que eu devia continuar como Senador da República.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Não foi mais que uma obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso, queria pedir uma salva de palmas para ele aqui. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Não foi mais que uma obrigação para com esse grande mandato que V. Ex^a desempenha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não só por isso, mas porque você foi corajoso. Muito obrigado.

Eu vou lembrar aqui a informação... *(Pausa.)*

O filho do João Goulart, João Goulart Filho, pede aqui à assessoria uma cópia deste depoimento que ele deu aqui na nossa reunião.

E queria dizer também à D. Loiva que, fiel ao que a senhora disse, nós já aprovamos aqui – e a senhora já está convidada –, no dia 20 de setembro exatamente, a realização de aqui de uma audiência sobre a Revolução Farroupilha, a fim de debatermos o que foi e a importância daquele movimento. Se puderem estar presentes, ótimo; se não puderem, que mandem um representante. Será nesse mesmo horário.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – No dia 20 de setembro nós já havíamos assumido um compromisso no Rio Grande do Sul, onde teremos todos os festejos da Farroupilha. Mas verei com o Sr. Antônio Amaro, Presidente da nossa federação, se é possível ele estar presente e representar toda a nossa tradição gaúcha.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está conosco aqui o Senador Wellington Dias, do Piauí, demonstrando que o Rio Grande do Sul está em todos os Estados.

Uma salva de palmas para S. Ex^a.

(Palmas.)

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Agradeço ao nosso Senador Paulo Paim, que sempre batalha pelas nossas tradições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vocês estarão lá, quem sabe a TV Senado esteja lá.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Não sei se o senhor vai me deixar fazer uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, vou deixar. Pode fazer agora, antes de eu passar a palavra para os nossos convidados.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Eu queria perguntar ao senhor como fica todo esse momento histórico que nós estamos vivendo. No Rio Grande do Sul, nós tivemos grandes reportagens sobre toda essa campanha da legalidade. Como fica essa legalidade transferida para os dias de hoje com relação aos nossos direitos de saúde, educação, segurança? Acho que é uma coisa que a Constituição nos deixa, e a gente não tem na totalidade, naquilo que a gente merece. Então, como transferir toda essa campanha da legalidade para os dias de hoje, para que se cumpra a Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como o Senador Wellington Dias chegou agora e vai usar a palavra, ele vai responder para a senho-

ra. Depois os outros membros da Mesa darão a sua contribuição...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro saudar aqui a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...na legalidade, na saúde. V. Ex^a está fazendo um belo trabalho na divisão do Pré-Sal. Eu acho que é um belo trabalho, com uma visão, sim, republicana. Tenho certeza de que, se o Brizola ou o Getúlio estivessem vivos, estariam batendo palmas por esse trabalho que muitos estão fazendo. Estou acompanhando o seu trabalho porque você faz parte da Bancada do PT.

Com a palavra o ex-Governador do Piauí, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro saudar a temática. Como sempre a Comissão de Direitos Humanos coloca os melhores temas, não só aqueles temas do dia a dia. O Congresso Nacional realmente é uma caixa de ressonância do dia a dia do Brasil e normalmente tem uma onda de alguma coisa SOS e isso sempre se transforma num tema em algum lugar. Lembro-me de um tempo desse, eu sorria muito. O tema era a castração de pitbull, porque estava na pauta, na ordem do dia essa discussão.

Tenho toda admiração e carinho pela condução da Presidência da Comissão de Direitos Humanos por parte do Senador Paulo Paim pela capacidade de tratar de temas que realmente têm a ver com a essência do nosso País, com a essência do nosso povo.

Eu sempre digo que normalmente nós somos muito exigentes com o nosso País. Às vezes queremos comparar o Brasil mesmo com os Estados Unidos e os países da Europa ou alguns de outras áreas, do ponto de vista exatamente dos princípios da democracia, da legalidade, enfim. E quando olhamos para a nossa história, nós tivemos um curto período de razoável a boa democracia. Ou seja, tivemos um período ainda de colônia do Império, quando você tira os momentos dos golpes militares, enfim dos golpes existentes. Nós somos ainda uma democracia muito nova. Qual é o lado bom? Eu acho que estamos amadurecendo bem.

As pessoas se espantam muitas vezes com determinadas situações que são próprias da democracia, como o direito de divergir, o direito da denúncia, o direito da investigação. Em muitos casos isso é mal compreendido.

Então fico feliz e temos todo orgulho da história do Rio Grande do Sul, saudando aqui o Ronaldo. Quero saudar também o povo do Rio Grande do Sul, que tem uma história que nos alegra muito, nos anima, pela força, pela vitalidade na construção democrática do nosso País. É um dos Estados que primeiro exerceram muitas coisas, atividades nessa área. E

não poderia deixar de partilhar, Senador Paulo Paim, desse momento, saudando você e todo o nosso povo.

Eu acho que há uma tendência de ampliação. Foi citada aqui essa área da saúde, da educação. Enfim, nós estamos aqui nessa tarefa. Estou vindo agora de uma reunião, daqui a pouco vou sair para outra.

Estamos com uma possibilidade muito grande de chegar ao entendimento e votar este mês a forma não só da partilha entre as unidades da Federação e os Municípios, mas também para onde destinar essa que será, já é e será, a maior riqueza natural da história do Brasil. Nós estamos falando de algo que poucos brasileiros dominam. Nós estamos falando da possibilidade de o Brasil se tornar muito brevemente um dos cinco maiores produtores de petróleo do Planeta e seus derivados. É uma riqueza gigantesca! O que fazer dessa riqueza? Uma riqueza que, segundo previsões, por volta de 2025, poderá gerar um fundo, chamado pelo Presidente Lula de “soberano”, de US\$1,5 trilhão. Isso para compreendermos do que estamos falando. Um país que chegou, no ano passado, à condição de produzir 2 milhões de barris/dia e que, até 2020-2022, poderá chegar a 6 milhões de barris/dia. E isso vai prosseguir num crescente. Se a gente imagina 1 milhão de barris a US\$100,00 por dia, vezes 365 dias, a gente tem uma ideia da riqueza que estamos produzindo.

E como partilhar isso corretamente? Sou grato de novo ao Rio Grande do Sul, nas pessoas do Deputado Ibsen Pinheiro e dos Senadores Pedro Simon e Paulo Paim; enfim, a quantos do Rio Grande do Sul que contribuíram para a gente tratar exatamente da democratização da partilha desses recursos, ou seja, que eles sejam um instrumento de viabilizar, pela capacidade de investimentos direcionados, a igualdade em nosso País.

O que fazer desses recursos? Eu fiquei feliz em ver aqui, nessa semana que passou, o movimento estudantil do Brasil inteiro fazendo um ato belíssimo, que me alegrou muito, por uma causa das mais nobres, ou seja, para que o Brasil possa ter 10% do seu PIB aplicado em educação e que 50% do resultado da aplicação do chamado Fundo Soberano no planeta. Desse US\$1,5 trilhão, para se pegar o exemplo dessa fatia, se você imagina 8% por ano de resultado, estamos falando em US\$120 bilhões por ano, ou seja, que a metade disso possa ser aplicada em educação.

E, na proposta que estamos apresentando e buscando mediar, a ideia é também de carimbar a destinação, ou seja, que no mínimo 40% do que vai para os Estados e Municípios seja aplicado em educação, a fim de que se tenha a contrapartida; 30% para saúde e outras áreas sociais que são muito urgentes, como meio ambiente, erradicação da miséria, enfim; e até

30% para infraestrutura, que também é necessária ao desenvolvimento.

Então, são temas como esses que o Congresso está debatendo. Por isso que uma audiência como esta, apesar de uma segunda-feira meio que enforcada por conta do Sete de Setembro, como tudo isso aqui é gravado além de transmitido para todo o Brasil, certamente gera subsídios que servirão, e muito, para os nossos trabalhos.

Vim aqui apenas dar o nosso abraço pelo Piauí, na certeza de que vamos continuar nos somando com esse grande gaúcho, Senador Paulo Paim, para construir um Brasil cada vez mais democrático e melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Senador Wellington Dias, gostei muito da introdução que V. Ex^a fez. Eu sou muito fiel às origens do trabalho de cada um. E, de fato, acho que um dos trabalhos mais importantes que o ex-Deputado Federal – porque tudo começou ali – Ibsen Pinheiro fez durante o seu mandato foi apresentar aquela emenda, que nós tivemos a alegria de assinar junto com o Senador Simon, e votar junto, favoravelmente, pois abriu esse debate, que vai resultar agora, enfim, nesse grande fundo que vai aportar dinheiro, sim, para a saúde e para a educação, duas preocupações levantadas aqui.

Então, neste momento, passo a palavra de imediato ao Sr. Deraldo Goulart, para as suas considerações finais, e vou deixar aqui que o nosso representante do Governo do Estado, o Sr. Ronaldo Silva, faça o encerramento, sem prejuízo de que o Deputado Eurípedes também use da palavra se assim entender.

Concedo a palavra ao Sr. Deraldo Goulart e, em seguida, ao nosso representante do Estado.

O SR. DERALDO GOULART – Agradeço a oportunidade e quero saudar também o Senador Wellington Dias, dizendo da satisfação pelos números e pelas notícias auspiciosas que nos traz. Esse fundo soberano destinado à educação será um divisor de águas assim como foi a Campanha da Legalidade. A educação tem que ser vista como um investimento e tem que ter recursos para isso.

Senador, muito obrigado. Eu fui pego de surpresa, não esperava participar desta audiência, mas me gratifica estar aqui e falar de um tema que é muito caro a todos nós e tomara que se possa fazer o que você está propondo, que também se trabalhe e se lute pela legalidade dessas conquistas que eu não diria menores, mas importantes e grandes para o País, que é saúde, educação, segurança, além também de que um dia a Constituição, que é a Carta maior, uma luta grande, gigantesca para que ela fosse respeitada, e

realmente foi, e que esse dia passe para os nossos de hoje e que se consiga então trabalhar nesses aspectos muitos importantes, para que o povo tenha tudo isto: saúde, segurança e paz. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Até o nome dele ajuda: Deraldo Goulart, rima com João Goulart, no final, o sobrenome, que é diretor do filme “Jango em três atos”, que já acertamos que vamos passar no dia 5 de dezembro, no encerramento desse ciclo dos cinquenta anos de legalidade, a partir das 9 até às 11 e das 11 às 13 horas, à uma da tarde, como a gente fala no Sul. Teremos o debate sobre o filme e o tema. Acho que vai ser muito rico para o povo brasileiro.

Neste momento, para encerrar a nossa audiência pública, eu vou passar a palavra ao secretário de Estado da representação do governo do Estado do Rio Grande do Sul, Ronaldo Teixeira da Silva, que aqui representou o governador Tasso Genro.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Senador Paim, muito obrigado; Senador Wellington Dias, igualmente agradeço a presença; ao nosso lado o Deraldo, o Deputado, todos aqueles que participaram.

O Senador Paim há pouco fez uma provocação aqui, quando a nossa representante do Centro de Tradições Gaúchas, o nosso CTG, dizer sobre os maragatos e os chimangos. Fui dar uma pesquisadinha para não dizer o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu disse para ele: você fala. Eu só vou falar no geral.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Sabe por quê? Tem uma trajetória curiosa e eu só fui me certificar na moderna tecnologia. Lá em 1893... Tem um traço lembrado agora pelo Deraldo sobre a questão do Brizola, do pai e do seu falecimento. Mas os maragatos e os chimangos surgem de fato numa circunstância em que, de um lado, tem a família Silveira Martins e, de outro, os liderados por Júlio de Castilhos. Por curioso que pareça, os maragatos são os que defendem a monarquia originariamente. Por isso é que eu não me atirei naquele momento ali. Fui confirmar. E os republicanos estão do outro lado, com Júlio de Castilhos. E aí tem um dado curioso, é que a origem do nome “maragato” vem do Uruguai e é Maragateria o nome da cidade de referência. Quando chega em 1923 – esse é o primeiro momento, a primeira revolução, 1893, quando passa para 1923, nós temos a participação do Leonel Rocha. O Leonel Rocha é o grande líder ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que é o pai.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Não, que é o comandante do pai do Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que é o comandante do pai do Brizola.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – E é por isso que o Brizola em tese se chama Leonel. O nome de Leonel de Moura Brizola é Itagiba. O nome do Brizola é Itagiba de Moura Brizola. No entanto, como ele, criança, se deparou com aquela circunstância de 23 e brandia espadas, ele dizia: piazito, e o Leonel Rocha? Eu sou o Leonel Rocha, que era o grande líder do pai, que era o grande líder do pai. É um dado curioso. Ele chamava tanto que o apelido dele passou a ser Leonel. O apelido do menino Itagiba passou a ser Leonel, e a família, os irmãos, a mãe... E aí, bom, ele foi se consagrando na história como Leonel, que, seguramente, é um nome, até do ponto de vista fonético, vamos dizer assim, mais palatável do que Itagiba.

Então, eu lembrei – e suscitado pelo Paim – que em 23 há uma inversão dessa expectativa entre o maragato e o chimango – e esse é um dado curioso, porque como o maragato tinha inspiração inglesa na monarquia e era, na verdade, o *establishment*, ou seja, o que estava estabelecido –, a visão que a gente tem de maragato é que está sempre na contrariedade, é que está sempre na oposição e se opunha, na verdade, aos republicanos.

Só que em 23, essa perspectiva se altera porque o enfrentamento que Leonel Rocha fazia era contra o governo continuísta de Borges de Medeiros e aí há pequena contradição, porque havia o republicanismo defendido por Borges de Medeiros e, no entanto, quem era oposição passou a ser maragato, era contra o que estava estabelecido. Mas, na verdade, foi uma inversão do significado histórico, que era esse o meu temor na hora de fazer aquela intervenção.

E aí queria lembrar, já que o Deraldo fez essa referência pontual à questão do falecimento do pai de Brizola, que o nome dele era Itagiba. É fascinante isso na vida, não é? E ele se torna para a história Leonel de Moura Brizola.

Por último, dizer que a lembrança que o Jango Filho trouxe aqui é muito significativa também, na contramão da defesa do valor da democracia, tão propagada pelos norte-americanos há tanto tempo como valor supremo dos Estados Unidos, toda a América Latina naquele período, a partir da década de 60, do golpe de 64, que foi golpe de 64: não foi revolução, foi golpe de 64 – os militares gostam de referir como a revolução de 64; foi golpe de Estado. A revolução tem outros índices fundamentais, como a participação popular na sua organização, coisa que não houve naquele golpe, foi de cima para baixo. Então, toda a América Latina naquele período, Senador, vivia a efervescência do

debate democrático na contramão das implantações ditatoriais dos regimes patrocinados pelo consenso de Washington, pelo centro de poder de Washington.

Não foi diferente no Chile com Salvador Allende, quando sofre o golpe militar em 73, comandado por Augusto Pinochet. E aquele dado também é fundamental porque, diferente do que alguns pensam, Salvador Allende é eleito presidente de perfil socialista. Salvador Allende é eleito de novo à legalidade, vamos dizer assim, na história da esquerda. Salvador Allende não fez revolução para tomar o poder no Chile; ele fez uma revolução democrática: ele foi para o voto e venceu as eleições. Então, esse exemplo do Chile... Depois vem a ditadura de Videla, na Argentina, há uma sequência de imposições patrocinadas por Washington, lamentavelmente, e diante de uma nação que defendia, e defende até hoje, a democracia como valor supremo. Os Estados Unidos sempre defenderam isso e, no entanto, naquele período da década de 60 e na década de 70, nós tivemos um retrocesso brutal.

Pablo Neruda, o maior poeta chileno, usou uma expressão quando ocorreu a legalidade: um gigante se ergue no coração da América para nos defender. Um gigante se ergue... ele fazia uma alusão mista entre o que poderia representar o Brasil para a América Latina e o próprio Leonel Brizola como liderança ungida naquele processo como grande defensor dos valores democráticos do Brasil e na América Latina.

Fica aqui, Senador Paim, convidados, o orgulho, mais uma vez, do nosso Rio Grande por ter participado deste momento aqui em que resgatamos a memória do trabalhismo, a memória do Jango, a memória do Brizola, com a certeza de que tudo quanto estamos conquistando, como disse o Senador Wellington Dias, tem raízes nesses embates populares que foram travados desde a legalidade.

Porque nós não podemos esquecer que hoje governa o Brasil a primeira mulher presidenta e que ela sucede o primeiro operário presidente. Temos a certeza de que Luiz Inácio Lula da Silva nos legou recentemente o seu governo com todos os avanços sociais, porque um dia nutriu-se da visão do trabalhismo, nutriu-se da visão que foi defendida como maior valor democrático na legalidade, por Leonel Brizola e por João Goulart.

Estamos todos de parabéns 50 anos depois. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Ronaldo Teixeira da Silva, secretário de estado que aqui representou o Governador Tarso Genro.

Permita-me dizer, Ronaldo, que a nossa Presidenta – eu não diria está assistindo a essa audiência, porque seria muito orgulho para nós – está sempre bem informada. Vou pegar um gancho na sua fala e lembrar aqui aos telespectadores da TV Senado de todo o Brasil que a Presidente Dilma é de matriz trabalhista. Foi brizolista, pedetista, da era João Goulart. Lembro ainda que, numa oportunidade em que estava com o Presidente Lula, ele dizia assim: o Paim faz a conta lá, e eu que tenho que pagar aqui. Mas foi numa boa a conversa. Ela estava presente e dizia assim: pior que eu fiz junto com o Araújo e com o PDT muita campanha até para ele começar na política entregando boletim na porta de fábrica. E o Lula dizia: então você também é culpada nessa história. Mas falo isso com muito carinho e respeito à nossa querida Presidenta dessa origem trabalhista. E hoje está no Partido dos Trabalhadores, que tenho certeza, como se diz, o tempo é o senhor da verdade, a justiça vai-se construindo com o tempo. Ela que viu o golpe, foi presa, foi torturada, hoje é presidenta do nosso querido país.

Então, o teu gancho me deu a oportunidade de contar essa pequena história, vinculando-a a de João Goulart, Brizola e da Presidenta Dilma. E lembro-me aqui do Carlos Araújo, que foi Deputado Estadual e é o ex-esposo dela. Naquela época, também, caminhamos muito ao lado dele junto ao movimento sindical; depois, eu diria até certo momento, quando fui indicado para ser Deputado Federal Constituinte – e eu não era filiado a nenhum partido. Aí estava o Carlos Araújo de um lado; os companheiros do PT, do outro; o Adair e tantos outros lá do Vale dos Sinos, e eu tive que decidir e acabei me filiando ao PT. Enfim, não vou contar aqui a minha história. Só quero agradecer a todos, com muito carinho.

Começo agradecendo ao Wellington, nosso Senador sempre presente, ao ex-Senador Eurípedes Camargo, aqui de Brasília, ao Deputado Federal do PT da Bahia, Amauri Teixeira, aos representantes da delegação das nossas tradições. E permitam que eu diga agora também. Eu estava vendo ontem, não digam que sou noveleiro ou coisa parecida, mas eu estava vendo um programa e vi que um gauchinho, do interior do Rio Grande, ganhou o prêmio maior da famosa Dança dos Famosos. Não lembro agora qual é a cidade dele, mas é uma cidade do interior do Rio Grande. Ele disse que começou a dançar no Centro de Tradição. Parece que dos 8 anos aos 12. Perguntaram para ele se ele já tinha dançado, porque ganhou o prêmio. E ele dizendo assim: “Dancei sim. Aprendi a dançar no Centro de Tradição.” Hoje, ele é um artista de renome nacional e tirou o primeiro lugar ontem. Lembrei-me

da sua fala, da importância da cultura do Centro de Tradição. Foi no Centro de Tradição Gaúcha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato, respeitando todas as outras culturas, enfim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Como os gaúchos estão cada vez mais se espalhando pelo Brasil, e lá, no meu Piauí, já temos o prazer de receber muitos gaúchos e também os centros de tradição juntos, temos, agora, os “piúchos”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Um dos livros que escrevi ao longo da minha vida foi este aqui “Pátria Somos Todos”, e tem um capítulo especial onde falo do Leonel, do nosso Leonel Brizola. E, aqui, digo, então, não é hoje que estou dizendo isso, Pátria somos todos, digo aqui Leonel Brizola, o maior político da minha geração, não é exagero dizer que foi um dos homens públicos mais importantes e determinados da República na era Getúlio-Jango. Fazendo uma homenagem, na época, falo, aqui, eu e o poema que você, gosto muito de poema, o poema que você acabou recitando está colocado aqui. E diz, na íntegra, o seguinte, estou pegando carona na tua fala, tu podes ver, e é bem pequeninho.

Diz o Pablo Neruda em homenagem a Leonel Brizola:

*Novas ilha, novos rios,
Novos vulcões fazem do nosso continente
Uma nova geografia
Queremos nova agricultura,
Outras forças juvenis,
Uma sociedade mais pura.
Novos protagonistas da história,
Sociedade mais pura que está nascendo
E que temos o dever de construir.
Quem pode está contra a vida?*

Aí ele diz, esta parte, acho que é a mais importante que você falou:

*Celebremos a chegada de Leonel Brizola
No cenário da América
Como uma deslumbrante encarnação
De nossas esperanças.
Estamos cansados da rotina da miséria,
De ignorância, de injustiça econômica,
Abramos o caminho àquele que encarna hoje
A possível construção do futuro.*

Leonel de Moura Brizola.

Está encerrada a audiência pública. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e nove de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Aloysio Nunes Ferreira**, **Ana Amélia** e **Roberto Requião**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o Professor José Maria da Silveira, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Doutor Eduardo Teixeira, economista, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ex-Diretor da Petrobrás e Consultor de Empresas, o Professor Carlos Mielitz Neto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Doutor Alexandre Schwartzman, economista, ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, ex-Economista Chefe do Banco Santander. Durante a Reunião, fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Roberto Requião** e **Cristovam Buarque**. O Senador **Cristovam Buarque** assume a Presidência. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e trinta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente

e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, eu gostaria de registrar a presença no nosso plenário, com muita satisfação, do Presidente da Câmara de Vereadores de Maceió, Vereador Galba Novaes, que nos visita no dia de hoje, do Senador Euclydes Mello e do jornalista Gondim.

Sejam muito bem-vindos a esta Comissão!
Comunicado:

“Relato do terceiro Painel do segundo Ciclo de Audiências sobre os Rumos da Política Externa Brasileira.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, na última segunda-feira, dia 22 de agosto, ao segundo Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa, enfocando o tema Economia e Finanças.

O terceiro Painel da série reuniu especialistas para analisar as Negociações Econômicas Internacionais, OMC e Rodada Doha.

Foram convidados os seguintes palestrantes: o Embaixador Celso Lafer, Professor Titular da Faculdade de Direito da USP, ex-Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial JBS e ex-Ministro da Agricultura; Professora Vera Thorstensen, Professora de Política de Comércio Internacional da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Professor Aluisio de Lima-Campos, Presidente do Instituto dos Analistas Brasileiros de Comércio Internacional, Professor Adjunto do Washington College of Law da American University e Consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional.

O Ministro Celso Lafer realçou a amplitude da OMC não somente por abranger novos temas, como serviços e propriedade intelectual, mas também disciplinas mais rigorosas sobre temas que caracterizam o comércio de bens, além do Acordo sobre Agricultura, que, apesar de classificá-lo insatisfatório, incorporou os produtos agrícolas na disciplina do sistema multilateral. A OMC, no seu entender, representa a percepção generalizada da comunidade mundial de que o comércio internacional, regido por normas, favorece a dinâmica do desenvolvimento interno, além de re-

presentar um caminho para a redução da pobreza em escala planetária.

Avalia o Embaixador Lafer que a crise econômico-financeira de 2008 poderia ter levado a um protecionismo exacerbado, mas cálculos da OMC mostram que as novas restrições comerciais afetaram apenas 1% do fluxo comercial em 2009 e 0,9% em 2010.

Na sua análise, o sistema multilateral do comércio, suas regras e o custo do seu descumprimento serviram como uma rede de segurança e uma apólice de seguro contra o protecionismo.

O Professor enfatizou a relação entre câmbio e o comércio, lembrando que, por conta da situação do câmbio, o Brasil não tem hoje condições de fazer concessões adicionais em matéria de produtos industriais, como pleiteiam os Estados Unidos, em virtude do impacto do câmbio na competitividade da indústria brasileira e pela redução da participação da indústria no produto interno.

Ele enfatizou a deterioração dos cenários internos de negociação em função da crise, como a situação criada com o fim da validade da Trade Promotion Authority nos Estados Unidos e a crise do euro na Europa. Ele crê que a China também passa por um cenário interno difícil.

O segundo palestrante, o ex-Ministro Pratini de Moraes, disse que os mecanismos de segurança e proteção da OMC interessam ao Brasil. Lembrou que, se a Rússia fosse membro daquele organismo, sua decisão de suspender a compra de carne suína do Brasil, afetando enormemente a suinocultura de Santa Catarina, teria tido outro desfecho. Para evitar a grande dependência de um só mercado, sugeriu o lançamento de uma grande campanha de *marketing* para aumentar o consumo brasileiro da carne suína, além da expansão das vendas do produto para outros mercados. A título de ilustração, lembrou a adoção, pelos exportadores brasileiros de carne bovina, de estratégia para aumentar o número de países importadores, passando de 40 para 192, com o objetivo de resguardar-se de eventuais bloqueios à importação por parte de determinados países.

O ex-Ministro enfatizou que o grande ativo da economia brasileira não é a exportação; é o mercado interno. Para ele, o País está crescendo devido ao incremento do próprio mercado. Já as exportações, especialmente o agronegócio, são importantes para acumular reservas.

Ressaltou o ex-Ministro a importância de voltarmos a atenção para o mercado interno do País, pois esse é grande trunfo da nossa economia, segundo ele.

Ele vê duas grandes limitações para o Brasil. A primeira deve-se à grande extensão territorial, respon-

sável por um custo de ordem logística, que é um dos componentes do chamado custo Brasil. A outra refere-se à ausência de uma estratégia de *marketing* aliada ao desenvolvimento do *design* para vender nossos produtos no exterior. Ele atribui essa lacuna ao fato de sermos uma nação industrial muito recente e que ainda não aprendeu a agregar valor aos produtos, utilizando-se do *marketing*.

Ressaltou que o maior volume do comércio internacional não é o agronegócio nem a indústria, mas os serviços, um setor que depende de muita tecnologia e muito *marketing*. Alertou para a necessidade de sermos competitivos e cercados de muita segurança contra a adoção de medidas abusivas de protecionismo, especialmente o novo protecionismo ambiental – expressão dele – do qual o Brasil tem sido vítima. Na sua opinião, temos de ser mais duros na defesa de nossos interesses e precisamos de mais *marketing* institucional para vender o Brasil nos outros países e facilitar a abertura de mercados.

A Professora Vera Thorstensen destacou dois aspectos que, na sua análise, tem exercido grande influência no comércio internacional.

O primeiro refere-se à existência de mais de mais de 400 acordos preferenciais centrados nos Estados Unidos, na União Europeia, na China e na Índia, que também criam regras para o comércio internacional. Algumas delas são totalmente compatíveis com a OMC, outras, mais abrangentes, além daquelas totalmente novas, sem base multilateral.

O segundo aspecto reside no problema criado pelo impacto da taxa de câmbio no comércio. Verifica-se hoje um desalinhamento cambial entre alguns países emergentes, calculando-se entre 20% a 30% a desvalorização da moeda chinesa, enquanto a moeda brasileira está valorizada em cerca de 30%. O dólar norte-americano está desvalorizado em menos 10%. Na situação atual, temos a moeda brasileira valorizada e importantes mercados desvalorizados.

Recordou a Professora a existência de um dispositivo no antigo acordo, o Gatt, segundo o qual nenhum país deve frustrar os objetivos da política de comércio com o câmbio. O Brasil levou o tema câmbio para a OMC em abril, que aceitou estudar o assunto. Hoje o FMI cuida de câmbio e a OMC, só de comércio.

Entende a Professora que excluir a questão do câmbio das negociações na OMC é esconder uma realidade, pois o organismo é forte porque é transparente e tem regras que devem ser seguidas; porém, quando a previsibilidade dessas regras é quebrada com o câmbio, desaparece a transparência.

Por fim, a Professora chamou a atenção para a publicação, em 1980, de uma diretriz referente a câm-

bio no Gatt, que, na sua opinião, pode ser um precedente para que tarifas sejam renegociadas diante do elemento cambial. Para ela, o cainho está aberto para o que chamou de uma grande e longa briga.

Concluindo, ela sugeriu que o Brasil, desde já, comece a discutir formas de neutralizar os efeitos do câmbio na OMC, pois o desalinhamento das moedas está tornando o organismo ineficaz.

Encerrando as apresentações desse Painel, o Professor Aluisio de Lima-Campos destacou que, no mundo globalizado em que vivemos, um produto tem componentes fabricados em diferentes países, tornando-se difícil definir suas origens. Em função disso, afirmou que os setores privados mundiais estão interferindo cada vez mais na política comercial de seus países, principalmente no Primeiro Mundo.

O Professor Lima-Campos comparou a atuação dos vários atores que interferem na política comercial de diferentes países, as instituições da sociedade civil, que classificou de interesse público, o Executivo, o Legislativo e o setor privado, com diversos graus de influência.

Nos Estados Unidos, segundo sua análise, a política comercial é mais transparente. Costuma-se superestimar o poder do Executivo em negociações, mas a autoridade constitucional norte-americana sobre assuntos de comércio cabe ao Congresso, e o Executivo não pode negociar sem autorização expressa do Legislativo. Há no país mais de 12 mil grupos de interesse, que se organizam para influenciar a política comercial, assim como fazem desde as associações de bairros até os Municípios e os Estados da União.

Na União Europeia, a existência de um nível de decisão supranacional, além do nacional, cria uma dificuldade adicional para os grupos de interesse: além da sede em seus países, têm que ter representação também em Bruxelas. Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os vários grupos de interesse têm de atuar também junto ao Parlamento Europeu, os quais, se quiserem influenciar na política comercial comunitária, devem fazê-lo.

Bruxelas conta hoje com a presença de 3.700 associações profissionais e grupos de interesse. Há um crescimento da influência do setor privado na Europa, e até mesmo os Estados Unidos contam com 173 associações em Bruxelas.

Quanto à China, ressaltou o Professor que, naquele país, o poder se concentra nos 9 membros do Comitê Central do Partido Comunista, o Politburo, a quem cabem todas as decisões, apesar de contar com 2.987 membros no Congresso Nacional do Povo, que apenas referenda essas decisões. O Ministério do Comércio Chinês encarrega-se de todas as negociações

comerciais, mas a orientação é dada pelo Conselho de Estado. A China possui mais de dois milhões de associações, contudo, sem muita influência. O setor privado chegou a ser responsável por 60% da indústria, mas muitas empresas estão falindo, em função da crise financeira, e sendo compradas pelas companhias estatais.

Conclui o Professor com a sugestão de que o setor privado brasileiro se organize e atue em coordenação com o Governo, em caráter complementar. Citando como exemplo as resistências encontradas no setor agrícola na OMC, alega que será mais eficaz uma negociação do setor privado brasileiro com o seu correspondente norte-americano do que esperar que o Governo brasileiro obtenha sucesso tentando influenciar o Congresso norte-americano a atender nossas demandas e a abrir mão dos interesses de seus eleitores – finalizou o Professor.”

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião da noite de hoje destina-se à realização do quarto Painel, intitulado “Crise Econômica Mundial de 2008 e suas Consequências. Volatilidade dos Preços de *Commodities* e Alimentos”, integrando o tema Economia e Finanças dentro do Ciclo de Audiências Públicas Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito para convidar a compor a Mesa: Professor José Maria da Silveira, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Dr. Eduardo Teixeira, Economista, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ex-Diretor da Petrobras e Consultor de Empresas; Professor Carlos Mielitz Netto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Dr. Alexandre Schwartzman, Economista, ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, ex-Economista Chefe do Banco Santander.

Convido os senhores palestrantes a tomarem seus assentos à Mesa, ao tempo em que renovo os votos de boas-vindas a todos os que hoje se fazem aqui presentes. (*Pausa.*)

Informo aos ilustres convidados que cada um disporá do tempo inicial de 15 minutos para a sua apresentação.

Passo a palavra ao Prof. Dr. Alexandre Schwartzman, Economista, ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-Economista Chefe do Banco Santander.

Tem V. S^a a palavra.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Obrigado, Presidente.

Obrigado aos Senadores pelo honroso convite de participar aqui deste debate.

Não vou usar PowerPoint. Até preparei, mas acho que há *slides* demais, vou acabar usando só um deles para ilustrar um ponto que acho relevante nessa história.

Sendo macroeconomista, vou tentar discutir este tema – a crise de 2008 e suas consequências, com os impactos de volatilidade sobre preços de *commodities* – mais do lado, vamos dizer, das políticas macroeconômicas, de como estou vendo os impactos, os resultados da crise de 2008, que estamos vivendo até hoje, e o que ela implica para o desenvolvimento do ponto de vista do preço de *commodities* e de sua volatilidade.

A primeira coisa para a qual chamo atenção é, obviamente, a intensidade e a recuperação da crise econômica. Se a gente for olhar o que está acontecendo do ponto de vista de recuperação – quer dizer, toda aquela discussão que aconteceu logo em seguida à crise, sobre qual seria o formato, que era quase uma discussão alfabética, se vai ser uma crise em V, vai ser uma crise em U, vai ser uma crise em L –, mais ou menos, o que tivemos foi uma crise em V, porque, de fato, a economia global, como um todo, caiu de forma muito rápida, mas se recuperou. Praticamente, em meados de 2009, todas as economias já tinham voltado a crescer.

Mas há dois pontos particularmente relevantes nesse processo: primeiro, uma simetria extraordinária entre o desempenho de economias desenvolvidas e economias emergentes. As economias emergentes não apenas se recuperaram, mas, inclusive, chegaram a ultrapassar os níveis de produção que se verificavam antes da crise, de forma razoavelmente rápida – o Brasil sendo um exemplo nessa história, não o único; Brasil, China, Índia, todo esse conjunto de países teve uma recuperação particularmente rápida e recuperou rapidamente o nível de produção.

Os demais países – Estados Unidos, praticamente toda a região da zona do euro, o Japão etc. –, entre as principais economias, até começaram um processo de recuperação razoavelmente cedo, mas a grande verdade é que elas sequer recuperaram os níveis de produção que se observavam antes da crise – lembrando que os níveis de produção de antes da crise, obviamente, hoje já evoluíram. Quer dizer, por pior que tenha sido, continuou a existir algum investimento, ou seja, as economias conseguem produzir mais.

Outra forma de colocar isso, obviamente, é que a folga com que essas economias, as economias desenvolvidas, de maneira geral, operam, é uma folga extraordinária. Se a gente for olhar, por exemplo, os níveis de desemprego na economia americana, eles têm ficado, teimosamente, na casa de 9% da força de trabalho. Chegaram a estar um pouco pior, na casa de 10%, mas estabilizaram em torno de 9%, lembrando

que o desemprego, na economia americana, ali no final dos anos 90, pouco antes da crise da Internet, era alguma coisa na ordem de 4% e, depois, na recuperação, estabilizou ali em torno de 4,5%. Quer dizer, estamos trabalhando com uma taxa de desemprego que, grosso modo, é o dobro da taxa de desemprego que se observa nas “condições normais de temperatura e pressão da economia americana”, ou seja, uma folga muito grande.

Realmente, a consequência disso, do ponto de vista da economia americana, é muito clara: as pressões inflacionárias que estavam associadas a um mercado de trabalho muito apertado nos Estados Unidos desapareceram. Obviamente, aqui e acolá, observamos um tanto de pressão. Se formos olhar só o índice de preços propriamente dito, ele mostra uma inflação um pouco superior a 3,5%. Mas, nos Estados Unidos, de maneira geral, vale a pena olhar para os núcleos. Os núcleos de inflação são uma medida menos volátil e, de maneira geral, mostram qual é a tendência de longo prazo da inflação e ainda colocam uma inflação bastante bem comportada, por um lado, e, por outro, um consumo que não consegue se reativar, também pela própria fraqueza do mercado de trabalho, pelo fato da necessidade de as pessoas recomporem as suas riquezas depois da perda do valor dos seus imóveis, então, o consumo em um ritmo muito lento. A necessidade, a consequência disso, obviamente, entre outras – ainda mais hoje, em particular, por conta da resistência do Congresso norte-americano em implementar novos pacotes de estímulo fiscal –, é que as taxas de juros não só praticamente estão em zero, mas o Banco Central norte-americano tem se engajado de forma consistente em políticas de expansão de liquidez. Aliás, há toda uma discussão acontecendo sobre se vai acontecer uma terceira rodada de expansão de liquidez.

E, obviamente, em um cenário como esse, considerando uma economia do tamanho da americana e um mercado financeiro do tamanho do mercado financeiro norte-americano, a consequência disso, obviamente, é uma busca por rendimentos. Isso, de alguma forma, também transparece nos demais mercados desenvolvidos, pensando do ponto de vista de Europa, onde a dinâmica da crise é um pouco distinta. Existiram, em alguns países, notadamente Irlanda, Espanha, bolhas imobiliárias, nos demais nem tanto, mas também está, de certa forma, presa na situação. Quem está acompanhando toda a evolução da crise das dívidas soberanas no sul da Europa, particularmente, percebe a dificuldade: praticamente um terço da zona do euro está, de alguma forma, abafada pela crise soberana. E a consequência disso também é uma política de juro baixo por parte do Banco Central

Europeu, que tentou reverter, mas, obviamente, não funcionou. Apesar do receio alemão acerca da inflação, parece que o movimento do ECB foi precipitado e, por outro lado, tem tido uma política também no sentido de suprir liquidez aos bancos, para evitar que tenha um problema semelhante àquele que ocorreu com o Lehman Brothers há 3 anos. E complementa isso a economia japonesa, que já vem numa fraqueza de praticamente vinte anos, quer dizer, basicamente não há muito mais o que esperar daquilo, ainda mais à luz de todo o terremoto trágico de março e abril.

Quando a gente olha para o conjunto do mundo desenvolvido, o que se percebe é uma política monetária extremamente frouxa, inundando de liquidez o mundo, e, obviamente, essa liquidez vai em busca de ativos que possam ter rentabilidade. Um dos vetores que impacta preço de *commodities* é exatamente este: percepções de uma economia mais forte ou mais fraca, do ponto de vista das economias desenvolvidas, levam a percepções sobre a evolução diferente de política monetária – se a economia está mais forte, acham que os juros vão subir mais cedo; se está mais fraca, acham que os juros vão subir mais tarde –, e isso, de alguma forma, acaba também impactando preço de *commodities* à medida que o mercado tenta antecipar se vai ter mais ou menos liquidez.

Então, o vetor monetário financeiro do preço de *commodities* está muito ligado a essa evolução abaixo do páreo, uma evolução, de maneira geral, ruim das economias desenvolvidas, à persistência de uma folga muito grande do ponto de vista de recursos.

A recuperação dos emergentes por outro lado, em particular a recuperação de Ásia – e aqui estamos falando essencialmente de China, mas, obviamente, o que a gente fala de China, em alguma medida, é válido para as economias da região e mesmo até para a Índia, que não é exatamente o mesmo modelo, mas sofre da mesma dinâmica –, é contrária. Quer dizer, a gente observa, na verdade, um sintoma de sobreaquecimento nessas economias. A economia chinesa está experimentando uma taxa de inflação de 6,5% nos últimos doze meses. Em 2008, chegou a ser um pouco mais alta do que isso, mas, certamente, é uma taxa de inflação que incomoda. E não é a única: a Índia, que não tem Índice de Preço ao Consumidor, tem só Índice de Preço no Atacado, também está com uma inflação por essa medida, na casa de oito; Vietnã, vinte e dois. Quer dizer, para onde a gente nessas economias, a gente percebe uma pressão inflacionária, que está ligada ao seu próprio crescimento. Quer dizer, não dá mais para ignorar o peso da China; a China já é o segundo maior PIB em termos absolutos, obviamente não em PIB *per capita*, mas é o segundo maior PIB

do mundo, ou seja, quando a China cresce, o impacto é grande. E quando a gente olha para a participação das importações chinesas na demanda adicional por *commodities*, a gente sempre vai encontrar grandezas extraordinárias. Então, dizer: “Olha, do que aumentou a produção de cobre no mundo, 60% ou 70% vai para China; do que aumentou a produção de petróleo, também alguma coisa nessa magnitude”.

Então, a demanda adicional por parte de *commodities* ligada à economia chinesa, à economia asiática, de maneira geral, obviamente tem esse desempenho, tem esse vetor, e esse vetor é um vetor de mais longo prazo, que está ligado à emergência da renda dos consumidores, basicamente uma mudança no padrão de consumo de grandes massas, neste ponto mais China até do que Índia por um lado. E, obviamente também, a demanda extraordinária por investimentos em infraestruturas tem impacto nas *commodities*, vamos dizer, não alimentícias, mas está ligada a isso.

E a questão também, a avaliação, dia a dia, se é sustentável ou não esse movimento do crescimento chinês, quer dizer, se a China vai ou não ser obrigada a desacelerar o seu crescimento, para evitar que se transforme num problema inflacionário.

Na verdade, acho que não está clara a divisão, dentro da própria condução de política econômica na China, qual o caminho a seguir. A rigor, eles têm duas alternativas e têm usado um pouco das duas, mas a verdade é que, cedo ou tarde, eles vão ter que escolher um caminho: eles podem escolher desacelerar a economia, crescer menos para ter menos efeito de inflação – e aí, obviamente, isso passa por aumento de taxa de juros, passa por aumento de depósitos compulsórios no Banco Central, muito mais por aumentos compulsórios, a taxa de juros na China ainda é baixa, quer dizer, 6%, seis e pouco, para uma inflação de 6,5 – ainda é uma taxa negativa. Enfim, pode haver um esforço por aí. O outro esforço no sentido de controlar preços é um mecanismo que a gente já viu usado no Brasil anos atrás, que era um mecanismo de apreciação gradual da taxa de câmbio no sentido de tentar reduzir o impacto do aumento do preço das *commodities*, particularmente alimentos, em termos de dólar. À medida que o yuan se aprecie, obviamente, terá um efeito de melhorar ou mitigar essas pressões. Só que a apreciação tem sido muito, muito gradual, contra um pano de fundo de preço de *commodities* subindo de forma muito acelerada, e isso não tem sido suficiente.

Então, a escolha que se põe para os gestores de política econômica na China é bastante clara: ou pisar mais forte no freio e reduzir a demanda como um todo, ou permitir uma apreciação mais rápida da moeda, e aí tentar fazer a mudança. Em vez de ser uma econo-

mia ancorada no crescimento das suas exportações da demanda externa, passar a ser uma economia ancorada no crescimento da demanda interna – não é tarefa fácil resolver isso –, com consequências muito distintas para preços de *commodities*, para o Brasil em particular. Por quê? Porque, a primeira alternativa, uma desaceleração monetária da demanda, obviamente, reduz a demanda por *commodities*, prejudica a economia brasileira; por outro lado, lidar com a inflação permitindo a apreciação do câmbio é efeito exatamente inverso. Ele permite que os preços em yuan das *commodities* caiam e que os preços em dólar subam, e isso aí tem consequências extraordinárias para o Brasil. E esse é o tema dos meus cinco minutos finais.

O Brasil tem sido extraordinariamente beneficiado por isso. Como a gente olha para esse tipo de coisa? Quer dizer, se a gente for olhar um índice de preço de *commodities*, que é interessantíssimo, o CRB, um índice que não tem quase nada a ver com exportação brasileira –então, tem banha de porco, tem zinco, tem sucata de chumbo, uma mistura que tem muito pouco a ver com o Brasil; no entanto, ele mostra uma aderência com o preço das exportações brasileiras que é fantástica.

A gente observa que esse índice de preços mais do que duplicou nos últimos dez anos. Para o Brasil, o que acaba acontecendo, está ali a evolução nos últimos anos do CRB – a linha negra é em dólares –, e, para o Brasil, isso tem um efeito extraordinário, no sentido de que o Brasil exporta muito mais *commodity* do que importa. Então, os nossos termos de troca, a relação entre o preço das coisas que o Brasil exporta e o preço das coisas que o Brasil importa, estamos num pico dos últimos 33 anos, basicamente, desde que começamos a medir termos de troca, pelo menos na série da Funcex, é 40% acima da média histórica dos preços de *commodities*, dos termos de troca do Brasil.

Concretamente, há uma frase do Presidente do Banco Central da Austrália, Glenn Stevens, que dizia o seguinte: “Olha, há cinco ou seis anos, uma carga de minério de ferro comprava 2,2 mil TVs de tela plana. Hoje, essa mesma carga de minério de ferro compra 22 mil TVs de tela plana”. É um fator de dez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Não, não, pelo contrário. Nós tivemos ganhos internacionais. Qual é o tamanho desse ganho? O tamanho desse ganho é uma estimativa que eu faço, é uma estimativa algo grosseira, mas digo assim: a nossa balança comercial registrou 27 bilhões nos doze meses, até julho. Qual seria o resultado da balança se a gente tivesse exportado e importado as mesmas quantidades, mas,

ao invés desses preços, a gente tivesse na média histórica? Ao invés de ter um superávit de 26 bilhões, a gente teria um déficit de 45. Uma coisa da ordem de US\$70 bilhões, que é um presente do resto do mundo para o Brasil – US\$70 bilhões são um pouco mais que 3% do PIB. Então, a gente está ganhando praticamente três quartos do crescimento do PIB de presente do resto do mundo, a cada doze meses, pela diferença.

Então, isso obviamente tem trazido benefícios extraordinários para o Brasil. Pegando o exemplo do Glenn Stevens, a gente pode, de fato, comprar não só mais TV de tela plana, a gente pode comprar mais automóveis, mais máquinas, mais matéria-prima. Ou seja, em troca das mesmas quantidades que a gente exporta, a gente importa muito mais e, com isso, a gente pode permitir que a nossa demanda interna cresça muito mais, mitigando algumas pressões inflacionárias.

Outras, no entanto, aí é que vem o outro dado para o qual estava chamando a atenção, quer dizer, ali a gente ter a evolução do preço das *commodities* em dólar e, aqui, na linha vermelha, o preço das *commodities* em reais. Se a gente for olhar, de 2006 até o final de 2010, há uma discrepância extraordinária entre eles.. O preço das *commodities* sobe muito, cai muito, sobe muito de novo e, em reais, ele fica mais ou menos estável – obviamente flutua, mas mais ou menos estável, dentro da média do período. A razão sendo o comportamento da taxa de câmbio. Sempre que os preços de *commodities* sobem, melhoram os termos de troca, aprecia a taxa de câmbio, em alguma medida atenuava esse impacto sobre a economia brasileira. A partir do momento em que não se permitiu que isso acontecesse, em algum momento no final do ano passado, o que a gente observa é um comportamento bem distinto.

Então, a aceleração inflacionária que a gente viu no final do ano passado e no começo deste ano está muito ligada à questão da política cambial, a insistência em não permitir que o real se apreciasse, mesmo em um pano de fundo do preço de *commodities*. Quer dizer, se a gente for olhar o que aconteceu, do final do ano passado até meados deste ano, até o começo desse ano, há um aumento na ordem de 35% a 40% nos preços de *commodities*.

Para resumir essa história toda, o que está por trás do preço de *commodities*? Acho que, essencialmente, persistência de juros baixos no mundo desenvolvido. A persistência é mesmo uma coisa que deve durar – não é uma coisa de alguns meses, é uma coisa de alguns anos, por um lado. Por outro lado, a continuidade do crescimento das economias asiáticas, notadamente a China, com benefício extraordinário para a economia brasileira. Mas, obviamente, há desafios importantes

no que diz respeito à questão inflacionária e a como se gere a taxa de câmbio em um contexto difícil, de ganhos de termos de troca na ordem de dezenas de bilhões de dólares, como tentei estimar, ainda que de forma grosseira.

Acho que isso já daria o meu tempo, e paro por aqui.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado ao Professor Alexandre Schwartzman.

Passo agora a palavra ao Professor Carlos Mielitz Netto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Sr. Presidente da Comissão, Senadores e Senadoras, agradeço também ao convite para participar desta sessão.

Por favor. Mais um.

A minha apresentação começa estabelecendo a relação entre a crise financeira e as *commodities*, tais quais eu as vejo. O que se teve, principalmente nos Estados Unidos, nos últimos anos, foi que a desregulação financeira permitiu que bancos comerciais, bancos de investimentos e instituições financeiras criassem o que alguns economistas chamam de supermercados financeiros.

Essas atividades no passado eram separadas pelo Glass-Steagall Act, cuja revogação permitiu que essas instituições imbricassem todas as suas ações. Isso deu possibilidade do surgimento das chamadas inovações financeiras securitizadas, lastreadas em vários tipos de ativos, o que permitiu, por sua vez, a chamada alavancagem do crédito. Baseados nesses ativos, os créditos se multiplicaram explosivamente, criando, então, o que se chamou de mercados financeiros paralelos. Paralelos no sentido de que eram fora dos mercados financeiros tradicionais, mas tratando de mercadorias, *commodities* e de onde vêm os chamados famosos derivativos.

Com essa possibilidade de aplicação, os capitais saem correndo em busca de atrativos atraentes, novas formas de investimento que permitissem lastrear as suas aplicações e as *commodities*, principalmente as agrícolas, são um mercado atraente e viram um local de aplicação.

O que significa essa pressão, essa especulação sobre as *commodities*?

Implica mais elevação dos preços, mais demanda por *commodities*.

Por favor.

O que a crise de 2008 provoca? A queda dos ativos em geral, das *commodities* e fuga para ativos seguros, a reconhecida fuga por dólar como ativo de mais segurança naquele momento.

O que se acontece depois disso? As ajudas que o governo americano dá ao sistema financeiro injetando liquidez, esperando também, por outro lado, que se promovesse o aquecimento da economia, em boa parte, não se destinam a isso e, sim, a realimentar a especulação com aplicações, de novo, no mercado financeiro. Isso faz com que a queda dos preços dos ativos que tinha ocorrido em 2008 alcance um piso, dispare a sua desvalorização e a desvalorização do dólar acaba promovendo, por outro lado, a revalorização de outras formas de aplicação entre elas e os preços agrícolas.

A situação que a gente tem pós-crise inclusive agora a tentativa de reaquecer as economias e estimular a demanda, a baixa das taxas de juros acaba, de novo, estimulando a fuga dos capitais para formas mais rentáveis de aplicação e, de novo, a especulação com ativos agrícolas. Por favor.

O que há nesse meio tempo que é um debate entre os economistas? De que forma existe de fato um contágio entre o mercado financeiro especulativo e o mercado real de produtos? O que faz essa comunicação? É que esses produtos todos, as *commodities* agrícolas – estou me prendendo nas agrícolas que é com que eu trabalho – são todas elas negociadas no mercado mundial por oligopólios ou oligopsônios. São três, quatro grande *traders* mundiais de cada produto.

Eles exploram essas tendências de elevação ou de queda de preço e amplificam essas tendências, através de administração de estoques. E eles jogam, partem com o mercado futuro especulando com os preços, projetando a crise ou projetando o crescimento e se protegem, no movimento contrário, administrando estoques do mercado a vista. Há um contágio da especulação financeira para o mercado físico dos produtos efetivamente. Soja, milho, leite, carnes, trigo, açúcar, todas as *commodities* agrícolas. Só para dar uma idéia disso, dos contratos do mercado futuro, menos de 2% dele se efetivam em compras. Os outros 98% dos contratos são meramente especulações visando lucros financeiros, apostando, em certo sentido, contra as tendências que se projetam. Por favor.

Aqui, há um gráfico do movimento das *commodities* até 2010. Se observarmos o crescimento do preço das *commodities* de que estamos falando como energia, metal, carne, alimentos e matérias-primas, vinha, desde 2004, com essa fuga de capitais para os mercados de ativos e *commodities* em geral e também agrícolas. Em 2008, houve aquela queda grande dos preços e, depois, de novo, a elevação dos preços das *commodities*, fruto daquela especulação que falei antes de queda de taxas de juros etc. Por favor.

Aqui, há os preços agrícolas internos do Brasil que já observavam uma tendência de subir, desde 96, e oscilando um pouco. Por favor.

Aqui, preço de produtos agrícolas. Vejam, de novo, uma tendência de queda e certa variabilidade, mas nada como nos últimos anos onde se acelera bastante a volatilidade dos preços. Por favor, o próximo.

Aqui há o índice de preços da FAO desde 90.

Então, observa-se que os preços tinham certa simplicidade fruto de tensões políticas, fruto de secas em algumas regiões do mundo, mas nada como nesses últimos anos em que se juntam o mercado de *commodities* agrícolas e o mercado financeiro. Por favor.

Aqui, o ano de 2010/2011 até o mês de junho, em que se observa uma tendência de subida dos preços das *commodities* agrícolas e certa estabilização em função da perspectiva de não-crescimento, de não-recuperação, de uma mais lenta recuperação da economia mundial e os preços das *commodities* caem.

Só queria chamar a atenção, desculpem, mas é perceber a intensidade das mudanças. A gente sai de um nível 100, no caso do açúcar, de um nível 200 para o nível 400. Isso num espaço menor de um ano. De um nível de 150 para 270. Por exemplo, o açúcar fala diretamente no caso brasileiro com a questão do álcool, do etanol e da política energética brasileira, por exemplo. Por favor.

Como é que esses preços do mercado mundial se rebatem dentro do Brasil? Na primeira tabelinha a gente tem os preços do milho praticados no Paraná onde está o ponto de 2004, 2006, 2008. Então, há uma tendência. Se essa variabilidade de preços já é intensa no mercado mundial, dentro do Brasil, ela se amplifica muito mais. Ali embaixo, temos a soja, a mesma coisa. Ela repercute de uma forma muito ampliada dentro do Brasil.

Qual é o problema do ponto de vista dos agricultores? É que a gente opera na agricultura brasileira no contraciclo da agricultura norte-americana, o inverno, o verão, a questão da sazonalidade. E, geralmente, quando acontecem preços altos sinalizam uma perspectiva favorável para os agricultores brasileiros que investem, gastam, fazem as suas lavouras e, geralmente, as colheitas estão se realizando na fase baixa do ciclo.

Essa fase de alta e baixa dos produtos é acompanhada também de custos dos adubos, dos insumos, do petróleo, ou seja, os agricultores investem no período dos preços altos e recebem no período de preços baixos. Por favor, o próximo.

A lâmina seguinte é o trigo do Paraná e, embaixo, são as *commodities* agrícolas associadas, todas elas. Essa transmissão de preços simplifica muito dentro do Brasil em relação à situação internacional. Ela depende

também da questão cambial e ainda opera na sazonalidade oposta à norte-americana, pegando, assim, uma expectativa de preços que é reversa. Por favor.

O que a gente tem hoje, no meu ponto de vista? Os preços agrícolas são cada vez mais determinados financeiramente, com variáveis especulativas. Se a gente olhar os jornais desse fim de semana, as especulações sobre a política que o Banco Central norte-americano vai adotar ou não, a pressão que o Bernanke tem sofrido do candidato republicano, o Governador do Texas, no sentido de não fazer políticas expansionistas repercute na expectativa dos preços das *commodities*.

Variáveis políticas, especulações sobre cenários econômicos, preços de outros ativos, além das tradicionais causas agrícolas: clima, oferta, demanda hoje criaram um ambiente extremamente complicado para a determinação de preços agrícolas.

Há uma frase um pouco provocadora. “Arroz, feijão, trigo, milho e carne deixam de ser alimentos e passam a ser ativos, lastreando operações com derivativos”. Então, em decorrência disso é que a alimentação deixa de ser uma responsabilidade pública e lembro os vários compromissos que o Brasil e todos os países têm em relação a isso, por exemplo, a carta dos direitos humanos e passam a obedecer cada vez mais uma lógica de implementos privados, lógica especulativa que depende dos outros capitais, das taxas de juros etc. Por favor.

Em relação ao passado, a volatilidade dos preços agrícolas aumentou enormemente. Se, no ano 2004/2005, a variabilidade em torno da média, em torno de 10%, desvio padrão, acima e abaixo da média dos preços, hoje varia em 50%, acima e abaixo da média, ou seja, num intervalo de um ano, o preço pode sair de 100 para 150 e cair novamente para 50 em termos reais.

Países e produtos são impactados diferentemente a depender do grau de autossuficiência alimentar, instituições, nível de renda, etc. Nos países africanos, os produtos alimentares chegaram a aumentar 200%, para uma população que gasta 80% de sua renda em alimentos e um nível de renda muito baixo. Então, essa crise para eles foi devastadora.

Impacto nos índices inflacionários, países também que dependem muito do mercado internacional absorvem diretamente esses impactos nas suas inflações internas.

Para os agricultores, o problema que falei da defasagem entre a percepção do estímulo e o resultado obtido. Quer dizer, se o preço está bom hoje e me aparece uma oportunidade de negócio e faço investimento, só vou ter o resultado disso o ano que vem ou daqui a

sete, oito meses, nos últimos anos, numa fase reversa do ciclo, numa fase que me é desfavorável.

A lenta recuperação americana nos últimos anos, perspectiva de estagnação, está levando a esta estabilidade e a queda dos últimos dois, três meses dos preços das *commodities*.

Por favor.

O que a gente tem como desafios, eu acho, para uma posição brasileira no cenário internacional?

A FAO prevê que, até 2050, a gente precisará de mais 75% de alimentos do que o mundo produz hoje. Os dois problemas são: terra e água. O Brasil é a grande fronteira de possibilidades. Onde existem essas chances são África e Brasil, basicamente. A África tem problemas sérios de fertilidade e de água. Portanto, é a oportunidade brasileira. Soma-se a isso a variabilidade climática, que intensifica as aleatoriedades.

O relatório da FAO, que deverá sair no terceiro trimestre, aponta que 1,2 bilhão passa fome, 80% delas no mundo rural.

Todo o esforço que a FAO tinha feito nos últimos quinze anos de melhoria, uma quantidade enorme de pessoas, regrediu com a crise. Um terço de crianças nascidas nessas condições de pobreza extrema tem problemas irreversíveis de saúde, aprendizado e crescimento.

Por favor.

O que tem sido proposto em relação a isso?

Internamente, os países: programas de estímulo à produção e, aí, a chamada, no Brasil, agricultura familiar ou camponesa, ou que nome tenha nos vários países. Integração e fixação dessas pessoas no mundo rural com atividade produtiva. No Brasil, aprimorar as medidas que já existentes. O Brasil tem uma boa experiência institucional e de políticas públicas para tratar disso, que é bem particular em termos mundiais. As políticas são operadas pelo Consea, pelo MDA, pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

E em termos de posicionamento no exterior, nas negociações, a discussão que se estabelece entre soberania e segurança alimentar é o direito de autodeterminação dos países sobre a sua política de segurança alimentar.

Em âmbito internacional, o que temos como proposta hoje? Propostas de fundos internacionais para erradicação da fome e da miséria, ao estilo Taxa Tobin ou Attac. Há uma estimativa de que, se eu tributasse essas movimentações financeiras em 0,005%, isso arrecadaria em torno de US\$35 bilhões ao ano. O que seria bastante suficiente para combater boa parte desses problemas.

De parte do Presidente Sarkozy, houve, na reunião do G-20, uma proposta de constituição de fundos

internacionais reguladores de estoques, que são um pouco mais problemáticos. Eles têm uma capacidade de resolução mais limitada, são custosos, o custo é mais caro, e são difíceis de operacionalizar.

E, agora, semana passada, saiu a proposta do Parlamento Europeu, a partir do Presidente Sarkozy e da Presidente Merkel, de se regular ou limitar, a ideia, digamos, seria proibir, mas seria difícil, regulação, aplicações financeiras lastreadas em *commodities* agrícolas e, sobretudo, alimentos.

Por favor.

Finalizando, peguei uma frase de John Maynard Keynes, o maior economista do século XX, no seu *Collected Writings*, que diz: “Dinheiro, comida e energia são coisas sérias demais para ficar sob controle do mercado. É preciso intervenção pública, é preciso intervenção reguladora.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Carlos Mielitz Netto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela sua exposição.

Passamos a palavra ao Professor José Maria da Silveira, da Universidade Estadual de Campinas.

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Como é de praxe, agradeço o convite, fico honrado. Agradeço a presença dos ilustres Senadores e de alguns militantes da área de agricultura, que já tive o prazer, inclusive, de acompanhar na Expodireto e em algumas apresentações, eu também tenho uma vivência junto aos agricultores, o que me agrada muito.

Pode passar, por favor.

Basicamente, o gráfico é o mesmo. Só discordando um pouquinho, tentando enfatizar que o meu foco é de que a tecnologia é muito importante, que você tem um efeito de redução, uma tendência de redução dos preços, com *clusters* relacionados, com choques de petróleo, mas uma tendência de qualquer maneira relacionada aos avanços tecnológicos, que a agricultura realizou ao longo desses anos.

Pode passar, por favor.

Mas evidentemente, como o Carlos já mostrou, um volatilidade neste momento, nos últimos anos, muito forte, () influência bastante grande, a questão especulativa, mas eu lembro que a questão energética é muito importante, está muito colada. Vou tentar mostrar isso.

Pode passar, por favor.

Isso é um indicador de volatilidade, é mais ou menos um índice de percepção, um índice expectacional, mostra que a expectativa dos agentes de volatilidade esteja aumentando, ela vem, ela é crescente, pode estar desacelerando um pouquinho, mas ela vem... aí sim,

concordo com Carlos, de que ela foi aumentando desde os anos noventa, que dizer, desde os anos noventa para cá, os agentes sempre estão apostando de que a volatilidade vai aumentar. Esses são níveis de volatilidade, são índices de volatilidade, e não de preços.

Por favor.

E um ponto que quero chamar a atenção é que essa linha branca mostra que há um efeito de arrasto dos preços do óleo, dos combustíveis sobre as *commodities* agrícolas, ou seja, todo o mecanismo que o Carlos descreveu é também um mecanismo de transmissão desses preços.

E nós estamos vivendo um momento muito interessante hoje, acho que o Eduardo vai tratar um pouco deste ponto, porque é um especialista em energia. Nós estamos vivendo um momento de grande incerteza na área energética não só em função, vamos dizer, de falta, de expectativa de que o petróleo vai acabar, mas pelo número de alternativas que existem hoje em relação. É promissor, você ter muitas alternativas energéticas. Algumas passam pela agricultura. Outras não passam pela agricultura e estão convivendo num grande ambiente de efervescência tecnológica.

E esse é um ponto importante para mim. A minha posição é essa: nós temos que prestar atenção nessa efervescência tecnológica como um País que tem algumas vantagens neste campo.

Bom, com a questão dos estoques. Como se deixa os estoques caírem. Toda essa preocupação, de Sarkozy etc, principalmente preços, por exemplo, nesses países asiáticos que estão se recuperando, parte da sua população está se transformando em classe média, ainda assim a base alimentar é muito dependente de arroz, por exemplo. Então, a fragilidade alimentar deles tem sido maior do que a nossa. E há momentos, anos, em que esses estoques caem quase a zero. É uma coisa que reflete também o lado da moeda financeira, o custo de manter estoques, porque quando se fala de toda essa questão de governos manipulando estoques, primeiro, nós conhecemos a história, não é de hoje; segundo, sabemos da dificuldade, o custo da manutenção dos estoques. Esse é um problema enorme. Eu adicionaria, que eu tenho um certo pavor de estoque em função das expectativas que os agricultores formulam em torno desses estoques. Em que sentido ele não vai desestimular as expectativas de plantio? Porque eu vejo a agricultura como uma oportunidade de negócio cada vez mais. A agricultura, energia.

Energia e alimentos colados, principalmente neste período de choque, não eram, durante muitos anos andaram separados. Muitos regulados por políticas, como disse o Mielitz, por políticas energéticas que fazem com que preços em países sejam completamente

te diferentes, preço de energia em diferentes países, nos Estados Unidos, muito baixo, na Europa, preços medianos, Ásia, mais alto. Então, as políticas energéticas eram diferentes. Agora, elas tendem a convergir para uma política de preços altos.

Para frente, por favor.

Política de preços altos.

Para frente, por favor.

Aqui são os fatores de que o Mielitz já falou.

Gostaria de destacar Paquistão e Índia, países que têm um conflito sério. Não estão controlando as suas populações, ao contrário da China. E a expectativa de crescimento populacional desses países é assustadora.

Os impactos sobre aquecimento global esperado destes países é muito grande. É muito difícil que eles venham a controlar. Ah, toda aquela discussão de que os países centrais já esquentaram, têm uma grande contribuição no estoque CO₂. Ok, mas nós temos problema.

Eu quero enfatizar também o descuido com a rede CDIR, os problemas da pesquisa agrícola mundial, porque realmente os *sponsors* estão passando por crises financeiras, e a agenda, temos aqui o Senador Requião, que colocou algumas das agendas alternativas para agricultura, essa agenda alternativa para a agricultura demanda recursos e pesquisas. A agenda da pesquisa agrícola hoje é muito diferente da agenda da pesquisa agrícola de vinte, trinta anos atrás, por isso ela ficou muito mais cara.

A especulação com estoques já foi lembrado.

Por favor.

O Mielitz já falou. Os países pobres são os que mais sofrem, mas, principalmente, quando tentam políticas mitigadoras, eles entram em crise fiscal.

Por favor.

E nós, países exportadores, o Alexandre lembrou muito bem de que os países exportadores podem se beneficiar se souberem o que fazer com o dinheiro. E aí discordo um pouquinho do Alexandre, porque vejo algumas consequências para a indústria. Gostaria de ver as consequências, a desorganização das cadeias produtivas. Outra coisa é que agricultura não é só mais produção agrícola. Agricultura são cadeias produtivas. Os preços de *commodities*, não sei o quê. Mas, enquanto os preços de *commodities* estão lá girando, você está desorganizando uma cadeia cujos preços são feitos dentro da cadeia.

E nós vimos, em 2007, 2008, a cadeia de frango, a cadeia de porcos, sofrendo enormemente com essas altas, desorganizando-se. Não podemos deixar essas cadeias se desorganizarem de maneira alguma. Elas são muito importantes.

A FAO, naquele choque, só para ver como os países reagiram, de 81 países, 43 reduziram suas tarifas; 45 mais pobres tentaram adotar medidas para contornar efeito. Alguns países tiveram que apoiar agricultores devido a alta de fertilizantes. E eu quero ressaltar, neste momento em que está se pensando em uma política de fertilizantes, que se pense direito no que se vai fazer, porque não é só fazer fábrica. A gente quer desenvolver indústria, nós vamos fazer fábrica. Fertilizante jogado no solo é desperdício, nós sabemos disso. Então, nossos solos não se adaptam a fertilizantes que foram desenvolvidos nos países centrais. Há uma perda muito grande. E aqui precisa de muita ciência, de muita pesquisa.

Eu fico impressionado, às vezes, porque, como a pesquisa agrícola brasileira é complementar aos pacotes tecnológicos que vão sendo desenvolvidos, e há vários trabalhos que mostram isso, geralmente, quando você vai fazer pesquisa, você é realista, você não pode fazer pesquisa imaginária, mas o problema é que, quando você faz isso, muitas vezes você deixa de lado ações que são muito importantes e que poderiam gerar um padrão tecnológico, menor emissão de gás, menor impacto ambiental e ser com menores custos. E, novamente, quanto mais pobre o país, mais lenta a resposta.

O choque, como disse o Carlos, é muito assimétrico em relação aos países pobres, aprofundando a enorme assimetria que existe na agricultura.

Uma coisa curiosa, a agricultura é vista assim como uma coisa que qualquer um pode fazer. E o que a gente percebe é que as assimetrias entre as agriculturas no mundo são assustadoras, 95% da proteína do mundo vem das Américas, proteína vegetal. Isso cria uma dependência do resto do mundo e que tem um pouco na base. Quer dizer, essa base de especulação que o Carlos apresentou tem uma base produtiva, tem uma base de quem conseguiu levar vantagem com isso. E quem não conseguiu?

Para frente, por favor.

Bom, como sabia, intui, pelo que conhecia dos currículos das pessoas, que elas iam falar de temas mais gerais, vou tentar entrar em dois temas mais específicos: produtividade e uso da terra. Rapidinho, neste tempinho que me resta.

Produtividade, já vimos que o crescimento da produção agrícola está sendo maior que o crescimento populacional e, agora, não vai acontecer mais. Isso já está dizendo que já se espera que isso não aconteça.

Para frente, por favor.

Característica do crescimento da produção agrícola. A tecnologia foi fator importante.

Essas quantidades...

Pode passar, que eu quero mostrar.

Mas a preocupação mundial, isto é em nível mundial, é que a taxa de crescimento geométrico anual da produção agrícola vem caindo. Deve haver dados mais recentes. Isso aqui é meio problemático. Essa tendência de queda é problemática. Mesmo a nossa. E aí, olha aqui, esse dado, que é um dado muito interessante, esse é central, todo mundo fala nesse dado, você tem produtividade colando com produção e área relativamente constante. Isso criou para a gente, tem criado certa solidez um pouco nas políticas energéticas e permitindo esse argumento de que a bioenergia é uma área importante que nós devemos procurar.

Para frente.

Outra área importante é que nós podemos reduzir a área de pecuária, aumentando enormemente a produtividade das áreas de pecuária. Agora me perguntem se os pecuaristas querem fazer isso. Essa é outra questão. Quem entende do ramo ...

Não, existem problemas de incentivo mesmo, problemas de risco, aversão a risco. Quando você tem volatilidade, um dos principais efeitos da volatilidade dos preços é aversão a risco, ela aumenta a aversão a risco do agricultor e diminui o nível de investimento que ele deseja fazer. Isso que está acontecendo aqui. Mas em geral tem um efeito muito positivo, que é ter áreas de pastagens que podem ser utilizadas para fins agrícolas, claro, nós não esgotamos nosso potencial e as áreas de pastagens, o número de cabeças de bovinos vem sendo reduzido, o que é um potencial para a bioenergia, alimento, sem que isso entre gravemente em conflito. Nós temos que saber fazer políticas para conduzir essas duas coisas.

Para frente, por favor.

Agora eu quero dar um exemplo de tecnologia. Eu estava argumentando que existem tecnologias alternativas. O Estado do Paraná tem ali dos maiores pesquisadores da Embrapa soja do mundo nessa área e você vê, às vezes, que o agricultor é muito sensível. O problema da agricultura brasileira, nós temos aqui o José Eustáquio, do Ipea, que tem feito pesquisas nessas áreas, mostrando isso, você vê que o problema da agricultura brasileira, quando teve esse período de seca, 2005, e um período de problema, os caras cortam a tecnologia. É uma coisa meio grave. Mas a tecnologia é muito sensível muitas vezes quando se tem situações desestimulantes para a agricultura.

Mas, de qualquer maneira, o uso de inoculantes atinge hoje uma área, praticamente cobre toda a área de soja e polpa/ nitrogenados. Os efeitos têm sido calculados, de R\$200,00 a R\$350,00 por hectare, contribuindo também para reduzir emissões de CO₂. Uma simples tecnologia que exige uma rede pública e uma

participação privada, hoje, que está crescendo em termos de entrada de empresas internacionais como NovoEnzyme, permitiu ao Brasil realizar ganhos de produtividade e de produtividade total do fator, que foi aquela causa de se ter tido um aumento de área muito pequeno e um aumento muito grande de produtividade.

Ou seja, quero lembrar a vocês que a agricultura pode aumentar a produtividade, usando conhecimento de maneira inteligente.

Um pouco para frente, ainda tenho um tempo.

Isso aqui é para falar um pouco do passado. Eu sei que, no passado, o Brasil já teve situações completamente diferentes das que vivemos hoje, com rendimentos baixíssimos, com variação de rendimentos baixíssimos, um crescimento extensivo, o que é natural, até por que nós estávamos ocupando fronteiras, não havia incentivos para inovação tecnológica. Mas isso deixou de acontecer.

Então, eu quero lembrar o seguinte: o Brasil já teve momentos em que a agricultura foi um problema, e as pessoas estão esquecendo isso. Muitas vezes você vê críticas à agricultura como se ela não tivesse vivido problemas de segurança alimentar na década de 70, de 80. Nós vivemos isso e de certa maneira temos uma nova fase com novos desafios. Esse é o ponto. Porque agora a agricultura virou uma coisa muito mais sofisticada, muito mais exigente em conhecimento do que ela foi quando se expandiu no cerrado e fez esse crescimento bem-sucedido, ocupando novas áreas.

Por favor, para frente.

Esse lado do Gasques, do Ipea, mostram que o índice de produto cresce e a produtividade total dos fatores, que é um índice de produtividade que na agricultura se aplica muito bem, explica muito bem porque ele dá uma ideia de uso racional dos recursos. Expandir área, expandir produto, utilizando os recursos de uma melhor maneira, mais eficiente, não é fácil. Porque a ideia clássica, desde David Ricardo, era a ideia de que você vai para áreas marginais, você vai tendo rendimentos decrescentes. Isso era o que se esperava da agricultura. Você tem aqui um aumento de produtividade, um aumento de produção, o que não é algo trivial. Isso exige um esforço tecnológico.

Eu quero lembrar uma coisa às pessoas. As pessoas sempre falam em inovação tecnológica, e eu sou Schumpeteriano no sentido de que vejo sempre tecnologia como um resultado de busca de oportunidades, de negócios, principalmente, inovação, para mim, é oportunidade de negócio, é impacto, mas agricultura, se você não faz pesquisa, a produtividade cai. Esse é o ponto central. Não podemos esquecer isso. Segurança alimentar está relacionado a esse fato.

Vamos para frente um pouquinho, por favor.

O Brasil é uma exceção em termos de que no resto do mundo a PTF vem caindo e no Brasil vem melhorando, conseguiu aumentar a sua capacidade de usar os insumos, mantemos uso ineficiente de fertilizantes químicos.

Desculpem-me, houve algum problema.

Temos imensas áreas de pastagem com produtividade baixa.

Por favor.

Este é um trabalho feito pelo Ipea, chamado Radar, ele procura os que tiveram aumento da produtividade, total dos fatores, e os que tiveram diminuição, e cruzam com um critério qualitativo e fazem uma classificação dos agricultores brasileiros.

Passe para frente um pouquinho.

E aí se descobriu o seguinte: não vamos nos ufanar, a agricultura brasileira tem aí 40% das pessoas usando tecnologia e uma parte dos agricultores melhorando e tem uma grande maioria piorando.

Então você achar que hoje nós criamos... Eu acho que houve um discurso um pouco ufanista. O que eu acho muito perigoso. Está certo? Que somos os melhores do mundo, fazemos a melhor agricultura do mundo. Não é verdade. Os dados do censo vieram mostrar isso. Há uma grande heterogeneidade entre as produtividades. E como mostra esse trabalho do Radar, do Ipea, isso não se refere a quem é do agronegócio e a quem não é do agronegócio. Tem gente do agronegócio com baixíssima produtividade e tem gente que é da agricultura familiar com produtividade. Devem ser feitas políticas corretas para esses grupos. Isso é muito importante.

Pode passar para frente.

Eu vou pular esta parte, acho que a ideia já foi. Também passaria.

Tem esta imagem de que a bioenergia teria esse problema, esse é um menininho africano e a preocupação com a produção agrícola, o milho sendo usado para alimentar as enormes SUVs. Situação que está mudando nos Estados Unidos. Mas há problema, é que não há solução fácil.

Esta imagem mostra muito bem. Toda vez que nós só falarmos em produtividade e produção, nós vamos ter como contradição as políticas sociais, que têm que caminhar juntas. Está certo? Há soluções inteligentes, mas são difíceis.

Vamos passando para frente. Eu estou quase terminando.

E aí vem a questão: é possível crescer de forma racional? Nós temos aí uma repartição do território, que tem sido mapeado, e que essas áreas, vamos dizer, aqui é o Pantanal, mas vocês vêem como as áreas de agricultura do Brasil, diferentes tipos de agricultura,

não são tão intensas. Isso aqui é uma área de menor produtividade, nós sabemos disso, até pelas condições climáticas e pelas dificuldades, mas tem sido uma área onde o esforço governamental e as políticas sociais têm tido um impacto bastante importante.

Passe um pouquinho para frente.

E aí vem a questão de que é possível. E aqui fica a pergunta: se conversaram com os russos. Sempre quando você faz esses zoneamentos, você pergunta agora como se criam mecanismos para uma expansão canavieira possível, estimada em até, bastante considerável, dentro de áreas que são aptas e que não prejudicam de certa maneira, não teriam um impacto sobre a agricultura de grãos, forçando uma alta de preços, o que seria um dos componentes da preocupação. O quanto, por exemplo, nos Estados Unidos, você plantar milho estaria também contribuindo para a alta de *commodities*. O Brasil tem avançado nesse tipo de estudo, estudos *land use*, do uso da terra, procurando mapear quais seriam as condições técnicas e socioeconômicas que permitiriam uma expansão da cultura canavieira.

Para frente.

Aqui a ideia de áreas consideradas aptas, de 7% a 6%, você teria ainda 60 milhões de hectares que poderiam ser usados para cana-de-açúcar, 60 milhões, usando terras aptas e terras de média aptidão.

Para frente.

Então, observações finais. Estima-se, um estudo feito pela FAO e várias outras entidades, em mais de 80 bilhões por ano para os gastos em P&D e em infraestrutura na agricultura. Sabe-se que a agricultura é responsável por 20% das emissões de gás efeito estufa, mas também é um campo para alternativas de bioenergia, que pode fazer absorção de CO₂.

Então nós temos aqui um campo estratégico, que eu acho que é um campo para políticas inteligentes, é um campo que tem que combinar o conhecimento internacional, claramente hoje cada vez mais concentrado na mão de grandes corporações, nós sabemos que isso é um problema real, mas ao mesmo tempo os avanços que nós fizemos no nosso conhecimento, os investimentos que fizemos em pesquisa permitem que façamos parcerias, associações que nos permitam competir nesse cenário cada vez mais agressivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Não, não, isso é mundial. Isso é uma ideia de 80 bilhões/ano, mundial, de gastos em P&D. Seria uma estimativa. O Brasil gasta bem menos que isso, três bilhões.

Terminei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao Professor José Maria da Silveira, da PUC, São Paulo – desculpe-me, da Unicamp, de São Paulo, Universidade de Campinas, São Paulo.

Passarei a palavra agora ao Professor Eduardo Teixeira, último expositor da noite de hoje.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Fernando Collor de Melo, Senadora Ana Amélia, Senador Roberto Requião, Senador Aloysio Nunes Ferreira, senhoras e senhores, eu vou centrar a minha intervenção mais na economia brasileira, nos reflexos da crise de 2008, como ela se encontra no novo momento da economia internacional e o impacto das *commodities*.

Antes de tudo, eu gostaria de ressaltar que ando bastante otimista em relação ao nosso País. Quem, como eu, viveu, como economista profissional, nos anos 70, 80 e 90, quando comparo com as condições objetivas de funcionamento, não só da economia brasileira, mas da sociedade brasileira como um todo, tem que ser otimista. Somos uma democracia de massa, os Poderes funcionam, são independentes entre si, a economia nunca esteve tão robusta, a capacidade de reação à crise foi mostrada em 2008, e eu tenho certeza de que essa crise de 2011, longe de ser uma ameaça – é uma ameaça, é claro –, é muito mais do que isso, é uma oportunidade.

Por favor.

Eu vou passar rapidamente sobre a crise de 2008 e a situação da economia de então. O Brasil vivia um processo de forte expansão e íamos para 2008 para algo em torno de 6,5% do PIB, e, não obstante, a violenta desaceleração que ocorreu no último trimestre de 2008, mesmo assim, a economia conseguiu fechar com um crescimento do PIB de 5,2%.

Pode ir, por favor.

A demanda interna tinha um crescimento muito acelerado. A despesa de consumo das famílias vinha em crescimento muito alto.

Pode seguir.

Consumo estimulado pelo aumento do nível de emprego: as taxas de desemprego caíram no período.

Por favor.

E do salário real.

Pode seguir.

Tendo por base também o aumento expressivo do crédito doméstico. O Brasil era uma economia que concedia muito pouco crédito, por uma série de problemas do sistema financeiro, mas muito mais a situação recorrente de crise que ele vivia.

Por favor.

O investimento vinha crescendo.

Pode seguir.

Portanto, nós tínhamos uma expansão baseada na demanda doméstica.

Ao contrário de vezes anteriores, não foi o comércio exterior que puxou e sustentou o crescimento da economia brasileira; foi o consumo estimulado pelo aumento de emprego, melhoria da renda, expansão do crédito e o investimento doméstico crescendo de forma sustentada.

Por favor.

Além disso, a economia operava apoiada em indicadores sólidos. Nós tínhamos contas públicas saneadas, nós tínhamos resultados fiscais, que são objeto de muita crítica, mas, especialmente quando comparados com os de outros países, eram bastante positivos no período em questão. Estamos falando em resultado primário da ordem de 3% em toda a série de 2003/2008, com oscilações, é claro.

Por favor.

A dívida líquida caindo no período.

Por favor.

E a inflação controlada.

Tivemos um pico inflacionário em 2003, devido a uma série de fatores que não valem a pena discutir aqui, mas o período como um todo apresentou inflação controlada, não obstante choques de *commodities*, como foram citados aqui mais de uma vez.

Por favor.

Reservas internacionais brasileiras. Isso nos distingue em relação às décadas anteriores, não apenas elas hoje em dia são altas – aqui, no período, ainda é até 2008 – mas houve um estúpido, um extraordinário crescimento nos últimos três anos desse período, mesmo 2008 tendo tido uma queda de US\$30 bilhões, aproximadamente, no último trimestre do ano, queda essa que já tinha sido recomposta em meados do ano de 2009.

Por favor.

Mas nós tínhamos ainda taxas de juros altas. A Selic no período continuou alta e o Brasil foi um dos dois únicos países – desculpe-me, o único país... Há dois bancos centrais relevantes que aumentaram a taxa de juro, após a eclosão ou pelo menos a contratação da crise de 2008: o Banco Central do Brasil, que só vai fazer os cortes em 2009, e o Banco Central Europeu, que, em julho de 2008, dizia que o problema ainda era a inflação. Nós ao menos não dissemos essa frase.

Por favor.

Aí é um apanhado da crise. Não vale a pena. A era das bolhas. Tivemos várias crises menores que acabaram e, em 2007, levaram a um problema num banco francês importante. Os desdobramentos estão aí, mas nós podemos seguir.

O impacto nas economias centrais foi extremamente severo. Os dados de 2008 não captam – obviamente, por uma questão estatística – a dimensão total da crise, mas os números de 2009 são realmente desastrosos. Não há outra palavra para definir a situação a que foi acometido o centro do sistema capitalista moderno.

Por favor.

Enquanto isso, a economia brasileira tinha uma situação bastante sólida: o sistema financeiro com baixa alavancagem; tivemos o contágio via canal externo; as expectativas se reverteram rapidamente, tanto dos consumidores quanto também dos industriais; houve uma desaceleração muito forte e abrupta do investimento e consumo das famílias; PIB com forte retração no último trimestre de 2008; a indústria sofre o impacto principal; saídas líquidas de recursos externos, como mencionei, momentâneas; e o Banco Central tenta estabilizar vendendo dólares.

Aqui há um dado importante: a produção da indústria manufatureira brasileira só no primeiro semestre de 2010 volta ao patamar do primeiro semestre de 2008, ou seja, a ideia de que o Brasil não foi severamente afetado pela crise é simplificadora. O que nós conseguimos foi reagir de uma maneira extraordinária diante dela, mas esta nos afetou, e muito.

Por favor.

Esta é a ideia: ao contrário das oportunidades, boa resistência. Nós tivemos, baseado nisso, essa resistência do setor externo ajustada, a inflação manteve-se baixa, finanças públicas sob controle e a taxa de desemprego e a renda real não sofreram muito.

Por favor.

Aí tem uma série, um elenco de medidas que foram tomadas pelo Governo então para mitigar a crise e preparar o País para a saída dessa situação.

Podemos seguir.

Agora, foi menos intensa, no Brasil, a crise do que em outros países. O Brasil tem, à época, uma posição única em relação aos últimos trinta anos. Caminhava, à época, para se consolidar como economia de consumo de massas e esta é uma grande distinção do nosso País em relação às décadas anteriores: primeiro, a expansão da renda real, inclusive das camadas mais baixas, bem como do crédito.

Continuou sendo um destino estratégico para investidores internacionais por diversos fatores. Crescimento acima da média mundial é o principal deles. Há um capital especulativo que vem para se beneficiar do diferencial de juros – é claro que esse tem que ser combatido. E nós temos internamente uma economia que tem um espaço muito grande para aumentar o in-

vestimento doméstico, principalmente a infraestrutura econômica e social como habitação.

Por favor.

As ameaças de então são muito parecidas com as atuais: a deterioração da estrutura do gasto público; nível de investimento baixo; o PAC, que é um avanço, é um fato; as exportações – nós tínhamos um problema, àquela época, um risco que é o excesso de capacidade global; pequena capacidade de dinamização, exceto a parte de *commodities*; e a importação, em que se tinha, nos idos de 2008, uma ameaça concreta, que era a competição predatória, principalmente num País que vinha de um processo de valorização cambial, teve um choque cambial pesado, o dólar chegou a subir mais de setenta *cents*, mas rapidamente também recuperou o preço da moeda nacional.

Por favor.

Resultados: manteve o equilíbrio macroeconômico, cresceu mais do que a média mundial, ou seja, sofreu menos, dinamismo sustentado pela demanda doméstica, principalmente consumo das famílias que, como notado, sofreu muito menos do que em anos, do que em crises anteriores, o investimento puxado pela energia com destaque em óleo, gás, transporte, saneamento básico, agronegócio e habitação.

Por favor.

A retomada. A indústria puxando para baixo em 2009.

Ela caiu 6,4, refiro-me à indústria de transformação, impulsionando o crescimento em 2010. Ela cresceu 10,1, como eu disse. No primeiro semestre de 2010, ela voltou ao patamar que apresentou no primeiro semestre de 2008.

Aí nós temos mais uma vez aquele fenômeno estatístico. O País trabalhava, em 2008, todo mundo apostava nisso, para um crescimento de mais de 6,5% – no mínimo, superior a 2007. Foi afetado, muito mais afetado estatisticamente em 2009, mas, de qualquer maneira, a recuperação, em 2010, é notável, e o primeiro trimestre deste ano também apresentou números bastante bons.

Por favor.

Aumento da demanda interna mais uma vez. O que sustenta o crescimento do PIB não são as contas externas, não é a balança comercial, não é a exportação com a importação, aliás, cuja contribuição é negativa para o PIB. Na verdade, é o consumo e o investimento doméstico. As taxas, a variação real da despesa de consumo da família, depois de sofrer, em 2009, volta, em 2010, a um crescimento expressivo, principalmente o padrão brasileiro dos últimos trinta anos, se levamos em consideração. Sem dúvida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Sem dúvida. O endividamento começou muito baixo e hoje está em 40%. Nós vamos chegar a isso mais à frente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Talvez sim, talvez não. Vamos ser otimistas. Depende da taxa de juros. Vamos seguir, por favor.

No capitalismo, juros e prazo resolvem qualquer problema.

A taxa de desemprego continuou a reduzir-se. Evidentemente subiu ligeiramente em 2009, não poderia ser diferente, mas continuou a reduzir-se de maneira expressiva, o que sustenta a demanda doméstica.

Por favor.

O aumento do salário real continuou.

Pode seguir.

E a formação bruta de capital fixo, que foi severamente afetada em 2009 pelo colapso das expectativas empresariais, já se recuperou, em 2010, de uma maneira extremamente expressiva.

Por favor.

O crédito. Chegamos lá: 47,2% em junho deste ano. Se nós nos lembrarmos, nós saímos de índices muito baixos, lá atrás, nas primeiras transparências. Ele ainda tem, para padrão internacional, índices muito baixos, Senador, mas o senhor tem razão em dizer que os formuladores de política econômica têm que ter uma atenção especial quanto a isso, notadamente num País onde os consumidores pagam taxas de juros, digamos, siderais.

Pode seguir.

Melhora nas contas fiscais após a redução do primário em 2009/2010. Uma das formas de enfrentamento da crise foi aumentar o gasto primário, mas, já em 2011, nós temos uma recuperação clara das contas públicas e hoje o Ministro Mantega anunciou o aumento do superávit primário em mais de R\$10 bilhões, o que sugere que o Governo está começando a trabalhar com a hipótese de enfrentamento da situação, em 2011, de uma maneira sensivelmente diferente de 2008, ou seja, aumentar o superávit primário e fazer cortes mais expressivos na taxa de juro. Os juros futuros todos, inclusive, digamos, sustentam essa tese.

Por favor.

A dívida pública líquida cai, mas, depois, este ano, nem tanto. Aí nós temos os componentes mistos. A taxa de juro no Brasil ainda continua muito alta.

Podemos seguir?

A inflação recrudesce. Aí nós temos um grande debate no Brasil: o que é demanda corrente, o que é choque de *commodities*. Aí é um pouco de tudo e a minha posição é que o Governo fez bem em adiar a busca do centro da meta para 2012, porque não tinha

muito o que fazer em 2011 e os custos seriam desproporcionais se tentássemos voltar ao centro da meta rapidamente em relação aos resultados que poderiam ser obtidos.

Podemos seguir, por favor.

As reservas internacionais, essas continuam crescendo. Estatisticamente sequer aparece a inflexão de 2008, por quê? Porque a queda foi no último trimestre e a recuperação já se deu ao longo de 2009. Em meados de 2009, já estava tudo voltando à – aspas – “normalidade” – normalidade essa cujo preço nós estamos vendo agora em 2011, sabemos todos. Mas, de qualquer maneira, as reservas internacionais brasileiras são muito elevadas. Vale notar que, em algum momento, começou uma discussão de o custo fiscal de carregar reservas tão grandes. A crise de 2008, e agora a de 2011, tenho a impressão de que adiou um pouquinho essa discussão. País que não tem moeda conversível num mundo tão estável como esse tem que ter reservas acima do – aspas – “ótimo” – eu até hoje não consigo entender muito bem o que é a palavra “ótimo” em teoria econômica, mas, quem sabe?, nos próximos quarenta anos, se vivo estiver, eu aprendo ou me convenço.

Pode seguir, por favor.

Recuperação e posterior expansão do fluxo de comércio. Isso é uma coisa importante, porque nós tivemos uma queda muito relevante no fluxo de comércio de 2009, a recuperação já se deu em 2010 e, este ano, as expectativas são de que continue a crescer de maneira expressiva, apesar de o superávit comercial propriamente dito, por diversas razões, continuar sendo previsto na ordem dos R\$20 bilhões, R\$25 bilhões, R\$27 bilhões.

Pode seguir.

Nossos déficits em conta corrente, durante todo esse processo, foram financiados pelo chamado investimento estrangeiro direto.

Por favor.

Valorização acentuada e contínua do real suscitando preocupações. Este é o grande debate, quer dizer, o impacto: se nós estamos ou não, aliás, se é apropriado ou não, falar em desindustrialização. Particularmente não acredito que seja apropriado, mas é um fato concreto com o qual nós temos que cuidar cuidado, porque uma coisa é a taxa de câmbio se valorizar como consequência do progresso do País, outra é ela se valorizar não apenas como consequência do progresso, mas também por claras assimetrias em preços chaves da economia, como é o caso dos juros.

Por favor.

Vou falar um pouquinho de *commodities*. Como vocês podem ver, as exportações brasileiras de *com-*

modities têm uma trajetória diferente dependendo de que grupo de *commodities* se fala. O petróleo tem uma situação absolutamente diferente. O preço do óleo jamais chegará aonde alguns achavam que chegaria. Falou-se em US\$200. Chegou-se a quase US\$150. Hoje flutua em torno de US\$100, US\$110, dependendo do tipo do óleo e do mercado onde ele está sendo listado. De qualquer maneira, isso é relevante para o Brasil, não apenas para o controle inflacionário, mas para o balanço de pagamentos também, pois ninguém espera que o preço do óleo siga para patamares que foram intuídos anos, meses atrás. A maior prova disso é que o preço das ações das grandes companhias de petróleo caiu de maneira expressiva. Energia sofre com crises desse tipo, mas o petróleo, particularmente o setor de petróleo sofreu.

Por favor.

Aí é o índice de tonelada. Você vê que a crise de 2008/2009 impactou de maneira assimétrica. O açúcar é um caso aparte, porque tem peculiaridades na oferta que não são presentes em outras dessas *commodities*.

Por favor.

Aí nós temos número índice. Pode seguir, porque estou com pouco tempo.

Esse é o ponto, um dos pontos. Depois de hesitar em 2009, 2008, subindo a taxa de juros, o Banco Central traz a Selic de 3,75 para 8,75 em novembro de 2009, de uma maneira... Ou seja, os cortes foram expressivos. O esgotamento da crise faz com que... E o retorno do temor de a demanda crescer de maneira acelerada demais faz que o Banco Central faça uma inflexão da política monetária ao final, no último trimestre de 2009, e volte a subir a taxa de juro. Qualquer que seja a comparabilidade, a taxa de juro no Brasil é, sim, muito alta. E mais do que isso. Ela não é episodicamente alta. Desde 1994, a taxa de juro brasileira é muito alta, o que reflete, mas também cria problemas na própria economia.

Por favor.

A crise de 2011, versão de 2011, parece o filme Matrix. O mercado toma um choque de realidade, no meu ponto de vista, ou seja, realizou-se finalmente que a recuperação dos países centrais vai ser muito lenta e agora vem a questão concreta que é o risco político desses países. Para mim, volto a dizer, tenho 56 anos, adoro essa expressão risco político, porque foi um dos principais cadáveres que o Brasil carregou: que nós éramos um risco político. Nunca fomos.

Nova queima de riqueza em praticamente todo o mundo. Crise de 2008 não resolvida ou crise de natureza distinta? É cedo para saber. Há um grande debate entre os economistas.

Expectativas negativas sobre trajetórias nas economias centrais, situação dramática em certos países europeus, dúvida sobre os bancos. Há uma discussão: quem será o Lehman Brothers? Se sabe que é da França, mas o nome está difícil ainda.

Viabilidade e oportunidade de ajustes fiscais em diversos países ao mesmo tempo.

Vou falar só um pouquinho da Espanha. A Espanha tem 20% de desemprego. Como se viabiliza politicamente um ajuste recessivo, como querem alguns, em um país que entra na crise com 20% de desemprego? Não sei.

Por favor, vamos acelerar.

Impactos na crise: depende da magnitude.

Redução dos preços e *commodities* ou não, não está claro.

Mercado de crédito internacional está mais difícil, mas está longe do colapso de 2008.

Impacto negativo sobre expectativas de agentes econômicos e crescente preocupação com endividamento e moeda estrangeira do setor privado.

Não temos dívida externa pública, mas o setor privado brasileiro estar pesadamente em uma mudança rápida da taxa de câmbio, pode, sim, ter problema.

Por favor, que eu estou perdendo meus últimos segundos.

No entanto, estamos mais preparados que em 2008, as reservas muito elevadas, sistema bancário sólido, pouco exposto à contaminação externa, finanças públicas sob controle, inflação começando a ceder, convergência para 2012 é factível.

Emprego, renda e crédito doméstico com fôlego para sustentar a expansão adequada do consumo interno.

Por favor.

Perspectivas e ameaças. São essas que já se falou antes.

Estabilidade de economia.

Nós temos três pontos cruciais: impasse político nos Estados Unidos, China e Europa.

Rapidamente sobre a China.

O Alexandre colocou, com muita oportunidade, que eles vão fazer a desaceleração do crescimento para conter a inflação ou vão continuar a crescer. Minha tese é que podem até fazer algo com a inflação, mas o crescimento da China tem a ver com uma coisa muito maior que política econômica, teoria econômica – essas coisas são pequenas. Sou economista profissional, sinto-me autorizado – inclusive, estou na frente de um ilustre economista, ex-Reitor da UnB, professor de muitos colegas meus aqui, na UnB, Senador Cristovam.

Isso é uma decisão política nacional: a China não desacelerará muito o seu crescimento. Essa opção não existe para aquele país, dadas as peculiaridades da sociedade chinesa.

Nosso crescimento alicerçado, demanda das famílias.

Dúvidas quanto à melhor combinação de instrumentos fiscais e monetários. Está cada vez mais claro que vamos enfrentar 2011 diferente de 2008, eu acho um avanço.

Redução mais rápida da taxa de juros é necessária, sim.

Acho mesmo que é uma oportunidade. Podemos sair dessa crise com a equação fiscal e monetária muito melhor para o crescimento econômico e, principalmente, para as finanças públicas. Ouso mesmo dizer que podemos ter resultados nominais em pouco tempo extremamente baixos, que nos habilitaria a sermos um dos países da comunidade europeia. Ou seja, menos de 3% de déficit nominal rapidamente. E a taxa de câmbio e endividamento privado é, sim, um problema.

Por favor.

Esses são indicadores do Focus que eu coloquei aí, mas tomemos cuidado com o Focus, porque, convenhamos.

Eu gostaria só de dizer, terminando, que, no caso dos preços das *commodities*, é muito cedo para dizer.

Os números índices voltaram com muito, muito, muito...

Os dados do FMI sobre isso mostram uma volta dos preços dos grandes grupos de *commodities* muito rápido. E hoje muitos deles estão acima do que eram pré-crise de 2008.

Não acredito que vão continuar puxando a inflação, porque, qualquer que seja o cenário, não é razoável a reprodução do aumento expressivo acontecido nos últimos anos. Há um problema na nossa balança de comércio? Sim, pode ser que sim; porém, nada que um país que tem US\$350 bilhões de reservas internacionais não possa administrar.

Pensando livremente, acredito que um cenário melhor seja o Banco Central ter frieza – capacidade técnica nós sabemos que ele tem –, deixar a taxa de câmbio deslizar, se for necessário queimando reservas para trazer a taxa de câmbio no sentido de uma desvalorização do real.

E, ao final desse processo, estaremos em condições ainda mais fortes que em 2009, quando mostramos que estávamos.

Muito obrigado.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Teixeira, Economista, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Professor, ex-Diretor da Petrobras, Consultor de Empresas.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, para indagações aos nossos palestrantes.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Fernando Collor, queria cumprimentá-lo, novamente, pela iniciativa desses debates, extremamente esclarecedores e até didáticos para um entendimento melhor da situação interna e internacional, especialmente no momento desta crise e também pela excelência dos expositores.

Aprendi muito mais. Sabia pouco, mas aprendi muito mais e preciso conhecer mais.

Começo falando com o Dr. Eduardo, que fez a última exposição.

Eu gostaria de ser tão otimista quanto o senhor, Dr. Eduardo. Grande parte do nosso crédito está concentrado no consumo. O senhor disse que o Brasil se saiu bem da crise de 2008. Elas foram todas medidas pontuais na área do consumo, a desoneração de bens de consumo. Não tivemos um foco para investimentos e o País continua patinando nessa área penosamente.

O senhor é favorável, portanto, que agora o Governo, além do superávit de que o Ministro estava falando e de que o senhor falou – muito mais por arrecadação do que por corte de despesa – adote agora, de novo, as mesmas medidas que adotou em 2008, desonerando o setor produtivo?

É a pergunta que faço ao senhor. E se o senhor acha que as reservas, que o senhor disse que não sabe qualificar, do ótimo. Qual é o ótimo? As reservas nossas hoje estão boas ou ótimas?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Professor Eduardo.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Eu disse que é muito difícil saber o que é ótimo.

Claramente um país com moeda não conversível, em situação normal, não precisa de US\$350 bilhões de reserva. É um paradoxo sermos *top five* de reservas no mundo, quando temos uma série de problemas domésticos, que não nos qualifica propriamente como um país rico.

Agora, isso é uma série de fluxos, uma série de consequências de como funciona a economia mundial hoje em dia. Eu diria à senhora, com toda a tranquilidade, que, em condições de normalidade da economia internacional – e olha que tem sido difícil essa condição nos últimos quinze anos –, poderíamos e deveríamos ter reservas menores, para o caso de um impacto fiscal, que concordo que existe.

Agora, nós somos um País de moeda não conversível, ou seja, o nosso real não é trocado nas bolsas de moeda no mundo inteiro, não há conversibilidade direta. Nós temos conversibilidade que eu poderia dizer indireta, passando por instrumentos financeiros. Essa reserva alta é que nos dá condição de administrar a política monetária e cambial de maneira que o Brasil saia, do meu ponto de vista, dessa crise ainda mais forte do que entrou.

Segundo, quanto a 2008, que é a primeira parte da pergunta da senhora, o Governo fez alguma desoneração fiscal, é verdade, fez medidas de expansão do consumo, entre as quais o crédito, através dos bancos públicos. Na verdade, o que aconteceu em 2008 é que aquele gráfico mostra um crescimento do crédito total às famílias, mas não explica que esse crédito total às famílias foi derivado da ação dos bancos públicos. Na verdade, os bancos privados, no mínimo, ficaram estáveis na sua concessão de créditos, mas eles não aumentaram. Eles não são responsáveis por aquela inflexão extraordinária do crédito às famílias para sustentar o consumo.

Agora, há uma outra dimensão, que por outro lado também é verdade, de que o Governo reforçou muito os recursos do BNDES.

O BNDES é, por uma série de razões, o único instrumento de financiamento de investimento privado no Brasil. Os bancos privados, quando muito, intermediam recursos externos ou são agentes do próprio Sistema BNDES. A gente olha lá no balanço dos bancos: quando eles são agentes, na verdade, o risco é do banco, que é o intermediário, mas o *funding* é um *funding* derivado do BNDES. Há uma grande discussão de como foi aumentado esse *funding*. Fala-se até na volta da conta movimento – parece-me até uma imprecisão falar sobre isso –, mas, de qualquer maneira, é muito uma consequência da pouca funcionalidade do sistema financeiro privado brasileiro de prover créditos de longo prazo, notadamente com investimento industrial, do que propriamente uma nova conta movimento.

De certa forma, o Governo, também em 2008, acredito, reforçou, sim, o BNDES. O BNDES aumentou, de maneira expressiva, o volume de créditos concedidos ao setor privado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Obrigado à senhora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, pergunto ao Dr. Alexandre – é até uma temeridade falar com um especialista na área financeira, provocá-lo para saber se a política monetária e cambial brasileira hoje está no caminho correto.

Esta semana o Comitê de Política Monetária deve se reunir, e a grande queixa do todo o setor produtivo, e até dos consumidores, está em cima de juros asfixiantes. Nós estamos padecendo. Embora o Dr. Eduardo tenha falado da questão da desindustrialização, há assimetrias. O Rio Grande do Sul é um Estado que sofre profundamente, é um Estado exportador com o Mercosul.

Então, eu queria saber do senhor, nesse aspecto, qual será, se está correta essa política de câmbio nesse nível, de juro nesse nível. E também uma avaliação sua desse poder das agências avaliadoras de países: até que limite essas agências têm para destruir ou simplesmente fazer o que fizeram – até com os Estados Unidos, imaginem! –, criando problemas muito sérios.

Essa é a pergunta para o senhor.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Obrigado pela pergunta, Senadora.

Deixe-me começar pela segunda parte.

Acho um exagero dizer que as agências têm esse poder todo. Concretamente: elas rebaixaram a economia norte-americana. Então, o que esperaríamos? Uma percepção maior de risco, as pessoas, os investidores demandariam um retorno maior, para segurar um ativo que, afinal de contas, foi descrito como mais arriscado.

A reação do mercado foi precisamente oposta. Quer dizer, se a gente for olhar o que aconteceu com os títulos de dez anos dos Estados Unidos, eles saíram do patamar de 2,3%, 2,4%, e hoje eles estão em torno de 2%; chegaram brevemente abaixo de 2%. Lembremos que elas rebaixaram o Japão há alguns anos, a economia, mas o governo japonês sistematicamente se financia a juros muito baixos.

Pela minha experiência no Banco Central – obviamente, sempre falávamos com a agência e requeríamos um *upgrade*, o reconhecimento –, mas a grande verdade é que as agências são tipicamente defasadas. Em geral, quando vêm com uma análise para dizer alguma coisa, o mercado já se antecipou. Eu acho que existem problemas com as agências de fato. São apenas três, existem outras, mas ninguém ouve falar delas: basicamente, concentram-se em S&P, Moody's e, em grau menor, Fitch.

Então, obviamente existe esta questão e presta-se muito atenção, mas talvez mais atenção do que seja devido: elas têm menos poder do que parece, pelo menos no que diz respeito à dívida soberana. Acho que há um pouco de impacto, na questão da fronteira, no grau de investimento e não grau de investimento, porque a gente sabe que há um conjunto de investidores potenciais que estão restritos por razões, geralmente do seu próprio estatuto, a só comprar ativos de países que possuam grau de investimento.

Então, quando se faz essa transição, pode haver algum impacto, mas acho que, de maneira geral, na parte soberana muito pouco. Onde elas tiveram um efeito muito grande, particularmente nocivo, foi na questão da classificação dos riscos desses papéis complexos, criados pelos bancos norte-americanos principalmente, inclusive, usando a tecnologia das próprias agências. Era um paradoxo, porque eu acho que havia um número limitado – não lembro exatamente qual era o número, mas talvez fossem 15 companhias triplo A no mundo como um todo – e, no entanto, quando os papéis estavam sendo vendidos em cima dos empréstimos a devedores de pior qualidade nos Estados Unidos, quase todos eles eram classificados como triplo A.

Aí eu acho que houve uma influencia mais nociva e para o ruim. Agora, no soberano, eu sou muito mais cético quanto às agências, não por defesa, mas porque acho que elas não fazem um bom trabalho mesmo e ninguém presta muito atenção.

Na questão da política monetária e cambial, eu acho que há uma forma de avaliar o Banco Central. Existe o regime de metas de inflação: basicamente, eles têm condições de ter uma métrica muito bem definida para saber se a política monetária e cambial está correta. A gente chega, ao final de cada ano, e olha se a inflação está na meta, está acima ou abaixo. E, aí, a gente vai ver: “Bom, ela ficou acima da meta. Mas ficou acima da meta por quê?” Chegou ao final do ano e houve um aumento inesperado de gasolina. Aí, não há o que fazer. Inclusive para esse tipo de coisa é que existe o intervalo em torno, porque existem certas coisas que podem afetar a inflação. Já usaram essa imagem.

Quer dizer, o Banco Central de certa forma é um arqueiro que atira a seta no começo do ano. As decisões que ele está tomando, que vão afetar a inflação ainda dentro daquele ano, são tomadas entre dezembro do ano anterior e março daquele ano. O que vai acontecer depois não se sabe. Então, ele já soltou a seta e a gente vai ver se ele acertou ou não.

Concretamente. O Eduardo está falando aqui do ceticismo dele com relação ao foco. Ele só deu uma pista do ceticismo dele com relação ao foco. Mas, por exemplo, as expectativas de inflação para este ano são alguma coisa da ordem de 6 – acho que saiu hoje o número, 6,3... É. Exatamente. Acho que esse era o número, 6,31% – até a segunda casa decimal é um hábito curioso do Brasil –, novamente sugerindo que a inflação, no ano que vem, também ficaria algo acima da meta. Então, não parece que foi feito um trabalho tão bom no sentido de trazer a inflação para baixo, pelo menos para este ano.

Obviamente, há toda a questão de que houve um choque, não houve. Eu sou mais crítico quanto a essa questão do choque e tentei mostrar aqui. Houve um impacto de preço de *commodities*, mas acho que o impacto de preço de *commodities* foi, em larga medida, uma decisão – não propriamente uma decisão, mas resultado inesperado de uma decisão nossa, de que não vamos deixar o câmbio apreciar. E, na medida em que não deixaram o câmbio apreciar, o preço de *commodities* subiu. Isso permitiu traduzir o choque externo para os nossos preços. Mas vão dizer: “Ah! Defendi um setor”. Defenderam um setor, mas ao custo da inflação mais alta em outro. Enfim, há um tanto do choque.

Agora, não é só choque. Se a gente for olhar o comportamento da inflação brasileira nos últimos meses e trimestres, a gente percebe alguns sintomas muito claros de sobreaquecimento. A gente vê um mercado de trabalho que obviamente apertou. Estamos registrando as menores taxas de desemprego desde o começo da pesquisa – é verdade que a pesquisa é nova, mas, enfim, desde o começo da pesquisa.

Acabou de sair uma notícia, hoje, sobre o acerto do sindicato dos metalúrgicos, com um reajuste de 10% no salário nominal. Se formos olhar os números que saíram do Caged, referentes a julho do ano passado, veremos que os novos contratados têm um aumento também de salário nominal da ordem de 10% ou 11%. Quer dizer, todos os sintomas são de que existe um movimento de aquecimento.

Então, o que se vê é o seguinte: um pedaço da inflação que aconteceu hoje é resultado, na verdade, de certa timidez do Banco Central de subir juros durante o período eleitoral. Se tivesse feito isso, provavelmente teríamos uma inflação mais baixa hoje e estaríamos discutindo – agora em agosto, nesta reunião de amanhã – cortar o juro e não obviamente parar, como vai ser o resultado desta semana.

Então, acho que não houve... Enfim, dentro de uma métrica que está muito bem definida pelo decreto presidencial que criou o regime de metas de inflação, o Banco Central não está fazendo tudo o que poderia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Alexandre.

Agora, eu entro aqui na parte agrícola. Estava até mesmo um pouco incomodada, porque como gaúcha, os dois palestrantes só falaram na soja nos índices do Paraná. Não sei se foi para agradar o Requião. Mas, na verdade, depois o professor José Maria explicou porque o Paraná tem o maior nível de pesquisa.

Eu vou ter que conversar com o nosso pessoal do Rio Grande para aumentar a produção, embora a produtividade, Dr. José Maria, lá naquela região de

Não-Me-Toque, com alta precisão, tenha chegado a 78 sacos por hectare.

Hoje, o preço da soja teve uma nova alta: US\$14.47 por *bushel*, com alta de 23,5% sobre sexta-feira. Então, a especulação está pegando mesmo!

O professor Carlos Mielitz foi favorável a um intervencionismo na regulação da questão das *commodities* agrícolas. O senhor falou. Agora, eu lhe pergunto: que tipo de regulação é essa que deve ser feita? É possível, sabendo-se, como o senhor falou na sua exposição, que esse setor está concentrado em um grupo muito pequeno de *tradings* que operam no mercado internacional?

Eu também queria saber como compatibilizar, nesse mercado, as condições que o senhor mesmo mencionou, sobre a questão de que até 2050, segundo a FAO, o mundo terá que ofertar mais 75% da produção de alimentos para abastecimento razoável, pois se está consumindo muito, a partir da China.

Então, como compatibilizar um aperto, uma intervenção com uma necessidade dessas, sabendo que aqui no Brasil estamos hoje, ainda, na eminência de algumas restrições a respeito da questão ambiental, por exemplo, com o código que estamos examinando aqui no Senado?

Como estamos nisso, eu já pergunto para o professor José Maria, porque as coisas são correlatas. O senhor insistiu muito quanto à questão da tecnologia e de fato isso é fundamental. Em 35 anos, o Brasil aumentou a área plantada em 48% e a produção de grãos em 268%. Então, isso é o resultado de tecnologia.

Eu fiquei curiosa com a sua posição sobre fertilizantes. O senhor falou que é inadequado, tem problemas. Então, qual é a saída para isso, ajustando às necessidades? E se o País está hoje preparado para isso?

O senhor pontuou muito a questão de energia. Eu imagino que esteja aí também a questão da produção de energia renovável, porque no campo da agricultura nós teríamos não só o etanol, mas também o biocombustível, de que o senhor não falou.

O Governo brasileiro começou falando que seria um mecanismo de ajudar inclusive a agricultura familiar a usar matérias-primas de uso – digamos – pouco intensivo, até pelo próprio porte do... Acabou hoje, como nos Estados Unidos...

Os Estados Unidos foram para o milho por condições que interessavam a eles; mas nós, no Brasil, o que estamos usando para produzir biocombustível? A *commodity* mais cara, que é a soja, porque aumentou. O que nós vamos usar? Que opção é essa? Ela está certa? É essa mesmo a saída?

A Petrobras anunciou, aqui, na Comissão de Infraestrutura, pelo Presidente Sergio Gabrielli, que vai

precisar de uma produção enorme da Petrobras e também do etanol e do biocombustível. Então, essa que é – digamos – uma das maiores empresas do mundo vai entrar no setor dessa produção de energia.

Como a gente descasca esse pepino ou esse abacaxi? E como se resolve essa questão do ponto de vista tecnológico e desses entraves também do ponto de vista ambiental?

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Eu agradeço os seus comentários, principalmente lembrando que o que eu quis mostrar na minha apresentação, primeiro, é que nós estamos com um fato que temos de considerar muito importante. As pessoas sempre consideram como uma agricultura de *commodity* toda vez que você tem bons resultados, seja ela em incentivos não só para os agricultores brasileiros, mas para o resto do mundo.

Então, como conseguimos manter, em um bom período persistente, uma vantagem competitiva? É claro que nós temos terra barata em algumas regiões. Isso é responsável pela nossa competitividade. Mas mesmo o uso dessa terra barata não é trivial; foi baseada na capacidade tecnológica, que foi um avanço daquela época.

Eu estou querendo demonstrar – e acho que a Senadora mostrou muito bem – que estamos agora numa nova situação, em que as demandas de pesquisa agrícola são mais complexas, a questão ambiental aparece como sendo muito importante e pautando, transformando os problemas de pesquisa em problemas muito mais custosos, e os preços agrícolas também são influenciados, não apenas pela alta do petróleo, mas, potencialmente, pelo uso de áreas que seriam agrícolas para produção de biocombustíveis. Esse foi meu ponto.

E eu iria um pouco além, nesse problema que a senhora levantou, que é exatamente o problema de que o etanol, a cana não é mais, pura e simplesmente, uma fonte de bioenergia. A cana, hoje, com os investimentos que estão sendo criados, é uma fonte de uma bioindústria. Então, ela passa a ser produtora de plásticos. Hoje ela está sendo produtora, neste exato momento, de óleos para cosméticos.

A Amyris é uma empresa americana sediada em Campinas, inovadora, criada na Califórnia, mas que veio ao Brasil fazer pesquisa, o que é um fato novo. Ela praticamente já está produzindo uma série de produtos a partir do etanol. Então, essa base da cana começou a ser criada com uma base bastante sofisticada.

Quanto ao biocombustível – aí eu diria o biodiesel –, a questão é bastante ambiental, novamente. É o apelo ambiental, que talvez o brasileiro não tenha tanto pelo etanol, que não é muito visto pelo brasilei-

ro. Quando eu estou colocando etanol no meu carro, não estou vendo sequestro de carbono. O brasileiro não percebe isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. Só vai pelo econômico.

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Há um estudo nos Estados Unidos sobre como é visto; no Brasil como é visto. Ele faz um cálculo...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De quanto vai custar, de preço.

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – ...mas ele não está percebendo. Ele está olhando preço. Há um estudo muito interessante do Alberto Sálvio sobre isso. Eu recomendo.

Fundamentalmente, essa é uma questão muito importante. O biocombustível como política social eu tenho a impressão de que enfrentou as grandes dificuldades que a própria organização da pequena produção enfrenta, continua enfrentando, apesar de anos de política voltada para a tentativa de incorporá-la nos mercados.

Isso não é só um fenômeno brasileiro. A tentativa de usar, por exemplo, o *miscanthus* e o *sweet grass* em Oklahoma, que é o Estado mais atrasado dos Estados Unidos, passa por problemas de logística difíceis. Então, isso também se explica no óleo de palma e se aplica mais ainda em...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dendê, manona.

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – ...dendê ou pinhão, mamona etc, que sofrem exatamente com essa necessidade, que esse tipo de indústria, que exige regularidade logística, não consegue dar conta. E aí nós vamos para esse mundo, um mundo que deu uma segurança para os agricultores em um certo momento, mas devemos buscar alternativas.

Eu iria mostrar, não tive tempo, só para terminar minha intervenção, que a segunda geração está surgindo aí. E, nesse ponto, já tivemos o BBest, um encontro importantíssimo financiado pela Fapesp e que trouxe pesquisadores do mundo inteiro para Campos do Jordão. Eles mostraram o seguinte: já há empresas internacionais – apesar do nosso esforço em bioenergia – com soluções prontas, já tentando comercializar e trazer soluções prontas na área de segunda geração. Ou seja, nós, novamente, vamos virar compradores de tecnologia, infelizmente, apesar dos esforços que a gente tem feito. Mas segunda geração seria uma maneira de atenuar, de você ter os biocombustíveis, os combustíveis renováveis, sem uma pressão tão grande sobre as áreas agrícolas.

Agora, é um jogo. Como eu falei dos russos, esse zoneamento agroclimático da cana é foco de muita dis-

cussão. Eu acho que o agronegócio vai ter que chegar a uma maturidade que seja capaz de negociar e levar a sério essa questão.

Eu acho que é uma questão muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora, agora o Professor Carlos, por favor.

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Senadora, essa discussão da regulação é uma discussão recente, a retomada dela, e a dúvida é de como fazê-lo sem que isso vire um artifício protecionista.

Como o Brasil é um país liquidamente exportador e tem esse temor do protecionismo principalmente europeu, acho que o que tem de ser percebido é que, nem para os agricultores brasileiros, essa variabilidade de preços tem sido favorável. Então, não significa que o mercado livre não seja bom. Talvez o mercado regulado, a depender da regulação, de como ela for negociada, possa até ser mais estável, seguro e projetar investimentos de longo prazo.

Mas, objetivamente, o que está sendo um dos exemplos? É de se limitar investimentos de fundos em *commodities* agrícolas e, mais especificamente, alimentos. Ou seja, comida não é objeto de especulação. Não deveria ser. Digamos que esse seja o discurso político que traz essa mensagem. Agora, se esses países vão ter força para bancar isso é outra coisa.

Sobre a questão ambiental de que a senhora falou, a Embrapa tem uma estimativa. O Brasil pode incluir 70 milhões de hectares a mais na sua área agrícola sem causar grandes danos ambientais na parte do cerrado e sem entrar na Amazônia. E como o Professor José Maria também já falou, há uma enorme área utilizada pela pecuária, com baixa produtividade, que pode ser substituída por lavouras. Então, o Brasil tem um enorme potencial de expansão da sua produção agrícola sem causar grandes danos ambientais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – É claro, há a questão do Código, que a senhora lembrou e que está em discussão.

Agora, eu queria reforçar o que eu disse antes. Quer dizer, o Brasil é a última grande fronteira agrícola do mundo. Onde há terra disponível? Na África e no Brasil. A África tem problema sério de fertilidade e de água. E aqui há água, terra e sol o ano inteiro. Então, não é à toa que grandes grupos internacionais estão comprando – até sendo limitados – áreas enormes de terra enormes, em vários lugares do mundo, e também no Brasil.

O que a senhora aponta do crescimento da FAO: de fato, se a gente for pensar no mundo de hoje e que, daqui a vinte ou trinta anos, vamos ter de ter 75% a

mais de comida do que se tem hoje, a projetar o crescimento populacional que se tem hoje – não estou propondo a extinção da fome de 1,2 milhões de pessoas –, quer dizer, de onde vai sair isso? Inevitavelmente terá de sair do Brasil.

Outra fronteira de ação também são as políticas internas. Quer dizer, à medida que deixo de tratar comida como mercadoria, como *commodities*, especificamente, é uma questão de segurança que os países passem a adotar políticas de segurança alimentar.

Boa parte dos países africanos que hoje estão com essa crise alimentar séria – o chamado Chifre da África – é dependente ou de importações ou de doação de alimentos; ou seja, completamente vulneráveis. E a pregação da FAO é que comida tem de ser uma questão de segurança, não de comércio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Vou falar dos fertilizantes, pois esqueci, e acho importante. Só pelo seguinte: essa tecnologia foi trazida para o Brasil e, vamos dizer, começamos a estudar. Quando eu comento, inclusive, o pessoal do Paraná ou de Londrina, por amizade pessoal, mas essa rede de inoculantes existe no Rio Grande do Sul e a Fepagro tem um papel extremamente importante nessa rede. Pronto, agora, você fica contente!

Mas o fato é que há uma fronteira tecnológica que eu temo possa ser inibida por investimentos, no sentido de que a gente tem um pragmatismo, toda uma parte macroeconômica que privilegia resultados rápidos – e as pressões por resultados rápidos sempre existem –, que podem colocar, para segundo plano, a difusão dessas tecnologias.

Elas vão ser geradas pelo setor público. Como sempre, muitas vezes, no Brasil, o setor público cria a base para que o setor privado, depois, venha lucrar. Isso tem sido, na área agrícola, uma tradição nossa fazer isso. Talvez a gente possa mudar um pouco essa perspectiva. Mas é claro que a gente não vai poder dizer: “Vamos plantar trigo no cerrado”, na década de 70; “Vamos colocar toneladas de calcário”; está bom, calcário é mais barato; “Toneladas de fósforo, de P2O5”, para reduzir o fato de que o alumínio trocado vai fazer uma parte desse fósforo ficar indisponível para que se possa plantar. Quer dizer, esse tipo de lógica não tem mais cabimento. Em um mundo extremamente mais competitivo, isso não tem mais cabimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Exato, é isso. Seria irrealista se não houvesse uma fronteira de tecnologias, que já foram provadas e que transferem para o agricultor e para o consumidor um ganho enor-

me. A apropriação pelas empresas é muito menor do que no setor em que você está remunerando capital fixo, no fundo, essas empresas de fertilizantes, e nós precisamos olhar com cuidado isso. Agora, temos um problema sério, porque somos altamente dependentes desse tipo de insumo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A Senadora Ana Amélia está satisfeita? (*Pausa*).

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito!

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu vejo aqui a presença do Alexandre, do Banco Santander, que se apresenta como ex-Economista Chefe.

Eu me lembro de uma visita que fiz aos Estados Unidos, há alguns anos, para fazer uma palestra para o Sindicato dos Bancos Americanos sobre economia paranaense e brasileira. No fim da palestra, eu tive um encontro reservado com os dirigentes do Santander. Para a minha surpresa, eles anunciavam a crise, tal como ela ocorreu: faziam uma crítica pesada do desejo desesperado de lucro, da falta de planejamento, da falta de investimentos, do *subprime*, dos derivativos, já há alguns anos. Não sei como o Santander se saiu disso tudo, pois não acompanhei o banco na crise. Mas eles sabiam exatamente o que ia acontecer.

A crise americana surge mais ou menos por aí, com a desistência do planejamento. Enquanto, por exemplo, a Toyota, no Japão, planejava em investir em tecnologia, os Estados Unidos pensavam na bolsa, nos lucros, nos prêmios para os dirigentes e compensavam o congelamento salarial com o *subprime*, que depois se desdobrou em derivativos.

Hoje, eu vejo mais ou menos a mesma coisa acontecendo por aqui. Se vai baixar o juro da taxa Selic ou não, desculpem-me a franqueza, mas me parece mais ou menos irrelevante no momento, porque esses juros não são usados pela economia brasileira; são uma referência para financiamentos internacionais. A pequena e a média empresa brasileira não têm nada a ver com isso; não vão conseguir essas taxas que, para elas, certamente seriam maravilhosas, mesmo nos 12,5%.

Mas, de 2006 a 2011, as importações brasileiras subiram 100%. Eu vi, nas tabelas do Eduardo Teixeira, que as nossas exportações físicas não passaram de 5%. A quantidade de dólares em moedas fortes que entrou foi significativa, e o endividamento das famílias está acima de 40%.

Os Estados Unidos quebraram em uma situação muito melhor do que essa. Então, por que nós não quebramos? Comecei a pensar nisso. Nós não quebramos

porque o preço das *commodities* subiu, as exportações não aumentaram em volume, mas em valor e injetaram recursos no País, e as políticas sociais de elevação de renda das classes C, D e E aumentaram o consumo interno e o nível de emprego não decaiu.

Em função da crise, da tragédia dos Estados Unidos, aquilo que o Brizola chamava de diferenças internacionais, quando cada vez mais sacos de milho e de soja eram mais necessários para pagar o mesmo trator, as diferenças das perdas internacionais se inverteram. Esses países em crise, com a necessidade brutal de exportar, baixaram os seus preços, e nós estamos sobrevivendo.

Mas, e agora? Os Estados Unidos retomam um processo recessivo com um novo presidente – conhecido, nas rodas boêmias, como “Black Bush”, com a mesma política ortodoxa dos governos anteriores –, mas entram em um processo recessivo. Para o Brasil, isso tem importância? Tem. Nós estamos sendo rebocados pela China já há alguns anos, com um crescimento de 3,5% do PIB.

A recessão americana vai diminuir o comércio chinês, e a diminuição do comércio chinês vai significar a queda do preço e menos exportações para o Brasil. Nos gráficos do Teixeira, eu vi que, na verdade, a nossa exportação em valores é fundamentalmente de petróleo e de minérios; vêm abaixo, significativamente, os grãos também.

Então, estamos numa entaladela. Como saímos da crise? Os nossos fundamentos da economia estão magníficos? Não sei. Eu, como administrador público há trinta anos, não acredito muito nessa conversa ortodoxa de fundamentos da economia. Eu acho que, quando saímos da crise da outra vez, o Presidente Lula liberou depósito compulsório para injetar e oxigenar a economia. O que os bancos fizeram? O **Alexandre Schwartzman** deve lembrar que fizeram exatamente o que o acordo de Basiléia recomendava: cuidaram da sua própria liquidez e compraram títulos públicos brasileiros. Nós sobrevivemos porque tínhamos o BNDES, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e conseguimos, de uma forma ou de outra, irrigar a economia.

Então, esse processo todo tem nos levado não à desindustrialização. Eu concordo com o Eduardo de que a frase é tola. Mas há uma paralisação do processo de industrialização. Nós estamos comprando manufaturados chineses, japoneses, americanos. A nossa balança com a Alemanha é uma verdadeira tragédia – muito pouca gente fala nisso, mas é uma balança trágica. E nós estamos a caminho da primarização da economia. E eu não vejo, nas medidas tomadas pelo Governo, nenhum motivo para otimismo – e eu sou da base governista; sou entusiasta da Presidenta Dilma –,

mas eu não vejo. Eu vejo um discurso mais ou menos correto e uma tibieza absoluta nas medidas: medidas homeopáticas, numa situação que está a exigir alopatia, remédios mais pesados.

E agora a recusa, por exemplo, simbólica de dar um aumento real para os aposentados, é tolice, porque, num momento de crise, dar um aumento de 0,001 se justifica, mas foi uma sinalização para o mercado. A outra sinalização é o aumento do superávit primário. Enquanto o lucro dos bancos – o Amir Khair publica um artigo hoje em um jornal nacional – é um economista paulista, meu amigo pessoal, foi meu chefe de gabinete na Assembleia no Paraná – de R\$226 bilhões de lucros dos bancos. Mas o Ipea já publicou qualquer coisa em torno de R\$260 bilhões de lucro e 166 de *spread*. Não sei mais qual desses dados é real, mas qualquer um deles é extraordinariamente elevado!

Então, vejo que nós estamos primarizando a economia. Nós vamos ter uma crise com a retração do mercado chinês, em função da retração do mercado norte-americano. E a inflação está sendo acelerada por motivos muito claros. Por exemplo, empréstimo compulsório. Estou falando com economistas e vocês imediatamente me diriam: “Mas a massa dos empréstimos compulsórios não tem significação no endividamento dos brasileiros.” Não tem a massa, mas tem a velocidade com que é injetada na veia da economia e provoca inflação, sim!

Nós estamos comprando automóveis já a R\$400,00 por mês. O juro facilitado é o *subprime* brasileiro, a caminho da primarização, sem nenhuma sombra de dúvida! E eu não estou vendo saída no curto prazo. Mesmo que, ao invés da homeopatia, nós aplicássemos agora a alopatia, remédios pesados no processo econômico, a inércia vai levar-nos a uma crise. E acho que, em seis a oito meses, vamos ter dificuldades: satisfação popular, diminuição do Ibope do Governo Federal. Porque não se corrige isso no curto prazo e os erros vêm de tempos anteriores. Eu acho que os erros vêm da condução absolutamente ortodoxa da economia. Agora, ninguém sabia disso?

Eu fiz, em 2008, um seminário, no Paraná, sobre a crise. Eu trouxe gente do mundo inteiro, Senador Collor. Eu trouxe um economista inglês, o Magnus Ryner, excepcional, que hoje é considerado um dos grandes economistas do Mercado Comum Europeu; trouxe o pessoal da Itália, o Mario Lettieri, que foi o Ministro das Finanças do Romano Prodi; trouxe o nosso Aldo Ferrer, o Thomas Palley, dos Estados Unidos, gente da China, da Rússia, da França, do mundo inteiro. O diagnóstico é um só e nós estamos na contramão desse diagnóstico.

Portanto, eu não vejo como achar otimista o processo. Acho, Eduardo, que é exagero falar em redução da industrialização. Não houve. Há um avanço, só que o avanço não é satisfatório. E o avanço real é preço de *commodity*: ferro, petróleo e grãos. E nós estamos sem nenhuma solução, porque estamos abandonando a inovação tecnológica, o financiamento do desenvolvimento industrial.

Outro dia, numa reunião dessas aqui, eu citava a independências dos Estados Unidos, o Tratado das Manufaturas, do Alexander Hamilton; as ideias da nova política americana do Friedrich List, do Henry Carey, do Henri Clay; a contestação do Adam Smith, que acaba, depois de todo o liberalismo pregado, morrendo como inspetor da alfândega na Escócia.

E os Estados Unidos cresceram em cima disso, até que a financeirização da economia leva à crise. Eu vejo todo mundo falar em política monetária. Onde é que fica a política de investimento? Não só na tecnologia agrícola, que está abandonada. Nós estamos comprando pacotes completos, o glifosato, a transgenia, o pacote fechado. E essa euforia que preside a discussão do Código Florestal: “A agricultura salvou o Brasil da crise!” Então, agora temos de plantar até a beira do córrego? Tolice absoluta! E não vejo que medidas racionais e consistentes sejam tomadas.

Portanto, a minha visão, não de economista mas de um diletante da área, pois, afinal, estou na administração pública com algum sucesso – no Governo do Paraná, na Prefeitura da minha capital –, não vejo nenhum otimismo possível diante das políticas que estamos vendo implementadas pelo Banco Central e pelo Governo Federal. Gosto do discurso do Mantega (ê); aliás, é Mantega (ê), Presidente Collor, porque, em Bérgamo, na Itália, a terra da minha mulher, não existe essa pronuncia Mantega (â). É Mantega (ê) mesmo. E mantega (ê) lá é outra coisa. Nada a ver com o nosso Ministro.

Discurso correto, medidas tímidas. E se medidas acertadas forem tomadas agora, a recuperação é em médio e longo prazo. Não vejo saída para uma recuperação instantânea. Nós estamos no caminho da desindustrialização, da paralisação do processo industrial. Essas medidas tomadas agora – “Vamos estimular a invocação tecnológica!” – são de uma timidez absoluta! Fico com vontade de comprar uma tradução da proposta do Alexander Hamilton e mandar para esse pessoal do Banco Central. Como se chama? O manual das manufaturas, não é?

O que o Alexander Hamilton mandou para o Congresso Nacional, logo depois da independência do Estado, é um projeto de valorização dos Estados Unidos. A visão do Adam Smith era de transformar o

país em um fornecedor de matéria-prima e de mão de obra barata. Os Estados Unidos reagem investindo em tecnologia, planejamento e abundante financiamento das iniciativas.

Não vejo nada disso no Brasil. Vejo uma “passivez” absoluta das famosas bases políticas. Cada notícia do Governo Federal, em vez de ser analisada, pensada, criticada, melhorada, é admitida pelo Congresso como a solução das soluções. “Está tudo certo.” Não, não está.

Não assisti à exposição do Alexandre Schwartzman nem do Carlos, porque estávamos no plenário e eu estava inscrito para falar hoje. Presenciei a do Eduardo Teixeira e uma boa parte da do José Maria da Silveira.

Mas é esta visão que contraponho pelo menos ao que ouvi: penso o que pensava o Santander, em Nova York, há alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Eu começaria pelo Dr. Eduardo Teixeira as considerações sobre as colocações feitas por S. Ex^a Senador Requião.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Senador, primeiramente, as exportações brasileiras têm crescido bastante novamente depois da crise. Ficamos com 153...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Exportações.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– E *Commodities*.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Não, vou chegar lá.

As exportações brasileiras saíram de US\$153 bilhões, em 2009, para, no analisado fechado em julho, 236. É um valor, um patamar maior do que em qualquer outro ano, em qualquer outra época da história brasileira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Vou chegar lá.

Evidentemente, o senhor tem toda razão de que foi puxada pelas *commodities*, sim, pelo minério de ferro, principalmente.

Agora, a preocupação de V. Ex^a quanto ao futuro da indústria brasileira é a minha – deixei claro na minha exposição –, e não sou propriamente um liberal. Acho que os países, as sociedades organizadas têm que desenvolver as suas forças domésticas. O Brasil não pode e não deve e não fará, no meu ponto de vista, o sucateamento da sua indústria. Por quê? Ela custou muito caro. Custou anos de desequilíbrio a forma que a industrialização brasileira assumiu no pós segunda guerra mundial, mais precisamente a partir do final dos anos 50. É um processo que pertence a todos nós. Mais do que isso, é um processo, sim, bem sucedido. Temos uma base industrial forte e diversificada.

Concordo com o senhor em uma série de coisas que o senhor disse. A conjugação e a redução de tarifas à importação, a manutenção e as diferenças de taxas de juros, durante muito tempo e de grande intensidade, e a valorização cambial fazem com que a exposição da indústria brasileira se dê de maneira, no meu ponto de vista, não justa.

Mais do que isso, com relação ao fenômeno China, estamos, como país, muito tímidos. A China é um impacto na economia mundial e, portanto, nas relações com o Brasil também semelhante ao que foi o impacto na economia mundial quando os Estados Unidos, na virada do século XIX para ao século XX, tornaram-se finalmente a maior potência industrial do planeta. Não foi pós-Primeira Guerra Mundial, muito menos pós-Segunda Guerra Mundial. No ano de 1900, os americanos eram a maior indústria do mundo. Eram o celeiro industrial do mundo – celeiro estou usando como licença poética em relação aos agricultores aqui presentes, representantes da agropecuária aqui presentes.

O senhor tem razão. Políticas de criação e de difusão de tecnologia têm que ser estimuladas, e aqui é a Casa precípua para isso, porque isso sim é obrigação do orçamento geral da União. Mais do que isso, falei em otimismo porque estamos na quadratura, no meu ponto de vista, onde pode sim reduzir os juros, o que vai levar a um aumento do valor do dólar no Brasil e, portanto, a uma redução, pelas duas formas, da exposição, no meu ponto de vista, predatória da indústria brasileira.

Agora, como país, como sociedade organizada, temos um grande desafio: como enfrentar o desafio chinês. Os chineses, há 15 anos, exportavam camisas e faziam em fábricas que beirava a escravidão. Hoje a pauta da exportação chinesa para o Brasil tem um componente tecnológico muitas vezes maior do que a nossa pauta de exportação. Não sou um defensor do setor primário como guia condutor de uma economia moderna desenvolvida como a nossa. Agora, negar que temos vantagens comparativas extraordinárias acho que não é adequado. Mais do que isso, não vejo contradição entre explorar essas vantagens comparativas que temos no agronegócio, no setor mineral e a defesa intransigente, primeiro, da indústria brasileira da concorrência predatória e, segundo, da necessidade de geração doméstica de tecnologia, como foi citado aqui por outros palestrantes, especificamente quanto ao setor agropecuário, e, mais ainda, a sua difusão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ou seja, em uma rápida tréplica...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Claro, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – ...continuamos precisando ler o Ministro da Economia do Jorge Washington, o tratado das manufaturas. Não estamos investindo em infraestrutura nem privada nem pública. Por isso, qualquer aquecimento da economia resulta em processo inflacionário. Falta absoluta de investimento. E o Governo acena com o quê? Corte de investimento. Não consigo entender isso!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continuando as respostas ao que foi colocado pelo Senador Roberto Requião, Professor Alexandre Schwartzman.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foi um universo muito grande de comentários. Acho que não vou conseguir cobrir todos eles. Agora, quero chamar atenção para alguns pontos. O Eduardo já falou.

Primeiro, a gente não pode de fato ignorar a vantagem comparativa. Não tem jeito. Tentei chamar aqui a atenção para a magnitude da mudança de preços que enfrentamos externamente. Estamos olhando para um conjunto de preços de *commodities* que mais que dobrou de 2002 para cá. Isso também em um contexto – acho que o Senador mencionou e é a pura verdade, e chamei a atenção também no começo da minha apresentação – de queda extraordinária no valor da produção, praticamente da produção industrial, que não recuperou sequer a tendência.

Se formos olhar qualquer medida de folga no setor industrial global, normalmente mais concentrado no setor industrial dos países desenvolvidos, a gente trabalha com uma capacidade ociosa realmente muito grande. Os últimos números de utilização de capacidade na indústria americana estão na casa de 70%, quando o normal é que trabalhassem em alguma coisa superior a 80%.

Na Europa, não tenho exatamente os números, mas desconfio que não seja muito diferente. Onde já um pouco de diferença é obviamente na questão da China. Mas, quando a gente olha para o mundo como um todo, o que temos? Temos um excesso de oferta de manufatura. Está sobrando capacidade. Não há gente para comprar todo carro que se possa fazer. E temos, pelo contrário, um excesso de demanda pelas *commodities*. Portanto, sobre o preço das *commodities*.

Essa mudança de preço – manufatura em queda e *commodities* em alta – está por trás dos números que mencionei. Os termos de troca do Brasil estão 40% acima da sua média histórica.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Mas não apenas isso. A vantagem das *commodities* não é só da vantagem comparativa, mas da crise recessiva dos países desenvolvidos; senão, a valorização do conteúdo tecnológico embutida nos produtos estaria liquidando essa vantagem comparativa do Brasil e de outros países.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Vamos

lembrar que esse processo vinha, inclusive, antes da recessão nos países. Se a gente for olhar os números que tivemos, a evolução, na verdade, de 2002 até 2007, ou seja, ainda antes da crise, os termos de troca do Brasil continuavam melhorando.

Obviamente não eram nessa mesma magnitude, mas já estavam melhores, porque, como chamei atenção, não é só um problema ligado à questão... Obviamente, o ciclo tem uma questão importante, mas, mais importante do que o ciclo econômico, é a emergência de um polo consumidor de *commodities* na China, na Índia, no leste asiático de maneira geral. Ainda que tenhamos chamado a atenção para isso, quando a gente olha para um ciclo mais longo, a gente já tenha visto preços mais altos de *commodities*, na verdade, essa mudança, essa incorporação de um contingente enorme de consumidores no mercado asiático, conjugado com uma expansão também vigorosa de investimentos também nesse mesmo mercado, levou a um aumento de preços de *commodities* superior ao aumento de manufaturas, mesmo em um contexto mais apertado do ponto de vista de folga na produção de manufaturas. O processo recente ampliou esse impacto, mas não mudou a tendência geral.

Como eu disse, a estimativa que faço desses ganhos, quer dizer, dessa diferença de 40% dos termos de troca dos brasileiros relativamente a sua meta histórica, é de US\$70 bilhões, nos últimos doze meses, que é o presente do resto do mundo para o Brasil. Obviamente, estamos falando de magnitudes que não são modestas. São magnitudes, mudanças de preços relativos... Obviamente, e essa é a grande lição da economia, o sistema de preços acaba guiando de alguma forma as decisões, quer dizer, se aumentou o preço de algumas coisas e caiu o preço de outras, vamos produzir mais do que aumentou o preço e menos daquilo que o preço está em queda. É uma decisão que, além de tudo, e vou fazer alguma discussão, certamente acaba maximizando, fazendo o máximo possível de produtos e, em boa medida, o máximo possível de bem-estar.

Vou voltar ao ponto para o que chamei atenção: o bem-estar da população depende menos do que ela produz e muito mais do que ela consome. Se pudéssemos trabalhar menos e consumir mais, todo mundo aqui ficaria melhor. Se eu pudesse trabalhar uma hora

por semana e consumir equivalente ao que me custa hoje trabalhar 40 horas por semana, obviamente eu seria uma pessoa muito mais feliz. E é de alguma forma o que está acontecendo em alguma medida com a população brasileira, e chamei atenção para isso. O valor das coisas que produzimos está aumentando. É como se o nosso agricultor aqui descobre que aquela nossa saca de soja não vale mais R\$100,00, mas R\$200,00 ou R\$300,00. Obviamente você vai sair beneficiado desse processo. Acho difícil mexer com relação a isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Na agricultura, porque na indústria ocorre o contrário.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Menos

do que se diz. Se a gente for olhar de fato o que aconteceu, quais foram os setores dinâmicos na agricultura brasileira, não foram os setores tão “commoditizados”, pelo contrário. Fiz um trabalho extenso a esse respeito. Quais foram os setores líderes do crescimento industrial brasileiro basicamente de 2002 até 2008, que foi a última vez que mexi com esses números? Os setores que lideravam eram os setores mecânicos, o setor de transporte, o setor de eletroeletrônicos, o setor de máquinas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Todos os que hoje estão liquidados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Não

estão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Estão to-

dos puxados para o... A indústria automobilística está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – A in-

dústria automobilística está trabalhando no limite da sua produção. Em vários lugares, está trabalhando com três turnos. Não me parece exatamente um sintoma de uma empresa liquidada.

Se formos olhar o que está acontecendo com a produção de bens de capital para uso industrial no Brasil, ela vem em uma tendência de aumento extraordinária. Isso sugere... Vou até chamar a atenção. Se a indústria brasileira está se acabando, alguém está fazendo alguma coisa muito errada, porque estão investindo. Agora, a esse respeito, o mais interessante é o seguinte: vamos olhar para a evolução. Muita gente fala em desindustrialização porque a indústria tem perdido peso no PIB. Bom, a indústria perde peso no PIB do mundo. Isso não é critério nenhum. Na medida em que as pessoas, a economia evolui, o peso dos serviços naturalmente aumenta. Vamos olhar o peso da indústria brasileira relativamente à indústria global.

A gente pode olhar. Existem estimativas disso. Posso produzir essas estimativas aqui. O que se observa ao longo dos anos, e pelo contrário, no ano de 2003 até 2011, a indústria brasileira que manteve mais ou menos estável para a indústria global perde para a indústria asiática, ganha da indústria desenvolvida, se mantém um pouquinho melhor do que a indústria desenvolvida.

Então, isso também não é uma sugestão de uma economia que está se desindustrializando, muito pelo contrário. Agora, está enfrentando problemas para exportar manufaturas? Está, por problemas para lá de óbvios. Três quartos das manufaturas brasileiras vão essencialmente para três mercados: Europa, EUA e América Latina. Dois desses estão mortos. As importações americanas hoje estão menores do que eram as exportações americanas em 2007. As importações européias hoje estão menores do que aquelas que eram em 2008.

Então, vamos exportar para quem? Sobra exportar para a América Latina. Aí o Brasil tem mantido a sua participação de mercado, aliás, o Brasil manteve a sua participação de mercado na América Latina – e faz isso em um mercado que cresce –, manteve a sua participação de mercado na Europa, que é um mercado que, infelizmente, encolheu. Perdeu participação de mercado nos EUA e aqui também caiu.

Mas se formos olhar, dos três principais mercados, a participação a gente conseguiu manter em dois e o problema é que um deles está, obviamente, contraindo.

Então, a questão das manufaturas não é tanto que elas não crescem, elas crescem em um ritmo muito menor do que o primário, mas elas voltaram a crescer e viver em um ritmo obviamente razoável. Obviamente, a exportação da América Latina depende da continuidade de preços de *commodities* porque a mesma coisa que nos beneficia beneficia os nossos vizinhos. Enquanto os preços de *commodities* estiverem altos, eles vão importar muito, e o Brasil, como principal fornecedor da Argentina, onde o Brasil detém 1/3 do mercado – por mais que se reclame, o Brasil tem mantido 33 a 35%, independentemente da ameaça chinesa, tem mantido participação na América Latina –, mostra-se como uma figura bem diferente daquela que geralmente é vendida como uma figura de desindustrialização.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vou fazer uma réplica, só para não passar batido. Não concordo com a sua análise.

Os automóveis estão sendo vendidos com financiamento mágico e levam o endividamento de mais de 40% das famílias brasileiras. A redução de IPI, de incentivo fiscal, financiamento de longo prazo: endividamento de mais de 40%.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – O incentivo fiscal já acabou. O incentivo fiscal já acabou o ano passado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas o incentivo da baixa dos impostos e do financiamento não!

Está comprando um carro por R\$400,00 ao mês uma família que deve mais de 40%. E nós estamos com o mercado interno à beira de sofrer uma crise com o endividamento. Estamos comprando produto manufaturado. Estamos mantendo, artificialmente, o controle da inflação com produtores baratos de países em crise.

A sua visão não foi uma visão, vamos dizer, que incorporasse o planejamento industrial do progresso, foi a visão do economista. Nós estamos com o discurso dos americanos: no Governo – e o discurso que acabei de escutar – tudo vai bem. Esqueça o planejamento, a remuneração está maravilhosa, os preços estão maravilhosos, a felicidade está ligada ao consumo de produtos importados. Isso, no médio prazo, explode. E eu acho que nós temos que reverter esse processo.

Então, eu me permito dizer que não concordo com a sua análise.

Gostei da do Santander lá da matriz; aqui, a da filial não me agradou!

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Não estou no Santander.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

O Professor José Maria da Silveira.

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Eu só quero discordar do Requião quanto aos Estados Unidos não poderem falar como um todo, porque eles têm uma área de alta tecnologia que tem esse problema, vamos dizer, que não gera empregos, não tem manufatores e não tem talvez esse efeito distributivo que a China consegue fazer. Mas eles, de qualquer maneira, continuam mantendo uma dinâmica inovativa.

E depois, a política de energia é uma política clara de intervenção. A política de energia americana é definida por uma série de planejamentos de metas, e essas metas têm gerado inovações muito importantes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Inclusive geraram o apagão da Califórnia.

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – É, mas estou dizendo de bioenergia, talvez, porque eles estão vendo este problema.

Então, eu vejo assim: eles podem estar em uma transição também, mas eles estão fazendo um esforço tecnológico em algumas áreas chaves que são bastante fortes.

Então, esse é um problema a mais em relação à nossa atitude.

E eu concordo que as nossas empresas – não é só o Governo – são muito passivas. As grandes empresas também, não é?

Por exemplo, se, com os ativos internacionais, voltamos a ter uma rodada de crise, por que as nossas empresas não compram empresas tecnológicas no exterior? O argumento delas é o seguinte: “Ah, não vou ficar comprometida com uma tecnologia, pois quero ter acesso a toda a tecnologia que o mercado pode me oferecer. Então, eu não vou me envolver, comprando empresa de tecnologia.”

Acontece o seguinte: as empresas estrangeiras, nas áreas em que o Brasil gera alguma coisa inovadora, compram empresas brasileiras rapidamente.

Então, uma forma de acesso à tecnologia é por via aquisição de empresas. Eu não vejo por que as grandes empresas nacionais terem essa resistência a comprar empresa de tecnologia e a entrar no jogo competitivo da tecnologia também.

E aí volto à ironia do celeiro, mas o fato é o seguinte: o setor agrícola brasileiro pelo menos é exportador de tecnologia. Ele, inclusive, pode exportar algumas tecnologias que nós desenvolvemos, que são tecnologias de uso, são tecnologias de processo, que não são as que geram maior rentabilidade.

Outro ponto é que eu acho que há uma visão, um pouco de competitividade hoje, meio centrada na manufatura nacional.

Eu vejo, por exemplo, que as empresas bem-sucedidas – e eu não vou citar nomes – usam pesadamente o *marketing* ambiental, que, às vezes, nem corresponde com a base produtiva delas, mas foram muito bem-sucedidas – eu tenho olhado o balanço dessas empresas – em usar o *marketing* ambiental, como uma forma de valorização de produtos.

O que me preocupa, muitas vezes, por o Brasil ser exportador de *commodities*, é que ele está financiando o potencial criativo da China, inclusive da Índia, de avançarem nos processos de industrialização, a partir dos alimentos e da base alimentar que nós estamos criando, e nós estamos perdendo este mercado.

Há uma coisa que aconteceu. Sou da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, e a minha primeira aula, em 1973, foi: se um chinês tomar um copo de suco de laranja, o Brasil vai ganhar dinheiro; se um chinês começar a comer carne, o Brasil vai ganhar dinheiro.

Eu penso que, nesta área, um pouco dessa mentalidade do Alexander Hamilton nós tínhamos. Quer dizer, alguma parte do setor agrícola se preparou para se beneficiar desse, vamos dizer, estouro de *commodities*, que aconteceu 35 anos depois.

O problema é que, se a gente parar aí, eu concordo plenamente, nós não iremos a lugar nenhum. Porque eles vão criar mercados diferenciados, eles vão criar mercados... Muitos dos mercados hoje querem produtos que tenham, desde a agricultura, algumas características desejáveis; desde a indústria, algumas características desejáveis. E isso é uma coisa que nós não podemos perder e nós não estamos explorando. Eu não estou vendo isso.

Eu concordo plenamente: plantar mal, na beira do rio, um produto que vai ser considerado, depois, não sustentável, não é não ser inteligente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Minha rápida tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu visitei a China na época da grande inflação. E a China provocou, artificialmente, a maior deflação no mundo. Em determinado momento, os chineses tiraram as moedas debaixo dos travesseiros, dos colchões – com o Banco Santander, eles não trabalhavam, nem com banco algum – e provocaram uma inflação incrível. Eles tiveram que provocar uma recessão. E essa inflação foi provocada no início da abertura: empresas estrangeiras se instalavam na China rapidamente, começavam a produzir e a vender para o mercado interno.

Então, começaram a entrar mercadorias desejáveis e, com aquele dinheiro todo mobilizado, eles interromperam esse processo e trouxeram tecnologia do mundo inteiro. Os Estados Unidos fizeram a mesma coisa: levaram todos os alemães nazistas ou não, depois da guerra, para trabalhar nos Estados Unidos, aquisição de tecnologia.

E nós estamos fazendo com a indústria a mesma coisa que você levantou sobre a agricultura: ns estamos comprando pacotes. Mas, pior do que na agricultura, aqui nós estamos plantando e nós estamos comprando produtos fabricados fora, com mão de obra gerada fora.

Então, nós estamos anulando a possibilidade de criação. E isso não se resolve em um final de semana. Nós podemos mudar a orientação governamental, mas o efeito de um processo desses, de um tratado de manufatura, do George Washington e do Alexander Hamilton, vai durar algum tempo para se efetivar.

Então, eu não vejo com otimismo, porque nós vamos começar aquela pergunta, que o Cristovam lembrava, de um governante peruano: quando foi que nos ferramos? Em que momento exatamente? E faz tempo! Mario Vargas Llosa.

A palavra não era exatamente “ferramos”, mas, “quando foi que nos ferramos?” é a forma parlamentar usada no Senado da República!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Professor Carlos Mielitz.

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Senador Requião, concordo com boa parte do que o Senhor falou, mas vou me ater às questões agrícolas, com que eu trabalho cotidianamente.

Eu acho que, independentemente do desempenho industrial de que se falou, o Brasil está fadado a ser o grande fornecedor de produtos agrícolas do mundo. É a fronteira agrícola possível. Não é nenhuma questão de opção: ele é obrigado a ser.

Agora, há agravantes aqui eu acho, que o senhor lembrou também.

Não há nenhuma agricultura tão competitiva quanto a brasileira, até a porteira da propriedade. Dali para a frente é uma desgraça. Um trem graneleiro demora 20 minutos para ser descarregado nos Estados Unidos; um caminhão fica sete dias na porta de um porto esperando para descarregar no Brasil. Tirar a soja do planalto do Rio Grande do Sul e trazer até o porto de Rio Grande custa mais caro do que levar de Rio Grande para Roterdã.

Então, há várias outras coisas que, em termos de infraestrutura, estão limitando a nossa capacidade de crescimento e que nos impedirão seriamente no futuro.

Agora, voltando – o senhor não ouviu parte da minha apresentação – eu acho que, nesse cenário, o que eu queria reforçar é a necessidade de se pensar comida como uma mercadoria diferente: ela não é um produto comercial igual aos outros. E, nesse sentido, o Brasil tem uma experiência institucional e de políticas públicas que muito pode servir de exemplo e ser repassada para outros países.

E uma coisa que diz bem presente à Casa que estamos hoje é a posição do Brasil nas negociações internacionais. Como é que o Governo brasileiro se coloca em relação às questões de segurança alimentar, liberalismo, em relação a alimentos, e como isso é negociado em relação a outros produtos, a várias tentativas de acordos que existiram no passado?

Eu acho que, rapidamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O senhor me lembrou um problema que eu enfrentei no Porto de Paranaguá: o problema do tempo que você leva para descarregar um caminhão de grãos.

Isso acontecia lá também, mas eu fui verificar a razão. O Porto de Paranaguá havia se transformado na pedra. Pedra é um lugar de varejo e é conhecido como pedra, nos Municípios do interior do Paraná, onde todo mundo vende o que tem: galinha, cebola,

batata. Vai na pedra e vende na pedra. Se chegar na pedra sem ter um cliente, você espera que alguém surja para comprar.

E havia um verdadeiro mercado *spot*, que utilizava as estradas do Paraná como silo. O sujeito, antes de vender o grão, punha num caminhão e mandava para o porto. E, daí, no porto, ele ficava esperando que alguém o comprasse, alguma negociação. Eu simplesmente resolvi isso com logística. Eu só admiti que chegasse ao Porto de Paranaguá o indivíduo que tivesse agendado um navio que iria levar a carga vendida. Acabou, da noite para o dia, o problema de a estrada ser transformada em silo. É claro que houve uma reação brutal do pessoal que vivia do mercado de *spot*. Imagine a espécie de lucro que se tem com essa terceirização, os corretores, os *dealers*, os *brokers*, tudo em volta daqueles caminhões parados na estrada, sem banheiro, sem comida, sem restaurante, sem nada. Mas resolvermos com logística.

Agora, o custo no Brasil é brutal, o custo do pedágio nosso é uma brutalidade. Isso, sem sombra de dúvida, tem de ser resolvido.

Agora, há essa vocação de produção agrícola, essa produção maravilhosa com a qual nós podemos alimentar o País e o mundo; na verdade, nós estamos alimentando mais gado com soja, componente básico de ração na Europa e nos Estados Unidos. Nós estamos alimentando o gado que é criado nesses países. A soja não tem consumo humano na escala da produção. Ela vai se transformar em carne. Isso é maravilhoso, mas que não seja só isso. Eu vejo uma fascinação agora pelo Brasil, o grande produtor agrícola. Nós vamos alimentar o mundo, é nossa vocação! É a vantagem comparativa que nós temos, mas estamos nos esquecendo do resto. Agora, o Brasil se alimenta na pequena e média propriedade, com a diversidade dos produtos agrícolas, que vão desaparecendo.

Collor, eu vi desaparecer os alimentos da minha infância. As frutas do litoral, o cará, aquilo tudo que era comida típica do paranaense desaparece, e nós vamos acabar comendo ração à base de soja, como alimentamos os frangos, as aves nos criatórios.

Então, temos de parar de pensar um pouco que a única solução é a grande vantagem comparativa da exportação de *commodities*, porque elas são um ciclo e podem acabar. Como acabou o ciclo do pau-brasil, como acabou o da cana, elas podem acabar de uma hora para outra. E, aí, nós não vamos ter uma crise, nós vamos ter um desastre, um tombo monumental, e o nosso Governo não está abrindo os olhos para isso. Abre no discurso; não abre na prática. E eu torço para que abra, uma vez que eu sou parte da base do Governo, um entusiasta da campanha da Dilma. Mas

não vejo isso e, como não sou cego, não sou mudo e não fui surdo quando escutei as teses e as alternativas, sou obrigado a colocar isso a cada momento: estamos no mau caminho.

E queria sugerir aos economistas da Mesa – não é um elogio em boca própria: na minha página na Internet, que é www.robortorequiiao.com.br, vocês encontram uma seção de vídeos. E, na seção de vídeos, vocês irão encontrar Seminário Crise, Rumos e Verdades, onde vocês verão alguns bons economistas do mundo falando sobre isso, com tradução simultânea em português, para quem não... Aliás, fica aqui o meu protesto, Presidente Collor, com gráficos em inglês no Senado da República. Nós, lá nos Estados Unidos, jamais admitiríamos gráfico em português. Mas, à disposição de vocês e dos que estão acompanhando a TV Senado, a minha página e esse vídeo, com vinte, trinta economistas discorrendo sobre a crise e as soluções que eles achavam possíveis.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Roberto Requião.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Presidente, a Senadora Ana Amélia falou do otimismo de que ela discordava. Eu acho que o problema não está tanto, Eduardo, no otimismo, mas no horizonte de tempo com que nós estamos trabalhando.

Eu acho que, olhando a economia brasileira para amanhã, para o próximo mês ou para o próximo ano, nós temos toda razão de sermos otimistas. E nós economistas trabalhamos no curto prazo. Foi citado Keynes, que disse que, no longo prazo, todos estarão mortos. Toda teoria do equilíbrio no curto prazo baseia a nossa lógica. Mas, como estadistas, não como economistas, nós temos que pensar no longo prazo. E aí que começo colocar algumas questões para ver como as enfrentamos aqui.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu tenho a impressão de que as medidas – pode ser um trocadilho que eu faço aqui, que nunca são bons – são certas no curto prazo, mas são erradas no longo prazo. E o problema é que elas são certas no curto prazo, conjuntamente, mas são erradas, estruturalmente, no longo prazo. Mas o grave é que as certas no curto prazo são impossíveis politicamente, ou pelo menos muito difíceis. Exigiria um estadismo muito grande convencer o povo de fazer algumas mudanças: por exemplo, deixar de ter a indústria automobilística como carro-chefe. Não tem futuro. Não tem futuro, não cabe! Não é por falta de combustível, é por falta de espaço. Mas convencer a população que está aí de que ela vai abrir mão do automóvel privado, mesmo se sacrificando e

se escravizando pelo endividamento, em nome de um bom transporte público, vai ser muito difícil, a não ser depois de uma grande crise ou um engarrafamento desses que paralisa a cidade.

Olhando o longo prazo, o Requião – é difícil ser mais radical do que ele, mas eu vou ser – acha que as bases estão erradas. Eu acho que é mais grave: os propósitos da economia estão errados, e é difícil ter outros propósitos hoje.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Permita-se um ligeiro aparte. Isso é ser radical. Radical vem do italiano *radice*, que é raiz. Você é a raiz do problema e não a folhagem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– É a raiz mesmo. Por exemplo, a ideia que o Alexandre falou de que 44 horas de trabalho reduzindo para uma e consumindo o mesmo é impossível. Mas reduzir de 44 horas para 40 é possível se a gente reduz o consumo e aumenta o bem-estar, mesmo reduzindo o consumo. E, aí, o propósito exige outro: não é mais a produção, não é mais necessariamente o PIB, é o próprio tempo livre.

Estou de acordo de que é difícil a gente reduzir a jornada de trabalho sem reduzir o consumo que o trabalho permite, para não falar no salário, mas a gente vai ter que pensar outros propósitos.

Industrialização. Vocês mostraram argumentos de que não há desindustrialização. Mas, ao mesmo tempo, se a gente analisa industrialização sob duas formas, a industrialização tradicional, manufatureira, e a industrialização dos bens de conhecimento, o Brasil está ficando para trás.

A Bolsa de Valores criou o Nasdaq ao lado do Dow Jones, mas a gente ainda não criou outra industrialização. A gente continua chamando de industrialização fazer isso aqui e fazer automóvel, fazer no sentido de criar e não no sentido de montar apenas. E aí entra o problema da soja, que é vista como alta tecnologia, mas é alta tecnologia na função de produção, não no produto da produção. Então, a gente mudou a maneira de produzir graças à Embrapa, mas o produto é o mesmo. Qual é o problema? A velha elasticidade da demanda não vai permitir continuar o consumo eternamente. Hoje a gente consome porque aumenta o número de consumidores, não porque aumenta o consumo de cada consumidor. Agora, isso aqui aumenta o consumo de cada consumidor: cada seis meses, em troca, têm dois, têm três.

Então, nessa nova industrialização, a gente está ficando para trás. E, sinceramente, Carlos, acho que, como estadistas que nós deveríamos ser, fica muito difícil se convencer e se satisfazer com o Brasil celeiro do mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Está bom, está bom: condenado a ser. Condenado a ser. Não dá para a gente ser condenado a isso, até porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Mas, quanto a isso, tenho minhas dúvidas, e é uma das perguntas. Eu já acrescento as perguntas, sobretudo ao José Maria, que trabalha nessa área: é ou não possível a produção de soja do Brasil ir para Moçambique?

Eu soube que Moçambique está distribuindo terra. A gente ainda vai levar tecnologia da Embrapa. Ou seja, a gente vai fazer o contrário do que Palheta fez. Palheta trouxe o café da Guiana para cá, escondido, não deixavam sair. Escondido, porque lá não deixavam sair. As seringueiras também. Foram para a Indonésia escondidas. Não sei quem levou. A gente agora está patrocinando. Por quê? Porque vão ser grandes empresários brasileiros, mas não vão ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Estão tirando muita coisa hoje da biodiversidade, por quê? Porque são empresários brasileiros, mas não é o Brasil. E eu pergunto: é ou não arriscado, de fato, que, amanhã, Moçambique, que está um pouco mais da metade do caminho para a China, do Brasil para lá, é ou não perigoso que a gente tenha uma substituição do mercado chinês indo buscar em outros lados? Ferro talvez já na seja tão fácil, porque não se estão vendo minas; mas podem surgir também.

Mas, vou querer retomar e colocar as perguntas em relação ao longo prazo, porque eu gostaria de perguntar a experiência de vocês.

O que dá impressão, e eu tenho falado muito por aqui, é que a economia está bem, mas vai mal. Ela está bem no imediato; ela vai mal no longo prazo, por algumas armadilhas que foram sendo criadas ao longo do tempo e que mesmo os Hamilton nossos criaram também. Nós criamos certo protecionismo, que o Collor tentou resolver no tempo em que ficou... Aliás, falando em curto prazo, faz 20 anos que ele foi o Presidente, foi ontem. A gente vê que a cara dele ainda é de menino, imaginem há 20 anos. A gente não pode pensar em menos de 20, 30, 50 anos, nem que seja uma especulação. E, aí, como a gente desarma as bombas e as armadilhas? Por exemplo: ficar preso a *commodities* que podem ter outras fontes de produção e podem ter redução de preços, até porque podem ter substituição de alguma forma, por outros tipos de produto.

O gasto público. Não dá para este País continuar com esse gasto público, mas a nossa economia pro-

duz graças à demanda criada pelo gasto público, sem falar que a gente não está fazendo gasto público para resolver o problema do custo Brasil, porque não dá só com a genialidade da logística. Também vai precisar de estradas, vai precisar de portos. Como a gente vai resolver essa armadilha, de ter que reduzir gastos e não poder reduzir gastos?

O câmbio. Não dá para continuar com esse câmbio, mas se a gente desvalorizar a inflação pode voltar. Aliás, esse é o item que eu acho que está perigando no curto prazo, a inflação, e os dados desta semana mostram isso.

Aliás, eu queria fazer uma pergunta, acho que mais dirigida ao Alexandre, sobre como ele vê a inflação dos pobres, o IPC-C1, se não me engano, que é o índice de preço de quem ganha até um salário mínimo e meio, que, pelo que a gente tem visto – ninguém tem falado isso por aí –, está sendo maior do que o IPCA. Então, no fundo, a inflação vai cair, sobretudo, sobre os ombros das classes pobres.

Mas, voltando às armadilhas, que eu gostaria de ver realmente, numa especulação aqui, como a gente faz, como a gente vai resolver o problema da aceleração chinesa.

Foi você, não foi, que falou da aceleração chinesa, que não vai haver desaceleração? Mas a minha preocupação não é só com a desaceleração, é com a aceleração. Aonde vai parar o mundo com a aceleração chinesa invadindo o meio ambiente? Vai criar um problema. Invadindo financeiramente o mundo inteiro, ocupando a África. A gente tem o risco da desaceleração no curto prazo, mas tem o risco da aceleração chinesa no médio e longo prazo. É outra armadilha que a gente tem. E aquela que eu acho a mais preocupante, que é o problema da incapacidade ou da aversão brasileira à inovação.

Acho difícil nossos empresários comprarem empresas de alta tecnologia. Não está na cabeça deles isso. Eles querem é comprar e usar.

Além disso, alta tecnologia você não compra como compra tijolo. Você compra gente, cérebro; e a gente não tem esses cérebros e não vai trazê-los para aqui. E não fabrica de um dia para o outro, sem uma revolução na educação de base. Isso é outro problema, como melhorar a educação sem aumentar os gastos públicos; ou como aumentar o gasto público em educação diminuindo em outros lugares.

O outro item dessa coisa, que está ligado, é o apagão de mão de obra, que pode vir a ser um problema, e não dá para importar toda mão de obra.

E, finalmente, o endividamento das famílias, de que o Requião já falou. Estamos chegando ao limite. Há uma bolha de endividamento, e eu vou mais lon-

ge. Quando eu trato do ponto de vista mais radical eu digo: eu creio que há uma bolha de riqueza. A riqueza, hoje, é uma bolha. A gente vai ter que redefini-la. Não é abandonar a riqueza, mas redefini-la.

Pois bem, essas são as colocações, mas fico com outra pergunta sobre a qual quero ouvir a opinião de vocês. Quero ouvir a opinião de vocês. São provocativas: duas; uma eu acho que é mais para o Alexandre.

Temos ou não o risco de surgir uma contabilidade criativa nas contas públicas brasileiras, de tal maneira que engane a opinião pública, a mídia? Não vou dizer igual à Grécia, porque aqui nós somos mais transparentes: mas temos ou não o risco de certa manipulação?

A outra é: o que vocês acham desta coisa que todo mundo considera uma heresia, que é imposto sobre grandes fortunas e sobre grandes rendas, que os americanos já estão defendendo, americanos empresários, que os franceses estão defendendo e que aqui continua ainda uma maluquice de Plínio de Arruda Sampaio, de Fernando Henrique Cardoso e de Paulo Paim, os três que apresentaram projeto desse tipo?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Fora do microfone.) – Só depois da legalização da maconha!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Essas são as perguntas que eu faço. Eu sei que têm a ver com especulação de médio e longo prazo. Mas vocês vieram aqui para fazer isso também e para nos ajudar, porque nós não somos aqui apenas consultores. Consultor pode trabalhar no curto prazo. Nós somos candidatos, sonhadores, imitação de estadistas. É obrigação da gente. Aí a gente tem que pensar no longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S.Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Eu solicito a S. Ex^a o Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que, por favor, assuma a presidência dos trabalhos a partir de agora.

Acredito que já posso passar a palavra ao Dr. Eduardo Teixeira, em resposta às indagações feitas pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Bom, quando eu falo do meu otimismo é justamente pelo fato que eu vejo umas janelas de oportunidades para os próximos anos no Brasil e que nos permitiria mudar um pouco essa equação inadequada que nós temos em termos de juros, câmbio, inflação, no sentido de alterá-la, para garantir crescimento sustentado com melhor qualidade.

O Senador Cristovam fez algumas provocações, no bom sentido, mas muito mais do que provocações. Levantou assuntos que merecem profunda reflexão.

Eu, particularmente, sou favorável a imposto sobre grandes fortunas e vou mais além. Eu não entendo como nós temos tão poucas alíquotas no Imposto de Renda pessoa física. Nos anos 80 nós tínhamos muito mais. Depois houve uma reforma que a pretexto de simplificar criou duas alíquotas; depois criou uma terceira adicional. Não vejo por que isso. Não se trata apenas de aumentar ou não a arrecadação e, sim, de fazer uma melhor justiça fiscal, que é uma coisa muito pouco lembrada quando se fala em pacotes fiscais no nosso País.

Então, eu particularmente, sou, primeiro, favorável a imposto sobre grandes fortunas; segundo, sou favorável inclusive a aumentar o número de alíquotas para Imposto de Renda na fonte, inclusive.

Mas eu volto ao ponto do meu otimismo. Meu otimismo... Não que eu concorde com a equação atual. É que eu acho que depois de muitos anos, por diversos fatores, nós temos, sim, condição de reduzirmos substancialmente os juros, aumentarmos inclusive o gasto primário e, mesmo assim, conseguirmos, sem aumentar os impostos, resultados nominais muito, muito bons.

Concordo totalmente que nós temos que aumentar gastos primários em várias áreas; algumas foram citadas e a lista é grande. Mas aqui é o Senado Federal, aqui é o local por Excelência desse tipo de debate. Essa é a discussão que tradicionalmente na parte orçamentária os senhores conhecem melhor que eu e que acaba sendo negligenciada, não por falta de vontade do Senado ou da Câmara Federal e, sim, pelo processo de elaboração do orçamento no Brasil, como conclusão. Mas o processo é muito complicado porque os diversos órgãos da administração direta têm até, se não me engano, 30 de abril, para mandar para o Ministério de Planejamento, que consolida, e que manda para o Congresso Nacional, se não me engano. Estou falando de cabeça e se eu tiver falando alguma impropriedade, por favor... Em 31 de agosto tem que encaminhar. Então é pouca discussão dentro do Executivo e muitas vezes o Legislativo não tem o tempo necessário para discutir em mais profundidade.

Agora, eu insisto, o meu otimismo é que eu acho que nós podemos, sim, mudar, mudar simultaneamente e mudar para melhor no sentido do termo a composição fisco, juros e matrizes do crescimento.

O último comentário sobre a questão industrial.

O problema não é se a produção industrial brasileira está caindo ou não; caindo não está. O problema é que ela está se empobrecendo tecnologicamente. Eu citei, passou despercebido, acreditem, vamos olhar nossa pauta de exportação para a China e a pauta de exportação da China para o Brasil. Antigamente faziam o quê? Aliás, é igual ao Japão, que no final de 50, no

começo de 60 fazia radinhos de pilha. Tem um depoimento do presidente da Sony, Morita, dizendo que tiveram que mudar os bolsos. A indústria têxtil japonesa aumentou o tamanho do bolso, porque o japonês usava o radinho aqui. Eu me lembro que eu tinha 10, 12 anos quando recebi um radinho transistor. Foi a coisa mais emocionante! Não peguei a Copa do Mundo de 62, mas já peguei a de 66, tão malfadada, digamos assim. O rádio não me ajudou muito. Mas de qualquer maneira pude ouvir sozinho. Isso foi uma revolução nos padrões de consumo da época no mundo inteiro. Hoje em dia, olha a pauta de exportação do Japão, mas o mesmo fenômeno está se dando com a China; o mesmo fenômeno está se dando com a China, enquanto nós não. O nosso dinamismo industrial não está nos setores de ponta da tecnologia, e isso é ruim, muito ruim. Isso realmente pode colocar em risco o futuro do País a médio e longo prazo.

Segundo, alicerçar o desenvolvimento econômico de qualquer nação meramente em produtos primários têm riscos, sim, porque eles são muitos mais sensíveis ao ciclo econômico do que outros produtos.

Perfeitamente, concordo 100% com isso.

Por outro lado, nós temos vantagens comparativas muito grandes. Tanto na agricultura quanto na área de minérios nós temos que aproveitar essas vantagens, só que elas não são excludentes.

Um parêntese sobre Moçambique, bem lembrado aqui. Há alguns poucos países na África Subsaariana que têm terra, têm fertilidade de terra, ou seja, têm fronteira agrícola a ser expandida, têm energia porque têm rios de planalto e, no caso de Angola, mais do que Moçambique, é claro, tem a produção grande de óleo, que é o *enfant gâté* do mundo da energia, mas que na hora “h” é o bom e o velho óleo que segura a oferta de energia no curto prazo.

Pois bem, se Moçambique desenvolver a sua agricultura usando ou não tecnologia brasileira, eu diria aos senhores que é inexorável. Se tiver que usar a nossa tecnologia, bom proveito para a nossa tecnologia, que vai estar ajudando um país extremamente pobre, de língua portuguesa e cuja competição, se acontecer, ótimo, vamos exportar menos soja. Se o preço a pagar for esse, eu não tenho problema com isso. Acho que não vai acontecer, acho que não vai acontecer. Mas eu insisto, vantagens comparativas estão aí e têm que ser exploradas; vamos continuar explorando, só que o País não se resume a isso. Aliás, este debate agricultura versus indústria é coisa de cinquenta anos atrás. O Presidente Juscelino ganhou esse debate em prol da indústria. Isso é assunto encerrado. Nós estamos discutindo aqui como gerar valores inclusive nos produtos da cadeia do setor primário, agregando valor e

estimulando a nossa indústria no caminho de segmentos com maior dinamismo industrial.

Quanto à questão tecnológica, os Estados Unidos estão muito à frente do resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu passo a palavra ao Alexandre Schwartzman.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Obrigado, Senador.

Bom, eu vou me ater a alguns... Eu não acompanhei esse índice de preço em particular, mas eu tenho percebido obviamente INPC, que o índice irmão do IPCA, mas que é calculado também até seis salários mínimos, se não me falha a memória, não até um, mas até seis, ele tem sistematicamente ficado maior, porque ele dá um peso também maior pela questão de alimentos. Então acaba pegando exatamente esse fenômeno mais associado à questão dos alimentos. Obviamente tem um peso menor para a inflação de bens duráveis. A inflação de bens duráveis no IPCA é negativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ou seja, para o público que está vendo a gente pela inflação, a inflação do pobre é maior do que a inflação da classe média alta.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – É maior do que a inflação... É que há a questão do peso dos serviços. Aí eu não conseguiria dizer bem assim. Mas claramente, se você pensar em termos de uma dicotomia que está clara, que são bens duráveis e bens não duráveis, alimentos, quer dizer, quem compra automóvel, o radinho mais antigo – eu também tive um desses – mas quem compra tem se beneficiado, quem compra mais comida tem perdido. Então, obviamente, quem tem mais peso ligado a alimentos no seu orçamento acaba sofrendo mais. Acho que é um motivo a mais para ficarmos atentos à questão do desenvolvimento inflacionário.

Voltando para aquilo que vejo como um dos grandes desafios de longo prazo do Brasil. Um é um tema caríssimo ao Senador, que obviamente é a questão educacional. Acho até que o filme brasileiro não é tão ruim quanto à foto, a foto é horrorosa. A gente tem sistematicamente ficado na rabeira dos testes padronizados internacionais. O Piso é um exemplo, mas acho que não é o único. A gente sistematicamente vai mal. A gente tem melhorado, então o nosso filme não é de todo ruim. O problema é que tem gente com filmes muito melhores que os nossos, em particular, a China.

Como a China faz isso? Porque ela fez basicamente o caminho do desenvolvimento asiático, que foi começar pelo que tem baixo valor agregado e investimos pesadamente em educação. Tem uma história, que eu sempre conto, vou perder um tempo com isso,

mas acho fantástica. Fui a um encontro do G-20 quando ainda estava no Banco Central na China. Acabou o encontro, corri, fui tentar ver se pegava a Cidade Proibida aberta, e não deu. Uma garotinha de uns 10, 11 anos, me ofereceu uns livros horrorosos, e eu não comprei, mas, ao contrário do meu guia, que tinha vinte e poucos anos e falava uma língua, algo remotamente parecido com o Inglês, ela falava Inglês fluentemente. Uma menina de 11 anos, vendendo livro na praça da Paz Celestial, não era rica, e falava Inglês melhor que meu guia estudante universitário. O que é isso? Um sintoma muito claro do que está sendo feito. Obviamente porque ali era Pequim, se a gente for ao interior não vai ser essa história, mas acho que estava havendo um esforço no sentido de melhorar a educação chinesa. Em Xangai, por exemplo, os estudantes já estão nos primeiros lugares do Pisa; Hong Kong foi essa história; a Coreia é essa história. E, aqui, isso tem sido negligenciado durante muito tempo. Só muito recentemente começou um esforço mais concentrado.

O filme é bom, a fotografia é ruim, e a gente vai ter que fazer muito mais esforço nessa área. Inclusive desenvolver uma inovação. Quer dizer, se quer desenvolver tecnologia de ponta no Brasil colocando vinte mil engenheiros por ano no mercado de trabalho. Aí você vai concorrer com a Índia, que não é nenhuma coisa do outro mundo, mas coloca 300 mil engenheiros por ano no mercado de trabalho. Para onde a empresa vai? Obviamente não é para o Brasil. Então, acho que essa questão para mim é absolutamente essencial.

Outro ponto que foi mencionado. Como a gente faz isso sem aumentar o gasto? Duas coisas, primeiro: há um certo consenso de que não é que o Brasil gasta pouco em educação, mas gasta errado. Nós gastamos demais no ensino superior e gastamos pouco no ensino básico. A gente vai ter que resolver essa equação, porque sei que politicamente é complicado, mas afinal de contas estamos numa casa política dos senhores, onde se espera que se consiga eventualmente equacionar este problema. Mas a verdade é essa. Eu acho profundamente injusto. Eu estudei na USP, não paguei um centavo pela minha educação, depois fui bolsista da Caps. Agora, a educação de graduação ser gratuita, acho realmente que é um dos impostos mais regressivos que existe. Esse é outro problema. A gente vai ter que tratar disso.

Outras questões, quer dizer, temos que pensar no perfil de gasto público do Brasil. Pegar num sentido mais amplo englobando todo o gasto, quer dizer, não é só o que o Governo consome, mas o que ele transfere. Os números mais recentes de que tenho acesso mostram um gasto primário na casa de 34% do PIB para União, Estados e Municípios. Obviamente a con-

trapartida disso é ter uma carga tributária na casa de 36, 37, que tem dois problemas. Primeiro, ela é muito alta. Eu já prefiro imposto sobre consumo a imposto sobre a renda. Acho que para o risco de crescimento é melhor. Mas isso dá para calibrar. A gente pode pensar em alguma coisa. Mas acho que é mais interessante ter um imposto sobre consumo que um imposto sobre a renda. De qualquer forma, a gente tem uma carga tributária que não é só elevada, mas ela é principalmente complexa.

Então, uma estatística que não canso de repetir praticamente em todas as apresentações que faço é a seguinte: o projeto do *Doing Business*, do Banco Mundial, estima que uma empresa de porte médio ideal no Brasil gaste 2.600 homens/hora/ano para a tarefa de pagar impostos. Não é quanto se precisa trabalhar para gerar receita, para pagar imposto. Não, isso é o quanto você usa de recursos humanos para tarefa de preencher, pagar, buscar norma, quer dizer, dentro de cipoal tributário que há no Brasil. E nesse *ranking*, o Brasil é número 1 e está na companhia de gigantes como a Nigéria, o Azerbaijão, Camarões, que é o segundo colocado, são 1.400 homens/hora/ano. Países do CDE, em média, estão na casa de 500; o México está na casa de 400; Cingapura, 300, quer dizer, certamente acho que é... Por isso, reforma tributária para mim deveria ser o começo de tudo. Obviamente eu não tenho nenhuma grande esperança. Gostaria que os senhores me desmentissem a esse respeito.

Acho que na questão tamanho listado e carga tributária o que a gente tem que fazer é um esforço grande, e isso está fundamentalmente ligado à questão da poupança. O Brasil é um país de poupança baixa, por que o brasileiro consome muito? Certamente a gente consome mais que os chineses, menos que os americanos, a gente consome mais ou menos em linha com o que consomem os demais países latino-americanos, qualquer coisa um pouquinho menos que os nossos vizinhos. Onde a gente consome mais? Pelo menos relativamente à América Latina, que esses números eu conheço razoavelmente bem, na média, a América Latina, sem o Brasil, mostra um gasto público – e aqui definido de uma forma mais estreita, só o consumo público – da ordem de 15% do PIB. O Brasil consome 20. Essa é a diferença essencial. A poupança no Brasil está na casa de 13%, 14%, às vezes 15% do PIB. A poupança nesses países está na casa de 18% a 22% do PIB. Obviamente eles poupam mais, investem mais, ou conseguem investir mais sem ter déficit em conta corrente.

A gente conseguiu evitar esse problema até agora pelo que eu falei no começo. Os termos de troca em nosso favor permitem que a gente invista mais, consuma

mais, e mantenha a conta corrente sob controle, mas, de novo, isso não vai acontecer para sempre. Então tem que pensar em alguma forma de mexer na poupança também. E mexer na poupança volta para a questão de tamanho listado. A gente repensar o tamanho de estado no Brasil, pelo menos da forma como vejo.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – O senhor está esquecendo uma coisa fundamental. Até junho, o Brasil gastou no setor público consolidado 6,2% do PIB em encargos financeiros. Uma redução expressiva de taxa de juros abre sim espaço à melhoria dos resultados fiscais consolidados no setor público brasileiro.

Não obstante, só para terminar, o fato de que sistematicamente temos apresentado resultados nominais nos qualifica a ser membros da grande região do euro, ao contrário dos chamados PIGS, etc.

Foi feita uma pergunta da possibilidade de nós mascararmos as contas públicas. Senador, acho impossível. Numa democracia estável como a nossa, com liberdade entre os poderes, um crivo muito forte das associações civis, imprensa inclusive, uma das grandes vantagens de termos passado por aquele processo de desorganização fiscal – ali sim tinha a conta movimento, eu tive essa experiência, porque houve uma época, quando eu era jovem ainda, que trabalhei nessa coisa. É que não vai se repetir. A repetição disso supõe uma crise cavalgar e com um efeito contracíclico, coisa que em 2008 não aconteceu. A possibilidade de fazermos uma coisa tipo Grécia, sendo mais objetivo, é zero. A Argentina também. Nós passamos anos sendo penalizados com uma comparação com déficit público argentino, quando lá eles não incluíam as províncias. Houve uma época no Brasil que diziam que a taxa de juros era alta porque o câmbio era fixo. Aliás, a justificativa para taxa de juros alta no Brasil muda de tempos em tempos. Estabilidade regulatória, taxa de câmbio fixo. Os caras tinham taxa de câmbio fixa e nós não tínhamos, a taxa de juros era mais baixa do que aqui. A evidência empírica é aquele tal negócio, se o mundo está errado, dane-se o mundo e eu continuo com a minha teoriazinha.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, até no Supremo Tribunal a gente pode apartear sob questão de fato e eu peço o seu apoio.

O nosso Alexandre Schwartzman falou no grande investimento no ensino universitário e no investimento restrito no ensino básico. Sou contrário, Sr. Alexandre Schwartzman, não sei bem qual é a soma total investida no Brasil, está abaixo dos 7% hoje, os Professores estão pedindo 10% do PIB para investimento, mas cerca de 80% do que se investe ou mais do que isso, quero arriscar que pode ser até perto de 90%, Senador Cristovam, é feito por Estados e Municípios. E os

Estados e Municípios financiam o ensino básico, portanto, seria de oito a nove vezes maior o investimento no ensino básico do que no universitário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas são 50 milhões de alunos no ensino básico.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas são 50 milhões.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sim, mas o valor do investimento é muito maior. Portanto, o dado que me preocupava, preocupava-me com o Alexandre Schwartzman no Banco Central, trabalhando em cima de um dado desse.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Além disso, ele deve estar falando também mais orientado para a União e, aí, é quase tudo para a universidade, quase nada em educação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, a União investe muito pouco em educação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso é verdade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E quem investe mais em educação são Estados e Municípios. A União investe quase que exclusivamente, agora com o fundo, com o FNDE, um pouco mais, mas quase que exclusivamente no ensino de terceiro grau. Então, o investimento no ensino de terceiro grau, não falando em investimento *per capita*, mas o investimento no ensino de terceiro grau é muito menor do que o investimento nacional no ensino básico.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos fazer esse debate em outro momento.

Passo a palavra para o Professor José Maria da Silveira.

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Se não a gente foge muito do foco, que é exatamente essas contradições...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA –...de certa maneira também está para viabilizar o uso de automóveis. Então, os incentivos de mercado são muito difíceis de ser alterados, vão apontando em certas direções, e há essa resposta.

A Embrapa está realmente – estou envolvido nesse processo, concordo com o Eduardo que isso é importante, até do ponto de vista social – envolvida não só na soja em Moçambique, onde também se pensa em etanol. E a discussão é o quanto esses países po-

deriam produzir e a conclusão é de que é muito pouco. Quer dizer, há muitas limitações, tudo isso está muito mapeado hoje em dia, estão avançando, e uma das grandes discussões é que realmente as pessoas cada vez mais vão descobrindo que a agricultura é menos recursos naturais; a agricultura é mais logística e capacidade de produção conjunta, um processo bem mais complicado do que simplesmente plantar. Existem, principalmente, as áreas de bioenergia, e soja. É claro, como vai ser feito isso por empresas? Agricultura e grande empresa não costumam dar muito certo. Essa história de você montar um empreendimento agrícola como se fosse construção civil, como se fosse Odebrecht, pois, de certa maneira, essas empresas, a Andrade Gutierrez, todas essas empresas brasileiras que foram para esses países realmente construíram barragens e tal, é um outro tipo, porque, aí, se pode criar um enclave, pode-se fazer... E o que os chineses estão fazendo, ocupando a África, é completamente diferente da estratégia de levar grandes empresas e fazer enclaves produtivos: o que eles estão fazendo é mudando pessoas, que efetivamente se incorporam às comunidades e passam a viver, inclusive, trabalhando no pequeno comércio e pequenas empresas, passam a viver a vida das comunidades.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – É, com muito financiamento e com suporte de governo. Então, é uma coisa a mais, e a gente usa um termo horrível, mas é um termo que é preciso, que é “pervasivo”, quer dizer, que estão se intrometendo na vida toda da organização da África.

Um ponto interessante e que estudei é que, dentro dessas indústrias de alta tecnologia, também não há muitas indústrias de alta tecnologia. Quando você está lembrando isso aqui, são muitos produtos, mas elas têm uma base tecnológica comum e são poucas empresas que dominam, e produtor disso aí são duas ou três empresas no mundo que manufaturam isso.

E acompanhei muito a luta do Brasil no setor farmacêutico e devemos ter feito coisas muito erradas porque, nesse setor, praticamente – conseguimos ter, hoje, empresas de genéricos – durante todos esses anos, não conseguimos criar nenhum produto. Agora, estamos obtendo alguns produtos da biodiversidade – inclusive, a própria Unicamp tem um produto inovador, parece que também, no Ceará, tem também produtos, que geraram a partir da biodiversidade, mas o número de produtos que obtivemos, ao longo desses anos, foi feito um esforço nesse tipo de indústria, é uma indústria inovadora, os resultados foram muito pobres.

Então, isso explica porque apenas na agricultura você conseguiu. Talvez, pelas características da agricultura, você conseguiu ter uma organização bem mais eficiente e que soube, vamos dizer, utilizar os recursos do conhecimento, que são relativamente bons no Brasil. Investe-se muito em ciência e tecnologia, mas quando se faz o mapa da ciência e tecnologia e da produção brasileira, vai-se encontrar biologia, bioquímica, algumas partes em engenharia mecânica ligadas a esses processos e processos agrônômicos.

Essas são as áreas de excelência do Brasil. Também na área científica que o Brasil fez um esforço relativamente grande e na área de saúde. Há um mapeamento bastante assimétrico das áreas nas quais temos excelência ou, pelo menos, somos capazes de absorver tecnologia, negociar e criar tecnologias. Então, nesse cenário, não sejamos tão otimistas de que dominamos todas as áreas para sermos inovadores.

De certa maneira, poderia não ter acontecido assim. Acho que as pessoas dão muito como garantido, como seguro, que os resultados que a gente obteve na agricultura são frutos dos nossos recursos naturais, volto a dizer, são frutos da potencialização dos recursos naturais, mas houve uma clara predisposição para isso. Agora, a participação do setor privado sempre foi muito limitada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA – Nas cooperativas, em alguns Estados, você tem essa cooperação. São regiões do Brasil que você tem, inclusive, por força do conhecimento que trouxeram de outros países. A própria origem das pessoas que, às vezes, estão nessas cooperativas ajudou bastante, um tipo de disposição à inovação, que é explicado, talvez, pela origem cultural, que é um problema bastante sério no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Finalmente, passo a palavra para o Professor Carlos.

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Senador Cristovam, vou ser breve, dada a hora.

Quando eu disse que essa produção agrícola terá que sair do Brasil, é porque, como eu disse antes, 75% terá que aumentar a produção de alimentos. Poucos lugares do mundo têm condições de oferecer isso: terá que sair do Brasil. Não significa que teremos que ser países agrícolas. Lembro a história americana: os Estados Unidos são um país que, durante muito tempo, foi um celeiro agrícola, industrial e tecnológico do Planeta, sem que isso significasse alguma contradição.

Sobre a questão do IPC e dos alimentos, trabalho um pouco com isso também, realmente a inflação das classes de renda baixa tem sido fortemente influen-

ciada, nos últimos tempos, por alimentação e tarifas públicas ou tarifas administradas. Daí a minha discordância com o diagnóstico da inflação e a necessidade de manter taxas de juros tão altas.

E, aí, volto a um debate no qual estive com o senhor, num seminário do Professor Sachs, em Paris – não sei se o senhor se lembra disso – algum tempo atrás, sobre o peso da dívida financeira no orçamento brasileiro, quando discutimos alguns números. Se eu pegar o orçamento bruto, dá mais de 40%; se eu pegar o orçamento líquido, dá em torno de 19%. Brinco com os meus alunos que um dia de juros que o Brasil paga é o orçamento anual do Ministério do Desenvolvimento Agrário ou de outros tantos. Essa é a parte, talvez, do orçamento público menos ficcional, porque é inexorável e não se discute: se faz corte, se reduz as demais, mas essa é...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Calçada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Pois é. Essa, inexoravelmente, é paga; os demais são contingenciados. Acho que isso é uma questão em que a gente tem de prestar bastante atenção.

Sobre Moçambique, uma última palavra. Tenho orientado vários alunos de Moçambique. Recebemos na nossa universidade, cada ano, delegações de alunos de Moçambique para fazer mestrado e doutorado, e percebo o seguinte: as potencialidades agrícolas de Moçambique são muito limitadas. Então, não chegam a ameaçar, não são concorrentes sérios à agricultura brasileira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Que fatores de limitação?

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Fertilidade e água, basicamente, além da questão da falta de cultura desse tipo de lavoura por parte dos agricultores.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Uma última curiosidade em relação ao que o José Maria disse. Como coordenador de um programa de pós-graduação, fui procurar, representando a universidade, um diretor de tecnologia de um dos maiores grupos industriais brasileiros, procurando estimular convênios, pesquisa conjunta. Disse-me ele: “Olha, eu não estou interessado nisso, não. O que eu preciso que a universidade forneça é o conhecimento básico, tecnológico e em inglês. O resto eu treino lá fora, compro tecnologia, aliás, compro os pacotes tecnológicos e treino os nossos empregados nas nossas matrizes. Não precisamos desenvolver pesquisa conjunta com a universidade. Até logo, muito obrigado.”

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Posso fazer uma defesa da universidade pública?

O SR. CARLOS MIELITZ NETTO – Por favor.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Fala-se muito mais em teses, em mestrado e doutorado. Vamos dar uma olhadinha no que as universidades privadas produzem e vamos dar uma olhadinha no que as universidades públicas produzem. Depois a gente vota.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Quero só declarar que também sou a favor do imposto sobre as grandes fortunas. Acho isso um absurdo no Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Isso, seguramente, não atinge nenhum dos presentes aqui. Portanto, há unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas há uma outra unanimidade, que vou perguntar.

Duas coisas, antes de encerrar. Primeiro, entendi sua colocação sobre como os empresários veem a universidade: com desprezo. Lamentavelmente, nós, da universidade, vemos os empresários com desconfiança. Então, essa desconfiança de um lado e esse desprezo de outro estão impedindo a convivência, que é fundamental.

Isto a gente vai ter de descobrir, o senhor, Senador, que é Presidente da Comissão de Educação: como criar mecanismos que procurem casar os dois.

Se eu continuar esta reunião, vão pensar que, como defendi muito o longo prazo, querem que eu fique aqui até chegar o longo prazo. Mas eu não vou poder deixar de fazer uma pergunta por que o povo está vendo a gente. Todo mundo é a favor de baixar a taxa de juros. Por que ela não cai? Qual é a sua opinião, a opinião de cada um? Por que não cai?

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Vou deixar mais para o pessoal da área financeira, mas a minha opinião acho que é um diagnóstico errado da inflação, em pouquíssimas palavras.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Eu acho que se perdeu a oportunidade quando se pôde baixar a taxa de juros. Há certo conservadorismo do Banco Central, com certeza, e também o poder dos bancos. O Eduardo comentou que os bancos são saudáveis. Eu gostaria de entender do que mais eles precisam para ser saudáveis.

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Não estou pedindo nada para eles serem saudáveis, nem sou advogado dos bancos.

Eu fiz uma constatação que qualquer um pode fazer só analisando os bancos. Entre outras coisas, porque pouco emprestam. Por isso são muito saudáveis. Eles preferem ter ativos contra o Tesouro Nacional que, em moeda nacional, é o de menor risco.

Mas eu queria falar sobre a inflação também. Vou deixar o Alexandre por último porque tenho a impressão de que ele vai fazer considerações mais profundas. Há um pouco de diagnóstico, esse é um debate antigo, há um pouco talvez, podemos até concordar que, em 2008, deveríamos ter cortado a taxa de juros antes e mais profundamente, mas, no fundo, não é só a taxa de juros; é uma equação que inclui juros, câmbio, crédito e fisco. Meu otimismo deriva do fato de que, no meu ponto de vista, nos próximos anos vamos poder alterar essa equação, que considero atualmente perversa.

Por último, só quero comentar a frase a que me referi. Uma coisa é você colocar limites fiscais para a política monetária – poucas pessoas que conheço sustentariam isso. A outra coisa é não levar em conta que, desde 1994, nós temos taxas de juros extremamente elevadas, que, para não polemizar, significam, entre outras coisas, o mau funcionamento do sistema econômico como um todo. Mas, insisto, temos de mudar a composição do fisco, do câmbio, e os juros no Brasil, numa combinação que seja mais pró-ativa para o crescimento econômico sustentado.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Já tenho opiniões mais fortes. Primeiro, não concordo 100% com a pergunta, Senador: por que a taxa de juros não cai?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Todos defendem. Não estou nem querendo defender. Não estou defendendo.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Todo mundo quer. Todo mundo defende.

Primeira coisa, não é fato: a taxa de juros tem caído. Esse é o primeiro fato.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Entendi. Está certo.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Ela ainda é muito alta. Ela ainda é anormalmente alta, se a gente parar para pensar na experiência internacional. Agora, há algumas coisas para as quais precisamos chamar a atenção. Sempre que me fazem esta pergunta, de por que os juros no Brasil são altos, uma coisa que deixa incomodado todo mundo, não sou exceção a essa regra. Agora, o que há de anômalo no Brasil relativamente a outros países que não têm esse problema de taxa de juros? Por isso, inclusive, é que não compro muito essa história da incerteza jurisdicional. Tudo bem, a Argentina, para pegar um exemplo...

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Para a Comissão de Relações Exteriores pega mal citar países, mas os exemplos serão muitos.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Acho que você não precisa ir longe para ver que há lugares com mais incerteza jurisdicional do que...

O SR. EDUARDO TEIXEIRA – Fui muito perto, fui na fronteira!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A palavra está com o Alexandre Schwartzman.

O SR. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – Então, acho que não é por aí, temos de buscar uma coisa que seja específica de Brasil.

Uma parte da história é a questão... Houve uma sequência de artigos, feita pelo *Valor*, e algumas das pessoas que escreveram para esses artigos, notadamente Samuel Pessoa e o Márcio Nakani tocaram nesse assunto, e o André Lara Resende também tocou nesse assunto, um assunto que passei, rapidamente entre os meus desafios de longo prazo: o fato de que o Brasil tem poupanças baixas. Não parece, porque o brasileiro é um povo alegre e consumista, mas, basicamente, o setor público gasta muito e tem gastado sistematicamente muito.

Vou falar de 1994 para cá: o gasto público primário, consolidado, saiu de 25% para 34% do PIB. Esse é um dado curioso. De 25 para 34 é grande, mas há uma coisa mais interessante. Se pegássemos o que foi o aumento do PIB de 1994 a 2009, o que foi o aumento do gasto e da tributação de 1994, metade do aumento do PIB nesse período foi comido pelo gasto público, pela tributação. Então, a alíquota marginal de imposto no Brasil é de 50% ou foi de 50% de 1994, quando a gente estabilizou o País, até 2009. Acho que esse é um dado que ajuda a entender uma parte da história.

Há uma outra questão, que acho é uma hipótese promissora, a mais promissora de todas, não é minha, mas é uma sobre a qual eu gostaria muito de ver algum trabalho mais profundo, é pensar que, no Brasil, quando a gente fala em taxa de juros, a gente pensa na Selic como sendo um balizador para a taxa de juros no mercado livre de crédito. Agora, não existe só mercado livre de crédito no Brasil. Dois terços do mercado de crédito é livre e um terço é crédito direcionado. No crédito direcionado, tipicamente, ocorre a taxa de juros. Os empréstimos são feitos e as taxas de juros são significativamente inferiores à Selic. O TJLP é de 6% ao ano, num cenário em que a gente tem inflação passada de 6,5%, inflação em perspectiva na casa de 5,5%. Estamos falando de uma taxa de juros real bem baixinha nesse segmento. Obviamente, a taxa de juros que resulta disso, uma média ponderada desse tipo de coisa, deve ser uma taxa de juros menos teratológica do que a taxa de juros que a gente observa.

Então, acho que adicionalmente à questão da baixa poupança, que a gente atacaria por uma mudança na equação fiscal e monetária, ou seja, de fato fazer um ajuste fiscal. Mas vamos falar de um ajuste fiscal de

verdade, um ajuste fiscal que reduzisse o gasto público no Brasil e não um ajuste fiscal como está sendo feito, que se ancora não só na arrecadação, mas praticamente na arrecadação extraordinária, como temos visto neste ano, como a gente viu acontecer na questão da Petrobras no ano passado – essa, sim, uma instância de contabilidade criativa, antes que eu me esqueça. Essas coisas eu não vou deixar de dizer, não interessa o que possa ter acontecido comigo no passado.

Então, eu acho que a combinação destas duas coisas: a existência de crédito direcionado e um volume grande e subsidiado são uma coisa exclusiva de Brasil. De todas as economias que já acompanhei, basicamente a América Latina, o acompanhamento que tenho mais à distância de Europa, Estados Unidos e Japão, eu não conheço países que tenham crédito direcionado subsidiado na magnitude que nós temos.

Acho que essa é a hipótese mais promissora para explicar um pedaço grande da diferença e o outro pedaço, obviamente, relacionado à questão da baixa poupança.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nisso, estou totalmente de acordo.

Aliás, naquela lista que coloquei, um dos pontos que esqueci foi este: realmente, a baixa poupança é uma das tragédias nacionais. E ela, em parte, vem pelo alto endividamento também, porque uma parte do custo é pagar empréstimos tomados no passado. Cada dívida hoje é um consumo a menos no futuro.

Bem, quero agradecer a cada um e a cada uma. Acho que foi um debate muito enriquecedor. Felizmente, conseguimos que uma parte substancial tenha sido transmitida pela televisão, e essa é a função deste Senado também.

Antes de encerrar esta reunião, agradeço a presença, mais uma vez, do Professor José Maria da Silveira, do Dr. Eduardo Teixeira, do Professor Carlos Mielitz Netto, do Dr. Alexandre Schwartzman,

E comunico, ainda, que amanhã, terça-feira, às 9 horas, neste penário, a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, realizará reunião para discussão e apreciação do relatório sobre as reuniões referentes ao tema dois, que é “Desenvolvimento Econômico e Social”, em um ciclo de audiências públicas.

O Quinto Painel do nosso ciclo de palestras, intitulado “A União Europeia e o Euro – Crise na Grécia, Situações na Irlanda, em Portugal, Espanha e Itália e Suas Implicações em África”, se dará na segunda-feira, dia 12 de setembro, com a presença do Dr. Frederico Gonzaga Jayme Júnior, da Universidade Federal de Minas Gerais; do Dr. Isaías Coelho, Doutor em Comércio Internacional e Finanças Públicas e pesquisador

do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas; e do Dr. Winston Fritsch, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que tem sido um mestre de toda uma geração de economistas brasileiros.

Dito isso, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 37 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia primeiro de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, José Agripino, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Clésio Andrade, Ana Amélia, Roberto Requião, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 38ª e da 39ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. O Senador Cyro Miranda solicita inversão de pauta para antecipação do item 2. Inversão aprovada. O Presidente procede à leitura de Requerimentos da Comissão. **Requerimento nº 43, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Francisco Dornelles**, que requer “*nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA*. A Audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Excelência a respeito da salvaguarda de assuntos sigilosos e da importância do sigilo para a segurança do Estado e da sociedade”. **Requerimento nº 44, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Blairo Maggi**, que diz: “*Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requereu a realização de audiência pública nesta Co-*

missão com a participação do Sr. **Joanisval Brito Gonçalves**, Consultor Legislativo do Senado do Núcleo de Relações Internacionais e Defesa Nacional, com o objetivo de debater questões sobre o PLC nº 41, de 2010, que 'Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.' **Requerimento nº 45, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **José Agripino**, que diz: "Venho solicitar seja posta em votação a proposta que faço de convite ao Sr. Governador da Província de Santa Cruz, Bolívia, Rubén Darío Costas Aguilera, para comparecer a esta Comissão no dia 6 de outubro do corrente ano. Estou seguro de que o comparecimento à Comissão do Senhor Governador, que estará em visita ao Brasil naquela semana, será muito útil para debater e desenvolver as já excelentes relações que o nosso País mantém com a Bolívia e, em especial, com a Província de Santa Cruz, onde muitos cidadãos brasileiros trabalham para a prosperidade do país vizinho." **Resultado**: os requerimentos foram lidos. Tem início a apreciação da pauta. **Item 2**, da segunda parte – **Mensagem (SF) nº 121, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor IGOR KIPMAN, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein." **Relator**: Senador **Cyro Miranda**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. O Senador Aníbal Diniz solicita a retirada de pauta do item 7, da segunda parte. Solicitação aprovada. Tem início a primeira parte da pauta, com a realização de **Audiência Pública**, atendendo ao **Requerimento nº 37, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 04 de agosto de 2011, que, "nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas". Os senhores Jean-Louis Montel, Vice-Presidente de Tecnologia da Dassault Aviation, Jean-Pierre Chabriol,

Vice-Presidente das Vendas Militares da Dassault Aviation, e Jean-Marc Merialdo, Diretor da Dassault International do Brasil e Representante da Rafale International no Brasil, são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. O Senador Randolfe Rodrigues solicita inversão de pauta para antecipação do item 3. Inversão aprovada. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 179, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008." **Relator**: Senador **Randolfe Rodrigues**. **Resultado**: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 107, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAERCIO ANTONIO VINHAS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena". **Relator**: Senador **Jorge Viana**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva conforme art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 136, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002". **Relator**: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. **Resultado**: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 141, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009." **Relator**: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. **Resultado**: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 181, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009." **Relator ad hoc**: Senador **Aníbal Diniz**. **Resultado**: aprovado parecer

favorável à matéria. **Item 8 – Requerimento nº 62, de 2010**, de autoria do Senador **Paulo Paim** e outros, que “*requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Nelson Mandela em celebração aos 20 anos de sua libertação.*”. **Relator**: Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado**: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 9 – Requerimento nº 759, de 2011**, de autoria do Senador **João Pedro** e outros, que “*Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao DIA INTERNACIONAL DO REFUGIADO, comemorado no dia 20 de junho.*”. **Relator ad hoc**: Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado**: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 10 – Requerimento nº 41, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, que requer, “*nos termos regimentais, adiamento ao Requerimento nº 40, de 2011 – CRE, aprovado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que à oitiva do senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti, seja realizada em reunião conjunta com a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, para debater os diagnósticos às estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas.*”. **Resultado**: aprovado. **Item 11 – Requerimento nº 42, de 2011 – CRE**, de autoria dos Senadores **Blairo Maggi** e **Jarbas Vasconcelos**, que diz: “*com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação dos Srs. Emanoel Pinheiro, Deputado Estadual/MT, Heitor Reyes, Presidente da Ong Associação das Famílias Vítimas da Violência – A.F.V.V. e Dr. Paulo Prado, Representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, [juntamente com representantes da Polícia Federal / Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores], com o objetivo de debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil.*”. **Resultado**: aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira**, **Aníbal Diniz**, **Luiz Henrique**, **Blairo Maggi**, **Jorge Viana**, **Randolfe Rodrigues** e **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 40ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 39ª reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo e aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Em função de ter um compromisso inadiável em seguida, eu pediria a V. Ex^a, se pudesse, que fizesse a inversão: em vez de começarmos pela audiência pública, eu gostaria de relatar, se possível fosse, o item 2 da Mensagem nº 121, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Coloco à deliberação do Plenário a solicitação que faz S. Ex^a o Senador Cyro Miranda de inversão da pauta, fazendo com que o item 2 da pauta do dia de hoje seja lido – é um relatório – antes do início da audiência pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inversão permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

V. Ex^a poderá ler o seu relatório como primeiro item da pauta do dia de hoje, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Logo depois da leitura dos requerimentos.

Muito obrigado.

Passemos aos requerimentos.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRE

Do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a a indicação do Senador Sérgio Souza para ocupar vaga de titularidade na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cedida pelo Bloco de apoio ao Governo, conforme Ofício nº 106/2011. Na oportunidade, renovo a V. Ex^a votos de apreço e consideração.

A Secretaria desta Comissão já tomou ciência e está adotando as providências cabíveis.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRE

Do Senador Cristovam Buarque.

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada desempenho de missão política e cultural de interesse parlamentar no País minha ausência à sessão plenária do dia 1º de setembro do corrente ano, quinta-feira. Na ocasião, participarei do V Congresso Nacional do PDT, a realizar-se no período de 01 a 03 de setembro de 2011 em Porto Alegre, conforme cópia do programa anexo.

Informo, por oportuno, que a minha participação no referido evento não representará quaisquer ônus para o Senado Federal.

Coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria de lembrar às Sr^{as} e Srs. Senadores que o requerimento de viagem, conforme já aprovado pelos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pode ser lido na reunião tão logo seja entregue, para que não haja essa espera. Muitas vezes a viagem se realiza e o requerimento ainda não foi aprovado. É a única exceção que os Srs. integrantes desta Comissão abriram para aprovação de requerimentos.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRE

Do Senador Ministro Francisco Dornelles.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso 2 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso 2 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para qual seja convidado o Exmº Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército José Elito Carvalho Siqueira. Audiência mencionada tem por objetivo ouvir S. Ex^a a respeito da salvaguarda de assuntos sigilosos e da importância do sigilo para segurança do Estado e da sociedade.

Entrará na pauta da nossa próxima reunião, para deliberação do Plenário.

Outro requerimento de autoria do Senador Blairo Maggi.

REQUERIMENTO Nº... , DE 2011-CRE

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, inciso II, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação do Sr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado, do Núcleo de Relações Internacionais e Defesa Nacional, com o objetivo de debater questões sobre o PLC nº 41, de 2010, que regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e do § 2º do art. 216, da Constituição Federal, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e revoga a Lei nº 8.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

Requerimento do Senador José Agripino Maia, Presidente do Democratas.

REQUERIMENTO Nº... , DE 2011-CRE

Solicito seja posta em votação na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a proposta que faço de convite ao Sr. Governador da Província de Santa Cruz, Bolívia, Rubén Darío Costas Aguilera, para comparecer a esta Comissão no dia 6 de outubro do corrente ano. Estou seguro de que o comparecimento à Comissão do Sr. Governador, que estará em visita ao Brasil naquela semana, será muito útil para debater e desenvolver as já excelentes relações que o nosso País mantém com a Bolívia e, em especial, com a Província de Santa Cruz, onde muitos cidadãos brasileiros trabalham para a prosperidade do país vizinho.

Contando com o sempre prestimoso apoio de V. Ex^a, agradeço a gentileza e a atenção.

O requerimento será também incluído na pauta da nossa próxima reunião.

Gostaria de registrar a presença entre nós, no dia de hoje, de S. Ex^a o Embaixador de Portugal, Dr. João Manuel Guerra Salgueiro.

Seja V. Ex^a muito bem-vindo, Sr. Embaixador.

Comunicados.

Comunicação do Itamaraty sobre a situação do brasileiro Ricardo Costa, detido no Estado americano do Arizona desde dezembro de 2008. O Itamaraty

relata um assunto suscitado, levantado, por S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, em relação à exorbitância da fiança exigida pela Justiça do Estado do Arizona, fiança essa da ordem de US\$70 milhões, para que o brasileiro pudesse ser julgado em liberdade.

O Itamaraty vem acompanhando a situação desse brasileiro nos Estados Unidos e já foi designado um advogado, que está pleiteando junto à juíza do Estado do Arizona a redução dessa fiança. Ela ficou de dar, até o dia de hoje, a resposta de a quanto montaria essa fiança. Mas, até o presente momento, isso não nos foi informado. A informação é que ele continua sendo assistido pelas autoridades brasileiras no Arizona e que está com advogado devidamente constituído.

Outro comunicado sobre a 8ª Reunião Ministerial do BASIC, grupo constituído por Brasil, África do Sul, Índia e China, sobre mudanças de clima realizou-se em Inhotim, Minas Gerais, nos dias 26 e 27. Participaram do evento S. Ex^{as} os Ministros Antonio Patriota, das Relações Exteriores; Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; Ministra de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul; Ministra de Recursos Hídricos e Assuntos Ambientais da África do Sul; o Sr. Xie Zhenhua, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China; e o Sr. J.M. Mauskar, Secretário Especial para Meio Ambiente e Florestas da Índia.

Basicamente, foram discutidos nessa reunião os resultados da reunião de Durban, questões relacionadas ao Protocolo de Kyoto, questões relacionadas aos perigos do unilateralismo, questões relacionadas ao G77 e à China e, finalmente, questões relacionadas à Conferência Rio+20.

A íntegra desse documento, dessa nota conjunta, da declaração conjunta das autoridades desses países que participaram dessa reunião em Inhotim, Minas Gerais, encontra-se à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores, nesta Comissão.

Damos início à pauta da reunião de hoje.

Será feita a inversão de pauta, solicitada por S. Ex^a o Senador Cyro Miranda e aprovada por este Plenário.

ITEM 2

– Não terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 121, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. IGOR KIPMAN, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cyro Miranda, para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO)
– Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor.

Agradeço a concessão às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidenta da República faz do Sr. Igor Kipman, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nascido em Curitiba, em 10 de maio de 1951, o Sr. Igor Kipman, no âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1990, o Curso de Diplomacia Pública, em 1998, e o Curso de Altos Estudos, em 2006, quando defendeu dissertação intitulada “Estados insulares do Caribe: relevância para a política externa brasileira”.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria e no exterior, destacam-se as de Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Georgetown, em 1983; Terceiro, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Representação junto à FAO, de 1986 a 1989; Encarregado de Negócios em missão transitória em Dacar, em 1987; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami, de 1989 a 1992 e em 1995; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Port-of-Spain, em 1994; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Porto Príncipe, entre 1995 e 1999; Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória no Consulado-Geral em Atlanta, em 1996; Encarregado de Negócios na Embaixada em São Domingos, entre 1999 e 2002; Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, de 2003 a 2008; e Embaixador do Brasil em Porto Príncipe, de 2008 até o presente.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações em diversas reuniões de negociações bilaterais e multilaterais e em conferências de organizações internacionais.

Sobre os países a que se destina o Embaixador indicado, vale trazer à colação alguns aspectos cen-

trais apontados no informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores.

A Confederação Suíça tem sua capital em Berna. É um país de 41.285km², com população de cerca de 7,6 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) de 324,5 bilhões, que lhe propicia PIB *per capita* de 41.663.

Apesar de sua pequena área, a Suíça possui PIB *per capita* dos mais altos do mundo, um parque industrial dos mais avançados e um dos principais centros financeiros. Apenas em 2002, a Suíça tornou-se membro das Nações Unidas e de outros fóruns internacionais, embora continue a valer-se de sua tradicional neutralidade para intermediar conflitos e para julgar e encaminhar alternativas para solucionar problemas mundiais.

A Confederação Suíça é uma república parlamentarista, com democracia direta e composta por vinte e seis cantões e cidades-cantões. Sua população, superior a sete milhões de habitantes, caracteriza-se por sua heterogeneidade em termos religiosos, culturais e idiomas. No âmbito da política externa, tem-se destacado a posição adotada pela Suíça em favor da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ampliação e democratização dos órgãos são, portanto, defendidas com a ressalva de que atendam critérios e objetivos.

Foi justamente sua condição de neutralidade que tornou a Suíça escolha natural de associações, organizações não governamentais e de importantes organizações internacionais, para a instalação de suas sedes da Organização Mundial do Comércio, Organização Mundial da Saúde, Organização Internacional do Trabalho, entre outras.

Especificamente em relação ao Brasil, é grande o interesse da Suíça em estabelecer parcerias estratégicas. Vale ressaltar que a Suíça vem se destacando como um dos maiores investidores estrangeiros no Brasil.

Em relação ao segundo Estado onde o diplomata representará o Brasil, nota-se que o principado de Lichstenstein, cuja capital é Vaduz, é uma monarquia parlamentarista, independente, desde 1719, com área de 160 quilômetros quadrados e uma população de 35.2 mil habitantes. Seu PIB, em 2008, foi de US\$5.08 bilhões, o que propicia uma renda *per capita* de US\$141 mil. Os principais produtos de sua economia são os têxteis, cerâmica, alimentos industrializados, trigo, batata e derivados do leite e carne.

O relacionamento bilateral com o Brasil é tradicional e cordial; porém, de caráter essencialmente protocolar, em razão da exiguidade territorial e popularidade do principado. O intercâmbio entre os dois

países apresenta níveis mínimos, na faixa de US\$11.9 milhões em 2009.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

É o que tínhamos a relatar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Cyro Miranda. Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida, portanto, vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de solicitar a retirada de pauta do Item nº 7 para maior entendimento com a proponente da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Senador Anibal Diniz pede, portanto, a retirada de pauta do Item nº 7, Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2011, de autoria – este projeto – da Senadora Vanessa Grazziotin e que tem como Relator S. Ex^a o Senador Anibal Diniz.

A solicitação de V. Ex^a será atendida, nos termos do Regimento, Senador Anibal Diniz.

Iniciando, então, nossa primeira parte da pauta do dia de hoje: audiência pública, atendendo o Requerimento nº 37, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovada em 4 de agosto de 2011, destinando-se à realização do terceiro e último painel para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate do programa de aquisição de caças de superioridade aérea, conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas.

Para debater o tema foram convidados os representantes das três empresas que participam da concorrência, ou licitação, deste processo. Neste 3º Painel, teremos a exposição de representantes da empresa francesa Dassault.

Convido, portanto, para que tomem assento à mesa os Srs. Jean-Louis Montel, Vice-Presidente de Tecnologia da Dassault Aviation; Jean-Pierre Chabriol, Vice-Presidente das Vendas Militares da Dassault Aviation; e Jean-Marc Merialdo, Diretor da Dassault

International do Brasil e representante da Rafale International no Brasil.

Ao tempo em que dou as boas-vindas a S. S^{as} que aqui comparecem para esta audiência pública, em nome dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu os convido para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Eu pediria à Comissão que disponibilizasse para os Srs. e as S^{as} Senadoras o dispositivo de tradução. *(Pausa.)*

O primeiro expositor, que apenas vai fazer uma breve apresentação, porque quem fará a apresentação principal será o Sr. Jean-Louis Montel... Aliás, Jean-Marc Merialdo será o expositor da audiência pública de hoje, mas, antes, o Sr. Jean-Louis Montel e o Sr. Jean-Pierre Chabriol vão fazer uma rápida explanação.

Então, eu passo inicialmente a palavra ao Vice-Presidente de Tecnologia da Dassault Aviation, Sr. Jean-Louis Montel.

Seja muito bem-vindo.

O SR. JEAN-LOUIS MONTEL – Bom dia, senhoras e senhores, bom dia, Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria, em nome do consórcio Rafale, agradecer este convite para esta audiência e, rapidamente, me apresentar.

Sou, dentro do grupo de aviação e pelo consórcio Rafale, vice-presidente encarregado das questões de tecnologia. Infelizmente, vocês podem constatar, eu não falo português da maneira mais fluente para fazer a exposição, mas o Sr. Jean-Marc terá essa tarefa. Mas, quis assistir para poder responder a todas as perguntas que vão ser levantadas pela palestra que vocês vão receber com assistência da nossa tradutora.

Vou passar a palavra ao Sr. Jean-Pierre Chabriol, que vai se apresentar também. Antes, vamos ouvir o Sr. Merialdo para a exposição central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

O senhor espere um minutinho até eu anunciá-lo.

Muito obrigado ao Sr. Jean-Louis Montel, pela sua apresentação.

E, agora sim, eu passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente de Vendas Militares da Dassault Aviation, Jean-Pierre Chabriol.

O SR. JEAN-PIÈRE CHABRIOL – Muito obrigado, Excelência.

Meu nome é Jean-Pierre Chabriol, Vice-Presidente da Dassault Aviation, encarregado das vendas militares. Comparto o meu tempo nos países mais importantes para o futuro do nosso avião de combate, no Brasil, claro, na Índia também e em alguns países do meio oriente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Feita a apresentação por parte do Vice-Presidente das Vendas Militares da Dassault Aviation, Sr. Jean Pierre Chabriol, passo a palavra àquele que fará a exposição detalhada do projeto FX-2, no que tange à participação da França com os seus caças Rafale.

Com a palavra o Sr. Jean-Marc Merialdo, Diretor da Dassault International do Brasil e representante da Rafale International no Brasil.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Muito obrigado, Excelência, Senadores e Senadoras, agradecemos a oportunidade de podermos expor a V. Ex^{as} um pouco do nosso projeto. Vou rapidamente explicar quem somos e, depois, entrar no assunto do próprio avião e do nosso projeto.

O consórcio Rafale é um conjunto de três grandes grupos franceses atuando nos mercados internacionais. A Dassault Aviation, que é fabricante de aeronaves militares e civis; a Snecma, do grupo Safran, especializado em propulsão para aeronáutica e espaço e sistemas e equipamentos aeronáuticos; e o grupo Thales, especializado em sistemas eletrônicos para aeronáutica, espaço, defesa, segurança e transporte. Esses grupos têm uma ampla experiência e presença nos mercados aeronáuticos internacionais.

A Dassault já entregou mais de 8 mil aeronaves em 70 países em todos os continentes. Ela tem mais de 60 anos de experiência em concepção e produção de aviões civis e militares, com o desenvolvimento de mais de 100 protótipos, o que lhe confere uma experiência bastante ampla.

Só para S. Ex^{as} terem uma ideia do tamanho de nosso consórcio, contamos com 135 mil pessoas, as vendas do ano passado somaram US\$40 bilhões e o nosso *backlog* junto é de, mais ou menos, US\$100 bilhões, comparando-se com os outros competidores.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, o que significa exatamente *backlog*?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – É o conjunto de encomendas ainda não entregues, o valor, na verdade, a carteira.

Vou articular a minha apresentação em duas vias. Uma primeira via falando do próprio avião e uma segunda via falando de todas as contrapartidas, os programas de cooperação e compartilhamento de tecnologia que nós vislumbramos e propomos ao Brasil.

O nosso objetivo é duplo: oferecer um avião de combate multimissão ultramoderno capaz de enfrentar os desafios diante das Forças Armadas do Brasil de hoje e de amanhã e também oferecer ao Brasil, no âmbito desse programa, um conjunto de tecnologias estratégicas e críticas. Evidentemente, o Brasil já de-

senvolveu bastantes tecnologias na parte de aeronáutica, já possui uma empresa que é a terceira ou quarta maior fabricante de aviões no mundo e pode, ainda, com essas tecnologias críticas dar um salto ainda maior.

No que diz respeito ao avião de combate, vale ressaltar primeiramente que ele é um avião de combate bimotor, o que lhe confere mais potência e segurança. Interessante notar que todas as principais forças aéreas no mundo têm como avião de primeira linha um bimotor. Isso tem uma importância relevante, particularmente, quando sobrevoando áreas inóspitas como a Floresta Amazônica ou as águas do oceano Atlântico.

O nosso avião nós chamamos de *omnirole*. Por que *omnirole*? Porque tradicionalmente os aviões militares são desenvolvidos tendo em vista o cumprimento de uma missão principal e depois acrescentam-se outras capacidades. Ao contrário dos outros, o nosso avião foi desenvolvido, desde o início, para cumprir todo o leque de missões de um avião de combate. Ele pode, numa mesma missão, quer dizer, num mesmo voo, desempenhar tarefas de combate contra outros aviões, de ataque ao solo, de reconhecimento tático ou estratégico. Ele é capaz de operar nas mais severas condições climáticas e ambientais. E foi concebido seja para operar de forma autônoma ou para ser integrado numa coalizão com forças de países aliados, por exemplo.

A França concebeu o Rafale tendo em vista a substituição, nas suas forças armadas, tanto na aérea quanto na marinha, de sete tipos de aviões diferentes. Importante, nessa vista, é notar que, substituindo vários tipos de aviões por um modelo só, se permitem economias em escala muito importantes em termos de logística, com uma linha logística única, uma linha de produção única, também em termos de treinamento de pessoal, que só precisa ser treinado num sistema de armas, e, em termos operacionais, também dá mais flexibilidade às forças.

Esse avião tem uma capacidade de carga inigualável. Interessante que ele é o único avião no mundo capaz de carregar 1,5 vezes seu peso vazio. Ele é, portanto, por ser um avião de grande porte, muito compacto. Vejam o tamanho dele em relação a outros aviões, sejam da competição, sejam já voando no Brasil – à esquerda o F/A-18 americano, em verde o nosso Rafale, à direita dele, em azul, o Mirage-2000, aquele que está voando na Base de Anápolis, perto de Brasília, e, à extrema direita, o Gripen sueco. Isso aqui em termos de tamanho.

Em termos de desempenho, o desempenho de um avião de caça se expressa dependendo da carga que ele leva e do perfil da missão. Este perfil é de uma missão chamada de superioridade aérea, quer dizer,

interceptação de um avião hostil o mais longe possível. S. Ex^{as} podem reparar, em verde, o raio de ação, nesta configuração, do Rafale; em azul, do F/A-18; e, em cinza, do Gripen.

Numa missão ar/solo, da mesma forma, procuramos levar o equipamento, o armamento para atacar o alvo o mais longe possível num determinado perfil de missão. Nesse mesmo perfil de missão, o Rafale faz um pouco melhor do que o F/A-18 e bem melhor do que o Gripen.

Numa missão de superioridade aérea, chamada de patrulha aérea de combate – trata-se de deslocar o avião até mais ou menos trezentos quilômetros da sua base de origem e ficar a postos, voando, esperando, protegendo uma área –, o que está sendo levado em conta é o tempo em que o avião vai poder passar nessa área.

Vejam os respectivos tempos dos três aviões nesta configuração: 3h15 min para uma Rafale; 3h para o F-18, e 2h15min para o Gripen NG.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quantas horas para o Rafale?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Três horas e quinze.

O desempenho do nosso avião já foi comprovado em várias oportunidades. Esse avião, que é operacional nas Forças Armadas da França, desde, respectivamente, 2004 para a Marinha e 2006 para a Força Aérea, demonstrou a sua capacidade aqui no Brasil, no ano passado, durante um exercício conjunto com a FAB e outras forças aliadas, que teve lugar no Nordeste, em Natal. Ele foi um avião testado em combate. Foi engajado no Afeganistão, já faz alguns anos, e, mais recentemente, na Líbia. Nessas operações, ele comprovou sua total operacionalidade.

O programa Rafale, para a França, abrange mais ou menos 300 aviões, tanto para a Marinha quanto para a Força Aérea. Já foram contratados, dentro desse projeto, desse programa, 180 aviões e foram entregues às Forças Armadas da França um pouco mais de 100 aviões agora. A produção desse avião, só a produção nacional, é garantida até 2030.

Com sua capacidade já comprovada, o avião pode fazer mais e melhor do que uma aeronave bimotor da mesma categoria. O avião Rafale já foi apresentado em várias competições no mundo. Na Coreia, ele foi classificado em primeiro pela Força Aérea coreana, só que, no final, por outras razões, o governo coreano resolveu comprar um avião F-15 americano. Na Índia, o avião Rafale, que está sendo apresentado para o equipamento da Força Aérea indiana, foi pré-selecionado junto com outro avião europeu, enquanto os nossos dois competidores do Brasil não o foram. Esse avião,

por ser um avião bimotor mais potente, como já falei, pode fazer mais e melhor do que duas aeronaves monomotores mais leves, tipo Mirage 2000, que está voando em Anápolis.

Ele é único avião de caça desse porte, dessa capacidade operacional a operar a partir de um porta-aviões de tamanho médio. Ele foi projetado, desde o início, para ser um avião naval e um avião de força aérea. Existe uma “comunalidade” muito forte, de 90%, 95% entre os equipamentos da Rafale de força aérea e os equipamentos do Rafale de marinha, o que gera uma sinergia muito positiva entre as Forças e uma economia também. Vale ressaltar que todos os testes, os ensaios embarcados do Rafale foram realizados a bordo de um porta-aviões francês chamado Foch, que foi posteriormente transferido à Marinha do Brasil e, hoje, se chama São Paulo.

Essa sinergia entre marinha e força aérea se expressa, principalmente, no apoio logístico, no treinamento de pessoal e também no emprego operacional. E vai ser muito importante quando a Marinha do Brasil vier a equipar seus porta-aviões.

Falando agora das contrapartidas do nosso projeto...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ele precisa de quantos metros de pista para pouso e decolagem?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Isso depende. O senhor está falando numa base...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Num porta-aviões médio.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Num porta-aviões? Ele pousa em 100 metros, com os cabos de arresto. Tem um sistema para arrestar.

Temos um projeto tecnológico incomparável e somos, em reciprocidade, o único programa a oferecer uma compra firme de aviões brasileiros.

O conjunto de tecnologias que está sendo oferecido ao Brasil é um conjunto de tecnologia 100% franceses. A França, aliás, é o único país, além dos Estados Unidos, no mundo ocidental, a possuir a totalidade das tecnologias de ponta de um avião de combate moderno. O compartilhamento dessas tecnologias com outro país depende de autorização externa.

Para V. Ex^{as} terem uma ideia, esse é um levantamento feito pelo comitê científico da Casa Branca americana nos anos 90. Levantaram todas as tecnologias mais críticas que um país como os Estados Unidos tinha que possuir, dominar, para manter o seu domínio no mundo. Dessas 22 (vinte e duas) tecnologias estratégicas levantadas, 17 (dezessete) entram na composição de um avião de combate. A fim de comparação, a área espacial só abrange 11 (onze) dessas tecnologias. Então, isso significa que possuir a

tecnologia de um avião de combate ultramoderno vai dar à indústria, ao país que a possuir uma vantagem tecnológica e desdobramentos em outras áreas tecnológicas do que a aviação. Um vetor importante de crescimento da economia.

Dentro da nossa oferta, temos um compartilhamento de tecnologia garantido e restrito.

A França, para fins de exportação de itens de defesa e transferência de tecnologia, tem um processo específico que é de responsabilidade única do executivo. A autorização para transferência ao Brasil já foi concedida, já que a legislação nossa impõe um acordo prévio antes de qualquer conversa ou negociação. E, no âmbito da parceria estratégica, já estabelecida entre as duas nações, a transferência de tecnologia será feita sem restrição alguma.

Nosso programa é essencialmente focado na qualidade. A indústria brasileira, principalmente a indústria aeronáutica, já desenvolveu várias capacidades, como é demonstrado pelo sucesso da Embraer nos mercados internacionais. O que ela está precisando agora, na nossa visão, são algumas tecnologias críticas, tecnologias-chaves de um avião de caça supersônico que permitirão a essa indústria dar um salto tecnológico muito significativo.

Nesse sentido, vislumbramos o aprimoramento da capacitação das indústrias brasileiras no âmbito do nosso programa de contrapartidas, focando em várias áreas – vou passar muito rapidamente por causa do tempo essas várias áreas e os exemplos que selecionamos.

Integração de míssil. A integração diz respeito aos famosos códigos fonte. Possuir um código fonte não é somente possuir uma fórmula matemática ou de *software*, é saber utilizar, entrar no código fonte para integrar novas funções, novos equipamentos novos armamentos ao avião. Isso é importantíssimo.

As asas do Rafale serão fabricadas no Brasil não somente para os Rafale brasileiros, caso o Rafale for escolhido, mas também para outros Rafale, tanto franceses quanto para outras exportações.

O radar do Rafale terá também desenvolvimento de fabricação realizado em uma empresa de São Bernardo do Campo chamada Omnisys, que já se beneficiou de várias transferências de tecnologia de nossa parte. A transferência da manutenção dos motores do Rafale será total. A nossa parceira, que fabrica os motores, firmou um acordo com a IAS, em Belo Horizonte, para transferir toda manutenção dos motores do Rafale para o Brasil. Também o desenvolvimento de armamentos e equipamentos associados está sendo contemplado dentro da nossa oferta.

O avião, em si, foi concebido, desde o início, com amplo potencial de crescimento. Como um avião de combate terá uma vida útil de 30 a 40 anos, é preciso prever, desde o início, espaço, provisões, para futuros desenvolvimentos para integração de novas funções, de novas tecnologias ao longo da vida dele. Evidentemente, caso o Rafale seja escolhido, a indústria brasileira será associada aos futuros desenvolvimentos dos Rafale, inclusive franceses.

Essas transferências de tecnologias críticas tornam o projeto Rafale um investimento de risco mínimo e o máximo *spin off*. *Spin off* é uma palavra americana para falar em desdobramento, quer dizer, o país adquire uma tecnologia através da aquisição de avião de combate. Essa tecnologia, eu diria, está embutida na cabeça dos engenheiros brasileiros. Eles poderão utilizar-se dela para desenvolver outras coisas em outras áreas. Isso irá trazer, conseqüentemente, vantagens em várias áreas estratégicas, tipo espacial, energia, ambiental, automotiva, ferroviária, comunicações etc.

O nosso consórcio Rafale possui ampla experiência mundial nesse tipo de cooperação. Já faz mais de 40 anos que temos cooperações desse tipo em mais de 50 países. Aqui no Brasil, nossa presença não é recente.

A Thales, por exemplo, abriu seu primeiro escritório no Rio de Janeiro, em 1972. Ela contribuiu para o equipamento de todos os radares do sistema de vigilância aérea do espaço aéreo brasileiro.

A Dassault Aviation forneceu os primeiros aviões Mirage III, sediados na base de Anápolis, em 1973 e, durante mais de 25, 30 anos, esses aviões vigiaram os céus brasileiros. Continuam agora com o Mirage 2000.

A Safran, através da filial dela, Turbomeca do Brasil, fabrica motores no Rio de Janeiro desde 1967.

E temos outras empresas de nosso grupo sediadas no Brasil há muito tempo.

Evidentemente, no nosso projeto, a Embraer será o parceiro de referência. Pela capacitação que ela já tem, ela seria nossa parceria principal, participando de todos os desenvolvimentos e futuros desenvolvimentos do caça, liderando o conjunto de empresas brasileiras associadas, assumindo, se for o caso, a linha de produção e de montagem, e também montando conosco uma parceria comercial para o continente latino-americano.

Além disso, oferecemos à Embraer uma cooperação tecnológica e comercial a respeito do programa KC-390, que é um programa importante de avião de transporte militar dessa empresa.

No Brasil, já temos muitos acordos firmados, mais de 50 acordos, com várias empresas mencionadas aqui e também com várias universidades e centros de formação tecnológica.

Nossa oferta no total alcança um valor superior a 160% do valor total do contrato de aquisição da aeronave, sem considerar a promessa de aquisição de KC-390, e nós temos mais de 60 memorandos de entendimento com entidades brasileiras. Esses projetos são prioritariamente direcionados para a defesa, mas também alcançam atividades civis com aqueles famosos desdobramentos tecnológicos que eu já mencionei.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O senhor poderia explicar só um pouquinho o que significa *offset* dentro de um contrato desses?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – O *offset* é um pedido feito pelo país comprador de gerar um fluxo de negócio inverso à compra que está sendo feita. Quer dizer, no nosso caso, o Brasil compraria os Rafale e, em troca, o nosso consórcio se compromete a gerar negócios no Brasil – transferências de tecnologia, compartilhamento de tecnologias – para um valor, um percentual “x” do valor da compra. No nosso caso, nós alcançamos mais de 160%, sem contar a promessa do governo francês de comprar os KC-390.

Nós imaginamos que esse programa irá responder a todas as aspirações brasileiras. Ele foi, naturalmente, baseado no requerimento, no pedido que foi estabelecido pela Força Aérea Brasileira quando do início desse projeto. É um programa, da nossa parte, sem limitações e sem riscos de qualquer tipo, já que o avião comprovou suas capacidades, comprovou seu desempenho, mas também precisa de adaptações, e, através dessas adaptações, nós vamos organizar a participação da indústria brasileira.

É o único dos três projetos a garantir em reciprocidade direta uma aquisição de aviões brasileiros; apoio primeiramente da indústria francesa à Embraer no desenvolvimento do KC-390, compromisso do Presidente da República francês de adquirir, em reciprocidade, uma dezena de aviões de transporte KC-390.

Na verdade, esse compromisso já foi reiterado a esta honrosa Comissão, aqui mesmo, em novembro de 2009, quando da audição do Exmº Sr. Almirante Edouard Guillaud, então chefe de gabinete militar do Presidente da República francesa e hoje comandante em chefe das Forças Armadas da França.

Finalmente, é importante notar que, na competição lançada pela Índia – a Índia, como o Brasil, necessita de aviões de combate ultramodernos, multimissão, de transferência de tecnologia ultrassensíveis, e também a médio prazo de um avião naval. Depois de uma avaliação operacional de grande profundidade, baseada em mais de 650 critérios, a Índia pré-selecionou dois aviões dos seis que estavam competindo, e esses dois aviões são o Rafale e o Eurofighter da ERDS. Ela descartou o F-18 e o Gripen, e o comandante da for-

ça aérea indiano, o Marechal do Ar Naik disse: “*Nós selecionamos os melhores*”.

Em conclusão, eu diria que nós oferecemos ao Brasil um avião com desempenho excepcional, um programa de compartilhamento de tecnologias críticas muito abrangente, ausência de riscos em todos os respeitos e compromissos firmes tanto do governo francês quanto da indústria. Isso no âmbito da parceria estratégica entre Brasil e França. Consideramos que isso torna a nossa oferta melhor relação custo/benefício, no melhor retorno sobre investimento.

Agradeço muito a sua atenção e a sua tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Jean-Marc Merialdo, diretor da Dassault International do Brasil e representante da Rafale International no Brasil.

Vamos dar início agora às participações de S. Ex^{as}, as Sr^{as} e os Srs. Senadores. Inicialmente, pela lista de inscrição, S. Ex^a, Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom dia aos Srs. Expositores, cumprimento pela clareza com que foi explicado, Presidente Fernando Collor; eu queria saber do senhor qual é, além da França que é o maior cliente na compra dos aviões Rafale, qual é o maior comprador desses aviões fora da França.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – O avião Rafale, já mencionei na minha exposição, entrou em serviço nas forças armadas francesas recentemente, um pouco mais de cinco anos. Não se vende um avião, um equipamento de defesa no exterior enquanto ele não estiver em serviço nas forças armadas do país produtor.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Essa é uma norma internacional?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – É uma consideração, não é uma norma. Nós constatamos isso. Inclusive o próprio Ministro da Defesa do Brasil mencionou isso durante um fórum, anteontem, em São Paulo. Ele disse, a respeito das perspectivas de exportações de equipamentos de defesa brasileiros, disse: “Temos que equipar as nossas forças com esses equipamentos antes de tentar vendê-los no exterior, porque esse é o único critério de qualidade de um produto”.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Uma espécie de um teste de desempenho, avaliação?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Uma espécie de um teste de lançamento do produto e comprovação também do seu desempenho prometido. Isso faz com que o Rafale esteja somente agora começando a ser proposto, vendido no exterior. Estamos em cooperação e discussão final com os emirados árabes unidos e nós, como acabo de mencionar, fomos pré-selecionados na

competição da Índia. Nossas empresas, como já mencionei, estão nos mercados internacionais há mais de 60 anos, e até agora nós vendemos para exportação todos os aviões desenvolvidos e produzidos.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O senhor mencionou que o Ministro da Defesa brasileiro, num encontro em São Paulo, teria declarado... O senhor se refere ao Ministro Celso Amorim?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Isso.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Teria declarado que o passo inicial é equipar as forças armadas, ou a aeronáutica brasileira...

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Do próprio país produtor.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – (...) para depois pensar numa plataforma exportadora, numa associação, que seja com a Dassault ou qualquer outra, esse é o ponto de vista, é a posição que foi apresentada aos senhores?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – A posição que foi apresentada pelo Ministro não dizia respeito à Dassault, era uma consideração geral. Mas, normalmente, não se vende para exportação um equipamento enquanto ele não estiver em serviço nas forças armadas do país produtor.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Quanto ao mercado, hoje nós estamos acompanhando o cenário internacional, especialmente na área do Oriente Médio, com a primavera árabe, gostaria de saber do senhor quais são as projeções que possam ser feitas nesta área da produção de aviões militares, considerando um cenário futuro, com a perspectiva de presente, para este mercado de aviões militares.

O SR. JEAN-PIÉRE CHABRIOL – Peço licença para responder em francês.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Portanto, o Sr. Jean-Louis Montel pede para que o Sr. Jean-Pierre Chabriol responda à pergunta, ele que é o vice-presidente de vendas militares da Dassault Aviation.

Por favor.

O SR. JEAN-PIÉRE CHABRIOL – O Oriente Médio é uma zona em que a indústria aeronáutica militar francesa tem uma longa história, uma longa tradição. Um certo número desses países já foi e é equipado com aviões de gerações anteriores, produzidos na França, os Mirage, notadamente, e, por via de consequência, as relações excelentes que estabeleceram com esses países ou a excelente impressão que deixaram os Mirage franceses em todos esses países, faz-nos esperar que as aquisições de Rafale sejam realizadas nos anos próximos.

Hoje, estamos em negociação intensa com os Emirados Árabes Unidos que declararam, há dois ou três anos, oficialmente, sua intenção de substituir seus Mirage por Rafale, e estamos atualmente em negociação técnica e financeira com esse país.

Por outro lado, temos excelentes oportunidades em outros países do Golfo e notadamente estamos na concorrência final na Índia contra o avião europeu Typhoon, que foi desenvolvido conjuntamente pelos ingleses, pelos alemães, pelos espanhóis e pelos italianos. Também estamos classificados na final, enquanto que a concorrência no início é de seis aviões, dois aviões americanos que já foram descartados, o F-18, o US Navy, o F-16 do US Air Force, o MIG da federação da Rússia e o Gripen sueco.

Eu aproveito esta oportunidade para dizer que o Rafale nunca perdeu concorrências, sobretudo em termos técnicos ou tecnológicos ou industriais. Principalmente, o Rafale nunca perdeu concorrências nem contra o F-18 nem contra o Gripen. A Índia é um exemplo. A Índia tem uma longa tradição de cooperação com a França no campo dos aviões de combate. A Índia, que conhece muito bem os Mirage 2000 e aprecia esses aviões, selecionou o Rafale e não selecionou os dois concorrentes brasileiros.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu não sabia que a pergunta iria ser tão favorável ao senhor em relação, aqui, à posição da Dassault, que era tão proeminente na região dos países árabes. Naturalmente, do ponto de vista político, sim, mas não da relação militar.

De qualquer maneira, queria encerrar as perguntas ao senhor, Dr. Jean-Marc, perguntando se as peças de reposição desses aviões são todas fabricadas na França. Se não o são, qual é a garantia que terá o Brasil de um terceiro mercado fornecedor dessas peças em havendo algum problema industrial em algum lugar? Essa é uma.

Outra: quais as características necessárias, do ponto de vista da Dassault, para que a empresa brasileira – deve ser a Embraer, eu suponho – possa receber a transferência de tecnologia do projeto na construção dos aviões militares?

E, finalmente, a questão do financiamento. Quais são as condições oferecidas pela Dassault para o financiamento desse projeto em relação a juros, a prazos e a outras condições?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Sr. Jean-Marc.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – No que diz respeito às peças de reposição, a tecnologia, Excelência, não é embutida nas peças. A tecnologia reside

nos conjuntos ou subconjuntos. O avião é composto de conjuntos e subconjuntos. As peças elementares, algumas, podem ser por razões econômicas, escolhidas em vários países. Um exemplo: o trem de pouso de um avião é uma tecnologia complicada, com muitos elementos. Agora, um dos elementos desse trem de pouso é o pneu. O pneu pode muito bem ser o Michelin, francês, mas pode ser um Good Year, americano, um Firestone, ou qualquer outro. A substituição é fácil. No Rafale, todos os conjuntos e subconjuntos, quer dizer, todas as tecnologias são de propriedade francesa. Mesmo que, dentro do avião, algumas peças elementares tenham sido adquiridas por razões econômicas num lugar mais barato etc., isso pode muito bem mudar.

No que diz respeito ao financiamento, o processo atual foi lançado em 2008. As nossas ofertas foram entregues em 2009, há mais de dois anos. Desde então, a situação econômica do Brasil mudou tremendamente. Então, nós não podemos contar com um financiamento estabelecido dois anos atrás para combinar com a realidade do Brasil hoje ou amanhã, pois a decisão ainda não foi anunciada. Nós temos plena confiança no sistema francês de financiamento, pois os bancos franceses têm uma capacidade comprovada em financiar compras no exterior ou programas de defesa, como já foi comprovado nesses primeiros dois contratos já firmados pelo Brasil, dos helicópteros e dos submarinos. Evidentemente, o Estado francês dispõe de um sistema de garantia, através de um órgão chamado Coface, que garante ao comprador as melhores taxas de juros do momento, dependendo da realidade econômica do momento em que o contrato for assinado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Se V. Ex^a está satisfeita, Senadora Ana Amélia, com a palavra S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique; em seguida, o Senador Blairo Maggi.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil e a França têm relações políticas, culturais, econômicas seculares. No campo da aviação, temos um brasileiro concebendo o primeiro avião e fazendo o primeiro voo em Paris. E nós temos no nosso território inclusive, a capital do meu Estado, Florianópolis, visitada constantemente pelos aviões Latécoère, do correio aéreo francês. Saint-Exupéry, Mermoz e Guillaume eram presenças constantes em Florianópolis e os mais antigos falavam a respeito da convivência com aqueles pilotos.

De modo que, a presença da França aqui fortemente, por exemplo, no setor de energia com a Suez, Tractebel, com grandes investimentos, é uma presen-

ça que tem o reconhecimento do povo brasileiro. De modo que, a França é para o Brasil e para os brasileiros mais que um país amigo, é um país querido. Acho que esse sentimento é recíproco na França em relação ao Brasil. Aquele sentimento, por exemplo, que se esboça no filme de Claude Lelouch, *Um Homem, Uma Mulher*, onde está presente a música brasileira. De modo que, esse é um fator que conta a favor da França, além da qualidade indiscutível do seu avião de caça.

Gostaria de fazer duas perguntas: o programa brasileiro abrange uma encomenda de quantos aviões e a que prazo?

Segundo, se a crise mundial que afeta os Tesouros de vários países europeus, que afeta um equilíbrio na balança econômica dos Estados Unidos está reduzindo esse mercado e isso vem afetando o preço das unidades.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É isso Sr. Senador?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Quem vai responder é o Sr. Jean-Marc.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Queria fazer um adendo: temos aqui o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi acolhido pela França durante o regime autoritário do Brasil e trouxe de lá grandes lembranças e saudades.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E é portador da *Légion d'honneur* o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Excelência, muito obrigado pelos elogios à relação entre Brasil e França. O senhor, na parte das relações aeronáuticas, poderia ter acrescentado o seguinte: quando uma equipe de engenheiros brasileiros resolveu desenvolver o primeiro avião brasileiro Bandeirante eles chamaram um engenheiro francês chamado Max Holste para chefiar a equipe deles e o Max Holste ajudou essa equipe de engenheiros brasileiros a desenvolver o primeiro avião brasileiro.

Respondendo agora às suas perguntas Senador, o pedido de ofertas que nos foi encaminhado pela Força Aérea Brasileira contempla, num primeiro passo, a compra de 36 aviões, tendo em vista, no futuro, a possibilidade de compra de outros lotes para talvez substituir todos os outros aviões de combate da Força Aérea Brasileira. Isso é o que nos foi encaminhado.

Agora, os prazos vão depender da decisão do Brasil, quer dizer, uma vez a decisão anunciada com um vencedor vai se iniciar um tempo de negociação até as duas partes firmarem o contrato. Uma vez firmado o contrato, vão ser lançados os procedimentos

para, não somente a produção dos primeiros aviões, como também as transferências e o compartilhamento das tecnologias com as indústrias brasileiras, para preparar os desenvolvimentos que devem ser feitos no Brasil e a instalação de uma linha de montagem e a fabricação de vários elementos aqui no Brasil. Isso leva normalmente um prazo para negociação, de alguns meses até um ano, e, para a produção das primeiras aeronaves, aproximadamente três anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A crise que vem abalando os Tesouros de vários países da Europa e dos Estados Unidos está deprimindo esse mercado? Esse mercado encontra dificuldades nessa conjuntura difícil por que passam muitos países do Primeiro Mundo?

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Para responder a essa segunda pergunta, Excelência, eu diria o seguinte: neste momento, repara-se no mundo, e principalmente perto da Europa, na área do Mediterrâneo e do Oriente Médio, um certo tumulto. Acredito eu que esse tumulto seja um contrapeso à crise financeira para não abalar o mercado. No momento, a França, em nenhuma hipótese, considerou reduzir o tamanho da sua defesa, que já é estritamente calculado para as necessidades do nosso País, tampouco, que eu saiba, os outros países dessa região. E, para nós, no que diz respeito ao mercado do Rafale, como foi traçado pelo Jean-Pierre alguns minutos atrás, por enquanto nós não vemos esse mercado, de nenhuma forma, abalado pela crise mundial no momento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

Agora, passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento nosso Presidente Fernando Collor e demais convidados do Rafale que estão aqui conosco.

Tive oportunidade de participar dos três eventos – o terceiro com este agora – das duas concorrentes de vocês aqui nesta mesma Comissão. Nas duas anteriores, fiz as mesmas perguntas. Nem sempre consegui todas as respostas, mas gostaria aqui de repetir as mesmas perguntas que fiz aos outros dois concorrentes.

Primeiro, qual é o volume de recursos, o pacote, que o Brasil está comprando? Quer dizer, esses 36 caças propostos inicialmente... Não é só o preço do avião; há outras coisas junto. Então, gostaria de saber, se possível, qual o tamanho desse pacote que o Brasil está comprando.

Também, qual a taxa de juros que está sendo colocada nesse financiamento; também, qual é a carência – quantos anos o Brasil terá de carência depois de receber o primeiro avião? E, também, o prazo final: em quantos anos será amortizada essa dívida? Em quantos anos o Brasil pagará todos esses equipamentos?

E não me ficou bem claro também – foram meio *en passant* aqui as questões quanto à transferência de tecnologia. Parte vai ser feita no Brasil, mas, para se ter uma ideia, quantos por cento disso poderão ser feitos no Brasil? E o Brasil, os engenheiros brasileiros, as companhias brasileiras poderão, de certa forma, trabalhar e desenvolver, aperfeiçoar, enfim, o que se conseguir fazer de desenvolvimento novo nesse produto. Ele vem para uma região nova. Isso pode ser incorporado? E o Brasil tem uma participação nessa incorporação?

Então, seriam essas as minhas perguntas.

Gostaria de dizer, Senador Luiz Henrique, que o senhor tocou num ponto interessante para o Brasil neste momento. Mercado a gente conhece: se o mercado está ruim, o Brasil melhorou de posição, nós vamos querer comprar mais barato, não é? Não tenha dúvida disso. Os franceses, vocês terão que dar uma revisada no preço para vender para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Blairo Maggi.

Desta feita quem vai responder é Sr. Jean-Pierre Chabriol, Vice-Presidente de Vendas Militares da Dassault.

O SR. JEAN-PIÈRE CHABRIOL – Bom, o senhor abordou diversos campos nas suas perguntas. Eu vou tentar responder a todos. No que diz respeito ao preço de nossa oferta: por razões de confidencialidade, eu não posso entrar nesses detalhes, mas a Força Aérea Brasileira tem todos os elementos sobre o assunto.

A segunda parte diz respeito a financiamento.

No que diz respeito ao financiamento das exportações militares francesas, nós temos uma experiência relativamente grande nesse campo, e todas as vezes que nós realizamos financiamentos para operações militares, seja no Brasil, seja em outros países, elas sempre foram o resultado de uma interação, de uma negociação entre o cliente por um lado e os vendedores por outro lado, seja Estado, companhia ou outros. Portanto, pela experiência que temos, nós não temos dúvidas sobre a nossa capacidade de encontrar, junto com nosso comprador ou nossa contraparte brasileira... Nós não duvidamos que vamos encontrar um sistema de financiamento que será melhor adaptado ao Brasil. Não será, forçosamente, a mais longa dura-

ção de crédito que vai prevalecer, que será a solução mais interessante para um comprador, porque é claro que, quanto mais a gente demora para pagar, mais se paga. Portanto, tanto o Estado francês quanto a indústria francesa e os bancos franceses estão prontos. No momento, é preciso estudar a solução que melhor atenderá as necessidades do Brasil em função dos desejos desse país. Eu não estou preocupado nada com isso e, como frisou Jean-Marc agora há pouco, são coisas que já foram feitas recentemente seja para submarinos, seja para helicópteros. Não há razões para a gente não se entender e ter capacidade de oferecer um programa de financiamento que seja satisfatório, atrativo e que atenda efetivamente as necessidades exatas do Brasil nesse campo.

Portanto, hoje eu não estou aqui com uma proposta para lançar na mesa dizendo: “Aqui está nossa proposta”. Não, estamos... Não é exclusiva ao Brasil, nós estamos abertos às discussões para encontrar meios de financiamento que melhor atendam as necessidades dos nossos clientes.

Bom, no que diz respeito à transferência de tecnologia, os franceses têm tecnologia sim, e os franceses vão transferir a tecnologia para o Brasil, mas parte acontecerá na França. Mas o essencial do *know how* será passado, transferido, no momento das tarefas que serão realizadas no Brasil pelas entidades, pelas companhias brasileiras. Trata-se de entidades industriais ou mais acadêmicas com o apoio da parte francesa, e esse apoio vai diminuindo em tamanho gradativamente no tempo até que a transferência, que o *know how* seja totalmente absorvido e que o Brasil adquira uma total independência, uma total autonomia, que o Brasil saiba controlar e dominar a tecnologia que a indústria francesa passou sem restrição nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Blairo Maggi, algum comentário?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, eu não fiquei nada satisfeito com as respostas nas questões financeiras. Eu concordo que não pode ser dito aqui qual é o tamanho do pacote, mas pelo menos a taxa de juros e o prazo de pagamento como referência, eu acho que isso pode ser dito. Nós estamos sendo assistidos pelo Brasil inteiro, e acho que os brasileiros têm interesse em saber qual é a taxa de juros que o País vai pagar para adquirir um avião desse e em quantos anos ele pode ser pago.

Eu concordo com V. S^a quando diz que negócio é negócio, vamos sentar e discutir, mas tem de haver um parâmetro mínimo para isso: quinze anos, vinte anos, dez anos, à vista? É preciso alguma coisa para que a gente possa pelo menos ter uma noção do que vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sr. Jean-Pierre.

O SR. JEAN-PIÈRE CHABRIOL – Eu entendo sua preocupação, Excelência, mas nós não chegamos a esse patamar das discussões que nos permite entrar nesses detalhes. Com o Estado brasileiro estamos prontos a iniciar essa discussão, mas nós não temos realmente iniciado uma caminhada nesse sentido, tanto em relação aos problemas mais a montante, mas também no fórum abordado e regulamentado porque, para estudar o financiamento, nós temos que estar totalmente de acordo com a totalidade dos elementos que estão em jogo. E ainda permanecem algumas coisas a serem acertadas nessa negociação de compra, e o financiamento faz parte desses elementos. Hoje nós não temos propostas. Estamos prontos a discutir a qualquer momento, no momento em que a parte brasileira desejar, nós estaremos disponíveis. Até agora, nós não fomos solicitados para entrar e dar o financiamento. Estamos prontos a dar o financiamento, mas nós não fomos solicitados tão diretamente assim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a permissão do Senador Blairo Maggi, querendo dar a S. Ex^a alguma referência, talvez os representantes da Dassault pudessem dizer, por exemplo, por quanto o Governo francês está adquirindo cada um dos Rafales, que hoje fazem parte da sua defesa aérea, ou qual foi o preço oferecido ao governo da Índia e que fez com que o projeto Rafale fosse vitorioso, já que isso deve ter sido publicado à época da aquisição.

O SR. JEAN-PIÈRE CHABRIOL – Excelência, eu vou responder na parte da Índia, a seleção que foi feita até agora na Índia é independente do aspecto do custo, ou seja, os indianos têm um sistema de seleção feito em duas etapas. A primeira etapa trata do exame de todos os parâmetros técnicos, operacionais, logísticos, tecnológicos, industriais, exceto os aspectos financeiros. Depois dessa fase, na conclusão dessa fase que examinou 600 parâmetros, os indianos, a partir de seis candidatos, retiveram dois. Vai haver uma segunda fase para os dois candidatos selecionados, que trata do exame das propostas financeiras. Normalmente, conforme a regulamentação da Índia, eles vão ter que selecionar o pacote mais barato. Pela legislação, pelas regulamentações vigentes na Índia, o mais barato pela duração de vida do avião, ou seja, aproximadamente 40 anos, incluindo o custo de compra, o custo de aquisição e o custo de operação.

Então, no que diz respeito à Índia, a escolha foi puramente por critérios técnicos, qualidade do produto

e qualidade das tecnologias ofertadas, das contrapartidas ofertadas. Nesse estágio, os elementos financeiros não entraram em linha de conta.

Portanto, o preço que foi passado às autoridades da Índia não foi publicado em nenhum momento por razões evidentes. Eu lamento muito, mas não posso dar mais informações. Eu não posso passar elementos de custo ou de preço.

No que diz respeito aos custos, seria complicado querer comparar coisas que não são comparáveis, na medida em que o sistema francês tem pagamentos que se escalonam, que abrangem um longo período, o que leva em conta várias fases de pesquisa, de desenvolvimento e de produção. Portanto, os números que eu poderia lhe passar não teriam necessariamente uma percepção, um significado interessante para esta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, espero que o Brasil, no final da compra, divulgue os preços: por quanto estamos comprando e também qual o juro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sem dúvida que o Governo brasileiro fará isso.

Senador Jorge Viana, pela ordem. O Senador Randolfe Rodrigues está inscrito e o Senador Suplicy também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É só sobre esse questionamento.

Recentemente, o Brasil fez um grande contrato na aquisição de helicópteros, com transferência de tecnologia para a Helibras, e também na aquisição de um submarino de propulsão nuclear, que tem todo um calendário e um prazo para termos a primeira produção. Eu só queria fazer um comentário em cima disso, porque sei o quanto é complexo falar disso.

No caso de o Brasil tomar uma decisão por um dos aviões, pode-se pegar especificamente o Rafale, quanto tempo demoraria entre a discussão de transferência de tecnologia e a montagem desses custos até que pudéssemos ter acesso a um custo que pudesse ser o mais próximo do real, tendo em vista que se está transferindo tecnologia, portanto, para cada situação há um custo diferente? Certamente que um tempo de negociação para se chegar a um preço. Por isso que a escolha normalmente é feita do ponto de vista técnico. Depois, tem toda uma negociação que envolve custos. E certamente tem idas e vindas: aceita ou não aceita. É quase que como uma montagem do custo. Quanto tempo demoraria – o senhor acha que um ano, dois anos – para se chegar no custo, depois da decisão do Governo por um ou por outro equipamento?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Com a palavra o Dr. Jean-Marc Merialdo.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Muito obrigado, Excelência, por sua pergunta. Evidentemente, como o senhor bem mencionou, isso não se faz na hora. Nós vamos precisar conversar muito, como o Jean-Pierre mencionou há pouco, com a Força Aérea Brasileira para determinar todos os elementos técnicos do contrato e depois com as indústrias, para determinar todo o procedimento de transferência de tecnologia.

Pela nossa experiência, esse tipo de atividade leva mais ou menos um ano para se chegar a um custo definitivo, final.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a V. S^a e muito obrigado, Senadores Randolfe e Eduardo Suplicy, pela compreensão. Muito grato pela pergunta do Sr. Senador Jorge Viana, que tem uma grande experiência nessa área, porque foi diretor-presidente da Helibras, que tem, com a França, acordo de cooperação técnica.

A Helibras, como os senhores sabem, é uma companhia brasileira sediada em Minas Gerais que fabrica, entre outros helicópteros, o Esquilo.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores representantes da Dassault. Dos Senadores aqui, entre os mais simpáticos à França, eu só perderei para o Senador Aloysio Nunes, que lá viveu. O meu Estado é a fronteira não só brasileira mas americana com a Europa, em especial com a França. Aliás, nós possibilitamos que o Brasil tenha a maior fronteira com a França, maior ainda que as fronteiras europeias – temos 700km de fronteira com a Guiana Francesa. Por isso e pelas diversas razões que temos na cooperação e na relação com a França, compreendemos, no Amapá, que a perspectiva de desenvolvimento do Amapá e da Guiana Francesa é a integração física, que ocorrerá nos próximos meses, e a construção de um grande mercado comum entre Amapá, Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana e Venezuela. Por compreender isso, então, tenho uma simpatia natural pela França, pelas relações com a França. E essa simpatia se amplia em relação à Dassault, porque, das três empresas que aqui se apresentaram, a Dassault é a que tem apresentado concretamente uma ampla proposta de transferência de tecnologia de fabricação para a indústria brasileira.

Confesso que fiquei um pouco incomodado não com a pergunta do Senador Blairo, mas com o exercício de tentarmos dar uma resposta, porque, em que pese toda a nossa simpatia, admiração e relação, temos aqui o dever de defender o interesse nacional e

o interesse das contas nacionais. Por isso, parece-me necessário que nos seja dada uma informação, em algum tempo, sobre quais serão as razões da negociação entre a Dassault e o Brasil, sobre qual o tempo, qual a taxa de juros. É nosso dever, aqui, como parlamentar, como fiscalizador, acompanhar como serão os gastos do Estado brasileiro.

Não quero cometer uma gafe diplomática aqui, mas, até pelo bom nome das nossas relações, para manter e ampliar nossa simpatia pela proposta francesa, inclusive, pela proposta de transferência de tecnologia, penso que seria importante que houvesse uma posição, mesmo que assumida no tempo apontado pelo Senador Jorge, sobre quais serão os termos, as razões da negociação entre Brasil e França.

Eu queria fazer diretamente duas perguntas.

Há uma dicotomia: temos simpatia pela Dassault, pela transferência de tecnologia, mas temos informações de que a nossa Aeronáutica tem simpatia pela Boeing, por considerar as aeronaves da Boeing tecnicamente superiores. Eu queria que fosse feito um rápido detalhamento, uma rápida comparação, se fosse possível, entre o Rafale e o F18, da Boeing. Seria importante que tivéssemos essa informação.

A França tem uma participação, como já foi destacado – o Senador Jorge lá trabalhou –, na Helibras. Uma das parceiras tem capital francês nessa importante empresa da indústria aeronáutica brasileira. Sabemos do interesse brasileiro, de vários Estados brasileiros, de construir outro parque aeronáutico. Eu queria perguntar também: qual o interesse francês nisso? Qual a possibilidade de termos, se porventura consolidarmos a negociação com os Rafales e com a Dassault, uma relação permanente, sustentável? Essa é a ideia. Quero saber qual a possibilidade de termos uma relação sustentável, utilizando um termo amazônico, não é, Senador Jorge? No sentido de haver uma relação sustentável, é fundamental a transferência de tecnologia. Mas, além da transferência de tecnologia, qual o interesse francês em apoiar, em incentivar, em fazer parcerias para a constituição de outro parque aeronáutico no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Tem a palavra o Sr. Jean-Marc Merialdo.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – A minha filha mora na Guiana Francesa e eu a visitei há pouco tempo. Passei um momento em Macapá. Agradeço.

No que diz respeito ao interesse do senhor, entendemos muito bem em defender as finanças do País. Isso é uma coisa absolutamente natural e faz parte da missão do Legislativo em qualquer país do mundo.

Mais uma vez eu só posso acrescentar o que foi dito aqui pelo Jean-Pierre, dizendo que nós não po-

demos colocar agora em termos de uma negociação que ainda não começou.

O Senador Jorge Viana bem salientou, através de sua pergunta, que a partir de uma decisão do Governo brasileiro de entrar em negociação com um dos competidores, isso vale para qualquer um dos três. Estariam colocados na mesa, na pauta da negociação vários elementos técnicos e tecnológicos inicialmente para traçar o quadro geral e, a partir daí, seriam estabelecidas as normas para a negociação financeira. O que nós podemos dizer, como o Senador Jorge Viana bem se referiu, as outras compras pelo Ministério da Defesa do Governo brasileiro de equipamentos militares franceses, que eu saiba o Brasil obteve condições de financiamento satisfatórias nesse sentido.

No que diz respeito à simpatia de qualquer órgão brasileiro para outros aviões, é perfeitamente natural que cada um dos cidadãos deste País, como bem acontece na França também, tenha a sua própria opinião. É absolutamente lógico.

Eu já me encontrei com pessoas com simpatia ao Gripen, os que têm simpatia pelo F18 e outros para o Rafale. Pessoalmente já estive em operações reais no Oriente Médio ou em outras partes junto com os americanos e sempre tivemos um relacionamento de aliados. Nessa competição nós somos opostos, evidentemente. Eu diria, então, que os principais diferenciais entre o F18 e o Rafale, que são aviões de tamanho parecido, são além daqueles que eu mostrei nesses mapas cuja *performance* dos dois aviões fica relativamente perto, embora o Rafale seja um pouco mais avançado, a principal diferença seria que, com já mencionei, o Rafale foi concebido desde o início para ser um avião *omnirole*, capaz de cumprir todas as missões. O F18 é um desenvolvimento de um avião já existente, anterior, a versão que está sendo oferecida ao Brasil é uma versão F18 EF, enquanto já existe uma versão F18 AB. Esse avião, por ser já uma versão de um avião anterior, tem na nossa visão um potencial de crescimento futuro durante a vida dele menor do que o nosso Rafale.

No que diz respeito à participação francesa na Helibras e o interesse francês no desenvolvimento de outros parques aeronáuticos imagino que não se refira também à região de São José dos Campos, que é a capital aeronáutica do Brasil. Através de uma série de seminários com a indústria e as entidades acadêmicas brasileiras que nós estamos promovendo este ano, nós estamos buscando ampliar o nosso leque de parceiros, sejam eles indústrias, sejam eles universidades, centros de formação, através do território brasileiro para contribuir com esse tipo de desenvolvimento. Tivemos uma excelente recepção em Minas Gerais,

por exemplo, onde há ambições de desenvolvimento de um pólo aeronáutico ao redor do aeroporto de Confins. Nós já fizemos um seminário em São Bernardo do Campo, onde existe também uma malha industrial mecânica e eletrônica muito importante. Nós vamos fazer um seminário no Rio de Janeiro, daqui a pouco, e há a hipótese de montar também outro seminário no sul do Brasil, no Rio Grande do Sul. O interesse em contribuir com o desenvolvimento de outros polos aeronáuticos é firme e trouxemos conosco polos de desenvolvimento franceses que já firmaram parceria com algumas regiões brasileiras, particularmente São José dos Campos. Também estamos firmando parcerias com Minas Gerais.

Essa é a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ok, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado. Com a palavra S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Jean-Louis Montel, Jean-Pierre Chabriol e Jean-Marc Merialdo, minha primeira pergunta refere-se a que exemplos os senhores, sobretudo Jean-Marc Merialdo, que destacou a cooperação na área de tecnologia, que exemplos de transferência tecnológica de conteúdo poderiam estar contidos nesse intercâmbio se o Brasil realizar esse convênio e a compra de aviões Rafale da França.

A segunda preocupação que tenho refere-se a um sentido mais amplo. Nós aqui estamos em um processo de adquirir aviões militares, de guerra, que poderão eventualmente ser utilizados para defesa e para ações graves, que poderão significar perdas de vida. Dois dos maiores batalhadores pelos métodos da não violência, Mahatma Ghandi e Martin Luther King Jr., infelizmente foram mortos por armas, por tiros. Ainda hoje o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, na *Folha de S. Paulo*, publica um artigo intitulado “Direitos Humanos e Ação Diplomática”, onde coloca que “o primeiro direito humano é o direito à vida. A primeira obrigação da comunidade internacional ao se deparar com uma situação de crise é a de evitar o agravamento de tensões”. Observa como objetivos fundamentais do Brasil, que acredito sejam comuns ao da França, “a promoção da democracia, dos direitos humanos, a proteção da população civil, a criação de condições de estabilidade que geram oportunidade de progresso econômico e social”. Fala que “o uso da força só pode ser contemplado como último recurso”. Segundo Patriota, “não podemos correr o risco de re-

gredir a um estado em que a força militar se transforme no árbitro da justiça e da promoção da paz”.

Eu agradeceria se pudessem os senhores fazer uma reflexão sobre os cuidados que qualquer país, ao estar adquirindo armas com tal poder mortífero, deve ter. Acho que há afinidades entre o povo brasileiro e o povo da França. Os ideais de nossos governos hoje são na direção de utilizar só como último recurso armas tão poderosas quanto essas.

Agradeço a reflexão que possam nos transmitir. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy. Inicialmente, responderá a pergunta de V. Ex^a o Sr. Jean-Louis Montel, que é o Vice-Presidente de Tecnologia da Dassault Aviação.

O SR. JEAN-LOUIS MONTEL – Eu agradeço muito, senhor, pela sua pergunta.

Eu acredito que, no campo de transferência de tecnologia, o nosso consórcio tem a particularidade de cobrir todas as disciplinas que permitem produzir um avião de combate, desde a célula até os motores e os componentes eletrônicos. Portanto, vou dar um exemplo em cada disciplina, para mostrar a transferência de tecnologia.

Para o avião, há tecnologias extremamente sensíveis que muitos países recusam compartilhar. Vou dar um exemplo: a capacidade de o avião não ser visto no infravermelho, na faixa de detecção utilizada pelos mísseis. Essa é uma disciplina desenvolvida por poucos países. Propomos que essas disciplinas, essas tecnologias sejam transferidas para o Brasil, particularmente para os aviões militares atualmente em operação no Brasil. Dou o segundo exemplo: um dos elementos essenciais para o sucesso do avião é o sistema de comando de voo, que permite ao piloto dar suas ordens ao avião e executar as manobras que deseja. A aviação realiza, há muito tempo, esse tipo de comando de voo digital; antes, era elétrico, mas, agora, é digital, numérico. Oferecemos a transferência desse *know-how* no campo de comando de voo para o Brasil, na versão do avião de combate, unicamente. Esses são dois exemplos de tecnologia extremamente crítica que vamos transferir para o Brasil no campo dos aviões.

Em relação ao motor, o Jean-Marc Merialdo mostrou, na sua conferência, que 100% da manutenção do motor serão realizados no Brasil. Para realizar 100% da manutenção, teremos de transferir tecnologias extremamente delicadas e dominá-las. Sobretudo nas partes mais quentes das turbinas, isso vai ser feito por meio do Grupo Safran no Brasil. Por outro lado, a Snecma vai instalar uma pesquisa sobre o uso, por exemplo,

do biocombustível no Brasil, para que haja a utilização militar desse biocombustível pelos aviões de combate.

O terceiro exemplo na área eletrônica são os radares. A Omnisys, no Brasil, vai desenvolver e fabricar componentes extremamente sensíveis de radares que poucos países dominam. Hoje, a França e os Estados Unidos dominam certo número de tecnologia de fabricação desses componentes. A Omnisys vai ser levada a desenvolver e a fabricar esse tipo de componentes.

Portanto, mostro um pequeno panorama do que poderá ser feito nesses três setores.

Eu queria acrescentar também um setor um pouco transversal, que abrange a totalidade dessa atividade: o que chamamos de integração aeronáutica, ou seja, a capacidade de fazer trabalhar juntos todos os equipamentos do avião. Foi o exemplo dado na apresentação. Trata-se da integração de todos os armamentos do avião. Isso vai permitir que o Brasil tenha a capacidade de integrar seus próprios armamentos no avião e de não ser prisioneiro ou cativo de armamentos escolhidos pelo fabricante do avião na origem e na concepção do seu projeto. Isso vai conferir ao Brasil a capacidade de montar, de instalar os armamentos.

Esses são alguns exemplos de capacidade. Vou passar a palavra ao Jean-Marc, para que ele possa terminar de responder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra ao Sr. Jean-Marc Merialdo, para complementar a resposta à pergunta formulada por S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Ex^a, no que diz respeito à sua segunda pergunta, ou, na verdade, colocação, eu me sinto profundamente considerado, pessoalmente, por ter, no ano passado, participado de operações de manutenção da paz, particularmente no Líbano e na Iugoslávia, e ter vivido situações, eu diria, desastrosas para os povos daqueles países. Além disso, dois dos meus filhos são oficiais nas Forças Armadas da França e ainda participam, hoje, desse tipo de operação.

A França é um grande desenvolvedor e provedor de armamentos. Por quê? Será que há alguma intenção bélica por trás disso? Para se ter uma resposta adequada, vale lembrar o período dos anos 1960 e da Guerra Fria. Período em que o General De Gaulle assumiu a liderança da França, a Presidência da República, e estabeleceu uma política de defesa chamada *dissuasion*. O que significa *dissuasion*? *Dissuasion* é o fato de o próprio país deter um poder bélico suficiente não para utilizá-lo de forma sistemática, mas para deter qualquer oponente potencial que queira lançar alguma ação bélica contra o próprio país.

O tamanho da Defesa da França foi dimensionado para impedir um inimigo potencial – na época, era a Guerra Fria; então, potencialmente, a União Soviética – de poder se apoderar de qualquer pedaço do território francês sem haver uma retaliação.

Evidentemente, o cenário internacional hoje mudou muito. Nossas Forças Armadas na França se veem empregadas em vários conflitos. O que se pode dizer a esse respeito e, particularmente, no que diz respeito ao último conflito ainda em curso, o conflito da Líbia, no qual a França teve uma participação fundamental, pois as Forças Armadas francesas assumiram 33% das missões aéreas na Líbia, principalmente com o Rafale, pode-se dizer o seguinte: a capacidade tecnológica desenvolvida do Rafale, principalmente, e de outros aviões de conduzir operações que se chamam no jargão militar de “cirúrgicas”, quer dizer, de alcançar um alvo com precisão muito estreita, muito pequena, permitiu evitar um massacre. Ela permitiu essa capacidade de evitar que as forças do Kadafi tomassem conta totalmente dos rebeldes, que estão querendo implantar – esperamos – uma democracia lá. Impediu que essas forças fossem totalmente destruídas e massacradas.

Evidentemente, Senador, concordo totalmente com V. Ex^a: empregar à força é sempre um trauma. Posso testemunhar isso. Mas às vezes é um trauma necessário. Então, torna-se tanto mais importante deter um poder bélico suficiente, justamente dimensionado, para evitar que essas coisas possam acontecer.

Acredito, por viver no Brasil há mais de sete anos, que isso seja a meta do povo brasileiro, que é um povo, como todo mundo bem sabe, bem pacífico.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy. Algum Senador mais gostaria de formular alguma pergunta, os senhores aqui presentes?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, na verdade não é propriamente uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não é propriamente uma pergunta. Eu recebi a informação, que pode ser confirmada ou não, de que, no *site*, salvo engano, do tribunal de contas vinculado ao senado francês, tem o custo ou preço de aquisição do Rafale. Não sei se poderiam confirmar essa informação. E, caso confirmada, se seria possível constar no relatório, nas informações encaminhadas ao Senado brasileiro, de fato, essas mesmas informações que constam do *site* do Tribunal de Contas e do Senado francês.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Estão confabulando para ver quem vai responder? Vai responder o Dr. Merialdo.

O SR. JEAN-MARC MERIALDO – Excelência, mais uma vez, obrigado por sua colocação. É verdade que existem, no *site* do Senado francês, diversos documentos, pois a França, por ser uma democracia, tem informação aberta. Agora, os números que os senhores vão encontrar nesse *site* são os números do Programa França, cujo perfil não compete com o perfil de uma oferta ao Brasil. Ele integra, por exemplo, custos de desenvolvimento do Rafale que não estão embutidos na nossa oferta para o Brasil. Então, na realidade, números V. Ex^a vai encontrar, com certeza. Agora, os números que vão ser encontrados no *site* do Senado francês não podem ser transpostos para dizer: “Olha, isso vai ser o tamanho da oferta ao Brasil”. Infelizmente não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pelo que entendi, Senador Randolfe, o número que V. Ex^a encontrou, pelo que disse o Sr. Merialdo, é um número superior àquele que será oferecido ao Governo brasileiro. Ou seja, a venda desses equipamentos ao Governo brasileiro será por um preço inferior àquele que está em contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E se V. Ex^a tem esse número e se pudesse satisfazer a curiosidade de nós integrantes desta Comissão, nós agradeceríamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É. Na verdade, eu fui informado por nossa assessoria, nossa consultoria aqui do Senado, e eu queria só a confirmação: €140 milhões ou €160 milhões, em torno disso.

Ah, o Senador Suplicy nos ajuda aqui. Custo total do programa – mas aqui é o custo do programa –: 36 bilhões. Sessenta e quatro milhões para a versão C e setenta milhões para a versão naval. Na verdade, essas informações estão até nos documentos que a Rafale apresenta. A informação que recebi do custo que está... Então, coincide com a informação que o Sr. Merialdo prestou. Porque a informação que recebi do custo que está no *site* do Tribunal de Contas e do Senado francês é bem superior aos custos apresentados aqui, de €140 milhões. Então, é um custo maior. Coincide inclusive com a informação prestada pelo Sr. Merialdo.

Merci. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Suplicy, algum comentário que V. Ex^a queira fazer?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria, antes de encerrar a reunião, agradecer a atenção do Ministério de Relações Exteriores para com a Presidência desta Comissão em informar a respeito dos passos que o Itamaraty está dando relativamente ao Sr. Ricardo Costa, atendendo ao apelo de seus pais e inclusive com a informação importante de que o assunto passou a ser incluído na agenda da XIII Reunião Consular Bilateral Brasil-EUA, conforme V. Ex^a aqui registrou. Então, eu agradeço a V. Ex^a pelo acompanhamento desse caso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Meu agradecimento a V. Ex^a, que trouxe essa questão à Comissão, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de encerrarmos a audiência pública e darmos continuidade à nossa pauta, eu gostaria de agradecer a presença dos senhores representantes da Dassault nesta nossa reunião. É sempre bom lembrarmos que o entendimento da Comissão, pelo que eu colhi ao longo dessas três audiências públicas, a grande preocupação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores é a de saber o grau de transferência de tecnologia que será oferecido por cada um dos participantes dessa licitação ao Estado brasileiro. Eu acho que esse ponto é que é o primordial. E a transferência de tecnologia não deve ser entendida apenas como uma companhia A, B ou C dizer: “Eu vou transferir a tecnologia, vou lhe dar essa parte da asa, vou lhe dar a outra parte, e aqui você monta”. Nós não podemos ter isso como uma transferência de tecnologia. Nós queremos saber o como fazer. O como fazer aquele determinado equipamento. Na questão do armamento, da mesma maneira. Não é somente isso. Eu digo em relação a todos aqueles que estão concorrendo. Não é somente mandar... Enfim, não sou muito afeito a essa matéria, mas não é mandar os...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor já voou em um avião de caça?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ah, sim. Já voei, é verdade. Mas não conheço muito bem de armamentos. É o que eu estava dizendo, não seria somente enviar a pólvora e dizer: “Vocês peguem a pólvora, peguem essa cânula de aço e aqui vocês acoplem”, e assim por diante. De modo que...

O senhor falou agora, inclusive já voei no Mirage. Eu queria fazer um voo, e era possível fazer o voo, mas o Ministro da Aeronáutica, que estava na minha ala, pediu demissão em pleno voo, porque eu estava voando em um Mirage e ele voando no outro Mirage, fazendo ala, aqui sobre Anápolis. Aí eu perguntei ao Coronel aviador que estava comigo no voo: “Este Mirage voa

de dorso a que velocidade? Dá para quebrar a barreira do som voando de dorso?”. Aí ele disse: “Não. Para quebrar a barreira do som, de dorso não. Mas dá para voar bastante rápido”. Eu falei: “A quantos pés?”. Ele disse: “A uns quatrocentos pés”. Eu falei: “Então, positivo. Vamos fazer esse voo. Agora, eu quero que passe por cima da estação de passageiros”, onde as pessoas estavam assistindo, não é? E aí, nesse momento, o então Ministro da Aeronáutica, que estava voando em ala, disse: “Presidente, eu queria entregar ao senhor a minha demissão como Ministro da Aeronáutica”. E eu disse: “Mas por que, Ministro?”. Ele disse: “Não, porque eu não posso. O senhor é o Comandante-em-Chefe,” – e tal, aquela coisa toda – “é quem dá a ordem. Mas eu, como Ministro da Aeronáutica, não posso aceitar que o senhor faça isso”. Aí, entre perder o Ministro da Aeronáutica e não fazer o voo, eu preferi não fazer o voo, e o Ministro continuou Ministro da Aeronáutica.

De modo que a questão da transferência de tecnologia, eu acredito que para o Governo brasileiro seja realmente de muita importância, quando da decisão por qual desses caças iremos optar, além, depois, da questão do preço, do custo, do prazo de entrega, o que foi colocado aqui pelo Senador Blairo Maggi, que conhece muito dos aspectos do comércio internacional e, caso os senhores não estejam informados, o Senador Blairo Maggi é o maior plantador de soja do mundo. Então, ele tem uma grande experiência nessa questão do comércio internacional. Daí as perguntas bem percutientes dele e bem pontuais nessa questão financeira de prazos, custos, e assim por diante.

De modo que eu gostaria de agradecer a presença, mais uma vez, dos Srs. Jean-Louis Montel, Vice-Presidente de Tecnologia da Dassault Aviation; Jean-Pierre Chabriel, Vice-Presidente das Vendas Militares da Dassault Aviation; e Jean-Marc Merialdo, Diretor da Dassault International do Brasil e representante da Rafale International no Brasil.

E quero informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que já na semana próxima estará disponível aqui na Comissão o resultado dessas três audiências, comparando o que cada um dos palestrantes, representantes das três companhias que estão disputando a venda desses caças, disseram a respeito de cada um destes itens: em relação a preço estimado, em relação a custo estimado, em relação à área de alcance, em relação a tempo, horas de voo, à questão da biturbina ou monoturbina, enfim, especificações técnicas. Então, tudo isso, está sendo feito um quadro comparativo do que foi dito aqui por cada um dos palestrantes, do grupo de palestrantes das companhias, para que V. Ex^{as} possam fazer as avaliações que julgarem convenientes.

Portanto, dou por encerrada esta audiência pública, cumprimentando os senhores que aqui estiveram, desejando-lhes muito boa sorte e uma boa volta ao seu país. *(Pausa.)*

Dando continuidade à nossa reunião de hoje,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Excelência, pela ordem, rapidamente, em três partes. A primeira, só a título de curiosidade, porque me chegou a informação por completo. Constan, nas págs. 18 e 36 do Relatório Público Anual – 2010 do Tribunal de Contas da República Francesa: o preço do Rafale, a quantidade de Rafales (320), a quantidade atual (286), o custo inicial, o custo atual, o preço unitário inicial (€122,1 milhões) e o preço unitário atual – em quilo, não é, Senador Blairo? – (€142,3 milhões). Houve um aumento percentual do preço unitário, do preço inicial para o preço unitário, de 16,50%. São as informações que constam do *site* do Tribunal de Contas da República da França, às págs. 18 e 36. Enfim, coincidiram com as informações prestadas pelos técnicos da Dassault, porque realmente o preço de negociação é um preço abaixo do que consta no *site*.

A segunda parte da questão de ordem, Presidente, é para lhe cumprimentar pelo seu requerimento e pela belíssima iniciativa do debate esclarecedor para esta Comissão de Relações Exteriores e para o Senado francês. E eu quero reiterar meu acordo com a opinião de V. Ex^a de tudo, de tudo... E é por isso inclusive que iniciei questionando os representantes da Dassault, parabenizando pela iniciativa francesa da transferência de tecnologia, porque me parece que esse é o ponto central que nós devemos analisar e avaliar. É a transferência total de tecnologia para nós dominarmos, para nós termos, e é por isso que a relação, com quem quer que seja a vencedora, deve ser transparente e fundamentalmente sustentável, deve ser uma relação de longa duração com o Brasil.

E a terceira, na sequência do pela ordem, Presidente, é que temos, daqui a pouco, uma sessão solene em homenagem à Rede Amazônica de Televisão, de que este Senador é um dos signatários. Eu sou Relator de um projeto de decreto legislativo fundamental, e inclusive um projeto de decreto legislativo com a França, em homenagem, para continuarmos a sessão de diálogo com os franceses, com a sua aquiescência e com a aquiescência também do Plenário, eu queria perguntar a V. Ex^a se seria possível nós invertermos o Item 3 para o item primeiro, a relatoria desse projeto de decreto legislativo. Com a aquiescência, logicamente,

do Senador Jorge Viana. Passo, primeiramente, pelo pedido de aquiescência dele, que está, obviamente, na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Eu consulto S. Ex^a o Senador Jorge Viana se estaria de acordo com essa inversão de pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu

mesmo, também, vou estar na sessão, mas como meu colega Randolfe é o proponente da sessão de homenagem e eu estou como terceiro inscrito lá, eu cedo a ele para que ele possa estar no horário, e, logo depois, serei o segundo a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Havendo a aquiescência do Senador Jorge Viana, coloco em deliberação do Plenário.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que estiverem de acordo com a inversão da pauta, passando o Item 3 para agora, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

– Não terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 179, DE 2011

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador **Randolfe Rodrigues**

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues, para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, inicialmente, quero lhe agradecer, agradecer ao meu querido companheiro, Senador Jorge Viana, pela deferência. Antes, quero destacar, Sr. Presidente, a importância desse acordo para o nosso Estado, o Amapá. É um acordo que foi firmado anteriormente, na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, em setembro de 2007, entre o Presidente Lula e o Presidente Sarkozy. É um acordo que possibilitará a cooperação dos entes subnacionais do Brasil e dos entes subnacionais franceses e de organizações de sociedade civil do Brasil e da França. Em especial, para nossa fronteira, é um acordo de importância central porque aproximará o Estado do Amapá e os mu-

nicipios amapaenses das municipalidades francesas e do Departamento de ultramar da Guiana Francesa. Então, eu queria, ao mesmo tempo em que agradeço a designação, que partiu de V. Ex^a, para a relatoria, queria destacar o quanto é importante para a nossa região esse Projeto de Decreto Legislativo, que hoje aprovaremos na Comissão de Relações Exteriores. Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo 179, de 2011, decorrente da Mensagem nº 240, de 13 de abril de 2009, encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto do Protocolo adicional ao Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República francesa sobre a cooperação descentralizada celebrada em São Jorge do Oiapoque. A referida Mensagem presidencial é acompanhada da íntegra do Tratado e da exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores. Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa. Por fim, o Projeto foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados. A proposição não apresenta vício de constitucionalidade e está de acordo com o art. 49, inciso I, art. 84 e 8º, ambos da Constituição da República, e não ofende outras normas fundamentais nem regimentais. Tampouco verificamos vícios quanto à sua juridicidade. Precisamente, o ato internacional pretende viabilizar, entre Brasil e França, a cooperação descentralizada, que permite aos municípios e estados-membros brasileiros celebrarem acordos com entidades francesas equivalentes mediante memorando de entendimento. Essa possibilidade foi pela primeira vez reconhecida mediante o protocolo adicional ao acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República italiana sobre cooperação descentralizada, firmado em Roma, em 17 de outubro de 2007. Segundo o art. 2º desse Protocolo, as modalidades operacionais da cooperação descentralizada são as seguintes: 1. O Brasil e a França reconhecem as respectivas unidades subnacionais, a possibilidade de estabelecerem entre si convenções de cooperação restritas às matérias cuja competência lhes seja atribuída pela legislação interna; 2. Tais entendimentos definirão os objetivos e os setores de intervenção e podem indicar valores previstos nos compromissos financeiros, sempre sob vigilância governamental. No caso brasileiro, por parte do Ministério das Relações Exteriores. As partes, nesse Protocolo, se empenharão

para orientar as ações de cooperação descentralizada, inserindo-as em programas quadro que prevejam linhas e indicações de prioridade temática e territorial, assim como modalidades de co-financiamento.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, o Protocolo em questão é de suma importância e contemporaneidade, pois, à parte a competência da União de celebração de tratados, cria modalidade para que outras unidades administrativas participem das relações internacionais ativamente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão o relatório de S. Ex^a, o Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passando ao próximo item.

ITEM 1

– Não terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 107, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAERCIO ANTONIO VINHAS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador **Jorge Viana**.

Concedo a palavra a S. Ex^a, Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, caros colegas Senadores.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Sr. Laercio Antonio Vinhas, para exercer o cargo de Representante do Brasil na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

A Agência Internacional de Energia Atômica é uma organização internacional independente, com sede em Viena, na Áustria, relacionada com o sistema das Nações Unidas e que conta atualmente com 151 membros. Criada em 1957, constitui o principal órgão multilateral para a segurança e promoção dos usos pacíficos no campo nuclear, devendo apresentar relatório anual de suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas e, quando necessário, informar o Conselho de Segurança sobre o descumprimento pelos Estados de obrigações que envolvem salvaguardas nucleares e sobre matérias de sua competência concernentes à paz e à segurança internacionais.

São três os pilares de atuação da AIEA: Segurança e Segurança Física; Ciência e Tecnologia; e Salvaguardas e Verificação. Sua condução fica a cargo do Diretor-Geral e de seis diretores-gerais adjuntos, responsáveis pelos Departamentos de Administração; Aplicações e Ciências Nucleares; Cooperação Técnica; Energia Nuclear; Segurança e Segurança Física Nucleares; e Salvaguardas e Verificação.

A Junta de Governadores, composta por 35 Estados membros, e a Conferência Geral, da qual participa a totalidade dos membros, são os órgãos políticos da Agência responsáveis pela definição de seus programas e orçamento. As atividades da Organização são financiadas pelo orçamento regular – que, nos últimos anos, foi de aproximadamente 280 milhões de euros – e por contribuições voluntárias.

O Brasil tem apoiado as atividades da AIEA, em especial aquelas voltadas à promoção do uso pacífico da energia nuclear, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

Sobre o currículo do indicado, o Sr. Laercio Antonio Vinhas nasceu em 11 de janeiro de 1943, na cidade de São Paulo. É filho de Bibiano Antonio e Angelina Fassoni Antonio. Possui bacharelado e licenciatura em Física pelo Instituto de Física da Universidade de São Paulo – USP (1964/1970), com especialização em Ciência e Tecnologia Nucleares pela Escola Politécnica da USP. É também doutor em Física pela Universidade de Campinas.

O indicado trabalha na Comissão de Energia Nuclear (CNEM) desde 1965, tendo exercido, no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), entre outras, as funções de pesquisador, chefe da Divisão de Física Nuclear, chefe do Departamento de Proteção Radiológica, diretor da Proteção Radiológica e Gerência de Rejeitos do Instituto de Pesquisas Energéticas

e Nucleares. Foi, ainda, superintendente do Instituto de Radioproteção e Dosimetria e coordenador-geral de Assuntos Internacionais.

Dentre todas as atividades desempenhadas pelo indicado, reputo da maior importância o fato de ter chefiado a equipe de descontaminação dos principais focos de contaminação no acidente Césio 137, que deixou tantas marcas no nosso País.

O Dr. Vinhas foi pessoalmente a Goiânia, coordenando uma equipe que tinha o desafio de fazer algo que o mundo não conhecia, simultaneamente um processo de descontaminação, tratamento das pessoas afetadas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma ação que pudesse regular a atividade nuclear a partir de uso pacífico. Esse trabalho preenche bem um currículo de uma dedicada formação intelectual.

O Sr. Laércio também participou das reuniões de órgãos diretores de instituições nacionais e internacionais, destacando-se sua atuação como membro das delegações brasileiras na Conferência Geral da AIEA, Viena, Áustria (1990, 1993 e desde 1996), no Comitê de Fortalecimento da Eficiência e Efetividade do Sistema de Salvaguardas (1996-1997), membro da Comissão Deliberativa da CNEN (1993-1994 e desde 2007) e da Comissão Deliberativa do Centro de Energia Nuclear na Agricultura – CENA (1990-1992).

Foi, ainda, membro do Grupo Assessor de Alto Nível sobre Implementação de Salvaguardas, designado pelo Diretor-Geral da AIEA (1996-2006); chefe da delegação brasileira às reuniões com a AIEA e com a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para negociação de estratégias e procedimentos para a aplicação de salvaguardas nas instalações nucleares brasileiras (desde 1993); membro da Comissão de Padrões de Segurança Nuclear da AIEA (desde 2007); e membro da Comissão Binacional de Energia Nuclear Brasil/Argentina (desde 2008).

É um currículo que nos dá plena segurança, apesar da complexidade do tema, para deliberarmos sobre ele.

Por fim, no âmbito acadêmico, destacam-se suas atividades como professor de pós-graduação no IPEN/USP e como presidente da Comissão do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Nucleares do IPEN.

É autor e coautor de cerca de 50 artigos e de 60 trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais.

Teve várias condecorações de reconhecimento de seu trabalho e hoje se dispõe a assumir essa delegação dada pela Presidente Dilma Rousseff.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jorge Viana pela leitura de seu relatório que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, DE 2011

Aprova o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto de decreto legislativo é originário da Câmara dos Deputados, como disse V. Ex^a, e visa aprovar o texto do Acordo de Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, inclusive o Brasil, realizada em Nova York, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

Na exposição de motivos enviada pelo Ministério das Relações Exteriores da Presidência da República, é muito ilustrativa a cronologia dos acontecimentos que levaram desde a reunião citada na epígrafe, a assembleia dos Estados-parte do Estatuto de Roma, em 2002, até o presente momento.

Naquela assembleia, foram adotados os principais documentos que foram preparados durante longo tempo, para permitir o funcionamento efetivo desse tribunal. O Brasil assinou o acordo em 2004, e a aprovação e a sua ratificação são muito importantes neste momento, porque, naquele ano, em 2008, começavam os primeiros julgamentos do tribunal, em casos referentes a investigações na República Democrática do Congo.

Então, o Brasil tem um compromisso inclusive constitucional com o Tribunal Penal Internacional. Está aqui na Constituição da República, no § 4º do art. 5º da Constituição: “O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão”. A diplomacia brasileira, desde o

julgamento de Nuremberg, sempre foi favorável à existência de um tribunal permanente para punir os grandes criminosos, os grandes facínoras, cujos crimes atingem toda a humanidade, ofendem toda a humanidade. E a ratificação desse documento pelo Brasil é importante para que esse tribunal possa efetivamente funcionar, em toda a sua plenitude.

O documento contém uma série de cláusulas em texto extenso, e trata de tópicos como: a personalidade jurídica do tribunal; disposições gerais sobre os privilégios e imunidades da corte; inviolabilidade de seus arquivos e documentos; aspectos tributários da operação do tribunal; atuação dos representantes dos Estados-parte das assembleias e de seus órgãos; e ainda existem disposições específicas sobre as prerrogativas, os privilégios e imunidades dos juizes, do procurador, do secretário, de funcionários do tribunal, advogados, vítimas, testemunhas e peritos relacionados a atividades da corte, bem como a renúncia a esses privilégios pelas autoridades do TPI (Tribunal Penal Internacional), uma vez que o acordo estabelece que esse quadro de privilégios e imunidades fica limitado à medida necessária para o desempenho das funções previstas no Estatuto de Roma.

Com base no exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, considero conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira pela leitura de seu relatório.

Coloco-o agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Câmara dos Deputados).

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, também nesse caso, a exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que informa o documento, é bastante ilustrativa do seu escopo, do seu alcance e do seu interesse para o Brasil. Cito um trecho: “Tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários [Brasil e Bélgica], consequência esperada do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre e além dos territórios do Brasil e da Bélgica e que certamente cooperarão para o adensamento das relações bilaterais, nas esferas do comércio, do turismo, da cultura, da cooperação, entre outras.”

Não foram apresentadas emendas.

Este é um acordo que não foge do padrão, semelhante àqueles que temos aprovado com esse mesmo objeto aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura do seu relatório.

Coloco em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 181, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Designo S. Ex^a, o Senador Aníbal Diniz como relator *ad hoc* deste Projeto de Decreto Legislativo nº181, de 2011.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 587, de 11 de outubro de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

O Acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo, decorrente da mensagem presidencial e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O projeto foi, também, examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Recebida no Senado Federal em 4 de agosto de 2011, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e em seguida ao Relator signatário após o prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Análise.

Não se verificam vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade da proposição. Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas de veras importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre os dois países, Brasil e Ucrânia decidiram firmar o instrumento em análise em que define a isenção de vistos em passaportes no trânsito entre os dois países.

O Acordo segue o padrão dos demais instrumentos de isenção de vistos assinados pelo Governo brasileiro e aprovados no Congresso Nacional. Ele estabelece, em seu Artigo 1, a desnecessidade de vistos em passaportes válidos para entrar, permanecer, transitar e sair do Estado da outra Parte Contratante para fins de turismo e negócios. Essa isenção é válida para períodos de até 90 (noventa) dias, durante um intervalo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da primeira entrada (Artigo 2).

A dispensa de visto introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais do Estado de uma Parte Contratante da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes sobre entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros no território da outra Parte Contratante.

Del tal feito, Sr. Presidente, plenamente justificável a matéria e o voto do relator é pela sua aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato ao Senador Aníbal Diniz pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Próximo item:

ITEM 8

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2010

Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Nelson Mandela em celebração aos 20 anos de sua libertação.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações: *Matéria teve sua apreciação adiada na reunião de 25/08/2011.*

Concedo a palavra a S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Fernando Collor, trata-se do requerimento do Senador Paulo Paim, com voto de aplauso a Nelson Mandela, pelos 20 anos de sua libertação.

Em boa hora, o Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores propõem esse voto de aplauso ao líder sul-africano Nelson Mandela, uma vez que, passados vinte anos de sua libertação, os ventos da democracia plena têm soprado pela África do Sul. Na sequência da libertação de Mandela, ocorreram, quatro anos depois, as primeiras eleições em que os negros puderam participar. Em consequência dos novos tempos, o homenageado foi eleito presidente e, em seu mandato, ajudou a enraizar a democracia na África do Sul. Mas, além dos aspectos que dizem respeito à normalidade democrática, é digno de aplauso e louvor o modo como o governo de Nelson Mandela comandou o processo de reconciliação nacional, com uma lei de anistia que obrigava todos aqueles que haviam cometido crimes a virem a público declarar seus delitos, tivessem eles atuado como militares, paramilitares ou em grupos de lutadores pela liberdade. Ao contrário de outros países que também saíram de uma ditadura ou regime fascista, não houve, na África do Sul, uma anistia que tentasse simplesmente apagar o passado, igualando a todos, indiferentemente, sob o mesmo manto de perdão.

Naquele país do continente africano, uma lei criou a Comissão da Verdade e da Reconciliação, sendo escolhido o Bispo Desmond Tutu para dirigir seus trabalhos. Segundo essa lei, cada um que tivesse passado pelas forças de segurança do governo segregacionista

ou pelos grupos que lutavam contra o *apartheid* precisava reconhecer seus atos, perante a comissão.

Esse ideal de justiça, diferentemente da punição, buscava a reparação. “Ubuntu” é a expressão utilizada pelo Bispo Tutu para nomear esse processo, algo inovador em relação à chamada justiça ocidental, e que tem suas raízes nas práticas dos povos tradicionais do continente africano.

Segundo os princípios da reconciliação nacional sul-africana, *uma pessoa com ubuntu está aberta e disponível aos outros; não está preocupada em julgar os outros como bons ou maus, e tem consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos*. Desde sua libertação, Nelson Mandela recebeu mais de duzentos e cinquenta prêmios, incluindo o de Nobel da Paz.

Assim como o Bispo Desmond Tutu por sua ação na Comissão da Verdade e da Reconciliação, também foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

Nascido em 1918, Mandela completa 93 anos em julho de 2011. E a aprovação do presente requerimento, mesmo tendo decorrido mais de um ano de sua apresentação, significa, para o Brasil, prestar uma merecida homenagem a um grande líder mundial.

Voto.

Observado o mérito e os aspectos regimentais, o voto é pela **aprovação** do Requerimento no 62, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito grato a S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo que o aproavam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 09

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2011

Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao DIA INTERNACIONAL DO REFUGIADO, comemorado no dia 20 de junho.

Autoria: Senador João Pedro e outros

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Designo S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, como relator *ad hoc* do Requerimento nº 759, de 2011.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, o Senador Autor, João Pedro, informa que, no dia 20 de junho, foi escolhido pela Assembleia Geral da ONU, em solidariedade à África, continente que abriga maior número de refugiados que, tradicionalmente já celebrava nessa data o dia a eles consagrado.

É importante dizer que o Brasil atualmente abriga 4.401 refugiados de 77 nacionalidades diferentes, de acordo com o Ministério da Justiça.

Por sua tradição solidária, o Brasil acabou por receber, ao longo de sua história, imigrantes de todo o mundo, tendo sido motivados a isso por razões econômicas, sociais ou políticas. Assim, a população aqui chegada em passado mais distante é formada por europeus voluntários, por africanos forçados, seguindo-se japoneses, sírios, libaneses, palestinos, italianas, para citar apenas algumas das maiores colônias constituídas entre o final do século XIX e meados do século XX. Este país plural, que tem avançado no respeito aos direitos humanos, não poderia deixar de abrigar pessoas originárias de dezenas de nacionalidades a exemplo do que faz com angolanos, colombianos e congoleses, os três maiores grupos de refugiados no Brasil, com a ajuda das Organizações Não Governamentais, como a Cáritas e o alto comissariado das Nações Unidas para refugiados, os refugiados não integrados em nossa sociedade, graças à proteção fornecida pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 97.

Portanto, estamos de acordo e voto favorável a esta manifestação e este requerimento por ocasião do Dia Internacional do Refugiado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011 – CRE

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 40, de 2011 – CRE, aprovado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que à oitiva do senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para prestar

informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti, seja realizada em reunião conjunta com a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, para debater os diagnósticos às estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas.

Autoria: Senador Luiz Henrique.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é porque aqui ainda estava.... *(Pausa.)*

Já está atualizado, Sr. Presidente: Ministro de Estado da Defesa. Muito bem, está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011 – CRE

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requero a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação dos Srs. Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual/MT, Heitor Reyes, Presidente da Ong Associação das Famílias Vítimas da Violência – A.F.V.V. e Dr. Paulo Prado, Representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil.

Autoria: Senador Blairo Maggi e Senador Jarbas Vasconcelos.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Blairo Maggi, autor do requerimento juntamente com o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Este requerimento é autoexplicativo, mas há uma questão que preocupa muito o Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também, porque temos uma divisa bastante grande com esse país, tanto um Estado quanto o outro. E o Estado de Mato Grosso tem mais de 700 quilômetros de fronteira seca, e, depois que o governo boliviano mudou a sua lei e aceita hoje fazer com que os carros que não tenham documentos passem a ser legalizados em seu país, começamos a ter alguns problemas maiores do que já tínhamos na fronteira.

Por isso o meu requerimento, porque há um movimento na cidade de Cuiabá, em toda a região oeste de Mato Grosso, para discutir isso, para que o Governo brasileiro possa inclusive – ou nós aqui da comissão – fazer um documento para o governo boliviano, para tomarmos algumas providências. As coisas lá não estão fáceis, a fronteira nunca é fácil, mas, com esse decreto de legalização, as coisas ficaram mais complicadas.

Daí o meu pedido aqui, junto com o Senador Jarbas, que me acompanhou, para fazermos uma discussão e ouvirmos aqui um presidente da uma ONG, um deputado estadual e o ex-procurador Paulo Prado, que foi procurador-geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, que tem uma experiência muito grande na região. Por isso é que fiz o pedido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é mais do que oportuno esse requerimento. Eu queria apenas refletir com o Senador Blairo Maggi e com os colegas da comissão se não é o caso... Eu imaginava que se pudesse chamar o diretor-geral da Polícia Federal, desde que, evidentemente, o Ministro da Justiça autorizasse a presença dele aqui. Nós podíamos oficiar ao Ministro da Justiça para sabermos se o próprio Ministro deseja vir, ou se mandaria para esta audiência pública, para representar o Ministério, o diretor-geral da Polícia Fe-

deral, uma vez que a Polícia Federal tem competência para exercer esse tipo de policiamento, enfim, essas operações de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco a sugestão feita por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira ao autor do requerimento, Senador Blairo Maggi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, que o Ministro da Justiça designe alguém para comparecer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, S. Ex^a o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É só para reforçar que o assunto é de grande relevância para nós também na região Norte, particularmente no Estado do Acre, onde temos ligação direta... A nossa fronteira Brasileira—Cobija também é diretamente afetada por essa situação, por essa lei. Mas é fundamental, porque já houve conversa... O nosso Ministério das Relações Exteriores tem autoridade diretamente delegada para a relação com a Bolívia, e já houve conversas e acordos firmados a esse respeito. Então, seria importante que convocássemos também, nesse caso, a autoridade do Ministério das Relações Exteriores encarregada dessa discussão, porque eles já têm todo um trâmite em prática, no sentido da identificação dos carros que são legalizados, que são informados às autoridades brasileiras, para que, em caso de serem carros tirados ilegalmente do Brasil, possam também fazer a reposição.

Então, há todos os passos que foram dados, e seria interessante que eles fossem atualizados, para toda tomada de decisão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Anibal Diniz.

Indago a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi se concorda com a inclusão desses dois representantes no texto do seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, sem nenhum problema. Acho que eles vêm ajudar ainda no esclarecimento. Podemos incluir o nome dos dois sugeridos pelos dois colegas, e já gostaria de pedir ao Presidente que, se possível, já pudéssemos marcar a data do dia 15, se houver espaço ainda, para, o quanto antes, fazermos essa audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Peço, então, a aquiescência e a deliberação do Plenário.

Se o Plenário concorda com as sugestões que foram feitas, já que o autor do requerimento concor-

dou, se nós podemos incluir, no requerimento a ser apresentado pelos Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcelos, além dos nomes dos Srs. Emanuel Pinheiro, deputado estadual do Mato Grosso, Heitor Reis, presidente da ONG Associação dos Familiares Vítimas da Violência e Dr. Paulo Prado, representante do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, um representante da Polícia Federal. Naturalmente o Ministério da Justiça irá determinar. Tem que ser um convite feito ao Ministério da Justiça e também ao Ministério das Relações Exteriores para que enviem um seu representante para no próximo dia 15 realizarmos essa audiência pública.

Está de acordo, Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – De pleno acordo, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas em relação ao calendário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu entendi que na próxima reunião, depois do feriado, nós iríamos discutir e deliberar a respeito do projeto que recebeu...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O PLC 041.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu pergunto se não haveria conflito entre...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Nós já fizemos a vez passada audiência pública e também...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – como provavelmente haverá uma discussão muito rica em função ao número de emendas que já foram apresentadas, talvez fosse o caso de dedicarmos toda a reunião à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Poderia ser.

O Senador Blairo Maggi pediu a data do dia 15, mas, enfim, nós poderíamos adaptar isso. Vamos ver a agenda do Senador Blairo Maggi, porque entendo que isso deva ter sido solicitado em função da sua agenda. Nós verificaremos aqui também se a pauta, conforme disse S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, não ficar muito pesado, verificaremos se há possibilidade de fazermos as duas coisas, iremos fazer. Se não entrarei em contato com o Senador Blairo Maggi para vermos outra data.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Deixarei o meu pedido para o dia 15, mas também não vou atrapalhar os trabalhos da Casa. Se tivermos que discutir

mos o projeto com mais intensidade, por mais tempo, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Se V. Ex^a nos der essa flexibilidade facilita aqui os nossos trabalhos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só gostaria que a Mesa, a Secretaria depois me informasse a tempo para fazer os convites aos representantes do Estado do Mato Grosso que virão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu gostaria, aproveitando o que colocou aqui o Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitar aos Srs. Senadores que não esqueçam, por gentileza, de se debruçar sobre o PLC, sobre o substitutivo e também apresentarem as suas emendas, as emendas que julgarem convenientes, que julgarem pertinentes para que nós possamos ter a discussão, a mais ampla e profunda possível sobre um assunto de tamanha relevância.

Então, eu pediria ao Senador Blairo Maggi, ao Senador Aníbal Diniz, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, ao Senador Eduardo Suplicy para que, no caso, possam oferecer emendas não só ao PLC como ao substitutivo apresentado ao PLC 41.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Perfeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ou eventualmente dar um voto pela aprovação tal como veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ou da mesma maneira isso aí será feito mediante a solicitação de qualquer Senador. Mas, o que deseja a Comissão é que seja feito um debate mais aprofundado, porque o PLC 41, originalmente, foi um projeto de lei, Projeto de Lei nº5.228, encaminhado pelo Poder Executivo, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 2009.

Esse projeto de lei, originalmente do Executivo, foi trazido em mãos pela então Ministra Chefe da Casa Civil ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer. Esse projeto original do Executivo sofreu emendas na Câmara dos Deputados, muitas emendas, e não foi debatido na Câmara dos Deputados. O projeto foi levado à votação de forma simbólica, daquela maneira que normalmente se faz com matérias de menor relevo, de menor realce. Essa é uma matéria que todos nós julgamos de muita importância e de muita relevância, porque se trata de questão... Que hoje nós vimos aqui na audiência a dificuldade que um país como a França, uma democracia como a França, de abrir até o preço, que poderia dizer entre tanto e tanto; nem os juros, quanto mais a questão de tecnologia sensíveis.

Então o que esse projeto com as emendas que recebeu, o PLC 41, ele dá uma abertura – e por isso que eu precisaria muito do auxílio de V. Ex^{as} – para

juntos pensarmos e debatermos, ele abre inteiramente os nossos segredos, as nossas tecnologias sensíveis, tudo isso ficará imediatamente aberto. As correspondências entre os diversos Embaixadores e o Ministério das Relações Exteriores, estarão, imediatamente, colocados na *internet*. Então, qual seria a função dos Srs. Embaixadores. Por exemplo, o Embaixador em Washington teve um encontro com o Secretário de Estado tratando de uma posição do Brasil no Conselho de Segurança em relação a essa questão que está havendo no Oriente Médio. Então o Sr. Embaixador com o Embaixador de Washington, junto às Nações Unidas, envia uma correspondência ao Sr. Ministro de Estado que vai levar a correspondência à Srª Presidente da República para saber qual será a posição do Brasil. Por esse projeto, assim que esse telegrama – antigamente era chamado assim – chegar ao Brasil isso tem que estar na *internet*.

São certos detalhes que... Isso não é questão de Governo, isso é uma questão de Estado. Por isso que nós temos, acredito eu salvo melhor juízo, de pensar bastante; lermos e conhecermos o projeto.

Outra coisa que me chamou atenção foi o fato de os interlocutores com os quais tratei do assunto, quando eles chegaram aqui na Comissão de Relações Exteriores, tratei do assunto com o Ministro Chefe das Relações Institucionais, tratei do assunto com o Ministro Chefe da Casa Civil, tratei do assunto com a Presidente da República que não sabia – ela que havia trazido quando Ministra aqui o projeto original, ela não sabia dos adendos das emendas feitas na Câmara – falei depois com o Ministro Nelson Jobim que também não tinha conhecimento da inteireza do documento, falei mais recentemente com o Ministro Celso Amorim, quando assumiu o Ministério da Defesa, ele também não conhecia. E com cada um desses deixei o projeto original do Executivo, o projeto emendado na Câmara que se transformou no PLC 41 e as sugestões que constam do substitutivo. Enfim, para estabelecermos um diálogo e verificarmos se é isso mesmo, se podemos melhorar, aperfeiçoar, já que é um assunto de tamanho impacto para a questão da soberania do Brasil. O Senador Aloysio Nunes, leu agora há pouco um § da Constituição... Eu acho que no primeiro parágrafo do segundo artigo que trata da cláusula pétrea, “República Federativa do Brasil... E tem o dever de trabalhar pela soberania nacional”.

Então essa questão do PLC 41, salvo melhor juízo na minha avaliação fiz depois de muito me debruçar sobre ele, digo que ele afeta, de alguma forma, a questão da soberania nacional, a questão da integridade do território nacional e a questão da segurança nacional, amplo senso. Não aquela segurança nacional

de... Segurança do País em termos da nossa região, da nossa vizinhança das nossas relações com outros blocos econômicos. Enfim, em função disso, acho que temos que ter algumas salvaguardas porque não há nenhum a democracia no mundo que ela abra inteiramente as suas informações.

Tenho aqui, por exemplo – eu sempre trago comigo –, porque isso é algo impressionante, um relatório da CIA.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. O senhor me permite um segundinho?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador, apenas para concluir, por gentileza.

Este aqui é um relatório da CIA americana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Deve ser furado, porque eles são tão ruins que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Veja só. E o assunto? O que diz este relatório e sobre o quê?

Diz aqui: “O governo do então Presidente Collor e as perspectivas com vistas à Conferência Rio 92”.

Eles fizeram um relatório sobre o que seria discutido lá atrás, em 1992. Assinaram esse relatório, e para que este relatório seja classificado como secreto, ele tem que ter a assinatura da CIA – Agência Central de Inteligência –; da agência de inteligência do que seria o ministério da defesa; do National Security Agency – Agência de Segurança Nacional –; da secretaria para inteligência e pesquisa do departamento de Estado. Sem a assinatura desses, o documento não se torna secreto. Mesmo assim, aqui nós vemos diversas partes – esses retângulinhos que os senhores veem aqui – que são páginas retiradas da divulgação; páginas, páginas, páginas retiradas da divulgação. Então, aqui umas dez páginas devem ter sido retiradas da divulgação.

Isto aqui foi divulgado, porque já passou o período que eles estabeleceram. Mas, mesmo num assunto que nos parece tão sem..., tão infenso... Uma questão – meu Deus do céu –, uma conferência que uniu o Planeta todo, para discutirmos o nosso futuro, o que desejamos, que tipo de vida desejamos, enfim, algo que tem uma conotação humanitária fortíssima, e eles fizeram um relatório secreto sobre essa conferência. E, mesmo assim, quando chegou o período para liberar a divulgação, deixando de ser secreto, liberaram, mas retiraram mais da metade das páginas do relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não é um bom exemplo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim, mas o que eu digo, Senador, é o seguinte:

que nenhuma democracia do mundo abre mão inteiramente de suas informações. Então, este aqui é um exemplo bobo, é um exemplo bobo. É uma coisa em que não vejo sentido.

O que eles podem ter cortado ou privado a nós de conhecer sobre um documento secreto tratando da conferência de meio ambiente realizada no Brasil, em 1992. O que pode ter de tão secreto?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Daí a importância de nós conhecermos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O que nós defendemos não é isso. O que defendemos é que, sendo esta uma grande democracia, nós, na questão das nossas tecnologias sensíveis, na questão da integridade do nosso território, na defesa do nosso território, na defesa da soberania nacional e na defesa das nossas tecnologias sensíveis do conhecimento a que nós já tivemos acesso, é que estamos sofregamente buscando mais, que essas informações não sejam disponibilizadas como de acordo com o PLC41, que seja disponibilizado na Internet.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, não resta dúvida da complexidade e da sensibilidade do tema. Diante disso, eu sugeriria aqui, se fosse de comum acordo, que nós pudéssemos, na reunião do dia 15, apenas nos aprofundar neste assunto, até a exaustão, e que pudéssemos deliberar sobre este assunto, porque precisamos tirá-lo das costas da Comissão de Relações Exteriores e mandá-lo para o Plenário, com suas emendas, com suas contribuições e com o provável voto em separado que está sendo discutido na bancada do Partido dos Trabalhadores, para a gente poder deliberar e tocar adiante essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Esse é outro ponto que eu gostaria de mencionar, aproveitando o que S. Ex^a o Senador Anibal Diniz colocou. O que eu fiz, como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em nome dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, foi não deixar que retirassem da comissão a prerrogativa que esta comissão tem de analisar o projeto.

Quando foi pedido o regime de urgência, foi um coisa abrupta. Eu estava em entendimentos com oficiais do Executivo, e, abruptamente, foi pedido regime de urgência, ou seja, passando por cima da Comissão de Relações Exteriores. Então, aproveitando que a pauta estava trancada – e continua trancada –, é que julguei conveniente trazer ao conhecimento da Comissão o substitutivo que foi fruto de várias e várias semanas de idas e vindas, de conversas que não tiveram um efeito prático maior, com oficiais do Executivo, mas que, na avaliação que, com minha equipe, fizemos, mereceria

ser levada à consideração dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, também porque solicitei que fossem apresentadas emendas, votos em separado, enfim, para que esse assunto não passasse despercebido. É preciso que nós aprofundemos, que nós discutamos, que o tema saia daqui, vá ao Plenário; e que, no plenário, não deixemos que isso seja passado assim “quem estiver de acordo permaneça como está”, porque este é um assunto que merece que cada um dos Srs. Senadores possa pronunciar o seu voto e ter o seu voto conhecido, pois é algo que transcende, em muito, acho, as fronteiras do que seja razoável em termos da garantia que o Estado brasileiro ou qualquer estado deve ter na guarda das suas informações e na guarda de seus segredos – segredos no campo da tecnologia sobretudo.

Vale ressaltar também que a questão dos direitos humanos está inteiramente ressaltada, ou seja, qualquer informação que trate de direito da pessoa humana não pode sofrer qualquer tipo de classificação: nem confidencial, nem secreto, nada. Essa fica disponibilizada imediatamente. Para quem quiser dela tomar conhecimento é somente acessar a Internet.

O que nós defendemos é que tecnologias sensíveis, informações que possam trazer um grande desconforto nas nossas relações internacionais e/ou também colocar não digo em risco, mas também numa situação delicada a questão da soberania nacional, que nós guardemos.

Não podemos nos esquecer de que, lamentavelmente, no tocante ao conceito de soberania hoje, alguns países do mundo desenvolvido, pela voz de alguns estadistas importantes – e não é de hoje; isso vem lá dos anos 80 –, já começaram a dizer que a questão da soberania não poderia ser considerada como algo integral, observando-se o interesse planetário. Que a soberania dos diversos países deveria ser relativizada, em função do que determinado país estivesse fazendo no que diz respeito, por exemplo, à questão das mudanças climáticas.

O que significa isso? Significa dizer que, se nós aceitarmos esse conceito de soberania relativa e ao abrirmos mão da nossa soberania, nós estamos ensejando essa discussão, nós estamos dando oportunidade àqueles outros que defendem essa posição de dizerem: Não, o Brasil em relação à Amazônia não pode arguir da sua soberania porque as queimadas na Amazônia vêm afetando o clima, está de alguma forma afetando a humanidade e, portanto, nós temos que tomar uma posição.

Nós não podemos aceitar isso, nem nós e nenhum outro país, acredito eu. Essa tese da soberania nacional foi defendida por nada mais, nada menos pelo

François Mitterrand quando presidente da república francesa; e defendeu isso aqui em 92.

Então, em função disso é que solicito aos Senhores que, se pudessem se debruçar um pouco sobre o substitutivo e julgassem conveniente a apresentação de emendas...

Então, voltando aqui à nossa pauta, fica decidido a inclusão desses dois representantes, vamos incluir no requerimento apresentado pelos Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcelos o convite ao Ministério da Justiça para que indique um integrante da Polícia Federal para aqui estar, e ao Ministério das Relações Exteriores que indique também algum de seus integrantes para que possa participar dessa discussão proposta no Requerimento nº 42, de 2011.

Em votação...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, continuando a discussão...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ...atendendo a solicitação da Comissão, vou encaminhar a V. Exª relatório de viagem que realizei oficialmente pelo Senado, ao realizar conferência na Universidade de Buenos Aires, quinta-feira passada. Já fiz o pronunciamento em plenário, mas encaminharei oficialmente a V. Exª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A Mesa estará aguardando a comunicação de V. Exª, Senador Eduardo Supply.

Então, voltando ao Requerimento nº 42, de 2011. Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 42.

Antes de encerramos a presente reunião, lembro que a Subcomissão Permanente de acompanhamento da Rio+20 do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas realizará reunião na próxima segunda-feira, dia 5 de setembro, às 18 horas, neste plenário, quando discutirá o tema: Decrescimento, por que e como construir.

Para a reunião foram convidadas as seguintes personalidades: Felipe Letnar, Diretor de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Para o Desenvolvimento; Professor Carlos Alberto Pereira Silva, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; e Professor João Luiz Homem de Carvalho, professor do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Brasília.

Convoco, por fim, a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 12 de setembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos den-

tro da agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012, sob o tema Economia e Finanças, o V Painel, intitulado: A União Europeia e o Euro; Crise na Grécia, Situações na Irlanda, Portugal, Espanha, Itália e suas implicações em África, com a presença do Dr. Frederico Gonzaga Jaime Júnior, da Universidade Federal de Minas Gerais; Dr. Isaías Coelho, Doutor em Comércio Internacional e Finanças Públicas e pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; e o Dr. Winston Fritsch, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC.

Agradecendo a presença das Srªs e Srs. Senadores, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia doze de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque** e **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o Doutor José Manuel Gonçalves, da Universidade Cândido Mendes, especialista em Relações Econômicas e África Austral; o Doutor Frederico Gonzaga Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Doutor Isaías Coelho, Doutor em

Comércio Internacional e Finanças Públicas e pesquisador do Núcleo de Estudo Fiscais da Fundação Getúlio Vargas/SP; e o Doutor Winston Fritsch, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). O Presidente registra presença dos Ministros Francisco Fontan Pardo e Mário Rui Queiró, do Embaixador Igor Kipman e do Deputado Sebastião Bala-Rocha. Durante a Reunião, fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e o Senador **Cristovam Buarque**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Comunicados.

Relato do terceiro painel do segundo ciclo de audiências sobre os Rumos da Política Externa Brasileira.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, no último dia 29 de agosto, ao segundo ciclo de audiências públicas sobre os Rumos da Política Externa, enfocando o tema Economia e Finanças.

O terceiro painel da série reuniu especialistas para analisar o tema Crise Econômica Mundial de 2008 e suas Consequências – Volatilidade dos Preços de *Commodities* e Alimentos.

Foram convidados os seguintes palestrantes: Dr. Alexandre Schwartzman, economista, ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-Economista Chefe do Banco Santander; Professor Carlos Mielitz Netto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor José Maria da Silveira, da Universidade Estadual de Campinas; e o Dr. Eduardo Teixeira, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ex-Diretor da Petrobras e consultor de empresas.

O primeiro palestrante, o Dr. Alexandre Schwartzman, afirmou que a recuperação da crise de 2008 registrou uma assimetria entre o desempenho de economias desenvolvidas e de economias emergentes. Porém, enquanto as emergentes chegaram a ultrapassar os níveis de produção anteriores à crise, e de forma rápida, nos países desenvolvidos, apesar de o processo de recuperação ter se iniciado razoavelmente cedo, eles sequer recuperaram os níveis de produção observados antes de 2008.

Segundo o professor, os países desenvolvidos adotam uma política monetária extremamente frouxa, ao inundar o mundo de liquidez, que, por sua vez, busca ativos rentáveis. Esse é um dos vetores que impactam os preços de *commodities*, na medida em que o mercado tenta antecipar se haverá mais ou menos liquidez. Destacou que o vetor monetário financeiro do preço de *commodities* está muito ligado à má evolução das economias desenvolvidas.

Por outro lado, afirmou o Dr. Schwartzman que a recuperação dos emergentes, em particular da Ásia e essencialmente da China, apresenta sintoma de sobreaquecimento em suas economias. A economia chinesa registrou uma taxa de inflação de 6,5% nos últimos doze meses. A Índia não tem índice de preços ao consumidor, só por atacado, mas está com inflação na casa de 8%. Trata-se, como explicou, de uma pressão inflacionária ligada ao próprio crescimento desses países.

O economista disse que, por trás dos preços de *commodities* estão, por um lado, a persistência de juros baixos no mundo desenvolvido, o que deve durar ainda alguns anos, e, por outro lado, a continuidade do crescimento das economias asiáticas, notadamente a da China, o que representa um benefício extraordinário para a economia brasileira.

Quanto à sustentabilidade do crescimento chinês, observa o economista que a escolha que se coloca diante dos gestores de política econômica na China é bastante clara: ou pisar mais forte no freio e reduzir a demanda como um todo ou permitir uma apreciação mais rápida da moeda e tentar fazer a mudança de uma economia ancorada no crescimento das suas exportações para uma economia apoiada no crescimento da demanda interna.

Por sua vez, o Professor Carlos Mielitz Netto, ao analisar a relação entre a crise financeira e as *commodities*, explicou que a desregulação financeira nos Estados Unidos permitiu o surgimento das chamadas inovações financeiras lastreadas em vários tipos de ativos, fazendo com que os créditos se multiplicassem explosivamente e criando também os mercados financeiros paralelos, que incluíam mercadorias e *commodities*, principalmente as agrícolas, um mercado atraente, no qual a especulação provoca elevação dos preços e aumento da demanda.

Na opinião do professor, há, de fato, um contágio da especulação financeira para o mercado real de produtos, pois as *commodities* agrícolas são todas negociadas no mercado mundial por oligopólios, que exploram as tendências de elevação ou queda de preços e amplificam-nas através da administração de estoques; jogam parte com o mercado futuro, especulando com

os preços, projetando a crise ou o crescimento, e se protegem administrando estoques do mercado à vista.

Revelou o professor que hoje os preços agrícolas são cada vez mais determinados “financeiramente”. Arroz, feijão, milho, trigo e carne deixaram de ser alimentos e passaram a ativos, lastreando operações com derivativos. Em decorrência, a alimentação deixou de ser uma responsabilidade pública e passou a obedecer, cada vez mais, à lógica dos empreendimentos privados, uma lógica especulativa que depende de capitais e taxas de juros, entre outros.

O professor nos informou que, segundo a FAO, até o ano de 2050, precisaremos de mais 75% alimentos do que o mundo produz hoje. Os dois maiores problemas são terra e água. O Brasil e a África são as grandes fronteiras de possibilidades, embora o continente africano tenha problemas sérios de abastecimento de água, como nós sabemos, e fertilidade de solo. O que se propõe são programas de estímulo à produção e fixação das pessoas no mundo rural com atividade produtiva.

Concluindo, o professor citou o economista Maynard Keynes, para quem “dinheiro, comida e energia são coisas sérias demais para ficarem sob o controle do mercado”, e defendeu a necessidade, enfim, de intervenção pública reguladora neste mercado.

O terceiro palestrante, o Professor José Maria da Silveira, afirmou que o aumento da volatilidade dos preços agrícolas registrado no período de 2007-2008 repete-se, de certa forma, em 2010-2011. As principais causas são: o alto custo da energia, que está provocando o aumento dos preços de produtos agrícolas, os problemas climáticos e a tendência estrutural de aumento da demanda por alimentos. Alertou-nos para o fato de que Paquistão e Índia, ao contrário da China, não estão controlando o crescimento de sua população. No seu entender, a expectativa de crescimento populacional desses países é – no termo que ele utilizou – assustadora, assim como os seus impactos no aquecimento global.

Pesquisa realizada pela FAO em 81 países revelou que, em 2007-2008, 43 deles, dos 81 países, reduziram as suas tarifas de importação e 45 nações mais pobres adotaram medidas para contornar os efeitos da crise. Alguns desses países tiveram de apoiar agricultores devido à alta do preço dos fertilizantes, o que o professor considera um problema mundial.

A propósito, alertou que, no momento em que se pensa discutir uma política nacional para os fertilizantes, não basta construir fábricas para desenvolver a indústria, porque – em suas palavras – fertilizante jogado no solo é desperdício, pois nossos solos não

se adaptam aos fertilizantes que foram desenvolvidos nos países centrais.

Lamentou que a pesquisa agrícola brasileira seja complementar aos pacotes tecnológicos que se apresentam, deixando de lado ações importantes que poderiam gerar um padrão tecnológico com menor emissão de gases, menor impacto ambiental e menos custos.

Salientou o professor que a tecnologia foi o fator mais importante para o crescimento da produção e da produtividade na agricultura brasileira, sem aumento significativo da área cultivada entre 1975 e 2010, o que, na sua opinião, é um bom argumento para se investir na bioenergia.

Ele citou o estudo do IPEA segundo o qual, entre os agricultores brasileiros, aí incluídos os responsáveis pelo agronegócio e pela agricultura familiar, 40% deles fazem uso da tecnologia e têm melhorado a sua produtividade, enquanto que 60% deles estão piorando. A agricultura é responsável por cerca de 20% das emissões de gases do efeito estufa, mas é, na sua opinião, um campo para alternativas de bioenergia que podem fazer absorção de CO₂. Concluiu o professor que este é um campo estratégico que deve combinar políticas inteligentes com o conhecimento internacional, hoje cada vez mais concentrado nas mãos das grandes corporações, pois só o conhecimento e o investimento em pesquisa permitirão associações e parcerias para que o Brasil possa competir num cenário cada vez mais agressivo.

O Dr. Eduardo Teixeira, encerrando os debates, afirmou que a crise atual é uma ameaça, mas é também uma oportunidade. Recordou que, em 2008, o Brasil vivia um processo de forte expansão, em torno de 6,5% do PIB, e, não obstante a violenta desaceleração do último trimestre, a economia conseguiu fechar aquele ano com um crescimento de 5,2% do Produto Interno Bruto. Ao contrário do que ocorria anteriormente, não foi o comércio exterior que sustentou o crescimento da economia brasileira, mas, sim, o consumo interno, estimulado esse consumo interno pelo aumento do emprego, da melhoria da renda, da expansão do crédito e o crescimento do investimento doméstico de forma sustentada. Mas apesar da economia operar apoiada em indicadores sólidos, a ideia de que o País não foi afetado seriamente pela crise é, na sua opinião, simplificador.

De acordo com sua análise, apesar do Brasil ter reagido de maneira extraordinária à crise, ela afetou muito o País via canal externo, provocando uma rápida reversão das expectativas, tanto da parte dos investidores quanto dos industriais. Houve forte e abrupta desaceleração do investimento e do consumo das famílias, grande retração do PIB no último trimestre. A

indústria sofreu o impacto principal, e o Banco Central tentou estabilizar a saída líquida de recursos externos mediante a venda de dólares.

Somente no primeiro semestre de 2010, a produção da indústria manufatureira brasileira voltou ao mesmo patamar do início de 2008, mas a inflação manteve-se baixa, as finanças públicas sob controle, e a taxa de desemprego e renda real não sofreram muito.

Quanto ao crescimento das reservas brasileiras, acredita o Dr. Eduardo Teixeira que um país que não tem moeda conversível, num mundo tão instável como este, tem de ter reservas acima do ótimo. Ele manifestou preocupação quanto à apreciação acentuada e contínua do real e apontou a diferença entre a valorização da taxa de câmbio como consequência do progresso de um país e, por outro lado, uma valorização não apenas como consequência desse progresso, mas também por claras assimetrias em preços-chaves da economia, como é o caso dos juros.

Com relação à crise atual, o economista crê que o Brasil está mais preparado agora do que em 2008, com reservas muito mais elevadas, um sistema bancário sólido e pouco exposto a contaminação externa, as finanças públicas sob controle, a inflação começando a ceder, e o emprego, a renda e o crédito doméstico com fôlego para sustentar a expansão adequada do consumo interno. Advertiu, porém, que, apesar de o Brasil não ter dívida externa pública, o setor privado brasileiro está pesadamente endividado, e uma mudança rápida na taxa de câmbio pode trazer vários problemas. Mesmo assim, defende a necessidade de uma redução mais rápida da taxa de juros, o que ele vê como uma oportunidade para sairmos dessa crise com uma equação fiscal e monetária muito melhor para o crescimento econômico e, principalmente, para as finanças públicas.

Concluiu o Dr. Eduardo Teixeira, finalizando a nossa audiência pública realizada no último dia 29.

Segundo comunicado: Crise Financeira Internacional.

A volatilidade dos mercados financeiros internacionais tem sido alimentada por um aumento da desconfiança na capacidade de os governos europeus e norte-americano agirem com a necessária presteza e de modo firme. Notícias negativas levam a imediatas vendas de títulos e moedas e fatos positivos têm tido pouca repercussão.

Na primeira semana de setembro, voltaram as dúvidas sobre a capacidade de pagamento da Grécia e a possibilidade de *default* e de que não venha a receber os mais de €8 bilhões do processo de ajuda conjunta da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional. O Ministro das Finanças alemão ameaçou a Grécia de

ser penalizada com a saída da zona do euro se não reorganizar a sua economia. O Primeiro-Ministro holandês disse que, se a Grécia não se comportar, deve abandonar a *eurozone*, e o Primeiro-Ministro finlandês declarou que os países devem ser responsáveis pelas próprias economias.

Essas posições mostram a divisão entre as economias equilibradas da Europa e as dos países excessivamente endividados. Refletem, ademais, a preocupação do eleitorado dos países mais responsáveis em termos orçamentários com o que considera liberalidade com nações vistas como perdulárias: a Grécia, mas também a Irlanda, Portugal, a Espanha e a Itália.

O Tribunal Federal Constitucional da Alemanha julgou positivamente a participação do país no socorro à Grécia, mas determinou que futuras ajudas devem ser submetidas ao Parlamento. Essa decisão reforçou a posição da Chanceler Angela Merkel de apoio ao Fundo Europeu de Estabilização, mas a dirigente alemã ainda conta com bastante oposição a respeito do socorro às economias endividadas. O fato positivo da decretação da legalidade do auxílio foi escassamente tomado em consideração pelos mercados, que veem com extrema preocupação a desaceleração econômica na Europa e também nos Estados Unidos.

O novo conjunto de medidas do governo norte-americano para estimular a criação de empregos foi visto com ceticismo, pois seria débil em relação às necessidades de estímulo da economia americana. Além disso, a OCDE publicou relatório em que prevê uma mínima, ou mesmo nula, recuperação nas economias industrializadas para este ano, e aumentaram os rumores sobre as dificuldades dos bancos europeus, muito comprometidos com os títulos públicos dos países pouco saudáveis financeiramente da zona do euro. Ademais, os fundos e bancos americanos estariam receosos de emprestar para bancos europeus, o que mostra a situação de desconfiança interbancária, tal como ocorreu na crise de 2008.

A falta de opções e o temor generalizado continuam a levar os investidores internacionais para refúgios, como o ouro e o franco suíço. A valorização do franco obrigou o banco central da Suíça a lutar para manter a sua moeda em patamares adequados para não perder competitividade internacional. A autoridade monetária suíça declarou que comprará tantos euros quanto necessário para evitar a excessiva valorização de sua moeda. O iene japonês também se valorizou, mas a razão principal é a retirada de fundos japoneses do exterior pelo temor que eles têm dos crescentes riscos da instabilidade internacional.

À reunião, sem resultados concretos além da demonstração de unidade do G7 – os principais países

industrializados do mundo –, juntou-se a demissão do representante alemão no Banco Central Europeu. Essa demissão do principal economista e único membro alemão na direção do BCE, Banco Central Europeu, aumenta a preocupação no mercado financeiro internacional, porque demonstra claramente a luta, no âmbito do Banco Central Europeu, entre correntes contrárias e correntes favoráveis à compra de títulos de países em dificuldades.

A esse cenário, em si bastante negativo, devem ser acrescentadas as manifestações sindicais e greves contra as políticas econômicas restritivas, sobretudo na Grécia e na Itália.

Em contrapartida, os presidentes dos bancos centrais dos principais países emergentes estiveram reunidos ontem em Basiléia, Suíça, e concluíram que a economia mundial não terá como fugir de um longo período de baixo crescimento econômico, com sérios reflexos em seus países. Entendem eles que a Europa e os Estados Unidos têm que tomar providências imediatas para que o custo da crise não seja alto demais. Mas, ao que parece, os países desenvolvidos ainda não sabem como lidar com a situação de crise que afeta todas as economias mundiais, e esse é um aspecto que nos preocupa bastante.

Iniciando a pauta da nossa reunião de hoje, que se destina à realização do quinto painel – “A União Europeia e o Euro – A crise na Grécia, situações na Irlanda, Portugal, Espanha, Itália, e suas implicações na África”. É um tema bastante extenso em termos de análise dos seus efeitos planetários, tema que integra o tema Economia e Finanças, dentro do ciclo de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira (2011– 2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, aos quais aproveito para dar as melhores boas-vindas por parte dos integrantes desta Comissão e convidar para compor a Mesa: Dr. José Manuel Gonçalves – Universidade Cândido Mendes, especialista em Relações Econômicas Mercosul e África Austral; Dr. Frederico Gonzaga Jayme Junior – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Dr. Isaías Coelho – Doutor em Comércio Internacional e Finanças Públicas e pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas/SP; e Dr. Winston Fritsch – Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ, que estarão aqui, como já foi dito, para participar da nossa audiência pública de hoje.

Convido os senhores palestrantes para que tomem os seus assentos à mesa, mais uma vez desejando-lhes as melhores boas-vindas.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública para tratarmos dos Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012), eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Ministro Conselheiro Francisco Fontan Pardo, Chefe de Delegação Adjunto da União Europeia no Brasil e do Primeiro Secretário para Assuntos Políticos, Sr. Mario Rui Queiro, e também do nosso Embaixador no Haiti. Sejam muito bem-vindos

Para iniciarmos a nossa audiência pública de hoje, eu concederia a palavra ao Dr. Isaías Coelho, professor do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

O SR. ISAÍAS COELHO – Muito obrigado, Senador, muito obrigado a todos.

Eu gostaria de fazer a minha apresentação de maneira mais ou menos sucinta, dividindo-a em três partes. Na primeira, uma pequena descrição da situação atual; na segunda parte, as alternativas que se colocam para a solução da crise; e, na terceira, os riscos potenciais para o Brasil dessa situação.

Este é o mapa da eurozona. Os países que estão com dificuldades presentemente são os que estão na frente, em azul: Portugal, Espanha, Itália e Grécia – um pouquinho Chipre e a Irlanda, lá em cima. Eles fazem parte de toda a União Europeia, que são os países mostrados no mapa. Os que estão em roxo são os países que aderiram ao euro, que têm o euro como moeda. São 17 países, e é onde a crise está localizada hoje em dia.

A situação atual pode ser descrita rapidamente da seguinte maneira. A Grécia, a Irlanda e Portugal estão na UTI porque são incapazes de manter o serviço da dívida pública por si mesmas, precisam de ajuda. A Espanha e a Itália enfrentam dificuldades em rolar suas dívidas. Estão recebendo assistência financeira do Banco Central Europeu por causa disso. São a segunda leva de dificuldades.

Teme-se que a crise contamine todo o sistema financeiro europeu e, através dele, a economia mundial.

Podem observar, por este gráfico, que mostra a dívida pública do governo desses países com porcentagem do PIB, que ela tem se elevado muito nos últimos anos, depois da crise de 2008. A Irlanda tem um crescimento exponencial, a Itália está com cerca de 120% do PIB, e a Grécia já ultrapassou os 140%. A que parece estar melhorzinha aqui é a Espanha, mas ela tem outro tipo de problema, que é a dívida privada, que não está refletindo nesse quadro.

O déficit público desses países também aumentou muito. Vejam que a linha de zero ou de equilíbrio fiscal foi rompida por todos – uns antes, outros depois da crise –, e há uma precipitação bastante grande. Houve uma pequena recuperação no início de 2009, mas

a situação ainda continua muito grave nesses países, com cerca de 10% do PIB de déficit fiscal.

A Grécia está no olho do furacão. Ela recebeu um pacote de ajuda no ano passado de €110 bilhões, que se mostrou insuficiente. Este ano, em 21 de julho, recebeu outro tanto em condições duras de ajuste econômico. Essa ajuda não é dada instantaneamente, mas ao longo de um período de tempo, à medida que o país vai executando o programa de ajustamento.

A Grécia não está conseguindo fazer esse ajuste, e as negociações com a União Europeia e com o FMI foram suspensas há duas semanas porque não haviam sido implementadas as medidas que tinham sido combinadas. A economia está em deterioração, com muito desemprego, com muitas dificuldades nos mercados, com dificuldades de financiamento – a margem segura de crédito implica uma probabilidade de 90% de que haja um calote total ou parcial. Assim é que essa taxa de juros sobre a dívida grega de dois anos tem crescido exponencialmente desde 2007. No começo de 2009 estava bastante baixa, estava mais ou menos alinhada com os países fortes do euro e, em julho, chegou a 26%, mas, na sexta-feira, já chegou a 49%. Então, ela continua crescendo desordenadamente.

Irlanda e Portugal receberam também um pacote de socorro do Fundo Europeu de Assistência Financeira: foram 85 bilhões para a Irlanda em novembro e 75 bilhões para Portugal. O Banco Central Europeu tem dado financiamento a esses países e já investiu €60 bilhões. O problema é que o Banco Central Europeu tem um capital de 10 bilhões e sua capacidade de empréstimo total é de 100 bilhões. Portanto, o próprio Banco Central Europeu precisa ser recapitalizado. Nem esse Fundo de Segurança Financeira Europeu tem capacidade para segurar a Espanha e a Itália se for preciso aprofundar a assistência a esses países. A Grécia é pequena, a Grécia é 3% do PIB da União Europeia, mas Espanha e Itália são países grandes.

Até agora, tanto a Espanha quanto a Itália têm conseguido ficar fora do que chamei de terapia intensiva, que é o monitoramento muito estreito da União Europeia pelo FMI, tampouco recorreram a esse Fundo de Assistência Financeira Europeu.

Em 8 de agosto, esses eventos que mencionamos, da Grécia, da Irlanda e de Portugal, contagiaram os mercados e forçaram o Banco Central Europeu a comprar títulos da Espanha e da Itália. A condição do Banco Central Europeu para conceder esses financiamentos, que é a compra de títulos dos países no mercado, implica a necessidade de o país fazer consolidação fiscal, o ajuste fiscal. Então, tanto a Espanha quanto a Itália estão com grande dificuldade para implementar

essas medidas neste momento, estão com demonstrações nas ruas porque as medidas são impopulares.

O Programa Europeu de Estabilidade Financeira foi criado em maio de 2010, exatamente no surgimento dessa crise, para socorrer os países da zona do euro, e tem um poder de empréstimo de US\$440 bilhões. Ele seria suficiente para socorrer os três pequenos que estão em dificuldades, mas certamente não tem capacidade para socorrer a Espanha e a Itália, o que requereria €1 trilhão, muito além da capacidade do fundo nas condições atuais. Para chegar a isso, ele teria de ser recapitalizado de maneira bastante ampla.

A Alemanha é a principal força econômica da eurozona e é o maior financiador, tanto do Sistema de Segurança Financeira quanto do Banco Central Europeu. É certo que a Alemanha se beneficia muito com o euro. A Alemanha goza hoje de uma influência na Europa que ela nunca teve, nem com as duas guerras mundiais, e isso se dá em função do controle que tem sobre esses instrumentos. Mas, mesmo na Alemanha, é muito impopular essa assistência. De uma maneira um pouco exagerada talvez, eles acham que estão ajudando os que deviam ter se ajudado, os que não foram responsáveis e tal. A verdade é que as políticas da Alemanha, onde os salários não sobem há dez anos e a produtividade está crescendo, dão-lhe uma posição muito favorável de produtividade. De forma que existe uma desvalorização implícita do euro alemão em relação ao euro grego ou ao euro português. É a mesma moeda, mas, em termos de poder de compra em relação aos salários, há uma vantagem competitiva alemã e, portanto, a eurozona é um mercado cativo alemão, e a Alemanha tem muito interesse na manutenção dessa zona monetária.

A saída da crise é muito problemática porque foi gerada uma espiral desvirtuosa, ou seja, as medidas para a redução do déficit fiscal – o problema inicialmente é um problema fiscal – desaceleram o crescimento. O que acontece com a razão dívida/PIB? Quando os países tomam dinheiro emprestado para enfrentar suas dificuldades, eles aumentam o numerador, a dívida, e diminuem o denominador, o PIB. A relação da dívida, que mostramos atrás, só tende a piorar, fica mais grave a situação.

Para a coisa ficar mais complexa: a receita de impostos, de que os países necessitam desesperadamente para sair da crise, diminui, porque as bases se restringem a menos atividade econômica e as empresas e indivíduos pagam menos impostos – na hora da dificuldade, eles não podem pagar ou não querem pagar, é muito mais difícil pagar impostos. Com isso, a confiança se abate. Estamos passando por um período de baixo nível de confiança entre os eleitores em

relação aos políticos e dos mercados financeiros em relação à capacidade de os países pagarem.

Essa falta de confiança se reflete nos mercados. As empresas têm caixa, as empresas estão líquidas porque a taxa de juros está baixíssima, mas não fazem investimentos, não assumem riscos. As famílias não gastam dinheiro, não adianta botar mais dinheiro nos bolsos das famílias porque elas vão pagar as dívidas, não vão comprar bens, não vão reativar a economia. Os bancos estão nadando em liquidez, mas relutam em emprestar mais, e até as linhas interbancárias começam a sofrer.

Em agosto de 2011, em razão desse pessimismo, as bolsas de ações do mundo perderam US\$4 trilhões, o que é duas vezes o PIB do Brasil – isso só no mês passado, e elas continuam baixando. O preço do ouro está num nível histórico – 1,95 mil ultimamente e está chegando agora nos 2 mil –, mas continua subindo – prevê-se que vá chegar a 2,5 mil porque as pessoas tentam ir para um ativo mais seguro.

A Suíça tomou uma medida relativamente extrema para um país conservador, que foi estabelecer um máximo de valorização do franco. Disseram que, de maneira alguma, iriam permitir que o franco se valorizasse acima de €1,20. O governo vai comprar todos os euros que queiram vender a essa taxa. Isso se deu de forma bastante interessante, porque não foi através de compra de títulos, como numa exteriorização simples: ele simplesmente vai monetizar o que passar. E como o governo tem muita credibilidade, a cotação do franco suíço tem se mantido acima dessa faixa que não pode atingir.

O problema não é só da Grécia. Se não se encontra uma saída para esses três países, toda a Europa sofrerá.

E aqui vale mencionar algo que foi dito pelo Ministro da Economia e Finanças da Itália, Tremonti: como no Titanic, mesmo os da primeira classe podem afundar junto. Então, a crise é de todos, pelo menos de todos os que estão na zona do euro, possivelmente de todos os que fazem parte da União Europeia. E a questão é como isso repercute em outros lados.

Quais são as alternativas de políticas que estão sobre a mesa?

Uma é a Grécia sair do euro, sair voluntariamente ou ser expulsa, como se expulsou a Inglaterra do mecanismo de câmbio europeu em 1992. Pode-se simplesmente colocar a Grécia para fora da zona do euro. Se isso acontecesse, haveria certamente um calote da dívida, porque a Grécia permaneceria com uma dívida em euro que já não representaria mais 140% do PIB, mas 300% ou 400% do PIB, seria impagável, e ela certamente daria o calote. Com isso, Portugal e

Irlanda seriam a bola da vez, porque os bancos agiriam preventivamente e cessariam de fazer qualquer empréstimo a países que ficassem à margem de uma solução à la grega, e o sistema do euro poderia desmoronar – não é certo que desmorone, seria um risco. Então, a saída da Grécia da zona do euro é algo bastante complicado.

A segunda hipótese seria insistir nessa estratégia atual de ajuste, de compressão, algo que não sabemos se é viável. O PIB da Grécia já caiu 7,5% nos últimos três anos, o desemprego anda acima dos 16%, os salários caíram 6,8% nos últimos doze meses. Com tudo isso, o câmbio só se desvalorizou 6% em um ano. Isso significa que, para uma desvalorização mais notável, de uns 30% talvez, o ajuste levaria muitos anos e haveria um sofrimento cada vez maior. Esse ajuste é socialmente penoso e politicamente insustentável. Se a situação fosse diferente, se houvesse grande credibilidade das autoridades fiscais para reativar a economia, talvez fosse viável, mas, nas circunstâncias atuais, é muito difícil.

A terceira hipótese é que a Grécia fique na zona do euro e dê o calote, continua no euro e deixa-se que ela não pague as dívidas que tem. Não resolve o problema maior da Grécia, porque ela perdeu competitividade, sobretudo em relação à Alemanha. O euro continua sendo o euro, e a situação continua desequilibrada. Teria de haver, neste caso, uma deflação salarial na Grécia, uma redução dos salários nominais, o que é algo brutal, e esse horizonte de tempo é muito longo para uma recuperação econômica. Esse calote geraria uma perda de credibilidade das dívidas soberanas dentro da zona do euro: se a Grécia pode dar o calote, a Irlanda também pode dar, Portugal também pode dar e por aí vai. Esse risco de contágio, portanto, poderia afetar imediatamente Portugal, Irlanda e, talvez, a Itália, onde a situação não é especialmente cômoda, e esses países poderiam, em sequência, entrar em crise.

Uma outra hipótese – e tenham paciência porque não há muitas, são só cinco! – é a emissão de eurobônus, ou seja, a dívida grega passa a ser dívida da Europa. O problema é que, primeiro, os alemães relutam muito em assumir dívidas que outros países tenham contraído. E há um risco moral envolvido: para poder aceitar a responsabilidade por essa dívida, países como Holanda e Alemanha exigiriam estritos controles fiscais sobre esses países, ou seja, um grau de intervenção bastante grande. Além disso, as agências de risco têm dito que, numa situação dessa, elas tenderiam a classificar esse novo título com a cotação do país mais frágil, ou seja, não resolveria o problema, porque, para taxas baixas, teríamos que continuar gozando do prestígio triplo A, que é o da Alemanha, para que as

taxas de juros fossem baixas e, portanto, pagáveis. Se isso fosse feito, a consequência, claro, seria o aumento da importância da Alemanha como potência política. Ela teria o controle da condicionalidade fiscal, e isso, praticamente, mudaria a equação de poder na União Europeia, porque o mecanismo para isso seria esse fundo de estabilidade europeu, que pertence somente à eurozona, do qual não participa a Inglaterra. A Inglaterra ficaria relegada a um segundo plano.

A quinta hipótese, a hipótese final, é que, simplesmente, na hora do vamos ver, considerando-se a pobreza das opções que existem, a Alemanha, a Holanda e outros países que ainda têm uma situação melhor ampliam a assistência financeira. Colocam a mão no bolso e dizem: “Tá bom. Vamos aceitar pagar as dívidas do nosso primo aqui”.

Num cenário pessimista, isso poderia gerar um efeito dominó negativo, porque esse fundo de assistência financeira funciona da seguinte maneira: o país que está no limite do perigo não tem que contribuir para o fundo. Portanto, a Grécia não contribui para esse fundo. Quando a Grécia sai do mecanismo, a Itália... Talvez não inicialmente a Itália, mas certamente Portugal e Irlanda deixam de contribuir para o fundo. O fundo fica cada vez menor, cada vez mais dependente dos países centrais. Esse mecanismo está sujeito a esse efeito dominó, e isso poderia desestabilizar o euro e levá-lo ao colapso.

Num cenário otimista, que é possível que aconteça – e a Europa tem mostrado que, em situações de crise, ela aprofunda a integração –, poderá ser alcançada uma maior coordenação fiscal e, como o que falta na Europa é fazer uma união monetária sem uma dimensão fiscal, talvez isso avance e surjam condições para haver uma confederação ou até uma federação política europeia, o que seria, realmente, uma maneira de lidar com esses problemas – como lidamos aqui no Brasil, no passado, com as dívidas dos Estados.

Bom, os riscos para o Brasil de uma situação como essa são muitos. Acho que meus colegas têm mais a dizer sobre isso do que eu, mas eu queria aventar apenas alguns problemas potenciais.

Um, do qual não há como fugir, é que haverá uma perda de dinamismo da economia mundial. A economia mundial já está em marcha, como vamos ver em seguida... Certamente, esses são os nossos mercados, e dependemos deles para manter nosso crescimento e para ampliá-lo.

Um segundo problema é que a crise financeira pode se transformar rapidamente numa crise do sistema financeiro e, talvez, até numa crise política, porque vamos ter um novo 2008/2009, com a quebra de instituições financeiras, mas sem os mesmos recursos

que tínhamos então – tanto recursos financeiros e recursos de orçamento quanto capital político, que já se gastou no ajuste anterior.

Vejam só: em janeiro de 2011, previa-se que a economia do mundo ia crescer este ano 4,4%. Agora já se prevê 4%. A eurozona, 1,7%, agora 0,5%; o Japão, 1,4% e, agora, já se diz que vai crescer negativamente, vai decrescer 0,7%. O Brasil, naturalmente, diminui algo; não está tão mal, porque sai de 4% para 3,6%, mas, assim mesmo, abaixo da média dos países do mundo.

Estamos, certamente, numa desaceleração econômica. Vendo o que aconteceu não somente dentro de um ano, mas num período de seis anos, observamos que as taxas das economias centrais do mundo, Estados Unidos, Japão e eurozona, caíram muito na crise de 2008, recuperaram-se, andaram com alguma volatilidade e, agora, estão num passo decrescente. Estamos em 2011 e estamos experimentando crescimento negativo no Japão e crescimento muito modesto nas outras áreas avançadas.

Como é que esses atores se comportam economicamente e o que eles representam para nós? Os emergentes, nos quais se inclui o Brasil, são apenas 20% da economia global. Não temos ilusão de que eles possam ser a locomotiva que vá, na fraqueza do centro, levar adiante o crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A China está incluída?

O SR. ISAÍAS COELHO – Está incluída nos 20%. A economia cresce muito rapidamente, mas ainda, de tamanho...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ISAÍAS COELHO – Estão aí. Todos os Brics estão aí.

Os Estados Unidos, a Europa e o Japão somam 70% do PIB global. Estão crescendo devagar, é verdade, mas ainda são o peso da economia do mundo. Eles querem escapar da estagnação, mas eles têm dívida alta, déficits altos, não têm espaço para uma política fiscal expansionista neste momento. E a taxa de juros já está a um nível historicamente baixo, próximo de zero. Portanto, nem se fala em expansão monetária, em dar mais crédito, porque não funciona. O que se poderia fazer já foi feito. Então, esses países estão estagnados nesse ponto.

A componente política interna, como aqui mencionou o Senador, não ajuda também. Os governos estão atônitos, paralisados. Anteontem, o G-7 se reuniu em Marselha. E o que saiu dessa reunião? Nada, nada útil. Eles não sabem o que fazer, e o calendário não ajuda. Vejam só: em novembro, eleições para o

parlamento espanhol; em maio, eleição presidencial na França; em novembro, eleição presidencial nos Estados Unidos; Alemanha, Japão e Itália terão eleições parlamentares em 2013; todos estão com o calendário eleitoral na porta.

O carro-chefe da economia da Europa, que é a Alemanha, tem a primeira-ministra com dificuldades em casa e no partido dela. Das cinco eleições que teve este ano, ela perdeu as cinco – a última, que foi agora no dia 4 de setembro, no próprio estado natal dela, na Pomerânia Ocidental. Embora ela esteja fazendo as políticas adequadas, não existe a percepção... Primeiro, as pessoas ficam muito irritadas por estarem passando por uma crise feia desse jeito; segundo, por terem que colocar recursos do orçamento delas para resgatar outros países que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ISAÍAS COELHO – Exatamente. Portanto, os riscos externos são altos.

Diferentemente de 2008, os países hoje estão numa situação fiscal frágil, não têm dinheiro para socorrer os seus bancos. Portanto, o risco de contágio por meio dos bancos é maior. Eu aqui não falo somente do Brasil, mas de um modo geral. A questão é: a crise se contém no euro ou se espalha para outras partes do mundo?

O precedente suíço pode levar a desvalorizações competitivas de moedas, como antes de 1945, o que levou à uma fragmentação no comércio mundial e a uma reorganização financeira, com a criação do FMI e do Banco Mundial, em 1945.

O presidente do Banco Mundial, Zoellick, diz que há um risco de que esse ajuste fiscal conduza a uma espiral descendente, que já mencionamos. El-Erian, que é um grande financista internacional, diz que há uns 50% de chance de uma recessão na eurozona, e que a Europa poderia levar o mundo a uma contração econômica por esse processo. E um relatório recente do FMI – sobre *spillover*, quer dizer, transbordamento –, diz que, se essas pressões, se esse *stress* atingir o coração da eurozona, haverá graves consequências globais.

Para finalizar, um pequeno repasse de um trabalho importante que foi feito por dois economistas, Reinhart e Rogoff, analisando a história das crises nos últimos duzentos anos. Eles concluem que o alto endividamento dos países normalmente leva a um calote, leva à reestruturação da dívida, o que é seguido por um período de baixo crescimento. Em muitos países, a dívida privada pode ser considerada uma dívida pública contingente, porque, na hora do vamos ver, na hora da crise, o que era dívida privada passa a ser dívida pública, como aconteceu nos Estados Uni-

dos – é o Lehman Brothers que faz a confusão, é o Sachs. O governo acaba por intervir, acaba colocando dinheiro público, e deixa numa situação de debilidade as finanças públicas, que inicialmente poderiam até estar bem sadias.

Alguns países, para evitar o calote, então, podem recorrer – essa é a experiência sobretudo dos últimos cem anos – à repressão financeira; a empréstimos forçados; à apropriação dos fundos de pensão por exemplo – coisa que a Argentina fez há algum tempo –; à limitação das taxas de juros de maneira administrativa, coercitiva; e à restrição de movimentos de capital.

Outras questões, nós poderemos deixar para as discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Isaías Coelho, do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Passo agora a palavra ao segundo palestrante, o Dr. José Manuel Gonçalves, da Universidade Cândido Mendes, especialista em relações econômicas Mercosul e África Austral.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Obrigado Senador, obrigado a todos.

A África, pela sua vulnerabilidade completa em termos internacionais do ponto de vista financeiro – vulnerabilidade e, inclusive, dependência muito estreita, como irão ver –, é neste momento a área da chamada periferia mais ameaçada pela crise da Europa. Tanto mais que ela se soma a uma crise gerada nos Estados Unidos, desde de 2008, que conduziu à contração dos preços do petróleo e, portanto, atinge uma segunda faixa de países, que seriam os países com altas taxas de crescimento no continente. A soma de tudo isso tem dado um resultado, vamos dizer, um pouco inesperado. É que, em alguns países africanos, em função dos novos dados econômicos do relacionamento com a Europa, inclusive da grande retração do crédito europeu para países africanos – aí incluídas as doações, que são decisivas para as finanças africanas, para a maior parte das finanças da África Subsaariana –, tem havido um aumento, por um lado, da participação chinesa nas relações com a África, mas, por outro lado, da participação do Brasil também. Portanto, pela primeira vez desde o fim da escravidão, o Brasil aparece como primeiro fornecedor de Angola no primeiro trimestre deste ano. Não sabemos ainda se é um dado tendencial ou se foi uma exceção num determinado momento.

O fato é que, para entender um pouco isso... Eu só faria uma introdução dizendo que, com 700 milhões de habitantes, a África tem 10% da população mundial

e participa com 1% do PIB mundial e com 1,3% nas exportações, basicamente em função do petróleo. Poderíamos acrescentar que de, 1950 a 2000, a África perdeu 1/3 do seu poder de compra e aumentou em 70% a sua dependência alimentar em relação ao exterior. Já sabemos que a África Subsaariana é a zona mais pobre do mundo, e um dos elementos que contribuiu para isso foi a grande fragmentação em países; quer dizer, a zona mais pobre é a que tem mais países. Dos 48 que estão na África Subsaariana, temos 35 com menos de 10 milhões de habitantes. Portanto, na conjuntura atual, é impossível uma política industrial, e as comunidades em desenvolvimento – equivalentes ao Mercosul nas cinco macrorregiões africanas – têm funcionado apenas politicamente. Quer dizer, em função dos conflitos, em função de ajustes institucionais, raramente se entra em detalhes de política econômica. Finalmente, desse conjunto, ainda por cima, 15 países não têm litoral, estão na situação do Paraguai e da Bolívia, e não ter litoral é altamente penalizante.

De forma que a gente pode considerar que, em termos de renda e em termos de produção, há três Áfricas, que é a África do Norte... A África Subsaariana deveria incluir a África do Sul do ponto de vista geográfico, mas, realmente, não inclui. A África Subsaariana está entre o Saara e o Kalahari, que é o deserto que está ao norte da África do Sul. Então, temos essa África tropical no meio e temos a África do Sul, com um modelo de crescimento tipo latino-americano desde os anos 30. Quando o Brasil definiu uma política industrial com a Revolução de 30, sem ninguém combinar nada com ninguém, a Argentina e a África do Sul fizeram a mesma coisa. Era uma reação à dependência da Europa, continente altamente belicista – sempre que a Europa brigava, países como Brasil, Argentina e África do Sul, para citar esses três, ficavam desabastecidos em vários produtos –, mas também houve a influência da crise de 29. É claro que outros países que estavam dominados por potências coloniais não puderam fazer isso. O sistema colonial pretende o inverso, não é industrializar as colônias, elas não existiam para isso, e se atrasaram aí.

Agora, tradicionalmente a política do Brasil para a África se assenta em três países africanos. Ultimamente é que tem se diversificado bastante, com uma presença constante, inclusive a ponto de o Presidente Lula ser um dos primeiros Chefes de Estado a participar de uma reunião de cúpula da União Africana, ainda na Líbia, quando Kadafi detinha o poder. O impacto político do Brasil decorre do fato de ser sentido, cada vez mais, como uma das alternativas em parceria internacional. Mas, basicamente, o Brasil continua, mesmo com a diversificação, a ter três grandes parceiros na

África: um na África Oeste, que é a Nigéria, que é o maior comprador de açúcar do Brasil; e dois na África Austral, Angola e África do Sul. Em Angola, há fatores culturais, há o petróleo angolano com a presença do Brasil, e há investimentos de grandes empresas, por exemplo, empresas construtoras, há um conjunto muito grande de empresas de serviços, e essa presença é que acabou produzindo um certo *marketing*, acrescentado ao reforço da linha de crédito aprovado em Brasília, que colocou o Brasil em primeiro lugar como fornecedor de Angola. O terceiro parceiro é a África do Sul. É pela ordem: a Nigéria é o primeiro, Angola é o segundo, e a África do Sul é o terceiro – em volume.

As relações do Brasil com Angola dependem do petróleo; e as relações da Nigéria com o Brasil dependem do açúcar. A África do Sul, com um movimento um pouco inferior, passava pouco de US\$1 bilhão em 2010, tem um comércio exterior muito diversificado com o Brasil. Isso significa inclusive que, na programação entre os dois países, está inserida a estratégia de várias empresas multinacionais. Por exemplo, a Fiat produz parte das peças de seus carros no Brasil para vender na África do Sul e vice-versa. Nessa situação, se a gente olhar para os outros parceiros do Brasil na África, vai ver que são muito pequenos, fazem zero vírgula alguma coisa, mas, na soma, a África toda funciona como o quinto parceiro do Brasil neste momento.

De forma que o que se passa no conjunto do continente africano em termos de perfil econômico e financeiro, interessa ao Brasil. Algumas centenas de empresas brasileiras dependem da maior ou menor capacidade de absorção e, no caso de Angola inclusive, do próprio mercado de capital, do próprio mercado de investimento.

De forma que a União Europeia, a soma dos países europeus, tradicionalmente, é um bloco que é o maior parceiro histórico da África, inclusive como consequência do próprio estado colonial, que não foi superado a ponto de se diversificarem tanto os parceiros. Recentemente, as presenças da China, da Índia e do Brasil reduziram um pouco o impacto europeu. Mas, se considerarmos os europeus como uma soma, a União Europeia como um conjunto em si, continua sendo o principal. De forma que uma crise na União Europeia não pode deixar de ter incidência na África.

Só para terem ideia, a África do Sul, quando acabou o *apartheid*, o seu primeiro acordo comercial... São coisas muito difíceis de fazer, os acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia, por exemplo, continuam *au ralenti* e não se consegue assiná-los. Com a África do Sul, foi assinado em dois meses, e implica uma movimentação atual da ordem de €22

bilhões. Para a África do Sul, qualquer problema na Europa é muito sério.

Mas não é só para a África do Sul. Há quinze países africanos que, na realidade, tem o euro como base da sua moeda. E não é base de fundo de reserva, é determinante, inclusive, da taxa de câmbio. O franco CFA... CFA significa Comunidade Financeira Africana, mas, ironicamente, sobretudo o pessoal de esquerda na África, diz que equivale a “entrepôts franceses da África”. A moeda desses países, que são quinze – treze eram colônias francesas, outro era colônia portuguesa e outro, colônia espanhola –, é o Franco CFA, que é garantido pelo Tesouro francês. E é claro que, com os problemas que a França tem neste momento, isso tem conduzido a situações muito difíceis, como, por exemplo, a dificuldade para esses quinze países programarem exatamente a que corresponde a sua reserva e a que corresponde a sua moeda em termos de transações internacionais. Aquilo que durante muito tempo funcionou como uma moeda conversível e que, portanto, fazia muita diferença em relação às moedas administrativas africanas que ninguém queria, agora, com a situação de crise, começa a complicar-se um pouco. Isso, por um lado, reforça todo o crédito, todas as aberturas de caráter financeiro por parte da China, e reforça também a moeda sul-africana, que é outra moeda conversível no continente africano.

Eu já falei que a contração de várias grandes economias mundiais provocou uma redução drástica no preço do petróleo. Ora, aquilo que mantinha o conjunto das economias africanas num nível apreciável de crescimento era o petróleo.

Segundo um cálculo feito pelo chamado Nepad, que é uma nova parceria para o desenvolvimento da África que não tem funcionando muito, as taxas de crescimento estavam na base dos 5% e, para reduzir o abismo de desempenho entre a África e o resto do mundo, seriam necessários 7%, sendo que, na África do Sul, 4% são o mínimo para criar novos empregos. A África do Sul tem 25% de desempregados – isso no conceito de desemprego utilizado oficialmente, quer dizer, quem teve emprego e o perdeu –, mas, se forem acrescentadas as novas entradas no mercado de trabalho, passam de 35%. E esses números são racialmente marcados: em larga maioria são os negros que estão nessa situação, até por dificuldade de especialização etc.

Então, a queda do preço do petróleo vai... Bom, se a África do Sul é atingida pela diversidade da sua indústria, da sua economia e pelas grandes ligações que tem o capital sul-africano com o mercado mundial – há momentos em que você tem dificuldade de distinguir as operações da Bolsa de Joanesburgo das

operações da Bolsa de Londres –, o petróleo torna isso mais dramático. É só ver o seguinte: de 2007 até agora, a queda do valor do barril foi da ordem de US\$100. Chegou a US\$180, está mais ou menos a US\$80 em Nova Iorque, está a US\$111 em Londres, mas o melhor preço de referência é Nova Iorque. Essa queda de US\$100 por barril para países como a Nigéria e Angola, que exportam acima de um milhão de barris por dia, significa uma perda diária de US\$100 milhões. Mas é que não é apenas um milhão que eles exportam, mas quase dois.

Entre 2003 e 2008, quando o efeito de 2007 foi sentido, Angola tinha uma taxa de crescimento entre 15 e 18%, era uma das maiores do mundo. Estou falando em termos percentuais, não estou falando em valores absolutos. Era um percentual com base em um PIB que, àquela altura, era de 80 bilhões, mas, mesmo assim, era importante em termos de recuperação, em termos de infraestrutura, o país tinha saído de uma guerra e tal. Isso até 2008. Em 2009 teve uma taxa de crescimento negativa pela primeira vez (-0,1%), o que obviamente impediu diversos pagamentos ao exterior; algumas empresas do Brasil, a Odebrecht por exemplo, estão com montantes importantes a receber. Neste momento, que Angola deve... Não é de sua dívida tradicional, mas de contratos assinados de 2000 para cá, da ordem dos US\$6 bilhões, dos quais um bilhão e pouco seria para empresas no Brasil.

Esse é o conjunto dos efeitos. Há países na África que, ainda por cima... Agora temos o caso dos países da chamada Zona do Sahel – uma zona de transição entre o Saara e a Savana. Esses países todos estão em contato com países árabes bastante agitados. Há Níger e Mali, em contato com a Líbia, onde atua abertamente a Al-Qaeda – o nome de Al-Qaeda é do Magreb Islâmico (AQMI) –, com bases importantes e atuação acentuada nesses dois países, que são países bastante frágeis, em que mudanças institucionais produziram agora, no caso do Níger, um bom avanço em termos democráticos. Mas o risco de difusão desses conflitos num contexto desse tipo pode colocar aqueles países em uma situação, como diziam alguns colegas nossos, em que mesmo atravessar o espaço aéreo pode ser um perigo. As questões de segurança começam agora a ser agravadas por esse fato.

De fato, a capacidade de mobilização de qualquer movimento radical com apelo a fatores religiosos nessa área é muito grande. Não só há uma tradição histórica, foi por aí que o Islã entrou no continente africano na área do Timbuktu e de Agadez, mas porque a situação de miséria está se colocando novamente, como nos anos 70, em termos absolutamente vitais, quer dizer, a sobrevivência biológica da população.

A gente pode acrescentar aqui dois elementos que podem dar reflexão à escala mundial, partindo do que a África está sentindo. A primeira coisa, que eu até nem tinha notado muito, notei agora na última viagem que fiz à África do Sul: os sul-africanos, que têm um papel importante no G20, dizem que o G20 está sumindo. Isso é um aviso para o Brasil e um aviso para a Índia também. Realmente, há alguns meses que não há uma única notícia relevante em que o G20 possa ter tido menor peso. Mas há pior do que isso: é que após a formação dos Brics, mesmo o G8 tem deixado de se reunir. Por exemplo, essa reunião que o colega falou agora em Marselha é do G7. Então, está-se voltando à formatação do final da Guerra Fria.

O segundo aspecto é importante em termos de teoria econômica, em termos daquilo que a gente debate nas universidades. Por exemplo, se a gente pega com base na escola neoinstitucionalista, a informação é o custo de transação principal. Ora, a percepção que há em diversas economias periféricas é que há uma sonegação impressionante de informação econômica internacional. Da mesma forma que a crise do *subprime* apareceu de surpresa, ninguém se admire que, de um momento para outro, possa aparecer uma outra crise com dados que já são do conhecimento dos centros de decisão. E esse fator é tanto mais grave quanto mais atrasado é o país, quanto menos capacidade ele tem de observar a conjuntura mundial.

Só para dar exemplo final sobre o peso de cada economia, a sua própria capacidade de recolher informações. A África tem um conjunto de países importantes na produção de algodão – alguns desses países são do Sahel, mas vai até o Sudão – que estavam altamente penalizados pelos subsídios ao algodão dos Estados Unidos. Pensaram, naturalmente, em acionar os mecanismos internacionais, queixarem-se na OMC, mas acabaram achando que era perigoso fazer isso, porque as doações dos Estados Unidos e algumas aberturas comerciais para produtos africanos dariam lugar a uma retaliação tão forte dos Estados Unidos que nenhuma dessas economias iria aguentar. Quando esse problema chegou ao Brasil, o Brasil apresentou uma queixa internacional e ameaçou fechar as portas a vários produtos americanos – uma capacidade de resposta maior.

Quer dizer, nós estamos em uma situação em que realmente a economia não é igual para todos, em que os efeitos das crises são muito maiores nesses países que as Nações Unidas chamam de países menos avançados – é uma designação diplomática para países mais atrasados –, e, em escala mundial, a informação sobre isso é muito reduzida. Lembro-me de que o jornal *Le Monde* falava, não há muito tempo, o

seguinte – um exemplo até dramático –: se houvesse um dilúvio que atingisse o continente africano, tirando a África do Sul e as jazidas de petróleo, seria uma catástrofe humanitária, mas a economia mundial nem sentiria isso.

Então, é assim que a conjuntura internacional está, é assim que ela aparece para a África e, é claro, com os engajamentos que o Brasil tem com África, obviamente, isso vai ter grandes efeitos, inclusive do ponto de vista diplomático. Não custa muito acreditar que pedidos de aumento substancial nas linhas de crédito do Brasil com a África, como aconteceu com Angola, venham a ser solicitados por diversos países africanos. Está aí o desafio.

Como introdução, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado, Professor Dr. José Manuel Gonçalves, da Universidade Cândido Mendes, especialista em Relações Econômicas Mercosul e África Austral.

Passo a palavra ao Dr. Frederico Gonzaga Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR
– Obrigado, Senador.

Parte da minha apresentação, na verdade, já foi mais brilhantemente apresentada pelo Professor Isaías, de modo que algumas coisas serão repetitivas. Então, vou tentar passar à frente e ir ao ponto que eu estou querendo discutir ao final da apresentação, que é um pouco uma tentativa de interpretação do problema mais particular nos países menos desenvolvidos da zona do euro.

Comecei com a discussão sobre área monetária ótima, mas acho que não será necessário nós a discutirmos, isso é um cacoete de professor.

Os dados demonstram claramente que a crise de 2008 tem um papel fundamental nessa crise atual e, obviamente, ela aparece de forma bastante diferenciada nos países europeus de acordo com o que podemos chamar de nível de desenvolvimento.

Por exemplo, Grécia e Portugal praticamente não conseguiram se enquadrar nos limites de referência de 3% de déficit público; desde o período em que adotaram o euro têm problemas de arrecadação tributária – obviamente decorrentes da fragilidade dessas economias – e, frente à crise, isso se agrava; e têm orçamento público, portanto, constante e progressivamente deficitário, o que gera uma perda de credibilidade geral na zona do euro, mas, particularmente, para a dívida soberana desses países.

Esses dados mostram... Eu separei a União Europeia pelos 11 ricos, depois os países mais frágeis. Embora eu tenha incluído a Itália nesse grupo, obvia-

mente a Itália tem uma diferença bastante significativa, principalmente com Grécia, Portugal e Irlanda. Mas a crise de 2008 tem um impacto grande sobre a inflação – os dados são impressionantes –, sobretudo nesses países.

A partir da crise, o Banco Central europeu começa a diminuir a taxa de juros. Mas veja que, exatamente pelo problema fiscal, nos países que compõem o chamado PIGS, a taxa de juros aumenta, o que é um problema, porque, na verdade, isso tende a agravar a situação. De um lado, não há mais como fazer política monetária do ponto de vista europeu, nem do ponto de vista dos Estados Unidos, porque a taxa de juros já chegou a um nível limite, e, de outro lado, o prêmio de risco pago no endividamento dos países que não têm a capacidade de desvalorizar sua moeda, porque estão no sistema europeu, cuja moeda é o euro, é muito mais alto, o que cria uma situação muito pior em relação à dos demais países.

Pode passar, por favor, para o próximo *slide*.

Aí se mostra como a situação é impressionante. A linha escura tracejada é a referência possível de -3% de déficit, que é considerado dentro dos limites do Tratado de Maastricht. Com a crise de 2008, o que aconteceu? Nos países que compõem o PIGS, ocorre algo impressionante: o déficit público aumenta para 16%, na média, sendo que ele é mais grave no caso da Grécia e de Portugal. O curioso é que, até 2007, a situação desses países, do ponto de vista fiscal, embora fosse deficitária, não era tão grave, mas era muito próxima da dos demais países europeus. Isso demonstra, claramente, que o problema se agrava de forma muito grande com a crise de 2008, que é particularmente problemática para esses países. Basta ver que o déficit público médio desses países estava em torno de 16% em 2010, sendo que, nos países ricos, esse déficit gira em torno de 4%.

Por favor, pode passar ao próximo *slide*.

Esse dado é da Espanha. Veja que a Espanha saiu de um superávit – o gráfico não tem título, mas esse é o resultado nominal –, em 2007, para um déficit de mais de 12% em 2008, o que é impressionante. Obviamente, a queda no PIB desse país explica parte desse fenômeno. No caso da Grécia, que já convivia com um déficit público controlável, digamos assim, esse percentual chega a algo em torno de 15% em 2008, em 2009.

Por favor, o próximo!

Aí se mostra a dívida pública. Outro dado relevante no caso dos países europeus é que, admitindo-se a referência pelo Tratado de Maastricht de 60% da dívida pública em porcentagem do PIB, todos os países estavam, de alguma maneira, até 2007 e 2008,

convergindo, não só os ricos, como os menos desenvolvidos. E a crise de 2008 os pega de calças curtas.

Então, obviamente, em decorrência da queda no PIB, do resultado do setor público, do déficit público gigantesco nos países menos desenvolvidos, a dívida pública passa de alguma coisa em torno de 65% na média do PIB para mais de 100% nos países menos desenvolvidos e para mais de 80% nos países desenvolvidos. Obviamente, o problema da dívida pública está muito mais relacionado à forma de financiamento do que propriamente à dívida em si. Em tese, não é muito problemático ter uma dívida de 100% do PIB, desde que ela seja capaz de ser financiada, mas o grande problema, hoje, é que, com essa crise que se tem agravado, a capacidade de financiamento dessa dívida tem sido cada vez menor, praticamente inexistente. É praticamente impossível financiar essa dívida num país como a Grécia ou mesmo Portugal, razão pela qual os pacotes de ajuste e de salvação, as tentativas de pacote de salvamento dessas economias do FMI e da União Europeia, aparentemente, não terão muito sucesso. O Professor Isaías já demonstrou isso.

O próximo, por favor.

Esse é o caso da Grécia e da Irlanda, comparativamente. Veja que a Grécia, desde 1995, tinha uma dívida pública bruta em torno de 100% do PIB, sem maiores mudanças, ao passo em que a Irlanda vinha diminuindo essa dívida. A Irlanda chega a 20% de dívida pública em 2007. Não sei se os senhores se lembram que a Irlanda era um exemplo de país de sucesso em resolver o problema fiscal durante os anos 2000, mas caiu para o inferno de uma hora para outra. A dívida grega aumenta, e a dívida irlandesa também aumenta. A dívida grega já está em torno de 140% do PIB, e a irlandesa volta aos níveis de 1995. Repito: o problema, nesse caso, diz respeito muito mais ao financiamento dessa dívida do que propriamente à dívida em si.

O ponto de partida de todos esses problemas está na queda do PIB. Veja que, indistintamente, isso atingiu todos os países. O PIB caiu em torno de 4% no ano de 2009. Isso não ocorreu apenas na Europa, como todos nós sabemos. No Brasil, no último trimestre de 2008, o PIB caiu em torno de 15% – corrija-me se eu estiver enganado. Há uma recuperação em 2010. Essa recuperação não é muito acentuada e é menor para os países menos desenvolvidos. E não se chega sequer a recuperar em 2010 o crescimento. Ainda assistimos a uma recessão em 2010 de aproximadamente 0,5% do PIB.

Consequentemente, a taxa de desemprego é muito mais acentuada nos países menos desenvolvidos. Se, na Espanha, essa taxa gira em torno de 20%, na média dos países menos desenvolvidos, ela está

em torno de 11%, saindo de algo em torno de 7%. O mesmo fenômeno não ocorre com os países europeus ricos. Obviamente, nem é preciso falar dos efeitos sociais de um aumento do desemprego dessa magnitude.

O próximo, por favor!

Aí são mostrados os dados mais gerais da situação. O Professor Isaías apresentou as projeções para 2011. Veja que, no caso das economias avançadas, a projeção do World Economic Outlook de abril de 2011 é em torno de 2,4%. Nos Estados Unidos, essa projeção era de 2,8%, mas já vai ser menor. E, na Eurozona, a projeção era de 2,6%, mas também vai ser menor. Mas veja que o caso dos países mais desenvolvidos – Alemanha e França – é muito mais razoável do que, por exemplo, o da Grécia, que, em 2009, decresceu 2%; era de 4,5% em 2010, e a projeção é de que vai cair, se tudo correr bem, apenas 3% em 2011, o que não parece ser o caso. Portugal vai por um caminho não muito diferente, como também a Espanha. A Espanha está mais em cima; a situação é também muito problemática. A da Irlanda nem se fala! Veja que a Irlanda vinha crescendo, na média dos anos 90, 7,7%; de 2003 em diante, houve um crescimento bastante razoável, mas desaba em 2008, em 2009 e em 2010, ou seja, a situação é muito problemática.

O próximo, por favor!

Este é um dado importante: o balanço em transações correntes. Mostra-se a relação com o resto do mundo. É um ponto que eu gostaria de levar em consideração e que vou retomar, à frente, rapidamente. Esse, para mim, é um ponto central. Veja o resultado em transações correntes da Grécia: sistematicamente deficitário. O mesmo resultado é o de Portugal, da Espanha e da Itália, e a situação não se deve reverter naturalmente. Isso demonstra basicamente que são países que têm um déficit externo bastante significativo, e a garantia de que esse déficit seja financiado depende de fluxos de capitais do resto do mundo. E os fluxos de capitais do resto do mundo, para esses países, naturalmente, estarão afetados pela crise. Todos nós sabemos o que significa um país ter um déficit em transações correntes muito grande e não conseguir financiar com a conta financeira de capital. Se é uma crise cambial – vimos isso no Brasil nos anos 80 e, na Argentina, dos anos 2000 –, como resolver isso? Há várias maneiras, mas nenhuma delas é muito otimista, principalmente se não há condições de se mexer no câmbio.

O próximo, por favor!

Há um dado importante: a produtividade do trabalho. O que acontece, na verdade? A produtividade do trabalho na Alemanha é sistematicamente maior do que nos demais países. Aquele gráfico com o lo-

sango, o mais baixo ali, mostra o comportamento da Alemanha, tendo como base o ano de 1999. A queda significa que aumenta a produtividade do trabalho. O Professor Isaías mostrou um dado: na verdade, a produtividade do trabalho aumenta mais do que o aumento dos salários.

Mostra-se a Alemanha e os demais países, mas vamos comparar a Alemanha com a Irlanda, que obtém uma melhora a partir de 2008, o que é consequência do aumento do desemprego, principalmente. O fato é que, se esses países tivessem uma moeda própria, a consequência natural desse fenômeno seria uma desvalorização do câmbio, para poder equalizar a produtividade do trabalho espúria, vamos dizer assim, via desvalorização do câmbio, com a da Alemanha. Em outras palavras, a Alemanha, talvez, gostasse que o sistema da eurozona funcionasse como a Alemanha funciona, mas o problema é que a maioria dos países não funciona como a Alemanha, não tem um nível de desenvolvimento como o da Alemanha. Os países menos desenvolvidos, como Grécia e Portugal, dependem basicamente de estar com um saldo externo ou com um financiamento externo para conseguir dar conta do seu crescimento; não havendo esse saldo, a situação vai só piorar.

O próximo, por favor!

Essas são algumas questões estruturais. Há o caso do Banco Central europeu, que, no meu ponto de vista, tem excessiva preocupação com o controle de preços e um conservadorismo excessivo, por consequência da própria formação do Banco Central europeu, muito baseado no Bundesbank alemão, que, obviamente, é historicamente conservador, inclusive por conta do trágico episódio de hiperinflação alemão dos anos 20. Então, há pouca preocupação com a evolução do desemprego por essa razão, mas o ponto central é: como equalizar a política fiscal no sistema da Eurozona? O Professor Isaías levantou um ponto central: é como se aquilo fosse uma federação, e, então, é preciso uma maneira de haver uma equalização fiscal capaz de gerar algum tipo de transferência mais eficiente, para dar conta dos países menos desenvolvidos. Obviamente, essa é uma questão política, que vai depender da resolução desses países.

Meu tempo está acabando, mas já estou no final.

Há uma proposta de entendimento dessa crise. Penso que a União Monetária Europeia tem uma incapacidade de superar diferenças estruturais entre suas nações e, portanto, de converter seus ciclos econômicos. O termo usado aí é “conversão”, mas, na verdade, é uma tentativa de manter os ciclos econômicos mais ou menos iguais. Esse modelo, como ele é, agora, com a crise, manifesta-se de forma um pouco mais clara, com

certa limitação na forma de estruturação institucional europeia para abarcar todos esses países. E o caso da elevada dispersão da produtividade do trabalho, que é uma *proxy* para a taxa de câmbio real, mostra uma piora progressiva nos países menos desenvolvidos. Ou seja, o arranjo institucional ali mostrou, com a crise, alguma fragilidade, exatamente porque há países muito desenvolvidos, como a Alemanha – a Alemanha é um exemplo típico –, e países com um nível de desenvolvimento muito menor, que é o caso da Grécia.

A próxima, por favor.

Então, há uma perda progressiva de competitividade num cenário de câmbio fixo. O caso argentino de 2000: a Argentina criou a conversibilidade em 90. Quando veio 2000, a situação estava insustentável politicamente. Tornou-se insustentável, o povo foi para a rua, quebrou tudo, e simplesmente tiveram de abandonar a conversibilidade.

Seria o caso grego? Não sei. Espero que não.

O argumento é que o déficit em conta corrente do grupo menos desenvolvido se relaciona à perda de competitividade externa, causada por uma apreciação virtual do câmbio real. O caso da Suíça, de ontem, é um caso interessante. A Suíça disse: “Agora não deixo o câmbio apreciar mais do que €1,2”.

A próxima, por favor.

Aí, o resultado do que estou dizendo. Olhem o saldo em conta corrente da Alemanha: totalmente superavitário. E os demais países? Deficitários, sendo que o caso francês não é grave, mas o caso grego é particularmente grave e o caso português, idem. Detalhe: Portugal é um país que não tem um desenvolvimento tecnológico suficiente e nem uma estrutura econômica capaz de, no meu modo de entender, sair dessa crise sem nenhum tipo de apoio da Comunidade Europeia. E quando estou falando em apoio da Comunidade Europeia, obviamente, significa apoio da Alemanha.

A próxima, por favor.

Bom, então, os países menos desenvolvidos têm uma dificuldade de ajustar a economia para a convergência inflacionária e fiscal sem incorrer em trajetória deflacionária e recessiva. Há uma desconfiança internacional quanto ao compromisso de promover esse ajuste, que gera um efeito sobre o prêmio de risco, aumentando a taxa de juros e aumentando o custo da rolagem da dívida. Há dependência externa crescente e, portanto, aprofundamento das divergências estruturais entre eles.

A próxima, por favor.

O que estou querendo dizer é que há uma disparidade crescente da competitividade. É uma dinâmica do tipo centro-periferia à la Celso Furtado-Prebisch: o centro desenvolvido e a periferia incapaz de acompa-

nar, sem mudança significativa, esses países, dependendo, na verdade, de financiamento para dar conta de um crescimento, principalmente num caso de crise.

Próxima, por favor.

Excessivo foco ortodoxo no modelo europeu. Quando falo em “ortodoxo”, refiro-me à a incapacidade de garantir uma flexibilidade para que esses países tenham capacidade de crescer. O que acontece? Se a Alemanha continuar impondo uma política parecida com a que o FMI impôs ao Brasil nos anos 80, o que vai acontecer é que Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda não vão dar conta de recuperar. Por que? Cai o PIB,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR

– Desculpe. Só para concluir.

Cai o PIB, cai o equilíbrio fiscal, e não é capaz de resolver essa situação.

Desculpe ultrapassar o tempo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Obrigado ao Professor Dr. Frederico Gonzaga Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Antes de passar a palavra ao nosso último palestrante, eu gostaria de registrar a presença entre nós do ex-Senador e Deputado Federal Sebastião Bala Rocha, que é o Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia. Muito obrigado pela presença de V. Ex^a, Sr. Deputado.

E também registrar, mais uma vez, a presença de Sua Excelência o Embaixador Igor Kipman, aqui presente; do Sr. Ministro Conselheiro Francisco Fontan Pardo, Chefe de Delegação Adjunto da União Europeia no Brasil; e do Primeiro Secretário para Assuntos Políticos, Sr. Mário Rui Queiro.

Mais uma vez, muito obrigado pela presença dos senhores. Sejam muito bem-vindos.

Passo agora a palavra ao Professor Winston Fritsch, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O SR. WINSTON FRITSCH – Muito obrigado.

Presidente, ser o último a falar tem vantagens e desvantagens. A desvantagem, óbvio, é que não há muita coisa nova para falar, especialmente depois das apresentações excelentes que tivemos. E a vantagem é que se pode ser seletivo, mais pontual, apontando o que, na sua visão, é o mais importante, depois da análise factual muito bem apresentada pelo Professor Isaías e pelo Professor Frederico.

Vou fazer duas ênfases na minha palestra. Uma sobre o impacto da crise no Brasil, fazendo uma comparação com 2008; a outra apontando pequenos aspectos sobre a questão europeia, apesar de já ter sido tratada de forma bastante exaustiva aqui, e tentando fazer um

pouco de futurologia política, inclusive sobre a possibilidade de abandono do euro pelos participantes, apesar da enorme dor de ficar no euro. Como disse muito bem o Frederico, só há uma forma de você reajustar sua economia regional numa zona monetária, que é através da redução de salário. O câmbio está impedido de funcionar. Então, a única forma de você corrigir as disparidades, no curto prazo, de custo unitário da mão de obra, uma vez que no curto prazo mudanças na produtividade são improváveis, só acontecem com fenômenos de progresso tecnológico de inovação e de difusão de tecnologia, é o arrocho salarial. Não há outra. Quer dizer, as economias que vão se ajustar, vão se ajustar ficando mais pobres. Se o tecido social aguenta, essa é a grande questão.

Então, quer dizer, vou fazer um comentário um pouco mais em relação ao impacto sobre a economia brasileira, e, sendo minimamente didático, um pouco pelo caráter eclético da audiência, vou tentar ser o menos economista possível. E peço atenção para essa ultraesquemática apresentação.

Quer dizer, a economia brasileira sofre, obviamente, da economia internacional, tem uma interdependência importante, através dos fluxos de comércio, através do mercado de bens, e financeira, através do mercado de ativos. E é óbvio que estímulos de política são muito importantes. Quer dizer, o comentário que vou fazer a respeito de 2008 é que foi muito importante o estímulo de política para minimizar o impacto, o que se deu muito através do mercado de ativos.

Aquelas setas circulares entre a economia norte-americana e a europeia vão ser relevantes para a discussão da situação atual porque o Japão estaria incluído ali também. Está faltando o Japão. Mas, na verdade, esse bloco de países desenvolvidos tem uma enorme interdependência, uma interdependência muito maior do que o resto dos outros atores, especialmente no mercado financeiro. A interdependência no mercado de capitais europeu e americano é gigantesca. Quase 50% dos ativos dos fundos de *Money Market* americanos são de ativos europeus. O *Dow Jones* tem várias, várias... Eu acho que 30% das empresas talvez sejam não americanas, europeias. Existe uma interdependência muito grande. E a questão americana, que não foi tratada aqui, a não ser *en passant*, pelo Sr. Isaías, é muito importante nos debates sobre a solução da questão europeia. Sem uma recuperação americana mais forte, sem a reversão desse quadro dramático da perspectiva de crescimento americana de 4,5 para 1,5 em oito meses –, e dá para se ver, pelo desespero do Presidente americano e pelo discurso do plano que foi lançado recentemente –, a solução europeia

vai ser muito mais dolorosa. Os Estados Unidos são muito importantes para a solução da crise europeia.

Um outro ponto também importante que eu quero enfatizar é que, apesar de ter sido mostrado aqui que os países em desenvolvimento são pouco importantes do ponto de vista de PIB, 20%, do ponto de vista do Brasil, dada a inserção internacional do Brasil nos fluxos de comércio ser bastante multilateral, quer dizer, o Brasil não é satélite de ninguém, nós temos um equilíbrio bastante grande em termos de fluxo de comércio com países em desenvolvimento e com o bloco da esquerda e da direita. Obviamente, qualquer crise sistêmica vai afetar o lado direito da figura, mas nós, por causa da importância das economias domésticas da China e da Índia no crescimento do lado direito da figura, o Brasil está numa posição em que vai sofrer como todos, mas um pouco mais protegido de uma crise como a que se prevê possa acontecer, que vai acontecer mais do lado das economias da OECD, que são importantes no total do Brasil, mas é muito mais equilibrado, é quase 50 a 50, por aí.

Bom, há uma ilustração interessante de como esse mecanismo funciona na crise de 2008/2009. Houve uma paralisia imediata do crédito quando houve a quebra totalmente inesperada de uma grande instituição financeira, que, aliás, eu dirigia no Brasil, naquela época. Quando a Lehman quebrou, houve uma paralisia até dos fluxos de comércio internacionais. Isso, normalmente, para um país que estava bem ajustado, como o Brasil, certamente não seria uma marolinha. Era algo sério, importante, mas que não teria a importância que teve, não fosse a flutuação cambial causada pela paralisia dos fluxos de comércio ter afetado títulos financeiros, derivativos cambiais, de grandes empresas brasileiras, várias empresas, de todos os tamanhos. Derivativo cambial era uma coisa que todos pegavam para diminuir o custo do capital. Era uma coisa técnica. Mas grandes empresas pegaram, com riscos gigantescos e, tecnicamente, quebraram. Quando aconteceu aquilo, o mercado brasileiro sentiu, e a crise se introjetou no Brasil através do mercado de derivativos cambiais. E aí é a mesma situação: você não sabe mais qual é o crédito. Em contrapartida, param as linhas. Por isso, o Brasil perdeu 15% de produto industrial em doze meses.

Essas interdependências acontecem, muitas vezes, por determinadas situações da economia nacional. E o ponto positivo que quero mostrar aqui é que hoje, do ponto de vista do Brasil, estamos mais bem preparados para uma crise se acontecer o pior no caso europeu, o que não é totalmente improvável. É algo parecido com a crise da Lehman do ponto de vista de uma crise grande de liquidez do sistema bancário, a

partir de um efeito dominó de problemas com os países periféricos. O Brasil hoje, fundamentalmente porque tem um equilíbrio externo mais ou menos parecido com o que tinha em 2008, não tem mais a contaminação do seu setor privado por esses mecanismos cuja dívida é muito sensível a pequenas variações cambiais. Vai acontecer sim um impacto importante, mas nada parecido com o que aconteceu em 2008.

O que vai, sim, acontecer hoje se acontecer alguma coisa, em qualquer cenário europeu, é um crescimento menor durante muito tempo. Não vai ser uma crise como aquela de 2008, em que você teve uma resposta bastante rápida do governo americano em termos de política monetária e fiscal. A economia americana saiu da recessão razoavelmente rapidamente. Os níveis de produto na Europa ainda não atingiram, talvez por Alemanha e França, os níveis da época da crise da Lehman, Nos Estados Unidos a recuperação foi bem mais rápida. Mas agora não. Eu acho que uma crise europeia é algo que vai, especialmente se os Estados Unidos não usarem estímulos fiscais importantes, o que parece improvável dada a paralisia decisória do congresso, principalmente tendo em vista o próximo ano ser um ano eleitoral, essa crise pode ser muito mais prolongada. Nós podemos ter realmente uma situação de estagnação durante muito tempo, o que, evidentemente, não é muito bom para a economia nacional. E vou voltar a isso no final da minha palestra.

Nós temos dois cenários: um de ruptura e um de longa estagnação. Não há nada melhor do que isso no horizonte previsível na minha opinião.

A crise do euro.

Depois das palestras que foram feitas aqui, vou só passar para alguns pontos que considero importantes, principalmente o último. A natureza da crise é um descontrole fiscal que varia de país a país. Por exemplo, entre os portugueses e os gregos, o descontrole fiscal é propriamente de receita e gasto corrente, há um impacto brutal do custo de financiamento e do nível de atividade sobre a receita. Mas os irlandeses não, eles gastaram muito salvando banco. Então, tem uma coisa mais ou menos diferente. Se vocês olharem os gráficos apresentados aqui, verão que os irlandeses caem mais violentamente porque aquilo é uma coisa mais rápida do ponto de vista de execução do desastre. Mas, no fundo, isso já foi trabalhado aqui. Não tenho nada, nada, nada a discordar de tudo que foi dito aqui pelos que me antecederam.

O problema da macroeconomia foi também abordado aqui, especialmente pelo Frederico. Eu só queria ressaltar o seguinte: a política macroeconômica da zona do euro é montada na suposição de que as economias são síncronas, de certa maneira. E aí, a

política monetária pode ser feita sincronicamente. Se está todo mundo aquecendo e tendo inflação, o Banco Central sobe as taxas e todo mundo ajusta. Quando há um problema como esse que aconteceu agora e que algumas economias descolam e entram numa crise violenta, a política monetária fica extremamente difícil. E os alemães continuam fazendo a política monetária, pelo menos até recentemente, que eles fazem. Até recentemente, estavam olhando problemas de inflação importada, a economia estava indo bem, crescia 3%.

Isso coloca um problema gravíssimo. Não realinham, não há possibilidade de o Banco Central Europeu não dar algo que é bom para uma parte e péssimo para outra, porque as economias sempre foram, historicamente, porque são extremamente integradas – 80% do mercado da Europa é com eles mesmos – algo muito síncrono. Que eu me lembre, é a primeira vez que existe uma dissincronia tão grande assim entre os países dentro da Comunidade Europeia. Isso coloca um problema gravíssimo de política monetária.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. WINSTON FRITSCH – Não, acho que a demissão do alemão decorre um pouco de se ter sentido o cheirinho de que coisas heterodoxas estão por vir – graças a Deus neste caso. Acho que é uma coisa que saiu para garantir a reputação dos alemães, de duros. Ele é um *hawk*, um falcão, um durão.

A política fiscal descentralizada é o grande problema do euro. É um problema que tem de ser resolvido a longo prazo. Quer manter o euro? Então, tem de ter.

É como no Brasil. Não sei se vocês se lembram do Brasil antes do Real, em toda a República. Nós tínhamos – o número variou ao longo do tempo – vinte e tantos estados, todos eles com os seus bancos comerciais, estaduais – ou quase todos –, e emitiam moeda. O que acontecia é que as Grécias e os Portugais... No Brasil, tinha França que gastava muito. No começo da década de 50, São Paulo tinha um déficit maior do que o da República. Só que, quando acontecia a eleição, vinha o pobre do governador, com uma cesta de dívidas, dizendo: “Olha, o banco quebrou. Se eu for honrar essas dívidas todas que estão lá, vai quebrar. E o banco é um banco comercial, tem uma crise sistêmica”. E o que se fazia? Emitiam-se *eurobonds*. O governo brasileiro trocava a moeda podre de governo estadual por títulos do Tesouro, e continuava a ciranda. Isso só acabou quando, durante o Plano Real, fez-se a consolidação das dívidas dos estados e colocou-se uma série de mecanismos de inibição desse comportamento – “irresponsável” talvez seja uma palavra difícil, afinal de contas, politicamente, é alguma coisa que faz sentido – não-funcional do sistema. O Brasil

só virou uma federação, como a Europa precisa virar, por volta de 1994, 1995.

Então, é isto que a Europa precisa fazer: virar uma federação de fato, sem vários bancos centrais. Esse é o grande problema político. Eu sou otimista, acredito que isso vá se resolver, porque acho que o euro é... A crise do fim do euro é uma crise de proporções absolutamente gigantescas, e não vai ser tomada a decisão conscientemente, como já vou argumentar, por nenhum país isoladamente. A ideia de que, vendo o sofrimento do povo grego com redução de salários necessária para ajuste, eles vão sair do euro e desvalorizar, é uma falácia gigantesca – é o último ponto dali; deixa eu tocar logo nesse ponto.

Qualquer mudança de moeda tem de ser precedida por aspectos procedurais. Quer dizer, você tem de trocar até maquininha de estacionamento, porque, no dia seguinte, vai chegar um sujeito lá com uma nota, um dracma, para pagar. Não é brincadeira: o lançamento do Real foi uma operação de guerra, contando inclusive com o Exército Nacional na logística. Se você quiser sair, portanto, você tem de se anunciar. O dia em que um país com uma economia totalmente aviada anunciar que vai sair, ele está liquidado, o sistema financeiro dele está liquidado na hora, na hora os bancos fecham. É mais ou menos uma Argentina.

Na Argentina foi um pouco diferente, porque as pessoas acreditavam – a conversibilidade era uma religião argentina –, eles fizeram aquilo até o fim, até o último níquel de dólar no Tesouro. E aí acabou, foi um salve-se quem puder.

Aqui vai ser pior: vai ser anunciado que vai acontecer e, no dia em que anunciarem isso, acabou.

Isso pode gerar um efeito em cascata, porque a quebra de um banco grande na Grécia – eles estão até se juntando, os bancos estão se segurando por *mergers* e fusões – pode ter um efeito catastrófico. Por isso, eu acho que, por mais choro e ranger de dentes dos ortodoxos etc, a solução de criar minizonas, países deixarem o euro, não é funcional. Além de todos os objetivos diplomáticos e defesa da paz, toda a ideia de Europa que sempre uniu a França e a Alemanha, acho difícilimo que a Europa saia por outro caminho que não uma tentativa de voltar os gráficos, deixar para trás essa época de choque e voltar de novo para uma época em que as economias andem de forma coordenada. Isso vai exigir algum tipo de diminuição do custo político. Como vai acontecer? A gente discute mais no final, mas, na minha opinião, não há possibilidade de uma saída voluntária de um membro, pelas razões que eu acabei de expor.

Por favor. Bom, a solução da crise. Do que ela depende? Bom, primeiro, na verdade, o mais impor-

tante é o crescimento das economias extrazona, embora, como se tenha dito aqui várias vezes, o benefício da recuperação mundial é faturado de forma diferente pelos países europeus. A Alemanha ganha, os mais competitivos ganham a parcela do leão. Mas isso é fundamental.

Aí é que entra a tragédia da decomposição da razoabilidade do Partido Republicano norte-americano. É um dos grandes dramas da política norte-americana. É uma política que sempre foi de *checks and balances*. Quer dizer, há sempre, obviamente, distorções, diferenças na visão dos dois, mas sempre houve algum espaço de manobra política, como se viu inclusive na solução da crise de 2008. Agora houve um impasse, e esse impasse não dá nenhum sinal de que vá se resolver dentro do prazo de que estamos falando aqui, de poucos meses a um ano, um ano e meio.

A outra é como a gente distribui, socializa o prejuízo para o sistema bancário. Essa é uma grande discussão. E essa crise se parece imensamente com a nossa crise latino-americana – acho que foi você quem falou nisso, Frederico. Do ponto de vista macroeconômico, o problema que os países de déficit em conta corrente da Europa estão passando é exatamente o problema que o Brasil e a Argentina passaram, que nós passamos na década de 80. É a mesma coisa, era um problema de transferência. Quer dizer, no nosso caso, foi resolvido. O Plano *Brady* é, de certa maneira, uma tentativa de passar alguma parte do prejuízo para o sistema bancário, com alguma reestruturação. Isso vai ter de acontecer – já está acontecendo e é parte, inclusive, do pacote. Quer dizer, há contribuições voluntárias no ajuste grego, português etc, mas também é algo que é uma variável de ajuste no sistema. Não pode ser muito forte, porque evidentemente quebra os bancos. Mas vai ser usado no limite. Até os franceses vão usar isso no limite, eu acredito.

O outro é uma coisa mais de longo prazo, mas é importante também. É esse retorno às chamadas reformas inacabadas, especialmente dos países que se juntaram ao euro mais tardiamente, como a Espanha. É a privatização, que parou em vários lugares e é algo, como sabemos, no Brasil, extremamente interessante do ponto de vista fiscal, não só pelo pacto imediato, mas pelo impacto de longo prazo. E ainda há muita coisa a ser privatizada na Europa.

E há a reforma do mercado de trabalho, algo que facilita o único ajuste que existe. Parece um argumento ultraliberal, mas não é. Só há possibilidade de ajuste, dentro do euro, através de mudança de salário e, evidentemente, um cenário de mercado de trabalho mais livre ajusta salários mais rapidamente. Então, isso é muito importante, isso é um consenso. O

fato de os Estados Unidos sempre saírem das crises melhor e mais rapidamente do que a Europa se deve fundamentalmente à maior flexibilidade do mercado de trabalho americano.

Depois, vem o elemento crucial da salvação do euro; é disso que depende, na verdade, a não-recorrência desse fenômeno que estamos vivendo. No fundo, isso é necessário para prevenir novas crises, quer dizer, para sustentar o euro. Trata-se de agir como se estivesse diante de um acidentado: é preciso fazer um torniquete e, depois, uma transfusão de sangue. O torniquete são essas medidas para resolver a crise, e vários mecanismos vão ser usados. Mas, realmente, a salvação do euro depende da formação de uma verdadeira federação fiscal europeia.

Agora volto para os impactos sobre a economia brasileira, que dependem de cenários. Coloquei dois cenários, que coincidem mais ou menos com o que o Isaías falou.

Por favor, o último eslaide.

O cenário-base é de uma prolongada recessão na Europa, mas em que os problemas vão sendo resolvidos. Há alguma combinação do que já se vem fazendo... E eu concordo plenamente com os modelos... Isso já ficou até claro no impasse nas negociações com o FMI... Os atuais programas de ajuste, grego e português – são os que eu conheço melhor –, não são factíveis. Como foram estruturados, não vão funcionar.

Existe uma dinâmica que aprendemos muito bem na década de 80. Esses programas recessivos de ajuste fiscal criam uma espiral que mata a capacidade de se resolver o problema. Nas projeções, na verdade, supõe-se o crescimento, mas, na prática, a combinação de políticas monetárias fiscais recessivas gera recessão. Como existe uma relação óbvia entre ajuste fiscal e crescimento econômico – poupança, tudo –, quando você entra em uma espiral recessiva, todas as suposições do programa se rompem, e o programa não se realiza. Isso vai acontecer, mas, como suponho sempre que o euro vá ser preservado, só há uma possibilidade, que é um acordo político que realmente transfira choro e ranger de dentes, o necessário para estabilizar essas economias periféricas, e rapidamente, antes de as economias maiores serem atingidas, porque, nesse caso, não há mais possibilidade de uma saída que não seja o segundo cenário, que é um choque de confiança – com um impacto severíssimo a curto prazo, muito parecido com o que foi sentido na crise da Lehman –, e com consequências imprevisíveis.

Volto a dizer que, no caso do Brasil, vamos sofrer evidentemente, todos vamos sofrer, e vamos sofrer durante muito tempo, porque a Europa, em um cenário caótico, vai demorar muito tempo a se recuperar. Mas nós

hoje temos, pelo menos, um sistema financeiro menos suscetível a grandes variações de endividamento com a taxa de câmbio, que foi o que aconteceu em 2008.

Em 2008, o montante da dívida privada brasileira tinha uma indexação cambial que não suportava uma variação relativamente pequena, isso deflagrava o gatilho desses derivativos. A situação pegou empresas que eram ícones brasileiros, várias delas. Hoje não existe mais isso. Então, claro, vai haver um impacto sobre câmbio, evidentemente, vai haver cortes de linhas de crédito de exportação, coisas horríveis, cenários de horror para quem trabalha no mercado de câmbio, mas não acredito que vá haver um impacto interno tão grande quanto o que houve em 2008.

Concordo praticamente com tudo o que foi dito aqui, apenas quis ser mais enfático em alguns pontos. O euro é uma espécie de camisa de força. É difícil implementá-lo? Sim, mas há o compromisso da...

(Interrupção do som.)

O SR. WINSTON FRITSCH – Salvar os países que estão hoje em crise é algo perfeitamente possível com uma combinação interessante do uso dos mecanismos de ajuste, com emissão de bônus, quer dizer, com a gestão da crise através dos Bancos Centrais e a coordenação entre os Ministros de Fazenda dos principais países. Isso dá para ajustar, mas ninguém vai sair do euro voluntariamente.

Acho que é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Winston Fritsch, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, por sua exposição.

Passamos agora a palavra aos Senadores inscritos para fazerem suas indagações. O primeiro Senador inscrito é o Senador Cristovam Buarque.

Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Queria que V. Ex^a me inscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senadora, com muito prazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Collor, mais uma vez, parabéns por mais esse debate extremamente enriquecedor.

Quero dizer que tenho quatro perguntas e um problema...

(Falha na gravação.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Tenho quatro perguntas e um problema.

É que hoje é aniversário de Juscelino Kubitschek, faria 109 anos. Como Senador do DF, tenho que estar daqui a pouco – aliás, já deveria estar desde as 19 horas – em um evento que está sendo feito no Memorial

JK sobre os próximos 50 anos de Brasília, evento que mostra que ainda há otimismo no meio dessa crise toda. Mas não posso deixar de fazer as perguntas, mesmo que não possa ficar até o fim. Se possível, queria ouvir as respostas. Não sei como o senhor vai me ajudar a resolver isso. Talvez a Senadora aceite que eu ouça as respostas depois da minha pergunta e me perdoe por não ouvi-la. Há problema?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com todo prazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A primeira pergunta tem a ver com uma parte do tema mesmo, a África, a crise na Europa e a África. Queria saber se há possibilidade de vocês especularem sobre o quanto essa crise pode aumentar o poder e a presença da China na África. Dirijo a pergunta sobretudo ao Professor José Manuel.

A segunda pergunta, eu dirijo ao Professor Winston, que é um dos professores indiretos que tive – pela idade, eu é que deveria ter sido professor dele, mas pelos textos e livros dele, apesar dessa cara de jovem ainda, eu sou o aluno. Será que a saída não poderia ser algo mais heterodoxo, algo que o Brasil fez? Inventamos, e essa é a arquitetura genial do Plano Real, que sempre admirei... Acho até que o grupo que fez o Plano Real deveria receber o Nobel de Economia... Talvez ainda receba, apesar de a inflação ter chegado a 7,5% agora. Será que não seria o Plano Real ao contrário? Aqui fizemos duas moedas, durante seis meses, para combater a inflação. Será que esses países não poderiam sair sem sair do euro e terem duas moedas? Com uma moeda seriam pagas as contas públicas, e teria inflação; outra moeda seria o euro, e as duas circulariam.

O Professor Winston citou um dos detalhezinhos, que é uma máquina de estacionamento para botar o euro. Pode-se deixar a máquina lá, em euro. Quem quiser e tiver euro, vai de carro. Quem não tiver, vai de ônibus. Com isso, é possível ter uma inflação para pagar aos trabalhadores, o que vai gerar um problema político obviamente. Os trabalhadores receberiam na moeda local, mas o euro circularia. Que confusão isso poderia provocar? O Brasil passou por essa experiência no sentido contrário, como forma de sair da inflação.

A outra pergunta é para o Professor Frederico, diz respeito a uma preocupação com que fiquei, mas que comparto. O senhor citou explicitamente que Portugal teria dificuldade pela falta de capacidade tecnológica. E nós? Se a crise vier aqui, nós, também sem capacidade de inovação tecnológica, estaríamos mais condenados do que outros países?

A outra pergunta, que tem a ver com a segunda, é a seguinte. Essa longa estagnação, não seria possível

ocorrer elevando o bem-estar da população, mesmo que reduzindo o consumo? Por exemplo, teremos – e não tenho a menor dúvida de que de fato teremos, como disse o Professor Winston – uma redução nos salários. Não poderíamos ter uma redução nos salários reduzindo a jornada de trabalho e aumentando o tempo livre? Isso com alguma forma de não reduzir a produção, até porque a gente sabe que é possível um esforço adicional, mesmo sem avanço tecnológico. Então, será que o que está acontecendo na Europa não vai levar –, e aí precisa de um grande estadista, de alguém que traga essa idéia – à busca de um novo propósito civilizatório que não fosse o aumento da renda e do consumo, mas o aumento dos bens públicos, o aumento do tempo livre? Isso, na Europa, começa a ser chamado de decrescimento, que não é uma palavra boa. Na verdade, deveria ser aumentar o bem-estar, sem necessidade de aumentar o crescimento.

São as quatro perguntas que eu tenho. Sei que elas exigiriam aqui muito tempo de debates, não só de respostas dos senhores, mas eu, lamentavelmente, quero ficar para ouvir sim, porque estou muito curioso. Depois, vou ter que sair porque, sendo de Brasília, eu não posso ficar uma noite debatendo Europa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra, primeiramente, ao Dr. José Manuel Gonçalves, da Universidade Cândido Mendes, especialista em Relações Econômicas Mercosul e África Austral, para responder a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Senador, realmente a China tem aproveitado a crise europeia e a crise na...

(Interrupção na gravação.)

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – ...a China compra todo o petróleo da África Subsaariana, particularmente de Angola, da Nigéria e do Gabão, e, por outro lado, oferece empréstimos monumentais. Inicialmente, é vista como alternativa ao Fundo Monetário Internacional, que decretou que o empréstimo internacional à África está congelado até que a África reduza os níveis que tinha de dívida.

A partir de certo momento, fica a dúvida se não há apenas coincidência nisso. É claro que a primeira pergunta é saber até que ponto a economia chinesa pode aguentar sem a manifestação de uma bolha, por exemplo, no mercado habitacional, da construção civil. Mas o segundo aspecto é que, de dois para cá, essas facilidades financeiras têm diminuído bastante. O que tem aumentado é a presença, como no Brasil, como

na América Latina, de produtos de muito baixo custo nos mercados africanos, que começam ser percebidos como um desafio ao desemprego. Tal como o Brasil, a África do Sul diz que a presença desses produtos no seu mercado contribui de 3% a 4% na taxa de desemprego e torna muito difícil a competitividade das pequenas indústrias desses países africanos. Então, há esses dois aspectos.

Agora, a gente pode acrescentar que, nesse processo de crise, tanto nos Estados Unidos quanto na África, a Índia e o Brasil também têm crescido. A presença desses dois países tem crescido – só a da Rússia, no caso do Brics, é que não tem. A gente fica um pouco na base da navegação de cabotagem; quer dizer, a capacidade de previsão na economia está cada vez mais curta. A gente está voltando ao que Joan Robinson falou nos anos 70, que é crise econômica e crise do pensamento econômico.

Há uma série de indicadores que ainda precisam ser consolidados, mas, à primeira vista, se não houver, no próximo quinquênio, nenhuma bolha que ponha em causa o crescimento chinês, a China irá acentuar sua posição preponderante na África, que ela construiu rapidamente. Só para se ter uma idéia: há 200 mil chineses na África. Os portugueses, para colocarem 200 mil portugueses em Angola, demoraram cinco séculos; os chineses fizeram em doze anos. De forma que há uma capacidade na própria economia chinesa, uma grande vantagem da economia chinesa: é que ela é mantida neste momento em um mercado de 100 milhões de pessoas – o que é considerável – e faltam 900 milhões, que podem ser fator de expansão constante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor José Manuel Gonçalves, que satisfaz o Senador Cristovam Buarque.

Agora passo a palavra ao Professor Dr. Winston Fritsch, que também tem respostas às indagações formuladas por S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. WINSTON FRITSCH – Muito obrigado, Presidente.

Vou pegar a mais...

(*Falha na gravação*)

O SR. WINSTON FRITSCH – ... duas moedas. O Brasil já teve duas moedas duas vezes, entre 1906 e 1914 e entre 1926 e 1929. A Caixa de Conversão, depois chamada de Caixa de Estabilização no período de Washington Luís. Isso acontece, na verdade, quando se quer... Bom, deixe-me dar um passo atrás. O problema que você tem que resolver introduzindo uma, duas, três, quatro ou cinco moedas para resolver o problema da Europa é o problema da taxa de câmbio.

Você deve estar pensando – desculpe-me por chama-lo de você, mas é que o conheço há tanto

tempo – é usar o câmbio para resolver o problema do arrocho salarial de certa maneira. Acaba sendo um arrocho salarial também de outra maneira, mas você está querendo manter o euro e criar uma outra moeda. Só que no Brasil e em todo o mundo quando isso aconteceu, a América Latina teve vários outros regimes, a taxa de câmbio foi fixa e a moeda boa foi introduzida na margem, manteve seus estoques de moeda, fixou-se a taxa de câmbio, a economia andava no superávit da balança de pagamentos e aí ficava mais interessante quem tinha aquela... Puramente de arbitragem tirar moeda, depositar dólares e pegar essa moeda nova que, na verdade, era um certificado de depósito, que voltava e depois podia ser convertido em ouro. Mas a moeda boa, o que seria o euro agora, a moeda conversível, foi emitida na margem. E, depois, com a crise na balança de pagamentos, na Primeira Guerra Mundial, na grande recessão, toda ela voltou para a Caixa de Conversão sob a forma de ouro e sumiu, e ficamos com a moeda ruim de novo.

É muito difícil introduzir – é impossível; não há precedente histórico – duas moedas que não seja para uma moeda boa que seja conversível, e uma taxa de câmbio fixa. Então, isso não resolve o problema do euro; o problema, digamos, de usar a taxa de câmbio como elemento de política econômica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me interrompê-lo.

A taxa de câmbio dessa moeda nova – o dracma, por exemplo –, essa seria... O câmbio seria modificado, reajustado.

O SR. WINSTON FRITSCH – Iria para a lua.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Iria para a lua, provavelmente, durante algum tempo, até que – se as teorias funcionarem – até que os preços internos ficariam tão baixos que começaria a haver mais turistas, o preço do produto ganharia competitividade e, aí, poderia reajustar o dracma, outra vez crescer. Como é hoje: há o dólar e a moeda local em quase todos os países do mundo.

O SR. WINSTON FRITSCH – E a hiperinflação no meio do caminho?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Haveria uma hiperinflação sobre essa moeda, claro. Claro, haveria. Mas a hiperinflação é por outra razão...

O SR. WINSTON FRITSCH – É pela enorme desvalorização cambial dessa moeda, se os preços forem referidos a ela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Haveria sim. Haveria um choque de inflação elevadíssimo... O nível da inflação, não sei. Mas, exatamente, a saída vem da inflação. Sem a inflação, não haveria saída.

O SR. WINSTON FRITSCH – Sim, mas você mata o doente no meio do caminho.

O meu ponto é o seguinte: se você avisar que vai introduzir uma outra moeda, uma moeda que não é o euro, que pode ser até conversível, mas uma moeda que vai flutuar...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não é flutuar.

O SR. WINSTON FRITSCH – ...todo mundo vai correr dela. Todo mundo vai correr para a outra moeda. E o sistema bancário não resiste. Esse é que é o problema de você sair, se você flutuar o câmbio nessa situação. Eu acho que não funciona. Quer dizer, duas moedas, um regime dual de moedas só funciona nesses regimes de caixas de conversão. Essa transição, acho que é impossível sem uma crise.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nós não tivemos isso durante os seis meses em que funcionava a URV e o...?

O SR. WINSTON FRITSCH – Mas a URV não tinha um dos fatores importantíssimos. A moeda tem três qualidades: unidade de valor – a URV tinha; meio de pagamento – a URV não tinha; e o que chamamos de reserva de valor – não tinha. Ela só tinha a característica de unidade de conta. Ela não era moeda em que se podia pagar. Você não pagava nada em URV; você pagava com a moeda corrente, que ainda era – nem lembro mais...

O SR. (*Fora do microfone.*) – Cruzeiro Real.

O SR. WINSTON FRITSCH – O Cruzeiro Real. É complicado, Senador. É melhor...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Acho que o Prof. Isaías quer falar sobre isso.

O SR. WINSTON FRITSCH – Ah, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Prof. Isaías, por gentileza.

Obrigado.

O SR. ISAÍAS COELHO – Muito obrigado.

Eu só gostaria de acrescentar que há algumas experiências, até modernas, com dupla moeda. Na transição do socialismo, sobretudo dos países da União Soviética, para países independentes, houve uma situação em que duas moedas continuavam vivendo juntas por algum tempo, não somente na introdução dos (*incompreensível*) nacionais, quando ainda existia o rubro, quando, dentro dos próprios países, havia uma moeda boa, que era a moeda em espécie, e a moeda mais frágil, que era a moeda escritural, a moeda que estava no sistema bancário. Porque havia muito mais dinheiro escritural do que dinheiro efetivo, e as pessoas precisavam de dinheiro para transação em efetivo; eles valoravam essa moeda. Os próprios mercados locais estabeleciam a taxa de câmbio dessas moedas, e va-

riava conforme o tempo. As pessoas, até analfabetas, sabiam calcular direitinho o valor, se vai pagar desse jeito ou se vai pagar daquele outro.

Então, sou um pouco mais, digamos assim, otimista quanto à possibilidade de que, como mecanismo de transição, possa-se introduzir uma moeda ou que se vá caminhar para uma outra moeda mais em médio prazo.

Existem certas semelhanças em relação ao que nós fizemos aqui com o Plano Real, no sentido de que o que nós fizemos foi indexar gradualmente os nossos contratos, os salários, os preços a uma nova moeda. E quando 70, 80, 90% da economia já estava toda indexada, disse-se: “Esta é moeda, passamos, demos o pulo final sem muitas dores”. Foi um processo gradual, e acho que essa história monetária brasileira tem muito a ensinar para o mundo, de fato.

Eu não acredito, que desses cenários – nisso eu concordo com o Professor Fritsch –, o mais possível seja o do abandono do euro por alguns países. Mas, se isso vier a acontecer – talvez não de uma maneira tremendamente elegante –, não seria o fim do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Isaías.

Passo a palavra agora ao Dr. Frederico Gonzaga Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais.

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – A conexão da questão da tecnologia para mim é fundamental. O caso português, neste particular, é importante, porque é uma economia cujas exportações são pouco diversificadas quando comparadas com as dos países europeus.

Na questão da tecnologia, eu estou partindo do pressuposto de que, se o país tem um bom desenvolvimento tecnológico, isso vai se manifestar numa maior competitividade, numa maior diversificação das exportações e, portanto, numa maior possibilidade de lidar com problema do déficit externo.

O caso brasileiro se enquadra perfeitamente nisso. A que nós temos assistido no Brasil nos últimos vinte anos? Eu tenho esse dado de cabeça. A composição das exportações brasileiras não se alterou nos últimos vinte anos: de 89 para cá, alguma coisa em torno de 40% de *commodities* primárias, e o restante dividido em produtos intensivos em recursos naturais, de média e de baixa tecnologia, sendo que os produtos de maior teor tecnológico têm caído *vis-à-vis* os setores de média e baixa tecnologia, porque *commodities* primárias e produtos intensivos em recursos naturais mais ou menos têm se mantido constantes. Ora, se de 89 para cá – lá se vão 23 mais ou menos –, nós não mudamos essa composição, isso pode ser problemático. É óbvio que parte disso se explica pelo crescimento vigoroso

da demanda chinesa e do aumento dos preços etc., mas o fato é que a exportação de manufaturados do Brasil caiu muito, tem caído muito. Ora, exportar *commodities* primárias e produtos intensivos em recursos naturais não é um problema em si, o problema é se especializar na exportação desses produtos, porque se, por acaso, a demanda chinesa... Em 2009 aconteceu isto: a China simplesmente parou de comprar aço do Brasil. Eu sou de Minas Gerais, e isso lá foi fatal para o Estado. A China simplesmente parou de comprar aço, e os negócios estancaram completamente. Então, Minas Gerais, que cresceu acima da média brasileira nos últimos anos em função da demanda chinesa por produtos minerais, obviamente sofreu mais do que a média brasileira nesse período.

Se não houver uma tentativa, qualquer que seja ela, de diversificação das exportações de manufaturados em produtos de média e alta tecnologia, as perspectivas futuras são problemáticas, porque aumenta muito a vulnerabilidade, coloca-se uma situação muito problemática, no caso do Brasil em particular. Citei o caso português, mas o caso grego se encaixa também. Portugal é um país menor, não é? Funciona bem se não tem crise; quando vem a crise, acontece o que aconteceu. Então, não há dúvida. Eu, na verdade, tenho trabalhado com isso ultimamente, que é tentar estimar a exportação do Brasil por níveis diferentes de intensidade tecnológica, para analisar mudanças estruturais, essas coisas.

Só para fazer um comentário sobre outro ponto que V. Ex^a ressaltou. Eu acho pouco provável aumentar bem-estar sem aumentar o crescimento. No caso particular de um país que sofreu um decréscimo no PIB – de alguma coisa em torno de 20% nos últimos três anos –, a situação é certamente catastrófica. E aí o seguinte: baixar salário real na marra é politicamente insustentável, não tem jeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mesmo com redução na carga de trabalho, com férias mais longas?

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – Tudo bem, mas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – De fato, o salário por hora não cairia.

SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – Tudo bem, mas como a população iria sobreviver nessa situação? Uma deflação resolveria isso...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É que a renda deles já é bem superior ao nível mínimo de sobrevivência. Não iriam trocar o carro a cada um ano ou dois. Que mais? Seriam bens supérfluos...

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – Mas, na Grécia... Será? Eu acho que, na Grécia, talvez

não estejam tão acima de média. Eu estou pensando na Grécia, que é uma economia realmente mais frágil.

Veja o caso de Portugal: o governo português baixou o salário dos funcionários públicos, meus amigos portugueses professores tiveram uma diminuição da ordem de 6% ou 7% no salário nominal. Isso tem um impacto... Eles estão lá desesperados para pagar as contas na verdade...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Esse desespero até que eles aguentam. O país não aguenta é – isso está na *The Economist* desta semana – a emigração; especialmente na Grécia, eles estão indo embora.

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – E estamos falando do trabalho qualificado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sobre tudo mão de obra qualificada. Esse que é o grande problema.

O SR. WINSTON FRITSCH – Se me permitem um aparte: a deflação é uma solução apenas parcial para o problema. Se houvesse uma deflação, eles ficariam mais ricos, o salário nominal poderia cair, mas, aí, as dívidas ficam gigantescas. Esse é o problema.

SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – Na verdade, a inflação talvez resolvesse o problema do salário real...

O SR. WINSTON FRITSCH – Exatamente, porque resolveria o problema da dívida na verdade. O mundo nunca resolveu problemas de montanhas de dívidas sem inflação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sem inflação.

O SR. WINSTON FRITSCH – Essa é a melhor solução, é a solução em que não se faz nada, é a solução *default* como falam os americanos. Se não se fizer nada, vai acontecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Professor Isaías Coelho, do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, gostaria de opinar.

O SR. ISAÍAS COELHO – O que está se fazendo na Grécia está mais ou menos na linha do sugerido pelo Senador Cristovam Buarque. Enfrentando uma situação em que o governo absolutamente não tem os recursos para pagar os salários dos funcionários públicos, ele resolveu deixar todos os não-essenciais em casa, e vai pagar 60% dos salários. Na medida em que ele possa reincorporá-los, vai chamá-los e, então, pagar os salários integrais. Pelo menos essa medida interina está sendo adotada na Grécia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Trata-se de colocar em disponibilidade um contingente grande de funcionários públicos, não é?

O SR. ISAÍAS COELHO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Mas isso já ocorreu aqui no Brasil num determinado período e não foi muito bem aceito...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Presidente, e o pior é que lá tem parlamentarismo: não dá trabalho tirar!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Exatamente.

Perguntaria a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, se está satisfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Plenamente satisfeito. Mais uma vez, muito obrigado por essas segundas-feiras. Esta de hoje foi especial, foi um prazer rever aqui o Professor Winston e conhecer todos os demais, que eu conheço tanto de nome. Peço licença, realmente tenho de me ausentar: Juscelino me espera!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Por favor. Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Agora eu passo a palavra a S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Fernando Collor, têm sido muito úteis essas audiências em que temos debatido aqui, nesse horário. Os resultados têm sido muito produtivos, as audiências têm nos ajudado a entender melhor esse cenário internacional.

Eu prestei atenção às exposições dos professores, a exceção da do Professor Winston Fritsch. Houve uma abordagem em que não se particularizou o impacto maior sobre o Brasil, que é o grande interesse que tenho. Mas, mesmo no caso do Dr. Fritsch, ele tangenciou o que nós vamos enfrentar. Por isso, eu lhe pergunto já diretamente: no caso brasileiro, as medidas tomadas pelo governo até agora são suficientes para que o impacto da crise seja mitigado? Ou melhor, reserva cambial elevada, moeda valorizada, exportação de *commodities* na contramão do positivo, que seria reserva alta e moeda valorizada, como é que o senhor vê para o Brasil esse cenário?

Para o Dr. Frederico: o euro, como moeda comunitária, sobreviverá a essa crise sem que a Europa aplique um duro ajuste fiscal? O sistema monetário europeu vai para que caminho depois dessa crise? Alguns países não estão dentro do sistema monetário europeu, é nesse aspecto.

Dr. Isaías, a questão fiscal da região, que o senhor abordou com bastante profundidade, ela se dá por conta de controles e políticas internas arcaicas, superadas, ou por falta de capacidade de gestão desses governos ao longo do tempo? Apenas a Alemanha parece um país mais arrumado na questão fiscal

comparativamente aos demais países e, certamente, o povo alemão não vai aceitar que a Alemanha coloque mais dinheiro ainda para resolver os problemas existentes na região.

Dr. José Manuel Gonçalves, eu, como sou gaúcha, esperava ouvir um pouco mais – gostaria de provocá-lo nesse sentido – sobre o Mercosul. Com a crise europeia, e sendo a região exportadora para Europa, poderá haver um acirramento da competição comercial Brasil/Argentina? Hoje, para o meu Estado, isso já é extremamente complicado e conflitante. A Argentina, como o Uruguai e o Paraguai – mais o Uruguai e o Paraguai –, estão fazendo a triangulação de produtos manufaturados chineses, que entram nesses mercados e passam para o Brasil como se da região fossem, com todos os benefícios fiscais existentes em função do acordo do Mercosul. Então, eu queria lhe provocar sobre essa questão específica do Mercosul nesse cenário. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado à Senadora Ana Amélia. Começaremos com o Professor Winston Fritsch, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O SR. WINSTON FRITSCH – Obrigado, Presidente.

Senadora, durante muito tempo, de 2008 a 2010 pelo menos, o Brasil, o governo, era acusado de dirigir com pé no acelerador e no freio, apertando os dois ao mesmo tempo. A política fiscal era expansionista e a política monetária era contracionista, quer dizer, era o freio da política monetária e o acelerador da política fiscal.

Isso funcionou de certa maneira, o Brasil saiu da crise com a política fiscal expansionista, mas ela foi mantida durante muito tempo, além do que seria razoável. Eu acho que a mudança recente... Recomendo, inclusive, a leitura de uma entrevista, publicada hoje, com o Presidente do Banco Central, que me parece muito interessante, sobre atual mudança de política econômica, que coloca uma maior coordenação entre a política monetária e a fiscal, fazendo um ajuste maior, um aumento do superávit primário consistente com uma redução de taxa de juros.

Eu acho que essa gestão... A queda da taxa de juros ocorrida na última reunião do Copom me parece acertada, leva em conta esse cenário de reversão muito brusca do crescimento internacional e de pressões inflacionárias vindas de fora, que era algo que preocupava muito, especialmente pelo lado das *commodities*.

Outro ponto que V. Ex^a levantou, das reservas altas: eu acho que isso é algo que tem um custo social enorme – as reservas são remuneradas a uma taxa muito inferior ao custo social que elas têm –,

mas, por outro lado, é como uma política de seguro, nós vamos pagar o seguro que nós pagamos durante muito tempo nessas situações. Então, a manutenção de reservas altas e a combinação de política fiscal e monetária que o governo está implementando agora me parecem bastante adequadas para essa situação de grande incerteza que nós vivemos. Mas é fundamental que se mantenha realmente um espaço, uma política fiscal que tenda a reduzir, ao longo do tempo, a relação dívida/PIB.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesse caso, Dilma está sendo mais eficaz do que Lula?

O SR. WINSTON FRITSCH – Parece-me que a coordenação de políticas macroeconômicas entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central, supondo que são independentes, é muito melhor agora do que a que era feita nos últimos dois anos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Winston Fritsch.

Por favor, Dr. Frederico Gonzaga Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais.

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR

– Bom, Senadora, o problema do ajuste fiscal é complicado, porque os países que têm os maiores problemas fiscais são exatamente os que estão sofrendo mais com a crise. E nós sabemos que, quanto mais se apertar o torniquete, quanto maior o ajuste fiscal, maiores os efeitos negativos sobre o crescimento daqueles países. Os casos grego, português, espanhol e irlandês, por exemplo: depende da origem da crise e da dívida desses países.

O Winston comentou sobre o problema irlandês estar relacionado ao sistema bancário. O problema grego é um pouco diferente. Mas, de qualquer maneira, há um endividamento gigantesco e, praticamente, a incapacidade de seu financiamento.

O aperto fiscal, necessariamente, vai levar a uma diminuição ainda maior do crescimento desses países; aumenta o desemprego, piora a situação fiscal. Quer dizer, a situação é... Pelo menos num primeiro momento. E, certamente, há resultados sociais. Na Grécia, nós já temos assistido a problemas sistêmicos, assim como na Espanha, que já tem 25% de desemprego. Na última vez que eu vi, estava em torno de 20%. Então, já estou chutando que deve estar em torno de 25%. Então, como ampliar o ajuste fiscal sobre esses países no meio dessa crise internacional? É difícil.

No meu modo de entender, até segunda ordem, o euro vai sobreviver. Um eventual esgarçamento daquela situação seria o pior dos cenários. Na manutenção do euro, a Alemanha vai ter que cumprir o seu papel de país mais desenvolvido, líder da situação. E o povo

alemão vai ter que se dar conta de que optou por uma união monetária na Europa com todos os seus bônus e ônus. A Dinamarca não quis entrar no euro. A Inglaterra não quis entrar no euro.

E há um detalhe curioso. Por exemplo, eu estava pensando outro dia na Turquia, que queria entrar e não a deixaram entrar. A Turquia agora está numa situação confortável, porque não está amarrada pelo câmbio fixo. Então, eu acho que, mais do que um duro ajuste fiscal, tem que haver alguma maneira de transferência. E aí, há a questão de um acerto fiscal, entendendo acerto fiscal como uma maneira de transferência de recursos como ocorre numa federação. Isso não é trivial. Nós sabemos que, no caso brasileiro, não se consegue nunca fazer um ajuste fiscal que seja capaz de acertar todos os interesses dos Estados. Obviamente, numa confederação, como é a União Europeia, as questões são muito mais complicadas.

Acho que o caminho do sistema monetário europeu depende do apoio irrestrito da Alemanha. Não há outro jeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Dona Merkel vai ter que...

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – Porque a alternativa, por exemplo, do problema da produtividade...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aliás, ela já está pagando politicamente por isso, não é?

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essas derrotas são todas...

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – A questão, por exemplo, da produtividade, da diminuição do salário nominal. Portugal já diminuiu o salário nominal, a Grécia tem um desemprego enorme, como a Espanha etc. Qual o limite disso? Diminuir salário real simplesmente?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Há um custo social e político.

O SR. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR – O povo vai para a rua, não tem jeito. Não tem alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Dr. Frederico Gonzaga Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Agora passo a palavra ao Dr. Isaías Coelho, Doutor em Comércio Internacional e Finanças Públicas e pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

O SR. ISAÍAS COELHO – Obrigado, Senador. Para ganhar um pouco de perspectiva em relação às causas da situação fiscal, que ameaçam a própria

existência do euro, vamos considerar o seguinte. Como mencionou o colega, a Europa é uma confederação, não é uma federação como a nossa. É um grupo de países extremamente diferentes, conflituosos, pouco coordenados historicamente, mas que estão em um processo de integração; estão a caminho de se tornar uma federação, possivelmente cheguem lá. Os Estados Unidos começaram também como colônias independentes, começaram como uma confederação. As exigências do inimigo comum os obrigaram a se integrarem para poderem ter um exército e resistir às forças da Inglaterra, grande potência de então, e assegurar sua independência. E se formou, por necessidade, uma união de Estados americanos federada, que foi o modelo da federação brasileira.

Nós no Brasil temos um passo histórico invertido, começamos como Estado unitário. A primeira sabedoria política dos Pais da Pátria, da independência do País, foi manter a unidade de todas essas colônias que as Cortes começavam a desagregar. E, uma vez assegurado o Estado unitário, marchamos com um pouquinho de autonomia em nível de província. A República trouxe uma grande descentralização, transformou o País numa federação. Mas fomos com muita sede ao pote. No começo da República, os estados tinham capacidade de emitir moeda, então, o que vimos foi desastroso em termos de inflação e falta de coordenação de políticas. E decidimos que não era bom para nós que os estados emitissem moeda. Ficou sendo um monopólio da União.

Mais recentemente, descobrimos também que não era uma boa ideia os estados terem o seu próprio sistema bancário, que isso deveria ficar no setor privado ou na órbita federal. Mas, na parte de fiscalidade, obviamente, se somos uma federação, tem que haver uma autonomia dos estados nessa parte. Assim mesmo, no esquema federativo, para funcionar essa autonomia dos estados, existem limites, regras. Nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma grande criação, uma grande engenharia financeira e política, e temos o sistema de renegociação, que já foi utilizado, das dívidas dos estados, para reorganização deles de uma maneira ordenada. Se fôssemos um euro, teríamos entrado aqui em um problema terrível, igual ao da Europa. Mas, como não éramos, já éramos uma federação, já tínhamos maior nível de coordenação política, o que se fez foi uma renegociação das dívidas dos estados em longo prazo, a União bancou. E para poder assegurar o cumprimento disso, introduziu regras duras: “Olha, se você não pagar, eu tiro você das transferências do FPE e do FPM”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Retém na fonte.

O SR. ISAIAS COELHO – Retém na fonte, exatamente. Então, funciona que é uma beleza. O Brasil é um exemplo disso, não é?

A Europa tem a sua Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tratado de Maastricht, aqui mencionado, diz exatamente isso: o máximo de 60% da dívida pública e o máximo de 3% do déficit. Mas esse tratado não tem garra, não há jeito de implementar isso.

Vejam só: esse problema não se coloca no nível da União Europeia, nos 27 países; coloca-se nos 17 países que têm o euro. O euro, uma moeda de alta credibilidade, tem por trás de si a credibilidade alemã, que tem o Banco Central mais confiável – se a Alemanha está dentro, a gente confia. Então o que acontece? Antes do euro, a Grécia pagava 18% de taxa de juros na sua dívida no mercado externo; depois da criação do euro, isso foi baixando gradualmente e chegou a 2% ou a 3% ao ano, uma maravilha para a Grécia, para a Grécia, para a Itália, para todos os países que se beneficiaram desse esquema. Mas há também uma tentação muito grande: ir além do razoável, do recomendável em termos de endividamento. Deram-se aumentos generosos de salários, além do que a produtividade permitia. Não todos os países. Na França, os salários aumentaram completamente em linha com a produtividade nesses anos todos, mas, nos países mais mediterrâneos, os salários cresceram mais depressa, e a dívida acomodava essas coisas.

Então, quando o processo começa... Enquanto os ventos estão soprando favoravelmente, tudo bem. No momento de dificuldade, os mercados começam a ficar nervosos, e as dificuldades se transformam de dificuldades de rolagem de dívida em dificuldades estruturais do sistema. O que acontece? Por que estão querendo criar o eurobônus? Para que essa dívida não seja dívida da Grécia, não seja dívida da Irlanda, seja dívida do grupo todo – em última análise, dívida da Alemanha.

Essa é a grande dificuldade, porque a Alemanha diz: “Não. Não vou dar direito a outro país de emitir títulos que eu vou pagar. Não vou dar um cheque em branco para os demais”. Era preciso, então, uma disciplina fiscal – esta disciplina fiscal que falta, que gerou essa crise em que estamos metidos. Digo “em que estamos metidos”, porque estamos todos no mesmo barco no final das contas, uns estão mais longe lá do coração do furacão, mas sobra para todo mundo no final das contas. Essa dívida, portanto, resulta de um problema de grandes incentivos fiscais, porque os governos têm um certo imediatismo político. É inegável: há um regime parlamentar, e pode-se cair do poder daqui a três meses. Pode-se chamar uma eleição, um voto de desconfiança. Então, não se quer tomar medidas du-

ras, que vão resultar em efeitos mais a longo prazo, a três, quatro, cinco, seis anos; quer-se fazer as coisas que o reelejam na próxima eleição possivelmente. Então, a democracia é linda, mas tem seus ônus, seus problemas, suas limitações.

O que está sendo discutido, exatamente neste momento na Europa, entre outras coisas, é como fazer essa ordem monetária, que foi muito boa para todos, principalmente para a Alemanha... Nós vimos como a Alemanha se manteve com um superávit em contas correntes, durante todo o tempo, enquanto os outros tinham déficit. A Alemanha está, mais ou menos, com a situação da China. Se os Estados Unidos acabassem com o seu déficit fiscal, com o déficit de comércio, seria um desastre para a China, porque a China precisa exportar para lá, embora ela use esses saldos para comprar a dívida americana. Vai aumentando... Mas não interessa, enquanto isso, eles estão trabalhando, criando riqueza.

É mais ou menos o que está acontecendo na Europa. Os países deficitários estão endividando-se, só que, para o eleitor alemão, isso parece um logro; parece que estão pegando carona com ele. É muito difícil perceber a vantagem que tudo isso traz para a Alemanha.

Portanto, eles estão discutindo como introduzir um esquema de disciplina fiscal dentro do euro para que o euro volte a ser viável.

Toda discussão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. ISAÍAS COELHO – Perdão por me es-
tender tanto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Professor!

Eu pergunto...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Dr. Isaías Coelho.

Agora, passo a palavra ao Dr. José Manuel Gonçalves, da Universidade Cândido Mendes, especialista em Relações Econômicas Mercosul e África Austral.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Senador, o problema do comportamento das pequenas economias do Mercosul como facilitadoras, já com alguns indicadores sérios, mas sobretudo com fortes suspeitas em relação à produção chinesa, atingiu o nível de alerta no Mercosul.

Portanto, neste momento esse trabalho de facilitação se processa por vias informais, mas é muito provável que atinja as vias formais. Não seria surpreendente, por exemplo, que uma sequência de *joint ventures*

entre China, Paraguai e um associado do Mercosul, que é a Bolívia, pudesse vir a formalizar isso. De forma que aí se levanta um primeiro problema estrutural no Mercosul, que é corrigir, tornar mais rigorosas as chamadas regras de origem.

Portanto, se aparecer uma produção com 75% extra Mercosul, não é possível admitir como produto Mercosul. É um debate um pouco complicado, que as pequenas economias têm objetado, dizendo que é mais uma forma de dominação do Brasil e da Argentina, e isso dificulta o debate.

Aparece agora, sobretudo aqui em Brasília, uma tentativa de contornar isso. É que o governo está preparando um projeto de alteração, de reforma da Lei de Defesa Comercial no que diz respeito ao *dumping* – e já há algumas queixas do Brasil em relação à China no que diz respeito a *dumping*. Eu não conheço o texto, só sei que está sendo preparado e é uma forma de... Se não há regra de origem aprovada seriamente dentro do Mercosul, tem que haver uma flexibilidade, a atualização das leis do *dumping* válidas para o Brasil. A Argentina vai fazer igual, o Brasil faz uma coisa e a Argentina faz outra.

Agora, Senadora, a concorrência Brasil-Argentina é a concorrência de um em relação ao outro, é um querendo ganhar espaço de mercado do outro. São os dois mercados decisivos aqui, isso se processa desde que o Mercosul existe, não estou vendo solução para isso, a não ser saber conviver com isso. Seria um erro tentar proteger a economia nacional com alfândega. É melhor proteger com competitividade, enfim, com um diverso número de outros mecanismos, que podem até passar por acordos dentro do Mercosul.

Agora, no que diz respeito à formatação ou à tentativa de pensar cinco, seis anos o comércio exterior do Brasil e da Argentina não teve choque, os dois estão procurando o mercado asiático. E o Brasil, com capacidade para isso, está crescendo no africano, a Argentina não tem capacidade para tanto.

Isso parte da percepção de que toda essa crise europeia decorre de uma coisa: a Europa vive, há muitos anos, acima dos seus meios. Por exemplo, os franceses são muito claros nos debates...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Especialmente no setor agrícola.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Pois é, se colocarmos o queijo e o leite da França ao preço de custo, veremos que custam mais que o champagne. Então, quer dizer, como vão fazer aceitarem os europeus uma redução do seu nível de vida? Esse é o problema. E esse debate está interessante, que é...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os subsídios.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Pois é, é a questão dos subsídios.

Dentro do Mercosul, há um outro efeito da crise do euro, é um efeito provocado por perplexidade, não temos resposta teórica acabada, mas o debate sobre moeda única no Mercosul parou, agora vamos ver como ficam aqueles.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está certo. Muito obrigada.

Ficou pior do que eu imaginava a situação, Professor. Pelo menos o governo acordou para fazer essa...

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Sublinhar o *dumping*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, porque esse é o grande problema. Nem estamos preparados para fazer a fiscalização desses produtos que entram na origem.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Mato Grosso está sofrendo mais do que o Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. Sou gaúcha, eu sei. Estamos perdendo as indústrias, que estão indo para lá. O Embaixador da Argentina declarou simplesmente o seguinte: “Querem vender para a Argentina, levem as suas fábricas para lá e fabriquem lá”. Sessenta por cento de todas as máquinas agrícolas fabricadas no Brasil são feitas no Rio Grande do Sul, e o mercado argentino é o principal comprador. O que vai acontecer? As nossas indústrias vão para lá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor agrava ainda mais as minhas preocupações agora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Dr. José Manuel Gonçalves, da Universidade Cândido Mendes, especialista em relações econômicas Mercosul e África Austral, e a S. Exª, Senadora Ana Amélia.

O que nos parece depois desta audiência, ou desta aula que todos nós recebemos dos nossos palestrantes, é que a situação é muito mais séria do que poderíamos imaginar há vinte, trinta dias.

A questão da presença da Alemanha nesse processo, como foi dito, é fundamental, mas, por maiores provas que tenha dado a Srª Merkel da grande estadista que é, politicamente ela não conseguirá arcar sozinha com a responsabilidade de solucionar o problema da Comunidade Europeia.

Aconteceram dois fatos muito importantes do fim de semana para cá, nessas reuniões realizadas em Basileia e em Marseille. A Srª Merkel passou agora para o Parlamento alemão, o *Bundestag*, pediu que ele se manifestasse.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quer dividir um pouco a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, o *Bundestag* vai ver que as medidas que ela vinha adotando até então levaram às consecutivas derrotas dela, inclusive, uma das derrotas aconteceu numa área da Alemanha em que o partido dela há cinquenta anos não perdia uma eleição – na Saxônia se não me engano.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Pomerânia Ocidental.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foi na Pomerânia Ocidental. Agora vai ficar muito mais difícil.

Por outro lado, nos Estados Unidos, o Congresso não se entende de jeito nenhum. A participação hoje do Tea Party é uma coisa... Eu diria até que foi pouco responsável o que fizeram recentemente – isso enfraqueceu bastante a liderança do Presidente Barack Obama –, foi algo que atrapalhou muito os entendimentos para que pudéssemos sair dessa crise, que, hoje, nos ameaça muito fortemente. Percebemos, pelas palavras dos nossos palestrantes, que não quiseram dar muita ênfase a esse ponto, mas, sem dúvida, é uma ameaça muito forte ao Brasil, porque nesse momento de crise a tendência natural é a de esses grandes blocos econômicos se fecharem – a Comunidade Europeia se fechar ainda mais, o bloco americano também se fechar ainda mais. Eles – a Comunidade Europeia, os Estados Unidos e o Japão – vão tentar equacionar os problemas da melhor maneira possível e fazer com que esse balão da economia suba novamente, mas, para que ele suba, para que ele alce vôo, é necessário que pesos sejam retirados. Acredito que seja muito difícil, na Comunidade Europeia, resolver todos esses problemas. O Banco Central Europeu está com €400 bilhões em caixa, e a expectativa é a de que se necessite de cerca de €2 trilhões para resolver, contando aí a questão da Espanha agora, também incluindo a possibilidade de a Espanha entrar com esse problema, bem como a Itália.

De modo que é uma situação extremamente difícil, complicada. Passa por essa questão fiscal, que também foi mencionada por todos os palestrantes. Se não houver uma solução para a questão fiscal de todos os países da Comunidade Europeia, não há saída. É inimaginável acharmos que uma fórmula mágica venha a ser usada.

Outro ponto a que me referi, que aconteceu também, foi a retirada do representante alemão do Conselho do Banco Central Europeu. Como disse o Professor Winston Fritsch, ele é uma águia, um ortodoxo, um falcão, muito duro, ortodoxo politicamente, econômica-

mente da linha mais ortodoxa. Ele estava ali como um beque de área, impedindo que algumas facilidades fossem concedidas pelo Banco Central Europeu a países com dificuldades, como esses que aqui foram citados.

Então, a retirada dele dali abre essa perspectiva a que o Professor Fritsch se referiu, de medidas não-ortodoxas na solução desses problemas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mais políticas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Aí a gente fica na mão do imponderável, sem saber o que poderá acontecer como resultado disso.

Então, na Alemanha, que é *player* importantíssimo nesse processo, a Chanceler Merkel divide a responsabilidade com o *Bundestag*, dificultando, portanto, a solução desses problemas que estão por surgir. Ao mesmo tempo, retira-se o representante alemão do Banco Central Europeu, ou seja, é uma posição clara de que a Alemanha não está querendo vir com aquele ímpeto que apresentava até então.

A França vinha colada na Alemanha, por motivos óbvios, embora sua economia fosse bem menor, mas, enfim... O Presidente Sarkozy, que vai enfrentar uma eleição no ano que vem, teria de se atrelar de qualquer forma à Alemanha.

Os presidentes dos bancos centrais dos bancos emergentes, que se reuniram agora na Basiléia, cobraram dos países mais ricos e mais desenvolvidos uma rápida solução. A eles parece que Estados Unidos, Japão e Comunidade Europeia não estão se entendendo quanto ao caminho que deve ser tomado para solucionar essa questão.

Enquanto isso como é que fica o Brasil?

O Brasil hoje está numa situação melhor do que antes para enfrentar uma crise desse tipo? Sim, está. Por quanto tempo? Será que o Brasil está preparado para um longo período de recessão mundial? Será que os Estados Unidos, com a capacidade que têm de recuperação econômica, como vêm dando provas ao longo de sua história, farão isso de forma coordenada com a capacidade de países emergentes, como o Brasil, de sustentar, aguentar o tranco, e sair dessa crise?

A questão da África aqui também foi colocada. Todos nós ficamos com muitas preocupações em relação à África. Sempre discutimos questões de relações exteriores, de defesa nacional, dos impactos da economia internacional em relação ao Brasil, mas também temos de lembrar que, na África, existem hoje milhões e milhões de pessoas morrendo de fome. Há os campos de refugiados no Quênia, a questão do Sudão, da Eritreia, da Etiópia, enfim, tudo isso é uma coisa dramática. Isso vem ficando, na agenda internacional, num plano muito abaixo do que deveria estar. É algo

que nos preocupa. E também vai impactar fortemente, como disse o Professor Dr. José Manuel Gonçalves... Ele lembrou muito bem que quinze países ou treze países da África têm como moeda o antigo CFA, ligada totalmente ao banco central francês. E o impacto disso, como será nesses países africanos?

Enfim, é algo que nos preocupa, assunto em relação ao qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vem manifestando muita preocupação. E esta já é a nossa quarta ou quinta audiência pública para tratar dos efeitos da crise econômica internacional e seus impactos no Brasil, no campo das nossas relações exteriores. E isso nos faz realmente pensar que o governo brasileiro está tomando as medidas acertadas, vem tomando as medidas que devem ser tomadas.

Mas o pior de tudo é que não sabemos o que vai acontecer no dia seguinte. Por não termos clareza de como os principais atores do cenário econômico internacional estarão agindo, nós, países emergentes, teremos que tomar nossas medidas quase que em decorrência, em cima do que eles estejam decidindo. Até que nós tenhamos clareza nesse horizonte, teremos que continuar agindo assim.

O governo brasileiro, como disseram aqui os palestrantes, vem adotando medidas corretas, mas será necessário que continuemos a confiar no mercado externo brasileiro, e ressalto essa fantástica conquista alcançada pelo governo brasileiro de fazer com que cerca de trinta milhões de brasileiros ingressassem no mercado de trabalho e ingressassem na faixa de consumidores.

De modo que eu gostaria muito de agradecer a todos os que participaram desta nossa reunião antes de encerrarmos. Agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Dr. José Manuel Gonçalves, da Universidade Cândido Mendes, especialista em Relações Econômicas no Mercosul e África Austral; o Dr. Frederico Gonzaga Jayme Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais; o Dr. Isaías Coelho, Doutor em Comércio Internacional e Finanças Públicas e Pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; e o Dr. Winston Fritsch, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pela grande e inestimável contribuição que aqui nos foi oferecida.

O sexto painel do nosso ciclo de palestras, intitulado Panorama Energético Internacional, acontecerá na próxima segunda-feira, dia 19 de setembro, com a presença do Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; do Dr. Rex Nazaré Alves, ex-Presidente da Nuclebrás e da Comissão Nacional de Energia Nuclear; e do Dr. Eduardo

Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – Unica.

Informo ainda que amanhã, dia 13 de setembro, teremos a 11ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, quando será discutido o tema Infraestrutura, com a presença dos Srs. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit; e Adão Magnus Marcondes Proença, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do mesmo órgão.

Por fim, convoco os senhores membros para a nossa próxima reunião ordinária, a ser realizada no dia 15 de setembro, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário, agradecendo mais uma vez a presença nesta nossa audiência de Sua Excelência o ex-Senador e atual Deputado Federal Sebastião Bala Rocha, que é Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia.

Muito obrigado a todos os senhores e até a nossa próxima reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 57 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia quinze de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Acir Gurgacz**, **Ana Amélia**, **Cyro Miranda** e **Inácio Arruda**. Justifica ausência o Senhor Senador **Sérgio Souza**. Registra presença o Senador **Humberto Costa**, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 40ª e da 41ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. O Senador **Francisco Dornelles** solicita inversão de pauta para antecipação do item 10. Apreciação do item adiada. O Senador **Eduardo Suplicy** solicita leitura do

voto em separado da bancada do PT. Solicitação indeferida pela Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 107, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAERCIO ANTONIO VINHAS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena*”. Relator: Senador **Jorge Viana**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 121, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor IGOR KIPMAN, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein*”. Relator: Senador **Cyro Miranda**. Os indicados são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. A reunião é tornada secreta às doze horas e vinte e oito minutos e reaberta às doze horas e trinta e dois minutos. **Resultado dos itens 1 e 2:** apreciadas as Mensagens. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 124, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia*”. Relator *ad hoc*: Senador **Anibal Diniz**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 125, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia*”. Relator *ad hoc*: Senador **Anibal Diniz**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 140, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura*”. Relator: Senador **Blairo Maggi**. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 182, de 2011**, autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil*

e o Japão, assinado em Tóquio, em 29 de julho de 2010". Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 183, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009". Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 187, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Parceira e Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa com vistas na criação de um Centro de Cooperação Policial, celebrado em Brasília, em 7 de setembro de 2009.". Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. O Senador **Aloysio Nunes Ferreira** propõe Regime de Urgência para os Projetos de Decreto Legislativo do Senado Federal nºs 182 e 187, de 2011. Aprovado. **Item 9 – Requerimento nº 947, de 2011**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que "requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos aos 93 anos do ex Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.". Relator ad hoc: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 10 – Requerimento nº 43, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Françisco Dornelles**, que diz: "requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército **JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA**. A Audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Excelência a respeito da salvaguarda de assuntos sigilosos e da importância do sigilo para a segurança do Estado e da sociedade". Resultado: adiado. **Item 11 – Requerimento nº 44, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Blairo Maggi**, que diz: "Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação do Sr. **Joanisval**

Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado do Núcleo de Relações Internacionais e Defesa Nacional, com o objetivo de debater questões sobre o PLC nº 41, de 2010, que 'Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.'. Resultado: adiado. **Item 12 – Requerimento nº 45, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **José Agripino**, que diz: "Venho solicitar seja posta em votação a proposta que faço de convite ao Sr. Governador da Província de Santa Cruz, Bolívia, Rubén Darío Costas Aguilera, para comparecer a esta Comissão no dia 6 de outubro do corrente ano. Estou seguro de que o comparecimento à Comissão do Senhor Governador, que estará em visita ao Brasil naquela semana, será muito útil para debater e desenvolver as já excelentes relações que o nosso País mantém com a Bolívia e, em especial, com a Província de Santa Cruz, onde muitos cidadãos brasileiros trabalham para a prosperidade do país vizinho." Resultado: aprovado. Por proposta da Presidência da Comissão é aprovada a inclusão como item extraordinário do Ofício "S" nº 50, de 2011. **Item Extraordinário – Ofício "S" nº 50, de 2011**, de autoria do Senador **Fleixa Ribeiro**, que "informa a realização, pelo Parlamento Latino-Americano, na Cidade de Oranjestad, Aruba, de reuniões das seguintes comissões: Comissão de Equidade de Gênero, Infância e Juventude; Comissão de Assuntos Trabalhistas, Previsão Social e Assuntos Jurídicos; Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; e Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional, nos dias 22 e 23 de setembro de 2011". Relator ad hoc: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: Aprovado. Durante a reunião fazem uso da palavra a Senadora **Vanessa Grazziotin** e os Senadores **Humberto Costa**, **Eduardo Suplicy**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Jorge Viana**, **Paulo Bauer**, **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Declaro aberta a 42ª reunião ordinária da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 40ª e da 41ª reuniões.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunicados

Recebemos Ofício assinado pelo Sr. António Guterrez, Alto Comissário para Refugiados, que agradece a acolhida que teve na Comissão de Relações Exteriores. E, num certo trecho, que é que nos diz respeito, ele diz:

“O Congresso Nacional tem pela frente o desafio de analisar dois instrumentos legais, que criaram no País um ambiente de proteção mais propício para estrangeiros, estrangeiras, refugiadas, refugiados, apátridas, e solicitantes da condição de refugiado ou refugiada. A Convenção das Nações Unidas para Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares e a nova lei dos estrangeiros (PL 5655, de 2009), em ambos o caso, a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal poderá desempenhar um importante papel.”

Esse é o cerne do ofício encaminhado pelo Sr. António Guterrez, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados.

Há um comunicado da Força Aérea Brasileira dando conhecimento de que o Brasil já opera com o novo Sistema de Gerenciamento de Voo. Trata-se de um novo padrão de gerenciamento de voo, que opera, com sucesso, ferramentas capazes de unir o sistema de controle aéreo do presente com a fórmula que irá assegurar a continuidade da segurança operacional no futuro.

O nome desse sistema é SAGITARIO, sigla de Sistema Avançado de Gerenciamento de Informações de Tráfego Aéreo e Relatórios de Interesse Operacional, que foi desenvolvido pela empresa integradora brasileira Atech em parceria com a Força Aérea Brasileira.

Comunicados do Ministério da Defesa.

Além do novo controle de tráfego aéreo, aqui já referido, a ajuda às vítimas das enchentes em Santa Catarina. Diz o comunicado do Ministério da Defesa que, no momento, mais de 700 militares do Exército e da Força Aérea Brasileira atuam, em parceria com a Defesa Civil, para levar alimentos e roupas para as vítimas das enchentes no Estado de Santa Catarina.

Em relação à cooperação militar com a Angola, informa o Ministério da Defesa que, na segunda-feira,

o Ministro da Defesa brasileiro encontrou-se com o seu colega angolano Cândido Van-Dúnem, para discutir o reforço da cooperação militar entre os dois países, nos setores de logística, formação de quadros e de intercâmbio na área de saúde.

Um outro item da informação, ainda do Ministério da Defesa, é em relação à redução do contingente militar no Haiti.

Os Ministros da Defesa, Celso Amorim, e das Relações Exteriores, Antonio Patriota, participaram em Montevideu, Uruguai, da reunião dos países sul-americanos que integram a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah)

Ao final do encontro, os participantes manifestaram a intenção de continuar a auxiliar o processo de estabilidade no Haiti e também expressaram a posição de consenso no sentido de que são favoráveis à redução do contingente militar da missão aos níveis anteriores ao terremoto ocorrido em janeiro de 2010.

Em relação a isso, uma das primeiras declarações dadas pelo atual Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, foi exatamente a de que ele teria a intenção de discutir essa questão da possível retirada de contingentes brasileiros no Haiti, de forma paulatina, naturalmente.

Outro comunicado é em relação à questão da Agência de Energia Atômica. Em sua inserção internacional, o Brasil se notabiliza por ser um país solidário e pacífico. Os elementos centrais que regem as relações exteriores de nosso País encontram-se consignados no art. 4º da Constituição Federal de 1988.

Da mesma forma, em nossa Carta Magna, estão assinalados como objetivos fundamentais de nossa República, *inter alia*, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Em consonância com os princípios acima singularizados, o Brasil tem pautado o seu posicionamento frente ao regime de não proliferação nuclear, cuja peça primordial é o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Após a superação pragmática de óbices políticos de caráter mais simbólico, a adesão do País ao TNP tem se prestado a legitimar, ainda mais, nossa atuação em defesa do direito inalienável de os países realizarem atividades de pesquisa e desenvolvimento na área nuclear e utilizarem plenamente as aplicações pacíficas da energia nuclear e em defesa da materialização de ações efetivas na direção do desarmamento nuclear.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão especializado do Sistema das Nações Unidas, do qual o Brasil é membro fundador, cumpre

papel importantíssimo no sentido de cumprimento de obrigações internacionais previstas no TNP.

O art. 4º do TNP preconiza o direito inalienável de todas as partes de desenvolver pesquisa, produzir e usar a energia nuclear para fins pacíficos, sem qualquer discriminação. A AIEA atua como braço operativo dessa provisão do tratado, ao encorajar e assistir seus estados membros nas atividades de pesquisa e desenvolvimento sobre aplicações de técnicas nucleares nas mais variadas áreas, como na medicina, na agricultura e agropecuária, indústria e meio ambiente.

Embora a AIEA desenvolva variados programas e atividades que possibilitem perseguir tais objetivos, seu Programa de Cooperação Técnica (PCT), do qual o Brasil é beneficiário, tem papel de destaque nesse particular. A Agência Internacional de Energia Atômica é o principal órgão de fomento de cooperação técnica internacional na área nuclear. Seu papel é fundamental por facilitar o acesso dos países menos desenvolvidos a centros de excelência mundial, nas diversas áreas de aplicações de técnicas nucleares.

O desenvolvimento científico e tecnológico tem sido o mais importante vetor do progresso material e social de toda nação próspera. O Brasil tem alcançado, nos últimos anos, expressivo desenvolvimento tecnológico e científico na área de aplicações de técnicas nucleares e tal desenvolvimento tem contribuído para a consecução de objetivos centrais de importantes políticas públicas em vigor no País, as quais objetivam melhor qualidade de vida da população, maior inclusão e igualdade social, sendo que o desenvolvimento tecnológico na área nuclear tem importante impacto social no sentido da diminuição das desigualdades e na melhoria das condições de vida da população.

É, por isso, dever de nosso País não apenas defender a preservação do mais amplo respeito à aplicação do art. 4º do TNP, assim como lutar pelo fim de práticas de cerceamento do acesso à tecnologia nuclear em escala global.

Para o Brasil, um mundo mais próspero é também um mundo mais pacífico e mais seguro. No campo nuclear, tal desiderato se confirmará quando o desarmamento for uma realidade. A comunidade internacional encontra-se virtualmente dividida entre os cinco Estados legalmente reconhecidos como potências nucleares, detentores de armas nucleares, aqueles que renunciaram à prerrogativa de desenvolver ou adquirir armas nucleares e os Estados que estão fora do TNP.

Considerando as quatro décadas da existência do TNP, os tímidos avanços concretos na direção do desarmamento e as vicissitudes da política internacional pós-guerra fria, é de se antever a realização de

intenso esforço político diplomático em prol da agenda do desarmamento nuclear.

O Brasil possui credenciais políticas e diplomáticas notáveis para atuar na linha de frente da defesa dessa agenda mundial. Nesse contexto computam-se não apenas a adesão do País aos principais instrumentos jurídicos existentes no campo da não proliferação e desarmamento nucleares, mas também a *sui generis* parceria estratégica com a Argentina, que, além de ter possibilitado a constituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, aprofunda-se e atualiza-se em face dos novos desafios na área nuclear.

Até o momento à AIEA não foi delegada competência concreta nas questões de desarmamento nuclear, conforme o art. 6º do TNP, apenas nas de não proliferação, por meio da aplicação de salvaguardas nucleares.

O Brasil tem atuado intensamente, tanto técnica quanto diplomaticamente, no âmbito da AIEA para que seu sistema de salvaguardas possa cumprir os objetivos que justificam sua existência e, nesse empenho, goza de excelente reputação junto a esse importante organismo internacional. Concomitantemente, atua no âmbito das conferências de exame do TNP e da Organização das Nações Unidas, onde o tema do desarmamento nuclear é discutido.

O comunicado seguinte é em relação à Lei do Acesso à Informação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso à informação pública, gostaria de esclarecer algumas questões sobre o tema surgidas nas últimas semanas. Essa é uma proposição que merece um intenso debate, especialmente aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, instância temática de maior pertinência com a matéria.

Uma lei dessa magnitude, imprescindível à sociedade e ao Estado brasileiros, requer um profundo tratamento do Legislativo, em que prevaleça a prudência, o bom senso e a responsabilidade de todos.

Se o Congresso Nacional, pelo princípio constitucional da separação dos poderes, não deve ser um mero “carimbador” do Executivo, o Senado Federal não pode, pela regra da independência das Casas congressuais, que sustenta o modelo bicameral, servir de mera chancela das iniciativas enviadas pela Câmara dos Deputados. Até porque, vale lembrar, no plenário daquela Casa, este projeto, o PLC 41, de 2010, foi aprovado por meio de votação simbólica. Esta não pode ser uma lei de um só Poder, de uma só Câmara, de uma só comissão, de um só partido, de um só par-

lamentar. Por isso, o estudo, o debate e a participação de todos são primordiais.

Foi com esse espírito de intensificar a discussão e colher o maior número de informações, dados e referências sobre o tema e, ainda, aproveitando que a pauta do plenário continua trancada por medidas provisórias, é que a apresentei no último dia 5 de setembro um requerimento de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para que nos tragam algumas respostas que serão de suma importância no exame do referido projeto de lei. É importante esclarecer que a escolha do Ministro do GSI recai pelo fato de ser ele, dentro da estrutura do Poder Executivo, a autoridade maior do sistema brasileiro de inteligência, chamado o Sisbin. Em que pese se tratar de um modelo que, na minha opinião, ainda carece de uma melhor estruturação, é o sistema hoje em vigor pela atual legislação.

Assim, gostaria de informar V. Ex^{as} os quesitos colocados no requerimento de informação a S. Ex^a o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito Carvalho Siqueira.

Primeira pergunta: qual o número de documentos sigilosos produzidos pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República anualmente? Quantos deles são os ostensivos?

Segunda: quantos documentos de caráter ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado estão arquivados no âmbito do GSI? Inclusive aqueles sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin? Como se dá o processo de classificação e desclassificação de documentos sigilosos no âmbito desse Ministério?

Há acordos internacionais sobre salvaguardas de assuntos sigilosos que afetam as atividades do GSI? Quais são?

Há algum estudo ou avaliação sobre os impactos da aprovação do projeto de lei da Câmara, PLC nº 41 de 2010, nas atividades conduzidas pelo GSI e pela Abin? O GSI já dispõe de alguma estratégia de revisão dos documentos sigilosos sob sua guarda no caso de aprovação do PLC nº 41, de 2010? A desclassificação automática, sem possibilidade de prorrogação do sigilo de determinados documentos poderá causar algum risco ou ameaça à segurança nacional, à integridade das fronteiras do País ou ao domínio de tecnologias sensíveis de que dispõe o Brasil?

E, por último: a obrigatoriedade de divulgação na rede mundial de computadores pela Internet de todas as informações produzidas pelo GSI, independentemente de solicitação, é factível diante da atual estrutura e natureza dos serviços executados por esse Ministério?

Foram essas as perguntas. Estou certo de que, com esta iniciativa, somada às emendas e contribui-

ções dos membros desta Comissão, teremos então os subsídios necessários para promover uma ampla, profunda e eficaz discussão da matéria.

Aqui vale lembrar que hoje temos tramitando na Casa projetos que vêm suscitando inúmeros debates, e esses debates todos em favor da própria sociedade brasileira. Projetos como o do Código Florestal, que vem sendo amplamente debatido; o projeto dos *royalties* do petróleo, em relação ao veto de determinado artigo dos *royalties* do petróleo; a questão da Emenda 29; a questão agora desse imbróglio entre o Executivo e o Judiciário, na matéria do pedido de aumento que foi remetida pelo Judiciário ao Executivo; enfim, todos esses são temas que vêm merecendo uma discussão aprofundada e acalorada aqui no Senado da República, mobilizando o esforço de vários Senadores.

Então, por que nós não dedicarmos também um esforço das nossas capacidades conjuntas para podermos melhor avaliar esse projeto de lei? Por que fazermos tramitar isso de afogadilho?

Dizem que a Presidenta da República estaria levando à ONU uma questão como essa. Não é verdade. Alguns confrades dizem que podem... Qual foi a frase que um deles me disse? Uma coisa tão cínica! Diz: "Eu perco a verdade, mas não perco a manchete." Então, é o que está acontecendo. A Presidenta irá às Nações Unidas. E lá estarão sendo debatidos temas de importância capital para o futuro do mundo. Estarão sendo discutidos, por exemplo, a criação ou não do Estado Palestino; estarão sendo discutidos temas como o da grande crise mundial que se abate sobre o Planeta nos dias de hoje; estarão sendo discutidas questões como a da Líbia, do norte da África, do Oriente Médio. Temas de uma enorme relevância. E não é verdadeiro que a Presidenta deseja levar um projeto como esse, até porque, originalmente, o projeto que Sua Excelência, hoje Presidenta da República e então Ministra Chefe da Casa Civil, assinou junto com outros Ministros, e ela encaminhou pessoalmente ao então Presidente da Câmara, Michel Temer, esse projeto, o projeto original do Executivo, é exatamente o projeto que nós aqui estamos tentando mostrar a V. Ex^{as}, que seria talvez interessante nós resgatarmos, excluindo as emendas que foram colocadas a esse projeto original enviadas pelo Executivo.

Com isso, com essa ampla, profunda e eficaz discussão da matéria, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional disporá da capacidade de condições suficientes para decidir e, se for o caso, elaborar um texto para o projeto de lei, de modo a preservar aspectos essenciais à segurança de qualquer nação soberana, bem como a atender ao princípio da transparência ativa do Estado e ao princípio

da *accountability*, ou seja, o devido controle e fiscalização no trato da coisa pública, aí incluído o acesso às informações por parte da sociedade, instituições e agentes responsáveis.

Assim, com toda uma gama de dados, opiniões e debates, não correremos o risco de um suposto e ilusório avanço, que vá além da razoabilidade e responsabilidade nas relações entre Estado e sociedade requeridas numa matéria desse gênero. O que alegam, por outro lado, os adeptos do texto aprovado na Câmara dos Deputados é que o texto original do Poder Executivo representaria retrocesso – e eu pediria uma especial atenção das Sras e dos Srs. Senadores a esse trecho.

Ora, como considerar retrocesso a proposta inicial encaminhada em maio de 2009 pelo Presidente Lula? Como? Seria possível admitir que o governo Lula defendesse uma legislação antidemocrática e que representasse algum tipo de retrocesso?

Além disso, Sras e Srs. Senadores, o projeto do Poder Executivo foi também subscrito, porque foi debatido e estudado no âmbito daquele poder, pelos então Ministros: Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; Tarso Genro, Ministro da Justiça; Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Nelson Jobim, Ministro da Defesa; José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União; Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria de Direitos Humanos; Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Franklin Martins, Ministro da Secretaria de Comunicação Social; e Jorge Hage, Ministro da Controladoria-Geral da União.

Retrocesso há, sim, no nosso entender, nas mudanças incutidas no projeto original. O que se pretende, assim, é resgatar o projeto original, que foi encaminhado pela Ministra-Chefe da Casa Civil, a hoje Presidente Dilma Rousseff, acompanhada da assinatura de todos esses ministros, que participaram diretamente da elaboração desse projeto original. É isso o que se pretende, portanto, resgatar neste presente momento, e debater amplamente a matéria, e evitar, aí sim, um inaceitável retrocesso no projeto do Governo, por intermédio das emendas feitas na Câmara dos Deputados, pois ao texto foi acrescentado o que eu chamo de um vírus, que precisa, agora, ser neutralizado, sob pena de desfigurarmos a essência maior da proposta inicial encaminhada em maio de 2009 pelo Presidente Lula.

Ressalte-se que esse texto previa, quando foi encaminhado à Câmara dos Deputados, a prorrogação do sigilo de determinados documentos sem nenhum limite, o que não significa sigilo eterno, pois, a cada renovação, com a periodicidade estabelecida na lei, a Comissão Mista de Reavaliação poderá propor à autoridade competente a desclassificação dos docu-

mentos em exame. Dizer hoje que as autoridades do futuro manterão a prática da renovação sistemática é subjugar essas mesmas autoridades sem sequer conhecê-las.

Por isso, *data venia*, continuo convicto de que a ampla divulgação das informações seja a regra, e o sigilo, a exceção.

O que devemos refletir é se convém eliminar de vez a exceção. E, pior, com prazo determinado e hora marcada. Por isso, volto a repetir: possibilitar a renovação do sigilo por mais de uma única vez é completamente diferente de estabelecer o que os meios cunharam como sigilo eterno. O que se propõe, na prática, é submeter o sigilo a uma revisão periódica e não apenas a uma única revisão. Insistir na versão do sigilo eterno é falsear os fatos, é distorcer informações, é ganhar a manchete e perder a verdade.

E reafirmo que o tempo dos Estados é distinto do tempo dos homens, queiramos nós ou não. Ninguém, absolutamente ninguém, pode garantir hoje que daqui a 25 anos, 50 anos, o Brasil estará em condições, na arena das relações externas, de abrir por completo o inteiro teor dos seus documentos públicos, especialmente aqueles que contêm informações estratégicas ou de tecnologias sensíveis. Os mesmos motivos que justificam uma prorrogação, daqui a 25 anos pode ser procedente e usado após mais 25 anos, para uma nova prorrogação.

Afinal, de que parâmetros dispomos hoje para fixar 50 anos como um prazo limite razoável e irreversível? A título de exemplo bem simples e próximo a nós, vale lembrar que a Argentina e Uruguai sempre foram nações tradicionalmente amigas há até poucos anos. Hoje, contudo, por uma razão ligada à construção de fábricas de papel, vivem sob uma intensa divergência na chamada “guerra das papeleras”. Outros exemplos históricos são de conhecimento de todos, sendo o mais clássico e importante o da reversão das alianças ocorrida pós-segunda guerra mundial.

Ou seja, não há qualquer garantia de que o parceiro de hoje não venha a ser o adversário de amanhã. Assim funcionam as relações internacionais, desde os mais remotos tempos de nossa civilização.

Devo observar também que, assim como numa verdadeira democracia não cabe qualquer espécie de regulação ou controle das atividades de comunicação, dado o princípio constitucional da livre manifestação, também não convém, por outro lado, uma ampla e autêntica desregulação de salvaguardas mínimas à segurança do Estado e da sociedade.

Ou seja, ao mesmo tempo em que lutamos para preservar a plena liberdade de comunicação, devemos também lutar para conservar mecanismos para

que o Estado possa, se necessário, garantir não só a sua segurança, mas também a da sociedade e a de nossas tecnologias sensíveis.

A isso chamamos de estabilidade da soberania da nação, como reza explicitamente o art. 3º da Declaração dos Direitos Humanos do Homem e do Cidadão, de 26 agosto de 1789, ao consagra esse princípio: “Toda soberania reside essencialmente na nação. Nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane diretamente.”

Com relação à questão dos direitos fundamentais e humanos, volto a repetir que toda a base e as previsões do projeto da Câmara estão preservadas, exatamente nos mesmos termos da versão aprovada naquela Casa.

Por fim, tenho consciência de que o WikiLeaks, claro, não fará ruir democracias, mas embaraços, sem dúvida. Já vem causando na seara da diplomacia mundial. E como não há controle sobre esse instrumento, é de se perguntar: qual o seu limite? Até onde ele vai? Até quando será que ele apenas vem a ser um instrumento embaraçoso? E pior: devemos adotá-lo institucionalmente no âmbito da administração pública?

Ademais o que se questiona em especial é a conveniência de divulgação de determinadas informações, informações essas desclassificadas e que, ao extrapolarem as nossas fronteiras, já que muitas delas interessam só à própria sociedade brasileira, nos coloca em situação embaraçosa.

Outro ponto refere-se à obrigatoriedade prevista no PLC 41 de que todo e qualquer documento público – isso vale para União, Estados e para os cerca de 6 mil Municípios brasileiros –, com as exceções daqueles submetidos a prazos de desclassificação, seja de imediato disponibilizados na Internet. Pergunta-se: isso é factível?

Temos, de fato, desde o mais longínquo e pequeno município brasileiro, até o nível federal condições administrativas para tanto? Os prefeitos brasileiros estarão conscientes das demandas administrativas e questionamentos jurídicos a que estarão sendo submetidos caso não cumpram o que venha a estabelecer o PLC nº 41 em sua eventual aprovação.

É preciso lembrar que o PLC nº 41 prevê que cada órgão público terá de se dotar de um setor específico apenas para a divulgação dos documentos produzidos. E aqui digo o que está no PLC: todos os documentos produzidos, desde um simples memorando até o rascunho de um decreto.

Como cumprir essa meta quando sabemos da carência de estrutura de inúmeros órgãos, principalmente no âmbito municipal, que sequer conseguem se sustentar ou mesmo cumprir suas atividades bási-

cas? E quanto ao imensurável acervo de documentos já produzidos pela administração pública ao longo dos séculos passados? Como organizar e viabilizar essa disponibilidade? E quanto ao risco de ações de *hackers* e de um ciberterrorismo ou um ataque cibernético?

E até vale a pena lembrar que o Pentágono, nos Estados Unidos, já declarou que ataques cibernéticos serão considerados pelo governo americano como um ato de guerra. E nós sabemos como têm sido essas ações dos *hackers*. E essa será a grande escalada de violência que teremos pela frente. *Data venia*, salvo melhor juízo das Sras e Srs. Senadores, é claro que eles não estão mais preocupados se o ataque virá de avião – como veio, lamentavelmente, em relação às torres gêmeas – ou com a explosão de bombas em metrô aqui e acolá.

Nos Estados Unidos, de forma absolutamente surpreendente, pelo menos para mim, quando houve o ataque às torres gêmeas, os aviões decolaram e foram em direção ao oceano. Eles estavam ainda com um protocolo da guerra fria, como se um ataque que pudesse acontecer ao território americano tivesse que vir pelo mar, não em seu território próprio. E agora os Estados Unidos estão trabalhando fortemente na relação desse chamado ciberterrorismo e ataque cibernético, porque é por aí que as coisas vão acontecer. A questão do WikiLeaks já demonstra isso claramente, e medidas vêm sendo tomadas para que algumas salvaguardas de confidencialidade do governo americano estejam garantidas e infensas a esse tipo de ação.

Portanto, é nesse sentido que questionamos a praticidade, a viabilidade e a conveniência da obrigação de disponibilizar toda a produção documental pública diretamente na Internet. Que isso seja uma possibilidade é razoável, mas, como uma obrigatoriedade, torna-se humanamente impossível de se cumprir.

Finalmente, ainda sobre o assunto, gostaria de fazer a leitura de duas matérias de um *e-mail*, uma recente e outra de 2004, que bem refletem a complexidade que envolve um debate dessa natureza, já que tratam de dois temas bastante abordados na discussão da matéria.

Numa delas, o WikiLeaks é criticado e, na outra, é abordada uma demanda do Paraguai, que pede acesso a documentos de guerra – eles estarão disponíveis às Sras e Srs. Senadores que desejarem deles tomar conhecimento.

Por isso, gostaria de trazer essas explicações, dizer do porquê da apresentação desse pedido de informações a S. Exª o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, porque ele é, pela legislação atual, o chefe, o cabeça do Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência), e a ele, naturalmente, nós teríamos

que solicitar esse tipo de informações, já que o projeto original, que foi emendado na Câmara dos Deputados, veio assinado pelo Presidente Lula – e o que estamos querendo resgatar é o projeto original –, foi enviado pelo Presidente Lula, assinado pela Ministra-Chefe da Casa Civil e hoje Presidenta Dilma Rousseff, pelo Ministro Franklin Martins, pelo Ministro Vannuchi, pelo Ministro Celso Amorim, pelo Ministro Nelson Jobim, pelo Ministro Jorge Hage, enfim, uma relação de oito Ministros que participaram diretamente da elaboração do projeto original. E como podemos considerar um projeto assinado por tão proeminentes figuras, engajadas figuras no processo de democratização do País, como esse projeto sendo um retrocesso?

São esses questionamentos que trago a nossa Comissão para que possamos debater com o mesmo ardor, com a mesma vontade de aprimorar, de fazer com que o projeto reflita rigorosamente os interesses do Estado brasileiro, como estão sendo discutidos agora esses temas, como o Código Florestal. Ontem, houve um grande debate no conjunto de comissões. O debate dos *royalties*, que tem consumido tanto tempo, sobretudo dos Senadores que representam os Estados produtores de petróleo, como aqui o Senador Francisco Dornelles, representando o Estado do Rio de Janeiro, que tanto tem se empenhado para que o Rio não venha a perder os *royalties* a que tem direito. A questão da Emenda nº 29, que suscitou tantos debates.

Então, o que desejamos é que discutamos na nossa Comissão, como é sua atribuição. E vamos discutir. Ninguém aqui quer impor a sua posição sobre a de ninguém. A única coisa que, no exercício da Presidência desta Comissão, eu defendo, e defendo porque é assim que devo me portar, é abrigar essa atribuição que a Comissão tem, qual seja a de discutir este assunto que é de natureza específica da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não posso, em nome do respeito que tenho às Sr^{as} e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão, simplesmente abrir mão dessa prerrogativa que nos é dada pela Constituição e pelo Regimento de debatermos, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um tema tão importante em que prevaleça o entendimento da maioria.

Mas também defendo que o entendimento da maioria se dê depois de uma análise apurada do que estamos discutindo. Fico muito impressionado com o que vejo em alguns meios. Outro dia uma renomada confreira publicou na sua coluna algo assim: “A lei do sigilo terá uma importância fundamental, porque, com a lei do sigilo aprovada, nós teremos conhecimento dos contratos e dos aditivos que são feitos aos contratos do Ministério dos Transportes.”

Como pode uma confreira, com os galardões que ela porta nos seus ombros, vir com uma informação como essa, inteiramente distorcida. Todos nós sabemos que esses contratos, de qualquer Ministério, contratos de serviços, contratos de obras, e os aditivos que venham daí, são publicados no Diário Oficial. Todos nós, no Senado e na Câmara, temos conhecimento disso. Se quisermos nos aprofundar, é só pedirmos mais informações. Então, estava inteiramente... não conhece o projeto, não leu o projeto e quer discutir pelos meios um projeto dessa relevância.

Penso que o local para se debater esse assunto é o âmbito da nossa Comissão e do plenário do Senado da República, para que possamos chegar ao melhor entendimento.

Era isso que eu gostaria de comunicar a V. Ex^{as} em relação ao requerimento que encaminhei a S. Ex^a o Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), General José Elito.

Iniciando a pauta do dia de hoje...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ministro Francisco Dornelles.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a e aos membros desta Comissão a inversão da pauta, para que fosse feita a votação do Item 10. É um requerimento de minha autoria por meio do qual convido o General do Exército José Elito Carvalho Siqueira a comparecer a esta Comissão, para falar de assunto da maior relevância. O assunto de que estamos tratando é da maior importância, tem de ser amplamente debatido e tem de ser votado no momento em que todos os Senadores estiverem convencidos, com uma posição bastante clara e precisa. A presença aqui do General do Exército José Elito Carvalho Siqueira é extremamente importante. Assim, peço a V. Ex^a que inverta a pauta, para que possamos votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Ministro Francisco Dornelles, eu perguntaria: em função do requerimento que foi apresentado agora referente ao Ministro Chefe do GSI, General José Elito, V. Ex^a, ponderando, não acharia conveniente que esperássemos que ele respondesse a essas perguntas? Aí, sim, caso elas não satisfizessem de todo às nossas demandas, nós o convidaríamos. Ou V. Ex^a pensa de forma diferente?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Concordo com V. Ex^a. Vamos esperar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, deixo sobrestado o requerimento de V. Ex^a. Muito obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, V. Ex^a formou uma opinião importante a respeito do Projeto de Lei nº 41, que o Senado está por concluir, por apreciar e votar. Deu uma contribuição importante, significativa. V. Ex^a, até por ter sido Presidente da República, teve um acesso muito maior a informações que constam, por exemplo, dos arquivos do Ministério de Relações Exteriores e de outros órgãos do Governo brasileiro do que nós, Senadores.

V. Ex^a teve a gentileza, inclusive, de transmitir a alguns de nós – fui um dos Senadores que tiveram a oportunidade de dialogar com V. Ex^a – alguns exemplos, ponderando o porquê de defender as modificações propostas por V. Ex^a. Tenho o maior respeito por essa avaliação de V. Ex^a e por sua posição. Mas, como V. Ex^a pode ter percebido, minha postura aqui, ao longo de minha vida política, sempre foi de defesa da transparência.

Ainda hoje, darei entrada a um projeto de lei no Senado Federal que obriga que haja transparência, em termos reais, a respeito de todas as contribuições do Poder Público, de pessoas físicas e jurídicas, para os partidos políticos e para os respectivos candidatos. Peço que isso seja sempre transparente e seja colocado no sítio eletrônico de cada partido e candidato, por ocasião das eleições, em tempo real. Ou seja, quando chegar a época das eleições, os eleitores sabem qual é a natureza das contribuições de cada candidato.

De maneira consistente, ao avaliar o PLC 41, preferi tomar uma posição diferente, com todo respeito, da de V. Ex^a e, juntamente com os Senadores da bancada do PT nesta Comissão, os Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, apresentamos um voto em separado em relação ao que V. Ex^a, como relator, apresentou, onde, inclusive, tecemos algumas considerações, respeitosamente, de discordância ao parecer de V. Ex^a.

Embora não tenha colocado em pauta de fato, colocou na pauta ao ler o seu texto explicativo sobre a sua posição, até pergunto, Sr. Presidente, se poderia, não importa a ordem, pode ser após o exame da Ordem do Dia, de tudo o que temos que fazer, se V. Ex^a achar adequado e oportuno, eu me disporia – já que V. Ex^a expressou mais uma vez o seu ponto de vista, já externado aqui e no plenário do Senado – a ler esse voto em separado que os Senadores do PT apresen-

taram. Ainda que não tenha V. Ex^a colocado, mas, já que, na prática, colocou o assunto para reflexão com a sua manifestação, sem atrapalhar a Ordem do Dia, já anunciada por V. Ex^a, portanto, na hora que considerar mais adequada, eu me disporia a ler o relatório inclusive para adiantar o procedimento, se o assunto for deliberado no plenário do Senado ou, conforme V. Ex^a aqui ponderou, seja melhor que ele esteja aqui decidido preliminarmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Eu gostaria de informar a V. Ex^a que não fiz aqui nenhum tipo de proselitismo em prol de uma eventual mudança no PLC 41. O que fiz foi o que regularmente faço em cada início de nossas reuniões, na parte das comunicações. O que fiz por dever de ofício foi comunicar a S. Ex^{as} os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras do requerimento de informações que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, encaminhei ao Ministro-Chefe do GSI. Foi essa a comunicação que eu quis fazer. Não está aqui em debate, não está aqui em votação, não está aqui em deliberação, não está aqui sob análise o PLC 41. Portanto, não tenho como deferir a solicitação de V. Ex^a.

O voto em separado será, sim, colocado, é claro, na pauta assim que tivermos o substitutivo devidamente pronto, com as emendas que recebemos. Até ontem estávamos recebendo, Senador Suplicy, emendas ao substitutivo, aquilo que eu havia solicitado a V. Ex^{as}. Apresentei o substitutivo como uma peça para, enfim, indicar uma discussão. Isso que V. Ex^a acaba de dizer que fez por intermédio da apresentação do voto em separado, que deseja fazê-lo. Naturalmente irá fazê-lo no momento em que estiver em discussão dentro da pauta, porque V. Ex^a sabe também que na nossa Comissão são discutidos somente temas que estão com 48 horas de antecedência colocados na pauta para que nenhum Senador seja pego de surpresa por matérias que são de última hora encaminhadas como extrapauta. A única exceção, modificação feita após aquela nossa primeira reunião, foi em relação à questão de viagens. Porque, às vezes, Senadores recebiam um convite de viagem em cima da hora, para uma participação importante em uma reunião parlamentar fora do País, e isso dentro das 48 horas. Então, a única exceção, votada aqui em Plenário, foi para os requerimentos de viagem.

De modo que fico satisfeito que V. Ex^a tenha preparado esse voto em separado. É uma grande contribuição que está dando à discussão e ao debate do PLC nº 41, em uma matéria dessa envergadura.

Digo sempre que, se o Código Florestal está merecendo esse escrutínio por parte de todos nós, Senadores, se a questão dos *royalties*, está demandando tanto trabalho por parte de cada um de nós que tem interesse direto ou indireto na matéria, se a Emenda nº 29 tem suscitado tantos debates, por que um assunto dessa magnitude também não poderia, no âmbito desta Comissão e, depois, no Senado, sofrer esse tipo de escrutínio?

O que eu acho – e penso que todos concordam – é que uma matéria desse jaez não poderia passar na Câmara dos Deputados por voto simbólico e sem discussão. E sem discussão! Quer dizer, como é que nós, agora, vamos ser, nós, que tanto reclamamos das questões das medidas provisórias, como a Câmara dos Deputados? Agora estamos tentando corrigir isso com essa revisão do processo da medida provisória, apresentado pelo Senador Relator Aécio Neves, projeto originalmente apresentado pelo Presidente José Sarney. Chegavam aqui medidas provisórias e nós tínhamos três, quatro dias para analisá-las. A Câmara dos Deputados tinha um prazo enorme e nós, aqui, com três, quatro dias! Então, se nós não aceitamos isso em relação a medidas provisórias, por que vamos aceitar também um enlatado desse que nos é encaminhado pela Câmara dos Deputados, com essa premência de ser votado?

Foi dito também em um desses meios – e essa informação também é equivocada –, sempre baseado nessa máxima de um certo jornalismo hoje praticado, como fez uma confrreira, um dia, quando eu fui lhe dizer: “Olha, a matéria está equivocada”. Ela disse-me: “É. Eu perco a verdade, mas não perco a manchete”. Então, dizem que a questão dessa lei é fundamental para a Presidenta Dilma agora na reunião das Nações Unidas. Isso não é verdade! Isso não é verdade!

Dos temas que serão tratados na Assembleia Geral das Nações Unidas, que terá início na próxima semana, está em primeiríssimo lugar na pauta a questão da criação ou não do Estado Palestino, que está criando uma grande controvérsia; a questão da crise mundial que se abate sobre o planeta inteiro, e com repercussões aqui diretamente no Brasil; sobre essa questão da ajuda ou não dos Brics à Comunidade Europeia, que passa por esse momento dramático; a questão da Líbia; a questão das eleições no Egito, que estão ameaçadas de não acontecerem; a questão da fome na Eritreia, na Somália, no campo de refugiados lá no Quênia. Esses são os temas que estarão dominando a Assembleia Geral das Nações Unidas. Mas eu não sei por que essas coisas surgem por geração espontânea e desvirtuam a linha do debate e a linha da nossa discussão.

Pela ordem, o Líder do PT no Senado Federal, S. Ex^a o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente Collor, com o devido respeito e a devida vênica, quero aqui colocar algumas questões para que possam ser objeto da reflexão de V. Ex^a e também dos componentes desta Comissão.

Em verdade, V. Ex^a deve ter recebido, no dia de ontem, um ofício encaminhado pela presidência da sessão de ontem, que demanda de V. Ex^a o encaminhamento àquela Secretaria-Geral da Mesa deste projeto que tramita aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela seguinte razão: sobre este projeto, foi objeto de aprovação no plenário do Senado um pedido de regime de urgência assinado por líderes de praticamente todos os partidos, diante de um entendimento de que ele já havia sido objeto de uma ampla discussão na Câmara dos Deputados, inclusive discussão que envolveu a sociedade civil. Aqui no Senado também tivemos oportunidade de discutir na Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Direitos Humanos, quando ouvimos opiniões as mais diversas de dentro e de fora do Governo. Inclusive, dentro do Governo, após muitas discussões, foi possível construir um posicionamento sobre essa questão.

Esse tema, inclusive, extrapola os limites partidários, ou seja, os limites de Governo e oposição, e é, no nosso ponto de vista, permita-me dizer, um clamor da sociedade brasileira, um clamor de todos aqueles que defendem a transparência, a liberdade de expressão e o acesso aos documentos, a fim de que possamos não somente conhecer a nossa história, mas até mesmo, em alguns casos, reescrevê-la e, acima de tudo, nesse campo da informação, estar harmonizados com a posição que o Brasil vem conquistando progressivamente, em termos internacionais, de ser um país líder no processo de construção da transparência governamental.

Hoje, por exemplo, em diversos órgãos internacionais, o nosso País já foi reconhecido como um país que tem investido na transparência. E a criação, o funcionamento da Controladoria-Geral da União é um desses exemplos; além desse, há outros como fóruns que tratam do combate à corrupção. E no caso a que V. Ex^a se referiu, a Presidenta Dilma não gostaria de levar essa questão solucionada para a reunião da Organização das Nações Unidas, mas para um fórum que acontecerá entre Brasil e Estados Unidos e que se chama Parceria por um Governo Transparente, que é uma articulação internacional à qual muitos países já se filiaram e o Brasil, inclusive, é um dos países que lideram.

Mas, obviamente, não é por essa razão que queremos a aprovação desse projeto. Veja, a Comissão

teve oportunidade de apresentar um relatório e de receber as emendas. O que todos queremos é que ou a Comissão vote e o seu parecer possa ser objeto de apreciação do Plenário do Senado ou que a Comissão se decida a remeter à Mesa o processo para que o Senado, que o colocou em regime de urgência, possa votá-lo.

Na verdade, o questionamento que faço a V. Ex^a, com todo o respeito – e respeito profundamente a opinião de que é um projeto que tem toda essa seriedade, importância –, é qual será esse encaminhamento, porque há especulações, inclusive, de que esse projeto não será mais votado este ano porque há um pedido de informação. Ficamos completamente baratinados visto que não há um casamento com o que o Regimento prescreve, ou seja, um projeto que está em regime de urgência e que há um pedido de informação, isso barra a tramitação mínima para essa discussão.

Eu vim aqui mais na condição de poder obter de V. Ex^a uma informação sobre o que V. Ex^a e a Comissão pretendem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Humberto Costa, por sua participação hoje em nossa reunião.

V. Ex^a não estava presente quando eu tive oportunidade de dizer que, no meu entender – salvo melhor juízo, e sempre colocando isso para a Comissão –, nós deveríamos resgatar o projeto original enviado pelo Executivo, em 2009, e assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi trazido à Câmara dos Deputados, em mãos, pela então Ministra, hoje a nossa Presidenta Dilma Rousseff, e entregue nas mãos do então Presidente da Câmara e, hoje, Vice-Presidente da República, Michel Temer. Projeto original esse que, além da assinatura do Presidente Lula e da hoje Presidenta Dilma Rousseff, teve a assinatura do Ministro da Justiça Tarso Genro, a assinatura do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, do Ministro da Defesa Nelson Jobim, do Advogado-Geral da União José Antônio Dias Toffoli, do Ministro da Secretaria de Direitos Humanos Paulo Vanucchi, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional General Jorge Armando Félix, do Ministro da Secretaria de Comunicação Social Franklin Martins, e do Ministro da Controladoria-Geral da União Jorge Hage.

Então, é isso que estou desejando colocar como uma linha para o nosso debate, para a nossa discussão.

Quando o senhor diz que esse assunto foi amplamente debatido, foi, sim. Este, este, o projeto original, foi amplamente debatido, amplamente debatido, bastante. E V. Ex^a lembra-se de que o Presidente Lula demorou mais de dois anos para que chegasse a esse texto. E tanto houve concordância nesse texto

que todos esses Ministros se envolveram diretamente na elaboração do projeto.

Então, pergunto-me: se um projeto que foi debatido pela sociedade, que foi discutido, que foi enviado pelo Presidente Lula tendo participantes desse quilate, como esse projeto pode ser considerado um retrocesso? Não pode, não pode.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas, Presidente, V. Ex^a pode votar esse projeto e encaminhar para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Claro. Exatamente.

Então, agora, eu vou chegar lá. Estou dizendo isso, porque V. Ex^a não estava presente quando eu falei. Agora, objetivamente, em relação ao que V. Ex^a colocou.

Diante desse fato, quando chegaram aqui essas emendas, eu fiz diversas moções. Fiz uma reunião secreta, da qual participou S. Ex^a o Sr. Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, assim como Senador Anibal Diniz e o Senador João Pedro, em que coloquei as minhas apreensões. Não sei se o Senador Aloysio Nunes estava nesse dia, mas estava presente o Senador Dornelles, o Ministro Francisco Dornelles. Enfim, para colocar as minhas preocupações. E iniciei, desde lá, sem dar qualquer declaração aos meios ou qualquer tipo de informação sub-reptícia ou plantando nos meios notinhas ou coisa parecida. E tive contatos, primeiro, com o Ministro das Relações Institucionais, o Ministro Luiz Sérgio, aliás, por iniciativa dele; depois, por iniciativa minha, com o Ministro Antônio Palocci em duas oportunidades, em que lemos e discutimos ponto por ponto do projeto.

Ele aí está e pode dizer qual foi a reação dele quando conheceu o teor, o texto integral do PLC nº 41. Depois, tratei dessa questão com a própria Presidenta da República.

Depois da Presidenta, tratei do assunto com o Ministro Jobim, a pedido da Presidenta Dilma, discutimos profundamente esse projeto, uma hora e meia de reunião.

Infelizmente, os Ministros foram saindo, deixando os seus cargos e as suas funções, e a minha interlocução ficou entrecortada. Depois, quando o Ministro Jobim saiu, fui ao Ministro Celso Amorim, também levando a ele essas minhas observações, buscando exatamente isto: adensar o meu conhecimento sobre o texto, saber o porquê, quais as razões de isso ter sido incluído, se o Executivo estava defendendo o projeto original ou se estava defendendo esse projeto com as emendas sofridas na Câmara e por que essa pressa, por que essa celeridade quando temos um assunto dessa natureza, de tamanha envergadura para discutir.

Por que tanta pressa e se essa pressa realmente partia da Presidenta Dilma, que em nenhum momento me falou, no contato que tive com ela, que tinha pressa ou que tinha celeridade. Naquela época se falava que era porque havia o Dia Internacional da Comunicação e que a Presidenta desejaria, enfim, sancionar isso nesse dia. Em nenhum momento ela me falou dessa questão.

Depois, mais recentemente, com a Ministra das Relações Institucionais, a nossa companheira de Senado, Senadora Ideli Salvatti, eu disse a ela que não tenho nenhum interesse, como Presidente da Comissão, de retardar em nada – em nada! – a tramitação desse processo. Ao contrário, como a minha interlocução se exauriu, eu achei, até pelos signatários do projeto original, que pelo menos informações fossem dadas pelo chefe do Sistema de Inteligência Brasileiro – SISBIN, o General Elito. Que ele nos fornecesse respostas a algumas perguntas que, por intermédio de um requerimento de informações, eu encaminhei a S. Ex^a.

Agora mesmo, tivemos na pauta um requerimento apresentado, já há uns vinte dias, por S. Ex^a o Sr. Senador Ministro Francisco Dornelles, pedindo que fosse convidado para participar de uma audiência pública aqui, na Comissão, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Elito. Ponderei com S. Ex^a agora, quinze minutos atrás, se não seria o caso de aguardarmos a resposta que nos será oferecida por S. Ex^a o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional antes de deliberarmos sobre o convite para que ele venha participar de uma audiência pública, porque as respostas que ele venha a oferecer poderão sanar as eventuais dúvidas que S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles tenha. A essa ponderação o Ministro Francisco Dornelles aquiesceu e pediu, então, que fosse retirado de pauta esse requerimento dele, ficando isso sobrestado.

Então, há nenhuma ação visando deixar que esse projeto não fique em discussão, ao contrário. O que eu não faço é discuti-lo pelos meios. Pelos meios eu não discuto esse projeto. Eu não converso com nenhum dos confrades e confreriras sobre esse assunto. Não toco, não dou uma palavra! Discuto com aqueles interlocutores que eu julgo importantes para o andamento do processo nós tratarmos. Então, o que é que nós estamos? Nós abrimos prazos, depois de apresentado o substitutivo, para que fossem apresentadas as emendas, e solicitei aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que, por favor, apresentassem as emendas que desejassem ao substitutivo, estimulando-os bastante para emendar o substitutivo.

Bom, já foi apresentado aqui... Agora S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy me disse que apresentou – aí V. Ex^a já estava presente – um voto em separado. Está

muito bem. São muitas emendas e nós estamos com a nossa equipe trabalhando em cima dessas emendas, aguardando agora a resposta do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional para que nós possamos então formatar em definitivo o substitutivo e trazermos ao plenário juntamente com o voto em separado apresentado por S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy e outro voto que venha a ser apresentado e colocarmos aqui para que nós possamos discutir, deliberar e votar. E tão logo votemos isso, partirá a solicitação de pedido de urgência para que isso siga direta e rapidamente para a Mesa do Senado.

E por que nós estamos fazendo isso aqui agora? Porque a pauta está trancada. Ninguém pode dizer que nós estamos segurando. Nós estamos querendo discutir. Se a pauta está trancada e essa matéria não pode ser votada, por que nós não aproveitarmos esse intervalo e debatermos um assunto dessa magnitude? É somente isso.

Então, hoje, no presente momento estamos aguardando as informações que serão remetidas a esta Comissão pelo Ministro Chefe do GSI. Com essas informações, eu trarei aqui ao plenário, apresentarei já com as emendas recebidas o substitutivo; colocaremos em votação o voto em separado de outro Senador que me parece também vai apresentar; o voto em separado do Senador Suplicy e aquele que for do substitutivo.

Então, o processo está exatamente assim, exatamente dessa maneira. E ainda na segunda-feira, pela manhã, eu recebi um telefonema da Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que vem acompanhando isso muito de perto. E quero dizer também a V. Ex^a que não somente ela, mas também o líder do Governo no Senado, o Senador Romero Jucá, também vem acompanhado isso e vem também dizendo, pedindo-me que acelere esse processo. Ela me telefonou dizendo o seguinte: "Senador, hoje tem uma audiência pública sobre a questão do sigilo de informação?" Eu disse: Ministra, quem informou isso à senhora? Ela disse: "Foi uma pessoa aqui de um meio desses." Eu falei: Não é possível que não saibam que às segundas-feiras, a partir das 18 horas, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nós estamos sempre fazendo um ciclo de audiências. E o tema de hoje, Ministra, é a Grécia. Vejam a desinformação! Tratamos aqui sobre a questão da Grécia, sobre a questão da Itália, da Espanha. Foi um debate, por sinal, muito produtivo.

Então, há muito desencontro de informações; há muito fuxico, muita fofoca, muito disse me disse e sempre com aquela máxima dessa querida congreira que eu acredito não reflita o sentimento dos outros

confrades que diz: “A verdade eu posso perder, mas a manchete eu não perco.”

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas melhorou a situação da Grécia. É a notícia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, eu pergunto a V. Ex^a, só para encerrar aqui a minha indagação...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Em relação a esse ofício da Mesa, como V. Ex^a pretende proceder?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu não sabia, eu não tenho conhecimento desse ofício. Eu pediria ao Secretário da Comissão, por gentileza ...

Ofício solicitando...?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Solicitando o envio à Secretaria Geral da Mesa para efeito de votação em plenário o projeto que se encontra em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Informa o secretário que chegou ontem, no final do dia, e vai ser anexado ao processo.

Mas tem também essa questão subjacente, que é do impedimento da tramitação desse processo, enquanto não chegar aqui a resposta às perguntas formuladas pelo requerimento. Mas tão logo isso aconteça, nós faremos aqui e, de imediato, enviaremos isso à Mesa do Senado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, vamos ao Item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

– Não Terminativo -

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 107, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, da Lei nº 11.840, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Laércio Antônio Vinhas, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil na missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador **Jorge Viana**.

Observação: no dia 1º de setembro de 2011 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 2

– Não Terminativo -

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 121, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Igor Kipman, Ministro da Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, cumulativamente no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador **Cyro Miranda**.

Observação: no dia 1º de setembro de 2011 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Ao tempo em que damos as melhores boas-vindas àqueles que serão hoje sabatinados, eu os convido para que tomem assento à Mesa os Embaixadores Laércio Antônio Vinhas, indicado para a Agência Internacional de Energia Atômica em Viena, e o Sr. Igor Kipman, indicado para representação do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, Principado de Liechtenstein.

Mais uma vez desejando a V. Ex^{as} boas-vindas a nossa Comissão, eu passaria a palavra, para sua exposição, ao Embaixador Igor Kipman, indicado, como eu disse, para Confederação Suíça e, cumulativamente, Principado de Liechtenstein. Para sua exposição, V. Ex^a dispõe de 10 minutos para fazê-la, tendo, naturalmente, se necessário for e se o Plenário achar conveniente, um tempo para concluir a sua explanação.

Tem V. Ex^a a palavra, Embaixador.

O SR. IGOR KIPMAN – Muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente, Exmºs Srs. Senadores, caros colegas, senhoras e senhores, inicialmente, agradeço o privilégio e a honra de estar perante à Comissão, já pela segunda vez, para que seja submetido ao escrutínio dos Srs. Senadores a minha indicação, como foi dito pelo Presidente, à função de Embaixador extraordinário plenipotenciário perante à Confederação Helvética, e, cumulativamente junto ao Principado de Liechtenstein.

Quero fazer também um agradecimento especial, teve que sair o Senador Cyro Miranda, que foi meu relator, e agradecer pelas generosas palavras que constaram do relato da minha indicação.

Começo dizendo que 21 de junho, Ancelmo Góes, publicou uma breve nota na sua coluna dizendo: “Igor

Kipman, nosso embaixador no Haiti, vai chefiar nossa representação na Suíça. Trocou a miséria pela bonança, com todo respeito." Constava da nota.

Apesar de que de uma certa forma ele tenha razão, ao longo da minha exposição, vou dizer por que não concordo inteiramente com isso.

Parto do Haiti, efetivamente, caso conte com o beneplácito da Comissão para minha indicação. O Haiti é um país muito publicado na mídia e na Internet, tanto quanto a Suíça, por uma série de clichês, alguns verdadeiros; outros, não. Efetivamente, caso aprovado, sairei do Haiti, onde represento o Governo brasileiro há quase quatro anos, país sobre o qual a mídia considera algumas coisas corretas, como a primeira república negra independente, o país mais pobre do hemisfério ocidental. Também o qualifica como o país pior servido, em termos de segurança, no Caribe e na América Central, o que hoje já não é mais verdade, especialmente em função do esforço brasileiro naquele país, no âmbito da missão de estabilização da ONU no Haiti, a Minustah.

Também a Suíça é, digamos, vítima de uma série de clichês. É famosa pela precisão dos relógios, pelos canivetes, que frequentam uma série de piadas, especialmente sobre escoteiros. É um país sobre o qual há várias inserções na Internet dizendo que lá não se planta cacau, mas produz o melhor chocolate do mundo. Em seu pequeno território cria animais e cultiva o solo durante apenas quatro meses por ano, não obstante é conhecida pela qualidade dos seus laticínios. Outra coisa que também é um clichê é a de que é um país pequeno que passa uma imagem de segurança, ordem e trabalho que o transformou na caixa-forte do mundo.

Como a questão da segurança no Haiti, que não é mais verdade também, já que hoje os índices da Jamaica, da República Dominicana, de El Salvador são superiores, em termos de segurança, aos do Haiti, essa condição de caixa-forte do mundo está prestes a ser bastante abalada.

Recentemente, dia 31 de agosto, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos enviou praticamente um ultimato à Suíça exigindo acesso coletivo, como é chamado, a contas de cidadãos norte-americanos suspeitos de lavagem de dinheiro na Suíça.

Hoje é dia 15, anteontem, dia 13, terça-feira desta semana, o Conselho Federal publicou uma regulamentação para esse acesso. Teve, imediatamente, uma enorme reação por parte dos parlamentares. Enfrentará uma séria resistência no Parlamento suíço e provavelmente terá de ser levada a um referendo, um procedimento muito comum na Suíça. Então, quero dizer por que discordo em parte de Ancelmo. Vários colegas têm me dito: "Puxa, vai ser muito monótono. Você vai

ficar entediado lá na Suíça, depois de 3 anos e meio, quatro anos no Haiti, com terremoto, cólera, furacões atmosféricos e políticos. Enfim, todas as experiências possíveis." Mas, apesar de eu não prever furações na Suíça, mas alguns furações na área bancária, na área econômica, financeira, estão à vista.

Há pouco tempo, há algumas semanas, até brinquei com os colegas que diziam isso, porque em um vendaval que houve na Suíça um brasileiro, infelizmente, foi morto por uma árvore que tombou sobre ele, foi esmagado. Eu disse, estão vendo, nem cheguei ainda lá e já estão começando a acontecer os desastres. Então, talvez aí na área financeira, econômica, bancária, tenhamos alguns furacões.

Vou correr um pouquinho, Sr. Presidente, e passar já às intenções que tenho para realizar, se aprovado pela Comissão, como Embaixador na Suíça. Em quatro aspectos gostaria de trabalhar na Suíça. Um é a cooperação triangular com a Suíça em terceiros países. Sobre esse aspecto, no Haiti, já tive a oportunidade de reunir-me com o chefe da Cooperação Suíça e vários funcionários da Cooperação Suíça. Já tratamos desse assunto, já discutimos esse assunto, no Haiti, com o ex-embaixador suíço, com a nova Embaixadora, que recentemente chegou. Amanhã, almoçarei com o Embaixador da Suíça, aqui em Brasília, para discutir esse assunto. Acho que aí há um campo muito grande, muito fértil para a gente trabalhar.

O diretor da Agência Brasileira de Cooperação está indo também à Suíça, este mês, para tratar do mesmo assunto.

Segundo seria buscar um pouco equilíbrio na nossa balança comercial que, historicamente, é superavitária em favor da Suíça; buscar fazer a promoção de produtos brasileiros com mais valor agregado em cooperação com nossos setores de promoção comercial em Zurique e em Genebra para conseguir melhor equilíbrio na nossa balança.

A terceira vertente seria o ingresso da Suíça no programa Ciência sem Fronteiras, programa que foi lançado dia 26 de julho, pela Presidente Dilma, e que, gerido pelo CNPq, pela Capes e com o apoio do Itamaraty no exterior, tem por objetivo a concessão de 75 mil bolsas de estudo em instituições de excelência no exterior para alunos brasileiros nas mais diversas áreas técnicas e em várias modalidades também: bolsa-sanduiche, bolsas integrais, de mestrado, doutorado, pós-doutorado e especialização. Eu gostaria de inserir a Suíça e tenho certeza de que vão encontrar lá instituições de excelência que poderão perfeitamente acolher estudantes brasileiros.

E por último, mas não menos importante, é a promoção da imagem do Brasil e divulgação de nos-

sa cultura. Isso se estenderia também – vou dizer rapidamente algumas palavras, Sr. Presidente, sobre o Principado de Liechtenstein – se aplicariam também meus planos no Principado, onde a imagem do Brasil ainda é, hoje, muito vinculada a futebol, carnaval e mulatas. Então, transformar um pouquinho essa imagem, sem demérito do futebol, das mulatas e do carnaval, naturalmente, mas contar algumas coisas a mais sobre o Brasil. Essa também seria a principal ação que eu tencionaria, caso aprovado, realizar no Principado.

Uma palavrinha rápida sobre o Principado. Eu, na minha carreira, ainda como chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, eu tive oportunidade de conhecer todos os Estados insulares do Caribe, e o Principado de Liechtenstein tem alguma semelhança em termos de superfície e de população, principalmente que me ocorreu com São Cristóvão e Nevis, que têm uma população equivalente, de 35 mil habitantes, e superfície inferior à superfície do Distrito Federal.

Aí também acaba toda a semelhança. Enquanto os Estados insulares do Caribe são, obviamente, ilhas oceânicas, Liechtenstein é um dos dois únicos países do mundo que é duplamente mediterrâneo, juntamente com o Uzbequistão, ele faz limites com países também mediterrâneos. São os dois únicos países que estão nessa circunstância.

E na parte econômica, enquanto as ilhas do Caribe têm grandes dificuldades ainda econômicas no seu desenvolvimento, o Principado é o segundo país com a maior renda *per capita* do mundo, logo após Qatar. A renda *per capita* do Principado está em torno de US\$141 mil, ou seja, três vezes a renda *per capita* dos Estados Unidos.

Muito bem, é uma monarquia constitucional, parlamentar, com primeiro-ministro, uma câmara unicameral com 25 representantes e o líder da situação, automaticamente, assume a função de chefe do governo como primeiro-ministro.

Então, já caminhando para encerrar a minha intervenção, a única coisa que eu acrescentaria: nessa promoção da imagem do Brasil no Principado tenciono me valer também de uma feliz coincidência: o príncipe regente, que é o monarca, chefe de Estado, foi escoteiro na juventude e eu sou membro ativo da União dos Escoteiros do Brasil há 47 anos, quando exerci por três vezes como presidente da associação, então tenho, naturalmente, os meios e os contatos aqui no Brasil e tenciono fazer, a exemplo do que já fiz no Haiti, intercâmbio de escoteiros, com apoio lá do monarca, entre o Brasil e o Principado.

Agradeço esta oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era uma introdução breve e coloco-me à disposição dos Senadores para

qualquer esclarecimento adicional e para responder a algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Embaixador Igor Kipman, indicado para ser nosso embaixador na Confederação Suíça e cumulativamente no Principado de Liechtenstein.

Agora, passo a palavra ao Dr. Laércio Antônio Vinhas, indicado para a Agência Internacional de Energia Atômica em Viena.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – Bom dia a todos. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor; Srs. Senadores; gostaria inicialmente de agradecer ao Senador Jorge Viana pela elaboração e leitura do relatório.

Como o tempo é reduzido, vou tentar sumarizar as atividades da Agência, atuação do Brasil naquele organismo e quais seriam as linhas que eu pretenderia atacar caso seja aprovado pelos senhores como representante residente do Brasil junto à Agência.

A Agência foi criada em 1957, em decorrência do programa Átomos para a Paz, lançado em 1953, pelo Presidente Eisenhower. A Agência, como os senhores sabem, tem sede em Viena, na Áustria, e tem o objetivo de promover os usos pacíficos da energia nuclear por meio da cooperação entre os países e de criar um sistema de salvaguardas nucleares para verificar se os materiais transferidos no âmbito desta cooperação não estariam sendo desviados para produção de armas nucleares.

A Agência atua essencialmente em três pilares para atingir esses objetivos: a segurança nuclear, a transferência de tecnologia nuclear e as salvaguardas.

A Agência, embora pertença ao sistema das Nações Unidas, não é, como muitos acreditam, um órgão da ONU; ela é um organismo independente que possui orçamento e órgãos de decisão política próprios, que são a Conferência Geral, de que participam todos os membros, que é análoga à Assembleia Geral das Nações Unidas, e a Junta de Governadores, que de um certo modo se equivale ao Conselho de Segurança da ONU, formada por 35 países. Uma peculiaridade importante da Agência a destacar é que na Junta de Governadores não há membros com direito a votos e estatutariamente não há membros permanentes. Entretanto, os membros da Junta são eleitos ou designados. Esses últimos, segundo critérios estabelecidos no estatuto do IEA, com base num nível de desenvolvimento desses países na área nuclear.

Desse modo, os países mais desenvolvidos em cada região estão sempre presentes na Junta de Governadores.

Convém salientar que o Brasil integra a Junta desde a criação da Agência, ora como designado, ora como eleito. Gostaria de apontar aqui que uma tradição da Junta de Governadores é aprovar suas resoluções por consenso, procedimento que se convencionou chamar de o “espírito de Viena”.

O Brasil é membro fundador da Agência e tem exercido um papel de destaque nesse organismo. Esse foi alcançado e é mantido graças à atuação competente de nossos diplomatas e de nossos técnicos, em especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear e graças à intensa cooperação e atuação conjuntas dos setores diplomáticos e técnicos.

Destaque-se, neste particular, que uma característica singular da área nuclear em geral e principalmente no campo internacional é que, independente do tema a ser tratado, aspectos diplomáticos, políticos, técnicos e estratégicos estarão sempre presentes.

O Brasil tem uma participação intensa nas atividades da Agência. Há representantes do País em todos os comitês, comissões e grupos técnicos de alto nível.

Caso a minha designação seja aprovada pelos senhores, pretendo continuar a apoiar fortemente o Programa de Cooperação Técnica da Agência, cujo papel é facilitar o acesso de países menos desenvolvidos a centros de excelência e a modernas tecnologias nas diversas áreas de aplicação da energia nuclear. O Brasil atua hoje, no momento, devido ao seu grau de desenvolvimento, tanto como doador, como receptor da Agência. Bolsistas pagos pela Agência de todos os países da América Latina e de países de língua portuguesa da África estagiam no Brasil e, ao mesmo tempo, dezenas de cientistas brasileiros anualmente realizam estágios e visitas científicas no exterior patrocinados pela Agência.

Desde a criação da Agência, seu programa de cooperação contribuiu de maneira relevante para que o Brasil atinja um nível elevado nas aplicações das técnicas nucleares nos campos da medicina, indústria, agricultura e meio ambiente. Cito alguns exemplos. A implantação do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, instalado em Piracicaba na década de 60, a implementação na década passada de uma fábrica de moscas para aplicação da técnica de inseto estéril no controle da praga da mosca de fruta na região do rio São Francisco. Considerando a contribuição dos usos pacíficos da energia nuclear como um vetor para o progresso material e social da Nação, o Brasil tem se posicionado e eu pretendo, se aprovado, continuar nessa linha em defesa do direito inalienável de os países realizarem atividades de pesquisa e desenvolvimento na área nuclear e utilizarem plenamente as aplicações

pacíficas da energia nuclear conforme preconizado no art. 4º do Tratado de Não-Proliferação.

Outro ponto importante em que a Agência atua é a segurança nuclear.

Nesse campo, o País é de opinião de que esta deve ser sempre prioritária e o Brasil dá grande importância a este tema. Nesse sentido, nós utilizamos os padrões de segurança da Agência como base para o estabelecimento da nossa normativa nacional. E o Brasil assinou e ratificou todas as convenções internacionais referentes à segurança nuclear.

Caso designado pelos senhores, pretendo enfatizar o apoio à adoção de medidas para fortalecer a segurança nuclear internacional e, ao mesmo tempo, defender que considerações relacionadas à segurança nuclear não pode servir de pretexto para dificultar o acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos.

Vou pular a aparte de não proliferação e desarmamento, porque já foi muito bem abordada pelo Presidente Collor na abertura dos trabalhos.

Outro órgão de que a missão em Viena cuida é o CTBTO, que é a Organização do Tratado para Proibição Completa de Testes Nucleares, também com sede em Viena. Esse Tratado tem dois objetivos, contribuir para a não proliferação, evitando que países não detentores de armas nucleares realizem testes e contribuir também para o desarmamento, inibindo o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de armas nucleares pelos países que as possuem em razão da impossibilidade de realizar testes.

O CTBTO foi aberto para assinatura em 1996. Embora o Tratado tenha sido assinado por 182 países e ratificado por 154, ainda não está em vigor, pois, pelo texto aprovado o Tratado entrará em vigor quando assinado e ratificado por todos os países possuidores de reatores nucleares de potência e de pesquisa. Vários países detentores de armas nucleares não assinaram ou não ratificaram. Desse modo, cria-se um aparente paradoxo, pois justamente esses que se beneficiariam com a manutenção do *status quo* é que se recusam a assinar para que o Tratado possa entrar em vigor.

Enquanto aguarda a entrada em vigor, o CTBTO vem operando provisoriamente pelo assim chamado de mecanismo de Comissão Preparatória. A sede da organização opera em Viena, com cerca de 260 especialistas e dezenas de estações distribuídas pelo mundo para a detecção de uma eventual explosão nuclear utilizando várias técnicas, como sismologia, monitoração de radioatividade ambiental.

Se minha designação for aprovada pelos senhores, pretendo me engajar nos esforços para entrada em vigor desse tratado, pois não parece racional ter-

mos uma instituição que opera há 15 anos em caráter provisório.

Considerando o tempo, eu passaria para minhas considerações finais.

Quero concluir dizendo que, caso minha indicação seja aprovada pelos Srs. Senadores, será para mim uma grande honra atuar como representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica. Será também para mim, pessoalmente, um prazer e uma satisfação poder colocar a serviço do meu País, nessa relevante posição, a experiência que este País me proporcionou durante os 45 anos que trabalho na área nuclear. Isso possibilitou a minha participação em mais de duas centenas de reuniões com a Agência Internacional de Energia Atômica, quer seja em reunião de cunho mais político, como as conferências gerais e as juntas de governadores, como em reuniões técnicas na área de segurança nuclear, ou inúmeras reuniões de negociação de procedimentos para aplicação de salvaguardas nucleares nas instalações brasileiras.

Para concluir, gostaria de declarar que será igualmente uma grande honra para mim suceder nessa função o meu amigo, Embaixador Antônio Guerreiro, diplomata do mais alto gabarito e um dos maiores conhecedores dos temas nucleares, cuja brilhante atuação em Viena nesses últimos quatro anos muito contribuiu para que o Brasil se destacasse ainda mais no âmbito da Agência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a V. S^a, Dr. Laércio Antonio Vinhas, indicado para a Agência Internacional de Energia Atômica em Viena.

Eu indago a S. Ex^{as}, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, se posso declarar aberto o processo de votação e, em seguida, passarmos às indagações de V. Ex^{as}.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aberto o processo de votação, portanto, e passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero, primeiro, cumprimentar ambos os embaixadores, o Sr. Embaixador Igor Kipman e o Professor Laércio Antonio Vinhas pelos seus currículos e pela contribuição que têm dado ao Brasil nas suas respectivas áreas.

Gostaria, primeiro, Embaixador Igor Kipman, que V. Ex^a pudesse nos falar, uma vez que está concluindo o trabalho ali no Haiti, que balanço faz do progresso relativo à pacificação e democratização do Haiti. E, ao concluir essa sua missão tão importante neste

momento, que recomendações tem ao Brasil, ao governo brasileiro?

Temos visto observações do Ministro Antonio Patriota e também do Ministro da Defesa, Celso Amorim, no sentido de o Brasil estar considerando como que a desativação progressiva da missão ali, que envolve as Forças Armadas brasileiras ali presentes. Como se poderá dar este processo de transição e que signifique a autonomia e soberania do próprio Haiti? Como será essa gradual desativação? E que contribuição poderá dar o Brasil para que o Haiti resolva, da forma mais adequada possível, seus problemas de erradicação da pobreza, de desenvolvimento sustentável?

Acho que é uma informação importante que o senhor, tendo ali vivido por quatro anos, poderá nos dar.

No que diz respeito à Suíça, V. Ex^a nos dá uma informação relevante sobre essa iniciativa dos Estados Unidos relativa ao procedimento de sigilo bancário que é de tradição tão significativa naquele país e que foi objeto de protestos no Parlamento e que poderá ir agora a referendo.

Eu gostaria que pudesse nos dar uma avaliação de conhecimento de V. Ex^a relativamente a esse processo tradicional da Suíça: a prática de referendo e plebiscito para assuntos os mais diversos. Se poderá nos dar alguns exemplos de como o povo suíço tem tomado decisões. Uma vez que nós temos na nossa Constituição de eventuais referendos e plebiscitos, se avalia que podemos da experiência do povo suíço ter lições com as quais podemos aprender.

Ao Prof. Laércio Antonio Vinhas – o chamo de professor porque observo que V. S^a tem sido professor de física da Universidade de São Paulo e deu larga contribuição naquela área –, pediria, ainda mais porque vai agora assumir esse posto permanente na Agência Internacional de Energia Atômica, para dizer como avalia a utilização da energia nuclear brasileira e das fontes de energia nuclear, a questão das usinas nucleares tendo em vista o que aconteceu no Japão, recentemente e que levou um país como a Alemanha, por exemplo, que tanto considera as usinas nucleares, a prever até a desativação ou não continuidade de programas. Diante daquilo que aconteceu no Japão, que causou uma preocupação muito grande em todos os países do mundo, que recomendação faz de cuidados com as fontes de energia nuclear para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy. Passo a palavra ao embaixador Igor Kipman, para responder às indagações do Senador Suplicy.

O SR. IGOR KIPMAN – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado ao Senador Eduardo Suplicy,

que foi relator quando fui indicado ao Haiti, o senhor recordará. Estivemos juntos lá em 2004.

Balanço do progresso em questão de segurança rapidamente eu toquei em minha apresentação. A segurança no Haiti, hoje, não é mais um problema crucial, como foi em 2004, 2005, 2007, em grande medida graças à participação brasileira na missão de estabilização. Contudo, há uma situação de segurança ainda muito frágil, porque a sua manutenção ao longo dos anos dependerá da solução dos outros problemas: o problema econômico, a criação de emprego, geração de renda, para que o povo saia da condição de miséria que acaba sempre levando à criminalidade.

Hoje, o grande exemplo que eu costumo dar lá na imprensa e a todos é que, o bairro de Bel Air, onde em 2004 era absolutamente impossível trafegar, mesmo em veículo, porque havia balas perdidas por toda parte, em janeiro de 2009, eu percorri a pé juntamente com a Governadora-Geral do Canadá. Então, a parte de Cité Soleil, que é mais famosa, Cité Militaire e Bel Air hoje estão perfeitamente pacificadas, mas com a presença das tropas estrangeiras, quer dizer, não é o momento ainda de sair, porque há o risco grave de que essa segurança seja rompida.

Quanto à democracia, sobre a qual V. Ex^a perguntou também: tivemos a segunda transição de governo democrático seguida. Quer dizer, para todos os parâmetros das organizações internacionais, a ONU, é uma sinalização de que se atingiu uma estabilidade do ponto de vista democrático. Foi a segunda transição tranquila, com eleições relativamente transparentes e bem sucedidas, inclusive uma transição em que assumiu, pela primeira vez, a oposição. As outras passagens tinham sido sempre para o mesmo partido – o Lavalas dominava o Haiti desde a década de 90 e, agora, passou-se para um governo de oposição.

Esse governo assumiu em 14 de maio e, até o hoje, 15 de setembro, ou seja, depois de quatro meses, não conseguiu ainda fazer aprovar no Parlamento, que é de oposição, o seu governo, quer dizer o seu Primeiro-Ministro – o país tem um regime parlamentarista. O Presidente já submeteu o terceiro nome ao Parlamento, que está sendo considerado neste momento, e tudo indica que será aceito. Então, há uma certa dificuldade em dar partida realmente a esse governo, mas, quanto à democracia – questão levantada por V. Ex^a –, considero que está bastante bem.

Recomendações – aí V. Ex^a vinculou as declarações do Ministro da Defesa de retirada das tropas. Esse é um aspecto bastante importante e atual, está nas manchetes aqui, no Haiti e em outros países. Quando o Presidente Lula, em março de 2004, num telefonema com o Presidente Chirac, acedeu, concor-

dou em mandar um expressivo contingente militar e concordou que o Brasil assumisse a chefia da vertente militar da missão, desde aquele momento o nosso objetivo é retornar, que as nossas tropas voltem. Nunca foi nossa intenção, e não é assim hoje, que as tropas se perenizem no Haiti.

Mas há um objetivo maior, que se superpõe a esse objetivo de retorno das tropas: é o objetivo – e quando falo nosso objetivo, não me refiro apenas ao Brasil, mas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao concerto das nações – de que não seja necessária uma nova missão da ONU. Essa já é a sétima missão multilateral no Haiti em vinte anos, e o grande pecado das seis anteriores foi sair do país prematuramente. Então, é preciso buscar o equilíbrio entre estes dois objetivos, que as tropas retornem e que não tenham que voltar ao Haiti – não digo nem as brasileiras, mas o Conselho de Segurança. É nesse equilíbrio, nessa balança, que nós temos de nos concentrar. Isto está na mesa desde 2004: a *exit strategy*, quer dizer, a estratégia de saída do Haiti é um assunto que vem nos ocupando aqui em Brasília, no Haiti e em Nova York desde 2004.

Bem, o que aconteceu em 2010? Em 12 de janeiro, terremoto. A ONU, o Conselho de Segurança, autorizou um aumento no efetivo: 2,2 mil militares e, se não me engano, 1,1 mil policiais. A discussão sobre a mesa neste momento é o retorno dos efetivos ao efetivo pré-terremoto, porque aquele acréscimo foi em função da emergência – vivi essa experiência lá, foi uma coisa terrível. Os problemas emergenciais pós-terremoto foram superados. Então, uma missão de Nova Iorque fez um estudo e recomendou – o que deve ser aprovado no próximo mês no Conselho de Segurança – uma redução no efetivo militar de 1,6 mil homens. Não é ainda o retorno exato à situação pré-terremoto, mas é algo próximo a esse valor. Desses 1,6 mil, hoje a proposta que está sendo colocada ao Conselho de Segurança é do retorno ao Brasil de 216 soldados. Quer dizer, já é um primeiro passo, digamos, o começo do retorno. Deverão retornar a seus países 1.600 soldados nepaleses, jordanianos, uruguaios e um pequeno número do Sri Lanka.

O passo seguinte, que também vem sendo discutido e que não sei se o Conselho de Segurança analisará no próximo mês ou em sessão posterior, é a estratégia geral de saída. Posso aqui, enfim, confidenciar a V. Ex^a que a intenção... O Haiti é dividido em dez departamentos. A intenção é, a cada seis meses, a partir de julho de 2012, retirar a Minustah de um departamento e o Estado haitiano ocupar inteiramente esse departamento. Se houver um furacão ou uma

epidemia, a Minustah não interfere. O Estado tem que responder por si só.

Nesse processo, são dez departamentos. A cada semestre, a Minustah se retiraria de um. O processo levaria cinco anos. Estamos falando, então, de 2017. O último departamento a ser evacuado seria o Departamento do *Ouest*, onde está a capital e onde estão os maiores problemas, e também onde atua a tropa brasileira. Então, a perspectiva é de que a tropa brasileira seria, nessa rotação, a última. Isso não é uma ideia, não é um plano aprovado, mas confidencia a V. Ex^a.

Bom, a contribuição que o Brasil tem dado para a solução dos problemas é no âmbito bilateral, e não no âmbito multilateral da missão. Temos hoje, no Haiti, cerca de trinta projetos de cooperação técnica concentrados principalmente nas áreas de saúde, educação e agricultura. Temos um projeto grande na área de energia, o projeto básico de uma represa, que foi feito pelo Instituto Militar de Engenharia, no valor de cerca de R\$4 milhões. Já foi entregue ao governo haitiano, estamos buscando parceiros para o financiamento da obra. Seria uma obra para a geração de 32MW e seria um grande avanço em infraestrutura para o Haiti. Além das áreas que mencionei e alguns outros projetos mais tópicos.

Na área da agricultura, um projeto de revitalização de US\$4 milhões em uma fazenda experimental do Ministério da Agricultura, em que estão sendo feitos ensaios com sementes melhoradas da Embrapa. Temos um projeto, também de US\$4 milhões, na área de formação profissional, que está sendo tocado pelo Senai. O terremoto derrubou o prédio. Já voltamos com os engenheiros para fazer a revitalização do prédio, primeiro. Está avançando. Então, é essa cooperação bilateral.

A participação do Brasil no Haiti tem um papel político preponderante também. Hoje, digamos, na gestão política, na participação internacional, nada se resolve sem que, enfim, por enquanto, eu, como Embaixador, esteja presente. São os Embaixadores dos Estados Unidos, Canadá, França, Brasil e União Europeia. Não há nenhuma iniciativa que decole sem a presença desses.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. IGOR KIPMAN – Havia mais coisa. Posso prosseguir rapidamente? Vou procurar...

Bom, sobre a Suíça, que o senhor perguntou, e sobre o sigilo, que será objeto certamente de protesto no Parlamento, vários Parlamentares já se manifestaram, e indicaram que deverá ser conduzido a referendo, que é um processo... A Suíça é chamada de democracia direta porque usa, lança mão muito frequentemente dessa resposta da população de ir a referendo para

várias iniciativas. Inclusive para a regulamentação desse acesso que os Estados Unidos estão pedindo a grupos de contas, acesso coletivo.

Acho que V. Ex^a tem absolutamente razão. Terei o maior interesse e empenho em transferir algum conhecimento com relação a referendo para nós aqui, porque, na verdade, eu acho que várias consultas aqui no Brasil caberiam. Bom, já tivemos várias, sobre armamento, etc., mas acho que aí há uma janela de oportunidade para transferir algum conhecimento da Suíça para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sr. Senador, está satisfeito? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Dr. Laércio Antônio Vinhas, indicado para a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) em Viena.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – Quanto ao acidente de Fukushima, é importante que se coloque isso na real perspectiva. Embora as centrais nucleares tenham sido submetidas a condições extremas, como o terremoto seguido de *tsunami*, o número de pessoas vítimas do acidente nuclear é pequeno – morreram duas ou três pessoas diretamente em decorrência do acidente –, e o número de pessoas contaminadas não chegou a 200.

Não estou aqui para minimizar o acidente, que, do ponto de vista de acidente nuclear, só não é superado pelo de Chernobyl. Mas há alguns preceitos, como a cultura de segurança, que não foram muito bem observados pelos japoneses. Havia um histórico de *tsunamis* dessa ordem, com ondas de 10m a de 12m, e, quando projetaram a usina, construíram a barreira à frente dela com 5,7m, na crença de que não haveria problema já que o *tsunami* grande tinha ocorrido há mais de cem anos. Do ponto de vista do terremoto, as usinas se saíram muito bem. Uma vez acontecido o terremoto, todas as usinas foram desligadas automaticamente, foram levadas à condição dita de desligamento seguro. Entretanto, depois da chegada do *tsunami*, os dispositivos de geração de energia elétrica de emergência, para que continuasse a refrigeração dos núcleos dos reatores, deixaram de funcionar, e isso foi o que provocou o acidente.

Há cerca de 430 usinas em funcionamento no mundo, e, é claro, os acidentes nucleares, quando ocorrem, são epidêmicos, não endêmicos. Por isso, há essa grande repercussão.

Mesmo antes de surgirem esses seminários sobre as lições de Fukushima – ainda temos de aprender muito, porque o acidente ainda está em fase de evolução –, nós, no Brasil, determinamos que fosse feito amplo estudo sobre a segurança das nossas usinas,

levando em consideração eventos naturais extremos. No nosso caso, não temos o problema de *tsunami*, que não ocorre no Atlântico Sul, mas exigimos que o operador, a Eletronuclear, fizesse um estudo levando em conta uma maré alta com um vento forte, ao mesmo tempo, e com uma chuva intensa na região de Angra, para saber qual seria a resposta da usina. A esse tipo de teste, deu-se o nome de *stress tests*. A origem desse nome é o mundo econômico. Os bancos centrais aplicam isso aos bancos, montam o pior cenário e veem se aqueles bancos resistem a esse pior cenário. A área nuclear importou o nome “testes de estresse”, para verificar, nas piores condições, como a planta reagiria, levando em conta as margens de segurança. A Eletronuclear está preparando esse estudo. Eu, na minha atual posição, na Comissão Nacional de Energia Nuclear, como chefe da parte regulatória da Comissão, farei essa análise.

Parece-me que a Alemanha terá dificuldades de continuar nessa linha, porque as centrais nucleares representam cerca de 29% da energia na Alemanha, e um corte súbito seria muito difícil. Ou eles vão voltar massivamente a usar o carvão, o que também terá impacto na Convenção do Clima, ou vão tomar uma atitude não muito – quero usar uma palavra que seja politicamente correta – conveniente, fazendo com que não haja energia nuclear no seu país e importando energia da França, onde 70% da energia é energia nuclear. Parece-me que foi mais um gesto político do que um gesto racional e bem pensado. Dificilmente, essa posição será mantida, porque apenas no estágio atual, apenas com solar e eólica dificilmente cobriria esses 29% que a energia nuclear supre atualmente na Alemanha.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Mais uma breve pergunta, duas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Prof. Laércio Antônio Vinhas, eu até preparei, por sugestão de diversos segmentos, ainda não dei entrada, um projeto de lei para propor um referendo, um plebiscito sobre se o Brasil deve ou não construir mais usinas nucleares. O senhor recomendaria que isso é algo adequado do ponto de vista até do fortalecimento da democracia, claro que haveria oportunidade para toda a população conhecer melhor, ouvir pessoas como o senhor? Mas aí vem a segunda pergunta: se houvesse esse referendo, o senhor poderia externar qual seria a sua opinião, a sua recomendação? Por favor.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – O voto é secreto, mas não tem problema.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – (Risos.)

Mas então eu acho que o senhor recomenda que possa haver um bom debate a respeito.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – O importante é o esclarecimento porque na área nuclear há muito preconceito, a pessoa não sabe e já vota contra imediatamente.

Eu me permito aqui, eu sei que não deveria fazer um pouco de humor aqui, mas eu não resisto. O meu orientador de doutorado foi o professor Marcelo Damy de Souza Santos, que foi o fundador do Ipen e foi um dos presidentes da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e ele dizia é que o pecado da energia nuclear é o pecado original que começou pela bomba atômica. Teríamos muita resistência à energia elétrica se ela tivesse começado pela cadeira elétrica. Isso é que ele dizia. (Risos.)

E essa parte realmente precisar explicar muito. Eu estou citando aqui exemplos desse meu professor, ele era muito irreverente, desculpem-me a irreverência aqui.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É ótimo. Ilustra muito bem.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – Ele dizia o seguinte: que, na Academia de Ciências, quando Pasteur apresentou a teoria da existência do micróbio, ela muito mal recebida, e a Academia de Ciências Francesa, por grande maioria, concluiu que o micróbio não existia.

Então, é necessário realmente esclarecer a população e não há dúvida de que, em qualquer atividade humana, há sempre um risco associado e não dúvida de que a população precisa se manifestar se aceita esse risco associado. Mas precisa ser muito claro.

Eu, não porque trabalho na área nuclear, mas pela minha experiência e por acompanhar os projetos, construções, todos os cuidados que se tem com uma central nuclear, eu certamente votaria a favor da continuação do programa.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Agradeço muito a sua opinião porque é uma opinião de grande peso, de quem conhece o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Supply.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas uma breve observação. Creio que, se a população fosse consultada, na forma de plebiscito, sobre a vacina obrigatória, nós não teríamos vacinação no Brasil. Em todo o caso...

Uma pergunta ao Embaixador Igor Kipman, que apresentou uma excelente visão das suas novas missões. Eu perguntaria ao Embaixador sobre a implementação do acordo de cooperação entre Brasil e Suíça em matéria penal, que foi negociado bastante tempo, entrou em vigor há coisa de dois anos. Se V. Ex^a tem notícias sobre o andamento, a aplicação desse acordo, sobre os resultados que ele eventualmente tenha produzido em matéria penal, especialmente fraude tributária, financeira, lavagem de dinheiro, em português claro.

E pediria ao Prof. Vinhas que se estendesse um pouco mais sobre um tópico que já foi abordado no parecer do Senador Jorge Viana e que é a situação de alguns países problemáticos, *vis-à-vis* da Agência que V. Ex^a irá integrar. Refiro-me ao Irã, Coreia e Síria.

Foi mencionado apenas de passagem, no relatório do Senador Viana e parece que são problemas delicados e que estão aí desafiando a Agência.

Uma pergunta, uma curiosidade que tenho: a União Soviética era uma grande potência nuclear. Ela se desmembrou em vários países hoje soberanos. Eu pergunto a V. Ex^a: existe por parte desses países, qual é a situação desses países diante do Tratado de não Proliferação? São signatários? Não são? Há a preocupação na Agência em relação à eventual utilização da energia nuclear por esses países, seja para fins não pacíficos, bélicos, ou atividades sem controle. Há resistência desses países ao controle da Agência?

Essa é a pergunta que eu faria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Iniciando pelo Embaixador Igor Kipman.

O SR. IGOR KIPMAN – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador, pela sua pergunta.

Efetivamente sobre casos específicos da aplicação do acordo, eu confesso que não tenho conhecimento. Posso perfeitamente fazer esse levantamento e enviá-lo a V. Ex^a no mais breve prazo possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Agora com a palavra, por favor, o Dr. Laércio Antônio Vinhas, indicado para a Agência Internacional de Energia Atômica em Viena, para responder à pergunta formulada por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – Eu começaria pela segunda parte da União Soviética.

Na ocasião da União Soviética havia armas nucleares armazenadas em outros países que não somente na Rússia. Mas quando da extensão da União Soviética, esses outros países optaram por devolver as armas à Rússia e assinaram o TNP na condição de não nuclearmente armados. Esse particularmente é o caso da Ucrânia e da Geórgia. Todos esses paí-

ses, todas as ex-colônias, todos esses ex-países, ex-repúblicas da União Soviética são signatários do TNP como não nuclearmente armados, todos assinaram o TNP e, conseqüentemente, tiveram que assinar um acordo abrangente de salvaguardas com a Agência, como nós temos, em decorrência do TNP e do Acordo Quadripartite, e todas as instalações nucleares nesses países estão sob salvaguardas da Agência.

Embora não seja uma atribuição nossa verificar se a Agência está acompanhando de maneira adequada, o que eu tenho informação é que não tem havido problemas nas inspeções. A Agência tem tido facilidade em realizar as inspeções nesses países.

Quanto aos outros três, cada um é um caso ligeiramente diferente. A Coreia havia assinado o TNP e quando a Agência foi fazer as suas primeiras inspeções, que é uma inspeção para poder estabelecer o inventário inicial, digamos, do país, a Agência notou que havia resultados estranhos, havia sinais de que havia ocorrido o reprocessamento, isto é, a separação do urânio irradiado do plutônio, e que a Coreia do Norte não havia declarado. Nesse momento foi que começou esse embate, por volta de 1993, e fica num pouco de vai e vem. Às vezes a Coreia se mostra cooperativa, outras vezes sai, como fez, por exemplo, ela se retirou do TNP hoje em dia.

A Síria é um caso ligeiramente diferente, que Israel e alguns países acusam de que ela estaria construindo um reator de pesquisas de maneira clandestina.

Israel bombardeou esse reator, bombardeou esse edifício. E inspetores da agência, quando estiveram lá, encontraram amostras de urânio antropogênico. Então, poderia ter tido um reator naquele local. Nunca teria operado ainda. Há uma discussão. Os sírios dizem que aquele urânio que foi encontrado lá fazia parte da ponta das ogivas usadas por Israel. Então, fica nessa discussão. Apenas eles não têm demonstrado – isso está tudo naquele outro contexto – uma cooperação muito aberta com a Agência. Isso também é verdade.

O caso do Irã, ele desenvolveu e construiu algumas instalações que deveriam ser declaradas à Agência e eles não declararam. Assim que começou o *affair* Irã. E, por outro lado, eles dizem que não fizeram, porque se o fizessem tinham medo de ser bombardeados antes de concluir. Então, o Irã não cumpriu algumas cláusulas do seu acordo com a Agência. Isso que levou, na Junta de Governadores, a maioria dos países a votar que o caso fosse levado ao Conselho de Segurança, como previsto no estatuto da Agência.

Não há evidências de que o Irã esteja, efetivamente, desenvolvendo uma arma nuclear, mas um certo comportamento, um pouco arredo em certos aspectos,

pode dar essa interpretação. Esse é um assunto que vai continuar na pauta por muito tempo.

Recentemente, eu li um livro escrito pelo ex-Diretor Geral da Agência, Mohamed El Baradei. E ele relata muito bem nesse livro – até achei um livro bastante corajoso –, as pressões, do ponto de vista político, diplomático, que a agência recebia na emissão dos seus relatórios no Irã.

Não sei se pelo tempo, acho que foi o suficiente, me desculpe.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes, perguntaria se está satisfeito?

Obrigado, S. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra, pela ordem, S. Ex^a, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Era apenas, Sr. Presidente, e agradeço a sua atenção, para pedir desculpas aos membros da Comissão e a V. Ex^a, especialmente aos nossos convidados, que estão aqui cumprindo o que estabelece a Constituição, numa sabatina.

Por conta das inúmeras tarefas que assumimos todos os dias, principalmente terça, quarta e quinta, eu estou na condição de um dos relatores do Código Ambiental, do novo Código Florestal Brasileiro. Estamos tendo uma audiência com três Comissões conjuntas, e eu tenho a obrigação de ficar lá e a obrigação de estar aqui. E não temos como nos dividir. Então, eu peço, especialmente, ao Sr. Laércio Vinhas, que eu tive a honra e o privilégio de ser o relator, por indicação da presidência desta Comissão. Mas pude ler o relatório na sua ausência aqui e fazer as minhas considerações de confiança numa missão tão especial e que V. Ex^a tem todas as condições de cumprir.

Então, era nesse propósito, Sr. Presidente Collor, que eu peço desculpas por ter me ausentado e ter que me ausentar, mas aqui pude dar o meu voto. Da mesma maneira, queria também desejar sucesso ao nosso futuro Embaixador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que foi o relator da indicação do Dr. Laércio Antônio Vinhas para representante do Brasil na Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena. Muito obrigado a V. Ex^a.

E as explicações que V. Ex^a, Senador Jorge Viana, nos oferece, alguma coisa eu acredito que nós temos que fazer aqui na Casa, porque nós participamos de três, quatro comissões e, às vezes, elas funcionam ao mesmo tempo, fora do seu horário regular. E, sobretudo, nessa quadra que estamos vivendo, com o Código

Florestal suscitando tantos debates e V. Ex^a sendo o relator, como também outras matérias. Enfim, acho que é necessário normatizar melhor os trabalhos nas comissões, para que esses problemas, que tão bem retratou aqui o Senador Jorge Viana, não ocorram com tanta frequência. V. Ex^a tem toda a razão. Meus parabéns por dar conta de tantos encargos assim. V. Ex^a vem-se saindo muito bem em todos eles.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente Fernando Collor, ao cumprimentar V. Ex^a, quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras participantes e presentes nesta reunião. Igualmente, quero saudar o Embaixador Laércio Antônio Vinhas, que participa desta reunião para prestar esclarecimentos e informações a respeito do seu trabalho e dos planos que tem para a nova missão que lhe cabe conduzir. Também quero saudar o Embaixador Igor Kipman, que vem a esta Comissão como indicado pela Presidência da República para ocupar o cargo de Embaixador na Confederação Suíça e também do Principado de Liechtenstein – em alemão seria mais fácil pronunciar do que em Português, Sr. Presidente.

Não tenho nenhum questionamento para apresentar. Quero apenas dirigir-me ao Embaixador Igor dizendo-lhe que, quando fui Deputado Federal nesta Casa, no período de 2003 a 2007, pude fundar o Grupo Parlamentar Brasil/Suíça que, na época, pode instalar-se com a participação de vários Senadores e Deputados Federais. O grupo teve muita atuação e muita atividade naquele período. Fomos algumas vezes à Suíça, conhecemos a pujança daquele país e nos aproximamos, inclusive, do parlamento suíço, que tem características muito diferentes das do Parlamento brasileiro. Também tivemos vários contatos com o governo daquele país, que também tem um sistema completamente diferente do nosso. Aliás, a curiosidade que sempre destaco na vida pública e na política da Suíça e que lá não existe oposição ao governo, lá existe o povo fazendo oposição ao governo sempre que acha que precisa ser feita, através dos referendos, dos plebiscitos que são lá realizados sucessivamente porque as decisões de governo lá são sempre por consenso dos sete membros do conselho, independentemente de qual ideologia ou qual a linha política que adotam e que os elegeu.

É difícil, com certeza, ser presidente naquele país, por isso lá o presidente só preside por um ano, depois é substituído, sempre em um sistema de rodízio.

De qualquer forma, é bom saber que V. Ex^a estará lá como nosso representante porque a Suíça, antes de o Brasil iniciar esse processo de privatização de grandes atividades como a telefonia, por exemplo, tinha a

Suíça presente no Brasil como quarto, quinto, sexto, maior investidor estrangeiro em negócios no Brasil. Depois do processo de privatização, a Suíça passou para o 13º, 12º lugar. Obviamente, nos interessa muito que aquele país continue investindo no Brasil. Aliás, os investimentos suíços aqui são muito interessantes porque se localizam em áreas específicas e muito estratégicas, para citar uma área farmacêutica. Aliás, visitamos as grandes indústrias farmacêuticas lá na Suíça e vimos que elas têm, efetivamente, uma grande contribuição a oferecer em termos de tecnologia, em termos de ações que podem ser desenvolvidas em nosso País e que, inclusive, fazem do Brasil, aos olhos desse setor, ser um ponto de partida para a América do Sul, o principal ponto de ação gerencial e administrativa em termos de Mercosul e de América do Sul.

Por isso, queria cumprimentar V. Exª. Depois de ter passado três anos e alguns meses ausente da Câmara, no último mandato, para ser Secretário de Educação do meu Estado, retornei agora como Senador. A pedido do Embaixador Wilhelm Meier, da Embaixada da Suíça, incumbi-me de, outra vez, reinstalar o grupo, que agora já se reunião, já esteve participando de algumas atividades com a Embaixada. Recentemente, a Suíça comemorou o seu aniversário e, aqui na Embaixada, houve um evento muito significativo. Com certeza, queremos e precisamos nos aproximar. A Suíça tem muito a oferecer para nós e nós também para eles. Eu até ousei oferecer, na última vez que lá estive, que eles viessem aprender conosco como é que faz votação pelo sistema eletrônico. Já que lá eles votam muitas vezes por ano, eles poderiam copiar o nosso sistema de votação instantânea para ter o resultado no mesmo dia de todos os plebiscitos que realizam.

De qualquer forma, quero saudar V. Exª e desejar bom trabalho. Com certeza, seu nome acabará aprovado nesta Comissão como também no plenário e me coloco a sua disposição, como decerto todos os integrantes do Grupo Parlamentar Brasil/Suíça o farão para auxiliá-lo na sua atividade, na sua tarefa como representante do Brasil naquele país.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Paulo Bauer.

Eu indago se algum senador deseja fazer uso da palavra ainda.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Senador, uma breve questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, eu participo aqui, por insistência do Senador

Paulo Bauer, do Grupo Parlamentar da Suíça e sempre me convida para os eventos.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – É membro fundador, diga-se de passagem, como eu.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Mas, há pouco, acho que faz cerca de alguns anos, houve uma questão relativa a Liechtenstein e o Brasil quanto ali ser um lugar considerado um paraíso fiscal e houve preocupação do Brasil com respeito a isso. O senhor poderia nos informar em que pé está esta situação, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Igor Kipman.

O SR. IGOR KIPMAN – Obrigado, Sr. Presidente.

Sim, rapidamente, Senador Eduardo, Liechtenstein constava da chamada “lista cinza” da OCDE, ou seja, um local onde havia dúvida sobre a seriedade dos depósitos bancários.

Eles tomaram várias iniciativas em anos recentes agora e já foram retirados da “lista cinza” da OCDE e continuam trabalhando no sentido de melhorar a transparência do seu sistema bancário, mas já não são considerados como contraventores. Ainda há alguns movimentos que terão que ser tomados, mas o governo está trabalhando nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) –... *per capita* tão elevada, segundo depois do Qatar, decorre sobretudo de qual fonte de riqueza ali gerada?

O SR. IGOR KIPMAN – Serviços.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Serviços.

O SR. IGOR KIPMAN – Fundamentalmente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – E alto nível de educação da população.

O SR. IGOR KIPMAN – Ah, sim. Zero por cento de analfabetos e nível de educação muito alto, sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu vou, a partir de agora, declarar a nossa reunião de caráter secreto e peço àqueles que não sejam integrantes da Comissão que, por gentileza, deixem o recinto.

(A reunião torna-se secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – *(Falha na gravação.)* ...somente para fazer a checagem, Senadores Eduardo Supply e Aníbal Diniz. O voto em separado, apresentado pelos Senadores Eduardo Supply, Aníbal Diniz, Humberto Costa e Walter Pinheiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Walter Pinheiro também assinou. Acho que virão assinar

ainda os Senadores Jorge Viana e Lindbergh Farias, porque são membros. Tem quatro, mas, na verdade, trata-se de um parecer da bancada do PT, porque o próprio Líder resolveu assinar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Eu perguntaria por que o voto em separado, basta apenas um Senador para subscrever. Eu perguntaria ao secretário da Comissão se o fato de outros Senadores já terem manifestado o apoio a esse voto em separado, embora não tenham apostado sua assinatura no documento que chegou na Comissão, se isso cria algum tipo de embaraço regimental. Não? Só não merecerá o registro, porque não são membros, informa o secretário da Comissão. Estamos de acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É

que o líder, Humberto Costa, e o Walter Pinheiro, que estudou muito esse assunto na Câmara e depois nas demais Comissões de Ciência e Tecnologia, quiseram também expressar o seu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –

AL) – Apenas para deixar claro, para que não reste nenhuma dúvida a esse respeito.

Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V.

Ex^a não tem, ainda, a informação se vai estar na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Não tenho ainda a informação, Senador, porque, por enquanto, ela está pendente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Pendente daquela informação que V. Ex^a requereu ao Chefe...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –

AL) – Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado. Agora o Item nº 3, não terminativo.

ITEM 3

– Não Terminativo -

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL

Nº 124, DE 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador **Vital do Rêgo**.

Designo como relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra a S. Ex^a para a leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Diz o relatório do Senador Vital do Rêgo: de conformidade com o art. 52, inciso IV da Constituição Federal, e com a Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem de nº 124, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do indicado, do qual foi extraído o seguinte conjunto de informações: filho de Ivo Coutinho de Moura e Alcina Fonseca Guimarães de Moura, o Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura nasceu no Rio de Janeiro, formou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ingressou na carreira de Diplomata em 1974 e foi nomeado 3º Secretário em 1975.

Dentre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumpre destacar o de Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, de 1987 a 1988; Chefe de Divisão da Organização dos Estados Americanos, de 1998 a 1999; Diretor do Departamento da Ásia e da Oceania, de 2009 a 2011; estando no momento presente exercendo a função de Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais. Foi também Coordenador-Geral de Segmento da Cúpula África/América do Sul e de Temas Multilaterais Africanos, em 2007; e, naquele mesmo ano, foi Coordenador-Geral do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul e do Segmento da Cúpula América do Sul, Países Árabes.

No exterior, o referido Diplomata serviu, entre outros postos, na Embaixada de Cingapura como Encarregado de Negócios em Missão Transitória, de 1988 a 1989; no Consulado Geral de Montreal, como Cônsul-Adjunto em missão transitória, de 1989 a 1992; na Delegação Permanente junto à Unesco, em Paris, como Ministro Conselheiro e Delegado Permanente Adjunto, de 2000 a 2003; e, na Embaixada de Berlim, como Ministro Conselheiro, de 2003 a 2007. Segundo documento informativo sobre a República da Eslovênia, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores ao *curriculum vitae* do indicado, as relações Brasil/Eslovênia se desenvolvem em clima de amizade construtiva em razão do rápido reconhecimento pelo Brasil da independência daquele País. Este se deu antes mes-

mo que muitos países membros da União Europeia o fizessem. Segundo as autoridades eslovenas, o Brasil figura entre as prioridades de política externa do País, seu interesse é promover a utilização mais intensiva do Porto de Koper pelo Brasil.

Entre os principais temas de interesse brasileiro figuram cooperação bilateral no campo da ciência e tecnologia, a cooperação técnica na área de produção de energia nuclear, o adensamento de relações econômicas comerciais com a possível utilização do Porto de Koper para distribuição dos produtos brasileiros na região, entre eles, possivelmente o etanol.

A Eslovênia abriga atualmente, segundo informa o documento encaminhado pelo Itamaraty, cerca de 72 brasileiros. Há um Consulado Honorário localizado em Koper, sendo que a assistência consular é prestada pela Embaixada em Ljubljana.

Cabe destacar que, em visita ao Brasil em 2008, o Presidente esloveno Danilo Türk manifestou apoio ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas em âmbito do presente relatório.

É como se manifesta o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4

– Não Terminativo –

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL

Nº 125, DE 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Joaquim Augusto Whitaker Salles, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador **Vital do Rêgo**.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Anibal Diniz para, como Relator *ad hoc*, ler o relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O diplomata em questão nasceu em São Paulo/SP, em 12 de outubro de 1943, filho de Joaquim Augusto Monteiro Salles e de Flora Whitaker Salles.

Após a conclusão do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, o senhor Joaquim Augusto Whitaker Salles foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970, e, subsequentemente, Segundo Secretário, em 1975; Primeiro Secretário, em 1979; Conselheiro, em 1985; Ministro de Segunda Classe, em 1992; e Ministro de Segunda Classe no Quadro Especial, em 2003.

Dentre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, entre 1987 e 1988; Chefe da Divisão da Europa-I, de 1990 a 1993; Chefe do Escritório de Representação no Amazonas, de 2004 a 2006; e Chefe do Escritório de Representação na Região Norte, de 2006 a 2008.

No Exterior, desempenhou importantes missões, entre elas, as de Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Los Angeles, de 1974 a 1977; Encarregado de Negócios no Escritório do Representante Especial para Assuntos de Desarmamento, em Genebra, em 1986; Conselheiro na Missão junto à ONU, entre 1988 e 1990; Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Hamburgo, de 1993 a 1998; Embaixador em Nairóbi, de 1998 a 2004; Encarregado de Negócios na Embaixada em Bangkok, em 2005; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral na Cidade do Cabo, de 2008 até o presente.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações em diversas reuniões de negociações bilaterais e multilaterais e conferências de organizações internacionais, principalmente na área ambiental e durante o tempo em que exerceu o cargo de Embaixador em Nairóbi, sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

No que diz respeito ao País a que se destina o embaixador, assinalem-se alguns pontos trazidos no informe anexado pelo Ministério das Relações Exteriores.

As relações Brasil, Santa Lúcia apresentam dois marcos principais. O primeiro é a criação da Embaixada do Brasil em Castries, em dezembro de 2007. O relacionamento bilateral, desde então, tem sido aprofundado e diversificado, abarcando variedade de temas tais como crescimento do fluxo comercial bilateral, assistência humanitária, cooperação educacional e cooperação técnica.

O segundo marco das relações Brasil, Santa Lúcia constitui a realização da Primeira Cúpula Brasil-Caricom, em Brasília, no dia 26 de abril de 2010. O Primeiro Ministro Stephenson King participou da cúpula e assinou acordos específicos com o Governo brasileiro nas áreas de cooperação técnica, agricultura, segurança pública, cooperação educacional, cooperação cultural e isenção de vistos.

Prova maior dessa evolução no relacionamento é o incremento do fluxo do comércio bilateral. Ele aumentou de 4 milhões de dólares em 2006 para 2,7 bilhões em 2010. Esse salto explica-se pelas exportações de petróleo do Brasil ao país, que aumentaram significativamente a partir de 2007, quando a Petrobras celebrou contrato com a empresa santa-lucense Hess Oil St Lucia Limited envolvendo armazenamento de petróleo para a exportação para terceiros mercados. Atualmente, 99% das exportações brasileiras à ilha consistem em óleos brutos de petróleo.

Sem embargos desse volume comercial, a ilha de Santa Lúcia tem apenas 616 quilômetros quadrados e 161 mil habitantes. Seu Produto Interno Bruto é de 1,79 bilhão de dólares, o que lhe propicia um Produto Interno Bruto per capita de 11 mil e 100 dólares, que é similar ao do Brasil.

Santa Lúcia detém a maior população e o segundo maior PIB entre os oito membros da Organização dos Estados do Caribe Oriental e sua economia apresenta a maior diversificação comparada às demais da região. O setor manufatureiro de Santa Lúcia é o mais diversificado do Caribe oriental, incluindo fábricas de produtos de papéis, de processamento de alimentos e de bebidas. Contudo, a economia baseia-se no setor de serviços, sendo o turismo a principal fonte de divisas e de postos de trabalho na economia local.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Anibal Diniz.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do §2º, art.3º, do Ato nº1, de 2011, desta comissão.

Do Item nº5, a relatoria pertence ao Senador Blairo Maggi, que acaba de comunicar que já está chegando para fazer a leitura do seu relatório.

Nós pularemos o Item 5 e passaremos ao Item 6, não terminativo.

ITEM 6

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SF Nº182, DE 2011

Que aprova o texto do acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão, assinado em Tóquio, em 29 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA – Sr. Presidente, passo, se V. Exª me permitir, diretamente à análise.

O Projeto de Decreto Legislativo não apresenta vício de inconstitucionalidade e tampouco se verificam óbices à sua juridicidade e regimentalidade.

Trata-se de ato internacional destinado a estender aos trabalhadores de cada país, Brasil e Japão, residentes num território ou no outro, o acesso ao sistema de previdência local.

A exposição de motivos destaca a existência, no Japão, de 270 mil brasileiros que são potenciais beneficiários do instrumento internacional em exame, que são potenciais beneficiários do instrumento internacional em exame, que é portanto instrumento de extraordinária importância.

E eu agradeço a V. Exª por ter me honrado com a relatoria desta matéria.

Estabelece, ademais, que o acordo foi negociado pelos ministérios responsáveis pela seguridade social e pela chancelaria dos dois países que busca permitir aos trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas que somem os períodos de contribuição, para atingirem o tempo mínimo necessário à obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários.

O art. 1º do Acordo apresenta as definições dos termos utilizados, no art. 2º, é delimitado o campo de aplicação de suas normas, determinando-se para o Japão os seguintes sistemas previdenciários: a pensão nacional, o seguro de pensão dos empregados, a pensão mútua para funcionários públicos nacionais, pensão mútua para funcionários públicos locais e pessoal de *status* similar e a pensão mútua para pessoal de escolas privadas.

No que se refere ao Brasil, o Acordo será aplicado às aposentadorias por idade, por invalidez e pensão por morte sob o regime geral da Previdência Social e as aposentadorias por idade e por invalidez e pensão por morte sob o regime dos militares e o regime próprio dos servidores públicos.

O art. 3º define o campo de aplicação estipulando que será aplicado a uma pessoa que esteja ou que tenha estado sujeita à legislação de um dos Estados-partes e aos seus dependentes, conforme seja definido esse termo na legislação do Japão ou do Brasil. Tais pessoas receberão tratamento igual àquele conferido aos nacionais em cada um dos Estados-partes na aplicação da lei.

O ar. 5º por garante o pagamento dos benefícios por cada um dos Estados-partes ainda que o beneficiário resida no território do outro Estado contratante ou mesmo em um terceiro Estado em moeda livremente conversível.

Caso sejam introduzidas medidas restritas relacionadas ao câmbio, os governos signatários consultar-se-ão sobre as medidas necessárias para assegurar o pagamento dos benefícios.

A parte segunda do instrumento sob exame dispõe sobre a legislação aplicável, determinando que as pessoas que trabalhem no território de um Estado contratante estarão sujeitas à respectiva legislação. Os arts 7 a 9 regulam casos especiais como os dos empregados a bordo de um navio e membros de missões diplomáticas, membros de postos consulares e servidores públicos.

Na parte terceira estão estipuladas normas concernentes a benefícios japoneses e brasileiros como a totalização cálculo do valor dos benefícios e no caso da legislação japonesa disposições especiais relativas a benefícios por invalidez e pensões por morte.

A parte quarta apresenta regras concernentes à implementação do ato internacional em tela, prevendo medidas administrativas como a designação por cada parte contratante de organismos de ligação destinados a viabilizar tal implementação, podendo as partes signatárias estabelecer uma comissão mista composta por representantes das autoridades e instituições competentes de cada uma delas.

O art. 23 dispõe que as controvérsias relativas ao Acordo serão resolvidas mediante consulta entre os Estados-partes.

A parte cinco contém, além das disposições de praxe referentes à entrada em vigor, vigência e denúncia do Acordo, regras relativas a eventos e decisões anteriores a sua entrada em vigor. Entre elas, cumpre destacar as seguintes. O Acordo não conferirá quaisquer direitos, benefícios por qualquer período anterior a sua vigência.

Na implementação do Acordo serão também levados em consideração períodos de cobertura contemplados antes da sua entrada em vigor bem como outros eventos legalmente pertinentes.

As decisões tomadas nesse período não afetarão direitos constituídos em virtude da sua disposição e a sua aplicação não resultará, para um beneficiário, na redução do valor dos benefícios a que já tenha direito antes de sua entrada em vigor.

Finalmente, faculta-se requerer benefícios, observadas as disposições do Acordo em pauta, desde que tal requerimento seja apresentado dentro de dois anos após a entrada em vigor. Porém, se o requeri-

mento for feito após o prazo de dois anos, a partir da data de vigência, os efeitos do requerimento estarão sujeitos à legislação do Estado contratante pertinente.

Consideramos o Ato Internacional, que ora se submete à apreciação legislativa, para efeito de incorporação ao ordenamento jurídico interno, altamente conveniente e oportuno aos interesses nacionais e, eu diria, aos interesses dos brasileiros e de seus dependentes que trabalham no Japão, os quais, em grande número, senão a maioria, são oriundos do Estado de São Paulo. Seu acolhimento pelo Congresso Nacional e posterior ratificação refletirão a prioridade que os governos dos dois países conferem à assistência às suas comunidades expatriadas, particularmente levando-se em conta que a recente crise econômica deixou desempregados dezenas de milhares de imigrantes, como assinala a Exposição de Motivos.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira pela leitura do seu relatório. Realmente, é uma matéria de extrema importância, tendo em vista o número de brasileiros que, hoje, vivem no Japão: quase 300 mil brasileiros.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – São 270 mil brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Esses 270 mil brasileiros estarão cobertos por esse acordo da previdência social entre a República Federativa do Brasil e o Japão, acordo este assinado em Tóquio em 29 de julho de 2010.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para que sejam adotadas as devidas providências.

Agora, sim, voltamos ao Item 5 da pauta.

ITEM 5

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, DE 2011

Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador **Blairo Maggi**.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi, para proferir seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente Fernando Collor, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Vou passar a ler o relatório.

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 140, de 2011 (PDC nº 2.862, de 2010, na origem), decorrente da Mensagem nº 279, de 27 de maio de 2010, encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto revisto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).

Registre-se que o Tratado já havia sido objeto de aprovação congressual por meio do Decreto Legislativo nº 70, de 18 de abril de 2006, e incorporado ao direito interno pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.

Acompanham a referida mensagem presidencial a íntegra da nova tradução do ato internacional e a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, por meio da qual se destaca que o Tratado visa a promover a conservação e o uso sustentável de recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura, bem como a repartição de benefícios decorrentes de seu uso, com vistas à segurança alimentar e agricultura sustentável e em harmonia com a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Alinha-se, pois, com a prioridade atribuída pelo Brasil ao combate à fome e à pobreza e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Por fim, o Projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 16 de junho de 2011.

A proposição seguiu para o Senado Federal e foi recebida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 1º de julho de 2011, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – Análise

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais.

Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Segundo definição contida no ato internacional em exame, por “recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura”, se entende qualquer material genético de origem vegetal com valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura.

Para a consecução do objetivo do tratado – qual seja, a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização –, as partes comprometem-se no estabelecimento de um sistema multilateral com regras eficientes, eficazes e transparentes para regular o acesso facilitado aos recursos.

Além disso, o intercâmbio de informações entre as partes; o acesso à tecnologia, inclusive, por meio de sua transferência; as ações de capacitação, em especial nos países em desenvolvimento, são alguns dos mecanismos previstos para que se garanta a repartição dos benefícios dentro desse sistema multilateral.

Como bem apontado no relatório apresentado pelo então Senador Marco Maciel, quando da tramitação do PDS 12, de 2006, que veiculou a primeira versão deste tratado encaminhada à aprovação do Congresso Nacional, entre as espécies cultivadas que compõem esse sistema multilateral de compartilhamento de material genético, pode-se destacar como de maior interesse econômico para o Brasil os citros, a mandioca, a banana, o arroz, a batata, o trigo e o milho.

Ressalte-se, ainda, que, no art. 9º do acordo, referente aos direitos do agricultor, é reconhecida a contribuição de comunidades locais e indígenas e dos agricultores na conservação e no desenvolvimento dos recursos fitogenéticos que constituem a base da produção alimentar e agrícola mundial. Valoriza-se, portanto, o conhecimento tradicional na agricultura.

Considerando, por igual, que o tratado se encontra em vigor, no plano interno, desde 2008, e que seu mérito já recebeu o crivo positivo das duas Casas do Congresso Nacional, entendemos que a nova versão, ao aprimorar o texto anteriormente aprovado, garantirá a correta aplicação do tratado e, por consequência, o cumprimento de obrigação internacionalmente assumida pelo Estado brasileiro.

Por fim, a hipótese convida a atenção para a necessidade de maior cuidado por parte do Executivo, quando da elaboração de versão para o idioma pátrio de tratados a que a República Federativa do Brasil venha a ser parte. Essa preocupação é tão mais elevada quanto mais nos damos conta da crescente inserção de nosso país no cenário internacional de que o número de tratados é excelente reflexo.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2011.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pela leitura do relatório de sua autoria.

Em discussão o referido relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Senhores Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7

– Não Terminativo –.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 183, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto em tela foi celebrado, em 3 de abril de 2009, na histórica cidade de Atenas. Resultou de expediente encaminhado pelo Itamaraty à Casa Civil da Presidência da República de 12 de novembro daquele ano.

Em 9 de abril de 2010, a Casa Civil encaminhou o projeto a este Parlamento. Aprovado na Câmara em 7 de julho de 2011, aportou no Senado em 4 de agosto deste ano. Recebi o projeto para relatar no dia 18 de agosto último.

O projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprova ato internacional destinado a promover a cooperação econômica entre a República Helênica e o Brasil, incentivando o intercâmbio entre operadores econômicos, particularmente entre pequenas e médias empresas. Esse intercâmbio prevê a troca de experiências de fomento à inovação e ainda o estabelecimento de *joint ventures*, acordos de licenciamento e outras

formas de cooperação bilateral que compreendem a indústria, em especial da construção e reparação naval, aeroespacial, tecnologias de proteção ambiental, fontes renováveis de energia e construção civil; agricultura, incluindo desenvolvimento agroindustrial e manejo florestal sustentável e serviços, especialmente de transporte marítimo, serviços bancários, seguros e outros serviços financeiros, turismo, treinamento gerencial e ensino profissionalizante.

O projeto é constitucional, legal e atende às normas regimentais.

Por outro lado, entendemos que este acordo internacional é de alta conveniência e oportunidade aos interesses nacionais.

Sendo assim, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2011.

Deixamos de proceder à integral leitura do parecer, pois o mesmo encontra-se distribuído e é do conhecimento de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

É o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, pela leitura do seu relatório.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências devidas.

ITEM 8

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 187, DE 2011

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa com vistas à criação de um Centro de Cooperação Policial, celebrado em Brasília, em 7 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro de Estado de Relações Exteriores que

acompanha a mensagem esclarece os objetivos principais do protocolo.

O primeiro deles é aprofundar a cooperação transfronteiriça por meio de trocas de informações em matéria policial nas áreas de cooperação previstas no Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, de 12 de março de 1997, com exceção do terrorismo.

Em segundo lugar, aprimorar o intercâmbio regular de informações, especialmente por meio de assistência técnica, e a investigação sobre os métodos, as tendências e as atividades dos autores de infrações nas áreas mencionadas na região de fronteira entre o Brasil e a França. Ou seja, o protocolo visa principalmente a questões de segurança relativas à região de fronteira entre Brasil e Guiana, que é departamento ultramarino francês.

O presente protocolo de cooperação policial tem dois antecedentes básicos. Um antecedente de fato, que é a construção da ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque, inaugurada de maneira informal alguns dias atrás pelo nosso Senador Randolfe Rodrigues, ligando de maneira mais intensa o território brasileiro à Guiana Francesa. Outro institucional, que foi a celebração do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, em março de 1997, cujo plano de ação que o detalha foi adotado em dezembro de 2008.

A ponte Amapá-Guiana Francesa implica, de um lado, o reforço à integração na região, fortalecendo a economia amazônica, além de aperfeiçoar, na microescala, o atendimento a necessidades específicas da população ali localizada. De outra parte, a facilidade do fluxo demandará maior fiscalização para as atividades comerciais e controle, prevenção e repressão de atividades ilícitas dinamizadas pela existência da ponte.

A fronteira entre o Brasil e a Guiana vem se constituindo, nos últimos anos, em uma área de conflitos envolvendo principalmente garimpeiros, nos dois lados limítrofes. Com a intensificação do tráfego, é previsível a instalação de colônias e povoados ao longo das rodovias de acesso, com os praticamente inevitáveis problemas urbanos, ambientais e fundiários, que serão potencializados pela criminalidade endêmica.

O combate à criminalidade em regiões de fronteira não pode ser exclusivamente nacional, sob pena de tornar-se inócuo, ante a possibilidade de refúgio na soberania adjacente.

É nesse quadro que se inserem as recentes iniciativas bilaterais entre Brasil e França de persecução conjunta da criminalidade, desde o Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, de março de 1997, que, por sua natureza de acordo-

-quadro, vem se desdobrando em programas de ação e protocolos adicionais, classificação na qual o presente instrumento se insere.

Além de seu mérito, por se colocar como uma atitude preventiva ao crescimento da criminalidade numa região de fronteira que enfrentará adensamento populacional, o protocolo possui também a qualidade de estabelecer preceitos detalhados e pragmáticos para a atuação concertada bilateral.

Assim, o objetivo fulcral do protocolo, estipulado em seu artigo 1º, é a criação de um centro de cooperação policial na fronteira entre o Brasil e a França (no caso, a Guiana Francesa), que acolherá agentes policiais oriundos, pela parte brasileira, da Polícia Federal, e, pela Parte francesa, da Polícia Nacional e da "Gendarmerie Nationale". Esse centro ficará localizado inicialmente no território francês. Após três anos, as Partes resolverão a alocação definitiva do Centro.

O Centro não terá competência para efetuar, de maneira autônoma, intervenções de caráter operacional, mas visará principalmente a aprofundar a cooperação transfronteiriça, por meio de troca de informações em matéria policial, nos termos do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, de 12 de março de 1997.

O instrumento em apreço reflete a importância que vem adquirindo a cooperação judiciária no contexto internacional, privilegia a agilização da troca de informações, relativas à legislação e jurisprudência, em todo o processo penal que tenha por objeto infrações cuja repressão seja de competência das autoridades de ambos os países.

Deve-se registrar que todas as ressalvas relativas à preservação da soberania previstas no primeiro acordo são obrigatórias no protocolo adicional, que se debruça sobre as atividades mais concretas para sua execução. Assim, as regras relativas à implantação do Centro e sua missão são precisas e adequadas no que diz respeito ao processamento e à proteção das informações e da definição das modalidades de cooperação com terceiros.

Ressalte-se, também, que o Protocolo abrange a definição do estatuto jurídico dos servidores do Centro, que respeitará a legislação de cada Estado Parte.

Destaque-se, por fim, que o Brasil mantém acordos e negociações de acordos de cooperação policial, no sentido amplo, com vários países. São tratados recentes, o que sinaliza uma tendência da diplomacia brasileira de se equipar, com instrumentos de cooperação técnica, para o melhor enfrentamento dos delitos que se aproveitam da movimentação internacional para seu refúgio.

III – Voto

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura de seu relatório.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o referido relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu requeiro que a nossa Comissão proponha o regime de urgência para esse Projeto de Decreto Legislativo, assim como para o anterior, projeto relatado por mim, que é o Projeto de Decreto Legislativo relativo ao acordo sobre direitos previdenciários entre o Brasil e o Japão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. A solicitação de V. Ex^a será atendida.

Eu determino à secretaria desta Comissão que encaminhe à Secretaria-Geral da Mesa, em regime de urgência, as duas matérias que foram pautadas e relatadas por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, uma sobre o estabelecimento do acordo entre o Brasil e o Japão, para cobertura, pela Previdência Social, dos brasileiros residentes naquele país, que S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, enfaticamente, defendeu; e o segundo em relação ao protocolo com a República francesa para criação de um centro de cooperação policial na fronteira Brasil—Guiana Francesa.

ITEM 9

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos aos 93 anos do ex Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senador **Marcelo Crivella**.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Solicito a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy para ser o relator *ad hoc* deste Requerimento nº 947, de 2011, de autoria de S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente Fernando Collor, a Senadora Vanessa Grazziotin propõe que seja inserido em ata Voto de Congratulações e Aplausos aos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz, Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011. A autora requer, ainda, que o voto seja encaminhado à Embaixada da África do Sul, localizada no endereço especificado no requerimento.

Efetivamente, o transcurso do aniversário do líder sul-africano Nelson Mandela é um acontecimento de alta significação internacional, tendo em vista o papel que ele desempenhou em sua vida: primeiro, para dar fim a um regime segregacionista que humilhava, prendia, torturava e matava pessoas pelo simples fato de não atenderem a um requisito de cor da pele ou de etnia; segundo, porque, após vencido o regime do *apartheid* e concluído o mandato de presidente de seu país, Mandela passou a se dedicar a causas humanitárias.

De grande valia para a atuação de Mandela foi a instituição, em seu governo, do processo de reconciliação nacional, em que a anistia foi concedida a todos aqueles que houvessem participado de atos atentatórios aos direitos humanos, fossem eles partidários do regime de *apartheid*, fossem lutadores pela liberdade, desde que fosse reconhecido isso perante a Comissão de Reconciliação e Verdade.

Dessa maneira, diferentemente da ideia de julgar e punir, a Comissão da Verdade sul-africana estabeleceu uma verdadeira restauração das relações raciais, contribuindo muito para a democratização e pacificação daquele país.

Já na semana passada, havíamos aprovado – eu fui o relator, Sr. Presidente – iniciativa do Senador Paulo Paim, aprovada ontem em plenário, cumprimentando pelos 20 anos de eleição de Nelson Mandela e certamente esta iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin guarda relação com aquela, tem todo o mérito e, por isso, somos pela aprovação do Requerimento nº 947, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, pela leitura do relatório que tem como autor o Senador Marcelo Crivella.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o referido relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo, que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 11.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Ex^a me permitir, primeiro para agradecer não apenas ao Senador Suplicy, mas V. Ex^a pela aprovação de requerimento importante. Mas acho que nós poderíamos encontrar, ver qual poderia ser o método para encontrarmos uma convergência, porque esse não é o único, são muitas as proposições idênticas. Quando aqui são apresentadas, e quando são requerimentos, eles tramitam rapidamente e são aprovadas.

Quando são projetos de lei nós temos a oportunidade – ou de emenda constitucional – de pedir que sejam apensadas proposições diversas, mas que tratem de um mesmo conteúdo.

Mas, enfim, eu apresentei um requerimento, o Senador Paim também, com um mesmo conteúdo; se os 81 Senadores apresentassem, aprovaríamos 81 requerimentos aqui.

Mas o pedido de questão de ordem que apresentei a V. Ex^a, Senador Collor de Mello, é para fazer um registro.

Eu encaminhei um requerimento à Mesa desta Comissão em que solicito que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fizesse, ou faça, gestões junto ao governo norte-americano no sentido de solicitar licença para que um grupo de parlamentares possa visitar cinco cubanos que estão presos há 13 anos em território americano.

Na última segunda-feira, dia 12, completam-se 13 anos da prisão de cinco cubanos que não cometeram nenhum crime, Sr. Presidente. Nenhum. Os autos estão aí para todos verem. A única coisa que fizeram foi o fato de estarem em território norte-americano investigando a possibilidade da existência de grupos terroristas que atentariam contra Cuba.

Exatamente logo após o envio de um relatório por parte do governo cubano ao governo norte-americano, relatando esse fato, eles foram presos e até hoje continuam presos e, salvo engano, um ou dois deles sem o direito de sequer receber visitas.

Eu conversava com a assessoria da nossa Comissão, conversava também com o Embaixador – dei entrada no requerimento hoje e naturalmente ele não

iria a voto hoje, em hipótese alguma – para que fizéssemos uma análise técnica desse requerimento, se, de fato, há necessidade dele ou não, ou se V. Ex^a, como Presidente da Comissão, poderia provocar através de ofício.

Quero dizer que me coloco à disposição do entendimento da Comissão, para que adotemos o caminho que seja o melhor e que seja o mais correto.

Mas é muito importante, Presidente Fernando Collor. Quero pedir o apoio de V. Ex^a, pedir o apoio do Senador Aloysio Nunes, do Senador Suplicy, para que a gente possa fazer isso. Porque a luta humanitária não tem fronteiras. Nem a luta humanitária nem a luta por justiça. Há muito tempo que não apenas os Senadores, mas os Deputados vêm trabalhando esse assunto. Acredito que uma visita seria, em primeiro lugar e antes de tudo, uma demonstração de solidariedade a pessoas que estão há 13 anos, forçadamente, fora de seu território e privadas daquilo que é mais caro a qualquer ser humano, que é o direito à liberdade.

Então, apenas faço essa questão de ordem, para colocar sob a análise de V. Ex^a e da Comissão, qual o caminho melhor para adotarmos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin, e, de acordo com a sua solicitação...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Tenho uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o jornalista e escritor Fernando Moraes acaba de publicar um livro, ainda ontem, na Embaixada da Venezuela. O Embaixador Maximilian ofereceu um jantar. E o livro de Fernando Moraes, um livro-reportagem, é exatamente sobre esses cinco cubanos que foram ali condenados e estão presos há 13 anos. Segundo o jornalista Fernando Moraes, de todos os livros que ele fez, desde *A Ilha*, *Olga*, *Chatô* e outros, esse foi o que mais o comoveu quando fez as entrevistas com esses cubanos que estão detidos. Ele os conheceu pessoalmente. Também revelou fatos muito importantes dos diálogos havidos entre o Presidente Fidel Castro, o Presidente Bill Clinton e o Presidente Jimmy Carter e que trazem novas revelações a respeito desses cubanos.

A sugestão que eu tenho, para que possamos melhor apreciar o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que, pelo procedimento natural apresentado hoje, fica, pelas normas aqui estabelecidas para serem examinadas na próxima reunião, é que possamos ler o livro de Fernando Moraes, que será lançado hoje

na Livraria Cultura, aqui em Brasília, acho que às 20 horas. Assim, é uma oportunidade para todos conhecermos melhor o que aconteceu com esses cubanos.

Pelo que ele relatou ali, esses cubanos tiveram uma missão de tentar impedir que aqueles exilados cubanos ali na Flórida realizassem operações de terrorismo em território cubano, sobretudo depois de ter havido o fim da União Soviética e o fim da ajuda a Cuba, quando Cuba resolveu investir nas atividades de turismo e de serviços. Então, aqueles oponentes ao regime de Fidel Castro, sediados sobretudo em Miami, na Flórida, resolveram organizar uma ação de terror, digamos...

(interferências fora do microfone)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –

Mas como ele conta lá... Isso foi o que ele contou ontem, no jantar, para os que estavam presentes. Mas eu fiquei com maior vontade de ler o livro ainda, porque aquelas pessoas passaram a ir a Cuba e por US\$ 1.500,00, para cada bomba que soltavam e matavam tantas pessoas. Então, esses cinco cubanos resolveram se infiltrar em meio àqueles que faziam aqueles atos de terror para justamente evitar que isso acontecesse. Pelo menos foi isso que entendi. Eu vou ler o livro. Recomendo aos Senadores... (Risos.)

O livro parece ser muito bom, como, aliás, os demais livros de Fernando Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

Senadora Vanessa Grazziotin, de acordo com sua solicitação, a Mesa recebe seu requerimento e, também de acordo com sua solicitação, fará a análise técnica para verificar qual a melhor maneira de encaminhar o assunto. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Fora do microfone) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passamos ao item nº 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011 – CRE

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação do Sr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado do Núcleo de Relações Internacionais e Defesa Nacional, com o objetivo de debater questões sobre o PLC nº 41, de 2010, que “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de

11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências”.

Autoria: Senador **Blairo Maggi**.

Eu gostaria de fazer, Senador, uma colocação junto a V. Ex^a, porque esse é um assunto da maior importância, tratando do PLC nº 41. E aqui, logo no início da nossa reunião de hoje, V. Ex^a estava em outra comissão relatando uma matéria, não pôde estar aqui, mas dei conhecimento aos integrantes da Comissão de um requerimento que encaminhei ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, que é dentro do Sisbin, o Sistema de Inteligência e Segurança Nacional, ele é o coordenador, o chefe. Enviei um requerimento com uma série de perguntas a S. Ex^a o Ministro General Elito.

Então, eu perguntaria a V. Ex^a se não seria talvez conveniente que nós aguardássemos a resposta do Sr. Ministro às indagações que foram feitas por intermédio desse requerimento e deixássemos esse seu requerimento de nº 44 sobrestado até que aqui cheguem essas respostas. Se, na análise de V. Ex^a, forem necessários ainda alguns esclarecimentos, aí nós voltaríamos a tratar dessa questão na próxima reunião.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, não há objeção da minha parte. Só gostaria de fazer um adendo a esse meu requerimento. Se as respostas que vierem não forem satisfatórias, eu gostaria de incluir mais três pessoas para poder ter um contraditório, porque, como o senhor falou, é uma matéria realmente muito delicada, muito complexa, e eu não tenho a segurança e não tenho conhecimento suficiente ainda para votar essa matéria.

Então, eu gostaria de sugerir três outros nomes, não sei se agora ou na próxima reunião, quando a gente voltar a discutir esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Se V. Ex^a desejar sugerir os nomes, já pode fazê-lo porque nós incluiremos no requerimento e já estaremos dando como lido.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então o farei, Sr. Presidente.

Eu gostaria de convidar o jornalista Marcelo Rech, o sociólogo Thiago de Aragão e o Dr. Denilson Feitoza, para que a gente possa ter uma ideia mais completa desse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Então, a solicitação de V. Ex^a é a de incluir esses nomes no Requerimento nº 44, que também, com a aquiescência de V. Ex^a, fica sobrestado até que nós tomemos conhecimento das respostas que

serão enviadas pelo Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011 – CRE

Venho solicitar seja posta em votação a proposta que faço de convite ao Sr. Governador da Província de Santa Cruz, Bolívia, Rubén Darío Costas Aguilera, para comparecer a esta Comissão no dia 6 de outubro do corrente ano.

Estou seguro de que o comparecimento à Comissão do Senhor Governador, que estará em visita ao Brasil naquela semana, será muito útil para debater e desenvolver as já excelentes relações que o nosso País mantém com a Bolívia e, em especial, com a Província de Santa Cruz, onde muitos cidadãos brasileiros trabalham para a prosperidade do país vizinho.

Autoria: Senador José Agripino

Observação: O requerimento foi lido na reunião de 1º de setembro de 2011.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, concordo plenamente com esse convite. A Bolívia é vizinha do Estado de Mato Grosso e a cidade de Santa Cruz é vizinha do Estado de Mato Grosso, também.

Como há um requerimento meu, já aprovado nesta Comissão, para ouvirmos três membros da Assembleia Legislativa, uma ONG e também o Ministério Público do Estado de Mato Grosso sobre a questão da legalização de carros que vão para a Bolívia, pergunto a V. Ex^a se não poderíamos realizar essa audiência também no dia 6. Obviamente, não junto, porque não queremos constranger o Governador, de forma nenhuma, mas seria uma oportunidade para que, até informalmente, aqui em nossa sala anexa, essas pessoas possam conversar com o Governador e ter uma noção melhor do que está acontecendo na Bolívia sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Correto, Senador Blairo Maggi. Acho muito boa a ideia de V. Ex^a, mas pediria a V. Ex^a que, por gentileza, entre em contato com o Senador José Agripino e coordenem a presença do Governador – caso aprovado aqui o requerimento do Senador José Agripino – no dia 6 de outubro, conciliando essa visita com a

daqueles que já foram por aqui convidados, por intermédio de um requerimento que V. Ex^a apresentou e que foi aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Perfeitamente, se o Presidente e a Comissão concederem o espaço, vamos trabalhar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu estarei de acordo com o que V. Ex^{as} decidirem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas gostaria de informar, dado o número de embaixadores que estão por ser arguidos, que teremos de ter o cuidado de não atrasar o número de embaixadores, que é uma preocupação justa do Itamaraty.

Só queria colaborar nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, mas gostaria de informar a V. Ex^a que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vem cumprindo, rigorosamente, com sua pauta e todos os embaixadores, na medida em que vêm chegando aqui suas indicações, vêm sendo ouvidos e a deliberação é tomada pelo Plenário.

Continua em discussão a matéria, o requerimento do Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item extraordinário, não terminativo. .

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que recebemos na Comissão, no dia 13 de setembro, Ofício S nº 50, de 2011.

O Parágrafo único, art. 3º do Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores permite que constem na pauta as propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior recebidas até o final do expediente do dia anterior da realização da reunião.

Diz o seguinte o seu parágrafo único:

Poderão constar da pauta requerimentos ou propostas para representar o Senado ou exercer missão no exterior recebidas na secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior ao da reunião.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão, na pauta da reunião, do Ofício-S nº 50, de 2011, que trata da solicitação do Senador Flexa Ribeiro, para participar, pelo Parlamento Latino-Americano, na cidade Oranjestad, Aruba, de reuniões das seguintes Comissões: Comissão de Equidade de Gênero, Infância e Juventude; Comissão de Assuntos Trabalhistas, Previsão Social e

Assuntos Jurídicos; Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; e Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional, nos dias 22 e 23 de setembro de 2011.

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se aprovam a inclusão dessa solicitação, de acordo com o Ato nº 1, aqui já referido, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada inclusão.

O Relator do presente projeto, Senador Gim Argelo, indica S. Ex^a o Senador Blairo Maggi para, como relator *ad hoc*, apresentar o relatório sobre o Ofício-S nº 50, de 2011.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Ofício-S nº 50, de 2011, do Senador Flexa, que informa a realização, pelo Parlamento Latino-Americano, na cidade de Oranjestad, em Aruba, de reuniões das seguintes Comissões: Comissão de Equidade de Gênero, Infância e Juventude; Comissões de Assuntos Trabalhistas, Previsão Social e Assuntos Jurídicos; Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; e Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional, nos dias 22 e 23 de setembro de 2011.

O relatório é um pouco extenso, mas ele faz um relato pormenorizado de tudo que aconteceu.

Lerei a parte da análise deste relatório:

O Parlamento Latino-Americano, o Parlantino, foi criado em 1969, na esteira do estabelecimento de um organismo para a integração econômica da América Latina, que é a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, cujo tratado constitutivo fora assinado em 1960.

O Relator opta pela aprovação, em face do exposto em todo este relatório, do pedido contido no Ofício-S nº 50, de 2011.

Esse é o parecer do Relator Gim Argelo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi. Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado,

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a reunião e agradecendo, mais uma vez, a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 19 de setembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos, dentro da agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/ 2012, o VI Painel do segundo ciclo de audiências públicas intitulado: Panorama Energético Internacional, com a presença dos Srs. Maurício Tolmasquim, da Empresa de Pesquisa Energética, Rex Nazaré Alves, da Seção de Energia Nuclear do Instituto Militar de Engenharia – IME e ex-presidente da Nuclebrás; e do Sr. Eduardo Leão de Sousa, Diretor-Executivo da União da Indústria de Cana-de-Áçúcar – Unica.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia dezoito de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque** e **Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o Professor Rex Nazaré Alves, Diretor de Tecnologia da FAPERJ, ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, ex-Governador brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica

ca (AIEA), e Professor Emérito do Instituto Militar de Engenharia (IME); o Doutor Eduardo Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana de Açúcar (ÚNICA); e o Doutor Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque** e **Valdir Raupp**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicado

Relato do 5º Painel do 2º Ciclo de Audiência sobre os Rumos da Política Externa Brasileira

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional deu prosseguimento, na última 2ª feira, dia 12 de setembro, ao II Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa, enfocando o tema *Economia e Finanças*.

Este quinto painel da série reuniu especialistas para analisar a União Européia e o euro, a crise na Grécia, situações na Irlanda, Portugal, Espanha e Itália e suas implicações em África.

Foram convidados os seguintes especialistas: Dr. Isaías Coelho, pesquisador do Núcleo de Pesquisas Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Dr. José Manoel Gonçalves, Professor da Universidade Cândido Mendes; Dr. Frederico Gonzaga Jaime Júnior, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais; e o Dr. Winston Fritsch, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nas palavras do Professor Isaías Coelho, Grécia, Irlanda e Portugal estão na UTI, pois são incapazes de manter o serviço da dívida pública sem ajuda externa. Espanha e Itália enfrentam dificuldades em rolar suas dívidas e já estão recebendo assistência financeira do banco central europeu. Teme-se que a crise contamine todo o sistema financeiro europeu e, através dele, a economia mundial. Segundo informou, há 90% de possibilidade de um calote grego total ou parcial.

O Professor apontou cinco hipóteses que se encontram sobre a Mesa. Na primeira, a Grécia deixaria o euro ou voluntariamente, ou solicitada a sair. O País

necessariamente decretaria o calote da dívida. Portugal, Espanha e Irlanda passariam a ser a bola da vez e sofreriam com a suspensão de empréstimos bancários, e o sistema do euro correria o risco de desmoronar. Uma segunda possibilidade seria a manutenção da atual estratégia de ajuste e compressão, cuja viabilidade é duvidosa, por ser socialmente penosa e politicamente insustentável. Na terceira hipótese, a Grécia continuaria a fazer parte da zona do euro, mas daria calote na dívida, o que não resolveria o problema da perda de competitividade do País e geraria uma perda de credibilidade das dívidas soberanas das zonas do euro. Irlanda e Portugal poderiam também dar calote e o risco de contágio poderia afetar até mesmo a Itália.

Outra hipótese seria a permissão de eurobônus, permitindo que a dívida grega passasse a ser da Europa. Nesse caso, Alemanha e Holanda exigiriam estritos controles fiscais sobre o País, com um alto grau de intervenção. Esse controle aumentaria a importância da Alemanha como potência, mudando a equação de poder na União Européia e relegando o Reino Unido a um segundo plano, uma vez que o país não faz parte da zona do euro.

Numa última hipótese, os países europeus em boa situação ampliariam a assistência financeira à Grécia. Num cenário pessimista, tal alternativa poderia gerar um efeito dominó negativo, pois o país no limite do perigo não tem contribuído para o Fundo de Assistência Financeira. Irlanda e Portugal poderiam deixar de contribuir também, reduzindo esse fundo, que se tornaria cada vez mais dependente dos países centrais, provocando uma desestabilização, capaz de levar ao colapso do euro.

Segundo o Professor, a Europa tem mostrado que, em situações de crise, ela aprofunda a sua integração. Por isso, ele acredita na possibilidade da adoção de maior coordenação fiscal na União Européia, pois lhe falta uma união monetária, com dimensão fiscal.

Num cenário otimista, ele crê na possibilidade de avanço, no sentido de criar condições para uma confederação ou uma federação política europeia, capaz de lidar com esses problemas, como fez o Brasil, no passado, com as dívidas dos Estados.

Concluindo, afirmou que a economia mundial já se encontra em desaceleração e que os países emergentes, entre os quais o Brasil, por representarem 20% da economia mundial, não terão condições de, num cenário de fraqueza do centro, serem a locomotiva que levará adiante o crescimento econômico. Estados Unidos, Europa e Japão somam 70% do Produto Interno Bruto global. Ao contrário de 2008, esses países se encontram em uma situação frágil e sem dinheiro

para socorrer seus bancos, tornando maior o risco de contágio internacional.

O Professor José Manuel Gonçalves analisou as consequências da crise da zona do euro em África. Em sua opinião, o continente, por sua vulnerabilidade e dependência financeira é, neste momento, a área da chamada periferia mais ameaçada pela crise na Europa, tanto mais que a ela se soma a crise gerada nos Estados Unidos em 2008, que conduziu à contração dos preços do petróleo, atingindo uma faixa de países que estavam registrando altas taxas de crescimento no continente.

Com 700 milhões de habitantes, a África tem aproximadamente 10% da população mundial, mas participa com apenas 1% do Produto Interno Bruto mundial e 1,3% das exportações, basicamente em função do petróleo. De 1950 a 2000, o continente africano perdeu, em média, um terço do seu poder de compra e aumentou em 70% sua dependência alimentar em relação ao exterior.

O bloco dos países europeus ainda se constitui no maior parceiro da África, uma consequência do estado colonial ainda não superada, embora, mais recentemente, a presença da China, da Índia e do Brasil tenha reduzido a importância dessa parceria. Por esse motivo, a crise tem forte incidência no continente. Para a África do Sul, cujo acordo comercial com a União Europeia movimentava atualmente €22 bilhões, a crise na Europa é um problema muito sério. Além disso, há 15 países em África cuja moeda tem o euro como base, não apenas como fundo de reserva, pois o euro é determinante de sua taxa de câmbio, o franco CFA, como sabemos, que é garantido pelo Tesouro francês.

Por outro lado, a contração das economias centrais provocou uma redução drástica dos preços do petróleo, cuja fase de alta mantinha o conjunto das economias africanas num ritmo apreciável de crescimento, em torno de 5% ao ano, embora ainda insuficiente para reduzir o abismo de desemprego entre a África e o resto do mundo.

A queda de US\$100 no preço do barril de petróleo faz com que a Nigéria e a Angola percam, cada um, quase US\$200 milhões por dia. Angola, que cresceu de 15% a 18% ao ano no período de 2002 a 2007, em 2009, apresentou 0,1% de crescimento negativo.

Ressaltou o professor que essa situação também produziu resultados inesperados. Em virtude da grande retração do crédito europeu para países africanos e principalmente das doações decisivas para as finanças da maior parte da África Subsaariana, tem havido um aumento da participação chinesa e também do Brasil. Como exemplo, recordou que, pela primeira vez, des-

de a abolição da escravatura, o Brasil foi o primeiro fornecedor de Angola no primeiro trimestre deste ano.

Apesar de diversificar sua atuação em África, onde se mostra como uma das alternativas em parceria internacional, o Brasil ainda mantém três grandes parceiros no continente: Nigéria, maior comprador de açúcar brasileiro; Angola, do qual compramos petróleo e onde há grandes investimentos de empreiteiras e presença de empresas de setor de serviços brasileiras, e África do Sul, país com o qual o Brasil mantém um comércio bastante diversificado, onde se insere estratégia de produção de várias empresas multinacionais.

A África é o quinto parceiro comercial do Brasil neste momento atual.

O Professor Frederico Gonzaga Jayme Júnior julga que a crise de 2008 tem um papel fundamental na situação atual, que toca de forma bem diferenciada os países europeus, de acordo com seu nível de desenvolvimento.

Grécia e Portugal têm problemas de arrecadação tributária em decorrência da fragilidade de suas economias e apresentam orçamento público constante e progressivamente deficitário, gerando uma perda de credibilidade das suas dívidas soberanas, particularmente na zona do euro.

Recordou ele que, a partir de 2008, quando o Banco Central Europeu começou a diminuir a taxa de juros, nos países mais frágeis, a inflação aumentou devido aos problemas fiscais.

De um lado, entende o professor que não há mais como fazer política monetária na Europa e nem nos Estados Unidos porque a taxa de juros já atingiu seu limite nesses países. Por outro lado, os países da periferia europeia não têm capacidade de desvalorizar a sua moeda por estarem atreladas ao euro.

A dívida pública na Europa passou de 65% para mais de 100% do Produto Interno nos países menos desenvolvidos e para mais de 80% nos desenvolvidos. Em tese, afirmou o especialista que uma dívida de 100% do PIB não é muito problemática desde que ela seja capaz de ser financiada, mas o grande problema é a inexistência da capacidade de financiamento da dívida da Grécia e de Portugal, razão pela qual ele não acredita no sucesso dos pacotes de salvamento dessas economias pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu.

Na opinião do professor, o Banco Central Europeu tem uma política muito conservadora e uma preocupação excessiva com o controle de preços, baseada no Bundesbank alemão, historicamente conservador em virtude do trágico episódio da hiperinflação alemã dos anos 20.

Para ele, a instituição não se preocupa com a evolução do desemprego nos países em dificuldade. No seu entender, a unidade monetária europeia é incapaz de superar as dificuldades estruturais entre suas nações e de manter iguais os seus ciclos econômicos, tendo a atual crise evidenciado as limitações institucionais desse modelo.

Finalizando, ele criticou o enfoque ortodoxo do modelo europeu e sua incapacidade de garantir a flexibilidade necessária para o crescimento dos países de sua periferia. Nas suas palavras, se a Alemanha continuar impondo uma política semelhante à que o FMI submeteu o Brasil nos anos 80, Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda não terão condições de se recuperar.

Concluindo as apresentações, o Professor Winston Fritsch ressaltou que, devido à grande interdependência entre as economias dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão, a questão norte-americana é muito importante para a solução da questão europeia.

Na sua opinião, sem a reversão do quadro dramático de queda do crescimento dos Estados Unidos, de 4,5% para 1,5% em oito meses, as consequências para a Europa serão muito mais dolorosas. Apesar de os países em desenvolvimento representarem apenas 20% do Produto Interno mundial, ele acredita que o Brasil, graças a sua inserção multilateral nos fluxos de comércio e também às economias domésticas da China e da Índia, sofrerá as consequências dessa crise sistêmica, porém um pouco mais protegido que anteriormente.

Lembrou o especialista que, na crise de 2008/2009, com a quebra inesperada de uma grande instituição financeira, houve paralisia imediata do crédito e até mesmo dos fluxos internacionais de comércio. Na época, o Professor Fritsch dirigia o Lehman Brothers no Brasil. Para o Brasil, essa crise não foi, no entender dele, uma marolinha. Na sua opinião, a solução da crise depende, em primeiro lugar, do crescimento das economias extra zona do euro. Recordou o que ele considera um dos grandes dramas da política dos Estados Unidos, a que chamou de a tragédia da decomposição da razoabilidade do Partido Republicano norte-americano.

Baseado no sistema *checks and balances*, ou pesos e contrapesos, essa política sempre teve algum espaço de manobra política, como se viu à época da solução da crise de 2008, mas agora chegou-se a um impasse, que não tem dado sinais de se resolver no campo de poucos meses a um ano e meio. O professor se referia àquela recusa do Partido Republicano em aceitar as propostas feitas pela administração do Presidente Barack Obama para contornar a crise mundial.

O professor apontou dois cenários para os impactos dessa crise sobre a economia brasileira. O primeiro seria o de uma recessão prolongada na Europa, mas acompanhada de solução dos problemas, com efeito reduzido, porém provavelmente longo, na nossa economia. Ele aposta na preservação do euro e num acordo político capaz de estabilizar as economias periféricas rapidamente, antes que as economias mais fortes possam ser atingidas.

O segundo cenário refletiria um choque de confiança com impacto muito severo a curto prazo, via mercados de ativos financeiros, muito semelhante ao da crise do Lehman Brothers, com consequências imprevisíveis, em que todos sofrerão durante muito tempo, inclusive o Brasil, porque a Europa demorará muito tempo para se recuperar.

Mas o Brasil, segundo sua análise, tem hoje um sistema financeiro menos suscetível a grandes variações de endividamento devido à taxa de câmbio. Ele afirmou que a atual crise afetará o câmbio e provocará cortes de linha de crédito à exportação, mas esse impacto interno não será tão grande como o ocorrido em 2008.

Finalizando, ressaltou o professor que a salvação do euro necessária para sustentá-lo e prevenir novas crises dependerá da formação de uma verdadeira federação fiscal europeia.

Este é o teor do comunicado da nossa última audiência pública.

A presente reunião desta noite destina-se à realização do 6º Painel, Panorama Energético Internacional, integrando o tema Economia e Finanças, dentro do ciclo de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito para dar as melhores boas-vindas e convidar para que tomem assento à Mesa: Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Dr. Rex Nazaré Alves, Diretor de Tecnologia da Faperj, ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), ex-Governador brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Professor Emérito do Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Dr. Eduardo Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA).

Peço aos senhores convidados palestrantes que tomem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Muito obrigado ao Dr. Maurício Tolmasquim, ao Dr. Rex Nazaré Alves e ao Dr. Eduardo Leão de Sousa por terem aceitado o convite da Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional para participarem deste ciclo de debates.

Eu passaria a palavra ao Dr. Rex Nazaré Alves, Diretor de Tecnologia da Faperj e Professor Emérito do Instituto Militar de Engenharia (IME). Tem V. Ex^a 20 minutos para sua exposição.

O SR. REX NAZARÉ ALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de poder apresentar algumas ideias e algumas crenças nossas específicas para um Brasil melhor.

No sumário, vamos procurar mostrar duas coisas básicas: o que contribui para o consumo – que é o crescimento populacional –, o que manda nesse consumo; as fontes de energia, o que interfere nessas fontes. Vamos tentar chegar a ter um pouco de tempo para falar sobre o futuro da energia no longo prazo e chegar a algumas conclusões.

Próximo, por favor.

Quanto ao crescimento populacional, observamos o seguinte: o mundo demorou dez mil anos para atingir o seu primeiro bilhão. Em seguida, 123 anos para chegar ao segundo bilhão. Mas depois essa velocidade aumentou. Aliás, é esperado no dia 12 de outubro que se chegue a sete bilhões de habitantes. Essa previsão é bem feita pelas Nações Unidas. Essa velocidade faz com que se tenha para a África uma projeção curiosa. É esperado que em 2035, ultrapassando aquilo que se conhece bem de China e Índia, ela será superior a 1,5 bilhão de habitantes. Quer dizer, nós hoje raciocinamos muito com o crescimento da Índia, com o crescimento da China, mas essa é a projeção para a África e o Oriente Médio. Felizmente, o Brasil diminuiu essa projeção, hoje não é tão grande, o que facilita, por um lado, mas cria dificuldades por outro.

Temos um fato muito curioso. No mundo, quem manda nessa projeção é China, Índia e África, mas basicamente em baixa renda. Esse fenômeno era maior ainda. Nós temos estatísticas de 2010, quando a China ainda pertencia ao baixa renda. Hoje, a China já está em média renda. E na alta renda, praticamente, não há um crescimento. Ocorre que, sem dúvida nenhuma, há uma cultura de consumo de energia. E é fundamental que a gente tenha isso bastante em mente. O que ocorre é que ninguém abre mão de ter a sua máquina de lavar roupa, o seu ferro elétrico, a sua geladeira. Esse conforto com o qual aprendemos a conviver faz com que esse consumo seja grande e normalmente proporcional a essa população.

No consumo de energia, nós observamos o seguinte: em 2006, a projeção da China era entre zero e 1,5 tonelada de óleo equivalente, uma estatística da British Petroleum, de 2006.

Agora em 2011, ela já está em 1,5 tonelada de óleo equivalente. Observamos que a Índia, a África, praticamente como um todo, e a América latina, com grande percentual, portanto uma quantidade muito grande da população mundial, ainda não passou desse número.

É importante que se observe que 1,4 bilhão de pessoas, mais de 20%, não têm acesso a eletricidade; 2,7 bilhões, cerca de 40%, ainda usam lenha para cozinhar. A maioria dessas pessoas vive em áreas rurais, difícil de abastecer de energia elétrica. E constata-se que o consumo inferior a um TOI, quando nós relacionamos isso com a mortalidade infantil, com a desnutrição, nós verificamos realmente que isso tem que se superado.

Seguinte, por favor.

Ao observar o número de pessoas sem acesso a eletricidade e de pessoas que cozinham a lenha, verificamos que a nossa dívida social, não só brasileira como mundial, é grande.

Lembro que em 2000 foi feita, nas Nações Unidas, a votação e a aprovação de uma coisa, que foi determinar quais seriam os gols do milênio. Ao aprovar esses gols do milênio, constatou-se que, efetivamente, o que tinha que ocorrer era reduzir a mortalidade infantil, fazer com que a desnutrição fosse reduzida. O que se tem certeza é de que isso não se faz sem energia.

Seguinte, por favor.

Quais são as fontes que alimentam isso? O petróleo. E aqui a projeção de 2000 a 2010. Isso aqui é o petróleo, o gás, o carvão, que ainda é mandatório, a nuclear, a hidroeletricidade e uma pontinha, que ainda está pequena, que são as renováveis.

É fundamental pensar que essa energia, que é a energia primária, por tipo de combustível... Olhem aqui: isso é carvão, isso é gás, isso aqui é petróleo. Portanto, efeito estufa é uma coisa que ainda vamos ter muita dificuldade para resolver.

Seguinte, por favor.

Nesse consumo, quando eu passo para eletricidade, porque ali era energia primária, qual é grande diferença? Na energia primária está a energia que gasto no meu automóvel, a energia que gasto para aquecer o sistema industrial. E aqui não, aqui é só eletricidade.

Observem bem uma coisa: petróleo e eletricidade. Em 73, era 24.7; em 2008, são 5.5% do total mundial. Agora, o que ocorre com isso? Mostra-se o seguinte: aqui era um petróleo de muito baixo preço; aqui é o petróleo que nós conhecemos hoje.

Qual é a grande conclusão a que se chega? Para poder resolver isso e equalizar esse sistema, só há uma solução. A solução, sem dúvida, será preço,

o que, efetivamente, cria um problema adicional pra aqueles que ainda não têm acesso à energia.

Seguinte, por favor.

Esse consumo das fontes não renováveis – portanto, nuclear, carvão, gás e petróleo – tem um comportamento bem conhecido. Olhem bem uma coisa que é fundamental. Isso aqui é carvão, o mais condenado de todos eles em relação ao efeito estufa. Então, sem dúvida nenhuma, nós temos aqui, diante disso, um problema que a nossa geração está deixando para as próximas gerações.

Nos renováveis, nós temos a hidroeletricidade e alguma coisa que vem crescendo lentamente: eólica, geotérmica, solar, biomassa e lixo. Esse lixo, inclusive, está sendo reduzido.

Olhem bem um fenômeno curioso: essa soma, entretanto, pelas projeções que conhecemos, e as fontes de junho de 2011 nos levam a pensar que essa geração renovável de eólica, geotérmica, solar, biomassa, lixo, não chegará ou chegará próximo a 30%, não passando muito mais do que isso. A hidroeletricidade é onde Deus deu água e possibilidade de queda ou então fluxo de água para poder ser aproveitado em fio d'água.

Seguinte, por favor.

Se eu olhar agora a energia primária por região, é óbvio que se foi mostrado lá que a China tinha um crescimento *per capita* daquele volume que levou em curto prazo a uma alteração, então é claro que ela é que tem a maior participação, seguida dos Estados Unidos, isso no total, não no *per capita*. Portanto, no total não reflete bem a qualidade de vida. Aqui, em relação à União Europeia; aqui o Oriente Médio, o Japão, e aqui o resto do mundo.

Agora, se eu olhar essa energia e a energia elétrica como um todo eu vou verificar o seguinte: em 2007, havia 54 países considerados de alta renda, segundo o World Development Indicators, do Banco Mundial; de média renda, 93; e de baixa renda, 61. Entretanto, olhem bem, a energia primária era consumida por 57% e ia para esses que têm apenas 14% da população, enquanto os de baixa renda tinham 3,41 e 0,15.96 da população.

Olhem bem uma coisa que é importante e a que se tenha bem em mente. Aqui há um fenômeno também. O percentual da população está alto no de média, porque a China já passou para cá. Quer dizer, a China e a Índia podem falsear essa relação. E quando chega energia elétrica, então, a gente tem essa grande diferença. Não é que a gente queira que esses diminuam, mas a gente tem que arrumar uma forma de esses aumentarem.

Seguinte, por favor.

No consumo de energia elétrica, eu coloquei aqui o percentual de energia elétrica no mundial, do nuclear, no mundo, 13,5; no Brasil. 2.8. Isso segundo os dados de WDI de 2010. No carvão mineral, 2,3 o nosso, e 41% no mundial.

Agora, se eu olhar essa matriz, verifico que ela tem, na energia elétrica, 41% de carvão, 5,5% de petróleo e 21% de gás. Então, eu tenho aqui, tranquilamente, 65%, quase 70% de energia que, efetivamente, contribuem fortemente para o efeito estufa, enquanto que o Brasil tem uma posição muito confortável e que pode permanecer confortável.

Seguinte, por favor.

Ora, se agora começarmos a olhar esta demanda em função desses elementos e das projeções de 2008, 2020 e 2035, verificaremos que carvão, gás e petróleo continuam sendo os elementos que terão influência grande na geração de energia. O petróleo está caindo muito por causa de preço.

Seguinte, por favor.

Disponibilidade, vida e preço.

Seguinte, por favor.

Aqui, nós temos uma projeção publicada recentemente pelo IAA (publicação de 2011 com dados de 2009) que mostra os países com as reservas comprovadas. E aqui a razão entre a reserva dividida pela produção, ou seja, o número de anos que isso vai manter.

O que é fundamental olhar é que o número de países que hoje são fornecedores de petróleo é grande, mas a tendência é que esse número vá diminuindo e, efetivamente, dentro de 15 a 20 anos, vamos chegar a um número bem pequeno de países fornecedores. Quando esses não produzirem mais, a produção vai ter de ser aumentada? Então, esse tenderia a diminuir o número de fornecedores em velocidade muito maior.

Seguinte, por favor.

Aqui temos uma projeção que mostra quais são, para determinadas regiões em petróleo, em verde; aqui, em gás natural, aqui em carvão. Isso evidencia uma coisa muito importante. Em qualquer das regiões de que se esteja falando, haverá sempre uma grande possibilidade de permanecer disponível o carvão. Portanto, tecnologias de carvão passam ser alguma coisa que deve ser pensada.

Seguinte, por favor.

Isso aqui é preço. Quando eu olho o preço do petróleo, do carvão e do gás natural, curiosamente a curva tem uma mesma tendência, ou seja, isso aqui é a locomotiva que puxa o restante dos preços.

Seguinte, por favor.

Aqui, pegamos uma curva – que é do British Petroleum – em que mostra a variação do preço do petróleo. Aqui, as razões que são normalmente rela-

cionadas com crises regionais, quer da guerra com o Iraque, quer da guerra com o Yom Kipur. Enfim, nós temos um conjunto de pontos que são crises que vem e que mandam no preço.

É de se considerar, também, um fenômeno muito curioso que vai mostrar o interesse de atenção, de poder de determinados países. Isso aqui são os países que consomem e as linhas de transporte. Primeiro, para petróleo e nós observamos grande fluidez de petróleo, quer para os Estados Unidos, quer para a Europa. A mesma acontecendo para o gás. Ora, isso indica uma coisa, o domínio do poder de transporte e do poder em relação ao mar ela terá que ser, necessariamente, alguma coisa para garantir o acesso à energia que fica evidente ser fundamental para o desenvolvimento desses países e a manutenção do *status*.

Restrições ambientais.

Ora, sem dúvida nenhuma, baseado no que foi mostrado anteriormente, nós verificamos de novo que a emissão de CO₂ em percentagem é basicamente mandatória dos países de alta renda.

Futuro da energia.

Eu, agora, procurei tentar rapidamente fazer algumas visões que eu acredito que sejam visões para o futuro.

Desafios

Mudança climática. Por que mudança climática? Porque, sem dúvida nenhuma, ninguém quer que a gente deixe alguma coisa que seja ruim para a população. O que nós realmente queremos é que nossos filhos, nossos netos tenham a possibilidade de um nível de vida melhor. Então, nós temos uma mudança climática importante.

Segurança energética

O que é segurança energética? É garantir que a gente tenha energia. É fácil a gente verificar o seguinte: quando falta luz, um dia, à noite nós verificamos o que acontece em casa. Então, acho que isso é a melhor forma de demonstrar que isso é autoexplicativo.

Segundo, são as perspectivas econômicas para os próximos anos. A implantação de tecnologias de baixo carbono, ou seja, nós temos que efetivamente pensar o seguinte: embora a minha origem seja nuclear, eu sempre defendi a posição de que não podemos abrir mão de nenhuma fonte de energia. O carvão é de baixa qualidade? Então, vamos aprender a trabalhar com esse carvão. É eólica que nós temos? Onde nós temos? É de maré que nós temos? Então, nós temos que trabalhar e implantar todas as tecnologias, e em particular as de baixo carbono.

Os cenários dependem da ação política de governo. E aí eu fico muito feliz ao ver que esta Casa está tomando conhecimento efetivo de qual é essa posição

mundial que, sem dúvida alguma, pode ser o berço de ações políticas de governo. O desenvolvimento de tecnologia; o preço da energia; o comportamento do usuário final. Aqui é onde tenho menos esperança. Observem bem o seguinte: a gente chega em casa, os filhos chegam – qualquer um deles –, acendem a luz do corredor, deixa aquela luz acesa, acende a da sala; em cada lugar ele vai deixando uma televisão ligada. Então, isso é uma cultura, é uma cultura que nós, infelizmente, herdamos. O preço da energia é de tal forma que ela pode atuar no comportamento do usuário final e o plano para eliminar subsídios em combustíveis fósseis, fazendo com que esse preço suba e aí, efetivamente, a gente começa a ter efeitos dele para o controle ambiental.

O consumo de energia em 2010 foi de 12 milhões de toneladas equivalentes de óleo. Em 2011 havia uma previsão de que iria crescer 1,2% em média nos próximos 25 anos, o que leva a números consideravelmente grandes.

Futuro a longo prazo, ainda. O aumento do consumo global será liderado por China, Índia e África. A África, quando eu a olho e vejo que, realmente, não tem desenvolvimento, me dá a impressão perfeita de que está sendo guardada como armazém para ser usada no futuro por terceiros. O petróleo vai continuar sendo dominante na matriz; o carvão é esperado ter crescimento até 2020; entretanto, como ele é o mais disponível, sem dúvida nenhuma esse crescimento ultrapassará a 2020. O gás natural, ele vai ter vantagens, sem dúvida, sobre o carvão e o petróleo; a energia nuclear, apesar do acidente do Japão, vai continuar crescendo, possivelmente passando de 5,2% para 8% em 2035. Aqui, é importante dizer o seguinte: quem constrói uma usina de 1.000 megawatts do tipo PWR, essa usina pode funcionar 30 anos simplesmente com 5 mil toneladas de concentrado de urânio. Então, essa é a solução ideal para quem não tem um espaço territorial muito grande.

As energias renováveis vão continuar crescendo e, sem dúvida nenhuma, a hidráulica tem o problema da existência de água, mas as restantes vão crescer e é esperado um crescimento, chegando a 14% em 2035. E a biomassa tradicional tende a continuar crescendo, com uma competição grande com o processo de alimentação.

Agora, surge uma outra coisa importante, que são as fontes não convencionais, como a areia betuminosa de Alberta, no Canadá, que deu ao lado dos Estados Unidos uma reserva de petróleo do tamanho da reserva de petróleo da Arábia Saudita, o que talvez dê um conforto maior para o pessoal de pressão em relação ao Oriente Médio. E uma outra possibilidade é o Mar

Cáspio, que tem um potencial grande em matéria de petróleo e de gás, mas que o ajuste dos países em torno do Mar Cáspio é complicado para essa exploração.

Da China é esperado triplicar a energia elétrica de 2008 a 2035; o carvão vai continuar com esse crescimento, mantendo, entretanto, em torno de 41% e a geração de gás vai estar, principalmente, nos países da OCDE, ou seja, os países de maior renda.

Conclusão – estou me baseando no tempo. A energia. Ela é indispensável para o bem-estar da população. E quando falo em bem-estar da população, é indispensável para o desenvolvimento econômico-social; é um fator de independência. Nós não podemos, em determinadas coisas, aceitar dependência de terceiros; essas coisas são: energia, saúde e comida. E hoje, eu colocaria mais uma: comunicação. É indispensável ter autonomia. Quem não tem autonomia nessas coisas, efetivamente, está condenado a ser submisso à decisão de terceiros e é um fator que induz à crises internacionais, por uma razão: quem domina energia tem uma forte ação sobre o restante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Rex Nazaré Alves, Diretor de Tecnologia da FAPERJ e Professor Emérito Instituto Militar de Energia, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria da Cana de Açúcar – UNICA. V. S^a dispõe dos 20 minutos regulamentais.

O SR. EDUARDO LEÃO DE SOUSA – Senador, inicialmente eu gostaria de agradecer por esta oportunidade. Acho que para nós estarmos aqui presentes nesta Casa, nesta Comissão, trazendo um pouco a nossa visão sobre o mercado internacional – e obviamente eu restringiria a minha apresentação ao tema principalmente do etanol, é para nós motivo de grande honra esta oportunidade.

Vou falar um pouco da associação que represento, que é a UNICA; hoje nós temos 146 associadas que respondem por cerca de 60% da produção nacional de açúcar e etanol, e nós hoje estamos localizados em cinco Municípios, sendo a nossa sede em São Paulo; temos um escritório em Ribeirão Preto, em Brasília. E, finalmente, o fato de termos mais dois escritórios, um em Washington e outro em Bruxelas, ilustra, Senador, a nossa preocupação com o tema da apresentação de hoje que diz respeito ao papel do etanol, do etanol brasileiro nessas localidades.

Só para colocar alguns grandes números do setor. Hoje, o setor sucroenergético é composto por mais de 430 plantas industriais; 70 mil fornecedores, produtores independentes de cana de açúcar, gerando 1,3 milhão

de empregos diretos, tanto na parte agrícola quanto na parte industrial; uma receita superior a 50 bilhões de reais ao ano; 14 bilhões de dólares de divisas. Isso foi uma informação muito importante, pois hoje a cana de açúcar já representa quase 20% da matriz energética nacional; já é a segunda fonte mais importante, após o petróleo derivado, já tendo superado a hidroeletricidade.

E finalmente, e não menos importante, o setor – se formos considerar desde 1975, início do programa do PROÁLCOOL – foi o responsável por evitar a emissão de mais de 600 toneladas de CO₂ nesse período, apresentando, portanto, uma contribuição muito importante ao tema do aquecimento global.

Eu dividi a minha apresentação em quatro partes, sendo que a primeira delas traz um pouco do que está acontecendo hoje no Brasil. É uma boa oportunidade para procurar casar esse tema da demanda mundial por biocombustíveis com o papel do Brasil nesse processo, que, seguramente, é e será hegemônico.

O segundo aspecto é trazer um pouco dos programas que existem hoje no mundo e qual a perspectiva de crescimento do consumo ao longo dos próximos anos.

Terceiro, fazer o casamento entre a situação atual no Brasil e como essa situação deve responder à demanda global.

E, finalmente, algumas sugestões que, na nossa visão, são importantes para que esse crescimento continue de uma maneira significativa.

Bem, aqui, esse gráfico é importante porque mostra dois momentos muito importantes do crescimento da cana de açúcar, aqui representados por estas colunas em verde. Basicamente estamos falando em dois momentos cruciais do ponto de vista da demanda do etanol. Um, na época do PROÁLCOOL, e o outro, mais recentemente, liderado pelo processo do desenvolvimento da tecnologia de carros flex e da adoção dessa tecnologia pelo consumidor.

Então, isso é importante mencionar, o papel do etanol dentro desse processo, puxando, liderando os ciclos de crescimento – que nós vivenciamos – da cana de açúcar nos últimos 35 anos.

Aqui, logicamente, vemos a importância do carro flex nesse processo; essa área em verde claro, representada pela participação dos automóveis flex dentro da frota de veículos leves no País, que hoje já representa quase metade da frota – e que deve representar cerca de 85% até 2020. Quer dizer, a participação do estoque de automóveis nos próximos dez anos.

Esse outro gráfico mostra, ilustra um pouco o que está acontecendo neste momento.

Então, nós vínhamos de um crescimento na produção da cana-de-açúcar, desde o início da década, liderado principalmente em função da demanda maior

por etanol, ao longo desse período, desde 2002 e 2003, e tivemos uma ruptura importante nesses últimos três anos, com uma redução importante no crescimento anual da produção de cana-de-açúcar e, consequentemente, na produção de etanol. Isso acho que tem um reflexo importante em toda a discussão que hoje tem havido sobre a questão do preço do etanol, a questão do consumo do etanol.

Isso acontece e é demonstrado por este gráfico. Nós vínhamos, com a implantação de novas usinas, com uma expansão bastante acelerada; chegamos a ter mais de cem novas usinas entre 2005 e 2010, e o que observamos é que, depois de crise de 2008 e 2009, houve uma ruptura nessa taxa de crescimento que vinha bastante acelerada nos últimos anos. Isso se deu, primeiro, porque houve realmente um impacto muito forte no setor, com a crise financeira; o setor vinha num nível de investimento muito elevado, num nível de alavancagem financeira extremamente elevada, e, quando há uma retração do crédito, o setor se retrai também. Paralelamente a isso, o que se observa é uma alteração do foco dos investimentos de novas usinas – que é o que acontecia até então – para a aquisição e fusão das usinas existentes, que se viram em dificuldade a partir da crise de 2008.

Com isso, tivemos a entrada de grandes grupos do setor – grupos do petróleo, como, por exemplo, a Shell ou a Esso, a Petrobras – e vimos também a entrada de *tradings* multinacionais que tradicionalmente operavam com grãos, com milho, com soja – a Dreyfus, por exemplo – e que passam, então, a entender o etanol como uma oportunidade de ganhos de escala, uma oportunidade de economia de escopo na sua atividade. Com isso, deflagra-se uma reconfiguração da atividade, de tal forma que temos hoje uma atividade com grupos efetivamente mais consolidados e, seguramente, mais em condições de viabilizar um novo ciclo de investimentos.

Aqui nós mostramos o potencial de consumo ao longo desta década. Transformamos tudo em equivalente de petróleo, e praticamente devemos dobrar o consumo de combustíveis, dos veículos leves, saindo de 40 bilhões a 85 bilhões de litros, e mais do que dobrar a frota de veículos ao longo desta década.

A grande pergunta que se faz é: que participação almejamos ter – nós, etanol – nessa composição de combustíveis que vão ser consumidos por essa frota e que deve quase que dobrar ao longo dos próximos anos?

Um dos grandes gargalos que estamos vendo neste momento – e é importante que fique muito claro –, uma das razões pelas quais nós percebemos essa retração nos investimentos, primeiro, como já men-

cionei, foi porque houve um redirecionamento desses investimentos de novas usinas para consolidação das existentes.

Mas há um problema também, uma equação econômica que hoje é de difícil solução: temos hoje um preço de gasolina praticamente estabilizado na bomba ao longo dos últimos seis anos – este é o preço médio da bomba no País desde 2006; esta linha pontilhada representa os 70% que são o preço que o etanol precisaria ter na bomba para ficar ainda competitivo com a gasolina; aqui nós vemos o que aconteceu efetivamente com o preço ao longo desses últimos anos, quer dizer, uma boa parte desse período o etanol ficou bem abaixo, inclusive, dos 70% que seriam o teto para continuar competitivo com a gasolina; este foi o preço recebido ao produtor, quer dizer, basicamente estamos falando de margens e de impostos, entre o produtor e a bomba; e este é o grande problema que temos hoje, Senador, que é a questão do custo de produção. Tivemos um aumento de custo de produção da ordem de 40% nesse período, enquanto nosso competidor principal, a gasolina, praticamente se manteve estável.

Mas há um problema também, uma equação econômica que hoje é de difícil solução: temos hoje um preço de gasolina praticamente estabilizado na bomba ao longo dos últimos seis anos – este é o preço médio da bomba no País desde 2006; esta linha pontilhada representa os 70% que são o preço que o etanol precisaria ter na bomba para ficar ainda competitivo com a gasolina; aqui nós vemos o que aconteceu efetivamente com o preço ao longo desses últimos anos, quer dizer, uma boa parte desse período o etanol ficou bem abaixo, inclusive, dos 70% que seriam o teto para continuar competitivo com a gasolina; este foi o preço recebido ao produtor, quer dizer, basicamente estamos falando de margens e de impostos, entre o produtor e a bomba; e este é o grande problema que temos hoje, Senador, que é a questão do custo de produção. Tivemos um aumento de custo de produção da ordem de 40% nesse período, enquanto nosso competidor principal, a gasolina, praticamente se manteve estável.

Assim, temos de procurar algumas alternativas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO LEÃO DE SOUSA – Sim, o aumento do custo se deu por alguns fatores, mas os principais eu diria que foram o aumento de custo da terra, o aumento do custo da mão de obra e o aumento vinculado à mecanização do processo. Esses foram os três principais fatores, e, com isso, logicamente, o que se percebe é uma perda de rentabilidade extremamente grande na venda do etanol hidratado, que é o etanol que compete com a gasolina na bomba.

Então, temos efetivamente de trabalhar em alguns fatores. Temos de trabalhar em cima do custo de produção; estamos discutindo com o Governo formas que podem ser viabilizadas, principalmente pela via de política tributária, formas para reduzir isso e manter o etanol competitivo com a gasolina.

Outro aspecto, logicamente, são esses 70%. Estamos vendo com a indústria automobilística que incentivos seriam necessários para que esse nível de relação de consumo entre o etanol e a gasolina nos automóveis flex se reduza, porque sabemos que há potencial para que ele tenha um consumo muito mais eficiente ao nosso etanol.

Aqui é só para se ter uma ideia do programa americano. Isso já faz parte da legislação americana. É uma lei chamada Renewable Fuel Standard, que é o Padrão de Consumo de Combustíveis Renováveis, e eles já determinaram quanto querem consumir de etanol até 2022, sendo que já dividiram por tipo de etanol que eles querem. Esta primeira parte da coluna em cinza é o etanol que eles chamam de convencional, que é o etanol de milho, que eles produzem. Eles já fixaram um teto para isso, que é algo próximo de 57 bilhões de litros por ano. Hoje eles estão consumindo um pouco menos de 50 bilhões. A partir daí, eles querem outros tipos de etanol que sejam mais ambientalmente sustentáveis, que reduzam mais as emissões de CO₂, comparativamente à gasolina. E eles querem um etanol avançado, que é onde se enquadra o etanol de cana-de-açúcar. Nós temos um mercado cativo da ordem de 15 bilhões de litros de etanol por ano até 2022, e o etanol celulósico, que é o etanol chamado de segunda geração.

Então, temos aqui uma oportunidade extremamente grande, num mercado de 136 bilhões de litros ao ano, o que representa mais de cinco vezes o nosso consumo atual. Quer dizer, é um mercado extremamente importante para o Brasil ao longo dos próximos anos.

Aí é a produção americana, que hoje está próxima a 50 bilhões de litros.

Quanto ao mercado europeu, eles também já determinaram, na sua legislação, uma diretiva chamada Renewable Energy Direct, Diretiva de Energia Renovável, pela qual, até 2020, eles vão ter de misturar 10% de renováveis nos combustíveis fósseis. Isso representa uma demanda de cerca de 15 bilhões de litros, e parte do etanol vai ser, logicamente, utilizada do etanol produzido na Europa, a partir da beterraba e a partir do trigo, mas boa parte terá que vir do etanol de cana-de-açúcar. Então, é outro mercado extremamente importante para nós.

Aqui é só uma ilustração para mostrar o tanto que existem de iniciativas relacionadas a processos

de certificação. Daí, pelo que eu acabei de mencionar, o risco de isso vir a se transformar numa barreira não tarifária, na medida em que cada uma dessas iniciativas começar a desenvolver indicadores sociais, indicadores ambientais distintos, tornando a atividade praticamente incapaz de atender a todos os tipos de indicadores sociais ou ambientais, dependendo se vai para o país a, b, c, d ou e. Nós precisamos, sim, de indicadores de sustentabilidade social e ambiental, como em qualquer outra atividade, mas que isso seja feito de maneira equilibrada e de maneira convergente. É o que estamos buscando hoje: garantir que haja convergência nessa discussão e que haja, sim, critérios equilibrados e critérios que contemplem os três vértices da sustentabilidade: o social, o ambiental e o econômico.

Como é que o Brasil se insere nesse processo?

O Brasil tem sido um exportador importante, mas o mercado ainda é muito pequeno. Estamos falando de um mercado que não chega a 10% da produção mundial. É um mercado volátil, pelo fato de ser um mercado ainda em maturação, mas o Brasil tem tido um papel importante para complementar a demanda americana de etanol e, principalmente, a demanda europeia.

Os senhores podem ver aqui a CBI (Caribbean Basin Initiative), que são os países do Caribe, por intermédio do quais o Brasil exporta parte do etanol que vai para os Estados Unidos, fazendo um processamento lá e, com isso, evitando o pagamento do imposto de exportação. Ele vai como etanol hidratado, lá ele é desidratado e reexportado, então, pelos países caribenhos para os Estados Unidos.

Este é o quadro que mostra as exportações, e um tema que tem sido objeto de muitos debates recentes é a questão da importação. Esse é um ponto importante para trazermos também à Mesa, porque vemos isso como um processo que faz parte da commoditização do etanol, da abertura do mercado de etanol no qual nós, seguramente, somos e seremos exportadores líquidos, mas que, em algum momento, vamos ter que importar. E é bom que assim o seja, porque, com isso, você dá liquidez a esse mercado, de tal forma que você dá segurança aos países produtores, aos países consumidores. Porque aqueles que querem consumir querem ter a garantia também de produção e de oferta.

Então, na medida em que temos um mercado aberto, com mais países consumindo, mais países produzindo, a tendência é que haja efetivamente esse caminho de dupla mão, como qualquer *commodity*, como a grande maioria das *commodities*, principalmente as *commodities* agrícolas, que estão sempre sujeitas a problemas climáticos, como os que estamos vivenciando hoje no etanol.

Próximo, por favor.

Hoje, estamos importando, quer dizer, há muitos questionamentos sobre isso, mas é importante também colocar isso dentro de um contexto, de que estamos falando de uma importação que não chega a 4% da produção. Estamos exportando algo próximo a 6%.

Próximo, por favor.

Quis trazer também um comparativo com o milho. O milho é uma *commodity* que o Brasil produz, que o Brasil é muito competitivo e que é um exportador líquido. Então, temos aqui a produção do milho brasileiro, 30, 40, 50 milhões. Logicamente, com variações, por ser efetivamente um produto agrícola sujeito a sazonalidades.

E aqui vemos a situação: exportamos todo ano seis, sete, dez milhões de toneladas, mas também importamos. Todo ano nós importamos, para suprir determinadas demandas locais em algum momento. Isso faz parte do processo. Temos que entender isso como fazendo parte de uma *commodity* global, onde, em alguns momentos, teremos que importar, principalmente nesses momentos onde estamos no início de uma segunda fase de crescimento.

Próximo.

Aqui não vou entrar em muitos detalhes, em função já do adiantado da hora, mas basicamente isso explica um pouco os nossos problemas climáticos que tivemos nas últimas três safras. Para se ter uma ideia, este ano, estamos tendo uma produtividade 20% inferior à média dos últimos dez anos da produtividade da cana. Isso, logicamente, tem que ser entendido como um problema conjuntural, o qual nós estamos procurando trabalhar juntamente com as questões mais estruturais.

Próximo, por favor.

Aqui é outro ponto que acho importante trazer que é a questão do mix do açúcar com o etanol. Isso também tem sido objeto de muita discussão. O que se tem alegado é que, em função da grande migração da produção de açúcar, em detrimento do etanol, isso tem causado essas dificuldades.

Mas, acho importante mostrar esse gráfico porque ele ilustra bem. Temos, nas colunas, o preço do açúcar internacional. Vemos que, nos últimos três anos, tivemos preços extremamente atraentes, saindo de 11 ou 12 *cents* por libra peso para algo próximo, na média, 22, ou 24, quase, dobramos o preço. E, no entanto, o mix de produção ainda está abaixo do que era nos primeiros 4 ou 5 anos dessa década. Então, mesmo com toda essa atratividade do preço do açúcar, é importante entender que, primeiro, há uma dificuldade de você migrar fortemente de um produto para outro – isso você não consegue fazer diferentemente de 45%,

55% para um ou para outro produto, e que cada vez mais os investimentos estão sendo focados em etanol. Então, a capacidade de você migrar hoje para o açúcar é cada vez mais reduzido. Hoje, 15% a 20% da produção de cana só se pode produzir etanol. Dessa forma, mesmo que esses quisessem não poderiam. E aqueles que produzem tanto etanol como açúcar têm limitações técnicas para fazer essa migração.

Próximo.

Para concluir – tenho só mais dois *slides* – o que achamos que deveria ser implementado.

Próximo, por favor.

Bem, temos desafios importantes no mercado interno e é importante olhar para eles. O que estamos vendo? O que deveria ser feito? Aprimorar o planejamento e previsibilidade do mercado de combustíveis, permitindo antecipar problemas e aumentar a segurança do abastecimento doméstico. Estamos fazendo isso. Fizemos uma câmara tripartite, que envolve governo, setor produtivo e distribuidoras para discutir um planejamento mais adequado de oferta e demanda; e temos que trabalhar em cima de medidas que deem um horizonte mais claro para os investidores.

Estamos falando de aumentar a eficiência energética dos veículos, como acabei de mencionar, incentivos para pesquisa e desenvolvimento para aumentar a produtividade e a eficiência da produção, com redução de custo, que hoje tem uma equação econômica complicada; a revisão da estrutura tributária, que efetivamente reconheça as externalidades sociais, ambientais e de saúde pública do etanol; uso da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) como instrumento regulatório e um imposto ambiental, e incentivos para uso e expansão da bioeletricidade. Ou seja, precisamos de um arcabouço mais claro de longo prazo, para que os investimentos efetivamente venham e venham no ritmo que precisamos para atender a essa demanda, tanto no mercado doméstico como no mercado internacional.

Por fim, para concluir – próximo, por favor – no mercado externo, então, temos ainda a questão das tarifas, ainda do protecionismo – estou falando basicamente de barreiras tarifárias e não tarifárias. Precisamos trabalhar fortemente na linha de comunicação; explicar adequadamente as questões relacionadas ao etanol de cana de açúcar e, por fim, trabalhar em cima de cooperações técnicas, científicas e econômicas entre os países em desenvolvimento. Hoje, são mais de cem países que já produzem açúcar, principalmente países emergentes, países que podem ter no etanol uma efetiva oportunidade de alavanca de crescimento, e o Brasil pode sim também exercer um papel importante,

não só no abastecimento, mas também na cooperação para a expansão da produção da cana-de-açúcar.

Com isso, então, concluo a minha apresentação e agradeço mais uma vez, Senador, a oportunidade de estar aqui hoje presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato, Dr. Eduardo Leão de Sousa, diretor executivo da União da Indústria de Cana de Açúcar, a UNICA.

Passo agora a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado.

Eu queria congratular o Senador Fernando Collor por promover, como sempre, importantes debates nesta Casa; saudar o Senador Cristovam Buarque, conhecido de longa data – tivemos o mesmo orientador na França em épocas diferentes, com afinidade muito grande em trabalhos acadêmicos; e tentar falar um pouquinho sobre a inserção do Brasil no cenário energético internacional.

Próximo, por favor.

Para fazer a minha exposição, eu queria pegar dois eixos que considero os principais, quando tratamos da questão energética e da questão internacional: a segurança energética e a mudança climática, aquecimento global, a questão ambiental. Penso que a energia tem que ser vista sob esses dois parâmetros.

Tenho defendido a tese de que o Brasil tem tudo para se tornar uma potência energética ambiental do século XXI, devido a essas duas questões, a questão energética e a questão da mudança climática.

Próximo.

Na questão da segurança energética, o Brasil tem uma situação muito confortável. Temos uma dependência externa de energia inferior a 5%. Pouquíssimos países do mundo têm essa situação.

E mais – próximo – o Brasil atingiu autossuficiência de petróleo.

Próximo.

Por que essa questão da autossuficiência é importante?

Hoje, e já há muito tempo, o petróleo tem sido fonte dos maiores conflitos que temos tido, tivemos no século XX e eventualmente poderemos ter no século XXI. Ele está concentrado, especialmente 50% dele, numa zona geopolítica muito sensível, que é o Oriente Médio. E isso dá a ele um poder, um valor estratégico muito grande.

Próximo, por favor.

O Brasil, historicamente, foi um país muito dependente de petróleo, e graças aos investimentos que foram feitos em tecnologia, fomos saindo de uma exploração em terra para uma exploração em mar, uma

exploração *offshore*, e a cada vez em profundidades maiores, chegando já a mais de sete mil metros de profundidade. Quer dizer, o Brasil bate recordes mundiais em exploração de águas profundas.

Próximo.

Se formos olhar a história do Brasil do petróleo, é uma história belíssima, uma história de sucesso construído, porque, originalmente, todos sabem que se falava que não existia petróleo aqui e, na década de 70, o Brasil, quando teve o primeiro choque de petróleo, importávamos mais de 70% de nossas necessidades. E o Brasil foi dramaticamente atingido pelo choque. Nosso endividamento externo explodiu – vulnerabilidade enorme. Graças a um esforço maciço em investimento e produção, exploração, o Brasil chega à autossuficiência. Mais do que isso, ele descobre o pré-sal e vai se tornar um grande produtor e exportador de petróleo, o que dará a ele uma inserção diferenciada no mundo.

Próximo.

Vamos sair de uma produção, que hoje gira em torno de 2,3 milhões de barris por dia, para algo como seis milhões de barris por dia em 10 anos. É multiplicar por três a produção, é uma expansão bastante expressiva.

Próximo.

E o que é interessante disso daí? É que grande parte desse aumento da produção será para exportação. Estaremos exportando, em 10 anos, três milhões de barris por dia. E isso tem muito a ver com a questão do etanol. Apesar de nós aumentarmos a produção de petróleo, não necessariamente aumentaremos, proporcionalmente, o consumo porque, de um lado, no setor elétrico, a hidroeletricidade e outras fontes predominam, no setor de transporte o etanol tem uma predominância. Esse aumento da produção é destinado, sobretudo ao mercado externo, e isso dá um valor muito grande ao Brasil no mundo. Por quê? Porque o Brasil, num mundo onde o petróleo está concentrado em áreas complicadas, o Brasil é um país que respeita contratos, que tem uma democracia estabelecida, que tem um petróleo de boa qualidade, ele será um ator estratégico no novo cenário internacional, será um ator estratégico para o Ocidente.

Próximo.

Além disso, nessa questão de segurança estratégica, tem também o etanol. O etanol entra aí com duas características, uma segurança e outra questão do combate à mudança climática. Em dois aspectos ele está ligado.

Próximo.

Os dados do etanol já foram bastante apresentados aqui pelo Eduardo – as nossas projeções são muito parecidas. Estamos estimando que, em 2020,

vamos chegar a 50 milhões de veículos no Brasil. Esse crescimento é devido ao aumento da renda. Hoje, o número de veículos por habitantes ainda é muito baixo.

Uma coisa importante é que nós chegamos a ter mais de 90% da venda de carros novos serem carros *flex fuel*. Isso caiu com a questão dos carros importados. Há uma tendência a se aumentar de novo. A nossa projeção é que, hoje, os carros *flex fuel* já representam quase 50% da frota de veículos leves chegarão a quase 80% em dez anos.

Próxima.

Com isso, vamos ver a produção de etanol, que hoje é de 28 bilhões de litros, chegar a algo próximo a quase a 73 bilhões de litros, uma expansão bastante expressiva, mas principalmente voltada ao mercado interno, com uma participação também para exportação minoritária.

Próxima, por favor.

A outra questão que temos é a questão do aquecimento global e da mudança climática. Aí o Brasil tem um papel especial também.

Próxima.

Se nós formos olhar, o Brasil, com emissão total de gás do efeito estufa, não tem uma posição muito confortável, não. É o terceiro país que mais emite. É claro que muito menos que a China e os Estados Unidos. Emite três vezes menos que a China e os Estados Unidos. Mas ainda é um país que é um grande emissor. Mas ele é um grande emissor não por conta da questão energética. Ele é um grande emissor principalmente por conta do desmatamento, que ainda é elevado e que o Brasil tem o compromisso de reduzir em 80%.

Próxima.

Se nós fomos ver a questão energética, a situação do Brasil é muito diferente dos outros países. Enquanto a energia representa 65% das emissões do mundo, 79% das emissões da União Europeia, 89% das emissões americanas, a energia representa apenas 16% das emissões brasileiras. Então, ou seja, no que diz respeito à energia, ela não é um fator de preocupação. Muito pelo contrário, ela é um fator de vantagens que o Brasil tem em relação ao resto do mundo.

Próxima.

E por que isso? Porque nós temos uma matriz diferenciada. Quarenta e cinco por cento da matriz brasileira é renovável. No mundo, menos de 13% da matriz é renovável. E nos países da OCDE, menos de 8% são renováveis. Então, o Brasil tem uma situação ímpar em relação ao resto do mundo, isso olhando todas as fontes de energia. E aí a gente tem duas fontes que se destacam que são a hidroeletricidade e o etanol, que dão um diferencial do Brasil com o resto do mundo.

Próxima.

Quando a gente olha a questão da emissão do setor energético, a situação do Brasil é muito boa. O Brasil emite 15 vezes menos que os Estados Unidos e o Japão, que são os maiores emissores. Então, está na 17ª posição, em que estar atrás é bom e estar na frente é ruim.

Então, se nós resolvermos o nosso problema de desmatamento, como Brasil caminha para fazê-lo, o Brasil vai ficar numa situação de um dos países que menos emite.

Próxima, por favor.

Se olharmos o setor elétrico, a situação do Brasil, então, é mais invejada ainda. Quase 90% da geração de energia elétrica do Brasil, 90% vêm de fontes renováveis, quando no mundo apenas 18% vêm de fontes renováveis. É uma situação bastante distinta.

E como o Rex Nazaré mostrou, no mundo, a principal fonte que supre a energia elétrica do mundo é o carvão, com 41% das emissões. No Brasil, o carvão representa menos de 2% das emissões. Para vocês terem uma ideia, uma térmica a carvão, Senador Cristovam, emite duas vezes mais que uma térmica a gás. E é a fonte que mais temos no mundo. O Brasil tem felizmente uma grande quantidade de eletricidade.

Próxima.

Quando a gente olha a emissão do setor elétrico, o Brasil emite 100 vezes menos que os líderes, que são Estados Unidos e China. Aliás, a China bota, por ano, de capacidade nova, instalada um Brasil. O Brasil tem 115 mil megawatts de capacidade, Senador Collor. E ela bota quase 90 mil megawatts, quase um Brasil a cada ano. E quase 80% é carvão. É a fonte que eles têm lá.

Próxima.

Bom, e o Brasil tem tudo para continuar numa matriz limpa. Isto que é interessante: dá para nós crescermos e dá para mantermos uma matriz que é bastante limpa. Por que isso? Primeiro, por causa da hidroeletricidade.

Próxima, por favor.

O Brasil tem o terceiro maior potencial hidroelétrico do mundo, depois da China e da Rússia. E o que é interessante: o Brasil só usou um terço desse potencial. Dois terços não foram utilizados. Quando pegamos países como a Alemanha e o Japão, já usaram praticamente 100%. Estados Unidos utilizaram 60% do seu potencial.

Próxima.

Agora, a questão é que os 60% que temos que aproveitar estão no bioma amazônico. E aí é que está a questão que nós temos que discutir: a fronteira hidroelétrica do Brasil está na Amazônia. E é na Amazônia que está a maior riqueza em termos de biodiversidade

talvez do Planeta. Todos concordamos que o bioma amazônico deve ser preservado, que é um ecossistema que deve ser preservado.

Então, a questão é: é possível atingir os dois objetivos? É possível nós explorarmos parte, por exemplo, desse potencial hidroelétrico, mantendo, ao mesmo tempo, preservando, ao mesmo tempo, essa riqueza que o Brasil tem, que é a Floresta Amazônica?

E aí é claro que existem posições divergentes na sociedade. Há grupos que consideram que não, que não podemos tocar, não fazemos nada, que é a maneira de preservar.

Eu estou no outro grupo, que considera que não são objetivos antagônicos, que a hidroelétrica pode ser inclusive um vetor de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ela pode ser um vetor, inclusive, de preservação ambiental e de resgate de populações que vivem em condições sociais inadequadas.

Próxima, por favor.

Aqui nós temos uma fotografia do bioma amazônico. E o que acontece? Cinquenta por cento é para usos diversos, agropecuária, lagos, agricultura etc. E temos ali 24% que são as terras indígenas e mais 27% que são unidades de conservação. Então, praticamente 50% são unidades de conservação na Amazônia, e 50% são para outros usos. As áreas das hidroelétricas existentes e as previstas significam menos de 0,5% do bioma amazônico.

Então, nós estamos falando que, para o Brasil aproveitar o potencial que permite o Brasil se diferenciar no mundo com uma matriz limpa, se diferenciar no mundo com uma matriz competitiva, nós temos que usar menos de 0,5% de área do bioma amazônico. E hoje as usinas são usinas a fio d'água, ou seja, não usinas que não têm reservatório, que do ponto de vista energético é um problema, mas do ponto de vista ambiental é interessante, e aí se abre mão de gerar um pouco de energia em prol de conciliar com o meio ambiente. E hoje as hidroelétricas, o que elas têm que fazer? Elas têm que investir em unidades de conservação. Elas têm que investir em investimentos sociais, como tratamento de esgoto, água, nas regiões em que estão construídas. Então, elas hoje devem recuperar as matas ciliares, ou seja, elas são obrigadas, e com razão, a fazer investimentos em áreas que, sem elas, estariam em vias de se degradar.

Próxima.

O Brasil, ligado a essa questão... Temos um país continental e, portanto, somos um país coberto de linhas de transmissão. Há um mapa muito interessante que pega as linhas de transmissão do Brasil – eu não trouxe esse mapa –, e ele é plotado sobre a Europa, o mapa da Europa. E o interessante, Senador Collor, é

que, quando ocorre isso, a gente vê que, se a Europa tivesse o sistema de transmissão brasileiro, Portugal poderia vender energia para Rússia. E eles não tem, ele iriam se dar conta do colosso que é o nosso sistema, que é algo único no mundo, não em no mundo algo como o nosso sistema. E o nosso sistema permite aí também ligado ao nosso tema, a interligação com os nossos vizinhos. Então nós temos linhas ligando Garabi, Uruguaiana, Livramento, temos linhas ligando a Venezuela. Ou seja, o Brasil tem linhas que permitem a integração e, é claro que outros que podem ser feito para integrar a América Latina.

Além disso, existe uma série de projetos de hidrelétricas que tem potencial do Brasil fazer em conjunto com os nossos vizinhos. Por exemplo, a Eletrobrás está conversando, tem uma série de projetos no Peru, em Lambari, Tambor, Trabanco, tem o complexo binacional de Garabi-Panambi que está sendo feito o estudo com a Argentina; tem Cachoeira Esperanza que pode ser feito na Bolívia e outra binacional que também tem ali no Rio Madeira. Ou seja, existe possibilidade de cooperação.

A outra fonte importante para o Brasil continuar com a matriz renovável, que tem um potencial muito grande é a energia eólica. O Brasil tem um potencial mapeado, já de 143 mil megawatts. Eu queria lembrar, Itaipu tem 14 mil megawatts – nós estamos falando o equivalente a 10 Itaipus. Agora, isso foi medido com dois a cinquenta metros de altura, hoje os aerogeradores têm mais de cem metros de altura, e a cem metros de altura os ventos são melhores. Então se diz que eventualmente esse potencial pode ser o dobro, pode ser 300 gigawatts, ou seja, 20 Itaipus. E o que é interessante. O Brasil tem feito leilões. Eu estou voltando agora, estive a duas semanas em Hong Kong convidado para tentar explicar para os investidores o caso brasileiro. O Brasil acabou de fazer um leilão e deu no leilão de eólica a menor tarifa de eólica do mundo. Saiu um preço de eólica menor do que térmica a gás. E o mundo está interessado em saber o caso brasileiro. Eu tenho outro convite agora para abrir um seminário sobre eólica na China, tal o interesse do que Brasil está dispersando lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Brasil está investindo em eólica agora.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Muito. Investindo muito em eólica e por isso que estão interessados em saber o que é que está acontecendo aqui. E junto com as eólicas estão vindo fábricas de equipamentos. Então nós temos torres de equipamentos – torres e equipamentos em vários lugares –, temos fábricas já de aerogeradores em vários lugares do Brasil, a Wobben, Impsa, Gamesa, GE, WEG; estão se instalando

outras fábricas como a Fuhrlander, Alstom, Suzlon, Vestas, a Sisnas. Então é uma quantidade importante de empresas vindo para o Brasil, porque o Brasil é um mercado em expansão e também porque o Brasil eventualmente é ponta de lança para a América Latina.

Temos também pás, o Brasil tem a Tecsis em Sorocaba, que é uma das maiores exportadoras de pás do mundo, está em operação. Temos também outra fábrica em construção de pás no Nordeste, da Suzlon, e geradores em geral. Então, é interessante que junto com a fonte está vindo a indústria, o que é importante para o País.

Bom, um dado, nós temos hoje capacidade para produzir 2 gigawatts, em dois anos nós teremos capacidade de produzir 4 gigawatts por ano, é um crescimento exponencial. Então, é interessante, nós em 2005, tínhamos 29 megawatts instalados. Já estão contratados 7.000 megawatts que serão instalados até 2014. E o interessante é que nós começamos com um programa, igual todo mundo faz, que se chama programa feed-in, que é um programa de tarifa subsidiada. Trazida ao preço de hoje, a tarifa que se pagou foi importante para o início do programa, foi R\$300,00 o megawatt/hora. Aí, nos introduzimos o sistema de leilão. No primeiro leilão, eu havia fixado um preço inicial de R\$189,00 (cento e oitenta e nove reais). Todos os agentes falaram que era impossível, que o Governo estava louco. Houve o leilão, foi um sucesso, saiu o assento por R\$173,00 (cento e setenta e três reais). Abaixamos o preço, todo o mercado gritou e disse que não ia ter competição, impossível, que iria matar a eólica, aí o preço foi a R\$139,00 (cento e trinta e nove reais). No último leilão abaixamos novamente o preço e bateu o recorde que assombra o mundo e que está trazendo abaixo de R\$100,00 (cem reais) a eólica.

Eu diria que são várias questões que explica isso, mas uma é fundamental: é a competição. Se inscrevem nesses leilões mais de 400 (quatrocentos) parques eólicos e aumenta escala. O Brasil está numa fase interessante, porque a Europa, os Estados Unidos estão em crise, nos estamos abrindo, além de outros fatores para o Brasil estar conseguindo esses resultados excepcionais.

A outra fonte bioeletricidade. É claro, com o aumento do etanol, aumenta a produção do bagaço e com aumento da produção do bagaço aumenta a geração de bioeletricidade.

A outra questão é que por conta da mecanização que está tendo na safra de cana em São Paulo, iremos ter as pontas e palhas, é claro que uma parte de ponta e palha tem que ficar no solo por causa de adubação, mas uma parte será colhida e aumenta a possibilidade de geração, também, de bioeletricidade.

Bom, é daí que vem a minha tese, às vezes acho um pouco ufanística, mas acho que tem um pé de razão. Acho que o Brasil, no que diz respeito a energia, ele é um caso exemplar.

Nos próximos dez anos iremos precisar aumentar em 61.000 megawatts em termo de energia elétrica e o que é interessante é que conseguiremos manter renovável a nossa matriz da seguinte forma: a hidroeletricidade está perdendo participação, porque, é claro, temos que estar cada vez mais tendo cuidado na exploração da hidroeletricidade, mas as chamadas fontes alternativas estão dobrando a participação, saindo de 8% para 16%. Temos a compensação da queda da hidroeletricidade com o aumento das fontes de alternativas, de maneira que as renováveis mantenham a proporção.

Em termos de mudança de nossa oferta – vamos ver o petróleo –, apesar da descoberta do petróleo, uma coisa interessante, este diminui a participação na matriz, aumenta o gás natural, aumenta a cana, por causa do etanol, e aumenta um pouco as outras fontes renováveis.

Mantemos o alto nível de 45, 46% de fontes renováveis.

Quero concluir, então, dizendo que o Brasil vai ser um País muito interessante, porque será um grande exportador de petróleo, que é interessante em termos de inserção e equilíbrio no mundo, mas será um grande exportador de petróleo do mundo e que terá uma das matrizes mais renováveis do mundo. O que parece paradoxal, pois normalmente países que têm petróleo são países que têm uma matriz suja; e o Brasil, graças a combinação do etanol com a hidroeletricidade e demais fontes, irá usar as fontes renováveis no seu mercado interno e irá exportar o petróleo, gerando renda para seu desenvolvimento. Realmente, no que diz respeito à questão externa – que é a questão dessa nossa reunião –, o Brasil tem tudo para se inserir no mundo de forma diferenciada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado Sr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

Agora passamos às indagações. Com a palavra S. Ex^a Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer a oportunidade de um debate como este, porque é nesta hora que a gente sente como aqui no Senado a gente pode aprender coisas.

Do ponto de vista da apresentação, Senador Collor, a matriz energética, as alternativas, as chances do Brasil, a gente sai daqui muito otimista.

A minha pergunta é tentando explorar de vocês fora do aspecto específico da energia. Ao escutar vocês falando, a sensação que eu tinha, deve ser parecida se há 200 anos houvesse um Senado e tivéssemos apresentando, três pessoas aqui, o potencial do Brasil em matéria de ouro; é muito parecido. Agora é fonte energética, àquela época era o ouro. O ouro era a energia da época, porque não existia essa preocupação com energia. Era o ouro que movia as coisas, e de fato conseguimos exportar, fala-se, mil toneladas de ouro num período de cem anos; e esse ouro serviu muito bem para a industrialização da Inglaterra. Coincidiu o ouro aqui e a Inglaterra lá. E graças ao ouro, em parte, que Portugal transferiu... Foi possível transformar algumas invenções, como o vapor, o trem, depois o telégrafo em uma economia pujante.

Temo que o Brasil possa ser o grande fornecedor de energia do mundo, não apenas o petróleo do pré-sal, mas hidroelétrica, que iremos imaginar como transportar por debaixo do Atlântico um dia, e as outras fontes, como o celeiro energético do mundo. Mas lá fora está acontecendo uma revolução, que é a revolução científica e tecnológica. Não apenas da energia, essas coisas todas que usamos nos bens de consumo. Então, é menos uma pergunta do que uma provocação. Se não podemos, graças ao que a natureza nos deu, e no caso aqui um pouco mais de ciência e tecnologia do que na descoberta do ouro, que era tudo pelo simples olho. Será que a gente não está otimista demais no que se refere a ser fonte energética e despreocupando do grande salto que o Brasil deveria dar de ter aquilo para o qual a energia existe, que é a produção de uma indústria, e no caso de hoje uma indústria de ponta na área dos bens científicos e tecnológicos.

Então, a minha pergunta é um tanto querendo saber, pela experiência de vocês, se os outros países mais pobres do que nós em energia não poderão de repente ser daqui a cem anos o que a Inglaterra virou por não ter ouro. Porque se a Inglaterra tivesse ouro, talvez estivesse comprando produtos industrializados da Alemanha, que já estava começando a ter um certo desenvolvimento. De Portugal não iria conseguir porque de fato era atrasado. Como podemos aproveitar esse potencial que a gente tem sem descuidar de irmos além do meio que é a energia, a energia é meio? Nesse sentido, a pergunta concreta. Faz sentido criarmos *royalties* e não apenas do pré-sal, como tanta gente fala, mas também do etanol que a gente exporta, na medida em que o preço permita, *royalties* para aplicar bem no desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, como forma de construir a nação brasileira. Não houve *royalties* na época do ouro, primeiro, porque éramos colônia. Segundo, porque ninguém imagina isso

e não tinha visão de futuro. Então, não dá pra dizer que os brasileiros daquela época foram criminosos, foram apenas irresponsáveis, levianos, mas não criminosos, não dava para prever o futuro. Hoje a gente consegue. Será que é possível aproveitar esse potencial imenso que a gente viu aqui a partir do etanol, da energia elétrica. A partir do petróleo, como podemos pegar esse potencial que temos e aplicar de maneira que transforme de fato o Brasil num país sólido, robusto – gostam de dizer os economistas hoje: robusto – do ponto de vista do perfil dos bens que irão de fato definir a economia do futuro, que não é a energia, a energia é meio. Se fosse a energia, o país mais desenvolvido do mundo seria os árabes, que não parece que são.

Então, essa é a pergunta. Daria pra ter uma engenharia financeira, aproveitando a vantagem comparativa do fornecimento de energia, para ter recursos capazes de investir naquilo que de fato irá mudar o Brasil? Ou isso é uma ilusão, porque os preços relativos não permitirão essa margem de *royalties* que permita acumular para desenvolver?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. A pergunta é feita aos três palestrantes e eu darei a palavra, inicialmente, ao Dr. Rex Nazaré Alves, Diretor de Tecnologia da FAPERJ e professor emérito do Instituto Militar de Energia.

Mas, antes, eu gostaria de registrar a presença aqui na audiência pública de hoje do Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Eslovênia. Seja muito bem-vindo; Do Sr. Joaquim Augusto Whitaker Salles, Ministro de Segunda Classe do quadro especial da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Santa Lúcia; e da Sr^a Cláudia Fonseca Buzzi Freire, Ministra Coordenadora da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Sejam muito bem-vindos. Muito obrigado pela presença.

Agora, sim, passo a palavra ao Dr. Rex Nazaré Alves para responder as indagações feitas pela S. Ex^a Senador Cristovam Buarque.

O SR. REX NAZARÉ ALVES – Muito obrigado Senador, acho que a sua colocação, da qual eu conheço um exemplo bem típico. O Japão na década de 80 e fim da década de 70 importava bauxita e quando em 73-79 o preço da energia foi lá pra cima, ele financiou os países, como o Brasil, que tinha possibilidade de fazer energia elétrica, e fizemos energia elétrica e

passamos a produzir o alumínio e exportar o alumínio. Entretanto, a tecnologia das ligas altamente refinadas, esse alumínio eles matem e mantém até hoje. Então, é bem colocada sua questão, e é uma preocupação geral.

Agora, eu gostaria de salientar que existem alguns caminhos em andamento. O primeiro é que, efetivamente, nós temos dois grandes problemas que eu reputo fundamentais. A nossa lei de inovação tecnológica é bastante nova, da mesma maneira que os recursos que foram colocados nos fundos setoriais de desenvolvimento tecnológico são recentes. Agora, nós temos um peso grande, pois copiamos alguns modelos de avaliação na nossa área, e digo que é nossa, porque foi a área onde fui criado, venho da área acadêmica como todos nós. Começamos a copiar modelos da OCDE, e esses modelos que davam avaliação por número de trabalhos publicados, e coisas desses tipos, das quais ficamos muito contentes, mas que eu lhe diria o seguinte: não é uma medida que estamos precisando. Nós estamos precisando daquelas recentes, que são das leis de inovação.

Fico feliz de ver que, recentemente, nos editais que são colocados pelas FAPs nos Estados, que representam um pouco mais dessa necessidade local, surge um primeiro ponto fundamental que é da distribuição de renda. E lhe dou um exemplo no Estado do Rio de Janeiro. Nós tínhamos, em 2000, um total sete Municípios participando dos programas de inovação. E hoje nós temos todos os 92, com as características dos arranjos produtivos locais. Isso faz com que nós tenhamos um primeiro impulso de redução das desigualdades. Agora isso resolve o problema? Não, porque temos um segundo passo, que é dessa fronteira de brigar pela tecnologia de ponta. E aí, temos dois pontos que são fundamentais: um deles é da participação com o sistema universitário, mas buscando centros de desenvolvimento tecnológico. Quer dizer, o que ocorre? É fundamental que exista uma empresa estrangeira que venha e que se coloque? Sim, mas é fundamental também que a gente saiba retirar dali todas essas tecnologias, e temos espaços ainda para perseguir.

Eu digo tranquilamente o seguinte: a sua preocupação também é uma preocupação nossa, temos alguns mecanismo, hoje, que já começam a dar os primeiros resultados. Entretanto, eles ainda não são satisfatórios para este Brasil que a gente vê, podendo chegar a uma velocidade muita mais rápida em outros aspectos. É importante, quando se fala em produção e exportação, pensar o seguinte: os Estados Unidos têm uma reserva de petróleo desse tamaninho, mas a exportação deles e o uso interno dele é muito menor para poder preservar ao máximo possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

-Muito obrigado ao Dr. Rex Nazaré Alves e agora passo a palavra ao Dr. Eduardo Leão de Sousa, Diretor-Executivo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar, para responder a indagação de S. Ex^a o Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO LEÃO DE SOUSA – Obrigado.

Senador Cristovam Buarque, a sua questão é bastante provocativa e merece uma efetiva reflexão sobre o futuro desse potencial que temos hoje de realmente sermos hegemônicos no fornecimento de um dos bens que cada vez se torna mais valioso para o desenvolvimento dos países, que realmente é a energia.

Logicamente que me vou me ater mais à questão do etanol, que é o setor que estou representando aqui. Realmente, do ponto de vista de captura de valor, acho que temos um aspecto extremamente importante nesse tema, já que a produção desse combustível renovável tem a capacidade de fazer com que o desenvolvimento vá ao interior, diferentemente de outras culturas agrícolas, em que você pode produzir soja no Mato-Grosso, industrializar no Paraná e com isso, não obrigatoriamente, levar a indústria ao campo. No caso da cana-de-açúcar você tem que levar a indústria ao campo, por conta da sua perecibilidade. Você colhe e dentro de 24 horas, 40 horas você tem que moer, porque senão irá perder a produtividade da cana. Com isso você leva todo o processo de industrialização e infraestrutura relacionada à cadeia produtiva ao meio rural.

Temos hoje o setor beneficiando algo próximo a mil Municípios no País, quer dizer 20% dos Municípios no Brasil. Como mencionei, são 1,3 milhão de empregos diretos, somente contando a agricultura e a indústria da cana-de-açúcar. São 50 bilhões de reais; 14 bilhões de dólares de exportação e, mais do que isso, possui um papel muito importante não somente na questão ambiental, na questão das reduções das emissões, como também é um bem extremamente importante e que não deve ser negligenciado que é a questão da saúde pública. O fato de termos etanol, hoje, substituindo a gasolina em boa parte dos Municípios do País traz uma redução nos custos de saúde pública extremamente importante. O senhor seguramente conhece esses aspectos.

O segundo aspecto que é importante é falar da quase reserva de mercado que o Brasil e países que estão situados nos trópicos detêm. Estamos falando de uma planta que é, sem dúvida alguma... Hoje, não se conhece uma planta que tenha essa capacidade tão forte de transformar nutrientes de solo, água e sol em energia.

Então, nós estamos, hoje, no limiar da inovação tecnológica dessa planta. Nós já estamos produzindo o etanol, sempre produzimos açúcar, alimentos, es-

tamos caminhando agora para consolidar o processo energético, seja na produção do etanol, seja na produção da bioeletricidade, e mais uma série de novos produtos está vindo e fará uma revolução importante dentro dessa nova economia que demanda produtos de baixo carbono. Estamos falando de bioplásticos, estamos falando de produtos como o diesel, a partir da cana-de-açúcar, estamos falando de produtos como o biobutanol, que tem mais energia do que o etanol – o etanol é de segunda geração –, enfim, há toda uma revolução a caminho, que, de certa maneira, irá beneficiar basicamente os países emergentes. Então, já há uma certa reserva de mercado, porque isso não pode ser produzido em países de clima frio, como os Estados Unidos e a Europa.

Portanto, temos efetivamente condição de transformar o etanol em algo que vai, inclusive, transformar a geopolítica mundial. Temos, hoje, mais de cem países que já produzem açúcar, que podem produzir, mas o papel do Brasil nesse processo sempre será inquestionável.

Hoje, nós utilizamos pouco mais de 1% das terras brasileiras para produzir cana-de-açúcar – estamos falando de 10 milhões de hectares –, e isso representa 2,5% das terras aráveis no País. Então, temos menos de vinte vezes inferior à área de pastagem. Portanto, ainda hoje, temos um potencial de crescimento extremamente grande.

Concordo absolutamente com essa tese, Senador. Isso precisa ser conduzido de forma a que possamos capturar o maior valor desse bem, que cada vez mais vai ser demandado em todas as partes do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Leão de Sousa.

Agora, passo a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado.

Como sempre, o Senador fez uma colocação muito pertinente, e acho que a questão central... O senhor mencionou uma coisa que acho que é fundamental: os maiores exportadores de petróleo não necessariamente são bons exemplos de sociedades desenvolvidas; quer dizer, ter petróleo, exportar petróleo não significa ser desenvolvido. Você pode até ter riqueza, ter grandes prédios etc., para alguma parte da população, mas não necessariamente isso significa desenvolvimento.

Existe na literatura, inclusive, algumas expressões conhecidas. Uma é “a maldição do petróleo”; a outra, “doença holandesa”. Não são exatamente os mesmos fenômenos, mas são parecidos. É até um dano que se pode ter. A doença holandesa, eventualmente uma sobrevalorização da sua moeda, devido a

uma exportação muito grande do produto, leva a uma desindustrialização e pode ter um efeito até negativo.

Então, essa é uma questão central. Ter energia. Exportar não necessariamente significa ter desenvolvimento. Agora, a gente também não deve levar para o outro lado. Isso não quer dizer também que ter esse energético é uma coisa ruim. Não. Ele pode ser uma coisa boa. Deve-se saber utilizá-lo.

Nesse sentido, eu diria o seguinte: o Brasil tem uma sorte danada de só descobrir esse petróleo agora. Também não teria condição de descobrir antes, porque a gente não teria tecnologia para explorá-lo. Mas foi muito bom. Por quê? Porque, hoje, o Brasil tem uma estrutura industrial muito complexa: tem universidades com estágio avançado, tem centros de pesquisa, ou seja, o petróleo chega no Brasil num estágio muito diferente do que chegou em outras nações exportadoras. Ele chegou aos países do Oriente Médio que tinham economias primárias, sem nenhuma estrutura industrial, sem nenhum conhecimento científico, sem academia, sem nada. E ele chega ao Brasil num estágio totalmente diferente da sociedade brasileira e da estrutura industrial brasileira.

É claro que só isso não garante que vamos ter condições de desenvolver. Tem de haver outras condicionantes que acho que estamos adotando. E aí um novo marco do pré-sal. O novo marco do pré-sal cria, primeiro, um fundo, da mesma forma que a Noruega criou um fundo. A Noruega bota o dinheiro que ela tem no fundo para financiar a previdência. No Brasil, nós vamos botar recurso nesse fundo. Primeiro esse recurso vai financiar o desenvolvimento industrial; depois, os dividendos desse fundo vão para outros objetivos, como financiar pesquisas de desenvolvimento, financiar a educação e outros objetivos que estão colocados na lei. Ou seja, qual é o objetivo que a gente tem? O petróleo é um recurso finito. Ao consumi-lo, temos a obrigação de deixar para a geração futura algum outro ativo. E esse ativo que nós vamos deixar vai ser construído justamente a partir desse fundo que está estipulado na lei, que é um investimento em P&D, em outras atividades. Então, acho que isso é fundamental. Eu ficaria muito preocupado se a gente estivesse aqui consumindo perdulariamente o petróleo ou os recursos oriundos da venda desse petróleo. Felizmente, não é esse o modelo que vai ser adotado.

Hoje, nós já temos iniciativas também interessantes nas outras áreas. Por exemplo, na questão da energia elétrica, na parte da tarifa que todos nós pagamos, há um percentual, um encargo que é para P&D, Pesquisa e Desenvolvimento, que é um recurso que vai para a Aneel e que é investido em pesquisa e desenvolvimento. De uma parte, a Aneel define quais

as atividades que vão ser financiadas, e outras distribuidoras têm obrigação de fazer investimentos em P&D.

Além disso, nós temos, na área do petróleo, antes mesmo do pré-sal, uma coisa parecida: há o Cetepetro, que são recursos para P&D, e, além disso, o fato de a Petrobras estar aqui, no Brasil, fez com que criasse uma rede de universidades, de financiamento, e, hoje, grande parte do trabalho da Petrobras é feito em sinergia com as universidades brasileiras. Vou dar um exemplo da minha universidade, que é a Coppe – estou agora licenciado, mas venho de lá. Existe um centro de ondas, que simula ondas e faz ensaios, monumental, financiado pela Petrobras. Lá, na própria universidade, está situado o Cenpes, que é algo espetacular. Mas isso não é só na Universidade do Rio de Janeiro, mas nas universidades do Brasil todo. O Senador Collor estava aqui ao lado me falando que em Alagoas, na universidade, há também essa iniciativa.

Isto que é uma coisa importante: termos uma empresa brasileira produzindo petróleo. Isso é um diferencial. Por quê? E, quando discutimos muito a questão do pré-sal – um peso para a Petrobras, no pré-sal, diferenciado –, ele está muito ligado a isso, porque a Shell, a Esso, seja qual for a empresa, é claro que, ao fazer a pesquisa, ela vai fazê-la na matriz dela. Ela vai produzir aqui, mas a pesquisa é feita onde está sua matriz.

A Petrobras desenvolve tecnologia utilizando o sistema universitário brasileiro. Então, isso tem um efeito de irradiação muito importante, sobretudo sobre as áreas tecnológicas.

Eu diria que a preocupação do Senador é totalmente pertinente. Acho que o Brasil tenta seguir esse caminho, mas devemos ficar atentos, porque, é claro, sempre é muito tentador quando entram muitos recursos sair consumindo recursos.

Acho, Senador, que a questão principal é intergeracional. Quando se esgota um recurso que é finito as gerações que estão usando esse recurso, têm obrigação de deixar para as gerações futuras algo melhor, deixar algo como herança para as próximas gerações.

O exemplo que o senhor deu do ouro é o anti-exemplo, porque se consumiu perdulariamente e não se deixou nada, gastou-se o recurso e não se deixou nada para as gerações futuras. Nós não temos o direito, como nação, de fazer isso com o petróleo. Acho que aprendemos a lição e não o faremos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

Agora passo a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, para suas formulações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu cheguei atrasado porque estava presidindo a sessão do Senado Federal. Talvez até já tenha sido abordado o tema de que vou tratar agora.

A pergunta seria para o Dr. Rex, que já foi Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e para o Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Minha pergunta é sobre energia nuclear. O mundo inteiro está trabalhando no sentido de desativar as usinas nucleares. Ontem, no Fantástico, assistimos a uma coisa fantástica, maravilhosa, que foi a instalação de um parque de diversão dentro de uma usina nuclear na Alemanha. A construção da usina custou sete bilhões de dólares e depois foi vendida por cinco bilhões de dólares para um empresário construir esse parque de diversão. Ele construiu um hotel, nas torres, ele construiu os apartamentos do hotel e dentro do reator ele construiu aquele chapéu mexicano que fica rodando lá com as crianças para as crianças brincarem. É uma coisa maravilhosa. A Alemanha, o Japão e outros países estão desativando as usinas nucleares, enquanto o Brasil retoma o processo de construção de usinas nucleares, justamente o Brasil que ainda tem um potencial hídrico fantástico, sobretudo na Amazônia, que daria para quase dobrar a capacidade instalada de energia elétrica, que tem sol e vento à vontade, e pode instalar milhares de torres de energia eólica e de sítios de energia solar e ainda temos a cana-de-açúcar e o potencial da biomassa para gerar energia elétrica.

Será que não estamos na contramão da história, ao voltar ao processo de construção de usina nuclear? Era essa a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senador Valdir Raupp. Passo a palavra ao Dr. Rex Nazaré.

O SR. REX NAZARÉ ALVES – Muito obrigado, Senador.

Acho que sua preocupação não é só sua, mas de toda a humanidade.

Durante minha apresentação, procurei mostrar que nós aprendemos e crescemos num período em que aprendemos a ser consumistas em termos de energia. Sem dúvida nenhuma, e foi mostrado em vários exemplos aqui, o número de geladeiras vai aumentar, o número de automóveis tende a aumentar, ninguém mais viver sem ter máquina de lavar roupa. O percentual da população, no mundo inteiro, que ainda não conhece energia elétrica, inclusive no Brasil, é bastante grande.

Então, sem dúvida, é fundamental que tenhamos em mente que: 1 – a população do mundo tende

a crescer, e esses números foram mostrados; 2 – todo o potencial que se conhece de energia – isso foi alguma coisa que procuramos mostrar – não é finito, ou melhor, não é infinito, exceto os potenciais de recursos renováveis, mas o do petróleo, do gás... O carvão não, ainda há carvão para duzentos ou trezentos anos.

O que ocorre? Precisamos aprender a viver com a seguinte lição: nós temos hoje um parque que permite construir diferentes fontes de energia.

A segunda coisa para a qual chamo a atenção é que é curioso que a Alemanha esteja fazendo...

Eu garanto, eu não vi o Fantástico ontem, mas eu posso lhe garantir que não foi dentro de uma usina que tenha sido operada em algum momento, porque se fosse eles não teriam condições de fazer isso lá dentro.

Mas o que formidável é que isso me faz lembrar muito que, quando eu era Governador brasileiro junto à Agência Internacional de Energia Atômica, tínhamos um fenômeno muito curioso. A Tchecoslováquia tinha feito uma usina nuclear, mas nunca tinha operado e comprava, da Áustria, energia elétrica gerada por fonte nuclear.

Então, ocorre que a Alemanha, hoje, tem acesso a um conjunto de gerações, do qual ela compra energia, por exemplo, da França, da Bélgica, cujo percentual de origem nuclear é grande.

Então, efetivamente, essas decisões – lhes diria – eram sábias, naquele momento, porque energia não é uma coisa tipicamente técnica, ela é técnica, social, política. Então, tem-se que acomodar dentro das condições do momento.

Agora, chamo atenção para o seguinte: se queremos realmente legar para as gerações futuras aquilo que pretendemos seja o ideal para elas, não podemos abrir mão de nenhum modelo de geração de energia que exista hoje ou que, por ventura, venha a existir no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Dr. Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Realmente, nuclear é uma questão que acende os corações.

O Brasil realmente tem um potencial enorme de várias fontes: hidrelétrica, eólica, biomassa e, também, temos a sexta reserva de urânio do mundo. Três países no mundo têm urânio e dominam seu enriquecimento: o Brasil; os Estados Unidos; e a Rússia. Há outros países que têm urânio, mas não dominam o enriquecimento e há outros que enriquecem, mas não tem o urânio.

De alguma forma... Deixem-me relatar como reapareceu a questão do nuclear. Até vale à pena contar a historinha. Vale à pena.

Quando eu estava elaborando o plano nacional de energia para 2030, estávamos olhando o que iría-

mos colocar, a partir de 2030, em termos de fonte de energia no Brasil. Apesar de o Brasil ter um potencial hidrelétrico grande, verificamos que, eventualmente, não conseguiríamos usar todo esse potencial. Por questões ambientais, determina-se que parte desse potencial será aproveitado, parte não, não faremos.

Aí, chegou-se a 2005. Estávamos rodando os modelos e começou a faltar fonte para poder completar a demanda que surgia no Brasil naquele período. Eu comecei a pensar com a equipe o que poderíamos fazer. A primeira coisa que surgia como fonte mais barata era a térmica a carvão. Só que comecei a pensar: 2025, térmica a carvão? Carvão é um dos maiores emissores de gás de efeito estufa. Será que é razoável pensar o Brasil queimando, emitindo muito gás, será que não haverá uma taxa sobre o carvão? Uma limitação? Ou um acordo internacional? Será que é razoável imaginar, nessa época, uma quantidade grande de térmica a carvão? Achei que, apesar de o preço ser barato, não era muito razoável encher de térmica a carvão a matriz, como suprimento.

Outra fonte existente era a térmica a gás. Claro, existe a eólica, etc., mas a eólica é interessante para complementar as fontes, não para substituí-la, porque ela é intermitente.

Naquele momento, o gás estava muito caro. Lembro-me que naquele momento o Brasil passava até por uma certa dificuldade, porque não havia gás para tudo, não tinha sido descoberto o pré-sal e a térmica a gás, para complementar a hídrica, funcionando de *backup*, sendo desligada de vez em quando, seria interessante. Mas, funcionando na base, ligada o tempo todo, queimando gás, aquilo deixava uma conta meio salgada.

Começamos a pensar sobre o que iríamos fazer? Como havia a questão do nuclear. Nós pensamos que, talvez, viéssemos a precisar, no futuro, da nuclear. Agora, certamente, não é necessária, mas, talvez, no futuro, possamos precisar da nuclear. Porque o plano de longo prazo é estratégico, a idéia é pensar o Brasil de forma estratégica. Lembrei do pessoal formado pelo Programa Brasil-Alemanha, que já está se aposentando. O pessoal tem ainda muito a dar, mas tem que passar o bastão para os jovens, e os jovens, muitas vezes, não querem fazer isso, porque não veem perspectiva. Mas nós adquirimos esse conhecimento. O Brasil já domina essa tecnologia, mas será razoável se, daqui a vinte anos, descobrirmos que precisamos – porque podem surgir outras tecnologias ou não – dessa tecnologia e perdemos esse conhecimento?

Então, colocamos no plano a conclusão de Angra III e vamos colocar quatro plantas até 2030.

Sob o ponto de vista do suprimento energético, essas quatro plantas não têm significado quase nenhum.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB –RO) – Quanto cada uma dessas, Dr. Tomasquim?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Mil megawatts. Seriam plantas de mil megawatts.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB –RO) – É muito pouco.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – É quase nada.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB –RO) – Uma única usina hidrelétrica...

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Do ponto de vista energético, Belo Monte tem 11 mil megawatts, as usinas do Madeira têm 6 mil megawatts. Estamos falando de quatro plantas que produzirão, até 2030, 4 mil megawatts cada uma.

Então, do ponto de vista energético, o Brasil tem hoje 2% e, a continuar, terá 1%. O nuclear deve continuar, porque, do ponto de vista estratégico, de domínio da tecnologia, não estaríamos fechando uma porta para algo que, eventualmente, algum dia possa ser necessário ou não.

Então, pensei que, do ponto de vista energético, não é a questão. É caro hoje, mas do ponto de vista de domínio de uma tecnologia, não estamos abrindo mão dela. Foi esse o raciocínio feito quando colocamos no plano.

Depois disso, houve o acidente de Fukushima. É claro que, com esse acontecimento, teríamos de olhar o que está acontecendo, não há dúvida nenhuma. No fundo, essas usinas, hoje, não são fundamentais para o nosso abastecimento. Nós não precisamos delas. Mas do ponto de vista estratégicos, devemos pensar se queremos abrir mão dessa tecnologia para sempre ou se devemos deixar alguma coisa para haver uma atividade no setor, estimular o funcionamento do setor, que possamos acompanhar o que está acontecendo lá fora.

Então, é nesse sentido que elas estão ali colocadas. Entende? E acho que não devíamos fechar a porta para nenhuma tecnologia, mesmo sabendo que, eventualmente, elas poderão nunca ser a fonte a ser adotada no Brasil, porque pode ser que surjam outras tecnologias; pode ser que, realmente – se comprovados que os riscos são grandes se usarmos essas plantas –, não seja a melhor tecnologia a seguir, mas elas estão colocadas ali dessa maneira.

Mas não temos pressa. Então, podemos fazer isso com muita calma. Podemos olhar o que está acontecendo no mundo. Ver as decisões que o mundo está tomando. Ver as medidas de segurança que estão sendo tomadas e decidir quanto à quarta planta, olhando o que está acontecendo.

A terceira já está em fase de implantação. Não me parece razoável, depois de ter parado, parar de novo.

Então, está-se fazendo com todo cuidado, e, quanto às demais, vamos fazer isso com toda cautela sempre entendendo esse objetivo estratégico dessa tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Maurício Tolmasquim.

O Dr. Rex Nazaré gostaria de fazer um adendo à pergunta que foi formulada pelo Senador Valdir Raupp?

O SR. REX NAZARÉ ALVES – Sem dúvida, com relação à segurança, a energia nuclear tem em sua certidão de nascimento em Hiroshima e Nagasaki.

Então, quando alguma coisa acontece, ela pode matar menos do que uma hidroelétrica quando rompe a barragem, que jamais será notícia. Minha educação francesa me mostrou uma coisa: mede-se a notícia e o impacto pelo número de centímetros quadrados publicados na imprensa quando acontece determinado evento e quanto tempo ele permanece na imprensa. Isso no caso da energia nuclear é disparado, sem dúvida.

Gostaria apenas de dizer o seguinte: sou um dos que está passando o bastão, aliás, já passei. O que acontece é que há um fenômeno importante: a tecnologia que nós implantamos – a central tem origem alemã –, a tecnologia do ciclo é inteiramente brasileira e se não fosse viabilizada alguma forma de essa tecnologia poder continuar a ser mantida, a ser a sexta reserva e ser um dos três países que domina essa tecnologia, teria acabada. Sem dúvida nenhuma, acho que isso é uma herança que agente tem de deixar, porque é, realmente, uma tecnologia de ponta, sensível e que não se compra no armazém nem na estante porque ela realmente não é vendida e foi produzida inteiramente por brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Rex Nazaré.

Perguntaria se o Senador Valdir Raupp está satisfeito. (*Pausa.*)

Com a palavra S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero, primeiro, falar da energia nuclear. Acho um absurdo desativarmos o potencial intelectual que temos sobre energia nuclear e acho uma temeridade a gente usar esse potencial com os riscos que corremos.

O senhor usou uma expressão de que gostei muito: não podemos abrir mão, mas também não devemos meter a mão, ainda.

E nesse sentido o projeto de lei que apresentei, que suspende por trinta anos a instalação de novas centrais, mas determina que se invista muito em pesquisa nuclear, investir o máximo em pesquisa, tanto em Engenharia Civil para fazer unidades civis para resistirem até a meteoros, se for o caso, como também

para saber o que fazer com os resíduos nucleares, mas daria uma moratória na instalação de novas, porque pelo que a gente vê, temos como usar outras fontes.

Achei interessante que na sua conta subiria para sete; está em cinco e vai para sete; está crescendo.

O fato é que sou suspeito para dizer isso porque fui a Chernobyl. Eu comecei a defender muito a energia nuclear devido ao meu lado ecologista, aluno do mesmo mestre dele. Eu comecei a defender a energia nuclear, porque, de fato, é a energia limpa por excelência. Quando houve o encontro em Copenhague, eu comprei uma passagem de avião e fui a Kiev e dali a Chernobyl. É impossível defender energia nuclear tranquilamente depois de passar ali, apesar de que, pelo que li, lá houve irresponsabilidade de engenheiros, um diretor maluco e um sistema fechado, que era o sistema da União Soviética, e o pior: fechado, mas já descontrolado; fechado pelo regime, mas abrindo por causa da *perestroika*.

O que tenho defendido é mais pesquisa sobre energia nuclear, não abrir mão do que a gente sabe, mas não investir agora em novas centrais. Essa é uma posição.

Voltando ao caso de como usar o potencial que temos para construir o futuro e não para consumir, como fizemos com o ouro.

Fiquei feliz, Maurício, ao ouvir você falar desse fundo, mas, pelo que tenho visto aqui esse fundo não foi aprovado. No ano passado, não foi isso que passou. A idéia do fundo e a de usar os recursos gerados pelo fundo nos moldes da Noruega foi uma proposta do Senador Tasso Jereissatti e minha, que nem foi lida na votação. Agora, está-se discutindo de novo.

Estou dando entrada, junto com Aloysio Nunes, ao mesmo projeto. A ideia é: cria-se o fundo, não se utiliza o capital, mas se utiliza a rentabilidade e concentra-se isso em ciência e tecnologia e educação. Como está hoje, não é a rentabilidade que vai ser usada. Agora há um fundo, que, em vez de ir diretamente para os Estados e Municípios, fica nas mãos do Governo Federal para aplicar com cinco finalidades; uma dela é educação, com 40% e ciência e tecnologia, mas vai também para a pobreza e para outros gastos. Aí está o meu medo, Dr. Rex, de que isso se disperse e não fique nada no futuro. A briga hoje é determinar para lugar vai e não em que tempo vai ser usado o *royalty*. Está-se discutindo em que Estado ou Município e não qual geração.

Achei muito interessante quando você disse que ainda bem que não descobrimos antes.

Senador Collor, se tivéssemos o dinheiro do pré-sal hoje, estaríamos fazendo doze estádios com ar-condicionado – tenho certeza disso – como o Qatar

vai fazer. É verdade que lá a temperatura chega a 45%. Felizmente, não chegou ainda. Será que existe essa consciência? Mesmo o P&D não vai bastar se a gente não investir em educação de base. Investir em ciência e tecnologia com o número muito restrito de cientistas que nós temos e que não são os melhores, porque os melhores, pela probabilidade, morreram analfabetos. Pelo menos 60 milhões de brasileiros morreram adultos analfabetos desde a Proclamação da República. Ali devia estar grandes cientistas. Então, ou a gente investe para valer em educação de base e aí também ciência e tecnologia, a meu ver, ou vamos jogar fora esse recursos: consumir muito, é claro, mais turismo internacional. Agora não é mais o tempo de deixar altares de ouro, como deixaram, que serviram à cultura pelo menos – não vou falar do lado espiritual, mas que serviram à cultura. Nem isso; a gente vai consumir, vai “torrar” esse dinheiro – desculpe a expressão.

Então, volto a insistir na pergunta pelo sentimento de vocês da grandeza. O que está aí... O Brasil já é um celeiro de alimentos e de ferro; pode ser um celeiro de energia. Eu pergunto: é possível construir um acúmulo, é possível ter um excedente nas mãos da nação? Nem vou dizer nas mãos do Estado, porque é complicado saber se o melhor mesmo é o Estado ou um sistema condutor para o setor privado. Ai dar para ter um excedente que a gente possa investir para transformar o país, ou não dá para ter um excedente? E uma ilusão um excedente. Não vamos ser como um país árabe, por exemplo, porque lá a população era pequena. Na verdade, o excedente árabe acontece porque são países pequenos. Para duzentos milhões de pessoas, ter excedente é muito difícil.

Então, essa é minha pergunta.

Pelo que vocês conhecem tanto na área de biomassa – vamos colocar biomassa no seu campo –, como de etanol, como de petróleo, como de hidroelétrica, se a gente descobrir como exportar, aliás, já dá para exportar para os vizinhos, a gente vai ter possibilidade de ter um excedente com a grandeza suficiente para fazer deste país um grande centro de indústria do conhecimento?

Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu passarei a palavra inicialmente ao Dr. Eduardo Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA, para responder a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO LEÃO DE SOUSA – Senador, acho que esse é um ponto crucial neste momento. Acredito que a parte do conhecimento pode ser a chave do processo na medida em que, cada vez mais, se buscam produtos de – vamos dizer assim – baixo

carbono, e a cana-de-açúcar, seguramente, será um indutor muito forte disso, aliás, já observamos isso. Hoje vemos um interesse em pesquisa, em desenvolvimento nesse setor, como há muito não se via no caso de produto agrícola.

Hoje vemos grandes multinacionais migrando de pesquisas em produtos mais tradicionais em agricultura e alimentos para cana-de-açúcar. Hoje muitas delas, inclusive, já têm a cana-de-açúcar como a área de investimento número um.

Hoje vemos também muitas empresas trazendo *know how*. Vemos muitas empresas americanas, empresas européias vindo ao Brasil e trabalhando para desenvolver parcerias para o desenvolvimento de tecnologias. Mais do que isso, nós começamos a despertar para esse processo. Durante muitos anos, a Embrapa teve muito pouco envolvimento na cana. Hoje o Governo reconhece o papel fundamental que a cana-de-açúcar pode ter e começa a investir de maneira mais forte, assim como observamos o interesse de muitas empresas nacionais em investir capital nessa tecnologia.

O primeiro ponto, a questão do conhecimento, é fundamental. Nós temos um potencial muito grande, muitos produtos estão sendo desenvolvidos.

Não sei se o Senador teve oportunidade de ver, há duas ou três semanas, os primeiros experimentos com o *diesel* a partir da cana-de-açúcar. Nós estamos no limiar de algumas tecnologias que realmente trarão um aumento da produção e da produtividade fundamental, que é a questão do etanol de segunda geração não só do ponto de vista de agregar um bem mais ambiental ao que já temos hoje, mas também do ponto de vista da produtividade.

Acredito que essa questão do conhecimento realmente é fundamental e temos de trabalhar de maneira mais intensa nesses temas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Leão de Sousa.

Passo agora a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim.

O SR. MARURÍCIO TOLMASQUIM – Senador Cristovam, eu trabalhei, colaborei, no grupo que elaborou o marco do pré-sal. Agora estou com dúvida sobre o que foi votado e o que não foi. No projeto original em que trabalhou o Executivo...

Agora tenho dúvida. Vou dizer o que a gente tinha trabalhado. Havia dois fundos. Havia um fundo para investimento. O dinheiro da partilha vai todo para um fundo, que vai investir em projetos de retorno econômico – siderurgias, hidroelétricas, ferrovias. Havia um conselho que envolvia, se não me engano, Ministério do Planejamento, Fazenda, Energia, um conselho que

decidisse sobre investimento, que devia ter um retorno mínimo. Os dividendos desse fundo iam para outro fundo, que é um fundo social, com um conselho com representantes da sociedade civil. É um conselho amplo. Eu me lembro que na época o Presidente Lula fez questão de que fosse um conselho muito amplo que ia aplicar – aí sim – em P&D, em educação, etc. Eu me lembro de que na época, é claro, era um número de atividades pequenas em que ia ser aplicado e depois ampliou-se enormemente na hora para um número grande de atividades.

É disso que me lembro mais ou menos como foi desenhado pelo grupo do Executivo. Eu não tenho certeza – devo confessar – se isso foi aprovado e de que forma, caso tenha sido aprovado, mas a ideia era justamente essa que o senhor está colocando, investir o recurso em projetos de desenvolvimento que deem retorno e com os dividendos disso investir em atividades de cunho social, mas isso devo confessar que não segui todo o processo e estou em dúvida se isso foi a fundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB/AL) – Se o Senador Cristovam permitir, o Fundo Social foi aprovado, e ele tem exatamente essa conformação que aqui foi colocada pelo Dr. Maurício, enfim, a aplicação somente em relação aos dividendos, a questão da aplicação somente em projetos que sejam notoriamente rentáveis, exatamente para não hipotecar o nosso futuro e o futuro das gerações que seguirão à nossa.

Agora, é muito importante que também – na época, nós discutimos isso aqui, na Comissão de Infraestrutura – não seja muito amplo o leque de aplicação desses recursos, porque essa dispersão pode levar à falta de objetividade e, sem objetividade, a nós não alcançarmos o nosso objetivo maior, que é – concordado com o Senador Cristovam Buarque –, fundamentalmente, na educação.

Não podemos desenvolver nenhum programa de P&D, nenhum programa de inovação, nenhum programa de tecnologia se nós não tivermos uma educação de base sólida, se nós não tivermos um curso médio de boa qualidade. O Dr. Maurício Tolmasquim, que é engenheiro, assim como o Dr. Rex, sabe que aqui, no Brasil, mais da metade, até 2005 ou 2006, que são os únicos números que nós temos, ou que tínhamos, à época, na Comissão de Infraestrutura, mais da metade daqueles que cursavam Engenharia deixavam o curso pela metade porque ou não conseguiam acompanhar a matemática, em função da deficiência do ensino no nível médio, ou porque, de outra parte, não viam perspectiva de, finalizando o curso, ter uma remuneração adequada para o pagamento dos seus serviços, do seu trabalho.

Temos que ter muita atenção com isso e eu não tenho dúvida de que o Governo Federal está atento a isso, assim como os governos que se seguirão, porque esses recursos somente estarão brotando quando começar a brotar também o óleo da camada do pré-sal.

Agora passo a palavra ao Dr. Rex Nazaré.

O SR. REX NAZARÉ ALVES – Muito obrigado, Presidente Collor.

Senador, as suas preocupações em Chernobyl também foram as minhas preocupações em Chernobyl, porque, realmente, na época, eu tinha o dever de, sendo o Governador brasileiro na agência, participar das discussões.

Chernobyl foi uma grande escola, para começar, dos erros cometidos. Segundo, era uma central de tal forma de riscos grandes... E aí é importante dizer que a energia nuclear é uma atividade em que, quando acontece um acidente, saem normas específicas de imediato que são aplicadas na maioria das centrais. Então, por exemplo, eles não tinham contenção metálica. E essa contenção metálica, as centrais russas que não tinham esse processo de blindagem foram desativadas e, simultaneamente, foram reparadas para passar a ter uma forma de funcionar. Inclusive, a Chernobyl, que está ao lado, passou a ter uma contenção.

O que ocorre é que esses erros foram de tal ordem que a própria intervenção na hora do acidente, na emergência, ao invés de melhorar a situação, piorou a situação. E aí há uma coisa muito curiosa: eles pegaram um grupo que era preparado para combater em guerra química, biológica e nuclear, que não tem nada a ver com acidente nuclear, e botaram para agir no acidente nuclear. É só assistir com calma, com análise crítica, os documentos para a gente verificar o que ocorreu.

Então, eu lhe diria que esse ponto é importante e é importante também saber que nós jamais, em momento algum, entramos para uma atividade numa central desse modelo. Na nossa central, o acidente mais grave que houve foi em TMI, em Three Mile Island. O que acontece? Não houve vazamento para o exterior. Mas isso também não leva vantagem nenhuma, eu lhe diria. Tem riscos? Tem. Precisam ser colocadas todas as regras adicionais de segurança? Sim. Agora, uma moratória pode ser aplicada? Moratória só é aplicada em quem já tem. Porque quem já tem pode, perfeitamente, manter seu processo industrial como uma escola para o restante e aguardar que cheguem novas gerações. Com essa terceira central, nós conseguimos produzir Angra I, que consome 17 toneladas de combustível por ano, Angra II, que consome 32, e Angra III, que consumirá 32. A soma disso dá 81. A fábrica de elemento combustível é de 100 toneladas. Com 81%, ela fica economicamente viável. Então, o

que acontece é que nós já começamos a tirar das costas do Estado uma parte desse peso, garantindo uma continuidade lenta. Que tem tempo para se pensar em novas centrais, sem dúvida; agora, que precisa se ter uma continuidade, de alguma forma, para garantir que esse bastão vá sendo passado para a próximas gerações, também eu considero importante.

Com relação ao conhecimento, eu lhe diria que talvez isso seja o maior exercício que se tenha que fazer na atualidade. Nós tivemos uma reunião recente na Capes porque o fato da reprovação, na área de Engenharia, do primeiro e do segundo ano em Cálculo I e em Física é monstruoso. Agora, é menor hoje do que já foi. Ele vem caindo ligeiramente nas escolas federais, porque quem passa pelas escolas federais já passou por um filtro mais sério e, então, ele tem aquela base maior.

Mas eu lhe diria que é fundamental, que não adianta deixar para mexer nisso quando o indivíduo já está lá passando para a faculdade. Tem que se mexer na base. É a escola fundamental, é a escola média, é o ensino médio e, mais do que isso, é o ensino tecnológico. É o ensino do técnico de nível médio. Nós precisamos arrumar também um processo... Outro dia eu fiquei muito feliz porque, conversando com um estudante que foi bolsista da Faperj, eu perguntei “e agora, que você concluiu esse seu treinamento de técnico em soldagem, vai fazer vestibular para quê?”, e ele respondeu “para coisa nenhuma; eu vou continuar sendo soldador, porque isso aí tem futuro”. Então, o que acontece é que essa multiplicação e essa melhoria dessa qualidade é que, efetivamente, podem trazer a solidificação de semear um conhecimento para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem alguma...?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Eu gostaria de fazer algumas considerações quando encerramos hoje o Ciclo de Economia e Finanças, com o tema “Panorama energético internacional”, dentro da agenda Política Externa Brasileira 2011/2012.

Alguns perguntaram: “Bom, mas o que teria a ver essa questão energética com a visão internacional para 2011 e 2012 em termos de política externa?” Eu diria que tem, na minha avaliação, bastante a ver, porque nós estamos falando no tema “Economia e Finanças, Programa Energético, Plano Internacional”.

Nós estaremos realizando, ano que vem, em maio e junho, a Rio+20. Nós, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, temos a Subcomissão de

Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20, cujo Presidente é S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Ainda na semana passada, entregamos, na companhia também do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, entregamos aos Srs. Ministros Antonio Patriota e Izabella Teixeira, o resultado de uma série de audiências públicas que foram realizadas no âmbito da comissão presidida pelo Senador Cristovam Buarque, dando a colaboração que nos foi solicitada pela Comissão Executiva de Preparação da Rio+20.

Então, qual é o vínculo disso? É em função de que, na Rio+20, foi preestabelecida uma agenda: Economia Verde e Governança Global. E o Governo brasileiro já muito acertadamente incluiu o tema ao primeiro item da agenda Economia Verde “Com Inclusão Social”. E à Governança Global também: “Inclusão Social com Baixo Carbono”.

Nessa questão da economia verde, o que nos preocupa? É que os países mais desenvolvidos pudessem, a prevalecer os seus pontos de vista, fazer com que a economia verde fosse o novo nome dado a um possível protecionismo comercial. E a governança global, atrelada aos interesses dos países mais desenvolvidos, estabeleceria quais os produtos que mereceriam ser transacionados no comércio internacional em função de obedecerem a certas regras específicas o que seria um produto economicamente saudável ou não.

Aqui nós temos um grande asset, um grande trunfo, que é exatamente a nossa matriz energética. Então, se nós compararmos a nossa matriz energética, 45%, 46% da nossa matriz energia absolutamente limpa, com a matriz energética de países como os Estados Unidos ou a China, nós levamos aí uma enorme vantagem.

Por isso, a questão da energia foi colocada nesse nosso painel para lembrarmos e fazer também lembrar aos países desenvolvidos que, caso queiram encaminhar o tema Economia Verde para essa nova forma de protecionismo, que, nós achamos, não temos nenhum motivo maior para julgamos que esses países possam assim agir... Mas, por informações daqui e dacolá e juntando algumas peças desse quebra-cabeça, nós temos que nos antecipar a qualquer possibilidade nesse campo.

Então, esses países não terão como impor regras de um novo protecionismo, não tendo eles... Sabemos nós que todos esses produtores saem para o consumidor tendo como base a utilização da energia elétrica. Então, esses países que abusivamente utilizam do carvão mineral, extremamente poluente, no momento em que estamos tratando das emanações de carbono, estamos tratando de mudanças climáticas em função do efeito estufa... Enfim, não é para apontar esse ou

aquele como culpado disso ou daquilo, mas para defender a nossa posição: de que o Brasil e os países emergentes que tenham algum perfil de produção que possa ser respeitado como um sistema de produção que observa regras mínimas e básicas de respeito ao meio ambiente, isso deva ser considerado, e, portanto, nós países emergentes não poderemos aceitar qualquer medida que possa ser tomada minimamente direcionada para essa que seria uma nova forma de protecionismo comercial.

Daí a importância que demos a esse painel hoje realizado que encerra a parte de Economia e Finanças da nossa série de audiências públicas aprovada por esta Comissão no início dos nossos trabalhos. Por isso agradeço, mais uma vez, a todos os senhores a presença.

Agradeço a presença ao Dr. Maurício Tolmasquim, que é o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE, e que vem sendo sempre muito solícito, sempre atendendo aos convites que são feitos para que trate aqui dos temas relacionados à questão da energia de um modo geral. Tivemos várias audiências públicas quando presidia a Comissão de Infraestrutura.

Agradeço a sua presença, Dr. Mauricio.

Agradeço a presença do Dr. Rex Nazaré Alves, diretor de Tecnologia da Faperj, ex-presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, ex-governador brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica e professor emérito do Instituto Militar de Engenharia, que é outra grande referência que o Brasil possui.

O Dr. Rex Nazaré tantos trabalhos já realizou em favor do nosso País no campo da energia.

Agradeço ao Dr. Eduardo Leão de Sousa, diretor executivo da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar, a UNICA. A cana-de-açúcar, como ficou demonstrado, o que desmente muitos desses arautos que dizem que a cana desmata, que a cana é perdulária, que é uma atividade menos nobre, está aí dando um exemplo muito claro de que menos de 1% ou cerca de 1% somente das áreas agriculturáveis do Brasil são utilizadas pela cana de açúcar, que está retribuindo esse menos de 1% de terras agriculturáveis do Brasil com um biocombustível como o etanol, considerado por todos e já agora internacionalmente, tanto que vem sendo semeada essa ideia por vários países do mundo inteiro como uma grande contribuição que o Brasil vem dando à questão ambiental, fora a tecnologia que vem sendo agregada, uma tecnologia tipicamente brasileira feita dentro do Brasil e agregada ao etanol, como também foi colocado aqui algo muito importante pelo Dr. Rex de que o ciclo do conhecimento do tratamento do urânio também já é de domínio brasileiro; há técnicos brasileiros que têm esse domínio. E isso é uma vantagem

que o Brasil tem, e eu também considero que nós não podemos abrir mão dela.

De modo que eu acredito que tenham sido muito esclarecedoras essas palestras que foram aqui realizadas, que foram aqui oferecidas a todos nós, e agradeço a inestimável contribuição dos senhores palestrantes na noite de hoje.

Informo que, no próximo dia 29 de setembro, estaremos realizando audiência pública com a presença do Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, dando início ao 3º ciclo de nossas audiências públicas, cujo tema será Defesa Nacional.

Informo ainda que, amanhã, dia 20 de setembro, teremos a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida por S. Exª o Senador Mozarildo Cavacanti, quando será discutido o tema Infraestrutura, com a presença dos Srs. Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional; o Dr. Johnny Ferreira dos Santos, Secretário de Águas e Esgotos do Ministério das Cidades; Dr. Luiz Carlos Bueno de Lima, Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade do Ministério das Cidades; Dr. Norman Oliveira, Secretário Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; e o Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, concluindo com a presença da Srª Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Por fim, convoco os senhores membros da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a nossa próxima reunião ordinária a ser realizada no dia 22 de setembro, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário.

Muito obrigado pela presença de todos. Muito obrigado aos Srs. Embaixadores aqui presentes, e, sobretudo, os nossos agradecimentos aos nossos palestrantes da noite de hoje.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 53 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e dois de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, José Agripino, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho, Ana Amélia, Cyro Miranda e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 42ª e da 43ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 124, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia*”. Relator: Senador **Anibal Diniz**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 125, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Joaquim Augusto Whitaker Salles, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia*”. Relator: Senador **Anibal Diniz**. Os indicados são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. A reunião é tornada secreta às doze horas e vinte e oito minutos e reaberta às doze horas e trinta e dois minutos. **Resultado dos itens 1 e 2**: apreciadas as Mensagens. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 122, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor José Luiz Machado e Costa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti*”. Relator *ad hoc*: Senador **Anibal Diniz**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria. **Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011**, de autoria do Presidente da República, que “*autoriza o Poder Executivo a doar 4 (quatro) aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana*”. Relator: Senador **Anibal Diniz**. **Resultado**: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 638, de 2010**, autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de*

1970.". Relator: Senador **Anibal Diniz**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 184, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes, celebrado em Brasília, em 15 de junho de 2009”. Relator: Senador **José Agripino**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 7 – Requerimento nº 921, de 2011**, de autoria do Senador **Randolfe Rodrigues**, que “requer, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à República Francesa pelo transcurso de sua data nacional”. Relator ad hoc: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 8 – Requerimento nº 46, de 2011 – CRE**, de autoria dos Senadores **Fernando Collor** e **Rodrigo Rollemberg**, que diz: “Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, tendo como convidados representantes do Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores, além de representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI) e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.” Resultado: aprovado. Por proposta da Presidência da Comissão, é aprovada a inclusão de dois itens extraordinários. **Item Extraordinário – Requerimento nº 1157, de 2011**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, que “requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café – OIC, na cidade de Londres, Reino Unido, conforme programação em anexo. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 26 a 30 de setembro de 2011”. Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: aprovado. **Item Extraordinário – Ofício do Gabinete do Senador Eduardo Amorim nº 400, de 2011**, de autoria do Senador **Eduardo Amorim**, que “solicita indicação para representar esta casa legislativa na sessão cerimonial da Assembleia Geral da Associação Médica Mundial, a ser realizada no período de 12 a 15 de outubro de 2011, em Montevideo – Uruguai.”.

Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: Aprovado. Durante a reunião fazem uso da palavra as Senadoras **Vanessa Grazziotin** e **Ana Amélia**, e os Senadores **Anibal Diniz**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Aloysio Nunes Ferreira** e **Lobão Filho**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e doze minutos, lavrando, eu, **Álvaro Araújo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 42ª e 43ª reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A Comissão recebeu da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países do Mercosul, do Presidente dessa Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países do Mercosul, um ofício em que convida os integrantes da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e do Senado para uma reunião, em Bruxelas, do Parlamento europeu com o Parlamento dos países do Mercosul, a se realizar no dia 3 de outubro de 2011.

Diz ele que a realização de tal reunião interparlamentar na mencionada data revestir-se-ia de especial simbolismo político uma vez que teria lugar na véspera da 5ª Cúpula União Europeia e Brasil, em Bruxelas.

Assina o Deputado Luis Yañes Barnuevo García.

O ofício encontra-se à disposição dos Srs. e Sr^{as} Senadoras na Secretaria desta Comissão para aqueles que estiverem interessados em comparecer.

Outro ofício, encaminhado por S. Ex^a o Sr. Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim, em que ele diz:

Com os meus cumprimentos, agradeço o honroso convite para a audiência pública a ser realizada no dia 29 de setembro de 2011, às 10 horas, oportunidade em que prestarei as informações requeridas pelo colegiado da Comissão que V. Ex^a preside no tocante às atividades desta Pasta, dentre as quais a redução das tropas brasileiras no Haiti, e debatarei os diagnósticos, as estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas.

Informo a V. Ex^a que, na ocasião, estarei acompanhado do General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do Dr. Ari Matos Cardoso, Secretário de Coordenação e Organização Institucional, do Dr. Murilo Marques Barbosa, Secretário de Produtos de Defesa, e do General de Divisão Júlio de Arno Júnior, Assessor de Planejamento Institucional, todos integrantes da estrutura interna deste Ministério.

Mais um comunicado. Comunicado do Ministério da Defesa sobre a atuação nas fronteiras. Diz ele:

Cerca de dez mil homens das Forças Armadas reforçam, desde a última sexta-feira, o patrulhamento dos 3.500 quilômetros de fronteira do Brasil com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai.

A investida faz parte da segunda etapa da Operação Ágata, lançada pelo Ministério da Defesa para combater atividades ilegais em locais fronteiriços. A fronteira do Centro-Oeste e do Sul é uma das regiões por onde entra a maior parte da droga no País.

O Ministro Celso Amorim e o Vice-Presidente da República, Michel Temer, foram ao local para acompanhar a operação.

Outro comunicado, sobre a participação da Presidenta Dilma Rousseff na 66^a Reunião ou Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Comunicado da Presidência

Sessão de 22 de setembro

Participação da Presidenta Dilma Rousseff na 66^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

A Presidenta Dilma Rousseff abriu ontem, dia 21 de setembro, o debate geral da 66^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Vale ressaltar que foi a primeira voz feminina, para utilizar o termo que ela ali utilizou, a ser ouvida na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, o que se constitui, sem dúvida, num fato histórico e relevante.

O seu discurso centrou-se na análise da crise econômica internacional, nas ameaças à paz, nos desafios do meio ambiente e na contribuição brasileira aos países em desenvolvimento.

Reuniu-se também com líderes mundiais, como o Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, o Presidente da França Nicolas Sarkozy e o Primeiro-Ministro do Reino Unido, David Cameron. No âmbito de nossa região, avistou-se com o Presidente do Chile, Sebastián Piñera; do México, Felipe Calderón; do Peru, Ollanta Humala; e da Colômbia, Juan Manuel Santos.

Participou, ainda, de eventos temáticos, como Reunião de Alto Nível sobre Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, do Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres, de lançamento da “Par-

ceria para Governo Aberto”, da Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear e de Reunião de Alto Nível sobre Diplomacia Preventiva.

Em seu pronunciamento, qualifico a crise econômica que afeta principalmente os países ditos centrais do sistema capitalista, como “... capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações”. Conclamou os líderes mundiais a agir de forma corajosa, responsável e coordenada, afastando-se do equívoco que seria enveredar pelo caminho enganosamente fácil do protecionismo, que só faria aprofundar os problemas que enfrentamos. Propôs “um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos,... oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais”.

No atinente às ameaças à paz, tocou tema que tenho repetidas vezes indicado como um dos principais fatores de instabilidade do cenário político internacional, o recurso ao uso da força, muitas vezes unilateral e sem o necessário respaldo da ONU, e suas consequências inesperadas. Ponderou a Presidenta, “O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger; pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger.”

Esse é o tema de diversas de minhas intervenções neste Plenário e item obrigatório de meus contatos com as diversas autoridades estrangeiras com quem me avisto. Estamos testemunhando a banalização do uso indiscriminado da força, não raro decisões tomadas de afogadilho, sem o menor resquício de respeito às regras internacionais ou à opinião dos países lindeiros e sem qualquer previsão das consequências futuras. No afã de promover mudança de governo, mal acobertado pelo chamado “dever de proteger”, os países interventores agravam as tensões regionais pré-existent e causam imensa dor às populações que dizem querer proteger.

Finalmente, quanto aos desafios da sustentabilidade, lembrou nossos compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa, apresentados na Cúpula de Copenhague, em 2009, manifestou esperança em que possamos todos avançar na discussão do tema na próxima reunião de, antecipando que o Brasil apoiará os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões. Cobrou dos países desenvolvidos cumprimento de suas obrigações com novas metas no Protocolo de Quioto, para além de 2012.

Ao lembrar a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem, reiterou convite para que todos os Chefes de Estado e de Governo compareçam.

Fico especialmente satisfeito com esta manifestação da Presidenta Dilma Roussef, pois que vem de encontro a preocupação que manifestamos o Senador Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, e eu próprio aos Ministros das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota e à Ministra do Meio Ambiente, Iza-bella Teixeira, em recente reunião no Palácio Itamaraty. Representa o engajamento político decidido, no mais alto nível, do Governo brasileiro com o êxito daquela Conferência. Nos dá ânimo redobrado, enquanto Parlamento, para contribuir com a Comissão Nacional Preparatória da Rio+20.

Outro comunicado:

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Crise na Líbia – atualização

A situação da Líbia, embora definida em grandes linhas com a entrada dos rebeldes em Trípoli e seu controle sobre grande parte do território, mostra a continuidade de fortes bolsões de forças leais a Cadeafi. Os insurgentes têm encontrado muita resistência das tropas do antigo regime em Ben Walid e Sirte, além de Jafra e Sabha, cidades em que parte da população também combate os inimigos de Cadeafi. Além de bem armadas e municiadas, as brigadas pró-Cadeafi contam com dinheiro em espécie e ouro, retirados de Trípoli antes da derrocada, para manter a luta. O fato de Cadeafi não ter sido detido, e manter comunicação por meio de rede de televisão síria, enviando mensagens encorajadoras, contribui para a manutenção de seu mito de herói da resistência anti-imperialista.

No plano político, perduram as divisões internas do Conselho Nacional de Transição e a busca por ascensão de grupos islâmicos mais radicais que, apesar de pouco numerosos, são mais organizados do que as facções leais e de islâmicos moderados. Continua, ademais, a ser tênue o controle da liderança revolucionária sobre os vários bandos armados que estão na capital, e que não aceitam entregar suas armas para o Conselho Nacional de Transição. Esses bandos patrulham a capital líbia e costumam ter como alvos imigrantes africanos negros (a Líbia tem mais de dois milhões de imigrantes de África) a quem acusam de serem mercenários a serviço do regime de Cadeafi.

Em 12 de setembro o Líder do Conselho Nacional de Transição Mustafá Jalil foi a Trípoli pela primeira vez depois da tomada da capital e discursou na agora chamada Praça dos Mártires, local onde Cadeafi se dirigia a

multidões de seguidores. Essa praça tem grande valor simbólico, pois foi onde, há seis meses, morreram as primeiras pessoas que protestavam contra o regime do Coronel Cadeafi, no começo do processo revolucionário. Ciente das disputas internas da atual liderança líbia, das clivagens religiosas regionais e tribais, o governante de fato da Líbia pronunciou discurso conciliatório e procurou distanciar o embrião de governo que lidera dos sectarismos de esquerda, de direita ou de caráter religioso. Situou o movimento revolucionário como sendo de um povo muçulmano pacífico e favorável a um islamismo moderado. Acenou com justiça para os derrotados, defendeu a participação das mulheres no novo governo e declarou gratidão às forças da OTAN pela ajuda aos rebeldes. Apesar de poder contar com o apoio das potências ocidentais, Reino Unido, França e também EUA, o presidente do CNT tem uma tarefa difícilíssima pela frente: no curto prazo, vencer os focos de resistência leais ao antigo regime, conseguir o domínio territorial completo do País e implantar um governo efetivo. A médio e longo prazos deverá compor as diversas facções para dar a Líbia uma estabilidade que possibilite a reconstrução e a retomada da prosperidade.

No plano diplomático verificaram-se várias ações significativas, como a visita à Líbia do Primeiro Ministro inglês James Cameron e do Presidente francês Nicolas Sarkozy. Os líderes das principais potências na campanha do OTAN foram ao país em visita conjunta (15.09.2011) que simbolizou empenho na manutenção do processo de transição e reconstrução sob seu estrito controle. Saudados pela população como libertadores, prometeram o apoio da Aliança Atlântica até quando fosse necessário, aconselharam os vencedores a evitar vingança contra os membros do “ancien regime” e defenderam a prisão e o julgamento do Coronel Cadeafi. Para a captura do antigo líder líbio foi prometida ajuda aos rebeldes, embora não declarassem a forma desse apoio. Deve-se lembrar, no entanto, a presença de forças especiais e de agentes de informação ingleses e franceses no país. Embora seja clara a intenção de empresas das duas potências (e da Itália) de participarem da reconstrução e do fornecimento de petróleo líbio, tanto Sarkozy quanto Cameron reiteraram as razões humanitárias da intervenção da OTAN, por eles patrocinada.

Ainda no campo diplomático, registre-se que a China finalmente reconheceu o Conselho Nacional de Transição e a União Africana, que tentou sem sucesso mediar o conflito líbio, também o fez. No dia 20 de setembro, no contexto da Assembleia da ONU o Presidente Obama reuniu-se com o líder do CNT Mustafá Jalil em Nova York. O presidente norte-americano

elogiou a participação da comunidade internacional na luta dos rebeldes, advertiu a respeito das dificuldades que ainda terão pela frente e prometeu o apoio e a parceria dos EUA. Disse também que a missão da OTAN continuará enquanto for necessária para proteger o povo líbio. Ao mesmo tempo, o Presidente dos EUA anunciou a volta do Embaixador americano a Trípoli e a reabertura de sua Embaixada.

Registre-se que a campanha da Líbia mostrou um modelo de intervenção sofisticado, encabeçado pelo Reino Unido e pela França, com apoio logístico e na área de informações dos EUA. O fato de a participação ter sido basicamente por ataques aéreos e sem a presença ostensiva de tropas terrestres evitou baixas europeias e repercussão negativa na opinião pública da Europa e dos EUA. A intervenção foi convalidada pela cobertura multilateral da ONU e da estrutura de segurança coletiva da Aliança Atlântica, que funcionou como o instrumento formal para a imposição da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Foi uma eficiente construção diplomática em que se logrou administrar as divergências tanto na ONU quanto na OTAN para legitimar, por meio do multilateralismo, a intervenção das potências ocidentais.

Outro comunicado.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

PLC 41, DE 2010

(Lei de acesso à informação)

Sras. e Srs. Senadores,

Conforme informado na reunião de 5ª feira passada, dia 15, apresentei em Plenário requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, com oito perguntas acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso às informações.

O requerimento foi encaminhado pela Mesa Diretora no dia 12 do corrente. Por meio do Ofício nº 590, de 16 de setembro de 2011, daquele Ministério, chegaram ao meu gabinete as respostas aos quesitos formulados no dia 20.

Nesse mesmo dia 20, despachei a anexação do documento ao respectivo processo, como prevê o inciso V do art. 216, do Regimento Interno. Esclareço ainda que na semana passada já havia encaminhado aos gabinetes de todos os Senadores o requerimento que eu havia apresentado.

Inicialmente, devo esclarecer que o requerimento de informações foi dirigido ao Gabinete de Segurança Institucional por ser este Ministério a autoridade superior e coordenadora, por meio da ABIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência, ao qual cabe a operacionalização e o manuseio das maiores e principais informa-

ções sensíveis e passíveis de classificação, conforme pode ser verificado nessas projeções do organograma do GSI e da estruturação do SISBIN:

Aí estão o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministro-Chefe, Secretaria Executiva, e vemos lá Agência Brasileira de Inteligência, Secretaria de Segurança Presidencial, Estudos Institucionais e Acompanhamento de Assuntos Militares. Então, ele, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, é o cabeça do sistema de informações do Estado brasileiro, que está inclusive vinculado à Agência Brasileira de Inteligência, a chamada Abin.

Gostaria agora de proceder aqui, nesta reunião, a leitura do ofício enviado pelo Ex^m Sr. Ministro-Chefe do GSI, como forma de oficializar junto à Comissão de Relações Exteriores...

Antes disso, por favor, este é um outro slide interessante.

Este é o Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, a Abin centraliza todas as informações desses ministérios que V. Ex^{as} estão aí vendo. Esses ministérios são considerados com potenciais condições de produzir informações sensíveis. Então, há os diversos. Vai da Anvisa, Agência de Vigilância Sanitária, passando pela própria Casa Civil.

Enfim, então, vejam quantos órgãos estão vinculados à Abin que recolhem as informações que julgam merecedoras de classificação. E isso são informações de Estado e não de governo. São informações de interesse do Estado brasileiro. Então, a Abin coleta todas as informações e faz as classificações que os seus técnicos julgam necessárias, com a participação do Ministro-Chefe do GSI.

Em função disso, foi enviado ao Ministro-Chefe do GSI o requerimento de informações.

Então, gostaria, agora sim, de proceder, nesta reunião, à leitura do ofício enviado pelo Ex^m Sr. Ministro-Chefe do GSI como forma de oficializar junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a resposta ao meu requerimento.

O texto completo do documento os senhores têm em mão e também pode ser acompanhado na projeção, reconheço, com alguma dificuldade. Mas a cópia está na mão dos senhores.

Passo a ler a carta do GSI:

Como bem podem observar as Sras. e Srs. Senadores, e salvo melhor juízo, as respostas aos oito quesitos formulados limitam-se a 4 itens e uma observação de cunho genérico que, no meu entender, poderiam ensejar uma possível reiteração do pedido de informações, com base no §2º do art. 5º do Ato nº 1, de 2001, da Mesa Diretora do Senado Federal, que dispõe:

“Art. 5º

§2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior.”, no caso, 10 dias.

Contudo, entendo que cabe aos membros desta instância a análise das respostas e da conveniência ou não de um novo pedido (...)

Podem também se manifestar também sobre se estão ou não atendidos com as respostas e, principalmente, se ainda intencionam realizar as audiências públicas para melhor conhecerem o assunto.

Por isso, não tomei nenhuma providência nesse sentido, mas me mantenho disposto, enquanto a pauta do plenário estiver trancada, a dar prosseguimento na discussão do projeto no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, inclusive, se for este o entendimento, com a realização das referidas audiências e de uma reiteração do pedido de informação.

Observo que, em função do pedido de informações ao GSI, decidimos na reunião passada, a Comissão de Relações Exteriores decidiu, com a anuência dos autores, sobrestar os dois requerimentos de audiência até a chegada das respostas daquele Ministério. Como já obtivemos as respostas num tempo bastante curto – quatro dias, o que é um recorde aqui no Senado para o atendimento desse tipo de requerimento de informações –, nada impede que retomemos na próxima reunião a votação dos dois requerimentos de audiência, uma vez que ambos já foram lidos e já constaram da pauta de nossa reunião.

Devo esclarecer que na audiência proposta pelo Senador-Ministro Francisco Dornelles o convidado é exatamente o Ministro-Chefe do GSI; já a audiência proposta pelos Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcellos contaria com a participação de 4 convidados estudiosos do assunto, sendo um consultor especializado, um jornalista, um sociólogo da área de consultoria política e um representante do Ministério Público.

Sobre as respostas do Gabinete de Segurança Institucional – que, vale lembrar, é o órgão superior do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) –, gostaria de fazer as seguintes considerações, de acordo também

com o texto das perguntas disponibilizado na projeção e também distribuído a V. Exas.:

O item 1 responde parcialmente às perguntas 1 e 2, já que não esclarece se nos números de documentos classificados que fornece estão incluídos os referentes à ABIN. Chama a atenção o número de apenas 2 documentos classificados como ‘ultrassegretos’. Destaque também para a esmagadora maioria de documentos classificados como ‘confidencial’ (56.644), que é exatamente o tipo de classificação que o PLC 41 pretende extinguir. É de se imaginar o trabalho que dará para reclassificá-los todos com outra denominação.

O item 2 responde ao quesito 3, porém limitando-se à remissão do cumprimento do Decreto nº 4.553, de dezembro de 2002 (e não ‘setembro’ como consta do ofício). Me parece uma resposta por demais genérica, limitada a uma remissão legal, sem maior interesse de esclarecer ou detalhar o solicitado. Até porque, vale dizer que, posterior a este decreto, existe uma lei federal (Lei nº 11.111/05, oriunda da MP 228/04) e um outro decreto que a regulamenta (Decreto 5.301/04), ambos tratando desse tema.

O item 3 responde ao quesito 4. Porém, não explica ou detalha a questão da salvaguarda de documentos sigilosos afetando as atividades do GSI, objeto da pergunta, nem discrimina os temas e os 15 países com os quais o Brasil está em negociação, conforme cita a própria resposta.

O item 4 esclarece que o GSI não só subscreveu [é muito importante que prestemos toda a atenção a isso], como também participou das discussões para a elaboração do PL 5.228, de 2009 (...)

O PLS 5.228, de 2009 é o projeto original enviado pelo então Presidente Lula e subscrito por nove Ministros de Estado. Esses nove Ministros de Estado participaram diretamente da elaboração desse projeto original. Foram os Ministros que participaram dessa discussão, que durou dois anos...

Esse é um projeto que vem de 2003, quando foi apresentado na Câmara. Em 2006/2007 o Governo Lula resolveu coletar todos os projetos que diziam respeito a esse tipo de assunto, de acesso às informações, e constituiu um grupo de trabalho composto pela então Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; Tarso Genro, Ministro da Justiça; Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Nelson Jobim, Ministro da Defesa; José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União;

Paulo Vanucchi, dos Direitos Humanos; Jorge Armando Felix, do GSI; Franklin Martins, da Comunicação Social; e Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União.

Esses nove Ministros durante dois anos estudaram, trabalharam, fizeram todas as *démarches* necessárias para a apresentação do projeto de lei que, afinal, pronto em 2009, foi entregue pessoalmente pela então Ministra Chefe do Gabinete Civil Dilma Rousseff ao então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Então:

O item 4 esclarece que o GSI não só subscreveu, como também participou das discussões para a elaboração do PL 5.228, de 2009, a proposta original do governo enviada ao Congresso, afirmando que se trata de versão – ou seja, o projeto inicial do governo subscrito pelo Presidente Lula e mais 9 ministros – que “traz dispositivos aptos a salvaguardar os documentos cuja divulgação possa trazer prejuízos ao país” [isso está no projeto original enviado pelo governo, subscrito pelo Presidente Lula], o que significa concordar com a previsão de possibilidade de prorrogação do sigilo por mais de uma vez, como estabelece o projeto original do governo. [O projeto original do Governo Lula estabelece a possibilidade da prorrogação por mais de uma vez do sigilo] Além disso, a resposta do GSI cita a respectiva Exposição de Motivos para justificar o mérito do projeto do governo, contudo sem nenhuma análise ou comparativo com a versão aprovada na Câmara.

Quanto à exposição de motivos citada pelo Ministro do GSI, volto a repetir, refere-se ao projeto original do governo subscrito, em 2009, pelo Presidente Lula e pelos então Ministros Dilma Rousseff (à época na Casa Civil), Tarso Genro (Justiça), Celso Amorim (Relações Exteriores), Nelson Jobim (Defesa), José Antonio Dias Toffoli (Advocacia Geral da União), Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), Jorge Armando Felix (Gabinete de Segurança Institucional), Franklin Martins (Comunicação Social) e Jorge Hage (Controladoria Geral da União). Vale aqui destacar alguns pontos que constam da Exposição de Motivos Interministerial, que se coadunam com tudo que tenho até aqui defendido e mostram que essa versão original do governo está longe de poder ser considerada um retrocesso ou antidemocrática.

Passo à leitura de alguns trechos da exposição de motivos do Projeto de Lei 5.228, de 2009, do Governo.

– “O anteprojeto ora encaminhado é resultado de aprofundada discussão travada no âmbito de grupo formado por representantes dos Ministérios co-autores, e de órgãos a eles relacionados, para estudo de propostas de normatização do tema enviadas originalmente à

Casa Civil pela Controladoria-Geral da União, a partir de debates havidos no seio do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, bem como pelo Ministério da Justiça, além de outras contribuições.”

– “A proposta cria mecanismos claros e efetivos para garantir o acesso à informação pública (...)”

Essa a proposta original, segundo a sua exposição de motivos, assinada por nove ministros de Estado, incluindo o Presidente Lula, diz que esta proposta, esse projeto de lei original:

(...) cria mecanismos claros e efetivos para garantir o acesso à informação pública e, ao mesmo tempo, estabelece critérios para proteção das informações pessoais e sigilosas, assim compreendidas apenas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.”

– “A restrição do acesso somente será permitida em caso de informações pessoais ou imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, caso em que a restrição será imposta por meio de classificação da informação como sigilosa, mediante decisão devidamente fundamentada e a adoção do critério menos restritivo possível para a definição do grau de sigilo que lhe será atribuído. Mesmo assim, **será assegurado ao cidadão o acesso à parte não sigilosa, caso o sigilo abranja apenas parte do documento que contém a informação.**”

E continua a Exposição de Motivos do projeto original, enviado, em 2009, pelo governo do Presidente Lula e assinado por nove de seus Ministros:

– “(...)Matérias que até então vinham sendo tratadas em normas inferiores são, agora, submetidas ao debate democrático no Congresso Nacional. **Tão importante quanto debater com a sociedade sobre o direito de acesso a informações é debater os limites do sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.**”

– “Na seção de disposições gerais, em **consonância com as mais avançadas legislações sobre a matéria**, estabelece o anteprojeto que as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos **direitos humanos**, praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, **não poderão ser objeto de qualquer restrição de acesso.**”

*– “O acesso a informação pública, portanto, como expressão de transparência pública, deve não apenas compreender a acessibilidade das informações, mas, também, a **garantia de que o ambiente onde são geradas tais informações não seja contaminado por ações de corrupção, abusos e desmandos.**”*

Extraí alguns trechos da Exposição de Motivos que acompanhou o projeto original, enviado pelo governo Lula e subscrito por nove dos Ministros que participaram, durante dois anos, da discussão para elaboração deste projeto, e que acompanha, portanto, este projeto de lei encaminhado em 2009 à Câmara dos Deputados.

Por fim, voltando às respostas do GSI:

O item 5 restringe-se a informar que o GSI acompanha...

Vejam bem a linguagem, é importante a gente sempre ter uma atenção muito especial a esse tipo de informações, porque cada palavra tem o seu peso. E apenas comparando aqui com este item que vou ler, voltando ao que ele informa, lembro que:

O item 4 esclarece que o GSI não só subscreveu, como também participou das discussões para a elaboração do PL 5.228, de 2009, a proposta original do governo enviada ao Congresso, afirmando que se trata de versão – ou seja, o projeto inicial do governo subscrito pelo Presidente Lula e mais 9 ministros – que “traz dispositivos aptos a salvaguardar os documentos cuja divulgação possa trazer prejuízos ao país”

O que ele está dizendo aqui? Que concorda com a previsão de possibilidade de prorrogação do sigilo por mais de uma vez, como estabelece o projeto original do governo do Presidente Lula. Além disso, a resposta a esse item 4 cita a respectiva Exposição de Motivos que acabamos de analisar para justificar o mérito do projeto do Governo, contudo, sem nenhuma análise ou comparativo com a versão aprovada na Câmara.

Então, vamos ao item 5:

O item 5 restringe-se a informar que o GSI acompanha [não participou, não tomou conhecimento das emendas apresentadas na Câmara] a tramitação e que aguarda [olhem o termo] a “eventual” aprovação para posterior adaptação do órgão às novas regras, “inclusive quanto à sua estrutura e aos procedimentos de desclassificação e publicização dos documentos”, numa tentativa de referência às perguntas 7 e 8. Ou seja, coloca-se numa posição passiva diante da matéria, o PLC 41, e de sua discussão, apesar de ser o GSI, como um dos subscritores do projeto original do governo e órgão superior do SISBIN, como acabamos de verificar. talvez o maior interessado na nova lei.

Assim, deixa claro não ter qualquer participação nas emendas ao projeto original embutidas na Câmara.

São essas emendas que vêm motivando a discussão e o debate travados aqui na Comissão de Relações Exteriores e alhures.

Em resumo, além de apenas tangenciar algumas perguntas, o Ministério não respondeu aos quesitos 5, 6, 7 e 8. Mas, no meu entender, as respostas oferecidas nos dão a clareza de que nem o GSI nem qualquer dos subscritores do projeto original do governo foram consultados ou ouvidos formalmente sobre o PLC 41, ou seja, as emendas da Câmara.

E aqui cabe a pergunta: em que versão devemos acreditar mais? A proposta original do governo, amplamente debatida no âmbito de 9 ministérios e com a participação de instituições da sociedade ligadas ao tema, ou em emendas de toda ordem apressadamente apresentadas na Câmara e que aqui chegam para, de forma açodada, serem aprovadas sem aprofundamento na discussão? Qual a versão mais confiável, mais consubstanciada e com mais compromisso e apego aos interesses do Estado? [É uma resposta que nós teremos que oferecer.]

Finalmente, sobre o assunto, gostaria ainda de tecer algumas considerações sobre essa questão da urgência imposta ao trâmite da matéria e a suposto constrangimento que a Presidenta Dilma Rousseff iria passar durante esta semana na ONU.

Quero lembrar a V. Ex^{as} que, desde o início, quando esse projeto aqui chegou, o PLC 41, iniciei tratativas para abrir canais de diálogo com o Poder Executivo. Já citei aqui a V. Ex^{as}: estive, em primeiro lugar, motivado por um telefonema do Ministro hoje da Pesca, então Ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio; depois, tratei do assunto com o Ministro Antonio Palocci. Foi uma longa reunião que tive com o Ministro Antonio Palocci, Ministro-Chefe da Casa Civil. Ele comigo esteve durante uma hora, uma hora e quinze, ele lendo o PLC 41, ele com uma cópia do PLC 41 à frente, e eu com uma cópia do PLC 41 comigo, e nós dois lendo em conjunto, e ele manifestando estranheza em relação às emendas que foram apresentadas. Uma hora e quinze. E o que ficou combinado nesse encontro? Ficou combinado o seguinte – inclusive trocamos os telefones, os nomes dos assessores dele: ele disse que estaria encaminhando esse documento ao seu chefe de gabinete, que iria reunir os assessores jurídicos da Casa Civil para analisar as sugestões que estavam sendo feitas naquele momento por meu intermédio e que ele voltaria a me ligar para mostrar o resultado do estudo e aí fazermos uma nova reunião.

Nesse meio-tempo – e isso que me deixou muito impressionado e constrangido e ferido –, nesse meio-

-tempo, quebrando um acordo entre um Ministro-Chefe da Casa Civil e um Senador da República, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e eventualmente tendo sido Presidente da República, foi quebrado esse acordo quando ele determinou ao Líder do Governo no Senado Federal que fosse pedida urgência da matéria. E quando veio o Senador Romero Jucá me comunicar, “Olhe, eu acabo de receber essa orientação” – orientação não, determinação – “determinação do Ministro-Chefe da Casa Civil de pedir urgência”, eu falei: “Mas isso é impossível. É impossível que ele tenha pedido isso”. Fomos ao Presidente Sarney, que presidia a reunião naquele momento para saber do Presidente Sarney se o então Ministro-Chefe da Casa Civil Antonio Palocci havia se comunicado com o Presidente da Casa para tratar desse pedido de urgência, e o Presidente disse, na presença do Senador Romero Jucá, que não. A informação que eu tinha era a mesma informação de que dispunha o Presidente da Casa, Senador José Sarney.

O que significou esse pedido de urgência? Esse pedido de urgência significou uma retirada, *manu militari*, desta Comissão do processo que trata da lei de acesso à informação, dizendo: “Não, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não tem mais por que discutir esse projeto. Isso vai ser pedido de urgência.”

Eu digo: ontem foi aprovada a Emenda nº 29. Três anos em debate na Câmara. E a Emenda nº 29, eu acho que tem muitas coisas importantes neste País para resolver, mas acredito que entre elas, nos primeiros lugares está a questão da saúde. E esta Emenda nº 29 trata da questão da saúde do povo brasileiro e demorou três anos para ser aprovada.

Está aí o Código Florestal sendo debatido – o Relator está em todas as Comissões, o Senador Luiz Henrique – e sofrendo as intervenções devidas de cada um. Ontem foi uma beleza a reunião da CCJ, foi algo que dá gosto ver. É para isso que nós estamos aqui: para discutir esses sistemas.

Então, foi retirada, de forma brutal, da Comissão de Relações Exteriores a possibilidade de discutirmos o assunto. Como quem diz: “Não, vocês não têm competência para discutir isso”. Mas como não? Esta nas atribuições, constitucionalmente e no Regimento Interno do Senado Federal que é atribuição. Nós somos a Comissão final nesse projeto porque se trata especificamente do quesito defesa nacional. Além disso, pra que essa pressa?

Essa discussão vem desde 2003 na Câmara dos Deputados. O projeto original do Governo demorou de dois anos e meio a dois anos e oito meses para ser levado. Agora, a Câmara oferece emendas de forma

açodada ao projeto original do Governo, que é bom, e é aquele que defendemos, que é o projeto enviado pelo Presidente Lula e subscrito por nove Ministros que participaram durante dois anos e meio da discussão para elaboração final desse projeto, a Câmara dos Deputados envia para o Senado Federal, e diz assim: “Isso tem de ser aprovado rapidamente, porque é o dia mundial não sei do quê e tem de ser aprovado, porque a Presidenta assim deseja”. O que não era verdade, o que me informaram do inicialmente, porque eu conversei com a Presidenta Dilma sobre isso, e ela não tinha, no momento em que eu conversei com ela, ela não tinha sequer notícia de que havia sido oferecida emenda ou emendas ao projeto original do Governo. E ela, já que estamos nesse debate, na minha frente, repreendeu o Ministro Luiz Sérgio, que eu já havia falado com ele sobre o assunto, conforme relatei aos senhores, mas essa parte eu não havia contado, mas é bom porque temos, infelizmente, chegar a esse nível de detalhes, ela olhou para ele, e disse: “Você não me informou sobre esse assunto”. Ele disse: “Não, Presidenta, é porque naquele dia a Senhora estava ocupada...”. Ela disse: “Não me interessa! Você não me informou sobre esse assunto. Onde está esse projeto?” Aí eu disse a ela: “Está nas mãos do chefe de gabinete do Ministro Antonio Palocci, que se comprometeu assim, assim, assado...”, o que eu já relatei aos senhores. Ela vira-se para o Ministro Gilberto Carvalho, e diz assim: “Gilberto, ligue para o chefe de gabinete – não me lembro do nome – e diga a ele que eu quero esse documento em cima da minha mesa hoje.” Calhou de, no dia seguinte a esse encontro com a Presidenta Dilma, ter sido realizado no Palácio do Planalto uma cerimônia em que se anunciava o Plano Nacional de Fronteira, por sinal um plano muito bem elaborado pelos Ministérios da Justiça e da Defesa, foi realmente uma bela apresentação, sobretudo, com muita objetividade, então, eu fui ao Planalto para essa cerimônia e estive no gabinete da Presidenta Dilma. Estávamos lá alguns Ministros, eu também estava, e estava lá o Ministro, o Secretário-Geral Gilberto Carvalho. E eu perguntei ao Ministro – já que foi ele que havia telefonado, no dia anterior, para o então Chefe de Gabinete do Ministro Palocci, que estava saindo naquele dia ou no dia seguinte e que estava com o documento – se ele já havia enviado a documentação do PLC nº 41. E o Ministro Gilberto Carvalho disse: “Já peguei e já deixei na mesa da Presidenta”. Então, fiquei mais tranquilo.

Depois disso tudo, vem esse pedido de urgência. Mas por que impedir a nós, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de discutir esse assunto? Que mal há? Quer dizer que a Câmara pode discutir o tema durante seis anos, cinco anos, quatro, três, e

o Senado tem que receber esse enlatado e engoli-lo? Não! Já chega o que a Câmara faz em relação às medidas provisórias: utiliza praticamente o tempo inteiro destinado à análise da medida e, quando a matéria chega ao plenário, faltando três ou quatro dias, dizem: “Tem que aprovar! Tem que aprovar! Tem que aprovar, porque, senão, perde a validade”, não sei o que mais, é aquele roldão... E vai qualquer coisa.

Então, esse é um assunto que merece debate. É o que eu defendo. O que estou defendendo é o direito que esta Comissão tem de debater o assunto, de discutir o assunto, de tomar conhecimento. E fico impressionado como os meios deste País e os confrades e as confradeiras não têm conhecimento absolutamente nenhum do que se trata.

Houve um pascácio que, antes da viagem da Presidenta Dilma, disse o seguinte: “A Presidenta Dilma vai sofrer um leve vexame nas Nações Unidas, porque esse é um assunto que vai ser chamado, e o Brasil não tem nada o que dizer”. Mentira! Isso é um *lobby* disfarçado, capitaneado por um pascácio que está fazendo com que alguns parlamentares suscetíveis a esses afagos dos meios, esses meios que costumam tratar à vela de libra aqueles que satisfazem as suas expectativas – e eu não sou exatamente um desses; decidida e declaradamente, não –, vem e informa uma mentira dessas à opinião pública.

E a que nós assistimos, ontem e antes de ontem, com tanto orgulho para nós brasileiros? À Presidenta Dilma se apresentando às Nações Unidas, com toda a galhardia, com toda a pompa, sendo recebida da melhor maneira possível, tratando das questões de fundo; participou da reunião sobre a questão de transparência com o Presidente Obama e, vale também dizer aqui... Por isso é que essa discussão é importante. No debate com o Presidente Obama, em nenhum momento se tratou de questões de Estado; tratou-se ali da questão de transparência governamental em relação a atos administrativos e outros do governo, do exercício do governo, e não do Estado.

Então, esta intersecção é que precisamos verificar: o que é a questão de Estado e o que são as questões de governo. As questões de governo, é claro, têm de ser absolutamente transparentes. E, quando se diz que estamos pedindo urgência porque estamos precisando de uma lei... Para que os senhores tenham uma ideia – não passem ainda essa transparência –, nós temos hoje, no Brasil, em vigor, uma, duas, três, quatro, cinco leis tratando da matéria de informações.

A primeira delas, 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos Privados e dá outras providências; Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a pre-

servação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República e dá outras providências; Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado no âmbito da Administração Pública Federal e dá outras providências; Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, que vem da Medida Provisória nº 228, de 2004, que regulamenta a parte final do disposto no inciso XXIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências; Decreto nº 5.301, de 2004, que regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição e dá outras providências.

O que tanto se defende no PLC nº 41, ou seja, uma única renovação do sigilo, a desclassificação automática e a criação da Comissão de Reavaliação, tudo isso – vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores –, tudo isso que o PLC nº 41 defende – uma única renovação do sigilo, a desclassificação automática e a criação da Comissão de Reavaliação –, tudo isso já está em vigor no Brasil desde 2004, conforme dispõe a norma mais recente sobre o tema, que é o Decreto nº 5.301. Então, pergunto: onde está essa urgência? Onde está essa urgência que faz com que a Comissão de Relações Exteriores seja impedida de discutir um tema dessa relevância? Para que essa pressa? Se se dissesse que estava havendo uma lacuna na nossa legislação e que estava prejudicando os interesses seja da Administração, seja sobre as questões de Estado, muito bem. Mas não estão, como os senhores aqui podem verificar.

De modo que a participação da Presidenta Dilma – e aqui vem a declaração assinada por todos os Presidentes que participaram dessa reunião, cujos nomes anotei aqui...

A reunião havida entre o Presidente Obama, aquela reunião da transparência...

Eu pediria aos meus assessores que trouxessem aqui, por favor.

Então, tudo aquilo que foi assinado é tudo aquilo que o Brasil já vem fazendo.

Em relação a essa legislação, em relação àquela questão de que as maiores democracias do mundo já têm essa legislação não sei o quê, de sigilo inteiramente aberto e tal, aquela coisa toda...

Isso fala dessa impropriedade dos que afirmam...

Voltando, antes de entrar nesse assunto, por favor, está aqui o documento assinado pelos Srs. Presidentes que participaram daquela reunião intitulada “Reunião da Transparência – Parceria para Governo Aberto”.

Diz aqui:

Juntos, declaramos o nosso compromisso para:
Aumentar a disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais. (...)

Comprometemo-nos [os signatários, os Presidentes, os Chefes de Estado ali reunidos.] [Esse é o trecho principal.] a fornecer o acesso a recursos efetivos quando a informação ou os registros correspondentes forem indevidamente retidos (...)

Quando eles falam aqui “indevidamente retidos” é porque alguns foram devidamente retidos, senão não precisariam colocar “indevidamente”. Se colocaram aqui “indevidamente retidos”, por consequência existem alguns que foram retidos devidamente, tanto que coloca aqui para serem julgados, inclusive pelo monitoramento efetivo do processo de revisão.

Apoiar a participação cidadã. Valorizamos a participação de todas as pessoas, de forma igualitária e sem discriminação, na tomada de decisões e na formulação de políticas. O engajamento público, incluindo a plena participação das mulheres, aumenta a eficiência dos governos, que se beneficiam do conhecimento das pessoas, de suas ideias e de sua capacidade de fiscalização. Comprometemo-nos a tornar mais transparente a formulação de políticas e a tomada de decisões, a criar e usar canais que estimulem a discussão pela população, e a aprofundar a participação pública no desenvolvimento, no monitoramento e na avaliação das ações governamentais.

Tudo isso já está acontecendo! Tudo isso já está acontecendo! E apoiado na legislação que hoje existe, nas questões de governo.

Implementar os mais altos padrões de integridade profissional em nossas administrações. [Vejam que não tem, em nenhum momento, questão de Estado aqui.] (...)

Aumentar o acesso a novas tecnologias para a abertura e responsabilidade. (...) Entendemos, também, que a tecnologia é um complemento, e não um substituto, de informações claras, utilizáveis e úteis.

Falando na questão da Internet, em relação às ações de governo, somos todos favoráveis a que isso seja disponibilizado na Internet. Vai para o Diário Oficial e coloca-se também na Internet. Agora, o que nós achamos que carece de uma discussão maior é que questões de Estado sejam colocadas de imediato na Internet. É isso que nós questionamos.

Então está aqui o documento que foi, segundo um jornalista que disse que teria... Aliás, um frade que disse que isso traria vexame à Presidenta Dilma... Ao contrário. Ela se houve maravilhosamente bem, com garbo, com tranquilidade, demonstrando a transparência das ações do Governo dela, que ela vem tentando

ampliar ainda mais. E nunca foi tratada aqui a questão de Estado.

Com a palavra o Senador Aníbal, que havia pedido primeiro. Em seguida o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Collor, diante da entrada do assunto da forma que foi entrada, a gente acaba se perdendo um pouquinho. Eu tenho que dar uma opinião, agora não sei, regimentalmente, se o momento é oportuno.

Primeiro, quero dizer que V. Ex^a trouxe o assunto para nós, dizendo que estava havendo uma urgência descabida em relação ao assunto que ia ser votado diretamente no Plenário, e nós nos somamos a V. Ex^a para falar com o Líder da Bancada do PT...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É verdade. Eu me lembro disso.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...e com o Líder do Governo, no sentido de que o assunto tinha que realmente vir para esta Comissão, porque nós precisávamos aprofundar o debate sobre o PLC nº 41 e devíamos sim nos aprofundar o máximo possível sobre o assunto.

Feito isso, a gente conseguiu esse primeiro passo, com o mérito de V. Ex^a, que fez o esforço para trazer para cá o debate. Perfeito.

Agora, no segundo momento, eu vejo V. Ex^a demasiadamente preocupado com a exposição do Executivo a um projeto que possa sair deste Senado com modificações ou com as modificações que vieram da Câmara.

Eu acho que nós estamos em perfeitas condições para fazer o debate sobre cada uma das modificações que foram propostas. Nós temos um voto em separado que faz uma análise de cada uma das modificações, inclusive fazendo referência àquilo que verdadeiramente assusta e àquilo que aparentemente assusta, mas na realidade não assusta. E a gente poderia debater um por um desses assuntos.

Então, apesar de o pragmatismo não ser uma característica do Parlamento, eu acho que a gente vai ter que tentar ser um pouco pragmático em relação a isso. Teremos de pegar esse assunto. Se é para debater, vamos trazê-lo à luz. Façamos a leitura do voto em separado e vamos abrir o microfone para todos os Senadores. Porque, surpreendentemente, nas Comissões, noto o excesso de pela ordem, com todo mundo falando a todo tempo. Nesta nossa Comissão, nunca vi Senadores tão silentes. Eu não sei o que está havendo. Um silêncio absoluto, todo mundo só escuta, e ninguém se manifesta.

Se é para debater o PL nº 41, vamos debatê-lo. Vamos pegar artigo por artigo e vamos debater pelo tempo que for necessário, mas vamos debater. Não

podemos deixar de expressar a opinião desta Casa, inclusive, sobre o voto de V. Ex^a e o voto em separado. Temos que marcar a data para fazer a leitura e, aí, sim, os demais Senadores se manifestarem a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Aníbal Diniz.

Quero dizer aos senhores integrantes da Comissão que o que acaba de dizer o Senador Aníbal Diniz é rigorosamente o que aconteceu.

Logo no início, quando aqui chegou esse projeto, fiz uma reunião secreta. Infelizmente, participaram poucos Senadores. Eu tinha avisado, no início da reunião, que, ao final da reunião, eu faria uma reunião secreta para uma comunicação importante, e pedi aos Srs. Senadores que permanecessem.

Infelizmente, isso não foi possível. Alguns Senadores permaneceram, dentre eles o Senador Aníbal Diniz, que me disse – e fez o que me comunicou naquele momento – que iria entrar em contato com o Líder de seu partido no Senado, o Senador Humberto Costa – com quem falei ontem por telefone, agradecendo sua presença na nossa última reunião e forma cortês com que vem tratando da tramitação do PLC nº 41 – e dei conhecimento a todos das questões.

Por que agora não podemos fazer votar aqui o substitutivo ou o votos em separado que iriam ser apresentados? Porque agora, segundo a solicitação feita pelo... sentado ali atrás do Senador Sérgio Souza, estava o Senador Humberto Costa, aqueles que estavam na sessão lembram que ele trouxe um ofício e disse: “Quero a informação do por que o processado não está na Mesa do Senado”? Porque há um ofício aqui, tal, assinado pelo Senador que presidiu aquela sessão em que foi solicitado o processado – o Senador Wilson Santiago. Por que está aqui?

Enquanto o processado estava aqui nesta Comissão, podíamos fazer a discussão avançar – e podemos fazê-lo nas próximas reuniões, nas próximas sessões, se audiências públicas os Srs. Senadores resolverem realizar, novos requerimentos poderão ser feitos -, mas hoje não podemos votar nada aqui sobre esse assunto porque o processado já não está aqui, mas na Mesa do Senado.

Então, estando lá, agora começou a vigorar, de fato, o chamado pedido de urgência. Respondi a ele que naquele momento também, além do trancamento da pauta. O processado estava aqui porque a pauta estava trancada por diversas medidas provisórias. Então, podíamos aproveitar o momento, até que nos fosse solicitado o envio do processado, para iniciarmos a discussão.

Quando veio o ofício, havia esse requerimento que acabei de dar conhecimento aos senhores, a

resposta oferecida pelo GSI, que susta o trâmite do projeto, enquanto não vier a resposta, que tem 30 dias para ser oferecida.

Então, tivemos de suspender o trâmite. Foram duas solicitações de audiências públicas, que já estavam na pauta: uma do Senador-Ministro Francisco Dornelles, convidando o Ministro do GSI para aqui comparecer, e outro assinado pelos Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcelos, convidando quatro especialistas na matéria, inclusive um integrante do Ministério Público. E eu então perguntei a ele se não seria o caso de nós sobrestarmos essa solicitação, esse requerimento, até que nós recebêssemos a resposta do GSI. nós recebemos a resposta do GSI, tanto que não está na pauta de hoje o requerimento, porque a resposta do GSI chegou depois da distribuição que nós fazemos, como todos sabem, 48 horas antes cada um das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Comissão recebem a pauta do que vai ser tratado.

Então, foi por esse motivo que nós não colocamos aqui, mas na pauta da próxima reunião estarão incluídos os requerimentos feitos pelos Senadores que já citei.

No presente momento, concluindo, Senadora, e antes de passar a palavra ao Senador Aloysio, depois a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, eu quero dizer que por isso nós não podemos, hoje, fazer nada. A possibilidade de que nós temos é falar com o líder do Governo para que ele se sensibilize, veja que essa matéria não tem a urgência que estão aditando a ela e que permita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional exercer o seu papel constitucional e a sua atribuição como Comissão desta Casa, de poder discutir e debater o assunto.

Já que todas as preocupações que o PLC nº 41 vem enunciando... Todas essas preocupações não têm razão de ser porque elas já estão completas pela legislação ora em vigor.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em seguida, a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer ao senhor e à Comissão que, para mim, todo debate é bom. Adoro debater e acho que essa é a função nossa, especialmente projetos de grande relevância como é este a que V. Ex^a está se referindo: o acesso a documentos públicos.

Seja debate aqui, na Comissão de Relações Exteriores, que é efetivamente o foro adequado para discutir o seu mérito, seja no plenário, eu acho que a discussão é boa, é positiva, e não tenho nenhum tipo de constrangimento em relação à agenda presidencial. Lembro-me do argumento da agenda presidencial ter sido invocado pela base do Governo para que a Co-

missão votasse a urgência para o acordo internacional, que previa o aumento do preço da energia pago a Itaipu, porque se dizia que a Presidente iria ao Paraguai e que ficaria ruim, não sei o quê... Esse foi o argumento usado aqui para se dar a urgência, que impediu, inclusive, um voto em separado, estudado, criterioso, de grande substância do Senador Jarbas Vasconcelos.

Agora, dentro desse projeto, Presidente, eu tenho um ponto de vista que eu já exprimi publicamente, na medida em que V. Ex^a colocou também o seu ponto de vista na leitura do seu voto em separado muito bem elaborado, substancioso, eu exprimi o meu ponto de vista que é divergente do seu. Eu acompanho esse projeto há muito tempo. Ainda antes de ele ser apresentado pelo Deputado Mendes Ribeiro, eu era Deputado e colega dele na Comissão de Justiça, participamos de vários seminários, encontros sobre esse assunto, enfim acompanho a tramitação.

Agora, o que me deixa estarecido é a atitude do Governo em relação a esse episódio. Veja, V. Ex^a relatou o seu encontro com o Ministro Palocci e aquilo que foi objeto de entendimento seu com o Ministro Palocci, darmos condições de que o senhor e a Comissão pudessem aguardar um estudo maior por parte do Governo.

Acho estranho que o Ministro da Casa Civil não tivesse conhecimento do assunto. V. Ex^a foi Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não conhecia, ele não conhecia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso é inacreditável. Um assunto dessa gravidade, dessa importância passa despercebido pelo Ministro da Casa Civil, como passou despercebido pelo anterior Ministro da Casa Civil, atual Presidente da República, Dilma Rousseff.

Veja V. Ex^a as datas das emendas que foram apresentadas ao projeto de lei da Câmara. Duas emendas de plenário do dia 13 de abril de 2010, uma do Deputado Bonifácio de Andrada, outra do Deputado Luiz Carreira; depois, duas emendas, uma emenda ainda no dia 13, de um Deputado da base do Governo, ex-Ministro, Deputado Miro Teixeira; outra emenda do Deputado Miro Teixeira, 14 de abril de 2010, também do Deputado importante da base do Governo, Líder do PDT. Tivemos quatro emendas nesse mesmo dia, apresentadas pelo Deputado Raul Jungmann.

Ora, a Presidente Dilma Rousseff, na época, era Chefe da Casa Civil, que tem a responsabilidade de acompanhar o andamento dos projetos de lei, das proposições que afetam a vida do Governo, do Estado, do País.

O General-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional: evidentemente, essa resposta apressada foi

uma resposta encomendada e contra o relógio. V. Ex^a apresentou o seu requerimento de informações no dia 5, contando que o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional iria se deter sobre o assunto para fornecer ao senhor, à Comissão e ao Senado uma resposta à altura da importância do tema. Tivemos aqui essa resposta que cabe em praticamente meia página e que é datada de onze dias depois do seu requerimento de informações. E no dia seguinte, a manifestação do Líder do PT aqui nesta Comissão, que cobrava de V. Ex^a o envio do processado ao plenário.

Ora, há tudo uma grande combinação aí, Sr. Presidente. Não nos iludamos. Uma combinação que diz respeito ao Governo e à sua base.

A oposição aqui, e eu não estou falando em nome da oposição aqui. Falo em nome do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Estou desejoso, pronto a discutir. Considero que o voto em separado de V. Ex^a traz matéria para debate muito interessante, fascinante, assim como o voto em separado do Senador Aníbal Diniz. Agora, o que está havendo aí definitivamente é um jogo muito complicado de falsidade, de engodo, de duplicidade, que diz respeito basicamente ao Governo e à sua base parlamentar.

E o que eu lamento é que a Comissão de Relações Exteriores e o seu Presidente, o Presidente Fernando Collor, seja nesse momento jogado de um lado para outro, por respostas contraditórias e mediatamente contraditórias.

Agradeço a v. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eu apenas gostaria de fazer uma ressalva que julgo importante.

Nesse período a que V. Ex^a se refere do oferecimento das emendas, a então Ministra Chefe da Casa Civil, atual Presidenta Dilma Rousseff não mais estava mais tratando dessas relações com o Congresso. Essas atribuições, ela já havia passado todas essas atribuições ao Ministro das Relações Institucionais. E ele cabia acompanhar esse processo, já que ela estava muito voltada para a questão do projeto do PAC, do Programa Minha Casa, Minha Vida, enfim, para a administração do Governo efetivamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a conhece bem o organograma da Presidência da República. Evidentemente, a Secretaria de Assuntos Institucionais não tem nenhum tipo

de estrutura jurídica, de assessoria para acompanhar. Tudo isso é dependente da Casa Civil. E um assunto dessa importância não poderia passar despercebido pela Ministra mais importante do Governo, que era a Ministra-Chefe da Casa Civil, candidata já apontada pelo Presidente da República para a sua sucessão.

Então, por isso, eu acho que há coisas estranhas. Existem conversas ao largo do Governo para conosco, conversas atrapalhadas. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu queria apenas reforçando, mais uma vez, desculpe-me, Senadora. Nessa ocasião eu estava na Presidência da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, e naturalmente, como a então Ministra Dilma estava muito dedicada às questões relacionadas com a infraestrutura, nós tínhamos encontros quinzenais para tratar desses assuntos. Ela realmente, a agenda dela...

Isso foi oficializado, isto foi publicado no Diário Oficial: “As atribuições da Ministra Chefe da Casa Civil passam agora às Relações Institucionais”...

Então, por sinal, foi um excelente Ministro das Relações Institucionais o atual Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas nessa ele falhou. Aí falhou lamentavelmente, porque não informou ao Governo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Talvez a assessoria dele...

Mas ele foi um bom Ministro. Na interlocução com o Congresso, ele se houve muito bem. Acho que os Deputados e Senadores podem atestar isso.

A então Ministra Dilma não tinha como... Até por que do ponto de vista legal, por decreto presidencial, essas atribuições já haviam, todas, sido passadas ao Ministro das Relações Institucionais.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente,...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria... Já estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A Senadora Ana Amélia...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, um esclarecimento de fato: nesse ponto Senadora – é um segundo –, na verdade, nesse período, em abril, a Ministra Dilma já tinha renunciado ao seu cargo por conta da sua candidatura, pois a legislação eleitoral obriga que não ocupe cargo por seis meses antes do pleito. Então, em abril ela já não ocupava o cargo e aí chego à conclusão de que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É mais uma ratificação de que ela não tinha... Foi muito bem lembrado por V. Ex^a, Senador Sérgio Souza. Muito obrigado

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Fernando Collor, tenho uma preocupação institucional com a Casa e com a responsabilidade do mandato. Nisso estão as prerrogativas do Senado Federal e das demais instituições democráticas. Essa revelação de V. Ex^a fere, de alguma forma, prerrogativas constitucionais de desempenho da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sem dúvida

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então isso é sério. Por enquanto, pelo que ouvi aqui, foram ações políticas. Penso que seja regimentalmente possível alguma ação.

Em primeiro lugar, li com atenção todas as observações de V. Ex^a. Não fiz uma questão de ordem, Senador Aníbal, porque era fundamental ouvir o depoimento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores sobre fatos ignorados – eu imagino – pela maioria dos Senadores aqui presentes. Então, era necessário saber, por um depoimento do Presidente, que tem responsabilidade institucional para representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Por isso, eu ouvi com atenção.

Esse requerimento que V. Ex^a encaminhou ao Ministro Chefe do GSI veio incompleto, e V. Ex^a aponta todos os itens a que fiz referência aqui: o item 1 foi respondido parcialmente, com a supremacia de documentos confidenciais e apenas dois documentos ultrassecretos e nenhuma informação referência à elaboração disso pela Agência Brasileira de Informações, primeiro ponto.

Nos demais também houve informação insuficiente nos itens 5, 6 e 7.

Pergunto a V. Ex^a se não seria regimentalmente necessário novo requerimento para que essas perguntas que não foram devidamente respondidas venham a ser respondidas conforme deseja esta Comissão. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é sobre ações regimentais que possa esta Comissão, junto com a Presidência do Senado, fazer chegar à Presidência da República para dar-lhe conhecimento desse ato. Penso que não é um gesto qualquer; isso tem um significado. Na medida em que nos calam e nos omitimos na defesa das prerrogativas da Instituição, nós estamos assumindo uma leniência – digamos assim –, aceitando passivamente esse estado de coisa. Penso que não se esgotam no campo político as ações para resolver essa questão tão grave, tão aguda.

É essa minha ponderação a respeito dessa matéria tão delicada, mas tão importante do ponto de vista institucional e das próprias relações equilibradas entre

os Poderes, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Essa questão é exatamente o que eu coloquei no início da fala. Eu gostaria muito de ouvir V. Ex^{as} em relação a essa questão do requerimento. Se V. Ex^{as} acham que as respostas foram suficientes, que as respostas foram completas, se essas respostas retiram toda e qualquer dúvida porventura existente ainda em cada um de nós sobre tema dessa relevância, e aí se seria necessário um novo requerimento, e aí o prazo seria de dez dias para que o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) nos oferecesse a resposta, ou se nós deixaríamos esse requerimento, já dando como satisfeitas as respostas oferecidas.

Eu gostaria de ouvir V. Ex^{as} em relação a este ponto.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sou favorável a um novo requerimento para que as informações sejam respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho a minha convicção formada, mas, não tenho nenhuma objeção para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Presidente Collor, demais Senadores, sinto que o Governo tem culpa de muitas coisas, mas, neste caso, especificamente, acho que o rito processual está aqui na Casa. A gente vai ter que cobrar um pouco o mecanismo de fazer com que a discussão aconteça. Porque quando o Governo manda uma medida provisória com data marcada para perder vigência e obriga a votação, todo mundo reclama que é interferência do Executivo aqui no Parlamento. E agora, quando se trata de um PLC que é atribuição exclusiva do Parlamento dar resposta a respeito, a gente vai se escorar e dizer que é culpa do Executivo?

Eu não posso aceitar esse argumento, porque seria completamente contraditório.

Então, o que eu acho? Penso que temos que assumir as nossas responsabilidades de fazer uma varredura nesse PLC 41, discutir artigo por artigo e dar a nossa resposta. E se tiver que fazer novos requerimento, aí terei que pedir verificação de quórum, porque todo mundo vai ter que assumir a responsabilidade pela procrastinação dessa discussão na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Temos quantos Senadores em plenário? *(Pausa.)*

Nove Senadores. Não há quórum para tomar essa deliberação. Mas isso não significa dizer... Eu gostaria de pedir a opinião de cada um, porque o requerimento, independentemente disso, pode ser enviado. Gostaria de colher as opiniões.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de saber, pelo que V. Ex^a já colocou, que está na Mesa do Senado Federal, se, regimentalmente, ainda cabe a esta Comissão enviar novo ofício para que sejam complementadas as informações; novo requerimento, para que sejam complementadas essas informações; se ainda é da competência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim, é possível.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Partilho da opinião do Senador Aníbal Diniz e também de V. Ex^a no sentido de que é esta a Comissão que representa o momento necessário para que todos os pontos desse projeto sejam debatidos e aclarados até mesmo com a realização de audiências públicas.

Entendo que se, numa análise profunda desse requerimento, Senadora Ana Amélia, nós chegarmos à conclusão de que os quesitos apresentados ao GSI não foram devidamente respondidos, como já colocou V. Ex^a, que foram de forma abstrata em alguns pontos e até mesmo, Sr. Presidente, com subterfúgios, que deixaram explicitamente de responder três ou quatro dos itens, se entendermos que esses itens, esses quesitos têm que realmente ser respondidos, para que possamos promover o debate necessário dentro desta Comissão ou no Plenário do Senado, concordo com a Senadora Ana Amélia de que devemos reiterar esse requerimento, para que sejam explicitados da forma requerida na solicitação inicial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na mesma linha, lamentando o tratamento que foi dispensado a esta Comissão, apoio a reiteração deste requerimento. E proponho mais: se a resposta seguinte não for também satisfatória, que nós aprovemos aqui uma audiência pública para ouvir S. Ex^a o General Elito. Eu o conheço, é um militar dos mais capazes das Forças Armadas, e acredito que não terá nenhuma negativa para vir a esta Comissão prestar os esclarecimentos.

Eu gostaria apenas de, aditando a proposta da Senadora Ana Amélia, já deixar estabelecido um cro-

nograma. Caso a próxima resposta também não seja satisfatória, já deixar aqui um requerimento de convocação do General Elito para, em audiência pública, prestar os esclarecimentos necessários. E aí, então, estabelecer-se, de outra forma, o debate que nos está sendo negado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Muito Obrigado, Senador Luiz Henrique. Gostaria de informar a V. Ex^a que já existe um requerimento, assinado pelo Senador Ministro Francisco Dornelles, convidando S. Ex^a o Ministro-Chefe do GSI para aqui comparecer.

Esse requerimento, bem como o requerimento subscrito pelos Senadores Jarbas Vasconcelos e Blairo Maggi, ficaram sobrestados. Estavam na pauta da última reunião e os autores concordaram em sobrestar a deliberação sobre os requerimentos, até que chegassem as respostas ao requerimento, o que hoje estou dando conhecimento a V. Ex^{as}. Por isso não está na pauta de hoje. Eu não imaginava que a resposta viesse tão célere e ela chegou, embora célere, depois da elaboração, 48 horas antes, como é praxe desta Comissão, e obedecendo ao Ato 1, aprovado aqui o início dos nossos trabalhos. Não foi colocada na pauta da reunião de hoje, mas será colocada na pauta da reunião seguinte. Mas colho com satisfação a sua opinião. Muito obrigado, Senador.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, a minha opinião é a mesma que expressou o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, já tenho opinião formada sobre o projeto, de forma que para mim não é relevante a reiteração do ofício.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Devo confessar que não tenho posição formada. Considero este um dos itens mais difíceis, pelas nuances, pelos detalhes, e tomarmos uma posição entre a importância de defender o direito à informação de cada cidadão e cidadã e a responsabilidade de proteger as informações que a Nação brasileira como um todo necessita proteger.

Ainda vejo com preocupação diversos pontos. Quanto mais debater, para mim, vai ser mais necessário, para eu tomar uma decisão. Talvez seja fruto de que o nome, aliás, chamado Sistema Brasileiro de In-

teligência, me excluiu aqui, porque não tem nada de educação aqui dentro. Na verdade, é um sistema brasileiro de informações. Nós traduzimos do americano de maneira literal, o que deforma um pouco a visão do que é inteligência. Mas eu confesso que não tenho posição formada ainda sobre o projeto que veio da Câmara. Comecei a ficar mais tranquilo quando ouvi meu amigo Aloysio dizer que tem absoluta segurança de que é um bom projeto. Então, fico até mais tranquilo, mas não me sinto ainda pronto para votar, se o senhor fosse votar isso neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor . PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Senador Aníbal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Diante da importância da publicização deste debate, sou propenso a não reiterar o requerimento, mas propor que a gente faça uma audiência pública nesta Comissão, com a presença do General José Elito Carvalho Siqueira, que viria, juntamente com outras autoridades ligadas ao setor, inclusive algumas autoridades ligadas àqueles oito Ministérios que participaram da assinatura da exposição de motivos, de forma que a gente possa fazer um debate amplo aqui e de alguma maneira clarear a tomada de decisão do conjunto dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Muito obrigado, Senador Aníbal. Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu entendi perfeitamente a colocação do Senador Aníbal. Eu acho que isso seria muito mais abrangente do que o formalismo de uma resposta. Nós teríamos todos aqui a oportunidade de indagar, de fazer questionamentos ao Ministro de Estado em todos os pontos e de tirarmos todas as dúvidas, até mesmo, Senador Cristovam, para que possamos todos ter a consciência e a razão de que estamos votando, de que estamos aprovando uma lei que é necessária – a divulgação, o acesso às informações –, mas também é necessária a segurança do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Foi muito proveitosa essa auscultação porque eu já tenho mais ou menos uma posição do cerne desta Comissão.

Então, na próxima reunião, fará parte da pauta, como já estaria programado, independentemente da opinião aqui colhida em relação ao assunto, o requerimento de S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles, convidando o Ministro do GSI para aqui comparecer. Lembro a V. Ex^{as} que temos uma espada de Dâmocles sobre as nossas cabeças, que é o pedido de urgência, que ainda se mantém, e o pedido de urgência signi-

fica que, a qualquer momento em que a pauta esteja destrancada, a matéria, ou seja, a análise, a votação, a deliberação sobre a aprovação ou não do PLC 41 será colocada na Ordem do Dia.

Mas essa audiência pública independe, talvez, disso. E se houver essa votação antes de nós realizarmos essa audiência pública, eu estarei, naturalmente, oferecendo, em plenário, como Relator da matéria, o meu relatório, colocando as posições que julgo do interesse do Estado brasileiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acredito que nós poderíamos todos, como membros desta Comissão, assinar o compromisso de votarmos e articularmos contra a aprovação desse requerimento de urgência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Foi votado? Então, não tem mais o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foi votado e aprovado o pedido de urgência. Inclusive, apenas para complementar o que eu expus aos senhores, logo depois de ter sido pego de surpresa com o pedido de urgência determinado pelo então Ministro Palocci ao Líder do Governo Romero Jucá, eu estive novamente com o Ministro Palocci e perguntei a ele: “Ministro, o que aconteceu? Nós estávamos tratando dessa questão, o senhor ficou de fazer sua equipe estudar o assunto”. Ele olhou para mim e disse: “Ué, mas foi votado?”. Tem que se respeitar um pouco as divisas, não é? Eu disse: “Bom, Ministro, mas é claro que foi votado”. Então, foi algo que deixou em posição muito desconfortável não somente a Comissão, mas a mim, pessoalmente, bastante. Isso não se faz. Isso não se coaduna muito bem com a...”

Há outras questões aqui que trago também, mas não vou me estender porque já estamos um pouco atrasados para o início da nossa pauta.

Temos aqui documentos do governo americano, das leis americanas sobre a questão de sigilo e também de governos da Comunidade Européia. E aqui fica muito claro que nenhum desses governos larga de mão as suas salvaguardas. Todos eles mantêm as suas salvaguardas. Diferentemente do que dizem. É muito bonito o Sr. Barak Obama falar, se bem que ele jamais falou em questão de estado, mas é muito bonito querer entender as palavras do presidente americano como uma solicitação dele a países, de modo geral, que tenham transparência das suas ações. Mas, do

modo como vai sendo divulgado, dá a ideia de que essa transparência, não é nem transparência, de que essa abertura de documentos tenha de alcançar os segredos de estado, e não alcança. Por isso que eu disse que nós temos de ter uma grande atenção nessa interseção: o que é a transparência das ações do governo e o que é do interesse do estado de terem as suas salvaguardas. Então, em relação às ações do governo, sem dúvida alguma, tem de dar a maior publicização possível. E é em relação a isso que o Sr. Barak Obama se refere. Porque a própria legislação do governo que ele preside, e também a dos chefes de governo e de estados da União Europeia, todos eles, todos eles, nas suas leis de inteligência, mantêm as salvaguardas do estado para segredos assim considerados por interferirem na questão nas questões das tecnologias sensíveis, na questão da soberania, na questão da integridade do território e das relações internacionais.

Então, aqui está esse documento que, posteriormente, estaremos trazendo aos senhores para conhecimento.

Gostaria de agradecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pela atenção e por terem atendido à leitura da resposta oferecida pelo Ministro do GSI.

ITEM 1

– Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 124, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: No dia 15/09/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

ITEM 2

– Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 125, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *No dia 15/09/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.*

Convido, para que tomem assento à Mesa, os Srs. Embaixadores Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, indicado pra a República da Eslovênia, e Joaquim Augusto Whitaker Salles, indicado para Santa Lúcia.

Sejam V. Ex^{as} muito bem-vindos.

Passo a palavra ao Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, indicado para a República da Eslovênia para a sua exposição.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para fazê-la.

O SR. GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA – Sr. Presidente Fernando Collor, demais integrantes desse colegiado, particularmente os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz, que foram os relatores da minha sabatina, a quem agradeço muito o trabalho de relatoria e as palavras generosas que foram proferidas:

Também desejo agradecer os demais presentes, alguns colegas que estão aqui e entendo que devo fazer uma pequena introdução sobre as funções que ora exerço no Itamaraty.

Sou diretor do Departamento de Mecanismos Inter-Regionais. É uma unidade nova na estrutura do Ministério, fruto da convergência de várias coordenações gerais que tratam das chamadas novas plataformas de interação inter-regional. Talvez os senhores estejam mais familiarizados com os Brics, que é o agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mais recentemente, e o Foro IBAS, Índia, Brasil e África do Sul. Também me ocupo de outras plataformas, as que envolvem o mundo árabe, o mundo africano e os países da Ásia do Leste.

Acredito que embora seja uma experiência, ao longo de quatro anos, em torno do multilateral, quero crer que talvez, caso conte com o beneplácito de V. Ex^{as} para minha função como Embaixador em Liubliana, acredito que talvez possa explorar o segmento multilateral dessa relação pelos motivos que deverei elencar proximamente.

Se me permitem, vejo já sobre a tela a República da Eslovênia, antes, no entanto, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de agradecer ao senhor o fato de ter participado da audiência do último dia 15. Isso porque, tive dois insumos que foram importantes para a minha sabatina. O primeiro deles foi justamente quan-

do o senhor fez todo o relatório da audiência anterior que retratava justamente a crise financeira da Europa.

A Eslovênia é um pequeno país, entrou em todas as estruturas euro atlânticas e entrou também no espaço do euro. Houve, naturalmente, toda uma crítica em torno da fragilidade dos sistemas fiscais na Eslovênia. A audiência era sobre a fragilidade do sistema europeu. Pouco depois, quando eu regresso ao Itamaraty, recebo a notícia de que o primeiro-ministro da Eslovênia havia caído. Ou seja, houve uma moção de confiança e ele caiu justamente pela fragilidade do sistema. Ou seja, era uma coalizão de centro-esquerda, que se manteve no poder durante algum tempo, mas a Eslovênia, que cresceu enormemente desde a sua emancipação política, teve dificuldades muito fortes em 2008, e o PIB cresceu. Quer dizer, naturalmente que a envergadura do que passa a Eslovênia não se compara a outros países como Grécia, Espanha e Itália. Absolutamente, nada disso. Tem um parque industrial bom; isso é da época inclusive da antiga Iugoslávia. É um país extremamente equilibrado, com um PIB de 50 bilhões; tem uma renda *per capita* elevadíssima, chegando a quase US\$24 mil; um PIB *per capita* com poder de compra de cerca de UR\$28 mil. Portanto, tem todos os elementos para poder sustentar, mas o que se provou é a falta de sustentabilidade da economia eslovena.

Recordo-me, Sr. Presidente, de que o senhor fez menção ao professor Friedrich, que fez justamente uma análise da fragilidade dessas economias. E a economia eslovena não é autossustentável, ela vai efetivamente exigir, exigiu uma série de medidas que deveriam ser implementadas para equilibrar a sua renda e, naturalmente, muitas medidas que foram colocadas pelo governo eram impopulares. E ele não conseguiu, através dessa coalizão com vários partidos – gradualmente alguns partidos saíram da coalizão, inclusive perdeu alguns ministros que se sobrepuseram em alguns portfólios – quando fez a apresentação, ele não teve o voto de confiança. Então, o Presidente Danilo Türk, que se encontra agora nos Estados Unidos, deverá regressar proximamente a Liubliana para tentar fazer um *workshop* do gabinete e tentar ter uma indicação de um substituto. Vários juristas estão discutindo o tema. Mas acho relevante, Srs. Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com o perdão do Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a iniciasse o processo de votação, tendo em vista que há Senadores que precisam assumir outros compromissos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador.

Coloco à deliberação do Plenário a solicitação feita por S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Valadares.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, de acordo com o § 4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, declaro aberto o processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem exercer o seu voto podem colher o mesmo à mesa.

Muito obrigado.

Desculpe, Embaixador. Pode continuar a sua exposição.

O SR. GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA – Apenas sintetizar o que eu estava dizendo, inclusive permito-me recorrer às palavras da nossa Presidenta, na abertura dos debates gerais das Nações Unidas, em Nova Iorque, ontem, quando ela disse que uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para demanda e crescimento. Ou seja, é um caso específico.

Estou muito grato de ter participado desta audiência pública, não só por esse elemento que dá, mais ou menos, uma conjuntura da situação econômica e política da Eslovênia, e também pelo segmento da matriz energética, que também foi tratado na última audiência. Eu digo, meus senhores, porque existe uma possibilidade de isso ter sido o epicentro de algumas discussões, em Liubliana, da nossa embaixada, da possibilidade de o Brasil vir a utilizar o porto de Koper. A Eslovênia tem uma população um pouquinho menor que a da Bélgica. Faz fronteira com a Itália, com a Áustria, em cima Temos a Hungria de um lado e a Croácia embaixo. Os Alpes Julianos cortam o país.

Existe a ideia de que o Brasil possa eventualmente explorar o porto de Koper como alternativa para Hamburgo e Roterdã. Eu acho que é um assunto muito complexo.

Por que a audiência foi importante? Porque uma das ideias seria que pudéssemos utilizar o porto até para distribuir e armazenar etanol. Naturalmente, ficam os gráficos demonstrados, sabemos que, no momento, as nossas exportações de etanol seriam um pouco dificultadas.

Mas, independentemente disso, quero crer que, talvez, à luz da nova conjuntura política eslovena, que naturalmente só poderei afiançar aos senhores sobre sua viabilidade, claro, naturalmente, com o respaldo e com o endosso para a minha designação, a partir do momento que eu entenda exatamente o chamado

Plano Especial de Koper, até que ponto, efetivamente, o Brasil poderia não só utilizar alternativamente esse porto, mas sobretudo se haveria interesse nosso de participar do processo de revitalização e de expansão desse porto.

Vários píeres foram criados. Naturalmente, seriam armazenadas *commodities*, para, como eu disse, alternativas aos portos da Europa, porque isso economizaria cerca de 500 quilômetros para uma ação em relação à Europa Central e Oriental.

Sob o ponto de vista das relações bilaterais – desculpem-me, estou correndo um pouquinho porque fico preocupado com o cumprimento do horário –, nós temos uma relação muito profícua com a Eslovênia. Existe uma empatia natural. O Presidente atual, Danilo Türk, é um diplomata, teve um papel importantíssimo no processo emancipatório da Eslovênia. Foi embaixador do Brasil. A nossa chancelaria tem uma relação muito próxima, inclusive com o próprio chanceler também. Ou seja, existe todo um capital de grande afinidade e que permite uma plataforma de diálogo político muito profícuo

No campo bilateral comercial, naturalmente, se nós conseguirmos explorar essa possibilidade, acredito que faria um diferencial grande.

A pauta de exportações em fluxo comercial é cerca de 360 bilhões, é muito aquém do que poderia ser. Mas percebemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é interessante notar que essa crise que está passando a Eslovênia e a Europa como um todo fez, fez a Eslovênia, um país menor e com capacidade mais relativizada, tentar voltar o seu rosto para dois segmentos. Um, a chamada yugosfera, que seria quase que um retorno um pouco aos países aos quais ela pertenceu. Na época, o titoísmo, que dava certa autonomia de gestão às empresas e também permitiu a devolução de terras agrícolas, fez da Eslovênia, talvez, o país ou a república mais industrializada. Inclusive Belgrado mostrava um pouco a Eslovênia como um modelo de sucesso dentro do titoísmo.

Eu não vou fazer os grandes cortes temporais, que eu gostaria muito. A coisa que acredito que é muito curiosa a respeito da Eslovênia. Para vocês terem ideia da força do elemento democrático da Eslovênia, no século VI, quando os eslavos – quer dizer, os protoeslovenos, pois os eslovenos são os eslavos alpinos – se estabeleceram na região, que já era anexada pelo Império Romano, eles criaram o chamado Ducado de Carantânia, que tinha um sistema de entronização do príncipe, ou, digamos, do duque a partir de uma sabatina – exatamente o que estou fazendo. E era uma sabatina pública. E, a partir da sabatina pública, seria ou não outorgado o direito do príncipe, do duque, de

exercer as suas funções. Muito curiosamente, a partir da menção de um filósofo francês do século VI, Jean B., Thomas Jefferson utilizou isso na Declaração de Independência dos Estados Unidos. E Bill Clinton, inclusive, em carta dirigida ao Presidente da Eslovênia, em algum momento, disse claramente: “Deitam-se um pouco sobre a democracia norte-americana os Princípios de Carantânia”. Então, só uma ideia do caráter, digamos, muito democrático da Eslovênia, um país pequeno, afetuamente chamado por algumas das literaturas que eu li de “Rato que Ruge”, porque é um país pequeno, mas que procura ter uma voz muito atuante. Esse é um aspecto histórico interessante e que dá um colorido especial ao país.

O segundo é que a Eslovênia é um país muito particular. Fez parte, naturalmente, do império carolíngio e austro-húngaro. Inclusive, até hoje, fala-se muito Liubliana como *Laibach*, que era... Até a estrutura inclusive, não a divisão geográfica, mas a estrutura para fins, digamos, regionais, ainda data um pouco do império austro-húngaro. Eles relacionam, eles falam da Caríntia, eles falam da Primorska, eles falam, enfim, das diversas regiões que ainda eram vassalagem do império austro-húngaro. Então, há uma identidade muito própria. A cultura germânica foi muito forte na Eslovênia, tanto é que, quando houve o processo emancipatório do país, foi muito curioso porque, quando Milosevic assumiu o governo em Belgrado, ele sabia ao certo que a Eslovênia era um pouco diferente das demais repúblicas. E ele, então,... A questão inclusive confessional. A Eslovênia é um país católico, e não um país ortodoxo, como, enfim, os demais. Não é um país muçulmano, ou seja, até o elemento religioso influenciou. E também a autossuficiência, de certa maneira. Esses elementos fizeram com que a emancipação da Eslovênia, apesar de uma guerra, chamada Guerra dos Dez Dias, que ceifou 76 vidas, com o reconhecimento da União Europeia, facilitasse o processo da independência eslovena, o que não ocorreu, talvez, com os demais países da antiga Iugoslávia, que sofreram também com uma guerra que só os Acordos de Dayton terminaram, uma década depois.

Então, somente para dar umas características que eu acredito que sejam importantes e para voltar a esse diálogo. Ou seja, nós temos elementos muito comuns, futuramente, na nossa história. E eu acredito também no aspecto político. Nós temos de aguardar um pouco a nova configuração do poder, tal como se colocará. E creio que eu poderia trabalhar, caso novamente eu tenha o beneplácito de V. Ex^{as}, com o vetor multilateral. Existe o Fórum de Bled, que não seria um Davos, mas seria algo com um diálogo político originalmente voltado para os Bálcãs, mas hoje em dia muito mais

espraiado. Enfim, é um fórum do qual o Brasil tem participado de maneira ativa, com a presença sempre muito forte. O nosso Chanceler e o nosso Secretário-Geral já estiveram presentes no Fórum de Bled.

Algo que também reputo relevante é o chamado Centro Internacional das Empresas, que tem sede na Eslovênia. Naturalmente, veio ainda do período da Guerra Fria e era mais voltada à formação empresarial das empresas públicas, mas hoje tem um caráter muito privatizante e está muito detida em relação às pequenas e médias empresas, e, para nós, a sua internacionalização é algo de grande relevância. O Brasil é um país observador, não é um país membro integrante, mas quero crer que talvez seja outro viés em que eu possa trabalhar.

Ainda nas relações bilaterais, eu acho que existe um nicho muito grande e muito importante em relação à ciência e à tecnologia. Os eslovenos são muito avançados em alguns segmentos, e eu cito a oncologia e células-troncos. O Ministro da Saúde está vindo aqui e vai manter contatos inclusive com os Hospitais Sírrio Libanês e Albert Einstein e alguns hospitais públicos, e acredito que poderemos trabalhar de maneira muito próxima porque já existe um acordo de cooperação no quadro de ciência e tecnologia e um acordo no quadro de educação, que também deve ser firmado proximamente. São dois instrumentos que vão viabilizar a implementação dos editais que já foram aprovados e que cobrem a área de nanotecnologia, de biomédica e também de estudos aquáticos. Ou seja, existem, talvez, elementos que permitem um diferencial de atuação bilateral.

Como eu disse anteriormente, é um momento em que a Eslovênia se volta, quer para a yugoslava, quer para os países emergentes, particularmente os países que são integrantes do agrupamento Brics, porque são mercados grandes. E ela sabe perfeitamente que o universo europeu ocidental, europeu e norte-americano não vai dar a complementaridade, enfim, de uma economia autossustentada, efetivamente.

E volto a mencionar, nos minutos que me restam, a audiência pública. Ela foi muito útil, inclusive quando houve uma discussão com o Senador Cristovam Buarque – não sei se o senhor se lembra – a respeito da questão de RD, pesquisas de desenvolvimento, enfim,... Eu anotei aquilo tudo porque, o que eu sinto? Empresas eslovenas que estão entrando no Brasil, de diversas gamas, com produtos sofisticados. Perfeito. É natural, é compreensível que haja uma tentativa de buscar outros mercados, mas quero crer que o Brasil também pode aproveitar, de certa maneira, essa possibilidade para trabalhar, talvez sofisticar e ampliar a sua pauta de exportação com produtos de valor agre-

gado, através talvez de uma pesquisa conjunta com os dois países.

No campo cultural, naturalmente, é um país novo. Naturalmente, agora, ficou um pouco conhecido, devido à Copa do Mundo e também à nossa brasileira que venceu, no Lago de Bled o campeonato de remo. Enfim, há todo um segmento literário que pode ser trabalhado, com tradução de várias obras, porque Maribor, ao norte da Eslovênia, vai ser com Guimarães a cidade cultural da Europa no próximo ano.

Os dois vão trabalhar e eu quero crer que talvez nós possamos, inclusive no segmento também até da música erudita, porque, naturalmente, a música popular brasileira é muito bem acolhida, não existe, enfim, nenhum país que questione, mas na música erudita nem tanto.

Só para finalizar, antes de vir para o Brasil, eu era Ministro Conselheiro em Berlim. Lembro-me inclusive da visita do senhor quando foi para Blumenau – lembra-se?, tivemos um contato. Naquela ocasião, percebi que poderia trabalhar eventualmente com alguns projetos na orquestra sinfônica – estou vendo a minha colega que também está aqui – que foi um programa chamado Klang der Welt, um sonido das músicas. Foram músicos da Deutsche Oper, da ópera alemã e também da filarmônica de Berlim, e trabalharam com partituras brasileiras e com músicos, enfim com a nossa música erudita não tão conhecida nesse viés.

Inclusive o balé também – sei que o senhor é do balé de Joinville – nós trabalhamos com isso. Ou seja, até com pessoas carentes que possam, digamos, ter uma atuação em segmentos onde podemos dar certa exposição e fazer talvez a diferença.

O senhor me desculpe ter me estendido. Talvez nas perguntas eu possa me estender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, pela sua explanação, muito interessante, muito esclarecedora.

Passo a palavra agora ao Embaixador Joaquim Augusto Whitaker Salles, indicado para Santa Lúcia.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Relatores Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, muito agradeço a presença de V. Ex^{as} nesta sessão.

Atualmente, Cônsul-Geral na cidade do Cabo, tive a honra de ser indicado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, à consideração de V. Ex^{as}, para chefiar a embaixada naquele país.

Minha exposição se divide em duas partes. Na primeira, abordarei a atuação do Brasil no Caribe em geral e, na segunda, farei uma apreciação sobre as relações diretamente unilaterais com Santa Lúcia, Brasil e Caribe.

Nos últimos anos, observa-se um amplo arco de iniciativas para a aproximação do Brasil com o Caribe. Esse impulso vem ocorrendo à luz, entre outros, nos seguintes dois fenômenos: em primeiro lugar, a nova projeção mundial do Brasil e assunção de uma presença maior na cena regional; em segundo lugar, a valorização do peso político estratégico dos 14 países do Caribe que, reunidos na Caricom, comunidades do Caribe, compõem um bloco coeso de países capazes de influenciar importantes negociações internacionais e favorecer os interesses do Brasil.

Para comprovar essa valorização crescente, somente de 2008 para cá foram realizadas três cimeiras, incorporando mais efetivamente o Caribe como ator de peso na cena regional. As duas primeiras Cúpulas da América Latina e do Caribe, CALC, a primeira realizada, em 2008, no Brasil, e a segunda em 2010, no México. E a terceira cimeira, que é a que nos diz mais de perto, a primeira Cúpula Brasil Caricom, que teve lugar nessa cidade, em abril do ano passado, e cuja importância é central para os desdobramentos posteriores.

Antes de nos determos nela, porém, cabe um ligeiro apanhado das ações brasileiras que prepararam o seu advento.

Em 2004, o governo brasileiro efetivou sua participação e liderança militar na Minustah, Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti. Esse fato sinalizou na época, sem dúvida, um maior engajamento com a vida da região, embora, no momento, haja uma iniciativa no sentido de rever a conveniência de nossas tropas no Haiti. Paralelamente, desde 2003, foram efetuadas visitas de alto nível a vários países da Caricom, algumas das quais pelo próprio Presidente da República. Completando esse processo, desde 2005 foram estabelecidas embaixadas do Brasil em oito países membros da Caricom, inclusive Santa Lúcia, em 2007. A aproximação política se fez acompanhar de um crescimento significativo nas relações comerciais. A corrente de comércio Brasil/Caribe, entre 2002 e 2008, teve um incremento de oito vezes, passando, no último desses anos, a cinco bilhões de dólares. Castries

Comentados esses fatos, faremos agora um instante da 1^a Cúpula Brasil-Caricom. Esse evento foi de crucial importância, coroando todos os desdobramentos precedentes e criando uma estrutura concentrada para a atuação brasileira. A reunião sistematizou a aproximação com os países da Caricom, com a ado-

ção da Declaração de Brasília, que incluiu, entre outros, a previsão da intensificação da cooperação em várias áreas como, por exemplo, educação, cultura, agricultura, saúde, turismo, e comércio e cooperação técnica. Foram firmados, como resultado da Cúpula, 48 acordos entre o Brasil e os demais participantes, seis dos quais com Santa Lúcia.

Passemos agora às relações bilaterais.

A Embaixada em Castries, capital do País, foi aberta em 2007 e sua criação, naturalmente, constitui um dos pilares das relações entre os dois países. Outro dos pilares acabamos de comentar, que foi a 1ª Cúpula Brasil-Caricom, realizada em abril do ano passado, aqui em Brasília.

O primeiro-ministro de Santa Lúcia esteve presente à Cúpula e assinou na ocasião, como referi anteriormente, seis acordos com o Governo brasileiro nas áreas de cooperação técnica, educacional, cultural, agricultura, segurança pública e de isenção de visto. O acordo de isenção de visto está em pleno vigor. Os outros se encontram em tramitação, esperando-se que possam completar seu percurso em breve.

O Estado atual das relações bilaterais comporta uma cooperação efetiva que independe da entrada em vigor dos instrumentos mencionados. Tem sido, assim, concretizadas ações brasileiras exitosas de diversos tipos, com destaque especial para o intercâmbio comercial. Passo a tratar desse agora.

Em 2007, primeiro ano da inauguração da embaixada, observa-se um impressionante salto para cima no comércio bilateral. De quatro milhões de dólares, nas duas direções, em 2006, passou à cifra de um bilhão de dólares, isto é, 258 vezes aquele valor. Ademais, com um saldo das exportações brasileiras praticamente equivalente ao total do comércio bilateral.

De lá para cá, elevou-se ainda mais o nível das exportações brasileiras, de tal forma que, em 2010, somaram 2,75 bilhões de dólares, uma vez e meia o valor do próprio PIB de Santa Lúcia. Esse incremento sensacional se explica pelas exportações de petróleo do Brasil ao País, como bem notou o Relator, Senador Vital do Rêgo, iniciadas em 2007, quando a Petrobras fechou contrato com a empresa santa-lucense, sua correspondente, para exportação para terceiros mercados. Hoje, essas exportações representam mais de 99% do total exportado para o país, propiciando, além disso, a redução dos custos da participação no mercado americano, crucial para os interesses da exportação do petróleo brasileiro.

É importante frisar que, em razão desses fatores, o comércio bilateral do Brasil com Santa Lúcia representou, desde 2008, nada menos do que cerca de 69%, em média, do comércio com todos os países

da Caricom. Nessas condições, Santa Lúcia é hoje o principal parceiro comercial do Brasil na Caricom.

Examinaremos agora algumas outras áreas da cooperação bilateral concreta em curso.

Assistência humanitária. Em 2010, o furacão Tomas, predecessor do furacão Irene, causou grandes prejuízos à ilha, calculados em 34% do PIB de Santa Lúcia. O Brasil, na época, cedeu recursos para o combate a seus efeitos. Na mesma ocasião, o Exército brasileiro disponibilizou ao governo santa-lucense um helicóptero e doze militares para ações de resgate.

Cooperação educacional e cultural. Foi oferecida pelo Instituto Rio Branco, em parceria com a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), uma vaga para diplomata da Organização dos Estados do Caribe Oriental, que tem sede em Santa Lúcia, como aluno do curso de formação em 2011 e 2012. Iniciativa adicional foi a inclusão no livro *A Herança Africana no Brasil e no Caribe*, publicado em julho último pela Fundação Alexandre de Gusmão, de artigo assinado por acadêmica de Santa Lúcia.

Eu gostaria de fazer uma observação nesta altura, Sr. Presidente. Santa Lúcia ostenta dois Prêmios Nobel: um em Economia e outro em Literatura. Dessa forma, a ilha detém o primeiro lugar mundial em termos de Prêmios Nobel *per capita*. Cabem os seguintes comentários, a meu ver: de contingente populacional extremamente modesto – 161 mil pessoas –, Santa Lúcia, evidentemente, exibe uma respeitável densidade intelectual e cultural.

A segunda observação que me ocorre é que o fato ilustra a importância da educação na formação de um povo na linha de uma observação que ouvi de V. Exª e do Senador Cristovam Buarque em sessão muito interessante a que assisti neste mesmo agosto Colegiado, na última segunda-feira.

Cooperação técnica. Quatro atividades foram recentemente desenvolvidas nessa rubrica, independente, digo mais uma vez, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, que ainda não entrou em vigor. As duas primeiras tratam da capacitação da polícia de Santa Lúcia, que esteve aqui na Academia de Polícia Brasileira, e as duas outras tratam da capacitação em serviço de extensão rural para o apoio a pequenos produtores de Santa Lúcia.

Terminado o exame das relações bilaterais, é interessante abordar alguns dados concisos do país.

Em sua política interna, o governo de Santa Lúcia é uma monarquia constitucional, num contexto de democracia parlamentar. O chefe de estado é a própria Rainha Elizabeth II, mas representada por uma governadora-geral, como ocorre em outros países da *Commonwealth*. A governadora-geral, no entanto, não

tem o poder real, ela tem o poder nominal. O poder real cabe ao chefe de governo, que é o primeiro ministro. Existe um parlamento bicameral, com 17 deputados eleitos pelo voto universal e 11 senadores indicados pela governadora-geral, pelo líder da oposição e pelo primeiro ministro. As próximas eleições gerais do país se darão em dezembro de 2011.

Quanto à política externa, Santa Lúcia conduz suas relações internacionais principalmente por meio da Organização dos Estados do Caribe Oriental (Oeco), cuja sede está em sua capital e na qual atua com grande proeminência. O Brasil, observador da Organização, é representado justamente pelo Embaixador em sua capital. Entre os objetivos políticos e gerais da Oeco está o maior alinhamento da política externa de seus países membros. Na área econômica, acaba de criar uma União Econômica, visando a uma moeda comum e a uma união aduaneira entre seus integrantes. O País mantém relações próximas junto a parceiros tradicionais: Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido e França.

Quanto a sua economia, o PIB de Santa Lúcia, pela paridade do poder de compra, gira em torno de US\$1,8 bilhão – como já mencionei: menor do que as exportações brasileiras daquele ano e que corresponde a 0,05% do PIB nosso. Quanto ao PIB per capita, ele se equipara ao nosso em um nível de US\$11.100,00 anuais.

O PIB de Santa Lúcia, no entanto, é o segundo maior entre os seis países membros independentes da Oeco. Sua economia se divide da seguinte forma: 72% em serviços; 23% na indústria, e 4,5% na agricultura.

O turismo constitui a base da atividade econômica do país, sendo a fonte principal de geração de renda, a posse de divisas e criação de postos de trabalho, naturalmente na rubrica serviços: 72%.

A sua indústria se apresenta mais diversificada que a dos vizinhos, produzindo papéis, processamento de alimentos e de bebidas. O setor primário, majoritariamente de cultivo de banana, tem perdido importância relativa desde os anos 90.

Quanto às estatísticas básicas do país, sua área extremamente reduzida é de 616km²; sua população, como já mencionei, é apenas de 161 mil pessoas. As etnias que a compõe se concentram em negros e mestiços, na base de 94%, no todo. Quanto a religiões, as religiões cristãs predominam com 68% de católicos romanos.

Ao terminar esta apresentação, desejo registrar que, se referendado meu nome por V. Ex^{as}, em minha gestão tenciono apoiar firmemente – no que estiver ao meu alcance – as ações que consolidem o relevo já granjeado pelo Brasil, como ator influente no país e na

região e procurar contribuir com a atuação voltada para o reforço da presença brasileira e a possível criação de novas oportunidades de trabalho, conjuntamente com o governo do país, nos diversos campos que se apresentam para a cooperação bilateral. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Joaquim Augusto Whitaker Salles por sua exposição.

Agora, vamos dar início às perguntas formuladas pelos Srs. Senadores. Passaria a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, Sr. Presidente, eu não teria perguntas a fazer. Eu queria apenas cumprimentar os dois Embaixadores: ao Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, que vai representar o Brasil na República da Eslovênia, e ao Sr. Embaixador Joaquim Augusto Whitaker Salles que vai representar o Brasil em Santa Lúcia, e dizer que têm nossos votos de máximo sucesso e muito êxito durante a estada de V. Ex^{as} nessas repúblicas, representando a República Federativa do Brasil e, ao mesmo tempo, cumprimentar nossa Presidenta Dilma pela feliz indicação de ambos os Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Aníbal Diniz.

Passo a palavra agora a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na mesma linha do Senador Diniz, eu gostaria de cumprimentar S. Ex^a o Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães, que vai, tenho certeza, pelas suas explanações, muito bem representar o Brasil na Eslovênia. E com certeza levará um pouco, também, da nossa cultura, da nossa realidade e da pujança que é o Brasil neste momento, um país em desenvolvimento ou quase desenvolvido, como ouvi recentemente da nossa Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. O Brasil está ocupando, neste momento, Embaixador, um papel até mesmo de ponderações nas condições do comércio mundial, com a crise que assola principalmente a Europa. E V. Ex^a vai estar ali muito próximo. Inclusive, a Eslovênia, como V. Ex^a colocou, filiou-se à zona do euro, então o Brasil é um país que tem um papel fundamental neste momento, até mesmo para que nós possamos ser um dos mediadores da crise que assola a Europa e que pode chegar também ao Brasil.

Eu quero também congratular o Embaixador Joaquim Augusto e dizer a V. Ex^a que o Caribe está para o Brasil como estão os países da América do Sul. Então, é importante a boa relação do Brasil com os países do Caribe. Inclusive, Forças Armadas do Brasil estão ali na região do Caribe. O Brasil tem um interesse muito

grande na região do Caribe, para mantermos uma boa relação comercial, mas também uma boa relação de vizinhos, de amigos, como o Brasil tem, entre as suas características amigáveis, a de fazer a conversação necessária para que tenhamos sempre um mundo melhor.

Parabéns. Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Rápido, não é, Presidente?

Eu gostaria de cumprimentar o Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura. Por que embaixador tem um nome tão comprido, hein?

O SR. GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA – Pois é. Acho que é a origem portuguesa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Parece que quando não têm e se tornam embaixadores eles logo arrumam um nome. Eu só tenho dois nomes, sou só Vanessa Grazziotin. E gostaria de ter três, porque sinto muito não ter o nome da minha mãe. Mas, infelizmente...

O SR. GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA – Eu tenho dois da minha mãe e um só do meu pai.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem gente que muda o nome. Eu quero ampliar o meu. Eu tenho que colocar o nome da minha mãe, não sou só filha do pai. Mas também não precisa ser um nome tão comprido assim como o de embaixador.

Mas cumprimento o Sr. Embaixador e quero dar um abraço especial àquele com quem convivemos durante muito tempo no Amazonas, o Dr. Joaquim. De todas as funções que já exerceu dentro do Itamaraty, todas muito importantes, de grande relevância, ele esteve no escritório no Estado do Amazonas e também na região Norte. E vai para o Caribe agora, Santa Lúcia. Dizem que é muito bonito, eu não conheço. Mas ele está acostumado a viver em lugares prazerosos e bonitos, também, porque, no Estado do Amazonas, não havia atividade, Presidente Collor, que lá realizássemos... E temos um importante polo produtivo, que é na Zona Franca de Manaus, e temos uma interlocução com países vizinhos muito importantes.

Eu digo que precisamos resolver imediatamente o nosso problema, porque a ligação dos brasileiros que vivem na Amazônia e na parte da Amazônia ocidental... No Estado do Amazonas, a nossa ligação com a Venezuela, com o Caribe, com os Estados Unidos mesmo, tem sido muito maior do que com outras regiões do Brasil. E isso não é bom, porque, para chegarmos à Venezuela e ao Caribe, vamos de estrada; mas, para

chegar lá ao seu Paraná, a São Paulo, ou até ao vizinho Acre, só temos os rios ou avião, não temos estrada. E o Dr. Joaquim conhece perfeitamente essa realidade.

Eu não pude estar aqui durante toda a explanação dos senhores, porque estava em outra atividade, debatendo a Amazônia, logo ali ao lado, porque esta é a nossa tarefa principal: debater a Amazônia. Alguém tem que debater a Amazônia aqui, não é?

Mas quero desejar aos senhores muito sucesso. O Brasil depende muito do trabalho dos senhores. Acho que a nossa presença nos últimos dias nas Nações Unidas tem sido fruto não só de uma posição política brasileira, mas de um empenho de todos os nossos embaixadores, de todos os servidores do Itamaraty.

Portanto, Dr. Gilberto e, em especial, Dr. Joaquim, muito sucesso. Desejo que o senhor desenvolva lá o trabalho que desenvolveu com tamanha grandiosidade e competência na nossa Região Amazônica e no meu querido Estado do Amazonas.

Parabéns e meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Em nome de todos os integrantes desta Comissão, gostaria de dar as melhores boas-vindas a S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho, que volta ao nosso convívio depois de um período de convalescência após um acidente automobilístico de que foi vítima e do qual todos tomamos conhecimento. Parabéns pela rápida recuperação – realmente é algo surpreendente –, pela dedicação, pela devoção e espírito público de estar de volta ao Senado e aos trabalhos praticamente 30 dias após o acidente. Seja muito bem-vindo, Senador Edison Lobão Filho. Muito obrigado mais uma vez pela sua presença.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero registrar que o Senador Lobão saiu da UTI e veio direto para o Senado. E já está andando sem bengala.

Lamento, Sr. Presidente, não ter assistido a apresentação dos dois embaixadores, mas tinha uma reunião com a minha assessoria e com a assessoria do Senador Cristovam Buarque, pois hoje tínhamos que apresentar um projeto. Assim, infelizmente, não pude assistir. Mas os conheço pela reputação que tem e pelo *curriculum*, que atesta extraordinariamente as qualidades profissionais que têm. Por isso mesmo, o nosso País vai estar muito bem representado na Eslovênia e em Santa Lúcia.

Felicidades aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Indago se algum Senador ainda deseja fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. EDISON LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes de agradecer o comentário de V. Ex^a, sempre muito carinhoso comigo, desde o primeiro que aqui estive, quero parabenizar os dois embaixadores e registrar que os diplomatas de carreira do nosso querido Itamaraty sempre foram conhecidos pela sua competência e pelo seu preparo intelectual. Percebe-se pela exposição de V. Ex^{as} que isso realmente é uma verdade.

Então, vejo com alegria que o Brasil estará muito bem representado tanto na Eslovênia quanto em Santa Lúcia. Espero que V. Ex^{as} possam dar ao povo brasileiro muita alegria e muita honra de tê-los lá nos representando e tratando dos nossos interesses comerciais.

Parabéns aos dois indicados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

Pergunto se há algum Senador que ainda deseje fazer alguma indagação.

Não havendo, passo a palavra ao Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura para, em dois minutos, fazer as suas considerações finais e, logo após, ao Embaixador Joaquim Augusto Whitaker Salles. Ao mesmo tempo em que declaro encerrado o processo de votação e transformo, de acordo com o disposto no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão em secreta.

Solicitaria aos senhores que não façam parte da Comissão que deixem o recinto. Muito obrigado.

(Suspende-se a reunião às 12 horas e 28 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 12 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a nossa reunião e declaro oficialmente aprovados por esta Comissão os Srs. Embaixadores Humberto Fonseca Guimarães de Moura, indicado para a República da Eslovênia; e o Sr. Embaixador Joaquim Augusto Whitaker Salles, indicado para Santa Lúcia. Desejando em nome dessa Comissão uma profícua e exitosa missão. Muito obrigado a V. Ex^{as}.

Continuando a nossa reunião.

ITEM 3

– Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 122, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Indico o Senador Aníbal Diniz como Relator *ad hoc* desta indicação.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aníbal Diniz para a leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Ele é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1975). Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981. Frequentou, ainda, o Curso de Altos Estudos no ano de 2000, quando defendeu a tese intitulada “O Papel do Brasil na Construção de uma Visão Sul-Americana de Defesa”.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Chefe do Setor de Controle de Exportação de Material de Emprego Militar (1985-1987); Assessor Especial do Ministro da Defesa (2000-2002); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (2002-2006); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção (2006-2008); e Embaixador em Paramaribo (2008).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Haiti, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*.

Por meio da Agência Brasileira de Cooperação, o Brasil desenvolve ações de cooperação técnica no Haiti nas mais diversas áreas (agricultura e segurança alimentar, inserção social e esporte, saúde, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano).

Registre-se, ainda, que, mesmo antes do terremoto de 2010, observou-se aumento de imigrantes haitianos no Brasil, os quais seguem rotas com passagens pela República Dominicana, Equador e Peru. Mais recentemente, foi identificado o ingresso via Estado do Acre e também o Estado do Amazonas através da Bolívia. Tal fato vem preocupando os governos estaduais que receiam enfrentar problemas orçamentários no campo de assistência social.

Por fim, a balança comercial tem se apresentado favorável às exportações brasileiras. Em 2010, por exemplo, exportamos US\$ 54,6 milhões e importamos US\$ 0,7 milhão.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

É o Relatório, Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Aníbal Diniz pela leitura do Relatório.

Pela ordem, com a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer ao Senador Aníbal Diniz, que fez a relatoria em meu lugar, e reafirmar que essa indicação é uma das tantas feitas aqui pelo Ministério das Relações Exteriores dos nossos representantes junto à Embaixadas de países com os quais o Brasil tem relações diplomáticas, comerciais, econômicas, culturais. Esse é o caso dessa indicação para Haiti.

O Diplomata indicado para essa missão tão importante é do Rio Grande do Sul, eu o conheço nas funções que exerceu de altíssima qualidade profissional, então eu fico muito grata pela relatoria concedida *ad hoc* ao Senador Aníbal, e queria apenas reforçar da convicção da importância dessa indicação. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senadora Ana Amélia, Relatora da Mensagem do Senado Federal nº 122, de 2011, e que teve como o Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Aníbal Diniz que acaba de fazer a leitura do Relatório apresentado pela Senadora Ana Amélia, e agradeço a S. Ex^a Senador Aníbal Diniz por tê-lo feito.

Coloco em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva nos termos do § 2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a doar 4 (quatro) aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a Senador Aníbal Diniz para proferir o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 44, de 2011, foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 798, de 1º de outubro de 2009 e é de autoria do então Presidente da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, que a aprovou. Em seguida, a proposição foi remetida à revisão senatorial.

A finalidade do projeto é autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, a doar à Força Aérea boliviana 4 (quatro) helicópteros H-1H IROQUOIS, de fabricação estadunidense, acionadas por motor Lycoming T53-L13B, matrículas 8659, 8533, 8657 e 8666 – o número da nossa lei de licitação -, com respectivos números de série 13843, 3205, 13024 e 13500, do acervo da Força Aérea Brasileira (FAB).

Após ser lido nesta Casa em 22 de junho de 2011, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 4 de julho de 2011.

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 44, de 2011, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à CRE, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes às relações internacionais.

Registre-se, ainda, que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado e ela é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. Cuidam-se de aeronaves que integram frota em desativação pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Dessa forma, Sr. Presidente, obedecendo a todos os requisitos constitucionais e dada a justeza da doação, por se tratar de uma contribuição do Brasil a um país irmão e que merece todo o nosso apoio que é a nossa Bolívia, vizinho do nosso Estado do Acre, votamos pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a Senador Aníbal Diniz pela leitura do seu relatório.

Coloco agora em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir coloco em votação o relatório. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo e que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para seguimento de sua tramitação.

ITEM 5

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 638, DE 2010

Aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aníbal Diniz para proferir seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 638, de 2010 (nº 2.438, de 2010, na origem), que aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 e março de 1970.

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 535, de 6 de julho de 2009, solicitando a apreciação da matéria.

A mensagem presidencial traz anexa Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

Trata-se da única convenção de vocação universal sobre obtenção de provas no exterior em matéria civil ou comercial, mantendo importante atualidade. Sua adesão pelo Brasil no atual contexto é motivada, por um lado, pelo crescimento das comunidades brasileiras no exterior e, por outro, para suprir a lacuna causada pela recusa de muitos Estados Contratantes em negociar acordos bilaterais sobre o assunto, sob o argumento de que preferem a utilização desse instrumento multilateral.

O instrumento em apreço foi firmado com o propósito de simplificar e facilitar os procedimentos de obtenção de provas no exterior, aperfeiçoando a cooperação jurídica internacional em matéria civil ou comercial entre as Partes. A maior celeridade no procedimento é buscada principalmente mediante a previsão de nomeação de Autoridades Centrais pelos Estados Contratantes, encarregadas de tramitar as cartas rogatórias diretamente entre si.

O projeto em análise foi aprovado, com ressalvas ao tratado, pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, após passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, ele foi distribuído a esta Comissão em 29 de novembro de 2010. Não obstante o término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 28 de abril de 2011.

Análise.

Visando tornar mais eficiente a cooperação judiciária mútua em matéria civil e comercial, a Convenção em apreço almeja facilitar a transmissão e o cumprimento de cartas rogatórias e promover a harmonização dos diversos métodos utilizados para essa finalidade. O documento, composto de preâmbulo e 42 artigos, está dividido em três Capítulos, a saber: I – Cartas rogatórias; II – Obtenção de provas por representantes diplomáticos, agentes consulares ou comissários; e, III – Disposições transitórias. Firmado em março de 1970, o tratado entrou em vigor no ano de 1972.

Cuida-se de texto convencional produzido no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. Essa organização intergovernamental tem, conforme dispõe o art. 1º do seu Estatuto, a missão precípua de trabalhar pela unificação progressiva das regras de direito internacional privado. O documento em exame insere-se, assim, nessa aspiração. Mais de 50 Estados estão, no momento presente, vinculados a este tratado.

A Convenção soma-se a vários instrumentos firmados pelo Brasil no sentido de atribuir maior celeridade e eficácia à cooperação jurídica internacional. Essa temática é tanto mais relevante quanto mais nos damos conta do número de brasileiros no exterior, bem assim das inúmeras transações comerciais realizadas diariamente por nossos nacionais, pessoas físicas e jurídicas, no mundo.

Com evidente vocação universal, a Convenção é flexível no sentido de viabilizar a vinculação de número mais dilatado de países. Nesse sentido e considerando as vicissitudes dos diferentes ordenamentos jurídicos domésticos, o ato internacional admite a formulação de reservas a determinados dispositivos. Além disso, ele outorga a dois ou mais Estados Contratantes a possibilidade de derogarem determinados dispositivos (art. 28).

Nessa ordem de ideias, o Ministério das Relações Exteriores aconselhou ao Presidente da República a formulação, na hipótese de o País se vincular ao tratado, das seguintes reservas e declarações:

Declaração com relação ao art. 4º, § 2º e ao art. 33: Todas as cartas rogatórias enviadas ao Brasil deverão ser acompanhadas de tradução para o português.

Declaração com relação ao art. 8º: Autoridades judiciárias de um Estado requerente poderão assistir ao cumprimento de cartas rogatórias no Brasil caso tenha sido concedida autorização por parte da autoridade que as executa.

Reserva ao art. 16, § 2º: As provas previstas no art. 16 não poderão ser obtidas sem autorização prévia de autoridade brasileira competente.

Reserva aos arts. 17 e 18: O Brasil não se vincula ao disposto nos arts. 17 e 18, que se referem, respectivamente, à obtenção de provas por comissário sem coação e à obtenção de provas por representantes diplomáticos, funcionários consulares e comissários com coação.

Declaração com relação ao art. 23: O Brasil declara que não cumprirá as cartas rogatórias que tenham sido emitidas com o propósito de obter o que é conhecido, nos países de Common Law, pela designação de "pre-trial discovery of documents".

Vê-se, pois, que as reservas sugeridas pelo Itamaraty ao Presidente da República não destoam do razoável e estão em harmonia com o restante do ordenamento jurídico pátrio. Ocorre, no entanto, que, como aprovado, o decreto legislativo em análise vai adiante do que originalmente sugerido quanto às reservas e declarações. Para além do que é recomendado pelo Executivo, a proposição indica a necessidade de formulação das reservas previstas nos arts. 15 e 16 – em relação a esse, na sua integralidade. E, mais, seu

texto é silente em relação às declarações admitidas pelos arts. 8º e 23.

É certo que o Legislativo não está vinculado à sugestão do Executivo, quando da remessa, por meio de mensagem presidencial, sobre a forma de proceder no tocante à apreciação de tratado pelas casas legislativas. Acontece que, conforme prática republicana, o Presidente pode, por si só, implementar reservas e declarações admitidas pelo tratado, salvo registro expresse em sentido contrário no decreto legislativo de aprovação do tratado. Na hipótese, o Chefe do Executivo compartilhou com o Parlamento sua orientação. Essa, como destacado, não desborda do razoável. Ela leva em conta sobretudo a compatibilidade de texto convencional com o nosso ordenamento jurídico.

Tão exato quanto o acima registrado, é a circunstância de que as alterações oferecidas na Câmara dos Deputados tiveram um vazio de fundamentação no que tange à proposta de reserva aos arts. 15 e 16, *in totum*. Em relação às declarações alvitadas nos arts. 8º e 23, sucedeu o mesmo. É certo, em relação a elas, que o Executivo pode pela sua só vontade implementá-las no plano externo no momento do depósito do instrumento de adesão, conforme mencionado.

Há, no entanto, aspecto que merece ser ponderado no tocante à vontade final da Câmara dos Deputados. Trata-se do fato de que as ressalvas feitas aos arts. 15, 16, 17 e 18 fulminam o Capítulo II, que versa sobre a obtenção de provas por representantes diplomáticos, agentes consulares ou comissários. Com efeito, os artigos subsequentes invocam os dispositivos ressalvados. Dessa forma, parece mais adequado não nos vincularmos a todo o Capítulo II. Essa possibilidade, aliás, é prevista pelo próprio texto convencional. Nesse sentido dispõe o art. 33: "Os Estados Contratantes, no momento da assinatura da ratificação ou da adesão, têm autonomia para excluir, no todo ou em parte, a aplicação das disposições do parágrafo 2º do artigo 4º, bem como do Capítulo II. Nenhuma outra reserva será permitida".

Desse modo, parece mais adequado lançar mão do disposto no art. 33 e aprovar a Convenção com ressalvas ao parágrafo 2º do art. 4º, bem como ao Capítulo II. O Executivo transformará as ressalvas legislativas em reservas no momento de adesão ao tratado. Já em relação às declarações referentes aos artigos 8º e 23, reitera-se que, no silêncio do Congresso Nacional, o Poder Executivo tem o condão de, pela sua só vontade, implementá-las.

No entanto, considerando que a mensagem presidencial, que enviou o tratado à apreciação congressional, antecipou a posição do Executivo no tocante às declarações mencionadas e, acima de tudo, que elas

se relacionam à adequada aplicação da Convenção no ordenamento jurídico pátrio, parece mais apropriado cuidar do tema, por igual, no decreto legislativo de aprovação.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRE

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970, com reserva ao parágrafo 2º do art. 4º e ao Capítulo II, nos termos do art. 33, e com as declarações previstas nos arts. 8º e 23.

.....”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Aníbal Diniz, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o mesmo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes, celebrado em Brasília, em 15 de junho de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador José Agripino para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ementa do projeto já fala por si só. É um acordo que possibilita que familiares dos integrantes do corpo diplomático de países tenham a oportunidade, ou vejam facilitadas oportunidades de emprego, de exercício da atividade profissional. Isso não é um acordo singular do Brasil com quem quer que seja, já é uma tática exercida por muitos países, mais de quarenta países, e só tem vantagens para aqueles que têm diplomatas no exterior e que têm familiares com competência, que podem ajudar o país onde exerçam uma atividade e adquiram experiência dos países onde estão em atividade. De modo que é um fato: os dois lados ganham. Esse acordo é submetido, sob a forma de projeto de decreto legislativo, para a apreciação desta Comissão, e tem o meu voto absolutamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador José Agripino pela leitura do seu relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 921, DE 2011

Requer, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à República Francesa pelo transcurso de sua data nacional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Souza, Relator *ad hoc* da matéria, para proferir a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Requerimento nº 921, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues, requer voto de aplauso à República Francesa pelo transcurso de sua data nacional. Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a matéria deve ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em sua justificativa, o Parlamentar evoca o dia 14 de julho, quando se comemora a Queda da Bastilha, ocorrida em 1789, ocasião em que o maior símbolo

da opressão da monarquia francesa veio abaixo. E tal foi a significação desse ato que a data veio a se tornar um marco para o início da Idade Contemporânea.

ANÁLISE

Nos termos do art. 222, § 1º, do RISF, compete a esta CRE apreciar requerimentos que digam respeito a atos de significação internacional, como este ora em exame. Efetivamente, o 14 de julho representa para o mundo ocidental marco nas lutas pela libertação de todas as formas de opressão, o que deu lugar a uma série de revoluções que culminaram com a consolidação da democracia como regime de governo. Sob o lema de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, a noção de direitos humanos tornou-se ideal não apenas dos revolucionários franceses, mas de todo o Ocidente. No Brasil, não foram poucos os lutadores pela liberdade que se inspiraram nos ideais franceses, mesmo que a monarquia persistisse em nosso país até 1889.

Assim sendo, por seu mérito e adequação regimental, deve ser aprovado o Requerimento nº 921, de 2011.

É assim o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza pela leitura de seu relatório.

Em discussão o mesmo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011 – CRE

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, tendo como convidados representantes do Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores, além de representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI) e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

Autoria: Senadores Fernando Collor e Rodrigo Rollemberg.

Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Itens extraordinários. O Relator desses dois itens extraordinários será S. Exª o Senador Sérgio Souza.

“Informo aos Srs. Senadores que recebemos na Comissão, no dia 20 de setembro, o Requerimento nº 1.157, de 2011, e no dia 14 de setembro Ofício do gabinete do Senador Eduardo Amorim, nº 400, de 2011.”

“O parágrafo único do art. 3º do Ato nº 2 de 2011 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional permite que constem na pauta as propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior, recebidas até o final do expediente do dia anterior à realização da reunião”.

Passo a ler o art. 3º, de 2011, do Ato nº 2, de 2011.

Art. 3º: Salvo situações extraordinárias e a critério do Presidente da Comissão.

“Parágrafo único: poderão constar da pauta os requerimentos ou propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior, recebidos na Secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião”.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a inclusão na pauta da reunião do dia de hoje do Requerimento nº 1.157, de 2011, e do Ofício nº 400, de 2011, do gabinete do Senador Eduardo Amorim.

Aqueles que aprovam a inclusão das matérias na pauta desta reunião permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão.

ITEM EXTRAORDINÁRIO

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 1157, DE 2011

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café – OIC, na cidade de Londres, Reino Unido, conforme programação em anexo. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 26 a 30 de setembro de 2011.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação da matéria.

ITEM EXTRAORDINÁRIO

– Não Terminativo –

OFÍCIO DO GABINETE DO SENADOR EDUARDO AMORIM Nº400, DE 2011

Solicita indicação para representar esta casa legislativa na sessão cerimonial da Assembleia Geral da Associação Médica Mundial, a ser realizado no período de 12 a 15 de outubro de 2011, em Montevideo – Uruguai.

Autoria: Senador Eduardo Amorim**Relatoria:** Senador Sérgio Souza**Relatório:** Pela aprovação da matéria.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza para relatar a primeira matéria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 1.157, de 2011, do Senador Cícero Lucena, que “requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café (OIC), na cidade de Londres, Reino Unido, conforme programação em anexo. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 26 a 30 de setembro de 2011.”

O requerimento do Senador Paulo Davim se faz acompanhar do Ofício nº 447, de 2011, do Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Manoel Vicente Fernandes Bertone, convidando o Senador Cícero Lucena para compor a delegação do Brasil.

Passo, então, à análise, Sr. Presidente.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa, ou ainda em missão política, ou cultural, de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.”

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho da missão no País ou no exterior deverá ser autorizada mediante deliberação de Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo ainda em seu § 4º a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que

estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada – 26 a 30 de setembro de 2011.

S. Ex^a o Senador Cícero Lucena, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação do relatório referente ao Requerimento nº 1.157, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Logo em seguida, como relator, o Senador Sérgio Souza se pronunciará sobre o Ofício nº 400, de 2011, do Gabinete do Senador Eduardo Amorim, aqui já referido.

Tem a palavra S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a relatar o Ofício nº 400, de 2011.

O Sr. Senador Eduardo Amorim encaminhou ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, o Ofício nº 400, de 13 de setembro de 2011, solicitando a indicação como representante do Senado Federal na cerimônia da Assembleia Geral da Associação Médica Mundial no período de 12 a 15 de outubro próximo. O ofício se faz acompanhar do convite do Secretário-Geral da Associação Médica Mundial, Dr. Otmar Kloiber. Durante a referida assembleia, o médico brasileiro Dr. José Luiz Gomes do Amaral tomará posse como Presidente da Associação Médica Mundial.

Passo, então, à análise, Sr. Presidente.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do plenário se houver ônus para o Senado. Estabelece ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou comissão que tiver maior pertinência.

Nesse sentido, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Sérgio Souza, pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório referente ao Ofício do Gabinete do Senador Eduardo Amorim nº 400, de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença das senhoras e dos senhores Senadores, convoco nossa próxima reunião ordinária, a ser realizada no dia 29 de setembro, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública com S. Ex^a, o Sr. Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim, que irá discorrer sobre as atividades de sua pasta, dentre as quais, a redução de tropas brasileiras no Haiti, e debater os diagnósticos, as estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu gostaria de comunicar a esta Comissão, na pessoa de V. Ex^a, que, quando da próxima sessão, estarei em uma viagem internacional por conta de um convite feito pela Marinha do Brasil. Estarei visitando a Antártica, inclusive em decorrência de minhas novas funções aqui no Senado Federal, onde assumi recentemente a Presidência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Vou à Antártica para promover os estudos e conhecer os impactos climáticos que vêm assolando aquele continente e que são essenciais para que possamos, ao final desse exercício, apresentar um relatório ao Congresso Nacional que muito vai beneficiar as nossas atividades na Rio+20 no ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza. Os nossos cumprimentos pela Presidência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Desejamos sucesso a todos os integrantes dessa Comissão. Também a V. Ex^a, desejamos sucesso no exercício dessa presidência e uma proveitosa viagem ao continente antártico.

Tendo dito isso, encerro, agora sim, a presente reunião, agradecendo mais uma vez a todos os presentes, às senhoras e aos senhores Senadores e aos convidados.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lucia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, José Pimentel, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Reditario Cassol e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 41ª Reunião, que é aprovada. A presidente comunica a realização da audiência pública da Comissão de Serviço de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a realizar-se no dia 28/9/2011, próxima quarta-feira, às 11 horas, para debater o Plano Decenal de Energia 2011/2020, em atendimento aos Requerimentos nºs 50, de 2011-CI, e 61, de 2011-CAE. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2008**, de autoria do Senador João Pedro, que “Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais.” A Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc” Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto. O Senador Roberto Requião solicita inversão de pauta, que é acatada pelo Plenário. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2011**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas term nucleares em território nacional.” A Presidente anuncia a apresentação de uma emenda, de autoria do Senador Cyro Miranda. A Presidente

concede a palavra ao Relator Senador Roberto Requião, para fazer a leitura do Relatório. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Walter Pinheiro, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Inácio Arruda, Waldemir Moka e Cristovam Buarque. Retirado de pauta. A Presidente determina o envio aos membros da Comissão de toda a documentação relativa às audiências públicas sobre energia nuclear, realizada no ano em curso. O Senador Walter Pinheiro solicita a retiradas dos itens nº 3, 7 e 8, todos de sua relatoria. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010**, “de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.” Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2011**, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que “Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2.158 – 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa.” Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2011**, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que “Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR)”. Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. O Senador Inácio Arruda solicita inversão de pauta, que é acatada pelo Plenário. O Senador Inácio Arruda solicita a inversão de Pauta, que é acatada. **ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011 – CI**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre os Perímetros Públicos Irrigados: gestão e impactos para a economia da região Nordeste. Propomos que sejam convidados para debater o tema: O Secretário Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, Sr Ramon Flávio Gomes Rodrigues; o presidente do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Sr Elias Fernandes Neto; O presidente da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba – CODEVASF, Sr. Clementino

de Souza Coelho; representante da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPID, Sr Roberto Cadengue e; o presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação da CODEVASF – FAPIC, Sr. José Aparecido Soares Nascimento”. Aprovado o Requerimento, com a inclusão de um representante do Ministério das Minas e Energia. O Senador Flexa Ribeiro solicita inversão de pauta, que é acatada pelo Plenário. **ITEM 10 – MENSAGEM (SF) Nº 321, DE 2010**, de autoria da Presidente da República, que “Encaminha ao Senado Federal, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e no inciso XLI do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC 2009”. A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2011**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC.”. Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.” A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Antonio Carlos Valadares, para fazer a leitura do Relatório. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Walter Pinheiro, Demóstenes Torres, Lobão Filho e Waldemir Moka. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do § 4º do art. 132 do RISF. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras

providências” A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Lobão Filho, para fazer a leitura do Relatório. Usa da palavra para discutir a matéria o Senador Walter Pinheiro. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do § 4º do art. 132 do RISF. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010**, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.” Adiado. **EXTRA PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011 – CI**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar de uma visita a parques eólicos na Espanha e Portugal, para conhecer a utilização de aerogeradores, de pás, de torres eólicas, assim como a um porto adaptado especificamente para atender ao segmento eólico, no período de 08 a 16 de outubro de 2011. Requeiro, ainda, seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar-me na preparação de relatórios e estudos e outras tarefas afins.” Usa da palavra para discutir o Senador Walter Pinheiro. Aprovado. Após a deliberação dos itens, usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro e Ricardo Ferraço para criticarem o excessivo número de Reunião de Comissões e Subcomissões, que devido à coincidência de horários, interferem na produtividade parlamentar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 41ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham.

Aprovada.

Comunico aos Srs. Senadores a realização da audiência pública da Comissão de Serviço de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a realizar-se no dia 28/9/2011, próxima quarta-feira, às 11 horas, para debater o Plano Dece-

nal de Energia 2011/2020, em atendimento aos Requerimentos nºs 50, de 2011-CI, e 61, de 2011-CAE.

Convidados: Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema; Xisto Vieira Filho, Presidente da Abraget; Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Abiape; Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia; Luiz Fernando Vianna, Presidente da Apine; Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2008

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais.

Autoria: Senador João Pedro

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações: 1 – O Projeto será apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em caráter terminativo;

2 – A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 05/09/2011;

3 – Em 15/09/2011, o Relator apresentou nova minuta de parecer.

Solicito ao Senador Flexa Ribeiro que leia o relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 223, de 2008. A proposição será analisada posteriormente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

De autoria do Senador João Pedro, o PLS nº 223, de 2008, “altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que *dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais”.

O projeto, no seu art. 1o, acrescenta ao art. 10 da Lei nº 6.938, de 1981, os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º, com o objetivo de:

a) determinar que o licenciamento de atividades que utilizem o carvão mineral como combustível deverá contemplar o cálculo das emissões de gases causadores de efeito estufa, de maneira a quantificar a área de reflorestamento necessária à reabsorção desses gases;

b) estabelecer que os cálculos associados a esses valores de emissão de gases deverão ser efetuados por metodologia aprovada pelo Ministério do Meio Ambiente; e

c) determinar que essas áreas de reflorestamento sejam localizadas preferencialmente em regiões próximas ao empreendimento e que esse reflorestamento seja realizado prioritariamente mediante o plantio de espécies nativas, para recuperação de áreas de preservação permanente. O art. 2º da proposição estabelece o prazo de vigência.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

ANÁLISE

Srª Presidente, compete à CI, nos termos do art. 104, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas, agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos.

Relativamente ao mérito, o PLS nº 223, de 2008, foi formulado, especificamente, para tornar nula a emissão líquida de gases geradores de efeito estufa por empreendimentos que utilizem a queima de carvão mineral mediante a captura de gás carbônico por meio do reflorestamento. Apesar de considerarmos louvável a iniciativa de buscar meios de reduzir as emissões pelo Brasil, é necessário fazer algumas ressalvas ao projeto.

Em primeiro lugar, cumpre notar que, conforme estabelecido no art. 24, VI, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o meio ambiente e, nesse caso, o § 1º do referido artigo da Carta Magna, determina que a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Desse modo, devemos enfatizar que a competência da União foi cumprida pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e estabelece normas gerais para a redução das emissões de gases geradores de efeito estufa. Dessa maneira, normas para a redução de emissões estabelecidas para setores específicos

da indústria deveriam ser reservados à atividade regulamentadora e infralegal do Poder Executivo, que possui a competência de regulamentar, por meio de decreto, a Lei nº 12.187, de 2009.

Além disso, torna-se necessário observar que as medidas preconizadas pela proposição em exame teriam poucos efeitos práticos para a redução de emissões de CO2, pois a maior parte das emissões de gases geradores de efeito estufa em nosso País é decorrente do desmatamento e das queimadas.

Sendo assim, entendemos que os argumentos acima apresentados justificam, de forma sólida, o não acolhimento da proposição em exame.

VOTO

Em razão do exposto, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2008.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Solicito a V. Exª uma inversão de pauta para que eu possa relatar o Item 9

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Em votação o relatório, que conclui pela prejudicialidade do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, que é pela prejudicialidade do projeto.

O projeto vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prosseguimento de sua tramitação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, gostaria de pedir, se fosse possível, a retirada de pauta dos Itens 3, 7 e 8.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Serão retirados de pauta para reexame, a pedido do Senador Walter Pinheiro.

Senador Roberto Requião, foi entregue à Comissão neste momento uma emenda de autoria do

Senador Cyro Miranda. Quero saber se V. Ex^a quer relatar o projeto agora ou se prefere relatá-lo em outra oportunidade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Emenda fora do prazo de 5 dias, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – A emenda pode ser oferecida até a discussão da matéria. *(Pausa.)*

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Eu acho que posso acatar a emenda, Senadora. Na verdade, a emenda só reduz o prazo de suspensão da construção de usinas nucleares de 30 anos para 5 anos. Se essa emenda viabilizar o projeto, acho que ela passa a ser interessante.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – O.k.!

Solicito a V. Ex^a que leia o projeto, mas eu quero aqui informar aos Srs. Senadores que esse projeto é terminativo e demanda um quórum qualificado.

Nós vamos tentar chamar os Senadores, enquanto o Senador Requião lê a matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Vem para análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº405, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque...

Eu até gostaria que o Senador estivesse aqui. Há pouco, conversei com o Senador e ele estava se encaminhando para a Comissão. Daí nós discutiríamos com mais conforto, inclusive a emenda do Senador Cyro Miranda.

De autoria do Senador Cristovam Buarque, que suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

ANÁLISE

Como esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação da constitucionalidade do projeto. Legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza é competência da União, nos termos do art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal. Ademais, o art. 48, I, da Carta Magna, consigna que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. Portanto, a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

Por outro lado, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei. Há, também, aderência da proposição aos aspectos de juridicidade

e regimentalidade. Conclui-se, portanto, pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do projeto.

No mérito, julgamos procedente a iniciativa de suspender, por trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares.

Os acidentes ocorridos com essas usinas e, em particular, o desastre ocorrido no Japão, não nos deixam esquecer que as centrais nucleares, não obstante os progressivos aperfeiçoamentos da tecnologia, continuam sendo fonte de grande insegurança, particularmente para as populações próximas.

Os prejuízos são enormes e duradouros. Não só ceifam vidas, como comprometem as gerações futuras e ainda inutilizam os recursos naturais da região.

Não há dúvida de que a tecnologia nuclear tem seus méritos: não gera emissões de gases de efeito estufa, o que é de grande importância em tempos de preocupação com aquecimento global. Mas os custos são altos. Além dos danos decorrentes de possíveis acidentes, de magnitude imprevisível, de há todo o desafio envolvendo o tratamento do lixo radioativo.

As incertezas e os perigos são tão significativos que diversos países já declararam ou estão sendo pressionados a declarar moratória para a operação de novas usinas.

No final de maio, por exemplo, após a catástrofe no Japão, a coalizão do governo alemão anunciou um acordo para o fechamento de todas as usinas nucleares do país até 2022. De 2011 a 2011, por exemplo, a Alemanha paralisa por onze anos.

Eu tenho aqui na mesa uma emenda do Senador Cyro Miranda. Ele propõe que reduzamos de trinta para cinco anos. Converso, embora esteja lendo o meu relatório, se não podemos seguir o caminho alemão, de paralisar esse processo não por trinta, não por cinco, mas pelo menos por dez anos.

Os sete reatores mais antigos do país, que já estavam parados por uma moratória determinada pelo governo, não serão reativados. Isso, na Alemanha. Mais seis reatores devem ser desligados até 2021, e os três mais novos devem ser desativados em 2022.

A Itália também suspendeu sua decisão de construir novas usinas.

Esse país, único do Norte industrializado atualmente sem energia atômica, as eliminara após o acidente de 1986 em Chernobyl, na Ucrânia. A catástrofe de Fukushima lançou por terra a intenção do governo italiano de construir quatro novas centrais antes de 2020.

Como os Srs. Senadores estão vendo, o mundo está parando com esse processo, o que não significa que esteja parando com a pesquisa. Um alerta foi dado e as cautelas estão sendo tomadas.

A União Européia (UE) também anunciou que fará “testes de pressão” em 143 usinas nucleares nos países-membros. Esses testes podem levar ao fechamento de várias centrais.

Se estão fazendo testes é porque não estão acreditando na segurança das usinas.

Para o Brasil, abrir mão da energia nuclear não trará grandes transtornos, uma vez que o país tem abundância de outras fontes de energia. Temos, se não me engano, 80% de energia hidráulica, absolutamente limpa.

Como bem ressalta o Senador Cristovam, autor do projeto, temos energia eólica, energia solar e energia de potenciais hidráulicos, que são, ao mesmo tempo, seguras para a população e renováveis.

Nessas circunstâncias, consideramos extremamente acertado suspender a construção de novas usinas, até que essa tecnologia possa ser considerada, de fato, segura.

Senadora Lúcia Vânia, a proposta é suspender a construção. Não estamos nem de longe falando de suspender pesquisas nacionais sobre geração de energia a partir das usinas atômicas.

VOTO

Por acreditar que a proposição assegurará maior segurança ao povo brasileiro, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011.

Estou aqui, Senador Cristovam, negociando uma emenda apresentada pelo Senador Cyro Miranda. Ele propõe a redução do prazo para cinco anos. Eu faço uma contraproposta: de seguir o caminho da Alemanha e propor uma redução do prazo efetivo de construção de usinas por dez anos. Como V. Ex^a é autor do projeto, eu quero consultá-lo a respeito disso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Para discutir, Sr^a Presidenta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir também, Sr^a Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, com a concordância do Senador Cristovam, a Relatoria acata a emenda dos dez anos.

Quero chamar a atenção da Senadora de que eu fui pressionado pela assessoria do Ministério de Minas e Energia para modificar o projeto, mas não vi nenhuma razão, nenhum motivo para alterar o relatório original.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Modificar em que sentido, Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Modificar no sentido de permitir a construção de usinas. Isso num país como o nosso, que não precisa delas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peça vista, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pedi vista, V. Ex^a não pode pôr em discussão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Deixe-me ouvir os Senadores. Eu acho que a discussão pode ser feita. A vista está concedida. Agora, acredito que seria interessante, uma vez que temos vários Senadores aqui que estão manifestando o desejo de discutir a matéria. A vista está concedida.

Vou passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, primeiro inscrito. Em seguida, ao Senador Demóstenes Torres; logo em seguida, aos Senadores Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e ao autor do projeto, que é o Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Sr^a Presidenta, creio que nós poderíamos até abortar essa etapa de debates aqui para um processo posterior, com a devolução do projeto. Mas, Senador Flexa Ribeiro, acho que era importante que pudéssemos pelo menos ouvir e debater aqui para um posicionamento nosso, em linhas gerais, e a apresentação de sugestões ou não em relação à vista já concedida pela Comissão a V. Ex^a. Aproveito a oportunidade para que, em conjunto, tenhamos a oportunidade de apreciar a matéria mais detalhadamente.

Mas eu queria chamar a atenção para dois aspectos. É notório, é claro, em todo o mundo, o debate hoje em torno dessa questão de energia nuclear. E não só a decisão da Alemanha, Senador Roberto Requião, como a da França e a da Itália, a partir exatamente de fatos e aspectos muito relacionados a problemas de operação e a problemas de enfrentamento do ponto de vista da emergência em relação a catástrofes, sendo Fukushima a maior referência. Mas acho importante entrarmos em dois aspectos preliminares dessa questão. A energia nuclear é algo que, no contexto mundial, foi utilizado como alternativa, como uma fonte capaz de suprir a falta de energia. Por outro lado, temos, até de forma consagrada no mundo inteiro, todos os aspectos e conhecimento dos efeitos dessa questão quando se depara não só com problemas climáticos ou alterações de outra natureza, como também com o envelhecimento do material utilizado e a necessidade de troca de equipamentos. No Brasil até conhecemos tudo isso; por outro lado, não temos nenhuma política de defesa civil. Aí é correto fazer testes permanentemente, até para se analisar exatamente como se comportará a partir de qualquer circunstância.

Nós fizemos um debate aqui, logo depois do efeito Fukushima, e uma das cobranças que fizemos em relação à própria questão da usina nuclear, Senador Requião, era a ausência de rotas alternativas. A usina é literalmente ilhada; ou seja, só há uma rodovia. E não é uma rodovia qualquer, é a 101. Então, o aspecto da localização, o debate, como travamos isso. Portanto, poderíamos até caminhar na linha de uma posição muito mais radical para fontes alternativas, como eólica, solar, enfim, e outros aspectos. Há pouco mais de quinze dias, nós tivemos um grande leilão de eólica no Brasil. Na Bahia, estamos extremamente avançados nesse aspecto.

Creio que era importante que o Brasil pudesse efetivamente suspender o processo até de ampliação e repensar a estrutura que tem hoje de energia nuclear para permitir que adotássemos medidas outras, mais eficazes e sem esse risco que tem a energia nuclear.

Por outro lado, acho que a gente não pode tratar essa matéria sem um processo de envolvimento. E aí quero chamar a atenção do Congresso Nacional, meu caro Senador Demóstenes, e V. Ex^a é um grande e exímio cobrador do cumprimento dos dispositivos legais, regimentais e constitucionais. O nosso art. 49 da Constituição detalha, inclusive, as competências do Congresso Nacional acerca dessa matéria. É importante que nós, em vez de pura e simplesmente apresentarmos ao Executivo o que seria um processo de suspensão ou coisa do gênero, que interferíssemos, Senador Flexa Ribeiro, efetivamente no debate da aplicação de políticas, principalmente usando a energia nuclear para o País. Portanto, essa é uma competência nossa, competência desta Comissão.

A proposta que eu faria em relação à vista desse processo era no sentido de que nós pudéssemos abrir aqui um amplo debate sobre essa matéria, da sua oportunidade, das circunstâncias, o que é que acontece, de que forma nós vamos, inclusive, aplicar os investimentos, como vamos trabalhar com as fontes alternativas a esse nível de cobrir ou de suprir essa questão de oferta de energia em nosso País e fazer o debate central, Senador Requião, sobre as condições, inclusive, de defesa civil no Brasil não só para energia nuclear, mas para outro tipo de manejo de energia quando nós enfrentamos...

Portanto, quero deixar muito claro que a minha posição é no sentido de que nós abramos esse debate, que cumpramos aqui as nossas funções como parlamentares a partir do que determina a Constituição e nós construamos, a partir desta Comissão – em conjunto, não só isoladamente, na questão nuclear –, que tenhamos a oportunidade de contribuir para esse plano verdadeiro de fonte de geração de energia e os

debates sobre a questão dos riscos e a utilização de determinadas matrizes energéticas no Brasil.

Eu acho que essa é a questão que se ajusta para este momento, porque acho que fica claro para todo mundo que há uma verdadeira falta de atitudes em relação a essa questão nuclear. Não é por falta de conhecimento, não. É uma matéria completamente...

E aí eu quero encerrar dando o exemplo do Japão. O Japão, que tem um acumulado histórico de enfrentar dificuldades e intempéries, no momento em que se apresentou o grande trauma, o grande drama em relação a Fukushima, o povo japonês não pôde dar resposta imediata. Imagine a gente, que a estrutura de defesa civil é extremamente fragilizada. A capacidade nossa de dar respostas e atender a essas demandas é mais baixa ainda. Então, é importante que nós tenhamos oportunidade de discutir quais devem ser as matrizes energéticas utilizadas e, associando a isso, a nossa capacidade, inclusive, de prevenção. Não é só nos prepararmos para um processo de “e se acontecer o que fazer?”, mas como atuar em todas as áreas do ponto de vista da ação de defesa civil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senador Walter Pinheiro, outro dia eu me entusiasmei com uma exposição do Ministro Mercadante sobre inovação tecnológica. Eu, inclusive, estou considerando o Mercadante o melhor ministro do Governo hoje em nível da inovação, da defesa da indústria nacional. Mas o que nós estamos fazendo no Brasil com a energia nuclear é comprando usinas prontas. Nós estamos correndo o risco e, a preços altíssimos, financiando tecnologia dos países mais avançados. Nós estamos financiando a pesquisa e correndo o risco. Por exemplo, na Alemanha, a Siemens parou a produção de usinas nucleares, mas, se não me engano, nós temos usinas alemãs aqui que, com a paralisação da Siemens, não terão nem a possibilidade da inovação e da correção dos riscos.

Eu acho que não é só a preocupação com as rotas de fuga, com a defesa civil; é com a paralisação desse processo. Nós temos uma possibilidade incrível de energia limpa. Então, vamos deixar que os países que têm tecnologia mais avançada e têm premência e necessidade absoluta de produção de energia avancem na pesquisa da energia nuclear e corram os riscos econômicos e os riscos das tragédias, porque eles têm a necessidade, e nós não temos por que estarmos financiando o processo de pesquisa e correndo risco. Eu acho bastante interessante.

Agora há pouco, antes da reunião, o Senador Cristovam, autor da proposta, me consultava se não seria até interessante realizarmos uma audiência pública a respeito disso. Eu não sei se seria necessário,

porque nós podemos nos informar mesmo sem a audiência pública. As audiências públicas aqui, no Senado, estão sendo instrumentos protelatórios, sem que a intenção seja essa, mas são protelatórios de decisões e de tramitação de processos.

Mas eu acho a proposta do Senador extremamente importante. Talvez a proposta inicial de paralisação por trinta anos tenha sido um pouco alentada demais. A redução para dez anos me parece interessante. Mas a vista coletiva foi solicitada – e automaticamente concedida, na forma do Regimento –, e nós teremos uma reunião a mais para pensar nesse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Comunico a V. Exªs que, na audiência pública do dia 28.09.2011, para debater o Plano Decenal de Energia 2011-2020, poderá ser tratado esse assunto. Então, ela já está aprovada, nós já temos os convidados confirmados, e poderemos levar o assunto a essa audiência pública.

Com a palavra, o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, a minha preocupação, Srª Presidente, é justamente a mesma do Senador Walter Pinheiro. Todos sabem que a produção e a distribuição de energia nuclear oferecem riscos altíssimos e que nossa matriz energética comporta uma série de alternativas. Concordo perfeitamente com o espírito da proposta do Senador Cristovam Buarque e também com o parecer do Senador Requião.

Agora, eu vejo... Também sou como o Senador Requião, acho que audiência pública em excesso é algo que protela; a gente não consegue chegar ao fim. Só que esse é um tema absolutamente científico, quer dizer, não podemos ter uma opinião definitiva sem ouvirmos o Ministério do Planejamento, o Ministério de Minas e Energia, o Conselho Nacional de Energia Nuclear.

Nós, de Goiás, sofremos lá um acidente nuclear por uma coisa muito menor: um aparelho radiológico que foi mal descartado e gerou o maior acidente nuclear do Brasil. Além disso, me preocupa o seguinte: nós poderemos estar aprovando aqui uma lei, do ponto de vista prático, inócua, porque ela diz o seguinte: “fica suspenso pelo prazo de trinta (...)” – ainda que diminuído para dez –, “em todo o território nacional, a construção de novas usinas”. E as que existem? E mais: e a expansão dessas usinas? Porque hoje, com o sistema de distribuição, toda a energia é integrada. Então, ali, as atuais usinas, como não há vedação legal, poderiam, sim, ser expandidas, produzir energia, e acobertadas pelo espírito da lei.

Então, eu acho que o que nós poderíamos fazer... Acho até que o Senador Cristovam, nessa conversa

que teve com o Senador Requião... Acho que seria... Eu trocaria o pedido de vista, Srª Presidente, por um pedido de audiência pública específico para esse tema, para também ouvir os ambientalistas, ouvir os técnicos, em uma audiência só, para não enrolar muito. Porque todo mundo é tendente a aprovar um projeto desses...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A audiência já está marcada e poderá ser feita nesse Plano Decenal de Energia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Será que nós podemos expandir, então, os convidados para o Conselho Nacional de Energia Nuclear...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, podemos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E para o Ministério do Planejamento, porque aí... E se houver algum cientista...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Embora já tenhamos feito isso aqui. Nós fizemos, assim que houve o acidente no Japão, nós fizemos três audiências públicas para tratar desse assunto. Quando o Senador Walter fala da questão da defesa civil, é baseado exatamente na fragilidade das explicações que nós sentimos em relação a isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, veja, Presidente, que o tema é muito complexo realmente. Acho que essa audiência pública expandida... Eu pediria a V. Exª que colocasse, então, mais essas duas autoridades: o Ministro do Planejamento – o Ministro de Minas e Energia já está convocado – e um representante do Conselho Nacional de Energia Nuclear. E aí nós poderíamos decidir qual o melhor caminho que devemos tomar nessa questão.

Então, eu substituiria o pedido de vista pela audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou ler as pessoas que estão convidadas: Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, para discutir...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Xisto Vieira Filho, Presidente da Abraget; Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Abiape; Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Altino Vieira Ventura Filho, Secretário de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia; Luiz Fernando Vianna, Presidente da Apine; Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pediria, se fosse possível, então, incluir alguém

do Conselho Nacional de Energia Nuclear e alguém do Ministério do Planejamento. Se possível, os titulares.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu acredito que tem um Secretário de Planejamento Energético, ele está...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas é do Ministério de Minas e Energia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois é, de Minas e Energia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Porque o Ministério do Planejamento certamente tem uma visão global do que o impacto disso redundaria na economia brasileira.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou levar a sugestão de V. Ex^a à Comissão de Assuntos Econômicos. Essa audiência pública é conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas, de qualquer forma, colocarei alguém ligado à energia nuclear.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ok, até para evitar um novo pedido de audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a já está com a palavra para discutir também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois é. É para discutir que eu solicitei a palavra.

V. Ex^a já viu que o projeto é importante e polêmico. Eu conversava com o Senador Cristovam, dizendo a ele que ele foi bastante econômico quando propôs a suspensão por trinta anos. E o Senador Walter Pinheiro e o Relator, Senador Requião, e o Senador Demóstenes só fizeram acrescentar a preocupação, que é de todos, com relação à questão dessa geração de energia nuclear.

O Brasil foi o único país que tem geração de energia nuclear que, à época do acidente de Fukushima, não deu nenhuma declaração, por meio do Governo, de preocupação com relação às usinas instaladas. Todos os outros países, todos – e aqui quero parabenizar o Senador Requião, que, no seu relatório, faz menção a isso –, todos eles tomaram providências de rever, reavaliar as usinas, suspender, dar prazo para que elas sejam desativadas. Ou seja, o mundo inteiro entrou em alerta. E, aqui, parece que a gente está deitada em berço esplêndido, como no nosso hino, e está tudo bem, tudo tranquilo.

O que o Senador Walter Pinheiro disse aqui foi dito na audiência. Nós não temos, Deus nos livre – porque dizem, e eu acredito, que Deus é brasileiro –, Deus nos livre de que haja um acidente em Angra, porque não

tem nem para onde fugir, não tem um plano de fuga definido no caso de um acidente.

E nós continuamos a construir Angra 3 como se nada tivesse havido no mundo.

Ainda anteontem, passou um tufão no Japão. Como disse o Senador Demóstenes: imagine se tivéssemos no Brasil as dificuldades, as catástrofes que o Japão tem frequentemente!. Passou um tufão lá, preocupação: Fukushima. Não estava nem refeita e já ia ter de novo problema.

Então, acredito que o Brasil não necessita de geração de energia nuclear. Alemanha, França têm dificuldade de geração de energia. Não têm as possibilidades de geração que temos de energia limpa, energia de fonte hídrica, eólica, solar. Não temos necessidade.

O Senador Requião dizia: não podemos suspender a pesquisa. Também acho que não. Mas não estamos comprando tecnologia. Estamos trazendo as usinas prontas da Alemanha e implantando no Brasil.

Nós temos que rever, Senador Demóstenes, e aí pediria a V. Ex^a, que é meu guia, meu líder, assim como o Senador Walter Pinheiro. Diria que não podemos colocar essa questão no âmbito dessa audiência que aí está, porque essa audiência é ampla, é muito ampla. Isso aqui é pontual, isso aqui é pontual, isso aqui tem de ser visto com todo o cuidado, com toda a lente. Quero dizer que, se não me mudarem a forma de pensar, vou propor, no pedido de vista, que o Brasil tome as mesmas medidas que a Alemanha e a França tomaram no sentido de, em um prazo mais longo, desativar as usinas que já estão hoje prontas e suspender, se for o caso, a que está em construção. Se vamos desativar à frente por que estamos construindo uma nova?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Que é da Siemens, que parou de produzir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E o Senador Requião ainda diz que a Siemens parou de fabricar na Alemanha. Vamos continuar recebendo aqui e, daqui a algum tempo, não vamos ter nem reposição nem manutenção, porque saiu de fabricação.

Então, vamos, Senador Demóstenes, avaliar com mais cuidado, vamos fazer algo mais amplo. Vamos conversar, nós todos, informalmente, e nos debruçarmos sobre esse problema. É o que proponho a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concordo com o Senador Flexa. Só quero dizer o seguinte: essa matéria foi exaustivamente debatida aqui nas audiências públicas. A questão central que foi colocada... Foi, inclusive, posta essa questão da inércia do Brasil em relação aos outros países quando houve o acidente em Fukushima. Um dos argumentos cen-

trais foi, exatamente, o desenvolvimento da tecnologia. Mas, se V. Ex^{as} acham que essa matéria deve voltar, não tenho dúvida sobre fazer mais uma. Mas pediria aos Senhores Senadores que estivessem presentes, pois a gente fica aqui repetindo as mesmas coisas para Senadores que não participaram do debate.

A gente voltar a fazer uma audiência pública é cansativo para a Casa e é também desconfortável para aquelas pessoas que vêm aqui e ficam o dia todo. Nós tivemos audiências públicas sobre esse debate que duraram toda a manhã e parte da tarde, no mesmo dia. Então, vieram todos os técnicos, todas as pessoas envolvidas. Foi dissecada essa discussão.

No entanto, acredito que a gente pode, inclusive, levantar as notas taquigráficas para encaminhar aos Srs. Senadores o que foi dito aqui...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/ PSDB – GO) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ...para que nessa audiência do dia 28 V. Ex^{as} possam tirar algumas dúvidas e, se for necessário, iremos para uma audiência específica.

Mas passaria as notas taquigráficas de todas as audiências públicas que foram feitas aqui para que V. Ex^{as} tomassem conhecimento e, no dia 28, fossem levantados os problemas. Se necessário ainda, faríamos uma específica.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/ PSDB – GO) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/ PSDB – GO) – Aquelas audiências, Sr^s e Srs. Senadores – e inclusive participei daquela comissão que foi a Angra – , foram específicas para examinar a segurança. Não foram pela continuidade, paralisação ou conveniência, foram apenas...Participei de todas elas, não faltei a nenhuma dessas audiências, e fui, junto com a Comissão, examinar a segurança em função do que aconteceu no Japão. Não chegamos a fazer nenhuma análise sobre a conveniência, sobre se vale a pena, como é que nós estamos, como é que é a matriz energética.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu lhe passaria as notas taquigráficas, Senador Cyro, para V. Ex^a ver que foi feita a política nacional de energia nuclear, que foi discutida a questão da segurança, que foi discutida a questão da tecnologia adotada pelo Brasil...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O tipo de tecnologia, sim.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Foi discutida a situação específica de Angra, inclusive com uma visita *in loco*.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas não a conveniência.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tudo bem! Mas passaria as notas taquigráficas para V. Ex^{as}...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Meu medo, Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^{as} podem tirar as dúvidas e vamos, na audiência pública, fazer... Só não quero ter o desconforto de chamar as mesmas pessoas aqui – ficamos uma semana debatendo esse tema –, chamar as mesmas pessoas para falar sobre o mesmo assunto que vai...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O tema é diferente, Sr^a Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/ PSDB – GO) – Com licença, estou com a palavra...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Se V. Ex^{as} acham que é diferente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Por gentileza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O tema é diferente. Vamos discutir aqui..

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Há uma proposta objetiva de suspender o programa nuclear.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso o que nós vamos discutir. Perguntaria ao Senador Cyro...

WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Ninguém sabe se é mais ousado ou menos ousado, mas é uma proposta objetiva.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Por gentileza...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a vai ter a oportunidade de responder. Perguntaria a V. Ex^a, já que visitou Angra 1, 2 e 3, se V. Ex^a levaria sua família para morar na vizinhança das usinas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/ PSDB – GO) – Jamais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah bom!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/ PSDB – GO) – Eles não têm nem aeroporto com balizamento. A partir das 5 horas não chega nenhuma aeronave.

Agora, Senador Walter, eu tenho um receio no tipo de audiência, que é o seguinte: essa audiência é feita pelo Governo. Quando eu escuto o Senador Requião receber um apelo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A audiência é feita pelo Senado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...uma pressão – aliás, uma pressão – para que votasse contra é porque o Governo... Então, eu não vou ouvir pessoas que vêm só com esse tipo de opinião.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Cyro, mas cada Senador aqui tem a liberdade de apresentar o nome que quiser.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nós estamos defendendo uma audiência específica.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É do Governo, mas de qualquer maneira é uma audiência específica. Aí eu concordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nós estamos tratando de um tema... Nós estamos tratando de um tema que é para discutirmos o seguinte: nós vamos propor – inclusive, a partir das prerrogativas estabelecidas pela Constituição no seu art.49, que são nossas –, nós vamos propor para o Brasil o encerramento do programa nuclear, ou a continuidade dele, ainda que com suspensão.

Portanto, esse é o debate. Esse é um debate que é programático, específico, incisivo...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas acho que não seria nessa Comissão do dia 28.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, não. Só estou falando... Eu até concordo com a Senadora Lúcia Vânia, que foi um debate inclusive bastante qualitativo. É bom frisar isso. Mas eu diria que agora, Senadora Lúcia Vânia, nós temos um elemento importante. Até depois de Fukushima, diversas movimentações do mundo... Aí, até dos fornecedores de equipamentos para o Brasil. Portanto, poderiam dizer assim: façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço. Estou me referindo aos alemães, que suspenderam o seu programa.

Então, seria importante que discutíssemos agora, concretamente, qual deve ser a nossa posição em relação ao programa de matrizes energéticas. E, obviamente, está nisso se a gente vai, no Brasil, adotar uma posição de dizer: olha, energia nuclear, suspende, encerra ou o que vamos fazer? Esse é um debate importante.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu só queria socorrer os ausentes nessas audiências públicas que foram feitas. Por quê? Eu, por exemplo, sou suplente da sua Comissão. Mas, ao mesmo tempo, sou titular, sou Presidente da Comissão de Educação,

Presidente da Comissão do Mercosul, sou titular da de Constituição e Justiça e da de Assuntos Econômicos. No meu primeiro mandato aqui, no Senado, tínhamos cinco comissões. Agora, temos onze. E temos, se não me engano, 41 subcomissões, que se multiplicam numa quantidade extraordinária de audiências públicas. Então, ao invés de uma censura pela ausência dos Srs. Senadores nessas audiências realizadas, uma vez que eles não têm o dom da ubiquidade, nós precisamos nos sentar – a Comissão de Educação inclusive está tentando convocar uma reunião dos presidentes de comissão – e colocar uma ordem administrativa nesse processo absolutamente inadmissível que estamos vivendo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É. Eu concordo com V. Exª, mas, na verdade, fica uma situação para quem preside...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – No sentido de aumentar ou diminuir o número de comissões? (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para quem preside fica uma situação muito incômoda, porque a gente chama...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Inclusive, Senadora, vamos rejeitar liminarmente essa proposta do PCdoB de aumentar o número de subcomissões e comissões. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pelo menos uma subcomissão nesta Comissão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Já me dizia aqui o Senador Cyro Miranda que eles pretendem acabar com as florestas e fazer estacionamento. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu não vou propor acumular a Presidência, viu, Requião?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Os senhores hão de convir que fica extremamente constrangedor, para quem preside, chamar as mesmas pessoas sempre para fazer audiência pública. E, em relação à energia nuclear, foram realmente três audiências públicas muito fortes.

Mas eu concordo. Vou solicitar aos Senadores Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro e Demóstenes que façam o requerimento indicando as pessoas que V. Exªs gostariam que estivessem aqui para debater esse assunto.

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senadora, eu, como antigo militante dos movimentos ecologistas, sempre tive simpatia pela energia nuclear, que é uma energia limpa, até que começaram a ocorrer acidentes como o Three Mile Island, depois Chernobyl. Há dois anos fui a Chernobyl – fui lá, fui ver – e vi o que acontece quando dá errado. Mesmo que coloque-

mos o assunto como irresponsabilidade de engenheiro, descuido de segurança, o fim da União Soviética. Podem dizer o que quiserem, mas eu vi. A partir dali eu me transformei em um opositor da energia nuclear. Se não houver outra, reduzamos o consumo, mas não entremos nessa, até que possamos garantir que não haverá risco. Isso é possível por meio de pesquisas sérias na engenharia civil da usina e na engenharia dos resíduos, o que fazer. É possível, por isso a idéia da moratória e não de proibição. E por trinta anos, o número que coloquei. Confesso que poderia ser dez ou cinquenta, como outros querem.

Agora, eu entendo a conveniência de uma audiência, desde que – e aí é uma sugestão que quero fazer aos que defendem a audiência – a audiência seja específica sobre se decretamos ou não a moratória; se suspendemos ou não as atuais usinas; e se continuamos ou não o programa nuclear. São três questões ligadas. Para discutir a matriz energética eu acho que não vale a pena a audiência. Eu acho que tem que ser bem claro, para instruir os Senadores como votar nesse caso concreto: suspendem-se as atuais usinas em funcionamento, como fez a Alemanha? Como fez o mundo quase?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB –PA) – Permite-me um aparte? Eu estava conversando com o Senador Walter Pinheiro... Eu acho que vamos definir, com os demais Senadores, as personalidades que serão convidadas, mas uma, conversávamos aqui, é imprescindível, nem que tenhamos que fazer essa audiência daqui a quinze dias, um mês. Ele sugeriu, e acho que está correto, um representante do Parlamento Europeu, onde foram tomadas as medidas, na França, na Alemanha, para que não haja novas construções e as que já estão em funcionamento sejam desativadas a médio prazo. É importante que tenhamos aqui o Parlamento Europeu...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB –PA) – ...para que ele possa dizer por que lá tomaram...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB –PA) – Já concluo. Já que lá, eles que detêm a tecnologia, tomaram essa medida, por que nós, que não detemos a tecnologia, vamos continuar avançando?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não seria melhor fazer o requerimento e colocar o nome das pessoas? E a gente ouvir o Senador Cristovam?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB –PA) – Faremos isso.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr^a Presidente, permita-me.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Inácio, o Senador Flexa está com a palavra e está explicando por que, a importância da ...

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pediria para ler só um parágrafo aqui. Só para ver a temeridade. Publicada em *O Valor Econômico*, semana passada. Programa define mais quatro usinas nucleares.

“Mesmo depois dos acidentes em Fukushima, no Japão, o governo faz uma aposta na expansão do programa nuclear brasileiro, prevendo ‘projetar e viabilizar’ quatro usinas para a geração de energia atômica até 2015, mas não há menção, no plano plurianual, sobre a localização das usinas.

Governadores de pelo menos quatro Estados do Nordeste – Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe – vinham travando uma disputa de bastidores para receber duas das quatro usinas. As outras duas estavam previstas inicialmente para o Sudeste.”

Isso está nos bastidores, já andando. Se não fizermos isso... Está falando aqui em 2015.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB — GO) – É, foi colocado aqui na audiência pública.

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Para concluir, então, eu acho que a idéia de uma audiência pode ser positiva, não tem por que aprovar isso hoje, mas que seja específica, para discutir exatamente se continuamos com o programa, se suspendemos o programa totalmente ou se damos uma moratória. Aí, depois, a gente discute se são trinta, dez ou cinquenta anos. Se for para discutir a matriz energética vai ser mais um.

No momento eu queria sugerir o seguinte: como forma de encher isto aqui de Senadores, talvez a forma seja colocar a audiência com mais de uma comissão. Por que não a comissão que cuida do meio ambiente? Por que não a Direitos Humanos?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Já estamos fazendo em conjunto com Assuntos Econômicos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Assuntos Econômicos e Direitos Humanos, tem a ver com direitos humanos isso. Direitos humanos da futura geração, que vai pagar o preço se der errado.

Então, sugiro que seja uma audiência de mais de uma comissão e com tema bem específico. A gente foca no tema e abre na comissão. É só isso.

(Manifestação fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Só estou apreciando o debate.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Ah, só apreciando o debate.

Com a palavra, o Senador Requião.

V. Ex^a quer falar?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Eu acho que nós estamos encaminhando bem a questão. Mais de uma comissão: Meio Ambiente, Assuntos Econômicos, Direitos Humanos, mas eu acho que seria importante fecharmos...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Olha, nós fizemos Direitos Humanos, Ciência e Tecnologia, e Infraestrutura.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Exato. Fecharmos a audiência pública, mas não fecharmos ainda a nominata dos convidados. Nós tínhamos de dar uma pensada nisso, procurar alguma informação, senão vamos fazer uma audiência pública com o Tolmasquim e o pessoal que está programando essas quatro usinas, usinas da Siemens, que está parando de fabricar, e estamos insistindo em construí-las.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – É para desovar o estoque que eles têm lá.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Eu quero lembrar a V. Ex^{as} que essa matéria é terminativa aqui. Então, é uma responsabilidade muito grande desta Comissão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB - PR) – Mais só esta observação: nós estaremos fixando uma nominata na próxima reunião da Comissão. Fechamos a existência de uma audiência específica, convidando essas Comissões que foram aventadas. Agora, não vamos trazer dez, quinze pessoas. Vamos tentar fazer uma audiência enxuta e com pessoas que tenham uma visão crítica desse processo.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Sr^a Presidente, eu cheguei já no final do debate e considero duas coisas importantes. A energia solar é um produto de fusão de lucro. A gente tem de começar colocando isso. Essa questão da energia nuclear, é claro que você tem de ver as alternativas. O que eu temo é um momento como essa questão da tragédia que aconteceu no Japão se transformar em uma questão e termos de barrar tudo isso. Acho que uma mora-

tória é uma discussão importante, com fundamentos acadêmicos. Isso é uma discussão importante. Agora, não sei, aí é discussão: será que o nosso País precisa de energia nuclear? Essa é outra discussão. Temos aí fontes de energia, como a eólica e a hidrelétrica. Essa é uma questão. Agora, a discussão sempre tem de ser à luz... Eu sei porque dei aula de Física e Química minha vida inteira e tenho medo de discussões no sentido de “vamos proibir”, sem analisar isso de forma mais consistente e mais acadêmica, principalmente ouvindo o interesse ou não do nosso País nessa ou naquela fonte de energia.

É só uma participação, para não ficar omissos, Sr^a Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) – Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) – Eu quero solicitar a V. Ex^a a preferência para um requerimento de minha autoria que trata de energia e produção, só que é no semiárido. É um processo de perímetros irrigados, e queremos fazer um debate aqui que envolve Minas e Energia, Integração e até o Ministério da Economia. Mas vamos começar com Minas e Energia e Integração. É o Item 11. Eu gostaria de pedir preferência, se V. Ex^a puder fazê-lo.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – O.k.!

Bom, concedida a vista coletiva em relação ao novo relatório que acata a emenda de autoria do Senador Roberto Requião e rejeita a emenda de autoria do...

(Manifestação fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Não. Foi feito um acordo aqui entre o Senador Requião e Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem. O Senador Demóstenes está levantando uma opinião importante. Ele acha que, se V. Ex^a conceder vista coletiva, nós temos de retornar com o processo na próxima semana. Então, era melhor retirá-lo de pauta para que nós possamos fazer todas essas tratativas e ele retorne em seguida.

É a sugestão, acho que corretíssima, do Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Até porque, se houver modificação do texto - acho que pode haver essa modificação -, nós podemos votar por consenso.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Então, está retirada de pauta para que os senhores possam oferecer as sugestões.

Atendendo solicitação do Senador Inácio Arruda, submeto ao Plenário a inversão de pauta para o Item 11 da pauta, a ser apreciado agora.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) –Requerimento nº...

Eu solicitaria, antes de entrar no requerimento, à secretaria da Comissão que encaminhasse aos Srs. Senadores membros e que aqui estiveram toda a documentação relativa às audiências públicas sobre energia nuclear.

ITEM 11

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre os Perímetros Públicos Irrigados: gestão e impactos para a economia da região Nordeste. Propomos que sejam convidados para debater o tema: O Secretário Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, Sr Ramon Flávio Gomes Rodrigues; o presidente do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Sr Elias Fernandes Neto; o presidente da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba – CODEVASF, Sr. Clementino de Souza Coelho; representante da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPIID, Sr Roberto Cadengue e; o presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação da CODEVASF – FAPIC, Sr. José Aparecido Soares Nascimento.

Em discussão o requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Srª Presidente,...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Proponho apenas a inclusão de um representante do Ministério das Minas e Energia, porque um assunto central dos perímetros irrigados é energia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – V. Exª já tem o nome? *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Não? Então, por favor, encaminhe à mesa posteriormente.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Pediria a V. Exª que desse sequência à pauta e colocasse agora o Item 10, de minha relatoria, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Submeto ao Plenário a inversão de pauta para apreciarmos neste momento o Item 10.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Aprovado.

Item 10 da pauta:

ITEM 10

– Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 321, DE 2010

Encaminha ao Senado Federal, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e no inciso XLI do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC 2009.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo conhecimento do Relatório e, não havendo providências a serem tomadas, pelo arquivamento da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, eu vou fazer a leitura do relatório sobre o relatório de atividades da ANAC, mas eu queria pedir ao Senador Walter Pinheiro, já que S. Exª tem se colocado junto às comissões como um grande instigador para que se faça uma revisão da forma de andamento dos processos e das atividades das comissões, esses ofícios de relatórios, ofícios S, a Consultoria nos informa e nos assessora dizendo que é para relatar pelo arquivamento.

Esse que eu vou relatar aqui, ele traz no bojo... Eu não sei se seria uma irregularidade, mas V. Exªs vão tomar conhecimento, pela leitura do relatório, de

que, no mínimo, a ANAC deixou de cumprir ações importantes para a sua função e nós estamos, seguindo a assessoria, encaminhando para arquivamento.

Diz o relatório:

I – Relatório

Por meio da Mensagem nº 321, de 2010, a Presidência da República encaminha ao Senado Federal o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) 2009.

A matéria foi distribuída exclusivamente à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O relatório está dividido em onze capítulos, enfocando:

1. ANAC: Principais Atribuições;
2. Regulação Técnica;
3. Regulação/Fiscalização Econômica;
4. Relações Internacionais;
5. Relacionamento com Usuários;
6. Representação Institucional;
7. Capacitação;
8. Auditorias Ocorridas;
9. Governança;
10. Acompanhamento Legislativo;
11. Indicadores de 2009: as Realizações da Agência em Números.

A Análise, Sr^a Presidente:

II – Análise

Nos termos da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, compete à Anac “elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério da Defesa e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional” (art. 8º, XL).

A intermediação do Ministério da Defesa e da Presidência da República não é mera formalidade, tendo em vista que a Agência está obrigada legalmente a observar a orientação do Conselho de Aviação Civil (Conac)... Que não se reunia. Não sei como está agora, Senador Walter Pinheiro; mas, à época do apagão aéreo, o Conac não se reunia há anos, acho que não estava nem instalado...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Conhaque. V. Ex^a gosta de conhaque, eu nem me lembrei, não associei as duas coisas.

...que, nos termos do art. 1º do Decreto nº 3.564, de 2000, é “órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação [...]”.

A Política Nacional de Aviação Civil é de responsabilidade, portanto, da Presidente da República, tanto que o Plano Nacional de Aviação Civil em vigor

foi aprovado pelo Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009.

Antes da manifestação do Congresso Nacional, é importante, assim, que o Conac emita o parecer sobre o relatório da Agência, que avalie até que ponto a implementação de suas políticas tem sido satisfatória, o que não ocorreu no presente caso. Ou seja, a Presidenta da República encaminha para o Congresso Nacional o relatório da Anac, que não passa pelo Conselho. O Conselho, que dá as atribuições para a Anac, tem de avaliar isso aqui. Aí vamos emitir parecer, sem ouvir o Conselho. São essas as coisas, Senador Walter Pinheiro – V. Ex^a é o nosso comandante nessa área –, para as quais a gente precisa atentar.

É preciso considerar ainda que a Anac não é o único órgão federal competente para atuar na aviação civil. Também integram o Sistema de Aviação Civil os seguintes organismos, todos vinculados ao Ministério da Defesa: Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea); Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa); e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Além disso, a política de aviação deve ser harmonizada com outras políticas setoriais, como a de comércio exterior, sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e a de logística e transporte, sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

O ideal seria, portanto, que a Presidência da República encaminhasse ao Congresso Nacional o relatório de atividades de todo o Sistema de Aviação Civil, do qual o relatório de atividades da Anac seria parte integrante.

Lamentavelmente, a previsão legal diz respeito apenas às atividades da Anac. É importante registrar, entretanto, que, embora a Agência tenha sido instalada em 20 de março de 2006, pelo Decreto nº 5.731, editado na mesma data, a Presidente da República ainda não encaminhou ao Poder Legislativo os relatórios referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008. E estamos mandando arquivar o de 2009, Senador Demóstenes.

Aí é que digo... Há pouco, o Senador Moka se aborreceu, teve um aborrecimento... Ele é meu irmão, meu amigo; tenho a maior admiração e estima por ele, mas fiz o comentário, Senador Demóstenes, porque a gente não pode ficar aqui só atendendo aos interesses do Governo. Temos de atender aos interesses da Nação, do Estado brasileiro, e não do governo de plantão, seja ele qual for, PSDB, PT, qualquer um. Nós temos de atender aos interesses da Nação. É essa a função do Congresso.

Então, como estamos aqui, avaliando o relatório da Anac de 2009, se ela não encaminhou o de 2006, 2007 e 2008? A Presidência da República não deveria encaminhar o de 2009, mas cobrar da Anac os anteriores.

Consideramos esse fato grave, tendo em vista que foi nesse período que ocorreu o chamado “caos aéreo”, com frequentes atrasos de vôos e dois acidentes aéreos de grande magnitude.

No que diz respeito ao relatório de 2009, notamos a ausência de indicadores de desempenho mais precisos e de um diagnóstico mais amplo de cada área de atuação da agência.

V. Ex^a fez chegar a mim um ofício cobrando a devolução do processo que estava comigo desde março ou abril. V. Ex^a encaminhou por escrito. A assessoria do gabinete disse: “Senador, isso aqui não pode”. Pode! Sabe por que estava preso? Porque eu não concordava com o que a Assessoria do Senado dizia para mim, que o que eu tinha de fazer era mandar arquivar.

Então, não precisa passar por um Senador, Senadora Lúcia. Vamos arquivar.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acho que a discussão de V. Ex^a é oportuna, porque nós podemos fazer, de acordo com a sua observação, uma emenda à LDO exigindo que seja feito da forma que V. Ex^a colocou.

Então, é importante a discussão dos procedimentos para que nós tomemos providências. Acho que foi muito oportuno V. Ex^a trazer aqui essa discussão. E nós podemos, em nome da Comissão, fazer uma emenda à LDO exigindo que seja feita através de toda essa coordenação que V. Ex^a citou aí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Diria também que, primeiro, não sei quem deve cobrar da Presidente da República – e nós não podemos cobrar da Anac – os relatórios de 2006, 2007 e 2008. Como é que estamos avaliando 2009 se não temos os anteriores?

Acho que esse relatório deveria ser mais detalhado, mas a assessoria do Senado diz que eu vou ter de ler o voto.

III – Voto

Ante o exposto, voto pelo conhecimento do relatório, já dei conhecimento a todos...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como é que V. Ex^a disse? Não, diga.

O Senador Walter faz uns comentários pertinentes, mas como ele é do PT não faz no microfone. Faz isoladamente.

...e, não havendo providências a serem tomadas, pelo arquivamento da matéria.

Cumprimos a peça de hoje.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero dizer a V. Ex^a que vamos fazer a emenda à LDO, acatando a sugestão de V. Ex^a.

Mas vamos colocar em votação, como manda o Regimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pelo conhecimento do relatório, e as providências serão tomadas, que serão uma emenda à LDO, e, em seguida, o arquivamento da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidenta, o Senador Ricardo Ferraço, que é autor da matéria do Item 6 – e eu sou o Relator –, pediu-me para adiar a votação do Item 6 para a próxima sessão, uma vez que ele não estará presente no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Valadares. Será adiada a matéria.

Com a palavra, o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pediria a V. Ex^a, apesar de não ter quórum na sessão de hoje, gostaria de promover a leitura do meu relatório que é o Item 5. Ele é terminativo e aguardaríamos, então, a próxima sessão para que pudéssemos votá-lo e discuti-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O mesmo pedido eu faria com relação ao Item 2.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia – Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de ler V. Ex^a o relatório agora?

Então, vamos ler primeiro o Item 2, do Senador Valadares, e, logo em seguida, o Item 5.

Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a queria usar da palavra?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Prefiro fazer uso da palavra no final, pois tem a ver com esse posicionamento apresentado pelo Senador Flexa, mas vamos votar a matéria e, no final... Porque já estamos discutindo isso, já fizemos mais ou menos nessa mesma linha, eu comunico a Comissão, até apresento uma proposta para nós trabalharmos com essa questão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 2 da pauta:

ITEM 2

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009

Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini;

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares;

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta;

Observação: Em 06/07/2010 a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle apresentou parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Passemos imediatamente à análise. Como esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação da constitucionalidade do projeto.

O PLS nº 427, de 2009, está em harmonia com o art. 48, combinado com o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, que atribuem ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre águas e energia. Também não há vício de iniciativa, porquanto cabe aos parlamentares iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Portanto, a proposição está adequada aos ditames constitucionais. Há, também, aderência da proposição aos aspectos de juridicidade e regimentalidade.

No mérito, a Senadora Rosalba Ciarlini – hoje, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte – defende que as informações sobre aquíferos, obtidas quando da perfuração em busca de petróleo, sejam repassadas pela ANP à ANA. Argumenta a autora do projeto que *não constitui excessiva obrigação exigir que a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de posse das informações prestadas pelas empresas concessionárias, transmita essas informações à Agência Nacional de Águas (ANA) acerca de eventuais reservas hídricas nas respectivas áreas de concessão, que demonstrem viabilidade para a obtenção de água proveniente de aquíferos.*

A integração dos sistemas de informação da ANP e da ANA, conforme preconizado no projeto, merece todo o nosso apoio, pois contribuirá para uma maior eficiência e eficácia dos trabalhos das duas agências. Em particular, evitará que poços perfurados em terra, à procura de petróleo ou gás, e que não revelem potencial para tal exploração, sejam tamponados. Sabe-se que o custo desse tamponamento é, muitas vezes, superior ao de entregar os poços para exploração dos recursos hídricos. Além de evitar o custo adicional para as concessionárias envolvidas com a perfuração em busca de petróleo e gás, o aproveitamento dos poços por intermédio da ANA tornará mais rápido e mais barato o abastecimento de água em regiões de notória carência de recursos hídricos, tais como os Estados do Nordeste.

Tal integração também demonstra o comprometimento de todos os envolvidos com a responsabilidade socioambiental. Ao reduzir a duplicação de esforços, permitirá que mais recursos sejam investidos pela ANA na regulação do acesso à água e no seu uso sustentável, em benefício da atual e das futuras gerações, envolve operações complexas, que exigem atenção a inúmeras variáveis técnicas, econômicas, logísticas e legais. Em muitos casos, há a necessidade de cortar o aço que reveste o poço para permitir a drenagem do aquífero, o que dificulta muito o processo. Há também que se determinar quem receberá a concessão do poço, quem será responsável pela infra-estrutura que viabilizará o aproveitamento, e como será equacionada a demanda pela água.

Diante de tantas complexidades, é imprescindível que haja uma regulamentação que detalhe os procedimentos técnicos requeridos e estabeleça critérios para concessão e distribuição. Desse modo, propomos atribuir à ANA a competência para proceder a essa regulamentação.

Em face do exposto, somos pela aprovação do projeto de lei do Senado, nos termos de um substitutivo que está contido na pág. 24, que certamente já foi lido pelos Srs. Senadores e pelas Srs^{as} Senadoras.

É o voto, pela aprovação, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, gostaria de discutir essa matéria.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu creio que o relatório, o projeto e principalmente a nossa análise, muito correta, feita pelo Senador Valadares é extremamente... Quero até antecipar, Senador Valadares: sou plenamente favorável, quero votar a matéria,

mas quero salientar aqui algumas questões que acho importantíssimas.

O que V. Ex^a propõe do ponto de vista da informação é fundamental, inclusive para o cadastro e para uma espécie não de controle, mas de manuseio por parte da nossa Agência de Águas e de certo monitoramento desses aquíferos. E mais: na realidade, estamos abrindo, a partir do aquíferos, uma intervenção que pode ter desdobramentos complicadíssimos, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista desses mananciais.

Há uma expressão que o pessoal do setor usa, e que V. Ex^a conhece muito bem: nós estamos fazendo uma estrutura de aquífero ali quase que fronteira com Sergipe, ali na região que V. Ex^a conhece sobejamente bem e começou exatamente por lá, em Adustina, Paripiranga, Cícero Dantas... São cinco cidades, o chamado aquífero Tucano, o aquífero Nordeste, e estamos aproveitando toda aquela estrutura para o sistema de abastecimento de água. E os técnicos adotaram uma política de extração dessa água do subsolo para sistemas para além de simplificados – portanto, sistemas complexos –, para evitar exatamente essa expressão que eles usam, a famosa “tábua de pirulito”, ou seja, como há uma carência enorme de mananciais hídricos na região, há uma tendência natural de um processo de perfuração permanente de poços. Como ali é fértil, essa perfuração se dá sem nenhum tipo de acompanhamento, sem nenhum tipo de monitoramento, sem nenhum tipo de orientação, Senadora Lúcia Vânia.

Então, o fato de a ANP, quando inclusive das suas intervenções, ela, de certa maneira, informar à Agência Nacional, eu diria, Senador Valadares, que era uma espécie de conduta que teríamos de esticar um pouco, estender para algumas das operações feitas pela Codevasf, pelo Ministério de Integração Nacional, porque, para além da operação ...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pelo Dnocs...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sim, pelo Dnocs, porque, para além da operação em busca de petróleo, Senadora Lúcia Vânia, hoje, a maior intervenção é feita em busca de água.

A Bahia, por exemplo, deve completar agora 1.500 poços perfurados. Na segunda-feira última, foi lançada a segunda etapa do plano Água para Todos, cuja parte de perfuração de poços é, mais uma vez, rebobinada, ou seja, vamos ter um nível maior de perfuração de poços. A região do platô, onde fica o perímetro de irrigação na região de Irecê, que é uma região conhecida, cujo clima é parecido com o de Brasília, tem um solo muito fértil, mas não temos grandes rios cortando aquela região; então, majoritariamente, o processo de

utilização de água para irrigação, para consumo humano e para consumo animal vem também do acesso a mananciais que estão no subsolo.

Temos naquela região, Senadora Lúcia Vânia, uma espécie de dificuldade numa parte expressiva de boa produção – as pessoas conhecem muito mais, apesar de Irecê ser conhecida como a terra do feijão, mas a terra do feijão é lá na divisa com Sergipe, e não no noroeste da Bahia; Irecê tem uma vasta produção de cebola, cenoura e outras culturas, principalmente as que estão sendo utilizadas agora para biodiesel. Em determinados lugares, é necessário perfurar 200 metros para se chegar a um manancial. Na média, são de 80 metros as perfurações de poços naquela região. A cidade de Lapão, que é um Município pequenino, um Município territorialmente muito reduzido, já se encontra numa situação dessas a que me referi aqui, a chamada tábua de pirulito, toda furada.

E, quando o Senador Valadares lê aqui, o Senador Moka diz assim: “Mas isso aqui é complexo”. É extremamente complexo! V. Ex^a que lida até mais do que qualquer um de nós aqui... Mais do que eu, não, porque não lido com coisa nenhuma; nem me envolvo com essa área, não tenho nenhuma militância nessa área da agricultura.

Então, esse é um processo extremamente ajustado à necessidade, principalmente, de agricultura não somente de médio porte, mas agricultura de grande porte. Aquela região usa os pivôs, Senador Moka, que são alimentados exatamente por poços.

Então, esse mapeamento, esse controle da parte da Agência de Águas é um processo para a gente promover, inclusive, a integração de bacias...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a propõe alguma sugestão ao nosso relatório?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, eu gostaria de aprovar o relatório. Mas acho que a gente poderia tentar, talvez, um passo adiante. Alterar algumas coisas e inserir essa outra parte, que seria importante para a gente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a me concede um aparte? V. Ex^a, que é um Senador brilhante e que conhece as potencialidades hídricas do nosso Nordeste, especialmente Bahia e Sergipe, eu gostaria de explicar o seguinte: que esse comunicado só terá sequência ou algum efeito se a abertura daquele poço não for comercial. Quer dizer, a concessionária abre um poço e lá não descobre petróleo, mas descobre água. Aí, essa concessionária irá comunicar à ANA que abriu um poço, não deu certo, não encontrou petróleo, mas encontrou uma grande quantidade de água. Então, isso

é importante para a região que receber esse benefício; e, aí, a ANA ficará encarregada de regulamentar os critérios técnicos, econômicos, logísticos e legais para o aproveitamento desses poços perfurados que não tenham finalidade comercial...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, é impressão, mas na maioria são poços cuja água é salobra, tem que colocar dessalinizadores...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Walter Pinheiro, então, continuando. Se porventura o poço tiver valor econômico, valor comercial, logicamente que a concessionária não tem obrigação nenhuma, porque ela irá atender como atividade primacial a exploração do petróleo advindo com a abertura daquele poço. Era essa a explicação que queria dar a V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, acho que podia mandar. Eu só queria dizer a V. Ex^a isto: que a minha preocupação é que esse tema levantou uma coisa muito importante, que, por parte da ANA, ela ter um nível de acompanhamento, monitoração, controle, principalmente dos acessos. Mesmo tendo petróleo, Senador Valadares, nessas regiões nós encontramos muito isto, a existência de petróleo e, ao mesmo tempo, mananciais hídricos que correm ali numa mesma área. Então, o fato de ter esse conhecimento... É óbvio que nós temos hoje todo um novo mapeamento do subsolo, isso está avançado demais no Brasil, mas não custa nada, essas informações, a gente ir cruzando essas informações.

Então, o que estou dizendo a V. Ex^a é que a proposta que V. Ex^a traz hoje é extremamente importante para, inclusive, a atualização cadastral por parte da ANA.

Eu votaria por aprovar a matéria, mas a gente entender isso *a posteriori*.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na outra reunião, não é, Presidente? Porque agora não há quórum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Me permita, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu vejo que os dois conhecem profundamente o tema e estão devidamente interessados em resolvê-lo. O Senador Walter Pinheiro acha que, se fizesse um acréscimo ao que o Senador Valadares propôs, poderia inclusive resolver mais essa problemática da água, cruzando as informações.

Será que não seria o caso de, em vez de pedir vista – e o Senador Moka vai pedir vista –, retirar da pauta e os dois, junto com o Senador Moka, encon-

trarem um texto para que na semana que vem esse projeto, ótimo, seja ainda melhorado?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De qualquer maneira, Senador Demóstenes, nós não votaremos hoje, porque é matéria terminativa...

(Manifestação fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou pronto a receber qualquer sugestão para melhorar. A autora do projeto é a Senadora Rosalba. Eu fiz um substitutivo para melhorar a redação, para dar à ANA o poder de regulamentação da matéria, mas a autora é a Senadora do DEM – hoje, grande Governadora do Rio Grande do Norte –, que teve esta iniciativa que considero louvável de, ao lado da exploração petrolífera, também dar como importante, como prioridade, a exploração de recursos hídricos, a descoberta de aquíferos. No Nordeste do Brasil, acontece frequentemente a descoberta desses mananciais de água subterrânea. O do Piauí é o maior que temos na região.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr^a Presidente, meu objetivo era pedir vista apenas para me informar, mas como esse projeto é terminativo e não será votado, vou aproveitar e vou me inteirar dele, porque, realmente, achei importante, complexo, mas eu também não o tinha lido.

Então, sem prejuízo, porque não vai acontecer a votação hoje, era apenas e tão somente um tempo para que eu pudesse ter mais detalhes a respeito do projeto, que achei importante. De qualquer forma, como vai ser votado só na semana que vem, terei tempo para fazer isso, mesmo sem pedido de vista.

Não o farei.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Moka.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Mas eu peço vista, então, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista concedida.

Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para a importância desse projeto. Acho que esse projeto tem que ser amplamente debatido. É um projeto muito importante.

Vista concedida, vamos ao Item 5 da pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vista coletiva, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva.

ITEM 5

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011

Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: – *A matéria constou da Pauta da Reunião dos dias 22/06 e 04/08/2011;*

– *Em 14/09/2011, o Relator aprovou nova minuta de parecer.*

Com a palavra, o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr^a Presidente, Srs. Senadores.

I – Relatório

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 37, de 2011, de autoria do nobilíssimo Senador Marcelo Crivella, que propõe alteração na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. O propósito da alteração é obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem integralmente as redes aéreas de distribuição por redes subterrâneas, nas cidades com mais de cem mil habitantes.

Ao justificar a apresentação da matéria, o autor expõe sua preocupação com os constantes riscos que as redes aéreas impõem aos transeuntes. Ademais, essas redes são esteticamente poluentes, produzindo um mau aspecto no visual das cidades maiores. Em razão disso, o Senador Marcelo Crivella propõe a sua substituição por redes subterrâneas, que resolvem permanentemente os aspectos estéticos e de segurança.

A matéria foi despachada para esta Comissão, que deverá se manifestar em caráter terminativo. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Em face da autonomia regimental para deliberar sobre a matéria em decisão terminativa, cabe a esta Comissão a análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, principalmente, de mérito.

O Congresso Nacional detém a competência privativa para deliberar sobre energia, nos termos do art.

22, inciso IV e do *caput* do art. 48, ambos da Constituição Federal. Ademais, matérias sobre energia não estão incluídas entre aquelas de iniciativa privativa da Presidente da República, listadas nos artigos 61 e 84 da Carta Magna. A proposição atende, assim, aos preceitos constitucionais. Ademais, não há qualquer óbice quanto à juridicidade ou à regimentalidade.

Em relação ao mérito, conquanto a implantação de redes subterrâneas seja um pleito reiterado dos habitantes das grandes cidades, é preciso ajustar o disposto no PLS nº 37, de 2011. Na sua forma original, a proposição ensejaria pesados e inaceitáveis impactos financeiros para todos os consumidores de energia elétrica do País, como se verá a seguir.

Os serviços de distribuição de energia são uma atividade econômica caracterizada como monopólio natural, razão pela qual devem ser regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A regulação econômica prevê que as tarifas dos serviços de distribuição são calculadas considerando os investimentos prudentes e os custos do serviço. A legislação e os contratos de concessão garantem que esses gastos prudentemente incorridos sejam integralmente repassados para o consumidor. Não há hipótese de que tais custos sejam arcados definitivamente pela concessionária.

No caso em tela, a substituição integral de redes aéreas por redes subterrâneas em municípios com mais de 100.000 habitantes importaria um custo gigantesco. Segundo cálculos da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, cujos associados atendem 99% do mercado brasileiro, essa substituição integral, apenas no estado do Rio de Janeiro, custaria a todos os consumidores fluminenses cerca de R\$ 70 bilhões, a serem remunerados via tarifa. É mais do que o dobro do arrecadado anualmente por todas as concessionárias e permissionárias de distribuição do País com a Tarifa de Uso dos Serviços de Distribuição (TUSD). Pode-se inferir daí o gigantesco custo que seria imputado aos consumidores brasileiros para substituir as redes aéreas em todo o País.

Outro efeito negativo do projeto seria a imputação do pagamento dessa substituição também aos consumidores das cidades com menos de 100.000 habitantes, dado que a tarifa é definida para a área de concessão, e não para cidades individuais. Os outros consumidores também arcariam com os custos, mas em nada se beneficiariam com a iniciativa.

Deve-se destacar também que as prefeituras das cidades com mais de 100.000 habitantes teriam enormes gastos com a substituição de redes aéreas de iluminação pública por redes subterrâneas, serviço esse de sua responsabilidade.

Não é demais, também, observar o desperdício financeiro embutido nesse processo. Os consumidores, além de pagarem pela desmontagem de redes aéreas ainda com enorme vida útil e pela implantação das redes subterrâneas, também teriam que pagar pela remuneração e depreciação dos ativos desmontados, pois essa substituição constituiria um *fato do príncipe*, e seus custos de implantação não seriam de responsabilidade das concessionárias e permissionárias de distribuição.

A ABRADÉE assevera ainda que as redes subterrâneas custam de 7 a 10 vezes mais do que as aéreas, razão pela qual só são usadas em condições especiais, tais como: redes com elevada concentração de carga, redes aéreas sujeitas a deterioração acelerada em razão de fatores ambientais, saturação do espaço para implantação de novas redes aéreas, projetos de urbanização com fins estéticos ou ambientais. Destaca ainda que as redes aéreas têm margens de segurança determinadas nas normas técnicas que atendem bastante bem as necessidades de proteção de transeuntes.

Não custa destacar também que as concessionárias e permissionárias de distribuição não têm qualquer interesse em defender ou criticar a eventual substituição de redes aéreas por redes subterrâneas, haja vista que todos os investimentos prudentes por elas realizadas serão repassados para as tarifas.

Entretanto, todas essas preocupações podem ser contornadas mediante a adoção de critérios específicos, como requisitos para a adoção das redes subterrâneas, tornando-as uma exceção e não a regra, como propõe o projeto de lei sob análise.

O primeiro critério seria o porte das cidades cujas concessionárias estariam obrigadas a adotar redes subterrâneas. O porte mínimo proposto no PLS – Municípios com mais de cem mil habitantes – concentram uma parcela significativa da população brasileira. Deve-se lembrar que a troca de redes aéreas por subterrâneas incluiria também despesas nos quadros das unidades consumidoras. Para reduzir os severos impactos que tais obras teriam sobre as tarifas, proponho que esse piso seja elevado para as cidades com pelos trezentos mil habitantes.

Ademais, as redes subterrâneas não se justificam técnica e economicamente em todas as situações. A adoção de redes subterrâneas é recomendada em situações específicas, como o adensamento populacional, risco de aumento elevado nos índices de frequência e duração de desligamentos pela deposição de sal em isoladores, e adensamento de alimentadores em um único poste. Por isso, entendo que qualquer uma dessas

situações deve ser requisito para a adoção obrigatória de redes subterrâneas.

Finalizando, entendo que as redes de distribuição de energia vinculadas a programas sociais devem constituir também uma exceção, mesmo que esteja presente qualquer um dos critérios para a adoção de redes subterrâneas. É que tais instalações poderiam ser mais caras do que o próprio programa social.

III – Voto

Em face do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 37, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011 (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de trezentos mil habitantes e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.

§ 1º Dentre os compromissos de modernização das instalações vinculadas ao serviço de que trata o caput deste artigo, está a obrigatoriedade da implantação de redes subterrâneas de distribuição de energia elétrica, em lugar de redes aéreas novas, quando os serviços forem prestados em regiões metropolitanas de municípios com mais de trezentos mil habitantes, desde que obedecido pelo menos um dos seguintes critérios:

a) concentração da carga superior a 10 MVA/km²;

b) redes próximas a orlas marítimas, sujeitas à agressão da salinidade;

c) redes com postes e estruturas congestionadas, ocupadas por vários alimentadores.

§ 2º. Excetua-se do disposto no § 1º deste artigo a expansão ou substituição de redes vinculadas a programas sociais. (NR)”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, quero pedir vista da matéria. Até falei com o Senador Lobão. Achei a matéria importante. É um projeto com um cunho muito ajustado. Quero dizer até que os Municípios do Rio de Janeiro, se não me falha a memória, em decisão tomada nesta semana, adotaram a posição de retirada das fiações.

Esse debate se processou no Brasil a partir de 1996 e de 1997, com essas duas leis, que até têm os números trocados, a Lei Geral de Telecomunicações e a Lei do Setor Elétrico, a de nº 9.427. A de Telecomunicações, por incrível que pareça, apesar de ter sido promulgada um ano depois, Senador Lobão, usa os mesmos números. E trata de uma matéria de suma importância, até para discutir a questão dos custos.

Em todo e qualquer projeto de planejamento para essas duas áreas, telecomunicações e energia, a parte de duto e de infraestrutura efetiva de distribuição consome, de imediato, Senador Lobão, 30% de todo o investimento; sempre foi a parte mais cara. Eu até falo disso com certa propriedade, porque a minha primeira atividade profissional, quando do Sistema Telebrás, foi exatamente nessa área de planejamento de rede, que é a parte mais pesada.

A estrutura de dutos, por exemplo, essa proposta termina contemplando. Se vamos tirar a posteação, teremos de exatamente aumentar as galerias de dutos nas cidades, Senador Demóstenes. Portanto, será feita a construção de mais bueiros. Haverá a necessidade de abrir o subsolo.

Não utilizamos mais, como no passado já tivemos no Brasil, o chamado cabo enterrado. O cabo de energia não era jogado numa rede de dutos. Abria-se uma vala, e o cabo de telecomunicações e o de energia eram jogados ali. É óbvio que, de vez em quando, aconteciam catástrofes.

Portanto, é uma área que requer um nível de planejamento muito ajustado. E, do processo de 1996 e de 1997 para cá, principalmente com a entrada de outros operadores, estabeleceu-se até uma disputa.

Lembro-me de que – não sei se em 1998 ou em 1999 – cheguei a escrever um artigo que eu chamava assim: “O poste, o novo sócio”. Imagine a situação da Eletropaulo ou da Cesp, em São Paulo, por exemplo, Senador Demóstenes! Uma empresa de telecomunicações, geralmente, não distribuía tantos postes nas cidades, ela fazia o compartilhamento dessa infraestrutura. Ela utilizava o poste para passar também o seu cabo. Onde passa um cabo de alta ou de baixa energia, um pouco mais abaixo, atravessa-se uma cordoalha, e se pendura ali um cabo de telefone.

Então, as operadoras de telecomunicações foram obrigadas, a partir do processo de privatização,

a promover um pagamento pela utilização do poste. Então, o poste virou um grande negócio. A empresa de energia, além de vender energia, também alugava o poste. Imaginem São Paulo, com um milhão de postes, a R\$10,00 cada poste para se passar um cabo, seria um faturamento tranquilamente razoável. Por isso, batizei aquele artigo que fiz na época de “O poste, o novo sócio”, que era a disputa que se estabelecia.

A cidade de Porto Alegre fez este debate: a utilização de sua rede própria, a tentativa de colocar no subsolo e de melhor organizar a cidade nesse processo de reurbanização, passeios.

Ontem nós discutimos a questão da pessoa com deficiência, por exemplo, mas uma das medidas da retirada de postes dos passeios foi para permitir que o passeio fosse incluído como um grande ponto de acessibilidade, principalmente para a pessoa com deficiência, para que houvesse as condições ideais, para que o deficiente visual ou o cadeirante, ao transitar pelo passeio, não batesse com a cara no poste.

Então, esses debates todos são importantes, mas, como V. Ex^a aponta em seu relatório, é uma medida de impacto razoável. Portanto, o processo para definição disso requer certo alongamento. E é importante o acompanhamento por parte dos órgãos públicos. Você não mexe numa estrutura de subsolo de uma cidade sem a participação da prefeitura. Não há como. A maioria tem um processo de georreferenciamento, ou seja, o estudo do subsolo, o mapeamento do subsolo. Quanto às empresas de telecomunicações e de energia, hoje temos outras empresas: empresas de TV a cabo, empresas de outros serviços. Esse mapeamento é significativo.

Assim, esse é um debate importante, acho que a ideia é sensacional, mas precisamos ajustar isso, porque também vamos ter... E é uma das minhas preocupações – estou pedindo vista exatamente por isto: onde é que entra o conflito entre a lei federal e a lei de ordenamento do uso do solo de cada Município? Esse foi um dos problemas que enfrentamos também do ponto de vista dessa política de utilização ou compartilhamento de infraestrutura. Cabe a quem?

A cidade de Porto Alegre tentou fazer isso, depois perdeu judicialmente. Da mesma forma, quando fiz o projeto aqui, Senador Lobão, terminei perdendo. Fiz um projeto de compartilhamento de infraestrutura e até de preço público, que é uma forma de arrecadação. Nós pagamos IPTU de nossos imóveis. As empresas de energia e de telecomunicações não pagam o IPTU do poste! Não pagam o IPTU do armário, não pagam o IPTU da galeria de duto, e é utilização do solo. Quando elas colocam uma torre de TV ou de serviços de celular, essa área que é utilizada para receber essa torre...

Como estamos fazendo agora com a energia eólica: as pessoas geralmente são indenizadas! Fazem contratos de pagamento durante um período. Houve até um período em que alguns condomínios até faziam disso uma forma de ganho para o condomínio. E, quanto ao poder público, cobra de um, não cobra de outro. Então, há um conjunto de coisas que interferem nessa questão.

Eu me lembro, na época, de um projeto nosso de preço público, que era sobre esse uso, e terminei perdendo exatamente por isto: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania julgou inconstitucional, ainda recorri, e, judicialmente, as empresas terminaram me derrotando, porque havia o conflito entre o que acontecia em cada cidade e o ordenamento disso em âmbito nacional.

Então, estou pedindo vista para eu tentar ver se posso contribuir para que esse projeto possa estabelecer, e não tenhamos isso só no Rio de Janeiro, como foi decretado agora, mas em São Luís... Já imaginou sua São Luís sem aquele bocado de postes no meio da rua, aqueles fios velhos pendurados, parecendo um verdadeiro “armengue”? Hoje nem encontramos isso, apesar de se utilizar uma estrutura mais apropriada com cabos, com a chegada das fibras óticas, mas não temos fibras óticas para ir até a última milha, para chegar na casa. É muito caro ainda a fibra ótica chegando na casa do usuário.

São Paulo, para se ter uma ideia, que é o Estado que mais tem fibra ótica, tem só 30 mil. É caríssimo. Então, o sujeito vai distribuindo aquele fio lá, que costumávamos chamar de fio drop. Aí se vê uma cacetada de fios espalhados. Saem de um poste para centenas de casas. Vira um verdadeiro... Aí a meninada, quando vai empinar arraia – eu já fiz muito isso –, o fio atrapalha, ou a própria linha com cerol – cola e vidro – termina cortando o fio drop, dá problema, dá isso ou aquilo. Então, não é somente uma questão de estética, é também uma forma de se utilizar corretamente a estrutura de distribuição tanto de energia, de TV por assinatura ou de telefone de maneira que não prejudique, que não traga mais problema para a manutenção. Inclusive, no subsolo é mais barata a manutenção. Esse é o inverso.

Na Bahia, por exemplo, como a gente tem áreas de salitre, tinha-se que adotar a utilização de silicone, aquele silicone em pasta, para proteger as caixas de distribuição, ou os armários de distribuição por conta exatamente da sua exposição ao salitre. Se está no subsolo, a incidência é menor. Mas você tem que fazer, depois, a saída do subsolo para a casa do sujeito. Então, tem que ter o armário de distribuição.

Então, esse é um debate importante, fundamental, ajusta, mas a gente tem que ver como a gente pode contribuir para que ele tenha viabilidade.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O Senador Walter Pinheiro, sempre muito cioso de todos os temas aqui discutidos, tem toda a razão. Esse é um projeto que inicialmente traria um grande custo ao brasileiro, porque previa a substituição de todas as redes já existentes em cidades acima de 100 mil habitantes. Eu analisei esse projeto com muito cuidado e o alterei profundamente, nas suas vísceras; aumentei das cidades com 100 mil para as com 300 mil, e defini que apenas as novas implantações poderiam ser consideradas como cabos subterrâneos. E, mesmo assim, devendo responder àqueles artigos que coloquei como sendo obrigatórios na análise, que é a questão do salitre, a questão dos projetos urbanísticos de áreas tombadas, em que não devam aparecer aqueles postes e, sim, que sejam subterrâneos, de áreas onde o adensamento da carga seja muito grande, que obrigue que seja cabo subterrâneo. Condições essas que já fazem parte das normas das atuais concessionárias e permissionárias. Eu apenas estou traduzindo-as em lei, mas elas hoje, essas mesmas condições, já fazem parte daquelas orientações e diretrizes da própria associação dos distribuidores e concessionários de energia.

Então, busquei trazer esse projeto – que foi tão bem idealizado pelo Senador Marcelo Crivella – à realidade e fazê-lo factível para que ele possa ser realmente implantado, não trazendo custos adicionais, extras, insuportáveis para a população brasileira.

Mas o Senador Walter Pinheiro tem toda a razão, a gente precisa discutir e estou ansioso para ver se o nosso Senador pode trazer contribuições para que a gente possa cada vez mais transformar o nosso País em um país de primeiro mundo.

Então, eu peço também que seja concedida vista coletiva para que a gente possa discutir isso, inclusive, de forma mais ampla.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, concedida vista coletiva.

Último item da pauta um requerimento de autoria do Senador Walter Pinheiro.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011 – CI

“Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar

de uma visita a parques eólicos na Espanha e Portugal, para conhecer a utilização de aerogeradores, de pás, de torres eólicas, assim como a um porto adaptado especificamente para atender ao segmento eólico, no período de 08 a 16 de outubro de 2011.

Requeiro, ainda, seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar-me na preparação de relatórios e estudos e outras tarefas afins."

Em discussão o requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, fiz esse requerimento até para comunicar à Casa, porque nós estamos em processo crescente de criação de parques eólicos no Brasil, particularmente no meu Estado da Bahia. Nós vamos para 52 parques, com os 18 do último leilão, Senador Lobão, em que a Bahia terminou disputando. São 52 parques eólicos na Bahia, em que vamos gerar 1.500 megawatts de energia. E essa é uma missão que quero acompanhar. Diversos técnicos do Estado devem estar também nessa missão, e nós estamos tentando, neste bom momento do Brasil, atrair alguns fabricantes de aerogeradores, de pás, e a discussão de uma tecnologia utilizada nas chamadas pás, palhetas dos nossos moinhos. Essa tecnologia é exatamente para permitir o melhor manejo dessa pá.

Para que tenhamos uma ideia, temos hoje mais de 200 caminhões, Senador Lobão, parados nas estradas, porque, para se transportar uma pá dessas, você precisa de um caminhão; para o caminhão pegar a estrada, é preciso estar a Polícia Rodoviária Federal. Então, estamos discutindo com o Ministério da Justiça para flexibilizar isso, fazer uma parceria com as Polícias Rodoviárias Estaduais, com empresas de segurança, porque, caso contrário, não vamos nem transportar.

Então, estou querendo conhecer essas experiências. Há uma proposta nova desenvolvida pelo núcleo espanhol e português, que é exatamente na divisa com Espanha e Portugal, para se seccionar essa pá, exatamente para facilitar o transporte e permitir, no momento da sua instalação, obviamente, seu tamanho natural de volta, assim como também a utilização de tecnologias mais avançadas do controle e monitoração desses parques eólicos, ou seja, os centros de supervisão, o desenvolvimento feito para telecomando de toda essa estrutura, que é importante.

Então, estou querendo conhecer essa experiência em conjunto, e aí sugeri que alguém do Senado pudesse acompanhar, até para a gente ter o desdobramento de como aplicar isso no Brasil inteiro, não só na nossa Bahia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento vai à Comissão de Relações Exteriores para consolidação da aprovação.

(Manifestação fora do microfone.)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O Item 4 da pauta está adiado para a próxima reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lúcia Vânia...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Deixe-me só colocar uma coisa daquela polêmica que foi levantada aqui, na Comissão, na Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Educação. Aqui, o tema voltou pela proposição do Senador Flexa.

Estamos num esforço para tentar, em conjunto com as comissões, produzir alteração regimental que nos permita, primeiro, um modelo de apreciação de matérias. Não há nenhum sentido que uma matéria que não seja um projeto de lei complementar, meu caro Senador Ferraço, muito menos PEC... PEC nem aqui vem. No plenário, nós apreciamos projetos com votação simbólica. Se há necessidade de verificação de determinadas matérias, isso tem que ser provocado por um Senador, por bancadas ou, enfim, por blocos ou coisa do gênero. E aí se verifica a matéria. Então, se é um projeto de lei ordinária, ele não precisa de verificação. Só se solicitado. Na comissão, é o contrário. Aqui, todas as matérias terminativas, mesmo sendo projetos de lei ordinária, têm que ter verificação. E a verificação aqui, inclusive, desculpe-me o termo, Senadora Lúcia Vânia, é extremamente arcaica, um negócio completamente absurdo para este novo tempo. Estamos falando do Senado, que aqui todo mundo é cheio de *tablets*; e aqui é na base do papel. Tem que votar, assinar e, depois, os servidores das comissões ficam feito doidos nos corredores: "Votou aquilo lá, o senhor tem que assinar." Isso não funciona!

Então, se tem matéria... Essa é uma forma também que encontro até para a gente obrigar que haja essa discussão sobre o funcionamento das comissões. Se há matéria na qual tenho interesse e vai ser votada, e eu assinei a lista de presença de uma comissão e me mandei, sendo a matéria terminativa, um projeto de lei ordinária, se o Senador quiser derrubá-la, quiser discuti-la, ele vai ter que estar na comissão, porque senão vira uma forma tranquila de se fazer obstrução, entendeu, Senador Lobão? Eu venho aqui, posso até assinar, e vou embora. Tiro o quórum normal, e não se

aprecia nunca a matéria, que é terminativa e precisa desse quórum. Um projeto de lei ordinária!

Volto a insistir: o Plenário da Casa é maior do que Plenário de comissão. E, no plenário da Casa, votamos matéria com votação simbólica. Se alguém quiser fazer verificação, pede verificação. Se no plenário, na hora, dos 81 Senadores, alguns forem embora e ficarem lá 40, a matéria é votada com o que tem de registro no início da sessão: 81 Senadores, e não os que estão presentes, o que ocorre só e somente só quando a verificação é solicitada.

Então, essa discussão, nós já levamos ao Presidente Sarney. Eu fiquei encarregado, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, de apresentar, assim como na Comissão de Educação, uma alteração para essa forma de tramitação. E o outro debate que estamos fazendo é o debate do funcionamento e, aí, do tamanho das comissões.

Eu até disse a Flexa: "Eu não tenho nenhuma esperança de que aprovemos redução de comissões aqui", porque aí, assim, a nossa proposta era de reduzir de 11 para 8 as comissões; limitar o número de subcomissões; e introduzir grupos de trabalhos, mais do que subcomissões, porque permitem que três Senadores discutam a matéria, fiquem encarregados de fazer o levantamento e tragam de volta para o Plenário.

Viu-se, nesse instante, o Senador Roberto Requião dizer que é Presidente de uma Subcomissão, Presidente de uma Comissão e Presidente de uma Subcomissão; e outro é Presidente de uma outra, Presidente de uma outra... Então, nós vamos... E não é por vontade do Senador Requião de abraçar o mundo, não estou dizendo isso. É pela exigência. Eu, por exemplo, participo de três. Eu não sei de quantas comissões cada um aqui participa, mas eu sou suplente de outras. Então, é um... Hein?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É vontade também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu, por exemplo, Senador Ferraço, abri mão de ir para a CCJ, que é a comissão que todo mundo quer, a "comissão dos notáveis". Eu disse: "Não, eu quero ficar na comissão em que eu atuo. Então, para não..." Não sou da CAE exatamente...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas é isso! Por quê? Porque eu atuo na área de educação, de ciência e tecnologia e de infraestrutura. Essas três comissões são concorrentes no horário de funcionamento com essas outras. Então, eu fiz a minha escolha. Não dá para ficar de brincadeira: eu corro para uma comissão, volto para outra. Não é...

Então, eu estou respeitando o estilo de cada um, mas gostaria que também a estrutura pudesse funcionar para permitir que nós tivéssemos um trabalho mais qualitativo.

Então, esse material, eu gostaria de contar com o apoio desta Comissão para produzirmos isso e (Inaudível.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr^a Presidenta, além de concordar *ipsis litteris*...

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É importante, Senador Walter Pinheiro, que V. Ex^a também faça pela Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Além de concordar *ipsis litteris* com a manifestação do Senador Walter Pinheiro, há uma outra prática cultural bastante duvidosa nos trabalhos das comissões, porque eventualmente nós não estamos presentes, não votamos e querem pegar a assinatura da gente. Como é que eu posso assinar se eu não votei? E me parece que essa é uma prática da Casa. Eu não votei, eu não posso assinar. Então, essa cultura precisa de fato ser repensada até por uma legitimidade verdadeira. Se eu não discuti, Senador Lobão, se eu não votei, como posso assinar? Não faz sentido.

Então, eu acho que o Senador Walter Pinheiro traz à discussão um tema da maior relevância que tem a ver com a necessidade não apenas dos procedimentos, mas da eficácia das nossas Comissões Permanentes, que é o que está em jogo, sob pena de nós banalizarmos o papel das Comissões Permanentes no seu dia a dia, na sua relevância e nos seus temas que serão discutidos

É a contribuição que trago, mas concordando em ordem, número e grau com o Senador Walter Pinheiro.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço. V. Ex^{as} foram testemunhas da resistência que eu tive aqui em criar subcomissões, porque nós que estamos aqui há mais tempo temos a clareza de que as comissões dessa forma não funcionam. E é extremamente constrangedor, como eu disse aqui hoje: faz-se uma audiência pública, desloca-se um ministro, uma autoridade ou o que seja, uma pessoa, que chega aqui e tem duas ou três pessoas na audiência. Isso é extremamente desagradável. E o que é mais grave: passada essa audiência pública, se entra uma matéria referente àquele assunto, exigem-se novas audiências públicas e nós novamente convidamos os ministros para virem aqui falar a mesma coisa que foi falada anteriormente.

Então, isso é muito complicado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr^a Presidenta, é uma avaliação pessoal, de juízo

peçoal, mas eu tenho observado a *performance* da Câmara dos Deputados *vis-à-vis* a do Senado. Por incrível que pareça, a Câmara tem dado um banho no Senado em termos de produtividade. É impressionante! Porque tive oportunidade de ser companheiro do Senador Walter e de S. Ex^a também, não tive oportunidade de ser companheiro do Senador Lobão, mas olhem a diferença de *performance* da Câmara com o Senado. Ontem, a Câmara votou a PEC nº 29, votou a Comissão da Verdade, votou a indicação para o Tribunal de Contas da União e nós estamos meio que paquidêrmicos aqui, no Senado, não conseguindo produzir resultados por conta da sistemática da tramitação da medida provisória – que está para mudar, mas não mudou ainda.

Mas, em todo o caso, nós estamos percebendo claramente que o Senado tem perdido rendimento, tem perdido eficiência. Isso está ficando visível para uma Casa que tem seguramente uma facilidade maior, uma agilidade maior em relação aos seus procedimentos e as matérias que debate e que votam.

Então, eu acho que isso tem a ver um pouco também com o sentimento e a percepção do Senador Walter Pinheiro.

A SR^a PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, encerra-se a reunião às 11 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Cícero Lucena e Zeze Perrela. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Caval-

canti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2008**, “Altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial”. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2009**, “Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “Ad Hoc” a Senadora Ana Amélia. Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo), e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2011**, “Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que ‘dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências’, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que ‘estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências’, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência”. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 5 (cinco) Emendas que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator “Ad Hoc” o Senador Eduardo Amorim. Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CDR. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO**

DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2010, “Acrescenta à Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que ‘dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas’ e à Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, que ‘institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências’, dispositivos para determinar que nos empréstimos para aquisição da casa própria, integre a composição da renda familiar o somatório de todas as rendas das pessoas que convivam em uma mesma unidade familiar, e flexibilizar o processo de comprovação de renda”. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Zeze Perrella. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** A Presidência designa Relator “Ad Hoc” o Senador Zeze Perrella. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDR pela rejeição do Projeto. Manifesta-se pela abstenção a Senadora Lídice da Mata. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006**, “Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney

Relatoria: Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **EXTRA-PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 25/2011-CDR**, “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, o Presidente da Petrobras Biocombustível, Sr. Miguel Rossetto, para debater a ampliação da produção e do consumo de biocombustível no Brasil, especialmente no Nordeste”. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Benedito de Lira

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, dou por aberta a presente reunião e proponho a dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a dispensa da leitura, submeto a ata da reunião anterior.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós teremos duas reuniões amanhã, dia 21. Às 14 horas, o Senador Wellington Dias agendou uma reunião na Secretaria de Aviação Civil para tratar a aviação regional e, às 15h30min, por solicitação desta presidência, haverá uma reunião no Ministério da Integração com o Exmo. Sr. Ministro e toda a sua equipe no que diz respeito a recursos hídricos. Vamos discutir com o Ministro da Integração as questões referentes à irrigação e ao abastecimento de água nas regiões do semi-árido e do Nordeste brasileiro. Solicito aos Senadores interessados a comparecerem nessas duas reuniões. Primeiro, porque é um tema debatido nesta Comissão, a aviação regional, que é do interesse de todos nós, com o intuito de dar uma melhorada no turismo nacional.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A primeira é com quem?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A primeira é com o Secretário Nacional de Aviação Civil, às 14 horas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aqui ou lá?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Lá no gabinete da aviação civil e, às 15h30min no gabinete do Ministro Fernando Bezerra, no Ministério da Integração Nacional. Na próxima semana, esta Comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, estará realizando uma série de eventos em comemoração ao Dia Mundial do Turismo. A Associação Brasileira de Agências de Viagem convida todos os membros desta Comissão a participar do 39º Congresso Brasileiro de Agência de Viagem, Feira das Américas, 2011, que, nesta edição, terá como tema O Brasil bem sucedido, oportunidade de novas atitudes para o turismo. Acontecerá no próximo dia 26 de setembro a décima visita do 2º Fórum Legislativo das Cidades Sede da Copa do Mundo de Futebol do Brasil na cidade de Natal, no

Rio Grande do Norte. Informo que ao final da presente reunião acontecerá a segunda reunião da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sob a presidência da Ex^{ma} Sr^a Senadora Lídice da Mata. De acordo com as atribuições conferidas ao Presidente da Comissão pelo art. 89, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, resolvo designar o Senador Zeze Perella para compor a Subcomissão Temporária da Copa de 2014, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, como membro titular na vaga ali existente. V. Ex^a, que é um benfeitor do futebol de Minas Gerais, vai ter a oportunidade de contribuir mais com a participação na Comissão, sob a presidência da eminente Senadora Lídice da Mata.

De acordo com a pauta já previamente estabelecida, nós vamos tratar da Ordem do Dia.

ITEM 1

Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2008

Altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial.

Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2009

Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Por não estar presente, eu designo *ad hoc* a Senadora Ana Amélia para fazer a leitura do relatório e do voto, consequentemente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, o Senador Vital do Rêgo é o Relator deste projeto de lei do Senado de autoria do Senador Valdir Raupp.

O objetivo dele é suspender a incidência da contribuição do é suspender a Incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financia-

mento da Seguridade Social (Cofins) sobre a entrada de mercadorias na Área de Livre Comércio, bem como incluir os bens finais de informática no regime fiscal especial.

O objetivo deste projeto é a concessão à Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim dos mesmos incentivos e benefícios fiscais e tributários vigentes na Zona Franca de Manaus para os empreendimentos dedicados à produção de bens eletroeletrônicos, na área de informática e automação.

O art. 1º do Projeto de Lei nº 54, de 2008, altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 1991, para incluir a suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, além do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio. Essa suspensão de incidência será convertida em isenção, quando as mercadorias forem destinadas para os fins previstos no referido artigo.

O art. 2º do mesmo PLS revoga a alínea c do § 2º do art. 4º da mesma Lei nº 8.210, de 1991, para excluir os bens finais de informática das hipóteses em que não se aplica o regime fiscal previsto nesse artigo.

O art. 3º constitui a cláusula de vigência.

Já o art. 1º do PLS nº 346, de 2009, modifica o art. 4º da Lei nº 8.210, de 1991, acrescentando os §§ 3º, 4º e 5º.

O art. 2º do mesmo PLS amplia o prazo de vigência das isenções e benefícios concedidos à Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim dos atuais vinte e cinco anos, com fim previsto para 2016, para trinta anos a partir da publicação do texto legal em proposição.

Por fim, o art. 3º contém a cláusula de vigência.

Para o autor do PLS nº 54, de 2008, o atual estágio de desenvolvimento de Guajará-Mirim foi propiciado pela criação de sua Área de Livre Comércio. As novas oportunidades de negócio geradas pela dinamização da economia local foram, sem dúvida, favorecidas pelo regime fiscal especial implementado mediante a Lei nº 8.210, de 1991.

No entanto, segundo o autor, com as alterações no Sistema Tributário Nacional, o regime fiscal de incentivo ao desenvolvimento regional não mais é eficaz. Para isso, é necessária a inclusão, entre os tributos abrangidos pela isenção fiscal, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Também não se justificaria excluir os bens finais de informática do regime fiscal especial, tendo em vista que outras áreas de livre comércio já favorecem esses bens.

Por outro lado, o autor também propõe a expansão do regime fiscal especial vigente para a Área de

Livre Comércio de Guajará-Mirim aos empreendimentos industriais dedicados à produção de bens eletroeletrônicos.

Adicionalmente, o autor do PLS nº 346, de 2009, propõe que as isenções e os benefícios da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim sejam mantidos durante 30 anos, a partir da publicação desta Lei. Isso porque, segundo o vigente art. 13 da Lei nº 8.210, de 1991, as isenções e benefícios serão mantidos durante 25 anos, prazo que se encerraria no ano de 2016.

Da análise.

As proposições também atendem aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa.

No mérito, as duas propostas são plenamente válidas, pois visam dinamizar a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim. Cabe ressaltar o momento especial por que passa a economia de Rondônia. De um lado, a Rodovia Bi-Oceânica, ligando a Amazônia brasileira ao Oceano Pacífico, está em adiantado estado de implantação, e, de outro lado, as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio estão em construção, com entrada em operação prevista para o ano de 2013.

Há, pois, uma oportunidade para a dinamização da economia de Rondônia em decorrência da oferta mais abundante de energia elétrica e das possibilidades de negócio que se abrem a partir da integração dos sistemas de transporte do Brasil, Bolívia e Peru.

Do voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, nos termos do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CDR (Substitutivo)

(PLS nº 54, de 2009)

Dê-se ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2009, a seguinte redação: (...)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao cumprimento do disposto no art. 3º.

Art. 5º Fica revogada a alínea c do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991.

Esse é o voto, o relatório e a análise feitos pelo Senador Vital do Rêgo sobre esta matéria...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...que propõe pela autoria do Senador Valdir Raupp em relação às isenções propostas nesses casos particulares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador, perdoe-me. É intempestivo, mas porque eu iria pedir vista a pedido da Senadora Vanessa Grazziottin, que não está neste momento, mas realmente havia votado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Item 2.

Não, quando a Senadora pediu eu já tinha declarado aprovação do substitutivo.

ITEM 2

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 78, DE 2011

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Angela Portela.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

S. Exª não se encontra no plenário e vou designar a Senadora Lídice da Mata como Relatora *ad hoc*. *(Pausa.)*

A Senadora está fora. Designo o Senador Eduardo Amorim para fazer a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, vou direto ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011, da Senadora Angela Portela, modifica a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que trata do apoio às pessoas com deficiência; e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que traz normas e critérios de acessibilidade, para introduzir, nos dois diplomas, medidas garantido-

ras do direito à moradia da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O projeto estabelece, na alteração a ser feita na Lei nº 7.853, de 1989, o direito à moradia digna, no âmbito da família ou mesmo em entidades assistenciais, para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; prevê, também, que lhes sejam reservados 3% (três por cento) das unidades, preferencialmente térreas, integrantes de programas habitacionais de interesse social.

Na alteração dirigida à Lei nº 10.098, de 2000, a proposição complementa a garantia desses direitos ao estabelecer a prioridade nos procedimentos de distribuição e aquisição de apartamentos térreos localizados em conjuntos habitacionais.

Ao justificar a iniciativa, a autora afirma que a matéria ajuda a concretizar o direito social à moradia e lembra que a habitação em condições precárias, já danosa para qualquer cidadão ou cidadã, se torna especialmente perversa quando se trata daqueles que dependem de cadeira de rodas ou outros auxílios para a sua locomoção.

Depois da análise desta Comissão, a matéria segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que se pronunciará em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Da análise, Sr. Presidente;

De acordo com os art. 23 da Constituição Federal, é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre habitação (inciso IX).

O art. 24, por sua vez, estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal podem legislar sobre a proteção das pessoas com deficiência (inciso XIV). Logo, não há óbice legal à iniciativa parlamentar consignada no Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011, da Senadora Angela Portela, que trata do direito à moradia das pessoas com deficiência.

O mérito da proposição coopera para dar efetividade ao direito à habitação, inscrito no art. 6º da nossa Constituição Federal. A matéria tem a virtude de estabelecer proteção especial destinada a garantir moradia digna às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção.

Para tanto, inclui o direito à moradia entre aqueles previstos no art. 2º da Lei nº 7.853, de 1989.

Dessa forma, demonstra que a habitação digna é condição essencial para o exercício da cidadania e para o usufruto pleno do bem-estar pessoal, social e econômico.

Conforme nos lembra a autora, somos confrontados no dia a dia com a constatação de que se avoluma

a quantidade de residências mantidas em locais impróprios, como encostas de morros e terrenos alagadiços, problema grave para qualquer pessoa, e ainda pior para aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A matéria ora em exame ajuda a mitigar esse problema.

Com relação à técnica legislativa, apresentamos nesta oportunidade emendas com o objetivo de facilitar a compreensão do direito que ora se pretende consignar, sem prejudicar o mérito da proposição.

Para tanto, reduzimos as citações de sua emenda; retiramos a menção ao direito à moradia em instituições acolhedoras, por compreendermos que se trata de assuntos distintos; fixamos o percentual de três por cento de moradias destinadas a essa parcela da população como um patamar mínimo; e substituímos por “unidades habitacionais térreas” a menção a “apartamentos”, constante do art. 2º.

Além dessas emendas, também introduzimos alteração cujo objetivo é atualizar a expressão “pessoas portadoras de deficiência”, contida nos dois diplomas legais ora modificados, de maneira a compatibilizar a terminologia legal com a utilizada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, homologado pela Assembleia das Nações Unidas em dezembro de 2006, e incorporado ao direito brasileiro – com o status de emenda constitucional – em julho de 2008.

O voto, Sr. Presidente. O voto do Relator Ciro Nogueira é o seguinte:

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011, com as emendas já relatadas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2010

Acrescenta à Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que “dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas” e à Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, que “institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Na-

cional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências”, dispositivos para determinar que nos empréstimos para aquisição da casa própria, integre a composição da renda familiar o somatório de todas as rendas das pessoas que convivam em uma mesma unidade familiar, e flexibilizar o processo de comprovação de renda.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Concedo a palavra, considerando que o Senador João Alberto não se encontra, *ad hoc* à Senadora Lídice da Mata para a leitura do parecer.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu pediria até que V. Ex^a pudesse designar outro Senador, já que se trata de um projeto do meu próprio Líder, o Senador Antonio Carlos Valadares. Portanto, não gostaria de derrotá-lo, já que se trata de um projeto que tem parecer pela rejeição.

Por isso, sugiro que V. Ex^a indique um outro Senador. Eu, há pouco, tive que atender uma emergência na Infraero da Bahia, mas já está resolvida. Gostaria até de ajudá-lo relatando algum projeto, mas nesse caso me sinto impedida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, neste caso indico o Relator Perrella para fazer a leitura do relatório.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Vem à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, cuja ementa é reproduzida acima.

A proposta tem apenas três artigos, o primeiro inclui o seguinte artigo na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, *in verbis*:

Art. 15-C Em todas as operações de financiamento para fins habitacionais deverá ser considerada, na composição da renda familiar, o somatório de todas as rendas das pessoas que convivam em uma mesma unidade familiar.

O art. 2º propõe a inclusão do seguinte parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009:

Art. 2º

.....

Parágrafo único. O processo de comprovação de renda será célere e informal, devendo serem aceitas as rendas informais e computados o somatório de todas as rendas

das pessoa que convivam em uma mesma unidade familiar.”

O art. 3º contém a cláusula de vigência.

Em sua justificação, o autor resume em dois os objetivos da proposta.

Primeiro, estabelecer na Política do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que na composição da renda familiar para obtenção de financiamentos para aquisição da casa própria, seja computada não só a renda entre o cônjuge ou o companheiro, mas entre os pais, os filhos, os parentes e todos os membros de uma relação estável que constituam uma unidade familiar.

Segundo, flexibilizar significativamente o processo de comprovação de renda, aceitando rendas informais, como por exemplo, as rendas aferidas por trabalhadores ambulantes, dentre outros casos advindos da economia informal.

O autor argumenta também que algumas instituições integrantes do SFH trabalham hoje com a opção de composição de renda para financiamento, que pode ser feito entre parentes e amigos, desde que todos figurem como coobrigados no contrato.

Além disso, no processo de comprovação de renda, enquanto a Caixa flexibilizou a comprovação de rendimentos para fins de apuração da renda mensal, a forma como se apura e se comprova a composição da renda para fins de aquisição da casa própria, e até para a participação em programas sociais de habitação, fica à livre discricionariedade das entidades financeiras.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Findo o prazo regimental não foram oferecidas emendas.

A análise.

Nos termos do art. 104-A, do RISF, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) compete opinar sobre matérias pertinentes às proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios (inciso I), planos regionais de desenvolvimento econômico e social (inciso II) e programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional (inciso III), nos quais se insere a matéria objeto do projeto de lei ora sob análise.

O SFH foi criado por meio da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que, entre outras providências, instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisi-

ção da casa própria, criou o já extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), as Sociedades de Crédito Imobiliário, as letras Imobiliárias e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

O SFH tem sido importante instrumento de financiamento imobiliário, mas não é o único. Qualquer análise de propostas com reflexos nos sistemas de financiamento habitacional deve levar em consideração, também, pelo menos mais dois sistemas de financiamento bastante utilizados no país, o Sistema Hipotecário (SH) e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

Embora o autor da proposta tenha argumentado, em sua justificação, que os dispositivos alterados limitavam seu alcance apenas ao SFH, o texto proposto para o art. 15-C, da Lei nº 4.380, de 1964, na redação dada pelo art. 1º do projeto, não faz qualquer distinção de origem de recursos ou de renda, alcança não só as operações do SFH, mas todas as operações de financiamento habitacional realizadas pelas instituições financeiras, inclusive do SH e do SFI.

Além disso, computar a renda de todas as pessoas que convivem em uma mesma unidade familiar para fins de composição da renda, se, por um lado, pode dar maior seletividade ao processo por enquadrar as famílias nas faixas de renda mais próximas da realidade e ajustar a subvenção econômica prevista no art. 2º da Lei nº 11.977, de 2009, por outro pode desvirtuar a realidade financeira daquelas famílias que buscam acesso à casa própria no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Isto porque os benefícios, a subvenção e as condições financeiras da operação são diferenciadas para famílias com renda de até três salários mínimos.

Não obstante, destaque-se o fato de que não só a Caixa Econômica Federal, principal operador das políticas habitacionais do Governo Federal, mas as demais instituições financeiras, já acatam a composição de renda, inclusive das pessoas sem vínculo familiar ou sanguíneo, desde que inclusas no contrato de financiamento como co-mutuários.

Em relação a tornar mais célere e informal a comprovação de renda conforme proposto pelo art. 2º do projeto para o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.977, de 2009, ressalte-se o fato de que a comprovação de renda permite que o agente financeiro avalie adequadamente a capacidade de pagamento do tomador do empréstimo, bem como o risco envolvido na operação, segundo recomendação do Banco Central do Brasil (Bacen) e diretrizes estabelecidas no Acordo da Basileia I, II e III.

Além disso, a Caixa Econômica Federal já aceita renda informal dos proponentes a financiamento habitacional, para fins de apuração de renda no âmbito do

Programa Minha Casa Minha Vida, utilizando-se até mesmo da opção mencionada no projeto de lei sob análise, a inscrição e regular pagamento à Previdência Social, e ainda prioriza a concessão de financiamento para a mulher chefe de família ou de que faça parte pessoas com deficiência. Essas alterações constam da Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, que alterou diversos dispositivos do PMCMV.

O voto.

Em razão do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2010.

Sala da Comissão,
Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, pelas razões que já expus antes, eu votarei abstenho-me, nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com o voto de abstenção da Senadora Lídice da Mata.

O Item 4 é terminativo. Não tendo quorum para votação, eu adio a votação desse projeto para a próxima reunião.

Acabou?

Encontra-se sobre a mesa requerimento da Senadora Lídice da Mata, que entrará para apreciação dos Srs. Senadores e Senadoras como extrapauta.

Aliás, eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores se o requerimento entra extrapauta.

Em discussão. (Pausa)

Encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 25/2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do

Senado Federal, o Presidente da Petrobras Biocombustível, Sr. Miguel Rossetto, para debater a ampliação da produção e do consumo de biocombustível no Brasil, especialmente no Nordeste.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Com a palavra S. Ex^a, para encaminhamento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito rapidamente, é para solicitar o apoio dos nobres pares, para que tenhamos essa audiência pública trazendo aqui o ex-Ministro e atual Presidente da Petrobras Biocombustível, a fim de apresentar o projeto de pesquisa e de trabalho de biocombustível em todo o Brasil, especialmente na nossa região Nordeste, que precisa tanto do implemento de projetos com a importância do projeto do biocombustível. O seu estado, através do etanol; o meu através, portanto, de outras formas de biocombustível. E aqui os outros Senadores de estados nordestinos, cada um tem alguma ligação com esse grande programa de interesse nacional da Petrobras Biocombustível, que pelo que estou sabendo, precisa muito, nesse momento, do apoio desta Casa para que possa se desenvolver e servir, efetivamente, à cadeia produtiva da agricultura familiar, em nosso País e especialmente, volto a dizer, na nossa região, já que estamos aqui todos os Senadores da região Nordeste, com exceção do Senador Zeze Perrella, que pega um pedacinho dos benefícios da região Nordeste por meio da Sudene; e, portanto, também tem uma área de semiárido que tem interesse nesse assunto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE – (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, convoco a comissão para a eleição de um membro para a Subcomissão da Copa.

Eu tenho o prazer de convidar a Ex^{ma} Sr^a Senadora Lídice da Mata para assumir a presidência dos trabalhos, por ser a Presidente da Subcomissão. E haverá eleição, logo em seguida, de um membro da Copa, que deverá ser o Senador Zeze Perrella.

Está encerrada a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 34^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 34^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 35^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E 45^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia treze de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **EUNÍCIO OLIVEIRA, RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ e EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA AMÉLIA, ANTONIO CARLOS VALADARES, ANTONIO RUSSO, ARMANDO MONTEIRO, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DEMÓSTENES TORRES, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, GIM ARGELLO, INÁCIO ARRUDA, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ PIMENTEL, KÁTIA ABREU, LÍDICE DA MATA, LINDBERGH FARIAS, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO BAUER, PEDRO SIMON, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RENAN CALHEIROS, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, SÉRGIO PETECÃO, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES e WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. Fica registrada a presença do Sr. **Odacir Klein** – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – **UBRABIO**. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior da CCJ, CMA, CRA e CCT, que é dada como aprovada. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 83, DE 2011-CMA, e REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CRA**, que “Requerem, nos

termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública, em conjunto, pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o tema: “Instrumentos Econômicos para o Código Florestal”, atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, com a participação dos seguintes convidados: José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente; Virgílio Viana, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável; José Luciano Penedo, Presidente da Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel, e Carlos Young, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Autoria:** Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Colocados em votação, a CCT, CMA e CRA aprovam os requerimentos. **2) REQUERIMENTO Nº 85, DE 2011-CMA, REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CRA, e REQUERIMENTO Nº 74, DE 2011-CCJ**, que “Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate, entre outros juristas: José Antonio Dias Toffoli – Ministro do STF; Paulo Affonso Leme Machado – Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França); Herman Benjamin – Ministro do STJ; Cristina Godoy de Araújo Freitas – Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Nelson Jobim – ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal; Célio Borja – Ex-Ministro da Justiça; Paulo Roberto Pereira de Souza – Professor da Universidade Estadual de Maringá; Mário José Gisi – Subprocurador Geral da República; Gilberto Pisselo do Nascimento – Presidente Nacional da Comissão de Direito Ambiental na OAB; e Ana Maria de Oliveira Nusdeo – Professora de Direito Ambiental da Universidade de São Paulo. **Autoria:** Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Acir Gurgacz e Eunício Oliveira. Colocados em votação, a CMA, CCT, CRA, e CCJ aprovam os requerimentos. **3) REQUERIMENTO Nº 86, DE 2011-CMA, REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CCT, e REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CRA**, que “Requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Co-

missões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a presença de Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para apresentação dos resultados obtidos no **Levantamento de informações de uso e cobertura de terra na Amazônia**, objeto do Projeto TerraClass, concluído por aquelas entidades em setembro do corrente ano. **Autoria:** Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz. Colocados em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam os requerimentos. Passa-se à **PAUTA**. Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 30 de 2011-CRA, aprovado em 16 de junho do corrente, de autoria do Senador Acir Gurgacz; Requerimento nº 53, de 2011-CRA; Requerimento nº 82, de 2011-CMA; Requerimento nº 44, de 2011-CCT, aprovados em 24 de agosto do corrente, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga; Requerimento nº 72, de 2011-CCJ, aprovado em 31 de agosto do corrente, de autoria dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Randolfe Rodrigues, e Requerimento nº 73 de 2011-CCJ, aprovado em 31 de agosto do corrente, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Valdir Raupp e Alvaro Dias, para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), em tramitação no Senado Federal, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, com a participação das seguintes autoridades: Sr. Paulo Affonso Leme Machado – Professor e Doutor “Honoris Causa” em Direito Ambiental – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; e Pós Doutor pela Universidade de Limoges (França); Sr. Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Sra. Cristina Godoy de Araújo Freitas – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP; Sr. Nelson Jobim – Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF; Sr. Mário José Gisi – Subprocurador-Geral da República – MPF. Justifica a ausência o Sr. José Antônio Dias Toffoli – Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, ANA AMÉLIA, PEDRO TAQUES, BLAIRO MAGGI, VANESSA GRAZZIOTIN, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, DEMÓSTENES TORRES, ANTONIO CARLOS VALADARES, LINDBERGH FARIAS e KÁTIA ABREU. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e

apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, havendo lavrado a presente ata Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **ACIR GURCACZ**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Senador **EDUARDO BRAGA** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conjunta com a 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. e Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de ouvir juristas acerca das inovações trazidas no projeto de reforma do Código Florestal, Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, conforme os Requerimentos nº 72, de 2011 – CCJ, de iniciativa dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Randolfe Rodrigues; nº 73, de 2011 – CCJ, de iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Valdir Raupp e Alvaro Dias; nº 53, de 2011 – CRA, de iniciativa do Senador Acir Gurgacz; nº 44, de 2011 – CCT, de iniciativa do Senador Eduardo Braga; e nº 82, de 2011 – CMA, de iniciativa do Senador Presidente Rodrigo Rollemberg.

Convido para compor a Mesa os expositores que já estão aqui e já tomaram assento. Vou chamar pela

ordem: Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Nelson Jobim, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Dr. Paulo Affonso Leme Machado, Professor e Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França); Mário José Gisi, Subprocurador-geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP/SP).

Justificou ausência o Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Antonio Dias Toffoli.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpeção pelos Senadores, na ordem de inscrição. Os interpeçantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta dos interpeçados, sendo-lhes vedado interpeçar os membros da Comissão.

Antes de dar a palavra ao primeiro convidado, existem requerimentos sobre a Mesa.

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2011 – CMA
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011– CCT
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011– CRA
REQUERIMENTO Nº 74 , DE 2011– CCJ

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011.

Estão convidados ao debate, entre outros juristas:

– Dr. José Antonio Dias Toffoli – Ministro do STF;
– Paulo Affonso Leme Machado – Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França);
– Dr. Herman Benjamin – Ministro do STJ;
– Cristina Godoy de Araújo Freitas – Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo;
– Nelson Jobim – ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal;
– Célio Borja – ex-Ministro da Justiça;
– Paulo Roberto Pereira de Souza – Professor da Universidade Estadual de Maringá;
– Dr. Mário José Gisi – Subprocurador-Geral da República;

– Dr. Gilberto Piselo do Nascimento – Presidente Nacional da Comissão de Direito Ambiental na OAB; e
– Ana Maria de Oliveira Nusdeo – Professora de Direito Ambiental do Departamento de Direito Econômico da Universidade de São Paulo.

Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Eunício Oliveira.

REQUERIMENTO Nº 75, DE 2011 – CCJ

Nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Dr. Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 4ª Câmara do Ministério Público Federal, área de Meio Ambiente, seja convidado para debater o novo Código Florestal, PLC nº 30, de 2011, no dia 13 de setembro de 2011, na Audiência Pública Conjunta das seguintes Comissões: Constituição, Justiça e Cidadania; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Agricultura e Reforma Agrária; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REQUERIMENTO Nº ..., DE 2011 – CMA

Requerem, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública Conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Ciência, Tecnologia e Informática; Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE –, para apresentação dos resultados obtidos no levantamento de informações de uso e cobertura de terra na Amazônia, objeto do Projeto TerraClass, concluído por aquelas entidades em setembro do corrente ano.

Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz.

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2011 – CMA REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011 – CRA REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011 – CCT

Requerem, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, em conjunto, pelas Comissões de

Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o tema: “Instrumentos Econômicos para o Código Florestal”, atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, com a participação dos seguintes convidados: José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente; Virgílio Viana, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável; José Luciano Penedo, Presidente da Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel –, e Carlos Young, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Na lista de oradores inscritos, concedo a palavra à primeira inscrita, Dr^a Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Tem a palavra V. Ex^a

A SR^a CRISTINA GODOY DE ARAÚJO FREITAS – Bom dia a todos.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, meus companheiros de mesa, eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite que me foi feito, gostaria de saudar os Srs. Senadores, as Sr^{as} Senadoras, na pessoa da Senadora Ana Amélia e na pessoa da Senadora Vanessa Grazziotin, que são as Senadoras aqui, e gostaria, também, de agradecer, mais uma vez, o convite que me foi feito para estar aqui, para falar a respeito desse tema tão importante e tão debatido, hoje, pela sociedade brasileira.

Eu gostaria de dizer aqui, mais uma vez – quando tenho oportunidade de falar, falo respeito dessa questão do Código Florestal – que o debate precisa ser integrador e não polarizador, como tem sido feito: meio ambiente de um lado e agricultura de outro. Portanto, precisamos lembrar que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de todos e que a agricultura precisa, sim, do meio ambiente, tal e qual precisamos nós da agricultura e da pecuária para a nossa sobrevivência.

Portanto, penso aqui, mais uma vez, e repito que esse debate precisa, portanto, ser integrador e não polarizador.

Eu gostaria, então, de dizer que em 1988, com a Constituição Cidadã, nós também ganhamos. O Brasil ganhou, o povo brasileiro ganhou uma Constituição ecológica, que tem lá, no seu art. 225, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Portanto, nesse projeto de alteração do Código Florestal, não se pode deixar de lado essa questão, esse direito fundamental do povo brasileiro, que é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Trata-se, portanto, de direito fundamental e que não pode ser esquecido porque ele está aí para ser, de fato, observado não só pela presente, como também pelas futuras gerações.

Nesse sentido, eu gostaria de destacar, então, alguns pontos do projeto de alteração do Código Florestal que nos preocupam sobremaneira. Portanto, eu gostaria de demonstrar, aqui, alguns levantamentos feitos pelos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal.

Inicialmente, quero mencionar que na questão da consolidação das atividades em área rural, as áreas rurais consolidadas permeiam todo o texto do projeto de alteração e, portanto, regularizam todas aquelas intervenções que eram legais, transformando os passivos ambientais em regra, em lei.

Nesse sentido, além da questão da anistia, eu gostaria, então, de trazer alguns demonstrativos a respeito das perdas que esse projeto de alteração pode trazer caso venha a ser aprovado tal e qual está redigido.

Em relação a APP, lá no art. 2º, hoje, eu tenho: nascente, que é o local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, água subterrânea, e teinho, lá, proteção ao redor da nascente ou olho d'água.

Percebam que nascente ou olho d'água estão, portanto, contemplados no art. 2º. Com o projeto de alteração do Código Florestal, foram separados nascente e olho d'água, de tal forma que só a nascente, que seria perene, daria início a um curso d'água. Ou seja, os cursos d'água intermitentes não seriam, então, protegidos, não seriam observados como cursos d'água.

Aí, nós poderíamos dizer, por exemplo: em São Paulo, todos esses cursos d'água que estão em cor-de-rosa são os cursos d'água intermitentes e que, portanto, em uma análise estrita e em uma das interpretações possíveis desse texto, estariam desprotegidos.

No Distrito Federal, todo o amarelo são cursos d'água intermitentes e que, em extensão, dão 71,1% da extensão das drenagens aqui no Distrito Federal. Portanto, são cursos d'água intermitentes.

No Mato Grosso do Sul também foi levantado esse dado. A APP hoje, em razão dos cursos d'água intermitentes (incluídos os cursos d'água intermitentes) conta com área de 2.952,91 hectares, porque to-

dos esses cursos d'água (esses em vermelho) estão protegidos. Em uma análise do projeto de alteração, esses cursos d'água intermitentes, poderiam ser deixados, o que dariam, então, 817,70 hectares. Portanto, uma perda brutal.

Em relação aos cursos d'água e várzea, a normativa atual determina que a metragem das APPs seja medida a partir do leito maior. Isso significa que, havendo possibilidade de inundação daquele curso d'água, a APP deve ser medida a partir do leito maior, ou seja, do máximo de inundação que pode alcançar aquele rio. E, o texto aprovado (art. 4º, inciso I, e no §3º) expressamente determina que seja necessária medida da APP a partir da calha regular, de tal sorte que, em primeiro lugar, a várzea fique expressamente desprotegida e os cursos que são medidos a partir da calha do leito regular também terão diminuídas as suas APPs. Todos os cursos d'água terão diminuídas as APPs.

Aqui eu trago um exemplo. Esse limite menor é o leito regular e tudo aquilo que está inundado, ou passível de inundação, seria, então, o leito maior.

O que acontece é que muitas APPs que serão medidas a partir da calha regular serão finalizadas, por exemplo, dentro do próprio leito do rio, dentro da várzea, o que traria, então, uma desproteção realmente muito grande.

O Código atual mede a APP a partir do leito maior de inundação, e essa APP, pelo projeto de alteração, seria a partir da calha regular, portanto, diminui. E todos os rios as APPs serão menores.

E aqui, para demonstrar, temos uma área de preservação permanente que não cumpre as suas funções, e que, portanto, não traz para o meio ambiente tudo aquilo que ela poderia trazer, em comparação com uma área de preservação permanente que cumpre as suas funções e que está aí de fato preservada.

Em relação aos reservatórios artificiais, por exemplo, houve também diminuição de 100 para 30 ou até 15 metros. Aí cito como exemplo a barragem de Sobradinho, na Bahia, que hoje, com 100 metros, teria 28.777,98 hectares de proteção, e, sendo observada a área urbana ao redor deste lago de Sobradinho, essa APP cairia para 4.384,37 hectares. Ou seja, de 28 – mais uma vez – para 4.384 hectares. Portanto, a perda, repito, é muito grande.

Mais um exemplo, agora no Estado de São Paulo, em Jacareí. Hoje, nessa área específica, são 110 hectares de preservação, como topo de morros, margem de reservatórios, nascentes e cursos d'água. Aqui temos uma imagem do local, e, pelo projeto de alteração, passa para 14,32 hectares. Ou seja, de 110

para 14 hectares, considerando as APPs nesse caso, no projeto de alteração, de 15 metros.

Aqui, mostro que, com uma ação grande do Estado de São Paulo em conjunto com o Ministério Público, com a Polícia Ambiental, com a Cesp, a partir de 2003, essa área aqui não sofreu, porque estava em processo de intervenção. Vejam a comparação. Em 2009, essa vegetação, depois das ações todas, teve um incremento, mas que vai retroceder agora, porque, se o projeto for alterado, esta APP ficará com 15 metros. Portanto, onde está em verde ali está passível de cortes. A APP de reservatório menor do que um hectare, na verdade, some, não é preciso mais, de acordo com o projeto, recuperar essas APPs menores de um hectare. E aí a pergunta: será que não sofrerão assoreamento só pelo efeito da lei? Só porque será considerada a não necessidade (a desnecessidade) de recuperação das APPs? Em relação às APPs de topo de morro, o debate foi muito grande. Durante o trâmite na Câmara, essas APPs foram retiradas e depois foram reintroduzidas, mas o conceito, mais uma vez, é diferente do que existe hoje.

Hoje – vou colocar a figura que é mais fácil – eu meço os morros, nesses relevos ondulados. Para que eu caracterize uma formação como morro, essa formação é a partir daqui, ou seja, da cota de elevação mais baixa ao redor do morro. Ou seja, neste caso, ao nível do mar. Hoje, entre o nível do mar e o topo do morro, para que essa formação seja considerada morro, deve haver um desnível de 50 metros. Pelo projeto de alteração, a base do morro não é mais aqui: é aqui – é o ponto de sela, que é o ponto mais alto ao redor do morro. Entre esse ponto e o topo, esse desnível deve ser de 100 metros. Então, antes, desnível de 50 metros e aqui desnível de 100 metros.

E o que isso significa na prática? Na Serra do Guararu, no Guarujá, por exemplo, hoje essa é a APP de topo de morro, ou seja, 489,46 hectares, que passaria para 4,78 hectares, ou seja, 1% da proteção atual. Em São José dos Campos, mais um exemplo: essa APP de topo de morro seria de 720,99 hectares e passaria para 6,21 hectares, ou seja, 1% da proteção atual.

Em Tocantins, Palmas, na região do Porto Nacional, nessa área específica, também a APP de topo de morro, de 170,32 hectares e que, em razão da necessidade do desnível de 100m entre o ponto de sela e a base do morro, deixariam de existir esses 170 hectares de APP de topo de morro em Tocantins.

No Espírito Santo, Município de Domingos Martins, Serra da Pedra Azul, mais uma vez, também a delimitação da área de APP de topo de morro, hoje seria de 1.253,30 hectares e passaria para 34,09 hectares, portanto redução muito grande.

No Ceará, Serra do Machado, aqui a APP (hoje) de 6.118,24 hectares, passaria para 7,12 hectares a proteção da a APP de topo de morro. No Paraná, a APP nesta área específica, seria hoje de 12.779,10 hectares e passaria, se o projeto vier a ser aprovado tal qual está redigido, a 115,90 hectares. Existem também as consequências financeiras dessas perdas. Por quê? A lograr êxito o posicionamento no sentido de que as APPs são retiradas da contagem para a desapropriação indireta dessa indenização...

Em São Paulo, por exemplo, nessa área específica, que é no Parque de Jacupiranga, em que as APPs têm 598,63 hectares de topo de morro, passariam a nada, ou seja, possibilitaria o recálculo nessas ações indenizatórias, incluindo, portanto, as Áreas de Preservação Permanentes no cálculo da indenização. Isso daria uma diferença para o Estado, por exemplo, de R\$931 mil em vez de R\$195.600,00 em hipótese na área específica. Ou seja, um valor de 376% maior.

Aqui a questão das áreas rurais consolidadas, por exemplo, o topo de morro. Ou seja, além da diminuição de proteção em relação às APPs em topo de morro, é possível também manter as áreas rurais consolidadas. E aqui há um exemplo dessa área rural em que já existe o plantio de eucalipto, por exemplo – e é o que acontece na época do corte. Então, aqui seriam APPs de áreas rurais consolidadas.

Em relação à perda de APP e drenagem, os critérios analisados conjuntamente estão aqui.

E aqui, mais uma vez, a Serra do Guararu – e aqui a foto da Serra do Guararu. Hoje, considerando os critérios quanto à restinga e quanto às nascentes, curso d'água e topo de morro, são 722,20 hectares que passariam a 17,02 hectares – aquilo que está ali. Aqui a gente colocou a sobreposição na área das APPs atualmente protegidas e daquilo que restaria na Serra do Guararu, que é uma área urbana.

Mais uma vez, em São José dos Campos. Aqui, 1.253,87 hectares, nascentes, cursos d'água, topo de morro, e ficaria 253,13 hectares. E aqui a imagem plotada do que seria protegido com o projeto de alteração do Código Florestal.

As APPs de restinga, em relação às quais não existe uma metragem específica, no projeto de alteração do Código Florestal, hoje são de 300 metros. Temos aqui região de Cananéia no Estado de São Paulo, vale do Ribeira. Temos a demonstração dessas APPs de restinga de 300 metros, que são 909 hectares, são essas APPs protegidas. E, os manguezais, que foram retirados expressamente do projeto de alteração do Código Florestal, não há menção a eles. Apenas há na questão das restingas. São ecossistemas importantíssimos, porque têm uma alta produtividade, diversi-

dade biológica, constituem-se em áreas de criação e refúgio para diversas espécies, que foram retirados da proteção – e, expressamente, os salgados e apicuns também, em toda a sua extensão.

Aqui cito o exemplo de mangue, em Santa Catarina, que é o Manguezal do Itacorubi, que sofre enorme pressão de ocupação, pressão antrópica. E aí foi feito o que poderia acontecer com esse projeto, já que haveria, então, a possibilidade de intervenção e regularização nesses casos.

Aqui, as áreas inundáveis, que, portanto, mais uma vez, trariam enorme retrocesso.

Aqui trouxe algumas imagens de todas as tragédias que ocorreram – talvez tenha algumas imagens mais recentes da tragédia em Santa Catarina; estas outras são antigas, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina – para dizer que sempre a APP, no caso, tem envolvimento, seja APPs de topo de morro, seja APP de curso d'água.

E aqui um relatório do Ministério do Meio Ambiente falando que as APPs não têm apenas a função de preservar a vegetação, a biodiversidade, mas uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, para proteger espaço de relevante importância para conservação.

Já estou acabando.

Espírito Santo, a questão da reserva legal. Na verdade, hoje, se eu for considerar as reservas legais apenas as propriedades maiores que quatro módulos fiscais, lá no Espírito Santo, por exemplo, a pequena propriedade representa 92,78% das propriedades, que são, então, pequenas propriedades. A mesma coisa no Estado de Santa Catarina, por exemplo, onde as pequenas propriedades representam cerca de 90% das propriedades.

Segundo o Ipea, a porcentagem da área de reserva legal que será perdida com a proposta seria esta: Amazônia, 13%; caatinga, 48%; cerrado, 18,55%; Mata Atlântica, 45; Pampa, 31; Pantanal, 5,1.

Portanto, são esses, basicamente, na verdade, dizendo de maneira bem ampla, os muitos dos dispositivos preocupantes que constam do projeto de alteração do Código Florestal e que, portanto, violariam o princípio da proibição do retrocesso, esculpido, implicitamente, na Constituição Federal e contrariariam o art. 225, §1º, inciso I, que salvaguarda os processos ecológicos essenciais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Dr^a Cristina.

O próximo expositor inscrito é o Dr. Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÁRIO JOSÉ GISI – É uma honra estar nesta Mesa para falar de um tema tão relevante para a sociedade brasileira. Gostaria, então, de cumprimentar, inicialmente, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, pela iniciativa que abre para a sociedade um debate de fato aberto, franco, sem medo de que as exposições sejam colocadas, as visões sejam colocadas, as perspectivas sejam colocadas, enfim, que se dê uma abertura significativa de tratamento dessa matéria, para que saia uma legislação madura, o que se espera – e não se poderia deixar de esperar – dessa honrosa Casa a que hoje compareço.

Não registrei aqui o cumprimento ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que também honra a Mesa. Honra-me muito estar ao seu lado.

Inicialmente, eu só queria registrar que a pretensão nossa não é de fazer uma exposição exaustiva das questões polêmicas do Código, até porque elas são muitas, enfim, trazer alguns aspectos e algumas reflexões a respeito do tema, que será, certamente, amadurecido no decorrer dos debates.

Mas, as demandas que trouxeram a este debate vieram exatamente da necessidade de contemplar a lei florestal com regras claras do que pode e do que não pode ser feito, porque hoje, de fato, sempre houve um reclamo muito grande por parte do setor agro-agrícola florestal a respeito do tema. Também a necessidade de contemplar o produtor rural com regras que, de fato, venham a ser cumpridas. Nesse sentido, também se observa uma grande ausência na legislação atual, porque a lei é muito parcialmente cumprida. Temos diversos problemas com relação à implementação da legislação nessa relação de quem trabalha com a terra e de quem se preocupa com a questão ambiental. E de compatibilizar as APPs com a realidade urbana e a necessidade de efetividade da lei ambiental.

Eu gostaria de pontuar alguns aspectos relativos aos compromissos internacionais que o Brasil assumiu e que subscreveu e que se transformaram em regras internas. Portanto, são de caráter supralegal e infraconstitucional. Apenas a título de lembrança, o Pacto de São José de Costa Rica e o Protocolo de São Salvador, que falam da proibição do retrocesso quando diz da cláusula da progressividade, da progressiva melhoria da qualidade ambiental. Portanto, o Brasil assumiu esse compromisso formalmente, de não haver retrocesso na questão da qualidade, da evolução na questão da qualidade do meio ambiente. A Convenção de Ramsar acaba envolvendo ou trazendo uma perspectiva na questão da abordagem da lei das várzeas

e veredas. Essa convenção trata das áreas úmidas. E também a diminuição do espaço verde certamente reduz a área úmida respectiva. Portanto, há aí uma questão que precisa ser considerada nesse aspecto.

Outra é a Convenção Internacional de Combate à Desertificação. O que se nota nesse projeto é a ausência de recuperação das áreas degradadas, seja pelo particular, seja pelo Poder Público, enfim. Quem já não viu, quem já não acompanhou aquelas imagens tristes que se veem no Vale da Paraíba, que fica entre o Rio de Janeiro e São Paulo, as primeiras áreas que foram ocupadas pelos cafeicultores na época do Império e que hoje estão literalmente derretendo aqueles morros, com uma incapacidade total de produção de qualquer coisa. Lá tem um gramadinho que quase sequer animais conseguem sobreviver naquela área. Quando hoje nós sobrevoamos a região de morros de Minas Gerais, vemos quase uma fotografia daquilo que aconteceu no Vale da Paraíba, literalmente, morros derretendo e APPs totalmente descuidadas. Portanto, é uma questão que precisa ser atendida e observada.

Convenção da biodiversidade, descaracterização da reserva legal com exóticas, redução da APP, anistia da recuperação, enfim, todos esses fatos atingem essa convenção.

Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O Brasil assumiu o compromisso de reduzir as emissões em 36, 38, quase 39% até 2020. Estamos andando em sentido contrário. Enfim, os princípios, como por exemplo a convocação da Mesa para que se apresentassem algumas diretrizes e coisas que deveriam ser mudadas. Passamos aqui, então, a trazer algumas perspectivas da questão abordada: assegurar a manutenção dos processos biológicos essenciais; é uma condição constitucional. Essa questão da sinergia das APPs, reserva legal (IUC). Temos um documento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que fala com todas as letras da necessidade mínima de 30% de determinada área para que não haja... que é o limite de capacidade de resiliência do bioma. E quem está falando isso são os cientistas.

E um reclamo do código anterior é que não havia cientificidade. Mas o que se vê agora é a necessidade de termos os ouvidos abertos para a questão da ciência a fim de não perdemos a carona de colocar as coisas em condições de viabilidade.

A proibição do retrocesso, sobre a qual eu já falei. Também citando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, eles afirmam que se estima que em razão do uso inadequado existem, hoje, no Brasil, 61 milhões de hectares de terras degradadas que poderiam ser recuperadas e usadas para a produção de alimentos.

Outro aspecto constitucional é a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético. Também há a questão do princípio da moralidade. E por que falo do princípio da moralidade? Não dá para pensarmos e francamente falarmos que aquele que cumpriu a lei é aquele que vai se sentir trouxe. A palavra é literalmente esta. Isso é uma questão constitucional e precisa ser considerada e respeitada especialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, visto que esta matéria é relevante na perspectiva constitucional.

O princípio da isonomia na mesma perspectiva. Função social da propriedade. Toda propriedade tem a sua função social. Não podemos considerar que toda propriedade tem poderes absolutos. Isso já passou. Estamos em outra fase. Assegurar a paisagem rural e urbana minimamente coerente com o bioma respectivo também é uma necessidade e uma preocupação que deve ser considerada no projeto. E a prevenção de catástrofes.

Quanto às diretrizes, gostaríamos de trazer aqui, Senadores, a questão da efetividade da lei para além do comando de controle. Porque hoje se sabe que por mais que tenhamos polícia florestal, o que se espera é um estímulo aos produtores rurais ambientalmente exemplares. O que eu, produtor rural, ganho em manter minha propriedade rural dentro de padrões que evidenciam ganhos ao meio ambiente?

Então, penso que esse projeto cria estímulos que automatizam e estimulam a proteção ambiental além da fiscalização, além do Ministério Público, além da Polícia Ambiental. Penso que esse seria um aspecto importantíssimo.

Outra questão que poderia ser pensada é a certificação de propriedade, que o projeto não contemplou, embora contemple incentivos fiscais, créditos privilegiados, etc.

Outro aspecto é o desestímulo ao descumprimento das regras, que seria justamente o lado oposto, ou seja, inviabilizar o acesso ao crédito e também a questão de deixar claro na lei prazos definidos para a implementação dos programas a exemplo do Programa de Recuperação Ambiental, que, hoje está extremamente difuso, dúvida, inconsistente enfim. E efetividade das consequências civis e penais para aqueles que descumprem a lei.

Outro aspecto é o estímulo à mudança de comportamento. Sabe-se que, no Brasil, a segunda causa de poluição da água são os agrotóxicos. É extremamente grave. Sabei, agora há pouco, um filme que demonstra o volume de agrotóxico por cabeça no Brasil, que é mais de cinco litros de agrotóxicos por ano. Quer dizer,

se nós considerarmos isso, o País é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do Planeta.

Nós precisamos encontrar mecanismos para mudar isso, para estimular outros modelos de produção, porque esse modelo é extremamente excludente. Coloca-se uma cultura e, então, tem de se excluir tudo: qualquer animal, qualquer vida ao redor tem de ser excluída porque, senão, a produção não dá da maneira que... Então, é uma maneira equivocada de se enxergar a agricultura. Precisamos enxergar outro modelo, precisamos repensar esse modelo. E o avanço em APPs ou a tolerância na flexibilização da reserva legal admissível em propriedades de produção orgânica ou similar.

Portanto, se houver alguma flexibilização, pode ser a flexibilização daqueles que estão ambientalmente adequados, daqueles que, de fato, não preocupam, que não vão ter agrotóxico correndo para o rio, enfim, uma série de circunstâncias que demonstram que a relação do agricultor com aquele bioma é integrativa e não excludente.

Outras diretrizes também são a recuperação das áreas degradadas, de que eu já havia falado, a necessidade de o Estado desapropriar ou intervir para recuperar as áreas degradadas, intervir na recuperação das APPs, privilegiar os corredores ecológicos. E, nessa questão dos corredores ecológicos, aí vem a conveniência da reserva legal em cada propriedade porque, à medida que nós criamos mecanismos para colocar a reserva legal em outros locais, nós acabamos desertificando, criando a possibilidade de desertificação naquela área.

Enfim, a figura da área rural consolidada na forma como está colocada, de fato – desculpem-me a franqueza – penso que é uma afronta à sociedade brasileira.

O que poderia se pensar aqui, até porque 2008 não é uma data que justifique essa referência. Se formos pensar, nós poderíamos colocar, então, se formos admitir a figura da área rural consolidada, que seja pelo menos a partir da edição da Lei nº 7.803/89, a lei que modificou, acresceu um pouco mais as APPs, Áreas de Proteção Permanente, embora elas já existissem.

Mas eu digo: aí, poderíamos trabalhar para achar um termo de convivência com a pretensão da consolidação das áreas, que sempre foi um reclamo do setor agrícola. Diziam que eram maltratados porque as áreas tinham sido ocupadas antes das leis que existiam. Portanto, a lei que aumentou é essa lei aqui. E essa lei deve ser considerada portanto; apenas é uma questão de marco legal para efeito de consideração da área rural consolidada, se for o caso de manter essa figura.

Alteração de critérios para enquadramento de APP, leito regular, topo de morro, várzeas e veredas.

Outra questão também de que se fala muito é a questão da anistia. Também, na mesma linha, é a consolidação de áreas desmatadas, que, dentro da perspectiva colocada na proposta, é extremamente nociva e desestimuladora do cumprimento à legislação.

E a falta de amarração dos planos, dos programas de recuperação ambiental e de cadastro ambiental rural: necessidade de prazos na lei e não deixar para regulamentação, que pode ser postergada indefinidamente. Hoje, o Poder Executivo fica com a possibilidade de regulamentar e com a possibilidade de postergar indefinidamente essa questão. Portanto, há necessidade de estabelecer na lei e não transferir ao Poder Executivo a data para o início da implementação desses programas.

O que necessita ser mudado? A intervenção ou a supressão na vegetação em APP somente deve ser autorizada nos casos de inexistência de alternativa técnica ou locacional.

Esse tema já foi debatido na sociedade. Já tivemos oportunidade de ver. Evidentemente, a consolidação daquelas hipóteses que estão no projeto é razoável de ser considerada. Todavia, não se pode deixar a critério do Poder Executivo local a definição de situações similares. Penso que a lei deve esgotar as hipóteses e vincular também à inexistência de alternativa locacional, uma questão que não existe na lei e pode ser colocada.

Aqui também é importante falar sobre a planície pantaneira. A anuência do órgão federal é importante, porque o licenciamento pelo Estado de uma área que é regional pode implicar no comprometimento de outras regiões. Portanto, há necessidade de anuência do órgão federal nos licenciamentos estaduais na região do pantanal.

Também consolida as atividades legais da silvicultura, que é a mesma questão da consolidação. O cômputo da APP no cálculo da reserva legal dos imóveis para qualquer tamanho não é aceitável. Deve-se vincular pelo menos aos quatro módulos.

Há necessidade, também, do registro legal na matrícula do imóvel na reserva legal e não apenas no cadastro ambiental rural.

Programa de regularização fundiária em áreas consolidadas, anistia e prazos indefinidos para o cumprimento. Insistimos que a clareza no prazo e a anistia precisam ser repensadas. Enfim, há questões penais da forma como a redação é feita que deixam muito dúvida a punibilidade dos crimes previstos no artigo da lei.

A regularização ambiental da reserva legal, a recomposição de que trata deverá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com... Na prática, estamos diminuindo em 50% a área da reserva

legal, porque aqui entramos naquelas convenções que demonstram que temos de manter o mínimo dos biomas para eles se manterem, para eles sobreviverem. Na verdade, é uma questão de sobrevivência. Então, é inaceitável a recomposição com espécies exóticas em 50% da área da reserva legal. Evidentemente que é plenamente aceitável e razoável que se estabeleçam mecanismos de aproveitamento da madeira ou de uso daquela área, todavia com áreas nativas.

A compensação da reserva legal no mesmo bioma também é um complicador, porque o mesmo bioma mata atlântica ocorre em todo litoral, de norte a sul. Portanto, temos de considerar aqui como mesmo ecossistema, ou seja, a troca de campo por campo, de cerradão por cerradão, de ombrófila mista por ombrófila mista.

Outra questão que está na lei há muitos anos é a necessidade de recomposição da reserva legal em vinte anos. Já tenho alguma idade e, desde que me conheço por gente, essa disposição de necessidade de recuperação da área em vinte anos tem se reproduzido nas legislações sobre o tema. Hoje, não se pode mais aceitar essa figura. Precisamos achar outros mecanismos para recomposição da reserva legal, ou seja, basta o agricultor abandonar aquela área e deixá-la se recuperando. Não se pode impedir que o uso dela aconteça em vinte anos.

Possibilidade de manejo da reserva legal, inadequação do plantio...Bom, isso já foi falado.

Outro aspecto que gostaria de salientar aqui é a questão das empresas industriais que utilizam grande quantidade de matéria prima. O licenciamento de empreendimentos deve exigir demonstração de suprimentos de matéria prima a partir da entrada em funcionamento. É inaceitável uma atividade industrial de grande consumo sendo suprida sem uma fonte clara e previamente definida, altamente estimuladora do desmatamento irregular. Hoje, um dos grandes problemas que vemos nos desmatamentos é a alimentação das diversas usinas siderúrgicas de Minas Gerais onde o desmatamento tem ocorrido nos arredores, como na Bahia, em Goiás, enfim, porque, em Minas Gerais, já terminou.

Já estou terminando.

Há também a questão da cópia do contrato. Enfim, há elementos muito fracos de controle.

Necessidade de ingressar, obrigatoriamente, no sistema integrado do DOF, a partir de uma data definida em lei, sob pena de ficar impedido da emissão do documento. O sistema DOF foi criado e não está funcionando, porque há Estados que não aceitam adotá-lo. Portanto, precisamos pensar em um sistema a que todos os Estados integrem obrigatoriamente.

Faixa de restinga e APP marítima. Todos os cursos de água exigem APP, porque a ...

(Falha na gravação.)

O SR. MÁRIO JOSÉ GISI – Nós precisamos de um mínimo de APP, seja pela preservação daquele bioma, seja pela questão estética e paisagística.

Enfim, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Só quero ler um pensamento:

Enquanto o mundo inteiro trabalha para a diminuição radical de CO₂, o projeto de reforma proposto na Câmara, de revisão do Código Florestal defende o processo que significará uma onda de desmatamento e de emissões incontroláveis de gás carbônico, fato observado por muitos críticos em diversos trabalhos.

Esse texto é de Aziz Ab'Saber, da SBPC.

Enfim, quem está falando é a área científica.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira – Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para requerer a V. Ex^a que nós possamos ter acesso, hoje ainda, às cópias das apresentações que estão sendo feitas pelos nossos convidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira – Bloco/PMDB – CE) – Há muito barulho e não estou ouvindo direito. V. Ex^a solicita as cópias...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – As cópias das apresentações, das exposições que estão sendo feitas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira – Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a, regimentalmente, tem direito a essas cópias. Vou mandar providenciá-las pela Secretaria da Mesa.

Peço desculpas ao Senador Luiz Henrique, que é relator do Código, e ao Senador Jorge Viana por não tê-los convidado a compor a Mesa, tendo em vista o fato de a mesa já estar completa. Peço desculpas, mas registro a presença dos dois Relatores do Código Florestal aqui no Senado Federal.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito para fazer a sua exposição, o Dr. Paulo Affonso Leme Machado, Professor e Pós-Doutor pela Universidade de Limoges, na França.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. PAULO AFFONSO LEME MACHADO – Ex^{mos} Srs. Senadores Eunício Oliveira, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz, Presidentes de Comissões que se assentam a esta Mesa, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, Relatores do projeto no Senado, compo-

nentes desta Mesa, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Dr. Nelson Jobim, Dr. Mário José Gisi, Dr^a Cristina Godoy de Araújo Freitas, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados que aqui visitam, senhoras e senhores.

Primeiro vou apresentar dentro desses vinte minutos – são 9 horas e 50 minutos; portanto, até as 10 horas e 10 minutos – sete modificações que venho sugerir.

Proponho a seguinte redação ao art. 3º, V:

Manejo sustentável: administração da vegetação para obtenção de benefícios econômicos, ambientais e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se a possibilidade ou não da utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos da flora e da utilização de outros bens e serviços [e aí a novidade] levando-se em conta as necessidades e os valores das gerações presentes e futuras.

Próximo.

A alteração da redação aplica-se ao final do art. 225, *caput* da Constituição da República.

Por favor.

A segunda reflexão é sobre as áreas de preservação permanente.

Essas áreas existem por uma necessidade natural. Não são somente criação da lei, mas uma consequência da busca do equilíbrio ecológico.

As florestas não são protegidas somente pelo seu próprio valor, mas porque são protetoras das águas e da estabilidade dos solos.

Próxima. Volte, por favor, uma.

Com um mínimo de conhecimento, cada pessoa sabe que eliminar a área de preservação permanente é abrir a porta para o deserto. Quem destrói a floresta de preservação permanente é um fabricante de seca.

Próxima.

Segunda modificação

Propõe a seguinte redação para o inc. I, do art. 4º:

Considera-se área de preservação permanente em zonas rurais ou urbanas pelo só efeito desta lei. As faixas marginais de qualquer curso d'água, desde a borda da calha do leito regular em largura mínima de:

Próxima folha, por favor. Não, não, volte. Isso

Justificativa

Retirei o termo “natural” que está constante nesse inciso na expressão água natural. Em convenções internacionais e na própria Constituição da República não se utiliza essa adjetivação.

Mesmo o art. 20, 3º, e a legislação ordinária também emprega curso d'água na Lei 9.433, de 97.

Por favor, próximo.

Terceira modificação.

No art. 4º, inc. III, as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, observando-se a faixa mínima de 30m e a faixa de 100m, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

Por favor, a próxima.

Justificativa

O caput do art. 4º pretende dar efetividade imediata para o seu conteúdo, empregando a expressão “pelo só efeito desta lei”.

Na redação do projeto de lei consta que as áreas de entorno terão a faixa definida na licença ambiental. Ao deixar-se para o licenciamento a fixação da faixa florestal, retira-se a efetividade imediata que a lei quer ter.

Por favor, o próximo.

Áreas consolidadas

Perdoar não significa entender que tudo está certo e que se pode fazer o que quiser, ainda que cause prejuízo. O perdão admissível é o que leva a alguma reparação da falta. O projeto de lei no Código Florestal introduz um conceito de anistia sem usar esse nome.

Próximo.

O projeto de lei conceitua área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrosilvopastoris admitida, nesse último caso, a adoção do regime de pouso, art. 3º, inc. III.

Por favor, o próximo.

Quarta modificação.

Supressão do art. 10.

Referem-se a áreas rurais consolidadas localizadas nos seguintes locais: bordas dos tabuleiros ou chapadas, no topo dos morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100m e altitude superior a 1800m quaisquer que sejam as vegetações que serão admitidas.

Por favor, o próximo.

Manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas perenes ou de ciclo longo, pastoreio extensivo, infraestrutura física associada ao desenvolvimento dessas atividades.

Como os senhores e senhoras veem, pastoreio extensivo é pastoreio amplo, infraestrutura física associada a desenvolvimento pode-se exemplificar com a construção de estradas, usos de tratores.

Por favor, o próximo.

Basta recordar a tragédia da região serrana do Rio de Janeiro neste ano no mês de janeiro. Essas atividades, mesmo adotando práticas conservacionistas, têm imenso perigo de desestabilizar o solo nas zonas montanhosas.

Por favor, o próximo.

Legalizar uma atividade tão perigosa fere a organização do País, pois incentiva a ilegalidade e encoraja a prática de comportamentos desrespeitosos ao meio ambiente. É absolutamente lógico e justo pedir ao Senado Federal a supressão do art. 10, o que faço neste momento.

Por favor, o próximo.

Área da reserva legal. Todo imóvel rural deve manter área de cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, sem prejuízo de aplicação das normas sobre área de preservação permanente. É o art. 13. O projeto apresenta uma grande novidade. Admite a exploração econômica da reserva legal mediante plano de manejo sustentável previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente).

Por favor.

Quinta modificação. Nova redação do art. 15, § 2º: a documentação exigida para análise da localização da área de reserva legal deverá ser protocolada no órgão competente do Sisnama.

Próximo, por favor.

Justificativa: procura-se alterar a redação do referido § 2º do art. 15. A redação do projeto dá a chance de não ocorrer infração alguma ou não poder haver sanção administrativa, inclusive restrição de direitos, desde que feito o protocolo do pedido, ainda que não tenha havido a formalização da área de reserva legal. Assim, concluo que, se não forem observadas as normas do art. 15, a reserva pode não ser implantada, e nada vai acontecer. A reserva legal não passará de uma boa intenção que ficará no papel.

Próximo, por favor.

Sexta modificação. Nova redação do art. 18 §1º: admite-se a exploração econômica da reserva legal mediante plano de manejo sustentável previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama, dando-se publicidade do procedimento por meio eletrônico.

Justificativa: a publicidade é uma obrigação da Administração Pública (art. 37 da Constituição da República). Havendo transparência do plano de manejo sustentável, poderá verificar-se a sua efetividade.

O último ponto que vou trabalhar é a competência para legislar sobre florestas. São alguns pontos que vou considerar. Primeiro, a competência para legislar sobre florestas é concorrente (art. 24, VI). Nós vamos trabalhar muito em cima do art. 24, que é o artigo da competência concorrente na Constituição Federal.

Então, art. 24, VI: o projeto do Código Florestal situa-se no campo da competência concorrente (art. 24 § 1º). Na competência concorrente, a União deve fixar normas gerais. As normas gerais são aquelas que normalmente abrangem todo o território nacional,

mas podem abranger um ecossistema ou um bioma. Exemplo: a Lei da Mata Atlântica.

Por gentileza, a próxima.

O estabelecimento das normas gerais deve visar, entre outros fins, o mínimo de uniformidade legal para o País. Assim evita-se o conflito constante das normas estaduais. Vejam que normas gerais têm a ver com federalismo, o Brasil com sua dimensão, país federal. As normas gerais não esgotam a matéria tratada, porque, se esgotasse, se houvesse uma totalização da matéria, sem possibilidade de suplementação, não seria mais competência concorrente. Mas seria competência privativa do art. 22, como é, por exemplo, na questão de águas e na questão nuclear.

Outro ponto: as normas gerais do Código Florestal vão poder ser suplementadas pelos Estados e pelo Distrito Federal – art. 24, §2º da Constituição. A competência suplementar dos Estados visa fazer cumprir as normas gerais, com seu aperfeiçoamento.

Outra, por favor. Estamos terminando. Suplementar a norma geral é ir no mesmo caminho dessa norma geral e, não, tomar um rumo diferente ou contrário à norma geral. E aí busco a lição do Prof. José Afonso da Silva: “Suplementares são as normas estaduais ou do Distrito Federal, que no âmbito de suas respectivas competências suplementam com pormenores concretos as normas gerais – § 1º e § 2º”. Fecho a citação do José Afonso da Silva.

A competência legislativa dos Estados é diferente quando não há uma norma geral, isto é, diferente se não existisse o Código Florestal. Nesse caso, e só nesse caso, é que os Estados teriam a capacidade legislativa plena para atender às suas peculiaridades, que é o § 3º do mesmo art. 24.

Por favor. Então, seria preciso, se fosse aplicar a competência legislativa plena, que os Estados mostrassem que têm características especiais quanto à geografia, à hidrologia, ao solo, às florestas. Portanto, só no caso de que não exista a norma geral florestal, é que o Estado pode ter essa liberdade relativamente ampla para legislar.

Concluindo esse item, proponho uma nova redação para a alteração sugerida pelo Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, na sua condição de relator do Projeto em uma das Comissões.

Por favor. A próxima.

A União – isso é o que está no § 3º, 33, desculpe –, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com objetivo de adequar as áreas rurais e consolidadas aos termos desta lei.

Sétima e última proposta: modificação do § 1º do art. 33.

§ 1º. Na regulamentação dos PRAS, a União estabelecerá normas de caráter geral, incumbindo aos Estados e ao Distrito Federal o estabelecimento das normas suplementares que se fizerem necessárias, conforme o art. 24, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Agradeço imensamente a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, prof. Paulo Afonso. O próximo expositor inscrito, o penúltimo, é o Dr. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a quem concedo a palavra neste momento.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN – Bom dia a todos. Queria inicialmente saudar o Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ; o Senador Acir Gurgacz, Presidente da CRA; o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA. Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Senador Luiz Henrique, que tem a relatoria em três das comissões que examinam o projeto que discutimos aqui; Senador Jorge Viana, relator da matéria de fundo; meus colegas de Mesa; ex-Deputado, ex-Ministro da Justiça, ex-Ministro da Defesa e principal artífice...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E ainda pode ser Senador!

O SR. ANTONIO HERMAN VASCONCELLOS BENJAMIN – Ainda pode, certamente ainda pode. E é certamente aquele que teve em suas mãos a responsabilidade de juntar os pedaços que hoje compõem a nossa Constituição Federal, foi ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Nelson Jobim.

Cumprimento também minha colega Cristina Gody e meus colegas de Academia Paulo Afonso Leme Machado e Mário Gisi.

Agradeço, inicialmente, a oportunidade de voltar a esta Casa – muitas vezes já estive aqui debatendo projetos de lei, desde a época do Código de Defesa do Consumidor, cuja comissão de juristas tive oportunidade de integrar.

Quando nós somos convidados para vir a uma sessão como esta, o principal desafio é organizar os pensamentos, e organizar os pensamentos de modo que esses pensamentos sejam úteis e, mais do que tudo, inteligíveis para aqueles que estão entre os que fizeram o convite. O dilema aqui é tratar dessa matéria no varejo, fazendo propostas específicas de aperfeiçoamento do texto que veio da Câmara dos Deputados ou cuidar da matéria no plano da sua principiologia mais geral, uma espécie de mapa da estrada que poderia, se assim entenderem S. Ex^{as}, os Senadores, dar um rumo para os trabalhos, aí sim no varejo, que certamente serão feitos nesta Casa. Optei pela segunda possi-

bilidade porque me parece que boa parte dos debates que estamos travando aqui poderiam ser simplificados se houvesse acordo, e acho que há acordo. Portanto, não é “se houvesse acordo”, porque há acordo quanto aos grandes princípios que orientam esta reforma.

Quais seriam, a meu juízo, esses grandes princípios que orientam esta reforma? E se concluirmos que há acordo quanto a esses princípios, já desarmamos os espíritos para que possamos tratar do varejo pelas mãos habilidosas de dois relatores que saem com o título de governadores festejados pelas administrações que fizeram em seus respectivos Estados: o Senador Luiz Henrique, em Santa Catarina, e o Senador Jorge Viana no Estado do Acre.

Penso que o primeiro princípio é aquele que poderia ser resumido da seguinte forma: a reforma do Código Florestal não é, não visa, não se presta nem precisa ser um mecanismo para estimular ou ampliar o desmatamento de florestas nativas no Brasil. A Senadora Kátia Abreu, minha querida amiga, como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, já por diversas vezes, deixou claro isso em todas as suas manifestações. A reforma que se busca aqui não é, repito, para ampliar, para criar novas formas ou inovar no que tange a desmatamentos futuros. Não vejo ninguém discordar dessa proposição, que é, penso, o norte principal deste trabalho de reforma que está sendo feito aqui.

Isso já desarma os espíritos. E aí, haverá o esforço dos eminentes relatores e dos eminentes Senadores de traduzir isso de forma muito clara para o texto da lei.

O segundo princípio, em que também não vi até agora, Senador Blairo e Senadora Ana Amélia, nenhuma divergência, mas é importante que isso fique muito claro e acertado, é a separação entre o passivo e as florestas que ainda estão, e que são muitas. Graças a Deus, Senador Eunício, ainda temos, mesmo na nossa caatinga, muitas florestas, e queremos que essas florestas permaneçam.

E daí, de novo, para os dois eminentes Relatores, o desafio de traduzir isso na letra pequena da lei e reorganizar, se necessário for, o texto legal, para fazer essas marcas, que fiquem muito estabelecidas no texto legal. De novo, desarmaremos os espíritos e daremos tranquilidade aos agricultores, aos trabalhadores do campo e também a todos aqueles que têm preocupação com o aumento do desmatamento, e somos todos nós em nosso País.

O terceiro princípio seria a diferenciação, que não é minha, não é de nenhum de nós, mas da Constituição Federal, entre o grande e o pequeno. A Constituição Federal, em seu art. 1º – e está aqui um de seus grandes redatores, de seus artífices –, em tudo, inclusive no

crédito agrícola, faz a diferenciação entre o grande e o pequeno. E nós não devemos temer fazer essa diferenciação também no Código Florestal, porque estaremos em sintonia com o texto da Constituição. Talvez, aqui, uma das grandes incompreensões do texto do Deputado Aldo Rebelo. E temos que festejar aqui a figura do homem público que ele é. Podemos divergir, mas a coragem de expor de forma aberta suas proposições em qualquer lugar, em qualquer debate, é a definição, para mim, de um homem íntegro.

Pois bem, aqui, talvez, um dos aspectos que poderia, efetivamente, ser aperfeiçoado, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, no texto que está sob apreciação do Senado. Deixar claro que não é porque o pequeno, os cooperados de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, que precisam de uma atenção, um olhar diferente da lei, do legislador, que esta mesma proposição legislativa, que tem esse fundamento ético e jurídico constitucional, será aplicada também para todos os outros. Esta Casa tem experiência, desde sempre, desde o Império, desde suas primeiras reuniões, estão aí os Anais do Senado Federal e do Parlamento Brasileiro, na tradução da diferença entre o pequeno, o fraco, e o grande, o que eventualmente tem mais recursos para enfrentar e responder as exigências da lei.

Outro princípio, e aqui eu espero que também não haja grandes divergências, é que, se anistia houver... E não faço nenhum juízo de valor sobre anistia, até porque vários dos Parlamentares que hoje frequentam a Câmara dos Deputados e o Senado Federal foram beneficiados de anistia política, portanto,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não misture.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN – Só um minuto. Não vou misturar, Senador Aloysio. E já vou dizer porque não vou misturar. Vou qualificar. A anistia tem vários sentidos. Existe a anistia política, existe a anistia traduzida com outras expressões no texto da legislação penal e existe a anistia que não é anistia. E essa tradução precisa ser feita aqui nesta Casa. A expressão anistia não é utilizada no texto legal precisamente, penso eu, porque não se trata de anistia. E talvez não se queira a anistia. Mas isso precisa ficar claro no texto legal.

Mas “anistia” ou outra expressão que se queira dar pressupõe, sobretudo – se não se trata de anistia, como todos nós aqui achamos que é o caso –, responsabilidades. De novo, penso, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, que o texto poderia trabalhar melhor essas responsabilidades. Que não haja receio de enfrentar essas minúcias necessárias nesse ponto, com certeza!

Penso que o acordo maior que precisamos estabelecer aqui é o de que não haverá, daqui a dez anos, a necessidade de o Parlamento brasileiro se reunir de novo para tratar dessa matéria. E repito: “anistia” é expressão de que não gosto; não acho que seja o caso. Chamemos de compromisso de adequação a realidade da lei, reconhecendo a realidade do País e o descumprimento massificado do Código Florestal. Então, não é anistia. Mas, não sendo anistia, não nos podemos reunir de volta aqui, em vinte anos, para tratar da mesma matéria.

Aí é que penso, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, que o texto pode ser aperfeiçoado de fundo. E dou um exemplo: ninguém, aqui, quer colocar na cadeia aquele pequeno proprietário rural que, um dia, foi preso por má interpretação da lei, porque retirou cascas de uma espécie de cortiça com efeitos medicinais ou de espécies que tinham indicações medicinais e porque, com isso, teria praticado um dano à flora. Pergunto: será que há consenso? Será que alguém que, de sua consciência, conhecendo a lei, conhecendo a ciência que está por trás da lei, desmata mil hectares de mata nativa com tratores e com correntões deve ser tratado da mesma maneira? Agravo meu exemplo – e são exemplos concretos: alguém que desmatou 15 mil hectares de mata nativa ontem – não foi antes de 2008 – merece uma sanção penal, uma resposta do Parlamento brasileiro? Como cidadão, não como juiz, eu me inclino a acreditar que sim.

Vamos às contradições do modelo atual. Digo isso, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, apenas para trazer exemplos da realidade de hoje. Trarei aqui um último exemplo, para concluir, para mostrar o caminho do aperfeiçoamento, para evitar que estejamos aqui de novo daqui a dez ou vinte anos.

Fui integrante de um Centro Acadêmico, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ilegal, e da 1ª Diretoria da União Nacional dos Estudantes, também ilegal, Senador Demóstenes, como V. Ex^a sabe. Financiávamos nossas atividades com cópias de livros e de capítulos de obras esgotadas há mais de vinte anos. Vou agravar, dourar o meu exemplo. Digamos que um Centro Acadêmico, hoje, resolva fazer cópias de uma apostila, Senadora Vanessa Grazziotin, ou de um livro esgotado há 65 anos. Quais são as sanções penais que sofrerão esses estudantes? Estou falando de um Centro Acadêmico secundarista ou de um Centro Acadêmico de 1º e 2º Anos de uma Faculdade de Direito. São estudantes de 18, 19 ou 20 anos. Quais são as penas a que esses estudantes estão submetidos hoje nos termos do Có-

digo Penal, uma lei de 1998, aprovada pelo Parlamento brasileiro? Só vou ler esse dispositivo.

“Art. 184: § 1º – Se a violação consistir em reprodução total ou parcial com o intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo de obra intelectual, interpretação ou fonograma, sem autorização expressa do autor,...(...)”

O autor pode ter morrido 65 anos atrás e a obra não foi reeditada.

“(...) do artista, intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente.

Pena – reclusão de 2 a 4 anos e multa.”

Agora, qual é a pena hoje, na lei dos crimes contra o meio ambiente, a chamada Lei Nelson Jobim? Porque foi na sua gestão o ato que instituiu a nossa Comissão. Tive a honra de ser o Relator-geral da Comissão de juristas. Qual a pena que consta dessa lei para quem desmatou? Não importa, Senadora Ana Amélia, se foram mil, 10 mil, 100 mil hectares. O tipo é: “Art. 38: destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente.” Não é qualquer floresta, é a mais importante, a que protege as nascentes, as margens dos rios, a que impede a erosão, a que protege o abastecimento público de água nas grandes cidades. “Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção. Pena – detenção de 1 a 3 anos ou multa.”

É essa, então, a resposta penal que o nosso ordenamento dá para os grandes desmatamentos em nosso País. Penso, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, que a grandeza e a capacidade de V. Ex^{as} saberão encontrar, junto com seus pares, uma resposta à altura para os grandes desmatamentos que ocorrem em nosso País. Que não tenhamos de voltar aqui daqui a 20 anos. Não é para punir o pequeno, excluam o pequeno. O pequeno desmatamento não importa, não é disso que estamos tratando nesse Código Florestal.

Termino, Senador Eunício, Senador Acir, Senador Rodrigo Rollemberg, com uma última preocupação. Traço como preocupação porque não tenho a resposta. Falo do pantanal. Vejo aqui Senadores dos dois Estados envolvidos. O pantanal, mais do que a mata atlântica, merece uma lei própria por suas peculiaridades, por sua importância para todos os brasileiros, para os três países envolvidos: a Bolívia, o Uruguai e o Brasil. O pantanal, a pretexto de resolver um problema sério e que precisa ser enfrentando, o uso das várzeas, foi colocado na vala comum e enxugado duas vezes no texto atual. Vai desaparecer – não digo o pantanal – do jeito que está hoje a proteção ao pantanal brasileiro. Primeiro porque sabemos que o pantanal é uma grande, uma enorme planície inundável. Quem sou

eu para falar na Casa onde estão os Parlamentares que conhecem a região porque moram lá. O pantanal – já concluirei – é uma enorme planície inundável. No instante em que nós enxugamos, mudamos o critério do cálculo da área de preservação permanente para a calha regular, todo o pantanal deixa de ser área de preservação permanente. E mais, na medida em que, justificadamente, incluímos a possibilidade de utilização das várzeas, há um dispositivo expresso a esse respeito e não há dificuldade em trabalhar esse dispositivo, mas não excluímos, melhor dizendo, utilizamos, transplantamos esse dispositivo para o Pantanal, estamos admitindo a possibilidade de utilização de todo o Pantanal.

Então, a proposta que talvez se possa deixar aqui, e eu sei da simpatia que o Deputado Aldo Rebelo tem por essa proposta que vou fazer agora, é que essa matéria seja regulada por uma lei especial, como foi a da Mata Atlântica, e que se mantenha o regime atual, talvez com alguma mitigação, talvez com alguma alteração até a promulgação dessa lei especial, e que dê ao Pantanal a identidade legal própria que ele merece, e que sei que os seus Parlamentares assim também desejam.

Peço desculpas, Senador Eunício, porque passei dois minutos do meu tempo.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar nesta Casa, que eu admiro tanto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Herman Benjamin.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Eunício, eu só queria tranquilizar o Ministro.

Esse texto que está no texto do Aldo foi escrito pela Embrapa Pantanal como norma geral. E a nossa intenção é que os Estados vão poder legislar de forma suplementar, e aí Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fariam uma lei específica do Pantanal.

V. Ex^a está no caminho. É exatamente isso o que se pretendeu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Moka, com o devido respeito a V. Ex^a, que está inscrito, ouviremos, de acordo com o art. 94 do nosso Regimento, o nosso próximo expositor, que é o Ministro Nelson Jobim e, em seguida, V. Ex^a está inscrito, nós faremos o debate, e aí V. Ex^a terá a oportunidade de fazer as colocações devidas nesta reunião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria só tranquilizar o Ministro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok. Obrigado, Senador Moka.

Passo a palavra ao último expositor desta manhã, antes de iniciarmos o debate com os Srs. Senadores, ao Ministro Nelson Jobim.

Tem a palavra V. Ex^a, Ministro Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Sr. Presidente Rollemberg; Sr. Relator Luiz Henrique da Silveira; Sr. Relator Jorge Viana; Sr^{as} Senadoras, evidentemente saúdo, em primeiro lugar, a Senadora do Estado mais importante deste País, que é o Rio Grande do Sul e, portanto, por motivos óbvios, não obstante o sorriso da Senadora Grazziotin, cujas origens também é de lá; caros colegas; membros de Mesa; eminente Ministro Herman Benjamin...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a sabe que é o Ceará, porque foi quem povoou o Brasil.

O SR. NELSON JOBIM – A pretensão do Ceará é imensa.

Bem, eu gostaria só, não vou entrar em detalhes, não vou me referi a questões ambientais propriamente ditas, porque não sou especialista na área. Não tenho nenhuma culpa, sou absolutamente inocente em relação às afirmações feitas pelo eminente Ministro Herman Benjamin, mas, na verdade, estou aqui com outra cartola. Já compareci às Comissões e ao Senado por diversas vezes, mas desempenhando outros papéis e, agora, não estou desempenhando algum, mas meramente o de advogado e de alguém que tem algum conhecimento na área.

A questão fundamental que eu queria examinar, em termos de colocar sobre a mesa para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores a examinem é a dificuldade imensa de resolvemos o problema e compatibilizarmos o problema entre a União e os Estados no tema de competência concorrente.

Quando a Constituição refere que, nesse âmbito, a União limitar-se-á em estabelecer normas gerais, reservando aos Estados uma competência, nós temos um problema, um problema de que conceitos de normas gerais não é um conceito abstrato tomista. Ou seja, a tentativa de se definir em abstrato e *a priori* o conceito de norma geral conduz claramente a situações inviáveis praticamente. E este Congresso, e o Senado, e a Câmara não têm, absolutamente, compromissos com conceitos *a priori*.

Vou dar um exemplo: poder-se-ia dizer que o projeto originário da Câmara, quando estabelece limites para as áreas de preservação permanente, não seria uma norma geral.

Alguém poderia dizer, em abstrato, que não é uma norma geral. No entanto, pensem na seguinte hipótese: se não é uma norma geral, aos Estados competiria fixar

limites, e os limites seriam diversos. Sendo diversos os limites, isso determinaria uma enorme importância em relação à situação econômica.

Os Estados tentariam e seriam tentados a estabelecer limites mínimos para viabilizar explorações econômicas díspares e se estabeleceria uma enorme concorrência econômica entre os Estados, fazendo o deslocamento de determinadas atividades produtivas para áreas em que os benefícios fossem maiores ou não.

Aí está o ponto, ou seja, a questão é que os senhores terão de meditar, claramente, porque essas regras não podem induzir concorrências predatórias entre os Estados.

Falo com certa autoridade, porque venho de um Estado e de uma região que, durante séculos, fez com que a poupança consumida do norte e do nordeste viesse para o sul e o sudeste pela via do modelo de ICMS na origem. Aquele adquirente de bens no norte e no nordeste, de produtos do sul acaba transferindo para o sul a sua poupança consumida a título de imposto.

Foi esse o modelo do Rio de Janeiro durante muitos anos, inclusive durante a sobrevivência do Império.

Portanto, o que se tem de deixar claro é que a conceituação de norma geral está vinculada a um aspecto pragmático e de consequências econômicas.

Vou dar um exemplo: eu fiz uma pesquisa e depois, se o Sr. Relator concordar, eu passaria a ele a pesquisa que fiz, exaustiva, na jurisprudência do Supremo Tribunal, para verificar que o próprio Supremo Tribunal não tem, salvo aquelas coisas de que dizem que norma geral é norma geral.

Quando você diz o seguinte: “Não, as normas gerais são normas-quadros”, você substitui uma palavra pela outra. As normas gerais são diretrizes gerais para fixar condutas gerais. Não tem sentido isso.

O sentido surge exatamente da análise que o Senado terá competência para fazer, e o Congresso terá competência para fazer, para dizer qual o efeito daquela norma se transferida aos Estados, no que diz respeito à consistência nacional. Esse é o ponto, daí por que a norma geral é um vínculo à necessidade de regras que assegurem que, na temática específica, nós tenhamos uma certa uniformidade nacional, evitando o conflito interestadual e abrindo espaço, também – e, aqui, tem absoluta razão o eminente Ministro Herman Benjamin –, para peculiaridades específicas, como é o caso do Pantanal, o caso da Amazônia, o caso, evidentemente, do Pampa, no Rio Grande do Sul.

Ou nós vamos pensar, meu caro Senador Luiz Henrique, que os italianos da Quarta Colônia, em Santa Maria, Senadora Ana Amélia, poderiam ser submetidos a regras para áreas de mil hectares? Eles vieram

para o Brasil, colonizar, recebendo 25 hectares cada família, o que no Rio Grande chama-se de colônia.

Portanto, não há que se pensar que as restrições a esse ambiente possam ser as mesmas. Há que se considerar o fato.

Eu me lembro, e aqui eu acho que é o local de lembrar, eu me lembro, o Luiz Henrique sabe disso e lembra perfeitamente, de quando nós discutimos, há 20 anos, na casa do Dr. Ulysses Guimarães, temáticas dessa natureza. Ele ouvia as considerações teóricas de economistas, juristas, e depois virava para nós e dizia o seguinte: “É, tudo bem, mas há uma coisa: S. Ex^a o fator.” E é isso que os senhores terão de encarar, lembrando que nós temos um fato, e um fato que é um compromisso de todo este Congresso, que é a manutenção perfeita da unidade nacional.

Não foi por mero acaso que a América portuguesa permaneceu unida contra as pretensões da América espanhola que se dividiu em vários estados. Isso foi obra de grandes personagens, principalmente do cenário do Império. E isso é vital para estabelecer a consistência de um país. Daí por que eu creio, meus caros Senadores e Senadores, que essa questão de normais gerais, ou seja, espaço legislativo reservado aos Estados tem de ser dividido e pautado pela consistência nacional da regra. Daí, Senador Luiz Henrique, não se pode dizer que os dispositivos que vêm da Câmara, que fixam limites e extensões, sejam inconstitucionais porque o Congresso estaria não legislando por cima dos Estados, o que (?) os Estados a definição de limites. Isso poderia, sim, em teoria. Mas qual é a consequência de atribuímos aos Estados isso? A inconsistência nacional. E, portanto, a consistência nacional é a regra para se definir o que é o espaço do Estado e o que é o espaço da União. Não há outra fórmula? Eu que tenho uma postura analítica e absolutamente não essencialista-idealista, no sentido filosófico, claramente demonstra que nós não podemos trabalhar com palavras, não podemos discutir regras de uso de palavras, precisamos – isto, sim – saber do que estamos tratando, e o de que os senhores estão tratando é de produção nacional, estão tratando de uma compatibilização entre a questão ecológica e o desenvolvimento. Não há que se polarizar, como disse nosso Ministro e nossa simpática promotora... Ou seja, nós temos de ter a lucidez de compreender que aqui se trata de uma compatibilização. Agora, há um problema, meu caro Presidente... Há um problema... Nós precisamos saber quem quer marcar posição e quem quer dar solução. Aqueles que querem marcar posição estão comprometidos com o orgulho e estão comprometidos com a fotografia pública, estão comprometidos com os setores; aqueles que querem criar soluções são exa-

tamente da responsabilidade dos senhores. O Senado e a Câmara não são lugares para produzir posições, mas um lugar para criar soluções. E aqui vem também um tema que os senhores têm de considerar e tem de ter com clareza! Se eu, efetivamente, em uma norma federal e uma norma geral, dentro dessa modalidade, nós precisamos ter muita cautela no atribuir ao Poder Executivo a capacidade regulamentadora de normas gerais. Como compatibilizar a regulamentação, por parte do Poder Executivo e de seus órgãos burocráticos, de normas gerais produzidas pelo Congresso, ou seja, o espaço de regulamentação e de ato do Poder Executivo, em complementação à norma geral, tem de ser absolutamente restrito em relação àquelas que são competências exclusivas da União Federal e não podem esse mesmo espaço.

E é, portanto, o que os senhores e senhoras precisam compreender... E aqui é a provocação e o tema que ponho como meditação aos senhores que são os únicos competentes para definir esses espaços: os senhores têm o dever – isto, sim – de assistir aos debates, de assistir os pontapés, os rangeres de dentes e ofensas pessoais, notoriamente decorrentes dos conflitos de debates políticos, mas os senhores têm de produzir algo que tenha compromisso com o futuro do País. E eu creio que o grande compromisso com o futuro do País, nesta questão, é ter um texto que assegure a unidade nacional. Então, é um custo que esteja, naquela linha suscitada pelo eminente Hermann Benjamin, um acordo de princípios: não se quer ampliar o desmatamento... Mas não se quer ampliar o desmatamento e, ao mesmo tempo, não se quer impedir a produção, principalmente considerando que a produção que usa o espaço do ambiente para seu desenvolvimento é algo a que estamos sendo pressionados, cada vez mais, pela produção de alimentos decorrentes do aumento da população do mundo. E aqui vem este tema, ou seja, não vamos trabalhar a partir de posições ideológicas básicas. Posições ideológicas são legitimadas para nós, que não temos responsabilidade alguma sobre consequências. Sobre o que eu digo, a única coisa que pode ser, a única responsabilidade que terei é ser aprovado ou desaprovado. A consequência do que os senhores fazem é o País que paga. Essa é a grande diferença.

E vejam mais: não devem, creio eu, exercitar na elaboração deste texto formas de delegação de poderes de forma indireta pelo uso de expressões equívocas e ambíguas. Por quê? Porque, no momento em que o legislador, para conseguir formar a vontade majoritária, usa da ambiguidade, está transferindo um poder supletivo legislativo a quem não tem poder para tal, que é o Poder Judiciário, ou seja, o intérprete da norma.

E aqui cria-se uma imensa confusão, ou seja, o fato de os senhores trabalharem... Por exemplo, no texto, temos a expressão “utilidade pública”. Busquem uma definição a isso, não estabeleçam e não deixem que o aplicador da norma vá fazer essa complementação. Por quê? Porque os senhores não estão legislando; os senhores estão fugindo do dever e da obrigação de legislar. Produzam o conflito, produzam o acordo, mas produzam algo que possa garantir ao cidadão a segurança jurídica necessária para as suas atividades, na preservação daqueles espaços necessários, que são os espaços do meio ambiente, que são os espaços da produção.

A polarização é legítima, senhores e senhoras, entre nós. Eu posso ter divergência com o Herman, eu posso brigar com o Herman e, na verdade, quando brigamos com o Herman, estamos brigando porque queremos receber aplausos de alguém, porque temos atrás de nós pessoas que nos querem bem e outros que não nos querem bem. Isso faz parte do jogo. Mas o que resta disso? Termina tarde, Herman e eu vamos sair para discutir outras coisas e tomar algumas cervejas em algum canto do País. Se os senhores fizerem a mesma coisa que Herman e Nelson fizerem, estarão jogando com o futuro do País. Não estão jogando com a mera prazerosa satisfação do debate entre dois que não tinham poder dentro da República.

Eu creio, senhores relatores, que a lucidez do trato do tema passa exatamente pela visão desses conceitos. Observem, por exemplo, nessa questão de normas gerais, para mostrar um exemplo típico – eu o fiz exatamente porque temos um ponto – sobre área de proteção ambiental. Houve um momento em que a legislação estadual estabeleceu um máximo de poluição ambiental tolerável na emissão de fumaça por veículos automotores. E o tribunal considerou constitucional. Considerou constitucional porque nós podemos ter um limite nacional fixado e o ônus do Estado na variação em determinados espaços urbanos distintos. Ou, pelo amor de Deus, será que as preocupações ambientais de poluição ambiental decorrente de fumaça de veículos em São Paulo devem ser tratadas do mesmo modo que em Santa Maria? Evidentemente que não. São situações distintas, e aqui vem a possibilidade do adequamento.

Eu não vou me estender, mas queria deixar claro que cabe aos senhores e às senhoras não abrir mão da competência constitucional que têm. Não transfiram para o Poder Executivo, ou não transfiram para o juiz aquilo que seria a complementação do que os senhores não conseguiram resolver. Resolvam aqui, porque isso é a segurança jurídica para um país que precisa enfrentar – não mais um país fechado, mas

que tem um grande desafio pela frente, que é a sua afirmação como nação, a sua afirmação como grande ator internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Nelson Jobim.

Passamos, agora, aos debates. Os Srs. Senadores interpelarão os expositores. Obviamente, o Regimento fala em três minutos, mas a Presidência será tolerante para que os senhores possam fazer os seus questionamentos.

O primeiro orador inscrito é o Senador e Presidente da CMA do Senado Federal, Rodrigo Rollemberg. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ.

Prezado Senador Acir Gurgacz, Presidente da CRA; quero cumprimentar aqui todos os convidados que nos honram com suas presenças na manhã de hoje: Dr^a Cristina, Dr. Gisi, Prof. Paulo Afonso, Ministro Herman e Benjamin, Ministro Nelson Jobim. Quero cumprimentar, de forma muito especial, os relatores, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Este é um grande momento do Senado Federal. A qualidade desse debate, a qualidade dos convidados para esse debate, coloca luz, abre um holofote de luz sobre esse debate do Código Florestal. E como muito bem disse o Ministro Nelson Jobim, o Senado tem uma grande responsabilidade de, após todo esse debate – e já ouvimos aqui o relator por duas vezes, ouvimos a Ministra do Meio Ambiente, ouvimos ex-Ministros de Meio Ambiente, ex-Ministros da Agricultura, representantes da comunidade científica, agora eminentes juristas – não fugir à responsabilidade de produzir um Código Florestal à altura das necessidades do País. Sabemos que, efetivamente, é uma questão difícil, complexa, em função da própria diversidade e complexidade do Brasil.

Mas quero cumprimentar as Comissões pela iniciativa conjunta, o que já é de grande simbolismo porque mostra que estamos fazendo aqui tudo conjuntamente, buscando acabar com falsos paradigmas entre as questões ambientais e as questões do desenvolvimento, da agricultura e da pecuária brasileiros, de aprofundar, aproveitando a presença dos juristas, a interpretação da questão das normas gerais, porque esse é um debate, esse é um tema, sem dúvida, fundamental nesse debate sobre o Código Florestal.

Vou me permitir ler rapidamente um trecho do art. 24 para fazer uma colocação a todos os membros da Mesa. O art. 24 da Constituição diz:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Por outro lado, art. 22 da Constituição trata das competências privativas da União.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

E eu aqui sublinho “águas”, para dizer que uma das principais funções das áreas de preservação permanente, especialmente nas ripárias, é a proteção das águas. E nós temos no nosso Brasil muitos rios e muitas bacias que são interestaduais. Ora, se a partir de uma definição de uma norma geral, que define o tamanho de área de proteção permanente, algum Estado reduzir o número das suas áreas de preservação permanente, isso não poderá causar danos ambientais e econômicos aos Estados vizinhos, aos Estados que fazem parte da mesma bacia e, com isso, quebrando o princípio federativo, criando um problema federativo?

Essa é a questão que eu gostaria que fosse comentada pelos membros da Mesa.

A outra: é que o art. 8º do PLC nº 30, de 2011, tem sido objeto de grande polêmica, já que muitos analistas entendem que o dispositivo, na prática, extingue as áreas de preservação permanente ao permitir o desenvolvimento nessas áreas de atividades que envolvam casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental, além das caracterizadas como agrosilvopastoris ou destinadas ao ecoturismo e ao turismo rural, o que deixaria a APP quase como

uma exceção. Eu gostaria que V. Ex^{as} comentassem essa interpretação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Apenas para ordenar os trabalhos, queria combinar com o Plenário e com a Mesa que nós ouvíssemos cinco questionamentos de Senadores e passássemos a palavra à Mesa, aos expositores, porque, se a cada questionamento tivermos uma resposta, talvez não seja tão produtivo, e as perguntas podem, inclusive, ser coincidentes. Portanto, quero deixar claro que vamos fazer cinco questionamentos, vou dar a palavra a cinco Senadores, e, em seguida, à Mesa. Depois, mais cinco Senadores e depois devolvo à Mesa.

O próximo orador inscrito é o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e de Reforma Agrária que participa desta reunião conjunta que tenho a honra de presidir.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA.

Agradeço a presença dos nossos convidados: Dr. Mário Gisi, Professor Paulo Affonso, Dr^a Cristina, Ministro Herman Benjamin e ex-Ministro Nelson Jobim.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós tiramos daqui aquele cabo de força entre as comissões, ou entre produtores e ambientalistas. Por isso, iniciamos os nossos trabalhos sempre em conjunto, mesmo antes de chegar aqui o projeto de lei vindo da Câmara, estabelecendo uma parceria, um acordo entre produtores e ambientalistas no sentido de que todos nós queremos as mesmas coisas: nós queremos o Brasil produzindo e cuidando do meio ambiente. Esse é o grande desafio que nós temos.

E queremos produzir, através desta reforma do Código Florestal, regras claras para que produtores possam produzir com legalidade jurídica e tranquilidade, fazendo do nosso País aquilo que nós queremos: um país produtor de alimentos, que possa alimentar não apenas os brasileiros, mas grande parte do mundo, como o faz hoje, e que passe, em pouco tempo, a ser o maior produtor de alimentos do mundo, mas sem deixar de preservar. Nós não queremos, em hipótese alguma, aumentar o desmatamento ou que isso aconteça em nosso País. Nós queremos dar essa garantia aos nossos produtores rurais.

E a grande discussão no momento, Ministro Herman Benjamin, é com relação às normas gerais. Ministro Nelson Jobim, V. Ex^a colocou, com muita clareza, essa preocupação, que é a preocupação que temos, uma

preocupação também dos nossos relatores. Portanto, deixo aqui somente essa questão para tentarmos esclarecer um pouco mais, Ministro Herman, como fazer e como distinguir as normas gerais das demais.

No mais, agradeço a participação dos senhores. Agradeço as brilhantes explanações de todos desta Mesa, que engrandecem a nossa audiência pública e trazem uma iluminação maior para os nossos relatores, que estão trabalhando duro já há muito tempo e terão muito trabalho pela frente, o que enfrentarão com muita competência, com muita responsabilidade e, principalmente, com muito equilíbrio, para que o Código Florestal venha atender a toda a população brasileira.

Seriam essas as minhas considerações

Muito obrigado, Sr. Presidente e nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Jorge Viana, como Relator na CMA.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Eunício, caros Presidentes também aqui, Senador Acir e meu querido colega Rodrigo Rollemberg, fico muito contente de que, com a missão tão difícil que tenho, junto com meu colega e parceiro nesta jornada, Senador Luiz Henrique, tenhamos tido o privilégio de uma audiência tão importante e que, certamente, aqui já nos deu uma boa base para que o Senado possa buscar o melhor na construção de uma nova legislação que, para mim, é, de fato, parte do que poderíamos chamar um conjunto de leis ambientais do Brasil.

Eu queria cumprimentar cada uma das senhoras e dos senhores expositores e dizer que foram contribuições objetivas e importantes que nos ajudam a enfrentar o desafio que temos pela frente. Nós aqui hoje estamos concluindo uma etapa importante do nosso trabalho. Pelo menos eu entendo assim, e conversava isso com o Senador Rodrigo Rollemberg e com o Senador Luiz Henrique. Com esta audiência, uma etapa do nosso trabalho aqui no Senado conseguiu ser realizada, e eu acho que da melhor maneira possível. Começamos ouvindo o autor da proposta, que está aqui hoje, o Deputado Aldo, ouvimos a representante do Governo, ouvimos a academia, ouvimos ex-Ministros da Agricultura, ouvimos ex-Ministros do Meio Ambiente, ouvimos representantes da sociedade. Encerra-se hoje uma etapa importante porque, a partir de amanhã, vamos discutir objetivamente o primeiro relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique na Comissão de Constituição e Justiça. Então, começa, de fato, outra etapa, em que vamos seguir ouvindo a sociedade, mas também já vamos ter que tomar decisões voltadas a dar segurança jurídica, a fazer uma

lei que possa, de fato, colaborar com os desafios que o Brasil enfrenta hoje.

Esse trabalho, é óbvio, não é fácil. Daqui a pouco vamos completar cem anos da primeira versão do Código Florestal. Então, não é qualquer trabalho, não é qualquer responsabilidade. É uma grande responsabilidade. As duas versões tinham como princípio tentar estabelecer o regramento de uso do solo, mais especificamente, concretamente, objetivamente, proteger os recursos naturais do Brasil e proteger a biodiversidade brasileira. Isso estava colocado claramente no corpo dos dois textos, tanto na versão de 34 como na de 65. De lá para cá, obviamente, muita coisa mudou. Especificamente mudou o mundo. O mundo começou a se encontrar com os limites no uso e abuso dos recursos naturais. A água hoje é um recurso escasso no mundo. A mudança climática que ocorre no mundo é uma das poucas convergências da comunidade científica. Os países adotam medidas. Ano que vem, teremos um grande encontro, a Rio+20, que vai tratar desse tema. Então, não é um tema do Brasil, é um tema do Planeta. E o Brasil, dentro desse tema tão importante, também é depositário de muita expectativa pelo resto do mundo. Eu não acho isso de todo ruim. Aliás, é muito bom. Obviamente que temos de ver o interesse nacional, mas o interesse nacional focado no mundo de que fazemos parte.

Mas eu queria dizer também que a busca da ideia do desenvolvimento sustentável não começou lá atrás, começou há pouco tempo, se podemos falar assim, na década de 70, com encontros da ONU, o que nos fez conhecer conceitos que são tão importantes para as definições de políticas públicas hoje. Fazendo essa observação, eu diria que nosso cuidado aqui no Brasil é um pouco diferenciado por termos o privilégio de ser um País tropical, continental, tão cheio de possibilidades para produzir e tão rico do ponto de vista de recursos naturais e biodiversidade. É deste País que estamos tratando, singular, e, dentro desse aspecto, tem a base do nosso projeto e da nossa dúvida e daquilo que queremos dar de segurança jurídica é: como vamos seguir usando adequadamente o nosso solo, aumentando a produção e a produtividade para dar segurança alimentar, sem prejuízo para o meio ambiente e os recursos naturais. Esse é o desafio que está posto, essa é a base do que devemos fazer, e acho que é possível que isso aconteça. Confio nos meus colegas Senadores que estão trabalhando proposta.

Então, hoje, o nosso Código, por exemplo, não trata adequadamente a questão das cidades. O Código Florestal, hoje, para quem trabalha as leis municipais, onde se concentram 85% da população brasileira, fazem as leis não enxergando para o Código Florestal

que trata da ocupação, inclusive, urbana e tenta fazer das cidades uma extensão das áreas rurais. Então, temos um grande equívoco, o Senado tem que definir isso melhor a partir de novos conceitos.

Eu gostaria de ouvir um comentário dos senhores sobre como fazer essa adaptação de uma lei geral, que estabelece normas gerais também com as cidades, onde vivem quase 85% da população brasileira com uma agravante: pessoas que estão vivendo também em áreas de risco. Aí não importa mais proteção só de vegetação.

Quando você protege um morro ou limita a ocupação de um morro de uma área de APP numa cidade, isso não é condição suficiente para proteger a população, porque ela pode estar abaixo do morro, e, como a gente tem visto, mesmo com proteção, por conta de solo, você tem danos de perda de vida, que é o mais grave dano que podemos ter. Então, eu queria, Sr. Presidente, colocar esse aspecto.

O Senador Rodrigo Rollemberg já apresentou a questão do art. 24, que acho que é fundamental, o Ministro Jobim deu uma boa contribuição, e precisamos, neste momento, trabalhar melhor a legislação concorrente, o estabelecimento desses limites. E, aí, eu queria fazer uma pergunta que vai um pouco além da que o meu colega Rodrigo já pôs.

Como os senhores vêem a importância do que chamo, e tenho conversado com a Ministra Isabella, do pós-Código? Porque tem questões que acho que o Código não tem como resolver. Estabelecer um conjunto de leis que tratem dos biomas, por exemplo, para que, aí, a gente possa entrar no específico, no localizar a caatinga, os problemas do Sul, da Amazônia. Como os senhores vêem como solução para o Código, em vez de transferir para regulamento estabelecer prazo para que o Brasil tenha leis sobre os biomas.

E, aí, eu gostaria também, o Ministro Herman já apresentou isso, que se aprofundasse um pouco mais, mas ele já me deu um pouco de segurança, porque acho pouco provável que resolvamos o problema do Código Florestal, estou concluindo, Senador Eunício, e agradeço a sua compreensão, a questão de separar pequenos proprietários ou pequena propriedade, produção familiar, não só a produção familiar, mas a pequena propriedade do outro conjunto, porque sem isso acho pouco provável que encontremos uma forma de resolver o problema de áreas consolidadas.

E, aí, encerro colocando e pedindo uma observação dos senhores: será que é adequado termos o Código dividido em dois aspectos importantes? Um, que nos dê segurança de que o País não vai repetir alguns dos problemas que a gente vive hoje, ou seja, o Código definitivo, duradouro, para décadas, quem

sabe até para um futuro que a gente não consiga mensurar. Mas como a gente pode, vamos criar, então, o que a gente, não sei, não sou advogado, não sou um jurista, mas disposições transitórias que possam tratar de áreas consolidadas, como poderíamos separar no mesmo Código algo para enfrentar um problema de transição, que é de recuperar áreas degradadas, que é de fazer a recomposição ou até mesmo de fazer a regularização de algumas áreas daquilo que são regras que a gente não pode mexer, que não deve mexer e tem que respeitar a partir da promulgação dessa lei.

Não sei se me fiz entender, mas eu gostaria que o Dr. Paulo Afonso, se pudesse falar um pouco, o senhor trouxe tão objetivamente propostas que agradeço, mas se o senhor pudesse comentar um pouco como no Código, trataríamos as questões transitórias de como resolver o uso do solo passivo que temos hoje das questões definitivas para que não tenhamos a repetição do problema que temos que dar solução hoje. E, aí, sim, teremos um Código ambiental, uma lei ambiental, um Código Florestal que não crise problema para o Brasil seguir crescendo com a sua produção, com a sua produtividade, e, ao mesmo tempo, fique uma lição para o mundo de que o Brasil tem responsabilidade na proteção dos recursos naturais e do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É com prazer que registro a presença do Movimento Cerrado Vivo em nossa plateia, que, segundo o Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal, também lutam pela aprovação da PEC do Cerrado.

Registro também, com prazer, a presença do Ministro Odacir Klein.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que é o Relator na CRA e na CCJ.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, para, em seguida, passar a palavra à Senadora Ana Amélia, e fazer o primeiro bloco de respostas dos senhores palestrantes desta manhã.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, ilustres expositores que nos propiciaram nesta manhã tão importantes subsídios, eu tenho afirmado que a nossa posição de Relatores, a minha e a do Senador Jorge Viana, se assemelha a de um juiz. Nós temos um contencioso, um grande contencioso, o mais importante contencioso para o futuro deste País, e nós temos que redigir os nossos pareceres procurando estabelecer um equilíbrio dentro daquilo que, na abertura desta reunião, a Dr^a Cristina salientou, e eu anotei as palavras dela, para que façamos um debate integrador, longe do paralelismo de posições emocionadas e, dentro daquilo que

falou o Ministro Nelson Jobim, de que nós deveremos buscar soluções e não a facilidade do palanque.

Vou me restringir à análise da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade desse projeto que, acredito, é o objetivo para o qual foi convocada esta reunião: ouvir os senhores juristas para que eles nos digam, para que eles interpretem, para que eles balizem a exegese do art. 24, seus parágrafos e incisos.

A nossa grande preocupação como Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi a de alinhar o projeto à norma constitucional. E aí temos duas tarefas muito difíceis a realizar: a de separar o que é norma geral e o que é competência concorrente dos Estados. Esse é o xis da questão: até onde vai essa competência concorrente?

Pareceu-me, desde logo, e eu configurei isso em meu parecer, que a competência concorrente confere à União traçar normas objetivas gerais e, aos Estados, normas suplementares. Por que essa divisão?

Porque nós vivemos num País continental, de diferenças fantásticas – geográficas, climáticas, culturais, econômicas –, e é preciso que a norma geral deixe o espaço para a competência concorrente, reguladora, suplementar dos Estados.

Então, a nossa primeira grande preocupação foi elaborar um projeto que não sofra ataque judicial, ou seja, que não necessite ser regulamentado pelo Poder Judiciário.

A segunda grande preocupação foi tornar o projeto relatado pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo, a quem presto todas as homenagens de grande homem público, o mais autoaplicável possível. Esta é a nossa grande tarefa aqui: fazer uma lei o mais autoaplicável possível.

Por isso, nós suprimimos 33 remissões a decretos regulamentadores e, para tornar a norma autoaplicável, nós fizemos uma cirurgia no art. 8º, que é oriundo da polêmica Emenda 164, no sentido de estabelecer total impossibilidade de que aquelas normas excepcionais possam dar azo a novas intervenções ou supressões em área de preservação permanente.

O que nós fizemos? Aquilo que apontou o Ministro Nelson Jobim: nós colocamos no texto de lei a definição de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental, ou seja, nós definimos, hermeticamente, esses institutos, de modo a não permitir que o Poder Executivo, federal ou estadual, ou qualquer outra instância, possa ampliar o seu conceito.

Segundo, colocamos dois advérbios.

Eu vou ler o art. 8º da forma como estamos propondo:

“A intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente” – peço permissão mais um pouquinho, Sr. Presidente

– “ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental, conforme definidas no art. 3º, nos seus incisos XVI, XVII e XVIII.”

“Somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental previstas nesta lei” – o texto anterior dizia “previstas em lei” –, “ficando autorizada a continuidade” – quer dizer, se continua algo que já existe – “das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural em áreas consolidadas até 22 de julho de 2008.”

Aqui, neste texto, o datilógrafo excluiu um outro advérbio que eu coloquei: “ficando autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris”, de modo que colocamos uma trava muito forte para não permitir novos desmatamentos.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer. Não tenho perguntas a formular, porque as exposições de cada um dos senhores foram altamente esclarecedoras.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

A próxima oradora é a Senadora Ana Amélia. Em seguida, o Senador Pedro Taques. Assim, fechamos esse grupo de cinco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. Eu acho que eu sou a última.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A descrição está aqui. Senadora Ana Amélia, como autora do requerimento, e Senador Pedro Taques, pela ordem de chegada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. Pela ordem de chegada é ele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Amélia tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu fui o segundo a chegar, Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para dizer a verdade, quando eu cheguei aqui, o Senador Maggi já se encontrava.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu também já estava.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E a Senadora Vanessa também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Blairo, V. Exª está depois dos autores do requerimento. Os dois Relatores, em seguida, os autores do requerimento e, na sequência, os Senadores Blairo Maggi e a Senadora Vanessa Graziottin.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Eunício Oliveira. Obrigada pela gentileza.

Queria aproveitar para cumprimentar todos os Presidentes das Comissões envolvidas nesta audiência pública e, especialmente, as exposições feitas pelos especialistas, quando debatemos as questões relacionadas à área do Direito.

Para ser rápida nas questões, começo pelo Professor Mário José Gisi, Procurador.

O senhor deu grande destaque às questões relacionadas a acordos internacionais, a compromissos que o Brasil assinou com organismos internacionais, como o Protocolo de Kyoto e tantos outros. Queria dizer que, nesse aspecto, temos no Mercosul também uma relação íntima e queria saber se o senhor tem conhecimento de como é a legislação ambiental, a reserva legal e a área de preservação permanente na Argentina, hoje nosso principal concorrente dentro do Mercosul, especificamente do ponto de vista ambiental.

O senhor também mencionou o princípio da moralidade. Mas como entender esse princípio, sabendo apenas que os produtores de alimentos pagam e 85% da população, que é urbana, usufruem desse bem produzido?

O senhor também falou que há 61 milhões de hectares de terras degradadas, porém, na página 26 do trabalho da SBPC que V. Ex^a citou, apresenta-se uma tabela do Senso Agropecuário de 2006, feito pelo IBGE, em que se admitem 9 milhões de hectares de terras degradadas. Qual é o dado que o senhor acredita ser mais correto em relação a esses dois conceitos?

Também queria lhe fazer uma indagação: 33% da área cultivada do Espírito Santo devem ser recompostos com vegetação nativa; 43% da área cultivada do Mato Grosso da mesma forma; idem para os 41% de Rondônia. Que recomendação V. Ex^a daria aos Governadores desses Estados? Não vale dizer “cumpram a lei”. Então, V. Ex^a tem de dar uma resposta para eles.

Para o Professor Paulo Affonso Leme Machado, eu queria, primeiro, perguntar qual é a sua opinião sobre essa alteração do art. 8º que o Senador Luiz Henrique apresentou em relação ao texto do Código. O senhor, ao sugerir que as faixas de APP sejam aplicadas a qualquer curso de água, excluindo-se o termo “natural” e passando a exigir AAP em cursos de água artificiais, considera razoável que um canal artificial de água, necessário, por exemplo, à lavoura de arroz do meu Estado, o Rio Grande do Sul, deva compor APP, mesmo que essa seja proveniente de um reservatório artificial de simples captação efêmera, portanto, da chuva? É essa a questão que queria colocar para o senhor.

O senhor também deu muita ênfase na questão das competências concorrentes do capítulo que trata *Da Organização do Estado*, no seu art. 24. O Ministro Nelson Jobim, da mesma forma, enfocou muito esse dado. Pareceu-me ser alguma divergência conceitual em relação a esse tema. Se eu estou correta, eu queria que V. Ex^a explicasse.

Eu queria, ao Ministro Herman Benjamin, cumprimentá-lo por esta questão de distinguir: não se pode tratar como iguais questões diferentes. E eu queria dizer que aqui estão assistindo a este depoimento Deputados do meu Estado, o Deputado Federal Sérgio Moraes, o Deputado Estadual Marcelo Moraes e Heitor Schuch, que representam exatamente os pequenos agricultores. E recebi, casualmente, no início desta reunião, aquilo que V. Ex^a mencionou muito, um trato diferenciado para essa categoria: são os trabalhadores da agricultura familiar do meu Estado pela Fetag.

E, como aqui diz, eles estão sugerindo a manutenção das áreas consolidadas, tratamento diferenciado para os agricultores de economia familiar –isso caracteriza muito não só o meu Estado, mas também Santa Catarina e Paraná – e pagamento por serviços ambientais, mas não somente aos que terão de adequar-se à legislação; também àqueles que preservaram ao longo do tempo.

Então, faço isso em homenagem a eles, que estão aqui acompanhando. Isso vai impactar diretamente sobre a atividade dos produtores rurais.

Ao Ministro Nelson Jobim eu queria... Aliás, antes, ao Ministro Herman, ainda há mais uma questão. Dados preliminares indicam que a aplicação do atual Código Florestal causará uma redução do PIB de R\$139 bilhões e perda de arrecadação anual em torno de R\$45 bilhões. Isso compromete o equilíbrio fiscal da maioria dos Municípios brasileiros.

Discutiu-se muito aqui a questão da Federação, e isso vai impactar realmente sobre a questão federativa. Eu, como sou uma Senadora municipalista, queria exatamente abordar essa questão.

No caso, isso vai comprometer o equilíbrio fiscal nos Municípios com menos de 10 mil habitantes e que correspondem a mais de 75% do total deles. Pergunto: considerando como correto esse panorama, o senhor determinaria a aplicação do Código Florestal vigente?

Essa é a questão para o Sr. Ministro Herman Benjamin.

E ao Ministro Nelson Jobim, finalmente. Eu queria saber, Ministro Nelson Jobim, meio ambiente é um direito que custa; tanto que a maior dificuldade que nós estamos enfrentando é estabelecer pagamentos por serviços ambientais. Pergunto a V. Ex^a: se um direito custa, e isso irá comprometer o equilíbrio fiscal, ainda

assim deve ele ser implementado ou deve ser ponderado em razão de outros direitos?

Eu também queria colocar-lhe. Na zona urbana, se uma nova lei de zoneamento proíbe a construção de prédio acima de dez andares, não se sai derrubando andares superiores a isso se o prédio for de 15 andares, construídos antes da alteração. Eu pergunto: se a lei atual passa a proibir novos plantios, é passivo ambiental o café plantado? O custo da retirada do cafezal e o plantio da vegetação nativa não seria uma pena pela fruição lícita dessa área? Esse passivo ambiental não teria sido artificialmente criado? Qual a saída mais justa, na sua opinião, ou mais adequada?

E, para terminar, Ministro Jobim, eu tenho aqui, em mão, uma portaria, uma Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril deste ano. Ela é do Ibama e trata da questão relacionada a estabelecer exigências mínimas para nortear a elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada, o chamado PRAD, que, entre outras questões, está lá no Anexo IV.

Eu queria saber, do ponto de vista do Estado de Direito, como é que se pode considerar esta exigência:

“Declaro que renuncio ao direito de recorrer, administrativamente, em relação ao auto de infração tal.

Confesso a autoria, a materialidade e a extensão dos danos, conforme consta do referido auto de infração.

Renuncio a eventuais prazos prescricionais.

Declaro que cumprirei integralmente a reparação do dano ambiental relativo ao referido auto de infração, de acordo com os termos da referência que estabelece os parâmetros para a sua execução, do qual recebi uma cópia. Declaro que estou ciente e de que o não cumprimento das obrigações aqui pactuadas poderá ser enquadrado como nova infração, nos termos dos arts. 79, 80, 81 e 82 do Decreto nº 6.514, de 2008.”

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo orador inscrito, autor do requerimento é o Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT– MT) – Como autor do requerimento e não por ordem de chegada, Senador. É coautor.

Srs. Presidentes das Comissões, nós estamos tratando da discussão do relatório, primeiro, na Comissão de Constituição e Justiça. Dessa forma, eu vou

fundamentar as minhas perguntas, Srs. Presidentes, tendo em conta da Constituição da República, que foi pouco falada no relatório, com todo o respeito, do Senador Relator na CCJ.

Muito bem. Senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma indagação, em primeiro lugar, a todos os convidados; ou seja, se no entender de V. Ex^{as} – a primeira para todos e depois eu vou dividindo de *per se* cada um -, a nossa Constituição de 88, e aí estamos diante do Ministro Nelson Jobim, que foi um dos idealizadores dessa Constituição, a Constituição de 1988 fez uma opção clara pela defesa do meio ambiente. Nós todos sabemos que vivemos num Estado que é capitalista. É uma opção do legislador-constituente no seu art. 1º a iniciativa privada, a ordem econômica a partir do art. 170.

Muito bem. Se o legislador-constituente de 1988 estabelece o meio ambiente como um direito fundamental do cidadão, como um direito fundamental do cidadão, é correta a assertiva de que nessa ponderação entre a iniciativa privada e o meio ambiente como direito fundamental do cidadão, o legislador-constituente já fez uma opção expressa pela defesa do meio ambiente?

Gostaria dessa resposta dos senhores.

A cada um dos convidados eu vou fazer uma indagação de ordem bem objetiva.

O Ministro Nelson Jobim fez um esclarecimento a respeito do art. 24. Penso que na CCJ o tema principal a ser debatido seja a competência concorrência, o que está escrito no art. 24 da Constituição.

Muito bem. Esse art. 24 foi pensado, e V. Ex^a fez menção a isso, tendo em conta o tipo de federação que nós temos. Nós já tentamos outros tipos de federação. E V. Ex^a sabe que a Constituição de 1891 foi buscar no constitucionalismo americano um tipo de federação que nós não tínhamos aqui, de acordo com a nossa história, com a nossa sociologia e com a nossa cultura. Nós já tentamos isso historicamente. É possível nós copiarmos o modelo americano de federação na Constituição, no papel da Constituição, na folha da Constituição. Mas isso não é possível tendo em conta a nossa realidade histórica.

Eu gostaria de uma reflexão de V. Ex^a a respeito disso. A respeito disso somado ao ponto de que a questão ambiental não pode ser uma questão localizada. A questão ambiental na sua divisão de competência merece uma reflexão, tendo em conta a complexidade da questão ambiental. O meio ambiente não é o meio ambiente da cidade de Rosário Oeste, no Estado de Mato Grosso; não é o meio ambiente do Estado de Mato Grosso; não é o meio ambiente do Brasil. Nós vivemos num Estado que é constitucional cooperativo.

E isso precisa ser levado em conta no momento da divisão da competência.

Eu queria uma reflexão de V. Ex^a; ou seja, se isso é fato, se foi levado em conta naquele momento histórico.

E por fim, a possibilidade de que os Estados-membros possam complementar as normas gerais estabelecidas pela União. Essa possibilidade, sem fazer exercício de adivinhação, pode levar ao enfraquecimento da Federação. E nós vivemos, aqui no Senado, na Casa da Federação. O Senado da República tem uma função importantíssima na defesa desse pacto federativo. Nós todos temos que ser municipalistas; nós todos temos que defender os Estados-membros. Agora, nós somos Senadores da República, e a Constituição deu um valor federativo esta República.

V. Ex^a, Promotora de Justiça, Dr^a Cristina, eu gostaria que V. Ex^a fizesse uma reflexão a respeito do conceito de área consolidada no atual Código Florestal e a mudança deste conceito e suas repercussões em todo o Código Florestal. Se isto trará prejuízo ao estabelecido pelo art. 225 da Constituição Federal. Esta é a indagação.

Ao Ministro Herman Benjamin, uma reflexão de V. Ex^a a respeito do princípio do não retrocesso. Este princípio é muito caro aos direitos fundamentais. Nós não podemos aqui, no Senado, decidirmos um Código Florestal que seja de produtores ou de ambientalistas. Nós temos que decidir. E nós teremos que cada um, cada Senador, assumir a responsabilidade no momento de votar, mas esse Código da forma do projeto, o meu juízo é um juízo de valor, porque um Senador pode fazer juízo de valor, um jurista tem que fazer no momento da decisão um juízo de fato. Eu gostaria de ouvir V. Ex^a, um juízo de fato. Se este princípio do não retrocesso se encontra gravado na nossa Constituição e se este projeto ofende este princípio do não retrocesso.

Ao Professor Paulo Afonso Leme Machado, a possibilidade de nós compensarmos a reserva legal em outra bacia e até a possibilidade de um outro Estado, de uma outra unidade federada, se isto desvirtua a razão da reserva legal, tendo em conta os corredores, aqui uma das funções da reserva legal. E a possibilidade da recomposição por espécies exóticas numa maior extensão como se encontra hoje no projeto.

Ao Sub-Procurador Mário, com quem tive a honra de ombrear no Ministério Público Federal por mais de 15 anos, falar um pouco sobre os tratados internacionais, complementando a pergunta da Senadora Ana Amélia. E a necessidade de que nós aqui, no Senado, ao trabalharmos esse projeto do Código Florestal, nós temos a obrigação de respeitar esses tratados internacionais, sob pena de sermos denunciados em foros

internacionais. Que V. Ex^a caminhasse um pouco nas suas reflexões a respeito desses tratados internacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu consultaria à Mesa, aos palestrantes, tendo em vista a ordem de chegada do Senador Blairo e da Senadora Vanessa, se nós ouviríamos mais os dois, tendo em vista que com isso a gente fecharia os grupos, uma vez que eu me permito aqui excluir dessa inscrição os relatores, porque eles são os relatores e, como relatores, não deveriam ter sido incluídos aqui na ordem de inscrição, apenas como membros da comissão e sim como relatores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Posso fazer uma sugestão? Dê a palavra a todos os Senadores para os seus questionamentos, depois todo mundo responde. Está todo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, já tem aqui palestrante me questionando, dizendo que são muitas as perguntas e eles gostariam de responder em bloco.

Então, nós já definimos em bloco, eu vou dar a palavra ao Senador Blairo Maggi, à Senadora Vanessa. Fechamos esse bloco de cinco, a exclusão dos dois relatores. E, na sequência, nós ouviremos a Mesa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, no mesmo sentido do Senador Demóstenes, então, que fossem dois blocos. Depois desse primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos concluir o bloco. Com a palavra o Senador Blairo Maggi. Depois, a Senadora Vanessa Grazziotin. E eu volto a palavra à Mesa.

Senador Blairo Maggi, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento-o Sr. Presidente, os nossos convidados, ministros, todos aqueles que vieram aqui trazer alguma luz sobre esse assunto tão importante, e também os nossos presidentes das comissões.

Na realidade, eu não tenho uma pergunta específica a fazer, porque eu venho defendendo nesta Casa aquilo que o Ministro Nelson Jobim e o Ministro Herman Benjamin, de certa forma, colocaram aqui com muita tranquilidade, que é nós um pouco da nossa história e um pouco do nosso passado. Porque se formos fazer aquilo que vimos hoje aqui, bem diferente, dois representantes do Ministério Público, um do Federal e um do Estado, o que os Ministérios Públicos acham e o que dois juízes acham, nós temos uma diferença bastante grande. Nós teríamos, na opinião do Ministério

Público, uma guerra civil no País. Porque simplesmente cumprir o que está escrito ou fazer aquilo que se pensa fazer, nós teríamos grandes dificuldades de fazer não a adequação, mas fazer cumprir o que está aí.

Na realidade, o Ministro Herman Benjamin tocou num ponto muito claro, quando diz que não quer estar aqui daqui a vinte anos – nem eu quero estar, acho que nenhum de nós – para discutir. Queremos estar vivos, não é Ministro? Mas não queremos estar aqui para discutir essas questões novamente.

E gostaria de colocar um pouco aqui da minha experiência pessoal de vida, como neto e bisneto de agricultores que vieram do Rio Grande do Sul para o Paraná. Eu nasci no meio da floresta, quando ainda era floresta no resto do Paraná, e confesso a vocês que nunca na minha vida, até chegar na faculdade, ouvi, na região oeste do Paraná, falar que tínhamos de deixar 20% de reserva legal naquela região. Nunca ouvi falar. Nem meu pai, nem meu avô, nem ninguém naquela região sabia disso. Quando fui para Mato Grosso, já formado, já adulto, eu já sabia sim que tinha de deixar 20% na região do cerrado e 50% na região da floresta. E assim foi obedecido. Mas estou fazendo esta analogia para mostrar que muita gente, a partir do momento em que fui para o Mato Grosso, na década de 80, ainda não conhecia ou não sabia da legislação.

Neste momento, a situação é muito diferente. Hoje, talvez tenhamos um pequeno percentual de pessoas que ainda não saiba. Muito pequeno. Porque a grande maioria, a absoluta maioria sabe da legislação. Os meios de informação estão aí para todo mundo. Tem televisão, tem rádio, tem Internet. Mesmo lá no meio da floresta, entram as rádios e as TVs por parabólica. Portanto, hoje, é quase inadmissível dizer que as pessoas não conhecem a lei. Então, as coisas que vêm acontecendo nos últimos anos, as mudanças que vêm ocorrendo de conceito e de preocupações nas áreas ambientais e em todas as áreas são muito diferentes do que eram há dez, vinte anos.

Quero crer que não estaremos aqui daqui a vinte anos para discutir isso. Mas não podemos deixar de ter o entendimento de que o que foi feito lá atrás, da forma como foi feito e pelo conhecimento em que foi feito, pela ocupação, pelo costume, pela tradição, nós temos de respeitar. Temos de buscar um jeito de fazer com que isso esteja protegido pela lei. E aí entra muito bem também a questão da diferenciação, o que é o grande e o que é o pequeno. Eu não consigo entender, já disse em outras reuniões aqui na nossa Comissão, como vamos tirar da beira de um rio uma pessoa que mora lá há cinquenta, sessenta, às vezes 150 anos, porque já vem do avô, do tataravô. Uma pessoa que mora na beira de um rio lá no Pantanal, que

mora na beira de um rio lá no Amazonas, lá no Acre ou no Rio Grande do Sul, em qualquer lugar. Eu não consigo entender.

As questões ambientais são importantes, mas o modo, a forma de vida das pessoas, acho eu que é mais importante. Pelo menos nesse caso. Então, o que este projeto de lei que estamos discutindo... Parece que é bem tranquilo aqui no Senado diferenciar as coisas, o que foi o passado e o que vem pela frente. Ainda não vi ninguém aqui no Senado defender qualquer aumento de desmatamento, qualquer aumento de ocupação de APP ainda aqui, no Senado. Não vi isso, a não ser nos casos que o Senador Luiz Henrique está citando, de equipamentos públicos em áreas públicas, para que o público possa também acessar isso. Não é justo haver toda uma preservação e a população, o povo não poder acessar isso e ter as condições de usufruir aquilo que está sendo preservado.

Então, para finalizar – como eu disse, não tenho pergunta a fazer –, quero dizer que o Ministro Nelson Jobim tem toda razão: deste lugar não se pode fazer palanque; este é um lugar no qual a gente deve achar a solução. E a solução tem de ser construída pelo meio, porque, se viermos aqui com preconceitos, dizendo “não abro mão disso ou daquilo”, não seremos parlamento. Então, entre o que um acha e o outro acha, há o caminho do meio. Alguém, nesta semana, falou sobre um documentário. Aliás, acho que foi o nosso ex-Ministro e Senador Passarinho que disse que há três situações: a sua, a minha e a verdade. Então, temos de buscar aqui esse entendimento, que será feito com todos nós nesta Casa.

Quero cumprimentar todos pela presença, pela explanação. Agradeço a presença a todos, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os convidados que estão nesta audiência, que, sem dúvida alguma, ajuda não só os relatores da matéria, mas também todos nós, que, em breve, votaremos e aprovaremos uma lei que, como foi dito aqui, terá reflexos no Brasil inteiro. Então, cumprimento todas e todos os presentes aqui. Para devolver a gentileza, cumprimento todos por meio da nossa Promotora Cristina.

Fiz algumas observações, primeiro, em relação ao que foi dito aqui quanto aos princípios. Concordo com o Sr. Ministro Benjamin. Muita gente diz que esse é o Código do desmatamento. Li isso em inúmeros artigos assinados. Muita gente diz que esse novo Código é o

novo Código do desmatamento. Não é esse o objetivo. Não sou ruralista, não sou produtora rural, mas tenho um convívio excelente com aqueles que trabalham produzindo alimentos, para que a humanidade continue sobrevivendo. E também convivo com aqueles que vivem da defesa do meio ambiente, e, sem equilíbrio no meio ambiente, também não sobreviveremos. Então, creio que isso é justíssimo, é correto. Ruim é o clima de enfrentamento entre os que querem produzir e aqueles que só querem preservar.

Já abordo o primeiro aspecto, uma questão que tem sido muito levantada aqui pelo Senador Eduardo Braga, e, por conta exatamente desse debate, a matéria também foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça: estamos falando em reserva legal, estamos falando em Áreas de Preservação Permanente, e estas áreas são necessárias para o equilíbrio ambiental e prestam serviços ambientais efetivamente não só ao País, mas também ao Planeta como um todo. Então, como tratar, no período em que estamos, de um Código Florestal que não prevê remuneração de áreas protegidas? Penso que essa questão tem de entrar em discussão. Concordo com o Senador Eduardo Braga: essa questão tem de entrar na discussão. Vivemos – o Ministro Nelson Jobim conhece muito bem a nossa realidade, bem como o senhor e, aliás, todos os que aqui estão – em um Estado que tem o maior índice de preservação do Brasil.

Há outro fato, Ministro Jobim: a lei tem de ser muito boa para não suscitar questionamentos jurídicos por parte de juízes, mas também tem de ser boa o suficiente para ser aplicada na prática. Hoje, a nossa lei ambiental é rigorosíssima – disse isso a ex-Ministra Marina Silva quando esteve aqui –, mas que não é aplicada. A lei não é aplicada! Estamos falando aqui de multas, Ministro Herman. E não são prisões, não. São multas, muitas multas. E, no meu Estado, são multas aplicadas para aquela pessoa que tem dois hectares. Há multas de R\$300 mil. Então, este é o nosso desafio: leis claras, mas leis passíveis de serem aplicadas, de serem respeitadas, de serem obedecidas.

Esse é o nosso grande dever, o nosso grande objetivo. Repito: para que isso aconteça, tem de dizer aos produtores grande, médio e pequeno, mas principalmente aos pequenos: “Olha, lá na Amazônia, o senhor tem de reservar 80% da sua área, mas o senhor vai ser remunerado por essa reserva”. Nós temos de dar condições a ele, se ele está dentro de uma propriedade dele, que ele seja remunerado também, porque senão ele vai plantar macaxera, ele vai plantar batata, porque aí ele vai ser remunerado pela produção que ele está tendo.

Em relação aos quatro módulos, eu pergunto a todos, é uma divergência que eu tenho desde o relatório apresentado pelo Deputado Aldo, porque estamos tratando o Brasil, nesse aspecto, como se fosse um só. Mas o Brasil tem biomas diferentes, realidades muito diferentes. Uma mesma regra para todo o Brasil? Desobrigar a recuperação da reserva para quem tem até quatro módulos, eu não sei, eu temo o futuro da Amazônia em relação a isso, porque, na minha região, quatro módulos são 100 hectares; 400 hectares, com o outro vizinho de 400, com o outro vizinho de 400, com o outro vizinho de 400, olha o problema. Então, essa é uma questão que precisamos enfrentar.

Segundo, acho que a forma como o relatório, porque, Ministro Herman, aqui diz que não tem anistia, mas é porque eu quero mesmo que não tenha anistia, não tem de ter anistia. Agora, tem de prever, sim, o pagamento, não em dinheiro, mas o pagamento com a recomposição devida, que vale muito mais do que o pagamento em dinheiro. Então, o art. 33 – estou concluindo, Sr. Presidente Eunício –, §1º, trata de reserva legal. E o art. 8º, modificado pelo Relator Luiz Henrique, que é fruto da Emenda nº 164, aprovada na Câmara, o art. 8º trata de APP; o 33, de reserva legal, diz o seguinte: até 22 de julho de 2008, na reserva legal, o agricultor que entrar para o plano de recuperação de área degradada terá todas as sanções suspensas até que o TAC ou a recuperação seja efetivada. Por que não valer isso também para a APP? É o que está no art. 8º, fruto da Emenda nº 164. Por que não valer? Por que não valer isso? Também recupera a área não só da reserva legal mas a área da proteção legal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou devolver a palavra aos palestrantes seguindo a mesma ordem para as respostas.

Passo a palavra para a Drª Cristina Godoy para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores. Tem a palavra V. Exª.

A SRª CRISTINA GODOY DE ARAUJO FREITAS – Inicialmente, eu gostaria de reforçar a questão do direito fundamental, que foi colocado no art. 225 da Constituição, que se transformou em uma constituição ecológica e, portanto, trata-se de um direito fundamental, uma cláusula pétrea que não pode ser modificada e que precisa ser observada, então, nos textos legais.

Essa questão do art. 24 da legislação concorrente, a suplementar, que já foi colocada aqui que a União traça as normas gerais e os Estados as normas suplementares, de tal sorte que as normas suplementares não podem, de forma alguma, contrariar a norma geral. Isso significa que os Estados não podem legislar de forma menos protetiva do que aquela regra geral

estabelecida pela União. Isso significa, então, que os Estados não podem diminuir, por exemplo, as áreas de preservação permanente, porque estariam contrariando a norma geral, que estabelece, por exemplo, aérea de preservação permanente de, no mínimo, 30 metros. Então, o suplementar significa legislar para mais ou para proteger mais, no caso do meio ambiente. Poderia, em tese, haver uma necessidade de proteção, por exemplo, de áreas de preservação em determinado local maior do que 30 metros, ainda que seja um curso d'água de 10 metros, então, nesse caso, poderia o Estado suplementar de forma a ser mais rigoroso na proteção, mas nunca para ser de forma menos rigorosa a legislação concorrente, a legislação suplementar do Estado.

A Constituição Federal, como disse o Senador Pedro Taques, fez uma opção clara pela defesa do meio ambiente, que é um direito fundamental. Portanto, entendo que esse princípio de defesa dos processos ecológicos essenciais está, sim, lá esculpido e ele fez, portanto, essa opção expressa de defesa do meio ambiente, que é um direito fundamental e que está lá, consignado como cláusula pétrea.

Em relação à questão da área consolidada, hoje, nós não temos esse conceito na legislação. Ele foi, então, introduzido pelo projeto de alteração do Código Florestal, incluindo 22 de julho de 2008, e se a intenção não era tratar como anistia, ela está claramente sendo observada, de quem vai aplicar a norma, como sendo, de fato, uma anistia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a CRISTINA GODOY DE ARAÚJO FREITAS

– Ela é genérica, na verdade. A área rural consolidada permeia todo o texto do projeto de lei e ela, na verdade, permite não só, por exemplo, a recuperação no caso de 15 metros de área de preservação permanente, como, por exemplo, na questão da reserva legal, que seria a não observância da reserva legal, no caso dos quatro módulos fiscais.

Aí, eu gostaria de dizer, mais uma vez, que se não foi o objetivo o desmatamento, se não foi esse o objetivo, ele vai, sim, poder acontecer nos moldes em que está, por quê? Porque vai diminuir a área de proteção, como pude mostrar nos *slides*.

Então, vai haver possibilidade de desmatamento, seja em razão da diminuição de algumas áreas, como, por exemplo, APP de topo de morro; por exemplo, o início do leito regular, ao invés de leito maior; por exemplo, em razão da questão de diminuição, então, desses 15 metros.

Eu vou supor uma propriedade rural, por exemplo, em que foi firmado – eu vou dar um exemplo – um

PAC para recuperação dos 30 metros. Em tese, aquela propriedade era produtiva, já produzia e poderia, então, agora, ser só de 15 metros, ou seja, aqueles outros 15 que estariam em recuperação poderiam ser, de fato, suprimidos.

Então, isso é uma preocupação, porque, de fato, vai possibilitar, sim, o aumento do desmatamento.

A questão do pequeno proprietário, por exemplo, não foi observada na reserva legal.

A reserva legal da questão dos quatro módulos fiscais, por exemplo, ficou em termos de dados: quatro módulos fiscais. Não existe nenhuma menção, e já estou acabando, a respeito da pequena propriedade, por exemplo.

Existiam quatro módulos fiscais que, como foi mostrado, lá no Estado do Espírito Santo, por exemplo, representam quase 97%, e lá no Estado de Santa Catarina, quase 90% das propriedades, que são pequenas e que, portanto, estariam livres da recuperação da reserva legal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – O próximo a responder os questionamentos é o Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Quem pediu pela ordem?

Senador Valadares, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Presidente, eu sou um dos autores dos requerimentos.

Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Inscreverei V. Ex^a de imediato.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Em que ordem?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Tem a palavra, para responder, o Dr. Mário José Gisi.

O SR. MÁRIO JOSÉ GISI – Objetivamente, dado o limite do tempo, a questão levantada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, sobre a possibilidade de se legislar sobre padrões de qualidade de água, enfim, sobre a água, como uma atividade exclusiva da União, de fato, reforça a posição da necessidade de implementarmos uma legislação com prevalência de regras federais, especialmente quando se trata de rios interestaduais, de questões regionais, enfim.

Isso dá um contexto de necessidade de ponderação desses diversos elementos que compõem o meio ambiente. Portanto, embora a Constituição tenha tratado, separadamente, por conceito, na verdade é um

contexto que precisa ser considerado em seu conjunto e, evidentemente, a água, como um dos grandes elementos do meio ambiente, tem de ser ponderado na perspectiva também da exclusividade da legislação federal a respeito.

A propósito do tratamento das disposições transitórias, que foi trazido pelo Senador Jorge Viana, vejo – até não sei se foi para mim ou a pergunta foi genérica – e até considere extremamente... E me parece bastante oportuno tratar isso como uma matéria relevante, porque se precisa ponderar, como foi trazido pelos demais que se manifestaram, a necessidade de conciliar esse problema, esse imbróglio que precisa ser resolvido, mas não de uma maneira consolidada na legislação, mas sim como elemento provisório que tende a ser resolvido – como a própria Senadora Vanessa Grazziotin trouxe – como uma necessidade de recompor as áreas para trazer isso, mais tarde, como a solução do problema, uma solução que parta dessa premissa, de uma análise na perspectiva de tratamento nas Disposições Transitórias.

A questão da qualificação de áreas degradadas também dá esse embate sobre o volume das áreas degradadas, porque, na verdade, nós podemos considerar como áreas que absolutamente necessitam de intervenção do poder público para recuperação e que devem ser essas áreas – que tratam nove milhões de hectares – com as demais áreas (as áreas degradadas e desmatadas) que estão extremamente subaproveitadas. E, portanto, é nesse contexto que se inserem esses 61 milhões. E quem está falando isso, na verdade, é a SBPC que pode, evidentemente, trazer maiores esclarecimentos a respeito.

Com relação às matas ciliares, evidentemente elas são consideradas nas perspectivas dos diversos biomas. E se a Argentina tem um bioma diferenciado, evidentemente deve ter um tratamento diferenciado. Todavia, podemos colocar isso na perspectiva regional quando se fala no Paraguai e no Chile, por exemplos, em que o Paraguai tem uma área ciliar de 100m e o Chile de 200 a 400... Sem considerar Venezuela, Bolívia, Costa Rica, Equador, México; enfim, todos eles contemplam matas ciliares nessa perspectiva entre 100 e 300m.

Enfim, também, a questão dos tratados internacionais e dos direitos humanos. Obviamente, quando nós tratamos a questão ambiental, nós temos a questão da produção... Evidentemente, é importantíssima! Não se discute isso! É um pressuposto. Todavia, ela está submetida a um contexto ambiental. Portanto, ela não pode vir na frente daquilo que é seu pressuposto: a existência de um ambiente capaz de atender às demandas de produção é o pressuposto da produção.

Portanto, naturalmente vem antes. E vem antes porque busca também atender, primariamente, um direito humano essencial.

Na perspectiva dos tratados internacionais, então... Senador Taques, evidentemente isso poderia dar margem a um aprofundamento que seria extremamente oportuno, porque, na verdade... Embora o Senador Blairo Maggi coloque que o Ministério Público criaria uma guerra... Não é essa a intenção. Na verdade, nós somos talhados para trazer os balizamentos legais e constitucionais daquela tarefa que se pretende trabalhar, mas sem a pretensão de evitar a conciliação dentro das balizas que são possíveis. As balizas são estas: as disposições constitucionais e as disposições dos tratados internacionais. Esses tratados precisam ser considerados, precisam ser ponderados porque se não a matéria vai ser de fato levada, posteriormente, para uma discussão, seja em nível dos tribunais – o que se quer evitar – porque, como se diz, a grande fragilidade da proposição da lei é o Legislativo transferir para o Judiciário e para o embate posterior aquilo que tem toda a oportunidade de resolver.

Enfim, não sei se deixei alguma questão de fora, mas quero também ponderar aqui o que foi trazido pelo Senador Blairo Maggi, a importância de tratar diferentemente o grande do pequeno, porque hoje a legislação deixou bastante a desejar a respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – (Fora do microfone.) Concedo a palavra ao Dr. Paulo Affonso Leme Machado. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO AFFONSO LEME MACHADO – Agora são 12h02min. Eu gosto muito de observar o horário. Por isso, peço vênha se não responder todas as perguntas e me cingirei ao tempo que me está cometido.

Vou abordar, neste momento, só três pontos: um, regras claras, normas autoaplicadoras; dois, Área de Preservação Permanente; três, norma geral.

Primeiro, normas claras. Eu queria levantar para V. Ex^{as} o art. 68 da Constituição, quando fala que as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar delegação ao Congresso Nacional. Entretanto, não serão objeto de delegação – inciso II – direitos individuais. Eu queria colocar também a questão duplamente. A propriedade é um direito. É garantido o direito à propriedade, mas ela deve ter função social. Então, eu os convido para, visando à autoaplicabilidade, definir as obrigações que esta lei dá, explicitamente, no uso da propriedade, com função social, com função ambiental, explicitamente pelo Código Florestal.

Segundo ponto: Área de Preservação Permanente. Eu fiz a minha dissertação de mestrado na Universidade de Strasbourg sobre florestas de proteção, sobre áreas de preservação e tive uma experiência dolorosa, difícil fazendo um projeto de lei para Cabo Verde, como consultor da FAO, em que as Áreas de Preservação Permanente estavam destruídas.

Eu vejo que é preciso, sim, uma sacralização – desculpe-me o termo – das áreas de preservação. As áreas de preservação estão imbuídas. Todo mundo sabe. Eu sou neto, bisneto de agricultor e senti o quê? Sem um pedaço de árvore, sem um pedaço de – na minha região de São José do Rio Pardo, em São Paulo, dizia-se capão de mato – capão de mato, segundo meus ancestrais, vamos ter seca aqui”. Não estamos fabricando nenhuma guerra civil. Queremos é isso.

Hoje rendo homenagem aos quatro mestrandos que trabalharam comigo – eu os ouvi –, da Universidade Metodista de Piracicaba, mas também colho sabedoria popular. Hoje, ao vir do hotel ao Senado, perguntei ao chofer: “O que o senhor acha do problema do desmatamento no Brasil?”. Ele disse: “É porque não cumprem a lei. A impunidade não é só a corrupção nos outros terrenos. Há uma corrupção também na questão ambiental.” Esse motorista chama-se Sr. Geraldo, a quem fiz questão de perguntar para sentir o povo. O jurista não fica com a cabeça nas alturas só, tem que estar com a cabeça no povo.

Terceiro ponto: norma geral. Nós temos que nos lembrar do art. 18 da Constituição, que é um artigo difícil. A nossa Constituição, por que me apaixono sempre, recomendo muito. O Senado precisa insistir, dar verba para que se fale em Constituição desde o primário. O art. 18 fala das autonomias. E as autonomias são difíceis, porque... O art. 18 diz o seguinte: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Então, o grande problema é que o art. 24 é de difícil interpretação.

Quero lembrar uma jurisprudência do Supremo – não sei o posicionamento do Ministro Jobim, se estava lá votando ou não – um caso prático de poluição, em que o Supremo modificou a posição. Questão do amianto, que interessava o Estado de Goiás como produtor de amianto, em Minuçu, e que o Estado de Mato Grosso do Sul legislou protegendo, evitando que caixas d'água, canos tivessem amianto. O que aconteceu? O Supremo, pela relatora, Ministra Ellen Gracie, votou pela inconstitucionalidade, porque tinha invadido os poderes suplementares. Felizmente, o Supremo mudou de posição, num caso de São Paulo, sendo relator o Ministro Eros Grau, dizendo “Não, é preciso dar um

novo sentido de suplementação, seguindo o sentido da observância da saúde, que a norma geral previa”.

Nesses três minutos que já vou excedendo, a solução total, mas lembro que foi aqui dominante, a ideia de que a norma geral é uma norma integradora, é uma norma que evita a dissociação, a desunião deste País que, com todo respeito, é um país de milagre, mais de oito milhões de quilômetros quadrados, que nós nos mantivemos unidos. Quer dizer, se nós deixarmos – já estou terminando – as normas suplementares não serem suplementares, mas passarem para a norma do § 3º como normas de legislação plena, nós vamos realmente ter normas, essas sim, de guerra civil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Com a palavra, para responder aos questionamentos, o Dr. Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELOS E BENJAMIN – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de agradecer a todas as indagações das eminentes Senadoras e Senadores e, por conta da organização do pensamento, porque há um tempo limitado, não vou seguir exatamente a ordem e agrupei algumas dessas indagações.

Começaria fazendo uma saudação ao Presidente da outra Comissão que se reúne hoje aqui, o Senador Eduardo Braga, a quem conheço há muito tempo e admiro há muito tempo o seu trabalho.

Início com duas indagações que foram feitas que têm a ver, Senador Luiz Henrique, com a matéria sob análise de V. Exª da técnica legislativa. Uma dessas indagações feita pelo outro relator, o Senador Jorge Viana.

Um dos grandes problemas que me parece que há no texto – não foi intencional – é a forma de se redigirem textos no Legislativo, é a mistura entre dispositivos que são permanentes e dispositivos que são transitórios. Isto cria duas espécies de problema. Primeiro, é dar ao permanente uma ideia de que pode ser também provisório e, o mais grave, contaminar o permanente com aquilo que é provisório.

E por isso, talvez, e eu sei que o prazo que V. Exª se deu a si próprio está se esgotando, talvez valesse a pena fazer um esforço que com certeza está dentro não apenas da sua experiência, mas da sua capacidade, de separar essas normas, e não é difícil porque algumas têm o perfil exatamente da provisoriidade. Dou um exemplo: todos os mecanismos que estão postos para áreas consolidadas no texto são normas provisórias ou são normas definitivas? São normas para tratar apenas do passivo, e de um passivo que o próprio legislador já se encarregou de dizer que é até 2008.

Então, indago: um desmatamento de 10 mil hectares, que seja feito após a promulgação do novo Código Florestal.

A esse novo desmatamento vai-se dar um prazo de 20 anos para recuperação; a esse desmatamento vão-se dar os benefícios que estão estabelecidos hoje – e não entro no mérito de saber se é justo ou injusto – para as áreas consolidadas, por exemplo, em Rondônia. Parece-me que a resposta unânime dos parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, é não.

Então, é importante, como o próprio Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique já indicaram em várias intervenções, que essas matérias, essas normas, sejam tratadas, topograficamente, em locais distintos do texto. A segunda questão, que também tem a ver com a técnica legislativa, é aquela da norma geral, que não vamos resolver aqui. Não vamos resolver porque, infelizmente, é uma questão, como o próprio Ministro Nelson Jobim disse, que não admite resposta *a priori*, mas que, infelizmente, no caso concreto, vamos analisar.

Vejo aqui parlamentares que trabalharam diretamente na redação da Lei Geral, ou, melhor dizendo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Vejo o Senador José Agripino, o Senador Renan Calheiros, o Senador Romero Jucá e todos os outros que estão aqui que trabalharam nessa lei. Educação é matéria da competência concorrente. No entanto, nessa lei há normas absolutamente precisas, que, num juízo *a priori*, diríamos – se não soubéssemos para que servia aquela lei – que é matéria afeita aos Estados e, mais ainda, aos Municípios. Isso tudo para dizer que não vamos, “no atacado”, como disse muito bem o Ministro Nelson Jobim, conseguir resolver esse problema, mas podemos utilizar técnicas de aproximação.

Uma dessas técnicas de aproximação é que a norma aprovada pelo Parlamento nessas competências concorrentes é norma piso. Creio que vários dos Senadores que aqui fizeram suas intervenções, como o Senador Pedro Taques, de que me recordo, trataram dessa matéria, norma piso. Os Estados e Municípios podem, diante da sua realidade, ampliar os mecanismos de proteção conforme as suas especificidades. Por exemplo, no caso de São Paulo, o Senador Aloysio pode levar à Assembléia Legislativa e dizer: “olha, aqui está um ecossistema que merece uma proteção maior por ser um ecossistema mais frágil na Mata Atlântica”. Vejo o Deputado Tripoli aqui presente, que pode levar para os parlamentares, até municipais, essa possibilidade.

Termino, se me permitem, com outras três questões que foram postas, nas quais não vou me deter muito tempo. Áreas urbanas merecem uma lei especial, uma lei própria que, aliás, já está aprovada numa

Comissão Mista da Câmara dos Deputados. Chama-se Lei do Parcelamento do Solo Urbano. Está esperando apenas a votação no plenário. Essa lei tem capítulos inteiros sobre a proteção do meio ambiente. Então, parece que para o futuro deve-se manter a aplicação do Código Florestal como está enquanto não é aprovada essa Lei. E para o passivo, Senador Jorge Viana, que fez a pergunta, o texto aqui proposto pelo Senador Aldo Rebelo, já aperfeiçoado pelo Senador Luiz Henrique, trata do passivo, por exemplo, na regularização para fins de habitação popular, como foi feito no Estado do Amazonas, que eu visitei, e em outros Estados da Federação. Essa regularização, que às vezes está em áreas de preservação permanente, é tratada aqui em vários dispositivos. Então, respondendo à pergunta de V. Ex^a, penso que isso é matéria para o futuro, em uma lei especial, e o passivo. Termino com a questão dos serviços ecológicos, pergunta tanto da Senadora Ana Amélia como da Senadora Vanessa Grazziotin. Os serviços ecológicos são uma matéria extremamente complexa o pagamento pelos serviços ecológicos. E há projetos de lei tramitando, tanto na Câmara como no Senado, acerca desta matéria. E projetos de lei preparados por especialistas.

Parece-me que colocar a matéria inteira dentro do Código Florestal deixaria de fora outros aspectos associados aos serviços ecológicos, como, por exemplo, a proteção à fauna ou à água. E o casamento do pagamento pelos serviços ecológicos com a matéria tributária, porque os municípios que recebem e mais contribuem com a proteção ambiental, como no seu estado, por exemplo, merecem uma contribuição, um pagamento no atacado, por exemplo, por meio do ICMS Verde.

Tudo isso precisa ser tratado no tema dos pagamentos pelos serviços ecológicos, o que quer dizer que a matéria pode ser prevista aqui, mas a sua regulação precisa ser tratada numa lei especial.

A última palavra é sobre o dispositivo da Constituição que não foi mencionado aqui. Na proteção do meio ambiente, o Dispositivo constitucional mais importante não é o nº225, que fala de um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para fins desse debate. O Dispositivo mais importante é o nº186, inciso II, que estabelece a função ecológica da propriedade.

Não é o Código Florestal nem qualquer lei que vai estabelecer quem é proprietário. Meu pai foi e meu avô foi. Aliás, eu estou hoje aqui porque meu avô, proprietário rural, conseguiu retirar da sua propriedade – naquele tempo era possível – o pagamento da faculdade de medicina do meu pai no Rio de Janeiro. Isso na caatinga do Nordeste brasileiro.

Então, não é o Código Florestal que estabelece essa obrigação, é o art.186. Eu leio o 186:

“A função social da propriedade rural é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei [é o Código Florestal] os seguintes requisitos: Inciso II – Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e [atenção para a expressão] preservação do meio ambiente.”

Não é nem conservação do meio ambiente, é preservação do meio ambiente. Então, a função ecológica da propriedade não é um favor. Era um favor antes da Constituição de 1988. Hoje, faz parte da função ecológica. Melhor dizendo, essa função ecológica faz parte do texto constitucional.

A propriedade só existe, no nosso País, se respeitar esses incisos do art.186. E essa função ecológica é a base de tudo aquilo que estamos fazendo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Herman.

Eu passo a palavra ao Ministro Nelson Jobim, concluindo essa rodada, para iniciarmos os questionamentos dos Srs Senadores, na sequência.

Ministro Nelson Jobim, V. Ex^a tem a palavra.

Por favor, o som do microfone para o Ministro Nelson Jobim. Muito obrigado.

O SR. NELSON JOBIM – Obrigado.

Sr. Presidente, vou passar rapidamente, porque temos ainda outro grupo.

A primeira observação é em relação ao Senador Rollemberg, quando ele se refere à distinção que está na Constituição, no art.22, atribuindo competência privativa à União para disciplinar sobre águas e depois a concorrente no que diz respeito ao meio ambiente.

Aqui nós temos que distinguir claramente que a questão de águas que está na competência privativa da União diz respeito ao uso da água na relação subjetiva de lindeiros e vizinhos, ou seja, é a disciplina dos direitos subjetivos do uso da água e não propriamente a preservação; esta tem outra regra específica. Aquilo diz respeito ao nosso famoso Código de Águas, que havia no início do século passado e depois veio a ser alterado em meados do século passado, quando tínhamos a figura de Alfredo Valadão, que foi o grande de 34, o Código de Águas de 34, em que se criaram os direitos de uso da água nesse sentido.

Agora, o que tem que ficar muito claro é que nós temos o princípio de proteção do meio ambiente, ou seja, o princípio relativo à ecologia; e o Senador Taquez definiu isso claramente. Agora nós temos outros princípios e aí surge o problema da ponderação na conciliação de conflitos de princípios.

Nós não temos, rigorosamente, agora o princípio da regra da democracia, nós não temos um princípio prevalente sobre todos; nós temos os princípios que estão dentro de um paralelismo, não deixando de ser princípios, mas que, na sua execução, devem ser ponderados e essa ponderação não é uma ponderação no sentido absoluto, é uma ponderação historicamente condicionada.

São os processos históricos que vão determinar o tipo de ponderação. Não se pode pretender que a geração de 2011 vá ponderar os princípios constitucionais da mesma forma que a geração de 2050. Ou seja, nós temos que ter essa cautela e essa humildade de saber que estamos num processo histórico de criação.

Em relação ao Senador Jorge Viana, ao Senador Acir, ao Senador Luiz Henrique, volto ao problema das normas gerais. E vou tomar a liberdade, meu caro Senador, de lembrar que isso, curiosamente, foi tratado em 1981 por um personagem que nós, da Oposição, tínhamos degradado, inclusive atacado violentamente, que era o então Ministro Mário David Andreazza.

Foi o Governo Figueiredo que enviou o projeto em 1981 para tratar da política nacional do meio ambiente, seus fins, mecanismos, formação e aplicação e dá outras providências.

Então o Ministro Mário Andreazza diz, na sua exposição de motivos, que está no Diário do Congresso Nacional: Fica, por seus objetivos, determinado em linhas gerais que a ação do Governo Federal será sobretudo normativa e coordenadora – aqui se falou a palavra “integradora” –, cabendo preferencialmente aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios tarefas executivas. A União se reserva o direito de exercer supletivamente ações de caráter executivo se por alguma razão não puderem ser realizadas satisfatoriamente pelos Estados.

Lembrem-se de que nessa época não tinha disciplina sobre legislação concorrente.

Então não há que se preocupar muito com isso. Há que se preocupar, isso sim, com a compatibilização nacional. Isso é o tema que me parece fundamental e vejam a produção dos espaços da União e dos Estados vai surgir exatamente o debate político que os senhores têm que levar. Embora o emitente Senador seja um Senador da República, V. Ex^a tem um compromisso com as suas origens estaduais. Quando se criou o Senado Federal no Brasil foi exatamente na época do Império, foi exatamente para assegurar que as políticas provinciais fossem representadas dentro da produção legislativa.

Lembrem-se do conflito que produziu a Constituição de 1824, e que conduziu à renúncia, à abdicação de Dom Pedro I exatamente porque ele não soube,

Dom Pedro, fazer a conciliação nacional com as elites locais, e deu origem à balbúrdia que foi a Regência, depois o regresso de 1848.

Então vejam, o que nós temos que lembrar, que o nosso federalismo, que foi um federalismo de 1891, um federalismo que tinha um objetivo, meu caro Senador, que era destruir a memória do Rio de Janeiro, que era o centro político do País e transferir competências e poderes aos Estados federados, para conseguir com isso a união nacional, que havia sido abalada brutalmente no tempo da Regência.

Então é claro que nós temos que lembrar que esse federalismo vai se ajustando às situações e às circunstâncias políticas do momento.

Então por último, por mais ainda, em relação à questão da Senadora Ana Amélia, é muito comum encontrar isso, é muito comum encontrar. Eu me lembro claramente de, quando Ministro do Supremo Federal, que havia um processo, um *habeas corpus* que havia sido ajuizado pelo antigo, já falecido, teatrólogo Boal, Augusto Boal, em que Augusto Boal respondia a um processo criminal, a uma ação criminal por sonegação de imposto de renda. E Augusto Boal havia se defendido dentro do processo, no processo administrativo, e alegava que havia um erro em relação ao CPF, ao CIC, enfim, à identificação, ao cadastro. Não obstante isso, o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou a ação penal e o Supremo Tribunal disse o seguinte: se, num conflito de interesses entre o Estado e o particular, nós tivéssemos, nós tivéssemos a impossibilidade de um recurso judicial, nós estaríamos barrando a possibilidade da discussão sobre o Poder Judiciário em relação às ações e legitimidade das ações do Poder Executivo.

Ou seja, é muito as pessoas barganharem em cima disso, fazer com que as pessoas se curvem, venham a se curvar às decisões administrativas sob ameaça de ações que o inviabilizem inclusive comercialmente.

Portanto eu não vou, eu não tenho condições de examinar, a concretude do caso, no entanto, eu lembro que não podemos admitir que possamos ter uma capacidade impositiva do Estado em relação ao indivíduo, inviabilizando o indivíduo de suscitar as suas razões e as suas matérias de Direito ou mesmo de fato em relação a isso. É muito comum a burocracia ter a concepção do autoritarismo. A lei de ferro da burocracia de Mitchell deixa muito claro isso. A burocracia se protege através de um processo de assustar as pessoas que demandam nessa natureza.

Senador Pedro Taques, eu acabei de responder ao seu problema. Agora eu queria lembrar o seguinte, falou-se muito em tratados internacionais. Quero lem-

brar tem tratados internacionais têm o mesmo *status* de lei ordinária. Ou seja, há decisões antigas do Supremo Tribunal que o mesmo *status* de lei ordinária, qualquer lei federal poderá revogar norma de tratado, mesmo internalizado. É o caso, por exemplo, lembrem-se da famosa lei, o tratado internacional que deu origem à lei da nota promissória e do cheque. E que depois o Congresso Nacional fez exigências em relação à nota promissória que não estavam no tratado, e não houve problema algum.

Então, vamos deixar bem claro que os tratados internacionais têm que ser ponderados pela sua efetividade dentro do próprio País e não achar que nós, no Brasil, podemos ficar submetidos eternamente a burocracias internacionais. Vamos deixar bem claro isso porque, vejam, é muito fácil se referir e dar um *status*, um *status*, digamos, de supremacia para os organismos internacionais.

Meu caro Senador, os organismos internacionais são formados por quem? Por uma burocracia internacional que se autorreproduz. E sempre foi assim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, sem querer polemizar com o Ministro Nelson Jobim, mas me parece que o Supremo Tribunal Federal, no caso do Pacto de San Jose da Costa Rica mudou a sua posição, quando no voto, em que o Ministro Relator foi o Ministro Gilmar Mendes, dando conta de que os tratados sobre direitos humanos são supralegais.

O SR. NELSON JOBIM – Direitos humanos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. NELSON JOBIM – Direitos Humanos. Isso é a norma constitucional que determina. Você veja o §4º do art. 5º, que determina a supremacia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não confunda direitos ambientais com os direitos humanos.

O SR. NELSON JOBIM – Não, não, direitos humanos, nesse sentido não; no sentido dos direitos econômicos, tanto é que lá naquele texto: direitos sociais.

De outra parte, por último, Senador, eu diria, em relação à distinção que foi referida aqui pelo Ministro Herman Benjamin, que há necessidade efetivamente de se fazer uma distinção entre normas provisórias e normas permanentes. Eu não posso, eu tenho entendimento moral de referir-me ao §4º do art. 5º do texto do projeto, que é uma norma transitória, sobre cuja constitucionalidade estou sendo consultado, que diz respeito à aplicação para o passado.

Por isso não me refiro, não vou tratar desse tema porque, senão, estaria usando um espaço que não é um espaço legítimo para um advogado, e, aqui, sim, é um espaço legítimo para atender à convocação dos senhores.

Mas há necessidade de se distinguir: normas provisórias é que tratam do passado, ou seja, tratam de posições consolidadas e constituídas e não das normas do futuro, porque isso pode enfraquecer efetivamente a norma ou vice-versa, enfraquecer uma ou outra, quando tratadas em conjunto. Levem lá para as Disposições Transitórias Finais e porque ela vai tratar daquele tema.

E por último, o Senador Blairo Maggi, V. Ex^a falou muito na verdade e fez aquela qualificação e eu vou usar não divergir, mas fazer um adendo à manifestação ouvida de V. Ex^a e do Senador Passarinho para dizer o seguinte: Nietzsche referia claramente que o pior para a verdade não são as mentiras, são as convicções que impedem o avanço da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Nelson Jobim.

Eu vou passar a Presidência para o Senador Rodrigo Rollemberg, que é o mais velho dos três, e convidar o Senador Eduardo Braga, que é presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Em seguida, passo a palavra ao orador inscrito, Senador Sérgio Souza.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Os cabelos brancos que o digam, Rodrigo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Eunício Oliveira; Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, também presidentes das comissões por onde tramita esta matéria de importância nacional; Sr^a Promotora Cristina; Mário Gisi, Paulo Affonso, Ministro Herman, Ministro Jobim, obrigado pela deferência que V. Ex^{as} fazem em comparecer ao Senado Federal para debatermos esta que é uma norma geral de importância para o nosso País, Dr. Paulo, um país que tem dimensões continentais, diferentes climas, solos, biodiversidades e características principais de produção também.

É muito claro, Senador Eduardo Braga, que na, região amazônica, temos a maior preservação ambiental e que, na Região Sul, Senador Luiz Henrique, nós temos a maior área de supressão vegetal, até mesmo pela sua colonização e pela distância do oceano Atlântico para os colonizadores e também pela fertilidade do solo.

Mas há uma discussão muito grande, principalmente na questão de módulos fiscais. Quando foi definida a questão de módulos fiscais, Ministro Jobim, foram dadas as dimensões de módulos diferentes, dependendo da localização territorial em que se encontravam, tendo em vista a necessidade de sobrevivência do cidadão – na região amazônica, na região do cerrado, no Nordeste e também no sul do País. Mas, hoje, nós temos muito claro que o solo nada

mais é do que um substrato; que a questão de altitude e clima é muito mais importante do que a questão do solo. Nós produzimos soja no Piauí com a mesma produtividade que no Rio Grande do Sul e no Paraná, que é o meu Estado.

Tenho-me dedicado muito ao estudo desta matéria, Senador Gurgacz e, por isso, sou membro também da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e algumas situações têm-me preocupado. Realmente, a Emenda nº 164, Ministro Herman, trouxe, na minha opinião, um tipo aberto, e quando ela fala de supressão da vegetação, ela não diz em que momento. O Senador Luiz Henrique conseguiu realmente fazer, como ele mesmo disse, uma cirurgia nesse art. 8º e conseguiu dizer que a supressão somente será permitida nos casos de interesse social, no caso de utilidade pública e nos casos de atividade de exploração agrosilvopastoril, ou também de turismo rural; somente será permitido se nós observarmos o marco regulatório de 2008 e aquilo que já for consolidado até 2008. Mas me traz uma preocupação, porque, dentro desse dispositivo, ele não coloca limites.

Imaginemos nós, se tivéssemos ali o rio Cuiabá, Senador Maggi, que tem mais de 100m de largura em algumas regiões e que tem uma atividade de pecuária que vai até a margem do rio. Então, ela está consolidada, digamos, há mais de dez anos. Então, não precisa recompor nem um metro dessa área de rio, porque lá no art. 35, no § 1º inclusive, também, ele traz a exceção, dizendo que, em matas ciliares de rios até 10m, onde será permitida a utilização de parte dessas PPDs, de que sejam recompostos 15m. Mas ele não traz a exceção para os demais rios, aqueles superiores a 10m. É algo sobre o que tenho me debruçado para achar uma solução, e eu acho que temos que tratar, como disse aqui o Ministro Jobim e também o Ministro Herman, aqui no Senado Federal. Nós temos que criar a regra aqui. Nós não podemos deixar para o Poder Judiciário interpretar em momentos diferentes questões iguais. Uma interpretação que pode, inclusive, ser dada por magistrados num mesmo momento, mas decisões de formas desiguais e Supremo, mais cedo ou mais tarde, vai ter que regulamentar isso através de uma Súmula, ou o STJ.

Uma outra coisa que eu tenho também me preocupado, já indo para o encerramento, é que nós estamos tratando aqui não de meio ambiente, nós estamos tratando aqui de regularização de áreas de preservação permanente ou de áreas de reserva legal em propriedade privada. É isto: propriedade privada, tanto urbana como rural. E inclusive, como disse V. Ex^a, Ministro Herman, já existe projeto separando isso também da

área urbana. Parece-me que a polêmica que se estabeleceu aqui foi entre o produtor rural e a conservação ou preservação do meio ambiente como diz o art. 186.

Eu acho que esse é o grande segredo, é o que o Senado Federal tem que fazer: encontrar o equilíbrio entre produzir e conservar ou preservar, Senador Acir Gurgacz. Porque nós temos que ter responsabilidade também para com o ser humano no que diz respeito à alimentação e não somente no que diz respeito à questão ambiental.

E eu entendo que nem esse texto nem outro texto anterior permite novos desmatamentos, Dr^a Cristina. Mesmo quando V. Ex^a coloca aqueles *slides* demonstrando que em algumas áreas montanhosas, onde existe hoje uma reserva ampla florestal, no futuro será permitida a supressão dessa vegetação. Não, eu entendo que não será permitido nenhum tipo de supressão de vegetação. O que é permitido é onde há atividade consolidada que se permaneça.

Eram essas as questões que eu gostaria de colocar. No mais muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Nós temos poucos inscritos ainda, mas eu estou sendo provocado aqui pelos autores do requerimento para que ouça os autores do requerimento. Como regimentalmente eles têm preferência – são três os autores do requerimento –, peço desculpas ao Senador Lindbergh e o Senador Mozarildo, para ouvir, pela ordem, o Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, autor do requerimento; Senador Demóstenes; e em seguida, Senador Valadares – os três autores do requerimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Serei breve, Sr. Presidente, primeiro parabenizando os Srs. e Sr^{as} representantes do pensamento jurídico que aqui compareceram e participam desse debate. Segundo, cumprimentar as comissões conjuntas que formulam esse debate tão importante no momento em que Senado começa a sua votação pelas suas comissões e pela CCJ.

Indo direto ao assunto, gostaria de apresentar aos Srs. membros da Mesa a seguinte colocação: eu concordo com o Ministro Herman e Benjamin de que os princípios dos serviços ecológicos devem, a meu juízo, estar mencionados e balizados no Código Florestal. É preciso entender que esses serviços, como serviços ambientais e ecológicos, são mais amplos até do que a questão pura e simplesmente da floresta. Existem as questões da água, da fauna, etc, que uma lei específica deveria tratar. No entanto me parece que uma das questões básicas a serem tratadas

pelo Código Florestal é exatamente como resolver o impasse do passivo das reservas legais principalmente em biomas onde há uma dificuldade física de se poder recompor o passivo versus as áreas plantadas produtivas. Um exemplo claro é a mata Atlântica, em que 27% do bioma está preservado e há um passivo ambiental dentro desse bioma que é superior à área disponível para plantação. Por isso já há um consenso de que a compensação não deve ser apenas no próprio leito da bacia, que deve ser no próprio bioma. E agora estamos discutindo ir além desse bioma, preservando, obviamente, o conceito científico dos corredores ecológicos, os princípios científicos dos mosaicos, para que possamos manter o equilíbrio da transição entre os diversos biomas, mas que se permita a compensação além dos biomas.

Exemplo: SOS Mata Atlântica, permitir que seja feita a compensação do bioma da mata atlântica no bioma da Amazônia, por exemplo, obedecendo a uma regra geográfica, obviamente, e, além de uma regra geográfica, uma regra matemática, financeira e econômica que possibilite essa compensação. Para que isso possa acontecer, é preciso que o Código Florestal leve aspectos econômicos e financeiros para dentro dele, para que possamos fazer essas compensações, sem que isso represente uma punição adicional.

Outro aspecto é que a questão da reserva legal, a questão da função social da propriedade da terra, da função ecológica prevista na Constituição, ela também tem de levar um incentivo ao proprietário. O proprietário não pode ser apenas penalizado por não cumprir, ele também pode ser motivado e incentivado a cumprir. Por que não premiar aqueles que fizerem seus trabalhos na área de preservação permanente e na área de reserva legal com reduções específicas nas taxas de juros nos financiamentos dos programas agrícolas? Por que não estabelecer compensações tributárias? Por que não estabelecer compensações em outras áreas dentro do aspecto econômico, monetário e fiscal na reserva legal e na reserva da APP?

Portanto, eu gostaria de ouvir os senhores palestrantes com relação a essa questão de podermos compensar além dos biomas e usar mecanismos de incentivos econômicos e incentivos fiscais e tributários, inclusive financeiros, para que nós possamos, de um lado, incentivar e premiar e, de outro lado, possibilitar e viabilizar a compensação desse déficit ambiental que existe no País.

No mais quero cumprimentar as colocações e dizer que concordo perfeitamente, por uma questão central nas respostas anteriores, que é preciso que nós possamos ter a capacidade de separar claramente o que é temporário, transitório, do que é permanente

em relação ao Código Florestal, e creio que isso é um consenso hoje nesta Casa.

No mais, cumprimento os senhores relatores, os senhores colegas presidentes, os senhores palestrantes e a senhora palestrante, que tão brilhantemente contribuem com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Agradecemos sua atuação como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia nesta reunião conjunta.

Passamos agora a palavra ao Senador Demóstenes Torres, também autor do requerimento para esta sessão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srs. Presidentes, Srs. Senadores, Srs. Convidados, tenho uma pergunta para todos, é comum – exceto para o Ministro Nelson Jobim, que diz que está respondendo como profissional a essa pergunta e, então, não é razoável que seja feita a ele.

Dirijo esta indagação a todos os senhores, e vou usar o termo que está sendo usado para não entrarmos na discussão do termo jurídico: é constitucional a concessão da anistia em decorrência dos artigos existentes na Constituição que tratam do tema? É constitucional se dar essa anistia?

Segundo: sendo constitucional, é razoável esse período, até o ano de 2008, ou deve ter um período anterior?

Terceiro: dada a anistia, deve ser aberta alguma exceção, como no caso exposto pelo Professor Paulo Affonso em relação à APP? É razoável que haja uma exceção se houver a anistia?

Agora algo em relação a uma questão levantada pelo Ministro Herman e Benjamin. Para evitar desmatamentos futuros ou agressões ecológicas futuras, é provável, ou é recomendável que a resposta penal deva ser mais gravosa no futuro para evitar que novos desmatamentos aconteçam, especialmente os mais significativos?

Tenho duas outras perguntas. Três outras. Duas para todos, novamente. Normas gerais sobre o pantanal, o cerrado, etc., devem ser editadas pela União ou pelos Estados? Ou seja, as leis devem ser feitas aqui no Congresso ou devemos delegar isso absolutamente para os Estados?

Uma outra pergunta que o Senador Pedro Taques fez e acho que não foi respondida, mas eu queria só avançar um pouco mais, e o Senador Eduardo Braga abordou essa questão. Sendo possível a compensação ambiental dentro do mesmo bioma, mas não dentro do mesmo Estado, como é que isso vai se operar? Porque, do jeito que está redigido, como é que o Estado de Goiás aceita uma compensação para acontecer no

Estado de Roraima, por exemplo, que também tem o bioma cerrado? Quem é que deve operar isso? É o Ibama? Que sistemática os senhores sugerem, se for possível essa compensação?

E uma pergunta ao nosso querido Ministro Herman Benjamin, porque sei que ele, lá atrás, brigou muito por conta dessa alteração, e diz respeito à norma geral. O art. 19 original da Lei nº 4.771, que é o Código Florestal, dizia o seguinte:

“Art. 19. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal...”

E tal e tal e tal. Em 2006, era a Lei nº 11.284, que tratava da gestão de florestas. Portanto, não tinha nada com formação de floresta, e criou o art. 83, que mudou o art. 19. E mudou para dizer o seguinte:

“Art. 83. (...)

“Art. 19. A exploração de florestas e formações sucessoras, [a mesma redação] tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévia aprovação pelo órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA...”

Quer dizer, tirou do Ibama, passou para esse Sistema e deixou por conta dos Estados. Bom, segundo o Ibama – isso é divulgado –, a partir daí, estabeleceu-se uma grande balbúrdia nacional, primeiro, porque o Ibama adotou o sistema DOF (Documento de Origem Florestal), e os Estados passaram a adotar sistemas distintos: Sismat, Sisflora, etc., etc. O Ibama, por sua vez, tem a competência para a aplicação das multas. Só que uma resolução do Conama, que é seguida estritamente pelos Estados, diz o seguinte: que essa informação deve acontecer no prazo de 180 dias, o que, na prática, impossibilita o Ibama de desempenhar sua atribuição.

Então, pergunto a V. Ex^a, primeiro, se acha correta essa alteração. Se deveríamos agora, na discussão do Código Florestal, tentar voltar a redação antiga. E, segundo, se mantemos, e para isso devemos ter um mínimo de disciplina para evitar que os esforços estaduais sejam jogados fora porque as informações não chegam a contento à União, o que dá margem a diversas especulações, inclusive do incremento da corrupção por falta de possibilidade de o Ibama efetivamente aplicar a legislação federal.

São essas as considerações, Sr. Presidente, e as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Agora passo então a palavra a outro autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srs. Presidentes de Comissão, senhores convidados, Srs. Senadores, o Ministro Herman Benjamin tocou realmente numa questão central, de vez que a propriedade, para cumprir sua função social, precisa observar de forma muito clara a função social que ela tem que exercer, inclusive a propriedade que não exerce sua função social ou a sua função ambiental pode ser passível de desapropriação. É um dever do proprietário, então, preservar o meio ambiente, porque, do contrário, o Poder Público poderá usar essa ilegalidade para fazer uma desapropriação, visando ao bem-estar social no Brasil.

Então, com base nessa função ecológica, quero fazer uma pergunta. Uma lei, para ser exequível, para ser eficaz, precisa ser cumprida. A lei, sendo cumprida, tem credibilidade; não sendo cumprida, a lei perde a credibilidade, já nasce morta. Então, há de se compatibilizar o que disse o nosso constituinte de 1988 com a lei a ser edificada, há de se harmonizar o pensamento do nosso constituinte com a realidade nacional, sem ferir a Constituição. É um trabalho de engenharia jurídica muito delicado e muito complexo, porque de boas intenções carregamos muitas leis, mas não só as boas intenções atingem os objetivos para a sua elaboração.

O Senador Eduardo Braga também tocou num assunto importante. O Senador falou sobre a questão dos biomas, que é um tanto complicada para ser, na prática, obedecida, mas S. Ex^a falou sobre outra questão que, realmente, é justa: alguém que não cumpriu a legislação é perdoado, e alguém que cumpriu à risca a legislação não recebe qualquer incentivo, qualquer benefício, como se fosse igual a quem não cumpriu a lei. Na nossa Constituição, há um princípio que o nosso Supremo Tribunal Federal – está aqui o nosso Ministro Nelson Jobim, que participou de várias decisões – observa sempre: o princípio da isonomia, de tratamentos iguais. Então, se alguém que desmatou ilegalmente é perdoado, qual benefício receberá quem não desmatou? É uma pergunta que estou fazendo.

Há outra pergunta que eu gostaria de fazer sobre esses acidentes, essas tragédias provocadas pelas chuvas. Por exemplo, em Pernambuco, recentemente, e em Alagoas, na bacia do rio Mundaú, houve prejuízos e estragos incomensuráveis, pessoas morreram, houve prejuízos materiais incontáveis. A mesma coisa aconteceu no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Essas tragédias foram causadas em ocupações antigas,

produzindo efeitos negativos. Mesmo se adotássemos, Sr. Presidente, uma regra que desobrigasse a recuperação apenas das áreas que foram ocupadas, antes de ser prevista alguma medida de proteção, essas regiões continuariam com problemas graves para o futuro. E pergunto: o que fazer nesses casos? Repito: seria juridicamente possível, mesmo em casos de ocupações antigas, que fosse obrigatório o cumprimento de padrões mais atuais e adequados à proteção do interesse público?

E, por último, como Senador representante da região do semiárido do Nordeste do Brasil, lá de Sergipe, eu perguntaria o que fazer diante da degradação feita no rio São Francisco ao longo de tantos e tantos anos. Não é preciso que se fale sobre as matas ciliares, sobre a erosão do grande rio ou do Velho Chico. Não é preciso que se fale sobre os projetos de hidrelétricas que, apesar de contribuírem para o desenvolvimento regional, causaram problemas ambientais que vieram a repercutir na pesca, no turismo, enfim, em tantos e tantos benefícios que deixaram de existir para a região.

E, de outro modo, eu perguntaria: o nosso bioma, a caatinga, é importantíssimo. Para esse bioma, quais os benefícios que poderíamos obter com a aprovação desta Lei. Ou seja, quanto à preservação desse bioma, por que seria benéfico eu colocar o meu voto favorável a esta lei?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares. Vamos ouvir o Senador Lindbergh e, em seguida, vamos ouvir, em primeiro lugar, o Ministro Herman Benjamin, porque ele tem de, daqui a pouco, presidir uma turma no Superior Tribunal de Justiça.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador relator Luiz Henrique, V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a. Então, quero que entenda as minhas colocações. Eu, de fato, achava que este Senado Federal – acho – tem condições de construir um texto equilibrado, que fale nessa potência agrícola que nós somos, que é fundamental para tudo no Brasil, que é fundamental para a nossa balança comercial, com o discurso e com a prática da proteção ambiental.

A Presidenta Dilma utilizou um termo que acho muito interessante: “verdes produtivos”.

Infelizmente, Senador Luiz Henrique, com toda a admiração que tenho por V. Ex^a – por isso, falo – devo dizer que, infelizmente esse relatório vai apontar, para o Brasil e para o mundo, anistia, aumento de desmatamento, concorrência predatória dos Estados. Eu devo fazer o dever de colocar isso aqui: aumento de desmatamento em cima de quê? Em cima de coisas concretas.

O art. 14 permite a redução, no caso da Amazônia, de 80 para 50% da reserva legal. Está aqui no art. 14. O art. 16 permite que você compute as áreas de proteção permanente no cálculo. Depois, os senhores contraditam, falam... O art. 16 fala em computar as APPs no cálculo da reserva legal. Esse é um ponto concreto. O cálculo que se tem das APPs é algo em torno de 10 a 15%. No Brasil inteiro, a reserva legal é de 20%, tirando a Amazônia e o cerrado. Pois bem, pode cair para a metade; pode cair para 10%.

No art. 38, você fala em recuperação. Vou pegar aqui o art. 38, que fala que se pode recompor com espécies exóticas, mais redução. A compensação em outros Estados também pode significar mais redução, como falou o Senador Demóstenes. Ou seja, alguns Estados com preços valorizados.

Então, quero colocar tudo isso para dizer o seguinte... A representante do Ministério Público também falou na redução do escopo das APPs, topo de morro, a questão dos módulos fiscais do art. 13; ou seja, o primeiro ponto é esse.

Trago aqui a minha preocupação, trago a preocupação também com o art. 58, quando fala que o órgão ambiental, quando tomar conhecimento do desmatamento, não é “deverá embargar”. Está “poderá embargar”. Então, são muitos os problemas, e eu fiz os cálculos aqui – não eu, mas o pessoal que tem estudado o assunto – sobre o impacto disso na reserva legal, de cada um desses pontos. Você computar APP, você colocar plantas exóticas, você pode reduzir mais da metade as reservas legais neste País.

Então, esse é um primeiro ponto. O segundo ponto é que quero fazer aqui uma pergunta em relação a 2008. Eu apresentei uma emenda supressiva colocando o ano de 1998, quando foi criada a Lei de Crimes Ambientais. Em 2008 foi a última regulamentação dessa lei de crimes ambientais. E cito aqui um caso de dois proprietários de imóveis do mesmo tamanho, vizinhos, situados na beira do mesmo rio, um que desmatou antes de 2008 – data definida sem qualquer fundamentação técnica-jurídica – poderá usar mais áreas para fins produtivos, recuperar apenas 15 metros de mata ciliar (garantido no art. 35), manter pastagens em topos de morros e encostas (arts. 10 e 12), ser dispensado de recuperar reserva legal se tiver quatro módulos fiscais (art. 13, § 7º), do que aquele que conservou, que tem que manter preservado 30 metros de mata ciliar, encostas e reserva legal e esse, em troca, não ganhará qualquer benefício concreto. É um prêmio à ilegalidade, numa penalidade a quem cumpriu a lei. Eu perguntaria aos senhores se acham que isso fere algum princípio constitucional?

Por fim, quando falo em competição predatória entre os Estados, eu queria aqui citar o art. 8º, que todos os senhores conhecem, com o art. 3º, quando o Senador Luiz Henrique faz a definição de utilidade pública, interesse social e atividades de baixo impacto ambiental. Pois bem, o art. 8º é um artigo decisivo, quando toca nesses pontos. O Senador Luiz Henrique foi conceituar utilidade pública, interesse social e baixo impacto. Na última alínea de cada um desses pontos se coloca: utilidade pública, alínea “d”, demais atividades ou empreendimentos definidos em ato do chefe do Poder Executivo federal ou estadual. Ou estadual! Então, o Governador...mudou? É outra versão?

Então, o que eu tenho aqui em mãos é “ou”. Eu acho que o Governador, no caso... se abre essa brecha, se dá poder ao Governador e entra na discussão de que falou o Ministro Jobim da competição predatória de Estado contra Estado.

Quero finalizar com o art. 33, que também dá esse poder, no caso aos Governadores, que fala o seguinte: “A União, os Estados, o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental.” Aí no § 2º diz o seguinte: “A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para adesão ao PRA, ao qual deve ser requerida pelo interessado, contado a partir da publicação a que se refere o § anterior, prorrogável por ato do chefe do Poder Executivo [também].”

Nós podemos ir prorrogando e aqui no § 4º fala em suspensão enquanto não tem definidos de sanções. Suspensão das multas. Então, o chefe do Poder Executivo pode ir prorrogando.

Estou falando tudo isso aqui porque nós vamos ter o debate na CCJ e posso ter cometido algumas incorreções porque estou entrando nesse debate porque faço parte da CCJ. Mas devo dizer que, nesse processo de preparação da Rio+20, nesse momento em que o Brasil caminha para virar a quarta economia do mundo, esse projeto, infelizmente, mantém aquele clima de radicalização da Câmara dos Deputados. Nós não conseguimos construir aqui esse salto equilibrado em relação ao futuro.

Por isso eu fiz questão de dizer da minha admiração pelo Senador Luiz Henrique, mas queria destacar esses pontos que eu acho muito importantes e que não vi aqui serem discutidos da forma como deveria ser.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Vamos voltar a ouvir os nossos convidados, começando pelo Ministro Herman e Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN – Eu agradeço as intervenções feitas e adianto que pelo menos duas perguntas eu não terei condições de responder porque estão sob apreciação

do STJ e, portanto, sobre essa matéria eu não terei condições de me manifestar.

As observações do Senador Sérgio Souza acerca do art. 8º creio que aqui está um espaço, Senador, para o avanço que se observa nesse mosaico de convergências que vejo no Senado Federal. E certamente os dois relatores, tanto o Senador Luiz Henrique, quanto o Senador Jorge Viana, já identificaram nesse artigo espaço para, alcançando-se os objetivos que todos os interessados nessas modificações necessitam, cheguem a uma redação que seja tecnicamente adequada.

O Senador Eduardo Braga, penso que, ao tratar da separação das normas que enfrentam o passivo, e normas que teriam um caráter permanente, exatamente reflete uma discussão que tivemos antes da chegada de V. Ex^a, que foi a partir de uma observação do Senador Jorge Viana e para a qual, tenho certeza, o Senador Luiz Henrique é sensível, no plano da técnica legislativa, de separar, efetivamente, esses vários dispositivos.

O Senador Demóstenes faz várias observações, quase que como se estivesse numa banca de concurso do Ministério Público ou da Magistratura examinando o pobre candidato, que sou eu aqui. Confesso que, evidentemente, algumas delas demandariam muito mais tempo, mas eu me prendo ao tema que foi também observação feita por outros Senadores acerca de normas claras quanto a novos desmatamentos. Isso tem convergência com o art. 8º e com outros dispositivos do Código Florestal. É preciso deixar esse ponto muito claro no texto da lei, tanto para o juiz, quanto para o proprietário rural também, como também para todos. E sobretudo para o juiz, porque nós não queremos decidir essas questões. Nós não somos árbitros, nem podemos ser árbitros de matérias que deveriam ter sido tratadas pelo Parlamento brasileiro. Não queremos essa missão, não é a nossa missão.

Agora, aqui está um daqueles pontos em que acredito que há espaço para um aperfeiçoamento da técnica legislativa, sobretudo no que tange ao dispositivo mencionado pelo Senador Lindbergh também, sobre a utilidade pública de interesse social. Já houve um avanço na técnica legislativa quando o Senador Luiz Henrique retirou a expressão Estados e União. E deixou “ato do Poder Executivo”, que entendi como sendo ato do Poder Executivo federal. Agora, mesmo essa observação, considerando as hipóteses que estão narradas, Senador Demóstenes, como sendo de utilidade pública e interesse social, que são vastíssimas, talvez – é uma ponderação que fica para a deliberação dos eminentes Senadores – sequer essa possibilidade, essa norma aberta para decreto federal, na linha do que foi mencionado pelo Ministro Nelson Jobim, talvez não se precise, tal a dimensão e a amplitude que

esses dois dispositivos já trazem, na linha esposada aqui por vários dos Senadores.

Por último, quanto à norma geral para o Senado e também as observações do Senador Valadares e do Senador Lindbergh, sobre o pantanal – pena que o Senador Moka tenha saído –, uma das ações civis públicas mais interessantes que há no País em tramitação é uma ação movida pelos fazendeiros do Mato Grosso do Sul, contra o Estado do Mato Grosso, por dano ambiental e econômico a suas propriedades da bacia do rio Taquari.

Aqui se vê claramente a importância da norma federal, porque, do contrário, haverá normas estaduais, como disse o Ministro Jobim, que serão conflitantes, e ampliar-se-á a litigância já não mais apenas no plano ambiental, mas no plano econômico mesmo da produtividade das propriedades, que serão danificadas por devastação ambiental nas cabeceiras dos rios, etc., etc. Então, penso que precisamos efetivamente de uma lei para o pantanal e precisamos buscar aqui uma fórmula que não caia talvez no exagero, como se poderia dizer, de o pantanal ser considerado, na sua inteireza, área de preservação permanente, mas não se deixe com um tratamento que não garanta as suas funções ecológicas tão importantes.

Com uma pergunta feita pelo Senador Lindbergh acerca do art. 38, § 3º, Inciso I, que cuida da recuperação de reserva legal. E aqui não faço juízo de valor, eu apenas aponto o que está no texto, porque o juízo de valor é juízo ético, político a ser feito pelo Parlamento.

Não haverá recuperação de reserva legal no bioma da Mata Atlântica em mais de 10%. Não sou eu quem diz, está no texto.

Por que eu afirmo isto? Porque sabemos que dos biomas brasileiros, o bioma da Mata Atlântica é o mais ameaçado de todos; não resta mais que 7%, segundo as estatísticas. Talvez a Senadora Kátia Abreu tenha dados mais recentes em que possa ser mais. Que sejam 10%, mas é o mais ameaçado dos biomas brasileiros.

Vem o texto legal e muda a estrutura do Código Florestal de 1965, quando, ao tratar de reserva legal, dizia que no mínimo, para o bioma da Mata Atlântica, seria de 20%. Saiu, na versão aprovada pela Câmara dos Deputados “no mínimo”. Não estou fazendo juízo de valor, estou apenas indicando o que está no texto; não tem mais a expressão “no mínimo”, o que leva à impressão de que nós teremos no Código Florestal um teto e não um piso de reserva florestal. De novo, não faço juízo de valor.

Agora, no que tange especificamente à Mata Atlântica, o preocupante é que desses 20% a serem recuperados, metade pode ser com plantio, por exemplo, de eucalipto. Está dito no art. 38, § 3º *a recomposição*

de que trata o Inciso I, do caput, poderá ser realizado mediante o plantio intercalado de espécies exóticas, em sistema agroflorestal, de acordo com critérios técnicos gerais, considerando os seguintes parâmetros:

O plantio espécies exóticas deverá ser combinado com o de espécies nativas de ocorrência regional; [e aí, o ponto que é mais importante, respondendo à sua pergunta diretamente também Senador Demóstenes.]

A área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% a ser recuperado.

Então, veja, no nosso Estado de São Paulo, meu Estado por adoção, se sobrevoarmos todas aquelas áreas que estão abandonas, poderão ser recuperadas, para fins de reserva legal, e uma reserva legal de apenas 20%, sendo que metade será com eucalipto, quando para plantar eucalipto não precisar ir à reserva legal, o proprietário planta na propriedade como um todo.

Eu aponto este fato, não faço juízo de valor, porque esse juízo de valor será muito melhor feito pelos eminentes Senadores. Mas, de toda sorte, no bioma mais ameaçado do País, que é o da Mata Atlântica, onde praticamente há pouquíssima floresta e maciços, como é o caso da Amazônia, aqui do Senador Acir e do Senador Eduardo Braga, em termos de recuperação nós temos garantido no Código Florestal somente 10% dos 20% que deveriam ser ocupados com Mata Atlântica.

Esta é a observação final, eu agradeço e peço desculpas por não poder permanecer, gostaria de ouvir os outros eminentes Senadores, mas coloco-me à disposição para em outra oportunidade tratar desta matéria. Agradeço a todos e aos Presidentes das Comissões, e aos relatores também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como nós só temos mais uma Senadora inscrita, a Senadora Kátia Abreu, eu passo a palavra a S. Ex^a e, em seguida, volto a palavra aos membros da Mesa, para as considerações e as considerações finais.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obriçada, Presidente.

Gostaria de agradecer a participação de todos aqui no Senado para ajudar a esclarecer sobre esse tema tão importante para o País e dizer que lamento muito a minha saída, mas eu tinha uma audiência com a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e eu não tinha como não participar, havia sido agendada anteriormente. Mas nós gravamos tudo aqui, está tudo gravado, e a minha assessoria fez o relatório de todas as participações. Portanto, por eu não ter ouvido detalhadamente cada um, vou apenas tratar de alguns pontos específicos.

Já soube que o Ministro Herman e o Ministro Jobim deram uma aula de Direito aqui hoje, está todo mundo muito encantado, encantado com todos, com a participação de todos, mas especialmente com as duas aulas que aqui foram dadas.

Vou tirar minha bolsa aqui da frente porque eu queria falar mostrando esse mapa para que todos da Mesa, Dr^a Cristina, por favor, pudessem dar uma olhadinha rápida nesse mapa. Os nossos Relatores já conhecem esse mapa.

Como Presidente da CNA, eu não quero aqui discutir mérito ambiental. Acho que isso é para os técnicos, para os cientistas, assim como acho também que o Ministério Público não deve fazer o mesmo, porque topo de morro, se vai desistir, ou se vai acabar ou se vai ser extinto, isso foi um entendimento do Ministério do Meio Ambiente, que é um entendimento novo, pela Ministra do Meio Ambiente. Então, se ela, que é a Ministra, entendeu que topo de morro, o conceito deve ser modificado, não sou eu, uma simples produtora rural, que vou discutir com a Ministra se o topo de morro vai acabar ou não, porque ela é uma técnica da área, e o Ministério Público, que tem um trabalho maravilhoso, extraordinário para o Brasil, também, assim como eu, devia se abster dessas opiniões técnicas, científicas, que cabem apenas aos especialistas.

Agora, do ponto de vista jurídico, estamos aqui para ouvir e aplaudir, porque eu também não me atrevo a entrar no mérito técnico porque sou apenas psicóloga, não consegui ter outra formação, infelizmente.

Mas procuro, todos os dias, aprender com os técnicos. Foi uma opção que a CNA fez, nós nos agarramos aos técnicos, aos cientistas, especialmente à Embrapa, que carregou a agropecuária brasileira nas costas. Se nós somos o que somos hoje, nós devemos à Embrapa, iniciando tudo com Alysson Paulinelli, que esteve aqui anteriormente. E procuro... Como uma aluna, uma boa aluna, aplicada aluna, não brilhante, mas aplicada, de caderno em punho, caneta na mão, encho cadernos e cadernos escutando os técnicos da Embrapa para que eu, humildemente, possa entender de um assunto tão complexo como é a questão ambiental. Complexo porque é novo, é um assunto que apenas uma geração discute, portanto não tem aqui sabe-tudo sobre esse assunto. Ninguém sabe praticamente nada, nós precisamos aprender desesperadamente sobre a questão ambiental. Eu aprendi, para minha alegria, sobre a importância de manter a Floresta Amazônica, que o Senador Eduardo Braga defende tanto. A Floresta, a manutenção da Floresta Amazônica mantém as chuvas da região Sul, da região Sudeste, do Centro-Oeste brasileiro, porque todos nós conhecemos os rios hoje, os rios aéreos, uma coisa

nova, extraordinária. Quem já ouviu falar nisso há 20 anos, há 10 anos? Eu, há menos que isso, nunca tinha ouvido falar que tinha rio aéreo. Os rios que voam, os *flying rivers*, e que mantêm a chuva para nós. Isso para mim foi extraordinário, eu não tinha essa noção, apesar de que, na infância, na juventude, na escola do ensino médio e fundamental, a gente aprende sobre isso, e acaba esquecendo.

Então, para a CNA, e eu digo em nome dos produtores, para nós, a árvore hoje é um grande remédio. O nosso Projeto Biomas coloca o componente arbóreo como componente fundamental do nosso projeto. É plantar árvores onde puder, o máximo que puder, em benefício da nossa própria atividade. Não só pela biodiversidade, não só pelo fluxo gênico, mas principalmente por aquele bem maior, que é a água, a chuva, porque sem chuva não existe agropecuária em lugar nenhum do mundo.

Então, quero deixar isso muito claro, e já repeti isso aqui algumas vezes, que quando fomos – e o mapa está aqui em punho –, quando fomos, pela primeira vez, declarar ao Brasil, eu, em nome da CNA, que tenho o prazer e a honra de presidir, desmatamento zero na floresta, a primeira a pular na frente e dizer “Não concordo” foi a Ministra do Meio Ambiente, Izabella, por quem eu até tenho muito apreço, e o ex-Presidente Lula. E eu ainda disse, brincando: “o Presidente Lula, pode por uma motoserra no pescoço dele, não acontece nada. Eu declarando desmatamento zero, ainda assim desconfiam de mim”.

Então, não recebemos nenhum apoio, quando quisemos colocar no texto, quando defendemos o desmatamento zero. E o Ministro Benjamin foi testemunha disso várias vezes.

Aldo Rebelo, a partir dessa nossa declaração, colocou no seu texto inicial que o desmatamento seria zero numa moratória de cinco anos. Quase apanhou de novo. Ninguém aceitou. Não houve de nenhuma ONG neste País, nem dos importantes que defendem o meio ambiente e que se dizem os únicos defensores do meio ambiente uma palavra de apoio ao desmatamento zero, que a Presidente da CNA tinha declarado. Portanto, “é ruralista, não pode apoiar”; “Aldo Rebelo é ruralista, não pode apoiar”; “Aldo Rebelo é suspeito, está ligado aos ruralistas, também não podemos aplaudir”.

Então, são coisas que não consigo compreender, como esse vacilo no comportamento. Dependendo de quem defende a tese, não pode ser apoiado.

Sr. Presidente, senhores participantes e nossos convidados, quero resumir a minha participação na defesa deste mapa. Eu sinceramente sou uma aprendiz de meio ambiente, de biodiversidade, mas entendo

de mapa e de percentuais. Eu conheço matemática, e ela tem de fechar.

Então, esse mapa aqui demonstra, segundo o IBGE – e isso está em todos os *sites* do País –, que temos 61% de preservação dos nossos biomas. A parte verde é a parte pública, que compõe as terras indígenas, as Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais, e a verde clara é a área de floresta dentro das fazendas dos produtores rurais.

Se vocês notarem aqui, com muita simplicidade, um terço das áreas dos produtores rurais, da área privada do País, está composto por floresta original. Não estou lamentando isso. Ao contrário, quero bendizer isso, ou seja, que preservamos um terço de nossas florestas dentro das fazendas, das nossas áreas, e, somando a nossa missão de preservar com a missão da União, temos 61% de preservação. Temos 12%, que são as nossas cidades e a nossa infraestrutura, e apenas 27%, que é a parte amarela, destinada à produção de comida.

A minha defesa é essa. A minha defesa é a parte do alimento. Por quê? Porque, graças a Deus, a parte da floresta está muito bem preservada. Neste momento, a parte mais fraca é a da produção, porque, atrás dessa comida, estou falando de preço, de emprego, de exportação, de PIB, de superávit na balança comercial. Eu não posso admitir, como Senadora, como cidadã, como Presidente da CNA, que a discussão ambiental seja feita isoladamente.

Nós não vivemos numa ilha de reserva legal. Nós vivemos e precisamos gerar riqueza para as pessoas. E, a cada cidadão que nasce, é um impacto ambiental a mais que temos no Planeta, a não ser que as pessoas parem de nascer.

Então, quero defender o seguinte: somos signatários da ONU. Somos signatários da ONU principalmente no que diz respeito às Metas do Milênio. Nós assinamos voluntariamente, aderimos às Metas do Milênio, e a FAO destinou ao Brasil mais 12 milhões de hectares de áreas abertas até 2050. Ela não está falando dessa área amarela, que pode aumentar a produtividade, não. A ONU é claríssima: vai precisar de 120 milhões de hectares no mundo todo. O papel do Brasil é de 10%.

Não sei como vai ser isso, porque todo mundo acha lindo combater a fome. No discurso. Quero ver na prática. Na prática, é plantar. Na prática, é aumentar a produtividade. Na prática, é fazer boas técnicas de plantio, manejo e preservação. A gente não defende fome só no verbo, não! É no cabo da enxada e nos pneus do trator!

Então, quero saber como vamos cumprir essas metas da ONU, dizendo que temos de reduzir... Aqui,

o Procurador disse 61 milhões de hectares, a SBPC diz 83 milhões de hectares.

Essa parte amarela, Senador... Ministro Jobim. Senador Jobim de novo, hein: bom presságio. Ministro Jobim. Está preparado para ser qualquer coisa. Isso significa... O que os ambientalistas querem, o que alguns aqui estão defendendo, que é a manutenção do Código atual, significa cobrir essa parte amarela em 60 milhões ou 80 milhões de hectares.

Essa parte amarela tem 230 milhões de hectares. Se ficar o Código como está, essa parte amarela tem de pintar 80 milhões de hectares, segundo diz a SBPC.

Agora: alguém acha que isso vai ser feito passivamente, sem consequências? Quem é que tem moral e responsabilidade ética para poder propor isso aqui. Propor diminuir a área de comida desse País em condições que encontramos, hoje, a maior floresta tropical do planeta e a segunda maior floresta do mundo. Nós só perdemos, Senador Demóstenes, para a Rússia, por um motivo óbvio: porque lá só tem gelo e lá ninguém se interessa em plantar.

O terceiro lugar é o Canadá que também não interessa em plantar porque é coberto de gelo. Por isso tem uma floresta nativa maior do que a nossa. De verdade, quem está abrindo mão de florestas nativas, altamente competentes, produtivas, eficientes para a produção de comida somos nós. É o Brasil que está dando show, exemplo de cidadania de produção de alimentos e preservação ambiental. Quero ver quem tem condições de apontar o dedo para este País e cobrar alguma coisa diante disso aqui. Não vão cobrar porque nós somos é exemplo. E nós que temos moral de cobrar da Europa que só tem 0.2% de sua floresta; os Estados Unidos 26% de suas florestas; Ásia e África em torno de 5% a 7% de suas florestas. E nós 61%. Adoro repetir esse número, não me canso de repetir esse número. E ainda lembrando que isso é média porque a floresta amazônica é 86%. O Pantanal 83%, o Pampa 45%, a Caatinga 49%, a Floresta Atlântica, Ministro Herman, 27% de preservação. Isso está no site do Ministério.

Por que alguns teimam em dizer que a Mata Atlântica tem apenas 7%? Porque não querem contar as áreas que têm menos de 100 hectares. Menos de 100 hectares não é floresta? E por que é que serve, então, uma reserva legal de 1 hectare na minha fazenda e não serve a contabilização de menos de 100 hectares na Mata Atlântica? Para o mar, pode; para a terra, não. Em desfavor dos produtores, sim; mas a favor dos ambientalistas, não. Então se contabilizarmos todas as áreas de florestas em pé, não interessando o tamanho nós temos 27%. É pouco ou é muito, nós temos uma justificativa. O Brasil, até 1960 só existia

até a Mata Atlântica. Foi ali que o Brasil cresceu, foi ali que nós nos ornamos autossustentável em comida. Infelizmente tivemos que abrir a Mata Atlântica porque ninguém constrói desenvolvimento pulando áreas. As áreas são contínuas no seu desenvolvimento. Portanto, aqui não quero fazer nenhum questionamento, como poderia fazer à Dr^a Cristina a respeito de graves problemas em São Paulo, onde o Ministério Público está descumprindo o decreto, fazendo vista grossa ao decreto, onde propõe que a averbação de reserva legal está adiada para um ano que vence agora em novembro. E São Paulo não está atendendo, como vários promotores do Paraná não estão cumprindo o decreto e estão exigindo, pressionando, encurralando os produtores rurais para averbar reservas sem ter o direito de fazê-lo. Ou esse decreto não vale nada. Quero me omitir de perguntas e apenas deixar para reflexão se o Brasil tem o direito com 16 milhões de pessoas abaixo da linha da miséria de falar em reduzir comida, porque a economia no campo, meus senhores e minhas senhoras, é igualzinha a da cidade. Reduzir comida, o preço dela vai aumentar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Quero registrar a presença do Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Heitor Schuch. É uma alegria tê-lo aqui. Vamos retomar as considerações dos nossos convidados, começando pela Dr^a Cristina de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e aproveitando para agradecer, mais uma vez, a presença do Ministro Herman Benjamin, que teve que se ausentar em função do início da sessão no Superior Tribunal de Justiça. Com a palavra Dr^a Cristina.

A SR^a CRISTINA DE ARAÚJO FREITAS – Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as perguntas dos Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, Demóstenes, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Lindbergh, Senadora Kátia Abreu.

Inicialmente gostaria de dizer que nos termos em que realmente foi aprovado o projeto na Câmara, isso vai sim possibilitar o desmatamento, porque há redução de áreas de preservação permanente, como foi demonstrado aqui nos gráficos elaborados pelos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal. Por quê? Porque diversas áreas de preservação permanente vão deixar de ser áreas de preservação permanente, seja por questões da APP de topo de morro, seja dos reservatórios menores do que um hectare, seja dos reservatórios em geral, as áreas de cem metros passam para trinta ou para quinze... Essas áreas de preservação vão ser diminuídas e, em consequência, vai se possibilitar, sim, o desmatamento, porque não

existe nenhum artigo nesse projeto que preveja a manutenção dessas áreas que já estão preservadas, que são áreas, então, de preservação permanente.

Eu gostaria de dizer, em relação à questão da degradação e à questão da constitucionalidade, que foi questionada pelo Senador Demóstenes Torres, que, como já foi mencionado aqui antes, o art. 225, *caput*, § 1º, inciso I, traz um direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ele se transforma, a partir de 1988, com a Constituição ecológica, num direito fundamental, em cláusula pétrea, e, portanto, existe, um princípio implícito, com base nos princípios do Estado democrático de direito, no princípio da segurança jurídica, que é da proibição do retrocesso, desses ganhos legislativos que foram obtidos com a Constituição de 1988. Isso diz respeito justamente à aplicação das normas, à aplicação da legislação infralegal.

Eu gostaria, então, de dizer que, em relação à essa questão da compensação do bioma e à questão de introdução de espécies exóticas, por exemplo, como mencionaram aqui o Ministro Herman Benjamim e o Senador Lindbergh, isso realmente é algo que preocupa porque diminui as áreas de preservação, diminui as áreas de reserva legal e que, em tese, aliás, de acordo com a lei, tem que cumprir esse papel de manutenção e de proteção da biodiversidade, que, portanto, estaria havendo essa diminuição de proteção nesses termos.

Eu gostaria de dizer, Senadora Kátia Abreu, em relação ao decreto da reserva legal, que nós temos, na Constituição Federal, na verdade, três esferas de competência: a esfera administrativa, a esfera civil e a esfera criminal.

O decreto, especificamente, trata da esfera administrativa, o que não impede, de forma alguma, que se cumpra o determinado no Código Florestal. O Código Florestal determina a averbação e a recomposição hoje ainda da reserva legal, de tal sorte que não é um decreto que vai determinar a não averbação, a não recomposição da reserva legal. Então, sob esse entendimento é que os promotores de Justiça continuam atuando de forma séria e de acordo com o que está na legislação, de acordo com o que está na lei, no Código Florestal. Tivemos diversos acórdãos, no Tribunal de Justiça de São Paulo, na Câmara Reservada do Meio Ambiente, justamente nesse sentido, ou seja, que é, sim, outra esfera, a esfera administrativa e que, portanto, não se afasta a exigência da reserva legal, da recomposição, da averbação com o decreto que prorrogou a questão da multa na esfera administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Subprocurador Geral da República Dr. Mário José Gisi.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – São três linhas. A Drª Cristina disse que o texto imprime a possibilidade de desmatamento, que não tem nenhuma trava, nenhuma frase que impeça o desmatamento nas áreas de APP. Art. 8º...

Por favor, Sr. Presidente. Nós não podemos sair daqui, com a TV Senado mostrando, com uma afirmação dessa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito breve, por favor, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) –

“A intervenção ou supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na lei [até aqui, doutora, foi copiado do relatório anterior, da lei vigente hoje] ficando autorizada a continuidade das atividades agrossilvopastoris e de ecoturismo em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008”.

Isso significa consolidadas até 2008. Isso é passado. Então, como é que alguém vai desmatar no futuro e poder desmatar no futuro. A data é a trava: 22 de julho de 2008.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou passar a palavra à Drª Cristina, mas eu vou pedir para a gente evitar debates paralelos. Em seguida, vamos ouvir os membros da Mesa.

A SRª CRISTINA GODOY DE ARAÚJO FREITAS – Só para deixar claro, Senador, o que eu quis dizer foi que, em relação às áreas de preservação permanente que deixam de sê-lo, ou seja, que deixam de ser áreas de preservação permanente, e, portanto, ficam desprotegidas, as áreas que eram e deixam de ser, elas não têm qualquer um artigo... Isso foi comentado e dito aqui por todos em relação àqueles que já protegeram, àqueles que já se dispuseram a cumprir a legislação. Não existe nenhum artigo que possibilite a manutenção dessa vegetação. E daí a possibilidade de novos desmatamentos por conta dessas áreas que deixam de ser preservação permanente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Basta ir no art. 3º, na definição de utilidade pública, interesse social e atividade de baixo impacto. Basta ir aqui.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Mas isso já está na lei atual, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Definida desse jeito, não.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Na lei atual.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Definida desse jeito, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo aos nossos Senadores para que possamos ouvir os nossos convidados. Todos já tiveram a oportunidade de colocar as suas posições, fazer os seus posicionamentos. Agora, nós vamos ouvir os membros da Mesa.

Com a palavra o Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

O SR. MÁRIO JOSÉ GISI – Bom, Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de começar pela última fala, que foi da Sr^a Kátia Abreu, e DE cumprimentá-la pela forma aguerrida como defende as suas convicções.

De fato, isso torna o embate claro e mostra, enfim, as diversas perspectivas com que as questões precisam ser tratadas. Todavia, eu observo que o mapa que a ilustre Senadora traz, ela aborda e ignora solenemente outras formas de produção no Estado brasileiro. Ela considera que produção rural é produção do trator, da terra arrasada, do agrotóxico. Na verdade, é esse o modelo que se estabelece para os grandes produtores rurais. E é isto que nós estamos querendo mostrar: que, na verdade, nós não podemos ignorar uma grande parcela da população que não está inserida nesse rol que V. Ex^a coloca, que são os pequenos produtores. A própria ignorância sobre a atividade dos indígenas é um desrespeito às suas respectivas comunidades, às suas formas de vida, aos quilombolas, enfim, a todos os modelos da nossa sociedade, que é plural, que não é a sociedade do modelo dos ruralistas do Sul – e eu digo isso porque eu também sou do Sul –, que trazem esse modelo para as demais áreas do Brasil. Trata-se de modelo de produção insustentável. Portanto, quando nós debatemos esse tema, nós temos que debater nessa perspectiva.

E digo mais: o Ministério Público tem legitimidade, sim, para falar porque esses documentos que, inclusive, agora tomo a liberdade de passar à Presidência, para disponibilizar à Comissão foram produzidos por uma equipe técnica composta por biólogos, por engenheiros florestais, por geólogos, por geógrafos, enfim, por uma diversidade de analistas periciais que trabalham e têm se debruçado nessa matéria para debatê-la.

O que eu traduzo aqui não é uma opinião minha como jurista, porque, de fato, eu sozinho não tenho capacidade de me manifestar sobre questões técnicas. A questão técnica que está sendo trazida aqui ou é pelos analistas ambientais ou é pelo que a SBPC tem trazido.

Portanto, eu estou aqui trazendo, por exemplo, essa questão dos 61 milhões de hectares de matas,

de áreas que estão subocupadas e que legitimam, então, o discurso que admite a possibilidade da não expansão da área agrícola, considerando o contexto em que se coloca a forma de produção neste Brasil.

Portanto, nós temos diversas perspectivas que devem ser consideradas e respeitadas.

Enfim, esses modelos e esses percentuais aqui são, de fato, bastante subjetivos e precisam ser ponderados nessa perspectiva.

Gostaria aqui, enfim, de enfatizar alguns outros aspectos que foram trazidos, pedindo já perdão aos Senadores por talvez não poder repassar todos os temas. Sobre a questão da constitucionalidade da anistia, enfim, eu demonstrei no início que, na verdade, a Constituição estabelece o princípio da moralidade como um princípio que precisa ser considerado. E eu vejo a questão da anistia nessa perspectiva. E eu vejo a questão da anistia na perspectiva da isonomia e da moralidade como inconcebível.

Outra coisa é a data razoável para o período de consideração para efeito de áreas consolidadas. Eu penso que não pode ser 2008, não pode ser a lei de crimes ambientais, porque nenhuma dessas leis alterou aquilo que existia antes. Na verdade, temos de considerar a partir da lei que estabeleceu novos limites, novos parâmetros. Aqui, eu digo que foi a lei de 1989, que, na verdade, alterou os limites das áreas de preservação permanente. Então, se queremos respeitar – e devemos respeitar, considero que é plenamente razoável o respeito a essas pessoas, a quem consolidou uma área, que esteve lá, que expandiu –, vamos respeitar, vamos adequar isso, mas vamos adequar a partir da data que a obrigação modificou e não a partir dessas outras datas, que não têm nenhuma referência com a questão da alteração da obrigação em si.

Enfim, eu também gostaria de salientar aqui a questão do DOF. Eu também já tinha falado antes na exposição, mas é só para pontuar que, de fato, eu acho que esta é a grande oportunidade de consolidarmos esse sistema de maneira que ele se torne factível. Da maneira como ele está hoje, ele não está funcionando. Como o Senador Demóstenes trouxe, cada Estado está adotando um sistema diferente e o Ibama hoje não tem o controle e a possibilidade de bloquear a emissão de DOF a partir de quem não está congregado no sistema único, que foi aquilo que foi concebido.

Portanto, acho que temos de considerar estas duas facetas: a necessidade da produção, a importância da produção, mas a necessidade da efetividade das regras ambientais. As regras ambientais não podem mais ser um faz de conta. Não podemos mais repetir, pela terceira ou quarta vez, que vamos recuperar as áreas degradadas em vinte anos. Há diversos aspectos

que precisamos considerar e temos de enfrentar isso para resolver de uma maneira equilibrada e persistente.

Finalmente, eu também gostaria de enfatizar algo. Embora haja polêmica, como trouxe o Ministro Nelson Jobim, sobre a questão da hierarquia legal dos compromissos internacionais, de fato, isso dá uma discussão muito boa no Supremo Tribunal, porque isso não é pacífico. Agora, é preciso salientar o seguinte: que, então, o Brasil assuma e denuncie esses tratados, porque, na verdade, ele está assumindo a denúncia dos tratados que ele subscreveu. Como eu tinha falado, esses diversos tratados aqui necessitam ser protegidos no contexto de diversas perspectivas.

Eram essas as considerações.

Peço desculpas pelo eventual excesso, mas há necessidade aqui de produzir, de falar com franqueza sobre a perspectiva das nossas atuações, das nossas preocupações, dos reclamos, aquilo que o Ministério Público sente lá na ponta, e, enfim, de trazer isso para a reflexão de V. Ex^{as} que são os grandes detentores da deliberação.

Obrigado.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para uma correção de números, por favor. Uma correção de números. O Sr. Procurador disse...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PT - DF) – Senadora Kátia Abreu, eu faço um apelo a V. Ex^a...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM - TO) – Sr. Presidente, por favor. Está cedo, são apenas uma e meia. Por favor, Sr. Presidente. Sr. Presidente, por favor, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PT - DF) – Eu vou dar um minuto para V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM - TO) – Ele disse que essa parte amarela do mapa onde mostrei é dos grandes agricultores. Eu quero dizer que esses números são do IBGE e o IBGE não elimina nem raça, nem cor, na hora que vai fazer o seu censo agropecuário. Ele mede por propriedade rural. Portanto, todos estão aqui: quilombolas, pequenos agricultores, todos estão aqui. Os únicos que estão excluídos...

O SR. MÁRIO JOSÉ GISI – Se me permite, eles não têm propriedade...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM - TO) – Não, eu não terminei, meu senhor. Eu ouvi o senhor o tempo todo.

Os únicos que estão excluídos da parte amarela são os índios, porque não são terras privadas, mas todos que estão na parte amarela foram contabilizados como produtores rurais, desde o menor assentamen-

to da reforma agrária, dos quilombolas, a um grande agricultor.

Agora, dizer que o modelo... Nós não estamos aqui discutindo modelo de agricultura. Estamos discutindo Código Florestal e legalização de produtores. Eu não estou discutindo com o senhor nem quero discutir se defensivo, se agrotóxico é bom ou não. Para o senhor, deve ser péssimo, porque o senhor ganha quase 20 mil reais e pode comprar um produto que custa 160% a mais do que um produto sem agrotóxico.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não é pela ordem. É uma questão de ordem, porque o Regimento Interno diz que nós devemos tratar os convidados com urbanidade. E, com todo o respeito, nós não estamos tratando os convidados com urbanidade. (*Palmas.*)

Esse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não terminei. Se V. Ex^a cortar a minha palavra, eu paro de falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pode falar. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse tipo de debate emocional nós não podemos trazer para o Senado. Não podemos trazer para o Senado.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – (*Ininteligível.*) seu.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não. Eu estou... V. Ex^a traz o debate que quiser. Agora, quando nós juramos aqui... No dia da posse, eu não jurei respeitar o Estatuto da CNA. Eu sou Senador da República. (*Palmas.*) Então, nós temos que ouvir os convidados que aqui estão.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – E também não devia ter jurado ser corporativista e defender os seus, como você está fazendo aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não estou defendendo os meus.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Porque, na hora em que ele me agrediu,...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Kátia Abreu.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso é falta de respeito.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não, senhor. Não, senhor. Isso é uma questão sua, da sua turma. Você (*Ininteligível.*) Senador da República e não (*Ininteligível.*)...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quem tem turma é V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quem tem turma é V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Por que o senhor não chamou a atenção dele...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Kátia Abreu, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a tem turma.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Por que V. Ex^a não chamou a atenção dele, defendendo aqueles que o elegeram, quando ele acusou essa agricultura de ser avassaladora, de ser destruidora? Corporativista? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Kátia Abreu, V. Ex^a teve oportunidade de falar.

Eu peço, agora, ao Plenário... Nós vamos ouvir – eu não vou passar mais a palavra aos Senadores – as considerações finais dos nossos convidados.

Eu peço a compreensão dos Senadores para que a gente possa dar final a uma reunião da maior importância, que trouxe contribuições tão significativas. É lamentável que estejamos acabando dessa forma.

Passo a palavra ao Professor Paulo Affonso Leme Machado e faço um apelo aos Senadores para que a gente possa concluir, de forma adequada, a sessão.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, por gentileza.

Eu gostaria de pedir desculpas a V. Ex^a pela alteração, mas, Sr. Presidente, cada um é de um jeito. Eu não posso ser atacada e agredida e ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a está desculpada, mas eu peço que a gente possa dar continuidade à reunião.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sim, Sr. Presidente. Ele colocou a agricultura como se fosse alguma coisa avassaladora, devastadora...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por favor, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ... e como se fosse uma coisa nociva. E ele não teve a mesma defesa.

Então, o senhor me desculpa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Cada um aqui está manifestando a sua opinião.

Professor Paulo Affonso Leme Machado.

O SR. PAULO AFFONSO LEME MACHADO – Dentre os assuntos que foram veiculados aqui, um deles é a questão do pagamento ou não dos serviços prestados àqueles que beneficiam o meio ambiente. Isso, hoje, está criando uma análise maior na doutrina do Direito Ambiental, trazendo um aspecto de sociologia e economia.

O Senador Eduardo Braga – não é porque está aqui ao meu lado, mas porque V. Ex^a assim se manifestou – falou sobre incentivos. Acho muito interessante essa questão de incentivos que levam alguns a proteger a área de preservação permanente, de um lado – eu quero fazer distinção –, e a reserva legal florestal.

Tenho orientado teses tanto sobre a área de preservação permanente como a de reserva legal florestal na Universidade Metodista de Piracicaba e também trabalhei na Universidade Estadual Paulista, por 25 anos, em Rio Claro.

Ora, o que eu vejo nesse ponto que, inclusive, a Lei 2.305, de 2010, sobre poluição de resíduos sólidos, insere como princípio protetor/ recebedor é que há vantagens, mas há perigos. Eu não posso dizer assim: “Olha, se o senhor não me pagar X eu não vou proteger essa floresta. Eu vou cortar e não me interessa se vai ter água ou não vai ter água”.

É isso que nós temos... Nesse caso, eu quero... O Senador Demóstenes Torres me perguntou – estou casando as respostas – se eu achava realmente que tinha que ser dissociada a questão da área consolidada da área de preservação permanente e da questão da reserva legal florestal.

Eu lembro, se me permitem, a presença aqui no Brasil... Eu tive a oportunidade de trazer o *Consigliere* – como eles chamam –, o Conselheiro da Corte de Cassação da Itália, Amedeo Postiglione, Diretor do Centro de Ecologia e Território. E ele dizia que o que estragava a legislação italiana, um país de grande relevo de legislação, eram as constantes que ele chamava de *sanatoria*. A todo momento, se procurava introduzir no Parlamento medidas de anistia. O que acontecia? Na Itália ninguém acreditava no cumprimento da lei. Os senhores devem ter acompanhado os problemas

inclusive de poluição do lixo em Nápoles. E paro por aqui, porque o tempo não me permite trabalhar mais.

Então eu gostaria de acentuar que é importante neste momento de alta transcendência na vida de todos os Senadores e Senadoras e de Deputados que vão rever depois esse texto, porque realmente tudo o que tem aqui é importante. Eu não vou dar preferência a um ou a outro, mas os senhores estão legislando não só para a legislação presente como para seus filhos, seus netos, seus bisnetos.

Acho profundamente nocivo fazer uma dicotomia entre produção e ambientalismo. Não. Eu acho que a questão toda é de todos. O produtor deve ser ambientalista; o ambientalista também come, ele precisa da produção. Então esse sistema deve buscar justiça, buscar equidade.

Então, saliento, um tratamento de sacralização – insisto nisso – da área de preservação permanente que é produtora de água. Sem água não se vive. Modestamente, quanto eu precisei, para ficar vivo aqui e ficar ágil, tomar água neste período e tenho certeza de que muita gente, também.

Ora, é um modestíssimo exemplo. Nós precisamos não de fabricantes de deserto. Nós precisamos de fabricantes de alimentos e de água. E precisamos de estabilidade de solo, porque cada Deputado e cada Senador que não legislar devidamente, com todo o respeito, mas me permitam, como cidadão, como contribuinte do erário público, dizer que cada morro que rola e mata pessoas, o Senador e o Deputado que votar de uma maneira fraca, contra a lógica dos fatos é um co-autor daquele homicídio. Desculpem-me por ser duro, porque duro é assistir que passam os anos, e os morros continuam caindo no Brasil todo onde as áreas florestadas foram cortadas. Nesse sentido é que eu acho que a população brasileira está com a sua atenção voltada para o trabalho dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Paulo Affonso Leme Machado. É uma honra poder ouvi-lo nesta manhã, tarde de hoje.

Passo agora a palavra ao Ministro Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM – Sr. Presidente, restam-me poucas considerações a fazer, afinal o debate já foi posto.

Creio que nós devemos lembrar que isso é uma questão política, não é uma questão exclusivamente técnica. A ponderação das questões técnicas tem que ser feita pelo Poder Legislativo. Não há que se pensar que algum burocrata formulador possa estabelecer

números e cálculos e determinar que nesses cálculos está a necessidade de uma solução que não seja de harmonização de questões políticas. O que está aqui pode ser um debate, um conflito, uma disputa entre setores. E cabe aos senhores avaliar o que convém não a cada setor, na sua individualidade, ou a cada processo ideológico na sua individualidade, mas cabe aos senhores avaliar o que interessa ao País, o País no momento em que vivemos, não o País de que poderemos falar daqui a 100 anos, porque até lá infelizmente todos estaremos mortos, repetindo Keynes.

Então eu queria dizer aos senhores que creio que a fórmula é exatamente os senhores saberem que são árbitros de conflitos políticos na sociedade, mas não tragam esse conflito político para dentro do Congresso no sentido de produzir textos que sejam de um lado ou de outro. Portanto, lembrar que a superação do conflito é exatamente a ciência e a seriedade.

Eu fiquei preocupado quando se falou aqui, em determinado momento, que nós estávamos tratando de questão de moralidade. Não há que se acusar o Senado e não há que se acusar o Poder Legislativo de que isso seja um problema de moralidade. O que é, isto sim, são situações claras de conflitos políticos que têm que ser administrados e encontrado um momento de superação desse conflito, pela decisão sábia que os senhores deverão tomar, claro que com os exames, as informações, as necessidades científicas que possam embasar essas decisões, mas lembrando bem que não há nenhuma, digamos, titularidade da ciência sobre a política. O de que precisamos é tomar no País, saber fazer política, porque sabemos muito bem o que significa entregar um país à tecnocracia sem respeito à liberdade de políticas públicas que são determinadas pelo Poder Legislativo.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer o convite, a possibilidade e cumprimentar, em especial, o Senador Luiz Henrique, pelo trabalho que fez, principalmente na parte em que colocou, como um problema a ser examinado pelos senhores, se é possível o Poder Executivo regulamentar leis de caráter geral.

Esta é uma questão: leis de caráter geral podem ser objeto de regulamento, já que o regulamento nada mais é do que a explicação, em concreto, do que está numa norma? Aí deixa de ser geral. O que significa isso? Temos que pensar e os senhores têm de examinar isso com muita clareza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Muito obrigado, Ministro Nelson Jobim. Também quero agradecer à Dr^a Cristina Freitas, ao Subprocurador Mário José Gise, ao Professor Paulo

Affonso Leme Machado, ao Ministro Herman Benjamin, ao Ministro Nelson Jobim.

Tivemos contribuições muito importantes para o nosso debate. Espero que o bom senso prevaleça nesse debate e que possamos entregar uma legislação moderna para o Brasil.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia quinze de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ e EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores: **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN e WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior da CMA, CRA e CCT, que é dada como aprovada. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 88, DE 2011-CMA, e REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CRA**, que “Requerem, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento aos Requerimentos nºs 83, de 2011-CMA, 45, de 2011-CCT, 30 e 54, de 2011-CRA, aprovados em 13 de setembro do corrente, a inclusão do Dr. Eduardo Condorelli – Zootecnista, como convidado da audiência pública conjunta entre as Comissões de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), sobre o tema “Instrumentos econômicos para o Código Florestal”. Autoria: Senadores Waldemir Moka e Rodrigo Rollemberg. Colocados em votação, a CCT, CMA e CRA aprovam os requerimentos. Passa-se à **PAUTA. Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 54, de 2011-CRA; Requerimento nº 83, de 2011-CMA; e Requerimento nº 45, de 2011-CCT**, aprovados em 13 de setembro do corrente, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, para debater o tema: “Instrumentos Econômicos para o Código Florestal”, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, atualmente em tramitação no Senado Federal, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Carlos Carvalho – Ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente – MMA; Sr. Virgílio Viana – Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável – FAS; Sr. Carlos Eduardo Young – Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Sr. Eduardo Condorelli – Representante da CNA – Zootecnista – CNA. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ, WALDEMIR MOKA, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, EDUARDO BRAGA, REDITARIO CASSOL, JORGE VIANA, ANA AMÉLIA e BLAIRO MAGGI**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Senador **ACIR GURGACZ** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Senador **EDUARDO BRAGA** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 35ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 38ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Submeto à deliberação do Colegiado a inclusão, extrapauta, de um requerimento de autoria do Senador Waldemir Moka e do Senador Rodrigo Rollemberg.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 57 de 2011-CRA

REQUERIMENTO Nº 88, de 2011-CMA

REQUERIMENTO Nº 50, de 2011-CCT

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento aos Requerimentos nºs 83, de 2011-CMA; 45, de 2011-CCT; 30 e 54, de 2011-CRA, aprovados em 13 de agosto do corrente, a inclusão do Dr. Eduardo Condorelli – Zootecnista, como convidado da audiência pública conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), sobre o tema “Instrumentos econômicos para o Código Florestal”.

Autores: Senadores Waldemar Moka e Rodrigo Rollemberg

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

A reunião destina-se à Audiência Pública, em cumprimento aos requerimentos aprovados, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, sobre o tema Instrumentos Econômicos para o Código Florestal, com os seguintes convidados: José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente, que honrosamente já compõe a nossa Mesa; Virgílio Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável, que também já está aqui entre nós e a quem convido para compor a Mesa; Carlos Eduardo Young, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, consulto se já chegou; e o Sr. Eduardo Condorelli, representante da Confederação

da Agricultura e Pecuária do Brasil, que também nos honra muito com a sua presença.

Informo que a Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa, Srª Elisabeth Carvalhaes, não poderá comparecer à audiência, devido a motivo de força maior surgido nos últimos dias, estando inclusive fora do País nesta data.

Registro aqui a presença do nobre Relator nas Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Ciência e Tecnologia, Senador Luiz Henrique; também do Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Waldemir Moka; além da Senadora Amazônica, nossa querida Vanessa Grazziotin; Senadora Ana Amélia e Senador Pedro Taques, também já presentes aqui nesta audiência.

Quero cumprimentar a todos os presentes, rapidamente, antes de iniciarmos e ouvirmos a palavra; cumprimentar os nossos Presidentes de Comissões, Senadores Acir Gurgacz e Eduardo Braga, que desempenham brilhantemente a condução desse debate conjunto das comissões, sobre o Código Florestal, lembrando que amanhã há previsão de uma Audiência Pública conjunta dessas três comissões, na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina. Aquelas Senadoras e Senadores das três comissões que desejarem participar dessa Audiência Pública, favor confirmar sua presença na Secretaria das Comissões.

Quero aqui, Srs. Presidentes, antes de passar a palavra a V. Exªs e aos nossos convidados, cumprimentar o nosso Relator, Senador Luiz Henrique, cumprimentar nossos convidados e dizer da minha expectativa em relação a esse debate e a toda elaboração, articulação e unidade que estamos construindo em torno do Código Florestal. Mas entendo que, nesse Código Florestal – e aqui quero registrar e reconhecer o trabalho valoroso realizado na Câmara pelo Deputado Aldo Rebelo – um dos grandes desafios do Senado Federal, Senador Moka, é construir instrumentos econômicos que valorizem a preservação, que criem instrumentos cada vez melhores, sejam eles de política agrícola, de política creditícia, de pagamento por serviços ambientais, que façam com que nossos produtores sejam muito estimulados a manter as suas áreas de preservação, até, em alguns momentos, superiores às previstas em lei.

Pessoalmente, Ministro José Carlos Carvalho, tenho manifestado uma preocupação – e V. Exª, no debate com os ex-Ministros, trouxe uma contribuição muito importante, manifestando suas preocupações em relação a isso, e tenho certeza de que V. Exª trará uma grande contribuição, do ponto de vista de propostas –, preocupação que tenho manifestado reiteradas vezes, Senador Eduardo Braga. A partir da aprovação desse

novo Código, nos próximos anos, minha preocupação é com o desmatamento ilegal. Tenho convicção de que o Brasil dará conta de impedir o desmatamento ilegal, mas represento um bioma – cerrado – que tem apenas 20% das suas áreas protegidas por reserva legal, tem um pequeno percentual em unidades de conservação, e temo muito que, com o aumento do preço das *commodities* no mercado internacional, com o aumento da procura de alimentos pelo mundo todo, especialmente com a inclusão social de grandes parcelas da população – na China, na Índia, no mundo todo –, isso leve a uma pressão muito grande pela ocupação do bioma cerrado. Por isso, entendo que a área de Ciência, Tecnologia e Inovação é fundamental, no sentido não só de desenvolver tecnologias, mas de difundir essas tecnologias, para que possamos prioritariamente avançar a nossa produção de alimentos, a nossa produção de agroenergia em cima de áreas degradadas de pastagens e, para isso, precisamos ter instrumentos econômicos de política agrícola que incentivem, antes de se pensar em qualquer tipo de derrubada de um bioma preservado, a utilização desses espaços já antropizados, já degradados e que podem ser incorporados à produção brasileira.

Portanto, tenho uma grande expectativa nesse debate, acho que há um consenso geral de que devemos incluir instrumentos econômicos que valorizem a preservação e teremos oportunidade de fazer isso no âmbito das três comissões temáticas, logo após o projeto passar pela Comissão de Constituição e Justiça, onde deve ser avaliado pelos critérios de juridicidade e constitucionalidade.

Desejo um bom-dia a todos e que tenhamos um bom debate. Vamos iniciar, passo a palavra ao Senador Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, grande parceiro nesse debate sobre Código Florestal, Senador Acir Gurgacz.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, fiz um requerimento apresentando o zootecnista formado pela Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais, que é Mestre em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas e Professor de Pós-Graduação da Fundação Irmão José Otão, da PUC do Rio Grande do Sul, na disciplina de Gestão de Custos e Geração de Emprego e Renda.

Estou fazendo isso, Sr. Presidente, porque a apresentação do Dr. Eduardo Condorelli foi como zootecnista, que já seria o suficiente, mas é importante, até pelo nível da Mesa, que coloquemos a apresentação

do Dr. Eduardo Condorelli como ele merece, em função dos títulos que tem.

É só esse o agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço o Senador Waldemir Moka, V. Ex^a traz uma grande contribuição, peço até desculpas, li as informações que chegaram aqui, mas tenho certeza de que todos os convidados são de altíssima qualidade e darão contribuição o mais relevante possível a esse debate.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; cumprimento o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; cumprimento todos os nossos convidados, dou as boas-vindas e que tenhamos uma boa manhã e um bom debate.

Quero fazer uma colocação e ressaltar o empenho dos nossos Senadores, principalmente os Senadores da Comissão de Agricultura, Senador Waldemir Moka, na tentativa de acharmos um caminho único para aprovação do novo Código Florestal, o esforço que cada um vem fazendo para que possamos realmente prosseguir nesse debate sem o cabo de força.

Nós estamos dando um exemplo muito claro, através das nossas audiências públicas em conjunto, todas as reuniões em conjunto, com os presidentes, com os relatores, na tentativa de acharmos esse consenso, para que a gente possa produzir para o povo brasileiro um Código Florestal que atenda à necessidade de todos.

Causa-me preocupação, um pouco, a demora que está acontecendo na Comissão de Constituição e Justiça, com relação à aprovação dessa matéria.

Então, fica aqui um pedido nosso para que haja uma celeridade na condução desse processo, para que a gente possa avançar. Nós temos prazo. O Brasil precisa desse Código Florestal aprovado aqui, no Senado. Se houver modificação, ele terá de voltar à Câmara para ser refeito e para ser feita, também, a discussão das reformas que, possivelmente, possam ser feitas aqui, nesta Casa.

Portanto, fica aqui o nosso pedido, um pedido meu, em nome da Comissão de Agricultura, para que a CCJ nos dê o apoio necessário para que a gente possa avançar e fazer com que nós tenhamos um texto, até outubro, conforme os nossos prazos internos. Não é um prazo regimental, mas é um prazo interno, que nós todos nominamos para que nós pudéssemos votar no plenário essa matéria tão importante.

Portanto, fica aqui um pedido nosso aos membros da CCJ, que nos deu o apoio necessário para que a gente possa avançar nessa matéria tão importante.

A expectativa desse debate, hoje, é muito grande. Nós precisamos dar uma alternativa para a nossa população, que tem as suas reservas e quer um rendimento, quer ter uma receita em relação ao seu trabalho anteriormente feito e ao futuro também, até em forma de investimento, para que aquelas pessoas que queiram investir em florestas, que queiram investir em preservação tenham um rendimento.

Eu acredito que, hoje, nós teremos uma visão clara de alternativas que nós poderemos ter nesse quesito tão importante que é ter uma receita da floresta. A floresta é importante em pé. Ela é importante, ela tem de ter uma receita para isso.

Essa é a nossa expectativa, portanto, eu desejo boas-vindas a todos os nossos convidados. Que tenhamos uma boa audiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra, agora, para um inspirador desta reunião, que tem, desde o início, em todas as suas colocações, se preocupado com a construção desses instrumentos econômicos no Código Florestal, o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Senado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srs. Presidentes, pela ordem.

Eu queria apenas registrar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jayme Campos, grande Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, é um prazer ouvi-lo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Eu quero apenas, de forma prazerosa, registrar a presença do grande Prefeito da cidade de Rondonópolis, José Carlos do Pátio, que nos honra com a sua visita hoje, em Brasília, em nossas Comissões.

Certamente, a visita dele é importante na medida em que ele está, aqui, fazendo um trabalho na busca de investimentos para a sua cidade.

Quero saudar os demais convidados. Espero que esta reunião seja a mais proveitosa possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Seja muito bem-vindo, Prefeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem o nobre Senador Luiz Henrique, Relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, é apenas para esclarecer que essa matéria só não foi, ainda, deliberada pela Comissão de Justiça porque só conseguimos pauta para apresentar o nosso relatório no dia 31. A Comissão de Justiça estava tomada pelos projetos relativos à reforma política em tramitação.

Se eu tivesse tido pauta antes, já poderia ter relatado no início de agosto e, com isso, já teríamos deliberado sobre o assunto.

São apenas esses os esclarecimentos, para que não passe, Senador Acir Gurgacz, para os presentes e para os telespectadores que houve qualquer desídia do Relator.

Pelo contrário, é uma matéria de profunda indagação. São 69 artigos e examinar um a um na sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade exigiu um esforço muito grande, que nós realizamos em apenas uma semana.

Só queria deixar esses esclarecimentos para que não pareça que o Relator foi desidioso na apresentação do seu parecer.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Tenho acompanhado o seu empenho no sentido de termos rapidez na condução desse processo. Não foi com relação a V. Ex^a que eu me referi, mas sim ao conjunto, para que tenhamos celeridade. Reconheço o seu empenho e o seu trabalho para que o Código Florestal tenha uma votação rápida, não só na CCJ, mas nas demais Comissões como estamos fazendo. Portanto, a sua participação em todas as discussões, todas as audiências públicas, todas as reuniões internas e externas que nós fizemos e estamos fazendo com relação a esse tema.

Quero cumprimentá-lo pelo seu empenho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Eduardo Braga, quero ser testemunha do esforço, da dedicação e da celeridade do Senador Luiz Henrique no trato dessa matéria.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srs. Presidentes Rodrigo Rollemberg, da Comissão do Meio Ambiente e Controle, e Acir Gurgacz, da Comissão de Agricultura; senhores palestrantes, aqui gentilmente atendendo o convite de nossas Comissões; nossos Senadores, Senadora Vanessa; nosso super-relator, você sabe Luiz Henrique, eu estava fazendo uma pesquisa recentemente nos Anais do Senado para saber em

que matéria que não tenha havido uma determinação de tramitação temática, como é o caso do Código Florestal, que possa ter havido um trirrelator, tamanha a competência de V. Ex^a. V. Ex^a é Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é Relator na Comissão de Agricultura e é Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu comentava há pouco que V. Ex^a tem se dedicado exacerbadamente na questão do relatório do Código Florestal. Portanto, tenho a certeza de que em nenhum momento a colocação do Senador Acir Gurgacz ou de qualquer outro Senador nesta Casa possa ser no sentido de cobrar de V. Ex^a mais empenho do que o que V. Ex^a tem tido com relação a este Código. Penso, inclusive, que a celeridade nem sempre deve ser o objetivo principal desse debate para que não cometamos o equívoco de deixar de apreciar o que devemos ousar apreciar em um Código Florestal que levou tanto tempo para que o Congresso Nacional pudesse estar às vésperas e pronto para dar ao Brasil um novo Código, que possa não apenas olhar para as questões do passado, porque boa parte desse Código e boa parte desse embate recente no Congresso Nacional é em função do que já aconteceu no campo, em áreas que já foram desmatadas, em áreas que estão sendo discutidas se o ponto de consolidação é no ano A ou no ano B, se o ponto de recomposição é possível ou não, se o ponto de passivo ambiental é ou não necessário, enquanto que algumas perspectivas de um olhar futuro que possamos equilibrar desenvolvimento do agronegócio, desenvolvimento da agricultura, da pecuária com a questão ambiental não podem deixar de estarem presentes nesse debate e nessa construção de um novo Código.

É importante destacar que hoje vamos aqui, tenho certeza, ouvir experiências ousadas e experiências que, muitas vezes, vão trazer ao Congresso Nacional a possibilidade de construir uma ponte para o futuro.

Quando discutimos reserva legal ou áreas de APP não discutimos mais se é ou não necessário, nós discutimos como ter a viabilidade econômica, como ter a viabilidade legal, como ter a viabilidade física e geográfica para que se possa ter um equilíbrio entre uma reserva legal, a produtividade de uma propriedade, a lucratividade dessa propriedade. De outro lado, como poder manter as APPs em áreas **ripáreas**, em topos de morro, em áreas de declive e aclive e, ao mesmo tempo, não ter prejuízos com relação à produção nacional e às áreas plantadas. Por outro lado, o Brasil possui a maior floresta nativa do mundo que está em pé e, ao mesmo tempo, o Brasil possui biomas diferentes. Isso tudo só é possível discutir com a nova ciência e a nova tecnologia. Haverá de se debater, no dia de hoje, inclusive os mapas desse bioma... Porque nós

falamos em bioma amazônico, bioma da mata atlântica, bioma da caatinga, bioma do cerrado, etc, mas nós pensamos em um mapa que é o mapa do pacto federativo e das unidades federativas brasileiras, que é diferente do mapa do bioma. O bioma não respeita esses mapas. E, quando vamos legislar, muitas vezes dizemos ser muito difícil fazer essa composição porque estamos sempre com um mapa em nossa memória, que é um mapa diferenciado.

Por outro lado, para mantermos o clima, para mantermos a produção hidrológica deste País, para mantermos o equilíbrio tão importante para a agricultura, é preciso que a floresta em pé seja preservada. Portanto, eu creio que a reunião de hoje desta Casa – e por isso louvei, desde o início, a presença de V. Ex^a, o que mostra o interesse, a responsabilidade e a forma como V. Ex^a vem conduzindo sua participação neste Código – é um momento único, porque nós vamos ver aqui algumas apresentações que, se convencerem os nossos Senadores e convencerem os formadores de opinião pública que nos assistirão pelos meios de comunicação do Senado, nós poderemos começar a pensar a ousar e a construir um Código Florestal que olhe para o futuro, construindo uma ponte entre o que nós temos da agricultura, o que nós temos do agronegócio e o que nós precisamos assegurar para as florestas.

Eu quero, ao encerrar, dizer, Presidente, que as experiências recentes mostram duas questões básicas:

Primeiro: Os extremos climáticos aí estão: todos os anos nós vemos Santa Catarina sofrendo com as enchentes; vai começar o período de chuvas em São Paulo. E eu posso anunciar aqui, para ficar registrado nos Anais, que muito provavelmente, lamentavelmente, vamos ver cenas repetidas do que aconteceu em anos passados de alagações nas áreas urbanas de São Paulo – ao mesmo tempo em que estamos assistindo problemas de assoreamento e problemas climáticos graves em várias áreas agrícolas brasileiras em função também dos extremos climáticos. Os extremos climáticos estão postos. Por outro lado, no jornal *Estado de S. Paulo*, do último sábado, na página A-12, Senador Luiz Henrique, V. Ex^a que é um Senador dedicado, um homem experiente, várias vezes Governador do Estado de Santa Catarina, eu pediria que V. Ex^a olhe um estudo publicado no *Estado de S. Paulo*, no último sábado, na página A-12, sobre a relação população-renda neste País.

V. Ex^a vai ficar assustado de ver que meu Estado, o Estado do Amazonas, que representa quase 50% da floresta em pé deste País, não pode continuar impondo aos caboclos e às caboclas a fome e a miséria para manter o desenvolvimento agrícola deste País. Isso não é justo! Assim como nós não queremos que

o povo do Mato Grosso do Sul seja afetado por políticas ambientalistas que possam impedir seu desenvolvimento, nós não podemos continuar alegando aos brasileiros, que vivem na Amazônia, a menor relação de renda entre população e renda neste País. Isso é problema e miséria em cima de um grande patrimônio. A resposta para isso passa por um debate nesta Casa, a resposta para isso passa por um Código Florestal inteligente. E a responsabilidade nossa, como Senador da República neste País é muito grande, Senador Rollemberg. Por isso, louvo a presença dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras e o debate que vamos fazer hoje aqui, porque é um debate diferente. Não é um debate entre aqueles que já têm e querem mais; é um debate de como nós vamos construir um futuro que possa assegurar para a agricultura, para o agro-negócio, para a economia brasileira e para aqueles que vivem na floresta um futuro inteligente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Vamos começar, então, a ouvir os nossos convidados.

Passo, inicialmente, a palavra ao Ministro José Carlos Carvalho.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Ex^{mo} Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz, demais Senadores e Senadoras presentes, quero, uma vez mais, agradecer o convite de estar aqui, neste momento tão especial da vida brasileira, participando de mais um debate no Senado, visando à construção de um Código Florestal que seja contemporâneo do futuro. Além de resolver os problemas do passado, que têm praticamente dominado as nossas discussões, que ele também possa ser – e, mais enfaticamente, deva ser – uma lei que vincule o Brasil ao seu futuro. Por isso, compareço aqui com muita paz de espírito, sobretudo por perceber que o Senado, de maneira ativa, está fazendo um debate que realmente permite que, aqui, o Brasil, que a população brasileira possa tomar conhecimento, sem a tensão da polarização política que houve na Câmara, das diversas vertentes de opinião e construir efetivamente a sua opinião a respeito desse tema. É natural que seja assim.

Quando falamos de meio ambiente, na verdade, é da vida que estamos falando, porque a vida não se manifesta num ambiente completamente destruído. Quando nós também falamos em agricultura, também é da vida que estamos falando, porque nós não vivemos sem os alimentos, sem as fibras, sem os produtos

que vêm da atividade agropecuária. Ora, se ambos são tão importantes e não havendo entre eles uma relação de exclusão, não há razão para criar uma polarização falsa, um dilema falso em cima desse tema, desde que se seja capaz de, olhando para o futuro, construir uma proposta de lei que realmente atenda aos mais elevados interesses da Nação brasileira.

Ora, já discutimos aqui – isto tem sido debatido à exaustão – que, por força das circunstâncias do momento político, uma vez que não podemos ignorar que as leis são produtos do ambiente político, do momento em que elas estão sendo celebradas, das circunstâncias, da correlação de forças da sociedade representadas no Parlamento e que a combinação desses fatores orienta a formatação da lei, nós estamos, neste momento, sobretudo em cima do projeto de lei que veio da Câmara, fazendo uma solução muito focada na solução do passivo que tivemos em razão do uso da terra, *vis-à-vis* as medidas protetoras do Código Florestal desde 1965. É óbvio que esse problema precisa ser resolvido, mas acho que é muito pouco o Brasil elaborar uma lei florestal apenas para resolver o problema do passado, sem criar as diretrizes claras e as condições necessárias para o nosso patrimônio florestal, que é uma vantagem comparativa para o Brasil, inclusive uma vantagem comparativa para a agricultura, porque, como já discutimos aqui, há uma relação de interdependência total entre as florestas, o solo, a biodiversidade e as águas. Não é possível fazer agricultura sem água e sem solo. Aliás, à medida que aumentam as demandas por alimento, sobretudo agora em que a China vem tendo dificuldades na produção de alimentos por problemas de natureza hídrica, porque tem perdido áreas por deficiência hídrica na sua agricultura, nós vamos precisar entender que a agricultura futura vai ser, cada vez mais, a agricultura irrigada. E, numa realidade como a brasileira, com a nossa dimensão continental, vamos caminhar para uma situação – que já se aproxima em algumas regiões – em que o fator escasso da agricultura não é a terra, em que o fator escasso da agricultura vai ser a água, para aumentar a produtividade e a produção. E não podemos pensar em água, sem pensar em floresta, porque há uma relação de interdependência. Então, é isso que estamos discutindo, e é isso certamente que esperamos seja construído no Senado.

Fazendo uma retrospectiva, ainda que ligeira, vivemos três grandes momentos de atualização da legislação florestal brasileira nos últimos vinte anos. O primeiro deles se deu no governo do Presidente Sarney, hoje também Presidente desta Casa, que deu origem ao chamado Programa Nossa Natureza, no âmbito do qual uma série de medidas foi adotada,

porque, já naquele momento, fim dos anos 80, o Brasil já era capa do *Times Magazine* por conta dos grandes desmatamentos e das queimadas que havia na Amazônia. Isso já faz mais de 20 anos.

No âmbito do Programa Nossa Natureza, uma série de providências foram adotadas e repetidas depois. Entre elas, lembro-me de que foi suspenso o incentivo fiscal da Sudam e da Sudene, o crédito rural para as áreas com desmatamento, etc.

No primeiro momento, essas iniciativas fizeram com que o desmatamento declinasse, para em seguida voltar a subir. Então, esse foi o primeiro momento.

Depois, tivemos um segundo momento, com o Presidente Fernando Henrique, quando se editou a primeira medida provisória de alteração do Código, passando-se a reserva legal na Amazônia para 80%, algo ainda hoje muito polêmico e debatido, mas que, naquela circunstância, naquele momento, era a iniciativa que o Governo pôde tomar, novamente para reduzir as taxas de desmatamento, que tinham caído com o Programa Nossa Natureza e que voltaram a subir com o decorrer do tempo. Chegamos, inclusive, a ter o recorde de quase 30 mil quilômetros quadrados de desmatamento naquele período. Novamente as medidas do Programa Nossa Natureza fizeram com que esse desmatamento baixasse, para depois voltar a subir.

Aí vem o terceiro momento: as medidas adotadas no governo Lula pela Ministra Marina Silva, focando-se novamente a redução do desmatamento, que caiu num primeiro momento e que se estabilizou num patamar relativamente alto, porque acho que um patamar de oito mil quilômetros quadrados de desmatamento só na Amazônia... O Brasil não está medindo o desmatamento nos outros biomas, com exceção da Mata Atlântica; então, não se sabe no Brasil o que está acontecendo, neste momento, no Cerrado e na Caatinga, em matéria de uso da terra e de desmatamento.

E, novamente, o desmatamento dá permanentes sinais de que pode sair de controle. Ora, por que isso ocorre? Por que, em três momentos diferentes da nossa história recente, os governos não tergiversaram em adotar providências rígidas, ativas, para controlar o desmatamento, e, a despeito disso, o desmatamento continua existindo? Por que, em todas essas ocasiões, em todas elas, todas as iniciativas propostas de criar incentivos econômicos para a conservação e para a recuperação das áreas degradadas não prosperaram? Esse é o ponto fundamental a ser discutido.

É óbvio que houve um aprimoramento, inclusive com o grande acordo do sistema financeiro, que deu origem ao chamado Protocolo Verde, de conhecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores, através do qual o sistema

financeiro não mais financiaria, como de fato na maioria dos casos não está financiando, novos desmatamentos.

Ora, essa foi, naquele momento, uma medida necessária, uma medida boa, mas que se revela, do ponto de vista de política de longo prazo – e aqui nós estamos falando de política de Estado e não apenas de política de governo –, uma estratégia paupérrima porque não basta, não é suficiente não financiar o uso predatório. É fundamental reorientar o crédito rural e as políticas de financiamento para financiar o uso sustentável. Essa é a questão que se põe. Ninguém, em sã consciência, poderia vir aqui ao Senado para criar um obstáculo intransponível para o desenvolvimento brasileiro, inclusive para o desenvolvimento rural, absolutamente. Mas é preciso discutir que nós estamos, repetidamente, enfocando os mecanismos de comando e controle que são necessários, mas que não são suficientes para promover o uso sustentável do nosso imenso patrimônio florestal e do nosso imenso patrimônio natural.

Quando eu mencionei o Código de 1965 – e aí eu queria fazer um parêntese em relação às observações que eu estou fazendo –, que criava, que indicava a necessidade de uma política de reflorestamento para o Brasil, foi imediatamente complementado pela Lei nº 5.106 e por outros dispositivos legais da época, que estatuíram a política de incentivo fiscal ao reflorestamento do Brasil. Naquele momento, nós fizemos política florestal. Tanto é que, se o Brasil detém hoje o mais avançado patamar tecnológico em silvicultura de eucalipto e pinus, isso vem da política dos incentivos fiscais da década de 70 e 80, embora ela também tenha trazido graves problemas. Na minha avaliação, um dos grandes erros da política de incentivo fiscal da década de 70 e 80 para reflorestamento foi ter aliado os agricultores, os produtores rurais do processo partícipe dos programas de reflorestamento daquele período.

Então, ali nós tivemos uma política florestal cujos resultados o Brasil colhe hoje: deixou de ser um importador de celulose e papel para ser um grande *player* no mercado internacional de exportação.

Aliás, eu diria que ainda é pouco. O Brasil reúne vantagens comparativas para dominar completamente o mercado mundial de celulose e papel. Não se pode entender isso de outra maneira, porque nós temos terras, vantagens comparativas, produtividade de silvicultura que não há em nenhum outro lugar no mundo. Até porque os nossos principais concorrentes, na economia florestal, são os países de florestas temperadas, cuja produtividade é muito, muito menor do que aquela que nós conseguimos ter, com o desenvolvimento científico e tecnológico permitido pelos incentivos fiscais, pela capacidade gerencial desenvolvida no Brasil, uma ca-

pacidade extraordinária para uma atividade econômica baseada em floresta plantada.

Pois bem. Isso não foi feito em relação ao uso sustentável da floresta natural. Por que o Brasil chega a desmatar 30 mil, já chegou a desmatar quase 30 mil quilômetros quadrados de floresta no ano e estacionou em um patamar muito alto ainda, de 8 mil quilômetros quadrados em um ano, e tem uma participação pífia no mercado internacional das madeiras tropicais, ainda que com esse desmatamento total? Porque nós tivemos uma política exitosa no reflorestamento. Temos duas realidades florestais no Brasil distintas, completamente: temos a realidade da Amazônia e de parte do Centro-Oeste, e temos a realidade do Centro-Sul, Nordeste, Sudeste e Sul, onde a economia mais avançada é a economia baseada na silvicultura e não a economia baseada no manejo da floresta nativa. Então, é preciso criar, a exemplo do que se fez no passado, instrumentos que permitam ao Brasil dominar a tecnologia de uso sustentável da floresta tropical e ampliar, tornar-se um grande *player*, talvez o mais importante do mundo em economia florestal. Esse é o desafio que tem que estar posto para nós.

Não podemos ficar apenas no retrovisor, embora entenda que isso é um problema crucial para a liderança do setor agropecuário, ou seja, resolver um passivo que está posto e que não pode continuar. É evidente que temos que encontrar uma solução, mas também temos que pensar em uma lei para o futuro. Não basta repetir o que já fizemos nas outras vezes sem criar os meios necessários para o desenvolvimento florestal sustentável no País. E isso pressupõe mudanças dos instrumentos da política agrícola.

Quero voltar a insistir neste tema: vamos resolver problemas de comando e controle para ajustá-los à realidade socioeconômica do Brasil em razão desse passivo que nós temos. Mas isso não é suficiente. Quero reiterar o que disse aqui. As medidas de comando e controle podem ter uma utilidade ainda que na sua plenitude de reprimir o uso predatório, ou seja, impedir que o uso predatório possa se realizar, mas ela não contém elementos de política pública para promover o uso sustentável, que deve ser o nosso desafio primeiro. Primeiro devemos promover o uso sustentável, criar as condições de uso sustentável para, concomitantemente, punir o uso predatório. Essa é uma questão.

Estava, há pouco, conversando com o nosso colega Eduardo, que vai ter oportunidade de explicar isso em mais detalhes. O Brasil aplicou, aproximadamente, R\$100 bilhões no crédito rural nos últimos anos. Não é pouco. Mesmo para um país como o Brasil isso é mais do que US\$60 bilhões por ano. E de que maneira estamos aplicando esse crédito? Se, hoje, na dimensão

do que o Brasil precisa, formos buscar crédito rural para reformar pastagens, para fazer com que as pastagens degradadas da Região Nordeste, Sul, Sudeste e também já na Amazônia possam ser recuperadas a fim de se possa aumentar a nossa produtividade pecuária e, ainda, permitir que sobre vastas áreas de terras para energia e para silvicultura e para produção de alimentos vamos perceber que não temos esse direcionamento se não adotarmos essa política. Portanto, é fundamental que o crédito rural tenha uma nova perspectiva em relação ao futuro no interesse da nossa agricultura. Porque não quero fazer uma contraposição de meio ambiente e agricultura.

Penso que podemos, insisto nisso, ser o maior *player* de produção de alimentos, de energia renovável. O Brasil tem todas as vantagens comparativas de ser, no contexto mundial da energia do futuro, a Arábia Saudita da energia renovável. Temos todas as condições. Temos condições de produzir alimentos, temos condições de ser um grande *player* na produção de energia renovável. Mas, para isso, é preciso orientar as políticas de tal maneira que elas possam corresponder às expectativas do futuro.

Temos já no Brasil, hoje, vários mecanismos que permitiriam estabelecer uma fonte de recursos para financiar uma agricultura sustentável. Além do crédito, dos fundos constitucionais que alocam recursos relativamente grandes no desenvolvimento da atividade agropecuária, temos condições de fazer isso. Agora, não basta, é muito pobre, quando se pensa numa política de longo prazo, estabelecer uma medida de não financiar o uso predatório dos recursos naturais, de não financiar o desmatamento, que é uma medida correta, quando o País pensa em reduzir suas taxas de desmatamento, quando precisamos reorientar os instrumentos da política macroeconômica para promover o uso sustentável dos recursos naturais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – E nesse ponto – para terminar, diante do primeiro sinal –, eu queria fazer uma leitura de que, ainda hoje, todo o desenho das principais políticas macroeconômicas do Brasil – da política tributária, da política fiscal, da política creditícia – ainda é dos anos 70 e 80 e não leva em conta a dimensão do meio ambiente na perspectiva necessária. Na verdade, nossa política econômica ainda não incorporou a dimensão da sustentabilidade de maneira adequada. E esse é o desafio colocado à nossa frente. Penso ser esse o desafio que está colocado para o Senado da República, porque é possível resolver problemas do passivo sem uma anistia geral, ampla e irrestrita, sem mecanismos que permitam uma regularização atemporal, porque tudo que é atemporal

acaba se revestindo do caráter de uma anistia oculta. Então, isso eu acho que não é razoável, mas, resolvidas essas questões, creio que é possível construir um Código verdadeiramente florestal.

Quero encerrar dizendo que o Senado da República está tendo a oportunidade de votar um Código Florestal, um Código para proteger o patrimônio florestal do Brasil, um Código para estimular o uso sustentável de nossos recursos. E essa já é uma questão colocada na ordem do dia. Quando o governo criou a medida provisória passando a reserva legal da Amazônia de 50% para 80%, ainda hoje muito discutida, questionou-se por que isso foi feito. Por que 80%? Por que não 70%? Por que não 90%? E eu pergunto: por que não 100%? Porque, na verdade, é uma moratória de 80%. O que se quis decidir naquele momento? Naquele momento, quis se decidir o seguinte: não é interesse da sociedade brasileira. E o Senado, o Congresso, vai ter agora a oportunidade de interpretar a vontade nacional. Não era interesse nacional expandir sua fronteira agrícola na floresta amazônica, quando ela deveria ser reorientada para outras áreas já abertas. Então, essa era a questão, que continua posta.

Creio que podemos fazer, com a serenidade das Sras e dos Srs. Senadores, com a sabedoria reunida nesta Casa, uma lei florestal que realmente dê ao Brasil o instrumento jurídico apropriado à proteção de seu patrimônio florestal e ao uso sustentável de nossos recursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente, registro a presença do Dr. Carlos Eduardo Young, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que já se encontra à Mesa.

E passo a palavra ao Dr. Virgílio Viana, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável.

Com a palavra o Dr. Virgílio Viana.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Bom dia a todos e a todas. Eu queria saudar os Senadores Eduardo Braga, que preside a Mesa, o Senador Acir Gurgacz e os demais Senadores aqui presentes, na pessoa de nossos Relatores, Senador Luiz Henrique e Jorge Viana.

Vou fazer uma apresentação em duas partes. Primeiro, vou propor quatro elementos conceituais que podem servir de base para um consenso florestal; depois, vou fazer quatro propostas objetivas.

E vou bem direto ao assunto. O primeiro tema que, a meu ver, deve alicerçar um consenso: a necessidade de aprimorar a versão aprovada na Câmara. A ênfase que foi dada na versão aprovada na Câmara aos instrumentos de comando e de controle, como mui-

to bem disse o José Carlos Carvalho, é ultrapassada. Desde a história mais antiga dos instrumentos de comando e de controle no Brasil, no período colonial de D. João VI, temos visto o fracasso desses instrumentos quando não funcionam atrelados a outras iniciativas. Então, há um excesso de ênfase nesses instrumentos de comando e de controle.

Segundo, é preciso corrigir um equívoco que surgiu num debate na Câmara dos Deputados. Foi dito que a conservação das florestas era contra o interesse nacional. Esse é um equívoco. Conservar as florestas é essencial para o interesse nacional, por muitas razões, mas cito pelo menos três: a geração de energia hidroelétrica, que depende das chuvas, que depende da floresta; a produção agropecuária, que também depende das chuvas, que tem a mesma lógica; o abastecimento de pelo menos 70% das cidades brasileiras, o que está ligado aos rios, córregos e igarapés, que são usados para o abastecimento humano. Ou seja, conservar as florestas é de interesse nacional, não é uma pauta externa. Isso precisa ser realinhado de maneira muito clara, e acredito que o Senado tenha um papel histórico nesse processo.

Na sequência, há um *slide* já conhecido de muitos dos senhores, mas vale a pena reprisar. Aqui, mostra-se, hora a hora, dia a dia, mês a mês, o fluxo de vapor d'água no Planeta Terra. Em branco, está o vapor d'água; em laranja, as tempestades. Estamos em Brasília, mais ou menos nesta posição. E podemos ver que a umidade que vem para cá passa pela Amazônia, que funciona como uma gigantesca bomba d'água.

Nesse sentido, é muito salutar que a Comissão de Ciência e Tecnologia, aqui presidida de forma muito distinta pelo Senador Eduardo Braga, possa trazer a este debate a ciência, que mostra, de forma muito clara, que, para que haja a produção do agronegócio brasileiro, é essencial que a floresta esteja de pé.

Outro ponto importante é a necessidade de realinhamento do Brasil no cenário internacional. Os Governadores da Amazônia, em 2009, assumiram um posicionamento muito importante perante a Presidência da República, reafirmando que a conservação das florestas era de interesse nacional. Portanto, o Brasil deve, sim, aproveitar os mecanismos internacionais que estão sendo negociados no âmbito da ONU, especialmente na Convenção do Clima. Desmatar não é do interesse nacional. Portanto, assumir compromissos internacionais nesse sentido é algo convergente com o interesse do Brasil.

O terceiro ponto, que, a meu ver, deve ser um dos pilares desse consenso, é a necessidade de “amazonizar” o Código Florestal. A discussão, em boa parte, foi liderada por olhares, por visões da pequena agricultura

do centro-sul do Brasil ou do grande agronegócio do Centro-Oeste brasileiro. Precisamos incluir algo específico, algo que contemple as particularidades da Amazônia, lembrando o óbvio: o Código é de florestas, a maior floresta do Brasil está na Amazônia, e, então, precisamos “amazonizar” o Código Florestal.

Há muitos aspectos a serem tratados. Por exemplo, essa é uma comunidade ribeirinha típica da Amazônia, mas ela é totalmente ilegal, porque está em Área de Preservação Permanente (APP). Ou seja, empurramos o ribeirinho amazônida para a ilegalidade na atual versão do Código Florestal. Não podemos plantar melancia no leito do rio ou na praia – o que é algo comum na nossa realidade amazônica –, porque isso é ilegal. Assim, precisamos “amazonizar” a nossa leitura do Código Florestal.

O quarto pilar do consenso que eu gostaria de propor aqui é a necessidade de ampliar os instrumentos econômicos de valorização da floresta. Um equívoco que, a meu ver, surgiu na discussão na Câmara dos Deputados foi a ideia de que, para o produtor rural brasileiro, o ideal era minimizar a cobertura da floresta, porque a floresta foi colocada como um estorvo. Isso precisa ser radicalmente revisto. Interessa, sim, ao agricultor ter um capão de mata que proteja a nascente, que dê água para o seu gado ou que sirva para irrigar a agricultura. A floresta deve ser vista como algo positivo, e, para isso, precisamos de instrumentos econômicos. Acredito que este seja um dia histórico para que nós possamos fazer uma profunda inserção desse capítulo novo e adicional ao Código Florestal no Senado.

Queria agora entrar para a segunda parte da minha apresentação. São quatro propostas, bem objetivas, para um Código Florestal do Séc. XXI. Como disse José Carlos Carvalho, precisamos de um Código não para regularizar o passivo, mas de um Código capaz de olhar adiante.

A primeira proposta é a inclusão do conceito de pagamento por serviços ambientais. As florestas prestam serviços ambientais que são mensuráveis. Isso não é algo poético, mas é algo em que a matemática ecológica poderá colocar números. Acredito que o Professor pode Carlos Zheng poderá nos aprofundar nesse assunto. A economia de mercado, por si só – e é importante reconhecer – não internaliza esses serviços ambientais. Então, são necessárias políticas públicas claras voltadas para isso. Não podemos perder a oportunidade desse principal instrumento que é o Código Florestal. Temos várias iniciativas no mundo – precisamos reinventar a roda – de pagamento de serviços amb

ientais. Talvez a mais conhecida de todas, a mais madura, seja a da Costa Rica. E aqui vou falar muito rapidamente sobre ela. Ela considera o pagamento sobre quatro serviços ambientais: carbono, água, biodiversidade e beleza, que variam de R\$60,00 a R\$800,00 por hectare/ano. O que aconteceu com a cobertura florestal na Costa Rica? Ela aumentou rapidamente a partir da implementação desse programa de pagamento por serviços ambientais. Os números são marcantes. São dez mil proprietários de terra. Criaram uma taxa sobre os combustíveis fósseis, daí vem o financiamento desses recursos.

No Brasil, temos também diversas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Sobre a gasolina e outros combustíveis fósseis.

No Brasil temos também diversas iniciativas em andamento, algumas em escala piloto; outras em maior escala. Comento aqui rapidamente a iniciativa do Amazonas. É o Programa Bolsa Floresta. Tem um programa de pagamento de R\$1.360,00 por família/ano investido em quatro componentes: renda, social, familiar e associação. Não entrarei em detalhes, mas ilustro dizendo que é algo feito para a realidade da Amazônia brasileira profunda. Com uma ênfase muito grande em educação voltada para educar os amazônidas sobre como usar melhor as florestas, sobre como fazer o manejo das florestas, dos rios, dos lagos, dos igarapés. A Amazônia foi precursora do pensamento sobre serviços ambientais. Está aqui o Professor Benchimol que, há mais de 60 anos, dizia algo que hoje é muito contemporâneo: “A Amazônia precisa ser recompensada pelos serviços ambientais que presta ao Planeta.” Nos temos aqui um contexto de evolução, desde a formulação do Professor Benchimol até hoje. Nós temos, aqui, nesse contexto da Rio 92 – na semana que vem celebraremos a Rio + 20 – várias iniciativas importantes. O Protocolo de Kyoto deixou fora as florestas, o que foi um equívoco. Infelizmente, o Brasil fez parte dessa leitura equivocada de que não deveríamos ter a inclusão de florestas nos mecanismos de compensação de emissão de carbono. O Governo do Amazonas, em 2007, sob a liderança do Senador Braga, então Governador, fez a primeira lei brasileira de mudanças climáticas. Ou seja, existe uma memória disso. O Governo Federal criou o Fundo Amazônia. Quer dizer, estamos avançando nisso. É a oportunidade de o Código Florestal Brasileiro dar mais um passo.

A segunda proposta é a necessidade de criar base legal para a valorização do carbono florestal. Disse que Kyoto, em sua primeira fase, não adicionalidade das ações de restauração, reflorestamento

e prevenção de desmatamentos e queimadas. É essencial que o Código Florestal coloque a definição jurídica para que se possam elaborar contratos sobre o carbono florestal, o que hoje ainda não está claro na legislação brasileira. É essencial definir a titularidade do carbono, a quem pertence o carbono. Isso tem de estar previsto na legislação e tem de servir de base para o posicionamento do Brasil nas negociações internacionais. O Brasil cederia. A Rio + 20 é no ano que vem. É essencial que o Senado brasileiro, que o Congresso brasileiro, deixe de uma forma bem clara qual é o posicionamento da sociedade brasileira para que possamos discutir, no cenário internacional, de uma forma clara e inequívoca, a favor do carbono florestal.

O terceiro ponto: compensação de reserva legal. Por que escala de biomas? Primeiro, nós temos uma dificuldade clara, que é a questão dos mapas da resolução.

Nós só temos uma boa resolução dos biomas para a Mata Atlântica, que está definida em lei. Os demais biomas têm uma resolução extremamente grosseira.

Isso vai ser, possivelmente, uma lei que não vai pegar. Vai ter problemas de conflitos.

Segundo, nós temos uma incoerência ecológica. Para aqueles que não são da área de ciências naturais, os ecótonos não são condomínios, onde o morador não pode passar de um condomínio para outro.

A onça transita do Cerrado para a Floresta Seca, a arara, idem, e assim por diante. Quer dizer, a ideia de que o bioma é como se fosse um condomínio é profundamente equivocada, não faz sentido. Nós temos mosaicos de diferentes formações vegetais contíguas. Então, nós podemos ir para algo além disso.

Um outro componente dessa reflexão é a oportunidade de se criar uma economia virtuosa, relacionando-se o agronegócio rico, no centro brasileiro, com as regiões mais distantes e pobres do Brasil.

Como foi salientado, aqui, pelo Senador Braga, há um estudo recente do IBGE mostrando as regiões mais empobrecidas do Brasil.

Aqui, há uma ilustração disso: o mapa do IBGE, dos biomas, comparado com os mapas mais acadêmicos.

Aqui, a WWF tem uma outra tipologia de cartografia da vegetação brasileira.

Aqui, o IBGE *versus* a definição do bioma da Mata Atlântica, feito com base na lei, ou seja, aquilo que eu mencionei antes, o problema cartográfico.

A compensação de reserva legal, que pode vincular o agronegócio ao restante do Brasil, especialmente às regiões mais pobres.

Se nós tivermos uma fazenda de 100 hectares, ela tem, na Mata Atlântica, não aqui em Brasília, mas na Mata Atlântica, 20% de reserva legal obrigatória.

Se faltarem, como nesse exemplo ilustrativo, 10 hectares, ele pode recuperar ou compensar.

Analizamos, aqui, a possibilidade de compensar não em biomas, de não se considerar a escala de biomas, mas de se considerar a escala de Estados, porque a governança está nos Estados, os limites dos Estados são claros. Os Estados podem priorizar as áreas de maior relevância para a conservação.

Se essa área for compensada dentro do Estado, é de um para um, e se for fora do Estado, essa é a proposta que fazemos, é que seja de quatro para um, ou seja, o Código Florestal pode ampliar a área efetivamente protegida por esse mecanismo.

Faço um estudo, aqui, de uma unidade de conservação no Amazonas, que tem 600 mil hectares. Se tivesse um desmatamento de 20%, seguindo a reserva legal, seriam 126, mas ela tem a previsão de desmatar apenas 17 mil hectares, ou seja, teria um crédito de 108 mil hectares.

Se se fizesse uma conta disso a R\$25,00 por hectare, por ano, nós teríamos uma receita para essa área, estimada, da ordem, da grandeza de R\$2,5 milhões.

Nós estamos falando das regiões mais pobres do Brasil, que poderiam continuar a prestar um serviço ambiental. Não estamos falando de assistência social. Nós estamos falando de reconhecimento do papel das florestas que provêm serviços ambientais para o agronegócio brasileiro. Nós estamos falando de um pagamento, como se fosse o pagamento para quem está provendo um serviço de energia elétrica.

Fizemos uma análise no Estado de São Paulo, com base nos dados do Instituto de Economia Aplicada.

O custo do arrendamento médio da terra é de R\$445,00 por hectare, por ano.

Se tivermos a compensação pagando cerca de R\$100,00 por hectare, por ano, seria altamente atraente para o agronegócio, ou seja, estamos pensando em uma solução boa para o agronegócio, uma solução boa para a floresta, e não só a Floresta Amazônica, também a Caatinga, também o Pantanal, também o Cerrado.

Fizemos análise das unidades federais e estaduais de terras indígenas, os 20%. Temos 37 milhões de hectares que poderiam entrar nessa conta da compensação nacional.

Volto a dizer: todas as regiões, de maneira geral, com populações tradicionais – quilombolas, indígenas, populações extrativistas – extremamente empobrecidas.

O estudo da USP mostra os 42 milhões de hectares de déficit de reserva legal que temos. Se 50% disso for compensado dentro do Estado e 50% for compen-

sado fora do Estado, temos: 42 dividido por dois, dão 21 milhões; se estes 21 milhões forem multiplicados por quatro, por aquele fator de compensação fora do Estado, nós teríamos 84 milhões protegidos por esses instrumentos. Fazendo uma divisão daquela tabela anterior, nós poderíamos ter um recurso extremamente significativo para as terras indígenas, para as unidades de conservação federais que, de maneira geral, estão com um financiamento muito aquém do que o desejado – o Projeto Arpa, por exemplo, tem hoje um nível de financiamento muito abaixo do necessário –, as unidades estaduais da mesma forma, e ainda teríamos espaço para assentamentos rurais, para propriedades rurais privadas e outras áreas públicas que perfariam esse total.

A última proposta é a alocação de fontes orçamentárias para a valorização econômica das florestas.

Nós fizemos um estudo, e discutimos com vários especialistas, e temos cinco alternativas de criação de vinculação de receitas, porque essa economia florestal precisa ser uma economia da ordem de bilhões de reais por ano, e se nós alocarmos 30% dos recursos associados à indenização de áreas inundadas, que está previsto nesta Lei, se nós alocarmos 30% dos recursos previstos na Lei de Recurso Hídricos, se nós alocarmos 30% do Fundo do Clima, 1% da tarifa a ser cobrada das novas concessões elétricas, 1% das receitas advindas do uso da água, lembrando que quem consome água em Brasília está recebendo um serviço ambiental provido pelas florestas, então é justo que haja esse pagamento. Quem usa energia elétrica está recebendo um serviço provido pelas florestas que protegem os rios e que produzem chuva. Então, existe um nexo causal, isso não é o uso de um recurso de maneira, digamos, circunstancial, existe uma lógica disso.

Então, essas propostas objetivas para que a gente constitua uma economia florestal virtuosa, capaz de remunerar os produtores de água, conservação da biodiversidade e estoques de carbono.

Eu queria concluir com a imagem amazônica, dizendo que não só precisamos “amazonizar” esse Código como precisamos colocá-lo com uma visão contemporânea, capaz de ligar as diferentes realidades brasileiras, tanto o agronegócio rico do Centro-Sul do Brasil quanto às regiões mais pobres do interior da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço ao Professor Virgílio Viana pela sua participação.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Young.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Muito obrigado pelo convite, Senadores, não só pela oportunidade, mas pela inteligência dessa convocação.

Estamos vivendo um momento em que o Brasil precisa definir o seu futuro. E, se olharmos para o passado, veria que já vivemos situações como essa.

Eu tenho estudado bastante o Brasil do século XIX, que encontrou um dilema muito mais duro do que esse, porque se tratava de uma questão ética, extraordinariamente importante, que era a abolição, mas uma economia que era completamente calcada no trabalho escravo. E havia esse dilema: como você passar para uma abolição sem perder a competitividade agrícola?

Eu tenho lido muito Joaquim Nabuco. E o Joaquim Nabuco, a proposta que ele faz no abolicionismo é que o abolicionismo é para todos. É também para o agricultor, é também para o proprietário, e que precisamos avançar e pensar para frente.

O pagamento por serviços ambientais, os instrumentos econômicos é uma ideia de a gente colocar essa discussão para frente, que é não perder o que já conseguimos em termos de proteção ambiental. Essa proteção ambiental é extraordinariamente importante, inclusive para nos defender de tragédias. Hoje estamos vivendo uma tragédia no Estado de Santa Catarina. Estamos com 150 mil pessoas desalojadas, e boa parte desse problema é ligado exatamente a essa questão. Nós não queremos diminuir a resiliência, que é o termo técnico que a gente dá que, na prática, é o quê? Aquela capacidade de armotização que as florestas têm para proteger a população (no fundo) e a economia. E, ao mesmo tempo, nós temos um problema econômico... E eu sou economista (sou um ambientalista muito diferente): sou até hoje professor de Macroeconomia. Então, a gente precisa dar uma solução econômica para essa questão, senão a gente vai ter ou de cortar um lado ou de cortar o outro – o que vai ficar muito ruim. Então, a ideia nossa – a dos instrumentos econômicos – é exatamente a de a gente poder avançar nesse sentido na linha que Joaquim Nabuco colocava. Nós queremos, na verdade, um Código Florestal para todos, porque todos nós nos beneficiamos dele. E nós queremos também ter um setor agrícola pujante, porque todos nós nos beneficiamos dele.

(Próximo, por favor.)

Mas, antes de mais nada, a gente precisa acabar com alguns mitos. O primeiro mito é o da impossibilidade de conviver floresta com desenvolvimento. Isso tem a ver com a história brasileira, porque a forma pela qual o território foi ocupado no Brasil foi em função do desmatamento: você ganhava a terra em função do desmatamento – isso ficou um pouco arraigado. Então, a gente cria esse mito de que a floresta é um

problema, quando, na verdade, a floresta... E nós somos a maior potência em biodiversidade, não há nada (nem em futebol) em que somos tão campeões como o somos em biodiversidade, que é a ciência do século XXI, que é o recurso para o futuro.

Como é que a gente consegue passar por isso?
(*Próximo, por favor.*)

Então, só para ilustrar meu exemplo, peguei um dado bastante simples: IDH e percentual de território de florestas. E nós não somos o país mais florestado... Tem país desenvolvido: Japão, muito mais área de floresta que a gente tem. E aqui está faltando Finlândia, Noruega e, por outro lado, se a gente pega África... A África não está subdesenvolvida porque tem floresta... Porque ela tem menos floresta do que a gente tem!

(*Próximo, por favor.*)

Isso aqui é um gráfico. O Brasil está aqui neste maizinho... Aqui tem Canadá, Estados Unidos e Japão, e aqui embaixo está faltando: tem Nigéria, tem Haiti e Somália – estes três aqui. Então, não há uma correlação imediata.

(*Próximo, por favor.*)

Tampouco quando a gente mede dentro da realidade brasileira. Isso foi um estudo feito pelo pessoal do Instituto Pesquisa Homem na Amazônia – IPHAM – em que no eixo – o que a gente tem aqui – é o desmatamento, e aqui é o IDH por Município. Se a gente tivesse uma relação positiva de desmatamento e IDH, a gente ia ter uma reta. Isso aqui não tem nada! Isso aqui, do ponto de vista estatístico, isso não tem correlação. Na verdade, para a mata atlântica, quem fez o estudo fui eu e minha equipe, a gente comprovou que há de fato uma tendência reversa. Se a gente compara no tempo, os Municípios que mais desmataram, entre 85 e 95, tenderam a um IDH menor. Isso está ligado ao problema de esgotamento... Meu Estado, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro, está ligado a uma praga que Monteiro Lobato, em 1911 (Velha Praga), já falava ser a forma predatória de utilização. Então, como é que a gente concilia isso (esse problema)?

(*Próximo, por favor.*)

Em primeiro lugar, a gente não pode esquecer que o setor ambiental sofre um problema de crescente demanda social a um maior interesse na questão. Nós temos demandas maiores... O ex-Ministro e o ex-Secretário, aqui do meu lado, podem me confirmar isso.

(*Próximo, por favor.*)

E isso se mostra, por exemplo, no próprio orçamento federal. Isso aqui é o percentual das despesas discricionárias, ou seja, aquelas que efetivamente estão vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, comparado com as demais de infraestrutura. Eu tire esse dado ontem no Portal da Sofi, lá no Ministério do Planeja-

mento, mostrando que há uma queda vertiginosa, por quê? O recurso (isso aqui está em preços de 2010) fica constante, mas a pressão aumenta. O gasto em infraestrutura é o gasto que significa mais pressão: gasto em estrado, gasto em hidrelétrica e por aí vai...

Então, a gente precisa resolver, precisa dar uma solução para essa questão. Então, a gente precisa pensar mecanismos inovadores para a questão orçamentária para resolver esse problema. No fundo aqui não há ninguém, no movimento ambientalista, que não goste de agricultor; não conheço nenhum agricultor que não goste de floresta. Na verdade, é a questão de como a gente sai desse impasse.

(*Próximo, por favor.*)

E nós somos, não só o País de maior diversidade do mundo – mas como Virgílio lembrou –, nós detemos a maior floresta tropical do mundo. Nós não somos o maior país florestal do mundo. A Rússia detém floresta em uma extensão duas ou três vezes maior que a nossa. Só que a floresta russa, que é duas ou três vezes maior que a nossa, é uma floresta pobre, por quê? Porque ela é muito repetida. Ela é completamente homogênea. Nós temos essa enorme diversidade. Isso aqui mostra o Brasil, comparado não só com os Estados Unidos e a Nova Zelândia, mas com África do Sul, com Costa Rica, com México, com Argentina, e o quanto estamos alocando de recursos por hectare de unidade de conservação. É o quanto, em última instância, estamos guardando do nosso tesouro futuro. Precisamos resolver essa questão. Em primeiro lugar, precisamos colocar dinheiro nessa história, mas não apenas no setor público.

(*Próximo, por favor.*)

Precisamos também colocar, de alguma forma, um estímulo. A expressão em inglês é a cenoura e o chicote. Uma cenoura, um estímulo para que o produtor, o proprietário rural se sinta estimulado. Essa é a ideia que o Virgílio apresentou antes, a respeito do pagamento por serviços ambientais.

Agora, o problema é o seguinte: o que for feito, nessa mudança de Código Florestal, poderá, por um lado, consolidar – e é muito bom, é muito feliz que a discussão de pagamento por serviço ambiental seja inserida neste momento, porque isso é uma possível solução – e, por outro lado, se persistirmos na linha do comando e controle, se persistirmos na linha do “porque sempre fizemos isso, não tem jeito de fazer”, correremos um sério risco de perder essa janela de oportunidade.

(*Próximo, por favor.*)

Eu não quero dar aula aqui – eu sei que eu tenho o vício de professor –, mas a ideia do pagamento por serviço ambiental é muito simples. Se alguém protege o meio ambiente, ele está prestando um serviço a

alguém. Como eu adquiro um serviço - por exemplo, quando eu quero ir a um restaurante, eu pago pelo serviço da alimentação -, nada mais justo que quem está protegendo o ambiente receba por isso. Consequentemente, quem está recebendo se sente estimulado a proteger. Com isso, vai-se além do que é chamado de comando e controle, que é simplesmente a regra do pode ou não pode, porque vai sempre ter a galera do pode e a galera do não pode e ficamos no pior dos mundos. Além disso, é uma possível solução por ser capaz de gerar renda num setor que está necessitando de recursos - não apenas o setor privado, mas também o setor público. Aquele gráfico que mostrei para os senhores na área federal também é para o setor estadual. Outra coisa: é no setor estadual que percebemos o aumento da dependência de recurso extratesouro do tipo compensações para poder gerir. O problema é que essas compensações são oriundas de atividades que são predatórias. É uma compensação, não é um adicional. Então, estamos correndo risco sério na área do orçamento.

(Próximo, por favor.)

O que preciso para isso funcionar? Isso não acontece do nada. Eu preciso identificar quem presta o serviço e quem recebe. No caso, por exemplo, da proteção ambiental, quem presta o serviço é quem está conservando, seja um proprietário rural, seja uma unidade da Federação que está tomando conta daquilo. Quem está se beneficiando? Somos todos nós; como colocou o Virgílio, quem usa energia elétrica, quem consome água, quem está se beneficiando de um possível avanço na Medicina, que vai ser derivado do potencial da biodiversidade, que ainda nem sabemos como vai usar, e por aí vai. Então, identificar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Exatamente. É o drama que estamos vivendo hoje, com essa questão do excesso. Com um detalhe pior: com um cenário de mudança climática, que eu acho que, agora, no cenário científico, é absolutamente indiscutível, a tendência de eventos extremos, que são chuvas muito intensas em períodos muito curtos, que não vão dar, por outro lado, capacidade de absorção do lençol freático, levando a períodos de secas mais longas, que é o que estamos vivendo nos últimos cinco, seis anos, não é exceção. Isso é a regra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Então, seguindo, preciso identificar quais são os serviços, estruturar um sistema de monitoramento, acompanhar e botar um preço. É disso que precisamos para montar um sistema desses.

(Próximo, por favor.)

É claro que isso tem sempre um grande problema. Um dos maiores problemas é quem vai pagar. Normalmente, o usuário direto não quer pagar. É por isso que é preciso uma intervenção - no caso, o papel do Estado - e é por isso que tem de ser regulamentado por lei. Por quê? Porque todo mundo é carona, todo mundo quer aproveitar a carona dos outros. Nem sempre quem paga é quem é o responsável. Temos de colocar uma questão de equidade aqui. Problemas de implementação. Quanto pior fica a situação, mais fácil é a aceitação disso. Por exemplo, nós vemos isso na questão da água. Quando a situação da escassez da água se torna tão crítica, todo mundo acaba entrando no sistema de pagamento para alguém que protege a água. O caso mais famoso é o de Nova Iorque, Catskills, que hoje economiza dinheiro, pagando para que haja proteção dos mananciais, do que ficar gastando mais, captando água mais longe. O Município de São Paulo hoje capta água em Minas Gerais, para vocês terem uma ideia do que significa isso.

E há a questão da precificação, que vou pular. Esse é um tema um pouco mais complicado, de uma área técnica mais específica. Mas temos também o problema de quem vai receber. E é o dilema do filho pródigo: afinal de contas, vou só beneficiar quem fez errado e quer corrigir? Isso tem de ser pago, mas vou deixar quem está fazendo certo? A solução é mesclar os dois. Tenho de dar recursos para recuperação e regularização de quem está fora, sem perder de vista quem a qualidade do serviço que é gerado. E, na área técnica, não vou discutir com a Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência e com a Academia Brasileira de Ciências, que é o único comunicado de que me lembro, produzido conjuntamente por essas duas maiores sociedades científicas brasileiras dizendo da importância da conservação. Mas preciso, por um lado, criar um estímulo para que o proprietário vá e, por outro lado, criar um incentivo para quem está sempre conservando não usar a chantagem de que agora, então, vou desmatar para poder receber.

O problema é que o valor, em função da crise orçamentária, pode ser pequeno. A solução, como estava colocando o Virgílio, é a sexta: juntar recursos de diversas fontes.

(Próximo, por favor.)

Uma das questões mais urgentes nossa, que tem a ver com a nossa posição internacional, é a questão do desmatamento. Infelizmente, somos os maiores emissores do mundo. Por quê? Não porque estejamos utilizando esse recurso para fazer um consumo mais bacana: é porque estamos usando isso de forma predatória, inclusive por causa do desmatamento.

(Próximo, por favor.)

Se vocês fizerem uma comparação, para se colocar um boi a mais na Amazônia, usando o padrão atual de pecuária, estamos queimando, mais ou menos, 165 toneladas de carbono. Isso equivale ao consumo anual de 200 automóveis. Quer dizer, há como fazer isso melhor? Se colocarmos um padrão maior de pecuária, entra a questão de novo: isso é possível com a melhoria do setor agrícola e não o contrário – ninguém quer a deterioração, mas o avanço dele. Isso gera a possibilidade de ganho.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui é o padrão típico dos países desenvolvidos. Em azul, é a energia em relação às emissões totais, a tal queima de combustível fóssil, a queima de petróleo. Isso aqui é na América Latina e Caribe, o que há de desmatamento. Mas isso aqui é puxado – próximo – pelo Brasil. Cinquenta e oito por cento das nossas emissões estão vindo dessa queima de ativo. Em economês não posso definir isso de outra forma: estamos queimando ativo. E apenas 16% de energia.

(Próximo, por favor.)

Se pegamos apenas o dióxido de carbono, que é um dos gases do efeito-estufa, vamos para três quartos disso e apenas nove para transporte.

(Próximo, por favor.)

Então, que soluções? RED. O Virgílio já falou. Não vou tocar nesse assunto, porque o Virgílio já cobriu. Diminuir o desmatamento deve gerar crédito; recomposição de reserva legal, recomposição de APP devem gerar crédito.

(Próximo, por favor.)

Mas o problema é que, na forma como está redigido, isso vai inviabilizar. Por quê? O conceito básico é linha de base. E linha de base é fundamental, é a tendência. Não podemos quebrar com a tendência.

(Próximo, por favor.)

Agora, extremamente rápido, só passando. Próximo. Que outras possibilidades temos? Tratamento preferencial em políticas de compra e crédito; redistribuição do crédito agrícola, sem precisar tirar nada – simplesmente redistribuir o crédito agrícola, dando incentivo especial a quem protege.

(Próximo, por favor.)

Água. Pagamento pela água.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui é um exemplo de um projeto que está acontecendo. Isso aqui é Apucarana. Esse aqui é o Sr. José, esse aqui é o Sr. Satio. Isso aqui é uma plantação em curva de nível, em declive. Isso aqui é uma reposição de reserva legal. Plenamente possível, estão recebendo por isso, por quê? Porque se está protegendo o manancial.

(Próximo, por favor.)

Repartição de ICMS. Todo ICMS ecológico tem sido feito por lei estadual. Há um espaço federal para criar critérios em cima disso, incentivando-se os Municípios a fazerem isso. Por quê? Porque, na parte federal de repartição de ICMS, não há nada colocado nessa questão.

(Próximo, por favor.)

FPE e FPM Verde. Aumento da participação para os Estados que tiveram uma participação maior dos seus proprietários regularizando-se.

(Próximo, por favor.)

A compensação ambiental prevista no âmbito da Lei do Snuc pode ser utilizada para a parte pública dessa questão, ajudando o proprietário que está no entorno de uma reserva.

O próprio orçamento, que não pode ser deteriorado.

Se não me engano, também precisamos de critérios e objetivos para serem alocados, que têm que ser, obviamente, função do serviço. A área, o valor da terra, se está adotando uma prática agrícola sustentável ou não, se pode dar uma premiação ou não. E, por fim, se vamos colocar um item especial para a agricultura familiar e pequenas propriedades.

Desculpe-me por ter excedido um pouco o tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do nosso professor Carlos Eduardo Young e passo a palavra ao Eduardo Condorelli, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, com as recomendações postas pelo nosso Senador Moka em relação à especialização em questões de zootecnia e também na área de agricultura do Dr. Eduardo Condorelli.

Com a palavra o Dr. Eduardo Condorelli.

O SR. EDUARDO CONDORELLI – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidentes das Comissões. Senadores aqui presentes e todos que nos acompanham, vou procurar ser breve. Dentro deste debate de pagamentos por serviços ambientais, ficamos muito preocupados diante da necessidade de dimensionar o tamanho do efetivo esforço que a Nação brasileira precisa fazer e também os efetivos benefícios, pelo menos quantitativos possíveis e também ainda a questão de verificar qual o destino desse recurso. Ou seja, quais seriam as duas principais funções – e os meus antecessores já falaram nisso – e também qual o tamanho dos estímulos que nós teríamos.

Em primeiro lugar, vamos estabelecer a área que estamos trabalhando do território nacional, considerando que o Brasil é um país de 851 milhões de hectares

e que apenas 329 milhões de hectares pertencem a estabelecimentos rurais, segundo o IBGE.

Os dados que aqui estão sendo apresentados, todos eles, são resultados de trabalhos produzidos por órgãos públicos e pela FAO. Efetivamente, temos uma área por estabelecimentos rurais da ordem de 38 quase 39% do território nacional, onde estão 16% da população brasileira e onde praticamente 85% compõem-se de estabelecimentos rurais familiares. Portanto, pequenos agricultores altamente dependentes e de baixa renda.

Para se ter uma ideia da parte de cada Estado que está ocupado por área de estabelecimentos rurais, vamos variando de 2,13%, no Estado do Amazonas, até Estados altamente antropizados, como Mato Grosso do Sul com 84% do seu território ocupado por estabelecimentos rurais. E nem toda essa área está disponibilizada para produção.

Aqui temos um mapa do Brasil. Em amarelo, o que seria a área composta por estabelecimentos rurais. A partir deste gráfico, chegamos à conclusão que essa área ocupada por estabelecimentos rurais está assim distribuída: em primeiro lugar, 85,8 milhões de hectares de área de vegetação nativa, parte dela já declarada, por ocasião do censo, como APP ou reserva legal, e outros 35 milhões já declarados como vegetação nativa, porém não enquadrados ainda nessas condições. Existem ainda 12 milhões de hectares praticamente de área inutilizáveis, sem condições de produção agropecuária. Sobrando, então, 232 milhões de hectares para a atividade agropecuária, agrosilvopastoril nacional, o equivalente a 27% do território nacional, o que nos mostra que de cada quatro hectares do Brasil, um está envolvido com a produção de alimentos; outros três hectares de cada quatro não tem esta destinação.

E aqui, efetivamente, esses 232 milhões de hectares como estão sendo utilizados hoje no Brasil. Temos ali o equivalente a 4,600 milhões de silvicultura e outras atividades, quer dizer, silvicultura exclusiva; 8,2 milhões de hectares de florestas consorciadas com atividades de pecuária e agricultura; uma área de lavoura da ordem de 60,7 milhões de hectares; e 158,5 milhões de hectares de pecuária. Então, a área de produção nacional é equivalente às Regiões Sul, Sudeste e parte da Região Nordeste, se pensarmos na dimensão do nosso País.

Importante entender também, por outro lado, o que exige a lei em vigor no País para entendermos o quão distante nós podemos estar do efetivo cumprimento da legislação atual. Portanto, dos 329 milhões de hectares – os dados são resultado do trabalho do Professor Evaristo Miranda, da Embrapa, publicados e já apresentados no Senado Federal, porém com seus percentuais sendo tratados somente sobre as

áreas dos estabelecimentos rurais que cada Estado tem. Nós deveríamos ter no Brasil 87 milhões e 200 mil hectares de reserva nos estabelecimentos rurais, deveríamos ter quase 56 milhões de hectares de preservação permanente, o que faria que a área ambiental dos estabelecimentos rurais fosse equivalente a 143 milhões e 200 mil hectares. Essa deveria ser a parte dos estabelecimentos rurais para o cumprimento da legislação que hoje vige no nosso País.

Porém, é importante mencionar o que falta. Dos 143 milhões, os produtores declaram, por ocasião do censo, 50 milhões de APPs em reserva legal e ainda mais 35 milhões equivalente a outras áreas de mata e vegetação nativa. O que significa que ainda faltam 57 milhões e 400 mil hectares de área que, teoricamente, hoje são de produção para retornarem à condição de cumprimento da legislação. Ou seja, há necessidade de reconversão de 24,7% da área de produção em área ambiental, caso não seja possível se estabelecer algum critério de consolidação dessa área. Obviamente, isso está amarrado também com a questão de pagamento pelos serviços daqueles que puderem recuperar essa área e diminuí-la da sua produção. Então, dos 329 milhões, 38,7 % são área de vegetação nativa, inutilizável. E aqui está o que deveria ser recomposto à luz da lei.

Segundo a legislação, nós deveríamos, de uma área de produção nacional equivalente ao Sul, Sudeste e parte do Nordeste, retirarmos o Sul. Isso faria com que a área de produção nacional saísse dos 232 milhões e viesse para 174,6 milhões de hectares. É claro que existem discussões e mecanismos que podem, talvez, recuperar e compensar parte desta redução em área.

Desculpe.

Para vocês terem uma ideia, nós falamos, em termos nacionais, da média de 24,7. Aqui, nós temos uma ideia, por Estado da Nação, de qual é o percentual de corte que cada Estado deverá ter, sendo que o grande Estado que ainda teria, em termos médios estaduais – veja bem, médios estaduais –, área para desbravar seria o Estado do Piauí, com 1 milhão e 400 mil hectares. Todos os demais Estados, à luz da legislação atual, já se utilizam de toda a área que estaria disponível ou ultrapassaram essa área. O Mato Grosso, por exemplo, teria que devolver, da sua área produtiva, 54,3% para que fosse possível atender a legislação que ora vige no Brasil.

Vamos tentar ver o que isso poderia trazer de impacto para, depois, nós contrapormos aos benefícios que são possíveis. Isso é muito importante também, para que a gente possa dimensionar o ganho e qual é a relação efetiva de custo/benefício desta função, até mesmo para termos a noção de quanto é possível investir nesse serviço, nessa compensação

em recuperação ambiental, não só do passivo, mas, principalmente, como disse o ex-Ministro José Carlos, a preocupação de como fica a nossa visão de futuro.

Então, em termos de leguminosas, de produção de cereais e grãos, nós teríamos uma queda média de 27% da produção nacional, uma vez reduzidas essas áreas, o que seria equivalente a uma redução de 46 milhões de toneladas no País, dada a importância que cada Estado tem na produção nacional. Isso significa que nós teríamos, então, uma equivalência, em termos de produção de safra, à safra de produção de 2003.

Além disso, nós temos aqui a questão.... *(Pausa.)*

Agora complicou. É muita tecnologia. *(Pausa.)*

Voltando à questão, em termos de cana de açúcar, já que falamos em grãos, haveria uma redução média da safra de 24%, obviamente puxada muito fortemente pelo Estado de São Paulo; na questão de café, uma queda de 24,7%; em abate bovino, uma redução de 27,8%, puxado muito fortemente pelo Estado de Mato Grosso; em produção de leite, uma redução significativa de 22,6% da produção de leite, puxada pelo Estado de Minas Gerais de forma significativa. Em produção de suínos, a Região Sul do Brasil colabora numa redução média de 25,9% e de frangos de 25,5%, também mais uma vez com participação significativa da Região Sul. Isso tudo, obviamente partindo do pressuposto de que as exportações derivam do excedente de produção nacional, poderia efetivamente trazer uma redução das exportações nacionais da ordem de 44% na soja, 140% no milho, 70% na cana, 35% no café, o que faria com que houvesse uma redução estimada de R\$36 bilhões na exportação.

Esse é um dos prejuízos que pode acontecer e que deveria ser recuperado quando se fala em pagamento de serviços ambientais. Nós temos que ter parâmetros de redução para estimarmos também que valor seria necessário para a sociedade para recompor, recuperar essa renda que desaparece.

Efetivamente aqui nós temos o saldo da balança comercial de 2010 e, só com esses 7 produtos, uma redução, com a balança comercial passando para um déficit de R\$16 bilhões.

Pegando os dados da FAO do relatório da situação das florestas mundiais publicado no início deste ano, nós chegamos à conclusão de que o Brasil detém hoje 519,5 milhões de hectares de florestas – floresta plantada e a floresta nativa. Consequentemente, nós podemos dizer que, da área de cobertura florestal do País, 98,5 milhões estão nos estabelecimentos rurais e outros 420 milhões de hectares de florestas não estão sob a égide dos estabelecimentos rurais. Portanto, a cobrança, a redução de produção só poderá garantir que esses 95 milhões sejam mantidos ou até

talvez ampliados, caso seja necessária a recuperação daqueles 24,7%. Porém, é muito importante que nós também nos preocupemos e chamemos a atenção para a forma de conservação dos outros 420 milhões de hectares de florestas que o País detém e que talvez não estejam sendo discutidos tão profundamente, já que o Código Florestal sobre essas outras áreas tem uma ação menor.

O que nós podemos ter de benefício? Podemos passar o Brasil de 519 milhões de hectares para aproximadamente 576 milhões de hectares, fazendo com que a cobertura florestal do Brasil passe de 60% para 66,7%, um aumento de 6,7% na cobertura florestal de nosso País. Além disso, em termos mundiais, podemos fazer com que o mundo, que tem 4,33 bilhões de hectares de florestas, passe para 4,9 bilhões de hectares de florestas, passando a cobertura florestal do globo de 31% para 31,44%, um aumento de 0,44% na cobertura florestal do globo.

O contraponto neste momento, e nós precisamos dimensionar o tamanho do nosso esforço e como vamos poder recuperar essa condição, é a questão de redução de 24,7% da produção nacional contra um benefício de 6,7% de cobertura florestal no País e 0,44% no mundo. Pensando em termos regionais, a Região Norte do País com uma redução média de 24,5% e um benefício para aumento da cobertura florestal do País de 0,93%.

Destaco alguns casos interessantes:

– Estado do Amazonas, onde 2,3% da área do território estadual é ocupada por estabelecimentos rurais, onde 92%, quase 93% desses estabelecimentos são agricultura familiar e onde a redução necessária seria da ordem de 26,3% para um aumento da cobertura florestal nacional da ordem de 0,05%.

– Estado de Rondônia, também um Estado que chama a atenção, uma redução necessária de 42,1% da sua área de produção para um benefício de cobertura florestal nacional de 0,27%. Entretanto, o Estado de Rondônia leva junto consigo, quando pensa ou parte da necessidade da redução de área, quase 200 mil toneladas de produção de carne bovina.

– Nordeste, uma redução média de 8,95%, e essa redução é mascarada pela situação do Piauí, que poderia “ampliar” a sua área de produção, para um benefício nacional de 0,32% de cobertura florestal. O Maranhão tem 32% de necessidade de reconversão, levando junto consigo quase um milhão de toneladas de grãos. O Estado de Alagoas uma redução média de 24% praticamente, com benefício de 0,05%, levando junto consigo sete milhões de toneladas de cana-de-açúcar. O Estado de Sergipe redução média de 20%, trazendo um benefício de ampliação de cobertura flo-

restal nacional da ordem de 0,03%. Porém, no Estado de Sergipe caracteriza o fato de que 91% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar.

– Sudeste, importância significativa na economia, 25,5% de redução. Chama a atenção do Estado de São Paulo, que, obviamente, impacta na questão da cana-de-açúcar. O Estado de Minas Gerais impactando significativamente no café e no leite. O Espírito Santo, com uma redução de 33% e um benefício médio de 0,09%, levando parte significativa da produção nacional de café.

– Região Centro-Oeste, a região que mais teria que recuperar, até porque grande parte dos seus Estados vivem aquela zona de transição de 80%, 35%, 20%. Então, eles têm essa questão de ter um peso maior, para um benefício médio de 3,2%. O Mato Grosso tendo que reduzir 54,3% da sua área e levando junto consigo 17 milhões de toneladas de grãos, 560 mil toneladas de carne e quase 100 mil toneladas de carne suína. Mato Grosso do Sul, 40% praticamente da redução da área de produção, trazendo junto consigo 3,5 milhões de toneladas.

– Região Sul também redução, com o Estado do Rio Grande do Sul levando, principalmente, grãos, suínos e aves; Santa Catarina também suínos e aves, redução média de 23% da área de produção, para um benefício de cobertura florestal de 0,11%; e o Paraná também levando parte significativa da produção de grãos, dada a sua importância.

O Rio Grande do Sul fez no Estado a Federação da Agricultura e a Federação das Indústrias fizeram no Estado, onde o impacto seria de 29%. E onde, para os senhores terem uma ideia de onde essas coisas têm desdobramento, esse estudo feito pela Federação das Indústrias leva me consideração que se houvesse um corte de 29% na produção agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul haveria um desemprego da ordem de 1,1 milhão postos de trabalho. Isso equivale a 20% da produção do pessoal ocupado do Estado. E o mais interessante, como o Estado tem uma relação muito forte com a questão do agronegócio praticamente 740 mil empregos seriam perdidos no setor industrial e não, efetivamente, na zona rural.

Então, é muito importante, porque tudo isso a gente precisa dimensionar quando for estabelecer o valor que vai colocar para que o produtor possa fazer essa compensação, quanto de dinheiro precisa entrar na sociedade para compor isso.

Conclusões: a primeira delas interessante mostrar que o Brasil chegou aos dados de cada um dos Estados, nós chegamos no limite. Nós não temos mais, em termos nacionais, fronteira agrícola. O Brasil, em termos nacionais, não tem mais essa disponibilidade.

Nós estamos ocupando uma área de 232 milhões de hectares dessa forma, quando, teoricamente, a legislação nos permitiria ou nos permite ocupar 174,6. Ou seja, nós temos um déficit real de 57,4 milhões de hectares, que estão sendo utilizados para a produção agropastoril e que, teoricamente, estão marginalizados pela legislação.

Efetivamente, nós precisamos de como bem disse o meu antecessor, o professor Carlos Eduardo, verificar para quem serão os serviços ambientais. Só para quem preservou? Só para quem vai recuperar? Ou para ambos? Então, efetivamente, é importante saber que, além dos 85,8 milhões de hectares que estão em forma de vegetação nativa nas mãos dos estabelecimentos rurais, como se remunera isso, para que não haja mais desmatamento, mas também como se remunera aquele que precisa caminhar, voltar aos 57 milhões de hectares.

Isso significa que, em termos médios nacionais não há espaço para avanço sem a ampliação desse passivo.

Conclusão: 60% do território nacional coberto de florestas, 38% é território nacional e estabelecimento rural. Já existem 85,8 milhões de hectares. A legislação nos exige mais 57,4 milhões, que ora vige no País. Então, nós precisamos dimensionar, neste equilíbrio, como é que se remunera para o benefício de ampliação da cobertura florestal nacional essa redução de produção.

As perguntas que ficam são: Se 60% da produção florestal não é suficiente, ampliar, efetivamente, 6,7% é absolutamente fundamental? Qual é a real melhoria para o planeta se ampliarmos a cobertura florestal em 0,44%? Efetivamente, como fica o desmatamento do resto do mundo? A África teria condições de desmatar em dezesseis anos essa mesma área, os nossos 57,4 milhões de hectares, se, por exemplo, não houver controle na África. O custo econômico, se não é muito alto, efetivamente como zona equalizada, não estamos incorrendo em preciosismo se passarmos de 60% para 66,7% de forma generalizada, muito severa? De onde sairiam recursos, então, para 143 milhões de hectares em serviços ambientais? Os problemas ambientais brasileiros não são muito mais pontuais do que de forma geral pelo País inteiro dentro dos estabelecimentos rurais?

Muito obrigado e desculpem pelo avanço do horário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Eduardo Condorelli e retorno a condução e a presidência dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e

Controle, Senador Rollemberg, para dar início à participação dos oradores e dos autores dos requerimentos.

Com a palavra, para a condução dos trabalhos, o Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Eu agradeço aos nossos convidados pelas exposições, que trazem muita contribuição a esse debate. Quero pedir desculpas pela minha ausência durante a parte da reunião. Fui a uma manifestação na Universidade de Brasília contra a corrupção e quero registrar os autores do requerimento: Senador Acir Gurgacz, Senador Eduardo Braga, Senador Waldemir Moka e eu. Em seguida, vamos ouvir os relatores Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana e, depois, a lista dos inscritos e, como tem sido tradição nessas comissões e nas reuniões conjuntas, por ordem de chegada.

Eu vou procurar ser muito breve para registrar a importância das colaborações, das contribuições que tive oportunidade de ouvir aqui, mas eu queria iniciar com uma frase que me chamou muito a atenção do Ministro João Carlos Carvalho, que diz que o fator escasso da agricultura no futuro não será a terra; será água. Essa frase é da maior importância para que possamos refletir sobre ela.

Eu entendo que ao debater o Código Florestal, uma legislação intergeracional, ou seja, nós estaremos legislando para as futuras gerações, nós temos que estar muito preocupados com a questão da sustentabilidade. E nós todos temos que reconhecer que ao longo dos anos, com o passar dos anos, nós temos perdido quantidade e qualidade de água no Brasil. E me marcou muito e uma pessoa que respeito muito nesse debate, porque é um grande produtor rural, talvez o maior produtor rural do Senado e certamente um dos maiores produtores rurais do Brasil, o Senador Blairo Maggi, e que evoluiu muito na sua percepção em relação à questão da importância da sustentabilidade na agricultura. Mas ele me chamou muito a atenção outro dia quando ele me disse que uma vez ele foi à China e viu um rio seco e ficou impressionado, chocado e extremamente sensibilizado com aquela cena de um rio seco.

E eu quero aqui registrar, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, nossos eminentes relatores, que já alguns anos atrás, cerca de onze anos atrás, eu tive oportunidade de participar de uma expedição chamada Caminho das Águas, pelo rio São Francisco, que saiu de Pirapora até a foz do São Francisco e já naquela ocasião eu fiquei chocado porque muitos, muitos dos pequenos afluentes do rio São Francisco já estavam secos. Pequenos afluentes do rio São Francisco já estavam secos! E quando a barca passava por todos os

afluentes do São Francisco, os grandes – o Paracatu, o Grande, o Urucuia –, a barca encalhava. Era preciso vir um empurrador, a gente ficava um ou dois dias parada no meio do rio, precisava vir um empurrador de uma cidade próxima para desencalhar a barca, em função do processo de assoreamento que começa lá, nos pequenos rios. Aqui, no Distrito Federal, que está na bacia do São Francisco em função do rio Preto, e esse assoreamento acabava contribuindo para o São Francisco.

Em cidades como Bom Jesus da Lapa, por exemplo, a margem do rio estava a quase 1km de onde era o porto antigamente. Sobre essa questão da água, temos que fazer uma reflexão muito séria. Entendo que a ciência tem trazido luz a esses debates e demonstra claramente que um dos grandes investimentos que temos que fazer posteriormente ao Código e permanentemente é em ciência, tecnologia e inovação – está aqui o Senador Luiz Henrique que foi um brilhante ministro de ciência e tecnologia – porque demonstra que podemos resolver grande parte desses problemas de área, Dr. Eduardo, por meio das inovações tecnológicas e do aumento da produtividade.

A Embrapa mostrou que nos últimos 35 anos nós aumentamos a nossa área plantada em 48% e aumentamos a nossa produção em 268%. É inadmissível, numa perspectiva de sustentabilidade que estamos imaginando, que tenhamos o país com uma imensa área ocupada pela pecuária em pastagens degradadas, em sua grande maioria, e com uma taxa de menos de uma unidade animal por hectare. Agora, trabalho recentemente mostrado por duas instituições da maior credibilidade deste país, o Inpe e a Embrapa, demonstra que as áreas convertidas na Floresta Amazônica – salvo engano em torno de 17% do total da Floresta Amazônica –, em torno de 62%, estão sendo utilizadas para pecuária com esses baixíssimos índices de produtividade.

Essa é uma questão fundamental, porque eu não tenho dúvida de que, do ponto de vista estratégico, é nessas áreas degradadas, com tecnologias que já temos e que precisamos desenvolver, com programas adequados de financiamento desta tecnologia, da mesma forma como há anos as agências de financiamento do Brasil, os bancos oficiais financiaram – e teve um papel importante a ocupação do cerrado para a agricultura e para a pecuária –, com taxas de juros baixíssimos, com períodos de carência enormes para se plantar *brachiaria* e aumentar a produtividade naquela ocasião da pecuária nessa região, que nós temos hoje que criar os instrumentos de incentivo para práticas adequadamente corretas.

Quero pedir comentários dos nossos convidados a algumas propostas concretas que a gente vem apresentando neste debate. A primeira delas é a seguinte: estou convencido, pelo conhecimento que tenho da realidade de algumas regiões do nosso país, de que para o pequeno produtor rural – e não me refiro apenas aos agricultores familiares, mas aos pequenos produtores rurais – recuperar uma área de preservação permanente, ainda que em 15 metros, como está no texto do Deputado Aldo Rebelo, há um custo significativo. Hoje, segundo informações da Embrapa, não teríamos sementes e mudas suficientes e precisaríamos ainda desenvolver mais tecnologia para poder recuperar a biodiversidade que precisamos recuperar. Hoje, a *Folha de S. Paulo* traz uma matéria mostrando que jamais se recupera a biodiversidade de uma floresta primária depois que ela foi destruída.

A primeira proposta que faço é que o Governo tenha programas de produção e oferta gratuita de mudas e que possa ter linhas de financiamento com juros zero para pequenos produtores e agricultores familiares recuperarem as suas áreas de preservação permanente. Não seria um dinheiro dado, mas emprestado, sem juros, para que essas pessoas tenham condições de recuperar um bem coletivo.

Por outro lado, a proposta do Deputado Aldo Rebelo desobriga de recuperação de reserva legal as áreas com menos de quatro módulos fiscais. E não há absolutamente nenhum instrumento de incentivo ou de premiação àquele produtor que, nas mesmas condições, um produtor que tenha uma propriedade de quatro módulos fiscais, tenha mantido a sua área de preservação permanente, que tenha averbado a sua reserva legal, como manda a lei. O que estou sugerindo talvez não seja nem uma coisa expressiva do ponto de vista do produtor, mas tem um simbolismo, e do ponto de vista da arrecadação do Governo. Mesmo assim, sugiro que o produtor de propriedade de até quatro módulos fiscais que respeitou a lei tenha isenção completa de ITR. Não é isento da parte de APP e de reserva legal, mas sim que a sua propriedade seja completamente isenta de pagamento de Imposto Territorial Rural.

Por outro lado, fiquei muito feliz ao ouvir o Ministro José Carlos na audiência com os ex-Ministros. Temos hoje tecnologias que são reconhecidas mundialmente desenvolvidas pela Embrapa e pelas instituições de pesquisa brasileiras, como tecnologias de integração lavoura/pecuária/floresta, como o plantio direto, no entanto, os instrumentos, agora tem o programa de baixo carbono, de crédito e de política agrícola oficiais ainda são muito tímidos no sentido de diferenciar aqueles produtores que usam políticas poupadoras do meio

ambiente daqueles que utilizam tecnologias tradicionais, que têm um impacto sobre o solo muito grande.

E vou buscar mais uma vez o exemplo no Senador Blairo Maggi, que disse, publicamente, em uma reunião da Comissão, que, em um determinado momento, o pai dele era agricultor, salvo engano, no Paraná, e que o Banco do Brasil deixou de financiar quem não fizesse curva de nível na sua propriedade. O pai dele achou que aquilo era um desperdício de terreno, aquela parte destinada à curva de nível, e resolveu não pegar financiamento no Banco do Brasil. Depois de três anos, sentiu necessidade, voltou, plantou com a curva de nível, percebeu o resultado positivo da produção e passou a produzir o resto da vida com curva de nível. Ressalto, com isso, a importância de uma decisão de um órgão oficial, como o Banco do Brasil, a respeito do crédito para adaptar o produtor rural a um tipo, a uma tecnologia já desenvolvida, disponível e muito mais poupadora do meio ambiente.

Por último, na questão do pagamento de serviços ambientais, de onde vão ser tirados, por exemplo, recursos para financiar programas para pequenos agricultores, para agricultores familiares recuperarem áreas de preservação permanente, área de reserva legal? Como será, enfim, o pagamento, eventualmente, aos produtores que preservem áreas maiores do que as que a lei exige? A grande dificuldade é saber a fonte.

Penso, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, que nós temos, em curto prazo, uma grande oportunidade. Estaremos, em 2015, encerrando uma série de concessões de usinas de energia elétrica no nosso País e, na composição da tarifa da energia elétrica no nosso País, no nosso modelo, grande parte do custo da tarifa é em função da amortização dos investimentos realizados para a construção das usinas, que já estariam amortizados ao final da concessão, o que poderia, poderá produzir uma modicidade das tarifas, uma redução das tarifas. Estou defendendo que – e até pode ser em todo o seu valor – apenas parte disso, que será muito pouco do ponto de vista da composição da tarifa, mas muito expressivo do ponto de vista de um fundo, sejam recursos para alimentar um fundo de pagamento por serviços ambientais.

Isso, efetivamente, é um pré-sal já disponível em 2015 e sem nenhum investimento, porque os investimentos já foram realizados. Teremos, então, uma alternativa de fonte de recursos que poderia financiar a recuperação ambiental em nosso País com uma legitimidade enorme, porque, se, nas áreas de preservação permanente, uma das grandes características é proteger a água, garantir água em quantidade e qualidade necessária, e a matéria-prima fundamental para usina hidrelétrica produzir energia é a água, nada mais jus-

to que parte desses recursos sirva para financiar um fundo de pagamento por serviços ambientais.

São essas as colocações que queria fazer, agradecendo e dizendo que também estou, em conjunto com o meu colega e Presidente Eduardo Braga, estudando outras emendas que queremos submeter à apreciação dos relatores, dos eminentes relatores sobre pagamento por serviços ambientais. No mais, quero agradecer e cumprimentar...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Antes de V. Ex^a encerrar, eu queria só agradecer por um assunto em que tocou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ouço, com alegria, o Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Falou na parte de energia elétrica, das usinas.

Quero levar ao conhecimento o fato do que é a mata.

Nós temos sete, vejam bem. Nós temos usinas em que não tem mata nas cabeceiras do rio, das nascentes, tudo, tudo derrubado. Ela cai, chegando, na seca, à base de 80%.

Temos usinas que estão na divisa com Mato Grosso e que têm totalmente as nascentes, todas cobertas por mato. Ela não chega a cair 30% na seca. Não chega a cair 30% na seca.

Bem ao contrário, vejam bem o que é preservar a mata.

A gente agradece, de coração, a todos os nobres Senadores e a todos os colaboradores, porque é importantíssimo nós discutirmos o assunto da preservação e nos preocuparmos muito com a Mata Ciliar, porque o principal são as águas, em todas as partes, em todos os setores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Reditario Cassol. Agradeço por seu aparte.

Passo, então, a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nobres palestrantes, eu gostaria de iniciar fazendo, aqui, um comentário.

Quando eu estava terminando o meu ensino médio na Escola Técnica Federal do Amazonas, Senador Jorge Viana, eu tinha de decidir que curso fazer em nível de graduação e que vestibular fazer, etc.

Eu estava muito preocupado, porque eu gostava de Engenharia Elétrica, gostava de Engenharia Civil, trabalhava com mecânica e, ao mesmo tempo, me interessava muito a questão contábil, de negócios, etc.

Aí, fui conversar com meu conselheiro, meu pai, etc, e, conversando com meu pai, meu pai me contou uma parábola.

Eu hoje, aqui, fiquei assistindo às apresentações, etc, me lembrei um pouco disso e gostaria de compartilhar com os Srs. Senadores.

Meu pai, uma vez, me disse que se você perguntar a um engenheiro o que ele pode fazer com dois Algarismos, ele vai te dar todas as regras que você pode fazer com dois Algarismos. Então, um mais um podem ser dois, podem ser um, podem ser raiz quadrada de dois igual a um, mas você não vai fugir à regra.

Se você perguntar a um economista, ele é capaz de escrever livros e livros e livros para teorizar sobre um determinado assunto.

Agora, se você perguntar a um contador, ele vai dizer o seguinte: “Diga o número que o senhor quer que eu o fabrico para o senhor.”

Nós não podemos chegar na questão do meio ambiente para discutir essas questões de passivo ambiental e de recomposição de reserva legal, etc, querendo lembrar um pouco essa parábola.

Vejam: estamos diante de um passivo ambiental que precisa respeitar a temporalidade e o momento de cada legislação. Caso contrário, nós vamos ter um número que não é real, até porque nenhuma lei, pelo Estado democrático brasileiro e pelos costumes brasileiros legais, pode retroagir para prejudicar. Nenhuma lei pode fazer isso.

Há uma concordância entre os Senadores e no Congresso Nacional de que um Código Florestal não poderá, em nenhum momento, ser retroativo para prejudicar ou para modificar as regras estabelecidas, porque isso traria distorções graves.

Dito isso, eu quero fazer um comentário.

Na apresentação feita ainda há pouco, o Professor Eduardo Condorelli apresentou números que eu conheço da CNA. São números importantes, mas que levam em consideração que nós pegássemos a legislação que está em vigor independentemente da sua questão temporal e isso potencializa um passivo ambiental que não é verdadeiro. É como se eu quisesse tratar alhos como bugalhos! E não é verdade. Não é verdade. Eu não posso pegar o Código Florestal vigente e remeter isso ao período em que ele não era vigente para cálculo de um número distorcido de um passivo ambiental.

Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que nós não podemos tratar a questão da reserva legal de forma nacional independentemente dos biomas, porque aí vamos, de novo, fazer o papel do contador na parábola. Temos de levar em consideração que o bioma da Mata Atlântica tem

um cenário de área preservada, um cenário de área privada, um cenário de unidade de conservação e que tem um diagnóstico correto, temporal, sério sobre o que é o passivo legal, do que é o passivo ambiental. E, sobre essa questão, fica uma pergunta: como fazer a recomposição se há uma teoria física que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço?

E aí, caro Professor Eduardo, meu xará, algumas das colocações de V. S^a precisam ser feitas de forma correta, para que nós não fiquemos aqui com a impressão de que temos 60% de área protegida no Brasil e que isso tem uma correlação direta com a questão da reserva legal, ou a questão UPP, etc. Por quê? Desses 60% de reserva florestal que o Brasil possui, 86% estão na Amazônia, onde nos podemos desmatar, pelo que estabelece a regra do nosso bioma, 20%. Ora, se nós desmatarmos os 6% que estamos conservando a mais, e aí há outra distorção no relatório de V. S^a extremamente injusta com o caboclo ribeirinho lá da minha região, e foi ele quem me botou aqui, e não seria justo eu fazer de conta que está certo o que V. S^a apresentou. Veja bem: como V. S^a pegou o tempo e transformou esse tempo à regra que V. S^a gostaria, V. S^a colocou que os poucos agricultores familiares do Amazonas têm em um passivo ambiental, coisa que não é verdadeiro. Coisa que não é verdadeiro.

Eu não trouxe para este encontro os números como V. S^a os trouxe, mas eu posso ir à CNA e apresentar os números do nosso Estado e da agricultura do nosso Estado com a legislação temporal, correta, em vigor à época, e mostrar a V. S^a que se temos 6% a mais do que deveríamos ter de preservação no nosso bioma é porque nós não ocupamos o espaço que poderíamos ter ocupado. E não é à toa que hoje temos uma perda de renda por população maior do País, e que poucos prestam atenção sobre isso.

Então, eu queria colocar, como fundamento, como preliminar, Senador Moka, eu sei o quanto V. Ex^a se preocupa com isso, e se preocupa de forma correta e séria, como é do estilo de V. Ex^a, que esse relatório, apresentado da forma que está não contribui como a CNA tem buscado contribuir nesse debate. Porque, veja, é simples a argumentação para desmontar o número apresentado por esse relatório. É simples. Só não podemos descumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal de que a lei não pode ser usada temporariamente fora do seu tempo e do seu espaço de vigência. E é esse o grande equívoco com relação a isso. E aí depois se pega às produções dos diversos setores importantes e cria-se um cenário, está certo, que prega o terrorismo da não produção e o terrorismo da fome. Eu quero vir aqui com outro posicionamento, Senador Moka, como tenho buscado ao longo de toda

a minha vida, que é o do bom-senso e que é o de tentar encontrar um equilíbrio entre aqueles que produzem, aqueles que são importantíssimos para a manutenção da macroeconomia brasileira e aqueles que têm uma relevância e um papel fundamental.

O Senador Rollemberg citou duas vezes o nosso querido Senador Blairo Maggi, que é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores e importantes produtores do agronegócio do Brasil. Mas o Senador Cassol é um proprietário importante na região do Estado de Rondônia de PCH: usinas de pequenas quedas na Amazônia. E o depoimento do Senador Cassol, com relação à mata ciliar, com relação à questão da produtividade de uma PCH quando ela tem mata ciliar, comparada com outra PCH que não possui mata ciliar no período de estiagem, é de uma simplicidade cartesiana, que precisa ser levada em consideração pelos colegas Senadores. Porque, onde nós temos mata ciliar preservada, nós temos maior produção hidrológica nos regimes de seca, no regime de estiagem. Isso quem diz é a academia, isso quem diz é a ciência e isso quem diz são as mãos calejadas de alguém que trabalho e conseguiu, com o fruto de seu trabalho, produzir de forma racional, objetiva e lucrativa, como é o caso da questão do Senador Cassol. Portanto, o que eu quero dizer é que, entre uma das emendas que nós estamos apresentando... Estamos apresentando uma emenda, que será a Emenda nº 2, que buscará estabelecer mecanismos de financiamento da manutenção e recomposição da área de preservação permanente – APP – e reserva legal e redução do desmatamento e degradação e conservação florestal. O proprietário privado ou o gestor público poderá fazer jus aos recursos oriundos das seguintes fontes. E nós estabelecemos as fontes que seriam, entre outras, 1% da tarifa a ser cobrada nas novas concessões elétricas. Por que eu abordo isso, Senador Moka? Porque, por exemplo, no texto já aprovado pela Câmara, que está neste momento sendo relatado pelo Senador... Eu gostaria de apenas mencionar... Pelo nosso tri-Relator, está certo? E, neste momento, relatando, na Comissão de Justiça, o Código Florestal, Senador Luiz Henrique... Nós... Pelo que está dito ali, aponta para um passivo ambiental ao sistema energético brasileiro de R\$30 bilhões para a recomposição nas áreas que têm passivo das hidrelétricas postas pelo Código. Ora, isso traria um ônus! Mas isso é uma questão que nos obriga a ter bom-senso... Por quê? Ouvindo a forma cartesiana e simples como o Senador Cassol colocou ainda há pouco, comparado em grande escala com o que aconteceu nas grandes hidrelétricas brasileiras, é verdade que o sistema hidrelétrico brasileiro tem um passivo fiscal tal qual o sistema agrícola brasileiro. Se

de um lado nós não queremos simplesmente anistiar o produtor agrícola, nós não podemos simplesmente anistiar o governo brasileiro pelo passivo ambiental que criou nas produções de suas hidrelétricas. Mas nós podemos fazer uma composição inteligente com relação a isso, porque nós temos de entender também que não podemos penalizar, de uma forma incoerente, o cidadão brasileiro que já é penalizado com um dos custos de produção mais altos do mundo em função da carga tributária que nós temos e em função de outras questões macroeconômicas que não valem a pena aqui adentrar.

Vejam V. Ex^{as} como nós estamos diante do início desta colocação: a de que nós podemos ter condições, nesse Código Florestal, de estabelecer números importantes para nossa sociedade e que vão trazer importantes resultados. E uma das formas de nós fazermos isso é saber que nosso modelo limpo de energia – de que o Brasil tanto se orgulha –, o MDL (modelo de energia brasileiro) só é possível por causa do ritmo hidrológico de nosso clima! Senhores, nós todos passaremos, futuras gerações virão, e o que está acontecendo no delta do Pérola, que é o rio mencionado pelo Senador Blairo Maggi, não pode acontecer no Brasil. Os representantes do Estado de São Paulo sabem o quanto o Estado de São Paulo está sendo hoje apenas por questões hídricas seriíssimas, num Estado que representa 35% do PIB brasileiro. Portanto, propostas como essa precisam ser comentadas pelos senhores palestrantes aqui presentes.

Para concluir, confesso que a apresentação do nosso Virgílio Viana, até pela premência e pela pressão do tempo que fizeram com que ela fosse muito acelerada, ficou um tanto quanto confusa, inclusive para mim que conheço, com alguma profundidade, essa proposta. Mas, em forma de síntese apertada, é importante dizer que é possível, respeitadas as regras matemáticas, respeitadas as regras científicas e acadêmicas, estabelecer compensações de biomas, para que possamos, respeitados os corredores, respeitadas as transições entre os biomas, respeitadas as questões científicas e tecnológicas, fazer as compensações além dos biomas. Isso não é uma coisa mansa e pacífica, não é uma questão pacificada, seja na academia, seja nos ambientalistas, seja onde for, até porque há uma questão do mapa dos biomas no Brasil. Para que V. Ex^{as} tenham uma ideia, o bioma amazônico até hoje não está regulamentado, Senador Jorge Viana. E isso é fundamental, se quisermos implementar o Código Florestal! Há uma legislação, que está adormecida no nosso Senado da República, sobre a regulamentação do bioma amazônico, que, voltando ao relatório apresentado pelo Dr. Eduardo Condorelli, é responsável

por boa parte do que ele apresentou como reserva florestal brasileira. Pois, esse bioma sequer está regulamentado nesta Casa! Sequer está regulamentado. Ainda há pouco, eu estava com o projeto de lei aqui, na minha mão, pedindo a um assessor nosso que pegasse esse processo para que pudéssemos relatar, porque, até sem relator, está esse processo! Não há, Senador Moka, relator designado para o projeto de lei que trata da regulamentação do bioma amazônico. Sério! E nós estamos debruçados debatendo o Código Florestal daquele bioma que representa 86% das florestas brasileiras.

Então, senhores, eu faço essas considerações. Eu gostaria de poder ouvir os comentários sobre esses mecanismos e dizer que é preciso ter um olhar para o futuro inteligente. Meu caro Senador Luiz Henrique, meu companheiro de partido, fomos governadores juntos durante oito anos. Em vários momentos, estivemos em embates juntos; em vários momentos, buscamos sinergia entre Santa Catarina e Amazonas. V. Ex^a tem uma oportunidade extremamente importante e única com as futuras gerações, quando não estaremos nós aqui, mas, com certeza, estará o legado do nosso trabalho. Se nós tivermos a compreensão, a capacidade e a ousadia de não nos deixar contaminar com argumentos que, muitas vezes, não representam a verdade, para que possamos ter um olhar de águia, um olhar de futuro, para estabelecer mecanismos financeiros que construam um equilíbrio entre a produção, o campo, a agricultura, a pecuária, o agronegócio, o clima, o meio ambiente e a floresta, estaremos dando uma grande contribuição e deixando um grande legado para as futuras gerações.

Muito obrigado.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO)
– Questão de ordem, Sr. Presidente. Aqui, falando da terra natal de Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO)
– Quero parabenizar os Senadores catarinenses de lá. Vejam bem: Santa Catarina, além de ter os rios, as nascentes todas cobertas de mato, tem até as rodovias – meus parabéns, Senadores – cobertas de mato. Na maioria dos Estados brasileiros não temos nem nos rios a mata ciliar, mas, lá, além dos rios, tem até nas rodovias. Há dois anos, quando fiz uma visita ao local onde nasci, surpreendeu-me que riachos, que, há 40 anos, em Alto Alegre, hoje Presidente Kennedy, Município de Concórdia, estavam secos, renasceram. Por quê? Na própria natureza, na maior parte, tem reflorestamento que protegeu. A água voltou e novamente está lá. Esse é um exemplo para todo o Brasil.

Portanto, Senadores de Santa Catarina, vamos nos unir. Precisamos em todo o Brasil fazer o que Santa Catarina tem feito.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, também autor do requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Vanessa, Srs. Senadores, quero cumprimentar os Presidentes das Comissões de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga, da Ciência e Tecnologia, seus palestrantes Virgílio Viana, Dr. Carlos Eduardo Young, o ex-Ministro José Carlos Carvalho e o Dr. Eduardo Condorelli.

Começo dizendo o seguinte, lembrando que participei desse debate na Câmara dos Deputados, assim como o Senador Rodrigo Rollemberg. E, aqui, ouvi algumas coisas que quero ouvir do Dr. Virgílio, por exemplo, ele afirmou aqui que se tratou como equívoco que o produtor rural acha que a floresta é contra ele, quer dizer, é um empecilho para ele, produtor rural. Não sei de onde ele tirou essa argumentação, quero ouvir depois para... Os senhores acabaram de ouvir aqui, e o Senador Eduardo Braga usou o argumento de forma positiva que aqui está o nosso Senador Cassol, que é um produtor rural. O sentimento do produtor rural é esse, é de preservar. Há um equívoco, quando se tenta colocar que o produtor rural é o responsável por todas as mazelas ambientais deste País. Isso, não posso ouvir calado, porque não é verdade. Então, os senhores vão a uma propriedade rural e vão ver. É claro que se comentar e falar assim: Ah! Mas é possível porque, em Rondônia, se desmatou 50%. Mas porque era permitido, hoje, não é. O problema, Senador Eduardo Braga, é que não entrou ainda aquele que está adiado todo ano, é que, hoje, tem muita gente que desmatou lá no tempo antigo e, hoje, o Ministério Público quer criminalizá-lo. É verdade isso. Sim, mas, então, quando se faz...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas quero dizer que concordo com V. Ex^a que o Ministério Público, ao tentar fazer isso, está fazendo de forma equivocada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ilegal, não, porque uma questão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só queria, Senador, que me deixasse, ouvi V. Ex^a, e eu gostaria que V. Ex^a tivesse a paciência de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro, eu apenas queria contribuir com o debate, mas V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, se fala muito do agronegócio. Eu, aqui, tenho uma preocupação com o produtor rural, essa é uma preocupação, que fica indefeso, e sabemos, quando a gente tem uma preocupação, e, no início, Senador Eduardo Braga, para a gente colocar essa discussão lá, na Câmara dos Deputados, Senadora Vanessa Grazziotin acompanhou isso, quando propusemos o Senador Aldo Rebelo, quanto que ele foi pressionado, havia segmento que dizia que o Código não poderia ser debatido, não se queria a modificação do Código, esta é que é a verdade. Até agora, chegamos aqui por uma determinação muito grande, os segmentos que se levantaram, achavam que não deveria. Isso daí, Senadores, vamos evoluindo.

Então, a primeira coisa que quero deixar clara aqui: produtor rural não é contra a floresta. Vamos deixar isso claro aqui. E muito menos deve ser colocado nas costas do produtor rural, como se ele fosse responsável por todas as mazelas ambientais que existem neste país. Aliás, o País tinha de dizer: "Olha, dos países todos que tem aí, o Brasil ainda é o que mais preserva, apesar de sermos os maiores produtores e exportadores hoje de carne e de grãos." Se você levar isso em conta, nós vamos ver que aqueles que nos criticam externamente o fazem por uma questão comercial, querendo criar para nós uma barreira fitossanitária ou ambiental para aumentar os nossos custos de produção, para que os nossos produtos cheguem lá.

Estamos vendo o que está acontecendo na Europa, que é altamente subsidiada e está pagando um custo na sua economia por isso. Quando colocamos lá o nosso açúcar, que é produzido a partir da cana, e eles produzem a partir da beterraba, têm de subsidiar altamente. E o quanto que esse pessoal preservou de suas florestas? Nem 0,5%. Quero debater isso.

Outra coisa que acho fundamental, essa contribuição, hoje, para o produtor rural, ao contrário do que alguns possam imaginar, nós saudamos essa discussão, Senador Eduardo Braga. Nós queremos isso, porque o produtor rural hoje que tem 20% da sua área preservada não recebe um centavo por isso, isso é obrigação. No caso do Amazonas, é de 80%. O sujeito compra mil hectares para poder usar 200. Trazendo isso para uma propriedade urbana, imagine alguém comprar uma casa e falarem que 80% da casa dele tem de ser preservada. É claro que essa comparação que estou fazendo não entra no debate, mas dá para ter uma ideia do que isso representa. Na Argentina,

nossa vizinha, sabe de quanto é a reserva legal das propriedades dos países vizinhos? Zero.

Quando colocamos que é preciso encontrar uma forma não de penalizar o produtor para que ele seja obrigado a ter reserva legal, mas de estimulá-lo para que ele preserve, quero saudar o debate, porque aí estamos encontrando o caminho, realmente. A floresta em pé tem de ter muito mais valor do que a floresta derrubada. Isso é uma verdade absoluta.

Então, quero saudar esse debate e dizer que, se tem divergência de número entre a CNA e os palestrantes, a minha sugestão é que possamos fazer um encontro saudável e checar os números, dentro da temporalidade, como falou o Senador. Evidentemente, haverá um custo. Esse custo é exatamente o que vamos buscar, os chamados serviços ambientais. Nós queremos isso. Nós vamos ficar ao lado das propostas que querem incluir no debate do Código Florestal a compensação financeira para aquele que preserva. Principalmente em termos de futuro, Ministro José Carlos de Carvalho, a gente precisa construir uma mentalidade de que, se você preservar, vai ser bom para o país e também para o produtor, porque ele vai ser remunerado por isso. Essa é uma questão prioritária.

Agora, onde vamos encontrar a fonte de financiamento? Isso também precisa ficar claro, porque, senão, vai virar um faz de conta, uma ficção. Acho importante pegar os números e estabelecer de que passivo estamos falando. O que representa isso do ponto de vista econômico-financeiro? Essa é uma questão muito importante, mas está absolutamente claro para nós que esse é um debate que, primeiro, é interessante para o país e, segundo, para o conjunto da população, porque concordo com o Senador, quando questiona por que o caboclo da Amazônia está sendo penalizado. Por que ele é penalizado? Todo mundo fala que não pode desmatar a Amazônia, não tocar na Amazônia, mas as pessoas que estão vivendo lá estão vivendo às vezes em condições miseráveis. E isso nós não podemos também aceitar. Tem que ter uma compensação para isso.

Como nós, no Mato Grosso do Sul, estamos há 250 anos produzindo pecuária extensiva e hoje o Pantanal tem 78% da sua vegetação nativa. E sabe o que acontece quando você retira o boi do Pantanal? Cria-se a macega e quando vem uma época de seca dessa, se o pasto não foi comido ele incendeia. E às vezes, de forma até espontânea, em função do grau de calor que faz ali.

São essas questões que eu quero debater de forma muito lúcida e clara, colocando esse debate num nível que precisa ter.

Senador Eduardo Braga, tenha certeza V. Ex^a de que o produtor rural vai aplaudir qualquer mecanismo que encontre, dentro desse texto do Código Florestal, questões que possam remunerar aqueles que preservam e estimulam a preservação. E digo mais, pode ser que tenham produtores rurais que não queiram preservar, mas a grande maioria, a esmagadora maioria dos produtores rurais quer preservar, precisa, por um raciocínio muito lógico: eles dependem do solo, da produção. Por que iriam atirar contra eles mesmos? Não faz sentido isso.

Então, eu quero encerrar a minha fala aqui pedindo ao Dr. Eduardo Condorelli as informações, a hora em que for fazer sua colocação. Acho que o Dr. Eduardo Condorelli evidentemente tem fonte desses números, os quais precisam ser colocados com clareza, porque aqui ninguém quer criar um falso debate, ou números que não tenham fonte oficial.

Agora, quanto à questão da temporalidade, lamentavelmente essa temporalidade, para o produtor pelo menos, não existe, porque vira e mexe ele tem que recuperar. Às vezes comprou uma propriedade que foi desmatada há 20 ou 30 anos atrás e ele não era nem o proprietário, mas está lá a fiscalização obrigando e querendo que ele recupere aquela parte que foi desmatada ou degradada. E nós queremos, realmente, criar fonte de financiamento.

Para encerrar, aqui foi muito falado de pastagem degradada. Eu sou um daqueles que sempre defendi. Hoje, o custo para se desmatar uma nova área é mais barato do que recuperar. Esse é o equívoco deste País. Esse é o equívoco do crédito, porque não há oferta de um crédito que dê ao pecuarista condição para que ele recupere a sua pastagem e dê um tempo. O crédito agrícola é diferente. Você dá num ano, o produtor planta, colhe no outro e paga. Mas a pecuária, não. Você tem que ter um prazo para que possa fazer isso.

Evidentemente, se ele puder recuperar e tiver fonte de financiamento pra isso, nós estaremos atacando o problema, primeiro, porque teremos uma maior produtividade por hectare e por cabeça; segundo, porque quando a gramínea começa a nascer, e isso é biológico na questão da fotossíntese, ela vai capturar muito mais carbono do que uma árvore já com uma idade avançada. Isso é biológico e incontestável. Então, quando se faz a recuperação de pastagens degradadas, você está contribuindo para aprisionar a quantidade de carbono que hoje é tão prejudicial e é colocada no debate da questão ambiental.

Eu quero, ao encerrar, dizer que saúdo esse debate. Para mim, ele vem numa boa hora. Acho que a Câmara, em função... aí, sim, se alguém me disser que esse debate ficou de fora na Câmara, realmente

ficou de fora. Mas aqui no Senado nós podemos fazer o debate e tenho certeza de que eu, pelo menos, sei um daqueles Senadores que vai estar ao seu lado defendendo que precisamos ter recursos para que possamos remunerar o chamado serviço ambiental, o homem que preserva, aquele que quer que a sua propriedade seja para construir cada vez mais um ambiente de produtores que agreguem valor, sem atingir ou de alguma forma prejudicar o nosso meio ambiente. Eu tenho certeza de que isso é, sem dúvida nenhuma, a esmagadora maioria dos produtores rurais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a e ao passar a palavra, agora, para os relatores, eu gostaria apenas de fazer um comentário, Senador Luiz Henrique, que me parece absolutamente pertinente no que disse o Senador Waldemir Moka.

Efetivamente, uma das oportunidades que nós temos de estabelecer os incentivos econômicos financeiros, inclusive para recuperação de áreas degradadas é exatamente, agora, onde estamos tratando os passivos ambientais.

Portanto, creio que esses incentivos econômicos e financeiros são a oportunidade de nós termos um olhar diferenciado sobre o código.

A outra questão que V. Ex^a abordou com absoluta propriedade e que acho que vale apenas, inclusive, ser comentado é a questão de que existem duas questões distintas. Uma é o Ministério Público mover ações criminais sobre passivos ambientais que não estão previstos pelos decretos presidenciais que sobestaram os efeitos legais e a outra é você pegar uma lei temporalmente, por exemplo, havia uma lei que estabelecia que a reserva legal na Amazônia era de 50% e essa lei foi mudada para 80%, quando se estabelece o cálculo do passivo ambiental, pega-se como se os 80% fossem para traz.

Essa é a diferença entre a colocação que concordo e assino em baixo do Senador Moka, nós estamos juntos nisso, não há nenhuma divergência com relação a isso, há uma definição que precisa ser decidida pela magistratura nessa questão, porque há um decreto presidencial que está em vigor e o Ministério Público entende que o crime aconteceu, portanto, na via administrativa não se pode cobrar multa, não pode isso, não pode aquilo. Mas, na via judicial se pode estabelecer a culpabilidade do crime cometido quando há um decreto que sobesta essa atividade.

Feito esses dois comentários, passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, registrando o retorno do nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a nossa comissão, já tendo cumprido o dever

na Comissão de Infraestrutura. Nós estamos assim hoje, aqui. Correndo de um lado para outro, tentando dar conta das diversas comissões.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Sr. Presidente Acir Gurgacz, Sr. Expositores, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero registrar aqui duas visitas ilustres da minha terra Joinville, o Presidente da Associação Empresarial e grande e moderno produtor da indústria têxtil, Dr. Udo Dohler, e a Vereadora Tânia Eberhardt que integra o colegiado municipal daquela cidade.

Tenho dito em outras audiências que o nosso papel, do Senador Jorge Viana e meu, é semelhante à de um juiz. Nós vamos sopesando os argumentos, os dados, os números, para ao final, com a isenção que se exige do juiz, elaborarmos os nossos pareceres e desejamos, ambos, que sejam convertidos em um único parecer.

Destaco aqui, nesta rica audiência, cumprimentando todos os expositores, duas importantes assertivas que foram, em geral, por eles repetidas: comando e controle não realizam política florestal. Lembro-me até um episódio recente, da história política desse país, quando o Senador Milton Campos negou-se a assinar o ato constitucional e outro ministro, dirigindo-se a ele disse: V. Ex^a acha que o General Presidente vai usar desse ato institucional para praticar injustiças? O Ilustre Senador, então Ministro, Milton Campos que honrou essa casa, respondeu: Eu não temo o Presidente, eu temo o guarda da esquina.

Então, nós temos hoje uma política florestal que tem sido via de regra, comandada pelo guarda da esquina e nós precisamos mudar esse quadro, mudar esse cenário no sentido de mantido os necessários instrumentos de comando e controle, que são indecartáveis, estabelecemos efetivamente mecanismos econômicos que permitam o equilíbrio entre a defesa do nosso patrimônio ambiental e o desenvolvimento sustentável do país.

O Ministro José Carlos Carvalho salientou, aqui, que a grande política florestal foi àquela feita durante o regime autoritário com incentivos fiscais ao reflorestamento.

Concordo com V. Ex^a que essa foi à grande política florestal realizada nesse país. Tanto assim que na região serrana polarizada por Lajes, nós temos o segundo reflorestamento do mundo em pinus elliottii e pinus taeda. É o segundo do mundo numa pequena área do pequenino Estado de Santa Catarina. Lá estão duas mega indústrias atraídas por essa logística de reflorestamento, a Olinkraft e a Klabin.

Se bem que aquela política de incentivo ao reflorestamento propiciou o surgimento de florestas homogêneas e todos os problemas, todas as consequências para a fauna de uma floresta homogênea, seja da nativa eucaliptus, sejam das estrangeiras pinus elliottii e pinus taeda.

Eu perguntaria aos ilustres visitantes, especialmente ao nobre Ministro José Carlos Carvalho, não seria o caso de nós reeditarmos uma política de incentivo florestal com espécies nativas e espécies naturalizadas e que ainda são consideradas como exóticas para incentivar a recomposição da nossa cobertura florestal?

Eu anotei aqui, prestei bem atenção e V. Ex^a disse uma grande verdade, além do equívoco de beneficiar o reflorestamento homogêneo, V. Ex^a disse outra verdade, aquela política excluiu o produtor rural. Então, não seria o momento de reeditarmos, de nós ajustarmos com a área econômica do Governo a inclusão nesse projeto de um capítulo de incentivos fiscais ao reflorestamento? Essa é a pergunta que eu gostaria de deixar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao nosso também relator da matéria Código Florestal, nosso querido Senador, ex-governador do Estado do Acre, Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente Eduardo Braga, um colega e um dos “ajudadores” no trato desta matéria aqui na Casa. Queria cumprimentá-lo, e também o Senador Acir e o Senador Rodrigo, pela iniciativa de seguirmos fazendo algo que tem ajudado meu trabalho e do meu querido companheiro, Senador Luiz Henrique, quando temos audiências conjuntas. Estamos ganhando tempo, aproveitando o tempo dos Senadores e das Senadoras, e isso tem criado um ambiente muito positivo, como bem falou aqui até o nosso colega, Senador Moka.

De fato, eu não estive na Câmara, mas, de certa forma, aqui no Senado, nós estamos construindo um ambiente onde todos estão ouvindo uns aos outros; os convidados estão vindo e dando sua parcela de contribuição. Eu estou ouvindo muito aqui e consigo identificar uma evolução nesse processo de compreensão sobre aquilo que merece uma atenção maior, e até já começamos a nos deparar com algumas convicções sobre as soluções que devemos ter para aperfeiçoar a proposta que foi votada na Câmara a partir de uma contribuição do Senado.

É óbvio que o tema é complexo, envolve muitos interesses, mas envolve especialmente o interesse do nosso País, especialmente também no futuro.

E, essa bancada hoje aqui – eu queria cumprimentar os expositores – dá um passo também importante quando, a partir de uma iniciativa do próprio Senador

Eduardo Braga, a gente tenta buscar encontrar mecanismos de compensação por serviços ambientais para os proprietários de propriedades pequenas, médias e grandes. Então, mais uma vez, cumprimento todos e queria aqui dizer que a iniciativa do meu colega, Senador Luiz Henrique, de trabalharmos juntos e procurar encontrar soluções, tem sido extremamente positiva.

Mas, ontem, começamos uma nova etapa no trato dessa matéria aqui no Senado. Ontem, tivemos um posicionamento do Senador Luiz Henrique já na CCJ, que é um dos relatores, e o Senado agora, além de seguir ouvindo, convidando pessoas para esclarecer pontos, para nos ajudar a encontrar a melhor solução sobre determinados aspectos dessa matéria, também já está construindo propostas objetivas para o texto.

Nessa fase agora, estamos mais ligados à constitucionalidade dessa matéria. Certamente, na semana que vem, na próxima quarta, vamos estar – quem sabe – em condições de deliberar já sobre esse aspecto, mas o que ouvi hoje aqui e queria relatar é que a gente está também criando um certo entendimento.

Primeiro, que a implementação de uma legislação ambiental tão importante como o Código Florestal, diante de um passivo ambiental que o Brasil reconhece ter, tem um custo. Esse custo pode ser, se a lei estabelecer, para o produtor; pode ser diferenciado de uma região para outra, mas tem um custo.

O Ministro José Carlos colocou algumas preocupações nesse sentido, mas ouvimos aqui os ex-ministros da agricultura, e o Ministro Alysso Paulinelli frisou muito bem isto: se não levarmos em conta que tudo o que estivermos fazendo tem esse custo, podemos estar incorrendo, mesmo involuntariamente, no sentido de fazer uma lei que tenha dificuldade para ser implementada. E para lidar com isso, estamos tentando, e me parece que já estamos construindo, não diria um consenso, mas um certo entendimento de que nós vamos ter dois tratamentos nessa lei: um para situação transitória de um passivo que existe no País hoje, e um outro para aquilo que é permanente.

Então, eu já estou muito convencido de que esse pode ser um caminho. Porque, se misturarmos as duas coisas, não vamos encontrar condições e ambiente de fazer uma lei num país tão complexo, tão diferente, com tantos biomas, com tantas realidades diferentes.

Ouvindo os juristas aqui, me deu chão para os pés. Esse talvez já seja um bom caminho e eu compartilho com os colegas e convidados. Ou seja, se tratarmos os passivos, as condições reais hoje que levam inclusive em conta leis e obrigações diferenciadas que tivemos ao longo do tempo e também situações diferenciadas de propriedades até para propriedades, quem sabe a gente não mistura uma coisa com a outra e não cria-

mos um ambiente – por mais intenção que tenhamos de resolver um passivo – de abrir portas para repetirmos o que tivemos no passado no futuro.

Aí eu queria, se possível, um comentário dos nossos convidados porque tem um outro aspecto também que começa a ganhar força: de pensarmos as diferentes realidades. Quando nós olhamos a produção familiar – e aí não há nenhum preconceito contra o médio ou o grande proprietário –, quando olhamos a pequena propriedade, vemos ali uma propriedade que talvez tenha uma carência muito maior das políticas públicas adequadas, para se viabilizar do ponto de vista social, do ponto de vista econômico – especialmente – e do ponto de vista ambiental do que as outras. Que haja alguma possibilidade de acesso a crédito – mesmo créditos falhos, porque a nossa política agrícola no Brasil é muito falha, focada muito mais em produtos do que na produção, não leva em conta a propriedade, enfim, tem uma série de mazelas para quem quer produzir e criar neste País e até plantar espécies arbóreas, especialmente.

Então, eu gostaria de ver um comentário dos nossos convidados de hoje sobre se acham adequado que a gente faça uma separação no trato para que possamos ter mais um aliado na implementação de uma lei ambiental. Eu gostaria de ouvir esse comentário.

Em relação a custos, eu tenho uma visão de, se nós encontrarmos um ponto certo de termos uma boa lei ambiental, um bom Código, e que essa lei colabore para uma mudança do modelo de produção agrícola do Brasil, para que ele seja menos dependente de insumos caros, que de alguma maneira até nos foram impostos ao longo do tempo por quem dominou a tecnologia de produção e que é base de um modelo que todos nós sabemos foi imposto ao Brasil, que tem um custo elevado, seja nas sementes, seja nos defensivos, seja até no processo de correção do solo – nós temos um custo elevado –, quando se coloca a discussão de um ambiente mais equilibrado, de um manejo mais adequado de solo, com um manejo melhor de água, nós estamos falando de custo também, que normalmente a gente não considera. A gente acha que o cuidado ambiental não é um ganho monetário. É um ganho monetário, é óbvio. Vamos comparar duas propriedades, não importa o tamanho delas: uma está num ambiente equilibrado, que atende a manejos que vão do solo à água, no mesmo clima e pode ser até no mesmo bioma. E uma outra num ambiente de solo esgotado, com água mal manejada. É óbvio que nessa segunda propriedade o custo de produção certamente será muito maior.

Hoje, nós estamos experimentando uma mudança feliz e importante do consumidor. O padrão de

consumo do mundo está mudando. Os consumidores estão começando, todos nós e isso é bom – foram apresentados hoje aqui alguns pontos muito importantes que são reais, é parte do mercado – a querer saber a origem dos seus produtos: de onde vem essa carne, onde ela é produzida. Isso eu acho muito bom, só não podemos, nós brasileiros, que somos importantes nesse mercado, aceitarmos que as regras sejam feitas, em alguns casos, contra nós. Mas isso é parte da disputa.

Mas, para o ganho de um mundo melhor, mais equilibrado, nós queremos discutir qual o carro que tem maior emissão, qual o produto que tem maior risco. Isso é parte de uma conquista da humanidade. Isso também envolve custos. E todo o aparato que temos hoje de financiamento, lamentavelmente, está ainda muito voltado para atividades de um modelo insustentável.

O proprietário que quer ir para dentro do Código Florestal hoje, como disse o Senador Moka, não tem amparo. Aumentam os custos dele e, se ele quiser cumprir à risca o que está na lei, vai ter extrema dificuldade, porque o aparato não é voltado para isso. Daí que temos de ouvir as diversas posições, e estamos fazendo isso quando ouvimos um Senador que, independentemente de ter ou não propriedade, lida com a realidade, está perto de quem produz, de quem cria, de quem planta. Gente, a realidade real tem muito a nos ensinar! Eu e o Senador Luiz Henrique temos procurado ter contato com quem vive o mundo real, enfrenta as dificuldades para produzir, plantar e criar. E há também a ciência: estamos buscando aliar o conhecimento técnico-científico à realidade real. Isso pode nos ajudar a pensar o que é melhor do ponto de vista estratégico para o nosso País.

Eu não queria me alongar, mas gostaria de ouvir um comentário também sobre a parte dos custos, ou seja, sobre a separação da pequena propriedade da grande, da lei de transição da lei permanente. Ou seja, junto.

E quando a gente fala de custos... Eu já falei com a Ministra Izabella, tenho conversado com ela, assim como o Senador Luiz Henrique. Estamos convencidos da necessidade, na elaboração desta lei, de encontrar uma mudança forte no financiamento, seja da produção agrícola, da pecuária, da agropecuária de modo geral, para quem quer plantar florestas. Se não trabalharmos bem isso, as compensações, nós vamos ter problemas.

Os incentivos devem ir para quem preservou e para quem quer vir para a lei. É preciso tratar disso paralelamente. Tem gente que tem de receber incentivo porque fez tudo dentro da lei, mas tem gente que quer sair da situação em que está e não pode, não está capitalizado, não tem condições. É preciso haver

linhas de crédito para isso, porque aí vem a política do ganha-ganha também: o meio ambiente ganha também.

Então, para não me alongar, mas há uma questão que acho que vale à pena o Virgílio comentar um pouco mais, porque é um assunto novo, que me preocupa. Mesmo sendo da Amazônia, tenho receio dessa proposta – o problema não é fácil de solucionar, e não sei se essa é a melhor solução. Eu entendo que temos de trabalhar situações diferentes, como a que temos em São Paulo por exemplo, onde a terra é cara e as reservas de florestas nativas são escassas.

Há uma discussão em curso no sentido de fazer a compensação, ou parte da compensação, no mesmo bioma ou na mesma bacia hidrográfica, até em outro estado. E há gente trabalhando... Acho que o Senador Eduardo trabalha também, eu estou com algumas pessoas me ajudando. Tem de haver uma economia nova nisso, senão você resolve o problema num estado e engessa outro. Isso deve ganhar uma dinâmica diferente – é importante o trabalho que vem sendo feito; o Virgílio, por esse lado, ajuda –, na qual a preocupação com o meio ambiente passe a ser negócio, e um bom negócio.

Mas me preocupa muito, Virgílio, a gente mudar de bioma, admitir que a compensação do bioma da Mata Atlântica possa ser feita na Amazônia. Aí complica muito, a gente perde um pouco de chão – e gostaria de ouvir também o comentário do Carlos –, chão no principal argumento. Se for assim, a gente vai poder dizer que a reserva legal na propriedade não é tão importante assim, a gente começa a entrar numa outra esfera de discussão. Alguém pode dizer que o Brasil pode fazer um investimento, comprar algumas áreas de floresta na Bolívia e no Peru e fazer a compensação na Bolívia e no Peru para poder usar a nossa área – alguém extremado pode chegar a esse ponto.

Temos de ver qual é o ponto de equilíbrio a que podemos chegar para resolver um problema que é real. Ora, se não tem Mata Atlântica, se o Estado de Santa Catarina precisa fazer a compensação na mesma bacia hidrográfica, num outro estado... Mato Grosso do Sul está ali, próximo, São Paulo. Até aí, é um ambiente. Agora, acho muito perigoso extrapolar e fazer em biomas diferentes. Mas eu gostaria de ouvir o comentário do Virgílio, porque acho que a essência da proposta não está, na minha concepção, em encontrar mecanismos. O mérito e a contribuição da proposta... Estou aqui buscando o que há de bom na fala de cada um que vem aqui, o que pode ter de colaboração. E suas contribuições são enormes.

Então, eu queria focar no seguinte: o mais importante que eu acho que o Senador Eduardo Braga está fazendo – e a Comissão de Ciência e Tecnologia está

trazendo – é o debate quanto a criarmos um mecanismo dinâmico de compensação, e não apenas uma coisa para atender uma lei, por obrigação. O Senador Eduardo Braga tenta transformar isso em mais um negócio sustentável, que tenha mercado, assim como o colega Virgílio, que é um conhecedor profundo da Amazônia e do Brasil. Eu acho que esse é o mérito.

Quanto ao aspecto de apenas compensar o bioma, isso para mim não é o mais importante. Eu quero pegar é o que de muito bom foi colocado hoje aqui. Então, esse era um aspecto que eu queria... É mais um comentário, que coloco como preliminar. Mas quero agradecer a contribuição, porque acho que é por aí que vamos encontrar a solução, como o Virgílio está trazendo.

E a última coisa, mesmo. Penso que precisamos tratar... Eu queria ouvir um comentário de nossos convidados. Temos uma realidade pensando só no passivo que temos que solucionar. Em seu Estado, Ministro, há situações de áreas de APPs em algumas propriedades que realmente foram eliminadas, não importa se média, grande ou pequena; algumas propriedades que não têm reserva legal, ou seja, você perdeu a cobertura, não existe; e proprietários que querem recompor, e aí eu separo reserva legal de APP, pela importância – e aí, Carlos, também, se você pudesse fazer. Está no texto que, na recomposição de onde não há cobertura florestal, foi perdida, você pode usar ou não, em parte – aí não estou querendo discutir o percentual, está se falando de 50% –, florestas de rendimento. Para recompor.

Porque o que acontece hoje, gente? Eu tenho uma propriedade. Eu tinha uma APP. As APPs, normalmente, em uma propriedade, estarão variando, segundo dados a que estamos chegando... De 15% a 20% de uma propriedade pode-se considerar área de APP. E mais a reserva legal. Em uma propriedade, são muitos os casos em que não existe uma coisa e apenas um pedaço de outra. Você tem que recompor. Temos de criar mecanismos de recomposição nessas áreas. Há pessoas que não vão querer comprar áreas para compensar e nem têm dinheiro. Querem recompor ali. Vamos ter de dar incentivo, apoio, crédito para isso.

Parte, por exemplo, de reserva legal. Como é o comentário do José Carlos, que tem um conhecimento profundo disso, e dos colegas, o próprio Virgílio, o Carlos? Parte da recomposição do que não existe ser feita com floresta de rendimento, como vocês observam isso? Porque, no fundo, na minha observação, vamos supor que o proprietário esteja usando a reserva legal para uma atividade econômica. O que era reserva legal. Ele está criando gado, ele tem uma criação onde deveria ser reserva legal. E onde deveria ser APP ele

também tem uma extensão dessa criação. Nós vamos impor a ele o seguinte: “Você retira sua atividade econômica e inicia uma atividade de custo”. E de despesa, nessa fase em que a propriedade dele está. É muito difícil fechar essa equação. Eu vou criar uma lei que diga: “Olha, onde tem sua atividade de pecuária, sai, faz uma cerca, isola; onde tem a APP em que você estava criando gado, fora da lei, tira, isola também; agora, além de você não ter mais renda nessa área, você vai ter o custo de recompor”. Por isso o custo é tão importante. Nessa recomposição e nesse caso de ser uma área que estava degradada, obviamente, uma parte tem de ser recuperada com a cobertura nativa. Comentário: mas até que ponto deveríamos abrir para uma atividade econômica de floresta de rendimento, até para responder outra coisa de reserva legal? Porque aí eu tenho uma reserva para atender o proprietário em alguns insumos de que ele precisa para manter sua atividade na parte em que pode ter atividade.

Esse era um comentário. Além do mais, quero muito agradecer e dizer que, no que puder, estarei sempre com o Senador Luiz Henrique, como estamos fazendo, ouvindo e tentando extrair o de positivo e o de bom que estamos tendo, e não é pouca coisa, nestas audiências conjuntas que, graças à condução dos Presidentes das Comissões, estamos tendo aqui no Senado.

Muito obrigado.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Questão de ordem, Sr. Presidente, só para fazer um pequeno comentário a respeito... Nobre colega, eu acho que vamos fazer um trabalho, criar a lei do Código Florestal, dentro daquilo que não venha prejudicar ninguém, salvo aquele que fez uma coisa muito errada. Nós cometemos erros, mas houve órgãos ambientais que também os cometeram.

O Senador Luiz Henrique me fez recordar que, no meu tempo de jovem, o meu pai tinha uma madeireira, e tínhamos de plantar lá ou tínhamos de pagar alguém para plantar. Hoje, por isso, Santa Catarina é um cartão de visita nessa parte do florestamento. Quantas indústrias que, na terra natal, entraram! Há grandes madeireiras lá dentro, no lugar em que nasci. Vejam bem! E, naquela época, não havia mais nenhuma madeirinha para serrar.

Em 1977, fomos para Rondônia, saímos do oeste catarinense, nós nos mudamos de uma cidade do interior, Concórdia. Lá começamos a mexer com madeireira também em 1980 e tivemos de pagar sempre a reposição florestal para o Ibama, que não nos autorizava a plantar ou a pagar para plantar. Era feita a reposição florestal para o Ibama. Mas vejam bem: onde o Ibama plantou um pé de árvore? Para alguém

que descobrir onde o Ibama plantou um pé de árvore, dou uma Mercedes-Benz importada para cada pé de árvore plantado. Vejam bem!

Portanto, foram cometidos grandes erros pelos órgãos ambientais. Vamos lá! Eu só quis fazer um pequeno comentário a esse respeito, porque, mesmo com essa reposição florestal que pagávamos, que o grande madeireiro sempre pagou, não se vê um pé de árvore em parte alguma. Era isso o que eu queria dizer. Mas vamos trabalhar de mãos dadas, sem criar confusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Cassol, quero dizer que o Senador Jorge Viana acaba de se inscrever para buscar essa Mercedes. (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Esse é o único jeito de eu ter uma Mercedes. Mas nem sei se quero.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, eu gostaria de registrar a presença aqui, neste debate, dos seguintes Prefeitos do Estado do Amazonas: Prefeito Fernando Falabella, de Urucará; Prefeito Carlos Amora, de São Sebastião do Uatumã; Prefeito Mário Litaiff, de Alvarães; Prefeito Nadiel, de Itapiranga; e Prefeito Vanderlan, de Autazes. Também estão presentes Vereadores e Presidentes de Câmaras do interior do Estado do Amazonas, como Cecílio Corrêa e João Jefferson, entre outros. Todos estão hoje em Brasília, por serem do PMDB, e vão participar, Senador Luiz Henrique, do nosso encontro do PMDB hoje, à tarde. Eles terão a oportunidade de ouvir V. Ex^a, como um dos oradores do nosso Partido, nesse encontro do fórum nacional e municipal, olhando para a questão das eleições do próximo ano. Portanto, quero registrar isso e agradecer a todos a presença.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Vou passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Acir Gurgacz.

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parabéns, Senador Eduardo Braga, pelo prestígio que o senhor tem não só no seu Partido, o PMDB, mas também e especialmente na Amazônia!

Eu queria agradecer-lhes. E peço desculpas aos expositores. O tema do Código Florestal tem sido prioridade na minha agenda parlamentar. Porém, hoje, eu tinha requerido uma audiência pública para discutir a questão do *crack* e um projeto de lei muito importante do Senador Demóstenes Torres. Mas deixei minha assessoria lá, para eu poder acompanhar a reunião aqui.

São poucas as questões de que eu gostaria de tratar. Eu gostaria que o Dr. Condorelli respondesse a alguns questionamentos que o Senador Eduardo Bra-

ga fez, estabelecendo dúvidas a respeito dos dados trazidos aqui.

Mas eu queria começar pelo Dr. Carlos Eduardo Young, que declarou que o Brasil é o maior emissor de carbono do mundo.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Não, não. É um dos maiores emissores de carbono. É o maior em termos de desmatamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um dos maiores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É importante apenas registrar, Senadora, o seguinte: em termos de carbono proveniente do desmatamento, o Brasil, efetivamente e lamentavelmente, é o maior emissor do mundo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, já está explicado: é a questão do desmatamento.

Dr. Young, sou de um Estado que tem uma preocupação muito grande com a questão da preservação do meio ambiente. É um Estado agrícola, que tem um PIB agrícola com um peso significativo, mas é um Estado que pratica a agricultura de baixo carbono, com plantio direto na palha, com agricultura de alta precisão, com biotecnologia, que é uma forma, também, de aumentar a produtividade em menor área.

Então, se se considera também isso numa avaliação geral, sob o ponto de vista da produção agropecuária moderna e de produtores, e se essas práticas, o senhor não as considera como preservacionistas.

Então, para o senhor, é essa a questão.

Para o Dr. José Carlos Carvalho, que tenho o prazer de reencontrar: diante da atual situação, Dr. Carvalho, da produção nacional, de que forma é possível utilizar o pagamento por serviço ambiental também como um dos mecanismos para a manutenção das safras agrícolas brasileiras?

Dr. Eduardo Condorelli, uma vez que o senhor informou não haver mais fronteira agrícola no País e que a legislação atual exige redução da área de produção, eu indago: não é temerário considerar que a manutenção da produção nacional dependerá somente do aumento da produtividade? E como fica o cenário brasileiro com a incumbência de ampliar, mesmo com o aumento da produtividade, sua área de produção em mais de 12 milhões de hectares até 2050?

São essas as minhas questões para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra, agora, ao nobre Senador Blairo Maggi, para as suas colocações.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimos o Presidente Eduardo Braga, o Presidente Acir, os

demais Senadores e Senadoras aqui presentes e os nossos convidados.

Primeiro, eu queria pedir desculpas, também, por não ter podido estar aqui desde o início. Eu também tenho dado prioridade 001 a esse assunto, mas hoje eu tinha um evento fora ao qual não tive nem como mandar representante, nem como adiar. Então, quero pedir desculpas a vocês.

Como eu não acompanhei, então, as explanações, mas a minha assessoria ficou aqui e me disse que já está no meu iPad, à tarde eu vou dar uma olhada no que foi explanado aqui.

Quando cheguei, logo o Governador e Senador Luiz Henrique fez uso da palavra e entrou na questão do reflorestamento, e aí eu quero também fazer a minha observação.

Acho que o que o Senador Eduardo Braga vem buscando, com o apoio de todos nós que vivemos na Amazônia e, principalmente, fomos governadores dos Estados amazônidas... Nós todos queremos uma fórmula de ter, nas nossas florestas, nos estoques de florestas que nós temos, algo a ser pago por isso. Como é que nós vamos ser remunerados por isso, não é?

Então, eu quero me associar ao Senador Eduardo. A busca desse mecanismo é importante, como o Senador Jorge Viana aqui colocou também, e o Senador Luiz Henrique.

Nós temos, eu acho, um entendimento político. Ouvi o Senador Moka também, outro dia, e não há ninguém contra isso. O problema é como nós vamos encontrar e quem vai pagar.

Eu até diria o seguinte: se não tivermos quem pague agora, pelo menos vamos deixar um mecanismo pronto para que nos paguem no futuro.

Aí, quero associar a questão do reflorestamento, que foi colada.

Na medida em que, no País, tivermos políticas que façam com que as áreas de reflorestamento sejam aumentadas, a exemplo do que foi feito, na época, em Santa Catarina, no Paraná e em outras regiões, na medida em que nós tenhamos mais áreas reflorestadas, nós teremos menos pressão sobre as áreas de matas nativas. Bom, menos pressão significa, também, menos exploração de madeira, menos atividade econômica na região. Uma coisa está ligada à outra.

Ali em Mato Grosso, por exemplo, na região sul do Estado, em Rondonópolis e Cuiabá, não é difícil, Senadores, vocês verem caminhões de madeira para caixaria, não caixaria de construção, mas de embalagem e coisa parecida.

Você já vê, hoje, madeira subindo de Santa Catarina, do Paraná e indo a Mato Grosso, indo a Mato Grosso do Sul, com toda certeza, ao centro-oeste, onde

tem um estoque de madeira muito próximo, que é no próprio Mato Grosso e na própria Rondônia, também.

Então, na medida em que nós vamos incrementando, cada vez mais, o reflorestamento, nós vamos diminuindo a pressão sobre a floresta.

Aí, se torna importante, Senador Eduardo, a sua luta, a luta de todos aqueles que estão nessa... Olhando a floresta nessa ótica, efetivamente, nós precisamos ter algo em troca pela preservação, porque até aquele pouco de atividade econômica, que nós temos hoje, nas áreas de reserva legal em que é permitido fazer o manejo florestal, no futuro, nós não a teremos mais. Para mim, isso é bem claro! Nós, com o passar dos anos (sei lá, 20 anos, talvez nem isso), não vamos ter mais as atividades madeireiras naquela região norte do País porque vai ser muito mais barato levar madeira de volta reflorestada.

Falava eu aqui ao Governador Luiz Henrique que me dizia que a floresta homogênea traz problema... Sim, ela traz problema, mas aí temos outros instrumentos que são os zoneamentos, o de não permitir que façamos um estado inteiro de eucalipto, como aconteceu lá no Espírito Santo em uma grande região. Aí, efetivamente, você tem problemas com a fauna e com a flora. Então, o próprio zoneamento agroecológico vai determinar onde você pode fazer esse tipo de coisa. Assim tem de ser com a cana, assim tem de ser com a soja, assim tem de ser com a pecuária... Quer dizer, nós temos outros instrumentos para fazermos isso.

Então, Senador Eduardo e Senador Gurgacz, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer, mas ao fazer esta observação de que a busca pelo mecanismo de RED é importante para não só a manutenção das florestas, mas também para que os Estados do norte do País, os Estados amazônidas, tenham a possibilidade, no futuro, de ter alguma renda sobre as florestas que eles detêm em seus Estados e Municípios.

Então, seriam essas minhas observações e cumprimento-os, mais uma vez, por esta audiência pública, e dizer que estou bastante satisfeito também da forma como as coisas vêm sendo conduzidas. Espero eu... Nosso nobre Relator de três Comissões junto com Jorge Viana... O tri-Relator... Esperamos e vamos ajudar e vamos trabalhar. Vai acontecer de chegarmos com um relatório nesta Casa único e de consenso ao final para que a gente possa votá-lo ainda neste ano, no dia 20, conforme o previsto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. V. Ex^a tem toda razão quando diz que há uma vontade política, de todos nós Senadores, no sentido de que ninguém

quer o desmatamento no País e o que queremos, sim, é dar uma remuneração...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senador, só para não passar sem dizer...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu, por exemplo, quero deixar aqui registrado de que aquilo que a lei permite que seja feito todos terão o direito de fazer. Não quero dizer assim que será zero, zero de tudo... Não! Tem coisas que vão ser feitas porque a lei permite que sejam feitas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É aquela tese de desmatamento ilegal zero! Isso é o que todos nós defendemos. Ninguém está propondo algo diferente. E há um consenso entre os Senadores com relação a isso e também com a remuneração para quem está fazendo esse trabalho de preservação e que também queira fazer da preservação um grande negócio. Isso é uma oportunidade de que estamos tratando e que pode ser feita e pode ser colocada no Código Florestal, como a preservar ser um negócio financeiro e lucrativo para a população brasileira. O problema é: a fórmula, a fórmula e quem vai pagar... V. Ex^a colocou muito bem.

Dando prosseguimento a nosso debate, passo a palavra, para responder às indagações, ao Dr. Eduardo Condorelli, para que possa responder a nossos Senadores.

O SR. EDUARDO CONDORELLI – Muito obrigado, Senador Acyr.

Tem uma série de perguntas. Vários Senadores... Mas vamos buscando os pontos que a gente tem condições de colaborar na discussão.

Senador Rollemberg colocou a questão da isenção do ITR como incentivo...

Eu acredito que, obviamente, como qualquer isenção tributária, ela é sempre muito bem-vinda. Não há possibilidade nenhuma de dizer que não seria de bom grado a isenção do ITR. Ele fala, inclusive, para os pequenos produtores de até quatro módulos. Mas eu creio que o valor efetivamente pago pelos produtores rurais, em termo de ITR, principalmente para aqueles que têm até quatro módulos, não seja suficiente para considerar que esse é o grande mecanismo de incentivo. Acho que deve existir esse mecanismo, acho que deve haver essa possibilidade, porém é muito importante lembrar também que, quando se trata de ITR, esse imposto está municipalizado, ou seja, quem abrirá mão de receita será o Município, não o Estado, não a União.

Ele comentou também a possibilidade da questão de haver um número expressivo de hectares de áreas improdutivas de pecuária ou de baixa produtivi-

vidade. Primeiro, é muito importante entendermos os critérios que foram adotados para o estabelecimento dessa baixa produtividade, porque várias entidades, vários institutos utilizaram critérios diferentes a tal ponto que esses números variam em algumas dezenas de milhões de hectares, olhando de um para outro. É importante saber o que é improdutividade. No Estado do Rio Grande do Sul, dizer que o produtor que tem 0,8 cabeça por hectare é improdutivo é absolutamente um contrassenso com a preservação ambiental, já que o campo nativo, a pastagem natural não permite uma carga muito maior que essa. Então, efetivamente, é importante estabelecermos quais foram os critérios adotados. De qualquer forma, considerarmos que o aumento da produtividade é a efetiva solução para que possamos desocupar parte da área da produção em prol do meio ambiente também deve levar em consideração o fato de que estamos, então, aumentando o custo de produção de uma área menor da propriedade, ou de 70% ou de 80% ou de 60% da propriedade, dada a necessidade de maior tecnologia, para a manutenção de uma mesma produção nominal. Consequentemente, a princípio, o custo de produção por unidade produtiva tem tendência a ser maior. É importante levarmos isso em consideração, porque, estabelecendo somente responsabilidade para a produtividade, é muito importante termos o cuidado de verificar a relação custo-benefício da tecnologia.

Rapidamente, aqui, a questão do pagamento dos serviços ambientais. O Senador Jorge Viana comentou entender que havia a necessidade de dois grandes mecanismos: um de pagamento para serviços ambientais ao produtor que, efetivamente, conservou a sua área dentro do que era possível ele conservar, dentro da legislação; e outro financiamento para aquele que terá de recuperar, aquele que terá de investir na recuperação do meio ambiente. Eu acredito que o Código Florestal que ora está em composição deveria contemplar cinco situações diferentes. Efetivamente, primeiro, o produtor que protegeu, que conseguiu conservar precisa receber uma remuneração para se manter nessa condição, desde que a pressão econômica é muito grande para que ele a deixe. Há também necessidade de financiamentos para a atividade de recuperação daqueles que terão de recuperar. Esse é outro mecanismo que deve ser pensado. O produtor – independentemente de escala, pequenos, médios e grandes – não dispõe, hoje, no Brasil, de recursos suficientes para esse tipo de recuperação. Consequentemente, como fica a vida desse produtor, depois que recuperou o meio ambiente? Ele também poderá ou não fazer uso do pagamento por serviços ambientais de uma área que foi recuperada por ele. E, efetivamente, outras duas situações, porque

existem produtores e estabelecimentos rurais que não terão condições talvez nem de manter e muito menos de recuperar. Terão produtores que, necessariamente, precisarão da consolidação das APPs e do uso da temporalidade para a questão da reserva legal.

Com relação ao comentário do Senador Eduardo Braga de que os dados talvez induzissem a uma interpretação equivocada, primeiro, como oriundo da academia, eu não poderia, em hipótese alguma, me furtar de trabalhar com dados técnicos. Obviamente, na estrutura que se dispõe com maior volume financeiro de investimentos em ciência, uma delas está na Embrapa. Os dados que foram aqui apresentados em termos de percentual de reserva legal e Área de Preservação Permanente são oriundos do estudo da Embrapa monitoramento por satélite, sensoriamento remoto. Efetivamente, Senador Gurgacz, eles são números, quando comparados aos do Ipea, da ABC, da SBPC e da USP, menores em áreas de déficit que todos os outros apresentaram. Então, efetivamente, o número de 57,4 milhões de hectares, independentemente da forma como que se chegou a ele, é o menor de todos os cortes necessários, pela luz da ciência. A ciência toda apresenta mais. O pesquisador Gerd Sparovek, da Esalq, da USP, apresenta um déficit de 83 milhões de hectares. No nosso estudo, foi estabelecido que, para desconto dos 93 que apresentávamos, o produtor já estaria oferecendo 35 a mais de vegetação nativa que ele dispõe na propriedade, independentemente de ela estar qualificada como APP ou reserva legal. Então, o número é o menor de todos, apesar de que, obviamente – e eu até me coloquei à disposição do Senador Eduardo –, é preciso de um debate paralelo depois para ver se esses números efetivamente consistem.

De qualquer forma, o número de 57 milhões de hectares – o número de 24,7% da área de produção agropecuária do País – é extremamente gritante. Se não for esse o número, continuará sendo, por menos que seja, um número gritante, igualmente – significativo em importância para a economia e para a sociedade brasileira.

Esse é o grande problema. Não vamos prender-nos a números que podem caminhar 6% ou 7% para cima ou para baixo. Esses números continuarão sendo extremamente expressivos para a nossa sociedade.

Com relação ao Senador Luiz Henrique, à redução de incentivos de reflorestamento, acho que isso é fundamental, Senador. A própria Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, critica o fato de a silvicultura ter uma participação pífia no PIB agropecuário do Brasil. Então, é necessário, realmente, revermos a possibilidade de ampliação dessa área.

E, também comentando, o Senador Jorge Viana ainda colocou que temos de mensurar esse esforço. Aí, dentro daquela questão que vimos comentando, ou seja, a necessidade de pagamento por serviço ambiental para quem preservou, a necessidade de pagamento por serviço ambiental para quem já recuperou pós-recuperação, a necessidade de financiamento para proceder à recuperação, efetivamente é necessário estabelecer o que se está deixando para trás, quando se parte para esse momento. Temos de entender que o Brasil dispõe, no ano de 2011, de uma realidade. E necessariamente precisamos saber quais serão as consequências dos nossos atos, dos atos dos Senadores ao elaborarem uma nova lei, para a realidade atual do País.

O que será da sociedade brasileira, que ora conquista seu espaço no mundo? Um País que sempre foi o país do futuro e que ora conquista seu espaço no mundo está pensando agora em rever alguns pilares da sua economia.

É importante. É importante levar em consideração o meio ambiente? É absolutamente importante, inclusive para o meio agropecuário. Agora, é importante levar em consideração que também temos questões econômicas e sociais para levar em consideração.

A questão de insumos. O Senador Jorge Viana comentou a preocupação com o uso maior de insumos, e acho que ele está coberto de razão, quando se preocupa com isso – com agrotóxicos. Mas é importante lembrar também que somos o maior país agrícola do mundo tropical, e, na zona tropical, a coisa é diferente. A presença de pragas e parasitas é muito maior. Nós temos de estabelecer, efetivamente, até que ponto estamos abusando, mas até que ponto, realmente... Numa economia, numa agricultura tropical, efetivamente não vamos acabar, por nível médio por hectare, usando um pouco mais que os demais. É importante usar a ciência, talvez, para isso, para que possamos efetivamente saber se não estamos partindo para uma situação inviável para a nossa economia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO CONDORELLI – Também. Verificar qual é a possibilidade e a eficácia.

Eu acho que, de forma geral, o nosso estudo procura trazer para cá... O objetivo principal não é trazer um terrorismo no sentido de que vai acabar a agricultura, de que vai acabar a economia, de que o País... Não. É importante... Só gostaríamos de lembrar que, como disse o Senador Jorge Viana, existem custos, e pretendemos, com esse trabalho, apresentar, de alguma maneira – e gostaríamos que houvesse outros, para que pudéssemos debater –, que custo aproxi-

madamente isso deverá ser, para que possamos, ao dimensionar os pagamentos por serviços ambientais, saber de quanto em termos de recursos estamos falando, de quantos bilhões de reais ou de quantos milhões de reais ou de quantos bilhões a cada dez anos. Efetivamente, temos condição de dimensionar quanto precisa ser providenciado, para os pagamentos de serviços ambientais em nosso País.

Acho que procurei responder... Ah, não. A Senadora Ana Amélia me fez uma pergunta sobre a questão da falta da fronteira agrícola. Realmente, Senadora, comentei a questão da produtividade. Preocupa-me termos, somente sobre a ampliação de produtividade do País, a única possibilidade de ampliação da produção ou pelo menos da manutenção, dada a redução de área.

A ampliação da produtividade vai passar necessariamente por política pública. Não há condições, não há possibilidade de a iniciativa privada resolver uma redução de 20%, 22%, 24% ou 26% da área de produção. Necessariamente, precisaremos de política pública.

Aí temos de ver qual é a capacidade do Estado brasileiro de fazer com que isso aconteça, não por vontade, mas pela necessidade de não deixar a economia e a sociedade brasileira participar de um retrocesso.

Com relação aos doze milhões, Senadora, preocupa-me também. Estamos discutindo muito sobre dimensionar, no nosso Código Florestal – temos acompanhado os debates –, o tamanho da redução: quantos por cento vamos reduzir da área de produção, se são 12%, se são 15%, se são 25%, se são 14%? O próprio relatório que ora está sendo apreciado pela CCJ não resolve os 57 milhões de hectares. Segundo a Embrapa, os 48% de cobertura nativa que deveriam vir nas propriedades, nas áreas ambientais, retrocedem para 26 milhões. Ou seja, a redução da área de produção de 25, talvez, venha para 12 ou 15. Continuará havendo uma redução da área de produção, mesmo esse que está hoje, porque ele não consolida tudo e nem pode. Existem situações de risco que, necessariamente, vão precisar ser retroagidas.

Efetivamente, preocupa-me nós não estarmos preocupados em dizer como será – em termos médios nacionais, lembrem-se de que nós já estamos ultrapassados em 57 milhões a meta do nosso direito – efetivamente como será para nós podermos ocupar os 12 milhões de hectares, que a FAO diz que é parte do Brasil na ampliação na área de produção agropecuária do mundo até 2050. Ou seja, é importante que esse Código também preveja isso, porque, em termos médios nacionais, a redação que ora temos não prevê a possibilidade desses 12 milhões de hectares. Em termos médios estaduais, os números estão ali.

A gente viu que quase todo mundo já chegou ao seu limite. Em termos municipais, eu tenho certeza de que há Municípios que não desbravaram o que poderiam, mas há Municípios que desbravaram muito mais do que poderiam. Em termos de propriedade, na medida em que o satélite nos permitir, nós vamos aproximando a informação para Município e, quem sabe, um dia, para propriedade.

Acho que, em termos gerais, Senador Acir, era isso.

Agradeço e, mais uma vez, peço desculpas pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Condorelli, por suas colocações.

Eu passo a palavra ao Dr. Virgílio Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Eu gostaria de, inicialmente, parabenizar os Senadores por aquilo que eu caracterizo como um clima radicalmente diferente no Senado em relação à Câmara. O que vejo aqui, da parte de todos, é uma convergência, uma convergência em torno da ênfase econômica para conservação e recuperação das florestas. Acho que esta reunião vai ser uma contribuição muito importante.

O Senador Rollemberg, que já não está mais aqui, levantou a questão de onde sairá o recurso para esses investimentos. E, a meu ver, este, talvez, Senador Luiz Henrique, pudesse ser uma das contribuições mais importantes da primeira revisão, quando sair da CCJ: elencar todos os mecanismos de financiamentos que nós podemos para essa atividade de remuneração do produtor. Acho que isso pode criar a principal ponte entre aqueles que são ligados à produção agropecuária e os ambientalistas. Acho que essa, talvez, possa ser a contribuição mais importante de todas.

Com relação ao Senador Braga, que falou sobre o relatório da CNA, da análise da CNA, apresentada pelo Professor Eduardo Condorelli, acredito que o ponto principal é a irretroatividade da lei e a temporalidade dessa análise. Então, a discrepância dos números mais objetiva decorre disso. Então, a minha sugestão é seja feita outra versão visto que este já é outro momento. A questão da temporalidade da lei, do ponto de vista do debate, a meu ver, superada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Virgílio, só uma observação que ele fez: de todos os números apresentados, o número apresentado pela CNA é o menor.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – O que mostra que os números, mesmo feitos por pesquisadores, não são ciência exata; dependem das premissas.

Eu sou também pesquisador, sou oriundo da área acadêmica e sei que todas as contas que fazemos dependem das premissas que são consideradas. Então, talvez, seja oportuna uma aproximação desses números e uma revisão das premissas que foram utilizadas.

A meu ver, o comentário do Senador Cassol foi muito ilustrativo para que a gente veja o outro lado da moeda. Nós estamos falando em custos – recuperar uma APP tem um custo, etc –, mas nós deveríamos também falar dos ganhos, e o Senador falou dois números. Se eu me recordo bem, a PCH, que tem uma boa cobertura de mata nas suas nascentes, perde apenas 20% de sua vazão na seca; e aquela que foi muito desmatada, perde mais de 50% da vazão na seca, quase 80%. Então, esse delta dos 30 para os 80 é um ganho. Então, a gente tem que computar não apenas o custo, mas o ganho, porque, muitas vezes, quando a gente faz análise – é o prejuízo, a perda, etc, o Brasil vai perder... Bom, é uma mudança de economia. Não é só perda, não é só custo, Há ganhos.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Uma questão de ordem.

Se quiserem que eu leve os faturamentos para mostrar os faturamentos das usinas, eu trago até isso aqui. É uma realidade, dá bem o contrário.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Acho que é uma coisa que o senhor diz a partir de uma vivência pessoal, própria, e que a ciência mostra isso muito claramente. Existe um ramo da ciência chamado Manejo de Bacias Hidrográficas, por meio do qual a gente estuda o fluxo de bacias hidrográficas, com diferentes coberturas de uso da terra.

Então, isso é mensurável. Nós temos que contabilizar isso.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só um pequeno aparte. A mata atrai quando chove. A chuva filtra no solo e, pode notar, no rio que está coberto de mata, a água desce limpa, bem ao contrário de onde está desmatado. Nisso aí a água vai lá em cima, desce que nem um barro, dando esse tumulto grande e tudo e depois some.

E, assim, onde tem mata vai absorvendo aos poucos depois.

Obrigado.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Isso que o senhor está dizendo tem total ressonância na academia. O senhor está falando a partir de uma vivência prática, mas a Ciência Florestal, a ciência de bacias hidrográficas diz exatamente isso que o senhor está dizendo. O senhor está certíssimo!

Um outro ponto que nós... Isso entra nessa conta dos 30 bilhões de passivos do setor elétrico, que o Senador Braga mencionou, e isso é algo que deveria

ser considerado. Quer dizer, se o setor tem 30 bilhões a recuperar, isso não é só um custo; é um investimento. É um investimento porque vai aumentar a geração de energia elétrica com a recuperação da floresta.

A mesma coisa, o mesmo raciocínio análogo a isso eu diria que nós podemos fazer para a recuperação de APPs para a agropecuária, viu, Senador Moka? O senhor falou também da questão do custo para a agropecuária.

Da mesma forma como fazemos um raciocínio para as hidroelétricas, nós podemos fazer um raciocínio para a produção agropecuária. Recuperação de florestas tem um custo, mas ela tem um benefício.

Houve uma apresentação muito interessante aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, feita pelo João de Deus, do Ministério do Meio Ambiente, mostrando os dados econômicos da polinização sobre a produtividade de laranjais em várias partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos. E esse serviço ambiental está associado à recuperação das florestas. Então, recuperar as florestas, por um lado, tem um custo, mas, por outro lado, tem um benefício.

Então, é muito importante que a gente olhe isso de maneira não emocional, de maneira que a gente possa ver os dois lados dessa equação. A recuperação de nascentes tem um ganho para o produtor. Ela tem um custo, mas tem um ganho. Então, acho que, se nós computarmos os ganhos, vamos ver um cenário não catastrófico, mas um cenário positivo, especialmente se esse agricultor for incentivado a plantar.

Acho que a grande falta que nós temos hoje no cenário rural brasileiro é a falta de incentivos, desde a assistência técnica até insumos, e até pagamento – como eu mostrei aqui, da Costa Rica – para o produtor ser incentivado a recuperar e a conservar suas florestas. Se nós conseguirmos colocar essa equação, nós vamos ter, na verdade, um ganho com o aumento da floresta.

E, nesse aspecto, eu acredito que a análise feita pela CNA é uma análise que pode evoluir porque não é só uma análise de perda de terras, mas uma análise em que se tem de considerar também os ganhos disso. A recuperação ambiental é boa para o produtor.

O Senador Moka levantou aí um questionamento a respeito do meu posicionamento sobre os agricultores. Eu tenho uma visão muito favorável dos agricultores, pois minha família está toda ligada à produção rural.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Questionei a sua afirmação. Você afirmou que, na discussão da Câmara, nós tínhamos de mudar o equívoco de que o produtor tem de enxergar a floresta como uma coisa boa e não como uma coisa ruim para ele. E eu

questiono essa sua afirmação porque eu desconheço o produtor que acha que a floresta seja ruim para ele.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Quanto à minha afirmação, eu vou lá atrás, na história do Brasil. E, inclusive, escrevi um capítulo de um livro sobre isso, que chamo de paradigma do mato.

Existiu, na história brasileira, um incentivo à eliminação do mato, com a ideia de que o mato era uma coisa ruim. Se o senhor se lembrar bem, a política fundiária do Incra estava vinculada à demonstração, pelo agricultor, de que ele tinha limpado o terreno. Aquilo era considerado benfeitoria. Todas as políticas públicas de incentivos fiscais foram relacionadas a não usar bem o mato. Infelizmente, o pau-brasil se acabou. Não soubemos fazer o manejo do pau-brasil. Infelizmente, no sul do Brasil, não soubemos fazer uso da araucária. Quer dizer, quando falo do mato, não estou jogando a culpa no agricultor. Eu acho que o paradigma do desenvolvimento da sociedade brasileira foi equivocado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Dr. Virgílio Viana, o estímulo para o produtor... E eu me lembro ainda de que o produtor teria dificuldade para todo tipo de financiamento se ele não tivesse desmatado 50% da área – está aqui – de Rondônia. Estou lhe dizendo isso, apenas porque, ao ouvi-lo aqui e não contestar essa afirmação, a impressão que posso passar – e não quero passar isso – é de que estou concordando com a afirmação que V. S^a fez aqui. E, absolutamente, não posso concordar com isso, porque sei que o produtor... E nós ouvimos aqui espontaneamente o Senador Cassol defendendo que se preserve a mata ciliar, porque ele conhece a importância disso, e todo produtor conhece. Pode ser que exista alguém que desconheça isso, mas o produtor, com certeza, é favorável, principalmente em se tratando de mata ciliar.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Na verdade, muitas vezes, o produtor foi induzido, como o senhor mesmo disse, a desmatar, pelas políticas de governo. Então, quando eu digo que é necessário mudar o paradigma, é fazer com que as políticas de governo deem um outro sinal para o produtor. Em vez de dar o sinal de que ele deva desmatar para obter o crédito, ou para obter a regularização fundiária, deu o sinal de que, se ele não desmatar, ele vai receber o pagamento por serviço ambiental.

Então, não é o agricultor, sendo ele o vilão, mas ele sendo um ponto de uma política pública que está equivocada. Nesse sentido, Senador Moka, acho importante mudar o paradigma, o paradigma que estimule o agricultor a conservar, e não a desmatar. Não é o agricultor como vilão – não vejo isso. Eu vejo o processo civilizatório no Brasil como equivocado, um

processo civilizatório que estimulou o desmatamento desenfreado.

Nós temos hoje situações, como o Ministro José Carlos pode dizer com mais vivência, como o Vale do Rio Doce, por exemplo, desmatado de maneira completamente equivocada, e hoje temos uma produtividade rural baixíssima, quando ali deveria ser uma atividade florestal, de manejo de floresta, de produção florestal. Então, precisamos, nesse sentido, mudar o paradigma do mato.

O ponto que o Senador Luiz Henrique levantou sobre os incentivos fiscais, a meu ver, é corretíssimo, Senador. Apoio em gênero, número e grau. Nós precisamos fazer uma nova política de incentivos florestais, mas aprimorando-a, em relação àquela do passado, em que houve vários problemas.

Se lembrarmos, temos uma parte, digamos assim, uma banda podre da política de incentivos fiscais que não funcionou, teve sérios desvios. E uma banda boa, que resultou na Klabin; enfim, várias empresas muito bem sucedidas no setor florestal.

E faria a sugestão para que o senhor considerasse também um olhar amazônico nisso e considerasse o incentivo fiscal não apenas para o reflorestamento, mas também para o manejo da floresta, o manejo madeireiro e o não madeireiro.

Acabo de fazer uma análise do açaí no Estado do Amapá. O açaí movimentava no Amapá R\$500 milhões por ano. Por que o açaí não deveria ser incentivado se ele, bem manejado, gera benefícios ambientais, porque é uma mata cheia de açaí. Então, deveríamos estimular também o manejo, e o manejo se aplica a todos os biomas, mas obviamente vai ter um significado maior, mais relevante, para a Amazônia.

Concordo com a sua análise aí da política de comando e controle.

Com relação ao comentário feito pelo Senador Jorge Viana, a meu ver, é importante pensarmos na compensação de uma forma bem sensata.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui está o mapa da Mata Atlântica. Se nós considerarmos que podemos, aqui no Rio Grande do Sul, onde está a Senadora Ana Amélia, compensar aqui no Piauí, e não podemos compensar num ecossistema ao lado do pampa, faz sentido. Tem fazendas no Rio Grande do Sul, por exemplo, que tem parte da propriedade de pampa e parte de mata, que têm ecótonos, área de transição. Por que ele poderia compensar sendo a necessidade de compensação de mata atlântica no Piauí e não de um pampa, num campo sulino? Não faz sentido biológico isso.

E tem o problema cartográfico. É uma pena que o Senador Jorge Viana não esteja aqui, mas eu acho

que é bom colocar essa questão da necessidade de não incorporar essa dimensão de bioma, que surgiu na discussão na Câmara. É importante lembrar isto: que o Código hoje não trata disso. O Código atual, vigente, de 1965, trata de bacias e as regulamentações que se sucederam – de bacia hidrográfica, não tem nada a ver com bioma.

Então, bioma foi uma construção nova, que surgiu agora. Mas pensando, do ponto de vista fitogeográfico, não faz sentido nós não permitirmos a compensação entre biomas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O conceito se consolidou na Constituição cidadã, quando nós elencamos ali os cinco principais biomas. Correto?

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Isso. Do ponto de vista do marco legal. Mas, no Código Florestal, não. O Código Florestal vinha trabalhando com a dimensão de bacia hidrográfica.

Então, vale a pena, acho que esse é outro tema importante porque pode criar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Porque o Código é anterior à Constituição.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – É. Mas o conceito de bioma não surgiu na Constituição. Ele foi incorporado do ponto de vista legal à Constituição. Mas, do ponto de vista científico, é um conceito muito anterior.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Foi exatamente isto: ele se tornou norma legal a partir da Constituição.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Está certíssimo.

Então, acho que esse é outro ponto, Senador Luiz Henrique, que valeria a pena o senhor aprofundar e acredito que, se nós considerarmos duas territorialidades – a territorialidade do Estado e da União –, dois espaços, isso permite aos Estados – e o senhor não é uma pessoa que defende muito o papel dos Estados? – criar prioridades para recuperação dentro dos Estados. Áreas que têm mais relevância para biodiversidade; área que têm mais relevância para proteção de mananciais hídricos, enfim, os vários parâmetros que podem ser usados.

O Estado pode priorizar e, depois, fora do Estado, fica esse múltiplo; pode ser quatro, pode ser um outro número, que aumentaria a área efetivamente protegida pelas áreas de reserva legal.

A Senadora Ana Amélia falou das práticas de agricultura de baixo carbono. Eu não tenho dúvidas, Senadora, de que isso deva merecer incentivos. E nós temos que pensar em incentivos fiscais para a atividade florestal, mas também para a agricultura. Isso poderia estar relacionado a taxas de juros, por exemplo, dos empréstimos de bancos públicos, que poderiam ser diferenciados, caso o agricultor faça adoção de

boas práticas. O Senador Acir tem um trabalho com os agricultores de Rondônia – são pequenos agricultores. Se eles tiverem a adoção de práticas de baixo carbono, práticas ecológicas, deveriam ter taxas de juros diferenciadas. É uma forma simples de dar um sinal econômico.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito essa sua compreensão para isso, até lembrando, Sr. Virgílio, que hoje para união aduaneira chamada Mercosul – era um mercado comum, mas é apenas uma união aduaneira –, os produtores do meu Estado, como de outros Estados brasileiros, sofrem uma concorrência por assimetrias dentro do Mercosul. E não há harmonização na área ambiental. Nós temos legislações completamente distintas. A Argentina, por exemplo, não tem APP, não tem reserva legal; então, o custo da produção é diferente do nosso. E não só isso. Câmbio, taxa de juros, logística, tudo. E, claro, um solo da pampa argentina, que V. Ex^a conhece muito porque, como cientista, sabe que é altamente produtivo.

Então, até nesse aspecto, lutamos com uma concorrência que, por conta dessas assimetrias, agrava-se em função de não haver harmonização de política ambiental nesse caso.

Então, essa sua ponderação de que há necessidade de uma política de agricultura de baixo carbono mereceu um tratamento diferenciado em relação a esse manejo preservacionista. Muito obrigada pelo que o senhor disse, que me agrada bastante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, se me permite, durante os debates aqui, surgiu uma especulação nova, não dentro do Código, mas como política econômica do país, de o país fazer restrição à importação de produtos agrícolas de países que não tenham o mesmo parâmetro de política ambiental que o nosso. Eu creio que a Senadora Ana Amélia foi muito feliz ao lembrar o exemplo do estado que é vizinho da Argentina e que recebe muita influência das importações daquele país.

Quero pedir licença porque tenho de relatar um acordo internacional na Comissão de Relações Exteriores – minha assessoria me chamou. Vou ter de deixar esta reunião, e a deixo com a percepção de que, entre a produção agrícola e a preservação ambiental, há uma relação como que xifópaga, como que isquiópaga, como que siamesa: uma depende da outra.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Antes de o senhor se ausentar, Senador, como o senhor está ligado a tratados internacionais, gostaria de fazer uma observação.

Está em curso um processo de rotulagem da pegada de carbono de produtos agropecuários, produtos em geral. Isso já está em marcha. Então, seria muito importante que o Brasil buscasse, na formulação

dos tratados internacionais, vantagens aduaneiras em função da adoção de práticas decorrentes do Código Florestal. Então, o Código Florestal deveria fazer jus ao Brasil com políticas comerciais mais favoráveis no âmbito internacional. Acho que a adoção de práticas de agricultura de baixo carbono vai nesta direção, no sentido de ser um estímulo a mais para a atividade sustentável.

Com isso, gostaria de concluir as minhas considerações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Virgílio Viana.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Young para fazer as suas colocações a respeito das colocações dos Senadores.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – OK. Muito obrigado de novo pela palavra. Eu queria, de novo, afirmar o que já foi falado.

Eu participei de uma sessão semelhante na Câmara dos Deputados, onde havia um clima completamente diferente, uma hostilidade muito forte à minha apresentação.

Seguindo a linha que o Virgílio colocou, das origens históricas do problema, quero voltar àquela história – o Senado tem 180 anos, não é? – do debate que era do jovem Senado com a questão, de novo, da base de ocupação do nosso espaço, que era desmatamento e escravo. E foi colocado o problema: o que a gente vai fazer?

Para colocar um problema pior, o agricultor daquela época tinha muita dificuldade para conseguir empréstimo, porque não tinha garantia real, a garantia real que tinha era o escravo. Perder o escravo significava perder a capacidade de conseguir crédito. Mas foi preciso tomar essa decisão em algum momento.

Há um texto da Esalq... Se vocês quiserem, eu posso discutir exatamente por que discordamos dos números que o Eduardo apresenta. Não há mais tempo nem mais gente aqui para ver isso...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Carlos Eduardo, tem o Braga e o Condorelli, tem dois.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Sou Professor de Economia. Basta vocês verem quantas estimativas há de rombo na Previdência. Obviamente, cada setor busca a sua. Quando você está em discussão com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências juntas, você está contra 90 a 95% do pensamento científico brasileiro – isso dá uma dimensão do nível da discordância.

Mas se fôssemos aplicar essa regra, poderíamos avaliar o seguinte: quanto deixamos de produzir porque não tínhamos mais a mão de obra escrava? Por causa disso, nós retardamos a Abolição – podemos

pegar a Lei Eusébio de Queirós – pelo menos uns trinta ou quarenta anos. O resultado da história: nós saímos para um modelo diferente. E atenção: o proprietário do escravo não era um criminoso, ele estava jogando pelas regras, era assim que era.

Nós saímos desse cenário com mais competitividade do que tínhamos, e o problema passou a ser o contrário, porque conta em Economia não é simplesmente pegar a quantidade, a área, uma produtividade média e multiplicar. Existem outros fatores, como o preço. O grande problema da economia do café era a sobreoferta, havia excesso de oferta, sobrava. O preço do café caía, e o que tinha de ser feito? Era preciso queimar café para fazer subir o preço e tornar o produto rentável. Ao mesmo tempo, deixou mais quarenta anos de desigualdade, e até hoje os Srs. Senadores aqui devem ter uma pauta imensa de Bolsa Família, Lei de Quotas de universidades, todo tipo de inclusão social, porque, ainda assim – basta olhar o Plenário –, continuamos com uma profunda desigualdade racial.

Então, pensando para frente, uma economia para o século XXI é uma economia em que o conceito de fronteira agrícola não é mais o conceito de área. O conceito de fronteira agrícola, como em outras áreas do setor produtivo, é conhecimento, é inovação. Então, a discussão pura e simplesmente de quanto vamos deixar de produzir, porque não iremos mais desmatar, e, infelizmente – e aí, Senador Cassol, o grande problema de quem é o responsável pelo desmatamento –, alguém faz. E se o processo continua acontecendo, ele continua acontecendo. Eu costumo comparar o processo do desmatamento a um trem. Um trem não anda só por causa da locomotiva, por causa do vagão, por causa do trilho. É um conjunto de fatores. E esse conjunto de fatores, infelizmente, nos tem levado a perder esse ativo. Ninguém é contra a agricultura, somos contra o desmatamento, porque, numa perspectiva de longo prazo, isso é perder riqueza, é perder ativo, como já perdemos muita coisa no passado. Precisamos parar com essa sangria. É possível? É.

Em primeiro lugar, eu queria falar também que há um custo em não fazê-lo. Há um custo em não fazer o controle do desmatamento. Há um custo em permitir essa expansão de qualquer maneira, da produção agrícola. E esse custo é a questão da água. O Código Florestal é, na verdade, produto do Código de Águas. Não existia um Código Florestal. Existia um Código de Águas para proteger a energia elétrica e o abastecimento. A Floresta da Tijuca foi reflorestada por D. Pedro II não porque ele estava preocupado com as árvores, ele estava preocupado com o abastecimento de água no Rio de Janeiro.

Esta relação é muito clara: você tira a proteção ambiental, você torna a sociedade muito mais vulnerável. Estamos vivendo em um mundo em que essa vulnerabilidade só irá aumentar. E há um enorme custo hoje para as equipes de socorro. Um número muito interessante e triste: mil pessoas faleceram na serra fluminense este ano. Desse número, há uma estimativa, um estudo – não tenho aqui, mas posso passar para os senhores –, do Ministério do Meio Ambiente, mostrando que 80% dessas pessoas, 800 pessoas, estavam localizadas em áreas que deveriam ser Áreas de Preservação Permanente. Então, só essa brincadeira...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aí é uma ocupação.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – ...custou 800 vidas humanas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Young, desculpe, mas aí é ocupação desordenada de uma área sem controle, com invasão de propriedade pública, inclusive que não deveria acontecer.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Perfeitamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A absoluta ausência do Estado em preservar essas áreas.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Inclui-se na questão urbana. Porque ela não é apenas uma questão rural. Também é uma questão urbana. Mas, no caso dessa região, é uma região onde havia parte considerável... Esse cinturão da serra fluminense, Friburgo, Teresópolis, também uma posição importante de produtores e principalmente de hortifrutigranjeiros para o Rio de Janeiro.

Então, há uma dimensão humana dessa questão.

Por que existe Área de Preservação Permanente? Área de Preservação Permanente não existe porque alguém resolveu encher o saco do agricultor. Ela existe porque há necessidade de proteger as margens de rios e as matas ciliares. Por quê? Não só porque vai faltar água, mas também porque aquilo enche. E nós vivemos um regime em que as vazões, as diferenças de vazão são muito acentuadas, porque somos um país tropical. E isso só vai piorar, do ponto de vista climático. Não há nada a fazer. Infelizmente, teremos mudanças climáticas. Já estamos vivendo isso.

Qual é a solução para isso? Como falei, é inteligência na produção e implementar algo que nunca foi efetivado na Constituição de 88, que é o zoneamento. Vou dizer o seguinte: aqui, eu vou ter isso, aqui, eu vou ter aquilo outro. Não dá para imaginar que podemos ter agricultura em qualquer espaço que seja agricultável. Nem podemos imaginar que vamos ter área de conservação em qualquer área que seja conservada. Precisamos definir. Não é possível imaginar que num

greide de um rio eu vou ter aproveitamento 100% do potencial hidrelétrico.

Outra coisa: se o ambiente de desmatamento tivesse sido contido, e nós poderíamos ter contido isso há vinte anos, porque nós ganhamos muito pouco com isso, será que a discussão sobre Belo Monte seria tão acentuada? Quem é que vai pagar a conta disso? Estamos vivendo um processo no qual a instalação de novas hidrelétricas, que é a nossa fonte de energia mais limpa e mais barata, está dificultada, por quê? Quando você vive uma situação de restrição tão grande – e aí não vou utilizar o caso de Belo Monte, vou pegar o caso de Barra Grande, que é no sul –, ali a mata foi tão pressionada que qualquer 5 mil hectares de mata de araucária é praticamente uma parcela ultrajante. E esse é o problema para um outro conceito, o de reserva legal, de você excessivamente flexibilizar a reserva legal.

Mas já vou voltar a esse ponto. O outro problema é biocombustíveis. O mundo quer biocombustíveis como solução de carbono. O biocombustível será solução de carbono se ele for obtido sem expansão de desmatamento. Como é que vou conseguir mostrar que aquele biocombustível foi plantado numa área em que não houve desmatamento? “Ah, mas aquilo era uma pastagem!” Sim, mas o boi foi parar aonde? E, quando a gente olha os números do rebanho, ele está crescendo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por isso é que o nosso biocombustível na Suécia já perdeu, por causa da campanha dizendo que ele é fruto de desmatamento.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Mas é lógico! Do ponto de vista da União Europeia, que baixou uma diretriz, se eu estou dando preferência para algo porque vai reduzir o aquecimento global, se eu não tiver a garantia de que não está reduzindo o aquecimento global, eu vou dar esta prioridade: reverta! Eu tenho aqui um selo de uma produção de biocombustível que não só não está desmatando, como está recuperando. Faz-se um selo, e entra-se em acordo sobre qual é a especificação da União Europeia que seja necessária. Por exemplo: “Este biocombustível aqui está sendo produzido por produtores que estão ou regularizados ou estão com termo de ajuste de regularização”. E, com isso, eu consigo penetrar no mercado.

O outro setor é minério e petróleo. Vão viver o mesmo problema.

Enfim, a questão da passagem desse comando e controle para o instrumento econômico requer mais regulação, só que uma regulação mais inteligente. Ela requer algo que podemos chamar de uma governança ambiental, que está faltando, que é o problema da

guarda da esquina, conforme colocou o Senador Luiz Henrique. O problema é que, se você tem o guarda da esquina que ganha mal, não tem educação, não tem instrução, vira o problema da insegurança do meu estado. Então, você precisa, por outro lado, reforçar as entidades ambientais. Boa parte desse problema que o setor agrícola está vivendo foi ter permitido que as instituições ambientais... Acho que o Ministro é muito mais bem capacitado do que eu para colocar a dificuldade de se manter gestão com uma estrutura de recursos cada vez menor e uma estrutura de pressão cada vez maior. Isso deve ser pensado também. E pensar o sistema florestal como um todo. Não apenas a questão das privadas.

Não tenho tempo aqui, vou passar depois para o Senador uma cópia disto, que tenho em PDF: trata-se de um estudo mostrando a importância econômica de você ter, aqui, sim, unidades de conservação. Setenta e nove por cento da energia hidrelétrica gerada no Brasil vem de uma usina que tem pelo menos um tributário oriundo de unidades de conservação. Não sabemos qual é essa relação certinha a que o senhor se referiu, mas, se houver uma relação de desmatamento e risco de abastecimento, estamos colocando o risco da produção elétrica. E, entre outros dados, há um muito interessante: podemos inclusive gerar toda a necessidade de madeira nativa apenas manejando madeira de unidades de conservação feitas para isso, que são as florestas nacionais, florestas estaduais.

Então, há um espaço grande para isso. Agora, é preciso pensar soluções criativas. Como é que eu junto...? Peguei esta nota aqui, de R\$20,00, porque aqui ela tem junto R\$20,00 e o mico-leão dourado. Só para responder ao senhor, o mico-leão dourado sobrevive hoje graças a duas unidades de conservação, que eram pastagens e que, porque foram criadas como unidades de conservação, permitiu-se que o ecossistema se recuperasse. O Ibama realmente não planta árvores; ele permite que o ecossistema se recupere. E hoje o mico-leão dourado é provavelmente a mascote mais provável das Olimpíadas de 2016. Qual é o valor econômico de ser mascote de uma Olimpíada? Isso tem um valor econômico também. A biodiversidade tem um valor.

Dentro dessas soluções possíveis, eu só quero ressaltar duas muito importantes, que já são inclusive estabelecidas por lei: uma que é a servidão ambiental, que é a possibilidade dessa negociação, que é a ideia de que um produtor em déficit de reserva legal – reserva legal eu posso trocar; preservação permanente, não – possa negociar com outro em superávit. Poderia ser criado um sistema de cota florestal que poderia ser um sistema no qual houvesse um *clearance*, uma

casa de liquidação. Se instituído pelo serviço florestal brasileiro, eu, proprietário em déficit, não tenho que encontrar diretamente um proprietário com superávit. Essa casa de *clearance*, essa casa de liquidação, quem está em déficit paga, obtém a sua regularização e com isso seria a possibilidade de quê? De você financiar, você pagar quem quer ser produtor de floresta; nós teríamos de fato um produtor de floresta e, além da floresta, todos os serviços associados.

Já foi falada a questão da água; a cobrança pelo uso da água, que está muito atrasada, nós estamos num déficit a 9433. Se tivesse sido implementada, efetivamente, com as pessoas pagando pela água, eu teria receita para financiar o produtor de água, aquele produtor de floresta. Esse é outro caminho, e a gente tem um grande caminho para ter um espaço para montar essa cesta de financiamento.

Por fim, a questão do mercado nacional de carbono, que já está previsto pela lei de mudança climática nacional a implementação disso. E aí, a única discordância que tenho com o Virgílio é o seguinte: o que eu acho que em mercado nacional, onde teremos metas nacionais, um agente que tenha emissão e não quer reduzir ele próprio, ele pode comprar excedentes, por exemplo, em ações de reflorestamentos ou de evitar desmatamento em outro bioma. Eu acho, porém, que permitir que você compense uma perda de uma mata de araucária em um bioma amazônico é demais. Acho que o meio termo seria nem uma coisa, nem outra. Naquele mapa que o Virgílio colocou a gente tem uma subdivisão dentro de bioma onde seja possível fazer essa negociação, que essa subdivisão não seja pequena. Por exemplo: aquelas cores dentro da Mata Atlântica... temos sete ou oito regiões dentro da Mata Atlântica para poder negociar. Ou seja, isso é possível, não tem nada de mágica em cima disso; a questão é implementar instrumentos que já estão colocados em lei.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E ter coragem de fazê-lo, não é?

O senhor comparou o Senado com a Câmara, achou melhor o debate aqui?

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Não somente achei melhor, mas o fato da busca de uma solução e não de correr com o tempo tem sido muito positivo. Ah, desculpe-me, a senhora me fez uma pergunta específica.

Em relação a agricultores de baixo carbono, na minha apresentação, inclusive... Aliás lembrei-me de um outro documento. Isso aqui é um documento que a gente fez há um tempo para a Comissão Econômica para a América Latina, que diz: “avaliação de critérios de sustentabilidade para financiamentos pelos fundos

constitucionais brasileiro; FNO, FCO e FNE poderiam ser utilizados, têm linhas de crédito, têm recursos para isso garantidos por constituição, por meio de quê? De critérios que seriam, por exemplo, critérios de adequação à conservação ao Código, adequação à práticas agrícolas sustentáveis e critérios de natureza social, como a questão da agricultura familiar.

Espero ter respondido a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gugacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Dr. Carlos Eduardo Young.

Para concluir, então, os nossos trabalhos, concedo ao Sr. José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Mais uma vez, boa tarde a todos.

Eu acho que os meus antecessores esgotaram boa parte da agenda que tínhamos para debater aqui. Mas, ainda assim eu gostaria de reforçar alguns pontos que listei, de acordo com as intervenções que cada um dos Senadores e Senadoras fizeram. Um deles, colocado pelo Senador Rollemberg, fala da isenção do ITR. O Eduardo Condorelli mencionou isso aqui; realmente, hoje, ele municipal; no caso da agricultura familiar é inexpressivo, eu tenho conhecimento porque a minha origem é essa, os meus familiares paga, se não me engano, R\$10,00 por ano, que é a cota mínima, e certamente custa mais caro à Receita Federal fazer... Além de didaticamente ser um gesto, eu acho que é... porque é tão pouco o que os Municípios irão perder pelo valor insignificante e a cobrança muito mais cara. Tanto o é que no ano em que você não paga e vai pagar, paga 50 se passar o mês em que não pagou. Então, é uma questão que acho possível.

Por fim, em um tema que todos os Srs. Senadores, a Senadora Ana Amélia, o Senador Cassol, colocaram e que tem a ver com o pagamento por serviços ambientais, acho que esse é um bom caminho. Mas, eu gostaria de ser realista. Acho que isso não vai resolver todos os problemas que estão postos na mesa. Nós temos uma quantidade enorme de problemas. Acho que temos que trabalhar com uma cesta de iniciativas e que o pagamento por serviços ambientais é uma importante.

Acho que precisamos fazer uma revolução no crédito rural brasileiro – insisto nisso –, que significa reorientar a política agrícola, como nós já conversamos, usar o crédito rural voltado à propriedade; estabelecer um crédito rural sistêmico, diferentemente do modelo hoje, no qual o agricultor, se vai fazer cinco culturas diferentes, tem que ir cinco vezes ao banco, cada cultura com um projeto. Quer dizer, isso, no meu entendimento, está completamente ultrapassado. Com isso, temos um crédito rural financiando a velha agricultura

no sentido de entender que há uma nova agricultura, com novas tecnologias, com plantio direto na palha, com integração lavoura-pecuária, que pode realmente fazer o diferencial. E acho que temos que reorientar o crédito rural nesse sentido.

Aqui também se colocou a questão das hidrelétricas. Eu gostaria de me referir ao exemplo do Senador Cassol, para dizer que, no caso das médias e pequenas centrais elétricas, não é só a vazão, porque onde há uma PCH que a sua área de contribuição hidrográfica foi destruída a montante, ela vai ter muito reduzida a sua capacidade de produção por assoreamento. Ela vai ter uma vida útil muito menor do que aquela para a qual ela foi projetada, porque o assoreamento que decorre da erosão de montante, das áreas desmatadas, certamente, vai provocar isso.

Aqui foi colocada outra questão que eu gostaria de insistir nela, porque eu havia notado e o senhor a mencionou. Hoje, nesta reunião, começamos a falar de política florestal. Estávamos, até agora, num debate de uso da terra. Aqui nós começamos a falar de política florestal. Então isso me anima muito. E tocou-se aqui, ainda que tangenciando, graças à iniciativa do Senador Cassol, um dispositivo da lei, que já vem desde o Código de 65, mas que está no projeto de lei que vem ao Senado, que trata da reposição florestal. É um instrumento importantíssimo da política florestal brasileira. É o instrumento que obriga que o consumidor de matéria-prima florestal tenha que fazer a reposição. O pequeno, em tese, pode recolher em dinheiro – antes era ao Governo Federal, o Ibama, hoje é aos Estados –, mas o médio e o grande obrigatoriamente têm que plantar. A moeda da reposição florestal é árvore plantada.

Acho que esse projeto de lei poderia ser modernizado nesse ponto, porque, tal como chegou ao Senado, ele obriga que o consumidor de produto florestal tenha que ser 100% dono da sua base florestal. Vamos perder mais uma oportunidade de abrir espaço para incorporar os agricultores no processo de reflorestamento do Brasil. É um dispositivo que acaba estimulando o latifúndio florestal, porque as empresas vão ser obrigadas a ter, elas próprias, o seu plantio, quando ela poderia, muito tranquilamente, trabalhar com grande número de agricultores, como já há integração na área de carnes e embutidos e de outras áreas. Penso que essa é uma oportunidade excepcional que o Brasil deve utilizar para incorporar os agricultores, os produtores na política de suprimento de matéria-prima florestal da indústria de base florestal brasileira sem necessidade de continuar o monocultivo extensivo. Isso porque a crítica que se faz ao monocultivo extensivo de eucalipto ou de pinus desaparece no momento que nós direcionarmos o re-

florestamento para as áreas das propriedades rurais com vocação para a silvicultura, integrando o reflorestamento às demais atividades agropecuárias tradicionais que se praticam na propriedade rural.

Também o Senador Luiz Henrique mencionou a política de incentivos fiscais. Ele falou lá, no caso de Santa Catarina, do pinus. Eu queria lembrar que, além do pinus, toda a maçã de Santa Catarina foi política de incentivos fiscais, é um reflorestamento, e que isso deve estar considerado. Então, diante dessas questões, para não nos alongar mais, deveria se procurar, nesse processo de incentivos econômicos, fazer com que o País pudesse ter um fundo, um grande fundo, com todas as cestas e possibilidades que aqui foram colocadas, que serviria para pagamento de serviços ambientais e, na minha avaliação, para equalização de taxas de juro, porque eu acho que nós temos que usar o crédito rural para recompor área de reserva legal, para recompor APP, com taxas diferenciadas. E como isso vai criar um ônus no orçamento fiscal, nós precisaríamos de ter um fundo para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal que permitisse a equalização das taxas de juros, de tal maneira que não houvesse um subsídio explícito por parte do Tesouro. Isso poderia ser equacionado.

E essas fontes, algumas delas aqui foram citadas. Eu acho que o Brasil se urbanizou em cima da nossa economia agrícola desde a República Velha e que agora está na hora de a sociedade que se urbanizou devolver à agricultura parte daquilo que ela usufruiu ao longo do tempo para que a coletividade possa continuar auferindo os benefícios da floresta, lembrando, como ficou claro aqui, que quando nós falamos de floresta, nós estamos falando de solo, nós estamos falando de água, e agricultura não prospera sem esses elementos. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho que é uma coisa tão importante, e esse debate está sendo acompanhado pela TV Senado. E veja só como é, eu tenho Twitter, e recebi aqui, vou fazer a pergunta porque é para o Dr. Viana, de Ciro Siqueira, que me pergunta, não o conheço pessoalmente, é um seguidor meu. O senhor disse que recuperar APP e reserva legal traz ganhos. Também o Senador Luiz Henrique mencionou a política de incentivos fiscais. Ele falou, lá no caso de Santa Catarina, do pinus. Eu queria lembrar que, além do pinus, toda a maçã de Santa Catarina foi política de incentivos fiscais, um reflorestamento, e isso deve estar considerado. Então, diante dessas

questões, para não nos alongar mais, acho que deveria se procurar, nesse processo de incentivos econômicos, fazer com que o País pudesse ter um fundo, um grande fundo, com todas as cestas e possibilidades que aqui foram colocadas, que serviria para pagamento de serviços ambientais e, na minha avaliação, para equalização de taxas de juro, porque eu acho que nós temos que usar o crédito rural para recompor área de reserva legal, para recompor APP, com taxas diferenciadas. E como isso vai criar um ônus no orçamento fiscal, nós precisaríamos de ter um fundo para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que permitisse a equalização das taxas de juros de tal maneira que não houvesse um subsídio explícito por parte do Tesouro. Isso poderia ser equacionado.

E essas fontes, algumas delas aqui foram citadas. Eu acho que o Brasil se urbanizou em cima da nossa economia agrícola desde a República Velha e agora está na hora de a sociedade que se urbanizou devolver à agricultura parte daquilo que ela usufruiu ao longo do tempo, para que a coletividade possa continuar auferindo os benefícios da floresta, lembrando, como ficou claro aqui, que quando nós falamos de floresta, nós estamos falando de solo, nós estamos falando de água, e agricultura não prospera sem esses elementos. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho que é uma coisa muito importante, e esse debate está sendo acompanhado pela TV Senado. E veja só como é, eu tenho Twitter, e recebi aqui uma pergunta que vou fazer, porque é para o Dr. Viana, de Ciro Siqueira. Conhece? Não o conheço pessoalmente, é um seguidor meu. O senhor disse que recuperar APP e reserva legal traz ganhos. Então, ele me pede para lhe perguntar quanto ganha hoje um produtor que recupere toda a sua reserva legal e a sua APP.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Virgílio, por favor.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Uma resposta simples e rápida: hoje já existem cerca de 10 programas de pagamento por serviços ambientais funcionando no Brasil em escala relativamente pequena. São Paulo tem um programa. Salvo engano meu, o Ciro talvez esteja em São Paulo. Isso pagamento direto, está em torno de R\$ 1.200,00.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não é uniforme, portanto.

O SR. VIRGÍLIO VIANA – Não é uniforme.

O outro ganho é o ganho da produção. Se alguém recuperou a reserva legal, a reserva legal é passível de manejo. É possível produzir madeira em reserva legal, é possível produzir mel, produtos da floresta. É possível ter ganhos desses produtos.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – Senadora, se me permite, só para complementar, existem programas no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo, programa Oásis. Sua metodologia está sendo revista, mas em Apucarana vai ter agora também, em São Bento do Sul, em São Paulo, capital, já tem isso. No Espírito Santo, há um programa chamado Produtor de Água. Todos esses programas têm uma característica de que quem é o proprietário rural e está de acordo com a legislação recebe e, se está indo além e tem um diferencial, recebe mais.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, seria também conveniente, Doutor – eu vou lhe fazer uma provocação – que pedissem à Petrobras que reduzisse a emissão de CO₂, do Dióxido de Carbono com a má qualidade dos combustíveis numa cidade como São Paulo. Então, há um cuidado na área rural e não há igual cuidado com a questão da qualidade do ambiente em que a gente vive, especialmente uma metrópole como São Paulo.

O SR. CARLOS EDUARDO YOUNG – E se me permite, só para complementar, é por isso que uma legislação sobre serviços ambientais deveria ser imposta. Não há nenhuma razão pela qual uma empresa poluidora não deva compensar. Uma forma possível de compensação seria exatamente financiando a recuperação, porque essa firma, por exemplo, está recebendo energia elétrica, está recebendo um outro tipo de serviço. Se está havendo emissão de dióxido de enxofre, está havendo também de carbono. Nada mais justo do que pagar pela recuperação florestal.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, doutor.

O SR. VIRGÍLIO VIANA (*Fora do microfone.*) – É que, na Costa Rica, que foi o exemplo citado, eles cobram 3,5% sobre os combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Agradeço à Senadora Ana Amélia, como também aos senadores que acompanharam esta audiência.

Agradeço a presença do Eduardo Condorelli, do Dr. José Carlos, do Dr. Carlos Eduardo, do Sr. Virgílio Viana e do nosso Ministro José Carlos Carvalho, que tem contribuído bastante para os nossos trabalhos, trazendo sempre informações realmente muito precisas para os nossos relatores.

E nós, Ministro, na condição de presidente das comissões, queremos dar conforto para que nossos relatores trabalhem com toda a tranquilidade, trazendo aqui todos aqueles que queiram dar sua opinião e contribuir para que possamos fazer o Código Florestal ideal para todos os brasileiros – não somente para os produtores ou para os ambientalistas, mas para todos nós. Como disse nosso Relator Luiz Henrique, uma coisa está ligada à outra. O ambientalismo e o produtor rural são uma coisa só.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto a aprovação da Ata da presente reunião, que foi feita em conjunto.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos os presentes.

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião encerra-se às 13 horas e 18 minutos).

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e vinte e sete minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): ANTONIO RUSSO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, REDITARIO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, BLAIRO MAGGI e LUIZ HENRIQUE. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores: Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Eduardo Amorim e Benedito de Lira. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Casildo Maldaner. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, em cumprimento à seguinte pauta: ITEM 1: - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009 – EMENTA: Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Rela-

tório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva). Observações: - Votação Nominal. - Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. - A matéria foi apreciada pela CAS e CCJ, tendo sido aprovados os Pareceres favoráveis ao Projeto. - O Projeto constou da pauta da 26ª e 28ª Reuniões Extraordinárias da CRA. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação nominal, ocasião em que o substitutivo foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CRA (Substitutivo). Fica prejudicado o projeto. O Substitutivo ao PLS nº 423, de 2009, será oportunamente incluído na pauta para apreciação em turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011 – EMENTA: Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie. Autoria: Deputada Elcione Barbalho. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Observações: - Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. - A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório, pelo Senador Waldemir Moka, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Flexa Ribeiro e Luiz Henrique. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovado o parecer pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao Projeto. ITEM 3: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010 – EMENTA: Dispõe sobre a Equoterapia. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CE a 3-CE. Observações: - Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CE. - A matéria foi apreciada pela CE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CE a 3-CE, e será apreciada pela CAE e posteriormente pela CAS em decisão terminativa. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2011 – EMENTA: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria:

Senador Clésio Andrade. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Observações: - Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. - A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2011 – EMENTA: Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar. Autoria: Senador Luiz Henrique. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Observações: - Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. - Na 28ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 18/08/2011, a Presidência designa a Senadora Ana Amélia Relatora “ad hoc” em substituição ao Senador Benedito de Lira, ocasião em que a senadora faz a leitura do relatório. A matéria se encontra na fase de discussão. - A matéria será apreciada pela CMA e posteriormente pela CAE em decisão terminativa. Iniciada a discussão, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovado o parecer pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao Projeto. ITEM 6: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2011 – EMENTA: Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 4. Observações: - Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. - A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 7: - Não Terminativo - AVISO Nº 63, DE 2011 – EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 1681/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, bem como nas entidades da administração indireta a ele vinculadas, com o objetivo de aprimorar o grau de conhecimento sistêmico do Tribunal sobre as três grandes áreas de atuação dessa pasta ministerial, incluindo os respectivos macroprocessos, para, ao fim, identificar as principais áreas de risco para efeito de controle externo. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pelo conhecimento do presente Aviso pela Comissão de Agricultura e Re-

forma Agrária - CRA e, após a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, o seu arquivamento, nos termos do art. 133, III, do RISF. Observações: A matéria será apreciada pela CMA. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovado o parecer pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir Parecer da CRA. ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011 – CRA – ASSUNTO: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor ISRAEL LEONARDO BATISTA, ex-chefe da Comissão de Licitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar dos devidos esclarecimentos sobre suas declarações publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo de 16 de agosto do corrente, afirmando ter recebido propina depois da assinatura de um contrato milionário entre o Ministério da Agricultura e uma empresa representada pelo lobista Júlio Fróes. Autoria: Senador Alvaro Dias e Cyro Miranda. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Sérgio Souza, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Blairo Maggi. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 9: REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011 – CRA - ASSUNTO: Requer, nos termos regimentais, e em atenção ao Requerimento nº 10, de 2011, a realização de um debate a ser realizado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 14/20/2011, sobre política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como possíveis impactos para a agricultura brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Celso Lisboa de Lacerda – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira – Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Sr. Mariovanne Gottfried Weis – Presidente da Federação da Associação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Sr. Fábio de Salles Meirelles Filho – Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Autoria: Senadora Ana Amélia. No encaminhamento não houve oradores inscritos. Passa-

-se a votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 10: REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011 – CRA - ASSUNTO: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965). Para tanto, requer sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011 – CRA – ASSUNTO: Requer, nos termos regimentais, audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771/1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com os seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa – Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Coaxupé; Gilson Ximenes – Presidente do Conselho Nacional de Café – (CNC); Breno Pereira de Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone – Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA); e Francisco Miranda de Figueiredo Filho – Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (COCATREL). Autoria: Senador Clésio Andrade. No encaminhamento não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **ACIR GURGACZ** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 1769, datado de 6 de setembro do corrente ano, subscrito pelo Presidente da Comissão de Agricultura, de Silvicultura, Aquicultura e Pesca, de Abastecimento e de Reforma Agrária da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, solicitando o apoio para a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que trata do Código Florestal.

Estamos promovendo um amplo debate e cumprindo o nosso dever de ouvir a sociedade nesse tema de extrema importância para todo o nosso País. Estamos buscando o equilíbrio entre a proteção ambiental e a produção agrícola; esse é o grande desafio que temos aqui, no Congresso Nacional. Um trabalho importante que foi feito já na Câmara dos Deputados trouxe-nos um texto já muito apurado. Foi um trabalho importante feito pelos Deputados, principalmente pelo Relator, Aldo Rebelo. Esse equilíbrio é importante para a conservação do meio ambiente, mas também para a proteção da nossa economia, e também é importante para os nossos agricultores.

Hoje, o Brasil tem uma área de 30% de seu território destinado à agropecuária, ou seja, temos 61% de área de vegetação no nosso País, contando unidades de conservação, terras indígenas e florestas preservadas.

Nos últimos dez anos, houve um aumento na produção agrícola de 52 milhões de toneladas de grãos para 162 milhões de toneladas, um crescimento de 214%. Nesse mesmo período, a área plantada cresceu apenas 25%. Isso significa que estamos produzindo de forma cada vez mais sustentável.

A agricultura contribuiu para gerar um superávit de US\$63 bilhões, em 2010, sendo responsável por um saldo de US\$20 bilhões na balança comercial brasileira. Os outros setores apresentaram déficit de US\$42 bilhões. É por isso que a agricultura é importante para a economia do Brasil. Por isso, temos que aprovar um Código Florestal que atenda a toda a sociedade brasileira, mas, principalmente, que tenha como principal objetivo manter a produção de alimentos para o Brasil. Não o Brasil de hoje, mas o Brasil do futuro; não somente para os brasileiros, mas que possamos produzir alimentos para todo o resto do planeta.

É preciso considerar as áreas consolidadas, pois são a garantia de manutenção das áreas produtivas. Não vai haver mais desmatamento, com a adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Temos várias questões importantes, Senadora Ana Amélia e Senador Clésio Andrade. Há pouco falava com o Senador Clésio, que me dizia da preocupação com relação aos cafezais de Minas Gerais, que não estão sendo contemplados com relação ao Código Florestal Brasileiro. Cafezais que estão já na terceira

ou quarta geração, e não estão sendo contemplados com o novo Código Florestal Brasileiro. É mais um tema que o Senador Clésio Andrade traz para que possamos discutir, debater e ouvir esses agricultores que já estão trabalhando há muitos anos nas suas regiões. Se o Código for aprovado da forma que está, irá penalizar essas famílias que estão já há vários anos trabalhando.

No caso de Rondônia, há áreas consolidadas e direito adquirido. Ocuparam a terra quando o Governo obrigava o uso de 50% do solo para poder ganhar o título da posse. É outro problema que nós temos que resolver.

Assim como temos também outros pontos em outros países, eu destaco aqui o problema do nosso Estado de Rondônia, em que as famílias foram convidadas a ocupar a Amazônia, e outras foram transferidas pelo próprio governo, instaladas na selva amazônica, com o objetivo de desmatar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ocupação. Mais ocupação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não pelo fato de desmatar, mas para ocupar e tornar aquele Estado produtivo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E também era uma questão de segurança nacional.

Mas vamos avançando. E tenho certeza de que vamos achar, junto, evidentemente, com os nossos Relatores, o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana, que estão com uma dedicação muito grande, um exemplo de trabalho com relação a essa matéria. Eu tenho certeza de que, junto com eles, nós acharemos uma solução para essa questão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que importante é o fato de a Comissão de Constituição e Justiça ter decidido. Esse já foi um passo importante, porque havia uma tentativa protelatória na decisão relevante, que é a segurança jurídica para os nossos agricultores.

É claro que, ao longo do aperfeiçoamento do que foi aprovado pela Câmara e das melhorias que serão introduzidas por esta Casa, questões como o caso dos cafezais de Minas, bem lembrado pelo Senador Clésio Andrade, ou dos pomares de macieiras de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, a produção de arroz, igualmente merecerão um tratamento adequado.

Então, na minha compreensão, a decisão de ontem na Comissão de Constituição e Justiça deu um avanço importante no sentido de concluirmos esse processo de votação no Senado até o final do ano. O agricultor brasileiro não pode ficar diante dessa insegurança jurídica, que é extremamente prejudicial, ainda mais agora, Senador Gurgacz, que a gente tem ouvido as informações.

Nós não temos uma harmonização de políticas ambientais dentro do Mercosul. Portanto, há o aumento das assimetrias. E, com o fato de a Argentina ser o grande concorrente do Brasil na área agropecuária, a Argentina poderá ultrapassar o Brasil na produção de grãos. A Argentina não tem legislação ambiental. A questão de reserva legal, de APPs não existe na Argentina. E isso aumenta, ainda mais, as dificuldades e a concorrência entre os países e os produtores, já que o custo de produção na Argentina vai continuar sendo menor do que o custo de produção no Brasil.

Para terminar, Senador Acir Gurgacz, nós estamos, de novo, diante de outra ameaça sanitária, que é a aftosa no Paraguai podendo entrar no território brasileiro. Então, menos mal que o Ministro Mendes Ribeiro Filho tenha tomado as posições cabíveis, e os Estados, especialmente Santa Catarina, que é zona livre de aftosa sem vacinação, já tenham tomado providências no sentido de resguardar e criar um cinturão sanitário para evitar a entrada da aftosa, porque seria um arrasa-quarteirão sobre os rebanhos bovinos e também na suinocultura e avicultura, que acabam indiretamente sendo afetados.

Obrigada a V. Ex^a pela concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

De fato, o Brasil é protagonista em relação ao Código Florestal na América Latina. Nós estamos iniciando um trabalho diferenciado, que não existe nos países vizinhos. Após nós consolidarmos o nosso trabalho com relação ao Código Florestal, tenho certeza de que o Brasil vai passar a exigir também dos nossos vizinhos, principalmente daqueles dos quais nós importamos, uma situação de igualdade, para que os nossos produtores não sejam prejudicados mais uma vez pelo fato de o Código Florestal ter um cuidado excessivo com as APPs e as nossas reservas e também por essa concorrência desleal, vamos chamar assim, entre nossos vizinhos que produzem soja, arroz, trigo ou carne e que prejudicam muito a produção brasileira.

Senador Clésio Andrade, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, primeiro, os meus agradecimentos pelo apoio com relação à questão cafeeira no sul de Minas e

meus agradecimentos também às palavras da Senadora Ana Amélia.

A questão do café realmente nos assustou um pouco esta semana, quando algumas cooperativas nos procuraram. É importante esta audiência pública, para que eles possam ter a oportunidade de apresentar as suas preocupações. Mas, para ser bem sincero nessa questão do café, é uma cultura histórica em Minas Gerais, principalmente. Já estamos, na realidade, na sétima geração, Sr. Presidente e Senadora Ana Amélia, e o que acontece também com o café, no sul de Minas, é que há uma grande quantidade, hoje, de sitiantes.

Costumo falar que uma das regiões em que houve a maior reforma agrária do País talvez seja essa região do café do sul de Minas, que veio passando de pai para filho. Então, grande parte é formada por sitiantes, pequenos produtores de café e também produtores médios, que não ultrapassam 50, 60 hectares. Então, é importante ouvi-los, até porque sabemos que o café é uma cultura de altitude e, por ser assim, tem que ser produzido muito nos morros, nas encostas. Tenho a impressão de que vai enriquecer muito esse debate, e essa compreensão de V. Ex^a nos ajuda muito.

Aproveitando também, Sr. Presidente, gostaria de solicitar – apesar de considerar a forte importância que tem o item 4, com relação à isenção de IPI para produtores rurais – a retirada do item 4 de pauta. O Governo pediu que retirássemos para reavaliarmos o relatório.

Então, a pedido do Governo, peço a V. Ex^a também a retirada do item 4 de pauta para que possamos rediscutir essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos chegar lá. Não concluímos a abertura ainda, Senador. Já vamos chegar aos itens de votação.

Recebi um documento assinado pelo Presidente do Sindicato Rural de Nova Mamoré, em Rondônia, Sr. Emerson Lira da Cruz, que denuncia a ação abusiva do Ibama na aplicação de pesadas multas aos pequenos agricultores daquela região. Recebi a cópia dos autos de infração com as multas cujos valores superam, em alguns casos, em até três vezes o valor da propriedade rural. Três vezes o valor da propriedade rural!

Este ano é a segunda vez que recebo esse tipo de denúncia, por meio de documentos de representantes de pequenos produtores do meu Estado, onde o aspecto abusivo da autoridade ambiental ficou claro e evidente.

Já encaminhei a documentação para a Ministra do Meio Ambiente, com todas as multas, para que ela tenha conhecimento de como o Ibama está atuando no nosso Estado. Creio que não é uma questão só do Estado de Rondônia, mas uma questão nacional;

portanto, ontem encaminhei, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a nossa Ministra do Meio Ambiente, a fim de que tenha conhecimento e possa tomar as devidas providências – e eu, pessoalmente, vou acompanhar não só o caso de Rondônia, mas todos os casos que acontecem no Brasil.

São estes os produtores rurais de Nova Mamoré que me enviaram a documentação: José Hugo Veloso, Manoel Pereira Pimentel, Genesi Brandes Soares e Genecy de Souza Leite.

As propriedades desses agricultores variam de 50 a 100 hectares. São pequenos produtores de Rondônia assentados pelo Incra, dentro dos parâmetros de ocupação de terra dos projetos de colonização determinados pelo órgão e pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Rondônia.

Esse é o caso de Rondônia, onde vários projetos de colonização foram implantados antes da ampliação da reserva legal para 80%. É por isso que defendo que, nas terras consolidadas pela agricultura em Rondônia, a reserva legal, após a consolidação, volte a ser de 50%. É um tema que está em discussão.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

O item 1 é terminativo e o Senador Flexa não chegou. Vamos inverter a pauta para o item 5.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e todos os membros desta Comissão.

Quero apenas comentar o documento que V. Ex^a acabou de ler, e registrar que, ontem, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o relatório do Senador Luiz Henrique a respeito do Código Florestal, o que permitirá, agora, a avaliação de mérito por parte da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Agricultura – que V. Ex^a preside com brilhantismo – e da Comissão de Meio Ambiente, que tenho a honra de presidir.

Foram feitas diversas observações ao relatório do Senador Luiz Henrique, que tem demonstrado, junto com o Senador Jorge Viana, muita sensibilidade no sentido de, como ele mesmo diz, agir como um juiz e que o Código Florestal possa representar uma média das opiniões da Casa sobre o tema.

Eu quero aqui, mais uma vez, manifestar a minha confiança de que isso será possível, manifestar a minha alegria pelo clima de equilíbrio, de bom senso e de entendimento que tem norteado, Senador Jayme, esse

debate aqui na Casa, que tem tido na Senadora Ana Amélia sempre uma grande debatedora, uma grande interessada no assunto, como grande representante dos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul. E entendo que a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, ontem, atendendo ao apelo do Senador Luiz Henrique, que se comprometeu a fazer algumas alterações que aperfeiçoem o texto, contribui para a manutenção desse clima de entendimento e esse clima de equilíbrio.

Agora, quero registrar que essa preocupação que V. Ex^a demonstrou, me parece que há um consenso na Casa, até porque essa interpretação seria a interpretação juridicamente perfeita, de que aquelas pessoas que converteram suas áreas de florestas para o uso de agricultura respeitando a lei naquele momento, com a alteração posterior da lei... A lei não pode existir para prejudicar.

Eu acho que há um consenso na Casa de que aquelas pessoas que, no passado, quando havia uma permissão para utilização de 50% das suas áreas à conversão para agricultura, assim o fizeram respeitando a lei naquela ocasião não podem ser prejudicadas quando, posteriormente, aumentou-se a reserva legal para 80%.

É esse clima de entendimento, esse clima de bom senso que deve presidir esse debate. E eu quero aqui registrar, faço questão de registrar a contribuição que V. Ex^a tem dado a esse debate. Como Presidente da Comissão de Agricultura, nas nossas audiências públicas conjuntas, nas audiências públicas externas que esta Comissão tem realizado, a palavra de V. Ex^a sempre é uma palavra de equilíbrio, uma palavra de busca de construção de um entendimento, e isso tem sido muito positivo.

Portanto, quero aproveitar para parabenizar V. Ex^a e parabenizar o povo de Rondônia pela escolha feliz de tê-lo como representante do Estado aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, pela sua colocação...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria só fazer um adendo, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a disse, na sua fala de abertura, diante das cartas, dos *e-mails* que o senhor está recebendo, das multas que os produtores, médios, grandes, do seu Estado de Rondônia têm recebido. O senhor falou que vai en-

caminhar para a Ministra Izabela. Eu gostaria de fazer um adendo: de que V. Ex^a encaminhe com cópia para o Presidente do Ibama, Dr. Curt, que, por sinal, é um homem sensato, um homem de bem, que tive a oportunidade ímpar de conhecer, podendo sentir da sua pessoa que é um homem bem-intencionado.

Na medida em que eu estava conversando com a Senadora Ana Amélia, lamentavelmente, as multas que estão sendo aplicadas são descabidas, não têm nenhum fundamento. V. Ex^a disse aqui que tem multa que vale muito mais que a propriedade. É verdade. Ninguém pode descartar isso aí.

Então, nesse caso, faço este apelo a V. Ex^a, que encaminhe com cópia à Presidência do Ibama, ao Dr. Curt, que é um homem que tenho no mais alto conceito, diante da sua sensibilidade, sobretudo um homem do bem, que me parece não estar ali para prejudicar, mas, muito pelo contrário, para somar.

Por outro lado, aproveitando a presidência de V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, e também do ilustre Senador e futuro Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg, que preside as duas Comissões que estão discutindo o Código Florestal, fora a Comissão de Ciência e Tecnologia e também a CCJ, na verdade, meus caros Senadores Presidentes, nós temos que votar a matéria. Já está chegando... Eu, particularmente, como Senador, está começando a ficar enfadonho. Ou seja, audiências públicas que já foram promovidas aqui, no Senado, e lá atrás, pela Comissão Especial da Câmara, pelo Deputado Aldo Rebelo, eu acho que já chegamos ao ponto de... Está na hora de votarmos. Votamos na CCJ ontem, agora vai ser encaminhado às demais comissões.

Se continuarmos nessa mesma linha de audiência pública, Senador Acir Gurgacz, Presidente, nós vamos demandar muito tempo, e acredito que não vamos ter esse tempo para, até dezembro, nós votarmos. Não só no Senado, porque essa matéria vai retornar para a Câmara, diante das emendas que se encontram aqui.

Então, é um apelo que eu faço a V. Ex^a, também aproveitando a ocasião, com a presença do Senador Rodrigo Rollemberg, no sentido de que nós, em comum acordo com as comissões, votemos e depois encaminheemos ao Plenário da Casa. Isso é a título de sugestão e, acima de tudo, porque estou sentindo, no seio dos produtores, do homem do campo, aquela ansiedade, aquela intranquilidade, e dizendo: olha, foi para o Senado, e o Senado até agora quase nada fez. Mas não é bem assim, está sendo discutido.

Isso eu falo porque tenho andado pelo meu Estado. V. Ex^a tem conhecimento de que é um Estado da agricultura e da pecuária, a sua economia, a sua

atividade econômica está em cima disso, e estão nos cobrando.

Por isso faço um apelo aos dois Presidentes, a V. Ex^{as}, no sentido de votar essa matéria, se possível, até o mês de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Jayme Campos. V. Ex^a tem razão em pedir celeridade, mas só para fazer uma colocação que eu acho pertinente.

É importante que as três Comissões possam ouvir toda a sociedade brasileira. E nós estamos fazendo isso, junto com o nosso colega Rodrigo Rollemberg, que tem presidido a Comissão de Meio Ambiente com muita responsabilidade, com muita dedicação ao assunto e, principalmente, com dedicação ao povo brasileiro, com respeito à agricultura, com preocupação com o meio ambiente. Mas temos feito isso para que, no futuro, não haja reclamações do tipo: não ouviram ciência e tecnologia, não ouviram os cientistas, não ouviram os agricultores de algum segmento ou de alguma parte do País, não ouviram os ambientalistas.

Então, nós estamos num esforço muito grande, nós, os três Presidentes – eu, junto com Rodrigo Rollemberg e também o Senador Eduardo Braga –, no sentido de ouvirmos.

Muitas vezes das audiências públicas não participam os relatores, exatamente para não tirar a atenção dos relatores. Estamos fazendo as audiências públicas separadas e levando as informações posteriormente para os nossos relatores, para que eles não sofram de falta de tempo para se debruçar sobre o tema principal, que é a relatoria.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Ex^a pediu a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para esclarecer ao Senador Jayme Campos: esse nosso compromisso é um compromisso conjunto das Comissões de que nós vamos encerrar esse assunto ainda este ano.

Sabemos da necessidade da revisão do Código Florestal, também temos convicção de que isso precisa ser feito com tranquilidade e com profundidade. Estamos ouvindo a sociedade, toda a sociedade, tivemos oportunidade de ouvir o Relator por duas vezes, a Ministra do Meio Ambiente, ex-Ministros do Meio Ambiente, ex-Ministros da Agricultura, juristas como o Ministro Nelson Jobim, o Ministro Herman Benjamin e o Professor Paulo Afonso Leme Machado, representantes do Ministério Público, representantes da comunidade científica, já por duas vezes, em audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente. Mais uma vez, na Co-

missão de Ciência e Tecnologia, ainda ouviremos a comunidade científica.

Enfim, estamos num esforço concentrado e essa tem sido a prioridade da Comissão de Meio Ambiente, mas nós queremos votar. Nós temos compromisso de votar. Queremos fazê-lo com tranquilidade, mas o nosso objetivo é de que até novembro possamos encerrar a apreciação desse tema no Senado Federal para retornar à Câmara, a fim de entregar ao País um código que permita que o Brasil continue sendo e seja cada vez mais um grande produtor, uma grande potência alimentar, uma grande potência agroenergética, mas também uma grande potência ambiental.

Considero isso absolutamente possível e tenho convicção de que o Senado estará à altura das expectativas da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Vamos então ao item 1, aproveitando, Senador Flexa Ribeiro, que nós temos quórum para votar e alguns Senadores precisam sair.

Antes de saírem, peço que seja lido o relatório. Portanto passo ao:

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 423, DE 2009

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária, bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

Portanto, passo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um breve comentário sobre o que os Srs. Senadores falaram quanto à aprovação do Novo Código Florestal.

Vencemos, ontem, uma etapa importante: a aprovação na CCJ. Vamos agora à discussão do mérito. Ontem, basicamente se discutiu se a CCJ entraria no mérito ou não, que não caberia. Então, houve uma votação e, pela maioria, deixou-se para discutir o mérito aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Comissão de Ciência e Tecnologia e, terminativamente, na Comissão de Meio Ambiente.

Acho que há consenso de toda a sociedade brasileira, do Senado, do Congresso brasileiro quanto à necessidade de reformular, readequar o Código Florestal para a época de hoje, quando temos tecnologia abundante. A carta que hoje existe tem mais de 40 anos. Então, vamos – como disse o Senador Jayme Campos – acelerar o processo para que possamos votar ainda este ano.

Vamos ao item 1:

Submete-se à análise desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 423, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho – hoje exercendo o honroso cargo de Ministro da Previdência –, que tem por objeto alterar a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, de modo a equiparar a atividade pesqueira à agropecuária – isso é importante, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque dará à atividade pesqueira uma capacidade de avançar, de aumentar a sua produtividade e alcançar o mercado internacional, quando os pescadores, artesanais ou industriais, tiverem os mesmos benefícios que tem o agronegócio –, além de dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e sobre o contrato de parceria na pesca artesanal.

A proposição já tramitou e foi aprovada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Será agora apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

A Análise, Sr. Presidente:

Cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 104-B, incisos V e XVI do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre projetos atinentes a pesca e a emprego, previdência e renda rurais, respectivamente.

Conforme se aduz do parecer aprovado pela CCJ, não há reparos à fazer à proposição em relação aos aspectos de regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, cabe mencionar que Lei Agrícola Brasileira (Lei nº 8.171, de 1991), em seu art. 1º, parágrafo único, inclui na definição de atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados da pesca.

O art. 48 da mesma lei inclui entre os objetivos do crédito rural o desenvolvimento de atividades pesqueiras, e o art. 49 coloca entre os beneficiários do crédito rural as pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, exerçam, entre outras, atividades pesqueiras, de aquicultura e de pesca artesanal.

Como se vê, a legislação agrícola já faz uma certa correlação entre a atividade agrícola e a atividade pesqueira. Contudo, os pescadores não são considerados produtores rurais, mas, sim, equiparados a eles para fins de crédito rural.

O objetivo do projeto em análise é equiparar à atividade agropecuária toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.

A proposição também prevê, na pesca industrial, a possibilidade de contratos com previsão de pagamento ao pescador profissional, parte em dinheiro e parte em percentual do resultado da pesca. Nessa forma de contratação, regulada pela legislação trabalhista, é assegurada ao pescador a percepção de um salário mínimo.

Além disso, o projeto acrescenta à legislação pesqueira a definição e caracterização do contrato de parceria na pesca artesanal, de forma análoga à parceria rural.

Com o objetivo de aprimorar o projeto, apresentamos substitutivo, no qual fazemos as seguintes modificações:

a) Nos contratos de trabalho da pesca industrial, o menor valor a ser recebido pelo pescador passa a ser o piso salarial da categoria, e não o salário mínimo, como consta do projeto;

b) Inclusão da possibilidade de antecipação do pagamento referente ao resultado da pesca;

c) As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade pesqueira de exploração, exploração, cultivo, conservação ou industrialização de pescado passam a ser consideradas produtores rurais, para todos os fins, tornando-se, inclusive, beneficiários da política agrícola;

d) Apresenta o termo “industrialização” como sinônimo de processamento, no dispositivo que trata das definições dos termos usados na Lei.

Como a Lei nº 11.959, de 2009, já dispõe genericamente sobre os contratos de parceria, entendemos por bem não fazer uma regulamentação da parceria na pesca artesanal, como forma de dar maior liberdade aos parceiros para estabelecer as cláusulas contratuais de acordo com a própria realidade.

Por esse motivo, o substitutivo exclui o artigo que normatiza esse tipo de parceria.

Em relação à equiparação das atividades pesqueira e agropecuária, entendemos que a melhor forma de estender aos pescadores os benefícios da política agrícola é considerá-los produtores rurais, por definição legal. De acordo com o texto atual do art. 27 da Lei nº 11.959, de 2009, são considerados produtores rurais apenas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam a atividade pesqueira de captura e criação de pescado.

O substitutivo amplia o benefício para todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade pesqueira de exploração, exploração, cultivo, conservação ou industrialização de pescado. Com isso, não apenas o pescador, mas também a indústria processadora passará a ter acesso às políticas agrícolas.

Não há dúvidas de que, com o imenso litoral que possuímos e a grande disponibilidade de rios e lagos, o setor pesqueiro brasileiro precisa ser fortalecido, pois não podemos desperdiçar esse extraordinário potencial gerador de emprego e renda.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, nos termos do substitutivo que está já distribuído para todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, e peço aos meus pares que dispensem a leitura do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Os pescadores brasileiros estão aguardando com muita ansiedade a aprovação desse projeto.

O Relator, Senador Flexa Ribeiro, concluiu pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1, substitutiva.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quórum e votação nominal. Portanto, farei a chamada nominal.

Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o representante goiano aqui nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Amélia.

A SRA ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, parabenizando e tirando da informalidade essa classe que aguarda por muito tempo esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadoras e Senadores.

Aprovada a Emenda nº 1, da CRA, substitutivo...

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É que o Flexa já expressou seu voto. Na leitura do seu relatório, ele proferiu seu voto. Mas, se quiser novamente. É voto conhecido.

Aprovada a emenda.

Dessa forma, aprovado o substitutivo integral, fica prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, aprovado o substitutivo integral a projeto de lei, será ele submetido ao turno suplementar.

Portanto, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, será oportunamente incluído na pauta desta Comissão para apreciação em turno suplementar.

ITEM 2

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de cataramento o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante esta Comissão.

Com a palavra, o Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, permita-me, Presidente. Antes de ler o relatório, eu queria parabenizar o Senador Luiz Henrique pela votação ontem do seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça, dando uma demonstração de equilíbrio, de tranquilidade como está tratando essa que é, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes matérias a ser tratada este ano no Senado, com muito equilíbrio. Apesar de algumas provocações, vamos dizer assim, explícitas, nós tivemos exatamente o equilíbrio para que

pudéssemos alcançar o objetivo. E nós vamos, tenho certeza, aqui, na Comissão de Agricultura, aprimorar ainda esse projeto de lei.

Eu queria, então... Temos que votar o projeto, mas gostaria de – e tenho certeza de que o faço em nome da Comissão – parabenizar o ilustre representante de Santa Catarina, o ex-Governador Luiz Henrique, pelo excelente trabalho, pelo excelente relatório apresentado ontem na Comissão de Constituição e Justiça. Eu só sou membro suplente, mas estivemos lá, firmes, todos nós, sob o comando, sob a liderança e sob a batuta desse extraordinário brasileiro que é o Luiz Henrique.

Parabéns, Senador Luiz Henrique!

Sr. Presidente, a proposição contém cinco artigos da eminente paraense Elcione Barbalho, minha amiga Elcione. O art. 1º trata dos objetivos da lei, e o art. 2º altera a ementa da Lei nº 10.779, de 2003, adequando-a ao novo conteúdo. O art. 3º altera a referida lei, para estender – o que é o objetivo do projeto – o benefício do seguro desemprego aos catadores de caranguejo que exerçam suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar.

Então, penso que a Deputada Elcione Barbalho, nada mais, nada menos faz do que estender aquilo que já existe para os pescadores ao – não deixa de ser também um pescador, só que o nome popularizado é outro – catador de caranguejo. Evidentemente que isso é uma matéria muito mais afeita ao Norte e ao Nordeste do nosso País.

O art. 4º também modifica a lei, para estabelecer as condições de enquadramento dos catadores de caranguejo como beneficiários do seguro-desemprego. O art. 5º trata da cláusula de vigência.

Conforme a justificção que acompanha o PLS, a autora argumenta que desde 1991 o pescador tem direito ao seguro-desemprego durante o período de defeso. No entanto, os catadores de caranguejo, que igualmente estão sujeitos ao defeso, não recebem o mesmo amparo da Previdência Social para a sua subsistência.

Além da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o PLS será analisado também pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta a decisão terminativa.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 53, de 2011.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto da Câmara Nº 53, de 2011.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ppois não. Para discutir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, quero parabenizar o Senador Waldemir Moka pelo parecer.

Esse projeto, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, do PMDB do Pará, é da maior importância. Faz justiça, Senador Aldemir.

Os pescadores, como disse o Senador em seu parecer, têm direito ao seguro defeso desde 1991. O catador de caranguejo, por similaridade, é um pescador, é um pescador de caranguejo. No Pará, esses catadores atravessam uma fase muito difícil, porque, de forma correta, o Ministério Público Estadual proibiu a venda da massa de caranguejo, que advém da catação do caranguejo por essas pessoas que agora estão sendo atendidas pelo seguro defeso. Não há correlação entre uma coisa e outra, porque aqui estamos garantindo ao catador o direito de receber o seguro na época em que é proibida a catação, ou seja, no período do chamado defeso, para que as espécies possam se reproduzir e não sejam catados caranguejos que não sejam adultos.

Quero parabenizar tanta a autora do projeto quanto o Relator, porque isso vai trazer um benefício justo a todos os catadores de caranguejo do meu Estado e, como disse o Senador, do Norte e do Nordeste do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Relator concluiu pela aprovação do projeto. Ainda continua em discussão.

Tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – é rapidamente, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o relator, Senador Waldemir Moka, e a Deputada Elcione Barbalho. Ele, por apontar todos os aspectos positivos desse projeto; e ela, por tê-lo proposto.

Quero, em agradecendo as palavras de amigo, de irmão, do meu companheiro Moka, dizer apenas que estamos procurando cumprir nosso dever no sentido de exprimir o sentimento majoritário desta Casa. É assim que vamos trabalhar na relatoria do Código Florestal, agora aqui, na Comissão de Agricultura, e na Comissão de Tecnologia. E pretendemos fazer um relatório único junto com o Senador Jorge Viana, que é Relator na Comissão de Meio Ambiente.

Quero comunicar à Casa que nosso colega Senador Casildo Maldaner, que está internado no Hospital das Forças Armadas, sofreu ontem um ataque coronariano. Falei com a esposa dele, Ivone, e ela me tranquilizou dizendo que ele deverá sair da UTI hoje

e ir para o quarto e deverá ter rápida recuperação, o que é – acredito – o desejo de todos nós, pela amizade, pela lealdade, pela maneira exemplar com que se relaciona conosco, com todos os Senadores, com o povo catarinense esse grande ex-Deputado e ex-Governador do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Eu também desejo ao Senador Casildo Maldaner rápida recuperação. Casildo é um grande parceiro nosso aqui, na nossa Comissão. Eu tenho certeza de que ele vai estar conosco muito em breve.

E quero colocar também, Senador Luiz Henrique, que as palavras do Moka são o nosso pensamento também com relação ao seu trabalho e, principalmente, à sua dedicação para com a reforma do Código Florestal, além do seu empenho para que haja um relatório único, juntamente com o Senador Jorge Viana.

É um avanço muito grande. É um exemplo que nós estamos dando ao País de que nós estamos tratando essa questão não como uma questão da agricultura, não como uma questão do meio ambiente, mas, sim, como uma questão nacional.

Então, V. Ex^a está de parabéns pelo trabalho que fez ontem, mas, principalmente, pelo que está fazendo. E vai concluir esse trabalho, tenho certeza, com chave de ouro no final do mês de outubro ou no começo do mês de novembro – essa é a nossa expectativa.

Ficamos sempre à disposição para ajudar naquilo que for possível e necessário, a fim de que o seu trabalho transcorra da maneira que está sendo feito.

Nossos cumprimentos, mais uma vez, Senador Luiz Henrique.

A matéria continua em discussão. Alguém mais para discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como sem encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pediria uma gentileza: a inversão de pauta, para que fosse lido o requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias e subscrito por mim que está na mesa com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador. Eu peço a compreensão de V. Ex^a para que continuemos nos Itens 3, 4 e 5 – o

que será rápido –, e já passaremos aos Itens 6 e 7. Não teremos muito tempo.

Os Itens 3 e 4, a pedido dos Relatores, estão sendo retirados de pauta.

Passaremos para o Item 5, se assim V. Ex^a concordar conosco. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Senador Cyro, por sua gentileza de sempre.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Solicito a V. Ex^a a retirada de pauta do Item 6 para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está retirado de pauta também o Item 6.

Vamos, então, ao Item 5.

ITEM 5

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2011

Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar.

Informo que, em reunião realizada no dia 18 de agosto do corrente ano, foi lido o relatório pela Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Amélia. Naquela ocasião, a Relatora concluiu pela aprovação do projeto.

A matéria encontra-se em fase de discussão. Portanto, se alguém quiser discutir... (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria, como Relatora *ad hoc* – a relatoria foi do Senador Benedito de Lira –, ressaltar a importância dessa iniciativa do Senador Luiz Henrique, à luz exatamente do Código Florestal, que está sendo examinado nesta Casa. Foi ressaltada aqui, por todos os Senadores e pelo Senador Waldemir Moka, a importância dessa matéria. E um dos elementos que se usam para fundamentar a importância da questão da sustentabilidade diz respeito ao sequestro de carbono.

O projeto do Senador tem dois aspectos, para mim, relevantes. Um é a questão ambiental, porque a floresta plantada tem um índice de sequestro de carbono bastante relevante, já que esse é o tema que domina aqui no debate sobre o Código Florestal. E o outro é a questão social, porque ela trata de estimular a agricultura familiar no florestamento.

Então, penso que esses fatores que estão inseridos, com muita clareza, no projeto do Senador Luiz Henrique devem ser pesados.

Essa não é uma decisão terminativa. Como ela trata de questão de isenção fiscal, para estimular o pequeno agricultor, eu penso que nós poderemos votar e aprovar essa matéria, que, depois, será submetida à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Meio Ambiente, que avaliarão as questões desses aspectos.

Então, essa é a minha solicitação aos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a nossa Relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Item 6 foi retirado. Passamos ao Item 7.

ITEM 7

- Não Terminativo -

AVISO Nº 63, DE 2011

Encaminha cópia do Acórdão nº 1681/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, bem como nas entidades da administração indireta a ele vinculadas, com o objetivo de aprimorar o grau de conhecimento sistêmico do Tribunal sobre as três grandes áreas de atuação dessa pasta ministerial, incluindo os respectivos macroprocessos, para, alfim, identificar as principais áreas de risco para efeito de controle externo.

Com a palavra, o Relator, o nobre Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, caros Srs. Senadores, Srª Senadora. Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para parabenizar o Senador Luiz Henrique pela brilhante condução dos trabalhos no que diz respeito à aprovação do projeto de reforma do Código Florestal na Comissão de Constituição e Justiça, ontem, principalmente porque ele colocou em seu relatório aquilo que precisava ser decidido na Comissão de Constituição e Justiça, que é a comissão responsável pela análise da constitucionalidade desse projeto. Também deixou

claro que todas as emendas que alteram o mérito serão analisadas por ele mesmo na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura, onde também é Relator, mas sempre promovendo uma conversa de nível aprimorado no intuito de fazermos o melhor texto para que haja um equilíbrio entre produção agrícola e conservação do meio ambiente.

Sr. Presidente, passo a relatar o Aviso nº 63, de 2011, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.681, de 2011, do Tribunal de Contas da União.

Sob apreciação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Aviso nº 63, de 2011, do Tribunal de Contas da União (TCU), atinente ao Acórdão nº 1.681, de 2011.

O referido Acórdão foi encaminhado ao Senado Federal pelo Presidente do TCU por meio da correspondência “Aviso nº 869-Seses-TCU Plenário”, de 22 de junho de 2011, data em que ocorreu a Sessão Ordinária em que o mesmo foi proferido pelo Plenário daquele colendo Tribunal.

Refere-se ao processo TC 025.221/2009-5, que resulta de levantamento de auditoria realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como nas entidades da administração indireta a ele vinculadas, com o objetivo de aprimorar o grau de conhecimento sistêmico do Tribunal sobre as três grandes áreas de atuação dessa pasta ministerial, e identificar as principais áreas de risco para efeito de controle externo.

O documento é subscrito pelo Presidente do TCU, pelo relator da matéria e pelo Procurador-Geral junto àquela corte de contas, respectivamente, Ministro Benjamin Zymler, Ministro Raimundo Carreiro e Representante do Ministério Público junto ao TCU Lucas Rocha Furtado.

Da Análise, Sr. Presidente:

II – Análise

A análise de Avisos, inclusive aqueles relativos a monitoramento da observância de recomendações e determinações anteriores do próprio TCU, encaminhados à apreciação desta Casa, enquadra-se nas competências de controle do Congresso Nacional sobre as entidades integrantes da administração pública, de que trata o art. 70 da Constituição Federal de 1988, exercida com o auxílio daquele Tribunal, conforme o art. 71 da Carta Magna.

No caso em tela, cabe destacar que, por meio do Acórdão nº 1.681, de 2011, o Tribunal de Contas da União procedeu levantamento, por meio da 8ª Secretaria de Controle Externo, no Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento e órgãos de sua administração indireta e tomou medidas para ampliar a gestão sistêmica naquela Pasta, como pode ser visto no excerto do Acórdão, a seguir reproduzido:

9.1 recomendar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que elabore cronogramas de ações voltadas aos seguintes objetivos:

9.1.1 desenvolvimento e implantação de ações de mapeamento e automação de seus principais processos internos, de acordo com as prioridades definidas pela Administração do Ministério;

9.1.2 implantação de sistemática e rotinas de controle interno condizentes com seu orçamento anual e a complexidade de seus processos;

9.4 dar ciência deste Acórdão, bem como do Voto e Relatório que o fundamentam, inclusive do Relatório Analítico que compõe o documento 1:

9.4.1 ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – e ao Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, para ciência e ampla divulgação interna junto às unidades interessadas;

9.4.2 ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, para ciência dos achados descritos no Relatório, de modo a subsidiar futuras fiscalizações;

Gostaríamos de destacar, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a importante ação do TCU que se antecipa a uma demanda justa da sociedade de aprimoramento das políticas públicas no Brasil. O setor agropecuário tem sido fundamental para geração de divisas para manutenção da balança comercial, mas também para dinamização e desenvolvimento das cidades Brasil afora. A implantação de processos sistêmicos de planejamento é fundamental para a continuidade do desenvolvimento institucional no País.

Nesse contexto, o Senado Federal encontra-se a par dessa importante questão, atento às possibilidades de aprimoramento da legislação e ciente de sua responsabilidade institucional de fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos e da visão estratégica para o Brasil.

Esse é o relatório.

Passo, então, Sr. Presidente, a proferir o voto.

III – Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 63, de 2011, do Tribunal de Contas da União, atinente ao Acórdão nº 1.681, de 2011, e, após a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que esta Casa determine

seu arquivamento, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

O Relator concluiu pelo conhecimento do presente Aviso da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, após a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, o seu arquivamento, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Item 8, requerimento de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Cyro Miranda.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor ISRAEL LEONARDO BATISTA, ex-chefe da Comissão de Licitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar dos devidos esclarecimentos sobre suas declarações publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo de 16 de agosto do corrente, afirmando ter recebido propina depois da assinatura de um contrato milionário entre o Ministério da Agricultura e uma empresa representada pelo lobista Júlio Frões.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda, autor, junto com o Senador Alvaro Dias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse requerimento tem o intuito de fazer um esclarecimento que ficou por várias vezes por ser definido por esta Comissão e, de outras vezes, não prosseguiu.

Apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, pois esta é uma Comissão – e a Casa aqui, o Senado – onde se esclarecem esses problemas maiores, e peço que tenhamos a consciência e a parcimônia de receber esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Em discussão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pelos mesmos motivos que relatei o item 7, onde evidenciamos uma prática dos órgãos competentes na investigação de todas as eventuais irregularidades, até mesmo das suspeitas, como foi o caso do TCU, através da sua Secretaria, que fez um levantamento minucioso no Ministério da Agricultura, inclusive encaminhando acórdão a esta Casa, ao Congresso Nacional, mas, especialmente, a esta Comissão; e também pelo fato de que demais órgãos, como o Ministério Público e a CGU, já terem procedido a ações imediatas na investigação de todos esses fatos levantados dentro do Ministério da Agricultura, encaminho de forma contrária ao recebimento desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PR) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, lastimo que estejamos, cada vez mais, tolhendo a ação legislativa no Brasil.

Penso que ser Senador de situação é uma ação de defesa do Governo. Agora, impedir o Congresso Nacional de ouvir as pessoas que estão envolvidas em malfeitos divulgados pela imprensa, isso eu acho que não se deve.

Nós não podemos, Senador Sérgio Souza – não nos deixam –, abrir CPI. Agora, V. Ex^a quer impedir que seja convidada uma pessoa que está explicitamente envolvida em malfeitos no Ministério da Agricultura, para que venha aqui dizer aos Senadores da Comissão as razões ou o que aconteceu naquele Ministério.

Quero pedir a V. Ex^a que retire o seu encaminhamento contrário, porque daqui a pouco vamos ser aqui... No meu tempo de criança, tinha um presépio, no meu Estado, com uma vaquinha, vaquinha de presépio, aquela que balançava a cabeça para tudo. Nós não somos vaquinhas de presépio aqui, no Senado Federal. Então, peço a V. Ex^a que se dê a oportunidade, e também a todos nós, de ouvir a pessoa que o Senador Cyro e o Senador Alvaro estão convidando para vir até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Continua em discussão.

Com a palavra agora, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com todo respeito que merece o Senador, meu amigo, Flexa Ribeiro, voto com a orientação do Sérgio Souza.

E quero colocar para V. Ex^a que não me sinto nessa situação que V. Ex^a tenta colocar aqui.

O que existe, sim, é que essas pessoas... Tudo isso é um caso que o Ministério da Agricultura... Estou pensando é no Ministério da Agricultura, porque acaba de assumir lá o Ministro Mendes Ribeiro. Vamos novamente trazer uma discussão que o Ministério Público já iniciou, a Polícia Federal, e que a CGU fez toda a auditoria no Ministério da Agricultura.

Se o que existe – precisa ser colocado com clareza – é um enfrentamento político, tudo bem, vamos fazê-lo. Mas daí a V. Ex^a colocar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PR) – Mas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me, eu estou com a palavra. V. Ex^a falou e eu ouvi.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PR) – Pois não. Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vamos pelo menos manter nesse nível a discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PR) – Vou ouvi-lo, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a não para de falar. Vai me ouvir?

Então, acho que o que temos de fazer aqui é uma discussão. E, aí, eu concordo. V. Ex^a pode argumentar politicamente, mas tentar nos colocar aqui nessa situação, acho que aí V. Ex^a é quem está ofendendo os seus colegas aqui. Significa que quem votar contra o pedido do Senador, grande representante de Goiás, e não atender à proposta, nós vamos ser colocados na situação?

Eu quero que V. Ex^a também coloque o que acabou de argumentar. Eu acho que isso não é compatível com a cordialidade e o respeito que têm que existir entre os pares. V. Ex^a tem todo o direito de votar a favor, mas V. Ex^a há de convir comigo que aqueles que entenderem de forma diferente, evidentemente, têm o direito de se manifestar também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Flexa, um minuto para a discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ouvi atentamente e peço desculpa ao Senador Waldemir, porque tentei, inclusive, de forma intempestiva até contra-argumentar quando ele usava da palavra. Mas o que eu quis dizer eu reafirmo aqui, não no sentido da comparação que fiz, mas no sentido de que, lamentavelmente, no Congresso Nacional e no Sena-

do Nacional, estamos impedidos de aprovar qualquer requerimento que convide qualquer autoridade, qualquer pessoa para prestar esclarecimentos ao Senado Federal. A base do Governo não deixa aprovar.

O Senador Moka está preocupado em não atingir o Ministério da Agricultura. Eu tenho a mesma preocupação que V. Ex^a. Ainda na terça-feira, jantamos com o Ministro Mendes Ribeiro na CNA – V. Ex^a estava presente –, que é um parlamentar que merece de nós todo o respeito, como também o ex-Ministro Wagner Rossi. Eu não estou fazendo juízo de valor aqui. Eu não faço juízo de valor. O que eu faço é apenas um apelo para que nós não blindemos, não façamos aqui o impedimento de aprovar qualquer requerimento que venha trazer esclarecimentos à sociedade.

Então, peço também que possamos fazer, sim, o papel do Legislativo brasileiro – no caso específico, do Senado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ainda para discutir, Sr. Presidente. É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Cyro – Eu acho que isso, até para o Ministro Mendes Ribeiro, por quem tenho amizade e um apreço muito grande, é elucidativo. Ele, que está entrando, precisa pegar essa casa limpa e precisa também tomar pé e conhecimento de fatos que foram graves, para que ele, daqui para frente, os elimine. Eu acho que isso é saudável.

Agora, o Senador Moka, por quem tenho apreço e uma amizade muito grande, me desculpe, mas aqui a base do Governo é sempre orientada e não adianta. A discussão é inócua quando não se colocam os princípios na mesa de julgarmos um caso. Então, sim, lógico, a base do Governo sempre vai ganhar. Nós não conseguimos trazer uma pessoa até hoje aqui, certo? E não é justo que nós não consigamos trazer uma pessoa para que se explique. É explicação. Não é contra nenhum partido. É apenas para esclarecer fatos e dar para o Ministério e ao novo Ministro, que é uma pessoa ilibada, todas as ferramentas para que ele haja com rigidez dentro do Ministério.

Então, eu peço que os senhores reconsiderem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, quero dizer que tenho o maior respeito e admiração pelo trabalho de todos os Srs. Senadores, em especial do Senador Cícero, do Senador Flexa, do Senador Cyro, do Senador Moka e de todos os meus pares. Em momento

algum, eu me furtarei a trazer ao Congresso Nacional as pessoas para que sejam ouvidas e discutir aquilo que deve ser discutido.

Como Senador e membro desta Comissão, fui signatário de um requerimento para que estivesse aqui, nesta Comissão de Agricultura, o então Ministro Wagner Rossi. E nós trouxemos a esta Comissão de Agricultura o Ministro da Agricultura, em razão de requerimento de minha autoria, para que desse as explicações necessárias a toda a sociedade e para que ele falasse em nome de toda a Pasta.

Estamos encaminhando contrariamente neste momento, partilhando daquilo que o Senador Moka diz, porque nós estamos já vivendo outro momento, outra realidade dentro do Ministério da Agricultura, e os órgãos competentes, como o TCU, Ministério Público, Polícia Federal, AGU, já estão promovendo as investigações necessárias, e nós já ouvimos não só esse Ministro, como ouvimos quase uma dezena de Ministros e representantes dos Ministérios por conta de situações que levaram a investigações junto a órgãos desse Governo.

Então, o Congresso Nacional não tem de forma alguma se furtado a ouvir os membros do Governo ou a solicitar, a convidar os membros do Governo a apresentar seus esclarecimentos, Senador Cícero.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio. Concordamos também com V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente; nosso Vice-Presidente, Waldemir Moka, eu dificilmente tenho avalizado, assinado requerimentos para trazer pessoas aqui, mas acho que não tem mal nenhum em convidar o Sr. Israel para ele vir até esta Comissão e prestar alguns esclarecimentos.

Concordo que a AGU está fazendo investigação, o TCU, mas nós também precisamos conhecer como funciona o Ministério, qual é a estrutura, quem manda, quem não manda, como é feito. Nós jamais saberemos isso através da CGU e da AGU. O importante é a gente conhecer e falar com as pessoas que estão operando. Se ele vier aqui, não vou nem fazer perguntas a ele sobre o assunto, eu quero saber como funciona, como a gente pode ajudar para modificar.

Aliás, o Ministro Mendes tem dito que vai fazer uma reformulação completa daquele Ministério. E eu sou testemunha: quando a Presidente Dilma estava

montando seu Ministério, ela disse que gostaria de ter nesse Ministério alguém que pudesse fazer uma reformulação, fazer algo que correspondesse a um Ministério do que é a agricultura brasileira neste momento, porque era um Ministério atrasado, arcaico, que não conseguia dar conta das suas responsabilidades.

Então, eu acho que o Senador Cyro, que é signatário ou é o autor desse requerimento merece nossa consideração, e eu, na hora da votação, vou votar favoravelmente a convidar o Sr. Israel para estar aqui, não para fazer uma devassa nem nada, mas para entender um pouco como funciona esse Ministério, que, para nossas atividades, é de extrema importância, porém, nós o conhecemos muito pouco por dentro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Para encaminhar a votação. Já foi encaminhada. Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que acompanham o Sr. Senador Sérgio Souza permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o do Sérgio Souza e rejeitado o requerimento do Cyro...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, o contrário?

Um, dois, três, quatro. *(Pausa.)*

Um, dois, três, quatro... *(Pausa.)*

Cassol vota com...

(Interrupção do som.)

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, aprovado. Na recontagem dos votos, está aprovado.

Vamos para o item 9, requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CRA

Requer, nos termos regimentais, e em atenção ao Requerimento nº 10, de 2011, de minha autoria, a realização de um debate a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 14/10/2011, sexta-feira, às 14 horas, com a finalidade de discutir sobre política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como possíveis impactos para a agricultura brasileira, com a participação dos seguintes convidados:

Dr. Celso Lisboa de Lacerda – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária **(INCRA)**;

Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira – Presidente da Fundação Nacional do Índio **(FUNAI)**;

Dr. Mariosvane Gottfried Weis – Presidente da Federação da Associação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul **(FAMURS)**;

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG);

Dr. Fábio de Salles Meirelles Filho – Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura **(CNA)**.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir, muito obrigada.

Na verdade, o Rio Grande do Sul está vivendo momentos de muita preocupação e incertezas diante dessa definição da área dos quilombolas, ou dos quilombos, no Estado.

O problema tem afetado não só os produtores rurais, especialmente os pequenos, mas também as administrações municipais. Muitos Municípios têm perdido uma parte significativa do seu território exatamente dentro desse redesenho de regularização fundiária de territórios quilombolas e demarcação de áreas de terras indígenas.

Então, para debater os dois temas – quilombolas e terras indígenas – é que estou propondo essa audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com a presença dos representantes da Funai e também do Incra e os representantes dos Municípios, dos trabalhadores na agricultura familiar e também da CNA.

Penso que seria uma maneira esclarecedora para avaliar os termos dessa decisão, que tem preocupado enormemente, especialmente os pequenos agricultores. Em algumas áreas afetam até obras importantes do Estado do Rio Grande do Sul.

Esse é o motivo desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação. *(Pausa.)*

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 10, requerimento de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965). Para tanto, requer sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, para encaminhar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

O Senador Mozarildo é o autor original desse requerimento, eu apenas o apoiei, exatamente por entender, como falou aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, e como têm expressado os nossos Relatores, Senador Luiz Henrique da Silveira e Senador Jorge Viana, e V. Exª, na abertura da reunião exaltou também o interesse de ampliar o debate em torno do Código Florestal. Quanto maior for essa discussão e essa compreensão do problema, melhor será o resultado final do produto.

Por isso, eu apresento, juntamente com o Senador Mozarildo, a solicitação dessa audiência, envolvendo especificamente o Parlamento Amazônico.

Esses são os termos do requerimento, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ana Amélia.

Em votação. (Pausa.)

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Extrapauta: Requerimento do Senador Clésio Andrade.

EXTRA PAUTA:

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos regimentais, audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771/1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com os seguintes convidados:

Carlos Alberto Paulino da Costa – Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Cooxupé;

Gilson Ximenes – Presidente do Conselho Nacional de Café – (CNC);

Nathan Herszkowicz – Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic);

Breno Pereira de Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

Manoel Bertone – Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e

Francisco Miranda de Figueiredo Filho – Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (COCATREL).

O nobre Senador Clésio Andrade já fez suas exposições.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, lembro à Comissão da realização do 20º Seminário do Ciclo de Debates e Palestras desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a realizar-se amanhã, dia 23 de setembro, às 14 horas (horário de Brasília), na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, com a finalidade de discutir e analisar e colher informações e sugestões referentes ao Código Florestal brasileiro – Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, em tramitação no Senado Federal, que foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça, em primeira etapa. E continuamos em discussão desse tema.

Portanto, amanhã estaremos em Vilhena, junto com o Senador Reditario Cassol, que irá nos acompanhar, junto com a TV Senado e com a Rádio Senado.

Senadora Ana Amélia, fiz o convite a V. Exª, mas V. Exª tem compromisso em Santa Rosa e não poderá nos acompanhar, entretanto Rondônia a aguarda para uma visita, junto com a nossa Comissão ou não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vai ser um grande um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas, de preferência, junto com a nossa Comissão para debatermos assuntos importantes, já que lá, no nosso Estado de Rondônia, Senadora, há muitos gaúchos, e V. Exª terá oportunidade de reencontrar os seus conterrâneos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Bom dia a todos.

(Iniciada às 08 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 49 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 13 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, RODRIGO ROLLEMBERG e EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores **ANA AMÉLIA, ANTONIO CARLOS VALADARES, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPPLY, EUNÍCIO OLIVEIRA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, WALDEMIR MOKA e WILSON SANTIAGO**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CMA, CRA e CCT, que é dada como aprovada. **PRIMEIRA PARTE: DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO: ITEM ÚNICO: - Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CRA, REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCT. ASSUNTO:** Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia e Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP). **Autoria: Senadores**

Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga. Colocado em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam o requerimento. **SEGUNDA PARTE: Audiência Pública conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nºs 62, de 2011-CRA; 98, de 2011- CMA; e 52, de 2011-CCT e**, aprovados em 27 de setembro do corrente, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)**, com a presença dos seguintes convidados: **Elíbio Leopoldo Rech Filho**, Membro da Academia Brasileira de Ciências - **ABC**; e **Ricardo Ribeiro Rodrigues**, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - **ESALQ-USP**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **RODRIGO ROLLEMBERG, ANA AMÉLIA, EDUARDO BRAGA, LUIZ HENRIQUE, JORGE VIANA, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA e MOZARILDO CAVALCANTI**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **ACIR GURGACZ**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; – Senador **EDUARDO BRAGA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A primeira parte da reunião destina-se à apreciação dos seguintes requerimentos:

ITEM ÚNICO

- Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CMA

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCT

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Antes de passar à segunda parte da reunião, quero registrar com prazer, com alegria, que hoje está presidindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a Senadora Ana Amélia, muito presente, muito pontual e muito assídua, em todos os debates que as três Comissões vêm fazendo sobre o Código Florestal.

Neste momento, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg.

De fato, eu lhe agradeço muito as referências. Talvez seja a convivência com os produtores rurais, especialmente no caso dos leiteiros, que acordam muito cedo para a ordenha.

O setor e particularmente o capítulo do Código Florestal têm exigido de todos os Senadores, das Comissões envolvidas diretamente nesse debate, nessa discussão, como é o caso da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o caso da Comissão de Meio Ambiente, presidida por V. Ex^a, e da Comissão de Ciência e Tecnologia, e temos de destacar muito o esforço pessoal de cada um dos Relatores, Senador Luiz Henrique da Silveira e Senador Jorge Viana, estão fazendo.

O relatório foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Muitas emendas foram aprovadas. Houve acordo para o aproveitamento de algumas delas. O destaque é exatamente este: o esforço que os Senadores envolvidos no assunto estão fazendo para que a gente conclua o trabalho e aprove esse projeto antes do início do recesso de 2011. É um compromisso que a Casa tem, particularmente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, que são as mais diretamente envolvidas com essa questão.

Hoje teremos mais uma audiência pública para tratar do assunto, trazendo representante da Academia Brasileira de Ciências e também da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, que tem se notabilizado também por um olhar e uma atenção maior, do ponto de vista da ciência, sobre essas questões não só do desenvolvimento da agropecuária brasileira, mas também, especialmente, da sustentabilidade, que é compatibilizar o crescimento da produção de alimentos com a preservação do meio ambiente, tão importante para o nosso País e para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Cumprimento V. Ex^a na condição de Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Registro a presença dos nossos convidados.

Convido para compor a Mesa o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências. *(Pausa.)*

Convido também o Sr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP). *(Pausa.)*

É uma alegria poder retomar, como estamos fazendo todas as terças-feiras, neste horário, o debate sobre o Código Florestal. Eu tenho dito, Senadora Ana Amélia, que esse é um tema, além de estratégico para o País, apaixonante. Se pudesse, eu gostaria de dedicar toda essa parte do meu mandato apenas à discussão do Código Florestal, tal a sua importância e a sua complexidade.

Todavia, entendo, e gosto sempre de ressaltar, Professor Elíbio e Professor Ricardo, que nós estamos conseguindo algo extremamente positivo aqui no Senado, que é debater, discutir esse tema num ambiente de equilíbrio, num ambiente de entendimento e num ambiente de cooperação entre a Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Acir Gurgacz, a Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Eduardo Braga, e a Comissão de Meio Ambiente, presidida por mim. E não poderia ser diferente.

Eu tenho dito que o primeiro grande desafio nosso, no debate sobre o Código, é eliminar uma falsa dicotomia entre o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento da agroenergia brasileira, com a questão ambiental. Eu diria até mais: que é um pressuposto fundamental para o sucesso da nossa agricultura, da nossa pecuária e do crescimento agroenergético do Brasil saber fazê-lo de forma sustentável, e nada melhor do que usar o apoio da ciência e da tecnologia para isso.

Eu e a Senadora Ana Amélia, recorrentemente, usamos dados trazidos a este debate pela Embrapa, que é uma instituição que nos orgulha muito, que mostram que, nos últimos 35 anos, o Brasil cresceu, ampliou a sua área plantada em algo em torno de 48% e, no entanto, aumentou a sua produção em 268%.

Isso mostra que a solução para que possamos aumentar a nossa produção e a nossa produtividade está em investimentos em inovação tecnológica, e é claro que, ao fazer isso, nós reduziremos a pressão sobre novos biomas.

Exatamente por entender a importância da contribuição que a ciência pode dar a esse debate é que, pela terceira vez neste ano, o Senado Federal, através de audiências conjuntas com a Comissão de Agricultura e, agora, também com a Comissão de Ciência e Tecnologia, ouve os representantes da comunidade científica: Professor Elíbio, que já teve oportunidade de estar aqui e de trazer uma grande contribuição a este debate; e Professor Ricardo Rodrigues, que também já esteve aqui, participando deste debate.

A expectativa que temos hoje, com a presença de vocês, é de que possamos começar a avaliar, objetivamente, partes do texto que poderiam trazer, ainda, algum problema, ou partes do texto que mereciam ser aperfeiçoadas dentro dos objetivos de ter um Código Florestal moderno, que dê tranquilidade, dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que aponte para o futuro e que garanta que o Brasil também seja uma grande potência ambiental.

Esse debate tem sido muito proveitoso. Nós tivemos, aqui, o Relator na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, por duas vezes; tivemos a Ministra do Meio Ambiente, numa audiência que durou quase sete horas ininterruptas; tivemos, aqui, os ex-Ministros do Meio Ambiente, com contribuições importantes; os ex-Ministros da Agricultura; uma audiência pública só dedicada aos juristas, em que tivemos a presença do ex-Ministro Nelson Jobim, do Ministro Herman Benjamin, do Professor Paulo Affonso Leme Machado e dos Procuradores, Procurador Mário Guise e Procuradora Estadual Dr^a Cristina; e, na semana passada, uma audiência pública só para discutir pagamento por

serviços ambientais e instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Eu quero registrar, Senadora Ana Amélia, que, ontem, num debate promovido pela OAB do Distrito Federal, com a minha presença e com a presença do Senador Jorge Viana e da ex-Ministra Marina Silva, eu pude expressar a minha confiança de que, na construção desse processo gradual, vamos incorporar, gradualmente, em cada Comissão, os aperfeiçoamentos ao texto.

Quero registrar, aqui, a sensibilidade demonstrada pelo Senador Luiz Henrique, que se expressou dessa forma na reunião da Comissão de Constituição e Justiça se comprometendo a fazer determinadas alterações no texto do seu relatório nas comissões de mérito, e a próxima Comissão é a de Ciência e Tecnologia. E quero aqui também expressar a minha confiança em que saberemos aproveitar toda esta mobilização em torno das alterações do Código Florestal Brasileiro para produzir também melhorias pós-Código Florestal.

Numa primeira reunião que fiz na Embrapa, Elíbio, uma imersão que fiz durante um dia inteiro na Embrapa, com pesquisadores da Embrapa Floresta, da Embrapa Meio Ambiente, já naquela ocasião, o Gustavo Curcio alertava e lembrava que o ideal era que pudéssemos estar definindo o tamanho das nossas áreas de preservação permanente de acordo com a declividade do solo, da espessura, da textura do solo, da biodiversidade presente numa mata ciliar, por exemplo. Mas, infelizmente, há muitos anos que o Brasil não faz mapa de solo. E é importante que a área ambiental, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Ciência e Tecnologia garantam recursos, Senador Pedro Taques, para que o Brasil possa voltar a fazer mapa de solos, possa fazer os zoneamentos agrícolas em todo o País, como fez, com muito sucesso, o zoneamento da cana, e possam garantir recursos para instituições como a Embrapa e o Inpe, por exemplo, para realizarem o trabalho que realizaram recentemente, mostrando o que aconteceu, o que resultou das áreas que foram convertidas na Floresta Amazônica, que foram antropizadas, que uso está sendo dado a essas áreas.

Eu, inclusive, me comprometi, na ocasião, a garantir recursos, através de emenda parlamentar, para essas duas instituições para que elas possam realizar esse mesmo trabalho em relação ao bioma cerrado. É muito importante conhecer qual é o uso que está sendo dado às áreas convertidas, saber se esse é o melhor uso e como podemos, através do desenvolvimento científico e tecnológico, melhorar, otimizar a utilização dessas áreas, reduzindo, com isso, a pressão sobre novos biomas.

Agradecendo, mais uma vez a presença de todos, registrando aqui a presença do Senador Pedro Taques, assíduo e pontual frequentador desta Comissão, vamos iniciar ouvindo as palavras do Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho.

V. S^a dispõe de vinte minutos. Se precisar, a Mesa será tolerante, porque queremos muito ouvi-lo.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Rodrigo Rollemberg, Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelo convite, demais Senadores presentes, muito obrigado. Realmente, é um privilégio poder discutir um assunto de tamanha importância.

O Senador Rodrigo Rollemberg colocou com muita propriedade e até mesmo resumiu basicamente o que vou enfatizar na minha apresentação. Isso não só mostra que a Casa tem ouvido os cientistas, porque muitas das colocações feitas têm fundamento tecnológico... Agora, recentemente, eu li, antes de iniciar minha apresentação, que os termos “ruralista” e “ambientalista”, que esperamos, depois da votação do Código, que não ocorram mais, só para que haja discussões produtivas, mas, se as divergências entre os dois segmentos são apenas seis pontos frente ao Código Florestal, tenho absoluta certeza de que chegamos a um consenso. Apenas seis pontos divergentes dentro de um assunto de tamanha diversidade eu posso dizer que é muito pouco. E os pontos divergentes continuam sendo a questão da área, se vai ser de dez, de quinze ou de trinta metros.

O Senador colocou e eu gostaria de enfatizar: a questão do tempo. Sem dúvida – e foi por isso que a comunidade científica pediu mais tempo –, o tempo era exatamente para que sejam efetivados o mapeamento hídrico, o mapeamento do solo e outros mapeamentos, que são distintos para cada região e para cada bioma. Dentro do mesmo bioma, vão exigir números distintos.

Mas eu gostaria de iniciar a minha apresentação e, ao final, talvez nós possamos concluir com o que eu acredito que seja a forma de nós avançarmos nesse segmento tão importante.

O primeiro Código Florestal brasileiro foi de 1934 e o vigente é de 1965. De 1965 até hoje, ocorreram mudanças muito grandes em termos de conhecimentos tecnológicos. Muitos avanços ocorreram no mundo, que, sem dúvida, justificam que, hoje, nós façamos uma reflexão – principalmente sendo o Brasil um dos países de maior biodiversidade do Planeta –, que nós façamos uma revisão desse processo. Eu vou mostrar depois, na minha conclusão, por quê. Nós decidimos fazê-lo, mas isso é uma demanda, e os Senadores sabem muito bem, global.

A intensificação sustentável da produção de alimentos é o maior desafio deste século e não é uma

discussão interna do Brasil, mas um consenso global, como eu mencionei.

Vou concluir, primeiramente, mostrando alguns pontos mais específicos que eu acredito que devam ser levados em consideração e vou trabalhar não no aspecto filosófico, mas vejam bem: para que nós possamos estabelecer se são 10, 15 ou 30 metros, nós precisamos ter premissas que justifiquem a mudança do Código, que justifiquem o novo Código.

Elas certamente existem e eu mencionei algumas agora, mas é importante que nós tenhamos, em nosso País, um arcabouço que viabilize a legislação que está sendo criada, porque, nesse cenário, nenhuma lei vai conseguir, a contento, efetivar a operacionalização desse processo.

Nós precisamos, sim, que exista um certo pacto e um profundo entendimento das premissas de por que esse código está sendo mudado, e eu acredito que isso está acontecendo. Está, sim, se chegando a um consenso, uma vez que vejo seis pontos de divergência, que são poucos pontos se você considerar a complexidade de toda essa questão.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Eu vou ler algumas partes, só para enfatizar o que nós pensamos, como eu mencionei, em relação a premissas.

A pesquisa agropecuária brasileira, juntamente com a atividade empreendedora do País, fez com que o Brasil ocupasse um dos primeiros lugares em exportação de alimentos, não só de soja, mas com um grande rebanho e, também, sendo um grande produtor mundial de biocombustível, de uma forma economicamente viável.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

O contraponto desse sucesso econômico da agricultura tropical se manifesta no aumento das pressões sobre o meio ambiente – isso é um fato –, com o agravamento de processos erosivos, perda de biodiversidade, contaminação ambiental, desequilíbrios sociais devidos a outros fatores, também, notadamente onde a tecnologia ainda não chegou.

Eu enfatizo o ponto da tecnologia e os senhores vão poder entender mais à frente.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Para que nós possamos consolidar e perenizar essa agricultura tropical que foi desenvolvida ao longo dos, provavelmente, 30, 40 últimos anos. Torna-se indispensável aplicar inovações científicas e tecnológicas na sua otimização e lucrativa harmonização com o meio ambiente.

Próximo.

Defende-se, então, a implantação de políticas efetivas voltadas a garantir a todos os produtores, no-

tadamente os menos tecnificados, que venham a se integrar efetivamente aos sistemas produtivos e tecnologicamente sustentáveis. Vou falar um pouco mais sobre esse ponto e enfatizar mais ainda o final, pois, para mim, esse é o ponto fundamental.

Existem algumas questões que falam que o pequeno produtor que vive daquela área não pode ter reserva legal, porque senão não terá o sustento para sua família. Veja bem, a proposta desse Código vai muito além de imaginarmos que queremos manter o pequeno agricultor em uma agricultura de subsistência, onde ele, necessariamente, precise de toda aquela área. Tenho, inclusive, uma proposta muito simples. Dê a ele condições mínimas de acesso a terra, de acesso, muitas vezes, a um arado, de acesso a uma boa semente, adubo é água, e ele pode produzir três ou quatro vezes o que estaria produzindo atualmente e poderia ter uma reserva. Os senhores entendem? A questão é dinâmica, não possui um ponto completamente estático, onde temos que compor e fornecer ao que existe hoje, para que seja mantido como existe hoje. Não. O que queremos é que o pequeno produtor, com a pujança enorme que tem – e vou mostrar os dados mais uma vez, já mostrei anteriormente, mas não canso de mostrar esses dados do censo agropecuário, porque são fundamentais e a mola mestra do novo Código Florestal, para que ele possa ser operativo.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Vou explicar melhor nos *slides* mais adiante.

Existem necessidades de medidas urgentes para reverter o estágio atual de degradação ambiental. Para estancar e reverter esse quadro, foram criadas as APPs e reservas legais, e devem ser consideradas como parte fundamental no uso agrícola conservacionista da propriedade.

A percepção dessas estruturas como oportunidade deve ser acompanhada de políticas de Estado de apoio ao agricultor, necessárias para que o processo de averbação, por exemplo, se torne simples e sem burocracia. Isso parece um ponto pequeno, mas, para o pequeno agricultor, é extremamente relevante. Ou seja, do ponto de vista operacional, podemos dizer que existe a possibilidade, mas, fazer isso no dia a dia, para o pequeno agricultor é muito difícil. Então – poderia ter mencionado isso no início –, uma palavra que acredito que devemos ter em mente quando pensamos em política pública e quando pensamos em todas essas ações... É porque os senhores podem dizer que tudo o que estou falando, já existem mecanismos que viabilizem, de uma forma ou de outra, a execução. Isso é verdade. Mas o desafio é a intensificação operacional desses processos, é que estamos lentos perante a demanda de agilidade que o mundo requer hoje.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

O que devemos fazer? Estruturar os órgãos responsáveis e promover o treinamento e capacitação de técnicos para que possam apoiar, de forma efetiva, a sua regularização. Isso é um ponto importante que devemos considerar na lei. Aproveitar os espaços locais e regionais, para divulgar, esclarecer e captar apoio aos esforços de regularização. Isso é um fato muito importante e uma demanda urgente.

O próximo, por favor.

Utilizar o mapeamento de recursos hídricos – foi mencionado aqui na introdução do Senador Rodrigo Rollemberg –, em conformidade com a demanda por água, respeitando, assim, seu valor social.

Identificar matriz produtiva nos Municípios que integrem ações em rede de colaboração. Isso será fundamental, do ponto de vista operacional.

Incentivar, também, a pesquisa de espécies nativas e financiar a criação massiva de viveiros em diferentes regiões do nosso País.

O próximo.

No aspecto econômico, devemos estudar mecanismos para agregar às cadeias produtivas valores que identifiquem os esforços dos produtores na conservação. Por exemplo, selo do produto da Mata Atlântica. É uma ação, uma atividade e uma iniciativa bastante importante.

Estimular e premiar a demanda espontânea de proprietários que têm interesse em regularizar suas reservas legais e APPs.

Minimizar os custos de georreferenciamento, que são extremamente elevados para os pequenos produtores. Isso deve ser, necessariamente, reduzido, e deve ser feito a partir da articulação de órgãos responsáveis pela regularização fundiária, visando potencializar o esforço de regulamentação das RLs e das APPs.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Devemos adequar linhas de crédito ao zoneamento proposto e às necessidades identificadas, possibilitando, assim, agregar benefícios, como prazos e taxas diferenciadas, aos projetos de financiamento que contemplem a implantação das reservas legais e, eventualmente, corredores ecológicos.

O próximo, por favor.

Quanto à tributação, cobrar das autoridades, a partir das articulações políticas necessárias, a implantação de incentivos econômicos, mais uma vez para regularização das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, principalmente entre os pequenos produtores, aproveitando experiências de alguns Estados com o ICMS ecológico, por exemplo.

O próximo, por favor.

Foram estimadas em aproximadamente 60 milhões de hectares as terras degradadas por uso inadequado, que devem e podem ser recuperadas e utilizadas na produção agrícola. Isso é um fato muito importante que devemos considerar fortemente, como Estado. Nesse sentido, destaca-se a recente iniciativa governamental, por meio do Programa Agricultura de Baixo Carbono. Como mencionei, a palavra é intensificar os nossos processos já existentes, colocá-los juntos, entender como permeiam e interagem uns com os outros e intensificar a produção, porque – enfatizo mais uma vez – temos vigentes em nosso País mecanismos para as diferentes demandas do funcionamento efetivo e integrado de um Código Florestal que vêm ao encontro da utilização racional da biodiversidade e intensificação da produção agrícola. Isso existe, já implantado pela Casa, em nosso País.

Próximo, por favor.

Código Florestal e a intensificação sustentável da produção de alimentos. Todos esses pontos que mencionei, como cientista não posso deixar de colocar por que e quais as premissas que sustentam essa questão, pois penso que isso é o mais importante. Ela não é emocional, é puramente tecnológica e baseada no conhecimento.

Próximo, por favor.

Como disse ao início, existe uma demanda global para intensificação da produção de alimentos e redução da emissão de CO₂ na atmosfera. Então, a revisão do nosso Código Florestal é muito oportuna e muito atual frente a essa demanda. E, como costumei dizer, temos que ver o Código Florestal como uma oportunidade para o Brasil sair na frente e dar um exemplo ao mundo de produção sustentável de alimentos. Estamos com essa oportunidade nas mãos e acho que não devemos perdê-la. Devemos aproveitá-la em benefício da nossa Nação.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Como eu disse, quando falo em segurança alimentar, que é um dos principais desafios deste século, isso foi produto de um estudo global realizado em 2009, de que o Brasil participou. Praticamente todos os países envolvidos e relacionados à produção agrícola estiveram presentes nesse estudo. O consenso é que nós precisamos fazer isso e que esse é o principal desafio.

Próximo, por favor. Mais uma vez. Mais outra. E mais uma.

São as principais regiões do mundo responsáveis pela produção de alimentos para 2050, e o Brasil está entre essas regiões. Como eu disse, nós temos a oportunidade de mostrar ao mundo um exemplo de agricultura mais sustentável do que nós temos realizado no mundo até hoje.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

O que fundamenta essa afirmação e por que é tão importante a intensificação da produção de alimentos no nosso País? Esse gráfico da Fundação Getúlio Vargas mostra muito bem que nós hoje exportamos 0,8% de produtos manufaturados. Em 2030 nós vamos estar com índice 0,9%. Isso é muito claro e nos indica que, pelo menos nos próximos 30 anos, a principal fonte de riqueza do nosso País vai ser a produção agrícola, a produção de matéria-prima vinda do setor agropecuário.

Próximo, por favor.

E o que sustenta essa produção? Nesse ponto, eu gostaria que prestássemos bastante atenção nos números e na pujança desse segmento. Nós temos uma estrutura da produção agropecuária, no Brasil, que nós podemos dizer que tem uma função social – muitos deles enquadráveis no Pronaf – e que engloba aproximadamente três milhões de estabelecimentos, o que corresponde a 64% do número total e tem um valor bruto da produção nacional de 22% aproximadamente.

Próximos.

Desses três milhões, aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos produzem 6% do valor bruto da produção, o maior número do Pronaf, aproximadamente 500 mil, 14%, que são os mais eficientes.

Próximo.

E trezentos e vinte e cinco mil assentados da reforma agrária produzem 1,4%. Quer dizer, esse modelo não demonstra sucesso. Ou seja, esse é um modelo que temos perseguido ao longo das últimas décadas. Ele não funciona. Não funciona por quê? Porque você não pode dar terra para quem não tem aptidão para trabalhar a terra. Você dá terra para quem tem aptidão. E também não adianta você dar terra se não existir todo o arcabouço de sustentação de produção sustentável da terra.

Então é uma comprovação de que esse modelo atual não obteve sucesso. Agora, existem outros modelos.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Mostra a estrutura da produção agropecuária do Brasil que tem uma função econômica e social, esses não enquadráveis no Pronaf – 1,5 milhão, apenas 30% do número total dos estabelecimentos. E têm 76%, aproximadamente, do valor bruto da produção, sendo aproximadamente 1,2 milhão de estabelecimentos com 26%. São pequenos agricultores com até quatro módulos fiscais. Você tem aproximadamente 240 mil que produzem 15% do valor bruto da produção, entre 4% e 15%.

Próximo, por favor.

E 91 mil estabelecimentos que produzem 33%.

Então, veja bem, se nós analisarmos os números anteriores, veremos que demonstram a pujança que esse segmento tem em nosso País. O simples em muitas regiões, a simples disponibilidade de água em um arado já poderia mudar esse cenário de uma forma muito grande para o Brasil; simplesmente utilizando-se as mesmas áreas, sem qualquer expansão de área. Com o acesso à tecnologia e com um arcabouço que fundamente e viabilize a intensificação da produção pelo segmento anterior, você já pode mudar o cenário da agricultura nacional.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

E a biodiversidade, o que ela tem a ver com isso? Tudo, porque é a nossa biodiversidade e os ecossistemas, os recursos biológicos e os benefícios sociais que sustentam a estrutura agropecuária nacional. Então, é muito claro. Por que sustenta? Basicamente porque são os ecossistemas que protegem os nossos recursos aquíferos. Sem eles você não pode produzir alimentos.

Então, na ciência, nós não conseguimos ver qualquer dicotomia e qualquer antagonismo existente entre biodiversidade, ou conservação, ou uso sustentável de intensificação da produção agrícola. Isso é completamente harmônico. Desarmônico é eles não estarem em harmonia, mas eles são complementares.

Próximo, por favor.

E o que é a agricultura do futuro? Basicamente, a fusão operacional de diferentes tecnologias, que são tecnologias desenvolvidas ao longo das últimas décadas com tecnologias de fronteira. Vai do uso de organismos geneticamente modificados até a biologia sintética. Vou dar um exemplo de que o Estado já está atuando nesse segmento.

Ouvi, recentemente, uma entrevista em que disseram: "O agricultor pequeno não precisa de muita tecnologia, não. Nós precisamos só de dar semente para ele".

Vocês imaginam quanta tecnologia tem dentro de um grão de soja? Quanto de recurso investido pelo Estado, ao longo das últimas décadas, para se produzir uma soja com tanta tecnologia?

O pequeno agricultor, ao receber essa semente, ele está recebendo décadas de pesquisa e muito recurso do Estado. Então, ele está recebendo tecnologia, mas ele precisa de mais. Isso não é suficiente.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Só um exemplo. Aqui, vocês podem ver um fio de náilon. É um polímero sintético. E vocês podem ver que isso aqui é uma fibra sintética da teia de aranha, produzida no laboratório. É uma fibra sintética. Nós fomos à biodiversidade, coletamos algumas aranhas, fizemos um genoma e produzimos, hoje, um fio sintético, utilizando a tecnologia de fronteira, que existe no

mundo, que se chama biologia sintética. Isso é produzido em uma bactéria. Vocês perguntam: "Por que isso não está no mercado, se é um fio tão importante?" Nós ainda não temos escala de produção. O desafio é termos escala. E vejam bem como, provavelmente, isso vai ser viabilizado no futuro.

Estamos, então, colocando esse gene da teia de aranha, que vai produzir esse polímero, dentro de um grão de soja. Por quê? Porque esse é um dos sistemas de produção agrícola que produzem uma massa bastante barata; e você precisa da produção de massa de escala.

Então, não existe melhor casamento entre biodiversidade e produção agrícola do que uso de alta tecnologia.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

No futuro, o monitoramento dos sistemas agrícolas deverá incluir, de forma efetiva e irrestrita, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, saúde humana e bem-estar econômico-social. Essa vai ser uma nova métrica para a agricultura, com esse novo Código Florestal, que, esperamos, venha nessa direção.

O próximo, por favor, para terminar.

Nós temos ciência de que os sistemas agrícolas causam impacto ao meio ambiente. Isso vai continuar ao longo de sempre, entretanto, temos consciência da existência de tecnologias disponíveis nos sistemas e ações políticas operacionais capazes de minimizar esses impactos.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Eu sempre termino com esses três, mais duas vezes: que o fundamento de tudo isso é a educação das nossas crianças, que irá, sem dúvida, derivar na sustentabilidade e na melhoria de qualidade de vida em nosso Planeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências.

Convido o nobre Senador Eduardo Braga para compartilhar a Presidência desta Mesa.

Peço que seja colocada uma cadeira ao meu lado para o Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Neste momento, agradeço a presença do Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que é a próxima Comissão em que será apreciado o relatório do eminente Relator, Senador Luiz Henrique.

Registro também, com muita alegria, a presença dos nobres Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, que estão diante da imensa responsabilidade de apresentar relatório sobre o Código

Florestal. Quero reiterar que não poderia estar em melhores mãos. São dois homens públicos experientes, ex-Governadores, que têm tudo para oferecer um trabalho competente e em benefício do País.

Passo a palavra ao Professor Dr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Muito obrigado.

Eu queria agradecer, antes de tudo, ao Senador Rollemberg e ao Senador Eduardo Braga pelo convite. Declaro publicamente, como o Senador Rollemberg já comentou, que nós sempre fomos recebidos com muito carinho nesta Casa para discutir ciência no Código Florestal. E, mais uma vez, estamos aqui dentro dessa perspectiva.

Vou pedir, solicitar ao Senador Rollemberg tempo, porque vou apresentar o documento que está chegando ao Senado nesta semana, com uma proposta de sustentação científica das alterações do PLC nº 30, que nos foi solicitada, assim como à SBPC e à ABC.

O próximo, por favor.

Esse documento é um documento de oito páginas. Ele tem um sumário executivo e vai por itens, que são os itens que são tratados, efetivamente, nessa proposta de discussão do PLC nº 30.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Para cada um desses itens, nós temos um anexo discutindo o conteúdo científico desse item e toda a bibliografia referente a cada um desses itens.

O próximo. *(Pausa.)*

Então, este documento está sendo encaminhado ao Senado. Estou aqui fazendo a apresentação pública deste documento.

O próximo.

Os itens que são tratados neste documento estão todos aqui. Vou tratar, na minha apresentação, da maioria deles, mas são os itens em que, efetivamente, a Ciência entende que o PLC nº 30 precisa de alterações ou precisa de revisão.

O próximo, por favor.

Um deles é que as APPs não podem ser definidas a partir do leito regular, contrariamente ao proposto no art. 4º do PLC nº 30.

Próximo.

Do que nós estamos falando? O Código atual trata da alocação da APP a partir do leito maior.

Próximo.

E o Substitutivo ao PLC nº 30 propõe a partir do leito regular. Então, tem-se, na verdade, uma redução das áreas de preservação permanente. Em muitas das situações, vai-se deixar sem proteção parte des-

sas áreas úmidas, parte dessas várzeas, que tem um grande papel ambiental.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Outro item é o conceito das áreas consolidadas em APP, que também entendemos que não podem ser aceitas, principalmente considerando 2008 como referência para essas áreas consolidadas.

Próximo.

É disso que estamos falando. Áreas consolidadas de uso consolidado nessa imagem.

Próximo.

Ou em imagens como essa.

Próximo.

Ou em imagens como essa.

Próximo.

Logicamente, esse uso dessas APPs tem consequências. As consequências maiores são a erosão do leito do curso d'água.

Próximo, por favor.

E consequente assoreamento desses cursos d'água.

Próximo, por favor.

Uma das questões que são tratadas nesse documento são os serviços ambientais da vegetação ripária; a importância de sua preservação e de sua restauração, o que é muito pouco tratado no PLC nº 30.

Próximo.

Junto com esse item, nós vamos tratar a questão da restauração apenas de 15 metros das APPs restauradas, de rios até 10 metros de largura.

Próximo.

Hoje, isso que estamos falando: o código atual tem uma APP de 30 metros. Se tiver uso, existe a obrigação da restauração.

Próximo.

E, na proposta do PLC nº 30, a APP restaurada é só de 15 metros, mantendo o uso atual dos demais 15 metros, considerando-se a APP de 30 metros.

Próximo.

As APPs não devem ser computadas indistintamente no cálculo da Reserva Legal, tendo em vista serem áreas de formações de tintas e com funções distintas.

Próximo.

E disso tudo, então, nós resumimos a questão das APPs no papel dessa mata ciliar nesses serviços ecossistêmicos. Isso já está comprovadamente publicado em vários artigos, todo o papel de filtro que a mata ciliar faz não só para a questão dos sedimentos, mas para a questão de toda a poluição dos cursos d'água, em termos de nutrientes aplicados na área agrícola e tudo o mais.

Próximo, por favor.

Esse é só um dos dados. A presença de mata ciliar reduz em 97% o sedimento carreado; redução de 94% do fosfato e de 42% do fósfil dissolvido, que é impedido de chegar aos cursos d'água; e 99% do nitrato presente no deflúvio.

Ou seja, a ausência de mata ciliar não só tem todos os problemas de erosão e assoreamento, mas tem todo um problema de carreamento de particulado e de nutrientes para os cursos d'água.

Próximo.

Uma das questões de uma alteração que foi publicada muito recentemente – esse trabalho é de 2011: “As alterações do Código Florestal favorecerão espécies não nativas de peixe na água doce”. Ou seja, vai desde a questão de conservação de solo, água, nutrientes até a questão da fauna, da ictiofauna, fauna dos nossos rios, em que estamos favorecendo as espécies exóticas pela ausência da mata ciliar.

Próximo. (Pausa.)

Já está mais do que comprovado na literatura a questão do papel das APPs como corredores ecológicos, e esse papel de corredores é muito importante na conservação de mamíferos. Aqui, um exemplo, no entorno de unidades de conservação.

Próximo, por favor.

Isso aqui para onça pintada. Então, vejam que dentro de uma unidade de conservação toda a distribuição da onça pintada está diretamente relacionada às florestas ciliares.

Próximo.

Esse o registro de antas, no Parque Nacional das Emas, não só dentro da unidade de conservação como fora, nas áreas de particulares também, alocadas nessas áreas ciliares.

Próximo.

A questão do queixada, fundamentalmente fora das unidades de conservação e fundamentalmente ligado às matas ciliares.

Próximo.

O papel dos pequenos fragmentos, como trampo-lins ecológicos. Isso também está comprovadamente apresentado na ciência.

Próximo.

Qualquer pequeno fragmento tem papel importante. Esse é um exemplo com morcegos frugívoros, que dispersam frutos.

Próximo.

Toda a movimentação desses morcegos passa pelos pequenos fragmentos que existem na paisagem e, logicamente, pequenos fragmentos que estão na propriedade privada.

Próximo.

A mesma coisa para o cachorro-vinagre, que, inclusive, é ameaçado de extinção.

Próximo.

Isso num ambiente onde você tem 65% de plantações e 35% de APP e Reserva Legal – a distribuição deles.

Próximo.

Toda distribuição dele está associada com os cursos d'água, 95% ocorrem nessa condição de APP e reserva legal. Se não tivéssemos essas áreas certamente não teríamos esse animal nessa paisagem.

Próximo, por favor. (Pausa.)

A mesma coisa aqui para a anta. Isso, numa unidade de conservação, mostrando a importância dos fragmentos do entorno no deslocamento dessa anta na unidade de conservação.

Próximo.

Isso tudo está definitivamente publicado. Logicamente, não são dados que foram gerados de um ano para cá. É um conhecimento científico que vem sendo acumulado nas últimas décadas. Foi publicada uma edição especial do Código Florestal Brasileiro nessa revista, Biota Neotrópica, da Biota FAPESP, São Paulo.

Próximo.

São vários artigos disponíveis tratando da questão da produção agropecuária, fauna de peixes, anfíbios, répteis, vários grupos.

Próximo.

Estamos falando de autores, por exemplo, como Carlos Alfredo Joly, Carlos Nobre, que hoje estão no Ministério de Ciência e Tecnologia; José Caliston Dzzy, que foi presidente do CNPq, e Aziz Ab'Saber que eu dispenso destacar.

Próximo.

Além de todos os papéis relacionados com a biodiversidade, tem o papel dessas formações naturais na paisagem agrícola relacionado com polinização e produção agrícola. Isso também está bastante demonstrado. Esse é um exemplo de 107 culturas de importância agrícola mundial, onde a polinização por agentes polinizadores nativos – insetos etc. – é essencial em 13 dessas 107 culturas, é alto em 30 e é modesto em 27. Ou seja, a maioria das nossas culturas depende de polinizador que, logicamente, estão alocados nesses fragmentos remanescentes na paisagem agrícola.

Próximo.

Dando um exemplo direto disso, para a soja isso representa a contribuição da polinização em 50%; café, 40%; laranja, 35%; algodão, 43%; maracujá, 100%, que é todo de polinização cruzada, e assim por diante.

Próximo.

A compensação da reserva legal deverá ser na microbacia ou bacia, usando os remanescentes natu-

rais e áreas de baixa aptidão agrícola. Caso isso seja insuficiente, permitir a compensação no bioma.

Essa é a proposta que é feita de você trabalhar na escala. Primeiro, a escala de microbacia, abrir para a escala de bacia e, caso isso seja comprovadamente impossível, abrir para o bioma.

Próximo.

Do que estamos falando? Se deixarmos direto do bioma, estamos falando de uma usina de cana ou de qualquer propriedade aqui do Sudeste, compensando a sua reserva legal em qualquer remanescente no Nordeste.

Próximo.

Apesar de estarem no mesmo bioma, são formações distintas, com espécies distintas e funcionamentos distintos. Isso, certamente, vai ter um grande problema de jurisdição.

Próximo.

Dispensa de averbação de reserva legal em propriedades de até quatro módulos.

Próximo.

Essa é uma questão que nós gostaríamos que ficasse mais explicitada nessa discussão do Código Florestal. Esse é um trabalho que foi publicado em 2010, fazendo todo um levantamento da situação agrícola brasileira.

E aqui mostra um dado interessante: quando fazemos a compensação da reserva legal no bioma, o déficit de reserva legal cai de 45 milhões para 13 milhões. E olha que interessante: os 13 milhões ficam somente na Amazônia; todos os outros Estados zeram o déficit de reserva legal. Então, toda proposta, efetivamente, é no sentido de reduzir o passivo ambiental das propriedades rurais na complementação da reserva legal. Então, várias das modificações da compensação do bioma, a dispensa até quatro módulos é no sentido, efetivamente, de tirar a figura da reserva legal como um passivo no cumprimento da legislação ambiental.

Próximo. (*Pausa.*)

Esse é o déficit do Código atual, de 42 milhões de hectares, pelo cumprimento do Código atual.

Próximo.

Esse é a redução desse déficit de reserva legal, considerando a isenção dos quatro módulos. Então, você sai de 45 e cai para 15 e para 13 milhões de déficit da reserva legal.

Próximo.

E a pergunta é: isso é real? É esse o raciocínio que devemos fazer? Temos efetivamente ausência de florestas para compensação da reserva legal?

Isto é um exemplo para a Mata Atlântica brasileira. Estamos falando de toda a área de mata atlântica brasileira, algo em torno de 131 milhões de hectares

da Mata Atlântica brasileira, e o levantamento feito pelo Pacto da Mata Atlântica recente mostra que efetivamente temos um déficit. O déficit é de 2,7 milhões de hectares para cumprimento do Código Florestal em termos da reserva legal. Aqui foi excluída a APP e foram excluídas as unidades de conservação de proteção integral. Então, o déficit existe, se considerarmos vegetação remanescente. Falta vegetação remanescente, principalmente nas regiões mais ocupadas, para cumprimento do Código Florestal atual, pensando na reserva legal.

Próximo.

Só que foi esquecido dessa discussão um aspecto que é importante: esse mesmo trabalho, o trabalho do Pacto da Mata Atlântica, tem dois anos, faz um levantamento de todas as áreas de mata atlântica brasileira e levanta um dado muito interessante.

Próximo.

Constatou que há falta de floresta para cumprimento da reserva legal, mas só que constatou que temos muitas áreas que foram historicamente degradadas para atividades de produção, mas que hoje, com o pacote tecnológico disponível, são áreas que estão ou abandonadas ou muito mal-utilizadas, exatamente dentro daquilo que o Elíbio comentou, de áreas que são de baixo rendimento econômico, geralmente com agricultura marginalizada, por produtores marginalizados do sistema de produção.

Na Mata Atlântica, considerando pastagens entre 15 e 45 graus de declividade – estamos falando de pastagens em morro –, temos 6,5 milhões de hectares, ou seja, isso certamente compensaria aquele déficit de floresta facilmente. Precisamos de 2,7 milhões de hectares para cumprimento da reserva legal, e temos 6,5 milhões de hectares de pastagens que hoje rendem em torno de R\$180,00/hectare/ano por agricultor. Ou seja, um pequeno agricultor de 30 hectares, vamos dizer, um médio agricultor, considerando que o módulo de assentamento rural nessa região é de 8 hectares, o agricultor de 30 hectares, considerando o que foi discutido no PLC 30, vai ter um rendimento em torno de R\$6 mil por ano, se ele usar 100% da área agrícola dele, pensando reserva legal e APP. Se dividirmos por 12, dá menos do que um salário mínimo por mês um agricultor no Brasil com 30 hectares.

Então, de novo, é a discussão que o Elíbio fez: é essa agricultura que nós queremos para 2011 para o Brasil?

Próximo.

É disto que estamos falando: para quem ainda não viu esta imagem, isto aqui é todo o vale do Paraíba.

Próximo.

Aqui é um detalhe de uma área que temos hoje classificada como pastagem no Brasil.

Próximo.

Ou esta.

Próximo.

Ou esta.

Próximo.

Ou esta. Logicamente, é neste ambiente que o eucalipto está entrando, para não competir com soja ou cana-de-açúcar em área de alta aptidão agrícola e porque são áreas de aptidão florestal, e não aptidão agrícola.

Próximo.

Este é um exemplo do cinturão verde do Rio de Janeiro. É nesse ambiente que se produz o cinturão verde do Rio de Janeiro, na região de Teresópolis, de Petrópolis, cuja história todos já conhecem.

Próximo.

Aqui é uma plantação de chuchu nesta região.

Próximo.

Isto tudo está publicado.

Próximo.

Um exemplo que temos disto é de reocupação dessas áreas de baixa aptidão agrícola com florestas nativas, dentro da perspectiva de cumprimento do Código Florestal.

Próximo.

Este é um exemplo que foi feito com 300 hectares, dentro da perspectiva de madeiras, medicinais, melíferas e frutíferas nativas, no sentido de restaurar essas áreas dentro da perspectiva de florestas de produção, no que cabe para reserva legal.

Próximo.

Este, na verdade, é um sistema de plantio de árvores e de exploração de árvores.

Próximo.

Aqui são pessoas plantando e colhendo. Aqui também. Se queremos continuar consumindo madeira, temos que plantar madeira.

Este é o exemplo, com dois anos e meio.

Próximo.

Esta é aquela área de pastagem com três anos.

Próximo.

Há uma tese de doutorado em cima disso, orientada por um professor da Unicamp, de 2011, com uma pesquisadora da Embrapa, com dados muito interessantes.

Próximo.

Ela compara esse sistema com milho e com laranja, com sete ciclos de produção. Laranja, R\$1.500,00/hectare/ano; milho de alta tecnologia, R\$563,00/hectare/ano, com todas as variações; e a reserva mane-

jada sai de R\$188,00 e chega, no último ano, com R\$470,00/hectare/ano.

Próximo.

Este é efetivamente um dos rendimentos só com valores crescentes.

Próximo.

Esta propriedade fez isso dentro da reserva legal.

Próximo.

O projeto foi proposto com esse aproveitamento econômico, e ele vai poder retirar R\$470,00/hectare/ano.

Próximo.

Só que ele fez isso também na área agrícola dele, transformando o pasto dele da área agrícola, do que sobrou da área agrícola.

Próximo.

Quanto a estas áreas, temos o levantamento que mostra que, em cana-de-açúcar, considerando-se toda a paisagem da cana-de-açúcar como a área mais degradada, temos um déficit de reserva legal de 7,5%, que poderia ser compensado fora da matrícula, exatamente nessas áreas de menor aptidão agrícola na bacia ou até no bioma.

Próximo.

Esta é a área agrícola restaurada. Ele tem R\$470,00/hectare/ano de exploração dessa área, e recebe da compensação da reserva legal dessas áreas de alta aptidão agrícola um rendimento de R\$300,00/hectare/ano, por estar compensando a reserva legal daquela usina de cana de área de maior aptidão agrícola, ou seja, essa propriedade que tinha um rendimento de R\$180,00, R\$200,00/hectare/ano passa a receber R\$770,00/hectare/ano.

Esse é o mercado efetivo que está surgindo no Brasil, que infelizmente foi interrompido por essa discussão do Código Florestal, mas que tem grande potencial de acontecer, exatamente como uma forma inclusive de distribuição de renda. A usina de cana-de-açúcar está pagando R\$300,00 para esse pequeno agricultor fazer restauração das áreas agrícolas dele com floresta nativa, dentro da perspectiva de produção.

Próximo.

Não deverá ser aprovado o uso de espécies exóticas em APP, e a proposta é exatamente essa, porque as espécies nativas dão mais dinheiro do que as espécies exóticas.

Próximo.

Temos um projeto na Amazônia de enriquecimento da reserva legal. Então, as florestas que foram mantidas vão ser enriquecidas, dentro da perspectiva de madeiras, medicinais e frutíferas nativas também.

Próximo.

Esta é uma área de soja de um agricultor, que, além de ter a soja, está enriquecendo sua área de re-

serva legal com madeiras de lei, dentro da perspectiva de diversificação da cultura.

Próximo.

E há processos de enriquecimento só com nativas, misturando exóticas, inclusive com paricá e outras espécies, inclusive eucalipto, desde que uso temporário.

Próximo.

A cadeia produtiva da restauração é uma questão que tem de ser considerada nessa discussão do Código Florestal.

Próximo.

Há exemplos bastante interessantes de sucesso. Um deles é essa Cooplar, no sul do Bahia, que, em três anos, é a cooperativa que mais traz recursos para a região.

Próximo.

O Código Florestal é um excelente instrumento para efetivar a atividade de produção agrícola com sustentabilidade ambiental. Foi isso que discutimos e que foi discutido também pelo Elíbio.

Próximo.

Eu chamo a atenção para um aspecto daquele trabalho: temos 103 milhões de hectares de florestas não protegidas no Brasil, e o único instrumento que temos de proteção é o Código Florestal, por meio da reserva legal e por meio das Áreas de Preservação Permanente. Daí a importância desse instrumento para a conservação desses remanescentes naturais.

Próximo.

Esses remanescentes são importantíssimos para o cumprimento disso que foi comentado, de manter a nossa biodiversidade. O Brasil é o B1 entre os megadiversos, com valores absurdos de diversidade nos vários grupos, como no exemplo das plantas.

Próximo.

Este é um exemplo do Estado de São Paulo, que hoje tem em torno de 13% de remanescentes naturais. E vejam que interessante: do que sobrou de remanescentes naturais, 4,34 milhões de hectares de remanescentes naturais – isso corresponde a 17% da área do Estado, considerando-se todas as formações florestais –, só 20% desse valor está dentro de unidades de conservação.

Ou seja, a grande maioria dos remanescentes, a grande maioria da nossa biodiversidade remanescente está na mão da propriedade privada. E, logicamente, temos de ter instrumentos para fazer a conservação dessa biodiversidade junto com os proprietários, inclusive pagando por esses serviços que eles estão fazendo de conservação dessa biodiversidade. Então, trata-se do pagamento de serviços ambientais, exatamente dentro dessa perspectiva. E este é o instrumento: o Código Florestal, para efetivamente viabilizarmos o

papel que a propriedade privada faz na conservação da biodiversidade.

Próximo.

Não há falta de terras. Essa é a grande justificativa usada para a alteração do Código Florestal, mas dados cientificamente publicados mostram que o principal argumento para alteração do Código Florestal, que faltarão áreas de produção, não é verdadeiro. E vou mostrar alguns dados.

Próximo.

De 267 milhões de áreas agrícolas no Brasil, 211 estão ocupadas com pastagens; ou seja, dois terços da nossa atividade agrícola é com pecuária. No Censo de 2006, estamos falando de uma lotação de menos de uma unidade animal por hectare.

Próximo.

Este é um dado bastante interessante: esta unidade pode chegar a 0,5; vamos considerar que ela está aqui com 1,2, porque, com 0,5, ela é negativa, é uma atividade negativa, ela só vai dar prejuízo. Com 1,2 unidades animais por hectare, ela rende R\$113,00/hectare/ano.

Próximo.

E a resposta está no passado: saímos, de 1960, com 0,47 e estamos, em 2010, com 1,2. Só que esse é o nosso limite?

Próximo.

Se nós conseguirmos dobrar, passar de 1,2 para 2,4, nós livramos 85 milhões de hectares de pastagens que podem ser usados para atividades de produção agrícola. Então, certamente a nossa equação na agricultura está na tecnificação da pecuária.

Próximo.

Um dos exemplos é este projeto, Pecuária Verde, que está sendo desenvolvido em Paragominas, onde é feito um diagnóstico ambiental de cada propriedade, avaliando-se a área agrícola de cada propriedade, os limitantes de cada propriedade, as áreas limitantes e o que está sendo feito lá. Este é um modelo que está em campo em Paragominas.

Próximo.

Esta é uma propriedade pecuária. Esta área que tem menor aptidão para pecuária vai para complementação da reserva legal ou uso alternativo.

Próximo.

Esta área de maior aptidão, tecnificação de pecuária, em termos de se aplicar um pacote tecnológico de adensamento da pecuária.

Próximo.

A mesma coisa. Esta área foi desmatada há menos cinco anos, só que tem baixa aptidão para pecuária tecnificada. Será revertida, então, para comple-

mentação da reserva legal ou uso alternativo. E aqui a tecnificação.

Próximo.

A mesma coisa aqui. A mesma coisa neste ambiente.

Próximo.

E vejam que interessante: esta é a área que está sendo abandonada para complementação da reserva legal ou outros usos, por exemplo, frutíferas nativas, se a propriedade já tiver reserva legal.

Próximo.

Então, é esta área.

Próximo.

A parte plana é de maior aptidão.

E aí envolve uma questão que tem sido bastante discutida na sustentação do PLC 30, que é o custo da restauração.

Próximo.

Para todas essas áreas na Amazônia, a metodologia de restauração é o isolamento, sem roçar e sem aplicar herbicida, ausência de cerca e condução da regeneração natural.

Próximo.

Vejam que exemplo: nenhuma cerca e nenhuma ação, a não ser expressão de regeneração natural nessas regiões, tanto da Amazônia, quanto do cerrado, que tem essa alta resiliência, e logicamente isso tem um baixo custo da restauração.

Próximo.

A mesma coisa aqui: é área em regeneração.

Próximo.

Aqui a cerca foi usada para a tecnificação do pasto, e não para restauração.

Próximo.

E aqui é o aproveitamento econômico dessas áreas de menor aptidão agrícola.

Próximo.

Complementação da reserva legal ou outro uso.

Próximo.

Este é um exemplo bastante interessante desta propriedade. Em uma das propriedades, ele tinha um déficit de reserva legal de 270 hectares.

Próximo.

O que fizemos com o proprietário? Ele reviu a área agrícola dele, ele andou de novo nas áreas agrícolas, e ele mesmo tirou das áreas agrícolas dele um monte de áreas que ele considerava de baixa aptidão agrícola, mas que, historicamente, tinham sido disponibilizadas para a agricultura.

Próximo.

Do que estamos falando? Deste pasto, por exemplo, que estava dentro da propriedade dele, que é de

baixa aptidão agrícola e, por isso, foi reconduzido para reserva legal.

Próximo.

Com isso, ele zera a proposta de ausência de reserva legal nesta propriedade.

Próximo.

Este é um exemplo de Minas, que já fizemos. Esta é uma fazenda de pecuária em Minas.

Próximo.

É a mesma propriedade, e essa está no processo de adequação.

Próximo.

Complementação da reserva legal e tecnificação da pecuária.

Próximo.

O que queremos é esse ambiente para a pecuária, onde efetivamente temos uma tecnificação da pecuária, com aumento de produtividade, redução da área agrícola, foco nas áreas de maior aptidão, diversificação da produção, foco nas áreas de menor aptidão e, conseqüentemente, adequação ambiental dessa produção com certificação, abertura de mercados, créditos etc.

Próximo.

Ainda nesse documento, nós discutimos as exceções, que não podem ser regra, como o caso especial de produção de arroz da várzea, pecuária extensiva do Pantanal, agricultura de várzea do Amazonas, produção de café, maracujá e uva das encostas, que deve ter um tratamento diferenciado especial no Código Florestal e regulamentação específica.

No entanto, essas atividades representam menos de 10% da atividade agrícola brasileira e nós não podemos mudar os 90% em função dessas particularidades que os 10% necessitam. E, logicamente, a agricultura familiar deve ter um tratamento diferenciado especial, também no Código Florestal, em função de todas as particularidades que já comentamos, inclusive na questão da tecnificação da produção.

Próximo.

E aqui só uma brincadeira, mais uma das conseqüências do desmatamento. (*Risos.*)

Muito obrigado.

000000

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Dr. Ricardo.

Muito rapidamente, quero agradecer.

Vou, neste momento, passar a palavra para a Senadora Ana Amélia; em seguida, para o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Eduardo

Braga, Senadores; quero cumprimentar os nossos expositores, Dr. Elíbio, da ABC (Academia Brasileira de Ciências), e o Dr. Ricardo, da Esalq-USP.

Eu até fico muito animada que o senhor tenha falado que o produtor tem que receber pelo que ele está preservando. Já é um grande caminho. E também o senhor mostrou muito um cenário que identifica algumas áreas do Brasil: São Paulo e Minas Gerais. Sou do Rio Grande do Sul, onde a agricultura é de alta precisão, agricultura de baixo carbono, muita curva de nível, para evitar a erosão que foi vista aqui, plantio direto na palha, uma agricultura de baixo carbono também; aplicação de alta tecnologia, ou agricultura de alta precisão, tudo isso para exatamente ter o índice de matas nativas, no meu Estado, Rio Grande do Sul, bastante elevado, Professor Ricardo.

Apenas para fazer essa abordagem para não parecer que o produtor gaúcho também faz aquele estrago.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – No Rio Grande do Sul não deu para apresentar aqueles detalhes, mas este Estado tem exatamente a equação fechada para remanescentes naturais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, professor.

Então, tenho duas perguntas para o senhor. Tenho aqui uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente lá de São Paulo, de 2008, em que dá as bases de recomposição no Estado de São Paulo. Ali há uma referência de, no mínimo, 80 espécies que são utilizadas no reflorestamento, bem como uma fórmula que acaba por estabelecer algo em torno de 1.800 mudas por hectare.

Eu queria perguntar para o senhor: qual é o custo por hectare para atender essa exigência? Realmente chega a R\$14 mil por hectare?

O senhor trabalha nessa área? O senhor tem, digamos, envolvimento com isso? Essas mudas são nativas, são compartilhadas com mudas de exploração econômica? Porque o senhor falou na exploração econômica, e aí você tem pinus, tem a acácia e outras produções exóticas na concepção científica.

Outra questão. Tenho um projeto do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal, chamado LERF, denominado Laudo de Caracterização Vegetal de um Fragmento Florestal, feito em São Paulo, no interior, em 2006. Ali, nesse laudo emitido, o senhor disse que a vegetação analisada é de cerrado. Mas, a UNESP fez um laudo da mesma área indicando que a área é de Mata Atlântica. O senhor não refutou essa declaração contrária e, por isso, os produtores ali acabaram sendo punidos por terem ido, digamos, pela sua orientação. Então, eu queria um comentário seu a respeito disso.

Professor Elíbio, eu imagino que a Academia Brasileira de Ciência, embora muitas das bibliografias apresentadas sejam de especialistas estrangeiros, aja bastante com os nossos parceiros do Mercosul, por exemplo, que são mais próximos – temos uma vizinhança; o senhor também referiu que o Código brasileiro vai ser um parâmetro, uma referência mundial. É ótimo que nós tenhamos esse conceito internacional. Mas eu tenho uma curiosidade de saber se, nessa convivência, se é que há um compartilhamento de informações com a Argentina, sobretudo, – a Argentina e o Brasil são os maiores protagonistas na produção agropecuária e com uma projeção internacional conhecida – se há e como há essa interlocução. Como os cientistas argentinos avaliam a questão ambiental, já que há não há reserva legal nem área de preservação permanente.

Como é a convivência desse quesito em relação à questão?

Tenho umas questões rápidas para o senhor. Até fico feliz que a primeira apresentação que o senhor fez aqui – lembro perfeitamente – me apavorou, era lá na terra do Blairo Maggi, porque era uma frota de tratores e eu disse que, no Rio Grande do Sul, não podia haver aquilo, não há áreas para aquela quantidade de máquinas.

O senhor falou muito no arado e a semente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senadora, há algum crime em ter bastante trator na agricultura?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, pelo contrário. Sou favorável. É que o Professor Elíbio falou muito na questão da sustentabilidade da tecnologia e falou o seguinte: arado. Eu queria lhe perguntar – fique curiosa – porque quando se fala “tecnologicamente sustentável”, a gente pensa naquilo que o senhor falou a respeito da semente da soja, quanto de tecnologia e de trabalho dos pesquisadores têm embutidos num simples grão de soja. Então, quando o senhor fala em arado, pergunto: que arado é esse, é um arado de extração animal, é um arado manual? Que arado é esse? Porque hoje não basta apenas ter a semente na mão se não tiver a informação, aquilo que o senhor também diz, que é preciso orientar, dar uma extensão rural ao pequeno agricultor, porque sem a informação sobre a questão climática, sobre a condição do solo, a própria condição da produção daquela região, muitas culturas não são adaptadas em uma ou outra região. Eu queria uma explicação, porque o senhor deu ênfase a esses aspectos.

Tenho aqui um trabalho feito pela própria ABC, *O Código Florestal e a Ciência*, que diz, lá pelas tantas, na página 34 precisamente, uma informação de que a redução de preços que beneficiou a sociedade, o setor que mais contribuiu para a redução de preço

de alimentos foi a pecuária, com uma redução de 54% dos preços praticados. Dados do CPEA-USP demonstram que a pecuária está com um custo de produção acima do preço pago pelo produto há oito anos. Eu queria saber como a ABC sugere liberar 61 milhões de hectares da pecuária, se os ganhos do setor não equivalem sequer ao preço de custo. De onde virá o orçamento e qual o cronograma físico-financeiro para essa proposta?

Já na outra página, 36, o trabalho estabelece três medidas para liberação de 61 milhões de hectares: recuperação de áreas degradadas, confinamento de gado e integração lavoura/pecuária. A ABC já fez uma planilha de custos para informar se haverá ou não aumento de preço da carne, no caso? Em caso positivo, de quanto seria isso?

Outra questão, professor, está nesse mesmo estudo. Leva em consideração a existência de terras utilizadas atualmente com pastagens e que são de alta e média aptidão agrícola. Fossem tais áreas liberadas para a agricultura, entre as áreas restantes, quais são as terras aptas às pastagens, ou isso não é relevante na visão dos senhores?

O estudo *O Código Florestal e a Ciência* preocupa-se com as APPs de vinculação hidrológica. Qual a razão de não propor a imediata cobrança de água utilizada pela população urbana pelos comitês de bacias hidrográficas e reversão desses valores para recomposição dessas áreas e a remuneração dos produtores rurais para a manutenção das mesmas, considerando que isso já é possível desde 1997 com a Lei 9.433, desse mesmo ano?

Por fim, o estudo menciona as áreas urbanas. Eu queria saber se a ABC concorda com a exclusão da obrigação da reserva legal na área urbana, como propõe o art. 20 do projeto, sem qualquer compensação. Não seria isso a aplicação de dois pesos e duas medidas para a questão da preservação ambiental?

Essas são as minhas questões.

Agradeço aos dois palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Registro agora a presença do Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srs. Presidentes, Sr^a Presidenta, senhores palestrantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, antes de adentrar o tema, eu queria aqui fazer o registro e lamentar pro-

fundamente o grande incêndio que está acontecendo nas florestas e nos parques de Minas Gerais.

Todos que estamos acompanhando essas cenas pela televisão, no momento em que discutimos e debatemos o Código Florestal brasileiro, com certeza estamos consternados com o que estamos vendo.

Recentemente, o Senador Jorge Viana, presidindo uma comissão temporária sobre defesa civil, caminhou por este País, e eu tive oportunidade de participar, ajudando a organizar a reunião na região Norte na cidade de Manaus. As cenas que estamos assistindo já por quase uma semana ininterrupta no Estado de Minas mostram o quão é necessário para o Brasil reestruturar sua defesa civil.

É lamentável ver a perda de um patrimônio do tamanho do que nós estamos perdendo sem que a sétima ou a sexta economia do mundo não seja capaz de mobilizar, em poucos dias, um grande efetivo entre defesa civil nacional, estadual e municipal para debelar focos de incêndio como estes que estão acontecendo nos parques no Estado de Minas Gerais – alguns deles, inclusive, criminosos, segundo informações prestadas pelos meios de comunicação.

Fica aqui, portanto, a minha solidariedade ao povo mineiro e o meu protesto pelo incidente que está acontecendo, em que pesem todos os esforços daqueles que estão preparados.

Em segundo lugar, eu queria destacar aquilo que a Senadora Ana Amélia ainda há pouco colocou, embora ela tenha feito, evidentemente, em torno do Rio Grande do Sul.

O Brasil tem dimensão continental. Os dados apresentados aqui representam segmentos de determinadas regiões. Se, no Estado de São Paulo, 20% das unidades de conservação das áreas preservadas são áreas públicas, na Amazônia, 80% ou 85% das áreas preservadas são em áreas públicas. A equação se inverte por completo dependendo da região e dependendo do nível de ocupação de cada bioma. E o Brasil não é feito apenas pelo bioma da Mata Atlântica ou pelo bioma do Cerrado ou pelo bioma da Amazônia, e o Código Florestal não será feito exclusivamente para um bioma, será feito para diversos biomas. O Brasil tem seis biomas reconhecidos.

Portanto, uma das perguntas que gostaria de fazer é exatamente a necessidade de termos, nesse Código, respeitadas as características de cada bioma, regras que possam ser adaptáveis a cada um desses biomas.

Isso pode talvez merecer o reconhecimento do Senador Moka, para ver que a ciência e a tecnologia não precisam ser, como alguns pensam, obstáculo ou empecilho à agricultura, ao contrário. Acho que a ciência e a tecnologia, pelo que está sendo posto aqui... E

o que é importante entender é que a colocação feita pelo Professor Ricardo, da Esalq, mostra que é possível desenvolver arranjos equilibrados de sustentabilidade.

Cada arranjo desses tem que respeitar as características de cada um dos biomas, mas o fundamento do pensamento é de que esse projeto, respeitadas as características de cada um dos biomas, pode representar um ganho efetivo de renda por hectare/ano, principalmente para aqueles que ocupam regiões onde a aptidão é baixa para agricultura.

Mas ele não está ali porque ele gosta de ter um rendimento baixo ou porque ele gosta de ter prejuízo, ele está ali porque ele não tem alternativa. O que nós precisamos não é entender, Senador Moka, que porque ele não tem alternativa ele é prisioneiro daquele destino. O que nós precisamos compreender é que porque ele não tem alternativa, o Código Florestal poderia ser uma alavanca a dar para aquele cidadão brasileiro uma alternativa para que ele possa melhorar sua renda. E essa alternativa inteligente não é simplesmente legalizar ele desmatar mais. É dar a ele instrumentos, tecnologia, assistência técnica, crédito, infraestrutura, logística para que ele possa trabalhar. E não é reconhecendo e permitindo que o plantio vá até 45 graus em morro que nós vamos dar isso ao agricultor, ao contrário: é dando a ele políticas públicas que possam recompensar.

Creio que é essa a colocação que deveria ficar da apresentação que acabamos de assistir em relação à questão das áreas de baixo rendimento agrícola, com baixo rendimento econômico e a aplicação de novas técnicas que podem recuperar parte da reserva legal e, ao mesmo tempo, melhorar a renda do cidadão.

Quando fui Governador do Estado do Amazonas e quando fui Prefeito de Manaus enfrentei um desafio que é típico da nossa região, como o Senador Jorge Viana enfrentou no Estado do Acre quando foi Governador: a moradia nos leitos de Igarapés. Igarapés são pequenos rios da Amazônia. Ninguém mora ali, sujeito às alagações, sujeitos a perda de vida, a perdas materiais porque gosta. Mora ali porque não tem alternativa. No dia em que o Poder Público ou as políticas públicas lhe dão alternativa, é lógico que ele prefere viver com muito mais dignidade e com muito mais rentabilidade – desde que as políticas públicas e o Poder Público deem oportunidades a ele.

A mesma coisa com relação ao agricultor que está hoje prisioneiro de uma área de baixa aptidão agrícola e prisioneiro de uma baixa renda anual por hectare. Se V. Ex^{as} olharem o último relatório apresentado pelo IBGE, vão ver que, no interior da Amazônia, é onde está a menor renda *per capita* deste País, por quê? Porque a aptidão daquela região não é uma aptidão

agrícola natural, convencional. É preciso darmos novas aptidões e novas atenções àquelas populações, e é isso que creio que tanto um palestrante quanto outro mostraram aqui, que é possível, sim, estabelecer um equilíbrio entre agricultura e preservação e desenvolvimento sustentável. É possível, sim, melhorar a renda de áreas de baixa aptidão agrícola aplicando novas tecnologias e novas práticas na agricultura olhando para uma agricultura com sustentabilidade.

A mesma coisa que falo sobre a região de floresta posso falar sobre a heterogeneidade dos próprios biomas dentro da Amazônia porque...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador Mozarildo, por favor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu queria até me permitir um aparte: justamente é esse o ponto. Quando se fala em bioma amazônico parece que é tudo igual, e não é. Roraima não tem nada a ver, por exemplo, com o Estado do Amazonas. Há os campos naturais de Roraima, que nós chamamos de lavrados; os rios não são navegáveis, não existem ribeirinhos, portanto, em Roraima. Então, nós temos que também pensar, se é que existe esse termo, nos sub-biomas, porque se pensarmos que a Amazônia é só floresta, como está cristalizado na mente dos brasileiros, aí também pode sair um Código Florestal meio trôpego para Roraima.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu agradeço ao Senador Mozarildo, mas apenas é para entender que o bioma é composto por vários ecossistemas. Os ecossistemas da Amazônia não são homogêneos, eles são heterogêneos. Assim é na região de Roraima, assim é na região dos campos naturais do Alto Madeira, no Amazonas, e do Alto Purus, no Amazonas, onde nós temos campos naturais que equivalem a dois milhões de hectares.

No entanto, o que quero destacar aqui é que é possível, baseado na lógica apresentada aqui, abrir uma nova ponte olhando para o futuro.

Eu queria também destacar uma questão que mostra claramente como o conhecimento tradicional não deve ser esquecido também neste momento. Se você falar com qualquer caboclo, qualquer ribeirinho, qualquer índio na nossa região, ele vai dizer que água é vida. E nós acabamos de ver um estudo apresentado pela Esalq onde, mapeada a fauna em determinadas regiões, ela se localiza exatamente ao longo das áreas ripárias e ao longo das áreas onde tem água, porque água é vida.

Portanto, se nós conseguirmos colocar essa questão como uma questão de corredores etc., eu gostaria

muito de ouvir como a academia, como os senhores cientistas aqui presentes entendem essa compensação além dos biomas, além das fronteiras, tendo em vista que, respeitada a academia, respeitado o princípio dos corredores etc., creio ser possível... Não consegui até agora compreender onde estariam as grandes perdas para podermos fazer isso.

Finalmente, quero abordar aqui dois temas. Um é que, se queremos ter uma economia de biodiversidade no futuro, é preciso preservar o meio ambiente. Sem os mecanismos do laboratório natural, Senadora Ana Amélia, não será possível desenvolver a economia da biodiversidade. É preciso, portanto, ter a consciência de que, se o Brasil é G1 ou é B1 na área de biodiversidade, nós precisamos ter a consciência de que manter nosso equilíbrio ambiental é absolutamente indispensável para que nós tenhamos condições de desenvolver essa economia da biodiversidade.

E, por fim, quero dizer que a colocação de que o Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem uma agricultura de baixo carbono reforça a tese das emendas que já apresentei na CCT. E quero aqui comunicar às comissões conjuntas que o Código Florestal chegou à CCT na sexta-feira. Hoje pretendo ter uma reunião com o Senador Luiz Henrique para oficializar a designação dele como nosso Relator e, ao mesmo tempo, conversar com o Senador Luiz Henrique sobre temas referentes ao Código Florestal na Comissão de Ciência e Tecnologia e estabelecer um calendário para tramitação.

Eu gostaria de dizer que, portanto, aqueles Estados e aqueles agricultores que estabeleceram economias agrícolas de baixo carbono precisam ser incentivados, e com incentivos econômicos e financeiros. Por que um agricultor que tem uma economia baseada em uma agricultura de baixo carbono não pode ter taxas de juros diferenciadas, por que não pode ter prazos de pagamentos diferenciados, por que não pode ter um tratamento tributário diferenciado e ele ser premiado pelo bom serviço que faz?

Enquanto isso, aquele outro agricultor que quer ter 0,5 cabeças de gado por hectare precisa ser estimulado a evoluir da sua posição. Volto a enfatizar uma questão que eu disse no começo: não é porque estou numa área de baixa aptidão que estou escravizado à miséria e à pobreza. Chega de o brasileiro viver sobre uma região rica e milionária ou bilionária e ter um povo miserável, como está acontecendo nas regiões mais isoladas da Amazônia.

Portanto, a ciência e a tecnologia no séc. XXI não podem ser apenas para enriquecer aqueles que já são ricos, e, sim, também para poder diminuir as

desigualdades sociais e a pobreza no País, que é um dos maiores celeiros de alimentos do mundo.

Dito isso, devolvo a palavra à nossa querida Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Braga.

Eu estou aqui como Presidente interina da Comissão de Agricultura a pedido do nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz. Como houve a referência ao meu nome pelo Senador Eduardo Braga, fico muito feliz porque, a rigor, sua lógica é a mesma minha.

Eu, como Senadora do Rio Grande, tenho mais conhecimento e informação do meu Estado porque recebi a delegação dos eleitores para isso. Tenho pouca informação a respeito de discutir as questões amazônicas, que V. Exª, com tanto brilho e competência, representa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero convidar V. Exª a conhecer a Amazônia. Será um enorme prazer recebê-la.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já conheço, mas não na profundidade que até as questões relacionadas à biodiversidade requerem do País, até como segurança nacional, Senador Eduardo Braga. Quando vemos registros internacionais de patrimônios que são brasileiros, há o descuido nosso em relação a esse patrimônio da biodiversidade amazônica.

Então, nesse aspecto, quando V. Exª diz que os diferentes biomas precisam ser resguardados, fico muito feliz porque concorda com a minha tese em relação ao meu Estado do Rio Grande do Sul, em homenagem até aos produtores preservacionistas.

O Senador Rodrigo Rollemberg já se manifestou, eu já me manifestei, o Senador Eduardo Braga também.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique Relator e requerente desta audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou ser bem breve e objetivo. Ouvi dos ilustres expositores – e ambos foram sintonizados nesta tese – que a compensação da reserva legal deveria obedecer a uma escala, priorizando a microbacia; não sendo possível, a bacia hidrográfica; e, não sendo possível, o mesmo bioma. Há, durante essas discussões, propostas no sentido de se fazer em outro bioma. Eu gostaria de ouvi-los a respeito dessa ideia e dessa proposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço.

Pela ordem de inscrição, o autor do requerimento, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente Ana Amélia, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, meu colega e companheiro de região, de luta e de causas,

Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos convidados, eu penso que, primeiro vale o registro. Por mais que, de alguma maneira, possa parecer uma insistência nossa, mas que fique registrado como persistência de nós, Senadores, procurarmos na ciência, no conhecimento, resposta para boa parte das perguntas que se fazem sobre o Código Florestal, sobre soluções para os problemas de passivo ambiental.

Daí vale até um registro. Já é a segunda ou terceira vez que alguns dos senhores estão aqui, mas ninguém que tenha compromisso com verdade vai dizer que o Senado, que nós, que temos a missão de tomar a elaboração dos devidos ajustes ao termo que foi votado na Câmara, desprezamos ou desconsideramos a academia. Eu acho que é muito importante. Cada vez que ouço, eu particularmente aprendo mais, vejo que a dedicação dos pesquisadores, dos cientistas hoje no nosso País é algo fantástico.

Para simplificar, sem prejuízo da consideração com as universidades e os centros outros de pesquisa, mas a Embrapa é talvez o maior aliado deste País – e aí me refiro aos pesquisadores da Embrapa –, no sentido de aumentar a produtividade, aumentar a produção usando a mesma área, desenvolver tecnologia. De fato, não pode ter melhor aliado para quem quer produzir, criar, desenvolver um país de forma sustentável do que o conhecimento. E, se nós queremos deliberar sobre uma matéria tão complexa que envolve diretamente uso do solo, manejo dos recursos naturais e proteção desses recursos, ouvir quem trabalha a vida inteira na busca de conhecimento de como lidar com isso.

Eu venho da Amazônia. Na Amazônia, o Brasil deliberou fazer uso do solo sem conhecer nem o que tinha acima dele, nem o que tinha abaixo dele. Esse, talvez, seja o maior equívoco do nosso País. Ao longo de anos, décadas, fizemos isso e, para piorar um pouco mais, pegamos pessoas de uma região do País completamente diferente e levamos para lá. Foi política oficial que promoveu isso. O Estado brasileiro fez isso.

Eu ouvi um comentário muito bonito do Ministro Alysson Paulinelli: “Eu parei esse processo porque não conhecia ninguém que conhecesse a Amazônia. Então, eu disse: não, calma!” Ele foi um dos criadores da Embrapa. Então, ele falou: “Vamos trabalhar no conhecimento, vamos aprofundar os estudos para depois estabelecer políticas”. E foi muito bonito ouvir isso do Ministro. Eu ganhei aquela audiência quando eu o ouvi. Eu tentava entender como é que se vai fazer uma ação tão forte e no desconhecido? Com ousadia – e aí estou falando de políticas públicas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, permita-me um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a está abordando um tema extremamente oportuno. Na apresentação, ainda há pouco, nós vimos a questão, por exemplo, de déficit em setores de agricultura na Amazônia. Com segurança, as maiores áreas onde temos déficit em cima das reservas legais estão exatamente nas áreas de assentamentos que aconteceram. E as pessoas que lá vivem, vivem com uma renda extremamente baixa, porque foram colocadas lá sem nenhuma logística, nenhuma infraestrutura, nenhuma assistência técnica, nenhum crédito, nenhum modo de produzir de forma sustentável e duradoura naqueles assentamentos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, que é um profundo conhecedor dos nossos problemas e também é um dedicado na busca da solução para esses problemas.

Mas estou falando isso, Senadora Ana Amélia e meus colegas, porque no caso da Amazônia é muito complexa a situação. Os assentamentos eram feitos, na grande maioria deles com menos de um módulo da Amazônia, ou seja, menos de cem hectares, distantes dos centros urbanos, sem infraestrutura e com obrigatoriedade do assentado. Era quase um depósito de famílias. Era mais um depósito de famílias do que qualquer outra coisa, com toda sinceridade: dessa árvore até aquela outra árvore, em torno de quinhentos metros, é sua propriedade, o fundo é de tanto, e corra para tirar o que tem em cima do solo, sob pena de você estar considerado em área improdutiva e vai ter, talvez, de ter o custo de ser trocado por outro assentado.

Essa situação se reproduziu Amazônia afora durante décadas. Há hoje, com raríssimas exceções, nos conjuntos das centenas de projetos de assentamento oficiais na Amazônia uma insustentabilidade econômica, uma insustentabilidade social e uma gravíssima insustentabilidade ambiental, como era de se esperar.

Então, essa é uma parte do problema que nós temos e que envolve essas propriedades, todas elas sem nenhuma condição de se adequarem à legislação vigente. Nenhuma delas. O custo é alto. Passar a serem produtivas propriedades pequenas e longe dos centros consumidores é um agravante, diferente do que vi na bela região de Chapecó. A convite do Senador Luiz Henrique, pude ver uma relação estabelecida de homem/natureza bastante interessante. Mesmo em pequeníssimas propriedades para o padrão brasileiro, falando de áreas que têm em média de propriedade de quinze hectares, você tem uso intensivo de algumas áreas e é visível a proteção de parte, mesmo numa propriedade de quinze hectares, de um pouco de floresta e proteção de mata ciliar, mesmo numa região

que tem um relevo desafiador. Porque o relevo é desafiador. O Brasil tem essas características.

Eu queria, aproveitando a presença de dois profundos conhecedores dos problemas – e já apontam também soluções, porque estamos nessa fase de encontrar soluções –, eu queria dizer que as tentativas que o Brasil tem feito de recuperação de reserva legal e APP fracassaram até. A primeira institucional delas começou em 91 com uma lei que era parecida com o Decreto de 2008, que estabelecia critérios para averbação de reserva legal, vinculada ao crédito. O acesso ao crédito só poderia ser dado caso você tivesse averbação ou fizesse o reconhecimento de que tinha reserva legal.

Vinte anos se passaram. Nada. O que temos é um passivo. As áreas de APP também não sofreram nenhuma recomposição importante nesse período todo que estamos vivendo. Diante disso, sabemos que os números são importantes. Estamos alando de mais de quarenta milhões de áreas de reserva legal no Brasil todo e mais de quarenta milhões de hectares de APPs. Estou falando de mais de 40 milhões, mas são esses números.

Agora, há um debate muito vivo, muito rico da sociedade falando que temos que recompor essas áreas. E aí eu entro pedindo a contribuição de cientistas, técnicos, pesquisadores. Primeiro, as observações a que eu assisti, Dr. Ricardo, foram muito importantes. Eu vi que as áreas que não têm aptidão para produção agrícola, normalmente identificadas naquelas propriedades, num entendimento entre proprietário e pesquisadores – não é ainda, infelizmente, uma política do País, mas pode vir a ser – são áreas muito vinculadas mais a APPs do que a reserva legal. Se nós vamos juntar, como já temos um caminho, tanto melhor. Mas eu tenho convicção de que há uma parcela enorme de passivo de reserva legal em áreas com aptidão para pecuária e agricultura. Ou seja, provavelmente, eu ousou dizer que a maior parte das áreas de reserva legal, do ponto de vista do passivo – reserva legal, porque o proprietário escolhe onde ele deixa, de certa forma. Então, quem avançou em cima da propriedade também escolheu ir para áreas que têm um pouco mais de aptidão para agricultura e pecuária. Diferente de APP. Alguns tentam fazer uso de APP para atividade agrícola e pecuária, e aí é óbvio que há o problema de não ter aptidão. Mas estou me referindo exclusivamente a área de reserva legal. Isso, certamente, tem um custo porque nós vamos ter de tirar uma atividade econômica, se isso que falei é fato, e diminuir a atividade econômica numa determinada propriedade.

Então, eu gostaria de um comentário sobre isso. Como os senhores veem esse custo – é um fato con-

creto – em boa parte delas? E mesmo nas áreas de APP também haverá um custo. Pequenos proprietários não têm condições nem mesmo de introduzir tecnologia. Eles não estão capitalizados para isso e vivem o que o Professor Elíbio colocou claramente: elas não são sustentáveis do ponto de vista econômico.

Então, rapidamente: esses custos, normalmente, eu entendo, se é fato que o Brasil estimulou a ocupação e o uso de áreas com cobertura florestal – é fato isso – durante décadas, fica para os proprietários? Ou os senhores entendem que tem que ter um grande programa nacional de financiamento, com juros subsidiados, com incentivos, para recuperação de APP e reserva legal? Ou os senhores acham que há alguma possibilidade, só com regramento legal, estabelecer-se prazo para que haja recomposição?

Por que estou falando isso? Porque nós temos que encontrar a solução. Então, gostaria de ter um comentário da academia: se tem que haver um programa para financiar isso, ou se fica nas costas do proprietário, ou se fica só a partir da determinação legal. É um aspecto.

Este é o maior problema da revisão do Código Florestal: como trazer de volta parte do que foi suprimido. Esse é o centro do debate nosso.

O último aspecto, com a complacência da Presidência dos trabalhos, mas bem rápido. Eu e o Senador Luiz Henrique recebemos algumas sugestões, passamos para um Ministro do STJ. O Senador Luiz Henrique acolheu, mas entendeu que estava muito cedo ainda, precisava maturar, ele pretende apreciar nas próximas comissões, uma proposta que eu estou advogando junto com outras pessoas, que é o de dividirmos o Código Florestal em duas situações; para tratar de disposições transitórias o enfrentamento do que temos de passivo, ou seja, de passado, com tempo, com regra, com grau de exigência diferenciada, para recuperar o que foi perdido ou o que foi danificado. E outra que nos dê segurança de ter uma legislação firme, para a frente, para o futuro, nas disposições permanentes. Isso é um aspecto importante.

Nós ouvimos os juristas. Eu gostaria também de ouvir os que trabalham com a ciência e a tecnologia, os que trabalham com a academia: o que os senhores acham disso? Porque, no meu juízo, primeiro, para recuperar esse passado, nós não vamos fazer isso da noite para o dia; vai ter custo de dinheiro, de programas oficiais e de tempo. Precisamos de tempo. A primeira tentativa, em 1991, dava 1/30 anos, um trinta avos de ano para poder recuperar. Quer dizer, cada ano, você recuperava um trinta avos do que tinha sido danificado.

Eu gostaria de ver porque, nas disposições permanentes, há um regramento aprovado hoje, que vale

a partir de hoje e nós dá segurança a partir de hoje, não precisa de tempo.

E eu queria, então, se fosse possível, ter esse comentário e se, para a academia, é necessário que o Código trate de maneira diferenciada a pequena produção, a pequena propriedade – estou incluindo produção familiar e pequena propriedade – das demais propriedades.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Jorge Viana, Relator, na Comissão de Meio Ambiente, do Código Florestal.

O critério adotado para inscrição é a ordem de chegada: Senador Blairo Maggi, depois Senador Waldemir Moka, Senador Reditario Cassol e Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia. Cumprimento a Sr^a Presidente, também o nosso Presidente da CCT, Eduardo Braga, o Prof. Ricardo e o Prof. Elfbio, que estão conosco.

Eu gostaria também aqui de fazer um comentário sobre a questão dos incêndios que vêm ocorrendo lá em Minas Gerais, só para lembrar o quanto nós do Amazonas, da Amazônia – do Amazonas é o Senador Eduardo – somos bombardeados, diariamente, na mídia com essa questão dos incêndios. Lá para a Amazônia, principalmente para o Mato Grosso, não é incêndio; lá é queimada. Quer dizer, quando dão a notícia, já fazem uma imputação de crime contra o produtor, contra aquele que vive no campo.

Agora, Minas já é mais desenvolvido, então, não é queimada, é incêndio, a exemplo do que acontece na Europa também, nos Estados Unidos. Em Brasília também há incêndios.

Então, que já seja registrado aqui que o produtor mato-grossense não gosta de fogo também: ele tem grandes prejuízos com fogo. Grandes prejuízos com fogo! Tanto quando entra nas pastagens e acaba tirando a alimentação do gado, mata o gado, queima cerca...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tudo é custo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Custo e, quando entra nas lavouras, nesse período em que tudo está preparado para o plantio direito, o plantio na palha, resteva de milho, resteva de milheto, ou a braquiária mesmo, que é feita para plantio, para reduzir as erosões, entra o fogo e é uma correria. Os produtores lá têm verdadeiros exércitos de bombeiros em todas as fazendas – e isso é em todo o Mato Grosso –, eles se comunicam por rádio e, quando acontece num lugar, saem correndo. Agora, quando entra num parque nacional o Governo tem que cuidar, e ele acaba não cuidando.

Então, só para deixar registrado essa diferença de tratamento...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito importante!

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) que a imprensa tem dado ao meu Estado e à Amazônia também.

Com respeito ao nosso tema, acho eu que os nossos presidentes das comissões – nós temos aqui três presidentes; o Rollemberg estava aqui e saiu – pelas apresentações de hoje, começamos a perceber que nós temos de começar a fechar o nosso pensamento, o que nós vamos colocar nesse Código Florestal.

Eu já tive oportunidade, aos apresentadores que estão aqui, de ouvi-los aqui também, nas comissões. E outras comissões, outras audiências públicas que foram feitas também estão se repetindo. E eu, como tenho assistido a todas em tempo integral, já conheço um pouco de cada uma e seu pensamento.

Então, eu acho que as nossas comissões já têm o pensamento e nós já temos que começar a amarrar isso para ver se conseguimos, dentro do prazo previsto, fazer a votação inicialmente prevista para dia 20 de outubro, para que, até esse período de 20 de outubro, possamos fechar e fazer as votações.

Com respeito ao tema, eu só gostaria, a exemplo do Senador Luiz Henrique, de também conhecer um pouco da opinião da universidade e da academia com respeito a essa questão da compensação em outro bioma. Particularmente, eu sou contra. Agora, eu preciso ouvir a ciência também. Quer dizer, dentro do bioma, para mim não há problema nenhum porque o bioma não conhece a divisa de Estado que a gente faz.

Então, eu quero entender um pouco melhor isso. E também, dentro dessa pergunta, há outra pergunta, mais um comentário: a exemplo do que eu disse, os biomas não conhecem as fronteiras. E, na nossa legislação, estamos dando tratamento diferenciado para o mesmo bioma na questão da conservação, a exemplo do que acontece com os cerrados de Mato Grosso, com os lavrados de Roraima e outros cerrados que há, onde há exigência para o cerrado que está dentro do bioma amazônico – mas não o bioma físico, real; é um bioma político que foi feito. Então, nós temos, na divisa do rio Corrente, lá com o Senador Moka: passou a divisa do rio Corrente, você tem de ter 20% de reserva; do lado norte, você tem de ter 35%.

Então, eu também gostaria de um comentário sobre isso, para que a gente possa aqui, na Comissão, depois tomar uma decisão a respeito desse assunto.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de vocês. Como eu disse, já os ouvi aqui, em algumas outras oportunidades, e quero deixar aqui o meu apelo aos Presidentes Luiz Henrique, Jorge, Rodrigo, que

não está aqui, e Eduardo, para que a gente comece a trabalhar e fechar os nossos relatórios, porque principalmente a comunidade produtora está muito aflita com tudo. Existe o promotor público que está no pé deles...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) e estamos prorrogando, prorrogando, prorrogando o decreto e não é isso que interessa! Nós criamos uma legislação específica, pronta, acabada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que dê segurança jurídica, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) e que todo mundo sabe o que vai ter que fazer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidenta, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. expositores – Dr. Ricardo, Dr. Elíbio – eu começo dizendo o seguinte: ontem, nós estivemos, Senador Jorge Viana, Senador Luiz Henrique e o Presidente da Comissão, Acir Gurgacz – aliás, deve ser exatamente por isso que o Senador Acir não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não pôde estar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estivemos em São Paulo, num debate na Fiesp, e eu confesso que me surpreendi. Evidentemente que estava ali, em termos de agronegócio, a elite do agronegócio brasileiro. Mas estava também o ex-Presidente da Embrapa, departamento de meio ambiente, e lá nós conseguimos – pelo menos essa é a impressão – fazer um debate que mostra exatamente essa questão que hoje está se discutindo aqui.

Então, eu vejo, às vezes, o Senador Eduardo Braga, e hoje nós conversamos muito. E, é claro, “cachorro mordido por cobra tem medo de linguça”: quando o cara começa, a gente... Porque, na verdade, há uma prática de querer penalizar o produtor. É uma coisa esquisita isso. E a gente que está ali, no dia a dia, acha estranho isso.

Vou começar falando, por exemplo, da pecuária, Dr. Ricardo: primeiro, não vai ser toda essa área da pecuária que vai servir para a agricultura, o senhor sabe disso. É evidente que nós não podemos colocar essa estatística simplesmente ali. Agora, Mato Grosso do Sul, por exemplo, hoje em dia, é natural: à medida que a agricultura avança, está entrando lá a cultura da cana, que não tinha. Você leva a pecuária para as terras menos produtivas. É natural isso. Agora, por exemplo, a pecuária é ruim, tal e tal.

Eu quero lembrar que o Brasil saltou de sexto produtor exportador de carne para o primeiro do mundo. Então, os grandes pecuaristas não têm esse problema de produtividade. Há muito tempo, o pessoal está fazendo confinamento. Quem é que tem essa baixa produtividade? Exatamente aquele pecuarista, e a maioria deles é conservadora, tem medo de banco – mais uma vez, “cachorro mordido por cobra tem medo de linguça”. Então, eles são conservadores.

É evidente que isso é ruim. E por que é que o cara insiste nisso, meu caro Senador? Porque é o seguinte – e até essa é a minha pergunta: quanto custa a recuperação de uma pastagem degradada, ou seja, qual o valor para você recuperar uma passagem degradada? Por incrível que pareça, é mais barato você abrir uma nova área do que recuperar uma pastagem degradada. Então, aí me parece estar o motivo disso. Quando eu vejo o Senador – e parece que esteve aqui –, eu fico feliz. Ora, o produtor, pela primeira vez, o cara que comprou 20 mil hectares e tem que deixar 20%, 200 hectares, imagine isso! Em outros países, é incompreensível isso. Como é que é? Você é dono de mil hectares, mas em duzentos você não pode tocar?

Eu sou um daqueles que defendem a reserva legal. Acho que nós temos isso, temos de manter. Essa é uma forma de o País se mostrar de maneira diferente. Agora, concordo com o que ouvi aqui: vamos que vamos estimular. Como é que se estimula isso? Porque aí, Senador Jorge Viana, pela primeira vez, o produtor que preserva vai ser valorizado. Então, ao invés de colocar no texto essa coisa de criminalizar o produtor, vamos estimulá-lo a cada vez mais preservar. E, aí, nesse momento nós estaremos aqui, Senador Eduardo Braga.

E acho que vi o Dr. Ricardo mostrando: “Olha, isso já aconteceu. A cana, o plantio da cana está recuperando, está ajudando. Vamos plantar floresta para recuperar.” Isso é ótimo, inclusive, na pecuária, fazer isso consorciado! É evidente que você pode plantar e ter uma fonte.

Imaginem o produtor plantando eucalipto, por exemplo, e tendo, daqui a cinco, dez anos, uma aposentadoria. Além do que a pastagem dele vai ser sombreada para o gado. Nós estamos falando de uma coisa que é o ideal. Agora, nós vamos esbarrar na fonte de financiamento.

Então, eu acho, Senador, que agora já ouvimos e eu estou mais do que convencido, embora nunca estivesse contra. Acho difícil porque a hora em que se fala em fonte de financiamento, aí, todo mundo... Mas eu acho que o Senado – isto eu confesso: na Câmara, ou não tivemos tempo, ou clima... Nós não discutimos essa questão. Essa questão, aqui no Senado, de como

fazer para que a gente possa estimular que as flores-tas em pé tenham mais valor do que derrubadas. Isso eu acho fundamental mencionar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Com o maior prazer, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

Senador Moka, esses fundos... Apresentamos as emendas, que estarão agora sendo entregues ao Relator, em que nós estamos exatamente estabelecendo de onde vamos tratar de retirar recursos para que possamos criar um fundo de financiamento para essas situações.

Eu creio que esse é o grande desafio para o Senado. Se o Senado conseguir dar esse passo, nós estaremos dando uma grande contribuição para o pequeno agricultor. O grande agricultor, como V. Exª disse, esse já se arrumou, já se organizou!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V.

Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Claro!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –

Eu acho que essa é a nova lógica da discussão desse projeto aqui. Essa é a nova lógica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– É isto, perfeito: essa é a nova lógica! Essa é exatamente a grande resposta que o setor e a floresta estão a esperar do Senado da República.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Então, Senador, às vezes, as pessoas reclamam do meu pragmatismo. Mas eu acho que está...

Então, eu acho que, ao afunilar essa discussão, agora vamos dizer: “Então, isso é importante”. Nós temos de, então, arrumar as fontes de financiamento, Senador Luiz Henrique. E como é que vamos fazer isso na prática? Insisto em dizer aos senhores, principalmente aos membros da academia: é importante, por exemplo, quando a gente fala da pecuária, que tem baixa produtividade, eu tenho que aqui fazer uma defesa, porque esse é um setor que cresceu muito. Agora, evidentemente que é minoria, mas é altamente eficiente a pecuária do Brasil, é altamente eficiente. Agora, nós estamos falando de pecuaristas médios e pequenos, esse sim, porque, quanto tempo eu já pedi aqui, quanto tempo, gente precisa de fonte de financiamento para recuperar a pastagem – que não é como a agricultura, você abre um crédito num ano o produtor planta, no outro ano ele colhe e paga o banco – a pecuária não é assim, a pecuária precisa de prazo você leva tempo para produzir um animal para ser abatido.

Então, na hora que tiver recursos para recuperação de pastagens degrada vocês verão, com juro

evidentemente e tempo, nós vamos ver, aí sim, ao recuperar a pastagem nós vamos aumentar a produtividade de cabeça por hectare, de animal por hectare. Agora, eu acho que não é toda a área, acho que uma parte da área hoje da pecuária servirá para a agricultura, mas em grande parte... A não ser que você faça muita correção – ai tudo bem –, mas o custo disso eu não saberia dizer.

E, para finalizar, o que me parece que está acontecendo? Depois de todo esse debate na Câmara, eu insisto e, quero aqui dizer, por que o debate está mais ameno aqui? Vou fazer uma defesa, eu já fiz isso ontem, porque na Câmara começou, o debate era maior, mais intenso. Isso aqui já chegou meio... A bola já não está tão quadrada. Então, por isso, e eu acho que nós temos que aproveitar esse momento rico nesse debate e dizer, para encerrar e para desconstruir, a primeira vez Senador Blairo que eu vi uma foto com aquelas – acho que na sua propriedade lá, aquela quantidade de colheiteira – na primeira vez que eu olhei aquilo eu achei que fosse uma quantidade de avestruz aquilo ali, depois é que eu percebi que era colheiteira, mas achei que era avestruz.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Obrigado, Senador Moka.

Tive que me ausentar um pouquinho, mas vou fazer algumas rápidas observações.

Primeiro eu quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, Relator do Código em três Comissões, o Senador Jorge Viana, mas especialmente por essa declaração dada agora pelo Senador Luiz Henrique, de que essa é a nossa agenda, uma das agendas prioritárias desse momento do Código, que é a construção de instrumentos econômicos que permitam incentivar a preservação.

Eu tenho dito, ontem registrei aqui, participei de um debate na OAB com o Senador Jorge Viana, sempre brilhante, que eu entendo que nós uma contribuição a dar no Código Florestal. Mas eu também Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senador Blairo, Senadora Ana Amélia, Senador Mozarildo, entendo que nós precisamos já a começar construir uma unidade para ações pós Código Florestal. É que possamos efetivamente aqui continuar essa união, essa unidade que nós estamos hoje da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia para garantir recursos para a pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico que permitam o Brasil avançar e avançar cada vez mais rápido em direção de uma agricultura e de uma pecuária sustentável.

E é importante Senador Blairo, registrar a importância da tecnologia e dos instrumentos de políticas públicas do governo. Eu vou citar pela segunda vez uma frase, uma declaração de V. Ex^a aqui mostrando como foi importante o Banco do Brasil, a determinação do Banco do Brasil que determinou que só emprestasse dinheiro, só realizava o crédito se os agricultores utilizassem as curvas de nível. Seu pai resistiu como agricultor, a adotar, passou dois, três anos depois percebeu que não tinha jeito adotou as curvas de nível e percebeu o aumento da produtividade e não abandonou mais essa tecnologia moderna. Então isso mostra que os nossos bancos oficiais, os órgãos de fomento eles tem que trabalhar nesse sentido.

E eu quero registrar que a Sudeco está anunciando, aí o lançamento, ainda não conheço com detalhes, vou me aprofundar até para fazer um registro, as linhas de créditos do FCO para a agricultura de baixo carbono.

E aí, Blairo, eu queria até... V. Ex^a, como grande produtor rural que é, talvez possa esclarecer melhor do que eu, porque certamente tem um conhecimento mais profundo que eu.

Mas, quando se iniciou a ocupação do Cerrado brasileiro, do Centro-Oeste brasileiro pela agricultura – o que foi importante naquele momento, embora hoje o Cerrado seja uma região que é grande produtora de alimentos no Brasil –, havia linhas de crédito do Banco do Brasil, que financiavam a conversão do Cerrado em pastagens de forma bastante atrativas. Eram linhas de crédito que tinham carência de quatro anos e juros muito baixos.

Eu penso que hoje o nosso grande desafio – tanto o desafio para o Código Florestal e quanto o desafio pós Código Florestal – é construir instrumentos tecnológicos de difusão de tecnologias e instrumentos de crédito que possam garantir a recuperação das áreas degradadas do nosso País.

São 60 milhões de hectares – esse dado aqui foi repetido hoje pelo Dr. Elíbio, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências. E é óbvio que, ainda que seja um pouco mais caro recuperar essas áreas degradadas do que converter novas áreas para uso antrópico, do ponto de vista do futuro, quanto à relação custo-benefício, é muito melhor investir na recuperação dessas áreas degradadas.

Para isso, o Estado também tem de ter alguns movimentos indutores, primeiro no sentido de financiar, juntamente com a iniciativa privada, o desenvolvimento de tecnologias, cada vez mais modernas, mais eficazes, mais eficientes, de recuperação dessas áreas degradadas; depois, no sentido de adotar políticas de crédito, de grande carência e com juros baixos, que

permitam aos produtores rurais, cada vez mais, fazer a recuperação dessas áreas degradadas.

Em segundo lugar, entra novamente a questão dessa união em torno de garantir recursos significativos – aí estou aqui defendendo o peixe da Comissão do Eduardo Braga – para investimentos em ciência, tecnologia e inovação. E é um absurdo – precisamos mudar isso, Senador Jorge Viana – que hoje a Comissão de Meio Ambiente não possa fazer emendas ao Orçamento para o Ministério da Agricultura, por exemplo. É um absurdo! Nós temos de superar essa dicotomia, que mostra uma visão atrasada, porque, dentro da perspectiva de construir uma agricultura verde, sustentável, é claro que nós deveríamos poder colocar recursos por exemplo, na Embrapa.

E por que estou dizendo isso? Nesse trabalho recente, apresentado pela Embrapa e pelo INPE, o que me chamou a atenção, Senador Eduardo Braga, Senador Jorge Viana, Senador Mozarildo – V. Ex^a que representa o Norte do País –, é que 62% das áreas convertidas do bioma amazônico – que é muito diverso, mas que aqui vou chamar de Floresta Amazônica –, dos 17% do total, estão sendo utilizados hoje para a pecuária – e pecuária com baixíssima produtividade.

É isso que queremos? Queremos desmatar a Amazônia para a criação de gado a essas taxas de produtividade perto de uma unidade animal por hectare ou menos? É óbvio que o País tem de fazer o movimento, que é estratégico, importante, de aumentar a produtividade do nosso rebanho. Com isso, se dobrarmos, vamos abrir metade do espaço territorial, que é o maior ocupado hoje pelas áreas antropizadas do Brasil, para a conversão para atividades mais produtivas como a agricultura e a agroenergia.

E, mais uma vez, vem a questão da necessidade de termos recursos significativos, permanentes, regulares, para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País.

Acho que, do ponto de vista estratégico e de médio e longo prazo, para mim, a questão mais importante é a de que garantamos recursos para a inovação tecnológica, porque, além de utilizar, de forma mais eficiente, mais produtiva, a terra, a água, os recursos naturais, saberemos aproveitar nossa biodiversidade ou desenvolver novas técnicas de biotecnologia e, aproveitando toda essa biodiversidade; e os recursos madeireiros e não madeireiros das nossas florestas. Mas o professor Ricardo colocou aqui que a média de rentabilidade de um hectare de uma área dessas de pastagens degrada, de baixa produtividade em torno de 180 hectares por ano, e a utilização da Reserva Legal aliada a questão da servidão ambiental, pode levar até um faturamento de 770 hectares/ano.

A questão aí, que vou colocar, é a questão do custo e de onde virão os recursos. Estou aqui envolvido com o Senador Eduardo Braga no sentido de buscar instrumentos econômicos que permitam isso. Mas a própria Embrapa já nos alertava de que hoje, para recuperar os 15 metros – até agora previsto no texto de recuperação de áreas de preservação permanente para rios de até 10 metros de largura – hoje Senador Moka nós não teríamos sementes e mudas suficientes para recuperar essas áreas. Então essa é outra questão, e que nisso, na recuperação dessas áreas de preservação permanente e na recuperação das áreas de reserva legal que precisam ser recuperadas poderá estar também uma grande oportunidade para o setor florestal brasileiro, na produção de sementes e na produção de mudas. Agora, claro que isso tem que estar articulado com políticas públicas de desenvolvimento tecnológico, mais uma vez, e de crédito para que as pessoas possam produzir mudas, produzir sementes e tal. E ao mesmo tempo, de financiamento para o pequeno agricultor e para agricultor familiar ter condições de recuperar as suas áreas de preservação permanente. A Senadora Ana Amélia trouxe um número aqui: 14 mil reais para recuperar um hectare de área de preservação permanente. Professor Ricardo, não sei se é esse o valor. O fato é o seguinte: ele tem um custo. O grande desafio que nós temos é que aprovemos uma lei que tenha efetividade, que nós não estejamos aqui há 10, 15 anos para tentar regularizar situações de fato, porque as pessoas não conseguiram cumprir a lei, e temos que recuperar nossas áreas de preservação permanente, temos que recuperar nossas áreas de preservação permanente ripárias. Mas vamos ser realistas, se não houver instrumentos econômicos para isso, incentivos econômicos para isso o pequeno produtor brasileiro, o agricultor familiar brasileiro ele não conseguirá recuperar a sua área de preservação permanente. E essa é uma questão que deve ser de interesse de todos porque é uma questão estratégica para o país, porque é fundamental para preservar um bem precioso que é a água. Então este é o nosso grande desafio: como é que nós vamos a partir dos alertas trazidos aqui pela Academia Brasileira de Ciências, trazido aqui pelo Professor Ricardo, da Esalq, pelo SBPC como é que nós vamos transformar essas preocupações em instrumentos legais, efetivos, eficientes e duradouros.

Portanto, agradeço mais uma vez a contribuição de todos e passo a palavra para o nosso último inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu quero cumprimentar os Presidentes das diversas comissões que estão tratando desse tema, os

Relatores e quero dizer que não ouvi a explanação dos dois representantes da Academia e tal. Mas acho que é muito importante o trabalho que vem sendo feito de audiência ampla, não só daqueles diretamente interessados e importante que nós estejamos saindo daquela dicotomia ou daquela bipolaridade entre ambientalista e ruralista. Então acho que nós temos que pensar, até mesmo perguntaria: será o nome adequado para esse código seria Código Florestal? Será que não seria Código do Uso do Solo? Porque nós não só temos floresta. Vou repetir, no meu Estado metade do Estado não é floresta, e mais de 80% da população vive nessa área que não é floresta. A parte que vive na parte de floresta foi fruto de assentamentos do INCRA e que terminaram sendo deturpados, os que estão ainda, as famílias assentadas pagam um preço altíssimo por viverem lá. E tiveram, como disse o Senador Jorge Viana, digamos assim, a imposição de desmatar para poder ficar no lote, para ter o título.

Então é preciso realmente que nós tenhamos e, fico feliz que estejamos nas mãos de dois Relatores muito bons, dois ex-governadores, parlamentares de outros mandatos e conhecedores do Brasil e da Amazônia. A Amazônia, afinal de contas, é 61% do Brasil e não é um ecossistema só como disse o Senador Eduardo Braga.

Eu quero frisar muito na questão do meu Estado porque esse Código não pode ser, como costumam ser as leis brasileira, informes, exige tantos por cento para tudo que é lugar. Eu percebo que está caminhando exatamente para que se tenha coisas diferenciadas e, sobretudo, a minha preocupação, até pela minha formação de médico, é com o ser humano que está lá, principalmente na Amazônia. Disse bem o Senador Jorge Viana, não só os nativos, mas também aqueles que foram levados para lá por uma política, por exemplo, o Estado do Acre, foram levados por uma política de extração da borracha e para o meu Estado foram por outras questões. Então é importante que nós tenhamos essa visão de corrigir e ajudar aqueles que foram vítimas até de uma política equivocada e ajudar essas pessoas a realmente poderem viver. Aliás, se queremos conservar florestas, cerrados, qualquer que seja o tipo de bioma precisamos ter o ser humano cuidando. Quem vai cuidar é o ser humano, e esse ser humano não vai cuidar, por exemplo, seja onde ele estiver, vamos dizer lá no meu Estado, lá no sul do Estado, apreciando uma árvore e morrendo de fome. Então é preciso, de fato, que nós possamos ter um Código que seja realista, humano e que possa ser um Código para várias décadas, não uma lei que tenha limitação curta e que possa, portanto, amanhã vir outro governo

e querer fazer de repente um novo Código por causa do viés que possa ter.

Portanto, eu quero crer que o Senado está fazendo debate muito salutar e, tenho certeza que o relatório feito pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, será, com certeza um relatório positivo e nós construiremos um consenso. Lamento que, ao alterar coisas que vieram da Câmara que deviam ter sido feitas lá, possa ter que voltar para a Câmara. Mas é construir um consenso de forma que nós possamos ter ainda esse ano esse Código vigorando a partir, portanto, do ano que vem. Era só o que eu queria acrescentar, e dizer que só peço exatamente isso: Que olhemos as diversidades, mas, sobretudo, os seres humanos que estão lá, sejam índios, caboclos, ribeirinhos, homens do lavrado, todos eles precisam de fato ter algum incentivo para viverem melhor e poder cuidar do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado Senador Mozarildo.

Passo a palavra agora para as suas considerações...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queria deixar uma pergunta que eu me esqueci de fazer no momento para o Professor Ricardo, na questão da regeneração automática ou do replantio nas APPs e nessas áreas de reserva legal. Parece-me que vocês têm estudos sobre esse assunto e que complementa mais ou menos o que a Senadora Ana Amélia colocou do custo.

E eu gostaria de dar um depoimento pessoal também, é que o estudo que está com vocês é a TNC, se não me engano? É TNC. Eu tenho um convênio com IPAM, e eles estão a alguns anos numa fazenda nossa lá na região de Querência, fazendo muitas experiências nessa questão de recuperação de APPs.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Conheço a iniciativa, e é muito interessante.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – O senhor conhece lá?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Conheço.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado.

Então a gente tem lá das coisas mais baratas às mais caras. De fato, as mais caras são impossíveis de serem feitas. Então, associada aquela experiência que tem do IPAM na fazenda Tanguro e as outras que você

tem você tem da TNC, eu gostaria, se você pudesse deixar um depoimento para a Comissão.

Na minha avaliação e pelo que conheço, nós não teríamos que ter essa preocupação de fazer o replantio e correr atrás de sementes, atrás de mudas, gastar bilhões de reais para fazer toda essa recuperação se, ao que me parece, a ciência já está mostrando através desses estudos, que é possível se você simplesmente isolar as áreas por um determinado tempo e se chega ao mesmo local sem custos.

Então eu gostaria se o Sr. Ricardo pudesse deixar essa orientação para nós aqui.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone.*) – Só abandonando ela retorna com capoeira.

O SR. EDUARDO BRAGA Bloco/PMDB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*) Ela retorna com a capoeira ou retorna com...

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone.*) – Não, ela retorna...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos falar no microfone, porque...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Aí, Senador, é uma questão agrônômica: começa com uma capoeira, depois as árvores vêm, e lá, com o tempo – sei lá, 20, 30 anos –, há toda uma regeneração.

Eu vi isso, por exemplo, na região de Sapezal, que é só campo, mas há lá umas bolas de mato. Deixamos tudo isso na fazenda, não tiramos nada do que era uma mata maior. Certo ano, entrou um fogo lá e destruiu toda aquela bola de mato – ficaram 20 ou 30 hectares de mato. Passados mais de 20 anos, conseguimos ver que já há quase que uma mata secundária nessas regiões. Então, acho que, com as experiências que existem, se pudermos juntar isso aí, essa questão dos custos de recuperação, que tanto debatemos aqui, pode ser retirada do processo. Vamos ouvir a experiência do professor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Primeiro, vamos ouvir o Dr. Elíbio; em seguida, o Prof. Ricardo.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Obrigado.

Vamos começar pela Senadora Ana Amélia, que fez algumas questões sobre a Argentina, sobre aptidão. Acredito que o Código Florestal será um modelo não só para a América do Sul, mas para o mundo, e esse modelo vai ser seguido. Modelos que funcionam induzem os parceiros a utilizá-lo. Então, a questão da Argentina é peculiar, obviamente que ela tem questões sobre utilização ou não de reservas que estão, certamente, submetidas ao Governo da Argentina, mas existe, sim, do ponto de vista científico, uma interação

muito forte do Brasil com todos os países da América do Sul. Com a Argentina, isso é muito forte, porque a Argentina é, provavelmente, depois do Brasil, o país que tem uma ciência, uma base científica bastante volumosa. Então, existe, sim, muita interação.

Do ponto de vista de a Argentina assumir, como eu disse, a questão – e como foi perguntado – relativa a áreas ambientais, certamente a Argentina tem uma postura diferente, mas nós esperamos que ela caminhe no sentido de considerar também seguir o exemplo do Brasil, de uma agricultura mais moderna.

Quanto à questão do arado, é claro que o Rio Grande do Sul é um modelo. Basta olhar o censo agropecuário. Ele é um modelo de desenvolvimento agrícola para o País. Agora, se formos para o Nordeste, lá, sem dúvida, existem muitos agricultores que não têm sequer dinheiro para comprar um boi para puxar um arado. Isso é verdade. E não são poucos. Então, difere completamente do Rio Grande do Sul nesse cenário. Então, quando eu falo que não tem arado, obviamente que não me refiro ao modelo do Brasil, que é o Rio Grande do Sul. Mas há regiões com uma pujança muito grande... Porque, imagine, se ele não tem um boi para puxar o arado e ainda produz alguma coisa, isso significa que é um segmento que tem muita pujança. Se você der um arado, ele vai fazer bastante coisa.

Então, é nesse sentido que nós precisamos utilizar e olhar esses dados do Censo Agropecuário e da pujança que esse segmento pouco produtivo tem no Brasil, utilizando um modelo de sucesso que nós temos, que é o Rio Grande do Sul e vários outros Estados também.

O senhor fez várias perguntas, e muitas delas eu ainda não lembro exatamente quais foram, mas acho que, basicamente, foram essas as perguntas. Depois, posso voltar se houver alguma... Mas vou passar para...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*) – O senhor poderia mencionar sobre as áreas degradadas também...

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Quanto às áreas degradadas, vou fazer um comentário geral, porque foi, na verdade, uma demanda de praticamente todos vocês.

O Senador Luiz Henrique perguntou sobre a questão dos biomas, de diferentes... S. Ex^a não está mais presente. E concordo que é possível, sim, a questão de se avançar. Os biomas foram limites que nós colocamos; não necessariamente são limites que existem e impõem barreiras. Você poder, eventualmente, estimular em outros segmentos... Não podendo fazer na área existente, você entrar para outros biomas, isso é bastante, ao meu ver, simples de ser feito. Apenas por uma questão de definição.

Eu acho que o que está em bastante discussão e, concordo, vai ser um ponto que merece bastante reflexão é a questão da recuperação. Por quê? Eu costumo dizer que o Código tem que ser visto e tem que ser feito com uma premissa de desenvolvimento exatamente por isso. O grande desafio do Código vai ser depois da votação; vai ser a operacionalização do Código. E a operacionalização do Código, em poucas palavras, vai necessitar de políticas públicas, de programas de governo que sejam interativos – e muitos deles já existem.

A questão que eu coloco – isso é uma sugestão bastante pessoal e me foi colocada pelo Senador Jorge Viana – é como se poderia operacionalizar isso. A minha proposta é que tem de haver uma iniciativa e uma indução do Governo, um programa de recuperação. Agora, quem vai financiar isso? É o Governo sozinho? Não. O setor privado vai ter que entrar, o proprietário também. O proprietário, talvez indiretamente, através do ganho, permitir que faça o setor privado com estímulo financeiro – não só financeiro, mas de redução de impostos e de vários mecanismos existentes.

A operacionalização desse Código, no meu entendimento, vai passar por uma forte ação público-privada. Vai haver a necessidade de uma ação muito mais forte, de uma questão que nós sabemos, de décadas atrás, da relação público-privada, tão preconizada e tão pouco operacionalizada do ponto de vista de incentivos.

Essa seria, Senador Jorge Viana – e o Senador Moka colocou também a questão da recuperação, bem como o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique – uma questão de envolver o setor privado. Um programa de governo... Eu não acredito como que necessariamente o Governo vá fazer isso através de um programa que seja operacional na velocidade... Uma questão que me preocupa muito é a da intensificação, da velocidade com que vamos conseguir operacionalizar o Código. Isso é um fator muito importante, e, para mim, a questão de acelerar o processo vai ao encontro de um programa que estimule e que tenha, sim, a participação do produtor, do proprietário agrícola e do setor privado.

Em poucas palavras é isso. E o Estado vai ter que estabelecer um arcabouço que sustenta a operacionalização. Este, no meu entendimento, o grande desafio pós-votação do Código Florestal: nós viabilizarmos um arcabouço que sustenta operacionalizar todas essas questões.

Eu vou passar a palavra ao Prof. Ricardo e, depois, eu posso retomar. Para não me alongar, posso fazer outros comentários mais específicos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PDT – DF) – Passo, então, a palavra ao Prof. Ricardo.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado pelos comentários, pelas perguntas. Espero conseguir responde-las satisfatoriamente. Se eu esquecer alguma, peço aos Senadores que me lembrem.

A primeira questão me foi colocada pela Senadora Ana Amélia, a quem agradeço por tocar na questão dessa resolução em São Paulo. É um ponto interessantíssimo. Imagino que a senhora tenha sido assessorada para isso. E agradeço a quem fez isso, porque a resolução de São Paulo é exatamente o reflexo disso tudo que nós estamos discutindo. A resolução de São Paulo é uma discussão dos pesquisadores junto com a sociedade que restaura, junto com as pessoas que estão restaurando, que tinham insucesso nas suas ações de restauração. O insucesso era de 60% nas iniciativas de restauração. Aí, todo mundo parou e disse: o que nós podemos fazer? Como a ciência pode nos ajudar a, efetivamente, aumentarmos as iniciativas de sucesso com a recuperação?

Para a senhora ter uma ideia, a primeira resolução foi em 2001. O Estado de São Paulo produzia, à época, 5 milhões de mudas de 30 espécies nativas. Em 2011, quando estamos na quinta edição dessa resolução, o Estado de São Paulo produz 60 milhões de mudas de 100 espécies nativas. Aumentamos a taxa de sucesso das restaurações de 40% para 80%. Esse é exatamente um exemplo.

Nessa resolução está muito claro, no seu primeiro item – quem assessorou deve ter lido –, que aceitam-se como métodos de restauração a condução da regeneração natural, a nucleação e, por último, o plantio total. O plantio total só deve ser feito nas áreas que foram tão degradadas historicamente que não têm nenhuma resiliência. Isso, se falamos de Brasil, estamos falando de aproximadamente 10% das APPs do Brasil. O resto – 90% – é como o Senador Blairo disse: efetivamente, essas áreas têm resiliência na Amazônia, no Cerrado... Eu mostrei aqui áreas com dois anos de abandono que já viraram capoeiras e têm resiliência de recuperação. A qualidade dessa recuperação futura vai depender de ações consequentes.

Por exemplo, se nós temos uma capoeira formada, qual é o processo agora? Vamos enriquecer essa capoeira se temos a perspectiva de conservar a biodiversidade. Esse é um papel do Estado: um programa de conservação de biodiversidade em capoeiras, enriquecendo capoeiras na perspectiva de conservação. Friso: esse é um papel do Estado. Deixar a capoeira é um papel do proprietário. Esse é um aspecto muito importante.

Então, o custo de deixar a capoeira –estamos falando do custo de isolamento – é aquilo que eu mostrei, sem inclusive, nesse caso, como na Amazônia e

grandes áreas de cerrado, inclusive sem a necessidade de cerca, de isolamento com cerca, porque são áreas de alta resiliência. Com soja, com divisão de soja, logicamente não precisa de cerca. Estou falando de cerca na situação de pecuária.

Então, eu agradeço a questão.

Quanto à questão do custo que foi colocada, nós estamos trabalhando desde 2001. E o dado que imagino que tenha vindo é de 2001, qual seja, de R\$14 mil por hectare, que logicamente é proibitivo. Nenhuma usina de cana – e nós estamos falando de trinta usinas de cana dentro de um programa de adequação ambiental que fazem restauração de mata ciliar – tem um custo desses. E por quê? Porque elas coletam as suas sementes, produzem as suas mudas e implantam as suas áreas dentro de uma perspectiva de funcionamento agrícola e ambiental da propriedade. Se você pagar R\$14 mil o hectare, certamente você está falando de alguém que foi punido por um desmatamento e, logicamente, tem que contratar um terceiro para recuperar em um ano. Os programas de recuperação de matas ciliares, inclusive estabelecidos na resolução, chegam a até 18 anos. Nós temos de ter 80 espécies no final do processo de restauração, que pode ser inclusive os 18 anos.

Então, talvez uma leitura mais atenta dessa resolução seja bastante interessante.

Quanto à segunda pergunta de V. Ex^a, eu agradeço muito, não pela especificidade da questão, porque falou de um laudo, que eu achei relevante pela importância do debate que nós estamos tendo, mas porque é a minha área de atuação. Há trinta anos que eu trabalho com isso e muito feliz. Mata Atlântica é o nome político; isso não existe. Mata Atlântica engloba pelo menos oito ou nove tipos de formação. Estamos falando de floresta ombrófila densa, floresta estacional decidual e cerrado. Cerrado é uma das categorias que entra no conceito amplo de Mata Atlântica. Eu não sei nem qual é o laudo exatamente a que a senhora está se referindo, mas desafio quem falou, porque eu trabalho com isso há trinta anos. Inclusive, no Estado do Senador Blairo Maggi nós descrevemos uma unidade vegetacional que estava no IBGE como “de transição”, exatamente na região do Tanguro, que é hoje chamada de Floresta Estacional Perenifólia. Isso não estava nem descrito como unidade fitogeográfica brasileira. Então, certamente, se eu classifiquei como cerrado é por causa das espécies que ocupam e certamente é cerrado. Então, não tenho nenhuma dúvida disso. Agradeço o seu comentário, porque é exatamente com isso que eu trabalho.

Sobre a questão do pagamento dos serviços ambientais, todos comentaram e eu vou fazer um co-

mentário geral. Agradeço muito ao Senador Eduardo Braga, pois acho que o comentário dele foi muito interessante, muito pertinente para a questão da adequação do Código Florestal aos vários biomas.

Essa foi uma discussão que nós trouxemos aqui da primeira vez. Nós temos clareza de que o Código vigente, o atual, não trata adequadamente da particularização do Código para os biomas e, certamente, o substitutivo, o PLC 30 também não.

A adequação para cada bioma – e ela é necessária – logicamente depende de um tempo muito maior do que esse que estamos discutindo, de dois ou três anos, porque você vai ter que estabelecer uma ação diferenciada para cada bioma, uma ação diferenciada para cada um dos ecossistemas dentro do bioma, o que foi muito bem comentado.

Um dado científico que é muito interessante e que nos levou a ter a tranquilidade nesse momento de não reforçar a importância de trabalhar com bioma é o de que, quando nós trabalhamos com cobertura florestal da paisagem agrícola – e vários trabalhos mostram isso –, o número de 30% de cobertura florestal para as formações – isso são dados da Mata Atlântica – e de 50% a 60% para a Amazônia – esses dois dados existem – são efetivamente os números mínimos, a partir dos quais há uma grande queda da biodiversidade remanescente, há uma grande perda de espécies.

Então, é muito interessante: se nós pensarmos em 30% para a Mata Atlântica, que é exatamente o limiar, se você falar em 20% de reserva legal e mais algo em torno de 8% a 10% de área de preservação permanente, é exatamente o número de cobertura florestal que você tem. E é exatamente esse número. Quer dizer: para todas as formações florestais do bioma Mata Atlântica, esse número, o cumprimento do Código atual, estaria muito adequado. E, para a Amazônia, essa discussão entre os 50% e os 80%, também atende aos dados científicos, em função do que se conhece hoje, que seriam coberturas adequadas já que são áreas de menor aptidão agrícola.

Então, nessa questão, o que nós consideramos? Isso que foi muito bem comentado pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Eu acho que o Senado e a Câmara têm de ter essa responsabilidade de um aperfeiçoamento pós-Código, exatamente para continuarmos tendo tempo para fazer essas adequações que sejam necessárias e, logicamente, votar agora, desde que não comprometam essas adequações no futuro. Essa é uma questão que tem de ficar muito clara, ou seja, votar um código numa situação mais ampla que nos permita, no futuro, adequar para cada um dos biomas.

Uma das questões que foi colocada pelo Senador Eduardo Braga e também pelos Senadores Luiz Hen-

rique e Blairo Maggi, a da compensação da reserva legal em outro bioma, é uma questão para a qual eu gostaria que vocês estivessem muito atentos, porque, se nós abrirmos a questão da compensação da reserva legal, como está sendo proposto, tirando dos quatro módulos e tirando a compensação no bioma, ficou muito claro, nos dados, que o nosso déficit de reserva legal de 45 milhões cai para 13 milhões – e esses 13 milhões na Amazônia. Todos os outros biomas não têm mais déficit de reserva legal. Com isso, nós acabamos com o mercado da compensação, acabamos com tudo isso que foi comentado, que o Senador Eduardo Braga comentou, que o Senador Rodrigo Rollemberg comentou: se não houver demanda, logicamente não há compensação.

O pequeno agricultor vai ter apoio de ganhar aqueles R\$800,00/hectare/ano, fazendo restauração, se ele for induzido para essa compensação. Se não houver o mercado da compensação, nós vamos continuar com a pecuária rendendo R\$200,00/hectare/ano.

Então, esse mercado da compensação é um mercado interessantíssimo, inclusive do ponto de vista da distribuição de renda, que pode ser valorizado. E por isso nós abrimos essa perspectiva: você faz isso na microbacia... Tem na microbacia? Tem". O que você considera nessa compensação na bacia ou na microbacia? Tem fragmentos de floresta para compensar? Não; não tem. Tem áreas de baixa aptidão agrícola para compensar? (E para isso temos vários mecanismos para apontar essas áreas.) Tem. Então, a compensação é nessas áreas de baixa aptidão agrícola, distribuindo renda inclusive. Não, não tem isso. Abre para o bioma.

Por que eu nem discuto a questão de outro bioma? Porque não vai ser necessário isso. Esse mercado não chegará a esse outro bioma, a não ser que se quera facilitar mesmo, porque, assim, acaba-se com o mercado de uma vez. É lógico que, se eu sou usineiro em São Paulo ou em Pernambuco, vou compensar em uma área da Amazônia e, logicamente, não vou precisar compensar, porque não foi criado nenhum mercado de compensação.

Então, chamo atenção para isto: nós estamos em um belíssimo momento para estabelecer uma política agrícola e uma política ambiental, e o mercado da compensação da reserva legal é um excelente mecanismo para tanto, inclusive para distribuição de renda. Por isso não consideramos a possibilidade de um outro bioma.

Quanto à questão colocada pelo Senador Blairo relativa ao custo tanto da restauração da reserva legal como de custo de restauração da APP, isso precisa ficar muito claro. Precisamos quebrar esse paradigma definitivamente. Tem havido, inclusive no Senado, alguns

números absurdos. Falou-se em três, quatro PIBs brasileiros para a adequação ambiental. Isso não existe. Se tivéssemos de plantar 100% das nossas APPs e 100% das nossas reservas legais, o Brasil teria, pelo menos, cinco ou dez vezes mais tempo de ocupação do que tem.

Então, felizmente – talvez até pelo Código de 1965 -, temos, em nossas áreas naturais, uma grande resiliência e muitas delas vão se recuperar só pelo seu isolamento. Foi comentado aqui, por pessoas que tiveram várias experiências - isso é real -, que, se pararmos de usar as APPs, pararmos de usar as áreas de baixa aptidão agrícola, para compensação da reserva legal, essas áreas, na maioria das vezes, vão se restaurar. Talvez com uma qualidade menor do que a que gostaríamos, mas a qualidade é estabelecida em um programa estadual, em um programa federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Professor, permita-me um aparte. Parece-me que, inclusive, já há uma resolução do Conama que reconhece o tratamento para regeneração como...

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – O termo real para isso, o termo é técnico, é “restauração passiva”. Por favor, lembrem-se desse termo. “Restauração passiva” é parar de perturbar a área para deixar que ela se regenere naturalmente. Quanto a enriquecer essa área no futuro, isso depende de conhecimento científico, de mudas. Só que estamos falando em plantar 1.800 mudas por hectare. Para plantar 50, 100 mudas por hectare, certamente, o custo é muito inferior, se a proposta for conservação da biodiversidade ou se a proposta for aproveitamento econômico. Podemos, inclusive, criar capoeiras e, no futuro, enriquecê-las dentro da perspectiva de aproveitamento econômico, como foi comentado, como estamos fazendo em Paragominas, no Pará.

Então, a perspectiva do custo da restauração precisa ser muito mais claramente discutida. Falo isso por quê? Não falo à toa. Acabou de acontecer, no México, o Congresso Mundial de Restauração Ecológica. Ele aconteceu em Mérida, há um mês. Eram mil participantes, as maiores autoridades do mundo. Havia 150 brasileiros. A comissão do Brasil foi reconhecida com a de melhor tecnologia de restauração do mundo.

Temos a melhor tecnologia de restauração do mundo porque temos o Código Florestal atuando desde 1965. Os países que não têm código florestal estão desesperados para aprender a fazer restauração, inclusive com o Brasil.

Esse é um aspecto para o qual peço pelo amor de Deus que não deixem de usar esses números de custo de restauração para impedir o cumprimento do Código Florestal. Isso realmente é ruim.

Dentro das colocações do Senador Jorge Viana – que foram muito interessantes - gostaria de ressaltar uma delas. Esta Casa sempre recebeu a ciência com muito carinho. Eu agradeço, em nome da SBPC e da ABC, o carinho com que fomos recebidos aqui em todas as comissões e também a oportunidade que nos tem sido dada.

V. Ex^a comentou uma questão muito forte quanto ao desconhecimento. Falar que a ciência hoje tem resposta para tudo é mentira, não é verdade. Mas temos vários caminhos para chegar a essa resposta. Inclusive caminhos que podem ser financiados.

Quanto à restauração, o Senador Blairo citou um fato interessantíssimo. Muito recentemente, em função dessa resolução de São Paulo, em função desses custos de restauração de São Paulo, alguns técnicos de São Paulo foram contratados pela empresa que trabalha dentro da reserva indígena, o ISA.

Hoje o ISA desenvolve uma metodologia de restauração de mata ciliar, que o senhor de conhecer, com plantio de sementes de nativas em plantadeira de soja. Colocam sementes dentro da plantadeira de soja e saem plantando sementes de nativas como se estivessem plantando soja.

Isso está mais do que divulgado. Há vários vídeos sobre isso. Vale a pena conhecer para mostrar os avanços que estamos fazendo em restauração e, logicamente, com redução de custos.

Então, essa questão que é colocada é real, assim como temos a questão da tecnificação na Amazônia. Há desconhecimento da tecnificação da pecuária na Amazônia, mas certamente temos de avançar nesse conceito.

A questão colocada do desconhecimento... O que não podemos é ter uma política agrícola sustentando esse desconhecimento e colocando assentados na fronteira agrícola exatamente na região onde não temos conhecimento. Se o assentado na Amazônia der certo é porque ele é um herói, porque tem tudo para não dar certo.

Essa é a perspectiva. Esse cara é irregular ambientalmente? Quem disser isso é um louco. Concorro plenamente. O proprietário rural não é o culpado de nossa irregularidade ambiental; a nossa irregularidade ambiental é falta de política agrícola e falta de cumprimento da política ambiental. O proprietário é só fruto de tudo isso. Então, logicamente, não podemos colocar o proprietário rural. Isto eu gostaria de deixar muito claro na posição da SBPC e ABC: ninguém na SBPC e na ABC propõe – uma colocação feita pelo Senador Jorge Viana – que nós restauremos com florestas nativas áreas altamente produtivas ou de alta aptidão agrícola. Ninguém propõe isso. A nossa pro-

posta é muito clara: restaurar as APPs, as áreas de preservação permanente pelos papéis ecossistêmicos que ela tem, conservar as florestas que sobraram na paisagem agrícola, interligar essas duas coisas – você está falando de interligar com corredores ecológicos, a reserva legal que está fora da APP com a APP, o que a gente chama de corredor ecológico –, e se isso não chegar ao número do cumprimento, vem a proposta da compensação. Então compensação nessas áreas de menor aptidão agrícola.

Essa é uma questão muito clara para a gente. Essa compensação exatamente feita dentro dos moldes de que estamos falando.

A questão de custo. Tem custo? Essa compensação é para aproveitamento econômico? Então, quem estiver fazendo a compensação vai pagar parte desse custo porque vai fazer o aproveitamento econômico.

Essa equação hoje está praticamente resolvida. Se a agente pensar no custo da restauração e pensar nesses mecanismos de pagamento de serviços ambientais, nós vamos precisar de financiamento, como foi comentado, na verdade, para pequeno e médio agricultor, porque os grandes já estão se equacionando nessa perspectiva.

Essa é uma questão que devemos discutir muito fortemente. Estamos falando aqui de um recurso financeiro e técnico para pequeno e médio agricultor. Estamos falando de um recurso técnico para grandes produtores, porque esses se não resolveram o problema foi porque não tiveram acesso ao conhecimento para resolvê-lo, porque a grande maioria já está resolvendo através de programas de consultoria como acontece..

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – E os grandes estão sendo empurrados pelo mercado. O mercado está fazendo com que ele faça isso.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Exatamente. O mercado de certificação está fazendo isso. Nós temos de equacionar, na verdade, a sustentação para o pequeno, dentro da perspectiva de dar aproveitamento econômico a essas áreas, lógico que isso é financiado porque são todas sustentáveis economicamente, como mostrei para restauração de pasto, ou seja, se tivermos um financiamento do BNDES para restauração de reserva legal dentro de uma perspectiva de quinze a vinte anos de carência com trinta anos para pagar, isso é tranquilamente pagável. É uma equação econômica que fecha tranquilamente. Acho que isso é mais interessante do que, por exemplo, financiar estrada para Evo Morales.

Essa é uma perspectiva que eu acho bastante interessante de uma política.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cancelaram ontem. (Risos.)

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Dentro disso acho que essa equação está muito tranquila. Não tenho essa preocupação. Acho que o Senador Blairo colocou muito bem. Acho que nós não devemos nos firmar nessa questão da discussão do Código Florestal pela questão de custo. Eu acho que isso... Se nós adotarmos, se o Código Florestal adotar que todas as áreas de APPs vão ser abandonadas a partir de amanhã e que todas as áreas de baixa aptidão agrícola vão ser abandonadas a partir de amanhã, certamente, daqui a 10 anos, o mundo vai agradecer a vocês por esse serviço.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Professor, V. S^a me permite?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Essa é uma questão que... Só retornando: as áreas, efetivamente, onde é preciso plantio de mudas são as áreas que foram extremamente degradadas. Nós estamos falando de situações muito específicas na Mata Atlântica, situações muito específicas em alguns ambientes, mas nessas, efetivamente, nós temos de aplicar o conhecimento que existe ou gerar novos conhecimentos que ainda não existem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para fazer um registro: o senhor deve ter acompanhado o programa MT Legal, não é? Com toda certeza, conhece-o de perto e, talvez, por dentro, não é?

O programa MT Legal, que foi desenvolvido no Mato Grosso, prevê, e já foi feito, que todos os produtores de soja, de pecuária e os de cana, que não é muita coisa o que temos no Estado, enfim, as atividades agrícolas... Os produtores assinaram com o Governo – na época, eu era o Governador – um termo pelo qual todas essas áreas seriam abandonadas, quer dizer, deixariam de lado, e já foram demarcadas e deixadas de lado.

Então, o processo já vem acontecendo na regeneração de quem entrou para o programa MT Legal, que é, basicamente, o programa que a gente está discutindo aqui, de recuperação através desse Código.

Então, nós temos um exemplo.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Esse programa MT Legal surgiu em quatro cursos. Nós fizemos esse laboratório, como a Senadora Ana Amélia citou, com o pessoal da Sema no Mato Grosso. Na verdade, o programa saiu como um dos produtos desse curso e foi muito interessante, porque é isto que o senhor falou: aqueles que já adotaram já têm quase a regularização de sua posse.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente, já estão dentro do sistema de regularização.

Então, só dar como exemplo, eu acho que se a Comissão, alguns membros da Comissão tivessem

interesse ou se têm interesse em conhecer como isso funciona na prática, nós poderemos levá-los a Mato Grosso. Tem “n” propriedades que já têm o registro, já têm o seu certificado de regularização, estão em processo de regularidade, e dá para se conhecer como será no futuro. Nós temos, há praticamente três anos ou quatro anos, funcionando isso no Mato Grosso.

Agora, eu queria, se o senhor pudesse me dar uma ideia... Eu tenho defendido muito, na questão das APPs, que nós não mexamos com os pequenos produtores, que estão na sua agricultura familiar, enfim, que estão, ali, radicados há muito anos, na questão das APPs.

Eu acho que a gente está discutindo o Código Florestal, está discutindo a questão do meio ambiente e me parece, e eu disse isso na última reunião que nós tivemos, que nós estamos esquecendo um pouco o homem. Simplesmente chegar, hoje, e tirar todo mundo de lá – “Está errado, vai embora” – é criar um problema social muito maior que o problema ambiental.

Então, eu gostaria de entender um pouquinho o que a universidade, o que vocês pensam disso.

Eu defendo a ideia de que nós podemos deixá-los lá até os quatro módulos, ou qual for o número que a gente buscar, e, a partir disso, criar um programa com mecanismos financeiros ou fiscais para que, com o tempo, eles possam sair voluntariamente. Se eles não quiserem sair, que fiquem lá. Nós temos gente morando nas beiras dos rios, lá em Cuiabá – e, certamente, lá no Acre e em tantos outros lugares –, há 200 anos, 300 anos. E como é que a gente vai lá e tira esse cidadão, hoje, de lá?

Quer dizer, nós não podemos, simplesmente, em nome do meio ambiente, da questão ambiental, esquecer o homem, porque acho que em primeiro lugar, em tudo isso, está o homem. E nós estamos falando de agricultores, de ribeirinhos, de pessoas simples que não têm outro caminho a não ser ficar ali.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Concorro plenamente, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes, porque, aí, você poderia fazer uma fala final, eu tinha pedido também, e acho que vocês, nessa quantidade de solicitações, um comentário sobre a importância de fazermos, claramente, uma separação entre a produção familiar ou a pequena propriedade no trato das questões, principalmente vinculadas a passivo. Eu não estou falando de novo regramento – a exigência, daqui para frente, é uma coisa –, mas a situação que nós temos de passivo.

A última é em relação à separação, no próprio texto da lei: tratamento de disposições transitórias para tratar do passivo e das permanentes, para que a gente

possa ter duas coisas: uma lei que esteja de fato valendo e não contaminada para trazer novos danos ao meio ambiente, como nós tivemos até aqui e também encontrar uma solução para que o meio ambiente comece a ganhar o que perdeu no passado. Esse é um comentário importante.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Sim, eu achei – se eu entendi bem essa colocação das transitórias e das permanentes – a ideia excelente porque, efetivamente, são duas questões. Uma história de política agrícola mal feita, uma história de falta de cumprimento de política ambiental, é a realidade do Brasil.

Então, hoje, qualquer propriedade na Amazônia que for aberta hoje vai ser aberta irregularmente. Por desconhecimento? Lógico que não. O Código Florestal está aí, está sendo discutido, está na mídia. Se abriremos hoje uma propriedade vai ser por quê? Porque a política de financiamento de abertura até hoje, pelo BNDES, inclusive, é com fogo. E não tem como fazer planejamento agrícola nem ambiental com fogo na abertura. Você não tem como falar: “Para na mata ciliar ali 30 metros, pula 60 e não tem”. Então, áreas de baixa aptidão agrícola já são degradadas nessa perspectiva. Quer dizer, resolver esse passivo – acho interessante isso – é permanente para que nós tenhamos políticas para que as novas propriedades não sejam abertas de novo com irregularidade, gerando mais passivo no futuro. Então, isso é um exemplo típico do Xingu. O Xingu é um exemplo típico. Certamente, a abertura do Xingu nesses últimos 10 anos, se fosse pensada hoje com a certificação, com a questão das demandas de mercado, certamente seria diferente. Nós estamos hoje investindo na recuperação do Xingu o que a gente desmatou nos últimos 5 anos. Com certeza, não tem recurso no mundo que vá acabar com isso. Cinco anos depois você tem que recuperar o que você desmatou cinco anos atrás, nós vamos ficar nesse ciclo o resto da vida.

Então, isso eu acho interessantíssimo resolver, porque aí resolve o passivo e não deixa criar novos passivos dentro das permanentes. Acho a ideia maravilhosa e, certamente, vai dar um grande diferencial nessa proposta do Código Florestal.

Quanto à questão da agricultura familiar, que foi comentada, já há dados para isso. Há vários dados para isso e esse foi, inclusive, um dos nossos diferenciais de apresentação no México.

O que nós não podemos deixar acontecer e que está acontecendo é um pequeno agricultor como esse, da agricultura familiar, estar com pecuária ou estar produzindo cana. Se vocês forem hoje na Associação de Produtores de Cana de Pernambuco, 90% da Associação de Produtores de Cana de Pernambuco – e

estou falando de 12 mil associados – são pequenos agricultores de assentamento rural, assentados. Assentado produzir cana? Isso não é econômico nunca. O cara tem um rendimento de R\$300, R\$200 por hectare, que não é econômico nunca. Por quê? Porque ele não tem outra alternativa. Ou ele produz cana ou ele morre de fome. Então, se a gente conseguir, numa política de diferenciar a produção desse agricultor como, por exemplo, sistemas agroflorestais na APP, que já é possível, inclusive, no Código Florestal atual, através de uma resolução Conama, você vai dar o diferencial para aquele pequeno agricultor parar de produzir milho, parar de produzir... Isso, logicamente ele vai precisar de recursos para isso, ou de uma política para isso. Nós precisamos ter uma política agrícola e ambiental para isso.

Então, o pequeno agricultor pode certamente ocupar as áreas de preservação permanente com sistemas agroflorestais, trazendo a diversificação da produção. Não podemos deixar o pequeno agricultor produzindo milho, competindo com o grande produtor ou produzindo cana, competindo com usina de cana, ou produzindo pecuária em 10 hectares, o que, certamente, não dá nenhum retorno econômico.

Então, isso de novo não é problema ambiental, é problema de política agrícola. Então, certamente os pequenos agricultores – e foi isso que a gente comentou na SBPC e na ABC – os pequenos proprietários... E aqui, se tem que haver uma modificação da lei sobre agricultura familiar, talvez tenha que ter, mas a nossa tendência é de usar a Lei de Agricultura Familiar, a definição de agricultura familiar para diferenciar esses pequenos agricultores, que são esses que efetivamente dependem da propriedade. Porque, senão, vamos diferenciar um chacareiro em São Paulo, um médico em São Paulo que tem chácara em outros lugares.

Então, essa é uma questão que nós precisamos conseguir diferenciar. Mas esse, certamente, tem que ter um diferencial, não de política ambiental, mas de política agrícola e ambiental.

Essa é a proposta da SBPC.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Professor Ricardo, o senhor falou: “Nós estamos fazendo um trabalho de reposição em Paragominas”. Quando o senhor fala “nós”, é a Esalq, qual entidade?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Na verdade, é um projeto que vale a pena ser conhecido por vocês, tal como esse da Tanguro, que também vale a pena. É um projeto da Prefeitura Municipal de Paragominas, juntamente com o Sindicato Rural de Paragominas. Seria muito interessante vocês trazerem aqui o Prefeito Adnan e o Presidente do Sindicato, que é o Mauro Lúcio. São os dois da terra. O Mauro Lúcio é

um produtor de pecuária de altíssima tecnologia, que viu a pecuária se acabar no Município. Eles propuseram o que se chama “pecuária verde” no Município, um programa que tem apoio da TNC, do Fundovale, do meu laboratório, na área ambiental, e do laboratório do Professor Moacyr Corsi, na área agrícola. Então, é um projeto institucional tocado pela Prefeitura e pelo Sindicato Rural.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com apoio técnico do laboratório que V. S^a preside.

Pedindo licença ao nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, nesta reunião que está se aproximando do encerramento, agradeço a presença dos empresários que são líderes, Vice-Presidente da Fecomércio, do Rio Grande do Sul, o Itamar, o Néelson, o Ibrahim e também o Charles, que é da Assessoria Parlamentar. Apenas quero mostrar a eles o que é o dilema de todos os Senadores desta Casa. Aqui está se debatendo o Código Florestal, que é um tema vital não só para o Rio Grande. Os Presidentes das Comissões, Senador Rodrigo Rollemberg, do Meio Ambiente; Senador Eduardo Braga, da Ciência e Tecnologia; Senador Luiz Henrique, Blairo Maggi, Jorge Viana, Paulo Davim e todos que estiveram aqui, o dilema é que, aqui do lado, a Comissão de Assuntos Econômicos discute a Lei Geral do Simples, que é um tema crucial também para os empreendedores. Então, ficamos divididos, na escolha de Sofia entre a questão ambiental, que é crucial, e a questão do interesse dos empreendedores.

Cito a presença de vocês aqui para verem um pouco o drama que vivemos nesta Casa com o acúmulo de trabalho, não podendo atender a todos como gostaríamos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E também a mobilização pela emenda nº 29 em frente ao Palácio, não é?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É outra coisa a que me comprometi estar presente. Obrigada, Senador Paulo Davim, médico, comprometido com as questões de saúde. Muito obrigada. Presidente Rodrigo Rollemberg por essa concessão desse aparte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Cumprimento V. Ex^a.

Agradeço, de forma muito especial, aos convidados, ao Dr. Elíbio, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências, Professor Doutor Ricardo, representando a ESALQ. Tivemos mais um debate de altíssimo nível e de contribuições importantíssimas aos nossos Relatores na proposta que vão encaminhar às diversas comissões temáticas em que o Código ainda vai tramitar: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Agricultura e, finalmente, a Comissão

de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Muito obrigado pela presença de V. S^{as}.

Antes de encerrar a reunião, quero colocar em apreciação a ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a ata conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Agricultura e Ciência e Tecnologia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EM CONJUNTO COM A 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 13 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **ANA AMÉLIA, RODRIGO ROLLEMBERG e EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANA AMÉLIA, ANTONIO CARLOS VALADARES, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, WALDEMIR MOKA e WILSON SANTIAGO**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. Passa-se à **PAUTA. PRIMEIRA PARTE: DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO: ITEM ÚNICO: - Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CRA, REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCT. ASSUNTO: Requerem, nos termos regimentais, a realização de**

Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia e Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP). **Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga.** Colocado em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam o requerimento. **SEGUNDA PARTE: Audiência Pública conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nºs 62, de 2011-CRA; 98, de 2011- CMA; e 52, de 2011-CCT e**, aprovados em 27 de setembro do corrente, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)**, com a presença dos seguintes convidados: **Elíbio Leopoldo Rech Filho**, Membro da Academia Brasileira de Ciências - **ABC**; e **Ricardo Ribeiro Rodrigues**, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - **ESALQ-USP**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **RODRIGO ROLLEMBERG, ANA AMÉLIA, EDUARDO BRAGA, MOZARILDO CAVALCANTI, LUIZ HENRIQUE, JORGE VIANA, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA e PAULO DAVIM**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **ACIR GURCACZ**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; – Senador **EDUARDO BRAGA**, Presidente

da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A primeira parte da reunião destina-se à apreciação dos seguintes requerimentos:

ITEM ÚNICO

- Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CMA

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCT

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Antes de passar à segunda parte da reunião, quero registrar com prazer, com alegria, que hoje está presidindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a Senadora Ana Amélia, muito presente, muito pontual e muito assídua, em todos os debates que as três Comissões vêm fazendo sobre o Código Florestal.

Neste momento, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg.

De fato, eu lhe agradeço muito as referências. Talvez seja a convivência com os produtores rurais, especialmente no caso dos leiteiros, que acordam muito cedo para a ordenha.

O setor e particularmente o capítulo do Código Florestal têm exigido de todos os Senadores, das Comissões envolvidas diretamente nesse debate, nessa discussão, como é o caso da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o caso da Comissão de Meio Ambiente, presidida por V. Ex^a, e da Comissão de Ciência e Tecnologia, e temos de destacar muito o esforço pessoal de cada um dos Relatores, Senador Luiz Henrique da Silveira e Senador Jorge Viana, estão fazendo.

O relatório foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Muitas emendas foram aprovadas. Houve acordo para o aproveitamento de algumas delas. O destaque é exatamente este: o esforço que os Senadores envolvidos no assunto estão fazendo para que a gente conclua o trabalho e aprove esse projeto antes do início do recesso de 2011. É um compromisso que a Casa tem, particularmente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, que são as mais diretamente envolvidas com essa questão.

Hoje teremos mais uma audiência pública para tratar do assunto, trazendo representante da Academia Brasileira de Ciências e também da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, que tem se notabilizado também por um olhar e uma atenção maior, do ponto de vista da ciência, sobre essas questões não só do desenvolvimento da agropecuária brasileira, mas também, especialmente, da sustentabilidade, que é compatibilizar o crescimento da produção de alimentos com a preservação do meio ambiente, tão importante para o nosso País e para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Cumprimento V. Ex^a na condição de Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Registro a presença dos nossos convidados.

Convido para compor a Mesa o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências. (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP). (*Pausa.*)

É uma alegria poder retomar, como estamos fazendo todas as terças-feiras, neste horário, o debate sobre o Código Florestal. Eu tenho dito, Senadora Ana Amélia, que esse é um tema, além de estratégico para o País, apaixonante. Se pudesse, eu gostaria de dedicar toda essa parte do meu mandato apenas à

discussão do Código Florestal, tal a sua importância e a sua complexidade.

Todavia, entendo, e gosto sempre de ressaltar, Professor Elíbio e Professor Ricardo, que nós estamos conseguindo algo extremamente positivo aqui no Senado, que é debater, discutir esse tema num ambiente de equilíbrio, num ambiente de entendimento e num ambiente de cooperação entre a Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Acir Gurgacz, a Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Eduardo Braga, e a Comissão de Meio Ambiente, presidida por mim. E não poderia ser diferente.

Eu tenho dito que o primeiro grande desafio nosso, no debate sobre o Código, é eliminar uma falsa dicotomia entre o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento da agroenergia brasileira, com a questão ambiental. Eu diria até mais: que é um pressuposto fundamental para o sucesso da nossa agricultura, da nossa pecuária e do crescimento agroenergético do Brasil saber fazê-lo de forma sustentável, e nada melhor do que usar o apoio da ciência e da tecnologia para isso.

Eu e a Senadora Ana Amélia, recorrentemente, usamos dados trazidos a este debate pela Embrapa, que é uma instituição que nos orgulha muito, que mostram que, nos últimos 35 anos, o Brasil cresceu, ampliou a sua área plantada em algo em torno de 48% e, no entanto, aumentou a sua produção em 268%.

Isso mostra que a solução para que possamos aumentar a nossa produção e a nossa produtividade está em investimentos em inovação tecnológica, e é claro que, ao fazer isso, nós reduziremos a pressão sobre novos biomas.

Exatamente por entender a importância da contribuição que a ciência pode dar a esse debate é que, pela terceira vez neste ano, o Senado Federal, através de audiências conjuntas com a Comissão de Agricultura e, agora, também com a Comissão de Ciência e Tecnologia, ouve os representantes da comunidade científica: Professor Elíbio, que já teve oportunidade de estar aqui e de trazer uma grande contribuição a este debate; e Professor Ricardo Rodrigues, que também já esteve aqui, participando deste debate.

A expectativa que temos hoje, com a presença de vocês, é de que possamos começar a avaliar, objetivamente, partes do texto que poderiam trazer, ainda, algum problema, ou partes do texto que mereciam ser aperfeiçoadas dentro dos objetivos de ter um Código Florestal moderno, que dê tranquilidade, dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que aponte para o futuro e que garanta que o Brasil também seja uma grande potência ambiental.

Esse debate tem sido muito proveitoso. Nós tivemos, aqui, o Relator na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, por duas vezes; tivemos a Ministra do Meio Ambiente, numa audiência que durou quase sete horas ininterruptas; tivemos, aqui, os ex-Ministros do Meio Ambiente, com contribuições importantes; os ex-Ministros da Agricultura; uma audiência pública só dedicada aos juristas, em que tivemos a presença do ex-Ministro Nelson Jobim, do Ministro Herman Benjamin, do Professor Paulo Affonso Leme Machado e dos Procuradores, Procurador Mário Guise e Procuradora Estadual Dr^a Cristina; e, na semana passada, uma audiência pública só para discutir pagamento por serviços ambientais e instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Eu quero registrar, Senadora Ana Amélia, que, ontem, num debate promovido pela OAB do Distrito Federal, com a minha presença e com a presença do Senador Jorge Viana e da ex-Ministra Marina Silva, eu pude expressar a minha confiança de que, na construção desse processo gradual, vamos incorporar, gradualmente, em cada Comissão, os aperfeiçoamentos ao texto.

Quero registrar, aqui, a sensibilidade demonstrada pelo Senador Luiz Henrique, que se expressou dessa forma na reunião da Comissão de Constituição e Justiça se comprometendo a fazer determinadas alterações no texto do seu relatório nas comissões de mérito, e a próxima Comissão é a de Ciência e Tecnologia. E quero aqui também expressar a minha confiança em que saberemos aproveitar toda esta mobilização em torno das alterações do Código Florestal Brasileiro para produzir também melhorias pós-Código Florestal.

Numa primeira reunião que fiz na Embrapa, Elíbio, uma imersão que fiz durante um dia inteiro na Embrapa, com pesquisadores da Embrapa Floresta, da Embrapa Meio Ambiente, já naquela ocasião, o Gustavo Curcio alertava e lembrava que o ideal era que pudéssemos estar definindo o tamanho das nossas áreas de preservação permanente de acordo com a declividade do solo, da espessura, da textura do solo, da biodiversidade presente numa mata ciliar, por exemplo. Mas, infelizmente, há muitos anos que o Brasil não faz mapa de solo. E é importante que a área ambiental, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Ciência e Tecnologia garantam recursos, Senador Pedro Taques, para que o Brasil possa voltar a fazer mapa de solos, possa fazer os zoneamentos agrícolas em todo o País, como fez, com muito sucesso, o zoneamento da cana, e possam garantir recursos para instituições como a Embrapa e o Inpe, por exemplo, para realizarem o trabalho que realizaram recentemente, mostrando o que aconte-

ceu, o que resultou das áreas que foram convertidas na Floresta Amazônica, que foram antropizadas, que uso está sendo dado a essas áreas.

Eu, inclusive, me comprometi, na ocasião, a garantir recursos, através de emenda parlamentar, para essas duas instituições para que elas possam realizar esse mesmo trabalho em relação ao bioma cerrado. É muito importante conhecer qual é o uso que está sendo dado às áreas convertidas, saber se esse é o melhor uso e como podemos, através do desenvolvimento científico e tecnológico, melhorar, otimizar a utilização dessas áreas, reduzindo, com isso, a pressão sobre novos biomas.

Agradecendo, mais uma vez a presença de todos, registrando aqui a presença do Senador Pedro Taques, assíduo e pontual frequentador desta Comissão, vamos iniciar ouvindo as palavras do Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho.

V. S^a dispõe de vinte minutos. Se precisar, a Mesa será tolerante, porque queremos muito ouvi-lo.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Rodrigo Rollemberg, Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelo convite, demais Senadores presentes, muito obrigado. Realmente, é um privilégio poder discutir um assunto de tamanha importância.

O Senador Rodrigo Rollemberg colocou com muita propriedade e até mesmo resumiu basicamente o que vou enfatizar na minha apresentação. Isso não só mostra que a Casa tem ouvido os cientistas, porque muitas das colocações feitas têm fundamento tecnológico... Agora, recentemente, eu li, antes de iniciar minha apresentação, que os termos “ruralista” e “ambientalista”, que esperamos, depois da votação do Código, que não ocorram mais, só para que haja discussões produtivas, mas, se as divergências entre os dois segmentos são apenas seis pontos frente ao Código Florestal, tenho absoluta certeza de que chegamos a um consenso. Apenas seis pontos divergentes dentro de um assunto de tamanha diversidade eu posso dizer que é muito pouco. E os pontos divergentes continuam sendo a questão da área, se vai ser de dez, de quinze ou de trinta metros.

O Senador colocou e eu gostaria de enfatizar: a questão do tempo. Sem dúvida – e foi por isso que a comunidade científica pediu mais tempo –, o tempo era exatamente para que sejam efetivados o mapeamento hídrico, o mapeamento do solo e outros mapeamentos, que são distintos para cada região e para cada bioma. Dentro do mesmo bioma, vão exigir números distintos.

Mas eu gostaria de iniciar a minha apresentação e, ao final, talvez nós possamos concluir com o que eu acredito que seja a forma de nós avançarmos nesse segmento tão importante.

O primeiro Código Florestal brasileiro foi de 1934 e o vigente é de 1965. De 1965 até hoje, ocorreram mudanças muito grandes em termos de conhecimentos tecnológicos. Muitos avanços ocorreram no mundo, que, sem dúvida, justificam que, hoje, nós façamos uma reflexão – principalmente sendo o Brasil um dos países de maior biodiversidade do Planeta –, que nós façamos uma revisão desse processo. Eu vou mostrar depois, na minha conclusão, por quê. Nós decidimos fazê-lo, mas isso é uma demanda, e os Senadores sabem muito bem, global.

A intensificação sustentável da produção de alimentos é o maior desafio deste século e não é uma discussão interna do Brasil, mas um consenso global, como eu mencionei.

Vou concluir, primeiramente, mostrando alguns pontos mais específicos que eu acredito que devam ser levados em consideração e vou trabalhar não no aspecto filosófico, mas vejam bem: para que nós possamos estabelecer se são 10, 15 ou 30 metros, nós precisamos ter premissas que justifiquem a mudança do Código, que justifiquem o novo Código.

Elas certamente existem e eu mencionei algumas agora, mas é importante que nós tenhamos, em nosso País, um arcabouço que viabilize a legislação que está sendo criada, porque, nesse cenário, nenhuma lei vai conseguir, a contento, efetivar a operacionalização desse processo.

Nós precisamos, sim, que exista um certo pacto e um profundo entendimento das premissas de por que esse código está sendo mudado, e eu acredito que isso está acontecendo. Está, sim, se chegando a um consenso, uma vez que vejo seis pontos de divergência, que são poucos pontos se você considerar a complexidade de toda essa questão.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Eu vou ler algumas partes, só para enfatizar o que nós pensamos, como eu mencionei, em relação a premissas.

A pesquisa agropecuária brasileira, juntamente com a atividade empreendedora do País, fez com que o Brasil ocupasse um dos primeiros lugares em exportação de alimentos, não só de soja, mas com um grande rebanho e, também, sendo um grande produtor mundial de biocombustível, de uma forma economicamente viável.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

O contraponto desse sucesso econômico da agricultura tropical se manifesta no aumento das pressões sobre o meio ambiente – isso é um fato –, com o agravamento de processos erosivos, perda de biodiversidade, contaminação ambiental, desequilíbrios sociais

devidos a outros fatores, também, notadamente onde a tecnologia ainda não chegou.

Eu enfatizo o ponto da tecnologia e os senhores vão poder entender mais à frente.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Para que nós possamos consolidar e perenizar essa agricultura tropical que foi desenvolvida ao longo dos, provavelmente, 30, 40 últimos anos. Torna-se indispensável aplicar inovações científicas e tecnológicas na sua otimização e lucrativa harmonização com o meio ambiente.

Próximo.

Defende-se, então, a implantação de políticas efetivas voltadas a garantir a todos os produtores, notadamente os menos tecnificados, que venham a se integrar efetivamente aos sistemas produtivos e tecnologicamente sustentáveis. Vou falar um pouco mais sobre esse ponto e enfatizar mais ainda o final, pois, para mim, esse é o ponto fundamental.

Existem algumas questões que falam que o pequeno produtor que vive daquela área não pode ter reserva legal, porque senão não terá o sustento para sua família. Veja bem, a proposta desse Código vai muito além de imaginarmos que queremos manter o pequeno agricultor em uma agricultura de subsistência, onde ele, necessariamente, precise de toda aquela área. Tenho, inclusive, uma proposta muito simples. Dê a ele condições mínimas de acesso a terra, de acesso, muitas vezes, a um arado, de acesso a uma boa semente, adubo é água, e ele pode produzir três ou quatro vezes o que estaria produzindo atualmente e poderia ter uma reserva. Os senhores entendem? A questão é dinâmica, não possui um ponto completamente estático, onde temos que compor e fornecer ao que existe hoje, para que seja mantido como existe hoje. Não. O que queremos é que o pequeno produtor, com a pujança enorme que tem – e vou mostrar os dados mais uma vez, já mostrei anteriormente, mas não canso de mostrar esses dados do censo agropecuário, porque são fundamentais e a mola mestra do novo Código Florestal, para que ele possa ser operativo.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Vou explicar melhor nos *slides* mais adiante.

Existem necessidades de medidas urgentes para reverter o estágio atual de degradação ambiental. Para estancar e reverter esse quadro, foram criadas as APPs e reservas legais, e devem ser consideradas como parte fundamental no uso agrícola conservacionista da propriedade.

A percepção dessas estruturas como oportunidade deve ser acompanhada de políticas de Estado de apoio ao agricultor, necessárias para que o processo de averbação, por exemplo, se torne simples e sem

burocracia. Isso parece um ponto pequeno, mas, para o pequeno agricultor, é extremamente relevante. Ou seja, do ponto de vista operacional, podemos dizer que existe a possibilidade, mas, fazer isso no dia a dia, para o pequeno agricultor é muito difícil. Então – poderia ter mencionado isso no início –, uma palavra que acredito que devemos ter em mente quando pensamos em política pública e quando pensamos em todas essas ações... É porque os senhores podem dizer que tudo o que estou falando, já existem mecanismos que viabilizem, de uma forma ou de outra, a execução. Isso é verdade. Mas o desafio é a intensificação operacional desses processos, é que estamos lentos perante a demanda de agilidade que o mundo requer hoje.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

O que devemos fazer? Estruturar os órgãos responsáveis e promover o treinamento e capacitação de técnicos para que possam apoiar, de forma efetiva, a sua regularização. Isso é um ponto importante que devemos considerar na lei. Aproveitar os espaços locais e regionais, para divulgar, esclarecer e captar apoio aos esforços de regularização. Isso é um fato muito importante e uma demanda urgente.

O próximo, por favor.

Utilizar o mapeamento de recursos hídricos – foi mencionado aqui na introdução do Senador Rodrigo Rollemberg –, em conformidade com a demanda por água, respeitando, assim, seu valor social.

Identificar matriz produtiva nos Municípios que integrem ações em rede de colaboração. Isso será fundamental, do ponto de vista operacional.

Incentivar, também, a pesquisa de espécies nativas e financiar a criação massiva de viveiros em diferentes regiões do nosso País.

O próximo.

No aspecto econômico, devemos estudar mecanismos para agregar às cadeias produtivas valores que identifiquem os esforços dos produtores na conservação. Por exemplo, selo do produto da Mata Atlântica. É uma ação, uma atividade e uma iniciativa bastante importante.

Estimular e premiar a demanda espontânea de proprietários que têm interesse em regularizar suas reservas legais e APPs.

Minimizar os custos de georreferenciamento, que são extremamente elevados para os pequenos produtores. Isso deve ser, necessariamente, reduzido, e deve ser feito a partir da articulação de órgãos responsáveis pela regularização fundiária, visando potencializar o esforço de regulamentação das RLs e das APPs.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Devemos adequar linhas de crédito ao zoneamento proposto e às necessidades identificadas, pos-

sibilitando, assim, agregar benefícios, como prazos e taxas diferenciadas, aos projetos de financiamento que contemplem a implantação das reservas legais e, eventualmente, corredores ecológicos.

O próximo, por favor.

Quanto à tributação, cobrar das autoridades, a partir das articulações políticas necessárias, a implantação de incentivos econômicos, mais uma vez para regularização das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, principalmente entre os pequenos produtores, aproveitando experiências de alguns Estados com o ICMS ecológico, por exemplo.

O próximo, por favor.

Foram estimadas em aproximadamente 60 milhões de hectares as terras degradadas por uso inadequado, que devem e podem ser recuperadas e utilizadas na produção agrícola. Isso é um fato muito importante que devemos considerar fortemente, como Estado. Nesse sentido, destaca-se a recente iniciativa governamental, por meio do Programa Agricultura de Baixo Carbono. Como mencionei, a palavra é intensificar os nossos processos já existentes, colocá-los juntos, entender como permeiam e interagem uns com os outros e intensificar a produção, porque – enfatizo mais uma vez – temos vigentes em nosso País mecanismos para as diferentes demandas do funcionamento efetivo e integrado de um Código Florestal que vêm ao encontro da utilização racional da biodiversidade e intensificação da produção agrícola. Isso existe, já implantado pela Casa, em nosso País.

Próximo, por favor.

Código Florestal e a intensificação sustentável da produção de alimentos. Todos esses pontos que mencionei, como cientista não posso deixar de colocar por que e quais as premissas que sustentam essa questão, pois penso que isso é o mais importante. Ela não é emocional, é puramente tecnológica e baseada no conhecimento.

Próximo, por favor.

Como disse ao início, existe uma demanda global para intensificação da produção de alimentos e redução da emissão de CO₂ na atmosfera. Então, a revisão do nosso Código Florestal é muito oportuna e muito atual frente a essa demanda. E, como costumei dizer, temos que ver o Código Florestal como uma oportunidade para o Brasil sair na frente e dar um exemplo ao mundo de produção sustentável de alimentos. Estamos com essa oportunidade nas mãos e acho que não devemos perdê-la. Devemos aproveitá-la em benefício da nossa Nação.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Como eu disse, quando falo em segurança alimentar, que é um dos principais desafios deste século, isso

foi produto de um estudo global realizado em 2009, de que o Brasil participou. Praticamente todos os países envolvidos e relacionados à produção agrícola estiveram presentes nesse estudo. O consenso é que nós precisamos fazer isso e que esse é o principal desafio.

Próximo, por favor. Mais uma vez. Mais outra. E mais uma.

São as principais regiões do mundo responsáveis pela produção de alimentos para 2050, e o Brasil está entre essas regiões. Como eu disse, nós temos a oportunidade de mostrar ao mundo um exemplo de agricultura mais sustentável do que nós temos realizado no mundo até hoje.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

O que fundamenta essa afirmação e por que é tão importante a intensificação da produção de alimentos no nosso País? Esse gráfico da Fundação Getúlio Vargas mostra muito bem que nós hoje exportamos 0,8% de produtos manufaturados. Em 2030 nós vamos estar com índice 0,9%. Isso é muito claro e nos indica que, pelo menos nos próximos 30 anos, a principal fonte de riqueza do nosso País vai ser a produção agrícola, a produção de matéria-prima vinda do setor agropecuário.

Próximo, por favor.

E o que sustenta essa produção? Nesse ponto, eu gostaria que prestássemos bastante atenção nos números e na pujança desse segmento. Nós temos uma estrutura da produção agropecuária, no Brasil, que nós podemos dizer que tem uma função social – muitos deles enquadráveis no Pronaf – e que engloba aproximadamente três milhões de estabelecimentos, o que corresponde a 64% do número total e tem um valor bruto da produção nacional de 22% aproximadamente.

Próximos.

Desses três milhões, aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos produzem 6% do valor bruto da produção, o maior número do Pronaf, aproximadamente 500 mil, 14%, que são os mais eficientes.

Próximo.

E trezentos e vinte e cinco mil assentados da reforma agrária produzem 1,4%. Quer dizer, esse modelo não demonstra sucesso. Ou seja, esse é um modelo que temos perseguido ao longo das últimas décadas. Ele não funciona. Não funciona por quê? Porque você não pode dar terra para quem não tem aptidão para trabalhar a terra. Você dá terra para quem tem aptidão. E também não adianta você dar terra se não existir todo o arcabouço de sustentação de produção sustentável da terra.

Então é uma comprovação de que esse modelo atual não obteve sucesso. Agora, existem outros modelos.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Mostra a estrutura da produção agropecuária do Brasil que tem uma função econômica e social, esses não enquadráveis no Pronaf – 1,5 milhão, apenas 30% do número total dos estabelecimentos. E têm 76%, aproximadamente, do valor bruto da produção, sendo aproximadamente 1,2 milhão de estabelecimentos com 26%. São pequenos agricultores com até quatro módulos fiscais. Você tem aproximadamente 240 mil que produzem 15% do valor bruto da produção, entre 4% e 15%.

Próximo, por favor.

E 91 mil estabelecimentos que produzem 33%.

Então, veja bem, se nós analisarmos os números anteriores, veremos que demonstram a pujança que esse segmento tem em nosso País. O simples em muitas regiões, a simples disponibilidade de água em um arado já poderia mudar esse cenário de uma forma muito grande para o Brasil; simplesmente utilizando-se as mesmas áreas, sem qualquer expansão de área. Com o acesso à tecnologia e com um arcabouço que fundamente e viabilize a intensificação da produção pelo segmento anterior, você já pode mudar o cenário da agricultura nacional.

Próximo, por favor. (Pausa.)

E a biodiversidade, o que ela tem a ver com isso? Tudo, porque é a nossa biodiversidade e os ecossistemas, os recursos biológicos e os benefícios sociais que sustentam a estrutura agropecuária nacional. Então, é muito claro. Por que sustenta? Basicamente porque são os ecossistemas que protegem os nossos recursos aquíferos. Sem eles você não pode produzir alimentos.

Então, na ciência, nós não conseguimos ver qualquer dicotomia e qualquer antagonismo existente entre biodiversidade, ou conservação, ou uso sustentável de intensificação da produção agrícola. Isso é completamente harmônico. Desarmônico é eles não estarem em harmonia, mas eles são complementares.

Próximo, por favor.

E o que é a agricultura do futuro? Basicamente, a fusão operacional de diferentes tecnologias, que são tecnologias desenvolvidas ao longo das últimas décadas com tecnologias de fronteira. Vai do uso de organismos geneticamente modificados até a biologia sintética. Vou dar um exemplo de que o Estado já está atuando nesse segmento.

Ouvi, recentemente, uma entrevista em que disseram: “O agricultor pequeno não precisa de muita tecnologia, não. Nós precisamos só de dar semente para ele”.

Vocês imaginam quanta tecnologia tem dentro de um grão de soja? Quanto de recurso investido pelo Estado, ao longo das últimas décadas, para se produzir uma soja com tanta tecnologia?

O pequeno agricultor, ao receber essa semente, ele está recebendo décadas de pesquisa e muito recurso do Estado. Então, ele está recebendo tecnologia, mas ele precisa de mais. Isso não é suficiente.

Próximo, por favor. (Pausa.)

Só um exemplo. Aqui, vocês podem ver um fio de náilon. É um polímero sintético. E vocês podem ver que isso aqui é uma fibra sintética da teia de aranha, produzida no laboratório. É uma fibra sintética. Nós fomos à biodiversidade, coletamos algumas aranhas, fizemos um genoma e produzimos, hoje, um fio sintético, utilizando a tecnologia de fronteira, que existe no mundo, que se chama biologia sintética. Isso é produzido em uma bactéria. Vocês perguntam: “Por que isso não está no mercado, se é um fio tão importante?” Nós ainda não temos escala de produção. O desafio é termos escala. E vejam bem como, provavelmente, isso vai ser viabilizado no futuro.

Estamos, então, colocando esse gene da teia de aranha, que vai produzir esse polímero, dentro de um grão de soja. Por quê? Porque esse é um dos sistemas de produção agrícola que produzem uma massa bastante barata; e você precisa da produção de massa de escala.

Então, não existe melhor casamento entre biodiversidade e produção agrícola do que uso de alta tecnologia.

Próximo, por favor. (Pausa.)

No futuro, o monitoramento dos sistemas agrícolas deverá incluir, de forma efetiva e irrestrita, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, saúde humana e bem-estar econômico-social. Essa vai ser uma nova métrica para a agricultura, com esse novo Código Florestal, que, esperamos, venha nessa direção.

O próximo, por favor, para terminar.

Nós temos ciência de que os sistemas agrícolas causam impacto ao meio ambiente. Isso vai continuar ao longo de sempre, entretanto, temos consciência da existência de tecnologias disponíveis nos sistemas e ações políticas operacionais capazes de minimizar esses impactos.

O próximo, por favor. (Pausa.)

Eu sempre termino com esses três, mais duas vezes: que o fundamento de tudo isso é a educação das nossas crianças, que irá, sem dúvida, derivar na sustentabilidade e na melhoria de qualidade de vida em nosso Planeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências.

Convido o nobre Senador Eduardo Braga para compartilhar a Presidência desta Mesa.

Peço que seja colocada uma cadeira ao meu lado para o Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Neste momento, agradeço a presença do Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que é a próxima Comissão em que será apreciado o relatório do eminente Relator, Senador Luiz Henrique.

Registro também, com muita alegria, a presença dos nobres Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, que estão diante da imensa responsabilidade de apresentar relatório sobre o Código Florestal. Quero reiterar que não poderia estar em melhores mãos. São dois homens públicos experientes, ex-Governadores, que têm tudo para oferecer um trabalho competente e em benefício do País.

Passo a palavra ao Professor Dr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Muito obrigado.

Eu queria agradecer, antes de tudo, ao Senador Rollemberg e ao Senador Eduardo Braga pelo convite. Declaro publicamente, como o Senador Rollemberg já comentou, que nós sempre fomos recebidos com muito carinho nesta Casa para discutir ciência no Código Florestal. E, mais uma vez, estamos aqui dentro dessa perspectiva.

Vou pedir, solicitar ao Senador Rollemberg tempo, porque vou apresentar o documento que está chegando ao Senado nesta semana, com uma proposta de sustentação científica das alterações do PLC nº 30, que nos foi solicitada, assim como à SBPC e à ABC.

O próximo, por favor.

Esse documento é um documento de oito páginas. Ele tem um sumário executivo e vai por itens, que são os itens que são tratados, efetivamente, nessa proposta de discussão do PLC nº 30.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Para cada um desses itens, nós temos um anexo discutindo o conteúdo científico desse item e toda a bibliografia referente a cada um desses itens.

O próximo. *(Pausa.)*

Então, este documento está sendo encaminhado ao Senado. Estou aqui fazendo a apresentação pública deste documento.

O próximo.

Os itens que são tratados neste documento estão todos aqui. Vou tratar, na minha apresentação, da maioria deles, mas são os itens em que, efetivamente, a Ciência entende que o PLC nº 30 precisa de alterações ou precisa de revisão.

O próximo, por favor.

Um deles é que as APPs não podem ser definidas a partir do leito regular, contrariamente ao proposto no art. 4º do PLC nº 30.

Próximo.

Do que nós estamos falando? O Código atual trata da alocação da APP a partir do leito maior.

Próximo.

E o Substitutivo ao PLC nº 30 propõe a partir do leito regular. Então, tem-se, na verdade, uma redução das áreas de preservação permanente. Em muitas das situações, vai-se deixar sem proteção parte dessas áreas úmidas, parte dessas várzeas, que tem um grande papel ambiental.

Próximo, por favor. *(Pausa.)*

Outro item é o conceito das áreas consolidadas em APP, que também entendemos que não podem ser aceitas, principalmente considerando 2008 como referência para essas áreas consolidadas.

Próximo.

É disso que estamos falando. Áreas consolidadas de uso consolidado nessa imagem.

Próximo.

Ou em imagens como essa.

Próximo.

Ou em imagens como essa.

Próximo.

Logicamente, esse uso dessas APPs tem consequências. As consequências maiores são a erosão do leito do curso d'água.

Próximo, por favor.

E consequente assoreamento desses cursos d'água.

Próximo, por favor.

Uma das questões que são tratadas nesse documento são os serviços ambientais da vegetação ripária; a importância de sua preservação e de sua restauração, o que é muito pouco tratado no PLC nº 30.

Próximo.

Junto com esse item, nós vamos tratar a questão da restauração apenas de 15 metros das APPs restauradas, de rios até 10 metros de largura.

Próximo.

Hoje, isso que estamos falando: o código atual tem uma APP de 30 metros. Se tiver uso, existe a obrigação da restauração.

Próximo.

E, na proposta do PLC nº 30, a APP restaurada é só de 15 metros, mantendo o uso atual dos demais 15 metros, considerando-se a APP de 30 metros.

Próximo.

As APPs não devem ser computadas indistintamente no cálculo da Reserva Legal, tendo em vista

serem áreas de formações de tintas e com funções distintas.

Próximo.

E disso tudo, então, nós resumimos a questão das APPs no papel dessa mata ciliar nesses serviços ecossistêmicos. Isso já está comprovadamente publicado em vários artigos, todo o papel de filtro que a mata ciliar faz não só para a questão dos sedimentos, mas para a questão de toda a poluição dos cursos d'água, em termos de nutrientes aplicados na área agrícola e tudo o mais.

Próximo, por favor.

Esse é só um dos dados. A presença de mata ciliar reduz em 97% o sedimento carreado; redução de 94% do fosfato e de 42% do fósforo dissolvido, que é impedido de chegar aos cursos d'água; e 99% do nitrato presente no deflúvio.

Ou seja, a ausência de mata ciliar não só tem todos os problemas de erosão e assoreamento, mas tem todo um problema de carreamento de particulado e de nutrientes para os cursos d'água.

Próximo.

Uma das questões de uma alteração que foi publicada muito recentemente – esse trabalho é de 2011: “As alterações do Código Florestal favorecerão espécies não nativas de peixe na água doce”. Ou seja, vai desde a questão de conservação de solo, água, nutrientes até a questão da fauna, da ictiofauna, fauna dos nossos rios, em que estamos favorecendo as espécies exóticas pela ausência da mata ciliar.

Próximo. (Pausa.)

Já está mais do que comprovado na literatura a questão do papel das APPs como corredores ecológicos, e esse papel de corredores é muito importante na conservação de mamíferos. Aqui, um exemplo, no entorno de unidades de conservação.

Próximo, por favor.

Isso aqui para onça pintada. Então, vejam que dentro de uma unidade de conservação toda a distribuição da onça pintada está diretamente relacionada às florestas ciliares.

Próximo.

Esse o registro de antas, no Parque Nacional das Emas, não só dentro da unidade de conservação como fora, nas áreas de particulares também, alocadas nessas áreas ciliares.

Próximo.

A questão do queixada, fundamentalmente fora das unidades de conservação e fundamentalmente ligado às matas ciliares.

Próximo.

O papel dos pequenos fragmentos, como trampolins ecológicos. Isso também está comprovadamente apresentado na ciência.

Próximo.

Qualquer pequeno fragmento tem papel importante. Esse é um exemplo com morcegos frugívoros, que dispersam frutos.

Próximo.

Toda a movimentação desses morcegos passa pelos pequenos fragmentos que existem na paisagem e, logicamente, pequenos fragmentos que estão na propriedade privada.

Próximo.

A mesma coisa para o cachorro-vinagre, que, inclusive, é ameaçado de extinção.

Próximo.

Isso num ambiente onde você tem 65% de plantações e 35% de APP e Reserva Legal – a distribuição deles.

Próximo.

Toda distribuição dele está associada com os cursos d'água, 95% ocorrem nessa condição de APP e reserva legal. Se não tivéssemos essas áreas certamente não teríamos esse animal nessa paisagem.

Próximo, por favor. (Pausa.)

A mesma coisa aqui para a anta. Isso, numa unidade de conservação, mostrando a importância dos fragmentos do entorno no deslocamento dessa anta na unidade de conservação.

Próximo.

Isso tudo está definitivamente publicado. Logicamente, não são dados que foram gerados de um ano para cá. É um conhecimento científico que vem sendo acumulado nas últimas décadas. Foi publicada uma edição especial do Código Florestal Brasileiro nessa revista, Biota Neotrópica, da Biota FAPESP, São Paulo.

Próximo.

São vários artigos disponíveis tratando da questão da produção agropecuária, fauna de peixes, anfíbios, répteis, vários grupos.

Próximo.

Estamos falando de autores, por exemplo, como Carlos Alfredo Joly, Carlos Nobre, que hoje estão no Ministério de Ciência e Tecnologia; José Caliston Dizzy, que foi presidente do CNPq, e Aziz Ab'Saber que eu dispensei destacar.

Próximo.

Além de todos os papéis relacionados com a biodiversidade, tem o papel dessas formações naturais na paisagem agrícola relacionado com polinização e produção agrícola. Isso também está bastante demonstrado. Esse é um exemplo de 107 culturas de importância agrícola mundial, onde a polinização por agentes

polinizadores nativos – insetos etc. – é essencial em 13 dessas 107 culturas, é alto em 30 e é modesto em 27. Ou seja, a maioria das nossas culturas depende de polinizador que, logicamente, estão alocados nesses fragmentos remanescentes na paisagem agrícola.

Próximo.

Dando um exemplo direto disso, para a soja isso representa a contribuição da polinização em 50%; café, 40%; laranja, 35%; algodão, 43%; maracujá, 100%, que é todo de polinização cruzada, e assim por diante.

Próximo.

A compensação da reserva legal deverá ser na microbacia ou bacia, usando os remanescentes naturais e áreas de baixa aptidão agrícola. Caso isso seja insuficiente, permitir a compensação no bioma.

Essa é a proposta que é feita de você trabalhar na escala. Primeiro, a escala de microbacia, abrir para a escala de bacia e, caso isso seja comprovadamente impossível, abrir para o bioma.

Próximo.

Do que estamos falando? Se deixarmos direito do bioma, estamos falando de uma usina de cana ou de qualquer propriedade aqui do Sudeste, compensando a sua reserva legal em qualquer remanescente no Nordeste.

Próximo.

Apesar de estarem no mesmo bioma, são formações distintas, com espécies distintas e funcionamentos distintos. Isso, certamente, vai ter um grande problema de jurisdição.

Próximo.

Dispensa de averbação de reserva legal em propriedades de até quatro módulos.

Próximo.

Essa é uma questão que nós gostaríamos que ficasse mais explicitada nessa discussão do Código Florestal. Esse é um trabalho que foi publicado em 2010, fazendo todo um levantamento da situação agrícola brasileira.

E aqui mostra um dado interessante: quando fazemos a compensação da reserva legal no bioma, o déficit de reserva legal cai de 45 milhões para 13 milhões. E olha que interessante: os 13 milhões ficam somente na Amazônia; todos os outros Estados zeram o déficit de reserva legal. Então, toda proposta, efetivamente, é no sentido de reduzir o passivo ambiental das propriedades rurais na complementação da reserva legal. Então, várias das modificações da compensação do bioma, a dispensa até quatro módulos é no sentido, efetivamente, de tirar a figura da reserva legal como um passivo no cumprimento da legislação ambiental.

Próximo. (Pausa.)

Esse é o déficit do Código atual, de 42 milhões de hectares, pelo cumprimento do Código atual.

Próximo.

Esse é a redução desse déficit de reserva legal, considerando a isenção dos quatro módulos. Então, você sai de 45 e cai para 15 e para 13 milhões de déficit da reserva legal.

Próximo.

E a pergunta é: isso é real? É esse o raciocínio que devemos fazer? Temos efetivamente ausência de florestas para compensação da reserva legal?

Isto é um exemplo para a Mata Atlântica brasileira. Estamos falando de toda a área de mata atlântica brasileira, algo em torno de 131 milhões de hectares da Mata Atlântica brasileira, e o levantamento feito pelo Pacto da Mata Atlântica recente mostra que efetivamente temos um déficit. O déficit é de 2,7 milhões de hectares para cumprimento do Código Florestal em termos da reserva legal. Aqui foi excluída a APP e foram excluídas as unidades de conservação de proteção integral. Então, o déficit existe, se considerarmos vegetação remanescente. Falta vegetação remanescente, principalmente nas regiões mais ocupadas, para cumprimento do Código Florestal atual, pensando na reserva legal.

Próximo.

Só que foi esquecido dessa discussão um aspecto que é importante: esse mesmo trabalho, o trabalho do Pacto da Mata Atlântica, tem dois anos, faz um levantamento de todas as áreas de mata atlântica brasileira e levanta um dado muito interessante.

Próximo.

Constatou que há falta de floresta para cumprimento da reserva legal, mas só que constatou que temos muitas áreas que foram historicamente degradadas para atividades de produção, mas que hoje, com o pacote tecnológico disponível, são áreas que estão ou abandonadas ou muito mal-utilizadas, exatamente dentro daquilo que o Elíbio comentou, de áreas que são de baixo rendimento econômico, geralmente com agricultura marginalizada, por produtores marginalizados do sistema de produção.

Na Mata Atlântica, considerando pastagens entre 15 e 45 graus de declividade – estamos falando de pastagens em morro –, temos 6,5 milhões de hectares, ou seja, isso certamente compensaria aquele déficit de floresta facilmente. Precisamos de 2,7 milhões de hectares para cumprimento da reserva legal, e temos 6,5 milhões de hectares de pastagens que hoje rendem em torno de R\$180,00/hectare/ano por agricultor. Ou seja, um pequeno agricultor de 30 hectares, vamos dizer, um médio agricultor, considerando que o módulo de assentamento rural nessa região é de 8 hectares, o

agricultor de 30 hectares, considerando o que foi discutido no PLC 30, vai ter um rendimento em torno de R\$6 mil por ano, se ele usar 100% da área agrícola dele, pensando reserva legal e APP. Se dividirmos por 12, dá menos do que um salário mínimo por mês um agricultor no Brasil com 30 hectares.

Então, de novo, é a discussão que o Elíbio fez: é essa agricultura que nós queremos para 2011 para o Brasil?

Próximo.

É disto que estamos falando: para quem ainda não viu esta imagem, isto aqui é todo o vale do Paraíba.

Próximo.

Aqui é um detalhe de uma área que temos hoje classificada como pastagem no Brasil.

Próximo.

Ou esta.

Próximo.

Ou esta.

Próximo.

Ou esta. Logicamente, é neste ambiente que o eucalipto está entrando, para não competir com soja ou cana-de-açúcar em área de alta aptidão agrícola e porque são áreas de aptidão florestal, e não aptidão agrícola.

Próximo.

Este é um exemplo do cinturão verde do Rio de Janeiro. É nesse ambiente que se produz o cinturão verde do Rio de Janeiro, na região de Teresópolis, de Petrópolis, cuja história todos já conhecem.

Próximo.

Aqui é uma plantação de chuchu nesta região.

Próximo.

Isto tudo está publicado.

Próximo.

Um exemplo que temos disto é de reocupação dessas áreas de baixa aptidão agrícola com florestas nativas, dentro da perspectiva de cumprimento do Código Florestal.

Próximo.

Este é um exemplo que foi feito com 300 hectares, dentro da perspectiva de madeiras, medicinais, melíferas e frutíferas nativas, no sentido de restaurar essas áreas dentro da perspectiva de florestas de produção, no que cabe para reserva legal.

Próximo.

Este, na verdade, é um sistema de plantio de árvores e de exploração de árvores.

Próximo.

Aqui são pessoas plantando e colhendo. Aqui também. Se queremos continuar consumindo madeira, temos que plantar madeira.

Este é o exemplo, com dois anos e meio.

Próximo.

Esta é aquela área de pastagem com três anos. Próximo.

Há uma tese de doutorado em cima disso, orientada por um professor da Unicamp, de 2011, com uma pesquisadora da Embrapa, com dados muito interessantes.

Próximo.

Ela compara esse sistema com milho e com laranja, com sete ciclos de produção. Laranja, R\$1.500,00/hectare/ano; milho de alta tecnologia, R\$563,00/hectare/ano, com todas as variações; e a reserva manejada sai de R\$188,00 e chega, no último ano, com R\$470,00/hectare/ano.

Próximo.

Este é efetivamente um dos rendimentos só com valores crescentes.

Próximo.

Esta propriedade fez isso dentro da reserva legal.

Próximo.

O projeto foi proposto com esse aproveitamento econômico, e ele vai poder retirar R\$470,00/hectare/ano.

Próximo.

Só que ele fez isso também na área agrícola dele, transformando o pasto dele da área agrícola, do que sobrou da área agrícola.

Próximo.

Quanto a estas áreas, temos o levantamento que mostra que, em cana-de-açúcar, considerando-se toda a paisagem da cana-de-açúcar como a área mais degradada, temos um déficit de reserva legal de 7,5%, que poderia ser compensado fora da matrícula, exatamente nessas áreas de menor aptidão agrícola na bacia ou até no bioma.

Próximo.

Esta é a área agrícola restaurada. Ele tem R\$470,00/hectare/ano de exploração dessa área, e recebe da compensação da reserva legal dessas áreas de alta aptidão agrícola um rendimento de R\$300,00/hectare/ano, por estar compensando a reserva legal daquela usina de cana de área de maior aptidão agrícola, ou seja, essa propriedade que tinha um rendimento de R\$180,00, R\$200,00/hectare/ano passa a receber R\$770,00/hectare/ano.

Esse é o mercado efetivo que está surgindo no Brasil, que infelizmente foi interrompido por essa discussão do Código Florestal, mas que tem grande potencial de acontecer, exatamente como uma forma inclusive de distribuição de renda. A usina de cana-de-açúcar está pagando R\$300,00 para esse pequeno agricultor fazer restauração das áreas agrícolas dele com floresta nativa, dentro da perspectiva de produção.

Próximo.

Não deverá ser aprovado o uso de espécies exóticas em APP, e a proposta é exatamente essa, porque as espécies nativas dão mais dinheiro do que as espécies exóticas.

Próximo.

Temos um projeto na Amazônia de enriquecimento da reserva legal. Então, as florestas que foram mantidas vão ser enriquecidas, dentro da perspectiva de madeiras, medicinais e frutíferas nativas também.

Próximo.

Esta é uma área de soja de um agricultor, que, além de ter a soja, está enriquecendo sua área de reserva legal com madeiras de lei, dentro da perspectiva de diversificação da cultura.

Próximo.

E há processos de enriquecimento só com nativas, misturando exóticas, inclusive com paricá e outras espécies, inclusive eucalipto, desde que uso temporário.

Próximo.

A cadeia produtiva da restauração é uma questão que tem de ser considerada nessa discussão do Código Florestal.

Próximo.

Há exemplos bastante interessantes de sucesso. Um deles é essa Cooplar, no sul do Bahia, que, em três anos, é a cooperativa que mais traz recursos para a região.

Próximo.

O Código Florestal é um excelente instrumento para efetivar a atividade de produção agrícola com sustentabilidade ambiental. Foi isso que discutimos e que foi discutido também pelo Elíbio.

Próximo.

Eu chamo a atenção para um aspecto daquele trabalho: temos 103 milhões de hectares de florestas não protegidas no Brasil, e o único instrumento que temos de proteção é o Código Florestal, por meio da reserva legal e por meio das Áreas de Preservação Permanente. Daí a importância desse instrumento para a conservação desses remanescentes naturais.

Próximo.

Esses remanescentes são importantíssimos para o cumprimento disso que foi comentado, de manter a nossa biodiversidade. O Brasil é o B1 entre os megadiversos, com valores absurdos de diversidade nos vários grupos, como no exemplo das plantas.

Próximo.

Este é um exemplo do Estado de São Paulo, que hoje tem em torno de 13% de remanescentes naturais. E vejam que interessante: do que sobrou de remanescentes naturais, 4,34 milhões de hectares de remanescentes naturais – isso corresponde a 17% da área do Estado, considerando-se todas as formações

florestais –, só 20% desse valor está dentro de unidades de conservação.

Ou seja, a grande maioria dos remanescentes, a grande maioria da nossa biodiversidade remanescente está na mão da propriedade privada. E, logicamente, temos de ter instrumentos para fazer a conservação dessa biodiversidade junto com os proprietários, inclusive pagando por esses serviços que eles estão fazendo de conservação dessa biodiversidade. Então, trata-se do pagamento de serviços ambientais, exatamente dentro dessa perspectiva. E este é o instrumento: o Código Florestal, para efetivamente viabilizarmos o papel que a propriedade privada faz na conservação da biodiversidade.

Próximo.

Não há falta de terras. Essa é a grande justificativa usada para a alteração do Código Florestal, mas dados cientificamente publicados mostram que o principal argumento para alteração do Código Florestal, que faltarão áreas de produção, não é verdadeiro. E vou mostrar alguns dados.

Próximo.

De 267 milhões de áreas agrícolas no Brasil, 211 estão ocupadas com pastagens; ou seja, dois terços da nossa atividade agrícola é com pecuária. No Censo de 2006, estamos falando de uma lotação de menos de uma unidade animal por hectare.

Próximo.

Este é um dado bastante interessante: esta unidade pode chegar a 0,5; vamos considerar que ela está aqui com 1,2, porque, com 0,5, ela é negativa, é uma atividade negativa, ela só vai dar prejuízo. Com 1,2 unidades animais por hectare, ela rende R\$113,00/hectare/ano.

Próximo.

E a resposta está no passado: saímos, de 1960, com 0,47 e estamos, em 2010, com 1,2. Só que esse é o nosso limite?

Próximo.

Se nós conseguirmos dobrar, passar de 1,2 para 2,4, nós livramos 85 milhões de hectares de pastagens que podem ser usados para atividades de produção agrícola. Então, certamente a nossa equação na agricultura está na tecnificação da pecuária.

Próximo.

Um dos exemplos é este projeto, Pecuária Verde, que está sendo desenvolvido em Paragominas, onde é feito um diagnóstico ambiental de cada propriedade, avaliando-se a área agrícola de cada propriedade, os limitantes de cada propriedade, as áreas limitantes e o que está sendo feito lá. Este é um modelo que está em campo em Paragominas.

Próximo.

Esta é uma propriedade pecuária. Esta área que tem menor aptidão para pecuária vai para complementação da reserva legal ou uso alternativo.

Próximo.

Esta área de maior aptidão, tecnificação de pecuária, em termos de se aplicar um pacote tecnológico de adensamento da pecuária.

Próximo.

A mesma coisa. Esta área foi desmatada há menos cinco anos, só que tem baixa aptidão para pecuária tecnificada. Será revertida, então, para complementação da reserva legal ou uso alternativo. E aqui a tecnificação.

Próximo.

A mesma coisa aqui. A mesma coisa neste ambiente.

Próximo.

E vejam que interessante: esta é a área que está sendo abandonada para complementação da reserva legal ou outros usos, por exemplo, frutíferas nativas, se a propriedade já tiver reserva legal.

Próximo.

Então, é esta área.

Próximo.

A parte plana é de maior aptidão.

E aí envolve uma questão que tem sido bastante discutida na sustentação do PLC 30, que é o custo da restauração.

Próximo.

Para todas essas áreas na Amazônia, a metodologia de restauração é o isolamento, sem roçar e sem aplicar herbicida, ausência de cerca e condução da regeneração natural.

Próximo.

Vejam que exemplo: nenhuma cerca e nenhuma ação, a não ser expressão de regeneração natural nessas regiões, tanto da Amazônia, quanto do cerrado, que tem essa alta resiliência, e logicamente isso tem um baixo custo da restauração.

Próximo.

A mesma coisa aqui: é área em regeneração.

Próximo.

Aqui a cerca foi usada para a tecnificação do pasto, e não para restauração.

Próximo.

E aqui é o aproveitamento econômico dessas áreas de menor aptidão agrícola.

Próximo.

Complementação da reserva legal ou outro uso.

Próximo.

Este é um exemplo bastante interessante desta propriedade. Em uma das propriedades, ele tinha um déficit de reserva legal de 270 hectares.

Próximo.

O que fizemos com o proprietário? Ele reviu a área agrícola dele, ele andou de novo nas áreas agrícolas, e ele mesmo tirou das áreas agrícolas dele um monte de áreas que ele considerava de baixa aptidão agrícola, mas que, historicamente, tinham sido disponibilizadas para a agricultura.

Próximo.

Do que estamos falando? Deste pasto, por exemplo, que estava dentro da propriedade dele, que é de baixa aptidão agrícola e, por isso, foi reconduzido para reserva legal.

Próximo.

Com isso, ele zera a proposta de ausência de reserva legal nesta propriedade.

Próximo.

Este é um exemplo de Minas, que já fizemos. Esta é uma fazenda de pecuária em Minas.

Próximo.

É a mesma propriedade, e essa está no processo de adequação.

Próximo.

Complementação da reserva legal e tecnificação da pecuária.

Próximo.

O que queremos é esse ambiente para a pecuária, onde efetivamente temos uma tecnificação da pecuária, com aumento de produtividade, redução da área agrícola, foco nas áreas de maior aptidão, diversificação da produção, foco nas áreas de menor aptidão e, conseqüentemente, adequação ambiental dessa produção com certificação, abertura de mercados, créditos etc.

Próximo.

Ainda nesse documento, nós discutimos as exceções, que não podem ser regra, como o caso especial de produção de arroz da várzea, pecuária extensiva do Pantanal, agricultura de várzea do Amazonas, produção de café, maracujá e uva das encostas, que deve ter um tratamento diferenciado especial no Código Florestal e regulamentação específica.

No entanto, essas atividades representam menos de 10% da atividade agrícola brasileira e nós não podemos mudar os 90% em função dessas particularidades que os 10% necessitam. E, logicamente, a agricultura familiar deve ter um tratamento diferenciado especial, também no Código Florestal, em função de todas as particularidades que já comentamos, inclusive na questão da tecnificação da produção.

Próximo.

E aqui só uma brincadeira, mais uma das conseqüências do desmatamento. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Dr. Ricardo. Muito rapidamente, quero agradecer.

Vou, neste momento, passar a palavra para a Senadora Ana Amélia; em seguida, para o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Eduardo Braga, Senadores; quero cumprimentar os nossos expositores, Dr. Elíbio, da ABC (Academia Brasileira de Ciências), e o Dr. Ricardo, da Esalq-USP.

Eu até fico muito animada que o senhor tenha falado que o produtor tem que receber pelo que ele está preservando. Já é um grande caminho. E também o senhor mostrou muito um cenário que identifica algumas áreas do Brasil: São Paulo e Minas Gerais. Sou do Rio Grande do Sul, onde a agricultura é de alta precisão, agricultura de baixo carbono, muita curva de nível, para evitar a erosão que foi vista aqui, plantio direto na palha, uma agricultura de baixo carbono também; aplicação de alta tecnologia, ou agricultura de alta precisão, tudo isso para exatamente ter o índice de matas nativas, no meu Estado, Rio Grande do Sul, bastante elevado, Professor Ricardo.

Apenas para fazer essa abordagem para não parecer que o produtor gaúcho também faz aquele estrago.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – No Rio Grande do Sul não deu para apresentar aqueles detalhes, mas este Estado tem exatamente a equação fechada para remanescentes naturais.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, professor.

Então, tenho duas perguntas para o senhor. Tenho aqui uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente lá de São Paulo, de 2008, em que dá as bases de recomposição no Estado de São Paulo. Ali há uma referência de, no mínimo, 80 espécies que são utilizadas no reflorestamento, bem como uma fórmula que acaba por estabelecer algo em torno de 1.800 mudas por hectare.

Eu queria perguntar para o senhor: qual é o custo por hectare para atender essa exigência? Realmente chega a R\$14 mil por hectare?

O senhor trabalha nessa área? O senhor tem, digamos, envolvimento com isso? Essas mudas são nativas, são compartilhadas com mudas de exploração econômica? Porque o senhor falou na exploração econômica, e aí você tem pinus, tem a acácia e outras produções exóticas na concepção científica.

Outra questão. Tenho um projeto do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal, chamado LERF, denominado Laudo de Caracterização Vegetal de um

Fragmento Florestal, feito em São Paulo, no interior, em 2006. Ali, nesse laudo emitido, o senhor disse que a vegetação analisada é de cerrado. Mas, a UNESP fez um laudo da mesma área indicando que a área é de Mata Atlântica. O senhor não refutou essa declaração contrária e, por isso, os produtores ali acabaram sendo punidos por terem ido, digamos, pela sua orientação. Então, eu queria um comentário seu a respeito disso.

Professor Elíbio, eu imagino que a Academia Brasileira de Ciência, embora muitas das bibliografias apresentadas sejam de especialistas estrangeiros, aja bastante com os nossos parceiros do Mercosul, por exemplo, que são mais próximos – temos uma vizinhança; o senhor também referiu que o Código brasileiro vai ser um parâmetro, uma referência mundial. É ótimo que nós tenhamos esse conceito internacional. Mas eu tenho uma curiosidade de saber se, nessa convivência, se é que há um compartilhamento de informações com a Argentina, sobretudo, – a Argentina e o Brasil são os maiores protagonistas na produção agropecuária e com uma projeção internacional conhecida – se há e como há essa interlocução. Como os cientistas argentinos avaliam a questão ambiental, já que há não há reserva legal nem área de preservação permanente.

Como é a convivência desse quesito em relação à questão?

Tenho umas questões rápidas para o senhor. Até fico feliz que a primeira apresentação que o senhor fez aqui – lembro perfeitamente – me apavorou, era lá na terra do Blairo Maggi, porque era uma frota de tratores e eu disse que, no Rio Grande do Sul, não podia haver aquilo, não há áreas para aquela quantidade de máquinas.

O senhor falou muito no arado e a semente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senadora, há algum crime em ter bastante trator na agricultura?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, pelo contrário. Sou favorável. É que o Professor Elíbio falou muito na questão da sustentabilidade da tecnologia e falou o seguinte: arado. Eu queria lhe perguntar – fique curiosa – porque quando se fala “tecnologicamente sustentável”, a gente pensa naquilo que o senhor falou a respeito da semente da soja, quanto de tecnologia e de trabalho dos pesquisadores têm embutidos num simples grão de soja. Então, quando o senhor fala em arado, pergunto: que arado é esse, é um arado de extração animal, é um arado manual? Que arado é esse? Porque hoje não basta apenas ter a semente na mão se não tiver a informação, aquilo que o senhor também diz, que é preciso orientar, dar uma extensão rural ao pequeno agricultor, porque sem a informação sobre a questão climática, sobre a condição do solo, a própria condição da produção daquela região, muitas

culturas não são adaptadas em uma ou outra região. Eu queria uma explicação, porque o senhor deu ênfase a esses aspectos.

Tenho aqui um trabalho feito pela própria ABC, *O Código Florestal e a Ciência*, que diz, lá pelas tantas, na página 34 precisamente, uma informação de que a redução de preços que beneficiou a sociedade, o setor que mais contribuiu para a redução de preço de alimentos foi a pecuária, com uma redução de 54% dos preços praticados. Dados do CPEA-USP demonstram que a pecuária está com um custo de produção acima do preço pago pelo produto há oito anos. Eu queria saber como a ABC sugere liberar 61 milhões de hectares da pecuária, se os ganhos do setor não equivalem sequer ao preço de custo. De onde virá o orçamento e qual o cronograma físico-financeiro para essa proposta?

Já na outra página, 36, o trabalho estabelece três medidas para liberação de 61 milhões de hectares: recuperação de áreas degradadas, confinamento de gado e integração lavoura/pecuária. A ABC já fez uma planilha de custos para informar se haverá ou não aumento de preço da carne, no caso? Em caso positivo, de quanto seria isso?

Outra questão, professor, está nesse mesmo estudo. Leva em consideração a existência de terras utilizadas atualmente com pastagens e que são de alta e média aptidão agrícola. Fossem tais áreas liberadas para a agricultura, entre as áreas restantes, quais são as terras aptas às pastagens, ou isso não é relevante na visão dos senhores?

O estudo *O Código Florestal e a Ciência* preocupa-se com as APPs de vinculação hidrológica. Qual a razão de não propor a imediata cobrança de água utilizada pela população urbana pelos comitês de bacias hidrográficas e reversão desses valores para recomposição dessas áreas e a remuneração dos produtores rurais para a manutenção das mesmas, considerando que isso já é possível desde 1997 com a Lei 9.433, desse mesmo ano?

Por fim, o estudo menciona as áreas urbanas. Eu queria saber se a ABC concorda com a exclusão da obrigação da reserva legal na área urbana, como propõe o art. 20 do projeto, sem qualquer compensação. Não seria isso a aplicação de dois pesos e duas medidas para a questão da preservação ambiental?

Essas são as minhas questões.

Agradeço aos dois palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Registro agora a presença do Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srs. Presidentes, Sr^a Presidenta, senhores palestrantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, antes de adentrar o tema, eu queria aqui fazer o registro e lamentar profundamente o grande incêndio que está acontecendo nas florestas e nos parques de Minas Gerais.

Todos que estamos acompanhando essas cenas pela televisão, no momento em que discutimos e debatemos o Código Florestal brasileiro, com certeza estamos consternados com o que estamos vendo.

Recentemente, o Senador Jorge Viana, presidindo uma comissão temporária sobre defesa civil, caminhou por este País, e eu tive oportunidade de participar, ajudando a organizar a reunião na região Norte na cidade de Manaus. As cenas que estamos assistindo já por quase uma semana ininterrupta no Estado de Minas mostram o quão é necessário para o Brasil reestruturar sua defesa civil.

É lamentável ver a perda de um patrimônio do tamanho do que nós estamos perdendo sem que a sétima ou a sexta economia do mundo não seja capaz de mobilizar, em poucos dias, um grande efetivo entre defesa civil nacional, estadual e municipal para debelar focos de incêndio como estes que estão acontecendo nos parques no Estado de Minas Gerais – alguns deles, inclusive, criminosos, segundo informações prestadas pelos meios de comunicação.

Fica aqui, portanto, a minha solidariedade ao povo mineiro e o meu protesto pelo incidente que está acontecendo, em que pesem todos os esforços daqueles que estão preparados.

Em segundo lugar, eu queria destacar aquilo que a Senadora Ana Amélia ainda há pouco colocou, embora ela tenha feito, evidentemente, em torno do Rio Grande do Sul.

O Brasil tem dimensão continental. Os dados apresentados aqui representam segmentos de determinadas regiões. Se, no Estado de São Paulo, 20% das unidades de conservação das áreas preservadas são áreas públicas, na Amazônia, 80% ou 85% das áreas preservadas são em áreas públicas. A equação se inverte por completo dependendo da região e dependendo do nível de ocupação de cada bioma. E o Brasil não é feito apenas pelo bioma da Mata Atlântica ou pelo bioma do Cerrado ou pelo bioma da Amazônia, e o Código Florestal não será feito exclusivamente para um bioma, será feito para diversos biomas. O Brasil tem seis biomas reconhecidos.

Portanto, uma das perguntas que gostaria de fazer é exatamente a necessidade de termos, nesse Código, respeitadas as características de cada bioma, regras que possam ser adaptáveis a cada um desses biomas.

Isso pode talvez merecer o reconhecimento do Senador Moka, para ver que a ciência e a tecnologia não precisam ser, como alguns pensam, obstáculo ou empecilho à agricultura, ao contrário. Acho que a ciência e a tecnologia, pelo que está sendo posto aqui... E o que é importante entender é que a colocação feita pelo Professor Ricardo, da Esalq, mostra que é possível desenvolver arranjos equilibrados de sustentabilidade.

Cada arranjo desses tem que respeitar as características de cada um dos biomas, mas o fundamento do pensamento é de que esse projeto, respeitadas as características de cada um dos biomas, pode representar um ganho efetivo de renda por hectare/ano, principalmente para aqueles que ocupam regiões onde a aptidão é baixa para agricultura.

Mas ele não está ali porque ele gosta de ter um rendimento baixo ou porque ele gosta de ter prejuízo, ele está ali porque ele não tem alternativa. O que nós precisamos não é entender, Senador Moka, que porque ele não tem alternativa ele é prisioneiro daquele destino. O que nós precisamos compreender é que porque ele não tem alternativa, o Código Florestal poderia ser uma alavanca a dar para aquele cidadão brasileiro uma alternativa para que ele possa melhorar sua renda. E essa alternativa inteligente não é simplesmente legalizar ele desmatar mais. É dar a ele instrumentos, tecnologia, assistência técnica, crédito, infraestrutura, logística para que ele possa trabalhar. E não é reconhecendo e permitindo que o plantio vá até 45 graus em morro que nós vamos dar isso ao agricultor, ao contrário: é dando a ele políticas públicas que possam recompensar.

Creio que é essa a colocação que deveria ficar da apresentação que acabamos de assistir em relação à questão das áreas de baixo rendimento agrícola, com baixo rendimento econômico e a aplicação de novas técnicas que podem recuperar parte da reserva legal e, ao mesmo tempo, melhorar a renda do cidadão.

Quando fui Governador do Estado do Amazonas e quando fui Prefeito de Manaus enfrentei um desafio que é típico da nossa região, como o Senador Jorge Viana enfrentou no Estado do Acre quando foi Governador: a moradia nos leitos de Igarapés. Igarapés são pequenos rios da Amazônia. Ninguém mora ali, sujeito às alagações, sujeitos a perda de vida, a perdas materiais porque gosta. Mora ali porque não tem alternativa. No dia em que o Poder Público ou as políticas públicas lhe dão alternativa, é lógico que ele prefere viver com muito mais dignidade e com muito mais rentabilidade

– desde que as políticas públicas e o Poder Público deem oportunidades a ele.

A mesma coisa com relação ao agricultor que está hoje prisioneiro de uma área de baixa aptidão agrícola e prisioneiro de uma baixa renda anual por hectare. Se V. Ex^{as} olharem o último relatório apresentado pelo IBGE, vão ver que, no interior da Amazônia, é onde está a menor renda *per capita* deste País, por quê? Porque a aptidão daquela região não é uma aptidão agrícola natural, convencional. É preciso darmos novas aptidões e novas atenções àquelas populações, e é isso que creio que tanto um palestrante quanto outro mostraram aqui, que é possível, sim, estabelecer um equilíbrio entre agricultura e preservação e desenvolvimento sustentável. É possível, sim, melhorar a renda de áreas de baixa aptidão agrícola aplicando novas tecnologias e novas práticas na agricultura olhando para uma agricultura com sustentabilidade.

A mesma coisa que falo sobre a região de flores-ta posso falar sobre a heterogeneidade dos próprios biomas dentro da Amazônia porque...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador Mozarildo, por favor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu queria até me permitir um aparte: justamente é esse o ponto. Quando se fala em bioma amazônico parece que é tudo igual, e não é. Roraima não tem nada a ver, por exemplo, com o Estado do Amazonas. Há os campos naturais de Roraima, que nós chamamos de lavrados; os rios não são navegáveis, não existem ribeirinhos, portanto, em Roraima. Então, nós temos que também pensar, se é que existe esse termo, nos sub-biomas, porque se pensarmos que a Amazônia é só floresta, como está cristalizado na mente dos brasileiros, aí também pode sair um Código Florestal meio trôpego para Roraima.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu agradeço ao Senador Mozarildo, mas apenas é para entender que o bioma é composto por vários ecossistemas. Os ecossistemas da Amazônia não são homogêneos, eles são heterogêneos. Assim é na região de Roraima, assim é na região dos campos naturais do Alto Madeira, no Amazonas, e do Alto Purus, no Amazonas, onde nós temos campos naturais que equivalem a dois milhões de hectares.

No entanto, o que quero destacar aqui é que é possível, baseado na lógica apresentada aqui, abrir uma nova ponte olhando para o futuro.

Eu queria também destacar uma questão que mostra claramente como o conhecimento tradicional não deve ser esquecido também neste momento. Se

você falar com qualquer caboclo, qualquer ribeirinho, qualquer índio na nossa região, ele vai dizer que água é vida. E nós acabamos de ver um estudo apresentado pela Esalq onde, mapeada a fauna em determinadas regiões, ela se localiza exatamente ao longo das áreas ripárias e ao longo das áreas onde tem água, porque água é vida.

Portanto, se nós conseguirmos colocar essa questão como uma questão de corredores etc., eu gostaria muito de ouvir como a academia, como os senhores cientistas aqui presentes entendem essa compensação além dos biomas, além das fronteiras, tendo em vista que, respeitada a academia, respeitado o princípio dos corredores etc., creio ser possível... Não consegui até agora compreender onde estariam as grandes perdas para podermos fazer isso.

Finalmente, quero abordar aqui dois temas. Um é que, se queremos ter uma economia de biodiversidade no futuro, é preciso preservar o meio ambiente. Sem os mecanismos do laboratório natural, Senadora Ana Amélia, não será possível desenvolver a economia da biodiversidade. É preciso, portanto, ter a consciência de que, se o Brasil é G1 ou é B1 na área de biodiversidade, nós precisamos ter a consciência de que manter nosso equilíbrio ambiental é absolutamente indispensável para que nós tenhamos condições de desenvolver essa economia da biodiversidade.

E, por fim, quero dizer que a colocação de que o Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem uma agricultura de baixo carbono reforça a tese das emendas que já apresentei na CCT. E quero aqui comunicar às comissões conjuntas que o Código Florestal chegou à CCT na sexta-feira. Hoje pretendo ter uma reunião com o Senador Luiz Henrique para oficializar a designação dele como nosso Relator e, ao mesmo tempo, conversar com o Senador Luiz Henrique sobre temas referentes ao Código Florestal na Comissão de Ciência e Tecnologia e estabelecer um calendário para tramitação.

Eu gostaria de dizer que, portanto, aqueles Estados e aqueles agricultores que estabeleceram economias agrícolas de baixo carbono precisam ser incentivados, e com incentivos econômicos e financeiros. Por que um agricultor que tem uma economia baseada em uma agricultura de baixo carbono não pode ter taxas de juros diferenciadas, por que não pode ter prazos de pagamentos diferenciados, por que não pode ter um tratamento tributário diferenciado e ele ser premiado pelo bom serviço que faz?

Enquanto isso, aquele outro agricultor que quer ter 0,5 cabeças de gado por hectare precisa ser estimulado a evoluir da sua posição. Volto a enfatizar uma questão que eu disse no começo: não é porque estou

numa área de baixa aptidão que estou escravizado à miséria e à pobreza. Chega de o brasileiro viver sobre uma região rica e milionária ou bilionária e ter um povo miserável, como está acontecendo nas regiões mais isoladas da Amazônia.

Portanto, a ciência e a tecnologia no séc. XXI não podem ser apenas para enriquecer aqueles que já são ricos, e, sim, também para poder diminuir as desigualdades sociais e a pobreza no País, que é um dos maiores celeiros de alimentos do mundo.

Dito isso, devolvo a palavra à nossa querida Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Braga.

Eu estou aqui como Presidente interina da Comissão de Agricultura a pedido do nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz. Como houve a referência ao meu nome pelo Senador Eduardo Braga, fico muito feliz porque, a rigor, sua lógica é a mesma minha.

Eu, como Senadora do Rio Grande, tenho mais conhecimento e informação do meu Estado porque recebi a delegação dos eleitores para isso. Tenho pouca informação a respeito de discutir as questões amazônicas, que V. Exª, com tanto brilho e competência, representa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero convidar V. Exª a conhecer a Amazônia. Será um enorme prazer recebê-la.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já conheço, mas não na profundidade que até as questões relacionadas à biodiversidade requerem do País, até como segurança nacional, Senador Eduardo Braga. Quando vemos registros internacionais de patrimônios que são brasileiros, há o descuido nosso em relação a esse patrimônio da biodiversidade amazônica.

Então, nesse aspecto, quando V. Exª diz que os diferentes biomas precisam ser resguardados, fico muito feliz porque concorda com a minha tese em relação ao meu Estado do Rio Grande do Sul, em homenagem até aos produtores preservacionistas.

O Senador Rodrigo Rollemberg já se manifestou, eu já me manifestei, o Senador Eduardo Braga também.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique Relator e requerente desta audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou ser bem breve e objetivo. Ouvi dos ilustres expositores – e ambos foram sintonizados nesta tese – que a compensação da reserva legal deveria obedecer a uma escala, priorizando a microbacia; não sendo possível, a bacia hidrográfica; e, não sendo possível, o mesmo bioma. Há, durante essas discussões, propostas no sentido de se fazer em outro bioma. Eu gostaria de ouvi-los a respeito dessa ideia e dessa proposição.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço.

Pela ordem de inscrição, o autor do requerimento, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente Ana Amélia, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, meu colega e companheiro de região, de luta e de causas, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos convidados, eu penso que, primeiro vale o registro. Por mais que, de alguma maneira, possa parecer uma insistência nossa, mas que fique registrado como persistência de nós, Senadores, procurarmos na ciência, no conhecimento, resposta para boa parte das perguntas que se fazem sobre o Código Florestal, sobre soluções para os problemas de passivo ambiental.

Daí vale até um registro. Já é a segunda ou terceira vez que alguns dos senhores estão aqui, mas ninguém que tenha compromisso com verdade vai dizer que o Senado, que nós, que temos a missão de tomar a elaboração dos devidos ajustes ao termo que foi votado na Câmara, desprezamos ou desconsideramos a academia. Eu acho que é muito importante. Cada vez que ouço, eu particularmente aprendo mais, vejo que a dedicação dos pesquisadores, dos cientistas hoje no nosso País é algo fantástico.

Para simplificar, sem prejuízo da consideração com as universidades e os centros outros de pesquisa, mas a Embrapa é talvez o maior aliado deste País – e aí me refiro aos pesquisadores da Embrapa –, no sentido de aumentar a produtividade, aumentar a produção usando a mesma área, desenvolver tecnologia. De fato, não pode ter melhor aliado para quem quer produzir, criar, desenvolver um país de forma sustentável do que o conhecimento. E, se nós queremos deliberar sobre uma matéria tão complexa que envolve diretamente uso do solo, manejo dos recursos naturais e proteção desses recursos, ouvir quem trabalha a vida inteira na busca de conhecimento de como lidar com isso.

Eu venho da Amazônia. Na Amazônia, o Brasil deliberou fazer uso do solo sem conhecer nem o que tinha acima dele, nem o que tinha abaixo dele. Esse, talvez, seja o maior equívoco do nosso País. Ao longo de anos, décadas, fizemos isso e, para piorar um pouco mais, pegamos pessoas de uma região do País completamente diferente e levamos para lá. Foi política oficial que promoveu isso. O Estado brasileiro fez isso.

Eu ouvi um comentário muito bonito do Ministro Alysson Paulinelli: “Eu parei esse processo porque não conhecia ninguém que conhecesse a Amazônia. Então, eu disse: não, calma!” Ele foi um dos criadores da Embrapa. Então, ele falou: “Vamos trabalhar no conhecimento, vamos aprofundar os estudos para

depois estabelecer políticas”. E foi muito bonito ouvir isso do Ministro. Eu ganhei aquela audiência quando eu o ouvi. Eu tentava entender como é que se vai fazer uma ação tão forte e no desconhecido? Com ousadia – e aí estou falando de políticas públicas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, permita-me um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a está abordando um tema extremamente oportuno. Na apresentação, ainda há pouco, nós vimos a questão, por exemplo, de déficit em setores de agricultura na Amazônia. Com segurança, as maiores áreas onde temos déficit em cima das reservas legais estão exatamente nas áreas de assentamentos que aconteceram. E as pessoas que lá vivem, vivem com uma renda extremamente baixa, porque foram colocadas lá sem nenhuma logística, nenhuma infraestrutura, nenhuma assistência técnica, nenhum crédito, nenhum modo de produzir de forma sustentável e duradoura naqueles assentamentos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, que é um profundo conhecedor dos nossos problemas e também é um dedicado na busca da solução para esses problemas.

Mas estou falando disso, Senadora Ana Amélia e meus colegas, porque no caso da Amazônia é muito complexa a situação. Os assentamentos eram feitos, na grande maioria deles com menos de um módulo da Amazônia, ou seja, menos de cem hectares, distantes dos centros urbanos, sem infraestrutura e com obrigatoriedade do assentado. Era quase um depósito de famílias. Era mais um depósito de famílias do que qualquer outra coisa, com toda sinceridade: dessa árvore até aquela outra árvore, em torno de quinhentos metros, é sua propriedade, o fundo é de tanto, e corra para tirar o que tem em cima do solo, sob pena de você estar considerado em área improdutivo e vai ter, talvez, de ter o custo de ser trocado por outro assentado.

Essa situação se reproduziu Amazônia afora durante décadas. Há hoje, com raríssimas exceções, nos conjuntos das centenas de projetos de assentamento oficiais na Amazônia uma insustentabilidade econômica, uma insustentabilidade social e uma gravíssima insustentabilidade ambiental, como era de se esperar.

Então, essa é uma parte do problema que nós temos e que envolve essas propriedades, todas elas sem nenhuma condição de se adequarem à legislação vigente. Nenhuma delas. O custo é alto. Passar a serem produtivas propriedades pequenas e longe dos centros consumidores é um agravante, diferente do que vi na bela região de Chapecó. A convite do Senador Luiz Henrique, pude ver uma relação estabelecida de

homem/natureza bastante interessante. Mesmo em pequeníssimas propriedades para o padrão brasileiro, falando de áreas que têm em média de propriedade de quinze hectares, você tem uso intensivo de algumas áreas e é visível a proteção de parte, mesmo numa propriedade de quinze hectares, de um pouco de floresta e proteção de mata ciliar, mesmo numa região que tem um relevo desafiador. Porque o relevo é desafiador. O Brasil tem essas características.

Eu queria, aproveitando a presença de dois profundos conhecedores dos problemas – e já apontam também soluções, porque estamos nessa fase de encontrar soluções –, eu queria dizer que as tentativas que o Brasil tem feito de recuperação de reserva legal e APP fracassaram até. A primeira institucional delas começou em 91 com uma lei que era parecida com o Decreto de 2008, que estabelecia critérios para averbação de reserva legal, vinculada ao crédito. O acesso ao crédito só poderia ser dado caso você tivesse averbação ou fizesse o reconhecimento de que tinha reserva legal.

Vinte anos se passaram. Nada. O que temos é um passivo. As áreas de APP também não sofreram nenhuma recomposição importante nesse período todo que estamos vivendo. Diante disso, sabemos que os números são importantes. Estamos alando de mais de quarenta milhões de áreas de reserva legal no Brasil todo e mais de quarenta milhões de hectares de APPs. Estou falando de mais de 40 milhões, mas são esses números.

Agora, há um debate muito vivo, muito rico da sociedade falando que temos que recompor essas áreas. E aí eu entro pedindo a contribuição de cientistas, técnicos, pesquisadores. Primeiro, as observações a que eu assisti, Dr. Ricardo, foram muito importantes. Eu vi que as áreas que não têm aptidão para produção agrícola, normalmente identificadas naquelas propriedades, num entendimento entre proprietário e pesquisadores – não é ainda, infelizmente, uma política do País, mas pode vir a ser – são áreas muito vinculadas mais a APPs do que a reserva legal. Se nós vamos juntar, como já temos um caminho, tanto melhor. Mas eu tenho convicção de que há uma parcela enorme de passivo de reserva legal em áreas com aptidão para pecuária e agricultura. Ou seja, provavelmente, eu ousou dizer que a maior parte das áreas de reserva legal, do ponto de vista do passivo – reserva legal, porque o proprietário escolhe onde ele deixa, de certa forma. Então, quem avançou em cima da propriedade também escolheu ir para áreas que têm um pouco mais de aptidão para agricultura e pecuária. Diferente de APP. Alguns tentam fazer uso de APP para atividade agrícola e pecuária, e aí é óbvio que há o problema de não ter aptidão. Mas

estou me referindo exclusivamente a área de reserva legal. Isso, certamente, tem um custo porque nós vamos ter de tirar uma atividade econômica, se isso que falei é fato, e diminuir a atividade econômica numa determinada propriedade.

Então, eu gostaria de um comentário sobre isso. Como os senhores veem esse custo – é um fato concreto – em boa parte delas? E mesmo nas áreas de APP também haverá um custo. Pequenos proprietários não têm condições nem mesmo de introduzir tecnologia. Eles não estão capitalizados para isso e vivem o que o Professor Elíbio colocou claramente: elas não são sustentáveis do ponto de vista econômico.

Então, rapidamente: esses custos, normalmente, eu entendo, se é fato que o Brasil estimulou a ocupação e o uso de áreas com cobertura florestal – é fato isso – durante décadas, fica para os proprietários? Ou os senhores entendem que tem que ter um grande programa nacional de financiamento, com juros subsidiados, com incentivos, para recuperação de APP e reserva legal? Ou os senhores acham que há alguma possibilidade, só com regramento legal, estabelecer-se prazo para que haja recomposição?

Por que estou falando isso? Porque nós temos que encontrar a solução. Então, gostaria de ter um comentário da academia: se tem que haver um programa para financiar isso, ou se fica nas costas do proprietário, ou se fica só a partir da determinação legal. É um aspecto.

Este é o maior problema da revisão do Código Florestal: como trazer de volta parte do que foi suprimido. Esse é o centro do debate nosso.

O último aspecto, com a complacência da Presidência dos trabalhos, mas bem rápido. Eu e o Senador Luiz Henrique recebemos algumas sugestões, passamos para um Ministro do STJ. O Senador Luiz Henrique acolheu, mas entendeu que estava muito cedo ainda, precisava maturar, ele pretende apreciar nas próximas comissões, uma proposta que eu estou advogando junto com outras pessoas, que é o de dividirmos o Código Florestal em duas situações; para tratar de disposições transitórias o enfrentamento do que temos de passivo, ou seja, de passado, com tempo, com regra, com grau de exigência diferenciada, para recuperar o que foi perdido ou o que foi danificado. E outra que nos dê segurança de ter uma legislação firme, para a frente, para o futuro, nas disposições permanentes. Isso é um aspecto importante.

Nós ouvimos os juristas. Eu gostaria também de ouvir os que trabalham com a ciência e a tecnologia, os que trabalham com a academia: o que os senhores acham disso? Porque, no meu juízo, primeiro, para recuperar esse passado, nós não vamos fazer isso da

noite para o dia; vai ter custo de dinheiro, de programas oficiais e de tempo. Precisamos de tempo. A primeira tentativa, em 1991, dava 1/30 anos, um trinta avos de ano para poder recuperar. Quer dizer, cada ano, você recuperava um trinta avos do que tinha sido danificado.

Eu gostaria de ver porque, nas disposições permanentes, há um regramento aprovado hoje, que vale a partir de hoje e nós dá segurança a partir de hoje, não precisa de tempo.

E eu queria, então, se fosse possível, ter esse comentário e se, para a academia, é necessário que o Código trate de maneira diferenciada a pequena produção, a pequena propriedade – estou incluindo produção familiar e pequena propriedade – das demais propriedades.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Jorge Viana, Relator, na Comissão de Meio Ambiente, do Código Florestal.

O critério adotado para inscrição é a ordem de chegada: Senador Blairo Maggi, depois Senador Waldemir Moka, Senador Reditario Cassol e Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia. Cumprimento a Srª Presidente, também o nosso Presidente da CCT, Eduardo Braga, o Prof. Ricardo e o Prof. Elíbio, que estão conosco.

Eu gostaria também aqui de fazer um comentário sobre a questão dos incêndios que vêm ocorrendo lá em Minas Gerais, só para lembrar o quanto nós do Amazonas, da Amazônia – do Amazonas é o Senador Eduardo – somos bombardeados, diariamente, na mídia com essa questão dos incêndios. Lá para a Amazônia, principalmente para o Mato Grosso, não é incêndio; lá é queimada. Quer dizer, quando dão a notícia, já fazem uma imputação de crime contra o produtor, contra aquele que vive no campo.

Agora, Minas já é mais desenvolvido, então, não é queimada, é incêndio, a exemplo do que acontece na Europa também, nos Estados Unidos. Em Brasília também há incêndios.

Então, que já seja registrado aqui que o produtor mato-grossense não gosta de fogo também: ele tem grandes prejuízos com fogo. Grandes prejuízos com fogo! Tanto quando entra nas pastagens e acaba tirando a alimentação do gado, mata o gado, queima cerca...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tudo é custo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Custo e, quando entra nas lavouras, nesse período em que tudo está preparado para o plantio direito, o plantio na palha, resteva de milho, resteva de milheto, ou a braquiária mesmo, que é feita para plantio, para reduzir

as erosões, entra o fogo e é uma correria. Os produtores lá têm verdadeiros exércitos de bombeiros em todas as fazendas – e isso é em todo o Mato Grosso –, eles se comunicam por rádio e, quando acontece num lugar, saem correndo. Agora, quando entra num parque nacional o Governo tem que cuidar, e ele acaba não cuidando.

Então, só para deixar registrado essa diferença de tratamento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito importante!

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) que a imprensa tem dado ao meu Estado e à Amazônia também.

Com respeito ao nosso tema, acho eu que os nossos presidentes das comissões – nós temos aqui três presidentes; o Rollemberg estava aqui e saiu – pelas apresentações de hoje, começamos a perceber que nós temos de começar a fechar o nosso pensamento, o que nós vamos colocar nesse Código Florestal.

Eu já tive oportunidade, aos apresentadores que estão aqui, de ouvi-los aqui também, nas comissões. E outras comissões, outras audiências públicas que foram feitas também estão se repetindo. E eu, como tenho assistido a todas em tempo integral, já conheço um pouco de cada uma e seu pensamento.

Então, eu acho que as nossas comissões já têm o pensamento e nós já temos que começar a amarrar isso para ver se conseguimos, dentro do prazo previsto, fazer a votação inicialmente prevista para dia 20 de outubro, para que, até esse período de 20 de outubro, possamos fechar e fazer as votações.

Com respeito ao tema, eu só gostaria, a exemplo do Senador Luiz Henrique, de também conhecer um pouco da opinião da universidade e da academia com respeito a essa questão da compensação em outro bioma. Particularmente, eu sou contra. Agora, eu preciso ouvir a ciência também. Quer dizer, dentro do bioma, para mim não há problema nenhum porque o bioma não conhece a divisa de Estado que a gente faz.

Então, eu quero entender um pouco melhor isso. E também, dentro dessa pergunta, há outra pergunta, mais um comentário: a exemplo do que eu disse, os biomas não conhecem as fronteiras. E, na nossa legislação, estamos dando tratamento diferenciado para o mesmo bioma na questão da conservação, a exemplo do que acontece com os cerrados de Mato Grosso, com os lavrados de Roraima e outros cerrados que há, onde há exigência para o cerrado que está dentro do bioma amazônico – mas não o bioma físico, real; é um bioma político que foi feito. Então, nós temos, na divisa do rio Corrente, lá com o Senador Moka: passou a divisa do rio Corrente, você tem de ter 20% de reserva; do lado norte, você tem de ter 35%.

Então, eu também gostaria de um comentário sobre isso, para que a gente possa aqui, na Comissão, depois tomar uma decisão a respeito desse assunto.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de vocês. Como eu disse, já os ouvi aqui, em algumas outras oportunidades, e quero deixar aqui o meu apelo aos Presidentes Luiz Henrique, Jorge, Rodrigo, que não está aqui, e Eduardo, para que a gente comece a trabalhar e fechar os nossos relatórios, porque principalmente a comunidade produtora está muito aflita com tudo. Existe o promotor público que está no pé deles...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) e estamos prorrogando, prorrogando, prorrogando o decreto e não é isso que interessa! Nós criamos uma legislação específica, pronta, acabada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que dê segurança jurídica, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – (...) e que todo mundo sabe o que vai ter que fazer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidenta, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. expositores – Dr. Ricardo, Dr. Elíbio – eu começo dizendo o seguinte: ontem, nós estivemos, Senador Jorge Viana, Senador Luiz Henrique e o Presidente da Comissão, Acir Gurgacz – aliás, deve ser exatamente por isso que o Senador Acir não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não pôde estar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estivemos em São Paulo, num debate na Fiesp, e eu confesso que me surpreendi. Evidentemente que estava ali, em termos de agronegócio, a elite do agronegócio brasileiro. Mas estava também o ex-Presidente da Embrapa, departamento de meio ambiente, e lá nós conseguimos – pelo menos essa é a impressão – fazer um debate que mostra exatamente essa questão que hoje está se discutindo aqui.

Então, eu vejo, às vezes, o Senador Eduardo Braga, e hoje nós conversamos muito. E, é claro, “cachorro mordido por cobra tem medo de linguíça”: quando o cara começa, a gente... Porque, na verdade, há uma prática de querer penalizar o produtor. É uma coisa esquisita isso. E a gente que está ali, no dia a dia, acha estranho isso.

Vou começar falando, por exemplo, da pecuária, Dr. Ricardo: primeiro, não vai ser toda essa área da pecuária que vai servir para a agricultura, o senhor

sabe disso. É evidente que nós não podemos colocar essa estatística simplesmente ali. Agora, Mato Grosso do Sul, por exemplo, hoje em dia, é natural: à medida que a agricultura avança, está entrando lá a cultura da cana, que não tinha. Você leva a pecuária para as terras menos produtivas. É natural isso. Agora, por exemplo, a pecuária é ruim, tal e tal.

Eu quero lembrar que o Brasil saltou de sexto produtor exportador de carne para o primeiro do mundo. Então, os grandes pecuaristas não têm esse problema de produtividade. Há muito tempo, o pessoal está fazendo confinamento. Quem é que tem essa baixa produtividade? Exatamente aquele pecuarista, e a maioria deles é conservadora, tem medo de banco – mais uma vez, “cachorro mordido por cobra tem medo de linguíça”. Então, eles são conservadores.

É evidente que isso é ruim. E por que é que o cara insiste nisso, meu caro Senador? Porque é o seguinte – e até essa é a minha pergunta: quanto custa a recuperação de uma pastagem degradada, ou seja, qual o valor para você recuperar uma pastagem degradada? Por incrível que pareça, é mais barato você abrir uma nova área do que recuperar uma pastagem degradada. Então, aí me parece estar o motivo disso. Quando eu vejo o Senador – e parece que esteve aqui –, eu fico feliz. Ora, o produtor, pela primeira vez, o cara que comprou 20 mil hectares e tem que deixar 20%, 200 hectares, imagine isso! Em outros países, é incompreensível isso. Como é que é? Você é dono de mil hectares, mas em duzentos você não pode tocar?

Eu sou um daqueles que defendem a reserva legal. Acho que nós temos isso, temos de manter. Essa é uma forma de o País se mostrar de maneira diferente. Agora, concordo com o que ouvi aqui: vamos que vamos estimular. Como é que se estimula isso? Porque aí, Senador Jorge Viana, pela primeira vez, o produtor que preserva vai ser valorizado. Então, ao invés de colocar no texto essa coisa de criminalizar o produtor, vamos estimulá-lo a cada vez mais preservar. E, aí, nesse momento nós estaremos aqui, Senador Eduardo Braga.

E acho que vi o Dr. Ricardo mostrando: “Olha, isso já aconteceu. A cana, o plantio da cana está recuperando, está ajudando. Vamos plantar floresta para recuperar.” Isso é ótimo, inclusive, na pecuária, fazer isso consorciado! É evidente que você pode plantar e ter uma fonte.

Imaginem o produtor plantando eucalipto, por exemplo, e tendo, daqui a cinco, dez anos, uma aposentadoria. Além do que a pastagem dele vai ser sombreada para o gado. Nós estamos falando de uma coisa que é o ideal. Agora, nós vamos esbarrar na fonte de financiamento.

Então, eu acho, Senador, que agora já ouvimos e eu estou mais do que convencido, embora nunca estivesse contra. Acho difícil porque a hora em que se fala em fonte de financiamento, aí, todo mundo... Mas eu acho que o Senado – isto eu confesso: na Câmara, ou não tivemos tempo, ou clima... Nós não discutimos essa questão. Essa questão, aqui no Senado, de como fazer para que a gente possa estimular que as florestas em pé tenham mais valor do que derrubadas. Isso eu acho fundamental mencionar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Com o maior prazer, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

Senador Moka, esses fundos... Apresentamos as emendas, que estarão agora sendo entregues ao Relator, em que nós estamos exatamente estabelecendo de onde vamos tratar de retirar recursos para que possamos criar um fundo de financiamento para essas situações.

Eu creio que esse é o grande desafio para o Senado. Se o Senado conseguir dar esse passo, nós estaremos dando uma grande contribuição para o pequeno agricultor. O grande agricultor, como V. Exª disse, esse já se arrumou, já se organizou!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V.

Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Claro!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –

Eu acho que essa é a nova lógica da discussão desse projeto aqui. Essa é a nova lógica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– É isto, perfeito: essa é a nova lógica! Essa é exatamente a grande resposta que o setor e a floresta estão a esperar do Senado da República.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Então, Senador, às vezes, as pessoas reclamam do meu pragmatismo. Mas eu acho que está...

Então, eu acho que, ao afunilar essa discussão, agora vamos dizer: “Então, isso é importante”. Nós temos de, então, arrumar as fontes de financiamento, Senador Luiz Henrique. E como é que vamos fazer isso na prática? Insisto em dizer aos senhores, principalmente aos membros da academia: é importante, por exemplo, quando a gente fala da pecuária, que tem baixa produtividade, eu tenho que aqui fazer uma defesa, porque esse é um setor que cresceu muito. Agora, evidentemente que é minoria, mas é altamente eficiente a pecuária do Brasil, é altamente eficiente. Agora, nós estamos falando de pecuaristas médios e pequenos, esse sim, porque, quanto tempo eu já pedi aqui, quanto tempo, gente precisa de fonte de financiamento para

recuperar a pastagem – que não é como a agricultura, você abre um crédito num ano o produtor planta, no outro ano ele colhe e paga o banco – a pecuária não é assim, a pecuária precisa de prazo você leva tempo para produzir um animal para ser abatido.

Então, na hora que tiver recursos para recuperação de pastagens degrada vocês verão, com juros evidentemente e tempo, nós vamos ver, aí sim, ao recuperar a pastagem nós vamos aumentar a produtividade de cabeça por hectare, de animal por hectare. Agora, eu acho que não é toda a área, acho que uma parte da área hoje da pecuária servirá para a agricultura, mas em grande parte... A não ser que você faça muita correção – ai tudo bem –, mas o custo disso eu não saberia dizer.

E, para finalizar, o que me parece que está acontecendo? Depois de todo esse debate na Câmara, eu insisto e, quero aqui dizer, por que o debate está mais ameno aqui? Vou fazer uma defesa, eu já fiz isso ontem, porque na Câmara começou, o debate era maior, mais intenso. Isso aqui já chegou meio... A bola já não está tão quadrada. Então, por isso, e eu acho que nós temos que aproveitar esse momento rico nesse debate e dizer, para encerrar e para descontraír, a primeira vez Senador Blairo que eu vi uma foto com aquelas – acho que na sua propriedade lá, aquela quantidade de colheiteadeira – na primeira vez que eu olhei aquilo eu achei que fosse uma quantidade de avestruz aquilo ali, depois é que eu percebi que era colheiteadeira, mas achei que era avestruz.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Obrigado, Senador Moka.

Tive que me ausentar um pouquinho, mas vou fazer algumas rápidas observações.

Primeiro eu quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, Relator do Código em três Comissões, o Senador Jorge Viana, mas especialmente por essa declaração dada agora pelo Senador Luiz Henrique, de que essa é a nossa agenda, uma das agendas prioritárias desse momento do Código, que é a construção de instrumentos econômicos que permitam incentivar a preservação.

Eu tenho dito, ontem registrei aqui, participei de um debate na OAB com o Senador Jorge Viana, sempre brilhante, que eu entendo que nós uma contribuição a dar no Código Florestal. Mas eu também Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senador Blairo, Senadora Ana Amélia, Senador Mozarildo, entendo que nós precisamos já a começar construir uma unidade para ações pós Código Florestal. É que possamos efetivamente aqui continuar essa união, essa unidade que nós estamos hoje da Comissão de

Meio Ambiente, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia para garantir recursos para a pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico que permitam o Brasil avançar e avançar cada vez mais rápido em direção de uma agricultura e de uma pecuária sustentável.

É importante Senador Blairo, registrar a importância da tecnologia e dos instrumentos de políticas públicas do governo. Eu vou citar pela segunda vez uma frase, uma declaração de V. Ex^a aqui mostrando como foi importante o Banco do Brasil, a determinação do Banco do Brasil que determinou que só emprestasse dinheiro, só realizava o crédito se os agricultores utilizassem as curvas de nível. Seu pai resistiu como agricultor, a adotar, passou dois, três anos depois percebeu que não tinha jeito adotou as curvas de nível e percebeu o aumento da produtividade e não abandonou mais essa tecnologia moderna. Então isso mostra que os nossos bancos oficiais, os órgãos de fomento eles tem que trabalhar nesse sentido.

E eu quero registrar que a Sudeco está anunciando, aí o lançamento, ainda não conheço com detalhes, vou me aprofundar até para fazer um registro, as linhas de créditos do FCO para a agricultura de baixo carbono.

E aí, Blairo, eu queria até... V. Ex^a, como grande produtor rural que é, talvez possa esclarecer melhor do que eu, porque certamente tem um conhecimento mais profundo que eu.

Mas, quando se iniciou a ocupação do Cerrado brasileiro, do Centro-Oeste brasileiro pela agricultura – o que foi importante naquele momento, embora hoje o Cerrado seja uma região que é grande produtora de alimentos no Brasil –, havia linhas de crédito do Banco do Brasil, que financiavam a conversão do Cerrado em pastagens de forma bastante atrativas. Eram linhas de crédito que tinham carência de quatro anos e juros muito baixos.

Eu penso que hoje o nosso grande desafio – tanto o desafio para o Código Florestal e quanto o desafio pós Código Florestal – é construir instrumentos tecnológicos de difusão de tecnologias e instrumentos de crédito que possam garantir a recuperação das áreas degradadas do nosso País.

São 60 milhões de hectares – esse dado aqui foi repetido hoje pelo Dr. Elíbio, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências. E é óbvio que, ainda que seja um pouco mais caro recuperar essas áreas degradadas do que converter novas áreas para uso antrópico, do ponto de vista do futuro, quanto à relação custo-benefício, é muito melhor investir na recuperação dessas áreas degradadas.

Para isso, o Estado também tem de ter alguns movimentos indutores, primeiro no sentido de financiar,

juntamente com a iniciativa privada, o desenvolvimento de tecnologias, cada vez mais modernas, mais eficazes, mais eficientes, de recuperação dessas áreas degradadas; depois, no sentido de adotar políticas de crédito, de grande carência e com juros baixos, que permitam aos produtores rurais, cada vez mais, fazer a recuperação dessas áreas degradadas.

Em segundo lugar, entra novamente a questão dessa união em torno de garantir recursos significativos – aí estou aqui defendendo o peixe da Comissão do Eduardo Braga – para investimentos em ciência, tecnologia e inovação. E é um absurdo – precisamos mudar isso, Senador Jorge Viana – que hoje a Comissão de Meio Ambiente não possa fazer emendas ao Orçamento para o Ministério da Agricultura, por exemplo. É um absurdo! Nós temos de superar essa dicotomia, que mostra uma visão atrasada, porque, dentro da perspectiva de construir uma agricultura verde, sustentável, é claro que nós deveríamos poder colocar recursos por exemplo, na Embrapa.

E por que estou dizendo isso? Nesse trabalho recente, apresentado pela Embrapa e pelo INPE, o que me chamou a atenção, Senador Eduardo Braga, Senador Jorge Viana, Senador Mozarildo – V. Ex^a que representa o Norte do País –, é que 62% das áreas convertidas do bioma amazônico – que é muito diverso, mas que aqui vou chamar de Floresta Amazônica –, dos 17% do total, estão sendo utilizados hoje para a pecuária – e pecuária com baixíssima produtividade.

É isso que queremos? Queremos desmatar a Amazônia para a criação de gado a essas taxas de produtividade perto de uma unidade animal por hectare ou menos? É óbvio que o País tem de fazer o movimento, que é estratégico, importante, de aumentar a produtividade do nosso rebanho. Com isso, se dobrarmos, vamos abrir metade do espaço territorial, que é o maior ocupado hoje pelas áreas antropizadas do Brasil, para a conversão para atividades mais produtivas como a agricultura e a agroenergia.

E, mais uma vez, vem a questão da necessidade de termos recursos significativos, permanentes, regulares, para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País.

Acho que, do ponto de vista estratégico e de médio e longo prazo, para mim, a questão mais importante é a de que garantamos recursos para a inovação tecnológica, porque, além de utilizar, de forma mais eficiente, mais produtiva, a terra, a água, os recursos naturais, saberemos aproveitar nossa biodiversidade ou desenvolver novas técnicas de biotecnologia e, aproveitando toda essa biodiversidade; e os recursos madeireiros e não madeireiros das nossas florestas. Mas o professor Ricardo colocou aqui que a média de

rentabilidade de um hectare de uma área dessas de pastagens degrada, de baixa produtividade em torno de 180 hectares por ano, e a utilização da Reserva Legal aliada a questão da servidão ambiental, pode levar até um faturamento de 770 hectares/ano.

A questão aí, que vou colocar, é a questão do custo e de onde virão os recursos. Estou aqui envolvido com o Senador Eduardo Braga no sentido de buscar instrumentos econômicos que permitam isso. Mas a própria Embrapa já nos alertava de que hoje, para recuperar os 15 metros – até agora previsto no texto de recuperação de áreas de preservação permanente para rios de até 10 metros de largura – hoje Senador Moka nós não teríamos sementes e mudas suficientes para recuperar essas áreas. Então essa é outra questão, e que nisso, na recuperação dessas áreas de preservação permanente e na recuperação das áreas de reserva legal que precisam ser recuperadas poderá estar também uma grande oportunidade para o setor florestal brasileiro, na produção de sementes e na produção de mudas. Agora, claro que isso tem que estar articulado com políticas públicas de desenvolvimento tecnológico, mais uma vez, e de crédito para que as pessoas possam produzir mudas, produzir sementes e tal. E ao mesmo tempo, de financiamento para o pequeno agricultor e para agricultor familiar ter condições de recuperar as suas áreas de preservação permanente. A Senadora Ana Amélia trouxe um número aqui: 14 mil reais para recuperar um hectare de área de preservação permanente. Professor Ricardo, não sei se é esse o valor. O fato é o seguinte: ele tem um custo. O grande desafio que nós temos é que aprovemos uma lei que tenha efetividade, que nós não estejamos aqui há 10, 15 anos para tentar regularizar situações de fato, porque as pessoas não conseguiram cumprir a lei, e temos que recuperar nossas áreas de preservação permanente, temos que recuperar nossas áreas de preservação permanente ripárias. Mas vamos ser realistas, se não houver instrumentos econômicos para isso, incentivos econômicos para isso o pequeno produtor brasileiro, o agricultor familiar brasileiro ele não conseguirá recuperar a sua área de preservação permanente. E essa é uma questão que deve ser de interesse de todos porque é uma questão estratégica para o país, porque é fundamental para preservar um bem precioso que é a água. Então este é o nosso grande desafio: como é que nós vamos a partir dos alertas trazidos aqui pela Academia Brasileira de Ciências, trazido aqui pelo Professor Ricardo, da Esalq, pelo SBPC como é que nós vamos transformar essas preocupações em instrumentos legais, efetivos, eficientes e duradouros.

Portanto, agradeço mais uma vez a contribuição de todos e passo a palavra para o nosso último inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu quero cumprimentar os Presidentes das diversas comissões que estão tratando desse tema, os Relatores e quero dizer que não ouvi a explanação dos dois representantes da Academia e tal. Mas acho que é muito importante o trabalho que vem sendo feito de audiência ampla, não só daqueles diretamente interessados e importante que nós estejamos saindo daquela dicotomia ou daquela bipolaridade entre ambientalista e ruralista. Então acho que nós temos que pensar, até mesmo perguntaria: será o nome adequado para esse código seria Código Florestal? Será que não seria Código do Uso do Solo? Porque nós não só temos floresta. Vou repetir, no meu Estado metade do Estado não é floresta, e mais de 80% da população vive nessa área que não é floresta. A parte que vive na parte de floresta foi fruto de assentamentos do INCRA e que terminaram sendo deturpados, os que estão ainda, as famílias assentadas pagam um preço altíssimo por viverem lá. E tiveram, como disse o Senador Jorge Viana, digamos assim, a imposição de desmatar para poder ficar no lote, para ter o título.

Então é preciso realmente que nós tenhamos e, fico feliz que estejamos nas mãos de dois Relatores muito bons, dois ex-governadores, parlamentares de outros mandatos e conhecedores do Brasil e da Amazônia. A Amazônia, afinal de contas, é 61% do Brasil e não é um ecossistema só como disse o Senador Eduardo Braga.

Eu quero frisar muito na questão do meu Estado porque esse Código não pode ser, como costumam ser as leis brasileira, informes, exige tantos por cento para tudo que é lugar. Eu percebo que está caminhando exatamente para que se tenha coisas diferenciadas e, sobretudo, a minha preocupação, até pela minha formação de médico, é com o ser humano que está lá, principalmente na Amazônia. Disse bem o Senador Jorge Viana, não só os nativos, mas também aqueles que foram levados para lá por uma política, por exemplo, o Estado do Acre, foram levados por uma política de extração da borracha e para o meu Estado foram por outras questões. Então é importante que nós tenhamos essa visão de corrigir e ajudar aqueles que foram vítimas até de uma política equivocada e ajudar essas pessoas a realmente poderem viver. Aliás, se queremos conservar florestas, cerrados, qualquer que seja o tipo de bioma precisamos ter o ser humano cuidando. Quem vai cuidar é o ser humano, e esse ser humano não vai cuidar, por exemplo, seja onde ele estiver, vamos dizer lá no meu Estado, lá no sul do Esta-

do, apreciando uma árvore e morrendo de fome. Então é preciso, de fato, que nós possamos ter um Código que seja realista, humano e que possa ser um Código para várias décadas, não uma lei que tenha limitação curta e que possa, portanto, amanhã vir outro governo e querer fazer de repente um novo Código por causa do viés que possa ter.

Portanto, eu quero crer que o Senado está fazendo debate muito salutar e, tenho certeza que o relatório feito pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, será, com certeza um relatório positivo e nós construiremos um consenso. Lamento que, ao alterar coisas que vieram da Câmara que deviam ter sido feitas lá, possa ter que voltar para a Câmara. Mas é construir um consenso de forma que nós possamos ter ainda esse ano esse Código vigorando a partir, portanto, do ano que vem. Era só o que eu queria acrescentar, e dizer que só peço exatamente isso: Que olhemos as diversidades, mas, sobretudo, os seres humanos que estão lá, sejam índios, caboclos, ribeirinhos, homens do lavrado, todos eles precisam de fato ter algum incentivo para viverem melhor e poder cuidar do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado Senador Mozarildo.

Passo a palavra agora para as suas considerações...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queria deixar uma pergunta que eu me esqueci de fazer no momento para o Professor Ricardo, na questão da regeneração automática ou do replantio nas APPs e nessas áreas de reserva legal. Parece-me que vocês têm estudos sobre esse assunto e que complementa mais ou menos o que a Senadora Ana Amélia colocou do custo.

E eu gostaria de dar um depoimento pessoal também, é que o estudo que está com vocês é a TNC, se não me engano? É TNC. Eu tenho um convênio com IPAM, e eles estão a alguns anos numa fazenda nossa lá na região de Querência, fazendo muitas experiências nessa questão de recuperação de APPs.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Conheço a iniciativa, e é muito interessante.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – O senhor conhece lá?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Conheço.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado.

Então a gente tem lá das coisas mais baratas às mais caras. De fato, as mais caras são impossíveis de serem feitas. Então, associada aquela experiência que tem do IPAM na fazenda Tanguro e as outras que você tem você tem da TNC, eu gostaria, se você pudesse deixar um depoimento para a Comissão.

Na minha avaliação e pelo que conheço, nós não teríamos que ter essa preocupação de fazer o replantio e correr atrás de sementes, atrás de mudas, gastar bilhões de reais para fazer toda essa recuperação se, ao que me parece, a ciência já está mostrando através desses estudos, que é possível se você simplesmente isolar as áreas por um determinado tempo e se chega ao mesmo local sem custos.

Então eu gostaria se o Sr. Ricardo pudesse deixar essa orientação para nós aqui.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone.*) – Só abandonando ela retorna com capoeira.

O SR. EDUARDO BRAGA Bloco/PMDB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*) Ela retorna com a capoeira ou retorna com...

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone.*) – Não, ela retorna...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos falar no microfone, porque...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Aí, Senador, é uma questão agrônômica: começa com uma capoeira, depois as árvores vêm, e lá, com o tempo – sei lá, 20, 30 anos –, há toda uma regeneração.

Eu vi isso, por exemplo, na região de Sapezal, que é só campo, mas há lá umas bolas de mato. Deixamos tudo isso na fazenda, não tiramos nada do que era uma mata maior. Certo ano, entrou um fogo lá e destruiu toda aquela bola de mato – ficaram 20 ou 30 hectares de mato. Passados mais de 20 anos, conseguimos ver que já há quase que uma mata secundária nessas regiões. Então, acho que, com as experiências que existem, se pudermos juntar isso aí, essa questão dos custos de recuperação, que tanto debatemos aqui, pode ser retirada do processo. Vamos ouvir a experiência do professor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Primeiro, vamos ouvir o Dr. Elíbio; em seguida, o Prof. Ricardo.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Obrigado.

Vamos começar pela Senadora Ana Amélia, que fez algumas questões sobre a Argentina, sobre aptidão. Acredito que o Código Florestal será um modelo não só para a América do Sul, mas para o mundo, e esse modelo vai ser seguido. Modelos que funcionam induzem os parceiros a utilizá-lo. Então, a questão da

Argentina é peculiar, obviamente que ela tem questões sobre utilização ou não de reservas que estão, certamente, submetidas ao Governo da Argentina, mas existe, sim, do ponto de vista científico, uma interação muito forte do Brasil com todos os países da América do Sul. Com a Argentina, isso é muito forte, porque a Argentina é, provavelmente, depois do Brasil, o país que tem uma ciência, uma base científica bastante volumosa. Então, existe, sim, muita interação.

Do ponto de vista de a Argentina assumir, como eu disse, a questão – e como foi perguntado – relativa a áreas ambientais, certamente a Argentina tem uma postura diferente, mas nós esperamos que ela caminhe no sentido de considerar também seguir o exemplo do Brasil, de uma agricultura mais moderna.

Quanto à questão do arado, é claro que o Rio Grande do Sul é um modelo. Basta olhar o censo agropecuário. Ele é um modelo de desenvolvimento agrícola para o País. Agora, se formos para o Nordeste, lá, sem dúvida, existem muitos agricultores que não têm sequer dinheiro para comprar um boi para puxar um arado. Isso é verdade. E não são poucos. Então, difere completamente do Rio Grande do Sul nesse cenário. Então, quando eu falo que não tem arado, obviamente que não me refiro ao modelo do Brasil, que é o Rio Grande do Sul. Mas há regiões com uma pujança muito grande... Porque, imagine, se ele não tem um boi para puxar o arado e ainda produz alguma coisa, isso significa que é um segmento que tem muita pujança. Se você der um arado, ele vai fazer bastante coisa.

Então, é nesse sentido que nós precisamos utilizar e olhar esses dados do Censo Agropecuário e da pujança que esse segmento pouco produtivo tem no Brasil, utilizando um modelo de sucesso que nós temos, que é o Rio Grande do Sul e vários outros Estados também.

O senhor fez várias perguntas, e muitas delas eu ainda não lembro exatamente quais foram, mas acho que, basicamente, foram essas as perguntas. Depois, posso voltar se houver alguma... Mas vou passar para...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*) – O senhor poderia mencionar sobre as áreas degradadas também...

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Quanto às áreas degradadas, vou fazer um comentário geral, porque foi, na verdade, uma demanda de praticamente todos vocês.

O Senador Luiz Henrique perguntou sobre a questão dos biomas, de diferentes... S. Ex^a não está mais presente. E concordo que é possível, sim, a questão de se avançar. Os biomas foram limites que nós colocamos; não necessariamente são limites que existem e impõem barreiras. Você poder, eventualmente, esti-

mular em outros segmentos... Não podendo fazer na área existente, você entrar para outros biomas, isso é bastante, ao meu ver, simples de ser feito. Apenas por uma questão de definição.

Eu acho que o que está em bastante discussão e, concordo, vai ser um ponto que merece bastante reflexão é a questão da recuperação. Por quê? Eu costumo dizer que o Código tem que ser visto e tem que ser feito com uma premissa de desenvolvimento exatamente por isso. O grande desafio do Código vai ser depois da votação; vai ser a operacionalização do Código. E a operacionalização do Código, em poucas palavras, vai necessitar de políticas públicas, de programas de governo que sejam interativos – e muitos deles já existem.

A questão que eu coloco – isso é uma sugestão bastante pessoal e me foi colocada pelo Senador Jorge Viana – é como se poderia operacionalizar isso. A minha proposta é que tem de haver uma iniciativa e uma indução do Governo, um programa de recuperação. Agora, quem vai financiar isso? É o Governo sozinho? Não. O setor privado vai ter que entrar, o proprietário também. O proprietário, talvez indiretamente, através do ganho, permitir que faça o setor privado com estímulo financeiro – não só financeiro, mas de redução de impostos e de vários mecanismos existentes.

A operacionalização desse Código, no meu entendimento, vai passar por uma forte ação público-privada. Vai haver a necessidade de uma ação muito mais forte, de uma questão que nós sabemos, de décadas atrás, da relação público-privada, tão preconizada e tão pouco operacionalizada do ponto de vista de incentivos.

Essa seria, Senador Jorge Viana – e o Senador Moka colocou também a questão da recuperação, bem como o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique – uma questão de envolver o setor privado. Um programa de governo... Eu não acredito como que necessariamente o Governo vá fazer isso através de um programa que seja operacional na velocidade... Uma questão que me preocupa muito é a da intensificação, da velocidade com que vamos conseguir operacionalizar o Código. Isso é um fator muito importante, e, para mim, a questão de acelerar o processo vai ao encontro de um programa que estimule e que tenha, sim, a participação do produtor, do proprietário agrícola e do setor privado.

Em poucas palavras é isso. E o Estado vai ter que estabelecer um arcabouço que sustenta a operacionalização. Este, no meu entendimento, o grande desafio pós-votação do Código Florestal: nós viabilizarmos um arcabouço que sustenta operacionalizar todas essas questões.

Eu vou passar a palavra ao Prof. Ricardo e, depois, eu posso retomar. Para não me alongar, posso fazer outros comentários mais específicos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PDT – DF) – Passo, então, a palavra ao Prof. Ricardo.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado pelos comentários, pelas perguntas. Espero conseguir responde-las satisfatoriamente. Se eu esquecer alguma, peço aos Senadores que me lembrem.

A primeira questão me foi colocada pela Senadora Ana Amélia, a quem agradeço por tocar na questão dessa resolução em São Paulo. É um ponto interessantíssimo. Imagino que a senhora tenha sido assessorada para isso. E agradeço a quem fez isso, porque a resolução de São Paulo é exatamente o reflexo disso tudo que nós estamos discutindo. A resolução de São Paulo é uma discussão dos pesquisadores junto com a sociedade que restaura, junto com as pessoas que estão restaurando, que tinham insucesso nas suas ações de restauração. O insucesso era de 60% nas iniciativas de restauração. Aí, todo mundo parou e disse: o que nós podemos fazer? Como a ciência pode nos ajudar a, efetivamente, aumentarmos as iniciativas de sucesso com a recuperação?

Para a senhora ter uma ideia, a primeira resolução foi em 2001. O Estado de São Paulo produzia, à época, 5 milhões de mudas de 30 espécies nativas. Em 2011, quando estamos na quinta edição dessa resolução, o Estado de São Paulo produz 60 milhões de mudas de 100 espécies nativas. Aumentamos a taxa de sucesso das restaurações de 40% para 80%. Esse é exatamente um exemplo.

Nessa resolução está muito claro, no seu primeiro item – quem assessorou deve ter lido –, que aceitam-se como métodos de restauração a condução da regeneração natural, a nucleação e, por último, o plantio total. O plantio total só deve ser feito nas áreas que foram tão degradadas historicamente que não têm nenhuma resiliência. Isso, se falamos de Brasil, estamos falando de aproximadamente 10% das APPs do Brasil. O resto – 90% – é como o Senador Blairo disse: efetivamente, essas áreas têm resiliência na Amazônia, no Cerrado... Eu mostrei aqui áreas com dois anos de abandono que já viraram capoeiras e têm resiliência de recuperação. A qualidade dessa recuperação futura vai depender de ações consequentes.

Por exemplo, se nós temos uma capoeira formada, qual é o processo agora? Vamos enriquecer essa capoeira se temos a perspectiva de conservar a biodiversidade. Esse é um papel do Estado: um programa de conservação de biodiversidade em capoeiras, enriquecendo capoeiras na perspectiva de conservação. Friso: esse é um papel do Estado. Deixar a capoeira

é um papel do proprietário. Esse é um aspecto muito importante.

Então, o custo de deixar a capoeira – estamos falando do custo de isolamento – é aquilo que eu mostrei, sem inclusive, nesse caso, como na Amazônia e grandes áreas de cerrado, inclusive sem a necessidade de cerca, de isolamento com cerca, porque são áreas de alta resiliência. Com soja, com divisão de soja, logicamente não precisa de cerca. Estou falando de cerca na situação de pecuária.

Então, eu agradeço a questão.

Quanto à questão do custo que foi colocada, nós estamos trabalhando desde 2001. E o dado que imagino que tenha vindo é de 2001, qual seja, de R\$14 mil por hectare, que logicamente é proibitivo. Nenhuma usina de cana – e nós estamos falando de trinta usinas de cana dentro de um programa de adequação ambiental que fazem restauração de mata ciliar – tem um custo desses. E por quê? Porque elas coletam as suas sementes, produzem as suas mudas e implantam as suas áreas dentro de uma perspectiva de funcionamento agrícola e ambiental da propriedade. Se você pagar R\$14 mil o hectare, certamente você está falando de alguém que foi punido por um desmatamento e, logicamente, tem que contratar um terceiro para recuperar em um ano. Os programas de recuperação de matas ciliares, inclusive estabelecidos na resolução, chegam a até 18 anos. Nós temos de ter 80 espécies no final do processo de restauração, que pode ser inclusive os 18 anos.

Então, talvez uma leitura mais atenta dessa resolução seja bastante interessante.

Quanto à segunda pergunta de V. Ex^a, eu agradeço muito, não pela especificidade da questão, porque falou de um laudo, que eu achei relevante pela importância do debate que nós estamos tendo, mas porque é a minha área de atuação. Há trinta anos que eu trabalho com isso e muito feliz. Mata Atlântica é o nome político; isso não existe. Mata Atlântica engloba pelo menos oito ou nove tipos de formação. Estamos falando de floresta ombrófila densa, floresta estacional decidual e cerradão. Cerradão é uma das categorias que entra no conceito amplo de Mata Atlântica. Eu não sei nem qual é o laudo exatamente a que a senhora está se referindo, mas desafio quem falou, porque eu trabalho com isso há trinta anos. Inclusive, no Estado do Senador Blairo Maggi nós descrevemos uma unidade vegetacional que estava no IBGE como “de transição”, exatamente na região do Tanguro, que é hoje chamada de Floresta Estacional Perenifólia. Isso não estava nem descrito como unidade fitogeográfica brasileira. Então, certamente, se eu classifiquei como cerradão é por causa das espécies que ocupam e certamente

é cerradão. Então, não tenho nenhuma dúvida disso. Agradeço o seu comentário, porque é exatamente com isso que eu trabalho.

Sobre a questão do pagamento dos serviços ambientais, todos comentaram e eu vou fazer um comentário geral. Agradeço muito ao Senador Eduardo Braga, pois acho que o comentário dele foi muito interessante, muito pertinente para a questão da adequação do Código Florestal aos vários biomas.

Essa foi uma discussão que nós trouxemos aqui da primeira vez. Nós temos clareza de que o Código vigente, o atual, não trata adequadamente da particularização do Código para os biomas e, certamente, o substitutivo, o PLC 30 também não.

A adequação para cada bioma – e ela é necessária – logicamente depende de um tempo muito maior do que esse que estamos discutindo, de dois ou três anos, porque você vai ter que estabelecer uma ação diferenciada para cada bioma, uma ação diferenciada para cada um dos ecossistemas dentro do bioma, o que foi muito bem comentado.

Um dado científico que é muito interessante e que nos levou a ter a tranquilidade nesse momento de não reforçar a importância de trabalhar com bioma é o de que, quando nós trabalhamos com cobertura florestal da paisagem agrícola – e vários trabalhos mostram isso –, o número de 30% de cobertura florestal para as formações – isso são dados da Mata Atlântica – e de 50% a 60% para a Amazônia – esses dois dados existem – são efetivamente os números mínimos, a partir dos quais há uma grande queda da biodiversidade remanescente, há uma grande perda de espécies.

Então, é muito interessante: se nós pensarmos em 30% para a Mata Atlântica, que é exatamente o limiar, se você falar em 20% de reserva legal e mais algo em torno de 8% a 10% de área de preservação permanente, é exatamente o número de cobertura florestal que você tem. E é exatamente esse número. Quer dizer: para todas as formações florestais do bioma Mata Atlântica, esse número, o cumprimento do Código atual, estaria muito adequado. E, para a Amazônia, essa discussão entre os 50% e os 80%, também atende aos dados científicos, em função do que se conhece hoje, que seriam coberturas adequadas já que são áreas de menor aptidão agrícola.

Então, nessa questão, o que nós consideramos? Isso que foi muito bem comentado pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Eu acho que o Senado e a Câmara têm de ter essa responsabilidade de um aperfeiçoamento pós-Código, exatamente para continuarmos tendo tempo para fazer essas adequações que sejam necessárias e, logicamente, votar agora, desde que não comprometam essas adequações no futuro. Essa

é uma questão que tem de ficar muito clara, ou seja, votar um código numa situação mais ampla que nos permita, no futuro, adequar para cada um dos biomas.

Uma das questões que foi colocada pelo Senador Eduardo Braga e também pelos Senadores Luiz Henrique e Blairo Maggi, a da compensação da reserva legal em outro bioma, é uma questão para a qual eu gostaria que vocês estivessem muito atentos, porque, se nós abrirmos a questão da compensação da reserva legal, como está sendo proposto, tirando dos quatro módulos e tirando a compensação no bioma, ficou muito claro, nos dados, que o nosso déficit de reserva legal de 45 milhões cai para 13 milhões – e esses 13 milhões na Amazônia. Todos os outros biomas não têm mais déficit de reserva legal. Com isso, nós acabamos com o mercado da compensação, acabamos com tudo isso que foi comentado, que o Senador Eduardo Braga comentou, que o Senador Rodrigo Rollemberg comentou: se não houver demanda, logicamente não há compensação.

O pequeno agricultor vai ter apoio de ganhar aqueles R\$800,00/hectare/ano, fazendo restauração, se ele for induzido para essa compensação. Se não houver o mercado da compensação, nós vamos continuar com a pecuária rendendo R\$200,00/hectare/ano.

Então, esse mercado da compensação é um mercado interessantíssimo, inclusive do ponto de vista da distribuição de renda, que pode ser valorizado. E por isso nós abrimos essa perspectiva: você faz isso na microbacia... Tem na microbacia? Tem". O que você considera nessa compensação na bacia ou na microbacia? Tem fragmentos de floresta para compensar? Não; não tem. Tem áreas de baixa aptidão agrícola para compensar? (E para isso temos vários mecanismos para apontar essas áreas.) Tem. Então, a compensação é nessas áreas de baixa aptidão agrícola, distribuindo renda inclusive. Não, não tem isso. Abre para o bioma.

Por que eu nem discuto a questão de outro bioma? Porque não vai ser necessário isso. Esse mercado não chegará a esse outro bioma, a não ser que se quera facilitar mesmo, porque, assim, acaba-se com o mercado de uma vez. É lógico que, se eu sou usineiro em São Paulo ou em Pernambuco, vou compensar em uma área da Amazônia e, logicamente, não vou precisar compensar, porque não foi criado nenhum mercado de compensação.

Então, chamo atenção para isto: nós estamos em um belíssimo momento para estabelecer uma política agrícola e uma política ambiental, e o mercado da compensação da reserva legal é um excelente mecanismo para tanto, inclusive para distribuição de renda. Por isso não consideramos a possibilidade de um outro bioma.

Quanto à questão colocada pelo Senador Blairo relativa ao custo tanto da restauração da reserva legal como de custo de restauração da APP, isso precisa ficar muito claro. Precisamos quebrar esse paradigma definitivamente. Tem havido, inclusive no Senado, alguns números absurdos. Falou-se em três, quatro PIBs brasileiros para a adequação ambiental. Isso não existe. Se tivéssemos de plantar 100% das nossas APPs e 100% das nossas reservas legais, o Brasil teria, pelo menos, cinco ou dez vezes mais tempo de ocupação do que tem.

Então, felizmente – talvez até pelo Código de 1965 -, temos, em nossas áreas naturais, uma grande resiliência e muitas delas vão se recuperar só pelo seu isolamento. Foi comentado aqui, por pessoas que tiveram várias experiências - isso é real -, que, se pararmos de usar as APPs, pararmos de usar as áreas de baixa aptidão agrícola, para compensação da reserva legal, essas áreas, na maioria das vezes, vão se restaurar. Talvez com uma qualidade menor do que a que gostaríamos, mas a qualidade é estabelecida em um programa estadual, em um programa federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Professor, permita-me um aparte. Parece-me que, inclusive, já há uma resolução do Conama que reconhece o tratamento para regeneração como...

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – O termo real para isso, o termo é técnico, é “restauração passiva”. Por favor, lembrem-se desse termo. “Restauração passiva” é parar de perturbar a área para deixar que ela se regenere naturalmente. Quanto a enriquecer essa área no futuro, isso depende de conhecimento científico, de mudas. Só que estamos falando em plantar 1.800 mudas por hectare. Para plantar 50, 100 mudas por hectare, certamente, o custo é muito inferior, se a proposta for conservação da biodiversidade ou se a proposta for aproveitamento econômico. Podemos, inclusive, criar capoeiras e, no futuro, enriquecê-las dentro da perspectiva de aproveitamento econômico, como foi comentado, como estamos fazendo em Paragominas, no Pará.

Então, a perspectiva do custo da restauração precisa ser muito mais claramente discutida. Falo isso por quê? Não falo à toa. Acabou de acontecer, no México, o Congresso Mundial de Restauração Ecológica. Ele aconteceu em Mérida, há um mês. Eram mil participantes, as maiores autoridades do mundo. Havia 150 brasileiros. A comissão do Brasil foi reconhecida com a de melhor tecnologia de restauração do mundo.

Temos a melhor tecnologia de restauração do mundo porque temos o Código Florestal atuando desde 1965. Os países que não têm código florestal es-

tão desesperados para aprender a fazer restauração, inclusive com o Brasil.

Esse é um aspecto para o qual peço pelo amor de Deus que não deixem de usar esses números de custo de restauração para impedir o cumprimento do Código Florestal. Isso realmente é ruim.

Dentro das colocações do Senador Jorge Viana – que foram muito interessantes - gostaria de ressaltar uma delas. Esta Casa sempre recebeu a ciência com muito carinho. Eu agradeço, em nome da SBPC e da ABC, o carinho com que fomos recebidos aqui em todas as comissões e também a oportunidade que nos tem sido dada.

V. Ex^a comentou uma questão muito forte quanto ao desconhecimento. Falar que a ciência hoje tem resposta para tudo é mentira, não é verdade. Mas temos vários caminhos para chegar a essa resposta. Inclusive caminhos que podem ser financiados.

Quanto à restauração, o Senador Blairo citou um fato interessantíssimo. Muito recentemente, em função dessa resolução de São Paulo, em função desses custos de restauração de São Paulo, alguns técnicos de São Paulo foram contratados pela empresa que trabalha dentro da reserva indígena, o ISA.

Hoje o ISA desenvolve uma metodologia de restauração de mata ciliar, que o senhor de conhecer, com plantio de sementes de nativas em plantadeira de soja. Colocam sementes dentro da plantadeira de soja e saem plantando sementes de nativas como se estivessem plantando soja.

Isso está mais do que divulgado. Há vários vídeos sobre isso. Vale a pena conhecer para mostrar os avanços que estamos fazendo em restauração e, logicamente, com redução de custos.

Então, essa questão que é colocada é real, assim como temos a questão da tecnificação na Amazônia. Há desconhecimento da tecnificação da pecuária na Amazônia, mas certamente temos de avançar nesse conceito.

A questão colocada do desconhecimento... O que não podemos é ter uma política agrícola sustentando esse desconhecimento e colocando assentados na fronteira agrícola exatamente na região onde não temos conhecimento. Se o assentado na Amazônia der certo é porque ele é um herói, porque tem tudo para não dar certo.

Essa é a perspectiva. Esse cara é irregular ambientalmente? Quem disser isso é um louco. Concorro plenamente. O proprietário rural não é o culpado de nossa irregularidade ambiental; a nossa irregularidade ambiental é falta de política agrícola e falta de cumprimento da política ambiental. O proprietário é só fruto de tudo isso. Então, logicamente, não podemos

colocar o proprietário rural. Isto eu gostaria de deixar muito claro na posição da SBPC e ABC: ninguém na SBPC e na ABC propõe – uma colocação feita pelo Senador Jorge Viana – que nós restauremos com florestas nativas áreas altamente produtivas ou de alta aptidão agrícola. Ninguém propõe isso. A nossa proposta é muito clara: restaurar as APPs, as áreas de preservação permanente pelos papéis ecossistêmicos que ela tem, conservar as florestas que sobraram na paisagem agrícola, interligar essas duas coisas – você está falando de interligar com corredores ecológicos, a reserva legal que está fora da APP com a APP, o que a gente chama de corredor ecológico –, e se isso não chegar ao número do cumprimento, vem a proposta da compensação. Então compensação nessas áreas de menor aptidão agrícola.

Essa é uma questão muito clara para a gente. Essa compensação exatamente feita dentro dos moldes de que estamos falando.

A questão de custo. Tem custo? Essa compensação é para aproveitamento econômico? Então, quem estiver fazendo a compensação vai pagar parte desse custo porque vai fazer o aproveitamento econômico.

Essa equação hoje está praticamente resolvida. Se a gente pensar no custo da restauração e pensar nesses mecanismos de pagamento de serviços ambientais, nós vamos precisar de financiamento, como foi comentado, na verdade, para pequeno e médio agricultor, porque os grandes já estão se equacionando nessa perspectiva.

Essa é uma questão que devemos discutir muito fortemente. Estamos falando aqui de um recurso financeiro e técnico para pequeno e médio agricultor. Estamos falando de um recurso técnico para grandes produtores, porque esses se não resolveram o problema foi porque não tiveram acesso ao conhecimento para resolvê-lo, porque a grande maioria já está resolvendo através de programas de consultoria como acontece..

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – E os grandes estão sendo empurrados pelo mercado. O mercado está fazendo com que ele faça isso.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Exatamente. O mercado de certificação está fazendo isso. Nós temos de equacionar, na verdade, a sustentação para o pequeno, dentro da perspectiva de dar aproveitamento econômico a essas áreas, lógico que isso é financiado porque são todas sustentáveis economicamente, como mostrei para restauração de pasto, ou seja, se tivermos um financiamento do BNDES para restauração de reserva legal dentro de uma perspectiva de quinze a vinte anos de carência com trinta anos para pagar, isso é tranquilamente pagável. É uma equação econômica que fecha tranquilamente. Acho que isso

é mais interessante do que, por exemplo, financiar estrada para Evo Morales.

Essa é uma perspectiva que eu acho bastante interessante de uma política.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cancelaram ontem. (Risos.)

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Dentro disso acho que essa equação está muito tranquila. Não tenho essa preocupação. Acho que o Senador Blairo colocou muito bem. Acho que nós não devemos nos firmar nessa questão da discussão do Código Florestal pela questão de custo. Eu acho que isso... Se nós adotarmos, se o Código Florestal adotar que todas as áreas de APPs vão ser abandonadas a partir de amanhã e que todas as áreas de baixa aptidão agrícola vão ser abandonadas a partir de amanhã, certamente, daqui a 10 anos, o mundo vai agradecer a vocês por esse serviço.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Professor, V. S^a me permite?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Essa é uma questão que... Só retornando: as áreas, efetivamente, onde é preciso plantio de mudas são as áreas que foram extremamente degradadas. Nós estamos falando de situações muito específicas na Mata Atlântica, situações muito específicas em alguns ambientes, mas nessas, efetivamente, nós temos de aplicar o conhecimento que existe ou gerar novos conhecimentos que ainda não existem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para fazer um registro: o senhor deve ter acompanhado o programa MT Legal, não é? Com toda certeza, conhece-o de perto e, talvez, por dentro, não é?

O programa MT Legal, que foi desenvolvido no Mato Grosso, prevê, e já foi feito, que todos os produtores de soja, de pecuária e os de cana, que não é muita coisa o que temos no Estado, enfim, as atividades agrícolas... Os produtores assinaram com o Governo – na época, eu era o Governador – um termo pelo qual todas essas áreas seriam abandonadas, quer dizer, deixariam de lado, e já foram demarcadas e deixadas de lado.

Então, o processo já vem acontecendo na regeneração de quem entrou para o programa MT Legal, que é, basicamente, o programa que a gente está discutindo aqui, de recuperação através desse Código.

Então, nós temos um exemplo.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Esse programa MT Legal surgiu em quatro cursos. Nós fizemos esse laboratório, como a Senadora Ana Amélia citou, com o pessoal da Sema no Mato Grosso. Na verdade, o programa saiu como um dos produtos desse curso e foi muito interessante, porque é isto que o

senhor falou: aqueles que já adotaram já têm quase a regularização de sua posse.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente, já estão dentro do sistema de regularização.

Então, só dar como exemplo, eu acho que se a Comissão, alguns membros da Comissão tivessem interesse ou se têm interesse em conhecer como isso funciona na prática, nós poderemos levá-los a Mato Grosso. Tem “n” propriedades que já têm o registro, já têm o seu certificado de regularização, estão em processo de regularidade, e dá para se conhecer como será no futuro. Nós temos, há praticamente três anos ou quatro anos, funcionando isso no Mato Grosso.

Agora, eu queria, se o senhor pudesse me dar uma ideia... Eu tenho defendido muito, na questão das APPs, que nós não mexamos com os pequenos produtores, que estão na sua agricultura familiar, enfim, que estão, ali, radicados há muito anos, na questão das APPs.

Eu acho que a gente está discutindo o Código Florestal, está discutindo a questão do meio ambiente e me parece, e eu disse isso na última reunião que nós tivemos, que nós estamos esquecendo um pouco o homem. Simplesmente chegar, hoje, e tirar todo mundo de lá – “Está errado, vai embora” – é criar um problema social muito maior que o problema ambiental.

Então, eu gostaria de entender um pouquinho o que a universidade, o que vocês pensam disso.

Eu defendo a ideia de que nós podemos deixá-los lá até os quatro módulos, ou qual for o número que a gente buscar, e, a partir disso, criar um programa com mecanismos financeiros ou fiscais para que, com o tempo, eles possam sair voluntariamente. Se eles não quiserem sair, que fiquem lá. Nós temos gente morando nas beiras dos rios, lá em Cuiabá – e, certamente, lá no Acre e em tantos outros lugares –, há 200 anos, 300 anos. E como é que a gente vai lá e tira esse cidadão, hoje, de lá?

Quer dizer, nós não podemos, simplesmente, em nome do meio ambiente, da questão ambiental, esquecer o homem, porque acho que em primeiro lugar, em tudo isso, está o homem. E nós estamos falando de agricultores, de ribeirinhos, de pessoas simples que não têm outro caminho a não ser ficar ali.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Concorro plenamente, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes, porque, aí, você poderia fazer uma fala final, eu tinha pedido também, e acho que vocês, nessa quantidade de solicitações, um comentário sobre a importância de fazermos, claramente, uma separação entre a produção familiar ou a pequena propriedade no trato das questões, principalmente vinculadas a passivo. Eu

não estou falando de novo regramento – a exigência, daqui para frente, é uma coisa –, mas a situação que nós temos de passivo.

A última é em relação à separação, no próprio texto da lei: tratamento de disposições transitórias para tratar do passivo e das permanentes, para que a gente possa ter duas coisas: uma lei que esteja de fato valendo e não contaminada para trazer novos danos ao meio ambiente, como nós tivemos até aqui e também encontrar uma solução para que o meio ambiente comece a ganhar o que perdeu no passado. Esse é um comentário importante.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Sim, eu achei – se eu entendi bem essa colocação das transitórias e das permanentes – a ideia excelente porque, efetivamente, são duas questões. Uma história de política agrícola mal feita, uma história de falta de cumprimento de política ambiental, é a realidade do Brasil.

Então, hoje, qualquer propriedade na Amazônia que for aberta hoje vai ser aberta irregularmente. Por desconhecimento? Lógico que não. O Código Florestal está aí, está sendo discutido, está na mídia. Se abriremos hoje uma propriedade vai ser por quê? Porque a política de financiamento de abertura até hoje, pelo BNDES, inclusive, é com fogo. E não tem como fazer planejamento agrícola nem ambiental com fogo na abertura. Você não tem como falar: “Para na mata ciliar ali 30 metros, pula 60 e não tem”. Então, áreas de baixa aptidão agrícola já são degradadas nessa perspectiva. Quer dizer, resolver esse passivo – acho interessante isso – é permanente para que nós tenhamos políticas para que as novas propriedades não sejam abertas de novo com irregularidade, gerando mais passivo no futuro. Então, isso é um exemplo típico do Xingu. O Xingu é um exemplo típico. Certamente, a abertura do Xingu nesses últimos 10 anos, se fosse pensada hoje com a certificação, com a questão das demandas de mercado, certamente seria diferente. Nós estamos hoje investindo na recuperação do Xingu o que a gente desmatou nos últimos 5 anos. Com certeza, não tem recurso no mundo que vá acabar com isso. Cinco anos depois você tem que recuperar o que você desmatou cinco anos atrás, nós vamos ficar nesse ciclo o resto da vida.

Então, isso eu acho interessantíssimo resolver, porque aí resolve o passivo e não deixa criar novos passivos dentro das permanentes. Acho a ideia maravilhosa e, certamente, vai dar um grande diferencial nessa proposta do Código Florestal.

Quanto à questão da agricultura familiar, que foi comentada, já há dados para isso. Há vários dados para isso e esse foi, inclusive, um dos nossos diferenciais de apresentação no México.

O que nós não podemos deixar acontecer e que está acontecendo é um pequeno agricultor como esse, da agricultura familiar, estar com pecuária ou estar produzindo cana. Se vocês forem hoje na Associação de Produtores de Cana de Pernambuco, 90% da Associação de Produtores de Cana de Pernambuco – e estou falando de 12 mil associados – são pequenos agricultores de assentamento rural, assentados. Assentado produzir cana? Isso não é econômico nunca. O cara tem um rendimento de R\$300, R\$200 por hectare, que não é econômico nunca. Por quê? Porque ele não tem outra alternativa. Ou ele produz cana ou ele morre de fome. Então, se a gente conseguir, numa política de diferenciar a produção desse agricultor como, por exemplo, sistemas agroflorestais na APP, que já é possível, inclusive, no Código Florestal atual, através de uma resolução Conama, você vai dar o diferencial para aquele pequeno agricultor parar de produzir milho, parar de produzir... Isso, logicamente ele vai precisar de recursos para isso, ou de uma política para isso. Nós precisamos ter uma política agrícola e ambiental para isso.

Então, o pequeno agricultor pode certamente ocupar as áreas de preservação permanente com sistemas agroflorestais, trazendo a diversificação da produção. Não podemos deixar o pequeno agricultor produzindo milho, competindo com o grande produtor ou produzindo cana, competindo com usina de cana, ou produzindo pecuária em 10 hectares, o que, certamente, não dá nenhum retorno econômico.

Então, isso de novo não é problema ambiental, é problema de política agrícola. Então, certamente os pequenos agricultores – e foi isso que a gente comentou na SBPC e na ABC – os pequenos proprietários... E aqui, se tem que haver uma modificação da lei sobre agricultura familiar, talvez tenha que ter, mas a nossa tendência é de usar a Lei de Agricultura Familiar, a definição de agricultura familiar para diferenciar esses pequenos agricultores, que são esses que efetivamente dependem da propriedade. Porque, senão, vamos diferenciar um chacareiro em São Paulo, um médico em São Paulo que tem chácara em outros lugares.

Então, essa é uma questão que nós precisamos conseguir diferenciar. Mas esse, certamente, tem que ter um diferencial, não de política ambiental, mas de política agrícola e ambiental.

Essa é a proposta da SBPC.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Professor Ricardo, o senhor falou: “Nós estamos fazendo um trabalho de reposição em Paragominas”. Quando o senhor fala “nós”, é a Esalq, qual entidade?

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Na verdade, é um projeto que vale a pena ser conheci-

do por vocês, tal como esse da Tanguro, que também vale a pena. É um projeto da Prefeitura Municipal de Paragominas, juntamente com o Sindicato Rural de Paragominas. Seria muito interessante vocês trazerem aqui o Prefeito Adnan e o Presidente do Sindicato, que é o Mauro Lúcio. São os dois da terra. O Mauro Lúcio é um produtor de pecuária de altíssima tecnologia, que viu a pecuária se acabar no Município. Eles propuseram o que se chama “pecuária verde” no Município, um programa que tem apoio da TNC, do Fundovale, do meu laboratório, na área ambiental, e do laboratório do Professor Moacyr Corsi, na área agrícola. Então, é um projeto institucional tocado pela Prefeitura e pelo Sindicato Rural.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com apoio técnico do laboratório que V. Sª preside.

Pedindo licença ao nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, nesta reunião que está se aproximando do encerramento, agradeço a presença dos empresários que são líderes, Vice-Presidente da Fecomércio, do Rio Grande do Sul, o Itamar, o Néelson, o Ibrahim e também o Charles, que é da Assessoria Parlamentar. Apenas quero mostrar a eles o que é o dilema de todos os Senadores desta Casa. Aqui está se debatendo o Código Florestal, que é um tema vital não só para o Rio Grande. Os Presidentes das Comissões, Senador Rodrigo Rollemberg, do Meio Ambiente; Senador Eduardo Braga, da Ciência e Tecnologia; Senador Luiz Henrique, Blairo Maggi, Jorge Viana, Paulo Davim e todos que estiveram aqui, o dilema é que, aqui do lado, a Comissão de Assuntos Econômicos discute a Lei Geral do Simples, que é um tema crucial também para os empreendedores. Então, ficamos divididos, na escolha de Sofia entre a questão ambiental, que é crucial, e a questão do interesse dos empreendedores.

Cito a presença de vocês aqui para verem um pouco o drama que vivemos nesta Casa com o acúmulo de trabalho, não podendo atender a todos como gostaríamos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E também a mobilização pela emenda nº 29 em frente ao Palácio, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É outra coisa a que me comprometi estar presente. Obrigada, Senador Paulo Davim, médico, comprometido com as questões de saúde. Muito obrigada. Presidente Rodrigo Rollemberg por essa concessão desse aparte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Cumprimento V. Exª.

Agradeço, de forma muito especial, aos convidados, ao Dr. Elíbio, aqui representando a Academia Brasileira de Ciências, Professor Doutor Ricardo, re-

presentando a ESALQ. Tivemos mais um debate de altíssimo nível e de contribuições importantíssimas aos nossos Relatores na proposta que vão encaminhar às diversas comissões temáticas em que o Código ainda vai tramitar: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Agricultura e, finalmente, a Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Muito obrigado pela presença de V. S^{as}.

Antes de encerrar a reunião, quero colocar em apreciação a ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a ata conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Agricultura e Ciência e Tecnologia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, na sala dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, João Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Reditário Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Justificam as ausências os Senhores Senadores Eduardo Braga e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Walter Pinheiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 490, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos”. O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg. A deliberação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 439, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que

“Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela. Feita a leitura do relatório, ficam adiadadas a discussão e votação da matéria. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 148, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Xavante de Ipanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Regeneração, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São Félix do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Piauí, Estado do Piauí.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 164, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Anibal Diniz** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Popular de Palhano - ACCPP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhano, Estado do Ceará.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Vital do Rêgo** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Ecológica de Cajueiro da Praia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Vital do Rêgo** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 147, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária a Voz de Penedo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.**” O relator designado é o **Senador Vital do Rêgo** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 475, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cavalcante, Estado de Goiás.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Anibal Diniz** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 701, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Anibal Diniz** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova**

o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Artística e Cultural de Corumbáiba - Goiás (ADACCG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbáiba, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Anibal Diniz** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SPC Sistema Paranaíba de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Anibal Diniz** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa Pio XII de Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Vital do Rêgo** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 372, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador João Ribeiro** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 143, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Planalto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador João Ribeiro** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Raízes de Milhã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.**” O relator designado, ad hoc, é o **Senador João Ribeiro** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 155, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação

e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Popular de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Star Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 36, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora De Penápolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 37, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paulista de Avaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2011**, de caráter

terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Novo Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 163, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio Educativa Uberaba - FUREU para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 468, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Astral Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 237, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Integração Comunitária Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, o

Senhor Senador Walter Pinheiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 53, de 2011 - CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos senhores Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, que requer "..., nos termos nos termos regimentais, pelo presente, e de acordo com o art. 93, inciso II do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para instrução do PLC 30/2011 (Código Florestal) e debates em torno do tema "Instrumentos Econômicos e Serviços Ambientais – Modelos, Tecnologias e Soluções", e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: Werner Grau Neto – Advogado e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados. Área de Atuação: Direito Ambiental, consultivo e contencioso; Mudança do Clima e Sustentabilidade. Finalidade: Opinião sobre os modelos jurídicos de mecanismos de serviços ambientais em voga no Brasil e no exterior, e as propostas em debate no Congresso Nacional; Gerd Sparovek – Professor da USP, atuando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Área de Atuação: Conservação do Solo e Planejamento do uso da Terra. Finalidade: Apresentação de sugestões de modelos de ferramentas e instrumentos econômicos para aplicabilidade em serviços ambientais – fontes de receita e custeio; Ivan André Alvarez – Pesquisador da EMBRAPA. Área de Atuação: Recuperação de áreas degradadas, restauração ecológica, geoprocessamento, manejo florestal, arborização urbana, floricultura com espécies nativas, conservação da natureza e paisagismo. Finalidade: Apresentar modelos e tecnologias de prestação de serviços ambientais, com sustentabilidade econômica, para preservação de áreas protegidas ou recuperação de áreas degradadas." O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2 Requerimento n.º 54, de 2011 - CCT** de caráter não terminativo, de autoria dos senhores Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, que "..., nos termos regimentais, requeiro o aditamento ao Requerimento no 11/2011-CCT, requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a inclusão do tema "Criação do Banco FINEP" junto aos assuntos que serão debatidos na Audiência Pública aprovada por aquele Requerimento, ora aditado, passando então o tema da mencionada Audiência Pública a ser "Avaliação da Gestão e Efetividade dos Mecanismos de Financiamento das Atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação No Brasil, e Criação do Banco FINEP". Também serve o presente para vincular esta Audiência Pública ao conjunto de audiências realizadas pela 1ª. Jornada pela Inovação.

Em havendo deliberação favorável, mantêm-se os convidados elencados no Requerimento no 11/2011-CCT, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada, no diário do Senado Federal. – **SENADOR WALTER PINHEIRO**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Há um comunicado da Presidência a fazer.

Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico que chegou a esta Comissão o PLC nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Portanto, trata-se do Código Florestal, para os menos avisados.

De acordo com o art. 122, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, poderão apresentar emendas quaisquer dos membros da Comissão. Informo ainda que, até a presente data, esta Comissão recebeu 50 emendas de alguns dos seus membros. Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, as 96 emendas apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram rejeitadas pelo Relator, Senador Luiz Henrique, que, naquela Comissão, analisou a constitucionalidade e juridicidade da matéria. Diante do exposto, V. Ex^{as}, membros desta Comissão, caso desejem que as emendas apresentadas na CCJ sejam apreciadas pelo Relator a ser designado pela CCT, devem reapresentá-las, de acordo com o disposto no art. 124 do Regimento Interno do Senado Federal, que diz: "Terá o seguinte tratamento a emenda apre-

sentada na forma do art. 122: I – no caso do inciso I, será considerada inexistente quando não adotada pela Comissão; [...]”. Por isso, faz-se necessária uma reapresentação junto a esta Comissão, para que a emenda possa tramitar.

Chega aqui, neste momento, o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Orçamento, que, portanto, trará alento à Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Se já vai embora, ficou prejudicado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vou ficar aqui, que esta é a Comissão de que mais gosto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Há sobre a mesa um requerimento de autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro, apresentado junto à Secretaria-Geral da Mesa, solicitando licença dos trabalhos da Casa no dia 28 de setembro, quando participará de uma programação em seu Estado.

Há sobre a mesa um convite do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal para os membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática participarem das visitas técnicas às instalações das empresas de telecomunicação. São sugeridos os seguintes dias: dia 3, visita ao Centro de Gerenciamento de Redes da Oi; dia 17, visita ao Centro de Gerência de Redes da TIM; e dia 24, visita ao Centro de Controle das Redes em Santana, São Paulo, operado pelo Grupo Telefônica do Brasil.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem participar das referidas visitas técnicas ou de algumas delas queiram, por gentileza, informar à Secretaria da Comissão. Sugiro às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que têm, de forma muito enfática, militado nessa área que façam uma visita a um desses Centros, o que é importante – como conheço sobejamente bem esses Centros, falo por experiência própria – até para que tenhamos a oportunidade de debater com essas operadoras o que significam os Centros de Gerenciamento de Redes principalmente para as regiões remotas do Brasil. Particularmente, nas regiões Norte e Nordeste, há dificuldades extremas.

Concedo a palavra à Senadora Angela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Peço um esclarecimento, Senador Walter Pinheiro: está prevista uma visita técnica à operadora Oi também?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Isso.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Quando? Segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Dia 03/10. Eu, lamentavelmente, não poderei acompanhá-la, Senadora, porque estarei na cidade de Campo Grande, juntamente com o Senador Vital do Rêgo, para apresentação do Plano Plurianual e da peça orçamentária de 2012. Portanto, não poderei estar presente. Gostaria muito de voltar ao Centro de Gerenciamento de Rede no Rio de Janeiro, local onde trabalhei durante muitos anos de minha vida, não necessariamente no Rio de Janeiro. Sou funcionário da Telebahia e, conseqüentemente, virei funcionário da Oi.

Temos também à mesa, requerimento do Senador Eduardo Braga. S. Ex^a requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 28 e 29 de setembro, quando o nosso Presidente participará da assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil Sem Miséria com o governadores da região Norte, o que será realizado na cidade de Manaus, conforme convite anexo.

Pauta da nossa Comissão.

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009

Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Obs.1: A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer contrário à matéria.

Obs.2: Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Prejudicado, visto que o relator, Senador Rodrigo Rollemberg, não se encontra presente.

Senador Vital do Rêgo, atenderei ao pedido de V. Ex^a daqui a pouco, não só pela presença, mas pela figura da Senadora Angela Portela, que tem todos os precedentes.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Presidente.

ITEM 2

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2011

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Favorável, com as emendas que apresenta.

Obs.: *Matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

Com a palavra a Senadora Angela Portela para a leitura do seu relatório.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vou fazer a leitura, Sr. Presidente.

Temos aqui o relatório do projeto de que é autor o Senador Humberto Costa. Vou fazer agora a leitura da análise do nosso projeto.

A matéria objeto da proposição se inclui na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal (CF), que atribui a essas unidades da Federação competência para legislar sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a iniciativa legislativa parlamentar é legítima, conforme dispõem os arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii)* o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico, *iii)* possui o atributo da *generalidade*, *iv)* se afigura dotado de potencial *coercitividade* e *v)* se revela compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, julgamos que a proposição deve prosperar.

De fato, é necessário assegurar ao consumidor o direito de não receber ofertas por meio telefônico ou eletrônico, salvo nos casos em que autorize previamente. Dessa forma, evitar-se-á que o consumidor seja importunado a todo momento com ofertas indesejadas, que estão proliferando e ocupando tempo precioso da sua atividade diária.

Anda bem também o projeto, ao determinar que sejam disponibilizadas ao consumidor, no caso de oferta por telefone, meio eletrônico ou qualquer outra

modalidade a distância, as informações necessárias para que possa decidir pela contratação do fornecimento do produto ou serviço, bem como os nomes e endereços do fabricante e do fornecedor e o número telefônico e endereço eletrônico, para que possa exercer o direito de devolução, troca ou qualquer outro tipo de reclamação.

Quanto à cobrança indevida de dívidas, o projeto aperfeiçoa a legislação, ao prever que o consumidor terá direito a indenização ainda que não tenha pago o valor indevidamente cobrado.

O direito de arrependimento (direito de desistir do contrato) tem sua disciplina aprimorada pela proposição, que estabelece prazo de vinte dias para que o fornecedor devolva ao consumidor os valores eventualmente pagos, após o qual o valor pago deverá ser restituído em dobro.

Finalmente, o PLS nº 439, de 2011, aperfeiçoa o Código de Defesa do Consumidor, conferindo às decisões favoráveis ao consumidor a respeito da cobrança indevida de dívidas e do direito de arrependimento, exaradas por órgão ou entidade estadual de defesa do consumidor, a natureza de título executivo, nos termos do inciso VIII do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e permitindo ao juiz a adoção de medidas que visam assegurar a devolução dos valores pagos pelo consumidor, no caso do exercício do direito de arrependimento.

Entendemos que todas as medidas propostas contribuem para conferir uma proteção mais efetiva para o consumidor, parte mais fraca na relação de consumo.

São necessários, contudo, ajustes na redação de alguns dispositivos, os quais são objeto das emendas que apresentamos.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCT

Exclua-se do art. 1º do PLS nº 439, de 2011, a alteração proposta no art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

EMENDA Nº 2 – CCT

Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na forma do que dispõe o art. 1º do PLS nº 439, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º

“Art. 33.

§ 1º

II – preço total do produto ou serviço, bem como despesas de entrega, ou quaisquer outras que onerem o consumidor;

.....” (NR)

EMENDA Nº 3 – CCT

Dê-se ao inciso XIV do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na forma do que dispõe o art. 1º do PLS nº 439, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º

“Art. 39.

XIV – enviar oferta de produto ou serviço por meio eletrônico ou telefônico a consumidor, sem sua prévia autorização;

.....” (NR)

EMENDA Nº 4 – CCT

Dê-se ao § 1º do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na forma do que dispõe o art. 1º do PLS nº 439, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º

“Art. 42.

§ 1º O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito, salvo hipótese de engano justificável:

I – ao recebimento do valor cobrado em excesso, independentemente de pagamento; ou

II – à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.

.....” (NR)

EMENDA Nº 5 – CCT

Dê-se ao *caput*, ao § 1º e ao inciso II do § 4º do art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na forma do que dispõe o art. 1º do PLS nº 439, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º

“Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato no prazo de sete dias a contar do ato de recebimento do produto ou serviço ou, na falta do recebimento, do último dia do prazo contratado para a entrega, caso a contratação

tenha sido efetuada a domicílio ou por meio eletrônico, telefônico, postal ou qualquer outra modalidade a distância.

§ 1º Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, a totalidade dos valores pagos deverá ser devolvida pelo fornecedor.

§ 4º

II – determinar o bloqueio do domínio da página eletrônica do fornecedor inadimplente ao órgão de registro responsável pelos endereços na rede mundial de computadores (Internet).” (NR)

Esse é o nosso parecer, nosso voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Agradecemos a leitura do voto, mas não há quórum e também fizemos um acordo com V. Exª no sentido de adiarmos a votação da matéria para a próxima reunião. Sem mais nenhum adiamento da próxima vez.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vou passar a palavra a V. Exª

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É desnecessária a minha participação, já que V. Exª completou na sua locução: sem adiamento na próxima reunião. Esse projeto que a Relatora, Senadora Angela Portela, está nos oferecendo é de uma extraordinária..

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Decisiva importância para as doações, inclusive, econômicas e de defesa do consumidor.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – .. de consumo e econômicas.

Estava revendo aqui a iniciativa do Senador Humberto Costa. Certamente, quanto mais rápido nos posicionarmos no Senado para que essa matéria vá para a Câmara, menor custo o Brasil vai ter, porque o comércio eletrônico, a cada instante, cresce mais e ocupa um espaço sem legislação nenhuma, que, agora, o Senador Humberto Costa está prevendo.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – É verdade. Só queria destacar, Senador Walter Pinheiro, a importância de regulamentar o comércio eletrônico, porque esse comércio cresceu no Brasil imensamente, cresceu absurdamente. Precisamos regulamentar o Código de Defesa do Consumidor para proteger esse consumidor, que é o mais frágil nessa relação de produção e consumo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Vital do Rêgo, para que V. Ex^{as} tenham uma ideia disso, um dos operadores de comércio eletrônico no Brasil, na semana passada, dizia-me que eles estão fazendo uma venda, em média, a cada 15 segundos e que a expectativa é que essa marca seja superada. Estou falando em 15 segundos, o que significa dizer que o processo se dá de forma diferenciada. E como é uma operação do consumidor direto com a rede Internet, portanto não há um diálogo, não há troca de palavras e, sim, um processamento eletrônico imediato, ou seja, você seleciona, fixa e indica a sua forma de pagamento, isso se processa na velocidade da luz.

Então, o volume, como disse a Senadora Angela Portela, é realmente preocupante, e não temos a legislação.

Esse debate se arrasta desde 1997. Recordo-me que debatemos, inclusive, com vários países da América Latina; em 1998 e 1999, aqui no Congresso Nacional, houve uma série de debates e proposições no sentido de fixar regras para além das fronteiras brasileiras.

Naquela época, Senadora Angela Portela, a grande questão era exatamente a regulação no nível de enfrentamento que tínhamos na OMC. Tanto é que fui representando o Governo brasileiro em uma das rodadas, a chamada Rodada de Miami, para discutir essa questão do comércio eletrônico, e a legislação ainda era completamente desprovida de qualquer sintonia com o mercado. Ao mesmo tempo, se queria saber de que forma isso iria centralizar as ações em determinados países.

Nesse sentido, quero dar os últimos dados para fazer o nosso apelo a fim de que votemos uma matéria desta natureza: 68% de todo o comércio eletrônico na América Latina está concentrado em um único país, os Estados Unidos. Todo o comércio eletrônico da América Latina está concentrado fora da América Latina, ou seja, todo o processo de operação, o que preocupa.

Temos um volume grande, é verdade. Estou falando da América Latina. Se envolver a América do Norte, talvez, e a América Central, esse percentual pode subir talvez para 80%.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Somente em 2010, Senador Walter Pinheiro, esse tipo comércio cresceu 40% em nosso País, com um faturamento anual de 15 bilhões. E para este ano já se prevê um crescimento de cerca de 30% desse comércio eletrônico e o seu faturamento deverá ultrapassar os 20 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Farei mais um comparativo e passarei, em se-

guida, a palavra ao Senador Vital do Rêgo para ler o projeto de decreto de nossas concessões.

O sistema de radiodifusão brasileiro, Senadora Angela, consolidado e ampliado nos últimos anos, tem um faturamento inferior a 15 bilhões. Portanto, o comércio eletrônico, hoje, movimentava valores, inclusive, muito maiores do que o sistema de radiodifusão brasileiro. Se fizermos uma comparação, o sistema de telecomunicações deverá fechar o ano de 2011 com 150 bilhões. Estou dando esse dado a V. Ex^a até por conta do Projeto de Lei nº 116. O setor de radiodifusão, menos que 15 bilhões. Hoje, mais precisamente, o faturamento está na faixa dos 12 bilhões, que era exatamente a comparação que fazíamos entre os dois setores, numa proporção, Senador João Ribeiro, de um setor para o outro, dez vezes, e na comparação com o comércio eletrônico, que a tendência é crescer muito mais as vendas. Até porque o próprio sistema de radiodifusão brasileiro incentiva, divulga, publiciza o comércio eletrônico. Para que tenhamos uma ideia de como isso tem um nível de incidência enorme na economia. Obviamente, se tem essa movimentação, Senador Benedito de Lira, significa que tem um volume de pessoas envolvidas que também é expressivo. Então, deveremos cuidar dos interesses desses consumidores para que não sejam permanentemente lesados ou tenham seu direito ultrajado.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, para leitura do item 11 da nossa pauta, o PDS nº 147, de 2011. Ao mesmo tempo, solicito a V. Ex^a que faça, na sequência, a leitura dos outros PDS que solicitei a V. Ex^a, itens 9 e 10, para que possamos dar vencimento à pauta.

ITEM 9

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 132, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR DE PALHANO - ACCPP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhano, Estado do Ceará.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Por ordem crescente, vou começar lendo o item 9, Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, para que avancemos nos outros itens. O item 9 tem a Relatoria do eminente Senador Gim Argello e trata da outorga de autorização à Associação Comunitária de Comunicação Popular de Palhano – ACCPP, no Estado do Ceará, na cidade de mesmo nome, Palhano.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 132, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998. Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 132, de 2011 não evidenciou violação às formalidades estabelecidas e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Popular de Palhano – ACCPP* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhano, Estado do Ceará.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador.

ITEM 10

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO ECOLÓGICA DE CAJUEIRO DA PRAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Página 124, item 10. Fundação Ecológica de Cajueiro da Praia, na cidade de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí.

Pede a outorga de autorização para a fundação de mesmo nome.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 144, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Com evidente falta de quórum, peço a V. Ex^a que faça a leitura.. Já tem quórum? Ótimo.

ITEM 11

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE PENEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Esse é da minha relatoria. Trata-se do Estado de Alagoas, cidade de Penedo, Associação Comunitária A Voz de Penedo, que solicita outorga de autorização para seu funcionamento.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 147, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária A Voz de Penedo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penedo, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados nesta reunião, com o apoio indispensável do Senador Benedito de Lira. Vale fazer o registro para que todos da cidade de Penedo conheçam.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador.

Nós vamos passar à sequência, já que nós já atingimos o quórum, para que os Senadores possam ler esses relatórios e depois faremos a votação em globo.

Senador Benedito de Lira.. (Pausa.)

Passo a palavra à Senadora Angela Portela, para o item 3 e item 4.

Eu pediria aos Srs. Senadores que aguardassem um minutinho. Nós vamos fazer a leitura e, aproveitando o quórum, nós vamos promover já a votação.

Senadora Angela, item 3 e item 4.

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vamos direto ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 148, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na

forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado. Item 4.

ITEM 4

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 15, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO XAVANTE DE IPANEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 15, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Xavante de Ipanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senadora Angela.

Com a palavra Senador Benedito de Lira para o item 27 e item 28.

ITEM 28

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SÃO PAULO LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Tramita nesta Comissão Projeto de Decreto do Senado Federal que outorga à Rádio Itapema FM de São Paulo Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A matéria, Sr. Presidente, teve sua tramitação regular. Nada tem quanto a sua constitucionalidade. A técnica legislativa está em perfeito entendimento. Tendo em vista que o exame da documentação que

acompanha o PDS nº 171, de 2011, não evidenciou violação da versão que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade jurídica da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada a Rádio Itapema FM de São Paulo Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – V. Exª poderia ler também o item 27, PDS 163, como Relator *ad hoc*.

ITEM 27

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 163, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O Relator é o Senador Cícero Lucena. Da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 163, de 2011, nº 2.873/2010 da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Tendo em vista, Sr. Presidente, que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 163, de 2011, não evidenciou violação na legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu relato a outorga do ato que pede..

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Aloysio, veja V. Ex^a que, na realidade, é do item 21º ao 26º.

ITEM 21

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 31, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA STAR SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

ITEM 22

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 36, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PENÁPOLIS LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

ITEM 23

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 37, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.

ITEM 24

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 39, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

ITEM 25

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 40, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paulista de Avaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão so-

nora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.

ITEM 26

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 41, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVO RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O item 21º aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Star Sul, que foi deferida pelo Ministério das Comunicações, no âmbito do Executivo. Já aprovado pela Câmara dos Deputados. O meu voto é pela aprovação, uma vez que não há nenhum óbice, de qualquer natureza, a essa outorga.

O item seguinte, Sr. Presidente, é o item 22, que trata da renovação da concessão outorgada à Radiodifusora Penápolis Ltda., também deferida no âmbito do Poder Executivo, depois da análise da documentação pelo Ministério competente. Aprovado na Câmara, o projeto chega ao Senado. Do exame da documentação, não se verifica nenhum óbice à sua aprovação. O voto é favorável.

O item seguinte é o item 23, que renova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida, para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Monte Aprazível, também deferida no âmbito do Poder Executivo, depois da análise da documentação pelo Ministério competente. A Câmara dos Deputados também aprovou o Projeto de Resolução, que chega ao Senado. Da sua análise, não se destaca, não se depreende nenhum óbice à sua aprovação. Voto favorável.

Igualmente, o item 24 renova a permissão à Antena Um Radiodifusão Ltda., frequência modulada, na cidade de São Paulo. O exame pelo Ministério das Comunicações concluiu pelo deferimento. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de decreto legislativo, tendo-o remetido ao Senado. Aqui no Senado, a análise procedida pela assessoria da nossa Casa não verifica nenhum óbice de qualquer natureza, à sua aprovação. Voto favorável.

Item 25: Rádio Paulista de Avaré Ltda. Trata-se de uma renovação de permissão outorgada a esta rádio para operar o serviço de radiodifusão sonora em FM na cidade de Avaré, igualmente aprovada no âmbito do Ministério das Comunicações. Aprovado pela Câmara

dos Deputados, chega ao Senado. Depois do exame da documentação, não se verifica qualquer óbice à sua aprovação. Portanto, meu voto é favorável.

Item 26. Igualmente aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Novo Rio Grande, na cidade de São Bernardo do Campo, aprovada pelo Ministério das Comunicações, depois do exame da documentação que acompanha o processado. Aprovado na Câmara dos Deputados, também chega ao Senado e, do exame dos autos, não há nenhum óbice à sua aprovação. Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz, para a leitura dos itens 5, 6, 7 e 8: PDS nº 28, de 2011; PDS nº 88, de 2011; PDS nº 142, de 2011; PDS nº 164, de 2011.

ITEM 5

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.

ITEM 6

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Regeneração, Estado do Piauí.

ITEM 7

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Piauí, Estado do Piauí.

ITEM 8

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 164, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Item 5, Sr. Presidente. O PDS nº 28, de 2011, foi aprovado pela Câmara por cumprir todos os requisitos técnicos e legais, concedendo concessão à Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.

Somos pela aprovação do item nº 5.

Item nº 6: opinamos também pela aprovação do ato que outorga permissão à CEBELWAM Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Regeneração, Estado do Piauí.

Vamos ao item nº 7, cujo relator é o Senador Eunício Oliveira, que também relatou pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São Félix do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Piauí, Estado do Piauí.

Por último, o item nº 8, também relatado pelo Senador Eunício Oliveira. Ele relatou pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, os itens 194, 204, 214 e 223 têm voto favorável, pela aprovação. São os itens nºs 17, 18, 19 e 20.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – É o PDS nº 133, de 2011.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – É que me pediram para agilizar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – E o PDS nº 155.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Pedi-ram-me para agilizar, mas, se quiserem, eu leio tudo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Item nº 17: PDS nº 372; Item nº 18: PDS nº 143, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro; PDS nº 133, pelo Senador Ciro Nogueira; PDS nº 155, de 2011. São os quatro itens.

ITEM 17

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 372, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MANTIQUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

ITEM 18

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 143, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PLANALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul.

ITEM 19

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 133, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RAÍZES DE MILHÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.

ITEM 20

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 155, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE POPULAR DE COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, quero até aproveitar, numa fala muito rápida, para fazer o que seria quase uma questão de ordem.

Fiquei licenciado por 121 dias e, quando retornei, encontrei uma situação que não entendi: foi essa situação de o parlamentar não poder relatar projetos referentes a emissoras de rádio e televisão do seu Estado. Quer dizer, achei isso o maior absurdo, porque quem conhece o Estado que representa é o próprio parlamentar.

Eu vi há pouco o Senador relatar projeto referente a uma rádio comunitária lá da cidade de Arixá, no meu querido Estado de Tocantins. A gente trabalha

isso, a gente cuida, a nossa assessoria apoia no sentido da documentação e, depois, na hora de ler o voto, de ler o relatório aqui, o Senador não pode. Confesso que não entendi essa resolução da Mesa até hoje e quero voltar a discutir esse assunto. Como membro desta Comissão, não posso aceitar isso, trata-se de algo sem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador, na realidade, o objetivo dessa resolução foi evitar as disputas locais e também dar uma certa tranquilidade ao processo de apreciação no que diz respeito à isenção. Esse tema vinha clamando por isso em função de problemas que existiram País afora. Isso não impede, efetivamente, a participação dos Senadores e Deputados – a resolução também deve ser aplicada pela Câmara dos Deputados; aliás, a Câmara dos Deputados já praticava isso no passado com mais incidência. Mas V. Exª tem todo direito de reabrir o debate.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, isso equivale a dizer que o parlamentar não pode apresentar emenda para o seu Estado. Daqui a pouco..

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – É um pouco diferente, Senador. Convenhamos que é bem diferente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Delcídio do Amaral, V. Exª tem a palavra para relatar o PDS 95, o PDS 468 e o PDS 237.

ITEM 29

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 95, DE 2011

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA UBERABA - FUREU para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

ITEM 30

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 468, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à ASTRAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

ITEM 31

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 237, DE 2008**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu tenho um longo relatório aqui, Presidente, fazendo um histórico de cada cidade depois da rádio.

Sr. Presidente, o item 29 é o Decreto Legislativo nº 95, de 2011, Fundação Rádio Educativa Uberaba, Fureu, da cidade de Uberaba, Minas Gerais, e o meu voto é pela aprovação, até porque é constitucional, juridicamente está tudo sob controle, e a técnica legislativa dentro dos conformes.

Por isso, meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT

– BA) – Obrigado, Senador Delcídio.

Eu vou pedir ao Senador Vital do Rêgo, que está a postos, que leia o item 16, o PDS 153, que é de..

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– E os demais itens, Presidente? Eram o 29, 30..

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT

– BA) – O senhor leu só um?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Só li um.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT

– BA) – São o 29, o 30 e o 31. Eu pensei que V. Exª..

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Então o 30, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT

– BA) – O PDS 468.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) –

Astral Comunicações Ltda., outorga de permissão, Monte Alegre, Estado de Minas, Estado de Minas Gerais.

O meu voto é pela aprovação ao ato que outorga a permissão à Astral Comunicações Ltda.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT

– BA) – O PDS 237, de 2008, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) –

E o PDS 237, contrariando aqui o Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT

– BA) – Esse é antigo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT –

MS) – Do meu Estado, Mato Grosso do Sul, a minha querida cidade pantaneira de Miranda, Associação de Integração Comunitária Vida. Meu voto, não podia

ser diferente, Sr. Presidente, é favorável. Em função da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, somos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Integração Comunitária Vida na cidade de Miranda, no meu Pantanal, Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Delcídio.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, para leitura do item 16, PDS 153, de 2011.

ITEM 16

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 153, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCATIVA PIO XII DE RADIODIFUSÃO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Delcídio enche a voz quando fala do Pantanal, não é?

V. Exª é Relator de um processo de outorga à Fundação Educativa Pio XII de Radiodifusão, que tenho a honra de relatar.

Após a análise não se evidenciou nenhuma inconstitucionalidade, injuridicidade ou ausência de técnica legislativa.

Opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vamos proceder à leitura dos itens 12 ao 15. O Senador Cyro Miranda não está, vou pedir ao Senador Anibal Diniz, como Relator *ad hoc*, que proceda à leitura dos Itens.

ITEM 12

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 475, DE 2010**

Aprova o ato que outorga permissão à SAMPAIO & MARTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cavalcante, Estado de Goiás.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Item 12, relatado pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) –

ITEM 13

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 701, DE 2010**

Aprova o ato que outorga permissão a 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Firmópolis, Estado de Goiás.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Relatado pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) –

ITEM 14

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 26, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE CORUMBAÍBA – GOIÁS (ADACCG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbáiba, Estado de Goiás.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Relatado pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) –

ITEM 15

- Terminativo -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 33, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – PDS nº 33, relatado pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Feita a leitura, então, vamos para o processo de votação, salientando que nós temos já quórum na Casa; portanto, quero colocar em votação do item 3 ao item 31 da nossa pauta e os itens que foram lidos, os PDS, pelas Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo quórum. Quero reafirmar aqui, peremptoriamente, portanto, para que não haja nenhuma dúvida: quórum presente, não só com assinaturas na lista.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quórum presencial.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Portanto, Senador João Ribeiro, em votação dos itens 3 ao 31.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Então, vamos votar.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Por determinação do Presidente Senador Walter Pinheiro, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Seguindo o voto do Senador Delcídio *ipsis litteris*, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Reditario Cassol?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sigo também o voto declarado pelo Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Senador Delcídio do Amaral, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Tendo sido já apreciada a verificação, inclusive, da votação, os itens 3 a 31 estão aprovados.

Eu queria solicitar a inclusão, em plenário, extra-pauta, de requerimento do nosso Senador Eduardo Braga, que subscrevo, inclusive para permitir a inclusão, de uma audiência pública na Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para instrução do PLC 30 para debater o Código Florestal.

Quero chamar bem a atenção.

Para esse debate, há uma lista de painelistas e debatedores aqui apresentados. Trata-se de requerimento apresentado pelo nosso Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga, e subscrito por mim. Essa audiência deve ocorrer na próxima quarta-feira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão desse item na pauta permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Inclusão do requerimento..

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Aquela audiência com a Presidente da EBC que estava agendada para amanhã está confirmada?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Está mantida.

Inclusive, meu caro Senador Anibal, eu teria uma audiência pública na cidade de Uberlândia, amanhã de manhã, mas nós alteramos com os Deputados e Senadores de Minas Gerais, para que a audiência em Uberlândia ficasse para a parte da tarde, o que permitirá, inclusive, a nossa participação na audiência aqui, ainda pela manhã, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ficou para que horas?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – A partir das 9 horas.

E, em aditamento o Requerimento nº 11, da CCT, há um requerimento de inclusão do tema “Criação do Banco Finep”, junto aos assuntos que serão debatidos na audiência pública aprovada por aquele requerimento, ora aditado.

E o tema é exatamente a avaliação da gestão e efetividade dos mecanismos de financiamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e a própria criação do banco. E a sua importância, obviamente, o debate busca isso: a eficiência da criação do Banco Finep no Brasil. Esse conjunto de audiências é chamado de 1ª Jornada pela Inovação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação os requerimentos que passaram a compor a nossa extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 01

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011 – CCT

*Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, e de acordo com o art. 93, inciso II do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT – para instrução do PLC 30/2011 (Código Florestal) e debates em torno do tema “**INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS – MODELOS, TECNOLOGIAS E SOLUÇÕES**”, e em havendo de liberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: - **WERNER GRAU NETO** – Advogado e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados. Área de Atuação: Direito Ambiental, consultivo e contencioso; Mudança do Clima e Sustentabilidade. Finalidade: Opinião sobre os modelos jurídicos de mecanismos de serviços ambientais em voga no Brasil e no exterior, e as propostas em debate no Congresso Nacional; - **GERD SPAROVEK** – Professor da USP, atuando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Área de Atuação: Conservação do Solo e Planejamento do uso da Terra. Finalidade: apresentação de sugestões de modelos de ferramentas e instrumentos econômicos para aplicabilidade em serviços ambientais – fontes de receita e custeio; - **IVAN ANDRÉ ALVAREZ** – Pesquisador EMBRAPA. Área de Atuação: Recuperação de áreas degradadas, restauração ecológica, geoprocessamento, manejo florestal, arborização urbana, floricultura com espécies nativas, conservação da natureza e paisagismo. Finalidade: apresentar modelos e tecnologias de prestação de serviços ambientais, com sustentabilidade econômica, para preservação de áreas protegidas ou recuperação de áreas degradadas.*

Autoria: Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro.

Em votação o requerimento do Senador Eduardo Braga, que propõe audiência pública para debatermos o Código Florestal na próxima quarta-feira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 02

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011 – CCT

*Em aditamento ao Requerimento no 11/2011-CCT, requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a inclusão do tema “**CRIAÇÃO DO BANCO FINEP**” junto aos assuntos que serão debatidos na Audiência*

*Pública aprovada por aquele Requerimento, ora aditado, passando então o tema da mencionada Audiência Pública a ser “**AVALIAÇÃO DA GESTÃO E EFETIVIDADE DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL, E CRIAÇÃO DO BANCO FINEP**”. Também serve o presente para vincular esta Audiência Pública ao conjunto de Audiências realizadas pela 1ª JORNADA PELA INOVAÇÃO. Em havendo deliberação favorável, mantêm-se os convidados elencados no Requerimento no 11/2011-CCT, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate.*

Autoria: Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro.

Em votação o requerimento em aditamento ao Requerimento nº11, de 2011, que trata da avaliação de gestão para a criação do Banco Finep, fazendo parte do conjunto de audiências realizadas pela 1ª Jornada de Inovação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, nós vamos para duas audiências públicas, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, Senador Delcídio, V. Ex^a que é o comandante-em-chefe da Comissão de Assuntos Econômicos, que esta Comissão fará o debate do Código Florestal. Portanto, na linha do debate da chamada economia da floresta, como dizem aqui os povos da Amazônia e, particularmente, o meu amigo Senador Anibal Diniz. É importante a presença de V. Ex^a. Esta Comissão chamou para si o debate. Nós já temos 50 emendas apresentadas ao Código Florestal, e espero também poder contribuir com esse debate.

É importante que o Código Florestal passe por esta Comissão para que a natureza da ciência e tecnologia também possa ser abrigada pela natureza da floresta. Portanto, é fundamental esse debate.

E, mais uma vez, quero insistir com as Sr^{as} e os Srs. Deputados.. Perdão, é o vício de longos anos. Ontem à noite, na sessão do Congresso foi assim: o tempo inteiro falando como se Deputado fosse, até porque estava no plenário da Câmara. Tenho até muitas saudades, não tenho nenhum trauma, pelo contrário: coisas boas nesses quatro mandatos na Câmara dos Deputados. Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro da importância do debate de amanhã na audiência pública nesta Comissão, que vai tratar exatamente da programação da empresa pública, Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Teremos a presença da Presidente da EBC, nossa companheira Tereza Cruvinel, no debate provocado pelo Senador Marcelo Crivella. Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, participem.

E, logo na sequência, ainda hoje, Senador Delcídio, nós temos o importante debate sobre o Plano Decenal do setor elétrico, da área de energia. É importante esse debate. Estaremos na Comissão de Infraestrutura debatendo esse tema, e é fundamental a participação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a nossa reunião extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, antes, porém, convidando e convocando as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a audiência pública de amanhã, assim como para a reunião ordinária da próxima quarta-feira.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Às nove horas e quarenta e nove do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão Filho, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Reditario Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Comparece à reunião o Senador Lindbergh Farias, não membro da Comissão. O Senhor Presidente Eventual, Senador Lobão Filho, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública dos Deputados Federais Liliam Sá (PR/RJ) e Anthony Garotinho (PR/RJ). O Senhor Presidente Eventual, Senador Lobão Filho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 46 de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Marcelo Crivella, que requer “... nos termos dos arts. 90, inciso V e 93, inciso II, ambos do Regulamento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a Resolução nº. 02/2011 do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que determinou a suspensão

de programas religiosos nos veículos públicos que a integram. Oito emissoras compõem a Rede Pública de Rádio da EBC, a saber: Rádio Nacional AM Brasília; Rádio Nacional FM Brasília; Rádio Nacional AM Rio de Janeiro; Rádio MEC AM Rio de Janeiro; Rádio MEC AM Brasília; Rádio MEC FM Rio de Janeiro; Rádio Nacional do Alto Solimões; Rádio Nacional da Amazônia; e a Radioagência Nacional. As emissoras de TV ligadas à EBC são: a TV Brasil; a NBR, do Poder Executivo; e a TV Brasil - Canal Integración, canal de integração entre os países sul-americanos (em espanhol), que mantém parceria com as principais emissoras de TV do continente. Esse expressivo elenco de veículos de radiodifusão sonora e de sons e imagens permite avaliar a extensão da vedação imposta pela Resolução EBC 02/2011, bem como denota a conveniência desta Casa exercer a sua competência constitucional fixada no art. 58, § 2º, incisos II e V, para realizar a requerida audiência pública e ouvir pessoas e instituições por ela alcançadas, como disciplina o art. 94, § 1º, do Regulamento Interno do Senado Federal. Por essas razões, impõe-se ouvir os vários segmentos alcançados pela citada decisão, propósito para o qual solicito a expedição de convite às seguintes personalidades: Tereza Cruvinel, diretora-presidente da EBC; Ima Célia Guimarães Vieira, presidente do Conselho curador da EBC". Comparecem à reunião a Senhora Tereza Cruvinel, Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC e o Senhor Daniel Aarão Reis Filho, Conselheiro do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Anibal Diniz, Lindbergh Farias, não membro da Comissão e os Deputados Federais Liliam Sá e Anthony Garotinho. Prosseguindo, o Senhor Senador Lobão Filho, presidente eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR LOBÃO FILHO**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Bom dia, Exm^{os} Srs. Senadores e Senadoras presentes ao plenário.

Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

A presente reunião desta Comissão tem por finalidade a realização de audiência pública para debater a Resolução nº 02/2011, do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que determinou a suspensão de programas religiosos nos veículos públicos que a integram, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2011, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella.

Temos a honra de contar com a presença, como expositores, da Sr^a Tereza Cruvinel, Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e do Sr. Daniel Aarão Reis Filho, Conselheiro do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas e procedimentos, de forma a melhor conduzirmos a audiência.

Os convidados farão suas exposições contando com 15 minutos cada, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras presentes.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, com prioridade para o autor do requerimento, o Exm^o Sr. Senador Marcelo Crivella.

Neste momento, peço à secretária desta Comissão que conduza a Sr^a Tereza Cruvinel a esta Mesa. (Pausa.)

Passo, neste momento então, a palavra para a Sr^a Tereza Cruvinel, Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

A SR^a TEREZA CRUVINEL – Exm^o Sr. Senador Lobão Filho, que preside esta reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores, colegas da imprensa, é sempre com muita emoção que eu volto ao Senado nesta condição, que até hoje me estranha, de não estar ao fundo da Comissão, cobrindo os acontecimentos como jornalista, mas sentada a esta Mesa. Esta é uma condição com a qual tenho dificuldade de me acostumar, e sempre me emociona o fato de voltar aqui, onde passei 25 anos da minha vida profissional, em períodos tão importantes para a construção da democracia brasileira.

E a esta Comissão, particularmente, retorno sempre com particular emoção, porque aqui travamos bons

debates sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação no final de 2007.

Cumprimento o Exmº Sr. Senador Marcelo Crivella.

Dizia eu, Senador Crivella, do sempre emocionante retorno a esta Casa, por todos os vínculos que tenho com ela, a esta Comissão em particular, na qual travamos debates tão importantes sobre a criação da EBC no final de 2007, em dezembro de 2007.

A ela retornamos depois para debater o financiamento do sistema público de comunicação e radiodifusão, em debate aqui promovido sobre a regulamentação da contribuição à comunicação pública, contribuição com a qual até hoje a EBC não pode contar em seu orçamento, por razões judiciais decorrentes da reação das empresas de telecomunicações.

Depois retornamos aqui, em mais duas oportunidades, uma delas para avaliar o primeiro ano de implantação da EBC. E agora, sem dúvida, retorno no final deste quadriênio, em que aqui já foram discutidos os quatro anos de construção da EBC, dos canais públicos, desta nova instituição da democracia brasileira que é a comunicação pública.

Portanto, acho bastante natural que esta Comissão, que sempre acompanhou a criação e o desenvolvimento da EBC e de seus canais, tenha se interessado pela questão dos programas religiosos, a qual ganhou algum espaço no noticiário político e no noticiário de comunicações.

Acho bastante natural e pertinente o interesse desta Comissão, e aqui estamos com muito boa vontade para esclarecer, e tenho certeza também o Conselheiro Daniel, representante do nosso Conselho Curador, representando a Presidente Ima.

O que vou fazer aqui, neste momento, é apenas tentar apresentar o contexto em que essa discussão ocorre dentro da EBC, dentro do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras tenham as informações fundamentais para o debate.

Vou apenas tentar, com uma apresentação bastante rápida, recuperar o que se tem passado no nosso mundo interior da EBC sobre essa questão, na medida em que ela já transbordou. Agora, ela já não é uma questão interior.

Então, vamos passar a essa rápida apresentação. *(Primeiro slide, por favor.)*

Recordando sempre a origem do sistema de canais públicos EBC, ele vem da Medida nº 398, de 2007, convertida da Lei nº 11.652, de 2008, criando a EBC com a missão de explorar, sob os princípios de radiodifusão pública contidos naquela lei, invocando o art. 223 da Constituição Federal, que prevê a comple-

mentaridade entre sistemas públicos estatais e privados na exploração da radiodifusão brasileira.

Naquela lei, além de fixar os princípios, ela transferiu para exploração da EBC todos os canais que a União explorava sob diferentes meios e através de diferentes entidades; eram fragmentados, e passaram todos à gestão da EBC.

Entre esses canais, existiam três de televisão: TVE, do Maranhão; TVE, do Rio de Janeiro; TV Nacional, de Brasília/Radiobrás.

Foi com esses três canais, com essa pequena rede que nós construímos a TV pública nacional, a TV Brasil, que hoje é uma televisão nacional, com sinal disponibilizado, cobrindo praticamente todo o território nacional; e sua programação é digna de qualquer TV pública do mundo.

As rádios também transferidas à EBC foram oito, sendo a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional de Brasília AM/FM, a Rádio Nacional da Amazônia e do Alto Solimões e três rádios MEC. Faltou ali uma palavra: e rádios MEC no DF e no Rio de Janeiro, sendo no Rio de Janeiro uma AM/FM.

Então, essas oito emissoras de rádio passaram à gestão da EBC, juntamente com esses canais de televisão.

(Próximo, por favor.)

Bom, nós tivemos 30 dias entre a criação da EBC e a colocação da televisão no ar. Nesses 30 dias, tínhamos que dar conta de uma programação.

Aproveito para registrar e agradecer a presença de alguns diretores da EBC, que se recordam disso; particularmente o Diretor de Serviços, José Roberto Garcez, que ali está; vejo também aqui minha companheira, jornalista, e hoje Gerente de Programas Especiais, Adriana Motta; nosso Superintendente de Comunicação Multimídia, Nelson Breve. Cadê o Diretor Jurídico? É bom que ele esteja aqui. Está ali, o Dr. Fioravante, Diretor Jurídico; o Gerente Executivo de Administração, Virgílio Sirimarco.

Agradeço a vocês todos que estão aqui. Não tive tempo de ir aí. E outros mais colegas da EBC que aqui estão, como a Diretora de Jornalismo, Nereide Beirão.

Então, todos vocês que participaram dessa epopeia sabem disso. Tínhamos 30 dias para construir uma programação. O que fizemos? Pegamos a programação dessas televisões que já existiam, montamos uma grade com o que havia de melhor em cada uma e fomos aos poucos substituindo essa programação até chegarmos à que temos hoje, aquela que eu dizia que é digna de qualquer TV pública do mundo.

Entre esses programas, herdamos da TVE, do Rio do Janeiro, três programas de natureza religiosa: A Santa Missa e Palavras de Vida, de natureza católica,

e Reencontro, de natureza evangélica. A Santa Missa e Reencontro já eram veiculados, todos os dois, há mais de 30 anos – quase 40 anos. Vinham da antiga Fun TV, TVE, Fundação Roquette Pinto etc..

Esses programas foram mantidos por nós na grade, sempre dentro de um debate interno sobre como enfrentar essa questão. Tivemos diálogo, ainda só em nível de diretoria, com a Cúria, com as Igrejas, buscando construir uma faixa ecumênica, como nós imaginávamos. E a Rádio Nacional de Brasília também herdou a transmissão de uma missa que é a missa da Igreja de Fátima, a mesma paróquia que celebrou a missa campal de inauguração da cidade, e por ordem do Presidente Juscelino foi transmitida pela Rádio Nacional de Brasília naquele dia 21 de abril de 1960. Mantivemos esses programas na grade...

Cumprimento o Senador Lindbergh e agradeço a sua presença. Senador Lindbergh, você não era Senador... V. Ex^a não era Senador... Vocês sabem que é difícil chamar o Lindbergh de V. Ex^a...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se você vai falar de Juscelino, ele não era nem nascido.

A SR^a TEREZA CRUVINEL – Então! Sabem que publiquei muitas notas desse presidente da UNE. Era uma interlocução muito interessante.

Senador, eu falava, recuperando muito rapidamente, que a TV pública, quando nasceu, recebeu essas televisões de herança. Foi com esses três canais de televisão – TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão e TV Nacional de Brasília – e mais oito rádios que a União tinha espalhadas por aí que estamos construindo o sistema público de comunicação que V. Ex^a conhece. Tem acompanhado o nosso trabalho. Dessa TVE do Rio de Janeiro, recebemos três programas religiosos: uma missa, um programa evangélico, todos muito antigos, todos com mais de 30 anos. Repito essa tradição de tempo porque isso dificulta a negociação com os responsáveis sobre “vamos tirar isso da grade”, “vamos substituir isso”. Tivemos diálogos com eles em nível de diretoria, e foi sempre uma questão da qual nunca descuidamos, mas sempre com o nosso pensamento de que era preciso ampliar aquela participação.

Queria registrar a presença do Senador Aníbal Diniz, que também conhece a EBC, conhece o nosso trabalho e nos visitou recentemente. Estou indo ao Acre nesta noite para celebrarmos lá o acordo de rede com a TV Aldeia/TV Brasil. Por ter exatamente nascido com três canais, ela é fruto de um árduo trabalho nosso para cobrir o Brasil, em parceria com as tevês públicas estaduais, com as tevês educativas, universitárias, formando uma grande aliança. Aproveito sempre para dar essas informações para os Senadores, porque esta Comissão sempre acompanhou o nosso

trabalho, sempre se interessou pela criação do sistema público de radiodifusão.

Retomando a questão religiosa, a partir do ano que vem... Então, esses programas ficaram aí na grade, ao passo que todo o conjunto da programação foi sendo substituído, pelas razões que os senhores imaginam, da delicadeza do tema. Ano passado, a partir de abril, esse debate chegou ao Conselho Curador. O Conselho Curador, previsto na lei que V. Ex^{as} aprovaram, Lei nº 11.652, no art. 17, tem suas competências definidas, entre elas: deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação proposta pela diretoria da EBC – ou seja, o Conselho Curador aprova anualmente um plano de trabalho. No resto do ano, ele deve acompanhar a execução desse plano de trabalho e, digamos, nos chamar a atenção sempre que nos afastarmos dele ou o contrariarmos; zelar pelo cumprimento dos princípios objetivos fixados na lei e os princípios da radiodifusão pública; opinar sobre as matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios; deliberar sobre a linha editorial de produção e programação propostas pela diretoria executiva – a iniciativa é sempre da diretoria executiva; encaminhar ao Conselho de Comunicação Social, aquele que tem sede neste parlamento, as deliberações tomadas a cada reunião – não sei se o Conselho faz isso, mas acredito que sim; deliberar pela maioria de membros sobre a imputação de voto de desconfiança a membros da diretoria no que diz respeito ao cumprimento dos princípios.

A lei prevê que o Conselho pode emitir votos de desconfiança aos diretores sempre que eles descumprirem os princípios, sendo que dois votos de desconfiança resultam no afastamento do diretor censurado. Não é assim: só porque não gosta do presidente da EBC, aplica voto de desconfiança, como uma notícia que saiu recentemente na mídia. As coisas não são assim. Quando acontece um desrespeito flagrante, com o devido processo legal, aos princípios... e eleger o presidente entre seus membros.

Então, a partir dessas competências legais, o Conselho legitimamente passou a tratar do assunto a partir de abril do ano que vem (sic).

(Próximo, por favor.)

Iniciativas do Conselho Curador sobre programas religiosos, eu tenho aqui a presença do Sr. Conselheiro Daniel Aarão Reis, que representa a Presidente do Conselho, Ima Célia Guimarães Vieira, e temos também a presença da Conselheira Ana Fleck, funcionário deste Senado Federal, da Consultoria do Senado, subsidiariamente, atualmente nesta Comissão.

Então, a Conselheira e o Conselheiro poderão me corrigir se eventualmente alguma coisa não estiver

correta. Estou tentando contextualizar para facilitar o nosso debate.

No início de 2010, o Conselho legitimamente iniciou o debate sobre a programação religiosa no ar.

Em maio de 2010, aprovou o parecer do Conselheiro Daniel Aarão Reis, aqui na mesa, recomendando a retirada dos programas.

Entre 4 de agosto e 19 de outubro de 2010, o Conselho Curador realizou uma consulta pública pela internet tendo como objeto o parecer do Conselheiro Daniel, e que contou com 141 participações da sociedade civil.

Em 24 de março do ano passado, o Conselho aprovou a Resolução 02... *(Pausa.)*

É, 2011, tem um erro ali.

Em 24 de março deste ano aprovou uma Resolução nº 2/2011.

Essa resolução previa a suspensão dos programas no prazo de seis meses, o que termina em 24 de setembro de 2011, ou seja, domingo passado, e determinou à diretoria apresentar alternativas que expressem a pluralidade máxima das vivências religiosas existentes no País.

(Próximo, por favor.)

Posicionamento de Diretoria Executiva diante das determinações da Resolução do Conselho Curador. A Diretoria sempre disse nas reuniões do Conselho dos debates internos, e eu disse de público, em artigos que já são bastante

(Interrupção do som.)

O Conselho sempre invocou muito a natureza laica do Estado brasileiro, que é verdadeira. E a gente sempre disse que a TV Brasil é pública e, como tal, ela deve espelhar a diversidade da sociedade em todos os seus aspectos, inclusive o religioso.

Sempre reconhecemos que dois programas, um católico e um evangélico, não cumpriam essa tarefa de expressar a diversidade e que devíamos buscar uma programação mais inclusiva. Na reunião de agosto passado, como porta-voz da Diretoria, pedi ao Conselho o adiamento da suspensão dos programas, até que pudéssemos construir uma alternativa mais inclusiva e, digamos, ampliadora da expressão da diversidade na grade.

Propus um adiamento para janeiro, mas o Conselho não concordou, achou que já deveriam ter passado seis meses, que era tempo suficiente e não aprovou a minha proposta de adiamento.

(Próximo, por favor.)

Proposta alternativa apresentada pela Diretoria em 19/09.

Embora a Resolução do Conselho Curador seja imprecisa qual o prazo para a apresentação de uma

alternativa, no dia 18 de setembro passado, a Diretoria apresentou uma proposta ao Conselho no sentido de cumprir a expectativa, a exigência da determinação da Resolução.

E essa nossa proposta ela se baseia...

Sim, preparamos também a retirada dos programas do ar, informando aos responsáveis que o prazo tinha se esgotado. Chegamos a gravar chamadas para serem veiculadas avisando aos telespectadores de que não haveria mais nem missa, nem programa, nem encontro, nem palavras devidas, nem a Missa de Brasília. Essas chamadas estavam para ir ao ar quando fomos informados da concessão de tutela judicial antecipada para permanência dos programas.

No dia 18, enviamos ao Conselho a proposta alternativa sobre a qual vamos falar na próxima lâmina.

(Próximo, por favor.)

A nossa proposta baseou-se nas estatísticas do IBGE e no estudo comparativo do que fazem as principais TVs públicas do mundo sobre a questão da diversidade religiosa. Observamos, pelo IBGE, que católicos e evangélicos somam 89,21% da população, segundo a sua declaração de religião ao IBGE no censo de 2000. O censo de 2010 não divulgou ainda dados sobre religião. Os dados sobre os sem-religião, ou seja, os que declaram não ter religião, são 7,28%. E as outras religiosidades estão agrupadas em um grupo de expressão: 3,51% dos que declaram ter religião, segundo censo, somando, então, 100%.

(Próximo, por favor.)

Buscamos exemplos vários nas TVs públicas, mas, para não tomar o tempo da apresentação, selecionamos o exemplo da RTP, de Portugal, que é a televisão mais conhecida no Brasil, já que se expressa na nossa língua. Ela transmite a missa eucarística aos domingos. E há um programa chamado "Caminhos", em que os grupos minoritários se revezam na grade. Temos aqui um exemplo da Aliança Evangélica Portuguesa, que ocupa um programa rotativo. Temos o exemplo da comunidade islâmica de Portugal. O caminho abre slots na grade para muçulmanos ortodoxos, adventistas, baha'i, mórmons e indus. Trouxemos aqui apenas o exemplo da RTP, mas temos também da BBC, TVE, da Espanha, que tem outros programas religiosos.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma estatística mais aberta do que aquela do quadro anterior, em que temos 73,77% de católicos, 15,44% de evangélicos, 1,38% de espíritas, 0,34% de afrobrasileiros, 0,6% de judeus, 0,15% de budistas, 0,01% de muçulmanos, hinduístas. Incluímos também as religiões de tradições indígenas porque consideramos importante levar em conta essas duas matrizes tão importantes para a etnia brasileira, os negros e

índios, expressos pelos cultos afrobrasileiros e pelos cultos de tradição indígena.

(Próximo, por favor.)

Outros aspectos da proposta apresentada, que seriam, então, concedidos 26 minutos para o *slot* de religião católica, 26 minutos para o *slot* da religião evangélica e 26 minutos também para os afrobrasileiros, embora, numericamente, pelo censo, eles sejam muito minoritários em relação às outras duas religiões. Mas nós sabemos que essa minoridade decorre, em grande parte, de autocensura decorrente da repressão, do estigma, do preconceito contra religiões de matrizes africanas. Por isso, propusemos que os três tivessem o mesmo espaço na grade, podendo a Igreja Católica manter a sua missa, os evangélicos manterem o reencontro e construindo uma expressão para as religiões de cunho afro, de origem afro. Além disso, um *slot* de treze minutos para esses outros grupos minoritários aqui. Todos têm de 1,38% para baixo. Aachamos bastante razoável essa oferta proporcionalizada entre os grupos religiosos.

(Próximo, por favor.)

A judicialização da questão. Quando tínhamos encaminhado essa proposta, de forma eletrônica, para o Conselho – haveria uma reunião no dia 27 – ou seja, poucos dias antes da reunião do dia 27 e poucos dias antes do prazo para a retirada dos programas do ar, as igrejas fizeram ações junto à Diretoria, junto ao Conselho, junto ao Governo, junto ao Congresso. Acompanhamos essa movimentação das igrejas até porque fomos procurados, e sempre foi explicado a elas, inclusive em carta à Presidente do Conselho, que, pela lei, como V. Ex^{as} viram, o Conselho tem aquelas prerrogativas sobre a programação. Em 20 de setembro, a Arquidiocese do Rio de Janeiro obteve uma tutela antecipada na Justiça Federal de Brasília. Em 21 de setembro, a Igreja Batista de Niterói também. A EBC, como disse, já estava com todas as providências tomadas para não haver programas no domingo seguinte, refez seu planejamento operacional – teve até que recompor equipes – para cumprir a ordem judicial, que foi cumprida.

(Próximo, por favor.)

Desdobramentos: no dia 27 de setembro, o Conselho fez uma reunião, tomou conhecimento, com mais detalhes – já tinha tomado conhecimento – por exposição do Diretor Jurídico da EBC, Dr. Marcos Fioravante, aqui presente, sobre a natureza e o conteúdo das tutelas antecipadas. Foi também decidido ali o ingresso da contestação dessas ações judiciais das duas igrejas, numa defesa que será feita pela EBC, subscrita pelo próprio Conselho Curador, que é autor do ato contestado. A proposta de alternativa da Diretoria foi criticada por muitos conselheiros, mas foi decidido

que será examinada pelas câmaras. Disse que é pela Câmara de Cidadania, mas acho que me equivoquei. É pela Câmara de Educação e Cultura. Não tive bem essa informação do Conselho. *(Pausa.)*

Pelas duas.

O Conselho funciona dividindo seus conselheiros em câmaras que acompanham segmentos especiais da programação. No caso, a nossa proposta será por essa e pela de Educação e Cultura.

(Próximo, por favor.)

Tudo que fiz aqui foi trazer informações.

Aqui chamo a atenção para duas questões relacionadas. A Diretoria considera importante a explicitação da pertinência ou não ou da vedação desse tipo de programação nos canais públicos porque é um debate forte dentro do Conselho e não tem nenhuma base jurídica na nossa lei, nenhuma posição, nem a que considera absolutamente impertinente nem a que considera, por exemplo, que a expressão da sociedade toda deve estar lá, inclusive a religiosa, como eu acho, particularmente. Acho que TV pública espelha a sociedade em toda a sua diversidade. Não há, de fato, uma explicitação clara sobre isso.

A nossa lei fala em mais de uma passagem, inclusive no inc. IX, do art. 2º, quando define os princípios aprovados por este Parlamento, diz que a sociedade civil participará do controle da aplicação dos princípios, ou seja, participará através do Conselho Curador e de outros mecanismos, mas observada a pluralidade da sociedade brasileira. Está lá no inc. IX da nossa lei. E essa pluralidade, a meu ver, no entendimento da nossa Diretoria, inclui a diversidade étnica, a diversidade regional, a diversidade cultural, a diversidade religiosa etc.

E ainda acho que falta uma melhor definição das competências do Conselho Curador e da Diretoria Executiva na lei da EBC. No texto atual, a falta de clareza sobre o limite da competência de cada um acaba produzindo uma justaposição conflitante e danosa à gestão.

Esta última lâmina é a única que contém, digamos, observações de cunho opinativo da nossa Diretoria, que eu aqui expresso.

Acredito ter trazido para os senhores e me limitei a trazer essas informações que acho fundamentais para o debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Agradecendo a exposição da Sr^a Tereza Cruvinel, passo agora a palavra para o Sr. Daniel Aarão Reis Filho, membro do Conselho Curador da EBC.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Bom dia a todos e todas aqui presentes. Em primeiro lugar, cabe-me parabenizar este debate. Penso que se trata de questões realmente delicadas, importantes e mere-

cedoras do mais amplo debate. Esta audiência pública poderá, sem dúvida, contribuir nesse sentido.

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção com algumas palavras sobre as atribuições legais do Conselho Curador.

Ele foi formado e reúne 15 representantes da sociedade civil, quatro ministros de Estado, um conselheiro eleito pelos funcionários da própria EBC e um representante do Parlamento Nacional. *(Pausa.)*

Dois representantes do Parlamento. Portanto, uma composição bastante plural. A lei criou o Conselho exatamente... Inclusive, pela lei que criou o Conselho, é necessário que esteja ali representados o País, na medida do possível, na sua diversidade, diversidade de gênero, diversidade étnica, diversidade regional, diversidade profissional, de sorte que temos ali um conjunto bastante plural.

Fundamentalmente, as atribuições do Conselho são as de avaliar e controlar a programação da EBC, das rádios e da TV. Temos registrado avanços substanciais, nesses últimos anos, em relação a essa programação. O Conselho tem participado bastante do processo, fazemos regularmente reuniões, uma vez por mês, em média. Apesar das dificuldades que a EBC enfrenta, creio que qualquer análise minimamente imparcial poderá registrar avanços, melhoria bastante considerável tanto do ponto de vista contudístico quanto do ponto de vista técnico. Temos analisado a programação infantil, que é um ponto forte da TV, os programas jornalísticos, os programas educacionais. Temos uma Ouvidoria bastante ativa, ou seja, um saldo amplamente positivo sobretudo nesses últimos anos.

Nesse contexto, apareceu, no âmbito do Conselho, a análise dos programas religiosos. Essa análise começou na Câmara de Educação e Cultura e Direitos Humanos, que, como as outras, avalia não só as propostas da Diretoria da EBC, mas a adequação da programação da EBC em relação aos princípios e aos objetivos definidos em lei para a Empresa Brasileira de Comunicação. Houve uma primeira proposta, formulada na Câmara, e uma longa discussão no Conselho Curador, onde evidenciaram-se contradições, diferenças. O texto foi retrabalhado, redefinido. Houve uma consulta pública, até que se chegou...

Trago essa informação para que não só Senadoras e Senadores, mas o público tenha o conhecimento de que essa decisão do Conselho foi longamente amadurecida.

Final chegamos a uma ampla maioria favorável à manutenção de programas religiosos, mas conferindo a eles uma formatação diferente, nova, substituindo os atuais programas por outros que foram considerados mais adequados, mais de acordo com os objetivos da

EBC. Em seguida, ainda se concederam seis meses para que a Diretoria Executiva procedesse à formulação de alternativas e para que os atuais programas, os responsáveis por eles, cuidassem de elaborar alternativas também para esses programas.

Eu queria enfatizar muito esse aspecto do problema que a gente aqui está considerando. A decisão do Conselho Curador não é para eliminar programas religiosos, mas conferir a eles uma nova formatação. Assim, não se justifica o argumento de que a EBC ou o Conselho Curador estaria comprometido com uma política de restrição ou de censura religiosa. Esse tipo de argumento só pode resultar ou da falta de informação ou de má-fé.

Por que chegamos a essa conclusão de que deveríamos ter uma nova formatação para os programas religiosos difundidos pela EBC, televisão e rádios? Em primeiro lugar, três eixos de argumentação foram defendidos no âmbito do Conselho e informam a decisão amplamente majoritária.

Em primeiro lugar, os atuais programas são ilegais. Eles não são cobertos por nenhum contrato, nenhum acordo legal. Foi tudo feito na mais pura tradição patrimonialista brasileira, antirrepublicana ou não-republicana, como vocês preferirem. Infelizmente, ainda subsiste essa tradição no Brasil. O Conselho Curador insistiu com a Diretoria Executiva para que procurasse nos seus arquivos se havia algum contrato, se havia algum acordo juridicamente consagrado. A resposta foi “não, não existe”. Foi tudo construído na base do acordo verbal. Então a permanência desses programas na grade é ilegal.

Segundo, os atuais programas foram considerados, pelo Conselho Curador, além de ilegais, ilegítimos, porque privilegiam apenas duas confissões religiosas, a católica e a batista. Não asseguram, portanto, a pluralidade que é própria da vida religiosa brasileira. Essas confissões estão usando o espaço público, equipamentos e pessoas, sem que isso se estenda a outras confissões religiosas. Que se sublinhe – e isso também foi um argumento bastante considerado –, nas discussões do Conselho, que essas duas confissões já têm concessões do Estado para operar televisões e rádios que difundem os seus rituais, as suas referências e os seus valores. Essas duas confissões têm programas fora da *TV Brasil*. Têm, inclusive, rádios e televisões por meio das quais fazem a divulgação do seu credo, dos seus valores.

Em terceiro lugar são ilegais e, portanto, ilegítimas. Trata-se de uma injustiça. O País, como se sabe, é plural em termos religiosos, riquíssimo em termos de expressões religiosas. Esse pluralismo deve ser assegurado pelos órgãos de difusão pública. Isso não

está assegurada há décadas. Nesse momento, a nosso ver, o nosso desafio é formular alternativas. Uma ideia que apareceu, proposta pela Diretoria Executiva, é lotear o tempo considerado disponível pelas religiões existentes no Brasil. Essa proposta suscitou – ainda não há uma posição oficial do Conselho –, como reconheceu a própria Presidente Tereza Cruvinel, muitas críticas. Dois problemas maiores obstaculizam a concretização dessa proposta. Em primeiro lugar, seria necessário ultrapassar uma barreira: definir quem vai ocupar os lotes. Se você loteia o tempo disponível como é que se vai lotear isso? Quem vai ocupar esses lotes? A Presidente ofereceu um quadro estatístico, que é questionável porque muitas pessoas não revelam suas religiões – inclusive o quadro não contempla uma referência que é inescapável na análise da cultura religiosa brasileira: o fato de que muitas pessoas têm várias religiões ao mesmo tempo. As estatísticas não contemplam essa questão. À exceção da Igreja Católica, que é uma Igreja tradicionalmente centralizada, inúmeros outros credos religiosos não têm essa organização centralizada. Então, como é que a gente iria distribuir esse tempo, como é que a gente iria definir os ocupantes desses lotes? Em segundo lugar, mesmo que fosse ultrapassada essa barreira, atribuir o controle do programa a essas diversas confissões poderia resultar em situações problemáticas. Digamos que uma delas viesse com um programa de caráter particularista, intolerante. Como a EBC iria fazer? Iria designar uma comissão para censurar esses programas? Se bloqueasse algum programa isso causaria uma tremenda comoção. Quer dizer, essa proposta tem um fundamento que é interessante: assegurar a pluralidade, mas não viabiliza essa perspectiva.

Consideramos que o programa alternativo deve ser feito pela própria EBC. O programa deve garantir o pluralismo, divulgando as vivências religiosas, favorecendo a sua compreensão, explicando seus fundamentos, discutindo-os e incentivando a tolerância, que é o princípio básico e o objetivo fundamental da Empresa Brasileira de Comunicação, pluralismo e tolerância. São princípios fundamentais. A EBC já faz isso quando elabora os programas infantis, quando elabora programas culturais e outros. Sempre os programas da *TV Brasil* e das rádios dirigidas pela EBC são marcados por essa questão do pluralismo e da tolerância. Para garantir isso, a gente não leva em consideração estatísticas. Se não a gente teria que dar à São Paulo 25% dos programas da EBC porque São Paulo tem 25% da população do País. Essas estatísticas são uma referência para os nossos programas, mas não podem determinar os nossos programas. De sorte que se nós já estamos conseguindo, em relação

a uma série de âmbitos diferenciados, programas que respeitem o pluralismo e a tolerância porque seria impossível fazê-lo em relação às religiões. Vou terminar tentando resumir o que me parece essencial nessa intervenção, que procurou aqui trazer à consideração de todos as decisões do Conselho Curador.

Em primeiro e principal lugar há um maior respeito – quem se der ao trabalho de ler as resoluções do Conselho e as atas da reunião do Conselho Curador – em relação às vivências religiosas da sociedade brasileira. Não procede, portanto, o argumento de que a suspensão dos atuais programas possa ser associada à censura, a qualquer tipo de restrição ou ainda, muito menos, a qualquer atentado à liberdade religiosa. O que se quer é controlar uma situação de privilégio, de abuso, que se constituiu ao longo do tempo e que reserva à programa religiosa a apenas duas confissões.

Segundo. Manter os programas religiosos. Não queremos eliminar programas religiosos, queremos mantê-los, mas que sejam feitos sob a égide do pluralismo e da tolerância. Por isso, estamos dispostos a lutar e seguros de alcançar nossos objetivos porque são, ao contrário dos atuais programas, legais, legítimos e justos.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – PA) – Obrigado, Dr. Aarão.

Antes de passar a palavra ao Relator, quero enaltecer a iniciativa do Senador Marcelo Crivella. Quanto mais escutei o tema mais encantado fiquei. Acho extremamente relevante essa discussão. Não poderia esperar menos do Senador Marcelo Crivella do que trazer à tona nesta Comissão esse tema, esse debate. Permito-me, sem querer parecer dono da verdade, emitir também minha opinião. Temos um dado matemático, não uma estatística, do IBGE, levantando a população brasileira e definindo que 90% são católicos e evangélicos e 3,5% e de outras religiões, divididas aí em dezenas de outras religiões. Acho que a religião é parte importante da vivência, da cultura do ser humano. É muito importante. Deveríamos discutir religião – e até peço perdão aos presentes. Deveria ter aberto esta Comissão pedindo as bênçãos de Deus, pedindo que nos iluminasse. E o faço agora. Então, por ser tão importante acho que tem, sim, de estar na televisão pública brasileira. Então, a religião tem de estar presente na religião pública brasileira. É a minha opinião. Sendo representado, então, por 94% da população não preciso nem dizer isso. Do ponto de vista prático, se 90% estão representados por duas religiões e apenas 3,5% pertencem a todas as outras, acho que um programa de 30 anos, no meu entendimento, não deveria ter sido tirado do ar. Estão no ar há 30 anos.

Sob o ponto de vista formal, contratual, acredito que não seja dificuldade nenhuma essa formalização.

No início, achei estapafúrdia a decisão judicial. Agora, já não acho tão absurda essa decisão. Espero que daqui possam sair contribuições positivas, construtivas, que redundem numa melhor decisão. Que essa decisão seja a melhor para o nosso País, para o nosso povo. Tenho o prazer de passar a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra.

Gostaria de cumprimentar a ilustre dama Tereza Cruvinel e parabenizá-la por sua exposição. Parabenizo também o Daniel, que expôs a posição do Conselho com muita veemência.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB

– PA) – Gostaria de pedir sua autorização para fazer o registro da presença da Deputada Liliam Sá, dos Pastores Helga e Fanini e Flávio Lima, presentes aqui no nosso plenário.

E volta a palavra ao Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado.

Eu ia cumprimentá-los também na sequência. Quero agradecer aqui a presença da Deputada Federal da brava bancada do Rio de Janeiro Liliam Sá; a D. Helga, que é esposa do Pastor Fanini, uma das referências mais expressivas do mundo evangélico, a vida inteira dedicada às missões, a sua primeira Igreja Batista, em Niterói, deixou uma imensa saudade em todos nós, fluminenses, e eu queria manifestar aqui a minha emoção de estar ao seu lado. Ela é esposa e companheira, na tormenta e no esplendor, uma dama muito ilustre; e também o Pastor Flávio, conosco aqui.

Nobre Senador do Acre – Lindbergh teve que sair –, realmente nós, aqui nesta Casa, ficamos preocupados, Aarão – Lindbergh voltou –, porque se o Conselho Curador é uma célula da sociedade, eu diria que nós somos um órgão.

Isso aqui é uma imensa forja, aqui se retemperam as essências mais profundas da brasilidade. Nesta Casa os grandes debates tomam parte. Aqui, o sujeito, para chegar, passa por um processo árduo de aprovação popular, porque há hoje uma, vamos dizer assim, opinião pública que desgasta muito a vida pública, a política, sobretudo.

O político, hoje, é considerado, *a priori*, um defensor de interesses pessoais. Então, isso dificulta muito as campanhas. Aqueles que vêm sem as eleições, chegam aqui, eu diria, com expiação, e, sobretudo, com reflexo profundo da diversidade brasileira.

A decisão do juiz eu li. O juiz aqui de Brasília acha que se o Conselho Curador estava preocupado com

diversidade, não é retirando dois programas que ele vai obter essa diversidade. E é um argumento lógico, ora. Em seis meses nós teríamos que acrescentar, não tirar. E também acho que ao Conselho, sendo órgão político... O Conselho é um órgão eleito, ali vocês não são concursados, vocês são eleitos. Então, eu também acho que o Conselho deveria ter consultado suas bases. A nossa representante do Senado não me ouviu. Eu perguntei aos líderes da Casa também se ela...

Edmund Burke, um escocês. Ele defendia o mandato representativo fiduciário. Numa carta que ele escreveu aos eleitores de Birmingham, se não me engano, ele dizia que o eleitor só tem opção de influir no mandato na hora da eleição. Depois, o mandato pertence ao mandatário, e ao mandante, não. Mas essa representação fiduciária não pegou. Hoje, ela é participativa. A democracia se impõe como democracia participativa. Os Senadores não saem do *e-mail*, do *twitter*; não saem das suas ligações com as bases.

Lamento que a nossa representante do Senado não tenha nos ouvido, porque, embora possamos discutir sobre ilegalidade, ilegitimidade, injustiça, acho que esses três “is” acabaram passando sabem o quê? Um outro “i”: intolerância. Era uma discussão que poderíamos ter conduzido melhor, e não teríamos tido o desprazer de ver uma decisão do nosso Conselho Curador, que todos nós queremos prestigiar, terminar num melancólico crepúsculo, porque foi, vamos dizer assim, não aceita pelo Judiciário. E o sentimento da Casa também é esse.

Não estou aqui fazendo recriminações aos seus argumentos. São sensatos. Mas a forma de fazer é que nós precisávamos discutir melhor. Buscar a diversidade? Está perfeito.

Eu não sei se essa coisa... Eu não entendi bem, Aarão, mas você falou que deram seis meses para mudar... Você usou uma palavra... (*Pausa.*)

Formato! Ao mudar o formato, você não quer falar do conteúdo da missa! Ensinar o padre a rezar a missa! Você não vai fazer isso, Aarão. Depois você não vai entrar no céu.

Eu imagino que você está preocupado, e o Conselho também... E eu não sou católico, Aarão, sou evangélico, a minha igreja não está lá, a Igreja Universal não está lá. Gostaria que estivesse. Você tem razão nesse ponto. Todos devem estar. Os judeus devem estar. Os muçulmanos devem estar. Ainda que sejam pequenos, um programa, sei lá, por semestre, trimestre. Todos devem estar contemplados.

Agora, será que não conseguimos encontrar um caminho para aumentarmos e fazermos essa diversidade que todos queremos sem essa truculência? Sem privar o nosso telespectador? Porque a intenção é tirar

o programa do ar. Você acha que tirando o programa do ar nós estamos mais próximos da diversidade, Aarão? No duro. Você acha que tirando do ar, passando a régua, zerando, nós estamos mais próximos da diversidade? Não, não estamos mais próximos da diversidade. Não estávamos no ideal, mas também não estávamos no nível zero de diversidade, Aarão. Porque, no País, 90% têm religião. Não pomos nada. Então, a diversidade simplesmente não existiu. Ou não existiria. Eu queria fazer um apelo ao entendimento.

A ilustre dama de Minas Gerais fez um trabalho bonito lá. Às vezes visitamos obras públicas e ficamos tristes, porque não vemos as coisas acontecendo. Essa senhora, quando eu visitei aqueles estúdios... Você precisa ir lá, Senador Lobão. Não sei se o Aníbal teve a mesma impressão que eu tive. Mas parece até que no mirífico avatar as fibras de Juscelino se sintonizaram nessa mineira. Ela também é da área do garimpo. Ela fez uns estúdios, fundou ali naquela área do centro de Brasília, nas salas e departamentos, estúdios com câmeras remotas que eu nunca vi nas emissoras que eu visitei; na Record; já estive na Globo também dando entrevista. Olhei os equipamentos. Somos sempre curiosos. Mas a coisa dá orgulho.

Sentimos que ali vamos ter uma televisão pública disputando, no mercado, audiência. As igrejas, de modo geral, nos canais de grande repercussão junto ao público, não têm condição. A não ser duas ou três, para pagar. Programa de televisão é um milhão, dois milhões, por mês. É o que as igrejas pagam hoje. A Igreja da Graça paga, na Bandeirantes, se é público, dois milhões por mês.

De tal maneira que o refúgio seria a TV pública. E quando eu fiz esse requerimento foi exatamente para podermos, num espírito de conciliação, nós estamos falando de religião, nós não podemos tratar de religião com ódio, ou com, sei lá...

Temos que vir com a coisa da religião de ligar, de unir, de ajudar, de fazermos aqui... Eu não sei, a proposta da Tereza eu não conheci, mas ela falou que foi muito criticada. Mas temos que chegar, temos que caminhar.

E eu digo ao senhor, caminhar retirando toda a programação eu acho que não é um primeiro passo para o entendimento. Podemos até propor, reduzir, dividir, melhorar, e tal. Zerar já causa reação.

Eu confio na Tereza. Tereza, eu faço aqui este apelo público a você para que possa nos ajudar a legitimar, a tornar, a legalizar e a equacionar essa coisa da diversidade e satisfazer aqui as exigências do Conselho Curador, mas de uma forma democrática. Acho que não fomos democráticos na TV pública, onde deveríamos ser. É a minha modesta opinião, obscuro

Senador, anônimo, o último desta Casa, mas esse é o meu sentimento.

Veja que, quando a Justiça, o Judiciário, acolheu o apelo dos interessados, também houve, por parte de outro Poder, o mesmo sentimento nosso. Essa coisa de a gente tentar resolver sempre as controvérsias de maneira pacífica é a arte da política. O Conselho Curador não deixa de ser um órgão político, é um órgão da política. Fico imaginando o que aquelas senhoras da igreja Católica ou Batista, quando ligarem a televisão, vão dizer ao verem que não tem mais o padre ou o pastor. "Tiraram por quê?" Acho que o povo não vai entender.

De qualquer forma, gostaria de agradecer muito a presença do senhor, da Tereza. Sei que há também o decreto legislativo da Câmara. A Câmara tentou sustar a decisão através de um decreto legislativo. A própria Câmara também reagiu. Essas coisas todas, decisões na área política que causam reação, causam impacto, decisões que não foram bem conversadas, não foram bem... Essa é a crítica que faço, mas, com todo o respeito às prerrogativas e aos seis meses de discussão que o Conselho Curador acabou tendo, acho que estamos em mais uma instância do debate.

Termino o meu discurso como o Senhor terminou e a Tereza também: todos nós, sobretudo os democratas do Parlamento, estamos interessados em que possamos ter na televisão pública um espelho, uma imagem da religião. A religião é muito importante no espírito dos povos. Isso é uma coisa histórica. O nosso País é laico, mas o povo não é. A televisão é pública. Portanto, a audiência dela... O povo brasileiro quer ter ali também a sua programação. Tenho certeza de que com diálogo e boa vontade vamos encontrar os caminhos.

Termino fazendo um apelo aos meus colegas para ajudarmos à recondução dessa dama ilustre de Minas Gerais que agora deverá sofrer o processo de renovação do seu mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella, uma das figuras mais ilustres desta Casa e meu mestre inclusive.

Antes de passar a palavra ao Senador Aníbal, consultaria os Senadores presentes se haveria alguma rejeição a que a Deputada Liliam Sá também pudesse se pronunciar ao final.

Passo a palavra agora ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Lobão Filho, Sr. Daniel Aarão do Conselho Curador, companheira Tereza Cruvinel, Presidente da EBC, em primeiro lugar, quero agradecer a presença de vocês e a oportunidade de estarmos fazendo esse

debate também tentando contribuir, de alguma maneira, com alguma reflexão.

Somos um Estado laico, mas iniciamos as nossas sessões com “sob a proteção de Deus”. Há poucos dias, há poucos meses, fizemos uma bonita sessão especial do Senado em homenagem aos 100 anos da Assembleia de Deus no Brasil; ontem, fizemos uma linda sessão em homenagem ao Círio de Nazaré, que é a maior festa Católica do Brasil, em Belém. Assim, sucessivamente, temos feito sessões de homenagens tanto à rede Amazônica, que geograficamente é a maior televisão do Brasil, quanto à TV Canção Nova, que é da Igreja Católica. Isso tudo no coração do Parlamento brasileiro em uma demonstração de que o Estado laico não é o Estado que rejeita a religião, mas o Estado que abre o seu coração, as suas portas, digamos assim, em termos institucionais, para todas as religiões.

A iniciativa do Presidente Lula de criar a Empresa Brasil de Comunicação é algo que veio a calhar com uma necessidade. Temos redes privadas com extrema força comunicacional no Brasil, mas o próprio Estado brasileiro carecia de uma rede nacional para expressar a sua diversidade à luz das preocupações não com o lucro, com o retorno em termos monetários, mas principalmente em termos de cultura, de fortalecimento da identidade histórica, do conhecimento das regiões entre si, porque, querendo ou não, o Brasil é um continente onde os povos não se conhecem, as regiões não se conhecem. A Empresa Brasil de Comunicação entrou na cena comunicacional e cultural brasileira com esse propósito. Acho que está cumprindo muito bem isso. A Tereza Cruvinel está conduzindo, com muita maestria, esse processo de implantação, porque ainda estamos em fase de implantação. Amanhã, assinaremos o termo de adesão da TV Aldeia, que é a TV pública do Acre, à Empresa Brasil de Comunicação, e vou estar presente com a Tereza, com muita honra e muito orgulho.

A minha opinião a respeito é que, se não existe um contrato, se a coisa estava acontecendo até aqui sem que houvesse uma documentação específica, isso ocorre porque no Brasil ainda as coisas são muito feitas a partir do direito adquirido, do direito consuetudinário, aquele direito que vai se estabelecendo de acordo com os costumes, com o jeito de fazer. Se é chegado um novo momento, se têm que ser estabelecidos contratos legais, se têm que se chegar a determinados termos, sugeriria ao Conselho Curador que pudesse buscar esses meios, mas, verdadeiramente, tirar a missa da Igreja Católica ou o programa que tenta atender às denominações evangélicas do ar não é um ato de ampliação da diversidade ou da nossa visão de diversidade. Parece um pouco um ato de repressão, de intolerância, que já confronta com o espírito da TV

pública, idealizada, que está sendo preconizada. Então, defenderia que encontrássemos um jeito de consolidar essa nossa convivência plural e multidiversa, em termos tanto culturais quanto religiosos no Brasil.

Não entraria tanto no mérito das estatísticas, claro que são importantes para isso, porque, querendo ou não, católicos e evangélicos são a imensa maioria do Brasil, mas sabemos que os espaços na TV pública estão abertos para todos. Lembro-me que, quando temos a caminhada da diversidade LGBT, são 30 mil pessoas caminhando, a TV Aldeia dá uma ampla cobertura, mostrando todas as cores, mostrando toda a beleza daquele ato para a sociedade, mas, quando tem também a marcha para Jesus, fazemos questão de pautar. É importante, para mostrar que é assim o Brasil. Tem o momento da manifestação esportiva – as Olimpíadas de 2016, a Copa do Mundo de 2014 –, mega eventos, como o Rock in Rio acontecendo, e temos que estar abertos a todas essas possibilidades. É uma atitude de respeito para com cada um, individualmente, e para a diversidade da sociedade brasileira estarmos abertos a todos os segmentos, a todas as expressões, estarmos assegurando essa liberdade de expressão, que é um preceito constitucional fundamental, e não abrimos mão dele. Respeitar as diversidades é também abrir a possibilidade de expressão para todos eles. Para aqueles minoritários, que ainda não têm seus canais de expressão, o desafio é encontrar canais de expressão para eles e não tolher aqueles que já têm seus canais de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Passo a palavra agora ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Senador Lobão Filho, primeiro dizer que é um prazer estar aqui com a nossa Tereza Cruvinel, essa grande brasileira que tem história no jornalismo, que está fazendo um trabalho fantástico à frente da EBC. Dizer, verdadeiramente, da minha satisfação de estar aqui, da minha admiração. A mesma coisa com Daniel Aarão Reis, uma das grandes cabeças do País, do Estado do Rio de Janeiro, com uma história fantástica de militância.

Mas eu queria aqui falar e abordar alguns pontos sobre essa decisão tomada pelo Conselho Curador. Primeiro, concordar com a essência da fala do Senador Anibal. O art. 19 da Constituição fala que o Estado brasileiro é laico, só que Estado laico não significa Estado antirreligioso. O próprio preâmbulo da nossa Constituição, como V. Exª falou, fala: “Nós, representantes do povo brasileiro (...) sob a proteção de Deus (...)”

Trago aqui algumas decisões do Conselho Nacional de Justiça, que entende que o uso de símbolos religiosos não fere o princípio da laicidade do Estado.

Trago o voto de uma juíza federal de São Paulo, Senador Crivella, Maria Lúcia Sá, que diz o seguinte:

O Estado laico não deve ser entendido como instituição antirreligiosa ou anticlerical. O Estado laico foi a primeira organização política que garantiu a liberdade religiosa: a liberdade de crença, de culto e a tolerância religiosa foram aceitas graças ao Estado laico e não como oposição a ele.

Assim sendo, a laicidade não pode se expressar na eliminação de símbolos religiosos, mas na tendência aos mesmos.

Na opinião da juíza, “um país como o Brasil, que teve uma formação histórico-cultural cristã, a presença de símbolos religiosos em espaços públicos é natural, sem qualquer ofensa à liberdade de crença diferenciada”. E por aí vai...

Mas eu quero entrar na questão que para mim é mais importante, que é a legitimidade. Eu acho que os senhores estão colocando em discussão o próprio Conselho Curador da forma como existe. Se tivesse alguém eleito nesse Conselho Curador, ele não tomaria uma decisão como essa. E volto à questão original: a legitimidade vem do povo. Quando falo que vocês estão colocando em risco o próprio Conselho Curador... Não é possível haver unanimidade nesse Senado Federal, Daniel! Unanimidade!

A posição da Presidenta da República, e devo dizer outra coisa, que é falar de questões políticas também... A decisão da EBC parece – e eu sou um Senador que anda no Rio de Janeiro –, pareceu, para todo lugar, como uma agressão a determinados... Foi assim entendido nos meios evangélicos e nos meios católicos. E o pior: não era uma agressão da EBC; era uma agressão da Presidenta Dilma Rousseff. Eu falei aqui: não teve nenhum ato político feito pela oposição que causou um estrago político tão grande para a Presidenta da República quanto esse. E devo dizer isso – desculpem até o tom – porque eu tive que mexer em minhas agendas várias vezes para ir apagar incêndios, para ir dizer: “Não, não é isso. Eu falei com a Presidenta, a Presidenta está contra isso.”

E volto à discussão da legitimidade. Vocês estão colocando o Conselho Curador aqui... Como é que pode: um conselho ter uma posição, na verdade, o Conselho tem aqui, na nossa... tem para firmar diretrizes. O programa tem mais de trinta anos, se não me engano, 36 anos, o programa da Igreja Católica, e 44 anos, o da Igreja Evangélica.

Então, Daniel Aarão Reis, é essa situação que foi colocada pelo Conselho. Tem uma decisão da Justiça,

que eu acho que foi acertadíssima, mas aqui, sinceramente, o apelo que nós fazemos aos senhores é rediscutir isso. Volto a dizer: legitimidade é o povo que dá. Nas ruas, isso aqui, e eu falo do voto popular, não passa em lugar algum. Então, sinceramente, acho que a discussão que a gente vai ter que ter aqui é sobre o funcionamento da EBC e desse Conselho. Não podemos ter um conselho de iluminados que se distancia do mundo real, que não escuta a opinião dos outros.

Isso, sinceramente, vindo de longe assim, e sou um militante de esquerda, tenho o maior orgulho de ser um militante de esquerda a vida inteira, parece aquele velho esquerdismo, distante da vida real do povo. Essa posição foi a posição que, volto a dizer, alimentou os sentimentos mais conservadores contra um projeto popular nesse País.

Essa é a minha opinião sobre isso. Desculpe a contundência, Daniel, que eu respeito, sou admirador seu, mas eu acho que é isso. Ao fundo e ao final de tudo isso, a gente tem que repensar um conselho, porque não pode existir um conselho que não foi eleito, quando há uma unanimidade tão grande nesse Parlamento. Você pode estar certo, se a gente for coletar assinatura, consigo de todos os Senadores, todos os Senadores! Não pode ter um conselho que esteja acima do voto popular, da vontade da Presidente. Eu, sinceramente... Não pode, porque eu vi a Presidente fazendo gestões, pedindo, conversando com pessoas. Que Conselho é esse?

Agora, a discussão para mim mudou de rumo: não é só mais esse programa, é esse Conselho. Não pode. Não pode, não se assenta em bases legítimas. A legitimidade, volto a dizer, estou repetindo, é o povo. Se esses senhores que fazem parte desse Conselho andassem, conhecessem a vida do povo, andassem na Baixada Fluminense, saberiam que esse é um tipo de posição que não poderia ser tomada dessa forma. Me parece uma poesia do Maiakóvski, e não estou falando do Daniel, que está aí de óculos, não, pelo amor de Deus!, que dizia: “Professor, tire seus óculos-bicicletas!” Está assim. É isso. Parece um conselho de iluminados. Desculpe, Daniel, desculpe o termo: estão se achando!

Está falando aqui um Senador do PT que defende esse governo, mas devo dizer, e encerro dizendo isto, que, nesses sete meses de mandato, nunca tive que me explicar tanto, nem na votação do salário mínimo.

Queria deixar essa minha posição aqui, porque eu tenho vivenciado isso no convívio com o povo do Rio de Janeiro..

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – AM) – Senador Lindbergh, muito obrigado pelas suas colocações.

Eu passo agora a palavra à Deputada Liliam Sá.

A SR^a LILIAM SÁ (PR – RJ) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar os Senadores e agradecer por deixarem que eu manifeste a minha opinião nessa audiência.

Quero parabenizar o Senador Marcelo Crivella por essa atitude, por essa iniciativa – Obrigada! – e o Senador Lobão Filho pela condução.

Eu me sinto muito à vontade em poder defender tanto os católicos como evangélicos nesse debate público.

Quero agradecer à Tereza Cruvinel por ter me atendido várias vezes ao telefone, nervosa em relação ao programa Reencontro, e fazer algumas perguntas ao curador Daniel.

Foi muito bem colocado pelo Senador Marcelo Crivella o pedido de conciliação e de uma nova discussão do Conselho. O Senador Anibal Diniz falou muito bem sobre a laicidade na condução...

(Interrupção do som.)

...e também como Lindbergh está falando da legitimidade.

O senhor apontou algumas coisas que fizeram com que a gente ficasse pensando e até concordasse com o que o Senador Lindbergh falou agora. Estamos discutindo diversidade e pluralismo. Quando a gente discute diversidade e pluralismo, nós temos que estar embasados na opinião daquilo que o povo quer, daquilo que o Brasil quer.

O senhor disse aqui na sua fala que vocês fizeram uma consulta pública, e eu vou fazer algumas perguntas ao senhor: Onde foi essa consulta pública, quando foi e quem participou dessa consulta pública?

O senhor disse que a permanência desses programas na grade é ilegal e ilegítima, mas o Conselho só foi descobrir isso depois de 44 anos que os programas estão no ar?

Eu entrei, como falou o Senador Marcelo Crivella, com uma contestação, um projeto de decreto legislativo. Nós apresentamos junto com o partido e está correndo nas comissões, mas a pauta está trancada no Congresso, e nós vamos ver se conseguimos o mais rápido possível colocar em votação no plenário.

Então, eu quero fazer essas considerações. O que é pluralismo e diversidade para vocês se 90% do povo brasileiro é católico, a maioria, católico, mas também são umbandistas, são também espíritas? A maioria também dos evangélicos tem outros tipos de religião. Tem uns até que são maçons. Então, diversidade e pluralismo, eu quero entender o que é isso para vocês. Quer dizer, se vocês fazem a grade do programa, por que tirar os programas do ar, tanto da Igreja Católica quanto os programas evangélicos? Por que vocês não

podem adequar na grade de vocês esse pluralismo e essa diversidade que vocês estão querendo? Se são vocês que fazem... e aí a gente começa a perceber, será que não há alguma coisa atrás disso? E nós queremos que vocês expliquem isso para a gente. A Tereza Cruvinel disse que voltou atrás e que ela foi criticada quando da sua fala. Você falou que lutou muito para que o Conselho não se posicionasse dessa maneira e que você não conseguiu. Então, a gente fica... até onde vai o poder do Conselho? O Conselho vale mais do que a direção, da Presidência? Eu queria que vocês deixassem mais claro isso para a gente.

A primeira missa foi realizada aqui no Brasil em 1526, se não me engano. Foi a primeira missa realizada. Depois vieram as igrejas, as igrejas reformadas que vieram para o Brasil.

Então, o Senador Marcelo Crivella falou muito bem, a Igreja Católica e as igrejas que são tradicionais não tem condições de concorrer com as outras igrejas, das outras emissoras, que tem programas, que compram a grade, o horário inteiro. Elas não têm... Então, a solução é a televisão pública.

Eu gostaria que o Conselho fizesse uma avaliação de tudo isso, do que está sendo colocado aqui, da posição do povo. É como o Lindbergh falou: quem decidiu a eleição da Presidente Dilma foram os católicos, foram os evangélicos. A religião entrou na discussão política. E nós defendemos muito a Presidente Dilma, apoiamos muito a Presidente Dilma e queremos, sim, que haja essa diversidade, esse pluralismo, mas que haja o entendimento e que não haja uma perseguição religiosa nem de A nem de B, mas que haja o entendimento.

Então, coloco esse questionamento para que vocês possam me responder: por que não fazer esse revezamento? Quando senhor fala que há privilégios e abusos, que tipo de abuso poder haver na Igreja católica que está fazendo a sua missa de domingo, levando a palavra para as pessoas que estão sofrendo. Depois, entra o programa Reencontro, que também é um programa que não é só da Igreja Batista, é da Igreja Presbiteriana, é da Igreja Metodista, é Igreja Assembleia de Deus. Todas as Igrejas participam, não é só uma religião em si. Mas são todas, é todo um grupo.

Eu gostaria de saber por que esse privilégio e abuso? O senhor usou essa palavra. Eu achei até um pouco agressivo, porque se o Conselho está há tanto tempo, porque não descobriu que havia privilégio e abuso lá atrás.

Eu só queria entender essa tolerância que o senhor tanto fala e o pluralismo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigada a Deputada Liliam Sá.

Passo a palavra agora ao Conselheiro Daniel, para que ele possa responder a indagação dos Senadores presentes como da Deputada.

Só fazendo um registro, se formos dar proporcionalmente – volto a dizer, isso não é estatística, é dado matemático – o levantamento da população brasileira de 90% em relação a 3,5, se figurativamente um programa que é dado a evangélicos e católicos representa 16 minutos, teríamos de dar 30 segundos para serem distribuídos entre todas as outras religiões.

Passo a palavra ao Sr. Daniel.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Bem, eu quero crer que há um acordo básico através de todas essas intervenções aqui, no sentido de que nós precisamos garantir no espaço público pluralidade e tolerância.

A decisão do Conselho Curador foi criticada no sentido de que ela afinal não está promovendo essa pluralidade e tolerância. Vou tentar defendê-la, mas eu gostaria de fazer isso respondendo às questões formuladas pela Deputada.

Sobre a consulta pública. A consulta pública se processou, foi amplamente divulgada pela Internet. Foi divulgada nos sites da EBC, na imprensa e também nos programas religiosos. Recebemos inúmeras sugestões tanto de pessoas físicas como também de entidades representativas da sociedade.

Todas essas sugestões foram consideradas e, em relação a elas, fizemos inclusive uma nota. Evidentemente, quando você faz uma consulta pública, é uma consulta, não é ela que decide sobre a resolução do Conselho. O Conselho ouve a consulta, pondera sobre os argumentos. Inclusive, creio eu que muitas das sugestões formuladas através da consulta acabaram sendo consideradas e redefiniram a própria decisão do Conselho.

Então, nos padrões atuais, creio que essa consulta foi bastante ampla.

A SR^a LILIAM SÁ (PR – RJ) – O Senhor tem números?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tem. Foram 140 pessoas, não foi isso?

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Cento e quarenta.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Cento e quarenta e uma pessoas, não. Pessoas e entidades representativas.

Bem, o Conselho, Deputada, ele existe há muito pouco tempo. V. Ex^a perguntou: “Por que levou tanto tempo para descobrir essa injustiça e essa ilegalidade?”

O Conselho se constituiu no mesmo tempo em que a EBC e passou a ter uma dinâmica mais participativa, eu diria, há cerca de dois anos e meio. E discute

essa questão há um ano e meio. Então, o Conselho não viveu muito tempo se omitindo ou negligenciando essa questão. Ela apareceu muito rapidamente como uma questão importante que foi, ampla e exaustivamente, discutida no Conselho.

O que é pluralismos e diversidade?

Pluralismo e diversidade, a meu ver, é a gente conseguir apresentar por meio da TV e do Rádio o amplo espectro religioso existente no País. Eu penso que essas estatísticas apresentadas devem ser sujeitas a críticas. Volto a dizer que inúmeros são os brasileiros que têm mais de uma religião.

É preciso lembrar que certas religiões no Brasil, sobretudo as religiões afro-descendentes, eram criminalizadas há muito pouco tempo. Eram perseguidas pela Polícia! De sorte que isso cria uma atmosfera que inibe muitas vezes a pessoa dizer... as últimas estatísticas são do ano 2000. Os parlamentares brasileiros, Senadores e Deputados, sabem perfeitamente que há alguns anos atrás, inclusive isso acabou sendo banido das estatísticas, havia muito pouca gente que se auto-identificava como negro ou pardo. Isso mudou radicalmente de 10 ou 15 anos para cá, em função do movimento negro, em função da luta de inúmeros outros movimentos que conseguiram colocar essa questão de outra maneira.

Creio que se essas estatísticas fossem feitas agora, elas revelariam um outro quadro. Em todo caso, eu penso que não houve, da parte do Conselho, a leitura das resoluções do Conselho e das Atas, da discussão, porque aqui o debate, grande parte das intervenções dos Senadores e da Deputada estão combatendo moínhos de vento, porque o Conselho Curador não tomou uma resolução para restringir a religião, para eliminar a religião, para censurar a religião.

O Conselho Curador tomou a resolução no sentido de garantir a diversidade e a pluralidade existentes na sociedade brasileira em termos religiosos. O que tem havido, ao longo desse tempo todo, na televisão e na rádio públicas, na medida em que privilegiam apenas duas confissões, por maiores e mais respeitáveis que sejam, é não garantir a pluralidade e a diversidade religiosa existente no Brasil. Nós não temos tido essa diversidade e essa pluralidade.

Concordo com a ponderação do Senador de que a suspensão do programa, sem que uma alternativa seja apresentada, enfraquece a posição do Conselho Curador. Sem dúvida. Na nossa perspectiva, a suspensão dos atuais programas deveria ser acompanhada pela instauração, pela implantação de um programa alternativo em que essa pluralidade, não só de debates, mas de vivências, aparecesse na TV Brasil e nas rádios controladas e organizadas pela EBC, de sorte

que eu penso que tirar os programas e não implantar o programa alternativo, de fato, enfraqueceu, politicamente, publicamente, a decisão do Conselho. Mas a nossa decisão é que haja um programa alternativo e que ele seja feito o mais rapidamente possível.

O Senador Lindbergh questionou a legitimidade do Conselho Curador.

Senador, V. Ex^a está em uma Casa, juntamente com a Câmara dos Deputados, que produz as leis. As leis que V. Ex^{as} aprovaram constitui um Conselho com poderes determinados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor está sugerindo que modifiquemos essa lei?

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – V. Ex^a não pode, quando o Conselho... V. Ex^a não pode, quando o Conselho – que é uma instituição criada por V. Ex^{as} – toma uma decisão contrária à que V. Ex^a considera a mais adequada...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Daniel, o Lindbergh não estava aqui. O Lindbergh não estava aqui na ocasião.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Ele está falando em nome de uma instituição. Ele está falando em nome de uma instituição.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu sei. É claro. Mas você não pode provocá-lo para mudar esse negócio...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu estou achando que é uma sugestão, Daniel, para modificarmos a lei. Estou achando que é uma sugestão.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – V. Ex^{as} têm completa autonomia e poder e representatividade para mudar a lei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E podem ficar certos de que, com essa provocação, nós vamos nos reunir para tentar, rapidamente, fazer isso.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Mas, enquanto não mudarem a lei, Excelência, até em respeito à representatividade dos seus colegas que aprovaram a lei, V. Ex^a tem que se curvar, democraticamente, à lei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas a Justiça disse que houve excesso do Conselho. A Justiça, um juiz disse que houve excesso do Conselho; que o Conselho tinha que deliberar sobre diretrizes. A Justiça disse que houve excesso do Conselho.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Pois é. A Justiça, não; um juiz, excelência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Que representa a Justiça.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Um juiz não resume a Justiça.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim, representa a Justiça.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Nós estamos recorrendo. Estamos recorrendo. Não vou poder dizer, amanhã, se um desembargador caçar a tutela antecipada, que a Justiça decidiu a meu favor. A Justiça só decide...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Daniel, antes disso, vamos mudar essa lei aqui no Congresso. Eu garanto isso a você.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Senador, nós só podemos dizer que a Justiça decidiu, quando o Supremo Tribunal Federal decide sem direito a recurso. Você pode dizer “um juiz”, “um desembargador”, porque, enquanto o processo está tramitando, a Justiça ainda não decidiu.

Então, penso que o juiz, com todo o respeito pela sua decisão, tomou uma decisão infeliz. Ele não respeitou as atribuições do Conselho Curador. O Conselho Curador tem atribuições não só de discutir e de controlar as diretrizes, mas também de avaliar se os programas emitidos pelas rádios e TVs estão de acordo com os princípios e objetivos da lei que os criou.

Esses princípios asseguram a pluralidade, a diversidade e a tolerância. E esses princípios informam o trabalho do Conselho Curador, Excelência. Os programas religiosos, atualmente, limitam-se a divulgar credos, valores e rituais de duas religiões. Por mais importantes que elas sejam e por mais respeito que elas mereçam – essas frases estão contidas na resolução do Conselho –, elas não são as únicas, elas não resumem a diversidade e a riqueza religiosa que este País tem. O que queremos são programas que reflitam essa diversidade.

A maioria das intervenções parece criticar a decisão do Conselho no sentido de que ela é contra essa diversidade, é contra esse pluralismo, é contra a religião... Não é exato isso. Não é exato.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Daniel, também não é exato você dizer que, tirando as duas, está contemplando a diversidade ou chegando próximo...

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Mas nós não queremos tirar as duas, Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Você tirou. Você não está enxergando a diversidade...

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não... A decisão do Conselho era clara: vamos suspender os programas para implantar um programa alternativo que reflita essa diversidade e essa riqueza religiosa no País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Daniel, em qual dessas competências aí a suspensão dos programas você acha que cabe?

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Senador, “zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos pre-

vistos nesta lei". A lei que cria a EBC advoga, ou melhor, prescreve que a Empresa Brasil de Comunicação deve refletir a riqueza, a diversidade e o pluralismo da sociedade brasileira em todos os níveis.

Lembro aqui a todos que, se essas estatísticas forem tomadas ao pé da letra, 25% dos programas da TV Brasil e da EBC deverão ser sobre a realidade do Estado de São Paulo, porque o Estado de São Paulo tem esse percentual da população brasileira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a não explicou direito...

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Refletir a diversidade de uma sociedade não é retratar o que as estatísticas prevêm.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Deputado Garotinho...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Um aparte que é sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vou passar a palavra a V. Ex^a depois de consultar os Senadores sobre essa possibilidade, assim que o Sr. Daniel puder terminar.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – É só um aparte.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Às vezes, o aparte pode ser elucidativo, com todo respeito ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Os Senadores têm algo contra a concessão de um aparte? (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Fica concedido um aparte ao Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Acho que está havendo, por parte do Dr. Daniel, uma pequena confusão entre o que seja um programa que reflita pluralidade – o que não está excluído, deve existir um programa – e uma celebração.

O que se está discutindo aqui é que foi retirada do ar a celebração da Santa Missa. É uma celebração. Um programa de debates, em que os evangélicos expõem seu ponto de vista, os católicos, aqueles que confessam as religiões de cunho espírita ou africanas, é outra coisa. Está havendo uma confusão intelectual, conceitual.

Veja bem: um programa de debates, que seria muito bem-vindo, esclarecedor, ajudaria a que toda a população entendesse as diferenças que existem entre as diversas religiões no País, é uma coisa. Ponto.

Na medida em que V. Ex^a confessa que é desejo do Conselho fazer isso, eu saúdo V. Ex^a. Isso será muito bem-vindo para a televisão pública do Brasil. Mas o que estamos discutindo aqui não é isso. Estamos discutindo outra coisa.

Existia a transmissão da Santa Missa. É uma celebração. Existem milhares de brasileiros católicos que não podem sair de casa para assistir à Missa, não têm como ir. São pessoas que estão enfermas, em cima de uma cama; são pessoas que estão em hospitais; são pessoas que moram distante de suas paróquias. A televisão pública deve também cumprir um papel público; ela pertence à sociedade. Ela não é um canal do Governo. Então, acho que V. Ex^a está fazendo uma confusão.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não estou, não, Excelência.

Se V. Ex^a...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – E mais, só para concluir meu aparte...

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Desculpe.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – ...V. Ex^a entende, e colocou aqui diversas vezes, que as religiões transmitem valor. As religiões transmitem cultura. E V. Ex^a é uma prova disso. Seus nomes: Daniel, nome de profeta, Aarão, nome bíblico, Reis, Livro da Bíblia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Aarão é o irmão do Moisés.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sim.

O próprio nome de V. Ex^a mostra de que, além de transmitir fé e valores, a Bíblia transmite cultura, e as religiões transferem cultura, e o Senhor é uma prova disso.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Deputado?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Daniel, mais bíblico do que Daniel Aarão, só João Paulo, Pedro Paulo.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Presta atenção: Daniel Aarão Reis! Livro de I Reis, II Reis.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Deputado, se V. Ex^a tiver condições e tempo de ler a resolução do Conselho e as Atas dos debates das resoluções dos Conselhos...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu li.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – ...V. Ex^a e V. Ex^{as} concluirão o seguinte: ali não se defendeu apenas programas de debates. Não! Os programas definidos pelos Conselhos como necessários haverão não só de promover debates, mas principalmente de promover, de divulgar e de explicar as vivências religiosas, as vivências. No debate que houve no Conselho...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – O Senhor não está me respondendo. A celebração é outra coisa.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Mas celebração também. Os programas religiosos...

Agora, Deputado, não só deve aparecer na TV pública a celebração da Santa Missa, mas também das sessões espíritas, mas também dos Candomblés, mas também da Ubanda, não é? Todas as religiões devem ter as suas celebrações, as suas vivências...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Mas não é retirando que o Senhor vai colocar outras.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – É esse o fato Daniel. Você precisa focar a nossa discussão aqui. Você está buscando diversidades tirando programas. Você precisa acrescentar, Daniel, senão você não ter diversidade.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Senador, seria inviável se a gente fosse colocar na TV pública as celebrações semanais de todas as religiões brasileiras.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, nós estamos pedindo isso aqui em proporção.

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – O que a gente quer fazer é um programa sintético, que tenha o tempo dos atuais ou até o maior, porque as religiões merecem. Isso está muito enfatizado sempre nas resoluções e nas discussões do Conselho. A religião, e tem toda a razão V. Ex^{as}, é um aspecto absolutamente essencial na cultura brasileira. Isso foi sempre firmado, reafirmado. Está se criando uma ideia de que o Conselho negligencia as religiões, negligencia a dimensão religiosa do povo brasileiro, mas isso não corresponde às discussões e ao espírito e à letra da resolução do Conselho.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Daniel, você não acha que o Conselho está tentando “ensinar o Padre a rezar a missa”, quando vocês começam a criar métodos, *frames* e dizer que o programa tem que ser desse jeito que a gente quer?

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – O que a gente quer Senador, porque é nossa obrigação, salvo se V. Ex^{as} definirem nossas obrigações de outra maneira... Mas, atualmente, nós estamos cumprindo as obrigações que V. Ex^{as} definiram. Estamos zelando pelos princípios e objetivos. Não estamos, ao contrário do que disse o Senador Lindbergh Farias, com todo o respeito, “nos achando”. Estamos tentando cumprindo a Lei.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Dr. Daniel Aarão, querendo...

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Daniel, você não para de provocar o Lindbergh. Eu acho que

isso é uma coisa pessoal sua contra o Senador Lindbergh. Você não para de provocá-lo...

O SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO – Eu sou eleitor do Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Daniel é um bom Ministro da política.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Lindbergh, eu queria ter o prazer de ler a V. Ex^a aqui a nossa Constituição:

Art. 49. *É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

(...)

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar dos limites sobre a legislação normativa;

Então, em resposta a V. Ex^a, nós temos sim o poder de sustar essa decisão do Conselho. Acredito que isso seja o desejo da maioria e iremos, todos juntos, irmanados neste objetivo, encaminhar, no momento devido, à EBC esse posicionamento do Congresso brasileiro.

Tenho agora o prazer de passar a palavra à Sr^a Tereza Cruvinel para que também possa fazer suas considerações finais.

A SR^a TEREZA CRUVINEL – Obrigado, Senador.

Quero, primeiro, fazer alguns esclarecimentos sobre questões aparecidas na fala do Senador Daniel, bem como nas intervenções de... *(Pausa.)*

Conselheiro Daniel...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas age como. *(Risos.)*

A SR^a TEREZA CRUVINEL – Quero fazer algumas considerações sobre algumas intervenções, especialmente sobre a do Conselheiro... Agora já estou invertendo... a do Senador Lindbergh.

A ilegalidade dos programas. Todos começaram nos anos 70 com a Fun TV, um órgão já extinto há muitos anos. Depois da Fun TV, houve a Fundação Roquette Pinto e, depois, a Acerp e, depois, a EBC. Nos anos 70, o Pastor Fanini, tenho essa informação, se me pode confirmar, Pastora Helga... *(Pausa.)*

Devo chamá-la de pastora? Não sei... *(Pausa.)*
Sr^a Helga.

O Pastor Fanini foi um parceiro da Fun TV obtendo equipamentos para o início daquela televisão. Surgiu, então, uma parceria para o Programa Reencontro. Da mesma forma, tenho informação de que missa foi feita em uma inauguração daquela TV Educativa, do Rio de Janeiro, e, depois, tornou-se objeto de uma parceria. Cobrar contratos da EBC é impossível sobre isso. Procuramos nos arquivos. Os arquivos da Fun TV, todos, morreram em um incêndio.

Essa legalidade poderia ser construída, firmar um termo de parceria, mas, na medida em que... Não fizemos isso, por quê? Porque o Conselho já estava discutindo. Seria tentar, digamos, contornar um dos argumentos do Conselho. Agora, vamos levar a discussão até o seu encerramento.

Então, a ilegalidade tem esse aspecto. É como se a EBC, que é uma empresa com todas as suas contas aprovadas pelos Tribunais, uma empresa com muita observância dos ritos da administração pública... Não deixei a minha carreira para assumir a Presidência da EBC para permitir que ali houvesse uma só ilegalidade. Disse isso neste Congresso muitas vezes. A minha integridade profissional me levou à EBC. A EBC é uma empresa muito íntegra. Os senhores podem ter certeza de que lá não há contratos ilegais. Agora, a veiculação não é objeto de contrato. Isso é outra coisa.

A ilegitimidade. Acho que a palavra é um pouco excessiva. Há necessidade de expansão da representação da pluralidade. Sempre soubemos e reconhecemos isso. Sempre dissemos que a expressão da pluralidade, a que a lei se refere algumas vezes, se daria por uma proposta inclusiva e não por uma proposta supressiva. A proposta que a EBC apresentou é inclusiva.

Vou pedir à Érica, nossa Assessora de Comunicação, que passe à Comissão a proposta que foi apresentada ao Conselho, uma proposta de alternativa de programação religiosa, para que a Secretaria da Comissão tenha e possa disponibilizar ao Senador ou à Senadora, ao Deputado ou à Deputada que se interessar pelo tema. Voltarei a ela.

A questão das múltiplas religiosidades está expressa na estatística do IBGE. Existe aqui uma expressão: declaração múltipla, 0,023. Isso não impede a expressão da pluralidade. Existe um fragmento da população que diz ter mais de uma religião. Isso não impede construirmos uma faixa de expressão de diversidade dentro da TV público.

Acho que o Deputado Garotinho foi a pessoa que captou o sentido mais sutil dessa discussão, que não está sendo explicitado. Nós apresentamos uma proposta de expansão da expressão da diversidade. Como é a nossa proposta? Não é transpondo a estatística objetivamente. Eu até pediria à Mesa que recusasse uma lâmina. Nós propusemos que as duas maiores religiosidades tenham *slots* de 26. Por quê? Nosso quadradinho de grade é todo organizado em 26 minutos ou 52, em alguns casos. Então, a religião evangélica fará uma celebração como ela quiser ali. E entre as evangélicas, através de um edital que a EBC lançaria, eles organizariam: “olha, nós vamos revezar; um dia vai ser dos batistas, outro dia vai ser de adven-

tistas...” A televisão portuguesa faz isso muito bem, outras televisões fazem isso.

O *slot* dos católicos, da mesma forma. Se eles quiserem dizer “olha, cada Estado transmitirá a missa da arquidiocese daquele Estado”... Então, lá no Acre, onde vamos celebrar acordo de rede amanhã, já se transmite a TV Aldeia, nossa parceira, ela não transmite a missa do Rio, mas a missa de Rio Branco. Nós sabemos disso.

Nossa proposta não é mecanicista e nem é exclusiva. Ela propõe treze minutos depois para as religiões minoritárias, que também por edital se credenciariam. Os espíritas, os judeus, os muçulmanos, aquela lista que eu apresentei...

(Próximo, por favor.)

(Próximo, por favor.)

Vinte e seis minutos para evangélicos, católicos e cultos afros. Por quê? Os cultos afros, embora não tenham, numericamente, essa expressão, têm a expressão que nós sabemos na formação da cultura brasileira e têm o estigma das religiões africanas, derivados da escravidão, do racismo. Então, por isso nós homenagearíamos essas três com o *slot* de 26 e as outras com *slot* de 13, todas as minoritárias aqui.

Esses espaços democráticos seriam selecionados por editais públicos porque é por editais públicos que a EBC seleciona filmes para exibição, é por editais públicos que a EBC seleciona os programas da produção independente que estão na nossa grade. E da mesma forma, por editais públicos, nós selecionaríamos os responsáveis pela ocupação desses *slots*, que são janelinhas de grade, os espaços de grade. Achamos que isso é muito democrático, queremos deixar essa proposta na Secretaria da Comissão.

Agora, é diferente, e acho que o Deputado Garotinho captou essa sutileza do que o Conselho está nos cobrando, que é fazer um programa – o Conselheiro Daniel falou mais de uma vez –, um programa que expresse diversidade. Isso, gente, se chama jornalismo de religião. Você faz um programa... O Secretário do Conselho, que é um assessor da minha Presidência, do meu gabinete, que eu cedo ao Conselho, mas que é mais influente do que muitos conselheiros, o jornalista Diogo Moisés, aqui presente, me enviou uma sugestão de um programa da TVE da Bahia. A diretoria achou que não deveria exibi-lo no lugar desses que iam ser retirados da grade porque ele é um programa de debate, onde tem um padre, um pai de santo, um pastor e outros líderes religiosos discutindo a diversidade. Acho que devemos fazer isso. A BBC tem programas de jornalismo de religião – uma faixa chamada *Religion and Ethics* – e tem, também, serviços para as pessoas que querem assistir à missa de algum lugar, acompanhar a

transmissão de um reverendo da Igreja Anglicana que é muito prestigiado lá, que é transmitido de uma certa catedral. A gente estudou tudo isso.

Então, é diferente, nossa proposta de ranqueamento da grade para os serviços religiosos, as expressões das religiões segundo seus ritos, ou, se ela não quiser rito, se não quiser missa, fazer a leitura... Isso é uma coisa; outra seria um programa de jornalismo ou debate religioso, a chamada diversidade. O programa da TVE da Bahia que nos foi sugerido pelo secretário do Conselho – ele deixou bem claro que era apenas uma sugestão e não uma imposição do Conselho –, nós achamos que isso deve ser construído também, mas é outra coisa.

Como controlar conteúdo? Quem assinar compromisso de ocupar esses *slots* da grade firmará a sua submissão à lei da EBC, ou seja, se ele explicitar proselitismo – proselitismo no sentido que a palavra indica: usar o veículo público para falar algo como “venha para minha religião que é melhor que a sua” - que a nossa lei proíbe ou se usar qualquer outra forma de expressão que contraria nossa lei, perderá o programa, porque a rede também faz isso. A TV Aldeia, quando assinar amanhã conosco um acordo, no Acre, para retransmitir a nossa programação e ser transmissora da rede, assinará que aceita tudo da lei da EBC que este Congresso Nacional aprovou. Esta é a forma de controlar: se fez alguma coisa que violou, sai do ar, porque isso será compromisso de contrato ou de acordo.

Então, essa diferença entre um programa de televisão, um conteúdo de debate e de jornalismo, reportagens sobre festas religiosas, os conteúdos, a história de cada religião, isso é jornalismo. Eu não tenho condições também de fazer, a curto prazo, esse programa. A TV Brasil está fazendo um concurso, tem carência de pessoal e de muitos outros recursos e está se implantando. A curto prazo, não fazemos um programa deste. Isso envolve gente, recursos etc. Assim como também vai dar algum trabalho implantar isso aqui, construir a faixa da diversidade religiosa, mas também é possível. A TV Brasil ia dar os recursos. O Conselheiro Daniel falou muito no abuso. O Conselho se refere ao uso de equipamentos. Então, isonomia: ou todos poderão gravar nos estúdios da TV Brasil, ou todos entregarão a fita pronta ou o sinal, se for o caso de alguma coisa ao vivo.

Então, tudo isso seria construído e está referido na nossa proposta, que fica à disposição do Conselho, bem como a resolução e outros documentos relacionados a esse tema.

Agora, quero falar sobre a intervenção do Senador Lindbergh.

A minha última lâmina, por favor, falou exatamente disso. Há duas questões relacionadas. A diretoria considera importante explicitar na lei alguma coisa sobre religião, já que isso gerou uma polêmica tão grande. É proibido ou isso está dentro da diversidade? E eu disse para se ter ainda uma melhor definição das competências do Conselho Curador e da diretoria-executiva na lei da EBC. No texto atual, a falta de clareza acaba produzindo uma justaposição conflitante. Queria que colocasse a lâmina das atribuições do Conselho Curador. Eu nunca disse, em nenhum momento, que nós não cumpriríamos a determinação do Conselho Curador. Há chamadas gravadas avisando que os programas sairiam do ar. Agora, acredito que o Conselho exorbita da competência quando foge da proposta aprovada, neste ano, pela diretoria. O Conselho aprovou uma grade, para este ano, em que têm programas religiosos.

Portanto, eu fui muito agredida nesse processo todo. Fui chamada de ter inclinações religiosas, como se isso fosse um depreciativo da minha pessoa e da minha atividade de gestora da Empresa Brasil de Comunicação. Agora, a proposta aprovada já continha os programas na grade. Acho que é preciso esclarecer, sim, Senador Lindbergh, onde é o limite. O Presidente da República, que me nomeou Presidente da EBC, foi legitimamente eleito pelo povo brasileiro. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi que me nomeou e me deu um mandato de quatro anos para implantar a EBC, a TV pública e os canais públicos. E esse mandato é dado para se ter autonomia na gestão.

Agora, se o Conselho está acima do diretor-presidente, não tem sentido dar mandato ao diretor-presidente! Então, temos aqui zonas de conflito nessa lei que precisam ser esclarecidas.

E estou dizendo com muita tranquilidade, porque não estou falando em meu favor. Estou encerrando o meu mandato, não tive ainda... A Presidente Dilma vai me convocar para uma conversa, mandou avisar isso, mas o que existe na lei é que o meu mandato se encerra em 31 de outubro, permitida uma recondução.

Então, não estou falando, não estou encaminhando nenhuma questão para favorecer a minha gestão. Os quatro anos já se passaram e foram muito difíceis.

É preciso aclarar esses limites, deliberar. O que significa deliberar sobre a linha editorial de produção e programação, propostas pela diretoria executiva? A iniciativa da proposta é sempre da diretoria executiva. Se for para o Conselho dizer “a nossa grade”, “a nossa programação”, então, o Conselho vai gerir. Está aí: vamos acabar com a diretoria!

É preciso... Agora, é importante o Conselho? É importante, sim, que a sociedade civil esteja lá, ajudando a controlar os princípios. Ou seja, a independência, a

expressão dos compromissos, da natureza dos canais públicos, porque esses não existem para expressar nem a posição do Poder Executivo, que tem sua televisão – TV NBR e outros canais –, nem do Parlamento, que tem os seus canais, nem do Judiciário. Os canais públicos são a expressão da sociedade. Para isso é que eles existem.

Então, eu acho que existem conflitos mesmo que precisam ser aclarados no limite das competências de cada um. Talvez estejam mal escritos. E acho que existem questões na lei da EBC e outras também que precisam ser revisitadas. E será importante que o Congresso, que já deu o primeiro passo, permitindo a criação da nossa empresa de comunicação pública, para que tenhamos o nosso sistema público, como toda democracia tem, como vemos na Inglaterra, na França, em Portugal, na Espanha etc., etc. Toda democracia tem que ter o estatal, o público e o privado. Então, o Congresso, que já havia...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Drª Tereza, mais um minuto para a senhora encerrar as suas...

A SRª TEREZA CRUVINEL – Então, tá! Este Congresso, que aprovou essa lei, pode aperfeiçoar em vários aspectos, inclusive no que diz respeito ao seu financiamento...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Senador Lobão, posso fazer um aparte? Só para fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Eu teria que consultar novamente o Plenário do Senado sobre se o Deputado Garotinho poderia fazer mais um aparte.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Está autorizado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu pergunto à Jornalista Tereza Cruvinel se o Conselho da EBC reflete a pluralidade desejada na programação, porque, se ele é um Conselho que quer pluralidade na programação, a sua composição deve refletir essa pluralidade.

Pelo que V. Sª tem conhecimento, os membros do Conselho refletem essa pluralidade do povo brasileiro? É só uma pergunta. V. Sª é Diretora-Executiva, então, deve conhecer os membros do Conselho. Se eles refletem o desejo do Conselho. O Conselho quer que seja plural, e nós concordamos. Mas, para que seja plural, o próprio Conselho tem de ser plural.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com a palavra, a Srª Tereza Cruvinel.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Um minuto.

A SRª TEREZA CRUVINEL – A questão, Deputado Garotinho, tem outra origem. O Presidente Lula, quando propôs a MP nº 398, propôs que o Conselho fosse nomeado pelo Presidente da República, observada essa pluralidade regional, de profissões, de ideologias, de formações profissionais etc., etc. Este Congresso... Lamento que não esteja aqui o hoje Senador Walter Pínnheiro, a quem devemos muito como relator na Câmara. Ele acolheu uma emenda lá na Câmara e este Senado teve um papel muito importante na nossa lei, porque o Senador Casagrande – hoje até falávamos disso ali com a Conselheira Ana Fleck, recordávamos –, ele não pôde mudar o parecer da Câmara, porque não havia tempo, a medida ia cair. Foi acolhida na Câmara uma emenda que jogou para a sociedade, através de consultas públicas feitas pela Internet junto a certas instituições, a escolha dos conselheiros. E eu acho que a origem...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu gostaria de conhecer a escolha...

(Falha na gravação.)

...o nome dos conselheiros, porque na própria leitura nós vamos ver se reflete ou não. É rápido. São quantos conselheiros?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Após o término da palavra da Drª Tereza Cruvinel, eu perguntaria se o Dr. Daniel teria condições de declinar o nome e a função de cada conselheiro.

Depois da palavra final da Drª Tereza.

Então, voltando a palavra para a Drª Tereza para as suas considerações finais. Já passou um minuto. Vamos a mais um minuto.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Então, a origem... Eu acho assim: há uma origem de problemas de conflito de competência. Ela tem a ver com a forma de eleição e indicação dos conselheiros...

(Manifestações fora do microfone.)

A SRª TEREZA CRUVINEL – Não, eu acho que o Conselho é diverso, sim. Mas não é essa a questão. É a questão de ele entender o seu papel e, por vir da sociedade, não ter o Presidente da República a responsabilidade das suas escolhas, tem um comportamento de absoluto descompromisso com as questões administrativas e políticas que envolvem a construção da tevê pública. Porque, se eu vim da sociedade, eu só tenho compromisso com minhas ideias, porque eu represento a sociedade. Então... E as coisas não são bem assim. Representar a sociedade não é dizer... Não houve voto popular nisso. É diferente do voto popular...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Drª Tereza Cruvinel.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Eu agradeço a todos, porque acho que não vou falar mais. Agradeço. Acho que foi um debate importante. Lamento ter extra-

polado aqui, no final, o tempo. Mas acho que a discussão se encaminhou para essa questão, que eu acho relevante para o futuro do sistema. E, se os Senadores prestarem atenção a ela, encontrarão oportunidade de contribuir com o aperfeiçoamento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA)
– Obrigado, Dr^a Tereza..

Quero registrar a presença do Bispo Dom Paulo, representando a Arquidiocese do Rio de Janeiro, neste plenário, e do Frei Odolir, representando a Arquidiocese de Brasília.

Quero registrar que estou compilando o projeto de decreto legislativo da Deputada Liliam Sá. E perguntaria ao Senador Crivella se irá subscrevê-lo junto comigo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Lindbergh Farias também.

Assim, vamos dar entrada na Mesa do Senado, ainda hoje, do projeto de decreto legislativo, partindo também como iniciativa desta Casa.

Quero solicitar à Secretaria desta Mesa que providencie o ofício que vou submeter à deliberação agora dos Senadores presentes como manifestação desta Comissão de Ciência e Tecnologia à EBC, registrando o posicionamento desta Comissão contrário à decisão do Conselho Curador da EBC de retirar do ar os programas religiosos.

E faço ainda um registro: acredito que o Brasil era um Brasil muito melhor, do ponto de vista moral e do ponto de vista da violência, quando uma matéria religiosa era obrigatória nas escolas públicas brasileiras. Nós tínhamos um Brasil melhor naquela época, dando às nossas crianças o devido conceito religioso que toda criança tem que ter.

Em votação.

Aqueles Senadores que se manifestam a favor do ofício à EBC permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Só para reforçar a iniciativa de V. Ex^a e parabenizá-lo, dizendo que estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Eu perguntaria ao Senador Crivella se V. Ex^a tem alguma resistência em passarmos a palavra ao Deputado Garotinho.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Absolutamente,

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu estou lendo aqui a relação dos conselheiros e vejo que

ela absolutamente reflete a sociedade brasileira. Vejam por exemplo: nós temos aqui o ilustre professor Cláudio Lembo, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Temos aqui, meu amigo inclusive, profundo conhecedor de segurança pública, o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, que é um homem que conhece profundamente assuntos relacionados a tudo menos a televisão pública. José Antônio Fernandes Martins, engenheiro mecânico...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sim; ele é empresário.

Maria da Penha Maia Fernandes, que é formada em biofarmácia. José Paulo Cavalcante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sim, a Maria da Penha, ótima figura.

Eu estou dizendo apenas o seguinte: não reflete a diversidade de pensamento do País. Não estou discordando das pessoas. São boas pessoas, algumas pessoas aqui bastante preparadas, intelectuais, acadêmicos, mas que não refletem a sociedade. O Conselho tem que refletir a sociedade. Se é uma televisão pública, nós vivemos num país onde pelo menos 90% das pessoas se declaram cristãos – católicos ou evangélicos, espíritas, afrodescendentes –, enfim, cristãos. Pelo que eu conheço, as pessoas que estão aqui são como eu já fui um dia: agnósticos, marxistas. Isso não reflete a sociedade brasileira. Não podem estar em um conselho em que, mesmo não sabendo, a sua visão pessoal acabará prevalecendo sobre a visão do coletivo.

Então, com toda a sinceridade, não vejo representatividade nesse Conselho. Gostaria, inclusive – e declaro que não é o momento oportuno, porque esse é um ato de sustação, o decreto que V. Ex^a vai redigir junto com o Senador Marcelo Crivella, de iniciativa de nossa colega, Deputada Liliam Sá –, de pensar até em criar normas que deem ao Conselho representatividade efetiva da sociedade brasileira. Essa seria uma boa iniciativa também.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Deputado Anthony Garotinho.

Agradecendo a presença da Diretora-Presidente da EBC, Tereza Cruvinel, e do membro do Conselho Curador, Dr. Daniel Aarão Reis Filho; agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e Deputados e das Sr^{as} Senadoras e Deputadas presentes, encerro esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

Edição de hoje: 910 páginas
(OS: 15516/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

